Poder Judiciário

ESTADO DE RONDÔNIA
PODER JUDICIÁRIO
DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

N. 023/2014 Data da divulgação: Terça-feira, 04 de fevereiro de 2014. Porto Velho - RO

PRESIDENTE
Desembargador Rowilson Teixeira

VICE-PRESIDENTE
Desembargador Alexandre Miguel

CORREGEDOR-GERAL
Desembargador Daniel Ribeiro Lagos

SECRETÁRIO JUDICIÁRIO
Bacharel Jucélio Scheffmacher de Souza

SECRETÁRIO ADMINISTRATIVO
Bacharel Maurício Martinho

DIRETOR DA DIGRAF
Administrador Enildo Lamarão Gil

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CORREGEDORIA-GERAL

ATOS DO CORREGEDOR

Provimento N. 0002/2014-CG

Altera o Art. 218 e 225 que tratam da execução de pena nas Diretrizes Gerais Judiciais.

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,
CONSIDERANDO a necessidade de adequação nas Diretrizes Gerais Judiciais;

CONSIDERANDO o protocolo n. 72449-78.2013;

R E S O L V E:

I - ALTERAR o caput do art. 218 das Diretrizes Gerais Judicias, que passará a vigorar com a seguinte redação, permanecendo seus parágrafos inalterados.

Art. 218. A transferência da execução da pena privativa de liberdade será precedida de consulta ao juízo de destino. Uma vez aceito o pedido, os autos respectivos e apensos serão encaminhados, promovendo-se as anotações, comunicações e baixa definitiva.

II - ALTERAR a redação dada ao art. 225 das Diretrizes Gerais Judiciais:

Art. 225. A transferência da execução de penas alternativas à privativa de liberdade, livramento condicional e sursis independem de prévia consulta ao juízo de destino se o apenado fixar residência em localidade diversa do juízo da condenação e a execução se faz mediante remessa da guia de execução, devidamente instruída, ou, se já instaurada a mesma, com o encaminhamento do processo com anotações e baixas devidas

III – Este provimento entra em vigor a partir desta publicação.

Publique-se.

Cumpra-se.Porto Velho, 3 de fevereiro de 2014.

Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Corregedor-Geral da Justiça

Provimento N. 0003/2014-CG

Inclui os §§ 1º, 2º, 3º e 4º no art. 210 das Diretrizes Gerais Judiciais, que trata do envio de autos de prisão em flagrante por meio eletrônico.

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e regimentais,
CONSIDERANDO a necessidade de adequação nas Diretrizes Gerais Judiciais;

CONSIDERANDO o Prot. 41202-79.2013.

R E S O L V E:

I - INCLUIR os §§ 1º, 2º, 3º e 4º no art. 210 das Diretrizes Gerais Judiciais, com a seguinte redação:

Art. 210. (…)

§ 1º. As Delegacias de Polícia poderão encaminhar ao juízo plantonista, por meio eletrônico oficial, as comunicações de prisão em flagrante delito, devendo para tanto certificar no envio que também o fazem ao Ministério Público e Defensoria Pública competentes.
§ 2º. As medidas de extrema urgência deverão ser encaminhadas fisicamente, considerando a sua excepcionalidade, devendo ser apresentadas ao juízo plantonista.
§ 3º. O juízo plantonista determinará a distribuição do feito após o término do plantão, cabendo à Delegacia de Polícia remeter ao distribuidor do foro local os originais para prosseguimento do feito.

§ 4º. Compete à Delegacia de Polícia, antes de enviar a documentação por meio eletrônico, certificar a integralidade e fidelidade dos documentos que instruem o auto de prisão em flagrante, bem como remeter pelo meio físico, caso verifique que o mesmo não esteja legível ou se solicitado pela autoridade judicial.

II – Este provimento entrará em vigor a partir de 1º/03/2014.

Publique-se.

Cumpra-se.

Porto Velho, 3 de fevereiro de 2014.

Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Corregedor-Geral da Justiça

CORREGEDORIA-GERAL
DECISÃO

Autos de Recurso Administrativo
n. 0012591-19-2013.8.22.1111
Origem: 0002944-60-2012.8.22.0003 – Juízo da 1ª Vara Cível e Corregedoria Permanente da comarca de Jaru/RO
Recorrente: José Almeida Rocha
Advogado: Francisco César Trindade Rêgo, OAB/RO 75-A.

Vistos.

Trata-se de Recurso Administrativo interposto pelo delegatário do Tabelionato de Notas do município e comarca de Jaru/RO, tempestivamente, na forma do art. 49 e ss. do Provimento Conjunto n. 002/2011-CG, c/c art. 51, Cap. IX, Seção V das Diretrizes Extrajudiciais, contra sentença proferida pelo Juízo da 1ª Vara Cível e Corregedoria Permanente das Serventias Extrajudiciais do município e comarca de Jaru/RO, que determinou ao delegatário o pagamento de multa de 400 (quatrocentas) Unidades Padrão Fiscal – UPF/RO, em decorrência de fatos apurados em Processo Administrativo Disciplinar, detectados em correições ordinárias realizadas na referida serventia.

(...)

Da Penalidade Aplicada.

Posta assim a questão, importa lembrar que em razão das infrações cometidas pelo delegatário, que provado nos autos, foi considerado reincidente, sobreveio à penalidade de multa no valor de 400 (quatrocentas) UPF's, Unidades Padrão Fiscal – UPF/RO, imposta pelo juízo a quo.

Em suas razões recursais, o recorrente pede a reforma integral da r. sentença, pugnando pela sua absolvição, no entanto, restou comprovado nos autos, a reincidente conduta irregular do titular dos serviços prestados, já que este foi processado e penalizado por outras condutas delituosas, o que justifica a aplicação da penalidade imposta pelo Juízo a quo.

(...)

Diante do exposto, nego provimento ao recurso e mantenho inalterada a decisão de 1° grau, que aplicou a penalidade de multa, no valor de 400 (quatrocentas) UPF's, a José Almeida Rocha, em razão de afronta ao art. 31, incisos I e V da Lei Federal n. 8.935/1994.

Publique-se e Intime-se pelo Diário da Justiça Eletrônico.

Após o trânsito em julgado, baixem-se os autos devolvendo-os à origem.

Porto Velho, 30 de janeiro de 2014.

Desembargador Daniel Ribeiro Lagos
Corregedor-Geral da Justiça

REPUBLICAÇÃO POR ERRO MATERIAL

Portaria N. 0047/2014-CG

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, previstas no art. 50, § 1º, do Código de Organização e Divisão Judiciária do Estado,

R E S O L V E:

I – PRORROGAR, até 05/02/2014, os efeitos da Port. nº 0699/2013-CG. DJE 237 de 20/12/2013, que designou o Juiz Substituto MUHAMMAD HIJAZI ZAGLOUT, lotado na 2ª Seção Judiciária, para responder pelo Juizado Especial Cível e Criminal da comarca de Ariquemes, no período de 27/01 a 29/01/2014.

II – DESIGNAR o referido juiz para auxiliar na 1ª Vara Criminal da comarca de Ariquemes, no período de 06 a 21/02/2014.

Publique-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, 27 de janeiro de 2014.
Desembargador DANIEL RIBEIRO LAGOS
Corregedor-Geral da Justiça

SECRETARIA JUDICIÁRIA

DESPACHOS

PRESIDÊNCIA

Presidência
Despacho DO PRESIDENTE
Pedido de Antecipação de Pagamento - Nrº: 7
Número do Processo :0007041-78.2013.8.22.0000
Processo de Origem : 0046255-98.1998.8.22.0001
Requerente: Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado de Rondônia - SINSEPOL
Advogado: Hélio Vieira da Costa(OAB/RO 640)
Advogada: Zênia Luciana Cernov de Oliveira(OAB/RO 641)
Requerido: Estado de Rondônia
Procurador: Valdecir da Silva Maciel(OAB/RO 390)
Procurador: Renato Condeli(OAB/RO 370)
Procuradora: Lívia Renata de Oliveira Silva(OAB/RO 1673)
Procuradora: Marcella Sanguinetti Soares Mendes(OAB/RO 5727)
Relator:Des. Rowilson Teixeira
Vistos.
Voltaram os autos para análise dos pedidos de antecipação de pagamento nos termos da EC 62/2009, formulado pelo Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado de Rondônia – SINSEPOL, em favor dos substituídos: Clóvis Ferreira da Silva e Adelmo dos Santos Freire, sob a alegação de serem pessoas idosas e Pedro Luiz Mendes, Maria Mercedes Pando de Souza e Iara Catarina Marinho, como portadores de doença grave.
O feito foi devidamente instruído à fl. 82, onde constou que Pedro Luiz Mendes e Maria Mercedes de Souza Martins (Maria Mercedes Pando de Souza), já receberam crédito humanitário em outros precatórios.

Instado a manifestar-se, o estado de Rondônia, na qualidade de requerido, sustenta o não reconhecimento de firma dos profissionais que subscreveram os laudos, nem suas especialidades. Observa que os laudos devem possuir grafia legível e serem oficiais e afirma ainda que as cópias dos documentos não estão devidamente autenticadas. Por isso, requer o indeferimento.
Decido.
A norma constitucional, contemplou aos credores de natureza alimentícia o direito a antecipação de pagamento até o valor equivalente ao triplo do fixado em lei de RPV, àqueles comprovadamente idosos ou possuidores de doença grave (definida em lei), conforme inteligência no artigo 100, § 2º, da CF, alterado pela EC 62/2009 c/c art.12 e 13, da Resolução n. 115/2010-CNJ.
No caso em tela, verifica-se que todos os credores listados como idosos, satisfizeram os requisitos constitucionais, visto que comprovaram sua qualidade de pessoas idosas, conforme documentos de fls. 4 e 7.
Da mesma forma que os credores listados como doentes graves, às fls. 16 e 37, comprovaram que suas anomalias são consideradas doenças graves e os documentos estão de acordo com a previsão legal.
Ante todo o exposto, defiro os pedidos formulados pelo SINSEPOL, em favor do credores Clóvis Ferreira da Silva, Adelmo dos Santos Freire, Pedro Luiz Mendes, Maria Mercedes Pando de Souza e Iara Catarina Marinho, por dispor de amparo legal.
Destaco ainda, que este tribunal, já possui entendimento pacífico de que o credor idoso ou portador de doença grave pode receber pagamento humanitário em precatórios distintos, a exemplo da decisão no Mandado de Segurança n. 0004949-30.2013.8.22.0000.
Em face do exposto, determino a inclusão dos referidos credores nas listagens apropriadas, bem como sejam creditados os valores conforme dados bancários apresentados, observando os descontos se pertinentes.
Atente-se no entanto, ao limite constitucional e a legislação estadual que disciplina o valor da RPV.
Existindo saldo remanescente, aguarde-se o pagamento no feito principal e em obediência a ordem cronológica, nos termos do § 2º, do art. 100, da carta magna.
Atendidas as providências, sem mais pendências, arquive-se
Publique-se.
Intime-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, 3 de fevereiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

Presidência
Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :2002016-26.2008.8.22.0000
Processo de Origem : 0035196-63.2005.8.22.0003
Requerente: Sindicato dos Servidores Públicos Municipais da Administração Direta e Indireta, Fundações e Autarquias do Município de Jaru - SINDSMUJ
Advogada: Márcia Soares de Souza(OAB/RO 1834)
Requerido: Município de Jaru - RO
Procurador: Merquizedks Moreira(OAB/RO 501)
Procurador: Mário Roberto Pereira de Souza(OAB/RO 1765)
Relator:Des. Rowilson Teixeira
Vistos.
Face a informação de fl. 105, de que há disponibilidade financeira para liquidação deste precatório, apresentem os requerentes e patrona, seus dados bancários e respectivo contrato de honorários, para as providências pertinentes.
Atendida a contento, desde já determino a extinção deste precatório, nos termos do art. 296, VI do RITJ-RO.
Ao Departamento para o necessário.
Publique-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, 31 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :2007260-33.2008.8.22.0000
Processo de Origem : 0006202-88.2006.8.22.0003
Requerente: Lindinalva Rocha da Silva Magalhães
Advogado: Irineu Ribeiro da Silva(OAB/RO 133)
Requerente: W. M. S. Assistido por sua mãe L. R. da S. M.
Advogado: Irineu Ribeiro da Silva(OAB/RO 133)
Requerente: K. da S. M. Representada por sua mãe L. R. da S. M.
Advogado: Irineu Ribeiro da Silva(OAB/RO 133)
Requerido: Município de Jaru - RO
Procurador: Mário Roberto Pereira de Souza(OAB/RO 1765)
Relator:Des. Rowilson Teixeira
Vistos.
Face a informação de fl. 43, de que há disponibilidade financeira para liquidação deste precatório, apresentem os requerentes e patrono seus dados bancários e respectivo contrato de honorários, para as providências pertinentes.
Atendida a contento, desde já determino a extinção deste precatório, nos termos do art. 296, VI do RITJ-RO.
Ao Departamento para o necessário.
Publique-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, 31 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Despacho DO PRESIDENTE
Pedido de Antecipação de Pagamento - Nrº: 28
Número do Processo :1210087-96.1998.8.22.0001
Processo de Origem : 0100870-38.1998.8.22.0001
Requerente: Sindicato dos Trabalhadores em Autarquia de Construção, Pavimentações e Recuperação de Estradas de Rodagem e Fiscal de Trânsito no Estado de Rondônia - SINDER
Advogado: Hélio Vieira da Costa(OAB/RO 640)
Advogada: Zênia Luciana Cernov de Oliveira(OAB/RO 641)
Advogado: Aldo Marinho Serudo Martins Neto(OAB/RO 990)
Advogada: Dagmar de Jesus Cabral Rodrigues(OAB/RO 2934)
Advogada: Ludmila Moretto Sbarzi Guedes(OAB/RO 4546)
Advogada: Maria de Lourdes de Lima Cardoso(OAB/RO 4114)
Advogado: Dailor Weber(OAB/RO 5084)
Requerido: Estado de Rondônia
Procuradora: Maria Rejane Sampaio dos Santos(OAB/RO 638)
Relator:Des. Rowilson Teixeira

Vistos.
Trata-se de incidente inaugurado com pedido de antecipação de pagamento nos termos da EC 62/2009, formulado pelo Sindicato dos Trabalhadores em Autarquia de Construção, Pavimentações e Recuperação de Estradas de Rodagem e Fiscal de Trânsito de Rodagem e Fiscal de Trânsito no Estado de Rondônia – SINDER, em favor do substituído FRANCISCO MARIANO GAIA, sustentando a qualidade de pessoa idosa.
O feito foi devidamente instruído à fl. 7.
Instado a se manifestar, o estado de Rondônia, na qualidade de requerido, considerando a regularidade no pedido e documentação anexada, ponderou que o pagamento da antecipação se atenha ao limite constitucional e requereu o deferimento da inclusão do substituído na lista de credores preferenciais, no entanto, que seja indeferido o pagamento imediato.
Decido.
A norma constitucional contemplou aos credores de natureza alimentícia o direito a antecipação de pagamento até o valor equivalente ao triplo do fixado em lei de RPV, àqueles comprovadamente idosos ou possuidores de doença grave (definida em lei), conforme inteligência no artigo 100, § 2º, da CF, alterado pela EC 62/2009 c/c art.12 e 13 da Resolução n. 115/2010-CNJ.
O referido credor atendendo aos requisitos exigidos na norma constitucional, comprovou sua qualidade de pessoa idosa conforme fl. 4, razão pela qual defiro a antecipação requerida, por dispor de amparo legal.
Determino a inclusão de seu nome na listagem apropriada, bem como sejam creditados os valores conforme dados bancários apresentados, observando os descontos se pertinentes.
Atente-se no entanto, ao limite constitucional e a legislação estadual que disciplina o valor da RPV e por fim, existindo saldo remanescente, aguarde-se o pagamento no feito principal e em obediência a ordem cronológica, nos termos do § 2º do art. 100 da carta magna.
Após as providências, sem mais pendências, arquive-se.
Publique-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, 30 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Presidência
Despacho DO PRESIDENTE
Pedido de Antecipação de Pagamento - Nrº: 60
Número do Processo :0006439-92.2010.8.22.0000
Processo de Origem : 0100155-59.1999.8.22.0001
Requerente: Sintero - Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Estado de Rondônia
Advogado: Hélio Vieira da Costa(OAB/RO 640)
Advogada: Zênia Luciana Cernov de Oliveira(OAB/RO 641)
Requerido: Estado de Rondônia
Procurador: Nilton Djalma dos Santos Silva(OAB/RO 608)
Relator:Des. Rowilson Teixeira
Vistos.
O Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia – SINTERO, vem aos autos requerer a antecipação de pagamentos nos termos do art. 100, §2º alterado pela EC 62/2009, em favor dos substituídos: Nora Ney Lopes da Silva (1), Ruth Machado Buck (2), Margarida Barros Cardoso (3), Maria da Conceição Mafia (4), Maria Efigênia Corrente (5), Maria Joana Cristina (6), Maria Kessler (7), Maria Onea dos Santos (8), Maria Pedrelina Gaspar Costa (9), Marlene Rodrigues de Oliveira (10), Milton Sudario (11) Celia Fortes Pinheiro (12), Deuzimar Freitas de Farias (13), Ercila Borges (14), Josefa de Sousa Ramos (15), Leir Maria Goulart de Barros (16) e Manoel Farias de Lima (17), alegando serem pessoas idosas.
Segundo informações da Divisão de Precatórios, Margarida Barros Cardoso (3) e Milton Sudário (11) já foram beneficiados por antecipação nestes autos, não havendo mais saldo disponível. E, ainda, o requerente Manoel Farias de Lima (17) não é credor deste precatório (fls. 48).
Em despacho proferido à fl. 49, Manoel Farias de Lima teve seus documentos pessoais desentranhados dos autos.
Instado a manifestar-se, o Estado de Rondônia afirma que em relação à alguns substituídos há respaldo legal para a concessão, contudo, requer que não seja efetuado nenhum pagamento imediato, devendo seus nomes serem incluídos em ordem cronológica nas listas preferenciais. Já em relação aos substituídos Milton Sudário e Margarida Barros Cardoso, não há que se falar em antecipação de pagamento, pois os mesmos já receberam seus créditos.
Instruído o feito como de praxe, passo a analisar.
A norma constitucional contemplou aos credores o direito à antecipação de pagamento até o valor equivalente ao triplo do fixado em lei de RPV, àqueles comprovadamente idosos ou possuidores de doença grave, conforme inteligência no artigo 100, § 2º, da CF, alterado pela EC 62/2009 c/c art.12 e 13 da Resolução n. 115/2010-CNJ.
Inicialmente, em relação aos requeridos Margarida Barros Cardoso (3) e Milton Sudário (11), vejo que os mesmos já foram beneficiados neste precatório em razão da idade, não possuindo mais saldo a receber e por isso não fazem jus a benesse constitucional, motivo pelo qual indefiro o pedido.
Em relação aos demais credores, analisando detidamente os documentos apresentados (fls. 4/5; 9/30 e 33/46), vejo que as cópias encontram-se devidamente autenticadas. Sendo importante ressaltar que, de acordo com os documentos de identidade juntados, os credores de fato, são pessoas idosas.
Desse modo, não há qualquer irregularidade nos pedidos, posto que os credores atenderam aos requisitos necessários para contemplação da benesse constitucional, por se tratarem de pessoas idosas, razão pelo qual, defiro os pedidos em relação a Nora Ney Lopes da Silva (1), Ruth Machado Buck (2), Maria da Conceição Mafia (4), Maria Efigênia Corrente (5), Maria Joana Cristina (6), Maria Kessler (7), Maria Onea dos Santos (8), Maria Pedrelina Gaspar Costa (9), Marlene Rodrigues de Oliveira (10), Celia Fortes Pinheiro (12), Deuzimar Freitas de Farias (13), Ercila Borges (14), Josefa de Sousa Ramos (15) e Leir Maria Goulart de Barros (16).
Ante ao exposto, em relação aos requeridos que tiveram seus pedidos deferidos determino a inclusão de seus nomes nas listagens apropriadas, bem como sejam creditados os valores conforme dados bancários apresentados, observando os descontos, se pertinentes.
Atente-se, ainda, ao limite constitucional e a legislação estadual que disciplina o valor da RPV.
Por fim, existindo saldo remanescente, aguarde-se o pagamento no feito principal e em obediência a ordem cronológica, nos termos do § 2º do art. 100 da carta magna.
Publique-se.
Intime-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, 30 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Presidência
Despacho DO PRESIDENTE
Pedido de Antecipação de Pagamento - Nrº: 19
Número do Processo :0007041-78.2013.8.22.0000
Processo de Origem : 0046255-98.1998.8.22.0001
Requerente: Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado de Rondônia - SINSEPOL
Advogado: Hélio Vieira da Costa(OAB/RO 640)
Advogada: Zênia Luciana Cernov de Oliveira(OAB/RO 641)
Requerido: Estado de Rondônia
Procurador: Valdecir da Silva Maciel(OAB/RO 390)
Procurador: Renato Condeli(OAB/RO 370)
Procuradora: Lívia Renata de Oliveira Silva(OAB/RO 1673)
Procuradora: Marcella Sanguinetti Soares Mendes(OAB/RO 5727)
Relator:Des. Rowilson Teixeira
Vistos.
Dilma Maria de Souza (1), João da Cruz Reis (2), Edson Dionísio de Lima (3), Elnora de Sousa Tupan (4), Raimundo Sales Reis (5), Edilson Gomes de Oliveira (6) e Maria de Nazaré do Nascimento (7), êm aos autos requerer a antecipação de pagamentos nos termos do art. 100, §2º alterado pela EC 62/2009, alegando pessoas portadoras de doenças grave ou idosas.
Instado a manifestar-se, o Estado de Rondônia afirma que os requerimentos não preenchem os requisitos legais devendo ser indeferidos, eis que ausente a comprovação do direito à antecipação do crédito humanitário.
Instruído o feito como de praxe, passo a analisar cada requerimento em separado:
A norma constitucional contemplou aos credores o direito à antecipação de pagamento até o valor equivalente ao triplo do fixado em lei de RPV, àqueles comprovadamente idosos ou possuidores de doença grave, conforme inteligência no artigo 100, § 2º, da CF, alterado pela EC 62/2009 c/c art.12 e 13 da Resolução n. 115/2010-CNJ.
No que diz respeito aos pedidos de Dilma Maria de Souza (1) e João da Cruz Reis (2), verifico que as cópias dos documentos de identidade (fl. 4 e 10) encontram-se devidamente autenticadas e constam que os mesmos são pessoas idosas, motivo pelo qual, defiro o pedido.
Em relação ao requerimento de Edson Dionísio de Lima (3), o laudo médico (fl. 16/16v) autenticado e assinado por médico especialista informa que o paciente é portador DORT, doença ocupacional (CID M 17.0 – Gonartrose “artrose do joelho” primaria bilateral e S32.2 – Fratura do Coccix), sendo portanto, portador de doença decorrente de moléstia profissional na forma do art. 13, K, da Resolução nº. 115/2010-CNJ, devendo ser contemplado com a benesse constitucional, motivos pelos quais, defiro o pedido.
No que concerne ao pedido de Elnora de Sousa Tupan (4), verifico que o laudo médico é original e subscrito por médico especialista (fls. 23), atestando ser a credora portadora de carcinoma (tumor maligno) mucinoso de mama de modo que trata-se de doença grave, elencada no art. 13, C da Resolução nº. 115/2010-CNJ, razão pela qual, defiro o pedido.
Relativamente ao pedido do credor Raimundo Sales Reis (5), vejo que o mesmo apresentou laudo médico (fl. 38) autenticado subscrito por especialista que atesta ser portador de Bursite no ombro (CID M75.5) e Transtornos de discos lombares e de outros discos intervertebrais com mielopatia (CID M50.1), sendo tais enfermidades decorrentes da atividade profissional (LER/DORT), sendo portanto, portador de doença decorrente de moléstia profissional na forma do art. 13, K da Resolução nº. 115/2010-CNJ, motivos pelos quais, defiro o pedido.
No que tange ao pedido de Edilson Gomes de Oliveira (6), vejo que no laudo médico autenticado e subscrito por profissional especializado consta que o paciente é portador de hepatite B crônica (fl. 44), amoldando-se a hipótese do art. 13, letra P, da Resolução 115 do CNJ, razão pela qual, defiro o pedido.
Finalmente, no que diz respeito ao pedido de Maria de Nazaré do Nascimento (7), verifico que o laudo médico autenticado e subscrito por profissional especialista atesta ser a paciente portadora de epicondilite dos cotovelos crônica (CID M77.1), tendinite dos punhos crônica (CID M77.2 e M65.9) doenças decorrente da atividade profissional, na forma do art. 13, K, da Resolução nº. 115/2010-CNJ, motivos pelos quais, defiro o pedido.
Ante ao exposto, determino a inclusão dos credores nas listagens apropriadas, bem como sejam creditados os valores conforme dados bancários apresentados, observando os descontos, se pertinentes.
Atente-se, ainda, ao limite constitucional e a legislação estadual que disciplina o valor da RPV.
Por fim, existindo saldo remanescente, aguarde-se o pagamento no feito principal e em obediência a ordem cronológica, nos termos do § 2º do art. 100 da carta magna.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 31 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Presidência
Despacho DO PRESIDENTE
Pedido de Antecipação de Pagamento - Nrº: 23
Número do Processo :0006477-70.2011.8.22.0000
Processo de Origem : 0131673-62.2002.8.22.0001
Requerente: Sindicato dos Delegados de Polícia Civil do Estado de Rondônia SINDEPRO
Advogado: Hélio Vieira da Costa(OAB/RO 640)
Advogada: Zênia Luciana Cernov de Oliveira(OAB/RO 641)
Requerente: Carlos Eduardo Ferreira
Advogado: Salomão Nunes Bezerra(OAB/RO 5134)
Requerido: Estado de Rondônia
Procuradora: Ivanilda Maria Ferraz Gomes(OAB/RO 219)
Relator:Des. Rowilson Teixeira
Vistos.
Carlos Eduardo Ferreira e Vitor Hugo Resende, credeores deste precatório, vêm aos autos requerendo antecipação de pagamentos nos termos do art. 100, §2º, alterado pela EC 62/2009, sob a alegação de serem portadores de doença grave (fls. 2/12 e 20/30).
Instado a manifestar-se, o Estado de Rondônia sustenta em relação ao credor Carlos Eduardo Ferreira que o laudo médico apresentado não aponta doença grave, não sendo qualquer doença que se encaixa no rol do art. 13 da Resolução 115 do CNJ. No que tange ao requerente Vitor Hugo Resende, alega que hipertensão não pode ser considerada doença grave pois acomete parcela grande da população. Por essas e outras razões requer o indeferimento dos pedidos.
Instruído o feito como de praxe, passo a analisar .
A norma constitucional contemplou aos credores de precatório o direito a antecipação de pagamento até o valor equivalente

ao triplo do fixado em lei de RPV, àqueles comprovadamente idosos ou possuidores de doença grave (definida em lei), conforme inteligência no artigo 100, § 2º, da CF, alterado pela EC 62/2009, c/c art. 12 e 13 da Resolução 115/2010-CNJ.
Em relação ao credor Carlos Eduardo Ferreira, após detida análise dos autos, em que pese os argumentos contidos na petição, vejo que o laudo médico apresenta o diagnóstico de "Transtorno Depressivo" (CID 10 F33,1: Transtorno depressivo recorrente, episódio atual moderado), não podendo ser considerada doença grave para fins de fruição da benesse. Além disso,consta também que o requerente encontra-se apto para o trabalho, demonstrando a falta de gravidade da enfermidade.
No que tange ao credor Vitor Hugo Resende, verifico que a anomalia que acomete o requerente (Picos de Hipertensão e irritabilidade) não pode ser considerada como doença grave. Demais disso, o laudo médico sequer foi subscrito por médico especialista.
Vale ressaltar ainda que, em consulta aos sítios da internet, a hipertensão atinge 24,3% da população adulta no Brasil, sendo considerada uma doença comum da modernidade.
Desse modo, não há direito para amparar a pretensão dos requerentes, pelo fato das doenças que os acomete não se amolda a nenhuma das hipóteses do art. 13 da Resolução 115 do CNJ, motivo pelo qual, indefiro os pedidos.
Decorrido o prazo sem recurso, arquive-se o incidente.
Publique-se.
Intime-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, 31 de janeiro de 2013.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Despacho DO PRESIDENTE
Pedido de Antecipação de Pagamento - Nrº: 30
Número do Processo :2008250-87.2009.8.22.0000
Processo de Origem : 0096880-39.1998.8.22.0001
Requerente: Sindicato dos Servidores do Ministério Público de Rondônia - SINSEMPRO
Advogada: Zênia Luciana Cernov de Oliveira(OAB/RO 641)
Advogado: Hélio Vieira da Costa(OAB/RO 640)
Requerido: Estado de Rondônia
Procuradora: Ivanilda Maria Ferraz Gomes(OAB/RO 219)
Relator:Des. Rowilson Teixeira
Vistos.
Trata-se de incidente inaugurado com pedido de antecipação de pagamento nos termos da EC 62/2009, formulado pelo Sindicato do Ministério Público do Estado de Rondônia – SINSEMPRO, em favor de JOÃO BATISTA DA SILVA (fls. 40/46) e ainda, pedido individualizado pelo credor ADEMAR HOREAY (fls. 2/15), sob a alegação de portador de doença grave e de pessoa idosa, respectivamente.
A Divisão de Precatórios à fl. 47, informou que o credor Ademar Horeay, já recebeu crédito humanitário neste precatório.
Instado a manifestar-se, o estado de Rondônia, na qualidade de requerido, sustenta o não reconhecimento de firma do profissional que subscreveu o laudo, nem sua especialidade. Observa que o laudo deve possuir grafia legível e ser oficial e afirma ainda, que as cópias dos documentos não estão devidamente autenticadas, além do que deve ser observado o limite constitucional. Por isso, requer o indeferimento dos pedidos aos referidos substituídos.
Decido.
A norma constitucional contemplou aos credores de natureza alimentícia o direito a antecipação de pagamento até o valor equivalente ao triplo do fixado em lei de RPV, àqueles comprovadamente idosos ou possuidores de doença grave (definida em lei), conforme inteligência no artigo 100, § 2º, da CF, alterado pela EC 62/2009 c/c art.12 e 13 da Resolução n. 115/2010-CNJ.
Verificando os documentos apresentados pelo credor João Batista da Silva, à fl. 46, constata-se que o mesmo é portador de doença considerada grave, identificada na letra "o" do art. 13 da Resolução 115/2010-CNJ, atestado por profissional especializado na afecção da doença, atendendo portanto, as normas legais.
Em razão do exposto, defiro a antecipação de pagamento ao credor João Batista da Silva e determino que seu nome seja inserido na lista de pessoas portadoras de doença grave e creditado os valores devidos em sua conta pessoal, conforme dados apresentados.
Indeferio o pedido do requerente Ademar Horeay, posto que ele não não comprovou sua qualidade de pessoa idosa.
Atente-se no entanto, ao limite constitucional e a legislação estadual que disciplina o valor da RPV.
Existindo saldo remanescente, aguarde-se o pagamento no feito principal e obediência a ordem cronológica, nos termos do § 2º do art. 100, da carta magna.
Após as providencias, sem mais pendências, arquive-se.
Publique-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, 30 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Despacho DO PRESIDENTE
Pedido de Antecipação de Pagamento - Nrº: 56
Número do Processo :1104848-11.1995.8.22.0001
Processo de Origem : 0048489-58.1995.8.22.0001
Requerente: Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado de Rondônia - SINSEPOL
Advogado: Hélio Vieira da Costa(OAB/RO 640)
Requerido: Estado de Rondônia
Procuradora: Ivanilda Maria Ferraz Gomes(OAB/RO 219)
Procurador: Sávio de Jesus Gonçalves(OAB/RO 519A)
Procurador: Anderson Clayton Eloy(OAB/RO 242A)
Relator:Des. Rowilson Teixeira
Vistos.
Carlos Bonazza e Francisco Antônio Vaz, vêm aos autos, requerendo a antecipação de pagamentos nos termos do art. 100, §2º, alterado pela EC 62/2009, alegando serem portadores de doença grave.
Após as formalidades de praxe, o Estado de Rondônia foi instado a manifestar-se na qualidade de requerido, o que faz às fls. 51/53, momento em que sustenta que o requerente Carlos Bonazza afirma ser portador de cardiopatia grave, contudo, realiza a juntada apenas de laudo de exame médico que não traz tal informação, razão pela qual, seu pedido deve ser indeferido. Quanto ao requerente Francisco Antônio Vaz restou comprovado a gravidade da doença, fazendo jus ao benefício de antecipação o crédito humanitário.
Decido.
A norma constitucional contemplou aos credores o direito à antecipação de pagamento até o valor equivalente ao triplo do

fixado em lei de RPV, àqueles comprovadamente idosos ou possuidores de doença grave, conforme inteligência no artigo 100, § 2º, da CF, alterado pela EC 62/2009 c/c art.12 e 13 da Resolução n. 115/2010-CNJ.
Analisando os documentos apresentados, vejo que todas as cópias encontram-se devidamente autenticadas.
Em relação ao pedido do requerente Carlos Bonazza, em que pese os argumentos contidos na petição que afirmam ser o credor portador de cardiopatia grave, verifico que houve a justada apenas de resultados de exames de ultrassonografia de fígado e vias biliares e ultrassom dos joelhos e cotovelos, de modo que não é possível comprovar que o credor é portador de doença grave. Assim, diante do não cumprimento dos requisitos necessários para a concessão da benesse constitucional, indefiro o pedido em relação à Carlos Bonazza.
No que tange ao pedido de antecipação do credor Francisco Antônio Vaz, analisando detidamente os laudos médicos subscritos por especialistas (fls. 31/38) bem como as diversas atas médicas do NUPEM (Núcleo de Perícia Médica do Estado), o requerente de fato é portador de depressão crônica, estando inclusive com análise de pedido feito pelo NUPEM para aposentadoria por invalidez. Desse modo, o quadro da paciente é grave, amoldando-se à hipótese do art. 13, B, da Resolução nº. 115/2010-CNJ.
Assim, não há qualquer irregularidade no pedido, posto que o credor Francisco Antônio Vaz atendeu aos requisitos necessários para contemplação da benesse constitucional, por se tratar de pessoa portadora de doença grave, razão pelo qual, defiro o pedido.
Ante ao exposto, em relação ao requerido que teve seu pedido deferido determino a inclusão de seu nome nas listagens apropriadas, bem como sejam creditados os valores conforme dados bancários apresentados, observando os descontos, se pertinentes.
Atente-se, ainda, ao limite constitucional e a legislação estadual que disciplina o valor da RPV.
Por fim, existindo saldo remanescente, aguarde-se o pagamento no feito principal e em obediência a ordem cronológica, nos termos do § 2º do art. 100 da carta magna.
Publique-se.
Intime-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, 30 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Presidência
Despacho DO PRESIDENTE
Pedido de Antecipação de Pagamento - Nrº: 11
Número do Processo :0007041-78.2013.8.22.0000
Processo de Origem : 0046255-98.1998.8.22.0001
Requerente: Sindicato dos Servidores da Polícia Civil do Estado de Rondônia - SINSEPOL
Advogado: Hélio Vieira da Costa(OAB/RO 640)
Advogada: Zênia Luciana Cernov de Oliveira(OAB/RO 641)
Requerente: Marival Furtado Vieira
Advogada: Tereza Maria Carvalho Fonseca(OAB/RO 5328)
Requerido: Estado de Rondônia
Procurador: Valdecir da Silva Maciel(OAB/RO 390)
Procurador: Renato Condeli(OAB/RO 370)
Procuradora: Lívia Renata de Oliveira Silva(OAB/RO 1673)
Procuradora: Marcella Sanguinetti Soares Mendes(OAB/RO 5727)
Relator:Des. Rowilson Teixeira
Vistos.
Marival Furtado Vieira (1), Iara Catarina Marinho (2), Tomé da Costa Filho (3), Livete Uchoa (4), Emília dos Santos Queiroz da Silva (5), Letícia Leite Rocha (6) e Edvaldo Leite Barros (7), vêm aos autos requerer a antecipação de pagamentos nos termos do art. 100, §2º alterado pela EC 62/2009, alegando pessoas portadoras de doenças grave ou idosas.
Segundo informações da Divisão de Precatórios, Marival Furtado Vieira, Tomé da Costa Filho, Livete Uchoa e Edvaldo Leite de Barros já receberam crédito humanitário no precatório de nº. 1104848-11.1995.8.22.0001. (fl. 76).
Instado a manifestar-se, o Estado de Rondônia afirma que é descabido a antecipação de novo crédito humanitários para aqueles credores que já foram contemplados em outros processos. Quanto aos portadores de doenças graves, afirma de um modo geral que não constam nos laudos a gravidade das doenças e que os documentos não estão devidamente autenticados. Portanto, requer o indeferimento dos pedidos (fls. 79/89).
Decido.
Inicialmente, cumpre ressaltar que em relação ao fato de alguns credores já terem recebimento o pagamento por antecipação em outros precatórios, a questão foi por muito tempo debatida, encontrando-se atualmente pacificada nesta Corte, nas Cortes Superiores e no Conselho Nacional de Justiça, que no Pedido de Providências n. 0003498-17.2012.2.00.0000, manifestou-se sobre o tema, orientando que o § 2º do art. 100, da Constituição da República não contém o óbice ora discutido. Isto é, o credor poderá, sob o regime de preferência estabelecido pela Emenda Constitucional n. 62/2009, receber os créditos relativos a todos os precatórios de que é titular, dentro do limite da requisição de pequeno valor para cada crédito, até porque a restrição a um único precatório não está cogitada na norma constitucional.
Portanto, adoto o entendimento de que independente da quantidade de precatórios, o titular detentor do privilégio deverá ser beneficiado em cada um deles, limitando-se, em cada processo, tão só o pagamento do equivalente à requisição de pequeno valor, que é a única limitação que consta no Texto Constitucional. Desse modo, instruído o feito como de praxe, passo a analisar cada requerimento em separado.
A norma constitucional contemplou aos credores o direito à antecipação de pagamento até o valor equivalente ao triplo do fixado em lei de RPV, àqueles comprovadamente idosos ou possuidores de doença grave, conforme inteligência no artigo 100, § 2º, da CF, alterado pela EC 62/2009 c/c art.12 e 13 da Resolução n. 115/2010-CNJ.
1. No que tange ao pedido de antecipação do credor Marival Furtado Vieira, analisando detidamente os laudos médicos autenticados e subscritos por médicos especialistas (fls. 15/18), vejo que o paciente foi submetido a angioplastia coronariana com implante de stent devido a cardiopatia obstrutiva importante, sendo, portanto, portador de cardiopatia grave, amoldando-se à hipótese do art. 13, H, da Resolução nº. 115/2010-CNJ, razão pela qual, defiro o pedido.
2. Em relação ao requerimento de Iara Catarina Marinho, verifico que a credora apresentou cópia não autenticada dos laudos médicos às fls 23/25. Desse modo, intime-se o patrono da credora, para que no prazo de 5 (cinco) dias comprove a qualidade de pessoa portadora de doença grave observando o previsto no art. 365, III do CPC c/c art. 294 do RI/TJRO, sob pena de indeferimento.

3. Quanto ao requerimento de Tomé da Costa Filho vejo que a cópia do documento de identidade não encontra-se devidamente autenticada (fls. 28). Desse modo, intime-se o patrono do credor, para que no prazo de 5 (cinco) dias comprove a qualidade de pessoa idosa observando o previsto no art. 365, III do CPC c/c art. 294 do RI/TJRO, sob pena de indeferimento.
4. No que tange ao requerimento de Livete Uchoa, o laudo médico (fl. 33) autenticado e assinado por médico especialista informa que a paciente é portadora discopatia cervical do manguito rotador do ombro esquerdo, causados pela atividade laboral (CID M50.1 - Transtorno do disco cervical com radiculopatia; CID M75.5 - Bursite do ombro e CID M24.0 - Corpo flutuante em articulação), sendo, portanto, portadora de doença grave decorrente de moléstia profissional na forma do art. 13, K, da Resolução nº. 115/2010-CNJ, devendo ser contemplada com a benesse constitucional, motivos pelos quais, defiro o pedido.
5. No que concerne ao pedido de Emília dos Santos Queiroz da Silva, verifico que o laudo médico é original e subscrito por médico especialista (fls. 49), atestando ser a credora portadora de lombalgia crônica decorrente do seu trabalho como policial civil (CID M51.9 – Transtorno não especificado de disco invertebral; CID M54 – Dorsalgia; CID M75.1 – Síndrome do Manguito Rotador e CID M17.0 – Gonartrose primatira bilateral) de modo que trata-se de doença grave, elencada no art. 13, K, da Resolução nº. 115/2010-CNJ, razão pela qual, defiro o pedido.
6. Relativamente ao pedido da credora Letícia Leite Rocha, vejo que a mesma apresentou cópia não autenticada dos laudos médicos e documentos pessoais às fls. 57/72. Desse modo, intime-se o patrono da credora, para que no prazo de 5 (cinco) dias comprove a condição de pessoa portadora de doença grave observando o previsto no art. 365, III do CPC c/c art. 294 do RI/TJRO, sob pena de indeferimento.
7. Finalmente, no que diz respeito ao pedido de Edvaldo Leite Barros, verifico que a cópia do documento de identidade (fl. 75) encontra-se devidamente autenticada e consta que o credor é pessoa idosa, motivo pelo qual, defiro o pedido.
Ante ao exposto, em relação aos requeridos que tiveram seus pedidos deferidos determino a inclusão de seus nomes nas listagens apropriadas, bem como sejam creditados os valores conforme dados bancários apresentados, observando os descontos, se pertinentes.
Atente-se, ainda, ao limite constitucional e a legislação estadual que disciplina o valor da RPV.
Por fim, existindo saldo remanescente, aguarde-se o pagamento no feito principal e em obediência a ordem cronológica, nos termos do § 2º do art. 100 da carta magna.
Decorrido os demais prazos, retornem os autos conclusos para análise dos pedidos ainda não analisados.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 31 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Presidência
0032918-45.2008.8.22.0016 - Recurso Especial
Origem : 0032918-45.2008.8.22.0016 Costa Marques / 1ª Vara Cível
Recorrente : Sandro Laercio Wagner
Advogado : Daniel dos Anjos Fernandes Júnior (OAB/RO 3214)
Advogado : Fábio José Reato (OAB/RO 2061)
Advogado : Welser Rony Alencar Almeida (OAB/RO 1506)
Advogado : Orestes Muniz Filho (OAB/RO 40)
Recorrido : Juarez Américo do Prado
Advogado : Sebastião Quaresma Junior (OAB/RO 1372)
Vistos.
Sandro Laércio Vagner, interpôs recurso especial com fundamento no art. 105, inc. III, a e c, da CF, alegando que o julgado de fls. 926/930 contrariou os artigos 5º, incisos XXXV, LIV, e LV, 93, inciso IX, todos da CF, 42, § 3º, 128, 243, 266, 458, inciso III, 459, 460, 535, 1.046, 1.052, todos do CPC, e 1.201, do CC bem como dissentiu da jurisprudência pátria por assim posicionar-se:
Embargos de terceiro. Aquisição de coisa litigiosa. Legitimidade ativa. Ausência. Carência de ação. Extinção do feito sem resolução de mérito.
É carecedor de ação por ilegitimidade ativa para a ação de embargos de terceiro aquele que adquire a posse de coisa litigiosa objeto de ação judicial de reintegração de posse em curso há vários anos, pois é sucessor na posse da coisa, não ostentando, neste caso, a condição de terceiro, devendo ser extinta a ação de embargos sem resolução de mérito.
O recorrido apresentou contrarrazões pugnando pela não admissão do recurso.
É o relatório.
Tratou-se de embargos de terceiro com pedido liminar c/c retenção e indenização por benfeitorias e medida cautelar de produção antecipada de provas interposta pelo recorrente. Em 1º grau, a ação foi extinta sem resolução de mérito. Em sede de apelação, a decisão foi mantida. Opostos embargos de declaração, restaram improvidos à unanimidade.
Daí o inconformismo do recorrente.
De plano se constata que não é possível analisar eventual negativa de vigência aos artigos 5º, incisos XXXV, LIV, e LV, 93, inciso IX, todos da CF, uma vez que não cabe recurso especial para análise de normas constitucionais. Como se sabe, o Superior Tribunal de Justiça somente analisa ofensa a normas infraconstitucionais, nos estritos termos do art. 105, III, a, da CF.
Demais disso, vê-se que as matérias tratadas nos artigos 128, 243, 266, 459, 460, 1.046, e 1.052, todos do CPC, e 1.201, do CC, não foram discutidas em momento algum pelo Tribunal de origem, ao tempo que, mesmo tendo o recorrente se valido dos embargos declaratórios, não obteve êxito em sanar, no v. acórdão a omissão em tela (Súmula 211 do STJ), fazendo com que o presente recurso incidisse, por consequência, no teor da Súmula 282, do STF.
Quanto à alegada contrariedade ao artigo 42, § 3º, do CPC vê-se que o recorrente não infirmou o seguinte fundamento:
[…]
Quanto à questão de fundo, sem razão o apelante, pois em sua petição inicial afirma que adquiriu a posse do imóvel de um dos réus na ação de reintegração de posse, o que afasta sua condição de terceiro para fins de ação de embargos de terceiro, sendo, portanto, carecedor de ação. Neste sentido é a jurisprudência do STJ:
RECURSO ESPECIAL - PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE TERCEIRO - ILEGITIMIDADE DO ADQUIRENTE DE COISA LITIGIOSA - LIMITES SUBJETIVOS DA COISA JULGADA - INTELIGÊNCIA DO ART. 42, §3º DO CPC. 1. Não possui legitimidade ativa para Embargos de Terceiro quem sucedeu à parte litigante, ainda que ignore o vício litigioso, pois é indiferente que a aquisição tenha sido antes ou depois da

sentença condenatória, porquanto "Não importa se a parte, A, alienou a coisa a C, e C a D; D não é terceiro, nem o seria E, que a recebesse de D" (Pontes de Miranda citado no acórdão recorrido - fls. 246) - Inteligência do art. 42, 3º do CPC;
2. Consoante precedentes desta Colenda Corte de Justiça "Quem adquire coisa litigiosa não é terceiro legitimado a opor embargos e ainda que não haja sido registrada a ação, no registro imobiliário, não é terceiro quem sucede na posse após a citação a respeito da coisa sub judice" – REsp 9.365/SP, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, entre outros.
3. Não é razoável admitir que a alienação de coisa litigiosa provocada pelo próprio autor (alienante e vencido na demanda), obste o cumprimento da sentença transitada em julgado em favor dos réus que obtiveram êxito judicial na imissão da posse de imóvel, mormente se alienação do bem ocorreu em detrimento das regras de lealdade processual.
4. Recurso Especial não conhecido.
(REsp 1102151/MG, Rel. Ministro HONILDO AMARAL DE MELLO CASTRO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/AP), QUARTA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 26/10/2009)
[…]
Dese modo, considerando que competiria ao recorrente, nas razões de seu recurso especial, combater especificamente o acórdão recorrido, a ausência de tal providência fere o princípio da dialeticidade recursal, incidindo, por analogia, no teor da Súmula 182, do STJ. Tem-se, portanto, que para intentar resultado diverso na instância superior seria necessário o reexame da matéria fático-probatória, o que é inviável em sede de recurso especial, ante a incidência da Súmula 7, do STJ.
Também, quanto à alegada contrariedade aos artigos 458, inciso III, e 535, ambos do CPC, a decisão recorrida está fundamentada em conformidade com a jurisprudência do próprio STJ, como se constata na ementa abaixo:
PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 165, 458, INCISOS II E III, E 535, INCISO II, DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NOS EMBARGOS À EXECUÇÃO. POSSIBILIDADE. EXORBITÂNCIA NÃO CONFIGURADA. REVISÃO. SÚMULA 07/STJ.
1. Inexiste ofensa aos arts. 165, 458, 535, I e II, CPC quando o Tribunal de origem se pronuncia de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos, tendo o decisum se revelado devidamente fundamentado. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão. Precedentes. 2. Os embargos à execução constituem-se verdadeira ação autônoma, a qual não se confunde com a de execução, de modo que cabe a fixação de honorários advocatícios de maneira autônoma e independente em cada uma das aludidas ações. 3. Os honorários advocatícios são passíveis de modificação na instância especial tão somente quando se mostrarem irrisórios ou exorbitantes, o que não é o caso dos autos em que o aresto confirmou a sentença a qual fixou o percentual da verba honorária em 10% sobre o valor do débito.
4. Não sendo desarrazoado o percentual fixado para a verba honorária, não cabe a esta Corte revê-lo, sob pena de ofensa à Súmula 07/STJ, tendo em vista a necessidade de reexame da matéria de ordem fática, insuscetível de análise pela via especial. 5. Agravo regimental não provido (AgRg no REsp 1285656/RJ, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/11/2012, DJe 29/11/2012) (g. n.)
Incide, portanto, a Súmula 83, do STJ: Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida. Anote-se, por fim, conforme restou consignado no julgamento do AgRg no Ag 1306874/SP, relator o Ministro Aldir Passarinho Júnior, in DJe 10.9.2010, que esta súmula também é aplicável aos recursos interpostos pela alínea "a" do permissivo constitucional.
Outrossim, no que concerne à alegação de divergência jurisprudencial, o recurso não preenche os requisitos de admissibilidade, porquanto a divergência jurisprudencial deve ser comprovada, cabendo a quem recorre demonstrar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fático-jurídica entre eles. Indispensável a transcrição de trechos do relatório e do voto dos acórdãos recorrido e paradigma, realizando-se o cotejo analítico entre ambos, com o intuito de bem caracterizar a interpretação legal divergente. O desrespeito a esses requisitos legais e regimentais (art. 541, parágrafo único, do CPC e art. 255 do RI/STJ) impede o conhecimento do Recurso Especial, com base no art. 105, III, alínea "c", da Constituição Federal (AgRg no AREsp 163891/RJ, Ministro Herman Benjamin, j. Em 16/08/2012, Dje 24/08/2012).
Na espécie, nenhum desses requisitos foi observado.
Em face do exposto, não admito este recurso especial.
Intime-se.
Porto Velho, 27 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Presidência
0000409-96.2010.8.22.0014 - Agravo em Recurso Especial
Origem : 0000409-96.2010.8.22.0014 Vilhena / 2ª Vara Cível
Agravante : Carlos Alexandre Perazzolli
Advogada : Mônica Caroline Romano Rigamonti Zamo (OAB/RO 5034)
Advogada : Rayanna de Souza Louzada Neves (OAB/RO 574E)
Agravado : Estado de Rondônia
Procurador : Diego de Maman Dorigatti (OAB/RO 5223)
Procurador : Seiti Roberto Mori (OAB/RO 215B)
Relator(a) : Des. Rowilson Teixeira
Vistos.
Subam os autos ao colendo Superior Tribunal de Justiça.
Publique-se, cumpra-se.
Porto Velho, 28 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Presidência
0025196-63.2012.8.22.0001 - Agravo em Recurso Especial
Origem : 0025196-63.2012.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 8ª Vara Cível
Agravante : Banco Santander Brasil S.A
Advogado : Marcos Antônio Araújo dos Santos (OAB/RO 846)
Advogado : Marcos Antônio Metchko (OAB/RO 1482)
Advogado : Trajano Bastos de Oliveira Neto Friedrich (OAB/PR 35463)
Advogado : Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)
Advogada : Ana Gabriela Rover (OAB/RO 5210)
Advogado : Carlos Maximiano Mafra de Laet (OAB/RJ 15311)

Advogado : Carlos Eduardo Abreu Martins (OAB/RJ 95801)
Agravado : Jorge Paulo de Freitas Braga
Advogada : Iacira Gonçalves Braga de Amorim (OAB/RO 3162)
Relator(a) : Des. Rowilson Teixeira
Vistos.
Subam os autos ao colendo Superior Tribunal de Justiça.
Publique-se, cumpra-se.
Porto Velho, 30 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Presidência
0079867-41.2009.8.22.0001 - Agravo em Recurso Especial
Origem : 0079867-41.2009.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 2ª Vara da Fazenda Pública
Agravante : David Fialho Sales
Advogado : Petrus Emile Abi-Abib (OAB/AM 1316)
Advogado : Marcelo Rodrigues Xavier (OAB/RO 2391)
Advogado : Macsued Carvalho Neves (OAB/RO 4770)
Advogada : Laura Caroline de Araújo (OAB/RO 3641)
Advogado : Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
Advogado : João Diego Raphael Cursino Bomfim (OAB/RO 3669)
Agravado : Município de Porto Velho RO
Procurador : Moacir de Souza Magalhães (OAB/RO 1129)
Procuradora : Shirley Conesuque Gurgel do Amaral (OAB/RO 705)
Procurador : Carlos Alberto de Sousa Mesquita (OAB/RO 805)
Procurador : Jefferson de Souza (OAB/RO 1139)
Procuradora : Maria da Penha Nobre Pereira (OAB/RO 3274)
Procuradora : Rosilene Rodrigues Pereira (OAB/RO 1572)
Relator(a) : Des. Rowilson Teixeira
Vistos.
Subam os autos ao colendo Superior Tribunal de Justiça.
Publique-se, cumpra-se.
Porto Velho, 29 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Presidência
0004020-62.2011.8.22.0001 - Recurso Especial
Origem : 0004020-62.2011.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 1ª Vara da Fazenda Pública
Recorrente : Sindicato dos Servidores no Poder Judiciário do Estado de Rondônia - SINJUR
Advogado : Sílvio Vinícius Santos Medeiros (OAB/RO 3015)
Advogado : Francisco Anastácio Araújo Medeiros (OAB/RO 1081)
Recorrido : Estado de Rondônia
Procurador : Nilton Djalma dos Santos Silva (OAB/RO 608)
Procuradora : Alciléa Pinheiro Medeiros (OAB/RO 500)
Vistos.
Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário do Estado de Rondônia – SINJUR, interpôs recurso especial com fundamento no art. 105, inc. III, a, da CF, alegando que o julgado de fls. 147/153 negou vigência à norma federal.
Não obstante, o presente apelo é inviável porquanto o recorrente sequer especificou qual dispositivo federal teve sua vigência negada, fato que impossibilita extrair a exata compreensão da controvérsia. Incide, por analogia, no teor da Súmula 284 do STF.
Em face do exposto, não admito este recurso especial.
Intime-se.
Porto Velho, 29 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Presidência
0006604-05.2011.8.22.0001 - Agravo em Recurso Especial
Origem : 0006604-05.2011.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 1ª Vara da Fazenda Pública
Agravante : Estado de Rondônia
Procurador : Evanir Antonio de Borba (OAB/RO 776)
Agravada : T. M. G. Representado(a) por sua mãe A. M. M.
Advogado : Ademir Antônio de Oliveira Alencar (OAB/RO 2998)
Relator(a) : Des. Rowilson Teixeira
Vistos.
Subam os autos ao colendo Superior Tribunal de Justiça.
Publique-se, cumpra-se.
Porto Velho, 28 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Presidência
0002922-37.2010.8.22.0014 - Recurso Especial
Origem : 0002922-37.2010.8.22.0014 Vilhena / 3ª Vara Cível
Recorrente : Transportadora Abe & Heckmann Ltda EPP
Advogado : Mário César Torres Mendes (OAB/RO 2305)
Advogado : Daniel Fabiano Cidrão (OAB/SP 162494)
Advogado : Roberto Carlos Maílho (OAB/RO 3047)
Recorrido : Banco Rodobens S A
Advogado : Dilmar de Arruda Campos (OAB/RO 1766)
Advogado : Flávio Lopes Ferraz (OAB/SP 148100)
Advogado : Ricardo Gazzi (OAB/MT 6028A)
Advogado : Vitor César Bonvino (OAB/SP 34357)
Relator(a) : Des. Rowilson Teixeira
Vistos.
Transportadora Abe e Heckamnn LTDA., interpôs recurso especial com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea a e c, da CF, alegando que o julgado de fls. 195/200, contrariou os arts. 52, §2º, do CDC, 884, do CC e 333, inciso II, do CPC, bem como dissentiu da jurisprudência pátria, por assim posicionar-se:
Contrato de financiamento. Revelia. Efeitos. Quitação antecipada do contrato. Redução proporcional dos juros.
Os efeitos da revelia (art.319 CPC) não incidem sobre o direito da parte, mas tão somente quanto à matéria de fato.
Ocorrendo a quitação antecipada do financiamento, é devido o desconto proporcional dos juros incidentes nas parcelas pagas em data anterior ao previsto no contrato e não a exclusão total destes.
O recorrido apresentou contrarrazões pugnando pela não admissão do recurso.
É o relatório.
Tratou-se de ação declaratória c/c cobrança de repetição de indébito, proposta pela recorrente. A pretensão foi julgada improcedente em 1º grau. Em sede de apelação, a decisão foi mantida.
Daí o inconformismo da recorrente.
Analisando as razões recursais, vejo que a matéria tratada nos artigos 884, do CC e 333, inciso II, do CPC, não foram discutidas em momento algum pelo Tribunal de origem, ao tempo que a recorrente, não se valendo dos embargos declaratórios para sanar no v. acórdão a omissão em tela (Súmula 356 do STF), fez com que o presente recurso incidisse, por analogia, no teor da Súmula 282, do STF.
Demais disso, quanto a alegada contrariedade ao art. 52, §2º, do CDC, vê-se que a recorrente não observou o seguinte fundamento, contido no acórdão (fls. 195/200):

[...]
É que, embora a apelante tenha efetuado o pagamento integral, no caso, 32 meses antes do pactuado, tem-se que entre a data da contratação e a quitação transcorreu um período de 16 meses, nos quais os juros incidem sobre o saldo devedor. Dessa forma, no caso de quitação antecipada, o valor das parcelas que haviam sido fixadas levando em consideração o termo final do contrato, agora deve ser recalculado, abatendo-se os juros do período antecipado. Ou seja, quanto maior o período antecipado, maior será a redução dos juros.
E nesse sentido é o que dispõe o artigo 52, § 2ª, do CDC:
§ 2º É assegurado ao consumidor a liquidação antecipada do débito, total ou parcialmente, mediante redução proporcional dos juros e demais acréscimos.
No caso dos autos, resultou demonstrado pelo apelado como chegou ao valor do desconto concedido à apelante. No demonstrativo apresentado quando solicitado pelo magistrado, o apelado demonstrou a redução proporcional dos juros de cada parcela, considerando o número de dias antecipados, bem como a taxa anual de juros contratada e a variação da taxa SELIC.
Conforme se observa, quanto mais longe o vencimento da prestação, maior o seu desconto.
Portanto, a tese da apelante de que não deve incidir nenhum encargo sobre as parcelas vincendas quitadas não deve prosperar.
Nesse sentido:
APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE VEICULO. REDUÇÃO PROPORCIONAL DOS JUROS E DEMAIS ENCARGOS. POSSIBILIDADE. Comprovada a recusa do réu em receber o pagamento antecipado do financiamento, tem o autor o direito de depositar o valor, descontados, proporcionalmente, os juros remuneratórios cobrados e demais acréscimos previstos no contrato. Sentença confirmada. APELO IMPROVIDO. (Apelação Cível Nº 70048991699, Décima Terceira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Vanderlei Teresinha Tremeia Kubiak, Julgado em 13/09/2012).
Ademais, a apelante não demonstra que o cálculo do apelado, no que tange ao valor da redução dos juros, esteja incorreto, apenas requerendo a isenção total de juros e encargos sobre as parcelas vincendas, o que não é admissível.
[...]
Desse modo, considerando que competiria a recorrente, nas razões de seu recurso especial, combater especificamente o acórdão recorrido, a ausência de tal providência fere o princípio da dialeticidade recursal, incidindo, por analogia, no teor da Súmula 182, do STJ. Tem-se, portanto, que para intentar resultado diverso na instância superior seria necessário o reexame da matéria fático-probatória, o que é inviável em sede de recurso especial, ante a incidência da Súmula 7 do STJ.
No que concerne à alegação de divergência jurisprudencial, o recurso não preenche os requisitos de admissibilidade, porquanto a divergência jurisprudencial deve ser comprovada, cabendo a quem recorre demonstrar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fático-jurídica entre eles. Indispensável a transcrição de trechos do relatório e do voto dos acórdãos recorrido e paradigma, realizando-se o cotejo analítico entre ambos, com o intuito de bem caracterizar a interpretação legal divergente. O desrespeito a esses requisitos legais e regimentais (art. 541, parágrafo único, do CPC e art. 255 do RI/STJ) impede o conhecimento do Recurso Especial, com base no art. 105, III, alínea "c", da Constituição Federal (AgRg no AREsp 163891/RJ, Ministro Herman Benjamin, j. em 16/08/2012, Dje 24/08/2012).
Na espécie, nenhum desses requisitos foi observado.
Posto isso, não admito este recurso especial.
Intime-se.
Porto Velho, 29 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Presidência
0025141-53.2001.8.22.0016 - Recurso Especial
Origem : 0025141-53.2001.8.22.0016 São Francisco do Guaporé / 1ª Vara Cível
Recorrente : Argeu Coelho de Queiroz
Advogado : Amedas Silveira Carvalho (OAB/RO 376B)
Advogado : Romer Almeida de Araújo (OAB/RO 672A)
Advogado : Fábio José Reato (OAB/RO 2061)
Advogado : Welser Rony Alencar Almeida (OAB/RO 1506)
Advogado : Daniel dos Anjos Fernandes Júnior (OAB/RO 3214)
Advogado : Airton Pereira de Araújo (OAB/RO 243)
Advogado : Orestes Muniz Filho (OAB/RO 40)
Recorrente : Nilselena Maria Vieira
Advogado : Amedas Silveira Carvalho (OAB/RO 376B)
Advogado : Romer Almeida de Araújo (OAB/RO 672A)
Advogado : Fábio José Reato (OAB/RO 2061)
Advogado : Daniel dos Anjos Fernandes Júnior (OAB/RO 3214)
Advogado : Orestes Muniz Filho (OAB/RO 40)
Advogado : Airton Pereira de Araújo (OAB/RO 243)
Recorrente : Francisco Barbosa de Souza
Advogado : Amedas Silveira Carvalho (OAB/RO 376B)
Advogado : Romer Almeida de Araújo (OAB/RO 672A)
Advogado : Fábio José Reato (OAB/RO 2061)
Advogado : Airton Pereira de Araújo (OAB/RO 243)
Advogado : Daniel dos Anjos Fernandes Júnior (OAB/RO 3214)
Advogado : Orestes Muniz Filho (OAB/RO 40)
Recorrente : Roque Stempkowski
Advogado : Amedas Silveira Carvalho (OAB/RO 376B)
Advogado : Romer Almeida de Araújo (OAB/RO 672A)
Advogado : Fábio José Reato (OAB/RO 2061)
Advogado : Daniel dos Anjos Fernandes Júnior (OAB/RO 3214)
Advogado : Airton Pereira de Araújo (RO 243)
Advogado : Orestes Muniz Filho (OAB/RO 40)
Recorrente : Alcides Ferreira Machado
Advogado : Amedas Silveira Carvalho (OAB/RO 376B)
Advogado : Romer Almeida de Araújo (OAB/RO 672A)
Advogado : Fábio José Reato (OAB/RO 2061)
Advogado : Daniel dos Anjos Fernandes Júnior (OAB/RO 3214)
Advogado : Airton Pereira de Araújo (OAB/RO 243)
Advogado : Orestes Muniz Filho (OAB/RO 40)
Recorrente : Rosalina Regina Machado
Advogado : Amedas Silveira Carvalho (OAB/RO 376B)
Advogado : Romer Almeida de Araújo (OAB/RO 672A)
Advogado : Fábio José Reato (OAB/RO 2061)
Advogado : Daniel dos Anjos Fernandes Júnior (OAB/RO 3214)
Advogado : Airton Pereira de Araújo (OAB/RO 243)
Advogado : Orestes Muniz Filho (OAB/RO 40)
Recorrente : Valdemy Pereira da Silva

Advogado : Amedas Silveira Carvalho (OAB/RO 376B)
Advogado : Romer Almeida de Araújo (OAB/RO 672A)
Advogado : Fábio José Reato (OAB/RO 2061)
Advogado : Daniel dos Anjos Fernandes Júnior (OAB/RO 3214)
Advogado : Orestes Muniz Filho (OAB/RO 40)
Advogado : Airton Pereira de Araújo (OAB/RO 243)
Recorrente : Juçara Andrade de Almeida
Advogado : Amedas Silveira Carvalho (OAB/RO 376B)
Advogado : Romer Almeida de Araújo (OAB/RO 672A)
Advogado : Fábio José Reato (OAB/RO 2061)
Advogado : Daniel dos Anjos Fernandes Júnior (OAB/RO 3214)
Advogado : Orestes Muniz Filho (OAB/RO 40)
Advogado : Airton Pereira de Araújo (OAB/RO 243)
Recorrente : Gessi Vani Alves de Lima
Advogado : Amedas Silveira Carvalho (OAB/RO 376B)
Advogado : Romer Almeida de Araújo (OAB/RO 672A)
Advogado : Fábio José Reato (OAB/RO 2061)
Advogado : Daniel dos Anjos Fernandes Júnior (OAB/RO 3214)
Advogado : Orestes Muniz Filho (OAB/RO 40)
Advogado : Airton Pereira de Araújo (OAB/RO 243)
Recorrente : Roberto Carlos de Almeida
Advogado : Amedas Silveira Carvalho (OAB/RO 376B)
Advogado : Romer Almeida de Araújo (OAB/RO 672A)
Advogado : Fábio José Reato (OAB/RO 2061)
Advogado : Daniel dos Anjos Fernandes Júnior (OAB/RO 3214)
Advogado : Airton Pereira de Araújo (OAB/RO 243)
Advogado : Orestes Muniz Filho (OAB/RO 40)
Recorrente : Eliseu José Cichoski
Advogado : Amedas Silveira Carvalho (OAB/RO 376B)
Advogado : Romer Almeida de Araújo (OAB/RO 672A)
Advogado : Fábio José Reato (OAB/RO 2061)
Advogado : Daniel dos Anjos Fernandes Júnior (OAB/RO 3214)
Advogado : Orestes Muniz Filho (OAB/RO 40)
Advogado : Airton Pereira de Araújo (OAB/RO 243)
Recorrente : Edilson Gomes da Silva
Advogado : Amedas Silveira Carvalho (OAB/RO 376B)
Advogado : Romer Almeida de Araújo (OAB/RO 672A)
Advogado : Fábio José Reato (OAB/RO 2061)
Advogado : Daniel dos Anjos Fernandes Júnior (OAB/RO 3214)
Advogado : Orestes Muniz Filho (OAB/RO 40)
Advogado : Airton Pereira de Araújo (OAB/RO 243)
Recorrido : Juarez Américo do Prado
Advogado : Sebastião Quaresma Júnior (OAB/RO 1372)
Advogado : José de Arimatéia Alves (OAB/RO 1693)
Advogado : José Ademir Alves (OAB/RO 618)
Advogado : JOSE DE ARIMATEIA ALVES (OAB 1693)
Vistos.

Argeu Coelho de Queiroz e outros interpuseram recurso especial com fundamento no art. 105, inc. III, a, da CF, alegando que o julgado de fls. 472/480 contrariou os artigos 128, 458, incisos III, 459, 460, e 535, todos do CPC, por assim posicionar-se:

Sentença. Alegações de nulidade. Impugnação específica. Ausência. Preliminar. Rejeição. Reintegração de posse. Requisitos. Presença. Deferimento. Posse de má-fé. Retenção. Benfeitorias necessárias. Danos reconhecidos. Compensação.

Sendo tempestiva a apelação e as partes recorrentes beneficiárias da gratuidade judiciária, deve ser conhecido e processado o recurso. Se não há impugnação específica do conteúdo da sentença, as alegações genéricas de nulidade da decisão de primeiro grau são manifestamente improcedentes, notadamente se a leitura do decisum recorrido demonstrar que esta preenche todos os requisitos legais e os vícios apontados inexistem. Presentes os requisitos legais, deve ser deferida a reintegração de posse em favor do proprietário do imóvel rural. O possuidor de má-fé somente tem direito à retenção pelas benfeitorias necessárias, as quais serão compensadas com os danos reconhecidos em favor do proprietário autor da ação possessória.

O recorrido apresentou contrarrazões pugnando pela não admissão do recurso.

É o relatório.

Tratou-se de ação de reintegração de posse c/c perdas e danos interposta pelo recorrido. A pretensão foi julgada procedente em 1º grau. Em sede de apelação, a decisão foi parcialmente mantida. Opostos embargos de declaração, restaram improvidos à unanimidade.

Daí o inconformismo dos recorrentes.

Quanto à alegada contrariedade aos artigos 128, 458, incisos III, 459, 460 vê-se que o recorrente não infirmou o seguinte fundamento:

[…]

As alegadas nulidades, a meu juízo, sequer foram devidamente articuladas na apelação, não passando de proposições genéricas que não indicam em que consistiu a ausência de fundamento, o julgamento extra ou ulta petita, o cerceamento de defesa e o erro material.

Não há, quanto a estes tópicos, impugnação específica do que conteúdo da sentença.

Ainda que se considere válida a fundamentação do apelo, é manifestamente improcedente a alegação de nulidade da sentença com base em tais argumentos.

Primeiro, porque a sentença apresenta suficiente fundamentação em relação à prova e questões postas à apreciação do Poder Judiciário, não havendo que se falar em ausência de fundamentação, mesmo sendo ela concisa.

Segundo, porque o juízo a quo é competente para a apreciar a matéria, uma vez que se trata de disputa de posse de imóvel rural, o que revela a competência do juízo de situação da coisa.

Terceiro, porque o feito tramitou por mais de 10 (dez) anos antes de chegar a esse estágio, sendo certo que todas as testemunhas foram ouvidas, não havendo, em momento algum, insurgência quanto ao indeferimento desta ou daquela prova que deveria e não foi produzida, revelando a questão mera irresignação genérica.

E quarto, o alegado erro material, decorrente da não apreciação do direito de retenção por benfeitorias, na verdade, é questão própria de mérito e, como tal, será apreciada no momento oportuno.

Assim, sem mais delongas, rejeito todas as questões preliminares de nulidade da sentença, submetendo a matéria aos eminentes pares.

[…]

Desse modo, considerando que competiria aos recorrentes, nas razões de seu recurso especial, combater especificamente o acórdão recorrido, a ausência de tal providência fere o princípio da dialeticidade recursal, incidindo, por analogia, no teor da Súmula 182 do STJ. Tem-se, portanto, que para intentar resultado diverso na instância superior seria necessário o reexame da matéria fático-probatória, o que é inviável em sede de recurso especial, ante a incidência da Súmula 7, do STJ.

Demais disso, vejo que a decisão recorrida está fundamentada em conformidade com a jurisprudência do próprio STJ, como se constata na ementa abaixo:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 165, 458, INCISOS II E III, E 535, INCISO II, DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NOS EMBARGOS À EXECUÇÃO. POSSIBILIDADE. EXORBITÂNCIA NÃO CONFIGURADA. REVISÃO. SÚMULA 07/STJ.
1. Inexiste ofensa aos arts. 165, 458, 535, I e II, CPC quando o Tribunal de origem se pronuncia de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos, tendo o decisum se revelado devidamente fundamentado. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão. Precedentes. 2. Os embargos à execução constituem-se verdadeira ação autônoma, a qual não se confunde com a de execução, de modo que cabe a fixação de honorários advocatícios de maneira autônoma e independente em cada uma das aludidas ações. 3. Os honorários advocatícios são passíveis de modificação na instância especial tão somente quando se mostrarem irrisórios ou exorbitantes, o que não é o caso dos autos em que o aresto confirmou a sentença a qual fixou o percentual da verba honorária em 10% sobre o valor do débito.
4. Não sendo desarrazoado o percentual fixado para a verba honorária, não cabe a esta Corte revê-lo, sob pena de ofensa à Súmula 07/STJ, tendo em vista a necessidade de reexame da matéria de ordem fática, insuscetível de análise pela via especial. 5. Agravo regimental não provido (AgRg no REsp 1285656/RJ, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/11/2012, DJe 29/11/2012) (g. n.)
Incide, destarte, a Súmula 83 do STJ: Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida. Anote-se, por fim, conforme restou consignado no julgamento do AgRg no Ag 1306874/SP, relator o Ministro Aldir Passarinho Júnior, in DJe 10.9.2010, que esta súmula também é aplicável aos recursos interpostos pela alínea "a" do permissivo constitucional.
Em face do exposto, não admito este recurso especial.
Intime-se.
Porto Velho, 23 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Presidência
0032896-84.2008.8.22.0016 - Recurso Especial
Origem : 0032896-84.2008.8.22.0016 São Francisco do Guaporé / 1ª Vara Cível
Recorrente : Sidinei Antônio Vicensi
Advogado : Fábio José Reato (OAB/RO 2061)
Advogado : Daniel dos Anjos Fernandes Júnior (OAB/RO 3214)
Advogado : Welser Rony Alencar Almeida (OAB/RO 1506)
Advogado : Orestes Muniz Filho (OAB/RO 40)
Recorrido : Juarez Américo do Prado
Advogado : Sebastião Quaresma Junior (OAB/RO 1372)
Vistos.
Sidinei Antônio Vicensi, interpôs recurso especial com fundamento no art. 105, inc. III, a e c, da CF, alegando que o julgado de fls. 479/484 contrariou os artigos 5º, incisos XXXV, LIV, e LV, 93, inciso IX, todos da CF, 42, § 3º, 128, 243, 266, 458, inciso III, 459, 460, 535, 1.046, 1.052, todos do CPC, e 1.201, do CC bem como dissentiu da jurisprudência pátria por assim posicionar-se:
Embargos de terceiro. Aquisição de coisa litigiosa. Legitimidade ativa. Ausência. Carência de ação. Extinção do feito sem resolução de mérito.
É carecedor de ação por ilegitimidade ativa para a ação de embargos de terceiro, aquele que adquire a posse de coisa litigiosa objeto de ação judicial de reintegração de posse em curso há vários, pois é sucessor na posse da coisa, não ostentando, neste caso, a condição de terceiro, devendo ser extinta a ação de embargos sem resolução de mérito.
O recorrido apresentou contrarrazões pugnando pela não admissão do recurso.
É o relatório.
Tratou-se de embargos de terceiro com pedido liminar c/c retenção e indenização por benfeitorias e medida cautelar de produção antecipada de provas interposta pelo recorrente. Em 1º grau, a ação foi extinta sem resolução de mérito. Em sede de apelação, a decisão foi mantida. Opostos embargos de declaração, restaram improvidos à unanimidade.
Daí o inconformismo dos recorrentes.
De plano se constata que não é possível analisar eventual negativa de vigência aos artigos 5º, incisos XXXV, LIV, e LV, 93, inciso IX, todos da CF, uma vez que não cabe recurso especial para análise de normas constitucionais. Como se sabe, o Superior Tribunal de Justiça somente analisa ofensa a normas infraconstitucionais, nos estritos termos do art. 105, III, a, da CF.
Demais disso, vê-se que as matérias tratadas nos artigos 128, 243, 266, 459, 460, 1.046, e 1.052, todos do CPC, e 1.201, do CC, não foram discutidas em momento algum pelo Tribunal de origem, ao tempo que, mesmo tendo o recorrente se valido dos embargos declaratórios, não obteve êxito em sanar, no v. acórdão a omissão em tela (Súmula 211 do STJ), fazendo com que o presente recurso incidisse, por consequência, no teor da Súmula 282, do STF.
Quanto à alegada contrariedade ao artigo 42, § 3º, do CPC vê-se que o recorrente não infirmou o seguinte fundamento:
[…]
Quanto à questão de fundo, sem razão o apelante, pois em sua petição inicial afirma que adquiriu a posse do imóvel de um dos réus na ação de reintegração de posse, o que afasta sua condição de terceiro para fins de ação de embargos de terceiro, sendo, portanto, carecedor de ação. Neste sentido é a jurisprudência do STJ:
RECURSO ESPECIAL - PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE TERCEIRO - ILEGITIMIDADE DO ADQUIRENTE DE COISA LITIGIOSA - LIMITES SUBJETIVOS DA COISA JULGADA - INTELIGÊNCIA DO ART. 42, §3º DO CPC. 1. Não possui legitimidade ativa para Embargos de Terceiro quem sucedeu à parte litigante, ainda que ignore o vício litigioso, pois é indiferente que a aquisição tenha sido antes ou depois da sentença condenatória, porquanto "Não importa se a parte, A, alienou a coisa a C, e C a D; D não é terceiro, nem o seria E, que a recebesse de D" (Pontes de Miranda citado no acórdão recorrido - fls. 246) - Inteligência do art. 42, 3º do CPC;
2. Consoante precedentes desta Colenda Corte de Justiça "Quem adquire coisa litigiosa não é terceiro legitimado a opor embargos e ainda que não haja sido registrada a ação, no registro imobiliário, não é terceiro quem sucede na posse após a citação a respeito da coisa sub judice" – REsp 9.365/SP, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, entre outros.
3. Não é razoável admitir que a alienação de coisa litigiosa provocada pelo próprio autor (alienante e vencido na demanda),

obste o cumprimento da sentença transitada em julgado em favor dos réus que obtiveram êxito judicial na imissão da posse de imóvel, mormente se alienação do bem ocorreu em detrimento das regras de lealdade processual.
4. Recurso Especial não conhecido.
(REsp 1102151/MG, Rel. Ministro HONILDO AMARAL DE MELLO CASTRO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/AP), QUARTA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 26/10/2009)
[…]
Desse modo, considerando que competiria ao recorrente, nas razões de seu recurso especial, combater especificamente o acórdão recorrido, a ausência de tal providência fere o princípio da dialeticidade recursal, incidindo, por analogia, no teor da Súmula 182, do STJ. Tem-se, portanto, que para intentar resultado diverso na instância superior seria necessário o reexame da matéria fático-probatória, o que é inviável em sede de recurso especial, ante a incidência da Súmula 7, do STJ.
Também, quanto à alegada contrariedade aos artigos 458, inciso III, e 535, ambos do CPC, a decisão recorrida está fundamentada em conformidade com a jurisprudência do próprio STJ, como se constata na ementa abaixo:
PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 165, 458, INCISOS II E III, E 535, INCISO II, DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NOS EMBARGOS À EXECUÇÃO. POSSIBILIDADE. EXORBITÂNCIA NÃO CONFIGURADA. REVISÃO. SÚMULA 07/STJ.
1. Inexiste ofensa aos arts. 165, 458, 535, I e II, CPC quando o Tribunal de origem se pronuncia de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos, tendo o decisum se revelado devidamente fundamentado. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão. Precedentes. 2. Os embargos à execução constituem-se verdadeira ação autônoma, a qual não se confunde com a de execução, de modo que cabe a fixação de honorários advocatícios de maneira autônoma e independente em cada uma das aludidas ações. 3. Os honorários advocatícios são passíveis de modificação na instância especial tão somente quando se mostrarem irrisórios ou exorbitantes, o que não é o caso dos autos em que o aresto confirmou a sentença a qual fixou o percentual da verba honorária em 10% sobre o valor do débito.
2. 4. Não sendo desarrazoado o percentual fixado para a verba honorária, não cabe a esta Corte revê-lo, sob pena de ofensa à Súmula 07/STJ, tendo em vista a necessidade de reexame da matéria de ordem fática, insuscetível de análise pela via especial. 5. Agravo regimental não provido (AgRg no REsp 1285656/RJ, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/11/2012, DJe 29/11/2012) (g. n.)
Incide, portanto, a Súmula 83, do STJ: Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida. Anote-se, por fim, conforme restou consignado no julgamento do AgRg no Ag 1306874/SP, relator o Ministro Aldir Passarinho Júnior, in DJe 10.9.2010, que esta súmula também é aplicável aos recursos interpostos pela alínea a, do permissivo constitucional.
Outrossim, no que concerne à alegação de divergência jurisprudencial, o recurso não preenche os requisitos de admissibilidade, porquanto a divergência jurisprudencial deve ser comprovada, cabendo a quem recorre demonstrar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fático-jurídica entre eles. Indispensável a transcrição de trechos do relatório e do voto dos acórdãos recorrido e paradigma, realizando-se o cotejo analítico entre ambos, com o intuito de bem caracterizar a interpretação legal divergente. O desrespeito a esses requisitos legais e regimentais (art. 541, parágrafo único, do CPC e art. 255 do RI/STJ) impede o conhecimento do Recurso Especial, com base no art. 105, III, alínea "c", da Constituição Federal (AgRg no AREsp 163891/RJ, Ministro Herman Benjamin, j. Em 16/08/2012, Dje 24/08/2012).
Na espécie, nenhum desses requisitos foi observado.
Em face do exposto, não admito este recurso especial.
Intime-se.
Porto Velho, 27 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Presidência
0008903-18.2012.8.22.0001 - Agravo em Recurso Especial
Origem : 0008903-18.2012.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 10ª Vara Cível
Agravante : Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogado : Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Advogada : Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120)
Advogado : Marlon Tramontina Cruz Urtozini (OAB/SP 203963)
Advogado : Thiago Andrade Cesar (OAB/SP 237705)
Advogado : Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
Agravado : Jean Carlos Lima Costa
Advogado : Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Advogado : Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281)
Advogado : Mabiagina Mendes de Lima (OAB/RO 3912)
Relator(a) : Des. Rowilson Teixeira
Vistos.
Subam os autos ao colendo Superior Tribunal de Justiça.
Publique-se, cumpra-se.
Porto Velho, 29 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Presidência
0004314-30.2010.8.22.0008 - Agravo em Recurso Especial
Origem : 0004314-30.2010.8.22.0008 Espigão do Oeste / 1ª Vara
Agravante : Eliane Galan
Advogado : Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)
Advogado : Nelson Vieira da Rocha Júnior (OAB/RO 3765)
Agravado : Banco Dibens A.s
Advogado : Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Advogada : Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120)
Advogado : Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
Advogada : Lilian Raquel Mendes Dantas Siqueira (OAB/RO 2173)
Advogada : Lia Dias Gregório (OAB/SP 169557)
Relator(a) : Des. Rowilson Teixeira
Vistos.
Subam os autos ao colendo Superior Tribunal de Justiça.
Publique-se, cumpra-se.
Porto Velho, 30 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Presidência
0030258-94.2006.8.22.0001 - Recurso Extraordinario
Origem : 0030258-94.2006.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 3ª Vara Cível
Recorrente : TNT Araçatuba Transportes e Logística S/A
Advogado : Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB/SP 169709A)
Advogado : Bernardo Augusto Galindo Coutinho (OAB/RO 2991)
Advogada : Laiana Oliveira Melo (OAB/RO 4906)
Advogada : Camila Rezende Martins (OAB/SP 247936)
Recorrida : Joelda do Socorro de Oliveira Barros
Advogada : Margarida dos Santos Melo (OAB/RO 508)
Advogado : Anderson Cláudio de Melo Machado (OAB/RO 1437)
Vistos.
TNT Araçatuba Transportes e Logística S.A., interpôs recurso extraordinário com fundamento no art. 102, III, a, da CF, alegando que o julgado de fls. 152/156 contrariou os artigos 5º, inciso LV, e 93, inciso IX, ambos da CF por assim posicionar-se:
Sistema digital Segundo grau. Protocolização de petição física. Não recebimento.
A protocolização de petição física em processo já digitalizado enseja o seu não recebimento por desrespeitar as normas previstas na legislação vigente (Instrução Conjunta n. 014/2010).
A recorrida não apresentou contrarrazões.
É o relatório.
Tratou-se de ação de indenização interposta pela recorrida. A pretensão foi julgada parcialmente procedente em 1º grau. Em sede de apelação, o relator negou seguimento ao recurso, mantendo inalterada a decisão recorrida. Interposto agravo, ainda assim a decisão foi mantida. Opostos embargos de declaração, o relator não conheceu do recurso, e em face desta decisão fora interposto agravo, o qual restou improvido.
Daí o inconformismo do recorrente.
Quanto ao pedido de efeito suspensivo, vejo que o recorrente não trouxe nenhum documento capaz de comprovar a necessidade de concessão dessa medida excepcional em sede de recurso especial, razão pela qual deve ser indeferido o pleito de efeito suspensivo.
Passo agora ao juízo de admissibilidade do recurso.
Analisando às razões recursais, vê-se que as matérias tratadas nos artigos precitados, não foram discutidas em momento algum pelo Tribunal de origem, ao tempo que, mesmo tendo o recorrente se valido dos embargos declaratórios, não obteve êxito em sanar, no v. acórdão a omissão em tela (Súmula 356 do STF), fazendo com que o presente recurso incidisse, por consequência, no teor da Súmula 282 do STF.
Note-se, conforme preceitua o Supremo Tribunal Federal, que:
[…].
O prequestionamento não resulta da circunstância de a matéria haver sido arguida pela parte recorrente. A configuração do instituto pressupõe debate e decisão prévios pelo Colegiado, ou seja, emissão de juízo sobre o tema. O procedimento tem como escopo o cotejo indispensável a que se diga do enquadramento do recurso extraordinário no permissivo constitucional. Se o Tribunal de origem não adotou tese explícita a respeito do fato jurígeno veiculado nas razões recursais, inviabilizado fica o entendimento sobre a violência ao preceito evocado pelo recorrente (Primeira Turm. AgR no AI 763786/RS, relator o Ministro Marco Aurélio, DJe-179, DIVULG 23/9/2010, PUBLIC 24/9/2010, EMENT VOL-02416-09, PP-01880).
Posto isso, não admito este recurso extraordinário.
Intime-se.
Porto Velho, 28 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Presidência
0030258-94.2006.8.22.0001 - Recurso Especial
Origem : 0030258-94.2006.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 3ª Vara Cível
Recorrente : TNT Araçatuba Transportes e Logística S/A
Advogado : Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB/SP 169709A)
Advogado : Bernardo Augusto Galindo Coutinho (OAB/RO 2991)
Advogada : Laiana Oliveira Melo (OAB/RO 4906)
Advogada : Camila Rezende Martins (OAB/SP 247936)
Recorrida : Joelda do Socorro de Oliveira Barros
Advogada : Margarida dos Santos Melo (OAB/RO 508)
Advogado : Anderson Cláudio de Melo Machado (OAB/RO 1437)
Vistos.
TNT Araçatuba Transportes e Logística S.A., interpôs recurso especial com fundamento no art. 105, inc. III, a, da CF, alegando que o julgado de fls. 152/156 contrariou os artigos 14, inciso II, 154, 244 e 248, todos do CPC por assim posicionar-se:
Sistema digital Segundo grau. Protocolização de petição física. Não recebimento.
A protocolização de petição física em processo já digitalizado enseja o seu não recebimento por desrespeitar as normas previstas na legislação vigente (Instrução Conjunta n. 014/2010).
A recorrida apresentou contrarrazões pugnando pelo não conhecimento do recurso.
É o relatório.
Tratou-se de ação de indenização interposta pela recorrida. A pretensão foi julgada parcialmente procedente em 1º grau. Em sede de apelação, o relator negou seguimento ao recurso, mantendo inalterada a decisão recorrida. Interposto agravo, ainda assim a decisão foi mantida. Opostos embargos de declaração, o relator não conheceu do recurso, e em face desta decisão fora interposto agravo, o qual restou improvido.
Daí o inconformismo do recorrente.
Quanto ao pedido de efeito suspensivo, vejo que o recorrente não trouxe nenhum documento capaz de comprovar a necessidade de concessão dessa medida excepcional em sede de recurso especial, razão pela qual deve ser desalhido o pedido de efeito suspensivo.
Passo agora ao juízo de admissibilidade do recurso.
Analisando as razões recursais bem como a decisão recorrida, vê-se que as matérias tratadas nos artigos precitados, não foram discutidas em momento algum pelo Tribunal de origem, ao tempo que, mesmo tendo o recorrente se valido dos embargos declaratórios, não obteve êxito em sanar, no v. acórdão a omissão em tela (Súmula 211 do STJ), fazendo com que o presente recurso incidisse, por consequência, no teor da Súmula 282 do STF.
Posto isso, indefiro o pedido de efeito suspensivo e não admito este recurso especial.
Intime-se.
Porto Velho, 29 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Presidência
0007940-41.2011.8.22.0002 - Recurso Especial
Origem : 0007940-41.2011.8.22.0002 Ariquemes / 1ª Vara Cível
Recorrente : Mariá Perpetua Gonçalves Rigoto
Advogada : Corina Fernandes Pereira (OAB/RO 2074)
Recorrida : Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S. A.
Advogado : Marcos Antonio Metchko (OAB/RO 1482)
Advogado : Marcos Antônio Araújo dos Santos (OAB/RO 846)
Advogada : Nanci Campos (OAB/SP 83577)
Vistos.
Mariá Perpétua Gonçalves Rigoto, interpôs recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, a e c, da CF, alegando que o julgado de fls. 165/173, contrariou os artigos 165, 522, 333, inciso II, todos do CPC, 7º, 18, e 25, todos do CDC, bem como dissentiu da jurisprudência pátria por assim posicionar-se:
Apelação cível. Direito do consumidor. Contrato de compra e venda e contrato de financiamento. Operações distintas que não se comunicam. Inadimplemento do contrato de compra e venda. Responsabilidade do vendedor. Agente financeiro. Parte ilegítima. Inscrição em órgãos de restrição ao crédito. Exercício regular de direito. Responsabilidade solidária entre a empresa do comércio e o agente financeiro apenas em relação ao contrato de financiamento.
A apelante atuou apenas como agente financiador, não assumiu, contratualmente, responsabilidade pelo fabricação, entrega, montagem e manutenção dos móveis. Não podendo, assim, ser compelida a responsabilizar por ato exclusivo de terceiros. Recurso provido.
A recorrida não apresentou contrarrazões.
É o relatório.
Tratou-se de ação de rescisão contratual c/c indenização por danos morais e materiais c/c restituição de valores pagos com pedido liminar proposta pela recorrida. A pretensão foi julgada procedente em 1º grau. Em sede de apelação, a decisão foi reformada.
Daí o inconformismo da recorrente.
Analisando as razões recursais, vejo que a matéria tratada nos artigos 165, 522, 333, inciso II, todos do CPC não foram discutidas em momento algum pelo Tribunal de origem, ao tempo que o recorrente, não se valendo dos embargos declaratórios para sanar no v. acórdão a omissão em tela (Súmula 356 do STF), fez com que o presente recurso incidisse, por analogia, no teor da Súmula 282, do STF.
Demais disso, quanto a alegada contrariedade aos artigos 7º, 18, e 25, todos do CDC, vê-se que a recorrente não infirmou os seguintes fundamentos:
[...]
A questão posta nos autos diz respeito a duas situações distintas. Uma a relação entre a apelada e a empresa Bella Casa Indústria e Comércio de Móveis Planejados Ltda-ME; outra, não menos importante, porém de características diversas, a relação entre a apelada, a empresa Bella Casa Indústria e Comércio de Móveis Planejados Ltda-ME e a apelante.
Na primeira relação, a apelada contratou a empresa Bella Casa Indústria e Comércio de Móveis Planejados Ltda-ME, para confecção e montagem de móveis planejados diversos e combinou o preço, a forma de pagamento e os prazos de entrega e montagem.
Para permitir a aquisição, a apelante, entidade de financeira, firmou contrato com a apelada, disponibilizando àquela o crédito para o pagamento da avença feita entre a sua cliente e a indústria de móveis.
Pois bem. Os acordos vinham sendo cumpridos até a entrega dos móveis e a montagem, compromisso assumido pela empresa Bella Casa Indústria e Comércio de Móveis Planejados Ltda-ME, onde os problemas surgiram e daí a insatisfação da apelada e a busca pela rescisão dos contratos.
As provas dos autos não deixam dúvidas quanto à má prestação dos serviços e a necessidade de rescisão do contrato, diante da evidente insatisfação por parte da apelada que, na qualidade de consumidora, tem o direito de receber por aquilo que adquiriu e da forma pactuada. No entanto, as relações entre as partes são distintas; assim como as responsabilidades.
Duas condutas levaram à condenação de restituição de valores e por danos morais. Uma, a má prestação dos serviços; outra, a negativação do nome da apelada nos órgãos de proteção ao crédito.
A primeira conduta, que resultou a rescisão dos contratos e a obrigação de devolução dos valores pagos, pela apelada, no importe de R$28.475,21 (vinte e oito mil quatrocentos e setenta e cinco reais e vinte e um centavos), decorreu de ato omissivo da empresa Bella Casa Indústria e Comércio de Móveis Planejados Ltda-ME. Não tendo a apelante participação alguma na celeuma.
A apelante atuou apenas como agente financiador, não assumiu, contratualmente, responsabilidade pela fabricação, entrega, montagem e manutenção dos móveis. Não podendo, assim, ser compelida a responsabilizar por ato exclusivo de terceiros.
A este respeito, transcrevo decisão do c. Superior Tribunal de Justiça:
STJ
Ementa: RECURSO ESPECIAL - DIREITO DO CONSUMIDOR - OBRIGAÇÃO DE FAZER - CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE BEM MÓVEL E CONTRATO DE FINANCIAMENTO - ART. 535 DO CPC - OMISSÃO - NÃO OCORRÊNCIA - ART. 46 DO CDC – CONHECIMENTO PRÉVIO DAS CONDIÇÕES DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO - OCORRÊNCIA - PRETENSÃO DE REFORMA - SÚMULA N. 7/STJ - FINANCIAMENTO CONTRAÍDO NO INTERIOR DO ESTABELECIMENTO COMERCIAL DA EMPRESA FORNECEDORA – RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA ENTRE AS EMPRESAS - DIREITO SUBJETIVO DO CONSUMIDOR DE BUSCAR A TUTELA CONSUMERISTA CONTRA O BANCO, PORÉM, APENAS EM RELAÇÃO AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO - RECURSO IMPROVIDO. 1. Não há omissão no acórdão recorrido relacionada ao art. 46 do CDC , porquanto, enfrentando o tema, a Corte de origem esclareceu que o recorrente teve prévio conhecimento das condições do contrato de financiamento. 2. Rever a conclusão da Corte de origem no sentido de aferir se houve, ou não, o prévio conhecimento do consumidor das condições do financiamento, implicaria rever matéria fático-probatória em sede de recurso especial (Súmula n. 7/STJ). 3. O consumidor tem direito subjetivo de buscar a tutela jurisdicional amparado pela lei consumerista contra o banco, porém, apenas em relação a questões envolvendo o contrato de financiamento, tendo em vista a natureza diversa das relações contratuais entre o contrato de compra e venda e o contrato de financiamento. 4. No caso dos autos, a instituição financeira não é parte legítima para figurar no pólo passivo da ação de obrigação de fazer ajuizada pelo consumidor porque busca discutir apenas a relação jurídica decorrente do contrato de compra e venda,

sem qualquer relação com o contrato de financiamento. 5. Recurso especial improvido. STJ - RECURSO ESPECIAL REsp 1109177 SP 2008/0279527-8 (STJ) Data de publicação: 01/03/2010

Não se pode, então, pela causa de pedir fática posta no autos,responsabilizar o agente financiador pela má execução de outro contrato, firmado pela apelada com a empresa que lhe vendeu os bens.

Subsiste a responsabilidade da apelada quanto ao pagamento do financiamento ou compelir a empresa Bella Casa Indústria e Comércio de Móveis Planejados Ltda-ME a assumir os valores correspondentes ao financiamento – este, porém, não é objeto da lide -. Mesmo porque, por presunção, aquela empresa recebeu o valor total correspondente ao financiamento, caso contrário, não seria necessária a interveniência do agente financeiro.

[...]

Desse modo, considerando que competiria ao recorrente, nas razões de seu recurso especial, combater especificamente o acórdão recorrido, a ausência de tal providência fere o princípio da dialeticidade recursal, incidindo, por analogia, no teor da Súmula 182, do STJ. Tem-se, portanto, que para intentar resultado diverso na instância superior seria necessário o reexame da matéria fático-probatória, o que é inviável em sede de recurso especial, ante a incidência da Súmula 7 do STJ.

No que concerne à alegação de divergência jurisprudencial, o recurso não preenche os requisitos de admissibilidade, porquanto a divergência jurisprudencial deve ser comprovada, cabendo a quem recorre demonstrar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fático-jurídica entre eles. Indispensável a transcrição de trechos do relatório e do voto dos acórdãos recorrido e paradigma, realizando-se o cotejo analítico entre ambos, com o intuito de bem caracterizar a interpretação legal divergente. O desrespeito a esses requisitos legais e regimentais (art. 541, parágrafo único, do CPC e art. 255 do RI/STJ) impede o conhecimento do Recurso Especial, com base no art. 105, III, alínea "c", da Constituição Federal (AgRg no AREsp 163891/RJ, Ministro Herman Benjamin, j. Em 16/08/2012, Dje 24/08/2012).

Na espécie, nenhum desses requisitos foi observado.

Posto isso, não admito este recurso especial.

Intime-se, publicando.

Porto Velho, 28 de janeiro de 2014.

Desembargador Rowilson Teixeira

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Presidência
0032900-24.2008.8.22.0016 - Recurso Especial
Origem : 0032900-24.2008.8.22.0016 São Francisco do Guaporé / 1ª Vara Cível
Recorrente : Evandro Luiz Dalle Laste
Advogado : Fábio José Reato (OAB/RO 2061)
Advogado : Airton Pereira de Araújo (OAB/RO 243)
Advogado : Cristóvam Coelho Carneiro (OAB/RO 115)
Advogado : Daniel dos Anjos Fernandes Júnior (OAB/RO 3214)
Advogado : Welser Rony Alencar Almeida (OAB/RO 1506)
Advogado : Orestes Muniz Filho (OAB/RO 40)
Recorrido : Juarez Américo do Prado
Advogado : Sebastião Quaresma Júnior (OAB/RO 1372)

Vistos.

Evandro Luiz Dalle Laste, interpôs recurso especial com fundamento no art. 105, inc. III, a e c, da CF, alegando que o julgado de fls. 440/445 contrariou os artigos 5º, incisos XXXV, LIV, e LV, 93, inciso IX, todos da CF, 42, § 3º, 128, 243, 266, 458, inciso III, 459, 460, 535, 1.046, 1.052, todos do CPC, e 1.201, do CC bem como dissentiu da jurisprudência pátria por assim posicionar-se:

Embargos de terceiro. Aquisição de coisa litigiosa. Legitimidade ativa. Ausência. Carência de ação. Extinção do feito sem resolução de mérito.

É carecedor de ação por ilegitimidade ativa para a ação de embargos de terceiro aquele que adquire a posse de coisa litigiosa objeto de ação judicial de reintegração de posse em curso há vários anos, pois é sucessor na posse da coisa, não ostentando, neste caso, a condição de terceiro, devendo ser extinta a ação de embargos sem resolução de mérito.

O recorrido apresentou contrarrazões pugnando pela não admissão do recurso.

É o relatório.

Tratou-se de embargos de terceiro com pedido liminar c/c retenção e indenização por benfeitorias e medida cautelar de produção antecipada de provas interposta pelo recorrente. Em 1º grau, a ação foi extinta sem resolução de mérito. Em sede de apelação, a decisão foi mantida. Opostos embargos de declaração, restaram improvidos à unanimidade.

Daí o inconformismo dos recorrentes.

De plano se constata que não é possível analisar eventual negativa de vigência aos artigos 5º, incisos XXXV, LIV, e LV, 93, inciso IX, todos da CF, uma vez que não cabe recurso especial para análise de normas constitucionais. Como se sabe, o Superior Tribunal de Justiça somente analisa ofensa a normas infraconstitucionais, nos estritos termos do art. 105, III, a, da CF.

Demais disso, vê-se que as matérias tratadas nos artigos 128, 243, 266, 459, 460, 1.046, e 1.052, todos do CPC, e 1.201, do CC, não foram discutidas em momento algum pelo Tribunal de origem, ao tempo que, mesmo tendo o recorrente se valido dos embargos declaratórios, não obteve êxito em sanar, no v. acórdão a omissão em tela (Súmula 211 do STJ), fazendo com que o presente recurso incidisse, por consequência, no teor da Súmula 282 do STF.

Quanto à alegada contrariedade ao artigo 42, § 3º, do CPC vê-se que o recorrente não infirmou o seguinte fundamento:

[…]

Quanto à questão de fundo, sem razão o apelante, pois em sua petição inicial afirma que adquiriu a posse do imóvel de um dos réus na ação de reintegração de posse, o que afasta sua condição de terceiro para fins de ação de embargos de terceiro, sendo, portanto, carecedor de ação. Neste sentido é a jurisprudência do STJ:

RECURSO ESPECIAL - PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE TERCEIRO - ILEGITIMIDADE DO ADQUIRENTE DE COISA LITIGIOSA - LIMITES SUBJETIVOS DA COISA JULGADA - INTELIGÊNCIA DO ART. 42, §3º DO CPC. 1. Não possui legitimidade ativa para Embargos de Terceiro quem sucedeu à parte litigante, ainda que ignore o vício litigioso, pois é indiferente que a aquisição tenha sido antes ou depois da sentença condenatória, porquanto "Não importa se a parte, A, alienou a coisa a C, e C a D; D não é terceiro, nem o seria E, que a recebesse de D" (Pontes de Miranda citado no acórdão recorrido - fls. 246) - Inteligência do art. 42, 3º do CPC;

2. Consoante precedentes desta Colenda Corte de Justiça "Quem adquire coisa litigiosa não é terceiro legitimado a opor embargos e ainda que não haja sido registrada a ação, no registro imobiliário, não é terceiro quem sucede na posse após a citação a respeito da coisa sub judice" – REsp 9.365/SP, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, entre outros.
3. Não é razoável admitir que a alienação de coisa litigiosa provocada pelo próprio autor (alienante e vencido na demanda), obste o cumprimento da sentença transitada em julgado em favor dos réus que obtiveram êxito judicial na imissão da posse de imóvel, mormente se alienação do bem ocorreu em detrimento das regras de lealdade processual.
4. Recurso Especial não conhecido.
(REsp 1102151/MG, Rel. Ministro HONILDO AMARAL DE MELLO CASTRO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/AP), QUARTA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 26/10/2009)
[…]
Desse modo, considerando que competiria ao recorrente, nas razões de seu recurso especial, combater especificamente o acórdão recorrido, a ausência de tal providência fere o princípio da dialeticidade recursal, incidindo, por analogia, no teor da Súmula 182, do STJ. Tem-se, portanto, que para intentar resultado diverso na instância superior seria necessário o reexame da matéria fático-probatória, o que é inviável em sede de recurso especial, ante a incidência da Súmula 7, do STJ.
Também, quanto à alegada contrariedade aos artigos 458, inciso III, e 535, ambos do CPC, a decisão recorrida está fundamentada em conformidade com a jurisprudência do próprio STJ, como se constata na ementa abaixo:
PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 165, 458, INCISOS II E III, E 535, INCISO II, DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NOS EMBARGOS À EXECUÇÃO. POSSIBILIDADE. EXORBITÂNCIA NÃO CONFIGURADA. REVISÃO. SÚMULA 07/STJ.
1. Inexiste ofensa aos arts. 165, 458, 535, I e II, CPC quando o Tribunal de origem se pronuncia de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos, tendo o decisum se revelado devidamente fundamentado. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão. Precedentes. 2. Os embargos à execução constituem-se verdadeira ação autônoma, a qual não se confunde com a de execução, de modo que cabe a fixação de honorários advocatícios de maneira autônoma e independente em cada uma das aludidas ações. 3. Os honorários advocatícios são passíveis de modificação na instância especial tão somente quando se mostrarem irrisórios ou exorbitantes, o que não é o caso dos autos em que o aresto confirmou a sentença a qual fixou o percentual da verba honorária em 10% sobre o valor do débito.
4. Não sendo desarrazoado o percentual fixado para a verba honorária, não cabe a esta Corte revê-lo, sob pena de ofensa à Súmula 07/STJ, tendo em vista a necessidade de reexame da matéria de ordem fática, insuscetível de análise pela via especial. 5. Agravo regimental não provido (AgRg no REsp 1285656/RJ, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/11/2012, DJe 29/11/2012) (g. n.)
Incide, portanto, a Súmula 83, do STJ: Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida. Anote-se, por fim, conforme restou consignado no julgamento do AgRg no Ag 1306874/SP, relator o Ministro Aldir Passarinho Júnior, in DJe 10.9.2010, que esta súmula também é aplicável aos recursos interpostos pela alínea "a" do permissivo constitucional.
Outrossim, no que concerne à alegação de divergência jurisprudencial, o recurso não preenche os requisitos de admissibilidade, porquanto a divergência jurisprudencial deve ser comprovada, cabendo a quem recorre demonstrar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fático-jurídica entre eles. Indispensável a transcrição de trechos do relatório e do voto dos acórdãos recorrido e paradigma, realizando-se o cotejo analítico entre ambos, com o intuito de bem caracterizar a interpretação legal divergente. O desrespeito a esses requisitos legais e regimentais (art. 541, parágrafo único, do CPC e art. 255 do RI/STJ) impede o conhecimento do Recurso Especial, com base no art. 105, III, alínea "c", da Constituição Federal (AgRg no AREsp 163891/RJ, Ministro Herman Benjamin, j. Em 16/08/2012, Dje 24/08/2012).
Na espécie, nenhum desses requisitos foi observado.
Em face do exposto, não admito este recurso especial.
Intime-se.
Porto Velho, 27 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Presidência
0032926-22.2008.8.22.0016 - Recurso Especial
Origem : 0032926-22.2008.8.22.0016 São Francisco do Guaporé / 1ª Vara Cível
Recorrente : Givanildo de Paula Costa
Advogado : Daniel dos Anjos Fernandes Júnior (OAB/RO 3214)
Advogado : Welser Rony Alencar Almeida (OAB/RO 1506)
Advogado : Fábio José Reato (OAB/RO 2061)
Advogado : Orestes Muniz Filho (OAB/RO 40)
Advogado : Aírton Pereira de Araújo (OAB/RO 243)
Advogado : Cristovam Coelho Carneiro (OAB/RO 115)
Recorrido : Juarez Américo do Prado
Advogado : Sebastião Quaresma Júnior (OAB/RO 1372)
Vistos.
Givanildo de Paula Costa, interpôs recurso especial com fundamento no art. 105, inc. III, a e c, da CF, alegando que o julgado de fls. 430/435 contrariou os artigos 5º, incisos XXXV, LIV, e LV, 93, inciso IX, todos da CF, 42, § 3º, 128, 243, 266, 458, inciso III, 459, 460, 535, 1.046, 1.052, todos do CPC, e 1.201, do CC bem como dissentiu da jurisprudência pátria por assim posicionar-se:
Embargos de terceiro. Aquisição de coisa litigiosa. Legitimidade ativa. Ausência. Carência de ação. Extinção do feito sem resolução de mérito.
É carecedor de ação por ilegitimidade ativa para a ação de embargos de terceiro aquele que adquire a posse de coisa litigiosa objeto de ação judicial de reintegração de posse em curso há vários anos, pois é sucessor na posse da coisa, não ostentando, neste caso, a condição de terceiro, devendo ser extinta a ação de embargos sem resolução de mérito.
O recorrido apresentou contrarrazões pugnando pela não admissão do recurso.
É o relatório.
Tratou-se de embargos de terceiro com pedido liminar c/c retenção e indenização por benfeitorias e medida cautelar de

produção antecipada de provas interposta pelo recorrente. Em 1º grau, a ação foi extinta sem resolução de mérito. Em sede de apelação, a decisão foi mantida. Opostos embargos de declaração, restaram improvidos à unanimidade.

Daí o inconformismo do recorrente.

De plano se constata que não é possível analisar eventual negativa de vigência aos artigos 5º, incisos XXXV, LIV, e LV, 93, inciso IX, todos da CF, uma vez que não cabe recurso especial para análise de normas constitucionais. Como se sabe, o Superior Tribunal de Justiça somente analisa ofensa a normas infraconstitucionais, nos estritos termos do art. 105, III, a, da CF.

Demais disso, vê-se que as matérias tratadas nos artigos 128, 243, 266, 459, 460, 1.046, e 1.052, todos do CPC, e 1.201, do CC, não foram discutidas em momento algum pelo Tribunal de origem, ao tempo que, mesmo tendo o recorrente se valido dos embargos declaratórios, não obteve êxito em sanar, no v. acórdão a omissão em tela (Súmula 211 do STJ), fazendo com que o presente recurso incidisse, por consequência, no teor da Súmula 282, do STF.

Quanto à alegada contrariedade ao artigo 42, § 3º, do CPC vê-se que o recorrente não infirmou o seguinte fundamento:

[…]

Quanto à questão de fundo, sem razão o apelante, pois em sua petição inicial afirma que adquiriu a posse do imóvel de um dos réus na ação de reintegração de posse, o que afasta sua condição de terceiro para fins de ação de embargos de terceiro, sendo, portanto, carecedor de ação. Neste sentido é a jurisprudência do STJ:

RECURSO ESPECIAL - PROCESSUAL CIVIL - EMBARGOS DE TERCEIRO - ILEGITIMIDADE DO ADQUIRENTE DE COISA LITIGIOSA - LIMITES SUBJETIVOS DA COISA JULGADA - INTELIGÊNCIA DO ART. 42, §3º DO CPC. 1. Não possui legitimidade ativa para Embargos de Terceiro quem sucedeu à parte litigante, ainda que ignore o vício litigioso, pois é indiferente que a aquisição tenha sido antes ou depois da sentença condenatória, porquanto "Não importa se a parte, A, alienou a coisa a C, e C a D; D não é terceiro, nem o seria E, que a recebesse de D" (Pontes de Miranda citado no acórdão recorrido - fls. 246) - Inteligência do art. 42, 3º do CPC;

2. Consoante precedentes desta Colenda Corte de Justiça "Quem adquire coisa litigiosa não é terceiro legitimado a opor embargos e ainda que não haja sido registrada a ação, no registro imobiliário, não é terceiro quem sucede na posse após a citação a respeito da coisa sub judice" – REsp 9.365/SP, Rel. Ministro WALDEMAR ZVEITER, entre outros.

3. Não é razoável admitir que a alienação de coisa litigiosa provocada pelo próprio autor (alienante e vencido na demanda), obste o cumprimento da sentença transitada em julgado em favor dos réus que obtiveram êxito judicial na imissão da posse de imóvel, mormente se alienação do bem ocorreu em detrimento das regras de lealdade processual.

4. Recurso Especial não conhecido.

(REsp 1102151/MG, Rel. Ministro HONILDO AMARAL DE MELLO CASTRO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/AP), QUARTA TURMA, julgado em 13/10/2009, DJe 26/10/2009)

[…]

Desse modo, considerando que competiria ao recorrente, nas razões de seu recurso especial, combater especificamente o acórdão recorrido, a ausência de tal providência fere o princípio da dialeticidade recursal, incidindo, por analogia, no teor da Súmula 182, do STJ. Tem-se, portanto, que para intentar resultado diverso na instância superior seria necessário o reexame da matéria fático-probatória, o que é inviável em sede de recurso especial, ante a incidência da Súmula 7 do STJ.

Também, quanto à alegada contrariedade aos artigos 458, inciso III, e 535, ambos do CPC, a decisão recorrida está fundamentada em conformidade com a jurisprudência do próprio STJ, como se constata na ementa abaixo:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 165, 458, INCISOS II E III, E 535, INCISO II, DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS NOS EMBARGOS À EXECUÇÃO. POSSIBILIDADE. EXORBITÂNCIA NÃO CONFIGURADA. REVISÃO. SÚMULA 07/STJ.

1. Inexiste ofensa aos arts. 165, 458, 535, I e II, CPC quando o Tribunal de origem se pronuncia de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos, tendo o decisum se revelado devidamente fundamentado. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a decisão. Precedentes. 2. Os embargos à execução constituem-se verdadeira ação autônoma, a qual não se confunde com a de execução, de modo que cabe a fixação de honorários advocatícios de maneira autônoma e independente em cada uma das aludidas ações. 3. Os honorários advocatícios são passíveis de modificação na instância especial tão somente quando se mostrarem irrisórios ou exorbitantes, o que não é o caso dos autos em que o aresto confirmou a sentença a qual fixou o percentual da verba honorária em 10% sobre o valor do débito.

4. Não sendo desarrazoado o percentual fixado para a verba honorária, não cabe a esta Corte revê-lo, sob pena de ofensa à Súmula 07/STJ, tendo em vista a necessidade de reexame da matéria de ordem fática, insuscetível de análise pela via especial. 5. Agravo regimental não provido (AgRg no REsp 1285656/RJ, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/11/2012, DJe 29/11/2012) (g. n.)

Incide, portanto, a Súmula 83, do STJ: Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida. Anote-se, por fim, conforme restou consignado no julgamento do AgRg no Ag 1306874/SP, relator o Ministro Aldir Passarinho Júnior, in DJe 10.9.2010, que esta súmula também é aplicável aos recursos interpostos pela alínea "a" do permissivo constitucional.

Outrossim, no que concerne à alegação de divergência jurisprudencial, o recurso não preenche os requisitos de admissibilidade, porquanto a divergência jurisprudencial deve ser comprovada, cabendo a quem recorre demonstrar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fático-jurídica entre eles. Indispensável a transcrição de trechos do relatório e do voto dos acórdãos recorrido e paradigma, realizando-se o cotejo analítico entre ambos, com o intuito de bem caracterizar a interpretação legal divergente. O desrespeito a esses requisitos legais e regimentais (art. 541, parágrafo único, do CPC e art. 255 do RI/STJ) impede o conhecimento do Recurso Especial, com base no art. 105, III, alínea "c", da Constituição Federal (AgRg no AREsp 163891/RJ, Ministro Herman Benjamin, j. Em 16/08/2012, Dje 24/08/2012).

Na espécie, nenhum desses requisitos foi observado.

Em face do exposto, não admito este recurso especial.

Intime-se.

Porto Velho, 27 de janeiro de 2014.

Desembargador Rowilson Teixeira

Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Presidência
0001299-11.2009.8.22.0001 - Agravo em Recurso Especial
Origem : 0001299-11.2009.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 3ª Vara Cível
Agravante : Wesley Luiz Ferreira Gandara
Advogado : Paulo Ferreira Luz (OAB/RO 605)
Agravado : Banco do Brasil S. A.
Advogado : Welys Araújo de Assis (OAB/RO 3804)
Advogado : Josimar Oliveira Muniz (OAB/RO 912)
Advogado : Marcos Edmundo Magno Pinheiro (OAB/MG 64233)
Relator(a) : Des. Rowilson Teixeira
Vistos.
Subam os autos ao colendo Superior Tribunal de Justiça.
Publique-se, cumpra-se.
Porto Velho, 29 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Presidência
0000721-68.2011.8.22.0101 - Agravo em Recurso Especial
Origem : 0000721-68.2011.8.22.0101 Porto Velho - Prefeitura Municipal / 2ª Vara de Execuções Fiscais e Registros Públicos
Agravante : Paulo Fueth Mourão
Advogada : Sabrina Puga (OAB/RO 4879)
Advogado : Dalmo Jacob do Amaral Junior (OAB/GO 13905)
Agravado : Município de Porto Velho RO
Procuradora : Geane Pereira da Silva Goveia (OAB/RO 2536)
Advogada : Waldecy dos Santos Vieira (OAB/RO 1906)
Relator(a) : Des. Rowilson Teixeira
Vistos.
Subam os autos ao colendo Superior Tribunal de Justiça.
Publique-se, cumpra-se.
Porto Velho, 31 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Presidência
0021841-14.2009.8.22.0013 - Agravo em Recurso Especial
Origem : 0021841-14.2009.8.22.0013 Cerejeiras / 2ª Vara
Agravante : José Corado dos Anjos
Advogado : Trumam Gomer de Souza Corcino (OAB/RO 3755)
Agravado : João Batista Pimenta
Advogada : Regiane Estefanny Castilho (OAB/RO 4835)
Advogado : Gilson Ely Chaves de Matos (OAB/RO 1733)
Advogado : Estevan Soletti (OAB/RO 3702)
Agravado : Município de Cerejeiras - RO
Procurador : Roberto Silva Lessa Feitosa (OAB/RO 2372)
Relator(a) : Des. Rowilson Teixeira
Vistos.
Subam os autos ao colendo Superior Tribunal de Justiça.
Publique-se, cumpra-se.
Porto Velho, 30 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Presidência
0023062-97.2011.8.22.0001 - Agravo em Recurso Especial
Origem : 0023062-97.2011.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 8ª Vara Cível
Agravante : Banco J. Safra S/A
Advogado : Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Advogado : Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
Advogada : Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120)
Advogado : Carlos Felyppe Tavares Pereira (OAB/ES 9512)
Agravada : Francisca de Macêdo Gaiafi
Advogada : Daniele Meira Couto (OAB/RO 2400)
Relator(a) : Des. Rowilson Teixeira
Vistos.
Subam os autos ao colendo Superior Tribunal de Justiça.
Publique-se, cumpra-se.
Porto Velho, 31 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Presidência
0007249-93.2012.8.22.0001 - Recurso Extraordinario
Origem : 0007249-93.2012.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 1ª Vara da Fazenda Pública
Recorrente : Sindicato dos Servidores no Poder Judiciário do Estado de Rondônia - SINJUR
Advogada : Zênia Luciana Cernov de Oliveira (OAB/RO 641)
Advogado : Hélio Vieira da Costa (OAB/RO 640)
Advogada : Maria de Lourdes de Lima Cardoso (OAB/RO 4114)
Recorrido : Estado de Rondônia
Procurador : Nilton Djalma dos Santos Silva (OAB/RO 608)
Recorrido : Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - IPERON
Procurador : Francisco Lucas Gomes de Lucena (OAB/RO 4618)
Relator(a) : Des. Rowilson Teixeira
Vistos.
SINJUR – Sindicato dos Servidores no Poder Judiciário do Estado de Rondônia, interpôs recurso extraordinário com fundamento no artigo 102, inciso III, alínea a, da CF, alegando que o julgado de fls. 99/113 contrariou o art. 22, inciso VI, da CF e a Súmula 671, do STF por assim posicionar-se:
Administrativo e Constitucional. URP. Prescrição. Servidores estaduais. Extensão. Impossibilidade. Legislação própria local sobre reajustes de vencimentos de servidores.
A Unidade de Referência de Preços – URP foi um mecanismo de correção salarial criado pelo Plano Bresser (em 1987) para repor perdas inflacionárias (vulgarmente chamado de gatilho salarial), e regulamentada pelo Decreto-Lei n. 2.335/87, sendo extinta posteriormente pelo Plano Verão - Lei n.7.730/89.
A recomposição salarial, prevista no Decreto-lei n. 2.335/87, não é extensiva automaticamente aos servidores estaduais, ao fato destes possuírem regime próprio de reajuste salarial, cuja imposição de norma federal aos Estados e Municípios, sem previsão legal, imporia violação ao Princípio Federativo.
No Estado de Rondônia, os servidores estaduais, além de possuírem legislação particular sobre reajustes dos vencimentos do funcionalismo estadual, também não foram contemplados por lei que tenha repisado os índices cometidos do Decreto-lei n. 2.335/87, de tal modo que o reajuste, por extensão, seja incabível.

Precedentes do STF e do STJ.
O Estado de Rondônia não apresentou contrarrazões.
É o relatório.
Tratou-se de ação ordinária interposta pelo recorrente. A pretensão foi julgada improcedente em 1º grau. Em sede de apelação, a decisão foi mantida por unanimidade.
Daí o inconformismo do recorrente.
Inicialmente, cumpre esclarecer que a alegação de violação à enunciado de súmula não enseja o recurso extraordinário, aplicando-se analogicamente o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, no qual a alegada violação de enunciado de Súmula não enseja o recurso especial, pois esta não se enquadra no conceito de lei previsto no artigo 105, III, "a", da Constituição Federal (STJ. Segunda Turma. REsp 903047/PR, relator o Ministro Humberto Martins, DJU 30/03/2007, p. 303).
Demais disso, vê-se que a matéria tratada no artigo precitado, não foi discutida em momento algum pelo Tribunal de origem, não se valendo o recorrente dos embargos declaratórios para sanar no v. acórdão a omissão em tela (Súmula 356 do STF), fez com que o presente recurso incidisse no teor da Súmula 282 do STF.
Note-se, conforme preceitua o Supremo Tribunal Federal, que:
[…].
O prequestionamento não resulta da circunstância de a matéria haver sido arguida pela parte recorrente. A configuração do instituto pressupõe debate e decisão prévios pelo Colegiado, ou seja, emissão de juízo sobre o tema. O procedimento tem como escopo o cotejo indispensável a que se diga do enquadramento do recurso extraordinário no permissivo constitucional. Se o Tribunal de origem não adotou tese explícita a respeito do fato jurígeno veiculado nas razões recursais, inviabilizado fica o entendimento sobre a violência ao preceito evocado pelo recorrente (Primeira Turm. AgR no AI 763786/RS, relator o Ministro Marco Aurélio, DJe-179, DIVULG 23/9/2010, PUBLIC 24/9/2010, EMENT VOL-02416-09, PP-01880).
Ainda que superada toda essa fundamentação, tem-se que a contrariedade ao texto constitucional tem de ser direta e não por via meramente reflexa. No presente caso, no intuito de demonstrar eventual violação da norma constitucional citada, o recorrente se debruçou sobre norma infraconstitucional, qual seja, o artigo 8º, do Decreto-Lei nº 2.335/87.
Posto isso, não admito este recurso extraordinário.
Intime-se.
Porto Velho, 29 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Presidência
0007249-93.2012.8.22.0001 - Recurso Especial
Origem : 0007249-93.2012.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 1ª Vara da Fazenda Pública
Recorrente : Sindicato dos Servidores no Poder Judiciário do Estado de Rondônia - SINJUR
Advogada : Zênia Luciana Cernov de Oliveira (OAB/RO 641)
Advogado : Hélio Vieira da Costa (OAB/RO 640)
Advogada : Maria de Lourdes de Lima Cardoso (OAB/RO 4114)
Recorrido : Estado de Rondônia
Procurador : Nilton Djalma dos Santos Silva (OAB/RO 608)
Recorrido : Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - IPERON
Procurador : Francisco Lucas Gomes de Lucena (OAB/RO 4618)
Relator(a) : Des. Rowilson Teixeira
Vistos.
SINJUR – Sindicato dos Servidores no Poder Judiciário do Estado de Rondônia, interpôs recurso especial com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea a, da CF, alegando que o julgado de fls. 99/113 contrariou o artigo 8º, do Decreto-Lei nº 2.335/87, por assim posicionar-se:
Administrativo e Constitucional. URP. Prescrição. Servidores estaduais. Extensão. Impossibilidade. Legislação própria local sobre reajustes de vencimentos de servidores.
A Unidade de Referência de Preços – URP foi um mecanismo de correção salarial criado pelo Plano Bresser (em 1987) para repor perdas inflacionárias (vulgarmente chamado de gatilho salarial), e regulamentada pelo Decreto-Lei n. 2.335/87, sendo extinta posteriormente pelo Plano Verão - Lei n.7.730/89.
A recomposição salarial, prevista no Decreto-lei n. 2.335/87, não é extensiva automaticamente aos servidores estaduais, ao fato destes possuírem regime próprio de reajuste salarial, cuja imposição de norma federal aos Estados e Municípios, sem previsão legal, imporia violação ao Princípio Federativo.
No Estado de Rondônia, os servidores estaduais, além de possuírem legislação particular sobre reajustes dos vencimentos do funcionalismo estadual, também não foram contemplados por lei que tenha repisado os índices cometidos do Decreto-lei n. 2.335/87, de tal modo que o reajuste, por extensão, seja incabível.
Precedentes do STF e do STJ.
O Estado de Rondônia não apresentou contrarrazões.
É o relatório.
Tratou-se de ação ordinária interposta pelo recorrente. A pretensão foi julgada improcedente em 1º grau. Em sede de apelação, a decisão foi mantida por unanimidade.
Daí o inconformismo do recorrente.
Analisando as razões recursais, vejo que o recurso em tela deva ser admitido, uma vez que a decisão recorrida pontuou que o Decreto-Lei nº 2.335/87, em seu artigo 8º, aplica-se somente aos servidores da iniciativa privada e aos servidores federais, por extensão.
Por sua vez o recorrente afirma que a decisão recorrida contrariou o referido artigo 8º, do Decreto-Lei nº 2.335/87, por entender que o benefício não se aplica a todos os servidores, incluindo os estaduais e municipais.
Posto isso, admito este recurso especial.
Intime-se.
Porto Velho, 29 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Presidência
0005095-21.2011.8.22.0007 - Agravo em Recurso Especial
Origem : 0005095-21.2011.8.22.0007 Cacoal / 3ª Vara Cível
Agravante : Silvia Aparecida Costa Santana
Advogado : Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)
Advogado : Pedro Luiz Lepri Junior (OAB/RO 4871)
Agravado : Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogado : Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Advogada : Nara Lima Carvalho (OAB/RO 5416)
Advogada : Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370)
Advogado : Diogo Morais da Silva (OAB/RO 3830)
Relator(a) : Des. Rowilson Teixeira

Vistos.
Subam os autos ao colendo Superior Tribunal de Justiça.
Publique-se, cumpra-se.
Porto Velho, 30 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Presidência
0002616-49.2011.8.22.0009 - Agravo em Recurso Especial
Origem : 0002616-49.2011.8.22.0009 Pimenta Bueno / 1ª Vara Cível
Agravante : Walter Custódio
Advogado : Nelson Vieira da Rocha Júnior (OAB/RO 3765)
Advogado : Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)
Advogado : Pedro Luiz Lepri Junior (OAB/RO 4871)
Agravado : Banco BMG S/A
Advogado : Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696)
Advogado : Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Relator(a) : Des. Rowilson Teixeira
Vistos.
Subam os autos ao colendo Superior Tribunal de Justiça.
Publique-se, cumpra-se.
Porto Velho, 31 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Presidência
0000705-71.2012.8.22.0007 - Agravo em Recurso Especial
Origem : 0000705-71.2012.8.22.0007 Cacoal / 2ª Vara Cível
Agravante : Banco Safra S. A.
Advogado : Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Advogada : Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120)
Advogado : Luciano Mello de Souza (OAB/RO 3519)
Advogado : Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
Agravada : Elza Sagres
Relator(a) : Des. Rowilson Teixeira
Vistos.
Subam os autos ao colendo Superior Tribunal de Justiça.
Publique-se, cumpra-se.
Porto Velho, 31 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Presidência
0006565-39.2010.8.22.0002 - Recurso Extraordinario
Origem : 0006565-39.2010.8.22.0002 Ariquemes / 4ª Vara Cível
Recorrente : Madekar Indústria e Comércio de Madeiras Ltda. Excluir Cadastro Duplicidade
Advogado : Leonardo Henrique Berkembrock (OAB/RO 4641)
Advogada : Maria Cristina Dall'Agnol (OAB/RO 4597)
Recorrente : Adalberto Luiz Berkembrock
Advogado : Leonardo Henrique Berkembrock (OAB/RO 4641)
Advogada : Maria Cristina Dall'Agnol (OAB/RO 4597)
Recorrida : Comavil Comércio de Máquinas Ferramentas e Representações Vilhena Ltda
Advogada : Luciene Peterle (OAB/RO 2760)
Advogado : Severino José Peterle Filho (OAB/RO 437)
Relator(a) : Des. Rowilson Teixeira
Vistos.
Madekar – Indústria e Comércio de Madeiras Ltda. e outro interpuseram recurso extraordinário com fundamento no artigo 102, inciso III, alínea a, da CF, alegando que o julgado de fls. 737/744 contrariou os artigos 5º, inciso LV e 93, inciso IX, ambos da CF, por assim posicionar-se:
Apelação. Fraude contra credores. Venda de bem posterior ao crédito anulada. Provas apresentadas pelo magistrado desconsideradas. Posição do magistrado de equidistância. Parcial provimento.
Caracterizada a fraude contra credores, deve ser anulada a venda do bem efetuada pelo devedor, inclusive se posteriormente ao crédito adquirido pelo credor, e se ficar demonstrado que foi com a finalidade de não cumprir a obrigação de pagamento.
A apresentação de provas pelo magistrado, para fundamentar a decisão, desrespeita às normas processuais e viola a equidistância que deve existir na relação processual entre as partes e o estado-juiz, por isso devem ser desconsideradas.
Parcial provimento.
A recorrida apresentou contrarrazões pugnando pela não admissão do recurso.
É o relatório.
Tratou-se de ação pauliana interposta pelo recorrido em face dos recorrentes. A pretensão foi julgada procedente em 1º grau. Em sede de apelação, a decisão foi parcialmente mantida.
Daí o inconformismo dos recorrentes.
Analisando às razões recursais, vê-se que as matérias tratadas nos artigos precitados, não foram discutidas em momento algum por este Tribunal, não se valendo os recorrentes dos embargos declaratórios para sanar no v. acórdão a omissão em tela (Súmula 356 do STF), fez com que o presente recurso incidisse no teor da Súmula 282 do STF.
Note-se, conforme preceitua o Supremo Tribunal Federal, que:
[…].
O prequestionamento não resulta da circunstância de a matéria haver sido arguida pela parte recorrente. A configuração do instituto pressupõe debate e decisão prévios pelo Colegiado, ou seja, emissão de juízo sobre o tema. O procedimento tem como escopo o cotejo indispensável a que se diga do enquadramento do recurso extraordinário no permissivo constitucional. Se o Tribunal de origem não adotou tese explícita a respeito do fato jurígeno veiculado nas razões recursais, inviabilizado fica o entendimento sobre a violência ao preceito evocado pelo recorrente (Primeira Turma. AgR no AI 763786/RS, relator o Ministro Marco Aurélio, DJe-179, DIVULG 23/9/2010, PUBLIC 24/9/2010, EMENT VOL-02416-09, PP-01880).
Demais disso, a pretensão dos recorrentes esbarra no óbice da Súmula n. 7 do STJ. É que este Tribunal firmou sua fundamentação na análise do conjunto fático-probatório constante dos autos, de forma que, para entender diversamente, seria necessário o seu reexame, o que é inviável em sede de recurso extraordinário.
Posto isso, não admito este recurso extraordinário.
Intime-se.
Porto Velho, 31 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Presidência
0009921-11.2011.8.22.0001 - Recurso Especial
Origem : 0009921-11.2011.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 4ª Vara Cível
Recorrente : Educon-Sociedade de Educação Continuada Ltda
Advogada : Simone Zonari Letchacoski (OAB/PR 18445)
Advogada : Kellen Regina Moro Teixeira (OAB/PR 42232)
Advogada : Renata Cerci Pompermayer Ruschel (OAB/PR 40884)
Advogada : Alessandra Redua Leonardecz (OAB/PR 61262)
Advogado : Carlos Eduardo Bley (OAB/PR 18.653)
Apelante : Fundação Universidade do Tocantins UNITINS
Advogado : Fabrícyo Teixeira Noleto (OAB/TO 2937)
Advogado : Adriano Bucar Vasconcelos (OAB/TO 2438)
Recorrida : Emilia de Souza Oliveira
Advogado : Silvio Machado (OAB/RO 3355)
Relator(a) : Des. Rowilson Teixeira
Vistos.
Educon – Sociedade Civil de Educação Continuada Ltda., interpôs recurso especial com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea a, da CF, alegando que a decisão de fls. 243/246, negou vigência a normas federais.
Entretanto, para a admissão de recurso especial, necessário se faz a presença de seus pressupostos extrínsecos: cabimento, tempestividade e recolhimento das despesas de remessa e retorno dos autos.
Sendo assim, tem-se que este apelo é incabível. Isso porque a disposição contida no art. 105, inc. III, da CF, somente autoriza a interposição de recurso especial quando a decisão recorrida for de última instância, fato que não ocorreu, na espécie.
É que contra a decisão monocrática que nega seguimento ao agravo de instrumento, a teor do art. 557, §1º, do CPC, era cabível o chamado agravo no prazo de cinco dias, ao órgão competente para o julgamento do recurso.
Diante disso, tem-se que não houve o exaurimento da instância ordinária, fato que inviabiliza o trânsito do recurso especial, a teor da Súmula n. 281 do STF: é inadmissível o recurso extraordinário, quando couber, na Justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada.
Posto isso, com base na súmula citada, não admito este recurso especial.
Intime-se.
Porto Velho, 31 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Presidência
0006565-39.2010.8.22.0002 - Recurso Especial
Origem : 0006565-39.2010.8.22.0002 Ariquemes / 4ª Vara Cível
Recorrente : Madekar Indústria e Comércio de Madeiras Ltda.
Excluir Cadastro Duplicidade
Advogado : Leonardo Henrique Berkembrock (OAB/RO 4641)
Advogada : Maria Cristina Dall'Agnol (OAB/RO 4597)
Recorrente : Adalberto Luiz Berkembrock
Advogado : Leonardo Henrique Berkembrock (OAB/RO 4641)
Advogada : Maria Cristina Dall'Agnol (OAB/RO 4597)
Recorrida : Comavil Comércio de Máquinas Ferramentas e Representações Vilhena Ltda
Advogada : Luciene Peterle (OAB/RO 2760)
Advogado : Severino José Peterle Filho (OAB/RO 437)
Relator(a) : Des. Rowilson Teixeira
Vistos.
Madekar – Indústria e Comércio de Madeiras Ltda. e outro, interpuseram recurso especial com fundamento no artigo 105, inciso III, alínea a e c, da CF, alegando que o julgado de fls. 737/744, contrariou os arts. 158 a 165, do CC, bem como dissentiu da jurisprudência pátria, por assim posicionar-se:
Apelação. Fraude contra credores. Venda de bem posterior ao crédito anulada. Provas apresentadas pelo magistrado desconsideradas. Posição do magistrado de equidistância. Parcial provimento.
Caracterizada a fraude contra credores, deve ser anulada a venda do bem efetuada pelo devedor, inclusive se posteriormente ao crédito adquirido pelo credor, e se ficar demonstrado que foi com a finalidade de não cumprir a obrigação de pagamento.
A apresentação de provas pelo magistrado, para fundamentar a decisão, desrespeita às normas processuais e viola a equidistância que deve existir na relação processual entre as partes e o estado-juiz, por isso devem ser desconsideradas.
Parcial provimento.
A recorrida não apresentou contrarrazões.
É o relatório.
Tratou-se de ação pauliana interposta pelo recorrido em face dos recorrentes. A pretensão foi julgada procedente em 1º grau.
Em sede de apelação, a decisão foi parcialmente mantida.
Daí o inconformismo dos recorrentes.
Analisando as razões recursais, vejo que as matérias tratadas nos arts. 158 a 165, todos do CC, não foram discutidas em momento algum por este Tribunal, ao tempo que os recorrentes, não se valendo dos embargos declaratórios para sanar no v. acórdão a omissão em tela (Súmula 356 do STF), fez com que o presente recurso incidisse, por analogia, no teor da Súmula 282 do STF.
No que concerne à alegação de divergência jurisprudencial, o recurso não preenche os requisitos de admissibilidade, porquanto a divergência jurisprudencial deve ser comprovada, cabendo a quem recorre demonstrar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fático-jurídica entre eles. Indispensável a transcrição de trechos do relatório e do voto dos acórdãos recorrido e paradigma, realizando-se o cotejo analítico entre ambos, com o intuito de bem caracterizar a interpretação legal divergente. O desrespeito a esses requisitos legais e regimentais (art. 541, parágrafo único, do CPC e art. 255 do RI/STJ) impede o conhecimento do Recurso Especial, com base no art. 105, III, alínea "c", da Constituição Federal (AgRg no AREsp 163891/RJ, Ministro Herman Benjamin, j. em 16/08/2012, Dje 24/08/2012).
Demais disso, a pretensão dos recorrentes esbarra no óbice da Súmula n. 7 do STJ. É que este Tribunal firmou sua fundamentação na análise do conjunto fático-probatório constante dos autos, de forma que, para entender diversamente, seria necessário o seu reexame, o que é inviável em sede de recurso especial.
Na espécie, nenhum desses requisitos foi observado.
Posto isso, não admito este recurso especial.
Intime-se.
Porto Velho, 31 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

TRIBUNAL PLENO

Tribunal Pleno
Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0011148-68.2013.8.22.0000
Processo de Origem : 0000945-60.2012.8.22.0007
Requerente: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacoal-SAAE
Procuradora: Gleice Martins da Silva(OAB/RO 3394)
Procuradora: Susileine Kusano(OAB/RO 4478)
Requerido: Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes do Estado de Rondônia - DER - RO
Procurador Federal: Jorge William Fredi(OAB/RO 4525)
Relator:Des. Rowilson Teixeira
Vistos.
Em razão do saneamento do feito, inclua-se na ordem cronológica de apresentação deste tribunal e aguarde-se o pagamento.
Ao Departamento, para as providências necessárias
Publique-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, 31 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Tribunal Pleno
Despacho DO PRESIDENTE
Agravo de Instrumento em Recurso Extraordinário
Número do Processo :0009412-20.2010.8.22.0000
Processo de Origem : 2008432-73.2009.8.22.0000
Agravante: Estado de Rondônia
Procuradora: Terezinha de Jesus Barbosa Lima(OAB/RO 137B)
Agravada: Helena Ciraulo Pedrosa Maia
Advogado: Edmundo Santiago Chagas(OAB/RO 491A)
Advogado: Edmundo Santiago Chagas Júnior(OAB/RO 905)
Agravada: Maria Cezarina de Morais Aur
Advogado: Edmundo Santiago Chagas(OAB/RO 491A)
Advogado: Edmundo Santiago Chagas Júnior(OAB/RO 905)
Agravada: Vera Glauce Meira do Couto
Advogado: Edmundo Santiago Chagas(OAB/RO 491A)
Advogado: Edmundo Santiago Chagas Júnior(OAB/RO 905)
Agravada: Maria Luiza Mendes de Albuquerque
Advogado: Edmundo Santiago Chagas(OAB/RO 491A)
Advogado: Edmundo Santiago Chagas Júnior(OAB/RO 905)
Agravada: Rosiane Mocelin Goes
Advogado: Edmundo Santiago Chagas(OAB/RO 491A)
Advogado: Edmundo Santiago Chagas Júnior(OAB/RO 905)
Relator:Des. Rowilson Teixeira
Vistos.
Constata-se do sítio eletrônico do Supremo Tribunal Federal que o julgamento do Recurso Extraordinário nº 603.580 (Tema 396), representativo da controvérsia exposta nos autos (Direito adquirido aos critérios da paridade e integralidade no pagamento de pensão por morte de servidor aposentado antes do advento da Emenda Constitucional nº 41/2003, mas falecido durante sua vigência), ainda não foi concluído.
Deste modo, baixe-se os autos ao Departamento Pleno, onde deverá permanecer pelo prazo de 90 (noventa) dias.
Decorrido o prazo assinalado, com ou sem publicação do acórdão, tornem-me conclusos.
Cumpra-se.
Porto Velho, 31 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Despacho DO PRESIDENTE
Pedido de Providências
Número do Processo :0001476-07.2011.8.22.0000
Requerente: Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Requerido: Município de Santa Luzia do Oeste RO
Advogado: Cristovão Coelho Carneiro(OAB/RO 115)
Relator:Des. Rowilson Teixeira
Vistos.
Os autos retornaram conclusos, com informações apresentadas pelo requerido, de que realizou acordo com os credores dos Precatórios nº 0006788-95.2010 e 00014793-09.2010, sendo o primeiro, para pagamento em 36 parcelas, tendo já depositado a primeira parcela em 11/10/2013 e o segundo, em 6 parcelas, das quais já quitou 5.
Em razão dos fatos, determino:
a) que sejam extraídas cópias dos documentos de fls. 2.109/2.137, para juntada nos referidos autos e após analisados pela Contadoria de Precatórios, venham conclusos;
b) o arquivamento deste feito, considerando que as pendências que culminaram com a sua abertura, por ora, estão sanadas.
Publique-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, 30 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Despacho DO PRESIDENTE
Mandado de Segurança (Execução)
Número do Processo :0002618-46.2011.8.22.0000
Exequente: Maria Cristina Hipólito de Souza
Advogado: Altemir Roque(OAB/RO 1311)
Executado: Governador do Estado de Rondônia
Executado: Presidente o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - IPERON
Relator:Des. Rowilson Teixeira
Vistos;
Oficie-se ao IPERON para que se manifeste, no prazo de 5 dias, sobre o pagamento ou não da verba reclamada.
Cumpra-se.
Porto Velho - RO, 31 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Tribunal Pleno
Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :1105101-12.2003.8.22.0003
Processo de Origem : 0051013-41.2003.8.22.0003
Requerente: Ferdinando Pandolfi
Advogada: Marta de Assis Nogueira Calixto(OAB/RO 498A)
Requerido: Município de Jaru - RO
Advogado: Mário Roberto Pereira de Souza(OAB/RO 1765)
Relator:Des. Rowilson Teixeira
Vistos.
Face a informação de fl. 73, de que há disponibilidade financeira para liquidação deste precatório, apresentem os requerentes e patrono seus dados bancários e respectivo contrato de honorários, para as providências pertinentes.
Atendida a contento, desde já determino a extinção deste precatório, nos termos do art. 296, VI do RITJ-RO.
Ao Departamento para o necessário.
Publique-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, 31 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0011352-15.2013.8.22.0000
Processo de Origem : 0001355-40.2011.8.22.0012
Requerente: João Soares de Castro
Advogado: Mauri Carlos Mazutti(OAB/RO 312B)
Requerido: Der - Departamento de Estradas e Rodagens do Estado de Rondônia
Procurador: Jorge William Fredi(OAB/RO 4525)
Procurador: Victor Ramalho Monfredinho(OAB/RO 4869)
Relator:Des. Rowilson Teixeira
Vistos.
Os autos retornaram com a informação de que permanece o presente precatório sem a devida formalização, mesmo tendo sido oficiado o juízo dos autos originários para encaminhar a documentação necessária para a sua regularização (Ofício n. 1233/2013 - Prec).
Em razão dos fatos e em face do princípio da razoabilidade, com o objetivo de não prejudicar o credor deste precatório, manifeste-se o patrono do requerente, para no prazo de 10 dias, encaminhar duas cópias autenticadas de todos os documentos relacionados no art. 294 do RITJ-RO, bem como da planilha de cálculo que servirá de base para liquidação do precatório, bem como se houve compensação de débito, sob pena de extinção do feito.
Publique-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, 31 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0011499-41.2013.8.22.0000
Processo de Origem : 0050442-39.2009.8.22.0010
Requerente: Adelino Batista
Advogado: Joanito Vicente Batista(OAB/RO 2363)
Advogada: Antônia Margarida de Jesus Fidelis(OAB/RO 1891)
Requerido: Município de Rolim de Moura - RO
Procurador: Maycon Douglas Machado(OAB/RO 2509)
Procuradora: Florisbela Lima(OAB/RO 3138)
Relator:Des. Rowilson Teixeira
Vistos.
Os autos retornaram com a informação de que permanece o presente precatório sem informações quanto ao cumprimento do § 10 do art. 100, da CF, mesmo tendo sido oficiado ao juízo dos autos originários conforme Ofício n. 1.243/2013 - Prec.
Em razão dos fatos manifeste-se o patrono do requerente, no prazo de 10 dias, encaminhando os documentos necessários, permanecendo o silêncio, volte o feito à ordem cronológica de apresentação neste tribunal.
Publique-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, 31 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0011500-26.2013.8.22.0000
Processo de Origem : 0059298-89.2009.8.22.0010
Requerente: Alexandre Aparecido Brites
Advogada: Danúbia Aparecida Vidal Petrolini(OAB/RO 3256)
Advogado: Nivaldo Vieira de Melo(OAB/RO 257A)
Advogada: Roberta de Oliveira Lima Paes(OAB/RO 1568)
Advogado: Hercílio de Araújo Ferreira Filho(OAB/MG 61990B)
Requerido: Município de Santa Luzia D'Oeste-RO
Procuradora: Kellen Cristina São José(OAB-RO 2553)
Relator:Des. Rowilson Teixeira
Vistos.
Os autos retornaram com a informação de que permanece o presente precatório sem informações quanto ao cumprimento do § 10 do art. 100 da CF, mesmo tendo sido oficiado ao juízo dos autos originários conforme Ofício n. 1.246/2013 - Prec.
Em razão dos fatos manifeste-se o patrono do requerente, no prazo de 10 dias, encaminhando os documentos necessários, permanecendo o silêncio, volte o feito à ordem cronológica de apresentação neste tribunal.
Publique-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, 31 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Tribunal Pleno
Despacho DO PRESIDENTE
Pedido de Providências
Número do Processo :0006151-76.2012.8.22.0000
Requerente: Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Requerido: Município de Porto Velho - RO
Procurador: Carlos Dobbis(OAB/RO 127)
Procurador: Mirton Moraes de Souza(OAB/RO 563)
Relator:Des. Rowilson Teixeira
Vistos.
Os autos retornaram com a informação de que o requerido permanece em mora quanto a regularidade dos depósitos na conta judicial para pagamento de precatórios, desatendendo o pactuado no Decreto Municipal 11.588/2010 e a norma constitucional em vigor.
No registro de fl. 304, a parcela do mês de dezembro de 2013, continua pendente e sem justificativa por parte do ente devedor.
Em razão dos fatos, manifeste-se o requerente, no prazo de 10 dias e comprove a regularidade do depósito, permanecendo o silencio, volte-me imediatamente para as providências cabíveis.
Publique-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, 31 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Tribunal Pleno
Despacho DO PRESIDENTE
Recurso Extraordinario - Nrº: 3
Número do Processo :2100280-54.2003.8.22.0000
Processo de Origem : 2000280-46.2003.8.22.0000
Recorrente: Estado de Rondônia
Procuradora: Lia Torres Dias(OAB/AM 2707)
Procurador: Edvaldo Oliveira(OAB/RO 507A)
Procuradora: Regina Coeli Soares de Maria Franco(OAB/RO 430)
Procurador: Emílio César Abelha Ferraz(OAB/RO 234B)
Recorrido: João Batista Marques Soares

Advogado: Alexandre Camargo(OAB/RO 704)
Advogado: Orestes Muniz Filho(OAB/RO 40)
Advogado: Odair Martini(OAB/RO 30B)
Advogado: Romilton Marinho Vieira(OAB/RO 633)
Advogada: Chrystiane Léslie Muniz(OAB/RO 998)
Relator:Des. Rowilson Teixeira
Vistos.
Constata-se do sítio eletrônico do Supremo Tribunal Federal que o julgamento do Recurso Extraordinário nº 409.356 (Tema 561), representativo da controvérsia exposta nos autos (legitimidade do Ministério Público para ajuizamento de ação civil pública que visa a anular ato administrativo com fundamento na defesa do patrimônio público), ainda não foi concluído.
Deste modo, baixe-se os autos ao Departamento Pleno, onde deverá permanecer pelo prazo de 90 (noventa) dias.
Decorrido o prazo assinalado, com ou sem publicação do acórdão, tornem-me conclusos.
Cumpra-se.
Porto Velho, 31 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Tribunal Pleno
Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0004035-63.2013.8.22.0000
Processo de Origem : 0116344-97.2008.8.22.0001
Requerente: Pedro Ataide Albino
Advogada: Glaci Kern Hartmann(OAB/RO 3643)
Advogado: Pedro Alexandre Assis Moreira(OAB/RO 3675)
Advogado: Charleston Hartmann(OAB/RO 2148)
Requerente: Orenir de Sousa Fonseca
Advogada: Glaci Kern Hartmann(OAB/RO 3643)
Advogado: Pedro Alexandre Assis Moreira(OAB/RO 3675)
Advogado: Charleston Hartmann(OAB/RO 2148)
Requerido: Estado de Rondônia
Procurador: Sávio de Jesus Gonçalves(OAB/RO 519A)
Relator:Des. Rowilson Teixeira
Vistos.
Em razão do saneamento do feito, inclua-se na ordem cronológica de apresentação deste tribunal e aguarde-se o pagamento.
Ao Departamento, para as providências necessárias.
Publique-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, 30 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0000806-61.2014.8.22.0000
Processo de Origem : 0001740-81.2013.8.22.0023
Requerente: Conselho Regional de Farmácia dos Estados de Rondônia e Acre Crfroac
Advogada: Silvana Laura de Souza Andrade(OAB/RO 4080)
Requerido: Município de São Francisco do Guaporé - RO
Procurador: Cleverson Plentz(OAB/RO 1481)
Relator:Des. Rowilson Teixeira
Vistos.
Face a formalização do feito, conforme fl. 9, requisite-se o pagamento junto ao ente devedor e aguarde a sua liquidação, na ordem cronológica de apresentação neste tribunal.
Publique-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, 30 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0001023-07.2014.8.22.0000
Processo de Origem : 0186504-50.2008.8.22.0001
Requerente: Alberto da Cunha Linhares
Advogada: Clara Regina Góes Orlando(OAB/RO 653)
Advogado: Flávio Henrique Teixeira Orlando(OAB/RO 2003)
Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Procurador: Procuradoria Geral do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Relator:Des. Rowilson Teixeira
Vistos.
Face a formalização do feito, conforme fl. 22, requisite-se o pagamento junto ao ente devedor e aguarde a sua liquidação, na ordem cronológica de apresentação neste tribunal.
Publique-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, 30 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Tribunal Pleno
Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :2006006-79.1995.8.22.0000
Processo de Origem : 0051984-00.0128.0..
Requerente: Luci Vieira Tavares
Advogado: Armando Reigota Ferreira(OAB/RO 122A)
Advogado: ALICE BARBOSA REIGOTA FERREIRA(OAB 164)
Advogado: Edmundo Santiago Chagas(OAB/RO 491A)
Advogado: Edmundo Santiago Chagas Júnior(OAB/RO 905)
Requerido: Município de Ji-Paraná - RO
Relator:Des. Rowilson Teixeira
Vistos.
Compulsando os autos verifico que houve a juntada de petição estranha a este precatório. Desse modo, ao Departamento para que promova o desentranhamento da peça de fl. 1188, realizando a sua juntada no devido processo.
Após, retornem os autos para análise das demais petições protocolizadas.
Cumpra-se.
Porto Velho, 30 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Tribunal Pleno
Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0010854-50.2012.8.22.0000
Processo de Origem : 0249910-11.2009.8.22.0001
Requerente: Expedita Diocina do Nascimento

Advogado: Adhemar Alberto Sgrott Reis(OAB/RO 1944)
Advogado: Célio dos Santos Ferreira(OAB/RO 1224)
Requerente: Francisco das Chagas Moreira
Advogado: Adhemar Alberto Sgrott Reis(OAB/RO 1944)
Advogado: Célio dos Santos Ferreira(OAB/RO 1224)
Requerido: Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia - DETRAN/RO
Procuradora: Christianne Gonçalves Garcez(OAB/RO 3697)
Procurador: Saulo Rogério de Souza(OAB/RO 1556)
Relator:Des. Rowilson Teixeira
Vistos.
Voltaram os autos face a juntada de petição às fls.50/51, em que os credores afirmam não possuírem dados bancários e solicitam a dilação do prazo para regularização do presente feito.
Consta ainda cópia do contrato de honorários e dados bancários do patrono, para que se processe a devida separação e seja efetuado o depósito correspondente.
Em razão dos fatos, determino que a Contadoria de Precatórios processe a separação dos honorários devidos e concedo o prazo de vinte dias, para os requerentes apresentarem seus dados bancários e assim sanearem o feito.
Após as providências, cumpra-se a parte final do despacho de fl.37.
Publique-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, 3 de fevereiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Despacho DO PRESIDENTE
Pedido de Providências
Número do Processo :0002041-97.2013.8.22.0000
Requerente: Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Requerido: Município de Costa Marques - RO
Advogado: Nara Caroline Gomes Ribeiro(OAB/RO 5316)
Relator:Des. Rowilson Teixeira
Vistos.
Voltaram os autos, com a juntada da proposta do município em satisfazer seu débito em mora, relativo aos anos de 2012 e 2013, acrescentando mais 0,5 % (meio por cento) no seu depósito mensal.
Consta ainda que 22/1/2014, efetuou o depósito de R$ 19.048,19 (dezenove mil, quarenta e oito reais e dezenove centavos), resultando no montante de R$ 36.805,94 (trinta e seis mil, oitocentos e noventa e quatro centavos) existente de saldo em conta, conforme informações de fl.98.
Considerando que a dívida total do município está orçada em R$ 81.811,30 (oitenta e um mil, oitocentos e onze reais e trinta centavos), restam somente R$ 45.005, 36 (quarenta e cinco mil, cinco reais e trinta e seis centavos) para liquidação de todas as suas dívidas.
Ante ao exposto, manifeste-se o requerido, no prazo de quinze dias, apresentando proposta de quitação.
Intime-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, 31 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0001063-86.2014.8.22.0000
Processo de Origem : 0000433-96.2011.8.22.0012
Requerente: Gilmar Rodrigues
Advogado: Mauri Carlos Mazutti(OAB/RO 312B)
Requerido: Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes do Estado de Rondônia - DER/RO
Procurador: Jorge William Fredi(OAB/RO 4525)
Procurador: Bruno Rafael Orsi(OAB/RO 4852)
Procurador: Victor Ramalho Monfredinho(OAB/RO 4869)
Procurador: Bruno César Singulani França(OAB/RO 3937)
Relator:Des. Rowilson Teixeira
Vistos.
Em razão do saneamento do feito, inclua-se na ordem cronológica de apresentação deste tribunal e aguarde-se o pagamento.
Ao Departamento, para as providências necessárias
Publique-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, 31 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Tribunal Pleno
Despacho DO PRESIDENTE
Precatório
Número do Processo :0012059-51.2011.8.22.0000
Processo de Origem : 0087550-32.2009.8.22.0001
Requerente: Lucia Elvira da Silva Cavalcante Melo
Advogado: Daniel Henrique de Souza Guimarães(OAB/GO 24534)
Advogada: Sabrina Puga(OAB/RO 4879)
Requerido: Estado de Rondônia
Procurador: Joel de Oliveira(OAB/RO 147B)
Procuradora: Lia Torres Dias(OAB/AM 2707)
Requerido: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - IPERON
Procurador: Hugo Rondon Flandoli(OAB/RO 2925)
Procuradora: Malbânia Maria Moura Alves Façanha Ferreira(OAB/RO 1756)
Relator:Des. Rowilson Teixeira
Vistos.
LÚCIA ELVIRA DA SILVA CAVALCANTE MELO, credora originária deste precatório, requereu antecipação de pagamento nos termos da EC 62/2009, sustentando a sua qualidade de pessoa idosa. Juntou documento à fl.80.
O feito foi devidamente instruído à fl. 77.
Instado a se manifestar, o estado de Rondônia, na qualidade de requerido, ponderou que o pagamento da antecipação se atenha ao limite constitucional e requereu o indeferimento do pagamento imediato, limitando-se apenas a inclusão do seu nome na lista de credores preferenciais.
Decido.
A norma constitucional contemplou aos credores de natureza alimentícia o direito a antecipação de pagamento até o valor equivalente ao triplo do fixado em lei de RPV, àqueles comprovadamente idosos ou possuidores de doença grave (definida em lei), conforme inteligência no artigo 100, § 2º, da CF, alterado pela EC 62/2009 c/c art.12 e 13 da Resolução n. 115/2010-CNJ.
A referida credora, atendendo aos requisitos exigidos na norma constitucional, comprovou sua qualidade de pessoa idosa,

conforme fl. 80, razão pela qual defiro a antecipação requerida, por dispor de amparo legal.
Determino a inclusão de seu nome na listagem apropriada, bem como, sejam creditados os valores conforme dados bancários a serem apresentados, observando os descontos se pertinentes.
Atente-se no entanto, ao limite constitucional e a legislação estadual que disciplina o valor da RPV e por fim, existindo saldo remanescente, aguarde-se o pagamento em obediência a ordem cronológica, nos termos do § 2º do art. 100, da carta magna.
Publique-se.
Cumpra-se.
Porto Velho, 3 de fevereiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Tribunal Pleno
Despacho DO RELATOR
Mandado de Segurança
Número do Processo :0001088-02.2014.8.22.0000
Impetrante: Silas Pinho Ladislau
Advogado: Allan Monte de Albuquerque(OAB/RO 5177)
Advogado: Sérgio Murilo Lemos Paraguassú Filho(OAB/RO 5428)
Impetrado: Governador do Estado de Rondônia
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia( )
Relator: Des. Sansão Saldanha
Vistos em substituição regimental.
Trata-se de mandado de segurança impetrado por Silas Pinho Ladislau contra o Governador do Estado de Rondônia, contra o ato da autoridade (Decreto n. 18.522, de 15/01/2014), consistente no cancelamento da posse do impetrante no cargo de analista de sistema, sem a observação do contraditório e ampla defesa.
Esclarece que foi aprovado em certame no ano de 2009, para o cargo de analista de sistemas para a Secretaria de Saúde do Estado de Rondônia. Todavia, perdeu o prazo para a nomeação, já que nomeação se deu somente via diário oficial, não havendo intimação ou notificação do aprovado. Ocorreu que, em 20/09/2013 houve a publicação do decreto n. 18.240, com nova nomeação do impetrante para ocupar o quadro permanente de pessoal civil do Estado de Rondônia.
Nomeado, tomou posse no dia 23/10/2013, e estava em exercício há cerca de dois meses, como analista de sistemas lotado na Secretaria de Finanças, quando a Gerência de Administração da folha de pagamento – GAFP realizou consulta na Procuradoria Geral do Estado, questionando a situação do impetrante que, foi aprovado em concurso para provimento na Secretaria de Saúde e foi lotado na Secretaria de Finança.
Aduz que, em resposta, a Procuradoria Geral do Estado exarou o Parecer nº 2851/PCDS/PGE/13, consignando que a reconvocação do impetrante afrontaria o princípio da legalidade por ausência de pedido de final de fila, bem como o exercício em quadro distinto para o qual foi aprovado afrontaria a Lei 68/92 e, por isso, os atos deveriam ser anulados.
Informa que, em 16/12/2013, o impetrante e outros servidores foram devolvido à Secretaria de Saúde. Aponta ainda que, através de decreto, houve a cessão do impetrante da SESAU à SEFIN até o dia 31/12/13, e, por outro decreto, a cessão para o ano de 2014, conforme apresenta no documento n. 18.
Após isso, em 15/01/14 houve o cancelamento da posse do impetrante no cargo de analista de sistemas, pelo decreto nº 18.522, que alega ser manifestamente ilegal e sem qualquer fundamentação.
Sustenta que teve violado direito líquido e certo a investidura no cargo para o qual foi nomeado, por ato ilegal e teratológico, sem que lhe fosse oportunizado qualquer manifestação quanto à decisão. E que o ato foi anulado por uma sequência de equívocos da própria Administração Pública, dos quais o impetrante não teve conhecimento.
Aponta que foi desrespeitada a Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso LV, bem como o princípio da motivação dos atos administrativos. Acrescenta que a posição do Superior Tribunal de Justiça é no sentido da obrigatoriedade de respeito ao contraditório, ampla defesa e ao devido processo legal para os casos de anulação de ato de nomeação e posse de servidor público. Junta jurisprudência às fls. 08/09.
Diz que a reconvocação se deu por conta da falta de intimação pessoal do impetrante, de forma que lhe foi garantido o direito líquido e certo ao cargo. Quanto à lotação na SEFIN e não na SESAU, afirma que não pode ser penalizado por equívoco da Administração.
Externa estar evidenciado o risco de dano irreparável e a verossimilhança do direito para se conceder a liminar, suspendendo os efeitos do decreto estadual nº 18.522/2014, de forma que seja assegurado ao impetrante o retorno as funções laborais.
Liminarmente, pede que seja deferida medida liminar para suspender os efeitos do ato impugnado, o Decreto nº 18.522/2014. No mérito, que seja concedida a segurança.
É o relatório.
DECISÃO
Para o deferimento de medida liminar é necessária a demonstração da relevância do direito e do perigo da demora.
O impetrante já vem exercendo suas atividades no cargo efetivo de Analistas de Sistemas desde outubro de 2013 e a possibilidade de o ato administrativo impugnado conter vícios de nulidade, que será aferido no mérito desta ação, justifica a concessão da liminar pleiteada.
Não se constata prejuízo à Administração Pública, com o deferimento do pedido de liminar; ao contrário, o ente Público, em caráter precário, poderá contar com os serviços desenvolvidos pelo servidor dentro da estrutura administrativa.
Já para o impetrante, o perigo de dano de difícil reparação é evidente; afastado do exercício de suas funções não receberá salários, comprometendo assim sua subsistência e de sua família. Numa análise superficial, a manutenção do ato atacado, enquanto é feito o controle jurisdicional, ofende o núcleo central do sistema constitucional, o princípio da dignidade da pessoa humana.
Assim, defiro a liminar pleiteada para suspender o Decreto n. 18.522, que tornou sem efeito o decreto n. 18.240.
Requisitem-se as informações à autoridade apontada como coatora.
As informações deverão vir no prazo legal de 10 dias.
Dê-se ciência à Procuradoria do Estado de Rondônia (inciso II do art. 7º da Lei Federal n. 12.016/2009).
Após o prazo das informações, com ou sem elas, à Procuradoria de Justiça para o parecer.
Intime-se.
Porto Velho, 03 de fevereiro de 2014.
Desembargador Moreira Chagas
Relator em substituição regimental

Tribunal Pleno
Despacho DA RELATORA
Mandado de Segurança
Número do Processo :0006874-61.2013.8.22.0000
Impetrante: IDARON - Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia
Advogado: Arlindo Carvalho dos Santos(OAB/RO 4550)
Impetrado: Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Litisconsorte Passivo Necessario: Estado de Rondônia
Advogada: Luciana Fonseca Azevedo(OAB/RO 5726)
Advogado: Juraci Jorge da Silva(OAB/RO 528)
Relatora:Juíza Sandra A. Silvestre de Frias Torres
Vistos.
Defiro o pedido do Estado de Rondônia para que ingresse no feito. (fls. 59)
Ao departamento para que providencie o necessário.
Após, retornem os autos conclusos.
Porto Velho, 03 de fevereiro de 2014.
Juíza Sandra A. Silvestre de Frias Torres

1ª CÂMARA CÍVEL

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
1ª Câmara Cível
0001608-19.2011.8.22.0015 - Apelação
Origem : 0001608-19.2011.8.22.0015 Guajará-Mirim / 2ª Vara Cível
Apelante : Fábio Amaro de Andrade
Advogado : Reginaldo Ferreira Lima (OAB/RO 2118)
Advogado : Jean Noujain Neto (OAB/RO 1684)
Apelada : Cecília dos Santos Maia
Advogado : Francisco Fernandes Filho (OAB/SP 189558)
Relator(a) : Des. Moreira Chagas
Revisor(a) : Des. Raduan Miguel Filho
Vistos.
Fábio Amaro de Andrade, inconformado com a decisão proferida pelo juízo da 2ª Vara Cível de Guajará-Mirim, nos autos da ação de obrigação para entrega de coisa certa proposta em seu desfavor por Cecília dos Santos Maia, que julgou parcialmente procedente o pedido, lhe condenando a restituir à autora, no prazo de 15 dias, sob pena de expedição de mandado de imissão de posse, a quantidade de 46 bovídeos, sendo que 50% deles deverão ter idade superior a 13 meses, interpõe o presente recurso almejando a sua reforma.
Examinados, decido.
Nada obstante as razões erigidas pelo apelante, e ante a peculiaridade do caso, o recurso não merece prosperar.
Verifica-se que durante todo o curso do processo o apelante não demonstrou necessidade quanto aos benefícios da gratuidade da justiça, pois sequer a solicitou.
Sendo assim, e para que haja concessão da referida gratuidade deduzida somente após a prolação da sentença que rejeitou seu intento, mister seja melhor respaldado o pedido, a exemplo de demonstrar que sua situação financeira sofreu alteração a ponto de impedi-lo de recolher o preparo recursal, pois até então não havia sequer afirmação de ser necessitado no sentido legal, como dito.
Ainda que fosse deferido o pedido de justiça gratuita nesta oportunidade, não teria como se admitir o recurso interposto pelo requerido, visto ser notório que os efeitos dos benefícios da justiça gratuita devem ser ex nunc, vale dizer, não podem retroagir para alcançar atos processuais anteriormente convalidados, principalmente se o pedido de concessão do benefício tiver o propósito de não pagar as custas judiciais já condenadas e o preparo, como no presente caso, no qual a parte litigou sem o benefício da justiça gratuita.
Nesse sentido:
Assistência judiciária requerida após a sentença.
Deferido o benefício que passa a ter seus efeitos a partir do momento da concessão, atendendo ao princípio da finalidade. Agravo provido. Unânime. (TJRS - Agravo de Instrumento nº 70004348389, Vigésima Câmara Cível, Rel. Des. Rubem Duarte, j. em 04/12/2002)
Assim, apesar da afirmação de ausência de recursos financeiros e, mesmo que agora conseguisse os benefícios da assistência judiciária, isto não retira a obrigação do apelante de recolher os valores já condenados.
Nesse sentido, e a exemplo dos autos nº 100.014.2007.005861-4, bem como do aresto adiante transcrito, esta Corte vem decidindo:
Ação de obrigação de fazer c/c dano moral e material. Ausência de pedido de justiça gratuita. Preparo Inexistente. Deserção.
Inexistindo pedido de assistência judiciária gratuita, e não sendo efetuado o pagamento do preparo no ato da interposição do recurso de apelação, a decretação da deserção é medida que se impõe. (AI nº 100.001.2004.010696-8 – Rel. Des. Gabriel Marques de Carvalho - j. 21/11/2006)
Ante o exposto, e tendo em vista que a questão encontra parâmetros na Corte, não conheço do recurso, pela ausência de pressuposto de admissibilidade.
Publique-se.
Porto Velho, 22 de janeiro de 2014.
Desembargador Moreira Chagas
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
1ª Câmara Cível
0137309-28.2006.8.22.0014 - Apelação
Origem : 0137309-28.2006.8.22.0014 Vilhena / 4ª Vara Cível
Apelante : Sirlene Dal Bo
Advogada : Titânia Pinto Freire de Morais e Silva (OAB/RO 969)
Advogado : Urano Freire de Morais (OAB/RO 240B)
Apelado : Banco do Brasil S/A
Advogado : Cézar Benedito Volpi (OAB/RO 533)
Advogado : Oséias Vitorino do Nascimento (OAB/RO 651A)
Relator(a) : Des. Moreira Chagas
Revisor(a) : Des. Raduan Miguel Filho
Vistos.
Sirlene Dal Bo, inconformada com a decisão proferida pelo juízo da 4ª Vara Cível de Vilhena, nos autos da ação monitória proposta em seu desfavor por Banco do Brasil S/A, que julgou improcedente os embargos monitórios, constituindo de pleno direito o título executivo judicial, bem como lhe condenando ao pagamento das custas e honorários advocatícios de 10% sobre o valor da dívida, interpõe o presente recurso almejando a sua reforma.
Examinados, decido.

Nada obstante as razões erigidas pela apelante, e ante a peculiaridade do caso, o recurso não merece prosperar.
Verifica-se que durante todo o curso do processo a apelante não demonstrou necessidade quanto aos benefícios da gratuidade da justiça, pois sequer a solicitou.
Sendo assim, e para que haja concessão da referida gratuidade deduzida somente após a prolação da sentença que rejeitou seu intento, mister seja melhor respaldado o pedido, a exemplo de demonstrar que sua situação financeira sofreu alteração a ponto de impedi-la de recolher o preparo recursal, pois até então não havia sequer afirmação de ser necessitada no sentido legal, como dito.
Ainda que fosse deferido o pedido de justiça gratuita nesta oportunidade, não teria como se admitir o recurso interposto pela requerida, visto ser notório que os efeitos dos benefícios da justiça gratuita devem ser ex nunc, vale dizer, não podem retroagir para alcançar atos processuais anteriormente convalidados, principalmente se o pedido de concessão do benefício tiver o propósito de não pagar as custas judiciais já condenadas e o preparo, como no presente caso, no qual a parte litigou sem o benefício da justiça gratuita.
Nesse sentido:
Assistência judiciária requerida após a sentença.
Deferido o benefício que passa a ter seus efeitos a partir do momento da concessão, atendendo ao princípio da finalidade. Agravo provido. Unânime. (TJRS - Agravo de Instrumento nº 70004348389, Vigésima Câmara Cível, Rel. Des. Rubem Duarte, j. em 04/12/2002)
Assim, apesar da afirmação de ausência de recursos financeiros e, mesmo que agora conseguisse os benefícios da assistência judiciária, isto não retira a obrigação da apelante de recolher os valores já condenados.
Nesse sentido, e a exemplo dos autos nº 100.014.2007.005861-4, bem como do aresto adiante transcrito, esta Corte vem decidindo:
Ação de obrigação de fazer c/c dano moral e material. Ausência de pedido de justiça gratuita. Preparo Inexistente. Deserção.
Inexistindo pedido de assistência judiciária gratuita, e não sendo efetuado o pagamento do preparo no ato da interposição do recurso de apelação, a decretação da deserção é medida que se impõe. (AI nº 100.001.2004.010696-8 – Rel. Des. Gabriel Marques de Carvalho - j. 21/11/2006)
Ante o exposto, e tendo em vista que a questão encontra parâmetros na Corte, não conheço do recurso, pela ausência de pressuposto de admissibilidade.
Publique-se.
Porto Velho, 27 de janeiro de 2014.
Desembargador Moreira Chagas
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
1ª Câmara Cível
0003990-90.2012.8.22.0001 - Apelação
Origem : 0003990-90.2012.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 9ª Vara Cível
Apelante : Daniel Moraes de Souza
Advogada : Maria da Conceição Souza Vera (OAB/RO 573)
Advogada : Samára Nascimento Soares Silva (OAB/RO 590E)
Apelado : Banco Bradesco S. A.
Relator(a) : Des. Moreira Chagas
Revisor(a) : Des. Raduan Miguel Filho
Vistos.
Trata-se de recurso de apelação interposto por Daniel Moraes de Souza contra a sentença proferida pelo juízo da 9ª Vara Cível de Porto Velho, que nos autos da ação revisional de contrato movida em face de Banco Bradesco S/A, julgou improcedente o pedido, lhe condenando ao pagamento das custas processuais. Deixou de condená-lo ao pagamento de honorários sucumbenciais, tendo em vista a inexistência de contestação.
Examinados, decido.
O art. 511 do CPC, assim dispõe:
Art. 511. No ato de interposição do recurso, o recorrente comprovará, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção.
A certidão à fl. 40, diz que a sentença de fls. 37/39 foi disponibilizada no DJE nº 212, de 19/11/2012, considerada publicada no dia 20/11/2012 e a contagem do prazo iniciou em 21/11/2012. Logo, o prazo final para interposição de recurso foi em 05/12/2012 (quarta-feira).
Todavia, analisando os autos, especialmente a guia de recolhimento do preparo acostada à fl. 52, constato como data de pagamento e vencimento, o dia 07/12/2012 (sexta-feira), muito embora a certidão de fl. 55 afirme que o recurso de apelação foi protocolizado em 03/12/2012, portanto, tempestivo e acompanhado do respectivo preparo.
Demandei muitas horas de meu precioso tempo, até porque não tenho só este processo para julgar, mas centenas de outros, cujas as partes aguardam ansiosamente por um desfecho, tentando entender o que vi nestes autos. Confesso que não entendi. Se o recurso foi protocolizado no dia 03/12/2012, como afirmou a certidão de fl. 55, como o preparo foi recolhido no dia 07/12/2012, ou seja, 4 dias depois do protocolo?
De qualquer modo, não há outra alternativa se não concluir que o preparo foi recolhido a destempo, tendo em vista que o prazo fatal para protocolização do recurso foi em 05/12/2012, sendo que deveria vir acompanhado do comprovante de recolhimento do preparo, na forma exigida pelo art. 511 do CPC.
Pelo exposto, declaro o recurso deserto, razão pela qual deixo de conhecê-lo.
Outrossim, determino seja oficiado ao juízo de origem, bem como à Corregedoria da Justiça para que tomem as medidas que o caso requer.
Publique-se.
Porto Velho, 30 de janeiro de 2014.
Desembargador Moreira Chagas
Relator

1ª Câmara Cível
ABERTURA DE VISTA
Recurso Especial em Agravo de Instrumento
nrº 0008171-06.2013.8.22.0000
Recorrente: Banco Bradesco S/A
Advogada: Maria Lucilia Gomes (OAB/SP 84206)
Advogado: Luciano Boabaid Bertazzo (OAB/RO 1894)
Recorrida: Guaporé Máquinas e Equipamentos Ltda
Advogado: Márcio Mello Casado (OAB/SP 138047A)
Advogado: Silvane Secagno (OAB/RO 5020)
[...]
"Nos termos do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001, fica o(a) recorrido(a) intimado(a) para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Especial."
Porto Velho, 3 de fevereiro de 2014
(a) Belª Ciraneide Fonseca Azevedo
Diretora do 1DEJUCIVEL

ABERTURA DE VISTA
Recurso Especial em Agravo de Instrumento
nrº 0007838-54.2013.8.22.0000
Recorrente: Goiásminas Indústria de Laticínios Ltda
Advogado: Felipe Cardoso da Freiria (OAB/RO 4352)
Advogado: Clécio Silva dos Santos (OAB/RO 4993)
Recorrido: Ponto Técnico Engenharia e Construções Ltda
Advogada: Inês Aparecida Gulak (OAB/RO 3512)
[...]
"Nos termos do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001, fica o(a) recorrido(a) intimado(a) para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Especial."
Porto Velho, 3 de fevereiro de 2014
(a) Belª Ciraneide Fonseca Azevedo
Diretora do 1DEJUCIVEL

1ª Câmara Cível
ABERTURA DE VISTA
Recurso Especial em Agravo de Instrumento
nrº 0007012-28.2013.8.22.0000
Recorrente: Banco J. Safra S/A
Advogado: Celso Marcon (OAB/ES 10990)
Advogado: Edson de Oliveira Cavalcante (OAB/RO 1510)
Advogada: Carla Passos Melhado Cochi (OAB/RO 5401)
Advogado: Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
Advogada: Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120)
Recorrida: Maria da Penha dos Santos
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Advogada: Adriana Pignaneli de Abreu (OAB/SP 212689)
"Nos termos do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001, fica o(a) recorrente intimado(a) para providenciar a regularização das custas do Recurso Especial da seguinte forma: no valor de R$131,87 (cento e trinta e um reais e oitenta e sete centavos) mediante Guia de Recolhimento da União - GRU, Banco do Brasil, UG 050001/00001, código n. 18832-8, no prazo de 5 (cinco) dias.
Porto Velho, 3 de fevereiro de 2014."
(a) Belª Ciraneide Fonseca Azevedo
Diretora do 1DEJUCIVEL

2ª CÂMARA CÍVEL

2ª Câmara Cível
Despacho DO PRESIDENTE
Recurso Extraordinario - Nrº: 4
Número do Processo :0010688-81.2013.8.22.0000
Processo de Origem : 0011631-56.2013.8.22.0014
Recorrente: N. de S. V.
Advogado: Leandro Márcio Pedot(OAB/RO 2022)
Recorrido: R. M. de P. de S. V.
Advogado: Roberto Carlos Mailho(OAB/RO 3047)
Relator:Des. Rowilson Teixeira
Vistos.
Cuida-se de recurso extraordinário interposto por Natália de Souza Veit Moraes de Paula, com fundamento no art. 102, inc. III, alínea a, da Constituição Federal, alegando que o julgado de fls. 95/98 negou vigência ao artigo 5º, incs. XXXV, LV e LXXIV, da Constituição Federal, por assim posicionar-se:
Agravo interno. Negativa de seguimento a agravo de instrumento. Assistência judiciária gratuita. Ausência de comprovação de hipossuficiência financeira. Ditames constitucionais.
Tendo o agravo de instrumento o escopo de atacar decisão que, diante dos documentos acostados aos autos, nega a concessão das benesses da gratuidade da justiça, deve a parte demonstrar a sua hipossuficiência financeira, não sendo suficiente a simples declaração de pobreza.
É o necessário.
Decido.
Em que pese tenha sido certificado que o recurso extraordinário em análise foi protocolizado dentro do prazo legal (certidão de fl. 122), nota-se ser o recurso intempestivo.
Com efeito, do acórdão de fls. 95/98, que foi negado provimento ao agravo interno, a recorrente opôs embargos de declaração que, por sua vez, monocraticamente, foi negado seguimento por ser intempestivo (decisão de fls. 105/106).
Neste caso, o prazo para a interposição do recurso em exame não foi interrompido, começando a fluir em 16 de dezembro de 2013, consoante certidão de publicação do acórdão, fl. 99, findando em 17 de janeiro de 2014.
A propósito, sobre o tema, colaciono julgados recentíssimos do Superior Tribunal de Justiça:
PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTEMPESTIVOS. INTERRUPÇÃO DO PRAZO RECURSAL. INOCORRÊNCIA. RECURSO ESPECIAL INTEMPESTIVO.
1. É pacífica a jurisprudência desta Corte no sentido de que os embargos de declaração, quando não conhecidos por intempestividade, não interrompem o prazo para a interposição de qualquer outro recurso.
2. A questão da tempestividade dos embargos de declaração opostos na origem encontra-se preclusa, vez que não foi alegada em sede de recurso especial.
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg no AREsp 424.919/PR, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/12/2013, DJe 13/12/2013)
AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO TEMPESTIVOS. INTERRUPÇÃO DO PRAZO. ART. 538 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.
1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de que a oposição de embargos de declaração interrompe o prazo para interposição de outros recursos (CPC, art. 538), salvo nos casos em que não são conhecidos por intempestividade.
2. Agravo regimental a que se nega provimento.
(AgRg no REsp 1395318/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 12/11/2013, DJe 29/11/2013)
Ante o exposto, uma vez que o recurso extraordinário foi protocolizado no dia 29 de janeiro de 2014, após o transcurso do prazo legal, em razão da extemporaneidade, nego-lhe seguimento, com fundamento no art. 557, caput, do Código de Processo Civil.
Intime-se.
Porto Velho, 31 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

2ª Câmara Cível
Despacho DO PRESIDENTE
Agravo em Recurso Especial - Nrº: 2
Número do Processo :0005443-89.2013.8.22.0000
Processo de Origem : 0107177-19.2009.8.22.0002
Agravante: José Antônio Vieira
Advogado: José Assis dos Santos.(OAB/RO 2591)
Advogada: Juliana Maia Ratti(OAB/RO 3280)
Agravado: Mário Antônio da Silva Ferreira
Advogado: Edmundo Santiago Chagas(OAB/RO 491)
Advogado: Edmundo Santiago Chagas Júnior(OAB/RO 905)
Agravada: Comercial e Distribuidora de Petróleo Apui Ltda
Advogado: Rejane Saruhashi(OAB/RO 1824)
Relator: Des. Rowilson Teixeira
Vistos.
Subam os autos ao colendo Superior Tribunal de Justiça.
Publique-se, cumpra-se.
Porto Velho, 31 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Despacho DO PRESIDENTE
Recurso Especial - Nrº: 3
Número do Processo :0010688-81.2013.8.22.0000
Processo de Origem : 0011631-56.2013.8.22.0014
Recorrente: N. de S. V.
Advogado: Leandro Márcio Pedot(OAB/RO 2022)
Recorrido: R. M. de P. de S. V.
Advogado: Roberto Carlos Mailho(OAB/RO 3047)
Relator:Des. Rowilson Teixeira
Vistos.
Cuida-se de recurso especial interposto por Natália de Souza Veit Moraes de Paula, com fundamento no art. 105, inc. III, alíneas a e c, da Constituição Federal, alegando que o julgado de fls. 95/98 contrariou o artigo 4º, da Lei nº 1.060/50, bem como dissentiu da jurisprudência pátria, por assim posicionar-se:
Agravo interno. Negativa de seguimento a agravo de instrumento. Assistência judiciária gratuita. Ausência de comprovação de hipossuficiência financeira. Ditames constitucionais.
Tendo o agravo de instrumento o escopo de atacar decisão que, diante dos documentos acostados aos autos, nega a concessão das benesses da gratuidade da justiça, deve a parte demonstrar a sua hipossuficiência financeira, não sendo suficiente a simples declaração de pobreza.
É o necessário.
Decido.
Em que pese tenha sido certificado que o recurso especial em análise foi protocolizado dentro do prazo legal (certidão de fl. 114), nota-se ser o apelo especial intempestivo.
Com efeito, do acórdão de fls. 95/98, que foi negado provimento ao agravo interno, a recorrente opôs embargos de declaração que, por sua vez, monocraticamente, foi negado seguimento por ser intempestivo (decisão de fls. 105/106).
Neste caso, o prazo para a interposição do recurso em exame não foi interrompido, começando a fluir em 16 de dezembro de 2013, consoante certidão de publicação do acórdão, fl. 99, findando em 17 de janeiro de 2014.
A propósito, sobre o tema, colaciono julgados recentíssimos do Superior Tribunal de Justiça:
PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO INTEMPESTIVOS. INTERRUPÇÃO DO PRAZO RECURSAL. INOCORRÊNCIA. RECURSO ESPECIAL INTEMPESTIVO.
1. É pacífica a jurisprudência desta Corte no sentido de que os embargos de declaração, quando não conhecidos por intempestividade, não interrompem o prazo para a interposição de qualquer outro recurso.
2. A questão da tempestividade dos embargos de declaração opostos na origem encontra-se preclusa, vez que não foi alegada em sede de recurso especial.
3. Agravo regimental não provido.
(AgRg no AREsp 424.919/PR, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/12/2013, DJe 13/12/2013)
AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AGRAVO DE INSTRUMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO TEMPESTIVOS. INTERRUPÇÃO DO PRAZO. ART. 538 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.
1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de que a oposição de embargos de declaração interrompe o prazo para interposição de outros recursos (CPC, art. 538), salvo nos casos em que não são conhecidos por intempestividade.
2. Agravo regimental a que se nega provimento.
(AgRg no REsp 1395318/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 12/11/2013, DJe 29/11/2013)
Assim, uma vez protocolizado o recurso especial no dia 29 de janeiro de 2014, após o transcurso do prazo legal, nego seguimento ao recurso, por ser extemporâneo, com fundamento no art. 557, caput, do Código de Processo Civil.
Intime-se.
Porto Velho, 31 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

2ª Câmara Cível
Despacho DO PRESIDENTE
Recurso Especial - Nrº: 2
Número do Processo :0011990-48.2013.8.22.0000
Processo de Origem : 0011972-06.2013.8.22.0007
Recorrente: BV Financeira S. A. Crédito Financiamento e Investimento
Advogado: Celso Marcon(OAB/RO 3700)
Advogada: Carla Passos Melhado Cochi(OAB/SP 187329)
Advogada: Patrícia Pazos Vilas Boas da Silva(OAB/SP 124899)
Recorrido: José Bonifácio Fernandes
Advogado: Sidnei Sotele(OAB/RO 4192)
Relator:Des. Rowilson Teixeira
Vistos.
Cuida-se de recurso especial interposto por BV Financeira S. A. Crédito Financiamento e Investimento, com fundamento no art. 105, inc. III, alínea a, da Constituição Federal, alegando que a decisão de fls. 60/62, negou vigência ao art. 36, do Código de Processo Civil.
Com efeito, para a admissão de recurso especial, necessário se faz a presença de seus pressupostos extrínsecos: cabimento, tempestividade e recolhimento das despesas de remessa e retorno dos autos.
No caso, tem-se que este apelo especial é incabível. Isso porque a disposição contida no art. 105, inc. III, da Constituição

Federal, somente autoriza a interposição de recurso especial quando a decisão recorrida for de última instância, fato que não ocorreu, na espécie.
É que contra a decisão monocrática que negou seguimento ao agravo de instrumento, a teor do art. 557, parágrafo 1º, do Código de Processo Civil, caberia o chamado agravo no prazo de cinco dias, ao órgão competente para o julgamento do recurso.
Deste modo, tem-se que não houve o exaurimento da instância ordinária, fato que inviabiliza o trânsito do recurso especial, a teor da Súmula nº 281 do Supremo Tribunal Federal: é inadmissível o recurso extraordinário, quando couber na justiça de origem, recurso ordinário da decisão impugnada.
Ante o exposto, não admito este recurso especial.
Intime-se.
Porto Velho, 31 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

2ª Câmara Cível
Despacho DO PRESIDENTE
Recurso Especial - Nrº: 2
Número do Processo :0004639-24.2013.8.22.0000
Processo de Origem : 0006468-37.2013.8.22.0001
Recorrente: Santo Antônio Energia S/a
Advogado: Clayton Conrat Kussler(OAB/RO 3861)
Advogado: Everson Aparecido Barbosa(OAB/RO 2803)
Advogada: Luciana Sales Nascimento(OAB/PB 17625B)
Advogado: Igor Habib Ramos Fernandes(OAB/RO 5193)
Advogada: Rafaela Pithon Ribeiro(OAB/BA 21026)
Recorrida: Rosaria Rabêlo Ferreira
Advogado: Antônio de Castro Alves Júnior(OAB/RO 2811)
Advogada: Jeanne Leite Oliveira(OAB/RO 1068)
Recorrido: Raimundo Nonato dos Santos
Advogado: Antônio de Castro Alves Júnior(OAB/RO 2811)
Advogada: Jeanne Leite Oliveira(OAB/RO 1068)
Relator:Des. Rowilson Teixeira
Vistos.
Santo Antônio Energia S.A., interpôs recurso especial com fundamento no art. 105, inc. III, “a” e “c”, da CF, alegando que o julgado de fls. 433/446 contrariou o art. 273, caput, inc. I e §2º, do CPC, bem como dissentiu da jurisprudência pátria, por assim posicionar-se:
[...].
AGRAVO DE INSTRUMENTO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. RETIRADA E REALOJAMENTO DE RIBEIRINHOS. DECISÃO EXTRA PETITA. ARMAZENAMENTO DE ACERVO QUE COMPÕE O COMÉRCIO DOS AUTORES E PAGAMENTO DE SALÁRIO MÍNIMO. PRESENÇA DE VEROSSIMILHANÇA E DE PERIGO DE DANO IRREPARÁVEL. IMPUGNAÇÃO À NOMEAÇÃO DO PERITO. HONORÁRIOS PERICIAIS. ÔNUS. PARTE BENEFICIÁRIA DA GRATUIDADE JUDICIÁRIA. OBRIGAÇÃO DO ESTADO. ASTREINTES. TERMO INICIAL. INTIMAÇÃO PESSOAL.
Verificada a ausência de requerimento expresso de retirada e realojamento dos ribeirinhos, a decisão é extra petita, e sua consequência é a nulidade do decisum neste ponto.
No tocante ao armazenamento do acerco comercial da parte autora, extraindo-se da análise dos autos a presença da verossimilhança e de perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, a tutela pretendida deve ser concedida.
Não comprovando a parte a inaptidão técnica do perito, sua nomeação deve ser mantida.
O ônus dos honorários periciais recai sobre a parte que requereu a prova e, em sendo esta beneficiária da gratuidade judiciária, a obrigação de pagar os préstimos deve ser imputada ao Estado.
O termo inicial para o cálculo das astreintes é o da intimação pessoal quando se tratar de obrigação de fazer.
O recorrido apresentou contrarrazões.
É o relatório.
Tratou-se de agravo de instrumento interposto pela recorrente, contra a decisão proferida pelo Juízo da 8ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho. Em decisão monocrática, o relator concedeu efeito suspensivo ao agravo. Os e. Desembargadores da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, deram provimento parcial ao agravo, à unanimidade. Vencido, em parte, o relator que deu provimento em maior extensão. Opostos embargos de declaração, restaram providos nos termos do voto do relator, à unanimidade.
Daí o inconformismo da recorrente.
Analisando as razões recursais, vejo que a decisão recorrida está fundamentada em conformidade com a jurisprudência do próprio STJ, como se constata na ementa abaixo:
[…]
PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. SALÁRIO-MATERNIDADE. TUTELA ANTECIPADA DE OFÍCIO CONCEDIDA NO ACÓRDÃO. ADMISSIBILIDADE EM HIPÓTESES EXCEPCIONAIS.
1. Trata-se, na origem, de Ação Declaratória com pedido de condenação ao pagamento de salário-maternidade movida por trabalhadora rural diarista. O acórdão confirmou a sentença de procedência e, de ofício, determinou a imediata implantação do mencionado benefício.
2. As tutelas de urgência são identificadas como reação ao sistema clássico pelo qual primeiro se julga e depois se implementa o comando, diante da demora do processo e da implementação de todos os atos processuais inerentes ao cumprimento da garantia do devido processo legal. Elas regulam situação que demanda exegese que estabeleça um equilíbrio de garantias e princípios (v.g., contraditório, devido processo legal, duplo grau de jurisdição, direito à vida, resolução do processo em prazo razoável).
3. No caso concreto, o Tribunal se vale da ideia de que se pretende conceder salário-maternidade a trabalhadora rural (boia-fria) em virtude de nascimento de criança em 2004.
4. O Superior Tribunal de Justiça reconhece haver um núcleo de direitos invioláveis essenciais à dignidade da pessoa humana, que constitui fundamento do Estado Democrático de Direito. Direitos fundamentais correlatos às liberdades civis e aos direitos prestacionais essenciais garantidores da própria vida não podem ser desprezados pelo Poder Judiciário. Afinal, “a partir da consolidação constitucional dos direitos sociais, a função estatal foi profundamente modificada, deixando de ser eminentemente legisladora em pró das liberdades públicas, para se tornar mais ativa com a missão de transformar a realidade social. Em decorrência, não só a administração pública recebeu a incumbência de criar e implementar políticas públicas necessárias à satisfação dos fins constitucionalmente delineados, como também, o Poder Judiciário teve sua margem de atuação ampliada, como forma de fiscalizar e velar pelo fiel cumprimento dos objetivos constitucionais” (REsp 1.041.197/MS, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 16.9.2009, grifei.)
5. A doutrina admite, em hipóteses extremas, a concessão da tutela antecipada de ofício, nas “situações excepcionais em

que o juiz verifique a necessidade de antecipação, diante do risco iminente de perecimento do direito cuja tutela é pleiteada e do qual existam provas suficientes de verossimilhança" (José Roberto dos Santos Bedaque, Tutela cautelar e tutela antecipada: tutelas sumárias e de urgência, 4ª ed., São Paulo, Malheiros, 2006, pp. 384-385).
6. A jurisprudência do STJ não destoa em situações semelhantes, ao reconhecer que a determinação de implementação imediata do benefício previdenciário tem caráter mandamental, e não de execução provisória, e independe, assim, de requerimento expresso da parte (v. AgRg no REsp 1.056.742/RS, Rel. Min. Napoleão Nunes Maia Filho, DJe de 11.10.2010 e REsp 1.063.296/RS, Rel. Min. Og Fernandes, DJe de 19.12.2008).
7. Recurso Especial não provido.
(REsp 1309137/MG, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/05/2012, DJe 22/05/2012)
[…]
Incide, destarte, a Súmula 83 do STJ: Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida. Anote-se, por fim, conforme restou consignado no julgamento do AgRg no Ag 1306874/SP, relator o Ministro Aldir Passarinho Júnior, in DJe 10.9.2010, que esta súmula também é aplicável aos recursos interpostos pela alínea "a" do permissivo constitucional.
Se não bastasse, vejo que a pretensão da recorrente encontra óbice na Súmula n. 7 do STJ. É que o Tribunal a quo firmou sua fundamentação na análise do conjunto fático-probatório constante dos autos, de forma que, para entender diversamente, seria necessário o seu reexame, o que é inviável em sede de recurso especial.
Além disso, no que concerne à alegação de divergência jurisprudencial, o recurso não preenche os requisitos de admissibilidade, porquanto a divergência jurisprudencial deve ser comprovada, cabendo a quem recorre demonstrar as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, com indicação da similitude fático-jurídica entre eles. Indispensável a transcrição de trechos do relatório e do voto dos acórdãos recorrido e paradigma, realizando-se o cotejo analítico entre ambos, com o intuito de bem caracterizar a interpretação legal divergente. O desrespeito a esses requisitos legais e regimentais (art. 541, parágrafo único, do CPC e art. 255 do RI/STJ) impede o conhecimento do Recurso Especial, com base no art. 105, III, alínea "c", da Constituição Federal (AgRg no AREsp 163891/RJ, Ministro Herman Benjamin, j. Em 16/08/2012, Dje 24/08/2012).
Pelo exposto, não admito este recurso especial.
Intime-se.
Porto Velho, 30 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

2ª Câmara Cível
Despacho DO PRESIDENTE
Recurso Especial - Nrº: 3
Número do Processo :0008007-41.2013.8.22.0000
Processo de Origem : 0010748-85.2012.8.22.0001
Recorrente: Banco Industrial do Brasil S.A.
Advogado: Denis Audi Espinela(OAB/SP 198153)
Advogada: Elaine de Souza(OAB/RO 4255)
Recorrida: Marli Cordeiro Rodrigues da Silva
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos(OAB/RO 655A)
Advogado: Vinícius Silva Lemos(OAB/RO 2281)
Relator:Des. Rowilson Teixeira
Vistos.
Banco Industrial do Brasil S.A.., interpôs recurso especial com fundamento no art. 105, inc. III, a e c, da CF, alegando que o julgado de fls. 143/147 contrariou os artigos 215 e 247, do CPC, bem como dissentiu da jurisprudência pátria, por assim posicionar-se:
Agravo regimental. Agravo interno. Fungibilidade. Citação. Inexistência de nulidade. Teoria da aparência. Recurso não provido
É possível o recebimento do agravo regimental como agravo interno, em razão do princípio da fungibilidade, desde que próprio e interposto no prazo legal.
Em se tratando de citação de pessoa jurídica, o Superior Tribunal de Justiça adota a teoria da aparência, segundo a qual consideram-se válidas as citação ou intimações feitas na pessoa de quem, sem nenhuma reserva, assina o documento de recebimento sem ressalvas.
A recorrida não apresentou contrarrazões ao recurso.
É o relatório.
Tratou-se de agravo de instrumento interposto pelo recorrente em face da decisão proferida pelo Juízo da 8ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho/RO. Monocraticamente, o relator negou seguimento ao recurso. Interposto agravo interno, o mesmo restou improvido à unanimidade. Opostos embargos de declaração, os mesmos restaram improvidos nos termos do voto do relator, à unanimidade.
Daí o inconformismo do recorrente.
Analisando as razões recursais, vejo que a decisão recorrida está fundamentada em conformidade com a jurisprudência do próprio STJ, como se constata na ementa abaixo:
PROCESSUAL CIVIL E CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. CITAÇÃO VIA POSTAL DE PESSOA JURÍDICA. TEORIA DA APARÊNCIA. RAZÕES DESASSOCIADAS DO FUNDAMENTO ADOTADO NA DECISÃO AGRAVADA. SÚMULA 284/STF. DECISÃO MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO MANIFESTAMENTE INFUNDADO. ART. 557, § 2º, DO CPC. MULTA. CABIMENTO.
1. Em se tratando de citação de pessoa jurídica, o Superior Tribunal de Justiça adota a teoria da aparência, segundo a qual, consideram-se válidas as citação ou intimações feitas na pessoa de quem, sem nenhuma reserva, identifica-se como representante da empresa, mesmo sem ter poderes expressos de representação, e assina o documento de recebimento, sem ressalvas. Precedentes. (g.n.)
3. No mérito, o arrazoado desenvolvido no regimental invoca dissídio com julgado cuja controvérsia debatida é diversa da analisada no presente caso. Razões desassociadas configuram argumentação deficiente a atrair a inteligência da Súmula 284/STF.
4. No mais, o agravante não traz nenhum outro argumento novo capaz de modificar a decisão ora agravada que se mantém por seus próprios fundamentos. Agravo regimental não provido, com aplicação de multa.
(STJ - AgRg no AREsp 284545 / RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, j. 19/03/2013)
EXECUÇÃO. CITAÇÃO. PESSOA JURÍDICA. REPRESENTANTE. TEORIA DA APARÊNCIA. MP. INTERVENÇÃO. AUSÊNCIA. NULIDADE. INOCORRÊNCIA. AVAL. OUTORGA UXÓRIA. MEAÇÃO. EMBARGOS DE TERCEIRO.

É válida a citação da pessoa jurídica por intermédio de quem se apresenta como seu representante legal e recebe a citação sem ressalva de que não possui poderes para tanto, nos termos da teoria da aparência.
A ausência de participação do Ministério Público em primeiro grau não gera a nulidade do processo, sobretudo porque sanada pela intervenção em segundo grau e não demonstrado eventual prejuízo.
Em se tratando de aval, ocorrido sob a égide do código civil de 1916, não há exigência da outorga uxória, por isso inexiste nulidade a ser declarada, sobretudo se a penhora recaiu apenas sobre a meação do cônjuge avalista.
(TJRO - 0132989-66.2009.8.22.0001 Apelação, Rel. Desembargador Raduan Miguel Filho, j. 27/03/2012)
Incide, destarte, a Súmula 83 do STJ: Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida. Anote-se, por fim, conforme restou consignado no julgamento do AgRg no Ag 1306874/SP, relator o Ministro Aldir Passarinho Júnior, in DJe 10.9.2010, que esta súmula também é aplicável aos recursos interpostos pela alínea "a" do permissivo constitucional.
Como consequência disso, fica prejudicada a alegação de divergência jurisprudencial.
Também, tem-se que para intentar resultado diverso na instância superior seria necessário o reexame da matéria fático-probatória, o que é inviável em sede de recurso especial, ante a incidência da Súmula 7, do STJ.
Pelo exposto, não admito este recurso especial.
Intime-se.
Porto Velho, 31 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

2ª Câmara Cível
Despacho DO RELATOR
Agravo de Instrumento
Número do Processo :0000938-21.2014.8.22.0000
Processo de Origem : 0000547-63.2014.8.22.0001
Agravante: Charles Pereira Pego
Advogado: Orlando Ferreira Rolim Neto(OAB/RO 1520)
Agravado: Itaú Seguros S. A.
Relator: Des. Kiyochi Mori
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Charles Pereira Pego contra a decisão do Juízo da 5ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho/RO, que indeferiu o pedido de assistência jurídica gratuita com fundamento na ausência de comprovação da alegada hipossuficiência e determinou o recolhimento das custas processuais no prazo de dez dias, sob pena de indeferimento da inicial.
Em síntese, alega que a decisão agravada insulta as leis estabelecidas que regulam a concessão de assistência judiciária aos pobres na forma da lei, pois prescrevem que não somente os necessitados podem se beneficiar da justiça gratuita, mas todos aqueles cuja situação econômica não lhes permita pagar as custas do processo.
Assevera que é trabalhador autônomo e aufere renda de trabalhos eventuais, de forma que arcar com custas processuais será prejudicial ao próprio sustento e de sua família.
Colaciona jurisprudências dos tribunais pátrios, visando embasar suas teses.
Ao final, pugna pelo provimento do agravo com a concessão da gratuidade da justiça.
Examinados.
Decido.
Dispõe o artigo 1º da Lei n.1.060 de 1950 que os poderes públicos federais e estaduais concederão assistência judiciária aos necessitados. E no paragrafo único, do artigo 2º, conceitua necessitados todo aquele cuja situação econômica não lhe permita pagar as custas do processo e os honorários de advogado, sem prejuízo do sustento próprio ou da família.
O agravante aponta que se encaixa no que a citada lei prevê, por estar obtendo seu amparo de trabalhos eventuais, e não possui trabalho e salário fixo.
No que tange à assistência jurídica gratuita, a jurisprudência pátria, inclusive do Superior Tribunal de Justiça e desta Corte, é no sentido de que, conforme previsão contida no art. 5º, inc. LXXIV da Constituição Federal, existe a necessidade da comprovação do estado de hipossuficiência para sua concessão, conforme ementas dos julgados abaixo colacionadas:
ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. JUSTIÇA GRATUITA. CONCESSÃO, SEM EFEITOS RETROATIVOS. SERVIDOR PÚBLICO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. LIMINAR. SUSPENSÃO. GRAVE LESÃO À ECONOMIA PÚBLICA.
REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.
1. "A norma contida nos arts. 2º, parágrafo único, e 4º, § 1º, da Lei 1.060/50 reza que a assistência judiciária gratuita pode ser pleiteada a qualquer tempo, contanto que o requerente comprove sua condição de hipossuficiente, bastando-lhe, para obtenção do benefício, sua simples afirmação de que não está em condições de arcar com as custas do processo e com os honorários advocatícios, sem prejuízo de seu próprio sustento ou de sua família" (AgRg no AgRg no REsp 1099364/RS, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, Primeira Turma, DJe 4/11/10).
[...]
Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 16.924/PE, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/09/2011, DJe 30/09/2011). [sublinhou-se]
AGRAVO INTERNO. JUSTIÇA GRATUITA. POSSIBILIDADE ECONÔMICA DA PARTE. FALTA DE COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE POBREZA. INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO.
A simples declaração de pobreza para a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita não mais subsiste. Conforme a nova interpretação dada pela Constituição Federal em seu art. 5º, inciso LXXIV, é necessária a prova da impossibilidade de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e/ou da família do requerente.
A ausência de elementos objetivos impossibilita a concessão.
Na caso concreto, a parte interessada não se desincumbiu do dever de comprovar a situação de necessidade alegada.
Recurso não provido. (Agravo n. 0002703-95.2012.8.22.0000, Relator Desembargador Raduan Miguel Filho, j. 15/05/2012). [sublinhou-se]
MANDADO DE SEGURANÇA - PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA - FALTA DE COMPROVAÇÃO DA INSUFICIÊNCIA DOS RECURSOS – IMPOSSIBILIDADE.
A assistência gratuita somente será prestada pelo Estado aos que comprovarem a insuficiência de recursos, de modo que não basta a simples declaração de miserabilidade para a concessão da benesse. RECURSO IMPROVIDO. (TJSP. Mandado de Segurança n. 0095851-86.2011.8.26.0000. Relator

Desembargador Carlos Giarusso Santos, j. 30/06/2011).
Em uma análise minuciosa dos autos, além de verificar que se trata de um trabalhador autônomo que possui renda eventual, constato, por meio dos extratos acostados às fls. 17/18, que o agravante, nos meses de novembro e dezembro de 2013, recebeu, a título de remuneração/salário, em média, R$ 2.934,39 (dois mil novecentos e trinta e quatro reais e trinta e nove centavos), e as custas perfazem 10% desse valor, o que inviabiliza o recolhimento, pois comprometerá, com certeza, as necessidades básicas do lar.
Desse modo, tenho que inexistem motivos e elementos nos autos capazes de ensejar o indeferimento do pedido.
Posto isso, nos termos do artigo 557, § 1º-A do Código de Processo Civil, dou provimento ao recurso e concedo à agravante os benefícios da assistência judiciária gratuita.
Comunique-se ao juiz da causa.
Cumpridas as formalidades legais, arquive-se os autos oportunamente.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 31 de janeiro de 2014.
Desembargador Kiyochi Mori
Relator

Despacho DO RELATOR
Agravo de Instrumento
Número do Processo :0000992-84.2014.8.22.0000
Processo de Origem : 0000280-88.2014.8.22.0002
Agravante: Supremax Nutrição Animal Ltda ME
Advogado: Fabiano Ferreira Silva(OAB/RO 388B)
Agravado: Maria L B Souza ME
Relator: Des. Kiyochi Mori
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Supremax Nutrição Animal Ltda ME contra a decisão proferida pelo Juiz de Direito da 4ª Vara Cível da Comarca de Ariquemes/RO, processo n. 0000280-88.2014.8.22.0002, que reconheceu, de ofício, a incompetência para processamento da execução, por se tratar de débito decorrente de relação de consumo, no qual o autor figura como consumidor final.
Nas razões do recurso, a agravante menciona, inicialmente, que apesar de o devedor residir em Comarca diversa, não há provas da relação de consumo.
Afirma que em virtude de o produto adquirido, qual seja, suplemento agrícola para melhoria de rebanho, ter como única finalidade a revenda, o agravado não se enquadra na condição de consumidor, pois utiliza apenas na atividade pecuária.
Sustenta que trata-se de competência relativa, a qual não pode ser declarada de ofício pelo magistrado.
Ao final, pugna pelo recebimento do recurso para reverter a decisão hostilizada.
Examinados.
Decido.
Insurge-se o agravante quanto a decisão que, de ofício, declarou a incompetência do juízo de Ariquemes, por entender tratar-se de débito decorrente de relação de consumo.
Saliento que se tratando de relação de consumo, as medidas de facilitação da defesa do consumidor, artigo 6º, inciso VIII, Código de Defesa do Consumidor (CDC) podem ser aplicadas pelo Juiz, de ofício, sem prejuízo do entendimento consubstanciado na Súmula n. 33 do Colendo Superior Tribunal de Justiça, cuja aplicação diz respeito à incompetência relativa que decorre da escolha de foro em desacordo com a competência territorial definida nos artigos 94 e 100, ambos do Código de Processo Civil (CPC).
Analisando os autos, verifica-se que a ação monitória foi proposta em desfavor de pessoa jurídica, Maria L. B. Souza Me, assim, se faz necessário analisar a possibilidade de aplicação do CDC ao caso concreto.
Infere-se do art. 2º do CDC, que a empresa consumidora deve adquirir os produtos como destinatário final, não podendo repassá-los a terceiros mediante remuneração. Senão vejamos:
Art. 2º. Consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.
Parágrafo único. Equipara-se a consumidor a coletividade de pessoas, ainda que indetermináveis, que haja intervindo nas relações de consumo.
No caso em apreço, o agravante colacionou cópias das duplicatas (fls. 19/20), contudo, não constam quais produtos teriam sido adquiridos pela agravada, bem como a atividade fim da empresa.
Dessa forma, entendo que não há nos autos elementos suficientes para aferir, por ora, se a agravada poderia ser considerada consumidora, portanto, a aplicação do CDC deve ser afastada.
Nesse sentido:
CONSUMIDOR. DEFINIÇÃO. ALCANCE. TEORIA FINALISTA. REGRA. MITIGAÇÃO. FINALISMO APROFUNDADO. CONSUMIDOR POR EQUIPARAÇÃO. VULNERABILIDADE.
1. A jurisprudência do STJ se encontra consolidada no sentido de que a determinação da qualidade de consumidor deve, em regra, ser feita mediante aplicação da teoria finalista, que, numa exegese restritiva do art. 2º do CDC, considera destinatário final tão somente o destinatário fático e econômico do bem ou serviço, seja ele pessoa física ou jurídica.
2. Pela teoria finalista, fica excluído da proteção do CDC o consumo intermediário, assim entendido como aquele cujo produto retorna para as cadeias de produção e distribuição, compondo o custo (e, portanto, o preço final) de um novo bem ou serviço. Vale dizer, só pode ser considerado consumidor, para fins de tutela pela Lei nº 8.078/90, aquele que exaure a função econômica do bem ou serviço, excluindo-o de forma definitiva do mercado de consumo.
3. A jurisprudência do STJ, tomando por base o conceito de consumidor por equiparação previsto no art. 29 do CDC, tem evoluído para uma aplicação temperada da teoria finalista frente às pessoas jurídicas, num processo que a doutrina vem denominando finalismo aprofundado, consistente em se admitir que, em determinadas hipóteses, a pessoa jurídica adquirente de um produto ou serviço pode ser equiparada à condição de consumidora, por apresentar frente ao fornecedor alguma vulnerabilidade, que constitui o princípio-motor da política nacional das relações de consumo, premissa expressamente fixada no art. 4º, I, do CDC, que legitima toda a proteção conferida ao consumidor.
4. A doutrina tradicionalmente aponta a existência de três modalidades de vulnerabilidade: técnica (ausência de conhecimento específico acerca do produto ou serviço objeto de consumo), jurídica (falta de conhecimento jurídico, contábil ou econômico e de seus reflexos na relação de consumo) e fática (situações em que a insuficiência econômica, física ou até mesmo psicológica do consumidor o coloca em pé de desigualdade frente ao fornecedor). Mais recentemente, tem se incluído também a vulnerabilidade informacional (dados

insuficientes sobre o produto ou serviço capazes de influenciar no processo decisório de compra).
5. A despeito da identificação in abstracto dessas espécies de vulnerabilidade, a casuística poderá apresentar novas formas de vulnerabilidade aptas a atrair a incidência do CDC à relação de consumo. Numa relação interempresarial, para além das hipóteses de vulnerabilidade já consagradas pela doutrina e pela jurisprudência, a relação de dependência de uma das partes frente à outra pode, conforme o caso, caracterizar uma vulnerabilidade legitimadora da aplicação da Lei nº 8.078/90, mitigando os rigores da teoria finalista e autorizando a equiparação da pessoa jurídica compradora à condição de consumidora.
6. Hipótese em que revendedora de veículos reclama indenização por danos materiais derivados de defeito em suas linhas telefônicas, tornando inócuo o investimento em anúncios publicitários, dada a impossibilidade de atender ligações de potenciais clientes. A contratação do serviço de telefonia não caracteriza relação de consumo tutelável pelo CDC, pois o referido serviço compõe a cadeia produtiva da empresa, sendo essencial à consecução do seu negócio. Também não se verifica nenhuma vulnerabilidade apta a equipar a empresa à condição de consumidora frente à prestadora do serviço de telefonia. Ainda assim, mediante aplicação do direito à espécie, nos termos do art. 257 do RISTJ, fica mantida a condenação imposta a título de danos materiais, à luz dos arts. 186 e 927 do CC/02 e tendo em vista a conclusão das instâncias ordinárias quanto à existência de culpa da fornecedora pelo defeito apresentado nas linhas telefônicas e a relação direta deste defeito com os prejuízos suportados pela revendedora de veículos.
7. Recurso especial a que se nega provimento. (REsp 1195642/RJ, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 13/11/2012, DJe 21/11/2012)
Ante o exposto, nos termos do art. 557, §1º-A do CPC, dou provimento ao recurso de agravo de instrumento para afastar a aplicação do CDC.
Oficie-se ao juízo da causa dando ciência da decisão.
Após as devidas anotações, arquivem-se os autos.
Publique-se.
Porto Velho-RO, 31 de janeiro de 2014.
Desembargador Kiyochi Mori
Relator

2ª Câmara Cível
Agravo Regimental - Nrº: 1
Número do Processo :0010155-25.2013.8.22.0000
Processo de Origem : 0005158-87.2013.8.22.0003
Agravante: Vitor Alves de Souza
Advogado: Sidnei da Silva(OAB/RO 3187)
Agravado: Comunidade Batista Vida Por Vidas
Relator:Des. Alexandre Miguel
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por Vitor Alves de Souza contra a decisão proferida pelo juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Jaru/RO que determinou a emenda à inicial para adequar o valor atribuído à demanda, comprovando o pagamento das custas remanescentes, sob pena de indeferimento da inicial.
Em decisão monocrática de fls. 72/73, o recurso foi julgado prejudicado, pois a parte, na mesma data de interposição do agravo de instrumento, cumpriu a determinação de emenda à inicial.
Às fls. 75/77, foi interposto agravo regimental da decisão monocrática referenciada, afirmando o agravante que embora tenha adequado o valor da causa e requerido o pagamento das custas ao final, deixou claro na petição de apresentada perante o juízo a quo que recorreria via agravo de instrumento da decisão que determinou a emenda à inicial.
Requer, por fim, a reconsideração da decisão monocrática recorrida ou o julgamento do presente recurso pelo Colegiado.
Examinados. Decido.
Analisando o agravo regimental apresentado e os documentos que o acompanham (fl. 77), verifico que a parte recorrente cumpriu determinação de emenda à inicial, no entanto, houve expressa manifestação no sentido de que recorreria junto à esta Corte.
Segundo o art. 503 do CPC, “a parte, que aceitar expressa ou tacitamente a sentença ou a decisão, não poderá recorrer”.
No entanto, conforme o parágrafo único do citado artigo, “considera-se aceitação tácita a prática, sem reserva alguma, de um ato incompatível com a vontade de recorrer”. (g.n.).
Em que pese a parte ter cumprido a determinação judicial, a expressa manifestação de que recorreria da decisão agravada impede a preclusão lógica da matéria vertida no presente recurso.
Em situações semelhantes o STJ se manifestou:
RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL. NULIDADE DE INTIMAÇÃO NO PROCESSO DE CONHECIMENTO. ACÓRDÃO PROFERIDO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS AO ARESTO DA APELAÇÃO, CUJA INTIMAÇÃO NÃO OBSERVOU O PEDIDO EXPRESSO DE QUE AS FUTURAS INTIMAÇÕES FOSSEM FEITAS EM NOME DOS PATRONOS INDICADOS PELA PARTE. ARTS. 154, 245, 236, § 1º, e 247 DO CPC. OFENSA CARACTERIZADA. ART. 503, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. PRECLUSÃO LÓGICA NÃO EVIDENCIADA. RESSALVA FEITA PELO RECORRENTE AO EFETUAR O DEPÓSITO. APELO NOBRE PARCIALMENTE PROVIDO.
[...]
4. A instituição financeira, ao efetuar o depósito da importância de R$ 2.659.591,43, ressalvou a sua intenção de impugnar a execução, motivo pelo qual viola o art. 503, parágrafo único, do CPC, a orientação firmada pela Corte de origem, que desconsiderando a expressa ressalva do Banco, concluiu que o mencionado depósito consistiu em ato incompatível com a vontade de recorrer, sobretudo na hipótese vertente, em que, além da ressalva de que iria oferecer impugnação à execução, o Banco requereu que fosse indeferido qualquer pedido de levantamento que viesse a ser formulado pelo ora recorrido e alertou que ainda se encontrava pendente o pedido de devolução do prazo recursal em razão da nulidade de intimação já referida.
[...] (REsp 1213920/MT, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 16/06/2011, DJe 05/08/2011). (g.n.).
RECURSO. AQUIESCENCIA TACITA DA DECISÃO. ART. 503, PARAG. UNICO, DO CPC. NÃO HA FALAR EM ACEITAÇÃO TACITA DO DECISORIO, QUANDO A PARTE PRATICAR O ATO SOB PROTESTO OU RESERVA. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E PROVIDO.
(REsp 76.903/SP, Rel. Ministro BARROS MONTEIRO, QUARTA TURMA, julgado em 03/06/1997, DJ 18/08/1997, p. 37871). (g.n.)
Assim sendo, reconsidero a decisão agravada e passo a analisar o agravo de instrumento interposto (fls. 02/12).

O agravante alega que a decisão a quo fere o seu direito constitucional de petição, pois, acaso mantida a necessidade do recolhimento das custas processuais sob o valor total da área, o prosseguimento da ação originária se tornará inviável.
Diz ser necessário o recebimento do presente recurso na modalidade de instrumento, tendo em vista que há pedido de antecipação de tutela na origem e o não recolhimento das custas importará no indeferimento da inicial e, consequentemente, seu pedido não será analisado.
Requer, por fim, o provimento do agravo de instrumento para reformar a decisão agravada e tornar desnecessária adequação do valor atribuído à demanda, bem como comprovar o pagamento das custas remanescentes.
Em que pesem as alegações do agravante, entendo que a questão não se reveste de matéria para ser analisada em agravo de instrumento, devendo o feito ser convertido em agravo retido.
De fato, o art. 522 do CPC, com a redação que lhe deu a Lei nº 11.187, contém a seguinte disposição:
Das decisões interlocutórias caberá agravo, no prazo de 10 (dez) dias, na forma retida, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, quando será admitida a sua interposição por instrumento.
Por fim, o art. 527, II, do CPC, possui a seguinte redação:
Converterá o agravo de instrumento em agravo retido, salvo quando se tratar de decisão suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação, bem como nos casos de inadmissão da apelação e nos relativos aos efeitos em que a apelação é recebida, mandando remeter os autos ao juiz da causa.
Frise-se que a decisão agravada não é mais suscetível de causar à parte lesão grave e de difícil reparação.
Em análise do SAP de Primeiro Grau, verifica-se que o agravante apresentou a emenda à inicial com as devidas ressalvas perante o juízo a quo, a qual foi recebida, tendo o feito originário o seu regular prosseguimento, não havendo qualquer afronta ao direito de petição da parte.
Ainda, caso o autor venha a sucumbir, não haverá que se falar em preclusão, podendo a parte apelar e pugnar pelo julgamento do agravo retido.
Ante o exposto, nos termos do art. 527, II, do CPC, determino a conversão do agravo de instrumento em agravo retido e a remessa dos autos à origem.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho/RO, 03 de fevereiro de 2014.
Desembargador Alexandre Miguel
Relator

Agravo de Instrumento
Número do Processo :0000396-03.2014.8.22.0000
Processo de Origem : 0025005-81.2013.8.22.0001
Agravante: GN Incorporadora e Construtora Ltda
Advogado: Rodrigo Tosta Giroldo(OAB/RO 4503)
Agravado: Ismael Camurça Lima
Relator:Des. Alexandre Miguel
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento interposto por GN Incorporadora e Construtora Ltda contra decisão de fls. 101/104 proferida pelo juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Porto Velho/RO, nos termos:
[...]
Decido.
Para análise do pedido de liminar, necessário verificar se estão presentes os requisitos ensejadores ao deferimento da medida, quais sejam o fumus boni iuris e o periculum in mora.
No presente caso, a empresa busca a suspensão dos efeitos de uma Escritura Pública de Permuta sob o argumento de que é impossível o cumprimento de sua parte no negócio, por fato alheio à sua vontade (indeferimento do alvará de construção pela Prefeitura Municipal de Porto Velho).
No contrato firmado entre as partes não há cláusula de rescisão prevista para este caso (fls. 37/49). o que se observa é que o Requerido cumpriu com sua parte na avença, entregando o imóvel para que ali fosse construído empreendimento imobiliário pela empresa autora que, por sua vez, deixou de cumprir sua obrigação, ao menos em tese e nesta análise superficial.
Os fatos, em verdade, que levaram à inexecução da obra ou qualquer fato de terceiro somente poderão ser comprovados durante a instrução processual. Isto impede o deferimento da liminar nesta ação cautelar neste momento, pois sem comprovação “a priori” de qualquer elemento ou indício suficientemente capaz de tornar nulo ou anulável este contrato é inadmissível que se suspenda ou cancele os efeitos de Escritura Pública lavrada em cartório por pessoas capazes, com objeto lícito e forma prescrita em Lei.
Além disso, observo que está ausente o requisito do perigo da demora, necessário ao deferimento da medida. Isso porque a empresa autora fundamenta a urgência da medida ao fato de que o Requerido está se preparando para executar judicialmente a Escritura Pública de garantia Hipotecária, mas não colaciona subsídios jurídicos capazes de infirmar tal pretensão, porquanto o pedido de regularização ou escrituração de documento não traz a presunção, por si só, de ajuizamento de demanda.
Outrossim, imperioso salientar que o indeferimento de Construção pela Prefeitura Municipal se deu em 27/05/2013 (fls. 75), há mais de 7 meses da propositura desta demanda. Este é mais um dos fundamentos para se afastar o perigo da demora.
Tudo isso corrobora ao indeferimento da medida liminar, até mesmo porque o prazo de defesa da ação cautelar é de apenas 5 (cinco) dias, sendo que, apresentada a defesa, esta medida poderá ser revista e analisado novamente o pedido liminar, se for do interesse da parte autora, pois nesse momento processual haverá mais elementos para o convencimento do juízo.
Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, INDEFIRO o pedido de liminar. Cite-se o requerido para os termos da presente ação cautelar.
O agravante alega que um dos motivos que levou o juízo a quo a indeferir seu pedido liminar foi a inexistência do fumus boni iuris, uma vez que não existe previsão contratual acerca da rescisão em virtude de caso fortuito ou força maior.
Diz que é desnecessária a previsão contratual expressa, pois se trata de previsão legal, conforme se infere do art. 393 do Código Civil, sendo que o agravante colacionou aos autos originários prova cabal do evento fortuito: cópia da decisão que indeferiu a licença de construção.
Aduz que o perigo na demora resta configurado, pois o agravado pretende executar a garantia do negócio, a transferência de 06 apartamentos hipotecados, o que colide com o direito da agravante de discutir a extinção do contrato por motivo de caso fortuito ou força maior.

Afirma que ofereceu em caução real imóvel de sua propriedade, o qual possui valor de mercado superior à pretensão do agravado.
Requer, por fim, o provimento do presente recurso para conceder a liminar pleiteada, suspendendo os efeitos jurídicos contidos na escritura pública de permuta de terreno por área a ser construída, e por consequência, da garantia oferecida; seja revogado todo e qualquer registro relativo à garantia oferecida, bem como expedido ofício ao 1º e 2º Serviço Registral da Comarca de Porto Velho/RO informando a impossibilidade de transferência para terceiros dos imóveis dado em garantia.
Examinados. Decido.
Para a concessão de medida liminar, impõe-se a ocorrência dos requisitos do fumus boni iuris e do periculum in mora. O primeiro refere-se à plausibilidade do direito vindicado e o segundo, à possibilidade de existência de dano grave e de difícil reparação, caso não seja acolhida a pretensão.
A agravante pretende, em síntese, impedir que o agravado averbe a hipoteca dos imóveis dados em garantia em contrato celebrado com o agravado. A meu ver, a averbação da hipoteca é um exercício regular do direito que assiste à parte recorrida. A posterior execução da hipoteca pelo agravado necessitará de processo judicial, no qual a agravante poderá exercer seu direito de defesa.
Ainda, a alegação da agravante de que o empreendimento onde se situam os imóveis dados em garantia (Condomínio Residencial Catamarã) rege-se pelo regime de administração (art. 58 da Lei 4.591/64) e que a transferência das unidades enseja prejuízo imediato aos condôminos não restou atestado nos autos por meio de qualquer documento.
De igual forma, não há nos autos qualquer documento que demonstre que os apartamentos dado em garantia foram alienados, o que poderia implicar em prejuízo à terceiro de boa-fé.
Frise-se, por fim, que o juízo de origem consignou na decisão agravada que após a apresentação de defesa na ação cautelar, quando possuirá maiores elementos para o seu convencimento, poderá novamente analisar o pedido liminar.
Assim, não vislumbro presentes os requisitos necessários à concessão da liminar, sendo que o indeferimento do pedido é medida que se impõe.
Ante todo o exposto, nos termos do art. 557, caput, do CPC, nego seguimento ao presente recurso.
Após as anotações necessárias, arquivem-se os autos.
Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho/RO, 03 de fevereiro de 2014.
Desembargador Alexandre Miguel
Relator

2ª Câmara Cível
Agravo de Instrumento
Número do Processo :0000814-38.2014.8.22.0000
Processo de Origem : 0138293-85.2005.8.22.0001
Agravante: Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI
Advogado: José Francisco de Oliveira Santos(OAB/RO 5979)
Advogado: Carlos Roberto de Siqueira Castro(OAB/DF 20015)
Advogada: Polyanna Ferreira Silva(OAB/DF 19273)
Advogado: Rivail Trevisan(OAB/SP 118494)
Advogado: Marcelo Coelho de Souza(OAB/RJ 88637)
Advogado: Deivis Marcon Antunes(OAB/PR 31600)
Advogado: Fábio Coutinho Kurtz(OAB/RJ 58285)
Advogada: Maisa Mendes Morais(OAB/DF 29694)
Advogado: Torquato Lorena Jardim(OAB/DF 2884)
Agravado: José Cláudio de Souza
Advogado: Edson de Oliveira Cavalcante(OAB/RO 1510)
Advogado: Benjamim do Couto Ramos(OAB/AM 153)
Relator:Des. Alexandre Miguel
Vistos.
Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI interpôs agravo de instrumento da decisão de fl. 875 do Juízo da 7ª Vara Cível de Porto Velho, nos termos:
Não há omissão a ser sanada por meio de embargos declaratórios (fls. 755/756), razão pela qual não conheço do pedido. Manifeste-se o exequente. Intimem-se. Porto Velho, 14 de janeiro de 2014.
Sustenta que na verdade pretende a revisão da decisão que determinou a expedição de alvará, em favor do exequente/agravado, para liberação do valor depositado à fl. 372 dos autos principais.
Aduz que há iminente risco de a agravante sofrer lesão grave e de difícil reparação face o pagamento de vultuosa quantia relacionada a incidência de expurgos inflacionários sobre Reserva de Poupança, a qual alega que multiplicou o benefício concedido ao autor lesando as reservas dos demais participantes.
Menciona que o valor que se diz devido ao exequente é infinitamente maior que o valor pago à título de Reserva do autor, fato que evidencia o excesso dos cálculos pois excederam os limites da decisão exequenda, ferindo a razoabilidade e proporcionalidade esperada para o cumprimento da sentença.
Alega que não se pretende discutir o mérito da ação principal, mas diante da evidência de excesso, deveria o juízo a quo, determinar a realização de perícia, antes de determinar o pagamento.
Diz que a elaboração de cálculos pelo agravado na forma do art. 475-B, e em seguida a decisão determinando o pagamento sem contraditório é totalmente inadequada, pois os referidos cálculos são complexos e específicos, necessitando de profissional capacitado e imparcial para a sua confecção, devendo ser nomeado perito atuário.
Reforça a tese de concessão de efeito suspensivo à decisão agravada, pois, ao revés será obrigada a depositar vultuosa quantia, lesando as reservas garantidoras dos pagamentos dos benefícios dos demais participantes.
Sustenta ainda que o agravado está majorando desproporcionalmente seus cálculos, pois a correção monetária pelos índices dos expurgos inflacionários não pode resultar em valores extratosféricos superiores ao que recebia na ativa e ao que recebeu de resgate da reserva de poupança.
Requer, por fim, a concessão de efeito suspensivo, e no mérito, o provimento do recurso para reformar a decisão agravada para deferir a realização da liquidação nos termos do art. 475-C do CPC, nomeando-se profissional especializado em Ciência Atuariais, oportunizando a agravante se manifestar antes de determinar o pagamento.
É o relatório.
Examinados. Decido.
Diante das circunstâncias que envolvem os autos, pertinentes à diferença dos valores a ser liberado por meio de alvará judicial, e os eventualmente devidos pela agravante, bem como por ser tratar de ação de cumprimento de sentença, entendo por necessária a instrução do presente agravo de instrumento, com a manifestação do agravado, e informações do Juízo a quo.

Por estas razões, necessária a atribuição de efeito suspensivo à decisão agravada, haja vista a determinação de expedição de alvará para a liberação da importância de R$ 332.228,37, conforme fl. 428 (372 dos autos de origem). Defiro o efeito suspensivo pretendido.
Oficie-se ao juízo de origem, solicitando-lhe as informações pertinentes ao feito, intimando-se o agravado, para querendo, apresentar contraminuta ao agravo.
Comunique-se o juízo a quo da presente decisão.
Oficie-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Após, retornem para julgamento.
Porto Velho, 31 de janeiro de 2014.
Desembargador Alexandre Miguel
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
2ª Câmara Cível
0237583-68.2008.8.22.0001 - Agravo
Origem : 0237583-68.2008.8.22.0001 Porto Velho - Varas de Família e Turma Recursal / 3ª Vara de Família e Sucessões
Agravante : E. P.
Advogado : Mário Pasini Neto (OAB/RO 1075)
Advogado : Moacir de Souza Magalhães (OAB/RO 1129)
Agravada : S. C. B. V.
Advogado : Marconi Miranda Vieira (OAB/DF 22098)
Advogada : Gisele Miranda Vieira Bezerra (OAB/DF 23692)
Agravado : L. B. V.
Advogado : Marconi Miranda Vieira (OAB/DF 22098)
Advogada : Gisele Miranda Vieira Bezerra (OAB/DF 23692)
Agravada : L. B. V.
Advogado : Marconi Miranda Vieira (OAB/DF 22098)
Advogada : Gisele Miranda Vieira Bezerra (OAB/DF 23692)
Agravada : L. B. V.
Advogado : Marconi Miranda Vieira (OAB/DF 22098)
Advogada : Gisele Miranda Vieira Bezerra (OAB/DF 23692)
Agravado : T. B. V.
Advogado : Marconi Miranda Vieira (OAB/DF 22098)
Advogada : Gisele Miranda Vieira Bezerra (OAB/DF 23692)
Interessado (Parte Passiv: E. de M. A. R. V.
Relator(a) : Des. Kiyochi Mori
Revisor(a):
Vistos.
Conforme ficou estampado na decisão ora agravada, o pedido de levantamento dos valores depositados pela agravante somente será analisado após o recebimento ou não do Recurso Especial.
Com efeito, remeta-se os autos à Presidência deste Tribunal.
Após, se for o caso, retornem-me conclusos.
Publique-se.
Porto Velho/RO, 31 de janeiro de 2014.
Desembargador Kiyochi Mori
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
2ª Câmara Cível
0006276-72.2011.8.22.0002 - Embargos de Declaração
Origem : 0006276-72.2011.8.22.0002 Ariquemes / 1ª Vara Cível
Embargante : Jamile dos Santos Nicolete
Advogado : Leonardo Henrique Berkembrock (OAB/RO 4641)
Advogada : Maria Cristina Dall'Agnol (OAB/RO 4597)
Advogado : Juliano Dias de Andrade (OAB/RO 5009)
Embargado : Banco Volkswagen S/A
Advogado : Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/RO 4658)
Advogada : Cynthia Durante (OAB/RO 4678)
Advogado : Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
Advogado : Vagner Marques de Oliveira (OAB/SP 159335)
Advogado : Rafael Souza Nunes (OAB/RO 5068)
Advogada : Flávia Rosa Nicanor de Souza (OAB/MT 13889)
Advogado : Fabiana Severino da Silva (OAB/MT 12747)
Advogada : Michelly Dias Massoni (OAB/MT 15458)
Advogado : Diego Fabrinny Pimenta Braga (OAB/MT 15866)
Advogada : Elza Maria Botelho Bernardes (MT 16288)
Advogado : Renan Nadaf Gusmão (OAB/MT 16284)
Relator(a) : Des. Alexandre Miguel
Revisor(a) :
Vistos.
Dou provimento aos embargos de declaração da Jamile dos Santos Nicoleti (fls. 232), para considerar correto o valor de seu preparo, e consequentemente retificar o despacho de fls. 230, excluindo-a da obrigação de complementação do preparo.
Publique-se e concluso para apreciação das apelações.
Porto Velho, 31 de janeiro de 2014.
Desembargador Alexandre Miguel
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
2ª Câmara Cível
0009907-56.2013.8.22.0001 - Apelação
Origem : 0009907-56.2013.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 10ª Vara Cível
Apelante : Enaura de Oliveira Dias
Advogado : Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Apelante : Fabricia da Lamarta
Advogado : Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Apelante : Irma Krupinski Stüpp
Advogado : Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Apelante : Lourival da Lamarta Filho
Advogado : Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Apelante : Luciano Mateus Pereira
Advogado : Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Apelante : Marcelo da Lamarta
Advogado : Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Apelante : Moisés Dias de Jesus
Advogado : Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Apelante : Silvia da Silva Pereira
Advogado : Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Apelante : Waldomiro Caputi
Advogado : Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Apelante : Walter Muniz de Souza
Advogado : Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Apelado : HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo
Relator(a) : Des. Kiyochi Mori
Revisor(a) : Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Vistos.
Tendo em vista a declaração de suspeição do relator do feito Des. Kiyochi Mori, determino a redistribuição dos autos por sorteio.
Cumpra-se.
Publique-se.
Porto Velho, 31de janeiro de 2014.
Desembargador Alexandre Miguel
Vice-Presidente

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
2ª Câmara Cível
0001091-87.2011.8.22.0023 - Apelação
Origem : 0001091-87.2011.8.22.0023 São Francisco do Guaporé / 1ª Vara Cível
Apte/Apdo : João Barbosa da Silva
Advogado : Marcelo Cantarella da Silva (OAB/RO 558)
Advogada : Cristiane Xavier (OAB/RO 1846)
Apdo/Apte : Losango Promoções de Vendas Ltda
Advogado : Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281)
Advogado : Macsued Carvalho Neves (OAB/RO 4770)
Advogado : Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Relator(a) : Des. Kiyochi Mori
Revisor(a): Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Vistos.
Homologo o acordo de fls. 143/144 (processo digital) para que surta seus efeitos legais e jurídicos, ficando prejudicado recurso.
Após as anotações de praxe, encaminhe-se os autos à Vara de origem para as demais providências.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 31 de janeiro de 2014.
Desembargador Kiyochi Mori
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
0006753-64.2012.8.22.0001 - Apelação
Origem : 0006753-64.2012.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 9ª Vara Cível
Apelante : OI S/A
Advogado : Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635)
Advogada : Taíse Guilherme Moura (OAB/RO 5106)
Advogado : Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501)
Advogado : Renato da Costa Cavalcante Júnior (OAB/RO 2390)
Advogada : Márcia Aparecida Del Piero Silva (OAB/RO 5293)
Apelado : José Honorato de Araújo
Advogado : Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Advogado : Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281)
Apelado : Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S/A
Advogada : Tânia Vainsencher (OAB/PE 20124)
Advogada : Elaine Patricia Bimbato (OAB/SP 190411)
Advogada : Karinny de Miranda Campos (OAB/RO 2413)
Relator: Des. Isaias Fonseca Moraes
Revisor: Des. Kiyochi Mori
Vistos,
Verifico que foi interposta apelação pela empresa Metropolitan Life Seguros e Previdência Privada S/A às fls. 270/277.
Mencionado recurso, foi recepcionado, pelo juízo a quo, através do Despacho de fl. 281, em 28 de novembro de 2013, publicado no DJ n. 222 d2 29/11/2013, conforme Certidão de fl. 282.
Pois bem, o primeiro dia de contagem do prazo para o oferecimento de contrarrazões foi o dia 03 de dezembro de 2013, o que findaria em 16 de dezembro de 2013. Entretanto, o processo foi encaminhado a este Tribunal em 11 de dezembro de 2013, antes do esgotamento do prazo para que o apelado pudesse, querendo, contra-arrazoar o apelo.
Com efeito, em atenção ao princípio do contraditório, restituo ao apelado 06 (seis) dias de prazo para, querendo, apresentar contrarrazões.
Após o prazo, volte-me em conclusão.
I.
Porto Velho, 31 de janeiro de 2014.
Desembargador ISAIAS FONSECA MORAES
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
2ª Câmara Cível
0008882-42.2012.8.22.0001 - Apelação
Origem : 0008882-42.2012.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 8ª Vara Cível
Apelante : Autovema Veículos Ltda
Advogado : José Cristiano Pinheiro (OAB/RO 1529)
Advogada : Valéria Maria Vieira Pinheiro (OAB/RO 1528)
Apelada : Francinete Ferreira Fernandes
Advogado : Nelson Sérgio da Silva Maciel Júnior (OAB/RO 4763)
Advogado : Jânio Sérgio da Silva Maciel (OAB/RO 1950)
Advogado : Nelson Sérgio da Silva Maciel (OAB/RO 624A)
Relator(a) : Des. Kiyochi Mori
Revisor(a): Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Despacho
Intime-se a apelada para juntar a cópia do contrato mencionado na petição de fls. 178/179 (processo digital), no prazo de 24 horas.
Publique-se.
Porto Velho/RO, 31 de janeiro de 2014.
Desembargador Kiyochi Mori
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
2ª Câmara Cível
0007731-09.2010.8.22.0002 - Apelação
Origem : 0007731-09.2010.8.22.0002 Ariquemes / 4ª Vara Cível
Apelante : Mariângela Martins Garcia
Advogado : Adeusair Ferreira dos Anjos (OAB/RO 3780)
Advogado : Rodrigo Henrique Mezabarba (OAB/RO 3771)
Advogada : Elisabeth V. de Gennari (SP 60594)
Apelado : Paulo Henrique Gomes França
Advogado : Luisa Paula Nogueira Ribeiro Melo (OAB/RO 1575)
Relator(a) : Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia
Revisor(a) : Des. Alexandre Miguel
Vistos.
Torno sem efeito os despachos de fls. 328 e 330.
Trata-se de embargos infringentes interpostos por Paulo Henrique Gomes França, manifestado contra Mariângela Martins Garcia Canoves em razão de ter sido, por maioria, dado parcial provimento ao recurso de apelação da embargada, para condenar a apelante a indenizar apenas a cerca divisória da área, na proporção indicada pela sentença recorrida.
Tem-se que a decisão embargada está em conformidade com o disposto no art. 530 do CPC, bem como presentes os demais pressupostos e condições recursais.
Por esta razão, nos termos do art. 707 do RITJRO, admito o presente recurso e determino a remessa dos autos ao Departamento Distribuidor, para que o feito seja redistribuído no âmbito das Câmaras Cíveis Reunidas, na forma prevista nos arts. 533 e 534 do CPC e 706 do RITJRO.
Porto Velho, 31 de janeiro de 2014.
Desembargador Alexandre Miguel
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
2ª Câmara Cível
0004845-23.2013.8.22.0005 - Embargos de Declaração
Origem : 0004845-23.2013.8.22.0005 Ji-Paraná / 5ª Vara Cível
Embargante : Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A

Advogado : Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)
Advogado : Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800)
Advogada : Luciana Nogarol Pagotto (OAB/RO 4198)
Advogada : Ana Gabriela Rover (OAB/RO 5210)
Advogado : Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Embargado : Cleberson Oliveira Barreto
Advogado : Darlene de Almeida Ferreira (OAB/RO 1338)
Relator(a) : Des. Alexandre Miguel
Revisor(a) :
Vistos.
Com razão o embargante.
Com efeito, o preparo recursal foi recolhido regularmente.
Assim, dou provimento monocrático aos embargos de declaração de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A (fls. 88/90), para considerar correto o valor de seu preparo e consequentemente tornar sem efeito o despacho de fls. 79.
Publique-se e concluso para apreciação da apelação.
Porto Velho, 31 de janeiro de 2014.
Desembargador Alexandre Miguel
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
2ª Câmara Cível
0004140-31.2013.8.22.0003 - Embargos de Declaração
Origem : 0004140-31.2013.8.22.0003 Jaru / 2ª Vara Cível
Embargante : Marcoreli Afonso Esteves
Advogado : Thiago Roberto da Silva Pinto (OAB/RO 5476)
Advogado : José Fernando Roge (OAB/RO 5427)
Embargado : Elias José de Abreu
Relator(a) : Des. Alexandre Miguel
Revisor(a) :
Vistos.
A apelação interposta pela parte foi declarada deserta (fls. 97/98) ante a ausência de comprovação do recolhimento do preparo recursal.
Em sede de Embargos de Declaração, o recorrente Marcoreli Afonso Esteves (fls. 100/104) colacionou aos autos certidão do Cartório da 2ª Vara Cível da Comarca de Jaru (fls. 103), da qual se extrai que a página 84 dos autos originários deixou de ser digitalizada.
Com efeito, a precitada página, ora juntada à fl. 104, exibe o devido comprovante de pagamento do preparo.
Assim, recebo os embargos de declaração como agravo interno e lhe dou provimento monocrático para revogar a decisão de fls. 97/98 e determinar o prosseguimento do feito, com análise do recurso de apelação.
Publique-se e concluso para apreciação da apelação.
Porto Velho, 03 de fevereiro de 2014.
Desembargador Alexandre Miguel
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Presidência
ABERTURA DE VISTA - SDSG
0323862-57.2008.8.22.0001 - Recurso Especial
Origem : 0323862-57.2008.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 4ª Vara Cível
Recorrente : Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil
Advogado : Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Advogado : Wagner Aparecido Borges (OAB/RO 3089)
Advogado : Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Advogado : Ivanilson Lucas Cabral (OAB/RO 1104)
Advogada : Déborah Paula Machado (OAB//PR 45012)
Advogado : Daisy Noroefé dos Santos Kleinert (OAB/RS 53614)
Advogado : Antônio de Pádua Parente Filho (OAB/SP 120842)
Apelada : Porto Veículos Ltda
Advogado : Elen de Albuquerque Pedroza (OAB/AC 2799A)
Apelada : Parintins Veículos Ltda
Advogado : Walter Airam Naimaier Duarte Júnior (OAB/RO 1111)
Advogado : Fernando Deseyvan Rodrigues (OAB/RO 1099)
Recorrida : Melissa Bisconsin Torres
Advogado : Wagner Vasconcelos Xavier de Carvalho (OAB/RO 3244)
Advogado : Kazunari Nakashima Junior (OABRO 2685)
Relator : Desembargador Rowilson Teixeira
Fica a recorrida intimada para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Especial.
Porto Velho, 03 de fevereiro de 2014.
Belª. Lorenza da Veiga L. Darwich Passos
Diretora do 2º Depto. Judiciário Cível/TJRO

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Presidência
ABERTURA DE VISTA - SDSG
0323862-57.2008.8.22.0001 - Recurso Especial
Origem : 0323862-57.2008.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 4ª Vara Cível
Recorrente : Parintins Veículos Ltda
Advogado : Walter Airam Naimaier Duarte Júnior (OAB/RO 1111)
Advogado : Fernando Deseyvan Rodrigues (OAB/RO 1099)
Apelada : Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil
Advogado : Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Advogado : Wagner Aparecido Borges (OAB/RO 3089)
Advogado : Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Advogado : Ivanilson Lucas Cabral (OAB/RO 1104)
Advogada : Déborah Paula Machado (OAB//PR 45012)
Advogado : Daisy Noroefé dos Santos Kleinert (OAB/RS 53614)
Advogado : Antônio de Pádua Parente Filho (OAB/SP 120842)
Apelada : Porto Veículos Ltda
Advogado : Elen de Albuquerque Pedroza (OAB/AC 2799A)
Recorrida : Melissa Bisconsin Torres
Advogado : Wagner Vasconcelos Xavier de Carvalho (OAB/RO 3244)
Advogado : Kazunari Nakashima Junior (OABRO 2685)
Relator : Desembargador Rowilson Teixeira
Fica a recorrida intimada para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Especial.
Porto Velho, 03 de fevereiro de 2014.
Belª. Lorenza da Veiga L. Darwich Passos
Diretora do 2º Depto. Judiciário Cível/TJRO

CÂMARAS CÍVEIS REUNIDAS

Câmaras Cíveis Reunidas
Despacho DO RELATOR
Mandado de Segurança
Número do Processo :0001106-23.2014.8.22.0000
Processo de Origem : 0011800-70.2013.8.22.0102
Impetrante: J. P. B. Representada por seu pai J. M. B.
Advogado: José Anastácio Sobrinho(OAB/RO 872)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Porto Velho - RO
Relator: Des. Sansão Saldanha
Vistos em substituição regimental.
Trata-se de mandado de segurança impetrado por J. P. B. representada por seu genitor J. M. B.
Aponta como ato coator a decisão judicial proferida nos autos da ação de regulamentação de visitas n. 0011800-70.2013.8.22.0102, pela juíza da 1ª Vara de Família e Sucessões da Comarca de Porto Velho, que, após estudo social, deferiu o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, fixando a visitação provisória em favor da requerente, à Sra. Maxilene Pinheiro dos Atos Favacho, tia da impetrante.
Juntou cópia dos autos da ação de regulamentação de visitas.
Decisão
O mandado de segurança é contra decisão judicial.
No caso, verifica-se que o procedimento adotado não é o apropriado, pois em face da decisão judicial impugnada há recurso processual cabível. O inciso II do art. 5º da Lei n. 12.016/2009 veda a concessão de mandado de segurança quando se tratar de decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo.
A impetrante busca substituir o recurso processual cabível em face da decisão interlocutória atacada pela ação constitucional de mandado de segurança, o que é vedado. Nesse sentido são os precedentes do STJ e desta e. Corte:
RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO CONTRA ATO JUDICIAL. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA PROFERIDA POR JUIZ SINGULAR, QUE, NOS AUTOS DE EXECUÇÃO FISCAL INTENTADA PELA FAZENDA NACIONAL, MANTEVE O BLOQUEIO DA IMPORTÂNCIA CONSTANTE DA CONTA CORRENTE DO EXECUTADO. SÚMULA 267/STF. APLICAÇÃO. RECURSO CABÍVEL. AGRAVO DE INSTRUMENTO.
1. O Mandado de Segurança não é sucedâneo de recurso, sendo imprópria a sua impetração contra decisão judicial passível de impugnação prevista em lei, ex vi do disposto no artigo 5º, II, da Lei 1.533/51 e da Súmula 267/STF, segundo a qual "não cabe mandado de segurança contra ato judicial passível de recurso ou correição" (Precedente da Corte Especial do STJ: MS 12.441/DF, Rel. Ministro Luiz Fux, Corte Especial, julgado em 01.02.2008, DJe 06.03.2008).
2. O artigo 5º, II, da Lei 12.016/2009, veda a utilização do mandado de segurança contra decisão judicial da qual caiba recurso com efeito suspensivo.
3. […]
4. […]
5. Destarte, a aludida decisão judicial comportava a interposição de agravo de instrumento (artigo 522, do CPC), ao qual poderia ter sido atribuído efeito suspensivo (artigo 527, III, do CPC), razão pela qual inadequada a via eleita.
6. O artigo 6º, da Lei 12.016/2009, determina que "denega-se o mandado de segurança nos casos previstos pelo art. 267 da Lei no 5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil".
7. Recurso ordinário desprovido, mantendo-se a denegação do mandado de segurança, por fundamento diverso. (STJ, 1ª Turma, RMS 26827 / AL, Rel. Min. Luiz Fux, j. 22/02/2011).
Mandado de Segurança. Substitutivo de recurso. Decisão judicial. Trânsito em julgado. Indeferimento da inicial. Manutenção.
Não desconstituída conclusão de que o mandado de segurança está sendo utilizado como substitutivo de recurso cabível contra decisão transitada em julgado, que tratou da possibilidade de penhora dos vencimentos do impetrante, deve ser mantida a decisão monocrática do relator que indeferiu a petição inicial. (TJRO, 2ª Câmara Cível, 0007922-89.2012.8.22.0000 Ag. Reg. em MS, Rel. Des. Marcos Alaor Diniz Grangeia, j. 13/11/2012).
Não há demonstração de ofensa a direito que deva ser atacada apenas pela via da presente ação constitucional e não por outros mecanismos processuais.
Diante do exposto, indefiro, de plano, a inicial, por não ser caso de mandado de segurança, com base no art. 10º da Lei n. 12.016/2009.
Publique-se.
Intimem-se.
Após o trânsito em julgado, arquive-se.
Desembargador Moreira Chagas
Relator em Substituição Regimental

1ª CÂMARA ESPECIAL

1ª Câmara Especial
Despacho DO RELATOR
Conflito de Jurisdição
Número do Processo :0000768-49.2014.8.22.0000
Processo de Origem : 0016362-34.2013.8.22.0002
Suscitante: Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Ariquemes
Suscitado: Juízo de Direito do Juizado Especial Criminal da Comarca de Cacoal/RO
Relator: Des. Oudivanil de Marins
Vistos.
Analisando os autos, verifico não haver manifestação negativa do Juízo suscitado. Dessa forma, em atenção à determinação prevista no art. 119 do CPC, ouça-se o Juízo de Direito do Juizado Especial Criminal da Comarca de Cacoal – RO, para manifestar-se se há ou não o conflito negativo de competência entre os juízes.
Após, ao Ministério Público para, querendo, emitir novo parecer.
Ultimadas tais diligências, retorne o feito à conclusão.
Porto Velho – RO, 31 de janeiro de 2014.
Desembargador Oudivanil de Marins
Relator

Despacho DO RELATOR
Agravo de Instrumento
Número do Processo :0001082-92.2014.8.22.0000
Processo de Origem : 0004256-43.2013.8.22.0001
Agravante: Rosembergue Medeiros Andriola

Advogado: Rosemildo Medeiros de Campos(OAB/RO 3363)
Agravado: Diretor do Hospital João Paulo II
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Relator:Des. Oudivanil de Marins
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento sem pedido de liminar.
Notifique-se o juízo de primeiro para apresentar informações.
Intime-se o agravado para contraminutar.
Após à Procuradoria Geral de Justiça.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 31 de janeiro de 2014.
Desembargador Oudivanil de Marins
Relator

Despacho DO RELATOR
Agravo de Instrumento
Número do Processo :0001097-61.2014.8.22.0000
Processo de Origem : 0000158-42.2014.8.22.0013
Agravante: Vale do Guaporé Indústria e Comércio de Laticínios Ltda
Advogado: Valmir Burdz(OAB/RO 2086)
Advogado: Leandro Augusto da Silva(OAB/RO 3392)
Agravado: Município de Cerejeiras RO
Procurador: Procuradoria Geral do Município de Cerejeiras RO
Relator:Des. Oudivanil de Marins
Vistos.
Trata-se de agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo interposto por Vale do Guaporé Indústria e Comércio de Laticínios Ltda, contra decisão de primeiro grau por indeferir a liminar na ação de nunciação de obra nova, visando a construção do conjunto habitacional localizado ao seu lado.
Busca a agravante a concessão do efeito suspensivo para suspender a obra de um conjunto habitacional de casas populares que está sendo construído ao seu lado e não está regular a parte de saneamento básico
Alega haver perigo da demora porque a obra está pondo em risco sua atividade industrial e caso continue, será interditada e fechará suas portas, causando desemprego em massa.
Por fim, requer a concessão do efeito suspensivo para revogar a decisão agravada e embargar a obra.
É o relatório.
Decido.
O recurso é próprio e tempestivo, por isso conheço dele.
A agravante pleiteia a concessão do efeito suspensivo para embargar à construção de casa populares com problemas de saneamento básico, que irá causar-lhe problemas como sua interdição.
A concessão do efeito suspensivo deve ocorrer quando houver dano irreparável ou de difícil reparação. No caso, não há como apurar o dano irreparável ou de difícil reparação nesta fase inicial, devendo o feito ser instruído para melhor análise do caso.
Diante disso, não há que se falar em direito e perigo da demora porque existe a necessidade da oitiva das partes envolvidas para tomada de qualquer decisão.
Nesse sentido:
AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. LIMINAR. CONCESSÃO. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS. Não restando suficientemente demonstrada a presença dos requisitos para a concessão da liminar pleiteada: o fumus boni iuris e o periculum in mora, improcede a liminar postulada.NEGADO SEGUIMENTO.
(TJ-RS - AI: 70024236713 RS , Relator: Liselena Schifino Robles Ribeiro, Data de Julgamento: 09/05/2008, Vigésima Primeira Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 23/05/2008).
Desta forma, ausentes os requisitos ensejadores para a concessão do efeito suspensivo, não há como concedê-lo.
Posto isso, indefiro a concessão do efeito suspensivo.
Notifique-se o juízo de primeiro grau acerca da decisão e para apresentar informações.
Intime-se o agravado para contraminutar.
Após à Procuradoria Geral de Justiça.
Porto Velho - RO, 3 de fevereiro de 2014.
Desembargador Oudivanil de Marins
Relator

1ª Câmara Especial
Despacho DO RELATOR
Conflito de Jurisdição
Número do Processo :0012052-88.2013.8.22.0000
Processo de Origem : 0012300-06.2013.8.22.0501
Suscitante: Juízo de Direito da 1ª Vara do Juizado Especial Criminal da Comarca de Porto Velho - RO
Suscitado: Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Porto Velho - RO
Relator: Des. Oudivanil de Marins
Vistos.
Analisando os autos, verifico não haver manifestação negativa do Juízo suscitado. Dessa forma, em atenção à determinação prevista no art. 119 do CPC, ouça-se o Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Porto Velho – RO, para manifestar-se se há ou não o conflito negativo de competência entre os juízes.
Após, ao Ministério Público para, querendo, emitir novo parecer.
Ultimadas tais diligências, retorne o feito à conclusão.
Porto Velho – RO, 3 de fevereiro de 2014.
Desembargador Oudivanil de Marins
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
1ª Câmara Especial
0012101-58.2011.8.22.0014 - Apelação
Origem : 0012101-58.2011.8.22.0014 Vilhena / 4ª Vara Cível
Apelante : Estado de Rondônia
Procurador : Seiti Roberto Mori (OAB/RO 215B)
Procurador : Antônio José dos Reis Júnior (OAB/RO 281B)
Apelado : Suymar Pereira de Lima
Advogado : Roberto Berttoni Cidade (OAB/RO 4178)
Advogada : Carla Falcão Rodrigues (OAB/RO 616A)
Relator(a) : Des. Gilberto Barbosa
Revisor(a) :
Vistos etc.
Cuida-se de recurso de Apelação interposto pelo Estado de Rondônia contra sentença proferida pelo Juízo da 4ª Vara Cível de Vilhena que, extinguindo embargos à execução, fixou honorários em 10% sobre o valor da causa, fls. 252/253.
Insurge-se contra a imposição de verba honorária, arguindo não ter havido sucumbência e, subsidiariamente, pleiteia,

nos termos do art. 20, §4º do Código de Processo Civil, seja reduzido o valor arbitrado em razão da baixa complexidade da matéria em litígio, fls. 260/266.
Contrarrazões às fls. 274/281.
É a síntese necessária. Passo a decidir.
Recurso próprio e tempestivo e dele, pois, conheço.
A sentença não merece reparo.
É que, rejeitados os embargos à execução propostos pelo apelante, as despesas processuais e os honorários advocatícios devem recair sobre a parte sucumbente, no caso dos autos, o recorrente, quem, com base no princípio da causalidade, deve suportar o custo da instauração do processo.
Ademais, não trouxe o apelo argumentos contrários a esta condenação, limitando-se a discutir o valor fixado, de modo que impossível emergir do consciente deste julgador a razão do inconformismo.
Igualmente, não merece reparo o valor dos honorários, pois vistosamente razoável o montante atribuído pelo juízo de piso, sendo certo que não está ele adstrito aos percentuais legalmente previstos (Ag em AI nº 0009769-92.2013.8.22.0000, 2ª Câmara Especial, j. 19.11.2013).
A respeito também já decidiu o Superior Tribunal de Justiça:
AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. RECURSO ESPECIAL. CONDENAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. INTELIGÊNCIA DO ART. 20, § 4.º, DO CPC. CRITÉRIO DE EQUIDADE. BASE DE CÁLCULO. NÃO-INCIDÊNCIA DA LIMITAÇÃO MÍNIMA E MÁXIMA DO § 3.º DO MESMO ARTIGO. PRECEDENTES DA CORTE ESPECIAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 168 DO STJ. 1. Vencida a Fazenda Pública, incide o §4.º do art. 20 do Código de Processo Civil, devendo os honorários advocatícios serem fixados segundo o critério de equidade, aferido pelas circunstâncias previstas nas alíneas a, b e c do §3.º, do mesmo artigo. 2. Assim, não se aplica os limites máximo e mínimo previstos no §3.º do art. 20 do Código de Processo Civil, tampouco há obrigatoriedade de que a imposição da verba honorária incida sobre o valor da condenação. Com efeito, pode-se adotar como base de cálculo ou o valor da condenação ou o valor da causa, ou ainda pode-se arbitrar valor fixo. 3. Precedentes da Corte Especial: EREsp n. 491.055/SC, Rel. Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DE DIREITO, DJ de 06/12/2004; EREsp624356/RS, Rel. Ministro NILSON NAVES, DJe de 08/10/2009; AgRg nosEREsp 858.035/SP, CORTE ESPECIAL, Rel. Ministra LAURITA VAZ, DJe de16/08/2010.4. Incidência da Súmula n.º 168 do Superior Tribunal de Justiça, in verbis: "Não cabem embargos de divergência, quando a jurisprudência do tribunal se firmou no mesmo sentido do acórdão embargado." 5. Agravo regimental desprovido. (AgRg nos EREsp nº 1010149, Corte Especial, Rel. Min. Laurita Vaz, j. 12.05.2011)
À luz do exposto, diante da manifesto confronto com jurisprudência dominante nesta e. Corte de Justiça e no Superior Tribunal de Justiça, nego seguimento ao recurso, o que faço monocraticamente, ex vi do art. 557, caput, do CPC e do art. 139, IV, do Regimento Interno do TJRO.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Após o trânsito em julgado e as anotações de estilo, remeta-se ao primeiro grau de jurisdição.
Porto Velho, 03 fevereiro de 2014.
Des. Gilberto Barbosa
Relator

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
1ª Câmara Especial
0000643-20.2010.8.22.0001 - Apelação
Origem : 0000643-20.2010.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis
Apelante : Estado de Rondônia
Procurador : Lerí Antônio Souza e Silva (OAB/RO 269A)
Procurador : Valdecir da Silva Maciel (OAB/RO 390)
Procurador : Luiz Cláudio Vasconcelos Xavier de Carvalho (OAB/RO 1143)
Apelado : Jerzy Badocha
Advogada : Ednilce Dantas da Silva Lima (OAB/RO 569)
Relator(a) : Des. Gilberto Barbosa
Revisor(a) :
Vistos etc.
Cuida-se de Apelação interposta pelo Estado de Rondônia contra sentença proferida pelo Juízo da 1ª Vara de Execuções Fiscais e Precatórias Cíveis de Porto Velho, que, em sede de embargos à execução aforado por Jerzy Badocha, decretou prescrição da execução dos valores contidos na Certidão de Dívida Ativa nº 20050200000140, oriundos de ressarcimento no processo nº 2.608/90, Acórdão nº 12/95-TCE/RO, fls. 89/90.
Alega que se está a cuidar de crédito fiscal de natureza não tributária, pois refere-se a ressarcimento ao erário decorrente de condenação imposta pelo Tribunal de Contas. Afirma, ainda, que o apelado não demonstrou o aventado cerceamento de defesa, destacando que a matéria não pode ser apreciada em sítio de exceção de pré-executividade, pois demanda dilação probatória, fls. 95/102.
Nas contrarrazões, o apelado pugna pela manutenção da sentença, reafirmando as razões do decisum no que tange à prescrição. Em relação aos demais argumentos, afirma que o aventado cerceamento de defesa sequer foi enfrentado pela sentença, tornando-o impróprio para ser tratado em recurso de apelação, fls. 138/144.
É a necessária síntese. Decido.
Presentes se encontram os pressupostos e condições recursais, razão pela qual conheço da apelação.
Impende asseverar que, conforme a ressalva trazida pela parte final do §5º, do art. 37 da CF/88, as ações de ressarcimento ao erário não se submetem à prescrição. Ou seja, é imprescritível o direito de o Estado reivindicar a indenização pelos danos causados aos cofres públicos.
Neste sentido, vale destacar a lição de José Afonso da Silva:
Nem tudo prescreverá. Apenas a apuração e punição do ilícito; não, porém, o direito da Administração ao ressarcimento, à indenização do prejuízo causado ao Erário. É uma ressalva constitucional – e, pois, inafastável, mas, por certo, destoante dos princípios jurídicos, que não socorrem quem fica inerte ('dormientibus non sucurrit ius'). Deu-se, assim, à Administração inerte o prêmio da imprescritibilidade, na hipótese considerada. (In Comentário Contextual à Constituição, Malheiros, 6ª ed., p. 348 – destaquei)
Portanto, repiso, a Administração não perde o direito de exigir o ressarcimento pelo prejuízo causado ao erário, razão pela qual não há falar em prescrição da execução. Este, aliás, é o entendimento adotado de maneira reiterada por este. e. Tribunal:
"Recursos de apelação. Exceção de pré-executividade. Ressarcimento ao erário. Imprescritibilidade. §5º, do art. 37 da CR. Processo de prestação de contas TCE. Garantia da ampla

defesa e do contraditório. Regular desenvolvimento do feito.
1. Conforme a ressalva trazida pela parte final do §5º do art. 37 da Constituição Federal, não se submete à prescrição as ações de ressarcimento ao erário. Ou seja, é imprescritível o direito de o Estado reivindicar a indenização pelos danos causados à Administração;
2. A ampla defesa e o contraditório são direitos fundamentais que devem ser assegurados aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, com os meios e recursos a eles inerentes, nos termos do inciso LV do art. 5º da CF/88, o que, in casu, não se tem dúvida, foi garantido sem restrições, diante das oportunidades conferidas para defesa, inclusive com o indispensável acesso aos autos.
3. Apelação provida e adesivo improvido." (AC nº 0262701-17.2006.8.22.0001, 2ª Câmara Especial, de minha relatoria, j. 12.03.2013 – destaquei)
"Apelação. Processual civil. Princípio da dialeticidade. Art. 514, II, do CPC. Fundamentação suficiente para combater a sentença. Ressarcimento ao erário. Imprescritibilidade. §5º, do art. 37 da CF/88. Processo de prestação de contas. TCE/RO.
1. Inexiste deficiência na fundamentação do recurso de apelação, a ensejar violação do princípio da dialeticidade, quando a irresignação manifestada busca demonstrar o desacerto da sentença;
2. Prescrição significa a perda do direito de exigir pela inércia do seu titular, aplicável também, frise-se, aos ilícitos administrativos praticados por qualquer agente, servidor ou não, nos termos do §5º, do art. 37 da CF/88.
3. Assim, dúvida não resta que o direito de perquirir do Estado a punição de seus agentes está submetido à prescrição. Isto é, a inércia da Administração em buscar a apuração e a responsabilização do seu agente gera a perda do seu 'ius persequendi';
4. No entanto, impende asseverar que, conforme a ressalva trazida pela parte final do §5º, do art. 37 da CR, não se submete a prescrição as ações de ressarcimento ao erário. Ou seja, é imprescritível o direito do Estado de reivindicar a indenização pelos danos causados a Administração. Recurso não provido." (AC nº 0010743-92.2010.8.22.0014, 2ª Câmara Especial, de minha relatoria, j. 19.03.2013 – destaquei)
Neste sentido, também já se manifestou o Supremo Tribunal Federal:
"AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. § 5º DO ART. 37 DA CONSTITUIÇÃO. PRECEDENTES. 1. O Plenário do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do MS 26.210, da relatoria do ministro Ricardo Lewandowski, decidiu pela imprescritibilidade de ações de ressarcimento de danos ao erário. 2. Agravo regimental desprovido". (RE nº 578428, Segunda Turma, Rel. Min. Ayres Britto, j. 13.09.2011 – destaquei)
"Trata-se de recurso extraordinário contra acórdão assim do: "Agravo. Ressarcimento ao erário. Acórdão do Tribunal de Contas. Relação de natureza administrativa. Regras do Decreto n. 20.910/32. Prescrição do executivo fiscal. Tratando de crédito decorrente de ressarcimento ao erário, fixado em acórdão do Tribunal de Contas, prescreve em cinco anos o direito da Fazenda Estadual utilizar-se da execução fiscal, pois sujeita às regras do decreto n. 20.910/32. Nada obsta seja o ressarcimento ao erário buscado por outra via processual, já que imprescritível, conforme a parte final do art. 37, § 5º, da Constituição Federal" (fl. 203). Neste RE, fundado no art. 102, III, a, da Constituição, alegou-se, em suma, ofensa ao art. 37, § 5º, da mesma Carta. A Procuradoria-Geral da República manifestou-se pelo conhecimento e provimento do recurso (fls. 259-261). A pretensão recursal merece acolhida. Isso porque o acórdão recorrido está em dissonância com a jurisprudência desta Corte no sentido da imprescritibilidade das ações que têm por objeto o ressarcimento de prejuízos causados ao erário, conforme dispõe o art. 37, §5º, da Constituição. […]. No mesmo sentido, menciono as seguintes decisões, entre outras: RE 608.831-AgR/SP, Rel. Min. Eros Grau; RE 578.428-AgR/RS, Rel. Min. Ayres Britto; AI 854.162/MG, Rel. Min. Gilmar Mendes; RE 632.512/MG, Rel. Min. Cármen Lúcia; RE 655.736/BA e AI 834.949/SP, Rel. Min. Luiz Fux; RE 490.107/SP, Rel. Min. Março Aurélio; AI 677.293/SP, Rel. Min. Dias Toffoli. Isso posto, nos termos do art. 557, §1º-A, do Código de Processo Civil, dou provimento ao recurso extraordinário. Honorários a serem fixados pelo Juízo de origem, nos termos da legislação processual". (RE nº 628517, Primeira Turma, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, j. 27.03.2012 – destaquei).
Por derradeiro, quanto à alegada inocorrência de cerceamento de defesa trazido nas razões do apelo, anoto que a matéria não foi examinada pelo julgador de piso, tendo em conta o reconhecimento equivocado da prescrição executória, sendo inviável, portanto, maiores digressões a respeito do tema.
Ante o exposto, considerando o entendimento predominante deste e. Tribunal de Justiça e do próprio Supremo Tribunal Federal, provejo o recurso e, com consequência, determino o seguimento da execução fiscal, ex vi do art. 557, §1º-A do Código de Processo Civil
Inverto o ônus da sucumbência para condenar o autor/apelado ao pagamento de custas, bem como honorários no valor de 3% sobre o valor atualizado da dívida, nos termos do art. 20, §4º do CPC.
Publique-se. Registre-se. Intime-se.
Após o trânsito, arquive-se.
Porto Velho, 31 de janeiro de 2014.
Des. Gilberto Barbosa
Relator

2ª CÂMARA ESPECIAL

2ª Câmara Especial
Despacho DO PRESIDENTE
Recurso Especial - Nrº: 2
Número do Processo :0009769-92.2013.8.22.0000
Processo de Origem : 0005133-08.1998.8.22.0001
Recorrente: Amado Ahamad Rahhal
Advogado: Luiz Roberto Mendes de Souza(OAB/RO 4648)
Advogado: José Alexandre Casagrande(OAB/RO 379B)
Recorrente: Ghassan Mohamed Rahhal
Advogado: Luiz Roberto Mendes de Souza(OAB/RO 4648)
Advogado: José Alexandre Casagrande(OAB/RO 379B)
Recorrido: Estado de Rondônia
Procurador: Renato Condeli(OAB/RO 370)
Relator:Des. Rowilson Teixeira
Vistos.
Cuida-se de recurso especial interposto por Amado Ahamad Rahhal e Ghassan Mohamed Hahhal, com fundamento no art. 105, inc. III, alíneas a e c, da Constituição Federal, alegando que o julgado de fls. 39/42 contrariou o artigo 20, §§ 3º e 4º, do

Código de Processo Civil, bem como dissentiu da jurisprudência pátria, por assim posicionar-se:
Agravo Regimental em Agravo de Instrumento. Decisão monocrática. Recurso impróprio. Cabimento de agravo interno. Tempestividade. Fungibilidade. Aplicação. Possibilidade. Exceção de pré-executividade acolhida para excluir sócio. Prosseguimento da execução contra a empresa. Decisão interlocutória. Agravo de instrumento. Recurso cabível. Honorários de sucumbência. Não incidência. Recurso não provido.
Nos termos do § 1º, do art. 557 do CPC, o recurso cabível contra decisão monocrática, que nega seguimento a recurso, é o agravo previsto no respectivo dispositivo e que deve ser interposto no prazo de cinco dias.
Para o reconhecimento da fungibilidade recursal, dentre outros requisitos, imperioso que o recurso interposto erroneamente tenha sido protocolado dentro do prazo previsto para o apropriado.
A condenação no pagamento de verba honorária deve observar o grau de zelo do advogado, o tempo despendido e a importância da causa consoante apreciação equitativa do juiz, não ficando adstrito aos percentuais legalmente previstos.
Mostrando-se vistosamente improcedente o recurso e em descompasso com jurisprudência predominante do Superior Tribunal de Justiça, o art. 557, caput, do CPC e art. 139, IV, do RITJRO impõe seja negado seguimento de plano.
É o necessário.
Decido.
Extrai-se dos autos que o acórdão recorrido foi publicado no Diário de Justiça Eletrônico nº 219, de 26 de novembro de 2013, considerando-se como data de publicação o dia 27 de novembro, primeiro dia útil posterior à disponibilização, iniciando-se a contagem do prazo processual em 28 de novembro de 2013, consoante certidão acostada à fl. 43.
De acordo com o art. 508 do Código de Processo Civil, o prazo para a interposição de recurso especial é de quinze dias.
Assim, ao considerar que o prazo para a interposição do presente recurso iniciou-se em 28 de novembro de 2013, tenho ser o apelo especial manifestamente intempestivo, uma vez que protocolizado em 13 de dezembro de 2013, quando a data final seria 12 de dezembro de 2013.
Pelo exposto, termos do artigo 139, inc. IV, do Regimento Interno desta Corte e art. 557, caput, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao presente recurso.
Intime-se.
Porto Velho, 3 de fevereiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
2º DEPARTAMENTO JUDICIÁRIO ESPECIAL
ABERTURA DE VISTA
0012190-54.2010.8.22.0002 – Recurso Especial em Apelação
Origem : 0012190-54.2010.8.22.0002 Ariquemes / 2ª Vara Cível
Recorrente : Estado de Rondônia
Procuradora : Lívia Renata de Oliveira Silva (OAB/RO 1673)
Procuradora : Jane Rodrigues Maynhone (OAB/RO 185)
Recorrido: B. J. B. T. Representado(a) por sua mãe S. R. B.
Advogado : Elton Sadi Fulber. (OAB/RO 216B)
Advogado : Willian Pereira dos Santos (OAB/RO 4236)
Advogada : Filomena de Fátima Gouveia dos Santos Fúlber. (OAB/RO 646)
Advogado : Aluísio Gonçalves de Santiago Júnior. (OAB/RO 4727)
Recorrido : Sônia Regina Batini
Advogado : Elton Sadi Fulber. (OAB/RO 216B)
Advogado : Willian Pereira dos Santos (OAB/RO 4236)
Advogada : Filomena de Fátima Gouveia dos Santos Fúlber. (OAB/RO 646)
Advogado : Aluísio Gonçalves de Santiago Júnior. (OAB/RO 4727)
Recorrido : Espólio de Edie Tuckler Guevara Representado pelo(a) inventariante
Advogado : Elton Sadi Fulber. (OAB/RO 216B)
Advogado : Willian Pereira dos Santos (OAB/RO 4236)
Advogada : Filomena de Fátima Gouveia dos Santos Fúlber. (OAB/RO 646)
Advogado : Aluísio Gonçalves de Santiago Júnior. (OAB/RO 4727)
Relator: Des. Rowilson Teixeira
"Nos termos do Provimento nº 001/2001/PR, de 13/09/2001, ficam os Recorridos intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões ao Recurso Especial."
Porto Velho, 3 de Fevereiro de 2014.
Belª Valeska Pricyla Barbosa Sousa
Diretora do 2º DEJUESP/TJRO

CÂMARAS ESPECIAIS REUNIDAS

Câmaras Especiais Reunidas
Despacho DO PRESIDENTE
Recurso Extraordinario - Nrº: 2
Número do Processo :0006443-27.2013.8.22.0000
Processo de Origem : 0008734-62.2011.8.22.0002
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador: Francisco Silveira de Aguiar Neto(OAB/RO 5632)
Procuradora: Jane Rodrigues Maynhone(OAB/RO 185)
Recorrida: Marizete Pereira dos Santos
Advogado: Luiz Eduardo Fogaça(OAB/RO 876)
Advogado: José Carlos Fogaça(OAB/RO 2960)
Recorrida: Eliana Amantino Maciel da Silva
Advogado: Luiz Eduardo Fogaça(OAB/RO 876)
Advogado: José Carlos Fogaça(OAB/RO 2960)
Recorrida: Regiane Portugal Carvalho
Advogado: Luiz Eduardo Fogaça(OAB/RO 876)
Advogado: José Carlos Fogaça(OAB/RO 2960)
Recorrida: Lilian Moreira Bonfim Lima Vieira
Advogado: Luiz Eduardo Fogaça(OAB/RO 876)
Advogado: José Carlos Fogaça(OAB/RO 2960)
Recorrida: Maria José de Lima Amâncio
Advogado: Luiz Eduardo Fogaça(OAB/RO 876)
Advogado: José Carlos Fogaça(OAB/RO 2960)
Recorrida: Fabiana Neto Silva
Advogado: Luiz Eduardo Fogaça(OAB/RO 876)
Advogado: José Carlos Fogaça(OAB/RO 2960)
Recorrida: Jaisa Machado
Advogado: Luiz Eduardo Fogaça(OAB/RO 876)
Advogado: José Carlos Fogaça(OAB/RO 2960)

Relator:Des. Rowilson Teixeira
Vistos.
Estado de Rondônia, interpôs recurso extraordinário com fundamento no art. 102, III, a, da CF, alegando que o julgado de fls. 148/153 contrariou o artigo 5º, II, da CF por assim posicionar-se:
[...]
Apelação cível. Mandado de segurança. Servidor público. Jornada de trabalho. Decreto estadual n. 14.828/2009. Fixação em turno ininterrupto. Abrangência de todos os servidores.
O Decreto Estadual n. 14.828/2009 garantiu a todos os servidores da Administração direta e indireta do Estado de Rondônia o direito a trabalhar em jornada de trabalho de seis horas diárias, em turno ininterrupto.
Referida norma trouxe apenas duas situações excepcionais em que esse direito poderia ser relativizado aos servidores: aqueles serviços que não podem sofrer solução de continuidade e aqueles que sejam essenciais.
O serviço interno da Secretaria Estadual de Educação não pode ser enquadrado em quaisquer das exceções trazidas pelo Decreto, razão por que é ilegal o ato da autoridade que obsta o exercício do direito nele previsto.
Segurança concedida.
Os recorridos apresentaram contrarrazões. A d. Procuradoria de Justiça manifestou-se pelo não provimento do recurso.
É o relatório.
Tratou-se de mandado de segurança interposto pelos recorridos, contra ato praticado pela Secretária adjunta de Estado da Educação do Estado de Rondônia. O Juízo da 3ª Vara Cível de Ariquemes extinguiu o feito sem julgamento de mérito. Interposto recurso de apelação, o mesmo restou provido, à unanimidade. As Câmaras Especiais Reunidas do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, por unanimidade, concederam a segurança pleiteada nos termos do voto do relator.
Daí o inconformismo do recorrente.
Analisando às razões recursais, vê-se que a matéria tratada na norma constitucional precitada não foi discutida em momento algum pelo Tribunal de origem, não se valendo o recorrente dos embargos declaratórios para sanar no v. acórdão a omissão em tela (Súmula 356 do STF), fazendo com que o presente recurso incidisse no teor da Súmula 282 do STF.
Note-se, conforme preceitua o Supremo Tribunal Federal, que:
[…].
O prequestionamento não resulta da circunstância de a matéria haver sido arguida pela parte recorrente. A configuração do instituto pressupõe debate e decisão prévios pelo Colegiado, ou seja, emissão de juízo sobre o tema. O procedimento tem como escopo o cotejo indispensável a que se diga do enquadramento do recurso extraordinário no permissivo constitucional. Se o Tribunal de origem não adotou tese explícita a respeito do fato jurígeno veiculado nas razões recursais, inviabilizado fica o entendimento sobre a violência ao preceito evocado pelo recorrente (Primeira Turm. AgR no AI 763786/RS, relator o Ministro Marco Aurélio, DJe-179, DIVULG 23/9/2010, PUBLIC 24/9/2010, EMENT VOL-02416-09, PP-01880).
Além disso, a contrariedade ao texto constitucional tem de ser direta, e não por via meramente reflexa. No presente caso, no intuito de demonstrar eventual violação da norma constitucional citada, o recorrente debruçou-se sobre normas infraconstitucionais, ou seja, o Decreto-lei nº 14.828/09, LCE nº 420/08 e 680/12, valendo-se lembrar, nesse ponto, que o recurso extraordinário não se presta para interpretar lei ordinária local, a teor da Súmula 280 do STF.
Pelo exposto, não admito este recurso extraordinário.
Intime-se.
Porto Velho, 31 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.

Câmaras Especiais Reunidas
Despacho DO PRESIDENTE
Recurso Especial - Nrº: 1
Número do Processo :0006443-27.2013.8.22.0000
Processo de Origem : 0008734-62.2011.8.22.0002
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador: Francisco Silveira de Aguiar Neto(OAB/RO 5632)
Procuradora: Jane Rodrigues Maynhone(OAB/RO 185)
Recorrida: Marizete Pereira dos Santos
Advogado: Luiz Eduardo Fogaça(OAB/RO 876)
Advogado: José Carlos Fogaça(OAB/RO 2960)
Recorrida: Eliana Amantino Maciel da Silva
Advogado: Luiz Eduardo Fogaça(OAB/RO 876)
Advogado: José Carlos Fogaça(OAB/RO 2960)
Recorrida: Regiane Portugal Carvalho
Advogado: Luiz Eduardo Fogaça(OAB/RO 876)
Advogado: José Carlos Fogaça(OAB/RO 2960)
Recorrida: Lilian Moreira Bonfim Lima Vieira
Advogado: Luiz Eduardo Fogaça(OAB/RO 876)
Advogado: José Carlos Fogaça(OAB/RO 2960)
Recorrida: Maria José de Lima Amâncio
Advogado: Luiz Eduardo Fogaça(OAB/RO 876)
Advogado: José Carlos Fogaça(OAB/RO 2960)
Recorrida: Fabiana Neto Silva
Advogado: Luiz Eduardo Fogaça(OAB/RO 876)
Advogado: José Carlos Fogaça(OAB/RO 2960)
Recorrida: Jaisa Machado
Advogado: Luiz Eduardo Fogaça(OAB/RO 876)
Advogado: José Carlos Fogaça(OAB/RO 2960)
Relator:Des. Rowilson Teixeira
Vistos.
Estado de Rondônia, interpôs recurso especial com fundamento no art. 105, inc. III, c, da CF, alegando que o julgado de fls. 148/153 dissentiu da jurisprudência pátria, por assim posicionar-se:
Apelação cível. Mandado de segurança. Servidor público. Jornada de trabalho. Decreto estadual n. 14.828/2009. Fixação em turno ininterrupto. Abrangência de todos os servidores.
O Decreto Estadual n. 14.828/2009 garantiu a todos os servidores da Administração direta e indireta do Estado de Rondônia o direito a trabalhar em jornada de trabalho de seis horas diárias, em turno ininterrupto.
Referida norma trouxe apenas duas situações excepcionais em que esse direito poderia ser relativizado aos servidores: aqueles serviços que não podem sofrer solução de continuidade e aqueles que sejam essenciais.
O serviço interno da Secretaria Estadual de Educação não pode ser enquadrado em quaisquer das exceções trazidas pelo Decreto, razão por que é ilegal o ato da autoridade que obsta o exercício do direito nele previsto.
Segurança concedida.
Os recorridos apresentaram contrarrazões. A d. Procuradoria de Justiça manifestou-se pelo não provimento do recurso.
É o relatório.

Tratou-se de mandado de segurança interposto pelos recorridos, contra ato praticado pela Secretária adjunta de Estado da Educação do Estado de Rondônia. O Juízo da 3ª Vara Cível de Ariquemes extinguiu o feito sem julgamento de mérito. Interposto recurso de apelação, o mesmo restou provido, à unanimidade. As Câmaras Especiais Reunidas do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, por unanimidade, concederam a segurança pleiteada nos termos do voto do relator.
Daí o inconformismo do recorrente.
Em primeiro lugar, constata-se atecnia quanto à alegada contrariedade ao Decreto-Lei 4.657/42. Isso porque, no entendimento do Superior Tribunal de Justiça, a ofensa genérica à lei federal é insuficiente para delimitar a controvérsia, sendo necessária a especificação do dispositivo considerado violado, conforme disposto na Súmula n. 284 do STF (Quarta Turma. REsp 1064706/MS, relatoria do Ministro João Otávio de Noronha, DJe 27/4/2009).
Também não ocorreu a caracterização do alegado dissenso pretoriano. Com efeito, conforme já pacificado pelo Superior Tribunal de Justiça:
[…] é inviável a apreciação de recurso especial fundado em divergência jurisprudencial quando o recorrente não demonstra o suposto dissídio pretoriano por meio: (a) da juntada de certidão ou de cópia autenticada do acórdão paradigma, sendo que, na falta dessa autenticação, deve o advogado certificar a veracidade da referida cópia; (b) da citação de repositório oficial, autorizado ou credenciado, em que o acórdão divergente foi publicado; (c) do cotejo analítico, com a transcrição dos trechos dos acórdãos em que se funda a divergência, além da demonstração das circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados, não bastando para tanto, a mera transcrição da ementa e de trechos do voto condutor do acórdão paradigma. (Primeira Turma. AgRg no REsp 1.085.654/SP, relatora a Ministra Denise Arruda, Dje 4/5/2009).
Na espécie, nenhum dos requisitos foi observado e não houve a comprovação do repositório de jurisprudência.
Se não bastasse, vejo que a pretensão do recorrente encontra óbice na Súmula n. 7 do STJ. É que o Tribunal a quo firmou sua fundamentação na análise do conjunto fático-probatório constante dos autos, de forma que, para entender diversamente, seria necessário o seu reexame, o que é inviável em sede de recurso especial.
Pelo exposto, não admito este recurso especial.
Intime-se.
Porto Velho, 31 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Câmaras Especiais Reunidas
Despacho DO PRESIDENTE
Recurso Ordinario - Nrº: 3
Número do Processo :0002119-91.2013.8.22.0000
Recorrente: Ezequiel da Silva Moura
Advogada: Rosimeiry Maria de Lima(OAB/RO 2504)
Recorrido: Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia( )
Relator:Des. Rowilson Teixeira
Vistos.
A admissão do recurso ordinário demanda o preenchimento de seus pressupostos extrínsecos: cabimento, tempestividade e recolhimento das despesas de remessa e retorno dos autos.
Importante consignar que indeferido liminarmente o mandado de segurança pelo Desembargador Relator e mantida essa decisão pelo órgão colegiado em grau de agravo regimental, correta a interposição do presente recurso ordinário, porquanto referida decisão se equipara à decisão denegatória da segurança (STJ. Quinta Turma. RMS 22388/SC, relatora a Ministra Jane Silva – Desembargadora Convocada do TJ/MG -, DJ 10/12/2007, p. 400).
Diante disso, tenho que o recurso é cabível, pois a decisão recorrida equivale à denegação da segurança (fls. 91/95); houve interposição no prazo legal e o valor referente ao preparo não foi recolhido, por ser o recorrente beneficiário da justiça gratuita, conforme certidão de fl. 130.
Em face do exposto, recebo o presente recurso ordinário.
Intime-se.
Porto Velho, 30 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Câmaras Especiais Reunidas
Despacho DO RELATOR
Mandado de Segurança
Número do Processo :0009544-72.2013.8.22.0000
Impetrante: Jonatas Passos da Silva
Advogada: Luzileide Alves Silva da Costa Medeiros(OAB/RO 5296)
Impetrado: Secretário de Estado da Administração
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Relator:Des. Oudivanil de Marins
Vistos.
Trata-se de mandado de segurança com pedido de liminar impetrado por Jonatas Passos da Silva contra ato do Secretário da Administração do Estado de Rondônia.
Deve ser considerado o fato da criação da Lei Complementar Estadual n. 733, de 10.10.2013, com entrada em vigor a partir de 1.11.2013, dispondo;
Art. 50 – A Secretaria de Estado da Administração – SEAD passa do nível de Secretaria de Estado para o nível de Superintendência, adotando a denominação de Superintendência Estadual de Administração e Recursos humanos – SEARH, vinculada e subordinada à Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG, que lhe sucede em todos os direitos, obrigações, competências, atribuições, inclusive, absorvendo os recursos humanos, patrimônios e acervos.
Nesse contexto, diante do entendimento pacificado das Câmaras Especiais Reunidas com a Lei acima mencionada, verifico não mais persistir a competência originária à estas Câmaras, devendo os autos serem encaminhados ao primeiro grau.
Pelo exposto, declino a competência à uma das Varas da Fazenda Pública desta comarca.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 3 de fevereiro de 2014.
Desembargador Oudivanil de Marins
Relator

Câmaras Especiais Reunidas
Despacho DO RELATOR
Mandado de Segurança
Número do Processo :0009716-82.2011.8.22.0000
Impetrante: Marcos Souza de Lima

Advogado: Lourival Cordeiro da Silva(OAB/RO 408A)
Advogado: Eder da Cruz Silva(OAB/RO 523E)
Impetrado: Secretário de Estado da Administração
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Juraci Jorge da Silva(OAB/RO 528)
Procurador: Manuel Jasmim Correia Barros(OAB/RO 5229)
Relator:Des. Oudivanil de Marins
Vistos.
Manifeste-se o impetrante acerca do ofício e documentos de fls. 133/136, em 05 dias.
Porto Velho, 03 de fevereiro de 2014.
Desembargador Oudivanil de Marins
Relator

Despacho DO RELATOR
Mandado de Segurança
Número do Processo :0005216-36.2012.8.22.0000
Processo de Origem : 0005216-36.2012.8.22.0000
Impetrante: Maria de Fátima Coutinho Bezerra
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Impetrado: Secretário de Estado da Saúde
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procuradora: Maria Rejane Sampaio dos Santos Marques
Relator:Des. Oudivanil de Marins
Vistos.
A impetrante informa ter interesse no prosseguimento do feito, mas para juntada de laudo e receituário médico atualizados necessita realização de consulta médica agendada para o mês de fevereiro/2014, conforme petição fls. 142/147.
Defiro excepcionalmente o pedido de dilação de prazo, considerando as ponderações da impetrante, e concedo o prazo máximo de 30 dias.
Intime-se.
Porto Velho, 03 de fevereiro de 2014.
Desembargador Oudivanil de Marins
Relator

Câmaras Especiais Reunidas
Despacho DO RELATOR
Mandado de Segurança
Número do Processo :0011053-72.2012.8.22.0000
Impetrante: Edilson Oliveira Almeida
Advogado: Moacir Requi(OAB/RO 2355)
Advogado: Rafael Alfaia Pereira(OAB/RO 5156)
Impetrado: Secretário de Estado da Administração
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Advogado: Fábio José Gobbi Duran(OAB/RO 632)
Relator:Des. Oudivanil de Marins
Vistos.
Trata-se de mandado de segurança com pedido de liminar impetrado por Edilson Oliveira Almeida contra ato do Secretário da Administração do Estado de Rondônia.
Deve ser considerado o fato da criação da Lei Complementar Estadual n. 733, de 10.10.2013, com entrada em vigor a partir de 1.11.2013, dispondo;
Art. 50 – A Secretaria de Estado da Administração – SEAD passa do nível de Secretaria de Estado para o nível de Superintendência, adotando a denominação de Superintendência Estadual de Administração e Recursos humanos – SEARH, vinculada e subordinada à Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG, que lhe sucede em todos os direitos, obrigações, competências, atribuições, inclusive, absorvendo os recursos humanos, patrimônios e acervos.
Nesse contexto, diante do entendimento pacificado das Câmaras Especiais Reunidas com a Lei acima mencionada, verifico não mais persistir a competência originária à estas Câmaras, devendo os autos serem encaminhados ao primeiro grau.
Pelo exposto, declino a competência à uma das Varas da Fazenda Pública desta comarca.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 31 de janeiro de 2014.
Desembargador Oudivanil de Marins
Relator

Despacho DO RELATOR
Mandado de Segurança
Número do Processo :0003580-98.2013.8.22.0000
Impetrante: Francinaldo José Carvalho Rodrigues
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho(OAB/RO 635)
Advogado: Renato da Costa Cavalcante Júnior(OAB/RO 2390)
Advogado: Marcelo Lessa Pereira(OAB/RO 1501)
Advogado: Jaime Pedrosa dos Santos Neto(OAB/RO 4315)
Impetrante: Cícero Lima de Souza
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho(OAB/RO 635)
Advogado: Renato da Costa Cavalcante Júnior(OAB/RO 2390)
Advogado: Marcelo Lessa Pereira(OAB/RO 1501)
Advogado: Jaime Pedrosa dos Santos Neto(OAB/RO 4315)
Impetrante: Eric Anderson Costa de Souza
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho(OAB/RO 635)
Advogado: Renato da Costa Cavalcante Júnior(OAB/RO 2390)
Advogado: Marcelo Lessa Pereira(OAB/RO 1501)
Advogado: Jaime Pedrosa dos Santos Neto(OAB/RO 4315)
Impetrante: Clebson Jacinto Bezerra
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho(OAB/RO 635)
Advogado: Renato da Costa Cavalcante Júnior(OAB/RO 2390)
Advogado: Marcelo Lessa Pereira(OAB/RO 1501)
Advogado: Jaime Pedrosa dos Santos Neto(OAB/RO 4315)
Impetrante: Eder Nonato da Silva Santos
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho(OAB/RO 635)
Advogado: Renato da Costa Cavalcante Júnior(OAB/RO 2390)
Advogado: Marcelo Lessa Pereira(OAB/RO 1501)
Advogado: Jaime Pedrosa dos Santos Neto(OAB/RO 4315)
Impetrante: Francisco Portela Aguiar
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho(OAB/RO 635)
Advogado: Renato da Costa Cavalcante Júnior(OAB/RO 2390)
Advogado: Marcelo Lessa Pereira(OAB/RO 1501)
Advogado: Jaime Pedrosa dos Santos Neto(OAB/RO 4315)
Impetrante: Mauricio Yujo Lopes
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho(OAB/RO 635)
Advogado: Renato da Costa Cavalcante Júnior(OAB/RO 2390)
Advogado: Marcelo Lessa Pereira(OAB/RO 1501)
Advogado: Jaime Pedrosa dos Santos Neto(OAB/RO 4315)
Impetrante: Luis Carlos Oliveira de Sousa
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho(OAB/RO 635)
Advogado: Renato da Costa Cavalcante Júnior(OAB/RO 2390)

Advogado: Marcelo Lessa Pereira(OAB/RO 1501)
Advogado: Jaime Pedrosa dos Santos Neto(OAB/RO 4315)
Impetrante: Thiago Ramos Faifer
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho(OAB/RO 635)
Advogado: Renato da Costa Cavalcante Júnior(OAB/RO 2390)
Advogado: Marcelo Lessa Pereira(OAB/RO 1501)
Advogado: Jaime Pedrosa dos Santos Neto(OAB/RO 4315)
Impetrante: Derlan Diogenes Marim
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho(OAB/RO 635)
Advogado: Renato da Costa Cavalcante Júnior(OAB/RO 2390)
Advogado: Marcelo Lessa Pereira(OAB/RO 1501)
Advogado: Jaime Pedrosa dos Santos Neto(OAB/RO 4315)
Impetrado: Secretário de Estado da Administração
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Glauber Luciano Costa Gahyva(OAB/RO 1768)
Relator:Des. Oudivanil de Marins
Vistos.
Trata-se de mandado de segurança com pedido de liminar impetrado por Francinaldo José Carvalho Rodrigues e outros contra ato do Secretário da Administração do Estado de Rondônia.
Deve ser considerado o fato da criação da Lei Complementar Estadual n. 733, de 10.10.2013, com entrada em vigor a partir de 1.11.2013, dispondo;
Art. 50 – A Secretaria de Estado da Administração – SEAD passa do nível de Secretaria de Estado para o nível de Superintendência, adotando a denominação de Superintendência Estadual de Administração e Recursos humanos – SEARH, vinculada e subordinada à Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG, que lhe sucede em todos os direitos, obrigações, competências, atribuições, inclusive, absorvendo os recursos humanos, patrimônios e acervos.
Nesse contexto, diante do entendimento pacificado das Câmaras Especiais Reunidas com a Lei acima mencionada, verifico não mais persistir a competência originária à estas Câmaras, devendo os autos serem encaminhados ao primeiro grau.
Pelo exposto, declino a competência à uma das Varas da Fazenda Pública desta comarca.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 31 de janeiro de 2014.
Desembargador Oudivanil de Marins
Relator

Despacho DO RELATOR
Mandado de Segurança
Número do Processo :0003589-60.2013.8.22.0000
Impetrante: Luana Pinheiro de Souza
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho(OAB/RO 635)
Advogado: Marcelo Lessa Pereira(OAB/RO 1501)
Advogado: Renato da Costa Cavalcante Júnior(OAB/RO 2390)
Advogado: Jaime Pedrosa dos Santos Neto(OAB/RO 4315)
Impetrante: Waldclede Conceição Oliveira Vieira
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho(OAB/RO 635)
Advogado: Marcelo Lessa Pereira(OAB/RO 1501)
Advogado: Renato da Costa Cavalcante Júnior(OAB/RO 2390)
Advogado: Jaime Pedrosa dos Santos Neto(OAB/RO 4315)
Impetrante: Vanessa da Silva Krause
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho(OAB/RO 635)
Advogado: Marcelo Lessa Pereira(OAB/RO 1501)
Advogado: Renato da Costa Cavalcante Júnior(OAB/RO 2390)
Advogado: Jaime Pedrosa dos Santos Neto(OAB/RO 4315)
Impetrante: Rebson dos Santos Braga
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho(OAB/RO 635)
Advogado: Marcelo Lessa Pereira(OAB/RO 1501)
Advogado: Renato da Costa Cavalcante Júnior(OAB/RO 2390)
Advogado: Jaime Pedrosa dos Santos Neto(OAB/RO 4315)
Impetrante: Janderson da Silva Paranhas
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho(OAB/RO 635)
Advogado: Marcelo Lessa Pereira(OAB/RO 1501)
Advogado: Renato da Costa Cavalcante Júnior(OAB/RO 2390)
Advogado: Jaime Pedrosa dos Santos Neto(OAB/RO 4315)
Impetrante: Quefrem Hora Lima
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho(OAB/RO 635)
Advogado: Marcelo Lessa Pereira(OAB/RO 1501)
Advogado: Renato da Costa Cavalcante Júnior(OAB/RO 2390)
Advogado: Jaime Pedrosa dos Santos Neto(OAB/RO 4315)
Impetrante: Francisco Ferreira Camurça
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho(OAB/RO 635)
Advogado: Marcelo Lessa Pereira(OAB/RO 1501)
Advogado: Renato da Costa Cavalcante Júnior(OAB/RO 2390)
Advogado: Jaime Pedrosa dos Santos Neto(OAB/RO 4315)
Impetrante: Rafael Queiros de Oliveira
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho(OAB/RO 635)
Advogado: Marcelo Lessa Pereira(OAB/RO 1501)
Advogado: Renato da Costa Cavalcante Júnior(OAB/RO 2390)
Advogado: Jaime Pedrosa dos Santos Neto(OAB/RO 4315)
Impetrante: Fernando Pereira da Silva
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho(OAB/RO 635)
Advogado: Marcelo Lessa Pereira(OAB/RO 1501)
Advogado: Renato da Costa Cavalcante Júnior(OAB/RO 2390)
Advogado: Jaime Pedrosa dos Santos Neto(OAB/RO 4315)
Impetrante: Ricardo Peres de Lima
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho(OAB/RO 635)
Advogado: Marcelo Lessa Pereira(OAB/RO 1501)
Advogado: Renato da Costa Cavalcante Júnior(OAB/RO 2390)
Advogado: Jaime Pedrosa dos Santos Neto(OAB/RO 4315)
Impetrado: Secretário de Estado da Administração
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procuradora: Maria Rejane Sampaio dos Santos(OAB/RO 638)
Procurador: Glauber Luciano Costa Gahyva
Relator:Des. Oudivanil de Marins
Vistos.
Trata-se de mandado de segurança com pedido de liminar impetrado por Luana Pinheiro de Souza e outros contra ato do Secretário da Administração do Estado de Rondônia.
Deve ser considerado o fato da criação da Lei Complementar Estadual n. 733, de 10.10.2013, com entrada em vigor a partir de 1.11.2013, dispondo;

Art. 50 – A Secretaria de Estado da Administração – SEAD passa do nível de Secretaria de Estado para o nível de Superintendência, adotando a denominação de Superintendência Estadual de Administração e Recursos humanos – SEARH, vinculada e subordinada à Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG, que lhe sucede em todos os direitos, obrigações, competências, atribuições, inclusive, absorvendo os recursos humanos, patrimônios e acervos.
Nesse contexto, diante do entendimento pacificado das Câmaras Especiais Reunidas com a Lei acima mencionada, verifico não mais persistir a competência originária à estas Câmaras, devendo os autos serem encaminhados ao primeiro grau.
Pelo exposto, declino a competência à uma das Varas da Fazenda Pública desta comarca.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 31 de janeiro de 2014.
Desembargador Oudivanil de Marins
Relator

Despacho DO RELATOR
Mandado de Segurança
Número do Processo :0009745-64.2013.8.22.0000
Impetrante: Staunston Rocha Mendes
Advogado: Antonio Cloves Leal da Silva(OAB/RO 4331)
Impetrado: Secretário de Estado da Administração
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Juraci Jorge da Silva(OAB/RO 528)
Relator:Des. Oudivanil de Marins
Vistos.
Trata-se de mandado de segurança com pedido de liminar impetrado por Staunston Rocha Mendes contra ato do Secretário da Administração do Estado de Rondônia.
Deve ser considerado o fato da criação da Lei Complementar Estadual n. 733, de 10.10.2013, com entrada em vigor a partir de 1.11.2013, dispondo;
Art. 50 – A Secretaria de Estado da Administração – SEAD passa do nível de Secretaria de Estado para o nível de Superintendência, adotando a denominação de Superintendência Estadual de Administração e Recursos humanos – SEARH, vinculada e subordinada à Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG, que lhe sucede em todos os direitos, obrigações, competências, atribuições, inclusive, absorvendo os recursos humanos, patrimônios e acervos.
Nesse contexto, diante do entendimento pacificado das Câmaras Especiais Reunidas com a Lei acima mencionada, verifico não mais persistir a competência originária à estas Câmaras, devendo os autos serem encaminhados ao primeiro grau.
Pelo exposto, declino a competência à uma das Varas da Fazenda Pública desta comarca.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 31 de janeiro de 2014.
Desembargador Oudivanil de Marins
Relator

Despacho DO RELATOR
Mandado de Segurança
Número do Processo :0009917-06.2013.8.22.0000
Impetrante: José da Conceição Leite Filho
Advogado: Ângelo Florindo da Silva(OAB/RO 5489)
Impetrante: Sérgio Vander Alves de Sousa
Advogado: Ângelo Florindo da Silva(OAB/RO 5489)
Impetrante: Marcelo Bomfim de almeida
Advogado: Ângelo Florindo da Silva(OAB/RO 5489)
Impetrante: Josiney Cardoso Soares
Advogado: Ângelo Florindo da Silva(OAB/RO 5489)
Impetrante: Wilamy Amaral de Souza
Advogado: Ângelo Florindo da Silva(OAB/RO 5489)
Impetrante: Anderson Rocha Rodrigues
Advogado: Ângelo Florindo da Silva(OAB/RO 5489)
Impetrante: Maicon Roben Gomes dos Santos
Advogado: Ângelo Florindo da Silva(OAB/RO 5489)
Impetrante: Alex Sandro Felix dos Santos
Advogado: Ângelo Florindo da Silva(OAB/RO 5489)
Impetrante: Fábio Junior Simões
Advogado: Ângelo Florindo da Silva(OAB/RO 5489)
Impetrante: Jonatan Felix Dantas Silva
Advogado: Ângelo Florindo da Silva(OAB/RO 5489)
Impetrante: Robson Christino da Silva
Advogado: Ângelo Florindo da Silva(OAB/RO 5489)
Impetrante: Josivan Gomes
Advogado: Ângelo Florindo da Silva(OAB/RO 5489)
Impetrante: Rafael da Silva Peres
Advogado: Ângelo Florindo da Silva(OAB/RO 5489)
Impetrante: Rafael dos Santos Peixoto
Advogado: Ângelo Florindo da Silva(OAB/RO 5489)
Impetrante: Egnaldo Albuquerque Rabelo
Advogado: Ângelo Florindo da Silva(OAB/RO 5489)
Impetrante: Edinei Joaquim
Advogado: Ângelo Florindo da Silva(OAB/RO 5489)
Impetrante: Luciano Ferreira de Melo
Advogado: Ângelo Florindo da Silva(OAB/RO 5489)
Impetrado: Secretário de Estado da Administração
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Procuradoria Geral do Estado de Rondônia
Relator:Des. Oudivanil de Marins
Vistos.
Trata-se de mandado de segurança com pedido de liminar impetrado por José da Conceição Leite Filho e outros contra ato do Secretário da Administração do Estado de Rondônia.
Deve ser considerado o fato da criação da Lei Complementar Estadual n. 733, de 10.10.2013, com entrada em vigor a partir de 1.11.2013, dispondo;
Art. 50 – A Secretaria de Estado da Administração – SEAD passa do nível de Secretaria de Estado para o nível de Superintendência, adotando a denominação de Superintendência Estadual de Administração e Recursos humanos – SEARH, vinculada e subordinada à Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG, que lhe sucede em todos os direitos, obrigações, competências, atribuições, inclusive, absorvendo os recursos humanos, patrimônios e acervos.
Nesse contexto, diante do entendimento pacificado das Câmaras Especiais Reunidas com a Lei acima mencionada, verifico não mais persistir a competência originária à estas Câmaras, devendo os autos serem encaminhados ao primeiro grau.
Pelo exposto, declino a competência à uma das Varas da Fazenda Pública desta comarca.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 31 de janeiro de 2014.
Desembargador Oudivanil de Marins
Relator

Câmaras Especiais Reunidas
Despacho DO RELATOR
Mandado de Segurança
Número do Processo :0007055-62.2013.8.22.0000
Impetrante: Renan da Costa Azevedo
Advogada: Jane Sampaio de Souza(OAB/RO 3892)
Advogada: Karina Rocha Prado(OAB/RO 1776)
Impetrado: Secretário de Estado da Administração
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procuradora: Maria Rejane Sampaio dos Santos Vieira(OAB/RO 638)
Procuradora: Livia Renata de Oliveira Silva(OAB/RO 1673)
Relator:Des. Oudivanil de Marins
Vistos.
Trata-se de mandado de segurança com pedido de liminar impetrado por Renan da Costa Azevedo contra ato do Secretário da Administração do Estado de Rondônia.
Deve ser considerado o fato da criação da Lei Complementar Estadual n. 733, de 10.10.2013, com entrada em vigor a partir de 1.11.2013, dispondo;
Art. 50 – A Secretaria de Estado da Administração – SEAD passa do nível de Secretaria de Estado para o nível de Superintendência, adotando a denominação de Superintendência Estadual de Administração e Recursos humanos – SEARH, vinculada e subordinada à Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG, que lhe sucede em todos os direitos, obrigações, competências, atribuições, inclusive, absorvendo os recursos humanos, patrimônios e acervos.
Nesse contexto, diante do entendimento pacificado das Câmaras Especiais Reunidas com a Lei acima mencionada, verifico não mais persistir a competência originária à estas Câmaras, devendo os autos serem encaminhados ao primeiro grau.
Pelo exposto, declino a competência à uma das Varas da Fazenda Pública desta comarca.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 3 de fevereiro de 2014.
Desembargador Oudivanil de Marins
Relator

Despacho DO RELATOR
Mandado de Segurança
Número do Processo :0009591-46.2013.8.22.0000
Impetrante: João Ferreira da Silva Filho
Advogado: Raimundo Gonçalves de Araújo(OAB/RO 3300)
Advogada: Salete Bergamaschi(OAB/RO 2230)
Impetrado: Secretário de Estado da Administração
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procuradora: Livia Renata de Oliveira Silva(OAB/RO 1673)
Relator:Des. Oudivanil de Marins
Vistos.
Trata-se de mandado de segurança com pedido de liminar impetrado por João Ferreira da Silva Filho contra ato do Secretário da Administração do Estado de Rondônia.
Deve ser considerado o fato da criação da Lei Complementar Estadual n. 733, de 10.10.2013, com entrada em vigor a partir de 1.11.2013, dispondo;
Art. 50 – A Secretaria de Estado da Administração – SEAD passa do nível de Secretaria de Estado para o nível de Superintendência, adotando a denominação de Superintendência Estadual de Administração e Recursos humanos – SEARH, vinculada e subordinada à Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG, que lhe sucede em todos os direitos, obrigações, competências, atribuições, inclusive, absorvendo os recursos humanos, patrimônios e acervos.
Nesse contexto, diante do entendimento pacificado das Câmaras Especiais Reunidas com a Lei acima mencionada, verifico não mais persistir a competência originária à estas Câmaras, devendo os autos serem encaminhados ao primeiro grau.
Pelo exposto, declino a competência à uma das Varas da Fazenda Pública desta comarca.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 3 de fevereiro de 2014.
Desembargador Oudivanil de Marins
Relator

Despacho DO RELATOR
Mandado de Segurança
Número do Processo :0009823-58.2013.8.22.0000
Impetrante: Welington Ferreira Reis
Advogado: Jonas Mauro da Silva(OAB/RO 666A)
Advogado: Reginaldo Ferreira dos Santos(OAB/RO 5947)
Impetrado: Secretário de Estado da Administração
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Juraci Jorge da Silva(OAB/RO 528)
Procuradora: Alciléa Pinheiro Medeiros(OAB/RO 500)
Relator:Des. Oudivanil de Marins
Vistos.
Trata-se de mandado de segurança com pedido de liminar impetrado por Welington Ferreira Reis contra ato do Secretário da Administração do Estado de Rondônia.
Deve ser considerado o fato da criação da Lei Complementar Estadual n. 733, de 10.10.2013, com entrada em vigor a partir de 1.11.2013, dispondo;
Art. 50 – A Secretaria de Estado da Administração – SEAD passa do nível de Secretaria de Estado para o nível de Superintendência, adotando a denominação de Superintendência Estadual de Administração e Recursos humanos – SEARH, vinculada e subordinada à Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG, que lhe sucede em todos os direitos, obrigações, competências, atribuições, inclusive, absorvendo os recursos humanos, patrimônios e acervos.
Nesse contexto, diante do entendimento pacificado das Câmaras Especiais Reunidas com a Lei acima mencionada, verifico não mais persistir a competência originária à estas Câmaras, devendo os autos serem encaminhados ao primeiro grau.
Pelo exposto, declino a competência à uma das Varas da Fazenda Pública desta comarca.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 3 de fevereiro de 2014.
Desembargador Oudivanil de Marins
Relator

Despacho DO RELATOR
Mandado de Segurança
Número do Processo :0010205-51.2013.8.22.0000
Impetrante: Edmar Ferreira Maciel
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Impetrado: Secretário de Estado da Administração

Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procuradora: Alciléa Pinheiro Medeiros(OAB/RO 500)
Relator:Des. Oudivanil de Marins
Vistos.
Trata-se de mandado de segurança com pedido de liminar impetrado por Edmar Ferreira Maciel contra ato do Secretário da Administração do Estado de Rondônia.
Deve ser considerado o fato da criação da Lei Complementar Estadual n. 733, de 10.10.2013, com entrada em vigor a partir de 1.11.2013, dispondo;
Art. 50 – A Secretaria de Estado da Administração – SEAD passa do nível de Secretaria de Estado para o nível de Superintendência, adotando a denominação de Superintendência Estadual de Administração e Recursos humanos – SEARH, vinculada e subordinada à Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG, que lhe sucede em todos os direitos, obrigações, competências, atribuições, inclusive, absorvendo os recursos humanos, patrimônios e acervos.
Nesse contexto, diante do entendimento pacificado das Câmaras Especiais Reunidas com a Lei acima mencionada, verifico não mais persistir a competência originária à estas Câmaras, devendo os autos serem encaminhados ao primeiro grau.
Pelo exposto, declino a competência à uma das Varas da Fazenda Pública desta comarca.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 3 de fevereiro de 2014.
Desembargador Oudivanil de Marins
Relator

Câmaras Especiais Reunidas
Despacho DO RELATOR
Mandado de Segurança
Número do Processo :0007199-36.2013.8.22.0000
Impetrante: Liane Sales Silva
Advogado: Anderson Leal Alves Marinho(OAB/RO 4666)
Advogada: Nádia Alves da Silva(OAB/RO 3609)
Impetrado: Secretário de Estado da Administração
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procuradora: Livia Renata de Oliveira Silva(OAB/RO 1673)
Relator:Des. Oudivanil de Marins
Vistos.
Trata-se de mandado de segurança com pedido de liminar impetrado por Liane Sales Silva contra ato do Secretário da Administração do Estado de Rondônia.
Deve ser considerado o fato da criação da Lei Complementar Estadual n. 733, de 10.10.2013, com entrada em vigor a partir de 1.11.2013, dispondo;
Art. 50 – A Secretaria de Estado da Administração – SEAD passa do nível de Secretaria de Estado para o nível de Superintendência, adotando a denominação de Superintendência Estadual de Administração e Recursos humanos – SEARH, vinculada e subordinada à Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG, que lhe sucede em todos os direitos, obrigações, competências, atribuições, inclusive, absorvendo os recursos humanos, patrimônios e acervos.
Nesse contexto, diante do entendimento pacificado das Câmaras Especiais Reunidas com a Lei acima mencionada, verifico não mais persistir a competência originária à estas Câmaras, devendo os autos serem encaminhados ao primeiro grau.
Pelo exposto, declino a competência à uma das Varas da Fazenda Pública desta comarca.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 3 de fevereiro de 2014.
Desembargador Oudivanil de Marins
Relator

Despacho DO RELATOR
Mandado de Segurança
Número do Processo :0009882-46.2013.8.22.0000
Impetrante: Alisson Santos da Costa
Advogado: Richard Campanari(OAB/RO 2889)
Advogado: Leonardo Henrique Berkembrock(OAB/RO 4641)
Impetrado: Secretário de Estado da Administração
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procuradora: Alciléa Pinheiro Medeiros(OAB/RO 500)
Relator:Des. Oudivanil de Marins
Vistos.
Trata-se de mandado de segurança com pedido de liminar impetrado por Alisson Santos da Costa contra ato do Secretário da Administração do Estado de Rondônia.
Deve ser considerado o fato da criação da Lei Complementar Estadual n. 733, de 10.10.2013, com entrada em vigor a partir de 1.11.2013, dispondo;
Art. 50 – A Secretaria de Estado da Administração – SEAD passa do nível de Secretaria de Estado para o nível de Superintendência, adotando a denominação de Superintendência Estadual de Administração e Recursos humanos – SEARH, vinculada e subordinada à Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG, que lhe sucede em todos os direitos, obrigações, competências, atribuições, inclusive, absorvendo os recursos humanos, patrimônios e acervos.
Nesse contexto, diante do entendimento pacificado das Câmaras Especiais Reunidas com a Lei acima mencionada, verifico não mais persistir a competência originária à estas Câmaras, devendo os autos serem encaminhados ao primeiro grau.
Pelo exposto, declino a competência à uma das Varas da Fazenda Pública desta comarca.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 3 de fevereiro de 2014.
Desembargador Oudivanil de Marins
Relator

Despacho DO RELATOR
Mandado de Segurança
Número do Processo :0010028-87.2013.8.22.0000
Impetrante: Randeles Amazona dos Santos Azevedo
Advogado: Pedro Facundo Bezerra(OAB/RO 5873)
Advogado: Maurilio Pereira Júnior Maldonado(OAB/RO 4332)
Impetrado: Secretário de Estado da Administração
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Glauber Luciano Costa Gahyva(OAB/RO 1768)
Relator:Des. Oudivanil de Marins
Vistos.
Trata-se de mandado de segurança com pedido de liminar impetrado por Randeles Amazonas dos Santos Azevedo contra ato do Secretário da Administração do Estado de Rondônia.
Deve ser considerado o fato da criação da Lei Complementar Estadual n. 733, de 10.10.2013, com entrada em vigor a partir de 1.11.2013, dispondo;

Art. 50 – A Secretaria de Estado da Administração – SEAD passa do nível de Secretaria de Estado para o nível de Superintendência, adotando a denominação de Superintendência Estadual de Administração e Recursos humanos – SEARH, vinculada e subordinada à Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG, que lhe sucede em todos os direitos, obrigações, competências, atribuições, inclusive, absorvendo os recursos humanos, patrimônios e acervos.
Nesse contexto, diante do entendimento pacificado das Câmaras Especiais Reunidas com a Lei acima mencionada, verifico não mais persistir a competência originária à estas Câmaras, devendo os autos serem encaminhados ao primeiro grau.
Pelo exposto, declino a competência à uma das Varas da Fazenda Pública desta comarca.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 3 de fevereiro de 2014.
Desembargador Oudivanil de Marins
Relator

Despacho DO RELATOR
Mandado de Segurança
Número do Processo :0010122-35.2013.8.22.0000
Impetrante: Odlanier de Souza Frazão
Advogado: Ângelo Florindo da Silva(OAB/RO 5489)
Impetrado: Secretário de Estado da Administração
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procuradora: Alciléa Pinheiro Medeiros(OAB/RO 500)
Relator:Des. Oudivanil de Marins
Vistos.
Trata-se de mandado de segurança com pedido de liminar impetrado por Odlanier de Souza Frazão contra ato do Secretário da Administração do Estado de Rondônia.
Deve ser considerado o fato da criação da Lei Complementar Estadual n. 733, de 10.10.2013, com entrada em vigor a partir de 1.11.2013, dispondo;
Art. 50 – A Secretaria de Estado da Administração – SEAD passa do nível de Secretaria de Estado para o nível de Superintendência, adotando a denominação de Superintendência Estadual de Administração e Recursos humanos – SEARH, vinculada e subordinada à Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG, que lhe sucede em todos os direitos, obrigações, competências, atribuições, inclusive, absorvendo os recursos humanos, patrimônios e acervos.
Nesse contexto, diante do entendimento pacificado das Câmaras Especiais Reunidas com a Lei acima mencionada, verifico não mais persistir a competência originária à estas Câmaras, devendo os autos serem encaminhados ao primeiro grau.
Pelo exposto, declino a competência à uma das Varas da Fazenda Pública desta comarca.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 3 de fevereiro de 2014.
Desembargador Oudivanil de Marins
Relator

Despacho DO RELATOR
Mandado de Segurança
Número do Processo :0010342-33.2013.8.22.0000
Impetrante: Lindomar Gomes de Almeida
Advogado: Gilber Mercês(OAB/RO 5797)
Advogado: Marcus Vinicius da Silva Siqueira(OAB/RO 5497)
Impetrante: Fabio Rodrigues Cavalcante
Advogado: Gilber Mercês(OAB/RO 5797)
Advogado: Marcus Vinicius da Silva Siqueira(OAB/RO 5497)
Impetrante: José Maicon Gomes da Silva
Advogado: Gilber Mercês(OAB/RO 5797)
Advogado: Marcus Vinicius da Silva Siqueira(OAB/RO 5497)
Impetrante: Gilcley Natan Rodrigues Soares
Advogado: Gilber Mercês(OAB/RO 5797)
Advogado: Marcus Vinicius da Silva Siqueira(OAB/RO 5497)
Impetrado: Secretário de Estado da Administração
Interessado (Parte Passiva): Estado de Rondônia
Procurador: Glauber Luciano Costa Gahyva(OAB/RO 1768)
Relator:Des. Oudivanil de Marins
Vistos.
Trata-se de mandado de segurança com pedido de liminar impetrado por Lindomar Gomes de Almeida e outros contra ato do Secretário da Administração do Estado de Rondônia.
Deve ser considerado o fato da criação da Lei Complementar Estadual n. 733, de 10.10.2013, com entrada em vigor a partir de 1.11.2013, dispondo;
Art. 50 – A Secretaria de Estado da Administração – SEAD passa do nível de Secretaria de Estado para o nível de Superintendência, adotando a denominação de Superintendência Estadual de Administração e Recursos humanos – SEARH, vinculada e subordinada à Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEPOG, que lhe sucede em todos os direitos, obrigações, competências, atribuições, inclusive, absorvendo os recursos humanos, patrimônios e acervos.
Nesse contexto, diante do entendimento pacificado das Câmaras Especiais Reunidas com a Lei acima mencionada, verifico não mais persistir a competência originária à estas Câmaras, devendo os autos serem encaminhados ao primeiro grau.
Pelo exposto, declino a competência à uma das Varas da Fazenda Pública desta comarca.
Publique-se.
Porto Velho - RO, 3 de fevereiro de 2014.
Desembargador Oudivanil de Marins
Relator

1ª CÂMARA CRIMINAL

1ª Câmara Criminal
Despacho DO PRESIDENTE
Recurso Especial - Nrº: 1
Número do Processo :0001574-98.2012.8.22.0018
Processo de Origem : 0001574-98.2012.8.22.0018
Recorrente: Ministério Público do Estado de Rondônia
Recorrido: Alecson Carlos Rosa
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia( )
Relator:Des. Rowilson Teixeira
Vistos.
O Ministério Público do Estado de Rondônia, interpôs recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, a e c, da CF, alegando que o julgado de fls. 138/141 contrariou o art. 155, § 4º, III do CP, bem como dissentiu da jurisprudência pátria, por assim posicionar-se:
Apelação criminal. Recurso ministerial. Furto. Emprego de chave de outra motocicleta para efetuar a subtração. Reconhecimento

da qualificadora do emprego de chave falsa. Improcedência.
Inviável o reconhecimento da qualificadora do emprego de chave falsa quando esta é original de outro veículo e não foi modificada para ser utilizada no furto, nem empregada para vencer obstáculo colocado propositadamente para proteger a res.
O recorrido apresentou contrarrazões pugnando pelo não provimento do recurso.
É o relatório.
Tratou-se de ação penal proposta pelo Ministério Público do Estado de Rondônia, visando à condenação do recorrente pela prática do crime previsto no artigo 155, §4º, III e IV, c.c art. 29, ambos do CP. A pretensão foi julgada parcialmente procedente em 1º grau, para condenar o réu como incurso nas sanções do art. 155, caput, do CP. Em sede de apelação, a mesma restou não provida, à unanimidade.
Daí o inconformismo do recorrente.
Analisando as razões recursais, vejo que a decisão recorrida está fundamentada em conformidade com a jurisprudência do próprio STJ, como se constata na ementa abaixo:
PENAL. FURTO QUALIFICADO. EMPREGO DE CHAVE FALSA.1. A utilização de chave falsa diretamente na ignição do veículo para fazer acionar o motor não configura a qualificadora do emprego de chave falsa (art. 155, § 4º, III). A qualificadora só se verifica quando a chave falsa é utilizada externamente à res furtiva, vencendo o agente obstáculo propositadamente colocado para protegê-la. 2. Recurso provido. (REsp nº 43.047 – 5ª Turma – Rel.: Min. Edson Vidigal).
[...] No crime de furto a conduta é 'subtrair' para si, ou para outrem. O resultado corresponde ao 'deslocamento' do objeto material da disponibilidade da vítima. O art. 155, parágrafo 4º expressa: 'se o crime é cometido' e traduz ideia de comportamento, conduta, não se refere, portanto, ao resultado. A qualificadora tem por objeto a – conduta, diz respeito ao modus agendi. O uso de chave falsa refere-se ao acesso do agente ao objeto material. Não se confunde com a consumação (deslocamento), ou seja, a retirada da coisa alheia da esfera de proteção da vítima. (REsp nº 103.284 – 6ª Turma – Rel.: Min. Luiz Vicente Cernicchiaro).
FURTO QUALIFICADO PELO EMPREGO DE CHAVE FALSA, UTILIZADA UNICAMENTE PARA ACIONAR O MOTOR DO VEÍCULO. DESCLASSIFICAÇÃO PARA FURTO SIMPLES QUE SE IMPÕE. "A utilização de chave falsa diretamente na ignição do veículo para fazer acionar o motor não configura a qualificadora do emprego de chave falsa (CP, art. 155, § 4º, III). A qualificadora só se verifica quando a chave falsa é utilizada externamente à res furtiva, vencendo o agente o obstáculo propositadamente colocado para protegê-la (STJ – 5ª Turma, REsp 43.047-SP, Rel. Min. Edson Vidigal).
Incide, destarte, a Súmula 83 do STJ: Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida. Anote-se, por fim, conforme restou consignado no julgamento do AgRg no Ag 1306874/SP, relator o Ministro Aldir Passarinho Júnior, in DJe 10.9.2010, que esta súmula também é aplicável aos recursos interpostos pela alínea "a" do permissivo constitucional.
Também não ocorreu a caracterização do alegado dissenso pretoriano. Com efeito, conforme já pacificado pelo Superior Tribunal de Justiça:
AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO-DEMONSTRADO. IMPRESCINDIBILIDADE DE COLAÇÃO DO PARADIGMA EM CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ART. 541, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC, E ART. 255 DO RISTJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.
1. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado com a cópia autenticada ou certidão do paradigma colacionado, ou com a citação do repositório, oficial ou credenciado, em que tenha sido publicado o julgado apontado como divergente (arts. 541, parágrafo único, do Código de Processo Civil, e 255, § 1º, a e b, e § 2º, do RISTJ).
2. Mesmo que se considerasse desnecessária a demonstração analítica do dissídio pretoriano (na hipótese de se verificar a divergência notória), a falta de adequada comprovação da divergência inviabiliza o conhecimento do recurso especial. Consoante a orientação firmada pela Corte Especial, "a divergência notória, quando admitida, guarda pertinência exclusiva com a demonstração analítica da divergência jurisprudencial, nada tendo a ver com a sua comprovação" (AgRg nos EREsp 332.972/PI, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJU de 13.12.2004, p. 190).
3. Agravo regimental desprovido (Primeira Turma. AgRg no REsp 1.017.108/BA, relatora a Ministra Denise Arruda, DJe 7/5/2009). (g.n.)
Na espécie, não houve a comprovação do repositório de jurisprudência.
Se não bastasse, vejo que a pretensão do recorrente encontra óbice na Súmula n. 7, do STJ. É que o Tribunal a quo firmou sua fundamentação na análise do conjunto fático-probatório constante dos autos, de forma que, para entender diversamente, seria necessário o seu reexame, o que é inviável em sede de recurso especial.
Pelo exposto, não admito este recurso especial.
Intime-se.
Porto Velho, 03 de fevereiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

1ª Câmara Criminal
Despacho DA RELATORA
Habeas Corpus
Número do Processo :0000729-52.2014.8.22.0000
Processo de Origem : 0000802-73.2014.8.22.0501
Paciente: Raimundo Oliveira da Silva
Impetrante(Advogado): Hélio Silva de Melo Júnior(OAB/RO 958)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho - RO
Relatora: Juíza Sandra A. Silvestre de Frias Torres
Vistos,
Trata-se de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado pelo advogado Hélio Silva de Melo Júnior, em favor do paciente Raimundo Oliveira da Silva, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxico da Comarca de Porto Velho.
Relata que o paciente foi preso no dia 18/01/2014, em flagrante por suposta infração ao art. 33 e 35, ambos da Lei n. 11.343/2006, todavia, afirma que o entorpecente apreendido era para consumo próprio, vez que foi apreendido em sua posse a quantia de 9,36g de cocaína e 7,99g de maconha.
Aduz que o paciente é primário, tem trabalho lícito (pintor residencial), residência certa e família constituída no distrito da culpa.
Pleiteia a concessão liminar da ordem para que a paciente possa aguardar em liberdade o desenrolar da ação penal,

mediante compromisso de comparecimento a todos os atos processuais.
Liminar concedida mediante cumprimento de algumas medidas cautelares (fls. 51/52).
A autoridade impetrada prestou informações (fls. 56/57).
A douta Procuradoria de Justiça, em parecer de fls. 59/62, opinou pela confirmação da liminar.
É o relatório. Decido.
Depreende-se dos autos que o paciente foi preso em flagrantge no dia 18/01/2014, juntamente com Maiana Duarte Vieira, pela prática, em tese, dos crimes previstos nos artigos 33, caput, c/c art. 35, ambos da Lei 11.343/06, pois foram surpreendidos com 9,36g (nove gramas e trinta e seis decigramas) de cocaína, e 2,58 (dois gramas e cinquenta e oito centigramas) de maconha, conforme laudo preliminar de fl. 42.
Segundo informações prestadas pela autoridade impetrada:
"Segundo consta, no dia dos fatos policiais militares realizavam patrulhamento de rotina pelo bairro Codaron, na BR 364, KM 13, quando foram abordados por transeuntes que informaram que no endereço dos flagranteados funcionava uma boca de fumo, gerenciada pelo paciente, sua esposa e outras pessoas.
Com as informações a equipe se dirigiu ao endereço e se deparou com Lucicleudo e Maicon entrando no imóvel, ocasião em que adentraram no lecal, sendo avistado o momento em que o paciente passou algo aos indivíduos, que acabaram de entrar na residência. Em revista pessoal, foi encontrado com Lucicleuto uma porção de cocaína, e com o paciente a quantia de R$ 150,00, em espécie.
Indagado Lucicleudo informou que acabara de comprar a droga do paciente pela quantia de R$100,00, e R$ 50,00 seria referente a uma dívida antes existente, também pela compra de entorpecente. Em buscas no interior do imóvel, local em que se encontrava a indiciada Maiana, companheira do paciente, foi apreendido uma porção de maconha em cima de um rack da sala de estar, além de R$ 194,00 no quarto do casal e uma porção de cocaína, com a mesma embalagem e tipo de amarração do entorpecete que o paciente passou a Maicon e Lucicleudo" (fl. 56)
Na hipótese, verifico que o paciente é primário (fl. 14), tem emprego lícito e residência no distrito da culpa.
Pois bem. Ainda que haja prova da materialidade e as circunstâncias da prisão revelem indícios de autoria, não verifico a necessidade de manter a prisão preventiva da paciente, pois não há indícios de que sua liberdade possa causar prejuízo à instrução criminal ou por em risco a ordem pública.
Além disso, em caso de eventual condenação, em tese, poderá ser aplicada a redutora do § 4º do art. 33 da Lei de Drogas, com fixação de regime menos severo.
Ante o exposto, concedoa ordem e o faço monocraticamente, tendo em vista os precedentes desta Câmara, com fundamento no art. 139, IV do RI/TJRO. Ratifico as medidas cautelares aplicadas por ocasião da liminar.
Oficie-se à autoridade impetrada acerca da ratificação da liminar concedida em sede de decisão monocrática.
Dê-se ciência ao Ministério Público.
Publique-se.
Porto Velho, 31 de janeiro de 2014.
Juíza Sandra A Silvestre de Frias Torres
Relatora

1ª Câmara Criminal
Despacho DA RELATORA
Apelação
Número do Processo :0000608-56.2012.8.22.0012
Processo de Origem : 0000608-56.2012.8.22.0012
Apelante: Moisés Busnello Rosa
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia( )
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora:Juíza Sandra A. Silvestre de Frias Torres
Vistos.
Os embargos infringentes apresentam os requisitos de admissibilidade exigidos pelo art. 609, parágrafo único, do CPP, como também manifesta-se tempestivo, conforme observa-se da certidão de fl. 304, razão pela qual os admito.
Proceda-se à redistribuição no âmbito das Câmaras Criminais Reunidas, nos termos do art. 707, § 1º do RI/TJRO.
Publique-se.
Porto Velho, 03 de fevereiro de 2014.
Juíza Sandra A. Silvestre de Frias Torres
Relatora

Despacho DA RELATORA
Habeas Corpus
Número do Processo :0001120-07.2014.8.22.0000
Processo de Origem : 0016070-07.2013.8.22.0501
Paciente: Weliton Santos Jaco
Impetrante(Advogado): Olympio Lopes dos Santos Netto(OAB/RO 103B)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho - RO
Relatora: Juíza Sandra A . Silvestre de Frias Torres
Vistos,
Trata-se de habeas corpus, com pedido de liminar, impetrado pelo advogado Olympio Lopes dos Santos Netto, em favor do paciente Eliton Santos Jacó, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho.
Relata que, segundo o inquérito policial, o paciente estaria de carona num veículo, supostamente aguardando um carregamento de substância entorpecente, proveniente do Estado do Mato Grosso para esta capital, transportada através de ônibus rodoviário, cerca de 35 tabletes da droga.
Contudo, afirma que o paciente apenas estava de carona, não existindo motivos para a manutenção da segregação preventiva, isso porque é primário, possui residência fixa, sempre trabalhou, circunstâncias que recomendam a liberdade, não oferecendo riscos à ordem pública ou a regular instrução processual.
Com esses argumentos, pugna pela concessão liminar da ordem, a fim de que o paciente seja posto em liberdade, com ou sem as medidas cautelares diversas da prisão.
É o relatório. Decido.
Infere-se dos autos que o paciente é acusado pela prática do delito descrito no art. 33, caput, 35, caput, c/c art. 40, V , todos da Lei 11.343/06 (tráfico interestadual), pois estaria envolvido no transporte de substância entorpecente proveniente do Estado de Mato Grosso, cerca de 34,45kg de maconha, juntamente com terceiros, de acordo com o laudo toxicológico obtido no HC 0009585-39.2013.822.0000 (corré Divina Maria de Campos Anteres).
Assim, pelo menos em juízo de cognição sumária, o caso noticiado nos autos não se enquadra nas hipóteses excepcionais passíveis de deferimento do pedido em caráter de urgência,

por não se verificar situação configuradora de abuso de poder ou de manifesta ilegalidade, isso porque a prisão foi decretada por autoridade competente como forma de garantir a ordem pública e aplicação da lei penal (fl.29/30).
Diante do exposto, indefiro o pedido de liminar.
Solicitem-se informações à autoridade impetrada, as quais deverão ser prestadas no prazo de 48 horas.
Após, remetam-se os autos à douta Procuradoria de Justiça.
Publique-se.
Porto Velho, 03 de fevereiro de 2014.
Juíza SANDRA A. SILVESTRE DE FRIAS TORRES
Relatora

1ª Câmara Criminal
ABERTURA DE VISTA
Apelação nrº 0004932-56.2011.8.22.0002
Apelante: Claudimar Saldanha Lima
Advogado: Denis Augusto Monteiro Lopes (OAB/RO 2433)
Apelante: Adilson da Costa Pereira
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia ( )
Apelante: Allan George da Silva
Advogado: Gustavo Henrique Machado Mendes (OAB/RO 4636)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: Des. Valter de Oliveira
"Nos termos do Provimento n. 001/2001-PR, de 13/9/2001, abro vista ao apelante Allan George da Silva para apresentar as razões ao recurso interposto."
Porto Velho, 3 de fevereiro de 2014
(a) Belª Zilda Guimarães de Araújo
Diretora do 1DEJUCRI

2ª CÂMARA CRIMINAL

2ª Câmara Criminal
Despacho DO PRESIDENTE
Embargos de Declaração - Nrº: 2
Número do Processo :0011011-86.2013.8.22.0000
Processo de Origem : 0012028-12.2013.8.22.0501
Embargante: Umberto Teixeira de Oliveira
Impetrante(Advogado): Sebastião de Castro Filho(OAB/RO 3646)
Impetrante(Advogado): João de Castro Inácio Sobrinho(OAB/RO 433A)
Impetrante(Advogada): Marisâmia Aparecida de Castro Inácio(OAB/RO 4553)
Impetrante(Advogada): Andréia Kowalski(OAB/RO 5619)
Embargado: Juízo de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho - RO
Relator: Des. Rowilson Teixeira
Vistos.
Cuida-se de embargos de declaração opostos por Umberto Teixeira de Oliveira contra decisão que não admitiu recurso ordinário com base na Súmula 115 do STJ, por estar carente os autos do adequado instrumento de mandato.
Em que pese os fundamentos utilizados pelo embargante, os embargos de declaração são cabíveis quando se verificar que houve obscuridade, contradição ou omissão na decisão impugnada, o que não ocorreu na hipótese.
É que a tese ventilada em sede de embargos de declaração pelo recorrente foi devidamente enfrentada pela decisão recorrida.
Desse modo, conforme se denota na decisão (fl. 138), a inauguração da via extraordinária por meio de recurso necessitaria, como um dos requisitos de admissibilidade, o instrumento de mandato, o que inexiste nos autos, logo plenamente aplicável o verbete sumular n. 115 do STJ.
A propósito, abaixo segue decisão do STJ que bem retrata o quanto antes se argumentou:
AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EM HABEAS CORPUS. RECURSO ASSINADO POR ADVOGADO SEM PROCURAÇÃO NOS AUTOS. SÚMULA 115/STJ. SUPERVENIENTE REGULARIZAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.
1. Na instância especial, é inexistente o recurso subscrito por advogado que não possui procuração nos autos. Incidência da Súmula 115/STJ.
2. Tampouco se admite a regularização posterior pela apresentação tardia do instrumento de mandato.
3. Inexistente flagrante constrangimento ilegal - mormente porque o Supremo Tribunal Federal já se pronunciou acerca da legalidade da prisão cautelar do ora recorrente - injustificável o afastamento dos rigores formais para se processar o recurso ordinário como se habeas corpus fosse.
4. Agravo regimental improvido. (SEXTA TURMA, AgRg no RHC 4010150/PE, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, DJe 16/09/2013).
Diante do exposto, conheço dos embargos, mas o improvejo.
Porto Velho, 30 de janeiro de 2014.
Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PAUTA DE JULGAMENTO

TRIBUNAL PLENO

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
Tribunal Pleno Administrativo
Pauta de Julgamento

Pauta elaborada nos termos do artigo 379 e seguintes do Regimento Interno deste Tribunal, relativa aos processos abaixo relacionados, que serão julgados em Sessão Ordinária, a ser realizada no Plenário do Tribunal Pleno desta Corte, localizado na Rua José Camacho, n. 585, Bairro Olaria - 5º andar, aos dez dias do mês de fevereiro do ano dois mil e quatorze, às 8h30.

Obs.: Para a sustentação oral, conforme previsto no art. 57 "caput" e parágrafo 1º do referido Regimento, os senhores advogados deverão inscrever-se, previamente, no Departamento Pleno, ou verbalmente, até o início da Sessão, observando-se o disposto nos parágrafos 1º e 2º do artigo 405 da mesma norma.

01 - 0005727-97.2013.8.22.0000 Recurso Administrativo
Origem: Departamento de Recursos Humanos (n. anterior 0008307-02.2012.8.22.1111/SAJADM)
Recorrente: Rosa Janete Tomaz do Nascimento
Recorrido: Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Relator: DESEMBARGADOR OUDIVANIL DE MARINS
Impedido: Desembargador Roosevelt Queiroz Costa
Distribuído por sorteio em 26/6/2013
Objeto: Recurso referente ao indeferimento do pedido de reconsideração da decisão que indeferiu a equiparação salarial e o pagamento da diferença de salário por desvio de função
Pedido de vista: Desembargador Sansão Saldanha, em 14/10/2013
Decisão parcial: "APÓS O VOTO DO RELATOR PROVENDO O RECURSO, NO QUE FOI ACOMPANHADO PELOS DESEMBARGADORES ISAÍAS FONSECA MORAES E EURICO MONTENEGRO, PEDIU VISTA O DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA. OS DEMAIS AGUARDAM".
Observação: Julgamento adiado em 27/01/2014

02 – 0005319-09.2013.8.22.0000 Recurso Administrativo
Origem: Departamento de Recursos Humanos (n. anterior 0030070-93.2011.8.22.1111/SAJADM)
Recorrente: João Santos Libório
Recorrido: Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Relatora: DESEMBARGADORA MARIALVA HENRIQUES DALDEGAN BUENO
Impedido: Desembargador Roosevelt Queiroz Costa
Distribuído por sorteio em 12/6/2013
Objeto: Recurso referente ao indeferimento do pedido de reconsideração da r. decisão que indeferiu a equiparação salarial e o pagamento de diferença de salários
Pedido de vista: Desembargador Sansão Saldanha, em 11/11/2013
Decisão parcial: "ÓS O VOTO DA RELATORA NEGANDO PROVIMENTO AO RECURSO, NO QUE FOI ACOMPANHADA PELO DESEMBARGADOR ROWILSON TEIXEIRA, TENDO DIVERGIDO PARA PROVÊ-LOS DESEMBARGADORES ALEXANDRE MIGUEL, OUDIVANIL DE MARINS, ISAÍAS FONSECA, EURICO MONTENEGRO, RENATO MIMESSI, VALTER DE OLIVEIRA E, MARCOS ALAOR DINIZ GRANGEIA E WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR (QUE ANTECIPARAM OS VOTOS), PEDIU VISTA O DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA. DEMAIS AGUARDAM".
Observação: Julgamento adiado em 27/01/2014

03 – 00012312-68.2013.8.22.0000 Recurso Administrativo
Origem: Corregedoria-Geral de Justiça (ns. anteriores 0001020-86.2013.8.22.0000 e 0036109-72.2012.8.22.1111/SAJADM)
Recorrentes: Wilson Soares Gama, Luis Antônio Sanada Rocha e Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Recorrido: Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Rondônia
Relator: DESEMBARGADOR ISAÍAS FONSECA MORAES
Impedido: Desembargador Miguel Monico Neto
Distribuído por sorteio em 16/12/2013
Objeto: Recurso referente à proibição de entrega dos mandados de prisão criminal aos oficiais de justiça durante plantão forense, conforme art. 64 das Diretrizes Gerais Judiciais do 1º Grau

04 – 0006595-75.2013.8.22.0000 Recurso Administrativo
Origem: Departamento do Conselho da Magistratura (n. anterior 0000190-08.2001.2013.8.22.1111/SAJADM)
Recorrente: Rowilson Teixeira
Recorrido: Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
Relatora: DESEMBARGADORA IVANIRA FEITOSA BORGES
Impedidos: Desembargadores Roosevelt Queiroz Costa e Rowilson Teixeira
Redistribuído por sorteio em 7/8/2013
Objeto: Recurso referente ao indeferimento do pedido de concessão de abono permanência, em virtude da não averbação da totalidade do tempo de serviço público anterior a posse no cargo atual
Pedido de vista: Desembargador Sansão Saldanha, em 9/12/2013
Decisão parcial: "APÓS O VOTO DA RELATORA NEGANDO PROVIMENTO AO RECURSO, PEDIU VISTA O DESEMBARGADOR SANSÃO SALDANHA. FIRMOU SUSPEIÇÃO O DESEMBARGADOR WALTER WALTENBERG SILVA JUNIOR. OS DEMAIS AGUARDAM."
Observação: Julgamento adiado em 27/01/2014

Porto Velho, 03 de fevereiro de 2014.

(a.) Desembargador Rowilson Teixeira
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

PUBLICAÇÃO DE ATAS

2ª CÂMARA CÍVEL

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
2ª Câmara Cível
Ata de Julgamento
Sessão 389

Ata da sessão de julgamento realizada aos vinte e nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e quatorze. Presidência do Excelentíssimo Desembargador Alexandre Miguel. Presentes os Excelentíssimos Desembargadores Kiyochi Mori, Isaias Fonseca Moraes e Moreira Chagas convocado para o julgamento dos autos n. 0001875-49.2010.8.22.0007, em razão da suspeição do Des. Kiyochi Mori.

Procurador de Justiça, Dr. Edmilson José de Matos Fonsêca.

Secretária, Belª. Lorenza da Veiga L. Darwich Passos.

O Senhor Presidente declarou aberta a sessão às 8h, agradeceu a presença de todos, franqueou a palavra aos Desembargadores para julgamento dos processos constantes em pauta e, em seguida, dos em mesa e dos extrapauta.

PROCESSOS JULGADOS:

0000123-43.2013.8.22.0005 Apelação (Agravo Retido) (PROCESSO DIGITAL)
Origem:00001234320138220005 Ji-Paraná/3ª Vara Cível
Apelante/Agravante:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A
Advogado:Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)
Advogada:Luciana Nogarol Pagotto (OAB/RO 4198)
Advogado:Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800)
Apelado/Agravado:Catarino Carlos Vieira
Advogada:Vanessa Saldanha Vieira (OAB/RO 3587)
Relator:DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 11/10/2013

Decisão: “AGRAVO RETIDO NÃO CONHECIDO. NO MÉRITO, RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.”

0283370-57.2007.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem:02833705720078220001 Porto Velho - Fórum Cível/3ª Vara Cível
Apelante:Ruth Sales Morais
Advogada:Maria da Conceição Souza Vera (OAB/RO 573)
Advogado:Manuel das Chagas Moreira (OAB/RO 886)
Apelado:Anderson Sales de Moraes
Advogado:Jussier Costa Firmino (OAB/RO 3557)
Relator:DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Revisor:Des. Kiyochi Mori
Distribuído por Sorteio em 15/02/2013
Decisão: “RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.”

0000797-88.2013.8.22.0015 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem:00007978820138220015 Guajará-Mirim/2ª Vara Cível
Apelante:G. da S. C. representada por sua mãe G. A. da S. S.
Advogado:Edilson Alves de Hungria Junior (OAB/RO 5002)
Apelada:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A
Advogado:Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)
Advogada:Cynthia Maria Alecrim de Morais (OAB/RO 4357)
Advogado:Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800)
Relator:DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 09/10/2013
Decisão: “RECURSO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.”

0002761-92.2012.8.22.0002 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem:00027619220128220002 Ariquemes/4ª Vara Cível
Apelantes:Márcio Gomes do Nascimento e outros
Advogado:Levi Gustavo Alves de Freitas (OAB/RO 4634)
Apelado:Baltazar Pereira Nascimento
Advogado:Dênio Franco Silva (OAB/RO 4212)
Advogado:Justino Araújo (OAB/RO 1038)
Advogado:Douglas Carvalho dos Santos (OAB/RO 4069)
Relator:DES. KIYOCHI MORI
Revisor:Des. Alexandre Miguel
Distribuído por Sorteio em 04/04/2013
Decisão: “RECURSO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.”

0012141-79.2011.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem:00121417920118220001 Porto Velho - Fórum Cível/2ª Vara Cível
Apelante:Banco Bradesco S/A
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Advogada:Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370)
Advogada:Luciana Xavier Gaspar de Souza (OAB/RO 4903)
Advogada:Saionara Mari (OAB/MT 5225)
Apelado:José Cláudio Ferreira Gomes
Advogado:Valnei Ferreira Gomes (OAB/RO 3529)
Advogado:Jonatas de Souza Rondon Júnior (OAB/RO 3749)
Relator:DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Revisor:Des. Kiyochi Mori
Distribuído por Sorteio em 10/01/2013
Decisão: “REJEITADA A PRELIMINAR. NO MÉRITO, RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.”

0000484-03.2012.8.22.0003 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem:00004840320128220003 Jaru/1ª Vara Cível
Apelantes:Genézio Prates e outra
Advogada:Elisa Dickel de Souza (OAB/RO 1177)
Advogado:José Fernando Roge (OAB/RO 5427)
Apelada:Linha Verde Transmissora de Energia S/A
Advogada:Nilmara Gimenes Navarro (OAB/RO 2288)
Relator:DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Revisor:Des. Kiyochi Mori
Distribuído por Sorteio em 01/02/2013
Decisão: “REJEITADA A PRELIMINAR. NO MÉRITO, RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.”

0001013-33.2010.8.22.0022 Apelação
Origem:00010133320108220022 São Miguel do Guaporé/1ª Vara Cível
Apelante:MBM Seguradora S/A
Advogada:Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/RO 5017)
Advogado:Paulo Vinício Porto de Aquino (OAB/RO 2723)
Advogado:Rodrigo Mari Salvi (OAB/RO 4428)
Advogada:Luciana Veríssimo Gonçalves (OAB/MS 8270)
Advogada:Maristella de Farias Melo Santos (OAB/RJ 135132)
Apelado:Durval Ribeiro de Oliveira
Advogada:Thaís Rodrigues Muradás (OAB/RO 3922)
Relator:DES. ALEXANDRE MIGUEL
Revisor:Des. Isaias Fonseca Moraes
Distribuído por Sorteio em 06/12/2010
Decisão: “RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.”

0021850-75.2010.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem:00218507520108220001 Porto Velho - Fórum Cível/2ª Vara Cível
Apelante/Apelada:Verônica Ariadne Cordeiro Romano
Advogado:João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Advogada:Adriana Pignaneli de Abreu (OAB/SP 212689)
Apelado/Apelante:Banco Itaucard S/A
Advogado:Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Advogada:Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120)
Advogada:Lilian Raquel Mendes Dantas Siqueira (OAB/RO 2173)
Advogada:Sara Jaqueline dos Santos Moreira (OAB/SP 196368)
Relator:DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Revisor:Des. Kiyochi Mori
Distribuído por Sorteio em 09/01/2013
Decisão: “RECURSOS NÃO PROVIDOS NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE.”

0002104-33.2011.8.22.0020 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem:00021043320118220020 Nova Brasilândia do Oeste/1ª Vara Cível
Apelante:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A
Advogado:Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/AC 3592)
Advogado:Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800)
Advogado:Edson Vieira dos Santos (OAB/RO 4373)
Advogado:Bruno Leonardo Moreira e Vieira Pinto (OAB/RO 3585)
Apelado:José Marcos Messias

Advogada:Thaís Rodrigues Muradás (OAB/RO 3922)
Relator:DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 25/10/2013
Decisão: "REJEITADA A PRELIMINAR. NO MÉRITO, RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

0004037-52.2012.8.22.0005 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem:00040375220128220005 Ji-Paraná/4ª Vara Cível
Apelante:Cícero Anacleto Alves
Advogado:Francisco Geraldo Filho (OAB/RO 2342)
Apelada:Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado:Fábio Antônio Moreira (OAB/RO 1553)
Advogado:Ubirajara Rodrigues Nogueira de Rezende (OAB/RO 1571)
Relator:DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Revisor:Des. Kiyochi Mori
Distribuído por Sorteio em 01/02/2013
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

0008299-57.2012.8.22.0001 Apelação (Agravo Retido) (PROCESSO DIGITAL)
Origem:00082995720128220001 Porto Velho - Fórum Cível/10ª Vara Cível
Apelante/Agravante:Tim Celular S/A
Advogado:Celso David Antunes (OAB/BA 1141A)
Advogado:Luis Carlos Monteiro Laurenço (OAB/BA 16780)
Advogado:José Manoel Alberto Matias Pires (OAB/RO 3718)
Advogada:Taiana Santos Azevedo (OAB/DF 22452)
Advogado:Gustavo Gerola Marsola (OAB/RO 4164)
Apelado/Agravado:Marlon Souza Barba
Advogada:Glaci Kern Hartmann (OAB/RO 3643)
Relator:DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Revisor:Des. Kiyochi Mori
Distribuído por Sorteio em 04/02/2013
Decisão: "AGRAVO RETIDO NÃO CONHECIDO. NO MÉRITO, RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

0001546-92.2010.8.22.0021 Apelação
Origem:00015469220108220021 Buritis/1ª Vara Cível
Apelante:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A.
Advogada:Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/RO 5017)
Advogado:Paulo Vinício Porto de Aquino (OAB/RO 2723)
Advogada:Ledi Buth (OAB/RO 3080)
Advogada:Suzana Avelar de Santana (OAB/RO 3746)
Advogada:Luciana Veríssimo Gonçalves (OAB/MS 8270)
Advogado:Matheus Evaristo Sant'Ana (OAB/RO 3230)
Advogado:Douglacir Antônio Evaristo Sant'Ana (OAB/RO 287)
Advogada:Ivone de Paula Chagas Sant'Ana (OAB/RO 1114)
Advogado:Fábio Antônio Moreira (OAB/RO 1553)
Advogado:Pedro Origa (OAB/RO 1953)
Advogado:Pedro Origa Neto (OAB/RO 2A)
Apelado:José Gonçalves Filho
Advogada:Michelle Souza Pires Stegmann (OAB/RO 4110)
Relator:DES. ALEXANDRE MIGUEL
Revisor:Des. Isaias Fonseca Moraes
Distribuído por Sorteio em 19/08/2011
Decisão: "RECURSO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

0006368-19.2012.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem:00063681920128220001 Porto Velho - Fórum Cível/10ª Vara Cível
Apelante:Francisco Pereira de Andrade
Advogado:Fabrício Matos da Costa (OAB/RO 3270)
Apelado:Marco Eduardo Chaves da Silva
Advogado:Raimundo Oliveira Filho (OAB/RO 1384)
Relator:DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Revisor:Des. Kiyochi Mori
Distribuído por Sorteio em 07/02/2013
Decisão: "RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

0013047-66.2011.8.22.0002 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem:00130476620118220002 Ariquemes/1ª Vara Cível
Apelante:Madezapi Importação e Exportação Ltda
Advogado:Luiz Antônio Previatti (OAB/RO 213B)
Advogado:Leandro Kovalhuk de Macedo (OAB/RO 4653)
Apelada:Andrade e Souza Máquinas e Peças Pesadas Ltda
Advogado:Juliano Dias de Andrade (OAB/RO 5009)
Advogado:Leonardo Henrique Berkembrock (OAB/RO 4641)
Relator:DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Revisor:Des. Kiyochi Mori
Distribuído por Sorteio em 14/01/2013
Decisão: "REJEITADA A PRELIMINAR. NO MÉRITO, RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

0005691-20.2011.8.22.0002 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem:00056912020118220002 Ariquemes/3ª Vara Cível
Apelante:Edilson Almeida de Lima
Advogada:Karine de Paula Rodrigues (OAB/RO 3140)
Apelada:Bradesco Vida e Previdência S/A
Advogado:Diogo Morais da Silva (OAB/RO 3830)
Advogado:Reynaldo Augusto Ribeiro Amaral (OAB/RO 4507)
Advogado:Renato Tadeu Rondina Mandaliti (OAB/SP 115762)
Advogado:Alexandre Cardoso Júnior (OAB/SP 139455)
Advogado:Gustavo da Cunha Silveira (OAB/RO 4717)
Advogada:Karina de Almeida Batistuci (OAB/RO 4571)
Relator:DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 12/11/2013
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

0013596-76.2011.8.22.0002 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem:00135967620118220002 Ariquemes/2ª Vara Cível
Apelante:Batista & Brito Ltda - EPP
Advogada:Edamari de Souza (OAB/RO 4616)
Apelada:Julieta Pereira dos Santos Roberto
Advogada:Vanessa Angélica de Araújo Clementino Wanderley (OAB/RO 4722)
Advogada:Corina Fernandes Pereira (OAB/RO 2074)
Relator:DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Revisor:Des. Kiyochi Mori
Distribuído por Sorteio em 01/02/2013
Decisão: "RECURSO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

0009821-44.2011.8.22.0005 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem:00098214420118220005 Ji-Paraná/3ª Vara Cível
Apelantes:Maria de Fátima Rotunno Rosin e outros
Advogado:Agnaldo dos Santos Alves (OAB/RO 1156)

Apelada:Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Profissionais de Nível Superior da Área da Saúde de Ji Paraná e Região Ltda
Advogada:Solange Aparecida da Silva (OAB/RO 1153)
Advogada:Márcia Regina Barbisan de Souza (OAB/RO 2031)
Relator:DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Revisor:Des. Kiyochi Mori
Distribuído por Sorteio em 01/02/2013
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

0019859-41.2009.8.22.0020 Apelação
Origem:00198594120098220020 Nova Brasilândia do Oeste/1ª Vara Cível
Apelante:Centauro Vida e Previdência S/A
Advogado:Paulo Vinício Porto de Aquino (OAB/RO 2723)
Advogado:Marcos Antônio Araújo dos Santos (OAB/RO 846)
Advogado:Bruno Leonardo Moreira e Vieira Pinto (OAB/RO 3585)
Advogado:João Paulo Ribeiro Martins (OAB/RJ 144819)
Advogado:Marcelo Davoli Lopes (OAB/SP 143370)
Advogada:Maristella de Farias Melo Santos (OAB/RJ 135132)
Apelado:Jurandir Rosa Souza
Advogado:José Luis Torelli Gabaldi (OAB/RO 2543)
Relator:DES. ALEXANDRE MIGUEL
Revisor:Des. Isaias Fonseca Moraes
Distribuído por Sorteio em 30/08/2010
Redistribuído por Transferência em 15/10/2010
Decisão: "RECURSO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

0045055-77.2008.8.22.0010 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem:00450557720088220010 Rolim de Moura/1ª Vara Cível
Apelante:Banco Bradesco Financiamentos S/A Osasco
Advogado:Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Advogado:Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
Advogada:Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120)
Advogado:Luciano Mello de Souza (OAB/RO 3519)
Advogada:Lilian Raquel Mendes Dantas Siqueira (OAB/RO 2173)
Advogado:Carlos Alessandro Santos Silva (OAB/ES 8773)
Advogado:Paulo Celso Pompeu (OAB/SP 129933)
Advogado:Wladimir Danese Alimari (OAB/SP 126831)
Apelada:Ana Patrícia Carvalho de Lima
Relator:DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Revisor:Des. Kiyochi Mori
Distribuído por Sorteio em 11/01/2013
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

0018530-80.2011.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem:00185308020118220001 Porto Velho - Fórum Cível/2ª Vara Cível
Apelante:BFB Leasing S/A Arrendamento Mercantil
Advogado:Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Advogado:Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
Advogada:Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120)
Advogada:Sara Jaqueline dos Santos Moreira (OAB/SP 196368)
Apelado:Airton Fernandes da Silva
Relator:DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Revisor:Des. Kiyochi Mori
Distribuído por Sorteio em 10/01/2013
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

0002786-48.2012.8.22.0021 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem:00027864820128220021 Buritis/1ª Vara Cível
Apelante:Adriano Aparecido Grandini Romão
Advogado:Alberto Biaggi Netto (OAB/RO 2740)
Apelada:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A
Advogado:Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/AC 3592)
Advogado:Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800)
Advogada:Ledi Buth (OAB/RO 3080)
Relator:DES. KIYOCHI MORI
Revisor:Des. Alexandre Miguel
Distribuído por Sorteio em 22/10/2013
Decisão: "RECURSO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

0016632-32.2011.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem:00166323220118220001 Porto Velho - Fórum Cível/8ª Vara Cível
Apelante:Banco do Brasil S/A
Advogado:Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567)
Advogada:Érika Camargo Gerhardt (OAB/RO 1911)
Advogado:Sandro Pissini Espíndola (OAB/SP 198040)
Apelada:Joselia Ferreira da Silva
Advogado:Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Advogado:Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281)
Relator:DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Revisor:Des. Kiyochi Mori
Distribuído por Sorteio em 05/02/2013
Decisão: "REJEITADA A PRELIMINAR. NO MÉRITO, RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

0002614-45.2012.8.22.0009 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem:00026144520128220009 Pimenta Bueno/2ª Vara Cível
Apelante:Fernando Ribeiro de Oliveira
Advogado:Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)
Advogado:Pedro Luiz Lepri Junior (OAB/RO 4871)
Apelado:Banco Cruzeiro do Sul S/A
Advogado:Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4875)
Advogado:Rafael Sganzerla Durand (OAB/SP 211648)
Relator:DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Revisor:Des. Kiyochi Mori
Distribuído por Sorteio em 04/02/2013
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

0019014-63.2009.8.22.0002 Apelação (Agravo Retido) (PROCESSO DIGITAL)
Origem:00190146320098220002 Ariquemes/1ª Vara Cível
Apelante/Agravada:Elaine Ianes de Assis
Advogado:Nelson Barbosa (OAB/RO 2529)
Apelados:Clínicas Monte Sinai Ltda e outros
Advogado:Cândido Ocampo Fernandes (OAB/RO 780)
Advogado:Henrique de Souza Leite (OAB/RO 831)

Apelada/Agravante:Nobre Seguradora do Brasil S/A
Advogada:Karima Faccioli Caram (OAB/RO 3460)
Advogado:Marcos Vinícius Coltri (OAB/SP 208259)
Advogada:Margareth Morgado (OAB/SP 141182)
Relator:DES. ALEXANDRE MIGUEL
Revisor:Des. Isaias Fonseca Moraes
Distribuído por Sorteio em 13/08/2012
Decisão: "AGRAVO RETIDO NÃO CONHECIDO. NO MÉRITO, RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

0001383-80.2012.8.22.0009 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem:00013838020128220009 Pimenta Bueno/1ª Vara Cível
Apelante:Ramão Soley do Nascimento
Advogado:Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)
Advogado:Nelson Vieira da Rocha Júnior (OAB/RO 3765)
Advogado:Pedro Luiz Lepri Junior (OAB/RO 4871)
Apelado:Banco BMG S/A
Advogado:Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4875)
Advogada:Paula Prates Boggione Guimarães (OAB/MG 127451)
Advogada:Natália Kelly Garbazza de Carvalho (OAB/MG 132164)
Relator:DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Revisor:Des. Kiyochi Mori
Distribuído por Sorteio em 04/02/2013
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

0002780-77.2012.8.22.0009 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem:00027807720128220009 Pimenta Bueno/2ª Vara Cível
Apelante:EUCATUR- Empresa União Cascavel de Transportes e Turismo Ltda
Advogado:Edson Ferreira do Nascimento (OAB/RO 296B)
Advogado:Gilberto Piselo do Nascimento (OAB/RO 78B)
Advogada:Jane Regiane Ramos Nascimento (OAB/RO 813)
Apelado:Diego da Silva Pereira
Advogado:Daniel de Brito Ribeiro (OAB/RO 2630)
Relator:DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Revisor:Des. Kiyochi Mori
Distribuído por Sorteio em 05/02/2013
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

0003094-84.2012.8.22.0021 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem:00030948420128220021 Buritis/1ª Vara Cível
Apelante:Adnilson Alves Vieira
Advogado:Alberto Biaggi Netto (OAB/RO 2740)
Apelada:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A
Advogado:Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)
Advogada:Ledi Buth (OAB/RO 3080)
Advogado:Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800)
Relator:DES. KIYOCHI MORI
Revisor:Des. Alexandre Miguel
Distribuído por Sorteio em 17/10/2013
Decisão: "RECURSO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

0018088-17.2011.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem:00180881720118220001 Porto Velho - Fórum Cível/8ª Vara Cível
Apelante:Banco do Brasil S/A
Advogado:Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567)
Advogada:Érika Camargo Gerhardt (OAB/RO 1911)
Advogado:Sandro Pissini Espíndola (OAB/SP 198040)
Advogado:Thiago de Souza Gomes Ferreira (OAB/RO 4412)
Apelado:Raimundo Fernandes Costa
Advogado:Erivaldo Monte da Silva (OAB/RO 1247)
Relator:DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Revisor:Des. Kiyochi Mori
Distribuído por Sorteio em 08/02/2013
Decisão: "ACOLHIDA A PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

0006120-69.2011.8.22.0007 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem:00061206920118220007 Cacoal/1ª Vara Cível
Apelante:Banco do Brasil S/A
Advogado:Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567)
Advogada:Érika Camargo Gerhardt (OAB/RO 1911)
Apelado:João Bernardes da Silva
Advogado:Jônathas Siviero (OAB/RO 4861)
Relator:DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Revisor:Des. Kiyochi Mori
Distribuído por Sorteio em 01/02/2013
Decisão: "REJEITADA A PRELIMINAR. NO MÉRITO, RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

0006591-22.2010.8.22.0007 Apelação (Recurso Adesivo) (PROCESSO DIGITAL)
Origem:00065912220108220007 Cacoal/2ª Vara Cível
Apelante/Recorrida:Valéria Rezende Rios
Advogado:Jorge Luiz Remboski (OAB/RO 4263)
Apelada/Recorrente:Maiara Rodrigues Zanque
Advogado:Sidnei Sotele (OAB/RO 4192)
Relator:DES. ALEXANDRE MIGUEL
Revisor:Des. Isaias Fonseca Moraes
Distribuído por Sorteio em 07/08/2012
Decisão: "REJEITADA A PRELIMINAR. NO MÉRITO, RECURSOS NÃO PROVIDOS NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

0015446-71.2011.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem:00154467120118220001 Porto Velho - Fórum Cível/2ª Vara Cível
Apelante:BV Financeira S/A Crédito Financiamento e Investimento
Advogado:Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Advogado:Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
Advogada:Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120)
Advogado:Luciano Mello de Souza (OAB/RO 3519)
Apelado:Rogério Marques Ribeiro
Relator:DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Revisor:Des. Kiyochi Mori
Distribuído por Sorteio em 14/01/2013
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

0021725-10.2010.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem:00217251020108220001 Porto Velho - Fórum Cível/1ª Vara Cível
Apelante:Raimundo Martins Farias
Advogado:Luís Tiago Fernandes Kliemann (OAB/RO 4698)
Apelada:Zelia Leitão Farias
Advogado:Carl Teske Júnior (OAB/RO 3297)
Advogado:Hiram Souza Marques (OAB/RO 205)
Advogada:Fernanda Maia Marques (OAB/RO 3034)
Advogada:Suzane de Paula Roessler (OAB/RO 4800)
Relator:DES. KIYOCHI MORI
Revisor:Des. Alexandre Miguel
Distribuído por Sorteio em 23/08/2012
Decisão: "REJEITADAS AS PRELIMINARES. NO MÉRITO, RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

0001188-22.2012.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem:00011882220128220001 Porto Velho - Fórum Cível/10ª Vara Cível
Apelante:Fátima da Silva Costa Araújo
Advogado:Raimundo Façanha Ferreira (OAB/RO 1806)
Advogado:Aluízio Antônio Fortunato (OAB/RO 2423)
Apelado:Banco Itaucard S/A
Advogado:Roberto Jarbas Moura de Souza (OAB/RO 1246)
Advogada:Manuela Gsellmann da Costa (OAB/RO 3511)
Advogada:Meire Andréa Gomes Lima (OAB/RO 1857)
Advogado:Carlos Maximiano Mafra de Laet (OAB/SP 104061A)
Advogado:Tiago Cantuária Novais Ribeiro (OAB/SP 240317)
Advogada:Déborah Figueiredo Férrer (OAB/RJ 137140)
Relator:DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Revisor:Des. Kiyochi Mori
Distribuído por Sorteio em 05/02/2013
Decisão: "RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

0003485-36.2011.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem:00034853620118220001 Porto Velho - Fórum Cível/2ª Vara Cível
Apelante:Marineudo Rodrigues Assunção
Advogado:Walmir Benarrosh Vieira (OAB/RO 1500)
Advogada:Jéssica Carvalho dos Santos (OAB/RO 5240)
Apelada:Gnose Empresa Educacional Ltda
Advogado:Maurício Grego Veiga (OAB/SP 151503)
Advogado:Matheus Evaristo Sant'Ana (OAB/RO 3230)
Relator:DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Revisor:Des. Kiyochi Mori
Distribuído por Sorteio em 11/01/2013
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

0001875-49.2010.8.22.0007 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem:00018754920108220007 Cacoal/4ª Vara Cível
Apelante:HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo
Advogado:Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281)
Advogado:Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Advogado:Maick Felisberto Dias (OAB/PR 37555)
Advogado:Jonas Roberto Justi Waszak (OAB/PR 17447)
Apelada:Antônia Conceição Henrique da Silva
Advogada:Helena Maria Fermino (OAB/RO 3442)
Relator:DES. ALEXANDRE MIGUEL
Revisor:Des. Isaias Fonseca Moraes
Suspeito: Des. Kiyochi Mori
Distribuído por Sorteio em 16/01/2012
Redistribuído por Sorteio em 28/08/2013
Decisão: "REJEITADAS AS PRELIMINARES. NO MÉRITO, RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

0004343-46.2011.8.22.0008 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem:00043434620118220008 Espigão do Oeste/1ª Vara
Apelante:Delci Zanon
Advogado:Lucas Vendrusculo (OAB/RO 2666)
Apelada:Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado:Pedro Origa (OAB/RO 1953)
Advogado:Ubirajara Rodrigues Nogueira de Rezende (OAB/RO 1571)
Relator:DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Revisor:Des. Kiyochi Mori
Distribuído por Sorteio em 14/01/2013
Decisão: "ACOLHIDA A PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

0003096-75.2012.8.22.0014 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem:00030967520128220014 Vilhena/2ª Vara Cível
Apelante:CBS Consórcio Brasileiro de Subestação PARECIS
Advogada:Carolina Svizzero Alves (OAB/SP 209472)
Apelada:Escavasul Terraplanagem Ltda
Advogado:Marcos Rogério Schmidt (OAB/RO 4032)
Relator:DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Revisor:Des. Kiyochi Mori
Distribuído por Sorteio em 04/02/2013
Decisão: "REJEITADAS AS PRELIMINARES. NO MÉRITO, RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

0013948-37.2011.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem:00139483720118220001 Porto Velho - Fórum Cível/7ª Vara Cível
Apelante:Banco BGN S/A
Advogado:Celso David Antunes (OAB/BA 1141A)
Advogado:Luis Carlos Monteiro Laurenço (OAB/BA 16780)
Apelada:Evarista de Assunção
Advogado:Gilson Lucas Fagundes (OAB/RO 4148)
Relator:DES. KIYOCHI MORI
Revisor:Des. Alexandre Miguel
Distribuído por Sorteio em 21/05/2013
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO, POR MAIORIA. VENCIDO O RELATOR. LAVRARÁ O ACÓRDÃO O DES. ALEXANDRE MIGUEL."

0005486-91.2011.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem:00054869120118220001 Porto Velho - Fórum Cível/8ª Vara Cível
Apelante:João Bosco de Souza Bainn
Advogado:Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Advogado:Mabiagina Mendes de Lima (OAB/RO 3912)
Advogado:Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281)
Apelado:Banco BMG S/A
Advogado:Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696)
Advogado:Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)

Relator:DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Revisor:Des. Kiyochi Mori
Distribuído por Sorteio em 01/02/2013
Decisão: "REJEITADA A PRELIMINAR. NO MÉRITO, RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

0001277-46.2011.8.22.0012 Apelação (Recurso Adesivo) (PROCESSO DIGITAL)
Origem:00012774620118220012 Colorado do Oeste/1ª Vara Cível
Apelante/Recorrido:José Carlin Fernandes de Almeida
Advogado:Vangivaldo Bispo Filho (OAB/RO 2732)
Apelada/Recorrente:Mapfre Vera Cruz Seguradora S/A
Advogado:Jaime Augusto Freire de Carvalho Marques (OAB/BA 9446)
Advogado:Paulo Sérgio de Oliveira (OAB/SP 295940)
Advogado:Francisco Lopes da Silva (OAB/RO 3772)
Relator:DES. ALEXANDRE MIGUEL
Revisor:Des. Isaias Fonseca Moraes
Distribuído por Sorteio em 20/09/2012
Decisão: "RECURSO DE APELAÇÃO PROVIDO E ADESIVO NÃO CONHECIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

0000335-10.2012.8.22.0002 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem:00003351020128220002 Ariquemes/1ª Vara Cível
Apelante:José Carlos Borghetti
Advogada:Evanete Revay (OAB/RO 1061)
Advogada:Cynthia Patricia Chagas Muniz Dias (OAB/RO 1147)
Apelado:Banco Panamericano S/A
Advogado:Feliciano Lyra Moura (OAB/PE 21714)
Advogada:Claudete Solange Ferreira (OAB/RO 972)
Relator:DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Revisor:Des. Kiyochi Mori
Distribuído por Sorteio em 14/01/2013
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

0000217-71.2011.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem:00002177120118220001 Porto Velho - Fórum Cível/2ª Vara Cível
Apelante:Helio de Almeida
Advogado:Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Advogado:Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281)
Apelado:Banco Pine S/A
Advogado:Bernardo Augusto Galindo Coutinho (OAB/RO 2991)
Advogado:Jefferson Dias Miceli (OAB/SP 173635)
Advogado:Ricardo Seghetto (OAB/SP 222637)
Relator:DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Revisor:Des. Kiyochi Mori
Distribuído por Sorteio em 10/01/2013
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

0202375-86.2009.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem:02023758620098220001 Porto Velho - Fórum Cível/6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Apelante:Irene Rodrigues de Oliveira
Advogada:Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Advogado:Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Apelada:Sabemi Previdência Privada
Advogado:Vinícius Nascimento Saldanha de Oliveira (OAB/RO 1933)
Advogado:Pablo Berger (OAB/RS 61011)
Advogado:Gustavo Silva Tramunt (OAB/RS 60106)
Relator:DES. KIYOCHI MORI
Revisor:Des. Alexandre Miguel
Distribuído por Sorteio em 25/02/2013
Decisão: "REJEITADA A PRELIMINAR. NO MÉRITO, RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

0004541-83.2011.8.22.0008 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem:00045418320118220008 Pimenta Bueno/2ª Vara Cível
Apelante:Itamar Dalosto
Advogado:Aécio de Castro Barbosa (OAB/RO 4510)
Apelados:Jacinto Braum e outro
Advogado:Sebastião Cândido Neto (OAB/RO 1826)
Relator:DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Revisor:Des. Kiyochi Mori
Distribuído por Sorteio em 14/01/2013
Decisão: "REJEITADA A PRELIMINAR. NO MÉRITO, RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

0021847-86.2011.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem:00218478620118220001 Porto Velho - Fórum Cível/8ª Vara Cível
Apelante:Brascom Home Telemarketing Ltda ME
Advogada:Tânia Rodrigues da Silva (OAB/SP 127858)
Apelado:Hélio Aguilar da Silva
Advogado:Paulo Francisco de Matos (OAB/RO 1688)
Advogado:Paulo Timóteo Batista (OAB/RO 2437)
Advogado:Douglas Ricardo Aranha da Silva (OAB/RO 1779)
Relator:DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Revisor:Des. Kiyochi Mori
Distribuído por Sorteio em 17/01/2013
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

0001858-70.2011.8.22.0009 Apelação (Agravo Retido) (PROCESSO DIGITAL)
Origem:00018587020118220009 Pimenta Bueno/1ª Vara Cível
Apelante/Agravante:BV Financeira S/A Crédito Financiamento e Investimento
Advogado:Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Advogado:Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
Advogada:Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120)
Advogada:Patrícia Pazos Vilas Boas da Silva (OAB/SP 124899)
Apelado/Agravado:Elias Gregório Germini
Advogada:Geisica dos Santos Tavares Alves (OAB/RO 3998)
Relator:DES. KIYOCHI MORI
Revisor:Des. Alexandre Miguel
Distribuído por Sorteio em 21/05/2013
Decisão: "AGRAVO RETIDO NÃO CONHECIDO. NO MÉRITO, RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

0017980-22.2010.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem:00179802220108220001 Porto Velho - Fórum Cível/2ª Vara Cível
Apelante:Meridiano Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Multisegmentos Não Padronizado
Advogada:Érika Camargo Gerhardt (OAB/RO 1911)
Advogada:Jurema Farina Cardoso Esteves (OAB/SP 40731)
Advogada:Cláudia Cardoso (OAB/SP 52106)
Apelada:Maria do Socorro Evangelista das Neves
Advogado:Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Advogado:Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281)
Relator:DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Revisor:Des. Kiyochi Mori
Distribuído por Sorteio em 10/01/2013
Decisão: "REJEITADA A PRELIMINAR E DECLARADA DE OFÍCIO, A PARCIAL NULIDADE DA SENTENÇA NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

0005762-98.2011.8.22.0009 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem:00057629820118220009 Pimenta Bueno/2ª Vara Cível
Apelante/Apelado:Francisco de Assis Dias de Souza
Advogado:Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)
Advogado:Pedro Luiz Lepri Junior (OAB/RO 4871)
Advogado:Nelson Vieira da Rocha Júnior (OAB/RO 3765)
Advogado:Murillo Espinola de Oliveira Lima (OAB/RO 4742)
Apelado/Apelante:Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Advogado:Nelson Bruno Valença (OAB/CE 15783)
Advogada:Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370)
Relator:DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Revisor:Des. Kiyochi Mori
Distribuído por Sorteio em 13/12/2012
Decisão: "RECURSO DO AUTOR PROVIDO E DO REQUERIDO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

0001067-91.2012.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem:00010679120128220001 Porto Velho - Fórum Cível/10ª Vara Cível
Apelante:Gislaine Golin
Advogado:Alexandre Camargo (OAB/RO 704)
Advogado:Orestes Muniz Filho (OAB/RO 40)
Apelada:União das Escolas Superiores de Rondônia - UNIRON
Advogado:José Ademir Alves (OAB/RO 618)
Relator:DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Revisor:Des. Kiyochi Mori
Distribuído por Sorteio em 11/01/2013
Decisão: "RECURSO PROVIDO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

0003287-78.2011.8.22.0007 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem:00032877820118220007 Cacoal/1ª Vara Cível
Apelante:ELO Cooperativa de Consumo de Rondônia
Advogada:Solange Aparecida da Silva (OAB/RO 1153)
Apelado:Sandro Ricardo Ribeiro Coelho
Advogada:Aline Schlachta Barbosa (OAB/RO 4145)
Advogada:Luciana Dall'agnol (OAB/MT 6774)
Relator:DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Revisor:Des. Kiyochi Mori
Distribuído por Sorteio em 01/02/2013
Decisão: "ACOLHIDA A PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

0011035-17.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem:00140005020138220005 Ji-Paraná/3ª Vara Cível
Agravante:Unimed de Rondônia - Cooperativa de Trabalho Médico
Advogada:Franciany D'Alessandra Dias de Paula (OAB/RO 349B)
Advogado:Breno Dias de Paula (OAB/RO 399B)
Agravado:Moacir da Cruz Santos
Advogada:Claudete Solange Ferreira (OAB/RO 972)
Relator:DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por Sorteio em 11/11/2013
Decisão: "RECURSO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

0020509-77.2011.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem:00205097720118220001 Porto Velho - Fórum Cível/8ª Vara Cível
Apelante:Banco Santander (Brasil) S/A
Advogado:Marcos Antônio Metchko (OAB/RO 1482)
Advogado:Marcos Antônio Araújo dos Santos (OAB/RO 846)
Advogada:Anne Caroline Freitas Pereira Matsushita (OAB/RO 4816)
Advogada:Nanci Campos (OAB/SP 83577)
Advogado:Fábio Henrique Furtado Coelho de Oliveira (OAB/RO 5105)
Advogado:Carlos Maximiano Mafra de Laet (OAB/SP 104061A)
Advogada:Ana Gabriela Rover (OAB/RO 5210)
Apelada:Maria do Socorro da Conceição
Advogada:Patrícia Bergamaschi de Araújo (OAB/RO 4242)
Advogado:Raimundo Gonçalves de Araújo (OAB/RO 3300)
Relator:DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por Sorteio em 31/01/2013
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

0012583-45.2011.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem:00125834520118220001 Porto Velho - Fórum Cível/3ª Vara Cível
Apelante:Daniel Quaresma de Araújo
Advogado:Nadylson Marcelino Brandão Rodrigues Filho (OAB/RO 4435)
Apelada:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A
Advogada:Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/RO 5017)
Advogado:Matheus Evaristo Sant'Ana (OAB/RO 3230)
Advogado:Paulo Vinício Porto de Aquino (OAB/RO 2723)
Advogada:Luciana Veríssimo Gonçalves (OAB/MS 8270)
Advogado:Douglacir Antônio Evaristo Sant'Ana (OAB/RO 287)
Relator:DES. KIYOCHI MORI
Distribuído por Sorteio em 10/10/2013
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

PROCESSOS JULGADOS EXTRAPAUTA:

0158486-53.2007.8.22.0001 Embargos de Declaração em Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem:01584865320078220001 Porto Velho - Fórum Cível/2ª Vara Cível
Embargante:Queiroz e Cia Ltda
Advogado:Hiram Souza Marques (OAB/RO 205)
Advogado:Carl Teske Júnior (OAB/RO 3297)
Advogada:Thaís da Silva Costa (OAB/RO 389E)
Advogada:Fernanda Maia Marques (OAB/RO 3034)
Advogado:José Vitor Costa Júnior (OAB/MT 12288)
Embargado:Tele Redes e Telecomunicações Ltda
Embargada:Soft Consultores Associados Ltda-ME
Relator:DES. KIYOCHI MORI
Interpostos em 16/12/2013
Decisão: "EMBARGOS NÃO PROVIDOS NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

0008179-48.2011.8.22.0001 Embargos de Declaração em Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem:00081794820118220001 Porto Velho - Fórum Cível/8ª Vara Cível
Embargante:Marcos Antônio Leite da Silva
Advogado:Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Advogado:Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281)
Embargada:Ativos S.A Securitizadora de Créditos Financeiros
Advogada:Rosângela da Rosa Corrêa (OAB/RJ 177626)
Advogada:Mariane Cardoso Macarevich (OAB/RS 30264)
Relator:DES. KIYOCHI MORI
Interpostos em 27/12/2013
Decisão: "EMBARGOS PROVIDOS NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

0004110-83.2010.8.22.0008 Agravo em Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem:00041108320108220008 Espigão do Oeste/2ª Vara
Agravante:Sílvia Custódio da Silva Cruz
Advogado:Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)
Advogado:Nelson Vieira da Rocha Júnior (OAB/RO 3765)
Agravado:Banco Bradesco S/A
Advogado:Ildo de Assis Macedo (OAB/RO 4519)
Advogada:Luciana Xavier Gaspar de Souza (OAB/RO 4903)
Advogada:Saionara Mari (OAB/MT 5225)
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Advogada:Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370)
Relator:DES. KIYOCHI MORI
Interposto em 18/12/2013
Decisão: "AGRAVO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

0023001-42.2011.8.22.0001 Agravos em Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem:00230014220118220001 Porto Velho - Fórum Cível/8ª Vara Cível
Agravante/Agravado:Banco do Brasil S/A
Advogado:Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567)
Advogado:Alexandre Leandro da Silva (OAB/RO 4260)
Advogada:Érika Camargo Gerhardt (OAB/RO 1911)
Advogado:Sandro Pissini Espíndola (OAB/SP 198040)
Agravados/Agravantes:Antônio Laurindo Gomes e outros
Advogado:Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Advogado:Antônio Camargo Júnior (OAB/PR 15066)
Relator:DES. KIYOCHI MORI
Interposto em 07/01/2014
Interposto em 10/01/2014
Decisão: "AGRAVOS NÃO PROVIDOS NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

0022101-25.2012.8.22.0001 Agravo em Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem:00221012520128220001 Porto Velho - Fórum Cível/2ª Vara Cível
Agravante:Banco Santander (Brasil) S/A
Advogado:Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Advogada:Carla Passos Melhado Cochi (OAB/SP 187329)
Advogada:Andréa Pereira do Nascimento (OAB/SP 218978)
Advogado:Fabiano Souza da Cruz (OAB/SP 242988)
Advogado:Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
Agravado:Odilson Ferreira Alves Feitosa Filho
Advogado:Pedro Luiz Lepri Junior (OAB/RO 4871)
Advogado:Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)
Relator:DES. KIYOCHI MORI
Interposto em 09/01/2014
Decisão: "AGRAVO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

0042153-35.2009.8.22.0005 Embargos de Declaração em Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem:00421533520098220005 Ji-Paraná/1ª Vara Cível, Reg. Púb. e Correg. dos Cart. Extra
Embargante:Rogério Novais Dantas
Advogado:Théo Fernando Abreu Haag (OAB/RO 4836)
Advogado:Wagner Almeida Barbedo (OAB/RO 31B)
Advogada:Marina Camilo Dalla Martha (OAB/RO 2614)
Embargada:14 Brasil Telecom Celular S/A
Advogada:Alessandra Mondini Carvalho (OAB/RO 4240)
Advogado:Renato da Costa Cavalcante Júnior (OAB/RO 2390)
Advogado:Sérgio Roberto Vosgerau (OAB/PR 19231)
Advogada:Maria Eliza Mac Culloch Pais Costa (OAB/DF 26665)
Advogado:José Augusto Fonseca Moreira (OAB/DF 11003)
Relator:DES. KIYOCHI MORI
Interpostos em 10/01/2014
Decisão: "EMBARGOS PROVIDOS NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

0013549-59.2012.8.22.0005 Embargos de Declaração em Agravo em Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem:00135495920128220005 Ji-Paraná/4ª Vara Cível
Embargante:Itaú Seguros S/A
Advogado:Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2894)
Advogada:Luana Gorayeb Guimarães (OAB/RO 5094)
Advogado:Edyen Valente Calepis (OAB/MS 8767)
Embargados:Ana Paula Alves da Silva e outros
Advogado:Bassem de Moura Mestou (OAB/RO 3680)
Advogado:Dilcenir Camilo de Melo (OAB/RO 2343)
Relator:DES. KIYOCHI MORI
Interpostos em 08/01/2014
Decisão: "EMBARGOS NÃO PROVIDOS NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

0012341-21.2013.8.22.0000 Agravo em Agravo de Instrumento
Origem:00013061920138220015 Guajará-Mirim/ 2ª Vara Cível
Agravante:Banco Volkswagen S/A
Advogado:Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/RO 4658)
Advogado:Vagner Marques de Oliveira (OAB/SP 159335)
Advogado:Marcelo Brasil Saliba (OAB/RO 5258)
Agravado:Walmir de Sena Gomes
Advogado:Sebastião Ferreira Santos (OAB/GO 25435)
Advogado:Marcos Antônio Pereira de Lima (OAB/GO 20782E)
Relator :DES. KIYOCHI MORI
Interposto em 21/01/2014
Decisão: "AGRAVO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

0004077-15.2013.8.22.0000 Embargos de Declaração em Agravo de Instrumento
Origem:00344176620098220004 Ouro Preto do Oeste/2ª Vara Cível
Embargante:Leonardo Ferreira Barbosa
Advogado:Ermógenes Jacinto de Souza (OAB/PA 3355)
Embargados:Mendes & Madeiro Ltda e outro
Advogado:Maxwel Mota de Andrade (OAB/RO 3670)
Relator:DES. KIYOCHI MORI
Interpostos em 10/12/2013
Decisão: "EMBARGOS NÃO PROVIDOS NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

0001260-64.2012.8.22.0015 Agravo Regimental em Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem :0001260-64.2012.8.22.0015 Guajará-Mirim / 2ª Vara Cível
Agravante:Nádima Soliz Batalha
Advogado :Samir Mussa Bouchabki (OAB/RO 2570)
Agravada :Oceanair Linhas Aéreas S/A
Advogado :Jamyson de Jesus Nascimento (OAB/RO 1646)
Relator :DES. ALEXANDRE MIGUEL
Interposto em 13/01/2014
Decisão: "AGRAVO NÃO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

PROCESSOS JULGADOS EM MESA:

0252014-73.2009.8.22.0001 Apelação (Recurso Adesivo) (Processo Digital)
Origem :02520147320098220001Porto Velho - Fórum Cível/2ª Vara Cível
Apelante/Recorrido:Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado :Guilherme Vilela de Paula (OAB/RO 4715)
Advogado:Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501)
Advogado:Fernando Aparecido Soltovski (OAB/RO 3478)
Advogado :Andrei Braga Mendes (OAB/DF 21545)
Advogado:Otávio Vieira Tostes (OAB/MG 118304)
Apelada/Recorrente:Marília do Carmo Cruz Zanin
Advogado:Maurício Calixto Júnior (OAB/RO 3906)
Advogada:Corsirene Gomes Lira (OAB/RO 2051)
Relator :DES. KIYOCHI MORI
Revisor:Des. Alexandre Miguel
Distribuído por Sorteio em 16/04/2012
Decisão: "RECURSO DE APELAÇÃO NÃO PROVIDO E ADESIVO PROVIDO PARCIALMENTE NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

0327469-78.2008.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem :03274697820088220001Porto Velho - Fórum Cível/6ª Vara Cível, Falências e Recuperações Judiciais
Apelante :Oi S/A
Advogado:Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635)
Advogado:Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501)
Advogado:Frederico de Melo Lima Isaac (OAB/MG 111530)
Apelado:Raimundo Daniel Pedroso
Advogado:Washington Ferreira Mendonça (OAB/RO 1946)
Advogado:Ramiro de Souza Pinheiro (OAB/RO 2037)
Relator :DES. KIYOCHI MORI
Revisor:Des. Alexandre Miguel
Distribuído por Sorteio em 27/09/2012
Decisão: "RECURSO PROVIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR, À UNANIMIDADE."

PROCESSOS COM PEDIDOS DE VISTA:

0009955-18.2013.8.22.0000 Correição Parcial
Origem:00096104920138220001Porto Velho - Fórum Cível/8ª Vara Cível
Corrigente:Maria Auxiliadora Pereira de Souza Albano
Advogado:Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Advogado:Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281)
Advogada:Mabiagina Mendes de Lima (OAB/RO 3912)
Corrigido:Banco Bonsucesso S/A
Advogado:Celso Henrique dos Santos (OAB/RO 4949)
Advogado:William Batista Nesio (OAB/RO 4950)
Advogado:Ivan Mercêdo de Andrade Moreira (OAB/RO 4948)
Advogada:Claudecy Cavalcante Feitosa (OAB/RO 3257)
Advogado:Jaques Tiago da Silva Colares (OAB/MG 127624)
Advogado:Fábio Luiz de Oliveira e Ferreira (OAB/MG 63816)
Advogada:Nara Patrícia da Silva (OAB/MG 109936)
Advogado:Paulo Eugênio Oswaldo Santiago (OABMG 41981)
Advogada:Luciana Lopes Macedo (OAB/MG 131144)
Relator:DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Distribuído por Sorteio em 15/10/2013
Decisão Parcial: "APÓS O VOTO DO RELATOR NEGANDO PROVIMENTO A CORREIÇÃO PARCIAL, PEDIU VISTA O DES. KIYOCHI MORI. O DES. ALEXANDRE MIGUEL AGUARDA."

0002480-86.2010.8.22.0009 Apelação (Recurso Adesivo) (PROCESSO DIGITAL)
Origem:00024808620108220009 Pimenta Bueno/1ª Vara Cível
Apelante/Recorrido:Carlos Ferreira de Souza
Advogado:Gilmar Alves Ferreira (OAB/MT 7092B)
Apelado/Recorrente:Jorge Luiz Taborda
Advogado:Sidnei Sotele (OAB/RO 4192)
Relator:DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Revisor:Des. Kiyochi Mori
Distribuído por Sorteio em 04/02/2013
Decisão Parcial: "APÓS O VOTO DO RELATOR NEGANDO PROVIMENTO AOS RECURSOS NO QUE DIVERGIU O DES. KIYOCHI MORI, PEDIU VISTA O DES. ALEXANDRE MIGUEL."

0010787-53.2010.8.22.0001 Apelação (PROCESSO DIGITAL)
Origem:00107875320108220001 Porto Velho - Fórum Cível/8ª Vara Cível
Apelante:Antunes e Gastão Serviços Administrativos Ltda
Advogada:Maria da Conceição Simões de Vasconcelos (OAB/SE 1357)

Advogada:Lúcia de Vasconcelos Barreto (OAB/SE 3837)
Apelada:Iracema Soares da Silva Germano
Advogado:Pedro Brito dos Santos (OAB/RO 578)
Advogado:Jean Kleber Nascimento Collins (OAB/RO 1617)
Advogado:Luciano do Nascimento Franco (OAB/RO 2926)
Relator:DES. ISAIAS FONSECA MORAES
Revisor:Des. Kiyochi Mori
Distribuído por Sorteio em 11/01/2013
Decisão Parcial: "APÓS O VOTO DO RELATOR DANDO PROVIMENTO AO RECURSO, NO QUE DIVERGIU O REVISOR PELO NÃO PROVIMENTO, PEDIU VISTA O DES. ALEXANDRE MIGUEL."

Ao término dos processos, o Presidente da 2ª Câmara Cível determinou a leitura da presente ata, a qual foi aprovada à unanimidade e declarou encerrada a sessão às 10h.

Porto Velho, 29 de janeiro de 2014.

Desembargador Alexandre Miguel
Presidente da 2ª Câmara Cível

1ª CÂMARA CRIMINAL

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
1ª Câmara Criminal
Ata de Julgamento
Sessão 1335

Ata da sessão de julgamento realizada no Plenário I deste Tribunal, aos trinta dias do mês de janeiro do ano dois mil e quatorze. Presidência do Excelentíssimo Desembargador Valter de Oliveira. Presentes, ainda, a Desembargadora Ivanira Feitosa Borges e a Juíza Sandra Aparecida Silvestre de Frias Torres.

Procurador de Justiça Vera Lúcia Pacheco Ferraz de Arruda

Secretária Belª. Zilda Guimarães de Araújo.

O Desembargador-Presidente declarou aberta a sessão às 8h30. Pela ordem, foram submetidos a julgamento os processos:

0000152-74.2014.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 0011353-49.2013.8.22.0501
Porto Velho/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Paciente: Alberto Ferreira Siqueira
Impetrante(Advogado): José Maria de Souza Rodrigues (OAB/RO 1909)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho - RO
Relatora: DESª IVANIRA FEITOSA BORGES
Distribuído por Prevenção de Magistrado em 09/01/2014
O Advogado José Maria de Souza Rodrigues sustentou oralmente em favor do paciente.
Decisão: "ORDEM DENEGADA POR MAIORIA. VENCIDO O DESEMBARGADOR VALTER DE OLIVEIRA QUE APRESENTARÁ DECLARAÇÃO DE VOTO."

0000088-64.2014.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 0017015-36.2013.8.22.0002
Ariquemes/1ª Vara Criminal
Paciente: Silvio Sanddi Lazari Pinto
Impetrante(Advogado): Reginaldo Ferreira dos Santos (OAB/RO 5947)
Impetrante(Advogado): Jonas Mauro da Silva (OAB/RO 666A)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Ariquemes - RO
Relatora: DESª IVANIRA FEITOSA BORGES
Distribuído por Sorteio em 07/01/2014
O Advogado Reginaldo Ferreira dos Santos sustentou oralmente em favor do paciente.
Decisão: "ORDEM CONCEDIDA POR MAIORIA.VENCIDA A RELATORA. EMENTARÁ O ACÓRDÃO A JUÍZA SANDRA SILVESTRE DE FRIAS TORRES."

0012375-93.2013.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 0011353-49.2013.8.22.0501
Porto Velho/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Paciente: Fernando Braga Serrão
Impetrante(Advogada): Eudislene Mendes de Oliveira (OAB/RO 1462)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho - RO
Relatora: DESª IVANIRA FEITOSA BORGES
Distribuído por Prevenção de Magistrado em 17/12/2013
A Advogada Eudislene Mendes de Oliveira sustentou oralmente em favor do paciente.
Decisão: "ORDEM DENEGADA POR MAIORIA. VENCIDO O DESEMBARGADOR VALTER DE OLIVEIRA QUE APRESENTARÁ DECLARAÇÃO DE VOTO."

0000154-44.2014.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 0020811-90.2013.8.22.0501
Porto Velho/2ª Vara Criminal
Paciente: William Rodrigues do Nascimento
Impetrante(Advogado): Renner Paulo Carvalho (OAB/RO 3740)
Impetrante(Advogado): Ezio Pires dos Santos (OAB/RO 5870)
Impetrado: Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Porto Velho - RO
Relatora: DESª IVANIRA FEITOSA BORGES
Distribuído por Sorteio em 09/01/2014
O Advogado Ezio Pires dos Santos sustentou oralmente em favor do paciente.
Decisão: "ORDEM CONCEDIDA À UNANIMIDADE."

0000554-58.2014.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 0000491-82.2014.8.22.0501
Porto Velho/1ª Vara do Tribunal do Júri
Paciente: Everton Gomes da Silva
Impetrante(Advogada): Silvana Fernandes Magalhães Pereira (OAB/RO 3024)
Advogada: Érica Costa da Silva (OAB/RO 5938)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Porto Velho - RO
Relator: DES. VALTER DE OLIVEIRA
Distribuído por Sorteio em 17/01/2014
Decisão: "ORDEM DENEGADA À UNANIMIDADE."

0000028-91.2014.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 0005919-15.2013.8.22.0005
Ji-Paraná/3ª Vara Criminal
Paciente: Adão Aldenei Nogueira da Silva
Impetrante(Advogado): Mágnus Xavier Gama (OAB/RO 5164)
Impetrado: Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Ji-Paraná - RO
Relatora: DESª IVANIRA FEITOSA BORGES
Distribuído por Sorteio em 03/01/2014
Decisão: "ORDEM DENEGADA À UNANIMIDADE."

0000535-52.2014.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 0000468-39.2014.8.22.0501
Porto Velho/1ª Vara Criminal
Paciente: Diego Barros Matos
Impetrante(Advogado): Celivaldo Soares da Silva (OAB/RO 3561)
Advogado: Edivaldo Soares da Silva (OAB/RO 3082)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Porto Velho - RO
Relator: DES. VALTER DE OLIVEIRA
Distribuído por Sorteio em 17/01/2014
Decisão: "ORDEM DENEGADA À UNANIMIDADE."

0000376-12.2014.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 0092246-09.2008.8.22.0014
Vilhena/2ª Vara Criminal
Paciente: Adair Pagani
Impetrante(Advogado): Francisco Nunes Neto (OAB/RO 158)
Paciente: Márcio Antônio Lopes
Impetrante(Advogado): Francisco Nunes Neto (OAB/RO 158)
Paciente: Anézio Deiró Carvalho
Impetrante(Advogado): Francisco Nunes Neto (OAB/RO 158)
Paciente: Marino Rodrigues Silva
Impetrante(Advogado): Francisco Nunes Neto (OAB/RO 158)
Impetrado: Juízo de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Vilhena - RO
Relator: DES. VALTER DE OLIVEIRA
Distribuído por Prevenção de Magistrado em 14/01/2014
Decisão: "ORDEM DENEGADA À UNANIMIDADE."

0000412-54.2014.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 0009547-82.2013.8.22.0014
Vilhena/1ª Vara Criminal
Paciente: Nilson Bragança
Impetrante(Advogado): Mário Guedes Junior (OAB/RO 190A)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Vilhena - RO
Relatora: DESª IVANIRA FEITOSA BORGES
Distribuído por Sorteio em 15/01/2014
Decisão: "ORDEM DENEGADA À UNANIMIDADE."

0000433-30.2014.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 0000331-57.2014.8.22.0501
Porto Velho/3ª Vara Criminal
Paciente: Rocinerges Oliveira Almeida
Impetrante(Advogada): Maria Elena Pereira Malheiros (OAB/RO 4310)
Impetrado: Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Porto Velho - RO
Relator: DES. VALTER DE OLIVEIRA
Distribuído por Prevenção de Magistrado em 15/01/2014
Decisão: "ORDEM CONCEDIDA POR MAIORIA. VENCIDO O RELATOR. EMENTARÁ O ACÓRDÃO A DESEMBARGADORA IVANIRA BORGES."

0000102-48.2014.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 0020849-05.2013.8.22.0501
Porto Velho/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Paciente: Silvana Pereira da Silva
Impetrante(Advogado): Dimas Queiroz de Oliveira Júnior (OAB/RO 2622)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho - RO
Relatora: DESª IVANIRA FEITOSA BORGES
Distribuído por Sorteio em 08/01/2014
Decisão: "ORDEM DENEGADA À UNANIMIDADE."

0000390-93.2014.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 0020752-05.2013.8.22.0501
Porto Velho/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Paciente: Luiz Oliveira da Costa Neto
Impetrante(Advogado): Aparecido Donizeti Ribeiro de Araújo (OAB/RO 2853)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho - RO
Relatora: JUÍZA SANDRA APARECIDA SILVESTRE DE FRIAS TORRES
Distribuído por Sorteio em 14/01/2014
Decisão: "ORDEM DENEGADA À UNANIMIDADE."

0000480-04.2014.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 0008967-73.2013.8.22.0007
Cacoal/1ª Vara Criminal
Paciente: Leandro Soares Chagas
Impetrante(Advogado): Juvenilço Iriberto Decarli Júnior (OAB/RO 1193)
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Cacoal - RO
Relator: DES. VALTER DE OLIVEIRA
Distribuído por Sorteio em 16/01/2014
Decisão: "ORDEM DENEGADA À UNANIMIDADE."

0000533-82.2014.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 0000066-64.2014.8.22.0013
Cerejeiras/2ª Vara
Paciente: Leandro Alexander da Silva
Impetrante(Advogado): Mário Guedes Júnior (OAB/RO 190A)
Impetrado: Juízo de Direito da 2ª Vara Genérica da Comarca de Cerejeiras RO
Relatora: JUÍZA SANDRA APARECIDA SILVESTRE DE FRIAS TORRES
Distribuído por Sorteio em 17/01/2014
Decisão: "ORDEM CONCEDIDA À UNANIMIDADE."

0000254-96.2014.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 0016735-65.2013.8.22.0002
Ariquemes/1ª Vara Criminal
Paciente: Marcos Souza Santana
Impetrante(Defensor Público): Defensoria Pública do Estado de Rondônia ( )
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Ariquemes - RO
Relatora: DESª IVANIRA FEITOSA BORGES
Distribuído por Sorteio em 13/01/2014
Decisão: "ORDEM DENEGADA À UNANIMIDADE."

0009463-46.2011.8.22.0501 Apelação
Origem: 0009463-46.2011.8.22.0501
Porto Velho/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Apte/Apdo: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apdo/Apte: Rosivaldo de Souza Fernandes
Advogado: Antônio Carlos Monteiro (OAB/RO 567A)
Relatora: JUÍZA SANDRA APARECIDA SILVESTRE DE FRIAS TORRES
Revisor:Des. Valter de Oliveira
Distribuído por Prevenção de Magistrado em 18/01/2012
Decisão: "APELAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO PROVIDA. APELAÇÃO DE ROSIVALDO DE SOUZA FERNANDES PROVIDA PARCIALMENTE. TUDO À UNANIMIDADE."

0001188-90.2011.8.22.0022 Apelação
Origem: 0001188-90.2011.8.22.0022
São Miguel do Guaporé/1ª Vara Criminal
Apelante: Silas Silvério
Defensor Público: João Luís Sismeiro de Oliveira (OAB/RO 294)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: JUÍZA SANDRA APARECIDA SILVESTRE DE FRIAS TORRES
Revisor:Des. Valter de Oliveira
Distribuído por Sorteio em 09/01/2013
Decisão: "APELAÇÃO NÃO PROVIDA. DE OFICIO, DIMINUIDA A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. TUDO À UNANIMIDADE."

0002486-04.2012.8.22.0016 Recurso em Sentido Estrito
Origem: 0002486-04.2012.8.22.0016
Costa Marques/1ª Vara Criminal
Recorrente: Cleberson Janjacomo
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Recorrido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: DESª IVANIRA FEITOSA BORGES
Distribuído por Sorteio em 19/03/2013
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE."

0015086-28.2010.8.22.0501 Apelação
Origem: 0015086-28.2010.8.22.0501
Porto Velho/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Apelante: Francinézio Alves de Oliveira
Advogado: Nilton Barreto Lino de Moraes (OAB/RO 3974)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALTER DE OLIVEIRA
Revisora:Desª Ivanira Feitosa Borges
Distribuído por Sorteio em 18/10/2011
Decisão: "APELAÇÃO PROVIDA PARCIALMENTE À UNANIMIDADE."

0003901-93.2010.8.22.0015 Apelação
Origem: 0003901-93.2010.8.22.0015
Guajará-Mirim/1ª Vara Criminal
Apelante: Manoel Dime Ferreira
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: JUÍZA SANDRA APARECIDA SILVESTRE DE FRIAS TORRES
Revisor:Des. Valter de Oliveira
Distribuído por Sorteio em 11/11/2011
Decisão: "APELAÇÃO NÃO PROVIDA À UNANIMIDADE."

0001288-37.2013.8.22.0002 Recurso em Sentido Estrito
Origem: 0001288-37.2013.8.22.0002
Ariquemes/1ª Vara Criminal
Recorrente: Maicon Douglas Oliveira Santos
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Recorrido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: JUÍZA SANDRA APARECIDA SILVESTRE DE FRIAS TORRES
Distribuído por Sorteio em 05/11/2013
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE."

0001586-63.2012.8.22.0002 Recurso em Sentido Estrito
Origem: 0001586-63.2012.8.22.0002
Ariquemes/1ª Vara Criminal
Recorrente: Edson Rodrigues de Oliveira
Advogado: César Eduardo Manduca Pacios (OAB/RO 520)
Recorrido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: DESª IVANIRA FEITOSA BORGES
Distribuído por Sorteio em 25/10/2013
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE."

0127284-84.2009.8.22.0002 Apelação
Origem: 0127284-84.2009.8.22.0002
Ariquemes/2ª Vara Criminal
Apelante: Nélio da Silva Lopes
Advogado: Juarez Rosa da Silva (OAB/RO 4200)
Advogado: Aluísio Gonçalves de Santiago Júnior (OAB/RO 4727)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALTER DE OLIVEIRA
Revisora:Desª Ivanira Feitosa Borges
Distribuído por Sorteio em 27/09/2011
Decisão: "APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA À UNANIMIDADE."

0011113-36.2003.8.22.0008 Apelação
Origem: 0011113-36.2003.8.22.0008
Espigão do Oeste/2ª Vara
Apelante: João Rodrigues Santiago
Defensor Público: Adelino Catâneo (OAB/RO 150B)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: JUÍZA SANDRA APARECIDA SILVESTRE DE FRIAS TORRES
Revisor:Des. Valter de Oliveira
Distribuído por Sorteio em 10/11/2011
Decisão: "PRELIMINAR DO MINISTÉRIO PÚBLICO ACOLHIDA PARA NÃO SE CONHECER PARTE DO RECURSO. NO MÉRITO, APELAÇÃO NÃO PROVIDA E DE OFICIO REDUZIDA A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. TUDO À UNANIMIDADE."

0008077-76.2009.8.22.0007 Apelação
Origem: 0008077-76.2009.8.22.0007
Cacoal/1ª Vara Criminal
Apelante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelado: Everson Jardim Xavier
Defensor Público: Adelino Catâneo (OAB/RO 150B)
Relatora: JUÍZA SANDRA APARECIDA SILVESTRE DE FRIAS TORRES
Revisor:Des. Valter de Oliveira
Distribuído por Sorteio em 09/03/2012
Decisão: "APELAÇÃO NÃO PROVIDA À UNANIMIDADE."

0000894-13.2012.8.22.0019 Reexame Necessário
Origem: 0000894-13.2012.8.22.0019
Machadinho do Oeste/1ª Vara Criminal
Interessado (Parte Ativa): Itamar Alberto Cezarotto
Advogado: Flávio Antônio Ramos (OAB/RO 4564)
Interessado (Parte Passiva): Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: DESª IVANIRA FEITOSA BORGES
Distribuído por Sorteio em 06/07/2012
Decisão: "REEXAME NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE."

0000386-34.2011.8.22.0009 Apelação
Origem: 0000386-34.2011.8.22.0009
Pimenta Bueno/1ª Vara Criminal
Apelante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelado: Djalma Alves Rodrigues
Advogado: Marcos Antonio Pancier (OAB/RO 3810)
Advogado: Carlos Oliveira Spadoni (OAB/RO 607A)
Apelada: Rosiane dos Santos Alves e ou Rosimeire Tosta dos Santos
Defensora Pública: Leide Luzia Santiago Ximenes (OAB/RO 131)
Relator: DES. VALTER DE OLIVEIRA
Revisora:Desª Ivanira Feitosa Borges
Distribuído por Sorteio em 01/02/2012
Decisão: "APELAÇÃO NÃO PROVIDA À UNANIMIDADE."

0009973-39.2013.8.22.0000 Agravo de Execução Penal
Origem: 0048345-93.2005.8.22.0014
Vilhena/2ª Vara Criminal
Agravante: Antônio Miranda Filho
Advogado: Lairce Martins de Souza (OAB/RO 3041)
Agravado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: JUÍZA SANDRA APARECIDA SILVESTRE DE FRIAS TORRES
Distribuído por Sorteio em 15/10/2013
Decisão: "AGRAVO NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE."

0010170-15.2009.8.22.0006 Apelação
Origem: 0010170-15.2009.8.22.0006
Presidente Médici/1ª Vara Criminal
Apelante: Arlindo Lira Lopes
Advogado: Fernando Ferreira da Rocha (OAB/RO 3163)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: JUÍZA SANDRA APARECIDA SILVESTRE DE FRIAS TORRES
Distribuído por Sorteio em 11/11/2011
Decisão: "APELAÇÃO NÃO PROVIDA À UNANIMIDADE."

0000337-29.2012.8.22.0018 Reexame Necessário
Origem: 0000337-29.2012.8.22.0018
Santa Luzia do Oeste/1ª Vara Criminal
Recorrente: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Santa Luzia do Oeste - RO
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Réu: Valdir Moreira
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relatora: DESª IVANIRA FEITOSA BORGES
Distribuído por Sorteio em 19/07/2012
Decisão: "REEXAME NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE."

0000423-28.2011.8.22.0020 Embargos de Declaração em Apelação
Origem: 0000423-28.2011.8.22.0020
Nova Brasilândia do Oeste/1ª Vara Criminal
Embargante: Anderson Soares de Lima Vidal
Advogado: Airton Pereira de Araújo (OAB/RO 243)
Advogada: Érica Caroline Ferreira Vairich (OAB/RO 3893)
Advogado: Cristóvam Coelho Carneiro (OAB/RO 115)
Advogado: Daniel dos Anjos Fernandes Júnior (OAB/RO 3214)
Advogado: Fábio José Reato (OAB/RO 2061)
Advogado: José Viana Alves (OAB/RO 2555)
Advogado: Danilo Constance Martins Durigon (OAB/RO 5114)
Embargante: Cleiton dos Santos Machado
Advogado: Danilo Constance Martins Durigon (OAB/RO 5114)
Advogado: Aírton Pereira de Araújo (OAB/RO 243)
Advogado: Cristóvam Coelho Carneiro (OAB/RO 115)
Advogado: Daniel dos Anjos Fernandes Júnior (OAB/RO 3214)
Advogado: Fábio José Reato (OAB/RO 2061)
Advogada: Érica Caroline Ferreira Vairich (OAB/RO 3893)
Advogado: José Viana Alves (OAB/RO 2555)
Advogado: Fábio José Reato (OAB/RO 2061)
Embargado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALTER DE OLIVEIRA
Distribuído por Prevenção de Magistrado em 20/12/2013
Decisão: "EMBARGOS DECLARATÓRIOS NÃO PROVIDOS À UNANIMIDADE."

0017726-42.1998.8.22.0010 Apelação
Origem: 0017726-42.1998.8.22.0010
Rolim de Moura/1ª Vara Criminal
Apelante: Ailton Gino de Freitas
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelante: Valmir Gomes Santos
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: JUÍZA SANDRA APARECIDA SILVESTRE DE FRIAS TORRES
Revisor:Des. Valter de Oliveira
Distribuído por Sorteio em 28/10/2011
Decisão: "APELAÇÃO PROVIDA À UNANIMIDADE."

0001986-07.2013.8.22.0014 Recurso em Sentido Estrito
Origem: 0001986-07.2013.8.22.0014
Vilhena/1ª Vara Criminal
Recorrente: Pablo Henrique da Silva
Advogado: Lairce Martins de Souza (OAB/RO 3041)
Recorrente: Jéssica Fernanda Aparecida de Andrade
Advogado: Lairce Martins de Souza (OAB/RO 3041)
Recorrido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: DESª IVANIRA FEITOSA BORGES
Distribuído por Prevenção de Magistrado em 20/11/2013
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE."

0017452-16.2009.8.22.0003 Apelação
Origem: 0017452-16.2009.8.22.0003
Jaru/1ª Vara Criminal
Apelante: Ademilson Nunes
Defensor Público: Luiz Paulo Veiga Ferreira da Costa (OAB/PR 35399)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia

Relatora: JUÍZA SANDRA APARECIDA SILVESTRE DE FRIAS TORRES
Revisor:Des. Valter de Oliveira
Distribuído por Sorteio em 25/10/2011
Decisão: "APELAÇÃO NÃO PROVIDA À UNANIMIDADE."

0015355-96.2012.8.22.0501 Apelação
Origem: 0015355-96.2012.8.22.0501
Porto Velho/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Apelante: Diego Pinto Alves
Defensor Público: João Luís Sismeiro de Oliveira (OAB/RO 294)
Apelante: Rangel Aires de Souza
Defensor Público: João Luís Sismeiro de Oliveira (OAB/RO 294)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALTER DE OLIVEIRA
Revisora:Desª Ivanira Feitosa Borges
Distribuído por Sorteio em 17/10/2013
Decisão: "APELAÇÃO PROVIDA À UNANIMIDADE."

0010301-23.2010.8.22.0501 Apelação
Origem: 0010301-23.2010.8.22.0501
Porto Velho/2ª Vara Criminal
Apelante: Cláudio Roberto Dalcin Garlet
Advogado: Richardson Cruz da Silva (OAB/RO 2767)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: JUÍZA SANDRA APARECIDA SILVESTRE DE FRIAS TORRES
Revisor:Des. Valter de Oliveira
Distribuído por Sorteio em 16/12/2011
Decisão: "PRELIMINAR REJEITADA. NO MÉRITO, APELAÇÃO NÃO PROVIDA À UNANIMIDADE."

0009967-81.2013.8.22.0501 Recurso em Sentido Estrito
Origem: 0009967-81.2013.8.22.0501
Porto Velho/2ª Vara do Tribunal do Júri
Recorrente: Marcela da Costa Oliveira
Advogado: Breno Mendes da Silva Farias (OAB/RO 5161)
Advogado: Eucilen Freitas de Sá (OAB/RO 4028)
Recorrido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: DESª IVANIRA FEITOSA BORGES
Distribuído por Sorteio em 09/10/2013
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE."

0001514-83.2011.8.22.0011 Apelação
Origem: 0001514-83.2011.8.22.0011
Alvorada do Oeste/1ª Vara Criminal
Apelante: Wilsef Araújo Pego
Advogado: Justino Araújo (OAB/RO 1038)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALTER DE OLIVEIRA
Distribuído por Sorteio em 05/06/2013
Decisão: "APELAÇÃO PROVIDA À UNANIMIDADE."

0006878-98.2013.8.22.0000 Agravo de Execução Penal
Origem: 0067444-51.2006.8.22.0002
Ariquemes/2ª Vara Criminal
Agravante: César dos Santos Ferreira
Advogado: Elizeu Leite Consoline (OAB/RO 5712)
Agravado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: JUÍZA SANDRA APARECIDA SILVESTRE DE FRIAS TORRES
Distribuído por Sorteio em 05/08/2013
Decisão: "AGRAVO PARCIALMENTE PROVIDO À UNANIMIDADE."

0030604-50.2008.8.22.0009 Recurso em Sentido Estrito
Origem: 0030604-50.2008.8.22.0009
Pimenta Bueno/1ª Vara Criminal
Recorrente: Williams Alves de Souza
Defensora Pública: Leide Luzia Santiago Ximenes (OAB/RO 131)
Recorrido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: DESª IVANIRA FEITOSA BORGES
Distribuído por Sorteio em 24/10/2013
Decisão: "RECURSO PROVIDO À UNANIMIDADE."

0102789-31.2009.8.22.0501 Apelação
Origem: 0102789-31.2009.8.22.0501
Porto Velho/2ª Vara do Tribunal do Júri
Apelante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelado: Bruno Dantas Almeida
Advogado: Marcos Vilela de Carvalho (OAB/RO 084)
Advogada: Adriana Nobre Belo Vilela (OAB/RO 4408)
Relator: DES. VALTER DE OLIVEIRA
Revisora:Desª Ivanira Feitosa Borges
Distribuído por Prevenção de Magistrado em 30/11/2011
Decisão: "APELAÇÃO NÃO PROVIDA À UNANIMIDADE."

0069600-26.2008.8.22.0007 Apelação
Origem: 0069600-26.2008.8.22.0007
Cacoal/1ª Vara Criminal
Apelante: Edimar Lima Táxi
Defensor Público: Adelino Catâneo (OAB/RO 150B)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: JUÍZA SANDRA APARECIDA SILVESTRE DE FRIAS TORRES
Revisor:Des. Valter de Oliveira
Distribuído por Sorteio em 14/11/2011
Decisão: "APELAÇÃO NÃO PROVIDA E DE OFICIO DIMINUIDA A PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE. TUDO À UNANIMIDADE."

0001479-40.2013.8.22.0016 Recurso em Sentido Estrito
Origem: 0001479-40.2013.8.22.0016
Costa Marques/1ª Vara Criminal
Recorrente: Ministério Público do Estado de Rondônia
Recorrido: Luiz Oliveira de Andrade
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relatora: DESª IVANIRA FEITOSA BORGES
Distribuído por Sorteio em 11/11/2013
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE."

0003890-37.2005.8.22.0501 Apelação
Origem: 0003890-37.2005.8.22.0501
Porto Velho/1ª Vara da Auditoria Militar
Apelante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelado: Alcenir Barros do Nascimento
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALTER DE OLIVEIRA
Revisora:Desª Ivanira Feitosa Borges
Distribuído por Sorteio em 26/10/2011
Decisão: "APELAÇÃO PROVIDA À UNANIMIDADE."

0042214-78.2009.8.22.0009 Apelação
Origem: 0042214-78.2009.8.22.0009
Pimenta Bueno/1ª Vara Criminal
Apelante: Ítalo Rodrigues Alves
Defensora Pública: Leide Luzia Santiago Ximenes (OAB/RO 131)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia

Relatora: JUÍZA SANDRA APARECIDA SILVESTRE DE FRIAS TORRES
Revisor:Des. Valter de Oliveira
Distribuído por Sorteio em 22/12/2011
Decisão: "APELAÇÃO NÃO PROVIDA À UNANIMIDADE."

0009392-24.2013.8.22.0000 Correição Parcial
Origem: 0013438-08.2013.8.22.0501
Porto Velho/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Corrigente: Ministério Público do Estado de Rondônia
Corrigido: Juízo de Direito da 1ª Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho - RO
Relatora: DESª IVANIRA FEITOSA BORGES
Distribuído por Prevenção de Magistrado em 01/10/2013
Decisão: "CORREIÇÃO PARCIAL JULGADA PROCEDENTE À UNANIMIDADE."

0031127-40.2009.8.22.0005 Apelação
Origem: 0031127-40.2009.8.22.0005
Ji-Paraná/2ª Vara Criminal
Apelante: Ernesto Vaca Filho
Advogado: Justino Araújo (OAB/RO 1038)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: DES. VALTER DE OLIVEIRA
Revisora:Desª Ivanira Feitosa Borges
Distribuído por Sorteio em 25/04/2013
Decisão: "APELAÇÃO PROVIDA À UNANIMIDADE."

0009972-54.2013.8.22.0000 Recurso em Sentido Estrito
Origem: 0007899-95.2012.8.22.0501
Porto Velho/1ª Vara Criminal
Recorrente: Gerson Barbosa Costa
Advogada: Cristiane da Silva Lima (OAB/RO 1569)
Recorrente: Ivonete Gomes da Silva Costa
Advogada: Cristiane da Silva Lima (OAB/RO 1569)
Recorrida: Ada Cléia Sichinel Dantas Boabaid
Advogado: Marco Antônio Ribeiro de Menezes Lagos (OAB/PR 42732)
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Advogada: Ana Gabriela Rover (OAB/RO 5210)
Recorrido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: DESª IVANIRA FEITOSA BORGES
Distribuído por Prevenção de Magistrado em 15/10/2013
Decisão: "RECURSO NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE."

0008983-11.2010.8.22.0014 Apelação
Origem: 0008983-11.2010.8.22.0014
Vilhena/1ª Vara Criminal
Apelante: Ezequiel Morais Neves
Defensor Público: Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: JUÍZA SANDRA APARECIDA SILVESTRE DE FRIAS TORRES
Revisor:Des. Valter de Oliveira
Distribuído por Sorteio em 09/01/2013
Decisão: "APELAÇÃO PROVIDA À UNANIMIDADE."

PROCESSO RETIRADO DE PAUTA

0014908-74.2013.8.22.0501 Apelação
Origem: 0014908-74.2013.8.22.0501
Porto Velho/1ª Vara de Delitos de Tóxicos
Apelante: Francisco de Assis do Carmo dos Anjos
Advogado: Nelson Canedo Motta (OAB/RO 2721)
Advogado: Rafael Maia Correa (OAB/RO 4721)
Advogado: Thiago de Souza Gomes Ferreira (OAB/RO 4412)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: JUÍZA SANDRA APARECIDA SILVESTRE DE FRIAS TORRES
Revisor:Des. Valter de Oliveira
Distribuído por Sorteio em 10/12/2013

Concluídos os julgamentos dos processos, foi digitada a presente Ata e aprovada à unanimidade, encerrando-se a sessão às 11h40m.

Porto Velho, 30 de janeiro de 2014

Desembargador VALTER DE OLIVEIRA
Presidente da 1ª Câmara Criminal

PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS

TRIBUNAL PLENO

Data de distribuição: 10/04/2013
Data do julgamento: 20/01/2014
0003279-54.2013.8.22.0000 - Arguição de Inconstitucionalidade
Arguente : Ministério Público do Estado de Rondônia
Arguido : Câmara Municipal de Ji-Paraná - RO
Procuradora : Evani Souza Trindade (OAB/RO 1431)
Relator : Desembargador Gilberto Barbosa
Arguição Incidental de Inconstitucionalidade. Art. 6º da Lei Municipal nº 1.516/2006, de Ji-Paraná. Participação de crianças em evento público. EXPOJIPA. Inobservância de competência legislativa. Norma federal (Estatuto da Criança e do Adolescente). Parâmetro. Matéria afeta ao Judiciário. Bloqueio de competência. Ofensa ao art. 61, §1º inc. II, c, da Constituição Federal e o art. 39, §1º, inc. II, a, da Constituição Estadual. Princípio da simetria. Vício formal.
1. É admissível controle de inconstitucionalidade, ainda que o confronto direto e imediato se estabeleça entre norma municipal e norma federal, quando se tratar de competência legislativa concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal. Em tal hipótese, há "bloqueio de competência", prestando-se a norma federal somente como parâmetro para evidenciar a inobservância das competências legislativas estabelecidas na Constituição.
2. É inconstitucional o art. 6º da Lei Municipal nº 1.516/2006, de Ji-Paraná, que permite a participação de crianças maiores de seis anos, desde que acompanhadas pelo pai ou responsável,

no evento público denominado EXPOJIPA, tendo em vista que, por expressa previsão contida na Lei Federal nº 8.069/90 (art. 149, inciso II, a), compete à autoridade judiciária dispor sobre a matéria, conforme, aliás, regulamentado na Portaria nº 01/1999, do Juizado da Infância e Juventude.
4. Arguição julgada procedente.
POR UNANIMIDADE, JULGAR PROCEDENTE A AÇÃO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

1ª CÂMARA CÍVEL

Data: 03/02/2014
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
1ª Câmara Cível

Data de interposição :09/12/2013
Data do julgamento : 28/01/2014
0011530-61.2013.8.22.0000 Agravo em Agravo de Instrumento
Origem: 00063214520128220001 Porto Velho/eo (5ª Vara Cível)
Agravante: Paloma Construções Ltda
Advogado: Jefferson Janones de Oliveira (OAB/RO 3802)
Agravado: Banco GMAC S/A
Advogados: Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/RO 4658) Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434) Marcelo Brasil Saliba (OAB/RO 5258)
Relator: Desembargador Moreira Chagas
Decisão :"POR UNANIMIDADE, ACOLHER PRELIMINAR DE OFÍCIO. NO MÉRITO, NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO INTERNO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Agravo interno. Normas processuais. Garantia para as partes. Tratamento isonômico. Decisão recorrida. Intimação. Audiência. Ausência do patrono.
Impõe-se ao magistrado, ao aplicar o direito, a obediência às normas processuais vigentes. A norma processual é uma garantia para as partes de que receberão tratamento isonômico do juiz. Não se trata de mero formalismo, mas antes, de aplicação da regra da isonomia processual, conferindo às partes tratamento igualitário, através da aplicação da lei.
Considera-se a parte intimada da sentença proferida em audiência desde a data da realização desta, ainda que ausente seu patrono, se este havia sido regularmente intimado da audiência.

(a) Belª Ciraneide Fonseca Azevedo
Diretora do 1DEJUCIVEL

Data de distribuição: 23/01/2012
Data do julgamento: 28/01/2014
0022893-47.2010.8.22.0001 - Apelação
Origem : 0022893-47.2010.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 8ª Vara Cível
Apelante : Maria Raimunda Leal Alves
Advogado : João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Advogada : Marisâmia Aparecida de Castro Inácio (OAB/RO 4553)
Apelado : Banco do Brasil S/A
Apelada : BV Financeira S/A Crédito Financiamento e Investimento
Relator : Desembargador Moreira Chagas
Apelação. Emenda à inicial. Intimação. Inércia. Indeferimento da inicial.
A ausência de cumprimento da intimação para emenda à inicial a fins de recolhimento das custas processuais, impõe o indeferimento da petição inicial, ante a inércia do autor.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 01/08/2013
Data do julgamento: 28/01/2014
0015175-16.2012.8.22.0005 – Apelação
Origem : 0015175-16.2012.8.22.0005 Ji-Paraná/RO 3ª Vara Cível
Apelante : Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A
Advogado : Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/AC 3.592)
Advogado : Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800)
Advogada : Luciana Nogarol Pagotto (OAB/RO 4.198)
Apelada : Azenir de Oliveira Pinto da Silva
Advogada : Darlene de Almeida Ferreira (OAB/RO 1.338)
Relator: Desembargador Moreira Chagas
Apelação cível. Seguros. DPVAT. Invalidez permanente. Acidente de trânsito. Laudo produzido por fisioterapeuta. Inviabilidade. Impossibilidade de recebimento da indenização do seguro DPVAT.
Considerando não haver dúvidas de que o alegado acidente automobilístico sofrido pelo autor não lhe ocasionou invalidez permanente ante a insuficiência probatória, uma que o laudo fora produzido por profissional da fisioterapia, bem como que a causa de pedir da presente ação de cobrança está consubstanciada justamente na existência da referida invalidez, não há como adotar outro posicionamento senão pela improcedência da demanda.
POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO PARA REFORMAR A SENTENÇA NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 12/11/2011
Data do julgamento: 28/01/2014
0248512-29.2009.8.22.0001 - Apelação
Origem : 0248512-29.2009.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 5ª Vara Cível
Apte/Apdo : Rondo Rubber Indústria e Comércio Ltda
Advogada : Ivanir Maria Sumeck (OAB/RO 1687)
Advogada : Aline Sumeck Bombonato (OAB/RO 3728)
Apda/Apte: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado :Douglacir Antônio Evaristo Sant'Ana (OAB/RO 287)
Advogado : Ubirajara Rodrigues Nogueira de Rezende (OAB/RO 1571)
Advogado :Fábio Antônio Moreira (OAB/RO 1553)
Relator: Desembargador Moreira Chagas
Revisor : Desembargador Raduan Miguel Filho
Apelação. Dano material e moral. Pessoa jurídica. Suspensão do fornecimento de energia elétrica. Contrato de arrendamento noticiado à concessionária. Corte indevido. Danos comprovados. Manutenção.
É devido o pagamento de danos materiais e morais a empresa que teve suspenso o fornecimento de energia elétrica em razão

de suposto atraso, quando a empresa estava arrendada para terceiro, fato de pleno conhecimento da concessionária, que foi notificada formalmente da relação negocial e nada opôs quanto à sua realização, ou quanto ao pedido de transferência da titularidade.
POR UNANIMIDADE, NÃO CONHECER DO RECURSO DA AUTORA NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição : 11/07/2013
Data do julgamento : 28/01/2014
0002296-40.2013.8.22.0102 - Apelação
Origem : 0002296-40.2013.8.22.0102 Porto Velho/RO (Varas de Família e Turma Recursal / 2ª Vara de Família e Sucessões)
Apelante : Ademarina Lima de Oliveira
Def. Público : Dayan Saraiva de Albuquerque (OAB/RO 1.278)
Apelado : Jeferson Lima Oliveira
Relator: Desembargador Moreira Chagas
Apelação Cível. Medida Protetiva. Internação involuntária. Dependente químico. Interesse de Agir. Reforma. Provimento. É possível juridicamente o pedido de internação compulsória, estando presente o interesse processual da parte, quando esta necessita recorrer ao Poder Judiciário para garantir o direito à saúde, independentemente de prévio pedido administrativo
POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMEDNTO AO RECURSO PARA DESCONSTITUIR A SENTENÇA NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 06/06/2013
Data do julgamento: 28/01/2014
0000795-21.2013.8.22.0015 - Apelação
Origem : 0000795-21.2013.8.22.0015 Guajará-Mirim / 2ª Vara Cível
Apelante : Francisco Alves de Araujo
Advogado : Edilson Alves de Hungria Junior (OAB/RO 5002)
Apelada : Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A
Relator(a) : Desembargador Moreira Chagas
Apelação cível. Inicial. Emenda. Art. 284 CPC. Inobservância. O não cumprimento da determinação de emenda à inicial dentro do prazo de 10 dias, enseja a extinção do processo, nos termos do art. 284 do CPC.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 10/02/2012
Data do julgamento: 28/01/2014
0016937-16.2011.8.22.0001 - Apelação
Origem : 0016937-16.2011.8.22.0001 Porto Velho - Fórum Cível / 7ª Vara Cível
Apelante : Yamaha Administradora de Consórcio S/c Ltda
Advogado : Edemilson Koji Motoda (OAB/RO 4281)
Advogado : Rodrigo Sanches de Paiva (OAB/SP 220343)
Apelado : Moisés Natalício Nascimento Batista
Relator(a) : Desembargador Moreira Chagas
Busca e Apreensão. Indeferimento da Inicial. Extinção sem Análise do Mérito. Documentos originais. Desnecessidade. Tratando-se de ação de busca e apreensão ou reintegração de posse sobre veículo, não se justifica a exigência do original dos documentos que instruem a inicial, ou mesmo de cópias autenticadas, se não houve impugnação específica levantada pela parte contrária.
POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO PARA CASSAR A SENTENÇA NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

2ª CÂMARA CÍVEL

Data: 03/02/2014
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
2ª Câmara Cível

Data de interposição :28/11/2013
Data do julgamento : 22/01/2014
0010760-68.2013.8.22.0000 Agravo em Agravo de Instrumento
Origem: 00259068320128220001 Porto Velho/RO (8ª Vara Cível)
Agravantes: Elizabet Framholz Zulske e outros
Advogados: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3.471) e Antônio Camargo Júnior (OAB/PR 15.066)
Agravado: Banco do Brasil S/A
Advogados: Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4.567) e Sandro Pissini Espíndola (OAB/SP 198.040)
Relator: Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Decisão :"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Agravo interno em agravo de instrumento. Civil e processual. Ação civil pública. Lesão a direitos individuais homogêneos. Poupança. Expurgo. Juros moratórios a partir da citação na ação de conhecimento. Impossibilidade. Mora ex persona. Reconhecimento. Termo inicial. Juros calculados com base na citação na fase de cumprimento de sentença. Recurso desprovido.
O juros moratórios alusivos a expurgo inflacionário atinentes a poupança são contados a partir da citação do devedor no processo de cumprimento de sentença,m por tratar-se de mora ex persona, nos termos do artigo 219 do Código de Processo Civil e 397 do Código Civil, e não a partir de sua citação na ação civil pública.

Data de distribuição :11/11/2013
Data do julgamento : 29/01/2014
0011035-17.2013.8.22.0000 Agravo de Instrumento
Origem: 00140005020138220005 Ji-Paraná/RO (3ª Vara Cível)
Agravante: Unimed de Rondônia - Cooperativa de Trabalho Médico
Advogada: Franciany D'Alessandra Dias de Paula (OAB/RO 349-B)
Advogado: Breno Dias de Paula (OAB/RO 399-B)
Agravado: Moacir da Cruz Santos
Advogada: Claudete Solange Ferreira (OAB/RO 972)
Relator: Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. ".
Ementa : Agravo de instrumento. Inobservância do art. 526 do CPC. Ausência de prejuízo processual. Tutela antecipada. Requisitos ausentes. Plano de saúde. Autorização para cirurgia em hospital não credenciado. Discussão relevante que recomenda o contraditório. Agravo provido.
Quando se verifica que a inobservância do art. 526 do CPC não traz qualquer prejuízo efetivo ao rito recursal, tratando-se de mero formalismo processual, em detrimento da apreciação de eventual direito que assista ao recorrente, impõe-se a rejeição da tese.

Ausentes os requisitos previstos no artigo 273 do Código de Processo Civil, impõe-se a revogação da antecipação dos efeitos da tutela, principalmente quando a discussão relevante recomenda o contraditório.

(a) Belª Lorenza da Veiga Lima Darwich Passos
Diretora do 2DEJUCIVEL

Data: 03/02/2014
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
2ª Câmara Cível

Data de distribuição :19/08/2011
Data do julgamento : 29/01/2014
0001546-92.2010.8.22.0021 Apelação
Origem: 00015469220108220021 Buritis (1ª Vara Cível)
Apelante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogados: Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/RO 5.017) Paulo Vinício Porto de Aquino (OAB/RO 2.723) Ledi Buth (OAB/RO 3.080) Suzana Avelar de Santana (OAB/RO 3.746) Luciana Veríssimo Gonçalves (OAB/MS 8.270) Matheus Evaristo Sant'Ana (OAB/RO 3.230) Douglacir Antônio //evaristo Sant'Ana (OAB/RO 287) Ivone de Paula Chagas Sant'Ana 1.114) Fábio Antônio Moreira (OAB/RO 1.553) Pedro Origa (OAB/RO 1.953) Pedro Origa Neto (OAB/RO 2-A)
Apelado: José Gonçalves Filho
Advogada: Michelle Souza Pires Stegmann (OAB/RO 4.110)
Relator: Desembargador Alexandre Miguel
Revisor: Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : DPVAT. Aplicação da lei vigente à época do acidente. Pagamento proporcional do seguro. Possibilidade. Jurisprudência dominante do STJ. Utilização da tabela da SUSEP. Recurso repetitivo. Rito do art. 543-C, § 7º, inc. II, do CPC. Novo julgamento. Invalidez permanente. Existência. Perícia médica. Necessidade. Apuração do grau de invalidez.
De acordo com a jurisprudência pacífica do STJ, é possível o pagamento do valor do seguro obrigatório de acordo com o grau e lesão da vítima, e deve ser observado o percentual previsto na Tabela de Acidentes Pessoais instituída pela SUSEP.
Submetidos os autos ao procedimento dos recursos repetitivos e sendo a decisão anterior divergente do entendimento do STJ, procede-se novo exame do recurso, nos termos do art. 543-C, § 7º, inc. II, do CPC, para adequar a decisão deste Tribunal àquela.
É necessária a reforma da sentença para a realização de perícia médica para apuração do grau da invalidez que possui o autor e o valor correto da indenização quando inexistem nos autos laudos médicos que atestem o percentual de invalidez da vítima.

Data de distribuição :06/12/2010
Data do julgamento : 29/01/2014
0001013-33.2010.8.22.0022 Apelação
Origem: 00010133320108220022 São Miguel do Guaporé/RO (1ª Vara Cível)
Apelante: MBM Seguradora S.A.
Advogados: Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/RO 5.017), Paulo Vinício Porto de Aquino (OAB/RO 2.723), Rodrigo Mari Salvi (OAB/RO 4.428), Luciana Veríssimo Gonçalves (OAB/MS 8.270) e Maristella de Farias Melo Santos (OAB/RJ 135.132)
Apelado: Durval Ribeiro de Oliveira
Advogada: Thaís Rodrigues Muradás (OAB/RO 3.922)
Relator: Desembargador Alexandre Miguel
Revisor: Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. ".
Ementa : DPVAT. Aplicação da lei vigente à época do acidente. Pagamento proporcional do seguro. Possibilidade. Jurisprudência dominante do STJ. Utilização da tabela da SUSEP. Recurso repetitivo. Rito do art. 543-C, § 7º, inc. II, do CPC. Novo julgamento. Invalidez permanente. Existência. Indenização proporcional devida. Reforma parcial da sentença.
De acordo com a jurisprudência pacífica do STJ, é possível o pagamento do valor do seguro obrigatório de acordo com o grau e lesão da vítima, devendo ser observado o percentual previsto na Tabela de Acidentes Pessoais instituída pela SUSEP.
Submetido os autos ao procedimento dos recursos repetitivos e sendo a decisão anterior divergente do entendimento do STJ, procede-se novo exame do recurso, nos termos do art. 543-C, § 7º, inc. II, do CPC, para adequar a decisão deste Tribunal àquela.
Demonstrado nos autos a existência de invalidez decorrente do acidente de trânsito é devida a condenação da requerida ao pagamento do saldo remanescente existente entre o valor pago e o efetivamente devido, de acordo com o grau de cada invalidez da vítima.

Data de distribuição :30/08/2010
Data de redistribuição :15/10/2010
Data do julgamento : 29/01/2014
0019859-41.2009.8.22.0020 Apelação
Origem: 00198594120098220020 Nova Brasilândia do Oeste (1ª Vara Cível)
Apelante: Centauro Vida e Previdência S.A.
Advogados: Paulo Vinício Porto de Aquino (OAB/RO 2.723) Marco Antônio Araújo dos Santos (OAB/RO 846) Bruno Leonardo Moreira e Vieira Pinto (OAB/RO 3.585) João Paulo Ribeiro Martins (OAB/RJ 144.819) Marcelo Davoli Lopes (OAB/SP 143.370) Maristella de Farias Melo Santos (OAB/RJ 135.132)
Apelado: Jurandir Rosa Souza
Advogado: José Luis Torelli Gabaldi (OAB/RO 2.543)
Relator: Desembargador Alexandre Miguel
Revisor: Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : DPVAT. Aplicação da lei vigente à época do acidente. Pagamento proporcional do seguro. Possibilidade. Jurisprudência dominante do STJ. Utilização da tabela da SUSEP. Recurso repetitivo. Rito do art. 543-C, § 7º, inc. II, do CPC. Novo julgamento. Invalidez permanente. Existência. Perícia médica. Necessidade. Apuração do grau de invalidez.
De acordo com a jurisprudência pacífica do STJ, é possível o pagamento do valor do seguro obrigatório de acordo com o grau e lesão da vítima, e deve ser observado o percentual previsto na Tabela de Acidentes Pessoais instituída pela SUSEP.
Submetidos os autos ao procedimento dos recursos repetitivos, e sendo a decisão anterior divergente do entendimento do STJ, procede-se a novo exame do recurso, nos termos do art. 543-C,

§ 7º, inc. II, do CPC, para adequar a decisão deste Tribunal àquela.
É necessária a reforma da sentença para a realização de perícia médica para apuração do grau da invalidez que possui o autor e o valor correto da indenização quando inexistem nos autos laudos médicos que atestem o percentual de invalidez da vítima.

(a) Belª Lorenza da Veiga Lima Darwich Passos
Diretora do 2DEJUCIVEL

Data de distribuição: 18/11/2013
Data do julgamento: 22/01/2014
0001606-83.2010.8.22.0015 - Apelação
Origem : 0001606-83.2010.8.22.0015 Guajará-Mirim / 1ª Vara Cível
Apelante : Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais
Advogada : Michele Luana Sanches (OAB/RO 2910)
Advogado : Edyen Valente Calepis (OAB/MS 8767)
Advogada : Maristella de Farias Melo Santos (OAB/RJ 135132)
Advogado : Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2894)
Apelado : Francisco de Souza Costa
Advogada : Janaína Pereira de Souza Santos Silva (OAB/RO 1502)
Advogada : Cherislene Pereira de Souza (OAB/RO 1015)
Relator : Desembargador Kiyochi Mori
Apelação. Seguro DPVAT. Data do acidente. Aplicação da lei vigente. Proporcionalidade da lesão. Possibilidade.
De acordo com a jurisprudência desta Corte, é possível o pagamento do valor do seguro obrigatório de acordo com o grau e lesão da vítima, devendo ser observado o percentual previsto na Tabela de Acidentes Pessoais instituída pela SUSEP.
POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 08/11/2013
Data do julgamento: 22/01/2014
0004783-66.2012.8.22.0021 – Apelação
Origem : 0004783-66.2012.8.22.0021 Buritis/RO (1ª Vara Cível)
Apelante : Willyan Costa da Silva
Advogado : Alberto Biaggi Netto (OAB/RO 2.740)
Apelada : Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A
Advogado : Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2.894)
Advogada : Luana Gorayeb Guimarães (OAB/RO 5.094)
Advogado : Edyen Valente Calepis (OAB/MS 8.767)
Advogada : Michele Luana Sanches (OAB/RO 2.910)
Relator : Desembargador Kiyochi Mori
Revisor : Desembargador Alexandre Miguel
APELAÇÃO. Seguro DPVAT. PERÍCIA MÉDICA DESIGNADA. INTIMAÇÃO PESSOAL. Necessidade.
Trata-se de direito da parte ser intimada pessoalmente acerca da perícia médica designada, sob pena de nulidade.
POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de interposição: 16/12/2013
Data do julgamento: 22/01/2014
0007751-48.2011.8.22.0007 – Agravo em Apelação
Origem : 0007751-48.2011.8.22.0007 Cacoal / 4ª Vara Cível
Agravante : Banco Bradesco S/A
Advogado : Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4.937)
Advogada : Daynne Francyelle de Godoi Pereira (OAB/GO 30.368)
Advogada : Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4.370)
Advogada : Luciana Xavier Gaspar de Souza (OAB/RO 4.903)
Advogado : Marlon Tramontina Cruz Urtozini (OAB/SP 203.963)
Advogada : Nara Lima Carvalho (OAB/RO 5.416)
Agravado : Jacir Batista de Souza
Advogada : Rosimeiry Maria de Lima (OAB/RO 2.504)
Advogado : Miguel Antônio Paes de Barros (OAB/RO 301)
Relator: Desembargador Kiyochi Mori
Agravo. Custas diferidas. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO NO ATO DA INTERPOSIÇÃO DO RECURSO. Deserção.
Deferido o pagamento das custas para o final, estas devem ser recolhidas após a sentença de mérito, no momento da interposição do recurso de apelação, impondo-se a negativa do seguimento do apelo que não observa este pressuposto.
POR MAIORIA, NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. VENCIDO O DESEMBARGADOR ALEXANDRE MIGUEL.

Data de distribuição: 07/01/2013
Data do julgamento: 22/01/2014
Origem :00050491620128220001 Porto Velho - Fórum Cível/10ª Vara Cível
Apelante :Banco Bradesco S/A
Advogado :Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4.937)
Advogada :Lucyanne Carratte Brandt Hitzeschky (OAB/RO 4.659)
Advogada :Saionara Mari (OAB/MT 5225)
Apelada : Morosini & Garcia Transportes Ltda - ME
Advogado :João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Advogada :Marisâmia Aparecida de Castro Inácio (OAB/RO 4.553)
Relator : Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Revisor : Desembargador Kiyochi Mori
Apelação Cível. Busca e Apreensão. Acordo celebrado. Pedido de suspensão do processo. Antecipação do trânsito em julgado. Impossibilidade.
Em que pese a sentença hostilizada não ter extinto o feito de forma expressa, o ato de antecipação do trânsito em julgado, mesmo não se operando, conduz à extinção, uma vez que o fenômeno do trânsito em julgado impede nova movimentação do feito.
POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 09/01/2013
Data do julgamento: 22/01/2014
0012968-90.2011.8.22.0001 Apelação (Recurso Adesivo)
Origem :00129689020118220001Porto Velho - Fórum Cível (4ª Vara Cível)
Ap elante/Recorrida :B2W - Companhia Global do Varejo
Advogado s:Marcelo Estebanez Martins (OAB/RO 3208) Daniele Meira Couto (OAB/RO 2400)Thiago Mahfuz Vezzi (OAB/SP 228213)Vivian Nagib Batatel (OAB/RJ 148219)

Ap elado/Recorrente:Waldir Rodrigues de Aguiar
Advogado :Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Advogada :Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Relator Originário :Desembargador Isaias Fonseca Moraes
Revisor e Relator p/ o Acórdão:Desembargador Kiyochi Mori
EMENTA
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, em:
O Desembargador Alexandre Miguel acompanhou o voto divergente.
Porto Velho, 22 de janeiro de 2014.
DESEMBARGADOR KIYOCHI MORI
RELATOR P/ O ACÓRDÃO
Poder Judiciário do Estado de Rondônia
2ª Câmara Cível

Data de distribuição: 09/01/2013
Data do julgamento: 22/01/2014
0012968-90.2011.8.22.0001 Apelação (Recurso Adesivo)
Origem :00129689020118220001Porto Velho - Fórum Cível (4ª Vara Cível)
Ap elante/Recorrida :B2W - Companhia Global do Varejo
Advogado s:Marcelo Estebanez Martins (OAB/RO 3208) Daniele Meira Couto (OAB/RO 2400)Thiago Mahfuz Vezzi (OAB/SP 228213)Vivian Nagib Batatel (OAB/RJ 148219)
Ap elado/Recorrente:Waldir Rodrigues de Aguiar
Advogado :Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Advogada :Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Relator :D esembargador Isaias Fonseca Moraes
Revisor :Des embargador Kiyochi Mori
RELATÓRIO
B2W-Companhia Global do Varejo apela da sentença (fls. 76/9) prolatada pelo Juízo da 4ª Vara Cível da comarca de Porto Velho, que julgou procedentes os pedidos formulados na ação de indenização por danos materiais e morais, movida em seu desfavor pelo apelado, Waldir Rodrigues de Aguiar, que também apela, em virtude de ter efetuado compra via internet e não ter recebido a mercadoria.
A sentença reconheceu a existência de dano material e determinou a devolução do valor pago no importe de R$269,00 (duzentos e sessenta e nove reais), incidindo juros a partir da citação, de 1% (um por cento) ao mês; de igual forma reconheceu a existência de dano moral e condenou o apelante B2W – Companhia Global do Varejo, a pagar a importância de R$4.000,00 (quatro mil reais) a este título.
Em sua apelação (fls. 112/135) a apelante busca a reforma da sentença ao argumento de que não houve má-fé de sua parte, tampouco desídia, mas erro sistêmico. Diz ter dado diversas opções para solução da celeuma, culminando com o cancelamento do pedido. Esclarece o fluxo e a metodologia de compras pela internet e firma a não ocorrência de dano moral.
Insurge-se, ainda, do quantum indenizatório. Diz que o valor fixado ofende ao disposto no art. 944 do Código Civil que impõe o valor de indenização pela extensão do dano. Aduz que o valor fixado foi exorbitante e pugna pela minoração como decisão alternativa.
Contrarrazões (fls. 190/204) pela manutenção da sentença com a ressalva do acolhimento de seu pedido recursal.
O autor apela (fls. 149/178) adesivamente, onde busca a majoração do quantum indenizatório, ao argumento de que a condenação deve se basear pelo poder econômico do ofensor. Traz julgados como paradigma.
De igual forma, busca a reforma da sentença no que tange à condenação dos honorários advocatícios para que seja fixado no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação.
Contrarrazões (fls. 209/217) pelo desprovimento do apelo aderente.
É o relatório.
voto
DESEMBARGADOR ISAIAS FONSECA MORAES
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço dos recursos.
Dou os recursos por tempestivos, em que pese a Certidão de fl. 224, eis que foram recepcionadas pelo juízo a quo, sem qualquer insurgência das partes.
Por entender que a apelação formulada pela requerida abrange a apelação do requerente, julgarei em conjunto.
Não há preliminar a ser apreciada. Vou ao mérito.
A questão posta em apreciação diz respeito à ocorrência ou não de dano moral em razão de compra realizada pela internet, e se a não entrega do produto configura dano moral.
Desde já, transcrevo o entendimento do C. Superior Tribunal de Justiça a respeito do tema:
STJ
AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMPRA E VENDA DE PRODUTO PELA INTERNET. NÃO RECEBIMENTO. DANO MORAL NÃO CONFIGURADO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO. 1. Alterar a conclusão da Corte estadual, acerca da possibilidade de indenização por danos morais, demandaria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão recorrido, com o revolvimento das provas carreadas aos autos, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos do enunciado da Súmula 7 do STJ. 2. Agravo regimental não provido. (STJ - AgRg no AREsp: 324545 RS 2013/0100652-9, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 25/06/2013, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 01/07/2013)
Certo é que causa constrangimento o fato de se adquirir produto à distância e não recebê-lo. Ocorre que nos dias de hoje, é comum a ocorrência de diversos problemas que impossibilita a concretização de compra.
O dano moral, apesar de sua subjetividade, não deve ser confundido com um mero aborrecimento, irritação, dissabor ou mágoa. Pois, ele só se caracteriza quando a dor, o vexame, o sofrimento ou a humilhação fuja da realidade de uma maneira que chegue a interferir intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústias e desequilíbrio em seu bem-estar.
Dessa forma, deve o autor apresentar alegações razoáveis de que a falha do serviço, em particular, ultrapassou as raias do mero aborrecimento cotidiano, passível de ocorrer para qualquer um que se utilize dos serviços de cartão de crédito, causando-lhe prejuízos juridicamente indenizáveis à integridade psíquica.
Apreciando o caso concreto, observa-se que o motivo da indignação do apelado reside no fato de não ter recebido produto adquirido à distância. Trata-se, então, de fato transitório e pontual, e com certa probabilidade de ocorrência em razão da via escolhida pelo autor para a aquisição do produto.

Ademais, fatos como o ocorrido com o autor estão sujeitos de acontecer com qualquer pessoa e por diversas razões.
Entretanto, não consta nas alegações do apelado fato que possa ter causado ofensa a sua honra, ou perturbações que desencadeassem alterações significativas nas suas relações psíquicas, emocionais ou afetivas. O que ocorreu foi um constrangimento momentâneo.
O dano moral não se confunde com o mero aborrecimento, que é inerente à vida cotidiana, pois pressupõe um sofrimento que fuja à normalidade.
Fatos corriqueiros não geram dever de indenizar, ainda que o problema tenha sido causado por erro de procedimento do fornecedor, que poderia adotar sistema de segurança para evitar vendas superiores a seu estoque.
Assim, afasto a condenação por danos morais, e, consequentemente, entendo prejudicada a apreciação do apelo do autor, o que leva ao seu não provimento.
Ante ao exposto, dou provimento ao apelo da requerida para reformar a sentença e julgar improcedente o pedido de indenização por dano moral. Julgo prejudicado o recurso adesivo.
Remanesce a condenação quanto ao dano material.
Diante da sucumbência mínima, inverto o ônus em favor da requerida e condeno o autor ao suporte das custas processuais e honorários advocatícios ao patrono da parte adversa, os quais arbitro em R$1.200,00 (um mil e duzentos reais), nos termos do art. 20, § 4º do Código de Processo Civil.
É como voto.
DECLARAÇÃO DE VOTO
DESEMBARGADOR KIYOCHI MORI
Trata-se de recursos de apelação interpostos por B2W – Companhia Global do Varejo e Waldir Rodrigues de Aguiarem face da decisão do juízo a quo, que julgou procedente os pedidos formulados na inicial da ação de indenização por danos materiais e morais ajuizada em virtude de não ter recebido o produto comprado por meio da internet.
Na espécie, o eminente Relator, Desembargador Isaías Fonseca Morais, votou pelo provimento do recurso da empresa, afastando a obrigação de indenizar o autor por danos morais, pois concluiu que os fatos narrados na exordial caracterizaram mero aborrecimento inerente à vida cotidiana.
Data venia, divirjo desse entendimento, visto estar consolidado nas jurisprudências desta Corte que ao disponibilizar produtos para venda na internet e não proceder a entrega a empresa tem a obrigação de devolver o valor pago e indenizar o consumidor por dano moral, conforme se verifica nos seguintes julgados:
Produto. Compra pela internet. Entrega não realizada. Devolução do valor pago. Dano moral. Valor. Fixação.
É devida a devolução ao consumidor que pagou por compra realizada pela internet, mas o produto sequer foi entregue, causando, ainda, dano moral indenizável.
[...] (Apelação Cível n. 0017163-21.2011.8.22.0001, Relator Desembargador Moreira Chagas, j. 19/02/2013) [sublinhou-se]
Responsabilidade civil. Ação de reparação de danos. Materiais e morais. Comércio pela internet. Mercado Livre. Atuação como intermediadora da negociação, por meio do Mercado Pago. Mercadoria adquirida, paga e não entregue. Restituição dos valores. Danos morais. Valor. Majoração.
Considerando que o consumidor adquiriu o produto, por intermédio do site na internet que atua como intermediadora da negociação, efetuou o depósito antecipado à pessoa física que desfrutava de qualificação positiva no sítio, sugerindo, inclusive, confiabilidade, e não recebeu a mercadoria, deve ser responsabilizada a empresa ré - Mercado Livre - para a restituição dos valores.
Tendo sido o consumidor submetido à situação de angústia e insegurança, porquanto ficou na iminência de perder o dinheiro investido no produto que adquiriu, sem obter qualquer resposta satisfatória da requerida para solução do problema, desde a data da confirmação do pagamento da compra, deve ser ressarcido pelos danos morais sofridos.
Majora-se o valor fixado na sentença a título de danos morais, quando não atenderem aos critérios legais e os honorários do advogado. (Apelação Cível n. 0070193-39.2009.8.22.0001, Relator Desembargador Sansão Saldanha, j. 23/11/2010) [sublinhou-se]
Nesse contexto, patente a responsabilidade da empresa de indenizar o consumidor por danos morais.
No que tange ao quantum indenizatório do dano moral, objeto de insurgência de ambas as partes, é cediço que deve ser feito caso a caso, com bom senso, moderação e razoabilidade, atentando-se à proporcionalidade com relação ao grau de culpa, extensão e repercussão dos danos, à capacidade econômica, características individuais e o conceito social das partes.
In casu, para reparar a angústia suportada pelo consumidor, decorrente da expectativa de receber e utilizar o bem adquirido, a qual não se concretizou, julgo suficiente o valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), pois se mostra adequado aos parâmetros utilizados por esta Corte em casos semelhantes.
Posto isso, peço vênia ao eminente relator para negar provimento à apelação de B2W - Companhia Global do Varejo, devendo, pois, indenizar Waldir Rodrigues de Aguiar por danos morais, conforme determinado na sentença recorrida, e negar provimento ao recurso adesivo, mantendo-se o valor arbitrado.
É como voto.
DESEMBARGADOR ALEXANDRE MIGUEL
Acompanho o voto divergente.
Produto. Compra pela internet. Entrega não realizada. Dano moral. Indenização. Valor. Critério de fixação.
É devida a devolução ao consumidor que pagou por compra realizada pela internet, mas o produto sequer foi entregue, causando, ainda, dano moral indenizável.
O arbitramento da indenização decorrente de dano moral deve ser feito caso a caso, com bom senso, moderação e razoabilidade, atentando-se à proporcionalidade com relação ao grau de culpa, extensão e repercussão dos danos, à capacidade econômica, características individuais e o conceito social das partes.
POR MAIORIA, NEGAR PROVIMENTO AOS RECURSOS. VENCIDO O RELATOR.

Data de distribuição: 01/02/2012
Data do julgamento: 22/01/2014
0005883-50.2011.8.22.0002 - Apelação
Origem : 0005883-50.2011.8.22.0002 Ariquemes / 2ª Vara Cível
Apte/Apda : Joana Maria de Jesus Gomes
Advogado : Nicolau Nunes de Mayo Junior (OAB/RO 2629)
Apdo/Apte : Banco Bonsucesso S. A.
Advogado : Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4875)
Advogado : Fábio Luiz de Oliveira e Ferreira (OAB/MG 63816)
Advogada : Nara Patrícia da Silva (OAB/MG 109936)
Relator : Desembargador Kiyochi Mori

Revisor : Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia
Empréstimo não contratado. Desconto indevido. Legitimidade passiva. Impossibilidade jurídica do pedido. Julgamento antecipado. Juiz destinatário da prova. Cerceamento de defesa. Inexistência. Repetição de indébito. Dano moral. Indenização. Critério de fixação.
Constatado o desconto de parcelas em nome do banco, devem ser afastadas as preliminares de ilegitimidade passiva e impossibilidade jurídica do pedido.
À medida que as provas dos autos são suficientes para o deslinde da questão, não há de se falar em cerceamento de defesa.
Comprovado o desconto indevido de parcelas de empréstimo não contratado, configura-se a obrigação de devolver em dobro os valores e indenizar por danos morais.
Observado que o quantum indenizatório atende ao binômio valor desestímulo e valor compensatório, deve este ser mantido.
POR UNANIMIDADE, REJEITAR AS PRELIMINARES E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO DO REQUERIDO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. NO MÉRITO, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DA AUTORA NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 22/06/2012
Data do julgamento: 22/01/2014
0005005-97.2012.8.22.0000 Apelação
Origem :00331402420098220001Porto Velho/ RO (5ª Vara Cível)
Apelante :HSBC Bank Brasil S/A Banco Múltiplo
Advogado :Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2.281)
Advogado :Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655-A)
Advogado :Walter Bernardo de Araújo Silva (OAB/RO 72-B)
Advogada :Mabiagina Mendes de Lima (OAB/RO 3.912)
Advogado :Luiz Carlos Pereira Portela (OAB/MS 6.348-E)
Advogado :Luis Clodoaldo Cavalcante Neto (OAB/RO 529-E)
Advogado :Maick Felisberto Dias (OAB/PR 37555)
Advogado :Jonas Roberto Justi Waszak (OAB/PR 1.7447)
Advogado :Fernando José Gonçalves (OAB/PR 34.731)
Apelada :Marlúcia Brito do Nascimento Santos
Advogado :Edivo Costa Rocha (OAB/RO 2.861)
Relator :D esembargador Kiyochi Mori
Revisor :Des embargador Alexandre Miguel
EMENTA
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, em:
Os desembargadores Alexandre Miguel e Isaias Fonseca Moraes acompanharam o voto do Relator.
Porto Velho, 22 de Janeiro de 2014.
DESEMBARGADOR KIYOCHI MORI
RELATOR
Poder Judiciário do Estado de Rondônia
2ª Câmara Cível

Data de distribuição: 22/06/2012
Data do julgamento: 22/01/2014
0005005-97.2012.8.22.0000 Apelação
Origem :00331402420098220001Porto Velho/ RO (5ª Vara Cível)
Apelante :HSBC Bank Brasil S/A Banco Múltiplo
Advogado :Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2.281)
Advogado :Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655-A)
Advogado :Walter Bernardo de Araújo Silva (OAB/RO 72-B)
Advogada :Mabiagina Mendes de Lima (OAB/RO 3.912)
Advogado :Luiz Carlos Pereira Portela (OAB/MS 6.348-E)
Advogado :Luis Clodoaldo Cavalcante Neto (OAB/RO 529-E)
Advogado :Maick Felisberto Dias (OAB/PR 37555)
Advogado :Jonas Roberto Justi Waszak (OAB/PR 1.7447)
Advogado :Fernando José Gonçalves (OAB/PR 34.731)
Apelada :Marlúcia Brito do Nascimento Santos
Advogado :Edivo Costa Rocha (OAB/RO 2.861)
Relator :D esembargador Kiyochi Mori
Revisor :Des embargador Alexandre Miguel
RELATÓRIO
HSBC Bank Brasil S/A apresenta recurso de apelação, inconformado com a r. decisão a quo, que julgou procedente a Ação Declaratória de Inexistência de Débito c/c Dano Moral movida por Marlúcia Brito do Nascimento dos Santos, para declarar a inexistência de relação jurídica.
O decisum também confirmou a tutela antecipada, deferida às fls. 20/21 para excluir definitivamente o nome da autora dos cadastros de inadimplentes e condenou o apelante ao pagamento de R$4000,00 (quatro mil reais) a título de indenização por danos morais, mais custas processuais e honorários advocatícios de 15% do valor da condenação.
Aduz o recorrente que não houve comprovação do dano moral sofrido, alegando que o simples aborrecimento não possui o condão de configurar o nexo causal ensejador do dano.
Sustenta ainda que o valor da indenização fixado, viola os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, devendo ser modificada a sentença para que seja arbitrado valor inferior.
É o relatório.
Voto
DESEMBARGADOR KIYOCHI MORI
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.
O apelante sustenta a ausência de comprovação do dano moral, sob o fundamento de que não há indícios de que a apelada tenha experimentado constrangimento.
No Superior Tribunal de Justiça é consolidado o entendimento de que “a própria inclusão ou manutenção equivocada configura o dano moral in re ipsa, ou seja, dano vinculado à própria existência do fato ilícito, cujos resultados são presumidos” (Ag 1.379.761).
A inscrição indevida em cadastros de inadimplentes caracteriza o dano moral como presumido e, dessa forma, dispensa a comprovação mesmo que a prejudicada seja pessoa jurídica. (STJ - 3a. Turma - REsp 1.059.663).
Destarte, quando a inclusão indevida é feita em consequência de serviço deficiente prestado por uma instituição bancária, a responsabilidade pelos danos morais é do próprio banco, que causa desconforto e abalo psíquico ao cliente.
In casu , não há que se falar, portanto, em ausência de comprovação do dano moral. Pois comprovada a inscrição indevida da apelada no SERASA.
No que tange ao quantum indenizatório, fixado em R$4.000,00 (quatro mil reais), atende ao binômio valor de desestímulo e valor compensatório, estando, pois, em conformidade com os precedentes desta corte.
Assim sendo, não há que se falar em exorbitância.
Ante o exposto, voto pelo não provimento do recurso, mantendo-se íntegra a sentença combatida.

É como voto.
Cadastro de inadimplentes. Inclusão indevida. Dano moral. Indenização. Critério de fixação.
A própria inclusão ou manutenção equivocada configura o dano moral in re ipsa, ou seja, dano vinculado à própria existência do fato ilícito, cujos resultados são presumidos.
Observado que o quantum indenizatório atende ao binômio valor de desestímulo e valor compensatório, deve ser mantido.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 06/06/2012
Data do julgamento: 22/01/2014
Data de distribuição: 06/06/2012
Data do julgamento: 22/01/2014
0015406-26.2010.8.22.0001 Apelação
Origem :00154062620108220001Porto Velho - Fórum Cível/5ª Vara Cível
Apelante :Móveis Romera Ltda
Advogado :José Manoel Garcia Fernandes (OAB/PR 12855)
Apelados :Alex Santos Pereira e outro
Advogada :Geisebel Erecilda Marcolan (OAB/RO 3956)
Relator : D esembargador Kiyochi Mori
Revisor :Des embargador Alexandre Miguel
EMENTA
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, em:
Os Desembargadores Alexandre Miguel e Isaias Fonseca Moraes acompanharam o voto do Relator.
Porto Velho, 22 de janeiro de 2014.
DESEMBARGADOR KIYOCHI MORI
RELATOR

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
2ª Câmara Cível
Data de distribuição: 06/06/2012
Data do julgamento: 22/01/2014
0015406-26.2010.8.22.0001 Apelação
Origem :00154062620108220001Porto Velho/ RO (5ª Vara Cível)
Apelante :Móveis Romera Ltda
Advogado :José Manoel Garcia Fernandes (OAB/PR 12.855)
Apelados :Alex Santos Pereira e outro
Advogada :Geisebel Erecilda Marcolan (OAB/RO 3.956)
Relator : D esembargador Kiyochi Mori
Revisor :Des embargador Alexandre Miguel
RELATÓRIO
Móveis Romera Ltda. apresenta suas razões de apelação, inconformada com a r. decisão a quo, que julgou procedente o pedido de Alex Santos Pereira e Lenilson da Luz Santos em ação de indenização por danos morais, condenando-a ao pagamento de indenização por danos morais arbitrada em R$30.000,00 (trinta mil reais), sendo R$ 15.000,00 (quinze mil reais) para cada um dos apelados, além das custas processuais e honorários de advogado, estes fixados em 20% do valor da condenação.
Em síntese, sustenta que não se trata de relação de consumo, mas de pedido de indenização comum, motivo pelo qual entende que não deveria ter havido a inversão do ônus probatório.
Afirma que não incorreu em qualquer modalidade de culpabilidade que pudesse ensejar a indenização por danos morais.
Salienta que não há prova de que teria participado ou anuido com a abordagem policial, a qual ocorreu apenas dentro de suas dependências, sendo que, inclusive, não há registro de Boletim de Ocorrência, o que demonstraria a ausência de sua participação no evento.
Insurge-se contra o quantum indenizatório, por entender que se mostra exorbitante, merecendo ser minorado.
Ao final, pugna pelo provimento do recurso na forma sequencial deduzida.
Em contrarrazões (fls. 139/156), os apelados requerem seja reconhecido o instituto da revelia com fundamento na falta de regularização da representação processual no momento oportuno.
É o relatório.
Voto
DESEMBARGADOR KIYOCHI MORI
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.
Inicialmente, quanto à revelia arguída em contrarrazões, julgo matéria preclusa, diante do despacho saneador de fls. 76/78.
Adentrando ao mérito, prossigo.
Em exordial, os apelados afirmam que compareceram ao estabelecimento empresarial da apelante, com a finalidade de adquirir dois ventiladores, na data de 22 de julho de 2010.
Ao escolherem os produtos, foram conduzidos aos fundos da loja, alegando o gerente que o procedimento de abertura de crédito, seria demorado.
Expõem que, enquanto aguardavam, foram surpreendidos por policiais militares que pediram que se retirassem da loja, e na frente do estabelecimento, foram revistados diante de transeuntes e clientes, sob a alegação do gerente, de que supostamente teriam arrombado a loja de madrugada.
Em seguida, foram conduzidos à delegacia de polícia, onde depois de muito constrangimento e verificação das imagens do arrombamento da loja, foram liberados sem que a apelante registrasse Boletim de Ocorrência, por ausentes indícios de culpabilidade dos apelados.
Colhidos os depoimentos das testemunhas nos autos, ficou inequívoco que os apelados foram constrangidos pelo gerente da loja e por policiais militares que foram chamados pelo mesmo ao estabelecimento, por suspeitas infundadas.
Cumpre salientar que, ainda que fossem fundadas as suspeitas, a conduta do preposto e dos policiais militares foi repreensível, pois confrontam o princípio da dignidade das pessoas, conforme protege a Carta Magna em seu art. 5º, inc. III.
O nexo de causalidade entre a conduta da apelante e os fatos narrados em exordial e, confirmados pelos depoimentos testemunhais, se delineia de maneira bastante categórica, uma vez que, não fosse o chamamento indevido dos policiais, e a equivocada identificação dos apelados como agentes criminosos, não haveria constrangimento, nem dano moral a ser indenizado.
Em razão da relação de consumo, a inversão do ônus da prova está fundamentada no Código de Defesa do Consumidor:
Art. 6º São direitos básicos do consumidor:
VIII - a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor, no processo civil, quando, a critério do juiz, for verossímil a alegação ou quando for ele hipossuficiente, segundo as regras ordinárias de experiência;

Segundo entendimento do STJ, no Informativo 492, a inversão do ônus da prova é regra de instrução:
INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA. REGRA DE INSTRUÇÃO. A Seção, por maioria, decidiu que a inversão do ônus da prova de que trata o art. 6º, VIII, do CDC é regra de instrução, devendo a decisão judicial que determiná-la ser proferida preferencialmente na fase de saneamento do processo ou, pelo menos, assegurar à parte a quem não incumbia inicialmente o encargo a reabertura de oportunidade para manifestar-se nos autos. EREsp 422.778-SP, Rel. originário Min. João Otávio de Noronha, Rel. para o acórdão Min. Maria Isabel Gallotti (art. 52, IV, b, do RISTJ), julgados em 29/2/2012.
Destarte, não há retoques à r. Decisão recorrida, quanto à inversão do ônus da prova nos autos.
Na fixação do quantum indenizatório, é cediço que o valor deve levar em consideração os princípios da razoabilidade e proporcionalidade e, ainda, ter como finalidade desestimular a reiteração da prática do ato danoso por parte do agressor e compensar a vítima pelo sofrimento suportado.
Em outras palavras, além de servir de lenitivo à parte prejudicada com o ato ilícito, a indenização também possui finalidade pedagógica, qual seja, desencorajar o ofensor à repetição de atos deste jaez. Mas, também, o quantum arbitrado não pode ser tão grande que possibilite o enriquecimento da parte.
A doutrina de Maria Helena Diniz expõe:
Na reparação do dano moral, o magistrado deverá apelar para o que lhe parecer eqüitativo ou justo, agindo sempre com um prudente arbítrio, ouvindo as razões das partes, verificando os elementos probatórios, fixando moderadamente uma indenização. O valor do dano moral deve ser estabelecido com base em parâmetros razoáveis, não podendo ensejar uma fonte de enriquecimento nem mesmo ser irrisório ou simbólico. A reparação deve ser justa e digna. Portanto, ao fixar o quantum da indenização, o juiz não procederá a seu bel prazer, mas como um homem de responsabilidade, examinando as circunstâncias de cada caso, decidindo com fundamento e moderação (Revista Jurídica Consulex, nº 3, de 31.03.97).
Igualmente oportuna é a lição de Sérgio Cavalieri Filho (in Programa de Responsabilidade Civil, 6ª Edição, Editora Malheiros):
Importa dizer que o juiz, ao valorar o dano moral, deve arbitrar uma quantia que, de acordo com o seu prudente arbítrio, seja compatível com a reprovabilidade da conduta ilícita, a intensidade e duração do sofrimento experimentado pela vítima, a capacidade econômica do causador do dano, as condições sociais do ofendido, e outras circunstâncias mais que se fizerem presentes (fl. 116).
Em tempo, há que se levar em consideração que o valor de indenização, não é exorbitante, diante do elevado potencial econômico da apelante, que possui mais de uma centena de filiais em todo o país.
Logo, analisando o caso em questão, deve ser mantido o quantum indenizatório em R$ 15.000,00 (quinze mil reais), para cada um dos apelados, totalizando R$ 30.000,00 (trinta mil reais), pois está em consonância com os critérios relativos ao caráter punitivo e preventivo para evitar a repetição da conduta danosa e reparar o dano sofrido.
Posto isso, nego provimento ao recurso.
É como voto.
Abordagem em loja por suspeita de furto. Comprovado equívoco. Relação de consumo. Inversão do ônus da prova. Dano moral. Indenização. Critério de fixação.
Dentre os direitos básicos do consumidor tem-se a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, a seu favor.
Ficando inequívoco o constrangimento do consumidor no interior do estabelecimento comercial, por suspeita infundada da prática de furto, caracteriza-se o dano moral passível de indenização.
Observado que o quantum indenizatório atende ao binômio valor de desestímulo e valor compensatório, incabível a redução, levando-se em consideração o potencial econômico da apelante.
POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 21/05/2012
Data do julgamento: 22/01/2014
0009900-69.2010.8.22.0001 - Apelação
Origem :00099006920108220001Porto Velho - Fórum Cível/1ª Vara Cível
Apelante :Vandeilson de Oliveira
Advogado :Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Advogada :Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Advogada :Layanna Mábia Maurício (OAB/RO 3856)
Apelado :Banco Bradesco Financiamentos S/A Osasco
Advogado :Ildo de Assis Macedo (OAB/RO 4519)
Advogada :Luciana Xavier Gaspar de Souza (OAB/RO 4903)
Advogada :Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370)
Advogado :Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Advogada :Saionara Mari (OAB/MT 5225)
Relator :D esembargador Kiyochi Mori
Revisor :D esembargador Alexandre Miguel
EMENTA
ACÓRDÃO
Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, em:
Os Desembargadores Alexandre Miguel e Isaias Fonseca Moraes acompanharam o voto do relator.
Porto Velho, 22 de janeiro de 2014.
DESEMBARGADOR KIYOCHI MORI
RELATOR

Poder Judiciário do Estado de Rondônia
2ª Câmara Cível
Data de distribuição: 21/05/2012
Data do julgamento: 22/01/2014
0009900-69.2010.8.22.0001 - Apelação
Origem :00099006920108220001Porto Velho - Fórum Cível/1ª Vara Cível
Apelante :Vandeilson de Oliveira
Advogado :Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Advogada :Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Advogada :Layanna Mábia Maurício (OAB/RO 3856)
Apelado :Banco Bradesco Financiamentos S/A Osasco
Advogado :Ildo de Assis Macedo (OAB/RO 4519)
Advogada :Luciana Xavier Gaspar de Souza (OAB/RO 4903)
Advogada :Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370)
Advogado :Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Advogada :Saionara Mari (OAB/MT 5225)
Relator :D esembargador Kiyochi Mori
Revisor :D esembargador Alexandre Miguel

RELATÓRIO
Vandeilson de Oliveira apela da decisão do r. Juízo a quo que julgou improcedente a ação de repetição de indébito e indenização por danos morais, que ajuizou contra Banco Bradesco Financiamentos S.A., que culminou com sua condenação às custas processuais e honorários arbitrados em R$ 800,00.
O apelante insurge-se contra o entendimento da r. Magistrada a quo, de que as provas documentais juntadas ao processo já eram suficientes para o esclarecimento da matéria, e, portanto, possível a antecipação do julgamento da lide.
Sustenta ainda, que a prova testemunhal era imprescindível para a configuração do dano moral sofrido, e discorda do entendimento de que não houve duplicidade na cobrança da 20ª parcela de financiamento.
Cumpre notar que o autor firmou com o Banco recorrido, três contratos de empréstimo com consignação em folha de pagamento. Sendo o primeiro contrato n. 533641330 firmado em 11/07/2008, no valor de R$ 34.377,48 (trinta e quatro mil, trezentos e setenta e sete reais e quarenta e oito centavos), com 60 parcelas de R$850,00 (oitocentos e cinquenta reais); o segundo contrato n. 534407781, firmado em 11/08/2008, no valor de R$10.258,74 (dez mil, duzentos e cinquenta e oito reais e setenta e quatro centavos), com 60 parcelas de 260,00 (duzentos e sessenta reais); e o terceiro contrato 529114763, firmado em 15/01/2008, com 60 parcelas de R$2.200,00 (dois mil e duzentos reais).
Afirma que quitou antecipadamente este último contrato, em 18/09/2009, quando do vencimento da 20ª parcela. Tendo na mesma ocasião, renegociado outro empréstimo, contrato n. 552943835, no valor de R$ 81.896,69, (oitenta e um mil, oitocentos e noventa e seis reais e sessenta e nove centavos), em 60 prestações de R$ 2.200,00 (dois mil e duzentos reais), com início em outubro de 2009 e final em setembro de 2014.
No documento de fls. 48, é possível verificar o registro de renegociação na referida data e os termos iniciais e finais do empréstimo renegociado.
Sustenta que, indevidamente, o apelado teria descontado a vigésima parcela do contrato de 15/01/2008, em seu pagamento de setembro/2009, pois entende que a referida parcela estaria incluída no valor da renegociação. Junta comprovante de pagamento com o desconto.
Em suas razões, o apelado afirma que não houve desconto indevido e que a vigésima parcela já estava inclusa para desconto em folha de pagamento à época da renegociação de dívida. Portanto, defende que tal valor não foi computado para fins de refinanciamento.
Assevera que não houve a cobrança em duplicidade e, portanto, não há dano moral.
É o relatório.
voto
DESEMBARGADOR KIYOCHI MORI
Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do recurso.
Antes de adentrar ao mérito, cabe analisar a preliminar apresentada pelo apelante que sustenta ter havido cerceamento de defesa, uma vez que, a Juíza a quo deixou de ouvir as testemunhas arroladas.
Cabe salientar que, o julgamento, conforme o estado do processo, não causa cerceamento de defesa quando a questão de mérito é unicamente de direito, na forma do artigo 330, inciso I do Código de Processo Civil.
Sendo assim, afasto a preliminar de cerceamento de defesa, pois bem entendeu a nobre magistrada, em nome da economicidade e celeridade processuais, antecipar o julgamento da lide, por verificar presentes os elementos suficientes para o esclarecimento da matéria.
Sem mais questões preliminares, passo ao mérito.
O apelante requer a reforma da sentença para que seja reconhecido o desconto indevido de parcela de financiamento em folha de pagamento.
Verificando o documento apresentado às fls. 46, pode-se concluir do 'Histórico' que: o registro da renegociação da dívida é de 18/09/2009; na mesma data, há o registro de liquidação da dívida anterior ("nova situação: liquidada"); a parcela em litígio (20ª) já estava programada para ser liquidada na folha de pagamento do apelante.
Assim sendo, apesar do desconto da vigésima parcela estar programado para ser realizado na data de 23/09/2009, por ser funcionário público, na data da renegociação da dívida (18/09/2009), tal parcela já constava como "liquidada em folha", por motivos burocráticos de organização financeiro-orçamentária dos setores de pagamento do Estado.
Desta feita, se a parcela já era considerada como paga para fins de refinanciamento à data de 18/09/2009, não há que se falar em desconto indevido.
Em não se configurando o desconto indevido, não há dano moral passível de ser indenizado.
Importante destacar, ainda, que não houve negativação, nem abalo à reputação da apelante.
Para que se configure o dano moral, a ofensa a um dos direitos da personalidade (à honra, à dignidade, à intimidade, à imagem, ao bom nome) deve ser tal que extrapole o que ordinariamente se espera das relações comerciais.
Com efeito, na definição de Carlos Roberto Gonçalves, o dano moral é:
[...] o que atinge o ofendido como pessoa, não lesando o seu patrimônio. É lesão de bem que integra os direitos da personalidade, como a honra, a dignidade, a intimidade, a imagem, o bom nome etc., como se infere dos arts. 1º, III, e 5º, V e X, da Constituição Federal, e que acarreta ao lesado dor, sofrimento, tristeza, vexame e humilhação.
Citando Sérgio Cavalieri, aduz o autor:
[...] só se deve reputar como dano moral "a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústia e desequilíbrio em seu bem-estar. Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral, porquanto, além de fazerem parte da normalidade do nosso dia-a-dia, no trabalho, no trânsito, entre os amigos e até no ambiente familiar, tais situações não são intensas e duradouras, a ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo" (Programa de responsabilidade civil, 2. Ed., São Paulo, Malheiros Ed., p. 78) (in Direito Civil: direito das obrigações, parte especial, volume 6, tomo II, responsabilidade civil, São Paulo: Saraiva, 2001 - Coleção Sinopses Jurídicas, p. 83/84).
Ex positis, não havendo desconto indevido, não há que se falar em dano moral indenizável diante da realidade dos autos, visto que negativação não houve.
Idêntico entendimento foi adotado em precedentes desta Câmara (AC n. 100.001.2005.012611-2, j. 19/12/2007, Rel. Des. Roosevelt Queiroz costa).
Logo, a sentença recorrida não merece nenhum retoque.

Ante o exposto, voto pelo não provimento do recurso e mantenho íntegra a sentença combatida.
É como voto.
Empréstimo. Desconto indevido não comprovado. Repetição de Indébito e dano moral afastados.
Em não se configurando o desconto indevido de parcela de empréstimo, não se deve falar em repetição de indébito e nem em dano moral.
POR UNANIMIDADE, REJEITAR A PRELIMINAR. NO MÉRITO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição : 14/06/2012
Data do julgamento : 22/01/2014
0002460-85.2011.8.22.0001 - Apelação
Origem : 0002460-85.2011.8.22.0001 Porto Velho/RO (4ª Vara Cível)
Apelante : Autovema Veículos Ltda.
Advogado : Mozart Luiz Borsato Kerne (OAB/RO 272)
Advogado : Rodrigo Barbosa Marques do Rosário (OAB/RO 2.969)
Advogado : Francisco Arquilau de Paula (OAB/RO 1-B)
Apelada : Maria Madalena de Aguiar Cavalcante
Def. Público : Hélio Vicente de Matos (OAB/RO 265)
Relator: Desembargador Kiyochi Mori
Revisor: Desembargador Alexandre Miguel
Obrigação de fazer. Transferência de veículo. Revendedora. Ilegitimidade ativa. Denunciação à lide. Multas de infrações de trânsito. Pontos na CNH. Responsabilidade.
A pessoa jurídica comerciante de veículos que está desobrigada de proceder ao registro da transferência para o seu próprio nome dos veículos que adquire para revenda. No entanto, persiste a obrigação de observar o disposto no artigo 134 do Código de Trânsito Brasileiro quando alienar o bem a terceiro.
Comprovada a propriedade do veículo transacionado entre as partes, fica afastada a ilegitimidade ativa.
Descabida a denunciação à lide do terceiro adquirente, posto que a responsabilidade deste depende da comunicação ao DETRAN quanto à transferência.
Os pontos decorrentes de infração de trânsito devem ser atribuídos à pessoa identificada pelo DETRAN como suposto infrator, e não atribuídas aleatoriamente aos sócios gerentes/ proprietários de pessoa jurídica.
POR UNANIMIDAE, REJEITAR AS PRELIMINARES. NO MÉRITO DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Data de distribuição: 13/08/2012
Data do julgamento: 29/01/2014
0019014-63.2009.8.22.0002 - Apelação (Agravo Retido)
Origem : 00190146320098220002 Ariquemes/1ª Vara Cível
Apelante/Agravada: Elaine Ianes de Assis
Advogado : Nelson Barbosa (OAB/RO 2529)
Apelados : Clínicas Monte Sinai Ltda e outros
Advogado : Cândido Ocampo Fernandes (OAB/RO 780)
Advogado : Henrique de Souza Leite (OAB/RO 831)
Apelada/Agravante: Nobre Seguradora do Brasil S/A
Advogada : Karima Faccioli Caram (OAB/RO 3460)
Advogado : Marcos Vinícius Coltri (OAB/SP 208259)
Advogada : Margareth Morgado (OAB/SP 141182)
Relator : D esembargador Alexandre Miguel
Revisor : D esembargador Isaias Fonseca Moraes
Erro médico. Ônus da prova. Inexistente.
Para a configuração do ato ilícito é indispensável a ocorrência de um dano e o nexo causal entre aquele e o comportamento do agente.
Tendo o laudo pericial apontado para a ausência do nexo causal e não tendo a parte autora trazido aos autos prova cabal a balizar o pedido exordial, impõe-se a improcedência dos pedidos iniciais.
POR UNANIMIDADE, NÃO CONHECER DO AGRAVO RETIDO. NO MÉRITO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

1ª CÂMARA ESPECIAL

Data: 03/02/2014
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
1ª Câmara Especial

Data de distribuição :07/01/2014
Data do julgamento : 23/01/2014
0000041-90.2014.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00078228620128220501 Porto Velho/RO (3ª Vara Criminal)
Paciente: Valter Araújo Gonçalves
Impetrantes(Advogados): Gilson Luiz Jucá Rio(OAB/RO 178) e Joselia Valentim da
Silva (OAB/RO 198)
Impetrado: Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal da Comarca de Porto Velho- RO
Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Porto Velho- RO
Relator: Desembargador Eurico Montenegro
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DENEGAR A ORDEM NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.".
Ementa : Habeas corpus. Excesso prazo. Instrução Criminal. Complexidade processo. Súmula STJ n.52. Sentença Condenatória. Direito a recorrer em liberdade. Denegação ordem.
A jurisprudência pátria tem assentado que o prazo para conclusão da instrução criminal deve ser avaliado segundo a complexidade de cada causa.
Neste caso, a própria fuga do paciente, a sua reapresentação passados quase dois anos, mais o número de corréus e os incidentes processuais criados por esses, justificam a demora na conclusão da instrução criminal.
Encerrada a instrução criminal, fica superada a alegação de constrangimento por excesso de prazo, conforme a súmula n. 52 do Superior Tribunal de Justiça.
O réu que permaneceu preso durante a instrução criminal, deve ser mantido mantido preso, especialmente se continuam presentes os motivos que ensejaram a prisão preventiva.

(a) Belª Eriene Grangeiro de Almeida Silva
Diretora do 1DEJUESP

1ª CÂMARA CRIMINAL

Data: 03/02/2014
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
1ª Câmara Criminal

Data de distribuição :23/10/2013
Data do julgamento : 23/01/2014
0016048-46.2013.8.22.0501 Apelação
Origem: 00160484620138220501 Porto Velho/RO (1ª Vara Criminal)
Apelante: Davi Uilquesson da Conceição Petronilio
Def. Pública: Rosária Gonçalves Novais (OAB/RO 407)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: Juíza Sandra A. Silvestre de Frias Torres
Revisor: DesEMBARGADOR Valter de Oliveira
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO PARCIAL À APELAÇÃO. ".
Ementa : Roubo. Pena-base acima do mínimo legal. Circunstâncias desfavoráveis.
Considerando as circunstâncias negativas ostentadas pelos apelantes, possível a fixação da pena-base acima do mínimo legal .
Agravante. Atenuante. Compensação. Possibilidade.
De acordo com o entendimento recente do STJ, inexiste preponderância entre a agravante da reincidência e a atenuante da confissão espontânea, devendo haver uma compensação entre elas e, consequente, redução da reprimenda.

Data de distribuição :07/01/2014
Data do julgamento : 30/01/2014
0000088-64.2014.8.22.0000 Habeas Corpus
Origem: 00170153620138220002 Ariquemes/RO (1ª Vara Criminal)
Paciente: Silvio Sanddi Lazari Pinto
Impetrantes: Reginaldo Ferreira dos Santos (OAB/RO 5.947) e JONAS MAURO da SILVA (oab/ro 666 - a)
Impetrado: Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Ariquemes - RO
Relatora originária: Desembargadora Ivanira Feitosa Borges
Relatora p/o acórdão: Juíza Sandra Aparecida Silvestre de Frias Torres
Decisão :"POR MAIORIA, CONCEDER A ORDEM.VENCIDA A RELATORA.".
Ementa : Habeas corpus. Prisão preventiva. Homicídio. Aplicação de medidas cautelares. Razoabilidade. Concessão da ordem.
Ausentes os requisitos da prisão preventiva e mostrando-se razoável e proporcional a aplicação da medidas cautelares, a concessão da liberdade é medida que se impõe.

Data de distribuição :16/12/2011
Data do julgamento : 30/01/2014
0010301-23.2010.8.22.0501 Apelação
Origem: 00103012320108220501 Porto Velho/RO (2ª Vara Criminal)
Apelante: Cláudio Roberto Dalcin Garlet
Advogado: Richardson Cruz da Silva (OAB/RO 2.767)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relatora: Juíza Sandra A. Silvestre de Frias Torres
Revisor: Desembargador Valter de Oliveira
Decisão :"POR UNANIMIDADE, REJEITAR A PRELIMINAR. NO MÉRITO, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO.".
Ementa : Falsidade ideológica. Madeiras. Espécies declaradas. Dados falsos.
A falta de correspondência entre as espécies declaradas na nota fiscal e guia de transporte e as efetivamente transportadas caracteriza crime de falsidade ideológica.

(a) Belª Zilda Guimarães de Araújo
Diretora do 1DEJUCRI

Data: 03/02/2014
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
1ª Câmara Criminal

Data de distribuição :18/01/2012
Data do julgamento : 30/01/2014
0009463-46.2011.8.22.0501 Apelação
Origem: 00094634620118220501 Porto Velho/RO (1ª Vara de Delitos de Tóxicos)
Apte/Apdo: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apdo/Apte: Rosivaldo de Souza Fernandes
Advogado: Antônio Carlos Monteiro (OAB/RO 567-A)
Relatora: Juíza Sandra Aparecida Silvestre de Frias Torres
Revisor: Desembargador Valter de Oliveira
Decisão :"POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO À APELAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO, E PARCIAL PROVIMENTO À APELAÇÃO DE ROSIVALDO DE SOUZA FERNANDES.".
Ementa : Apelação criminal. Tráfico de entorpecentes. Causa de diminuição. Grau máximo. Possibilidade. Substituição da pena. Regime menos gravoso. Possibilidade.
É possível a aplicação no grau máximo da causa especial de diminuição de pena, prevista no art. 33, § 4º, da Lei de Tóxicos e a fixação do regime aberto, bem como a sua substituição por restritivas de direitos, diante do quantum de pena aplicado ao delito, das circunstâncias pessoais favoráveis do agente e da pequena quantidade de entorpecente apreendido.
Tráfico. Pena de multa. Isenção. Impossibilidade.
A pena de multa no crime de tráfico é sanção cumulativa à de reclusão e, por essa razão, a sua aplicação é de caráter necessário, em obediência ao princípio da legalidade, independentemente da condição financeira do agente.

(a) Belª Zilda Guimarães de Araújo
Diretora do 1DEJUCRI

SECRETARIA ADMINISTRATIVA

EXTRATO DO CONVÊNIO
N. 002/2014

1 – Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia
2 – Universidade Paulista Unip Interativa
3 – PROCESSO: 058/SA/2013
4 - OBJETO: O presente Convênio tem por objeto proporcionar aos acadêmicos regularmente matriculados a partir do 3º período dos cursos de graduação da Universidade Paulista Unip Interativa e que mantenham afinidades com as atividades relacionadas às prestações jurisdicional e administrativa, a

realizarem estágio não remunerado no Poder Judiciário do Estado de Rondônia.
5 – VIGÊNCIA: Vigente pelo prazo de 60 meses a contar da data de assinatura (03/02/2014).
6 – Assinam: Maurício Martinho – Secretário Administrativo e Jorge Brihy Júnior – Diretor-Secretário da Unip Interativa.
SA Em: 03/02/2014

(a). Maurício Martinho
Secretário Administrativo

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA

PORTARIA Nº 0088
30 DE JANEIRO DE 2014
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido nos Feitos Administrativos (digitais) nsº 2013001120014912 e 2013001120018278,
AUTORIZA o deslocamento da Promotora de Justiça FERNANDA ALVES PÖPPL, cadastro nº 2182-1, para participar do "Curso de Inteligência de Estado e Inteligência de Segurança Pública", que ocorrerá na cidade de Belo Horizonte-MG, nos dias 31 de janeiro e 1º de fevereiro de 2014, com deslocamento nos dias 30 de janeiro e 02 de fevereiro de 2014, sem ônus para a Instituição.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
HÉVERTON ALVES DE AGUIAR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0089
30 DE JANEIRO DE 2014
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido no Feito Administrativo digital nº 2014001120000039,
I – AUTORIZA o deslocamento do Promotor de Justiça, ALAN CASTIEL BARBOSA, cadastro nº 21256, à cidade de Brasília-DF, a fim de participar da reunião da Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial nos Ministérios Públicos, no dia 18 de fevereiro de 2014, com deslocamentos nos dias 17 e 19 de fevereiro de 2014.
II – CONCEDE ao Promotor de Justiça citado no item anterior passagens aéreas e o pagamento de 2 ½ (duas e meia) diárias para custeio de suas despesas.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
HÉVERTON ALVES DE AGUIAR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0090
30 DE JANEIRO DE 2014
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido no Feito Administrativo digital nº 2014001120001128,
I – AUTORIZA o deslocamento do Promotor de Justiça MAURO ADILSON TOMAL, cadastro nº 21129, à cidade de Brasília-DF, a fim de participar da Oficina "Justiça Militar – Perspectivas e Transformações, no dia 12 de fevereiro de 2014, com deslocamento no dia 11 de fevereiro de 2014.
II – CONCEDE ao Promotor de Justiça citado no item anterior passagens aéreas e o pagamento de 1 ½ (uma e meia) diária para custeio de suas despesas.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
HÉVERTON ALVES DE AGUIAR
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 0098
31 DE JANEIRO DE 2014
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e considerando o contido no Feito Administrativo digital nº 2014001120001338,
AUTORIZA o deslocamento da Procuradora de Justiça VERA LÚCIA PACHECO FERRAZ DE ARRUDA, cadastro nº 20583, à cidade de Aracaju-SE, no período de 09 a 14 de fevereiro de 2014, sem ônus para a Instituição, em razão da requisição contida na Portaria CNMP-CN nº 09, de 24 de janeiro de 2014.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
HÉVERTON ALVES DE AGUIAR
Procurador-Geral de Justiça

EXTRATO DA PORTARIA Nº 006/2014-3ª PJ/GM
PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 2012001010012156.
DATA DA INSTAURAÇÃO: 30/01/2014.
PROMOTOR DE JUSTIÇA: MATHEUS GONÇALVES SOBRAL
INVESTIGA DO: CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
ASSUNTO: Apurar a notícia, que chegou a Promotoria de Justiça por meio de expediente oriundo do Tribunal de Contas no qual encaminhou cópia do Processo n. 1510/2011 – Relatório de Inspeção Especial, dando conta acerca da constatação de irregularidade no processo n. 0038/2010, instaurado no âmbito da Câmara de Vereadores de Guajará-Mirim para pagamento de restituição de passagens aéreas no trecho Porto Velho x Brasília x Porto Velho, notadamente por ausência de prova efetiva que caracterize o interesse público no ressarcimento do valor das passagens adquiridas diretamente pelos Edis do Município.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 007/2014-3ª PJ/GM
PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 2011001010016776.
DATA DA INSTAURAÇÃO: 30/01/2014.
PROMOTOR DE JUSTIÇA: MATHEUS GONÇALVES SOBRAL
INVESTIGA DO: CÂMARA MUNICIPAL DE GUAJARÁ-MIRIM
ASSUNTO: Apurar a notícia, que chegou a Promotoria de Justiça por meio de expediente oriundo do Tribunal de Contas no qual encaminha cópia do Processo n. 2718/2009 – Auditoria de Gestão, dando conta acerca da constatação de cumulação indevida de cargos e vencimentos no âmbito municipal, em total desacordo com o previsto no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Extrato da Portaria 001/2014/8ªPJPVH/3ª Tit.
Procedimento de Investigação Preliminar
ParquetWeb n° 2014001010002328
Data de Instauração: 30 de Janeiro de 2014.
8ª Promotoria de Justiça da Cidadania
Promotor de Justiça – Daniela Nicolai de Oliveira Lima
Assunto: Procedimento Investigatório Preliminar instaurado com o objetivo de garantir o cumprimento da Lei Estadual nº 3.314/2014.

ARQUIVAMENTO DO FEITO Nº 2012001010002280
Promotoria: 3ª Promotoria de Justiça de Ariquemes/2ª Titularidade
Promotora: Joice Gushy Mota Azevedo
Assunto: Promoção de Arquivamento com encaminhamento ao Conselho Superior do Ministério Público para análise e homologação.
Resumo: Trata-se de Notícia de Fato instaurada para acompanhar a ACP 201101010015596, que trata de pedido

de providências quanto a notícia postada no site www.rondoniaovivo.com, "que o prefeito de Ariquemes prepara licitação milionária de propaganda e publicidade",a qual foi encaminhada ao Fórum em 02/02/2012.
1ª/2ª

PORTARIA DE INSTAURAÇÃO
INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO No 005/2014/1ªPJPB/1ªTIT
MPRO 2013001010016528
Data da instauração: 28 de janeiro de 2014
Promotoria: 1ª Promotoria de Justiça/1ª Titularidade
Promotor: Dr. Fábio Augusto Negreiros Parente Capela Sampaio
Investigado: Município de São Felipe d'Oeste/RO
Assunto: Investigar eventuais irregularidades cometidas na contratação de professores por prazo determinado no Município de São Felipe d'Oeste-RO.
Pimenta Bueno-RO, 30 de janeiro de 2014.
Fábio Augusto Negreiros Parente Capela Sampaio
Promotor de Justiça

EXTRATO DE PORTARIA Nº 009/2014 – 2ª PJC
DATA DA INSTAURAÇÃO: 30 de janeiro de 2014
PROMOTORIA: 2ª Promotoria de Justiça de Cerejeiras
PROMOTOR: Marcos Paulo Sampaio Ribeiro da Silva
Conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil Público
PROCEDIMENTO INTERNO Nº. 2013001010017520
INVESTIGADO: Jairo Corrêa
FATO/OBJETO: Dar continuidade a apuração de eventuais danos ambientais ocasionados pelo investigado e obter a recuperação das áreas degradadas.

EXTRATO DA PORTARIA Nº 010/2014-2ª PJC
Promotor: Dr. Fernando Henrique Berbert Fontes
Promotoria: 2ª Promotoria de Justiça de Cerejeiras
Conversão de Notícia de Fato em Procedimento Preparatório
Parquet Web: 2013001010028681
Envolvido: A apurar
Investigante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Assunto: Dar continuidade no presente feito, a fim de apurar eventuais irregularidades no fornecimento de merenda na Escola Estadual de Ensino Fundamental São Roque, localizada no município de Corumbiara/RO.

PORTARIA Nº 0126
22 DE JANEIRO DE 2014
O SECRETÁRIO-GERAL, considerando as disposições contidas no artigo 8º c/c 45, inciso I, itens 2, 40 e 43, da Lei Complementar nº 93, de 03 de novembro de 1993, e no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria nº 0129, de 05 de fevereiro de 2010, publicada no DJ/RO nº 028, de 11.02.2010, e, ainda, o contido no Processo nº 2014001120000569,
R E S O L V E:
ALTERAR, parcialmente, Portaria nº 1332, de 28.11.2013, publicada no Diário da Justiça nº 222, de 29.11.2013, que concedeu as férias do servidor RAYMUNDO FRANCISCO OLIVEIRA ASSIS, cadastro nº 4312-5, ocupante do cargo efetivo de Motorista e do cargo comissionado de Chefe da Seção de Transportes, referentes ao período aquisitivo de 11.09.2012 a 10.09.2013, para constar que o primeiro período de fruição é de 21 a 30.07.2014.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
RENATO GRIECO PUPPIO
Promotor de Justiça
Secretário-Geral

PORTARIA Nº 0127
27 DE JANEIRO DE 2014
O SECRETÁRIO GERAL, considerando as disposições contidas no artigo 8º c/c 45, inciso I, itens 2, 40 e 43 da Lei complementar nº 93, de 03.11.1993, e no uso de suas atribuições, conferidas pelo da Portaria nº 0129, de 05.02.2010, publicada no DJ/RO nº 028, de 11.02.2010, e ainda, o contido no processo nº 2014001120000683,
RESOLVE:
DESLIGAR a Estagiária Administrativa THAIS CORVELHO DA CRUZ, cadastro 3431-5, do Corpo de Estagiários do Ministério Público, com fulcro no inciso II, do artigo 29, da Resolução nº 03/10-CSMP, de 29 janeiro de 2010, com efeitos a partir de 21.01.2014.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
RENATO GRIECO PUPPIO
Promotor de Justiça
Secretário-Geral

PORTARIA Nº 0128
22 DE JANEIRO DE 2014
O SECRETÁRIO-GERAL, considerando as disposições contidas no artigo 8º c/c 45, inciso I, itens 2, 40 e 43, da Lei Complementar nº 93, de 03.11.1993, e no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria nº 0129, de 05.02.2010, publicada no DJ/RO nº 028, de 11.02.2010, e, ainda, considerando o contido no Processo nº 2014001120000096,
R E S O L V E:
CONCEDER recesso à estagiária administrativa GABRIELA SANTOS DO NASCIMENTO, cadastro nº 3419-4, no período de 10 a 19.01.2014, conforme artigo 26, da Resolução nº 03/10-CSMP, de 29 de janeiro de 2010.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
RENATO GRIECO PUPPIO
Promotor de Justiça
Secretário-Geral

PORTARIA Nº 0129
22 DE JANEIRO DE 2014
O SECRETÁRIO GERAL, considerando as disposições contidas no artigo 8º c/c 45, inciso I, itens 2, 40 e 43 da Lei complementar nº 93, de 03.11.1993, e no uso de suas atribuições, conferidas pelo da Portaria nº 0129, de 05.02.2010, publicada no DJ/RO nº 028, de 11.02.2010, e ainda, o contido no processo nº 2014001120000096,
RESOLVE:
DESLIGAR a Estagiária Administrativa GABRIELA SANTOS DO NASCIMENTO, cadastro 3419-4, do Corpo de Estagiários do Ministério Público, com fulcro no inciso II, do artigo 29, da Resolução nº 03/10-CSMP, de 29 janeiro de 2010, com efeitos a partir de 20.01.2014.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
RENATO GRIECO PUPPIO
Promotor de Justiça
Secretário-Geral

PORTARIA Nº 0130
22 DE JANEIRO DE 2014
O SECRETÁRIO-GERAL considerando as disposições contidas no artigo 8º c/c 45, inciso I, itens 2, 40 e 43, da Lei Complementar nº 93, de 03 de novembro de 1993, e no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria nº 0129, de 05 de março de 2010, publicada no DJ/RO nº 028, de 11.02.2010, e, ainda o contido no Processo nº 2014001120000534,

R E S O L V E:
CONCEDER a dispensa remunerada à servidora DENISE TON TIUSSI, cadastro nº 4451-6, ocupante do cargo de Analista em Economia, no dia 03.02.2014, referente aos serviços prestados à Justiça Eleitoral no dia 24.09.2012, conforme o disposto no art. 98, da Lei 9.504, de 30.09.1997.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
RENATO GRIECO PUPPIO
Promotor de Justiça
Secretário-Geral

PORTARIA Nº 0131
22 DE JANEIRO DE 2014
O SECRETÁRIO-GERAL, considerando as disposições contidas no artigo 8º c/c 45, inciso I, itens 2, 40 e 43, da Lei Complementar nº 93, de 03.11.1993, e no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria nº 0129, de 05.02.2010, publicada no DJ/RO nº 028, de 11.02.2010, e, ainda, considerando o contido no Processo nº 2014001120000712,
R E S O L V E:
CONCEDER recesso à estagiária administrativa ANA CAROLINA BARBOZA SILVA, cadastro nº 3427-4, no período de 10.02 a 01.03.2014, conforme artigo 26, da Resolução nº 03/10-CSMP, de 29 de janeiro de 2010.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
RENATO GRIECO PUPPIO
Promotor de Justiça
Secretário-Geral

PORTARIA Nº 0132
22 DE JANEIRO DE 2014
O SECRETÁRIO GERAL, considerando as disposições contidas no artigo 8º c/c 45, inciso I, itens 2, 40 e 43 da Lei complementar nº 93, de 03.11.1993, e no uso de suas atribuições, conferidas pelo da Portaria nº 0129, de 05.02.2010, publicada no DJ/RO nº 028, de 11.02.2010, e ainda, o contido no processo nº 2014001120000813,
RESOLVE:
DESLIGAR a Estagiária Administrativa GABRIELA CLAVERO DE SOUZA, cadastro 3420-9, do Corpo de Estagiários do Ministério Público, com fulcro no inciso II, do artigo 29, da Resolução nº 03/10-CSMP, de 29 janeiro de 2010, com efeitos a partir de 10.02.2014.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
RENATO GRIECO PUPPIO
Promotor de Justiça
Secretário-Geral

PORTARIA Nº 0133
22 DE JANEIRO DE 2014
O SECRETÁRIO-GERAL, considerando as disposições contidas no artigo 8º c/c 45, inciso I, itens 2, 40 e 43, da Lei Complementar nº 93, de 03 de novembro de 1993, e no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria nº 0129, de 05 de fevereiro de 2010, publicada no DJ/RO nº 028, de 11.02.2010, e, ainda, o contido no Processo nº 2014001120000612,
R E S O L V E:
DESIGNAR o servidor ADÃO NEVES FERRAZ, cadastro nº 4428-3, ocupante do cargo efetivo de Técnico Administrativo, para substituir a servidora CLAUDETE MARIA GAIENSKI, cadastro nº 4300-1, Chefe de Cartório da Promotoria de Justiça de Ariquemes, no período de 20.01 a 08.02.2014, com ônus para a Instituição.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
RENATO GRIECO PUPPIO
Promotor de Justiça
Secretário-Geral

PORTARIA Nº 0134
22 DE JANEIRO DE 2014
O SECRETÁRIO-GERAL, considerando as disposições contidas no artigo 8º c/c 45, inciso I, itens 2, 40 e 43, da Lei Complementar nº 93, de 03 de novembro de 1993, e no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria nº 0129, de 05 de fevereiro de 2010, publicada no DJ/RO nº 028, de 11.02.2010, e, ainda o contido no Processo nº 2014001120000099,
R E S O L V E:
CONCEDER férias à servidora ZENILDA PEREIRA DE SOUSA, cadastro nº 4221-8, ocupante do cargo efetivo de Técnico Administrativo e da função de confiança de Chefe de Cartório da Promotoria de Justiça de Espigão d'Oeste, correspondentes ao período aquisitivo de 20.02.2011 a 19.02.2012, para fruição no período de 23.06 a 12.07.2014, com conversão em abono pecuniário de 13 a 22.07.2014, conforme artigos 110 e 113 da Lei Complementar nº 68/92, sem adiantamento salarial..
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
RENATO GRIECO PUPPIO
Promotor de Justiça
Secretário-Geral

PORTARIA Nº 0137
22 DE JANEIRO DE 2014
O SECRETÁRIO-GERAL, considerando as disposições contidas no artigo 8º c/c 45, inciso I, itens 2, 40 e 43, da Lei Complementar nº 93, de 03 de novembro de 1993, e no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria nº 0129, de 05 de fevereiro de 2010, publicada no DJ/RO nº 028, de 11.02.2010, e, ainda o contido no Processo nº 2013001120019298,
R E S O L V E:
CONCEDER férias à servidora LEIA SICHINEL, cadastro nº 4458-8, ocupante do cargo efetivo de Técnico Administrativo, correspondentes ao período aquisitivo de 01.10.2013 a 30.09.2014, para fruição nos períodos de 17 a 26.11.2014 e 08 a 27.09.2015, conforme artigo 110 da Lei Complementar nº 68/92, sem adiantamento salarial.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
RENATO GRIECO PUPPIO
Promotor de Justiça
Secretário-Geral

PORTARIA Nº 0138
22 DE JANEIRO DE 2014
O SECRETÁRIO-GERAL, considerando as disposições contidas no artigo 8º c/c 45, inciso I, itens 2, 40 e 43, da Lei Complementar nº 93, de 03 de novembro de 1993, e no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria nº 0129, de 05 de fevereiro de 2010, publicada no DJ/RO nº 028, de 11.02.2010, e, ainda, o contido no Processo nº 2013001120019298,
R E S O L V E:
ALTERAR, parcialmente, Portaria nº 1382, de 28.11.2012, publicada no Diário da Justiça nº 221, de 28.11.2012, que concedeu férias à servidora LEIA SICHINEL, cadastro nº 4458-8, ocupante do cargo efetivo de Técnico Administrativo, referentes ao período aquisitivo de 01.10.2012 a 30.09.2013, para constar que o terceiro período de fruição é de 14 a 23.08.2014.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
RENATO GRIECO PUPPIO
Promotor de Justiça
Secretário-Geral

PORTARIA Nº 0139
22 DE JANEIRO DE 2014
O SECRETÁRIO-GERAL, considerando as disposições contidas no artigo 8º c/c 45, inciso I, itens 2, 40 e 43, da Lei Complementar nº 93, de 03 de novembro de 1993, e no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria nº 0129, de 05 de fevereiro de 2010, publicada no DJ/RO nº 028, de 11.02.2010, e, ainda, o contido no Processo nº 2014001120000583,
R E S O L V E:
ALTERAR, parcialmente, Portaria nº 0092, de 04.02.2013, publicada no Diário da Justiça nº 030, de 18.02.2013, que concedeu férias ao servidor GILBERTO DIAS DE LIMA JUNIOR, cadastro nº 44472, ocupante do cargo efetivo de Analista em Engenharia Elétrica, referentes ao período aquisitivo de 19.06.2012 a 18.06.2013, para constar que o terceiro período de fruição é de 18 a 27.08.2014.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
RENATO GRIECO PUPPIO
Promotor de Justiça
Secretário-Geral

PORTARIA Nº 0142
23 DE JANEIRO DE 2014
O SECRETÁRIO-GERAL, considerando as disposições contidas no artigo 8º c/c 45, inciso I, itens 2, 40 e 43, da Lei Complementar nº 93, de 03 de novembro de 1993, e no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria nº 0129, de 05 de fevereiro de 2010, publicada no DJ/RO nº 028, de 11.02.2010, e, ainda, o contido no Processo nº 2014001120000659,
R E S O L V E:
ALTERAR, parcialmente, Portaria nº 2626, de 18.12.2013, publicada no Diário da Justiça nº 006, de 09.01.2014, que concedeu férias à servidora ALINE DE FREITAS RODRIGUES, cadastro nº 4453-5, ocupante do cargo efetivo de Analista em Geoprocessamento, referentes ao período aquisitivo de 31.01.2013 a 30.01.2014, para fruição nos períodos de 05 a 14.01.2015 e 15 a 24.01.2015, convertendo em abono pecuniário o período de 25.01 a 03.02.2015.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
RENATO GRIECO PUPPIO
Promotor de Justiça
Secretário-Geral

PORTARIA Nº 0143
23 DE JANEIRO DE 2014
O SECRETÁRIO-GERAL, considerando as disposições contidas no artigo 8º c/c 45, inciso I, itens 2, 40 e 43, da Lei Complementar nº 93, de 03 de novembro de 1993, e no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria nº 0129, de 05 de fevereiro de 2010, publicada no DJ/RO nº 028, de 11.02.2010, e, ainda o contido no Processo nº 2013001120018287,
R E S O L V E:
CONCEDER férias à servidora ADRIANA DIAS DOS SANTOS, cadastro nº 4453-7, ocupante do cargo efetivo de Técnico Administrativo, correspondentes ao período aquisitivo de 07.08.2012 a 06.08.2013, para fruição no período de 21.02 a 12.03.2014, com conversão em abono pecuniário de 13 a 22.03.2014, conforme artigos 110 e 113 da Lei Complementar nº 68/92, sem adiantamento salarial.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
RENATO GRIECO PUPPIO
Promotor de Justiça
Secretário-Geral

PORTARIA Nº 0144
23 DE JANEIRO DE 2014
O SECRETÁRIO-GERAL, considerando as disposições contidas no artigo 8º c/c 45, inciso I, itens 2, 40 e 43, da Lei Complementar nº 93, de 03.11.1993, e no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria nº 0129, de 05.02.2010, publicada no DJ/RO nº 028, de 11.02.2010, e, ainda, considerando o contido no Processo nº 2014001120000545,
R E S O L V E:
CONCEDER recesso à estagiária administrativa NATÁLIA AUGUSTA SANTOS DA SILVA, cadastro nº 3418-0, no período de 23.01 a 01.02.2014, conforme artigo 26, da Resolução nº 03/10-CSMP, de 29 de janeiro de 2010.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
RENATO GRIECO PUPPIO
Promotor de Justiça
Secretário-Geral

PORTARIA Nº 0150
27 DE JANEIRO DE 2014
O SECRETÁRIO-GERAL, considerando as disposições contidas no artigo 8º c/c 45, inciso I, itens 2, 40 e 43, da Lei Complementar nº 93, de 03.11.1993, e no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria nº 0129, de 05.02.2010, publicada no DJ/RO nº 028, de 11.02.2010, e, ainda contido no Processo nº 2014001120000678,
R E S O L V E:
DESLIGAR a Estagiária Administrativa AMANDA GOMES DA SILVA, cadastro nº 3427-1, do Corpo de Estagiários do Ministério Público, com fulcro no inciso II, do artigo 29, da Resolução nº 03/10-CSMP, de 29 de janeiro de 2010, a partir de 2701.2014.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
RENATO GRIECO PUPPIO
Promotor de Justiça
Secretário-Geral

PORTARIA Nº 0157
28 DE JANEIRO DE 2014
O SECRETÁRIO-GERAL, considerando as disposições contidas no artigo 8º c/c 45, inciso I, itens 2, 40 e 43, da Lei Complementar nº 93, de 03 de novembro de 1993, e no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria nº 0129, de 05 de fevereiro de 2010, publicada no DJ/RO nº 028, de 11.02.2010, e, ainda o contido no Processo nº 2014001120000231,
R E S O L V E:
CONCEDER férias à servidora cedida ALZIRA DOS SANTOS BEZERRA, cadastro nº 5253-5, correspondentes ao período aquisitivo de 25.08.2012 a 24.08.2013 (exercício de 2013-SESDEC), para fruição nos períodos de 17.02 a 28.02.2014 e 12.08 a 29.08.2014, conforme artigo 110 da Lei Complementar nº 68/92, sem adiantamento salarial.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
RENATO GRIECO PUPPIO
Promotor de Justiça
Secretário-Geral

PORTARIA Nº 158
28 DE JANEIRO DE 2014
O SECRETÁRIO-GERAL, considerando as disposições contidas no artigo 8º c/c 45, inciso I, itens 2, 40 e 43, da Lei Complementar nº 93, de 03.11.1993, e no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria nº 0129, de 05.02.2010, publicada no DJ/RO nº 028, de 11.02.2010, e, ainda, considerando o contido no Processo nº 2013001120008186,

R E S O L V E:
DESIGNAR o servidor MARCELO MARTINS PINHEIRO, cadastro nº 4279-5, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, para substituir a servidora SANDRA REGINA DA SILVA LEBRE FERNANDES, cadastro nº 4134-3, Assessora Técnica, no período de 06 a 25.01.2014, com ônus para a Instituição.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
RENATO GRIECO PUPPIO
Promotor de Justiça
Secretário-Geral

PORTARIA Nº 0161
28 DE JANEIRO DE 2014
O SECRETÁRIO-GERAL, considerando as disposições contidas no artigo 8º c/c 45, inciso I, itens 2, 40 e 43, da Lei Complementar nº 93, de 03 de novembro de 1993, e no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria nº 0129, de 05 de fevereiro de 2010, publicada no DJ/RO nº 028, de 11.02.2010, e, ainda, o contido no Processo nº 2014001120000513,
R E S O L V E:
ALTERAR, parcialmente, Portaria nº 1332, de 28.11.2013, publicada no Diário da Justiça nº 222, de 29.11.2013, que concedeu férias ao servidor FRANCISCO RICARDO GOMES ANDRADE, cadastro nº 5189-7, ocupante do cargo comissionado de Assistente Militar, referentes ao período aquisitivo de 14.04.2012 a 13.04.2013, para constar que o período de fruição é de 03.02 a 04.03.2014.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
RENATO GRIECO PUPPIO
Promotor de Justiça
Secretário-Geral

PORTARIA Nº 0162
28 DE JANEIRO DE 2014
O SECRETÁRIO-GERAL, considerando as disposições contidas no artigo 8º c/c 45, inciso I, itens 2, 40 e 43, da Lei Complementar nº 93, de 03 de novembro de 1993, e no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria nº 0129, de 05 de fevereiro de 2010, publicada no DJ/RO nº 028, de 11.02.2010, e, ainda o contido no Processo nº 2014001120000902,
R E S O L V E:
CONCEDER férias ao servidor ALCELY ALVES DE SOUZA, cadastro nº 4203-0, ocupante do cargo efetivo de Vigilante, correspondentes ao período aquisitivo de 13.01.2013 a 12.01.2014, para fruição no período de 01 a 20.04.2014, com conversão em abono pecuniário de 21 a 30.04.2014, conforme artigos 110 e 113 da Lei Complementar nº 68/92, sem adiantamento salarial.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
RENATO GRIECO PUPPIO
Promotor de Justiça
Secretário-Geral

PORTARIA Nº 0163
28 DE JANEIRO DE 2014
O SECRETÁRIO-GERAL, considerando as disposições contidas no artigo 8º c/c 45, inciso I, itens 2, 40 e 43, da Lei Complementar nº 93, de 03.11.1993, e no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria nº 0129, de 05.02.2010, publicada no DJ/RO nº 028, de 11.02.2010, e, ainda, considerando o contido no Processo nº 2014001120001014,
R E S O L V E:
CONCEDER recesso ao estagiário administrativo ABEL BRENO VENTURA DE ABREU, cadastro nº 3433-6, no período de 16 a 25.01.2014, conforme artigo 26, da Resolução nº 03/10-CSMP, de 29 de janeiro de 2010.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
RENATO GRIECO PUPPIO
Promotor de Justiça
Secretário-Geral

PORTARIA Nº 0164
28 DE JANEIRO DE 2014
O SECRETÁRIO-GERAL, considerando as disposições contidas no artigo 8º c/c 45, inciso I, itens 2, 40 e 43, da Lei Complementar nº 93, de 03.11.1993, e no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria nº 0129, de 05.02.2010, publicada no DJ/RO nº 028, de 11.02.2010, e, ainda, o contido no Processo nº 2014001120000503,
R E S O L V E:
ADMITIR o estudante EDUARDO OLIVEIRA DA SILVA, como Estagiário Administrativo, por ter atendido às exigências e formalidades contidas na Resolução 03/2010-CSMP, de 29 de janeiro de 2010, para preenchimento de vaga existente na cidade de Porto Velho, com efeitos a partir de 14.01.2014.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
RENATO GRIECO PUPPIO
Promotor de Justiça
Secretário-Geral

PORTARIA Nº 0165
28 DE JANEIRO DE 2014
O SECRETÁRIO-GERAL, considerando as disposições contidas no artigo 8º c/c 45, inciso I, itens 2, 40 e 43, da Lei Complementar nº 93, de 03.11.1993, e no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria nº 0129, de 05.02.2010, publicada no DJ/RO nº 028, de 11.02.2010, e, ainda contido no Processo nº 2014001120000057,
R E S O L V E:
DESLIGAR a Estagiária Administrativa GABRIELLE FREZ LAIA, cadastro nº 3430-7, do Corpo de Estagiários do Ministério Público, com fulcro no inciso II, do artigo 29, da Resolução nº 03/10-CSMP, de 29 de janeiro de 2010, a partir de 20.01.2014.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
RENATO GRIECO PUPPIO
Promotor de Justiça
Secretário-Geral

PORTARIA Nº 0168
28 DE JANEIRO DE 2014
O SECRETÁRIO-GERAL, considerando as disposições contidas no artigo 8º c/c 45, inciso I, itens 2, 40 e 43, da Lei Complementar nº 93, de 03 de novembro de 1993, e no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria nº 0129, de 05 de fevereiro de 2010, publicada no DJ/RO nº 028, de 11.02.2010, e, ainda, o contido no Processo nº 2014001120000439,
R E S O L V E:
ALTERAR, parcialmente, Portaria nº 0078, de 15.01.2014, publicada no Diário da Justiça nº 013, de 20.01.2014, que desligou o estagiário administrativo RAMIR BAVARESCO JUNIOR, cadastro nº 3400-4, para constar que a data de desligamento é a partir de 15.01.2014.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
RENATO GRIECO PUPPIO
Promotor de Justiça
Secretário-Geral

PORTARIA Nº 0172
29 DE JANEIRO DE 2014
O SECRETÁRIO-GERAL, considerando as disposições contidas no artigo 8º c/c 45, inciso I, itens 2, 40 e 43, da Lei Complementar nº 93, de 03 de novembro de 1993, e no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria nº 0129, de 05 de fevereiro de 2010, publicada no DJ/RO nº 028, de 11.02.2010, e, ainda, o contido no Processo nº 2014001120001022,
R E S O L V E:
DESIGNAR o servidor GILBERTO ALVES DA SILVA, cadastro nº 4375-3, ocupante do cargo efetivo de Técnico Administrativo, para substituir o servidor MÁRCIO SANTANA MOTTA, cadastro nº 4414-1, Chefe de Cartório da Promotoria de Justiça de Ouro Preto do Oeste, no período de 03 a 22.02.2014, com ônus para a Instituição.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
RENATO GRIECO PUPPIO
Promotor de Justiça
Secretário-Geral

PORTARIA Nº 0173
29 DE JANEIRO DE 2014
O SECRETÁRIO-GERAL, considerando as disposições contidas no artigo 8º c/c 45, inciso I, itens 2, 40 e 43, da Lei Complementar nº 93, de 03 de novembro de 1993, e no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria nº 0129, de 05 de fevereiro de 2010, publicada no DJ/RO nº 028, de 11.02.2010, e, ainda, o contido no Processo nº 2014001120000515,
R E S O L V E:
ALTERAR, parcialmente, Portaria nº 2231, de 25.10.2013, publicada no Diário da Justiça nº 207, de 07.11.2013, que concedeu férias ao servidor JOÃO FRANCISCO DOS SANTOS, cadastro nº 4452-9, ocupante do cargo efetivo de Oficial de Diligências, referentes ao período aquisitivo de 01.08.2012 a 31.07.2013, para constar que o segundo período de fruição é de 29.01 a 07.02.2014.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
RENATO GRIECO PUPPIO
Promotor de Justiça
Secretário-Geral

PORTARIA Nº 0176
29 DE JANEIRO DE 2014
O SECRETÁRIO-GERAL, considerando as disposições contidas no artigo 8º c/c 45, inciso I, itens 2, 40 e 43, da Lei Complementar nº 93, de 03 de novembro de 1993, e no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria nº 0129, de 05 de fevereiro de 2010, publicada no DJ/RO nº 028, de 11.02.2010, e, ainda, o contido no Processo nº 2014001120000192,
R E S O L V E:
DESIGNAR a servidora MAGALY DOS SANTOS BRASIL, cadastro nº 4441-0, ocupante do cargo efetivo de Técnico Administrativo e do cargo comissionado de Assistente de Promotoria, para substituir a servidora JAMILLY FERNANDES SANTANA BESSA, cadastro nº 5250-7, Assessora Jurídica, no período de 26.12.2013 a 15.01.2014, com ônus para a Instituição.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
RENATO GRIECO PUPPIO
Promotor de Justiça
Secretário-Geral

PORTARIA Nº 0039
13 DE JANEIRO DE 2014
O SECRETÁRIO-GERAL, considerando as disposições contidas no artigo 8º c/c 45, inciso I, itens 2, 40 e 43, da Lei Complementar nº 93, de 03.11.1993, e no uso de suas atribuições, conferidas pela Portaria nº 0129, de 05.02.2010, publicada no DJ/RO nº 028, de 11.02.2010, e, ainda contido no Processo nº 2013001120019386,
R E S O L V E:
DESLIGAR a Estagiária de Pedagogia CAMILA PAMELA DA COSTA, cadastro nº 3437-8, do Corpo de Estagiários do Ministério Público, com fulcro no inciso II, do artigo 29, da Resolução nº 03/10-CSMP, de 29 de janeiro de 2010, a partir de 03.12.2013.
PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.
RENATO GRIECO PUPPIO
Promotor de Justiça
Secretário-Geral

EXTRATO DO QUARTO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 051/2012-PGJ
CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA, inscrito no CNPJ sob nº. 04.381.083/0001-67, localizado à Rua Jamari, nº. 1555, bairro Olaria, Porto Velho/RO.
CONTRATADO: CORINGA CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 01.705.566/0001-81, com sede na rua Manoel Laurentino de Souza, nº. 1577, Bairro Nova Porto Velho, CEP 78906-610, Porto Velho/RO.
DO OBJETO, DO PRAZO E DO VALOR: O objeto deste contrato é o acréscimo da quantia de R$ 92.648,38 (noventa e dois mil seiscentos e quarenta e oito reais e trinta e oito centavos), a serem pagos na forma estabelecida no contrato original, relativos à adição e supressão dos serviços e materiais constantes no Anexo I do presente instrumento. Fica através do presente aditivo, prorrogado o prazo de execução da obra em mais 90 (noventa) dias, estendendo-se ainda o prazo de vigência do contrato por igual período.
Ratificam-se, neste ato, todas as demais cláusulas e condições constantes no contrato original. E por estarem justos e contratados, assinam o presente Termo Aditivo em 03 (três) vias de igual teor, forma e para um só efeito, diante de 02 (duas) testemunhas.
Porto Velho, 13 de janeiro de 2014.
HÉVERTON ALVES DE AGUIAR
Procurador-Geral de Justiça
CONTRATANTE
OLAVO DE LIMA SANTANA
Representante Legal
CONTRATADA

EXTRATO DO TERCEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 003/2013-PGJ
CONTRATANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA, inscrito no CNPJ sob nº. 04.381.083/0001-67, localizado na Rua Jamari, nº. 1555, bairro Olaria, Porto Velho/RO.
CONTRATADO:CONSTRUTORA T.F. LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 05.236.400/0001-14, Inscrição Estadual nº. 11283-11, com sede na Rua Padre Chiquinho, nº. 1.269, Bairro Pedrinhas, Porto Velho/RO.
DO OBJETO E VIGÊNCIA: O objeto deste contrato é a prorrogação do prazo de execução inicialmente estabelecido em contrato por mais 90 (noventa) dias.
Porto Velho, 20 de janeiro de 2014.
HÉVERTON ALVES DE AGUIAR
Procurador-Geral de Justiça
CONTRATANTE
FÁBIO BEZERRA SOARES
Sócio Administrador
CONTRATADA

TERCEIRA ENTRÂNCIA

COMARCA DE PORTO VELHO

TURMA RECURSAL

Turma Recursal - Porto Velho

DESPACHO DA RELATORA
Recurso Inominado
Número do Processo: 1004601-69. 2012. 8. 22. 0601
Processo de Origem: 1004601-69. 2012. 8. 22. 0601
Recorrente: ALEXIS JOSE XAVIER GONZALEZ
Advogado: Aristides César Pires Neto(OAB/RO 4713)
Recorrido: BANCO SANTANDER
Advogado: Carlos Maximiano Mafra de Laet(OAB/RJ 15311)
Relatora: Juíza Euma Mendonça Tourinho
DESPACHO
Há nos autos petição, protocolizada pelo BANCO SANTANDER BRASIL S. A e ALEXIS JOSÉ XAVIER GONZALEZ, noticiando a realização de acordo entre as partes, no qual a instituição bancária se compromete a pagar a quantia de R$ 9. 000, 00 (nove mil reais) para a liquidação do feito, motivo pelo qual determino a remessa imediata dos autos à origem, para que o Juízo a quo possa homologar o aludido acordo.
Porto Velho - RO, 3 de fevereiro de 2014.
Juíza Euma Mendonça Tourinho
Relatora

DESPACHO DA RELATORA
Agravo em Recurso Extraordinário - Nrº: 4
Número do Processo: 1002445-11. 2012. 8. 22. 0601
Processo de Origem: 1002445-11. 2012. 8. 22. 0601
Agravante: B. V. Financeira S. A.
Advogado: Celso Marcon(OAB/RO 3700)
Agravado: FRANCISO JUNIOR MOREIRA NONATO
Advogada: Mabiagina Mendes de Lima(OAB/RO 3912)
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos(OAB/RO 655A)
Relatora: Juíza Euma Mendonça Tourinho
DESPACHO
Em virtude da interposição de Recurso Extraordinário, o presente processo foi remetido ao colendo STF. Todavia, seu julgamento foi impedido em virtude de o processo ter sido remetido sem que os autos fossem integralmente impressos e autuados, nos moldes do que estabelece o §2º do art. 12 da Lei 11. 419/2006.
Presente essa moldura, o eminente Ministro Presidente do STF determinou o retorno dos autos a esta Turma Recursal.
Isso posto, determino que a Secretaria promova imediatamente as adequações necessárias, bem como certifique a impressão de todas as peças e, de forma subsequente, reenvie os autos ao STF.
Porto Velho - RO, 3 de fevereiro de 2014.
Juíza Euma Mendonça Tourinho
Relatora

DESPACHO DA RELATORA
Recurso Inominado
Número do Processo: 1003356-23. 2012. 8. 22. 0601
Processo de Origem: 1003356-23. 2012. 8. 22. 0601
Recorrente: Eletrobras Distribuição Rondônia - CERON
Advogado: FÁbio AntÔnio Moreira(RO 1553)
Recorrida: Josiane Oliveira da Silva
Defensor Público: Raimundo Ribeiro Cantanhede Filho(OAB/RO 238)
Relatora: Juíza Euma Mendonça Tourinho
DECISÃO
Trata-se de Recurso Inominado interposto contra r. SENTENÇA que julgou procedente o pedido para condenar a Recorrente a revisionar as faturas de energia dos meses de março e abril de 2012 com base no consumo real.
Recorre afirmando a legalidade das cobranças.
Conheço do Recurso, eis que presentes os pressupostos para sua admissibilidade.
Em análise detida dos autos, a Recorrente não logrou êxito em demonstrar o aumento da unidade consumidora do Recorrido que justificasse a cobrança exagerada dos valores faturados em março e abril de 2012, deixando de atender o que preconiza o artigo 333, II do CPC.
Ademais, foi observado que o medidor estava em perfeitas condições, não necessitando de troca, razão pela qual, a retificação com base no consumo real deve ser confirmada.
Neste sentido:
1001400-23. 2012. 8. 22. 0002 Recurso Inominado
Origem: 10014002320128220002 Ariquemes/RO (1ª Vara Juizado Especial Cível)
Recorrente: Eletrobras Distribuição Rondônia - CERON
Advogado: Pedro Origa(RO1953)
Recorrida: Sebastiana da Silva Teixeira
Advogado: Denis Augusto Monteiro Lopes(RO2433)
Relator: Juiz Marcelo Tramontini
ENERGIA ELÉTRICA. REVISIONAL DE FATURA. PRELIMINARES. JULGAMENTO EXTRA PETITA. INCOMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL. NECESSIDADE DE PERÍCIA. PRELIMINARES AFASTADAS. ERRO NA MEDIÇÃO DO CONSUMO. REFATURAMENTO PELA MÉDIA DE CONSUMO.
Não há que se falar um julgamento “extra petita”, tendo em vista que a parte autora requereu a retificação da fatura de energia de um mês e na SENTENÇA o magistrado apenas delimitou o cálculo, fixando como base os três últimos meses. Embora a parte não tenha requerido na inicial que a média de consumo fosse aferida de tal modo, a Resolução 414 da Aneel assim o determina.
Não merece acolhida a preliminar de incompetência do Juizado Especial para análise da causa em razão do direito invocado, pois a complexidade que afasta a competência dos Juizados Especiais é a relativa às provas e não se aplica à presente causa, pois a retificação da fatura pode ser feita pro meio de simples cálculo da média de consumo dos últimos três meses.
Devem ser retificadas pela média de consumo as faturas de energia elétrica confeccionadas com valor acima daquilo que efetivamente foi consumido, como restou provado nos autos. O refaturamento deve ser feito pela média de consumo dos três meses anteriores ao período questionado.
Por tais considerações, NEGO SEGUIMENTO ao Recurso Inominado, mantendo-se a r. SENTENÇA por seus sólidos fundamentos
Condeno a Recorrente ao pagamento das custas recursais e honorários advocatícios, que arbitro no importe de 15% (quinze por cento) sobre o valor da causa, considerando o trabalho desenvolvido durante o trâmite processual.
Após o trânsito em julgado, remetam-se os autos à origem.
Porto Velho - RO, 3 de fevereiro de 2014.

Juíza Euma Mendonça Tourinho
Relatora

Poder Judiciário do Estado de Rondônia

Ata de Julgamento
Sessão 146
Ata da sessão de julgamento realizada no 1º Plenário deste Tribunal, no dia 31 de janeiro de 2014. Presidência da Excelentíssima Juíza Euma Mendonça Tourinho, presentes os Juízes Franklin Vieira dos Santos e o Juiz Amauri Lemes.
Declarada aberta a sessão às 7h30m, pela ordem, foram submetidos a julgamento os processos constantes da pauta, sendo encerrada a sessão às 13h25m.
Após a votação dos processos de interesse do Ministério Público, representado pela Promotora de Justiça Luciana Nicolau, esta retirou-se.

n. 01 0002249-44. 2013. 8. 22. 9001
Mandado de Segurança
Origem: 1001907-55. 2011. 8. 22. 0604Porto Velho - 4º JECIV
Impetrante: Walter Waltenberg Silva Junior
Advogado: Paulo Rogério José (OAB-RO 383)
Impetrado: Juiz de direito do Quarto Juízado Cível da Capital
Relator: JUÍZA EUMA MENDONÇA TOURINHO
Assunto: Liminar;
Distribuído por Sorteio em 06/11/2013
DECISÃO: APÓS O VOTO DA RELATORA CONCEDENDO A SEGURANÇA, O JUIZ FRANKLIN VIEIRA DOS SANTOS PEDIU VISTA DOS AUTOS. O JUIZ AMAURI LEMES AGUARDARÁ.

PROCESSO COM INTERESSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO
n. 02 0001920-32. 2013. 8. 22. 9001
Mandado de Segurança
Origem: 0006119-14. 2012. 8. 22. 0601Porto Velho - 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Impetrante: Ed Carlo Dias Camargo
Advogada: Aline Daros Ferreira (OAB/RO 3353)
Impetrado: Juizado Especial da Fazenda Pública
Relator: JUÍZA EUMA MENDONÇA TOURINHO
Assunto: Liminar;
Distribuído por Sorteio em 30/09/2013
DECISÃO: O MP REITEROU O PARECER. APÓS O VOTO DA RELATORA CONCEDENDO A SEGURANÇA, O JUIZ FRANKLIN VIEIRA DOS SANTOS PEDIU VISTA DOS AUTOS. O JUIZ AMAURI LEMES AGUARDARÁ.

PROCESSO COM INTERESSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO
n. 03 0004750-53. 2010. 8. 22. 0601
Apelação
Origem: 0004750-53. 2010. 8. 22. 0601Porto Velho - 1º JECRIM
Apelante: Abel Emerson Vieira de Sousa
Advogado: Daison Nobre Belo (OAB/RO 4796)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: JUÍZA EUMA MENDONÇA TOURINHO
Revisor: Juiz Franklin Vieira dos Santos
Assunto: Crimes de Trânsito; Ameaça; Crimes contra as Relações de Consumo;
Distribuído por Sorteio em 28/10/2013
DECISÃO: O MP REITEROU O PARECER. APELAÇÃO CONHECIDA E NÃO PROVIDA À UNANIMIDADE.

PROCESSO COM INTERESSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO
n. 04 0004298-43. 2010. 8. 22. 0601
Apelação
Origem: 0004298-43. 2010. 8. 22. 0601Porto Velho - 1º JECRIM
Apelante: Alexsandro da Silva Ferreira
Defensora Pública: Dilma Costa Matheus (OAB/RO 4472)
Apelado: Ministerio Publico do Estado de Rondonia
Relator: JUIZ FRANKLIN VIEIRA DOS SANTOS
Revisor: Juíza Euma Mendonça Tourinho
Assunto: Crimes de Trânsito;
Distribuído por Sorteio em 26/07/2013
DECISÃO: O MP REITEROU O PARECER. APELAÇÃO CONHECIDA E NÃO PROVIDA À UNANIMIDADE.

PROCESSO COM INTERESSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO
n. 05 0007262-72. 2011. 8. 22. 0601
Apelação
Origem: 0007262-72. 2011. 8. 22. 0601Porto Velho - 1º JECRIM
Apelante: Thiago Henrique Nunes da Silva
Defensora Pública: Dilma Costa Matheus (OAB/RO 4472)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: JUIZ FRANKLIN VIEIRA DOS SANTOS
Revisor: Juíza Euma Mendonça Tourinho
Assunto: Crimes de Trânsito;
Distribuído por Sorteio em 29/07/2013
DECISÃO: O MP REITEROU O PARECER. APELAÇÃO CONHECIDA E NÃO PROVIDA À UNANIMIDADE.

PROCESSO COM INTERESSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO
n. 06 0004195-02. 2011. 8. 22. 0601
Apelação
Origem: 0004195-02. 2011. 8. 22. 0601Porto Velho - 1º JECRIM
Apelante: Edmilson dos Santos Braga
Defensora Pública: Dilma Costa Matheus (OAB/RO 4472)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: JUIZ FRANKLIN VIEIRA DOS SANTOS
Revisor: Juíza Euma Mendonça Tourinho
Assunto: Crimes de Trânsito;
Distribuído por Sorteio em 29/07/2013
DECISÃO: O MP REITEROU O PARECER. APELAÇÃO CONHECIDA E NÃO PROVIDA À UNANIMIDADE.

n. 07 1005963-09. 2012. 8. 22. 0601
Recurso Inominado
Origem: 1005963-09. 2012. 8. 22. 0601Porto Velho - 2º JECIV
Recorrente: Wanilce Siqueira Campos
Advogado: Ivon José de Lucena (OAB/RO 251B)
Recorrida: BFB Leasing S. A. Arrendamento Mercantil
Advogada: Mélanie Galindo Martinho (OAB/RO 3793)
Relator: JUIZ AMAURI LEMES
Assunto: Financiamento de Produto;
Distribuído por Sorteio em 12/08/2013
DECISÃO: RECURSO CONHECIDO, PRELIMINAR REJEITADA E NO MÉRITO RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 08 1005467-77. 2012. 8. 22. 0601
Recurso Inominado
Origem: 1005467-77. 2012. 8. 22. 0601Porto Velho - 2º JECIV
Recorrente: Ideal Locadora de Equipamento
Advogada: Valéria Maria Vieira Pinheiro (OAB/RO 1528)
Advogado: JOSÉ CRISTIANO PINHEIRO (OAB 1529)
Recorrido: Jose Eduardo Mendes Ferreira
Defensor Público: Raimundo Ribeiro Cantanhede Filho (OAB/RO 238)
Relator: JUIZ AMAURI LEMES
Assunto: Acidente de Trânsito;
Distribuído por Sorteio em 12/08/2013
DECISÃO: RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 09 1002734-41. 2012. 8. 22. 0601
Recurso Inominado
Origem: 1002734-41. 2012. 8. 22. 0601Porto Velho - 1º JECIV
Recorrente: Domingas Mota de Lima
Advogado: Vilson dos Santos Souza (OAB/RO 4828)
Recorrido: Banco Cruzeiro do Sul S. a.
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4875A)
Relator: JUIZ AMAURI LEMES
Assunto: Direito de Imagem;
Distribuído por Sorteio em 12/08/2013
DECISÃO: RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 10 0002818-59. 2012. 8. 22. 0601
Recurso Inominado
Origem: 0002818-59. 2012. 8. 22. 0601Porto Velho - 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Recorrente: Anderson Allan Reges Cabral Barroso
Advogado: Juacy dos Santos Loura Júnior (OAB/RO 656A)
Advogado: Francisco Barroso Sobrinho (OAB/RO 5678)
Recorrido: Estado de Rondônia
Advogado: Renato Condeli (OAB/RO 370)
Relator: JUÍZA EUMA MENDONÇA TOURINHO
Assunto: Obrigação de Fazer / Não Fazer;
Distribuído por Sorteio em 21/11/2013
DECISÃO: RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 11 0001743-05. 2013. 8. 22. 0001
Recurso Inominado
Origem: 0001743-05. 2013. 8. 22. 0001Porto Velho - 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Recorrente: Estado de Rondônia
Advogada: Lia Torres Dias (OAB/AM 2707)
Recorrida: Paula Polyana Brito
Advogado: José Maria de Souza Rodrigues (OAB/RO 1909)
Relator: JUÍZA EUMA MENDONÇA TOURINHO
Assunto: Pagamento;
Distribuído por Sorteio em 11/12/2013
DECISÃO: RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. DIVERGIU O JUIZ FRANKLIN VIEIRA DOS SANTOS APENAS QUANTO AO MONTANTE DA REDUÇÃO.

n. 12 0006673-66. 2013. 8. 22. 0001
Recurso Inominado
Origem: 0006673-66. 2013. 8. 22. 0001Porto Velho - 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Recorrente: Adão Galdino de Almeida
Advogado: Geraldo Tadeu Campos (OAB/RO 553A)
Advogada: Inês Aparecida Gulak (OAB/RO 3512)
Recorrido: Estado de Rondônia
Procurador: EVANIR ANTONIO BORBA (OAB/RO 776)
Procuradora: Maria Rejane Sampaio dos Santos (OAB/RO 638)
Procurador: ANDRÉ COSTA BARROS (OAB 5232)
Relator: JUÍZA EUMA MENDONÇA TOURINHO
Assunto: Obrigação de Fazer / Não Fazer;
Distribuído por Sorteio em 10/01/2014
DECISÃO: RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO À UNANIMIDADE.

PROCESSO COM INTERESSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO
n. 13 1001963-51. 2011. 8. 22. 0002
Apelação
Origem: 1001963-51. 2011. 8. 22. 0002Ariquemes1ºJECRIM
Apelante: Fernando Amaral Martins
Advogado: Valdeni Orneles de Almeida Paranhos (OAB/RO 4108)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: JUIZ FRANKLIN VIEIRA DOS SANTOS
Revisor: Juiz Amauri Lemes
Assunto: Desacato;
Distribuído por Sorteio em 08/11/2013
DECISÃO: O MP REITEROU O PARECER. APELAÇÃO CONHECIDA E NÃO PROVIDA À UNANIMIDADE.

PROCESSO COM INTERESSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO
n. 14 0001678-24. 2011. 8. 22. 0601
Apelação
Origem: 0001678-24. 2011. 8. 22. 0601Porto Velho - 1º JECRIM
Apelante: Maricélio Nazaré Araújo
Defensora Pública: Dilma Costa Matheus (OAB/RO 4472)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: JUIZ FRANKLIN VIEIRA DOS SANTOS
Revisor: Juíza Euma Mendonça Tourinho
Assunto: Contravenções Penais;
Distribuído por Sorteio em 26/07/2013
DECISÃO: O MP REITEROU O PARECER. APELAÇÃO CONHECIDA E NÃO PROVIDA À UNANIMIDADE.

PROCESSO COM INTERESSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO
n. 15 0002232-22. 2012. 8. 22. 0601
Apelação
Origem: 0002232-22. 2012. 8. 22. 0601Porto Velho - 1º JECRIM
Apelante: Joelson Fonseca Silva
Defensora Pública: Dilma Costa Matheus (OAB/RO 4472)
Apelado: MINISTÉRIO PÚBLICO
Relator: JUIZ FRANKLIN VIEIRA DOS SANTOS
Revisor: Juíza Euma Mendonça Tourinho
Assunto: Crimes contra a Flora;
Distribuído por Sorteio em 18/07/2013
DECISÃO: O MP REITEROU O PARECER. APELAÇÃO CONHECIDA E NÃO PROVIDA À UNANIMIDADE.

n. 16 1000644-60. 2012. 8. 22. 0601
Recurso Inominado
Origem: 1000644-60. 2012. 8. 22. 0601Porto Velho - 1º JECIV
Rcte/Rcdo: Tim Celular S/A
Advogado: Gianmarco Costabeber (OAB/RS 50. 120)
Rcdo/Rcte: Ezequiel Lopes da Costa
Advogada: Maria Cleonice Gomes de Araújo (OAB/RO 1608)
Relator: JUIZ AMAURI LEMES
Assunto: Obrigação de Fazer / Não Fazer;
Distribuído por Sorteio em 12/08/2013
DECISÃO: RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.

PROCESSO COM VISTA A JUÍZA EUMA MENDONÇA TOURINHO
n. 17 1003099-86. 2012. 8. 22. 0604
Recurso Inominado
Origem: 1003099-86. 2012. 8. 22. 0604Porto Velho - 4º JECIV
Recorrente: Mastercard Brasil Soluções de Pagamento Ltda
Advogado: Walter Airam Naimaier Duarte Júnior (OAB/RO 1111)
Recorrente: MercadoPago Com. Representações Ltda
Advogado: Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
Recorrido: Ederlan Cardoso dos Santos
Advogada: Mariselma Gomes Braga (RO 2276)
Relator: JUIZ AMAURI LEMES
Assunto: Indenização por Dano Material;
Distribuído por Sorteio em 12/08/2013
DECISÃO: RECURSO CONHECIDO, ACOLHIDA A PRELIMINAR DA PRIMEIRA RECORRENTE. RECURSO DA SEGUNDA RECORRENTE NÃO PROVIDO, TUDO À UNANIMIDADE.

n. 18 1004301-10. 2012. 8. 22. 0601
Recurso Inominado
Origem: 1004301-10. 2012. 8. 22. 0601Porto Velho - 2º JECIV
Recorrente: MICHEL MONTEIRO DA SILVA
Advogado: Rafael Duck Silva (OAB/RO 5152)
Recorrido: Telefônica Brasil S. A.
Advogado: Fabrício Grisi Médici Jurado (OAB/RO 1751)
Relator: JUIZ AMAURI LEMES
Assunto: Indenização por Dano Material;
Distribuído por Sorteio em 28/08/2013
DECISÃO: RECURSO CONHECIDO E PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 19 0003612-46. 2013. 8. 22. 0601
Recurso Inominado
Origem: 0003612-46. 2013. 8. 22. 0601Porto Velho - 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador: Haroldo Batisti (OAB/RO 2535)
Recorrida: Valdenira da Silva Menezes
Advogada: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (RO 535-A)
Relator: JUÍZA EUMA MENDONÇA TOURINHO
Assunto: Pagamento;
Distribuído por Sorteio em 11/12/2013
DECISÃO: RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 20 0000524-34. 2012. 8. 22. 0601
Recurso Inominado
Origem: 0000524-34. 2012. 8. 22. 0601Porto Velho - 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Recorrente: Município de Porto Velho RO
Procurador: Moacir de Souza Magalhães (OAB/RO 1129)
Recorrida: Maria Aparecida Silvestre de Oliveira
Advogado: Luís Sérgio de Paula Costa (OAB/RO 4558)
Advogada: Alciene Lourenço de Paula Costa (OAB/RO 4632)
Relator: JUÍZA EUMA MENDONÇA TOURINHO
Assunto: Obrigação de Fazer / Não Fazer;
Distribuído por Sorteio em 07/01/2014
DECISÃO: RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 21 0004802-44. 2013. 8. 22. 0601
Recurso Inominado
Origem: 0004802-44. 2013. 8. 22. 0601Porto Velho - 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Recorrente: Município de Porto Velho - RO
Procurador: Salatiel Lemos Valverde (OAB/RO 1998)
Recorrida: Teresinha Delmondes Moreira Alves
Advogada: Cíntia Bárbara Paganotto Rodrigues. (OAB/RO 3798)
Relator: JUÍZA EUMA MENDONÇA TOURINHO
Assunto: Pagamento;
Distribuído por Sorteio em 12/12/2013
DECISÃO: RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.

PROCESSO COM INTERESSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO
n. 22 1001406-64. 2011. 8. 22. 0002
Apelação
Origem: 1001406-64. 2011. 8. 22. 0002Ariquemes1º JECRIM
Apelante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelado: Madeireira Pau Gigante Ltda - EPP
Advogado: José Assis dos Santos (OAB/RO 2591)
Apelado: Jorge Pignaton Morellato
Advogado: José Assis dos Santos (OAB/RO 2591)
Apelado: Edison Geraldo Morellato
Advogado: José Assis dos Santos (OAB/RO 2591)
Relator: JUIZ FRANKLIN VIEIRA DOS SANTOS
Revisor: Juíza Silvana Maria de Freitas
Assunto: Crimes contra a Flora;
Distribuído por Sorteio em 12/09/2013
DECISÃO: O MP REITEROU O PARECER. APELAÇÃO CONHECIDA E NÃO PROVIDA À UNANIMIDADE.

PROCESSO COM INTERESSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO
n. 23 1001740-69. 2009. 8. 22. 0002
Apelação
Origem: 1001740-69. 2009. 8. 22. 0002Ariquemes1ºJECRIM
Apelante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Apelado: Nereu Mezzomo
Advogado: Luiz Antônio Previati (OAB/RO 213-B)
Apelado: Nereu Mezzomo Ltda
Advogado: Luiz Antônio Previati (OAB/RO 213-B)
Relator: JUIZ FRANKLIN VIEIRA DOS SANTOS
Revisor: Juíza Silvana Maria de Freitas
Assunto: Crimes contra a Flora;
Distribuído por Sorteio em 12/09/2013
DECISÃO: O MP REITEROU O PARECER. APELAÇÃO CONHECIDA E NÃO PROVIDA À UNANIMIDADE.

PROCESSO COM INTERESSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO
n. 24 0002788-58. 2011. 8. 22. 0601
Apelação
Origem: 0002788-58. 2011. 8. 22. 0601Porto Velho - 1ºJECRIM
Apelante: Ozeias Andrade Viana
Defensora Pública: Ruth Megumi Morimoto (OAB/RO 130A)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Relator: JUIZ FRANKLIN VIEIRA DOS SANTOS
Revisor: Juíza Euma Mendonça Tourinho
Assunto: Crimes contra a Fauna;
Distribuído por Sorteio em 24/07/2013
DECISÃO: O MP REITEROU O PARECER. APELAÇÃO CONHECIDA E NÃO PROVIDA À UNANIMIDADE.

n. 25 1004435-37. 2012. 8. 22. 0601
Recurso Inominado
Origem: 1004435-37. 2012. 8. 22. 0601Porto Velho - 2º JECIV
Recorrente: João Leite do Nascimento
Advogado: José Maria Rodrigues (RO 1909)
Recorrido: Banco Cruzeiro do Sul S. A
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4875)
Relator: JUIZ AMAURI LEMES
Assunto: Financiamento de Produto;
Distribuído por Sorteio em 12/08/2013
DECISÃO: RECURSO CONHECIDO, PRELIMINARES REJEITADAS E NO MÉRITO RECURSO NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 26 1000321-55. 2012. 8. 22. 0601
Recurso Inominado
Origem: 1000321-55. 2012. 8. 22. 0601Porto Velho - 1º JECIV
Recorrente: Banco Bradesco Financiamentos S. a.
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Recorrido: Jesus Amaral Silva Duarte
Advogada: Adriana Pignaneli de Abreu (OAB/SP 212689)
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (RO 433-A)
Relator: JUIZ AMAURI LEMES
Assunto: Rescisão do contrato e devolução do dinheiro;
Distribuído por Sorteio em 12/08/2013
DECISÃO: RECURSO CONHECIDO, PRELIMINAR REJEITADA, E NO MÉRITO RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 27 1000328-47. 2012. 8. 22. 0601
Recurso Inominado
Origem: 1000328-47. 2012. 8. 22. 0601Porto Velho - 1º JECIV
Recorrente: Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Recorrido: José Alves
Advogada: Déborah Ingrid Matoso Ribas Nonato (OAB/RO 5458)
Relator: JUIZ AMAURI LEMES
Assunto: Rescisão do contrato e devolução do dinheiro;
Distribuído por Sorteio em 12/08/2013
DECISÃO: RECURSO CONHECIDO, PRELIMINAR REJEITADA, E NO MÉRITO RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 28 0012216-18. 2011. 8. 22. 0002
Recurso Inominado
Origem: 0012216-18. 2011. 8. 22. 0002Ariquemes1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Recorrente: Município de Ariquemes
Procurador: Vergílio Pereira Rezende (OAB/RO 4068)
Recorrida: Andreça da Silva Ferreira
Defensor Público: Masato Kojima
Recorrida: Irene Vital da Silva Ferreira
Defensor Público: Masato Kojima
Relator: JUÍZA EUMA MENDONÇA TOURINHO
Assunto: Erro Médico;
Distribuído por Sorteio em 26/11/2013
DECISÃO: RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 29 0004942-49. 2011. 8. 22. 0601
Recurso Inominado
Origem: 0004942-49. 2011. 8. 22. 0601Porto Velho - 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador: Fabio José Gobbi Duran (RO 000000)
Procuradora: Livia Renata de Oliveira Silva (OAB/RO 1673)
Recorrida: Vanuza de Praga Cordeiro
Advogada: Nádia Alves da Silva (OAB/RO 3609)
Advogado: Anderson Leal Alves Marinho (OAB/RO 4666)
Recorrida: Geniele Brandão dos Santos
Advogada: Nádia Alves da Silva (OAB/RO 3609)
Advogado: Anderson Leal Alves Marinho (OAB/RO 4666)
Relator: JUÍZA EUMA MENDONÇA TOURINHO
Assunto: Obrigação de Fazer / Não Fazer;
Distribuído por Sorteio em 07/08/2013
DECISÃO: POR UNANIMIDADE O JULGAMENTO FOI CONVERTIDO EM DILIGÊNCIA A FIM DE QUE AS PARTES COMPROVEM, EM CINCO DIAS, ONDE SE ENCONTRA NO PROCESSO, O LAUDO PERICIAL MENCIONADO POR AMBOS E NA SENTENÇA, EIS QUE NÃO LOCALIZADO NO SISTEMA PELA RELATORA.

n. 30 0006232-65. 2012. 8. 22. 0601
Recurso Inominado
Origem: 0006232-65. 2012. 8. 22. 0601Porto Velho - 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador: Nilton Djalma dos Santos Silva (OAB/RO 608)
Recorrida: Jadira Albino Soares Amaral
Advogada: Mayra Marinho Miarelli (OAB/RO 4963)
Relator: JUÍZA EUMA MENDONÇA TOURINHO
Assunto: Obrigação de Fazer / Não Fazer;
Distribuído por Sorteio em 06/09/2013
DECISÃO: RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.

PROCESSO COM INTERESSE DO MINISTÉRIO PÚBLICO
n. 31 0000199-45. 2013. 8. 22. 9001
Habeas Corpus
Origem: 0007017-61. 2011. 8. 22. 0601Porto Velho - 1ºJECRIM
Impetrante: Samuel Costa Menezes
Impetrado: 1º Juizado Especial Criminal da Comarca de Porto Velho-RO

Relator: JUIZ FRANKLIN VIEIRA DOS SANTOS
Assunto: Liminar;
Distribuído por Sorteio em 19/02/2013
DECISÃO: O MP MANIFESTOU-SE A CERCA DA PRECRIÇÃO. CONCEDIDA A ORDEM PARA TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL À UNANIMIDADE.

n. 32 0002491-03. 2013. 8. 22. 9001
Mandado de Segurança
Origem: 0004672-08. 2013. 8. 22. 0002Ariquemes1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Impetrante: Fundação Universidade de Tocantins Unitins
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Impetrado: Juiz de Direito do Juizado Especial Cível e Criminal-ariquemes
Relator: JUIZ FRANKLIN VIEIRA DOS SANTOS
Assunto: Liminar;
Distribuído por Sorteio em 09/12/2013
DECISÃO: NÃO CONHECIDO O RECURSO À UNANIMIDADE.

n. 33 0017080-68. 2012. 8. 22. 0601
Recurso Inominado
Origem: 0017080-68. 2012. 8. 22. 0601Tribunal de Justiça - Estado de Rondônia
Recorrente: Nelio Dias Rezende
Defensor Público: Sérgio Muniz Neves
Recorrido: Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes do Estado de Rondônia - DER/RO
Procurador: Bruno Rafael Orsi (OAB/RO 4852)
Procurador: Reinaldo Roberto dos Santos (OAB/RO 4897)
Procurador: Luciano José da Silva ( )
Relator: JUIZ FRANKLIN VIEIRA DOS SANTOS
Assunto: Pagamento;
Distribuído por Sorteio em 04/04/2013
DECISÃO: RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 34 0001794-93. 2012. 8. 22. 0601
Recurso Inominado
Origem: 0001794-93. 2012. 8. 22. 0601Porto Velho - 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Recorrente: Município de Porto Velho RO
Procuradora: Shirley Conesuque Gurgel do Amaral (OAB/RO 705)
Recorrido: Cristiano Santos Coelho
Advogada: Iarlei de Jesus Ribeiro (OAB/RO 4488)
Advogada: Jeanne Salviano da Silva do Couto Ramos (OAB/RO 3927)
Relator: JUIZ AMAURI LEMES
Assunto: Pagamento;
Distribuído por Sorteio em 08/10/2013
DECISÃO: RECURSO CONHECIDO PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 35 0002729-87. 2012. 8. 22. 0002
Recurso Inominado
Origem: 0002729-87. 2012. 8. 22. 0002Ariquemes1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Rcte/Rcdo: Edine Pereira da Silva
Advogado: Leonardo Henrique Berkembrock (OAB/RO 4641)
Rcdo/Rcte: Estado de Rondônia
Procurador: André Costa Barros (OAB/RO 5232)
Relator: JUIZ AMAURI LEMES
Assunto: Pagamento;
Distribuído por Sorteio em 12/08/2013
DECISÃO: RECURSOS CONHECIDOS E NÃO PROVIDOS À UNANIMIDADE.

n. 36 0002220-91. 2013. 8. 22. 9001
Agravo de Instrumento
Origem: 0021028-81. 2013. 8. 22. 0001Porto Velho - 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Agravante: Erivelton de Lara Lima
Advogado: Gustavo da Cunha Silveira (OAB/RO 4717)
Agravado: Estado de Rondônia
Advogada: Maria Rejane Sampaio dos Santos (OAB/RO 638)
Relator: JUIZ AMAURI LEMES
Assunto: Liminar;
Distribuído por Sorteio em 04/11/2013
DECISÃO: RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 37 0000967-82. 2012. 8. 22. 0601
Recurso Inominado
Origem: 0000967-82. 2012. 8. 22. 0601Porto Velho - 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Recorrente: Estado de Rondônia
Procuradora: Livia Renata de Oliveira Silva (OAB/RO 1673)
Recorrida: Tatiana Tomoe do Martins
Advogado: Carlos Alberto Cantanhede Lima (OAB/RO 3206)
Relator: JUÍZA EUMA MENDONÇA TOURINHO
Assunto: Obrigação de Fazer / Não Fazer;
Distribuído por Sorteio em 15/10/2013
DECISÃO: RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 38 1001678-70. 2012. 8. 22. 0601
Recurso Inominado
Origem: 1001678-70. 2012. 8. 22. 0601Porto Velho - 1º JECIV
Recorrente: Tim Celular S. A.
Advogado: Marcel Davidman Papadopol (OAB/RO 5064)
Recorrido: Luzimar Moreira Chagas
Advogado: Sérgio Holanda da Costa Morais (OAB/RO 5966)
Relator: JUÍZA EUMA MENDONÇA TOURINHO
Assunto: Indenização por Dano Material;
Distribuído por Sorteio em 16/10/2013
DECISÃO: RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 39 1004485-63. 2012. 8. 22. 0601
Recurso Inominado
Origem: 1004485-63. 2012. 8. 22. 0601Porto Velho - 2º JECIV
Recorrente: ÁLIFE DE MACÊDO ANTÔNIO
Advogada: Michelle Rodrigues dos Anjos (OAB/RO 4930)
Advogado: João Rodholfo Wertz dos Santos (OAB/RO 3611)
Recorrido: FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE SEGUROS
Advogada: Manuela Gsellmann da Costa (OAB/RO 3511)
Relator: JUÍZA EUMA MENDONÇA TOURINHO
Assunto: Indenização por Dano Material;
Distribuído por Sorteio em 19/08/2013
DECISÃO: RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 40 0002048-32. 2013. 8. 22. 0601
Recurso Inominado
Origem: 0002048-32. 2013. 8. 22. 0601Porto Velho - 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Recorrente: Estado de Rondônia
Procuradora: Lívia Renata de Oliveira (Não informado)
Recorrido: Raimundo Antonio Aguiar Costa
Advogada: Jéssica Carvalho dos Santos (OAB/RO 5240)
Advogado: Gilber Mercês (OAB/RO 5797)
Recorrido: Gilson de Oliveira Sena
Advogada: Jéssica Carvalho dos Santos (OAB/RO 5240)
Advogado: Gilber Mercês (OAB/RO 5797)
Relator: JUIZ FRANKLIN VIEIRA DOS SANTOS
Assunto: Pagamento;
Distribuído por Sorteio em 13/12/2013
DECISÃO: RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 41 0003854-73. 2011. 8. 22. 0601
Recurso Inominado
Origem: 0003854-73. 2011. 8. 22. 0601Porto Velho - 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Recorrente: Estado de Rondônia
Advogada: Livia Renata de Oliveira Silva (OAB/RO 1673)
Recorrido: Altevir Pereira de Oliveira
Advogado: Edison Fernando Piacentini (OAB/RO 978)
Relator: JUIZ FRANKLIN VIEIRA DOS SANTOS
Assunto: Pagamento;
Distribuído por Sorteio em 13/11/2012
DECISÃO: RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 42 1007518-95. 2011. 8. 22. 0601
Recurso Inominado
Origem: 1007518-95. 2011. 8. 22. 0601Porto Velho - 1º JECIV
Recorrente: OI Brasil Telecom S. A.
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635)
Recorrida: Maria Serafim Gomes
Advogado: Amaro Vinícius Bacinello Ramalho (OAB/RO 3212)
Relator: JUIZ FRANKLIN VIEIRA DOS SANTOS
Assunto: Direito de Imagem;
Distribuído por Sorteio em 16/10/2013
DECISÃO: RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 43 0100171-07. 2009. 8. 22. 0601
Recurso Inominado
Origem: 0100171-07. 2009. 8. 22. 0601Porto Velho - 1º JECIV
Recorrente: OI Brasil Telecom S. A.
Advogada: Marlen de Oliveira Silva (OAB/RO 2928)
Advogada: Alessandra Mondini Carvalho (OAB/RO 4240)
Recorrido: João de Freitas
Advogada: Maria Goreti de Oliveira (OAB/RO 3199)
Relator: JUIZ AMAURI LEMES
Assunto: Interpretação / Revisão de Contrato;
Distribuído por Sorteio em 18/09/2013
DECISÃO: RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 44 1003662-89. 2012. 8. 22. 0601
Embargos de Declaração
Origem: 1003662-89. 2012. 8. 22. 0601Porto Velho - 2º JECIV
Embargante: Mara de Paiva Martins
Advogado: Cássio Fabiano Rego Dias (OAB/RO 1514)
Embargado: CREFISA CREDITO FACIL
Advogado: Bernardo Augusto Galindo Coutinho (RO 2991)
Relator: JUIZ AMAURI LEMES
Assunto: Pagamento;
Distribuído por Sorteio em 08/08/2013
DECISÃO: EMBARGOS CONHECIDOS E PROVIDOS À UNANIMIDADE.

n. 45 0003023-54. 2013. 8. 22. 0601
Agravo Regimental
Origem: 0003023-54. 2013. 8. 22. 0601Porto Velho - 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Agravante: Ipam Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho
Procuradora: Dagmar de Jesus Cabral Rodrigues (OAB/RO 2934)
Agravada: Maria do Perpetuo Socorro Neves
Advogado: Francisco Robercilio Pinheiro (RO 1138)
Agravada: Maria do Nascimento Lima
Advogado: Francisco Robercilio Pinheiro (RO 1138)
Agravada: Marinez de Oliveira
Advogado: Francisco Robercilio Pinheiro (RO 1138)
Agravada: Maria de Fatima Aires de Castro
Advogado: Francisco Robercilio Pinheiro (RO 1138)
Agravada: Lucelia Vieira e Silva Clementele
Advogado: Francisco Robercílio Pinheiro (OAB/RO 1138)
Agravada: Silvia Valéria dos Santos Albuquerque
Advogado: Francisco Robercilio Pinheiro (RO 1138)
Agravada: Etelvina do Rosário Silva da Conceição
Advogado: Francisco Robercilio Pinheiro (RO 1138)
Relator: JUIZ AMAURI LEMES
Assunto: Obrigação de Fazer / Não Fazer;
Distribuído por Sorteio em 21/10/2013
DECISÃO: AGRAVO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 46 1003499-03. 2012. 8. 22. 0604
Recurso Inominado
Origem: 1003499-03. 2012. 8. 22. 0604Porto Velho - 4º JECIV
Rcte/Rcdo: Banco Bradescard S. A
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Rcdo/Rcte: Maria José da Silva Araújo
Defensor Público: Sérgio Muniz Neves ( )
Relator: JUÍZA EUMA MENDONÇA TOURINHO
Assunto: Rescisão do contrato e devolução do dinheiro;
Distribuído por Sorteio em 23/10/2013
DECISÃO: RECURSO DO BANCO BRADESCARD SA NÃO PROVIDO E RECURSO DA MARIA JOSÉ DA SILVA ARAÚJO PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 47 1004419-83. 2012. 8. 22. 0601
Recurso Inominado
Origem: 1004419-83. 2012. 8. 22. 0601Porto Velho - 2º JECIV
Recorrente: Bradesco Vida e Previdência
Advogada: Karina de Almeida Batistuci (OAB/RO 4571)
Recorrido: Antenor de Moura Marques
Advogado: Diogo Spricigo da Silva (OAB/RO 3916)

Relator: JUÍZA EUMA MENDONÇA TOURINHO
Assunto: Indenização por Dano Material;
Distribuído por Sorteio em 10/10/2013
DECISÃO: RECURSO CONHECIDO, PRELIMINAR REJEITADA E NO MÉRITO RECURSO NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 48 1001068-59. 2013. 8. 22. 0604
Recurso Inominado
Origem: 1001068-59. 2013. 8. 22. 0604Porto Velho - 4ºJECIV
Recorrente: MADECON - G. B. Engenharia e Participações Ltda
Advogado: Marcelo Estebanez Martins (OAB/RO 3208)
Recorrida: Martha Maria de Paiva Dias
Advogada: Mayra Marinho Miarelli (OAB/RO 4963)
Relator: JUÍZA EUMA MENDONÇA TOURINHO
Assunto: Acidente de Trânsito;
Distribuído por Sorteio em 10/10/2013
DECISÃO: RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 49 1002833-02. 2012. 8. 22. 0604
Recurso Inominado
Origem: 1002833-02. 2012. 8. 22. 0604Porto Velho - 4º JECIV
Recorrente: Carlos Gomes Lima
Advogado: Ezio Pires dos Santos (OAB/RO 5870)
Recorrida: Claro S/A
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Relator: JUIZ FRANKLIN VIEIRA DOS SANTOS
Assunto: Assinatura Básica Mensal;
Distribuído por Sorteio em 29/10/2013
DECISÃO: RECURSO CONHECIDO E PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 50 1005028-66. 2012. 8. 22. 0601
Recurso Inominado
Origem: 1005028-66. 2012. 8. 22. 0601Porto Velho - 1º JECIV
Recorrente: FRANCISCO JONES LOPES BARBOSA
Advogada: Zaira dos Santos Tenório (OAB/RO 5182)
Recorrido: Gazim Ind. com. de Móveis e Eletrodoméstico Ltda
Advogado: Celso Nobuyuki Yokota (OAB/PR 33389)
Advogado: Julio Cesar Tissiani Bonjorno (OAB/PR 33. 390)
Relator: JUIZ FRANKLIN VIEIRA DOS SANTOS
Assunto: Substituição do Produto;
Distribuído por Sorteio em 02/12/2013
DECISÃO: RECURSO CONHECIDO E PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 51 1000431-11. 2013. 8. 22. 0604
Recurso Inominado
Origem: 1000431-11. 2013. 8. 22. 0604Porto Velho - 4º JECIV
Recorrente: Cláudia Gonçalves de Araújo
Defensor Público: Sérgio Muniz Neves
Recorrida: Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia - CAERD
Advogada: Maricélia Santos Ferreira de Araújo (OAB/RO 324B)
Relator: JUIZ FRANKLIN VIEIRA DOS SANTOS
Assunto: Fornecimento de Água;
Distribuído por Sorteio em 11/09/2013
DECISÃO: RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 52 0003025-24. 2013. 8. 22. 0601
Agravo Regimental
Origem: 0003025-24. 2013. 8. 22. 0601Porto Velho - 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Agravante: Ipam Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho
Procuradora: Dagmar de Jesus Cabral Rodrigues (OAB/RO 2934)
Agravada: Zeneide Gomes da Silva
Advogado: Francisco Robercílio Pinheiro (OAB/RO 1138)
Agravada: Magna Selma Guimarães dos Santos
Advogado: Francisco Robercilio Pinheiro (RO 1138)
Agravada: Mariana de Carvalho Araujo
Advogado: Francisco Robercilio Pinheiro (RO 1138)
Agravada: Wania Raimunda de França Araújo
Advogado: Francisco Robercilio Pinheiro (RO 1138)
Relator: JUIZ AMAURI LEMES
Assunto: Obrigação de Fazer / Não Fazer;
Distribuído por Sorteio em 21/10/2013
DECISÃO: AGRAVO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 53 0003133-53. 2013. 8. 22. 0601
Agravo Regimental
Origem: 0003133-53. 2013. 8. 22. 0601Porto Velho - 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Agravante: Ipam Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho
Procuradora: Dagmar de Jesus Cabral Rodrigues (OAB/RO 2934)
Agravada: Maria da Conceição Oliveira
Advogado: Clovis Avanço (OAB/RO 1559)
Relator: JUIZ AMAURI LEMES
Assunto: Obrigação de Fazer / Não Fazer;
Distribuído por Sorteio em 21/10/2013
DECISÃO: AGRAVO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 54 0003024-39. 2013. 8. 22. 0601
Agravo Regimental
Origem: 0003024-39. 2013. 8. 22. 0601Porto Velho - 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Agravante: Ipam Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho
Procuradora: Dagmar de Jesus Cabral Rodrigues (OAB/RO 2934)
Agravada: Mirian Mendes Ferrer
Advogado: Francisco Robercilio Pinheiro (RO 1138)
Agravada: Marli Pedrozo de Moraes
Advogado: Francisco Robercilio Pinheiro (RO 1138)
Agravada: Mirian Nunes de Lima
Advogado: Francisco Robercilio Pinheiro (RO 1138)
Relator: JUIZ AMAURI LEMES
Assunto: Obrigação de Fazer / Não Fazer;
Distribuído por Sorteio em 21/10/2013
DECISÃO: AGRAVO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 55 1002358-12. 2013. 8. 22. 0604
Recurso Inominado
Origem: 1002358-12. 2013. 8. 22. 0604Porto Velho - 4º JECIV
Recorrente: Banco Santander Brasil S. a.

Advogado: Carlos Maximiliano Mafra de Laet (OAB/SP 105103)
Recorrido: João Paulo Messias Maciel
Advogado: João Paulo Messias Maciel (OAB/RO 5130)
Relator: JUÍZA EUMA MENDONÇA TOURINHO
Assunto: Contratos Bancários;
Distribuído por Sorteio em 12/11/2013
DECISÃO: RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 56 1005159-07. 2013. 8. 22. 0601
Recurso Inominado
Origem: 1005159-07. 2013. 8. 22. 0601Porto Velho - 1ºJECIV
Recorrente: LUANA LIMA BRITZKE
Advogado: Amaro Vinícius Bacinello Ramalho (OAB/RO 3212)
Advogada: Daiane Kelli Joslin (OAB/PR 60112)
Recorrido: Banco do Brasil S A
Advogado: Gustavo Amato Pissini (OAB/SP 261. 030)
Relator: JUÍZA EUMA MENDONÇA TOURINHO
Assunto: Direito de Imagem;
Distribuído por Sorteio em 08/01/2014
DECISÃO: RECURSO CONHECIDO E PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 57 1001372-50. 2011. 8. 22. 0015
Recurso Inominado
Origem: 1001372-50. 2011. 8. 22. 0015Guajará-Mirim1ºJECIV
Recorrente: OI Brasil Telecom S. A.
Advogada: Anne Caroline Freitas Pereira Matsushita (OAB/RO 4816)
Recorrida: Eva Lopes da Silva Castilho
Relator: JUÍZA EUMA MENDONÇA TOURINHO
Assunto: Cobrança indevida de ligações;
Distribuído por Sorteio em 21/10/2013
DECISÃO: RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 58 1000336-78. 2013. 8. 22. 0604
Agravo Regimental
Origem: 1000336-78. 2013. 8. 22. 0604Porto Velho - 4º JECIV
Agravante: BANCO DO BRASIL S/A
Advogado: Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567)
Agravada: Raquel Carvalho Dartiballe Saraiva
Advogada: Jéssica Carvalho dos Santos (OAB/RO 5240)
Advogado: Walmir Bernarrosh Vieira (OAB/RO 1500)
Relator: JUIZ FRANKLIN VIEIRA DOS SANTOS
Assunto: Obrigação de Fazer / Não Fazer;
Distribuído por Sorteio em 13/11/2013
DECISÃO: AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 59 1001212-76. 2012. 8. 22. 0601
Agravo Regimental
Origem: 1001212-76. 2012. 8. 22. 0601Porto Velho - 1ºJECIV
Agravante: LOSANGO PROMOÇOES DE VENDAS LTDA
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Agravada: maria do socorro de souza
Advogado: Reynaldo Diniz P. Neto (OAB/MS 10948)
Relator: JUIZ FRANKLIN VIEIRA DOS SANTOS
Assunto: Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes;
Distribuído por Sorteio em 07/11/2013
DECISÃO: AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 60 1003061-54. 2010. 8. 22. 0601
Agravo Regimental
Origem: 1003061-54. 2010. 8. 22. 0601Porto Velho - 1º JECIV
Agravante: omni financeira
Advogada: Saiera Silva de Oliveira. (RO 2458)
Agravada: IRENE ROSA DE JESUS
Advogada: Adriana Desmaret Spinet (OAB/RO 4293)
Relator: JUIZ FRANKLIN VIEIRA DOS SANTOS
Assunto: Bancários;
Distribuído por Sorteio em 28/10/2013
DECISÃO: AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 61 0003815-42. 2012. 8. 22. 0601
Agravo Regimental
Origem: 0003815-42. 2012. 8. 22. 0601Porto Velho - 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Agravante: Estado de Rondônia
Advogado: Glauber Luciano Costa Gahyva (OAB/RO 1768)
Agravada: Wenny Graciliano
Advogado: Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Júnior (OAB/RO 4407)
Relator: JUIZ AMAURI LEMES
Assunto: Pagamento;
Distribuído por Sorteio em 08/08/2013
DECISÃO: AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 62 1003593-48. 2012. 8. 22. 0604
Agravo Regimental
Origem: 1003593-48. 2012. 8. 22. 0604Porto Velho - 4º JECIV
Agravante: B. V Financeira S/A Credito Financiamento e Investimento
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Agravada: Fabrícia dos Santos Silva
Advogada: Jocieli da Silva Vargas (OAB/RO 5180)
Relator: JUIZ AMAURI LEMES
Assunto: Indenização por Dano Material;
Distribuído por Sorteio em 27/11/2013
DECISÃO: AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 63 1002402-31. 2013. 8. 22. 0604
Agravo Regimental
Origem: 1002402-31. 2013. 8. 22. 0604Porto Velho - 4º JECIV
Agravante: Banco Bradesco S. A.
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Agravada: Eulália Antunes Silva
Defensor Público: Sérgio Muniz Neves
Relator: JUIZ AMAURI LEMES
Assunto: Protesto Indevido de Título;
Distribuído por Sorteio em 27/11/2013
DECISÃO: AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 64 1006671-93. 2011. 8. 22. 0601
Recurso Inominado
Origem: 1006671-93. 2011. 8. 22. 0601Porto Velho - 2º JECIV
Recorrente: Valme Ramos das Neves
Advogada: Adriana Pignaneli de Abreu (OAB/SP 212689)
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)

Recorrida: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S. A.
Advogado: Marcos Araújo (OAB/RO 846)
Advogada: Anne Caroline Freitas Pereira Matsushita (OAB/RO 4816)
Relator: JUÍZA EUMA MENDONÇA TOURINHO
Assunto: Financiamento de Produto;
Distribuído por Sorteio em 22/08/2013
DECISÃO: RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 65 1002272-38. 2012. 8. 22. 0002
Recurso Inominado
Origem: 1002272-38. 2012. 8. 22. 0002Ariquemes1ºJECIV
Recorrente: Rodrigo Leventi Guimarães
Advogado: ADEMIR SOARES GUIMARAES JUNIOR (OAB/MT 16832)
Recorrido: TAM LINHAS AÉREAS
Advogado: Walter Airam Naimaier Duarte Júnior (OAB/RO 1111)
Relator: JUÍZA EUMA MENDONÇA TOURINHO
Assunto: Cancelamento de vôo;
Distribuído por Sorteio em 29/11/2013
DECISÃO: RECURSO CONHECIDO E PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 66 0006145-63. 2012. 8. 22. 0002
Recurso Inominado
Origem: 0006145-63. 2012. 8. 22. 0002Ariquemes1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Recorrente: Fundação Universidade de Tocantins Unitins
Advogado: Erion Schlenger de Paiva Maia (OAB/TO 5075)
Recorrida: Daiane Piana
Advogada: Natália Bissoli de Araújo Moreira (OAB/RO 4475)
Relator: JUÍZA EUMA MENDONÇA TOURINHO
Assunto: Indenização por Dano Material;
Distribuído por Sorteio em 08/01/2014
DECISÃO: RECURSO CONHECIDO, PRELIMINAR REJEITADA E NO MÉRITO RECURSO NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 67 1003999-78. 2012. 8. 22. 0601
Agravo Regimental
Origem: 1003999-78. 2012. 8. 22. 0601Porto Velho - 2º JECIV
Agravante: Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros
Advogada: Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/RO 5. 017)
Agravado: ELDENICE MENDES DE OLIVEIRA
Advogado: Adhemar Alberto Sgrott Reis (OAB/RO 1944)
Relator: JUIZ AMAURI LEMES
Assunto: Acidente de Trânsito;
Distribuído por Sorteio em 13/11/2013
DECISÃO: AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 68 1000104-29. 2013. 8. 22. 0002
Agravo Regimental
Origem: 1000104-29. 2013. 8. 22. 0002Ariquemes1ºJECIV
Agravante: Banco Itaucard S/A
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Agravado: Juliana Almeida Carnevali
Advogada: Evelise Ely da Silva (OAB/RO 4022)
Relator: JUIZ AMAURI LEMES
Assunto: Contratos Bancários;
Distribuído por Sorteio em 18/11/2013
DECISÃO: AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 69 1008795-15. 2012. 8. 22. 0601
Agravo
Origem: 1008795-15. 2012. 8. 22. 0601Porto Velho - 2º JECIV
Agravante: Sul Financeira S. a. Crédito Financiamentos e Investimentos
Advogado: Marcelo Rayes. . (OAB/SP 141. 541)
Agravada: Maria Silvia da Silva Lima
Advogado: Maurício Gomes de Araújo (OAB/RO 2007)
Relator: JUIZ AMAURI LEMES
Assunto: Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes;
Distribuído por Sorteio em 19/11/2013
DECISÃO: AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 70 1000182-60. 2013. 8. 22. 0604
Embargos de Declaração
Origem: 1000182-60. 2013. 8. 22. 0604Porto Velho - 4º JECIV
Embargante: Antonio Mario Thurler Júnior
Advogada: Karytha Menezes e Magalhães (RO 2211)
Embargante: Kárytha Menêzes e Magalhães
Advogada: Karytha Menezes e Magalhães (RO 2211)
Embargado: IAORAMA TURISMO LTDA
Advogado: Walter Airam Naimaier Duarte Júnior (OAB/RO 1111)
Relator: JUÍZA EUMA MENDONÇA TOURINHO
Assunto: Cancelamento de vôo;
Distribuído por Sorteio em 09/12/2013
RETIRADO DE PAUTA

n. 71 0011684-79. 2013. 8. 22. 0000
Agravo Regimental
Origem: 0011684-79. 2013. 8. 22. 0000Tribunal de Justiça - Estado de Rondônia
Agravante: Carlos Alberto Miranda
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Raimunda Pereira Santos
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: José Washington Costa de Souza
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Maria José Alves da Conceição
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Maria Marcelina Firmino
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Golberval Silvio Pullig
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Raimundo Alves Lira Neto
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Andresson Batista Ferreira
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Ozenir Patricia de Oliveira
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Jânio Coutinho Evangelista
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Roberto Rony da Silva Vieira
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Moisés Ramos da Silva
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Neuza Maria Leite de Lima
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Dácio Vilar dos Reis
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Antonio Leite da Silva
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)

Agravante: Ana Claudia Araujo da Silva
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Idalina Alves da Silva
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Rosicleia Santos de Souza
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Maria Sueli dos Santos Brito
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Altacilha Lopes de Souza
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Manoel Demeval Viegas
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: João Marinho de Carvalho
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Cristian Jorge Silva
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Neuza Miguel de Oliveira
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Sebastião Wagner Brandão
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Cassio Alves Lus
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Eliano Fernandes de Souza
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Dalziza Bezerra da Silva
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Candida de Sousa Mendes
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Francisco das Chagas Ribeiro
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Elen Noemia de Oliveira Teixeira
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Dulcelia Montenegro de Almeida
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Noelia Carvalho Neto
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Judson Carvalho de Souza
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Antonio Diomar Lima
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Eurico de Oliveira Lagos
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Nubia Pereira do Nascimento
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Rosana Lídia Penga
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Nilza Mota da Costa Lira
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Maria das Gracas Melo de Almeida
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Florivaldo Alecrim Naje
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Rozivaldo Lira da Silva
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Cilene Batista da Costa
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Inocêncio Cabral Soares
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Antônio Francisco Sousa Filho
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Jonis Rodrigues dos Santos
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Carlos Roberto Araujo da Silva
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Kelly Cristina Costa
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Betânia Pereira da Silva
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Maura Fernandes de Souza Silva
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Lorenir Pereira Ribeiro
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Gelnira Rodrigues de Oliveira
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Elzimar Mendonça da Silva
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Aladir Mendes da Silva
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Ruth Helena Rocha de Oliveira
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Maria Caetano de Azevedo
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Ana Leite de Lima
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Maria José Oliveira Magalhães
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Andréa Rodrigues de Avila
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Francisca Barbosa dos Santos
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Placilda Leite de Lima
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Aldileia de Oliveira Pereira
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Julia Ataides Firmino
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Saldame Mendonça da Silva
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Francisca das Chagas Silva Benarroz
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Moizes Soares Aires Filho
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Zuleide Pereira Guedes
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Iza Nascimento Ribeiro
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Ana de Jesus
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Ricardo de Jesus Sousa Santos
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Bena Braz Moreira
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Cintia Furtado Batista Vieira
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Joanice Clarinda dos Santos Mc Donald Davy
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: José Carlos Bentes Neves
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Cleuma Jorge da Costa
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Antero Meirelles Ribeiro
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Anacleto Gomes de Gouveia Neto
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)

Agravante: José Celzimário Gomes Napolião
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Uilian Passos Pereira
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Raimunda Nogueira Silva
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Andre Batista da Silva Nascimento
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Antônia Justina de Almeida e Silva
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Alessandra Botelho da Silva
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Antônio Marcos Gonçalves da Silva
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Uescley das Neves Pantoja
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Adson Ramos Costa
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Alexandra Barbosa Pinto
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Tayane Zebalos de Souza
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Edinelza Sarmento de Souza
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Célia Nobre da Cruz
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Amadeu Guimarães Machado Filho
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Solane Holanda Leão
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Aldair Viana de Oliveira Batista
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Maria Lucia Gomes Pinheiro
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Antônio Mendes Aires
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Ana Cristina Lopes Assis
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Antonio Ferreira do Carmo
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Charles Batista Cardoso
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Darinete Alves
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Charles Rodrigues Barboza da Mota
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Maria da Conceição Pinto Souza
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Manoel Rodrigues dos Santos
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Aldisandra Saldanha Menezes
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Heloisa Coelho Justino
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Maria Anita Souza Jesus
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Alice Quedes de Sousa
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Franceslau da Rocha Sena
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Alain Delon Robson Carvalho da Silva
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Amarildo Silva Morais
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Clebson Farias da Silva
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Alesandro Raposo de Araújo
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Alcino Santana Brito
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Sebastiao Jorge de Oliveira
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Aderson Rodrigues Cruz
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Raimundo de Oliveira Ramos
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Fatima Bezerra da Silva
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Valdenora Ferreira Pereira
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Samuel Cruz Martins
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Antonio Pereira Gonçalves
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Rosinaldo Mendonça Vieira
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Josicleia Marinho Bentes
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Maria Amélia Pereira Amikapú
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Raimundo Rodrigues Barbosa Mota
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Nilza Paiva
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Conceição Souza dos Santos
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravante: Jandila Gomes Pinheiro
Advogado: Clóvis Avanço (OAB/RO 1559)
Agravado: Juízo de Direito do Juizado Especial da Fazenda Pública da Comarca de Porto Velho-RO
Relator: JUÍZA EUMA MENDONÇA TOURINHO
Assunto: Obrigação de Fazer / Não Fazer;
Distribuído por Sorteio em 13/01/2014
DECISÃO: RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 72 0003831-30. 2011. 8. 22. 0601
Agravo
Origem: 0003831-30. 2011. 8. 22. 0601Porto Velho - 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Agravante: Cássia Regina Marques Azevedo
Advogado: Carlos Cantanhêde (OAB/RO 3206)
Agravado: Estado de Rondônia
Procuradora: Livia Renata de Oliveira Silva (OAB/RO 1673)
Relator: JUÍZA EUMA MENDONÇA TOURINHO
Assunto: Obrigação de Fazer / Não Fazer;
Distribuído por Sorteio em 21/08/2013
DECISÃO: AGRAVO CONHECIDO E PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 73 1000632-58. 2012. 8. 22. 0015
Agravo Regimental
Origem: 1000632-58. 2012. 8. 22. 0015Guajará-Mirim1º JECIV
Agravante: BANCO BMG S/A
Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB/PE 23255)
Agravado: Maurício Cassupá Pinto
Advogado: Euzébio Hilário de Oliveira (RO 2588)
Relator: JUIZ AMAURI LEMES
Assunto: Financiamento de Produto;
Distribuído por Sorteio em 19/11/2013
DECISÃO: AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 74 1002251-02. 2012. 8. 22. 0604
Agravo Regimental
Origem: 1002251-02. 2012. 8. 22. 0604Porto Velho - 4º JECIV
Agravante: BANCO DO BRASIL S/A AG. 2290
Advogado: Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567)
Agravada: Christianne Gonçalves Garcez
Advogado: Raphael Erik Fernandes de Araújo (OAB/RO 4471)
Relator: JUIZ AMAURI LEMES
Assunto: Cartão de Crédito;
Distribuído por Sorteio em 19/11/2013
DECISÃO: AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 75 1001911-24. 2013. 8. 22. 0604
Agravo Regimental
Origem: 1001911-24. 2013. 8. 22. 0604Porto Velho - 4º JECIV
Agravante: Banco do Brasil S/A
Advogado: Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567)
Agravada: Ivonete Afonso da Silva
Advogada: Vanessa Trindade de Melo (OAB/RO 2923)
Relator: JUIZ AMAURI LEMES
Assunto: Interpretação / Revisão de Contrato;
Distribuído por Sorteio em 25/11/2013
DECISÃO: AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 76 0005282-90. 2011. 8. 22. 0601
Agravo Regimental
Origem: 0005282-90. 2011. 8. 22. 0601Porto Velho - 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Agravante: Reginaldo Ferreira de Souza
Advogado: José Anastácio Sobrinho (OAB/RO 872)
Agravado: Estado de Rondônia
Procurador: Joel de Oliveira ( )
Relator: JUÍZA EUMA MENDONÇA TOURINHO
Assunto: Pagamento;
Distribuído por Sorteio em 20/08/2013
DECISÃO: AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 77 1004460-50. 2012. 8. 22. 0601
Agravo Regimental
Origem: 1004460-50. 2012. 8. 22. 0601Porto Velho - 2º JECIV
Agravante: Odair Teles Bessa
Advogada: Mariuza Krause (OAB/RO 4410)
Agravado: NIVALDO BRANDÃO REIS
Advogada: Fernanda Maia Marques (OAB/RO 3034)
Relator: JUÍZA EUMA MENDONÇA TOURINHO
Assunto: Perdas e Danos;
Distribuído por Sorteio em 17/12/2013
DECISÃO: AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 78 0004307-97. 2013. 8. 22. 0601
Agravo
Origem: 0004307-97. 2013. 8. 22. 0601Porto Velho - 1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Agravante: Ipam Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho
Procuradora: Dagmar de Jesus Cabral Rodrigues (OAB/RO 2934)
Agravado: Ilson Galdino da Luz
Advogada: Bruna Rebeca Pereira da Silva (OAB/RO 4982)
Agravado: Michel José Ribeiro da Silva
Advogada: Bruna Rebeca Pereira da Silva (OAB/RO 4982)
Agravado: Francisco Estevam dos Santos
Advogada: Bruna Rebeca Pereira da Silva (OAB/RO 4982)
Relator: JUÍZA EUMA MENDONÇA TOURINHO
Assunto: Obrigação de Fazer / Não Fazer;
Distribuído por Sorteio em 16/12/2013
DECISÃO: AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 79 1000036-19. 2013. 8. 22. 0604
Agravo Regimental
Origem: 1000036-19. 2013. 8. 22. 0604Porto Velho - 4º JECIV
Agravante: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimentos
Advogado: Bernardo Augusto Galindo Coutinho (RO 2991)
Agravada: ADILMA ALMEIDA DA COSTA
Advogado: Magnaldo Silva de Jesus (OAB/RO 3485)
Relator: JUÍZA EUMA MENDONÇA TOURINHO
Assunto: Protesto Indevido de Título;
Distribuído por Sorteio em 20/01/2014
DECISÃO: AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 80 1003730-30. 2012. 8. 22. 0604
Agravo Regimental
Origem: 1003730-30. 2012. 8. 22. 0604Porto Velho - 4º JECIV
Agravante: Banco Itaú S/A
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Agravada: MARIA GENEILDA DA SILVA
Advogado: Guilber Diniz Barros (OAB/RO 3310)
Relator: JUÍZA EUMA MENDONÇA TOURINHO
Assunto: Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes;
Distribuído por Sorteio em 20/01/2014
DECISÃO: AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 81 1006250-69. 2012. 8. 22. 0601
Agravo Regimental
Origem: 1006250-69. 2012. 8. 22. 0601Porto Velho - 2º JECIV
Agravante: Banco Bankpar S. A.
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Agravado: André Marcello de Carvalho França
Advogada: Michelle Rodrigues dos Anjos (OAB/RO 4930)
Relator: JUÍZA EUMA MENDONÇA TOURINHO
Assunto: Protesto Indevido de Título;
Distribuído por Sorteio em 20/01/2014
DECISÃO: AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 82 1006509-64. 2012. 8. 22. 0601
Agravo Regimental
Origem: 1006509-64. 2012. 8. 22. 0601Porto Velho - 1º JECIV
Agravante: Sabemi Previdência Privada
Advogado: Vinicius Nascimento Saldanha de Oliveira (OAB/RO 1933)
Agravado: Jose Ary dos Santos
Defensor Público: Lúcia Miura (OAB/SP 52123)
Relator: JUÍZA EUMA MENDONÇA TOURINHO
Assunto: Perdas e Danos;
Distribuído por Sorteio em 20/01/2014
DECISÃO: AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 83 1003425-21. 2013. 8. 22. 0601
Agravo Regimental
Origem: 1003425-21. 2013. 8. 22. 0601Porto Velho - 2º JECIV
Agravante: HSBC - Bank Brasil S/A
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Agravada: ANNE CAROLINE FREITAS PEREIRA MATSUSHITA
Advogado: Fábio Henrique Furtado Coelho de Oliveira (OAB/RO 5105)
Relator: JUÍZA EUMA MENDONÇA TOURINHO
Assunto: Direito de Imagem;
Distribuído por Sorteio em 17/01/2014
DECISÃO: AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 84 1000119-56. 2013. 8. 22. 0015
Agravo Regimental
Origem: 1000119-56. 2013. 8. 22. 0015Guajará-Mirim1º JECIV
Agravante: B. V Financeira S/A Credito Financiamento e Investimento
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Agravada: Mercia Jesus de Sá Fonseca
Relator: JUÍZA EUMA MENDONÇA TOURINHO
Assunto: Direito de Imagem;
Distribuído por Sorteio em 17/01/2014
DECISÃO: AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 85 1002010-88. 2012. 8. 22. 0002
Agravo Regimental
Origem: 1002010-88. 2012. 8. 22. 0002Ariquemes1º JECIV
Agravante: OI - Brasil Telecom Celular S/A
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635)
Advogada: Anne Caroline Freitas Pereira Matsushita (OAB/RO 4816)
Agravado: Ricardo Sousa Rodrigues
Advogado: Marcos Pedro Barbas Mendonça (OAB/RO 4476)
Relator: JUÍZA EUMA MENDONÇA TOURINHO
Assunto: Obrigação de Fazer / Não Fazer;
Distribuído por Sorteio em 27/11/2013
DECISÃO: AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 86 1002371-11. 2013. 8. 22. 0604
Agravo Regimental
Origem: 1002371-11. 2013. 8. 22. 0604Porto Velho - 4º JECIV
Agravante: Banco Bradesco S. A.
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Agravada: Iraciara Aires de Souza
Advogado: Leonidas Fogaca (OAB/RO 3429)
Relator: JUÍZA EUMA MENDONÇA TOURINHO
Assunto: Serviços Profissionais;
Distribuído por Sorteio em 27/11/2013
DECISÃO: AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 87 1000463-25. 2013. 8. 22. 0601
Agravo Regimental
Origem: 1000463-25. 2013. 8. 22. 0601Porto Velho - 2º JECIV
Agravante: B. V. Financeira S. A.
Advogado: Celson Marcon (OAB/ES 10990)
Agravado: Olmir Ervino Kucharski
Defensor Público: Raimundo Ribeiro Cantanhede Filho. (RO 238)
Relator: JUÍZA EUMA MENDONÇA TOURINHO
Assunto: Direito de Imagem;
Distribuído por Sorteio em 12/12/2013
DECISÃO: AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 88 1002073-19. 2013. 8. 22. 0604
Agravo Regimental
Origem: 1002073-19. 2013. 8. 22. 0604Porto Velho - 4º JECIV
Agravante: Bradesco S. A.
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Agravado: EVERTON CARLOS LISE
Advogado: Everton Carlos Lise (OAB / RO 5711)
Relator: JUÍZA EUMA MENDONÇA TOURINHO
Assunto: Protesto Indevido de Título;
Distribuído por Sorteio em 27/11/2013
DECISÃO: AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 89 1000447-36. 2011. 8. 22. 0021
Agravo Regimental
Origem: 1000447-36. 2011. 8. 22. 0021Tribunal de Justiça - Estado de Rondônia
Agravante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S. A.
Advogada: Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/RO 5017)
Agravado: Gilvan Muniz de Souza
Advogado: Alberto Biaggi Netto (RO 2740)
Relator: JUÍZA EUMA MENDONÇA TOURINHO
Assunto: Acidente de Trânsito;
Distribuído por Sorteio em 11/12/2013
DECISÃO: AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.

n. 90 1008348-27. 2012. 8. 22. 0601
Agravo Regimental
Origem: 1008348-27. 2012. 8. 22. 0601Porto Velho - 2º JECIV
Agravante: OI Brasil Telecom S. A.
Advogada: Renêe Maria Barros Almeida de Paula (OAB/RO 5801)
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635)
Advogada: Anne Caroline Freitas Pereira Matsushita (OAB/RO 4816)
Agravado: Novo Cabral de Souza
Advogado: Ivaldo Ferreira dos Santos (OAB/RO 663A)

Relator: JUÍZA EUMA MENDONÇA TOURINHO
Assunto: Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes;
Distribuído por Sorteio em 27/11/2013
DECISÃO: AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE.
OBS.: A PRÓXIMA SESSÃO FICA MARCADA PARA O DIA 21 DE FEVEREIRO DE 2014, ÀS 8H.
Porto Velho, 30 de janeiro de 2014
Juíza Euma Mendonça Tourinho
Presidente da Turma Recursal de Porto Velho - TJRO

Data: 03/02/2014
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
Turma Recursal - Porto Velho
Data de interposição: 16/12/2013
Data do julgamento: 31/01/2014
0004307-97. 2013. 8. 22. 0601 Recurso Inominado
Agravante: Ipam Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho
Procuradora: Dagmar de Jesus Cabral Rodrigues(OAB/RO2934)
Agravado: Ilson Galdino da Luz e outro(a/s)
Advogada: Bruna Rebeca Pereira da Silva(OAB/RO4982)
Relatora: Juíza Euma Mendonça Tourinho
DECISÃO: "AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE. ".
Ementa: AGRAVO INTERNO. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE REFORMOU A DECISÃO DO JUÍZO A QUO A FIM DE CONDENAR O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA. AGRAVO QUE VISA TÃO SOMENTE REDISCUTIR MATÉRIA JÁ ANALISADA. MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE.

Data de interposição: 20/01/2014
Data do julgamento: 31/01/2014
1000036-19. 2013. 8. 22. 0604 Recurso Inominado
Agravante: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimentos
Advogado: Bernardo Augusto Galindo Coutinho(RO2991)
Agravada: ADILMA ALMEIDA DA COSTA
Advogado: Magnaldo Silva de Jesus(OAB/RO3485)
Relatora: Juíza Euma Mendonça Tourinho
DECISÃO: "AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE. ".
Ementa: AGRAVO INTERNO QUE VISA TÃO SOMENTE REDISCUTIR MATÉRIA JÁ ANALISADA. MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE.

Data de interposição: 17/01/2014
Data do julgamento: 31/01/2014
1003425-21. 2013. 8. 22. 0601 Recurso Inominado
Agravante: HSBC - Bank Brasil S/A
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos(OAB/RO655A)
Agravada: ANNE CAROLINE FREITAS PEREIRA MATSUSHITA
Advogado: Fábio Henrique Furtado Coelho de Oliveira(OAB/RO5105)
Relatora: Juíza Euma Mendonça Tourinho
DECISÃO: "AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE. ".
Ementa: AGRAVO INTERNO QUE VISA TÃO SOMENTE REDISCUTIR MATÉRIA JÁ ANALISADA. MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE.

Data de interposição: 20/01/2014
Data do julgamento: 31/01/2014
1003730-30. 2012. 8. 22. 0604 Recurso Inominado
Agravante: Banco Itaú S/A
Advogado: Celso Marcon(OAB/RO3700)
Agravada: MARIA GENEILDA DA SILVA
Advogado: Guilber Diniz Barros(OAB/RO3310)
Relatora: Juíza Euma Mendonça Tourinho
DECISÃO: "AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE. ".
Ementa: AGRAVO INTERNO QUE VISA TÃO SOMENTE REDISCUTIR MATÉRIA JÁ ANALISADA. MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE

Data de interposição: 20/01/2014
Data do julgamento: 31/01/2014
1006250-69. 2012. 8. 22. 0601 Recurso Inominado
Agravante: Banco Bankpar S. A.
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari(OAB/RO4937)
Agravado: André Marcello de Carvalho França
Advogada: Michelle Rodrigues dos Anjos(OAB/RO4930)
Relatora: Juíza Euma Mendonça Tourinho
DECISÃO: "AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE. ".
Ementa: AGRAVO INTERNO QUE VISA TÃO SOMENTE REDISCUTIR MATÉRIA JÁ ANALISADA. MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE.

Data de interposição: 20/01/2014
Data do julgamento: 31/01/2014
1006509-64. 2012. 8. 22. 0601 Recurso Inominado
Agravante: Sabemi Previdência Privada
Advogado: Vinicius Nascimento Saldanha de Oliveira(OAB/RO1933)
Agravado: Jose Ary dos Santos
Defensor Público: Lúcia Miura(OAB/SP52123)
Relatora: Juíza Euma Mendonça Tourinho
DECISÃO: "AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE. ".
Ementa: AGRAVO INTERNO QUE VISA TÃO SOMENTE REDISCUTIR MATÉRIA JÁ ANALISADA. MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE.
(a) Belª Valéria Rosa Soler da Silva
Secretária da Turma Recursal de Porto Velho

Data: 03/02/2014
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
Turma Recursal - Porto Velho

Data de interposição: 17/01/2014
Data do julgamento: 31/01/2014
1000119-56. 2013. 8. 22. 0015 Recurso Inominado
Agravante: B. V Financeira S/A Credito Financiamento e Investimento
Advogado: Celso Marcon(OAB/RO3700)
Agravada: Mercia Jesus de Sá Fonseca
Não Informado:
Relatora: Juíza Euma Mendonça Tourinho
DECISÃO: "AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE. ".
Ementa: AGRAVO INTERNO QUE VISA TÃO SOMENTE REDISCUTIR MATÉRIA JÁ ANALISADA. MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE.

Data de interposição: 27/11/2013
Data do julgamento: 31/01/2014
1002010-88. 2012. 8. 22. 0002 Recurso Inominado
Agravante: OI - Brasil Telecom Celular S/A
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho(OAB/RO635) e outro(a/s)
Agravado: Ricardo Sousa Rodrigues
Advogado: Marcos Pedro Barbas Mendonça(OAB/RO4476)
Relatora: Juíza Euma Mendonça Tourinho
DECISÃO: "AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE. ".
Ementa: AGRAVO INTERNO QUE VISA TÃO SOMENTE REDISCUTIR MATÉRIA JÁ ANALISADA. MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE.

Data de interposição: 27/11/2013
Data do julgamento: 31/01/2014
1002371-11. 2013. 8. 22. 0604 Recurso Inominado
Agravante: Banco Bradesco S. A.
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari(OAB/RO4937)
Agravada: Iraciara Aires de Souza
Advogado: Leonidas Fogaca(OAB/RO3429)
Relatora: Juíza Euma Mendonça Tourinho
DECISÃO: "AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE. ".
Ementa: AGRAVO INTERNO QUE VISA TÃO SOMENTE REDISCUTIR MATÉRIA JÁ ANALISADA. MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE.
(a) Belª Valéria Rosa Soler da Silva
Secretária da Turma Recursal de Porto Velho

Data: 03/02/2014
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
Turma Recursal - Porto Velho

Data de interposição: 12/12/2013
Data do julgamento: 31/01/2014
1000463-25. 2013. 8. 22. 0601 Recurso Inominado
Agravante: B. V. Financeira S. A.
Advogado: Celson Marcon(OAB/RO3700)
Agravado: Olmir Ervino Kucharski
Defensor Público: Raimundo Ribeiro Cantanhede Filho. (RO238)
Relatora: Juíza Euma Mendonça Tourinho
DECISÃO: "AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE. ".
Ementa: AGRAVO INTERNO QUE VISA TÃO SOMENTE REDISCUTIR MATÉRIA JÁ ANALISADA. MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE.

Data de interposição: 27/11/2013
Data do julgamento: 31/01/2014
1002073-19. 2013. 8. 22. 0604 Recurso Inominado
Agravante: Bradesco S. A.
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari(OAB/RO4937)
Agravado: EVERTON CARLOS LISE
Advogado: Everton Carlos Lise(OAB / RO5711)
Relatora: Juíza Euma Mendonça Tourinho
DECISÃO: "AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE. ".
Ementa: AGRAVO INTERNO QUE VISA TÃO SOMENTE REDISCUTIR MATÉRIA JÁ ANALISADA. MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE.
(a) Belª Valéria Rosa Soler da Silva
Secretária da Turma Recursal de Porto Velho

Data: 03/02/2014
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
Turma Recursal - Porto Velho

Data de interposição: 11/12/2013
Data do julgamento: 31/01/2014
1000447-36. 2011. 8. 22. 0021 Recurso Inominado
Agravante: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S. A.
Advogada: Lucimar Cristina Gimenez Cano(OAB/RO5017)
Agravado: Gilvan Muniz de Souza
Advogado: Alberto Biaggi Netto(RO2740)
Relatora: Juíza Euma Mendonça Tourinho
DECISÃO: "AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE. ".
Ementa: AGRAVO INTERNO. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE MANTEVE A DECISÃO DO JUÍZO A QUO A FIM DE CONDENAR A SEGURADORA. AGRAVO QUE VISA TÃO SOMENTE REDISCUTIR MATÉRIA JÁ ANALISADA. MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE.
(a) Belª Valéria Rosa Soler da Silva
Secretária da Turma Recursal de Porto Velho

Data: 03/02/2014
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
Turma Recursal - Porto Velho

Data de distribuição: 19/02/2013
Data do julgamento: 31/01/2014
0000199-45. 2013. 8. 22. 9001 Habeas Corpus
Origem: 00070176120118220601 Porto Velho - Juizados Especiais/RO (1ª Vara do Juizado Especial Criminal)
Impetrante: Samuel Costa Menezes
Não Informado:
Impetrado: 1º Juizado Especial Criminal da Comarca de Porto Velho-RO
Não Informado:
Relator: Juiz Franklin Vieira dos Santos
DECISÃO:"O MP MANIFESTOU-SE A CERCA DA PRECRIÇÃO. CONCEDIDA A ORDEM PARA TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL À UNANIMIDADE".
Ementa: HC. IMPETRANTE MENOR DE 21 ANOS DE IDADE. RECONHECIMENTO DA PRESCRIÇÃO, POR FORÇA DA INCIDÊNCIA DO ARTIGO 115 DO CP. CONCEDIDA A ORDEM, SENTENÇA REFORMADA. Por ser menor de 21 anos de idade à época dos fatos, a contagem do prazo prescricional pela metade é medida que se impõe, por observância ao que preceitua o artigo 115 do Código Penal.

Data de distribuição: 26/07/2013
Data do julgamento: 31/01/2014
0001678-24. 2011. 8. 22. 0601 Apelação
Origem: 00016782420118220601 Porto Velho - Juizados Especiais/RO (1ª Vara do Juizado Especial Criminal)
Apelante: Maricélio Nazaré Araújo
Defensora Pública: Dilma Costa Matheus(OAB/RO4472)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Não Informado:

Relator: Juiz Franklin Vieira dos Santos
Revisor: Juiz Euma Mendonça Tourinho
DECISÃO: "O MP REITEROU O PARECER. APELAÇÃO CONHECIDA E NÃO PROVIDA À UNANIMIDADE. ".
Ementa: Criminal. Filho que, sob efeito de entorpecente, batia e a forçava a porta de casa visando adentrar sem a permissão dos moradores. Perturbação da tranquilidade configurada. SENTENÇA condenatória mantida.

Data de distribuição: 13/12/2013
Data do julgamento: 31/01/2014
0002048-32. 2013. 8. 22. 0601 Recurso Inominado
Origem: 00020483220138220601 Porto Velho - Juizados Especiais/RO (1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública)
Recorrente: Estado de Rondônia
Procuradora: Lívia Renata de Oliveira(Não informado)
Recorrido: Raimundo Antonio Aguiar Costa e outro(a/s)
Advogado: Jéssica Carvalho dos Santos(OAB/RO5240) e outro(a/s)
Relator: Juiz Franklin Vieira dos Santos
DECISÃO: "RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE. ".
Ementa: POLICIAL CIVIL. PAIOL. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE EXCEPCIONALMENTE DEVIDO. SENTENÇA MANTIDA. Faz jus ao adicional de periculosidade o policial civil que exerce suas atividades nas proximidades do local de armazenamento de armas, munições e explosivos, que não observa regulamento próprio quanto às condições de isolamento, acondicionamento, distância e demais medidas de segurança.

Data de distribuição: 18/07/2013
Data do julgamento: 31/01/2014
0002232-22. 2012. 8. 22. 0601 Apelação
Origem: 00022322220128220601 Porto Velho - Juizados Especiais/RO (1ª Vara do Juizado Especial Criminal)
Apelante: Joelson Fonseca Silva
Defensora Pública: Dilma Costa Matheus(OAB/RO4472)
Apelado: MINISTÉRIO PÚBLICO
Não Informado:
Relator: Juiz Franklin Vieira dos Santos
Revisor: Juiz Euma Mendonça Tourinho
DECISÃO: "O MP REITEROU O PARECER. APELAÇÃO CONHECIDA E NÃO PROVIDA À UNANIMIDADE. ".
Ementa: Ambiental. Transporte de madeira sem autorização. Ilícito configurado. Condenação mantida. O transporte de madeira realizado sem a Autorização de Transporte de Produtos Florestais (ATPF) constitui ilícito previsto no parágrafo único do art. 46 da Lei 9605/98.

Data de distribuição: 09/12/2013
Data do julgamento: 31/01/2014
0002491-03. 2013. 8. 22. 9001 Mandado de Segurança
Origem: 00046720820138220002 Ariquemes/RO (1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública)
Impetrante: Fundação Universidade de Tocantins Unitins
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos(OAB/RO655A)
Impetrado: Juiz de Direito do Juizado Especial Cível e Criminal-ariquemes
Não Informado:
Relator: Juiz Franklin Vieira dos Santos
DECISÃO: "NÃO CONHECIDO O RECURSO À UNANIMIDADE.
Ementa: MANDADO DE SEGURANÇA - SUBSTITUTIVO DE RECURSO - SÚMULA 267. INDEFERIMENTO DA INICIAL: "A utilização do mandado de segurança como substitutivo de recurso encontra óbice na Súmula n. 267 do STF, motivo pelo qual o feito deve a inicial deve ser indeferida, com extinção do feito sem conhecimento do MÉRITO ".

Data de distribuição: 24/07/2013
Data do julgamento: 31/01/2014
0002788-58. 2011. 8. 22. 0601 Apelação
Origem: 00027885820118220601 Porto Velho - Juizados Especiais/RO (1ª Vara do Juizado Especial Criminal)
Apelante: Ozeias Andrade Viana
Defensora Pública: Ruth Megumi Morimoto(OAB/RO130A)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Não Informado:
Relator: Juiz Franklin Vieira dos Santos
Revisor: Juiz Euma Mendonça Tourinho
DECISÃO: "O MP REITEROU O PARECER. APELAÇÃO CONHECIDA E NÃO PROVIDA À UNANIMIDADE. ".
Ementa: AMBIENTAL. CRIME CONTRA FAUNA. MANTER EM CATIVEIRO AVE SILVESTRE SEM AUTORIZAÇÃO (ART. 29, § 1º, III, DA LEI 9. 605/98). AVE SEM ANILHA. CONDENAÇÃO. SENTENÇA MANITDA. Provadas autoria e materialidade da infração penal, e não havendo excludentes de criminalidade ou que isentem o recorrente de pena, a condenação é medida que se impõe. SENTENÇA mantida por seus próprios fundamentos.

Data de distribuição: 13/11/2012
Data do julgamento: 31/01/2014
0003854-73. 2011. 8. 22. 0601 Recurso Inominado
Origem: 00038547320118220601 Porto Velho - Juizados Especiais/RO (1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública)
Recorrente: Estado de Rondônia
Advogada: Livia Renata de Oliveira Silva(OAB/RO1673)
Recorrido: Altevir Pereira de Oliveira
Advogado: Edison Fernando Piacentini(OAB/RO978)
Relator: Juiz Franklin Vieira dos Santos
DECISÃO: "RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO À UNANIMIDADE. ".
Ementa: POLICIAL CIVIL. ADCICIONAL DE INSALUBRIDADE DEVIDO, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO PERTINENTE VIGENTE NO PERÍODO PRETENDIDO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO.

Data de distribuição: 29/07/2013
Data do julgamento: 31/01/2014
0004195-02. 2011. 8. 22. 0601 Apelação
Origem: 00041950220118220601 Porto Velho - Juizados Especiais/RO (1ª Vara do Juizado Especial Criminal)
Apelante: Edmilson dos Santos Braga
Defensora Pública: Dilma Costa Matheus(OAB/RO4472)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Não Informado:
Relator: Juiz Franklin Vieira dos Santos
Revisor: Juiz Euma Mendonça Tourinho
DECISÃO: "O MP REITEROU O PARECER. APELAÇÃO CONHECIDA E NÃO PROVIDA À UNANIMIDADE. ".

Ementa: CRIME DE TRÂNSITO. ARTIGO 310 DO CTB. ENTREGA DE VEÍCULO A PESSOA NÃO HABILITADA. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS.

Data de distribuição: 26/07/2013
Data do julgamento: 31/01/2014
0004298-43. 2010. 8. 22. 0601 Apelação
Origem: 00042984320108220601 Porto Velho - Juizados Especiais/RO (1ª Vara do Juizado Especial Criminal)
Apelante: Alexsandro da Silva Ferreira
Defensora Pública: Dilma Costa Matheus(OAB/RO4472)
Apelado: Ministerio Publico do Estado de Rondonia
Não Informado:
Relator: Juiz Franklin Vieira dos Santos
Revisor: Juiz Euma Mendonça Tourinho
DECISÃO: "O MP REITEROU O PARECER. APELAÇÃO CONHECIDA E NÃO PROVIDA À UNANIMIDADE. ".
Ementa: Criminal. Artigo 309 do Código de Trânsito Brasileiro. Direção sem habilitação e perigo de dano. Ilícito configurado. Materialidade e autoria extraída do depoimento da testemunha - policial que realizou a abordagem e da parcial confissão dos fatos pelo acusado. Recurso não provido. SENTENÇA mantida pelos próprios fundamentos.

Data de distribuição: 29/07/2013
Data do julgamento: 31/01/2014
0007262-72. 2011. 8. 22. 0601 Apelação
Origem: 00072627220118220601 Porto Velho - Juizados Especiais/RO (1ª Vara do Juizado Especial Criminal)
Apelante: Thiago Henrique Nunes da Silva
Defensora Pública: Dilma Costa Matheus(OAB/RO4472)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Não Informado:
Relator: Juiz Franklin Vieira dos Santos
Revisor: Juiz Euma Mendonça Tourinho
DECISÃO: "O MP REITEROU O PARECER. APELAÇÃO CONHECIDA E NÃO PROVIDA À UNANIMIDADE. ".
Ementa: Criminal. Artigo 309 do Código de Trânsito Brasileiro. Direção sem habilitação e perigo de dano. Ilícito configurado. Materialidade e autoria extraída dos depoimentos das testemunhas policiais que realizaram a abordagem e da confissão dos fatos pelo acusado. Recurso não provido. SENTENÇA mantida pelos próprios fundamentos.

Data de distribuição: 04/04/2013
Data do julgamento: 31/01/2014
0017080-68. 2012. 8. 22. 0601 Recurso Inominado
Recorrente: Nelio Dias Rezende
Defensor Público: Sérgio Muniz Neves
Recorrido: Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes do Estado de Rondônia - DER/RO
Procurador: Bruno Rafael Orsi (OAB/RO4852) e outro(a/s)
Relator: Juiz Franklin Vieira dos Santos
DECISÃO: "RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE. ".
Ementa: SERVIDOR PÚBLICO. DER. PAGAMENTO DE ADICIONAL DE PRODUTIVIDADE. DEVIDO SOMENTE AO SERVIDOR EM PLENO EXERCÍCIO DE SUAS ATIVIDADES. SENTENÇA MANTIDA. Em conformidade com a SENTENÇA, o adicional de produtividade é verba precária e somente faz jus ao seu recebimento o agente público que está em pleno exercício de suas atividades. Quando o trabalhador está afastado de suas atividades, é ônus do órgão previdenciário o pagamento do benefício. Como o adicional não é levado em consideração para fins de contribuição previdenciária, o benefício não o incorpora.

Data de interposição: 13/11/2013
Data do julgamento: 31/01/2014
1000336-78. 2013. 8. 22. 0604 Recurso Inominado
Agravante: BANCO DO BRASIL S/A
Advogado: Gustavo Amato Pissini(OAB/RO4567)
Agravada: Raquel Carvalho Dartiballe Saraiva
Advogado: Jéssica Carvalho dos Santos(OAB/RO5240) e outro(a/s)
Relator: Juiz Franklin Vieira dos Santos
DECISÃO: "AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE. ".
Ementa: AGRAVO. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE MANTEVE A DECISÃO DO JUÍZO A QUO A FIM DE CONDENAR A INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. AGRAVO QUE VISA TÃO SOMENTE REDISCUTIR MATÉRIA JÁ ANALISADA. MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE.

Data de distribuição: 11/09/2013
Data do julgamento: 31/01/2014
1000431-11. 2013. 8. 22. 0604 Recurso Inominado
Origem: 10004311120138220604 Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível/RO (4º Vara do Juizado Especial Cível)
Recorrente: Cláudia Gonçalves de Araújo
Defensor Público: Sérgio Muniz Neves
Recorrida: Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia - CAERD
Advogada: Maricélia Santos Ferreira de Araújo(OAB/RO324B)
Relator: Juiz Franklin Vieira dos Santos
DECISÃO: "RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE. ".
Ementa: CONSUMIDOR. CAERD. TROCA DA TUBULAÇÃO. INSTALAÇÃO DE HIDRÔMETRO. ELEVAÇÃO DO VALOR DA FATURA. AUMENTO PROCEDENTE. MEDIÇÃO DO CONSUMO REAL. SENTENÇA MANTIDA. No presente caso, houve troca da tubulação, bem como instalação de hidrômetro na residência da consumidora, o que explica a majoração da fatura com base no consumo real. Fatura procedente. SENTENÇA mantida por seus próprios fundamentos.

Data de interposição: 07/11/2013
Data do julgamento: 31/01/2014
1001212-76. 2012. 8. 22. 0601 Recurso Inominado
Agravante: LOSANGO PROMOÇOES DE VENDAS LTDA
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos(OAB/RO655A)
Agravada: maria do socorro de souza
Advogado: Reynaldo Diniz P. Neto(RO4180)
Relator: Juiz Franklin Vieira dos Santos
DECISÃO: "AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE. ".
Ementa: AGRAVO. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE MANTEVE A DECISÃO DO JUÍZO A QUO, A FIM DE CONDENAR SOLIDARIAMENTE A CITY LAR E A LOSANGO AO PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO A TÍTULO DE DANOS MORAIS POR INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. AGRAVO QUE VISA TÃO SOMENTE REDISCUTIR MATÉRIA JÁ ANALISADA. MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE.

Data de distribuição: 12/09/2013
Data do julgamento: 31/01/2014
1001406-64. 2011. 8. 22. 0002 Apelação
Origem: 10014066420118220002 Ariquemes/RO (1ª Vara Juizado Especial Criminal)
Apelante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Não Informado:
Apelado: Madeireira Pau Gigante Ltda - EPP e outro(a/s)
Advogado: José Assis dos Santos(OAB/RO2591)
Relator: Juiz Franklin Vieira dos Santos
Revisor: Juiz Silvana Maria de Freitas
DECISÃO: "O MP REITEROU O PARECER. APELAÇÃO CONHECIDA E NÃO PROVIDA À UNANIMIDADE. ".
Ementa: CRIME AMBIENTAL. ART. 46, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI 9. 605/1998. VENDA SEM LICENÇA VÁLIDA. PRESUNÇÃO. INEXISTÊNCIA DE PROVA DA VENDA. ABSOLVIÇÃO MANTIDA. A prova do crime de venda de madeira sem licença outorgada por autoridade competente não pode ser feita apenas por presunção, levando em conta exclusivamente a constatação de divergência entre o saldo de madeira em estoque no pátio da empresa e o saldo apresentado no sistema CEPROF, sem comprovação fática.

Data de distribuição: 12/09/2013
Data do julgamento: 31/01/2014
1001740-69. 2009. 8. 22. 0002 Apelação
Origem: 10017406920098220002 Ariquemes/RO (1ª Vara Juizado Especial Criminal)
Apelante: Ministério Público do Estado de Rondônia
Não Informado:
Apelado: Nereu Mezzomo e outro(a/s)
Advogado: Luiz Antônio Previati(OAB/RO213-B)
Relator: Juiz Franklin Vieira dos Santos
Revisor: Juiz Silvana Maria de Freitas
DECISÃO: "O MP REITEROU O PARECER. APELAÇÃO CONHECIDA E NÃO PROVIDA À UNANIMIDADE. ".
Ementa: CRIME AMBIENTAL. ART. 46, PARÁGRAFO ÚNICO, DA LEI 9. 605/1998. VENDA SEM LICENÇA VÁLIDA. PRESUNÇÃO. INEXISTÊNCIA DE PROVA DA VENDA. ABSOLVIÇÃO MANTIDA. A prova do crime de venda de madeira sem licença outorgada por autoridade competente não pode ser feita apenas por presunção, levando em conta exclusivamente a constatação de divergência entre o saldo de madeira em estoque no pátio da empresa e o saldo apresentado no sistema CEPROF, sem comprovação fática.

Data de distribuição: 08/11/2013
Data do julgamento: 31/01/2014
1001963-51. 2011. 8. 22. 0002 Apelação
Origem: 10019635120118220002 Ariquemes/RO (1ª Vara Juizado Especial Criminal)
Apelante: Fernando Amaral Martins
Advogado: Valdeni Orneles de Almeida Paranhos(OAB/RO4108)
Apelado: Ministério Público do Estado de Rondônia
Não Informado:
Relator: Juiz Franklin Vieira dos Santos
Revisor: Juiz Amauri Lemes
DECISÃO: "O MP REITEROU O PARECER. APELAÇÃO CONHECIDA E NÃO PROVIDA À UNANIMIDADE.
Ementa: CRIMINAL. DESACATO. POLICIAL MILITAR. AUTORIA E MATERIALIDADE DEVIDAMENTE COMPROVADAS. CARACTERIZAÇÃO DO CRIME. DESRESPEITO AO FUNCIONÁRIO PÚBLICO. SENTENÇA MANTIDA. O réu que ofende verbalmente funcionário público, no exercício de suas funções, comete o crime de desacato, pois demonstra total desrespeito e desprestígio com o Estado.

Data de distribuição: 29/10/2013
Data do julgamento: 31/01/2014
1002833-02. 2012. 8. 22. 0604 Recurso Inominado
Origem: 10028330220128220604 Porto Velho - 4º Juizado Especial Cível/RO (4º Vara do Juizado Especial Cível)
Recorrente: Carlos Gomes Lima
Advogado: Ezio Pires dos Santos(OAB/RO5870)
Recorrida: Claro S/A
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha(OAB/RO2913)
Relator: Juiz Franklin Vieira dos Santos
DECISÃO: "RECURSO CONHECIDO E PROVIDO À UNANIMIDADE. ".
Ementa: DESCUMPRIMENTO DE ACORDO JUDICIAL. PREVISÃO DE MULTA. PAGAMENTO DEVIDO. RECURSO PROVIDO. Se prévia e expressamente prevista a multa em razão do descumprimento do acordo firmado entre as partes e homologado judicialmente, o pagamento, nos seus exatos termos, é medida que se impõe.

Data de interposição: 28/10/2013
Data do julgamento: 31/01/2014
1003061-54. 2010. 8. 22. 0601 Recurso Inominado
Agravante: omni financeira
Advogada: Saiera Silva de Oliveira. (RO2458)
Agravada: IRENE ROSA DE JESUS
Advogada: Adriana Desmaret Spinet(OAB/RO4293)
Relator: Juiz Franklin Vieira dos Santos
DECISÃO: "AGRAVO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE. ".
Ementa: AGRAVO. REDUÇÃO DO QUATUM MANTIDO PELA DECISÃO MONOCRÁTICA. IMPROCEDENTE. Há precedentes desta Turma Recursal que autorizam a manutenção do quantum indenizatório em R$ 10. 000, 00 (dez mil reais) em casos semelhantes de manutenção do nome em cadastro de proteção ao crédito.

Data de distribuição: 02/12/2013
Data do julgamento: 31/01/2014
1005028-66. 2012. 8. 22. 0601 Recurso Inominado
Origem: 10050286620128220601 Porto Velho - Juizados Especiais/RO (1ª Vara do Juizado Especial Cível)
Recorrente: FRANCISCO JONES LOPES BARBOSA
Advogada: Zaira dos Santos Tenório(OAB/RO5182)
Recorrido: Gazim Ind. com. de Móveis e Eletrodoméstico Ltda
Advogado: Celso Nobuyuki Yokota(OAB/PR33389) e outro(a/s)
Relator: Juiz Franklin Vieira dos Santos
DECISÃO: "RECURSO CONHECIDO E PROVIDO À UNANIMIDADE. ".
Ementa:
CONSUMIDOR. MÁ PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. DEMORA EXCESSIVA NA ENTREGA E NA SUBSTITUIÇÃO DO PRODUTO DEFEITUOSO. ATITUDE QUE EXTRAPOLA O DISSABOR CONTRATUAL. DANO MORAL CONFIGURADO. A conduta desidiosa da empresa, consistente na resistência

em substituir produto comprovadamente avariado, causa sofrimento ao consumidor, que extrapolou o dissabor contratual, configurando o dano moral e o consequente dever de indenizar.

Data de distribuição: 16/10/2013
Data do julgamento: 31/01/2014
1007518-95. 2011. 8. 22. 0601 Recurso Inominado
Origem: 10075189520118220601 Porto Velho - Juizados Especiais/RO (1ª Vara do Juizado Especial Cível)
Recorrente: OI Brasil Telecom S. A.
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho(OAB/RO635)
Recorrida: Maria Serafim Gomes
Advogado: Amaro Vinícius Bacinello Ramalho(OAB/RO3212)
Relator: Juiz Franklin Vieira dos Santos
DECISÃO: "RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO À UNANIMIDADE. ".
Ementa: DESCUMPRIMENTO DE ACORDO JUDICIAL. DÍVIDA DECLARADA INEXISTENTE. REITERAÇÃO DA CONDUTA: COBRANÇAS INDEVIDAS. DANO MORAL. INDENIZAÇÃO DEVIDA. SENTENÇA MANTIDA. A indenização no valor de R$ 15. 000, 00 não se mostra excessiva, pois foi fixada dentro da razoabilidade e proporcionalidade, observando-se a situação das partes e as peculiaridades do caso concreto, não fugindo ao padrão indenizatório utilizado por esta Turma Recursal. SENTENÇA mantida por seus sólidos fundamentos.
(a) Belª Valéria Rosa Soler da Silva
Secretária da Turma Recursal de Porto Velho

Turma Recursal - Porto Velho
DESPACHO DA RELATORA
Recurso Extraordinario - Nrº: 1
Número do Processo: 1001014-85. 2011. 8. 22. 0015
Processo de Origem: 1001014-85. 2011. 8. 22. 0015
Recorrente: negresco s/a credito finaciamento e investimento
Advogado: CARLA CRISTINA TAKAKI(OAB/PR 45188)
Advogado: Ricardo Russo(OAB/PR 31. 666)
Recorrida: Adolfina da Rosa Alves
Advogado: Helio Fernandes Moreno(RO 227-B)
Relatora: Juíza Euma Mendonça Tourinho
DECISÃO
Trata-se de Ação Indenizatória ajuizada por ADOLFINA DA ROSA ALVES contra a NEGRESCO S/A CREDITO FINANCIAMENTO INVESTIMENTO.
A DECISÃO colegiada que negou seguimento ao agravo foi proferida aos 07 de janeiro de 2014, tendo o prazo recursal começado a fluir a partir do dia 13 de janeiro do mesmo ano. Levando-se em consideração que o prazo para a interposição do recurso extraordinário é de 15 dias, o término para a interposição de eventual recurso ao Supremo se encerrou aos 27 de janeiro de 2014.
Ocorre que o Recorrente interpôs o extraordinário apenas no dia 28 de janeiro, o que o tornou flagrantemente intempestivo.
Além disso, vale ressaltar que o Recorrente não demonstrou, de forma cabal, a presença de repercussão geral.
Com efeito, a questão não ultrapassou o mero interesse individual e subjetivo da parte. Não restou demonstrada, ainda, qualquer questão relevante de ordem política, econômica, social ou jurídica.
Ante o exposto, NÃO ADMITO o presente Recurso Extraordinário.
Porto Velho - RO, 30 de janeiro de 2014.

Juíza Euma Mendonça Tourinho
Relatora

1º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

1º Cartório do Juizado Especial Criminal

Proc.: 0004610-19. 2010. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento Investigatório do MP (Peças de Informação)
Vítima do fato: Meio Ambiente
Autor do fato: L. S. M. Madeiras Indústria Comércio Importação e Exportação Ltda ME
Advogado: Silvio Machado (OAB/RO- nº 3355)
DESPACHO: "VISTOS, ETC. Considerando que o denunciado não foi intimado para esta solenidade uma vez que encontra-se viajando redesigno a audiência para o dia 11-02-2014, às 10h00. Intime-se. Saem os presentes intimados. Nada mais havendo. Porto Velho, 07 de janeiro de 2014. (a)ROBERTO GIL DE OLIVEIRA - Juiz de Direito.

Belª Sandra Regina Gil Nunes Menezes
Escrivã Judicial

VARA DA AUDITORIA MILITAR

1º Cartório da Auditoria Militar
Vara da Auditoria Militar
Juiz: Carlos Augusto Teles Negreiros
Diretora de Cartório: Marlene Jacinta Dinon
Endereço eletrônico: pvh1militar@tjro. jus. br

Proc.: 0017217-50. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Militar)
Requerente: Jorgemar Dantas Chaves
Advogado: Vítor Martins Noé (OAB/RO 3035)
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Procurador do Estado de Rondônia ( ), Glauber Luciano Costa Gahyva (OAB/RO 1768)
DECISÃO: Jorgemar Dantas Chaves, qualificado nos autos, através de advogado, regularmente constituído, interpôs Embargos de Declaração da SENTENÇA (fls. 156/16424/6), oferecidos tempestivamente, alegando contradição na SENTENÇA acerca da prescrição decorrente da aplicação do art. 18 caput do Decreto Lei n. 34/1982, referente a contagem do prazo prescricional, onde se reconheceu a aplicação do prazo prescricional de 06 (seis) anos, porém levou em consideração que em razão da instauração do Conselho de Disciplina, bem como do sobrestamento do processo administrativo, este não prazo se consumou, não havendo o que se falar em prescrição. Consignou que para essa fundamentação foi adotado o Decreto 13. 255/2007, e que este seria inaplicável ao caso por entrar em vigor após os fatos ocorridos em 25/03/2003. Com relação a omissão aduz que a SENTENÇA se omitiu quanto à aplicação do art. 2º, caput e §2º da Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro. Requereu o recebimento, conhecimento e provimento dos embargos ante a presença de contradição e omissão na DECISÃO embargada. É o RELATÓRIO. DECIDO. Conheço dos embargos, mas não será acolhido pelo que passo a expor. O pedido foi julgado improcedente, por entender o juízo que o autor não detem o direito material alegado. Irresignado, após a publicação da SENTENÇA de fls. 143/154, protocolou

tempestivamente embargos de declaração (fls. 156/164), conforme exposto no RELATÓRIO. Inicialmente há de se fazer algumas considerações prévias quanto ao cabimento dos embargos declaratórios, sendo este um pedido direcionado ao juiz ou tribunal que prolatou a DECISÃO para que preste esclarecimentos acerca de obscuridades, contradições ou omissões contidas na mesma. Considera-se obscura a DECISÃO quando os seus fundamentos e considerações foram dispostos de forma confusa, incompreensível ou quando lhe faltar clareza nas ideias, de modo a torná-lo ininteligível. A contradição que enseja embargos de declaração é aquela eventualmente existente entre as proposições e a conclusão da DECISÃO, e não se configura se a conclusão da SENTENÇA está em plena correlação com suas premissas. A omissão, por sua vez, remete a falta de análise de algum dos pedidos elencados na exordial. Na verdade a contradição arguida pelo autor, ora embargante, funda-se na aplicação de um Decreto ainda não vigente à época dos fatos, do qual não fez prova nos autos consoante dispõe o art. 337 do CPC. Referido decreto revogou os Decretos n. 6. 929/1995 e 7. 517/1996. Notadamente, verifica-se que visa com os embargos enfrentar matéria de MÉRITO com o fito de modificar a DECISÃO, tema este que não pode ser reapreciado em sede de embargos de declaração. O juízo desenvolveu um raciocínio acerca do prazo prescricional e chegou à sua conclusão. Penso que não pode o autor/embargante utilizar esse meio de impugnação como forma de se insurgir quanto à matéria de fundo da SENTENÇA, a qual entendeu que embora o prazo prescricional aplicável seja de 06 (seis) anos, de acordo com o art. 18, caput do Decreto Lei n. 34/82, esse prazo teria sido suspenso com a instauração do processo administrativo e ainda pelo sobrestamento do feito, não sendo atingido, portanto, a dita prescrição. Não houve, no meu sentir, contradição. Com relação à omissão, oportuno destacar que todas as questões expostas em inicial foram individualmente apreciadas e de maneira pormenorizada, não havendo qualquer omissão quanto a análise da aplicação da Lei de Introdução as Normas do Direito Brasileiro que sequer é objeto da inicial. O julgador há de analisar o pedido do autor e os pontos articulados na inicial, dito controverso. Isso restou exaustivamente feito pelo magistrado, que tratou de aplicar a teoria da substanciação, havendo correlação absoluta entre o pedido e a SENTENÇA. Denota-se que a causa de pedir, seja próxima ou remota, restou enfrentada na SENTENÇA guerreada à luz do entendimento do magistrado, cuja DECISÃO é crivo de revisão. Agora, se a pretensão do autor/embargante não foi acolhida pelo juízo a quo, seja total ou parcialmente, só resta atacar o julgado em sede própria, onde o tribunal ad quem pode perfeitamente acolher ou rejeitar a pretensão do autor/embargante, reanalizando toda matéria ou questões levantadas. Em suma, embora preencha os requisitos de admissibilidade, improcedem os embargos declaratórios, pois não há omissão ou contradição na SENTENÇA, posto que o embargante objetiva na verdade é o reexame da matéria decidida, por não concordar com o fundamento da DECISÃO prolatada pelo juízo. O reexame Somente o juízISTO POSTO, conheço dos Embargos de Declaração mas não os acolho, mantendo inalterada a SENTENÇA prolatada. Como consequência, reabre-se o prazo para o manejo de eventual recurso, nos termos da legislação pertinente. P. R. I. C. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Carlos Augusto Teles de Negreiros Juiz de Direito

Proc.: 0010996-06. 2012. 8. 22. 0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crime Militar (R
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Ricardo José Bonfim
Advogado: Marco Antonio Ribeiro de Menezes Lago (PR 42. 732)
FINALIDADE: Intimar o defensor da audiência de instrução designada para o dia 13. 02. 2014, às 10h 30min na 2ª Vara Criminal da Comarca de Ariquemes/RO.

Proc.: 0010886-07. 2012. 8. 22. 0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crime Militar
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Manoel Alves de Souza, Sergio Augusto de Oliveira Silva
Advogado: Manoel Veríssimo Ferreira Neto (OAB/RO 3766), Otniel Laion Rodrigues (OAB/RO 5342)
D E C I S Ã O: Decido. Inicialmente, consigno que as questões preliminares ora analisadas, serão novamente submetidas à análise do Conselho de Justiça, em Sessão de Julgamento a ser posteriormente designada. Saliento que se faz necessária a presente DECISÃO haja vista que a apreciação das matérias levantadas condicionam todo o trâmite processual. Desclassificação do delito ¿ Incompetência da justiça militarIrresigna-se o réu inicialmente em razão da autoridade policial que relatou o inquérito constatar que o crime cometido pelo policial civil Gilberto é de exercício arbitrário das próprias razões, e que os denunciados responderiam na medida de sua culpabilidade, devendo ser acusados de partícipes de crime comum (exercício arbitrário das próprias razões), não previsto no CPM, e por essa razão deveriam responder como partícipe pelos supostos delitos na justiça comum, pugnando ao final pela declaração de incompetência desde juízo para processamento do feito. O MP pugnou pelo indeferimento e razão assiste a ele. Nem de longe se extrai da denúncia formulada o crime de exercício arbitrário das próprias razões, mas sim de concussão, uma vez que a análise inicial dos autos atestam o animus livre e consciente de praticar a conduta típica de exigir, para si e/ou para outrem, vantagem indevida. Ainda que os animais pertencessem ao policial civil, o que se depreende inicialmente dos autos e das declarações, é que a vítima foi procurada pelo policial militar, enquanto a ocorrência era confeccionada, sendo exigido por este naquela ocasião certa quantia em dinheiro. Quem, em tese, fez a eventual exigência foi o(s) policial militar(es) e não o proprietário dos animais, dito policial civil. O desdobramento dessa conduta (exigir), tais como pegar cartão, senha, retirar dinheiro ETC. , pode caracterizar outro crime, imputado ao civil ou ser considerado como exaurimento do crime imputado ao PM´S, sem eximir o juízo da análise de todo contexto fático e probatório, admissível somente com o a instrução criminal na justiça castrense. A conduta narrada revela delito previsto no CPM. Considerando o disposto no art. 79, I do CPP e 102, alínea a do CPPM, os crimes militares devem ser processados e julgados pela Justiça Castrense, enquanto eventuais condutas, no caso do policial civil, serão julgados pela Justiça Comum, assim, haverá a separação dos processos. Aliás, nos termos da Súmula 90 do STJ “compete a Justiça Estadual Militar processar e julgar o policial militar pela prática do crime militar, e a comum pela prática do crime comum simultâneo àquele”. Dessa forma, rejeita-se essa preliminar. O feito será processado e julgado pela Justiça Militar, cuja competência será do Conselho Permanente de Justiça. Inépcia da denúnciaA segunda preliminar aponta inépcia da denúncia

por não especificar o que cada acusado fez para agir em união de desígnios nos fatos que lhes são imputados. A denúncia para ser recebida, além de atender os requisitos preVISTOSno art. 77 do CPPM, deve ostentar provas da materialidade do fato que e indícios da autoria (art. 30 do CPPM). Oportuno destacar que no momento da propositura da ação penal, não se exige a prova plena, como também o exame aprofundado e valorativo dos elementos contidos no IPM, mas apenas indícios, sendo suficientes aqueles que tornam verossímil a imputação, pois deve prevalecer o juízo de que in dubio pro societate (RT 545/461 e 552/352). E mais, a instrução é meio hábil ao aprofundamento das provas para que o magistrado forme a sua convicção a respeito do crime imputado, pois, por ocasião do recebimento da denúncia, exige-se deste tão somente um mero juízo de preliberação adstrito aos elementos indiciários. Não há que se falar em inépcia da denúncia, se as condutas foram descritas de forma clara e ordenada para o delito, contendo os elementos essenciais. Ainda que se reconhecesse que os fatos e as condutas imputados aos envolvidos não estivessem pormenorizados e especificados, é pacífico o entendimento jurisprudencial de que, em crimes de autoria coletiva, desnecessária se mostra a individualização detalhada da conduta de cada acusado. Precedentes STF: HC 88. 600-SP, DJ 9/3/2007; e HC 73. 271-SP, DJ 4/10/1996; e do STJ: HC 107. 503-AP, DJe 9/2/2009, e HC 117. 945-SE, DJe 17/11/2008. HC 214. 861-SC, Rel. Min. Laurita Vaz, julgado em 28/2/2012. A preliminar também deve ser rejeitada, porquanto a denúncia preenche os requisitos exigidos pelo artigo 41 do Código de Processo Penal e 77 do Código de Processo Penal Militar. A presente denúncia já foi recebida, posto que alicerçada em subsídios indicativos de prática de crime não afastados de plano com a resposta escrita. Também não vislumbro qualquer das hipóteses previstas no art. 397 do CPP. Encontram-se preenchidos os requisitos do art. 41, do Código de Processo Penal e art. 77, do Código de Processo Penal Militar e há lastro probatório suficiente (justa causa) para deflagração de ação penal pelo delito imputado aos acusados. Isto posto, rejeito as preliminares para determinar o prosseguimento do feito. DESIGNO audiência de instrução para o dia 11/04/2014 às 08h30. Requisite-se. Intime-se, se necessário. Diligencie-se, pelo necessário. Porto Velho-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Carlos Augusto Teles de Negreiros Juiz de Direito

Proc.: 0000553-59. 2013. 8. 22. 0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crime Militar
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Roberte Paulo Aguiar de Souza, Hélio Garcia de Menezes, André Camargo da Silva
Advogado: Reginaldo Ferreira Lima (OAB/RO 2118)
D E C I S Ã O: " (. . .) A tese de exclusão de crime apresentada pela defesa, ab initio não encontra respaldo em parte do contexto probatório que informa a denúncia, ademais, a preliminar confunde-se com o próprio MÉRITO e a única forma de busca da verdade real é através da dilação probatória mais acurada, sob contraditório. A presente denúncia já foi recebida, posto que alicerçada em subsídios indicativos de prática de crime não afastados de plano com a resposta escrita. Também não vislumbro qualquer das hipóteses previstas no art. 397 do CPP e no mais rejeito as preliminares arguidas. Encontram-se preenchidos os requisitos do art. 41, do Código de Processo Penal e art. 77, do Código de Processo Penal Militar e há lastro probatório suficiente (justa causa) para deflagração de ação penal pelo delito imputado aos acusados. Depreque-se a instrução no que tange as testemunhas localizadas no interior, bem como o interrogatório dos réus. Faculto às partes a apresentação de quesitos, no prazo de 03 (três) dias. Intime-se. Depreque-se. Diligencie-se, pelo necessário. Porto Velho-RO, quarta-feira, 29 de janeiro de 2014. Carlos Augusto Teles de Negreiros Juiz de Direito

Proc.: 0006578-25. 2012. 8. 22. 0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crime Militar
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Leandro Chagas Pereira
Advogado: Antonio Fraccaro (RO 1941)
DESPACHO: Considerando o pedido de redesignação de audiência protocolado pelo advogado constituído do réu às fls. 190/192, e ainda, que o patrono do réu possui audiência diversa que se realizará na mesma data em outra comarca, anteriormente designada antes (fls. 192), defiro o pedido formulado e redesigno a audiência do dia 03/04/2014 às 09h30 para o dia 11/03/2014 às 11h. Intimem-se as partes. Diligencie-se pelo necessário. Porto Velho-RO, quarta-feira, 29 de janeiro de 2014. Carlos Augusto Teles de Negreiros Juiz de Direito

Proc.: 0000828-71. 2014. 8. 22. 0501
Ação: Carta Precatória (Criminal)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Réu: Rozeno Filho Gonçalves Lima, Francisco das Chagas Costa das Neves, Cicero Antonio da Silva Pinto, José Junho Torres de Brito, Vadson Gonçalves Peixoto
Advogado: Breno Mendes da Silva Farias, OAB/RO 5161
FINALIDADE: Intimar o defensor da audiência de instrução designada para o dia 07/02/2014, às 10h15, na Comarca de Origem. (Rolim de Moura/RO) e no dia dia 25/02/2014 às 09h30, na Vara da Auditoria mIlitar Estadual, Comarca de Porto Velho/RO.

Proc.: 0009592-17. 2012. 8. 22. 0501
Ação: Execução Contra a Fazenda Pública
Requerente: Joel Flores de Almeida
Advogado: Arcelino Leon (OAB/RO 991), Lauri Elói Beutler (OAB/RO 5047)
Requerido: Estado de Rondônia
FINALIDADE: Intimar o Requerente, prazo de 05 (cinco dias), a apresentar a documentação necessária para a formação do Precatório.

Marlene Jacinta Dinon
Diretora de Cartório

VARA DE DELITOS DE TÓXICOS

1º Cartório de Delitos de Tóxico
Vara de Delitos de Tóxicos da Comarca de Porto Velho-RO
Juiz: Dr. Glodner Luiz Pauletto
Escrivã Judicial: Antônia Lucitânia P. Veras
Sugestões ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao juiz ou contate-nos via internet.
Endereço eletrônico:
pvh1toxico@tjro. jus. br

Proc.: 0020351-06. 2013. 8. 22. 0501
Ação: Inquérito Policial (Réu Preso)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Indiciado: Bruno Henrique Lima Medeiros, Rodrigo Magesti Camargo, Claudimar Saldanha Lima
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO
PRAZO: 15 dias
Processo: 0020351-06. 2013. 8. 22. 0501
Parte Autora: Ministério Público do Estado de Rondônia.
Juiz que determinou a citação: Arlen José Silva de Souza
NOTIFICAÇÃO DE: CLAUDIMAR SALDANHA LIMA, vulgo irmão, brasileiro, nascido aos 28/11/1975, natural de Porto Velho/RO, filho de Valdenisa Saldanha Lima e Carlos Dias Lima. Atualmente em lugar incerto.
FINALIDADE: NOTIFICAR o denunciado qualificado, para, no prazo de dez (10) dias, responder por escrito à acusação que lhe está sendo imputada na denúncia, ocasião em que poderá arguir preliminares, especificar e justificar as provas que pretende produzir, bem como, arrolar testemunhas. Não sendo apresentada a resposta no prazo mencionado, ou declarando, o denunciado, não possuir condições de constituir advogado, ser-lhe-á nomeado Defensor Público.
PARTE DISPOSITIVA DA DENÚNCIA: "(. . .) o denunciado CLAUDIMAR SALDANHA LIMA, incorreu na penas do artigo 33, "caput" c/c art. 40, inciso V, e artigo 35, "caput", ambos da Lei 11. 343/06, razão pela qual o Ministério Público oferece a presente denúncia (…) Porto Velho, 16 de Janeiro de 2014. Tiago Cadore – Promotor de Justiça. "
Eu, _____ Alexandre Marcel Silva, Escrivão Substituto, mandei digitar e conferi, sendo fixado no átrio do Fórum Criminal Fouad Darwich Zacharias, sito à Av. Rogério Weber, 1924, Centro, na Comarca de Porto Velho/RO.

Proc.: 0002542-03. 2013. 8. 22. 0501
Ação: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Condenado: Valdiney Pereira Campos, Marcimina Francisca da Silva Ramos
Advogado: Antônio Carlos Monteiro (OAB/RO 567A)
DESPACHO:
VISTOS. Recebo a manifestação dos réus, de fls. 111, como recurso de apelação. Vista para as razões. Juntadas as razões e contrarrazões de recurso, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça deste Estado para apreciação do recurso, com as homenagens de estilo. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Glodner Luiz Pauletto Juiz de Direito
Emitente: Vara de Delitos de Tóxicos
Data: 03 de fevereiro de 2014
Para Publicação em 04/02/2014

Proc.: 0013717-91. 2013. 8. 22. 0501
Ação: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos(Réu Preso)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Daniel Pereira de Almeida, Ludmila Cavalcante de Souza
Advogados: MARCOS CÉSAR DE MESQUITADA SILVA (OAB/RO 4646)355)
FINALIDADE: Intimar o advogado supracitado para apresentar as ALEGAÇÕES FINAIS do réu por si patrocinado.
Alexandre Marcel Silva
Escrivão Substituto

Proc.: 0015445-70. 2013. 8. 22. 0501
Ação: Restituição de Coisas Apreendidas
Requerente: Comercial Piranha Importação e Exportação de Materiais de Construção Ltda Me
Advogado: Reynaldo Diniz Pereira Neto (RO 4180)
DESPACHO:
VISTOS. Recebo o(s) as razões de recurso de fls. 147/157. Tendo em vista, a juntada das razões e contrarrazões, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça de Rondônia para apreciação do recurso, com as homenagens de estilo. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Glodner Luiz Pauletto Juiz de Direito

Proc.: 0006942-60. 2013. 8. 22. 0501
Ação: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos(Réu Preso)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Condenado: Wilca Aguilar Oliveira Victorio, Cristiano Pereira Gomes
Advogado: Eloir Candioto Rosa (OAB/RO 4355)
DESPACHO:
VISTOS. Recebo a manifestação dos réus de fls. 109/110 e 112, como recurso de apelação. Intime-se o patrono do réu Cristiano Pereira Gomes para apresentar as Razões de recurso também com relação a este. Após, vistas ao Ministério Público para as contrarrazões. Com elas, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça de Rondônia, com as homenagens de estilo, para apreciação do recurso. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Glodner Luiz Pauletto Juiz de Direito

Proc.: 0014920-25. 2012. 8. 22. 0501
Ação: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos(Réu Preso)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Condenado: Robson da Silva Lima, Nadia Lima Medeiros da Silva, Cleilton Costa de Miranda, Leonardo Rocha Nascimento, Paloma Moreira Albuquerque, Willian Araújo Peixoto, Jaqueline dos Santos França, Daiane Alves Límpias, Cristiano Gonçalves da Silva
Advogado: Helio Silva de Melo Junior (OAB/RO 958)
DESPACHO:
CONCLUSÃOAos 03 dias do mês de Fevereiro de 2014, faço estes autos conclusos ao Juiz de Direito Glodner Luiz Pauletto. Eu, _____ Antonia Lucitânia P. Veras - Escrivã(o) Judicial, escrevi conclusos. Vara: 1ª Vara de Delitos de TóxicosProcesso: 0014920-25. 2012. 8. 22. 0501Classe: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos(Réu Preso)Autor: Ministério Público do Estado de RondôniaCondenado: Robson da Silva Lima; Nadia Lima Medeiros da Silva; Cleilton Costa de Miranda; Leonardo Rocha Nascimento; Paloma Moreira Albuquerque; Willian Araújo Peixoto; Jaqueline dos Santos França; Daiane AlveAdvogados: Luiz Cavalcante de Souza Júnior OAB/RO 3439; Hélio Silva

de Melo Junior OAB/RO 958; Eliana Soleto Alves Massaro OAB/RO 1847; Vítima: Saúde PúblicaFINALIDADE: Intimar os advogados do seguinte DESPACHO: VISTOS. Recebo o(s) apelo(s). Juntadas as razões e contrarrazões, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça de Rondônia para apreciação do recurso, com as homenagens de estilo. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Glodner Luiz Pauletto Juiz de DireitoRECEBIMENTOAos ____ dias do mês de Fevereiro de 2014. Eu, _____ Antonia Lucitânia P. Veras - Escrivã(o) Judicial, recebi estes autos.

Antonia Lucitânia P. Veras
Escrivã Judicial

1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

1º Cartório do Tribunal do Júri
1ª Vara do Tribunal de Júri
Juíz de Direito: Enio Salvador Vaz
Escrivã Judicial: Rosânjela Bezerra Gomes
Endereço eletrônico: pvh1juri@tj. ro. gov. br

Proc.: 0011186-32. 2013. 8. 22. 0501
Ação: Ação Penal de Competência do Júri (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Pronunciado: Antônio Clemilson Portela do Nascimento
Assistente de acusação: DR. Rodrigo Ferreira Batista, OAB/RO 2840
Advogado de defesa: DR. Oscar Luchesi (OAB/RO 109)
FINALIDADE: Intimação dos advogados acima, da r. SENTENÇA de pronúncia
SENTENÇA:
Perante este juízo foi oferecida denúncia contra o acusado ANTÔNIO CLEMILSON PORTELA DO NASCIMENTO, identificado e qualificado nos autos, por infração aos arts. 121, § 2º, inciso III (meio cruel), e 211, caput, ambos do Código Penal, conforme relato de fls. 02/03. Recebida a denúncia o acusado foi regularmente citado e apresentou resposta à acusação. Na instrução preliminar foram ouvidas as testemunhas arroladas pelas partes, bem como o acusado foi interrogado e apresentou sua versão ao fato, tido como criminoso. Em sede de alegações finais, o Ministério Público requereu a pronúncia, nos termos da denúncia. A Defesa do acusado, por sua vez, requereu o afastamento da qualificadora e do crime de ocultação de cadáver. O assistente de acusação foi admitido e reiterou os exatos termos da manifestação do membro do Parquet. Vencida esta fase de instrução preliminar, os autos estão preparados para DECISÃO. É a síntese do necessário. DECIDO. Cuida-se de imputação de homicídio consumado qualificado e ocultação de cadáver. O caso é de pronúncia, nos termos do art. 413, do Código de Processo Penal. Com efeito, a materialidade descrita na denúncia resta comprovada por meio do Laudo de Exame Tanatoscópico de fls. 38/41, cujos esclarecimentos foram juntados às fls. 111. Os indícios de autoria são suficientes. O acusado confessou a prática do homicídio embora alegue motivos que poderiam excluir o crime ou minorar a pena. No entanto, as pessoas ouvidas durante o contraditório indicam que os fatos se deram de forma a não agasalhar, nesta fase, nenhuma tese defensiva. O acatamento de teses que excluem o crime ou isentem o agente de pena, nesta fase processual, somente pode ocorrer quando não existir nenhuma dúvida a esse respeito, situação que não se amolda ao panorama indiciário. A qualificadora do meio cruel também merece ser submetida ao juiz natural, tornando-se necessário esclarecer melhor o modo de ação do agente. Dito de outro modo: A pronúncia é DECISÃO interlocutória de mera admissibilidade da denúncia, de modo que, ainda que se observe contradições na prova testemunhal, sendo elas insuficientes a afastar os indícios de autoria, impõe-se a remessa do feito ao Tribunal do Júri (1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, Rel. Des. Valter de Oliveira, Recurso em Sentido Estrito n. 00869319620058220501, DJe n. 210/2011 -fl. 81, 2ª coluna). Idêntico raciocínio se aplica ao crime de ocultação de cadáver, cujos fundamentos supramencionados adoto, de igual forma, como razão de decidir pela pronúncia também deste delito. Posto isso, em juízo de admissibilidade da acusação, PRONUNCIO ANTÔNIO CLEMILSON PORTELA DO NASCIMENTO, para submetê-lo a julgamento, perante o Tribunal do Júri, como incurso nas sanções do art. 121, §2º, inciso III (meio cruel) e art. 211, caput, ambos do Código Penal. O acusado responde ao processo em liberdade e assim poderá permanecer, salvo superveniência de razões que justifiquem a segregação. P. R. I. Porto Velho-RO, quarta-feira, 29 de janeiro de 2014. Euma Mendonça Tourinho Juíza de Direito

Rosânjela Bezerra Gomes
Escrivã Judicial

2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

2º Cartório do Tribunal do Júri
2º Cartório do Tribunal do Júri
Juiz de Direito: José Gonçalves da Silva Filho
Escrivã Judicial: Sandra Mª L. Cantanhêde de Vasconcellos
Endereço eletrônico: pvh2juri@tjro. jus. br

Proc.: 0013413-92. 2013. 8. 22. 0501
Ação: Ação penal - crime doloso contra vida
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Réu: José Aparecido dos Santos Costa
Advogado: Moacir Requi – OAB/RO 2355
FINALIDADE: Intimar o advogado para tomar conhecimento da instauração do incidente de Insanidade Mental do acusado, bem como para que formule os quesitos a serem respondidos pelo perito, no prazo de 05 dias.
Porto Velho, 03 de fevereiro de 2014.
Rinaldo Barbosa de Melo
Chefe de Cartório

Proc.: 0001769-02. 2006. 8. 22. 0501
Ação: Ação penal - crime doloso contra vida - (Réu solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Réu: Hailton da Silva Roque, Valtemir Silva de Oliveira e Evandro Silva de Oliveira
Advogado: Atalidio Bady Casseb -OAB/AC n. 885
FINALIDADE: Dar ciência ao advogado Atalidio Bady Casseb - OAB/AC n. 885 da r. DECISÃO de fls. 352/358 a seguir em parte transcrita: “VISTOS: . . Em face do exposto, com base no

art. 413 do Código de Processo Penal, pronuncio os acusados HAILTON DA SILVA ROQUE, VALTEMIR SILVA DE OLIVEIRA e EVANDRO SILVA DE OLIVEIRA, dando-os como incursos nas sanções do art. 121, caput, c/c art. 29, ambos do Código Penal, a fim de serem submetidos a julgamento pelo Tribunal do Júri. Após a preclusão desta DECISÃO, cumpra-se a disposição expressa no art. 422 do CPP. P. R. I. Porto Velho-RO, quarta-feira, 22 de janeiro de 2014. ”
Porto Velho, 03 de fevereiro de 2014.
Rinaldo Barbosa de Melo
Chefe de Cartório

Sandra Maria Lima Cantanhêde de Vasconcellos
Escrivã Judicial

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
Sugestões ou reclamações, façam-nos pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet
Endereço eletrônico:
Escrivão: phv1criminal@tjro. jus. br

Proc.: 0001119-42. 2012. 8. 22. 0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: José Batista da Silva, José Miguel Saud Morheb
Advogados: Robson Magno Clodoaldo Casula (OAB/RO 1404), Léo Antonio Fachin (OAB/RO 4739), Alex Souza de Moraes Sarkis (OAB/RO 1423), Allan Souza de Moraes Sarkis (OAB/RO 2. 682), Francisco Feitosa Lima (OAB/RO 3835), Rafael Burg (OAB/RO 4304), José Viana Alves (OAB/RO 2. 555), Maracelia Lima de Oliveira (OAB/RO 2549), Érica Caroline Ferreira Vairich (OAB/RO 3893), Nayara Símeas Pereira Rodrigues Martins (OAB/RO 1692), Robson Magno Clodoaldo Casula (OAB/RO 1404), Paulo Francisco de Matos (OAB/RO 1688), Paulo Timóteo Batista (OAB/RO 2437), Douglas Ricardo Aranha da Silva (OAB/RO 1779), Francisco Alves Pinheiro Filho (OAB/RO 568), José D’ Assunção dos Santos (OAB/RO1226), Fátima Luciana Carvalho dos Santos (OAB/RO 4799), Romilton Marinho Vieira (OAB/RO 633), José Alves Pereira Filho (OAB/RO 647), Tuanny Iaponira Pereira Braga (OAB/RO 2820), Luiz Fernando Coutinho da Rocha (OAB/RO 307/B), Pitágoras Custódio Marinho (OAB/RO 4700), Gilson Luiz Jucá Rios (OAB/RO 178), Joselia Valentim da Silva (OAB/RO 198), Verônica Fátima Brasil dos Santos Reis Cavalini (OAB/RO 1248), Douglas Tadeu Chiquetti (OAB/RO 3946), Oswaldo Paschoal Junior (OAB/RO 3426), Alexandre Matzenbacher (OAB/RS 67908), Andrey Cavalcante de Carvalho (OAB/RO 303-B), Paulo Barroso Serpa (OAB/RO 4. 923), Allan Monte de Albuquerque (OAB/RO 5. 177), Cássio Esteves Jaques Vidal (OAB/RO 5. 649), José Manoel Alberto Matias Pires (OAB/RO 3718), Gustavo Gerola Marsola (OAB/RO 4164), Rafaela Holanda Jordão dos Reis (OAB/MT 13. 937), Saulo Rondon Gaiva (OAB/MT 13. 216), Sérgio Murilo Lemos Paraguassú Filho (OAB/RO 5428), Kaliana Anissa Prado Nery (OAB/RO), Carlos Fernando Dias (OAB/RO 6192)
DESPACHO: VISTOSETC. Na audiência do último dia 28, a qual foi redesignada atendendo-se requerimento da Defesa, tendo em vista que os il. Defensores alegaram que não tiveram tempo suficiente para examinar os áudios/mídias depositados no Cartório deste Juízo pelo Ministério Público, conforme se observa às fls. 1. 124, o acusado Valter requereu a revogação da DECISÃO que decretou-lhe a prisão preventiva, alegando demora na realização da audiência de instrução e julgamento. Alegou, ainda, que até o momento não causou algum óbice processual, tendo, inclusive, se apresentado espontaneamente, e que na condenação que sofrera recentemente fora imposto o regime semiaberto. Instado, o Ministério Público pronunciou-se pelo indeferimento do pleito, referindo que se encontram pendentes de julgamento pedidos idênticos ajuizados perante o E. TJRO (via habeas corpus), onde, inclusive, foi indeferida liminar, e que tratando-se de causas complexas como as das presentes ações penais, decorrentes de pedidos de reuniões de ações formulados pela própria Defesa, os prazos processuais não são peremptórios. Lembrou, ainda, que o acusado Valter ficou foragido durante aproximadamente um (01) ano e 09 (nove) meses e foi recentemente condenado a sete anos de reclusão na 3ª Vara Criminal, desta Comarca, processo este em que também encontra-se com a prisão preventiva decretada. Relatei brevemente. Decido. O pleito do acusado Valter deve ser indeferido. Isto porque o pequeno atraso ocorrido até o presente momento (o acusado Valter está preso há cerca de 04 meses) está plenamente justificado pela complexidade das várias ações penais aforadas contra ele e os corréus, a maioria delas apensadas (cerca de 28 ações penais) a pedido da própria Defesa. Não há desídia do Juízo. Se dependesse deste Juízo a audiência UNA teria iniciado no dia 18/11/2013, conforme pode ser observado na ata de fls. 858. Referida solenidade já foi redesignada quatro vezes, sendo três delas a pedido única e exclusivamente da Defesa (v. fls. 858, 888, 983 e 1. 207). Parece que há um complô para conseguirmos iniciar a audiência de instrução. Espero que a próxima solenidade, prevista para o dia 18/03/2014 (esta data foi escolhida atendo-se pedido da Defesa, a qual pediu mais tempo para examinar as mídias depositadas pelo Ministério Público no Cartório deste Juízo), seja frutífera. A propósito, em ações penais complexas, orienta a jurisprudência do E. STJ: HABEAS CORPUS. EXTORSÃO MEDIANTE SEQÜESTRO. QUADRILHA ARMADA. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS PARA A CUSTÓDIA. MERA REITERAÇÃO DE QUESTÃO APRECIADA EM WRIT ANTERIOR. NÃO CONHECIMENTO. (. . .). EXCESSO DE PRAZO. RAZOABILIDADE. AÇÃO PENAL COMPLEXA. VÁRIOS RÉUS. EXPEDIÇÃO DE PRECATÓRIAS. AUSÊNCIA DE DESÍDIA DO ESTADO-JUIZ. ATRASO SUPERADO. (. . .). CONSTRANGIMENTO NÃO EVIDENCIADO. 1. O maior tempo necessário à formação da culpa encontra-se justificado pela complexidade do processo deflagrado contra o paciente, dada a forma estruturada como agia a quadrilha supostamente voltada à prática de extorsões mediante seqüestro, bem como a pluralidade de acusados e a necessidade de se deprecar a realização dos atos instrutórios, ante o envolvimento de agentes e testemunhas localizados em mais de um Estado da Federação. Ausente, também, desídia da autoridade judiciária na condução do feito, que, apesar das vicissitudes que as particularidades do caso lhe impõem, tem procurado imprimir regular andamento à ação penal. (. . .) 3. Ordem parcialmente conhecida e, nessa parte, denegada (HC 162388/CE, 2010/0026414-2, Rel. Min. Jorge Mussi, 5ª T. , j. 16/11/2010, pub. DJe 28/02/2011). De outro lado, conforme bem observou o Ministério Público, o acusado Valter passou

quase dois (02) anos na condição de 'foragido', fugindo da Justiça, de modo que não há como, agora, confiar nele. Ainda não se sabe ao certo qual é a estratégia do acusado Valter com a 'apresentação espontânea'. Não é de duvidar que esteja mancomunado com os corréus com o intuito de protelar a realização da audiência UNA para gerar atraso na instrução e, com esse motivo, pleitear a revogação da sua prisão preventiva. Registre-se, outrossim, que o acusado Valter foi recentemente condenado na 3ª Vara Criminal, desta Comarca, consoante informaram as próprias partes, onde lhe fora imposto regime prisional semiaberto e negado o apelo em liberdade. A par disso, ele responde a outras ações penais neste Juízo, algumas delas já em fase de alegações finais, sendo temerária a sua colocação em liberdade. O acusado Valter poderia muito bem 'desaparecer' novamente, comprometendo, assim, a aplicação da lei penal. POR ESSAS RAZÕES, ratificando as decisões que decretaram a prisão preventiva do acusado Valter e entendendo que o pequeno atraso ocorrido até o presente momento é razoável e compatível com a complexidade das 28 (vinte e oito) ações (apensadas) que tramitam contra ele e os corréus, como também decorre dos vários requerimentos da própria Defesa pleiteando a redesignação da audiência de instrução, indefiro o pedido. Intimem-se. No mais, aguarde-se a audiência designada às fls. 1. 207. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Edvino Preczevski Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO 15 (QUINZE) DIAS
Proc.: 0016128-10. 2013. 8. 22. 0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Réu: Edilson Rodrigues da Silva, RG 915. 501 SSP/RO, brasileiro, nascido aos 10. 07. 1985, natural de Jaru/RO, filho de Antônio da Silva Sobrinho e Elza Rodrigues da Silva, residente na Rua Tamareira, 3338, bairro Conceição ou Eletronorte, nesta Capital.
FINALIDADE: Citação do réu acima qualificado para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar resposta escrita por intermédio de advogado ou defensor, ocasião em que poderá agüir preliminares e alegar tudo o que for pertinente para a defesa, devendo desde já apresentar documentos e especificar as provas que pretende produzir, inclusive indicando e qualificando eventual rol de testemunhas, declinar o nome de seu advogado ou informar a inexistência e impossibilidade de constituírem patrono, INTIMANDO-O para apresentar a defesa preliminar, conforme denúncia do Ministério Público, por violação ao artigo 306, caput, do Código de Trânsito Brasileiro.
LOCAL: Forum Des. Fouad Darwich 1ª Vara Criminal.
Porto Velho, 03 fevereiro de 2014.

Proc.: 0001231-40. 2014. 8. 22. 0501
Ação: Restituição de Coisas Apreendidas
Requerente: Arlan Ribeiro dos Santos
Advogado: Fabio Jorge Ângelo Silva (OAB/RO 1949)
DESPACHO: D. R. e A. Faculto a emenda da inicial, no prazo de 48 horas, devendo ser juntada cópia do auto de prisão em flagrante, sob pena de indeferimento de plano. Intime-se. Cumprida a determinação supra, dê-se vista ao Ministério Público. Após, retornem-me os autos conclusos. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Edvino Preczevski Juiz de Direito.

Proc.: 0019896-41. 2013. 8. 22. 0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Indiciado: Uedson Rocha Batista
Advogada: Telma Santos da Cruz (OAB/RO 3156)
DESPACHO: VISTOS. A denúncia já foi recebida e não vislumbro na(s) resposta(s) do(s) acusado(s) alguma das hipóteses do artigo 397, do Código de Processo Penal. O recebimento da denúncia pressupõe a presença dos requisitos do artigo 41, do Código de Processo Penal, e a existência de lastro probatório suficiente (justa causa) para deflagração de ação penal pelo(s) delito(s) imputado(s). POR ISSO, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 17 de fevereiro de 2014, às 08h30min. Intime(m)-se. Requisite(m)-se e/ou depreque (m)-se, se for o caso. Diligencie-se, pelo necessário. Porto Velho-RO, quarta-feira, 22 de janeiro de 2014. José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Élia Massumi Okamoto
Diretora de Cartório

2ª VARA CRIMINAL

2º Cartório Criminal

Proc.: 0011657-48. 2013. 8. 22. 0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Francisco Nunes dos Santos
Advogado: Oscar Dias de Souza Netto (OAB/RO 3567), Wilson Dias de Souza (OAB/RO 1804), Daison Nobre Belo (OAB/RO 4796)
FINALIDADE: Intimar o defensor acima nominado, para apresentar as alegações finais. A não apresentação das razões finais caracterizará abandono do processo, nos termos do art. 265, do CPP. Porto Velho/RO. , 31 de janeiro de 2014 – Angela Marques dos Santos Souza - Chefe de Cartório.

Proc.: 0016048-80. 2012. 8. 22. 0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Gilberto Pereira de Souza, Nilderson dos Santos Raposo, Marcos Teodoro da Silva
Advogados: Marcos Antonio Ribeiro de Menezes Lago - OAB/RO 6140, Israel Augusto Alves Freitas - OAB/RO 2913, Ana Gabriela Rover - OAB/RO 5210, José Maria de Souza Rodrigues - OAB/RO 1909
FINALIDADE: Intimar os advogados abaixo mencionados, do DESPACHO a seguir:
DESPACHO: VISTOSETC. A denúncia já foi recebida. Não vislumbro a presença de qualquer causa extintiva da punibilidade ou de absolvição sumária (arts. 395 e 397 do CPP). Para a análise dos argumentos trazidos pela defesa em sua resposta, se faz necessário um estudo mais aprofundado das provas, o que poderá ocorrer somente após a instrução processual, mesmo porque não é possível julgar o caso com base apenas nas provas colhidas na fase policial (art. 155 do CPP). Audiência de instrução para 01/4/2014 às 11h00min. Intime-se. Porto Velho-RO, quarta-feira, 29 de janeiro de 2014. José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0015169-39. 2013. 8. 22. 0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: João Morey de Souza
Advogado: Helen Cristine do Nascimento Ferreira (OAB/RO 5751)
FINALIDADE: Intimar o advogado acima mencionado do DESPACHO abaixo:
DESPACHO: VISTOSETC. A denúncia já foi recebida. Passo à análise das preliminares aventadas pela defesa. Aduz a defesa que o delito descrito no art. 147 do Código Penal só se procede mediante representação, informando que no presente caso não foi suprido tal requisito. Ocorre que compulsando os autos, nota-se no depoimento da vítima em delegacia (fl. 04) ficou consignado que "Que a declarante deseja representar criminalmente o conduzido pelo delito de ameaça". Assim entendo que tal pressuposto está suprido. Neste sentido temos: APELAÇÃO CRIMINAL. AMEAÇA. NULIDADE POR INEXISTÊNCIA DE REPRESENTAÇÃO. INOCORRÊNCIA. INEXIGIBILIDADE DE FORMALIDADES. BOLETIM DE OCORRÊNCIA APTO A AUTORIZAR A PROPOSITURA DA AÇÃO PENAL. (. . .) omissis. (TJ-PR - ACR: 2048219 PR Apelação Crime - 0204821-9, Relator: João Kopytowski, Data de Julgamento: 29/04/2004, Segunda Câmara Criminal (extinto TA), Data de Publicação: 28/05/2004 DJ: 6631)As demais questões apontadas merecem análise de MÉRITO, não sendo possível sua análise neste momento processual. Deste modo não vislumbro a presença de qualquer causa extintiva da punibilidade ou de absolvição sumária (arts. 395 e 397 do CPP). Para a análise dos argumentos trazidos pela defesa em sua resposta, se faz necessário um estudo mais aprofundado das provas, o que poderá ocorrer somente após a instrução processual, mesmo porque não é possível julgar o caso com base apenas nas provas colhidas na fase policial (art. 155 do CPP). Audiência de instrução para 02/04/2014 às 8h00min. Intime-se. Porto Velho-RO, quarta-feira, 29 de janeiro de 2014. José Augusto Alves Martins Juiz de Direito

Proc.: 0015721-04. 2013. 8. 22. 0501
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Moisés Morais dos Santos, Ednei Alves Queiroz
Advogado: Luiz Carlos Forte (RO 510)
FINALIDADE: Intimar o advogado acima mencionado do teor do seguinte DESPACHO:
" VISTOSETC. Intime-se o advogado para apresentação das razões de recurso no prazo de 5(cinco) dias sob pena de caracterização do abandono do processo e consequente aplicação da multa prevista no art. 265 do CPP, sem prejuízo de comunicação da desídia à OAB. Porto Velho-RO, quarta-feira, 29 de janeiro de 2014. José Augusto Alves Martins Juiz de Direito".

Kauê Alexsandro Lima
Escrivão Judicial

1º CARTÓRIO DE EXECUÇÕES FISCAIS

1º Cartório de Execuções Fiscais
SUGESTÕES, RECLAMAÇÕES OU ELOGIOS, FAVOR ENCAMINHÁ-LOS AOS E-MAILS: pvh1fiscais@tjro. jus. br / ouvidoria@tjro. jus. br, OU PESSOALMENTE NA SEDE DO JUÍZO sito À Rua Gonçalves Dias, nº 192 - Centro, CEP: 76801-076 FONE: (69) 3217-1237. FAX: (69) 3217-1239
Juíza de Direito: Fabíola Cristina Inocêncio
Diretora de Cartório: Cátia Balarin Ferreira da Silva

Proc.: 0014410-23. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Embargos à Execução Fiscal
Embargante: Expresso Flecha de Prata Ltda
Advogado: Maguis Umberto Correia (OAB/RO 1214)
Embargado: Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Honorários Periciais:
Fica a parte embargante intimada, por via de seu advogado, para, aceitando a proposta de honorários, comprovar o deposito dos mesmos, conforme proposta fls. 72/73.

Proc.: 0002098-78. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Carta Precatória (Cível)
Requerente: Elisônia da Cruz Silva e outros
Advogado: Luiz Eduardo Fogaça (OAB 876)
Requerido: VIAÇÃO RONDONIA LTDA
Advogado: Daniele Ribeiro Mendonca (OAB/RO 3907)
DESPACHO: VISTOS, Designo o dia 18. 03. 2014, às 09: 30 horas, para oitiva das testemunhas Marise e Márcia. Expeça-se ofício ao Juízo deprecante informando acerca da data da audiência. Intime-se, cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Fabíola Cristina Inocêncio, Juíza de Direito

Proc.: 0001975-80. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Carta Precatória (Cível)
Requerente: Francileide Oliveira Lima
Advogado: Welison Nunes da Silva (OAB/RO 5066)
Requerido: VIAÇÃO RONDONIA LTDA
Advogado: Raimundo de Alencar Magalhães (OAB/RO 105)
DESPACHO: VISTOS, Designo o dia 18. 03. 2014, às 09: 00 horas, para oitiva de José Maria Tenório. Expeça-se ofício ao Juízo deprecante informando acerca da data da audiência. Intime-se, cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Fabíola Cristina Inocêncio, Juíza de Direito.

Proc.: 0001682-13. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Carta Precatória (Cível)
Requerente: Everaldo de Jesus Alves
Advogado: Ricardo Douglas de Souza Gentil (OAB/RO 1118)
Requerido: Nextrans Transportes Ltda
Advogado: Paulo Roberto Vigna (OAB/SP 173477)

DESPACHO: VISTOS, Designo o dia 11. 03. 2014, às 10: 00 horas, para oitiva da testemunha Paulo Afonso Alves dos Santos. Expeça-se ofício ao Juízo deprecante informando acerca da data da audiência. Intime-se, cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Fabíola Cristina Inocêncio, Juíza de Direito.

Proc.: 0001816-40. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Carta Precatória (Cível)
Requerente: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Priscila Matzenbacher Tibes Machado - Promotora de Justiça
Requerido: Sandra Pires Correa Araújo e outros
Advogado: João Francisco dos Santos - OAB/RO 3926
DESPACHO: VISTOS, Designo o dia 11. 03. 2014, às 09: 30 horas, para oitiva da testemunha Zaqueu Vieira. Expeça-se ofício ao Juízo deprecante informando acerca da data da audiência. Intime-se, cumpra-se, expedindo o necessário. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Fabíola Cristina Inocêncio, Juíza de Direito.

Proc.: 0001663-07. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Carta Precatória (Cível)
Requerente: Luizete Antunes Silveira
Advogado: Denis Augusto Monteiro Lopes (OAB/RO 2433)
Requerido: M. A. M. Lopes Me Marcomaq Tratores
DESPACHO: VISTOS, Intime o autor, na pessoa de seu advogado, para indicar depositário, no prazo de cinco dias, devendo informar sua qualificação e endereço. Com a juntada da informação, cumpra-se. A cópia servirá de mandado. Após devolva-se à origem com as nossas homenagens. Caso contrário, devolva-se. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Fabíola Cristina Inocêncio, Juíza de Direito.

Proc.: 0116618-37. 2003. 8. 22. 0001
Ação: Execução Fiscal
Exequente: Estado de Rondônia
Advogado: Ivanilda Maria Ferraz Gomes - Procuradora do Estado
Executado: Ormindo Cabral de Menezes
Advogado: José de Almeida Júnior (OAB/RO 1370), Carlos Eduardo Rocha Almeida (OAB/RO 3593)
Publicação da diretoria: Fica a parte executada intimada, por via de seus procuradores, a manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre o pagamento da RPV de fls. 294, no valor de R$ 1. 367, 37.

Cátia Balarin Ferreira da Silva
Diretora de Cartório

2º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

2º Cartório do Juizado Especial Cível
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET. ENDEREÇO ELETRÔNICO: pvh2jespcivel@tjro. jus. br
JUIZ: JOSÉ TORRES FERREIRA
DIRETORA DE CARTÓRIO: APARECIDA MARIA DA SILVA FERNANDES

Proc: 1005666-65. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Aurora Calçados Ltda. (Requerente)
Advogado(s): Waldeneide Araújo Câmara de Mesquita(OAB 2036 RO)
Carlos Augusto Monteiro Barbosa(Requerido)
FINALIDADE: Intimar a parte autora, via patrono, do conteúdo da r. SENTENÇA proferida nos autos, que passo a transcrever seu DISPOSITIVO:
SENTENÇA: . . . Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para CONDENAR O RÉU A PAGAR Ã EMPRESA AUTORA a quantia de R$ 460, 66 (quatrocentos e sessenta reais e sessenta e seis centavos), atualizada monetariamente a partir do ajuizamento da ação, acrescida de juros legais, estes a partir da citação. sem custas e sem honorários nesta instancia, na forma da lei. Após o trânsito em julgado desta DECISÃO, intime-se o réu a pagar o valor da condenação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 475-J, do código de Processo Civil. SENTENÇA a automaticamente registrada pelo sistema PROJUDI. Intime-se. PVH, 16/01/2014- Dr. Jose Torres Ferreira - Juiz de Direito.

Proc: 1005919-53. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Jaraguá Com. de Artigos de Couros LTDA-EPP(Requerente)
Advogado(s): Waldeneide Araújo Câmara de Mesquita(OAB 2036 RO)
Andreia Paz de Silva(Requerido)
FINALIDADE: Intimar a parte autora, via patrono, do conteúdo da r. SENTENÇA proferida nos autos, que passo a transcrever seu DISPOSITIVO:
SENTENÇA: . . . Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para CONDENAR A RÉ A PAGAR AÇÃO EMPRESA AUTORA a quantia de R$ 617, 94 (seiscentos e dezessete reais e noventa e quatro centavos), atualizada monetariamente a partir do ajuizamento da ação, acrescida de juros legais, estes a partir da citação. Sem custas e sem hononarios nesta instância, na forma da lei. Após o trânsito em julgado desta DECISÃO, intime-se a ré a pagar o valor da condenação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 475-J, do Código

de Processo Civil. SENTENÇA automaticamente registrada pelo sistema PROJUDI. Intime-se. PVH, 16/01/2014- Dr. Jose Torres Ferreira - Juiz de Direito.

Proc: 1008820-91. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Aline Lima Pinto(Autor)
Advogado(s): CAMILA QUEIROZ DE PAULA E SOUZA(OAB 3294 RO)
Embrasystem - Tecnologia em Sistemas, Importação e Exportação Ltda (BBOM RASTREADORES)(Réu)
FINALIDADE: Intimar a parte autora da audiência de conciliação designada para o dia 12 de março de 2014 às 08: 30h, a ser realizada nas dependências da central de conciliação.

Proc: 1005513-66. 2012. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
CLAUDINEI LIMA(Requerente)
Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON(Requerido)
Advogado(s): Ivone de Paula Chagas Sant'ana(OAB 1114 RO)
FINALIDADE: Intimar a parte Requerida, via patrono, do conteúdo da r. SENTENÇA proferida nos autos, que passo a transcrever seu DISPOSITIVO:
SENTENÇA: . . . Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para DECLARAR a NULIDADE DO ATO ADMINISTRATIVO (recuperação de energia) e a INEXISTÊNCIA do débito no valor de R$ 484, 00 (quatrocentos e oitenta e quatro reais), apontado nos documentos constantes das páginas 4, 5 e 6 do movimento 1. 1/PROJUDI, bem como DETERMINAR à RÉ a REVISIONAR a fatura do mês de junho/2012 (vencimento 11/07/2012, valor R$ 607, 26 mov. 1. 1, pág. 3), utilizando-se a média dos três últimos meses anteriores àquela, devendo ser disponibilizada para pagamento, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, a contar da intimação desta DECISÃO. Outrossim, torno DEFINITIVA a tutela antecipada concedida, nos termos do DESPACHO anexo ao movimento 6/PROJUDI. Sem custas e sem honorários na forma da lei. Após o trânsito em julgado, intime-se a ré, pessoalmente, para o cumprimento da obrigação, no prazo determinado, a contar da intimação, nos termos da Súmula 410 do STJ. SENTENÇA automaticamente registrada pelo sistema PROJUDI. Intimem-se. PVH, 28/01/2014- Dr. Jose Torres Ferreira - Juiz de Direito.

Proc: 1007486-22. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Petição (Juizado Cível)
MARIA EUNICE CAMPOS MENEZES(Requerente)
Advogado(s): AMARO VINICIUS BACINELLO RAMALHO(OAB 3212 RO)
Banco Itaucard S. a(Requerido)
Advogado(s): Karina de Almeida Batistuci(OAB 4571 RO)
FINALIDADE: Intimar as partes, via patrono, do conteúdo da r. SENTENÇA proferida nos autos, que passo a transcrever seu DISPOSITIVO:
SENTENÇA: . . . Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para DECLARAR a nulidade de todos os débitos cobrados nas faturas do cartão de crédito da autora referentes ao seguro SEG FATURA PROTEGIDA e de todas as parcelas do parcelamento DEBITO FATURA e a inexistência de qualquer débito junto ao banco réu, bem como CONDENAR o RÉU a pagar a AUTORA, a título de indenização por DANOS MORAIS, o valor de R$ 5. 000, 00 (cinco mil reais), atualizado monetariamente e acrescido de juros legais a partir da publicação desta DECISÃO. Outrossim, torno DEFINITIVA a tutela concedida, nos termos do DESPACHO anexo ao movimento 14/PROJUDI. Sem custas e sem honorários na forma da lei. Após o trânsito em julgado desta DECISÃO, o réu deverá efetuar o pagamento da condenação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de incidência de multa de 10% (dez por cento), consoante dispõe o art. 475-J, do Código de Processo Civil. SENTENÇA automaticamente registrada pelo sistema PROJUDI. Intimem-se. PVH, 28/01/2014- Dr. Jose Torres Ferreira - Juiz de Direito.

Proc: 1004354-54. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Petição (Juizado Cível)
Rosiane Cassaro(Requerente)
Advogado(s): SILVANA FERNANDES MAGALHÃES PEREIRA(OAB 3024 RO)
Ceron Centrais Elétricas de Rondônia S/A(Requerido)
Advogado(s): cesar henrique longuini(OAB 5217 RO)
FINALIDADE: Intimar as partes, via patrono, do conteúdo da r. SENTENÇA proferida nos autos, que passo a transcrever seu DISPOSITIVO:
SENTENÇA: . . . Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedido inicial para DETERMINAR à RÉ que promova a REVISÃO das faturas relativas aos meses de Abril e Mario/2012, ambas com vencimento em Junho/2012 (mov. 1. 1), utilizando-se a média dos três últimos meses anteriores a Abril/2012, devendo serem disponibilizadas para pagamento no prazo de 72 (setenta e duas) horas a contar da intimação desta DECISÃO. Em tempo, CONFIRMO a DECISÃO preliminar de antecipação dos efeitos da tutela pleiteada à peça inicial, devendo seus efeitos tornarem-se DEFINITIVOS. Sem custas e sem honorários nesta instância, na forma da lei.
SENTENÇA automaticamente registrada pelo sistema PROJUDI.
Intime-se, via AR/MP, sem prejuízo da intimação via DJ/RO. Cumpra-se. PVH, 28/01/2014- Dr. Jose Torres Ferreira - Juiz de Direito.

Proc: 1001117-75. 2014. 8. 22. 0601
Ação: Petição (Juizado Cível)
Francisca Barbosa da Silva(Requerente)
Advogado(s): ÉRICA COSTA DA SILVA(OAB 5938 RO)
Banco Itaucard S. a(Requerido)
FINALIDADE: Intimar a parte Autora do conteúdo da DECISÃO proferida nos autos, que passo a transcrever na íntegra:
DESPACHO: A autora deverá emendar a petição inicial, no prazo de 10 (dez) dias, para o fim de apresentar de forma legível os documentos anexos aos movimentos 1. 2 (páginas 2 e 4) e 1. 4/PROJUDI, sob pena de indeferimento. Intime-se. PVH, 27/01/2014- Dr. Jose Torres Ferreira - Juiz de Direito.

Proc: 1001214-75. 2014. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Vamildo Cacimiro de Oliveira(Requerente)
Advogado(s): Graciliano Ortega Sanchez(OAB 5194 RO)
Oi S. a(Requerido)
FINALIDADE: Intimar a parte autora do conteúdo da DECISÃO proferida nos autos, que passo a transcrever na íntegra:
DESPACHO: O autor deverá emendar a inicial, no prazo de 5 (cinco) dias, a fim de apresentar certidão da inscrição em seu nome nos órgãos de restrição ao crédito como mencionado

na exordial, sob pena de indeferimento do pedido de tutela antecipada. Intime-se. PVH, 30/01/2014- Dr. Jose Torres Ferreira - Juiz de Direito.

Proc: 1004414-27. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Petição (Juizado Cível)
Fernando Gomes dos Santos(Requerente)
Advogado(s): ORLANDO FERREIRA ROLIM NETO(OAB 1520 RO)
seguradora lider dos consorcios dpvat(Requerido)
Advogado(s): LUCIMAR CRISTINA GIMENEZ CANO(OAB 5017 RO)
FINALIDADE: Intimar as partes, via patrono, do conteúdo da r. SENTENÇA proferida nos autos, que passo a transcrever seu DISPOSITIVO:
SENTENÇA: . . . Ante o exposto, com fundamento no art. 51, II, da Lei 9. 099/95 c/c art. 267, IV, do CPC, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do MÉRITO. Sem custas e sem honorários na forma da lei. SENTENÇA automaticamente registrada pelo sistema PROJUDI. Transitada em julgado esta DECISÃO, arquive-se. Intimem-se. PVH, 30/01/2014- Dr. Jose Torres Ferreira - Juiz de Direito.

Proc: 1004699-54. 2012. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
MICHELE ALVES BARROS(Requerente)
CLARO S/A(Requerido)
Advogado(s): Israel Augusto Alves Freitas da Cunha(OAB 2913 RO)
FINALIDADE: Intimar a parte requerida, via patrono, do conteúdo da r. SENTENÇA proferida nos autos, que passo a transcrever seu DISPOSITIVO:
SENTENÇA: . . . Ante o exposto, julgo PROCEDENTE EM PARTE o pedido inicial e DECLARO RESCINDIDO o contrato celebrado entre as partes, sem qualquer ônus à parte autora, resolvendo o MÉRITO da ação, nos termos do art. 269, I, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários nesta fase, na forma da lei. Sai a presente DECISÃO devidamente registrada. Cumpra-se. PVH, 30/01/2014- Dr. Jose Torres Ferreira - Juiz de Direito.

Proc: 1004448-02. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Ismael Oliveira Moraes(Requerente)
Advogado(s): Graciliano Ortega Sanchez(OAB 5194 RO)
Banco do Brasil S/A(Requerido)
Advogado(s): OAB: 8123 PR
Ismael Oliveira Moraes(Requerente)
Advogado(s): Graciliano Ortega Sanchez(OAB 5194 RO)
Banco do Brasil S/A(Requerido)
Advogado(s): Louise Rainer Pereira Gionédis - OAB: 8123 PR
FINALIDADE: Intimar as partes, via patrono, do conteúdo da r. SENTENÇA proferida nos autos, que passo a transcrever seu DISPOSITIVO:
SENTENÇA: . . . Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedido inicial e CONDENO o RÉU a RESTITUIR ao AUTOR, o valor de R$ 900, 00 (novecentos reais), corrigido monetariamente a partir do ajuizamento da ação, e acrescidas de juros legais, estes devidos a partir da citação. Sem custas e sem honorários na forma da lei. Após o trânsito em julgado desta DECISÃO, o réu deverá efetuar o pagamento da condenação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de incidência de multa de 10% (dez por cento), consoante dispõe o art. 475-J, do Código de Processo Civil. O valor da condenação obrigatoriamente deverá ser depositado na CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), com comprovação tempestiva no feito. SENTENÇA automaticamente registrada pelo sistema PROJUDI. Intimem-se. PVH, 30/01/2014- Dr. Jose Torres Ferreira - Juiz de Direito.

Proc: 1003727-50. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Petição (Juizado Cível)
Andersson da Silva Amazonas(Requerente)
Advogado(s): Lígia Carla Camacho Furtado(OAB 3528 RO)
Banco Bmg S. A. (Requerido)
Advogado(s): OAB: 76696 MG
Andersson da Silva Amazonas(Requerente)
Advogado(s): Lígia Carla Camacho Furtado(OAB 3528 RO)
Banco Bmg S. A. (Requerido)
Advogado(s): Felipe Gazola vieira Marques OAB: 76696 MG
FINALIDADE: Intimar as partes, via patrono, do conteúdo da r. SENTENÇA proferida nos autos, que passo a transcrever seu DISPOSITIVO:
SENTENÇA: . . . Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedido inicial para condenar o réu a pagar ao autor a quantia de R$ 1. 150, 66 (mil, cento e cinquenta reais e sessenta e seis centavos), corrigida monetariamente a partir do ajuizamento da ação e acrescida de juros legais, estes incidentes desde a citação. Sem custas e sem honorários na forma da lei. Após o trânsito em julgado desta DECISÃO, o réu deverá efetuar o pagamento da condenação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de incidência de multa de 10% (dez por cento), consoante dispõe o art. 475-J, do Código de Processo Civil. Sai a SENTENÇA automaticamente registrada pelo sistema PROJUDI.
Intimem-se. PVH, 30/01/2014- Dr. Jose Torres Ferreira - Juiz de Direito.

Proc: 1006337-88. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Petição (Juizado Cível)
Charles Cristiano Melo(Autor)
Advogado(s): Luiz Carlos Ferreira Moreira(OAB 1433 RO)
BANCO IBI S. A BANCO MULTIPLO(Réu)
Advogado(s): Mauro Paulo Galera Mari(OAB 4937 RO)
FINALIDADE: Intimar as partes, via patrono, do conteúdo da r. SENTENÇA proferida nos autos, que passo a transcrever seu DISPOSITIVO:
SENTENÇA: . . . Ante o exposto, julgo PROCEDENTE EM PARTE o pedido inicial para DECLARAR a inexistência do débito apontado pelo réu no valor de R$ 156, 29 (cento e cinquenta e seis reais e vinte e nove centavos), bem como para CONDENAR o réu ao pagamento de indenização, a título de danos morais, na quantia de R$ 7. 000, 00 (sete mil reais), atualizados monetariamente a partir da publicação desta DECISÃO, conforme precedentes do Superior Tribunal de Justiça. Sem custas e honorários na forma da lei. Após o trânsito em julgado desta DECISÃO, deverá o réu efetuar o pagamento da condenação no prazo de 15 (quinze) dias e sob pena de incidência de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito atualizado, na forma do artigo 475-J, do Código de Processo Civil. O valor da condenação obrigatoriamente deverá ser depositado junto a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), com comprovação

tempestiva nos autos, sob pena de incidência da multa descrita anteriormente. Sai a presente DECISÃO devidamente registrada. Intime-se. Cumpra-se. PVH, 30/01/2014- Dr. Jose Torres Ferreira - Juiz de Direito.

Proc: 1007553-84. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Petição (Juizado Cível)
Nilce Brilhante Bezerra(Requerente)
Advogado(s): Levi de Oliveira Costa(OAB 3446 RO)
RICHARDE PEREIRA NUNES(Requerido)
FINALIDADE: Intimar a parte autora da audiência de conciliação designada para o dia 12 de março de 2014 às 09: 30h, a ser realizada nas dependências da central de conciliação.

Proc: 1006114-43. 2010. 8. 22. 0601
Ação: Petição (Juizado Cível)
Edineia Monteiro de Matos(Autor)
Advogado(s): Francisco Alves Pinheiro Filho(OAB 568 RO), Carla Begnini Pinheiro(OAB 778 RO)
Lojas Americanas(Requerido)
Advogado(s): OAB: 303-B RO
FINALIDADE: Intimar a parte autora da certidão acostada nos autos, que passo a transcrever:
Certidão: Face apresentação dos valores transferidos junto à Caixa Econômica Federal e por serem valores remanescentes, a parte autora será intimada para se manifestar, no prazo de 10 dias.

Proc: 1004168-31. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Petição (Juizado Cível)
GM. SILVA LTDA-ME(Requerente)
Advogado(s): GEOVANNI DA SILVA NUNES(OAB 2421 RO)
Veste Usa Brasil Confecções Ltda(Requerido)
Advogado(s): OAB: 15. 844 GO
GM. SILVA LTDA-ME(Requerente)
Advogado(s): GEOVANNI DA SILVA NUNES(OAB 2421 RO)
Veste Usa Brasil Confecções Ltda(Requerido)
Advogado(s): Márcia Gomes OAB: 15. 844 GO
FINALIDADE: Intimar as partes, via patrono, do conteúdo da r. SENTENÇA proferida nos autos, que passo a transcrever seu DISPOSITIVO:
SENTENÇA: . . . Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE EM PARTE o pedido inicial para DECLARAR a INEXIGIBILIDADE do DÉBITO no valor de R$ 1. 446, 70 (mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e setenta centavos) referente à soma dos valores constantes dos boletos anexos ao movimento 1. 1, páginas 24 a 26/PROJUDI, bem como CONDENAR a microempresa RÉ a pagar a microempresa AUTORA, a título de indenização por DANOS MORAIS, o valor de R$ 6. 000, 00 (seis mil reais), atualizado monetariamente e acrescido de juros legais a partir da publicação desta DECISÃO. Sem custas e sem honorários na forma da lei. Após o trânsito em julgado desta DECISÃO, a microempresa ré deverá efetuar o pagamento da condenação, relativamente ao dano moral, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de incidência de multa de 10% (dez por cento), consoante dispõe o art. 475-J, do Código de Processo Civil. Sai a presente SENTENÇA devidamente registrada. Intimem-se. PVH, 28/01/2014- Dr. Jose Torres Ferreia - Juiz de Direito.

Proc: 1007659-80. 2012. 8. 22. 0601
Ação: Petição (Juizado Cível)
José Braúna Carneiro(Requerente)
Advogado(s): PEDRO PEREIRA DE OLIVEIRA(OAB 4282 RO)
Brasil Telecon Celular S. A(Requerido)
Advogado(s): OAB: 1501 RO, RENATO DA COSTA CAVALCANTE JÚNIOR(OAB 2390 RO), ALESSANDRA MONDINI CARVALHO(OAB 4240 RO), OAB: 635 RO
FINALIDADE: Intimar a parte autora da certidão acostada nos autos, que passo a transcrever:
Certidão: Certifico que o recurso de movimento 47 é tempestivo e consta preparo. Intimar a parte Autora para apresentar contrarrazões ao Recurso inominado de movimento 47, bem como manifestar-se quanto a petição de movimento 48 no prazo de 10 (dez) dias.

Proc: 1001362-28. 2010. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Luiz Gonzaga Farias Ferreira Júnior(Requerente)
Advogado(s): José Gomes Bandeira Filho(OAB 816 RO)
Fast Shop S/A(Requerido)
Advogado(s): Stéffano José do Nascimento Rodrigues(OAB 1336 RO)
FINALIDADE: Intimar a parte autora da certidão acostada nos autos, que passo a transcrever:
Certidão: Face a juntada da carta precatória, expedir intimação(via edital) da parte autora a se manifestar no feito. Prazo de 10(dez) dias.

Proc: 1005008-12. 2011. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Eliezer Brito dos Santos(Requerente)
Advogado(s): Albenisia Ferreira Pinheiro(OAB 3422 RO)
Banco Santander S. a(Requerido)
Advogado(s): OAB: 35. 463 PR
FINALIDADE: Intimar a parte autora do conteúdo da DECISÃO proferida nos autos, que passo a transcrever na íntegra:
DESPACHO: Analisando detidamente o feito, verifica-se que houve um equívoco com relação aos cálculos apresentados na petição anexa ao movimento 109. 1/PROJUDI. Isto porque, a tutela foi deferida com relação ao débito no valor de R$ 5. 563, 49 (cinco mil, quinhentos e sessenta e três reais e quarenta e nove centavos), datado de 05/05/2011, informado no documento anexo ao movimento 16. 1/PROJUDI. Verifica-se no documento anexo ao movimento 110. 1/PROJUDI que tal débito foi excluído em 12/11/2011 e não em 13/05/2013 como informado na petição anexa ao movimento 109. 1/PROJUDI. Destarte, deverá o credor, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar planilha retificada de cálculos, com observância ao período correto de descumprimento, sob pena de indeferimento do pedido formulado na referida petição. Intime-se. PVH, 16/01/2014- Dr. Jose Torres Ferreira. Substituto.

Proc: 1006842-16. 2012. 8. 22. 0601
Ação: Petição (Juizado Cível)
Waldecir Celestino da Silva(Requerente)
Advogado(s): Giuliano Caio Sant'Ana(OAB 4842 RO)
Lobato's Assistencia Técnica Peças e Serviços Ltda(Requerido), Pemaza S. A. (Requerido)
Advogado(s): FRANCISCA ROSILENE GARCIA CELESTINO(OAB 2769 RO)Carlos Luiz Pacagnan(OAB 107B RO)

FINALIDADE: Intimar a parte autora da certidão acostada nos autos, que passo a transcrever:
Certidão: Intimar-se a parte autora para no prazo de 10 dias, manifestar seu interesse de qual forma pretende executa e prosseguir a ação, haja visto que decorreu o prazo para pagamento espontâneo.

Proc: 1003852-52. 2012. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Elizabete Diogo Magalhães(Requerente)
Advogado(s): Walter Gustavo da Silva Lemos(OAB 18814 GO)
Antonio Firmino da Silva(Réu)
FINALIDADE: Intimar a parte autora da certidão acostada nos autos, que passo a transcrever:
Certidão: Certifico que será procedida a intimação da parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça anexa ao mov. 63.

Proc: 1002566-10. 2010. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Jorge Eduardo Sobrinho(Requerente)
Advogado(s): MANOEL RIVALDO DE ARAÚJO(OAB 315-B RO)
Sales Brandão dos Santos(Requerido)
FINALIDADE: Intimar a parte Autora do conteúdo da DECISÃO proferida nos autos, que passo a transcrever na íntegra:
DESPACHO: Indefiro, por ora, o pedido do autor constante do requerimento 160. 1. O descumprimento de uma obrigação, por si só, não leva à desconsideração inversa da personalidade jurídica, é de fundamental importância que exista prova concreta de que a FINALIDADE da pessoa jurídica tenha sido desviada por meio de fraude ou abuso de direitos, o que não restou comprovado no feito. Houve inclusive penhora de bens da parte executada capazes de satisfazer o crédito pleiteado, conforme mandado de penhora anexo ao movimento 138. 1, contudo, não aceito pela parte exequente. Destarte, diga a parte credora, em 5 (cinco) dias, qual a sua pretensão em relação ao prosseguimento do feito, indicando outros bens para substituição ou se pretende penhora on-line em desfavor da pessoa física. Intime-se. PVH, 16/01/2014- Dr. Jose Torres Ferreira - Juiz de Direito.

Proc: 1001863-74. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Tania Morgana Pereira(Autor)
Advogado(s): JHONATAS EMMANUEL PINI(OAB 4265 RO)
Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON(Réu)
Advogado(s): Jacimar Pereira Rigolon(OAB 1740 RO)
FINALIDADE: Intimar a parte ré da certidão acostada nos autos, que passo a transcrever:
Certidão: Certifico que será procedida a intimação da parte requerida para que cumpra a SENTENÇA anexa ao mov. 19 e o acordão anexo ao mov. 32 no prazo e sob a pena do artigo 475-J do CPC.

Proc: 1004951-23. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Elisa Salvatierra Salinas de Miwa(Requerente)
VCB Comunicações S/A(Requerido)
Advogado(s): OAB: 156. 541 SP
Elisa Salvatierra Salinas de Miwa(Requerente)
VCB Comunicações S/A(Requerido)
Advogado(s): Patrik Camargo Neves OAB: 156. 541 SP
FINALIDADE: Intimar a parte Ré, via patrono, do conteúdo da r. SENTENÇA proferida nos autos, que passo a transcrever seu DISPOSITIVO:
SENTENÇA: . . . Ante o exposto, julgo PROCEDENTE EM PARTE o pedido inicial para DECLARAR inexistente do débito apontado no valor de R$ 135, 34 (cento e trinta e cinco reais e trinta e quatro centavos) em nome da autora, DECLARAR cancelado o contrato celebrado entre as partes, sem qualquer ônus à parte autora. Sem custas e honorários na forma da lei. Sai a presente DECISÃO devidamente registrada. Intime-se. Cumpra-se. PVH, 28/01/2014- Dr. Jose Torres Ferreira - Juiz de Direito.

Proc: 1002557-43. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Maria de Nazaré de Almeida(Requerente)
Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON(Requerido)
Advogado(s): Jacimar Pereira Rigolon(OAB 1740 RO)
FINALIDADE: Intimar a parte Requerida, via patrono, do conteúdo da r. SENTENÇA proferida nos autos, que passo a transcrever seu DISPOSITIVO:
SENTENÇA: . . . Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para DECLARAR A INEXISTÊNCIA DO DÉBITO no valor de R$ 6. 380, 87 (seis mil, trezentos e oitenta reais e oitenta e sete centavos) apontado nos documentos constantes das páginas 7, 8 e 9 do movimento 1. 1/PROJUDI. Outrossim, torno DEFINITIVA a tutela antecipada concedida, nos termos do DESPACHO anexo ao movimento 7/PROJUDI. Sem custas e sem honorários nesta instância, na forma da lei. Após o trânsito em julgado e nada requerido, arquive-se. SENTENÇA automaticamente registrada pelo sistema PROJUDI. Intimem-se. PVH, 23/01/2014- Dr. Jose Torres Ferreira - Juiz de Direito.

Proc: 1004366-68. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Petição (Juizado Cível)
Luís Alex Cândido da Silva(Requerente)
Advogado(s): ORLANDO FERREIRA ROLIM NETO(OAB 1520 RO)
seguradora lider dos consorcios dpvat(Requerido)
Advogado(s): Israel Augusto Alves Freitas da Cunha(OAB 2913 RO)
FINALIDADE: Intimar as partes, via patrono, do conteúdo da r. SENTENÇA proferida nos autos, que passo a transcrever seu DISPOSITIVO:
SENTENÇA: . . . Ante o exposto, com fundamento no art. 51, II, da Lei 9. 099/95 c/c art. 267, IV, do CPC, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do MÉRITO. Sem custas e sem honorários na forma da lei. SENTENÇA automaticamente registrada pelo sistema PROJUDI. Transitada em julgado esta DECISÃO, arquive-se. Intimem-se. PVH, 30/01/2014- Dr. Jose Torres Ferreira - Juiz de Direito.

Proc: 1003722-62. 2012. 8. 22. 0601 A
ção: Procedimento do Juizado Especial Cível
Demostenis Jose da Silva(Requerente)
Advogado(s): Shirlei Oliveira da Costa(OAB 4294 RO)
Banco BMG S/A(Representado)
Advogado(s): OAB: 76696 MG
Demostenis Jose da Silva(Requerente)
Advogado(s): Shirlei Oliveira da Costa(OAB 4294 RO)
Banco BMG S/A(Representado)
Advogado(s): Felipe Gazola Vieira Marques OAB: 76696 MG

FINALIDADE: Intimar as partes, via patrono, do conteúdo da r. SENTENÇA proferida nos autos, que passo a transcrever seu DISPOSITIVO:
SENTENÇA: . . . Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial e CONDENO o réu ao pagamento de indenização, a título de danos materiais, no montante de R$ 300, 00 (trezentos reais), atualizados monetariamente a partir do ajuizamento da ação, e com juros, devidos a partir da citação, bem como a título de danos morais, no valor de R$ 3. 000, 00 (três mil reais), atualizados monetariamente a partir da publicação desta DECISÃO conforme entendimento recente do Superior Tribunal de Justiça. Sem custas e sem honorários, na forma do artigo 54 e 55 da Lei 9. 099/1995.
Após o trânsito em julgado desta DECISÃO, deverá o réu efetuar o pagamento da condenação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez) por cento sobre o valor total do débito, conforme previsto no artigo 475-J do CPC. O valor da condenação obrigatoriamente deverá ser depositado junto a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (Provimento 001/2008 PR TJ/RO), com a devida e tempestiva comprovação nos autos.
Sai a presente DECISÃO devidamente registrada.
Cumpra-se. PVH, 30/01/2014-

Dr. Jose Torres Ferreira -
Juiz de Direito.

3º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

3ª Vara do Juizado Especial Cível da Capital
Juiz de Direito: Acir Teixeira Grécia
Diretor de Cartório - Escrivão: Evaldo da Costa Farias
Sugestões ou reclamações, façam-nas pessoalmente ou via internet: pvh3jespcivel@tjro. jus. br

Proc: 1009640-13. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Petição (Juizado Cível)
Angeloria Alves dos Santos(Requerente)
Advogado(s): MARCOS ROBERTO DA SILVA SANTOS(OAB 1039 RO)
Financeira Losango Promotora de Vendas Ltda. (Requerido)
Angeloria Alves dos Santos(Requerente)
Advogado(s): MARCOS ROBERTO DA SILVA SANTOS(OAB 1039 RO)
Financeira Losango Promotora de Vendas Ltda. (Requerido)
FINALIDADE: Intimar a parte requerente, por intermédio de seu advogado constituído, da SENTENÇA que determinou a extinção e arquivamento do processo.
SENTENÇA: RELATÓRIO dispensado nos termos do art. 38 da Lei nº. 9. 099/95.
Verifico que a parte autora estava ciente e devidamente intimada da audiência de conciliação porém, não se fez presente e tampouco apresentou justificativa idônea e, portanto, não demonstrando qualquer interesse pela causa.
Desta forma, a presença da parte requerida à audiência de conciliação é irrelevante, sendo que a obrigação principal de comparecimento competia à parte requerente, que não a cumpriu.
Isto posto, JULGO EXTINTO O PROCESSO, nos termos do artigo 51, I, da Lei n°. 9. 099/95, condenando a parte autora ao pagamento de custas e despesas processuais, nos moldes da Lei Estadual n°. 301/90 e Enunciado FONAJE n°. 28.
Torno sem efeito a tutela antecipada inserida no movimento n. 6.
Após o trânsito em julgado arquive-se os autos.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 20 de janeiro de 2014.
Juíza Maxulene de Sousa Freitas

Proc: 1001841-10. 2013. 8. 22. 0603
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Ad´rosa Miranda Gomes de Almeida(Requerente)
Advogado(s): IVON JOSÉ DE LUCENA(OAB 251B RO)
BV Financeira S. A. Crédito Financiamento e Investimento(Requerido)
Advogado(s): Celso Marcon(OAB 3700 RO)
Ad´rosa Miranda Gomes de Almeida(Requerente)
Advogado(s): IVON JOSÉ DE LUCENA(OAB 251B RO)
BV Financeira S. A. Crédito Financiamento e Investimento(Requerido)
Advogado(s): Celso Marcon(OAB 3700 RO)
FINALIDADE: Intimar a parte requerente, por intermédio de seu advogado constituído, para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar contrarrazões ao recurso inominado de mov. 17.
(a) Lucas Filipe Silveira Santana - Chefe de Cartório.

Proc: 1002425-77. 2013. 8. 22. 0603
Ação: Petição (Juizado Cível)
Associação Tiradentes da Polícia Militar do Estado de Rondônia - ASTIR(Requerente)
Advogado(s): ALEX MOTA CORDEIRO(OAB 2258 RO)
Manuel Rufino da Silva Anunciação(Requerido)
Advogado(s): João Bosco Mendonça de Queiroz(OAB 1146 RO)
Associação Tiradentes da Polícia Militar do Estado de Rondônia - ASTIR(Requerente)
Advogado(s): ALEX MOTA CORDEIRO(OAB 2258 RO)
Manuel Rufino da Silva Anunciação(Requerido)
Advogado(s): João Bosco Mendonça de Queiroz(OAB 1146 RO)
FINALIDADE: Intimar a parte requerente, por intermédio de seu advogado constituído, para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar impugnação à contestação de movimento 8.
(a) Lucas Filipe Silveira Santana - Chefe de Cartório.

Proc: 1009638-43. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Petição (Juizado Cível)
Nair Rodrigues dos Santos(Requerente)
Advogado(s): Paulino Palmiro Queiroz Filho(OAB 3944 RO)
Claro S. A(Requerido)
Advogado(s): OAB: 50342 MG, OAB: 51452 MG, OAB: 52529 MG
Nair Rodrigues dos Santos(Requerente)
Advogado(s): Paulino Palmiro Queiroz Filho(OAB 3944 RO)
Claro S. A(Requerido)
Advogado(s): Roberta Espinha Corrêa (OAB: 50342 MG), Sérgio Santos Sette Câmara (OAB: 51452 MG), Luiz Frávio Valle Bastos (OAB: 52529 MG)
FINALIDADE: Intimar ambas as partes, por intermédio de seus advogados constituídos, da SENTENÇA abaixo transcrita, ressaltando que o prazo para eventual recurso é de 10 (dez) dias, e de 15 (quinze) dias para pagamento espotâneo da condenação, sob pena de multa de 10% (dez por cento), de acordo com o art. 475-J do CPC.
SENTENÇA: RELATÓRIO dispensado na forma do art. 38 da Lei 9099/1995.

Versam os presentes autos, sobre ação declaratória de inexistência de débito c/c reparação por dano moral em que a parte autora pede a condenação do Requerido, uma vez que não deve nenhuma quantia para a requerida e mesmo assim teve seu nome negativado. Requer ainda a antecipação de tutela para retirada dos cadastros de inadimplentes.
Apesar de devidamente citado(a) e advertido(a) de que deveria fazer-se presente em audiência de conciliação, sob pena de confesso(a), a parte Requerida, citado(a) não compareceu à solenidade.
Assim, decreto a revelia da parte ré, nos termos do art. 20 da Lei 9. 099/1995, aplicando--lhe o efeito da confissão para o fim de tornar incontroversos os fatos aduzidos na inicial.
No caso dos autos, deve-se efetivamente ter como verdadeiros os fatos narrados na petição inicial, não havendo razões para se concluir diversamente.
Estando o pleito amparado pelo ordenamento jurídico, que veda a hipótese de enriquecimento de um em detrimento de outro (art. 884, CC/2002), deve ser dada a procedência da ação.
Quanto ao dano moral, a inclusão do nome do requerente em cadastro de inadimplente é incontroversa e, de fato, restou evidenciado que o curso já estava cancelado na época do lançamento.
Assim, no que tange aos danos morais, tendo ocorrido a inclusão indevida do nome da requerente nos órgãos arquivistas, são presumidos, em virtude dos conhecidos e incontestáveis efeitos que tal inscrição gera ao indivíduo considerável dano, mormente se considerarmos a sociedade de consumo em que vivemos, onde o crédito é essencial. Neste sentido:
APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. INDEVIDO PROTESTO DE TÍTULO PRESCRITO. CANCELAMENTO DEFINITIVO. DANO MORAL. CONFIGURADO. DANO MORAL "IN RE IPSA". QUANTUM INDENIZATÓRIO MANTIDO, 1. É irregular o protesto de título já atingido pela prescrição, razão pela qual justo e legal o cancelamento definitivo do protesto. 2. Presumem-se os danos morais em caso de protesto de título prescrito, independendo de prova, pois a conduta arbitrária da ré foi lesiva e apta a abalar a imagem da autora, ante a publicidade do protesto. 3. O valor da indenização foi adequadamente quantificado pelo Julgador (R$ 3. 000, 00), Apelação desprovida. (Apelação Cível Nº 70045910908, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Romeu Marques Ribeiro Filho, Julgado em 29/02/2012).
Estabelecida, assim, a obrigação de indenizar, surge, então, a questão relativa ao quantum indenizatório, o qual deve ser aferido levando-se em conta a reprovabilidade da conduta ilícita, a duração e a intensidade do sofrimento vivenciados e a capacidade econômica de ambas as partes, de maneira que não represente gravame desproporcional para quem paga, consubstanciando enriquecimento indevido para aquele que recebe, ou não seja suficiente para compensar a vítima, desestimulando, por outro lado, o ofensor.
Considerando os critérios acima alinhavados, arbitro os danos morais em R$ 5. 000, 00 (cinco mil reais), por entender que esse valor atende à justa indenização.
Os juros e a correção monetária devem incidir a partir desta data, uma vez que, no arbitramento, foi considerado valor já atualizado, conforme jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça (EDRESP 194. 625/SP, publicado no DJU em 05. 08. 2002, p. 0325).
DISPOSITIVO
Posto isso, nos termos do art. 269, I do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial formulado por NAIR RODRIGUES DOS SANTOS em desfavor de CLARO S/A, ambos qualificados nos autos, e em consequência: a) DECLARO inexigível o débito apontado na inicial, uma vez não haver vínculo entre as partes e, por conseguinte, condeno a ré a proceder a baixa do referido débito no prazo de 72 horas, sob pena de multa diária de R$ 300, 00 (trezentos reais), até o limite máximo de R$ 6. 000, 00 (seis mil reais); b) CONDENO a Requerida ao pagamento de R$ 5. 000, 00 (cinco mil reais), à título dos reconhecidos danos morais causados à requerente, acrescido de correção monetária e juros legais de 1% (um por cento) ao mês, a partir da presente condenação (Súmula 362, Superior Tribunal de Justiça); c) por fim, confirmo a tutela antecipada no movimento n. 6, tornando-a definitiva.
Sem custas e honorários, haja vista que se trata de DECISÃO de primeiro grau de jurisdição no âmbito do Juizado Especial.
A parte devedora deverá efetuar o cumprimento da obrigação na forma do artigo 475 -J do Código de Processo Civil, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sob o valor do pedido inicial.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se
Porto Velho, 20 de janeiro de 2014.
Juíza Maxulene de Sousa Freitas

Proc: 1000413-95. 2010. 8. 22. 0603
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Maria Olindina Rodrigues Ferreira(Requerente)
Advogado(s): VALMIR BENARROSH VIEIRA(OAB 1500 RO), Jessica Carvalho Dos Santos(OAB 5240 RO)
Catarinense Materiais de Construção(Requerido)
Advogado(s): Francisco de Freitas Nunes Oliveira(OAB 3913 RO), AMANDA FRANCO DE OLIVEIRA ANDRADE(OAB 4403 RO)
Maria Olindina Rodrigues Ferreira(Requerente)
Advogado(s): VALMIR BENARROSH VIEIRA(OAB 1500 RO), Jessica Carvalho Dos Santos(OAB 5240 RO)
Catarinense Materiais de Construção(Requerido)
Advogado(s): Francisco de Freitas Nunes Oliveira(OAB 3913 RO), AMANDA FRANCO DE OLIVEIRA ANDRADE(OAB 4403 RO)
FINALIDADE: Intimar a parte autora, por intermédio de seus advogados constituídos, para requerer o que entender de direito, no prazo de 10(dez) dias.

Proc: 1009667-93. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Heleno Luis de Souza Guimaraes(Requerente)
Advogado(s): Walter Gustavo da Silva Lemos(OAB 18814 GO)
Banco BMG S. A. (Requerido)
Advogado(s): OAB: 76696 MG
Heleno Luis de Souza Guimaraes(Requerente)
Advogado(s): Walter Gustavo da Silva Lemos(OAB 18814 GO)
Banco BMG S. A. (Requerido)
Advogado(s): OAB: 76696 MG
FINALIDADE: Intimar a parte requerente, por intermédio de seu advogado constituído, para, no prazo de 10(dez) dias, apresentar impugnação à contestação de movimento 13.
(a) Lucas Filipe Silveira Santana - Chefe de Cartório.

Proc: 1001276-18. 2014. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Aurora Calçados Ltda. (Requerente)
Advogado(s): Waldeneide Araújo Câmara de Mesquita(OAB 2036 RO)
Luiz Ferreira da Silva(Requerido)
Aurora Calçados Ltda. (Requerente)
Advogado(s): Waldeneide Araújo Câmara de Mesquita(OAB 2036 RO)
Luiz Ferreira da Silva(Requerido)
FINALIDADE: Intimar a parte Requerente, por intermédio de seu advogado constituído, da audiência de conciliação redesignada para o dia 06 de Março de 2014 às 08: 30 horas, a ser realizada na CENTRAL DE CONCILIAÇÃO, localizada na Av. Brasília, n. 2468, bairro São Cristóvão. (Em virtude do feriado de carnaval a audiência foi redesignada para esta data).

Proc: 1009888-76. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Aurora Calçados Ltda. (Requerente)
Advogado(s): Waldeneide Araújo Câmara de Mesquita(OAB 2036 RO)
Caide Souza da Silva(Requerido)
Aurora Calçados Ltda. (Requerente)
Advogado(s): Waldeneide Araújo Câmara de Mesquita(OAB 2036 RO)
Caide Souza da Silva(Requerido)
FINALIDADE: Intimar a parte Requerente, por intermédio de sua advogada constituída, da audiência de Conciliação redesignada para o dia 11 de março de 2014 às 08: 30, que será realizada na Central de Conciliação, localizada a Av. Brasília, 2468 - São Cristóvão. (Em virtude do feriado de carnaval a audiência foi redesignada para esta data).

Proc: 1001273-63. 2014. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Aurora Calçados Ltda. (Requerente)
Advogado(s): Waldeneide Araújo Câmara de Mesquita(OAB 2036 RO)
MAICE NOIA DE OLIVEIRA(Requerido)
Aurora Calçados Ltda. (Requerente)
Advogado(s): Waldeneide Araújo Câmara de Mesquita(OAB 2036 RO)
MAICE NOIA DE OLIVEIRA(Requerido)
FINALIDADE: Intimar a parte Requerente, por intermédio de seu advogado constituído, da audiência de conciliação marcada para o dia 06 de Março de 2014 às 08: 30 horas, a ser realizada na CENTRAL DE CONCILIAÇÃO, localizada na Av. Brasília, n. 2468, bairro São Cristóvão. (Em virtude do feriado de carnaval a audiência foi redesignada para esta data).

Proc: 1002351-23. 2013. 8. 22. 0603
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Ladir Selma Pinheiro(Requerente)
Advogado(s): LEONIDAS FOGAÇA(OAB 3429 RO)
Mapfre Seguros(Requerido)
Advogado(s): OAB: 9446 BA
Ladir Selma Pinheiro(Requerente)
Advogado(s): LEONIDAS FOGAÇA(OAB 3429 RO)
Mapfre Seguros(Requerido)
Advogado(s): JAIME AUGUSTO FREIRE DE CARVALHO MARQUES (OAB: 9446 BA)
FINALIDADE: Intimar ambas as partes, por intermédio de seus advogados constituídos, da SENTENÇA abaixo transcrita, ressaltando que o prazo para eventual recurso é de 10 (dez) dias, e de 15 (quinze) dias para pagamento espotâneo da condenação, sob pena de multa de 10% (dez por cento), de acordo com o art. 475-J do CPC.
SENTENÇA: RELATÓRIO dispensado nos termos do artigo 38, da Lei Federal 9. 099/1. 995.
Trata-se de ação de indenização por danos materiais e morais, proposta por LADIR SELMA PINHEIRO, em desfavor de MAPFRE SEGUROS, ambas qualificadas nos autos, em que a parte autora pleiteia pela condenação da empresa requerida, em danos materiais no valor de R$ 755, 71 (setecentos e cinquenta e cinco reais e setenta e um centavos) em dobro e danos morais. Relata a autora que no dia 16/07/2011 renovou o seguro de seu veículo, e quando estava na quarta parcela a requerida cancelou o contrato alegando inadimplência, sendo assim, pleiteia pela condenação da empresa requerida em danos morais e materiais.
Em tentativa de conciliação, não houve proposta de acordo entre as partes, restando esta infrutífera (movimento n. 8).
Ciente e advertido de que deveria apresentar sua contestação no prazo de 15 (quinze) dias após a audiência conciliatória, o requerido quedou-se inerte, não se manifestando nos autos.
Assim, decreto a revelia da parte ré, nos termos do art. 20 da Lei 9. 099/1995, aplicando-se-lhe o efeito da confissão para o fim de tornar incontroversos os fatos aduzidos na inicial.
No caso dos autos, deve-se efetivamente ter como verdadeiros os fatos narrados na petição inicial, não havendo razões para se concluir diversamente.
Do Dano material
No caso dos autos, dada a documentação apresentada pela autora, deve-se efetivamente ter como verdadeiros os fatos narrados na petição inicial, não havendo razões para se concluir diversamente.
Estando o pleito amparado pelo ordenamento jurídico, que veda a hipótese de enriquecimento de um em detrimento de outro (art. 884, CC/2002), deve a respectiva revisão ocorrer.
Entendo que, no caso específico destes autos, não foram observados os direitos assegurados ao consumidor, art. 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor.
De fato, comprovadamente nos autos, houve o débito na conta corrente da parte autora, que efetuava o pagamento certa de que estava amparada pelo seguro.
Por esse motivo o ressarcimento dos valores pagos indevidos deve acontecer, e na forma dobrada, conforme prevê o art. 42, parágrafo único do Código de Defesa do Consumidor, uma vez que o cancelamento do contrato firmado entre as parte se deu de forma unilateral e sem prévio aviso.
Dano moral
A empresa requerida assumiu o ônus e obrigação de indenizar, uma vez apesar de previamente citada para comparecer a audiência de conciliação quedou-se inerte, de modo que faz presumir como verídico o alegado pela parte autora.
Resta claro o abalo sofrido pela parte autora, dano experimentado é indiscutível, uma vez que qualquer pessoa mediana sofreria abalo juridicamente significativo, pois, havia achava que seu veículo estava segurado e, prestes a quitar as últimas parcelas do pagamento do seguro, vem a informação de que o contrato fora cancelado.
Viu-se frustada pelo negócio não concretizado, o que abala moralmente a honra da pessoa, que contratou o seguro do automóvel por precaução. A inércia do demandado confirma a responsabilização.

Por conseguinte, comprovado o fato, inegável e transparente se revela o dano moral denunciado.
Demonstra-se, à saciedade e nos moldes exigidos pelo art. 333, I, CPC, que a ré não agiu corretamente, evidenciando total descontrole, desorganização e má administração da demandada, implicando em responsabilização civil, nos exatos termos do art. 14, da LF 8. 078/90 (Código de Defesa do Consumidor - CDC).
A responsabilidade é objetiva, competindo a autora tão somente demonstrar o fato causador do dano, o que restou sobejamente evidenciado e emergido nos autos.
Não vislumbro qualquer hipótese de enriquecimento sem causa, uma vez que a autora foi ofendida em sua honra, ocasionando danos morais que devem ser plenamente indenizados pela demandada, tendo em vista a sua total negligência e descaso para com a consumidora.
O dano moral está provado, valendo relembrar o seguinte entendimento:
"Neste ponto, a razão se coloca ao lado daqueles que entendem que o dano moral está ínsito na própria ofensa, decorre da gravidade do ilícito em si. Se a ofensa é grave e de repercussão, por si só justifica a concessão de uma satisfação de ordem pecuniária ao lesado. Em outras palavras, o dano moral existe in re ipsa; deriva inexoravelmente do próprio fato ofensivo, de tal modo que, provada a ofensa, ipso facto está demonstrado o dano moral à guisa de uma presunção natural, uma presunção hominis ou facti, que decorre das regras da experiência comum. Assim, por exemplo, provada a perda de um filho, do cônjuge ou de outro ente querido, não há que se exigir a prova do sofrimento, porque isso decorre do próprio fato de acordo com as regras de experiência comum; Provado que a vítima teve seu nome aviltado ou sua imagem vilipendiada, nada mais ser-lhe-á exigido provar, por isso que o dano moral está in re ipsa; decorre inexoravelmente da gravidade do próprio fato ofensivo, de sorte que, provado o fato, provado está o dano moral "(Elias, Helena - O Dano Moral na Jurisprudência do STJ - pag. 99/100 - Rio de Janeiro - Editora Lumen Juris 2004.)
Na mensuração do quantum indenizatório, acompanho o seguinte entendimento da jurista e Magistrada Helena Elias.
"O princípio da exemplaridade foi recentemente adotado na jurisprudência do STJ. Luiz Roldão de Freitas Gomes defende, em sede doutrinária, a aplicação de tal princípio. Após afirmar que, 'sob a égide da atual Carta Magna, a reparação dos danos morais é ampla e desprovida de limitações, que não sejam as decorrentes de sua causalidade', anota que, com a expressa previsão constitucional, aquela reparação ganhou autonomia, 'deixando de ter por fundamento exclusivamente a culpa, que inspirava uma de suas FINALIDADE s: servir de exemplaridade ao infrator. Em consulta ao dicionário Aurélio, encontra-se, para o verbete exemplaridade, o significado de 'qualidade ou caráter de exemplar'. Exemplar, por seu turno, é aquilo 'que serve ou pode servir de exemplo, de modelo'. O critério de exemplaridade parece estar apto a substituir o dano punição do ofensor na avaliação do dano moral, por oferecer a vantagem se amoldar, com maior grau de adequação e aceitabilidade, ao ordenamento jurídico pátrio, sem o inconveniente, apontado por Humberto Theodoro Júnior, de ensejar uma pena sem prévia cominação legal. Em recente acórdão, da relatoria do Min. Luiz Fux, o STJ adotou expressamente o princípio da exemplaridade, ao assentar que a 'fixação dos danos morais deve obedecer aos critério da solidariedade e da exemplaridade, que implica na vaporação da proporcionalidade do quantum e na capacidade econômica do sucumbente".
O dano moral repercute e atinge bens da personalidade, como honra, a liberdade, a saúde, a integridade psicológica, causando dor, sofrimento, tristeza, constrangimento, vexame e humilhação à vítima, havendo previsão constitucional da respectiva reparação.
Sendo assim, e levando-se em consideração que a requerida não deu amostras de maiores cautelas e melhor controle nos seus dados, tenho como justo, proporcional e exemplar a fixação do quantum no importe de R$ 3. 500, 00 (três mil e quinhentos reais), de molde a disciplinar a empresa requerida e dar satisfação pecuniária à demandante.
A reparação não pode representar a ruína do devedor responsável e nem a fonte de enriquecimento desmotivado da credora lesada.
Posto isso, nos termos do art. 269, I do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial formulado por LADIR SELMA PINHEIRO em desfavor de MAPFRE SEGUROS ambos qualificados nos autos, e em consequência: a) condeno a empresa requerida a pagar a parte autora a quantia de R$ 1. 511, 42 (um mil quinhentos e onze reais e quarenta e dois centavos), a título de ressarcimento, já em dobro, acrescidos de correção monetária desde o ajuizamento da ação e juros legais de 1% (um por cento) ao mês, desde a data da citação, nos termos da fundamentação supra; b) condeno ainda, no pagamento de R$ 3. 500, 00 (três mil e quinhentos reais), à título de reconhecimento dos danos morais causados à requerente, acrescido de correção monetária e juros legais de 1% (um por cento) ao mês, a partir da presente condenação (Súmula 362, Superior Tribunal de Justiça);
Sem custas e honorários, haja vista que se trata de DECISÃO de primeiro grau de jurisdição no âmbito do Juizado Especial.
A parte devedora deverá efetuar o cumprimento da obrigação na forma do artigo 475 -J do Código de Processo Civil, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sob o valor do pedido inicial.
Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 20 de janeiro de 2014.
Juíza Maxulene de Sousa Freitas

Proc: 1001407-90. 2014. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
FRANCINETE SANTOS DE JESUS(Requerente)
Advogado(s): Sheila Gomes da Silva Ferreira(OAB 2035 RO)
VIP VIAGENS E TURISMO(Requerido)
FRANCINETE SANTOS DE JESUS(Requerente)
Advogado(s): Sheila Gomes da Silva Ferreira(OAB 2035 RO)
VIP VIAGENS E TURISMO(Requerido)
FINALIDADE: Intimar a parte Requerente, por intermédio de sua advogada constituída, da audiência de Conciliação redesignada para o dia 11 de março de 2014 às 10: 00 horas, que será realizada na Central de Conciliação, localizada a Av. Brasília, 2468 - São Cristóvão. (Em virtude do feriado de carnaval a audiência foi redesignada para esta data).

Proc: 1001279-70. 2014. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Aurora Calçados Ltda. (Requerente)
Advogado(s): Waldeneide Araújo Câmara de Mesquita(OAB 2036 RO)
Luzandson Nascimento da Silva(Requerido)
Aurora Calçados Ltda. (Requerente)
Advogado(s): Waldeneide Araújo Câmara de Mesquita(OAB 2036 RO)
Luzandson Nascimento da Silva(Requerido)

FINALIDADE: Intimar a parte Requerente, por intermédio de seu advogado constituído, da audiência de conciliação marcada para o dia 06 de Março de 2014 às 09: 00 horas, a ser realizada na CENTRAL DE CONCILIAÇÃO, localizada na Av. Brasília, n. 2468, bairro São Cristóvão. (Em virtude do feriado de carnaval a audiência foi redesignada para esta data).

Proc: 1009671-33. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Agnaldo Costa Gonzales(Requerente)
Advogado(s): Walter Gustavo da Silva Lemos(OAB 18814 GO)
Banco BMG S. A. (Requerido)
Advogado(s): Israel Augusto Alves Freitas da Cunha(OAB 2913 RO)
Agnaldo Costa Gonzales(Requerente)
Advogado(s): Walter Gustavo da Silva Lemos(OAB 18814 GO)
Banco BMG S. A. (Requerido)
Advogado(s): Israel Augusto Alves Freitas da Cunha(OAB 2913 RO)
FINALIDADE: Intimar ambas as partes, por intermédio de seus advogadas constituídos, da SENTENÇA que determinou a extinção e arquivamento do processo.
SENTENÇA: RELATÓRIO dispensado nos termos do art. 38 da Lei nº. 9. 099/95.
Verifico que a parte autora estava ciente e devidamente intimada da audiência de conciliação porém, não se fez presente e tampouco apresentou justificativa idônea e, portanto, não demonstrando qualquer interesse pela causa.
Desta forma, a presença da parte requerida à audiência de conciliação é irrelevante, sendo que a obrigação principal de comparecimento competia à parte requerente, que não a cumpriu.
Isto posto, JULGO EXTINTO O PROCESSO, nos termos do artigo 51, I, da Lei n°. 9. 099/95, condenando a parte autora ao pagamento de custas e despesas processuais, nos moldes da Lei Estadual n°. 301/90 e Enunciado FONAJE n°. 28.
Após o trânsito em julgado arquive-se os autos.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 22 de janeiro de 2014.
Juíza Maxulene de Sousa Freitas

Proc: 1001385-32. 2014. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Graziela de Souza Gonçalves(Requerente)
Advogado(s): RAIMUNDO NONATO GOMES DE ARAUJO(OAB 5958 RO)
Trip Linhas Aéreas(Requerido)
Graziela de Souza Gonçalves(Requerente)
Advogado(s): RAIMUNDO NONATO GOMES DE ARAUJO(OAB 5958 RO)
Trip Linhas Aéreas(Requerido)
FINALIDADE: Intimar a parte Requerente, por intermédio de seu advogado constituído, da audiência de Conciliação redesignada para o dia 11 de março de 2014 às 08: 30 horas, que será realizada na Central de Conciliação, localizada a Av. Brasília, 2468 - São Cristóvão. (Em virtude do feriado de carnaval a audiência foi redesignada para esta data).

Proc: 1001282-25. 2014. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Aurora Calçados Ltda. (Requerente)
Advogado(s): Waldeneide Araújo Câmara de Mesquita(OAB 2036 RO)
Manoel Prestes Peres(Requerido)
Aurora Calçados Ltda. (Requerente)
Advogado(s): Waldeneide Araújo Câmara de Mesquita(OAB 2036 RO)
Manoel Prestes Peres(Requerido)
FINALIDADE: Intimar a parte Requerente, por intermédio de seu advogado constituído, da audiência de conciliação marcada para o dia 06 de Março de 2014 às 09: 00 horas, a ser realizada na CENTRAL DE CONCILIAÇÃO, localizada na Av. Brasília, n. 2468, bairro São Cristóvão. (Em virtude do feriado de carnaval a audiência foi redesignada para esta data).

Proc: 1001289-17. 2014. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Aurora Calçados Ltda. (Requerente)
Advogado(s): Waldeneide Araújo Câmara de Mesquita(OAB 2036 RO)
Marcelina Elias de Souza e Silva(Requerido)
Aurora Calçados Ltda. (Requerente)
Advogado(s): Waldeneide Araújo Câmara de Mesquita(OAB 2036 RO)
Marcelina Elias de Souza e Silva(Requerido)
FINALIDADE: Intimar a parte Requerente, por intermédio de seu advogado constituído, da audiência de conciliação marcada para o dia 06 de Março de 2014 às 09: 30 horas, a ser realizada na CENTRAL DE CONCILIAÇÃO, localizada na Av. Brasília, n. 2468, bairro São Cristóvão. (Em virtude do feriado de carnaval a audiência foi redesignada para esta data).

Proc: 1009649-72. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Luis Carlos Lemes(Autor)
Advogado(s): Lelia de Oliveira Ribeiro Gomes Neta(OAB 4308 RO)
Cristian José de Sousa Delgado(Requerido)
Luis Carlos Lemes(Autor)
Advogado(s): Lelia de Oliveira Ribeiro Gomes Neta(OAB 4308 RO)
Cristian José de Sousa Delgado(Requerido)
FINALIDADE: Intimar a parte requerente, por intermédio de sua advogada constituída, da audiência de conciliação marcada para o dia 13 de março de 2014 às 12: 00 horas, a ser realizada na Central de Conciliação, sendo advertido de que em caso de não comparecimento injustificado, haverá extinção e arquivamento do processo, bem ainda condenação em custas e despesas processuais.
(a) Lucas Filipe Silveira Santana - Técnico Judiciário.

Proc: 1001285-77. 2014. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Aurora Calçados Ltda. (Requerente)
Advogado(s): Waldeneide Araújo Câmara de Mesquita(OAB 2036 RO)
LUMA STEFAME OLIVEIRA DA SILVA(Requerido)
Aurora Calçados Ltda. (Requerente)
Advogado(s): Waldeneide Araújo Câmara de Mesquita(OAB 2036 RO)
LUMA STEFAME OLIVEIRA DA SILVA(Requerido)
FINALIDADE: Intimar a parte Requerente, por intermédio de seu advogado constituído, da audiência de conciliação marcada para o dia 06 de Março de 2014 às 09: 30 horas, a ser realizada na CENTRAL DE CONCILIAÇÃO, localizada na Av. Brasília, n. 2468, bairro São Cristóvão. (Em virtude do feriado de carnaval a audiência foi redesignada para esta data).

Proc: 1009688-69. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Ana Claudia Moraes da Silva(Autor)
Advogado(s): JHONATAS EMMANUEL PINI(OAB 4265 RO)
Banco GMAC S. A. (Réu)
Advogado(s): Daniel Penha de Oliveira(OAB 3434 RO), OAB: 4658 RO, Gabriela de Lima Torres(OAB 5714 RO)
Ana Claudia Moraes da Silva(Autor)
Advogado(s): JHONATAS EMMANUEL PINI(OAB 4265 RO)
Banco GMAC S. A. (Réu)
Advogado(s): Daniel Penha de Oliveira(OAB 3434 RO), OAB: 4658 RO, Gabriela de Lima Torres(OAB 5714 RO)
FINALIDADE: Intimar a parte requerente, por intermédio de seu advogado constituído, para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar impugnação à contestação de movimento 10.
(a) Lucas Filipe Silveira Santana - Técnico Judiciário.

Proc: 1009863-63. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Aurora Calçados Ltda. (Requerente)
Advogado(s): Waldeneide Araújo Câmara de Mesquita(OAB 2036 RO)
Gabriela de Castro Mineto(Requerido)
Aurora Calçados Ltda. (Requerente)
Advogado(s): Waldeneide Araújo Câmara de Mesquita(OAB 2036 RO)
Gabriela de Castro Mineto(Requerido)
FINALIDADE: Intimar a parte Requerente, por intermédio de seu advogado constituído, da audiência de conciliação marcada para o dia 06 de Março de 2014 às 10: 00 horas, a ser realizada na CENTRAL DE CONCILIAÇÃO, localizada na Av. Brasília, n. 2468, bairro São Cristóvão. (Em virtude do feriado de carnaval a audiência foi redesignada para esta data).

Proc: 1000033-39. 2014. 8. 22. 0601
Ação: Petição (Juizado Cível)
Maria Gabriela Rayana Negreiros Zago(Adjudicante)
Advogado(s): HIANARA DE MARILAC BRAGA OCAMPO(OAB 296289 SP)
Três Comércio de Publicações Ltda(Adjudicado)
Maria Gabriela Rayana Negreiros Zago(Adjudicante)
Advogado(s): HIANARA DE MARILAC BRAGA OCAMPO(OAB 296289 SP)
Três Comércio de Publicações Ltda(Adjudicado)
FINALIDADE: Intimar a parte requerente, por intermédio de sua advogada constituída, da SENTENÇA que determinou a extinção e arquivamento do processo.
SENTENÇA: RELATÓRIO dispensado nos termos do art. 38 da Lei nº. 9. 099/95.
Verifico que a parte autora estava ciente e devidamente intimada da audiência de conciliação porém, não se fez presente e tampouco apresentou justificativa idônea e, portanto, não demonstrando qualquer interesse pela causa.
Desta forma, a presença da parte requerida à audiência de conciliação é irrelevante, sendo que a obrigação principal de comparecimento competia à parte requerente, que não a cumpriu.
Isto posto, JULGO EXTINTO O PROCESSO, nos termos do artigo 51, I, da Lei n°. 9. 099/95, condenando a parte autora ao pagamento de custas e despesas processuais, nos moldes da Lei Estadual n°. 301/90 e Enunciado FONAJE n°. 28.
Após o trânsito em julgado arquive-se os autos.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 23 de janeiro de 2014.
Juíza Maxulene de Sousa Freitas

Proc: 1009866-18. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Aurora Calçados Ltda. (Requerente)
Advogado(s): Waldeneide Araújo Câmara de Mesquita(OAB 2036 RO)
Davyd Macedo de Castro(Requerido)
Aurora Calçados Ltda. (Requerente)
Advogado(s): Waldeneide Araújo Câmara de Mesquita(OAB 2036 RO)
Davyd Macedo de Castro(Requerido)
FINALIDADE: Intimar a parte Requerente, por intermédio de seu advogado constituído, da audiência de conciliação marcada para o dia 06 de Março de 2014 às 10: 30 horas, a ser realizada na CENTRAL DE CONCILIAÇÃO, localizada na Av. Brasília, n. 2468, bairro São Cristóvão. (Em virtude do feriado de carnaval a audiência foi redesignada para esta data).

Proc: 1009869-70. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Aurora Calçados Ltda. (Requerente)
Advogado(s): Waldeneide Araújo Câmara de Mesquita(OAB 2036 RO)
Adelson Fonseca Marques(Requerido)
Aurora Calçados Ltda. (Requerente)
Advogado(s): Waldeneide Araújo Câmara de Mesquita(OAB 2036 RO)
Adelson Fonseca Marques(Requerido)
FINALIDADE: Intimar a parte Requerente, por intermédio de seu advogado constituído, da audiência de conciliação marcada para o dia 06 de Março de 2014 às 10: 30 horas, a ser realizada na CENTRAL DE CONCILIAÇÃO, localizada na Av. Brasília, n. 2468, bairro São Cristóvão. (Em virtude do feriado de carnaval a audiência foi redesignada para esta data).

Proc: 1002437-91. 2013. 8. 22. 0603
Ação: Petição (Juizado Cível)
Maria Eunice Ferreira Andrade(Requerente)
Advogado(s): GEREMIAS CARMO NOVAIS (OAB 5365 RO)
Moveis Gazin Ind. e Com. de Eletrodomésticos Ltda Jatuarana(Requerido)
Advogado(s): OAB: 33389 PR, Julio Cesar Tissiani Bonjorno(OAB 33390 PR)
Maria Eunice Ferreira Andrade(Requerente)
Advogado(s): GEREMIAS CARMO NOVAIS (OAB 5365 RO)
Moveis Gazin Ind. e Com. de Eletrodomésticos Ltda Jatuarana(Requerido)
Advogado(s): OAB: 33389 PR, Julio Cesar Tissiani Bonjorno(OAB 33390 PR)
FINALIDADE: Intimar a parte requerente, por intermédio de seu advogado, para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar impugnação à contestação de movimento 9.
(a) Lucas Filipe Silveira Santana - Técnico Judiciário.

Proc: 1001316-97. 2014. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
ROSÂNGELA DE ASSIS(Autor)
Advogado(s): Regianeide Sousa Jota Gomes(OAB 3607 RO)

Natura Cosméticos S. a(Réu)
ROSÂNGELA DE ASSIS(Autor)
Advogado(s): Regianeide Sousa Jota Gomes(OAB 3607 RO)
Natura Cosméticos S. a(Réu)
FINALIDADE: Intimar a parte Requerente, por intermédio de seu advogado constituído, da audiência de conciliação marcada para o dia 06 de Março de 2014 às 11: 00 horas, a ser realizada na CENTRAL DE CONCILIAÇÃO, localizada na Av. Brasília, n. 2468, bairro São Cristóvão. (Em virtude do feriado de carnaval a audiência foi redesignada para esta data).

Proc: 1009715-52. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Fábio Alexandre Abiorana Lucena(Requerente)
Advogado(s): Fábio Alexandre Abiorana Lucena(OAB 3453 RO)
Banco do Brasil S/A(Requerido)
Advogado(s): Alexandre Leandro da Silva(OAB 4260 RO), Sergio Cardoso Gomes Ferreira Junior(OAB 4407 RO)
Fábio Alexandre Abiorana Lucena(Requerente)
Advogado(s): Fábio Alexandre Abiorana Lucena(OAB 3453 RO)
Banco do Brasil S/A(Requerido)
Advogado(s): Alexandre Leandro da Silva(OAB 4260 RO), Sergio Cardoso Gomes Ferreira Junior(OAB 4407 RO)
FINALIDADE: Intimar ambas as partes, por intermédio de seus advogados constituídos, da SENTENÇA abaixo transcrita, ressaltando que o prazo para eventual recurso é de 10 (dez) dias, e de 15 (quinze) dias para pagamento espotâneo da condenação, sob pena de multa de 10% (dez por cento), de acordo com o art. 475-J do CPC.
SENTENÇA: RELATÓRIO dispensado na forma do art. 38 da Lei N. 9. 099/95.
FÁBIO ALEXANDRE ABIORANA LUCENA move a presente ação em desfavor de BANCO DO BRASIL S/A, por danos morais, alegando que no dia 11. 11. 2013, foi até o banco requerido a fim de realizar um pagamento na boca do caixa, onde retirou sua senha para atendimento. Diz que só foi atendido três horas após chegar na agência do requerido, ocasionando assim constrangimentos passíveis de danos morais e desrespeitando a Lei Municipal n. 1877/2010, que prevê o atendimento nas instituições bancárias de no máximo 20 minutos.
Proposta a conciliação, a mesma restou infrutífera (movimento n. 10).
Oportunizado, o requerido apresentou contestação alegando preliminarmente a falta de interesse de agir. No MÉRITO diz que tudo não passou de mero aborrecimento não passível de dano moral, aduz que na Lei municipal não há DISPOSITIVO falando sobre a indenização por danos morais e pugnou pela improcedência da ação.
A preliminar levantada pela empresa Requerida não merece prosperar. O autor requer a indenização pelos transtornos morais vivenciados dentro da agência da instituição requerida. .
A doutrina mais sábia afirma que o interesse de agir é o somatório de dois fatores: a necessidade e a adequação (ou utilidade). No caso em tela, podemos visualizar ambos os fatores. A necessidade revela-se pelo fato de que o autor não pode ver seu direito reconhecido pela via extrajudicial, precisando demandar em juízo para buscar a reparação do dano que alega ter sofrido. A utilidade vislumbra-se no resultado prático que o autor busca através do processo.
Sendo assim, afasto a preliminar suscitada.
Verifico que o pedido da parte autora é afeto ao Código de Defesa do Consumidor, eis que a relação jurídica havidas entre as partes enquadra-se dentro da prestação de serviços. Vez que não estamos discutindo horário de funcionamento das instituições bancárias e sim forma de atendimento das mesmas.
A Lei Municipal n. 1. 877/2010, trata-se de serviços genéricos de atendimento ao cliente, ou seja, todo e qualquer serviço disponibilizado pelo Banco.
Assim, a prova nos autos faz presumir que realmente a parte autora tenha esperado por tempo exagerado em fila de atendimento, o que demonstra total desrespeito a Lei Municipal 1. 877/2010, o que gera abalo moral em qualquer pessoa mediana.
Referida Lei visa regulamentar o tempo em fila nos estabelecimentos bancários, ante a frequente falta de respeito com cidadãos deste Município que precisam enfrentar horas de filas buscando atendimento bancário.
Conforme narrado pela parte autora, o mesmo aguardou o seu atendimento por mais de três horas, o que por si só já demonstra o desrespeito da instituição com os clientes que necessitam dos serviços bancários.
No direito brasileiro, para a caracterização da responsabilidade civil, é necessária a presença concomitante de três elementos: um ato culposo ou doloso, um dano e o nexo de causalidade entre o dano e a culpa. Insta salientar que o dano moral não necessita ser provado, sendo simplesmente presumido, decorrendo dos fatos em si. O Colendo Superior Tribunal de Justiça, em reiterados julgados, já pacificou o entendimento de que o dano moral independe de prova, havendo necessidade apenas de se demonstrar o fato que o gerou. Neste sentido: Resp. 233076/RJ, que teve como relator o Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira, julgado em 16. 11. 1999 e publicado no DJU em 28. 02. 2000, p. 089.
Configurou-se no caso em análise a existência de ato ilícito, pois o requerido descumpriu Lei Municipal, o que demonstra total desrespeito aos consumidores que residem neste município.
Importante ressaltar que este tipo de demanda tem crescido no âmbito do Poder Judiciário, o que demonstra a desídia das instituições bancárias com seus consumidores.
Mesmo com o lucro extraordinário das instituições financeiras a cada trimestre, verifica-se que este crescimento não indica nenhuma melhora no atendimento dos clientes nas agências bancárias. Neste sentido são os seguintes julgados:
RECURSO INOMINADO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ESPERA DEMASIADA EM FILA DE BANCO. LEI MUNICIPAL. ESPERA DE 03 HORAS PARA ATENDIMENTO. DANO MORAL CONFIGURADO. CARÁTER DISSUASÓRIO DA MEDIDA. QUANTUM INDENIZATÓRIO MINORADO. O tempo de espera na fila de atendimento enfrentado pela Recorrida transcende à esfera dos meros aborrecimentos cotidianos, em razão da evidente atitude desidiosa da instituição Recorrente, que age com descaso e negligência perante o consumidor, o que acarreta abalo subjetivo. Caráter dissuasório da medida. Quantum indenizatório minorado para R$ 1. 500, 00 (um mil e quinhentos reais), a fim de amoldar-se aos parâmetros adotados pelos Tribunais de Justiça em processos análogos. Porto Velho - RO, 28 de fevereiro de 2013. Juíza Euma Mendonça Tourinho Relatora - Recurso Inominado n. 1001703-74. 2012. 8. 22. 0604 - TJRO
AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. FILA DE BANCO. ESPERA EXAGERADA, EXCEDENDO O PERÍODO TOLERÁVEL POR IMPOSIÇÃO DE LEI. DANO MORAL CONFIGURADO. FUNÇÃO DISSUASÓRIA DA

RESPONSABILIDADE CIVIL. SENTENÇA REFORMADA. Os documentos trazidos pela parte recorrente, juntamente com a confirmação dos horários de chegada e saída da instituição financeira, revestem de verossimilhança as alegações feitas pelo autor na apresentação do pedido. O requerente passou mais de 120 minutos aguardando que fosse atendido pelo caixa do banco demandado, o qual apresentou atendimento insuficiente para enfrentar clientela. Sendo manifestamente desidioso o atendimento da Instituição Financeira, em direta afronta à legislação municipal, inegável a ocorrência dos danos morais indenizáveis. Quantum indenizatório que deve ser fixado em R$ 1. 000, 00, pois valor que atenta ao patamar habitualmente utilizado pela Turma em situações análogas. DERAM PROVIMENTO AO RECURSO. (Recurso Cível Nº 71003261146, Primeira Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Leandro Raul Klippel, Julgado em 25/08/2011 - TJRS

A culpa do requerido restou demonstrada nos autos, pois foi sua conduta negligente em deixar de treinar seus prepostos para atendimentos rápidos, ou mesmo aumentar o número de caixas em horários de pico nas suas agências, o que fatalmente contribuiu para que ocorresse o fato alegado na inicial.

O nexo de causalidade entre a dor sofrida pela parte autora e a culpa do requerido é, igualmente, inquestionável, pois com um sistema todo informatizado das agências bancárias, não há justificativa para tamanha demora em atender os clientes. Caso houvesse atendimento hábil, dentro da Lei Municipal, certamente não ocorreria o dano.

Assim, tenho que caracterizada a responsabilidade civil do requerido pelo dano moral experimentado pela parte autora, analisada de acordo com os fatos e documentos apresentados na inicial.

Resta apenas fixar o valor da indenização, que é a tarefa mais árdua em se tratando de indenização por dano moral, uma vez que a um só tempo lidamos com duas grandezas absolutamente distintas, uma imaterial (a dor sofrida) e outra material (o dinheiro).

Compatibilizar estes dois valores dano moral com o valor monetário que, de alguma forma, represente não um pagamento, mas sim um lenitivo, é muito difícil, principalmente em casos desta natureza.

A jurisprudência tem oferecido alguns critérios para quantificar o valor do dano moral, havendo entendimento majoritário no sentido de que se leve em consideração a intensidade da ofensa, a capacidade financeira do ofensor, o tempo e a condição econômica do ofendido, de forma que a reparação não represente a ruína para ao devedor, nem constitua fonte de enriquecimento sem causa para o credor, devendo ser estabelecida criteriosamente.

Assim, considerando os argumentos expostos, os elementos constantes nos autos, a condição econômico-financeira da requerente, a repercussão do ocorrido e, ainda, a culpa do requerido, bem como a capacidade financeira deste, fixo o dano moral em R$ 4. 000, 00 (quatro mil reais), de modo a disciplinar o requerido e, dar satisfação pecuniária ao autor.

DISPOSITIVO

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, formulado por FÁBIO ALEXANDRE ABIORANA LUCENA em desfavor de BANCO DO BRASIL S/A, ambos qualificados nos autos e, em consequência, CONDENO o requerido ao pagamento da importância de R$ 4. 000, 00 (quatro mil reais), a título de danos morais, sobre os quais devem incidir correção monetária e juros legais a partir desta data, pois na fixação do montante, já foi considerado o valor atualizado.

Sem custas e honorários, haja vista que se trata de DECISÃO em primeiro grau de jurisdição, no âmbito dos Juizados Especiais, tudo na forma dos artigos 54 e 55 da Lei 9. 099/1995.

Certificado o trânsito em julgado, a parte devedora deverá efetuar o pagamento do valor da condenação na forma do artigo 475-J do Código de Processo Civil, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito.

Publique-se. Registre-se. Intime-se e cumpra-se.

Porto Velho, 27 de janeiro de 2014.

Juíza Maxulene de Sousa Freitas

Proc: 1001326-44. 2014. 8. 22. 0601
Ação: Petição (Juizado Cível)
Ruy Delvan Ribeiro de Almeida(Requerente)
Advogado(s): José Maria deSouza Rodrigues(OAB 1909 RO)
Safra Leasing S. A, Arrendamento Mercantil(Requerido)
Ruy Delvan Ribeiro de Almeida(Requerente)
Advogado(s): José Maria deSouza Rodrigues(OAB 1909 RO)
Safra Leasing S. A, Arrendamento Mercantil(Requerido)
FINALIDADE: Intimar a parte Requerente, por intermédio de seu advogado constituído, da audiência de conciliação marcada para o dia 06 de Março de 2014 às 12: 00 horas, a ser realizada na CENTRAL DE CONCILIAÇÃO, localizada na Av. Brasília, n. 2468, bairro São Cristóvão. (Em virtude do feriado de carnaval a audiência foi redesignada para esta data).

Proc: 1000125-17. 2014. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Marcelo Soares Santos(Requerente)
Advogado(s): RAMIRO DE SOUZA PINHEIRO(OAB 2037 RO)
Americel S/A (Claro)(Requerido)
Advogado(s): Israel Augusto Alves Freitas da Cunha(OAB 2913 RO)
Marcelo Soares Santos(Requerente)
Advogado(s): RAMIRO DE SOUZA PINHEIRO(OAB 2037 RO)
Americel S/A (Claro)(Requerido)
Advogado(s): Israel Augusto Alves Freitas da Cunha(OAB 2913 RO)
Banco Itau(Litesdenunciado)
Advogado(s): Sergio Cardoso Gomes Ferreira Junior(OAB 4407 RO)
FINALIDADE: Intimar todas as partes, por intermédio de seus advogados constituídos, da audiência de conciliação designada para o dia 13 de março de 2014 às 12: 00 horas, a ser realizada na Central de Conciliação, bem ainda do DESPACHO abaixo trancrito, que, dentre outras determinações, concede prazo para a parte autora se manifestar sobre a petição inserida no movimento 13.

DESPACHO: Defiro o pleito da Requerida Claro S/A e determino a designação de nova audiência de conciliação, tendo em vista que a citação fora realizada no dia anterior ao ato conciliatório.

Quanto ao pedido principal do requerimento inserido no movimento n. 13, deverá a parte autora se manifestar no prazo de 10 dias, sob pena de análise da petição.

As requeridas poderão apresentar seus documentos até a audiência.

Providencie o cartório o necessário para designação da nova audiência, bem como intimação das partes.

Intime-se com urgência a parte autora para se manifestar quanto a petição inserida no movimento 13.
Intime-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 30 de janeiro de 2014.
Juíza Maxulene de Sousa Freitas

Proc: 1001329-96. 2014. 8. 22. 0601
Ação: Petição (Juizado Cível)
Daniel Carlos Eggers(Requerente)
Advogado(s): ALINE SILVA CORRÊA(OAB 4696 RO)
A. A. DIAS LTDA - CD & CIA(Requerido)
Daniel Carlos Eggers(Requerente)
Advogado(s): ALINE SILVA CORRÊA(OAB 4696 RO)
A. A. DIAS LTDA - CD & CIA(Requerido)
FINALIDADE: Intimar a parte Requerente, por intermédio de seu advogado constituído, da audiência de conciliação marcada para o dia 06 de Março de 2014 às 12: 30 horas, a ser realizada na CENTRAL DE CONCILIAÇÃO, localizada na Av. Brasília, n. 2468, bairro São Cristóvão. (Em virtude do feriado de carnaval a audiência foi redesignada para esta data).

Proc: 1009687-84. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Jacson da Silva Sousa(Autor)
Advogado(s): FABIO FEITOSA BERNARDO(OAB 3264 RO)
Banco do Brasil S. A. (Réu)
Advogado(s): GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI(OAB 5546 RO)
Jacson da Silva Sousa(Autor)
Advogado(s): FABIO FEITOSA BERNARDO(OAB 3264 RO)
Banco do Brasil S. A. (Réu)
Advogado(s): GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI(OAB 5546 RO)
FINALIDADE: Intimar ambas as partes, por intermédio de seus advogados constituídos, da SENTENÇA abaixo transcrita que determinou a extinção e arquivamento do processo.
SENTENÇA: RELATÓRIO dispensado nos termos do art. 38 da Lei nº. 9. 099/95.
Verifico que a parte autora estava ciente e devidamente intimada da audiência de conciliação porém, não se fez presente, sendo informado pelo patrono deste que estava em viagem para o interior do estado, não sendo a justificativa idônea e, portanto, não demonstrando qualquer interesse pela causa.
Desta forma, a presença da parte requerida à audiência de conciliação é irrelevante, sendo que a obrigação principal de comparecimento competia à parte requerente, que não a cumpriu.
Isto posto, JULGO EXTINTO O PROCESSO, nos termos do artigo 51, I, da Lei n°. 9. 099/95, condenando a parte autora ao pagamento de custas e despesas processuais, nos moldes da Lei Estadual n°. 301/90 e Enunciado FONAJE n°. 28.
Após o trânsito em julgado arquive-se os autos.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.
Porto Velho, 22 de janeiro de 2014.
Juíza Maxulene de Sousa Freitas

Proc: 1001332-51. 2014. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Giselle Bezerra de Melo(Autor)
Advogado(s): franciele inácio oliveira(OAB 5872 RO)
Centro de Ensino São Lucas Ltda(Réu)
Giselle Bezerra de Melo(Autor)
Advogado(s): franciele inácio oliveira(OAB 5872 RO)
Centro de Ensino São Lucas Ltda(Réu)
FINALIDADE: Intimar a parte Requerente, por intermédio de seu advogado constituído, da audiência de conciliação marcada para o dia 06 de Março de 2014 às 16: 30 horas, a ser realizada na CENTRAL DE CONCILIAÇÃO, localizada na Av. Brasília, n. 2468, bairro São Cristóvão. (Em virtude do feriado de carnaval a audiência foi redesignada para esta data).

Proc: 1000036-91. 2014. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Delmira Cucato Luiz(Autor)
Advogado(s): JHONATAS EMMANUEL PINI(OAB 4265 RO)
Banco Bradesco S A(Réu)
Delmira Cucato Luiz(Autor)
Advogado(s): JHONATAS EMMANUEL PINI(OAB 4265 RO)
Banco Bradesco S A(Réu)
FINALIDADE: Intimar a parte Requerente, por intermédio de seu advogado constituído, da audiência de Conciliação redesignada para o dia 11 de março de 2014 às 09: 00, que será realizada na Central de Conciliação, localizada a Av. Brasília, 2468 - São Cristóvão. (Em virtude do feriado de carnaval a audiência foi redesignada para esta data).

3ª Vara do Juizado Especial Cível da Capital
Juiz de Direito: Acir Teixeira Grécia
Diretor de Cartório - Escrivão: Evaldo da Costa Farias
Sugestões ou reclamações, façam-nas pessoalmente ou via internet: pvh3jespcivel@tjro. jus. br

Proc: 1002434-39. 2013. 8. 22. 0603
Ação: Petição (Juizado Cível)
Maria José Soares da Silva(Requerente)
Advogado(s): Eline Marcelo da Silva Santos(OAB 2851 RO)
W. M. Luna Me(Requerido)
Advogado(s): Edmar da Silva Santos(OAB 1069 RO), JOANNES PAULUS DE LIMA SANTOS(OAB 4244 RO)
Maria José Soares da Silva(Requerente)
Advogado(s): Eline Marcelo da Silva Santos(OAB 2851 RO)
W. M. Luna Me(Requerido)
Advogado(s): Edmar da Silva Santos(OAB 1069 RO), JOANNES PAULUS DE LIMA SANTOS(OAB 4244 RO)
FINALIDADE: Intimar a parte autora, por intermédio de sua advogada constituída, para no prazo de 10 dias, querendo, impugnar a contestação de movimento n. 9.
Porto Velho, 03/02/2014.
(a)Evaldo da Costa Farias. Diretor de Cartório.

Proc: 1001442-50. 2014. 8. 22. 0601
Ação: Petição (Juizado Cível)
Dorothea Machado Botelho(Adjudicante)
Advogado(s): FRANCISCO ANASTÁCIO ARAÚJO MEDEIROS(OAB 1081 RO)
Centrais Eletricas de Rondonia S A - CERON(Adjudicado)
Dorothea Machado Botelho(Requerente)
Advogado(s): FRANCISCO ANASTÁCIO ARAÚJO MEDEIROS(OAB 1081 RO)
Centrais Eletricas de Rondonia S A - CERON(Requerida)
FINALIDADE: Intimar a parte autora, por intermédio de seu advogado constituído, acerca do DESPACHO abaixo transcrito.

DESPACHO: VISTOS, ETC. . .
Intime-se a parte autora para a juntada do compravante de negativação atualizado, no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento.
Cumpra-se.
Porto Velho, 31 de janeiro de 2014.
(a)Maxulene de Sousa Freitas. Juíza de Direito.

Proc: 1000066-91. 2012. 8. 22. 0603
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
João Batista Neves Costa(Requerente)
Advogado(s): Itagiba Castilhos Simões Pires(OAB 4291 RO)
BANCO DO BRASIL S/A(Requerido)
Advogado(s): João Diego Raphael Cursino Bomfim(OAB 3669 RO), DIOGO MORAIS DA SILVA(OAB 3830 RO), REYNALDO AUGUSTO RIBEIRO AMARAL(OAB 4507 RO), GUSTAVO NOBREGA DA SILVA(OAB 5235 RO), GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI(OAB 5546 RO), OAB: 8123 PR
João Batista Neves Costa(Requerente)
Advogado(s): Itagiba Castilhos Simões Pires(OAB 4291 RO)
BANCO DO BRASIL S/A(Requerido)
Advogado(s): João Diego Raphael Cursino Bomfim(OAB 3669 RO), DIOGO MORAIS DA SILVA(OAB 3830 RO), REYNALDO AUGUSTO RIBEIRO AMARAL(OAB 4507 RO), GUSTAVO NOBREGA DA SILVA(OAB 5235 RO), GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI(OAB 5546 RO), OAB: 8123 PR
FINALIDADE: Intimar a parte requerida por intermédio de seus
advogados constituídos, para, no prazo de 15 (quinze) dias, oferecer embargos ao bloqueio judicial no valor de R$ 1. 702, 47 (Um mil, setecentos e dois reais e quarenta e sete centavos), sob pena de prosseguimento do feito

Proc: 1001404-38. 2014. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Maria do Socorro Queiroz Lima(Autor)
Advogado(s): ANTONIO PEREIRA DA SILVA(OAB 802 RO)
JOCILEIDE GUEDES GUARIBANO (Requerido)
Maria do Socorro Queiroz Lima(Autor)
Advogado(s): ANTONIO PEREIRA DA SILVA(OAB 802 RO)
JOCILEIDE GUEDES GUARIBANO (Requerido)
FINALIDADE: Intimar a parte Requerente, por intermédio de seu advogado constituído, da audiência de Conciliação redesignada para o dia 10 de março de 2014 às 09: 00, que será realizada na Central de Conciliação, localizada a Av. Brasília, 2468 - São Cristóvão. (Em virtude do feriado de carnaval a audiência foi redesignada para esta data).

Proc: 1001351-57. 2014. 8. 22. 0601
Ação: Petição (Juizado Cível)
Mauricio Silva da Costa(Requerente)
Advogado(s): Adriana Desmaret Spinet(OAB 4293 RO)
Panasonic do Brasil(Requerido), Bemol Benchimol Irmão & Cia Ltda(Requerido)
Mauricio Silva da Costa(Requerente)
Advogado(s): Adriana Desmaret Spinet(OAB 4293 RO)
Panasonic do Brasil(Requerido), Bemol Benchimol Irmão & Cia Ltda(Requerido)
FINALIDADE: Intimar a parte Requerente, por intermédio de seu advogado constituído, da audiência de conciliação marcada para o dia 10 de Março de 2014 às 08: 00 horas, a ser realizada na CENTRAL DE CONCILIAÇÃO, localizada na Av. Brasília, n. 2468, bairro São Cristóvão. (Em virtude do feriado de carnaval a audiência foi redesignada para esta data).

Proc: 1000131-24. 2014. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Daynne Francyelle de Godoi Pereira(Requerente)
Advogado(s): DAYNNE FRANCYELLE DE GODOI PEREIRA(OAB 5759 RO)
Bradesco Auto Re Companha de Seguros(Requerido)
Advogado(s): Mauro Paulo Galera Mari(OAB 4937 RO)
Daynne Francyelle de Godoi Pereira(Requerente)
Advogado(s): DAYNNE FRANCYELLE DE GODOI PEREIRA(OAB 5759 RO)
Bradesco Auto Re Companha de Seguros(Requerido)
Advogado(s): Mauro Paulo Galera Mari(OAB 4937 RO)
FINALIDADE: Intimar as partes, por intermédio de seus advogados constituídos, da audiência de Conciliação redesignada para o dia 10 de março de 2014 às 09: 00, que será realizada na Central de Conciliação, localizada a Av. Brasília, 2468 - São Cristóvão. (Em virtude do feriado de carnaval a audiência foi redesignada para esta data).

Proc: 1001357-64. 2014. 8. 22. 0601
Ação: Petição (Juizado Cível)
Ailton Santos Florencio(Autor)
Advogado(s): GEOVANNI DA SILVA NUNES(OAB 2421 RO)
Banco Itau S/A(Réu)
Ailton Santos Florencio(Autor)
Advogado(s): GEOVANNI DA SILVA NUNES(OAB 2421 RO)
Banco Itau S/A(Réu)
FINALIDADE: Intimar a parte Requerente, por intermédio de seu advogado constituído, da audiência de conciliação marcada para o dia 10 de Março de 2014 às 08: 00 horas, a ser realizada na CENTRAL DE CONCILIAÇÃO, localizada na Av. Brasília, n. 2468, bairro São Cristóvão. (Em virtude do feriado de carnaval a audiência foi redesignada para esta data).

1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública

Proc.: 0005651-70. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário(Juizado Faz. Pública)
Requerente: Moises Alves dos Santos
Advogado: Mara Dayane de Araújo Almada (OAB/RO 4552), Adriana de Kassia Ribeiro Pimenta (OAB/RO 4708)
Requerido: Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, Estado de Rondônia
Advogado: Celso Ceccatto (OAB/RO 111)
DECISÃO:
Tendo em vista que não houve tempo hábil para intimação das testemunhas arroladas pela parte requerida, redesigno a audiência de conciliação instrução e julgamento para o dia 25 de março de 2014 as 09: 00 horas. Intimação das testemunhas arroladas às fls. 62/63 por mandado. Intimação das partes por D. J. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0017493-47. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário(Juizado Faz. Pública)
Requerente: Rosário Magdalena Rosales Rocha
Advogado: Natanael Nelito Rodrigues Pinto (OAB/RO 5770)
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Maria Rejane Sampaio dos Santos (OAB/RO 638)

SENTENÇA:
VISTOS. . . RELATÓRIO dispensado na forma da lei. DECIDOAlega a parte requerente que prestou concurso público para provimento de cargo em nível superior na área médica (clínico geral), realizado pelo Estado de Rondônia, regido pelo edital 179/GDRH/SEAD em 04 de maio de 2010. Segundo a parte requerente resultou aprovada para o cargo ao qual prestou o referido certame, sendo que o resultado final foi homologado em 02 de julho de 2010, conforme edital 249/GDRH/SEAD. Reclama a autora que o ato de convocação da nomeação e se deu em 15 de maio de 2012, isto é 2 (dois) anos após a homologação do resultado final e somente foi publicado no Diário Oficial do Estado o que obviamente resultou na não cientificação da requerente. Pois bem. Resta comprovado nos autos que a parte requerente prestou concurso público para o cargo de médico clínico geral, o qual foi classificada em 34ª colocação (fls. 13/14). Também consta dos autos que a parte requerente foi convocada para tomar posse no cargo ao qual foi aprovada, todavia tal ato foi publicado tão somente no Diário Oficial do Estado (fls. 11/12). O princípio constitucional da publicidade, insculpido no art. 37, caput, da Constituição Federal, impõe a Administração Pública conferir aos seus atos a mais ampla divulgação possível, principalmente quando os administrados forem individualmente afetados pela prática do ato, a propósito este entendimento tem prevalecido no Colendo Superior Tribunal de Justiça, conforme julgados a seguir transcritos: RECURSO ORDINÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. CONCURSOPÚBLICO. PROCURADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS. NOMEAÇÃO APÓS MAIS DETRÊS ANOS DA DATA DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO. EFETIVAÇÃO DO ATOSOMENTE MEDIANTE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL. PRINCÍPIOS DAPUBLICIDADE E DA RAZOABILIDADE. NÃO OBSERVÂNCIA. 1. Muito embora não houvesse previsão expressa no edital do certame de intimação pessoal do candidato acerca de sua nomeação, em observância aos princípios constitucionais da publicidade e da razoabilidade, a Administração Pública deveria, mormente em face do longo lapso temporal decorrido entre homologação do concurso e a nomeação do recorrente (mais de 3 anos), comunicar pessoalmente o candidato sobre a sua nomeação, para que pudesse exercer, se fosse de seu interesse, seu direito à posse. 2. De acordo com o princípio constitucional da publicidade, insculpido no art. 37, caput, da Constituição Federal, é dever da Administração conferir aos seus atos a mais ampla divulgação possível, principalmente quando os administrados forem individualmente afetados pela prática do ato. 3. Não se afigura razoável exigir que o candidato aprovado em concurso público leia diariamente, ao longo de 4 anos (prazo de validade do concurso), o Diário Oficial para verificar se sua nomeação foi efetivada. 4. Recurso ordinário provido. (STJ - RMS: 21554 MG 2006/0040092-1, Relator: Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Data de Julgamento: 04/05/2010, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 02/08/2010). AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ORDINÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. CONVOCAÇÃO MEDIANTE PUBLICAÇÃO NO DIÁRIO OFICIAL. PRINCÍPIOS DA PUBLICIDADE E DA RAZOABILIDADE. NÃO OBSERVÂNCIA. PRECEDENTES. 1. Muito embora não houvesse previsão expressa no edital do certame de intimação pessoal do candidato acerca da sua convocação, em observância aos princípios constitucionais da publicidade e da razoabilidade, a Administração Pública deveria convocar pessoalmente o candidato, para que pudesse exercer, se fosse de seu interesse, seu direito à nomeação e posse. 2. De acordo com o princípio constitucional da publicidade, insculpido no art. 37, caput, da Constituição Federal, é dever da Administração conferir aos seus atos a mais ampla divulgação possível, principalmente quando os administrados forem individualmente afetados pela prática do ato. Precedentes. 3. Agravo regimental improvido. (STJ - AgRg no RMS: 23467 PR 2007/0003730-0, Relator: Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Data de Julgamento: 15/03/2011, T6 - SEXTA TURMA, Data de Publicação: DJe 25/03/2011). Apenas para ilustrar o concurso em questão teve seu resultado final homologado em 04 de maio de 2010 e a convocação da parte requerente se deu em 15 de maio de 2012, portanto, ainda que não contenha disposição expressa no edital do certame de intimação pessoal da nomeação e posse do candidato aprovado, não se mostra razoável exigir que este, ao longo do prazo de validade do concurso, leia todos os dias o Diário Oficial para verificar se houve a sua convocação. Firme nestas considerações acolho o pedido inicial. DISPOSITIVO. Posto isto, julgo PROCEDENTE o pedido inicial que ROSÁRIO MAGDALENA ROSALES ROCHA PEPELASCOV fez na AÇÃO que propôs em face do ESTADO DE RONDÔNIA para condenar a parte requerida a restabelecer o ato de nomeação da parte requerente, de modo a lhe oportunizar novo e integral prazo para realização e entrega dos exames médicos exigidos para a posse ao cargo que foi devidamente aprovada. Deverá ainda o ESTADO DE RONDÔNIA proceder a lotação da requerente de acordo com a sua classificação final do certame. O ESTADO DE RONDÔNIA terá o prazo de 15 (quinze) dias para cumprimento desta SENTENÇA. DECLARO RESOLVIDO o MÉRITO (CPC 269, I). Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 55, caput, da Lei 9. 099/95 e artigo 27, da Lei 12. 153/09. Publicação e registro com o lançamento no SAP. Intimação das partes pelo DJ. Agende-se decurso de prazo recursal e com o trânsito em julgado, arquivem-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0004368-55. 2013. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento Sumário(Juizado Faz. Pública)
Requerente: Maria Dinalva Ferreira Silva
Advogado: Silvana Félix da Silva Sena (OAB/RO 4169), Érica de Nazaré Sousa Costa Silva (OAB/RO 3858), José Costa dos Santos (OAB/RO 4626)
Requerido: Município de Itapuã do Oeste - RO
Advogado: Ademir Dias dos Santos (RO 3774)
SENTENÇA:
VISTOSetc. . . RELATÓRIO dispensado na forma da lei. DECIDO. Cuida a espécie de ação com pedido de natureza declaratória embasada no artigo 174, do Código Tributário Nacional. A autora informa que é proprietária do imóvel residencial urbano localizado na Av. Ayrton Senna nº 1425, Bairro Centro, Lote 623, Matrícula 001. 001. 0041. 0006 Itapuã do Oeste - RO. Requer a declaração da prescrição quinquenal dos IPTUs do imóvel acima mencionado referente aos exercícios de 2001 a 2008. O artigo 174, caput, do Código Tributário Nacional, dispõe que ?a ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva?. A parte requerida não provou a existência de causa de interrupção do prazo prescricional (artigo 174, parágrafo único, I, II, III e IV, do

CTN). Portanto é de rigor o reconhecimento da prescrição dos IPTUs IPVA referente ao exercício de 2001 a 2008 do imóvel residencial urbano localizado na Av. Ayrton Senna nº 1425, Bairro Centro, Lote 623, Matrícula 001. 001. 0041. 0006 Itapuã do Oeste - RO. DISPOSITIVO. Posto isto, julgo PROCEDENTE o pedido inicial que MARIA DINALVA FERREIRA SILVA fez na AÇÃO que propôs em face do MUNICÍPIO DE ITAPUÃ DO OESTE para reconhecer a prescrição e por consequência a extinção do crédito tributário referente aos IPTUs dos exercícios de exercícios de 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008, do imóvel residencial urbano localizado na Av. Ayrton Senna nº 1425, Bairro Centro, Lote 623, Matrícula 001. 001. 0041. 0006 Itapuã do Oeste RO. Determino que a parte requerida proceda à baixa do registro do crédito fiscal cuja prescrição foi reconhecida, no prazo de 10 (dez) dias. DECLARO RESOLVIDO o MÉRITO (CPC 269, I). Sem custas processuais e honorários advocatícios, nos termos do artigo 27 da Lei 12. 153/09 e artigo 55, caput, da Lei 9. 099/95. Publicação e registro com o lançamento no SAP. Intimação pelo diário da justiça. Agende-se decurso de prazo recursal e com o transito em julgado, arquivem-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Larissa Pinho de Alencar Lima Juíza de Direito

Proc.: 0000790-50. 2014. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento Sumário(Juizado Faz. Pública)
Requerente: Alencar Pedralli da Silva, Eder Lopes de Carvalho, Ivo da Silva Bulhões, Thiago Ribeiro Belisario, Marcos Antônio de Aguiar
Advogado: Lenine Apolinario de Alencar (RO 2219), LENINE APOLINARIO DE ALENCAR (OAB 2219)
Requerido: Estado de Rondônia
DESPACHO:
Analisando os autos, verifico que o(a) advogado(a) deixou de juntar a petição inicial a procuração original ou cópia devidamente autenticada, que demostra a regularidade processual. Assim, verificada a irregularidade de representação da parte requerente, suspendo o processo, fixo prazo de 10 (dez) para cumprir a emenda (CPC 284), sob pena de indeferimento da petição inicial (CPC 267, I). Intime-se pelo diário da justiça e agende-se decurso de prazo. Ao final do prazo, com ou sem petição retornem conclusos. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Acir Teixeira Grécia Juiz de Direito

Proc.: 0000791-35. 2014. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento Sumário(Juizado Faz. Pública)
Requerente: Carlos Cézar Lopes Nunes, Edilson da Silva Nunes, Fagner Custódio da Silva, Maria Izabel Cordeiro, Rodrigo Izuro Fujihara, Ronivon Francisco de Jesus, Sandro da Silva Santos, Sidcleia Mafra de Souza, Sidney Gomes de Souza, Uelington Barbosa Miranda
Advogado: Lenine Apolinario de Alencar (RO 2219)
Requerido: Estado de Rondônia
DESPACHO:
Analisando os autos, verifico que o(a) advogado(a) deixou de juntar a petição inicial a procuração original ou cópia devidamente autenticada, que demostra a regularidade processual. Assim, verificada a irregularidade de representação da parte requerente, suspendo o processo, fixo prazo de 10 (dez) para cumprir a emenda (CPC 284), sob pena de indeferimento da petição inicial (CPC 267, I). Intime-se pelo diário da justiça e agende-se decurso de prazo. Ao final do prazo, com ou sem petição retornem conclusos. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Acir Teixeira Grécia Juiz de Direito

Proc.: 0006121-81. 2012. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento Ordinário (Juizado Faz. Pública)
Requerente: Danilo Cabral de Paula, Denis Patricio Neves da Conceição, Emerson Pereira do Carmo, Gilberto dos Santos Campos
Advogado: Albino Melo Souza Júnior (OAB/RO 4464), Jackson Chediak (OAB/RO 5000), Soráia Silva de Sousa (OAB/RO 5169), Jackson Chediak (OAB/RO 5000), Albino Melo Souza Júnior (OAB/RO 4464)
Requerido: Estado de Rondônia, Presidente da Comissão Permanente de Processo Seletivo de Discente
DECISÃO:
VISTOS. . . Danilo Cabral de Paula, Denis Patrício Neves da Conceição, Emerson Pereira do Carmo e Gilberto dos Santos Campos, propuseram a presente ação alegando que são policiais militares e que prestaram concurso público para Formação de Oficiais da Policia Militar CFO/PM, Edital 024/2010. Reclamam que quando da realização do exame psicológico foram respectivamente considerados inaptos e impossibilitados de prosseguir na próxima etapa do certame, qual seja, a do exame médico. Segundo os requerentes, o exame psicotécnico foi realizado com base científica revogada, isto é, se arrimou nas resoluções de n. º 001/2002 e 25/2001 do Conselho Federal de Psicologia, instrumentos estes que não estão mais em vigência. Requer os autores (fls. 333/334) a concessão de tutela antecipada para o fim de determinar a parte requerida lhes submetam a uma nova avaliação psicológica e possibilite o prosseguimento nas demais etapas subsequentes. DECIDO. Antes de adentrar ao MÉRITO da medida, deve uma questão processual ser corrigida. É que a parte requerente propôs a presente ação em face do Estado de Rondônia, bem como da Universidade Federal de Rondônia - UNIR. Vários feitos semelhantes a estes foram ajuizados na Justiça Federal contra o Estado de Rondônia e a Universidade Federal de Rondônia UNIR. Todavia, lá se consignou que a UNIR atua como mera executora do certame, sob delegação, sendo, portanto, ilegítima para figurar no polo passivo da ação. Por ser assim, não permanecendo na relação processual qualquer das entidades arroladas no art. 109, I, da Constituição Federal, compete a este Juízo o processamento e julgamento da demanda. Sobre o assunto, confiram-se os seguintes julgados: PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. AGENTE DE POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL. PROVA ELABORADA E APLICADA PELO CESPE. DELEGAÇÃO DE PODER PELO DISTRITO FEDERAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DISTRITAL. PRECEDENTES DO STJ E TJDFT. 1. A impetração de mandado de segurança é dirigida à autoridade que detém competência para modificar o ato impugnado ou restabelecer a situação jurídica modificada por ato ilegal ou abusivo de autoridade. 2. Se o órgão que está promovendo a seleção atua por delegação de órgão do Distrito Federal, cabe ao Poder Judiciário daquele ente estatal a competência para a solução da lide em conformidade com posicionamentos do Colendo Superior Tribunal de Justiça. 3. SENTENÇA anulada. Remessa dos autos para a Justiça do Distrito Federal e Territórios. 4. Para preservar a possibilidade jurídica do pedido, deve ser reservada a vaga reclamada

pelo impetrante, até que seja o feito examinado pelo juízo competente. 5. Apelação do Ministério Público Federal parcialmente provida. 6. Apelação da Fundação Universidade de Brasília prejudicada. (TRF1, Processo: AMS 25 DF 1999. 34. 00. 000025-8, Relatora: DESEMBARGADORA FEDERAL SELENE MARIA DE ALMEIDA, Julgamento: 10/05/2004, Órgão Julgador: QUINTA TURMA, Publicação: 31/05/2004 DJ p. 75). ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA PELA AGÊNCIA GOIANA DE NEGÒCIOS PÚBLICOS. ILEGITIMIDADE DO CENTRO DE SELEÇÂO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL. 1. Agindo o Centro de Seleções da Universidade Federal de Goiás como mero executor, sob delegação da Agência Goiana de Negócios Públicos - AGANP, órgão estadual, é parte passiva ilegítima no mandado de segurança. Precedente deste Tribunal. 2. Não permanecendo na relação processual qualquer das entidades arroladas no art. 109, I, da Constituição Federal, a Justiça Federal é incompetente para a resolução do MÉRITO. 3. Apelação parcialmente provida para anular a SENTENÇA quanto à resolução do MÉRITO, por incompetência absoluta da Justiça Federal, devendo o processo ser encaminhado para Justiça Estadual. Recurso adesivo prejudicado. (TRF1, Processo: AMS 4417 GO 2004. 35. 00. 004417-7, Relator: DESEMBARGADOR FEDERAL JOÃO BATISTA MOREIRA, Julgamento: 16/08/2006, Órgão Julgador: QUINTA TURMA, Publicação: 11/09/2006 DJ p. 152). Desta feita, a inicial deve ser indeferida quanto à Universidade Federal de Rondônia UNIR, já que é parte ilegítima. Quanto ao pleito de tutela antecipada, assiste razão aos requerentes. O exame psicotécnico foi realizado neste certame com base cientifica já revogada, isto é as resoluções n. º 01/2002 e n. º 25/2001 do Conselho Federal de Psicologia. O Edital n. º 024/2010, no mesmo Anexo III consignou que a avaliação psicológica obedecerá aos parâmetros das Resoluções do Conselho Federal de Psicologia n. º 001/2002 e n. º 25/2001, as quais dão forma objetiva aos critérios dos testes e avaliações psicológicas, vejamos: 5. A Avaliação Psicológica consistirá na aplicação e na avaliação de testes psicológicos, de acordo com as Resoluções do Conselho Federal de Psicologia n. 001/2002 e n. 25/2001, visando analisar a adequação do candidato ao perfil profissiográfico do cargo, identificando a capacidade de concentração e atenção, raciocínio, controle emocional, capacidade de memória e características de personalidade. A Resolução CFP n. º 002/2003 que revogou a Resolução CFP n. º 025/2001, define e regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos. Portanto os requerentes foram submetidos a exame psicológico realizado com base científica calcada em parâmetros ultrapassados, já revogados. Desta forma, conclui-se pela necessidade de se determinar a aplicação de uma nova avaliação psicológica com o fim de avaliar os requerentes nos termos da Resolução em vigência, isto é a de n. º 002/2003 CFP, que é a base cientifica atual. Presente a prova inequívoca e as alegações verossimilhantes do direito invocado, assim como o perigo de dano irreparável ou de difícil reparação, já que ao final do processo provavelmente o certame estará concluído. No mais a medida é reversível e em sendo provado o contrário poderá o juízo revê-la. DISPOSITIVO. Posto isto, indefiro a inicial em relação à UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA UNIR, ante a sua manifesta ilegitimidade para figurar no polo passivo da demanda, nos termos dos artigos 267, I, c/c art. 295, II, do CPC e no MÉRITO antecipo a tutela para determinar ao ESTADO DE RONDÔNIA que assegure o retorno de DANILO CABRAL DE PAULA, DENIS PATRÍCIO NEVES DA CONCEIÇÃO, EMERSON PEREIRA DO CARMO E GILBERTO DOS SANTOS CAMPOS no Processo Seletivo 2. 011, Curso de Bacharel em Segurança Pública CFO/PM, regido pelo Edital 024/2010 e submeta os mesmos a nova convocação para avaliação psicológica, segundo os termos das Resoluções CFP n. º 002/2003 e 006/2004 e em sendo considerados aptos, sejam convocados para as posteriores etapas obedecendo criteriosamente à ordem de classificação, até o julgamento final desta demanda. Cite-se com prazo de defesa de 30 (trinta) dias, ficando ciente de que se desejar a produção de provas deverá apresentar na peça defensiva tal requerimento com todas as informações necessárias quais sejam: 1- Testemunhal: nomes e endereços; 2- Pericial: nome, telefone e e-mail de eventual assistente técnico, além dos quesitos; 3- Exibição de documento ou fornecimento de informações: identificação do documento, descrição de seu conteúdo, bom como onde e com quem está depositado, sob pena de perda do direito de produzir tais provas. Quanto a produção de provas o mesmo vale para a parte requerente, no entanto, com o prazo de 10 (dez) dias, para manifestação. Intime-se a parte requerente pelo DJ. Cite-se e intime-se a parte requerida por mandado. Agende-se decurso de prazo e após volte-me conclusos os autos. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Acir Teixeira Grécia Juiz de Direito

Proc.: 0000782-73. 2014. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento Sumário(Juizado Faz. Pública)
Requerente: Andréia Costa Steele de Góes
Advogado: Érica Caroline Ferreira Vairich (OAB/RO 3893), Raul Ribeiro da Fonseca Filho (OAB/RO 555), Vinícius de Assis (OAB/RO 1470)
Requerido: Estado de Rondônia
DECISÃO:
VISTOS. . . A parte requerente ingressou com a presente ação contra a parte requerida alegando que é servidora pública e que exerce sua função em condições insalubres, acima dos limites toleráveis pela lei. Assim, pleiteia a título de antecipação de tutela que a parte requerida inclua a rubrica do adicional de insalubridade de 40% (quarenta por cento) aos seus respectivos vencimentos. DECIDO. A Lei 12. 153/2009 prevê em seu art. 3º a possibilidade de concessão de providências cautelares e antecipatórias no curso do processo, para evitar dano de difícil ou de incerta reparação. Logo, a possibilidade de antecipação de tutela contra o poder público é indiscutível. No entanto, ainda que alegue a parte autora a verossimilhança de seu direito, é correto afirmar que, em se tratando de verba salarial, é prudente que a parte contrária seja ouvida. O pedido liminar vertente implica em antecipação do MÉRITO em si, sendo prudente que primeiro haja o contraditório e a ampla defesa. Além do mais, em que se questiona verba salarial, é inadmissível a concessão de tutela antecipada contra Fazenda Pública. Isso porque, nos termos do art. 1º da Lei 9. 494/97, cumulado com o art. 1º, § 3º, da Lei n. 8. 437/92 e art. 7º, § 2º da Lei 12. 016/09, é vedada a antecipação nas demandas que versem sobre aumento ou extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza aos servidores públicos. Logo, considerando a vedação legal e não preenchidos os requisitos descritos no art. 273, inciso I, do Código de Processo Civil, INDEFIRO a antecipação da tutela requerida. Cite-se com prazo de defesa de 30 (trinta) dias, ficando ciente de que se desejar a produção de provas deverá apresentar na peça defensiva tal requerimento com todas

as informações necessárias quais sejam: 1- Testemunhal: nomes e endereços; 2- Pericial: nome, telefone e e-mail de eventual assistente técnico, além dos quesitos; 3- Exibição de documento ou fornecimento de informações: identificação do documento, descrição de seu conteúdo, bom como onde e com quem está depositado, sob pena de perda do direito de produzir tais provas. Quanto a produção de provas o mesmo vale para a parte requerente, no entanto, com o prazo de 10 (dez) dias, para manifestação. Intime-se a parte requerente pelo DJ. Cite-se e intime-se a parte requerida por mandado. Agende-se decurso de prazo e após volte-me conclusos os autos. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Acir Teixeira Grécia Juiz de Direito

Proc.: 0000792-20. 2014. 8. 22. 0601
Ação: Procedimento Sumário(Juizado Faz. Pública)
Requerente: Agostinho Ildefonso de Oliveira Cintra, Bruno Renato Somariva Manduca da Silva, Ediran Amaral Dias, Ivan Cordeiro, Marcio Dassi Negri, Pedro Henrique Mendes Bezerra dos Santos, Queicianne Paniago Coleta
Advogado: Lenine Apolinario de Alencar (RO 2219)
Requerido: Estado de Rondônia
DECISÃO:
VISTOS. . . Os requerentes propuseram a presente ação pretendendo a título de antecipação de tutela seja determinado a parte requerida que se abstenha de operar a retenção do imposto de renda sobre as parcelas recebidas a título de terço constitucional de férias, uma vez que tal verba é de caráter indenizatório. DECIDO. Com razão os requerentes, pois o terço constitucional de férias é uma verba indenizatória, não podendo, portanto incidir imposto de renda e nem contribuição previdenciária. A propósito este é o atual entendimento do Pretório Excelso, senão vejamos: Agravo regimental em recurso extraordinário. 2. Prequestionamento. Ocorrência. 3. Servidores públicos federais. Incidência de contribuição previdenciária. Férias e horas extras. Verbas indenizatórias. Impossibilidade. 4. Agravo regimental a que se nega provimento. (RE 545317 AgR, Relator(a): Min. GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 19/02/2008, DJe-047 DIVULG 13-03-2008 PUBLIC 14-03-2008 EMENT VOL-02311-06 PP-01068 LEXSTF v. 30, n. 355, 2008, p. 306-311). No mesmo sentido é o Colendo Superior Tribunal de Justiça: TRIBUTÁRIO E PREVIDENCIÁRIO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DAS TURMAS RECURSAIS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS - CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS - NATUREZA JURÍDICA - NÃO-INCIDÊNCIA DA CONTRIBUIÇÃO - ADEQUAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DO STJ AO ENTENDIMENTO FIRMADO NO PRETÓRIO EXCELSO. 1. A Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais firmou entendimento, com base em precedentes do Pretório Excelso, de que não incide contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. 2. A Primeira Seção do STJ considera legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o terço constitucional de férias. 3. Realinhamento da jurisprudência do STJ à posição sedimentada no Pretório Excelso de que a contribuição previdenciária não incide sobre o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória e que não se incorpora à remuneração do servidor para fins de aposentadoria. 4. Incidente de uniformização acolhido, para manter o entendimento da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, nos termos acima explicitados. (Pet 7296/PE, Rel. Ministra ELIANA CALMON, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe 10/11/2009). E ainda: TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. TERÇO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS. NÃO INCIDÊNCIA. PRECEDENTES DO STJ E DO STF. ALEGADA OFENSA À CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO (CF, ART. 97). NÃO OCORRÊNCIA. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. “A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, na linha de orientação adotada pelo Supremo Tribunal Federal, revendo seu posicionamento, firmou compreensão segundo a qual não incide contribuição previdenciária sobre ‘o terço constitucional de férias, verba que detém natureza indenizatória por não se incorporar à remuneração do servidor para fins de aposentadoria’ (Pet 7. 296/PE, Rel. Min. ELIANA CALMON, DJe 10/11/09)” (AgRg na Pet 7. 207/PE, de minha relatoria, DJe 15/9/10) 2. Não caracteriza ofensa à reserva de plenário a interpretação dispensada por órgão fracionário de Tribunal a DISPOSITIVO de lei que, mediante legítimo processo hermenêutico, tem sua incidência limitada. 3. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 223988/PE, Rel. Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 02/05/2013, DJe 09/05/2013). Portanto, deve a requerida se abster de operar a retenção do imposto de renda das parcelas recebidas a título de terço constitucional de férias, já que a verba é de caráter indenizatório. DISPOSITIVO. Posto isto, presentes os requisitos exigidos pelo artigo 273, do CPC, DEFIRO liminarmente a antecipação de tutela pleiteada e determino que a parte requerida se abstenha de descontar imposto de renda sobre a verba denominada terço constitucional de férias eventualmente concedida aos requerentes, até o julgamento final desta demanda. Cite-se com prazo de defesa de 30 (trinta) dias, ficando ciente de que se desejar a produção de provas deverá apresentar na peça defensiva tal requerimento com todas as informações necessárias quais sejam: 1- Testemunhal: nomes e endereços; 2- Pericial: nome, telefone e e-mail de eventual assistente técnico, além dos quesitos; 3- Exibição de documento ou fornecimento de informações: identificação do documento, descrição de seu conteúdo, bom como onde e com quem está depositado, sob pena de perda do direito de produzir tais provas. Quanto a produção de provas o mesmo vale para a parte requerente, no entanto, com o prazo de 10 (dez) dias, para manifestação. Intime-se a parte requerente pelo DJ. Cite-se e intime-se a parte requerida por mandado. Agende-se decurso de prazo e após volte-me conclusos os autos. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.

Acir Teixeira Grécia
Juiz de Direito

1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

1º Cartório da Fazenda Pública
Juiz de Direito: Inês Moreira da Costa
Escrivã Judicial: Rutinéa Oliveira da Silva
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
www. twitter. com/1FazPublica_RO
A íntegra das decisões estão disponíveis no sítio do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia ou consultada diretamente no SAP.
E-MAIL GABINETE: phv1fazgab@tj. ro. gov. br
E-MAIL ESCRIVANIA: pvh1faz@tj. ro. gov. br

Proc.: 0009873-81. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Jonas Regis de Souza, Francisco de Assis Azevedo, João Batista Sousa do Nascimento, Franciomar dos Santos Rocha, Joel Andrade Martins, Maria Eunice Pereira Silva
Advogado: Janaína Zimmer (OAB/RO 3365)
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Renato Condeli (OAB/RO 370), Maria Rejane Sampaio dos Santos (OAB/RO 638), Jane R. Maynhone (RO 185/RO), Procurador Geral do Estado de Rondônia. Pge Ro. ( )
SENTENÇA:
DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo procedente o pedido para determinar ao Estado de Rondônia, em relação aos demandantes, cessar o pagamento do adicional de periculosidade e, por outro lado, implantar em folha de pagamento o adicional de insalubridade. O valor do adicional de insalubridade, quando implantado em folha de pagamento, deverá ser calculado à razão de 30%, tendo como base de cálculo a importância de R$ 500, 00. Nesse particular, defiro a antecipação da tutela, a fim de que o Estado de Rondônia, conforme pleiteado pelos demandantes, proceda à imediata cessação do pagamento do adicional de periculosidade e, por outro lado, à implantação em folha de pagamento do adicional de insalubridade, conforme os parâmetros supramencionados (30% sobre R$ 500, 00). Expeça-se ofício ao Secretário de Estado da Administração para cumprimento. Julgo improcedente o pedido de pagamento retroativo do adicional de insalubridade, na medida em que, de todo visto, os valores recebidos a título de adicional de periculosidade superam os valores efetivamente devidos a título de insalubridade, não havendo diferença em favor dos demandantes. Resolvo o MÉRITO nos termos do art. 269, inc. I, do CPC. Custas de lei. É certo que os demandantes sucumbiram em maior parte dos pedidos, tendo em vista que decaíram em relação ao pagamento retroativo do adicional de insalubridade. Sendo assim, condena-se cada demandante ao pagamento de honorários advocatícios, fixados em R$ 500, 00 (quinhentos reais). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Porto Velho-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0001542-76. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Dione Martins Magalhães
Advogado: Rodrigo Mari Salvi (OAB/RO 4428)
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Juraci Jorge da Silva (OAB/RO 510)
DECISÃO:
DECISÃO Dione Martins Magalhães demandou em face do Estado de Rondônia, requerendo danos morais e materiais e lucro cessante, tendo em vista que foi reintegrada ao cargo que outrora fora demitida, ficando assim, sem receber de dezembro de 2009 a outubro de 2013. Requer, também os benefícios de justiça gratuita. Por conseguinte, compulsando os autos, mais especificamente no demonstrativo de fls. 07/09, levando em conta o valor requerido e os meses que a requerente deixou de receber o valor, observa-se que a requerente receberia em média R$ 2. 400, 00 (dois mil e quatrocentos reais), sendo que no contracheque atual recebe o valor de R$ 1. 987, 41 (mil, novecentos e oitenta e sete reais e quarenta e um centavos). Sem olvidar, que há indícios que a parte autora tem outro contrato de trabalho. Vale salientar que a gratuidade da justiça visa possibilitar aquele que não tem condições de arcar com as despesas do processo de vir a Juízo e requerer o que entender de direito. No entanto, essa presunção de hipossuficiência é relativa, competido ao interessado comprar essa situação. O Superior Tribunal de justiça tem entendido que: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. BENEFÍCIO DA JUSTIÇA GRATUITA. EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA. FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. IMPUGNAÇÃO. AUSÊNCIA. SÚMULA N. 182/STJ. AGRAVO NÃO CONHECIDO. 1. É relativa a presunção de hipossuficiência oriunda da declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita, sendo possível a exigência, pelo magistrado, da devida comprovação. 2. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, a teor do que dispõe a Súmula n. 7/STJ. (AgRg no AREsp 412. 412/MS, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, julgado em 26/11/2013, DJe 10/12/2013). AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PEDIDO DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. INDEFERIMENTO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. IMPROVIMENTO. 1. - Por não se tratar de direito absoluto, porquanto a declaração de pobreza implica simples presunção juris tantum, pode o magistrado, se tiver fundadas razões para crer que o requerente não se encontra no estado de miserabilidade declarado, exigir-lhe que faça prova de sua situação. (AgRg no AREsp 422. 555/MS, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/11/2013, DJe 10/12/2013). Expõe também o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: Justiça gratuita. Declaração de pobreza. Insuficiência. Prova da necessidade. A declaração de pobreza, por si, não basta à concessão do benefício da justiça gratuita, tornando-se imprescindível a prova da hipossuficiência financeira. (Agravo, N. 00073361820138220000, Rel. Des. Raduan Miguel Filho, J. 01/10/2013). Agravo interno. Justiça gratuita. Necessidade de comprovação. Ausência de elementos. Não concessão. Interpretação conforme a Constituição. A simples declaração de pobreza para a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita não mais subsiste. Conforme a nova interpretação dada pela Constituição Federal em seu art. 5º, inc. LXXIV, é necessária a prova da impossibilidade de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e/ou da família do requerente. Inexistindo nos autos elementos que comprovem a hipossuficiência, o benefício

da justiça gratuita não merece ser concedido. (Agravo, N. 00043569820138220000, Rel. null, J. 31/07/2013) Observa que a parte autora é professora, bem como, não comprovou nos autos a condição de hipossuficiência. Posto isso, indefere-se o benefício da gratuidade da justiça. A parte requerente deverá emendar a inicial, no prazo de 10 (dez)dias, recolhendo as custas devidas, sob pena de indeferimento. Intimem-se. Porto Velho-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0001894-34. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: João Batista Alves
Advogado: Luzinete Xavier de Souza (OAB/RO 3525)
Requerido: Município de Porto Velho RO
DESPACHO:
DESPACHO Indefiro o pagamento das custas processuais ao final do processo. Sendo assim, intime-se a parte requerente para emendar a inicial, no prazo de 10 (dez) dias, recolhendo as custas devidas, sob pena de indeferimento. Intimem-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0001918-62. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Edsulze dos Santos Pinto
Advogado: Sérgio Muniz Neves (00)
Requerido: Estado de Rondônia
DECISÃO:
DECISÃO Analisando a matéria posta à apreciação e o valor da causa (entendido como o real benefício econômico almejado pelo autor), tem-se que a competência para processar e julgar estes autos é do Juizado Especial da Fazenda Pública. Com efeito, o valor da causa não ultrapassa 60 salários mínimos, bem como a matéria não está listada nas exceções do § 1º do art. 2º da Lei 12. 153/2009. Além disso, o autor é pessoa natural e o Estado de Rondônia figura como réu. Nessas razões, considerando que o Juizado Especial da Fazenda Pública é o juízo competente para processar e julgar estes autos, declino da competência e, por conseguinte, determino a remessa dos autos àquele Juizado Especial da Fazenda Pública. Intimem-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0002049-37. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Osvaldo Ribeiro da Rocha
Advogado: ELENRRIZIA SCHNEIDER DA SILVA (OAB/RO 1748)
Requerido: Detran Ro Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Rondônia
DECISÃO:
DECISÃO Analisando a matéria posta à apreciação e o valor da causa (entendido como o real benefício econômico almejado pelo autor), tem-se que a competência para processar e julgar estes autos é do Juizado Especial da Fazenda Pública. Com efeito, o valor da causa não ultrapassa 60 salários mínimos, bem como a matéria não está listada nas exceções do § 1º do art. 2º da Lei 12. 153/2009. Além disso, o autor é pessoa natural e o DETRAN figura como réu. Nessas razões, considerando que o Juizado Especial da Fazenda Pública é o juízo competente para processar e julgar estes autos, declino da competência e, por conseguinte, determino a remessa dos autos àquele Juizado Especial da Fazenda Pública. Intimem-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0016121-68. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Estado de Rondônia
Advogado: João Ricardo do Valle Machado (OAB/RO 204A)
Requerido: José Pereira Vieira
Advogado: Severino Aldenor Monteiro da Silva (OAB/RO 2352)
DECISÃO:
DECISÃO Compulsando os autos observa-se que o Estado de Rondônia era credor da importância de R$ 1. 469, 57 (mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e cinquenta e sete centavos) a título de danos matérias e da importância de R$ 300, 00 (trezentos reais) a título de honorários advocatícios. Por conseguinte, o Estado de Rondônia promoveu o cumprimento da SENTENÇA no que pertine ao dano material, que atualizado consistia na importância de R$ 1. 907, 89 (mil, novecentos e sete reais e oitenta e nove centavos), conforme petição de fls. 42-4. Doravante, foi determinado a SEAD o desconto em folha do pagamento do executado, 10 (dez) parcelas de R$ 190, 79 (cento e noventa reais e setenta e nove centavos), devendo tal desconto ser depositado na conta do Centro de Estudos da Procuradoria Geral do Estado, conforme ofício de fls. 56. Nesta toada, houve equivoco por parte do Estado de Rondônia ao requerer os depósitos na conta do Centro de Estudos da PGE, tendo em vista que a importância era devida em relação ao dano material e não aos honorários advocatícios. Posto isso, intime-se o Centro de Estudos da PGE para comprovar a transferência da importância de 1. 907, 90 (mil, novecentos e sete reais e noventa centavos) para conta Única do Estado de Rondônia, bem como, requerer o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias. Intimem-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0025176-38. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Mandado de Segurança
Impetrante: Ana Albertina Barboza Barcelos
Advogado: Juraci Marques Junior (RO 2. 056)
Impetrado: Superintendencia Estadual de Recursos Humanos da Secretaria de AdministraÇÃo
SENTENÇA:
Ante o exposto, revogo a liminar concedida e, no MÉRITO, denego a segurança postulada. Resolvo o MÉRITO nos termos do art. 269, inc. I, do CPC. Sem custas e honorários advocatícios. Sem reexame necessário. Transitada em julgado, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0008535-77. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Embargos de Terceiro (Cível)
Embargante: Vaudimarian Pereira de Lima
Advogado: José Carlos Lino Costa (OAB/RO 1163), Maria Idalina Monteiro Rezende (OAB/RO 3194)
Embargado: Estado de Rondônia, Edir Espírito Santo Sena
Advogado: Valdecir da Silva Maciel (OAB/RO 390), Carlos Corrêia da Silva (RO 3. 972)

DESPACHO:
DESPACHO Intime-se o Estado de Rondônia para comprovar a mudança financeira da parte autora, no prazo de 10 (dez) dias. Intimem-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0001676-06. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Rodrigo Thiago Melo de Lima
Advogado: Sérgio Muniz Neves ( )
Requerido: Município de Porto Velho - RO
DECISÃO:
DECISÃO Analisando a matéria posta à apreciação e o valor da causa (entendido como o real benefício econômico almejado pelo autor), tem-se que a competência para processar e julgar estes autos é do Juizado Especial da Fazenda Pública. Com efeito, o valor da causa não ultrapassa 60 salários mínimos, bem como a matéria não está listada nas exceções do § 1º do art. 2º da Lei 12. 153/2009. Além disso, o autor é pessoa natural e o Estado de Rondônia figura como réu. Nessas razões, considerando que o Juizado Especial da Fazenda Pública é o juízo competente para processar e julgar estes autos, declino da competência e, por conseguinte, determino a remessa dos autos àquele Juizado Especial da Fazenda Pública. Intimem-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0019501-31. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Município de Porto Velho
Advogado: Salatiel Lemos Valverde (OAB/RO 1998), Mário Jonas Freitas Guterres (RO 272-B), Carlos Alberto de Souza Mesquita (OAB/RO 805)
Réu: Rodrigo Eugenio Ferreira da Silva
Advogado: Marcel dos Reis Fernandes (OAB/RO 4940)
DESPACHO:
DESPACHO Encaminhem-se os autos ao Ministério Público para manifestar sobre a petição do Município de Porto Velho de fls. 100-3, requerendo o que entender de direito. Após, retornem-se os autos conclusos. Intimem-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0025468-23. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Reintegração / Manutenção de Posse
Requerente: Lufem Construções Ltda
Advogado: Pedro Origa Neto (OAB/RO 2A), Douglacir Antônio Evaristo Sant Ana (OAB/RO 287)
Requerido: Município de Porto Velho - RO, Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia - CAERD, Eletrobás Distribuição Rondonia. Ceron, Agel Vale da Silva, Marina Ferreira Vale da Silva
Advogado: Carlos Dobbis (OAB/RO 127), Carlos Alberto de Souza Mesquita (OAB/RO 805), Luiz Duarte Freitas Júnior (OAB/RO 1058), Procurador-Geral do Município de Porto Velho/RO ( )
DESPACHO:
Designo audiência de conciliação para o dia 10/02/2014, às 10: 30hIntimem-se as partes, bem como o Ministério Público, tendo em vista o objeto da ação, que pode incluir grande número de moradores. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0001120-04. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Mandado de Segurança
Impetrante: Fenix Despachante Centro de Formação de Condutores de Veículos e Despachante
Advogado: Aldenizio Custodio Ferreira (RO 1546)
Impetrado: Diretor Geral do Detran. Ro
DECISÃO:
Ante o exposto, defiro a medida liminar, a fim de que a autoridade coatora proceda à reativação da impetrante no sistema no DETRAN-RO, pelo prazo de 45 dias, possibilitando que a impetrante continue exercendo suas atividades normalmente, com a frota atual. Notifique-se a autoridade tida como coatora para prestar informações no prazo de 10 dias. Dê-se ciência à Procuradoria-Geral do Estado de Rondônia para ingressar no feito. Oportunamente, ouça-se o Ministério Público. Int. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0018390-75. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Sindicato dos Trabalhadores em Saúde do Estado de Rondonia
Advogado: LENINE APOLINARIO DE ALENCAR (OAB 2219)
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Maria Rejane Sampaio dos Santos ( )
DECISÃO:
DECISÃO Compulsando os autos observa-se que não houve a comprovação do registro definitivo do sindicato, ora parte autora. Por conseguinte, há que ressaltar que o registro definitivo do sindicato é indispensável para a defesa de seus filiados em juízo, consoante orientação do STJ e do TJRO: PROCESSUAL CIVIL. SINDICATO. REGISTRO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. NECESSIDADE. SÚMULA 677/STF. PRINCÍPIO DA UNICIDADE SINDICAL. 1. Este mandado de segurança foi impetrado por Sindicato de servidores públicos contra ato supostamente ilegal e abusivo do Secretário de Estado e Planejamento do Distrito Federal, com o fito de suspender os efeitos da Portaria 212, de 13 de novembro de 2007, que condicionou o repasse mensal da parcela da contribuição facultativa descontada mensalmente da folha de pagamento dos filiados do impetrante ao registro 6do Sindicato no Ministério do Trabalho. 2. A Corte de origem denegou a ordem por entender que “o registro no Ministério do Trabalho e Emprego (. . .) é ato vinculado que complementa e aperfeiçoa a existência legal de entidade sindical”, sem o qual o Sindicato “não é sujeito de direito, não lhe assistindo, então, o direito de ação em juízo, dado que não detém a indispensável representatividade da categoria, o que lhe retira a legitimidade ativa”. 3. O acórdão recorrido está em sintonia com a jurisprudência desta Corte, segundo a qual o registro dos sindicatos no Ministério do Trabalho é indispensável para a defesa de seus representados em juízo, pois é o meio eficaz para a preservação do princípio da unicidade sindical. 4. Precedentes da Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça e de suas duas Turmas de Direito Público, bem como do Supremo Tribunal Federal. 5. “Até que lei venha a dispor a respeito, incumbe ao Ministério do Trabalho proceder ao registro das entidades sindicais e zelar pela observância do princípio da unicidade” (Súmula 677/STF). 6. O registro no Ministério do Trabalho e Emprego objetiva preservar o princípio da unicidade sindical, que não será observado se as entidades sindicais se registrarem somente nos Cartórios Cíveis de Pessoa Jurídica.

Assim, enquanto o impetrante não for registrado, ainda que provisoriamente, no MTE, não faz jus ao recebimento das contribuições facultativas descontadas de seus filiados, já que não se sabe se é o único Sindicato a representar a categoria na base sindical em que atua. 7. Recurso ordinário não provido. (STJ, RMS 31. 070/DF, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/04/2010, DJe 23/04/2010)EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. INDEFERIMENTO LIMINAR. ACÓRDÃO EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO DESTA CORTE. SÚMULA 168/STJ. 1. A Corte Especial deste Tribunal pacificou entendimento no sentido de que é "indispensável o registro do Sindicato no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) para ingresso em juízo na defesa de seus filiados" (EREsp 510. 323/BA, DJ de 20. 03. 2006). 2. Uma vez firmada a jurisprudência desta Corte no mesmo sentido do acórdão embargado, não cabem os embargos de divergência. Incidência da Súmula 168/STJ. 3. Agravo regimental desprovido. (STJ, AgRg nos EAg 752. 636/MS, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, CORTE ESPECIAL, julgado em 17/03/2010, DJe 29/03/2010) PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. CORREÇÃO DE EQUÍVOCO. ENTIDADE SINDICAL. MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO. INDEFERIMENTO DO REGISTRO. MINISTÉRIO DO TRABALHO. PRESUNÇÃO DE LEGALIDADE. ILEGITIMIDADE ATIVA. EMBARGOS ACOLHIDOS, SEM EFEITOS INFRINGENTES. 1. Os embargos de declaração devem ser acolhidos apenas para esclarecer que o mandado de segurança impetrado contra a DECISÃO do Ministério do Trabalho que indeferira o registro da entidade sindical foi extinto sem resolução do MÉRITO. 2. Todavia, a conclusão do julgado deve ser mantida, uma vez que a legitimação ativa da entidade para atuar como substituta processual no mandado de segurança coletivo pressupõe que ela esteja regularmente constituída e em funcionamento, o que não se admite quando há o indeferimento do registro no Ministério do Trabalho em razão da desobediência ao princípio da unicidade sindical. Precedentes do STF e do STJ. 3. Embargos de declaração acolhidos, sem efeitos infringentes. (STJ, EDcl no RMS 41. 881/MS, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 17/09/2013, DJe 01/10/2013)APELAÇÃO CÍVEL. ASSOCIAÇÃO. REGISTRO NO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. REQUISITO INDISPENSÁVEL. ILEGITIMIDADE ATIVA. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. É livre a associação profissional ou sindical, todavia, é obrigatório seu registro no Ministério do Trabalho e Emprego. 2. A legitimidade para a associação com caráter sindical representar seus filiados em juízo se dá com o seu registro no Ministério do Trabalho. O cadastro é o reconhecimento público a determinar se a pessoa jurídica preenche os requisitos para existir e atuar como associação. É o ato a complementar e aperfeiçoar a existência legal da entidade. (TJRO - 2ª Câmara Especial ? Apelação nº. 0010867-80. 21 - Relator: Desembargador Gilberto Barbosa ? j. 5. 3. 2013)Posto isso, Intime-se a parte autora, no prazo de 10 dias, sob pena de extinção do feito, sem resolução do MÉRITO, comprovar que possui registro definitivo perante o Ministério do Trabalho e Emprego. Intimem-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0002207-92. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Ação Civil Pública
Requerente: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Advogado: Shalimar Christian Priester Marques ( )
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Juraci Jorge da Silva (OAB/RO 528)
DESPACHO:
Em reunião ocorrida nesta data perante a 2ª Vara da Fazenda Pública, foi informado pela SESAU que o medicamento PENICILAMINA 250mg, juntamente com outros, não estão sendo fornecidos nem pelos distribuidores, de modo que o Estado de Rondônia não tem como comprá-lo. Assim, indique o MP local para compra do medicamento pleiteado. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0014904-82. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Estado de Rondônia
Advogado: Bruno dos Anjos (OAB/RO 5410)
Requerido: Equipos Comercial Ltda
Advogado: João Victor Ribeiro Aldinucci (OAB/PR 42448)
DECISÃO:
DECISÃO. Cuida-se à espécie de embargos de declaração opostos pela parte requerida EQUIPO COMERCIAL LTDA objetivando integrar a SENTENÇA ao argumento de que está omissa. Os embargos de declaração são tempestivos, portanto dele conheço. O embargante alega duas omissões na SENTENÇA de fls. 994/995, a primeira quanto à sucumbência, alegando que quem deu causa à instauração da presente ação foi a parte autora; a segunda quanto à parte requerente ter decaído de parte mínima do pedido. Como é cediço, consoante o art. 535, inc. II, do CPC, cabem os embargos de declaração quando for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou o tribunal. Ao contrario do que alega a parte embargante não foi a parte embargada quem deu causa à instauração da presente ação, uma vez que houve a inexequibilidade parcial do contrato ajustado com o embargado, já que a divergência se deu apenas quanto a entrega do detector fetal, e a nota de empenho nº 2013NE00456 especifica cada equipamento a ser entregue, portanto não houve impedimento para o cumprimento do ajuste relativamente aos outros materiais. Quanto à condenação ao pagamento dos honorários subenciais, houve sucumbência mínima do demandante, haja vista que foi determinado a entrega dos equipamentos descritos na nota de empenho, com excessão do excessão do detector fetal com visor de cristal liquido. Assim sendo, incide a regra do parágrafo único do art. 21, do CPC, in verbis: "se um litigante decair de parte mínima do pedido, o outro responderá, por inteiro, pela despesas e honorários". ANTE O EXPOSTO, conheço dos embargos porque tempestivos, para negar-lhe provimento, mantendo a SENTENÇA inalterada. Int. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0002231-23. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Mandado de Segurança
Impetrante: Julieta Feliciana Pantoja
Advogado: Margarete Geiareta da Trindade ( ), Rafael Valentim Raduan Miguel (4486)
Impetrado: Procurador do Ipam, Audislauro Conceição Rodrigues de Lima

DECISÃO:
DECISÃO. JULIETA FELICIANA PANTOJA, qualificada às fls. 03, ingressa em juízo com pedido liminar articulado em mandado de segurança com pedido liminar contra ato omissivo que reputa abusivo e ilegal de FLORIANO DA SILVA, Procurador do IPAM e AUDISLAURO CONCEIÇÃO RODRIGUES, objetivando seja determinado a suspensão de todos os efeitos do decreto nº 13. 345 de 06/01/2014, que nomeou o impetrado Audislauro para o cargo de Conselheiro Municipal de Previdência Representante dos Servidores Inativos. Aduz, que um dos requisitos necessários para a candidatura ao cargo de membro do Conselho Municipal de Previdência é que o candidato tenha a escolaridade de no mínimo o ensino médio completo. Afirma que o candidato nomeado representante dos servidores inativos Audislauro Conceição Rodrigues de Lima possui escolaridade do ensino médio incompleto, o que torna ilegal a sua nomeação. Impetração guarnecida com os documentos de fls. 15/88. É o RELATÓRIO. Passo a decidir. FUNDAMENTOS DA DECISÃO. Para a concessão de liminar, conforme cediço no âmbito jurisprudencial, impõe-se a ocorrência dos requisitos da fumus boni iuris e do periculum in mora, preconizados no art. 7º, II, da Lei 12. 016/2009. O primeiro referindo-se à plausibilidade do direito substancial vindicado e o segundo à possibilidade de tornar-se inócuo, caso não seja acolhida desde logo a pretensão. Prima facie, urge salientar que o art. 32, paragráfo 5º da Lei Complementar nº 404, de 27 de dezembro de 2010 que encontra-se juntado às fls. 46/88, diz que os candidatos ao cargo de membro do Conselho Municipal de Previdência deverão ter escolaridade comprovada de no mínimo, o ensino médio completo, o que demonstra a existência de plausibilidade do direito alegado pela impetrante, já que o impetrado declarou, conforme documento juntado às fls. 23, o grau de escolaridade como sendo ensino médio incompleto. No tocante ao periculum in mora, encontra-se presente, já que o impetrado foi nomeado para o Conselho Municipal de Previdência para o exercício do cargo de representante dos servidores inativos do IPAM desde o dia 01 de janeiro de 2014. POSTO ISSO, defiro o pedido liminar, para determinar a suspensão do Decreto nº 13. 345 de 06 de janeiro de 2014, no que se refere a nomeação de Audislauro Conceição Rodrigues de Lima. Notifique-se o impetrado para, no prazo de 10 dias, prestar informações. Notifique-se, ainda, a Procuradoria-Geral do Município de Porto Velho para que, querendo, ingresse no feito. Após, dê-se vista ao Ministério Público, para parecer. Intime-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0008118-27. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Rosana Maria Matos Silva
Advogado: Romilton Marinho Vieira (OAB/RO 633)
Requerido: Estado de Rondônia
DECISÃO:
DECISÃO 1. Defiro o bloqueio pelo BACEN, conforme protocolo em anexo. 2. Aguarde-se o prazo de 48h para consultar a resposta. 3. Havendo bloqueio de quantia satisfatória, desde já converto em penhora e determino a intimação da parte executada, na pessoa de seu advogado constituído, para os termos do art. 475-J, § 1º do CPC. 4. Em caso de resultado ínfimo ou negativo, intime-se o credor para, em cinco dias, indicar bens passíveis de penhora. Intime-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0011921-47. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Maria Irene Miranda de Araujo
Advogado: Diogo Spricigo da Silva (OAB/RO 3916)
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Maria Rejane Sampaio dos Santos Vieira (OAB/RO 638), Jane Rodrigues Maynhone (OAB/RO 185), Procurador Geral do Estado de Rondônia. Pge Ro. ( )
DECISÃO:
DECISÃO 1. Defiro o bloqueio pelo BACEN, conforme protocolo em anexo. 2. Aguarde-se o prazo de 48h para consultar a resposta. 3. Havendo bloqueio de quantia satisfatória, desde já converto em penhora e determino a intimação da parte executada, na pessoa de seu advogado constituído, para os termos do art. 475-J, § 1º do CPC. 4. Em caso de resultado ínfimo ou negativo, intime-se o credor para, em cinco dias, indicar bens passíveis de penhora. Intime-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0009804-54. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Estado de Rondônia
Advogado: EVANIR ANTONIO BORBA (OAB/RO 776)
Requerido: Ranieri Prata Machado
Advogado: Mie Tamara Roque Kuroda (OAB/RO 3994)
DECISÃO:
1. Defiro nova penhora on line, tendo em vista a insuficiência de saldo em contas do Executado, conforme RELATÓRIO de fls. 224. 2. Aguarde-se o prazo de 48h para consultar a resposta. 3. Havendo bloqueio de quantia satisfatória, desde já converto em penhora e determino a intimação da parte executada, na pessoa de seu advogado constituído, para os termos do art. 475-J, § 1º do CPC. 4. Em caso de resultado ínfimo ou negativo, intime-se o credor para, em cinco dias, indicar bens passíveis de penhora. Intime-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0001135-12. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Simone Silva Gonçalves
Advogado: José Maria de Souza Rodrigues (OAB/RO 1909), Paulo Lopes da Silva (OAB/SP 127050)
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Joel de Oliveira (OAB/RO 147B), Lia Torres Dias (OAB/RO 2999)
DECISÃO:
1. Considerando que não houve pagamento espontâneo do valor referente a honorários advocatícios devidos ao Estado de Rondônia, procedi a nova tentativa de penhora on line, conforme protocolo anexo. 2. Aguarde-se o prazo de 48h para consultar a resposta. 3. Havendo bloqueio de quantia satisfatória, desde já converto em penhora e determino a intimação da parte executada, na pessoa de seu advogado constituído, para os termos do art. 475-J, § 1º do CPC. 4. Em caso de resultado ínfimo ou negativo, intime-se o credor para, em cinco dias, indicar bens passíveis de penhora. Intime-se. 5. Com relação a dívida principal, tendo em vista que restou comprovado o pagamento da RPV, conforme informado nos autos, JULGO EXTINTO o feito em relação a esta execução, na forma do artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil. Sem custas. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0011572-15. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Ernandes Cristino Rodrigues, Odete Galvão de Lima Rodrigues
Advogado: Ronaldo Carlos Barata (RO 729), Rosa de Fátima Guedes do Nascimento (OAB/RO 614), Ronaldo Carlos Barata (RO 729), Rosa de Fátima Guedes do Nascimento (OAB/RO 614)
Requerido: Agência de Defesa Sanitária Agrocilvopastoril do Estado de Rondônia-IDARON, Juvenil Correia da Silva, Joao Leonardo M. de Oliveira
Advogado: Paulo Adriano da Silva (OAB/RO 4753), José de Ribamar Silva (OAB/RO 4071), Neri Martinelli (OAB/RO 1889), Suely Neves Monteiro (OAB/RO 4669), José de Ribamar Silva (OAB/RO 3886), Neri Martinelli (OAB/RO 1889), Suely Neves Monteiro (OAB/RO 4669)
DECISÃO:
DECISÃO 1. Defiro o bloqueio pelo BACEN, conforme protocolo em anexo. 2. Aguarde-se o prazo de 48h para consultar a resposta. 3. Havendo bloqueio de quantia satisfatória, desde já converto em penhora e determino a intimação da parte executada, na pessoa de seu advogado constituído, para os termos do art. 475-J, § 1º do CPC. 4. Em caso de resultado ínfimo ou negativo, intime-se o credor para, em cinco dias, indicar bens passíveis de penhora. Intime-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0013260-12. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Ação Civil Pública
Requerente: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Andrea Waleska Nucini Bogo ( )
Requerido: Geremias Pereira Barbosa
Advogado: Rodrigo Ferreira Batista (OAB/RO 2840), Francisco Nunes Neto (RO 158)
DECISÃO:
DECISÃO 1. Defiro o bloqueio pelo BACEN, conforme protocolo em anexo. 2. Aguarde-se o prazo de 48h para consultar a resposta. 3. Havendo bloqueio de quantia satisfatória, desde já converto em penhora e determino a intimação da parte executada, na pessoa de seu advogado constituído, para os termos do art. 475-J, § 1º do CPC. 4. Em caso de resultado ínfimo ou negativo, intime-se o credor para, em cinco dias, indicar bens passíveis de penhora. Intime-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0021923-42. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Mandado de Segurança
Impetrante: Sindicato dos Servidores do Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Rondônia SINSDET
Advogado: Graciliano Ortega Sanchez (OAB/RO 5194)
Impetrado: Diretor Geral do Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia - Detran
DESPACHO:
Arquive-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0014840-77. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Ednaldo Julião Bezerra
Advogado: Velci José da Silva Neckel (OAB/RO 3844), Huldayse Pinheiro Hermsdorf (OAB/RO 4617)
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Evanir Antonio de Borba (OAB/RO 776)
DESPACHO:
DESPACHO Manifeste o vencedor no prazo de 5 (cinco) dias. Se nada requerido, arquivem-se os autos. Intimem-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0246359-23. 2009. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: TSC Engenharia Ltda
Advogado: Viviane Barros Alexandre (OAB/RO 353B), Raimundo Alencar Magalhães (OAB/RO 105B)
Executado: Município de Porto Velho RO
Advogado: Mário Jonas Freitas Guterres (RO 272-B), Jefferson de Souza (OAB/RO 1139), Moacir de Souza Magalhães (OAB/RO 1129)
DESPACHO:
Intime-se a parte exequente para apresentar os documentos necessários para a expedição do precatório. Com os documentos, expeça-se. Inexistindo manifestação, arquivem-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0231880-25. 2009. 8. 22. 0001
Ação: Ação Popular
Requerente: Isabel Silva
Advogado: Isabel Silva (OAB/RO 3896), Wanda Fernandes Arruda Braga Brandão (OAB/RO 1820)
Requerido: Masterplastica, Município de Porto Velho RO
Advogado: Candido Ocampo Fernandes (RO 789), Henrique de Souza Leite (OAB/RO 831), Magnum Jorge Oliveira da Silva (OAB/RO 3204), Igor Amaral Gibaldi (OAB/RO 737E), Renan Afonso Damasceno Serrati (OAB/RO 617E), Carlos Alberto de Sousa Mesquita (OAB/RO 805)
DESPACHO:
Apresente a Requerida a comprovação da regularização da calçada, conforme acordo efetuado em audiência. Intime-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0019351-16. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Impugnação ao Valor da Causa (Cível)
Impugnante: Socibra Distribuidora Ltda
Advogado: Patricia Holanda Rocha (OAB/RO 3582), Andréa da Silva Nogueira (OAB/RO 831E)
Impugnado: Governo do Estado de Rondônia
Advogado: Maria Rejane Sampaio dos Santos (OAB/RO 638), Jane R. Maynhone (RO 185/RO), Bruno dos Anjos (OAB/RO 5410), Procurador Geral do Estado de Rondônia. Pge Ro. ( )
DESPACHO:
Considerando recentes documentos juntados pela Impgunante nos autos principais, manifeste-se o Estado de Rondônia sobre o valor efetivamente devido pela Impgunante por ocasião do ajuizamento da ação principal, apresentando os devidos cálculos. Intime-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0017110-69. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Estado de Rondônia
Advogado: Bruno dos Anjos (OAB/RO 5410)
Requerido: Socibra Distribuidora Ltda
Advogado: Patricia Holanda Rocha (OAB/RO 3582)

DESPACHO:
Manifeste-se o Estado de Rondônia sobre a entrega dos medicamentos e cancelamento de item noticiada à fl. 367. Considerando que a matéria discutida nos autos é predominantemente de direito, diga a Requerida qual a FINALIDADE de produção de prova testemunhal requerida à fl. 366, justificando sua necessidade, sob pena de indeferimento. Intimem-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0249366-23. 2009. 8. 22. 0001
Ação: Ação Popular
Requerente: Isabel Silva
Advogado: Isabel Silva (OAB/RO 3896), Wanda Fernandes Arruda Braga Brandão (OAB/RO 1820)
Requerido: Município de Porto Velho RO
Advogado: Salatiel Lemos Valverde (OAB/RO 1998), Carlos Alberto de Souza Mesqueita (OAB/RO 805), Luiz Duarte Freitas Júnior (RO 1058), Procurador-Geral do Município de Porto Velho/RO ( )
DESPACHO:
Cumpra o Município o que foi determinado à fl. 240. Intime-se, inclusive o Secretário Municipal de Trânsito de Porto Velho. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0018460-97. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Estado de Rondônia
Advogado: Lia Torres Dias (OAB/RO 2999)
Executado: Hemolab Laboratório de Análises Clínicas Ltda
Advogado: Mário Lúcio Machado Profeta (OAB/RO 820)
DESPACHO:
Ciente da interposição do agravo. Mantenho a DECISÃO agravada por seus próprios fundamentos. Prestei informações ao Desembargador Relator, nesta data. Aguarde-se o julgamento do recurso. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0305392-75. 2008. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Aparecida de Fátima Oliveira
Advogado: Francisco Anastácio Araújo Medeiros (OAB/RO 1081), Sílvio Vinícius Santos Medeiros (OAB/RO 3015)
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Valdecir da Silva Maciel (RO 390), Élcio de Sousa Araújo (OAB/RO 5220), Lia Torres Dias (OAB/RO 2999)
DESPACHO:
Arquive-se até a liquidação da dívida. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0127397-56. 2000. 8. 22. 0001
Ação: Ação Civil Pública
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Joao Francisco Afonso ( )
Réu: Estado de Rondônia
Advogado: João Ricardo Valle Machado (RO 204-A), Regina Coeli S. de Maria Franco- Proc. do Est. Ro. ( ), Valdecir da Silva Maciel (OAB/RO 390)
DESPACHO:
Aguarde-se por 15 dias o encaminhamento dos RELATÓRIO s mencionados no item 5 da fl. 1621, devendo após isso ser intimado o Estado de Rondônia para apresentar a documentação mencionada. Após, dê-se vista ao MP. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0174296-83. 1998. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Joao Francisco Afonso ( )
Requerido: José Luiz Lenzi, Teobaldo de Monticello Pinto Viana, Elenice França dos Santos, Cleomar Eustaquio e Silva, Amarildo Jose Rocha, João Assis Ramos, Robson Souza de Oliveira, Mário Calixto Filho, Omar Miguel da Cunha, Paulo Sérgio Calixto Serafim, Fábio Erlane Vilela, Antônio Carlos Mendonça Rodrigues
Advogado: Dalgobert Martinez Maciel (OAB/RO 1358), Odair Martini (OAB/RO 30B), Luciano Bezerra Agra (OAB/RO 51B), Francisco Nunes Neto (RO 158), Benedito Caxias de Souza (OAB/RO 164A), Francisco Nunes Neto (OAB/RO 158), Antonio Coimbra ( ), Defensoria PÚblica do Estado de RondÔnia ( ), Francisco Nunes Neto (OAB/RO 158)
DESPACHO:
Manifete-se o MP sobre petição e documentos de fls. 1443/1454, requerendo o que de direito. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0003595-69. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Alayde Cordeiro da Paz
Advogado: Silvana Garcia Montagnini (OAB/PR 38575), Márcia Janete Sacco Garcia (OAB/RO 1082)
Requerido: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos de Rondônia- IPERON
Advogado: Hugo Rondon Flandoli (OAB/RO 2925), Malbânia Maria Moura Alves Façanha Ferreira (OAB/RO 1756)
DESPACHO:
Intime-se a Exequente para apresentar os documentos necessários para a formação do precatório, em 5 dias. Com a documentação, expeça-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0186221-90. 2009. 8. 22. 0001
Ação: Ação Civil Pública
Requerente: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Joao Francisco Afonso ( ), Aideê Maria Moser Torquato Luiz ( ), Joice Gushy Mota (OAB/RO 2487), Hildon de Lima Chaves ( ), Marcelo Domingos Mansur ( )
Requerido: Município de Porto Velho RO, Aquarius Construtora, Administradora e Incorporadora de Bens Ltda
Advogado: Mário Jonas Freitas Guterres (OAB/RO 272B), Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635), Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501)
DESPACHO:
Intime-se o Município de Porto Velho e o Perito Judicial para se manifestarem conforme requerido à fl. 1384, pelo MP. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0103970-15. 2009. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Antônio Ferreira de Abreu
Advogado: Aglico José dos Reis (RO 650-A), Neidy Jane dos Reis (OAB/RO 1268)
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Joel de Oliveira (OAB/RO 147B)
DESPACHO:
Manifeste-se o Estado de Rondônia quanto ao pagamento da RPV, comprovando seu pagamento, em 15 dias. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0072121-45. 1997. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Autor: Paulo Tadeu Crepaldi
Advogado: Cristiane Vargas Volpon Robles (OAB-RO 1401)
Réu: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON, Braservice Prestação de Serviços Ltda, H. M. Balbi Serviços e Comércio
Advogado: Ana Célia Santana da Silva (OAB/RO 581), Pedro Origa Neto (OAB/RO 2A), Pedro Origa (MF 1953), Douglacir Antônio Evaristo Sant Ana (OAB/RO 287), Edmundo Santiago Chagas (RO 419-A), Creonice Vale de Sousa (OAB/DF 6609), Robson Magno Clodoaldo Casula (OAB/RO 1404)
DESPACHO:
Intime-se a Executada Ceron para dar continuidade ao pagamentos da Exequente Christiane Vargas, devendo informar ao Juízo. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0019894-19. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Embargos de Terceiro (Cível)
Embargante: Antônio da Silva Prestes
Advogado: José Damasceno de Araújo (OAB/RO 66B), Ivaneide Girão de Lima (OAB/RO 5171)
Litisconsorte Passiv: Mauricio Severino de Oliveira
Advogado: Fabricio Grisi Médici Jurado. (OAB/RO 1751), Rafaela Ariane Zeni Dauek (OAB/RO 4583)
DESPACHO:
Expeça-se novo mandado, observando o endereço fornecido à fl. 31/32. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0015951-91. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Vitoria Ferreira Lima
Advogado: Fátima Nágila de Almeida Machado (OAB/RO 3891), Clemildo Espiridião de Jesus (OAB/RO 1576)
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Maria Rejane Sampaio dos Santos ( ), Jane R. Maynhone (RO 185/RO), Haroldo Batisti (OAB/RO 2535), Procurador Geral do Estado de Rondônia. Pge Ro. ( )
DESPACHO:
Indefiro o item 2 de fl. 115, tendo em vista que a parte não pode requerer seu próprio depoimento pessoal, de acordo com o artigo 343, do CPC. Em seguida, venham os autos conclusos para SENTENÇA. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0013352-82. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Epifânio Monteiro Rodrigues
Advogado: Sérgio Muniz Neves ( ), Defensoria PÚblica do Estado de RondÔnia ( )
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Maria Rejane Sampaio dos Santos (OAB/RO 638), Jane R. Maynhone (RO 185/RO), Procurador Geral do Estado de Rondônia. Pge Ro. ( )
DESPACHO:
Defiro a suspensão do feito por 30 dias. Decorrido o prazo, intime-se o Estado de Rondônia para manifestar-se comprovando a entrega de medicamento. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0010080-80. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Josemar Chaves
Advogado: Sérgio Muniz Neves ( ), Defensoria PÚblica do Estado de RondÔnia ( )
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Maria Rejane Sampaio dos Santos (OAB/RO 638), Jane R. Maynhone (RO 185/RO), Procurador Geral do Estado de Rondônia. Pge Ro. ( )
DESPACHO:
Defiro a suspensão do feito por 60 dias. Após, diga o Requerente se ainda tem interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que de direito. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0007048-67. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Izaias Porfirio Pena
Advogado: Sérgio Muniz Neves (00), Defensoria PÚblica do Estado de RondÔnia ( )
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Maria Rejane Sampaio dos Santos (OAB/RO 638), Jane R. Maynhone (RO 185/RO), Procurador Geral do Estado de Rondônia. Pge Ro. ( )
DESPACHO:
Arquive-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0003524-62. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Ação Civil de Improbidade Administrativa
Requerente: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Everson Antonio Pini (OAB/RO 824), Promotor de Justiça (OAB/RO 1111)
Requerido: Gilvan Ramos de Almeida, Maria D Ajuda Onofre dos Santos
Advogado: JosÉ de Almeida JÚnior (OAB 1370), Carlos Eduardo Rocha Almeida (OAB/RO 3593), Ronaldo Viana (OAB/RO 598E), Renato Spadoto Righetti (OAB/RO 1198)
DECISÃO:
Recebo o recurso de apelação em seu duplo efeito, cujas razões e contrarrazões encontram-se nos autos. Encaminhem-se os autos ao e. TJ/RO. Int. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0017604-65. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Ação Civil Pública
Requerente: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Alzir Marques Cavalcante Junior ( )
Requerido: Natanael José da Silva, Renato Euclides Carvalho de Velloso Vianna, João Batista dos Santos, Mauro de Carvalho, José Carlos de Oliveira, Manoel do Nascimento de Negreiros, Milene Cristina Benetti Mota, Paulo Roberto Oliveira de Moraes
Advogado: Rafael Maia Correa (OAB/RO 4721), Thiago de Souza Gomes Ferreira (OAB/RO 4412), Nelson Canedo Motta (OAB/RO 2721)
DESPACHO:
Citem-se José Carlos de Oliveira e Natanael José da Silva, conforme requerido à fl. 113. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0009709-53. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Mileide Abreu Afonso, Selma Lucia Abreu Monteiro
Advogado: José Eduvirge Alves Mariano (OAB/RO 324A), Walmar Meira Paes Barreto Neto (OAB/RO 2047), José Eduvirge Alves Mariano (OAB/RO 324A), Walmar Meira Paes Barreto Neto (OAB/RO 2047)
Requerido: Município de Porto Velho - RO, Estado de Rondonia
Advogado: Carlos Alberto de Souza Mesquita (OAB/RO 805), Salatiel Lemos Valverde (OAB/RO 1998), Mário Jonas Freitas Guterres (RO 272-B), Procurador-Geral do Município de Porto Velho/RO ( ), Maria Rejane Sampaio dos Santos (OAB/RO 638), Jane Rodrigues Maynhone (OAB/RO 185), Igor Veloso Ribeiro (OAB/RO 5231), Procurador Geral do Estado de Rondônia. Pge Ro. ( )
DECISÃO:
Recebo o recurso de apelação em seu duplo efeito, cujas razões e contrarrazões encontram-se nos autos. Encaminhem-se os autos ao e. TJ/RO. Int. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0009053-96. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Ação Civil Pública
Requerente: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Pedro Wagner Almeida Pereira Júnior (OAB/RO 1801), Joao Francisco Afonso ( )
Requerido: Charlon da Rocha Silva, José Everaldo Cavalcante Pontes, Paulo Roberto Ventura Brandão
Advogado: Nilson Aparecido de Souza (OAB/RO 3883), Arly dos Anjos Silva (OAB/RO 3616), Nilson Aparecido de Souza (OAB/RO 3883), Arly dos Anjos Silva (OAB/RO 3616), Orestes Muniz (RO 040), Odair Martini (OAB/RO 30B), Alexandre Camargo (OAB/RO 704)
DECISÃO:
Recebo o recurso de apelação em seu duplo efeito, cujas razões e contrarrazões encontram-se nos autos. Encaminhem-se os autos ao e. TJ/RO. Int. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0001473-15. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Ação Civil Pública
Litisconsorte Ativo: Ministério Público do Estado de Rondônia, Estado de Rondonia
Advogado: Heverton Alves de Aguiar ( ), Cláudio Wolff Harger ( ), Ana Brigida Xandes Wessel (176), Pedro Abi. eçab ( ), Anderson Batista de Oliveira (OAB/RO 1406), Evanir Antônio de Borba (OAB/RO 776), Procurador Geral do Estado de Rondônia. Pge Ro. ( )
Requerido: Valter Araújo Gonçalves, Ederson Souza Bonfá, Rafael Santos Costa, Valdir Araújo Gonçalves, José Batista da Silva
Advogado: José Antônio Duarte Álvares (OAB/MT 3432), Luciano Salles Chiappa (OAB/MT 11883B), Carolina Vieira de Almeida (OAB/MT 14566), Joselia Valentim da Silva (OAB/RO 198), Gilson Luiz Jucá Rio (OAB/RO 178), Verônica Fátima Brasil dos Santos Reis Cavalini (OAB/RO 1248), Maracelia Lima de Oliveira (OAB/RO 2549), Nayara Simeas Pereira Rodrigues Martins (OAB/RO 1692), José Viana Alves (RO 2. 555), Wilson Marcelo Minini de Castro (OAB/RO 4769), José Antônio Duarte Álvares (OAB/MT 3432), Francisco Alves Pinheiro Filho (OAB/RO 568)
DESPACHO:
Considerando o teor da certidão do Sr. Oficial de Justiça (fls. 1068), que informa a não localização para intimação das testemunhas Claudemir de Moraes Viana, Edinei Pereira dos Santos e Gilson Carlos, dê-se vista dos autos ao Ministério Público e ao Requerido Rafael Santos Costa, para manifestarem-se sobre a referida certidão, requerendo o que de direito, em 5 dias. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0010412-18. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Ação Civil Pública
Requerente: Ministério Público do Estado de Rondônia, Ministério Público Federal
Advogado: Aluildo de Oliveira Leite ( ), Ercias Rodrigues de Sousa ( )
Requerido: Município de Porto Velho RO
Advogado: Mário Jonas Freitas Guterres (OAB/RO 272B), Salatiel Lemos Valverde (OAB/RO 1998), Carlos Alberto de Sousa Mesquita (OAB/RO 805), Carlos Dobbis (OAB/RO 127), Procurador-Geral do Município de Porto Velho/RO ( )
DESPACHO:
Intime-se o Município de Porto Velho a comprovar o cumprimento da DECISÃO proferida em audiência, no prazo de 15 dias, considerando que o Ministério Público requereu aplicação de multa pessoal. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0023347-22. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Ação Civil Pública
Requerente: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Luciana Nicolau de Almeida ( ), Promotor de Justiça (OAB/RO 1111)
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Maria Rejane Sampaio dos Santos (OAB/RO 638), Jane R. Maynhone (RO 185/RO), Procurador Geral do Estado de Rondônia. Pge Ro. ( ), Sávio de Jesus Gonçalves (OAB/RO 519A)
DESPACHO:
Diga o MP se ainda tem interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que de direito. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0014838-73. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Ação Civil de Improbidade Administrativa
Litisconsorte Ativo: Ministério Público do Estado de Rondônia, Estado de Rondonia
Advogado: Andrea Waleska Nucini Bogo ( ), Jane Rodrigues Maynhone (OAB/RO 185), Maria Rejane Sampaio dos Santos Vieira (OAB/RO 638), Procurador do Estado de Rondônia ( )
Requerido: Alberdan de Freitas da Silva, Adilson Almeida da Costa, A. A. da Costa Cursos Militares, Gilvan Cordeiro Ferro, Geremias Pereira Barbosa
Advogado: Márcio André de Amorim Gomes (OAB/RO 4458), Fernando Roberto Galhardo (RO 4528), Salomão Nunes Bezerra (OAB/RO 5134), Pericles Xavier Gama (OAB/RO 2512), Mariângela de Lacerda (OAB/RO 2734), Mariângela de Lacerda. (RO 2734), Pericles Xavier Gama (OAB/RO 2512), Douglas Tadeu Chiquetti (OAB/RO 3946), Luiz Cavalcante de Souza Junior (OAB/RO 3439), Francisco Nunes Neto (RO 158), José Bruno Ceconello (OAB/RO 1855)
DECISÃO:
DECISÃO GILVAN CORDEIRO FERRO opôs embargos de declaração, alegando omissão, devendo a SENTENÇA ser completada para valorar o depoimento das testemunhas pela defesa, apreciação de video, e ainda sobre o fato do chefe imediato do requerido Alberdan ser o Coronel Paulo Cesar Figueiredo e não o embargante, pleiteando inclusive a modificação do decisum. Os embargos são tempestivos, e por isso os conheço. Dispõe o CPC que cabem embargos de declaração quando houver, na SENTENÇA ou no acórdão, obscuridade ou contradição, bem como ainda quando for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal. (art. 535). Em análise dos aclaratórios, denota-se que, em verdade, pretende o embargante a modificação do conteúdo da SENTENÇA. Embora possível, tal situação ocorre somente em situações excepcionais. Vale dizer: quando o embargante não pretende diretamente a rediscussão da causa, o que não é o caso sub examine. Por outras palavras, os argumentos apresentados demonstram dissenso de entendimento, não consubstanciando o preenchimento dos pressupostos específicos. Portanto, as questões suscitadas devem ser levadas a efeito no recurso de revisão ao órgão superior. Pelo exposto, com fundamento no art. 535, Inc. I e II, do CPC, REJEITO os embargos de declaração, pois não há a omissão alegada. Intimem-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0082075-32. 2008. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Município de Porto Velho - RO
Advogado: Geane Pereira da Silva Goveia (OAB/RO 2536), Procurador-Geral do Município de Porto Velho/RO ( )
Executado: Mirton Moraes de Souza, Carlos Dobbis, Maria do Rosario Souza Guimaraes, Fatima Cristina Fernandes, Humberto Ferreira Marques
Advogado: Petrus Emile Abi-Abib (OAB/AM 1316), Renata Mourão Rodrigues (OAB/RO 3075)
DESPACHO:
Ao Município de Porto Velho para requerer o que de direito, no prazo de 5 dias, tendo em vista que não houve o pagamento espontâneo da dívida pelos Executados. Intime-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Proc.: 0015407-11. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Ação Civil de Improbidade Administrativa
Requerente: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Ana Brigida Xandes Wessel (176), Charles Tadeu Anderson ( ), Joao Francisco Afonso ( )
Requerido: Jose Carlos de Oliveira, Banco Rural S. A. , Moisés José Ribeiro de Oliveira, Haroldo Augusto Filho, Paulo Silva Vieira, Terezinha Esterlita Grandi Marsaro, Luciane Maciel da Silva Oliveira, Magno Comércio e Construções Ltda
Advogado: Jose Eduvirge Mariano (OAB/RO 324A), Ivan Mercedo de Andrade Moreira (OAB/MG 59382), Márcia Antonetti (OAB/RO 1028), Maracélia Lima de Oliveira (OAB/RO 2549), Maracelia Lima de Oliveira (OAB/RO 2549), Maracélia Lima de Oliveira (RO 2549)
DESPACHO:
Oficie-se ao Juízo da 1ª Vara Criminal solicitando cópia dos termos de depoimento das testemunhas e interrogatório dos Réus, para fins de instrução destes autos. Após, dê-se vista às partes. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Inês Moreira da Costa Juíza de Direito

Rutinéa Oliveira da Silva
Escrivã Judicial

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

2º Cartório de Fazenda Pública
2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
Juiz de Direito: Edenir Sebastião A. da Rosa
Escrivã: Silvia Assunção Ormonde
Email: pvh2fazgab@tj. ro. gov. br
Email: pvh2faz@tj. ro. gov. br
OBS: SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES DEVEM SER FEITAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU VIA INTERNET

Proc.: 0147919-89. 2009. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Procurador: Evanir Antonio de Borba/Regina Coeli S. de M. Franco
Executado: Jaqueline Rocha Cardoso
Advogado: Luiz Carlos Forte (RO 510)
INTIMAÇÃO: “Fica a parte Exequente, por via de seu Procurador(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão negativa do(a) Oficial de Justiça de fls.

Proc.: 0006505-98. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Reintegração / Manutenção de Posse
Requerente: Estado de Rondônia
Procurador: Antônio Isac Nunes Cavalcante de Astrê (OAB/RO 5095)
Requerido: Edvaldo Zamoner de Lima
INTIMAÇÃO: “Fica o ESTADO DE RONDÔNIA intimado, por via de seus procuradores, a retirar o Edital expedido, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua publicação em jornal local.

Proc.: 0015165-18. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Rosana Rodrigues dos Santos e Outros
Advogado: Magnaldo Silva de Jesus (OAB/RO 3485)
Requerido: Estado de Rondônia
Procuradora: Marcella Sanguinetti Soares Mendes Pge ( )
INTIMAÇÃO: " Da parte Exequente, na pessoa de seu Procurador, para no prazo de cinco dias, se manifestar nos autos".

Proc.: 0011325-63. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Execução Contra a Fazenda Pública
Exequente: Esdras Cajareco Amaral e Outros
Advogado: Magnaldo Silva de Jesus (OAB/RO 3485)
Executado: Estado de Rondonia
Procurador: Nilton Djalma dos Santos Silva (OAB/RO 608)
INTIMAÇÃO: " Da parte Exequente, na pessoa de seu Procurador, para no prazo de cinco dias, se manifestar sobre o recebimento da RPV de fls. "

Proc.: 0016700-11. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Cautelar Inominada (Cível)
Requerente: Lucio Fernando da Silva
Advogado: Manuela Gsellmann da Costa (OAB/RO 3511)
Requerido: Estado de Rondônia
Requerido: Real Leasing S A Arredamento Mercantil
Procuradora: Maria Rejane Sampaio dos Santos (OAB/RO 638)
INTIMAÇÃO: " Da parteAutora, na pessoa de seu Procurador, para no prazo de cinco dias, se manifestar sobre a devolução do AR Negativo".

Proc.: 0006229-33. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Município de Porto Velho RO
Procuirador: Carlos Dobbis /Shirley Conesugue
Requerido: Domus Construcoes Ltda
INTIMAÇÃO: " Da parte Autora, na pessoa de seu Procurador, para no prazo de cinco dias, se manifestar nos autos".

Proc.: 0311031-74. 2008. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Francisco das Chagas Gondim Pimenta
Advogado: Cíntia Bárbara Paganotto Rodrigues (OAB/RO 3798)
Requerido: Estado de Rondônia
Procurador: Evanir Antonio de Borba (OAB/RO 776)
INTIMAÇÃO: " Da parte Autora, na pessoa de seu Procurador, para no prazo de cinco dias, se manifestar sobre a petição de fls. 415; bem como no mesmo prazo trazer aos autos cópias necessárias para a expedição do RPV, com dados bancários definidos".

Proc.: 0019745-23. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Impugnação ao Valor da Causa (Cível)
Impugnante: Nazimá Fernandes da Silva
Advogado: Jorge Honorato (OAB/RO 2043)
Impugnado: Município de Porto Velho - RO
Procuradora: Maria do Rosário Sousa Guimarães (OAB/RO 2327)
INTIMAÇÃO: " Da parte Autora, na pessoa de seu Procurador, para no prazo de cinco dias, se manifestar nos autos".

Proc.: 0017229-30. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Embargos à Execução
Embargante: Município de Porto Velho - RO
Procuradora: Geane Pereira da Silva Goveia (OAB/RO 2536)
Embargado: Nazimá Fernandes da Silva
Advogado: Jorge Honorato (OAB/RO 2043)
INTIMAÇÃO: " Das partes, na pessoa de seus Procuradores, para no prazo de cinco dias se manifestarem sobre os cálculos judiciais de fls. 12/13".

Proc.: 0015686-89. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Ed Carlo Dias Camargo
Advogado: Aline Daros Ferreira (OAB/RO 3353)
Requerido: Iperon - Instituto Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia
Advogado: Francisco Lucas Gomes de Lucena (OAB/RO 4618)
INTIMAÇÃO: "Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada a se manifestar sobre o Recurso de Apelação apresentado".

Proc.: 0011211-52. 1997. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Estado de Rondônia
Procurador: Alexandre Cardoso Fonseca
Executados: Nilson Vilacorta de Araujo, Maria Helena Jerônimo de Araújo
Advogados: Anisio Grecia (RO 1910), Lélia de O. r. Gomes Neta (OAB/RO 4308), Aldo Marinho Serudo Martins Neto (OAB/RO 990), José Anastácio Sobrinho (OAB/RO 872)
INTIMAÇÃO: " Da parte Exequente, na pessoa de seu Procurador, para no prazo de cinco dias, se manifestar nos autos".

Proc.: 0025918-97. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Márcia Irene de Lima Paiva
Advogado: Cledson Franco de Oliveira (OAB/RO 4049)
Requerido: Estado de Rondônia
Procurador: Joel de Oliveira (OAB/RO 147B)
INTIMAÇÃO: "Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada a se manifestar sobre o Recurso de Apelação apresentado".

Proc.: 0023994-85. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Mandado de Segurança
Requerente: Giovani Patrick Bevilácqua
Advogado: Francisco Ricardo Vieira Oliveira (OAB/RO 1959)
Litisconsorte Passiv: Comandante Geral do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Rondôni
Litsc. Passivo: Estado de Rondônia
Procuradora: Maria Rejane Sampaio dos Santos
INTIMAÇÃO: "Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 16, 80 (dezessei reais e oitenta centavos), sob pena de inscrição na Dívida Ativa".

Proc.: 0016911-81. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Município de Porto Velho RO
Procuradora: Kárytha Menêzes e Magalhães (OAB/RO 2211)
Executado: Rondoagro Rondonia Agro Floresta Ltda
Advogado: Breno de Paula. (399-B), Rodrigo Barbosa Marques do Rosário (OAB/RO 2969)
INTIMAÇÃO: " Da parte Exequente, na pessoa de seu Procurador, para no prazo de cinco dias, trazer aos autos, dados bancários e CNPJ para a transferencias de valores efetuados ".

Proc.: 0064643-34. 2007. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Município de Porto Velho RO
Procurador: Salatiel Lemos Valverde (OAB/RO 1998)
Requerido: Maria Júlia de Queiroz Santiago
Advogado: Fabrício Grisi Médici Jurado (OAB/RO 1751), Maria Júlia de Queiroz Santiago (RO 728)
INTIMAÇÃO: "Fica a parte Exequente, por via de seu Procurador(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão negativa do(a) Oficial de Justiça de fls.

Proc.: 0021009-12. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Município de Porto Velho
Advogado: Salatiel Lemos Valverde (OAB/RO 1998)
Requerido: Juliete Coutinho da Costa
Advogado: Eliane de Fátima Alves Antunes (OAB/RO 3151)
DESPACHO:
Chamo o feito a ordem para: Considerando a conveniência de tentar resolução conciliada da demanda, designo audiência para o dia 21/02/2014 as 09h00. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: 0018818-91. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Município de Porto Velho
Advogado: Salatiel Lemos Valverde (OAB/RO 1998)
Requerido: Raimundo Nonato da Silva Filho
SENTENÇA:
Posto isso, em face do não cumprimento da determinação judicial, julgo extinto o presente processo, sem resolução do MÉRITO, com fulcro no art. 267, III, § 1º do Código de Processo Civil. Condeno a parte Autora em honorários que fixo em R$ 680, 00. Sem custas. Sem reexame necessário, após certifique-se e arquive-se. P. R. I. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: 0019497-91. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Município de Porto Velho
Advogado: Salatiel Lemos Valverde (OAB/RO 1998), Mário Jonas Freitas Guterres (RO 272-B)
Requerido: Francson Correia da Silva
DESPACHO:
Chamo o feito a ordem para: Considerando a conveniência de tentar resolução conciliada da demanda, designo audiência para o dia 21/02/2014 as 09h00. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: 0015831-82. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Município de Porto Velho RO
Advogado: Mário Jonas Freitas Guterres (RO 272-B), Maria da Penha Nobre Pereira (OAB/RO 3274), Waldecy dos Santos Vieira ( )
Requerido: Terezinha Pereira dos Santos
Advogado: Edvaldo Caires Lima (OAB/RO 306)
SENTENÇA:
Posto isso, em face do não cumprimento das reiteradas determinações judiciais, julgo extinto o presente processo sem resolução do MÉRITO, com fulcro no art. 267, III, § 1º do Código de Processo Civil. Condeno a parte Autora em honorários que fixo em R$ 680, 00. Sem custas. Sem reexame necessário, após certifique-se e arquive-se. P. R. I. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: 0004242-93. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Município de Porto Velho/RO
Advogado: Salatiel Lemos Valverde (OAB/RO 1998)
Requerido: Daniel Romão da Silva
Advogado: Defensoria Publica ( )
SENTENÇA:
Posto isso, em face do não cumprimento da determinação judicial, julgo extinto o presente processo, sem resolução do MÉRITO, com fulcro no art. 267, III, § 1º do Código de Processo Civil. Condeno a parte Autora em honorários que fixo em R$ 680, 00. Sem custas. Sem reexame necessário, após certifique-se e arquive-se. P. R. I. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: 0020276-46. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Município de Porto Velho RO
Advogado: Salatiel Lemos Valverde (OAB/RO 1998)
Requerido: Luiz Vidal Nogueira Junior
Advogado: Defensoria Publica ( )
DESPACHO:
Chamo o feito a ordem para: Considerando a conveniência de tentar resolução conciliada da demanda, designo audiência para o dia 21/02/2014 as 09h00. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: 0019687-54. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Fayslen & Medeiros Ltda - EPP
Advogado: Márcio Melo Nogueira (OAB/RO 2827), João Rosa Vieira Junior (OAB/RO 4899)
Litisconsorte Passiv: Estado de Rondônia, Bandolin Fornecimento de Refeições Ltda
Advogado: Ítalo Lima de Paula Miranda (OAB/RO 5222), Naide Liliane de Magalhães (OAB/SP 209962)
SENTENÇA:
DISPOSITIVO Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial, considerando ausente alegada violação a regra legal em segundo o Pregão Eletrônico n. 285/2012/SUPEL/RO, pois não há evidência de valor inexequível na forma informada em inicial. Condeno o Autor em honorários que fixo em R$

600, 00, em favor de cada um dos Requeridos. Custas de lei. Reexame necessário. P. R. I. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: 0019603-53. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Município de Porto Velho
Advogado: Salatiel Lemos Valverde (OAB/RO 1998), Carlos Alberto de Souza Mesqueita ( )
Requerido: Cintia Raquel Veigas
Advogado: Defensoria Publica ( )
DESPACHO:
Chamo o feito a ordem para: Considerando a conveniência de tentar resolução conciliada da demanda, designo audiência para o dia 21/02/2014 as 09h00. Intimem-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: 0012417-47. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Estado de Rondônia
Advogado: Lia Torres Dias (OAB/AM 2707), Élcio de Sousa Araújo (OAB/RO 5220), Claricéa Soares (OAB/RO 411A)
Executado: Márcia Cristine Dantas Paiva Lima
Advogado: Márcia Cristine Dantas Paiva Lima (OAB/RO 2679), Alan Kardec dos Santos Lima (OAB/RO 333)
DESPACHO:
1) Intime-se o exequente para manifestar-se em termos de prosseguimento do feito, considerando que a tentativa de bloqueio on line restou infrutífera; 2) Prazo: 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento. Intime-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: 0313743-37. 2008. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: FUNSPRO - Federação Unitária dos Trabalhadores do Serviço Público no Est. de RO.
Advogado: Glaci Kern Hartmann (OAB/RO 3643), Silvio Vinicius Santos Medeiros (OAB/RO 3015)
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Joel de Oliveira (00)
SENTENÇA:
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, conforme restou fundamentado, pois a obrigação pretendida tem sustentação em lei e segundo a hierarquia sindical acima desenhada, assim determino ao Estado de Rondônia que proceda ao pagamento dos respectivos valores relacionados aos exercícios de 2004, 2005, 2006 e 2007, em favor da Federação, considerando não haver demonstração de que tenha pago aos respectivos sindicatos a ela vinculados. Condeno o Requerido em honorários que fixo em R$ 1. 000, 00. Sem custas. SENTENÇA sujeita ao reexame necessário. Vindo recurso, recebidos nos efeitos do art. 520, CPC, certifique-se a tempestividade, intimando-se o apelado para as contrarrazões. P. R. I. C. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: 0004306-74. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Estado de Rondônia
Advogado: Renato Condeli (OAB/RO 370), EVANIR ANTONIO BORBA (OAB/RO 776)
Executado: Maria Margarete Linhares de Castro
Advogado: Marcos Antônio Silva Pereira (RO 367-A)
DESPACHO:
1) Com resposta positiva, convolo o bloqueio em penhora, a qual deverá ser reduzida a termo, intimando-se a parte executada na forma do artigo 475-J, § 1º, do CPC. 2) Não havendo impugnação pelo Executado, com oficio da instituição financeira informando a transferência dos valores para Conta Judicial, Caixa Econômica, Agencia 2848, proceda-se como requerido (fl. 93), ou seja, transferência por meio de Documento de Arrecação de Receitas Estaduais - DARE3) Nada não havendo manifestação pelas partes, venham conclusos para extinção pelo pagamento. Intime-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: 0060319-35. 2006. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Estado de Rondônia
Advogado: Renato Condeli (OAB/RO 370), Aline Fernandes Barros (OAB/RO 2708)
Executado: Distribuidora de Bebidas A. C. L. Ltda, Mario Arruda de Franca, Natanael José da Silva, Niraci Almeida e Silva
Advogado: Romilton Marinho Vieira (OAB/RO 633)
DESPACHO:
1) Intime-se o exequente para manifestar-se em termos de prosseguimento do feito, considerando que a tentativa de bloqueio on line restou infrutífera; 2) Prazo: 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento. Intime-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: 0000710-82. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: E. de R.
Advogado: Ronaldo Furtado (OAB/RO 594-A), Regina Coeli S. de M. Franco (RO 430), Manuel Jasmim Correia Barros (OAB/RO 5229)
Executado: N. V. e T. L.
Advogado: Vander Carlos Araújo Machado (OAB/RO 2521)
DESPACHO:
1) Intime-se o exequente para manifestar-se em termos de prosseguimento do feito, considerando que a tentativa de bloqueio on line restou infrutífera; 2) Prazo: 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento. Intime-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: 0019613-97. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Município de Porto Velho
Advogado: Salatiel Lemos Valverde (OAB/RO 1998)
Requerido: Claudeci de Freitas Correa
SENTENÇA:
Posto isso, em face do não cumprimento da determinação judicial, julgo extinto o presente processo, sem resolução do MÉRITO, com fulcro no art. 267, III, § 1º do Código de

Processo Civil. Condeno a parte Autora em honorários que fixo em R$ 680, 00. Sem custas. Sem reexame necessário, após certifique-se e arquive-se. P. R. I. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: 0004240-26. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Município de Porto Velho/RO
Advogado: Salatiel Lemos Valverde (OAB/RO 1998), Luiz Duarte Freitas Júnior (OAB/RO 1058)
Requerido: Sergio Efigenio da Silva, EVERALDO DE ALMEIDA SIMAO
Advogado: Edvaldo Caires Lima (OAB/RO 306)
DESPACHO:
Chamo o feito a ordem para: Considerando a conveniência de tentar resolução conciliada da demanda, designo audiência para o dia 21/02/2014 as 09h00. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: 0119480-93. 1994. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Estado de Rondônia
Advogado: Renato Condeli (OAB/RO 370)
Executado: Pecuaria e Comercio Capim Verde Ltda
DESPACHO:
1) Intime-se o exequente para manifestar-se em termos de prosseguimento do feito, considerando que a tentativa de bloqueio on line restou infrutífera; 2) Prazo: 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento. Intima-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: 0003482-47. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Município de Porto Velho - RO
Advogado: Luiz Duarte Freitas Júnior ( ), Carlos Alberto de Souza Mesquita (OAB/RO 805)
Requerido: Maria Rosa Borges Ribeiro, Jorge Borges Ribeiro, Deolice Alves da Silva, Vanusa Pereira Barreto, Maria Leni da Conceição Souza
Advogado: Defensoria PÚblica do Estado de RondÔnia ( ), Edvaldo Caires Lima (OAB/RO 306), Defensoria Pública do Estado de Rondônia ( )
SENTENÇA:
Posto isso, em face do não cumprimento em face das reiteradas determinações judiciais, julgo extinto o presente processo, sem resolução do MÉRITO, com fulcro no art. 267, III, § 1º do Código de Processo Civil. Condeno a parte Autora em honorários que fixo em R$ 680, 00. Sem custas. Sem reexame necessário, após certifique-se e arquive-se. P. R. I. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: 0001628-47. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Matheus Antonetti Alves
Advogado: Marcia Antonetti (RO nº 1028)
Requerido: Detran Ro Departamento Estadual de Trânsito do Estado de Rondônia
DESPACHO:
Cite-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: 0016924-46. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Elizabete Grangeiro Lima Alves
Advogado: Sérgio Muniz Neves ( )
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Maria Rejane Sampaio dos Santos (OAB/RO 638), Bruno dos Anjos (OAB/RO 5410)
DESPACHO:
Chamo o feito a ordem para: Considerando a conveniência de tentar resolução conciliada da demanda, designo audiência para o dia 18/02/2014 as 12h00. Intimem-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: 0016084-36. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Majory Dayane dos Prazeres de Oliveira
Advogado: Sérgio Muniz Neves ( )
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Maria Rejane Sampaio dos Santos (OAB/RO 638), Haroldo Batisti (OAB/RO 2535)
SENTENÇA:
DISPOSITIVO: Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial, pois não é demonstrada seja indispensável o tratamento pretendido, além de que existem medicamentos fornecidos regularmente pelo SUS cuja eficácia não é questionada. A alegada superioridade científica não restou suficientemente demonstrada. Sem honorários e custas judiciais, vez que o processo está sob o crivo da gratuidade de justiça. SENTENÇA não sujeita a reexame necessário. P. R. I. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: 0010886-18. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Ação Civil Pública
Requerente: Ministério Público do Estado de Rondônia
Requerido: Estado de Rondônia, Município de Porto Velho RO
Advogado: Maria Rejane Sampaio dos Santos (OAB/RO 638), Ítalo Lima de Paula Miranda (OAB/RO 5222), Ricardo Amaral Alves do Vale (OAB/RO 2130)
SENTENÇA:
SENTENÇA: RELATÓRIO: Trata-se de AÇÃO CIVIL PÚBLICA proposta pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA em favor de JOSÉ GONÇALVES FILHO para reclamar seja imposto ao ESTADO DE RONDÔNIA e ao MUNICÍPIO DE PORTO VELHO o fornecimento de medicamentos. Afirma o autor ser usuário do Sistema Único de Saúde, sendo portador de diversas enfermidades, como diabetes, hipertensão e coronariopatia, tendo sido submetido cirurgicamente à revascularização e, ainda, portador de aneurisma de aorta abdominal, necessitando fazer uso contínuo dos farmácos furosemida 40mg, espironolactona 25mg, carvedilol 6, 25mg, clopidogrel 75mg, sinvastatina 20mg e losartamo potássico 25mg. Sustenta que ao procurar atendimento na rede pública para fornecimento das medicações prescritas fora informado de que não obteve sucesso; diz que ao se dirigir à Sesau foi informado que não havia o medicamento em estoque para fornecimento; já na Gerência de Medicamentos

junto ao Município de Porto Velho a informação foi no sentido de que a medicação solicitada não estava disponibilizada na concentração prescrita ao idoso. Em DECISÃO foi deferido o pedido de antecipação dos efeitos da tutela (fls. 29/30). Informação prestada pelo Secretário de Estado de Saúde às fls. 34 cientificando o juízo que o Estado de Rondônia estava adotando as providências necessárias para a aquisição das medicações de sua responsabilidade que estão relacionadas na Portaria 1554/2013 do Ministério da Saúde. Secretário Municipal de Saúde informa às fls. 36 que estavam sendo adotadas providências para aquisição da medicação em atendimento à DECISÃO judicial. O ESTADO DE RONDÔNIA apresenta contestação (fls. 37/74), onde informa providências para adquirir a medicação e solucionar a necessidade do paciente. Aduz que a dispensação dos medicamentos Clopidogrel 75mg, Sinvastatina 20mg e Losartano Potássico 25mg são de atribuição do Municipio. No que tange aos medicamentos de dispensação por parte do Estado, afirma que o réu, dentro de suas possibilidades, vem tentando prestar adequadamente o serviço público de saúde, em observância ao Princípio da legalidade estrita, pugnando pelo indeferimento do pedido inicial e, sucessivamente, pelo julgamento antecipado da lide. Já o MUNICÍPIO DE PORTO VELHO arguiu preliminar de ilegitimidade passiva, informando caber ao Estado de Rondônia o fornecimento da medicação descrita na peça vestibular e, em não sendo o entendimento do magistrado, que deveria haver litisconsórcio passivo necessário entre União, Estados e Municípios, razão pela qual deveria haver extinção do processo, na forma do artigo 267, inciso IV do Código de Processo Civil. No MÉRITO, aduz que o fornecimento da medicação não cabe ao Município, a quem cabe o oferecimento de serviços de saúde da atenção básica, ficando a cargo do Estado os tratamentos relacionados à média e alta complexidade. Réplica, reafirmando a tese inicial às fls. 78/99, com documentos. Instadas a se manifestar em provas, as partes pugnaram pelo julgamento antecipado da lide. Vieram os autos conclusos. É o RELATÓRIO. FUNDAMENTAÇÃO: Trata-se de paciente portador de Hipertensão, diabetes, hipertensão e coronariopatia, tendo sido submetido cirurgicamente à revascularização e, ainda, portador de aneurisma de aorta abdominal, necessitando fazer uso contínuo dos farmácos furosemida 40mg, espironolactona 25mg, carvedilol 6, 25mg, clopidogrel 75mg, sinvastatina 20mg e losartamo potássico 25mg, necessitando obter dispensação de medicamentos e uso contínuo. PRELIMINARESDa preliminar de ilegitimidade passiva arguida pelo Município: Em sede de preliminar, o Município pugna por preliminar de ilegitimidade passiva, afirmando que e medicação pleiteada na inicial é de médio e alto custo, razão pela qual caberia ao Estado de Rondônia a obrigação pelo seu fornecimento. A preliminar não merece ser acolhida, razão pela qual afasto-a de plano. Isso porque, se bem observado na peça vestibular e na DECISÃO inicial proferida às fls. 29/30, a demanda foi ajuizada em face do Município de Porto Velho e do Estado de Rondônia, buscando que cada um dos entes federativos fornecesse ao substituído a medicação cabível, em conformidade com a listagem de fornecimento obrigatório por cada um deles. Da preliminar de necessidade de formação de litisconsórcio passivo unitário entre União, Estados e Municípios. A preliminar sustentada pelo ente municipal, já há muito tempo encontra-se superada pelo ordenamento jurídico pátrio. Isso porque o entendimento que vige em relação a tal questão é de que, havendo solidariedade, qualquer um dos entes federativos, pode vir a ser chamado a responder pela questão, não havendo obrigatoriedade de inclusão dos demais entes federativos no pólo passivo da demanda. No caso em análise, inclusive, o autor, observando as determinações constantes da Portaria do Ministério da Saúde, incluiu no pólo passivo da demanda, o Estado de Rondônia e o Município de Porto Velho. Neste sentido, trazemos a colação julgado do E. Superior Tribunal de Justiça, onde ¿ADMINISTRATIVO. DIREITO À SAÚDE. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERATIVOS PELO FUNCIONAMENTO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. INEXISTÊNCIA DE LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO. LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DO ESTADO. LEGITIMIDADE ATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. CERCEAMENTO DE DEFESA. REVISÃO. SÚMULA 7/STJ. 1. A presente divergência (legitimidade passiva do Estado para integrar a lide e legitimidade ativa do Ministério Público, que pretende o fornecimento de medicamentos à menor cuja provedora não dispõe de recursos para custear o tratamento médico) não guarda similitude com a matéria submetida ao procedimento do art. 543-C do CPC no REsp 1. 102. 457/RJ. 2. O funcionamento do Sistema Único de Saúde é de responsabilidade solidária da União, dos Estados e dos Municípios, de modo que qualquer um desses entes tem legitimidade ad causam para figurar no polo passivo de demanda que objetiva a garantia do acesso a medicamentos para tratamento de problema de saúde. Precedentes. 3. O Ministério Público possui legitimidade ativa para ajuizar ação civil pública que visa ao fornecimento de medicamento a pessoa que não tem condições financeiras de arcar com o tratamento médico, por se tratar de direito indisponível. Precedentes. 4. Reavaliar a necessidade, ou não, da prova pericial requerida, a fim de verificar a existência de cerceamento de defesa, exige análise de provas e fatos, o que atrai para o recurso especial o óbice da Súmula 07/STJ. 5. Agravo regimental não provido¿. (TJ/RO ¿ AgRg no REsp 1297893/SE ¿ Relator Ministro Castro Meira, julgado pela 2ª Turma em 25. 06. 2013, publicado no DJe em 05. 08. 2013)Rejeitadas as preliminares, passo ao MÉRITO. MÉRITO: O direito a saúde está amparado pela Magna Carta quando em seu art. 96, reza: ”A saúde de todos é dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas, que visem à redução do risco de doença e outros agravos e ao acesso universal e igualitária às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. O artigo 197 da CF/88 ressalta ainda: ¿São de relevância pública às ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público, nos termos da Lei, sob sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros, e, também por pessoa física ou jurídica de direito privado. ¿Dessa forma, o direito à saúde integra os Princípios Fundamentais contidos no art. 1º da Magna Carta, em especial, o art. 5º que dá ao cidadão o direito à vida e a saúde, como bem maior do homem, está diretamente ligada ao direito à vida. Anota-se, que em razão da doença, o paciente é usuário do Sistema Único de Saúde, sujeitando-se as suas regras de controle da destinação e uso dos medicamentos, contudo não podendo aguardar por tempo indeterminado. Nesse seguimento, é o entendimento do e. TJRO: ¿Fornecimento gratuito de remédio. Direito à saúde. Impetrante portador de doença grave. Indisponibilidade do medicamento na rede pública. O direito à saúde está assegurado na Constituição Federal (art. 196) e na Constituição Estadual (art. 236). Demonstrada a necessidade do medicamento para tratamento de doença grave, deve o

Estado fornecê-lo, sendo injustificável a sua omissão com o argumento de indisponibilidade do remédio no cadastro de registro de preços e por não ser um daqueles de uso padronizado pelo sistema de saúde. ACÓRDÃO: VISTOS, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores da 2ª Câmara Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, em, POR UNANIMIDADE, CONCEDER A SEGURANÇA. Porto Velho, 4 de abril de 2006. DESEMBARGADOR RENATO MIMESSI PRESIDENTE E RELATOR. ¿ (TJ/RO 200. 000. 2005. 008771-1)¿PROCURADOR DE JUSTIÇA Agravo regimental em mandado de segurança. Condições orçamentárias do Estado em arcar com custo de tratamento terapêutico. Presença de requisitos para concessão de liminar. O cidadão hipossuficiente, nos termos da Constituição da República, quando não lhe for oferecido tratamento no lugar onde mora, possui o direito líquido e certo de obter do Poder Público, passagens e diárias para Tratamento Fora do Domicílio ¿ TFD, caso necessário. Presente os requisitos, a concessão da liminar que garanta o tratamento médico ou a sua continuidade é medida que se impõe. ¿ (Ag. Regimental, N. 00067392020118220000, Rel. Des. Renato Martins Mimessi, J. 19/08/2011). ¿Agravo do art. 557 do CPC. Saúde. Fornecimento de medicamento. DECISÃO colegiada. Multa por descumprimento. Revogação. Honorários à Defensoria Pública. Responsabilidade solidária. O artigo 557 do CPC autoriza negar seguimento ao recurso quando manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou que esteja em confronto com súmula ou com jurisprudência do respectivo Tribunal, STF, STJ, ou Tribunal Superior. Não há motivos para revogação de sanção em caso de descumprimento da segurança concedida. A penalização apenas cria forma de garantir efetividade ao cumprimento da DECISÃO. Nos termos da Súmula do STJ, Enunciado 421, os honorários não são devidos quando a Defensoria Pública atua contra pessoa jurídica de direito público a qual pertença. A responsabilidade da União, Estado, Distrito Federal e Municípios é solidária em se tratando de serviço de saúde pública. Não há como fracionar a responsabilidade destes entes federativos, não cabe aos necessitados procurar de qual ente público é a competência para disponibilizar o tratamento de que necessita. ¿ (Não Cadastrado, N. 00000907920118220019, Rel. Des. Eurico Montenegro, J. 29/11/2012)DISPOSITIVO: Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para determinar aos Requeridos que atendam a necessidade do Requerente quanto os fármacos receitados em controle a doença que é portador, com a urgência que requer a medida, confirmando a antecipação da tutela anteriormente deferida. Sem honorários e custas judiciais em razão da tramitação do feito sob o crivo da justiça gratuita. SENTENÇA não sujeita a reexame necessário, na forma do artigo 475 do Código de Processo Civil. Decorrido o prazo para recurso voluntário, certifique-se e arquive-se. P. R. I. Porto Velho-RO, quarta-feira, 29 de janeiro de 2014. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de DireitoRECEBIMENTOAos ____ dias do mês de Janeiro de 2014. Eu, _____ Silvia Assunção Ormonde - Escrivã(o) Judicial, recebi estes autos.

Proc.: 0013674-05. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Joaquim dos Santos
Advogado: Sérgio Muniz Neves ( )
Requerido: Município de Porto Velho RO
Advogado: Carlos Dobbis (OAB/RO 127), Geane Pereira da Silva Goveia (OAB/RO 2536)

DECISÃO:
DECISÃO: Vieram os autos conclusos para SENTENÇA. Entretanto, a fim de propiciar uma prestação jurisdicional mais adequada e efetiva, observando preceitos de índole constitucional, tenho por bem em converter o julgamento do feito em diligência determinando que algumas providências sejam adotadas pela parte autora. Em uma análise mais aprofundada sobre o tema, percebe-se que o fornecimento de fraldas não constitui, na essência, despesas atribuídas à política de saúde pública, mas sim uma ação de natureza mista, inerente à assistência social, destinando-se a proporcionar uma melhor condição de vida ao doente ou portador de necessidades especiais. Neste sentindo, temos que a aquisição de fraldas é um fato comum nas famílias de recém-nascidos ou de portadores de necessidades ocasionais ou permanentes, sem inserção no fundamento de direito à saúde de forma a exigir o material do Município; ademais, é certo que a fralda descartável é produto comercial da vida moderna de uso descartável de modo a evitar maior trabalho aos familiares ou desconforto ao necessitado. Por esta razão, temos que o fornecimento de fraldas por parte do ente federativo constitui, em essência, a minoração das despesas correntes do doente e de sua família com a aquisição do produto que visa a melhoria das suas condições de vida diária. A bem da verdade, estamos falando de uma necessidade relativa do doente, do paciente, associada ao conforto familiar e a redução da despesas com tal custeio. Como bem assinalado por todo o ordenamento jurídico pátrio, a saúde é direito de todos como assinalado constitucionalmente; não existe qualquer dúvida acerca disso. O que buscamos no caso vertente é avaliar a efetiva necessidade financeira do autor de ter esse conforto/bem estar com o fornecimento de fraldas financiado pelo ente federativo, considerando que os recursos são limitados e as necessidades ilimitadas. A análise da concessão de um benefício desta espécie deve ser feita com bastante cautela e prudência, considerando que ao se determinar que o ente federativo forneça fraldas, estamos tirando recursos que poderiam ser utilizados em tratamentos médicos, com preservação de vidas, melhor aparelhamento de hospitais, alimentação dos doentes internados ETC. E assim cabe ao magistrado a difícil tarefa de ponderar a esse respeito e avaliar a efetiva necessidade do requerente. Sendo assim, determino que sejam prestadas, no prazo de 5 dias, informações adicionais por parte do autor para melhor instrução do feito e análise do pedido inicial. Informe o autor a profissão em que se deu a aposentação, indicando e comprovando o respectivo rendimento mensal, já que tais dados não foram informados na peça vestibular; Apresente ao juízo a consistência financeira da família, salientando que o autor na peça vestibular informa ser casado, informando se possui bens tais como imóvel próprio e veículo automotor, motocicleta ETC. Saliento que as informação de dados falsos, inverídicos ou incorretos quando da prestação das informações acima constituirá alteração de fatos relevantes para a DECISÃO judicial, constituindo fato típico, sujeito às sanções penais cabíveis. P. I. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: 0002356-25. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Ação Civil de Improbidade Administrativa
Requerente: Ministério Público do Estado de Rondônia
Requerido: Dionizio Rodrigues Lopes, Mário André Calixto, José Miguel Saud Morheb, Higiprest Serviços de Limpeza Ltda Epp, Contrat Serviços Especializados Ltda Me

DECISÃO:
DECISÃO: Sobrevem aos autos pedido de indisponibilidade dos bens de JOSÉ MIGUEL SAUD MORHEB formulado pelo Autor, informando que, em cumprimento a determinação do Juízo da 1a Vara Criminal desta Comarca, foi apreendido a quantia de cerca de R$ 432. 000, 00 (quatrocentos e trinta e dois mil reais) na residência do requerido José Miguel Saud Morheb. Sustenta que há necessidade de que a indisponibilidade da esfera criminal seja estendido à esfera cível, considerando que a quantia pode, se liberada pelo juízo criminal, ser ocultada pelo requerido e, na hipótese de eventual condenação pelo juízo cível, a mesma terá sua execução frustrada. Pois bem. Temos que a indisponibilidade dos bens tem como FINALIDADE garantir que eventual condenação que o requerido venha a sofrer possa ser satisfeita; sendo assim, tal indisponibilidade deve estar diretamente relacionada e ser proporcional ao eventual valor da condenação, devendo haver correlação entre o valor a que possa vir a ser condenado para ressarcimento ao erário e a reserva patrimonial do requerido. Analisando o pedido inicial, vemos que, no que tange ao pedido de ressarcimento ao erário, não há qualquer indicação de qual a importância pretendida, havendo pedido de condenação em Danos Materiais e Danos Morais arbitrados pelo juízo. Diante desta análise, não há como o juízo deferir o pleito do autor, por ausência de elementos que justifiquem a aplicação da medida. A referencia a danos morais coletivos não se presta a fixar arbitrariamente o valor. Imperativo ao Autor identificar o quatum do dano efetivo ao erário para referencia de valor pra a determinação da indisponibilidade, pois é indicada conduta relacionada a danos efetivos. Diante de todo exposto: 1) INDEFIRO O PEDIDO DE INDISPONIBILIDADE DE BENS requerido pelo Ministério Público às fls. 35/63, considerando a inexistencia atual de referencia de valor de modo a permitir impor eventual indisponibilidade ao correspondente ap presumido prejuízo ao erário. 2) Manifeste-se o Ministério Público acerca do pedido de conexão formulado pelo Estado às fls. 303. 3) Certifique o cartório acerca da notificação prévia de todos os requeridos, bem como acerca da manifestação dos mesmos nos autos. P. I. Porto Velho-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: 0022315-16. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Município de Porto Velho RO
Advogado: Salatiel Lemos Valverde (OAB/RO 1998)
Requerido: Jose Claudio de Lima Batista
Advogado: Edvaldo Caires Lima (OAB/RO 306)
SENTENÇA:
Posto isso, em face do não cumprimento da determinação judicial, julgo extinto o presente processo, sem resolução do MÉRITO, com fulcro no art. 267, III, § 1º do Código de Processo Civil. Condeno a parte Autora em honorários que fixo em R$ 680, 00. Sem custas. Sem reexame necessário, após certifique-se e arquive-se. P. R. I. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: 0001931-61. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Mandado de Segurança
Impetrante: Cleuber Castro de Souza
Advogado: Gabriela Mascarenhas de Castro Souza (OAB/DF 33099)
Impetrado: Superintendencia Estadual de Recursos Humanos da Secretaria de AdministraÇÃo
DESPACHO:
Emende o autor a inicial, para indicar corretamente o pólo passivo da ação, bem como para que conste em em litisconsórcio passivo necessário o ente público a qual está subordinada a autoridade coatora, para o regular trâmite do feito. Prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: 0001917-77. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Francisca Paula da Conceição Lobato
Advogado: Sérgio Muniz Neves ( )
Requerido: Estado de Rondônia
DESPACHO:
Dessa forma, INDEFIRO por ora o pedido de antecipação de tutela, por não possuir adequação ao artigo 273, I, CPC, podendo ser analisada em momento oportuno, visto a necessidade de maiores informações sobre tratamento de alto custo, não disponibilizado na rede pública. Em consequência, determino a intimação do Estado de Rondônia, para que em contestação preste informações pertinentes ao fornecimento do componente básico da Assistência Farmacêutica TERIPARATIDA (Forteo), na rede pública de Saúde. Nas informações deverão constar a possibilidade de fornecer o fármaco em questão, caso contrário apontar tratamento alternativo ao caso na rede pública de saúde (se existente); Se o seu fornecimento comtempla o CID da osteoporose; Sobre a existência de convênios com hospitais privados no Estado de Rondônia ou fora dele, que disponibilizem o medicamento; Dizer ainda se já houve dispensação de Teriparatida/Forteo para outros pacientes através da SESAU, assim como se há uma lista de pessoas esperando pelo mesmo medicamento. Cite-se para contestar. Após a réplica e especificação de provas. Cite-se. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: 0001239-62. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Reintegração / Manutenção de Posse
Requerente: Adair Irber
Advogado: Fernando Bertuol Pietrobon (OAB/RO 4755)
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Juraci Jorge da Silva (OAB/RO 528)
DESPACHO:
Os autos vieram em redistribuição, em razão da declaração de incompetência da Justiça Federal para processar e julgar o feito. Assim, intimem-se as partes para dar ciência sobre a remessa do feito e dizer em termos de prosseguimento do feito. Prazo: 10 dias, sob pena de indeferimento da inicial. Int. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: 0001238-77. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Reintegração / Manutenção de Posse
Requerente: Emir Bruneto dos Santos
Advogado: Fernando Bertuol Pietrobon (OAB/RO 4755)
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Juraci Jorge da Silva (OAB/RO 528)
DESPACHO:
Os autos vieram em redistribuição, em razão da declaração de incompetência da Justiça Federal para processar e julgar o feito. Assim, intimem-se as partes para dar ciência sobre a

remessa do feito e dizer em termos de prosseguimento do feito. Prazo: 10 dias, sob pena de indeferimento da inicial. Int. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: 0022314-94. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Ação Civil Pública
Requerente: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Luciana Nicolau de Almeida ( )
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Juraci Jorge da Silva (OAB/RO 528), Sávio de Jesus Gonçalves (OAB/RO 519A)
SENTENÇA:
RELATÓRIO: Trata-se de AÇÃO CIVIL PÚBLICA proposta pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA em favor de CARLITO FRANCISCO GOMES para reclamar seja imposto ao ESTADO DE RONDÔNIA o fornecimento de medicamentos. Afirma o autor ser usuário do Sistema Único de Saúde, tendo sofrido, no mês de março/2011, Acidente Vascular Encefálico Isquêmico (CID 10 I69. 4), tratando-se de Acidente Vascular Cerebral (AVC), popularmente conhecido como derrame. Informa que seus principais sintomas são a diminuição ou perda súbita da força no braço, perna e face de um lado do corpo, alteração da sensibilidade, perda repentina da visão de um olho ou ambos, modificação aguda da fala, dor de cabeça inesperada sem causa aparente e desequilíbrio associado a náuseas ou vômitos, destacando-se, como maiores complicações, dificuldade para se alimentar e na fala, constipação intestinal, epilepsia vascular, depressão, podendo levar a morte, necessitando fazer uso contínuo do farmáco CLOPIDOGREL 75 mg. Sustenta que o medicamento citado já lhe era fornecido pela rede pública de saúde junto à Policlínica Oswaldo Cruz, sendo que há cerca de um ano não consegue obtê-lo por falta do medicamento no estoque da unidade hospitalar, informando ainda não dispor de condições financeiras para adquirir o medicamento. Às fls. 36/38 foi deferido o pedido de antecipação dos efeitos da tutela. Informação prestada pelo Secretário de Estado de Saúde às fls. 41, em 18/11/2013 cientificando o juízo que o Estado de Rondônia estava adotando as providências necessárias para a aquisição das medicações de sua responsabilidade. Manifestação do Ministério Público afirmando que a falta de medicamento para dispensação decorre da falta de programação do ente estatal na aquisição regular do farmaco. Novamente intimado para cumprir a determinação judicial, cerca de dois meses após o deferimento da tutela antecipada, o Estado de Rondônia apresenta manifestação, na forma de Contestação. Nesta ocasião, informa que, no que tange à tutela antecipada, oficiou à Sesau para que fosse cumprida a DECISÃO, bem como fosse prestadas as devidas informações em juizo, sem que tenha obtido resposta. No que tange à contestação em si, O ESTADO DE RONDÔNIA (fls. 46/51), afirma que não cabe ao Poder Judiciário se ingerir na definição das políticas públicas nos erviços de saúde, em respeito ao orçamento público e que, dentro de suas possibilidades, vem tentando prestar adequadamente o serviço público de saúde, em observância ao Princípio da legalidade estrita, pugnando pela improcedência do pedido. Desnecessária a apresentação de Réplica, considerando que não foram invocadas preliminares pelo Estado, nem mesmo juntado documentos novos. Pela análise do feito, vemos que o mesmo comporta julgamento antecipado da lide, considerando tratar-se de matéria unicamente de direito. Vieram os autos conclusos. É o RELATÓRIO. FUNDAMENTAÇÃO: Trata-se de paciente portador de Hipertensão, com histórico de patologia pregressa de AVC há cerca de 2 anos, necessitando obter dispensação do medicamento CLOPIDOGREL 75mg, de uso contínuo. MÉRITO: O direito a saúde está amparado pela Magna Carta quando em seu art. 96, reza: ”A saúde de todos é dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas, que visem à redução do risco de doença e outros agravos e ao acesso universal e igualitária às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”. O artigo 197 da CF/88 ressalta ainda: ¿São de relevância pública às ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público, nos termos da Lei, sob sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros, e, também por pessoa física ou jurídica de direito privado. ¿Dessa forma, o direito à saúde integra os Princípios Fundamentais contidos no art. 1º da Magna Carta, em especial, o art. 5º que dá ao cidadão o direito à vida e a saúde, como bem maior do homem, está diretamente ligada ao direito à vida. Anota-se, que em razão da doença, o paciente é usuário do Sistema Único de Saúde, sujeitando-se as suas regras de controle da destinação e uso dos medicamentos, contudo não podendo aguardar por tempo indeterminado. Nesse seguimento, é o entendimento do e. TJRO: ¿Fornecimento gratuito de remédio. Direito à saúde. Impetrante portador de doença grave. Indisponibilidade do medicamento na rede pública. O direito à saúde está assegurado na Constituição Federal (art. 196) e na Constituição Estadual (art. 236). Demonstrada a necessidade do medicamento para tratamento de doença grave, deve o Estado fornecê-lo, sendo injustificável a sua omissão com o argumento de indisponibilidade do remédio no cadastro de registro de preços e por não ser um daqueles de uso padronizado pelo sistema de saúde. ACÓRDÃO: VISTOS, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores da 2ª Câmara Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, em, POR UNANIMIDADE, CONCEDER A SEGURANÇA. Porto Velho, 4 de abril de 2006. DESEMBARGADOR RENATO MIMESSI PRESIDENTE E RELATOR. ¿ (TJ/RO 200. 000. 2005. 008771-1)¿PROCURADOR DE JUSTIÇA Agravo regimental em mandado de segurança. Condições orçamentárias do Estado em arcar com custo de tratamento terapêutico. Presença de requisitos para concessão de liminar. O cidadão hipossuficiente, nos termos da Constituição da República, quando não lhe for oferecido tratamento no lugar onde mora, possui o direito líquido e certo de obter do Poder Público, passagens e diárias para Tratamento Fora do Domicílio ¿ TFD, caso necessário. Presente os requisitos, a concessão da liminar que garanta o tratamento médico ou a sua continuidade é medida que se impõe. ¿ (Ag. Regimental, N. 00067392020118220000, Rel. Des. Renato Martins Mimessi, J. 19/08/2011). ¿Agravo do art. 557 do CPC. Saúde. Fornecimento de medicamento. DECISÃO colegiada. Multa por descumprimento. Revogação. Honorários à Defensoria Pública. Responsabilidade solidária. O artigo 557 do CPC autoriza negar seguimento ao recurso quando manifestamente inadmissível, improcedente, prejudicado ou que esteja em confronto com súmula ou com jurisprudência do respectivo Tribunal, STF, STJ, ou Tribunal Superior. Não há motivos para revogação de sanção em caso de descumprimento da segurança concedida. A penalização apenas cria forma de garantir efetividade ao cumprimento da DECISÃO. Nos termos

da Súmula do STJ, Enunciado 421, os honorários não são devidos quando a Defensoria Pública atua contra pessoa jurídica de direito público a qual pertença. A responsabilidade da União, Estado, Distrito Federal e Municípios é solidária em se tratando de serviço de saúde pública. Não há como fracionar a responsabilidade destes entes federativos, não cabe aos necessitados procurar de qual ente público é a competência para disponibilizar o tratamento de que necessita. ¿ (Não Cadastrado, N. 00000907920118220019, Rel. Des. Eurico Montenegro, J. 29/11/2012)DISPOSITIVO: Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para determinar ao Requerido que atenda a necessidade do Requerente quanto ao fármaco receitado em controle a doença que é portador, com a urgência que requer a medida, confirmando a antecipação da tutela anteriormente deferida. Sem honorários e custas judiciais em razão da tramitação do feito sob o crivo da justiça gratuita. SENTENÇA não sujeita a reexame necessário, na forma do artigo 475 do Código de Processo Civil. Decorrido o prazo para recurso voluntário, certifique-se e arquive-se. Intime-se, pessoalmente, o Secretario Estadual de Saude para que cumpra, no prazo de 72 horas, a DECISÃO que concedeu a tutela antecipada, considerando que já houve decurso temporal suficiente para a adoção das medidas inerentes ao procedimento licitatório, considerando que a intimação da DECISÃO se deu em novembro de 2013, sob pena de ser aplicada multa pessoal em relação ao mesmo. P. R. I. Porto Velho-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: 0024376-44. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Município de Porto Velho - RO
Advogado: Salatiel Lemos Valverde (OAB/RO 1998)
Requerido: Jose de Arimateia Lima de Andrade
DESPACHO:
Chamo o feito a ordem para: Considerando a conveniência de tentar resolução conciliada da demanda, designo audiência para o dia 21/02/2014 as 09h00. Intimem-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: 0024375-59. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Município de Porto Velho - RO
Advogado: Salatiel Lemos Valverde (OAB/RO 1998)
Requerido: Neuton Gomes Lima
DESPACHO:
Chamo o feito a ordem para: Considerando a conveniência de tentar resolução conciliada da demanda, designo audiência para o dia 21/02/2014 as 09h00. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: 0024373-89. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Município de Porto Velho - RO
Advogado: Salatiel Lemos Valverde (OAB/RO 1998)
Requerido: Angela Maria Diniz da Silva
Advogado: Defensoria Publica ( )
DESPACHO:
Chamo o feito a ordem para: Considerando a conveniência de tentar resolução conciliada da demanda, designo audiência para o dia 21/02/2014 as 09h00. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: 0013823-98. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Município de Porto Velho RO
Advogado: Waldecy dos Santos Vieira ( )
Requerido: Eva Crispin Ferreira
Advogado: Defensoria Publica ( )
SENTENÇA:
Posto isso, em face do não cumprimento da determinação judicial, julgo extinto o presente processo, sem resolução do MÉRITO, com fulcro no art. 267, III, § 1º do Código de Processo Civil. Condeno a parte Autora em honorários que fixo em R$ 680, 00. Sem custas. Sem reexame necessário, após certifique-se e arquive-se. P. R. I. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: 0013822-16. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Município de Porto Velho RO
Advogado: Waldecy dos Santos Vieira ( ), Mário Jonas Freitas Guterres (RO 272-b)
Requerido: Jonas Silva de Souza
Advogado: Defensoria Publica ( )
SENTENÇA:
Posto isso, em face do não cumprimento da determinação judicial, julgo extinto o presente processo, sem resolução do MÉRITO, com fulcro no art. 267, III, § 1º do Código de Processo Civil. Condeno a parte Autora em honorários que fixo em R$ 680, 00. Sem custas. Sem reexame necessário, após certifique-se e arquive-se. P. R. I. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: 0013820-46. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Município de Porto Velho RO
Advogado: Waldecy dos Santos Vieira ( )
Requerido: MARIA DINAIRES DA SILVA
Advogado: Defensoria Publica ( )
SENTENÇA:
Posto isso, em face do não cumprimento da determinação judicial, julgo extinto o presente processo, sem resolução do MÉRITO, com fulcro no art. 267, III, § 1º do Código de Processo Civil. Condeno a parte Autora em honorários que fixo em R$ 680, 00. Sem custas. Sem reexame necessário, após certifique-se e arquive-se. P. R. I. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: 0013817-91. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Município de Porto Velho RO
Advogado: Waldecy dos Santos Vieira ( ), Mário Jonas Freitas Guterres (RO 272-B)
Requerido: Raimundo Cardoso de Moura
Advogado: Defensoria Publica ( )
DESPACHO:
Chamo o feito a ordem para: Considerando a conveniência de tentar resolução conciliada da demanda, designo audiência para o dia 21/02/2014 as 09h00. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: 0001237-92. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Reintegração / Manutenção de Posse
Requerente: Gilberto Francisco de Luna
Advogado: Fernando Bertuol Pietrobon (OAB/RO 4755)
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Juraci Jorge da Silva (OAB/RO 528)
DESPACHO:
Chamo o feito a ordem para: Considerando a conveniência de tentar resolução conciliada da demanda, designo audiência para o dia 21/02/2014 as 09h00. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: 0024776-24. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Mandado de Segurança
Impetrante: Ednei Lima Pinheiro
Advogado: Reginaldo Ferreira Lima (OAB/RO 2118)
Impetrado: Presidente da Câmara Municipal de Porto Velho RO
DESPACHO:
Por todo o exposto, INDEFIRO A LIMINAR, pois inexistentes seus elementos autorizadores segundo a via eleita. Notifiquem-se as Autoridade Coatora e o Município de Porto Velho para as informações que entenderem necessárias no prazo legal. Após ao Ministério Público para parecer. Intime-se. Porto Velho-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: 0012627-93. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Ação Civil Pública
Requerente: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Atilla Augusto da Silva Sales ( )
Requerido: Município de Porto Velho RO
Advogado: Carlos Dobbis (OAB/RO 127)
DESPACHO:
VISTOS, O Município junta petição apresentando informações de que a estrada vicinal em litigio, Linha C-10, BR 319, Gleba União, Zona Rural encontra-se com 30 carradas de cascalho e 1 Km da linha já em estruturação (fls. 72/74). Diz ainda, que apenas 7 Km da área é de responsabilidade do edil e que o restante é de reserva do Estado de Rondônia. Assim, desse vistas ao Ministério Público para manifestar-se; Intimando-se a Municipalidade de que o prazo para contestação deverá correr normalmente, devendo os autos serem contestados; Após venham conclusos para análise do pedido de tutela antecipada. Intime-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: 0001925-54. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Ação Civil Pública
Requerente: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Shalimar Christian Priester Marques ( )
Requerido: Estado de Rondônia
DESPACHO:
Face ao exposto, INDEFIRO por ora a Antecipação da Tutela, sem prejuízo de ser analisada posteriormente, por não ver preenchidos os requisitos do artigo 273, CPC. Intime-se o requerido para que, no prazo de 05 dias, informe a disponibilidade voluntária de Dieta Hipercalórica, frascos e equipos ao requerente mediante atendimento pela rede pública de saúde, sobre o local de retirada, cadastramento, e condições para o fornecimento, caso o pedido seja admitido. Para que informe ainda se há dieta alternativa para o caso do paciente fornecido pelo SUS. Diga ainda se há uma lista de espera pelo mesmo tipo de alimentação e se já foi disponibilizado pela SESAU para outros pacientes. Consigna já este juízo que a concessão de medicamentos e outros materiais de uso contínuo ao se vincular ao sistema de política pública de saúde deve ter acompanhamento e controle na dispensação, não sendo recomendável a entrega em grande quantidade ou estoque, e no caso do Estado a inclusão do usuário pelo Programa SAMD. Cite-se o demandado, com as advertências legais, para, se quiser, responder a demanda. Notifique o Secretário Estadual de Saúde para tomar conhecimento desta DECISÃO, bem como, adotar as providências necessárias ao seu cumprimento. Cite-se. Intimem-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa Juiz de Direito

Proc.: 0025685-66. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Cautelar Inominada (Cível)
Requerente: Riberval Saraiva da Silva
Advogado: Renan Thiago Pasqualotto Silva (OAB/RO 6017), Eduardo Abílio K. Diniz (OAB/DF 26671), Edson Antônio Sousa Pinto (OAB/RO 4643), Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546)
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Juraci Jorge da Silva (OAB/RO 528)
DESPACHO:
Deste modo, ausente na espécie a probabilidade do direito alegado, INDEFIRO o pedido liminar. Aguarde-se o prazo de contestação do Estado, visto que já houve expedição de mandado. Defiro a gratuidade de justiça. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0015455-96. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Lucas de Souza
Advogado: Danielle Rosas Garcez Bonifácio de Melo Dias (OAB/RO 2353)
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Evanir Antônio de Borba (OAB/RO 776), Haroldo Batisti (OAB/RO 2535)
SENTENÇA:
Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido do autor. Condeno o Autor no pagamento de honorários advocatícios que fixo em R$ 680, 00, Código de Processo Civil e custas, contudo obedecerá ao estatuído no artigo 11, da Lei n. 1. 060/50, em razão da atuação sob o crivo da gratuidade judiciária. SENTENÇA não sujeita a reexame necessário. P. R. I. C. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0011612-26. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Vagno Goulart Mariano
Advogado: Danielle Rosas Garcez Bonifácio de Melo Dias (RO 2353)
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: EVANIR ANTONIO BORBA (OAB/RO 776)
SENTENÇA:
Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido do autor. Condeno o Autor no pagamento de honorários advocatícios que fixo em R$ 680, 00, Código de Processo Civil e custas,

contudo obedecerá ao estatuído no artigo 11, da Lei n. 1. 060/50, em razão da atuação sob o crivo da gratuidade judiciária. SENTENÇA não sujeita a reexame necessário. P. R. I. C. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0001692-57. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Ação Civil Pública
Requerente: Associação dos Praças e Familiares da Policia e Bombeiro Militar do Estado de Rondônia
Advogado: Graciliano Ortega Sanchez (OAB/RO 5194)
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Juraci Jorge da Silva (OAB/RO 528)
SENTENÇA:
SENTENÇA: VISTOS, ETC. ASSOCIAÇÃO DOS PRAÇAS E FAMILIARES DA POLÍCIA E BOMBEIRO MILITAR DO ESTADO DE RONDÔNIA promove a presente AÇÃO CIVIL PÚBLICA em face do ESTADO DE RONDÔNIA, objetivando a reforma da base policial localizada em Colina Verde, interior deste Estado. Relata a Autora o descompromisso do Réu em relação aos servidores públicos, especificamente em relação aos militares, pois laboram sem as mínimas condições de trabalho a considerar Quartel da Polícia Militar localizado em Colina Verde, onde as paredes estão rachadas e o reboco está caindo, as cadeiras com seus acolchoados rasgados e tomados por fungo, falta de ar condicionado em salas, banheiro inutilizável, parte elétrica com problemas, ficando visível a impossibilidade de abrigar seres humanos naquele local e falta de uma reserva de armamento adequado para guardar o material bélico, razão pela qual afirma que devem ser tomadas providências pelo réu para que providencie local adequado para que os militares possam desempenhar suas funções. Afirma que os militares que ali trabalham não são respeitados nos termos da Norma Regulamentadora n. 24, que trata das condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho. Com a inicial de fls. 02/39, vieram os documentos 40/65, onde são juntadas fotografias do local mencionado, tendo sido requerida a concessão dos benefícios da gratuidade de justiça. Brevemente relatados, passo a decidir. A matéria aqui tratada já é conhecida por este juízo, já existindo, inclusive, entendimento firmado no sentido da sua improcedência, conforme SENTENÇA a seguir transcrita proferida nos autos do Processo nº 0003624-17. 2013. 8. 22. 0001. Sendo assim, estabelece o artigo 285-A do Código de Processo Civil que, quando a matéria controvertida for unicamente de direito e ho juízo já houver sido proferida SENTENÇA de total improcedência em outros casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida SENTENÇA, reproduzindo-se o teor da anteriormente prolatada. Associação dos Praças e Familiares da Polícia e Bombeiro Militar do Estado de Rondônia propõe Ação Civil Pública pretendendo impor ao Estado de Rondônia, readequação da estruturação física do Quartel da Polícia Militar de Castanheiras, Rondônia. PRELIMINAR legitimidade Ativa de Parte: Sem razão o Requerido, a legitimidade para figurar no polo ativo da presente ação é patente diante do exercício da função institucional e a teor do art. 3º do seu Estatuto e na orientação do e. TJRO: A associação, legalmente constituída há pelo menos um ano, tem legitimidade para propor ação civil pública com vista à defesa dos direitos dos consumidores, assim entendidos os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato, como ocorre em se tratando de propaganda enganosa. (N. 01408276520068220001, Rel. Des. Raduan Miguel Filho, J. 22/05/2012). MÉRITO O cerne da questão cinge-se em falta de condições de trabalho em razão do ambiente, pois trata-se de estrutura em madeira, onde os banheiros estão em péssimas condições de uso, iluminação inadequada, infiltrações, mofos, vazamentos, fiação elétrica exposta, necessitando reforma urgente. O Estado de Rondônia relata ações no sentido de atendimento à necessidade reclamada pelo Autor, discorrendo a respeito da matéria e as limitações enfrentadas, impondo eleições de prioridades e otimização dos recursos, ressaltando, ainda, a impossibilidade de interferência entre os poderes em se tratando de ações próprias do executivo. Pois bem. Inicialmente, é preciso que se registre ser absolutamente lastimável a condição do prédio onde funciona o Quartel de Castanheiras. As fotos acostadas aos autos denunciam as condições precárias de trabalho, com instalações que deixam muito a desejar em se tratando de serviço de interesse de toda a coletividade. O imóvel mais se assemelha a barraco, distanciando-se muito do padrão mínimo esperado para um local que presta serviço público. Essa é a realidade fática. Contudo, em termos de atuação do Poder Judiciário há certos limites que precisam ser reavivados. Atualmente, cresce o fenômeno da Judicialização, muito em função de uma postura mais ativista que o Judiciário tem desempenhado. Entretanto, a situação parece estar fugindo dos limites do razoável. Aportam demandas que vão desde pedidos de asfaltamento de determinada via pública, à implementação de políticas de vasta complexidade, como se o Judiciário detivesse a solução para todos os problemas estruturais do Estado. Ao que parece, chegamos ao ponto de ruptura onde é necessário recolocar as competências em seus devidos lugares porque hoje os cidadãos não mais buscam a solução de suas questões junto ao Administrador Público, eleito democraticamente para tomas as decisões políticos administrativas, promovendo o bem comum. As questões são trazidas, muitas vezes, diretamente ao Judiciário, sem sequer passar pela esfera adequada. Não se está dizendo que o Judiciário não possa intervir em nenhuma situação. É inegável que sempre existirão omissões do Administrador que comportarão intervenção judicial para recompor graves violações a direitos. No entanto, há sempre que se resgatar a noção básica de que o Poder Judiciário tem por função institucional aplicar a lei. Ao Executivo é que compete traçar as diretrizes para otimizar os recursos e eleger, dentre as várias necessidades que lhe são postas, quais são prioritárias e quais podem esperar um pouco mais. É preciso relembrar que pela técnica processual o Juiz deve decidir de acordo com o que está nos autos. Contudo, a princípio, não é possível trazer aos autos a imensa gama de demandas que todos os dias aportam ao Executivo. Se a situação de Castanheiras é lamentável, que se dirá da situação dos presídios, dos hospitais, de algumas escolas, todos a exigir atenção e investimentos do Poder Executivo. Determinar alguma ação em prol de qualquer unidade administrativa é retirar recursos já destinados a outra atividade de igual ou maior importância. Como poderia o Judiciário que tem apenas a visão micro, ou seja, a visão do que é trazido para os autos, tomar uma DECISÃO que exige conhecimento do contexto macro, isto é, de todas as estruturas, das necessidades de cada uma, e dos recursos disponíveis. É para tomar esse tipo de DECISÃO que são eleitos democraticamente os políticos e se as atuações destes deixam a desejar a discussão deve ser feita no campo adequado e não dentro de um processo judicial. Como já dito, a intervenção

judicial em políticas públicas que deveria ser resguardada como medida de exceção, vem sendo imposta como regra pelos mais variados seguimentos da sociedade, todos preocupados em melhorar sua própria condição, sem contudo ater-se ao contexto socialmente relevante: o bem comum, o bem de todos. Vejo com preocupação a crescente Judicialização de muitas questões práticas da vida quotidiana de cada Secretaria. Hoje chegou-se ao ponto de pedir ao Judiciário correção de instalações elétricas na recém-inaugurada Central de Polícia. Repito: não é o Juiz quem possui atribuição constitucional para determinar atenção aos problemas micro de cada segmento. Questões pontuais devem ser tratadas dentro da esfera de atribuição de cada secretaria e não no Judiciário. Necessário trazer a colação alguns conceitos de políticas públicas: Rodolfo de Camargo Mancuso "a política pública pode ser considerada como a conduta comissiva ou omissiva da Administração Pública, em sentido largo, voltada à consecução de programa ou meta preVISTOSem norma constitucional ou legal, sujeitando-se ao controle jurisdicional amplo e exauriente, especialmente no tocante à eficiência dos meios empregados e à avaliação dos resultados alcançados" (cf. Controle judicial das chamadas políticas públicas. In: MILARÉ, Edis, Coordenador. Ação civil pública: Lei 7. 347/1985 – 15 anos. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2001. p. 730). Oswaldo Canela Junior: Por política estatal – ou políticas públicas – entende-se o conjunto de atividades do Estado tendentes a seus fins, de acordo com metas a serem atingidas. Trata-se de um conjunto de normas (Poder Legislativo), atos (Poder Executivo) e decisões (Poder Judiciário) que visam à realização dos fins primordiais do Estado. (in: A efetivação dos direitos fundamentais através do processo coletivo: um novo modelo de jurisdição. (http: //www. teses. usp. br/teses/ disponiveis/2/2137/tde-03062011-114104/pt-br. php)Na DECISÃO ADPF 45-9, Supremo Tribunal Federal traçou os limites da atuação Judicial no campo de políticas pública. Naquela ocasião, posicionando-se favoravelmente ao controle de políticas públicas, o Min. Celso de Mello pontuou com precisão: É certo que não se inclui, ordinariamente, no âmbito das funções institucionais do Poder Judiciário e nas desta Suprema Corte, em especial, a atribuição de formular e de implementar políticas públicas (JOSÉ CARLOS VIEIRA DE ANDRADE, "Os Direitos Fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976", p. 207, item n. 05, 1987, Almedina, Coimbra), pois, nesse domínio, o encargo reside, primariamente, nos Poderes Legislativo e Executivo. Tal incumbência, no entanto, embora em bases excepcionais, poderá atribuir-se ao Poder Judiciário, se e quando os órgãos estatais competentes, por descumprirem os encargos político-jurídicos que sobre eles incidem, vierem a comprometer, com tal comportamento, a eficácia e a integridade de direitos individuais e/ou coletivos impregnados de estatura constitucional, ainda que derivados de cláusulas revestidas de conteúdo programático. Cabe assinalar, presente esse contexto – consoante já proclamou esta Suprema Corte – que o caráter programático das regras inscritas no texto da Carta Política "não pode converter-se em promessa constitucional inconsequente, sob pena de o Poder Público, fraudando justas expectativas nele depositadas pela coletividade, substituir, de maneira ilegítima, o cumprimento de seu impostergável dever, por um gesto irresponsável de infidelidade governamental ao que determina a própria Lei do Estado" (RTJ 175/1212-1213, Rel. Min. CELSO DE MELLO). […] Não deixo de conferir, no entanto, assentadas tais premissas, significativo relevo ao tema pertinente à "reserva do possível" (STEPHEN HOLMES/CASS R. SUNSTEIN, "The Cost of Rights", 1999, Norton, New York), notadamente em sede de efetivação e implementação (sempre onerosas) dos direitos de segunda geração (direitos econômicos, sociais e culturais), cujo adimplemento, pelo Poder Público, impõe e exige, deste, prestações estatais positivas concretizadoras de tais prerrogativas individuais e/ou coletivas. […] A meta central das Constituições modernas, e da Carta de 1988 em particular, pode ser resumida, como já exposto, na promoção do bem-estar do homem, cujo ponto de partida está em assegurar as condições de sua própria dignidade, que inclui, além da proteção dos direitos individuais, condições materiais mínimas de existência. Ao apurar os elementos fundamentais dessa dignidade (o mínimo existencial), estar-se-ão estabelecendo exatamente os alvos prioritários dos gastos públicos. Apenas depois de atingi-los é que se poderá discutir, relativamente aos recursos remanescentes, em que outros projetos se deverá investir. O mínimo existencial, como se vê, associado ao estabelecimento de prioridades orçamentárias, é capaz de conviver produtivamente com a reserva do possível. Vê-se, pois, que os condicionamentos impostos, pela cláusula da "reserva do possível", ao processo de concretização dos direitos de segunda geração – de implantação sempre onerosa –, traduzem-se em um binômio que compreende, de um lado, (1) a razoabilidade da pretensão individual/social deduzida em face do Poder Público e, de outro, (2) a existência de disponibilidade financeira do Estado para tornar efetivas as prestações positivas dele reclamadas. […] É que, se tais Poderes do Estado agirem de modo irrazoável ou procederem com a clara intenção de neutralizar, comprometendo- a, a eficácia dos direitos sociais, econômicos e culturais, afetando, como decorrência causal de uma injustificável inércia estatal ou de um abusivo comportamento governamental, aquele núcleo intangível consubstanciador de um conjunto irredutível de condições mínimas necessárias a uma existência digna e essenciais à própria sobrevivência do indivíduo, aí, então, justificar-se-á, como precedentemente já enfatizado – e até mesmo por razões fundadas em um imperativo ético-jurídico –, a possibilidade de intervenção do Poder Judiciário, em ordem a viabilizar, a todos, o acesso aos bens cuja fruição lhes haja sido injustamente recusada pelo Estado. Comentando essa DECISÃO Ada Pelegrini Grinover diz: resumindo, percebe-se que a posição do STF, manifestada por um de seus mais sensíveis ministros, é a de que são necessários alguns requisitos para que o Judiciário intervenha no controle de políticas públicas, até como imperativo éticojurídico: (1) o limite fixado pelo mínimo existencial a ser garantido ao cidadão; (2) a razoabilidade da pretensão individual/social deduzida em face do Poder Público e (3) a existência de disponibilidade financeira do Estado para tornar efetivas as prestações positivas dele reclamadas. (O controle de políticas públicas pelo poder Judiciário, Biblioteca Digital Revista Brasileira de Estudos Constitucionais, RBEC, ano 2, n. 8, capturado em http: // atualidadesdodireito. com. br/ adapelegrini/2013/06/25/o-controle-de-politicaspublicas- pelo-poder-judiciario/). Logo a primeira condicionante está relacionada ao "mínimo existencial", isto é, o direito à condições mínimas de existência humana digna. Para Ricardo Lobo Torres, "a dignidade humana e as condições materiais de existência não podem retroceder aquém de um mínimo, do qual nem os prisioneiros, os doentes mentais e os indigentes

podem ser privados" (TORRES, Ricardo Lobo. O mínimo existencial e os direitos fundamentais. Revista de Direito da Procuradoria Geral, Rio de Janeiro, n. 42, p. 69/70, jul. -set. 1990. 1990, p. 69-70). Considerando o objeto em discussão não pode dizer que a pretensão perseguida nestes autos pode ser enquadrada dentro da noção de mínimo existencial. Veja-se que não se fala em mínimas condições de trabalho, fala-se em mínimo EXISTENCIAL, ou seja, que afeta a própria condição do ser humano, o que evidentemente não é caso dos autos. O outro requisito está relacionado à razoabilidade da pretensão. Como já dito, as condições descritas na inicial do local de trabalho dos substituídos afastam-se muito de um padrão mínimo de modo que, a princípio, não é possível dizer que a pretensão seja desarrazoada, se considerada em si mesma. Contudo, a questão não está na demanda em si, mas sim no contexto macro, conforme já referido, onde a escolha do que é razoável eleger como prioridade administrativa deve ser feita pelo Administrador Público que possui acesso a todas as variáveis em jogo. Na perspectiva restrita do processo, poderia parecer que a demanda inicial é de suma importância, contudo, ao se deparar as condições dos presídios, por exemplo, a SESDEC possui demandas mais urgentes e inadiáveis. Portanto, há que se retomar a busca do equilíbrio administrativo. Note-se que o Estado informa na contestação que estão sendo levantadas as necessidades para correção do problemas. Por último, o STF impõe atenção à questão disponibilidade orçamentária, a chamada reserva do possível, vez que a atuação da Administração há que ser planejada de forma ampla e os recursos são escassos. Indiscutível que a satisfação das necessidades pública estão condicionadas à disponibilidade dos recursos econômicos e da gestão eficiente destes para a realização efetiva e concretização dos resultados esperados (efetividade). Prédios (fóruns, hospitais, postos de saúde, ETC.), agentes públicos (enfermeiros, médicos, magistrados, auxiliares) e materiais/equipamentos (informática, móveis, aparelhamentos hospitalares) são insuficientes em todos os setores, órgãos e poderes para atendimento das necessidades plena de seus usuários. Essa é uma realidade inconteste. Todos os Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e demais instituições (Ministério Público, Tribunal de Contas, Defensoria Pública) e órgãos da Administração/Estado reclamam destinações ou disponibilizações de maiores recursos financeiros como condição necessária ao atendimento dos reclames dos usuários dos seus respectivos serviços. Exatamente porque as necessidades de recursos são existentes em todas as áreas e setores públicos é que a partilha é precedida de procedimento organizado de elaboração de diretrizes e previsões de despesas (LDO – LO- LOA) que vincula os Administradores. Veja-se a referencia ao tema por Maria Goretti DalBosco: No art. 165 da Constituição estão as chaves da elaboração das políticas públicas, o qual define o dever de iniciativa do poder Executivo das leis do plano plurianual (inciso I), diretrizes orçamentárias (inciso II) e os orçamentos anuais (inciso III). Nos parágrafos, os conteúdos desses instrumentos: o plano plurianual deve estabelecer de forma regionalizada diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as chamadas despesas de capital e outras destinadas a custear programas de duração continuada (parágrafo 1º); a lei de diretrizes orçamentárias prevê metas e prioridades da Administração, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro seguinte, orientações para elaborar a lei orçamentária anual, além de alterações na legislação tributária e forma de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento (parágrafo 2º); já a lei orçamentária anual deve conter três tipos de orçamentos: o orçamento fiscal relacionado aos outros poderes, fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações (parágrafo 5º, inciso I); o orçamento de investimento das empresas que tenham participação direta ou indireta da União (inciso II); e o orçamento da seguridade social (inciso III). Há ainda outros DISPOSITIVO s constitucionais e na legislação ordinária que orientam a formulação e execução das políticas públicas. Os mesmos instrumentos são utilizados, com suas adequações, nos níveis de governo dos Estados, Municípios e Distrito Federal. Todos devem obedecer às prescrições da Lei nº 4. 320/64, que contém normas gerais de Direito Financeiro, orçamentos e balanços. A Constituição Federal, no art. 167, II, proíbe ao administrador a contratação de despesas ou assunção de obrigações diretas que superem os valores preVISTOSpara os créditos orçamentários ou adicionais. No parágrafo 1º, está a vedação para investimentos cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, sem que tenha sido incluído no plano plurianual, ou sem lei que autorize a sua inclusão. A Lei Complementar nº 101/2000, (Lei de Responsabilidade Fiscal) repete esse DISPOSITIVO no art. 5º, parágrafo 5º, e acrescenta outros que orientam a aplicação dos recursos públicos, que deve sempre ser realizada mediante previsão nos planos e orçamentos determinados por lei. A Lei de Licitações (Lei nº 8. 666/93, com as alterações da Lei nº 8. 883/94) dispõe, no art. 57, que os contratos administrativos têm vigência durante o período em que prevalecerem os créditos orçamentários, mas faz exceções para aqueles empreendimentos preVISTOSno plano plurianual, desde que a prorrogação tenha sido prevista no ato convocatório (inciso I), e, ainda, para serviços contínuos, que possam, pela prorrogação, oferecer preços e condições mais vantajosos para a Administração, mesmo assim até o limite de 36 meses. O art. 59 da Lei 4. 320/64 proíbe empenho de despesas além do limite de crédito concedido (caput) e vedação aos municípios, durante o último mês de mandato do prefeito, para empenhar mais do que o duodécimo da despesa prevista no orçamento vigente (§ 1º), assim como a assunção de compromissos financeiros que devam ser executados após o término do mandato (§ 2º). O descumprimento de tais prescrições é penalizado em vários DISPOSITIVO s da Lei de Responsabilidade Fiscal e outros instrumentos da legislação ordinária. (Ministério Público e a Garantia de Direitos Fundamentais e Sociais Diante do Princípio da Eficiência nas Políticas Públicas). Por isso, ainda, que se reconheça as péssimas condições de trabalho dos policiais lotados em Castanheiras, é certo que não é possível ao Judiciário impor ao Executivo que proceda a reforma almejada pelos servidores que ali labutam, mesmo reconhecendo o direito ao trabalho digno, pois como acima anotado, todas as ações nesse sentido dependem de previsão orçamentária. Nesse cenário, é de afirmar que não cabe ao Poder Judiciário impor critérios ou prioridades de ação ao administrativo; este é que escolhe as atividades que vai fiscalizar ou as obras que vai fazer, as que vai empreender de imediato e as que vai postergar para momento mais oportuno. Assim, há casos em que não é possível obrigar o Estado a fazer uma obra determinada, como, por exemplo no presente feito, matéria que supõe DECISÃO discricionária do administrador. Conforme dispõe a Constituição Federal são independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário. Desse modo, o Estado de Rondônia,

tem a liberdade para, dentro de seu poder discricionário, organizar a administração pública, não podendo o Poder Judiciário compeli-lo a reformar e a ampliar Quartel sob o fundamento de "dignidade das condições de trabalho". Nesse seguimento a orientação do e. STJ: RECURSO ESPECIAL – AÇÃO CIVIL PÚBLICA COM PRECEITOS COMINATÓRIOS DE OBRIGAÇÃO DE FAZER – DISCRICIONARIEDADE DA MUNICIPALIDADE – NÃO CABIMENTO DE INTERFERÊNCIA DO PODER JUDICIÁRIO NAS PRIORIDADES ORÇAMENTÁRIAS DO MUNICÍPIO – CONCLUSÃO DA CORTE DE ORIGEM DE AUSÊNCIA DE CONDIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DE REALIZAÇÃO DA OBRA – INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 07/STJ – DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL AFASTADA – AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DE DISPOSITIVO S DO ECA APONTADOS COMO VIOLADOS. Requer o Ministério Público do Estado do Paraná, autor da ação civil pública, seja determinado ao Município de Cambará/PR que destine um imóvel para a instalação de um abrigo para menores carentes, com recursos materiais e humanos essenciais, e elabore programas de proteção às crianças e aos adolescentes em regime de abrigo. Na lição de Hely Lopes Meirelles, 'só o administrador, em contato com a realidade, é que está em condições de em apreciar os motivos ocorrentes de oportunidade e conveniência na prática de certos atos, que seria impossível ao legislador, dispondo na regra jurídica – lei – de maneira geral e abstrata, prover com justiça e acerto. Só os órgãos executivos é que estão, em muitos casos, em condições de sentir e decidir administrativamente o que convém e o que não convém ao interesse coletivo'. Dessa forma, com fulcro no princípio da discricionariedade, a Municipalidade tem liberdade para, com a FINALIDADE de assegurar o interesse público, escolher onde devem ser aplicadas as verbas orçamentárias e em quais obras deve investir. Não cabe, assim, ao Poder Judiciário interferir nas prioridades orçamentárias do Município e determinar a construção de obra especificada. Ainda que assim não fosse, entendeu a Corte de origem que o Município recorrido 'demonstrou não ter, no momento, condições para efetivar a obra pretendida, sem prejudicar as demais atividades do Município'. (STJ, RESP 208893/PR, 2ª Turma, Relator Ministro Franciulli Netto, publicado em 22/3/2004). Ainda por oportuno, a Egrégia 6ª Turma do Egrégio Superior Tribunal de Justiça assim proclamou: Constitucional e Administrativo. Constituição dirigente e programática. Estatuto da Criança e Adolescente. Ação civil pública para obrigar o governo a construir um centro de recuperação e triagem. Impossibilidade jurídica. Recurso especial não conhecido. I - O Ministério Público do Estado de Goiás com base nas Constituições Federal e Estadual e no art. 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente, ajuizou ação civil pública para compelir o Governo Estadual a construir um Centro de Recuperação e Triagem, em face da prioridade genericamente estabelecida. O TJGO, em apelação, decretou a carência da ação por impossibilidade jurídica. II - A Constituição Federal e em suas águas a Constituição de Goiás são 'dirigentes' e 'programáticas'. Têm, no particular, preceitos impositivos para o Legislativo (elaborar leis infraconstitucionais de acordo com as 'tarefas' e 'programas' preestabelecidos) e para o Judiciário 'atualização constitucional'. Mas, no caso dos autos, as normas invocadas não estabelecem, de modo concreto, a obrigação do Executivo de construir, no momento, o Centro. Assim, haveria uma intromissão indébita do Poder Judiciário no Executivo, único em condições de escolher o momento oportuno e conveniente para a execução da obra reclamada. III - Recurso especial não conhecido. DECISÃO recorrida mantida. " (STJ - 6ª T. REsp nº 63. 128. 9 - Rel. Min. Adhemar Maciel - j. 11. 03. 96 - Un.) (RSTJ-85/385). Do venerando voto nesse julgamento, o eminente Ministro Adhemar Maciel, enfatizou: "Acontece que no caso dos autos as normas maiores não estabeleceram, de modo concreto, a escalada de prioridade. Assim, não se tem como obrigar o Executivo a construir o Centro de Recuperação e Triagem para a recepção de adolescentes submetidos ao regime compulsório de internamento. Haveria uma verdadeira intrusão do Judiciário no Executivo. O Relator a quo, o eminente Des. Noé Gonçalves Ferreira, bem apreendeu em seu voto: 'Analisando o caso sob enfoque nestes autos em face do estudo ora produzido, tem-se, sem dúvida, que a SENTENÇA vergastada impôs ao Poder Executivo Estadual obrigação de executar obra inserida na sua discricionariedade, o que, evidentemente, não é possível. ' Sim, porque o Executivo, constitucionalmente autônomo, goza de total liberdade para eleger as obras prioritárias a serem construídas. De fato, a imposição de obrigação de fazer vertente à realização de obras de vulto, prima facie constitui invasão de ato de gestão governamental, que toca, com vivas cores, à conveniência e oportunidade da Administração Pública, de tal sorte que as determinações ficam delimitadas à obediência aos princípios da legalidade, da moralidade, da eficiência, da impessoalidade, da FINALIDADE, no que concerne à perda de controle da Administração Pública, com afetação direta e imediata de direitos difusos e coletivos, o que reclama prova cabal de dano ou risco iminente, pena de caracterização, ingerência indevida, como já observado, uma vez que caracteriza adoção de critério administrativo vinculado, próprio do Poder Executivo, malferindo a norma constitucional que atribui ao Executivo a assinação de suas prioridades administrativas e realizações, as quais se sujeitam as limitações legais, razão pela qual não se pode emitir juízo de verdadeiro MÉRITO administrativo, como se administração fosse. No mesmo sentido: "TJPR. APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSO CIVIL. CONDIÇÕES DA AÇÃO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA PROPOSTA EM FACE DO ESTADO DO PARANÁ. OBRIGAÇÃO DE FAZER. REFORMA DE CADEIA PÚBLICA E REMOÇÃO DE PRESOS. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. SUPERVENIENTE FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. AUSÊNCIA DE MÁ-FÉ. IMPOSSIBILIDADE DE O MINISTÉRIO PÚBLICO SER CONDENADO AO PAGAMENTO DOS ÔNUS DA SUCUMBÊNCIA. RECURSO PROVIDO. PROCESSO JULGADO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. 1. O pedido, formulado pelo Ministério Público nos autos da ação civil pública que propôs em face do Estado do Paraná, para que este fosse obrigado a proceder à remoção de presos e obras em determinada cadeia pública é juridicamente impossível, vez que ao Judiciário é vedado interferir, escolhendo as prioridades a serem atendidas pelo Estado, em atos de administração, cuja competência é exclusiva do Executivo. 2. Mesmo que, se assim não fosse, no caso, o processo deveria ser julgado extinto sem resolução de MÉRITO, por superveniente falta de interesse processual, vez que os pleitos formulados pelo Ministério Público, já foram, em razão da decretação da interdição da cadeia pública pela Juíza Corregedora dos Presídios, atendidos pelo Estado do Paraná, que não só procedeu à remoção dos presos como também reformou a cadeia pública. 3. O Ministério Público, na condição de autor de ação civil pública, ainda que derrotado, não pode ser condenado

ao pagamento das custas e dos honorários advocatícios, salvo comprovada má-fé. (TJPR – 5ª C. Cível – AC 356635-8 – Campo Mourão – Rel.: Juiz Conv. Eduardo Sarrão – Un. – J. 10. 07. 2007). Como já dito, o Estado aponta estar adotando providências em relação a outros quarteis e que igualmente serão aplicadas a Castanheiras. Os fundamentos expostos prestam-se a justificar a concordância deste Juízo ao ajustamento realizado pelo Estado de Rondônia, comprometendo-se a melhorar as condições de trabalho de seus servidores, especificamente, em relação aos Quarteis. Danos Morais Coletivo: Indiscutível a previsão de indenização por dano moral segundo a Constituição Federal, junto ao artigo 5º, inciso V, ressaltando que o texto não restringe a violação à esfera individual, e mudanças históricas e legislativas têm levado a doutrina e a jurisprudência a entender que, quando são atingidos valores e interesses fundamentais de um grupo, não há como negar a essa coletividade a defesa do seu patrimônio imaterial. Contudo não tenho por configurado seus pressupostos neste feito, pois a princípio as péssimas condições do prédio em que funcionava o Quartel de Polícia de Castanheiras tem relação direta com servidores "determinados". Noutro ponto, ainda, que referido serviço estivesse a disposição da sociedade é fato que esta não sofria diretamente as consequências pela depredação do local, a justificar a indenização por danos morais coletivo segundo a argumentação inicial. Assim, por todos os fundamentos já expostos, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos iniciais. Condeno o autor ao pagamento de honorários que arbitro em R$ 1. 000, 00, nos termos do art. 20, § 4º do CPC, mais custas. Decorrido o prazo para recurso voluntário, certifique-se e arquive-se. P. R. I. Porto Velho-RO, quinta-feira, 14 de novembro de 2013. "Por todo o exposto, na forma do artigo 285-A do Código de Processo Civil, julgo improcedente o pedido inicial, com supedâneo no inciso I do Artigo 269 do Código de Processo Civil e julgo extinto o processo, com resolução do MÉRITO. Sem custas e honorários advocatícios. Com o trânsito em julgado, devidamente certificados, arquive-se. P. R. I. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0026393-53. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Mandado de Segurança
Impetrante: Alicio Freire Silva
Advogado: Luiziana Teles Feitosa Anacleto (OAB/RO 4463)
Requerido: Estado de Rondônia
Procurador: Antônio Isac Nunes Cavalcante de Astrê (OAB/RO 5095)
Procuradora: Maria Rejane Sampaio dos Santos (OAB/RO 638)
Procurador: Bruno dos Anjos (OAB/RO 5410)
INTIMAÇÃO: "Fica o ESTADO DE RONDÔNIA intimado, por via de seus procuradores, a informar nos autos processuais, no prazo de 05 (cinco) dias, os dados bancários para fins de devolução dos valores bloqueados da conta do Estado. "

Proc.: 0001753-15. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Alexandre Ubirajara Marques
Advogado: Silvio Vinicius Santos Medeiros (OAB/RO 3015)
Requerido: Municipio de Candeias do Jamari
DESPACHO:
Intime o autor para juntar nos autos comprovantes de rendimentos atualizados, bem como Declarações de Imposto de Renda, para análise do pedido da gratuidade de justiça. Int. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0001923-84. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Ação Civil de Improbidade Administrativa
Requerente: Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado: Geraldo Henrique Ramos Guimaraes (RO 0000)
Requerido: Benjamim Pereira Soares Junior
DESPACHO:
Assim, notifique-se o Requerido para manifestar-se, querendo, no prazo de 15 dias, na forma do art. 17, § 7o, Lei 8. 429/92. Intime o Município de Candeias do Jamary na pessoa do seu representante legal, para dar ciência da ação e querendo integrar a lide no pólo ativo. Intime-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0020898-91. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: João Carlos Ardaya Cuelhas
Advogado: Igor dos Santos Cavalcante (OAB/RO 3025), Humberto Marques Ferreira (OAB/RO 433)
Requerido: IPERON - Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Rondônia
DESPACHO:
Considerando os termos da Lei Nº 12. 153/2009, determinando a competência absoluta do Juizado Especial da Fazenda Pública, observados a natureza da ação e o valor da causa, tenho por remeter estes autos ao Cartório Distribuidor para correta distribuição. Proceda-se a baixa e remeta-se os autos ao Juizado Especial da Fazenda Pública. Intime-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0019236-92. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: José da Silva, Valdemarina Desmarest dos Passos
Advogado: Juraci Aparecido Valente da Silva (OAB/RO 156/B), Juraci Aparecida Valente da Silva (OAB/RO 156B)
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Lia Torres Dias (OAB/RO 2999)
SENTENÇA:
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE em parte o pedido inicial, condenando o Estado de Rondônia ao pagamento de indenização por danos morais no importe de R$ 25. 000, 00, em favor dos Requerentes, tendo em vista a existência de nexo causal entre o comportamento da Administração Pública e o dano causado ao bem da vida, com juros da citação e correção à partir desta condenação, nos termos da LF n. 11. 960/09. Com isso, RESOLVO o feito de acordo com o art. 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o Estado de Rondônia em honorários que fixo em R$ 1. 500, 00, de acordo com o art. 20, § 4º do CPC. SENTENÇA não sujeita ao reexame necessário. Decorrido o prazo sem recurso voluntário, certifique-se e arquive-se. Vindo recurso voluntário, dê-se vistas ao recorrido para as contrarrazões, certificando a tempestividade e preparo, se o caso, considerando o recebimento nos efeitos do art. 520, CPC. P. R. I. C. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0075975-08. 2001. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Estado de Rondônia
Advogado: Arthur Porto Reis Guimarães Proc do Estado ( ), Manuel Jasmim Correia Barros (OAB/RO 5229)
Executado: Nelson Tozatto
Advogado: Defensoria Publica ( )
DESPACHO:
VISTOS. Em consulta ao Infojud, verifiquei que o único bem do requerido é o automóvel que já teve restrição via Renajud, mas não foi localizado para penhora. Assim, providencie o requerente a indicação de outros bens passíveis de penhora, sob pena de arquivamento doa autos. Intimem-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0178748-29. 2004. 8. 22. 0001
Ação: Mandado de Segurança
Impetrante: 14 Brasil Telecom Celular S/A
Advogado: Eurico Soares Montenegro Neto (OAB/RO 1742)
Impetrado: Coordenador da Receita do Estado de Rondônia
Certidão da Escrivania: URGENTE
INTIMAÇÃO: “Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fls. 573, cujo teor também se encontra no sistema, se não houver manifestação quanto aos valores depositados pela autora, estes serão depositados em conta centralizadora do TJ do Estado de Rondônia. ”

Silvia Assunção Ormonde
Escrivã Judicial

2º JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

Cartório do 2º Juizado da Infância e da Juventude
2º Juizado da Infância e Juventude de Porto Velho-RO
Juiz Titular: Dr. Dalmo Antonio de Castro Bezerra
e-mail: pvh2jij@tjro. jus. br
Diretora de Cartório: Ana Zelia Vaz Oliveira

Proc.: 0000265-59. 2014. 8. 22. 0701
Ação: Liberdade Provisória com ou sem fiança (JIJ)
Requerente: R. O. da S.
Advogado: Rosângela Lázaro de Oliveira (OAB/RO 610)
DESPACHO fls. 57: “Petição apócrifa, acompanhada de instrumento de mandato não original. Emende-se no prazo de 10 (dez) dias. - Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. - Larissa Pinho de Alencar Lima - Juíza de Direito. ”

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO DE 20 DIAS
Proc.: 0000030-29. 2013. 8. 22. 0701
Classe: Medidas de Proteção à Criança e Adolescente
Requerente: Ministério Público do Estado de Rondônia
Requerida: Osias de Assis Silva
CITAÇÃO DE: OSIAS DE ASSIS SILVA, brasileiro, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: CITAR a requerido acima qualificado para que tome ciência da Ação de Medidas de Proteção à Criança e Adolescente, em trâmite neste 2º Juizado da Infância e Juventude, em face da menor L. F. C. S. , podendo contestar a referida ação, no prazo de 10 (dez) dias, através de advogado devidamente habilitado nos autos ou da Defensoria Pública, se for o caso, ficando advertida de que não sendo contestada a ação no prazo acima assinalado, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados na inicial.
LOCAL: Centro da Infância e da Adolescência, Av. Rogério Weber, 2396, Caiari, Juizado da Infância e Juventude-RO, 78900450 - Fax: (69)3217-1266 - Fone: (69)3217-1251 - Ramal: 1251
Porto Velho, 03 de fevereiro de 2014
LARISSA PINHO DE ALENCAR LIMA
Juíza de Direito

Ana Zelia Vaz de Oliveira
Diretora de Cartório

1ª VARA DE FAMÍLIA

1ª Vara de Família e Sucessões
Carga:
Ficam os advogados abaixo relacionados, intimados a devolver os autos no prazo de 48 horas, que se encontram com carga além do prazo, sob pena de busca e apreensão dos mesmos:
0004593-37. 2010. 8. 22. 0001
0004649-70. 2010. 8. 22. 0001
0004753-62. 2010. 8. 22. 0001
Dra. Regina Eugênia de S. Bensiman OAB/RO 1505
0007433-08. 2010. 8. 22. 0102
0008162-29. 2013. 8. 22. 0102
Dr. Antonio Lacouth OAB/RO 2306
0012612-15. 2013. 8. 22. 0102
Dra. Vera Lúcia da Silva OAB/RO 1411
0009037-96. 2013. 8. 22. 0102
Dr. Esequiel Roque do E. Santo OAB/RO 5602
0000471-27. 2014. 8. 22. 0102
Dr. Sidney Duarte Barbosa OAB/RO 630A
0002306-21. 2012. 8. 22. 0102
Dr. Pedro da S. F. Queiroz OAB/RO 2339
0012356-72. 2013. 8. 22. 0102
Egon Luiz Lenzi OAB/RO 803E
0001252-88. 2010. 8. 22. 0102
Dr. Fabio M. Lago OAB/RO 5734
0009434-58. 2013. 8. 22. 0102
Dr. Laed Alvares Silva OAB/RO 263A
0007371-31. 2011. 8. 22. 0102
Dra. Flora Maria Ribas OAB/RO 2642
0006751-48. 2013. 8. 22. 0102
Dr. Josimá Alves da Costa OAB/RO 4156
0005421-16. 2013. 8. 22. 0102
Dra. Wanusa Cazelotto OAB/RO 2326
0012097-77. 2013. 8. 22. 0102
Dra. Helwi Hijazi Zaglout OAB/RO 2447
0005764-12. 2013. 8. 22. 0102
Dr. Erias Tofani D. Júnior OAB/RO 2845
0013092-90. 2013. 8. 22. 0102
Dra. Nayara S. R. Martins OAB/RO 1692
0013048-71. 2013. 8. 22. 0102
Dra. Carolina Gioscia L. De Mello OAB/RO 2592

0013106-74. 2013. 8. 22. 0102
Dr. Washington F. Mendonça PAB/RO 1946
0009441-50. 2013. 8. 22. 0102
Elizabeth L. De Oliveira OAB/RO 1609
0005169-81. 2011. 8. 22. 0102
Dr. Carlos Cantanhêde OAB/RO 3206
0133105-82. 2003. 8. 22. 0001
Dra. Andreia da S. Nogueira OAB/RO 831
0175050-39. 2009. 8. 22. 0001
Dr. Lupércio P. Da Silva Júnior OAB/RO 1511
0010799-50. 2013. 822. 0102
Dr. Marcelo Lessa Pereira OAB/RO 1501
0012538-58. 2013. 8. 22. 0102
Dr. Severino Aldenor M. Da Silva OAB/RO 2352
0002579-63. 2013. 8. 22. 0102
Dr. Fernando Augusto Torres OABRO 4725
0009649-34. 2013. 8. 22. 0102
0007556-98. 2013. 8. 22. 0102
Dr. Daniel Penha de Oliveira OAB/RO 3434
0011800-70. 2013. 8. 22. 0102
Dr. José Anastácio Sobrinho OAB/RO 872
0007208-51. 2011. 8. 22. 0102
Dr. Welser Rony Alencar OAB/RO 1506
0012608-75. 2013. 8. 22. 0102
Renan Correia Lima OAB/RO 495
0012484-92. 2013. 8. 22. 0102
Dr. Jefferson Silva de Brito OAB/RO 2952
0268133-80. 2007. 8. 22. 0001
Dr. Elione M. Da S. Santos OAB/RO 4058
0007710-19. 2013. 8. 22. 0102
Dra. Michele Luana Saches OAB/RO 2910
0000477-68. 2013. 8. 22. 0102
Dra. Naza Pereira OAB/RO 1073
0002905-57. 2012. 8. 22. 0102
Dr. Ezio Pires dos Santos OAB/RO 5870

Proc.: 0002395-44. 2012. 8. 22. 0102
Ação: Execução de Alimentos
Requerente: M. E. G. P.
Advogado: Francisco Alves P. Filho (OAB/RO 568)
Requerido: F. P. da S.
DESPACHO:
VISTOSe examinados. 1. Indefiro o pedido de expedição de ofício à Justiça Eleitoral, uma vez que cabe à exequente empreender as diligências necessárias à localização do executado, não podendo transferir tal ônus ao juízo, máxime quando não demonstrada a existência de óbice intransponível pela parte. 2. Encaminhe-se o mandado de prisão à POLINTER, com validade por 90 (noventa) dias para cumprimento, ressaltando-se tratar de prisão civil por dívida alimentícia, demandando as cautelas necessárias. 2. 1. Seja a parte credora intimada da determinação acima, bem como para que, findados os 90 dias, não havendo comunicação de efetivação da prisão, independentemente de nova intimação, deverá dar prosseguimento ao feito, declinando meios para possibilitar a prisão, ou pleitear o que entender por direito, no prazo de 05 dias, sob pena de arquivamento. 3. Decorridos os prazos mencionados no item anterior, sem comunicação de prisão, e sem manifestação da parte Exequente, venham os autos conclusos para deliberação. 4. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, segunda-feira, 2 de dezembro de 2013. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0000561-35. 2014. 8. 22. 0102
Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5. 478/68
Requerente: L. F. A.
Advogado: Walmir Benarrosh Vieira (OAB/RO 1500), Allan Benarrosh Vieira (OAB/RO 5868)
Requerido: V. S. B. A.
DESPACHO:
VISTOSe examindos. Deverá ser emendada a inicial, no prazo de 10 (dez) dias, para que o requerente apresente a DECISÃO que fixou os alimentos. Intime-se via DJ. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Tânia Mara Guirro Juíza de Direito

Proc.: 0009199-91. 2013. 8. 22. 0102
Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5. 478/68
Requerente: C. F. da S.
Advogado: Jacira Silvino (OAB/RO 830)
Requerido: G. A. F. de A.
Edital - retirar:
-Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar Edital expedido, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua publicação.

Proc.: 0000431-45. 2014. 8. 22. 0102
Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5. 478/68
Requerente: E. M.
Advogado: Igor Habib Ramos Fernandes (OAB/RO 5193)
Requerido: B. L. M.
DESPACHO:
VISTOSe examinados. Deverá ser emendada a inicial, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento, para que o requerente: a) apresente o original da procuração e substabelecimento; b) apresente a cópia dos 03 (três) últimos contracheques, de sorte a demonstrar a correção do valor dado à causa (art. 259, VI, do CPC - acaso necessário, promova-se a adequação), e a afeição aos benefícios da justiça gratuita; não havendo adequação fática à situação legal prevista, no mesmo prazo deverá ser feito o recolhimento das custas iniciais. Intime-se via DJ. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Tânia Mara Guirro Juíza de Direito

Proc.: 0003383-48. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Alimentos
Exequente: E. I. B. de S. R.
Advogado: Valeska Bader de Souza (OAB/RO 2905), Oswaldo Pascoal Júnior (OAB/RO 3426)
Executado: M. A. de A. R.
Advogado: Defensoria Pública
DESPACHO:
VISTOSe examinados. O presente feito tramita pelo rito da expropriação, tendo a exequente pleiteado, na inicial de fls. 03/09, a citação do executado para pagamento da pensão alimentícia relativa aos meses de maio a outubro de 2009, com juros e correção monetária. O pedido, então, restringiu-se aos referidos meses. No entanto, às fls. 74/80, a exequente apresentou nova atualização do débito, porém, inovando na demanda, incluiu os meses de fevereiro de 2010 a julho de 2011 na execução. Posteriormente, em nova atualização do débito (fls. 123/126), a exequente incluiu os meses de novembro e dezembro de 2009, janeiro de 2010, agosto de 2011 a maio de 2012, e julho de 2012 a agosto de 2013. Ocorre que tal ato praticado pela exequente não pode ser acolhido. O rito

da expropriação de bens não permite a inclusão dos meses vencidos no decorrer do processo, pois essa possibilidade restringe-se à execução pelo rito da coerção pessoal, disposto no art. 733 do CPC, conforme §2º do referido DISPOSITIVO legal, e nos termos da Súmula 309 do STJ. Tratando-se de débito pretérito, ANTERIORES AOS TRÊS ÚLTIMOS MESES VENCIDOS A CONTAR DA DATA DA PROPOSITURA DA EXECUÇÃO, não há como admitir-se a inclusão dos meses vincendos. O referido entendimento deve ser aplicado ao presente caso, sobretudo considerando que o pedido inicial restringiu-se aos meses de maio a outubro de 2009, sendo a ação executiva proposta em 09/02/2010. Prevê o art. 598 do CPC que "Aplicam-se subsidiariamente à execução as disposições que regem o processo de conhecimento". Nesse passo, o art. 128 do CPC expressa que "O juiz decidirá a lide nos limites em que foi proposta, sendo-lhe defeso conhecer de questões, não suscitadas, a cujo respeito a lei exige a iniciativa da parte". Trata-se do denominado princípio da congruência, o qual estabelece a necessária correlação entre o pedido do autor e o provimento jurisdicional, cabendo ressaltar que o pedido, após a citação, não pode ser alterado, ainda que configurada a revelia, a menos que haja concordância do réu (art. 264, CPC). Baseado nessas premissas, é fácil constatar que a exequente INOVOU na demanda, o que ofende o princípio da estabilidade objetiva da demanda, consagrado no citado art. 264 da Lei Adjetiva, notadamente porque NÃO HOUVE pleito na petição inicial de inclusão dos meses vencidos no decorrer do processo. Lapidar o acórdão deste E. Tribunal de Justiça em caso idêntico ao dos autos: Execução de alimentos. Limite do pedido. Na execução de prestação de alimentos atrasados, nos termos do artigo 732 do CPC, contados, e não solicitada a inclusão de outras prestações vincendas, por ser o seu limite conhecido, o julgador não pode incluir outros débitos vincendos. (Agravo, N. 00000026932220108220000, Rel. Des. Gabriel Marques de Carvalho, J. 27/04/2010)Ressalte-se que este juízo não aceitou a referida inovação, quando da primeira atualização procedida pela exequente às fls. 74/80. Apenas não se constatou tal conduta processual imprópria, porém apresentada a segunda atualização tal fato foi constatado, e agora é saneado por meio desta DECISÃO, a fim de que este juízo não incorra em DECISÃO "ultra petita". Ademais, tem-se como inaplicáveis os julgados transcritos pela exequente, uma vez que o presente caso traz questão peculiar, concernente a inexistência de pedido na inicial de inclusão dos meses vincendos, não se tratando, assim, de matéria idêntica à tratada nas decisões paradigmáticas citadas. Posto isso, deverá a exequente retificar a planilha de cálculo apresentada, limitando-se a proceder a atualização dos meses de maio a outubro de 2009, sem inclusão dos meses vencidos no decorrer do processo, no prazo de 10 (dez) dias, pena de extinção. Advirta-se, por fim, para que haja equivalência entre as operações aritiméticas e para que não ocorra bis in idem, que a credora deve atualizar o débito e também o pagamento realizado pelo executado. Intime-se via DJ. Porto Velho-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Tânia Mara Guirro Juíza de Direito

Proc.: 0003290-68. 2013. 8. 22. 0102
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: A. dos S. P.
Advogado: Paulo Matos (OAB/RO 1688)
Requerido: A. do N. P.
Advogado: Maria Almeida de Jesus (OAB/RO 663)

Certidão da Escrivania:
Certifico e dou fé que o Recurso de Apelação acostado as fls. 70/74 é tempestivo. Certifico, ainda, que procedo a intimação da parte recorrida/requerida para apresentação de contrarrazões.

Proc.: 0002344-96. 2013. 8. 22. 0102
Ação: Divórcio Litigioso
Requerente: L. F. P. S.
Advogado: Regina Eugenia Bensiman OAB/RO 1505
Requerido: H. S. S.
Advogado: Ueliton F. A. de Oliveira OAB/RO 5176, Elvis Dias Pinto OAB/RO 3447
SENTENÇA:
VISTOSe examinados. Trata-se de embargos de declaração opostos por L. F. P. S. , objetivando aclarar obscuridade de que padeceria a SENTENÇA. Aduz que em relação ao veículo a obscuridade residiria no fato de que o veículo é alienado ao Banco do Brasil, não podendo ser vendido, sendo que autora efetuou sozinha o pagamento das parcelas do financiamento desde 26/02/2013, e, por não haver datas determinantes quanto aos meses que incidem o direito dos divorciandos, tais devem ser estipuladas, "com data de início e fim para a incidência da condenação". Já com relação à partilha da empresas, afirmou que a redação lançada na SENTENÇA poderia gerar a equivocada conclusão de que a execução poderia ser imediata, uma vez que a empresa Edson & Hudson Veículos já fora alienada ilegalmente pelo requerido. É o RELATÓRIO. DECIDO. Segundo estatui o art. 535 do Código de Processo Civil, o recurso de embargos de declaração é cabível para denunciar a existência de omissão, de contradição ou de obscuridade no provimento jurisdicional. Conforme leciona Bernardo Pimentel (Introdução aos Recursos Cíveis, p. 433) "padece de obscuridade o pronunciamento jurisdicional que não é claro, inteligível, compreensível. A obscuridade pode ter origem na transmissão das idéias pelo julgador, no momento da redação da DECISÃO. A obscuridade pode estar relacionada a vício formal do pronunciamento jurisdicional" (. . .). À luz da referida diretriz, tem-se que a DECISÃO não padece de obscuridade. Da análise das razões dos embargos constata-se que o que se pretende é a reforma da DECISÃO quanto aos pontos levantados, e não sua declaração. Assim, o recurso cabível é o de apelação. Este é o entendimento do E. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia: ?Embargos de Declaração. Inexistência de omissão. Reexame de prova e prequestionamento. Impossibilidade. Inexiste o caráter integrativo no recurso, inadequada, portanto, sua utilização como meio de reexame de prova ou prequestionamento? (Embargos de Declaração em Apelação Cível 02. 003015-0. Relator: Des. José Pedro do Couto. DJ n. 072, de 16. 04. 2003). Da análise dos autos, e diante do acima exposto, conheço dos embargos, na forma do artigo 537 do Código de Processo Civil, não os acolhendo, persistindo a r. SENTENÇA embargada como está lançada. Assinala-se que, nos termos do artigo 538 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração interrompem o prazo para interposição de outros recursos. Intime-se. Porto Velho-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Tânia Mara Guirro Juíza de Direito

Gualter Fabrício M. Cruz
Escrivão Judicial

2ª VARA DE FAMÍLIA

2ª Vara de Família e Sucessões
pvh2famil@tjro. jus. br

Proc.: 0006279-47. 2013. 8. 22. 0102
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: A. P. M. J.
Advogado: Ana Cristina da Silva Barbosa (OAB/RO 3232)
Requerido: J. R. S. de M. da S. M.
Advogado: Tatiana Feitosa da Silveira (OAB/RO 4733), Claudecy Cavalcante Feitosa (OAB/RO 3257)
DESPACHO:
Absolutamente lamentável a situação tratada nestes autos. Dificuldades entre os pais, fazem três vítimas (mãe, pai e filho), sendo que todos acusam-se mutuamente, sem que nenhum deles assuma sua quota de responsabilidade pela insustentável situação atual. No meio de tudo, o filho arvora-se em protagonista quando na verdade é fruto de uma situação que não foi criada por ele. A alienação parental, se caracterizada, pode trazer sérias consequências à detentora da guarda (mãe). Veja-se que os RELATÓRIO s apresentados não afastam essa possibilidade. O feito caminha para sua fase final e o que se vê são nuvens pesadas no horizonte. Parece evidente que TODOS OS ENVOLVIDOS PRECISAM DE ATENÇÃO PSICOLÓGICA assumindo suas responsabilidades e propondo novas posturas (incluíndo-se aqui até mesmo a família da mãe para que deixe de reforçar qualquer traço negativo que eventualmente o pai tenha), pois afinal trata-se da cuidar da vida do ser mais amado por ambos: o filho que está sendo severamente efetado. Então, ou todos assumem um tratamento psicológico que traga resultados no plano prático (melhoria no relacionamento pai/filho) ou as consequências para a criança tendem a se agravar em curto prazo considerando sua idade e a adolescência que se aproxima, acirrando, ainda mais, as pendências. Existem RELATÓRIO s nos autos que alertam, inclusive, para a possibilidade de delinquência o que, evidentemente, não é desejado por ninguém. Repito que se continuar da forma como está a situação pode caminhar para o reconhecimento da alienação, sendo que a lei permite que se configurada a alienação a guarda seja revertida. Então, ou TODOS SE EMPENHAM para que o comportamento da criança em relação ao pai seja ajustado ou correm o risco de perder sua guarda. O processo não deve ser apenas um fator de sofrimento aos envolvidos. Há que permitir-lhes uma séria reflexão e modificação de padrões de comportamento. Somente o amor pode resgatar as dores ou então haverá lugar para a dor. . . Se o caso é de alienação inconsciente como se chegou a cogitar em certa altura é chegada a hora de encarar a situação no plano concreto e resgatar o amor filial que para poder sair do estado de latência necessita de retorno ao convívio. Assim, para o regular seguimento do feito determino: a) especifiquem as partes se pretendem ainda produzir mais alguma prova, apontando a necessidade; b) diga a ré sobre os documentos e petição juntados pelo autor e vice-versa. c) realize-se novo estudo psicológico, no prazo de 30 dias. Após a vinda do laudo, faça-se vista às partes e ao MP. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0000851-50. 2014. 8. 22. 0102
Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5. 478/68
Requerente: M. P. dos S.
Advogado: Samuel Milet (RO 2117)
Requerido: N. A. dos S.
DECISÃO:
Defiro a gratuidade processual. Ante os elementos carreados aos autos, arbitro alimentos provisórios em 20% (vinte por cento) dos rendimentos líquidos do requerido - inclusive 13º salário, férias e 1/3 de férias, a serem pagos mensalmente, até final DECISÃO, com desconto direto pelo empregador e depósito em conta bancária em nome da representante legal do(a) menor. Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 18 de março de 2014 às 8: 50 horas. Intimem-se as partes acima qualificadas (autor e requerido), para que compareçam à audiência, na sede deste Juízo, alertando-os de que deverão comparecer acompanhados de advogados e de testemunhas, estas independentemente de prévio depósito do rol, importando a ausência do autor em extinção e arquivamento do processo, e da parte requerida, em confissão e revelia. Providencie a escrivania abertura de conta corrente em nome da representante legal do(a) alimentando(a) para recebimento dos alimentos provisionais. Expeça-se ofício ao empregador do réu, para que proceda aos descontos e ao depósito da pensão e para que informe o valor dos rendimentos do requerido. Advertência: Na audiência, se não houver acordo, poderá o réu contestar, desde que o faça por intermédio de advogado, passando-se, em seguida, à ouvida das testemunhas e à prolação da SENTENÇA. Não sendo contestada a ação presumir-se-ão aceitos pelo (a) requerido (a), como verdadeiros, os fatos alegados pelo (a) autor (a). O prazo para resposta é até o início da audiência. Intime-se, com ciência ao Ministério Público. Cumpra-se, servindo cópia de mandado. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0000855-87. 2014. 8. 22. 0102
Ação: Divórcio Litigioso
Requerente: M. L. S. de O.
Advogado: SANDRA MARIA FELICIANO DA SILVA (OAB/RO 597)
Requerido: J. C. de O.
DECISÃO:
Não é o caso de gratuidade da justiça, tendo em vista que a parte aponta patrimônio que supera 2 milhões de reais, de modo que não é pobre na forma da lei, pelo que indefiro a gratuidade da justiça. Defiro o recolhimento das custas ao final. Designo audiência de conciliação para o dia 18 de março de 2014, às 09: 10 horas. Intimem-se as partes acima qualificadas (autora e requerida) para comparecem a solenidade, que se realizará na sede deste Juízo. Cite-se o(a) requerido(a), para responder a ação no prazo de 15 dias. O prazo para contestar fluirá da data da audiência de conciliação, ainda que a solenidade não seja realizada. Advertência: Não sendo contestada a ação no prazo de 15 dias, presumir-se-ão aceitos pelo requerido (a), como verdadeiros, os fatos alegados pelo (a) autor (a). Cite-se e intime-se, com os benefícios do art. 172, § 2º do CPC. Intime-se o Ministério Público. Cumpra-se, servindo cópia de mandado. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0000822-97. 2014. 8. 22. 0102
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: B. A. de L. M.
Advogado: Maria Clara do Carmo Goes (OAB/RO 198-B), Nájila Pereira de Assunção (OAB/RO 5787)
Requerido: N. D. da S.
DECISÃO:
Não há prova da união estável, e ainda, há o fato de as partes, segundo a autora, estarem separadas a mais de 01 ano, e só agora, pretende os alimentos. Neste momento, não vislumbro preenchidos os requisitos para antecipar a tutela, pelo que deixo de fixar alimentos provisórios. Designo audiência de conciliação para o dia 18 de março de 2014, às 08: 30 horas. Intimem-se as partes acima qualificadas (autora e requerida) para comparecem a solenidade, que se realizará na sede deste Juízo. Cite-se o(a) requerido(a), para responder a ação no prazo de 15 dias. O prazo para contestar fluirá da data da audiência de conciliação, ainda que a solenidade não seja realizada. Advertência: Não sendo contestada a ação no prazo de 15 dias, presumir-se-ão aceitos pelo requerido (a), como verdadeiros, os fatos alegados pelo (a) autor (a). Cite-se e intime-se, com os benefícios do art. 172, § 2º do CPC. Intime-se o Ministério Público. Cumpra-se, servindo cópia de mandado. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0000723-30. 2014. 8. 22. 0102
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: A. T. S.
Advogado: Igor dos Santos Cavalcante (OAB/RO 3025)
Requerido: J. R. L. de S. A. M. de S.
DESPACHO:
Designo audiência de conciliação para o dia 18 de março de 2014, às 08: 10 horas. Intimem-se as partes acima qualificadas (autora e requerida) para comparecem a solenidade, que se realizará na sede deste Juízo. Cite-se o(a) requerido(a), para responder a ação no prazo de 15 dias. O prazo para contestar fluirá da data da audiência de conciliação, ainda que a solenidade não seja realizada. Advertência: Não sendo contestada a ação no prazo de 15 dias, presumir-se-ão aceitos pelo requerido (a), como verdadeiros, os fatos alegados pelo (a) autor (a). Cite-se e intime-se, com os benefícios do art. 172, § 2º do CPC. Intime-se o Ministério Público. Cumpra-se, servindo cópia de mandado. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0000852-35. 2014. 8. 22. 0102
Ação: Alimentos - Lei Especial Nº 5. 478/68
Requerente: A. R. G. de A.
Advogado: Geremias Carmo Novais (OAB/RO 5365)
Requerido: I. M. de A.
DESPACHO:
Verifica-se pela cópia extraído pelo sistema SAP (anexo) que já houve ação revisional de alimentos entre as partes neste juízo, sendo que atualmente a obrigação alimentar está fixada no importe de 30% do salário mínimo (autos 0074794-93. 2006. 8. 22. 0001). A ação é de revisão de valor de pensão alimentícia. Rege-se pelo rito especial da Lei 5. 478/68, em razão do disposto em seu art. 13. Designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 13 de março de 2014 às 8: 50 horas. Cite-se o(a) requerido(a), e intime-se a parte autora, a fim de que compareçam à audiência, alertando-os de que deverão comparecer acompanhados de advogados e de testemunhas, estas independentemente de prévio depósito do rol, importando a ausência deste em extinção e arquivamento do processo e a daquele em confissão e revelia (Lei 5. 478/68, art. 7º). Na audiência, se não houver acordo, poderá o(a) réu(ré) contestar, desde que o faça por intermédio de advogado, passando-se, em seguida, à ouvida das testemunhas e à prolação da SENTENÇA. Serve cópia do presente como mandado. Dê-se ciência ao Ministério Público. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0002295-55. 2013. 8. 22. 0102
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Deuszilene do Nascimento Garcia
Advogado: João Bosco Vieira de Oliveira (OAB/RO 2213)
Executado: Geraldo Mangelo da Costa
Advogado: Marcos Antônio Silva Pereira (OAB/RO 367A)
DESPACHO:
VISTOSetc, Nesta data foi constada inexistência de penhora via Bacen Jud. Diga o exequente em termos de prosseguimento. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0010986-92. 2012. 8. 22. 0102
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: J. L. de C. J.
Advogado: Douglas Tadeu Chiquetti (OAB/RO 3946)
Requerido: J. L. de C.
DESPACHO:
VISTOSetc, 1. Nesta data foi constatado bloqueio de valor ainda insuficiente para quitação do débito (doc. anexo), o qual fica convertido em penhora. Dispensável a lavratura do Termo de Penhora, servindo para tal o espelho da bloqueio emitido pelo Bacen (doc. Anexo). 2. Aguarde-se por 03 dias resposta da CEF para onde foi transferido o valor devido. Acaso não venha resposta, oficie-se solicitando informações. 3. Intime-se o executado do prazo para embargos. 4. Diga o exequente sobre a penhora, bem como sobre o saldo remanescente. Int. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0011671-02. 2012. 8. 22. 0102
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: K. M. F. de M. M. F. de M.
Advogado: Anne Thaianna Rocha de Souza (OAB/RO 5454), Leony Fabiano dos Santos Tavares (OAB/RO 5200), Tamara Lucia Lacerda (OAB/RO 5341)
Requerido: K. da C. M.
Advogado: Cinthia Mirelly Sousa Cunha (OAB/MA 10. 261)
DESPACHO:
VISTOSetc, 1. Nesta data foi constatado bloqueio de valor ainda insuficiente para quitação do débito (doc. anexo), o qual fica convertido em penhora. Dispensável a lavratura do Termo de Penhora, servindo para tal o espelho da bloqueio emitido pelo Bacen (doc. Anexo). 2. Aguarde-se por 03 dias resposta da CEF para onde foi transferido o valor devido. Acaso não venha resposta, oficie-se solicitando informações. 3. Intime-se o executado do prazo para embargos. 4. Diga o exequente sobre a penhora, bem como sobre o saldo remanescente. Int. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0010201-96. 2013. 8. 22. 0102
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: M. S. G.
Advogado: Sérgio Muniz Neves (00)
Requerido: A. C. L.
DESPACHO:
VISTOSetc, Nesta data foi constada inexistência de penhora via Bacen Jud. Defiro o pedido de penhora de fl. 21. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0011198-79. 2013. 8. 22. 0102
Ação: Divórcio Litigioso
Requerente: F. C. de A.
Advogado: Sandro Lúcio de Freitas Nunes (OAB/RO 4529)
Requerido: M. de P. V. C.
Advogado: Antonio Augusto Souza Dias (OAB/RO 596), Gustavo Adolfo Añez Menacho (OAB/RO 4296)
DESPACHO: Especifiquem as partes as provas que pretendem produzir em audiência. Desde já, determino: a) sejam avaliados os bens descritos na inicial, observando o aditamento de fl. 31; b) que o autor traga aos autos, no prazo de 10 dias, - a prova sobre a situação contábil e tributária, com cópia do IRPJ, das empresas listadas pela ré; - os comprovantes de pagamento do financiamento do veículo SW4, informando o saldo já pago, no momento da separação. Com a juntada dos documentos e da avaliação, digam as partes. Porto Velho-RO, quarta-feira, 29 de janeiro de 2014. Silvana Maria de Freitas Juíza de Direito

RAIMUNDO BEZERRA DO VALE FILHO
Diretor de Cartório

3ª VARA DE FAMÍLIA

3ª Vara de Família e Sucessões

Proc.: 0011387-57. 2013. 8. 22. 0102
Ação: Divórcio Litigioso
Requerente: L. R. de L.
Advogado: Sérgio Muniz Neves (00)
Requerido: N. P. dos S. de L.
Edital - Publicar:
20 (vinte)dias
DE: NILSA PEREIRA DOS SANTOS, brasileira, casada, residente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: Citar a parte acima mencionada para os termos da ação de Divórcio Litigioso, proposta por L. R. de L. , para acompanhar o processo em todos os seus termos, atos e incidentes, até final, tudo sob as penas da lei. O prazo pra responder à ação é de quinze (15) dias, contados desta publicação. DOS FATOS: As partes casaram-se em 26 de março de 2001, sob o regime de comunhão parcial de bens. O Casal encontra-se separado de fato desde fevereiro de 2010. Dessa união tiveram um filho ainda menor que mora com o requerente. Não há bens a serem partilhados. .
Sede do Juízo: 3a. Vara de Família da Comarca de Porto Velho.
Porto Velho/RO, 03. 02. 2014

(a) Maxulene de Souza Freitas
Juíza de Direito

4ª VARA DE FAMÍLIA

4ª Vara de Família e Sucessões

Proc.: 0004985-57. 2013. 8. 22. 0102
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: A. R. G. P.
Advogado: Walmir Benarrosh Vieira (OAB/RO 1500)
Requerido: M. L. N. da S.
Advogado: Luzinete Xavier de Souza (OAB/RO 3525), Acsa Liliane Carvalho Brito (OAB/RO 5882)
SENTENÇA:
VISTOS. A. R. G. P. , qualificado nos autos, propôs ação declaratória de união estável com partilha de bens em face de M. L. N. da S. , também qualificada. Alega o autor que viveu com a ré de 10 de fevereiro de 2006 até 14 de dezembro de 2012 e que durante a união adquiriram um lote de terra na Rua Eurico Alfredo Nelson, n. 1488, nesta cidade, um automóvel Fiat Idea, uma caminhoneta Hyundai financiada com 42 parcelas a serem pagas e uma dívida de R$ 40. 400, 00(quarenta mil e quatrocentos reais)com G. K. S. M. . Pede o reconhecimento e a dissolução da sociedade com a partilha dos bens. Citada a requerida contestou o pedido. Alega que manteve um relacionamento afetivo com o autor do início de 2003 até dezembro de 2010 e que na constância da união adquiriram o imóvel na Rua Pastor Eurico Alfredo, um Fiat Idea, Um veículo Hyundai, os lotes de números 14; 15 e 24 da quadra 26 do Loteamento Chácaras Ecológicas Recanto dos Pássaros, um lote urbano edificado na Rua Paulo Leal, direitos creditícios nos processos de números 0010462-73 (5ª Vara Cível de Porto Velho) e 0010463-58 (6ª Vara Cível de Porto Velho), bens que guarneciam a residência do casal e dívidas avaliadas em R$ 22. 354, 61(vinte e dois mil trezentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e um centavos), não reconhece a confissão de dívida alegada pelo autor com a credora G. K. , afirmar existirem dívidas no valor de vinte e dois mil, trezento e cinquenta e quatro reais (IPTU imóvel, emprestimo bancário e manuenção de um clube social) e pede alimentos no total de um salário mínimo e meio. Em sua réplica à contestação o autor afirma que a separação somente ocorreu em dezembro de 2012, que o lote urbano edificado na Rua Pastor Eurico Alfredo, o veículo Fiat Idea, os direitos creditícios de ações judiciais e todos os bens que guarnecem a residência do casal, com exceção das quatro mesas de sinucas adquiridas antes do inícico do relacionamento, devem ser partilhados e que os terrenos no loteamento Chácaras Ecológicas Recanto dos Pássarose e o lote urbano edificado na Rua Paulo Leal foram vendidos na constância do relacionamento, bem como não há comprovação do período das dívidas alegadas pela requerida. Na instrução do processo foram ouvidas seis testemunhas. Em memoriais finais, autor e ré reiteram os termos da inicial e da contestação. É o RELATÓRIO. Tratam os autos de ação declaratória de união estável com partilha de bens que A. R. G. P. move em face de M. L. N. da S. . Existe dissenso quanto o período da união. O autor afirma que passou a viver com a ré em fevereiro de 2006 e terminaram a relação em 12 de dezembro de 2012. Já a a ré afirma que passou a viver com o autor do início de 2003 até dezembro de 2010. Pela prova testemunhal colhida nos autos tenho que efetivamente o período da união a ser reconhecido é o que compreende do início de 2003 até dezembro de 2010. Elisvaldo Silva, às fls. 529, declarou que ?a Maria eu conheci quando ela foi morar com o Antônio, eles

passaram a morar juntos por volta de 2004 ou 2005, não sei dizer quando eles se separaram?. Por sua a vez a testemunha E. D. da C. , às fls. 531, afirmou que ? eu trabalhei para o Antônio e a Maria, a primeira vez que eu fui trabalhar com eles foi em 2003, em 2008 eu passei a trabalhar com carteira assinada para eles, em 2009 eu fui dispensada por eles, foi mais ou menso nessa data que eles se separaram. . . . . lá na casa da Rua dois eles estavam dormindo em quartos separados, quando eles estavam na casa da Rua dois tanto a M. quanto o Ao tinham outros relacionamentos?. De forma que estes dois depoimentos são os que estão mais próximos do período indicado pela requerida. O autor sequer sabe com exatidão quando o casal se separou, em sua inicial fala que a separação deu-se em dezembro de 2012, em suas alegações finais afirma que a separação deu-se no início de 2013. Reconheço o período da união com início em 2003 até dezembro de 2010. Resta analisar a partilha dos bens. Tenho como incontroverso, em face do que foi exposto tanto na inicial, na contestação e posteriormente na réplica, que não há dissenso em relação aos seguintes bens que devem ser partilhados pela metade: lote na Rua Eurico Alfredo Nelson n. º 1488, o veículo Fiat Idea, os direitos creditícios decorrentes dos processo em tramite na 5ª e 6ª Varas Cíveis da Comarca de Portyo Velho e todos os móveis que guarneciam a residência do casal, com exceção de quatro mesas de sinuca. Quanto ao veículo Hyundai, devem ser partilhado pela metade também, o autor não trouxe qualquer comprovação de que existem parcelas atrasadas e o quanto foi pago, de forma que se partilha o que efetivamente foi pago. Também em relação a alegação do autor de que o imóvel da Rua Eurico Alfredo foi adquirido com valores sub-rogados de outro imóvel que já pertencia ao autor, não mercer sequer conhecimento, uma vez que trata-se de inovação não permitida em memoriais finais. Autor e ré na inicial e na contestação admitiem que o imóvel foi adquirido com esforço comum no período da união. Existe controversia quanto a partilha de tres lotes no condomínimo Chácara Ecológica Recanto dos Passaros, do lote urbano edificado na Rua Paulo Leal e de dívidas dos casal. Quanto aos lotes de números 14, 15 e 24 na quadra 26 do loteamento Chácaras Ecológicas Rencanto dos Pássaros, o autor em réplica afirma que tais lotes foram vendidos ainda na constância da união. Não assiste razão ao autor, os documentos de fls. 73/75 comprovam que os tres lotes foram adquiridos em dezembro de 2009 e somente foram vendidos após a separação do casal, em junho de 2012(documentos de fls. 534/536)sem autorização da requerida. De forma que estes tres lotes da Chácara Ecológica Recanto dos Passaros devem ser partilhados pela metade do valor vendido de R$ 60. 000, 00(sessenta mil reais). Quanto ao imóvel urbano edificado na Rua Paulo Leal. Em relação a este imóvel também o autor em sua réplica afirmou ter o mesmo sido vendido no período da união. A certidão de inteiro teor de fls. 95 informa que o imóvel foi transferido pelo autor para J. C. da S. em 22 de dezembro de 2008, portanto, na constância da união. Pelos termos do artigo 1245 do Código Civil, transfere-se entre vivos a propriedade mediante o registro do título translativo no Registro do Imóvel. Se este ato jurídico é valido ou não, em face de eventual inexistência de outroga do outro companheiro, é questão que não comporta análise nesta oportunidade. De forma que este imóvel não faz parte do acervo. Em relação as quatro mesas de sinuca, afirma o autor que tais mesas foram vendidas durante a união. Todavia, não trouxe qualquer prova a respeito do alegado, devendo tais mesas serem objeto de partilha. Quanto a confissão de dívida do autor em f. de G. K. , nos termos do documento de fls. 31/33, está claro que tomada posteriormente ao término da união, não devendo ser objeto de partilha. Da mesma forma as alegadas dívidas da requerida, não comprovadas, não deve ser objeto de partilha. O documento de fls. 68, por si só, não comprova a alegada dívida, sua origem, FINALIDADE e tempo em que foi tomada. Dívidas de IPTU de imóveis estão incorporadas aos mesmos como acessórios e com tal devem ser quitadas pela metade na forma da divisão também pela metade do respectivo imóvel. Isto posto, julgo parcialmente procedente ambos os pedidos, tanto do autor como da ré. Declaro que A. R. G. P. e M. L. N. da S. v. em união estável do início do ano de 2003 até dezembro de 2010, devendo ser partilhado pela metade o imóvel da Rua Eurico Alfredo Nelson, os veículos Fiat Idea e Hyundai, os direitos creditícios das ações judiciais na 5ª e 6ª Vara Cível de Porto Velho, os lotes de números 14; 15 e 24 da Chácara Ecológica Recanto dos Pássaros, os móveis que guarneciam a residência do casal e as quatro mesas de sinuca. SENTENÇA com solução de MÉRITO nos termos do artigo 269, I, do CPC. Custas e honorários pro rata. P. R. I via DJ. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Adolfo Theodoro Naujorks Neto Juiz de Direito

Proc.: 0000827-22. 2014. 8. 22. 0102
Ação: Alvará Judicial - Lei 6858/80
Requerente: D. S. L. M. P. L. M. D. L. M.
Advogado: Fernando Maia (OAB/RO 452)
SENTENÇA:
VISTOS, Darcley Socorro Lemos Maus, Patrícia Lemos Maus e Diego Lemos Maus, todos devidamente qualificados, pedem alvará de levantamento de valores na forma do Decreto Nº 85. 845 de março de 1981. Alegam os autores que são, respectivamente, cônjuge e filhos do falecido Benício Maus e que este deixou valores junto ao Banco do Brasil S/A. Aduzem ainda que são os únicos herdeiros do de cujus, portanto habilitados a receber tais valores. Com a inicial vieram documentos. É o RELATÓRIO. Trata-se de liberação de valores disciplinada pela Lei 6858/80 e pelo Decreto Nº 85. 845/81. Conforme se denota da certidão do órgão previdenciário às fls. 15, a única beneficiária a receber pensão por morte do falecido é a requerente Darcley Socorro, portanto, é quem deve perceber os valores encontrados em conta bancária, bem como que os valores a serem liberados são provenientes de saldos de contas corrente no valor de R$ 4. 661, 51. Assim, é de se liberar tais valores somente em favor da requerente Darcley Socorro. Quanto ao pedido de expedição de alvará para transferência do bem indicado às fls. 18, este deverá ser realizado através de Inventário. Ante o exposto, nos termos do artigo 1º da Lei 6858/80 c/c o artigo 1037 do CPC, julgo parcialmente procedente o pedido e defiro o levantamento do valor R$ 4. 661, 51 (quatro mil, seiscentos e sessenta e um reais e cinquenta e um centavos), junto a Agência 2290-x, do Banco do Brasil S/A, com as devidas atualizações, na forma do art. 1º, §1º da Lei 6. 858/80, em favor de Darcley Socorro Lemos Maus. SENTENÇA com resolução de MÉRITO, nos termos do artigo 269, I, do CPC. Expeça-se o competente alvará. Sem custas. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.

Adolfo Theodoro Naujorks Neto
Juiz de Direito

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
Endereço: Av. Lauro Sodré, 1728 - Jardim América - Porto Velho - Rondônia. CEP. 76803-686.
E- mail: pvh1civel@tj. ro. gov. br (pvh1civel@tjro. jus. br)
Juiz: Dr. Jorge Luiz dos Santos Leal
Escrivã: Clêuda S. M. de Carvalho
Telefone: (69) 3217-1318

Proc.: 0020433-53. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Israel Vasquez Lopes
Advogado: João Batista Paulino de Lima (OAB/AC 2206), Adriano Brito Feitosa (OAB/RO 4951)
Requerido: Enemias Carlos Lopes Muniz
Advogado: Welser Rony Alencar Almeida (OAB/RO 1506), José Roberto Wandembruck Filho (OAB/RO 5063)
Certidão do Oficial de Justiça:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl: 80.

Proc.: 0014033-23. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: Rosilda Allyene Gonzaga
Advogado: Nelson Vieira da Rocha Junior (OAB/RO 3765)
Requerido: UNIPREV - União Previdenciária
Advogado: Marcos Antonio Araujo dos Santos (OAB/RO 846), Marcos Antônio Metchko (OAB/RO 1482)
DECISÃO:
DECISÃO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃOVISTOS, ETC. . . Trata-se de embargos de declaração apresentados pela parte requerida/embargante UNIPREV – UNIÃO PREVIDENCIÁRIA sob o argumento de que existe vício na SENTENÇA, tendo em vista que nenhum dos documentos juntados é o contrato de empréstimo, devendo ser acolhida a preliminar de ilegitimidade arguida. Requereu a procedência dos embargos para que seja corrigido o vício apontado no sentido de que não juntou aos autos cópia do contrato de empréstimo celebrado. É o RELATÓRIO, no essencial. Decido. Os embargos não podem ser acolhidos, pois além de duvidosa fragilidade, são nitidamente protelatórios. Não estão presentes quaisquer dos requisitos preVISTOSno artigo 535, I e II do CPC que autorizam a interposição de embargos de declaração, não havendo omissão, contradição ou obscuridade na SENTENÇA, mas tão somente intenção de procrastinar o andamento do feito. Além disso, a embargante pretende, em verdade, a reforma da SENTENÇA por meio de embargos de declaração, veiculando matéria que somente poderia ser tratada em recurso de apelação a ser apreciada pelo TJ/RO. Os descontos no contracheque da autora estão sendo realizados sob a rubrica da embargante e os documentos acostados às fls. 94/104 demonstram que participou da negociação e proposta de empréstimo. Dessa forma, não acolho os presentes embargos de declaração. Condeno o embargante ao pagamento de multa no valor de 1% (um por cento) sobre o valor da causa, na forma do artigo 538, parágrafo único do CPC. Intimem-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0042688-73. 2009. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Paula Juliana Candido Munaretti
Advogado: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Requerido: Terceiro Tabelionato de Protesto de Títulos e Documentos da Comarca de Porto Velho
Advogado: Franco Omar Herrera Alviz (OAB/RO 1228)
SENTENÇA:
S E N T E N Ç A Houve penhora do valor determinado na condenação (fls. 190/191), na forma
do art. 475, J, do CPC, não havendo impugnação (fls. 153). Considerando o pedido de extinção do feito pela satisfação de sua pretensão (fls. 155), julgo extinta a obrigação e o presente processo, nos termos do art. 794, I, do CPC. Expeça-se alvará de levantamento da quantia depositada às fls. 190/191 em favor do credor. Após as anotações de estilo, dê-se baixa e arquive-se de imediato. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0010944-55. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Eliane Ishibarro Taira
Advogado: Wagner Vasconcelos Xavier de Carvalho (OAB/RO 3244)
Requerido: Desconhecido
DECISÃO:
Já ocorreu o trânsito em julgado. Expeça-se mandado de imissão na posse, conforme determinado na SENTENÇA. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0023225-77. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Desapropriação
Requerente: Energia Sustentável do Brasil S. A.
Advogado: Jean Bento (OAB/SC 25762)
Requerido: Max Miliano Prenszler Costa
Advogado: Douglas Tadeu Chiquetti (OAB/RO 3946)
DESPACHO:
DECISÃO VISTOS. O art. 57 do CPC é claro quando estabelece que a oposição deve ser distribuída em autos apartados, in verbis: Art. 57. O opoente deduzirá o seu pedido, observando os requisitos exigidos para a propositura da ação (arts. 282 e 283). Distribuída a oposição por dependência, serão os opostos citados, na pessoa dos seus respectivos advogados, para contestar o pedido no prazo comum de 15 (quinze) dias. Portanto, desentranhe-se a oposição, encaminhando-se ao Cartório Distribuidor para que distribua por dependência a estes autos. Após, certifique-se o ocorrido, apensem-se os novos autos e voltem ambos conclusos. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0121705-13. 1999. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Requerente: Lucicleia Brito Abreu Lima
Advogado: Roberto Pereira Souza e Silva (OAB/RO 755)
Requerido: Walmar Esteves de Souza
DESPACHO:
Intime-se o Credor para se manifestar, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0024246-59. 2009. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco Santander S/A
Advogado: José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/RO 4570)
Executado: J. Soares de Souza, Jonas Soares de Souza
DECISÃO:
Indefiro o pedido de substituição processual formulado pela empresa FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS (fls. 84), por ser juridicamente impossível. Se houve cessão de crédito, a cobrança deve ser feita em ação própria. Intime-se o Banco Credor para dar efetivo andamento ao feito, em 5 dias, sob pena de extinção. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0001554-95. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Centro de Ensino São Lucas Ltda.
Advogado: Diógenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831)
Requerido: Luciana Caldeira Simoes da Silva Nobre de Souza
Advogado: Geisebel Erecilda Marcolan (OAB/RO 3956)
SENTENÇA:
S E N T E N Ç AHouve penhora do valor determinado na condenação (fls. 72/73), na forma do art. 475, J, do CPC, não havendo impugnação (fls. 74). Considerando que o valor penhorado é o mesmo pleiteado pelo Credor em sua petição de cumprimento de SENTENÇA (fls. 57/59), vejo que a obrigação foi satisfeita e julgo extinto o feito nos termos do art. 794, I, do CPC. Expeça-se alvará de levantamento da quantia depositada às fls. 73 em favor do credor. Após as anotações de estilo, dê-se baixa e arquive-se de imediato. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0006666-45. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: Lojas Tropical e Refrigeração Ltda
Advogado: Neumayer Pereira de Souza (RO 1537)
Requerido: Amazonas Rent A Car
SENTENÇA:
SENTENÇA VISTOSe etc, Trata-se de AÇÃO MONITÓRIA em que a parte ré foi citada por edital (fls. 39/43), sendo-lhe nomeado curador de ausentes, que apresentou defesa por negativa geral (fls. 56/58). A resposta genérica do Curador de Ausente não se contrapôs de maneira eficaz à prova documental acostada aos autos. Dessa forma, considerando a alteração da legislação processual civil, constituo de pleno direito, por SENTENÇA, o pedido em título executivo judicial. Converto o mandado inicial em mandado executivo, que poderá ser executado, na forma do art. 475, J, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0004705-69. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Desapropriação
Requerente: Santo Antônio Energia S. A.
Advogado: Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861), Luciana Sales Nascimento (OAB/SP 156820), Bianca Paola Camargo de Oliveira (OAB/RO 4020), Everson Aparecido Barbosa (OAB/RO 2803), Gelca Maria de Oliveira Pereira (OAB/RO 4786)
Requerido: Adauto Dias Borges
Advogado: Fernando Soares Garcia (OAB/RO 1089), Sérgio Gastão Yassaka (OAB/RO 4870)
DESPACHO:
Intime-se a parte autora para efetuar o pagamento dos honorários do perito. Após, intime-se o profissional para iniciar os trabalhos, liberando-se 50% dos honorários em seu favor. Junte-se a petição que está pendente no cartório. Após, voltem conclusos. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0002450-41. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Francy Christian do Couto Araujo
Advogado: Valéria Moreira de Alencar Ramalho (OAB/RO 3719)
Requerido: Banco Itaú S/A, Itaú Administradora de Consórcios Ltda
Advogado: Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120)
DECISÃO:
Intime-se o Credor para se manifestar sobre o depósito de fls. 177/178, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0022488-11. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Vandira Antunes de Souza Silva
Advogado: Silvana Félix da Silva Sena (OAB/RO 4169), José Costa dos Santos (OAB/RO 4626)
Requerido: Health Instituto de Desenvolvimento Interdisciplinar em Saúde Ltda ME
Advogado: Luzinete Xavier de Souza (OAB/RO 3525)
DECISÃO:
Recebo o recurso em ambos os efeitos. Subam os autos ao Tribunal de Justiça/RO. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0179780-50. 1996. 8. 22. 0001
Ação: Restituição de Coisa ou Dinheiro na Falência do Devedor
Requerente: Sindicato dos Servidores Públicos Federais no Estado de Rondônia - SINDSEF
Advogado: Maria Angélica Pazdziorny (OAB/RO 777), Sandra Pedreti Brandão (RO 459)
Requerido: Bradesco Seguros S/A, Sul América Companhia Nacional de Seguros, Ronseg Adminstradora e Corretora de Seguros Ltda
Advogado: Renato Tadeu Rondina Mandaliti. (OAB/SP 115. 762), Diogo Morais da Silva (OAB/RO 3830), Reynaldo Augusto Ribeiro Amaral (OAB/RO 4507), Alexandre Cardoso Júnior (OAB/SP 139455), Andrey Cavalcante (OAB/RO 303B), Juliene Janones Manfredinho (OAB/RO 4839), Leme Bento de Lemos (OAB/RO 3084)
DECISÃO:
Considerando a DECISÃO do TJ/RO (fls. 393/340), realize-se a prova pericial contábil. Para a produção da prova técnica, nomeio como perito(a) o(a) Dr. (a) HAROLDO LEITE, que deverá ser intimado(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, prestar compromisso e oferecer proposta de honorários, caso aceite o encargo. Faculto às partes a apresentação de quesitos e a indicação de assistente técnico, no prazo comum de 05 (cinco) dias. Após a apresentação dos quesitos, intime-se a(a)

perito(a) para iniciar a elaboração do laudo, fazendo contar expressamente que o prazo máximo para a conclusão da prova é de 30 (trinta) dias. Vindo o laudo pericial aos autos, intimem-se as partes para manifestarem-se acerca da prova, no prazo comum de 10 (dez) dias. Considerando que foi a Ré BRADESCO SEGUROS S/A quem pugnou pela produção da prova pericial, os honorários do perito correrão às suas expensas e deverão ser depositados no prazo de 05(cinco) dias, contados da ciência da proposta do(a) perito(a). Intimem-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0073880-92. 2007. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Associação Rondoniense de Ensino Superior - FATEC
Advogado: David Alves Moreira (OAB/RO 299B), Joaquim Mota Pereira Filho (OAB/RO 136E), Daisy Crisóstimo Cavalcante (OAB/RO 4146), Jéssica Peixoto Cantanhêde (OAB/RO 2275)
Requerido: Dalmon Barbosa de Carvalho
Advogado: Ayrton Barbosa de Carvalho (OAB/RO 861), Manoel Rivaldo de Araújo (OAB/RO 315B)
DECISÃO:
Suspendo o andamento do feito até o dia 01/12/2014. Decorrido este prazo sem manifestação, reative-se o processo e intime-se o credor para dar andamento efetivo ao feito ou informar quais buscas já realizou, no prazo de 10 (dez) dias. Passado esse prazo sem manifestação, intime-se a parte, pessoalmente, a dar andamento ao feito em 48 horas, sob pena de extinção. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0263177-84. 2008. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Marcelo Longo de Oliveira
Advogado: Marcelo Longo de Oliveira (OAB/RO 1096)
Executado: Pecuária Souza Ltda
DESPACHO:
Intime-se o Credor para informar se sua pretensão foi integralmente satisfeita, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0014551-76. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Pemaza S/A
Advogado: Karina Rocha Prado (RO 1. 776)
Executado: Sebastião Carlos de Souza Pereira
DECISÃO:
Aguarde-se a devolução da Carta Precatória. Suspendo o andamento do feito por 90 dias. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0187979-46. 2005. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Colégio Pitágoras Porto Velho Ltda
Advogado: Alexandre Camargo (OAB/RO 704)
Requerido: Darcy Couceiro Castiel
Advogado: José Alexandre Casagrande (OAB-RO 379/B)
DESPACHO:
Intime-se o Credor para se manifestar sobre o oficio de fls. 238/246, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0043157-32. 2003. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Condominio Residencial Itapema
Advogado: Ivanilson Lucas Cabral (OAB/RO 1104)
Requerido: Jacqueline Casara Rivoredo
Advogado: José Alexandre Casagrande (OAB-RO 379/B)
DESPACHO:
Intime-se o Credor para se manifestar, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0021034-59. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Requerente: Proteção Máxima Vigilância e Segurança Ltda
Advogado: Alzerina Nogueira Leite Souza (OAB/RO 3939)
Requerido: Sendi Norte Engenharia Ltda
DESPACHO:
Intime-se o Credor para se manifestar sobre a petição de fls. 66, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0021735-54. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Desapropriação
Requerente: Energia Sustentável do Brasil S. A.
Advogado: Rafaela Cristina Lopes Mercês (OAB/RO 3923)
Requerido: Dejanira de Souza, José Ferreira, Amarildo da Silva Duarte, Donizeth de Carvalho Ricardo
DESPACHO:
DECISÃO VISTOS. O art. 57 do CPC é claro quando estabelece que a oposição deve ser distribuída em autos apartados, in verbis: Art. 57. O opoente deduzirá o seu pedido, observando os requisitos exigidos para a propositura da ação (arts. 282 e 283). Distribuída a oposição por dependência, serão os opostos citados, na pessoa dos seus respectivos advogados, para contestar o pedido no prazo comum de 15 (quinze) dias. Portanto, desentranhe-se a oposição, encaminhando-se ao Cartório Distribuidor para que a distribua por dependência a estes autos. Após, certifique-se o ocorrido, apensem-se os novos autos e voltem ambos conclusos. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0247862-79. 2009. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Itamarati LogÍstica e Energia Ltda
Advogado: Lúcio Afonso da Fonseca Salomão (OAB/RO 1063)
Requerido: Transeguro Transportes de Valores e Vigilância Ltda.
DESPACHO:
Intime-se o Credor para se manifestar, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0020805-31. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: BV Financeira S. A. Crédito Financiamento e Investimento
Advogado: Paulo Eduardo Dias de Carvalho (OAB/SP 12199), Elizete Aparecida de Oliveira Scatigna (OAB/SP 68723)
Requerido: Transnorte Vigilância & Segurança LTDA
DECISÃO:
DECISÃO VISTOS. Trata-se de ação de cobrança onde a parte atora deixou de juntar procuração original ou autenticada no prazo legal. Determinada a emenda (fls. 36), foi certificado que a parte quedou-se inerte (fls. 37), tendo o feito sido extinto (fls. 38). Ocorre que a parte autora já havia protocolado sua petição de emenda mas, por erro do cartório, ela não foi juntada e houve certidão de que não havia manifestação da parte (fls. 37), o que induziu o juízo a erro na prolação da SENTENÇA de indeferimento da inicial (fls. 38). No entanto, a parte não pode ser prejudicada por erro do cartório. Considerando que a emenda foi protocolada no prazo legal, excepcionalmente, ANULO a SENTENÇA de fls. 38. Cite-se o Réu para que apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar expressamente no mandado os efeitos da revelia (art. 285 e 319 do CPC). Ofertada ou não a contestação, certifique-se quanto à tempestividade. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas à autora para impugnação. Em caso de revelia ou confissão, venham os autos conclusos para apreciação. Intimem-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0026268-85. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Zilpha Moret de Freitas da Silva
Advogado: José Carlos Lino Costa (OAB/RO 1163), Maria Idalina Monteiro Rezende (OAB/RO 3194)
Requerido: CAERD - Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia
Advogado: Maricelia Santos Ferreira. . (RO 324-B)
DECISÃO:
Recebo o recurso em ambos os efeitos. Subam os autos ao Tribunal de Justiça/RO. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0020645-06. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: Maria Celi Oliveira da Silva
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: Banco Comprev
Advogado: Dagmar de Jesus Cabral Rodrigues (OAB/RO 2934)
DESPACHO:
Há preliminares e documentos juntados à contestação. Assim, cumpra-se a portaria 01/2011 e intime-se a parte autora para apresentar sua réplica no prazo legal. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0001173-87. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Francisco Barroso Sobrinho
Advogado: Juacy dos Santos Loura Júnior (OAB/RO 656A)
Requerido: Autovema Veículos Ltda, Fiat Automóveis S/A, Safra Leasing Arrendamento Mercantil
Advogado: Mozart Luiz Borsato Kerne (RO 272), Franciany de Paula (OAB/RO 349B), Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
DECISÃO:
VISTOS. Trata-se de pedido formulado pelo autor pela aplicação de multa no importe de 20% (vinte por cento) em razão do descumprimento do acordo homologado e, multa do artigo 475-J, CPC. O autor informa às fls. 380/385 que as requeridas não cumpriram com o acordo entabulado, requerendo o cumprimento da SENTENÇA, e, para tanto, solicitou a aplicação da multa prevista no acordo, além da multa prevista no artigo 475-J, CPC. A parte requerida AUTOVEMA VEÍCULOS LTDA informou às fls. 395/400 o cumprimento integral da obrigação. Decido. O acordo celebrado entre as partes (fls. 357/360) prevê expressamente que, a partir do protocolo do acordo (24/4/2013), a ré AUTOVEMA deveria disponibilizar um veículo novo, que deveria ocorrer em um prazo máximo de 60 (sessenta) dias, sob pena de multa no importe de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato. A disponibilização do veículo somente ocorreu em 24/7/2013, conforme recibo de entrega às fls. 396, restando plenamente cabível a aplicação da multa entabulada, diante do cumprimento da obrigação em prazo superior ao previsto. O atraso foi superior a trinta dias. Destaco, outrossim, que o recibo de entrega deu plena quitação à obrigação de fazer das rés assumidas em razão do acordo homologado, mas nada disse a respeito de eventual multa. Não havendo qualquer revogação/exoneração expressa desse ônus, constato sua plena aplicabilidade. Quanto à aplicação do artigo 475-J, CPC, é entendimento pacificado no STJ no sentido de que somente incide essa multa caso o devedor, após o trânsito em julgado, é devidamente intimado para cumprir a obrigação no prazo de 15 (quinze) dias. Não houve intimação das rés para tal fim, pois somente informou o cumprimento da obrigação, motivo pelo qual não incide a multa do citado artigo de lei. Da mesma forma, considerando que é entendimento pacífico no STJ acerca do cabimento de honorários advocatícios em fase de cumprimento de SENTENÇA, defiro o pedido do autor de fls. 406 e fixo os honorários advocatícios no valor de R$ 500, 00 (quinhentos reais), na forma do artigo 20, §4º, CPC. Assim, intimem-se as partes requeridas para, no prazo comum de quinze (15) dias, efetuarem o pagamento do valor de 20% (vinte por cento) sobre o valor do acordo, a título de multa livremente pactuada entre as partes e honorários advocatícios fixados em fase de cumprimento de SENTENÇA, sob pena de penhora. Cumpra-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0012021-65. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: José Lima da Costa
Advogado: Magnaldo Silva de Jesus (OAB/RO 3485)
Requerido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT SA
DECISÃO:
VISTOS. A seguradora ré ainda não efetuou o pagamento dos honorários periciais, sendo inviável, neste momento, a determinação de início dos trabalhos do perito. Assim, intime-se a parte ré, para, no prazo improrrogável de 3 (três) dias, efetuar o recolhimento dos honorários periciais em conta judicial a ser aberta na CAIXA e vinculada a este processo, sob pena de presunção contra si dos fatos alegados pelo autor e que se buscaria provar com o exame pericial. Após, intime-se o perito para que dê início aos trabalhos. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0009121-12. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Consignação em Pagamento
Consignante: Cassio Moura da Silva
Advogado: Linêide Martins de Castro (OAB/RO 1902)
Consignado: Banco Itaucard S. A.
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3. 700)
DECISÃO:
Recebo o recurso em ambos os efeitos. Subam os autos ao Tribunal de Justiça/RO. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0006032-78. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: B. V. Financeira S. A C. F. I
Advogado: Ana Paula dos Santos (OAB/RO 4794)
Requerido: Francisco das Chagas da Costa
DESPACHO:
Considerando a certidão do Oficial de Justiça de fls. 25 de que o réu faleceu, na forma do artigo 43 do CPC, Intime-se o espólio do autor, pelo seu inventariante, para que se habilite nos autos, no prazo de 30 (trinta) dias. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0021987-86. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Marlene dos Santos
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Requerido: Wylton Fernandes Pinheiro da Cruz Me
DESPACHO:
Intime-se o Credor para atualizar seu crédito e requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0020673-08. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Rodão Auto Peças Ltda
Advogado: Bianca Paola Camargo de Oliveira (OAB/RO 4020), José Cristiano Pinheiro (OAB/RO 1529), Valéria Maria Vieira Pinheiro (OAB/RO 1528)
Executado: Wanessa Regina de Jesus da Silva
DECISÃO:
VISTOS. Suspendo o andamento do feito até o dia 01/12/2014. Decorrido este prazo sem manifestação, reative-se o processo e intime-se o credor para dar andamento efetivo ao feito ou informar quais buscas já realizou, no prazo de 10 (dez) dias. Passado esse prazo sem manifestação, intime-se a parte, pessoalmente, a dar andamento ao feito em 48 horas, sob pena de extinção. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0011310-31. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Reintegração / Manutenção de Posse
Requerente: Marcelo Bentes da Silva, Silvani Oliveira da Silva Bentes
Advogado: Marcelo Estebanez Martins (OAB/RO 3208), Beatriz Veiga Cidin (OAB/RO 2674)
Requerido: Lucimar dos Santos Gomes
DESPACHO:
Intime-se a parte autora para se manifestar, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0001506-05. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Paulo Roberto dos Santos
Advogado: Reinaldo Roberto dos Santos (OAB/RO 4897)
Requerido: Acerte Comércio de Motos Ltda, B. V. Financeira S. A.
Advogado: Noemia Fernandes Saltao (RO 1355)
DECISÃO:
VISTOS, ETC. . . Trata-se de processo em que a parte vencida deixou passar o prazo de 15 dias para cumprimento voluntário da obrigação. A nova regra do artigo 475-J do CPC determina que, em tais casos, o feito deve aguardar em cartório por 6 meses até que a parte promova o cumprimento da SENTENÇA. Com certeza esse DISPOSITIVO legal tem a FINALIDADE de permitir à parte fácil acesso ao processo e iniciar a sua execução. Contudo, a Justiça de Rondônia é conhecida por ser ágil e, mesmo nos casos de processos arquivados, eles são fácil e rapidamente localizados e podem ser desarquivados em aproximadamente uma semana. Considerando a situação por que passa o Cartório, é necessário tomar medidas que agilizem o andamento dos feitos, inclusive o arquivamento, a fim de permitir aos serventuários trabalhar com os que necessitam de impulso. Diante disso, determino o imediato arquivamento deste feito, ressalvando que a parte credora terá o direito de desarquivá-lo sem custas se o requerer no prazo de 6 meses do trânsito em julgado. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0006456-57. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Alan Brandao Braga
Advogado: George Uílian Cardoso de Souza (OAB/RO 4491)
Requerido: American Life Companhia de Seguros, Clube Vida Sul América do Norte
Advogado: Maria Helena Gurgel Prado (OAB/SP 75401)
DECISÃO:
VISTOS. Trata-se de ação de cobrança de seguro de vida coletivo em razão de ter sido vítima de acidente de trânsito, sofrendo sérias lesões. Antes de ser realizada a perícia médica no autor, esse veio a falecer em decorrência de outro acidente de trânsito, conforme noticiado pelo patrono daquele às fls. 151/152. Decido. Não é o caso de extinção do processo por causa do falecimento do autor em razão da possibilidade de habilitação de substitutos processuais, na forma do artigo 43 e 1. 055 do CPC. Assim, intime-se os herdeiros do autor para, no prazo de 30 (trinta) dias, se habilitem nos autos e requeiram o que entenderem de direito. Caso não venham a realizar a habilitação incidente no prazo fixado, o processo será extinto. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0208373-35. 2009. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: Cooperativa de Crédito Rural de Porto Velho Ltda - PORTOCREDI
Advogado: Francisco de Freitas Nunes Oliveira (OAB/RO 3913)
Requerido: Ok Locação e Comércio de Veículos Ltda
Advogado: Adriana Desmaret Spinet (OAB/RO 4393)
DECISÃO:
VISTOS, ETC. . . Cumpra-se a DECISÃO do TJ/RO de fls. 207/221. Determino a produção de prova testemunhal pleiteada, motivo pelo qual designo audiência de Instrução e Julgamento para o dia 10/6/2014, às 10: 00h. Intimem-se as partes para que arrolem as testemunhas que pretendem ouvir, informando se as mesmas deverão ser intimadas ou comparecerão independentemente de intimação, em 10(dez) dias. Intimem-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0023428-39. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Distribuidora de Alimentos Piarara Ltda
Advogado: Charles Baccan Junior (OAB/RO 2823A)
Executado: Fernando da Silva Me, Fernando da Silva
DESPACHO:
Diante do decurso de prazo para apresentação de Embargos à Execução, Intime-se o exequente para se manifestar, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0022296-73. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Embargos à Execução
Embargante: Maroun Mansilha Cury
Advogado: Moacyr Rodrigues Pontes Netto ( ), Bruno Luiz Pinheiro Lima (OAB/RO 3918)
Embargado: José Renato Silva Ramos
DESPACHO:
Intime-se a parte embargante para manifestar-se sobre a contestação apresentada pela embargada, no prazo de 10 (dez) dias. Após, intimem-se as partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir, no prazo comum de 5 (cinco) dias. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0022320-72. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: L. F. Distribuidora de Automóveis Ltda
Advogado: Rejane Saruhashi (OAB-RO 1824)
Requerido: Silvia Eli Ivo Albuquerque de Freitas
DESPACHO:
Intime-se o Credor para se manifestar, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0222268-97. 2008. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: José Sinésio Candeloro
Advogado: Jones Silva de Mendonça (OAB/RO 3073)
Requerido: Sidney Candeloro, Maria Rosilene de Oliveira
Advogado: Sidney Candeloro (OAB/RO 293A)
DESPACHO:
Intime-se a parte autora para se manifestar, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0020713-53. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: Francisca das Chagas Brandão Castelo
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: Sabemi Seguradora S. A.
SENTENÇA:
SENTENÇA VISTOS, ETC. . . I – RELATÓRIO FRANCISCA DAS CHAGAS BRANDÃO CASTELO propôs ação cautelar preparatória de exibição de documentos em face da BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S/A alegando em síntese que possui contrato de empréstimo com o banco réu no valor de R$ 1. 912, 00 (um mil, novecentos e doze reais) e que não recebeu cópias do referido contrato, não tomando conhecimento das cláusulas. Alegou que surgiram dúvidas quanto à regularidade da cobrança, sobretudo diante da discrepância entre o valor liberado e o valor a ser pago. Argumentou que tentou receber informações do banco réu, mas não logrou êxito. Concluiu pela concessão de liminar pela exibição do contrato e, ao final, seja confirmada a liminar além de condenar o réu em verba sucumbencial. Juntou documentos (fls. 07/12). Liminar indeferida (fls. 14). O banco réu foi citado e apresentou contestação. Aduziu que bastaria a autora comparecer a uma agência bancária para obter os documentos pleiteados, não havendo qualquer motivo para se negar o fornecimento do contrato. Afirmou que não pretende contestar e que já está providenciando a juntada do contrato. Requereu dilação de prazo para apresentação dos documentos. Concluiu pela improcedência dos pedidos. É o RELATÓRIO. Decido. II – FUNDAMENTAÇÃOO feito comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 330, inciso I, do CPC, uma vez que a matéria fática encontra-se suficientemente demonstrada nos autos, dispensando a produção de provas. As partes são legítimas e estão bem representadas. Presentes as condições da ação e os pressupostos processuais, o MÉRITO pode ser apreciado. Trata-se de ação de exibição de documentos, em que a requerente possui contrato de empréstimo com o banco réu e que não houve entrega do contrato no ato da contratação. Em contestação, o banco réu alegou que em momento algum se recusou a apresentar os documentos, requerendo prazo para apresentação dos documentos, não resistindo à sua pretensão. A autora demonstrou às fls. 11/12 que encaminhou e-mail e notificação extrajudicial ao setor responsável da ré, solicitando os documentos discriminados em sua exordial, sem que houvesse qualquer resposta pelo banco réu. É direito do cliente do Banco, dentre outros, ter vista do suposto contrato de empréstimo, bem como outras transações que porventura tenha efetuado. No caso concreto, o banco réu não trouxe cópia do contrato de financiamento requerido pela parte autora. Provada a relação jurídica entre as partes, o contrato deve ser exibido. Esclareço ainda que a procedência desta demanda limita-se à exibição dos documentos e não a existência ou não de indenização, questão essa que deverá ser discutida em outra ação. Neste caso específico, a parte autora demonstrou nos autos que requereu administrativamente os documentos solicitados (fls. 11/12), ficando o banco inerte quanto ao pedido. Diante desta situação, a comprovação de pedido administrativo

enseja condenação da parte ré em honorários advocatícios. III – DISPOSITIVO Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado pela autora, para que o banco réu exiba o contrato de financiamento entre as partes no prazo de 05 (cinco) dias, e em consequência, julgo extinto o processo com apreciação do MÉRITO, conforme dispõe o art. 269, I, do Código de Processo Civil. Sucumbente, condeno o réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em R$ 1. 000, 00 (mil reais), na forma do artigo 20, §4º do CPC. Passados 30 dias sem a manifestação das partes, feitas as devidas anotações, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0014050-88. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Elpidio Wagner
Advogado: Everthon Barbosa Padilha de Melo (OAB/RO 3531)
Requerido: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado: Francianny Aires da Silva (RO 1. 190)
DESPACHO:
Desentranhe-se a Réplica intempestiva, entregando-a ao seu subscritor. Especifiquem as provas, indicando a necessidade e utilidade. Prazo: 5 (cinco) dias. Intimem-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0004182-86. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Embargos à Execução
Embargante: L. X. de Araújo ME
Advogado: Mirele Rebouças de Queiroz Jucá Lauton (OAB/RO 3193)
Embargado: L. S. de Souza Matos
Advogado: Sílvio Vinícius Santos Medeiros (OAB/RO 3015)
DECISÃO:
Recebo o recurso em ambos os efeitos. Subam os autos ao Tribunal de Justiça/RO. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0002465-39. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Shirlane Guillen dos Santos
Advogado: Leudo Ribamar Souza Silva (OAB/RO 4485)
Requerido: Banco Bradesco S/A
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
DECISÃO:
Recebo o recurso em ambos os efeitos e no efeito devolutivo em face da antecipação de tutela. Subam os autos ao Tribunal de Justiça/RO. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0002023-73. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Cisley Bacelar Araujo
Advogado: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Requerido: Itaú Unibanco S/A
Advogado: José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/RO 4570)
DESPACHO:
Intime-se o Credor para dizer se concorda com o depósito realizado pela parte ré, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0023536-34. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Silvana Maria Muniz Andre
Advogado: Joelma Cunha Pedraza (OAB/RO 5024)
Requerido: Caixa Seguradora S/A
Advogado: Maria Angélica Pazdziorny (RO 777), Leandra Maia Melo (OAB/RO 1737)
DECISÃO:
Recebo o recurso em ambos os efeitos. Subam os autos ao Tribunal de Justiça/RO. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0002403-33. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Reintegração / Manutenção de Posse
Requerente: Alessandro Alexandre Rios, Caroline Fernandes
Advogado: Raimundo Ferreira Rios (OAB/AC 1581)
Requerido: Altamir Franco Rodrigues
DECISÃO:
DECISÃO. Indefiro o pedido de Justiça Gratuita. A simples alegação de que não possui condições de arcar com o preparo não se mostra suficiente para a concessão do benefício, conforme entendimento pacificado do TJ/RO. Cabia à parte trazer elementos concretos que informassem a sua situação financeira atual, onde se pudesse aferir a efetiva necessidade da gratuidade requerida. Intime-se a parte ré para efetuar o pagamento do preparo recursal, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de deserção. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0002306-33. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Embargos de Terceiro (Cível)
Embargante: Luciana da Cruz Barroncas
Advogado: Fábio Augusto Pimenta Veras (OAB/AM 6810)
Embargado: Elias Luiz Barbosa
Advogado: Francisco de Assis Forte de Oliveira (OAB/RO 3661)
DECISÃO:
Recebo o recurso em ambos os efeitos e no efeito devolutivo em face da antecipação de tutela. Subam os autos ao Tribunal de Justiça/RO. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0000392-31. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Alex Barros Costa
Advogado: Walmir Benarrosch Vieira (RO 1500/RO)
Requerido: Banco Santander S. A.
Advogado: Trajano Bastos de Oliveira Neto Friedrich (OAB/PR 35463), Carlos Maximiano Mafra de Laet (OAB/RJ 15. 311)
DECISÃO:
Recebo o recurso em ambos os efeitos. Subam os autos ao Tribunal de Justiça/RO. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0017584-11. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Rio Branco Transmissora de Energia S. A.
Advogado: Ronaldo Bovo (OAB/SP 300707), Edson Bovo (OAB/SP 136468)
Requerido: Rivaldo Fernandes de Almeida Filho
Advogado: Josimá Alves da Costa Júnior (OAB/RO 4156)
DESPACHO:
Intime-se a parte autora para que proceda o pagamento dos honorários periciais, no prazo de 3 (três)dias. Após, voltem os autos conclusos. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0014461-05. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: Jansen Elage Pinheiro
Advogado: Nelson Vieira da Rocha Junior (OAB/RO 3765)
Requerido: Banco Cruzeiro do Sul S. A.
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4875A)
DECISÃO:
Indefiro o pedido de suspensão formulado pelo Banco Cruzeiro do Sul S/A. A existência de liquidação extrajudicial não impede o andamento dos processos existentes em seu desfavor, mas apenas altera a ordem procedimental de futura execução, se houver. No caso presente, vejo que o andamento do feito está correto e deve ser feito o pagamento das custas processuais, que tem natureza de tributo e, por isso, crédito privilegiado da Fazenda Pública. Assim, prossiga-se o feito, intimando-se o Requerido para proceder o pagamento das custas finais, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inscrição na dívida ativa. Intimem-se. Após o pagamento, dê-se baixa e arquive-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0000101-36. 2009. 8. 22. 0001
Ação: Cautelar Inominada (Cível)
Requerente: Jeoval Pereira de Souza, Rozana de Jesus Souza Barreto, Fernando Luiz Pereira Souza, Jocilia Maria de Queiroz Bastos Felix
Advogado: Valnei Gomes da Cruz Rocha (OAB/RO 2479)
Requerido: GN Incorporadora e Construtora Ltda, Ronaldo Scorza Gonçalves
Advogado: Alexandre Camargo (OAB/RO 704), Maria Letice Pessoa Freitas (OAB/RO 2615)
DECISÃO:
Considerando a informação de renuncia do mandato do patrono da empresa requerida, intime-se a parte ré para regularizar seu patrocínio nos autos, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de seguimento do feito à sua revelia. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0087972-41. 2008. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Debora Marlucia da Costa Cavalcante
Advogado: Francisco Nunes Neto (RO 158)
Requerido: Joana D Arc Cavalcante da Silva, Francisco Wellington Nunes Fernandes, Sebastiana Barbosa Galvão Fernandes
Advogado: Manoel Flavio Medici Jurado (RO 12-B), Fabricio Grisi Médici Jurado. (OAB/RO 1751), José Alves Pereira Filho (OAB/RO 647), José Alves Pereira Filho (OAB/RO 647)
DESPACHO:
Manifeste-se a parte exequente sobre o ofício de fls. 725/743, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0017054-36. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Usucapião
Requerente: Ana Kerolaine Silva Maia
Advogado: Marcus Edson de Lima ( )
Requerido: Francisco Pereira Caldas, Raimunda Pontes Caldas
DECISÃO:
Defiro a anotação no polo passivo de espólio de Francisco e Raimuna (fls. 44/46.) Citem-se os herdeiros. Deverá constar no mandado de citação a informação de que o Oficial de Justiça obterá o herdeiro José Reinaldo o endereço de sua irmã Maria Ivonete Campos. Deverão os herdeiros, taxativamente, no prazo de apresentação de defesa, informar se a área foi desapropriada pelo Município, trazendo os elementos que tiverem sobre a eventual desapropriação e o pagamento devido, se realizado. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0239519-31. 2008. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: José Fernandes Fonseca
Advogado: Elivana Muniz de Carvalho (OAB/RO 3438)
Requerido: Ace Seguradora S/A
Advogado: Karina de Almeida Batistuci (GO 30. 797-A), Diogo Morais da Silva (OAB/RO 3830), Marco Antonio Bevilaqua Mauro (OAB/SP 139333)
DECISÃO:
Recebo o recurso em ambos os efeitos. Subam os autos ao Tribunal de Justiça/RO. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0001413-71. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Consignação em Pagamento
Requerente: Mauricio Nobre de Lima
Advogado: Marcus Edson de Lima ( )
Requerido: Raimunda Luzia Lemos de Lima
DESPACHO:
DECISÃO 1) A parte autora deve providenciar a guia de depósito através do site da Caixa Econômica Federal na quantia indicada na exordial como devida no prazo de três dias. 2) Após, cite-se o réu para levantar o depósito ou contestar a demanda no prazo legal. 3) Intimem-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0001369-52. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Daniel Galvão de Santana
Advogado: Graciliano Ortega Sanchez (OAB/RO 5194)
Requerido: Banco Bonsucesso S. A.
DECISÃO:
VISTOS, ETC. . . Indefiro o pedido de antecipação de tutela, frente a existência de outras negativações em nome da parte autora. Cite-se o Réu para que apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar expressamente no mandado os efeitos da revelia (art. 285 e 319 do CPC). Ofertada ou não

a contestação, certifique-se quanto à tempestividade. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas à autora para impugnação. Em caso de revelia ou confissão, venham os autos conclusos para apreciação. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0001344-39. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Centro Materno-infantil Regina Pacis
Advogado: Cândido Ocampo Fernandes (OAB/RO 780), Igor Amaral Gibaldi (OAB/RO 737E)
Executado: Joseneide Salgado da Cruz
DECISÃO:
1) Cite-se em execução. Expeça-se Mandado de Citação a ser cumprido por Oficial de Justiça, para que a Executada efetue o pagamento da dívida e dos honorários advocatícios, ou nomeie bens à penhora no prazo de 3 (Três) dias do recebimento da Carta de Citação, salientando que o prazo para apresentação de defesa é de 15 (quinze) dias, fazendo constar do mandado que, no caso de pagamento em 3 (três dias), os honorários advocatícios serão reduzidos à metade. 2) Fixo honorários da execução em 10%, salvo embargos. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0025665-75. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Lucinei Gomes Jacinto
Advogado: Maria Angélica Pazdziorny (RO 777), Odilavo Diego Silvestre Vieira (OAB/SP 315637), Leandra Maia Melo (OAB/RO 1737)
Requerido: Banco Itaucard S. A.
DECISÃO:
VISTOS, ETC. . . 1) Os documentos apresentados e as sustentações jurídicas e fáticas convencem da verossimilhança do direito da parte autora, sendo que reconhecidamente a manutenção da inscrição gera-lhe sérios constrangimentos. 2) Assim, com fundamento no artigo 273, do Código de Processo Civil, defiro o pedido de antecipação de tutela e, em conseqüência, determino que seja encaminhado Ofício aos órgãos restritivos de crédito a fim de que efetuem a exclusão do nome do(a) autor(a) de seus cadastros, no prazo de 48 horas, sob pena de desobediência. 3) Cite-se. Intimem-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0024700-97. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Rozenilde Leite Cunha Me
Advogado: Izidoro Celso Nobre da Costa (OAB/RO 3361)
Requerido: Banco Dibens S. A.
DESPACHO:
VISTOS, ETC. . . 1) Cite-se o Réu para que apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar expressamente no mandado os efeitos da revelia (art. 285 e 319 do CPC). 2) Ofertada ou não a contestação, certifique-se quanto à tempestividade. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas à autora para impugnação. 3) Em caso de revelia ou confissão, venham os autos conclusos para apreciação. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0021572-69. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Jairo Pinheiro Goveia
Advogado: Sérgio Muniz Neves (00)
Requerido: Alberto Polack de Souza
DECISÃO:
VISTOS, ETC. . . 1) Cite-se o Réu para que apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar expressamente no mandado os efeitos da revelia (art. 285 e 319 do CPC). 2) Ofertada ou não a contestação, certifique-se quanto à tempestividade. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas à autora para impugnação. 3) Em caso de revelia ou confissão, venham os autos conclusos para apreciação. 4) Defiro, por ora, a assistência judiciária gratuita requerida. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0013661-06. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Raimundo Ferreira dos Santos
Advogado: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Requerido: Claro S/a
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
DECISÃO:
Recebo o recurso em ambos os efeitos e no efeito devolutivo em face da antecipação de tutela. Subam os autos ao Tribunal de Justiça/RO. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0013035-84. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Maria da Silva Feitosa de Oliveira
Advogado: Orlando Leal Freire (OAB/RO 5117), Carlos Frederico Meira Borré (OAB/RO 3010)
Requerido: BANCO SANTANDER S/A
Advogado: Carlos Maximiano Mafra de Laet (OAB/SP 104061A), Ana Gabriela Rover (OAB/RO 5210)
DECISÃO:
Recebo o recurso em ambos os efeitos. Subam os autos ao Tribunal de Justiça/RO. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0007078-05. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco Safra Sa
Advogado: Luciano Boabaid Bertazzo (OAB/RO 1894)
Requerido: Joao da Rocha Relvas
SENTENÇA:
SENTENÇA VISTOS. A parte autora foi intimada pessoalmente a dar prosseguimento ao feito no prazo de 48 horas, sob pena de extinção, mas deixou transcorrer o prazo assinado sem qualquer providência. ISTO POSTO, julgo extinto o processo com fulcro no art. 267, III, do Código de Processo Civil. Defiro o desentranhamento, querendo, dos documentos que instruíram a inicial, mediante substituição por cópias. Dê-se baixa e arquive-se de imediato. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0006840-83. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Maurício de Brito Pereira
Advogado: Marcelo Longo de Oliveira (OAB/RO 1096), Ivanilson Lucas Cabral (OAB/RO 1104)
Requerido: Embratel- Empresa Brasileira de Telecomunicações S/a
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
DECISÃO:
Desentranhe-se as contrarrazões visto que intempestivas. Após, subam os autos ao Tribunal de Justiça/RO, pois recebo o recurso em ambos os efeitos e no efeito devolutivo em face da antecipação de tutela. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0004274-64. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Ronaldo Inácio Rocha
Advogado: Antônio Sérgio Silva de Carvalho (OAB/RO 4639), Fabrício Francis da Silva Figueiredo (OAB/RO 4829), Zaine Francisco da Silva Figueiredo (OAB/RO 4916)
Requerido: União das Escolas Superiores de Rondônia - UNIRON
DECISÃO:
DECISÃO VISTOS, ETC. . . Em fase da DECISÃO do Superior Tribunal de Justiça, aceito a competência. Defiro o pedido de antecipação de tutela para determinar à requerida expedir o Diploma de Graduação de Bacharel em Comunicação Social em nome do autor, no prazo de 10 (dez) dias. Sob pena de multa diária de R$ 1. 000, 00 até o limite de R$50. 000, 00. Cite-se o Réu para que apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar expressamente no mandado os efeitos da revelia (art. 285 e 319 do CPC). Ofertada ou não a contestação, certifique-se quanto à tempestividade. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas à autora para impugnação. Em caso de revelia ou confissão, venham os autos conclusos para apreciação. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0003258-75. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Ilton Sarques
Advogado: José Teixeira Vilela Neto (OAB/RO 4990), Diego José Nascimento Barbosa (OAB/RO 5184)
Requerido: Eletrobras Distribuição/Rondônia - Ceron - Centrais Eletricas de Rondonia S/A
Advogado: José Roberto Wandembruck (OAB/RO 5063)
DECISÃO:
Recebo o recurso em ambos os efeitos e no efeito devolutivo em face da antecipação de tutela. Subam os autos ao Tribunal de Justiça/RO. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0002304-29. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Francisca Olinda de Souza Rabelo
Advogado: Diego José Nascimento Barbosa (OAB/RO 5184), José Teixeira Vilela Neto (OAB/RO 4990)
Requerido: Eletrobrás Distribuição Rondônia - CERON
Advogado: Kênia de Carvalho Mariano (OAB/RO 994)
DECISÃO:
Recebo o recurso em ambos os efeitos e no efeito devolutivo em face da antecipação de tutela. Subam os autos ao Tribunal de Justiça/RO. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0002301-74. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Ludenira Silva Feitoza Carvalho
Advogado: José Teixeira Vilela Neto (OAB/RO 4990)
Requerido: Eletrobrás Distribuição Rondônia - CERON
Advogado: Cristiane da Silva Lima (OAB/RO 1569)
DECISÃO:
Recebo o recurso em ambos os efeitos e no efeito devolutivo em face da antecipação de tutela. Subam os autos ao Tribunal de Justiça/RO. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0025085-79. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Joao Mendes Neto
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Requerido: Centrais Eletricas de Rondônia Sa Ceron
Advogado: Jacimar Pereira Rigolon (OAB/RO 1740)
DECISÃO:
Recebo o recurso em ambos os efeitos e no efeito devolutivo em face da antecipação de tutela. Subam os autos ao Tribunal de Justiça/RO. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0006296-32. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Antônia Aciole Brito
Advogado: Vinícius Valentin Raduan Miguel (OAB/RO 4150)
Requerido: Gafisa SPE Oitenta e Cinco Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogado: Rodrigo Borges Soares (OAB/RO 4712)
DECISÃO:
Recebo o recurso em ambos os efeitos. Subam os autos ao Tribunal de Justiça/RO. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0005036-17. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Requerente: Universo ServiÇos Graficos e Editora Ltda
Advogado: Jefferson Silva de Brito (OAB/RO 2952)
Requerido: T. L. Comercio de Granitos Ltda Me
DESPACHO:
Intime-se o Devedor para efetuar o pagamento do débito ou comprovar que o fez, no prazo de 03(três) dias, sob pena de penhora. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0019300-73. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Maria Alta Miranda da Silva de Almeida
Advogado: Patrícia Helena dos Santos Carneiros (OAB/RO 879)
Requerido: Rondonorte Transportes e Turismo Ltda
Advogado: José Cristiano Pinheiro. (RO 1529)

DECISÃO:
Recebo o recurso em ambos os efeitos. Subam os autos ao Tribunal de Justiça/RO. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0018814-88. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Mariano Distribuidora de Lubrificantes Ltda
Advogado: Samuel de Campos Widal Filho (OAB/MT 7197B)
Executado: Lobato's Assistencia Técnica Peças e Serviços Ltda
Advogado: Francisca Rosilene Garcia Celestino (OAB/RO 2769)
DESPACHO:
Intime-se o Credor para se manifestar, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0012032-65. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Distribuidora de Auto Peças Rondobras Ltda
Advogado: Flávio Kloos (OAB/RO 4537)
Executado: Jose Simão de Oliveira Filho
DESPACHO:
Defiro. Realize-se pesquisa através do Sistema RENAJUD, conforme pleiteado. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0080498-19. 2008. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Ângela Cristina Morais
Advogado: Erivaldo Monte da Silva (RO 1247)
Requerido: Expresso Maia Ltda
Advogado: Sivaldo Pereira Cardoso (OAB/GO 18128), Valeria Cristina Aquino dos Anjos (RO 1927)
DECISÃO:
DECISÃO VISTOS. Verifico que o feito já foi extinto pelo pagamento, bem como já houve o trânsito em julgado conforme certidão de fls. 234. Deste modo, o pedido de fls. 228/233 da parte autora é inviável nesta fase processual. Por isso o indefiro. Arquive-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0080935-60. 2008. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Mega Veículos Ltda
Advogado: Fabricio Grisi Medici Jurado (RO 627-A)
Requerido: Antonio Carlos Gomes de Souza
DESPACHO:
Intime-se a parte autora para manifestar-se sobre o ofício de fls. 95, no prazo de 10(dez) dias. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0083152-76. 2008. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Fergel Ferro e Aço Ltda EPP
Advogado: Francisco Arquilau de Paula (OAB/RO 1B), Franciany D Alessandra Dias de Paula (OAB/RO 349B), Breno Dias de Paula (OAB/RO 399B), Bianca Fernandes Gerhardt (OAB/RO 3031), Michele Luana Sanches (OAB/RO 2910)
Executado: Associação dos Funcionários do Hospital 9 de Julho
SENTENÇA:
SENTENÇA VISTOS. A parte autora foi intimada pessoalmente a dar prosseguimento ao feito no prazo de 48 horas, sob pena de extinção, mas deixou transcorrer o prazo assinado sem qualquer providência. ISTO POSTO, julgo extinto o processo com fulcro no art. 267, III, do Código de Processo Civil. Defiro o desentranhamento, querendo, dos documentos que instruíram a inicial, mediante substituição por cópias. Dê-se baixa e arquive-se de imediato. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0023065-86. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco Bradesco S. A.
Advogado: Lucyanne Carratte Brandt Hitzeschky (OAB/RO 4659), Ildo de Assis Macedo (OAB/RO 4519)
Executado: Nortevet Distribuidora de Produtos Agropecuários Ltda, Paulyne de Brito Cunha
DESPACHO:
Defiro a dilação do prazo requerido às fls. 39, por 10 dias. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0001469-07. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Geraldo Francisco Gomes
Advogado: Olívia Alves Moreira (OAB/RO 2212)
Requerido: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDÔNIA S/A-CERON
DECISÃO:
Defiro, por ora, a assistência judiciária gratuita requerida. Os documentos apresentados e as sustentações jurídicas e fáticas são suficientes para o convencimento deste juízo, motivo pelo qual defiro a antecipação de tutela pleiteada, a fim de determinar que a ré se abstenha de efetuar o corte do fornecimento de energia elétrica na residência do autor, em virtude dos débitos discutidos nestes autos, até DECISÃO final desta lide, bem como de incluir o nome do autor nos cadastros de proteção ao crédito. Pena: multa de 500, 00 (Quinhentos reais) por dia, até o limite de R$10. 000, 00 (Dez mil reais). Saliento que a liminar alcança apenas o débito discutido nesta demanda, sendo que a parte autora deverá efetuar o pagamento das faturas de energia elétricas que não não objetos desta lide. Cite-se a Ré para que apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar expressamente no mandado os efeitos da revelia (art. 285 e 319 do CPC). Ofertada ou não a contestação, certifique-se quanto à tempestividade. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas à autora para impugnação. Em caso de revelia ou confissão, venham os autos conclusos para apreciação. Intimem-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0001454-38. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Everton Dietrich Nogueira
Advogado: Pedro Wanderley (1461/RO)
Requerido: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA S A

DECISÃO:
VISTOS, ETC. . . Indefiro o pedido de antecipação de tutela, tendo em vista que o autor possui outras negativações. Cite-se o Réu para que apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar expressamente no mandado os efeitos da revelia (art. 285 e 319 do CPC). Ofertada ou não a contestação, certifique-se quanto à tempestividade. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas à autora para impugnação. Em caso de revelia ou confissão, venham os autos conclusos para apreciação. Defiro, por ora, a assistência judiciária gratuita requerida. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0001496-87. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Frigo Dez Frigorifico Ltda
Advogado: Laercio Batista de Lima (OAB/RO 843)
Requerido: CENTRAIS ELETRICA DE RONDONIA
DECISÃO:
Indefiro o diferimento das custas por falta de amparo legal. Não há previsão legal ou regulamentar que permita a concessão do diferimento pela simples alegação da parte. Eventual situação de emergência ou especial deve ser comprovada nos autos, o que não é o caso destes autos. Intime-se a parte autora para emendar a inicial, efetuando o recolhimento das custas processuais, no prazo de 05(cinco) dias, sob pena de indeferimento. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0001493-35. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Gisele Lima Cruz
Advogado: Risolene Eliane Gomes da Silva Pereira (OAB/RO 3963), Márcia Aparecida de Mello Artuso (OAB/RO 3987)
Executado: Joaquim Marques de Souza Filho
DECISÃO:
Indefiro o diferimento das custas por falta de amparo legal. Não há previsão legal ou regulamentar de diferimento em caso de execução de título extrajudicial. Intime-se a parte autora para emendar a inicial, efetuando o recolhimento das custas processuais, no prazo de 10(dez) dias, sob pena de indeferimento. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0019720-10. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Maria das Dores Ferreira da Silva
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: Banco BMG S. A.
SENTENÇA:
RELATÓRIO VISTOS, ETC. . . I - RELATÓRIO MARIA DAS DORES FERREIRA DA SILVA propôs ação cautelar preparatória de exibição de documentos em face da BANCO BMG S/A alegando em síntese que possui 04 (quatro) contratos de empréstimos consignados com o banco réu e que não recebeu cópias do referido contrato, não tomando conhecimento das cláusulas, e que surgiram dúvidas quanto à regularidade da cobrança do empréstimo e taxas de juros devidos. Pugnando pela procedência dos pedidos, concluiu pela concessão de liminar pela exibição do contrato e, ao final, seja confirmada a liminar, além da condenação da ré em verba sucumbencial. Juntou documentos (fls. 07/12)A liminar foi indeferida às fls. 14. O banco réu foi citado e apresentou contestação. Suscitou preliminar de falta de interesse de agir. No MÉRITO, afirmou que nunca se negou à apresentar cópia do contrato, e que bastaria requerimento administrativo para obtenção dos documentos. Juntou cópia do contrato. Requereu a improcedência da ação, invertendo-se o ônus da sucumbência. Juntou documentos (fls. 20/41)Impugnação à contestação do autor. (fls. 43). Vieram os autos conclusos para SENTENÇA. É o RELATÓRIO. Decido. II ? FUNDAMENTAÇÃODa preliminar de falta de interesse de agirAduz a parte ré que a autora não possui interesse de agir ao ingressar com ação judicial de exibição de documento, tendo em vista que poderia obter os documentos pretendidos mediante simples requerimento administrativo. O argumento de que a exibição do documento pela via judicial carece de interesse de agir não deve ser acolhida. Já é entendimento pacificado nos tribunais brasileiros que o pedido administrativo para ajuizamento de cautelar de exibição de documentos é dispensável, não encontrando óbice a busca judicial dos documentos que entende necessários à satisfação de qualquer outro direito que daqueles dependem. Além disso, a autora demonstrou que fez pedido administrativo junto ao banco réu, encaminhando e-mail (fls. 11) e, juntando inclusive comprovante de recebimento de notificação (fls. 12), permanecendo o banco réu inerte. Nesse sentido, considerando a desídia do réu, o consumidor não pode ver-se prejudicado, podendo pleitear essa medida judicialmente. Assim, rejeito a preliminar suscitada pelo réu. Do MÉRITO O feito comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 330, inciso I, do CPC, uma vez que a matéria fática encontra-se suficientemente demonstrada nos autos, dispensando a produção de provas. Destaco, inicialmente, que a relação entabulada entre a autora e a ré ? prestação de serviços educacionais - é tipicamente de consumo, nos termos dos artigos 2º, 3º e 14 do Código de Defesa do Consumidor, de modo que a responsabilidade da ré é objetiva e independe da existência de culpa. Trata-se de ação de exibição de documentos, em que a requerente possui contratos de empréstimos consignados com o réu e que não houve entrega do contrato no ato da contratação. Em contestação, o banco réu alegou que em momento algum se recusou a apresentar os documentos e destaca que a autora não solicitou o contrato de empréstimo, não resistindo à sua pretensão. Juntou cópia dos contratos (fls. 26/41). É direito do cliente do Banco, dentre outros, ter vista do suposto contrato de empréstimo, tomando conhecimento de todas as cláusulas ali inscritas, bem como, as demais transações que entabulou com o banco requerido. Todos os documentos, objetos da presente ação e elencados na inicial, são pertencentes a parte autora. Portanto, passíveis de seu conhecimento. No caso concreto, a parte ré trouxe cópia dos contratos de empréstimos consignados requerido pela parte autora (fls. 26/41). Desta feita, esclareço ainda que a procedência desta demanda limita-se à exibição dos documentos e não a existência ou não de indenização, questão essa que deverá ser discutida em outra ação. Neste caso específico, a parte autora demonstrou nos autos que requereu administrativamente os documentos solicitados (fls. 12/13), ficando o banco inerte quanto ao pedido. Diante desta situação, a comprovação de pedido administrativo enseja condenação da parte ré em honorários advocatícios. III ? DISPOSITIVO Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado pela autora, e, em consequência, julgo extinto o processo com apreciação do MÉRITO, conforme dispõe o art. 269, I, do CPC,

pois os documentos foram apresentados. Sucumbente condeno o banco requerido ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em R$ 1. 000, 00 (um mil reais). Passados 30 dias sem a manifestação das partes, feitas as devidas anotações, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, quarta-feira, 22 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0021150-94. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: L & M Comércio de Móveis Ltda
Advogado: Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546), Eduardo Abílio Kerber Diniz (OAB/RO 4389), Edson Antônio Sousa Pinto (OAB/RO 4643)
Requerido: Joaquim Ferreira Costa
Advogado: Otávio Cesar Saraiva Leão Viana (OAB/RO 4489)
DESPACHO:
Intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, responder os embargos à ação monitória de fls. 28/54. Porto Velho-RO, quarta-feira, 22 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0015566-80. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Raimundo Ivo Gama da Silva
Advogado: Sérgio Muniz Neves (00)
Requerido: Eletrobrás Distribuição Rondônia - CERON
SENTENÇA:
S E N T E N Ç AVISTOS, ETC. . . RELATÓRIO. RAIMUNDO IVO GAMA DA SILVA propôs a presente ação declaratória de inexistência de débito cumulada com indenização por danos morais em face de ELETROBRAS CENTRAIS ELÉTRICAS DO ESTADO DE RONDÔNIA S/A – CERON alegando, em síntese, que a Requerida está lhe cobrando o valor de R$ 4. 951, 79 referente a recuperação de consumo e faturas exorbitantes. Disse que a cobrança indevida desses valores, aliada à ameaça de corte do fornecimento de sua energia elétrica, causou-lhe danos morais. Pleiteou antecipação de tutela para que a Ré se abstenha de suspender o fornecimento de energia em sua residência. Falou sobre uma fatura de abril, no importe de R$ 360, 13, que considera exorbitante, razão pela qual pleiteia a devolução em dobro deste valor. Concluiu requerendo a declaração de inexistência dos débitos cobrados a título de recuperação de consumo e a condenação da Ré ao pagamento de indenização por danos morais em valor a ser arbitrado judicialmente. O pedido de antecipação de tutela foi deferido ás fls. 27. Mesmo intimada da DECISÃO, a Ré suspendeu o fornecimento de energia elétrica na residência do autor, razão pela qual foi reiterada a DECISÃO liminar sendo determinado o religamento da energia elétrica e a proibição de novo corte (fls. 46). A empresa ré foi regularmente citada e apresentou contestação intempestiva (fls. 51), que deve ser desentranhada. É o RELATÓRIO. Decido. FUNDAMENTAÇÃO. Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito cumulada com indenização por danos morais proposta por Maria Aparecida Menezes da Costa em face da CERON – CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A. Da Recuperação de ConsumoO cerne da discussão é saber se a multa de recuperação de consumo cobrada pela CERON é válida e se esta cobrança supostamente indevida é capaz de caracterizar o dano moral suscitado na exordial. Quanto à questão da recuperação de consumo, vê-se que o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia firmou posição que ela não pode ser cobrada, quando tem como única fundamentação e perícia unilateral realizada pela CERON no medidor de consumo. O Tribunal tem considerado ilegítima a realização da perícia em local que não permite ao consumidor acompanhar o exame ou produzir contra prova em seu favor. 'Ceron. Cobrança. Locatário. Legitimidade passiva. Recuperação de consumo. Fraude no medidor. Perícia unilateral. É parte legítima para figurar no polo passivo da ação de cobrança promovida pela empresa prestadora do serviço público de energia elétrica aquele que contratou tal serviço e em cujo nome estão as respectivas faturas. A perícia realizada pela própria empresa prestadora do serviço público de energia elétrica é imprestável para embasar a ação de cobrança de recuperação de consumo. ACÓRDAO. VISTOS, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas em, POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. Porto Velho, 22 de julho de 2009. DESEMBARGADOR(A) Roosevelt Queiroz Costa' (100. 001. 2008. 023887-3 Apelação) 'Inexistência de débito c/c indenização por danos morais. Perícia unilateral. Ilegalidade na cobrança. Inexistência do débito. Dano moral. Prescinde de comprovação. Configuração. Manutenção da SENTENÇA. 'É ilícita a cobrança de valores pela concessionária de serviço público, referente ao consumo de energia elétrica que apurou por meio de perícia unilateral suposta fraude no medidor de energia. 'Presume-se o dano moral, quando oriundo de ameaça de suspensão no fornecimento de energia de forma abusiva, diante da conduta ilícita da CERON que apurou a irregularidade por meio de perícia unilateral. 'ACÓRDAO. VISTOS, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas em, POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. Porto Velho, 15 de dezembro de 2009. DESEMBARGADOR(A) Gabriel Marques de Carvalho (1004734-95. 2008. 8. 22. 0005 Apelação)Dessa forma, considerando a posição pacificada do nosso TJ/RO, aliada às recentes decisões dos Tribunais Superiores, não vejo outra solução a dar ao caso senão julgar procedente o pedido declaratório de inexistência dos débitos referentes à recuperação de consumo na forma como foi feito o cálculo. No caso concreto a parte Ré deixou de apresentar contestação, trazendo a presunção de veracidade das alegações da autora, de que a perícia no medidor foi realizada sem que estivesse presente, caracterizando-se a perícia como unilateral. Entretanto, conforme julgado na Ação Civil Pública, tenho como mais justo ao caso determinar que, como já ocorreu a troca do medidor por um outro lacrado e avalizado pelo INMETRO, a CERON poderá efetuar o cálculo da média dos três meses posteriores à troca do aparelho e realizar a cobrança do período pretérito de até dez anos. Isso se faz necessário porque é possível que a parte autora tenha utilizado energia elétrica a mais do que foi pago e, como é sabido, o eventual consumo a maior deve ser pago. Da Confirmação da Antecipação de tutelaAnalisando os autos, vejo que persistem parcialmente os requisitos ensejadores do deferimento da medida, pois a CERON/ELETROBRÁS não trouxe aos autos qualquer documento capaz de legitimar suas cobranças de

recuperação de consumo, uma vez que a perícia foi realizada por órgão não oficial, sendo considerada unilateral e inexigível. O STJ já pacificou entendimento no sentido de que as concessionárias de fornecimento de energia elétrica e água não podem suspender o fornecimento de seus serviços por dívida pretérita, que é justamente a 'recuperação de consumo' discutida nesta ação civil pública, senão vejamos: 'EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TEMPESTIVIDADE DO AGRAVO REGIMENTAL. INCIDÊNCIA DOS PRINCÍPIOS DA FUNGIBILIDADE RECURSAL, CELERIDADE E ECONOMIA PROCESSUAL. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. ENERGIA ELÉTRICA. CORTE NO FORNECIMENTO POR DÉBITOS PRETÉRITOS. INVIABILIDADE. PRECEDENTES. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. 1. Aplicados os princípios da fungibilidade recursal, celeridade e economia processual para receber os Embargos de Declaração como Agravo Regimental, tendo em vista a tempestividade do Agravo Regimental então interposto. 2. O Tribunal a quo consignou que, no caso em exame, a cobrança se refere a débitos antigos, do período de 2000 a 2004, o que não autorizaria o corte do fornecimento. 3. Esta Corte Superior pacificou o entendimento de que não é lícito à concessionária interromper o fornecimento do serviço em razão de débito pretérito; o corte de energia elétrica pressupõe o inadimplemento de dívida atual, relativa ao mês do consumo, sendo inviável a suspensão do fornecimento em razão de débitos antigos. 4. Embargos de Declaração rejeitados. (EDcl no AgRg no AREsp 58. 249/PE, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/04/2013, DJe 25/04/2013)Com isso, mantenho a antecipação de tutela deferida às fls. 27 e 46, a fim de que a Requerida se abstenha de suspender o fornecimento de energia elétrica em face da cobrança de recuperação de consumo, que foi religada por força da referida DECISÃO. Da Repetição de IndébitoAlega o autor que recebeu e pagou uma fatura no mês de abril/2012 no importe de R$ 360, 13, que considera exorbitante, razão pela qual pleiteou a devolução em dobro destes valores. Ocorre que não trouxe elementos nos autos capazes de comprovar sua alegação, ao contrário, trouxe as faturas de outros meses com valores em torno de R$ 283, 00 (fls. 35), que é muito próximo do consumo discutido. A única certeza que se tem é que houve consumo de energia elétrica naquele mês e, por isso, o valor não é indevido, mas sim devido. Assim, não vejo elementos para reconhecer a alegada exorbitância do valor cobrado na fatura de abril/2012, razão pela qual julgo improcedente a devolução em dobro da quantia paga, em face da legitimidade da cobrança. Dos Danos MoraisSobre o pedido de danos morais, vejo que tem plena razão a parte autora. Em 28/11/2012 foi deferida liminar nos autos da Ação Civil Pública nº 0020578-75. 2012. 8. 22. 0001, proposta pela Defensoria Pública do Estado de Rondônia em face da Requerida CERON/ELETROBRÁS, nos seguintes termos: 'Por isso, DEFIRO PARCIALMENTE o pedido de liminar para proibir a ré de suspender o fornecimento de energia elétrica das unidades consumidoras localizadas nos limites desta Comarca, em decorrência da apuração de débitos não registrados ou de dívida pretérita, oriunda de perícia unilateral (recuperação de consumo), sob pena de incidir em multa por inadimplemento que fixo no importe de R$1. 000, 00 por unidade consumidora que vir a sofrer a suspensão do fornecimento de energia elétrica. 'Além disso, nestes próprios autos houve deferimento do pedido de antecipação de tutela proibindo o corte do fornecimento de energia na residência do autor (fls. 27). Mesmo tendo ciência destas decisões, a Requerida achou por bem descumpri-la e realizar o corte da energia da autora, que ocorreu em 30/09/2013 (fls. 43), muito após a DECISÃO liminar daqueles autos. Este já está pacificado pelo Tribunal de Justiça/RO, in verbis: Cobrança. Energia elétrica. Fraude em medidor. Perícia unilateral. Arbitrariedade. Suspensão do fornecimento. Dano moral presumido. A perícia unilateral, realizada diretamente pela empresa concessionária de energia elétrica, não é prova hábil a embasar cobrança de débitos de recuperação de consumo decorrente de suposta fraude no medidor. A suspensão do fornecimento de energia elétrica pelo não pagamento de débitos pretéritos revela-se como inadmissível meio coercitivo de cobrança, que não encontra guarida no ordenamento jurídico em vigor, devendo, pois, ser repelida, a fim de que não se prive o consumidor de usufruir de serviço público essencial. Presumem-se os danos morais advindos de suspensão de fornecimento de energia elétrica de forma abusiva, por se tratar de serviço essencial, amparado pelo princípio da continuidade. ACÓRDAO. VISTOS, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas em, POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. Porto Velho, 31 de março de 2010. DESEMBARGADOR(A) Marcos Alaor Diniz Grangeia' (0036714-43. 2009. 8. 22. 0005 Apelação) Dessa forma, vejo evidente o dano moral sofrido pela parte autora. Resta apenas chegar ao quantum indenizatório. Para aferição do valor do dano moral, deve ser avaliada a extensão do dano, a condição econômica das partes e o efeito pedagógico da medida. É considerado serviço essencial o fornecimento de energia elétrica. A vida moderna é inviável sem a satisfatória prestação deste serviço. Com o aquecimento global é quase impossível viver de uma forma agradável sem a utilização de ar-condicionado ou ventiladores. A necessidade de informação é tolhida quando falta a energia elétrica, face à impossibilidade de utilização meios de comunicação como televisão, rádio, internet. Até mesmo a utilização do aparelho celular fica comprometida com falta do serviço, pois sem energia elétrica é impossível recarregar a bateria. Considerando todos estes fatos, tenho como justo fixar o valor da indenização por danos morais em R$ 10. 000, 00 (Dez mil reais). DISPOSITIVO. ISTO POSTO e por tudo o mais que dos autos consta, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados na exordial para: 1) tornar definitiva a antecipação de tutela deferida às fls. 246; 2) declarar a inexistência do débito referente à multa de recuperação de consumo na unidade consumidora registrada em nome da autora, na forma como foi calculada; 3) autorizar a CERON/ELETROBRÁS a efetuar o cálculo da média dos três meses posteriores à troca do aparelho medidor de consumo e realizar a cobrança do período pretérito de até 10 (dez) anos, observada a intimação administrativa e a proibição de realizar o corte pela dívida de recuperação de consumo; e 4) condenar a Requerida ao pagamento de indenização por danos morais no valor, já atualizado, de R$ 10. 000, 00 (Dez mil reais). Julgo improcedente o pedido de repetição de indébito. Sucumbente na maior parte do pedido, condeno cada parte Ré ao pagamento das custas processuais e pagamento de honorários ao patrono da parte adversa no importe de R$ 1. 500, 00 (Hum mil e quinhentos reais). Passados

30 (trinta) dias sem manifestação das partes, dê-se baixa e arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, terça-feira, 21 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0007046-97. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Impugnação ao Valor da Causa (Cível)
Impugnante: Joana Vieira Leite Tenasol, João Martins Tenasol
Advogado: José Raimundo de Jesus (OAB/RO 3975)
Impugnado: Santo Antônio Energia S/A
Advogado: Bruna Rebeca Pereira da Silva (OAB/RO 4982), Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861), Everson Aparecido Barbosa (OAB/RO 2803)
SENTENÇA:
SENTENÇA I RELATÓRIO Joana Vieira Leite Tenasol e João Martins Tenasol ingressaram com a Impugnação ao Valor da Causa em desfavor de Santo Antônio Energia S/A, aduzindo para tanto que o valor atribuído à causa pela impugnada nos embargos à execução de n. 0021965-28. 2012. 822. 0001 está equivocado, haja vista afrontar o disposto nos artigos 259 e 282, V do CPC. Afirmaram que o valor da execução que se pretende extinguir com os embargos interpostos é de R$ 197. 418, 48, devendo ser este o valor dos embargos à execução e não R$ 1. 000, 00 como consta no momento. Ao final pugnou pela procedência desta impugnação, fixando-se como valor da causa a importância de R$ 197. 418, 48. Intimada a impugnada se manifestou às fls. 09/12 alegando que a forma como os impugnantes propuseram a execução está equivocada, eis não se tratar de obrigação de entregar coisa certa. Disse que o pedido formulado nos autos da execução é juridicamente impossível. Disse que o valor dado a execução é ilíquido e não foi comprovado pelos impugnantes. Ao final, pugnaram pela manutenção do valor dado à causa nos embargos à execução interposto. Relatados. Passo a decidir. II - FundamentaçãoInicialmente cabe ressaltar em se tratando de embargos à execução o valor da causa deve corresponder ao valor da execução. Nesse sentido: IMPUGNAÇÃO - VALOR DA CAUSA - EXECUÇÃO - EMBARGOS - INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 259, I DO CPC. O valor da causa nos embargos à execução corresponde ao valor do processo de execução, ao teor do disposto no art. 259, inciso I, do Código de Processo Civil. (20000038728060001 MG 2. 0000. 00. 387280-6/000(1), Relator: UNIAS SILVA, Data de Julgamento: 05/12/2002, Data de Publicação: 01/02/2003). Analisando os autos verifico que a embargante, ora impugnada, se insurge contra o valor dado à causa nos autos da execução, afirmando não corresponder à importância econômica pretendida pelos exequentes, ora impugnantes. Ocorre que a discussão quanto ao valor dado à execução já é matéria preclusa, eis que a embargante não se insurgiu em momento oportuno com relação ao valor atribuído pelos embargados à ação de execução. O art. 261 do Código de Processo Civil estabelece que a parte poderá impugnar o valor atribuído à causa no prazo para contestação. Contudo, a embargante não se valeu do incidente previsto no DISPOSITIVO mencionado. Assim, o valor dado à causa na execução embargada deve prevalecer, segundo inteligência do Parágrafo Único do art. 261 do CPC. Com estas considerações, tenho por procedente a impugnação ao valor da causa formulada por Joana Vieira Leite Tenasol e João Martins Tenasol em desfavor de Santo Antônio Energia S/A, fixando o valor de R$ 197. 418, 48 como valor da causa nos embargos à execução. Proceda a escrivania com a juntada de cópia desta DECISÃO nos autos de n. 0021965-28. 2012. 822. 0001. Porto Velho-RO, sexta-feira, 28 de junho de 2013. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0021965-28. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Embargos à Execução
Embargante: Santo Antônio Energia S/A
Advogado: Gelca Maria de Oliveira Pereira (OAB/RO 4786), Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861), Bruna Rebeca Pereira da Silva (OAB/RO 4982), Miriani Inah Kussler Chinelato (OAB/DF 33642), Everson Aparecido Barbosa (OAB/RO 2803)
Embargado: Joana Vieira Leite Tenasol, João Martins Tenasol
Advogado: José Raimundo de Jesus (OAB/RO 3975), José Raimundo de Jesus (OAB/RO 3975)
Recurso de Apelação Autor:
Fica a parte Embargada, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada a se manifestar sobre o Recurso de Apelação apresentado.

Proc.: 0012358-54. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Sarah Benesby de Macedo
Advogado: Wilson Marcelo Minini de Castro (OAB/RO 4769)
Requerido: Eletrobras - Distribuição Rondônia
Advogado: Orestes Muniz Filho (OAB/RO 40), ODAIR MARTINI (OAB 30-B)
SENTENÇA:
S E N T E N Ç AVISTOS, ETC. . . I - RELATÓRIO SARAH BENESBY DE MACEDO propôs a presente ação declaratória de inexistência de débito cumulada com pedido de danos morais em face de CENTRAIS ELÉTRICAS DO ESTADO DE RONDÔNIA S/A ? CERON alegando, em síntese, é consumidora de energia elétrica junto a empresa requerida, sendo que no mês de setembro de 2012, prepostos da empresa ré realizaram verificação técnica de medidor. Sendo que em maio de 2013 chegou em sua residência uma notificação de irregularidade no valor de R$ 3. 527, 75 (três mil quinhentos e vinte e sete reais e setenta e cinco centavos). Concluiu requerendo a declaração de inexistência do débito cobrado a título de ?recuperação de consumo?, bem como a condenação da requerida ao pagamento de indenização a título de danos morais e, por fim, que seja a Ré condenada ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios. A antecipação de tutela foi deferida às fls. 23. A empresa ré foi regularmente citada e apresentou defesa. Alegou que todos os atos adotados estão dentro da lei, sendo que com relação a notificação de irregularidade a perícia realizada no medidor não é unilateral, pois é feita por empresa vinculada ao INMETRO. Concluiu pela improcedência total dos pedidos formulados na exordial. A parte autora apresentou réplica combatendo a contestação, e reiterando os argumentos da inicial. Instadas as partes quedaram-se inertes em especificarem suas provas. Vieram os autos conclusos para SENTENÇA, de fls. 85. É o RELATÓRIO. Decido. II - FUNDAMENTAÇÃOO processo comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 330, I, do Código de Processo Civil. Vejo que as partes são legítimas e estão bem representadas. Estando presentes as condições da ação e os pressupostos processuais, passo à análise do MÉRITO. Da Recuperação de ConsumoQuanto à questão da recuperação de consumo, vê-se que o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia firmou posição que ela não pode ser cobrada, quando

tem como única fundamentação e perícia unilateral realizada pela CERON no medidor de consumo. O Tribunal tem considerado ilegítima a realização da perícia em local que não permite ao consumidor acompanhar o exame ou produzir contra prova em seu favor. ?Ceron. Cobrança. Locatário. Legitimidade passiva. Recuperação de consumo. Fraude no medidor. Perícia unilateral. É parte legítima para figurar no polo passivo da ação de cobrança promovida pela empresa prestadora do serviço público de energia elétrica aquele que contratou tal serviço e em cujo nome estão as respectivas faturas. A perícia realizada pela própria empresa prestadora do serviço público de energia elétrica é imprestável para embasar a ação de cobrança de recuperação de consumo. ACÓRDAO. VISTOS, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas em, POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. Porto Velho, 22 de julho de 2009. DESEMBARGADOR(A) Roosevelt Queiroz Costa' (100. 001. 2008. 023887-3 Apelação) Dessa forma, considerando a posição pacificada do nosso TJ/RO, aliada às recentes decisões dos Tribunais Superiores, não vejo outra solução a dar ao caso senão julgar procedente o pedido declaratório de inexistência dos débitos referentes à ?recuperação de consumo?. No caso concreto verifica-se que o exame pericial foi feito em outra cidade da federação, impossibilitando a parte autora acompanhá-lo, caracterizando-se a perícia como unilateral. Entretanto, conforme julgado na Ação Civil Pública, tenho como mais justo ao caso determinar que, como já ocorreu a troca do medidor por um outro lacrado e avalizado pelo INMETRO, a CERON poderá efetuar o cálculo da média dos três meses posteriores à troca do aparelho e realizar a cobrança do período pretérito de dez anos. Isso se faz necessário porque é possível que a parte autora tenha utilizado energia elétrica a mais do que foi pago e, como é sabido, o eventual consumo a maior deve ser pago. Da LiminarAnalisando os autos, vejo que a autora possui um débito no valor de R$ 3. 527, 75 referente a multa de recuperação de consumo. Entendo, que a CERON/ELETROBRÁS não trouxe aos autos qualquer documento capaz de legitimar suas cobranças de ?recuperação de consumo?, uma vez que a perícia foi realizada por órgão não oficial, sendo considerada unilateral e inexigível. O STJ já pacificou entendimento no sentido de que as concessionárias de fornecimento de energia elétrica e água não podem suspender o fornecimento de seus serviços por dívida pretérita, que é justamente a 'recuperação de consumo' discutida, senão vejamos: 'EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TEMPESTIVIDADE DO AGRAVO REGIMENTAL. INCIDÊNCIA DOS PRINCÍPIOS DA FUNGIBILIDADE RECURSAL, CELERIDADE E ECONOMIA PROCESSUAL. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. ENERGIA ELÉTRICA. CORTE NO FORNECIMENTO POR DÉBITOS PRETÉRITOS. INVIABILIDADE. PRECEDENTES. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. 1. Aplicados os princípios da fungibilidade recursal, celeridade e economia processual para receber os Embargos de Declaração como Agravo Regimental, tendo em vista a tempestividade do Agravo Regimental então interposto. 2. O Tribunal a quo consignou que, no caso em exame, a cobrança se refere a débitos antigos, do período de 2000 a 2004, o que não autorizaria o corte do fornecimento. 3. Esta Corte Superior pacificou o entendimento de que não é lícito à concessionária interromper o fornecimento do serviço em razão de débito pretérito; o corte de energia elétrica pressupõe o inadimplemento de dívida atual, relativa ao mês do consumo, sendo inviável a suspensão do fornecimento em razão de débitos antigos. 4. Embargos de Declaração rejeitados. (EDcl no AgRg no AREsp 58. 249/PE, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/04/2013, DJe 25/04/2013)Com isso, deve persistir a DECISÃO liminar de fls. 23, a fim de que a Requerida se abstenha de suspender o fornecimento de energia elétrica em face da cobrança de apenas da ?recuperação de consumo?. Dos Danos MoraisSobre o pedido de danos morais, vejo que a matéria deve ser analisada sob outro prisma. Não há relato nos autos de que a cobrança da recuperação de consumo foi vexatória. Não houve negativação do nome da parte autora nos órgãos de proteção ao crédito, nem mesmo suspensão do fornecimento de energia. É pacífico o entendimento jurisprudencial de que a simples cobrança indevida é incapaz de caracterizar dano moral indenizável, in verbis: AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 1. 385. 078 - RO (2010/0216179-7) RELATOR: MINISTRO MASSAMI UYEDA AGRAVANTE: MARIA DORILENE PONTE ADVOGADO: RAIMUNDO GONÇALVES DE ARAÚJO E OUTRO (S) AGRAVADO: BRASIL TELECOM S/A ADVOGADO: MARCELO LESSA PEREIRA E OUTRO (S) AGRAVO DE INSTRUMENTO - INDENIZAÇÃO - ANÁLISE DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL PELO STJ - IMPOSSIBILIDADE - COBRANÇA INDEVIDA - MERO DISSABOR - SÚMULA77/STJ - DANO MORAL - DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO - RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO. (omissis) De se destacar que não houve negativação, nem abalo à reputação da apelante. Esta sequer chegou a realizar o pagamento do valor indevido. . . . " A conclusão de que o ato lesivo não é suficiente para consubstanciar dano moral indenizável depende do reexame do conteúdo fático da causa, vedado pela Súmula n. 7/STJ. (STJ - Ag: 1385078, Relator: Ministro MASSAMI UYEDA, Data de Publicação: DJ 05/04/2011)Dessa forma, não vejo outra solução a dar ao caso senão julgar improcedente o pedido de indenização por danos morais. III - DISPOSITIVO ISTO POSTO e por tudo o mais que dos autos consta, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados na exordial, para: 1) confirmo a liminar deferida às fls. 23; somente com relação a cobrança de ?recuperação de consumo? 2) declarar a inexistência do débito referente à multa de ?recuperação de consumo? na unidade consumidora registrada em nome da parte autora, na forma como foi calculada; 3) autorizo a CERON/ELETROBRÁS a efetuar o cálculo da média dos três meses posteriores à troca do aparelho e realizar a cobrança do período pretérito de até 10 (dez) anos, observada a intimação administrativa, a proibição de realizar o corte pela dívida de recuperação de consumo. 4) Julgo improcedente o pedido de danos morais. Em face da sucumbência recíproca, condeno cada parte ao pagamento de 50% das custas processuais e pagamento de honorários ao patrono da parte adversa no importe de R$ 1. 000, 00 (mil reais), compensando-se mutuamente na forma do artigo 21 do CPC. Passados 30 (trinta) dias sem manifestação das partes, dê-se baixa e arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, quarta-feira, 22 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0024558-93. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Cautelar Inominada (Cível)
Requerente: Antonio Ferreira Marques Neto
Advogado: José Vitor Costa Júnior (OAB/MT 12288)
Requerido: Oximig Industria Comercio Ltda
DECISÃO:
DECISÃO Trata-se de Medida Inominada com Pedido de Liminar proposta por ANTONIO FERREIRA MARQUES NETO em face de OXIMIG INDUSTRIA COMÉRCIO LTDA alegando em síntese que foi protestado no 2º Ofício de Protesto de Títulos e Documentos pela requerida por conta de um título com emissão em 26/11/2012 com vencimento em 15/12/2012. Ocorre que nesse período não tinha qualquer relação jurídica com a empresa ré. Informou que trabalhou na empresa no período de 14/3/2010 a 14/8/2012 e que foi demitido da empresa nessa data e quando realizava algum tipo de transação era sempre em nome da empresa e não em nome próprio. Informou ainda que poderá ter prejuízo, pois estando com a restrição no seu nome fica impedido de efetuar empréstimos bancários e realizar compras no comércio local. Requereu liminar de suspensão de protesto. É o RELATÓRIO. Decido. A parte autora, em sua petição inicial, negou a existência do negócio jurídico que gerou o título em protesto. Entretanto, verificando o protesto, observa-se que para a sua realização, é necessária a apresentação de comprovante de entrega da mercadoria ou da prestação do serviço, senão o protesto não teria sido feito. Assim sendo, vejo que a presunção é de regularidade do protesto, não de que ele é indevido. Admitir que o protesto está errado a priori, por simples alegação, seria o mesmo que destruir o sistema de registro de protestos de títulos sem um motivo sólido. Destaco, ainda, que para a lavratura do protesto a parte devedora é notificada e pode apresentar defesa naquele órgão. ISTO POSTO, vejo que a melhor solução a dar ao caso neste momento é indeferir a liminar. Cite-se para resposta em 5 dias. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0004449-29. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco Bradesco S. A.
Advogado: Lorena Cristina dos Santos Melo (OAB/RO 3479)
Requerido: Claudio Berto da Silva Mesquita
DECISÃO:
Trata-se de ação de busca e apreensão onde até o presente momento não ocorreu a citação. O Requerente veios aos autos e pleiteou a execução por quantia certa do valor do contrato. A conversão é viável, mas está sujeita a certo requisito. Conforme o STJ, há necessidade da ação de busca e apreensão já ter sido convertida em ação de depósito para permitir a cobrança do valor nos próprios autos (STJ-RF 382/346 4ª T. Apud Theotonio Negrão, CPC. 45ª ed. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 1206, nota 1a ao artigo 4º do Dec. Lei 911/69.)Desse modo, intime-se a parte autora para providenciar o pedido de conversão da ação de busca e apreensão em ação de depósito, sob pena de extinção do feito. prazo de quinze dias. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0014289-63. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: Erivaldo Francisco Cavalcante Silva
Advogado: Nelson Vieira da Rocha Júnior (OAB/RO 3765)
Requerido: Banco Pine S. A
Advogado: Denis Audi Espinela (OAB/SP 198153), Paulo Mauricio Badiani Sobrinho (4. 719 OAB/RO)
DECISÃO:
VISTOS. Trata-se de processo cautelar de exibição de documento. A SENTENÇA - já transitada em julgado - determinou que o banco réu proceda a exibição dos documentos discriminados na exordial no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de busca e apreensão. O banco réu informou às fls. 112 a impossibilidade de apresentação do contrato pois teria sido extraviado. Decido. Diante da impossibilidade da parte de apresentar o documento e da previsão de não localização do documento, inviável a sua busca e apreensão. Assim, conclui-se que o documento não existe. Cabe à parte autora propor as medidas que entender cabíveis a partir dessa conclusão. Intimem-se. Passados trinta dias, dê-se baixa e arquive-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0113536-90. 2006. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Celso Cruz de Carvalho
Advogado: Orlando Ferreira Rolim Neto (OAB/RO 1520)
Requerido: Isabel Ferreira da Cruz
Advogado: Antônio Osman de Sá (OAB/RO 56A)
DECISÃO:
DECISÃO. VISTOS. Desarquivem-se os autos. O Tribunal de Justiça de Rondônia julgou procedente a ação rescisória proposta pela ré ISABEL FERREIRA DA CRUZ (n. 5957-42. 2013. 8. 22. 00000), que visou destruir a SENTENÇA prolatada neste feito e que havia transitado em julgado. Em seu voto o Relator Des. ISAÍAS FONSECA MORAES deu provimento à recisória e determinou a imediata entrega do imóvel à autora da rescisória ISABEL FERREIRA DA CRUZ (fl. 399), nos seguintes termos: ”Ante o exposto, julgo procedente o pedido formulado pela requerente, a fim de rescindir in totum o julgado prolatado no processo nº. 1211353-40. 2006. 822. 0001, consequentemente, determino seja restituída, imediatamente, a posse do imóvel localizado à rua 3, nº 34, bairro Alphaville, nesta cidade, à requerente. ”O julgado do Tribunal de Justiça foi unânime e a parte ré da rescisória apresentou recurso especial (cfe. ofício fl. 387), o que não impede o cumprimento da DECISÃO do Tribunal, porque não há notícia de efeito suspensivo atribuído ao recurso ao STJ. Por isso determino sejam as partes intimadas da DECISÃO do Tribunal e da chegada ao primeiro grau do resultado do julgamento da ação rescisória. Cumpra-se o acórdão, expedindo mandado para reintegração de posse da autora no imóvel acima indicado. O Oficial de Justiça deverá intimar pessoalmente CELSO CRUZ DE CARVALHO para desocupar o imóvel em 15 dias e, no 16º dia voltar ao local e, caso não tenha sido desocupado, realizar a reintegração de posse de ISABEL FERREIRA DA CRUZ no imóvel. Caso a desocupação ocorra em data anterior ao prazo fixado, deverá realizar as mesmas diligências acima determinadas. O Oficial de Justiça deverá, também, realizar auto de constatação no imóvel no momento em que fizer a reintegração de posse, avaliando-o e colhendo fotografias do

bem como forma de instruir o seu laudo. Após isso aguarde-se a solução do recuso especial ou ordem posterior do Tribunal de Justiça. Intime-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0015152-53. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Simeão Andrade da Silva
Advogado: Eric George Tomaz Sidrim (OAB/RO 2968)
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S. A
Advogado: Matheus Evaristo Santana (OAB/RO 3230), Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/RO 5017)
SENTENÇA:
S E N T E N Ç AHouve depósito espontâneo do valor determinado na condenação (fls 169/176), na forma do art. 475, J, do CPC, não havendo impugnação. Considerando o pedido de extinção do feito pela satisfação de sua pretensão (fls. 178), julgo extinta a obrigação e o presente processo, nos termos do art. 794, I, do CPC. Expeça-se alvará de levantamento da quantia depositada às fls. 179/180 em favor do credor. Após as anotações de estilo, dê-se baixa e arquive-se de imediato. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0021854-44. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Reintegração / Manutenção de Posse
Requerente: Banco Itaú Unibanco S/A
Advogado: Carla Passos Melhado Cochi (OAB/SP 187329)
Requerido: Olavo Roberto Werri
DECISÃO:
VISTOS, ETC. . . Verifiquei através do andamento processual que consta no Sistema SAP que este processo foi retirado em carga rápida pelo advogado Gabriel Alexandre, OAB/RO 4984 no dia 27/2/2013 e os autos só foram devolvidos em 9/1/2014. Carga rápida é um expediente de no máximo 2 (duas) horas e não de um ano. Em virtude da retenção injustificada destes autos e o atraso em seu andamento por quase um ano, proibo sua retirada em carga, incluindo carga rápida, ou vistas pelo advogado Gabriel Alexandre, OAB/RO4984. Quanto ao mandado de reintegração de posse, consta nos autos que a diligência foi positiva, mas não foi juntado o auto de reintegração de posse. Intime-se o Oficial de Justiça Paulo Santos Machado para esclarecer se cumpriu a determinação de reintegração de posse do veículo, juntando o auto de reintegração. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0002846-47. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Elizeu Pires de Souza
Advogado: Eric George Tomaz Sidrim (OAB/RO 2968), Daniella Tomaz Sidrim (OAB/RO 4417)
Requerido: American Life Companhia de Seguros
Advogado: Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2894)
SENTENÇA:
SE N T E N Ç AVISTOS, ETC. Conforme DECISÃO de fls. 101, foi determinada que a parte autora trouxesse aos autos cópia dos documentos pessoais, pela verificação da irregularidade da procuração e dos nomes da inicial, sob pena de extinção. Contudo, mesmo devidamente intimado, quedou-se inerte, conforme certidão de fls. 102. ISTO POSTO, julgo extinto o processo com fulcro no art. 267, IV, do Código de Processo Civil. Defiro o desentranhamento, querendo, dos documentos que instruíram a inicial, mediante substituição por cópias. Dê-se baixa e arquive-se de imediato. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0010423-76. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: Associação Rondoniense de Ensino Superior - ARES FATEC
Advogado: David Alves Moreira. (OAB/SP 299B)
Requerido: Angelo Maximo Oliveira da Silva
SENTENÇA:
S E N T E N Ç ATrata-se de AÇÃO MONITÓRIA em que a parte ré, devidamente citada (fls. 30), não apresentou defesa. Dessa forma, considerando a alteração da legislação processual civil, constituo de pleno direito, por SENTENÇA, o pedido em título executivo judicial. Converto o mandado inicial em mandado executivo, que poderá ser executado, na forma do art. 475, J, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0022422-26. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S. A.
Advogado: Marco Antonio Crespo Barbosa (OAB/SP 115665)
Requerido: Sidmarcos Freitas da Costa
SENTENÇA:
S E N T E N Ç A VISTOS, ETC. Determinada a emenda à petição inicial (fls. 50), o Requerente, apesar de devidamente intimado, quedou-se inerte (fls. 51). Isto posto, indefiro a petição inicial com fulcro no art. 284, parágrafo único, do CPC, em conseqüência, julgo extinto o processo, sem apreciação do MÉRITO, conforme dispõe o art. 267, I, do Código de Processo Civil. Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, mediante substituição por cópia. Após as anotações e baixas de estilo, arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0001756-67. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Interdito Proibitório (Cível)
Requerente: Mario Ribeiro Eduardo, Maria Rudma Ramos da Silva
Advogado: JosÉ de Almeida JÚnior (OAB 1370), Carlos Eduardo Rocha Almeida (OAB/RO 3593)
Requerido: Antonio Oliveira da Silva
DECISÃO:
VISTOSETC. . . Recebida a inicial e proferida a DECISÃO liminar de fls. 45/46, foi expedido mandado liminar a ser cumprido de imediato pelo Oficial de Justiça de Plantão, ante a urgência que o caso requeria, ou seja, a iminente invasão dos imóveis, objetos do feito. Na segunda-feira, o Oficial de Justiça Péricles José Queiroz devolveu o mandado afirmando que não poderia cumprir a liminar, pois se tratava de plantão rural e a ele não cabia esse plantão. É o RELATÓRIO. Decido. A liminar determinou o cumprimento do mandado urgente no KM 1 da

BR 319, ou seja, aproximadamente há 5 km de distância desse Fórum. Era só atravessar a balsa e cumprir o mandado a 1 km de distância do local de desembarque da balsa. Inadmissível devolver um mandado de liminar urgente com esse argumento. Por isso, determino o desentranhamento do mandado de liminar para o Oficial de Justiça de Plantão de hoje. Após, oficie-se ao Excelentíssimo Sr. Presidente do TJ/RO solicitando a instauração de processo administrativo em face do Oficial de Justiça PÉRICLES JOSÉ QUEIROZ que deixou de cumprir seu dever. Urgente. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0022191-96. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Adailton Silva de Araújo
Advogado: Miriam Pereira Mateus (OAB/RO 5550)
Requerido: Claro S/A
DECISÃO:
VISTOS, ETC. . . 1) Os documentos apresentados e as sustentações jurídicas e fáticas convencem da verossimilhança do direito da parte autora, sendo que reconhecidamente a manutenção da inscrição gera-lhe sérios constrangimentos. 2) Assim, com fundamento no artigo 273, do Código de Processo Civil, defiro o pedido de antecipação de tutela e, em conseqüência, determino que seja encaminhado Ofício aos órgãos restritivos de crédito a fim de que efetuem a exclusão do nome do(a) autor(a) de seus cadastros, no prazo de 48 horas, sob pena de desobediência. 3) Cite-se. Intimem-se. 4) Defiro, por ora, a assistência judiciária gratuita requerida. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0018858-44. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Antonio Geraldo do Prado Martins
Advogado: Laércio Batista de Lima (OAB/RO 843)
Requerido: Banco do Brasil S. A.
Advogado: Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567)
DECISÃO:
VISTOSETC. . . A parte ré até a presente data não comprovou que efetuou o pagamento das custas finais, mesmo após a dilação do prazo requerida pelo banco. Por isso, oficie-se à Coordenadoria da Receita Estadual a fim de que conste inscrição do réu na dívida ativa. Após, dê-se baixa e arquive-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0007119-40. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: Banco Itau S/A
Advogado: Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB/RJ 151056S)
Requerido: Wallingson Schroeder Galdino, Wallingson Schroeder Galdino
SENTENÇA:
SENTENÇA VISTOS. A parte autora foi intimada pessoalmente a dar prosseguimento ao feito no prazo de 48 horas, sob pena de extinção, mas deixou transcorrer o prazo assinado sem qualquer providência. ISTO POSTO, julgo extinto o processo com fulcro no art. 267, III, do Código de Processo Civil. Defiro o desentranhamento, querendo, dos documentos que instruíram a inicial, mediante substituição por cópias. Dê-se baixa e arquive-se de imediato. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Proc.: 0004827-14. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco Bradesco S. A.
Advogado: Luciano Boabaid Bertazzo (OAB/RO 1894)
Requerido: V. M. A. de Oliveira
SENTENÇA:
SENTENÇA VISTOS. A parte autora foi intimada pessoalmente a dar prosseguimento ao feito no prazo de 48 horas, sob pena de extinção, mas deixou transcorrer o prazo assinado sem qualquer providência. ISTO POSTO, julgo extinto o processo com fulcro no art. 267, III, do Código de Processo Civil. Defiro o desentranhamento, querendo, dos documentos que instruíram a inicial, mediante substituição por cópias. Dê-se baixa e arquive-se de imediato. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Jorge Luiz dos Santos Leal Juiz de Direito

Clêuda S. M. de Carvalho
ESCRIVÃ JUDICIAL

2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
ENDEREÇO ELETRÔNICO:
pvh2civel@tj. ro. gov. br
JUIZ: Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral
Escrivã: Maria Dulcenira Cruz Bentes

Proc.: 0195980-78. 2009. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: Centro de Ensino São Lucas Ltda
Advogado: Fábio Alexandre Abiorana Lucena (OAB/RO 3453)
Requerido: Ademilton Alves da Silva
FINALIDADE: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar Edital expedido, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua publicação.

Proc.: 0015724-38. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Josemara Pereira Barboza
Advogado: Rosecleide Martins Noé (OAB/RO 793), Vítor Martins Noé (OAB/RO 3035)
Requerido: OI S/A
Advogado: Rochilmer Rocha Filho (OAB RO 635), Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501), Renato Cavalcante (OAB/RO 2390), Marlen de Oliveira Silva (OAB/RO 2928)
DECISÃO:
VISTOS. Josemara Pereira Barboza interpôs embargos de declaração da SENTENÇA de MÉRITO proferida nos autos alegando a ocorrência de omissão. Quanto ao fundamento, assiste razão ao embargante. Percebe-se que o pedido de repetição de indébito constou na fundamentação da SENTENÇA, porém,

não constou na parte dispositiva a condenação da requerida na devolução dos valores pagos indevidamente. Foi considerada a aplicação do parágrafo único do artigo 42 do CDC, por não ter sido um engano justificável da requerida, já que a parte autora nunca contratou com a requerida. Vale lembrar que mesmo assim pagou as contas para conseguir restabelecer seu crédito. Desta forma, acolho os embargos, sendo que o DISPOSITIVO passará a ter a seguinte redação: ANTE O EXPOSTO, cum fulcro no art. 269, I, do CPC, JULGO, por SENTENÇA com resolução do MÉRITO, PROCEDENTE o pedido inicial para CONDENAR a requerida ao pagamento de R$ 5. 000, 00 (cinco mil reais) a título de indenização por danos morais em favor da Autora, atualizados monetariamente sob o índice determinado pelo E. TJ/RO, e acrescidos de juros de mora de 1% ao mês, ambos contados desde a data de publicação desta DECISÃO, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça no Resp 903. 258/RS e Súmula 362; CONDENAR a Requerida ao pagamento do valor de R$ 776, 72, a título de repetição do indébito, já em dobro, corrigido a partir do desembolso e com juros legais, a partir da citação válida. CONDENO a parte Requerida no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios da parte Requerente, estes arbitrados em 20% sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 20, § 3°, do CPC. Certificado o trânsito em julgado, a parte devedora deverá efetuar o pagamento do valor da condenação na forma do artigo 475-J do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito. Em não havendo pagamento de forma espontânea e em comparecendo a parte autora aos autos, acompanhada de advogado, desde já arbitro honorários advocatícios para a fase de cumprimento da SENTENÇA, no importe equivalente a 10% (dez por cento) do valor da condenação, excetuada a multa, sem prejuízo da majoração em eventual impugnação improcedente. Com o trânsito em julgado desta, em nada sendo requerido em cinco dias, ao arquivo com as anotações necessárias, ciente a parte autora de que poderão ser desarquivados os autos independente de custas próprias, se requerido no prazo de seis meses, com base no Artigo 475 ? J, § 5º, do referido diploma legal. Pagas as custas, ou inscritas em dívida ativa em caso não pagamento, o que deverá ser certificado, arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. ?Publique-se. Retifique-se no registro da SENTENÇA, anotando-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0015569-35. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Reintegração / Manutenção de Posse
Requerente: Alex Monteiro Gomes Ferreira
Advogado: Thiago de Souza Gomes Ferreira (OAB/RO 4412)
Requerido: Fulano de Tal, Tiele Viana Piccioni, Vanilce Chaves Capoucho
Advogado: Ronaldo Carlos Barata (OAB/RO 729), Rosa de Fátima Guedes do Nascimento (OAB/RO 614)
DESPACHO:
VISTOS, A citação por hora certa, é medida analisada pelo Oficial de Justiça no momento da diligência, e não pelo Juízo. Sendo assim, expeça-se novo mandado para citação dos ocupantes dos terrenos situados na Rua Guarani, nº 6234 e 6244, devendo o Oficial de Justiça utilizar-se do procedimento, caso julgue pertinente. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0014542-17. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: HSBC Bank Brasil S. A. - Banco Múltiplo
Advogado: Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB/RJ 151056S), Mauricio Coimbra Guilherme Ferreira (OAB / RJ 151. 056-S), Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB/PA 16814A)
Executado: Rúbia Saldanha de Freitas
DESPACHO:
VISTOS, Considerando que a diligência perante a Receita Federal, por meio do sistema Infojud, restou frutífera, diga a parte exequente em termos de prosseguimento no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0023937-67. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Claudio da Silva
Advogado: Joelma Cunha Pedraza (OAB/RO 5024)
Requerido: Hudece Roberto Galdino Rodrigues
Advogado: Eliseu dos Santos Paulino (OAB/AC 3650)
DECISÃO:
VISTOS, I - Cumpra a escrivania o item I do DESPACHO de fls. 83, promovendo a inclusão da empresa Hudece Roberto Galdino Rodrigues - ME, junto ao SAP. II - Considerando a petição de fls. 96/98, libere-se a penhora de fls. 92/95. III - Considerando que a diligência perante a Receita Federal, por meio do sistema Infojud, restou infrutífera, tendo em vista que a parte executada não apresentou declaração, e que hoje é pacificado o entendimento jurisprudencial que a penhora de dinheiro em espécie é mais eficaz para garantir a satisfação dos débitos do devedor, defiro a penhora sobre o faturamento diário da empresa, limitado ao percentual de 25%, até a satisfação integral do débito. Expeça-se mandado. A seguir intime-se o devedor para, querendo, ofertar embargos no prazo legal. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0020517-54. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Cooperativa de Crédito dos Empresários de Porto Velho
Advogado: Meire Andrea Gomes (1857), Roberto Jarbas M. Sousa (RO 1246)
Executado: Nf Imóveis e Conservação Ltda, Fernando Barreto Gomes
DESPACHO:
VISTOS, Considerando que a diligência perante a Receita Federal, por meio do sistema Infojud, restou infrutífera, tendo em vista que a parte executada não apresentou declaração, diga a parte exequente em termos de prosseguimento no prazo de 30 (trinta) dias. Decorrido o prazo assinalado sem manifestação, considerando que restaram infrutíferas as diligências de localização de bens do devedor, que a jurisprudência superior aponta para a aplicabilidade do art. 791, inciso III do CPC, nos termos dos seguintes julgados (TJ/RO, Apelação Cível n. 100. 001. 1997. 005972-9, Relator Juiz Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa, julgado em 30-07-2008 e Apelação Cível n. 100. 001. 2004. 008078-0, Relator Desembargador Alexandre Miguel, julgado em 18-01-2006; STJ, REsp 1. 231. 544/ RJ, Relator Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 27-

03-2012, DJe 27/04/2012), ressalvado entendimento pessoal do magistrado, fica determinada a suspensão e arquivamento provisório do feito, com a remessa dos presentes autos ao arquivo. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0012806-95. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: B. V. Financeira S/A C. F. I.
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Requerido: Nei Lima Araujo
DESPACHO:
VISTOS. Segue minuta em separado de bloqueio judicial de veículo de placa NDS9790 cadastrado em nome do requerido junto ao Denatran, pelo que, fica a parte exequente intimada para promover a citação do requerido, no prazo de dez dias, sob pena de liberação da restrição, extinção e arquivamento. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0008736-35. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Einstein Instituição de Ensino Ltda
Advogado: Eduardo Abílio Kerber Diniz (OAB/RO 4389), Edson Antonio Sousa Pinto (RO 4643), Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546)
Executado: Flavia Araujo Braga
DESPACHO:
VISTOS. Segue minuta em separado de pesquisa de veículos cadastrados em nome da executada junto ao Denatran, pelo que, fica a parte exequente intimada para se manifestar em termos de prosseguimento válido do feito, no prazo de cinco dias, sob pena de arquivamento. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0022142-60. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: União das Escolas Superiores de Rondônia UNIRON
Advogado: Lidia Roberto da Silva (OAB/RO 4103), Fernando Augusto Torres dos Santos (OAB/RO 4725)
Requerido: Maria de Fátima Marques Cruvinel Hoeppner
DESPACHO:
VISTOS, Considerando que a diligência perante a Receita Federal, por meio do sistema Infojud, restou frutífera, diga a parte exequente em termos de prosseguimento no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0020394-90. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Distribuidora de Auto Peças Rondobras Ltda
Advogado: Maria Inês Spuldaro (OAB/RO 3306), Michelle Rodrigues dos Anjos (OAB/RO 4930), Rafaela Cristina Lopes Mercês (OAB/RO 3923)
Requerido: Francisco Fontinele
DESPACHO:
VISTOS. Segue minuta em separado de pesquisa de veículos cadastrados em nome do executado junto ao Denatran, pelo que, fica a parte exequente intimada para se manifestar em termos de prosseguimento válido do feito, no prazo de cinco dias, sob pena de arquivamento. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0016008-46. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Francisco Salins Monteiro Souza
Advogado: Maria Clara C. Góes (RO 198-B)
Requerido: União P F N
DECISÃO:
VISTOS. INSS ofereceu embargos de declaração da SENTENÇA de MÉRITO (fls. 52/54), alegando ter havido omissão, uma vez que a DECISÃO deixou de fornecer a data da cessação do benefício. É o relato. Decido. Não assiste razão ao embargante, uma vez que a SENTENÇA restou clara em condenar o requerido a fornecer reeducação e readaptação profissional do autor, nos termos da Lei n. 8. 213/91. Ademais, deve o requerido implementar programa para a reeducação e readaptação do autor e enquanto isso não for prestado, deve permanecer recebendo o auxílio-doença. Ao final da reeducação e readaptação deverá ser estabelecido, de acordo com as condições do autor, ou o recebimento do auxílio acidente ou de aposentadoria. Desta forma, não se pode fixar uma data, pois não se sabe qual será o tempo necessário para a readaptação do autor. Sendo assim, rejeito os embargos de declaração, persistindo a SENTENÇA tal como lançada. Publique-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0017613-27. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Edécio Soares Pinto
Advogado: José Maria de Souza Rodrigues (OAB/RO 1909)
Requerido: BANCO FINASA
Advogado: Anne Botelho Cordeiro ( ), Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
DECISÃO:
VISTOS. Banco Bradesco Financiamentos interpôs embargos de declaração da SENTENÇA de MÉRITO aqui proferida alegando que houve erro material no julgado. Quanto ao fundamento, assiste razão a embargante. Percebe-se claramente a ocorrência de erro material na SENTENÇA lançada nos autos, uma vez que constou o nome de outras partes no DISPOSITIVO. Desta forma, acolho os embargos modificar parte do DISPOSITIVO da SENTENÇA de fls. 225/229, que passará a ter a seguinte redação: ". . . Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial formulado por Edécio Soares Pinto contra Banco Finasa S/A, e em consequência, resolvo o feito, nos termos do artigo 269, I do Código de Processo Civil. Condeno o requerente ao pagamento das custas e honorários advocatícios, que arbitro em 500, 00 (quinhentos reais), com observância ao artigo 11, § 2º e ao artigo 12 da Lei n. 1. 060/50. Não havendo o pagamento e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA, procedam-se as baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se requerida no prazo de 06 (seis) meses do trânsito em julgado. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. ?No mais, persiste a SENTENÇA tal como está lançada. Publique-se. Retifique-se no registro da SENTENÇA, anotando-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0019812-22. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco Bradesco S. A.
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Executado: H I L Santos, Josileide Isidorio Santos
DESPACHO:
VISTOS, I - Considerando a consulta realizada perante o sistema Infojud, expeça-se novo mandado para citação dos executados Heitor Izidorio Leal Santos e Josileide Isidorio dos Santos, devendo a diligência ser cumprida no endereço que segue em anexo. II - Considerando que em diligência junto ao sistema Infojud foi constatado que o endereço da empresa executada é o mesmo indicado na inicial, conforme minuta em anexo, promova a parte exequente a citação da mesma no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção e arquivamento. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0024455-23. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Usucapião
Requerente: Valdeliz Araújo do Couto, Carlos Alberto Vieira Moreira
Advogado: Marcus Edson de Lima ( )
Requerido: Ego Construções de Rondônia S/a
Advogado: Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546), Eduardo Abílio Kerber Diniz (OAB/RO 4389), Edson Antônio Sousa Pinto (OAB/RO 4643)
DESPACHO:
VISTOS. Considerando os argumentos das partes e a preliminar arguida, oficie-se à Semur para que esclareça a localização do imóvel em questão, especificando ainda, se está contido na área abrangida pela Matrícula do Imóvel n. 40. 805. Prazo de 10 dias. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0001220-90. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Centro de Ensino São Lucas Ltda
Advogado: Diógenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831), Jesus Clezer Cunha Lobato (OAB/RO 2863)
Executado: Grazielle Regina Fernandes Alencar
DESPACHO:
VISTOS. I - Em diligência junto ao sistema Renajud, não foram localizados veículos cadastrados em nome da parte executada perante o Denatran. II - Fica a parte exequente intimada para promover o andamento válido do feito no prazo de 30 (trinta) dias. III ¿ Decorrido o prazo assinalado sem manifestação, considerando que restaram infrutíferas as diligências de localização de bens do devedor, que a jurisprudência superior aponta para a aplicabilidade do art. 791, inciso III do CPC, nos termos dos seguintes julgados (TJ/RO, Apelação Cível n. 100. 001. 1997. 005972-9, Relator Juiz Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa, julgado em 30-07-2008 e Apelação Cível n. 100. 001. 2004. 008078-0, Relator Desembargador Alexandre Miguel, julgado em 18-01-2006; STJ, REsp 1. 231. 544/ RJ, Relator Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 27-03-2012, DJe 27/04/2012), ressalvado entendimento pessoal do magistrado, fica determinada a suspensão e arquivamento provisório do feito, com a remessa dos presentes autos ao arquivo. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0012425-87. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Lunalva Bicho Belo da Silva
Advogado: Marcelo Maldonado Rodrigues (OAB/RO 2080)
Requerido: Einstein Instituição de Ensino Ltda
Advogado: Allan Pereira Guimarães (OAB/RO 1046), Maguis Umberto Correia (OAB/RO 1214)
DECISÃO:
VISTOS. Lunalva Bicho Belo da Silva ofereceu embargos de declaração da SENTENÇA de MÉRITO proferida nos autos, dizendo ter havido contradição, uma vez que a DECISÃO que concedeu a antecipação de tutela não restou confirmada no DISPOSITIVO. Também diz que, houve a ausência de fundamentação lógica para o não pronunciamento judicial a respeito do pedido de declaração de inexistência de débito. É o breve relato. Decido. Nos termos do artigo 535 do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração quando houver obscuridade, contradição ou omissão. Em relação a falta de confirmação da tutela antecipada, isto se deu em virtude do julgamento de improcedência do pedido inicial da autora, porém assiste razão à autora apenas a ausência de sua revogação na parte dispositiva da SENTENÇA. Quanto ao argumento de ausência de fundamentação lógica ao pedido de declaração de inexistência de débito, não é possível prosperar, pois quando da interposição da presente ação, ainda não tinha sido extinta e transitado em julgado a ação de execução interposta em desfavor da autora. Portanto, não é possível declarar a inexistência de débito, se existia ação de execução em andamento. Ademais, essa circunstância fez parte da fundamentação da SENTENÇA ora embargada. Desta forma, acolho parcialmente os embargos de declaração propostos por Lunalva Bicho Belo da Silva para modificar o DISPOSITIVO, que passará a ter a seguinte redação: ?Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial formulado por Lunalva Bicho Belo da Silva em desfavor de Einstein Instituição de Ensino LTDA. Por conseguinte, julgo extinto o processo, com resolução do MÉRITO, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil. Revogo a tutela antecipada concedida às fls. 30. Condeno o requerente ao pagamento das custas e honorários advocatícios, que arbitro em R$ 500, 00 (quinhentos reais). Não havendo o pagamento e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA, procedam-se as baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se requerida no prazo de 06 (seis) meses do trânsito em julgado. P. R. I. ?No mais, persiste a DECISÃO tal como está lançada. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0002466-24. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Juverci Peres da Silva
Advogado: Leudo Ribamar Souza Silva (OAB/RO 4485)
Requerido: Banco Bradesco S/A
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
DESPACHO:
VISTOS, Considerando as divergências dos documentos apresentados pelas partes. Oficie-se ao SPC/ SERASA, para que informem, as inclusões e exclusões do nome do autor em seus cadastros nos últimos 5 anos. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0059653-29. 2009. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: Cooperativa de Crédito dos Empresários de Porto Velho CREDEMPRESAS
Advogado: Meire Andréa Gomes (OAB/RO 1857), Roberto Jarbas Moura de Souza (OAB/RO 1246), Manuela Gsellmann da Costa (OAB/RO 3511)
Requerido: J. D. Macedo Filho, João Dantas Macedo Filho
Advogado: ANTÔNIO CARLOS DE ALMEIDA BATISTA ( )
DESPACHO:
VISTOS. Segue minuta em separado a pesquisa de veículos cadastrados em nome dos executados junto ao Denatran, pelo que, fica a parte exequente intimada para se manifestar em termos de prosseguimento válido do feito, no prazo de cinco dias, sob pena de arquivamento. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0061747-47. 2009. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Coimbra Importacao e Exportacao Ltda
Advogado: Caroline Carranza Fernandes (OAB/RO 1915), Tadeu Fernandes (OAB/RO 79A), Tamires Luz da Silva (OAB/RO 5302)
Executado: Basilo e Costa Com. de Alimentos Ltda, Cristian Ferreira da Costa, Patrícia dos Santos Basílio
DESPACHO:
VISTOS. I - Em diligência junto ao sistema Renajud, não foram localizados veículos cadastrados em nome da parte executada perante o Denatran. II - Fica a parte exequente intimada para promover o andamento válido do feito no prazo de 30 (trinta) dias. III ¿ Decorrido o prazo assinalado sem manifestação, considerando que restaram infrutíferas as diligências de localização de bens do devedor, que a jurisprudência superior aponta para a aplicabilidade do art. 791, inciso III do CPC, nos termos dos seguintes julgados (TJ/RO, Apelação Cível n. 100. 001. 1997. 005972-9, Relator Juiz Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa, julgado em 30-07-2008 e Apelação Cível n. 100. 001. 2004. 008078-0, Relator Desembargador Alexandre Miguel, julgado em 18-01-2006; STJ, REsp 1. 231. 544/ RJ, Relator Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 27-03-2012, DJe 27/04/2012), ressalvado entendimento pessoal do magistrado, fica determinada a suspensão e arquivamento provisório do feito, com a remessa dos presentes autos ao arquivo. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0001281-53. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco da Amazônia S. A.
Advogado: Michel Fernandes Barros (OAB/RO 1790)
Executado: Distribuidora de Lubrificantes Pereira & Cia Ltda, Paulo Pereira Gomes, Henrique Herrera Gonzalles
DESPACHO:
VISTOS, Considerando que a diligência perante a Receita Federal, por meio do sistema Infojud, restou infrutífera, tendo em vista que a parte executada não apresentou declaração, diga a parte exequente em termos de prosseguimento no prazo de trinta dias. Decorrido o prazo assinalado sem manifestação, considerando que restaram infrutíferas as diligências de localização de bens do devedor, que a jurisprudência superior aponta para a aplicabilidade do art. 791, inciso III do CPC, nos termos dos seguintes julgados (TJ/RO, Apelação Cível n. 100. 001. 1997. 005972-9, Relator Juiz Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa, julgado em 30-07-2008 e Apelação Cível n. 100. 001. 2004. 008078-0, Relator Desembargador Alexandre Miguel, julgado em 18-01-2006; STJ, REsp 1. 231. 544/ RJ, Relator Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 27-03-2012, DJe 27/04/2012), ressalvado entendimento pessoal do magistrado, fica determinada a suspensão e arquivamento provisório do feito, com a remessa dos presentes autos ao arquivo. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0005478-51. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: A. V. J. Comércio de Produtos Agroveterinários Ltda
Advogado: Ademir Dias dos Santos (OAB/RO 3774)
Requerido: Indústria Farmacêutica Vitalfarma Ltda
Advogado: Antonio Mariosa Martins (OAB/MG 72269), John Grahan Pereira Moragas (OAB/MG 101457)
DESPACHO:
VISTOS. I - Em diligência junto ao sistema Renajud, não foram localizados veículos livres e desembaraçados cadastrados em nome da parte executada perante o Denatran. II - Fica a parte exequente intimada para promover o andamento válido do feito no prazo de 30 (trinta) dias. III ¿ Decorrido o prazo assinalado sem manifestação, considerando que restaram infrutíferas as diligências de localização de bens do devedor, que a jurisprudência superior aponta para a aplicabilidade do art. 791, inciso III do CPC, nos termos dos seguintes julgados (TJ/RO, Apelação Cível n. 100. 001. 1997. 005972-9, Relator Juiz Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa, julgado em 30-07-2008 e Apelação Cível n. 100. 001. 2004. 008078-0, Relator Desembargador Alexandre Miguel, julgado em 18-01-2006; STJ, REsp 1. 231. 544/ RJ, Relator Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 27-03-2012, DJe 27/04/2012), ressalvado entendimento pessoal do magistrado, fica determinada a suspensão e arquivamento provisório do feito, com a remessa dos presentes autos ao arquivo. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0016916-74. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: Centro de Ensino São Lucas Ltda
Advogado: Diógenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831)
Requerido: Gilmar Napoleao dos Santos
DESPACHO:
VISTOS, Considerando que a diligência perante a Receita Federal, por meio do sistema Infojud, restou frutífera, diga a parte exequente em termos de prosseguimento no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0008492-72. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Mirvaldo Moraes de Souza
Advogado: Richardson Cruz da Silva (OAB/RO 2767)
Requerido: Vivo S. A.
Advogado: Fabricio Grisi Médici Jurado. (OAB/RO 1751), Rafaela Ariane Zeni Dauek (OAB/RO 4583)

SENTENÇA:
SENTENÇA Mirvaldo Moraes de Souza ajuizou ação ordinária de inexistência de débito cumulada com reparação por danos morais com pedido de tutela antecipada em face de Vivo S/A. Alega que entabulou com a Requerida contrato de prestação de serviços de telefonia móvel sendo o plano escolhido VIVO VOCE 400. Afirma que utilizava-se do serviço normalmente até que no mês de novembro do ano de 2010 lhe foram cobradas ligações e mensagens as quais não havia realizado, sendo uma delas de um número desconhecido, cujo DDD é da cidade de São Paulo - SP. Diz que entrou em contato com a Central de Atendimento da Requerida, não tendo a mesma tomado qualquer medida para sanar o problema, pelo contrário, incluiu seu nome do rol de inadimplentes dos orgãos de proteção ao crédito. Assevera que os valores cobrados indevidamente perfazem o montante de R$ 6. 284, 01. Requer concessão de medida liminar para determinar o imediato cancelamento do registro de inadimplência lançado em seu nome, declaração de inexistência do débito em questão e indenização pelos danos morais suportados. Juntou documentos às fls. 15/61. Deferimento da medida liminar às fls. 62. Citada, a parte requerida apresentou contestação (fls. 68/76) alegando que os valores cobrados não tiveram qualquer origem em fatos alheios à vontade das partes, inexistindo evidência de qualquer irregularidade. Afirma que as cobranças se deveram ao efetivo uso da linha telefônica, objeto da lide, pelo seu usuário, que ultrapassou deliberadamente o valor da franquia, devendo por isso pagar pelo serviço efetivamente utilizado. Diz que o número citado como sendo desconhecido aparece com habitualidade nas faturas do requerente, razão porque não há que se falar em desconhecimento do mesmo. Alega que não houve descaso ou desrespeito no caso em questão, pois foi prestada toda assistência às solicitações do Requerente. Aduz que não há que se falar em dano moral em razão da legitimidade da negativação, que se deu por culpa do proprio Autor, eis que não quitou as faturas devidas. Requereu a total improcedência dos pedidos contidos na peça inicial. juntou documentos às fls. 77/119. Réplica às fls. 120/124. É o RELATÓRIO. Decido. A lide comporta julgamento antecipado à luz do que dispõe o art. 330, I, do CPC, uma vez que a questão é de direito e de fato, não havendo para elucidação desta, outras provas a serem produzidas. No caso em espécie, cuida-se de responsabilidade por dano moral decorrente de alegada inscrição indevida do nome do autor em órgão de restrição ao crédito. Compete ao autor a comprovação do fato constitutivo de seu direito enquanto que à requerida a comprovação de fato extintivo, impeditivo e modificativo de seu direito. O requerido em sua contestação, alega que não há irregularidade na cobrança e que se tratava de ligações habituais do requerente para o número 11-8943-2252. Analisando detidamente os autos, inclusive as faturas detalhadas juntadas pela requerida de todo o período em que o autor utilizou os serviços telefônicos (fls. 138/209), percebe-se que as ligações e torpedos para este número, ocorreram apenas nos meses de novembro e dezembro do ano de 2010, o que descarta a tese da autora de que o referido número faria parte do cotidicano do autor. Percebe-se também que, as ligações se dão de forma sequencial, com intervalo de mais ou menos uma hora e em horários pouco convenientes. A título de exemplo, no dia 22/11/2010, foram registradas mais de 20 chamadas, ou seja, num período de 24 horas, as ligações se derem de forma regular, com intervalos pequenos entre uma e outra, o que leva a questionar se o requerente não fazia mais nada em suas atividades cotidianas, além de falar ao telefone. Considerando que a única alegação da requerida, como matéria de defesa, era a habitualidade do número nas faturas do requerente, o que não restou comprovado, pois somente foram registradas as ligações no mês de novembro e dezembro de 2010, que são justamente as ligações impugnadas pelo autor, deve prevalecer o que for mais verossímel para o feito. Portanto, não tendo a requerida se desincumbido de comprovar a contratação e a efetiva utilização da linha (art. 333, II, do CPC), tem-se pela veracidade das alegações do autor e a procedência da ação pela inscrição indevida de pessoa que não se provou ser devedora, sendo o que basta para a configuração do dano moral indenizável. Caracterizado assim o dano moral pela simples inscrição indevida e consequente restrição ao crédito, conforme pacífica jurisprudência do Eg. TJ/RO, in verbis: ”A inscrição indevida do nome do consumidor nos cadastros do SPC e da Serasa, constitui in re ipsa o dano moral, restando desnecessária a prova de prejuízo à honra ou reputação. (TJRO ¿ AC n. 100. 001. 2002. 004760-5, Rel. Des. Renato Martins Mimessi, por unanimidade, j. 24/08/2004). ”O quantum a ser pago a título de reparação de danos morais deve seguir os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, sem perder de vista além da condição sócio econômica das partes, os precedentes jurisprudenciais recentes. Estabelecida, assim, a obrigação de indenizar, surge, então, a questão relativa ao quantum indenizatório, o qual deve ser aferido levando-se em conta a reprovabilidade da conduta ilícita, a duração e a intensidade do sofrimento vivenciados e a capacidade econômica de ambas as partes, de maneira que não represente gravame desproporcional para quem paga, consubstanciando enriquecimento indevido para aquele que recebe, ou não seja suficiente para compensar a vítima, desestimulando, por outro lado, o ofensor. Isto posto, com fundamento no art. 269, I do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para: a) declarar inexistente o débito em nome do autor junto à requerida; b) tornar definitiva a tutela concedida às fls. 13; c) condenar a requerida a indenizar o autor no valor de R$ 10. 000, 00 (dez mil reais), a título de danos morais, com atualização e aplicação de juros legais de 1% ao mês a partir do arbitramento. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento de custas e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da condenação. Não havendo o pagamento e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA, proceda-se as baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se requerida no prazo de 06 (seis) meses do trânsito em julgado. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0062338-14. 2006. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Valetur Viagens e Turismo Ltda
Advogado: Cecília Vasconcelos Filomeno Moreira de Chagas (OAB/RO 4115), Rafael Oliveira Claros (OAB/RO 3672), Fernanda Mayara Oliveira Claros (OAB/RO 4726)
Requerido: Apuítour Viagens e Turismo Ltda
Advogado: Antonio Osman de Sá (OAB/RO 56A), Mário Gomes de Sá Neto (OAB/RO 1426), Ana Flávia de Oliveira Sá (OAB/RO 2351), Ana Carolina de Oliveira Sá (OAB/RO 2455)
DESPACHO:
VISTOS, Considerando que a diligência perante a Receita Federal, por meio do sistema Infojud, restou infrutífera, tendo em vista que a parte executada não apresentou declaração, diga a parte exequente em termos de prosseguimento no prazo

de trinta dias. Decorrido o prazo assinalado sem manifestação, considerando que restaram infrutíferas as diligências de localização de bens do devedor, que a jurisprudência superior aponta para a aplicabilidade do art. 791, inciso III do CPC, nos termos dos seguintes julgados (TJ/RO, Apelação Cível n. 100. 001. 1997. 005972-9, Relator Juiz Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa, julgado em 30-07-2008 e Apelação Cível n. 100. 001. 2004. 008078-0, Relator Desembargador Alexandre Miguel, julgado em 18-01-2006; STJ, REsp 1. 231. 544/ RJ, Relator Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 27-03-2012, DJe 27/04/2012), ressalvado entendimento pessoal do magistrado, fica determinada a suspensão e arquivamento provisório do feito, com a remessa dos presentes autos ao arquivo. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0268041-39. 2006. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Ivone Oliveira de Vasconcelos
Advogado: Anísio Feliciano da Silva (OAB/RO 36A)
Requerido: Bernardino Lopes
DESPACHO:
VISTOS. Desentranhe-se a petição de fls. 104/113 para que seja juntada aos autos em apenso, aguardando-se em cartório o resultado do agravo interposto. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0157528-67. 2007. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Distribuidora Equador de Produtos de Petróleo Ltda
Advogado: Ademar dos Santos Silva (RO 810)
Executado: Posto Planalto de Rolim de Moura Ltda, Lucilene Aparecida Ribeiro, Lígia Helena Rebolo Oliveira, Juarez Mendes de Oliveira
Advogado: Antônio Carlos de Almeida Batista (OAB/RO 881)
DESPACHO:
VISTOS, Considerando que a diligência perante a Receita Federal, por meio do sistema Infojud, restou frutífera em relação aos executados Ligia Helena Rebolo de Oliveira, Juarez Mendes de Oliveira e Luis Antônio Rebolo, diga a parte exequente em termos de prosseguimento no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0115801-94. 2008. 8. 22. 0001
Ação: Usucapião
Requerente: José Alexandre Balduino Rodrigues, Rosangela Vasconcelos Pereira Rodrigues
Advogado: Hélio Vicente de Matos (OAB/RO 265)
Requerido: Floresta Hotel Ltda
DESPACHO:
VISTOS. Considerando a necessidade de registro da SENTENÇA de usucapião no cartório de registro de imóveis, expeça-se Mandado Judicial de Registro para o Ofício de Registro de Imóveis competente para o registro do imóvel usucapido, juntamente com os seguintes documentos: SENTENÇA de Homologação do Acordo (fls. 94/100), Certidão de desmembramento da área (fls. 105), Memorial Descritivo (fls. 106) e o Croqui de Localização (fls. 107), devendo ainda constar no mandado que a parte é beneficiária de gratuidade de justiça. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0269477-62. 2008. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Walter Gustavo da Silva Lemos
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Executado: Comércio de Madeiras Jamari Ltda
DESPACHO:
VISTOS, Considerando que a diligência perante a Receita Federal, por meio do sistema Infojud, restou frutífera em relação a busca do endereço, diga a parte exequente em termos de prosseguimento no prazo de 30 (trinta) dias. Decorrido o prazo assinalado sem manifestação, considerando que restaram infrutíferas as diligências de localização de bens do devedor, que a jurisprudência superior aponta para a aplicabilidade do art. 791, inciso III do CPC, nos termos dos seguintes julgados (TJ/RO, Apelação Cível n. 100. 001. 1997. 005972-9, Relator Juiz Edenir Sebastião Albuquerque da Rosa, julgado em 30-07-2008 e Apelação Cível n. 100. 001. 2004. 008078-0, Relator Desembargador Alexandre Miguel, julgado em 18-01-2006; STJ, REsp 1. 231. 544/ RJ, Relator Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 27-03-2012, DJe 27/04/2012), ressalvado entendimento pessoal do magistrado, fica determinada a suspensão e arquivamento provisório do feito, com a remessa dos presentes autos ao arquivo. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0018383-88. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Gilberto Silva de Oliveira Mota
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: Banco BMG S. A.
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913), Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696)
DECISÃO:
VISTOS. Banco BMG S/A interpôs embargos de declaração da SENTENÇA de MÉRITO proferida nos autos. Diz que não restou determinada a data para o início da incidência dos juros e da correção monetária. Quanto ao fundamento, assiste razão a embargante. Percebe-se que por ocasião da SENTENÇA, não houve a determinação para o início da correção e juros. Desta forma, acolho os embargos ofertados, sendo que o DISPOSITIVO passará a ter a seguinte redação: ”Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial formulado por Gilberto Silva de Oliveira Mota contra Banco BMG S/A, para: 1 - Decretar a nulidade das cobranças de Serviço de Terceiros e Despesas de Originação, com a consequente devolução do valor de R$ 2. 685, 65, com correção monetária a partir da propositura da ação e juros legais a partir da citação válida; 2 ? Afastar a aplicação do parágrafo único do artigo 42 do CDC. Considerando que a parte autora decaiu em parte mínima de seu pedido, condeno a parte requerida ao pagamento das custas e honorários que arbitro em 15% sobre o valor da condenação. Não havendo o pagamento e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA, procedam-se as baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se requerida no prazo de 06 (seis) meses do trânsito em julgado. Certificado o trânsito em julgado, e pagas as custas

ou inscritas em dívida ativa em caso de não pagamento, o que deverá ser certificado, arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. ”Publique-se. Retifique-se no registro da SENTENÇA, anotando-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0018846-30. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Loc-Maq Locação de Máquinas e Equipamentos Ltda ME
Advogado: Renato Juliano Serrate de Araujo (OABRO 4705), Renan Afonso Damasceno Serrati (OAB/RO 617E), Macsued Carvalho Neves (OAB/RO 4770)
Executado: Marcio Lucas de Miranda
Advogado: Edson Matos da Rocha (OAB/RO 1208)
DESPACHO:
VISTOS. Expeça-se novo alvará, uma vez que o expedido às fls. 56 encontra-se fora de seu prazo de validade. Deve a parte exequente informar o endereço onde pode ser encontrado o veículo já penhorado nos autos, para a expedição do auto de adjudicação, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção e arquivamento. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0021194-84. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: Buriti Caminhões Ltda
Advogado: Fernanda Mayara Oliveira Claros (OAB/RO 4726), Rafael Oliveira Claros (OAB/RO 3672)
Requerido: Antônio Gibrair Madureira
DESPACHO:
VISTOS, Considerando a inércia da parte exequente, arquivem-se os autos. Segue minuta em separado comprovando a liberação da restrição do veículo de placa NBT7655, cadastrado em nome do executado junto ao Denatran. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0010411-62. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: UNIRON - União das Escolas Superiores de Rondônia Ltda
Advogado: Fernando Augusto Torres dos Santos (OAB/RO 4725)
Requerido: Marcia Rosa da Silva
DESPACHO:
VISTOS, I - Deferido o bloqueio de ativos financeiros da parte executada, a esta incumbia a iniciativa de, nos termos do art. 655-A, §2º, do CPC, comprovar que a quantia bloqueada era absolutamente impenhorável. Todavia, não houve provocação nesse sentido e era de se esperar que, diante da ciência inequívoca da executada acerca da movimentação da sua conta corrente e das disponibilidades nela existentes, a arguição de impenhorabilidade fosse veiculada o quanto antes, independentemente de intimação, eis que a parte executada é revel, por força da regra de extensão contida no art. 598 do CPC, incide o disposto no art. 322, “caput”, mesmo estatuto, ou seja, o curso dos prazos contra o revel que não tenha advogado constituído nos autos do processo fluem independentemente de intimação, a partir da publicação de cada ato decisório. Diante do exposto, a intimação acerca da penhora online realizada é anódina, pelo que, expeça-se alvará em favor da parte exequente para levantamento da quantia penhorada às fls. 25. Com a expedição do alvará, intime-se a parte exequente para levantamento em cartório no prazo de cinco dias. Em caso de inércia, proceda-se a transferência do referido valor para conta judicial de titularidade do TJRO n. 01529904-5, operação 040, agência 2848, Caixa Econômica Federal, conforme provimento n. 016/2010-CG. II - Segue minuta em separado de bloqueio judicial de veículo cadastrado em nome da executada junto ao Denatran, pelo que, fica a parte exequente intimada para se manifestar em termos de prosseguimento válido do feito, no prazo de cinco dias, sob pena de liberação da restrição e arquivamento. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0015015-66. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: administradora de consórcio nacional honda
Advogado: Amandio Ferreira Tereso Junior (OAB/SP 107414), Maria Lucilia Gomes (OAB / RO 2210)
Requerido: JoÃo Pedro Oliveira
DESPACHO:
VISTOS, Considerando que em diligência junto ao sistema Infojud foi constatado que o endereço do executado é o mesmo indicado na inicial, conforme minuta em anexo, promova a parte exequente a citação do mesmo no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção e arquivamento. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0014226-67. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: Celezio Garcia Alves ME
Advogado: Maria Angélica Pazdziorny (RO 9. 972), Leandra Maia Melo (OAB/RO 1737), Odilavo Diego Silvestre Vieira (OAB/SP 315637)
Requerido: OMNI WAY ADMINSTRAÇAO TRANS LO
Advogado: Thiago de Souza Gomes Ferreira (OAB/RO 4412), Sebastião Roberto de Araújo (OAB/MG 64. 679)
DESPACHO:
VISTOS. Designo audiência de conciliação para o dia 18/02/2014 às 08h30. Ficam as partes intimadas via seus advogados pelo Diário da Justiça (artigo 50 das Diretrizes Gerais Judiciais c/c artigo 238 do CPC). Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0010902-69. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Raquel Vieira da Silva
Advogado: Jefferson Janones de Oliveira (OAB/RO 3802), Jefferson Janones de Oliveira (RO 3. 802)
Requerido: Banco Itau
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3700), Celso Marcon (OAB/RO 3. 700)
SENTENÇA:
SENTENÇA VISTOS. Considerando que a penhora de fl. 47 condiz com o valor integral do débito da executada; considerando a manifestação de fls. 55/56 em que a parte executada demonstra a transferência dos valores, com fundamento nos arts. 794, I, c/c art. 795, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA a presente execução de SENTENÇA.

Faculto o desentranhamento dos documentos que instruem a inicial, mediante a substituição por cópia às expensas da parte exequente. Custas na forma da lei. Expeça-se alvará em favor da parte exequente do valor penhorado às fls. 47. Com a expedição do alvará, intime-se a parte exequente para levantamento em cartório no prazo de cinco dias. Em caso de inércia, proceda-se a transferência do referido valor para conta judicial de titularidade do TJRO n. 01529904-5, operação 040, agência 2848, Caixa Econômica Federal, conforme provimento n. 016/2010-CG. Com o trânsito em julgado desta DECISÃO, procedam-se às baixas e comunicações pertinentes, arquivando-se os autos. P. R. I. C. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0010366-58. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco Bradesco S/A
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Executado: J. J. dos Santos e Cia Ltda, José Joaquim Santos
DESPACHO:
VISTOS, Considerando que em diligência junto ao sistema Infojud foi constatado que o endereço dos executados é o mesmo indicado na inicial, conforme minuta em anexo, promova a parte exequente a citação dos mesmos no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção e arquivamento. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0022511-49. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: José Roberto Campos Leite
Advogado: Wellington Campelo (OAB/CE 6441), Francisco Osmidio Brigido Bezerra de Lima (OAB/CE 5091), Helena Maria Duarte (OAB/CE 3722)
Requerido: Banco Volkswagen S. A.
DECISÃO:
VISTOS. O autor faz pedido de antecipação de tutela, porém este deve ser indeferido, eis que em DECISÃO proferida pelo Des. Marcos Alaor no Agravo de Instrumento nº 0015934-63. 2010. 8. 22. 0000, publicada em 09 de dezembro de 2010, enfrenta o assunto com propriedade, destacando-se: ”Em incidente de processo repetitivo instaurado no julgamento do REsp n. 1. 061. 530/RS, de Relatoria da E. Ministra Nancy Andrighi, o C. Superior Tribunal de Justiça corroborou o entendimento acerca do tema em debate. Confira-se: ORIENTAÇÃO 4- INSCRIÇÃO/MANUTENÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES a) A abstenção da inscrição/manutenção em cadastro de inadimplentes requerida em antecipação de tutela e/ou medida cautelar, somente será deferida se, cumulativamente: i) a ação for fundada em questionamento integral ou parcial do débito; ii) houver demonstração de que a cobrança indevida se funda na aparência do bom direito e em jurisprudência consolidada do STF ou STJ; iii) houver depósito da parcela incontroversa ou for prestada a caução fixada conforme prudente arbítrio do juiz; b) a inscrição/manutenção do nome do devedor em cadastro de inadimplentes decidida na SENTENÇA ou no acórdão observará o que for decidido no MÉRITO do processo. Caracterizada a mora, correta a inscrição/manutenção. Assim, diante da indispensabilidade de presença concomitante dos requisitos do art. 273 do CPC em razão da inocorrência da necessária verossimilhança das alegações da agravante, entendo improcedente o pleito antecipatório na presente sede. Tenho ainda que questionável e inadmissível que em razão do ajuizamento da ação revisional e da proposta de consignação de valor que não corresponde, nem de longe, ao previsto contratualmente, prevaleça-se o devedor da segurança de não ser alcançado pelos efeitos da mora, preVISTOSlegalmente, sob pena de configurar-se uma revisão initio litis e unilateral do contrato. Dessa forma, e porque o presente recurso de agravo de instrumento está em confronto com jurisprudência dominante do colendo Superior Tribunal de Justiça, nos termos da fundamentação ora expendida, nego-lhe seguimento, com apoio no art. 557, do CPC. ”Acrescenta-se ainda o entendimento do STJ, que na Súmula 280 assim preleciona: ”A simples propositura da ação de revisão de contrato não inibe a caracterização da mora do autor. ”Desta forma, indefiro os pedidos de antecipação de tutela, por não preencher os requisitos legais. Cite-se a parte requerida, via ARMP, para que no prazo de 15 (quinze) dias, ofereça defesa através de advogado constituído ou Defensor Público, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos narrados na inicial e eventual procedência do pedido e ainda, a condenação em custas e honorários de advogado. Fica a parte requerida intimada a, no momento da apresentação da contestação, especificar, circunstanciadamente, as provas que pretende produzir, indicando sua relevância e pertinência, sob pena de preclusão (artigo 300 do CPC). Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0016675-95. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Marcio Ferreira de Figueiredo
Advogado: Margarete Geiareta da Trindade (OAB/RO 4438)
Requerido: Banco Bradesco S/A
Advogado: David Alexander Carvalho Gomes (OAB/RO 6011), Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370), Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
SENTENÇA:
SENTENÇA VISTOS. Márcio Ferreira de Figueiredo propôs ação declaratória c/c pedido de indenização por danos morais em face do Banco Bradesco S/A, alegando, em síntese, que ao tentar efetuar uma compra no comércio local, teve seu crédito negado por estar com seu nome inscrito nos órgãos de restrição ao crédito, por determinação da requerida, por pendências financeiras que não realizou, no valor de R$ 168, 00, decorrente de tarifas pela utilização de conta bancária, encerrada há mais de cinco anos. Afirma que na tentativa extrajudicial de compor o conflito, dispôs-se a pagar, contudo, a requerida não só se recusou a fornecer qualquer comprovante da origem do débito, como negou a emitir-lhe boleto para pagamento, passando a exigir o pagamento de outros débitos que alegava existir há mais de dez anos. Salienta que não é mais correntista da instituição requerida, razão pela qual desconhece e nega o contrato que teria dado origem ao débito. Assevera que a inscrição negativa lhe causou abalo moral, em razão dos constrangimentos que passou. Requer a concessão da assistência judiciária gratuita, a antecipação da tutela para ter seu nome excluído dos órgãos de proteção ao crédito e que seja julgada procedente a ação para declarar a inexistência do débito, bem como para condenar a requerida ao pagamento de indenização por danos morais causados ao requerente. Junta documentos. Às fls. 35 foi deferida a antecipação dos efeitos da tutela. Regularmente

citada às fls. 38v, a requerida apresentou contestação às fls. 40/56, alegando, em síntese, que o requerente não trouxe aos autos documentos que comprovam o encerramento da conta corrente e que não houve defeito na prestação do serviço, eis que agiu com máxima diligência, afastando a configuração de defeito na prestação de serviço e de relação de causalidade entre a conduta e os alegados danos morais. Aduz que não há prova nos autos de qualquer fato ensejador ou de que efetivamente houve abalo moral. Requer a improcedência da ação. Junta documentos. Houve réplica às fls. 80/85. É o RELATÓRIO. Decido. A lide comporta julgamento antecipado à luz do que dispõe o art. 330, I, do CPC, uma vez que a questão é de direito e de fato, não havendo para elucidação desta, outras provas a serem produzidas. Cuida-se de responsabilidade por dano moral decorrente de alegada inscrição indevida do nome do autor em órgão de restrição ao crédito. Compete ao autor a comprovação do fato constitutivo de seu direito enquanto que à requerida a comprovação de fato extintivo, impeditivo e modificativo de seu direito. No caso em análise, havendo a alegação de que o requerente encerrou a sua conta corrente e não possui débitos com a requerida, pelo qual foi inscrito em órgão de restrição ao crédito, caberia à ré provar a permanência de relação jurídica entre as partes e a origem dos débitos, o que legitimaria a cobrança e, consequentemente, a inscrição do nome do requerente nos órgãos de restrição ao crédito, e isso não se desincumbiu de fazer, inexistindo nos autos qualquer prova documental neste sentido. Assim, caracteriza-se o dano pela simples inscrição e consequente restrição ao crédito, conforme pacífica jurisprudência, não se discutindo a sua efetiva ocorrência, pois este é presumido pelas suas próprias circunstâncias. O Eg. TJRO já decidiu sobre a matéria, in verbis: A inscrição indevida do nome do consumidor nos cadastros do SPC e da Serasa, constitui in re ipsa o dano moral, restando desnecessária a prova de prejuízo à honra ou reputação. (TJRO ¿ AC n. 100. 001. 2002. 004760-5, Rel. Des. Renato Martins Mimessi, por unanimidade, j. 24/08/2004). O quantum a ser pago a título de reparação de danos morais deve seguir os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, sem perder de vista além da condição sócio econômica das partes, os precedentes jurisprudenciais recentes. Isto posto, com fundamento no art. 269, I do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para: a) declarar inexistente o débito em nome do autor junto à requerida; b) tornar definitiva a tutela concedida às fls. 35; c) condenar a requerida a indenizar o autor no valor de R$ 10. 000, 00 (dez mil reais), a título de danos morais, com atualização e aplicação de juros legais de 1% ao mês a partir do arbitramento. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento de custas e honorários advocatícios que fixo em 15% sobre o valor da condenação. Não havendo o pagamento e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA, proceda-se as baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se requerida no prazo de 06 (seis) meses do trânsito em julgado. P. R. I. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0015382-90. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Rosimar Aparecida Massaroli
Advogado: Jeter Barbosa Mamani (OABRO 5793)
Requerido: Instituto Formação Para Educação
Advogado: Natália Farias de Carvalho (OAB/DF 35601), Walessa Cristini Martins Vale (OAB/DF 31997)

SENTENÇA:
SENTENÇA VISTOS. Rosimar Aparecida Massaroli ação declaratória c/c ção por danos morais em face do Instituto de Formação para Educação Posead, alega, em síntese, que firmou contrato de prestação de serviços, cujo objeto tratava-se de curso de pós-graduação lato sensu oferecido pela requerida, pelo valor de R$ 2. 875, 50 em 15 parcelas de R$ 191, 70, efetuando o cumprimento total das obrigações contraídas pela requerente, ou seja, com o pagamento do curso. Contudo, afirma que ao tentar efetuar compras no comércio local em 28/06/2013, teve a compra negada em razão de estar com o seu nome inserido nos órgãos de restrição ao crédito por determinação da requerida. Assevera que a inscrição negativa lhe causou abalo moral, em razão dos constrangimentos que passou. Requer a concessão da assistência judiciária gratuita, a antecipação da tutela para ter seu nome excluído dos órgãos de proteção ao crédito e que seja julgada procedente a ação para declarar a inexistência do débito, bem como para condenar a requerida ao pagamento de indenização por danos morais causados ao requerente. Junta documentos. Às fls. 42 foi deferida a assistência judiciária e a antecipação da tutela. Citada às fls. 44v, a requerida apresentou contestação às fls. 45/50, onde argumenta que o nome da requerente foi incluso no SPC pois constavam pendências financeiras relacionadas as parcelas do seu curso que estavam vencidas, sendo que hoje não qualquer débito da requerente junto à requerida. Afirma que as parcelas acordadas com a instituição requerida eram até junho de 2012, porém como houveram atrasos nos pagamentos, sobrevieram negociações de vários boletos junto à instituição, sendo finalizados os pagamentos em abril de 2013. Noticia que a última negociação foi realizada em 12/12/2012, referente as parcelas de setembro/11, outubro/11, abril/12 e maio/12, em três parcelas de R$ 255, 60, com vencimentos em 28/12/2012, 28/01/2013 e 28/02/2013, porém o último boleto do acordo foi pago com atraso, após o envio da 2ª via com vencimento alterado para 25/04/2013. Aduz que não há prova nos autos de qualquer fato ensejador ou de que efetivamente houve abalo moral. Requer seja julgado improcedente o pedido da autora. Junta documentos. Houve réplica às fls. 78/80. É o RELATÓRIO. Decido. O caso em questão não exige dilação probatória, razão pela qual passo ao julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 330, I, do Código de Processo Civil. Cuida-se de responsabilidade por dano moral, decorrente da manutenção indevida do nome do autor em órgão de restrição ao crédito. Os documentos juntados pela autora demonstram que a inscrição do seu nome nos cadastros do SPC foi realizada de forma regular, eis que estava inadimplente com o pagamento da parcela com vencimento para 25/09/2011. Todavia, referido débito foi quitado pela requerente (fls. 26/38), conforme afirma a própria requerida em sede de defesa, após a renegociação das parcelas atrasadas para a efetiva liquidação da dívida, todavia, a mesma não providenciou a exclusão do nome da autora do referido órgão de proteção ao crédito (fls. 39). A responsabilidade pela manutenção do nome do devedor no órgão de proteção ao crédito após o pagamento é do credor. A jurisprudência é pacífica que a manutenção indevida de nome no órgão de proteção ao crédito após o pagamento a dívida gera o dever de indenizar (REsp 653568/MG). Quanto aos critérios para estabelecer um quantum indenizatório, o julgador deve ponderar-se num juízo de razoabilidade entre a situação em concreto, a responsabilidade objetiva da instituição, a situação econômica da requerente, e os precedentes jurisprudenciais

que recomendam a fixação em valor moderado, devendo ser diferenciado a “manutenção” indevida da “inscrição” indevida, uma vez que o dano de quem já teve o nome regularmente inscrito nos cadastros de restrição é menor do que aquele que nunca deveria ter o nome anotado nesses órgãos. Do exposto, com fundamento no artigo 269, I do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para: a) declarar inexistente o débito em discussão; b) tornar definitiva a antecipação de tutela concedida às fls. 42; c) condenar a requerida a indenizar a autora no valor de R$ 4. 000, 00 (quatro mil reais) a título de danos morais, a correção monetária e os juros de 1% incidirem a da data da presente SENTENÇA. Condeno ainda a requerida nas custas processuais e nos honorários advocatícios, que fixo em 10% sobre o valor da condenação. Não havendo o pagamento e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA, proceda-se as baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se requerida no prazo de 06 (seis) meses do trânsito em julgado. P. R. I. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0006070-90. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Uilian da Silva
Advogado: Paulo Francisco de Matos ( )
Requerido: Claro Americel S. A.
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
SENTENÇA:
SENTENÇA Uilian da Silva ajuizou ação declaratória de inexistência de débito cumulada com indenização por danos morais, com pedido de antecipação de tutela, em face de Claro Americel S/A. Alega que restou impedido de realizar compra a crédito no comércio local em razão da negativação do seu nome junto aos orgãos de proteção ao crédito. Afirma que a referida negativação decorre de dívida junto a empresa Requerida no valor de R$ 72, 73. Diz que ao procurar a loja local da Requerida foi informado que houve migração de sua conta de pré para pós pago, gerando um débito de R$ 74, 17. Assevera que não reconhece o aludido débito, eis que nunca teve telefone pós pago. Requer antecipação parcial da tutela para que seja determinado o imediato cancelamento do registro de inadimplência lançado em seu nome e declaração de inexigibilidade do débito que originou a anotação restritiva de crédito em seu nome. Juntou documentos às fls. 07/12. Deferimento da medida liminar às fls. 13. Citada, a parte requerida apresentou contestação (fls. 22/34) alegando que, conforme consta em seu sistema de dados, o Requerente contratou seus serviços de telefonia móvel em 05/12/2011, habilitando o acesso no plano Controle 35. Afirma que a migração para o plano pós-pago somente ocorreu mediante autorização do Requerente. Diz que em razão da inadimplência do Autor, o qual tenta se esquivar das obrigações assumidas, não teve outra escolha senão bloquear o acesso de telefonia móvel e, posteriormente, incluir o nome do mesmo nos referidos orgãos de restrição ao crédito. Assevera que agiu em conformidade com as normas previstas pela ANATEL, de maneira que nenhuma sanção lhe pode ser imposta, não havendo que se falar em indenização seja a que título for. Alega que o fato descrito nos autos não é capaz de abalar a honra subjetiva de alguém, não havendo qualquer fundamento no pleito autoral de danos morais. Requer a total improcedência do pleito exordial. Juntou documentos às fls. 34/68. Réplica às fls. 70. É o RELATÓRIO Decido. A lide comporta julgamento antecipado à luz do que dispõe o art. 330, I, do CPC, uma vez que a questão é de direito e de fato, não havendo para elucidação desta, outras provas a serem produzidas. No caso em espécie, cuida-se de responsabilidade por dano moral decorrente de alegada inscrição indevida do nome do autor em órgão de restrição ao crédito. Compete ao autor a comprovação do fato constitutivo de seu direito enquanto que à requerida a comprovação de fato extintivo, impeditivo e modificativo de seu direito. No caso em análise, havendo a alegação de que o requerente não realizou o negócio com a requerida, pelo qual foi inscrito em órgão de restrição ao crédito, caberia à ré provar a contratação pelo autor ao ¿Plano Controle 35¿, o que legitimaria a cobrança e, consequentemente, a inscrição do nome do requerente nos órgãos de restrição ao crédito. Em que pese a tela de computador trazida às fls. 23, a requerida não se desincumbiu do ônus de comprovar a contratação do serviço, eis que os lançamentos em cadastro das informações pessoais do autor não comprovam ser ele o responsável pela contratação, mas apenas, que alguém, de alguma forma teve acesso a esses dados. Por isso somente o contrato devidamente assinado pelo autor ou alguma outra forma inequívoca de contratação poderia ser admitida como prova fidedigna da prestação do serviço em favor da autora ou com sua anuência. Portanto, não tendo a requerida se desincumbido de comprovar a contratação (art. 333, II, do CPC), tem-se pela veracidade das alegações do autor e a procedência da ação pela inscrição indevida de pessoa que não se provou ser devedora, sendo o que basta para a configuração do dano moral indenizável. Caracterizado assim o dano moral pela simples inscrição indevida e consequente restrição ao crédito, conforme pacífica jurisprudência do Eg. TJ/RO, in verbis: A inscrição indevida do nome do consumidor nos cadastros do SPC e da Serasa, constitui in re ipsa o dano moral, restando desnecessária a prova de prejuízo à honra ou reputação. (TJRO ¿ AC n. 100. 001. 2002. 004760-5, Rel. Des. Renato Martins Mimessi, por unanimidade, j. 24/08/2004). O quantum a ser pago a título de reparação de danos morais deve seguir os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, sem perder de vista além da condição sócio econômica das partes, os precedentes jurisprudenciais recentes. Isto posto, com fundamento no art. 269, I do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para: a) declarar inexistente o débito em nome do autor junto à requerida; b) tornar definitiva a tutela concedida às fls. 13; c) condenar a requerida a indenizar o autor no valor de R$ 10. 000, 00 (dez mil reais), a título de danos morais, com atualização e aplicação de juros legais de 1% ao mês a partir do arbitramento. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento de custas e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da condenação. Não havendo o pagamento e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA, proceda-se as baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se requerida no prazo de 06 (seis) meses do trânsito em julgado. P. R. I. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0005278-39. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Suyane Alves Cunha
Advogado: Carlos Cantanhede (OAB/RO 3206)
Requerido: Americel S/A
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
SENTENÇA:
SENTENÇA Suyane Alves Cunha ajuizou ação anulatória de débito cumulada com indenização por danos morais cumulada com pedido de antecipação da tutela em face de Americel S/A, doravante denominada Claro S/A. Alega que no dia 02/03/2013, ao tentar adquirir uma linha telefônica, não obteve êxito em seu intento em razão da negativação do seu nome junto ao SERASA decorrente de dívida junto a Requerida. Afirma que entrou em contato com a empresa Requerida, sendo informada que terceiros haviam solicitado uma linha telefônica em seu nome. Aduz que a empresa /requerida se disponibilizou a retirar o seu nome do rol de inadimplentes, visando regularizar tal impasse, o que não ocorreu. Requer a concessão de medida liminar para determinar o imediato cancelamento do registro de inadimplência lançado em seu nome, declaração por SENTENÇA da inexistência da relação contratual que originou a dívida e concessõa do benefício da assistência judiciária gratuita. Junta documentos às fls. 15/19. Deferimento da assistência judiciária gratuita e da medida liminar às fls. 20. Citada, a parte requerida apresentou contestação (fls. 25/36), afirmando que consta em seu sistema de dados que a Requerente contratou seus serviços de telefonia móvel em 17/02/2012, habilitando o acesso no plano Controle 35. Afirma que a migração para o plano pós-pago somente ocorreu mediante autorização do Requerente. Diz que em razão da inadimplência da Autora, a qual tenta se esquivar das obrigações assumidas, não teve outra escolha senão bloquear o acesso de telefonia móvel e, posteriormente, incluir o nome do mesmo nos referidos orgãos de restrição ao crédito. Assevera que agiu em conformidade com as normas previstas pela ANATEL, de maneira que nenhuma sanção lhe pode ser imposta, não havendo que se falar em indenização seja a que título for. Alega que o fato descrito nos autos não é capaz de abalar a honra subjetiva de alguém, não havendo qualquer fundamento no pleito autoral de danos morais. Requer a total improcedência do pleito exordial. Junta documentos às fls. 37/70. Réplica às fls. 83/88. É o RELATÓRIO. Decido. A lide comporta julgamento antecipado à luz do que dispõe o art. 330, I, do CPC, uma vez que a questão é de direito e de fato, não havendo para elucidação desta, outras provas a serem produzidas. Cuida-se de responsabilidade por dano moral decorrente de alegada inscrição indevida do nome do autor em órgão de restrição ao crédito. Compete ao autor a comprovação do fato constitutivo de seu direito enquanto que à requerida a comprovação de fato extintivo, impeditivo e modificativo de seu direito. No caso em análise, havendo a alegação de que o requerente não realizou o negócio com a requerida, pelo qual foi inscrito em órgão de restrição ao crédito, caberia à ré provar a contratação pelo autor ao ¿Plano Controle 35¿, o que legitimaria a cobrança e, consequentemente, a inscrição do nome do requerente nos órgãos de restrição ao crédito. Em que pese a tela de computador trazida às fls. 27, a requerida não se desincumbiu do ônus de comprovar a contratação do serviço, eis que os lançamentos em cadastro das informações pessoais do autor não comprovam ser ele o responsável pela contratação, mas apenas, que alguém, de alguma forma teve acesso a esses dados. Por isso somente o contrato devidamente assinado pelo autor ou alguma outra forma inequívoca de contratação poderia ser admitida como prova fidedigna da prestação do serviço em favor da autora ou com sua anuência. Portanto, não tendo a requerida se desincumbido de comprovar a contratação (art. 333, II, do CPC), tem-se pela veracidade das alegações do autor e a procedência da ação pela inscrição indevida de pessoa que não se provou ser devedora, sendo o que basta para a configuração do dano moral indenizável. Caracterizado assim o dano moral pela simples inscrição indevida e consequente restrição ao crédito, conforme pacífica jurisprudência do Eg. TJ/RO, in verbis: A inscrição indevida do nome do consumidor nos cadastros do SPC e da Serasa, constitui in re ipsa o dano moral, restando desnecessária a prova de prejuízo à honra ou reputação. (TJRO ¿ AC n. 100. 001. 2002. 004760-5, Rel. Des. Renato Martins Mimessi, por unanimidade, j. 24/08/2004). O quantum a ser pago a título de reparação de danos morais deve seguir os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, sem perder de vista além da condição sócio econômica das partes, os precedentes jurisprudenciais recentes. Isto posto, com fundamento no art. 269, I do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para: a) declarar inexistente o débito em nome do autor junto à requerida; b) tornar definitiva a tutela concedida às fls. 20; c) condenar a requerida a indenizar o autor no valor de R$ 10. 000, 00 (dez mil reais), a título de danos morais, com atualização e aplicação de juros legais de 1% ao mês a partir do arbitramento. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento de custas e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da condenação. Não havendo o pagamento e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA, proceda-se as baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se requerida no prazo de 06 (seis) meses do trânsito em julgado. P. R. I. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0003154-83. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Claudineia Delgado dos Reis
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Requerido: Claro S/A
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
SENTENÇA:
SENTENÇA, Cleudinéia Delgado dos Reis ajuizou ação declaratória de inexistência de relação jurídica e inexistência de débito cumulada com reparação por danos morais, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela, em face de Claro S/A. Alega que foi impedida de realizar compras a crédito no comércio local em razão da negativação do seu nome junto aos orgãos de proteção ao crédito. Afirma que a negativação decorre de dívida junto a Requerida no valor de R$ 72, 80. Diz que a cobrança é indevida, eis que não houve contratação dos serviços da Requerida, tampouco autorização para que terceiros o fizessem em seu nome, de modo que em nenhum momento usufruiu de tais serviços. Informa que no início de Janeiro de 2012 chegou à sua residência um aparelho celular pós-pago sem que tivesse realizado qualquer pedido ou solicitação. Diz que procurou uma das lojas da Requerida, sendo informada que o aludido aparelho referia-se a uma linha

pós-paga, no qual teria que pagar mensalmente o valor de R$ 35, 00. Assevera que após solicitação, passados 4 (quatro) dias, o aparelho foi levado de volta pelos Correios, levando-a a crer que o problema havia sido resolvido. Requereu antecipação dos efeitos da tutela para determina o imediato cancelamento do registro de inadimplência lançado em seu nome, declaração por SENTENÇA da inexistência de relação jurídica entre as partes e reconhecimentos dos danos morais suportados. Juntou documentos às fls. 31/44. Deferimento da medida liminar às fls. 45. Citada, a parte requerida apresentou contestação (fls. 46/57) alegando que a Requerente contratou seus serviços de telefonia móvel em 08/12/2011, habilitando o acesso no plano Controle 35. Afirma que a migração para o plano pós-pago somente ocorreu mediante autorização da Requerente. Diz que em razão da inadimplência do Autora, o qual tenta se esquivar das obrigações assumidas, não teve outra escolha senão bloquear o acesso de telefonia móvel e, posteriormente, incluir o nome do mesmo nos referidos orgãos de restrição ao crédito. Assevera que agiu em conformidade com as normas previstas pela ANATEL, de maneira que nenhuma sanção lhe pode ser imposta, não havendo que se falar em indenização seja a que título for. Alega que o fato descrito nos autos não é capaz de abalar a honra subjetiva de alguém, não havendo qualquer fundamento no pleito autoral de danos morais. Requer a total improcedência do pleito exordial. Juntou documentos às fls. 58/91. Réplica às fls. 97/108. É o RELATÓRIO Decido. A lide comporta julgamento antecipado à luz do que dispõe o art. 330, I, do CPC, uma vez que a questão é de direito e de fato, não havendo para elucidação desta, outras provas a serem produzidas. No caso em espécie, cuida-se de responsabilidade por dano moral decorrente de alegada inscrição indevida do nome do autor em órgão de restrição ao crédito. Compete ao autor a comprovação do fato constitutivo de seu direito enquanto que à requerida a comprovação de fato extintivo, impeditivo e modificativo de seu direito. No caso em análise, havendo a alegação de que o requerente não realizou o negócio com a requerida, pelo qual foi inscrito em órgão de restrição ao crédito, caberia à ré provar a contratação pelo autor ao ¿Plano Controle 35¿, o que legitimaria a cobrança e, consequentemente, a inscrição do nome do requerente nos órgãos de restrição ao crédito. Em que pese a tela de computador trazida às fls. 47, a requerida não se desincumbiu do ônus de comprovar a contratação do serviço, eis que os lançamentos em cadastro das informações pessoais do autor não comprovam ser ele o responsável pela contratação, mas apenas, que alguém, de alguma forma teve acesso a esses dados. Por isso somente o contrato devidamente assinado pelo autor ou alguma outra forma inequívoca de contratação poderia ser admitida como prova fidedigna da prestação do serviço em favor da autora ou com sua anuência. Portanto, não tendo a requerida se desincumbido de comprovar a contratação (art. 333, II, do CPC), tem-se pela veracidade das alegações do autor e a procedência da ação pela inscrição indevida de pessoa que não se provou ser devedora, sendo o que basta para a configuração do dano moral indenizável. Caracterizado assim o dano moral pela simples inscrição indevida e consequente restrição ao crédito, conforme pacífica jurisprudência do Eg. TJ/RO, in verbis: A inscrição indevida do nome do consumidor nos cadastros do SPC e da Serasa, constitui in re ipsa o dano moral, restando desnecessária a prova de prejuízo à honra ou reputação. (TJRO ¿ AC n. 100. 001. 2002. 004760-5, Rel. Des. Renato Martins Mimessi, por unanimidade, j. 24/08/2004). O quantum a ser pago a título de reparação de danos morais deve seguir os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, sem perder de vista além da condição sócio econômica das partes, os precedentes jurisprudenciais recentes. Isto posto, com fundamento no art. 269, I do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial para: a) declarar inexistente o débito em nome do autor junto à requerida; b) tornar definitiva a tutela concedida às fls. 45; c) condenar a requerida a indenizar o autor no valor de R$ 10. 000, 00 (dez mil reais), a título de danos morais, com atualização e aplicação de juros legais de 1% ao mês a partir do arbitramento. Condeno, ainda, a requerida ao pagamento de custas e honorários advocatícios que fixo em 10% sobre o valor da condenação. Não havendo o pagamento e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA, proceda-se as baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se requerida no prazo de 06 (seis) meses do trânsito em julgado. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0012337-78. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Consórcio Nacional Suzuki Motos Ltda
Advogado: Luciano Boabaid Bertazzo (OAB/RO 1894)
Requerido: Ivaldo Cardoso
DESPACHO:
VISTOS, Considerando que em diligência junto ao sistema Infojud foi constatado que o endereço do requerido é o mesmo indicado na inicial, conforme minuta em anexo, promova a parte exequente a citação do mesmo no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção e arquivamento. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0003635-17. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Depósito
Requerente: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S. A.
Advogado: Richard Anderson Hidalgo Paredes (OAB/AM 6682), João Carlos de Almeida Zanini (OAB/RO 5071), Marco Antonio Crespo Barbosa (OAB/SP 115665)
Requerido: Joel Ferreira da Silva
DESPACHO:
VISTOS, Considerando que em diligência junto ao sistema Infojud foi constatado que o endereço do requerido é o mesmo indicado na inicial, conforme minuta em anexo, promova a parte exequente a citação do mesmo no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção e arquivamento. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0012724-93. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda
Advogado: Luciano Boabaid Bertazzo (OAB/RO 1894)
Requerido: Andre Luiz Souza Alexandria
DESPACHO:
VISTOS, Considerando que em diligência junto ao sistema Infojud foi constatado que o endereço do requerido é o mesmo indicado na inicial, conforme minuta em anexo, promova a parte exequente a citação do mesmo no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção e arquivamento. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Jorge Luiz de Moura Gurgel do Amaral Juiz de Direito

Proc.: 0021916-50. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Mandado de Segurança
Impetrante: HSBC Bank Brasil S. A. - Banco Múltiplo
Impetrado: Diretora da Companhia de Água e Esgoto de Rondônia Caerd
Advogado: Ingrid Rodrigues de Menezes (RO 1460)
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada a se manifestar sobre o Recurso de Apelação apresentado.

Proc.: 0002890-66. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Cleber dos Santos
Advogado: Laércio José Tomasi (OAB/RO 4400)
Executado: Izalita Aguiar Mendes, Kennedy Ferreira de Melo
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a falar sobre a petição da parte requerida de fls. 133 à 150: (Impugnação ao bloqueio).

Proc.: 0019573-18. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Patricia Passos Fortuoso
Advogado: Edilson Alves de Hungria Junior (OAB/RO 5002)
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S. A.
Advogado: Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/MS 6611), Matheus Evaristo Santana (OAB/RO 3230).
Ficam as partes intimadas, por via de seus Advogados, da data da perícia que realizar-se-á no dia 16/04/2014 às 14: 00 horas à qual será realizada nas dependências deste IML, com o perito Drº Francisco X. Parente, devendo a parte comparecer com todos os documentos/exames atualizados.

Proc.: 0004037-64. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Sebastiao de Melo Brilhante
Advogado: Fernando Deseyvan Rodrigues (OAB/RO 1099)
Requerido: Banco Cruzeiro do Sul S A
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada a se manifestar sobre o Recurso de Apelação apresentado.

Proc.: 0015807-93. 2008. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Eunice Rodrigues de Lima
Requerido: Lojas Cem (Matriz)
Advogado: Glaucy Pereira de Medeiros Concórdia (OAB/SP 192105), Marcelo Augusto Brito (OAB/SP 208. 256), Márcia da Silva Rodrigues (OAB/SP 188. 119), Denise Pereira dos Santos (OAB/SP 188446), Alessandra Brizotti Mazzieri (OAB/SP 217199), Maria Madalena Antunes Gonçalves (OAB/SP 119757), Alessandra Francisco (OAB/SP 179. 209)
Fica a parte requerida intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0001143-18. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Tadeu Alves Feio
Advogado: Adhemar Alberto Sgrott Reis (OAB/RO 1944)
Requerido: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S. A.
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada a se manifestar sobre o Recurso de Apelação apresentado.

Proc.: 0013015-93. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Arlindo Pulqueiro da Silva Filho
Advogado: Jefferson Janones de Oliveira (OAB/RO 3802)
Requerido: Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0007023-54. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Maria Jesus Vieira dos Santos
Requerido: Claro S/A
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696), Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913).
Fica a parte requerida intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0024401-23. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Impugnação de Assistência Judiciária
Impugnante: Lúcio Antônio Miranda da Silva
Advogado: Everthon Barbosa Padilha de Melo (OAB/RO 3531)
Impugnado: Helena Martinha Vitor da Cruz
Fica a parte requerida, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0022597-54. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Nadir Ribeiro Pinto
Advogado: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A).
Requerido: Avon Cosméticos Ltda.
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada a se manifestar sobre o Recurso de Apelação apresentado.

Proc.: 0015767-72. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Ivari Marcelo de Souza, Jorge Alberto de Souza Santos, Jose do Nascimento Moraes Silva, Manoel Rufino da Silva, Mauricélia Souza da Silva
Advogado: Ademir Antônio de Oliveira Alencar (OAB/RO 2998)
Requerido: Welcon Incorporadora Imobiliaria Ltda, Construtora e Empreendedora Gm Engenharia.
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fls. 164: (parcial).

Proc.: 0022647-51. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Banco Itaú S. A. Recife
Advogado: Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB/RJ 151056S), Alexandra Silva Segaspini (OAB/RO 2739), Karinny Miranda Campos (OAB/RO 2413)
Requerido: Sales & Moura Comércio de Móveis Ltda, Maria do Livramento Sales, Marcilene Alves Teixeira.
Fica a parte Autora no prazo de 48 horas, intimada a promover o regular andamento do feito, sob pena de arquivamento.

Proc.: 0024363-45. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Paulo Rogério Telésforo Soares
Advogado: Márcia de Souza Nepomuceno (OAB/RO 4181)
Requerido: Banco do Brasil S. A.
Advogado: Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567)
Ficam as partes, por via de seu(uas) Advogados(as), no prazo de 15 dias, intimadas a se manifestarem sobre os Recursos de Apelação apresentados.

Proc.: 0019993-23. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Miguel de Sá da Fonseca
Requerido: Americel S/A
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada a se manifestar sobre o Recurso de Apelação apresentado.

Proc.: 0023583-71. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Reintegração / Manutenção de Posse
Requerente: Geomed Georrefenciamento e Agrimensura Ltda
Advogado: Antônio Coriolano Camboim de Oliveira (OAB/RO 288A)
Requerido: Heveraldo da Silva Farias Me
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0021216-11. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Center Plástica Clínica de Cirurgia Ltda
Advogado: Magnum Jorge Oliveira da Silva (OAB/RO 3204), Cândido Ocampo Fernandes (OAB/RO 780)
Executado: A. M. Ribeiro Açougue & Comercio Me
-Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a comprovar sua publicação do Edital retirado no dia 12/08/2013.

Proc.: 0016978-12. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco Santander Banespa S/A
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3. 700)
Executado: Rotram Comercio e RepresentaÇÕes Ltda
Fica a parte Autora no prazo de 48 horas, intimada a promover o regular andamento do feito, sob pena de extinção.

Proc.: 0012796-17. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: B. V Financeira S/A Credito Financiamento e Investimento
Advogado: Fabiano Coimbra Barbosa (OAB / RJ 117. 806), Fábio Vinícius Lessa Carvalho (OAB/AM 5614)
Requerido: Elen Cristina Nascimento Carvalho
Fica a parte Autora no prazo de 48 horas, intimada a promover o regular andamento do feito, sob pena de extinção.

Proc.: 0022038-97. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: MANOEL RODRIGUES DA CONCEIÇÃO
Advogado: Quênede Constâncio do Nascimento (OAB/RO 3631)
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S. A.
Ficam as partes intimadas, por via de seus Advogados, da data da perícia que realizar-se-á no dia 05/05/2014 às 14: 00 horas; local: IML; endereço: Rua Flores Cunha, 4359 - Costa e Silva, com o perito Dr. Francisco Xavier Parente, devendo a parte comparecer com todos os documentos/exames atualizados.

Proc.: 0010272-13. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Gean Carlos Arruda Lemos
Advogado: Miguel Ângelo Folador (OAB/RO 4820)
Requerido: Banco Fiat S. A.
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada a se manifestar sobre o Recurso de Apelação apresentado.

Proc.: 0015448-75. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Giovana Barros Coelho
Advogado: Paulo Francisco de Matos ( ), Douglas Ricardo Aranha da Silva (RO 1779)
Requerido: VRG Linhas Aéreas S/A
Advogado: Bernardo Augusto Galindo Coutinho (OAB/RO 2991)
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada a se manifestar sobre o Recurso de Apelação apresentado.

Proc.: 0015506-10. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: João Evangelista Leal
Advogado: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Requerido: Americel S/A
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913), Ana Flávia Pereira Guimarães (OAB/MG 105287)
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada a se manifestar sobre o Recurso de Apelação apresentado.

Proc.: 0023142-95. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Pedrina Maria Ferreira da Silva
Advogado: Antonio Manoel Rebello das Chagas (OAB/RO 1592)
Requerido: Gvt Global Village Telecom Ltda
Advogado: Leandro Cavol (OAB/RO 473)
Fica a parte Autora no prazo de 48 horas, intimada a promover o regular andamento do feito, sob pena de extinção.

Proc.: 0092976-59. 2008. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Sebastião de Oliveira Souza
Advogado: Eduardo Pinheiro Dias (OAB/RO 3491)
Requerido: Raimundo Nonato Soares
Fica a parte Autora no prazo de 48 horas, intimada a promover o regular andamento do feito, sob pena de extinção.

Proc.: 0006302-05. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Mercantil Nova Era Ltda
Advogado: Adriano Alves Lacerda (OAB/RO 5874)
Requerido: Big Supermercado Ltda ME

Fica a parte Requerida intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0007978-85. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Aparecido Joaquim Antônio
Advogado: Fausto Schumaher Ale (OAB/RO 4165)
Requerido: Centrais Eletricas de Rondônia Sa Ceron3
Advogado: César Henrique Longuini (OAB/RO 5217)
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada a se manifestar sobre o Recurso Adesivo apresentado.

Proc.: 0134288-15. 2008. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Maria das Dores Pinheiro de Carvalho
Advogado: Antonio Henriques Lemos Leite (OAB/RO 135A)
Requerido: Floresta Hotel Ltda
Advogado: Defensoria Pública (000000000000000000)
Fica a parte Autora no prazo de 48 horas, intimada a promover o regular andamento do feito, sob pena de extinção.

Proc.: 0022608-49. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Maria Nilson Prazeres
Advogado: Romilson Fernandes da Silva (OAB/RO 5109), Telma Santos da Cruz (OAB/RO 3156)
Requerido: Luiz Gomes
Manifeste a parte interessada sobre a juntada de AR NEGATIVO.

Proc.: 0001236-44. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Centro de Ensino São Lucas Ltda
Advogado: Diógenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831)
Requerido: José Fernando Vázquez
Manifeste a parte interessada sobre a juntada de AR NEGATIVO.

Proc.: 0018328-35. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Hidros Empreendimentos Ltda
Advogado: Cleber dos Santos (OAB/RO 3210)
Requerido: Antonio José Passos Trindade
Manifeste a parte interessada sobre a juntada de AR NEGATIVO.

Proc.: 0013562-36. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: F. H. M. de Araújo Representações Ltda.
Advogado: Carlos Frederico Meira Borré (OAB/RO 3010), Orlando Leal Freire (OAB/RO 5117)
Requerido: Metalurgica Joia Ltda
Advogado: Valeriano Leão de Camargo (OAB/RO 5414)
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a Contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0020862-49. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Jurandir Ferreira Modesto
Advogado: Sérgio Muniz Neves (00)
Requerido: ELETROBRÁS - DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA
Advogado: João Diego Raphael Cursino Bomfim (OAB/RO 3669)
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a Contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0024046-13. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Pedro Matos Lacerda
Advogado: Valtair Silva dos Santos (OAB/RO 707), João Paulo Messias Maciel (OAB/RO 5130)
Requerido: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado: João Diego Raphael Cursino Bomfim (OAB/RO 3669)
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a Contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0021222-81. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Ana Soares de Amurim
Advogado: Greyce Avello Corrêa (OAB/RO 5676)
Requerido: Claro S. A. , Credit Cash Assessoria Financeira Ltda
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (RO 2913)
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a Contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0002438-90. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Francisco Dionê Marim Amâncio
Advogado: Rosimar Francelino Maciel (OAB/RO 2860)
Requerido: Instituto João Neórico
Advogado: Antonio Cândido de Oliveira (OAB/RO 2311), Izabel Celina Pessoa Bezerra Cardoso (OAB/RO 796), Marcos Rodrigo Bentes Bezerra (OAB/RO 644), Cíntia Bárbara Paganotto Rodrigues (OAB/RO 3798), Edson Antônio Sousa Pinto (OAB/RO 4643), Marcus Vinícius de Oliveira Cachulla (OAB/RO 4117), Tiago Fagundes Brito (OAB/RO 4239)
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada a se manifestar sobre o Recurso de Apelação apresentado.

Proc.: 0013748-93. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco Bradesco Financiamentos S. a.
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Requerido: José Carlos Oromon dos Santos
Advogado: Samael Freitas Guedes (OAB/RO 2596)
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a Contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0014618-07. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Rafael Pereira Muniz
Advogado: Cyanira de Fátima Sousa Oliveira Maciel (OAB/RO 5449), Marlos Gaio (OAB/RO 5785)
Requerido: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro Dpvat S A

Ficam as partes intimadas, por via de seus Advogados, da data da perícia que realizar-se-á no dia 19/05/2014 às 14: 00 horas; local: IML; endereço: Rua Flores Cunha, 4359 - Costa e Silva, com o perito Dr. Francisco Xavier Parente, devendo a parte comparecer com todos os documentos/exames atualizados.

Proc.: 0010334-24. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Davi Carvalho Souza
Advogado: Hosanilson Brito Silva (OAB/RO 1655)
Requerido: Yasmim Freitas Mourão
Advogado: Paulo Francisco de Matos (OAB/RO 1688), Paulo Timoteo Batista (RO 115-E), Douglas Ricardo Aranha da Silva (OAB/RO 1779)
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada a se manifestar sobre o Recurso de Apelação apresentado.

Proc.: 0022718-48. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Maria do Socorro Costa Sales, Maria do Socorro Costa Sales Me
Advogado: Eudislene Mendes de Oliveira (OAB/RO 1462), Eudislene Mendes de Oliveira (OAB/RO 1462)
Requerido: Dks Distribuidora de Bebidas Ltda
Advogado: ELAINE CUNHA SAAD ABDULNUR (OAB 5073), Orestes Muniz Filho (RO 40), Odair Martini (30-B)
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a Contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0241670-67. 2008. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Salete Conceicao Bispo da Silva
Advogado: José Carlos Lino Costa (OAB/RO 1163), Maria Idalina Monteiro Rezende Costa Queiroz (ORDEM DOS 3194)
Requerido: Embrascon - Empresa Brasileira de Construção Civil Ltda
Advogado: Cristiane Vargas Volpon Robles (OAB/RO 1401)
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada a se manifestar sobre o Recurso de Apelação apresentado.

Proc.: 0015344-83. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: Mercantil Nova Era Ltda
Advogado: Rosana Portela Coelho de Oliveira Camargo (OAB/RO 3469), Mirtes Lemos Valverde (OAB/RO 2808)
Requerido: E. G. Pereira Nogueira C. P. A. Me, Emerson Gleiser Pereira Nogueira
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre os Embargos Monitórios, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0015344-83. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: Mercantil Nova Era Ltda
Advogado: Rosana Portela Coelho de Oliveira Camargo (OAB/RO 3469), Mirtes Lemos Valverde (OAB/RO 2808)
Requerido: E. G. Pereira Nogueira C. P. A. Me, Emerson Gleiser Pereira Nogueira
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre os Embargos Monitórios, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0022963-93. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Caio Vinicius Corbari, Claudia Lima da Mota, Cosme Himelu Alves Ikenohuchi, Irismar Rocha Castro, Jairo Fernandes de Azevedo, Valdeci Pimenta
Advogado: Erivaldo Monte da Silva (OAB/RO 1247)
Requerido: Banco do Brasil S. A.
Advogado: Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567)
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada a se manifestar sobre o Recurso Adesivo apresentado.

Proc.: 0017219-54. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Vera Lucia Maria Ramos
Advogado: Raquel Holanda (RO 363-B)
Requerido: Banco IBI S. A. Banco Múltiplo
Advogado: José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/RO 4570), Reynaldo Augusto Ribeiro Amaral (OAB/RO 4507)
Fica a parte Requerida intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0012092-04. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Mirele Brito Costa Alves
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A), Adriana Pignaneli de Abreu (OAB/SP 212689)
Requerido: Banco J. Safra S/A
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada a se manifestar sobre o Recurso de Apelação apresentado.

Proc.: 0013698-04. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: GUSTAVO DOS SANTOS ALMEIDA
Advogado: Josimá Alves da Costa Júnior (OAB/RO 4156), Luís Sérgio de Paula Costa (OAB/RO 4558)
Requerido: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S. A.
Advogado: Sally Anne Bowmer Beça Coutinho (RO 2980), Weverton Jeferson Teixeira Heringer (2054), Laiana Oliveira Melo (OAB/RO 4906)
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a falar sobre a petição da parte requerida de fl 90-92: (A parte requerida vem apresentar o comprovante de pagamento referente ao pagamento da condenação);

Proc.: 0009356-13. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Alessandra Marcela Paraguassú Gomes
Advogado: Marcos Antônio Araújo dos Santos (OAB/RO 846), Marcos Antônio Metchko (OAB/RO 1482)
Requerido: Banco Honda S/A
Advogado: Dalgobert Martinez Maciel (OAB/RO 1358), Ailton Alves Fernandes (OAB/GO 16854)

Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada a se manifestar sobre o Recurso de Apelação apresentado.

Proc.: 0007232-57. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Milena Jano Cheli Batista
Advogado: Valnei Gomes da Cruz Rocha (OAB/RO 2479), Zaira dos Santos Tenório (OAB/RO 5182)
Requerido: Banco Itaucard S/A, Brandao & Tegoni Ltda
Advogado: Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Júnior (OAB/RO 4407), Jonatas de Souza Rondon Júnior (OAB/RO 3749)
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada a se manifestar sobre o Recurso de Apelação apresentado.

Proc.: 0024112-27. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Maria Lucimar de Oliveira Pereira
Advogado: Jânio Sérgio da Silva Maciel (OAB/RO 1950), Nelson Sérgio da Silva Maciel Júnior (OAB/RO 4763)
Requerido: Vivo S. A.
Advogado: Fabricio Grisi Médici Jurado. (OAB/RO 1751)
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada a se manifestar sobre o Recurso de Apelação apresentado.

Proc.: 0002806-02. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Marciele Campos
Advogado: Hosanilson Brito (RO 1655)
Requerido: M. e. m. Perfumaria e Cosmético Ltda
Advogado: Nívea Gomes Zanon de Lima (OAB/RO 3967)
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 15 dias, intimada a se manifestar sobre o Recurso de Apelação apresentado.

Proc.: 0016444-78. 2007. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Audaci Auxiliadora da Silva Mota
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Requerido: Sabemi Seguradora
Advogado: Vinícius Nascimento Saldanha de Oliveira (OAB/RO 1933), Pablo Berger (OAB/RS 61011)
Fica a parte Requerida intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0010163-96. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Isaias Domingos de Andrade
Advogado: Genival Fernandes de Lima (OAB/RO 2366)
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S. A.
Advogado: Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2894)
Ficam as partes intimadas, por via de seus Advogados, da data da perícia que realizar-se-á no dia 05/05/2014 às 14: 00 horas; local: IML; endereço: Rua Flores Cunha, 4359 - Costa e Silva, com o perito Dr. Francisco Xavier Parente, devendo a parte comparecer com todos os documentos/exames atualizados.

Proc.: 0014142-66. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Valdenice Soares Braga
Advogado: Sílvio Vinícius Santos Medeiros (OAB/RO 3015)
Requerido: Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A - EMBRATEL
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (RO 2913)
Fica a parte Requerida intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0018072-92. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Valdeci da Conceiçao Silva
Advogado: Patricia Holanda Rocha (OAB/RO 3582)
Requerido: Casa Rural de Rondônia Ltda Epp
Advogado: Elda Luciana Oliveira Melo (OAB/RO 3924)
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0017272-64. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S. A.
Advogado: Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB/AM 3696)
Requerido: Francisco Erivaldo Magalhães Evaristo
Fica a parte Autora no prazo de 48 horas, intimada a promover o regular andamento do feito, sob pena de extinção.

Proc.: 0021338-87. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Manoel Martins da Silva
Advogado: Antonio Rerison Pimenta Aguiar (OAB/RO 5993)
Requerido: RMA Agropecuária Ltda, Redfactor Factoring e Fomento Comercial Ltda
Manifeste a parte interessada sobre a juntada de AR NEGATIVO.

Proc.: 0011256-94. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Arlet Nunes Rodrigues Ferreira
Advogado: Miriam Pereira Mateus (OAB/RO 5550)
Requerido: CLARO S/A
Advogado: Israel Augusto Alves da Cunha (RO 2913)
Fica a parte Requerida intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0017852-31. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: BV Financeira S/A Crédito, Fin. e Investimento
Advogado: Ana Paula dos Santos (OAB/RO 4794)
Requerido: Claudio Amorim de Matos
Fica a parte Autora no prazo de 48 horas, intimada a promover o regular andamento do feito, sob pena de extinção.

Proc.: 0251236-06. 2009. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Hélis Silva Marques Pires
Advogado: Rodrigo Reis Ribeiro (OAB/RO 1659), Bruno Santiago Pires (OAB/RO 3482)
Requerido: Banco do Brasil S. A.

Advogado: Karina de Almeida Batistuci (OAB/AM 685A), Reynaldo Augusto Ribeiro Amaral (OAB/RO 4507)
Fica a parte Requerida intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0020639-04. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: Rondoacre Indústria e Comércio de Colchões Ltda
Advogado: Linêide Martins de Castro (OAB/RO 1902)
Requerido: Cleudes Mendes Rego da Silva, Só Colchões Móveis e Eletrodomésticos Ltda ME
FINALIDADE: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar Edital expedido, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua publicação.

Proc.: 0018270-37. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Requerente: Escola de Educação Infantil de 1º e 2º Grau Terra Nova
Advogado: Albenísia Ferreira Pinheiro (OAB/RO 3422)
Requerido: Antúlio Lima de Sousa
FINALIDADE: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar Edital expedido, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua publicação.

Proc.: 0068013-65. 2000. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: M. O. da S.
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635), Marcelo Lessa Pereira (RO 1501).
Executado: E. E. I. N. L. S. M. B. E. da S. R.
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a comprovar a distribuição de precatória, sob pena de extinção.

Maria Dulcenira Cruz Bentes
Sra.

3ª VARA CÍVEL

3º Cartório Cível
Juiz de Direito OSNY CLARO DE OLIVEIRA JUNIOR
Júlia Nazaré Silva Albuquerque
Escrivã Judicial
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NO VIA INTERNET.
ENDEREÇO ELETRÔNICO:
JUIZ DIRETOR: pvhjuizcivel@tj. ro. gov. br
ESCRIVÃO: pvh3civel@tj. ro. gov. br

Proc.: 0000095-53. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Fernanda Frazão Feitoza Alves
Advogado: José Gomes Bandeira Filho (OAB/RO 816)
Requerido: B. V. Financeira S. A.
DECISÃO:
VISTOSe examinados. Recebo a emenda e considerando a presença dos requisitos necessários para a concessão da medida pleiteada, visto que não há se falar em manutenção de inscrição dos dados da pessoa em cadastros de inadimplentes enquanto se discute a legalidade ou não dos débitos, fato que se traduz em dano de difícil reparação a qualquer indivíduo. Ademais, a documentação que acompanha a inicial denota a verossimilhança aos fatos alegados. Desta forma, estando presentes os requisitos autorizadores, com fundamento com art. 273, do Código de Processo Civil, defiro o pedido de antecipação de tutela e, em consequência, determino que se oficie aos órgãos de proteção ao crédito (SPC/Serasa) para que promovam a imediata retirada dos dados cadastrais da autora de seus órgãos restríticios (Serasa, SPC etc), no prazo de 48h, contados da ciência desta ordem, não podendo proceder a nova inclusão pela mesma dívida em discussão, até final julgamento da lide, sob pena de multa diária de R$200, 00, até o limite de R$10. 000, 00. Cite-se o requerido para, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar expressamente no mandado os efeitos da revelia (art. 285 e 319 do CPC). Apresentada a contestação, arguindo qualquer das matérias elencadas no art. 301 do CPC, intime-se o autor para apresentar réplica em 15 (quinze) dias, nos termos do art. 327 do CPC. Em caso de revelia ou confissão, venham os autos conclusos para apreciação. Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 267, parágrafo 1º, do CPC. Intime-se e Cumpra-se. VIAS DA PRESENTE SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0000949-47. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Mario Jorge Paiva
Advogado: Fausto Schumaher Ale (OAB/RO 4165)
Requerido: Centrais Eletricas de Rondônia- S/a- Ceron
DECISÃO:
VISTOSe examinados. O pedido de Justiça Gratuita já foi examinado e indeferido às fls. 14/15. No tocante ao diferimento das custas ao final, defiro o pedido nos moldes do art. 6º, §5º, 'c' da Lei Estadual n. 301/90. Cite-se o requerido para, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar expressamente no mandado os efeitos da revelia (art. 285 e 319 do CPC). Após, a Secretaria deve adotar as seguintes providências: 1. Contestado o feito e havendo arguição de preliminares ou se a ré, reconhecendo o fato em que se fundou a ação, outro lhe impuser impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, dê-se vista à parte autora para manifestação, pelo prazo de 10 (dez) dias (arts. 326 e 327 do CPC). 2. Apresentados apenas documentos junto à contestação, fora das hipóteses do item 1, dê-se vista à parte autora para manifestação, pelo prazo de 05 (cinco) dias (art. 398, CPC). 3. Em seguida, especifiquem e fundamentem as provas ainda a produzir, permitindo a este Juízo aquilatar a sua real necessidade de produção, no prazo de 05 (cinco) dias, iniciando pela parte autora, sob pena de, não fazendo, considerar-se a desistência quanto à ulterior produção de provas nesta demanda, procedendo-se ao julgamento do feito no estado probatório em que se encontrar. Em caso de revelia ou confissão, venham os autos conclusos para apreciação.

Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 267, parágrafo 1º, do CPC. Intimem-se e cumpra-se. VIAS DA PRESENTE SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0000959-91. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Elizangela Cabral de Paula
Advogado: Fausto Schumaher Ale (OAB/RO 4165)
Requerido: Centrais Eletricas de Rondônia- S/a- Ceron
DECISÃO:
VISTOSe examinados. Cite-se o requerido para, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar expressamente no mandado os efeitos da revelia (art. 285 e 319 do CPC). Após, a Secretaria deve adotar as seguintes providências: 1. Contestado o feito e havendo arguição de preliminares ou se a ré, reconhecendo o fato em que se fundou a ação, outro lhe impuser impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, dê-se vista à parte autora para manifestação, pelo prazo de 10 (dez) dias (arts. 326 e 327 do CPC). 2. Apresentados apenas documentos junto à contestação, fora das hipóteses do item 1, dê-se vista à parte autora para manifestação, pelo prazo de 05 (cinco) dias (art. 398, CPC). 3. Em seguida, especifiquem e fundamentem as provas ainda a produzir, permitindo a este Juízo aquilatar a sua real necessidade de produção, no prazo de 05 (cinco) dias, iniciando pela parte autora, sob pena de, não fazendo, considerar-se a desistência quanto à ulterior produção de provas nesta demanda, procedendo-se ao julgamento do feito no estado probatório em que se encontrar. Em caso de revelia ou confissão, venham os autos conclusos para apreciação. Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 267, parágrafo 1º, do CPC. Diante dos argumentos de fls. 16/18, defiro os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita, nos termos dos arts. 5º, LXXIV da CF e 4º da Lei 1. 060/50, com a advertência constante da parte final do DESPACHO de fls. 15. Intimem-se e cumpra-se. VIAS DA PRESENTE SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Felipe Rocha SilveiraJuiz de Direito

Proc.: 0000102-45. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Ericlepton Santos da Silva
Advogado: José Gomes Bandeira Filho (OAB/RO 816)
Requerido: Móveis Liberatti
DECISÃO:
VISTOSe examinados. Recebo a emenda e considerando que o requerente apresenta informativo de outras anotações do SERASA/SPC, porém, através de pesquisa junto ao SAP, verifica-se que está impugnando os apontamentos da mesma forma, demandando em desfavor de Losango S/a (processo nº 0000101-60. 2014. 8. 22. 0001 – 8ª Vara Cível), portanto, presentes os requisitos necessários para a concessão da medida pleiteada, visto que não há se falar em manutenção de inscrição dos dados pessoais em cadastros de inadimplentes enquanto se discute a legalidade dos débitos, fato que se traduz em dano de difícil reparação. Ademais, a documentação que acompanha a inicial denota a verossimilhança aos fatos alegados. Desta forma, estando presentes os requisitos autorizadores, com fundamento com art. 273, do Código de Processo Civil, defiro o pedido de antecipação de tutela e, em consequência, determino que se oficie aos órgãos de proteção ao crédito (SPC/Serasa) para que promovam a imediata retirada dos dados cadastrais da autora de seus órgãos restríticios (Serasa, SPC etc), no prazo de 48h, contados da ciência desta ordem, não podendo proceder a nova inclusão pela mesma dívida em discussão, até final julgamento da lide, sob pena de multa diária de R$200, 00, até o limite de R$10. 000, 00. Cite-se o requerido para, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar expressamente no mandado os efeitos da revelia (art. 285 e 319 do CPC). Apresentada a contestação, arguindo qualquer das matérias elencadas no art. 301 do CPC, intime-se o autor para apresentar réplica em 15 (quinze) dias, nos termos do art. 327 do CPC. Em caso de revelia ou confissão, venham os autos conclusos para apreciação. Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 267, parágrafo 1º, do CPC. Intime-se e Cumpra-se. VIAS DA PRESENTE SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0001372-07. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: ADRIANA SILVA SANTOS
Advogado: Mabiagina Mendes de Lima (OAB/RO 3912), Hianara de Marilac Braga Ocampo (OAB/RO 4783)
Requerido: Seabra Empreendimentos Imobiliarios Ltda
DESPACHO:
VISTOS. Intime-se a parte autora à emendar a inicial, adequando o valor da causa ao valor do contrato. Deverá demonstrar a alegada hipossuficiência ou recolher as custas, já que os valores despendidos para aquisição do imóvel fazem crer que a autora tem condições de arcar com as despesas processuais. Prazo de 10 dias, sob pena de indeferimento da inicial. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0004607-16. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Natalia Santos Borges
Advogado: Fausto Schumaher Ale (OAB/RO 4165)
Requerido: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado: Jacimar Pereira Rigolon (OAB/RO 1740), Orestes Muniz Filho (OAB/RO 40), Odair Martini (30-B), Alexandre Camargo (OAB/RO 704)
SENTENÇA:
VISTOS, ETC. I - RELATÓRIO Natalia Santos Borges propôs ação de indenização por danos morais em face de Centrais Elétricas de Rondônia S/A – CERON, ambos já qualificados, alegando em síntese, que no dia 14/01/2013, por volta das 18: 30 horas, houve interrupção do fornecimento de energia elétrica, sendo o serviço restabelecido somente às 9 horas do dia seguinte. Argumenta que tais fatos lhe causaram aflições e constrangimentos desnecessários, ensejando o dever de indenizar da requerida. Anexando documentos à incial, pugna pela condenação da requerida no pagamento de indenização a título de danos morais, em valor a ser arbitrado por este juízo,

acrescido das custas processuais e honorários advocatícios, além de danos materiais sob o argumento de que "seu HD de 500 GB Hitachi 7200 queimou devido a interrupção de energia elétrica" (fl. 8)Citada, a requerida apresentou contestação aduzindo, em suma, que a falta de energia elétrica decorrente de caso fortuito ou força maior não configura conduta ilícita que justifique o dever de indenizar. Sustenta que seu sistema não registrou interrupção intempestiva ou desligamento programado com duração tão extensa, não podendo ser compelida a avisar com antecedência a possibilidade de falta de energia elétrica ao consumidor. Questiona a existência de danos morais, afirmando que tudo não passou de mero aborrecimento. Subsidiariamente, discorre sobre a fixação do quantum indenizatório, requerendo, ao final, a improcedência dos pedidos ou na hipótese de eventual condenação, que seja arbitrada com moderação. Apresenta documentos. A parte autora impugnou a contetação, vindo posteriormente alegações finais. Em audiência de conciliação restou infrutífera a tentativa de composição amigável, vindo os autos conclusos. Em epítome, é o RELATÓRIO. II - FUNDAMENTAÇÃOAb initio cumpre consignar a aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor na hipótese vertente, por tratar-se de prestação de serviço público essencial e indispensável aos cidadãos, fornecido por empresa concessionária, afigurando-se oportuna a inversão do ônus da prova em prol do hipossuficiente da relação jurídica. Segundo estabelecido pelo artigo 14 do CDC, a responsabilidade da empresa requerida pelo defeito na prestação do serviço é objetiva, dispensando demonstração de culpa. Para caracterizar o dever indenizatório sob a ótica da teoria da responsabilidade objetiva, basta comprovar o dano gerado por um ato da parte requerida, independente de dolo ou culpa. E nos termos do § 3º do artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor, o fornecedor somente se exime de sua responsabilidade por danos causados por defeitos na prestação de serviços se provar a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro, ou se demonstrar que tendo prestado o serviço, o defeito inexiste. No caso em exame, a interrupção do fornecimento de energia elétrica por período superior a 12 horas restou induvidosa, porquanto a requerida, ao ser instada a se defender, não impugnou de forma específica a respectiva alegação da parte autora, ensejando, assim, a aplicação do disposto no artigo 302 do Código de Processo Civil. Limitou-se a demandada a argumentar que não pode ser compelida a avisar com antecedência a possibilidade de falta de energia elétrica quando não se tratar de interrupção programada do sistema, dizendo que por isso, não há direito a indenização e que a hipótese relatada nos autos retratou mero aborrecimento a que todas as pessoas estão sujeitas no dia a dia. Todavia, razão não assiste a requerida, pois o serviço de energia elétrica é considerado essencial, integrando o mínimo existencial relacionado à dignidade da pessoa humana, valor constitucionalmente assegurado, mostrando-se inviável a vida moderna sem a satisfatória prestação deste serviço, mormente tratando-se da região norte do país, em que predomina o calor intenso, sendo por demais incômoda a falta de energia elétrica. Registre-se que a interrupção de energia por aproximadamente 12 horas em muito ultrapassou o tempo considerado como "interrupção de longa duração", de acordo com a Resolução n. 024/2000 da ANEEL (art. 3º, XVI), fixado em 3 minutos, sendo tal fato suficiente para demonstrar o defeito na prestação do serviço e o consequente abalo moral, uma vez que é inegável que a privação do uso de energia elétrica por várias horas ultrapassa o mero dissabor, sendo causa apta a gerar transtornos passíveis de indenização. Soma-se ao fato, as constantes oscilações de energia elétrica noticiadas na inicicial e não infirmadas especificamente pela parte requerida. A matéria já foi apreciada pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, sendo reconhecida a configuração de danos morais diante dos apagões ocorridos outrora em Itapuã do Oeste, senão vejamos: "JULGAMENTO ANTECIPADO. PECULIARIDADES DA CAUSA. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. ENERGIA ELÉTRICA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. INTERRUPÇÃO NO FORNECIMENTO. DANO MORAL. PROVA. PRESCINDIBILIDADE. VALOR. FIXAÇÃO. Inexiste cerceamento de defesa quando, da análise do caso concreto, verifica-se ser desnecessária a produção de outras provas além daquelas já constantes dos autos. É devida indenização por dano moral decorrente de falha no fornecimento de energia elétrica que priva o consumidor de utilizar serviço essencial, dano este que prescinde de prova, tratando-se de espécie de dano moral presumido. O arbitramento da indenização decorrente de dano moral deve ser feito caso a caso, com bom senso, moderação e razoabilidade, atentando-se à proporcionalidade com relação ao grau de culpa, extensão e repercussão dos danos, à capacidade econômica, características individuais e ao conceito social das partes. " (Apelação Cível n. 1021191-54. 2007. 822. 0001. Rel. Des. Moreira Chagas, Câmaras Cíveis Reunidas, j. 11/04/2008, DJe 08/07/2008) Ainda segundo a jurisprudência: "APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. RGE. Responde a concessionária do serviço público de fornecimento de energia elétrica pelo defeito na prestação. Tal acarreta a responsabilidade objetiva, calcada na Teoria do Risco Administrativo. Exegese do art. 37, § 6º da C. F. Dano emergente e nexo causal devidamente demonstrados. Indenização devida. Lucro cessante e dano moral. Indemonstrados. NEGADO PROVIMENTO AO APELO E AO RECURSO ADESIVO". (TJRS, Apelação Cível n. 70010312296, 14ª Câmara Cível, Relator: Luiz Ary Vessini de Lima, j. 10/03/2005)Portanto, vislumbrado o dever reparatório, passo a análise do valor da indenização. Na equalização deste quantum, o julgador deve considerar a extensão e natureza dos danos, a situação econômica das partes e demais peculiaridades do caso concreto, fixando a indenização em patamar equilibrado, de forma a servir de alerta para a parte requerida ter mais cautela e diligência na prestação de serviços, e capaz de amenizar o infortúnio suportado pelo autor. Frisa-se que com esta modalidade de indenização não se estará pagando ou apagando a dor moral causada, mas apenas amenizando o sofrimento gerado ao consumidor. Quanto às particularidades do caso, oportuno destacar que embora tenha sido designado audiência de conciliação nos presentes autos, diante da possibilidade de composição entre as partes visando a pacificação social, a mesma restou infrutífera, ao contrário das audiências realizadas em 27/01/2014 nesta Vara Cível, em processos envolvendo a mesma celeuma, nos autos n. 0008689-90. 2013. 8. 22. 0001, 0008686-38. 2013. 8. 22. 0001, 0004616-75. 2013. 8. 22. 0001, 0007969-26. 2013. 8. 22. 0001, 0008055-94. 2013. 8. 22. 0001, 0004664-34. 2013. 8. 22. 0001, 0004593-32. 2013. 8. 22. 0001, 0004646-13. 2013. 8. 22. 0001, em que a requerida firmou acordo para pagamento de R$3. 300, 00 (três mil e trezentos reais), sendo R$3. 000, 00 (três mil

reais) a título de danos morais e R$300, 00 (trezentos reais) a título de honorários advocatícios, em parcela única. Assim, tendo em vista as circunstâncias do caso, com os critérios acima delineados, levando em consideração as condições da parte autora e da parte requerida, bem como a teoria do desestímulo e o princípio da proporcionalidade na fixação da reparação por dano moral, afigura-se equilibrado o valor de R$4. 000, 00 (quatro mil reais). Já quanto aos alegados danos materiais, razão não assiste à autora, por ausência de demonstração satisfatória em relação à alegação de que seu computador teria queimado diante da queda de energia elétrica. A comprovação da aquisição de um "HD 500 GB" (fl. 15) não é suficiente para comprovar o motivo da despesa, porquanto o respectivo pedido indenizatório demandava demonstração do dano que teria sido causado ao seu equipamento de informática e o nexo de causalidade. III - DISPOSITIVO Frente ao exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos iniciais (CPC, art. 269, I), condenando a requerida no pagamento em favor da parte autora do valor de R$4. 000, 00 (quatro mil reais) a título de indenização por danos morais, atualizados monetariamente pelos índices publicados pelo eg. TJRO, com juros de 1% ao mês, ambos a partir desta data (Súmula 362 do STJ). Ante a sucumbência recíproca, cada parte arcará com metade das custas processuais e dos honorários advocatícios, estes equivalentes a 12% sobre o valor da condenação (art. 21 do CPC e Súmula 306 do STJ), ressalvados os benefícios da justiça gratuita quanto à autora. Transitada esta DECISÃO em julgado, deverá a requerida efetuar o pagamento do valor da condenação no prazo de quinze dias, sob pena de multa de dez por cento (10%), conforme dispõe o art. 475-J do CPC. Não havendo pagamento espontâneo e requerendo a parte autora o cumprimento de SENTENÇA, desde já arbitro honorários advocatícios no importe equivalente a 10% (dez por cento) do valor da condenação para a fase de execução. Decorrido o prazo de quinze (15) dias sem qualquer manifestação, remetam-se os autos ao arquivo com as cautelas de praxe. O feito poderá ser desarquivado, independentemente do pagamento de custas, se requerido dentro de seis meses a contar do trânsito em julgado. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0000793-59. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Aymoré Crédito Financiamento e Investimentos Sa
Advogado: Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB/AM 3696)
Requerido: Emilly Cristinny da Silva Ferreira
DECISÃO:
DECISÃO Trata-se de contrato de financiamento com cláusula de garantia por alienação fiduciária, típico contrato regido pelo Código de Defesa do Consumidor. O artigo 6º, VIII, do CDC, prevê a facilitação da defesa do hipossuficiente nas relações de consumo. Assim, o foro do domicílio do consumidor é o competente para apreciar a busca e apreensão. Não pairam dúvidas de que a relação existente entre as partes é de consumo, e a propositura da ação em foro diverso do da Comarca de domicílio do consumidor o coloca em evidente posição de vulnerabilidade. Sendo o CDC uma norma de ordem pública, pode ser aplicada de imediato, inclusive de ofício. Nesse sentido, cito a jurisprudência: ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. BUSCA E APREENSÃO. CÓDIGO DEFESA DO CONSUMIDOR. APLICAÇÃO. FORO COMPETENTE. DOMICÍLIO DO RÉU. I. Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de alienação fiduciária em garantia. II. Na forma do art. 112, parágrafo único, do CPC, a nulidade de cláusula de eleição de foro, em contrato de adesão, poderá ser declarada de ofício pelo juiz, que declinará a competência para o juízo do domicílio do réu. (TJMG, Apelação Cível 1. 0433. 08. 257031-1/001, Relator(a): Des. (a) Generoso Filho, 9ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 11/08/2009, publicação da súmula em 24/08/2009) Afasta-se até mesmo o foro de eleição, conforme prevê o artigo 112, parágrafo único, do CPC. "Parágrafo único: A nulidade da cláusula de eleição de foro, em contrato de adesão, pode ser declarada de ofício pelo juiz, que declinará de competência para o juízo de domicílio do réu. "Assim, se a própria lei permite que nos contratos de adesão o juízo declare de ofício a nulidade da cláusula de eleição de foro, declinando a competência para o foro do domicílio do réu, no caso em apreço em que este foi o foro estipulado para dirimir controvérsias relativas ao contrato, há também que ser reconhecida a incompetência. A jurisprudência do Colendo Superior Tribunal de Justiça é pacífica quanto à competência absoluta do foro do domicílio do consumidor nas relações regidas pelo CDC. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO PROMOVIDA EM COMARCA ALEATORIAMENTE ESCOLHIDA PELO CREDOR. COMPETÊNCIA ABSOLUTA. CDC. DOMICÍLIO DO RÉU. CLÁUSULA DE ELEIÇÃO. HIPOSSUFICIÊNCIA. I. Ajuizada a ação de busca e apreensão em comarca que não é nem a do foro do domicílio do devedor, nem o de eleição, mas um terceiro qualquer, aleatoriamente escolhido, resulta óbvio o prejuízo causado à defesa do consumidor, questão de competência absoluta, que deve ser apreciada independentemente do oferecimento de exceção. II. Recurso especial conhecido e provido, para declarar competente o foro da Comarca de Quixeramobim, Ceará, domicílio do devedor. (REsp 609. 237/PB, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 06. 09. 2005, DJ 10. 10. 2005 p. 376)No caso dos autos, o foro da Comarca de Cacoal é o competente para apreciar a ação de busca e apreensão, por ser o foro do domicílio do devedor, segundo informa a própria parte autora. Ante o exposto, DECLINO da competência e determino a remessa dos autos à Comarca de Cacoal/RO, com as homenagens de estilo. Proceda a serventia a baixa dos autos, encaminhando-se os mesmos àquele Juízo, após ultrapassado o prazo recursal. Porto Velho-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0022728-97. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Dalmi Lourenço do Nascimento
Advogado: Raimundo Gonçalves de Araújo ( )
Executado: Nunes e Valadares Extração e Terraplanagem Ltda
DESPACHO:
Visto.
Concedo prazo de 10 (dez) dias para a parte exequente diligenciar na localização da executada, fornecendo o endereço atual ou demonstrando as medidas tomadas com fins à sua localização, requerendo o que entender de direito, sob pena de extinção e arquivamento. Por ora, indefiro o pedido de citação por edital, já que não suficientemente caracterizada a hipótese legal.
Intime-se via DJ.
Porto Velho-RO, terça-feira, 28 de janeiro de 2014.
Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0201462-75. 2007. 8. 22. 0001
Ação: Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico
Requerente: Ministério Público do Estado de Rondônia
Requerido: Airton Rodrigues da Silva
Advogado: Osvaldo Sousa Maciel (OAB/RO 708)
DESPACHO:
DESPACHO VISTOS, Vistas ao Ministério Público para que se manifeste a respeito da documentação juntada e sobre a necessidade de maiores diligências. Deverá, ainda, o DD Representante do Parquet Estadual, manifestar-se a respeito de envio destes autos ao arquivo, se já alcançada sua FINALIDADE. Intime-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Proc.: 0017588-48. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Cenec Engenharia e Empreendimentos Ltda
Advogado: Délio Alves Pereira (OAB/GO 16589), Édson Fernando Piacentini (OAB/RO 978)
Requerido: Santo Antônio Energia S. A.
Advogado: Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861), Bianca Paola Camargo de Oliveira (OAB/RO 4020), Luciana Sales Nascimento (OAB/SP 156820), Bruna Rebeca Pereira da Silva (OAB/RO 4982)
DESPACHO:
VISTOS, Considerando a complexidade da matéria, determino a escrivania que regularize as providências assinaladas no termos de audiência constante as fls. 296-297 do processo n. º 0011766-78. 2011. 8. 22. 0001. Na ocorrência de eventuais pendências, certifique-se e voltem os autos conclusos. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Proc.: 0001907-33. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Ednilson Bezerra de Almeida
Advogado: Genival Fernandes de Lima ( )
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S. A.
DECISÃO:
VISTOS, Cite-se a parte requerida para, querendo, responder, em 15 dias, advertindo-se que se não for contestada a ação, incidirão os efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos narrados na inicial e prosseguindo o processo independentemente de sua intimação para os demais atos, propiciando ainda o julgamento antecipado da lide. Apresentada a contestação, arguindo qualquer das matérias elencadas no art. 301 do CPC, intime-se o autor para apresentar réplica em 15 (quinze) dias, nos termos do art. 327 do CPC. Em caso de revelia ou confissão, venham os autos conclusos para apreciação. Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 267, parágrafo 1º, do CPC. Defiro os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita, nos termos dos arts. 5º, LXXIV da CF e 4º da Lei 1. 060/50. Após conclusos, para saneamento ou julgamento antecipado da lide. Intimem-se e cumpra-se. VIAS DESTA SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADOENDEREÇO: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A: Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20. 031-205. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Proc.: 0003184-89. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: Luiz Carlos de Oliveira
Advogado: Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)
Requerido: Banco Pine S. A
SENTENÇA:
SENTENÇA LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA propôs ação de exibição de documentos em face de BANCO PINE S/A, ambos já qualificados, alegando em síntese, que pretende, em sede liminar e de MÉRITO, seja a ré compelida a exibir contrato de empréstimo celebrado com o requerido. Afirmou que tentou obter informações a respeito dos contratos, porém não logrou exito, fazendo surgir duvidas sobre os encargos contratuais, motivo pelo qual pretende a exibição dos documentos. Juntou documentosCitado, o requerido apresentou contestação defendendo, em suma, que as partes celebraram contrato de empréstimo, mas forneceu-lhe copia do contrato, bem como todas as informações a respeito das condições envolvidas no contrato, que os juros não são ilegais, abusivos ou mesmo extorsivos porque condizentes com a modalidade contratada e, especialmente, com as taxas médias praticadas pelo mercado. Requer seja julgado improcedente o pedido. A autora ofereceu replica, vindo os autos conclusos para SENTENÇA. É o RELATÓRIO. Tudo bem visto e ponderado, decido. Conforme entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, “presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder. ” (STJ – 4ª Turma, Resp 2. 832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, julgado em 14. 08. 1990, e publicado no DJU em 17. 09. 90, p. 9. 513). Nos termos do art. 330, I do CPC, quando matéria de MÉRITO não necessitar de maior dilação probatória para o seu julgamento faz-se necessário o julgamento antecipado da lide. Tratando da ação cautelar de exibição, o art. 844 do Código de Processo Civil em seu inciso II, assim preceitua: ”Art. 844 – Tem lugar, como procedimento preparatório, a exibição judicial: II – de documento próprio ou comum, em poder de co-interessado, sócio, condômino, credor ou devedor; ou em poder de terceiro que o tenha em sua guarda, como inventariante, testamenteiro, depositário ou administrador de bens alheios”. O art. 845 do mesmo diploma legal, dispõe que o procedimento de aludida cautelar será o previsto nos arts. 355 a 363, e 381 e 382 do CPC. Pois bem, mencionados DISPOSITIVO s preveem que o juiz poderá ordenar que a parte exiba documento que se ache em seu poder, devendo a parte interessada em sua exibição: a) individuar, tão completa quanto possível, o documento; b) especificar qual a FINALIDADE da prova pretendida com a exibição do documento; e c) as circunstâncias em que se funda o requerente para afirmar que o documento existe e se acha em poder da parte contrária. Analisando os autos, verifico que os documentos requeridos pelo autor foram apresentados, pelo requerido, juntamente com a peça de contestação, não havendo, assim, nenhuma resistência de sua parte aos pedidos efetuados na exordial. Assim se vislumbrou que não houve recusa da requerida em exibir os documentos solicitados pela autora, ainda que na fase judicial, outrossim, analisando os documentos carreados juntamente com à exordial, inexiste qualquer documento apto a comprovar o requerimento administrativo realizado pela autora a fim de obter por esta via os documentos objeto dos presentes autos. Cumprindo a parte Requerida o pleito da parte Autora, apresentando documentos que comprovam a existência da dívida tem-se que se encontra satisfeito o pleito autoral. Logo,

merece procedência o pedido da autora face o reconhecimento do pedido, ante a exibição voluntária dos documentos solicitados. No que tange à questão afeta as verbas de sucumbência, o documento pleiteado foi exibido na contestação, motivo pelo qual a condenação em custas e honorários advocatícios é indevida, porquanto inexistiu litigiosidade. Ante o exposto, e por tudo mais que nos autos constam, rejeito a preliminar de carência de ação e JULGO PROCEDENTE o pedido contido na inicial, face o seu reconhecimento pelo requerido e, via de consequência, EXTINGO o feito, com resolução do MÉRITO, nos termos do artigo 269, II, do Código de Processo Civil. Face a ausência de pretensão resistida da ré, isento-a do pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios. P. R. I. e Cumpra-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Proc.: 0014431-67. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: Antônio José Rodrigues de Lima
Advogado: Nelson Vieira da Rocha Júnior (OAB/RO 3765), Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)
Requerido: Banco Santander Brasil S. A. Sudameris
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3. 700)
SENTENÇA:
SENTENÇA ANTÔNIO JOSÉ RODRIGUES DE LIMA propôs ação cautelar de exibição de documentos em face de BANCO SANTANDER BRASIL SUDAMERIS, ambos já qualificados, alegando, em síntese, que pretende, em sede liminar e de MÉRITO, seja a ré compelida a exibir cópia do contrato de financiamento firmado entre as partes uma vez que a ré não forneceu a cópia quando da celebração do contrato. Trouxe documentos. Deferida liminar. Citado, o requerido apresentou contestação, suscitando preliminar de carência de ação por ausência de interesse de agir; no MÉRITO, alegou que jamais se negou em fornecer cópia do pacto entabulado entre as partes, não tendo o autor jamais buscado a via administrativa para solucionar o impasse. Ao final, pugnou pelo acolhimento da preliminar e consequente extinção do feito ou alternativamente improcedência dos pedidos, com a condenação do autor no pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios. Acompanharam a defesa documentos. Réplica, vindo os autos conclusos para DECISÃO. É o RELATÓRIO. Tudo bem visto e ponderado, decido. Conforme entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, “presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder. ” (STJ – 4ª Turma, Resp 2. 832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, julgado em 14. 08. 1990, e publicado no DJU em 17. 09. 90, p. 9. 513). Nos termos do art. 330, I do CPC, quando matéria de MÉRITO não necessitar de maior dilação probatória para o seu julgamento faz-se necessário o julgamento antecipado da lide. É o RELATÓRIO, Decido. A preliminar de falta de interesse de agir, em verdade, confunde-se com o MÉRITO, eis que intrínseca aos pressupostos da cautelar de exibição de documentos, e assim será analisada. Tratando da ação cautelar de exibição, o art. 844 do Código de Processo Civil em seu inciso II, assim preceitua: ”Art. 844 – Tem lugar, como procedimento preparatório, a exibição judicial: (. . .)II – de documento próprio ou comum, em poder de co-interessado, sócio, condômino, credor ou devedor; ou em poder de terceiro que o tenha em sua guarda, como inventariante, testamenteiro, depositário ou administrador de bens alheios; ”O art. 845 do mesmo diploma legal, dispõe que o procedimento de aludida cautelar será o previsto nos arts. 355 a 363, e 381 e 382 do CPC. Pois bem, mencionados DISPOSITIVO s preveem que o juiz poderá ordenar que a parte exiba documento que se ache em seu poder, devendo a parte interessada em sua exibição: a) individuar, tão completa quanto possível, o documento; b) especificar qual a FINALIDADE da prova pretendida com a exibição do documento; e c) as circunstâncias em que se funda o requerente para afirmar que o documento existe e se acha em poder da parte contrária. No presente caso, considerando que os documentos são comuns às partes, ou referentes à situação jurídica que as envolva, possível é o ajuizamento da ação cautelar visando a sua exibição. Ademais, pode ser extrair dos autos, a partir da documentação acostada que existe relação contratual vinculando as partes, por conseguinte, a parte requerida sequer se opôs ao pedido inicial, bem como não apresentou os documentos pleiteados pela parte autora. Com efeito, o autor simplesmente pretende obter documentos para verificar eventuais cobranças de taxas ou encargos abusivos e/ou ilegais. De posse desses documentos e informações, o autor, poderá analisar a conveniência e possibilidade de propor ou não futuras ações judiciais, restando comprovado, portanto - em consonância com os princípios da transparência e da boa-fé objetiva (art. 6º, III, do CDC e art. 422 do CC) - o interesse e a necessidade do autor em ter a seu alcance os documentos provenientes do vínculo contratual que originou o débito. Desta forma, pelo que se extrai da prova carreada para os autos, os requisitos da cautela pleiteada encontram-se presentes, impondo-se, assim, a procedência do pedido do autor, apenas no que tange à exibição dos documentos. Ante o exposto, com fulcro no art. 269, I, do CPC, JULGO, por SENTENÇA com resolução do MÉRITO, PROCEDENTE o pedido contido na inicial, para determinar a exibição dos documentos, na forma pretendida pelo autor, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias. Com a exibição, oportunizo a parte autora vistas dos autos em cartório por 05 (cinco) dias para, querendo, extrair cópias. Decorrido o prazo sem a apresentação dos referidos documentos, fica desde já deferida a busca e apreensão dos mesmos. Retifique-se o polo passivo para constar Banco Santander (Brasil) S/A, procedendo com as devidas anotações no SAP. CONDENO a parte requerida no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios da parte contrária, estes fixados em R$ 400, 00 (quatrocentos reais), nos termos do artigo 20, § 3º, do CPC. Certificado o trânsito em julgado, a parte devedora deverá efetuar o pagamento do valor da condenação na forma do artigo 475-J do CPC, no prazo de 15 dias, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito. Não havendo o pagamento e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA, proceda-se às baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se Requerida no prazo de 06 (seis) meses do trânsito em julgado. Pagas as custas ou inscritas em dívida ativa em caso não pagamento, o que deverá ser certificado, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Proc.: 0013729-53. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: Recol Distribuição e Com. Ltda
Advogado: Ricardo Pantoja Braz (OAB/RO 5576)
Requerido: GALDINO & CORRÊA LTDA ME (FARMÁCIA CENTRAL)

SENTENÇA:
SENTENÇA Racol Distribuição e Comércio Ltda propôs a presente ação monitória em face de Galdino e Corrêa Ltda. Me (Farmácia Central), ambos com qualificação nos autos, alegando ser credora do valor indicado na exordial. Citada a fl. 37-v, o requerido deixou transcorrer o prazo legal sem apresentar resposta, caracterizando sua revelia. Assim, merece aplicação o disposto no art. 1. 102-c, 2ª parte, do Código de Processo Civil. Ante o exposto, com fundamento no art. 269, I do CPC, JULGO PROCEDENTE o pedido contido na INICIAL e CONSTITUO DE PLENO DIREITO o título executivo judicial e determino a conversão do MANDADO INICIAL em MANDADO executivo, prosseguindo-se este na forma prevista em lei. Condeno a parte requerida no pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, estes que arbitro em 10% sobre o valor da causa, na forma do art. 20, § 3º do CPC. P. R. I. C. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Proc.: 0020004-18. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Exibição de Documento ou Coisa (Cível)
Requerente: Maria Valdiva Soares
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: Banco Itaú Sa
Advogado: SÉrgio Cardoso Gomes Ferreira Junior (OAB/RO 4407)
SENTENÇA:
SENTENÇA MARIA VALDIVA, propôs a presente ação cautelar de exibição de documentos, em face de BANCO ITAÚ S. A. , ambos já qualificados nos autos, alegando em síntese que firmou contrato de empréstimo com o requerido, no entanto, narra que não recebeu copia do documento. Afirmou que tentou obter informações a respeito dos contratos, porém não logrou exito, fazendo surgir duvidas sobre os encargos contratuais, motivo pelo qual pretende a exibição dos documentos. Juntou documentosCitado, o requerido apresentou contestação defendendo, em suma, que as partes celebraram contrato de empréstimo mas forneceu-lhe copia do contrato, bem como todas as informações a respeito das condições envolvidas no contrato, que os juros não são ilegais, abusivos ou mesmo extorsivos porque condizentes com a modalidade contratada e, especialmente, com as taxas médias praticadas pelo mercado. Requer seja julgado improcedente o pedido. A autora ofereceu replica, vindo os autos conclusos para SENTENÇA. É o RELATÓRIO. Tudo bem visto e ponderado, decido. Conforme entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, “presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder. ” (STJ – 4ª Turma, Resp 2. 832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, julgado em 14. 08. 1990, e publicado no DJU em 17. 09. 90, p. 9. 513). Nos termos do art. 330, I do CPC, quando matéria de MÉRITO não necessitar de maior dilação probatória para o seu julgamento faz-se necessário o julgamento antecipado da lide. Tratando da ação cautelar de exibição, o art. 844 do Código de Processo Civil em seu inciso II, assim preceitua: ”Art. 844 – Tem lugar, como procedimento preparatório, a exibição judicial: (. . .)II – de documento próprio ou comum, em poder de co-interessado, sócio, condômino, credor ou devedor; ou em poder de terceiro que o tenha em sua guarda, como inventariante, testamenteiro, depositário ou administrador de bens alheios; ”O art. 845 do mesmo diploma legal, dispõe que o procedimento de aludida cautelar será o previsto nos arts. 355 a 363, e 381 e 382 do CPC. Pois bem, mencionados DISPOSITIVO s preveem que o juiz poderá ordenar que a parte exiba documento que se ache em seu poder, devendo a parte interessada em sua exibição: a) individuar, tão completa quanto possível, o documento; b) especificar qual a FINALIDADE da prova pretendida com a exibição do documento; e c) as circunstâncias em que se funda o requerente para afirmar que o documento existe e se acha em poder da parte contrária. No presente caso, considerando que os documentos são comuns às partes, ou referentes à situação jurídica que as envolva, possível é o ajuizamento da ação cautelar visando a sua exibição. Ademais, pode ser extrair dos autos, a partir da documentação acostada que existe relação contratual vinculando as partes, por conseguinte, a parte requerida sequer se opôs ao pedido inicial, bem como não apresentou os documentos pleiteados pela parte autora. Com efeito, o autor simplesmente pretende obter documentos para verificar eventuais cobranças de taxas ou encargos abusivos e/ou ilegais. De posse desses documentos e informações, o autor, poderá analisar a conveniência e possibilidade de propor ou não futuras ações judiciais, restando comprovado, portanto - em consonância com os princípios da transparência e da boa-fé objetiva (art. 6º, III, do CDC e art. 422 do CC) - o interesse e a necessidade do autor em ter a seu alcance os documentos provenientes do vínculo contratual que originou o débito. Desta forma, pelo que se extrai da prova carreada para os autos, os requisitos da cautela pleiteada encontram-se presentes, impondo-se, assim, a procedência do pedido do autor, apenas no que tange à exibição dos documentos. Ante o exposto, com fulcro no art. 269, I, do CPC, JULGO, por SENTENÇA com resolução do MÉRITO, PROCEDENTE o pedido contido na inicial, para determinar a exibição dos documentos, na forma pretendida pelo autor, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias. Com a exibição, oportunizo a parte autora vistas dos autos em cartório por 05 (cinco) dias para, querendo, extrair cópias. Decorrido o prazo sem a apresentação dos referidos documentos, fica desde já deferida a busca e apreensão dos mesmos. Retifique-se o polo passivo para constar Itau Unibanco Holding S/A. CONDENO a parte requerida no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios da parte contrária, estes fixados em R$ 400, 00 (quatrocentos reais), nos termos do artigo 20, § 3º, do CPC. Certificado o trânsito em julgado, a parte devedora deverá efetuar o pagamento do valor da condenação na forma do artigo 475-J do CPC, no prazo de 15 dias, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito. Não havendo o pagamento e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA, proceda-se às baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se Requerida no prazo de 06 (seis) meses do trânsito em julgado. Pagas as custas ou inscritas em dívida ativa em caso não pagamento, o que deverá ser certificado, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-sePorto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Proc.: 0001586-32. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: M. L. A. PINHEIRO - ME
Advogado: Adalberto Diniz da Silveira (RO 116)
Requerido: Banco do Brasil S. A.
Advogado: Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB/PR 8123), Eduardo Abílio Kerber Diniz (OAB/RO 4389), Edson Antônio Sousa Pinto (OAB/RO 4643), Gustavo Nóbrega da Silva (OAB/RO 5235), Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546)

SENTENÇA:
SENTENÇA VISTOSe examinados, M. L. A PINHEIRO – ME e VALDIR VALENTIN DOS SANTOS propuseram ação ordinária de renegociação de débito com substituição de garantia em face de BANCO DO BRASIL S/A, todos já qualificados, alegando em síntese, que as partes celebraram os seguintes contratos: a) abertura de crédito fixo n. 62. 458. 992 no valor de R$50. 000, 00; b) abertura de crédito n. 67. 275. 499 – Bndes Visa Distribuidora no valor de R$50. 000, 00 e c) adesão a produtos de pessoa jurídica n. 010. 205. 421 no valor de R$15. 590, 00, perfazendo R$115. 590, 00. Narraram que em virtude de problemas de saúde do representante legal da primeira autora, tornou-se inadimplente involuntariamente, porém jamais se absteve em negociar suas pendências financeiras com a requerida. Nada obstante, o réu rejeitou todas as propostas ofertadas pelos autores, tendo inclusive encaminhado seus dados e de seu fiador para os órgãos de proteção ao crédito indevidamente. Alegaram que os fatos narrados lhe causaram enormes transtornos e humilhações, motivo pelo qual requer a devida reparação de ordem moral. Pugnaram pela concessão da antecipação da tutela, a fim de determinar a baixa da anotação lançada em seu nome e, no MÉRITO, a confirmação da tutela eventualmente concedida além da procedência dos pedidos para substituir a garantia pessoal fidejussória pela hipoteca do imóvel oferecido, assim como que o requerido apresente todos os documentos necessários para que os autores quitem o débito em discussão. Trouxeram documentos. Deferida antecipação dos efeitos da tutela. Citado, o requerido apresentou contestação arguindo preliminarmente carência de ação por ausência de interesse de agir; e no MÉRITO, defenderam a legalidade do apontamento ante a confessa inadimplência dos requerentes, bem como discorrem acerca da impossibilidade de dar tratamento diferenciado as partes, já que os demais clientes seriam submetidos ao mesmo procedimento caso se tornem inadimplentes. Aduziu que o autor contratou livremente e conscientemente, não havendo qualquer irregularidade no contrato. Ressaltou a ausência dos requisitos da obrigação de indenizar. Pugnou pelo acolhimento da preliminar com a extinção do feito sem resolução de MÉRITO ou a total improcedência dos pedidos. Acompanharam defesa documentos. Oportunizada réplica, os autores quedaram silentes. Designada audiência preliminar, proposta a conciliação restou infrutífera, tendo as partes informado não ter outras provas a produzir, vindo os autos conclusos. É o RELATÓRIO do necessário. Tudo bem visto e ponderado, decido. Conforme entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, “presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder”. (STJ - 4ª Turma, Resp 2. 832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, julgado em 14. 08. 1990, e publicado no DJU em 17. 09. 90, p. 9. 513). No presente caso concreto a questão de MÉRITO é unicamente de direito, devendo ser observado o art. 330, I do Código de Processo Civil, segundo o qual o juiz deverá conhecer diretamente do pedido, proferindo SENTENÇA, quando não houver necessidade de produzir prova em audiência. A questão é de simples resolução portanto serei breve. O artigo 313 do Código Civil, dispõe que “o credor não é obrigado a receber prestação diversa da que lhe é devida, ainda que mais valiosa”. Não se pode impor ao credor o recebimento de prestação diversa da que lhe é devida, mesmo que de maior valor, pelo que prescinde o instituto da dação em pagamento do seu assentimento, conforme inteligência dos artigos 313 e 356, do Código Civil Brasileiro. Vejamos o artigo 356 do Código Civil: “O credor pode consentir em receber prestação diversa da que lhe é devida. ” A dação em pagamento se configura quando, por ocasião do cumprimento da obrigação, substitui-se seu objeto original, ou seja, com ela a obrigação se extingue mediante a execução efetiva de uma prestação distinta da devida. Existem porém algumas modalidades desta substituição: “rem pro pecúnia” (substituição de dinheiro por bem móvel ou imóvel); “rem pro re” (substituição de coisa por outra); “rem pro facto” (substituição de uma coisa por um fato, de dinheiro por titulo de credito, de coisa por obrigação de fazer). Portanto, verifica-se que são elementos constitutivos da dação em pagamento: 1- A existência de uma dívida - trata-se de pressuposto básico, pois se há como solver dívida inexistente; 2- A concordância do credor, verbal ou escrita, tácita ou expressa – esse acordo de vontades é essencial e constitui elemento intrínseco da dação em pagamento e 3- A diversidade da prestação oferecida em relação a dívida originária constitui elemento extrínseco da dação em pagamento. No caso em tela, pretende a parte autora dação em pagamento de prestação diversa da convencionada pelas partes, bem como sua forma de pagamento. Entretanto, o contrato faz lei entre as partes e conforme apontado pela requerida na defesa, não pode ser dado tratamento diferenciado aos autores ante sua confessa inadimplência. Nesse sentido: EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE DAÇÃO EM PAGAMENTO. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. CARÊNCIA DE AÇÃO. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. EXTINÇÃO DO PROCESSO CONFIRMADA. A dação em pagamento fundada na disposição do artigo 356 do Código Civil pressupõe o consentimento do credor em receber prestação diversa da que lhe é devida, já que, a isso ele não é obrigado (artigo 313, idem). Diante da impossibilidade jurídica da pretensão de obrigar o credor a receber prestação diversa da que lhe é devida, o autor da ação de dação em pagamento é carecedor de ação, o que atrai a aplicação conjugada das disposições dos artigos 295, parágrafo único, inciso III, com 267, inciso I, todas do Código de Processo Civil. (TJMG, Apelação Cível 1. 0687. 13. 001672-2/001, Relator(a): Des. (a) Luiz Carlos Gomes da Mata, 13ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 22/08/2013, publicação da súmula em 30/08/2013) Se os autores entendem que os termos do contrato não estão corretos, deveriam ter ajuizado ação revisional a fim de discutir aventada ilegalidade. Destaca-se ser incabível, na espécie, a inversão do ônus da prova, pois tal como dito acima, trata-se de fato constitutivo ao direito do requerente. ANTE O EXPOSTO, com fulcro no art. 269, I, do CPC, JULGO, por SENTENÇA com resolução de MÉRITO, IMPROCEDENTES os pedidos formulados na inicial, e em consequência, REVOGO a antecipação de tutela concedia às fls. 96/97, comunicando aos órgãos de proteção ao crédito. CONDENO a parte autora no pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, este os quais arbitro, equitativamente, em R$ 1. 500, 00 (um mil e quinhentos reais), considerando a complexidade da causa, o trabalho realizado pelo advogado e o tempo do trâmite processual, de acordo com o disposto no art. 20, § 4º, do CPC, ficando a exigibilidade de tais verbas suspensas (art. 12 da Lei n. 1060/50) em virtude da gratuidade judiciária que ora defiro. Certificado o trânsito em julgado desta, em nada sendo requerido em cinco dias, ao arquivo com as anotações necessárias, ciente a parte autora de que poderão ser desarquivados os autos independente de custas próprias, se requerido no prazo de seis meses, com

base no Artigo 475 J, § 5º, do referido diploma legal. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Proc.: 0203936-58. 2003. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Banco do Brasil S/A
Advogado: Verônica Fátima Brasil dos Santos Reis Cavalini (OAB/RO 1248), José Manoel Alberto Matias (OAB/RO 3718), Joselia Valentim da Silva (OAB/RO 198)
Requerido: Villa Vendas Distribuidora Ltda, Tania Maria Araujo de Souza Cavalcante, Wilson Alipio Graeff, Raquel Fernandes Magalhães Graeff
Advogado: Edson de Oliveira Cavalcante (OAB/RO 1510)
SENTENÇA:
SENTENÇA VISTOSe examinados, BANCO DO BRASIL S. A. , regularmente qualificado, por advogado habilitado, propôs a presente Ação de Cobrança em face de VILLA VENDAS DISTRIBUIDORA LTDA E COOBRIGADOS, TÂNIA MARIA ARAÚJO DE SOUZA CAVALCANTE, WILSON ALIPIO GRAEFF e RAQUEL FERNANDES MAGALHÃES GRAEFF, também devidamente qualificados nos autos, alegando, em breve síntese, que é credora dos requeridos da importância de R$ 124. 995, 92, em virtude de diversos contratos de abertura de crédito, sendo que os requeridos não efetuaram qualquer pagamento a respeito. Junta documentos às fls. 07-50. Os primeiros requeridos foram citados por edital, sendo-lhes nomeado curador (fls. 84), o qual apresentou contestação às fls. 85-87 alegando a ilegalidade da cobrança de juros e requerendo a produção de prova pericial. Os dois últimos requeridos, citados, apresentaram contestação às fls. 59-61, asseverando que emitiram uma procuração em favor da requerida Tânia Maria Araújo, mas com a FINALIDADE de apenas efetuar a transferência de um imóvel vendido, desconhecendo que esta usaria a cogitada procuração para que os mesmos figurassem como garantes da requerida Villa Vendas. Juntaram documentos de fls. 62-66. Réplica às fls. 68-69. Audiência preliminar realizada (fls. 83), sendo deferida a produção de prova pericial. Laudo pericial às fls. 118-143 e laudo complementar às fls. 158-160. Impugnação da parte autora às fls. 102-104. Vieram-me os autos conclusos. É o RELATÓRIO do necessário, DECIDO. Por verificar a presença dos pressupostos processuais de constituição e de desenvolvimento válido do processo, além de reunidas às condições da ação, passo ao exame de MÉRITO. Trata-se de ação de cobrança objetivando o recebimento do valor de R$ 124. 955, 92 (cento e vinte e quatro mil novecentos e cinquenta e cinco reais e noventa e dois centavos), crédito este oriundo de contratos de abertura de crédito em favor da primeira requerida, sendo a segunda avalista e os demais intervenientes garantes hipotecários. Em sua defesa, as primeiras requeridas alegaram apenas a abusividade dos juros pactuados e dos juros de mora e comissão de permanência de forma capitalizada, conforme manifestação por intermédio da Defensoria Pública que atuou na condição de curador de ausentes. Para tanto, houve a realização de perícia contábil, que em seu laudo complementar (fls. 158-160), deixou certo que o débito devido pelos requeridos, atualizados até a propositura da ação, somam exatamente a quantia cobrada na inicial, a saber, R$ 124. 955, 92 (cento e vinte e quatro mil novecentos e cinquenta e cinco reais e noventa e dois centavos). Os derradeiros requeridos, Wilson Graeff e Raquel Graeff, ao se insurgirem contra os pleitos iniciais, informaram que haviam vendido o imóvel objeto da hipoteca oferecida, sendo que outorgaram procuração para a requerida Tânia Maria Araújo, com a FINALIDADE desta efetuar a transferência do bem objeto da hipoteca, destacando que não tinha ciência de que a procuração esteve sendo utilizada para que figurassem como garantes da requerida Villa Vendas. Todavia, não lograram êxito os ora requeridos, em fazer prova de suas alegações e desincumbir-se do ônus processual constante doa art. 333, II, do CPC, pois sequer trouxeram aos autos a cogitada procuração, na qual constaria poderes apenas para realizar a transferência do imóvel. Já o contrato particular de fls. 64-65, por não constar qualquer registro público, não pode oposto a terceiros, sendo mera declaração de vontade com natureza de direito pessoal, gerando obrigações apenas para os que dele fizeram parte. Imprestável para o fim de desobrigar os requeridos da escritura pública de abertura de crédito em conta corrente com garantia hipotecária de fls. 19-25. Por fim, acolho a impugnação da parte autora de fls. 102-104, para reconhecer como devidos pelos requeridos a importância de R$ 124. 955, 92 (cento e vinte e quatro mil novecentos e cinquenta e cinco reais e noventa e dois centavos). Segundo Rogério Ferraz Donnini, ?o contrato é uma espécie de negócio jurídico que se aperfeiçoa mediante a declaração de vontade de, pelo menos, duas partes. Trata-se, portanto, de um ato bilateral ou plurilateral? (DONNINI, 2004, p. 28). Maria Helena Diniz conceitua contrato como sendo o ?acordo de duas ou mais vontades?, estabelecendo ?interesses entre as partes, com o escopo de adquirir, modificar ou extinguir relações jurídicas de natureza patrimonial?. (DINIZ, 2002, p. 24). Contrato, portanto, seria a manifestação de vontade com o escopo de alcançar um resultado comum a ambas as partes, sendo exteriorizada por forma livre (escrito ou verbal), com a FINALIDADE de ter validade e fazer lei entre as mesmas. Os fatos alegados e não provados pelos requeridos não afasta a pretensão esboçada na prefacial, devendo serem compelidos ao devido pagamentos, recaindo sobre os requeridos Graeff e Raquel Graeff as obrigações decorrentes da garantia hipotecária constante da escritura pública de fls. 19-25. ANTE O EXPOSTO, com fulcro no artigo 269, I, do CPC, JULGO, por SENTENÇA com resolução do MÉRITO, PROCEDENTES os pedidos iniciais para CONDENAR os requeridos no pagamento da quantia de R$ 124. 955, 92 (cento e vinte e quatro mil novecentos e cinquenta e cinco reais e noventa e dois centavos), com a ressalva de que a obrigação dos réus WILSON ALIPIO GRAEFF e RAQUEL FERNANDES MAGALHÃES GRAEFF, está limitada na condição de intervenientes garantes hipotecários (fls. 19-25), devidamente corrigidos monetariamente de acordo com os índices fornecidos pelo TJRO, a contar da propositura da ação, acrescidos de juros de mora de 1% ao mês, estes desde a citação. CONDENO os requerida, no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos termos do art. 20, § 3º do CPC. Certificado o trânsito em julgado, a parte devedora deverá efetuar o pagamento do valor da condenação na forma do artigo 475-J do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito. Em não havendo pagamento de forma espontânea e em comparecendo a parte autora aos autos, acompanhada de advogado, desde já arbitro honorários advocatícios para a fase de cumprimento da SENTENÇA, no importe equivalente a 10% (dez por cento) do valor da condenação, excetuada a multa, sem prejuízo da majoração em eventual impugnação improcedente.

Após o trânsito em julgado, em nada sendo requerido em 05 (cinco) dias, ao arquivo com as anotações necessárias, ciente a parte autora de que poderão ser desarquivados os autos independente de custas próprias, se requerido no prazo de 06 (seis) meses, com base no Artigo 475 ? J, § 5º, do referido diploma legal. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Proc.: 0005125-06. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: Darcy de Oliveira Sales
Advogado: Pedro Luiz Lepri Junior (OAB/RO 4871), Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)
Requerido: Banco Daycoval S/A
SENTENÇA:
SENTENÇA DARCY DE OLIVEIRA SALES propôs ação de exibição de documentos em face de BANCO DAYCOVAL, ambos já qualificados, alegando em síntese, que pretende, em sede liminar e de MÉRITO, seja a ré compelida a exibir cópia do contrato de abertura de conta corrente celebrado entre as partes uma vez que a ré não forneceu a cópia quando da celebração do contrato. Trouxe documentos. Citado, o requerido apresentou contestação defendendo, em suma, que jamais se negou em fornecer cópia do pacto entabulado entre as partes, não tendo o autor jamais buscado a via administrativa para solucionar o impasse. Ao final, pugnou pela improcedência dos pedidos, com a condenação do autor no pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios. Acompanharam a defesa documentos. Réplica, vindo os autos conclusos. É o RELATÓRIO. Tudo bem visto e ponderado, decido. Relatados, DECIDO. Conforme entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, “presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder. ” (STJ – 4ª Turma, Resp 2. 832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, julgado em 14. 08. 1990, e publicado no DJU em 17. 09. 90, p. 9. 513). Nos termos do art. 330, I do CPC, quando matéria de MÉRITO não necessitar de maior dilação probatória para o seu julgamento faz-se necessário o julgamento antecipado da lide. Tratando da ação cautelar de exibição, o art. 844 do Código de Processo Civil em seu inciso II, assim preceitua: ”Art. 844 – Tem lugar, como procedimento preparatório, a exibição judicial: II – de documento próprio ou comum, em poder de co-interessado, sócio, condômino, credor ou devedor; ou em poder de terceiro que o tenha em sua guarda, como inventariante, testamenteiro, depositário ou administrador de bens alheios”. O art. 845 do mesmo diploma legal, dispõe que o procedimento de aludida cautelar será o previsto nos arts. 355 a 363, e 381 e 382 do CPC. Pois bem, mencionados DISPOSITIVO s preveem que o juiz poderá ordenar que a parte exiba documento que se ache em seu poder, devendo a parte interessada em sua exibição: a) individuar, tão completa quanto possível, o documento; b) especificar qual a FINALIDADE da prova pretendida com a exibição do documento; e c) as circunstâncias em que se funda o requerente para afirmar que o documento existe e se acha em poder da parte contrária. Analisando os autos, verifico que os documentos requeridos pelo autor foram apresentados, pelo requerido, juntamente com a peça de contestação, não havendo, assim, nenhuma resistência de sua parte aos pedidos efetuados na exordial. Assim se vislumbrou que não houve recusa da requerida em exibir os documentos solicitados pela autora, ainda que na fase judicial, outrossim, analisando os documentos carreados juntamente com à exordial, inexiste qualquer documento apto a comprovar o requerimento administrativo realizado pela autora a fim de obter por esta via os documentos objeto dos presentes autos. Cumprindo a parte Requerida o pleito da parte Autora, apresentando documentos que comprovam a existência da dívida tem-se que se encontra satisfeito o pleito autoral. Logo, merece procedência o pedido da autora face o reconhecimento do pedido, ante a exibição voluntária dos documentos solicitados. No que tange à questão afeta as verbas de sucumbência, o documento pleiteado foi exibido na contestação, motivo pelo qual a condenação em custas e honorários advocatícios é indevida, porquanto inexistiu litigiosidade. Ante o exposto, e por tudo mais que nos autos constam, rejeito a preliminar de carência de ação e JULGO PROCEDENTE o pedido contido na inicial, face o seu reconhecimento pelo requerido e, via de consequência, EXTINGO o feito, com resolução do MÉRITO, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil. Face a ausência de pretensão resistida da ré, isento-a do pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios. P. R. I. e Cumpra-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Proc.: 0014554-65. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: Eisson Fernandes Roca da Silva
Advogado: Mabiagina Mendes de Lima (OAB/RO 3912)
Requerido: Banco do Brasil S/A
SENTENÇA:
SENTENÇA Eisson Fernandes Roca da Silva propô ação cautelar de exibição de documentos em face do Banco do Brasil S/A, ambos já qualificados, alegando em síntese, que não possui relação jurídica com o requerido, porém para sua surpresa percebeu um débito em seu nome no valor de R$371, 35. Relatou o autor que não faz ideia da origem da dívida junto ao réu que ensejasse a restrição no cadastro de inadimplentes. Requereu liminar para que o requerido promova exclusão do nome do requerente do cadastro de restrição ao crédito. Requer, também, liminar para determinar a exibição dos documentos que comprovem a efetiva contratação do serviço e a evolução do débito através de planilha contábil e, ao final, a procedência do pedido, com a condenação da parte requerida ao pagamento das custas e honorários advocatícios. Deferida a liminar e promovida a citação. Citado, o requerido apresentou contestação, suscitando preliminar de carência de ação por ausência de interesse de agir; no MÉRITO, alegou que jamais se negou em fornecer cópia do pacto entabulado entre as partes, não tendo o autor jamais buscado a via administrativa para solucionar o impasse. Ao final, pugnou pelo acolhimento da preliminar e consequente extinção do feito ou alternativamente improcedência dos pedidos, com a condenação do autor no pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios. Acompanharam a defesa documentos. Réplica,

vindo os autos conclusos. É o RELATÓRIO. Tudo bem visto e ponderado, decido. Tratam os presentes autos de ação cautelar de exibição de documentos, aforado o autor com o objetivo de exibir os documentos pleiteados na inicial. No âmbito da exibição cautelar de documentos, cuida-se simplesmente da pertinência da exibição pretendida, adequada aos fins pretendidos pela parte autora, sem adentrar no MÉRITO das informações contidas nos indigitados documentos. In casu, ditos documentos são comuns, ou seja, ligados a uma relação jurídica entre as partes, tendo o requerido o dever legal de apresentá-los, não se admitindo recusa. No ponto: PROCESSUAL CIVIL. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. AGRAVO REGIMENTAL. SÚMULA 182 ? STJI - É inadmissível a recusa de exibição de documento comum às partes. Precedentes. II - "É inviável o agravo do art. 545 do CPC que deixa de atacar especificamente os fundamentos a DECISÃO agravada. " (Súmula 182-STJ)III - Agravo regimental desprovido. (STJ, AgRg no Ag 553. 290/RS, Rel. Ministro ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 16. 09. 2004, DJ 22. 11. 2004 p. 335). No caso dos autos, apesar da parte autora ter afirmado em réplica que a requerida deixou de apresentar o contrato entabulado entre as partes, tal alegação não merece prosperar. O referido documento foi apresentado com a defesa, evidenciando assim o reconhecimento tácito do pedido, o que, a princípio, ensejaria sua condenação às verbas de sucumbência (art. 26 do CPC). Outrossim, tanto a ausência de comprovação da recusa administrativa, quanto a apresentação dos documentos com a contestação evidenciam que em momento algum houve resistência à pretensão do autor, pelo que deve a requerida ficar liberada do ônus da sucumbência. Quanto à planilha indicada na petição inicial e as informações constantes no contrato, a pretensão do requerente não merece prosperar, pois tal objeto refoge à cautelar de exibição. A ação cautelar de exibição não se destina a determinar o requerido que elabore planilha ou que preste informações, mas simplesmente que exiba documento ou coisa. O mesmo se diga quanto à exclusão do nome do autor do cadastro restritivos de crédito. É nesse sentido a jurisprudência: AGRAVO DE INSTRUMENTO - PROCESSUAL CIVIL ? AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - INSCRIÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. O ajuizamento de ação cautelar de exibição de documentos não implica discussão judicial da dívida e, portanto, não autoriza, por si só, a retirada do nome da devedora dos cadastros de inadimplentes. (TJDFT 20030020043083AGI, Relator Sério Bittencourt, 4ª Turma Cível, julgado em 30/10/2003, DJ 03/12/2003 p. 60). Ante ao exposto, com fundamento no inciso II do art. 844 do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE pedido formulado e, considerando que os documentos foram apresentados nos autos, nos termos do inciso II do art. 269 do Código de Processo Civil, EXTINGO o processo com resolução do MÉRITO. Custas pela parte autora. Sem honorários advocatícios. Transitado esta em julgado, efetuado o pagamento das custas processuais ou inscritas em dívida ativa, o que deverá ser certificado, arquivem-se, com as cautelas de estilo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Hedy Carlos Soares Juiz de Direito

Julia Nazaré Silva Albuquerque
Escrivã Judicial

4ª VARA CÍVEL

4º Cartório Cível
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-AS PESSOALMENTE À JUÍZA OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
pvhcivel4a@tj. ro. gov. br
JUIZ: JOSÉ ANTONIO ROBLES
ESCRIVÃ: BELª IRENE COSTA LIRA SOUZA

Proc.: 0013259-56. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Paulo Cesar Correa dos Santos
Advogado: Anderson Adriano da Silva (OAB/RO 3331)
Requerido: Banco Volkswagen S. A.
Advogado: Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/RO 4658)
DECISÃO:
VISTOS, Deixo de receber o recurso de apelação interposto, uma vez que inatendido requisito de admissibilidade, qual seja, a tempestividade, conforme certificado à fl. 240. Apurem-se as custas e intime-se o sucumbente para pagamento, sob pena de inscrição na dívida ativa. Inscreva-se, se inerte. Arquivem-se oportunamente. Int. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0018852-32. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Lucio Maquine Farias Pinto Junior
Advogado: Mabiagina Mendes de Lima (OAB/RO 3912)
Requerido: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado: KÊnia de Carvalho Mariano (OAB/RO 994), Francianny Aires da Silva (OAB/RO 1190), Silvia de Oliveira (OAB/RO 1285)
DESPACHO:
Ad cautelam, com fundamento no art. 125, IV, do CPC, designo nestes autos audiência de tentativa de conciliação para o dia 24/02/2014, às 10h15min. Nela deverão comparecer os eminentes advogados das partes, os quais, querendo, deverão convidá-las para se fazerem presentes, independentemente de suas intimações. Int. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0000986-74. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Reintegração / Manutenção de Posse
Requerente: Dibens Leasing S/a Arrendamento Mercantil
Advogado: Melanie Galindo Martinho Azzi (RO 3793)
Requerido: Willens Salcedo Ribeiro
DECISÃO:
VISTOS, DIBENS LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL, qualificada à fl. 03, moveu Ação de Reintegração de Posse com Pedido de Liminar, contra WILLENS SALCEDO RIBEIRO, pretendendo a reintegração de posse de veículo adquirido através de contrato de arrendamento mercantil celebrado entre as partes. Argumenta que o requerido não honrou o pagamento das prestações a que havia se obrigado. Requereu a antecipação parcial da tutela jurisdicional, para que seja restaurada sua posse sobre o bem arrendado, o veículo VOLKSWAGEN, FOX CITY 1. 0 TOTAL F, COR CINZA, ANO 2004, PLACA NDD4510, CHASSI 9BWKA05Z754034827. Passo a analisar o pedido de liminar. A concessão da antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional constitui-se em faculdade conferida ao juiz, que, dentro dos critérios legais,

decide sobre a conveniência da medida, podendo a qualquer tempo revogá-la ou modificá-la. Conforme se verifica nos autos, os requisitos necessários à concessão da liminar estão presentes, quais sejam, a plausibilidade do direito e o perigo da demora. A pretensão da requerente é plausível na medida em que a permanência do veículo na posse do requerido gera um risco desnecessário, havendo ainda a possibilidade do autor vir a ter prejuízo de difícil reparação, face ao desgaste do bem e sua consequente desvalorização. De outro lado, o pedido é absolutamente plausível, uma vez que o requerido não vem cumprindo com sua obrigação contratual. Ante ao exposto, presentes os requisitos necessários, defiro LIMINARMENTE a concessão da medida pleiteada por DIBENS LEASING S/A ARRENDAMENTO MERCANTIL contra WILLENS SALCEDO RIBEIRO, ambos qualificados à fl. 03 e, em consequência, DETERMINO a reintegração de posse do bem acima descrito. Expeça-se mandado de reintegração de posse e citação do requerido, advertindo-o dos efeitos dos artigos 285 e 319 do CPC. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0018871-38. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Impugnação ao Valor da Causa (Cível)
Impugnante: Winner Utilidades Ltda
Advogado: Maurilio Pereira Júnior Maldonado (OAB/RO 4332)
Impugnado: Isaias Dias dos Anjos
Advogado: Laercio Batista de Lima (OAB/RO 843)
DECISÃO:
VISTOS, I ? RELATÓRIO Trata-se de incidente de impugnação ao benefício da Justiça gratuita proposta por WINNER UTILIDADES LTDA em face de IZAIAS DIAS DOS ANJOS. Nele, alega, em síntese, ter propugnado o impugnado, assim que tão logo lhe foi determinado comprovar a sua condição de beneficiário da gratuidade judiciária, pelo pagamento das custas iniciais para ao final do processo, mas que, no entanto, em DESPACHO ordinatório contraditório, lhe foi concedida referida gratuidade. Requer, então, a procedência da impugnação, revogando-se a concessão de tal benefício. Instado o impugnado a se manifestar, aduziu, também em suma, que para o deferimento da gratuidade da justiça basta a simples declaração de pobreza nos autos, o que cuidou de fazê-la. Demais disso, que o fato de possuir um imóvel e, ainda, estar litigando sob o patrocíinio de advogado constituído, no caso, não retira referido direito. Ao final, arremata a sua retórica propugnando pela improcedência da impugnação. Vieram-me os autos conclusos. É o breve RELATÓRIO. II - DECIDOComo sabido, o valor da causa tem múltiplas FINALIDADE s. Em linhas gerais podemos destacar as seguintes: 1. Fixação da competência; 2. Determinação do rito processual; 3. Tributação ou encargos processuais; 4. Estabelecimento da alçada para recursos; 5. Norteamento dos parâmetros de sucumbência; 6. Fixação de multa, ETC. No caso em tela, tanto a competência quanto o rito processual da ação principal (proc. 0002464-54. 2013. 8. 22. 0001), ou seja, ordinário, já estão estabelecidos. Pois bem. A presente impugnação merece parcialmente acolhida. Tal entendimento decorre de apenas dois simples entendimentos. São eles: O primeiro, por conta daquilo que foi deliberado no DESPACHO de fl. 47 do citado processo judicial, isto é, quanto à necessidade da parte autora - impugnado - comprovar que fazia jus ao benefício da gratuidade judiciária, ao fundamento de que a “mera declaração de pobreza não basta para o deferimento de seu pedido”, cuja determinação inocorreu tal qual determina a Lei 1060/50. Aliás, sobre aludido entendimento, já por ocasião desse DESPACHO, a título de fundamentação, foi colacionaldo julgado do TJRO. Segundo, porque posteriormente a tal determinação referida parte autora-impugnada propugnou pelo deferimento do pagamento das custas processuais ao final da demanda (fl. 53), e não mais gratuidade, quando então, diversamente do mencionado DESPACHO foi deferida aquela anterior pretensão (fl. 55). Neste prisma, o deferimento do pedido da gratuidade processual há que ser reconsiderado, mas, por outro lado, autorizada a segunda pretensão do autor-impugnado, isto é, autorizar que o pagamento das custas processuais aconteça ao final do processo. III - CONCLUSÃO. Diante do exposto, julgo parcialmente procedente a impugnação aposta por Winner Utilidades Ltda, para o fim de diferir que o pagamento das custas na ação judicial que lhe promove o Sr. Isaias Dias dos Anjos, feito nº 0002464-54. 2013. 8. 22. 0001, seja satisfeita ao final do processo. Traslade-se cópia desta DECISÃO para o processo principal. Decorrido o prazo recursal, arquive-se. Int. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0001701-19. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: HELEN SARUDAKIS DE ARAUJO
Advogado: JUCYMAR GOMES CARDOSO (OAB/RO 3295)
Requerido: Lojas Milla
DECISÃO:
VISTOS, Estando a existência do débito sendo discutida em juízo, não poderá a parte autora experimentar as consequências de suposto inadimplemento, não se justificando, portanto, a manutenção do cadastro restritivo. Nesse sentido: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. INCLUSÃO DO DEMANDANTE NOS CADASTROS RESTRITIVOS DO CRÉDITO. IMPOSSIBILIDADE. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DA TUTELA ANTECIPADA, NO CASO, NOS TERMOS DO ART. 273 DO CPC. A pendência de discussão judicial acerca dos valores cobrados impede a inclusão do nome da parte demandante em cadastros restritivos do crédito, até DECISÃO final. Conclusão nº 11 do CETJRGS. Preenchimento dos requisitos para a concessão da tutela antecipada, no caso, nos termos do art. 273 do CPC. Precedentes do TJRGS e STJ. Agravo de instrumento provido liminarmente. (Agravo de Instrumento Nº 70041279415, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Carlos Eduardo Zietlow Duro, Julgado em 17/02/2011). Assim, presentes os requisitos exigidos pelo art. 273, do Código de Processo Civil, antecipo os efeitos da tutela para determinar que a parte requerida exclua, no prazo de 72 horas, o nome da parte autora dos serviços de restrição ao crédito (SERASA, SPC etc), não se procedendo posteriores inclusões enquanto pendente de julgamento a demanda, exclusivamente sobre o débito alegado nos autos. Outrossim, na forma do art. 125, IV, do CPC, designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 31/03/2014, às 11 horas. Intime-se a parte autora através de seu advogado, o qual, querendo, querendo, a convidará para se fazer presente. Cite-se e intime-se, anotando as advertências de lei. Não havendo citação, deverá a parte autora ser intimada para providencia-la, no prazo de dez dias, sob pena de extinção. DEFIRO o pedido de gratuidade processual. Int. VIAS DESTA SERVIRÃO COMO

CARTA/MANDADO. Endereço: LOJAS MILLA: Av. Sete de Setembro, nº 1185, bairro Nossa Senhora das Graças, Porto Velho-RO, CEP 76804-123. Advertência: Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como sendo verdadeiro os fatos articulados pela parte autora. Observação: O prazo para responder à ação é de 15 (quinze) dias, contados da juntada do comprovante de recebimento desta correspondência ao processo. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0000882-82. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Ivan Carlos Tenório de Oliveira
Advogado: Clodoaldo Luis Rodrigues (OAB/RO 2720)
Requerido: Centrais Eletricas de Rondônia. Ceron
DECISÃO:
VISTOS. Para que haja a concessão do benefício da justiça judiciária gratuita é necessário que se comprove a necessidade de tal, pois a mera declaração de pobreza não basta para o deferimento do pedido. É o entendimento do nosso Tribunal: AGRAVO INTERNO. JUSTIÇA GRATUITA. POSSIBILIDADE ECONÔMICA DA PARTE. DE COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE POBREZA. INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO. Interposto erroneamente o agravo regimental ao invés de agravo interno, é possível se conhecimento com fulcro no princípio da fungibilidade. A simples declaração de pobreza para concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita não mais subsiste. Conforme a nova interpretação dada pela Constituição Federal em seu art. 5º, inciso LXXIV, é necessária a prova da impossibilidade de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e/ou da família do requerente. A ausência dos elementos objetivos, impossibilita a concessão. No caso concreto parte interessada, funcionário publico, desincumbiu-se do dever de comprovar a situação de necessidade alegada. Recurso não provido. (Agravo n. 0004058-43. 2012. 8. 22. 0000, Relator Desembargador Raduan Miguel Filho, j. 19/06/2012)Dessa forma, concedo a parte autora o prazo de 10 (dez) dias para que junte aos autos comprovante de rendimentos (contracheque, folha de pagamento, cópia do contrato de trabalho, pró-labore, etc,) ou recolha devidamente as custas, sob pena de extinção e arquivamento do feito. Intimem-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0000881-97. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Azonal Bentes Batista
Advogado: Clodoaldo Luis Rodrigues (OAB/RO 2720)
Requerido: Centrais Eletricas de Rondônia. Ceron
DECISÃO:
VISTOS. Para que haja a concessão do benefício da justiça judiciária gratuita é necessário que se comprove a necessidade de tal, pois a mera declaração de pobreza não basta para o deferimento do pedido. É o entendimento do nosso Tribunal: AGRAVO INTERNO. JUSTIÇA GRATUITA. POSSIBILIDADE ECONÔMICA DA PARTE. DE COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE POBREZA. INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO. Interposto erroneamente o agravo regimental ao invés de agravo interno, é possível se conhecimento com fulcro no princípio da fungibilidade. A simples declaração de pobreza para concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita não mais subsiste. Conforme a nova interpretação dada pela Constituição Federal em seu art. 5º, inciso LXXIV, é necessária a prova da impossibilidade de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e/ou da família do requerente. A ausência dos elementos objetivos, impossibilita a concessão. No caso concreto parte interessada, funcionário publico, desincumbiu-se do dever de comprovar a situação de necessidade alegada. Recurso não provido. (Agravo n. 0004058-43. 2012. 8. 22. 0000, Relator Desembargador Raduan Miguel Filho, j. 19/06/2012). Dessa forma, concedo a parte autora o prazo de 10 (dez) dias para que junte aos autos comprovante de rendimentos (contracheque, folha de pagamento, cópia do contrato de trabalho, pró-labore, etc,) ou recolha devidamente as custas, sob pena de extinção e arquivamento do feito. Intimem-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0020341-07. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Alzira Pereira Ramos
Advogado: Sérgio Muniz Neves (00)
Requerido: Eletrobrás Centrais Eletricas de Rondônia - CERON
Advogado: Jacimar Pereira Rigolon. (OAB/RO 1740), Alexandre Camargo (OAB/RO 704), Welser Rony Alencar Almeida (OAB/RO 1506), Kênia de Carvalho Mariano (OAB/RO 994)
DESPACHO:
Ad cautelam, com fundamento no art. 125, IV, do CPC, designo nestes autos audiência de tentativa de conciliação para o dia 24/02/2014, às 10h30min. Nela deverão comparecer os eminentes advogados das partes, os quais, querendo, deverão convidá-las para se fazerem presentes, independentemente de suas intimações. Int. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0020012-92. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Miriam Soares da Silva
Advogado: Sérgio Muniz Neves (00)
Requerido: Eletrobrás Distribuição Rondônia - CERON
Advogado: Kênia de Carvalho Mariano (OAB/RO 994), Francianny Aires da Silva (OAB/RO 1190), Silvia de Oliveira (OAB/RO 1285)
DESPACHO:
VISTOS, Ad cautelam, com fundamento no art. 125, IV, do CPC, designo nestes autos audiência de tentativa de conciliação para o dia 24/02/2014, às 8 horas. Nela deverá comparecer o patrono da parte ré, o qual, querendo, deverá convidá-la para se fazer presente. 1 ? Acerca da solenidade, cientifique a escrivania, via o número telefônico que é mencionado na petição inicial, a parte autora, certificando-se. No caso de insucesso, expeça-se mandado judicial no sentido de proceder a sua intimação pessoal. Dê ciência à Defensoria Pública. Int. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0000843-85. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Silvio Sousa de Oliveira
Advogado: Miriam Pereira Mateus (OAB/RO 5550)
Requerido: Telefônica Brasil S. A.

DECISÃO:
VISTOS. Para que haja a concessão do benefício da justiça judiciária gratuita é necessário que se comprove a necessidade de tal, pois a mera declaração de pobreza não basta para o deferimento do pedido. É o entendimento do nosso Tribunal: AGRAVO INTERNO. JUSTIÇA GRATUITA. POSSIBILIDADE ECONÔMICA DA PARTE. DE COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE POBREZA. INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO. Interposto erroneamente o agravo regimental ao invés de agravo interno, é possível se conhecimento com fulcro no princípio da fungibilidade. A simples declaração de pobreza para concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita não mais subsiste. Conforme a nova interpretação dada pela Constituição Federal em seu art. 5º, inciso LXXIV, é necessária a prova da impossibilidade de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e/ou da família do requerente. A ausência dos elementos objetivos, impossibilita a concessão. No caso concreto parte interessada, funcionário publico, desincumbiu-se do dever de comprovar a situação de necessidade alegada. Recurso não provido. (Agravo n. 0004058-43. 2012. 8. 22. 0000, Relator Desembargador Raduan Miguel Filho, j. 19/06/2012)Dessa forma, concedo a parte autora o prazo de 10 (dez) dias para que junte aos autos comprovante de rendimentos (contracheque, folha de pagamento, cópia do contrato de trabalho, pró-labore, etc,) ou recolha devidamente as custas, sob pena de extinção e arquivamento do feito. Intimem-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0019901-11. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Consignação em Pagamento
Consignante: Revpel Comercio e Representacoes Ltda
Advogado: Marcos Antonio Metchko (OAB/RO 1482)
Consignado: Banco Itaú S. A.
Advogado: Mauricio Coimbra Guilherme Ferreira (OAB / RJ 151. 056-S)
DESPACHO:
Ad cautelam, com fundamento no art. 125, IV, do CPC, designo nestes autos audiência de tentativa de conciliação para o dia 26/02/2014, às 9h30min. Nela deverão comparecer os eminentes advogados das partes, os quais, querendo, deverão convidá-las para se fazerem presentes, independentemente de suas intimações. Int. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0000808-28. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Paulo Albano Marialves
Advogado: Genival Fernandes de Lima (OAB/RO 2366)
Requerido: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro Dpvat S. A.
DESPACHO:
VISTOS, Recebo o presente feito no rito ordinário. Cite-se com as advertências legais. Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora indicar novo endereço para que a relação jurídico-processual seja estabelecida, sob pena de extinção e arquivamento do feito por ausência de pressuposto processual de existência. Int. VIAS DESTE DESPACHO SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADOENDEREÇO: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A: rua Senador Dantas, nº 74, 5º e 12º andares, bairro Centro, Rio de Janeiro-RJ. ADVERTÊNCIA: O prazo para responder à ação é de 15 (quinze) dias, contados da juntada do comprovante de recebimento desta correspondência ao processo. Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como sendo verdadeiros os fatos articulados pela parte autora. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0000775-38. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Ricardo Cesar Garcia Amaral
Advogado: rodrigo barbosa marques do rosário ( )
Requerido: MAGAZINE LUIZA S/A
DECISÃO:
Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0025472-60. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco Bradesco Financiamentos S. A.
Advogado: Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
Requerido: Newton Villar Lins
SENTENÇA:
VISTOS, ETC. Considerando o requerimento de fl. 20, com fundamento no art. 267, VIII, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o processo da Ação de Busca e Apreensão movida por Banco Bradesco Financiamentos S/A contra Newton Villar Lins, qualificados nos autos, e ordeno o seu arquivamento. Revogo a liminar de fls. 18/19. Indefiro o pedido de expedição de ofício ao DETRAN, SPC e SERASA, pois este juízo não determinou a realização de inscrição alguma em tais órgãos. Faculto o desentranhamento dos documentos que acompanham a inicial, mediante cópia e recibo. Sem custas. Procedam as baixas e comunicações pertinentes, arquivando-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0021092-91. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Paulo Moreira Batista
Advogado: José Teixeira Vilela Neto (OAB/RO 4990)
Requerido: ELETROBRÁS - DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA
Advogado: KÊnia de Carvalho Mariano (OAB/RO 994), Francianny Aires da Silva (OAB/RO 1190), Silvia de Oliveira (OAB/RO 1285), Daniel Penha de Oliveira (OAB/MG 87318), Marcelo Rodrigues Xavier (OAB/RO 2391), Kharina Mielke (OAB/RO 2906)
DESPACHO:
Ad cautelam, com fundamento no art. 125, IV, do CPC, designo nestes autos audiência de tentativa de conciliação para o dia 24/02/2014, às 9h25min. Nela deverão comparecer os eminentes advogados das partes, os quais, querendo, deverão convidá-las para se fazerem presentes, independentemente de suas intimações. Int. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0016991-11. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Antonio Nina Umbelino
Advogado: Mirian Barnabé de Souza (OAB/RO 5950)
Requerido: Ativos S/A Securitizadora de Créditos Financeiros
Advogado: Rosângela da Rosa Corrêa (OAB/RO 5398)

DESPACHO:
Ad cautelam, com fundamento no art. 125, IV, do CPC, designo nestes autos audiência de tentativa de conciliação para o dia 26/03/2014, às 12h25min. Nela deverão comparecer os eminentes advogados das partes, os quais, querendo, deverão convidá-las para se fazerem presentes, independentemente de suas intimações. Int. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0020637-29. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: José Joan Menezes dos Reis
Advogado: Sérgio Muniz Neves (00)
Requerido: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
DESPACHO:
VISTOS, Ad cautelam, com fundamento no art. 125, IV, do CPC, designo nestes autos audiência de tentativa de conciliação para o dia 24/02/2014, às 07h45min. Nela deverá comparecer o patrono da parte ré, o qual, querendo, deverá convidá-la para se fazer presente. 1 ? Acerca da solenidade, cientifique a escrivania, via o número telefônico que é mencionado na petição inicial, a parte autora, certificando-se. No caso de insucesso, expeça-se mandado judicial no sentido de proceder a sua intimação pessoal. Dê ciência à Defensoria Pública. Int. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0000501-74. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Leandro Nazaré Barbosa da Silva
Advogado: Mirian Barnabé de Souza (OAB/RO 5950)
Requerido: TNL PCS S/A
DECISÃO:
VISTOS, Estando a existência do débito sendo discutida em juízo, não poderá a parte autora experimentar as consequências de suposto inadimplemento, não se justificando, portanto, a manutenção do cadastro restritivo. Nesse sentido: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PÚBLICO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. INCLUSÃO DO DEMANDANTE NOS CADASTROS RESTRITIVOS DO CRÉDITO. IMPOSSIBILIDADE. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS PARA A CONCESSÃO DA TUTELA ANTECIPADA, NO CASO, NOS TERMOS DO ART. 273 DO CPC. A pendência de discussão judicial acerca dos valores cobrados impede a inclusão do nome da parte demandante em cadastros restritivos do crédito, até DECISÃO final. Conclusão nº 11 do CETJRGS. Preenchimento dos requisitos para a concessão da tutela antecipada, no caso, nos termos do art. 273 do CPC. Precedentes do TJRGS e STJ. Agravo de instrumento provido liminarmente. (Agravo de Instrumento Nº 70041279415, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Carlos Eduardo Zietlow Duro, Julgado em 17/02/2011). Assim, presentes os requisitos exigidos pelo art. 273, do Código de Processo Civil, antecipo os efeitos da tutela para determinar que a parte requerida exclua, no prazo de 72 horas, o nome da parte autora dos serviços de restrição ao crédito (SERASA, SPC etc), não se procedendo posteriores inclusões enquanto pendente de julgamento a demanda, exclusivamente sobre o débito alegado nos autos. Outrossim, na forma do art. 125, IV, do CPC, designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 31/03/2014, às 9 horas. Intime-se a parte autora através de seu advogado, o qual, querendo, querendo, a convidará para se fazer presente. Cite-se e intime-se, anotando as advertências de lei. Não havendo citação, deverá a parte autora ser intimada para providencia-la, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. DEFIRO o pedido de gratuidade processual. Int. VIAS DESTA SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO. Endereço: TNL PCS S/A: Rua Jangadeiros, nº 48, bairro Ipanema, Rio de Janeiro-RJ, CEP 22420-010. Advertência: Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como sendo verdadeiro os fatos articulados pela parte autora. Observação: O prazo para responder à ação é de 15 (quinze) dias, contados da juntada do comprovante de recebimento desta correspondência ao processo. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0016718-32. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco Bradesco Financiamento S. A.
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3. 700)
Requerido: Marcilene Nascimento da Silva
Advogado: Jacimar Pereira Rigolon (OAB/RO 1740)
DESPACHO:
Ad cautelam, com fundamento no art. 125, IV, do CPC, designo nestes autos audiência de tentativa de conciliação para o dia 12/02/2014, às 8h20min. Nela deverão comparecer os eminentes advogados das partes, os quais, querendo, deverão convidá-las para se fazerem presentes, independentemente de suas intimações. Int. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0016653-37. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Edison dos Santos Barbosa
Advogado: Nelson Sergio da Silva Maciel (624A), Jânio Sérgio da Silva Maciel (OAB/RO 1950), Caio Sergio Campos Maciel (OAB/RO 5878)
Requerido: Companhia de Água e Esgoto de Rondônia-CAERD
Advogado: Ingrid Rodrigues de Menezes (RO 1460)
DECISÃO:
VISTOS. Presentes os pressupostos legais de admissibilidade, recebo a APELAÇÃO tempestivamente apresentada pela requerida, conforme certificado à fl. 71 e determino que a Serventia Judicial proceda em conformidade com o art. 3º da INSTRUÇÃO CONJUNTA N. 014/2010-PR/CG, publicada no DJE N. 217/20101, oportunamente. Tocante ao RECURSO ADESIVO interposto pelo requerente, deixo de recebê-lo, pois inatendido requisito de admissibilidade, qual seja, a tempestividade, conforme certificado à fl. 105. Int. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. José Antônio Robles Juiz de Direito(1) Art. 3º ¿ O processo físico será integralmente escaneado na vara de origem, e o diretor do cartório ou seu substituto legal fará a conferência e a validação do arquivo, mediante certidão com assinatura digital, procedendo, em seguida, à sua remessa pelo SDSG ao Tribunal de Justiça para distribuição.

Proc.: 0000932-11. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Jean Carlos Raposo Coelho
Advogado: Jussier Costa Firmino (OAB/RO 3557)
Requerido: Consórcio Nacional Honda

DECISÃO:
VISTOS, Para que se possa verificar o disposto no parágrafo único do artigo 2º da Lei 1. 060/50, a parte autora deverá apresentar nos autos os seus comprovantes de rendimentos (contracheque, folha de pagamento, cópia do contrato de trabalho, pró-labore, ETC.), sob pena de indeferimento da assistência judiciária e, por consequência, da inicial, face o não recolhimento das custas. Prazo de 10 (dez) dias para apresentar os documentos ou recolher as custas. Int. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0000890-59. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Antonio Barbino
Advogado: Clodoaldo Luis Rodrigues (OAB/RO 2720)
Requerido: Centrais Eletricas de Rondônia. Ceron
DECISÃO:
VISTOS. Para que haja a concessão do benefício da justiça judiciária gratuita é necessário que se comprove a necessidade de tal, pois a mera declaração de pobreza não basta para o deferimento do pedido. É o entendimento do nosso Tribunal: AGRAVO INTERNO. JUSTIÇA GRATUITA. POSSIBILIDADE ECONÔMICA DA PARTE. DE COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE POBREZA. INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO. Interposto erroneamente o agravo regimental ao invés de agravo interno, é possível se conhecimento com fulcro no princípio da fungibilidade. A simples declaração de pobreza para concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita não mais subsiste. Conforme a nova interpretação dada pela Constituição Federal em seu art. 5º, inciso LXXIV, é necessária a prova da impossibilidade de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e/ou da família do requerente. A ausência dos elementos objetivos, impossibilita a concessão. No caso concreto parte interessada, funcionário publico, desincumbiu-se do dever de comprovar a situação de necessidade alegada. Recurso não provido. (Agravo n. 0004058-43. 2012. 8. 22. 0000, Relator Desembargador Raduan Miguel Filho, j. 19/06/2012). Dessa forma, concedo a parte autora o prazo de 10 (dez) dias para que junte aos autos comprovante de rendimentos (contracheque, folha de pagamento, cópia do contrato de trabalho, pró-labore, etc,) ou recolha devidamente as custas, sob pena de extinção e arquivamento do feito. Intimem-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0005404-89. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Valdenira da Silva Menezes
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Requerido: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado: Jacimar Pereira Rigolon (OAB/RO 1740), Welser Rony Alencar Almeida (OAB/RO 1506), Alexandre Camargo (OAB/RO 704), Orestes Muniz Filho (OAB/RO 40)
DECISÃO:
Assim, deixo de receber o recurso interposto pela requerente, pois desacompanhado do respectivo preparo. Outrossim, reconhecida a deserção do recurso interposto pela requerida, nos termos do art. 500, III, do CPC, não conheço o recurso adesivo interposto por Valdenira da Silva Menezes. Oportunamente certifique-se o trânsito em julgado da SENTENÇA. Apurem-se as custas e intime-se a sucumbente para pagamento, sob pena de inscrição na dívida ativa. Inscreva-se, se inerte. Arquivem-se oportunamente. Intimem-se.

Proc.: 0002464-54. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Isaias Dias dos Anjos
Advogado: Laércio Batista de Lima (OAB/RO 843), Miriam Pereira Mateus (OAB/RO 5550)
Requerido: Winner Utilidades Ltda
Advogado: Maurilio Pereira Júnior Maldonado (OAB/RO 4332), Pedro Facundo Bezerra (OAB/RO 5873)
DESPACHO:
Especifiquem provass, no decênio legal, justificando acerca de suas necessidades. Transcorrido, com ou sem manifestação, tornem-me os autos conclusos. Int. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0013990-18. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: JÚLIÓ CÉSAR CORTEZ OLIVEIRA
Advogado: Heraldo Froes Ramos (RO 977)
Requerido: ELEACRE ENGENHARIA LTDA
Advogado: Andrey Cavalcante (OAB/RO 303B), Paulo Barroso Serpa (OAB/RO 4923)
DESPACHO:
VISTOS, 1 - Especifiquem provas no decênio legal, justificando acerca de suas necessidades. 2 - Com fundamento no art. 125, inc. IV, do CPC, designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 24/03/2014, às 12 horas. Nela deverão comparecer os eminentes advogados das partes, os quais, querendo, deverão convidá-las para se fazerem presentes, independentemente de suas intimações. nt. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0010694-85. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Despejo (Cível)
Requerente: Nivaldo Vieira Rodrigues
Advogado: Karina Rocha Prado (OAB/RO 1776)
Requerido: João Roberto Lemos
Advogado: Heraldo Fróes Ramos (OAB/RO 977)
DESPACHO:
VISTOS, 1 - Especifiquem provas, no decênio legal, justificando acerca de suas necessidades; 2 - Ad cautelam, com fundamento no art. 125, IV, do CPC, desde já designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 19/02/2014, às 7h30min. Nela deverão comparecer os eminentes advogados das partes, os quais, querendo, deverão convidá-las para se fazerem presentes, independentemente de suas intimações. Int. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0000886-22. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Maria Eunice Pereira de Oliveira
Advogado: Clodoaldo Luis Rodrigues (OAB/RO 2720)
Requerido: Centrais Eletricas de Rondônia. Ceron
DECISÃO:
VISTOS. Para que haja a concessão do benefício da justiça judiciária gratuita é necessário que se comprove a necessidade de tal, pois a mera declaração de pobreza não basta para o deferimento do pedido. É o entendimento do nosso Tribunal:

AGRAVO INTERNO. JUSTIÇA GRATUITA. POSSIBILIDADE ECONÔMICA DA PARTE. DE COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE POBREZA. INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO. Interposto erroneamente o agravo regimental ao invés de agravo interno, é possível se conhecimento com fulcro no princípio da fungibilidade. A simples declaração de pobreza para concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita não mais subsiste. Conforme a nova interpretação dada pela Constituição Federal em seu art. 5º, inciso LXXIV, é necessária a prova da impossibilidade de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e/ou da família do requerente. A ausência dos elementos objetivos, impossibilita a concessão. No caso concreto parte interessada, funcionário publico, desincumbiu-se do dever de comprovar a situação de necessidade alegada. Recurso não provido. (Agravo n. 0004058-43. 2012. 8. 22. 0000, Relator Desembargador Raduan Miguel Filho, j. 19/06/2012). Dessa forma, concedo a parte autora o prazo de 10 (dez) dias para que junte aos autos comprovante de rendimentos (contracheque, folha de pagamento, cópia do contrato de trabalho, pró-labore, etc,) ou recolha devidamente as custas, sob pena de extinção e arquivamento do feito. Intimem-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0009689-28. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Cautelar Inominada (Cível)
Requerente: Mary Neide Duarte Gomes
Advogado: Camile Gonçalves Zimmermann (OAB/RO 675A)
Requerido: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado: César Henrique Longuini (OAB/RO 5217)
DESPACHO:
VISTOS, Apurem-se as custas e intime-se a parte sucumbente para que comprove o pagamento através de guia própria, sob pena de inscrição na dívida ativa. Inscreva-se, se inerte. Int. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0012351-62. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Valdenira da Silva Menezes
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Requerido: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA S/A
Advogado: Kharina Mielke (OAB/RO 2906), Jacimar Pereira Rigolon (OAB/RO 1740), Welser Rony Alencar Almeida (OAB/RO 1506), Alexandre Camargo (OAB/RO 704)
DECISÃO:
VISTOS, Presentes os pressupostos legais de admissibilidade, recebo a APELAÇÃO interposta por Centrais Elétricas de Rondônia S/A e determino que a Serventia Judicial, oportunamente, proceda em conformidade com o art. 3º da INSTRUÇÃO CONJUNTA N. 014/2010-PR/CG, publicada no DJE N. 217/20101. Outrossim, verifico que o recurso adesivo interposto por Valdenira da Silva Menezes (fls. 162/179) não se fez acompanhar do devido preparo, conforme certificado à fl. 190, bem como inexiste nos autos qualquer justificativa para tanto, o que impõe o reconhecimento de sua deserção. A propósito: APELAÇÃO CÍVEL. RECURSO ADESIVO. LOCAÇÃO. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. RECURSO ADESIVO. DESERÇÃO. Não litigando a recorrente adesiva ao abrigo da AJG, e não efetuado o preparo, não se conhece do recurso adesivo. DANO MORAL. QUANTUM. Ponderadas as funções satisfatória e punitiva, a fixação do montante da indenização por dano moral fica ao prudente arbítrio do juiz. Fixado valor que cumpre com eficiência a função repressivo-pedagógica, própria da indenização por danos morais, é de ser mantido. RECURSO ADESIVO NÃO CONHECIDO, POR MAIORIA. APELAÇÃO DESPROVIDA, À UNANIMIDADE. (TJ-RS - AC: 70044269439 RS, Relator: Catarina Rita Krieger Martins, Data de Julgamento: 29/11/2012, Décima Sexta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 03/12/2012). Assim, deixo de receber o recurso adesivo interposto pela requerida, pois deserto. Remetam-se os autos oportunamente ao e. Tribunal de Justiça. Int. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. José Antônio Robles Juiz de Direito(1) Art. 3º – O processo físico será integralmente escaneado na vara de origem, e o diretor do cartório ou seu substituto legal fará a conferência e a validação do arquivo, mediante certidão com assinatura digital, procedendo, em seguida, à sua remessa pelo SDSG ao Tribunal de Justiça para distribuição.

Proc.: 0012297-96. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Mary Neide Duarte Gomes
Advogado: Camile Gonçalves Zimmermann (OAB/RO 675A)
Requerido: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado: Francianny Aires da Silva (OAB/RO 1190)
DECISÃO:
VISTOS, Deixo de receber o recurso de apelação interposto, uma vez que inatendido requisito de admissibilidade, qual seja, a tempestividade, conforme certificado à fl. 105. Apurem-se as custas e intime-se a sucumbente para pagamento, sob pena de inscrição na dívida ativa. Inscreva-se, se inerte. Arquivem-se oportunamente. Int. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0020564-57. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Exibição de Documento ou Coisa (Cível)
Requerente: José Cleudo Lima Ribeiro
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: Banco Panamericano S. A.
Advogado: Alessandra Francisco (OAB/RO 4661)
SENTENÇA:
Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. José Antônio Robles Juiz de Direito

Proc.: 0011191-07. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Embargos à Execução
Embargante: Augusto César Lins, Ananias Vieira Lins Júnior
Advogado: Saiera Silva de Oliveira (OAB/RO 2458), Saiera Silva de Oliveira (OAB/RO 2458)
Embargado: Banco da Amazônia S/A
Advogado: Marcelo Longo de Oliveira (OAB/RO 1096)
Fica a parte EMBARGANTE/Executada, por via de seu(ua) Advogado(a), no prazo de 5 dias, intimada para comparecer em Cartório e assinar o Termo de Caução.

Proc.: 0024715-66. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Sabrina Andrade Galdino
Advogado: Sabrina Andrade Galdino (OAB/RO 5865), Patrícia Bergamaschi de Araújo (OAB/RO 4242)
Requerido: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A

DESPACHO:
VISTOS, Cite-se com as advertências legais. Independentemente da determinação supra, consigne-se no mandado que desde já designo audiência de conciliação para a data de 26/03/2014, às 10 horas. Na solenidade deverão comparecer os advogados das partes, os quais, querendo, deverão convidá-las para se fazer presentes, independentemente de suas intimações judiciais. Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar novo endereço para que a relação jurídico-processual seja estabelecida, sob pena de extinção e arquivamento do feito por ausência de pressuposto processual de existência. Excepcionalmente, difiro o recolhimento de custas processuais ao final. Int. VIAS DESTE DESPACHO SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADOEndereço: GOL - LINHAS AÉREAS INTELIGENTES: Av. Vinte de Janeiro, s/n, Terminal de Passageiros n. 1 Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro, Galeão 2º andar, nível 15, 55, entre os eixos 10-12/E-G, sala 2011-A, Embarque, Rio de Janeiro-RJ, CEP 21941-570. Observação: O prazo para responder à ação é de 15 (quinze) dias, contados da juntada do comprovante de recebimento desta correspondência ao processo. Advertência: Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como sendo verdadeiros os fatos articulados pela parte autora. Porto Velho-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. José Antônio Robles Juiz de Direito.

Proc.: 0000871-53. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: CONDOMINIO RESIDENCIAL ATENAS
Advogado: Daliane Elen Brito Morais Santos de Lima (OAB/RO 5931), Stenio Caio Santos de Lima (OAB/RO 5. 930)
Requerido: Itaian de Melo Garrett da Silva
DESPACHO:
VISTOS, Considerando que a parte requerente apresentou prova escrita sem eficácia de título executivo, com fundamento no art. 1. 102b, do CPC, defiro a expedição do mandado monitório. Saliente-se que, havendo cumprimento do mandado no prazo de quinze dias, ficará isenta a parte requerida do pagamento de custas e honorários advocatícios (art. 1. 102-C, do CPC). Caso o requerido, citado pessoalmente, não efetue o pagamento e nem ofereça embargos, tornem-me concluso os autos. Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora, no prazo de 10 (dez) dias, indicar novo endereço para que a relação jurídico-processual seja estabelecida, sob pena de extinção e arquivamento do feito por ausência de pressuposto processual. E, finalmente, com fundamento no art. 125, inc. IV, do CPC, designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 13/03/2014, às 9h30min. Nela deverão comparecer os eminentes advogados das partes, os quais, querendo, deverão convidá-la para se fazer presentes, independentemente de suas intimações. Int. COPIAS DESTE DESPACHO SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADOEndereço: 1) ITAIAN DE MELO GARRETT DA SILVA: Av. Guaporé, nº 6100, bairro Rio Madeira, Condomínio Atenas, Bloco B, Apartamento 104, Porto Velho-RO, CEP 76. 821-430 e 2) LUCIANA ALVES DE ARAÚJO: Rua Jabadara, nº 2040, Conjunto Santo Antônio, Porto Velho-RO. Observação: O prazo para responder à ação é de 15 (quinze) dias, contados da juntada do comprovante de recebimento desta correspondência ao processo. Advertência: Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como sendo verdadeiros os fatos articulados pela parte autora. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. José Antônio Robles Juiz de Direito.

Proc.: 0015876-33. 2005. 8. 22. 0001
Ação: Embargos à Execução
Embargante: Cooperativa Agropecuária Extrativista da Amazônia Ltda, Marino Avelhaneda Botoni, Jeocas Gomes de Brito, Jair Issler Botoni, Antonio Neto Martins, José Alves Moreira, Floriano Kalki, Roberto de Mattos
Advogado: Caroline Carranza Fernandes Arnuti (OAB/RO 1915), Tadeu Fernandes (OAB/RO 79A), José Carlos Leite Júnior (OAB/PR 22224)
Embargado: Banco da Amazônia S/A
Advogado: Marcelo Longo de Oliveira (OAB/RO 1096)
Custas Finais:
Ficam as partes, por via de seus Advogados, no prazo de 05 dias, intimadas para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 10. 715, 46, sendo R$ 5. 357, 73(cinco mil, trezentos e cinquenta e sete reais e setenta e três centavos) para cada parte, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0252249-40. 2009. 8. 22. 0001
Ação: Consignação em Pagamento
Consignante: A P da Silva Neto
Advogado: Izabel Celina Pessoa Bezerra Cardoso (OAB/RO 796)
Consignado: Banco Volkswagen S. A.
Advogado: Lilian Raquel Mendes Dantas Siqueira (OAB/RO 2173)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 5, 00 (cinco reais), sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0013195-80. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Valentim Jose do Livramento, Dalva Lima do Livramento
Advogado: Velci José da Silva Neckel (OAB/RO 3844)
Requerido: BRASIL TELECOM- OI
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635), Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501), Marlen de Oliveira Silva (OAB/RO 2928), Letícia de Freitas Azevedo (OAB/RO 3020), Ingride Telassin Gurgel Barreto (OAB/RO 4693)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar a complementação das custas iniciais e finais no montante de R$ 79, 96 (setenta e nove reais e noventa seis centavos); do mesmo modo, fica a parte autora - o Sr. Valentim Jose do Livramento - igualmente intimado a efetivar o pagamento no montante de R$ 624, 96 (seiscentos e vinte e quatro reais e noventa e seis centavos) sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0010226-92. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Francisco de Assis Borges de Araujo, Ligia Pereira da Silva Araujo
Advogado: João Bosco Vieira de Oliveira (OAB/RO 2213), Risolene Eliane Gomes da Silva Pereira (OAB/RO 3963)
Requerido: Edna Monteiro de Oliveira, Artur Pereira de Oliveira
Retorno do TJ:
Manifeste a parte autora sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça, no prazo de 05 dias.

Proc.: 0102486-62. 2009. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco Finasa S. A.
Advogado: CELSO MARCON OAB/ES 10. 990
Requerido: Danival Cavalcante da Silva
Retorno do TJ:
Manifeste a parte autora sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça, no prazo de 05 dias.

Proc.: 0289866-05. 2007. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Banco Honda S/A
Advogado: Luciano Boabaid Bertazzo (OAB/AC 2284A)
Requerido: Cledison dos Santos Cosme
Retorno do TJ:
Manifeste a parte autora sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça, no prazo de 05 dias.

Proc.: 0270491-81. 2008. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Severino Gonçalves Guerra
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Douglas Ricardo Aranha da Silva (RO 1779), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Requerido: Waterproof Comércio de Relógios Ltda, Rainbow Holdings do Brasil S/a
Advogado: Fabiano Braz de Melo Ribeiro (SP 305. 143)
Certidão do Oficial de Justiça:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 167, considerando que a diligência foi negativa.

Proc.: 0022943-68. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Cledson Muniz Lobato
Advogado: Francisca Rosilene Garcia Celestino (OAB/RO 2769)
Requerido: Marcos Antônio da Silva Vlaxio, Eldo Amaral dos Santos, Ednei Azevedo Figueira
Certidão do Oficial de Justiça:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 40, considerando que a diligência foi negativa.

Proc.: 0009099-22. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Distribuidora de Auto Peças Rondobras Ltda
Advogado: Maria Inês Spuldaro (OAB/RO 3306), Rafaela Cristina Lopes Mercês (OAB/RO 3923)
Requerido: Ebenezer Transporte e Turismo Ltda
Certidão do Oficial de Justiça:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 44, considerando que a diligência foi negativa.

Proc.: 0014775-77. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: BV Financeira S/A Crédito Financiamento e Investimento
Advogado: Carmen Eneida da Silva Rocha (OAB/RO 3846), Ana Paula dos Santos (OAB/RO 4794)
Requerido: Robson Pinto Matos
Certidão do Oficial de Justiça: Fiduciária
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 24, considerando que a diligência foi negativa.

Proc.: 0006954-22. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco Panamericano S/A
Advogado: Márcio Frederico Arruda Montenegro (OAB/MT 15329), Jose Martins (OAB/SP 84314)
Requerido: Francisco Eloi Correa dos Santos
Certidão do Oficial de Justiça: Fiduciária
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 32, considerando que a diligência foi negativa.

Proc.: 0021544-04. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: Instituto João Neórico
Advogado: Eliane Carneiro de Alcântara (OAB/RO 4300)
Requerido: Helio Struthos Arouca
Certidão do Oficial de Justiça:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 20, considerando que a diligência foi negativa.

Proc.: 0020801-62. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Reintegração / Manutenção de Posse
Requerente: Banco Volkswagen S. A.
Advogado: Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/RO 4658)
Requerido: Maria Aparecida Barbosa
Advogado: Telma Santos da Cruz (OAB/RO 3156), Romilson Fernandes da Silva (OAB/RO 5109)
Certidão do Oficial de Justiça: sse
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 92, considerando que a diloigência foi negativa.

Proc.: 0015645-59. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: Banco Fiat S. A.
Advogado: Mélanie Galindo Martinho Azzi (OAB/RO 3793)
Requerido: Sebastiao Marinho Gomes
Certidão do Oficial de Justiça:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 59, considerando que a diligência foi negativa

Proc.: 0010143-76. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Distribuidora de Auto Peças Rondobras Ltda
Advogado: Maria Inês Spuldaro. (OAB/RO 3306)
Requerido: José Roberto Mendonça Domaneschi
AR Negativo:
Manifeste a parte interessada sobre a juntada de AR NEGATIVO, considerando que não foi o requerido procurado.

Proc.: 0014018-83. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco do Brasil S/A
Advogado: Josimar Oliveira Muniz (OAB/RO 912)
Executado: J S M Comercio de Alimentos Preparados Ltda,

Valdeci Cavalcante Machado, Ronilda Viana Santana Machado, Douglas Willian de Souza Nomura, Siara Sumie Nomura de Souza
Advogado: Josimar Oliveira Muniz (OAB/RO 912)
Certidão do Oficial de Justiça: l
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 86, considerando que a diligência foi parcialmente cumprida.

Proc.: 0022941-69. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Reintegração / Manutenção de Posse
Requerente: Vania Oliveira Carvajal
Advogado: Hugo Wataru Kikuchi Yamura (OAB/RO 3613)
Requerido: Fulano de Tal, Luiza Felix de Souza
Certidão do Oficial de Justiça: sse
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 125, considerando que a diliência foi negativa.

Irene Costa Lira Souza
Escrivã Judicial

5ª VARA CÍVEL

5º Cartório Cível
O INTEIRO TEOR DOS DESPACHO S E SENTENÇA S PODEM SER OBTIDOS NO ENDEREÇO ELETRÔNICO: www. tj. ro. gov. br
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
ENDEREÇO ELETRÔNICO:
JUIZ: jjorge@ tj. ro. gov. br
ESCRIVÃ: olivia@tj. ro. gov. br
VARA: pvh5civel@tj. ro. gov. br

Proc.: 0022504-62. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Anderson Santos
Advogado: Sylvan Bessa dos Reis (OAB/RO 1300)
Requerido: TAM Linhas Aéreas
Advogado: Walter Airam Naimaier Duarte Júnior (OAB/RO 1111)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 257, 50, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0153005-41. 2009. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Livia Alves Marcelino
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Requerido: E. F. Maia EPP
Advogado: Lael Ézer da Silva (OAB/RO 630)
Documento - Retirar:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar o documento expedido, Certidão de Crédito e Certidão de Objeto e Pé.

Proc.: 0275876-10. 2008. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Edilson Moquedace dos Santos Lins
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Requerido: Lisiane dos Santos Soares, Jennity Suzanne Alves Rates Gomes
Advogado: Ciro Gatto Umpierre (OAB/RS 41359)
Documento - Retirar:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar o documento expedido, Certidão de Crédito e Certidão de Objeto e Pé.

Proc.: 0004524-68. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Mario Jorge Farias
Advogado: Maria Clara C. Góes (OAB/RO 198-B), Rosilene de Oliveira Zanini (OAB/RO 4542)
Requerido: União P F N
Petição ¿ Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a falar sobre a petição da parte requerida de fl 183/186, proposta de acordo.

Proc.: 0003941-20. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Janaína Calixto Guimarães Silva
Advogado: Hiran Saldanha de Macedo Castiel (OAB/RO 4235), Rafael Valentin Raduan Miguel (OAB/RO 4486)
Requerido: Gol Transportes Aéreos S. A.
Advogado: Bernardo Augusto Galindo Coutinho (RO 2991), Weverton Jefferson Teixeira Heringer. (OAB/RO 2514), Sally Anne Bowmer Beça Coutinho (OAB/RO 2980)
Depósito Judicial ¿ Autor:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), a manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre o Depósito Judicial de fl. 146, efetuado pela parte requerida, no valor de R$6. 348, 00 efetuado no Banco do Brasil S/A.

Proc.: 0003241-10. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Josyleide Silva dos Santos
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A), Valdismar Marim Amancio (OAB/RO 5866)
Requerido: Banco do Brasil S/A
Advogado: Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567), Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Júnior (OAB/RO 4407), Alexandre Leandro da Silva (OAB/RO 4260)
Depósito Judicial ¿ Autor:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), a manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre o Depósito Judicial de fl. 214, efetuado pela parte requerida, no valor de R$1. 166, 49.

Proc.: 0007929-44. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Beatriz Moreira de Lima
Advogado: James Nicodemos de Lucena (OAB/RO 973)
Requerido: Americel S/A
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Depósito Judicial ¿ Autor:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), a manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre o Depósito Judicial de fl. 96, efetuado pela parte requerida, no valor de R$3. 629, 38.

Proc.: 0022271-65. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Rozenildo Passos de Figueiredo
Advogado: Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)
Requerido: Banco do Brasil S/A
Advogado: Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567)
Depósito Judicial ¿ Autor:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), a manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre o Depósito Judicial de fl. 100, efetuado pela parte requerida, no valor de R$1. 008, 30 efetuado no Banco do Brasil S/A.

Proc.: 0021887-05. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Michel José Ribeiro da Silva
Advogado: Maria Cleonice Gomes de Araújo (OAB/RO 1608), Albenísia Ferreira Pinheiro (OAB/RO 3422)
Requerido: Banco BMG S/A
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696)
Depósito Judicial ¿ Autor:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), a manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre o Depósito Judicial de fl. 231, efetuado pela parte requerida, no valor de R$6. 719, 97.

Proc.: 0003789-35. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Juliana Rodrigues Cavalcante
Advogado: Francisco Nunes Neto (OAB/RO 158), José Bruno Ceconello (OAB/RO 1855)
Requerido: Banco Santander S/A
Advogado: Roberto Jarbas Moura de Souza (OAB/RO 1246), Celso Marcon (OAB/RO 3. 700)
Depósito Judicial ¿ Autor:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), a manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre o Depósito Judicial de fl. 166, efetuado pela parte requerida, no valor de R$11. 549, 81 feito no Banco do Brasil S/A.

Proc.: 0011748-57. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Gilson Batista
Advogado: Silvana Félix da Silva Sena (OAB/RO 4169), Érica de Nazaré Sousa Costa Silva (OAB/RO 3858), José Costa dos Santos (OAB/RO 4626)
Requerido: Centrais Elétricas do Estado de Rondônia S. A. - CERON
Advogado: Ubirajara Rodrigues Nogueira de Rezende (OAB/RO 1571), Pedro Origa Neto (OAB/RO 2A), ( ), Matheus Evaristo Santana (OAB/RO 3230), Francianny Aires da Silva Ozias (OAB/RO 1190), Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434), Marcelo Rodrigues Xavier (OAB/RO 2391)
Depósito Judicial ¿ Autor:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), a manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre o Depósito Judicial de fl. 90, efetuado pela parte requerida, no valor de R$17. 643, 03.

Proc.: 0006931-76. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Condomínio Residencial Nova Era I
Advogado: Rucilene Araújo Botelho Campos (OAB/RO 5587)
Requerido: Eudes Nascimento
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 15, 95, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0025937-06. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Oliveira Pereira Cândido
Advogado: Geisebel Erecilda Marcolan (OAB/RO 3956)
Requerido: Centrais Elétricas de Rondônia S/A
Advogado: Ubirajara Rodrigues Nogueira de Rezende (OAB/RO 1571), Jacimar Pereira Rigolon (OAB/RO 1740), Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434), Marcelo Rodrigues Xavier (OAB/RO 2391)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$, sob pena de inscrição na dívida ativa. 658, 95

Proc.: 0002174-39. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Cautelar Inominada (Cível)
Requerente: Emília Ferreira Ribeiro
Advogado: Karina Rocha Prado (OAB/RO 1776)
Requerido: Eletrobrás Distribuição Rondônia - CERON
Advogado: Silvia de Oliveira (OAB/RO 1285), Orestes Muniz (OAB/RO 040), Kênia de Carvalho Mariano (OAB/RO 994)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 62, 75, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0018020-67. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Raunei Gonzaga do Nascimento
Advogado: Valnei Gomes da Cruz Rocha (OAB/RO 2479), Zaira dos Santos Tenório (OAB/RO 5182), Raimundo Nonato Abreu de Oliveira Junior (OAB/RO 697E)
Requerido: Construtora BS S. A. , CENTRAL IMÓVEIS - E. M. E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA
Advogado: Mauro da Silva Andrieski (OAB/MT 10925B)
DESPACHO:
DECISÃO Intime-se a parte autora para que promova a citação da segunda requerida, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de prosseguimento do feito do somente contra a primeira requerida. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0019054-09. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: D'alumínio Comércio Ltda
Advogado: Liliane Aparecida Ávila (OAB/RO 1763)
Requerido: E. c Aciole ImportaÇÃo e Export Me
DESPACHO:
DESPACHO: Promova o requerente a citação do requerido, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0013244-53. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Fontenele & Cia Ltda - Me
Advogado: Regina Célia Santos Terra Cruz (OAB/RO 1100)
Requerido: D. s. Ribeiro Papelaria Me Digital Supri

DESPACHO:
DESPACHO: Promova o requerente a citação do requerido, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0007099-78. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco da Amazônia S. A.
Advogado: Marcelo Longo de Oliveira (OAB/RO 1096)
Executado: Rosinaldo Lemos Ferreira, MARIA LOURDES MENDES DE BRITO SILVA
DESPACHO:
DESPACHO: Promova o requerente a citação do requerido, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Em caso de repetição de diligência por oficial de Justiça, deve o autor recolher as custas pertinentes a diligência requerida (art. 29, CPC). Intime-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0019916-77. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: João Rosa da Silva Filho
Advogado: Sérgio Muniz Neves (00)
Requerido: ELETROBRÁS - DISTRIBUIÇÃO RONDÔNIA
DECISÃO:
DECISÃO Acolho a emenda à inicial. João Rosa da Silva Filho, ajuizou ação ordinária em face de Eletrobras Distribuição Rondônia-CERON, pretendendo a declaração de inexistência de débitos oriundos de apuração de irregularidade na leitura de consumo, bem como a condenação por danos morais. Em sede de antecipação de tutela pediu para que a parte requerida retire imediatamente seu nome do SPC e SERASA, bem como para que se abstenha de incluí-lo novamente até o julgamento final da demanda. A antecipação dos efeitos da medida jurisdicional constitui-se em faculdade conferida ao juiz, que, dentro dos critérios legais, decide sobre a conveniência da medida, podendo a qualquer tempo revogá-la ou modificá-la. No caso em tela, os pedidos de abstenção do apontamento decorrem da afirmação do autor de que o valor apurado a título de notificação de irregularidade (fls. 16) é injusto e absurdo. A antecipação de tutela pretendida deve ser deferida. Isso porque, diante das alegações do autor é possível vislumbrar, com as limitações próprias do início do conhecimento, a possibilidade de ser ilegítima a cobrança. O perigo da demora dispensa maiores considerações, uma vez que a negativação impede o acesso da parte autora ao crédito, o que, na atualidade, dificulta sobremaneira a aquisição de bens e produtos de primeira necessidade. Ante ao exposto, com fundamento no art. 273 do Código de Processo Civil, DEFIRO o pedido de antecipação de tutela formulado nestes autos e, em consequência, DETERMINO à parte requerida que exclua o nome do requerente dos róis de maus pagadores, abstendo-se de promover nova inscrição em relação aos débitos ora discutidos, até o julgamento do MÉRITO da presente demanda, sob pena de multa diária de R$ 250, 00 (duzentos e cinquenta reais), até o limite de R$ 5. 000, 00 (cinco mil reais), Independentemente do prazo de resposta, DESIGNO audiência para tentativa de conciliação para o dia 15 de abril de 2014 às 10h30min. Na oportunidade, infrutífera a conciliação, a parte autora poderá se manifestar sobre a contestação, bem como as partes acerca da necessidade de produção de provas em audiência. A ausência de quaisquer das partes implica na sua dispensa da produção de outras provas, ensejando o julgamento antecipado da lide, nos termos do inciso I do art. 330 do Código de Processo Civil. Cite-se a parte requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contestação, sob pena de serem aplicados os efeitos da revelia, de acordo com o disposto nos arts. 285 e 319 do Código de Processo Civil. CÓPIA DESTA SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO. Requerido: Av. Imigrantes, 4137 - Industrial CEP 76821-063 Porto Velho/RO. Porto Velho-RO, quarta-feira, 29 de janeiro de 2014. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0019141-62. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Alexsandro Ruas Arruda
Advogado: Douglas Ricardo Aranha da Silva (RO 1779)
Requerido: OI S/A
DESPACHO:
DESPACHO: Promova o requerente a citação do requerido, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0013652-44. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Unicred Porto Velho - Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos e Demais Profissionais da Saúde de Porto Velho Ltda
Advogado: Valeriano Leão de Camargo (OAB/RO 5414)
Requerido: Andre Luiz Rocha Peres
DESPACHO:
DESPACHO: Promova o requerente a citação do requerido, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0018286-83. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Modelo Proc. de Dados Serviços Assessoria Contabil e Tributaria Ltda Me
Advogado: Luzinete Xavier de Souza (OAB/RO 3525)
Executado: All Clean Empreendimentos Ltda.
DECISÃO:
DECISÃO Esclareça a parte autora se o que pretende com o pedido de fls. 36 é a citação da executada nas pessoas de seus sócios. Em caso positivo, deverá a recolher as custas pertinentes à repetição da diligência. Prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção e arquivamento do feito. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0014997-79. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: Mútua de Assistência dos Profissionais de Engenharia, Arquitetura e Agronomia
Advogado: Ricardo de Paula Ribeiro (OAB/DF 15928), Kallyne Gomes Santos (OAB/DF 30583), Giovana Tonello Pedro Lima (OAB/DF 34. 777)
Requerido: Audizio da Silva Carneiro, Edigleide de Souza, Fabiana Carmo Pasqualato
DESPACHO:
DESPACHO: Promova o requerente a citação do requerido, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0025910-23. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Arresto
Arrestante: J. B. das Neves Ximenes
Advogado: Paulino Palmério Queiroz (OAB/RO 208A)
Arrestado: Gonçalves e Pereira Comércio de Veículos Ltda
DESPACHO:
DESPACHO: Promova o requerente a citação do requerido, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Em caso de repetição de diligência por oficial de Justiça, deve o autor recolher as custas pertinentes a diligência requerida (art. 29, CPC). Intime-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0023629-60. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Rúbia Avelar Cereda Nogueira, Vinícius Guimarães Nogueira
Advogado: DANIELE MEIRA COUTO (OAB 2400)
Requerido: Sonho de Criança Festas
DECISÃO:
DECISÃO Analisando os autos, especialmente o documento de fls. 27, verifica-se que, muito embora alterado o polo ativo da demanda, com inclusão de litisconsorte, a presente demanda é reiteração de processo que tramitou perante a 3ª Vara Cível desta Comarca, que foi extinto sem resolução de MÉRITO (autos n. 0008875-50. 2012. 8. 22. 0001) naquele Juízo. Trata-se, pois, de hipótese elencada no inciso II do art. 253 do Código de Processo Civil como causa de distribuição do feito por dependência, conforme entendimento jurisprudência: CONFLITO DE COMPETÊNCIA. PROCESSO CIVIL. DESISTÊNCIA. RENOVAÇAO DO PEDIDO POR OUTRO DEMANDANTE. PREVENÇÂO. INOCORRÊNCIA. INAPLICABILIDADE DO ARTIGO 253, INCISO II, DO CPC. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE DIREITO DO 1º JUIZADO DE COMPETÊNCIA GERAL DE SOBRADINHO - DF. 1. PARA QUE SEJA OPERADA A PREVENÇÃO O ARTIGO 253, INCISO II, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, CONTEMPLA DE MANEIRA EXPLÍCITA QUE A RENOVAÇÃO DO PEDIDO DEVE NECESSARIAMENTE OCORRER PELA MESMA P ARTE, AINDA QUE EM LITISCONSÓRCIO COM OUTROS AUTORES OU SE ALTERADOS PARCIALMENTE OS RÉUS DA DEMANDA 2. RESTA INDENE DE QUALQUER DÚVIDA QUE A DEMANDA A JUIZADA POR PESSOA ABSOLUTAMENTE DISTINTA DAQUELA QUE INTENTOU A OUTRA AÇÃO QUE TRAMITOU PERANTE O JUÍZO SUSCITANTE (2º JUIZADO DE COMPETÊNCIA GERAL DE SOBRADINHO - DF), NÃO CONFIGURA QUALQUER OFENSA AO PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL; (TJ-DF - DVJ: 127827420088070006 DF 0012782-74. 2008. 807. 0006, Relator: Flávio Fernando Almaida da Fonseca, Data de Julgamento: 04/05/2010, Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do D. F. , Data de Publicação: 20/05/2010, DJ-e Pág. 186)Sendo assim, em atenção ao disposto no inciso II do art. 253 do Código de Processo Civil, remetam-se os autos à 3ª Vara Cível da Comarca de Porto, com as baixas de estilo. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0015491-41. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Requerente: Banco Bradesco S/A
Advogado: Lucyanne Carratte Brandt Hitzeschky (OAB/RO 4659)
Requerido: Curua Cia Construtora Ltda, Carlos Alberto Soccol
Advogado: Heleneide Afonso da Silva Soccol (OAB/RO 756), Carmelita Gomes dos Santos (OAB/RO 327)
DESPACHO:
DESPACHO: Promova o requerente a citação do requerido, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Em caso de repetição de diligência por oficial de Justiça, deve o autor recolher as custas pertinentes a diligência requerida (art. 29, CPC). Intime-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0020573-53. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Associação de Crédito Cidadão de Rondônia
Advogado: Karina da Silva Sandres (OAB/RO 4594)
Executado: Cristiane Kellen Correia Bueno
DESPACHO:
DESPACHO: Promova o requerente a citação do requerido, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0011284-33. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Distribuidora de Auto Peças Rondobras Ltda
Advogado: Maria Inês Spuldaro (OAB/RO 3306)
Executado: Maria Conceição Gamas Fernandes
DESPACHO:
DESPACHO: Promova o requerente a citação do requerido, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Em caso de repetição de diligência por oficial de Justiça, deve o autor recolher as custas pertinentes a diligência requerida (art. 29, CPC). Intime-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0006393-95. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Edileuza Maria de Siqueira GuimarÃes Gato, Nailor Guimaraes Gato
Advogado: Pedro Alexandre Assis Moreira (OAB/RO 3675)
Requerido: Gafisa SPE Oitenta e Cinco Empreendimentos Imobiliários Ltda
DESPACHO:
DECISÃO Chamo o feito à ordem. Após a publicação da DECISÃO de fls. 134, constatou-se a ocorrência de erro material, eis que não constou no teor da DECISÃO o horário da audiência designada. O erro material, como no presente caso concreto, pode ser corrigido a qualquer tempo, de ofício ou a requerimento das partes, sem que haja qualquer ofensa ao julgado. Assim, na forma do inciso I do art. 463, do Código de Processo Civil, RECONHEÇO a ocorrência de erro material na DECISÃO de fls. 134 e DETERMINO seja republicada como segue: ¿Com fundamento no inciso IV do art. 125 do Código de Processo Civil, DESIGNO audiência de conciliação para a data de 25 de fevereiro de 2014 às 17h. Intime-se as partes através de seus respectivos advogados. Cumpra-se. ¿Publique-se. Intimem-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0017710-27. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: José Francisco Cartogenio
Advogado: Francisco Carlos do Prado (OAB/RO 2701), Geraldo Peres Guerreiro Neto (OAB/RO 577)
Requerido: Santo Antônio Energia S. A.

Advogado: Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861), Everson Aparecido Barbosa (OAB/RO 2803), Bruna Rebeca Pereira da Silva (OAB/RO 4982), Gelca Maria de Oliveira Pereira (OAB/RO 4786), Luciana Sales Nascimento (OAB/PB 17625B)
DESPACHO:
DECISÃO Aguarde-se o julgamento da impugnação à concessão dos benefícios da justiça gratuita. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0000943-40. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Pedro da Silva Couto
Advogado: Genival Fernandes de Lima ( )
Requerido: Eletrobrás Centrais Elétricas de Rondônia
DECISÃO:
DECISÃO No presente caso o autor dá à causa o ínfimo valor de R$ 1. 000, 00, cujas custas processuais importaram em R$ 15, 00. Não se pode olvidar que o custo de uma diligência do senhor oficial de justiça, em um mandado cumprido positivamente e comum, não é menor do que R$ 81, 75. A isso não está computado o custo da máquina judiciária. Note-se que o requerente não é beneficiário da assistência judiciária gratuita. Com essas considerações penso que se deva alterar o valor da causa, bem como recolher as custas complementares, no sentido de que sejam suficientes para se fazer frente, ao menos, com as despesas oficiais. Concedo ao autor o prazo de dez dias sob pena de extinção do processo. Intimem-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0008177-10. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Reintegração / Manutenção de Posse
Requerente: Bfb Leasing Arrendamento Mercantil
Advogado: Carla Passos Melhado Cochi (OAB/SP 187329), Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Requerido: Ana Cecília dos Santos
DESPACHO:
DESPACHO: Promova o requerente a citação do requerido, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Em caso de repetição de diligência por oficial de Justiça, deve o autor recolher as custas pertinentes a diligência requerida (art. 29, CPC). Intime-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0011928-73. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Loc-Maq Locação de Máquinas e Equipamentos Ltda ME
Advogado: Vanessa Michele Esber (OAB/RO 3875)
Executado: Amazon Suspensão e Freios Ltda - ME
DESPACHO:
DESPACHO: Promova o requerente a citação do requerido, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Em caso de repetição de diligência por oficial de Justiça, deve o autor recolher as custas pertinentes a diligência requerida (art. 29, CPC). Intime-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0019717-55. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: Maria das Dores Ferreira da Silva
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: Banco B M C S/A
DESPACHO:
DESPACHO: Promova o requerente a citação do requerido, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0006796-64. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Impugnação de Assistência Judiciária
Impugnante: Santo Antônio Energia S. A.
Advogado: Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861), Gelca Maria de Oliveira Pereira (OAB/RO 4786), Luciana Sales Nascimento (OAB/PB 17625B), Everson Aparecido Barbosa (OAB/RO 2803), Ariane Diniz da Costa (OAB/MG 131774), Bruna Rebeca Pereira da Silva (OAB/RO 4982), Igor Habib Ramos Fernandes (OAB/RO 5193)
Impugnado: José Francisco Cartogenio
Advogado: Geraldo Peres Guerreiro Neto (OAB/RO 577), Francisco Carlos do Prado (OAB/RO 2701), Tânia Oliveira Sena Pinheiro (OAB/RO 4199)
DESPACHO:
DECISÃO Desapensem-se, remetendo-se ao E. Tribunal de Justiça para análise do recurso. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0014708-49. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Elir Roberto Sichinel
Advogado: Sérgio Muniz Neves (00)
Requerido: Jurate Sichinel
Advogado: Beatriz Veiga Cidin (OAB/RO 2674)
DECISÃO:
DECISÃO As partes são legítimas e estão bem representadas. Inexistindo questões prejudiciais ou preliminares a serem analisadas, estando o processo em ordem, DOU O FEITO POR SANEADO. Como pontos controvertidos da lide, fixo os seguintes: a) a existência de vício de consentimento; b) a existência de encargo subordinador da doação; c) a existência de causa/motivo/razão que leve à anulação da doaçãoDEFIRO a produção da prova testemunhal pleiteada pelo requerente, consistente no depoimento das testemunhas indicadas. Outrossim, considerando que o autor não justificou a utilidade e pertinência para o deslinde do feito, o que também não foi constatado por este Juízo, indefiro a realização de perícia. No tocante à prova documental, esta deve se dar em observância ao disposto nos artigos 396 e seguintes do Código de Processo Civil, prescindindo, portanto, de autorização. DESIGNO audiência de conciliação, instrução e julgamento para a data de 22 de abril de 2014 às 09h30min. Intimem-se as partes por meio de seus procuradores, bem como as testemunhas arroladas às fls. 44. CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADOPedro Pinho Araújo: Rua Juciara, 3970 - ala 10 - Bairro Lagoa Porto Velho/ROLucimar Pereira Reis: Rua Anápolis, 9079 - Jardim Santana Porto Velho/RODolores Siqueira da Silva: Rua Mané Garrincha, 4028 - Jardim Santana Porto Velho/ROPorto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0019749-60. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Servidores do Poder Executivo Federal do Estado de Rondônia CREDIFORT
Advogado: Rozinei Teixeira Lopes (OAB/RO 5195), Antônio Fonseca Barbosa Atipos (OAB/RO 3267)
Executado: Emelinha Venerana Moraes da Fonseca
SENTENÇA:
SENTENÇA HOMOLOGO o acordo celebrado às fls. 59/60 para que surta seus jurídicos e legais efeitos e, com fundamento no inciso II do art. 794 do Código de Processo Civil, julgo EXTINTO o processo movido por COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS SERVIDORES DO PODER EXECUTIVO FEDERAL DO ESTADO DE RONDÔNIA - CREDIFORTE em face de EMILINHA VENERANDA MORAES FONSECA, ambos qualificados nos autos e ordeno seu arquivamento. Sem custas. Autorizo o desentranhamento dos documentos que instruem a inicial, mediante apresentação de fotocópias. Certifique-se o trânsito em julgado desta DECISÃO, procedam-se as baixas e comunicações pertinentes, arquivando-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0020861-35. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: Autovema Veículos Ltda
Advogado: Maria Sônia Benitez (OAB/RO 1072), Márcia Janete Sacco Garcia (OAB/RO 1082)
Requerido: Roberto Rodrigues de Lima
DESPACHO:
DESPACHO: Promova o requerente a citação do requerido, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Intime-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Proc.: 0001133-03. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Reintegração / Manutenção de Posse
Requerente: Ana Alice de Moura Gurgel do Amaral, Espólio de Arlete Louzada de Moura Gurgel
Advogado: Kelly Paiva Lopes Gondim (OAB/RO 1269)
Requerido: Tiago Gurgel do Amaral Barros
DECISÃO:
VISTOS. Afirmam os autores que o réu consumou o esbulho no imóvel descrito na inicial, em relação ao qual ingressou com a presente possessória. Alegam o réu arrombou cadeados, colocou cachorro no imóvel e deu início à obras, inclusive utilizando-o para festejos. Pediram seja o imóvel mantido no estado em que se encontra, até a realização da audiência de justificação já designada. Não há dúvida, pelos elementos acostados ao pedido de fl 68, que está o réu impedido de se aproximar da autora Ana Alice, por DECISÃO judicial. Também é certo que no terreno em que está localizada a residência dela, há outras construções, uma delas sendo objeto do presente feito. Ora, ao ir até um dos imóveis o que é objeto da presente lide por óbvio está o réu a descumprir determinação judicial de manutenção de distância daquela autora. Entretanto, esse fato deve ser discutido junto ao juízo da Vara Criminal, onde tramita processo específico. Entretanto, os elementos ora colacionados demonstram efetivamente que o ora réu, mesmo após o ingresso da presente ação de manutenção possessória, voltou ao imóvel agora perpetrando esbulho possessório. Desta feita, defiro o pedido de fl 68 para o fim de determinar que o imóvel objeto da presente seja mantido no estado em que se encontra, proibindo-se a realização de qualquer tipo de obra ou efetivação de ocupação incluindo festejos temporários. Cumpra-se, com urgência, a DECISÃO de fls 65/66 dos autos. Intimem-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. José Jorge Ribeiro da Luz Juiz de Direito

Olivia Adna Barata
Escrivã

6ª VARA CÍVEL

6ª Cartório Cível, Falência e Concordata
Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza
Juíza de Direito
Sugestão ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet através do e-mail: pvh6civel@tjro. jus. br
Diretora de Cartório: Denise Gonçalves da Cruz Rocha

Proc.: 0021382-43. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Maria Madalena Nichele
Advogado: José Manoel Alberto Matias (OAB/RO 3718), Gustavo Gerola Marsola (OAB/RO 4164)
Requerido: Direcional TSC Rio Madeira Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4875A)
DESPACHO:
DECISÃO /CARTA/MANDADONos termos do art. 125, IV do Código de Processo Civil, determino o comparecimento das partes para audiência de conciliação no dia 26. 02. 2014, às 10h30min, ocasião em que deverão comparecer munidas de propostas no intuito de minimizar perdas e maximizar ganhos. A audiência realizar-se-á nesta Vara no Fórum Cível localizada na Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco - Cep: 76. 803-686 Porto Velho/ROIntime-se e cumpra-se. VIAS DESTA SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADOEndereço Autora: Avenida Rio Madeira, nº 5064, apt 207 - bloco 06, bairro Nova Esperança, CEP 76. 821-510, Porto Velho/RO. Endereço Requerido: Avenida Rio de Janeiro, nº 4150, sala 205, bairro Nova Porto Velho, CEP 76. 800-000, Porto Velho/RO. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0009958-72. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Jose Gomes de Araujo
Advogado: Clara Regina Góes Orlando (OAB/RO 653), Guilber Diniz Barros (OAB/RO 3310)
Requerido: União P F N
Advogado: Yara Pinho Omena (OAB/SP 316982), Maria Creusa Machado Magalhães. (RO 178-B)
DECISÃO:
Estando o processo em fase de cumprimento de SENTENÇA, ultrapassada a fase do art. 730 do CPC, depara-se com a fase derradeira, antes com a necessária expedição de precatório, atualmente com as inovações legislativas seguintes:

Constituição Federal. Art. 100. (. . .)§ 3º O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Federal, Estadual, Distrital ou Municipal deva fazer em virtude de SENTENÇA judicial transitada em julgado. § 4º A lei poderá fixar valores distintos para o fim previsto no § 3º deste artigo, segundo as diferentes capacidades das entidades de direito público. Emenda Constitucional n. 37 de 12 de junho de 2002. Art. 87. Para efeito do que dispõe o ¿? 3º do art. 100 da Constituição Federal e o art. 78 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias serão considerados de pequeno valor, até que se dê a publicação oficial das respectivas leis definidoras pelos entes da Federação, observado o disposto no ¿? 4º do art. 100 da Constituição Federal, os débitos ou obrigações consignados em precatório judiciário, que tenham valor igual ou inferior a: I - quarenta salários-mínimos, perante a Fazenda dos Estados e do Distrito Federal; II- trinta salários-mínimos, perante a Fazenda dos Municípios. Parágrafo único. Se o valor da execução ultrapassar o estabelecido neste artigo, o pagamento far-se-á sempre, por meio de precatório, sendo facultada à parte exequente a renúncia ao crédito do valor excedente, para que possa optar pelo pagamento do saldo sem o precatório, na forma prevista no § 3º do art. 100. Inaugura-se novo procedimento com a possibilidade de compelir a Fazenda, executada pelos valores cujos tetos constam dos inc. I e II, do art. 87 da E. C. n. 37 de 12. 06. 2002, a proceder ao pagamento independentemente da existência ou expedição de precatório. E assim sendo na esteira da provisoriedade do art. 87 da E. C. n. 37/2002, adota-se o procedimento de determinar à Fazenda ou ente Executado o pagamento da quantia pelo seu saldo sob execução (fls. 92), no prazo de 60 dias, pena de sequestro. Intime-se. Oficie-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0008865-69. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Luciano Patricio Franco
Advogado: Andréia Costa Afonso Pimentel (OAB/RO 4927), Mirian Barnabé de Souza (OAB/RO 5950)
Requerido: Fundo de Investimentos em Direitos Crediticios não Padronizados Multisegmentos Creditstore
Advogado: Carlos Eduardo Coimbra Donegatti (OAB/SP 290089), Eduardo Montenegro Dotta (OAB/SP 155. 456)
SENTENÇA:
Ante ao exposto, com fundamento no artigo 927 do CC, arts. 6º VIII e 14 do CDC e art. 5º, X da CF, julgo PROCEDENTE o pedido inicial e confirmo a tutela antecipada concedida, declarando, consequentemente, inexistente o débito apontado, gerador da inscrição indevida. Em consequência, determino que a parte Requerida pague a parte Autora o valor de R$15. 000, 00, a título de indenização por danos morais, com juros de 1% ao mês e correção monetária a partir desta data, uma vez que na fixação do valor foi considerado montante atualizado. Resta resolvida a fase de conhecimento, com julgamento de MÉRITO, nos termos do artigo 269, I do CPC. Arcará a parte Requerida, com o pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios da parte contrária, estes fixados em 15% do valor da condenação, nos termos do artigo 20, §3°, do CPC. Certificado o trânsito em julgado, o devedor deverá efetuar o pagamento do valor da condenação na forma do artigo 475-J do CPC, no prazo de 15 dias, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito. Não havendo o pagamento e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA, proceda-se às baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se requerida no prazo de 06 (seis) meses do trânsito em julgado. Pagas as custas ou inscritas em dívida ativa em caso não pagamento, o que deverá ser certificado, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Proc.: 0020777-97. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Antônio Carlos Aidar Pereira, Edneia Reche de Souza Aidar Pereira
Advogado: Margarete Geiareta da Trindade (OAB/RO 4438), Vinícius Valentin Raduan Miguel (OAB/RO 4150)
Requerido: Mario da Silva Camargo Neto ME, João Batista Paulino de Lima, Comércio e Construções Camargo Corrêa S. A.
Advogado: Carlos Fernando Siqueira Castro (OAB/RO 5. 014-A)
DESPACHO:
Diante do noticiado pela parte Autora de que já promoveu ação de despejo autuada sob o nº 0000079-70. 2012. 8. 22. 0001 em face dos Requeridos, determino que traga aos autos as respectivas cópias no prazo de 5 dias. Após retornem os autos conclusos. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0025331-75. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Conceição Augusto de Oliveira
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Requerido: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios não Padronizados - NPL I
Advogado: Carlos Eduardo Coimbra Donegatti (OAB/SP 290089), Eduardo Montenegro Dotta (OAB/SP 155456)
DESPACHO:
Nos termos do art. 130, do CPC, determino que a parte Autora informe, no prazo de 10 dias, se reconhece a existência da dívida objeto de cessão de crédito entre a parte Requerida e o Banco Santander. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0148165-22. 2008. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Luiz Marinho de Azevedo
Advogado: Erivaldo Monte da Silva (OAB/RO 1247), Carlos Alberto Cantanhêde Lima (OAB/RO 3206)
Requerido: Só Truck Comércio de Caminhões Máquinas e Tratores, Geremias Pontes Leitão
Advogado: Ely Roberto de Castro (OAB/RO 509), Mário Gomes de Sá Neto (OAB/RO 1426), Ana Carolina de Oliveira (OAB/SP 253552), Ana Flávia de Oliveira Sá (OAB/RO 2351), Thiago de Oliveira Sá (OAB/RO 3889)
DESPACHO:
Cumpra-se as determinações contidas na DECISÃO de fl. 181. Em razão do baixo valor penhorado, postergo a análise da impugnação para momento posterior ao cumprimento da DECISÃO supra referidaCumpridas as determinações retornem os autos conclusos. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0013014-45. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Mario Augusto do Nascimento de Lima
Advogado: Renner Paulo Carvalho (OAB/RO 3740), Allan Monte de Albuquerque (OAB/RO 5177)
Requerido: Renan de Moraes Sales
Advogado: Suelen Sales da Cruz (OAB/RO 4289)
DECISÃO:
Considerando que a instrução probatória foi realizada por outros Juízes em minha ausência, entendo oportuna a realização de melhores esclarecimentos para melhor deslinde do feito. Assim, nos termos do art. 130, determino que o perito responda o seguinte quesito suplementar: 1. Diante das dados colhidos pelo expert e demais elementos probatórios constantes nos autos é possível afirmar qual do veículos envolvidos no sinistro ultrapassou o semáforo quando este se encontrava vermelho; 2. É possível apontar a responsabilização exclusiva ou concorrente dos envolvidos no sinistro. Vindo o laudo, intimem-se os litigantes para querendo apresentarem alegações finais no prazo comum de 30 dias. Expeça-se alvará em proveito do perito dos valores referendados às fls. 181/183. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0005021-82. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Meres Nunes Monteiro
Advogado: Antônio Rabelo Pinheiro (OAB/RO 659), Roselane da Costa (OAB/RO 3301)
Requerido: Banco Rural S/A, Rs Empreendimentos e Participações Ltda
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913), Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696), Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB/MG 63440)
SENTENÇA:
Posto isso, julgo PROCEDENTES os pedidos iniciais, confirmando a antecipação de tutela e, determinando que o Requerido Banco Rural S. A. pague a Autora, a título de indenização por danos morais a quantia de R$5. 000, 00, com juros de 1% ao mês e correção monetária a partir desta data, uma vez que na fixação do valor foi considerado montante atualizado. Deverá o Requerido Banco Rural S. A. proceder ainda ao reembolso dos valores descontados de forma indevida da folha de pagamento da parte Autora (sete parcelas, no valor de R$106, 28, cada), de forma dobrada, acrescidas de correção monetária a partir do efetivo desconto e juros de mora a partir da citação. Resta resolvida a fase de conhecimento, com julgamento de MÉRITO, nos termos do artigo 269, I do CPC. Em face do Requerido RS Empreendimento e Participações Ltda. , o feito foi extinto sem resolução do MÉRITO em razão da ilegitimidade passiva, nos termos do art. 267, VI, do CPC, entretanto, deixo de condenar a parte Autora em honorários sucumbenciais, em razão da revelia. Considerando a sucumbência mínima arcará, o Requerido Banco Rural S. A com o pagamento dos honorários advocatícios da parte Requerente, estes arbitrados em R$1. 000, 00, nos termos do artigo 20, §4°, do CPC, além das custas processuais. Deverá a Diretoria proceder a restauração da capa dos autos. Certificado o trânsito em julgado, a parte devedora deverá efetuar o pagamento do valor da condenação na forma do artigo 475-J do CPC, no prazo de 15 dias, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito. Não havendo o pagamento e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA, proceda-se às baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se requerida no prazo de 06 (seis) meses do trânsito em julgado. Pagas as custas ou inscritas em dívida ativa em caso não pagamento, o que deverá ser certificado, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0006705-42. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: Tania Maria Santos Maia
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: BRASIL TELECOM S. A
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635), Marcia Aparecida Del Piero Silva (OAB/RO 5293)
DECISÃO:
Certifique-se quanto a tempestividade do recurso interposto pela Autora, assim como a regularidade do preparo. Faculto ao Requerido, doravante apelado a apresentar contrarrazões no prazo legal. Com a vinda das contrarrazões, sem questionamento quanto aos pressupostos de admissibilidade recursal ou decorrido o prazo legal sem a resposta, determino a remessa virtual dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia para apreciação, nos termos do art. 3º da Instrução Conjunta nº 014/2010 - PR/CG, publicada no DJE nº 217/2010. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0025045-97. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Eudes Nascimento Pereira
Advogado: Nadylson Marcelino Brandão Rodrigues Filho (OAB/RO 4435)
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S. A.
Advogado: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/AC 3. 592)
SENTENÇA:
Ante ao exposto, julgo IMPROCEDENTE os pedidos iniciais, com fundamento na Lei 6. 194/74, pondo fim ao processo de conhecimento, com resolução de MÉRITO, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil. Arcará, a parte Autora com o pagamento dos honorários advocatícios da parte Requerida, estes arbitrados em R$622, 00, nos termos do artigo 20, §4, do CPC. Isento a parte Autora do pagamento das custas processuais, face as benesses da Justiça Gratuita, que ora defiro. Expeça-se alvará em favor da Requerente, pertinente aos honorários periciais depositados (fl. 109) Após o trânsito em julgado, a parte Autora deverá efetuar o pagamento da quantia acima fixada, no prazo de 15 dias, sob pena de multa de 10%, nos termos do art. 475, J, do CPC. Registrando-se o pagamento espontâneo deverá ser intimada a parte vencedora ao respectivo recebimento, providenciando o que for necessário. Na hipótese de não haver pagamento e de inércia da parte vencedora, arquivem-se oportunamente os autos. P. R. I. e Cumpra-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0001653-31. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Linha Verde Transmissora de Energia S. A.
Advogado: Washington Rodrigues Dias (OAB/MS 12363)
Requerido: Oscar Tartero
Advogado: Wanuza Cazelotto Dias dos Santos Barbieri (OAB/RO 2326), Eduardo Augusto Feitosa Ceccato (OAB/RO 5100)
DECISÃO:
Proceda a Diretoria a juntada e regularização da petições contantes na contracapa dos autos. Acolho integralmente as ponderações firmadas pelo perito Luiz Guilherme, considerando que o mesmo possui habilitação técnica para realizar a perícia necessária. Deverá a parte Autora proceder ao pagamento dos honorários periciais pleiteados às fls. 128, no prazo de 05 dias. No mais, cumpra-se a DECISÃO de fls. 115. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0003345-07. 2008. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Manuel Luiz Canto Batista
Advogado: Edson de Oliveira Cavalcante (OAB/RO 1510)
Requerido: Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - PREVI, Banco do Brasil S. A.
Advogado: José Francisco de Oliveira Santos (OAB/MG 74659), Antônio Manoel Araújo de Souza (OAB/RO 1375), Donizeti Elias de Souza (OAB/RO 266B)
DESPACHO:
Digo o exequente quanto às ponderações (fls. 1408/1414) e documentos (fls. 1415/1452) apresentados pelo executado. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0018551-56. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Iosenisse Freitas da Silva
Advogado: Laercio Batista de Lima (OAB/RO 843)
Requerido: Porto Seguro Cartões
Advogado: EugÊnio Reynaldo Palazzi (OAB/SP 128. 126), Adriana Pereira Carvalho Simões (OAB/SP 189730), Paulo José dos Santos (OAB/SP 175319), Renata Struckas (OAB/SP 219089), Erica Di Tilio Matos Sabbatini (OAB/SP 234638)
SENTENÇA:
Posto isso, com fundamento no artigo 188, inciso I, do Código Civil, julgo IMPROCEDENTE o pedido inicial, revogando a antecipação de tutela concedida e, pondo fim ao processo de conhecimento, com resolução de MÉRITO, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil. Arcará a parte Autora, com o pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios da parte contrária, estes fixados em R$700, 00, nos termos do artigo 20, §4°, do CPC. Certificado o trânsito em julgado, o devedor deverá efetuar o pagamento do valor da condenação na forma do artigo 475-J do CPC, no prazo de 15 dias, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito. Não havendo o pagamento e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA, proceda-se às baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se requerida no prazo de 06 (seis) meses do trânsito em julgado. Pagas as custas ou inscritas em dívida ativa em caso não pagamento, o que deverá ser certificado, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0013754-66. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Regina Fátima Correia Lima
Advogado: Raimundo Gonçalves de Araújo ( ), Luana da Silva Antonio (OAB RO 731-E)
Requerido: Mapfre Vera Cruz Seguradora S. A.
Advogado: Gustavo Gerola Marsola (OAB/RO 4164), Jaime Augusto Freire de Carvalho Marques (OAB/BA 9446)
SENTENÇA:
DISPOSITIVO. Posto isso, com fundamento nos artigos 186, 927 e 932 do CC e artigo 5º, X da CF, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos iniciais, oportunidade em que reconheço a culpa da requerida YEDDA pela ocorrência dos danos materiais suportados pela autora no montante de R$ 8. 500, 00. Determino que as Requeridas solidariamente procedam ao pagamento da quantia de R$8. 500, 00 à Autora com juros e correção a contar do desembolso: 10/01/2013. Arcarão as Requeridas, solidariamente, com o pagamento da quantia de R$5. 000, 00 à Autora a título de indenização por danos morais, com juros e correção a contar da presente data, vez que já atualizado o valor. Resta resolvido o feito com resolução do MÉRITO, nos termos do art. 269, I do CPC. Considerando que as requeridas deram causa ao ajuizamento da demanda, deverão arcar com as custas, despesas processuais e honorários advocatícios que fixo e 15% sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 20, § 3º do CPC. Certificado o trânsito em julgado, os sucumbentes deverão efetuar o pagamento do valor da condenação na forma do artigo 475-J do CPC, no prazo de 15 dias, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito. Não havendo o pagamento e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA, proceda-se as baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se requerida no prazo de 06 meses do trânsito em julgado. Pagas as custas ou inscritas em dívida ativa em caso de não pagamento, o que deverá ser certificado, arquive-se. P. R. I. e Cumpra-se. Porto Velho-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0002900-81. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: João Batista Chagas dos Santos
Advogado: Carlos Alberto Silvestre (OAB/RO 4017)
Requerido: Primecar Comercio de Veiculo Ltda- ME
Advogado: Ely Roberto de Castro (OAB/RO 509)
SENTENÇA:
DISPOSITIVO Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos iniciais. Com espeque nos arts. 5º, X, da CF e 186 e 927 do CC determino que requerido pague à parte autora: a) a título de danos materiais o valor de R$ 26. 000, 00, corrigido e atualizado com juros a contar do dia 24. 02. 2010, data do desembolso; e, b) a título de danos morais no valor de R$ 15. 000, 00 (quinze mil reais), com juros de 1% ao mês e correção monetária a partir desta data, uma vez que na fixação do valor foi considerado montante atualizado. Resta o feito resolvido com exame do MÉRITO, art. 269, I do CPC. Custas pela requerida, bem como honorários advocatícios, os quais arbitro em 15% do valor da condenação. Após o trânsito em julgado, a sucumbente deverá efetuar o pagamento da quantia acima fixada, no prazo de 15 dias, sob pena de multa de 10%, nos termos do art. 475, J, do CPC. Registrando-se o pagamento espontâneo deverá

ser intimada a parte vencedora ao respectivo recebimento, providenciando o que for necessário. Na hipótese de não haver pagamento e de inércia da parte vencedora, remetam-se os autos à contadoria judicial para os cálculos das custas e posterior intimação da parte sucumbente ao pagamento, com a advertência de inscrição em dívida ativa para a hipótese de descumprimento, arquivando-se oportunamente os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-sePorto Velho-RO, sexta-feira, 17 de janeiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0014167-84. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: José Luiz da Silva, José Wagner dos Reis Junior
Advogado: Valnei Gomes da Cruz Rocha (OAB/RO 2479)
Executado: Banco Bradesco S/A
Advogado: José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/RO 4570), Reynaldo Augusto Ribeiro Amaral (OAB/RO 4507), Diogo Morais da Silva (OAB/RO 3830)
DECISÃO:
Considerando a divergência de valores apresentados pelas partes vislumbro a necessidade de remessa dos autos para apuração contábil financeira, nomeio o perito Francisco das Chagas, que cumprirá o encargo que lhe é acometido, independentemente de termo de compromisso. (art. 442, CPC), devendo concluir os trabalhos no prazo de 30 dias. Faculto ao perito a indicação de seus honorários periciais que deverão ser arcados posteriormente pelo Executado. Consigno que em se tratando de relação consumerista é direito do consumidor a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, previsão no artigo 6º, VIII do CDC. Não obstante, haver entendimento de que a inversão do ônus da prova não importa na inversão do ônus financeiro, filio-me ao posicionamento de que a inversão do ônus da prova pelo Art. 6°, inc. VIII do Código de Defesa do Consumidor acarreta sim a questão das despesas com produção de prova, e que por isso, ao declarar invertido o ônus da prova, fica invertido também o ônus pelo adiantamento de despesas com produção dela. Esse posicionamento é embasado por dois pontos: o primeiro é o princípio da vulnerabilidade do consumidor e todo o histórico que desencadeou esta tutela específica, pois quando se estuda estes dois temas se constata com muita facilidade que, muito embora não seja a condição de inferioridade econômica do consumidor a única e exclusiva motivação da tutela específica e dos favorecimentos que a Lei concedeu a esta categoria de sujeitos de direito, ela está presente na grande maioria das relações e teve grande influência para a criação de grande parte dos DISPOSITIVO s do Código que tutela os interesses dessa classe específica. O segundo e mais importante é que a inversão do ônus da prova sem inverter o ônus pela despesa da prova, pode causar um tumulto processual que gere prejuízo ao fornecedor demandado, que tem o ônus de fazer prova, interferindo na sua segurança jurídica e nas suas possibilidades de defesa, pois analise-se que se determinada uma prova pelo juízo, ou requerida por ambas as partes, deixar de ser realizada porque o consumidor não disponibilizou recursos financeiros para o seu custeio, porque era economicamente hipossuficiente, e como pela inversão do ônus o fato alegado pelo consumidor deve ser contraprovado pelo fornecedor, pode acontecer, e já há precedente no caso concreto, de que ao final o grande prejudicado venha a ser o próprio fornecedor. (consulta http: //jus2. uol. com. br/doutrina/texto. asp?id=4115)”Ressalte-se que em casos em que há a inversão do ônus da prova o maior interessado em produzir a prova é o fornecedor e que se algo restar não provado por ele, o consumidor sairá vitorioso ao final. Há que se considerar também que ao deferir a inversão do ônus da prova em conjunto com o ônus pelo adiantamento das custas com despesa da prova, o próprio fornecedor tem sua segurança jurídica assegurada, pois só depende dele a produção de provas, e se houver prova inicialmente requerida pelo consumidor, que o fornecedor repute desnecessária, basta deixar de produzi-la, já que é ele quem suportará as consequências pelo que conseguir ou repute desnecessário provar. Há muitos julgados no sentido de que as duas coisas, inversão do ônus da prova e ônus pela despesa da prova andam juntas, conforme se demonstra a seguir: “. . . Dispõe o art. 6°, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, dentre os direitos básicos do consumidor, a facilitação da defesa de seus direitos. Dessa facilitação decorre, além da inversão do ônus da prova, como critério de julgamento a ser utilizado pelo juiz, a desoneração das custas relativas às provas requeridas, que passam a ser de obrigação da outra parte, que tem melhores condições econômicas de arcar com este ônus. [. . .] Vale observar que, exigida a antecipação das custas pela parte hipossuficiente, poderia a inversão da prova tornar-se inócua, visto que a prova de seu direito poderia ser obstada pela sua incapacidade econômica. ” (TJ-PR, Ac 20311, 4ª. Câmara Cível, Rel. Des. Dilmar Kessler, DJ 10. 04. 02). Também já se pronunciou a respeito o STJ, e destacamos abaixo recente julgado dessa corte: “Ementa: CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. Leasing. Inversão do Ônus da Prova. Perícia. Antecipação de despesas. Aplica-se o CDC às operações de leasing. A inversão do ônus da prova significa também transferir ao réu o ônus de antecipar as despesas de perícia tida por imprescindível ao julgamento da causa. Recurso não conhecido. ” (STJ, Ac RESP 383276/RJ; REC. ESP. 2001/0176011-2, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, DJ 18. 06. 02). Determino que o perito: 01 - Apure as atualizações de acordo com a SENTENÇA proferida nos autos de ação civil pública. 02- Apure o valor da diferença encontrada na conta poupança dos autores pertinente aos expurgos inflacionários ocorridos em 1987 e 1989. 03- Aponte eventuais equívocos nos cálculos das partes. Vindo o laudo intimem-se as partes. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0016577-13. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Erisma dos Anjos Mota
Advogado: Hiran Saldanha de Macedo Castiel (OAB/RO 4235)
Executado: Banco Bradesco S/A
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937), Nara Lima Carvalho (OAB/RO 5416), ANNE BOTELHO CORDEIRO (OAB/RO 4370)
DECISÃO:
Tratam-se os presentes autos de fase de cumprimento de SENTENÇA da ação civil pública de n. 001. 2003. 017810-9 com apresentação pela instituição financeira Executada de petição pretendendo a suspensão do feito. De plano exponho que as alegações da parte Executada não merecem guarida. O recebimento do recurso extraordinário não gera efeito suspensivo à presente demanda. Sobre o tema o Código de Processo Civil dispõe de forma cristalina no art. 497 - ¿”O

recurso extraordinário e o recurso especial não impedem a execução da SENTENÇA; a interposição do agravo de instrumento não obsta o andamento do processo, ressalvado o disposto no art. 558 desta Lei. ”Outrossim, merece nota que o Banco do Brasil, figurante no polo passivo no Recurso Extraordinário n. 626. 307/SP, utilizado como paradigma aos recursos que envolvem o tema da repercussão geral, já realizou tal pedido junto ao STF, todavia, tal pedido foi negado, nos termos do parecer de lavra da Vice-Procuradora-Geral da República Dra. Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira, acolhido integralmente pelo Ministro Dias Toffoli, a qual por oportuno transcrevo: “2. À f. 273, o Banco do Brasil pleiteia o sobrestamento, em todos os graus de jurisdição, de todas as causas que envolvessem discussão sobre os critérios de correção monetária das cadernetas de poupança em face dos planos econômicos denominados Cruzado, Bresser, Verão e Collor I e II, até julgamento final desse recurso extraordinário. 9. Quanto ao outro pedido, o ¿? 1º do art. 543-B do CPC dispõe que caberá ao Tribunal de origem selecionar um ou mais recursos representativos da controvérsia e encaminhá-los ao Supremo Tribunal Federal, sobrestando os demais até o pronunciamento definitivo da Corte. 10. Portanto, a literalidade da norma indica que apenas os recursos serão sobrestados, o que está aquém da pretensão de sobrestamento de todas as causas pertinentes à matéria. 11. A distinção é importante principalmente no que diz respeito às causas que estão em processo de execução e, portanto, já objeto de SENTENÇA transitada em julgado. 12. E o princípio constitucional da duração razoável do processo também não permite que o sobrestamento alcance a causa na sua fase inicial, pois é justamente nessa ocasião que as partes alocam os elementos de fato, os quais são independentes, obviamente, da DECISÃO que vier a ser proferida por esse Supremo Tribunal Federal. 13. Por fim, a questão controvertida nestes autos, cuja repercussão geral foi reconhecida, é atinente apenas aos Planos Bresser e Verão. Não há razão alguma para que a providência de sobrestamento alcance causas envolvendo outros planos econômicos, tal como pretende o recorrente, principalmente quando há pelo menos um outro recurso extraordinário, em que se reconheceu a repercussão geral quanto ao Plano Collor I (RE 591. 797, rel. Min. Dias Toffoli). Entretanto, considerando que o Tribunal Excelso considerou que a ação civil pública que constituiu o título executivo provisório que ora se executa possui repercussão geral (AI 652. 620/RO) e, sobrelevando os efeitos conferidos aos autos paradigma (RE 626. 307/SP), tem-se que o feito deve ter seu seguimento, consoante se infere da DECISÃO acima colacionada. Os recursos do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, utilizadas pela parte Executada para arrimar suas assertivas em momento algum ressoam no sentido de que as execuções individuais devem ser suspensas, salientando apenas que poderá ser exigida a apresentação de caução para levantamento. Ademais, em vários outras demandas que envolvem matérias abarcadas pelo Supremo Tribunal Federal como de repercussão geral, seguem o seu trâmite até mesmo com julgamento dos recursos pelo Egrégio Tribunal de Justiça, findando suspensos tão somente os recursos acaso interpostos para o STF, conforme acórdãos dos autos n. 0027900-97. 2009. 8. 22. 0019, relator Des. Alexandre Miguel; 00114842-08. 2008. 8. 22. 0007, relator Des. Roosevelt Queiroz; 0004429-72. 2010. 8. 22. 0001, Des. Sansão Saldanha; 0000410-62. 2011. 8. 22. 0009, relator Moreira Chagas. Importa consignar que o ora Executado nos autos de ação civil pública já havia pleiteado pela suspensão de todas as execuções individuais e que este Juízo não acolheu. Transcrevo, ainda, os seguintes aresto do TJRO: Cautelar. Exibição de documentos. Expurgos. Sobrestamento. Efeito. Prosseguimento do apelo. Legitimidade passiva. Instituição financeira. Interesse processual. Esgotamento da via administrativa. Desnecessidade. Deveres da instituição financeira. O sobrestamento até o julgamento de incidente de repercussão geral em tribunal superior incide apenas sobre os recursos dirigidos àquele tribunal pela presidência, não obstando o prosseguimento das apelações cíveis na instância ordinária, conforme deliberação das câmaras reunidas cíveis, ficando, porém, resguardada eventual suspensão posterior perante a presidência da corte, nos casos de recurso dirigido ao STF, cujo objeto sejam direitos sobre planos econômicos. A instituição financeira sucessora assume as obrigações da anterior, inclusive no que concerne à sua responsabilidade e deveres perante os correntistas, sendo desnecessário o esgotamento prévio da via administrativa pelo correntista, pois a recusa em exibir os extratos desde já caracteriza o interesse processual no ajuizamento de cautelar exibitória. De acordo com norma emanada de resolução expedida pelo Banco Central, incumbe à instituição financeira manter microfilmagem dos documentos de interesse dos correntistas, competindo-lhe o dever de exibi-los e não tolher a parte de conhecer do seu teor, notadamente quando esta tem por objetivo a propositura de eventual ação de cobrança referente aos expurgos inflacionários dos planos econômicos Verão e Collor. ACÓRDAO. VISTOS, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas em, POR UNANIMIDADE, REJEITAR AS PRELIMINARES E, NO MÉRITO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR¿h. (Apelação: 0114842-08. 2008. 8. 22. 0007. Origem: Cacoal/RO (3ª Vara Cível). Apelante: HSBC Bank Brasil S. A - Banco Múltiplo. Apeladas: Anália de Souza Dib e outra. Relator: Desembargador Roosevelt Queiroz Costa. Revisor: Desembargador Marcos Alaor Diniz Grangeia. Data: Porto Velho, 30 de novembro de 2011). Ainda: Cautelar. Exibição de documentos. Inépcia da inicial. Esgotamento da via administrativa. Desnecessidade. Suspensão do feito. Deliberação das Câmaras Reunidas Cíveis. Prosseguimento do recurso. Possibilidade de obtenção dos documentos. Manutenção da SENTENÇA. A obrigação de esgotamento prévio da via administrativa para a propositura da ação judicial tem-se como irrelevante e incompatível com o princípio colacionado no inc. XXXV do art. 5º da Constituição da República, que não estabeleceu como condição de acesso à Justiça que a parte acione ou esgote as vias administrativas. Afasta-se a tese de suspensão do recurso, diante da deliberação das Câmaras Reunidas Cíveis que decidiu pelo prosseguimento dos processos em trâmite perante as Câmaras Cíveis, ressalvada a eventual suspensão posterior perante a presidência da Corte, nos casos de recurso dirigido ao STF, ainda mais no caso de ação que não discute diretamente direitos sobre planos econômicos. Cuidando-se de documentos comuns às partes, o demandado tem o dever de exibi-los, não podendo privar a parte de conhecê-los, quando tem por objetivo propor ação de cobrança referente aos expurgos inflacionários dos planos econômicos Verão e Collor. ACÓRDAO. VISTOS, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores

da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas em, POR UNANIMIDADE, REJEITAR AS PRELIMINARES E, NO MÉRITO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. DESEMBARGADOR(A) Marcos Alaor Diniz Grangeia (PRESIDENTE)¿h. (Apelação: 0027900-97. 2009. 8. 22. 0019. Origem: Machadinho do Oeste/RO (1ª Vara Cível). Apelante: HSBC Bank Brasil S. A. - Banco Múltiplo. Apelado: Antônio da Silva Sobrinho. Relator: Desembargador Alexandre Miguel. Revisor: Desembargador Sansão Saldanha. Data: Porto Velho, 6 de abril de 2011). Diante do acima exposto indefiro, mais uma vez o pleito de suspensão destes autos e, determino o prosseguimento da ação. Pretende a Exequente a execução da multa diária fixada em DECISÃO interlocutória com o fim de compelir o Executado a apresentar microfilmagem dos extratos vinculados às contas poupanças de titularidade da Exequente. Pois bem. A multa que trata o §4º do artigo 461 do CPC é uma técnica de coerção psicológica do devedor, para forçar o cumprimento de uma determinada obrigação. Dada a natureza coercitiva, a multa em apreço destina-se ao cumprimento da obrigação, sem visualizar a questão reparatória, ou seja, a multa pecuniária será devido independente das perdas e danos, inclusive isto, é regra em nossa legislação. O disposto no §2º do artigo 461 estabelece que a multa será devida independentemente das perdas e danos. Por força disto, podemos afirmar que o valor da multa não está adstrito ao valor da obrigação principal. Quanto a execução da astreintes a lei processual civil silencia no que se refere à definição da data em que a multa poderá ser exigida, divergindo a doutrina quanto a essa situação. Não obstante os entendimentos oposto, filio-me a corrente que defende ser plenamente possível a imediata execução da multa diária, pois a sua inexequibilidade imediata retira boa parte da eficiência concreta do meio coercitivo e, consequentemente, das próprias chances de sucesso da DECISÃO coercitiva. É justamente a possibilidade de exigibilidade imediata da multa que emprestará a esta o caráter coercitivo suficiente, a ensejar o cumprimento da obrigação, por fazer com que o devedor se sujeite concreta e rapidamente, às consequências de sua recusa em adimplir, ainda mais no caso que os extratos são imprescindíveis para a liquidação do crédito dos Exequentes. Ressalte-se que, se levarmos em consideração o entendimento contrario de que a multa só poderia ser executada após o trânsito em julgado da DECISÃO, estaria-se reduzindo, significativamente, o seu poder, descaracterizando, ou reduzindo a quase zero, seu objetivo principal: a coerção. Oportunizando a execução da multa é estar oferecendo um pouco mais de coercitividade à mesma. Vale considerar que o crédito decorrente da multa deve obedecer aos requisitos fixados no art. 586 do CPC, quais sejam, certeza, liquidez e exigibilidade, sendo assim, passível de ser executada. Quanto ao preenchimento do requisito certeza por parte da multa, este se faz presente a partir do momento em que não há dúvida acerca do conteúdo da prestação. Por sua vez, para que um determinado título seja dotado de liquidez, faz-se necessário que a determinação do crédito por ele reconhecido dependa de simples operação aritmética. É o que ocorre com a DECISÃO que impõe multa: basta multiplicar o valor da multa pela quantidade de dias de descumprimento da ordem. Pertinente à exigibilidade da multa, o que a autoriza é tão somente o não cumprimento da ordem judicial e, o consequente, desrespeito do Executado ao poder jurisdicional. Nesta esteira de pensamento a multa possui nítida natureza processual, e por força deste aspecto, a multa independe do direito material invocado. Nessa linha, podemos afirmar que o fato gerador da multa é o descumprimento da ordem judicial. Havendo a incidência do "fato gerador", a multa poderá ser exigida de imediato, não estando condicionada ao termo do trânsito em julgado da DECISÃO favorável ao Exequente. "Em virtude de seu caráter processual, o que autoriza a exigibilidade da multa pecuniária é a violação da ordem judicial, é o desrespeito do réu ao poder jurisdicional. O seu "fato gerador" considera apenas e tão somente a relação jurídica existente entre as partes e juiz, o dever daquela em atender às ordens deste, enquanto forem eficazes" (SPADONI, Joaquim Felipe, A Multa na Atuação das Ordens Judiciais, In: SHIMURA, Sérgio & WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (org.). Processo de execução. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 2. , p. 500)Ainda, no mesmo sentido é os ensinamentos de José Barbosa Moreira. "A multa pode ser exigida a qualquer tempo pelo interessado, não havendo dependência do que vai ser decidido ao final. A partir do da em que comece a incidir a multa, faculta-se ao credor exigi-la, através do procedimento da execução por quantia certa. (. . .) Poderá o exequente, a qualquer tempo, requerer a atualização do cálculo e promover nova execução pelo valor acrescido"(MOREIRA, José Carlos Barbosa. O novo Processo Civil Brasileiro: exposição sistemática do procedimento. 20ª ed. rev. e atual. , Rio de Janeiro: Forense, 2000, p. 220.)Assim, permitir a imediata execução da multa é tornar o processo mais efetivo, um processo que visa o adimplemento da obrigação. É necessário coibir severamente o descumprimento das ordens judiciais, e um dos meios para tal é admitir a autonomia das astreintes em relação ao direito material invocado. Contudo, não obstante a possibilidade de se executar a multa aplicada, essa deverá ser feita em autos apartados a fim de se evitar tumulto processual. Outrossim, verifica-se a inércia do Executado em cumprir a obrigação, demonstrando com essa atitude ser a multa insuficiente. Mais uma vez, ressalte-se que os extratos são documentos imprescindíveis para a liquidação do débito, portanto, no caso não há como aplicar a sanção de se reputar corretos os cálculos apresentados pelo credor, posto que os credores não tem base nenhuma para apresentar os seus cálculos. Sabe-se que essa sanção - de reputar corretos os cálculos apresentados pelo credor - foi prevista para evitar que o devedor obste o conhecimento da verdade real dos fatos; precluindo seu direito de impugnar a planilha. Todavia, no caso, o descumprimento da ordem de apresentação de dados necessários à liquidação de SENTENÇA impede saber os valores sobre os quais serão elaborados os cálculos. E ante a impossibilidade de confeccionar planilha de cálculos sem o conhecimento desses dados, nenhum efeito terá a sanção prevista pelo §2. º do art. 475-B, favorecendo o banco, que descumpriu ordem judicial, em detrimento do consumidor. O caso dos autos é o típico exemplo em que se deve invocar o princípio da efetividade (máxima da maior coincidência possível), que, na lição de Fredie Didier Jr. (Curso de Direito Processual Civil, vol. I, Salvador: Editora JusPodvim, 2008, 9. ª ed. , p. 41), amparado por Marcelo Lima Guerra, significa: "a) A interpretação das normas que regulamentam a tutela executiva tem de ser feita no sentido de extrair a maior efetividade possível; b) O juiz tem o poder-dever de deixar de aplicar uma norma que imponha uma restrição a um meio executivo, sempre que essa restrição não se justificar à luz da proporcionalidade,

como forma de proteção a outro direito fundamental; c) O juiz tem o poder-dever de adotar os meio executivos que se revelem necessários à prestação integral da tutela executiva. ” Assim, considerando o descumprimento da ordem judicial sem qualquer justificativa, atenta ao princípio da efetividade, com espeque no artigo 461, §6º do CPC, majoro a multa diária já fixada para R$1. 000, 00 até o limite de R$50. 000, 00. Diante do exposto determino: Ao Executado que apresente os extratos e planilha solicitados pela parte Exequente, conforme já determinado na DECISÃO de fls. 15/17, no prazo de 10 dias, sob pena de multa diária que fixo em R$1. 000, 00 até o limite de R$50. 000, 00, sem prejuízo da execução da multa diária fixada anteriormente. Intimem-se, o Executado pessoalmente. Cumpra-se. VIAS DESTAS SERVIRÃO DE CARTA/MANDADOEndereço: Av. Sete de Setembro, n. 711, 2º andar, Gerência Regional, bairro centro, CEP 76801. 073, Porto Velho - RO. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0016792-23. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Lindalva Pinheiro Bernadeli, Valmira da Silva Bernardeli, Valdirene da Silva Bernadelli, Mauri Bernadelli Filho
Advogado: Milton Fugiwara (RO 1194)
Executado: Banco Bradesco S/A
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937), Nara Lima Carvalho (OAB/RO 5416), Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370)
DECISÃO:
Informou o Executado a interposição de agravo de instrumento, entretanto, não se tem notícia de que tenha sido recebido no efeito suspensivo. Deste modo e considerando que já foram homologados os cálculos periciais (fls. 233) e, intimada a parte executada não efetuou o respectivo depósito judicial, com espeque no art. 655, I do CPC e visando menor dispêndio, atendendo ainda aos princípios de celeridade, efetividade e economia processual, determino a penhora via on line de ativos financeiros eventualmente existentes em nome do devedor, a ser realizado pelo sistema BACEN-JUD, além das custas e despesas processuais. Efetivada a penhora, intimem-se as partes. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0016610-03. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Édila Rodrigues de Oliveira, José Carlos de Almeida Freitas, Jose Raimundo Maia de Melo, Lindalva Fernandes Sobrinho, Luiz Carlos Morales Einhardt, Manoel Gonçalves Ferreira Neto, Manoel Silva Rocha
Advogado: José Reinaldo de Oliveira (OAB/RO 5766)
Executado: Banco Bradesco S/A
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937), Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370)
DESPACHO:
Informou o Executado a interposição de agravo de instrumento, entretanto, não se tem notícia de que tenha sido recebido no efeito suspensivo. Deste modo, fica intimado os Exequentes para se manifestarem quanto aos cálculos e extratos apresentados pelo Executado no prazo de 15 dias, em caso de inércia será caracterizado anuência. Efetivada a penhora, intimem-se as partes. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0005453-67. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Genoveva Gonçalves de Castro, Dirce Aparecida Calizotti, Janete Almeida da Silva, Iolanda de Oliveira Costa Maciel
Advogado: Paulo Francisco de Matos (OAB/RO 1688)
Executado: Banco Bradesco S/A
Advogado: Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370), Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
DESPACHO:
Acolho o pedido de fls. 246/247. Defiro ao executado prazo de 20 dias para que se manifeste a respeito do laudo pericial. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0023890-59. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Rosmery Cury Salinas
Advogado: Eudislene Mendes de Oliveira (OAB/RO 1462)
Requerido: Banco Bradesco S. A.
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937), Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370)
DECISÃO:
Informou o Executado a interposição de agravo de instrumento, entretanto, não se tem notícia de que tenha sido recebido no efeito suspensivo. Observa-se, no entanto que, embora o executado não tenha informado a este juízo, em sede de agravo comunicou a garantia do juízo (fls. 193), deste modo que, em cumprimento à DECISÃO de fls. 185 seja lançado o movimento de suspensão destes autos. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0006550-68. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Luis Alberto Tadashi Ishitani
Advogado: Ricardo de Carvalho (OAB/RO 233)
Executado: Banco Bradesco S/A
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937), Nara Lima Carvalho (RO 5. 416), Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370)
DECISÃO:
Informou o Executado a interposição de agravo de instrumento, entretanto, não se tem notícia de que tenha sido recebido no efeito suspensivo. Observa-se, no entanto que, embora o executado não tenha informado a este juízo, em sede de agravo comunicou a garantia do juízo (fls. 181), deste modo que, em cumprimento à DECISÃO de fls. 173 seja lançado o movimento de suspensão destes autos. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0005271-47. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Silvio Cezar Biscoli
Advogado: Márcia Janete Sacco Garcia (OAB/RO 1082)
Executado: Banco Bradesco S/A
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937), Nara Lima Carvalho (RO 5. 416), Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370)

DECISÃO:
Considerando a divergência de valores apresentados pelas partes vislumbro a necessidade de remessa dos autos para apuração contábil financeira, nomeio a perita Elda Vasques, que cumprirá o encargo que lhe é acometido, independentemente de termo de compromisso. (art. 442, CPC), devendo concluir os trabalhos no prazo de 30 dias. Faculto a perita a indicação de seus honorários periciais que deverão ser arcados posteriormente pelo Executado. Consigno que em se tratando de relação consumerista é direito do consumidor a facilitação da defesa de seus direitos, inclusive com a inversão do ônus da prova, previsão no artigo 6º, VIII do CDC. Não obstante, haver entendimento de que a inversão do ônus da prova não importa na inversão do ônus financeiro, filio-me ao posicionamento de que a inversão do ônus da prova pelo Art. 6°, inc. VIII do Código de Defesa do Consumidor acarreta sim a questão das despesas com produção de prova, e que por isso, ao declarar invertido o ônus da prova, fica invertido também o ônus pelo adiantamento de despesas com produção dela. Esse posicionamento é embasado por dois pontos: o primeiro é o princípio da vulnerabilidade do consumidor e todo o histórico que desencadeou esta tutela específica, pois quando se estuda estes dois temas se constata com muita facilidade que, muito embora não seja a condição de inferioridade econômica do consumidor a única e exclusiva motivação da tutela específica e dos favorecimentos que a Lei concedeu a esta categoria de sujeitos de direito, ela está presente na grande maioria das relações e teve grande influência para a criação de grande parte dos DISPOSITIVO s do Código que tutela os interesses dessa classe específica. O segundo e mais importante é que a inversão do ônus da prova sem inverter o ônus pela despesa da prova, pode causar um tumulto processual que gere prejuízo ao fornecedor demandado, que tem o ônus de fazer prova, interferindo na sua segurança jurídica e nas suas possibilidades de defesa, pois analise-se que se determinada uma prova pelo juízo, ou requerida por ambas as partes, deixar de ser realizada porque o consumidor não disponibilizou recursos financeiros para o seu custeio, porque era economicamente hipossuficiente, e como pela inversão do ônus o fato alegado pelo consumidor deve ser contraprovado pelo fornecedor, pode acontecer, e já há precedente no caso concreto, de que ao final o grande prejudicado venha a ser o próprio fornecedor. (consulta http: //jus2. uol. com. br/doutrina/texto. asp?id=4115)"Ressalte-se que em casos em que há a inversão do ônus da prova o maior interessado em produzir a prova é o fornecedor e que se algo restar não provado por ele, o consumidor sairá vitorioso ao final. Há que se considerar também que ao deferir a inversão do ônus da prova em conjunto com o ônus pelo adiantamento das custas com despesa da prova, o próprio fornecedor tem sua segurança jurídica assegurada, pois só depende dele a produção de provas, e se houver prova inicialmente requerida pelo consumidor, que o fornecedor repute desnecessária, basta deixar de produzi-la, já que é ele quem suportará as consequências pelo que conseguir ou repute desnecessário provar. Há muitos julgados no sentido de que as duas coisas, inversão do ônus da prova e ônus pela despesa da prova andam juntas, conforme se demonstra a seguir: ". . . Dispõe o art. 6°, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, dentre os direitos básicos do consumidor, a facilitação da defesa de seus direitos. Dessa facilitação decorre, além da inversão do ônus da prova, como critério de julgamento a ser utilizado pelo juiz, a desoneração das custas relativas às provas requeridas, que passam a ser de obrigação da outra parte, que tem melhores condições econômicas de arcar com este ônus. [. . .] Vale observar que, exigida a antecipação das custas pela parte hipossuficiente, poderia a inversão da prova tornar-se inócua, visto que a prova de seu direito poderia ser obstada pela sua incapacidade econômica. " (TJ-PR, Ac 20311, 4ª. Câmara Cível, Rel. Des. Dilmar Kessler, DJ 10. 04. 02). Também já se pronunciou a respeito o STJ, e destacamos abaixo recente julgado dessa corte: "Ementa: CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. Leasing. Inversão do Ônus da Prova. Perícia. Antecipação de despesas. Aplica-se o CDC às operações de leasing. A inversão do ônus da prova significa também transferir ao réu o ônus de antecipar as despesas de perícia tida por imprescindível ao julgamento da causa. Recurso não conhecido. " (STJ, Ac RESP 383276/RJ; REC. ESP. 2001/0176011-2, Rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, DJ 18. 06. 02). Determino que a perita: 01 - Apure as atualizações de acordo com a SENTENÇA proferida nos autos de ação civil pública. 02- Apure o valor da diferença encontrada na conta poupança dos autores pertinente aos expurgos inflacionários ocorridos em 1987 e 1989. 03- Aponte eventuais equívocos nos cálculos das partes. Vindo o laudo intimem-se as partes. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0005073-10. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Maryland Ferreira Lopes de Lima
Advogado: Marcia Janete Sacco Garcia (RO 1072)
Executado: Banco Bradesco S/A
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937), Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370)
DECISÃO:
Informou o Executado a interposição de agravo de instrumento, entretanto, não se tem notícia de que tenha sido recebido no efeito suspensivo. Observa-se, no entanto que, embora o executado não tenha informado a este juízo, em sede de agravo comunicou a garantia do juízo (fls. 313), deste modo que, em cumprimento à DECISÃO de fls. 304/305 seja lançado o movimento de suspensão destes autos. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0015728-75. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Edimar Roque da Costa, Edivanda Mugrabi de Oliveira, Edson Mugrabe Oliveira, Élida Lima de Abreu, Geraldo Pereira da Silva, Francisco Onofre Matias
Advogado: Maria Goreti de Oliveira (OAB/RO 3199)
Executado: Banco Bradesco S/A
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937), Nara Lima Carvalho (OAB/RO 5416), Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370)
DESPACHO:
Fica os Exequentes intimados a se manifestarem quanto aos extratos apresentados às fls. 197/201, no prazo de 10 dias. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0188589-82. 2003. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Esso Brasileira de Petróleo Ltda
Advogado: Geisebel Erecilda Marcolan (OAB/RO 3956), Eduardo Gabriel Santana Robaert (OAB/RS 71241), Fernanda Maia Marques (OAB/RO 3034), Carl Teske Junior. (RO 3. 297), Pollyana Gabrielle Souza Vieira (OAB/SP 274381)
Requerido: Glaucia Figueredo Mendonça, José Bruno Ceconello, Salmim Coimbra Saúma, Francisco Nunes Neto
Advogado: Salmim Coimbra Sáuma (OAB/RO 1518), Francisco Nunes Neto (OAB/RO 158), José Bruno Ceconello (OAB/RO 1855), Salmim Coimbra Sáuma (OAB/RO 1518), Francisco Nunes Neto (OAB/RO 158)
DESPACHO:
Em análise ao pedido de fls. 326, verifica-se junto ao Sistema BacenJud a inexistência de qualquer penhora de valores procedidas por este juízo na conta bancária do Sr. Francisco Nunes Neto, extratos anexos. Assim, determino seja oficiado ao Banco do Brasil no intuito de esclarecer acerca da indisponibilidade do montante de R$ 1. 704, 06 na conta corrente do Sr. Francisco Nunes Neto, agência 3181-x, conta corrente 88300017, devendo ser anexado ao ofício cópia das fls. 320 (extrato da conta do Sr. Franciscos N Neto). Quanto ao pedido de execução de acordo de fls. 318 ante ao alegado inadimplemento (fls. 327/328), verifico ser ônus da parte exequente demonstrar o fato constitutivo de seu direito, trazendo extrato da conta corrente onde os valores deveriam ter sido depositados, bem como apresentar o cálculo atualizado da dívida. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0103830-78. 2009. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Banco do Brasil S/A
Advogado: Verônica Fátima Brasil dos Santos Reis Cavalini (OAB/RO 1248), Joselia Valentim da Silva (OAB/RO 198)
Executado: Delmo Barroso Brito
Advogado: Lúcio Afonso da Fonseca Salomão (OAB/RO 1063)
DESPACHO:
Expeça-se Alvará do valor bloqueado às fls. 107/110 em favor do Exequente. Deverá o Executado efetuar o pagamento das custas, no prazo de 15 dias, sob pena de inscrição na dívida ativa o que desde já determino. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0016136-66. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Josemar Pereira
Advogado: Linêide Martins de Castro (OAB/RO 1902), Ivanir Maria Sumeck (OAB/RO 1687)
Requerido: Direcional TSC Jamari Empreendimentos Imobiliarios Ltda
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4875)
SENTENÇA:
Do exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL, para o fim de determinar/declarar à parte Requerida: a) proceder ao pagamento de danos morais no valor de R$15. 000, 00, juros de 1% ao mês e correção monetária a partir desta data, uma vez que na fixação do valor foi considerado montante atualizado; b) determinar que deverá incidir o índice INCC, até 01. 01. 2012, época da entrega do imóvel e, posteriormente o índice IGP-M; c) a imissão na posse do imóvel do imóvel, onde deverá a requerida observar a configuração prevista às fls. 28. Nestes termos, ponho fim a fase de conhecimento, com resolução do MÉRITO, nos termos do artigo 269, I do Código de Processo Civil. Arcará, ainda, a parte Requerida com o pagamento das custas, despesas processuais, além dos honorários advocatícios da parte Autora, estes arbitrados em 15% sobre o valor da condenação, nos termos do artigo 20, §3º do CPC. Após o trânsito em julgado, a parte Requerida deverá efetuar o pagamento da quantia acima fixada, no prazo de 15 dias, sob pena de multa de 10%, nos termos do art. 475-J, do CPC. Registrando-se o pagamento espontâneo deverá ser intimada a parte vencedora ao respectivo recebimento, providenciando o que for necessário. Na hipótese de não haver pagamento e de inércia da parte vencedora, remetam-se os autos à contadoria judicial para os cálculos das custas e posterior intimação da parte sucumbente ao pagamento, com a advertência de inscrição em dívida ativa para a hipótese de descumprimento, arquivando-se oportunamente os autos. P. R. I. e Cumpra-sePorto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0011316-04. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Esdras Jesus do Nascimento
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Requerido: BV Financeira S/A Crédito Financiamento e Investimento
SENTENÇA:
8- DISPOSITIVO. Isto posto, pelas razões suprainvocadas, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE, os pedidos iniciais determinando: a) revisão das taxas de juros utilizados no contrato firmado entre os litigantes, excluindo os juros capitalizados, em virtude da ausência de previsão legal nesse sentido; b) cobrança em caso de mora, apenas da comissão de permanência subtraído demais encargos de mora; c) repetição do indébito de forma simples, incidindo correção monetária a partir do desembolso e juros de mora a partir da citação. Ponho fim a fase de conhecimento, extinguindo o presente feito com resolução do MÉRITO, nos temos do artigo 269, I, do CPC. Em virtude da sucumbência mínima, arcará a parte Requerida, com o pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios da parte contrária, estes fixados em R$ 1. 500, 00, nos termos do artigo 20, §4º, do Código de Processo Civil. Certificado o trânsito em julgado, a parte devedora deverá efetuar o pagamento do valor da condenação na forma do artigo 475-J do CPC, no prazo de 15 dias, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito. Não havendo o pagamento e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA, proceda-se às baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se Requerida no prazo de 06 (seis) meses do trânsito em julgado. Pagas as custas ou inscritas em dívida ativa em caso não pagamento, o que deverá ser certificado, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, quinta-feira, 23 de janeiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0012864-64. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Danubia Sofia Nascimento Lima de Araújo
Advogado: Denise Paulino Barbosa (OAB/RO 3002)
Requerido: Unimed Rondônia
Advogado: Franciany D'Alessandra Dias de Paula (OAB/RO 349B), Breno Dias de Paula (399B)
DESPACHO:
Diante das alegações expostas às fls. 91/92, faculto à parte autora, apontar, no prazo de 10 dias, as folhas onde se encontram as provas documentais que comprovam cada um dos pontos controvertidos já fixados. Vindo a manifestação, digam a Requerida e o Ministério Público. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0005124-55. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Usucapião
Requerente: Aluízio Carneiro
Advogado: Marcus Edson de Lima ( )
Requerido: EGO - Empresa Geral de Obras S. A.
Advogado: Felipe Bensiman Ciampi (OAB/RO 760E)
DESPACHO:
DESPACHO /MANDADO. Por vislumbrar a possibilidade de conciliação, com fulcro no art. 125, IV do CPC, visando o interesse das partes e a pacificação social designo o dia 18/02/2014 às 10: 00 para realização da audiência. Determino o comparecimento das partes acompanhadas de seus causídicos com poderes para transigir. A audiência realizar-se-á nesta Vara no Fórum Cível localizada na Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco - Cep: 76. 803-686 Porto Velho/ROVIAS DESTA SERVIRÃO COMO MANDADO. Endereço Autor: Rua Eurico Caruso, nº 6861, bairro Aponiã, CEP 76. 800-000, Porto Velho/RO. Endereço Requerido: Setor Comercial Sul, Quadra 1, bloco G, nº30, salas 1. 101 e 1. 108, Asa Sul Brasília- DF. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0016284-77. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Jean Carlos Raposo Coelho
Advogado: Raimundo Gonçalves de Araújo (OAB/RO 3300)
Requerido: B. v. Financeira S. A. Crédito Financiamento e Investimento
Advogado: Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986), Celso Marcon (OAB/AC 3266A), Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120)
DECISÃO:
Jean Carlos Raposo Coelho interpôs o presente embargos de declaração contra a SENTENÇA proferida nestes autos, afirmando que o seu pedido de indenização por danos materiais não foi analisado, constando na parte dispositiva da SENTENÇA que julgou procedente o feito, tão somente o valor a ser pago a título de indenização por danos morais. Os embargos foram opostos no prazo de 05 dias. É o breve RELATÓRIO. Decido. Conheço os embargos, na forma do artigo 535, I, do Código de Processo Civil, e rejeito-o pelo seguintes fundamentos. Os embargos de declaração têm a FINALIDADE de esclarecer, tornar clara a SENTENÇA, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões e esclarecer obscuridades porventura encontradas na SENTENÇA. O Embargante alega que o pedido de indenização por danos materiais no importe de R$5. 700, 00, conforme item "a" de sua petição inicial não foi analisado. Não há a omissão apontada, pois a fundamentação da SENTENÇA foi clara. Ao contrário do alegado pelo Embargante, o valor de R$5. 700, 00 foi atribuído como sugestão de valor a ser arbitrado a título de danos morais, conforme se depreende do item "a" de sua petição, que por oportuno transcrevo: "a) que seja o pedido julgado procedente para condenar a requerida a restituir ao requerente o valor de R$5. 700, 00 (cinco mil e setecentos reais), com juros e correção do efetivo desembolso, pelos danos morais causados ao mesmo; "Conclui-se assim, que não houve a omissão apontada. Constata-se, que estes embargos pretendem, na verdade, sob o pretexto de DECISÃO obscura, conferir caráter infringente a presente DECISÃO, o que é vedado. Assim sendo, não vislumbro nenhum indício de omissão que venha a justificar o caráter infringente apontado, uma vez que este só é aceito pela jurisprudência quando encontra eco no primado da excepcionalidade, o que não é o caso em espeque. Ante ao exposto, rejeito os embargos de declaração apresentados. Certifique a escrivania quanto a tempestividade do Recurso de Apelação interposto pelo Requerido, assim como a regularidade do preparo. Faculto ao Autor, ora Apelado a apresentar a contrarrazões ao recurso. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0011159-94. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Arlane Postigo Esteves, Adriano Mendes Postigo
Advogado: Robson Araújo Leite (OAB/RO 5196), Mateus Baleeiro Alves (OAB/RO 4707)
Requerido: Santo Antônio Energia S. A.
Advogado: Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861), Everson Aparecido Barbosa (OAB/RO 2803), Bruna Rebeca Pereira da Silva (OAB/RO 4982), Gelca Maria de Oliveira Pereira (OAB/RO 4786), Ariane Diniz da Costa (OAB/MG 131774), Luciana Sales Nascimento (OAB/PB 17625B), Igor Habib Ramos Fernandes (OAB/RO 5193), Cáren Esteves Duarte (OAB/RO 602E)
DECISÃO:
Defiro pleito da Requerida protocolizado na presente data e constante fls. 478/481 e concedo a prorrogação do prazo comum para as partes se manifestarem até o dia 14/02/2014. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0005130-62. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Usucapião
Requerente: Lucilene Costa Assuncao, Jose Ribamar Ferreira Assunção
Advogado: Marcus Edson de Lima ( )
Requerido: EGO - Empresa Geral de Obras S. A.
Advogado: Eduardo Abílio Kerber Diniz (OAB/RO 4389), Edson Antônio Sousa Farias (OAB/RO 4643), Felipe Bensiman Ciampi (OAB/RO 760-E)
DESPACHO:
DESPACHO /MANDADO. Por vislumbrar a possibilidade de conciliação, com fulcro no art. 125, IV do CPC, visando o interesse das partes e a pacificação social designo o dia 18/02/2014 às 09: 00 para realização da audiência. Determino o comparecimento das partes acompanhadas de seus causídicos

com poderes para transigir. A audiência realizar-se-á nesta Vara no Fórum Cível localizada na Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco - Cep: 76. 803-686 Porto Velho/ROVIAS DESTA SERVIRÃO COMO MANDADO. Endereço Autor: Rua Antônio Maria Valença, nº7029, bairro Aponiã, CEP 76. 800-000, Porto Velho/RO. Endereço Requerido: Setor Comercial Sul, Quadra 1, bloco G, nº30, salas 1. 101 e 1. 108, Asa Sul Brasília- DF. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0005486-23. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Reginaldo Martins da Silva de Souza
Advogado: Paulo Fernando Lérias (OAB/RO 3747), Paulo Roberto da Silva Maciel (OAB/RO 4132), Cyanira de Fátima Sousa Oliveira Maciel (OAB/RO 5449)
Requerido: Sabemi Seguradora S. A.
Advogado: Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434)
DESPACHO:
DESPACHO /MANDADO. Por vislumbrar a possibilidade de conciliação, com fulcro no art. 125, IV do CPC, visando o interesse das partes e a pacificação social designo o dia 01/04/2014 às 10: 30 para realização da audiência. Determino o comparecimento das partes acompanhadas de seus causídicos com poderes para transigir. A audiência realizar-se-á nesta Vara no Fórum Cível localizada na Avenida Lauro Sodré, 1728, São João Bosco - Cep: 76. 803-686 Porto Velho/ROVIAS DESTA SERVIRÃO COMO MANDADO. Endereço Autor: Rua Pandeiro, nº 1664, bairro Castanheira, CEP 76. 811-480, Porto Velho/RO. Endereço Requerido: Rua Sete de Setembro, nº515, Centro Histórico, CEP 90010-190, Porto Alegre/RS. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0001152-14. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Distribuidora de Auto Peças Rondobras Ltda
Advogado: Maria Inês Spuldaro. (OAB/RO 3306)
Requerido: Luiz José de Santana
DESPACHO:
Em atenção ao pleito do Requerente foi procedido, nesta data, consulta ao sistema infojud obtendo o endereço do Requerido. Isto posto, defiro parcialmente o pedido, e determino a expedição de carta de citação ao endereço obtido, visto que o mesmo se coaduna com as informações prestadas pelo Oficial de justiça. VIAS DESTA SERVIRÃO COMO ADITAMENTOEndereço: Rua Jorge Teixeira, nº2020, Nova Brasilia, CEP 78. 964-050, Ji-Paraná/RO. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito
NOS PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS, FOI AGENDADO PERICIA ORTOPÉDICA PARA O DIA 08/02/2014 ÀS 7 HORAS NO CENTRO DE ESPECIALIDADAS MÉDICAS (CEM)

Proc.: 0022473-71. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Dair Alves Santos
Advogado: Hugo Evangelista da Silva (OAB/RO 194)
Requerido: União P F N

Proc.: 0013910-30. 2008. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Pedro Gomes de Souza
Advogado: Hugo Evangelista da Silva (RO 194)
Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Proc.: 0000098-42. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Mezaque de Souza Ribeiro
Advogado: Efson Ferreira dos Santos (OAB/RO 4952)
Requerido: União P F N

Proc.: 0007903-80. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Domingos Eulalio Souza da Fonseca
Advogado: Maria Clara C. Góes (RO 198-B)
Requerido: União P F N

Proc.: 0005173-96. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: José Amorim Costa
Advogado: Regina Russelakis de Oliveira Queiroz (OAB/RO 1101)
Requerido: União P F N

Proc.: 0020450-55. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Antonio Edilson de Oliveira Barba
Advogado: Felipe Góes Gomes Aguiar (OAB/RO 4494)
Requerido: União P F N

Proc.: 0016467-48. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Onofre Carlota da Silva
Advogado: Maria Clara C. Góes (OAB/RO 198-B)
Requerido: União P F N
Advogado: Marcos Antônio Amorim Ferreira (OAB/RO 5417)

Proc.: 0151932-34. 2009. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Francisco Lacerda de Abreu
Advogado: Maria Odaléia Mendes Lima (OAB/RO 4338)
Requerido: União P F N
Advogado: Antônio Raimundo Melo Gomes. ( )

Proc.: 0001333-15. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Jonas Ferreira Valadares
Advogado: Genival Fernandes de Lima (OAB/RO 2366), Magnaldo Silva de Jesus (OAB/RO 3485)
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S. A.
Advogado: Michele Luana Sanches (OAB/RO 2910), Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2894)

Proc.: 0022542-06. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Anderson Gomes de Moura
Advogado: Flávio Henrique Teixeira Orlando (OAB/RO 2003)
Requerido: União P F N

Proc.: 0142075-32. 2007. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Deusdete de Carvalho
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Requerido: Argus Assessoria Contabil Ltda
Advogado: Odair Martini (OAB/RO 30B), Orestes Muniz Filho (OAB/RO 40), Jacimar Pereira Rigolon (OAB/RO 1740)
Custas Judiciais¿ Autor:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$21, 65, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0007198-53. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Thelma Bouchabki de Almeida Diehl
Advogado: Neuza Maria Bento Guidio (OAB/RO 3884), Márcia Janete Sacco Garcia (OAB/RO 1082)
Requerido: Banco Bradesco S. A.
Advogado: José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/RO 4570), Reynaldo Augusto Ribeiro Amaral (OAB/RO 4507), Micilene de Jesus Nascimento (OAB/RO 3472), Diogo Morais da Silva ( )
Alvará - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para retirar o Alvará expedido.

Proc.: 0000380-80. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Usucapião
Requerente: Maria Vieira Frota Mendes
Advogado: Marcus Edson de Lima ( )
Requerido: EGO - Empresa Geral de Obras S. A.
Advogado: Eduardo Abílio K. Diniz (OAB/DF 26671), Edson Antônio Sousa Pinto (OAB/RO 4643), Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0124980-86. 2007. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Flavio Malicheski
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Requerido: Banco Bradesco S/A
Advogado: Ely Roberto de Castro (RO 509), Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370), Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937), Ildo de Assis Macedo (OAB/MT 3541), Nara Lima Carvalho (OAB/RO 5416)
Petição ¿ Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a falar sobre a petição da parte requerida.

Proc.: 0049490-58. 2007. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: I C Oliveira Lima Me
Advogado: Edivo Costa Rocha (OAB/RO 2861)
Requerido: Dirval Indústria e Comércio de Malhas Ltda
Advogado: Steffano José do Nascimento Rodrigues (OAB/RO 1136), Rodrigo Jacobsen Reiser (OAB/SC 8113)
AR Negativo:
Manifeste a parte interessada sobre a juntada de AR negativo.

Proc.: 0019850-97. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Maria Fátima de Jesus Santos
Advogado: Jhonatas Emmanuel Pini (OAB/RO 4265)
Requerido: VRG Linhas Aéreas S/A
Advogado: Aline Sumeck Bombonato (OAB/RO 3728)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0000270-52. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Interligação Elétrica do Madeira S. a Ie Madeira
Advogado: Ronaldo Bovo (OAB/RO 4780), Edson Bovo (OAB/SP 136468)
Requerido: Valdir Diguin, Celita Daguin
Advogado: José Cristiano Pinheiro (OAB/RO 1529)
Certidão do Oficial de Justiça:
Manifeste a parte interessada sobre a certidão do Oficial de Justiça.

Proc.: 0285810-26. 2007. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Pemaza S. A.
Advogado: Karina Rocha Prado (OAB/RO 1776), Arcelino Leon (OAB/RO 991)
Executado: Jose Milton Xavier
Certidão do Oficial de Justiça: I
Manifeste a parte interessada sobre a certidão do Oficial de Justiça.

Proc.: 0017260-50. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Yuri George Santos Teixeira
Advogado: Mabiagina Mendes de Lima (OAB/RO 3912)
Requerido: OI S/A
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635), Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0014140-04. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Rosivaldo Moreira Bitencourt
Advogado: Thiago de Souza Gomes Ferreira (OAB/RO 4412)
Requerido: Banco BMG S/A, Ronda Vigilância e Segurança Ltda
Advogado: Marcelo Maldonado Rodrigues (OAB/RO 2080)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0010000-19. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Luis Antonio Silva de Moraes
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Requerido: Tim Celular S. A.

Advogado: Rubens Gaspar Serra (OAB/SP 119. 859), Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696), Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434), Gabriela de Lima Torres (OAB/RO 5714)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0025660-87. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: Distribuidora de Auto Peças Rondobras Ltda
Advogado: Francisco Ferreira da Silva (OAB/RO 4543), Leno Ferreira Almeida (OAB/RO 6211)
Requerido: José Morais da Silva
Certidão do Oficial de Justiça:
Manifeste a parte interessada sobre a certidão do Oficial de Justiça.

Proc.: 0226808-91. 2008. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Deusdete de Carvalho
Advogado: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Requerido: Argus Assessoria Contabil Ltda
Advogado: Odair Martini (OAB/RO 30B), Jacimar Pereira Rigolon (OAB/RO 1740)
Custas Judiciais¿ Autor:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$80, 20, sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0317447-58. 2008. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Maria de Nazare de Souza Mendes
Advogado: Andréa Cristina Nogueira (OAB/RO 1237), Karina da Silva Sandres (OAB/RO 4594)
Requerido: Banco BMG S/A
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4875)
Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$55, 25, sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0000378-23. 2007. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: João Guaraná de Moura Rezende, Eliane Krauss Guarana de Moura Rezende
Advogado: Roberto Franco da Silva (OAB/RO 835), Sandra de Almeida Franco (OAB/RO 2559), Roberto Franco da Silva (OAB/RO 835), Sandra de Almeida Franco (OAB/RO 2559)
Executado: Regilene Crispim
Advogado: Lilian Raquel Mendes Dantas Siqueira (OAB/RO 2173)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl 115 dos autos.

Proc.: 0004010-47. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Luiz Carlos Pereira Alves
Advogado: Juraci Aparecida Valente da Silva (OAB/RO 156B)
Requerido: Santo Antônio Energia S. A.
Advogado: Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861), Everson Aparecido Barbosa (OAB/RO 2803), Bruna Rebeca Pereira da Silva (OAB/RO 4982)
DECISÃO:
DECISÃO /CARTA/MANDADODefiro a produção de prova testemunhal pleiteada pelo Autor e designo audiência de conciliação, instrução e julgamento para o dia 07/04/2014 às 08: 30 e determino o comparecimento pessoal das partes. Nos termos do art. 407, do CPC, o rol de testemunhas deve ser apresentado no prazo de cinco dias desta, para que se proceda as respectivas intimações, ou dez dias antes da audiência designada, sendo que as partes deverão trazê-las independente de intimação. Intimem-se as partes, as testemunhas porventura arroladas, e as que vierem a ser tempestivamente. VIAS DESTA SERVIRÃ COMO CARTA/MANDADOEndereço Autor: Sitio Caboclo, ramal Itaúba, Porto Seguro, CEP 76. 800-000, Porto Velho/RO. Endereço Requerida: Rua Tabajara, nº 834, bairro Olaria, CEP 76. 800-000, Porto Velho/RO. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0024102-80. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: Indústria e Comércio de Bebidas MDM Ltda
Advogado: Elaine Saad Abdulnur (OAB/RO 5073), César Henrique Longuini (RO 5217)
Requerido: Regina Cassia de Sousa
DECISÃO:
Em atenção ao pleito de fl. 34 determino o desentranhamento do mandado de fl. 32 a ser cumprido novamente no mesmo endereço fornecido. VIAS DESTA SERVIRÃO COMO ADITAMENTOPorto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0003122-15. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Centro de Ensino São Lucas Ltda
Advogado: Diógenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831), Jesus Clezer Cunha Lobato (OAB/RO 2863)
Requerido: Julio Cesar Rocha Peres
Advogado: Jose D' Assunção dos Santos (RO 1226)
DECISÃO:
Recebo o recurso de apelação em seus regulares efeitos e faculto ao Requerente, doravante apelado a apresentar contrarrazões no prazo legal. Com a vinda das contrarrazões, sem questionamento quanto aos pressupostos de admissibilidade recursal ou decorrido o prazo legal sem a resposta, determino a remessa virtual dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia para apreciação, nos termos do art. 3º da Instrução Conjunta nº 014/2010 - PR/CG, publicada no DJE nº 217/2010. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0016140-06. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Jose Nogueira da Silva
Advogado: Cheila Edjane de Andrade Raposo (OAB/RO 3124)
Executado: Banco Bradesco S/A
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937), Nara Lima Carvalho (OAB/RO 5416), Saionara Mari (OAB/MT 5225), Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370)

DECISÃO:
Pretende o Exequente a apresentação da microfilmagem dos extratos vinculado à conta poupança de titularidade do Exequente, de nº 14283218, agência 805, considerando que mesmo após a fixação de multa, os extratos não foram apresentados. Pois bem. A multa que trata o § 4º do artigo 461 do CPC é uma técnica de coerção psicológica do devedor, para forçar o cumprimento de uma determinada obrigação. Dada a natureza coercitiva, a multa em apreço destina-se ao cumprimento da obrigação, sem visualizar a questão reparatória, ou seja, a multa pecuniária será devido independente das perdas e danos, inclusive isto, é regra em nossa legislação. O disposto no §2º do artigo 461 estabelece que a multa será devida independentemente das perdas e danos. Por força disto, podemos afirmar que o valor da multa não está adstrito ao valor da obrigação principal. Quanto a execução da astreintes a lei processual civil silencia no que se refere à definição da data em que a multa poderá ser exigida, divergindo a doutrina quanto a essa situação. Não obstante os entendimentos oposto, filio-me a corrente que defende ser plenamente possível a imediata execução da multa diária, pois a sua inexequibilidade imediata retira boa parte da eficiência concreta do meio coercitivo e, consequentemente, das próprias chances de sucesso da DECISÃO coercitiva. É justamente a possibilidade de exigibilidade imediata da multa que emprestará a esta o caráter coercitivo suficiente, a ensejar o cumprimento da obrigação, por fazer com que o devedor se sujeite concreta e rapidamente, às consequências de sua recusa em adimplir, ainda mais no presente caso que os extratos são imprescindíveis para a liquidação do crédito do Exequente. Ressalte-se que, se levarmos em consideração o entendimento contrario de que a multa só poderia ser executada após o trânsito em julgado da DECISÃO, estaria-se reduzindo, significativamente, o seu poder, descaracterizando, ou reduzindo a quase zero, seu objetivo principal: a coerção. Oportunizando a execução da multa é estar oferecendo um pouco mais de coercitividade à mesma. Vale considerar que o crédito decorrente da multa deve obedecer aos requisitos fixados no art. 586 do CPC, quais sejam, certeza, liquidez e exigibilidade, sendo assim, passível de ser executada. Quanto ao preenchimento do requisito certeza por parte da multa, este se faz presente a partir do momento em que não há dúvida acerca do conteúdo da prestação. Por sua vez, para que um determinado título ser dotado de liquidez, faz-se necessário que a determinação do crédito por ele reconhecido dependa de simples operação aritmética. é o que ocorre com a DECISÃO que impõe multa: basta multiplicar o valor da multa pela quantidade de dias de descumprimento da ordem. Pertinente à exigibilidade da multa, o que a autoriza é tão somente o não cumprimento da ordem judicial e, o consequente, desrespeito do Executado ao poder jurisdicional. Nesta esteira de pensamento a multa possui nítida natureza processual, e por força deste aspecto, a multa independe do direito material invocado. Nessa linha, podemos afirmar que o fato gerador da multa é o descumprimento da ordem judicial. Havendo a incidência do "fato gerador", a multa poderá ser exigida de imediato, não estando condicionada ao termo do trânsito em julgado da DECISÃO favorável ao Exequente. "Em virtude de seu caráter processual, o que autoriza a exigibilidade da multa pecuniária é a violação da ordem judicial, é o desrespeito do réu ao poder jurisdicional. O seu "fato gerador" considera apenas e tão somente a relação jurídica existente entre as partes e juiz, o dever daquela em atender às ordens deste, enquanto forem eficazes" (SPADONI, Joaquim Felipe, A Multa na Atuação das Ordens Judiciais, In: SHIMURA, Sérgio & WAMBIER, Teresa Arruda Alvim (org.). Processo de execução. São Paulo: Revista dos Tribunais, v. 2. , p. 500)Ainda, no mesmo sentido é os ensinamentos de José Barbosa Moreira. "A multa pode ser exigida a qualquer tempo pelo interessado, não havendo dependência do que vai ser decidido ao final. A partir do da em que comece a incidir a multa, faculta-se ao credor exigi-la, através do procedimento da execução por quantia certa. (. . .) Poderá o exequente, a qualquer tempo, requerer a atualização do cálculo e promover nova execução pelo valor acrescido"(MOREIRA, José Carlos Barbosa. O novo Processo Civil Brasileiro: exposição sistemática do procedimento. 20ª ed. rev. e atual. , Rio de Janeiro: Forense, 2000, p. 220.)Assim, permitir a imediata execução da multa é tornar o processo mais efetivo, um processo que visa o adimplemento da obrigação. É necessário coibir severamente o descumprimento das ordens judiciais, e um dos meios para tal é admitir a autonomia das astreintes em relação ao direito material invocado. Contudo, não obstante a possibilidade de se executar a multa aplicada, essa deverá ser feita em autos apartados a fim de se evitar tumulto processual. Outrossim, verifica-se a inércia do Executado em cumprir a obrigação, demonstrando com essa atitude ser a multa insuficiente. Mais uma vez, ressalte-se que os extratos são documentos imprescindíveis para a liquidação do débito, portanto, no caso não há como aplicar a sanção de se reputar corretos os cálculos apresentados pelo credor, posto que os credores não tem base nenhuma para apresentar os seus cálculos. Sabe-se que essa sanção - de reputar corretos os cálculos apresentados pelo credor - foi prevista para evitar que o devedor obste o conhecimento da verdade real dos fatos; precluindo seu direito de impugnar a planilha. Todavia, no caso, o descumprimento da ordem de apresentação de dados necessários à liquidação de SENTENÇA impede saber os valores sobre os quais serão elaborados os cálculos. E ante a impossibilidade de confeccionar planilha de cálculos sem o conhecimento desses dados, nenhum efeito terá a sanção prevista pelo §2. º do art. 475-B, favorecendo o banco, que descumpriu ordem judicial, em detrimento do consumidor. O caso dos autos é o típico exemplo em que se deve invocar o princípio da efetividade (máxima da maior coincidência possível), que, na lição de Fredie Didier Jr. (Curso de Direito Processual Civil, vol. I, Salvador: Editora JusPodvim, 2008, 9. ª ed. , p. 41), amparado por Marcelo Lima Guerra, significa: "a) A interpretação das normas que regulamentam a tutela executiva tem de ser feita no sentido de extrair a maior efetividade possível; b) O juiz tem o poder-dever de deixar de aplicar uma norma que imponha uma restrição a um meio executivo, sempre que essa restrição não se justificar à luz da proporcionalidade, como forma de proteção a outro direito fundamental; c) O juiz tem o poder-dever de adotar os meio executivos que se revelem necessários à prestação integral da tutela executiva. " De outro lado, considerando o teor da Súmula 410 do STJ, determino a intimação pessoal do Executado para apresentar os extratos da conta 14283218, agência 805, referentes aos períodos Junho/Julho de 1987, no prazo de 5 dias, sob pena de imediata aplicação e execução da multa já fixada de R$ 6. 000, 00. Além do mais, considerando o descumprimento da ordem judicial sem qualquer justificativa, atenta ao princípio da efetividade, com espeque no artigo 461, §6º do CPC, majoro a multa diária já fixada para R$1. 000, 00 até o limite de R$50. 000, 00. Diante do exposto determino: a) oportunizo ao Executado o prazo de

cinco dias para que apresente os extratos e planilha solicitados pela parte Exequente, conforme já determinado na DECISÃO de fls. 14/15 sob pena de multa diária que fixo em R$1. 000, 00 até o limite de R$50. 000, 00, sem prejuízo da execução da multa diária fixada anteriormente. VIAS DESTA SERVIRÃO DE CARTA/MANDADOBanco BradescoEndereço: Av. Sete de Setembro, n. 711, Centro - Porto Velho - RO. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0005130-62. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Usucapião
Requerente: Lucilene Costa Assuncao, Jose Ribamar Ferreira Assunção
Advogado: Marcus Edson de Lima ( )
Requerido: EGO - Empresa Geral de Obras S. A.
Advogado: Eduardo Abílio Kerber Diniz (OAB/RO 4389), Edson Antônio Sousa Farias (OAB/RO 4643), Felipe Bensiman Ciampi (OAB/RO 760-E)
DESPACHO:
VIAS DESTA SERVIRÃO DE ADITAMENTO AO MANDADO DE FL. 71Verificando este juízo a existência de representante da empresa requerida nesta comarca, determino que a mesma seja intimada no endereço infra mencionado: Endereço da Requerida: Rua Abunã, 1506, sala 01, Bairro Olaria, Porto Velho ¿ RO. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0018048-64. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco Volkswagen S. A.
Advogado: Manoel Archanjo Dama Filho (RO 4658), Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434), Renan Nadaf Gusmão (MT 16. 284)
Requerido: Luciana Morais Araujo de Lima
DECISÃO:
Constata-se dos autos que o Autor interpôs recurso de apelação objetivando tão somente que fosse reformada a SENTENÇA homologatória de acordo por não ter deferido a suspensão por 90 dias. Ocorre que referido prazo pretendido já decorreu. Assim, diga o Autor quanto a perda do objeto do recurso interposto. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0086952-78. 2009. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Associação Rondoniense de Ensino Superior - ARES FATEC
Advogado: David Alves Moreira (OAB/RO 299-B), Joaquim Mota Pereira Filho (OAB/RO 2795), Daisy Crisóstimo Cavalcante (OAB/RO 4146), Fernando Chrispin de Oliveira (OAB/SP 294623), Raony Pasqualini de Assis (OAB/RO 535E), Jéssica Peixoto Cantanhêde (OAB/RO 2275), Nathieli Caroline de Souza Machado (OAB/RO 652E)
Executado: Jeane Mauriete Ferreira Rosa Lopes
DECISÃO:
Em atenção ao pleito do Exequente, procedi consulta junto a Receita Federal a fim de obter informações, conforme extrato em anexo e diante da inexistência de dados acolho as ponderações apresentadas pela parte Autora que passam a integrar a presente DECISÃO. Determino a expedição de ofício ao INSS requistando informações quanto a existência de registro de vinculo empregatício trabalhista do Executado em seu banco de dados. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0014731-92. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Jackson Robles de Andrade
Advogado: Vilson dos Santos Souza (OAB/RO 4828), Flora Castelo Branco C. Santos (OAB/RO 3888)
Requerido: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda
Advogado: Luciano Boabaid Bertazzo (OAB/RO 1894), Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB/SP 107414)
SENTENÇA:
Isto posto, julgo extinto o feito, com fulcro no art. 794, I, do CPC, e determino a expedição de alvará em favor do Exequente, na quantia que fora depositada (fl. 92), devendo o expediente ser retirado no prazo de 5 dias. P. R. I. e cumpra-se, arquivando-se oportunamente os autos. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0008910-10. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Casablanca Cerimonial & Eventos
Advogado: Patricia Holanda Rocha (OAB/RO 3582)
Requerido: Lorena Neves, Habner Zuhany
Advogado: Telson Monteiro de Souza (AC 10. 51), Orlando Ribeiro do Nascimento (OAB/RO 177)
DECISÃO:
A preliminar de ilegitimidade passiva nos moldes alegados pelo Requerido Habner Zuhany se confunde com a matéria de MÉRITO - responsabilidade ou não do Requerido, a ser analisada em SENTENÇA. As partes são legítimas e encontram devidamente representada. Não há nulidades ou vícios a sanar. Não há questão processual pendente. Por não comportar o feito julgamento no estado em que se encontra, fixo como pontos controvertidos: 1. Existência de relação jurídica entre as partes e seus termos. 2. Eventual descumprimento, pelas partes, das cláusulas contratuais. 3. Valor da obrigação pertinente Digam as partes a provas que pretendem produzir, no prazo de 05 dias, justificando a necessidade e utilidade. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0004118-76. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Ivanilda Clara de Almeida
Advogado: Simone Oliveira Nascimento (OAB/RO 2404)
Requerido: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado: FÁbio AntÔnio Moreira (RO 1553), Jacimar Pereira Rigolon (OAB/RO 1740), Jean Carlo dos Santos (OAB/RO 6146)
DECISÃO:
Prolatada a SENTENÇA que julgou procedente o pleito inicial, a parte Autora interpôs recurso de apelação sem o devido preparo. No presente caso aplica-se o disposto no CPC: Art. 511 - No ato de interposição do recurso, o recorrente comprovará, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção.

(Alterado pela L-009. 756-1998)Ante ao acima exposto julgo deserto o recurso e determino que a escrivania certifique quanto ao transito em julgado da SENTENÇA que deverá ser cumprida em todos os seus termos. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0022879-92. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Francisco de Assis da Silva Dias
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Requerido: Banco Santander Brasil S/A
Advogado: Ana Gabriela Rover (OAB/RO 5210), Trajano Bastos de Oliveira Neto Friedrich (OAB/PR 35463), Alvaro Luis Fernandes (OAB/RO 5369)
SENTENÇA:
Ante ao exposto, com fundamento no artigo 927 do CC, arts. 6º VIII e 14 do CDC e art. 5º, X da CF, julgo PROCEDENTE o pedido inicial e confirmo a tutela antecipada concedida, declarando, consequentemente, inexistente o débito apontado, gerador da inscrição indevida. Em consequência, determino que a parte Requerida pague a parte Autora o valor de R$20. 000, 00, a título de indenização por danos morais, com juros de 1% ao mês e correção monetária a partir desta data, uma vez que na fixação do valor foi considerado montante atualizado. Resta resolvida a fase de conhecimento, com julgamento de MÉRITO, nos termos do artigo 269, I do CPC. Arcará a parte Requerida, com o pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios da parte contrária, estes fixados em 20% do valor da condenação, nos termos do artigo 20, §3°, do CPC. Certificado o trânsito em julgado, a parte devedora deverá efetuar o pagamento do valor da condenação na forma do artigo 475-J do CPC, no prazo de 15 dias, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito. Não havendo o pagamento e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA, proceda-se às baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se requerida no prazo de 06 (seis) meses do trânsito em julgado. Pagas as custas ou inscritas em dívida ativa em caso não pagamento, o que deverá ser certificado, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Proc.: 0018748-11. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Maria Raimunda de Souza Pinheiro
Advogado: Douglas Ricardo Aranha da Silva (RO 1779)
Requerido: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado: Welser Rony Alencar Almeida (OAB/RO 1506), Jean Carlo dos Santos (OAB/RO 6146), Jacimar Pereira Rigolon (OAB/RO 1740)
DECISÃO:
Concedo o prazo de 5 dias para a Apelante proceder ao recolhimento do valor complementar do preparo, sob pena de deserção. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0013731-57. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Aldo Moda da Silva Junior
Advogado: Iarlei de Jesus Ribeiro (OAB/RO 4488)
Requerido: Gilson Teixeira de Moura
Advogado: Ramiro de Souza Pinheiro (OAB/RO 2037)
DECISÃO:
Para que se possa verificar o disposto no parágrafo único do artigo 2º da Lei 1. 060/50, a parte Requerida deverá apresentar nos autos os seus comprovantes de rendimentos (contracheque, folha de pagamento, cópia do contrato de trabalho, pró-labore, ETC.), sob pena de indeferimento da assistência judiciária e, a deserção do Recurso, face o não recolhimento do preparo. Prazo de 10 dias para apresentar por documentos ou recolher o preparo. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0013898-74. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Paulo Ricardo Fonseca Moreira
Advogado: Douglas Ricardo Aranha da Silva (OAB/RO 1779)
Requerido: Banco Panamericano S/A
Advogado: Feliciano Lyra Moura (OAB/PE 21714)
DECISÃO:
Recebo o recurso de apelação em seus regulares efeitos e faculto ao Requerente, doravante apelado a apresentar contrarrazões no prazo legal. Com a vinda das contrarrazões, sem questionamento quanto aos pressupostos de admissibilidade recursal ou decorrido o prazo legal sem a resposta, determino a remessa virtual dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia para apreciação, nos termos do art. 3º da Instrução Conjunta nº 014/2010 - PR/CG, publicada no DJE nº 217/2010. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0013991-37. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Simeão Furtado Passos
Advogado: Jorge Pacheco (1888)
Requerido: Porto Júnior Construções Ltda
Advogado: Henry Rodrigo Rodrigues Gouvêa (OAB/RO 632A)
DECISÃO:
Recebo o recurso de apelação em seus regulares efeitos e faculto ao Requerente, doravante apelado a apresentar contrarrazões no prazo legal. Com a vinda das contrarrazões, sem questionamento quanto aos pressupostos de admissibilidade recursal ou decorrido o prazo legal sem a resposta, determino a remessa virtual dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia para apreciação, nos termos do art. 3º da Instrução Conjunta nº 014/2010 - PR/CG, publicada no DJE nº 217/2010. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0005124-55. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Usucapião
Requerente: Aluízio Carneiro
Advogado: Marcus Edson de Lima ( )
Requerido: EGO - Empresa Geral de Obras S. A.
Advogado: Felipe Bensiman Ciampi (OAB/RO 760E)
DESPACHO:
VIAS DESTA SERVIRÃO DE ADITAMENTO AO MANDADO DE FL. 62Verificando este juízo a existência de representante da empresa requerida nesta comarca, determino que a mesma seja intimada no endereço infra mencionado: Endereço da

Requerida: Rua Abunã, 1506, sala 01, Bairro Olaria, Porto Velho – RO. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0012711-31. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Eugênio Raimundo Ferreira Martins
Advogado: Francisco Nunes Neto (OAB/RO 158), José Bruno Ceconello (OAB/RO 1855), Salmim Coimbra Sáuma (OAB/RO 1518)
Requerido: Banco do Brasil S/A
Advogado: Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB/PR 8123), Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546)
DECISÃO:
Recebo o recurso de apelação em seus regulares efeitos e faculto ao Requerente, doravante apelado a apresentar contrarrazões no prazo legal. Com a vinda das contrarrazões, sem questionamento quanto aos pressupostos de admissibilidade recursal ou decorrido o prazo legal sem a resposta, determino a remessa virtual dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia para apreciação, nos termos do art. 3º da Instrução Conjunta nº 014/2010 - PR/CG, publicada no DJE nº 217/2010. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0019982-62. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Zulmiro Antônio de Valentim
Advogado: João Batista Paulino de Lima (OAB/AC 2206), Adriano Brito Feitosa (OAB/RO 4951), Rucilene Araújo Botelho Campos (OAB/RO 5587)
Requerido: OI Móvel S/A
Advogado: Marlen de Oliveira Silva (OAB/RO 2928), Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635), José Augusto Fonseca Moreira (OAB/DF 11003), Alessandra Mondini Carvalho (OAB/RO 4240), Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501)
Alvará - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para retirar o Alvará expedido.

Proc.: 0010686-45. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Edilson Vaz Araújo
Advogado: Aluízio Antônio Fortunato (OAB/RO 2423)
Requerido: Tim Celular S/A
Advogado: Francisco Antônio Fragata Junior (PR 48835), Taiana Santos Azevedo (OAB/DF 22452), José Manoel Alberto Matias (OAB/RO 3718), Gustavo Gerola Marsola (OAB/RO 4164), Luis Carlos Monteiro Laurenço (OAB/BA 16780)
Alvará - Réu:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para retirar o Alvará expedido.

Proc.: 0010686-45. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Edilson Vaz Araújo
Advogado: Aluízio Antônio Fortunato (OAB/RO 2423)
Requerido: Tim Celular S/A
Advogado: Francisco Antônio Fragata Junior (PR 48835), Taiana Santos Azevedo (OAB/DF 22452), José Manoel Alberto Matias (OAB/RO 3718), Gustavo Gerola Marsola (OAB/RO 4164), Luis Carlos Monteiro Laurenço (OAB/BA 16780)
Alvará - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para retirar o Alvará expedido.

Proc.: 0016232-18. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Sônia Maria de Souza dos Santos
Advogado: Raimundo Gonçalves de Araújo ( ), Patrícia Bergamaschi de Araújo (OAB/RO 4242), Luana da Silva Antonio (OAB RO 731-E)
Executado: Banco Itaú S/A
Advogado: Karinny Miranda Campos (OAB/RO 2413), Cândida Ricardo de Paula (OAB/RJ 128104), Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB/RJ 151056S)
Alvará - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para retirar o Alvará expedido.

Proc.: 0020749-66. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Evodia Johnson
Advogado: Nádia Alves da Silva (OAB/RO 3609), Anderson Leal Alves Marinho (OAB/RO 4666)
Executado: Banco Bradesco S. A.
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937), Saionara Mari (OAB/MT 5225)
Alvará - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para retirar o Alvará expedido.

Proc.: 0012488-78. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: Rosinaldo Lemos Ferreira
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: Banco Itaú S/A
Advogado: José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/RO 4570)
Alvará - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para retirar o Alvará expedido.

Proc.: 0001386-59. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Claudemir Antonio de Abreu
Advogado: Felipe Góes Gomes Aguiar (OAB/RO 4494)
Executado: B. V Financeira S/A Credito Financiamento e Investimento
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3700), Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
Alvará - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para retirar o Alvará expedido.

Proc.: 0004205-32. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Simone da Costa Rodrigues
Advogado: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Requerido: Banco GE filiado ao Banco Cifra S. A.
Advogado: Paulo Roberto Vigna (OAB/SP 173477), Bianca Sconza Porto (SP 187. 471)

DECISÃO:
Recebo o recurso de apelação em seus regulares efeitos e faculto ao Requerido, doravante apelado a apresentar contrarrazões no prazo legal. Com a vinda das contrarrazões, sem questionamento quanto aos pressupostos de admissibilidade recursal ou decorrido o prazo legal sem a resposta, determino a remessa virtual dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia para apreciação, nos termos do art. 3º da Instrução Conjunta nº 014/2010 - PR/CG, publicada no DJE nº 217/2010. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0248631-24. 2008. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Alexandre Passos Erse
Advogado: José Bernardes Passos Filho (OAB/RO 245B), Jonathas Coelho Baptista de Mello (OAB/RO 3011), Bento Manoel de Morais Navarro Filho (OAB/RO 4251)
Requerido: Ribamar Araujo
Advogado: Karin de Oliveira (OAB/RO 256B), Luiza Celeste Valente Aguiar (OAB/RO 863), Marcos Araujo (846 RO), Marcos Metchko (OAB/RO 1482)
DECISÃO:
DECISÃO /MANDADOEmbora o processo esteja em fase decisória, em razão da tese de prescrição aquisitiva apontada pelo Requerido em sede de contestação, determino a produção de prova testemunhal a fim de esclarecer quanto ao período em que o Requerido está em posse do objeto da presente demanda. Deverá o Requerido apresentar o rol de testemunhas no prazo de 05 dias. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 02. 04. 2014, às 08h30min, na 6ª Vara Cível, sito à Rua Lauro Sodré, nº 1728, Bairro São João Bosco, nesta capital e determino pessoal das partes. Designada a data e a hora intime-se as partes a comparecerem no local indicado. VIAS DESTA SERVIRÃO COMO MANDADOEndereço do Requerente: BR 364, km 32, Sentido Acre, Zona Rural - Porto Velho/ROEndereço Requerido: Rua Major Amarante, nº 390, bairro Arigolândia, CEP 76801-004 - Porto Velho/ROPorto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0004219-16. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Mauricio de Oliveira Silva
Advogado: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Requerido: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S. A.
Advogado: Itallo Gustavo de Almeida Leite (OAB/MT 7413), Claudecy Cavalcante Feitosa (OAB/AC 2317)
DECISÃO:
Recebo o recurso de apelação em seus regulares efeitos e faculto ao Requerente, doravante apelado a apresentar contrarrazões no prazo legal. Com a vinda das contrarrazões, sem questionamento quanto aos pressupostos de admissibilidade recursal ou decorrido o prazo legal sem a resposta, determino a remessa virtual dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia para apreciação, nos termos do art. 3º da Instrução Conjunta nº 014/2010 - PR/CG, publicada no DJE nº 217/2010. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0013617-21. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Daniel Moraes de Souza
Advogado: Vera Maria da C. Souza (OAB/RO 573)
Requerido: Banco Itaú S. A.
Advogado: Melanie Galindo Martinho (OAB/RO 3793), Antonio Braz da Silva (OAB/PI 7036A)
DECISÃO:
Recebo o recurso de apelação em seus regulares efeitos e faculto ao Requerido, doravante apelado a apresentar contrarrazões no prazo legal. Com a vinda das contrarrazões, sem questionamento quanto aos pressupostos de admissibilidade recursal ou decorrido o prazo legal sem a resposta, determino a remessa virtual dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia para apreciação, nos termos do art. 3º da Instrução Conjunta nº 014/2010 - PR/CG, publicada no DJE nº 217/2010. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0003757-30. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Ernildo Pereira Soares
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Requerido: BV Financeira S/A Crédito Financiamento e Investimento
Advogado: Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986), Carla Passos Melhado Cochi (OAB/SP 187329), Celso Marcon (OAB/ES 10. 990)
DECISÃO:
Recebo o recurso de apelação em seus regulares efeitos e faculto ao Requerente, doravante apelado a apresentar contrarrazões no prazo legal. Com a vinda das contrarrazões, sem questionamento quanto aos pressupostos de admissibilidade recursal ou decorrido o prazo legal sem a resposta, determino a remessa virtual dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia para apreciação, nos termos do art. 3º da Instrução Conjunta nº 014/2010 - PR/CG, publicada no DJE nº 217/2010. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0014368-42. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: Reublein Silva de Sales
Advogado: Nelson Vieira da Rocha Júnior (OAB/RO 3765)
Requerido: Banco do Brasil S/A
Advogado: Gustavo Amato Pissini (OAB/MS 12473), SÉrgio Cardoso Gomes Ferreira Junior (OAB/RO 4407)
DECISÃO:
Prolatada a SENTENÇA que julgou procedente o pleito inicial, a parte Requerida interpôs recurso de apelação sem o devido preparo. No presente caso aplica-se o disposto no CPC: Art. 511 - No ato de interposição do recurso, o recorrente comprovará, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção. (Alterado pela L-009. 756-1998)Ante ao acima exposto julgo deserto o recurso e determino que a escrivania certifique quanto ao transito em julgado da SENTENÇA que deverá ser cumprida em todos os seus termos. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0015499-18. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Valdir Carlos da Silva Martins
Advogado: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Requerido: OI ¿ TNL PCS S/A
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha ( ), Anne Caroline Freitas Pereira Matsushita (RO 4816)
SENTENÇA:
Isso posto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos iniciais confirmando a tutela antecipada concedida e declarando a inexigibilidade de cobrança de dívida, reconhecendo sua inexistência. Julgo extinto o presente feito, com resolução do MÉRITO, nos termos do artigo 269, inciso I, do CPC. Em virtude da sucumbência mínima determino que a parte Requerida efetue o pagamento de custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R$1. 000, 00, na forma do artigo 20, parágrafo 4º, do Código de Processo Civil, considerando a natureza da causa, o tempo de tramitação e o serviço prestado. Após o transito em julgado, a parte Requerida deverá efetuar o pagamento da quantia acima fixada, no prazo de 15 dias, sob pena de multa de 10%, nos termos do art. 475, J, do CPC. Registrando-se o pagamento espontâneo deverá ser intimada a parte vencedora ao respectivo recebimento, providenciando o que for necessário. Na hipótese de não haver pagamento e de inércia da parte vencedora, remetam-se os autos à contadoria judicial para os cálculos das custas e posterior intimação da parte sucumbente ao pagamento, com a advertência de inscrição em dívida ativa para a hipótese de descumprimento, arquivando-se oportunamente os autos. P. R. I. e Cumpra-se.

Proc.: 0024498-57. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Alexsandra Diniz dos Santos, H C e Comercio de Telefonia Ltda, Diniz & Atienza Comércio Ltda Me
Advogado: Edmar da Silva Santos (OAB/RO 1069), Joannes Paulus de Lima Santos (OAB/RO 4244)
Requerido: Avon Cosméticos LTDA
Advogado: HÂnderson SimÕes da Silva (OAB/RO 3279)
DECISÃO:
Recebo o recurso de apelação em seus regulares efeitos e faculto aos Requerentes, doravante apelados a apresentarem contrarrazões no prazo legal. Com a vinda das contrarrazões, sem questionamento quanto aos pressupostos de admissibilidade recursal ou decorrido o prazo legal sem a resposta, determino a remessa virtual dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia para apreciação, nos termos do art. 3º da Instrução Conjunta nº 014/2010 - PR/CG, publicada no DJE nº 217/2010. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0006058-76. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Rio Madeira Industria e Comercio de Alimentos Ltda
Advogado: Cleber dos Santos (OAB/RO 3210)
Requerido: Brasil Telecom Celular
Advogado: Alessandra Mondini Carvalho (OAB/RO 4240), Amanda Natiely Cordeiro da Silva (OAB/RO 5668), Jaime Pedrosa dos Santos Neto (OAB/RO 4315), Taise Agra Costa (OAB/RO 5149)
DECISÃO:
A parte Autora bem como o Requerido interpuseram recurso de apelação às fls. 253/268 e 269/277, respectivamente. Recebo ambos os recursos de apelação em seus regulares efeitos e faculto a ambas as partes a apresentarem contrarrazões no prazo legal. Com a vinda das contrarrazões, sem questionamento quanto aos pressupostos de admissibilidade recursal ou decorrido o prazo legal sem a resposta, determino a remessa virtual dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia para apreciação, nos termos do art. 3º da Instrução Conjunta nº 014/2010 - PR/CG, publicada no DJE nº 217/2010. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0002483-60. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários do Estado de Rondônia - SEEB
Advogado: Karoline Costa Monteiro (RO 3905), Erica Caroline Ferreira Vairich ( ), Gustavo Nóbrega da Silva (OAB/RO 5235)
Requerido: Oi Móvel S/A
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha ( ), Alessandra Mondini Carvalho (OAB/RO 4240)
DECISÃO:
Recebo o recurso de apelação em seus regulares efeitos e faculto à Requerida, doravante apelada a apresentar contrarrazões no prazo legal. Com a vinda das contrarrazões, sem questionamento quanto aos pressupostos de admissibilidade recursal ou decorrido o prazo legal sem a resposta, determino a remessa virtual dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia para apreciação, nos termos do art. 3º da Instrução Conjunta nº 014/2010 - PR/CG, publicada no DJE nº 217/2010. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0022683-59. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Odilene Ferreira de Carvalho
Advogado: Hiran Saldanha de Macedo Castiel ( )
Requerido: Crefisa S. a. Crédito Financiamento e Investimentos
Advogado: Leila Mejdalani Pereira (OAB/SP 128457), Aline Sumeck Bombonato (OAB/RO 3728)
DECISÃO:
Recebo o recurso de apelação em seus regulares efeitos e faculto à Requerida, doravante apelada a apresentar contrarrazões no prazo legal. Com a vinda das contrarrazões, sem questionamento quanto aos pressupostos de admissibilidade recursal ou decorrido o prazo legal sem a resposta, determino a remessa virtual dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia para apreciação, nos termos do art. 3º da Instrução Conjunta nº 014/2010 - PR/CG, publicada no DJE nº 217/2010. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0006068-91. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: Geisa Brasil Ribeiro
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: Banco Santander S. A.
Advogado: Marcos Antonio Araujo dos Santos (OAB/RO 846), Marcos Metchko (OAB/RO 1482), Carlos Maximiano Mafra de Laet (OAB/SP 104061A)

DECISÃO:
A parte Requerente, bem como o Requerido interpuseram recurso de apelação às fls. 67/73 e 74/79 respectivamente. Recebo os recursos de apelação em seus regulares efeitos e faculto a ambas as partes, doravante apeladas a apresentarem contrarrazões no prazo legal. Com a vinda das contrarrazões, sem questionamento quanto aos pressupostos de admissibilidade recursal ou decorrido o prazo legal sem a resposta, determino a remessa virtual dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia para apreciação, nos termos do art. 3º da Instrução Conjunta nº 014/2010 - PR/CG, publicada no DJE nº 217/2010. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0008157-53. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Grigorio Ferreira da Trindade
Advogado: Arioswaldo Alves de Freitas (RO 2256), Lívia Freitas Gil (OAB/RO 3769)
Requerido: Bradesco Vida e Previdência S. A. Osasco
Advogado: Diogo Morais da Silva (OAB/RO 3830), João Diego Raphael Cursino Bonfim ( ), Renato Tadeu Rondina Mandaliti. (OAB/SP 115. 762)
DECISÃO:
Recebo o recurso de apelação em seus regulares efeitos e faculto ao Requerido, doravante apelado a apresentar contrarrazões no prazo legal. Com a vinda das contrarrazões, sem questionamento quanto aos pressupostos de admissibilidade recursal ou decorrido o prazo legal sem a resposta, determino a remessa virtual dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia para apreciação, nos termos do art. 3º da Instrução Conjunta nº 014/2010 - PR/CG, publicada no DJE nº 217/2010. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0005102-60. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: Joubert Ayrton da Silva Magalhães
Advogado: Walter Gustavo Silva Lemos (RO 665-A)
Requerido: Banco BMG S/A
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696), Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
DECISÃO:
Recebo o recurso de apelação em seus regulares efeitos e faculto ao Requerente, doravante apelado a apresentar contrarrazões no prazo legal. Com a vinda das contrarrazões, sem questionamento quanto aos pressupostos de admissibilidade recursal ou decorrido o prazo legal sem a resposta, determino a remessa virtual dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia para apreciação, nos termos do art. 3º da Instrução Conjunta nº 014/2010 - PR/CG, publicada no DJE nº 217/2010. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0022664-19. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Francisco Paiva Leigues
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Requerido: Claro S/A
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
DECISÃO:
Recebo o recurso de apelação em seus regulares efeitos e faculto ao Requerente, doravante apelado a apresentar contrarrazões no prazo legal. Com a vinda das contrarrazões, sem questionamento quanto aos pressupostos de admissibilidade recursal ou decorrido o prazo legal sem a resposta, determino a remessa virtual dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia para apreciação, nos termos do art. 3º da Instrução Conjunta nº 014/2010 - PR/CG, publicada no DJE nº 217/2010. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0020432-97. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Ivone Rodrigues da Silva Luz
Advogado: Raimundo Gonçalves de Araújo (OAB/RO 3300)
Requerido: Banco do Brasil S/A
Advogado: Gustavo Amato Pissini (OAB/SP 261. 030), SÉrgio Cardoso Gomes Ferreira Junior (OAB/RO 4407), Alexandre Leandro da Silva (OAB/RO 4260)
DECISÃO:
Determino que o Requerido apresente cópia legível do recurso apresentado, sob pena de não recebimento. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0010003-71. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Catarina da Costa Ramos
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Requerido: BANCO BMG S/A
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696), Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
DECISÃO:
Recebo o recurso de apelação em seus regulares efeitos e faculto à Requerente, doravante apelada a apresentar contrarrazões no prazo legal. Com a vinda das contrarrazões, sem questionamento quanto aos pressupostos de admissibilidade recursal ou decorrido o prazo legal sem a resposta, determino a remessa virtual dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia para apreciação, nos termos do art. 3º da Instrução Conjunta nº 014/2010 - PR/CG, publicada no DJE nº 217/2010. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0022800-16. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: Oto Nelson da Silva Cavalcante
Advogado: Pedro Luiz Lepri Junior (OAB/RO 4871), Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)
Requerido: Banco BMG S/A
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696), Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
DECISÃO:
Recebo o recurso de apelação em seus regulares efeitos e faculto ao Requerente, doravante apelado a apresentar contrarrazões no prazo legal. Com a vinda das contrarrazões, sem questionamento quanto aos pressupostos de admissibilidade recursal ou decorrido o prazo legal sem a

resposta, determino a remessa virtual dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia para apreciação, nos termos do art. 3º da Instrução Conjunta nº 014/2010 - PR/CG, publicada no DJE nº 217/2010. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0014254-06. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: Maria Rosicle Gonçalves Costa
Advogado: Nelson Vieira da Rocha Junior (OAB/RO 3765)
Requerido: Banco BMG S/A
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913), Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696)
DECISÃO:
Recebo o recurso de apelação em seus regulares efeitos, ressaltando a concessão das benesse da justiça gratuita (fl. 137v) e faculto ao Requerido, doravante apelado a apresentar contrarrazões no prazo legal. Com a vinda das contrarrazões, sem questionamento quanto aos pressupostos de admissibilidade recursal ou decorrido o prazo legal sem a resposta, determino a remessa virtual dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia para apreciação, nos termos do art. 3º da Instrução Conjunta nº 014/2010 - PR/CG, publicada no DJE nº 217/2010. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0024858-89. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Raimundo Aguiar Cunha
Advogado: Alciene Lourenço de Paula Costa (OAB/RO 4632), Luís Sérgio de Paula Costa (OAB/RO 4558)
Requerido: Centrais Elétricas de Rondônia S/A CERON
Advogado: Pedro Origa (OAB/RO 80E), Jacimar Pereira Rigolon (OAB/RO 1740)
DECISÃO:
Recebo o recurso de apelação em seus regulares efeitos e faculto ao Requerente, doravante apelado a apresentar contrarrazões no prazo legal. Com a vinda das contrarrazões, sem questionamento quanto aos pressupostos de admissibilidade recursal ou decorrido o prazo legal sem a resposta, determino a remessa virtual dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia para apreciação, nos termos do art. 3º da Instrução Conjunta nº 014/2010 - PR/CG, publicada no DJE nº 217/2010. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0022626-07. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Dilermando Ribeiro da Cruz
Advogado: Raimundo Façanha Ferreira (OAB/RO 1806), Aluízio Antônio Fortunato (OAB/RO 2423)
Requerido: OI S/A
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha ( ), Márcia Aparecida Del Piero Silva (OAB/RO 5293)
DECISÃO:
Recebo o recurso de apelação em seus regulares efeitos e faculto à Requerida, doravante apelada a apresentar contrarrazões no prazo legal. Com a vinda das contrarrazões, sem questionamento quanto aos pressupostos de admissibilidade recursal ou decorrido o prazo legal sem a resposta, determino a remessa virtual dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia para apreciação, nos termos do art. 3º da Instrução Conjunta nº 014/2010 - PR/CG, publicada no DJE nº 217/2010. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0006932-95. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Casa Nossa Comércio e Representações Ltda
Advogado: José Maria de Souza Rodrigues (OAB/RO 1909)
Requerido: Banco Gmac S. a.
Advogado: Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434), Laura Caroline de Araújo (OAB/RO 3641), Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/GO 21593)
DECISÃO:
Recebo o recurso de apelação em seus regulares efeitos e faculto à Requerente, doravante apelada a apresentar contrarrazões no prazo legal. Com a vinda das contrarrazões, sem questionamento quanto aos pressupostos de admissibilidade recursal ou decorrido o prazo legal sem a resposta, determino a remessa virtual dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia para apreciação, nos termos do art. 3º da Instrução Conjunta nº 014/2010 - PR/CG, publicada no DJE nº 217/2010. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0005628-27. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Simone Cristina Souza dos Santos
Advogado: José Teixeira Vilela Neto (OAB/RO 4990), Diego José Nascimento Barbosa (OAB/RO 5184)
Requerido: Eletrobrás Centrais Elétricas de Rondônia
Advogado: Cristiane da Silva Lima (OAB/RO 1569), Kharina Mielke (OAB/RO 2906)
DECISÃO:
Recebo o recurso de apelação em seus regulares efeitos, considerando o pleito de benesses da justiça gratuita que ora concedo, e faculto à Requerida, doravante apelada a apresentar contrarrazões no prazo legal. Com a vinda das contrarrazões, sem questionamento quanto aos pressupostos de admissibilidade recursal ou decorrido o prazo legal sem a resposta, determino a remessa virtual dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia para apreciação, nos termos do art. 3º da Instrução Conjunta nº 014/2010 - PR/CG, publicada no DJE nº 217/2010. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0008133-59. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Desapropriação
Requerente: Santo Antônio Energia S. A.
Advogado: Bianca Paola Camargo de Oliveira (OAB/RO 4020), Gelca Maria de Oliveira Pereira (OAB/RO 4786)
Requerido: Espólio de Santino Alves Rodrigues
Advogado: João Bosco Vieira de Oliveira (OAB/RO 2213), Francisco Ricardo Vieira Oliveira (OAB/RO 1959), Risolene Eliane Gomes da Silva Pereira (OAB/RO 3963), Cornélio Luiz Recktenvald (OAB/RO 2497)
DECISÃO:
Recebo o recurso de apelação em seus regulares efeitos e faculto ao Requerido, doravante apelado a apresentar contrarrazões no prazo legal. Com a vinda das contrarrazões,

sem questionamento quanto aos pressupostos de admissibilidade recursal ou decorrido o prazo legal sem a resposta, determino a remessa virtual dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia para apreciação, nos termos do art. 3º da Instrução Conjunta nº 014/2010 - PR/CG, publicada no DJE nº 217/2010. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0025704-09. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Helio Moreira Lopes
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Requerido: Claro S/a
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913), Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696)
DECISÃO:
Recebo o recurso de apelação em seus regulares efeitos e faculto ao Requerente, doravante apelado a apresentar contrarrazões no prazo legal. Com a vinda das contrarrazões, sem questionamento quanto aos pressupostos de admissibilidade recursal ou decorrido o prazo legal sem a resposta, determino a remessa virtual dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia para apreciação, nos termos do art. 3º da Instrução Conjunta nº 014/2010 - PR/CG, publicada no DJE nº 217/2010. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0005393-60. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Edmilson Mendes de Campos
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Requerido: Claro S/a
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913), Sérgio Santos Sette Câmara (OAB/MG 51452)
DECISÃO:
Recebo o recurso de apelação em seus regulares efeitos e faculto ao Requerente, doravante apelado a apresentar contrarrazões no prazo legal. Com a vinda das contrarrazões, sem questionamento quanto aos pressupostos de admissibilidade recursal ou decorrido o prazo legal sem a resposta, determino a remessa virtual dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia para apreciação, nos termos do art. 3º da Instrução Conjunta nº 014/2010 - PR/CG, publicada no DJE nº 217/2010. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0010467-32. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Leandro Lima Silva
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Requerido: Banco Aymoré Crédito Financiamento e Investimentos S. A
Advogado: Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120), Celso Marcon (OAB/RO 3700)
DECISÃO:
Recebo o recurso de apelação em seus regulares efeitos e faculto ao Requerente, doravante apelado a apresentar contrarrazões no prazo legal. Com a vinda das contrarrazões, sem questionamento quanto aos pressupostos de admissibilidade recursal ou decorrido o prazo legal sem a resposta, determino a remessa virtual dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia para apreciação, nos termos do art. 3º da Instrução Conjunta nº 014/2010 - PR/CG, publicada no DJE nº 217/2010. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0025156-81. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: José Euler Potyguara Pereira de Mello
Advogado: Rafael Steckert Bez (OAB/RO 5295), Sérgio Gastão Yassaka (OAB/RO 4870)
Requerido: VRG Lingas Aéreas S/A
Advogado: Bernardo Augusto Galindo Coutinho (RO 2991), Aline Sumeck Bombonato (OAB/RO 3728)
DECISÃO:
Recebo o recurso de apelação em seus regulares efeitos e faculto ao Requerente, doravante apelado a apresentar contrarrazões no prazo legal. Com a vinda das contrarrazões, sem questionamento quanto aos pressupostos de admissibilidade recursal ou decorrido o prazo legal sem a resposta, determino a remessa virtual dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia para apreciação, nos termos do art. 3º da Instrução Conjunta nº 014/2010 - PR/CG, publicada no DJE nº 217/2010. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0004926-18. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Ivanilde Gomes de Oliveira
Advogado: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Requerido: Banco Bradesco Cartões S/a
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
DECISÃO:
Recebo o recurso de apelação em seus regulares efeitos e faculto ao Requerido, doravante apelado a apresentar contrarrazões no prazo legal. Com a vinda das contrarrazões, sem questionamento quanto aos pressupostos de admissibilidade recursal ou decorrido o prazo legal sem a resposta, determino a remessa virtual dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia para apreciação, nos termos do art. 3º da Instrução Conjunta nº 014/2010 - PR/CG, publicada no DJE nº 217/2010. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0000082-88. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Wesley Sales de Almeida
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Naza Pereira (RO 1073)
Requerido: Oi S/a
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho (RO 635), Amanda Natiely Cordeiro da Silva (OAB/RO 5668), Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501), Renato Cavalcante (OAB/RO 2390)
DECISÃO:
Recebo o recurso de apelação em seus regulares efeitos e faculto ao Requerente, doravante apelado a apresentar contrarrazões no prazo legal. Com a vinda das contrarrazões,

sem questionamento quanto aos pressupostos de admissibilidade recursal ou decorrido o prazo legal sem a resposta, determino a remessa virtual dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia para apreciação, nos termos do art. 3º da Instrução Conjunta nº 014/2010 - PR/CG, publicada no DJE nº 217/2010. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0008642-19. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: Paulo Henrique Diogo da Cruz
Advogado: Carlos Frederico Meira Borré (OAB/RO 3010), Orlando Leal Freire (OAB/RO 5117)
Requerido: Banco Pine S/A
DECISÃO:
Recebo o recurso de apelação em seus regulares efeitos e faculto ao Requerido, doravante apelado a apresentar contrarrazões no prazo legal. Com a vinda das contrarrazões, sem questionamento quanto aos pressupostos de admissibilidade recursal ou decorrido o prazo legal sem a resposta, determino a remessa virtual dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia para apreciação, nos termos do art. 3º da Instrução Conjunta nº 014/2010 - PR/CG, publicada no DJE nº 217/2010. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0002057-48. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: José Severino Alves da Costa
Advogado: Pedro Luiz Lepri Junior (OAB/RO 4871)
Requerido: Banco BMG S. A.
DECISÃO:
Recebo o recurso de apelação em seus regulares efeitos e faculto ao Requerente, doravante apelado a apresentar contrarrazões no prazo legal. Com a vinda das contrarrazões, sem questionamento quanto aos pressupostos de admissibilidade recursal ou decorrido o prazo legal sem a resposta, determino a remessa virtual dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia para apreciação, nos termos do art. 3º da Instrução Conjunta nº 014/2010 - PR/CG, publicada no DJE nº 217/2010. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0022057-06. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Neiliane Lopes de Andrade
Advogado: Edilson Alves de Hungria Junior (OAB/RO 5002)
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S. A.
Advogado: Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/RO 5017)
DECISÃO:
Recebo o recurso de apelação em seus regulares efeitos e faculto à Requerente, doravante apelada a apresentar contrarrazões no prazo legal. Com a vinda das contrarrazões, sem questionamento quanto aos pressupostos de admissibilidade recursal ou decorrido o prazo legal sem a resposta, determino a remessa virtual dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia para apreciação, nos termos do art. 3º da Instrução Conjunta nº 014/2010 - PR/CG, publicada no DJE nº 217/2010. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0020927-83. 2009. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Aloisio Farias do Nascimento
Advogado: Maria da Conceição Souza Vera (OAB/RO 573), Samára Nascimento Soares Silva (OAB/RO 590E)
Requerido: Banco Bradesco S/A
Advogado: Jose Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/RJ 126. 358), Diogo Morais da Silva (OAB/RO 3830), Reynaldo Augusto Ribeiro Amaral (OAB/RO 4507), Micilene de Jesus Nascimento (OAB/RO 3472)
DECISÃO:
Recebo o recurso de apelação em seus regulares efeitos e faculto ao Requerente, doravante apelado a apresentar contrarrazões no prazo legal. Com a vinda das contrarrazões, sem questionamento quanto aos pressupostos de admissibilidade recursal ou decorrido o prazo legal sem a resposta, determino a remessa virtual dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia para apreciação, nos termos do art. 3º da Instrução Conjunta nº 014/2010 - PR/CG, publicada no DJE nº 217/2010. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0003570-51. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Centro de Ensino São Lucas Ltda
Advogado: Diógenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831)
Executado: Francisco Chaves Prado
DESPACHO:
Desentranhe-se a DECISÃO de fl. 19. Expeça-se nova carta de citação nos seguintes endereços: VIAS DESTA SERVIRÃO COMO ADITAMENTOEndereço: Rua João Pessoa, nº320, apt 3, bairro Embratel, CEP 76. 820-716, Porto Velho/RO. Endereço: Avenida Presidente Tancredo Neves, nº479, CEP 56. 306-410, Petrolina - PE. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0012804-28. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Reintegração / Manutenção de Posse
Requerente: Dorivângelo Cavalcante do Nascimento
Advogado: Edivaldo Soares da Silva (OAB/RO 3082)
Requerido: Delmacy Cavalcante do Nascimento, Lucenildo Silva da Costa, Lucinéia do Carmo Aleixo
Advogado: Giuliano de Toledo Viecili (OAB/RO 2396)
SENTENÇA:
Ante ao exposto, com fulcro nos arts. 293, 460 e 926, do CPC e 1. 210, do CC, julgo IMPROCEDENTE a pretensão autoral, pondo fim, outrossim, ao processo de conhecimento com resolução do MÉRITO, nos termos do art. 269, I, do CPC. Arcará, a parte Autora com o pagamento dos honorários advocatícios do Requerido Lucenildo Silva da Costa, estes arbitrados em R$500, 00, nos termos do artigo 20, §4°, do CPC. Isento a parte Autora do pagamento das custas processuais, face as benesses da Justiça Gratuita, que ora defiro. Após o trânsito em julgado, a parte Autora deverá efetuar o pagamento da quantia acima fixada, no prazo de 15 dias, sob pena de multa de 10%, nos termos do art. 475, J, do CPC. Registrando-

se o pagamento espontâneo deverá ser intimada a parte vencedora ao respectivo recebimento, providenciando o que for necessário. Na hipótese de não haver pagamento e de inércia da parte vencedora, arquivem-se oportunamente os autos. P. R. I. e Cumpra-se.

Proc.: 0014981-62. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Alexandre Ricardo Oliveira Viana
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Requerido: B S Construtora, Flaézio Lima Negócios Imobiliários Ltda
Advogado: Mauro da Silva Andrieski (OAB/MT 10925B), Renata Fabris Pinto (OAB/RO 3126)
DECISÃO:
Recebo o recurso de apelação interposto pela Requerida B S Construtora em seus regulares efeitos e faculto ao Requerente, doravante apelado a apresentar contrarrazões no prazo legal. Com a vinda das contrarrazões, sem questionamento quanto aos pressupostos de admissibilidade recursal ou decorrido o prazo legal sem a resposta, determino a remessa virtual dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia para apreciação, nos termos do art. 3º da Instrução Conjunta nº 014/2010 - PR/CG, publicada no DJE nº 217/2010. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0015871-64. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: Maria Lucia de Fatima Araujo
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: B. V. Financeira S. A.
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3700), Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986), Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120)
DECISÃO:
Recebo o recurso de apelação em seus regulares efeitos e faculto à Requerente, doravante apelada a apresentar contrarrazões no prazo legal. Com a vinda das contrarrazões, sem questionamento quanto aos pressupostos de admissibilidade recursal ou decorrido o prazo legal sem a resposta, determino a remessa virtual dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia para apreciação, nos termos do art. 3º da Instrução Conjunta nº 014/2010 - PR/CG, publicada no DJE nº 217/2010. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0017090-49. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: LUIZ EVARISTO FERREIRA JUNIOR
Advogado: Adhemar Alberto Sgrott Reis (OAB/RO 1944), Célio dos Santos Ferreira (OAB/RO 1224)
Requerido: Jaqueson Eguez Ayala, Edgar Eguez Vacadiez
Advogado: Edvaldo Caires Lima (OAB/RO 306), Isabel Silva (OAB/RO 3896)
DECISÃO:
Para que se possa verificar o disposto no parágrafo único do artigo 2º da Lei 1. 060/50, o Requerido Edgar Eguez Vacadiez deverá apresentar nos autos os seus comprovantes de rendimentos (contracheque, folha de pagamento, cópia do contrato de trabalho, pró-labore, ETC.), sob pena de indeferimento da assistência judiciária e, por conseqüência, a deserção do recurso face o não recolhimento do preparo. Prazo de 10 dias para apresentar por documentos ou recolher o preparo. Defiro as benesses da justiça gratuita ao Requerido Jaqueson Eguez Vacadiez. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0001014-76. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Jorge Peixoto
Advogado: Jorge Pacheco (1888), Rosemary Rodrigues Nery (OAB/RO 5543)
Requerido: Banco Santander Brasil S/A
Advogado: Roberto Jarbas de Souza (OAB/RO 1246), Manuela Gsellmann da Costa (OAB/RO 3511), Carlos Maximiano Mafra de Laet (OAB/SP 104061A)
DECISÃO:
Para que se possa verificar o disposto no parágrafo único do artigo 2º da Lei 1. 060/50, a parte autora deverá apresentar nos autos os seus comprovantes de rendimentos (contracheque, folha de pagamento, cópia do contrato de trabalho, pró-labore, ETC.), sob pena de indeferimento da assistência judiciária e, por conseqüência, deserção do recurso, face o não recolhimento do preparo. Prazo de 10 dias para apresentar por documentos ou recolher o preparo. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0012912-57. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: Mauricio Nascimento Peixoto
Advogado: Nelson Vieira da Rocha Júnior (OAB/RO 3765)
Requerido: Banco do Brasil S. A.
Advogado: Gustavo Amato Pissini (OAB/SP 261. 030)
DECISÃO:
Prolatada a SENTENÇA de extinção por falta de recolhimento das custas, a parte Requerida interpôs recurso de apelação sem o devido preparo. No presente caso aplica-se o disposto no CPC: Art. 511 - No ato de interposição do recurso, o recorrente comprovará, quando exigido pela legislação pertinente, o respectivo preparo, inclusive porte de remessa e de retorno, sob pena de deserção. (Alterado pela L-009. 756-1998)Ante ao acima exposto julgo deserto o recurso e determino que a escrivania certifique quanto ao transito em julgado da SENTENÇA que deverá ser cumprida em todos os seus termos. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0019751-98. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: Francinélio Alcântara de Souza
Advogado: Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)
Requerido: Banco Volkswagen S. A.
Advogado: Melanie Galindo Martinho (OAB/RO 3793)
DECISÃO:
Recebo o recurso de apelação em seus regulares efeitos e faculto ao Requerido, doravante apelado a apresentar contrarrazões no prazo legal. Com a vinda das contrarrazões, sem questionamento quanto aos pressupostos de

admissibilidade recursal ou decorrido o prazo legal sem a resposta, determino a remessa virtual dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia para apreciação, nos termos do art. 3º da Instrução Conjunta nº 014/2010 - PR/CG, publicada no DJE nº 217/2010. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Proc.: 0004652-20. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Angelina Cabral de Arruda
Advogado: Fausto Schumaher Ale (OAB/RO 4165)
Requerido: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado: Jacimar Pereira Rigolon (OAB/RO 1740)
DECISÃO:
Ante o teor da certidão de fls. 54, verifica-se ter a apelação sido interposta fora do prazo pela Requerida. Ressalto que a intimação da SENTENÇA se deu em 08/11/2013, iniciando a contagem do prazo em 11/11/2013, tendo a apelação sido formalizada apenas em 27/11/2013, excedido, pois, o prazo de 15 dias previsto no artigo 508 do Código de Processo Civil. Nesses termos, manifesta-se o Tribunal de Justiça de Rondônia: Apelação cível. Intempestividade. Dilação de prazo. Justificativa. Incapacidade do patrono. Justa causa. Inexistência. Preclusão consumada. O transcurso do prazo para a prática do ato conduz à preclusão do direito, salvo a exceção da ocorrência da justa causa prevista no § 1º do art. 183 do CPC, que exige a coexistência de evento imprevisto, alheio à vontade da parte e que a tenha impedido de praticar o ato por si ou mandatário. A enfermidade do patrono da parte só configura força maior, de modo a justificar a devolução do prazo recursal, quando tiver gravidade bastante para obstaculizar até mesmo o substabelecimento do mandato. (TJ/RO, 1ª Câmara Cível, Areg em Apelação Cível n. 100. 001. 2005. 004718-2, Rel. Des. Paulo Kiyochi Mori, publicado no DJ n. 143 em 02/08/2006). Dessa maneira, deixo de receber o Recurso. Certifique o Cartório o trânsito em julgado da SENTENÇA de fls. 34/35, devendo a parte Autora se manifestar. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Rosemeire Conceição dos Santos Pereira de Souza Juíza de Direito

Denise Gonçalves da Cruz Rocha
Diretora de Cartório

7ª VARA CÍVEL

7ª Vara Cível
Ilisir Bueno Rodrigues - Juiz de Direito
Sugestão ou reclamações podem ser feitas pessoalmente ao Juiz ou via Internet - pvh7civelgab@tj. ro. gov. br
Escrivã Judicial: Ana Rosa da Costa Farias

Proc.: 0001180-74. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: RONALDO LUIZ DO VALE SILVA
Advogado: Graziela Zanella de Corduva (OAB/RO 4238), Aline Silva CorrÊa (RO 4696)
Requerido: Eletrobrás Centrais Eletricas de Rondônia - CERON
DESPACHO:
Apresente a parte autora, no prazo de 10 (dez) dias, o comprovante de pagamento das custas iniciais, sob pena de indeferimento da petição inicial. Porto Velho, 03 de fevereiro de 2014. Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0000771-98. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Despejo por Falta de Pagamento (Cível)
Requerente: Edimilson Araujo Lopes
Advogado: João Roberto Lemes Soares (OAB/RO 2094), Jeremias de Souza Leite (OAB/RO 5104)
Requerido: Maria Helena Damico Nascimento, Peter Damico do Nascimento
DESPACHO:
Para que seja apreciado o pedido de liminar, o requerente deve depositar nos autos, em 05 (cinco) dias, o valor equivalente a três meses de aluguel (art. 59, §1º, da Lei n. 8. 245/91). Intime-se. Porto Velho, 03 de fevereiro de 2014. Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0001669-14. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Helio Franklin Rodrigues de Almeida
Advogado: Fernanda Nascimento (5791)
Requerido: Banco do Brasil S/A, Ski Brasil ServiÇos Ltda
DESPACHO:
Emende a parte autora a petição inicial, em 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento, adequando o valor da causa a quantia razoável, considerando como tal o montante indicado pelo e. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia nos autos do Agravo de Instrumento n. 0010835-44. 2012. 8. 22. 0000. Em igual prazo e sob a mesma penalidade, a parte autora deverá recolher a diferença das custas. Intime-se. Porto Velho, 03 de fevereiro de 2014. Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0001284-66. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Requerente: Souza e Spamer Ltda Epp
Advogado: José Fernando Roge (RO 5. 427), Thiago Roberto da Silva Pinto (OAB/RO 5476)
Requerido: Allan Oliveira de Paula
SENTENÇA:
Ante o exposto, com fundamento no art. 295 inciso I do Código de Processo Civil, INDEFIRO a petição inicial da ação de execução movida por SOUZA E SPAMER LTDA – EPP contra ALLAN OLIVEIRA DE PAULA, ambos qualificados às fls. 03 e, em consequência, com fundamento no art. 267 inciso I do mesmo Código de Ritos, JULGO EXTINTO o presente processo, sem apreciação do MÉRITO e determino seu arquivamento. Autorizo o desentranhamento dos documentos que instruem a inicial, mediante apresentação de fotocópias. Custas finais pela parte exequente. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho, 03 de fevereiro de 2014. Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0005641-26. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Hely Camurça Lima Júnior
Advogado: Hudson Delgado Camurça Lima (OAB/MS 14942)
Executado: Claro S/A
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913), Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696)

DESPACHO:
Expeça-se alvará em favor da parte exequente, para liberação do valor depositado às fls. 82. A seguir, intime-se a parte executada a pagar o valor indicado às fls. 86 pela parte exequente. Porto Velho, 03 de fevereiro de 2014. Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0018935-82. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Impugnação de Assistência Judiciária
Impugnante: Energia Sustentável do Brasil S. A.
Advogado: Fábio Barcelos da Silva (OAB/SC 21562), Jean Bento (OAB/RO 5065)
Impugnado: João Evangelista de Andrade
Advogado: Defensoria Publica ( )
DECISÃO:
Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE a impugnação formulada por ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S/A, em relação à concessão dos benefícios da assistência judiciária a JOÃO EVANGELISTA DE ANDRADE, nos autos do processo n. 0018935-82. 2012. 8. 22. 0001 e, em consequência, REVOGO a concessão do benefício. Sem custas. Os honorários advocatícios são indevidos nestes autos, eis que se trata de incidente do processo principal. Certifique-se esta DECISÃO nos autos principais e, a seguir, intimem-se o impugnado/autor a recolher as custas iniciais, em 10 (dez) dias. Com o trânsito em julgado, desapense-se e arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, 03 de fevereiro de 2014. Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0006002-43. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Cassio Marques de Melo
Advogado: Daniella Tomaz Sidrim (OAB/RO 4417)
Requerido: Nobre Seguradora do Brasil Ltda
Advogado: Ana Gabriela Rover (OAB/RO 5210), Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/AC 3. 592)
SENTENÇA:
Ante o exposto, com fundamento no inciso I do art. 269 do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial formulado por CASSIO MARQUES DE MELO contra NOBRE SEGURADORA DO BRASIL LTDA, ambos qualificados nos autos e, em consequência, DETERMINO o arquivamento destes autos, com as baixas pertinentes. Com a ressalva do art. 12 da Lei n. 1. 060/50, CONDENO a parte autora a pagar as custas, despesas processuais e honorários advocatícios da parte contrária, estes arbitrados na forma do §4º do art. 20 do CPC em R$724, 00 (setecentos e vinte e quatro reais), corrigidos monetariamente pela tabela do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia e com juros simples de 1% (um por cento) ao mês, ambos a partir desta data. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, 03 de fevereiro 2014. Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Proc.: 0008886-79. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: João Evangelista de Andrade
Advogado: Jéssica Carvalho dos Santos (OAB/RO 5240), Walmir Bernarrosh Vieira (OAB/RO 1500)
Requerido: Energia Sustentável do Brasil S. A.
Advogado: Eder Giovani Sávio (OAB/SC 11131), Jean Bento (OAB/SC 25762)
SENTENÇA:
Ante o exposto, com fundamento no inciso I do art. 269 do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial formulado por JOÃO EVANGELISTA DE ANDRADE e MARIA DA CONCEIÇÃO QUEIROZ DE ANDRADE contra ENERGIA SUSTENTÁVEL DO BRASIL S/A, todos qualificados nos autos e, em consequência, com a ressalva do art. 12 da Lei n. 1. 060/50, CONDENO os requerentes ao pagamento das custas, despesas processuais e honorários advocatícios da parte contrária, estes arbitrados em R$724, 00 (setecentos e vinte e quatro reais), com correção monetária pela tabela do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia e juros simples de 1% (um por cento) ao mês, ambos a partir desta data. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, 03 de fevereiro de 2014. Ilisir Bueno Rodrigues Juiz de Direito

Ana Rosa da Costa Farias
Escrivã Judicial

8ª VARA CÍVEL

8ª Vara Cível
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-AS PESSOALMENTE À JUÍZA OU CONTATE-NOS VIA INTERNET ATRAVÉS DO E-MAIL: pvh8civel@tjro. jus. br
JUÍZA DE DIREITO: EUMA MENDONÇA TOURINHO
ESCRIVÃO: RAIMUNDO NERI SANTIAGO

Proc.: 0002085-16. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Francisco da Silva Costa
Advogado: Edilson Alves de Hungria Junior (OAB/RO 5002)
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S. A.
Advogado: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)
Data Perícia:
Ficam as partes intimadas, por via de seus Advogados, da data da perícia que realizar-se-á no dia 14/02/2014 às 09: 15 horas; local: COF Clínica de Ortopedia e Fratura; endereço: avenida Jorge Teixeira nº 3137, com a perita Helena C. S. Silveira, devendo a parte comparecer com todos os documentos/ exames atualizados.

Proc.: 0015975-27. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Antonia Vasconcelos da Silva
Advogado: Maurício Coelho Lara (OAB/RO 845)
Requerido: Carlos Jose de Sa Barreto, Carmem Lucia Menezes de Sa B Silva
Advogado: Diogo Morais da Silva (OAB/RO 3830), Diogo Morais da Silva (OAB/RO 3830)
DESPACHO:
Reitere-se o ofício expedido à Coordenação de Surpevisão da Folha de Pagamento do Ministério da Saúde, para que preste as informações requeridas, em 10 (dez) dias, sob pena de incorrer em crime de desobediência. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0010512-07. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Sol Distribuidora de Combustiveis Ltda
Advogado: Assis Herter Silva (OAB/RO 4540)
Executado: Alfa Comércio & Construção e Transportes Ltda EPP, Johnny Alves Rodrigues, Maria Valcinéia Nogueira Silva
DESPACHO:
Defiro o postulado às fls. 115 e suspendo o feito por 60 (sessenta) dias. Decorrido o prazo, independente de intimação, providencie a exequente o regular prosseguimento do feito, sob pena de extinção. Porto Velho-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0020363-36. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Rosicléia Marques Brito de Oliveira, Elizeu Brito de Oliveira
Advogado: Letícia Freitas Gil (OAB/RO 3120)
Requerido: Construtora BS S. A. , Agláucio Viana de Souza
Advogado: Mauro da Silva Andrieski (OAB/MT 10925B), Rodrigo Badaró Almeida de Castro (OAB/DF 2221A), Mauro da Silva Andrieski (OAB/MT 10925B)
SENTENÇA:
SENTENÇA ROSICLÉA MARQUES BRITO DE OLIVEIRA e OUTRO ingressou com ação de danos materiais e morais em desfavor de CONTRUTORA BS S/A, todos com qualificação nos autos. Argumenta que firmou contrato de promessa de compra e venda com a empresa requerida, para aquisição de um imóvel residencial, no Residencial Porto Madeira, efetuando os pagamentos descritos na inicial. O empreendimento estava previsto para ser entregue no dia 30 de abril de 2011. No entanto, sem qualquer justificativa, houve o abandono das obras pela empresa requerida, tornando o sonho da casa própria num pesadelo. Juntou documentos. Citada, a ré ofertou resposta argumentando, em preliminar, que se encontra em recuperação judicial. No MÉRITO afirma, em resumo, que o projeto para construção do empreendimento foi aprovado pela Prefeitura Municipal, porém não houve fornecimento de água pela Caerd, o que caracteriza caso fortuito ou força maior; em caso de desistência do comprador há perda de 30% das parcelas pagas, conforme cláusula contratual; não cabe o dano moral por mero aborrecimento e dissabor e, se concedido, deve ser feito com moderação. Por fim, não cabe a inversão do ônus da prova. Ofertada réplica, reiterou os termos apresentados na inicial. É a síntese do necessário. DECIDO. Julgamento Conforme o Estado do Processo. Conforme entendimento do c. Superior Tribunal de Justiça, “presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder”. (STJ - 4ª Turma, Resp 2. 832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, julgado em 14. 08. 1990, e publicado no DJU em 17. 09. 90, p. 9. 513). Com efeito, determina o art. 330, I, do Código de Processo Civil (CPC) que, quando a questão de MÉRITO for unicamente de direito, ou, sendo de direito e de fato, não houver necessidade de produzir prova em audiência, o juiz conhecerá diretamente do pedido, proferindo SENTENÇA. Desse modo, enquadrando-se o caso em debate no DISPOSITIVO legal mencionado, passa-se ao julgamento antecipado da lide. Preliminar. DA RECUPERAÇÃO JUDICIALQuanto ao pedido de suspensão parece a ré esquecer-se, propositadamente, do disposto no 1º do art. 6. da Lei 11. 101/05 que dispõe a respeito das demandas quando houver pedido ilíquido nos seguintes termos: Art. 6. A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial suspende o curso da prescrição e de todas as ações e execuções em face do devedor, inclusive aquelas dos credores particulares do sócio solidário. 1. Terá prosseguimento no juízo no qual estiver se processando a ação que demandar quantia ilíquida. Dessa forma, incabível a suspensão postulada pois afrontosa a lei eis que se trata de pedido ilíquido (não há o destaque no original). Não bastasse, ao que parece de maneira proposital, deixa a requerida de indicar a data da DECISÃO mencionada em sua defesa. Dessa forma, não há prova de que o prazo de 180 dias ainda não expirou, razão pela qual indefiro a preliminar ventilada. MÉRITO Consta dos autos que os requerentes atribuiram a requerida a prática de ato ilícito e objetiva sua condenação ao pagamento de indenização pelos danos materiais e imateriais que, em razão de tal conduta, teriam suportado. O caso retrata situação típica de relação consumerista, estando bem delineadas as figuras do consumidor (substituídos pelo requerente – CDC, art. 2º) e do fornecedor do serviço (requeridos – CDC, art. 3º), de modo que é aplicável a teoria objetiva da responsabilidade civil, em razão da qual é devida indenização ao consumidor lesado desde que comprovado o dano sofrido e o nexo de causalidade entre este e a conduta do respectivo causador. Nesse contexto, saliento que diversos jornais eletrônicos veicularam a notícia de que a requerida encerrou suas atividades nesta capital, deixando de concluir não só o empreendimento em debate, mas também as obras contratadas pela Secretaria Municipal de Saúde (SEMUSA). No entanto, há sítios eletrônicos que evidenciam a solidez da empresa requerida (www. casaparida. com. br e www. bsconstrutora. com. br). Dessa forma, de nenhuma valia a alegação de que a paralisação das obras se deu em virtude da dificuldade de abastecimento de água, fato que, posteriormente, em procedimento instaurado perante o Ministério Público do Estado de Rondônia fora rechaçado pela Companhia de Água (CAERD) e pela Caixa Econômica Federal (CEF) (Autos n. 0013992-56. 2011. 8. 22. 0001). Assim, tem-se que a requerida age de má-fé, pois comercializou as unidades imobiliárias e, verificada a inviabilidade do negócio, simplesmente abandonou os consumidores à própria sorte, causando-lhes prejuízos materiais e imateriais, cuja reparação ora se almeja. Patente, pois, a violação do equilíbrio na relação consumerista em questão, restando configurada a publicidade enganosa. E nem se argumente, conforme igualmente aduzido no processo de natureza coletiva, que a empresa atravessou sérias dificuldades financeiras, tendo prestado serviços, por exemplo, à SEMUSA, deixando de receber a devida contraprestação ou que encontraram resistência da Secretaria de Desenvolvimento Ambiental para concessão da licença para construção da estação de tratamento de água, fato este determinante para o atraso no início das obras contratadas pelos consumidores lesados ou fato de terceiro (SEDAM), como excludente de responsabilidade, consistente na impossibilidade de realização das obras, eis que os supostos fatos alegados não isentam sua responsabilidade perante o consumidor ora lesado. I. Danos MateriaisDe início, cumpre pontuar que inexiste controvérsia acerca do abandono do empreendimento por parte da requerida, cujas obras sequer chegaram a ter início, dispensando maiores discussões a respeito. Esse fato, aliás, é confessado pela requerida e independe de prova (CPC, art. 334, II). Incontroverso também restou que o empreendimento tinha previsão de entrega para o mês de abril de 2011, com tolerância prevista em contrato de

180 (cento e oitenta) dias. Desse modo, nem mesmo a aludida tolerância pode fundamentar a defesa ou a suspensão por prazo indeterminado, pautando-se no aludido contrato, eis que é no mínimo desarrazoada a atitude da requerida de, após decorrido à inteireza o prazo por ela própria estipulado, como tolerância para entrega do bem (180 dias), obrigar o consumidor a aguardar por tempo indeterminado o recebimento de tão sonhada aquisição. Isso demonstra a quebra da relação de confiança entre consumidor e fornecedor, existente à época em que firmado o negócio primitivo e configura cláusula verdadeiramente abusiva, ferindo as regras das relações consumeristas (CDC, art. 51, IV). Além do mais, é cediço que as cláusulas contratuais devem ser interpretadas da maneira mais favorável ao consumidor (CDC, art. 47). Não bastasse isso, a requerida deixa de instruir os autos com a prova de que teriam prestado aos seus clientes o mínimo de informações concretas acerca da situação do bem comercializado, assim como as medidas que estaria tomando para solucionar a problemática vivenciada. A obra, repita-se, nem mesmo chegou a ser iniciada, tampouco a requerida consegue prever quando poderão finalmente começar os trabalhos, quiçá a data da entrega. Em caso semelhante, mudando-se o que deve ser mudado, o e. TJRO já trilhou entendimento no sentido de ser devida a reparação dos prejuízos materiais quando extrapolado o prazo de entrega de imóvel, note-se: Indenização por danos materiais e morais. Entrega do imóvel. Atraso. Prazo de Tolerância. Cláusula de tolerância. Inadimplência dos demais adquirentes. Inexistência. Abusividade. Responsabilidade do fornecedor. Danos materiais. Condenação integral. Dano moral. Configuração. Tem-se por idôneos os documentos pertinentes aos recibos de locação com a assinatura do locador, com idêntica semelhança à assinatura do contrato de locação de imóvel residencial. Em contrato de promessa de compra e venda, o atraso na entrega do imóvel é de responsabilidade do fornecedor, principalmente quando inexistente cláusula de período de tolerância, pela qual alega ser o motivo ensejador do aludido atraso. Deve a construtora reparar integralmente os prejuízos materiais causados ao promitente-comprador pelo atraso na entrega de imóvel, provenientes de pagamentos de alugueres que teve de adimplir no período que esperou pela entrega do bem. Cabe indenização por danos morais causados ao adquirente do empreendimento, que padece inseguranças, aflição e angústia ante a falta de previsibilidade quanto à data da entrega efetiva do imóvel, em observância ao princípio da dignidade da pessoa humana. (TJRO – Apelação n. 0202804-53. 2009. 8. 22. 0001, 2ª Câmara Cível, Rel. Des. Alexandre Miguel, j. 14. 9. 2011). Esse é o mesmo raciocínio adotado no c. STJ, conforme se pode notar na ementa que segue: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR PERDAS E DANOS. PROMESSA DE COMPRA E VENDA ANTERIOR AO CDC. ATRASO NA ENTREGA DE IMÓVEL. DIFERENÇA A MENOR NA METRAGEM DE IMÓVEL URBANO. CONDOMÍNIO VERTICAL. ART. 1. 136, PARÁGRAFO ÚNICO DO CÓDIGO CIVIL. INCIDÊNCIA. VERBA HONORÁRIA. S. 306 DO STJ. I. O atraso na entrega do imóvel implica mora da empresa ré, impondo-se o dever de indenizar por perdas e danos. II. O art. 1. 136, parágrafo único, do Código Civil de 1916, que considera não indenizáveis diferenças de até 1/20 do tamanho do imóvel, aplica-se aos condomínios verticais regidos pela Lei n. 4. 591/62. III. "Os honorários advocatícios devem ser compensados quando houver sucumbência recíproca, assegurado o direito autônomo do advogado à execução do saldo sem excluir a legitimidade da própria parte" (Súmula n. 306/STJ). IV. Recurso especial parcialmente provido. (STJ – REsp 326125/DF, Rel. Min. Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, j. 4. 10. 2011) Nessa esteira, tem-se por evidente o dever de reparar os danos materiais. O reembolso, por sua vez, haverá de se dar no montante integral do valor investido pelos consumidores, eis que se mostra nula de pleno direito a cláusula contratual que prevê a retenção de 30% desse valor em razão de gastos administrativos (cláusula sétima, I, i - fl. 2043), conforme estabelece o art. 51, II, do CDC. A responsabilidade pela reparação é da requerida, eis que exerce e tira proveito de atividade de risco, assumindo o dever de reparar os danos daí advindos (CC, art. 927). Isso implica na rejeição do argumento, por igual exposto na demanda coletiva, de que o calote suportado em outras negociações teria causado o atraso nas obras contratadas pelos consumidores substituídos. Ora, seria muito simples pra uma empresa deixar de atender o consumidor que paga pontualmente suas obrigações, por conta de um terceiro de cuja transação sequer se tem conhecimento. Nesse ponto, ressalta-se que a responsabilidade da requerida recai sobre a totalidade do investimento feito pelo consumidor lesado, eis que é vedada ao fornecedor do serviço a transferência de responsabilidades a terceiros, conforme preceitua o art. 51, III, do CDC. Caso entenda cabível o regresso contra quem quer que seja, haverá de se valer das vias adequadas para satisfazer sua pretensão (CDC, art. 88). Resta reconhecida, portanto, a obrigação da requerida em reparar os prejuízos materiais suportados pelos consumidores ora lesados. II. Danos ImateriaisA mesma sorte alcança o pedido de condenação da requerida ao pagamento de indenização pelos danos imateriais. Assim afirma-se porque, como é cediço, grande parte da população deste Estado sonha adquirir a casa própria. Esse fato, aliás, pode ser extraído da peça contestatória, pois foi uma das razões que levaram os sócios (um deles ex-pedreiro) a constituir a empresa requerida. Os consumidores batalham, juntam suas economias e investem no sonho. Próximo da data da entrega do bem, tomam conhecimento de que aquilo que era sonho se transformou em pesadelo, mais especificamente, tomado pelo mato e sem nem mesmo um alicerce sequer. Isso é, sem dúvida, capaz de causar abalos psíquicos, constrangimentos desnecessários e desconforto espiritual que transcendem ao mero aborrecimento, configurando verdadeira violação aos direitos da personalidade. O dever de indenizar vem encartado tanto na Constituição da República (art. 5º, V e X), como no Código Civil (artigos 186 e art. 927), os quais trazem a regra de que todo aquele que, por dolo ou culpa, causar dano a outrem fica obrigado a repará-lo. O dano é presumível, decorrendo dos fatos em si (in re ipsa). A responsabilidade, como já anunciado acima, é objetiva, de modo que independe da demonstração da culpa do agente. Resta, portanto, estabelecer o quantum indenizatório. Nesse ponto, há que se ressaltar que a indenização por danos de ordem imaterial não tem o fim de reparar propriamente a lesão, haja vista a evidente impossibilidade de fazê-lo. Contudo, constitui inegável compensação ao constrangimento suportado. Na equalização desse quantum, devem ser sopesados a extensão do dano, o grau de culpa do ofensor e sua situação econômica, bem como do ofendido. Por fim, deverá ser fixado em patamar nem tão vultoso nem tão desprezível, a ponto de ser aviltante. Deve-se ter em mente, ainda, o fator de desestímulo para prática de novos ilícitos, assim como o incentivo para adoção de medidas efetivas de prevenção. Outro

ponto relevante nessa fase, é a quantidade de consumidores lesados (500), sendo que caso a indenização seja fixada em parâmetros muito elevados, uma vez somada, poderá culminar numa condenação justa, porém praticamente impossível de ser executada. Seria aquele velho jargão de que ganhou, mas não levou. Nessa esteira, ante as circunstâncias do caso e levando-se em consideração as condições dos ofendidos e dos ofensores, razoável que o valor da indenização seja arbitrado em R$ 4. 000, 00 (quatro mil reais) para cada uma das partes, aqui lesada. III. Desconsideração da Personalidade JurídicaComo é cediço, o CDC permite a quebra do dogma da separação patrimonial entre a pessoa jurídica e seus sócios, desconsiderando a personalidade jurídica em prol dos interesses dos consumidores, sempre que essa personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores, sendo desnecessária a demonstração de abuso de direito. Essa é a chamada teoria menor da desconsideração, segundo a qual basta a prova da insolvência da pessoa jurídica para o pagamento de suas obrigações, independentemente da existência de desvio de FINALIDADE ou de confusão patrimonial. Segundo o e. ministro Ari Pargendler (STJ, REsp 279273/SP), para essa teoria, o risco empresarial normal às atividades econômicas não pode ser suportado pelo terceiro que contratou com a pessoa jurídica, mas pelos sócios e ou administradores desta, ainda que demonstrada conduta administrativa proba, isto é, mesmo que não exista qualquer prova capaz de identificar conduta culposa ou dolosa por parte dos sócios e/ou administradores da pessoa jurídica. Do conteúdo probatório constante dos autos extrai-se que a empresa requerida atravessa sérios transtornos financeiros, inclusive com abertura de processo de recuperação judicial/falência, fato que fora por ela própria noticiado. Nesse sentido, e em vista do disposto no art. 28, § 5º, do CDC, há de ser declarada a desconsideração da personalidade jurídica da empresa requerida, de ofício, a fim de assegurar a efetiva reparação dos danos causados aos consumidores. Por tais considerações, com fundamento no art. 6º, VI, art. 28, § 5º, e art. 51, I e II, todos do CDC, art. 186 e art. 927 do CC, e art. 269, I, do CPC, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na inicial, para: a) CONDENAR a requerida, a restituir aos, o valor integralmente investido no aludido empreendimento, descrito no item c, no valor de R$ 3. 564, 99 (três mil quinhentos e sessenta e quatro reais e noventa e nove centavos), com acréscimo de correção monetária segundo os índices divulgados pelo e. TJRO, a contar do desembolso, e juros de 1% ao mês, a contar da citação (CC, art. 405); b) CONDENAR a requerida (pessoa jurídica e sócios), solidariamente, ao pagamento da quantia de R$ 4. 000, 00 (quatro mil reais), para cada um dos requerentes a título de indenização pelos danos imateriais causados, em valor já atualizado; d) DECLARAR a desconsideração da personalidade jurídica da empresa Construtora BS S/A; e) CONDENAR os requeridos ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo, a teor do art. 20, § 3º. , do CPC, em 15% (quinze por cento) o valor da condenação, diante do julgamento antecipado. Nos termos do art. 466 do CPC, a presente valerá como hipoteca judiciária, devendo ser inscrita nas matrículas de imóveis existentes em nome dos requeridos, a fim de satisfazer o vencedor. Desde já fica ciente a parte requerida que deverá cumprir a obrigação que ora lhe é imposta no prazo de quinze dias, a contar do trânsito em julgado desta DECISÃO, sob pena de ser acrescido ao valor principal multa de 10%, nos termos do disposto no art. 475-J, do CPC. Em caso de descumprimento, desde já arbitro honorários advocatícios para a fase de cumprimento da SENTENÇA em 10% sobre o valor da condenação. Inexistindo pagamento espontâneo, tampouco requerimento dos legitimados para a execução da SENTENÇA, proceda-se às baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se requerida no prazo de 06 (seis) meses do trânsito em julgado. Extingo o processo por SENTENÇA com resolução do MÉRITO. Oficie-se ao Juízo da Comarca de Sorriso/MT, noticiando o teor desta DECISÃO. Pagas as custas, ou inscritas em dívida ativa em caso de omissão, o que deverá ser certificado, arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Porto Velho-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0008122-93. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Lauro Mota Leite da Silva
Advogado: Fabiane Martini (OAB/RO 3817)
Requerido: Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia CAERD
Advogado: Fabricia Pereira de Souza Gomes (OAB/RO 5272)
DESPACHO:
Considerando o comprovante de depósito apresentado às fls. 114/115, manifeste-se o requerente no prazo de 10 (dez) dias, se concorda com os valores, sob pena de não o fazer, entender-se aceitos tacitamente. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0023330-54. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Salete Dalazen de Lima
Advogado: Robson Vieira Lebkuchen (OAB/RO 4545)
Requerido: Banco do Brasil S. A.
Advogado: Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567)
DESPACHO:
Considerando que este Magistrado encontra-se respondendo pela 9ª Vara Cível e acumulando, a 8ª Vara Cível e 2ª Vara da Fazenda Pública, tendo audiência de instrução e julgamento marcada para mesmo dia e horário na 2ª Vara da Fazenda Pública, redesigno a presente audiência de instrução e julgamento para o dia 10 de março de 2014, às 10h30min. Expeça-se o necessário. Publique-se. Intime-se. Porto Velho-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0023972-90. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Maria Aparecida Silva Teixeira
Advogado: Wanderlan da Costa Monteiro (OAB/RO 3991)
Executado: Maristela Regina Barroso da Silva
DESPACHO:
Indefiro o pedido de expedição de ofícios aos Cartórios de Registro de Imóveis, posto que a exequente pode obter tais informações diretamente junto aos referidos Cartórios por meio de certidão. No mais, defiro o pedido para que o bem de fls. 14 seja leiloado. Assim, designe-se expropriação judicial: em 1º leilão/praça, devendo o bem alcançar lanço superior à importância da avaliação, e, se tal não ocorrer, seguir-se-á a sua alienação, em 2º leilão/praça, pelo maior lanço, não

podendo ser aceito lanço inferior a 60% (sessenta por cento) do valor de avaliação, por ser considerado preço vil (artigo 692, do CPC). Publique-se os editais, onde deverão constar os requisitos estabelecidos no artigo 686 do CPC, bem como, a advertência de que se o devedor e sua mulher não forem intimados pessoalmente, o edital servirá de intimação dos mesmos, quando então será obrigatória a publicação do mesmo em jornal de ampla circulação local. O edital deverá ser afixado e publicado com antecedência mínima de 5 dias do 1º leilão/pra ça, por pelo menos uma vez. Se o exeqüente for beneficiário da gratuidade processual a publicação do edital será feita através do Diário da Justiça, pela escrivania. Se os bens penhorados não excederem o valor correspondente a sessenta vezes o maior salár io-mínimo, dispensa-se a publicação de editais, não podendo, neste caso, o preço da arrematação ser inferior ao da avaliação (§ 3º, art. 686, Código de Processo Civil). Se for o caso de redesignação de expropriação judicial, por erro ou culpa do exeqüent e, a este caberá ressarcir o valor das diligências para a renovação do ato, ficando isento o Poder Judiciário de arcar com essas despesas. A arrematação será feita com dinheiro à vista ou no prazo de 15 dias, mediante apresentação de caução idônea (artigo 690, do CPC), podendo o credor arrematar os bens sem apresentação de valores, desde que o valor dos bens não exceda o seu crédito, quando então depositará, dentro de três dias, a diferença, sob pena de ser tornada sem efeito a arrematação e, neste caso, o s bens serão levados a nova praça/leilão à custa do exequente (parágrafo único do art. 690-A). Sendo bem imóvel, o interessado em adquiri-lo em prestações poderá, antes da praça, apresentar por escrito sua proposta (com indicação do prazo, modalidade e co ndições de pagamento), nunca inferior à avaliação, com oferta de pelo menos 30% à vista e o restante garantido por intermédio de hipoteca sobre o próprio imóvel. Intimem-se, inclusive o senhorio direto, o credor com garantia real ou com penhora anteriorme nte averbada, observando-se o prazo mínimo de 10 dias de antecedência (art. 698). Expeça-se o necessário. Cumpra-se. Porto Velho-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0018535-05. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Paulo Roberto de Cantalista Lima
Advogado: Raimundo Gonçalves de Araújo (OAB/RO 3300), Renan Correia Lima (OAB/RO 495E)
Requerido: Banco do Brasil S. A.
Advogado: Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB/PR 8123)
DESPACHO:
Considerando a informação às fls. 134, onde o exequente relata que o depósito do valor devido fora efetuado de forma incorreta, determino ao executado que providencie sua regularização no prazo de 10 (dez) dias, depositando-se em conta judicial, para posterior levantamento. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0017188-68. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Desapropriação
Requerente: Energia Sustentável do Brasil Usina Hidrelétrica de Jirau Enersus
Advogado: Renato da Silva Marques (OAB/MT 11664), Fábio Barcelos da Silva (OAB/SC 21562), Rafaela Cristina Lopes Mercês (OAB/RO 3923)
Requerido: Francisco Florêncio da Silva, Maria do Socorro da Silva Menezes
Advogado: Valdecir Martins (RO 1209)
DESPACHO:
VISTOS. Chamo o feito a ordem, a fim de dar cumprimento a determinação de fls. 735/736. Não houve a expedição de edital, ainda que solicitada pela parte autora (fls. 724). O restante já está comprovado nos autos. Assim, determino a expedição solicitada. Podendo a parte autora dar diligência em qualquer outro procedimento necessário a expedição dos editais. Confeccionado o edital e ultrapassado o prazo de manifestação. Cumpra com a expedição de fls. 735/736. Porto Velho-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0007825-86. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Norte Brasil Transmissora de Energia Sa
Advogado: Murilo de Oliveira Filho (OAB/SP 284261), Ronaldo Bovo (RO 4780)
Requerido: Natanael Vieira Silva, Helena Maria Munhoz Vieira
Advogado: José Cristiano Pinheiro (OAB/RO 1529)
DESPACHO:
Aguarde-se o julgamento do agravo de instrumento. Porto Velho-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0000773-05. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Condomínio Edifício Ipanema
Advogado: Josimar Oliveira Muniz (OAB/RO 912)
Requerido: João Batista dos Santos
DESPACHO:
Tomo conhecimento do agravo de instrumento interposto, e mantenho a DECISÃO combatida, pelos seus próprios fundamentos. (artigo 523, parágrafo 2º do CPC). Oportunamente prestarei informações ao relator do agravo. Aguarde-se a DECISÃO final do recurso de agravo. Porto Velho-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0002305-14. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Francisca Olinda de Souza Rabelo
Advogado: José Teixeira Vilela Neto (OAB/RO 4990), Diego José Nascimento Barbosa (OAB/RO 5184)
Requerido: Eletrobrás Distribuição Rondônia - CERON
Advogado: Jacimar Pereira Rigolon (OAB/RO 1740), César Henrique Longuini (RO 5217), Ubirajara Rodrigues Nogueira de Rezende (OAB/RO 1571), Kharina Mielke (OAB/RO 2906), Alex Cavalcante de Souza (OAB/RO 1818), Francianny Aires da Silva Ozias (RO 1190)
DESPACHO:
Defiro as consultas postuladas. Aguarde-se o trâmite necessário. Porto Velho-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0001022-87. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: Banco Bradesco S/A
Advogado: Lucyanne Carratte Brandt Hitzeschky (OAB/RO 4659)
Requerido: Dias & Teles Ltda, Andres Fernandes Dias

DESPACHO:
Defiro o postulado às fls. 59, concedo o prazo de 15 (quinze) para que a requerente providencie o necessário para cumprimento da citação por edital. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0019292-33. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: Sol Distribuidora de Combustiveis Ltda
Advogado: Assis Herter Silva (OAB/RO 4540)
Requerido: Selma da Costa Pinheiro
SENTENÇA:
SENTENÇA A parte autora requereu a extinção do feito. Isto posto, defiro o requerimento de desistência da ação, e julgo extinto o feito, sem resolução do MÉRITO, nos termos do art. 267, VIII, do Código de Processo Civil, determinando o seu consequente e imediato arquivamento, após as anotações e formalidades pertinentes. Sem custas. Desde já concedo o desentranhamento dos documentos originais, uma vez substituídos por cópias e certificado pela escrivania. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0023485-23. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: Lauro Barboza Pedraza
Advogado: Pedro Luiz Lepri Junior (OAB/RO 4871)
Requerido: UNIPREV - União Previdenciária
Advogado: Marcos Antonio Araújo dos Santos (OAB/RO 846), Marcos Antônio Metchko (OAB/RO 1482), FÁbio Henrique Coelho Furtado ( )
DESPACHO:
O requerente (sucumbente), dentro de 15 dias, a contar da ciência desta ordem, poderá se manifestar quanto ao cumprimento de SENTENÇA, inclusive apresentar impugnação, ou ainda, pagar os valores da condenação apresentados pela parte autora em sua planilha atualizada, sem a incidência da multa do 475-J. Caso inexistente o pagamento será realizado a execução forçada já com a aplicação de encargos nos valores apresentados pelo autor. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0021963-58. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco Volkswagen S/A
Advogado: Marcelo Brasil Saliba (OAB/RO 5258), Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/RO 4658)
Requerido: Helen Patricia Leal da Silva
DECISÃO:
O autor propôs a presente ação de busca e apreensão em face do requerido, ambos devidamente qualificados nos autos, alegando, em síntese, ter celebrado réu contrato de financiamento, tendo por objeto o bem descrito na inicial, o qual ficou alienado fiduciariamente, não tendo o réu cumprido com o pactuado, estando legalmente em mora. Houve o deferimento da liminar para proceder a busca e apreensão do bem, assim como a determinação para citação do réu. A liminar não foi cumprida, conforme certidão acostada aos autos pelo Oficial de Justiça, vez que o bem não foi localizado, tendo o autor, então, pugnado pela conversão da presente medida em ação de depósito, com base no art. 4º, do Decreto-lei nº 911/69. Em ação de busca e apreensão, estando em mora o devedor e caso não seja possível localizar o bem alienado fiduciariamente, é lícito ao credor requerer a conversão da busca e apreensão em ação de depósito, prosseguindo-se na forma prevista no Capítulo II, do Título I, do Livro IV, do CPC, conforme faculta o art. 4º, do Decreto-Lei nº 911/69, com redação dada pela Lei nº 6. 071/74. Ante o exposto, DEFIRO a conversão da presente ação de busca e apreensão em ação de depósito. Efetuem-se as necessárias anotações e retifiquem-se a autuação e registros cartorários. Cite-se nos termos do art. 902, do CPC. Porto Velho-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0015095-98. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Leonardo da Cruz
Advogado: Magnaldo Silva de Jesus (OAB/RO 3485)
Requerido: Oi Brasil Telecom S. A.
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635)
DESPACHO:
Sastisfeita a obrigação, extingo o feito nos termos do art. 794, I do CPC. Após as anotações de estilo, arquivem-se os autos. Porto Velho-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0018015-11. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: GUANABARA COMPANY LTDA - ME
Advogado: Mateus Baleeiro Alves (OAB/RO 4707)
Requerido: Banco Bradesco S/A, Cielo S. A
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937), José Manoel Alberto Matias (OAB/RO 3718)
DESPACHO:
Certifique a escrivania quanto a tempestividade da impugnação apresentada às fls. 255/306. Após, retornem os autos conclusos. Porto Velho-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0019265-50. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Desapropriação
Requerente: Energia Sustentável do Brasil S. A.
Advogado: Rafaela Cristina Lopes Mercês (OAB/RO 3923)
Requerido: Agostinho Gleiton Dantas de Oliveira, Jeane Carla da Cruz Nogueira
Advogado: João Bosco Vieira de Oliveira (OAB/RO 2213), Francisco Ricardo Vieira Oliveira (OAB/RO 1959), Risolene Eliane Gomes da Silva Pereira (OAB/RO 3963), Hosanilson Brito da Silva (OAB/RO 1665)
DESPACHO:
Considerando a juntada de documentos novos às fls. 847/869, manifeste-se a requerente no prazo de 10 (dez) dias. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0004845-35. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Cautelar Inominada (Cível)
Requerente: Alfa Casa & Comércio de Materiais Para Construção Ltda
Advogado: Lester P. Menezes Júnior. (OAB/RO 2657), Maguis Umberto Correia (OAB/RO 1214)
Requerido: Brasimarcas Marcas e Patentes Ltda

SENTENÇA:
SENTENÇA Determinada a regularização do processo, o requerente, apesar de devidamente intimado, quedou-se inerte, não cumprindo com a determinação. Inclusive já foi objeto de outras decisões deste Egrégio Tribunal de Justiça, em idêntica conclusão. Colaciono a seguir, aresto dos acórdão e decisões monocráticas a respeito: Apelação Cível nº. 0000267-32. 2013. 8. 22. 0000 - Rel. Des. Alexandre Miguel - J. 12/06/2013; Apelação Cível nº. 0099008-80. 2008. 8. 22. 0001 - Rel. Des. Raduan Miguel Filho - J05/03/2013; Apelação Cível nº 0256663-86. 2006. 8. 22. 0001 - Rel. Des. Kiyochi Mori - J. 17/04/2013. Isto posto, julgo extinto o processo, sem apreciação do MÉRITO, conforme dispõe o art. 267, IV, do Código de Processo Civil. Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, mediante substituição por cópia. Oficie-se o Cartório do 1°. Tabelionato de Protesto de Títulos e Documentos desta Capital, do teor desta SENTENÇA. Custas na forma da lei. Após as anotações e baixas de estilo, arquivem-se. P. R. I. C. Porto Velho-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0004382-93. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco Bradesco S/A
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Executado: Maria A. Nunes Me, Maria Aparecida Nunes
DESPACHO:
Considerando que os esforços para citação do executado restaram infrutíferas, defiro o postulado às fls. 38/39. Expeça-se edital de citação com prazo de 20 dias (art. 232, IV, CPC). Após a disponibilização do documento, a parte interessada deverá, no prazo de 05 (cinco) dias, imprimi-lo pelo "site" do Tribunal de Justiça de Rondônia, comprovando dentro de 15 (quinze) dias, a sua publicação, inclusive juntando o comprovante de pagamento da taxa de publicação no diário da Justiça, e de todos os procedimentos necessários ao movimento desta comunicação, sob pena de extinção do presente feito. Providencie o necessário. Porto Velho-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0012822-15. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Robson Meireles Nunes da Silva
Advogado: Fabrício Matos da Costa (OAB/RO 3270)
Requerido: Eletrobras Distribuição Rondônia
Advogado: Ana Caroline Romano Castelo Branco (RO 5991), Francianny Aires da Silva Ozias (OAB/RO 1190)
DESPACHO:
Considerando as informações da executada às fls. 51/57, manifeste-se o exequente no prazo de 10 (dez) dias. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0012252-29. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Reintegração / Manutenção de Posse
Requerente: Joventino Ferreira Neto
Advogado: Nilton Dantas da Silva (OAB/RO 243A)
Requerido: Paulo Roberto Joaquim Santos
DECISÃO:
Defiro o pedido de suspensão do feito pelo prazo de 90 (noventa) dias, consoante postulado às fls. 41. Decorrido o prazo, independente de intimação, promova o requerente os atos necessários para prosseguimento do feito, sob pena de extinção. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0014065-62. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Cooperativa de Crédito dos Empresários de Porto Velho CREDEMPRESAS
Advogado: Meire Andréa Gomes Lima (OAB/RO 1857)
Executado: Sancler Comércio e Representações Ltda. , Antonio San Júnior
DESPACHO:
Considerando o julgamento improcedente dos embargos à execução, manifeste-se o exequente quanto ao prosseguimento do feito no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0010037-51. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Depósito
Requerente: Banco Volkswagen S/A
Advogado: Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/RO 4658)
Requerido: Amarildo dos Santos
DECISÃO:
VISTOS. Trata-se de cumprimento de SENTENÇA. O autor anexou seus documentos, com planilha atualizada, requerendo a execução dos valores reputados regulares. Intimada a responder ou pagar os valores, o Curador Especial (Defensor Público), ofertou seus Embargos por negativa Geral. É o RELATÓRIO. Decido. Trata-se de ação em que a parte autora visa o recebimento de valores que reputa em inadimplência pela requerida. Anexou junto a sua exordial, documento que atesta o comprometimento da requerida ao pagamento de certos valores, a qual não foi efetuada. Ou seja, a parte ré inadimpliu sua obrigação, restando assim, o direito do autor a pedir o ressarcimento pelos valores. Somando o fato de que a requerida entrou em completa inércia, restando o curador sem subsídios para efetuar uma defesa com elementos adequados, não há resistência a demanda, inexistindo meios com documentos e outros instrumentos que poderia atestar a isenção da ré/devedora. Portanto, restou configurado o direito do credor, ora requerente, de ser ressarcido pela dívida não paga pelo réu. Não há nada de errado nas cobranças. Somente está sendo cobrado o tanto que deve ser aplicado. Dessa forma, mantenho a execução e indefiro a impugnação apresentada pela parte requerida. Siga a execução/cumprimento da SENTENÇA. Na oportunidade, determino as consultas aos sistemas postulados pela parte autora. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0002573-68. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Requerente: Banco Bradesco S. A
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Requerido: Metus Construções Incorporações de Rondonia Ltda, Claudio Jose Marques Vidal
Advogado: Cassio Esteves Jaques Vidal (OAB/RO 5649)
DESPACHO:
A parte autora vem aos autos solicitar que este Juízo expeça ofício para a DRF. É ônus do autor indicar bens passíveis de penhora, razão pela qual não cabe ao Poder Judiciário realizar atividade investigativa. Com efeito, a existência de dados

junto a diversos órgãos se presta a FINALIDADE diversa da indicada. Sendo assim, indefiro o pedido e determino que o autor providencie o necessário para prosseguimento do feito, no prazo impreterível de 10 (dez) dias, sob pena de extinção do feito sem resolução do MÉRITO (267, IV do CPC). Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0001244-89. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco Bradesco S/a. Ag. de Osasco. sp
Advogado: Lucyanne Carratte Brandt Hitzeschky (OAB/RO 4659), Ildo de Assis Macedo (OAB/MT 3541), Leonir Galera Mari ( ), Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370)
Executado: Maria do Socorro Viana de Medeiros, Medeiros e Medeiros Ltda.
DESPACHO:
Defiro o pedido de suspensão, contudo, não pelo prazo postulado às fls. 89/91, e sim, pelo prazo de 90 (noventa) dias. Decorrido o tempo assinalado, e não havendo manifestação, a parte exequente será intimada nos moldes do art. 267, § 1º. do CPC. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0008623-18. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Francisco Maria da Conceição
Advogado: José Hugo Gonçalves (OAB/RO 281)
Requerido: União P F N
DESPACHO:
Considerando a juntada da autorização de pagamento da RPV às fls. 127/133, manifeste-se a parte requerente no prazo de 05 (cinco) dias. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0012294-49. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: HSBC Bank do Brasil S. A. - Banco Múltiplo
Advogado: Joaquim Fábio Mielli Camargo (OAB/RO 2125)
Executado: Wagner Luiz de Almeida, Edilene Jesus Mendes Guimarães
DECISÃO:
Recebo a apelação em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Às razões ao apelado, pelo prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação das contrarrazões, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça com nossas homenagens. Porto Velho-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0011175-53. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: M. de M. Vieira ME, Marthos de Melo Vieira, Adriano de Melo Vieira
Advogado: Valkiria Maia Alves Almeida (OAB/RO 3178), Roberto Jarbas Moura de Souza (OAB/RO 1246), Manuela Gsellmann da Costa (OAB/RO 3511), Meire Andrea Gomes (1857), Valkiria Maia Alves Almeida (OAB/RO 3178), Roberto Jarbas M. Sousa (RO 1246), Manuela Gsellmann da Costa (OAB/RO 3511), Meire Andréa Gomes Lima (OAB/RO 1857), Valkiria Maia Alves Almeida (OAB/RO 3178), Meire Andréa Gomes Lima (OAB/RO 1857), Roberto Jarbas Moura de Souza (OAB/RO 1246), Manuela Gsellmann da Costa (OAB/RO 3511)
Requerido: Claro S/A
Advogado: Rodrigo Badaró Almeida de Castro (OAB/MG 80051)
DESPACHO:
Tendo as partes apresentado quesitos, bem como, nomeado seus assistentes técnicos, intime-se o perito para que designe a data para realização da perícia, observando que a referida data deverá ser previamente informada a este Juízo, para que viabilize a intimação das partes. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0011638-87. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Pedro Bezerra de Siqueira
Advogado: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Requerido: Oi S. A.
Advogado: Rochilmer Mello da Rocha Filho (RO 635)
DESPACHO:
Considerando que este Magistrado encontra-se respondendo pela 9ª Vara Cível e acumulando, a 8ª Vara Cível e 2ª Vara da Fazenda Pública, tendo audiência de instrução e julgamento marcada para mesmo dia e horário na 2ª Vara da Fazenda Pública, redesigno a presente audiência de instrução e julgamento para o dia 10 de março de 2014, às 8h30min. Expeça-se o necessário. Publique-se. Intime-se. Porto Velho-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0023433-90. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Ivanilde Lopes da Silva
Advogado: Genival Fernandes Gegê de Lima (OAB/RO 2366)
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S. A.
Advogado: Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2894)
DESPACHO:
A parte autora poderá apresentar impugnação a contestação ou aos documentos no prazo de 10 (dez) dias. Após, no prazo de 05 (cinco) dias, deverão as partes dizer se pretendem produzir outras provas justificando-as, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado. Porto Velho-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0003437-43. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Alcidinei de Oliveira
Advogado: Marcos Roberto da Silva Santos (OAB/AC 1934)
Requerido: União P F N
DESPACHO:
VISTOS, ETC. Considerando a concordância dos valores por ambas as partes, sendo abaixo do valor estipulado no artigo 475, § 2º do CPC. Nos termos do artigo 3º e 17 da Lei n. 10. 259/01, por se tratar de obrigação de pagar quantia certa até o limite de sessenta salários mínimos, e tendo transitado em julgado a DECISÃO, determino que se requisite o pagamento do valor apurado, no prazo de sessenta dias, à autoridade citada para a causa, independentemente de precatório, depositando-se na agência mais próxima da CEF ou do Banco do Brasil, sob

pena de seqüestro do numerário suficiente ao cumprimento da DECISÃO. Se for efetivado o pagamento, intime-se a requerente a se manifestar quanto ao depósito. Intime-se e cumpra-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0020103-85. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Diomar Maria de Lima
Advogado: Corsirene Gomes Lira (OAB/RO 2051)
Requerido: Elinei de Nazaré Nascimento
DESPACHO:
Indefiro o postulado às fls. 30/35, pelos mesmos fundamentos apresentados por ocasião do DESPACHO inicial. No mais, considerando o teor da certidão expedida às fls. 29, determino citação por hora certa pois restou demonstrado nos autos a dificuldade na efetivação da triangulação processual diante dos fatos expostos. Portanto determino a citação por Oficial de Justiça com as benesses dos arts. 172, §2º; 227; 228, todos do CPC, no endereço indicado pelo requerente. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0010217-33. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Rosalina Rodrigues Gonçalves
Advogado: Iarlei de Jesus Ribeiro (OAB/RO 4488), Jeanne Salviano da Silva do Couto Ramos (OAB/RO 3927)
Requerido: Eucatur - Empresa União Cascavel de Transporte e Turismo LTDA
Advogado: André Luiz Delgado (OAB/RO 1825), Gilberto Piselo do Nascimento (OAB/RO 78-B)
SENTENÇA:
SENTENÇA VISTOS. O feito tramitou regularmente até que as partes juntaram petição requerendo a homologação do acordo estipulado e devidamente assinado por ambas as partes. Posto isso, homologo por SENTENÇA o acordo estabelecido pelas partes, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, conforme as cláusulas especificadas. Julgo extinto o processo, nos termos do art. 269, III, do CPC. Desde já concedo o desentranhamento dos documentos originais, uma vez substituídos por cópias e certificado pela escrivania. Custas pelo requerido. Remetam os autos a contadoria para apuração do valor. No sentido de que com a homologação do presente acordo forma-se um titulo executivo judicial, que poderá ser executado nos termos do art. 475-J do CPC, em caso de descumprimento. Oportunamente arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0015622-79. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Naiara Oliveira Freitas
Advogado: José Maria de Souza Rodrigues (OAB/RO 1909)
Requerido: Trip Linhas Aereas S/A, VISA ADMINISTRADORA DE CARTÕES DE CREDITO
Advogado: Renato Covelo (OAB/SP 155. 545), Rachel Fischer P. C. Menna Barreto (OAB/SP 248. 779), Caio Márcio de Brito Ávila (OAB/SP 107. 062), Antonio de Pádua Soubhie Nogueira (OAB/SP 139. 461)
DESPACHO:
Tendo em vista a irregularidade da representação das requeridas nos autos, determino que traga/junte no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de decretação da revelia (artigo 13, II do CPC), o original ou cópia autenticada da procuração e substabelecimento. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0010913-98. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Consignação em Pagamento
Consignante: Asa Norte Industrial Madeireira Ltda
Advogado: Graziela Zanella de Corduva (OAB/RO 4238)
Consignado: OI S/A
Advogado: Márcia Aparecida Del Piero Silva (OAB/RO 5293)
DESPACHO:
Remeta-se os autos à contadoria judicial para que apure os valores devidos pela consignante até o dia 22/08/2013. Providencie o necessário. Após, retornem os autos conclusos. Porto Velho-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0010802-17. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Alan Fernando Pereira Delfino
Advogado: Daniela Tomaz Sidrim (RO 4417), Eric George Tomaz Sidrim (OAB/RO 2968)
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S. A.
Advogado: Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/RO 5017)
DESPACHO:
Chamo o feito a ordem. Constatado o erro material no DESPACHO anterior (fls. 71), corrijo-o e determino, onde se lê: “intimada via DJE n°. 234/2014”, leia-se: “intimada via DJE n°. 234/2013”. Providencie a escrivania o necessário para o cumprimento da ordem proferida. Porto Velho-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0011836-61. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Banco do Brasil S/A
Advogado: Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567)
Requerido: Vigher Serviços de Segurança Ltda, Lirio Goedert, Oswaldo Morales, Adail Gonçalves da Costa, Ines Goedert, Neusa Maria Leite Morales
Advogado: Marcelo Rodrigues Xavier (OAB/RO 2391)
DESPACHO:
VISTOS. Defiro nova publicação de edital para comunicação do requerido, conforme solicitado pelo autor. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0012045-93. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Cristiano Lima de Carvalho
Advogado: Sérgio Muniz Neves ( ), Marcus Edson de Lima ( )
Requerido: Cristiane Carbonera Ribeiro
Advogado: Isac Neris Ferreira dos Santos (OAB/RO 4679)
DESPACHO:
Indefiro o pedido de justiça gratuita, uma vez que houve, em tese, pagamento de advogado particular. A parte apelante

deverá no prazo de 10 (dez) dias, comprovar o recolhimento de preparo, uma vez que não há pagamento ou mesmo demonstração de hipossuficiência. Não havendo a juntada do pagamento no lapso assinalado, será julgado deserto o recurso. Porto Velho-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0009763-82. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco Bradesco S. a.
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Executado: Maria Aparecida Dalpra
DESPACHO:
Defiro o pedido de suspensão postulado às fls. 39/40. Decorrido o prazo, independente de intimação, deverá o exequente impulsionar o feito, sob pena de extinção do feito. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0022433-55. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Deposito Novo Tempo Ltda
Advogado: Paulo Roberto da Silva Maciel (OAB/RO 4132)
Executado: B N Indútria e Comércio de Madeiras Ltda.
DESPACHO:
Considerando a certidão constante às fls. 17, bem como diante da petição da exequente, e tendo transcorrido o prazo para o pagamento e nomeação de bens, determino a realização de penhora e avaliação pelo Oficial de Justiça, podendo, na oportunidade, caso não seja o devedor encontrado, arrestar-lhe tantos bens quanto sejam necessários para garantir a execução, cumprindo com o que dispõe o art. 653, parágrafo único do CPC. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0012939-69. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Manoel Ribeiro Neto
Advogado: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Requerido: Banco Bradesco S/A
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
DESPACHO:
Considerando que este Magistrado encontra-se respondendo pela 9ª Vara Cível e acumulando, a 8ª Vara Cível e 2ª Vara da Fazenda Pública, tendo audiência de instrução e julgamento marcada para mesmo dia e horário na 2ª Vara da Fazenda Pública, redesigno a presente audiência de instrução e julgamento para o dia 10 de março de 2014, às 9h30min. Expeça-se o necessário. Publique-se. Intime-se. Porto Velho-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0025923-22. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: Rondomaza Auto Peças Ltda
Advogado: Wanderlan da Costa Monteiro (OAB/RO 3991)
Requerido: Alcione Swinka Ferreira
SENTENÇA:
SENTENÇA O feito tramitou regularmente até que as partes juntaram petição requerendo a homologação do acordo estipulado e devidamente assinado por ambas as partes. Posto isso, homologo por SENTENÇA o acordo estabelecido pelas partes, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, conforme as cláusulas especificadas. Julgo extinto o processo, nos termos do art. 269, III, do CPC. Desde já concedo o desentranhamento dos documentos originais, uma vez substituídos por cópias e certificado pela escrivania. Sem custas e sem honorários. No sentido de que com a homologação do presente acordo forma-se um titulo executivo judicial, que poderá ser executado nos termos do art. 475-J do CPC, em caso de descumprimento. Oportunamente arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0021892-22. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Silvana Mota Davis Lourenco
Advogado: JOSE ROBERTO DE CASTRO (OAB 2350)
Requerido: B. J. Projetos e Empreendimentos Ltda
Advogado: Pedro Alexandre Assis Moreira (OAB/RO 3675)
DESPACHO:
A parte autora poderá apresentar impugnação a contestação ou aos documentos no prazo de 10 (dez) dias. Após, no prazo de 05 (cinco) dias, deverão as partes dizer se pretendem produzir outras provas justificando-as, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado. Porto Velho-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0002287-61. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: Centro de Ensino São Lucas Ltda
Advogado: Fábio Alexandre Abiorana Lucena (OAB/RO 3453)
Requerido: Ana Cristina de Carvalho
DECISÃO:
VISTOS. Trata-se de cumprimento de SENTENÇA. O autor anexou seus documentos, com planilha atualizada, requerendo a execução dos valores reputados regulares. Intimada a responder ou pagar os valores, o Curador Especial (Defensor Público), ofertou seus Embargos por negativa Geral. É o RELATÓRIO. Decido. Trata-se de ação em que a parte autora visa o recebimento de valores que reputa em inadimplência pela requerida. Anexou junto a sua exordial, documento que atesta o comprometimento da requerida ao pagamento de certos valores, a qual não foi efetuada. Ou seja, a parte ré inadimpliu sua obrigação, restando assim, o direito do autor a pedir o ressarcimento pelos valores. Somando o fato de que a requerida entrou em completa inércia, restando o curador sem subsídios para efetuar uma defesa com elementos adequados, não há resistência a demanda, inexistindo meios com documentos e outros instrumentos que poderia atestar a isenção da ré/devedora. Portanto, restou configurado o direito do credor, ora requerente, de ser ressarcido pela dívida não paga pelo réu. Não há nada de errado nas cobranças. Somente está sendo cobrado o tanto que deve ser aplicado. Dessa forma, mantenho a execução e indefiro a impugnação apresentada pela parte requerida. Siga a execução/cumprimento da SENTENÇA. Na oportunidade, determino as consultas aos sistemas postulados pela parte autora. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0017806-13. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Vivian Maria Canto
Advogado: Magnaldo Silva de Jesus (OAB/RO 3485)

Requerido: Banco da Amazônia S/A
Advogado: Monamares Gomes Grossi (OAB/RO 903), Caroline França Ferreira (OAB/RO 2713), Edmar Queiroz Damasceno Filho (OAB/RO 589)
SENTENÇA:
VISTOS. Ante a satisfação da obrigação informada nos autos, considerando a concordância da parte vencida, sem qualquer manifestação de saldo remanescente da parte vencedora, determino: a) que o favorecido compareça em cartório no prazo de 5 dias para agendar o alvará de liberação dos valores. Expedido o alvará, deverá ser impresso pelo próprio requerente ou seu representante legal, via internet; b) a extinção do feito, nos termos do art. 794, I, do CPC; c) remessa dos autos a contadoria para cálculo das custas finais, devendo ser intimado o executado para pagamento; Após as anotações de estilo, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0022342-62. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco Honda S. A
Advogado: Maria Lucilia Gomes (OAB/SP 84206)
Requerido: Ronilson Silva de Oliveira
DESPACHO:
Defiro o postulado às fls. 46, e concedo dilação de 15 (quinze) dias de prazo para que a requerente providencie o necessário para que seja procedida a citação do requerido. Decorrido o prazo, independente de intimação, deverá o requerente impulsionar o feito, sob pena de extinção. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0022303-65. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Alda Flaviana dos Santos Silva
Advogado: Sílvio Vinícius Santos Medeiros (OAB/RO 3015)
Requerido: Banco do Brasil S/A
Advogado: Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB/PR 8123), Amanda Géssica de Araújo Farias (OAB/RO 5757)
DESPACHO:
A parte autora poderá apresentar impugnação a contestação ou aos documentos no prazo de 10 (dez) dias. Após, no prazo de 05 (cinco) dias, deverão as partes dizer se pretendem produzir outras provas justificando-as, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado. Porto Velho-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0000273-02. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Usucapião
Requerente: Jose Orlean Gomes da Silva
Advogado: Agnaldo Muniz (OAB/RO 258B)
Requerido: Norma Administradora de Bens Ltda
DESPACHO:
Determinado ao requerente que emendasse a incial, juntou documentos. Contudo, observa-se que o não restou devidamente especificado o item “e”, razão pela qual determino que providencie o necessário para regularização no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0025503-80. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Marcia Maria Siqueira de Souza
Advogado: Leonardo Werneck de Carvalho (OAB/RJ 138510)
Requerido: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
DECISÃO:
Recebo a emenda. Defiro os benefícios da Justiça Gratuita. Os documentos apresentados e as sustentações jurídicas e fáticas convencem da verossimilhança do direito da parte autora. Assim, com fundamento com art. 273, do Código de Processo Civil, defiro o pedido de antecipação de tutela e, em consequência, determino que a requerida se abstenha de inscrever o nome da parte autora em qualquer Entidade de Proteção ao Crédito. Caso já tenha realizado a negativação, que providencie a baixa da inscrição no nome da parte autora, de quaisquer cadastros de maus pagadores (SERASA, SPC, etc), no prazo de 48h (quarenta e oito horas), contados da ciência desta ordem, não podendo proceder a nova inclusão pela mesma dívida em discussão, até o julgamento final da lide. Desobedecendo quaisquer das ordens, incorrerá em multa diária correspondente a R$ 500, 00 (quinhentos reais), até o limite de R$ 10. 000, 00 (dez mil reais). Pelos mesmos fundamentos, determino que requerida se abstenha de realizar o desligamento da energia da unidade consumidora da parte autora ou, caso já tenha realizado a suspensão do fornecimento de energia elétrica do imóvel, que reative o fornecimento, sem qualquer ônus a parte autora, a contar da ciência desta ordem, sob pena de multa diária no valor de R$ 500, 00 (quinhentos reais), até o limite de R$ 10. 000, 00 (dez mil reais). Cite-se o Réu para que apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar expressamente no mandado os efeitos da revelia (art. 285 e 319 do CPC). Ofertada ou não a contestação, certifique-se quanto à tempestividade. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas à autora para impugnação. Em caso de revelia ou confissão, venham os autos conclusos para apreciação. Decreto a inversão do ônus da prova (art. 6º, inciso VIII, do CDC). Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 267, parágrafo 1º, do CPC. Porto Velho-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0023694-55. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Embargos de Terceiro (Cível)
Embargante: Aldori May
Advogado: Paulo Rogério José (OAB/RO 383)
Embargado: Jocelino Marques Vieira Me Auto Posto Nossa Casa
SENTENÇA:
SENTENÇA Determinada a emenda à petição inicial, o requerente, apesar de devidamente intimado, quedou-se inerte, não cumprindo com a determinação. Posto isso, indefiro a petição inicial com fulcro no art. 284, parágrafo único, do CPC, em consequência, julgo extinto o processo, sem apreciação do MÉRITO, conforme dispõe o art. 267, I, do Código de Processo Civil. Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, mediante substituição por cópia. Após as anotações e baixas de estilo, arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-sePorto Velho-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0021962-39. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Darvino Alves de Campos
Advogado: Leonardo Werneck de Carvalho (OAB/RJ 138510)
Requerido: Eletrobrás Distribuição Rondônia
Advogado: João Diego Raphael Cursino Bomfim (OAB/RO 3669), Francianny Aires da Silva Ozias (OAB/RO 1190)
DESPACHO:
A parte autora poderá apresentar impugnação a contestação ou aos documentos no prazo de 10 (dez) dias. Após, no prazo de 05 (cinco) dias, deverão as partes dizer se pretendem produzir outras provas justificando-as, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado. Porto Velho-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0022277-04. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Carlos Henrique da Silva Dias
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Requerido: Atlântico Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios
Advogado: Ricardo Chagas de Freitas (OAB/BA 12996), Manuela Maria Eleutério Dalmeida (OAB/BA 31990)
DECISÃO:
VISTOS. Recebo as contrarrazões ao recurso de apelação e o recurso adesivo em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Às razões ao (s) apelado (s), pelo prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação das contrarrazões, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça com nossas homenagens. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0024207-57. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Francisco Aldedi Pereira Coitinho
Advogado: Maria Clara C. Góes (RO 198-B)
Requerido: União P F N
SENTENÇA:
Ante o exposto, com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado na inicial. Com efeito, ainda determino a revogação da ordem liminar anteriormente deferida. Considerando a sucumbência mínima, condeno a requerente ao pagamento de custas e honorários advocatícios, as quais arbitro em R$ 500, 00, nos termos do art. 20, § 4º do Código de Processo Civil. Saliento o caráter de gratuidade judicial deferida ao autor. Pagas as custas, ou inscritas em dívida ativa em caso não pagamento, o que deverá ser certificado, arquivem-se. Extingo o presente processo por SENTENÇA com resolução de MÉRITO. P. R. I. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0007013-44. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Industria de Compensado Xumaq Ltda Me
Advogado: Jeverson Leandro Costa (OAB/RO 3134)
Requerido: EMPRESA DE NAVEGAÇÃO SOCORRO CARVALHO
Advogado: Rafael Oliveira Claros (OAB/RO 3672), Nathasha Santiago (OAB/RO 4965), Felipe Gurjão Silveira (OAB/RO 5320)
SENTENÇA:
SENTENÇA Trata-se de Ação Indenizatória por danos materiais e morais proposta por INDÚSTRIA DE COMPENSADOS XUMAQ LTDA ME em desfavor de EMPRESA DE NAVEGAÇÃO SOCORRO E CARVALHO E CIA. Alega a requerente que atua no comércio atacadista de madeira e produtos derivados, e em razão da comercialização de madeira com uma empresa francesa (Bogast Bois S. A. S.), contratou os serviços da requerida para que procedesse o transporte de 03 (três) cargas de madeira. Ressalta que o contrato firmado, consignava o acondicionamento, guarda e distribuição da madeira em contêiner até a realização do embarque em Porto Velho/RO ao porto de Manaus/AM, para então realizar o DESPACHO aduaneiro até o destino final. Afirma que a madeira fora enviada para o pátio da requerida em perfeitas condições, entretanto, em razão da falta de responsabilidade da requerida, várias avarias foram detectadas no momento do embarque, sendo necessário novo re-enfardamento da mercadoria. Aduz que o prazo para embarque da mercadoria era de 05 (cinco) dias, o que não fora respeitado, tendo algumas mercadorias levado até 04 (meses) para serem embarcadas. Frisa que o atraso no embarque, bem como o descaso e falta de responsabilidade da requerida geraram sérios prejuízos de ordem material e moral. Juntou documentos. Decretado a inversão do ônus da prova. A requerida apresentou contestação, alegando preliminarmente ilegitimidade passiva. No MÉRITO, aduz que não contribuiu para ocorrência dos supostos danos narrados na inicial. Juntou documentos. Postulou pela improcedência da ação. Apresentada réplica a contestação, a requerente impugnou a preliminar de ilegitimidade passiva, reiterando os termos da inicial. Audiência de instrução realizada. Deferida expedição de carta precatória para oitiva de testemunha na Comarca de Vilhena/RO. Alegações finais apresentada pelas partes. É a síntese do necessário. Decido. Num primeiro momento, cumpre informar que a preliminar de ilegitimidade passiva, já fora devidamente apreciada por ocasião do DESPACHO saneador, momento qual fora rejeitada, ante a comprovação cabal nos autos de que fora firmado relação contratual entre as partes, havendo ainda, emissão de nota fiscal do serviço pactuado, sendo inconteste a legitimidade da requerida para figurar no polo passivo da presente demanda. Passamos ao MÉRITO. Trata-se de ação de cognição condenatória, em que a parte requerente visa o ressarcimento dos danos experimentados por ocasião de descumprimento contratual firmado com a requerida. Inicialmente, apresentamos algumas considerações acerca do contrato de transporte, consoante disciplina o Código Civil: Art. 730. Pelo contrato de transporte alguém se obriga, mediante retribuição, a transportar, de um lugar para outro, pessoas ou coisas. Art. 746. Poderá o transportador recusar a coisa cuja embalagem seja inadequada, bem como a que possa pôr em risco a saúde das pessoas, ou danificar o veículo e outros bens. Art. 749. O transportador conduzirá a coisa ao seu destino, tomando todas as cautelas necessárias para mantê-la em bom estado e entregá-la no prazo ajustado ou previsto. Analisando os autos, verifica-se, que a parte requerente demonstrou nos autos, com argumentos e outras provas de que a madeira fora entregue nas dependências da empresa requerida em perfeito estado, sem qualquer avaria, e que em decorrência da falta de zelo (não armazenamento correto) e atraso no embarque, ocorreram os prejuízos demonstrados, estes ocasionados por culpa exclusiva da requerida, que não foi diligente agindo com irresponsabilidade na atividade a que se propõe. Sabe-se, e é

um tanto comum, a falta de embarcação no porto de Porto Velho/RO, o que certamente, ocasiona atrasos no DESPACHO de mercadorias, entretanto, tal fato não impede que até o devido embarque a mercadoria não seja corretamente armazenada, livrando-a das condições climáticas, seja calor excessivo ou umidade. Resta incontroverso, que a requerente contratou os serviços da requerida, esperando ao fim que o contratado fosse executado fielmente, ante o cumprimento da parte que lhe cabia, vez que todas as despesas pelo contrato foram devidamente pagas. Nota-se que a requerida não apresentou qualquer fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da requerente a teor do art. 333 do CPC. Por outro lado, em sua oportunidade de defesa, nada fez para refutar as alegações. Nem mesmo trouxe aos autos qualquer prova de sua isenção. Com relação à responsabilidade do transportador, já decidiu o STJ, vejamos: RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS. DIREITO DO CONSUMIDOR. CONTRATO DE TRANSPORTE DE MERCADORIA. TERCEIRIZAÇÃO DO SERVIÇO PARA TRABALHADOR AUTÔNOMO REALIZADA PELA TRANSPORTADORA RÉ SEM ANUÊNCIA DA AUTORA (CONTRATANTE). ROUBO DA CARGA. AUSÊNCIA DE CONTRATAÇÃO DE SEGURO. ALEGAÇÃO DE FORÇA MAIOR. INOCORRÊNCIA. RISCO DA ATIVIDADE DESENVOLVIDA. PREVISIBILIDADE DO FATO. CONDUTA DA EMPRESA TRANSPORTADORA QUE SE ENQUADRA NO CONCEITO DE “SERVIÇO DEFEITUOSO” (ART. 14, § 1º, DO CDC). NEXO CAUSAL DEVIDAMENTE COMPROVADO. INAFASTÁVEL DEVER DE INDENIZAR. SENTENÇA REFORMADA. INVERSÃO DOS ÔNUS SUCUMBENCIAIS. RECURSO PROVIDO. (REsp n°. 1107242). Compulsando os autos, infere-se das fotografias juntadas às fls. 146/150, a certeza de que as avarias ocorridas se deram por culpa exclusiva da requerida, que não DESPACHO u a mercadoria em tempo avençado, não acondicionou-a corretamente (armazenou em local com umidade superior ao permitido), e ainda, não embalou-a nos contêineres conforme contratado, verificando-se as madeiras amarradas com cordas. Evidente que a responsabilidade da requerida neste caso, por força das disposições do Código Civil, começa no momento em que recebe as mercadorias e termina quando são efetivamente entregues ao seu destinatário, podendo, se assim entender o transportador, recusar a mercadoria caso se mostre inadequada, o que não ocorreu, posto que as madeiras foram recebidas sem qualquer observação. Portanto, sem maiores digressões sobre o tema, por inexistir na hipótese qualquer prova a respeito de eventuais excludentes da responsabilidade deve a requerida ser responsabilizada pelos danos ocasionados à requerente. Deste modo, não há mais controvérsias, e o cerne da questão devidamente definido. Fazendo jus a requerente ao ressarcimento dos danos materiais, sendo estes equivalente a R$ 57. 327, 01 (cinquenta e sete mil trezentos e vinte e sete reais e um centavo), referente as avarias na mercadoria, o valor de R$ 10. 960, 00 (dez mil novecentos e sessenta reais), referente a contratação de 02 (dois) contêineres contratados em outra empresa (CMA CGM Agencia Marítima Ltda) para transporte da madeira que deveria ter sido transportada pela requerida e não foi, e ainda, os custos referentes à despesa de armazenagem portuária, a ser liquidado, devendo a incidência dos juros moratórios ser aplicado da data do evento danoso (Súmula 43 e 54 do STJ). No caso em apreço, ficou nítido que a requerente realizou toda a sua parcela da obrigação do contrato, e a requerida, ao contrário, a descumpriu completamente, trazendo à requerente inúmeros problemas de ordem moral, ocasionando-lhe sérios prejuízos, tendo sua imagem denigrida perante vários exportadores, passando por situações de humilhação, havendo ainda, a perda de credibilidade junto aos compradores de madeira em outros países (Índia/China/França), demasiadamente exigentes, não admitindo falhas, levando, ainda, ao cancelamento do contrato com a cliente BOGAST BOIS S. A. S. , motivo pelo qual houve a suspensão da remessa do 2°. lote de madeira outrora vendida. Quanto aos danos morais, em se tratando de pessoa jurídica, preconiza a Súmula n°. 227 do STJ, verbis: Pessoa Jurídica - Dano Moral. A pessoa jurídica pode sofrer dano moral. A referida súmula nos ensina, que, a pessoa jurídica, pode sofrer dano moral e, portanto, está legitimada a pleitear a sua reparação. Malgrado não tenha direito à reparação do dano moral subjetivo, por não possuir capacidade afetiva, poderá sofrer dano moral objetivo, por ter atributos sujeitos à valoração extrapatrimonial da sociedade, como o conceito e bom nome, o crédito, a probidade comercial, a boa reputação ETC. Neste sentido é o entendimento de nosso E. Tribunal: 0004131-34. 2011. 8. 22. 0005 Apelação Origem: 00041313420118220005 Ji-Paraná/RO (3ª Vara Cível) Apelante: Ret Bombas Ltda Advogados: Yuri Robert Rabelo Antunes(OAB/RO 4. 584) e João Carlos Veris (OAB/RO 906) Apelada: Hina Comércio de Peças e Serviços Hidráulicos Ltda EPP Advogados: Luiz Carlos Taques de Andrade (OAB/MT 9. 385) e Justino Araújo (OAB/RO (1. 038) Relator Originário: Desembargador Isaias Fonseca Moraes Revisor e Relator p/ o Acórdão: Desembargador Kiyochi MoriDano moral. Protesto indevido. Pessoa jurídica. Possibilidade. A pessoa jurídica é passível de compensação por danos morais (STJ, Súmula 227). Consoante se observa por ocasião dos fatos narrados aos autos, bem como, da documentação juntada, resta claro que a requerente teve seus negócios afetados, tendo sua imagem indubitavelmente denigrida junto aos clientes internacionais, resultando em prejuízo de vendas já realizadas e vendas futuras, evidenciando a ocorrência dos alegados danos morais. No que tange ao valor a ser arbitrado a título de compensação pelo dano moral sofrido pela requerente, considera-se que o critério para a sua fixação deve corresponder a um denominador comum, sendo sua avaliação de competência única e exclusiva do Magistrado, que o valorará segundo o grau da ofensa e as condições econômico patrimoniais das partes. A jurisprudência tem assentado o seguinte entendimento: A indenização por dano moral é arbitrável, mediante estimativa prudencial que leve em conta a necessidade de, com a quantia, satisfazer a dor da vítima e dissuadir, de igual e novo atentado, o autor da ofensa. (TJSP, AC nº 198. 945-1/7, Rel. Des. Cezar Peluso, RT 706/67). Ou seja, tratando-se de dano moral, o conceito de ressarcimento abrange duas forças: uma de caráter punitivo, visando a punir o causador do dano, pela ofensa que praticou; outra, de caráter compensatório, que proporcionará à vítima algum bem em contrapartida ao mal por ela sofrido. A este respeito, eis a lição do Ilustre Magistrado paranaense Clayton Reis: O magistrado sensível, perspicaz e atento aos mecanismos do direito e da pessoa humana, avaliará as circunstâncias do caso e arbitrará os valores compatíveis com cada situação. Esse processo de estimação dos danos extrapatrimoniais, decorre do arbítrio do Juiz. O arcabouço do seu raciocínio na aferição dos elementos que concorreram para o dano, e sua repercussão na intimidade da vítima, serão semelhantes aos critérios adotados para a

fixação da dosimetria da pena criminal, constante no art. 59 do Código Penal. (in Avaliação do Dano Moral, Ed. Forense, RJ, 1998, pág. 64). No caso noticiado nos autos, observando os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, entendo justo e razoável o equivalente a R$ 50. 000, 00 (cinquenta mil reais), sendo o valor significante, a ponto de estimular a requerida a não reiterar a prática desidiosa demonstrada nos autos, sendo condizente, noutro giro, com a sua capacidade patrimonial financeira, mas não tão elevado a ponto de acarretar enriquecimento indevido em prol da requerente. Por tais considerações, nos termos do art. 269, I do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial, consequentemente CONDENO a requerida no pagamento a título de danos materiais, sendo, o equivalente a R$ 57. 327, 01 (cinquenta e sete mil trezentos e vinte e sete reais e um centavo), referente as avarias na mercadoria, o valor de R$ 10. 960, 00 (dez mil novecentos e sessenta reais), referente a contratação de 02 (dois) contêineres em outra empresa (CMA CGM Agencia Marítima Ltda) para transporte da madeira que deveria ter sido transportada pela requerida e não foi, e ainda, os custos referente à despesa de armazenagem portuária, que deverão ser liquidados por ocasião da execução da SENTENÇA, devendo a incidência dos juros moratórios ser aplicado da data do evento danoso (Súmula 43 e 54 do STJ), bem como, CONDENO a requerida no pagamento de indenização de R$ 50. 000, 00 (cinquenta mil reais) a título de danos morais, devendo a correção monetária incindir a partir da data do seu arbitramento (Súmula 362 do STJ). Sucumbente, condeno a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 15% (quinze por cento) sobre o valr da condenação, nos termos do art. 20, § 3°. , do Código de Processo Civil, diante do julgamento antecipado e da ausência da complexidade da demanda. Fica a requerida ciente de que caso não efetue o pagamento da importância à qual foi condenada no prazo de 15 dias, a contar do transito em julgado desta DECISÃO, ao montante da condenação será acrescido multa de 10% (dez por cento), nos termos do que dispõe o art. 475-J do CPC. Em caso de descumprimento, desde já arbitro honorários advocatícios para a fase de cumprimento da SENTENÇA em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. Não havendo o pagamento e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA, proceda-se as baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se requerida no prazo de 06 (seis) meses do trânsito em julgado. Determino a adequação do valor da causa ao valor da condenação. Extinguo o processo por SENTENÇA com resolução do MÉRITO. Pagas as custas, ou inscritas em dívida ativa em caso não pagamento, o que deverá ser certificado, arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0015263-32. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: UNIRON - União das Escolas Superiores de Rondônia Ltda
Advogado: Fernando Augusto Torres dos Santos (OAB/RO 4725)
Requerido: Rosângela Fernandes de Almeida, Gilson Leite Ribeiro
Advogado: Ana Olsen Matos Pereira (5110)
DECISÃO:
Trata-se de embargos de declaração proposto pelo requerido/requerente, sob a alegação de que houve omissão na SENTENÇA prolatada. Afirmou que há vício na DECISÃO definitiva, pois merece guarida por este juízo de suas alegações. É a síntese do necessário. Decido. O embargo de declaração é o recurso que tem por fim o aperfeiçoamento de apresentação jurisdicional, a partir da supressão de omissões, eliminação de contradições e esclarecimento de obscuridades. O requerido apresentou os presentes embargos de declaração com fundamento no art. 535 do Estatuto Processual para atacar DECISÃO que reputa haver omissão. A omissão ocorre quando o pronunciamento jurisdicional há de ser complementado. Assim inexistindo apreciação de algum pedido ou causa pedir, resta afastada a omissão do ato judicial. Muito bem, apesar de a requerida embasar seu descontentamento alegando situações contidas nos autos, interpondo embargos para sanar tal ponto, não cabe através da presente peça a modificação do ato questionado. Assim deverá ser enfrentada a presente matéria por recurso específico para o caso, com o condão de modificar a SENTENÇA já prolatada e registrada. A análise do embargante, não é referente a erro material ou mesmo questão simples de inexatidão para ser modificada por este tipo de recurso. Trata-se de análise do próprio MÉRITO, da apreciação da demanda, que somente pode ser feita mediante o recurso específico indicado pela norma processual brasileira. Desta forma, rejeito os presentes embargos. Aguarde o trânsito desta DECISÃO, certificando ao realizar a conclusão dos autos. Porto Velho-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0018727-64. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda
Advogado: Maria Lucilia Gomes (OAB/SP 84206)
Requerido: Ana Quele Goes de Sousa Gonçalves
DESPACHO:
VISTOS. Cite-se o requerido no endereço indicado pelo autor. Deverá ser realizado mediante MANDADO, com os efeitos dos artigos 172§2º e 227/228 todos do CPC. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0005987-45. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Márcia Moraes Viana
Advogado: Defensor Público (não consta)
Requerido: Eletrobras Distribuição Rondônia - CERON
Advogado: Kênia de Carvalho Mariano (OAB/RO 994), Ubirajara Rodrigues Nogueira de Rezende (OAB/RO 1571)
DECISÃO:
VISTOS. Expeça-se alvará para o nobre perito, referente aos restante dos honorários a que tem direito. Deverá somente proceder com o procedimento já padronizado por esta Vara. Manifestem as partes quanto ao Laudo Pericial anexado no feito, dentro do prazo (comum) de 30 dias. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0001208-13. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: E. C. F.
Advogado: Maguis Umberto Correia (OAB/RO 1214)
Requerido: O. F. P.
Advogado: Cândido Ocampo Fernandes (OAB/RO 780)
DECISÃO:
VISTOS. Suspendo os autos por 120 dias. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0001876-18. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Artur Lopes da Silva Neto
Advogado: Valdenira Freitas Neves de Souza (OAB/RO 1983)
Requerido: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado: ( ), Francianny Aires da Silva (OAB/RO 1190), Daniel Penha de Oliveira (OAB/MG 87318), Marcelo Rodrigues Xavier (OAB/RO 2391)
SENTENÇA:
VISTOS. Ante a satisfação da obrigação informada nos autos, com o consentimento do requerido, sem manifestação de qualquer saldo remanescente, determino: a) que o favorecido compareça em cartório no prazo de 5 dias para agendar o alvará de liberação dos valores. Expedido o alvará, deverá ser impresso pelo próprio requerente ou seu representante legal, via internet; b) a extinção do feito, nos termos do art. 794, I, do CPC; c) remessa dos autos a contadoria para cálculo das custas finais, devendo ser intimado o executado para pagamento; Após as anotações de estilo, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0003256-42. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Claudio Emilio Lemos Mattos
Advogado: Abimael Araújo dos Santos (OAB/RO 1136)
Requerido: Banco Itaú S. A.
Advogado: Celso David Antunes (OAB/BA 1134), Luis Carlos Monteiro Laurenço (OAB/BA 16780)
DESPACHO:
VISTOS. Diga a parte exequente quanto a impugnação da executada. Prazo de 10 dias. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0021299-61. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: Boutique Tres Meninas Ltda
Advogado: Daniele Meira Couto (OAB/RO 2400)
Requerido: Leandro dos Santos Bratti
DESPACHO:
VISTOS. Cite-se o requerido no endereço indicado pelo autor. Deverá ser realizado mediante MANDADO, com os efeitos dos artigos 172§2º e 227/228 todos do CPC. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0022477-74. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Yllen de Almeida Alves da Silva
Advogado: Fabiane Martini (OAB/RO 3817)
Requerido: B. V. Financeira S. A. Crédito Financiamento e Investimento
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3. 700)
DESPACHO:
VISTOS. Tomo conhecimento do agravo de instrumento interposto, e mantenho a DECISÃO combatida, pelos seus próprios fundamentos. (artigo 523, parágrafo 2º do CPC). Oportunamente prestarei informações ao relator do agravo. Aguarde-se a DECISÃO final do recurso de agravo. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0015464-29. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Márcio Cleiton Nunes dos Santos
Advogado: Márcio Silva dos Santos (OAB/RO 838), Aline Silva Corrêa (OAB/RO 4696)
Requerido: Banco Itaú S/A
Advogado: Carlos Rodrigo Correia de Vasconcelos (OAB/RO 2918)
DESPACHO:
Determino que a parte requerida promova no prazo de 10 (dez) dias, a transferência dos valores depositados no Banco do Brasil para conta da Caixa Econômica Federal, sob pena de não o fazendo, serem os valores transferidos para conta única do Tribunal de Justiça. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0016006-42. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Advilson Brito das Neves
Advogado: Irlan Rogério Erasmo da Silva (OAB/RO 1683)
Requerido: Maria Eva Fernandes de Lima
DESPACHO:
VISTOS. Considerando a certidão de fls. 21, determino que a parte autora traga aos autos, maiores informações a respeito do endereço de fls. 19, a fim de dar cumprimento integral da ordem de comunicação ao requerido. Prazo de 30 dias, sob pena de extinção do feito. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0010817-88. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Thiago de Oliveira da Silva
Advogado: Lígia Carla Camacho Furtado (OAB/RO 3528)
Requerido: Lojas Americanas
Advogado: Richard Leignel Carneiro (OAB/RN 9555)
SENTENÇA:
VISTOS. A contadoria judicial apurou o valor de R$ 3. 553, 35 (fls. 94/95) como saldo remanescente ao credor. Contudo a empresa requerida realizou o pagamento, mediante depósito (fls. 103/105), de valor acima do apurado, no importe de R$ R$ 4. 048, 06. Assim, determino: a) expeça-se alvará em favor da parte credora, no importe de R$ 3. 553, 35. b) expeça-se alvará em favor da parte devedora, no impor restante do depósito de fls. 103/105. c) em ambos os expedientes, deverão ser

respeitados os procedimentos já padronizados por esta Vara. d) a extinção do presente feito, nos termos do artigo 794, I do CPC. Após as anotações de estilo, arquivem os autos. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0001556-94. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: José Maria de Lima
Advogado: Márcia Aparecida de Mello Artuso (OAB/RO 3987)
Requerido: W. G. Comércio de Areia Me
Advogado: José Manoel Alberto Matias (OAB/RO 3718), Gustavo Gerola Marsola (OAB/RO 4164)
DECISÃO:
VISTOS. Trata-se de Embargos de Declaração em que a parte ré afirma ter ocorrido contradição deste juízo ao condená-lo em R$ 1. 050, 00, contudo em tópico seguinte do dispostivo declara indeferido os danos materiais. É o RELATÓRIO. Decido. Não há qualquer dúvida quanto a esta questão, afinal ficou completamente claro e expresso na SENTENÇA os motivos de cada deferimento ou indeferimento. Os R$ 1. 050, 00 refererem aos danos ocorridos ao autor, pessoalmente. Os danos materiais indeferidos são relacionados aos da empresa. Tudo completamente expresso na fundamentação. Desta feita, afasto os embargos de declaração da parte ré. Aguarde o trânsito desta DECISÃO. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0023276-20. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Lucimar de Paula Gouvea
Advogado: Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120), Edson de Oliveira Cavalcante (OAB/RO 1510)
Requerido: Marlei Terezinha Medeiros, Roseane Barros da Silva Pinheiro
DESPACHO:
VISTOS. Cite-se o requerido no endereço indicado na exordial. Para tanto, desentranhe-se o mandado para novo cumprimento. Contudo, defiro os efeitos dos artigos 172, §2º e 227/228 todos do CPC. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0022017-87. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Ismael Ferreira dos Santos
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (RO 1073)
Requerido: Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Multisegmentos NPL Ipanema II - Não Padronizado
Advogado: Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB/MG 96864)
DECISÃO:
VISTOS. Trata-se de Embargos de Declaração em que a parte requerida diz haver contradição na SENTENÇA, pois proferiu improcedência, contudo, havia provas do que alegou. É o RELATÓRIO. Decido. O embargo de declaração é o recurso que tem por fim o aperfeiçoamento de apresentação jurisdicional, a partir da supressão de omissões, eliminação de contradições e esclarecimento de obscuridades. Muito bem, apesar de a embargante embasar seu descontentamento alegando situações contidas nos autos, interpondo embargos para sanar tal ponto, não cabe através da presente peça a modificação do ato questionado. Assim deverá ser enfrentada a presente matéria por recurso específico para o caso, com o condão de modificar a SENTENÇA já prolatada e registrada. A análise do embargante, não é referente a erro material ou mesmo questão simples de inexatidão para ser modificada por este tipo de recurso. Trata-se de análise do próprio MÉRITO, da apreciação da demanda, que somente pode ser feita mediante o recurso específico indicado pela norma processual brasileira. Ademais, a prova dita anexada, como informado no par´grafo seguinte ao guerreado, o desconsidera, por verificar a falta dos requisitos essenciais de sua formação. Desta forma, rejeito os presentes embargos. Aguarde o trânsito desta DECISÃO, certificando ao realizar a conclusão dos autos. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0022996-49. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Francisco Tadeu da Silva Vlaxio
Advogado: Pablo Rosa Corrêa Carneiro de Andrade (OAB/RO 4635)
Requerido: American Life Companhia de Seguros
Advogado: DANIELE MEIRA COUTO (OAB 2400), Maria Amelia Saraiva (OAB/SP 41233), Marcelo Tancredi (OAB/SP 167221)
DECISÃO:
VISTOS. Tendo em vista a irregularidade da representação da requerida nos autos, determino que traga/junte no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de decretação da revelia (artigo 13, II do CPC), o original ou cópia autenticada da procuração e substabelecimento. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0020396-55. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Amazon Trading Importação e Exportação Ltda
Advogado: Fabrício Francis da Silva Figueiredo (OAB/RO 4829), Antônio Sérgio Silva de Carvalho (OAB/RO 4639), Zaine Francisco da Silva Figueiredo (OAB/RO 4916)
Requerido: Panificadora e Confeitaria Pão de Queijo Goiano Ltda
DESPACHO:
VISTOS. Desentranhe-se o mandado para novo cumprimento. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0011777-73. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Joaquim Miguel Torres
Advogado: Felipe Góes Gomes Aguiar (OAB/RO 4494), Letícia Borges Ondei (OAB/SP 289000)
Requerido: BV Financeira S/A Crédito Financiamento e Investimento
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3. 700)
SENTENÇA:
Ante o exposto, com fulcro no art. 269, I do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial. Em consequência, confirmo a medida liminar; declaro a inexistência da dívida discutida nos presentes autos e condeno a requerida

ao pagamento de R$ 10. 000, 00, já atualizados, a título de danos morais. Sucumbente, condeno a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 10%, nos termos do art. 20, § 3°, do Código de Processo Civil, diante do julgamento antecipado e da ausência da complexidade da demanda. Pagas as custas, ou inscritas em dívida ativa em caso não pagamento, o que deverá ser certificado, arquivem-se. Extingo o processo por SENTENÇA com resolução de MÉRITO. P. R. I. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0014093-59. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Jose Carvalho de Santana, Maria de Nazaré Xavier Santana
Advogado: Sérgio Muniz Neves (00)
Requerido: Eduardo José Santana
Advogado: Lenilce Santos da Silva Franzolini. (RO 3932)
DESPACHO:
Despachei no apenso. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0000322-43. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Natalia Aparecida de Souza Moraes
Advogado: Paulo Henrique Gurgel do Amaral (OAB/RO 1361)
Requerido: OCEAN AIR LINHAS AÉREAS-AVIANCA
DESPACHO:
Recebo a emenda. Considerando a comprovação de que a parte autora não poderá arcar com o pagamento das custas processuais sem prejuízo de seu sustento ou de sua família, DEFIRO a gratuidade da justiça a parte autora. Cite-se a parte requerida para que apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, iniciando a contagem do prazo após a juntada do AR nos autos. Faça constar expressamente no mandado os efeitos da revelia (art. 285 e 319 do CPC). Ofertada ou não a contestação, certifique-se quanto à tempestividade. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas à autora para impugnação. Em caso de revelia ou confissão, venham os autos conclusos para apreciação. Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 267, parágrafo 1º, do CPC. Cumpra-se, expedindo-se o que for necessário. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0015426-12. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Irmar Pereira Paiva
Advogado: Fausto Schumaher Ale (OAB/RO 4165)
Requerido: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado: Cesar Henrique Longuini (OAB/RO 5217)
DECISÃO:
VISTOS. Recebo a (s) apelação (s) em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Às razões ao (s) apelado (s), pelo prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação das contrarrazões, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça com nossas homenagens. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0013627-36. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Elisângela Mendes Nogueira
Advogado: Lukas Mota de Jesus (OAB/RO 638E)
Requerido: Banco do Brasil S/a (ag. Amazonas)
Advogado: Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567)
DESPACHO:
VISTOS. Só restam as custas a serem pagas nestes autos. Para isso, a parte vencida deseja dilação de prazo para efetuar a contento. Assim, defiro o prazo de 15 dias. Após, sem manifestação, inscrevam a requerida em dívida ativa e arquivem os autos. Sendo realizado o pagamento, arquivem os autos em seguida. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0001293-28. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Anderson Ianoski Rangel
Advogado: Genival Fernandes de Lima (OAB/RO 2366)
Requerido: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro Dpvat S. A.
DESPACHO:
Recebo a emenda. Considerando a comprovação de que a parte autora não poderá arcar com o pagamento das custas processuais sem prejuízo de seu sustento ou de sua família, DEFIRO a gratuidade da justiça a parte autora. Cite-se a parte requerida para que apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, iniciando a contagem do prazo após a juntada do AR nos autos. Faça constar expressamente no mandado os efeitos da revelia (art. 285 e 319 do CPC). Ofertada ou não a contestação, certifique-se quanto à tempestividade. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas à autora para impugnação. Em caso de revelia ou confissão, venham os autos conclusos para apreciação. Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 267, parágrafo 1º, do CPC. Cumpra-se, expedindo-se o que for necessário. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0010073-93. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Paulo Rafael Ferreira Bastos
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Layanna Mábia Maurício (OAB/RO 3856)
Executado: Primecar Comércio de Veículo Ltda
DESPACHO:
Indefiro o postulado às fls. 84/85. No mais, providencie a parte exequente os meios necessários para localização do endereço informado no mandado de penhora, avaliação e intimação no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção do feito. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0002157-03. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Mauricio dos Santos Garcez, Maria Ignês Rosas Garcez, Advocacia Danielle Dias & Advogados Associados, Danielle Rosas Garcez Bonifácio de Melo Dias
Advogado: Danielle Rosas Garcez Bonifácio de Melo Dias (OAB/RO 2353)
Requerido: gm empreemdimentos imobiliario
Advogado: Eduardo Abílio Kerber Diniz (OAB/RO 4389)

DECISÃO:
VISTOS. Recebo a (s) apelação (s) em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Às razões ao (s) apelado (s), pelo prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação das contrarrazões, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça com nossas homenagens. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0001717-07. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco Volkswagen S. A.
Advogado: Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/RO 4658)
Requerido: Antonio Lourenço dos Santos
DECISÃO:
VISTOS. O autor propôs a presente ação de busca e apreensão em face do requerido, ambos devidamente qualificados nos autos, alegando, em síntese, ter celebrado réu contrato de financiamento, tendo por objeto o bem descrito na inicial, o qual ficou alienado fiduciariamente, não tendo o réu cumprido com o pactuado, estando legalmente em mora. Houve o deferimento da liminar para proceder a busca e apreensão do bem, assim como a determinação para citação do réu. A liminar não foi cumprida, conforme certidão acostada aos autos pelo Oficial de Justiça, vez que o bem não foi localizado, tendo o autor, então, pugnado pela conversão da presente medida em ação de depósito, com base no art. 4º, do Decreto-lei nº 911/69. Em ação de busca e apreensão, estando em mora o devedor e caso não seja possível localizar o bem alienado fiduciariamente, é lícito ao credor requerer a conversão da busca e apreensão em ação de depósito, prosseguindo-se na forma prevista no Capítulo II, do Título I, do Livro IV, do CPC, conforme faculta o art. 4º, do Decreto-Lei nº 911/69, com redação dada pela Lei nº 6. 071/74. Ante o exposto, DEFIRO a conversão da presente ação de busca e apreensão em ação de depósito. Efetuem-se as necessárias anotações e retifiquem-se a autuação e registros cartorários. Cite-se nos termos do art. 902, do CPC. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0003446-68. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Izamir Mendes Pinheiro, Miguel de Souza Falcao, Elane Rodrigues da Cruz, Margareth Alves da Silva, José Roberto Ferreira da Fonseca, Gleison de Oliveira Gonçalves, Cileide Beleza Brito, Sandra Lúcia de Araújo Mota, Euzete Pereira Monteiro, Maria Dolores dos Reis, Ozenia Alexandre Pereira, Raimunda Costa Soares
Advogado: Gustavo Lauro Korte Junior (OAB/SP 14983), Andresa Batista Santos (OAB/SP 306579)
Requerido: Energia Sustentável do Brasil S. A. , Santo Antônio Energia S. A. , Consórcio Construtor Santo Antônio Ltda
Advogado: Edgard Hermelino Leite Junior (OAB/SP 92114), Giuseppe Giamundo Neto (OAB/SP 234412), Antônio Celso Fonseca Pugliese (OAB/SP 155105), Ligia Fávero Gomes e Silva (OAB/SP 235033), Bruna Rebeca Pereira da Silva (OAB/RO 4982), Ricardo Gonçalves Moreira (OAB/SP 215212)
DESPACHO:
VISTOS. Considerando a negativa de ambos os recursos, apenas resta aguardar a realização da perícia designada. Comunique ao nobre perito para dar continuidade aos trabalhos. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0018293-75. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Cautelar Inominada (Cível)
Requerente: Eduardo José Santana
Advogado: Lenilce Franzolini (OABRO 3932)
Requerido: Jose Carvalho de Santana
DESPACHO:
Comprove o requerente se foi interposta ação principal no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção do feito. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0022978-28. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Antônio Ferreira de Lima
Advogado: Jucirene Lopes Cardoso (OAB/RO 798)
Requerido: Banco Santander Brasil S. a.
Advogado: manuela G. da Costa (OAB/RO 3511)
DESPACHO:
VISTOS. A parte autora poderá apresentar impugnação a contestação ou aos documentos no prazo de 10 (dez) dias. Após, no prazo de 05 (cinco) dias, deverão as partes dizer se pretendem produzir outras provas justificando-as, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0019148-54. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Embargos à Execução
Embargante: Luiz Antonio Rebelo Miralha, Maria José da Silva Ataíde
Advogado: Nery Alvarenga (OAB/RO 470A), Aurimar Lacouth da Silva (OAB/RO 602)
Embargado: Ecoville Porto Velho Empreendimentos Imobiliários Ltda.
Advogado: Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546)
SENTENÇA:
SENTENÇA A parte autora requereu a extinção do feito, informando que nos autos n º 0023230-65. 2012. 8. 22. 0001, foi realizado acordo e, homologado judicialmente, onde tanto este processo, como seu apenso (nº 0015839-25. 2013. 8. 22. 0001, restariam resolvidos, devendo ser extintos. Isto posto, defiro o requerimento de desistência da ação, e julgo extinto o feito, sem resolução do MÉRITO, nos termos do art. 267, VIII, do Código de Processo Civil, determinando o seu consequente e imediato arquivamento, após as anotações e formalidades pertinentes. Sem custas. Desde já concedo o desentranhamento dos documentos originais, uma vez substituídos por cópias e certificado pela escrivania. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0018356-03. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Isabel Cristina Ziles Loyola
Advogado: Assis Herter Silva (OAB/RO 4540)
Requerido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT SA
Advogado: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)
DECISÃO:
VISTOS. Defiro a produção de prova pericial. Faculto as partes a apresentação de quesitos e indicação de assistentes técnicos, no prazo de 15 dias. Nomeio como perito do Juízo a médica Helena Cristina Silveira e Silveira, devendo ser intimada por

e-mail (santiago_mtc@yahoo. com. br) para se manifestar quanto à nomeação. Desde já fixo os honorários periciais em R$ 800, 00, que deverá ser custeado integralmente pela requerida, ante a concessão dos benefícios da justiça gratuita ao autor. Para a resposta pela perita, formulo os quesitos que se seguem: a) a parte autora apresenta lesões compatíveis com a descrição de acidente de trânsito tal como exposto na exordial? b) as lesões sofridas pelo autor no acidente automobilístico descrito na inicial resultaram na debilidade permanente de algum membro, sentido ou função? c) Em caso positivo, a debilidade do membro, sentido ou função é total ou parcial, para os fins do recebimento da indenização securitária obrigatória (DPVAT)? d) Caso seja parcial, qual o grau de debilidade (em porcentagem)? Efetivado o depósito, que deverá ser realizado em 20 (vinte) dias, intime-se o(a) nobre perito(a) para realização da perícia no prazo de 30 (trinta) dias. Libere-se metade do valor dos honorários por ocasião do início dos trabalhos, e os outros 50% ao seu término. Fixo o prazo de 30 (trinta) dias para entrega do laudo, e tão logo o faça, dê-se vistas as partes, no prazo sucessivo de 10 (dez) dias, inclusive a respeito da produção de outras provas. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0020807-35. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança (C
Requerente: Maria Vandira da Silva Gomes
Advogado: Felipe Gurjão Silveira (OAB/RO 5320), Nathascha Maria Artega Santiago (4965)
Requerido: M. F. Belfort. Me
DESPACHO:
VISTOS. Por força do DESPACHO de fls. 59, em sendo considerada a negativa da diligência, seria renovado prazo a Defensoria Pública para ofertar sua Defesa nesta demanda. Desta feita, possibilito que illustre órgão indigitado possa realizar carga para oferecer o que de direito dentro do prazo legal. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0024936-49. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Jose Eufrasino de Almeida Santos
Advogado: Ronaldo Bovo ( )
Requerido: Eletrobrás Centrais Eletricas de Rondônia - CERON
DECISÃO:
VISTOS. Considerando a comprovação de que a parte autora não poderá arcar com o pagamento das custas processuais sem prejuízo de seu sustento ou de sua família, DEFIRO a gratuidade da justiça a parte autora. Da análise do pedido constato, em tese, a existência de prova inequívoca e a verossimilhança do alegado, conforme análise dos documentos apresentados, com a possibilidade de dano de difícil reparação. Assim, com fundamento no art. 273, do Código de Processo Civil, defiro o pedido de antecipação de tutela e, em consequência, determino que a requerida se abstenha de cobrar pela dívida discutida nestes autos, no valor de R$ 1. 379, 57 (fls. 29), no prazo de 48h (quarenta e oito horas), contados da ciência desta ordem, sob pena de incorrer em multa diária correspondente a R$ 500, 00 (quinhentos reais), até o limite de R$ 10. 000, 00 (dez mil reais). Cite-se o Réu para que apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, fazendo constar expressamente no mandado os efeitos da revelia (art. 285 e 319 do CPC). Ofertada ou não a contestação, certifique-se quanto à tempestividade. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas à autora para impugnação. Em caso de revelia ou confissão, venham os autos conclusos para apreciação. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0015968-30. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Laurindo Koli
Advogado: Aline Silva CorrÊa (RO 4696)
Requerido: Allianz Seguros Sa
Advogado: Saiera Silva de Oliveira (OAB/RO 2458)
DECISÃO:
VISTOS. Recebo a (s) apelação (s) em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Às razões ao (s) apelado (s), pelo prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação das contrarrazões, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça com nossas homenagens. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0019826-06. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Weslei ConceiÇÃo da Silva
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Requerido: Banco Itaucard S/A
Advogado: Melanie Galindo Martinho Azzi (RO 3793)
DECISÃO:
VISTOS. Suspendo os autos por 90 dias. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0026267-03. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Einstein Instituição de Ensino Ltda
Advogado: Eduardo Abílio Kerber Diniz (OAB/RO 4389), Edson Antônio Sousa Pinto (RO 4. 643), Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546)
Executado: Antonio Marques de Mello Neto
Advogado: Jose D' Assunção dos Santos (RO 1226)
DESPACHO:
VISTOS. Considerando a improcedência dos embargos, diga a parte exequente quanto ao prosseguimento da demanda, dentro de 15 dias, anexando planilha atualizada e meio alternativo de execução, sob pena de extinção do feito. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0022548-76. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Joao Batista de Souza Lima
Advogado: Debora Rosa Camargo Picanço (OAB/RO 4694)
Requerido: Banco Fiat S. a
Advogado: Melanie Galindo Martinho Azzi (RO 3793)
DESPACHO:
VISTOS. A parte autora poderá apresentar impugnação a contestação ou aos documentos no prazo de 10 (dez) dias. Após, no prazo de 05 (cinco) dias, deverão as partes dizer se pretendem produzir outras provas justificando-as, sob pena de

indeferimento e julgamento antecipado. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0017656-27. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Augusto Gomes Alves
Advogado: Terezinha de Andrade Silva (OAB/RO 1965)
Requerido: Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios Não Padronizados Fidc Npl I
Advogado: Carlos Maximiano Mafra de Laet (OAB/RJ 15. 311)
DECISÃO:
VISTOS. Recebo a (s) apelação (s) em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Às razões ao (s) apelado (s), pelo prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação das contrarrazões, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça com nossas homenagens. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0015564-13. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Arminio Lima Barros
Advogado: Sérgio Muniz Neves (00)
Requerido: Centrais Elétricas de Rondônia S/A CERON
Advogado: Silvia de Oliveira (OAB/RO 1285), Cesar Henrique Longuini (OAB/RO 5217)
DESPACHO:
Considerando que o valor já fora transferido para conta judicial, determino a expedição de alvará, ressaltando que o favorecido deverá comparecer em cartório no prazo de 5 dias para agendar o alvará de liberação dos valores. Expedido o alvará, deverá ser impresso pelo próprio requerente ou seu representante legal, via internet. Satisfeita a obrigação, extingo o feito, nos termos do art. 794, I, do CPC. Após as anotações de estilo, arquivem-se os autos. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0017127-08. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil
Advogado: Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB/RO 5086), José Maria Santos de Carvalho (OAB/AM 1028)
Requerido: Sérgio Damião Soares da Costa
Advogado: Jucilene Santos da Cunha (OAB 331/B)
DECISÃO:
VISTOS. Antes de ocorrer a remessa dos autos ao Tribunal de Justiça para apreciação do recurso, necessário se faz as diligências ainda nesta fase para não haver maiores problemas a parte requerida. Desta feita, determino a busca e apreensão dos documentos solicitados pela parte requerida. Defiro ao nobre oficial de justiça os efeitos dos artigos 172, §2º do CPC. Após a confecção do expediente, remetam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0022337-40. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Braz Rocha Aires
Advogado: Daisy Crisóstimo Cavalcante (OAB/RO 4146)
Requerido: Banco Panamericano S/A, Vip Leiloes Vicente Paulo
Advogado: Feliciano Lyra Moura (OAB/PB 21. 714-A), ELIANA SOLETO ALVES MASSARO (OAB 1847)
DESPACHO:
VISTOS. A parte autora poderá apresentar impugnação a contestação ou aos documentos no prazo de 10 (dez) dias. Após, no prazo de 05 (cinco) dias, deverão as partes dizer se pretendem produzir outras provas justificando-as, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0022038-63. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: W L ESTRUTURAS E CONSTRUÇÕES LTDA
Advogado: Nádia Alves da Silva (OAB/RO 3609), Veronilce Ferreira da Silva (OAB/RO 5951)
Requerido: Cooperativa de Crédito Rural de Porto Velho Ltda - PORTOCREDI
Advogado: Wyliano Alves Correia (RO 2715)
DESPACHO:
VISTOS. A parte autora poderá apresentar impugnação a contestação ou aos documentos no prazo de 10 (dez) dias. Após, no prazo de 05 (cinco) dias, deverão as partes dizer se pretendem produzir outras provas justificando-as, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0019467-22. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Usucapião
Requerente: Luzia Regis de Araujo
Advogado: Marcus Edson de Lima ( )
Requerido: Francisco Pereira Caldas, Raimunda Pontes Caldas
DESPACHO:
Processo suspenso. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0018757-02. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Jailson Xavier Lopes
Advogado: José Gomes Bandeira Filho (OAB/RO 816)
Requerido: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA
Advogado: José Roberto Wandembruck (OAB/RO 5063)
DECISÃO:
VISTOS. Recebo a (s) apelação (s) em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Às razões ao (s) apelado (s), pelo prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação das contrarrazões, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça com nossas homenagens. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0015839-25. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Ecoville Porto Velho Empreendimentos Imobiliários Ltda.
Advogado: Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546)
Requerido: Maria José da Silva Ataíde, Luiz Antonio Rebelo Miralha
Advogado: Aurimar Lacouth da Silva (OAB/RO 602)
SENTENÇA:
SENTENÇA A parte autora requereu a extinção do feito, informando que nos autos n º 0023230-65. 2012. 8. 22. 0001, foi realizado acordo e, homologado judicialmente, onde tanto

este processo, como seu apenso (nº 0019148-54. 2013. 8. 22. 0001, restariam resolvidos, devendo ser extintos. Isto posto, defiro o requerimento de desistência da ação, e julgo extinto o feito, sem resolução do MÉRITO, nos termos do art. 267, VIII, do Código de Processo Civil, determinando o seu consequente e imediato arquivamento, após as anotações e formalidades pertinentes. Sem custas. Desde já concedo o desentranhamento dos documentos originais, uma vez substituídos por cópias e certificado pela escrivania. Deve apenas a parte autora comunicar ao juízo do agravo para informar o acordo e a desistência da ação. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0018218-70. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco Bradesco S/A
Advogado: Lucyanne Carratte Brandt Hitzeschky (OAB/RO 4659)
Executado: Canaã Móveis e Eletro Ltda (Casa Maia), Vanda Maria Matos dos Santos
DESPACHO:
VISTOS. Defiro o prazo máximo de 15 dias para realizar a diligência solicitada. Nada dispondo neste lapso, serão extinto os autos. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0015399-29. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Maricélia Silva de Oliveira
Advogado: Gecilene Antunes Faustino (OAB/RO 2474)
Requerido: SÓ ESTOFAMENTOS
Advogado: VANTUÍLO GEOVÂNIO PEREIRA DA ROCHA (OAB/RO 6229), Welys Araújo de Assis (OAB/RO 3804)
DESPACHO:
VISTOS. A parte autora poderá apresentar impugnação a contestação ou aos documentos no prazo de 10 (dez) dias. Após, no prazo de 05 (cinco) dias, deverão as partes dizer se pretendem produzir outras provas justificando-as, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0013066-07. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Eucleres Pereira Medeiros
Advogado: Leudo Ribamar Souza Silva (OAB/RO 4485)
Requerido: LOSANGO PROMOÇÕES DE VENDA LTDA
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696)
DECISÃO:
VISTOS. Defiro a produção de prova pericial. Para tanto nomeio o perito grafotécnico Urbano de Paula, que deverá ser intimado para prestar compromisso e informar se aceita a nomeação após a apresentação dos quesitos, documentos e pagamento dos honorários, ocasião em que o Sr. perito deverá designar data para realização da perícia, informando ao Juízo a data de início dos trabalhos com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, a fim de viabilizar a intimação das partes. Faça constar expressamente que o prazo máximo para a conclusão dos trabalhos será de 30 (trinta) dias. Fixo a verba honorária em R$ 1. 000, 00. Considerando que a parte requerida pugnou pela produção da prova pericial, os honorários do perito correrão às suas expensas, devendo depositá-los no prazo de 10 (dez) dias. A parte requerida deverá, ainda, no mesmo prazo, providenciar o contrato original anexado às fls. 75/76 para que o perito inicie os trabalhos. Faculto as partes apresentação de quesitos e a indicação de assistente técnico no prazo comum de 05 (cinco) dias. Sobrevindo o laudo pericial, intimem-se as partes para se manifestarem acerca da prova, no prazo comum de 10 (dez) dias. Após a realização da perícia será analisada a necessidade de realização de outras provas. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0021067-78. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: Sociedade de Pesquisa, Educação e Cultura Dr. Aparício Carvalho de Moraes Ltda
Advogado: Izabel Celina Pessoa Bezerra Cardoso (OAB/RO 796)
Requerido: Thiago Duarte
Advogado: Josenildo Jacinto do Nascimento (OAB/RO 6023)
DESPACHO:
VISTOS. Não houve nenhum prejuízo ao executado conforme informadoàs fls. 29/31, posto que o pagamento deve ser feito em juízo para ter o benefício indicado no mandado/ lei. O procedimento adotado pelo executado foi acordo feito diretamente com a parte contrária, fora dos ditâmes legais/ processuais. Neste caso sempre se firma para efeitos futuros o que é estipulado. A sorte do acordo, vai decorrente das partes, a qual o executado se comprometeu de próprio punho a resolver. Desta feita, os presentes autos, merecem tão somente o arquivamento. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0017226-75. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Ana Maria Henriques Baraúna
Advogado: Honório Moraes Rocha Neto (OAB/RO 3736)
Requerido: Centrais Elétricas de Rondônia S/A CERON
Advogado: Jacimar Pereira Rigolon (OAB/RO 1740)
DECISÃO:
VISTOS. Recebo a (s) apelação (s) em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Às razões ao (s) apelado (s), pelo prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação das contrarrazões, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça com nossas homenagens. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0020899-76. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Vania Martins Fujii
Advogado: Guilber Diniz Barros (OAB/RO 3310)
Requerido: Banco Santander S. A.
Advogado: Carlos Maximiano Mafra de Laet (OAB/RJ 15. 311)
DESPACHO:
VISTOS. A parte autora poderá apresentar impugnação a contestação ou aos documentos no prazo de 10 (dez) dias. Após, no prazo de 05 (cinco) dias, deverão as partes dizer se pretendem produzir outras provas justificando-as, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0019656-97. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Tainara Marques de Moura
Advogado: José Teixeira Vilela Neto (OAB/RO 4990)
Requerido: Banco do Brasil S. A
Advogado: Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB/PR 8123)
DECISÃO:
VISTOS. Recebo a (s) apelação (s) em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Às razões ao (s) apelado (s), pelo prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação das contrarrazões, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça com nossas homenagens. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0023732-67. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Lérida Maria dos Santos Vieira
Advogado: Felipe Santos Vieira Nogueira (OAB/RO 5743)
Requerido: Facebook Serviços Online do Brasil Ltda
DESPACHO:
Suspendo o feito até julgamento final do agravo. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0025706-42. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Cautelar Inominada (Cível)
Requerente: João Renato Medeiros de Melo e Silva
Advogado: Vinicius Soares Souza (OAB/RO 4926)
Requerido: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA- CERON
DESPACHO:
VISTOS. Apenas aguarde pela resposta do requerido. Certifique a respeito da apresentação de contestação. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0025267-31. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Francisco Ramos da Silva
Advogado: Felipe Góes Gomes Aguiar (OAB/RO 4494)
Executado: Aelsio Rodrigues de Souza Me
DESPACHO:
VISTOS. Recebo a emenda a inicial. Determino a mudança da classe para Ação Monitória. Defiro a expedição de mandado de pagamento, via AR-MP, com prazo de 15 (quinze) dias, anotando-se que caso a parte ré o cumpra, ficará isenta de custas e honorários advocatícios (CPC, art. 1. 102c, § 1º), fixados, entretanto, estes, para o caso de não cumprimento, em 10% do valor do débito. Conste ainda, do mandado, que nesse prazo, a parte requerida poderá oferecer embargos, e que, caso não haja o cumprimento da obrigação ou oferecimento de embargos, “constituir-se-á, de pleno direito, título executivo judicial” (CPC, art. 1. 102c). Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 267, parágrafo 1º, do CPC. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0004981-03. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: Jackellyne Reis Fernandes de Oliveira
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: Serasa - Centralização de Serviços dos Bancos S/A
Advogado: Rosana Benencase (SP 120. 552), Dulcinéia Bacinello Ramalho (OAB/RO 1088)
Realizada a penhora on-line de valores, por meio do BACENJUD, este restou frutífera, por isso, determinei a transferência do valor constrito para conta judicial a ser aberta na Caixa Econômica Federal, agência 2848.
Segue, em anexo, o detalhamento do Bacenjud.
Intime-se a parte executada para que, caso queira, apresente defesa, no prazo de 15 dias através de carta, em caso não ter patrono para representá-la, do contrário, considera-se-á intimado da publicação deste no Diário da Justiça.
Porto Velho-RO, sexta-feira, 13 de dezembro de 2013.
Maxulene de Sousa Freitas
Juíza de Direito

Proc.: 0007089-68. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Impugnação ao Valor da Causa (Cível)
Impugnante: Cíntia Bernardo Cavalcante Lima
Impugnado: Adriana Cristina Salvador Maia
Advogado: Marcelo Lessa (OAB/RO 1501)
Carga:
Ficam o(a) advogado(a) intimado(a) a devolver os autos no prazo de 24 horas, que se encontram com carga além do prazo, sob pena de busca e apreensão dos mesmos:

Proc.: 0024027-41. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Usucapião
Requerente: Jose Feliciano Pessoa
Requerido: EGO - Empresa Geral de Obras S. A.
Advogado: Cecilia Lorezom (OAB/RO 5967)
Carga:
Ficam o(a) advogado(a) intimado(a) a devolver os autos no prazo de 24 horas, que se encontram com carga além do prazo, sob pena de busca e apreensão dos mesmos:

Proc.: 0011077-63. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Jader Luís Nunes Beserra
Requerido: Santo Antônio Energia S. A.
Advogado: Carlos Cantanhede (OAB/RO 3206)
Carga:
Ficam o(a) advogado(a) intimado(a) a devolver os autos no prazo de 24 horas, que se encontram com carga além do prazo, sob pena de busca e apreensão dos mesmos:

Proc.: 0018572-95. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Iara Tatiana Mourao Rodrigues, Gabriela Mourão Rodrigues, Renata Mourão Rodrigues, Eunice Lemos Souza, Heleno Lopes Neto, Elica da Silva Moraes, Leidejane da Silva Moraes, José Antônio de Sá Teles Filho, José Velho, Júlio César de Lima Mendes, Manoel Barboza de Almeida, Maria Noelia Lima de Souza Santos
Requerido: Banco do Brasil S. A.
Estagiário: Felipe B. Ciampi (OAB/RO 760-E)
Carga:
Ficam o(a) advogado(a) intimado(a) a devolver os autos no prazo de 24 horas, que se encontram com carga além do prazo, sob pena de busca e apreensão dos mesmos:

Proc.: 0016449-90. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Valdelene Rodrigues dos Santos, Raimundo Soares da Cruz, Raimundo Conceição Duarte Rosa, Raimunda Marques de Lima, Jucenira Marques de Oliveira, Jamille Soares dos Santos, Maria Vanessa Rodrigues da Silva, Airton Senna Marques de Oliveira
Requerido: Santo Antônio Energia S/a
Estagiário: Ebenézer Borges (OAB/ROP 802-E)
Carga:
Ficam o(a) advogado(a) intimado(a) a devolver os autos no prazo de 24 horas, que se encontram com carga além do prazo, sob pena de busca e apreensão dos mesmos:

Proc.: 0004950-80. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: Rita Jacinto Teles
Requerido: Banco BGN S/A
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Carga:
Ficam o(a) advogado(a) intimado(a) a devolver os autos no prazo de 24 horas, que se encontram com carga além do prazo, sob pena de busca e apreensão dos mesmos:

Proc.: 0014925-58. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco Volkswagen S. A.
Requerido: Cirlene Maria dos Santos Brito Siqueira
Advogado: Déborah Ingrid Matoso Ribas Nonato (OAB/RO 5458)
Carga:
Ficam o(a) advogado(a) intimado(a) a devolver os autos no prazo de 24 horas, que se encontram com carga além do prazo, sob pena de busca e apreensão dos mesmos:

Proc.: 0013303-46. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Getulio Correia de Oliveira Sobrinho
Advogado: José Girão Machado Neto (RO 2664)
Requerido: Banco BMG S/A
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696)
DESPACHO:
Considerando a petição de fls. 127, determino a expedição de alvará judicial dos valores penhorados às fls. 121, ressaltando que o o favorecido deverá comparecer em cartório no prazo de 5 dias para agendar o alvará de liberação dos valores. Expedido o alvará, deverá ser impresso pelo próprio requerente ou seu representante legal, via internet. Satisfeita a obrigação, extingo o feito, nos termos do art. 794, I, do CPC. Após as anotações de estilo, arquivem-se os autos. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0000367-47. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: L. F. Imports Ltda
Advogado: Rejane Saruhashi (OAB/RO 1824)
Requerido: Edezio Alves de Jesus Filho
SENTENÇA:
SENTENÇA Determinada a emenda à petição inicial, o requerente, apesar de devidamente intimado, quedou-se inerte, não cumprindo com a determinação. Inclusive o entendimento deste juízo é de acordo com seguimento pacificado nos tribunais superiores: TJ-SP - Apelação APL 9293237732008826 SP 9293237-73. 2008. 8. 26. 0000 (TJ-SP) Data de publicação: 24/10/2012 Ementa: Apelação Ação monitória Cheque nominal à empresa da qual a autora é sócia Ilegitimidade ativa verificada Inexistente endosso da cártula ou instrumento de cessão de crédito, a pessoa física, ainda que sócia da empresa, não pode pleitear em nome próprio, direito da pessoa jurídica Precedentes jurisprudenciais desta Corte Extinção do feito necessária Exegese do art. 267, VI, do CPC Recurso providoTJ-DF - Apelação Cível APL 285031820078070001 DF 0028503-18. 2007. 807. 0001 (TJ-DF) Data de publicação: 22/03/2011Ementa: APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO MONITÓRIA - CHEQUE PRESCRITO - ENDOSSO - RECURSO PROVIDO - SENTENÇA REFORMADA. É CEDIÇO QUE O ENDOSSANTE GARANTE O PAGAMENTO DO CHEQUE, CONFORME PRECEITUA O ART. 21 DA LEI DO CHEQUE. NO ENTANTO, INEXISTE VÍNCULO JURÍDICO DE DIREITO MATERIAL ENTRE A P ARTE INDICADA NO PÓLO PASSIVO E O AUTOR DA AÇÃO A JUSTIFICAR O A JUIZAMENTO DA MONITÓRIA CONTRA A PESSOA FÍSICA QUE ASSINOU O ENDOSSO EM NOME DA EMPRESA INDICADA NO VERSO DO REFERIDO TÍTULO, RAZÃO PELA QUAL O RECONHECIMENTO DA ILEGITIMIDADE DA P ARTE REQUERIDA É MEDIDA QUE SE IMPÕE. Posto isso, indefiro a petição inicial com fulcro no art. 284, parágrafo único, do CPC, em consequência, julgo extinto o processo, sem apreciação do MÉRITO, conforme dispõe o art. 267, I, do Código de Processo Civil. Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, mediante substituição por cópia. Após as anotações e baixas de estilo, arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0021047-87. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco Honda Sa
Advogado: Maria Lucilia Gomes (OAB/SP 84206), Luciano Boabaid Bertazzo (OAB/RO 1894)
Requerido: Otavio Lopes da Silva Junior
DESPACHO:
VISTOS. O autor deverá se manifestar quanto a diligência negativa. Prazo de 10 dias, sob pena de extinção do feito sem resolução do MÉRITO. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0010032-24. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Reintegração / Manutenção de Posse
Requerente: Bradesco Leasing S. A. Arrendamento Mercantil
Advogado: Luciano Boabaid Bertazzo (OAB/RO 1894)
Requerido: Castro Locação de Maquinas Transportes e Serviço Ltda Epp
DESPACHO:
Defiro o postulado às fls. 39. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0005663-84. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: Boutique Tres Meninas Ltda
Advogado: Daniele Meira Couto (OAB/RO 2400)
Requerido: Hozana Achueng

DESPACHO:
Considerando as informações prestadas às fls. 26, defiro o postulado às fls. 27. Providencie o necessário. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0022292-70. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Polisoldas Comércio Importação e Exportação Ltda
Advogado: Margarete Geiareta da Trindade (OAB/RO 4438)
Executado: Samuel Araújo da Silva Filho
DESPACHO:
Já fora providenciada a anotação da restrição junto ao veículo descriminado às fls. 58. Considerando a certidão de fls. 60, manifeste-se a exequente no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0024986-75. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Ady Alves de Andrade
Advogado: Carlos Catanhede (OAB/RO 3206)
Executado: Lir Rufatto
DESPACHO:
VISTOS. Recebo a emenda a inicial. Cite-se por Oficial de Justiça via mandado, para que o Executado efetue o pagamento da dívida e dos honorários advocatícios, ou nomeie bens à penhora no prazo de 03 (três) dias contados a partir do ato da citação. Salienta-se que o prazo para apresentação de defesa é de 15 (quinze) dias, fazendo constar no mandado que no caso de pagamento em 03 (três) dias, os honorários advocatícios serão reduzidos à metade. Fixo honorários de execução em 10%, salvo embargos. Não ocorrendo pagamento ou nomeação de bens à penhora, fica, desde já, determinada penhora e avaliação dos bens do devedor via Oficial de Justiça. Na oportunidade, caso não seja encontrado o devedor, deverá arrestar-lhe tantos bens quanto bastem para garantir a execução, cumprindo com o disposto no art. 653, parágrafo único do CPC. Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 267, parágrafo 1º, do CPC. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0011217-34. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Requerente: Coimbra Importação e Exportação Ltda.
Advogado: Jefferson de Souza Lima ( )
Requerido: Riviera Com. de Materiais de Construção Ltda, Cleiton da Cruz Cunha, Deneide Rosa da Cruz
DESPACHO:
VISTOS. O autor deverá se manifestar quanto a diligência negativa. Prazo de 30 dias, sob pena de extinção do feito sem resolução do MÉRITO. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0023143-75. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Adenilson Ferreira de Sousa
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Requerido: Comovel - Comércio de Móveis Ltda
Advogado: Meire Andréa Gomes Lima (OAB/RO 1857), Manuela Gselmann da Costa. (RO 3511), Roberto Jarbas Moura de Souza (OAB/RO 1246)
DESPACHO:
A parte autora poderá apresentar impugnação a contestação ou aos documentos no prazo de 10 (dez) dias. Após, no prazo de 05 (cinco) dias, deverão as partes dizer se pretendem produzir outras provas justificando-as, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0002463-06. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Gecilene Antunes Faustino
Advogado: Gecilene Antunes Faustino (OAB/RO 2474)
Requerido: COSSE BRASIL 1 COMÉRCIO LTDA CASSE COUTURE
DESPACHO:
Certifique a escrivania quanto a tempestividade da impugnação apresentada às fls. 65/66. Após, retorne os autos conclusos. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0004542-89. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Despejo (Cível)
Requerente: DIMAS CORREIA DE LIMA
Advogado: Vicente Anísio de Souza Maia Gonçalves (OAB/RO 943)
Requerido: Warner Antônio Pereira
Advogado: José Carlos Lino Costa (OAB/RO 1163)
DESPACHO:
Certifique a escrivania se há documentos e/ou petições pendentes de juntada. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0018752-77. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco Itaúcard S. A.
Advogado: Mélanie Galindo Martinho Azzi (OAB/RO 3793), Helen Cristine do Nascimento Ferreira (OAB/RO 5751)
Requerido: Sergio Francisco Caetano Lopes
DESPACHO:
Defiro o postulado às fls. 43. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0013133-69. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Associação de Crédito Cidadão de Rondônia
Advogado: Karina da Silva Sandres (OAB/RO 4594)
Executado: Raimunda de Sousa, Cristiani Sousa da Silva
DESPACHO:
Indefiro o postulado às fls. 43/48, posto que ao que tudo indica, o imóvel apresentado trata-se de único imóvel dos executados (Lei n°. 8009/90). Providencie a exequente meio alternativo para dar efetividade ao cumprimento de SENTENÇA no prazo de

10 (dez) dias, sob pena de extinção. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0012103-96. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Edilaine Barros Fernandes
Advogado: Guilber Diniz Barros (OAB/RO 3310)
Requerido: UNITINS - Fundação Universidade do Tocantins
Advogado: Genivan Caetano de Almeida (OAB/TO 5290), Walter Gustavo da Silva Lemos (655-A)
DESPACHO:
Aguarde-se a realização da audiência designada. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0017906-65. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Solo Sagrado Materiais de Construção Ltda ME
Advogado: Carlos Corrêia da Silva (OAB/RO 3792)
Requerido: Erica Gama de Souza
DECISÃO:
VISTOS. A restrição no veículo permanecerá. Determino que a parte executada, dentro de 30 dias, apresente a este juízo, documentação da transferência do veículo, bem como os dados da pessoa a qual foi realizado a venda, sob pena de ser configurada a fraude contra credores. Por último, defiro a suspensão dos autos, postulado pelo autor, para busca e novos bens. Prazo de 120 dias. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0000636-91. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: Jucineide Vilarim de Sá
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A), Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281)
Requerido: Banco Cruzeiro do Sul S. A.
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/MG 107878)
DESPACHO:
VISTOS. Apesar dos argumentos do requerido, somente basta a entrega dos documentos, pois os honorários já foram quitados. Sendo assim, determino ao requerido que entregue a documentação faltante, dentro de 30 dias, sob pena de busca e apreensão. Quanto ao pagamento de custas, defiro a gratuidade neste sentido, considerando a situação econômica debilitada (liquidação instalada). Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0016046-29. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Alcibiades Gutierrez Vargas
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Layanna Mábia Maurício (OAB/RO 3856)
Requerido: Marlon Estolano Morais Andrade
Advogado: Defensor Público (não consta)
DESPACHO:
VISTOS. Tomo conhecimento do agravo de instrumento interposto, e mantenho a DECISÃO combatida, pelos seus próprios fundamentos. (artigo 523, parágrafo 2º do CPC). Oportunamente prestarei informações ao relator do agravo. Aguarde-se a DECISÃO final do recurso de agravo. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0006397-35. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Carlos Braz de Oliveira Pires, Utilar Centro Oeste Eletrodomésticos Ltda
Advogado: Bento Manoel de Morais Navarro Filho (OAB/RO 4251)
Requerido: Bradesco Saúde S. A.
Advogado: Karina de Almeida Batistuci (OAB/RO 4571), Diogo Morais da Silva (OAB/RO 3830)
DECISÃO:
VISTOS. Tratam-se de dois embargos protocolados, um apresentado pelo requerido, outro pela parte requerente. 1) requerido (fls. 227/229). A parte requerida (Bradesco Saúde S/A), alegou que houve vício na SENTENÇA, quanto a forma de atualização dos danos morais e a reajuste das mensalidades do plano de saúde. É o RELATÓRIO. Decido. Em que pese as argumentações da parte requerida, não merecem prosperá-las, posto que a atualização dos danos morais estão de acordo com o entendimento pacificado do Superior Tribunal de Justiça, consoante Súmula 362. Quanto ao reajuste, este seguiu a sorte da fundamentação, onde deixa claro que o valor é R$ 4. 361, 00, mas poderá, paulatinamente, ser revisado conforme os procedimento padronizados para isso e, não ser estagnado ou mesmo sofrer os reajustes abusivos que estavam sendo feitos. Assim, afasto os embargos de declaração da parte requerida. 2) requerente (fls. 232/236). A parte requerente (Carlos Braz de Oliveira Pires; Utilar Centro Oeste Eletrodomésticos Ltda), informou que existiu vício na SENTENÇA prolatada, sob argumento que ocorreu omissão quanto a apreciação do pedido de restituição dos valores supostamente pagos a maior, a título de plano de saúde. É o RELATÓRIO. Decido. De fato assiste razão a parte autora, afinal, seu pedido foi acolhido, mas não atribuído expressamente este item. É consectário natural que o valor pago a mais, reconhecido na SENTENÇA, seja devolvido, dentro da atualização e incidência de juros regulares ao caso. Desta feita, determino que em fase de liquidação de SENTENÇA /cumprimento de SENTENÇA a parte autora traga aos autos a cobrança deste item, demonstrando, mediante planilha atualizada, os valores a serem restituídos/devolvidos. Portanto, acolho os embargos da parte autora. No mais, aguarde o trânsito desta DECISÃO. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0004336-07. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Oswaldo Jesus Geraldo Júnior
Advogado: Fernando Salioni de Sousa (OAB/RO 4077)
Executado: Primecar Comércio de Veículo Ltda, Cleiton Gonçalves Vidal, Ademir Vieira Conçalves
DECISÃO:
VISTOS. Diga o exequente o real endereço do executado, posto que não há cadeia pública em Porto Velho/RO, conforme se denota por pesquisa no site da SEJUS/RO. Assim, informe o endereço correto, em qual localidade de segurança pública está o executado. Prazo de 30 dias, sob pena de extinção do feito. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0003607-78. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Gracilene Caldas Barbosa de Macedo
Advogado: Maria Clara C. Góes (OAB/RO 198-B)
Requerido: Redecard S/A
Advogado: Matheus Evaristo Santana (OAB/RO 3230), Giuliano Caio Sant'Ana (OAB/RO 4842)
DESPACHO:
VISTOS. Tomo conhecimento do agravo de instrumento interposto, e mantenho a DECISÃO combatida, pelos seus próprios fundamentos. (artigo 523, parágrafo 2º do CPC). Oportunamente prestarei informações ao relator do agravo. Aguarde-se a DECISÃO final do recurso de agravo. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0024745-38. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Manoel Estevão da Luz, Maria Luiza de Souza Lima
Advogado: Eliane de Fátima Alves Antunes (OAB/RO 3151)
Requerido: Banco Panamericano S/A
Advogado: Feliciano Lyra Moura (OAB/PE 21714), Gustavo Gerola Marsola (OAB/RO 4164)
DESPACHO:
Expeça-se alvará judicial, consoante postulado às fls. 84, ressaltando que o favorecido deverá comparecer em cartório no prazo de 5 dias para agendar o alvará de liberação dos valores. Expedido o alvará, deverá ser impresso pelo próprio requerente ou seu representante legal, via internet. Satisfeita a obrigação, extingo o feito, nos termos do art. 794, I, do CPC. Após as anotações de estilo, arquivem-se os autos. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0006673-03. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: Edivaldo Moreira dos Santos
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: Banco BMG S/A
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696)
DESPACHO:
Considerando a inércia da parte requerida (certidão de fls. 84), determino a expedição de alvará judicial, ressaltando que o favorecido deverá comparecer em cartório no prazo de 5 dias para agendar o alvará de liberação dos valores. Expedido o alvará, deverá ser impresso pelo próprio requerente ou seu representante legal, via internet. Satisfeita a obrigação, extingo o feito, nos termos do art. 794, I, do CPC. Após as anotações de estilo, arquivem-se os autos. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0015535-26. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: Centro de Ensino São Lucas Ltda
Advogado: Diógenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831)
Requerido: Sebastião Miguel dos Reis
DESPACHO:
Expeça-se mandado consoante postulado às fls. 23/24. Providencie o necessário. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0013685-34. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Alexson Roberto Souza Marinho
Advogado: Lourival Goedert (OAB/RO 925), Geraldo Tadeu Campos (OAB/RO 553A)
Requerido: Banco do Brasil S. A.
Advogado: Loise Rainer Pereira Gionédis (PR 8. 123)
DECISÃO:
Recebo as contrarrazões ao recurso de apelação e o recurso adesivo em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Às razões ao apelado, pelo prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação das contrarrazões, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça com nossas homenagens. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0013354-52. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Pedro Henrique Hottes Adão
Advogado: Pedro Henrique Hottes Adão (OAB/RO 4792)
Requerido: Cristiani da Silva Sergio Me
DESPACHO:
Considerando a certidão de fls. 38, DECRETO a revelia da parte requerida (art. 319 e 330 do CPC). Manifestem-se as partes no prazo de 05 (cinco) dias, se pretendem produzir outras provas justificando-as, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0010163-04. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Marlon A. Pastro - ME
Advogado: Valkiria Maia Alves Almeida (OAB/RO 3178), Roberto Jarbas Moura de Souza (OAB/RO 1246), Manuela Gsellmann da Costa (OAB/RO 3511), Meire Andrea Gomes (1857)
Requerido: Oi S/A, 14 Brasil Telecom Celular S/A
Advogado: Walter Airam Naimaier Duarte Júnior (OAB/RO 1111), Walter Airam Naimaier Duarte Júnior (OAB/RO 1111)
DECISÃO:
Recebo a apelação em seus efeitos devolutivo e suspensivo. Às razões ao apelado, pelo prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo legal, com ou sem apresentação das contrarrazões, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça com nossas homenagens. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0007934-66. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Leila Alexia de Alencar Gurgel do Amaral
Advogado: Geraldo Tadeu Campos (OAB/RO 553A), Lourival Goedert (OAB/RO 477A), Gisele Zamboto (OAB/RO 5041), Paulo Henrique Gurgel do Amaral (OAB/RO 1361)
Requerido: Centrais Elétricas de Rondônia S. A - CERON
Advogado: Kênia de Carvalho Mariano (OAB/RO 994), Jacimar Pereira Rigolon (OAB/RO 1740)
DESPACHO:
Manifeste-se a requerente quanto a petição de fls. 108/109, no prazo de 10 (dez) dias. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0020433-82. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Embargos à Execução
Embargante: J. Alves dos Santos Transportes
Advogado: Graciliano Ortega Sanches (OAB/RO 5194)
Embargado: Cooperativa de Crédito Rural de Porto Velho Ltda - PORTOCREDI
Advogado: Wyliano Alves Correia (RO 2715)
SENTENÇA:
Trata-se de Embargos à Execução proposta por J. ALVES DOS SANTOS TRANSPORTES - ME em face de COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL DE PORTO VELHO LTDA. Afirmou que o título em que se funda a ação de execução extrajudicial carece de requisitos formadores da estrutura de um título abarcado pelo art. 585 do Estatuto Processual brasileiro. Impugnação aos embargos à execução apresentada, afirmando que não merece prosperar as alegações apresentada nos embargos, declarou que a embargante não honrou com os compromissos, e inexiste qualquer vício de consentimento relativo a novação de dívida firmado entre as partes. É a síntese do necessário. Decido. A embargante apresentou sua peça defendendo a inexigibilidade do título a ser cobrado. Fundamentou na trilha da falta de condições para que o presente objeto de cobrança seja reputado válido. Ressaltou, ainda, que os títulos encontram-se quitados. Apesar dos argumentos sustentando seu pleito, percebe-se que o objeto a qual se funda a cobrança de execução percorreu todos os caminhos para ser tida como título executivo. Os documentos juntados, não se mostram suficientes para comprovar que de fato o débito tenha sido quitado. Desta forma, inequivocamente encontra-se a execução fundada em um título originado por meios lícitos e seus requisitos perfeitamente preenchidos, estruturando um crédito a ser devidamente cobrado. Assim, resta preenchido os requisitos elencados no artigo 585, II do Código de Processo Civil. Vejamos o que o referido artigo dispõe: Art. 585. São títulos executivos extrajudiciais: (Redação dada pela Lei nº 5. 925, de 1º. 10. 1973)I - a letra de câmbio, a nota promissória, a duplicata, a debênture e o cheque; (Redação dada pela Lei nº 8. 953, de 13. 12. 1994). (grifo nosso). Não resta dúvida que as partes que compõe este processo, no dia 27 de Dezembro de 2011, com livre arbítrio, de forma solene e com a participação de testemunhas firmaram uma relação jurídica mediante a materialização de contrato ? Cédula de Crédito Bancário (fls. 15/24). Deste modo, restou claro que entre os itens que poderiam embasar uma eventual falência desta cobrança judicial que seria a “nulidade da execução, por não ser o executivo título apresentado” não se configurou, descartando-se qualquer alegação que repute invalida o título a ser executado aqui no presente processo. Inclusive é o ensinamento de Rinaldo Mouzalas a respeito (pág. 785, 2010): Em sua vez, na nota promissória, o emitente promete o pagamento de quantia em favor de outrem, sendo desnecessário o seu protesto para que o título possa alicerçar execução. Basta, para tanto, que estejam preenchidos os requisitos formais do título e verificada a inadimplência do promitente. Não há dúvidas que há direito na cobrança do título, e em que pese as alegações da parte autora, nada atestou-as, deixando de ter clara sustentação para as afirmações dos embargos propostos. Por tais considerações, JULGO IMPROCEDENTE os embargos à execução. Na oportunidade, determino o prosseguimento da execução (autos n°. 0005134-65. 2013. 822. 0001). Sucumbente, condeno a ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em R$ 300, 00 (trezentos reais), nos termos do art. 20, § 4°. , do Código de Processo Civil. Providencie o traslado da presente DECISÃO para os autos principais. Transitado em julgado, expeça-se o necessário, desapensando-se e arquivando-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0017424-15. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: ANTONIO GOMES DA SILVA, Antonio Prasnieski da Silva, Celso Claudemir Ninno, Falcondes Antonio de Arruda, Jair Carlos do Amaral, João Adilson Moreira, Celso Moreira, Maria Jandira Moreira Bastos, Adilce Aparecida Moreira Andrade, Dirceu Moreira, Maria Eurides Guimaraes, Antonio Eurides Guimaraes, Maria Lucia Guimaraes, Vilma Guimaraes da Cunha, José Carlos Guimaraes, Roldão Guimaraes, Marcos Guimaraes, Paulo Sérgio Guimarães, Jose Soares de Souza, Juceli da Silva Andrade, Lauro Fagundes
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Requerido: HSBC Bank Brasil S. A. - Banco Múltiplo
Advogado: Luiz Rodrigues Wambier (OAB/PR 7295), Evaristo Aragão Santos (OAB/PR 24498)
DECISÃO:
Trata-se de impugnação apresentada pela parte requerida, aduzindo que há nulidade da execução pois o título não é legítimo ao intento da demanda. Seguiu dizendo que é necessária a liquidação da SENTENÇA. Indicou a inexistência de condenação por juros remuneratórios e incidência de reflexos em planos subsequentes. Atacou o valor dos juros moratórios da parte autora. Requereu a improcedência da execução. Intimados, a parte autora apresentou sua resposta a exceção. Em resumo, rebateu todos os pontos que foram enumerados pela parte autora, dizendo que a discussão da validade do título já foi objeto de ação própria e debate neste Tribunal em sede de outras demandas análogas. Ainda reafirmou os valores com cálculos apresentados de forma minuciosa. Pediu a procedência dos pedidos da exordial de cumprimento de SENTENÇA. Anexou farta documentação. É o RELATÓRIO. Decido. Considerando a peça da parte executada, importante trabalhar os pontos de discussão destes autos de forma criteriosa. Vejamos: a) Nulidade de execução por ausência de título que o legitimeSobre este ponto, o fato de o requerido/executado novamente discorrer a respeito chega a constituir má-fé, pois foi matéria que este juízo tratou insistentemente em processos análogos perante a mesma executada, mas devido a recursos apresentados, houve reforma, sendo já assentado pelo Egrégio Tribunal de Justiça de Rondônia, de que o título apresentado pelos autores, proveniente de SENTENÇA proferida em Ação Civil Pública da 12 Vara Cível de Brasília/DF, nº 1998. 01. 1. 016798-9, era título competente para executar nesta Comarca. b) Juros remuneratóriosA parte autora já havia anexado nos autos os valores dos juros. Quando apresentados em sua exordial os valores da execução foram já embutidos os numerários correspondentes aos juros. Não há erro de cálculo, tanto que já apreciado, mais de uma vez esta questão, sendo repassada em outras decisões sua legalidade e proporcionalidade. c) Reflexo de planos posterioresEsta questão também já foi abordada. A DECISÃO da SENTENÇA no juízo de Brasília (1998. 01. 1. 016798-9), tratou perfeitamente deste ponto. Esta questão já foi definida, não havendo qualquer necessidade do requerido/executado, novamente tratar deste assunto, protelando a demanda com

discussão já ultrapassada. Os valores apresentados pela parte autora, nada mais são do que cobranças devidas pela DECISÃO definitiva do juízo competente. d) Origem dos juros moratóriosQuanto aos juros moratórios assiste razão à parte requerida, posto que a autora apresentou planilha onde houve incidência dos juros moratórios desde a citação da ação civil pública (Junho 1993), quando em verdade, são devidos a partir da citação no presente feito. Desta feita, assiste razão a parte autora nos demais pedidos, com ressalva à aplicação dos juros moratórios, que deverão ser calculados com base na citação das ações individuais de cumprimento de SENTENÇA. Assim, acolho parcialmente a impugnação da parte executada, e dou prosseguimento ao feito. A exequente deverá, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar planilha atualizada retificando os cálculos, a fim de adequá-los à presente DECISÃO. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0007025-24. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Nilton Nogueira Melgar
Advogado: João Marcos de Oliveira Dias (OAB/RO 823)
Requerido: L & L Indústria e Comércio de Alimentos Ltda ME, Sul América Seguros de Vida e Previdência S A, Auto Shop Servicos Automotivos Ltda
Advogado: Augusto Cezar Damasceno Costa (OAB/RO 4921)
DESPACHO:
Designo audiência de instrução para o dia 12/03/2014 às 11h. Fixo como ponto controvertido a discussão acerca de quem deu causa para ocorrência dos fatos narrados na inicial. As testemunhas deverão comparecer independente de intimação, salvo justificada necessidade. O Rol Testemunhal deverá ser juntado com 10 (dez) dias a contar da data desta publicação. Intimem-se, e expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0021854-10. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: Glacineide Marques de Souza
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: Banco BMG S. A.
Advogado: Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB/MG 63440), Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB/MG 109730)
DESPACHO:
Certifique a escrivania se há petições com pedidos de produção de provas pendentes de juntada. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0021864-54. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Cleiton dos Santos Alves
Advogado: rodrigo barbosa marques do rosário ( )
Requerido: B. V. Financeira S. A. Crédito Financiamento e Investimento
Advogado: Patrícia Pazos Vilas Boas da Silva (OAB/SP 124899), Celso Marcon (OAB/RO 3. 700)
DESPACHO:
Tomo conhecimento do agravo de instrumento interposto, e mantenho a DECISÃO combatida, pelos seus próprios fundamentos. (artigo 523, parágrafo 2º do CPC). Oportunamente prestarei informações ao relator do agravo. Aguarde-se a DECISÃO final do recurso de agravo. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0022314-65. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Jaci Pedro dos Santos
Advogado: Marcos Antônio Metchko (OAB/RO 1482)
Requerido: Cerealista Comodoro Ltda
DESPACHO:
O requerido, dentro de 15 dias, a contar da ciência desta ordem, poderá se manifestar quanto ao cumprimento de SENTENÇA, inclusive apresentar impugnação, ou ainda, pagar os valores da condenação apresentados pela parte autora em sua planilha atualizada, sem a incidência da multa do 475-J. Caso inexistente o pagamento será realizado a execução forçada já com a aplicação de encargos nos valores apresentados pelo autor. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0005695-60. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Reintegração / Manutenção de Posse
Requerente: Banco Bradesco Financiamento S. A.
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3. 700)
Requerido: Nortevet Distribuidora de Produtos Agropecuários Ltda
Advogado: Antonio Pereira da Silva. . (OAB/RO 802)
DESPACHO:
Manifeste-se a requerente quanto ao teor da certidão exarada às fls. 75 no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção do feito. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0002694-67. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Gilvam Brandão Diogo, João Gabriel Diogo
Advogado: Pedro Origa (OAB/RO 1953)
Requerido: TAM Linhas Aéreas S/A
Advogado: Walter Airam Naimaier Duarte Júnior (OAB/RO 1111)
DESPACHO:
Manifeste-se os requerentes se concordam com os valores depositados demonstrados às fls. 97/99, no prazo de 10 (dez) dias, não havendo manifestação, serão tidos por aceitos tacitamente. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0000662-89. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Vanderlei Ferreira da Cruz
Advogado: Arioswaldo Alves de Freitas (OAB/RO 2256), Letícia Freitas Gil (OAB/RO 3120), Lívia Freitas Gil (OAB/RO 3769)
Requerido: Motovema Comércio de Motos Ltda, BV Financeira S/A Crédito Financiamento e Investimento
Advogado: Arquilau de Paula (OAB/RO 1B), Franciany D Alessandra Dias de Paula (OAB/RO 349B), Rodrigo Rosario (OAB/RO 2969), Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120)

DESPACHO:
Expeça-se mandado de intimação para que a requerida providencie o pagamento referente a diferença dos valores a título de honorários periciais no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de sequestro. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0010940-18. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Autor: Ana Lucia dos Santos Araujo
Advogado: Vanessa de Souza Camargo (OAB/RO 5651)
Requerido: Marcos Antônio Mendes Moura
Advogado: Otniel Laion Rodrigues (OAB/RO 5342)
DESPACHO:
VISTOS. Designo audiência de instrução para o dia 25/02/2014, às 11h. Fixo como ponto controvertido a existência de débitos relativos ao alugueres mensais até a data de 15/03/2012, além das condições do acordo firmado entre o réu e a proprietária do imóvel (autora). Fixo ainda, as condições da pintura antes e depois da locação do imóvel, bem como se a deterioração ocorreu por causas naturais decorrentes do uso regular. Determino que o autor apresente na solenidade planilha atualizada do suposto débito relativo aos alugueres, considerando todos os pagamentos informados pelo autor (fls. 69/71) inclusive os depósitos judiciais acostados aos autos, para que seja apurada a existência de saldo remanescente. Caso as partes manifestem interesse na oitiva de testemunhas, deverão, a contar da ciência desta DECISÃO, trazer o seu rol testemunhal no prazo de 10 (dez) dias. As partes deverão trazer suas testemunhas à solenidade independentemente de intimação. Determino, ainda, depoimento pessoal do autor. Por fim frisa-se que eventual necessidade da intimação deverá ser devidamente justificada. Contudo, após, o transcurso do prazo de juntada do rol testemunhal, não será realizado qualquer ato pela serventia com a FINALIDADE de intimação de testemunhas. Porto Velho-RO, sexta-feira, 17 de janeiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0000180-39. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco Bradesco Financiamentos S. A.
Advogado: Rosangela da Rosa Corrêa ( )
Requerido: Maria Jose Freitas Barros
SENTENÇA:
SENTENÇA A parte autora requereu a extinção do feito. Isto posto, defiro o pedido de desistência da ação, e julgo extinto o feito, sem resolução do MÉRITO, nos termos do art. 267, VIII, do Código de Processo Civil, determinando o seu consequente e imediato arquivamento, após as anotações e formalidades pertinentes. Sem custas. Desde já concedo o desentranhamento dos documentos originais, uma vez substituídos por cópias e certificado pela escrivania. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0001693-42. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Churrascaria Assados Na Brasa Ltda
Advogado: Giselle Piza de Oliveira (OAB/RO 3012)
Requerido: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
DESPACHO:
VISTOS. Determino que o autor emende a inicial a fim de juntar aos autos o levantamento de carga da unidade consumidora em questão, bem como, para que apresente o RELATÓRIO detalhado de consumo dos últimos cinco anos. Deverá, ainda, o patrono da requerente, assinar a petição inicial. Quanto ao pedido de gratuidade, deverá instruir o pedido com documentos hábeis a necessidade de deferimento da medida, afinal, não demonstrou claramente a hipossuficiência, não se amoldando aos ditames do que preceituam as benesses da gratuidade. Como cediço na jurisprudência pátria, é necessária devida comprovação da condição. Prazo de 20 (vinte) dias sob pena de indeferimento da inicial. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0001883-05. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Instituto João Neórico
Advogado: Eliane Carneiro de Alcântara (OAB/RO 4300)
Executado: Álvaro Lustosa Pires Júnior
DESPACHO:
VISTOS. Cite-se por Oficial de Justiça via mandado, para que o Executado efetue o pagamento da dívida e dos honorários advocatícios, ou nomeie bens à penhora no prazo de 03 (três) dias contados a partir do ato da citação. Salienta-se que o prazo para apresentação de defesa é de 15 (quinze) dias, fazendo constar no mandado que no caso de pagamento em 03 (três) dias, os honorários advocatícios serão reduzidos à metade. Fixo honorários de execução em 10%, salvo embargos. Não ocorrendo pagamento ou nomeação de bens à penhora, fica, desde já, determinada penhora e avaliação dos bens do devedor via Oficial de Justiça. Na oportunidade, caso não seja encontrado o devedor, deverá arrestar-lhe tantos bens quanto bastem para garantir a execução, cumprindo com o disposto no art. 653, parágrafo único do CPC. Restando infrutífera a tentativa de citação, deverá a parte autora ser instada para se manifestar em termos de prosseguimento. Silenciando, intime-se nos moldes do art. 267, parágrafo 1º, do CPC. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0017204-22. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Reintegração / Manutenção de Posse
Requerente: Eletrônica Halley Ltda
Advogado: Pedro Miranda (OAB/RO 2199), Ilda da Silva (OAB/RO 2264)
Requerido: Funerária Santa Rita Ltda -ME
Advogado: Raimundo Gonçalves de Araújo ( )
DESPACHO:
Chamo o feito a ordem. Considerando o erro material às fls. 142, determino expedição de “auto de adjudicação”. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0019131-23. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Sol Indústria e Comércio Ltda
Advogado: Assis Herter Silva (OAB/RO 4540)
Requerido: Jailson Noberto Soares de Moraes

SENTENÇA:
SENTENÇA A parte autora requereu a extinção do feito. Isto posto, defiro o pedido de desistência da ação, e julgo extinto o feito, sem resolução do MÉRITO, nos termos do art. 267, VIII, do Código de Processo Civil, determinando o seu consequente e imediato arquivamento, após as anotações e formalidades pertinentes. Sem custas. Desde já concedo o desentranhamento dos documentos originais, uma vez substituídos por cópias e certificado pela escrivania. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0017393-63. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Reintegração / Manutenção de Posse
Requerente: Laine Candido dos Reis
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Requerido: Raquel Oliveira da Silva
Advogado: Jonatas de Souza Rondon Júnior (OAB/RO 3749)
DESPACHO:
Manifestem-se as partes no prazo de 05 (cinco) dias, se pretendem produzir outras provas justificando-as, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0022204-32. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: BV Financeira S/A Crédito Financiamento e Investimento
Advogado: Ana Paula dos Santos (OAB/RO 4794)
Requerido: Ieda Nascimento dos Santos
SENTENÇA:
SENTENÇA Determinada a regularização do processo, o requerente, apesar de devidamente intimado, quedou-se inerte, não cumprindo com a determinação. Inclusive já foi objeto de outras decisões deste Egrégio Tribunal de Justiça, em idêntica conclusão. Colaciono a seguir, aresto dos acórdão e decisões monocráticas a respeito: Apelação Cível nº. 0000267-32. 2013. 8. 22. 0000 - Rel. Des. Alexandre Miguel - J. 12/06/2013; Apelação Cível nº. 0099008-80. 2008. 8. 22. 0001 - Rel. Des. Raduan Miguel Filho - J05/03/2013; Apelação Cível nº 0256663-86. 2006. 8. 22. 0001 - Rel. Des. Kiyochi Mori - J. 17/04/2013. Isto posto, julgo extinto o processo, sem apreciação do MÉRITO, conforme dispõe o art. 267, IV, do Código de Processo Civil. Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, mediante substituição por cópia. Custas na forma da lei. Após as anotações e baixas de estilo, arquivem-se. P. R. I. C. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0000644-97. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Autovema Veículos Ltda
Advogado: Graciliano Ortega Sanchez (OAB/RO 5194), Maicon Davi da Silva (OAB/RO 733E)
Executado: Roberto Soares de Lima
DESPACHO:
A exequente deverá comprovar o andamento da carta precatória no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0002123-28. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Auto Posto Madeirao Ltda
Advogado: Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Requerido: Madepar Indústria Comércio e Exportação de Madeiras Ltda
SENTENÇA:
SENTENÇA Instado a dar prosseguimento ao feito, quedou-se inerte o requerente. Considerando sua inércia quanto aos atos e diligências que lhe competiam e tendo em vista, ainda, que é presumido o seu não interesse no prosseguimento do feito, já que o mesmo, embora intimado, nada manifestou, a extinção é medida que se impõe. Por tais considerações, e por tudo mais que dos autos constam, com fundamento no artigo 267, incisos III e VI, do Código de Processo Civil, DECLARO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DE MÉRITO. Condeno o requerente ao pagamento das custas e despesas processuais (art. 26 e art. 267, § 2. °, ambos do CPC). Após o trânsito em julgado, recolhidas as custas, arquive-se com baixa na distribuição. Caso contrário, anote-se a pendência referente às custas processuais junto ao Cartório Distribuidor para efeito de expedição de certidão e, em seguida, arquive-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0003591-27. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Centro de Ensino São Lucas Ltda
Advogado: Diógenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831)
Executado: Cristiane Patrícia Oliveira Araújo
SENTENÇA:
SENTENÇA O feito tramitou regularmente até que as partes juntaram petição requerendo a homologação do acordo estipulado e devidamente assinado por ambas as partes. Posto isso, homologo por SENTENÇA o acordo estabelecido pelas partes, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, conforme as cláusulas especificadas. Julgo extinto o processo, nos termos do art. 269, III, do CPC. Desde já concedo o desentranhamento dos documentos originais, uma vez substituídos por cópias e certificado pela escrivania. Sem custas e sem honorários. Com a homologação do presente acordo forma-se um titulo executivo judicial, que poderá ser executado nos termos do art. 475-J do CPC, em caso de descumprimento. Oportunamente arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0015251-18. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: G. C. de O.
Advogado: Pitágoras Custódio Marinho (OAB/RO 4700)
Requerido: S. A. C. de S. S. S.
Advogado: Paulo Barroso Serpa (OAB/RO 4923)
DECISÃO:
Processo suspenso. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0019645-68. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco Bradesco S/A
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Requerido: Comercial Bailke de Alimentos Ltda Me, Alcino Dubberstein, Jose Geraldo Gontijo de Mendonça, Irinete Bailke Dubberstein
DESPACHO:
Considerando o não atendimento ao DESPACHO de fls. 37, determino a exclusão do polo passivo da ação das partes não citadas. No mais, apresente a exequente planilha atualizada do valor do débito no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção do feito. Expeça-se o necessário. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Danilo Augusto Kanthack Paccini Juiz de Direito

Proc.: 0014456-17. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Osmar Moura
Advogado: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Requerido: Banco Cruzeiro do Sul S. A.
Advogado: Marly Vieira Tonett Sismeiro de Oliveira (OAB/RO 1620)
Documento - Retirar:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar o documento expedido, qual seja, certidão de crédito.

Proc.: 0019083-64. 2010. 8. 22. 0001
Ação: Prestação de Contas - Exigidas
Requerente: Maria José Pereira do Nascimento
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: Banco Cruzeiro do Sul S. A.
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (SP 128. 341), Rafael Sganzerla Durand (OAB/SP 211648)
Documento - Retirar:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar o documento expedido, qual seja, Certidão de Crédito.

Raimundo Neri Santiago
Escrivão Judicial

9ª VARA CÍVEL

9ª Vara Cível
SUGESTÕES, RECLAMAÇÕES OU ELOGIOS, FAÇAM PESSOALMENTE AO JUIZ, À OUVIDORIA OU CONTATE-NOS VIA INTERNET - E-MAIL: pvh9civel@tjro. jus. br
JUIZ DE DIREITO: Danilo Augusto Kanthack Paccini
DIRETOR DE CARTÓRIO: Bel. JOSÉ RICARDO MENDES DOS SANTOS PARAÍZO

Proc.: 0014088-37. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Usucapião
Requerente: José Antônio de Souza Silva
Requerido: Ego Construções de Rondônia S/a
Advogado: Eduardo Abílio K. Diniz (OAB/DF 26671), Edson Antônio Sousa Farias (OAB/RO 4643), Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546)
DESPACHO:
DESPACHO. Chamo o feito à ordem. Em que pese a parte autora nominar a ação como ?Usucapião Especial?, recebo como usucapião extraordinário. Isso porque verifico que a parte autora deixou de apresentar prova de que não detém a propriedade de outro imovel, sendo este um dos requisitos da usucapião especial, conforme art. 1. 240 do CC. Por um lado, a determinação de emenda nesse sentido se afigura medida extremamente legalista, incompatível com a instrumentalidade das formas. Por outro, determinar à Defensoria Pública que apresente a prova de que não possui outro imóvel traria ônus ao Poder Público, já que a Defensoria diligenciaria aos Cartórios de Imóveis sem recolher as custas e emolumentos decorrentes das expedições, sem as quais pode-se dar prosseguimento na modalidade extraordinária. Assim, tendo em vista a economia processual e instrumentalidade das formas, parece-me mais coerente alterar a nomeação do feito e processá-lo. Verifico, porém, que o autor não indicou os limites e confrontações do imóvel que pretende usucapir, sendo que o objetivo de tal exigência é a individuação do imóvel objeto do pedido de usucapião, de forma a permitir uma caracterização que atenda aos pressupostos de matrícula no Registro de Imóveis, em caso de eventual procedência da demanda. Assim, visando a precisão necessária, para cercar de garantias o eventual e futuro registro imobiliário, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de 15(quinze) dias, informe e junte aos autos documentos contendo a individualização precisa do imóvel, com os seus limites e confrontações (frente, fundo e laterais), sob pena de extinção do feito sem reolução de MÉRITO. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0004794-58. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Usucapião
Requerente: Lanimar Silva de Mendonça
Advogado: Marcus Edson de Lima ( )
Requerido: Ego Empresa Geral de Obras S. a.
Advogado: Eduardo Abílio Kerber Diniz (OAB/RO 4389), Edson Antônio Sousa Pinto (OAB/RO 4643), Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/PR 54881)
DESPACHO:
DESPACHO Chamo o feito à ordem. Isso porque verifico que a parte autora deixou de apresentar prova de que não detém a propriedade de outro imovel, sendo este um dos requisitos da usucapião especial, conforme art. 1. 240 do CC. Por um lado, a determinação de emenda nesse sentido se afigura medida extremamente legalista, incompatível com a instrumentalidade das formas. Por outro, determinar à Defensoria Pública que apresente a prova de que não possui outro imóvel traria ônus ao Poder Público, já que a Defensoria diligenciaria aos Cartórios de Imóveis sem recolher as custas e emolumentos decorrentes das expedições, sem as quais pode-se dar prosseguimento na modalidade extraordinária. Assim, tendo em vista a economia processual e instrumentalidade das formas, parece-me mais coerente alterar a nomeação do feito e processá-lo. Verifico, porém, que o autor não indicou os limites e confrontações do imóvel que pretende usucapir, sendo que o objetivo de tal exigência é a individuação do imóvel objeto do pedido de usucapião, de forma a permitir uma caracterização que atenda aos pressupostos de matrícula no Registro de Imóveis, em caso de eventual procedência da demanda. Assim, visando a precisão necessária, para cercar de garantias o eventual e futuro

registro imobiliário, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de 15(quinze) dias, informe e junte aos autos documentos contendo a individualização precisa do imóvel, com os seus limites e confrontações (frente, fundo e laterais), sob pena de extinção do feito sem reolução de MÉRITO. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0020819-15. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Leandro Santos Souza
Advogado: Casimiro Ancilon de Alencar Neto (OAB/RO 4569)
Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
DESPACHO:
DESPACHO Em que pese a requerida ter trazido aos autos documentos que demonstrem o restabelecimento do benefício de auxílio-doença do requerente - fl. s 31/32, sem prejuízo, intime-se a parte requerida para que apresente qual o grau de invalidez do autor. Prazo de 10 (dez) dias. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0001700-34. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Ana Karolina Benarrosh Vieira
Advogado: Jéssica Carvalho dos Santos (OAB/RO 5240)
Requerido: Banco do Brasil S. A
DESPACHO:
DESPACHO Infere-se dos autos que o feito tramita pelo Rito Sumário. Assim sendo, designo audiência de conciliação para 27/02/2. 014, às 11hs. Cite-se e intime-se a parte requerida para comparecer acompanhada de advogado à audiência designada, alertando que, infrutífera a proposta conciliatória, deverá, no ato, responder, de forma escrita ou oral, à ação, juntando documentos, formulando quesitos e arrolando testemunhas, sob pena de preclusão. Alerte-se as partes que deverão constituir advogado e, caso não possam custear seus serviços, deverão procurar a a Defensoria Pública do Estado, cuja sede, na Capital é na Rua Padre Chiquinho, nº. 913, Pedrinhas. Residindo em outro local deverá procurar a sede mais próxima de seu domicílio. Advirta-se, ainda, que o não comparecimento ou a ausência de defesa, implicará em revelia e presunção de veracidade dos fatos afirmados na inicial. Intime-se o autor, advertindo que sua ausência injustificada importará em extinção do processo. Cumpra-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0001671-81. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Vani Matiusso Luiz
Advogado: Leudo Ribamar Souza Silva (OAB/RO 4485)
Requerido: Oi S. a
DESPACHO:
DESPACHO Intime-se a parte para emendar a petição inicial, uma vez que o valor atribuído a causa não atende o disposto no art. 259 do CPC, tendo em vista que em casos análogos, a fixação dos danos tem sido no patamar de R$ 5. 000, 00 (cinco mil reais) a R$ 10. 000, 00 (dez mil reais). . Prazo: 10 dias, sob pena de extinção do feito. Defiro a gratuidade da Justiça ora requerida. Sendo cumprida a determinação, ou, decorrendo in albis o prazo, devidamente certificado, voltem-se conclusos. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0001720-25. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: Porto Seguro Roupas
Advogado: Silvia Lorena Cardoso da Silva (OAB/PA 12115), Adalberto Silva (OAB/PA 10188)
Requerido: Banco do Nordeste Sa
DESPACHO:
VISTOS, ETC. Cite-se o réu para apresentar o documentos mencionado na inicial, bem como resposta, no prazo de 05 dias, sob pena de admitir como verdadeiros os fatos que, por meio do documento, a parte pretendia provar. Decorrido o prazo assinalado ou apresentado os documentos, venham-me conclusos. CÓPIA SERVE COMO CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0001679-58. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Julio Cezar Ramos Nogueira
Advogado: Daniel Mendonça Leite de Souza (6115)
Requerido: Direcional TSC Jamari Empreendimentos Imobiliarios Ltda
DESPACHO:
DESPACHO /CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO INTIMAÇÃOCite-se o réu para, querendo, responder, em 15(quinze) dias, advertindo-o que se não for contestada a ação, incidirão os efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos narrados na inicial e prosseguindo o processo independentemente de sua intimação para os demais atos, propiciando ainda o julgamento antecipado da lide. Com a resposta, faça-se vista para réplica. Havendo incidentes, decorrendo in albis o prazo ou adotadas as providências ora determinadas, voltem-me conclusos os autos. Intime-se. CÓPIA SERVE COMO CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO INTIMAÇÃOPorto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0015671-57. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco Panamericano
Advogado: Milena Tarzia Barbosa da Silva (OAB/SP 296518)
Requerido: Rosineide Colares Carvalho
SENTENÇA:
DESPACHO A parte interessada foi intimada a providenciar o andamento do feito, suprindo a falta nele existente, que lhe impede o prosseguimento, mas deixou que se escoasse o prazo assinado, sem providência (certidão de folhas 33). Em consequência, com fundamento no artigo 267, inciso III e § 1º, do Código de Processo Civil, julgo extinto o feito, sem julgamento de MÉRITO, ante a inércia da parte em providenciar o prosseguimento do feito. P. R. I. e após o transito em julgado arquive-se, com as cautelas devidas. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0012428-08. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: B. V. Financeira S. A C. F. I
Advogado: Carmen Eneida da Silva Rocha (OAB/RO 3846)
Requerido: Luciano Soares Barbosa

SENTENÇA:
VISTOS. A parte interessada foi intimada a providenciar o andamento do feito, suprindo a falta nele existente, que lhe impede o prosseguimento, mas deixou que se escoasse o prazo assinado, sem providência (certidão de folhas 38). Em consequência, com fundamento no artigo 267, inciso III e § 1º, do Código de Processo Civil, julgo extinto o feito, sem julgamento de MÉRITO, ante a inércia da parte em providenciar o prosseguimento do feito. P. R. I. e após o transito em julgado arquive-se, com as cautelas devidas. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0001715-03. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: Oca Roupas Ltda. Taco
Advogado: Silvia Lorena Cardoso da Silva (OAB/PA 12115), Adalberto Silva (OAB/PA 10188)
Requerido: Banco Itaú Unibanco
DESPACHO:
VISTOS. Cite-se o réu para apresentar o documentos mencionado na inicial, bem como resposta, no prazo de 05 dias, sob pena de admitir como verdadeiros os fatos que, por meio do documento, a parte pretendia provar. Decorrido o prazo assinalado ou apresentado os documentos, venham-me conclusos. CÓPIA SERVE COMO CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0001702-04. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Escola de Educação Infantil de 1º e 2º Grau Terra Nova, Maria Alexandre Cavalcante
Advogado: Mona Seth Alexandre Cavalcante Cordeiro (RO 5640)
Requerido: Comandos Segurança Eletronica Ltda Me
DESPACHO:
DESPACHO Intime-se a parte para emendar a petição inicial, uma vez que o valor atribuído a causa não atende o disposto no art. 259 do CPC, tendo em vista que em casos análogos, a fixação dos danos tem sido no patamar de R$ 5. 000, 00 (cinco mil reais) a R$ 10. 000, 00 (dez mil reais). Prazo: 10 dias, sob pena de extinção do feito. Destaque-se que o recolhimento das custas deverá obedecer ao novo vlr atribuído, fazendo deposito complementar na conta vinculada aos autos. Sendo cumprida a determinação, ou, decorrendo in albis o prazo, devidamente certificado, voltem-se conclusos. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0001654-45. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Norte Mix Comercio de Moveis e Equipamentos Para Escritorio Ltda
Advogado: Lise Helene Machado Vitorino (RO 2101), Luiz Felipe da Silva Andrade (OAB/RO 6175)
Executado: Patrícia Daniele dos Anjos Melo
DESPACHO:
DESPACHO /CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO INTIMAÇÃOCite-se o executado para, em 03 (três) dias, pagar ou nomear bens à penhora. Arbitro honorários em 10% sobre o valor da execução, salvo embargos. Deverá constar do mandado, que, havendo pagamento da dívida no prazo assinado, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade, nos termos do art. 652-A, parágrafo único do CPC. Acaso indique bens à penhora, deverá apresentar provas da propriedade e indicar sua localização e valor estimado. Tratando-se de bem imóvel e sendo casado o ofertante, deverá ser juntada aos autos a anuência do cônjuge e o executado deverá apresentar-se em Juízo para a assinatura do termo de penhora e depósito. Não havendo pagamento ou nomeação de bens no prazo, penhore-se bens suficientes para garantir o Juízo. Se penhorado bem imóvel, intime-se o cônjuge. Deverá constar do mandado o prazo para o oferecimento de eventuais embargos. Autorizo o Oficial de Justiça a utilizar-se das prerrogativas do art. 172, § 2º do CPC. Não sendo encontrado o Executado, arraste-se os bens, na forma do art. 653, parágrafo único do CPC. Havendo embargos, devidamente certificada a sua tempestividade, tornem os autos conclusos. Em caso de pagamento ou inércia do executado, intime-se o exequente a requerer, em 5 (cinco) dias, o que entender de direito. Expeça-se o necessário. Intimem-se. CÓPIA SERVE COMO CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO INTIMAÇÃO. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0001877-95. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Instituto João Neórico
Advogado: Eliane Carneiro de Alcântara (OAB/RO 4300)
Executado: Giulia Christinna Moura Dinon
DESPACHO:
DESPACHO /CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO INTIMAÇÃOCite-se o executado para, em 3 (três) dias, pagar ou nomear bens à penhora. Arbitro honorários em 10% sobre o valor da execução, salvo embargos. Deverá constar do mandado, que, havendo pagamento da dívida no prazo assinado, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade, nos termos do art. 652-A, parágrafo único do CPC. Acaso indique bens à penhora, deverá apresentar provas da propriedade e indicar sua localização e valor estimado. Tratando-se de bem imóvel e sendo casado o ofertante, deverá ser juntada aos autos a anuência do cônjuge e o executado deverá apresentar-se em Juízo para a assinatura do termo de penhora e depósito. Não havendo pagamento ou nomeação de bens no prazo, penhore-se bens suficientes para garantir o Juízo. Se penhorado bem imóvel, intime-se o cônjuge. Deverá constar do mandado o prazo para o oferecimento de eventuais embargos. Autorizo o Oficial de Justiça a utilizar-se das prerrogativas do art. 172, § 2º do CPC. Não sendo encontrado o Executado, arraste-se os bens, na forma do art. 653, parágrafo único do CPC. Havendo embargos, devidamente certificada a sua tempestividade, tornem os autos conclusos. Em caso de pagamento ou inércia do executado, intime-se o exequente a requerer, em 5 (cinco) dias, o que entender de direito. Expeça-se o necessário. Intimem-se. CÓPIA SERVE COMO CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO INTIMAÇÃO. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0001489-66. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Remopeças Retífica de Motores e Peças Ltda EPP
Advogado: Maria Inês Spudaro (3306), Michelle Rodrigues dos Anjos (OAB/RO 4930)
Requerido: de Ville Comércio de Veículos Ltda
Advogado: Antonio Carlos de Almeida Batista (881)
DESPACHO:
Em cumprimento as orientações recebidas através da Corregedoria-Geral de Justiça pelo ofício n. 087/2013-DECOR/CG, de ordem do CNJ, nesta data foi lançado o movimento de suspensão destes autos. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0002931-33. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Nilce Schumann
Advogado: Nelson Sérgio da Silva Maciel (OAB/RO 624A), Jânio Sérgio da Silva Maciel (OAB/RO 1950)
Requerido: B. V Financeira S/A Credito Financiamento e Investimento
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3700)
DESPACHO:
DESPACHO Tendo em vista que o Tribunal de Justiça de RO, negou seguimento ao agravo de instrumento de n. º 0012447-80. 2013. 8. 22. 0000 de fls. 164/169, bem como, não informou o decurso de prazo recursal; Solicite ao Tribunal de Justiça de RO, para que informe quanto ao decurso de prazo o referido acórdão. Cumpra-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0001853-67. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Instituto João Neórico
Advogado: Eliane Carneiro de Alcântara (OAB/RO 4300)
Executado: Francisca Rejane do Nascimento Lima
DESPACHO:
DESPACHO /CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO INTIMAÇÃOCite-se o executado para, em 3 (três) dias, pagar ou nomear bens à penhora. Arbitro honorários em 10% sobre o valor da execução, salvo embargos. Deverá constar do mandado, que, havendo pagamento da dívida no prazo assinado, os honorários advocatícios serão reduzidos pela metade, nos termos do art. 652-A, parágrafo único do CPC. Acaso indique bens à penhora, deverá apresentar provas da propriedade e indicar sua localização e valor estimado. Tratando-se de bem imóvel e sendo casado o ofertante, deverá ser juntada aos autos a anuência do cônjuge e o executado deverá apresentar-se em Juízo para a assinatura do termo de penhora e depósito. Não havendo pagamento ou nomeação de bens no prazo, penhore-se bens suficientes para garantir o Juízo. Se penhorado bem imóvel, intime-se o cônjuge. Deverá constar do mandado o prazo para o oferecimento de eventuais embargos. Autorizo o Oficial de Justiça a utilizar-se das prerrogativas do art. 172, § 2º do CPC. Não sendo encontrado o Executado, arraste-se os bens, na forma do art. 653, parágrafo único do CPC. Havendo embargos, devidamente certificada a sua tempestividade, tornem os autos conclusos. Em caso de pagamento ou inércia do executado, intime-se o exequente a requerer, em 5 (cinco) dias, o que entender de direito. Expeça-se o necessário. Intimem-se. CÓPIA SERVE COMO CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO INTIMAÇÃO. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0008659-89. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Itaú Unibanco S. A.
Advogado: Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB/RJ 151056S)
Executado: M de F Duarte Aguiar Construções Me, Maria de Fatima Duarte Aguiar
SENTENÇA:
DESPACHO A parte interessada foi intimada a providenciar o andamento do feito, suprindo a falta nele existente, que lhe impede o prosseguimento, mas deixou que se escoasse o prazo assinado, sem providência (certidão de folhas 55). Em consequência, com fundamento no artigo 267, inciso III e § 1º, do Código de Processo Civil, julgo extinto o feito, sem julgamento de MÉRITO, ante a inércia da parte em providenciar o prosseguimento do feito. P. R. I. e após o transito em julgado arquive-se, com as cautelas devidas. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0012419-46. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: B. V Financeira S/A Credito Financiamento e Investimento
Advogado: Carmen Eneida da Silva Rocha (OAB/RO 3846)
Requerido: Mariane Gomes de Lucena
SENTENÇA:
VISTOS. A parte interessada foi intimada a providenciar o andamento do feito, suprindo a falta nele existente, que lhe impede o prosseguimento, mas deixou que se escoasse o prazo assinado, sem providência (certidão de folhas 29). Em consequência, com fundamento no artigo 267, inciso III e § 1º, do Código de Processo Civil, julgo extinto o feito, sem julgamento de MÉRITO, ante a inércia da parte em providenciar o prosseguimento do feito. P. R. I. e após o transito em julgado arquive-se, com as cautelas devidas. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0022287-14. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Joao Luiz Nunes Alves, Ana Lucia Marques Nunes
Advogado: Karla Rafaela Braga Barbeto Westphal (OAB/RO 5707), André Henrique Torres Soares de Melo (OAB/RO 5037), Karla Rafaela Braga Barbeto Westphal (OAB/RO 5707)
Requerido: Seabra Empreendimentos Imobiliários Ltda.
DESPACHO:
DESPACHO /CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO INTIMAÇÃOCite-se o réu para, querendo, responder, em 15(quinze) dias, advertindo-o que se não for contestada a ação, incidirão os efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos narrados na inicial e prosseguindo o processo independentemente de sua intimação para os demais atos, propiciando ainda o julgamento antecipado da lide. Com a resposta, faça-se vista para réplica. Havendo incidentes, decorrendo in albis o prazo ou adotadas as providências ora determinadas, voltem-me conclusos os autos. Intime-se. CÓPIA SERVE COMO CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO INTIMAÇÃOPorto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0005118-48. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Usucapião
Requerente: Maria Eguigenes
Advogado: Marcus Edson de Lima ( )
Requerido: EGO - Empresa Geral de Obras S. A.
Advogado: Eduardo Abílio Kerber Diniz (OAB/RO 4389), Edson Antônio Sousa Pinto (OAB/RO 4643), Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546), Felipe Bensiman Ciampi (OAB/RO 760E), Amanda Géssica de Araújo Farias (OAB/RO 5757)
DESPACHO:
DESPACHO. Chamo o feito à ordem. Em que pese a parte autora nominar a ação como ?Usucapião Especial?, recebo como usucapião extraordinário. Isso porque verifico que a parte autora deixou de apresentar prova de que não detém a propriedade de outro imovel, sendo este um dos requisitos da usucapião especial, conforme art. 1. 240 do CC. Por um lado, a determinação de emenda nesse sentido se afigura medida extremamente legalista, incompatível com a instrumentalidade das formas. Por outro, determinar à Defensoria Pública que apresente a prova de que não possui outro imóvel traria ônus ao Poder Público, já que a Defensoria diligenciaria aos Cartórios de Imóveis sem recolher as custas e emolumentos decorrentes das expedições, sem as quais pode-se dar prosseguimento na modalidade extraordinária. Assim, tendo em vista a economia processual e instrumentalidade das formas, parece-me mais coerente alterar a nomeação do feito e processá-lo. Verifico, porém, que o autor não indicou os limites e confrontações do imóvel que pretende usucapir, sendo que o objetivo de tal exigência é a individuação do imóvel objeto do pedido de usucapião, de forma a permitir uma caracterização que atenda aos pressupostos de matrícula no Registro de Imóveis, em caso de eventual procedência da demanda. Assim, visando a precisão necessária, para cercar de garantias o eventual e futuro registro imobiliário, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de 15(quinze) dias, informe e junte aos autos documentos contendo a individualização precisa do imóvel, com os seus limites e confrontações (frente, fundo e laterais), sob pena de extinção do feito sem reolução de MÉRITO. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0001933-31. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Lidioneth Rainha dos Santos
Advogado: Fausto Schumaher Ale (OAB/RO 4165)
Requerido: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
DESPACHO:
DESPACHO Intime-se a parte para emendar a petição inicial, uma vez que o valor atribuído a causa não atende o disposto no art. 259 do CPC, tendo em vista que em casos análogos, a fixação dos danos tem sido no patamar de R$ 5. 000, 00 (cinco mil reais) até R$ 10. 000, 00 (dez mil reais). Prazo: 10 dias, sob pena de extinção do feito. Defiro a Gratuidade da Justiça ora requerida. Sendo cumprida a determinação, ou, decorrendo in albis o prazo, devidamente certificado, voltem-se conclusos. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0009411-27. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco Volkswagen S/A
Advogado: Marcelo Brasil Saliba (OAB/AC 3328A)
Requerido: Christiano Steinhardt de Sousa
SENTENÇA:
SENTENÇA. Acolho o pedido de desistência formulado às fls. 76 e, com fundamento no art. 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil, julgo extinto, sem resolução de MÉRITO, a ação movida por Banco Volkswagen S/A contra Christiano Steinhardt de Sousa, ambos qualificados nos autos. Faculto o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, mediante substituição por cópia. Após o trânsito em julgado, arquive-se. Sem custas finais. Publique-se, registre-se, intime-se, cumpra-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0003861-85. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Condominio Residencial Minas Gerais
Advogado: Octavia Jane Silva Morheb (OAB/RO 1160)
Requerido: Aires Ribeiro de Matos
DESPACHO:
DESPACHO. Conforme notificado nos autos pelo Oficial de Justiça, o mandado n. 203367 não fui cumprido em decorrência do seu acidente. Com o propósito de cumpri-lo, determino o seu desentranhamento e nova distrubuição, bem como de todos os mandados que estejam em idêntica situação, caso seja necessário. Sem custos. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0006205-05. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Maria Angela Pinto de Carvalho
Advogado: Hosanilson Brito da Silva (OAB/RO 1665)
Requerido: Aymoré Crédito Financiamento e Investimento S. A.
Advogado: Marcos Araújo (RO 846)
DECISÃO:
DECISÃO. Recebo o recurso de apelação em seus próprios efeitos. Venham as contrarrazões. Após, encaminhem-se os autos ao Egrégio TJRO. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0025208-43. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Wendel Soares MendonÇa
Advogado: Carlos Frederico Meira Borré (OAB/RO 3010), Orlando Leal Freire (OAB/RO 5117)
Requerido: Emanuelli GonÇalves de Almeida
DESPACHO:
DESPACHO. Cite-se a requerida, nos termos do art. 319 do Código de Processo Civil para, no prazo de 15 (quinze) dias, oferecer resposta ou pagar o débito atualizado, na forma do art. 62 inciso II, da Lei 8. 245/91. Cientifiquem-se fiadores indicados, eventuais sublocatários e ocupantes. Arbitro os honorários advocatícios, para o caso de purgação da mora, em 10% do débito no dia do efetivo pagamento. Constem do mandado as advertências do art. 319 do Código de Processo Civil. Intimem-se. Cumpra-se. CÓPIA DO PRESENTE SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0001953-22. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Jessica Kelleny de Souza
Advogado: Fausto Schumaher Ale (OAB/RO 4165)
Requerido: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
DESPACHO:
DESPACHO Intime-se a parte para emendar a petição inicial, uma vez que o valor atribuído a causa não atende o disposto no art. 259 do CPC, tendo em vista que em casos análogos, a fixação dos danos tem sido no patamar de R$ 5. 000, 00 (cinco mil reais) até R$ 10. 000, 00 (dez mil reais). Prazo: 10 dias, sob pena de extinção do feito. Defiro a Gratuidade da Justiça ora requerida. Sendo cumprida a determinação, ou, decorrendo in albis o prazo, devidamente certificado, voltem-se conclusos. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0016589-27. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: Companhia de Águas e Esgotos de Ro Caerd
Advogado: Evaldo Silvam Duck de Freitas (RO 884), Armando Nogueira Leite (OAB/RO 2579)
Requerido: Panificadora São Miguel
DESPACHO:
VISTOS. Companhia de Águas e Esgotos de RO - CAERD, qualificado às fls. 03, ajuizou a presente demanda, via ação monitória contra Panificadora São Miguel qualificado às fls. 03, objetivando o recebimento de R$ 6. 178, 91 (seis mil cento e setenta e oito reais e noventa e um centavos), instruído seu pedido com documentos de fls. 07/35). O requerido foi citado na forma do art. 1. 102b do CPC, às fls. 40, deixando transcorrer in albis o prazo para pagamento ou oferecimento de embargos, certidão de fls. 40-v. A prova escrita, sem eficácia de título executivo, exigida pela lei encontra-se nos autos. Nos termos do art 1. 102c do CPC, o não oferecimento de embargos, implica na constituição do título executivo judicial, ex vi legis, convertendo-se o mandado inicial em executivo. Posto isto, julgo procedente o pedido inicial e constituo de pleno direito o título executivo judicial, condenando o requerido ao pagamento ao autor da importância de R$ 6. 178, 91 (seis mil cento e setenta e oito reais e noventa e um centavos), acrescidos das cominações legais, a partir da citação. Condeno o demandado ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R$700, 00 (setecentos reais), com fundamento no art. 20, § 4º, do CPC. Transitada em julgado, intime-se o requerido, através de seu advogado, via DJ, para cumprir a obrigação fixada na SENTENÇA no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 475-J, do CPC. Decorrido o prazo supra, será acrescido ao valor, multa de 10% e, a requerimento do credor expedido mandado de penhora e avaliação de bens. Para a fase de cumprimento de SENTENÇA, que terá início após o decurso do prazo supra fixado, fixo honorários advocatícios de 10% do valor, sem prejuízo de sua majoração em caso de impugnação. Intimação via DJ. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0001610-26. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Eletro Cesar Geração de Energia Ltda
Advogado: Alessandro de Brito Cunha (OAB/GO 32. 559)
Requerido: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
DESPACHO:
DESPACHO A parte autora deverá emendar a inicial, no prazo de 10 (dez) dias, esclarecendo a discrepância entre os valores informados da descrição da peça vestibular e aquele constante do contrato questionado, conforme cláusula décima sétima (fls 44). Na mesma oportunidade, deverá adequar o valor atribuido a causa e pagar as custas complementares correspondentes. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0001763-59. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: condomínio reserva do bosque
Advogado: Roberval da Silva Pereira (OAB/RO 2677)
Requerido: Landoaldo Teles de Novais, Gafisa SPE 85 Empreendimentos Imobiliários Ltda
DESPACHO:
DESPACHO Infere-se dos autos que o feito tramita pelo Rito Sumário. Assim sendo, designo audiência de conciliação para 17/03/2. 014 às 10hs. Cite-se e intime-se a parte requerida para comparecer acompanhada de advogado à audiência designada, alertando que, infrutífera a proposta conciliatória, deverá, no ato, responder, de forma escrita ou oral, à ação, juntando documentos, formulando quesitos e arrolando testemunhas, sob pena de preclusão. Advirta-se, ainda, que o não comparecimento ou a ausência de defesa, implicará em revelia e presunção de veracidade dos fatos afirmados na inicial. Intime-se o autor, advertindo que sua ausência injustificada importará em extinção do processo. Cumpra-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0001922-02. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Gleiciane Souza Pereira
Advogado: Stenio Caio Santos de Lima (OAB/RO 5. 930), Daliane Elen Brito Morais Santos de Lima (OAB/RO 5931)
Requerido: Claro S. A
DESPACHO:
DESPACHO Intime-se a parte para emendar a petição inicial, uma vez que o valor atribuído a causa não atende o disposto no art. 259 do CPC, tendo em vista que em casos análogos, a fixação dos danos tem sido no patamar de R$ 5. 000, 00 (cinco mil reais) até R$ 10. 000, 00 (dez mil reais). Prazo: 10 dias, sob pena de extinção do feito. Destaque-se que o recolhimento das custas deverá obedecer ao novo valor atribuído, fazendo depósito complementar na conta vinculada aos autos. Sendo cumprida a determinação, ou, decorrendo in albis o prazo, devidamente certificado, voltem-se conclusos. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0001768-81. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: condomínio reserva do bosque
Advogado: Roberval da Silva Pereira (OAB/RO 2677)
Requerido: Benedita Sousa Costa, Gafisa SPE Oitenta e Cinco Empreendimentos Imobiliários Ltda
DESPACHO:
DESPACHO Infere-se dos autos que o feito tramita pelo Rito Sumário. Assim sendo, designo audiência de conciliação para 17/03/2. 014 às 09 horas. Cite-se e intime-se a parte requerida

para comparecer acompanhada de advogado à audiência designada, alertando que, infrutífera a proposta conciliatória, deverá, no ato, responder, de forma escrita ou oral, à ação, juntando documentos, formulando quesitos e arrolando testemunhas, sob pena de preclusão. Advirta-se, ainda, que o não comparecimento ou a ausência de defesa, implicará em revelia e presunção de veracidade dos fatos afirmados na inicial. Intime-se o autor, advertindo que sua ausência injustificada importará em extinção do processo. Cumpra-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0017931-10. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Gerdau Aços Longos S/A
Advogado: Mario Pedroso (OAB/GO 10220), Henrique Rocha Neto (OAB/GO 17139)
Executado: Meka Engenharia Construção e Pavimentação Ltda
SENTENÇA:
VISTOS. Trata-se de ação de execução de título extrajudicial em que as partes entabularam acordo (fls. 79/81). Assinado por somente uma das partes, determinou-se a assinatura do citado acordo pela parte executada (fls. 82). Em resposta ao DESPACHO judicial, juntou-se aos autos cópia do acordo devidamente assinado por ambas as partes, conforme constam nas fls. 84/86. Pedem, portanto, a homologação. Assim, estando presentes os pressupostos legais, homologo o acordo de fls. 84/86, para que produza seus jurídicos e legais efeitos e julgo extinto o processo com resolução de MÉRITO, na forma do art. 269, III, do CPC. Sem custas. P. R. I. e arquive-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0018546-97. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Exequente: Adair Florentino da Silva, Adercino Mendes da Silva Junior, Adorico Mendes da Silva, Bento Coutinho de Sampaio, Eunice Marques Pereira, Francisco Lucas de Araújo, Iracema Fernandes Lima, Leonel Soares da Rocha, Maria Francisca da Costa, Marina Limpias Salvatierra
Advogado: Dirceu Ribeiro de Lima (OAB/RO 3471)
Executado: Banco do Brasil S. A.
Advogado: ( ), Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567), Alexandre Leandro da Silva (OAB/RO 4260)
SENTENÇA:
VISTOS. Ante o adimplemento da obrigação, demonstrado às fls. 312, com fundamento art. 794, I do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA a execução movida por Adair Florentino da Silva contra Banco do Brasil S/A, ambos qualificados nos autos, e determino seu arquivamento. Custas pela requerida. Com o trânsito em julgado desta, procedam-se as baixas e comunicações de estilo. Pagas as custas ou inscritas em dívida ativa em caso de não pagamento, fato que deverá ser certificado, arquive-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0020186-04. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Autovema Veículos Ltda
Advogado: Graciliano Ortega Sanchez (OAB/RO 5194)
Executado: Clemilson Barbosa Miranda
DESPACHO:
DESPACHO. Indefiro o pedido de folhas 22/23, haja vista que o valor pago pelo executado satisfaz integralmente o valor dívida, sendo que nesta já estavam incorporados os valores dos honorários advocatícios, que foram pagos a mais pelo devedor. Expeça-se alvará de levantamento da quantia deposita à folha 19 e, após, arquive-se, com base no art. 794, I, do Código de Processo Civil. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0000195-76. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Requerente: Eric Coimbra Ribeiro
Advogado: Maguis Umberto Correia (OAB/RO 1214), Lester Pontes de Menezes Júnior (OAB/RO 2657)
Requerido: Rondonautica - D. P. de Oliveira
DESPACHO:
DESPACHO. Intime-se o executado para opor embargos, caso queira. Prazo de 15 (quinze) dias. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0001283-18. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Dinamasti Pereira de Souza
Advogado: Edilson Alves de Hungria Junior (OAB/RO 5002)
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S. A.
Advogado: Ana Gabriela Rover (OAB/RO 5210), Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800), Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/AC 3592)
DESPACHO:
DESPACHO. Em que pese a impugnação de folhas 177 a 179, porém, como é notório pela parte, neste e em outros juízos, o valor dos honorários periciais fixados nas ações desta natureza correspondem a um salário mínimo. Intime-se a requerida para efetuar o pagamento e, após, o perito para dar início ao encargo. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0025485-59. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Monitória
Requerente: Itau Unibanco S. A.
Advogado: Mélanie Galindo Martinho Azzi (OAB/RO 3793)
Requerido: Antonio Dias Pimenta
SENTENÇA:
SENTENÇA. Acolho o pedido de desistência formulado às fls. 29 e, com fundamento no art. 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil, julgo extinto, sem resolução de MÉRITO, a ação movida por Banco Itaú S/A contra Antônio Dias Pimenta, ambos qualificados nos autos. Faculto o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, mediante substituição por cópia. Após o trânsito em julgado, arquive-se. Sem custas finais. Publique-se, registre-se, intime-se, cumpra-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0016325-10. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: B. V. Financeira S. A C. F. I
Advogado: Ana Paula dos Santos (OAB/RO 4794), Carmen Eneida da Silva Rocha (OAB/RO 3846)
Requerido: Arnaldo Martins Souza

SENTENÇA:
SENTENÇA. Acolho o pedido de desistência formulado às fls. 23 e, com fundamento no art. 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil, julgo extinto, sem resolução de MÉRITO, a ação movida por B. V. Financeira S/A C. F. I. contra Arnaldo Martins Souza, ambos qualificados nos autos. Faculto o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, mediante substituição por cópia. Após o trânsito em julgado, arquive-se. Sem custas finais. Publique-se, registre-se, intime-se, cumpra-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0008290-61. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: B. V. Financeira S/A C. F. I.
Advogado: Ana Paula dos Santos (OAB/RO 4794)
Requerido: Maria da Conceição Chaves do Nascimento
SENTENÇA:
SENTENÇA. Acolho o pedido de desistência formulado às fls. 26 e, com fundamento no art. 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil, julgo extinto, sem resolução de MÉRITO, a ação movida por B. V. Financeira S/A C. F. I. contra Maria da Conceição Chaves do Nascimento, ambas qualificadas nos autos. Faculto o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, mediante substituição por cópia. Após o trânsito em julgado, arquive-se. Sem custas finais. Publique-se, registre-se, intime-se, cumpra-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0009152-32. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Banco Bradesco Financiamentos S. a.
Advogado: Celso Marcon (OAB/AC 3266A)
Requerido: Zalmir Monteiro da Silva
SENTENÇA:
SENTENÇA. A parte interessada foi intimada a providenciar o andamento do feito, suprindo a falta nele existente, que lhe impede o prosseguimento (f. 23), mas deixou que se escoasse o prazo assinado, sem providência (certidão de f. 24/verso). Em consequência, com fundamento no artigo 267, inciso III e § 1º, do Código de Processo Civil, julgo extinto o feito, sem julgamento de MÉRITO, ante a inércia da parte em providenciar o prosseguimento do feito. Após o transito em julgado, arquive-se com as cautelas devidas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0015489-37. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Companhia de Água e Esgoto de Rondônia CAERD
Advogado: Evaldo Silvam Duck de Freitas (RO 884), Armando Nogueira Leite (OAB/RO 2579)
Requerido: Maria de Fatima Ribeiro
DESPACHO:
Conforme entendimento do STJ, o cumprimento de SENTENÇA não é automático havendo necessidade de intimação do requerido, na pessoa do seu advogado, para cumprir a obrigação no prazo previsto no art. 475-J, do CPC. Nesse sentido: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MULTA DO ART. 475-J DO CPC. INCIDÊNCIA. INTIMAÇÃO DO PROCURADOR. NECESSIDADE. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. O cumprimento da SENTENÇA não se efetiva de forma automática, ou seja, logo após o trânsito em julgado da DECISÃO o devedor haverá de ser intimado na pessoa do seu advogado, por publicação na imprensa oficial, para efetuar o pagamento no prazo de quinze dias, a partir de quando, caso não o efetue, passará a incidir sobre o montante da condenação, a multa de 10% (dez por cento) prevista no art. 475-J, caput, do Código de Processo Civil. Precedente da Corte Especial. 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg nos EDcl no AREsp 151. 954/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 18/10/2012, DJe 26/10/2012). Assim, intime-se o requerido, através de seu advogado, via DJ, para cumprir a obrigação fixada na SENTENÇA no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 475-J, do CPC. Decorrido o prazo supra, será acrescido ao valor, multa de 10% e, a requerimento do credor expedido mandado de penhora e avaliação de bens. Para a fase de cumprimento de SENTENÇA, que terá início após o decurso do prazo supra fixado, fixo honorários advocatícios de 10% do valor, sem prejuízo de sua majoração em caso de impugnação. Intimação via DJ. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0020877-18. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda.
Advogado: NELSON PASCHOALOTTO (OAB 108911), Paulo Cesar Gutierrez (245661)
Requerido: Eudes Nascimento Pereira
SENTENÇA:
Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. , qualificada na inicial, ingressou com a presente ação de busca e apreensão com pedido de medida liminar em face de Eudes Nascimento Pereira, também qualificado, aduzindo, em síntese, ter realizado contrato de financiamento garantido por alienação fiduciária não cumprido pelo requerido, fato que enseja a busca e apreensão do objeto garantidor do contrato. Com a inicial foram juntados os documentos de fls. 06/21. Liminar deferida às fls. 22/23, satisfeita às fls. 25 a 27. O réu deixou transcorrer in albis o prazo para contestação, vindo os autos conclusos para DECISÃO. É o RELATÓRIO. Decido. O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, nos termos do disposto no art. 330, II, do CPC, que diz: Art. 330 ? O Juiz conhecerá diretamente do pedido, proferindo SENTENÇA: I ? (omissis)II ? quando ocorrer a revelia (art. 319)Trata-se de ação ordinária que vislumbra a busca e apreensão de objeto garantidor de contrato de financiamento, por inadimplemento contratual o qual teria dado causa o réu. Narra o autor ser credor do requerido em razão de operação consubstanciada em contrato de financiamento garantido por alienação fiduciária n. 0. 000. 226. 413B/09, firmado em 02/05/2011, no valor de R$ 12. 130, 27, a ser paga na forma e condições estabelecidas no contrato. Explica que, como garantia, o autor alienou fiduciariamente ao requerido o bem veículo Marca Honda, modelo CB 300 R, chassi n. 9C2NC4310BR111329, ano de fabricação 2011 e modelo 211, cor preta, placa NCW0585 e RENAVAM 325818444. Em face do inadimplemento das prestações vencidas e vincendas de 22/06/2012 à 24/05/2013 e, por não ter se manifestado sobre a notificação extrajudicial, requereu a presente ação de busca e

apreensão para se ter, consolidado, a posse do bem em favor do pleiteante. Conforme é sabido, intentando obstar a busca e apreensão pretendida pela requerida competiria ao réu comprovar que os fatos alegados não ocorreram como narrado, ou que apresentasse fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da autora. Porém, ao contrário disso, permaneceu em silêncio, deixando de apresentar contestação no prazo legal, mesmo tendo sido citado para tanto. O art. 319 do CPC diz que: Art. 319 ? Se o réu não contestar a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor. Pela dicção do artigo supratranscrito, verifica-se que a contumácia da ré faz presumir verdadeiros os fatos alegados pelo autor em sua inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do juiz. Em que pese ser relativa a presunção de veracidade emanada da revelia, não existe nos autos qualquer elemento que conduza a raciocínio diverso. A inicial veio acompanhada com documentos suficientes para lhe conferir a credibilidade necessária. Se os fatos ali consignados não traduziram a realidade do que foi convencionado entre as partes, competia ao réu a prova de qualquer fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (CPC, art. 333, II). PELO EXPOSTO, e por tudo mais que dos autos constam, julgo PROCEDENTE o pedido formulado na inicial, e consolido a posse do bem garantido pelo contrato de financiamento n. 0. 000. 226. 413B/09 em favor do requerente. Condeno o requerido ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 10% do valor da causa, nos termos do art. 20, §3º, CPC. P. R. I. , e com o trânsito em julgado desta, arquive-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0023049-30. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Centro de Ensino Classe A
Advogado: Roberval da Silva Pereira (OAB/RO 2677)
Executado: Norberto Melo Sacab
SENTENÇA:
VISTOS. Trata-se de ação de execução de título extrajudicial em que as partes entabularam acordo para o adimplemento do valor do título (fls. 33/34). Pedem, portanto, a homologação. Assim, estando presentes os pressupostos legais, homologo o acordo de fls. 33/34, para que este produza seus jurídicos e legais efeitos e julgo extinto o processo com resolução de MÉRITO, na forma do art. 269, III, do CPC. Sem custas. P. R. I. e arquive-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0007937-55. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: AYMORE SANTANDER FINCANCIAMENTOS
Advogado: Marco Antonio Crespo Barbosa (OAB/SP 115665)
Requerido: Tatiani Medeiros de Castro Neves
SENTENÇA:
SENTENÇA. A parte interessada foi intimada a providenciar o andamento do feito, suprindo a falta nele existente, que lhe impede o prosseguimento (f. 63), mas deixou que se escoasse o prazo assinado, sem providência (certidão de f. 64/verso). Em consequência, com fundamento no artigo 267, inciso III e § 1º, do Código de Processo Civil, julgo extinto o feito, sem julgamento de MÉRITO, ante a inércia da parte em providenciar o prosseguimento do feito. Após o transito em julgado, arquive-se com as cautelas devidas. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0017738-92. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Manoel Pereira da Silva Filho
Advogado: Inara Regina Matos dos Santos (OAB/RO 2921)
Requerido: Banco do Brasil S. A.
Advogado: Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546)
DESPACHO:
DESPACHO. Remetam-se os autos à Contadoria para que os cálculos referentes as custas processuais finais sejam efetuados. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0000387-38. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Juliana Rodrigues Pereira, Elizabete Rodrigues Pereira, Estefane Rodrigues Machado
Advogado: Rucilene Araújo Botelho Campos (OAB/RO 5587)
Requerido: Lojas Marajó
DESPACHO:
Cite-se o réu para, querendo, responder, em 15 dias, advertindo-o que se não for contestada a ação, incidirão os efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos narrados na inicial e prosseguindo o processo independentemente de sua intimação para os demais atos, propiciando ainda o julgamento antecipado da lide. Com a resposta, faça-se vista para réplica. Havendo incidentes, decorrendo in albis o prazo ou adotadas as providências ora determinadas, voltem-me conclusos os autos. Intime-se. CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃO. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0006787-39. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Ana Paula Romano dos Santos
Advogado: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Requerido: Paulo Francisco de Matos
Advogado: Douglas Ricardo Aranha da Silva (OAB/RO 1779), Paulo Timóteo Batista (OAB/RO 2437)
DESPACHO:
DESPACHO. Nomeio o perito Urbano de Paula Filho para que proceda a realização da perícia. Intime-o para que cumpra o encargo nos moldes do DESPACHO de folha 113. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0015480-75. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Danielly Costa Silva
Advogado: Fabiane Martini (OAB/RO 3817)
Executado: Laysa Martins
SENTENÇA:
SENTENÇA. Acolho o pedido de desistência formulado às fls. 17 e, com fundamento no art. 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil, julgo extinto, sem resolução de MÉRITO, a ação movida por Danielly Costa Silva contra Laysa Martins, ambos qualificados nos autos. Autorizo o desentranhamento dos documentos (fls. 08/10) que instruíram a inicial, mediante substituição por cópia. Após o trânsito em julgado, arquive-se. Sem custas finais. Publique-se, registre-se, intime-se, cumpra-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0024639-76. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Banco Fiat S. A.
Advogado: José Carlos Skrzyszowski Junior (OAB/PR 45445), Estela Máris Anselmo Savoldi (OAB/RO 1755)
Requerido: Zilmar dos Santos
DESPACHO:
DESPACHO. Acolho o pedido formulado às fls. 44. Expeça-se carta de citação a ser cumprida mediante AR, observando o endereço apontado. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0001774-88. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: condomínio reserva do bosque
Advogado: Roberval da Silva Pereira (OAB/RO 2677)
Requerido: Lourival Goedert, Gafisa SPE Oitenta e Cinco Empreendimentos Imobiliários Ltda
DESPACHO:
DESPACHO Infere-se dos autos que o feito tramita pelo Rito Sumário. Assim sendo, designo audiência de conciliação para 17/03/2. 014 às 09h30min. Cite-se e intime-se a parte requerida para comparecer acompanhada de advogado à audiência designada, alertando que, infrutífera a proposta conciliatória, deverá, no ato, responder, de forma escrita ou oral, à ação, juntando documentos, formulando quesitos e arrolando testemunhas, sob pena de preclusão. Advirta-se, ainda, que o não comparecimento ou a ausência de defesa, implicará em revelia e presunção de veracidade dos fatos afirmados na inicial. Intime-se o autor, advertindo que sua ausência injustificada importará em extinção do processo. Cumpra-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0001678-73. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Julio Cezar Ramos Nogueira
Advogado: Daniel Mendonça Leite de Souza (6115)
Requerido: Banco Santander Brasil S. a.
DECISÃO:
DESPACHO INICIAL/CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO/INTIMAÇÃOJúlio Cezar Ramos Nogueira moveu ação declaratória de inexibilidade de débito c/c indenização por danos morais em face de Banco Santander S/A, postulando a concessão de tutela antecipada para exclusão de seu nome do cadastro de inadimplentes. O art. 273 do CPC estabelece que: Art. 273 ? O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e: I ? haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação; II ? (. . .)Extrai-se do DISPOSITIVO supra transcrito que para a concessão da tutela antecipada faz-se mister a presença dos seguintes requisitos: prova inequívoca do direito, verossimilhança da alegação e, receio de dano irreparável ou de difícil reparação. A presença dos requisitos deve ser aferida em juízo de cognição sumária ou superficial, própria desta fase do processo. Os documentos que acompanharam a inicial demonstram que a requerida inseriu o nome do autor no cadastro de inadimplentes. Se os motivos que ensejaram referido registro são legítimos, é questão de MÉRITO que será analisada oportunamente. Também restou demonstrado que não obstante as diversas tentativas, o autor não logrou êxito em resolver o problema diretamente com a requerida, o que deve ser presumido como verdadeiro ante o principio da boa-fé que rege o processo civil. O receio de dano irreparável ou de difícil reparação também se encontra presente, pelo resultado nefasto que pode ser causado a autora pela sua inclusão no cadastro de maus pagadores, dificultando, ou até mesmo impedindo a realização de qualquer negócio à crédito, não mitigando esse efeito a existência de outra negativação. Assim sendo, conclui-se presentes os requisitos do art. 273 do CPC. PELO EXPOSTO, e por tudo mais que dos autos constam, concedo a tutela antecipada, DETERMINANDO que se proceda a retirada do nome do autor do cadastro de inadimplentes, referente ao contrato questionado neste feito. Oficie-se ao SPC/SERASA. Cite-se a empresa requerida para contestar o pedido inicial no prazo legal, constando no mandado as advertências dos arts. 285 e 297 do CPC. Ofertada a resposta e sendo arguidas preliminares ou sendo apresentados documentos novos, vista à autora para réplica. Após, conclusos para saneamento ou julgamento antecipado da lide. CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ DE MANDADO. Intime-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0015867-90. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Itaú Unibanco S. A.
Advogado: Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Executado: Borges dos Santos & Cia Ltda, Osni Borges dos Santos
DESPACHO:
DESPACHO. 1. Indefiro os pedidos de fls. 20, pois não cabe ao Poder Judiciário a função de tentativa da localização do endereço atualizado da parte requerida quando a providência a parte autora compete. Nesse sentido: AGRAVO DE INSTRUMENTO. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIOS AOS ÓRGÃOS PÚBLICOS. Não cabe ao Poder Judiciário a função de oficiar a entidades e órgãos públicos para atender interesse das partes quando a providência a elas compete. Recurso conhecido e improvido. (Agravo de Instrumento nº 66657-3/180, da comarca de Goiânia). AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO PRIVADO NÃO-ESPECIFICADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO À CEEE PARA LOCALIZAÇÃO DO ENDEREÇO DE TESTEMUNHA. Cabe à parte esgotar as diligências cabíveis na localização do endereço de testemunha. Somente quando exauridas as procuras na esfera extrajudicial, é possível a expedição de ofício a órgãos públicos e privados, para obtenção de informações acerca do paradeiro de testemunha. No caso, a agravante não demonstrou que empreendeu tais medidas. Agravo de instrumento desprovido, em DECISÃO monocrática. (Agravo de Instrumento Nº 70040681728, Décima Sexta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Marco Aurélio dos Santos Caminha, Julgado em 05/01/2011) AGRAVO DE INSTRUMENTO. DECISÃO MONOCRÁTICA. AÇÃO MONITÓRIA. FASE EXECUTIVA. LOCALIZAÇÃO DO DEVEDOR. ÔNUS DA PARTE. REQUISIÇÃO JUDICIAL. OFÍCIO A ÓRGÃOS PÚBLICOS. INDEFERIMENTO. AUSENTE PROVA DE ESGOTAMENTO DE MEIOS DISPONÍVEIS E ACESSÍVEIS. NEGADO SEGUIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO. (Agravo de Instrumento Nº 70039381710, Décima Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Nara Leonor Castro Garcia, Julgado em 20/10/2010)2.

Ademais, no caso dos autos, não restou provado que a autora tenha esgotado as vias extrajudiciais de tentativa da localização do endereço do requerido. 3. Intime-se a parte autora para que, no prazo de 05 (cinco) dias, diligencie e informe nos autos o atual endereço da parte requerida para citação, pena de extinção (ausência de pressuposto processual). Intime-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0003896-11. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: James Wesley dos Santos Agiolfi
Advogado: Robson Vieira Lebkuchen (OAB/RO 4545)
Requerido: Selvaterra Eventos Turismo Ltda EPP, GOL LINHAS AÉREAS
Advogado: Noemia Fernandes Saltao (RO 1355), Bernardo Augusto Galindo Coutinho (RO 2991)
DESPACHO:
DESPACHO. Certificado o trânsito em julgado (97/verso), não há mais nenhum ato que possa ser realizado. Sendo assim, tendo em vista a veracidade da informação prestada pelo autor, arquive-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0000141-13. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Alix Teles Gonçalves
Advogado: Raimundo Gonçalves de Araújo ( )
Requerido: Leorocha MÓveis e EletrodomÉsticos Ltda, Julio Sortes Costa
DESPACHO:
DESPACHO. Compulsando os autos, observo que a carta precatória fora expedida e recebida (fls. 59 e fls. 59-v). O Código de Processo Civil é claro ao determinar que após a ciência da parte requerida, a desistência da ação não pode ser feita unilateralmente, mas sempre com a anuência da parte requerida, na forma do art. 267, § 4º. Sendo assim, deve a parte requerente aguardar a manifestação da parte requerida no prazo legal. Intime-se a parte requerida. Cumpra-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

Proc.: 0001641-46. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Wellington Silveira da Silva
Advogado: Raimundo Gonçalves de Araújo (OAB/RO 3300)
Requerido: Bingool Motos e Nautica Ltda
DESPACHO:
DESPACHO. Infere-se dos autos que o feito tramita pelo Rito Sumário. Assim sendo, designo audiência de conciliação para 17/03/2. 014 às 08: 30 horas. Cite-se e intime-se a parte requerida para comparecer acompanhada de advogado à audiência designada, alertando que, infrutífera a proposta conciliatória, deverá, no ato, responder, de forma escrita ou oral, à ação, juntando documentos, formulando quesitos e arrolando testemunhas, sob pena de preclusão. Advirta-se, ainda, que o não comparecimento ou a ausência de defesa, implicará em revelia e presunção de veracidade dos fatos afirmados na inicial. Intime-se o autor, advertindo que sua ausência injustificada importará em extinção do processo. Cumpra-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Maxulene de Sousa Freitas Juíza de Direito

José Ricardo Mendes dos Santos Paraízo
Diretor de Cartório

10ª VARA CÍVEL

10ª Vara Cível
10ª VARA CÍVEL
Endereço: Av. Lauro Sodré, 1728 - Jardim América - Porto Velho - Rondônia. CEP. 76803-686.
E- mail: pvh10civel@tjro. jus. br
Juíza: Duília Sgrott Reis
Diretor de Cartório: André Luiz de Oliveira Brum
Telefone: (69) 3217-1283

Proc.: 0004493-14. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Selma Andrade de Souza, Francisco de Assis Sales da Silva
Advogado: José Raimundo de Jesus (OAB/RO 3975), Luciane Gimax Henrique (OAB/RO 5300), José Raimundo de Jesus (OAB/RO 3975)
Executado: Santo Antônio Energia S. A.
Advogado: Bianca Paola Camargo de Oliveira (OAB/RO 4020), Cáren Esteves Duarte (OAB/RO 602E)
DESPACHO:
Considerando que foi negado seguimento ao Agravo de Instrumento interposto pela autora, intimem-se as partes para que requeiram o que entenderem de direito, no prazo de 10 dias. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0007812-87. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Cautelar Inominada (Cível)
Requerente: Raymunda de Souza Pinheiro, Abdias Alves Pinheiro
Advogado: Ramiro de Souza Pinheiro. (OAB/RO 2037)
Requerido: Bradesco Saúde S. A.
Advogado: Renato Tadeu Rondina Mandaliti. (OAB/SP 115. 762)
SENTENÇA:
SENTENÇA Trata-se de Ação Cautelar Inominada com pedido de liminar movida por Raymunda de Souza Pinheiro e Abdias Alves Pinheiro em face de Bradesco Saúde S/A. Alega a requerente ser usuária do plano de saúde Bradesco na qualidade de dependente de seu marido e 2º requerente, através do plano empresarial de assistência médica ao aposentado (PAMA-PCE), convênio realizado entre a SISTEL e a Bradesco Saúde. Informam que a requerente começou a sentir fortes dores na perna em 14/04/2012, tendo sido diagnosticada com “oclusão arterial aguda e trombose venosa profunda (CID I70/I82)”. Diante de seu quadro, foi encaminhada para a unidade de terapia intensiva (UTI) da Angiocenter no Complexo Hospitalar Central. A requerente foi internada na unidade em 14/04/2012 com a possibilidade de permanecer no local por sete dias. Ocorre que, em 17/04/2012, após a solicitação de um exame de Holter (Eletrocardiograma), a filha da requerida foi informada de que o plano de saúde Bradesco teria negado autorização para a realização do exame, alegando, restrições administrativas. Além disso, a filha da requerente foi informada de que o plano de saúde também não havia autorizado a internação e solicitou sua presença no setor financeiro, onde assinou um termo de responsabilidade pelos custos, exigindo um cheque caução no valor de R$ 30. 000, 00. Ao entrar em contato com o plano de Saúde Bradesco, foi informada de que o motivo da recusa da internação e exames seria a inadimplência da requerente com o plano. Porém,

aduzem os requerentes que não reconhecem débitos pendentes e nem mensalidades em atraso. Requer que a Bradesco Saúde arque com o pagamento dos médicos, bem como de todas as demais despesas necessárias ao tratamento, além das despesas médico-hospitalares. Solicita, ainda, que o Bradesco Saúde autorize qualquer tipo de consulta, exames médicos e laboratoriais bem como tratamento médico que porventura venham a necessitar tanto o titular do plano quanto a dependente. Documentos às fls. 12/42. A medida liminar foi concedida em DECISÃO de fls. 32. Regularmente citada, a requerida apresentou contestação às fls. 70/120. Como preliminares, alega a requerida sua ilegitimidade passiva, pois afirma ser responsabilidade da SISTEL, que é a responsável pela administração, escolha da rede referenciada, inclusão e exclusão do seguro de saúde, bem como pelas comunicações e avisos relacionados aos segurados integrantes de sua apólice. Afirma que SISTEL é a entidade estipulante, sendo a Bradesco saúde responsável apenas pela administração do seguro de saúde, estando sua atuação limitada às Condições Gerais e termos contidos na apólice contratada pela SISTEL. Informa, ainda, que o pedido de internação da requerente foi negado, em virtude de ter sido sua apólice cancelada pela SISTEL, em 15/10/2011, por motivos de ordem administrativa. Réplica às fls. 122/125. É o RELATÓRIO. Decido. Preliminar de ilegitimidade passiva da réPrimeiramente, deve-se salientar que a relação existente nos presentes autos caracteriza-se em relação de consumo, conforme da Súmula 469 do Superior Tribunal de Justiça, que afirma: "Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de planos de saúde". Neste sentido: "DIREITO CIVIL. PLANOS DE SAÚDE. COBERTURA. LIMITAÇÃO CONTRATUAL/ESTATUTÁRIA AO NÚMERO DE SESSÕES DE QUIMIOTERAPIA. IRRETROATIVIDADE DA LEI Nº 9. 656/98. RELAÇÃO DE CONSUMO. NATUREZA JURÍDICA DA ENTIDADE. DESINFLUÊNCIA. ABUSIVIDADE DA RESTRIÇÃO. I – 'A relação de consumo caracteriza-se pelo objeto contratado, no caso a cobertura médico-hospitalar, sendo desinfluente a natureza jurídica da entidade que presta os serviços, ainda que se diga sem caráter lucrativo, mas que mantém plano de saúde remunerado' (REsp 469. 911/SP, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JÚNIOR, DJe 10/03/2008). II - Reconhecida a incidência do Código de Defesa do Consumidor, impende reconhecer, também, a abusividade da cláusula contratual/estatutária que limita a quantidade de sessões anuais de rádio e de quimioterapia cobertas pelo plano. Aplicação, por analogia, da Súmula 302/STJ. Recurso Especial a que se nega provimento"(STJ – REsp 1115588/SP, Relator Ministro Sidnei Beneti, 3ª Terceira Turma, DJe 16/09/2009). Diante disso, e da redação do art. 34 do Código de Defesa do Consumidor, entende-se que a responsabilidade da Bradesco Saúde e da SISTEL é solidária. Este é o posicionamento do STJ, conforme julgado que segue: "PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO INDENIZATÓRIA - PLANO DE SAÚDE COLETIVO - CONTRATO DE ADESÃO - ILEGITIMIDADE ATIVA E PASSIVA - PRELIMINARES REJEITADAS - CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - APLICAÇÃO - NEGATIVA DE COBERTURA DOS CUSTOS DE CIRURGIA DE EXTRAÇÃO E RECOMPOSIÇÃO DA MAMA - DOENÇA PREEXISTENTE - NÃO COMPROVAÇÃO PELA OPERADORA DO PLANO DE SAÚDE - DANOS MORAIS - CARACTERIZAÇÃO - REDUÇÃO DA INDENIZAÇÃO AFASTADA - SENTENÇA MANTIDA. 1. Cuida-se de ação indenizatória em que beneficiária de plano de saúde pretende ver-se compensada dos danos materiais e morais advindos da negativa de cobertura dos custos do tratamento de câncer de mama pela operadora do plano. 2. A autora é beneficiária do referido contrato de plano de saúde coletivo, razão pela qual indiscutível a sua legitimidade para o ajuizamento da presente ação indenizatória. 3. Indiscutível a solidariedade existente entre a cooperativa médica e a entidade especializada na gestão de benefícios coletivos por adesão com quem a autora celebrou o contrato que lhe deu acesso aos serviços médico-hospitalares. Ademais, aquele que contrata um plano de saúde não tem condições de diferenciar a atuação das empresas envolvidas na celebração do ajuste, aplicando-se, por conseguinte, a teoria da aparência, além do princípio da boa-fé contratual. . . . omissis. . . " (APC 20080110394572, Relator Desembargador Humberto Adjuto Ulhôa, 3ª Turma Cível, DJ 14/06/2010, p. 134 – negritei); Diante disso, rejeito a preliminar. Urge reconhecer, ainda, que a responsabilidade do Código de Defesa do Consumidor é da modalidade objetiva, o que significa ser dispensável a comprovação de dolo ou culpa para que surja o dever de indenizar. Desse modo, não precisa a autora demonstrar que a seguradora e ora ré, agiu com culpa ou dolo. Assim determina o art. 14 do CDC: "Art. 14. O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos". A falha na prestação do serviço resta patente, diante do fato de que a seguradora usou como argumento para a negatória da internação a inadimplência da requerente. Porém, esta comprova, mediante a apresentação de faturas e documentos, que teria quitado suas dívidas nos meses anteriores à necessidade de internação. A requerida não demonstrou a inadimplência da requerente e, mesmo que tivesse demonstrado, diante da condição de idosa da requerente e da aplicação do CDC ao caso em apreço, seria dever da requerida informar aos autores sua mora, e demonstrar que tal circunstância acarretaria exclusão da autora do plano de saúde. Assim, reconheço a responsabilidade da requerida pelos danos materiais e morais sofridos pela requerente, seguindo entendimento do STJ: CONSUMIDOR E CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. PLANO DE SAÚDE COLETIVO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA E OBJETIVA DA SEGURADORA E DA ESTIPULANTE. EQUÍVOCO NA TRANSMISSÃO DE DADOS OCASIONANDO A EXCLUSÃO DA SEGURADA E SEU DEPENDENTE DO PLANO DE SAÚDE. DANO MORAL. ATO ILÍCITO. PROVA. PRESCINDIBILIDADE. VALOR DA INDENIZAÇÃO. RAZOABILIDADE. I - SUBMETE-SE AO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR A RELAÇÃO HAVIDA ENTRE A SEGURADORA, A PESSOA JURÍDICA QUE INTERMEDEIA A CONTRATAÇÃO DO PLANO DE SAÚDE E O SEGURADO. SÚMULA Nº 469 E PRECEDENTES DO STJ. II - E SOLIDÁRIA E OBJETIVA A RESPONSABILIDADE DA SEGURADORA E DA ESTIPULANTE NA REPARAÇÃO DOS DANOS EXPERIMENTADOS PELAS VÍTIMAS, A TEOR DO DISPOSTO NO ART. 34 DO CDC, EIS QUE ESTA É REPRESENTANTE DAQUELA PERANTE OS SEGURADOS, NÃO SENDO RAZOÁVEL SE EXIGIR DESTES O CONHECIMENTO DOS TERMOS EM QUE CONTRATADO O PLANO DE SAÚDE ENTRE AQUELAS. III - RECONHECIDO O DEFEITO NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO QUE OBSTOU O PRONTO ATENDIMENTO, EM HOSPITAL PRIVADO, DE BENEFICIÁRIO DE PLANO DE SAÚDE, PRESCINDÍVEL A

PROVA DO DANO MORAL, QUE SE PRESUME, POIS A DOR E A AFLIÇÃO EXPERIMENTADAS PELA VÍTIMA TRANSBORDAM DOS MEROS TRANSTORNOS INERENTES À VIDA EM SOCIEDADE. IV - NA FIXAÇÃO DO VALOR DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, DEVE-SE OBSERVAR OS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E DA RAZOABILIDADE, BEM COMO AS CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO OFENSOR E DO OFENDIDO. O QUANTUM FIXADO, TENDO EM VISTA O SEU CARÁTER PEDAGÓGICO EDUCATIVO, DEVE GERAR NO AGENTE CAUSADOR EFETIVA MUDANÇA DE CONDUTA, NÃO PODENDO SER OBJETO DE ENRIQUECIMENTO ILÍCITO PARA A VÍTIMA, MAS DEVENDO REPRESENTAR ALENTO AOS ULTRAJES IMATERIAIS SUPORTADOS. V - APELAÇÕES DESPROVIDAS. (TJ-DF - APL: 627587020058070001 DF 0062758-70. 2005. 807. 0001, Relator: NÍVIO GERALDO GONÇALVES, Data de Julgamento: 26/01/2011, 1ª Turma Cível, Data de Publicação: 01/02/2011, DJ-e Pág. 73)DISPOSITIVO Ante o exposto, presentes os requisitos necessários, com fulcro no art. 269, I, do CPC, julgo PROCEDENTE o pedido cautelar da requerente, confirmando a liminar anteriormente deferida. Custas finais pela requerida, bem como honorários advocatícios, estes que fixo em R$ 800, 00, com base no art. 20, §4º, do Código de Processo Civil. P. R. I. e, após o trânsito em julgado, arquive-se, com as cautelas devidas. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0017836-43. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Ana Carolina Patrocinio Paes, Gerson Patrocinio Santos Paes
Advogado: Rafael Maia Correa (OAB/RO 4721)
Requerido: Cvc Brasil Operadora e Agencia de Viagens S. a
Advogado: Gustavo Viseu (OAB/SP 117. 417)
SENTENÇA:
SENTENÇA ANA CAROLINA PATROCÍNIO PAES e GERSON PATROCÍNIO SANTOS ingressaram com indenização por danos materiais e morais em face de CVC BRASIL - OPERADORA E AGÊNCIA DE VIAGENS SA. Aduzem que o segundo requerente adquiriu pacote de viagens para a primeira requerida, sua filha, em 2010, que tratava-se de presente de aniversário de 15 anos sendo 10 dias em algumas cidades da Europa. Indica que ao tentar embarcar descobriram que as passagens estavam marcadas para o mesmo dia no mês subsequente. Afirma que para não perdem as hospedagens e demais itens do pacote, o 2º requerido desembolsou R$ 1. 006, 00(hum mil e seis reais), no aeroporto para que sua filha embarcasse de imediato, destacando que à época a requerida informou que restituiria o valor no dia seguinte, todavia, até o momento não o fez. Destaca que houveram outros problemas no pacote como a indicação em voucher que constava a cidade de Madri, a qual não fazia parte do itinerário, e reservas não realizadas nos hotéis preVISTOS. Peticial inicial às fls. 03/13 acompanhada dos documentos de fls. 14/45. Emenda às fls. 49/50 ajustando o valor da causa. DESPACHO citatório às fls. 55. Citação concretizada às fls. 59. Contestação tempestiva às fls. 61/73 alegando culpa exclusiva do consumidor pontuando que a agência realizou a reserva das passagens na data escolhida pelos requerentes e que a estes previamente foi fornecido voucher com as datas e horários além de solicitado a conferência dos mesmos como de praxe. DECISÃO para especificação de provas às fls. 81. A parte autora pede a prova testemunhal arrolando 4 testemunhas, fls. 82/83. A ré dispensou a produção de provas, fls. 85/86. FUNDAMENTOS DA JULGADOConforme preceitua o art. 330, I, do CPC, o juiz conhecerá diretamente do pedido, proferindo SENTENÇA, quando a questão de MÉRITO for unicamente de direito, ou, sendo de direito e de fato, não houver necessidade de produzir prova em audiência. No mesmo sentido, consoante entendimento do c. Superior Tribunal de Justiça, "presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder" (STJ - 4ª Turma, Resp 2. 832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, julgado em 14. 08. 1990, e publicado no DJU em 17. 09. 90, p. 9. 513). O presente caso retrata questão que dispensa a produção de outras provas, razão pela qual passo, doravante, a conhecer diretamente do pedido. Indefiro a prova testemunhal solicitada pela parte autora uma vez que, pelos documentos e alegações integrantes dos autos o processo encontra-se maduro para julgamento, dessa forma sendo desnecessária a prova testemunhal. PROCESSUAL CIVIL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. PRODUÇÃO DE PROVAS. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. REEXAME PROBATÓRIO. INVIABILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. A solução integral da controvérsia, suficientemente fundamentada, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC. 2. Ao julgador é dado apreciar o pedido formulado com base em provas que entender suficientes para a formação de seu convencimento, não havendo, portanto, indícios de nulidade processual na espécie 3. Segundo a jurisprudência do STJ, "cumpre ao magistrado, destinatário da prova, valorar sua necessidade, conforme o princípio do livre convencimento motivado, previsto no art. 131 do CPC. Assim, não há cerceamento de defesa quando, em DECISÃO fundamentada, o juiz indefere produção de provas, seja ela testemunhal, pericial ou documental" (AgRg no AREsp 336. 893/SC, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 25/9/2013). 4. A avaliação quanto à necessidade e à suficiência ou não das provas e a fundamentação da DECISÃO demandam, em regra, incursão no acervo fático-probatório dos autos e encontram óbice na Súmula 7/STJ. 5. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 414. 534/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/11/2013, DJe 05/12/2013)A parte requerida pediu o julgamento antecipado da lide. O artigo 2º, da Lei n. 8. 078/90, define consumidor como sendo: "Toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final". O artigo 3º da referida lei, por sua vez, define fornecedor como sendo: "Toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como entes despersonalizados, que desenvolvem atividades de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição e comercialização de produtos ou prestação de serviços". Assim resta evidente que a relação entre ambos é consumerista sendo os autores consumidores e a requerida fornecedora na modalidade de prestadora de serviços. Segundo estabelecido pelo art. 14 do CDC, a responsabilidade da empresa ré, pelo defeito na prestação do seu serviço é objetiva, ou seja, se assenta na equação binária cujos polos são o dano e a autoria do evento danoso. Sem cogitar da imputabilidade ou investigar a antijuridicidade do fato danoso, o que importa para assegurar o ressarcimento é a verificação do evento e se dele emanou prejuízo. Em tal ocorrendo o autor do fato causador do dano é

o responsável. Não há que se falar em culpa, tratando-se da aplicação da teoria da responsabilidade objetiva. Para caracterizar a responsabilidade, uma vez adotada a doutrina da responsabilidade objetiva, basta comprovar o dano e a autoria. Nos termos do §3º do art. 12 da Lei Consumerista, a pessoa jurídica somente se exime de sua responsabilidade se provar entre outras hipóteses, a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro. Não há necessidade de deliberação deste Juízo quanto à possível inversão de ônus da prova, uma vez que nos autos já há arcabouço suficiente para provar as alegações do consumidor o qual, em caso de inversão, seria beneficiado processualmente. Verifico que a controvérsia cinge-se ao fato de saber a data agendada para o início da viagem, se 13. 01. 2011, como alegado pelos autores ou 13. 02. 2011, como sustentado pela requerida. No contrato de fls. 17 a 19, consta que foi celebrado em nome do 2º requerente e o período de viagem teria saída em 14/01/2011 com retorno para 23/01/2011, idêntica informação consta às fls. 20/21. Verifica-se, também, conforme narrativa e documentos do autor, que não foram feitas reservas em hotel em Roma - Itália, conforme previsto no pacote, sendo que para resolver o impasse e conseguir local para sua filha se hospedar o segundo requerido teve de realizar sucessivos contatos com a requerida até resolver a situação. Destarte, encontra-se demonstrado que os requerentes adquiriram pacote de viagem internacional, com destino à Europa, para fruição no período de 13 de janeiro a 24 de janeiro de 2011, conforme se vê do voucher e recibo nº 4510-004809 emitido pela requerida (fls. 20/21). O contrato de pacote turístico nº 4510-004787 (fls. 17) também emitido pela requerida, indica a consulta à disponibilidade de transporte aéreo em período que coincide com a aquisição da hospedagem na Europa. Por óbvio, ninguém em sã consciência iria adquirir hospedagem para um período e passagem aérea para o destino da hospedagem em data diversa. Por outro lado, a empresa requerida admite a existência do pacote turístico adquirido em favor da requerente. Entretanto, tenta eximir-se da responsabilidade pela falha na prestação do serviço, dizendo que o pacote turístico teria sido adquirido para usufruto em data futura. Com relação à prova trazida pela requerida às fls. 64 e 65, tratam-se de mera cópia de tela de computador, com informações do sistema de informações da requerida, o que, além de ser produzido unilateralmente, pode a qualquer momento, ter suas informações alteradas, logo não é possível ser considerado para fins de se imputar culpa exclusiva do consumidor por equívoco em datas. JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS. CDC. DÍVIDA OBTIDA MEDIANTE FRAUDE. C ARTÃO DE CRÉDITO. AUSÊNCIA DE PROVA DE ENVIO DO C ARTÃO PARA O RECORRIDO E DE CUIDADO OBJETIVO NA CONCESSÃO DO CRÉDITO. DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. VALOR DA INDENIZAÇÃO REDUZIDO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO PARCIALMENTE. 1. A juntada de prova unilateral consubstanciada em cópia de “espelho de tela de computador” integrante de sistema interno da recorrente não serve de comprovação de celebração de contrato. 2. O recorrente não demonstrou que enviou c artão de crédito para o recorrido e nem que tomou todos os cuidados na conferência de dados quando da realização do contrato de financiamento via c artão de crédito. Descurou-se de provar fato constitutivo de seu direito, na forma do artigo 333, inciso ii, do cpc e também do artigo 6º do cdc. (. . .) (TJ-DF - ACJ: 325058320118070003 DF 0032505-83. 2011. 807. 0003, Relator: WILDE MARIA SILVA JUSTINIANO RIBEIRO, Data de Julgamento: 27/03/2012, 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito Federal, Data de Publicação: 11/04/2012, DJ-e Pág. 243)RECURSO INOMINADO. CONSUMIDOR. TELEFONIA FIXA. NET. GRADUAL AUMENTO NOS VALORES DAS FATURAS. RÉ QUE NÃO EXPLICA A MUDANÇA DE VALORES. TELAS DE COMPUTADOR QUE SÃO PROVAS UNILATERAIS, QUANDO PODERIA TER TRAZIDO A GRAVAÇÃO DO CALL CENTER. COBRANÇA INDEVIDA. DANO MORAL NÃO CARACTERIZADO. Não havendo provas de que os valores e planos diversos haviam sido contratados pela autora, descabe a sua cobrança. (…) (TJ-RS - Recurso Cível: 71003151339 RS, Relator: Fabio Vieira Heerdt, Data de Julgamento: 28/02/2012, Terceira Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 02/03/2012)Destaca-se ainda, que nem trouxe o contrato que por natural prática comercial, teria via em seus arquivos. A responsabilidade da requerida é patente, vez que o Código de Defesa do Consumidor, no seu art. 14, é absolutamente claro a respeito: o fornecedor de serviços responde, independente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores, relativos à inadequada prestação de serviços. E no caso dos autos, é certo que todo o dissabor foi causado por culpa exclusiva dos prepostos da empresa requerida, vez que, como visto acima, não há qualquer indício a sugerir erro ou falha do consumidor. Necessário salientar, ainda, ao contrário do que defende o requerido, que o dano moral não precisa ser provado, bastando mera presunção decorrente dos fatos em si mesmos, conforme reiterada jurisprudência, inclusive do Superior Tribunal de Justiça, onde resta pacificado que o dano moral independe de prova, havendo necessidade apenas de se demonstrar o fato que o gerou. A jurisprudência, inclusive do Tribunal de Justiça de Rondônia, é pacífica quantoaos critérios que devem ser adotados pelo Magistrado na fixação do valor da indenização por dano moral, devendo o julgador fazê-lo segundo seu arbítrio, visando sempre desestimular a prática de novos atos lesivos e procurando ressarcir a vítima do incômodoindevidamente imposto. Tratando-se de dano moral, a jurisprudência tem indicado o seguinte caminho: “Dano moral. [. . .]. Na falta de regras precisas para a fixação da indenização por danos morais, deve tal fixação ocorrer ao prudente arbítrio do juiz que, da análise das circunstâncias do caso concreto e informado pelos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, determinará o valor mais condizente com o grau da culpa do agente e a extensão do prejuízo sofrido. (Apelação nº 100. 021. 2007. 000275-5. Relator Desembargador Miguel Mônico Neto). Gize-se que a indenização por danos morais não tem a pretensão de reparar propriamente a lesão, haja vista a evidente impossibilidade de fazê-lo. Contudo, constitui uma compensação aos abalos sofridos. Na equalização deste quantum, o magistrado deve considerar a extensão do dano, o grau de culpa do ofensor, sua situação econômica, bem como do ofendido. Finalmente deverá fixá-lo em patamar que não seja tão vultoso a ponto de enriquecer a vítima, nem tão desprezível que seja aviltante. Deverá ainda constituir valor que represente fator de desestímulo a prática do ilícito ou encorajamento para adoção de providências de prevenção, evitando-se que fatos análogos voltem a ocorrer. Nessa seara levando-se em consideração as condições dos ofendidos e do ofensor, consumidores e empresa nacional de turismo; os transtornos causados aos autores; bem como visando prestigiar a teoria do desestímulo e o princípio da razoabilidade e

proporcionalidade na fixação do dano moral, tenho como adequado o valor da indenização deva ser arbitrado em R$ 8. 000, 00(oito mil reais). Relativamente aos danos materiais suportados pelo 2º requerente, que teve de desembolsar a quantia de R$ 1. 006, 00 demonstradas às fls. 22 e que não foi impugnado especificamente pela requerida que restringiu-se em sua tese de defesa a alegar que a data de embarque foi escolhida pelo consumidor em data de 13/02/2011. DISPOSITIVO Ante o exposto e considerando tudo o mais que dos autos consta, julgo procedente o pedido inicial e: 1) Condeno a requerida no pagamento da importância de R$ 1. 006, 00 a título de danos materiais ao segundo requerente, atualizados monetariamente da data do evento danoso, desembolso, e com juros simples estipulados em tabela do TJ RO da citação. 2) Condeno a requerida no pagamento de R$ 8. 000, 00 a título de danos morais, para a 1ª requerente, acrescidos de juros legais e correção monetária a partir desta SENTENÇA, em favor de ambos autores, acrescido de correção monetária e juros simples estipulados em tabela do TJ RO a partir de hoje. 3) Condeno a requerida no pagamento de R$ 8. 000, 00 a título de danos morais, para o 2º requerente, acrescidos de juros legais e correção monetária a partir desta SENTENÇA, em favor de ambos autores, acrescido de correção monetária e juros simples estipulados em tabela do TJ RO a partir de hoje. 4) Declaro resolvido o MÉRITO e extingo o processo nos termos do art. 269, I do Código de Processo Civil. 5) Condeno o requerido, ainda, no pagamento das custas processuais e honorários advocatícios decorrentes da sucumbência, estes que arbitro em 15% sobre o valor da condenação, na forma do art. 20, § 3º, do Estatuto Processual Civil. 6) Fica ciente o requerido que deverá cumprir a obrigação que ora lhe é imposta no prazo de quinze, a contar do trânsito em julgado desta DECISÃO, sob pena de ser acrescido ao valor principal multa de 10%, nos termos do disposto no art. 475-J, do CPC. 7) Em caso de descumprimento, desde já arbitro honorários advocatícios para a fase de cumprimento da SENTENÇA em 10% sobre o valor da condenação. 8) Não havendo o pagamento e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA, proceda-se as baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se requerida no prazo de 06 (seis) meses do trânsito em julgado. 9) Pagas as custas, ou inscritas em dívida ativa em caso não pagamento, o que deverá ser certificado, arquivem-se. 10) Registro, intimação e publicação da presente SENTENÇA de forma automática pelo Sistema de Acompanhamento Processual - SAP. 11) Ajuste-se o valor da causa atual ao valor da condenação, uma vez que poderá servir de parâmetro para recolhimento de preparo. Porto Velho-RO, quarta-feira, 29 de janeiro de 2014. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0023495-33. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Embargos à Execução
Embargante: Santo Antônio Energia S. A.
Advogado: Igor Habib Ramos Fernandes (OAB/RO 5193)
Embargado: José Estevão de Oliveira
DECISÃO:
Nos termos da DECISÃO em apenso, suspendo o feito por 60 dias. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0009961-56. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Abdias Alves Pinheiro, Raymunda de Souza Pinheiro
Advogado: Ramiro de Souza Pinheiro. (OAB/RO 2037)
Requerido: Bradesco Saúde S. A. , Sistel Fundação Sistel de Seguridade Social
Advogado: Renato Tadeu Rondina Mandaliti (OAB/SP 115762), Bernardo Augusto Galindo Coutinho (RO 2991), Aline Sumeck Bombonato (OAB/RO 3728)
DESPACHO:
Intime-se a parte requerente a fim de que junte aos autos certidão de óbito do Sr. Abdias Alves Pinheiro, no prazo de 10 dias. Ademais, deve informar este Juízo acerca da abertura de inventário e existência de herdeiros menores. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0016996-33. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: José Estevão de Oliveira
Advogado: Paulo Roberto da Silva Maciel (OAB/RO 4132)
Executado: Santo Antônio Energia S. A.
Advogado: Igor Habib Ramos Fernandes (OAB/RO 5193), Clayton Conrat Kussler (OAB/RO 3861)
DECISÃO:
Nos termos da DECISÃO proferida no feito em apenso, suspendo o feito por 60 dias. Porto Velho-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0013635-08. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Virgilio Carvalho de Oliveira
Advogado: Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073), Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A)
Requerido: Dismobras Importação Exportação e Distribuição de Móveis e Eletrodomésticos Ltda. City Lar. , F. K. A. Pessoa ME, Digibrás Indústria do Brasil S/A
Advogado: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO 4875A), Fábio Luis Mello de Oliveira (OAB/MT 6848), Inessa de Oliveira Trevisan (OAB/MT 6483), Fábio Melo do Lago (OAB/RO 5734), Tiago Fernandes Lima da Silva (OAB/RO 6122), José Manoel Alberto Matias Pires (RO 3718)
SENTENÇA:
SENTENÇA Trata-se de ação cominatória de obrigação de fazer cumulada com Reparação por Danos Materiais e Morais ajuizada por Virgílio Carvalho de Oliveira contra Dismobrás Importação, Exportação e Distribuição de Móveis e Eletrodomésticos S/A ? City Lar, FKA Pessoa ME ? Eletrônica ? Eletro Rondônia e Digibras Indústria do Brasil S/A, com pedido de concessão antecipada dos efeitos da tutela para que a requerida Dismobrás restitua valor adimplido por um bem móvel, TV CCE LCD STILE 42 DTV FULL HD, adquirido pelo autor ou para que troque o produto por outro da mesma espécie, sob pena de multa diária. Inicial às fls. 03/32 acompanhada de documentos às fls. 33/55. Recebida a inicial, indeferida a antecipação de tutela e reconhecida a prioridade de idoso na tramitação às fls. 57/58. Citação concretizada em relação à Dismobrás - City Lar (comerciante) às fls. 61, Digibrás (indústria) às fls. 63 e FKA (assistência técnica) às fls. 124. Contestação tempestiva da Dismobrás - City Lar (comerciante) às fls. 65/78 arguindo preliminar de ilegitimidade por defender que problemas

de funcionamento de aparelhos são responsabilidade da assistência técnica autorizada pela indústria. Réplica às fls. 92/100 e especificação de provas às fls. 102/104. Contestação tempestiva da Digibrás (fabricante) às fls. 106/114. Contestação tempestiva da FKA (assistência técnica) às fls. 126/130 arguindo preliminar de ilegitimidade por não ter resistido ao direito postulado e trouxe documento às fls. 132. Nova réplica do autor às fls. 139/147 como nova especificação de provas às fls. 149/152. Invertido o ônus da prova às fls. 154 e oportunizada a especificação de provas. Esclarecimentos do autor quanto às réplicas apresentadas, fls. 157. Nova réplica do autor às fls. 159/168 e nova especificação de provas às fls. 170/173. A requerida Dismobrás - City Lar (comerciante) dispensa a produção de provas, fls. 175. Os demais requeridos não especificaram provas. FUNDAMENTOS DO JULGADOIndefiro a prova testemunhal solicitada pela parte autora uma vez que, pelos documentos e alegações integrantes dos autos o processo encontra-se maduro para julgamento, dessa forma sendo desnecessária a prova testemunhal. PROCESSUAL CIVIL. OFENSA AO ART. 535 DO CPC NÃO CONFIGURADA. ALEGAÇÃO DE CERCEAMENTO DE DEFESA. INEXISTÊNCIA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. PRODUÇÃO DE PROVAS. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. REEXAME PROBATÓRIO. INVIABILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. A solução integral da controvérsia, suficientemente fundamentada, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC. 2. Ao julgador é dado apreciar o pedido formulado com base em provas que entender suficientes para a formação de seu convencimento, não havendo, portanto, indícios de nulidade processual na espécie 3. Segundo a jurisprudência do STJ, "cumpre ao magistrado, destinatário da prova, valorar sua necessidade, conforme o princípio do livre convencimento motivado, previsto no art. 131 do CPC. Assim, não há cerceamento de defesa quando, em DECISÃO fundamentada, o juiz indefere produção de provas, seja ela testemunhal, pericial ou documental" (AgRg no AREsp 336. 893/SC, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 25/9/2013). 4. A avaliação quanto à necessidade e à suficiência ou não das provas e a fundamentação da DECISÃO demandam, em regra, incursão no acervo fático-probatório dos autos e encontram óbice na Súmula 7/STJ. 5. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 414. 534/DF, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/11/2013, DJe 05/12/2013)Da preliminar de ilegitimidade passiva da requerida Dismobrás - City Lar (comerciante). Alega a requerida que o produto adquirido pelo consumidor é durável sendo que a fabricante disponibiliza assistência técnica autorizada assim a responsabilidade se limitaria ao fabricante, já que o comerciante não teria contribuído para a ocorrência do fato reclamado por isso seria ilegítimo para figurar no polo passivo (fls. 66/70). Defende tratar-se de caso de fato do produto com aplicação dos artigos 12 e 13, inciso I do Código de Defesa Consumidor: Art. 12. O fabricante, o produtor (. .) respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de (. . .) fabricação. . . § 1° O produto é defeituoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera. . . Art. 13. O comerciante é igualmente responsável, nos termos do artigo anterior, quando: I - o fabricante (. . .) não puderem ser identificados; Inicialmente é importante fixar a distinção entre fato e vício do produto. Neste sentido: Do vício do produto ou do serviço. . . é importante distingui-lo do fato do produto ou do serviço. A palavra-chave neste ponto é defeito. Ambos decorrem de um defeito do produto ou do serviço, só que no fato do produto ou do serviço o defeito é tão grave que provoca um acidente que atinge o consumidor, causando-lhe dano material ou moral. O defeito compromete a segurança do produto ou do serviço. Vício, por sua vez, é defeito menos grave, circunscrito ao produto ou serviço em si; um defeito que lhe é inerente ou intrínseco, que apenas causa o seu mau funcionamento ou não funcionamento. (. . .) fato do produto é um acontecimento externo, que ocorre no mundo exterior, que causa dano material ou moral ao consumidor (ou ambos), mas que decorre de um defeito do produto. Seu fato gerador será sempre um defeito do produto; daí termos enfatizado que a palavra-chave é defeito. (. . .) São os chamados acidentes de consumo, que se materializam através da repercussão externa do defeito do produto, atingindo a incolumidade físico-psíquica do consumidor e o seu patrimônio. O fornecimento de produtos ou serviços nocivos à saúde ou comprometendores da segurança do consumidor é responsável pela grande maioria dos acidentes de consumo. Ora é um defeito de fabricação ou montagem em uma máquina de lavra, numa televisão. . . que provoca incêndio e destrói a casa. . . (. . .) a responsabilidade pelo fato do produto e do serviço, que aquela responsabilidade tem por fato gerador o defeito, enquanto o vício é fato gerador da responsabilidade pelo vício do produto e do serviço. . . o primeiro (defeito) é vício grave que compromete a segurança do produto ou do serviço e causa dano ao consumidor, como o automóvel que colide com outro por falta de freio e fere os ocupantes de ambos os veículos; o segundo (vício) é defeito menos grave, circunscrito ao produto ou serviço, que apenas causa seu mau funcionamento, como a televisão que não funciona ou que não produz boa imagem, a geladeira que não gela ETC. Como bem observa Luiz Antônio Rizzatto Nunes, "há vício sem defeito, mas não há defeito sem vício; o defeito pressupõe o vício. O defeito é o vício acrescido de um problema extra, alguma coisa extrínseca ao produto ou ao serviço, que causa um dano maior que simplesmente o mau funcionamento ou não-funcionamento" (Comentários ao Código de Defesa do Consumidor, Saraiva, 2000, p. 2014). FILHO, Sergio Cavalieri, PROGRAMA DE DIREITO DO CONSUMIDOR, 2ª edição, São Paulo: Atals, 2010, p. 265/267 e 294CONSUMIDOR. VÍCIO DO PRODUTO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA E SOLIDÁRIA DO COMERCIANTE. ART. 18 DO CDC. ALEGAÇÃO DE ILEGITIMIDADE PASSIVA AFASTADA. DANO MORAL CONFIGURADO NO CASO CONCRETO. QUANTUM MANTIDO. 1. No caso em apreço não é possível reconhecer responsabilidade subsidiária do comerciante, uma vez que estamos tratando de vício (art. 18, CDC) e não de defeito do produto (art. 12 c/c 13, CDC). Portanto, inexiste ilegitimidade passiva. 2. Responsabilidade objetiva do fornecedor, bastando constatar o fato, o dano e o nexo de causalidade para responsabilizá-lo civilmente. 3. Dano moral. . . (TJ-RS - Recurso Cível: 71003148509 RS, Relator: Leandro Raul Klippel, Data de Julgamento: 07/06/2011, Primeira Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 08/06/2011)No caso sub judice o consumidor fez reclamação quanto a imagem do aparelho de TV adquirido, argumetando que ele apresentava, quando ligado, uma listra vertical que prejudica a visibilidade da imagem do monitor, aplicando-se pois a regra do art. 18 do CDC: Os fornecedores de produtos de consumo duráveis ou não duráveis respondem solidariamente pelos vícios de qualidade ou quantidade que os tornem impróprios ou

inadequados ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor (. . .) podendo o consumidor exigir a substituição das partes viciadas. Assim sendo certa a solidariedade dos integrantes da cadeia de consumo em casos de vícios do produto, afasto a preliminar de ilegitimidade arguida pelo comerciante. Preliminar de ilegitimidade passiva da assistência técnica. Alega a segunda requerida, que apenas recebeu a TV para verificar o vício e devolveu ao consumidor pois foi informado que o gerente da loja substituiria-a por outra nova, todavia, recebeu novamente o aparelho do consumidor tendo em vista que o gerente não realizou a substituição. Defende que sendo apenas responsável por verificar os possíveis vícios dos produtos da fabricante autorizadora e consertá-los, não seria legítima para figurar no pólo passivo. Pois bem. Entendo ser pertinente a participação da assistência técnica no polo passivo da demanda eis que se discutirá no MÉRITO sua atuação perante o consumidor, bem como, se prestou serviço de forma adequada na resolução do vício do produto, incumbência essa que assumiu e aderiu à cadeia de consumo ao se responsabilizar mediante autorização do fabricante a proceder os serviços de reparos em seu nome. APELAÇÃO. APARELHOS CELULARES. VÍCIOS DE QUALIDADE DO PRODUTO. LEGITIMAÇÃO DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA. TEORIA DA QUALIDADE. DANOS MATERIAIS. DANO MORAL. A empresa que presta assistência técnica, quando compõe a cadeia de consumo para prestar serviço de reparos a produto na garantia adquirido no mercado e desempenha sua atividade de forma ineficaz e danosa ao consumidor, é responsável solidária pelos danos materiais e morais por este experimentados. Evidenciado que o produto adquirido mostra vício de qualidade que o torna imprestável para o fim a que se destina segundo a teoria da qualidade, escolhendo o consumidor pela restituição do valor por ele pago, impõe a condenação de quaisquer dos responsáveis solidários que atuaram na cadeia de consumo. Verificando-se, no caso específico, que o consumidor foi submetido a uma verdadeira peregrinação para buscar seu direito consumerista de receber produto adequado e com qualidade, impõe-se o direito de ser recompensado a título de danos morais. (Não Cadastrado, N. 00000495664820088220001, Rel. Des. Marcos Alaor D. Grangeia, J. 18/11/2009)PELAÇÃO CÍVEL. INDENIZAÇÃO. VÍCIO DE PRODUTO. FORNECEDOR E ASSISTÊNCIA TÉCNICA. PARTES LEGÍTIMAS. DEMORA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. AUSÊNCIA DE DANOS MORAIS INDENIZÁVEIS. I - Embora não seja responsável por vício do produto, a empresa prestadora de serviço de assistência técnica possui legitimidade para figurar no pólo passivo de ação de indenização na qual pleiteia-se reparação moral por alegada falha dos serviços prestados. II - A demora da fabricante, da vendedora e da empresa de assistência técnica diante da solicitação do consumidor, por si só, não dá azo à reparação por danos morais, pois a conduta não acarreta ofensa à honra, imagem ou dignidade da pessoa humana, configurando mero dissabor. (TJ MG Apelação Cível 1. 0223. 12. 006353-0/001, Relator(a): Des. (a) João Cancio, 18ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 06/08/2013, publicação da súmula em 12/08/2013) MATERIAIS E MORAIS. REMESSA DO PRODUTO COM DEFEITO À ASSISTÊNCIA TÉCNICA. COMPROVAÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVA DA RESTITUIÇÃO AO CONSUMIDOR. DANOS MATERIAIS COMPROVADOS. FALTA DE PROVA DA OFENSA OU LESÃO À HONRA. MERO DISSABOR. (. . .) II - Diante do relato de que o bem com defeito foi encaminhado à assistência técnica e não foi devolvido, é patente a legitimidade passiva da empresa que assumiu a responsabilidade pelo conserto do bem, que também se enquadra na condição de fornecedor do art. 3º do CDC. (. . .) IV - Demonstrado que o bem foi entregue pelo consumidor à assistência técnica, para reparo do vício do produto, e não houve restituição do produto, sem defeito, ao consumidor, impõe-se a condenação das rés - fabricante, importadora, vendedora e empresa de assistência técnica -, solidariamente, ao ressarcimento dos danos materiais. (. . .) (TJ MG Apelação Cível 1. 0145. 10. 012471-1/001, Relator(a): Des. (a) João Cancio, 18ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 06/08/2013, publicação da súmula em 12/08/2013) Assim a afasto a preliminar de ilegitimidade da assistência técnica. Julgamento antecipado da lide. Conforme preceitua o art. 330, I, do CPC, o juiz conhecerá diretamente do pedido, proferindo SENTENÇA, quando a questão de MÉRITO for unicamente de direito, ou, sendo de direito e de fato, não houver necessidade de produzir prova em audiência. No mesmo sentido, consoante entendimento do c. Superior Tribunal de Justiça, “presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder” (STJ - 4ª Turma, Resp 2. 832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, julgado em 14. 08. 1990, e publicado no DJU em 17. 09. 90, p. 9. 513). O presente caso retrata questão que dispensa a produção de outras provas, razão pela qual passo, doravante, a conhecer diretamente do pedido. O artigo 2º, da Lei n. 8. 078/90, define consumidor como sendo: “Toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final”. O artigo 3º da referida lei, por sua vez, define fornecedor como sendo: “Toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como entes despersonalizados, que desenvolvem atividades de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição e comercialização de produtos ou prestação de serviços”. Assim, verifica-se que a autor é classificado como consumidor e as rés como fornecedoras nas modalides, comerciante, assistência técnica autorizada e indústria, integrantes da cadeia de consumo, aplicando-se ao presente caso as disposições do Código de Defesa do Consumidor, com a inversão do ônus da prova, nos termos do artigo 6º, inciso VIII do Código de Defesa do Consumidor Lei n. 8. 078/90 já deferida oportunamente. O consumidor alega que adquiriu a TV em 02/10/2012 e em 26/11/2012 observou vício consistente em listras verticais na imagem da tela que lhe deixavam defeituosa, por esso motivo dirigiu-se à loja e foi gerada ordem de serviços para a assistência técnica. Todavia, noutro momento o gerente da loja informou que o consumidor poderia buscar a TV na assistência técnica, antes desta ter realizado do conserto, e levasse à loja que providenciaria a substituição por outra TV nova. Porém, ao retirar o aparelho da assistência técnica e retornar à loja, esta não mais cumpriu com a substituição do aparelho, encaminhando-o novamente à assistência técnica e gerando outra ordem de serviço. Alega o consumidor que retornou à assistência técnica em março de 2013 e até o momento não recebeu o aparelho de volta. O consumidor trouxe a nota fiscal da compra, às fls. 40/42, a primeira ordem de serviços, fls. 39, e comprovante de pagamentos das primeiras parcelas fls. 44/49, provas estas que associadas às alegações não impugnadas especificamente quanto à dinâmica fática pelas requeridas e culminou com convencimento da verossimilhança e deferimento da inversão do ônus da prova às fls. 154. Dessa forma em princípio tenho como suficientemente demonstradas

as situações que incumbiam ao consumidor neste processo específico, vale dizer, o vício do produto. Pois bem, importante pontuar, que a solidariedade na responsabilidade das três requeridas que compõe a cadeia de consumo, não dá margem há escusas duma em relação à outra, pois a partir do momento de se vinculam para realizar atos no mercado de consumo são co responsáveis pelas atitudes umas das outras. Assim, é certo que houve vício do produto, pois o consumidor demonstrou tentar repará-lo e substituí-lo mas não conseguiu devido à postura da loja e da assistência técnica. Desta forma, sendo certo o vício do produto num primeiro momento percebe-se a falha da indústria, que gerou presumivelmente aborrecimentos ao consumidor que se viu frustrado por adquirir algo que não correspondeu à sua expectativa. Num segundo momento vê-se a falha do comerciante pois junto à indústria, se responsabiliza pela qualidade dos produtos que oferece. A assistência técnica não demonstrou ter realizado o serviço de conserto no prazo do código de defesa do consumidor, quando foi procurada pela segunda vez, tão pouco demonstrou ter devolvido o produto ou tentado devolvê-lo ao consumidor. Assim concluo ser devida a indenização por danos materiais consistentes na devolução dos valores da TV, pois caracteriza vício de qualidade do produto com proteção legal nesse sentido, mas os danos morais, todavia, não restam configurados, uma vez que não houve demonstração de fatos que geraram danos suficientes a ultrapassar o limite do mero dissabor, além de ser pacífico na doutrina e jurisprudência não haver danos morais quando tão somente houver o vício do produto sem maiores consequências. Nesse sentido é a doutrina de Roberto Senise Lisboa: O vício do produto acarreta prejuízo econômico ao consumidor, pois ele acaba adquirindo ou se utilizando de um bem que não lhe concede a adequação que ordinariamente se poderia esperar, causando-lhe um dano patrimonial. Trata-se, como se pode perceber, de mais uma orientação fundamentada no princípio da boa-fé objetiva, como norma geral de conduta, graças à adoção da teoria da confiança contratual, por parte do legislador consumerista. A responsabilidade pelo vício é regulada sob o aspecto e proteção e prevenção contra danos patrimoniais, ou seja, o fornecedor estará incurso na imputação legal a ele atribuída os art. 18 a 25 do CDC, sempre que o consumidor (adquirente ou utente destinatário final) vier e sofrer prejuízo econômico puro. . . Pouco importa, contudo, se o vício é aparente (perceptível a olho nu), de fácil constatação (perceptível mediante um simples ato) ou oculto (imperceptível à época da constituição da relação de consumo). O desiderato do legislador foi, inequivocadamente, impedir a circulação de produtos e serviços viciados no mercado de consumo (. . .)A responsabilidade pelo vício do produto é solidária, salvo quando o fornecedor imediato deixar de informar ou de identificar ao consumidor quem é o fornecedor do produto in natura, hipótese na qual o fornecedor direto responderá exclusivamente pelo dano causado (art. 18, §5º, da Lei 8. 078/90). (. . .) Vício de qualidade do produto é aquele que existe à época de sua aquisição junto ao fornecedor, que torna o bem inadequado para o fim ao qual ordinariamente se destina. Trata-se, pois, de vício que afeta a funcionalidade econômica do produto, dele não se podendo extrair o proveito esperado. O vício de qualidade do produto inviabiliza a satisfação dos interesses do consumidor, causando prejuízo econômico ao seu adquirente. (. . .) LISBOA, Roberto Senise, RESPONSABILIDADE CIVIL NAS RELAÇÕES DE CONSUMO, 2ª edição, São Paulo - Ed. Revista dos Tribunais, 2006. Na mesma esteira são os ensinamentos de Sérgio Cavalieri Filho. Vícios de qualidade, de acordo com a definição do referido DISPOSITIVO, são aqueles que tornam os produtos (duráveis ou não duráveis) "impróprios ao consumo a que se destinam ou lhes diminuam o valor, assim como aqueles decorrentes da disparidade, com as indicações constantes do recipiente, da embalagem, rotulagem ou mensagem publicitária [. . .]". Repetindo os exemplos já formulados, problema no motor, o ferro elétrico que não esquenta, a geladeira que não gela. . . Como se vê, o CDC estabeleceu no seu art. 18 um novo dever jurídico para o fornecedor - o dever de qualidade, isto é, de só introduzir no mercado produtos inteiramente adequados ao consumo a que se destinam. Enquanto a responsabilidade pelo fato do produto enseja ampla reparação dos danos, a responsabilidade por vício do produto acarreta tão somente o ressarcimento segundo as alternativas previstas nos incisos I - III do §1º do art. 18 do CDC. O consumidor poderá, em primeiro lugar, exigir a substituição das partes viciadas. Não sendo o vício sanado no prazo máximo de 30 dias, poderá exigir, alternativa à sua escolha: I. a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso; II. a restituição imediata da quantia paga, monetariamente atualizada, sem prejuízo de eventuais perdas e danos; III. o arbitramento proporcional do preço. FILHO, Sergio Cavalieri, PROGRAMA DE DIREITO DO CONSUMIDOR, 2ª edição, São Paulo: Atals, 2010, p. 297/298. Ademais, a jurisprudência consumerista é mansa quanto às conclusões por ora expostas: APELAÇÃO. INDENIZAÇÃO. DANOS MATERIAIS E MORAIS. SENTENÇA PARCIALMENTE PROCEDENTE. DEFEITO NO PRODUTO. DEMORA. ASSISTÊNCIA TÉCNICA. DANOS MORAIS INDEVIDOS. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS MINORADOS. Mantém-se a SENTENÇA que, nos autos de ação indenizatória que decorreu da demora na prestação de serviço por parte da assistência técnica, condenou-a ao pagamento de indenização por danos materiais. A SENTENÇA que julga improcedente a indenização de reparação por danos morais quando não são configurados os abalos psicológicos que afetam o íntimo de um ser humano, deve ser mantida. Os honorários advocatícios que são arbitrados de maneira exorbitante devem ser minorados, conforme art. 20, § 3º, do Código de Processo Civil. (Não Cadastrado, N. 00098642720108220001, Rel. Des. Sansão Saldanha, J. 22/05/2012)REPARAÇÃO DE DANOS. TELEVISÃO. PRODUTO COM DEFEITO. ASSISTÊNCIA TÉCNICA. CONSERTO DEMORADO. DANO MORAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. MEROS ABORRECIMENTOS. Para a caracterização da lesão extrapatrimonial exige-se mais do que meros aborrecimentos, faz-se necessário que existam atos lesivos à intimidade da pessoa, à privacidade, à honra, não podendo contratempos do dia-a-dia, dissabores, percalços passados serem elevados a dano moral, pois assim se estaria valorizando todas as reações que o indivíduo sofre nas suas relações diárias. (Não Cadastrado, N. 00001892603220088220001, Rel. Des. Miguel Monico Neto, J. 17/03/2010)Dessa forma, concluo que no presente caso não houve configuração de danos morais. DISPOSITIVO Ante o exposto, julgo parcialmente procedente os pedidos formulados na inicial, para: Julgar improcedente o pedido de danos morais e condenar as requeridas, solidariamente, no pagamento de danos materiais consistentes na devolução dos valores desembolsados pela TV R$ 1. 735, 94, atualizados monetariamente da data do evento danoso, desembolso, e com juros simples estipulados em tabela do TJ RO da citação.

O aparelho defeituoso deve ser entregue à loja, que fica autorizada a retirá-la junto à assistência técnica, local, pelo que consta nos autos, onde o aparelho atualmente se encontra. Declaro resolvido o MÉRITO e extingo o processo nos termos do art. 269, I do Código de Processo Civil. Considerando que a parte autora decaiu em parte mínima, condeno as requeridas, ainda, no pagamento das custas processuais, estas devendo ser rateadas igualmente entre as três requeridas, Considerando ainda que a parte autora decaiu em parte mínima, condeno as requeridas, solidariamente, no pagamento em honorários advocatícios decorrentes da sucumbência, estes que arbitro em 20% sobre o valor da condenação, na forma do art. 20, § 3º, do Estatuto Processual Civil. 6) Ficam cientes as requeridas que deverão cumprir a obrigação que ora lhe é imposta no prazo de quinze, a contar do trânsito em julgado desta DECISÃO, sob pena de ser acrescido ao valor principal multa de 10%, nos termos do disposto no art. 475-J, do CPC. 7) Em caso de descumprimento, desde já arbitro honorários advocatícios para a fase de cumprimento da SENTENÇA em 10% sobre o valor da condenação. 8) Não havendo o pagamento e nem requerimento do credor para a execução da SENTENÇA, proceda-se as baixas e comunicações pertinentes, ficando o credor isento do pagamento da taxa de desarquivamento, se requerida no prazo de 06 (seis) meses do trânsito em julgado. 9) Pagas as custas, ou inscritas em dívida ativa em caso não pagamento, o que deverá ser certificado, arquivem-se. 10) Registro, intimação e publicação da presente SENTENÇA de forma automática pelo Sistema de Acompanhamento Processual - SAP. 11) Ajuste-se o valor da causa atual ao valor da condenação, uma vez que poderá servir de parâmetro para recolhimento de preparo. Porto Velho-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Duília Sgrott Reis Juíza de Direito

Proc.: 0008202-57. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: Evandro Cesar da Silva Matos
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (OAB/RO 655A)
Requerido: Banco Panamericano S/A
Advogado: Márcio Frederico Arruda Montenegro (OAB/MT 15329), Jose Martins (OAB/SP 84314)
Fica a parte requerida, por meio de seu(ua) Advogado(a), intimada para que, querendo, impugnar os termos da penhora de fls 96, no prazo de 15 dias, sob pena de expedição de alvará para entrega de valores do credor. .

Proc.: 0005368-81. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Usucapião
Requerente: Carlita de Lima de Araujo
Advogado: Marcus Edson de Lima ( )
Requerido: Ego Empresa Geral de Obras S. a.
DECISÃO:
Defiro o pedido de dilação de prazo apresentado pela Defensoria Pública (fl. 64). Intime-se a parte autora para que cumpra a DECISÃO de fl. 52, no prazo improrrogável de 30 dias, sob pena de extinção e arquivamento do feito. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0013837-19. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Usucapião
Requerente: Zelia de Oliveira Viega
Advogado: Marcus Edson de Lima ( )
Requerido: Ego Construções de Rondônia S/a
DECISÃO:
Defiro o pedido de dilação de prazo apresentado pela Defensoria Pública (fl. 56). Intime-se a parte autora para que cumpra a DECISÃO de fl. 44, no prazo improrrogável de 30 dias, sob pena de extinção e arquivamento do feito. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0007228-20. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Usucapião
Requerente: Eva Maria Duarte da Silva, Fredson Oliveira Maia
Advogado: Marcus Edson de Lima ( )
Requerido: EGO - Empresa Geral de Obras S. A.
DECISÃO:
Defiro o pedido de dilação de prazo apresentado pela Defensoria Pública (fl. 64). Intime-se a parte autora para que cumpra a DECISÃO de fl. 52, no prazo improrrogável de 30 dias, sob pena de extinção e arquivamento do feito. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0004901-05. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Usucapião
Requerente: Samara da Silva Balão, Jonilson Souza Araujo
Advogado: Marcus Edson de Lima ( )
Requerido: EGO - Empresa Geral de Obras S. A.
DECISÃO:
Defiro o pedido de dilação de prazo apresentado pela Defensoria Pública (fl. 71). Intime-se a parte autora para que cumpra a DECISÃO de fl. 59, no prazo improrrogável de 30 dias, sob pena de extinção e arquivamento do feito. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0019181-78. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Usucapião
Requerente: Karita Souza Alencar Miranda, Luiz Carlos Miranda Souza
Advogado: Defensoria Publica ( )
Requerido: EGO - Empresa Geral de Obras S. A.
DECISÃO:
Defiro o pedido de dilação de prazo apresentado pela Defensoria Pública (fl. 46). Intime-se a parte autora para que cumpra a DECISÃO de fl. 34, no prazo improrrogável de 30 dias, sob pena de extinção e arquivamento do feito. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0001631-02. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Mariana Doering Zamprogna
Advogado: Carla Maria Zamarchi (OAB/RO 3901)
Requerido: TAM - Linhas Aéreas S/A
DESPACHO:
Cite-se a requerida para, querendo, responder, em 15 dias, advertindo-o(a) que se não for contestada a ação, incidirão os efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos narrados na inicial e prosseguindo o processo independentemente de sua intimação para os demais atos, propiciando ainda o julgamento antecipado da lide. Ofertada a resposta e sendo arguidas preliminares ou sendo apresentados documentos novos, vista

à autora para impugnação. Após, conclusos para saneamento ou julgamento antecipado da lide. Intimem-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0001589-50. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Uniron - Faculdade Interamericana de Porto Velho
Advogado: Fernando Augusto Torres dos Santos (OAB/RO 4725)
Executado: Marcia Maria da Costa Proença, Vinicius Junior de Oliveira
DESPACHO:
Cite-se o executado para, no prazo de 3 (três) dias, pagar a dívida ou opor embargos, em 15 (quinze) dias, contados esse último, de sua intimação, independentemente de penhora, depósito ou caução. Arbitro honorários advocatícios no percentual de 10% sobre o valor da execução, salvo embargos. Conste-se do mandado que, havendo pagamento da dívida no prazo assinalado, os honorários advocatícios serão reduzidos à metade, nos termos do art. 652-A do CPC. Não efetuado o pagamento, munido da segunda via do mandado, o Oficial de Justiça procederá de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o executado. O executado, no mesmo prazo dos embargos, se reconhecer o crédito do exeqüente, poderá requerer, desde que pago 30% do valor da execução, o pagamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% de ao mês (art. 745-A, CPC). Se a penhora recair sobre bem imóvel, intime-se o cônjuge do executado para tomar conhecimento, bem como o exequente para providenciar a respectiva averbação no registro imobiliário, mediante a apresentação de certidão de inteiro teor do ato, independentemente de mandado judicial (art. 659, § 4º). Se houver requerimento de substituição da penhora dentro do prazo, diga a parte contrária, em 3 dias, se aceita a substituição. Aceita a substituição, inclusive pela não manifestação no prazo, lavre-se o termo (art. 657, do CPC). Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0001618-03. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Osvanderley Botelho Paixão
Advogado: Genival Fernandes de Lima (OAB/RO 2366)
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S. A.
DESPACHO:
Defiro a gratuidade de justiça. Considerando que a prática tem demonstrado a desnecessidade da audiência de conciliação, uma vez que todas as propostas neste tipo de ação restam infrutíferas, recebo o feito no rito ordinário. Cite-se o réu para, querendo, responder, em 15 dias, advertindo-o que se não for contestada a ação, incidirão os efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos narrados na inicial e prosseguindo o processo independentemente de sua intimação para os demais atos, propiciando ainda o julgamento antecipado da lide. Com a resposta, faça-se vista para impugnação. Entendo como essencial a realização de perícia médica. Assim, desde já determino às partes que, em 5 dias após a imipugnação à contestação, apresentem quesitos e assistentes técnicos, se quiserem. A perícia deverá ser realizada pelo IML, o qual deverá ser oficiado para que agende data, hora, local e profissional que a realizará, intimando-se pessoalmente o requerente para que se faça presente. O perito terá 30 dias para apresentar o laudo. Intime-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0016768-58. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Usucapião
Requerente: Liliane Kichileski Bom
Advogado: Marcus Edson de Lima ( )
Requerido: EGO - Empresa Geral de Obras S. A.
DESPACHO:
Cumpra a escrivania a DECISÃO de fls. 29/30. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0004891-58. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Usucapião
Requerente: Eunice Vaz de Arruda
Advogado: Marcus Edson de Lima ( )
Requerido: EGO - Empresa Geral de Obras S. A.
DECISÃO:
Defiro o pedido de dilação de prazo apresentado pela Defensoria Pública (fl. 68). Intime-se a parte autora para que cumpra a DECISÃO de fl. 56, no prazo improrrogável de 30 dias, sob pena de extinção e arquivamento do feito. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0014101-36. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Usucapião
Requerente: Maria Francideide de Jesus Vasconcelos, Geraldo Soares Reis
Advogado: Marcus Edson de Lima ( )
Requerido: Ego Empresa Geral de Obras S. a.
DECISÃO:
Defiro o pedido de dilação de prazo apresentado pela Defensoria Pública (fl. 65). Intime-se a parte autora para que cumpra a DECISÃO de fl. 53, no prazo improrrogável de 30 dias, sob pena de extinção e arquivamento do feito. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0019062-20. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Usucapião
Requerente: Josefa Edilma de Lima, Jose Lairton Rocha
Advogado: Defensor Publico (RO. 000.)
Requerido: EGO - Empresa Geral de Obras S. A.
DECISÃO:
Defiro o pedido de dilação de prazo apresentado pela Defensoria Pública (fl. 55). Intime-se a parte autora para que cumpra a DECISÃO de fl. 43, no prazo improrrogável de 30 dias, sob pena de extinção e arquivamento do feito. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0011152-39. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Usucapião
Requerente: Luzia Maria Rodrigues
Advogado: Marcus Edson de Lima ( )
Requerido: EGO - Empresa Geral de Obras S. A.

DECISÃO:
Defiro o pedido de dilação de prazo apresentado pela Defensoria Pública (fl. 62). Intime-se a parte autora para que cumpra a DECISÃO de fl. 50, no prazo improrrogável de 30 dias, sob pena de extinção e arquivamento do feito. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0016531-58. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Usucapião
Requerente: Joanilha Dodó Cesar, Abrahão Cesar
Advogado: Marcus Edson de Lima ( )
Requerido: EGO - Empresa Geral de Obras S. A.
DECISÃO:
Defiro o pedido de dilação de prazo apresentado pela Defensoria Pública (fl. 61). Intime-se a parte autora para que cumpra a DECISÃO de fl. 49, no prazo improrrogável de 30 dias, sob pena de extinção e arquivamento do feito. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0002587-52. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Nestor Paulo Romanzini
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Requerido: Centrais Elétricas de Rondônia S/A CERON
Advogado: Jacimar Pereira Rigolon (OAB/RO 1740), JEAN CARLO DOS SANTOS (OAB/RO 6146)
DECISÃO:
Recebo o recurso de apelação em seu duplo efeito, com relação a matéria recorrida, tendo em vista não se enquadrar nas exceções do art. 520 do Código de Processo Civil. Intime-se para contrarrazões, no prazo de 15 dias. Após, remetam-se virtualmente os autos ao eg. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, nos termos do art. 3º da Instrução Conjunta nº 014/2010 - PR/CG, publicada no DJE nº 217/2010. Quando do retorno com DECISÃO superior, atente-se o cartório quanto à verificação sobre o recolhimento das custas finais, nos termos dos arts. 286, § 3º e 291 e §§, Das Diretrizes Gerais Judiciais. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0007191-90. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Usucapião
Requerente: Veronica Sousa Santos, Mario Baptista
Advogado: Marcus Edson de Lima ( )
Requerido: EGO - Empresa Geral de Obras S. A.
DECISÃO:
Defiro o pedido de fl. 78. Intime-se a parte autora para que cumpra a DECISÃO de fl. 57, no prazo de 30 dias. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0002972-97. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Antônio da Silva Gomes
Advogado: Edson Matos da Rocha (OAB/RO 1208)
Requerido: H. m. r. Madeiras Ltda Epp
Advogado: Paulo Artur Motta de Morais (OAB/RO 5252)
DECISÃO:
Defiro o pedido de prova testemunhal formulado em petição de fls. 64/65. Proceda o cartório à intimação das testemunhas arroladas às fl. 64. P. R. IPorto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0001675-21. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Leonardo Felicio dos Santos
Advogado: Sérgio Muniz Neves (00)
Requerido: Marcos Jhone Gama de Souza, Ricardo Macedo dos Santos
DECISÃO:
Determino ao autor que emende a petição inicial, com a atribuição de valor à indenização por dano moral pleiteada, tendo em vista que, apesar do quantum ficar ao arbítrio do julgador, deve apresentar um valor certo, nos termos do art. 258 do mesmo diploma legal. Ressalto que, deverá ainda ser adequado o valor da causa, uma vez que havendo cumulação de pedidos, o valor da causa corresponderá à soma dos valores de todos eles (art. 259, II do CPC). Assim, intime-se o requerente para que, no prazo de 10 (dez) dias, EMENDE A INICIAL, com atribuição de valor à indenização almejada, adequação do valor da causa, sob pena de indeferimento da petição inicial e extinção do feito sem resolução do MÉRITO. Adotada a providência, manifestado-se a parte autora a respeito, ou decorrendo o prazo in albis, devidamente certificado, retornem conclusos os autos. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0023517-62. 2011. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Jose Goncalves da Silva Junior, Cristiane de Oliveira Santana Gonçalves da Silva
Advogado: Thiago de Souza Gomes Ferreira (OAB/RO 4412), Thiago de Souza Gomes Ferreira (OAB/RO 4412)
Requerido: Tim Celular S/A
Advogado: Bernardo Augusto Galindo Coutinho (RO 2991)
DECISÃO:
Chamo o feito à ordem. Às fls. 169/196 a requerida postula a nulidade dos atos praticados posteriormente à SENTENÇA de fls. 159/162, por não constar intimação da requerida no DJE, inobstante a certidão de publicação de fl. 162-v. Razão assiste à requerida. Em pesquisa no Diário da Justiça Eletrônico (DJE 043/2013) denota-se que não consta a publicação da SENTENÇA de fls. 159/162. Assim, com fundamento nos arts. 236, §1º e 247, ambos CPC, determino a publicação da SENTENÇA, sanando a falha. Deverá a escrivania verificar se os respectivos causídicos estão associados, fazendo as devidas anotações no SAP. Consequentemente, reabre-se o prazo para interposição de eventual recurso. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0001077-04. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Edmilson Bezerra Alves
Advogado: Carlos Alberto Troncoso Justo (OAB/RO 535A), Maria Nazarete Pereira da Silva (OAB/RO 1073)
Requerido: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA S A
Advogado: Karina Mielke (RO 2906)

DESPACHO:
A requerida foi condenada no pagamento de indenização por danos morais, consoante SENTENÇA de fls. 107/109. Diante disso, considerando o entendimento jurisprudencial no sentido de que o preparo recursal deve ser calculado com base no valor da condenação em tais casos (TJRO, Agravo de Instrumento n. 0047498-2003. 8. 22. 0000, Rel. Desembargador Renato Mimessi, j. 25/11/2003), intime-se a requerida para que complemente o valor do preparo, no prazo de 5 dias, com base no art. 511, §2º do Código de Processo Civil, sob pena de deserção. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0014282-37. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Usucapião
Requerente: Alcina Oliveira Monteiro, Marcos Monteiro de Almeida
Advogado: Marcus Edson de Lima ( )
Requerido: Ego Construções de Rondônia S/a
DECISÃO:
Defiro o pedido de dilação de prazo apresentado pela Defensoria Pública (fl. 54). Intime-se a parte autora para que cumpra a DECISÃO de fl. 43, no prazo improrrogável de 30 dias, sob pena de extinção e arquivamento do feito. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0020367-05. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Amazon Trading Importação e Exportação Ltda
Advogado: Fabrício Francis da Silva Figueiredo (OAB/RO 4829), Antônio Sérgio Silva de Carvalho (OAB/RO 4639), Zaine Francisco da Silva Figueiredo (OAB/RO 4916)
Requerido: Araujo e Ramos Ltda Me
DESPACHO:
Frustrada a tentativa de citação e considerando o tempo exíguo até a solenidade designada para a próxima sexta-feira, bem como a necessidade de 10 dias prévios considerando o rito adotado (art. 277 do CPC), cancelo a audiência de conciliação agendada. Redesigno data para a audiência de conciliação: 4 de abril de 2014 às 9 horas. Fica a autora intimada a manifestar-se em 10 (dez) dias, providenciando o necessário à concretização da citação, trazendo endereço atual da requerida, sob pena de, em caso de inércia, presumir-se seu desinteresse na contiuidade do processo, com a consequente extinção e arquivamento. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0003427-62. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: José Alaelson Tavares de França
Advogado: Pedro Luiz Lepri Junior (OAB/RO 4871)
Requerido: BANCO HSBC BANK BRASIL S/A
Advogado: Vinicius Silva Lemos (OAB/RO 2281), Pâmela Glaciele Vieira da Rocha (OAB/RO 5353)
DECISÃO:
Recebo o recurso de apelação em seu duplo efeito, com relação a matéria recorrida, tendo em vista não se enquadrar nas exceções do art. 520 do Código de Processo Civil. Intime-se para contrarrazões, no prazo de 15 dias. Após, remetam-se virtualmente os autos ao eg. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, nos termos do art. 3º da Instrução Conjunta nº 014/2010 - PR/CG, publicada no DJE nº 217/2010. Quando do retorno com DECISÃO superior, atente-se o cartório quanto à verificação sobre o recolhimento das custas finais, nos termos dos arts. 286, § 3º e 291, e seus parágrafos, Das Diretrizes Gerais Judiciais. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0005718-69. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Manoel Messias dos Santos Neto
Advogado: João de Castro Inácio Sobrinho (OAB/RO 433A)
Requerido: Banco FINASA BMC S/A - Bradesco Financiamento
DESPACHO:
Remetam-se os autos ao contador judicial para cálculo das custas finais. Após, certifique a escrivania quanto aos valores dos depósitos judiciais em aberto referentes aos presentes autos, identificando o depositante. Se necessário, oficie-se a Caixa Econômica Federal. Sem prejuízo, esclareça o autor, em 5 dias, o motivo dos depósitos, considerando o indeferimento do pedido de consignação (fls. 76/77). Após, retornem os autos conclusos. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0019203-05. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Eidrian dos Anjos Silva
Advogado: Fábio Melo do Lago (OAB/RO 5734)
Requerido: Ronaldo Cesar Vieira
DESPACHO:
Considerando a certidão de fl. 55, bem como o tempo exíguo até a solenidade designada para a próxima sexta-feira, bem como a necessidade de 10 dias prévios à solenidade própria do rito (art. 277 do CPC), cancelo a audiência de conciliação do rito sumário designada. Redesigno a audiência de conciliação para o dia 4 de abril de 2014, às 8 horas. CUMPRA-SE imediatamente o DESPACHO de fl. 54, efetivando-se a citação. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0019128-97. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Raimundo Paulino da Silva
Advogado: Douglas Ricardo Aranha da Silva (OAB/RO 1779), Paulo Francisco de Matos (OAB/RO 1688)
Requerido: Banco Santander Brasil S. A.
Advogado: Marcos Araujo (846 RO), Carlos Maximiano Mafra de Laet (OAB/RJ 15. 311), Ana Gabriela Rover (OAB/RO 5210)
DECISÃO:
Recebo os recursos de apelação no duplo efeito, com relação a matéria recorrida, tendo em vista não se enquadrar nas exceções do art. 520 do Código de Processo Civil, exceto quanto à confirmação da antecipação de tutela, conforme inciso VII de citado DISPOSITIVO. Intime-se para contrarrazões, no prazo de 15 dias. Após, remetam-se virtualmente os autos ao eg. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, nos termos do art. 3º da Instrução Conjunta nº 014/2010 - PR/CG, publicada no DJE nº 217/2010. Quando do retorno com DECISÃO superior, atente-se o cartório quanto à verificação sobre o

recolhimento das custas finais, nos termos dos arts. 286, § 3º e 291, com seus parágrafos Das Diretrizes Gerais Judiciais. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0006807-93. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Raiane Érica Gomes da Silva Rocha
Advogado: João Bosco Vieira de Oliveira (OAB/RO 2213), Risolene Eliane Gomes da Silva Pereira (OAB/RO 3963)
Requerido: Astir- Associação Tiradentes da Policia Militar de R
Advogado: CASSIO FABIANO REGO DIAS (OAB 1514), Alex Mota Cordeiro (OAB/RO 2258)
DECISÃO:
Recebo os recursos de apelação no duplo efeito, com relação a matéria recorrida, tendo em vista não se enquadrar nas exceções do art. 520 do Código de Processo Civil, exceto quanto à confirmação da antecipação de tutela, conforme inciso VII de citado DISPOSITIVO. Observo que a parte autora já apresentou contrarrazões. Intime-se a requerida para contrarrazões, no prazo de 15 dias. Após, remetam-se virtualmente os autos ao eg. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, nos termos do art. 3º da Instrução Conjunta nº 014/2010 - PR/CG, publicada no DJE nº 217/2010. Quando do retorno com DECISÃO superior, atente-se o cartório quanto à verificação sobre o recolhimento das custas finais, nos termos dos arts. 286, § 3º e 291, com seus parágrafos Das Diretrizes Gerais Judiciais. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0002058-33. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Auzenir Custodio Ferreira
Advogado: Pedro Luiz Lepri Junior (OAB/RO 4871)
Requerido: Banco Panamericano S. A.
Advogado: Mauricio Coimbra Guilherme Ferreira (OAB / RJ 151. 056-S)
DECISÃO:
Recebo o recurso de apelação em seu duplo efeito, com relação a matéria recorrida, tendo em vista não se enquadrar nas exceções do art. 520 do Código de Processo Civil. Intime-se para contrarrazões, no prazo de 15 dias. Após, remetam-se virtualmente os autos ao eg. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, nos termos do art. 3º da Instrução Conjunta nº 014/2010 - PR/CG, publicada no DJE nº 217/2010. Quando do retorno com DECISÃO superior, atente-se o cartório quanto à verificação sobre o recolhimento das custas finais, nos termos dos arts. 286, § 3º e 291, com seus parágrafos Das Diretrizes Gerais Judiciais. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0004888-06. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Usucapião
Requerente: Rozimar Andrade Costa, Ademar Sebastião de Souza
Advogado: Marcus Edson de Lima ( )
Requerido: EGO - Empresa Geral de Obras S. A.
DESPACHO:
Cumpra-se a DECISÃO de fl. 61 no tocante à citação da requerida. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0001500-27. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: NAIANA OLIVEIRA DE SOUZA, Alexsandra Santos de Oliveira
Advogado: Fernando Aparecido Solteovki (OAB/RO 3478), Wanderson Modesto de Brito (OAB/RO 4909)
Requerido: Oceanair Linhas Aéreas Sa Avianca
DESPACHO:
Intime-se a requerente para que, no prazo de 10 (dez) dias, EMENDE A INICIAL, para que seja juntado o original do instrumento de procuração, ou cópia autenticada, sob pena de indeferimento da petição inicial e extinção do feito sem resolução do MÉRITO. Adotada a providência, manifestado-se a respeito, ou decorrendo o prazo in albis, devidamente certificado, venham conclusos os autos. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0001788-72. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Deraldo Scatolon
Advogado: Aline Daros Ferreira (OAB/RO 3353)
Requerido: Unimed- Cooperativa de Trabalho Médico
DESPACHO:
Cite-se a requerida para, querendo, responder, em 15 dias, advertindo-a que se não for contestada a ação, incidirão os efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos narrados na inicial e prosseguindo o processo independentemente de sua intimação para os demais atos, propiciando ainda o julgamento antecipado da lide. Ofertada a resposta e sendo arguidas preliminares ou sendo apresentados documentos novos, vista à autora para réplica. Após, conclusos para saneamento ou julgamento antecipado da lide. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0000050-49. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Ilson de Souza Galvao
Advogado: EVERTHON BARBOSA PADILHA DE MELO (OAB 3531)
Requerido: Centrais Eletricas de Rondônia. Ceron
DESPACHO:
Cite-se a requerida para, querendo, responder, em 15 dias, advertindo-a que se não for contestada a ação, incidirão os efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos narrados na inicial e prosseguindo o processo independentemente de sua intimação para os demais atos, propiciando ainda o julgamento antecipado da lide. Ofertada a resposta e sendo arguidas preliminares ou sendo apresentados documentos novos, vista à autora para réplica. Após, conclusos para saneamento ou julgamento antecipado da lide. Defiro a gratuidade de justiça. Intimem-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0001161-68. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Wilson Dias Llivi Ibanez Junior
Advogado: Paulo Jorge Ferreira do Nascimento (OAB/RO 99B), Celivaldo Soares da Silva (OAB/RO 3561)
Requerido: Rondoniavip

DESPACHO:
Determino ao autor que emende a petição inicial, no prazo de 10 (dez) dias, com adequação do valor da causa, haja vista ter sido formulado pedido de indenização por danos morais no valor de 40 salários mínimos, e atribuído o valor de R$1000, 00 à causa, sob pena de indeferimento da petição inicial e extinção do feito sem resolução do MÉRITO. Adotada a providência, manifestado-se a respeito, ou decorrendo o prazo in albis, devidamente certificado, venham conclusos os autos. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0001516-78. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Elcio Afonso Rocha
Advogado: Leonardo Ferreira de Melo (OAB/RO 5959)
Requerido: OI Brasil Telecom S. A.
DECISÃO:
Verifica-se que o douto procurador do autor não está devidamente constituído nos autos, haja vista não ter sido apresentado o instrumento de mandato. Emende o autor a petição inicial, regularizando a representação processual, bem como para adequar o valor da causa, considerando a indenização por dano moral pleiteada, tendo em vista que, apesar do quantum ficar ao arbítrio do julgador, deve a parte apresentar um valor certo, nos termos do art. 258 do CPC. Ressalto que deverá ainda ser adequado o valor da causa considerando a cumulação de pedidos (art. 259, II do CPC). Assim, intime-se o requerente para que, no prazo de 10 (dez) dias, EMENDE A INICIAL, com atribuição de valor à indenização pleiteada, adequação do valor da causa, bem como a juntada da procuração, sob pena de indeferimento da petição inicial e extinção do feito sem resolução do MÉRITO. Adotada a providência, manifestado-se a respeito, ou decorrendo o prazo in albis, devidamente certificado, venham conclusos os autos. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0001274-22. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Maria das Gracas Pereira Cruz Obrigon
Advogado: Walter Gustavo da Silva Lemos (655-A)
Requerido: Banco BMG S. A.
DECISÃO:
Determino a EMENDA À INICIAL, haja vista ter sido atribuído à causa o valor de R$ 4. 317, 64, enquanto a cumulação dos pedidos de condenação pecuniária (itens “c” e “g”) resulta em valor superior. Intime-se o autor, para que proceda à emenda, adequando o valor da causa, bem como complementando o recolhimento das custas iniciais, no prazo de 10 dias, sob pena de indeferimento da inicial sem resolução do MÉRITO. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0001623-25. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Delza Gomes de Oliveira
Advogado: Genival Fernandes de Lima (OAB/RO 2366)
Requerido: Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro Dpvat S. A.
DESPACHO:
Considerando que a prática tem demonstrado a desnecessidade da audiência de conciliação, uma vez que todas as propostas neste tipo de ação restam infrutíferas, recebo o feito no rito ordinário. Cite-se o réu para, querendo, responder, em 15 dias, advertindo-o que se não for contestada a ação, incidirão os efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos narrados na inicial e prosseguindo o processo independentemente de sua intimação para os demais atos, propiciando ainda o julgamento antecipado da lide. Com a resposta, faça-se vista para réplica. Entendo como essencial a realização de perícia médica. Assim, desde já determino às partes que, em 5 dias após a réplica, apresentem quesitos e assistentes técnicos, se quiserem. A perícia deverá ser realizada pelo IML, o qual deverá ser oficiado para que agende data, hora, local e profissional que a realizará, intimando-se pessoalmente o requerente para que se faça presente. O perito terá 30 dias para apresentar o laudo. Defiro a gratuidade de justiça. Intime-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0004881-14. 2012. 8. 22. 0001
Ação: Usucapião
Requerente: Anaide Mendes da Luz de Souza, Francisco Antonio de Souza
Advogado: Marcus Edson de Lima ( )
Requerido: EGO - Empresa Geral de Obras S. A.
DECISÃO:
Defiro o pedido de dilação de prazo apresentado pela Defensoria Pública (fl. 69). Intime-se a parte autora para que cumpra a DECISÃO de fl. 57, no prazo improrrogável de 30 dias, sob pena de extinção e arquivamento do feito. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0001595-57. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Uniron - Faculdade Interamericana de Porto Velho
Advogado: Fernando Augusto Torres dos Santos (OAB/RO 4725)
Executado: Andrea Pacheco Melo
DESPACHO:
Cite-se o executado para, no prazo de 3 (três) dias, pagar a dívida ou opor embargos, em 15 (quinze) dias, contados esse último, de sua intimação, independentemente de penhora, depósito ou caução. Arbitro honorários advocatícios no percentual de 10% sobre o valor da execução, salvo embargos. Conste-se do mandado que, havendo pagamento da dívida no prazo assinalado, os honorários advocatícios serão reduzidos à metade, nos termos do art. 652-A do CPC. Não efetuado o pagamento, munido da segunda via do mandado, o Oficial de Justiça procederá de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o executado. O executado, no mesmo prazo dos embargos, se reconhecer o crédito do exeqüente, poderá requerer, desde que pago 30% do valor da execução, o pagamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% de ao mês(art. 745-A, CPC). Se a penhora recair sobre bem imóvel, intime-se o cônjuge do executado para tomar conhecimento, bem como o exequente para providenciar a respectiva averbação no registro imobiliário, mediante a apresentação de certidão de inteiro teor do ato, independentemente de mandado judicial (art. 659, § 4º). Se houver requerimento de substituição da penhora e, se no prazo, diga a parte contrária, em 3 dias, se aceita a substituição. Aceita a substituição, inclusive pela não manifestação no prazo, tome-se ela por termo (art. 657, do CPC). Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0001162-53. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Wilson Dias Llivi Ibanez Junior
Advogado: Celivaldo Soares da Silva (OAB/RO 3561), Paulo Jorge Ferreira do Nascimento (OAB/RO 99B)
Requerido: Portalprincesaweb. net
DESPACHO:
Determino ao autor que emende a petição inicial, no prazo de 10 (dez) dias, com adequação do valor da causa, haja vista ter sido formulado pedido de indenização por danos morais no valor de 40 salários mínimos, e atribuído o valor de R$1000, 00 à causa, sob pena de indeferimento da petição inicial e extinção do feito sem resolução do MÉRITO. Adotada a providência, manifestado-se a respeito, ou decorrendo o prazo in albis, devidamente certificado, venham conclusos os autos. Sem prejuízo, apensem-se os autos ao processo n. 0001161-68. 2014. 8. 22. 0001, nos moldes do art. 103 do CPC. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0007988-32. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Leide Sonia Castro dos Santos
Advogado: Fausto Schumaher Ale (OAB/RO 4165)
Requerido: Centrais Eletricas de Rondônia Sa Ceron
Advogado: Francianny Aires da Silva Ozias (OAB/RO 1190)
SENTENÇA:
SENTENÇA VISTOS, ETC. I - RELATÓRIO Leide Sonia Cstro dos Santos ajuizou a presente ação de indenização por danos morais em face de Centrais Elétricas de Rondônia S/A – CERON, ambos já qualificados, alegando em síntese, que no dia 14/01/2013, por volta das 18: 30 horas, houve interrupção do fornecimento de energia elétrica, sendo o serviço restabelecido somente às 9 horas do dia seguinte. Argumenta que tais fatos lhe causaram aflições e constrangimentos desnecessários, ensejando o dever de indenizar da requerida. Anexando documentos à incial, pugna pela condenação da requerida no pagamento de indenização a título de danos morais, em valor a ser arbitrado por este juízo, acrescido das custas processuais e honorários advocatícios. Citada, a requerida apresentou contestação aduzindo, em suma, que a falta de energia elétrica decorrente de caso fortuito ou força maior não configura conduta ilícita que justifique o dever de indenizar. Sustenta que seu sistema não registrou interrupção intempestiva ou desligamento programado com duração tão extensa, não podendo ser compelida a avisar com antecedência a possibilidade de falta de energia elétrica ao consumidor. Questiona a existência de danos morais, afirmando que tudo não passou de mero aborrecimento. Subsidiariamente, discorre sobre a fixação do quantum indenizatório, requerendo, ao final, a improcedência dos pedidos ou na hipótese de eventual condenação, que seja arbitrada com moderação. Apresenta documentos. A parte autora impugnou a contetação, apresentando posteriormente manifestação almejando a juntada de prova emprestada. Em epítome, é o RELATÓRIO. II - FUNDAMENTAÇÃOO feito comporta julgamento antecipado, pois os elementos contidos nos autos são suficientes para a formação do livre convencimento motivado (CF, art. 93, IX), afigurando-se absolutamente desnecessária a designação de audiência (CPC, art. 330, I). Segundo entendimento há muito consagrado pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, “presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder” (Resp. 2. 832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, DJU 17. 09. 90). Pois bem. Ab initio cumpre consignar a aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor na hipótese vertente, por tratar-se de prestação de serviço público essencial e indispensável aos cidadãos, fornecido por empresa concessionária, afigurando-se oportuna a inversão do ônus da prova em prol do hipossuficiente da relação jurídica. Segundo estabelecido pelo artigo 14 do CDC, a responsabilidade da empresa requerida pelo defeito na prestação do serviço é objetiva, dispensando demonstração de culpa. Para caracterizar o dever indenizatório sob a ótica da teoria da responsabilidade objetiva, basta comprovar o dano gerado por um ato da parte requerida, independente de dolo ou culpa. E nos termos do § 3º do artigo 14 do Código de Defesa do Consumidor, o fornecedor somente se exime de sua responsabilidade por danos causados por defeitos na prestação de serviços se provar a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro, ou se demonstrar que tendo prestado o serviço, o defeito inexiste. No caso em exame, a interrupção do fornecimento de energia elétrica por período superior a 12 horas restou induvidosa, porquanto a requerida, ao ser instada a se defender, não impugnou de forma específica a respectiva alegação da parte autora, ensejando, assim, a aplicação do disposto no artigo 302 do Código de Processo Civil. Limitou-se a demandada a argumentar que não pode ser compelida a avisar com antecedência a possibilidade de falta de energia elétrica quando não se tratar de interrupção programada do sistema, dizendo que por isso, não há direito a indenização e que a hipótese relatada nos autos retratou mero aborrecimento a que todas as pessoas estão sujeitas no dia a dia. Todavia, razão não assiste a requerida, pois o serviço de energia elétrica é considerado essencial, integrando o mínimo existencial relacionado à dignidade da pessoa humana, valor constitucionalmente assegurado, mostrando-se inviável a vida moderna sem a satisfatória prestação deste serviço, mormente tratando-se da região norte do país, em que predomina o calor intenso, sendo por demais incômoda a falta de energia elétrica. Registre-se que a interrupção de energia por aproximadamente 12 horas em muito ultrapassou o tempo considerado como “interrupção de longa duração”, de acordo com a Resolução n. 024/2000 da ANEEL (art. 3º, XVI), fixado em 3 minutos, sendo tal fato suficiente para demonstrar o defeito na prestação do serviço e o consequente abalo moral, uma vez que é inegável que a privação do uso de energia elétrica por várias horas ultrapassa o mero dissabor, sendo causa apta a gerar transtornos passíveis de indenização. Soma-se ao fato, as frequentes oscilações de energia elétrica noticiadas na inicicial e não infirmadas especificamente pela parte requerida (CPC, art. 302), aliadas à prova emprestada da 8ª Vara Cível, que confirma a constante falta de energia em Itapuã do Oeste. A matéria já foi apreciada pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônica, sendo reconhecida a configuração de danos morais diante dos apagões ocorridos outrora na mesma localidade, senão vejamos: ”JULGAMENTO ANTECIPADO. PECULIARIDADES DA CAUSA. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. ENERGIA ELÉTRICA. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO. INTERRUPÇÃO NO FORNECIMENTO. DANO MORAL. PROVA. PRESCINDIBILIDADE. VALOR. FIXAÇÃO. Inexiste cerceamento de defesa quando, da análise do caso concreto, verifica-se ser desnecessária a produção de outras provas além daquelas já constantes dos autos. É devida indenização

por dano moral decorrente de falha no fornecimento de energia elétrica que priva o consumidor de utilizar serviço essencial, dano este que prescinde de prova, tratando-se de espécie de dano moral presumido. O arbitramento da indenização decorrente de dano moral deve ser feito caso a caso, com bom senso, moderação e razoabilidade, atentando-se à proporcionalidade com relação ao grau de culpa, extensão e repercussão dos danos, à capacidade econômica, características individuais e ao conceito social das partes. " (Apelação Cível n. 1021191-54. 2007. 822. 0001. Rel. Des. Moreira Chagas, Câmaras Cíveis Reunidas, j. 11/04/2008, DJe 08/07/2008) Ainda segundo a jurisprudência: "APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA ELÉTRICA. RGE. Responde a concessionária do serviço público de fornecimento de energia elétrica pelo defeito na prestação. Tal acarreta a responsabilidade objetiva, calcada na Teoria do Risco Administrativo. Exegese do art. 37, § 6º da C. F. Dano emergente e nexo causal devidamente demonstrados. Indenização devida. Lucro cessante e dano moral. Indemonstrados. NEGADO PROVIMENTO AO APELO E AO RECURSO ADESIVO". (TJRS, Apelação Cível n. 70010312296, 14ª Câmara Cível, Relator: Luiz Ary Vessini de Lima, j. 10/03/2005)Portanto, vislumbrado o dever reparatório, passo a análise do valor da indenização. Na equalização deste quantum, o julgador deve considerar a extensão e natureza dos danos, a situação econômica das partes e demais peculiaridades do caso concreto, fixando a indenização em patamar equilibrado, de forma a servir de alerta para a parte requerida ter mais cautela e diligência na prestação de serviços, e capaz de amenizar o infortúnio suportado pelo autor. Frisa-se que com esta modalidade de indenização não se estará pagando ou apagando a dor moral causada, mas apenas amenizando o sofrimento gerado ao consumidor. Oportuno destacar que a requerida firmou acordo nos autos n. 0008689-90. 2013. 8. 22. 0001, 0008686-38. 2013. 8. 22. 0001, 0004616-75. 2013. 8. 22. 0001, 0007969-26. 2013. 8. 22. 0001, 0008055-94. 2013. 8. 22. 0001, 0004664-34. 2013. 8. 22. 0001, 0004593-32. 2013. 8. 22. 0001, 0004646-13. 2013. 8. 22. 0001, em audiências realizadas em 27/01/2014 perante a 3ª Vara Cível desta Comarca, em processos envolvendo exatamente a mesma celeuma, estabelecendo o pagamento de R$3. 300, 00 (três mil e trezentos reais), sendo R$3. 000, 00 (três mil reais) a título de indenização por danos morais e R$300, 00 (trezentos reais) a título de honorários advocatícios, em parcela única. Assim, tendo em vista as peculiaridades do caso, considerando os critérios acima delineados, levando em consideração as condições da parte autora e da parte requerida, bem como a teoria do desestímulo e o princípio da proporcionalidade na fixação da reparação por dano moral, afigura-se equilibrado o montante de R$4. 000, 00 (quatro mil reais). III - DISPOSITIVO Frente ao exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial (CPC, art. 269, I), condenando a requerida no pagamento em favor da parte autora do valor de R$4. 000, 00 (quatro mil reais) a título de indenização por danos morais, atualizados monetariamente pelos índices publicados pelo eg. TJRO, com juros de 1% ao mês, ambos a partir desta data (Súmula 362 do STJ). Custas processuais pela requerida, bem como honorários sucumbenciais de 12% (doze por cento) sobre o valor da condenação, considerando a duração e a ausência de complexidade da demanda e demais parâmetros preVISTOSno artigo 20, §3º, do CPC. Transitada esta DECISÃO em julgado, deverá a requerida efetuar o pagamento do valor da condenação no prazo de quinze dias, sob pena de multa de dez por cento (10%), conforme artigo 475-J do mesmo diploma legal. Não havendo pagamento espontâneo e requerendo a parte autora o cumprimento de SENTENÇA, desde já arbitro honorários advocatícios de 10% (dez por cento) do valor da condenação para a fase de execução. Decorrido o prazo de quinze (15) dias sem qualquer manifestação, remetam-se os autos ao arquivo com as cautelas de praxe. O feito poderá ser desarquivado, independentemente do pagamento de custas, se requerido dentro de seis meses a contar do trânsito em julgado. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0005100-90. 2013. 8. 22. 0001
Ação: Exibição
Requerente: Francisca de Fátima Dantas
Advogado: Vinícius Silva Lemos (OAB/RO 2281)
Requerido: Banco do Brasil S/A
Advogado: Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB/PR 8123)
DECISÃO:
VISTOS. O requerido ofertou embargos de declaração em face da SENTENÇA de fls. 44/46, apontando omissão por ausência de manifestação quanto à juntada dos documentos pleiteados pela autora. Os presentes embargos são tempestivos, porém devem ser rejeitados. Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração somente quando a DECISÃO for efetivamente obscura, contraditória ou omissa entre seus próprios termos, o que não se verifica no caso em comento. A SENTENÇA examinou o pedido inicial, em consonância com os documentos apresentados pelo requerido, registrando-se no RELATÓRIO a juntada de petição com documentos, não havendo, portanto, omissão a sanar. No DISPOSITIVO, ao condenar o requerido no pagamento das custas e honorários advocatícios, consignou-se que restou provada pela autora a pretensão resistida, concluindo-se que o requerido deu causa ao ajuizamento da ação. Na realidade, a pretensão do embargante é obter a reforma do julgado, para eximir-se dos ônus sucumbenciais, irresignação esta que deve ser deduzida perante o segundo grau de jurisdição, pelos meios legais próprios. Frente ao exposto, REJEITO os embargos de declaração. Publique-se. Intimem-se. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

Proc.: 0001536-69. 2014. 8. 22. 0001
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Divino Antonio de Miranda
Advogado: José Ademir Alves (OAB/RO 618), Laura Maria Braga Araruna (OAB/RO 3730)
Requerido: Direcional Âmbar Empreendimentos Imobiliários Ltda
DESPACHO:
Cite-se a requerida para, querendo, responder, em 15 dias, advertindo-a que se não for contestada a ação, incidirão os efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos narrados na inicial e prosseguindo o processo independentemente de sua intimação para os demais atos, propiciando ainda o julgamento antecipado da lide. Ofertada a resposta e sendo arguidas

preliminares ou sendo apresentados documentos novos, vista à autora para réplica. Após, conclusos para saneamento ou julgamento antecipado da lide. Porto Velho-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Felipe Rocha Silveira Juiz de Direito

André Luiz de Oliveira Brum
Diretor de Cartório

COMARCA DE JI-PARANÁ

TURMA RECURSAL

Turma Recursal - Ji-Paraná

DESPACHO DA RELATORA
Recurso Inominado
Número do Processo: 1002784-94. 2012. 8. 22. 0010
Processo de Origem: 1002784-94. 2012. 8. 22. 0010
Recorrente: ISET - INTERNET, SOLUÇÕES E TECNOLOGIA LTDA.
Advogada: Iracema Souza de Góis(OAB/RO 2044)
Advogado: Danilo Constance Martins Durigon(OAB/RO 5114)
Recorrida: Natália Bonora Vidrih Ferreira
Advogado: Paulo Sérgio de Oliveira(OAB/SP 295940)
Relatora: Juíza Maria Abadia de Castro Mariano Soares Lima
VISTOS, ETC.
Consta em certidão exarada pela escrivania do juízo de origem (mov. 16) que a intimação dos procuradores das partes da SENTENÇA foi disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico nº 011/2013 de 17/1/2013.
Em conformidade com o disposto no artigo 4º, §§ 3º e 4º, da Lei n. 11. 419/2006, c/c art. 6º, caput e § 1º, da Resolução nº. 007/2007-PR-TJRO, no caso em análise, a publicação ocorreu no dia 18/01/2013 e a contagem do prazo processual teve início em 21/01/2013.
Considerando o prazo de 10 dias para interposição do recurso (art. 42 da Lei 9. 099/95) o prazo se encerrou em 30/01/2013, portanto, este apelo apresentado em 31/01/2013, está intempestivo (mov. 17).
Assim, ausente o requisito de admissibilidade, nego seguimento ao recurso, por aplicação analógica, ao caso, da regra insculpida no artigo 557 do CPC c/c Provimento 028/2005 CG, decidindo monocraticamente.
Intimem-se e devolva-se à origem.
Ji-Paraná, segunda-feira, 03 de fevereiro de 2014
Maria Abadia de Castro Mariano Soares Lima
Juíza Relatora

Data: 03/02/2014
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
Turma Recursal - Ji-Paraná

Data de distribuição: 23/10/2013
Data do julgamento: 27/01/2014
0000397-89. 2013. 8. 22. 0010 Recurso Inominado
Origem: 00003978920138220010 Rolim de Moura/RO (1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública)
Recorrente: Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Procurador: Valério César Milani e Silva(OAB/RO3934)
Recorrido: Eliezer dos Santos Dourado
Advogado: Salvador Luiz Paloni(OAB/RO299A) e outro(a/s)
Relator: Juíza Maria Abadia de Castro Mariano Soares Lima
DECISÃO: ”recurso conhecido e provido parcialmente, à unanimidade nos termos do voto do relator”.
Ementa: AGENTE PENITENCÁRIO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE DEVIDO. BASE DE CÁLCULO E PERCENTUAL. DISPOSITIVO S DE LEI ESPECÍFICA REVOGADA. INAPLICABILIDADE. DISCIPLINA CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. Embora o adicional de insalubridade do agente penitenciário do Estado de Rondônia tenha sido previsto em lei específica (LC 413/2007) houve em 2009 derrogação desta lei pela Lei Complementar 528/2009, devendo, portanto, prevalecer a regulamentação da Lei ordinária 2. 165/2009, regra aplicável servidores públicos da Administração Direita e indireta do Estado de Rondônia. Não pode a SENTENÇA fundamentar-se em lei revogada, devendo ser adequada à legislação vigente. SENTENÇA mantida quanto ao reconhecimento do direito ao adicional, alterada somente quanto à base de cálculo e percentual devido. Recurso parcialmente provido.

Data de distribuição: 23/10/2013
Data do julgamento: 27/01/2014
0000398-74. 2013. 8. 22. 0010 Recurso Inominado
Origem: 00003987420138220010 Rolim de Moura/RO (1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública)
Recorrente: Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Procurador: Valério César Milani e Silva(OAB/RO3934)
Recorrido: Gelvandir Teixeira de Moura
Advogado: Salvador Luiz Paloni(OAB/RO299A) e outro(a/s)
Relator: Juíza Maria Abadia de Castro Mariano Soares Lima
DECISÃO: ”recurso conhecido e provido parcialmente, à unanimidade nos termos do voto da relatora”.
Ementa: EMENTA: AGENTE PENITENCÁRIO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE DEVIDO. BASE DE CÁLCULO E PERCENTUAL. DISPOSITIVO S DE LEI ESPECÍFICA REVOGADA. INAPLICABILIDADE. DISCIPLINA CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. Embora o adicional de insalubridade do agente penitenciário do Estado de Rondônia tenha sido previsto em lei específica (LC 413/2007) houve em 2009 derrogação desta lei pela Lei Complementar 528/2009, devendo, portanto, prevalecer a regulamentação da Lei ordinária 2. 165/2009, regra aplicável servidores públicos da Administração Direita e indireta do Estado de Rondônia. Não pode a SENTENÇA fundamentar-se em lei revogada, devendo ser adequada à legislação vigente. SENTENÇA mantida quanto ao reconhecimento do direito ao adicional, alterada somente quanto à base de cálculo e percentual devido. Recurso parcialmente provido.

Data de distribuição: 22/10/2013
Data do julgamento: 27/01/2014
0000411-73. 2013. 8. 22. 0010 Recurso Inominado
Origem: 00004117320138220010 Rolim de Moura/RO (1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública)
Recorrente: Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Procurador: Valério César Milani e Silva(OAB/RO3934)
Recorrida: Wanessa Costa Nunes Prudencio
Advogado: Salvador Luiz Paloni(OAB/RO299A) e outro(a/s)
Relator: Juíza Maria Abadia de Castro Mariano Soares Lima

DECISÃO: ”recurso conhecido e provido parcialmente, à unanimidade nos termos do voto do relator”.
Ementa: AGENTE PENITENCÁRIO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE DEVIDO. BASE DE CÁLCULO E PERCENTUAL. DISPOSITIVO S DE LEI ESPECÍFICA REVOGADA. INAPLICABILIDADE. DISCIPLINA CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. Embora o adicional de insalubridade do agente penitenciário do Estado de Rondônia tenha sido previsto em lei específica (LC 413/2007) houve em 2009 derrogação desta lei pela Lei Complementar 528/2009, devendo, portanto, prevalecer a regulamentação da Lei ordinária 2. 165/2009, regra aplicável servidores públicos da Administração Direita e indireta do Estado de Rondônia. Não pode a SENTENÇA fundamentar-se em lei revogada, devendo ser adequada à legislação vigente. SENTENÇA mantida quanto ao reconhecimento do direito ao adicional, alterada somente quanto à base de cálculo e percentual devido. Recurso parcialmente provido.

Data de distribuição: 22/10/2013
Data do julgamento: 27/01/2014
0000520-87. 2013. 8. 22. 0010 Recurso Inominado
Origem: 00005208720138220010 Rolim de Moura/RO (1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública)
Recorrente: Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Procurador: Valério César Milani e Silva(OAB/RO3934)
Recorrido: Marcela Ramalho de Souza
Advogado: Salvador Luiz Paloni(OAB/RO299A) e outro(a/s)
Relator: Juíza Maria Abadia de Castro Mariano Soares Lima
DECISÃO: ”recurso conhecido e provido parcialmente, à unanimidade nos termos do voto do relator”.
Ementa: AGENTE PENITENCÁRIO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE DEVIDO. BASE DE CÁLCULO E PERCENTUAL. DISPOSITIVO S DE LEI ESPECÍFICA REVOGADA. INAPLICABILIDADE. DISCIPLINA CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. Embora o adicional de insalubridade do agente penitenciário do Estado de Rondônia tenha sido previsto em lei específica (LC 413/2007) houve em 2009 derrogação desta lei pela Lei Complementar 528/2009, devendo, portanto, prevalecer a regulamentação da Lei ordinária 2. 165/2009, regra aplicável servidores públicos da Administração Direita e indireta do Estado de Rondônia. Não pode a SENTENÇA fundamentar-se em lei revogada, devendo ser adequada à legislação vigente. SENTENÇA mantida quanto ao reconhecimento do direito ao adicional, alterada somente quanto à base de cálculo e percentual devido. Recurso parcialmente provido.

Data de distribuição: 22/10/2013
Data do julgamento: 27/01/2014
0000575-38. 2013. 8. 22. 0010 Recurso Inominado
Origem: 00005753820138220010 Rolim de Moura/RO (1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública)
Recorrente: Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Procurador: Valério Cesar Milani e Silva(OAB/RO3934)
Recorrido: Geferson Leandro Santolin
Advogado: Salvador Luiz Paloni(OAB/RO299A) e outro(a/s)
Relator: Juíza Maria Abadia de Castro Mariano Soares Lima
DECISÃO: ”recurso conhecido e provido parcialmente, à unanimidade nos termos do voto do relator”.
Ementa: AGENTE PENITENCÁRIO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE DEVIDO. BASE DE CÁLCULO E PERCENTUAL. DISPOSITIVO S DE LEI ESPECÍFICA REVOGADA. INAPLICABILIDADE. DISCIPLINA CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. Embora o adicional de insalubridade do agente penitenciário do Estado de Rondônia tenha sido previsto em lei específica (LC 413/2007) houve em 2009 derrogação desta lei pela Lei Complementar 528/2009, devendo, portanto, prevalecer a regulamentação da Lei ordinária 2. 165/2009, regra aplicável servidores públicos da Administração Direita e indireta do Estado de Rondônia. Não pode a SENTENÇA fundamentar-se em lei revogada, devendo ser adequada à legislação vigente. SENTENÇA mantida quanto ao reconhecimento do direito ao adicional, alterada somente quanto à base de cálculo e percentual devido. Recurso parcialmente provido.

Data de distribuição: 11/11/2013
Data do julgamento: 27/01/2014
0000894-06. 2013. 8. 22. 0010 Recurso Inominado
Origem: 00008940620138220010 Rolim de Moura/RO (1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública)
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador: Valério César Milani e Silva(OAB/RO3934)
Recorrido: K. W. M. D. Representado por sua mãe L. M.
Advogado: Defensor Público
Relator: Juíza Maria Abadia de Castro Mariano Soares Lima
DECISÃO: ”recurso conhecido e provido parcialmente, à unanimidade nos termos do voto do relator”.
Ementa: RECURSO INOMINADO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. NECESSIDADE E INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERADOS. ATUAÇÃO DO JUDICIÁRIO DE FORMA CRÍTICA E CONSCIENTE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1 É previsto constitucionalmente o direito à saúde, sendo responsabilidade solidária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a implementação deste direito. 2 Diante da relevância da matéria, intrinsecamente ligada à vida e à dignidade do ser humano, não podem os entes federados alegar obstáculos de ordem financeira e administrativa visando a negativa de atendimento, desde que provadas a existência da doença, a necessidade dos fármacos e a hipossuficiência de recursos do requerente. 3 Por outro lado, a atuação do poder Judiciário deve ocorrer de forma crítica e consciente, considerando também a responsabilidade de toda a sociedade e, especialmente da família, no cuidado recíproco de seus membros, sob pena de onerar inda mais um sistema já precário. 4. Recurso conhecido e parcialmente provido.

Data de distribuição: 21/10/2013
Data do julgamento: 27/01/2014
0000942-62. 2013. 8. 22. 0010 Recurso Inominado
Origem: 00009426220138220010 Rolim de Moura/RO (1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública)
Recorrente: Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Procurador: Valério Cesar Milani e Silva(OAB/RO3934)
Recorrido: Vânia Denise Vilaforte do Nascimento
Advogado: Salvador Luiz Paloni(OAB/RO299A) e outro(a/s)
Relator: Juíza Maria Abadia de Castro Mariano Soares Lima
DECISÃO: ”recurso conhecido e provido parcialmente, à unanimidade nos termos do voto do relator”.
Ementa: AGENTE PENITENCÁRIO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE DEVIDO. BASE DE CÁLCULO E PERCENTUAL. DISPOSITIVO S DE LEI ESPECÍFICA

REVOGADA. INAPLICABILIDADE. DISCIPLINA CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. Embora o adicional de insalubridade do agente penitenciário do Estado de Rondônia tenha sido previsto em lei específica (LC 413/2007) houve em 2009 derrogação desta lei pela Lei Complementar 528/2009, devendo, portanto, prevalecer a regulamentação da Lei ordinária 2. 165/2009, regra aplicável servidores públicos da Administração Direita e indireta do Estado de Rondônia. Não pode a SENTENÇA fundamentar-se em lei revogada, devendo ser adequada à legislação vigente. SENTENÇA mantida quanto ao reconhecimento do direito ao adicional, alterada somente quanto à base de cálculo e percentual devido. Recurso parcialmente provido.

Data de distribuição: 23/09/2013
Data de redistribuição: 01/10/2013
Data do julgamento: 27/01/2014
0000947-74. 2013. 8. 22. 9002 Agravo de Instrumento
Origem: 00013325320138220003 Jaru/RO (1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública)
Agravante: Estado de Rondônia
Procurador: Toyoo Watanabe Junior(OAB/RO5728)
Agravada: Maria Neuza de Sales Barros
Advogado: Não Informado
Relator: Juíza Maria Abadia de Castro Mariano Soares Lima
DECISÃO: ”conhecido o recurso e não provido, à unanimidade nos termos do voto do relator”.
Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CÍVEL. MATÉRIA DECIDIDA. SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO. REDISCUSSÃO. IMPOSSIBILIDADE. TÍTULO LEGAL E EXIGÍVEL. RECURSO IMPROVIDO.
1. Não cabe, excetuada a hipótese de ação rescisória, rediscussão da matéria decidida por SENTENÇA transitada em julgado. 2. Sendo o título legal, portanto exigível, pode o credor buscar judicialmente a satisfação de seu crédito ante o inadimplemento voluntário do devedor. 3. Recurso improvido.

Data de distribuição: 22/10/2013
Data do julgamento: 27/01/2014
0001013-64. 2013. 8. 22. 0010 Recurso Inominado
Origem: 00010136420138220010 Rolim de Moura/RO (1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública)
Recorrente: Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Procurador: Valério Cesar Milani e Silva(OAB/RO3934)
Recorrido: Ismael Fernandes dos Anjos
Advogado: Salvador Luiz Paloni(OAB/RO299A) e outro(a/s)
Relator: Juíza Maria Abadia de Castro Mariano Soares Lima
DECISÃO: ”recurso conhecido e provido parcialmente, à unanimidade nos termos do voto do relator”.
Ementa: AGENTE PENITENCÁRIO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE DEVIDO. BASE DE CÁLCULO E PERCENTUAL. DISPOSITIVO S DE LEI ESPECÍFICA REVOGADA. INAPLICABILIDADE. DISCIPLINA CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. Embora o adicional de insalubridade do agente penitenciário do Estado de Rondônia tenha sido previsto em lei específica (LC 413/2007) houve em 2009 derrogação desta lei pela Lei Complementar 528/2009, devendo, portanto, prevalecer a regulamentação da Lei ordinária 2. 165/2009, regra aplicável servidores públicos da Administração Direita e indireta do Estado de Rondônia. Não pode a SENTENÇA fundamentar-se em lei revogada, devendo ser adequada à legislação vigente. SENTENÇA mantida quanto ao reconhecimento do direito ao adicional, alterada somente quanto à base de cálculo e percentual devido. Recurso parcialmente provido.

Data de distribuição: 08/01/2014
Data do julgamento: 27/01/2014
0001035-25. 2013. 8. 22. 0010 Recurso Inominado
Origem: 00010352520138220010 Rolim de Moura/RO (1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública)
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador: Valério César Milani e Silva(OAB/RO3934)
Recorrida: Jordelina Rodrigues da Silva
Advogado: Defensor Público
Relator: Juíza Maria Abadia de Castro Mariano Soares Lima
DECISÃO: ”recurso conhecido e improvido, à unanimidade nos termos do voto do relator”.
Ementa: RECURSO INOMINADO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. NECESSIDADE E INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERADOS. RECURSO IMPROVIDO. 1 É previsto constitucionalmente o direito à saúde, sendo responsabilidade solidária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a implementação deste direito. 2 Diante da relevância da matéria, intrinsecamente ligada à vida e à dignidade do ser humano, não podem os entes federados alegar obstáculos de ordem financeira e administrativa visando a negativa de atendimento, desde que provadas a existência da doença, a necessidade dos fármacos e a hipossuficiência de recursos do requerente. 3. Recurso conhecido e improvido.

Data de distribuição: 06/11/2013
Data do julgamento: 27/01/2014
0001274-29. 2013. 8. 22. 0010 Recurso Inominado
Origem: 00012742920138220010 Rolim de Moura/RO (1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública)
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador: Valério César Milani e Silva(OAB/RO3934)
Recorrido: Ozéias de Oliveira
Advogado: Salvador Luiz Paloni(OAB/RO299A)
Relator: Juíza Maria Abadia de Castro Mariano Soares Lima
DECISÃO: ”recurso conhecido e provido parcialmente, à unanimidade nos termos do voto do relator”.
Ementa: AGENTE PENITENCÁRIO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE DEVIDO. BASE DE CÁLCULO E PERCENTUAL. DISPOSITIVO S DE LEI ESPECÍFICA REVOGADA. INAPLICABILIDADE. DISCIPLINA CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. Embora o adicional de insalubridade do agente penitenciário do Estado de Rondônia tenha sido previsto em lei específica (LC 413/2007) houve em 2009 derrogação desta lei pela Lei Complementar 528/2009, devendo, portanto, prevalecer a regulamentação da Lei ordinária 2. 165/2009, regra aplicável servidores públicos da Administração Direita e indireta do Estado de Rondônia. Não pode a SENTENÇA fundamentar-se em lei revogada, devendo ser adequada à legislação vigente. SENTENÇA mantida quanto ao reconhecimento do direito ao adicional, alterada somente quanto à base de cálculo e percentual devido. Recurso parcialmente provido.

Data de distribuição: 11/11/2013
Data do julgamento: 27/01/2014
0001346-16. 2013. 8. 22. 0010 Recurso Inominado
Origem: 00013461620138220010 Rolim de Moura/RO (1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública)
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador: Valério César Milani e Silva(OAB/RO3934)
Recorrida: L. B. B. Representado por sua mãe S. B.
Advogado: Defensor Público
Relator: Juíza Maria Abadia de Castro Mariano Soares Lima
DECISÃO: ”recurso conhecido e improvido, à unanimidade nos termos do voto do relator”.
Ementa: RECURSO INOMINADO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. NECESSIDADE E INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERADOS. RECURSO IMPROVIDO. 1 É previsto constitucionalmente o direito à saúde, sendo responsabilidade solidária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a implementação deste direito. 2 Diante da relevância da matéria, intrinsecamente ligada à vida e à dignidade do ser humano, não podem os entes federados alegar obstáculos de ordem financeira e administrativa visando a negativa de atendimento, desde que provadas a existência da doença, a necessidade dos fármacos e a hipossuficiência de recursos do requerente. 3. Recurso conhecido e improvido.

Data de distribuição: 05/11/2013
Data do julgamento: 27/01/2014
0001581-80. 2013. 8. 22. 0010 Recurso Inominado
Origem: 00015818020138220010 Rolim de Moura/RO (1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública)
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador: Valério César Milani e Silva(OAB/RO3934)
Recorrido: Er Ramos Pessoa
Advogado: Salvador Luiz Paloni(OAB/RO299A)
Relator: Juíza Maria Abadia de Castro Mariano Soares Lima
DECISÃO: ”recurso conhecido e provido parcialmente, à unanimidade nos termos do voto do relator”.
Ementa: EMENTA: AGENTE PENITENCÁRIO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE DEVIDO. BASE DE CÁLCULO E PERCENTUAL. DISPOSITIVO S DE LEI ESPECÍFICA REVOGADA. INAPLICABILIDADE. DISCIPLINA CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. Embora o adicional de insalubridade do agente penitenciário do Estado de Rondônia tenha sido previsto em lei específica (LC 413/2007) houve em 2009 derrogação desta lei pela Lei Complementar 528/2009, devendo, portanto, prevalecer a regulamentação da Lei ordinária 2. 165/2009, regra aplicável servidores públicos da Administração Direita e indireta do Estado de Rondônia. Não pode a SENTENÇA fundamentar-se em lei revogada, devendo ser adequada à legislação vigente. SENTENÇA mantida quanto ao reconhecimento do direito ao adicional, alterada somente quanto à base de cálculo e percentual devido. Recurso parcialmente provido.

Data de distribuição: 26/11/2013
Data do julgamento: 27/01/2014
0001647-60. 2013. 8. 22. 0010 Recurso Inominado
Origem: 00016476020138220010 Rolim de Moura/RO (1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública)
Recorrente: Jose Carlos Rodrigues de Lima
Advogado: Edson Luiz Rolim(OAB/RO313A)
Recorrido: Município de Rolim de Moura RO
Advogado: Leandro Junior Rodrigues(OAB/RO5405)
Relator: Juíza Maria Abadia de Castro Mariano Soares Lima
DECISÃO: ”recurso conhecido e improvido, à unanimidade nos termos do voto do relator”.
Ementa: RECURSO INOMINADO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. DEMONSTRAÇÃO DE NECESSIDADE DO MEDICAMENTO/TRATAMENTO SOLICITADO. INEXISTÊNCIA. Compete à parte que pleiteia o medicamento/exames/tratamento trazer aos autos laudo médico que comprove a necessidade do fornecimento. Se não há prova da necessidade, a improcedência é medida que se impõe. SENTENÇA mantida. Recurso improvido.

Data de distribuição: 19/11/2013
Data do julgamento: 27/01/2014
0001755-89. 2013. 8. 22. 0010 Recurso Inominado
Origem: 00017558920138220010 Rolim de Moura/RO (1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública)
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador: Valério César Milani e Silva(OAB/RO3934)
Recorrida: Valdeci de Jesus Souza
Advogado: Defensor Público
Relator: Juíza Maria Abadia de Castro Mariano Soares Lima
DECISÃO: ”recurso conhecido e improvido, à unanimidade nos termos do voto do relator”.
Ementa: Ementa: RECURSO INOMINADO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. NECESSIDADE E INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERADOS. RECURSO IMPROVIDO. 1 É previsto constitucionalmente o direito à saúde, sendo responsabilidade solidária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a implementação deste direito. 2 Diante da relevância da matéria, intrinsecamente ligada à vida e à dignidade do ser humano, não podem os entes federados alegar obstáculos de ordem financeira e administrativa visando a negativa de atendimento, desde que provadas a existência da doença, a necessidade dos fármacos e a hipossuficiência de recursos do requerente. 3. Recurso conhecido e improvido.

Data de distribuição: 05/11/2013
Data do julgamento: 27/01/2014
0001786-12. 2013. 8. 22. 0010 Recurso Inominado
Origem: 00017861220138220010 Rolim de Moura/RO (1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública)
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador: Pedro Henrique Moreira Simões(OAB/RO5491)
Recorrida: Luciléia dos Reis Gudin
Advogado: Defensor Público
Relator: Juíza Maria Abadia de Castro Mariano Soares Lima
DECISÃO: ”recurso conhecido e provido, à unanimidade nos termos do voto do relator”.
Ementa: RECURSO INOMINADO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. NECESSIDADE E INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERADOS. ATUAÇÃO DO JUDICIÁRIO DE FORMA CRÍTICA E CONSCIENTE. RECURSO PROVIDO. 1 É previsto constitucionalmente o direito à saúde, sendo responsabilidade solidária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a implementação deste direito. 2 Diante da relevância da matéria, intrinsecamente ligada à vida e à dignidade do ser humano, não podem os

entes federados alegar obstáculos de ordem financeira e administrativa visando a negativa de atendimento, desde que provadas a existência da doença, a necessidade dos fármacos e a hipossuficiência de recursos do requerente. 3 Por outro lado, a atuação do Poder Judiciário deve ocorrer de forma crítica e consciente, considerando também a responsabilidade de toda a sociedade e, especialmente da família, no cuidado recíproco de seus membros, sob pena de onerar inda mais um sistema já precário. 4. Recurso conhecido e provido.

Data de distribuição: 06/11/2013
Data do julgamento: 27/01/2014
0001802-63. 2013. 8. 22. 0010 Recurso Inominado
Origem: 00018026320138220010 Rolim de Moura/RO (1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública)
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador: Valério César Milani e Silva(OAB/RO3934)
Recorrido: Lídio Martello
Advogado: Salvador Luiz Paloni(OAB/RO299A)
Relator: Juíza Maria Abadia de Castro Mariano Soares Lima
DECISÃO: ”recurso conhecido e provido parcialmente, à unanimidade nos termos do voto do relator”.
Ementa: AGENTE PENITENCÁRIO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE DEVIDO. BASE DE CÁLCULO E PERCENTUAL. DISPOSITIVO S DE LEI ESPECÍFICA REVOGADA. INAPLICABILIDADE. DISCIPLINA CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. Embora o adicional de insalubridade do agente penitenciário do Estado de Rondônia tenha sido previsto em lei específica (LC 413/2007) houve em 2009 derrogação desta lei pela Lei Complementar 528/2009, devendo, portanto, prevalecer a regulamentação da Lei ordinária 2. 165/2009, regra aplicável servidores públicos da Administração Direita e indireta do Estado de Rondônia. Não pode a SENTENÇA fundamentar-se em lei revogada, devendo ser adequada à legislação vigente. SENTENÇA mantida quanto ao reconhecimento do direito ao adicional, alterada somente quanto à base de cálculo e percentual devido. Recurso parcialmente provido.

Data de distribuição: 19/11/2013
Data do julgamento: 27/01/2014
0001835-53. 2013. 8. 22. 0010 Recurso Inominado
Origem: 00018355320138220010 Rolim de Moura/RO (1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública)
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador: Pedro Henrique Moreira Simões(OAB/RO5491)
Recorrida: Sueli Dopiate da Silva
Advogado: Defensor Público
Relator: Juíza Maria Abadia de Castro Mariano Soares Lima
DECISÃO: ”recurso conhecido e provido parcialmente, à unanimidade nos termos do voto do relator”.
Ementa: RECURSO INOMINADO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. NECESSIDADE E INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERADOS. ATUAÇÃO DO JUDICIÁRIO DE FORMA CRÍTICA E CONSCIENTE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1 É previsto constitucionalmente o direito à saúde, sendo responsabilidade solidária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a implementação deste direito. 2 Diante da relevância da matéria, intrinsecamente ligada à vida e à dignidade do ser humano, não podem os entes federados alegar obstáculos de ordem financeira e administrativa visando a negativa de atendimento, desde que provadas a existência da doença, a necessidade dos fármacos e a hipossuficiência de recursos do requerente. 3 Por outro lado, a atuação do poder Judiciário deve ocorrer de forma crítica e consciente, considerando também a responsabilidade de toda a sociedade e, especialmente da família, no cuidado recíproco de seus membros, sob pena de onerar inda mais um sistema já precário. 4. Recurso conhecido e parcialmente provido.

Data de distribuição: 19/11/2013
Data do julgamento: 27/01/2014
0001838-08. 2013. 8. 22. 0010 Recurso Inominado
Origem: 00018380820138220010 Rolim de Moura/RO (1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública)
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador: Valério César Milani e Silva(OAB/RO3934)
Recorrido: C. V. V. L. Representado por seu pai E. de S. L.
Advogado: Defensor Público
Relator: Juíza Maria Abadia de Castro Mariano Soares Lima
DECISÃO: ”recurso conhecido e provido parcialmente, à unanimidade nos termos do voto do relator”.
Ementa: RECURSO INOMINADO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. NECESSIDADE E INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERADOS. ATUAÇÃO DO JUDICIÁRIO DE FORMA CRÍTICA E CONSCIENTE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1 É previsto constitucionalmente o direito à saúde, sendo responsabilidade solidária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a implementação deste direito. 2 Diante da relevância da matéria, intrinsecamente ligada à vida e à dignidade do ser humano, não podem os entes federados alegar obstáculos de ordem financeira e administrativa visando a negativa de atendimento, desde que provadas a existência da doença, a necessidade dos fármacos e a hipossuficiência de recursos do requerente. 3 Por outro lado, a atuação do poder Judiciário deve ocorrer de forma crítica e consciente, considerando também a responsabilidade de toda a sociedade e, especialmente da família, no cuidado recíproco de seus membros, sob pena de onerar inda mais um sistema já precário. 4. Recurso conhecido e parcialmente provido.

Data de distribuição: 12/11/2013
Data do julgamento: 27/01/2014
0001882-27. 2013. 8. 22. 0010 Recurso Inominado
Origem: 00018822720138220010 Rolim de Moura/RO (1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública)
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador: Valério César Milani e Silva(OAB/RO3934)
Recorrido: Lindomar Custódio Magalhães
Advogado: Lucildo Cardoso Freire(OAB/RO4751)
Relator: Juíza Maria Abadia de Castro Mariano Soares Lima
DECISÃO: ”recurso conhecido e provido parcialmente, à unanimidade nos termos do voto do relator”.
Ementa: AGENTE PENITENCÁRIO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE DEVIDO. BASE DE CÁLCULO E PERCENTUAL. DISPOSITIVO S DE LEI ESPECÍFICA REVOGADA. INAPLICABILIDADE. DISCIPLINA CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. Embora o adicional de insalubridade do agente penitenciário do Estado de Rondônia tenha sido previsto em lei específica (LC 413/2007) houve em 2009 derrogação desta lei pela Lei Complementar 528/2009, devendo, portanto, prevalecer a regulamentação da Lei

ordinária 2. 165/2009, regra aplicável servidores públicos da Administração Direita e indireta do Estado de Rondônia. Não pode a SENTENÇA fundamentar-se em lei revogada, devendo ser adequada à legislação vigente. SENTENÇA mantida quanto ao reconhecimento do direito ao adicional, alterada somente quanto à base de cálculo e percentual devido. Recurso parcialmente provido.

Data de distribuição: 19/11/2013
Data do julgamento: 27/01/2014
0002080-64. 2013. 8. 22. 0010 Recurso Inominado
Origem: 00020806420138220010 Rolim de Moura/RO (1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública)
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador: Valério César Milani e Silva(OAB/RO3934)
Recorrida: Raquel Medeiros Muniz da Silva
Advogado: Defensor Público
Relator: Juíza Maria Abadia de Castro Mariano Soares Lima
DECISÃO: ”recurso conhecido e improvido, à unanimidade nos termos do voto do relator”.
Ementa: RECURSO INOMINADO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. NECESSIDADE E INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERADOS. RECURSO IMPROVIDO. 1 É previsto constitucionalmente o direito à saúde, sendo responsabilidade solidária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a implementação deste direito. 2 Diante da relevância da matéria, intrinsecamente ligada à vida e à dignidade do ser humano, não podem os entes federados alegar obstáculos de ordem financeira e administrativa visando a negativa de atendimento, desde que provadas a existência da doença, a necessidade dos fármacos e a hipossuficiência de recursos do requerente. 3. Recurso conhecido e improvido.

Data de distribuição: 19/11/2013
Data do julgamento: 27/01/2014
0002183-71. 2013. 8. 22. 0010 Recurso Inominado
Origem: 00021837120138220010 Rolim de Moura/RO (1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública)
Recorrente: Estado de Rondônia e outro(a/s)
Procurador: Valério César Milani e Silva(OAB/RO3934) e outro(a/s)
Recorrido: Joilson Nascimento de Jesus
Advogado: Defensor Público
Relator: Juíza Maria Abadia de Castro Mariano Soares Lima
DECISÃO: ”recurso conhecido e improvido, à unanimidade nos termos do voto do relator”.
Ementa: RECURSOS INOMINADOS. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. NECESSIDADE E INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERADOS. ALEGAÇÃO TRATAMENTO CUSTO. RECURSO IMPROVIDO. 1 É previsto constitucionalmente o direito à saúde, sendo responsabilidade solidária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a implementação deste direito. 2 Diante da relevância da matéria, intrinsecamente ligada à vida e à dignidade do ser humano, não podem os entes federados alegar obstáculos de ordem financeira e administrativa visando a negativa de atendimento, desde que provadas a existência da doença, a necessidade dos fármacos e a hipossuficiência de recursos do requerente. 4. O fato de o tratamento ser de alto custo não afasta a responsabilidade solidária dos entes. 5. Recursos conhecidos e improvidos.

Data de distribuição: 06/11/2013
Data do julgamento: 27/01/2014
0002212-24. 2013. 8. 22. 0010 Recurso Inominado
Origem: 00022122420138220010 Rolim de Moura/RO (1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública)
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador: Valério César Milani e Silva(OAB/RO3934)
Recorrido: Fábio Bastos da Cunha
Advogado: Salvador Luiz Paloni(OAB/RO299A)
Relator: Juíza Maria Abadia de Castro Mariano Soares Lima
DECISÃO: ”recurso conhecido e provido parcialmente, à unanimidade nos termos do voto do relator”.
Ementa: AGENTE PENITENCÁRIO. ADICIONAL DE INSALUBRIDADE DEVIDO. BASE DE CÁLCULO E PERCENTUAL. DISPOSITIVO S DE LEI ESPECÍFICA REVOGADA. INAPLICABILIDADE. DISCIPLINA CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE. Embora o adicional de insalubridade do agente penitenciário do Estado de Rondônia tenha sido previsto em lei específica (LC 413/2007) houve em 2009 derrogação desta lei pela Lei Complementar 528/2009, devendo, portanto, prevalecer a regulamentação da Lei ordinária 2. 165/2009, regra aplicável servidores públicos da Administração Direita e indireta do Estado de Rondônia. Não pode a SENTENÇA fundamentar-se em lei revogada, devendo ser adequada à legislação vigente. SENTENÇA mantida quanto ao reconhecimento do direito ao adicional, alterada somente quanto à base de cálculo e percentual devido. Recurso parcialmente provido.

Data de distribuição: 19/11/2013
Data do julgamento: 27/01/2014
0002324-90. 2013. 8. 22. 0010 Recurso Inominado
Origem: 00023249020138220010 Rolim de Moura/RO (1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública)
Recorrente: Estado de Rondônia e outro(a/s)
Procurador: Valério César Milani e Silva(OAB/RO3934) e outro(a/s)
Recorrido: Altair Correa
Advogado: Defensor Público
Relator: Juíza Maria Abadia de Castro Mariano Soares Lima
DECISÃO: ”recurso conhecido e improvido, à unanimidade nos termos do voto do relator”.
Ementa: RECURSO INOMINADO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. PRELIMINARES DE CHAMAMENTO AO PROCESSO DA UNIÃO, INCOMPETÊNCIA DO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA, INÉPCIA DA INICIAL E ILIQUIDEZ DA SENTENÇA INCABÍVEIS. NECESSIDADE E INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS DO REQUERENTE. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERADOS. CONCESSÃO DE LIMINAR E SEQUESTRO DE VALORES. CABIMENTO. ATUAÇÃO DO JUDICIÁRIO DE FORMA CRÍTICA E CONSCIENTE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1 É previsto constitucionalmente o direito à saúde, sendo responsabilidade solidária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a implementação deste direito e portanto, desnecessário a intervenção da União no feito, uma vez que o cidadão pode exigir a prestação de qualquer dos entes federados. 2- O Juizado da Fazenda Pública não é incompetente para a presente demanda, eis que o valor da causa, mesmo observada a regra esculpida no art. 260 do CPC não ultrapassaria o teto fixado. 3- O pedido por sua vez, não é genérico e a SENTENÇA se mostra líquida, eis que

estabelece em seu DISPOSITIVO a individualização do objeto. 4- É possível a concessão de liminares em face da Fazenda existindo os requisitos autorizadores da medida, sendo já matéria pacificada nos Tribunais a possibilidade de sequestro de valores em caso de descumprimento. 5. Diante da relevância da matéria, intrinsecamente ligada à vida e à dignidade do ser humano, não podem os entes federados alegar obstáculos de ordem financeira e administrativa visando à negativa de atendimento, desde que provadas a existência da doença, a necessidade dos fármacos e a hipossuficiência de recursos do requerente. 6. Recurso conhecido e parcialmente provido.

Data de distribuição: 02/12/2013
Data do julgamento: 27/01/2014
0002931-06. 2013. 8. 22. 0010 Recurso Inominado
Origem: 00029310620138220010 Rolim de Moura/RO (1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública)
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador: Valério César Milani e Silva(OAB/RO3934)
Recorrido: Francisco Leal dos Santos
Advogado: Defensor Público
Relator: Juíza Maria Abadia de Castro Mariano Soares Lima
DECISÃO: ”recurso conhecido e improvido, à unanimidade nos termos do voto do relator”.
Ementa: RECURSO INOMINADO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. NECESSIDADE E INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERADOS. RECURSO IMPROVIDO. 1 É previsto constitucionalmente o direito à saúde, sendo responsabilidade solidária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a implementação deste direito. 2 Diante da relevância da matéria, intrinsecamente ligada à vida e à dignidade do ser humano, não podem os entes federados alegar obstáculos de ordem financeira e administrativa visando a negativa de atendimento, desde que provadas a existência da doença, a necessidade dos fármacos e a hipossuficiência de recursos do requerente. 3. Recurso conhecido e improvido.

Data de distribuição: 19/11/2013
Data do julgamento: 27/01/2014
0002932-88. 2013. 8. 22. 0010 Recurso Inominado
Origem: 00029328820138220010 Rolim de Moura/RO (1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública)
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador: Valério César Milani e Silva(OAB/RO3934)
Recorrido: Y. G. V. O. G. Representado por sua mãe D. dos S. V.
Advogado: Defensor Público
Relator: Juíza Maria Abadia de Castro Mariano Soares Lima
DECISÃO: ”recurso conhecido e provido parcialmente, à unanimidade nos termos do voto do relator”.
Ementa: RECURSO INOMINADO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. NECESSIDADE E INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERADOS. ATUAÇÃO DO JUDICIÁRIO DE FORMA CRÍTICA E CONSCIENTE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1 É previsto constitucionalmente o direito à saúde, sendo responsabilidade solidária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a implementação deste direito. 2 Diante da relevância da matéria, intrinsecamente ligada à vida e à dignidade do ser humano, não podem os entes federados alegar obstáculos de ordem financeira e administrativa visando a negativa de atendimento, desde que provadas a existência da doença, a necessidade dos fármacos e a hipossuficiência de recursos do requerente. 3 Por outro lado, a atuação do poder Judiciário deve ocorrer de forma crítica e consciente, considerando também a responsabilidade de toda a sociedade e, especialmente da família, no cuidado recíproco de seus membros, sob pena de onerar inda mais um sistema já precário. 4. Recurso conhecido e parcialmente provido.

Data de distribuição: 02/12/2013
Data do julgamento: 27/01/2014
0003311-29. 2013. 8. 22. 0010 Recurso Inominado
Origem: 00033112920138220010 Rolim de Moura/RO (1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública)
Recorrente: Estado de Rondônia e outro(a/s)
Procurador: Valério César Milani e Silva(OAB/RO3934) e outro(a/s)
Recorrido: Luiz Martins de Oliveira
Advogado: Defensor Público
Relator: Juíza Maria Abadia de Castro Mariano Soares Lima
DECISÃO: ”recurso conhecido e improvido, à unanimidade nos termos do voto do relator”.
Ementa: RECURSO INOMINADO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. PRELIMINARES DE CHAMAMENTO AO PROCESSO DA UNIÃO, INCOMPETÊNCIA DO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA, INÉPCIA DA INICIAL E ILIQUIDEZ DA SENTENÇA. TRATAMENTO ALTO CUSTO. INCABÍVEIS. NECESSIDADE E INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS DO REQUERENTE. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERADOS. CONCESSÃO DE LIMINAR E SEQUESTRO DE VALORES. CABIMENTO. RECURSOS IMPROVIDOS. 1 É previsto constitucionalmente o direito à saúde, sendo responsabilidade solidária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a implementação deste direito e portanto, desnecessário a intervenção da União no feito, uma vez que o cidadão pode exigir a prestação de qualquer dos entes federados. 2. Igualmente o fato de ser o tratamento de alto custo não exime a responsabilidade do Município. 3. O Juizado da Fazenda Pública não é incompetente para a presente demanda, eis que o valor da causa, mesmo observada a regra esculpida no art. 260 do CPC não ultrapassaria o teto fixado. 4. O pedido por sua vez, não é genérico e a SENTENÇA se mostra líquida, eis que estabelece em seu DISPOSITIVO a individualização do objeto. 5. É possível a concessão de liminares em face da Fazenda existindo os requisitos autorizadores da medida, sendo já matéria pacificada nos Tribunais a possibilidade de sequestro de valores em caso de descumprimento. 6. Diante da relevância da matéria, intrinsecamente ligada à vida e à dignidade do ser humano, não podem os entes federados alegar obstáculos de ordem financeira e administrativa visando à negativa de atendimento, desde que provadas a existência da doença, a necessidade dos fármacos e a hipossuficiência de recursos do requerente. 7. Recursos conhecidos e improvidos.

Data de distribuição: 02/12/2013
Data do julgamento: 27/01/2014
0003376-24. 2013. 8. 22. 0010 Recurso Inominado
Origem: 00033762420138220010 Rolim de Moura/RO (1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública)
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador: Valério César Milani e Silva(OAB/RO3934)
Recorrida: Sueli Aparecida de Oliveira Petini
Advogado: Defensor Público
Relator: Juíza Maria Abadia de Castro Mariano Soares Lima

DECISÃO: ”recurso conhecido e provido parcialmente, à unanimidade nos termos do voto do relator”.
Ementa: RECURSO INOMINADO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. PRELIMINARES DE CHAMAMENTO AO PROCESSO DA UNIÃO, INCOMPETÊNCIA DO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA, INÉPCIA DA INICIAL E ILIQUIDEZ DA SENTENÇA INCABÍVEIS. NECESSIDADE E INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS DO REQUERENTE. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERADOS. CONCESSÃO DE LIMINAR E SEQUESTRO DE VALORES. CABIMENTO. ATUAÇÃO DO JUDICIÁRIO DE FORMA CRÍTICA E CONSCIENTE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1 É previsto constitucionalmente o direito à saúde, sendo responsabilidade solidária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a implementação deste direito e portanto, desnecessário a intervenção da União no feito, uma vez que o cidadão pode exigir a prestação de qualquer dos entes federados. 2- O Juizado da Fazenda Pública não é incompetente para a presente demanda, eis que o valor da causa, mesmo observada a regra esculpida no art. 260 do CPC não ultrapassaria o teto fixado. 3- O pedido por sua vez, não é genérico e a SENTENÇA se mostra líquida, eis que estabelece em seu DISPOSITIVO a individualização do objeto. 4- É possível a concessão de liminares em face da Fazenda existindo os requisitos autorizadores da medida, sendo já matéria pacificada nos Tribunais a possibilidade de seqüestro de valores em caso de descumprimento. 5. Diante da relevância da matéria, intrinsecamente ligada à vida e à dignidade do ser humano, não podem os entes federados alegar obstáculos de ordem financeira e administrativa visando à negativa de atendimento, desde que provadas a existência da doença, a necessidade dos fármacos e a hipossuficiência de recursos do requerente. 6. Por outro lado, a atuação do poder Judiciário deve ocorrer de forma crítica e consciente, considerando também a responsabilidade de toda a sociedade e, especialmente da família, no cuidado recíproco de seus membros, sob pena de onerar ainda mais um sistema já precário. 4. Recurso conhecido e parcialmente provido.
(a) Bel Gideão Gonçalves Apolinário
Secretário da Turma Recursal de Ji-Paraná

Data: 03/02/2014
PUBLICAÇÃO DE ACÓRDÃOS
Turma Recursal - Ji-Paraná

Data de distribuição: 07/03/2013
Data de redistribuição: 01/10/2013
Data do julgamento: 27/01/2014
0001672-14. 2011. 8. 22. 0020 Recurso Inominado
Origem: 00016721420118220020 Nova Brasilândia do Oeste/RO (1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública)
Recorrente: Ozenilda Salete dos Santos de Miranda
Advogado: Salvador Luiz Paloni(OAB/RO299A)
Recorrido: Município de Novo Horizonte do Oeste - RO
Procuradora: Wanessa Teixeira da Silva(OAB/RO3358)
Relator: Juíza Maria Abadia de Castro Mariano Soares Lima
DECISÃO: ”recurso conhecido e improvido, à unanimidade nos termos do voto da relatora”.
Ementa: Ausência do cadastramento do trabalhador no PIS/PASEP. Prescrição quinquenal. Extinção da pretensão ao recolhimento, bem como de qualquer indenização pela omissão. Recurso improvido.

Data de distribuição: 09/01/2014
Data do julgamento: 27/01/2014
0001679-65. 2013. 8. 22. 0010 Recurso Inominado
Origem: 00016796520138220010 Rolim de Moura/RO (1ª Vara do Juizado Especial Cível)
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador: Valério César Milani e Silva(OAB/RO3934)
Recorrida: Irene Cismoski da Silva
Advogado: Defensor Público
Relator: Juíza Maria Abadia de Castro Mariano Soares Lima
DECISÃO: ”recurso conhecido e improvido, à unanimidade nos termos do voto do relator”.
Ementa: RECURSO INOMINADO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. NECESSIDADE E INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERADOS. RECURSO IMPROVIDO. 1 É previsto constitucionalmente o direito à saúde, sendo responsabilidade solidária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a implementação deste direito. 2 Diante da relevância da matéria, intrinsecamente ligada à vida e à dignidade do ser humano, não podem os entes federados alegar obstáculos de ordem financeira e administrativa visando a negativa de atendimento, desde que provadas a existência da doença, a necessidade dos fármacos e a hipossuficiência de recursos do requerente. 3. Recurso conhecido e improvido.

Data de distribuição: 09/01/2014
Data do julgamento: 27/01/2014
0002323-08. 2013. 8. 22. 0010 Recurso Inominado
Origem: 00023230820138220010 Rolim de Moura/RO (1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública)
Recorrente: Estado de Rondônia
Procurador: Valério César Milani e Silva(OAB/RO3934)
Recorrida: Eufrosina Oliveira Melocra
Advogado: Defensor Público
Relator: Juíza Maria Abadia de Castro Mariano Soares Lima
DECISÃO: ”recurso conhecido e provido parcialmente, à unanimidade nos termos do voto do relator”.
Ementa: RECURSO INOMINADO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. NECESSIDADE E INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERADOS. ATUAÇÃO DO JUDICIÁRIO DE FORMA CRÍTICA E CONSCIENTE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1 É previsto constitucionalmente o direito à saúde, sendo responsabilidade solidária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a implementação deste direito. 2 Diante da relevância da matéria, intrinsecamente ligada à vida e à dignidade do ser humano, não podem os entes federados alegar obstáculos de ordem financeira e administrativa visando a negativa de atendimento, desde que provadas a existência da doença, a necessidade dos fármacos e a hipossuficiência de recursos do requerente. 3 Por outro lado, a atuação do poder Judiciário deve ocorrer de forma crítica e consciente, considerando também a responsabilidade de toda a sociedade e, especialmente da família, no cuidado recíproco de seus membros, sob pena de onerar inda mais um sistema já precário. 4. Recurso conhecido e parcialmente provido.

Data de distribuição: 19/11/2013
Data do julgamento: 27/01/2014
0002536-14. 2013. 8. 22. 0010 Recurso Inominado
Origem: 00025361420138220010 Rolim de Moura/RO (1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública)
Recorrente: Estado de Rondônia
Advogado: Valério César Milani e Silva(OAB/RO3934)
Recorrido: Gerson Alves Celestino
Advogado: Defensor Público
Relator: Juíza Maria Abadia de Castro Mariano Soares Lima
DECISÃO: ”recurso conhecido e provido parcialmente, à unanimidade nos termos do voto do relator”.
Ementa: RECURSO INOMINADO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. NECESSIDADE E INSUFICIÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERADOS. ATUAÇÃO DO JUDICIÁRIO DE FORMA CRÍTICA E CONSCIENTE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. 1 É previsto constitucionalmente o direito à saúde, sendo responsabilidade solidária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a implementação deste direito. 2 Diante da relevância da matéria, intrinsecamente ligada à vida e à dignidade do ser humano, não podem os entes federados alegar obstáculos de ordem financeira e administrativa visando a negativa de atendimento, desde que provadas a existência da doença, a necessidade dos fármacos e a hipossuficiência de recursos do requerente. 3 Por outro lado, a atuação do poder Judiciário deve ocorrer de forma crítica e consciente, considerando também a responsabilidade de toda a sociedade e, especialmente da família, no cuidado recíproco de seus membros, sob pena de onerar inda mais um sistema já precário. 4 Recurso conhecido e parcialmente provido.

Data de distribuição: 24/04/2013
Data de redistribuição: 01/10/2013
Data do julgamento: 27/01/2014
1001318-74. 2012. 8. 22. 0007 Recurso Inominado
Origem: 10013187420128220007 Cacoal/RO (1ª Vara do Juizado Especial Cível)
Recorrente: Amarildo Campos de Souza
Advogado: Fábio Moura de Vicente(OAB/PR34. 913)
Recorrido: Vivo S/A
Advogado: Alan Arais Lopes(RO1787)
Relator: Juíza Maria Abadia de Castro Mariano Soares Lima
DECISÃO: ”conhecido o recurso e não provido, à unanimidade nos termos do voto do relator”.
Ementa: Inscrições diversas nos órgãos de proteção ao crédito. Dano moral não configurado. Ônus da prova. Impossibilidade de inovação em sede recursal. 1. Cabe ao autor demonstrar na inicial a ilicitude de outras inscrições porventura existentes ou, ao menos, comprovar o ajuizamento de ações para discussão, pois é impossível ao julgador ter conhecimento do fato sem tal provimento do requerente. Não é possível trazer, em grau de recurso, razões de fato não levadas à apreciação do juiz a quo. Recurso improvido.

Data de interposição: 10/06/2013
Data do julgamento: 27/01/2014
1001355-92. 2012. 8. 22. 0010 Recurso Inominado
Embargante: MECÂNICA MERCEDIESEL VILHENA LTDA -ME
Advogado: Daniel dos Anjos Fernandes Júnior(OAB/RO3214) e outro(a/s)
Embargado: Romildo Viana Ferreira
Advogado: Lidia Ferreira Freming Quispilaya(OAB/RO4928) e outro(a/s)
Relator: Juíza Maria Abadia de Castro Mariano Soares Lima
DECISÃO: ”Embargos de Declaração acolhidos, à unanimidade nos termos do voto da relatora”.
Ementa: Embargos de declaração. Omissão caracterizada. Acolhimento. Cabível o acolhimento de embargos de declaração da DECISÃO que determinou a designação de nova audiência de instrução e julgamento e silenciou quanto à apresentação de contestação. Nos termos do Enunciado 10 do FONAJE a contestação pode ser apresentada até a data da audiência de instrução e julgamento a ser realizada. Embargos de declaração acolhidos.

Data de distribuição: 24/10/2012
Data de redistribuição: 01/10/2013
Data do julgamento: 27/01/2014
1001647-77. 2012. 8. 22. 0010 Recurso Inominado
Origem: 10016477720128220010 Rolim de Moura/RO (1ª Vara do Juizado Especial Cível)
Recorrente: Eletrobras Distribuição Rondônia
Advogado: Juvenilço Iriberto Decarli Jr(RO1193)
Recorrido: Dailton Panza de Siqueira
Advogado: Não Informado
Relator: Juíza Maria Abadia de Castro Mariano Soares Lima
DECISÃO: ”recurso conhecido e provido parcialmente, à unanimidade nos termos do voto da relatora”.
Ementa: IRREGULARIDADE MEDIDOR. COBRANÇA ABAIXO DO VALOR REAL. PAGAMENTO DEVIDO PELO CONSUMIDOR. RESOLUÇÃO 414 DA ANEEL. Constatada a irregularidade no medidor, por perícia válida, impõe-se ao consumidor o dever de pagamento pelos valores não auferidos, sob pena de caracterizar enriquecimento indevido. Os valores devem ser calculados em conformidade com o previsto no art. 115 da Resolução 414 da ANEEL. Recurso parcialmente provido.

Data de distribuição: 06/12/2012
Data de redistribuição: 01/10/2013
Data do julgamento: 27/01/2014
1002267-89. 2012. 8. 22. 0010 Recurso Inominado
Origem: 10022678920128220010 Rolim de Moura/RO (1ª Vara do Juizado Especial Cível)
Recorrente: Moveis Romera Ltda
Advogado: José Manoel Garcia Fernandes(OAB/PR12855)
Recorrido: Losango Promoções de Vendas Ltda Financeira e outro(a/s)

Advogado: Fábio Alexandre Abiorana Lucena(OAB/RO3453) e outro(a/s)
Relator: Juíza Maria Abadia de Castro Mariano Soares Lima
DECISÃO: ”recurso conhecido e provido, à unanimidade nos termos do voto da relatora”.
Ementa: Contrato de financiamento de bens. Ação revisional. Taxa de juros. Pacto livre pelas partes. Discrepância entre o contratado e a média do mercado. Inexistência. A parte livremente anuiu com a taxa de juros estipulada no contrato, visando a se beneficiar pelo longo prazo para pagamento. Não há nos autos elementos que caracterizem má-fé das empresas, nem comprovada significativa discrepância entre a taxa fixada no contrato e a taxa média do mercado, não existindo, assim, razões para intervenção, sendo devido o valor contratado entre as partes. Recurso provido.
Data de distribuição: 11/03/2013
Data de redistribuição: 01/10/2013
Data do julgamento: 27/01/2014
1002289-50. 2012. 8. 22. 0010 Recurso Inominado
Origem: 10022895020128220010 Rolim de Moura/RO (1ª Vara do Juizado Especial Cível)
Recorrente: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado: Juvenilço Iriberto Decarli Jr(RO1193)
Recorrida: ROSILENE SALINA
Advogado: Defensor Público
Relator: Juíza Maria Abadia de Castro Mariano Soares Lima
DECISÃO: ”recurso conhecido e provido parcialmente, à unanimidade nos termos do voto da relatora”.
Ementa: ENERGIA ELÉTRICA. FATURA COM VALOR MÍNIMO. ACÚMULO DE DIAS. COBRANÇA VALORES REMANESCENTES. AUSÊNCIA DE MESES ANTERIORES PARA PARÂMETRO. APLICAÇÃO ART. 6º DA LEI 9. 099/95. Constatado que o valor dito com exorbitante é resultado do acúmulo de dias, em razão de cobrança de valor mínimo na primeira fatura, sendo tal alegação condizente com os outros meses de consumo, deve o consumidor ser responsabilidade pela dívida, sob pena de enriquecimento sem causa. Não existindo meses anteriores que possibilitem comparação, a média deve ser feita com base nos meses subsequentes ao mês de baixo consumo, por aplicação do art. 6º da Lei 9. 099/95. Recurso parcialmente provido.

Data de distribuição: 25/03/2013
Data de redistribuição: 01/10/2013
Data do julgamento: 27/01/2014
1002970-42. 2011. 8. 22. 0014 Recurso Inominado
Origem: 10029704220118220014 Vilhena/RO (1ª Vara do Juizado Especial Cível)
Recorrente: Itaú Unibanco S. A.
Advogado: Celso Marcon(OAB/RO3700)
Recorrida: Idarci Celina Maraschim
Advogado: Ana Paula de Brito Steffens(OAB/RO5. 018)
Relator: Juíza Maria Abadia de Castro Mariano Soares Lima
DECISÃO: ”conhecido o recurso e não provido, à unanimidade nos termos do voto do relator”.
Ementa: CONTRATO. FINANCIAMENTO DE VEÍCULO. ENCARGOS. TAC. TEC. DEVOLUÇÃO NA FORMA SIMPLES. Nos contratos celebrados após abril de 2008 é indevida a cobrança de valores referente a tarifa de abertura de crédito (TAC) e tarifa de emissão de carnê (TEC). A matéria foi objeto de apreciação pelo STJ, em sede de recurso repetitivo. Recurso improvido.

(a) Bel Gideão Gonçalves Apolinário
Secretário da Turma Recursal de Ji-Paraná

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
Juíza de Direito: Drª. Sandra Martins Lopes
Diretora de Cartório: Raimunda Pereira dos Santos Heitmann

Proc.: 0001408-37. 2014. 8. 22. 0005
Ação: Monitória
Requerente: Distribuidora de Auto Peças Rondobras Ltda
Advogado: Edson Cesar Calixto (OAB/RO 1873)
Requerido: João Roberto Zurano
DESPACHO:
VISTOS. 1. A pretensão visa ao cumprimento de obrigação adequada ao procedimento e vem em petição devidamente instruída por prova escrita, sem eficácia de título executivo, de modo que a ação monitória é pertinente (Código de Processo Civil, artigo 1102 a). 2. Defiro, pois, de plano, a expedição de ordem para citação e pagamento, com o prazo de quinze dias, nos termos pedidos na inicial (Código de Processo Civil, artigo 1102 b), anotando-se, nesse mandado, que, caso a requerida o cumpra, ficará isenta de custas e honorários advocatícios. 3. Oportuno constar que, nesse prazo, a ré poderá oferecer embargos, e que, caso não haja o cumprimento da obrigação ou oferecimento de embargos, ?constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial?. Em sendo necessário, fica o Oficial de Justiça autorizado a diligenciar nos termos do art. 172, §2º do CPC. SIRVA-SE DE MANDADO para citação sob o rito monitório. Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0001187-54. 2014. 8. 22. 0005
Ação: Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente: CNF - Administradora de Consórcio Nacional Ltda
Advogado: Thiago Tagliaferro Lopes (OAB/SP 208972)
Requerido: Leandro Ferreira Dutra
DECISÃO:
VISTOS. Considerando estar comprovada a relação contratual entre as partes com a demonstração do inadimplemento da parte devedora e sua constituição em mora através de

notificação pessoal, DEFIRO A LIMINAR pleiteada nos termos do art. 3º do Dec. Lei. n. 911/69 (alterado pela Lei 10. 931/04), para determinar a BUSCA E APREENSÃO do bem alienado fiduciariamente. Oportuna a transcrição do art. 3º e art. 8º-A do Decreto-lei 911/69: "Art. 3º O proprietário fiduciário ou credor poderá requerer contra o devedor ou terceiro a busca e apreensão do bem alienado fiduciariamente, a qual será concedida liminarmente, desde que comprovada a mora ou inadimplemento do devedor. §1o Cinco dias após executada a liminar mencionada no caput, consolidar-se-ão a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário, cabendo às repartições competentes, quando for o caso, expedir novo certificado de registro de propriedade em nome do credor, ou de terceiro por ele indicado, livre do ônus da propriedade fiduciária. §2o No prazo do § 1o, o devedor fiduciante poderá pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre do ônus. §3o O devedor fiduciante apresentará resposta no prazo de quinze dias da execução da liminar. §4o A resposta poderá ser apresentada ainda que o devedor tenha se utilizado da faculdade do § 2o, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição. §5o Da SENTENÇA cabe apelação apenas no efeito devolutivo. §6o Na SENTENÇA que decretar a improcedência da ação de busca e apreensão, o juiz condenará o credor fiduciário ao pagamento de multa, em favor do devedor fiduciante, equivalente a cinqüenta por cento do valor originalmente financiado, devidamente atualizado, caso o bem já tenha sido alienado. §7o A multa mencionada no § 6o não exclui a responsabilidade do credor fiduciário por perdas e danos. §8o A busca e apreensão prevista no presente artigo constitui processo autônomo e independente de qualquer procedimento posterior. . . . Art. 8º-A O procedimento judicial disposto neste Decreto-Lei aplica-se exclusivamente às hipóteses da Seção XIV da Lei no 4. 728, de 14 de julho de 1965, ou quando o ônus da propriedade fiduciária tiver sido constituído para fins de garantia de débito fiscal ou previdenciário." Executada a medida, cite-se a parte ré para, em cinco dias, pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário, hipótese na qual o bem será restituído livre do ônus, sendo que passado este prazo, consolidar-se-á nas mãos da parte credora o domínio e a posse plenos e exclusivos do bem, autorizado a venda pelo autor, estando livre do ônus da propriedade fiduciária, e oferecer resposta a ação no prazo de 15 dias da execução da liminar. O Oficial de Justiça fica autorizado, em sendo necessário, diligenciar nos termos do art. 172, §2º, do CPC. SIRVA-SE DE MANDADO. Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0001416-14. 2014. 8. 22. 0005
Ação: Monitória
Requerente: Distribuidora de Auto Peças Rondobras Ltda
Advogado: Edson Cesar Calixto (OAB/RO 1873)
Requerido: Rosenilda Pena Bezerra
DESPACHO:
VISTOS. 1. A pretensão visa ao cumprimento de obrigação adequada ao procedimento e vem em petição devidamente instruída por prova escrita, sem eficácia de título executivo, de modo que a ação monitória é pertinente (Código de Processo Civil, artigo 1102 a). 2. Defiro, pois, de plano, a expedição de ordem para citação e pagamento, com o prazo de quinze dias, nos termos pedidos na inicial (Código de Processo Civil, artigo 1102 b), anotando-se, nesse mandado, que, caso a requerida o cumpra, ficará isenta de custas e honorários advocatícios. 3. Oportuno constar que, nesse prazo, a ré poderá oferecer embargos, e que, caso não haja o cumprimento da obrigação ou oferecimento de embargos, ?constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial?. Em sendo necessário, fica o Oficial de Justiça autorizado a diligenciar nos termos do art. 172, §2º do CPC. SIRVA-SE DE MANDADO para citação sob o rito monitório. Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0001419-66. 2014. 8. 22. 0005
Ação: Monitória
Requerente: Distribuidora de Auto Peças Rondobras Ltda
Advogado: Edson Cesar Calixto (OAB/RO 1873)
Requerido: Sergio Rufino da Silva
DESPACHO:
VISTOS. 1. A pretensão visa ao cumprimento de obrigação adequada ao procedimento e vem em petição devidamente instruída por prova escrita, sem eficácia de título executivo, de modo que a ação monitória é pertinente (Código de Processo Civil, artigo 1102 a). 2. Defiro, pois, de plano, a expedição de ordem para citação e pagamento, com o prazo de quinze dias, nos termos pedidos na inicial (Código de Processo Civil, artigo 1102 b), anotando-se, nesse mandado, que, caso a requerida o cumpra, ficará isenta de custas e honorários advocatícios. 3. Oportuno constar que, nesse prazo, a ré poderá oferecer embargos, e que, caso não haja o cumprimento da obrigação ou oferecimento de embargos, ?constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial?. Em sendo necessário, fica o Oficial de Justiça autorizado a diligenciar nos termos do art. 172, §2º do CPC. SIRVA-SE DE MANDADO para citação sob o rito monitório. Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0001421-36. 2014. 8. 22. 0005
Ação: Monitória
Requerente: Distribuidora de Auto Peças Rondobras Ltda
Advogado: Edson Cesar Calixto (OAB/RO 1873)
Requerido: Vicente de Souza Lelis
DESPACHO:
VISTOS. 1. A pretensão visa ao cumprimento de obrigação adequada ao procedimento e vem em petição devidamente instruída por prova escrita, sem eficácia de título executivo, de modo que a ação monitória é pertinente (Código de Processo Civil, artigo 1102 a). 2. Defiro, pois, de plano, a expedição de ordem para citação e pagamento, com o prazo de quinze dias, nos termos pedidos na inicial (Código de Processo Civil, artigo 1102 b), anotando-se, nesse mandado, que, caso a requerida o cumpra, ficará isenta de custas e honorários advocatícios. 3. Oportuno constar que, nesse prazo, a ré poderá oferecer embargos, e que, caso não haja o cumprimento da obrigação ou oferecimento de embargos, ?constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial?. Em sendo necessário, fica o Oficial de Justiça autorizado a diligenciar nos termos do art. 172, §2º do CPC. SIRVA-SE DE MANDADO para citação sob o rito monitório. Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0001422-21. 2014. 8. 22. 0005
Ação: Monitória
Requerente: Distribuidora de Auto Peças Rondobras Ltda
Advogado: Edson Cesar Calixto (OAB/RO 1873)
Requerido: Márcio Mota da Silva
DESPACHO:
VISTOS. 1. A pretensão visa ao cumprimento de obrigação adequada ao procedimento e vem em petição devidamente instruída por prova escrita, sem eficácia de título executivo, de modo que a ação monitória é pertinente (Código de Processo Civil, artigo 1102 a). 2. Defiro, pois, de plano, a expedição de ordem para citação e pagamento, com o prazo de quinze dias, nos termos pedidos na inicial (Código de Processo Civil, artigo 1102 b), anotando-se, nesse mandado, que, caso a requerida o cumpra, ficará isenta de custas e honorários advocatícios. 3. Oportuno constar que, nesse prazo, a ré poderá oferecer embargos, e que, caso não haja o cumprimento da obrigação ou oferecimento de embargos, ?constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial?. Em sendo necessário, fica o Oficial de Justiça autorizado a diligenciar nos termos do art. 172, §2º do CPC. SIRVA-SE DE MANDADO para citação sob o rito monitório. Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0001592-90. 2014. 8. 22. 0005
Ação: Monitória
Requerente: Bigsal Industria e Comércio de Suplementos Para Nutrição Animal Ltda
Advogado: Diego Rodrigo de Oliveira Domingues (OAB/RO 5963)
Requerido: Josué Felipe Santiago
DESPACHO:
VISTOS. 1. A pretensão visa ao cumprimento de obrigação adequada ao procedimento e vem em petição devidamente instruída por prova escrita, sem eficácia de título executivo, de modo que a ação monitória é pertinente (Código de Processo Civil, artigo 1102 a). 2. Defiro, pois, de plano, a expedição de ordem para citação e pagamento, com o prazo de quinze dias, nos termos pedidos na inicial (Código de Processo Civil, artigo 1102 b), anotando-se, nesse mandado, que, caso a requerida o cumpra, ficará isenta de custas e honorários advocatícios. 3. Oportuno constar que, nesse prazo, a ré poderá oferecer embargos, e que, caso não haja o cumprimento da obrigação ou oferecimento de embargos, ?constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial?. Em sendo necessário, fica o Oficial de Justiça autorizado a diligenciar nos termos do art. 172, §2º do CPC. SIRVA-SE DE MANDADO para citação sob o rito monitório. Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0000182-94. 2014. 8. 22. 0005
Ação: Monitória
Exequente: A. Tomasi & Cia Ltda ME
Advogado: Diego Rodrigo de Oliveira Domingues (OAB/RO 5963)
Executado: Karine Nakad Chuffi
SENTENÇA:
VISTOS. Cumprido o mandado monitório mediante pagamento judicial, implicando em reconhecimento da procedência do pedido, efeito extintivo da obrigação e de isenção de custas e honorários advocatícios, DECRETO A RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com espeque no art. 269, II, c/c 1102 c, § 1º, do CPC, ordenando a expedição de alvará. Fica autorizado o desentranhamento do título à fl. 11, em favor da requerida, mediante cópia, e lançamento no documento desentranhado do número do processo, o tipo de ação e o cartório respectivo (Diretrizes Gerais Judiciais, Capítulo II, Seção XII, art. 100, §2º). Procedidos os atos decorrentes, arquive-se. P. R. I. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0007252-70. 2011. 8. 22. 0005
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Luiz Pereira Sobrinho
Advogado: Dinair de Oliveira Talarico (OAB/RO 1507)
Requerido: Gilberto Borgio, Fazenda Publica do Municipio de Ji Parana RO
Advogado: Giane Ellen Borgie Barbosa (OAB/RO 2027), José Carlos Nolasco (OAB/RO 393B), Procurador do Município (OAB/RO 0000)
DECISÃO:
DECISÃO Gilberto Borgio, opõe embargos de declaração, fls. 180/185, sob o argumento de que há contradição e omissão na SENTENÇA, uma vez que os documentos apresentados pelo requerido foram desconsiderados pela Juíza, não tendo ainda se manifestado quanto aos pedidos do requerido. Em síntese, é o que há de relevante. Há consenso doutrinário e jurisprudencial no sentido de que as hipóteses de cabimento dos embargos declaratórios são somente aquelas previstas no art. 535 do CPC, que dispõe, “in verbis”: ”Art. 535. Cabem embargos de declaração quando: I - houver, na SENTENÇA ou no acórdão, obscuridade ou contradição; II - for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou tribunal”Logo, da leitura do normativo processual se extrai a afirmação de que somente cabem embargos de declaração na hipótese de ocorrência de obscuridade, contradição ou omissão na SENTENÇA ou acórdão embargado. Observe-se, por relevante, que a enumeração das hipóteses é taxativa, não havendo possibilidade de acréscimo de outras não previstas na lei, ante o princípio da reserva legal em matéria processual. Os embargos de declaração têm a FINALIDADE de esclarecer, tornar claro o julgado, sem lhe modificar, em princípio, sua substância; não operam novo julgamento, pois simplesmente devem afastar pontos contraditórios, suprir omissões e esclarecer obscuridades porventura encontradas na DECISÃO. In casu, não existem defeitos na SENTENÇA que possam ser corrigidos com os presentes embargos, na verdade, o requerido pretende, pela via imprópria, a análise do MÉRITO. Todos os documentos e argumentos das partes foram valorados, levando ao convencimento da magistrada pela procedência do pedido do autor. Ante o exposto, REJEITO os presentes embargos. A DECISÃO permanece tal qual fora proferida. Reaberto prazo para apelo. Intimem-seJi-Paraná-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Proc.: 0011494-38. 2012. 8. 22. 0005
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Raquel Vian
Advogado: Milton Fugiwara (OAB/RO 1194)
Requerido: Sul Financeira S. a. Crédito Financiamentos e Investimentos
Advogado: Marcelo Rayes (OAB/SP 141541)
DECISÃO:
DECISÃO Sul Financeira S/A Crédito, Financiamentos e Investimentos, apresentou embargos de declaração contra a SENTENÇA de fls. 90/93. , alegando contradição, uma vez que

embora a SENTENÇA tenha julgada improcedente o pedido do autor, no DISPOSITIVO condenou o réu ao pagamento das custas e honorários advocatícios. É o RELATÓRIO. Decido. Destarte, merece ser acolhida a pretensão do embargante, uma vez que a SENTENÇA julgou improcedente o pedido do autor, entretanto, houve equívoco no DISPOSITIVO da SENTENÇA ao condenar o réu, e não o autor, em honorários de sucumbência e custas processuais. Evidente que não sendo acolhido o pedido do autor, este deve arcar com as custas e honorários de sucumbência. Ante o exposto, com fundamento art. 535 do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE os embargos de declaração apresentados, para fazer constar do DISPOSITIVO da SENTENÇA: "Condeno a autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios da parte contrária, os quais arbitro em R$ 500, 00 (quinhentos reais), nos termos do art. 20, §4º, do CPC. "Mantenho inalterados os demais termos da DECISÃO. Considerando que os embargos interrompem o prazo para interposição de recurso (art. 538, do CPC), intimem-se as partes da DECISÃO. Após, tornem conclusos. Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Kelma Vilela de Oliveira Juíza de Direito

Raimunda Pereira dos Santos Heitmann
Diretora de Cartório

4ª VARA CÍVEL

4º Cartório Cível
Dr. Silvio Viana
Juiz de Direito
Luzia Lopes Castelan
Diretora Substituta
Lauda n.

Proc.: 0012379-52. 2012. 8. 22. 0005
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Marina Maletzki de Toledo
Advogado: Carina Dalla Martha (OAB/RO 2612), Rosana Aparecida Dalla Martha (OAB/RO 2025)
Requerido: Estado de Rondonia
Advogado: Ana Paula de Freitas Melo (OAB/RO 1670)
SENTENÇA:
SENTENÇA RELATÓRIO Marina Maletzki de Toledo, ajuizou ação ordinária de obrigação de dar com pedido de tutela antecipada, pretendendo que o Estado de Rondônia, disponibilize as passagens necessárias para a realização de exames a cidade de São Paulo/SP, providenciando também, ajuda de custo, vez tratar-se de exames fora de seu domicílio, a qual, alega não ter condições financeiras para adquirir e custear sem comprometimento de sua financeira familiar. Juntou procuração e documentos às fls. 19/98. Concedida tutela antecipada, conforme verificado à fl. 99, determinando fornecimento imediato das passagens necessárias à cidade de São Paulo/SP e ajuda de custo, durante e enquanto perdurar o tratamento da requerente. Regularmente citado, o requerido manifestou-se às (fls. 113/117) sustentando em sede de preliminar, ausência de interesse de agir, ao fundamento de que a parte não ingressou com pedido administrativo para fornecimento das passagens aéreas. No MÉRITO, a portaria n. 55 de 24 de fevereiro de 1999, do Ministério da Saúde, prevê a possibilidade de assistência com passagens e ajuda de custo, devendo, por óbvio, ser respeitados os parâmetros inerentes a cada Secretaria da Saúde, ou seja, a ordem de atendimento, bem como as peculiaridades de cada região e levando em consideração o poder orçamentário. Ao final, requer o acatamento da preliminar arguida, em caso contrário, seja a pretensão julgada improcedente, revogando-se a DECISÃO antecipatória concedida. Impugnação acostada as fls. 120/125. Manifestações e documentos pertinentes a obrigações da ajuda de custo, devidamente acostadas às fls. 147/162Às fls. 155/156, manifesta-se a requerente, em virtude do descumprimento da liminar à fl. 99, o que em ato contínuo, pleiteou a realização do sequestro no importe de R$ 3. 217, 50, (três mil duzentos e dezessete reais e cinquenta centavos) o que fora devidamente efetivado à fl. 166. A requerente, após o levantamento do valor sequestrado (fls. 166), prestou contas dos gastos inerentes ao tratamento realizado na cidade de São Paulo/SP no valor de R$8. 100, 13 (oito mil e cem reais e treze centavos) às fls. 177/199. É o relato do essencial. FUNDAMENTAÇÃOO processo comporta julgamento no estado em que se encontra, não havendo necessidade de produção de outras provas, além das já existentes nos autos. A requerente pretende a disponibilização de passagens aéreas a cidade de São Paulo/SP, bem como ajuda de custo, enquanto perdurar o tratamento, consubstanciada em laudos médicos, resultados de exames, receituários e atestado de incapacidade, demonstrando-se a necessidade da urgência, pois sem tais, a mesma corre risco de evolução de sua doença e é justamente por conta da situação, que decorre a responsabilidade do requerido, na disponibilização das passagens e referida ajuda de custo. Noutro bordo, o requerido, alegou em preliminar, falta de interesse de agir, porquanto não houve pedido administrativo e no MÉRITO, sustenta que de acordo com a portaria n. 55 de 24 de fevereiro de 1999 do Ministério da Saúde, prevê a possibilidade da disponibilização das passagens, devendo por oportuno, ser respeitados os parâmetros de cada Secretaria da Saúde, em vista das peculiaridades de cada região, face o comprometimento do poder orçamentário. Pois bem, Inicialmente, analiso a questão preliminar suscitada pelo requerido, em sua ordem lógico-processual. O Estado tem a obrigação legal de disponibilizar as passagens e ajuda de custo ora vindicadas, haja vista que extensivamente opera-se inserida nos manejos referente ao direito a saúde, que por sua vez, trata-se de direito fundamental, sobretudo, em função do teor da norma contida no art. 196 da CF/88, tendo por principal escopo, dissipar a desigualdade de assistência à saúde da população, de tal modo a universalizar o atendimento. Por óbvio, fica rejeitada, tal arguição, vez que a responsabilidade pela preservação da saúde é dever da administração pública e seus entes(união, estados e municípios) detém entre si a efetivação da saúde, responsabilidade e o atendimento eficaz a sociedade, sendo pacífica a jurisprudência neste sentido. MANDADO DE SEGURANÇA - PRELIMINAR - ILEGITIMIDADE DE PARTE - AUTORIDADE EXECUTORA - COMPETÊNCIA DO COORDENADOR DE SAÚDE - IMPOSSIBILIDADE - SECRETÁRIO DE SAÚDE - AUTORIDADE QUE DETÉM A COMPETÊNCIA PARA CORRIGIR A ILEGALIDADE - PRELIMINAR REJEITADA - VIAGEM PARA FORA DO ESTADO - TRATAMENTO FORA DE DOMICÍLIO - NECESSIDADE - FORNECIMENTO DAS PASSAGENS E AJUDA DE CUSTO - POSSIBIILIDADE - PROTEÇÃO À SAÚDE ASSEGURADA

PELA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DEVER DO PODER PÚBLICO - INÉRCIA ESTATAL - OFENSA AO DIREITO LÍQUIDO E CERTO DA IMPETRANTE - ATO PASSÍVEL DE CORREÇÃO VIA MANDAMENTAL - DESNECESSIDADE DE DILAÇÃO PROBATÓRIA - SEGURANÇA CONCEDIDA. Operou-se, portanto, o descabimento da preliminar, cingindo-se a necessidade da rejeição da ausência de interesse de agir, ora suscitada. No MÉRITO, alega que não é salutar que o Estado comprometa-se com o bem da coletividade em prol de uma pessoa individualizada, aduzindo que é importante analisar cada caso para que o TFD não seja banalizado. Ademais, a requerente não demonstrou a impossibilidade pessoal própria ou de sua família, no custeio financeiro das despesas pessoais e passagens das quais necessita. Pelos documentos juntados às fls. 19/98, está comprovada a necessidade dos exames, sendo patente, a situação de risco que acarretará eventual diagnóstico e tratamento inadequados. Não se pode negar que ?a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação?, consoante inteligência do artigo 196 da CF/88. Afirmar que não há comprovação pela paciente de que a mesma não demonstrou a impossibilidade pessoal própria ou de sua família no custeio financeiro das despesas pessoais e passagens das quais necessita, ofende o preceito constitucional, assim como, encará-lo com conteúdo meramente programático seria o mesmo que defender que a Constituição Federal resume-se a um amontoado de regras e direitos utópicos, que não passam de belos conceitos sem qualquer valor jurídico ou de efetividade. Os Tribunais tem decidido peremptoriamente de forma quase unânime, o entendimento de que a norma constitucional supracitada é de eficácia plena. No presente caso, embora o ente público alegue que não pode arcar com as despesas do procedimento, sem comprometer o bem da coletividade, em prol de uma pessoa individualizada, não há dúvidas de que recai sobre o mesmo a responsabilidade pela saúde pública e este não pode se escusar de cumprir o mandamento constitucional. Sobretudo, porque tal afirmação de vultuosos recursos é muito vaga e beira ao duvidoso, uma vez que tributos são recolhidos de toda a população, também com este objetivo. Ora, há fortes indícios que levam a crer que a situação econômica da autora não seja diversa da atestada nos autos, que não representam ônus excessivo ao seu orçamento, pois do contrário, não enfrentaria uma demanda judicial que por si só desenvolve desgastes e ainda assim, ter que passar por dissabores oriundos do enfrentamento da falta de assistência pelo ente público, face a tentativa de negar o ?mister?. Isto porque, apesar do direito a saúde estar consagrado em nossa Lei Fundamental e representar direito público subjetivo indisponível, a obrigação assistencial do estado não é irrestrita, indiscriminada, ilimitada, ao contrário, norteia-se pela urgência, pela necessidade do tratamento, e também pela hipossuficiência de recursos do beneficiário. Conforme notícia veiculada pelo sítio eletrônico do STF, o Ministro Joaquim Barbosa, em seu discurso de abertura do Seminário Direito à Saúde: Desafios para a Universalidade: ?explicou que o direito à saúde é uma obrigação solidária, já que deve ser garantido não apenas pela União, mas igualmente pelos estados e municípios. ?O desafio nessa área é tão superlativo que o STF tem decidido que o Estado brasileiro não se pode furtar ao dever que lhe incumbe de propiciar aos cidadãos hipossuficientes os meios necessários ao gozo do direito à saúde?. Bem como, ponderou que: ?num cenário de limitações orçamentárias, não se pode impor ao Estado a concessão ilimitada de todo e qualquer tratamento ou medicamento que por sua inferência, estende-se a outras obrigações inerentes a assistência jurídica, entretanto, ?essa circunstância não pode ser apresentada como cláusula geral de isenção ao cumprimento das normas constitucionais e, principalmente, à concretização do direito fundamental à saúde?. A realização de sequestro por descumprimento de ordem judicial antecipatória da tutela é medida aplicável, inclusive em face do Estado de Rondônia, podendo pautar-se pelos orçamentos juntados e nem viola os preceitos legais vigentes, como já restou amplamente pacificado na jurisprudência nacional: TRF-2 - AG AGRAVO DE INSTRUMENTO AG 200802010179805 (TRF-2) Data de publicação: 27/05/2010Ementa: ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVODE INSTRUMENTO. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. BLOQUEIO/ SEQÜESTRO DE VALORES. MEDIDA EXCEPCIONAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STJ. 1. É possível o bloqueio ou seqüestro de verbas públicas para garantir o fornecimento de medicamentos pelo Estado, como medida de caráter excepcional, diante do descumprimento injustificado da DECISÃO judicial que concede tal fornecimento, bem como face à urgência e à imprescindibilidade de sua prestação. Precedentes do Superior Tribunal de Justiça. 2. Agravo de instrumento desprovido. DECISÃO Por todo o exposto, julgo procedente a pretensão autoral ajuizada, para condenar o requerido Estado de Rondônia ao fornecimento da(s) passagens(s) necessárias à parte autora e à sua acompanhante, bem como ajuda de custo, enquanto perdurar o tratamento, confirmando assim, a liminar concedida. Esta SENTENÇA não exime a parte autora de comprovar perante o requerido, mediante atestados médicos, as datas e a necessidade de acompanhamento. Nos termos do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil, extingo o feito com resolução de MÉRITO. Julgo prestadas as contas apresentadas pelo paciente às fls. 177/199Após o trânsito em Julgado, arquivem-se os autos. P. R. I. Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0015702-65. 2012. 8. 22. 0005
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Julian Cuadal Soares
Advogado: Julian Cuadal Soares (OAB/RO 2597)
Requerido: ELO Cooperativa de Consumo de Rondônia
Advogado: Maria Luiza de Almeida (OAB/RO 3252), Cleber Carmona de Freitas (OAB/RO 3314)
DECISÃO:
(Fls. 370/381) Recebo a apelação em seus regulares efeitos. Ao apelado para o oferecimento das contrarrazões. Oferecidas ou não as contrarrazões, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0007005-21. 2013. 8. 22. 0005
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Ellen Fabíola Duarte
Advogado: Yuri Robert Rabelo Antunes (OAB/RO 4584)
Requerido: OI - BRASIL TELECOM CELULAR S. A
Advogado: Virgilia Maria Barbosa Mendonça Stábile (OAB/RO 2292)

DESPACHO:
Ao Sr. contador judicial, para apuração de eventual divergência ocorrida entre o valor depositado pela requerida (fl. 132), e a diferença pleiteada pela requerente (fls. 134/135). Caso haja diferença quanto ao valor depositado pela requerida, intime-a, desde logo, para depósito do valor sob pena de prosseguimento do feito. Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0010828-08. 2010. 8. 22. 0005
Ação: Embargos à Execução
Requerente: Instituto Nacional de Seguro Social Inss
Advogado: Procurador Federal (NBO 020)
Embargado: Genovilson Coradini
Advogado: Luis Fernando Tavanti (OAB / RO 2333)
DESPACHO:
Nada sendo requerido no prazo de 10 dias, arquivem-se os autos. Ji-Paraná-RO, terça-feira, 14 de janeiro de 2014. Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0002277-34. 2013. 8. 22. 0005
Ação: Embargos à Execução
Embargante: D. e. r. - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Rondônia.
Advogado: Jorge William Fredi (OAB/RO 4525)
Embargado: Demival Oliveira de Paula
Advogado: Lurival Antonio Ercolin (OAB/RO 064 B)
SENTENÇA:
RELATÓRIO DER-RO, Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes do Estado de Rondônia, interpõe embargos à execução nos autos em epígrafe, movida por Dermival Oliveira de Paula, alega excesso de execução, referente os cálculos apresentados pelo exequente, nos autos de n. 00239224-45. 2009. 822. 0005, ao fundamento de que as diárias servem para compensar despesas decorrentes do deslocamento do servidor e se o ente público fornece toda a estrutura necessária ao atendimento das despesas, desnecessário no entanto, o pagamento das mesmas. Aduz que, em relação às horas extras do período de segunda a sexta feira, dos meses (setembro a dezembro/2006), o cálculo correto é o valor apresentado pelo DER que perfaz o montante de R$ 2. 637, 12 (dois mil seiscentos e trinta e sete reais) e quanto aos sábados, período de (setembro a dezembro 2006) o valor apurado é de R$ 944, 64 (novecentos e quarenta e quatro reais e sessenta e quatro centavos) aos domingos (setembro e dezembro 2006) o cálculo é de R$ 472, 32 (quatrocentos e setenta e dois reais e trinta e dois centavos) somando-se ao final, o total de R$ 32. 826, 24 (trinta e dois mil oitocentos e vinte e seis reais e vinte e quatro centavos). Em relação ao adicional de insalubridade, os cálculos representam o montante de R$ 5. 083, 14 (cinco mil e oitenta e três reais e quatorze centavos) perfazendo o total de R$ 41. 963, 46 (quarenta e um mil novecentos e três reais e quarenta e seis centavos) Neste sentido, pleiteia a procedência dos pedidos. Juntou documentos às folhas 09/175. Atendendo ao DESPACHO que determinou a realização da perícia, o embargante manifestou-se às fls. 185/186, ao fundamento de que não há necessidade de apresentação dos cálculos por perito contábil, são valores que não dependem de profissional técnico, porquanto, tratam-se de meros cálculos aritméticos e a discórdia já o fora manifestada, dado o momento da apresentação dos cálculos pela embargante. Citado o embargado, apresentou impugnação às fls 178/180. Alega que a SENTENÇA foi definitiva em estabelecer os cálculos, e os valores do adicional de insalubridade incide sobre os vencimentos do cargo e definem como remuneração a soma do salário contratual, com outras vantagens, percebidas na vigência contratual trabalhista, logo, os cálculos apresentados pelo embargante, encontram-se eivados de vícios. Aduz também que os embargos não tem o condão de alterar a SENTENÇA, não sendo portanto, possível, acolher a pretensão dos embargante. Ao final, requer a improcedência da pretensão posta nos embargos. É o relato do essencial. FUNDAMENTAÇÃOO processo comporta julgamento no estado em que se encontra, não havendo a necessidade de produção de outras provas, além das já existentes nos autos. A confecção da SENTENÇA se deu em detrimento da força trazida pelo artigo 88 da Lei Complementar Estadual 68/92, ou seja, são na verdade, ditames que traduzem o direito do embargado, sustentado no comando sentencial dos autos de n 0239224-45. 20009-822. 0005. Por seu turno, a Norma Regulamentadora (15 NR-15) anexo 13, da Portaria n. 3. 214/78 do MTE, dispõe sobre o pagamento de adicional de insalubridade em grau máximo, ou seja, tudo se traduziu com a evidência do labor executado na função de manutenção de máquinas e veículos pesados, ora, teve o embargado, contato com agentes nocivos à saúde, provada e corroborada pela instrução realizada (fls. 206/208), concluindo-se portanto, pela exata aplicação do fato à norma. Complementa-se aqui, portanto, por intermédio do já mencionado no Anexo 13 da NR 15 da Portaria 3214/78 do MTE, decorrente do contato cutâneo inevitável com aqueles produtos, evidenciado pelos perigos, a necessidade de ser mantido o grau máximo esposado naquela SENTENÇA, que se deu, inclusive, com base na discriminação clarividente das atividades despojadas pelo critério qualitativo e não quantitativo, apontadas como substâncias cancerígenas, todas ensejando, sem dúvida, o contato permanente e indissociável das funções exercidas, com os referidos agentes químicos. O Quadro 1 da mesma Norma Regulamentadora, estabelece limites de tolerância do valor teto, sendo possível em casos da falta de parâmetros nacionais, ser positivamente utilizado os parâmetros internacionais da ACGIH (American Conferência of Governmental Industrial Hygienist) sobretudo, afirmam que em relação ao benzo (a) pireno é enquadrado em grau máximo de (40%), pelo item ?operações diversas?, já em relação ao Betume, também é enquadrado como insalubre em grau máximo (40%) e o Antraceno detectado no estudo da NIOSH, também é enquadrado como insalubre de grau máximo Ora, tem-se, portanto, que os agentes químicos utilizados pelo embargado vem com percentual de insalubridade pertencente ao grau máximo, todos, absolutamente descrevem o quantitativo de 40% (quarenta por cento) descrito pela Norma Regulamentadora (NR 9) do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais. Notadamente, a SENTENÇA diz respeito ao adicional que veio baseada na remuneração da soma do salário contratual, com outras vantagens percebidas na vigência do contrato de trabalho, como bem reproduzido à fls. 179, por exemplo, adicional noturno, adicional de periculosidade, insalubridade, comissões, percentagens, gratificações, diárias para viagem, dentre outras. Por todo o desarrazoado é descabida a pretensão do embargante. É claro que o ataque aos cálculos inseridos nos autos não devem ser recebidos, sobretudo, quando existem resquícios vultuosos da obrigação inerente, aos deveres dos empregadores aos trabalhadores, ademais, esta SENTENÇA reforçará a credibilidade do direito alcançado pelo exequente, ora embargado, trazido pela inteligência do

disposto no artigo 88 da lei complementar Estadual 68/92, que por si só, desestimulam a pretensão, por não coincidir a realidade com os fatos apresentados pelo embargante, ao argumento de que poderá sofrer prejuízos irreparáveis. Assim, com vistas a estabelecer e como consectários legais, das normas ensejadoras que regulamentam a situação posta em apreciação, afasto o requerimento, por não coincidir aos entraves levantados pelo embargante, sopesadamente pelos cálculos apresentados, vez que, tratam-se de enquadramentos relativos à percentual trazido pela legislação, (NR-15), não merecendo reparo algum, em relação o novo cálculo apresentado pelo mesmo, devendo ser confirmado o juízo de improcedência em face dos aspectos e argumentos trazidos na SENTENÇA dos autos de número 0239224-45. 2009. 822. 0005, que mantém-se, aqui. Se inconformidade havia com os termos da SENTENÇA, deveria ter sido manejado o recurso pertinente, o que não foi feito. A via dos embargos à execução não é adequada à alteração da SENTENÇA. DECISÃO Diante do exposto, acolho o RELATÓRIO do contador judicial acostado à (fl. 193.) por conseguinte, julgo improcedentes os embargos à execução. Prossiga-se na execução, expedindo-se requisição de pequeno valor. Condeno o embargante ao pagamento dos honorários advocatícios que fixo em R$ 1. 000, 00 (um mil reais). Transitada em julgado, promova-se o desapensamento destes autos, arquivando-os. Intimem-se. P. R. I. Ji-Paraná-RO, terça-feira, 28 de janeiro de 2014. Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0008376-54. 2012. 8. 22. 0005
Ação: Embargos à Execução
Embargante: Marcos Antônio Godoi Vieira
Advogado: Vanessa Saldanha Vieira (OAB/RO 3587)
Embargado: Domingos Angelo Debarba
Advogado: Douglas Wagner Codignola (OAB/RO 2480)
DESPACHO:
(Fl. 62) Intime-se o embargante para, em 05 dias, comprovar nos autos o efetivo depósito das parcelas do acordo, sob pena de prosseguimento da execução. Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0002546-39. 2014. 8. 22. 0005
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Paulo Cesar Rosa
Advogado: Geneci Alves Apolinario (RO 1007)
Requerido: CENTRAIS ELETRICAS DE RONDONIA- CERON
DESPACHO:
O requerente deverá emendar a petição inicial, no prazo de dez dias, declinando sua profissão e comprovando o recolhimento das custas processuais iniciais. Int. Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0010762-57. 2012. 8. 22. 0005
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Mauricio Vieira da Costa
Advogado: Eder Kenner dos Santos (OAB/RO 4549)
Requerido: Banco Bradesco S. A.
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
SENTENÇA:
Julgo extinta a presente execução pela satisfação da obrigação, nos termos do artigo 794, I, do Código de Processo Civil. Expeça-se alvará judicial em favor do requerente para levantamento dos valores depositados à folha 157. Recolhidas as custas, arquivem-se. P. R. I. C. Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0001555-63. 2014. 8. 22. 0005
Ação: Inventário
Inventariante: Joelita de Almeida Silva Juvenal
Advogado: Sueli Justino Arantes (OAB/RO 1626)
Inventariado: Espolio de Getulio Alencar França
DESPACHO:
O inventariante deverá corrigir o valor dado à causa, que deverá corresponder ao valor da herança. 1. Nomeio inventariante a Sra. JOELITA DE ALMEIDA SILVA JUVENAL, a qual deverá firmar compromisso em 05 (dias) dias e prestar as primeiras declarações nos 20 (vinte) dias subsequentes, sob pena de destituição do encargo. 2. Prestadas as primeiras declarações, citem-se as Fazendas Públicas (via A. R.) e o Ministério Público, bem como os eventuais herdeiros não representados. 3. Concluídas as citações, de-se vistas às partes e ao Ministério Público pelo prazo de 10 (dez) dias para se manifestarem quanto às primeiras declarações. 4. Havendo impugnação, voltem os autos conclusos. 5. Transcorrido o prazo in albis, vistas à Fazenda Pública, pelo prazo de 20 (vinte) dias, para que informe o juízo, de acordo com os dados que constam de seu cadastro imobiliário, o valor dos bens de raiz descritos nas primeiras declarações. 6. Não havendo concordância por parte dos herdeiros quanto ao valor indicado pela Fazenda Pública, expeça-se mandado de avaliação dos bens do espólio. 7. Apresentado o laudo de avaliação, vistas às partes pelo prazo comum de 10 (dez) dias para se manifestarem. 8. Não havendo impugnações e concordando todos os herdeiros com o laudo de avaliação, encaminhem-se os autos ao partidor para conferência. ? Havendo providências a serem tomadas, vistas à inventariante para cumprimento. - Não havendo, intime-se a inventariante a prestar as últimas declarações, na forma do art. 1. 011 do CPC. 9. Após, vistas às partes pelo prazo comum de 10 (dez) dias e ao Ministério Público para manifestarem acerca das últimas declarações. 10. Em seguida, não havendo impugnação, proceda-se ao cálculo do imposto de transmissão, devendo a inventariante ser intimada a recolhe-lo ou complementar o recolhimento eventualmente já realizado, conforme o caso. 11. Após, venham os autos conclusos. 12. Atente-se o cartório para o fato de que há interesse de incapaz a ser resguardado. Desta forma, o Ministério Público atuará no presente feito, devendo sempre ser cientificado das etapas do presente procedimento. Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0008773-50. 2011. 8. 22. 0005
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Luciana Nogarol Pagotto, Eulalia Maria Nogarol Pagotto
Advogado: Luciana Nogarol Pagotto (OAB/RO 4198)
Requerido: Shoptime - B2W Companhia Global do Varejo
Advogado: Claudete Solange Ferreira (RO 972), Ana Gabriela Rover (OAB/RO 5210)
DESPACHO:
Ao Sr. contador judicial, para apuração de eventual divergência entre o valor alegado pela requerente (fls. 133/134), e o contestado pela requerida (fls. 138/140). Após, manifestem-se as partes quanto aos cálculos. Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0002660-12. 2013. 8. 22. 0005
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: H S B C Bank Brasil S A
Advogado: Ellen Laura Leite Mungo (OAB/RO 4877)
Executado: Helio Marques Petinari
Advogado: Ademar Silvino Kussler (OAB/RO 1324)
SENTENÇA:
(Fl. 53/55) Homologo o acordo celebrado entre as partes e via de consequência, julgo extinto o processo, com o exame do MÉRITO, nos termos do artigo 269 inciso III do Código de Processo Civil. Arquivem-se os autos. P. R. IJi-Paraná-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0008027-17. 2013. 8. 22. 0005
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Autor: Luciane Maria Marcos Roma
Advogado: Gilson Sydnei Daniel (OAB/RO 2903)
Requerido: Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado: Edneide Guilherme da Silva (OAB/RO 974)
DESPACHO:
(Fl. 135) Defiro a expedição de novo alvará, porém condiciono sua entrega a devolução do alvará recebido pela autora a folha 134. Int. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0010814-19. 2013. 8. 22. 0005
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: M. M. da S. V.
Advogado: Agnes Fernandes Rodrigues de Souza (OAB/RO 4447), Selma Xavier de Paula (OAB/RO 3275)
Requerido: D. T. P.
SENTENÇA:
SENTENÇA RELATÓRIO M. M. da S. V. , propõe ação ordinária de anulação de casamento em face de D. T. P. , alegando em apertada síntese, que casou-se com o requerido no dia 23 de dezembro de (. . .), sob o regime da comunhão parcial de bens. Sustenta a requerente, que iniciou o namoro em julho (. . .), e em maio de (. . .) ficaram noivos, que entre o namoro e o noivado, a relação do casal manteve-se coberta pelas manifestações de sentimentos afetuosos, mormente no que pertine as relações sexuais do casal. Entretanto, na ¿lua de mel¿, relata a requerente que seu companheiro e esposo, negou-se ao ¿direito-dever¿, sobre o corpo da mesma, e que a indiferença passou a ser uma constante em sua vida, o que levou a requerente a provocá-lo a procurar ajuda especializada com psicológicas e até mesmo de ordem sexuais, visto que as manifestações públicas de afeto que corriqueiramente lhes eram peculiar, passaram a não mais existir. Aduz ainda a requerente, que em abril(. . .), fora presenteada com uma viagem para Fortaleza-CE, acreditando que a sua vida sexual voltaria a ser como era antes. Porém, frustrou-se, haja vista que mais uma vez o exercício da sexualidade, não fora cumprido pelo requerido, pois quando o indagava, o mesmo lhe respondia que ¿sexo não era tudo¿. Ao retornar a cidade de Ji-Paraná, novamente interpelou o requerido para que procurasse ajuda médica e, na oportunidade, o mesmo se insurgiu, alegando que o problema era o fato de não ama-la e antes do casamento, mantinha relações sexuais com aquela por ¿dever¿, e casou-se contrariado, sob a influência de seus parentes, não tendo jamais desejado constituir família. Irresignada com a situação, não restou outra alternativa a requerente, senão avocar a tutela jurisdicional para ver anulado o casamento. Juntou procuração e documentos (fls. 10/20). Devidamente citado, o requerido quedou-se inerte, deixando transcorrer ¿in albis¿, o prazo para contestação (fl. 35 verso). Dada a palavra ao Ilustre representante do Ministério Público, manifestou-se pela procedência da presente ação, revogando-se a confecção do parecer anteriormente elaborado, acostado às fls. 42/44. FUNDAMENTAÇÃOComo não houve, apresentação da contestação por parte do requerido, esta equivale a sua revelia e a aplicação nos termos do artigo 319 do Código de Processo Civil, cujo efeito material é a presunção de veracidade dos fatos alegados pela requerente. O fato em que se funda precipuamente a presente ação, reside na alegação de que o requerido se sublimou as manifestações sexuais junto a sua companheira, que posteriormente, externou o declínio de sua indiferença, devido ao fato dos sentimentos terem se esgotado ou se envaido. Pois bem. Às claras que o casamento traz a expectativa da prática sexual, em face da imposição social e cultural de sua FINALIDADE procriativa. Porém, é de bom alvitre deixar registrado que, pelas alegações esposadas, há sim a possibilidade da requerente ter sido levada a erro, como bem asseverou à fl. 04, haja vista que já mantinha relações sexuais com o requerido no interregno entre namoro, noivado e casamento. Ora, de acordo com os contornos aqui delineados, entende-se portanto que, como a requerente anteriormente experimentou uma vida sexual ¿ativa¿, informado à fl. 04, gerou na mesma uma expectativa em relação a coabitação ou a vida em comum, que também se estende às obrigações sexuais é no contexto do dever de coabitação que se integra o chamado débito conjugal, ou seja, a obrigação de cada um dos cônjuges em não abster-se das relações sexuais. (¿Débito Conjugal¿. Em afeto, ética, família e o novo Código Civil. Del Rey/IBdFam, 2004, p. 536-7). O casamento é um contrato entre homem e mulher que não somente objetiva a perpetuação da espécie, mas como instituição, devem ser obedecidos todos os ditames inerentes às relações contratuais, mormente no que diz respeito a boa fé de um, para com o outro. Se é verdade que a lealdade e a probidade devem ser respeitadas no âmbito contratual, entre pessoas que, muitas vezes, sequer se conhecem; muito mais deve haver boa-fé objetiva nas relações familiares e afetivas, porquanto nelas há uma intensa entrega e confiança na outra parte, há mais que presunção ¿ há, na maior parte das vezes, certeza ¿ de que a outra parte age nos limites seguros de confiança da outra. É dizer: se houve relações sexuais entre o casal antes do casamento, o cônjuge demonstrou e fez criar no outro a legítima expectativa de que, naturalmente, durante o casamento o casal manteria o mesmo comportamento. Contudo, o requerido, imediatamente após a celebração do matrimônio passou a recusar-se ao débito conjugal. No caso dos autos, verifica-se tratar de rejeição contínua, ou seja, desde a noite de núpcias, o requerido se sublimou as relações sexuais junto a sua companheira, razão que tais omissões poderiam, sim, terem sido declaradas, antes de contrair matrimônio. A esse respeito, perfilho-me ao seguinte entendimento; Contudo, como disse o Des. Ivan Leomar Bruxel, dentre as FINALIDADE s do casamento, evidentemente está o relacionamento sexual, embora ninguém case só para isso, mas case também para isso. O casamento é um contrato entre homem e mulher que, para a legislação canônica, objetiva a perpetuação da espécie, mas como instituição também significa a partilha da vida, a constituição de família, o auxílio mútuo. (AC 596241422, Oitava Câmara Cível, j. 13. 02. 97). O conceito

de coabitação em Direito matrimonial, mas também em linguagem social, significa comunhão de leito, de mesa e de habitação, portanto, neste toar, leva-nos a crer que a recusa ao relacionamento sexual acarreta descumprimento do dever de respeito à integridade psicofísica e à autoestima, conforme depreende-se do artigo 1. 566 do Código Civil. A expectativa de um cônjuge em ter relações sexuais com o outro cônjuge durante o casamento é social e naturalmente aceita. Fosse outro o entendimento, o dever de fidelidade seria uma cláusula potestativa quando um dos contraentes se negasse de forma ininterrupta ao ¿débito conjugal¿; pois estaria um deles obrigado ao dever de fidelidade, ainda que o outro se negasse à prática sexual. Clarividente que a expectativa ora apreciada não conduz à imposição ao outro cônjuge da prática sexual. O que se analisa é que, quando um cônjuge espera ter relações sexuais durante seu casamento e com seu cônjuge, o faz de maneira legítima, porquanto tem direito a tanto. Porém, este direito não é capaz de compelir a outra parte a cumprir seu débito. Assim, não está legitimada qualquer violência ou outra forma de compelir um cônjuge à prática sexual que não consinta. A análise ora realizada é simplesmente sob a perspectiva do anseio de um cônjuge, pois jamais poderá ser afirmado que sua expectativa é ilegítima. Assim, embora o outro se recuse e não seja possível obriga-lo ao débito conjugal, não pode o cônjuge frustrado ser compelido a considerar-se casado ¿ e suportar todos os efeitos, inclusive de ordem religiosa - sem que tenha sua legítima expectativa satisfeita. Não se cuida, evidentemente, de recusas esporádicas ou intermitentes ao coito. Trata-se, na verdade, de fato em que não houve sequer uma relação sexual após o matrimônio, o que não se aparenta razoável. Resta claro que houve um erro essencial sobre a pessoa do outro cônjuge, no caso, sobre a pessoa do varão, porquanto a cônjuge, ora frustrada, não tinha ciência de que seu então esposo se recusaria e nunca teria com ela qualquer relação sexual após o casamento. Houve, neste sentido, má-fé por parte do requerido, pois induziu a autora em erro, criando nela uma expectativa que, sabidamente, não iria satisfazer. Neste sentido, já julgou o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul: Ementa: APELAÇÃO. ANULAÇÃO DE CASAMENTO. ERRO ESSENCIAL EM RELAÇÃO A PESSOA DO CÔNJUGE. OCORRÊNCIA. A existência de relacionamento sexual entre cônjuges é normal no casamento. É o esperado, o previsível. O sexo dentro do casamento faz parte dos usos e costumes tradicionais em nossa sociedade. Quem casa tem uma lícita, legítima e justa expectativa de que, após o casamento, manterá conjunção carnal com o cônjuge. Quando o outro cônjuge não tem e nunca teve intenção de manter conjunção carnal após o casamento, mas não informa e nem exterioriza essa intenção antes da celebração do matrimônio, ocorre uma desarrazoada frustração de uma legítima expectativa. O fato de que o cônjuge desconhecia completamente que, após o casamento, não obteria do outro cônjuge anuência para realização de conjunção carnal demonstra a ocorrência de erro essencial. E isso autoriza a anulação do casamento. DERAM PROVIMENTO. (SEGREDO DE JUSTIÇA) (Apelação Cível Nº 70016807315, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rui Portanova, Julgado em 23/11/2006) Contudo, fixando o que deve ser levado em conta no que pertine aos interesses de cada um dos cônjuges, não é possível descortinar o interesse próprio de um em detrimento do outro, simplesmente porque vivem em conjunto. Portanto, não se pode dizer ou excluir que a abstinência sexual, não seja uma afronta ao bem estar para prevalecer o que se entende como vida em comum no domicílio conjugal. É dizer: se de um lado um cônjuge tem direito à sua liberdade sexual, inclusive podendo recusar-se à prática, de outro, a parte adversa tem direito a disso ser informada antes de contrair o matrimônio, a fim de que não seja subjugada à abstinência de seu parceiro. Ressalte-se que, além do benefício que por si só tem a anulação, traz consigo a interrupção dos dissabores enfrentados pelo descumprimento do ¿dever ao corpo¿ da mulher e, no caso em apreço, as evidências apontam que a requerente fora, sim, levada a erro, conforme vislumbrado em suas argumentações às fls. 03-09. É de se verificar, portanto, que a recusa permanente e peremptória ao relacionamento sexual, revela além de outras frustrações o desconhecimento sobre a identidade psicofísica em relação ao cônjuge, tornando insuportável o convívio conjugal, o que dá ensejo à possibilidade do cabimento da referida pretensão. DISPOSITIVO Diante do exposto, julgo procedente o pedido formulado pela requerente e decreto a anulação do casamento celebrado entre M. M. da S. V. e D. T. P. , na data de (. . .). Expeçam-se os mandados necessários para que seja feita a averbação na margem do assento de casamento dos cônjuges, constante na certidão de folha 15 dos autos. Condeno o requerido ao pagamento das custas finais e dos honorários advocatícios que fixo em 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa. Intime-se o requerido, por carta, desta SENTENÇA. P. R. I. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 10 de janeiro de 2014. Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0010935-47. 2013. 8. 22. 0005
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Antonio Carlos Fernandes
Advogado: Cleber Faustino de Souza (OAB/RO 1743), Fagner Rezende (OAB/RO 5607)
Requerido: Instituto Nacional de Seguridade Social
DECISÃO:
A fim de se averiguar a veracidade das argumentações declinadas nos autos, consubstanciada na incapacidade reproduzida para a continuidade das atividades laborais, faz-se, necessário, a realização de perícia médica, pertinente ao exame clínico no requerente e verificando se o mesmo sofre de lesões que o incapacite para o trabalho, em decorrência dos graves problemas ortopédicos, reproduzido à (fls. 04). Para tanto, nomeio para realização da perícia médica no requerente o Dr. Valter Maciel Junior, perito desse juizo, com consultório junto a clinica Ortotrauma, localizada na rua Dr. Fiel, n. 260, Bairro Jotão, nesta cidade. Fixo os honorários pericias à cargo da requerida, ante a sua capacidade financeira, no importe de R$ 600, 00 (seiscentos reais) à serem depositados no prazo de 10 dias, a partir de sua intimação. Com o depósito, intime-se o Senhor Perito para que designe dia, hora e local para a realização do exame, noticiando-se nos autos com antecedência mínima de trinta dias a fim de viabilizar a intimação dos assistentes técnicos. Atente-se o senhor perito, que os quesitos apresentados pelo requerente estão acostados na fls. 09. Intime-se também o requerido para que ofereça os quesitos e promova a indicação precisa de seu assistente técnico, a fim de viabilizar sua intimação, sob pena de preclusão. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0002991-72. 2005. 8. 22. 0005
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco da Amazônia S/A
Advogado: Michel Fernandes Barros (OAB/RO 1790), Washington Ferreira Mendonça (OAB/RO 1946), Ramiro de Souza Pinheiro (OAB/RO 2037), Aline Fernandes Barros (OAB/RO 2708)
Executado: Instituto Exatus S/C Ltda, Ronaldo Helfenstein, Rosane Terezinha Helfenstein
Advogado: Gilson Sydnei Daniel. (RO 2903)
DESPACHO:
Indefiro o pedido formulado à folha 383, porquanto o bem penhorado já foi levado à hasta pública, sem que houvesse licitantes. O processo executivo não pode se eternizar com a prática de atos processuais que são inexpressivos e tem seu custo. Caso a exequente não pretender a adjudicação do bem, que indique outro à penhora. Assim, manifeste-se a exequente no prazo de 10 dias, em termos de prosseguimento da execução. Não havendo manifestação, arquivem-se os autos com as baixas de estilo facultando ao exequente promover o desarquivamento, independente do recolhimento de taxa, caso localize bens suscetíveis de penhora em nome dos executados. Int. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0022252-67. 1998. 8. 22. 0005
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco da Amazônia S/A
Advogado: Edvaldo Martins de Oliveira (OAB/RO 163A), Gilberto Silva Bonfim (OAB/RO 1727), Paulo E. da S. Nascimento (OAB/RO -2537), Marcelo Longo de Oliveira (RO 1096), Michel Fernandes Barros (RO 1790), Washington Ferreira Mendonça. (OAB/RO 1946), Ramiro de Souza Pinheiro (OAB/RO 2037), Aline Fernandes Barros (OAB/RO 2708)
Executado: Instaladora Rondoposto Ltda, Edson Aparecido Moreno, Nilza Marit Ferreira Moreno
Advogado: Deolamara Lucindo Bonfá (RO 1561)
DESPACHO:
(Fl. 204) O exequente deverá, no prazo de 10 dias, caracterizar o veículo camionete que indica a penhora, bem como apresentar o endereço certo onde o mesmo se encontra. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0007692-95. 2013. 8. 22. 0005
Ação: Embargos de Terceiro (Cível)
Embargante: Kaefer Agro Industrial Ltda
Advogado: Alexandre Camargo (OAB/RO 704)
Embargado: Planorte Planejamentos Empresariais S/C Ltda
DESPACHO:
Chamo o feito a ordem e determino a intimação do embargado, para em 10 dias, regularizar sua representação processual, no sentido de juntar aos autos o instrumento de mandato e atos constitutivos. Ante a ausência de cadastramento do advogado do embargado no Sistema de Automação Processual - SAP, fica o embargado neste ato intimado da SENTENÇA proferida às folhas 315/318, bem como para apresentar as contrarrazões ao recurso de apelação interposto às folhas 336/351. Após, o trânsito em julgado da SENTENÇA em face do embargado, sem a interposição de recurso, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0010750-09. 2013. 8. 22. 0005
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Ozeas Antunes de Souza
Advogado: Cleber Faustino de Souza (OAB/RO 1743), Fagner Rezende (OAB/RO 5607)
Requerido: Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS
DECISÃO:
A fim de se averiguar a veracidade das argumentações declinadas nos autos, consubstanciada na incapacidade reproduzida para a continuidade das atividades laborais, faz-se, necessário, a realização de perícia médica, pertinente ao exame clínico no requerente e verificando se o mesmo sofre de lesões que o incapacite para o labor, em decorrência da permanente atividade, que conforme alegado, exigiam notável esforço físico (fl. 04). Para tanto, nomeio para realização da perícia médica no requerente o Dr. Valter Maciel Junior, perito desse juizo, com consultório junto a clinica Ortotrauma, localizada na rua Dr. Fiel, n. 260, Bairro Jotão, nesta cidade. Fixo os honorários pericias à cargo da requerida, ante a sua capacidade financeira, no importe de R$ 600, 00 (seiscentos reais) à serem depositados no prazo de 10 dias, a partir de sua intimação. Com o depósito, intime-se o Senhor Perito para que designe dia, hora e local para a realização do exame, noticiando-se nos autos com antecedência mínima de trinta dias a fim de viabilizar a intimação dos assistentes técnicos. Atente-se o senhor perito, que os quesitos apresentados pelo requerente estão acostados na fls. 08, dos autos e os do requerido, estão apresentados à fls. 28. Intime-se também o requerido para que promova a indicação precisa de seu assistente técnico, a fim de viabilizar sua intimação, sob pena de preclusão. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0001950-89. 2013. 8. 22. 0005
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Wilton Jose Domingos
Advogado: Juliano Pinto Ribeiro (OAB/RO 3940)
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S. A.
Advogado: Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)
DESPACHO:
Intime-se a requerida na pessoa de seu advogado para promover o cumprimento da obrigação no valor de R$ 1. 946, 13 (um mil, novecentos e quarenta e seis reais e treze centavos), no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de incidência de multa de 10%, inclusive de honorários advocatícios, que fixo na mesma base. Caso não haja pagamento do débito, apresente o requerente novo demonstrativo com a incidência da multa de 10%, bem como dos honorários. Int. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0014683-24. 2012. 8. 22. 0005
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Adalberto Gadelha Meneses
Advogado: Vanessa Saldanha Vieira (OAB/RO 3587)
Requerido: Banco BMG S. A.
Advogado: Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696), Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
DESPACHO:
Intime-se o requerido na pessoa de seu advogado para promover o cumprimento da obrigação no valor de R$ 7. 609, 01 (sete mil, seiscentos em nove reais e um centavo), no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de incidência de multa de 10%,

inclusive de honorários advocatícios que fixo na mesma base. Caso não haja pagamento do débito, apresente o requerente novo demonstrativo com a incidência da multa de 10%, bem como dos honorários. Int. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0002160-43. 2013. 8. 22. 0005
Ação: Monitória
Requerente: Vitamais Nutricão Animal Ltda
Advogado: Lurival Antonio Ercolin (OAB/RO 64B)
Requerido: Cartegiane de Lima Castro
DESPACHO:
Defiro a suspensão do feito pelo prazo de 90 (noventa) dias, como requerido à folha 27. Decorrido o referido prazo sem manifestação, dê-se vista à requerente. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0032573-78. 2009. 8. 22. 0005
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: Paulo Benedito Moreira
Advogado: Luiz Fernando Tavanti (OAB/RO 2333), Marcelo Peres Balestra (OAB/RO 4650)
Requerido: Inss - Instituto Nacional de Seguro Social
Advogado: Adalberto Jorge Silva Porto (OAB/RO 1392)
DESPACHO:
Manifeste-se o requerido, no prazo de 10 dias, quanto a petição do requerente de folha 145. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0015379-26. 2013. 8. 22. 0005
Ação: Monitória
Requerente: Mourão Pneus Ltda Me
Advogado: André Luiz Ataíde Moroni (OAB/RO 4667)
Requerido: Mario Roberto Schellenberg
DESPACHO:
Manifeste-se o requerente no prazo de 10 (dez) dias, quanto as informações do endereço do requerido obtidas junto ao sistema Bacenjud e junto a Receita Federal, conforme espelhos em anexo. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0014290-07. 2009. 8. 22. 0005
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Inventariante: E. S. F. C. E. C. D.
Advogado: Ângela Maria da Conceição Belico Guimarães (OAB/RO 2241), Davi Marques (OAB/MT 14678), N. Xavier Gama (8145), Eduardo Custódio Diniz (OAB/RO 3332)
Requerido: A. V. T. L.
Advogado: Wagner Almeida Barbedo (OAB/RO 31B), Ivan Francisco Machiavelli (OAB/RO 307), Deolamara Lucindo Bonfá (OAB/RO 1561), Marina Camilo Dalla Martha (OAB/RO 2614)
DESPACHO:
Manifeste-se os requerentes no prazo de 10 (dez) dias quanto a negativa de valores a serem bloqueados em nome do requerido, conforme espelho em anexo. Não havendo manifestação, arquivem-se os autos com as baixas de estiloJi-Paraná-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0012686-69. 2013. 8. 22. 0005
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Comércio de Móveis Ji Paraná Ltda - ME
Advogado: Maria da Conceição Silva Abreu (OAB/RO 2849)
Executado: Erica Matos Renno
DESPACHO:
Manifeste-se a exequente, no prazo de 10 dias, quanto a informação referente ao endereço da executada, obtida junto a Receita Federal, conforme espelho em anexo. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0012454-57. 2013. 8. 22. 0005
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Comércio de Móveis Ji Paraná Ltda - ME
Advogado: Maria da Conceição Silva Abreu (OAB/RO 2849)
Executado: Adilene Santos
DESPACHO:
Manifeste-se a exequente, no prazo de 10 dias, quanto a informação referente ao endereço da executada, obtida junto a Receita Federal, conforme espelho em anexo. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0014050-76. 2013. 8. 22. 0005
Ação: Usucapião
Requerente: Débora Rosa Camargo Picanço, Danilo Álvaro Teixeira Picanço, Clediane Freire Medeiros da Silva, Anderson Brito Medeiros da Silva, Clarice Freire Medeiros, Wanderley do Nascimento, Glawcyane Betzel Almeida Soeiro do Nascimento
Advogado: Debora Rosa Camargo Picanço (OAB/RO 4694)
Requerido: Calama -loteamento e Administracao de Imoveis Ltda
DESPACHO:
DESPACHO INICIAL SERVINDO DE CARTA / MANDADO DE CITAÇÃOCite-se o requerido, para querendo, contestar a ação de usucapião promovida pelos requerentes, dentro do prazo de 15 (quinze) dias, bem como citem-se as confrontantes indicados nos endereços constantes na folha 11, contados da juntada do aviso de recebimento aos autos. ADVERTÊNCIA: Não sendo respondida a ação, se presumirão aceitos pelo requerido, como verdadeiros, os fatos articulados pelos autores. Intimem-se a Fazenda Pública da União, Estado e Município, bem como os terceiros interessados para que manifestem-se interesse na causa. Após, dê-se vistas ao Ministério Público. Servirá o presente DESPACHO de carta / mandado de citação. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0017149-54. 2013. 8. 22. 0005
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Cleusso de Oliveira Roma
Advogado: Gilson Sydnei Daniel (RO 2903)
Requerido: Brasil Telecom Celular S. A.
DESPACHO:
DESPACHO INICIAL DE COBRANÇA SERVINDO DE CARTA DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO(Fl. 73) Recebo a emenda. Ante a apresentação do documento de folha 74 dando conta de que não existem restrições no nome do requerente junto aos serviços de proteção ao crédito, deixo de apreciar o pedido de antecipação dos efeitos da tutela. Cite-se a requerida e intime-a para comparecer na audiência de conciliação

que designo para o dia 11 de julho de 2014, às 9: 00 horas, ocasião em que deverá estar acompanhada de advogado e oferecer defesa escrita ou oral, apresentar documentos e rol de testemunhas, ficando ciente de que, caso não compareça, ou comparecendo não ofereça defesa, será aplicado o artigo 277 parágrafo 2º, do Código de Processo Civil, importando na presunção de veracidade dos fatos alegados pelo requerente. Fica o requerente intimado para comparecimento na pessoa de seu advogado, que possui poderes para transigir. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0010697-62. 2012. 8. 22. 0005
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco Bradesco S. A.
Advogado: Lucyanne Carratte Brandt Hitzeschky (OAB/RO 4659)
Executado: V T Gravina Junior Me, Diuly Vieira de Lima
DESPACHO:
Manifeste-se o exequente no prazo de 10 (dez) dias quanto a negativa de valores a serem bloqueados em nome dos executados, conforme espelho em anexo. Não havendo manifestação, arquivem-se os autos com as baixas de estilo facultando ao exequente promover o desarquivamento, independente do recolhimento de taxa, caso localize bens suscetíveis de penhora em nome dos executados. Int. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0004406-17. 2010. 8. 22. 0005
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Banco do Brasil S. A
Advogado: Gustavo Amato Pissini (OAB/SP 261030), Maria da Conceição Silva Abreu (OAB/RO 2849)
Executado: Cereza & Maciel Industria e Comércio de Café Ltda, Josefa Edinilsa Maciel, Agnaldo Cereza
DESPACHO:
Informo ao exequente que o CNPJ da empresa executada informado na folha 03, foi considerado pelo Sistema Bacenjud como de pessoa jurídica diversa da executada. Manifeste-se o exequente no prazo de 10 (dez) dias quanto a negativa de valores a serem bloqueados em nome dos executados, conforme espelho em anexo. Não havendo manifestação, arquivem-se os autos com as baixas de estilo facultando ao exequente promover o desarquivamento, independente do recolhimento de taxa, caso localize bens suscetíveis de penhora em nome dos executados. Int. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0000502-86. 2010. 8. 22. 0005
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Interessado (Parte A: Aldenir do Rosario Lima, Uelida Ferreira Silva, Denize Simões Lima, Sidne Simões Lima
Advogado: Antônio Fraccaro (OAB/RO 1941), Antonio Fraccaro (RO 1941), Antonio Cloves Leal da Silva (OAB/RO 4331)
Requerido: Estado de Rondônia
Advogado: Ana Paula de Freitas Melo (OAB/RO 1670)
DESPACHO:
Os herdeiros são incapazes. Vista ao Ministério Público. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0001929-16. 2013. 8. 22. 0005
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Gilson Araujo de Sá
Advogado: Juliano Pinto Ribeiro (OAB/RO 3940)
Requerido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S. A.
Advogado: Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/RO 5017)
SENTENÇA:
Homologo o acordo realizado entre as partes (fls. 82/84), via de consequência, julgo extinto o processo, com resolução do MÉRITO nos termos do artigo 269, inciso III, do Código de Processo Civil. Expeça alvará judicial em favor do requerente, sobre o valor depositado na folha 83. Recolhida as custas, arquivem-se os autos. P. R. I. C. Ji-Paraná-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0017073-30. 2013. 8. 22. 0005
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Claudemir Lira dos Santos Matos
Advogado: Milton Fugiwara (OAB/RO 1194)
Requerido: Banco Triângulo S/A
DECISÃO:
DECISÃO SERVINDO DE CARTA DE DE NOTIFICAÇÃO E CITAÇÃO Defiro os benefícios da assistência judiciária gratuita. O requerente alega que desconhece o débito que originou a inscrição de seu nome nos cadastros de inadimplentes, vez que único contrato que manteve junto a requerida foi devidamente quitado há mais de três anos, sendo tal inscrição indevida. Aduz que solicitou providências por diversas vezes, junto a requerida, porém esta manteve-se inerte, causando prejuízos ao requerente por seu nome encontra-se negativado junto aos órgãos de proteção do crédito SPC/SERASA. Por conta disso, pleiteia a concessão de tutela antecipada a fim de excluir o nome do requerente dos cadastros dos órgãos de proteção ao crédito. Na esteira da posição dominante que vem recentemente decidindo o Superior Tribunal de Justiça, é cabível a antecipação de tutela, como meio para obstar a inscrição do nome do devedor nos cadastros de proteção ao crédito, quando cumpridos os seguintes requisitos: a) que haja ação proposta pelo devedor contestando a existência integral ou parcial do débito; b) que haja efetiva demonstração de que a contestação da cobrança indevida se funda na aparência do bom direito; c) que, sendo a contestação apenas de parte do débito, deposite o valor referente à parte tida por incontroversa, ou preste caução idônea, ao prudente arbítrio do magistrado. (REsp ns. 861. 461 e 527. 618). Sendo assim, tendo o requerente impugnado a totalidade do débito, ao fundamento de que não possui débitos junto a requerida, verifica-se a verossimilhança da alegação. Não há que exigir-se prova inequívoca desta alegação, porquanto não é possível que o requerente faça prova de fato que alega inexistir. O fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação também está presente, vez que o requerente necessita ter seu nome excluído dos cadastros restritivos, a fim de exercer livremente operações que demandem liberação de crédito ou financiamento de bens. Assim, concedo a medida liminar, determinando a requerida que promova, no prazo de 48 horas, a exclusão das restrições incidentes sobre o nome do requerente, junto ao SPC/SERASA, em razão e enquanto discutidos os motivos nestes autos, sob pena de multa diária no importe de R$1. 000, 00 até limite de R$10. 000, 00. Notifique-se, cite-se e intime-se da requerida para comparecer

na audiência de conciliação que designo para o dia 14 de julho de 2. 014, às 9: 00 horas, ocasião em que deverá estar acompanhada de advogado e oferecer defesa escrita ou oral, apresentar documentos e rol de testemunhas, ficando ciente de que, caso não compareça, ou comparecendo não ofereça defesa, será aplicado o artigo 277 parágrafo 2º, do Código de Processo Civil, importando na presunção de veracidade dos fatos alegados pelo requerente. Fica o requerente intimado para comparecimento na pessoa de seu advogado, que possui poderes para transigir. Servirá cópia da presente DECISÃO como carta de notificação e citação e intimação. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0002010-28. 2014. 8. 22. 0005
Ação: Embargos à Execução
Embargante: Jerusa Sobrinho de Souza
Advogado: Defensor Publico (RO. 000.)
Embargado: Fazenda Pública do Município de Ji Paraná
DESPACHO:
A embargante deverá justificar a propositura da presente ação ante a distribuição dos autos n. 0001302-75. 2014. 8. 22. 0005, que tratam da mesma ação, com as mesmas partes e mesma causa de pedir, contudo, possuindo fundamentos distintos. Int. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Proc.: 0015273-98. 2012. 8. 22. 0005
Ação: Monitória
Requerente: Cooperativa de Crédito dos Empresários de Ji Paraná RO
Advogado: Renata Alice Pessoa Ribeiro de Castro Stutz (OAB/RO 1112)
Requerido: Yeshua Comércio Serviços Ltda
SENTENÇA:
O Procurador do requerente comparece nos autos as folhas 84/85, requerendo a extinção do processo, uma vez que que firmou acordo com o requerido, de modo que nada mais tem a reclamar. Isto posto, julgo extinto o feito, com base no artigo 794, inciso I, do Código de Processo Civil, determinando o arquivamento dos autos com as baixas de estilo. Desde já, defiro o desentranhamento do título que instruiu a inicial, mediante substituição por cópia. P. R. I. C. Ji-Paraná-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito

Luzia Lopes Castelan
Diretora Substituta

5ª VARA CÍVEL

5º Cartório Cível
Juiz de Direito: Marcos Alberto Oldakowski

Proc.: 0015143-11. 2012. 8. 22. 0005
EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO
Prazo: 30 (trinta) dias
CITAÇÃO DO (S) EXECUTADO (S) ABAIXO DENOMINADO (S), atualmente em lugar incerto para, no prazo de 05 (cinco) dias, pagarem as respectivas dívidas acrescidas de juros, correção monetária e demais encargos ou no mesmo prazo, ofereçam, querendo, bens à PENHORA sob pena de lhes serem penhorados bens suficientes que a garantam. ATO CONTINUO, INTIMAÇÃO do executado da penhora das restrições judiciais efetuadas sobre os veículos Marca/Modelo VW/Kombi Furgão, placa HUP2984, UF: CE, Marca/Modelo Scania/LS 110, placa HWO1070, UF: CE, de sua propriedade
CITAÇÃO DE: JOÃO BEZERRA CARIOCA, inscrita no CPF sob nº 071. 072. 691-00, atualmente em lugar incerto.
Processo: 0015143-11. 2012. 8. 22. 0005
Classe: Execução Fiscal
Exequente: Fazenda Pública do Município de Ji-Paraná
Procurador: Sergio Luiz Calcagnotto e outros
Executado: João Bezerra Carioca
Advogado: Não constituído
Valor da Causa: R$ 20. 550, 98 (fls. 18)
Natureza da Dívida.: Glosa Acordão, referente ao exercício de 2000.
Certidão(ões) nº.: 9990/2012 e 9991/2012.
Sede do Juizo: Fórum Desembargador Hugo Auller, Av. Ji-Paraná, nº 615, CEP: 76. 900-261, Fone: (069) 3421-1337 ou 3421-1399.
Ji-Paraná-RO, 22 de janeiro de 2014.
Kelma Vilela de Oliveira
Juíza Substituta
(assinado digitalmente)

Proc.: 0003337-42. 2013. 8. 22. 0005
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 20 (vinte) dias
CITAÇÃO DE: MANOEL HENRIQUE DA SILVA, brasileiro, casado, filho de José Henrique da Silva e Rosa Amélia Silva, atualmente em lugar incerto.
Processo: 0003337-42. 2013. 8. 22. 0005
Classe: Divórcio Litigioso
Assunto: Dissolução
Requerente: Soeli dos Santos Silva
Defensor(a): Lívia Carvalho Cantadori e outros
Requerido(a): Manoel Henrique da Silva
Valor da Ação: R$ 4. 068, 00
FINALIDADE: Contestar, no prazo mencionado a seguir, a Ação de Divórcio Litigioso, acima identificada.
Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos pelo(a) requerido(a), como verdadeiros, os fatos articulado pelo(a) requerente.
PRAZO PARA CONTESTAR: 15 (quinze) dias, contados da dilação do prazo Edital.
OBJETIVO DO PEDIDO: Citação do(a) requerido(a), via Edital, sob pena de revelia e confissão, com consequente procedência da ação.
Sede do Juízo: Sede do Juízo: Fórum Desembargador Hugo Auller - Av. Ji-Paraná, 615, CEP: 76. 900-261. Fone: (069) 3421-1337 ou 3421-1399 - Ramal 216 - site: www. tjro. jus. br.
Ji-Paraná-RO, 23 de janeiro de 2014.
Kelma Vilela de Oliveira
Juíza de Direito
(assinado digitalmente)

Proc.: 0004191-36. 2013. 8. 22. 0005
Leilão:
EDITAL DE INTIMAÇÃO E VENDA JUDICIAL
A Juíza de Direito da 5ª Vara Cível da comarca de Ji Paraná ¿ RO, Kelma Vilela de Oliveira, torna público que será realizada a venda, nas datas, horas e local indicado, do bem a seguir descrito referente a execução que se menciona.

Processo: 0004191-36. 2013. 8. 22. 0005
Classe: Execução de Título Extrajudicial
Assunto: Nota Promissória
Exequente: Chrystian Ganum de Souza
Advogado: Osiel Miguel da Silva OAB RO 3307
Executado: Carlos Sergio Cossuol
Advogado(a): Flávia Ronchi da Silva OAB RO 2738
Valor da Ação: R$ 43. 467, 08 (atualizado até 18/12/2013, fls. 39/40)
DESCRIÇÃO DO(S) BEM(NS): (1) uma máquina de impressão digital boca de 1, 37 maq. UP540, plotter, marca Rolond. Valor atribuído em R$ 45. 000, 00 (quarenta e cinco mil reais), importada.
Valor da avaliação: R$ 45. 000, 00 Data da avaliação: 11/6/2013 (fl. 27)
Primeira venda: 3/3/2014 às 09 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação
Segunda venda: 13/3/2014 às 09 horas, pela melhor oferta, nunca inferior a 60% do valor da avaliação.
Localização do bem: Avenida Marechal Rondon, 888, Ji-Paraná, Rondônia
Local da venda judicial - Av. Ji-Paraná, 615, Urupá, Fórum de Ji Paraná ¿ RO.
Leiloeira: Evanilde Aquino Pimentel - Jucer 015/2009
COMISSÃO DA LEILOEIRA: Cabe ao arrematante o pagamento da comissão da leiloeira no percentual de 10% em caso de bens móveis sobre o valor da arrematação.
OBSERVAÇÃO: 1- Não sendo possível a intimação pessoal do(a) executado(a) ficam este(s) intimado(s) por este edital.
2 - Sobrevindo feriado nas datas designadas para venda judicial, esta realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente.
COMUNICAÇÃO: Se o bem não alcançar lance igual ou superior à avaliação, prosseguir-se-á na segunda venda no mesmo dia, hora e local, a fim de que os mesmos sejam arrematados por quem maior preço lançar, desde que a oferta não seja vil (não inferior a 60% do valor da avaliação).
3 ¿ Caso o devedor resolva adimplir a dívida diretamente com o credor, após a realização da venda judicial, CABERÁ O CREDOR EXIGIR DO DEVEDOR UM ACRÉSCIMO DE 2% DO VALOR ATUALIZADO DO DÉBITO, para pagamento da comissão da leiloeira do feito para cobrança dos honorários.
A ARREMATAÇÃO FAR-SE-Á EM DINHEIRO À VISTA OU NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS MEDIANTE CAUÇÃO IDÔNEA (Art. 690 e seus parágrafos).
DADO E PASSADO nesta cidade de Ji-Paraná/RO, aos 23 de janeiro de 2014. Eu_____Ademir Tobar ¿ Chefe de Cartório, conferi o presente edital.
Kelma Vilela de Oliveira
Juíza de Direito
(assinado digitalmente)

Proc.: 0010529-60. 2012. 8. 22. 0005
Ação: Embargos de Terceiro (Cível)
Embargante: Carlos Roberto da Silva
Advogado: Fabrício Fernandes Andrade (OAB/RO 2621)
Embargado: Claudionor Rodrigues, Mário Takeuti
Advogado: Magda Rosangela Franzin Stecca (OAB/RO 303)
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 20 (vinte) dias
CITAÇÃO DE: MÁRIO TAKEUTI, nascido aos 30/3/1946, inscrito no CPF sob nº 342. 181. 578-04, atualmente em lugar incerto.

Processo: 0010529-60. 2012. 822. 0005
Classe: Embargos de terceiro
Embargante: Carlos Roberto da Silva
Advogado(a): Fabrício Fernandes Andrade OAB RO 2621
Embargado(a): Claudionor Rodrigues
Advogado: Magda Rosângela F. Stecca OAB RO 303
Embargado: Mário Takeuti
Valor da causa: R$ 59. 875, 12
FINALIDADE: Contestar, no prazo mencionado a seguir, a Ação de Embargos de Terceiro acima identificada.
Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos pelo(a) embargado(a), como verdadeiros, os fatos articulado pelo(a) embargante.
PRAZO PARA CONTESTAR: 10 (dez) dias, contados da dilação do prazo Edital.
OBJETIVO DO PEDIDO: Citação do(a) embargado(a), via Edital, sob pena de revelia e confissão, com consequente procedência da ação.
Sede do Juízo: Sede do Juízo: Fórum Desembargador Hugo Auller - Av. Ji-Paraná, 615, CEP: 76. 900-261. Fone: (069) 3421-1337 ou 3421-1399 - Ramal 216 - site: www. tjro. jus. br.
Ji-Paraná-RO, 7 de janeiro de 2014.
Kelma Vilela de Oliveira
Juíza de Direito
(assinado digitalmente)

Proc.: 0012945-98. 2012. 8. 22. 0005
Ação: Execução Fiscal
Exequente: Departamento Estadual de Trânsito - Detran
Advogado: Procurador Estadual ( ), Procurador do Detran ( )
Executado: Tereza Martins Alexandre
EDITAL DE INTIMAÇÃO E VENDA JUDICIAL
A Juíza de Direito da 5ª Vara Cível da comarca de Ji Paraná ¿ RO, Kelma Vilela de Oliveira, torna público que será realizada a venda, nas datas, horas e local indicado, do bem a seguir descrito referente a execução que se menciona.
Processo: 0012945-98. 2012. 822. 0005
Classe: Execução Fiscal
Assunto: Dívida Ativa
Exequente: Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN
Procurador: Michele da S. Albuquerque C. Côco e outros
Executado(a): Tereza Martins Alexandre
Advogado: Não Constituído
Valor da Ação: R$ 854, 69 (atualizado até 18/11/2013, fls. 25)
DESCRIÇÃO DOS BENS: Imóvel denominado Lote 15 da Quadra 216G, Setor 301, situado na Rua Imburana, 2947, Bairro JK, Ji-Paraná, Rondônia. Característica do imóvel: Casa de Madeira de aproximadamente 54 m2, coberta de eternite, janela de madeira e outras de vitrô; cercado de balaustra próximo ao asfalto da Rua Belém, acesso a rede de água e esgoto, acesso força elétrica, avaliada em R$ 100. 000, 00 (cem mil reais).
Valor da avaliação: R$ 100. 000, 00 (cem mil reais) Data da avaliação: 15/5/2013 (fl. 18)
Primeira venda: 3/3/2014 às 09 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação
Segunda venda: 13/3/2014 às 09 horas, pela melhor oferta, nunca inferior a 60% do valor da avaliação.
Localização do bem: Rua Imburana, 2947, Bairro JK, Ji-Paraná.
Local da venda judicial - Av. Ji-Paraná, 615, Urupá, Fórum de Ji Paraná ¿ RO.

Leiloeira: Evanilde Aquino Pimentel - Jucer 015/2009
Os Créditos Tributários relativos a imposto incidente sobre o imóvel anterior a arrematação, objeto de arrematação em Hasta Pública, sub-rogam-se sobre o preço depositado pelo adquirente, conforme artigo 690 1 a. CTN 130. Parágrafo único.
COMISSÃO DA LEILOEIRA: Cabe ao arrematante o pagamento da comissão da leiloeira no percentual de 10% em caso de bens móveis e 6% em caso de bens imóveis, sobre o valor da arrematação.
OBSERVAÇÃO: 1- Não sendo possível a intimação pessoal do(a) executado(a) ficam este(s) intimado(s) por este edital.
2 - Sobrevindo feriado nas datas designadas para venda judicial, esta realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente.
COMUNICAÇÃO: Se o bem não alcançar lance igual ou superior à avaliação, prosseguir-se-á na segunda venda no mesmo dia, hora e local, a fim de que os mesmos sejam arrematados por quem maior preço lançar, desde que a oferta não seja vil (não inferior a 60% do valor da avaliação).
3 ¿ Caso o devedor resolva adimplir a dívida diretamente com o credor, após a realização da venda judicial, CABERÁ O CREDOR EXIGIR DO DEVEDOR UM ACRÉSCIMO DE 2% DO VALOR ATUALIZADO DO DÉBITO, para pagamento da comissão da leiloeira do feito para cobrança dos honorários.
A ARREMATAÇÃO FAR-SE-Á EM DINHEIRO À VISTA OU NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS MEDIANTE CAUÇÃO IDÔNEA (Art. 690 e seus parágrafos).
DADO E PASSADO nesta cidade de Ji-Paraná/RO, aos 27 de janeiro de 2014. Eu_____Belª Marlete Perim ¿ Diretora de Cartório, conferi o presente edital.
Kelma Vilela de Oliveira
Juíza de Direito
(assinado digitalmente)

Proc.: 0014491-57. 2013. 8. 22. 0005
Ação: Interdição
Interditante: Bruna Lopes da Silva
Advogado: Defensor Publico (RO. 000.)
Interditado: Marilde Lopes da Silva
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE
TERCEIROS E INTERESSADOS
Processo: 0014491-57. 2013. 8. 22. 0005
Classe: Interdição
Assunto: Tutela e Curatela
Interditante: Bruna Lopes da Silva
Defensor(a): João Verde França Pereira e outros
Interditada: Marilde Lopes da Silva
FINALIDADE: INTIMAÇÃO de TERCEIROS E INTERESSADOS, para tomarem conhecimento da SENTENÇA exarada às folhas 36/37 dos autos supracitados, que decretou a INTERDIÇÃO de MARILDE LOPES DA SILVA, nascida aos 4/4/1974, filha de Conceição Lopes da Silva, nomeando-lhe curadora BRUNA LOPES DA SILVA, brasileira, natural de Ji-Paraná-RO, nascida aos 15/4/1994, filha de Pedro Basilio da Silva e Marilde Lopes da Silva, residente e domiciliada na Rua Guarujá, 2653, Bairro JK, Ji-Paraná, Rondônia, tendo em vista a interditada Marilde não possuir condição de ser responsável por si e nem exigir ou cumprir obrigações civis, cuja parte disposição, segue transcrita: ¿. . . Atendendo o princípio acima elencado e não havendo qualquer dúvida, a respeito da incapacidade do interditando, aliado ao parecer favorável do Ministério Público, DECRETO A INTERDIÇÃO da requerida, Marilde Lopes da Silva, declarando-a absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do artigo 3º, II, do Código Civil, e, de acordo com o artigo 1. 775 § 1º do Código Civil, nomeio-lhe Curadora a requerente Bruna Lopes da Silva. Em obediência ao disposto no artigo 1. 184 do Código de Processo Civil e no artigo 9º, III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Registro Civil, e publique-se na imprensa local e no Órgão Oficial, três vezes, com intervalo de dez dias. Isento de custas, face a Assistência Judiciária. SENTENÇA publicada em audiência da qual saem as partes devidamente intimadas. Registre-se. Cumpra-se¿.
Sede do Juízo: Fórum Desembargador HugoAuller, Av. Jí-Paraná, nº 615, CEP: 76900-261-Fone: (069) 3421-1337 ou 3421-1399.
Ji-Paraná-RO, 9 de janeiro de 2014.
Kelma Vilela de Oliveira
Juíza de Direito
(assinado digitalmente)

Proc.: 0063034-67. 2008. 8. 22. 0005
Ação: Execução Fiscal
Exequente: Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado: Henry Anderson Corso Henrique (OAB/RO 922)
Executado: Pet Shop Comercio de Pequenos Animais Ltda. , Eunice Lima Francisco, Maria Aparecida Francisco
EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO
Prazo: 30 (trinta) dias
CITAÇÃO DO(S) CORRESPONSÁVEL(EIS) ABAIXO DENOMINADO(S), atualmente em lugar incerto para no prazo de 05 (cinco) dias pagar(em) as respectivas dívidas acrescidas de juros, correção monetária e demais encargos ou no mesmo prazo, ofereçam, querendo, bens à PENHORA sob pena de lhes serem penhorados ou arrestados, bens suficientes que a garantam. ATO CONTINUO, INTIMAÇÃO do executado para, querendo, embargar no prazo de 30 dias a penhora on line realizada no dia 12/4/2013, através do protocolo nº 20130000974100, ID 072013000003427896, no valor original de R$ 1. 186, 96 (um mil, cento e oitenta e seis reais e noventa e seis centavos).
CITAÇÃO E INTIMAÇÃO DE: EUNICE LIMA FRANCISCO ¿ CPF 257. 451. 581-15, atualmente em lugar incerto.
Processo: 0063034-67. 2008. 822. 0005
Classe: Execução Fiscal

Exequente: Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Procurador: Henry Anderson Corso Henrique OAB RO 922 e outros
Executado(s): Eunice Lima Francisco e outros
Valor: R$ 1. 038, 22 (fls. 27)
Natureza da Dívida.: Custas processuais e Honorários Advocatícios dos autos supracaterizados.
Certidão(ões) nº.: 20080200003205
Sede do Juizo: Fórum Desembargador Hugo Auller, Av. Ji-Paraná, nº 615, CEP: 76. 900-261, Fone: (069) 3421-1337 ou 3421-1399.
Ji-Paraná-RO, 27 de janeiro de 2014.
Kelma Vilela de Oliveira
Juíza de Direito
(assinado digitalmente)

Proc.: 0016891-44. 2013. 8. 22. 0005
Ação: Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente: M. M. P.
Advogado: Defensor Público (111111)
Requerido: K. F. B.
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 20 (vinte) dias
CITAÇÃO DE: KELI FERREIRA BARBOSA, brasileira, solteira, filha de Navir Ferreira Barbosa, atualmente em lugar incerto.
Processo: 0016891-44. 2013. 8. 22. 0005
Classe: Procedimento Ordinário
Assunto: Guarda
Requerente: Maria Moura Pereira
Defensor(a): Lívia Carvalho Cantadori e outros
Requerido(a): Keli Ferreira Barbosa
Valor da causa: R$ 678, 00
FINALIDADE: Contestar, no prazo mencionado a seguir, a Ação de Procedimento Ordinário acima identificada.
Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos pelo(a) requerido(a), como verdadeiros, os fatos articulado pelo(a) requerente.
PRAZO PARA CONTESTAR: 15 (quinze) dias, contados da dilação do prazo Edital.
OBJETIVO DO PEDIDO: Citação do(a) requerido(a), via Edital, sob pena de revelia e confissão, com consequente procedência da ação.
Sede do Juízo: Sede do Juízo: Fórum Desembargador Hugo Auller - Av. Ji-Paraná, 615, CEP: 76. 900-261. Fone: (069) 3421-1337 ou 3421-1399 - Ramal 216 - site: www. tjro. jus. br.
Ji-Paraná-RO, 22 de janeiro de 2014.
Kelma Vilela de Oliveira
Juíza de Direito
(assinado digitalmente)

Proc.: 0013366-88. 2012. 8. 22. 0005
Ação: Execução Fiscal
Exequente: Município de Ji Paraná RO
Advogado: Procurador Municipal ( )
Executado: A. C. R. Sanches Me
EDITAL DE INTIMAÇÃO E VENDA JUDICIAL
A Juíza de Direito da 5ª Vara Cível da comarca de Ji Paraná ¿ RO, Kelma Vilela de Oliveira, torna público que será realizada a venda, nas datas, horas e local indicado, do bem a seguir descrito referente a execução que se menciona.
Processo: 0013366-88. 2012. 8. 22. 0005
Classe: Execução Fiscal
Assunto: Dívida Ativa
Exequente: Município de Ji-Paraná
Procurador: Sérgio Luiz Calcagnotto e outros
Executado(a): A C R Sanches Me
Advogado: Não Constituído
Valor da Ação: R$ 8. 103, 31 (atualizado até 18/11/2013, fls. 27)
DESCRIÇÃO DOS BENS: Uma tupya Industrial Marca Invicta Bitola 70 x 70 acoplada com motor elétrico 3 CV. Em perfeito estado de uso e conservação. Avaliada em R$ 4. 900, 00 (quatro mil e novecentos reais)
Valor da avaliação: R$ 4. 900, 00 (quatro mil e novecentos reais) Data da avaliação: 27/6/2013 (fl. 22)
Primeira venda: 3/3/2014 às 09 horas, por preço igual ou superior ao da avaliação
Segunda venda: 13/3/2014 às 09 horas, pela melhor oferta, nunca inferior a 60% do valor da avaliação.
Localização do bem: Rua São João, 530, Bairro Dom Bosco, Ji-Paraná.
Local da venda judicial - Av. Ji-Paraná, 615, Urupá, Fórum de Ji Paraná ¿ RO.
Leiloeira: Evanilde Aquino Pimentel - Jucer 015/2009
Os Créditos Tributários relativos a imposto incidente sobre o imóvel anterior a arrematação, objeto de arrematação em Hasta Pública, sub-rogam-se sobre o preço depositado pelo adquirente, conforme artigo 690 1 a. CTN 130. Parágrafo único.
COMISSÃO DA LEILOEIRA: Cabe ao arrematante o pagamento da comissão da leiloeira no percentual de 5% sobre o valor da arrematação.
OBSERVAÇÃO: 1- Não sendo possível a intimação pessoal do(a) executado(a) ficam este(s) intimado(s) por este edital.
2 - Sobrevindo feriado nas datas designadas para venda judicial, esta realizar-se-á no primeiro dia útil subsequente.
COMUNICAÇÃO: Se o bem não alcançar lance igual ou superior à avaliação, prosseguir-se-á na segunda venda no mesmo dia, hora e local, a fim de que os mesmos sejam arrematados por quem maior preço lançar, desde que a oferta não seja vil (não inferior a 60% do valor da avaliação).
3 ¿ Caso o devedor resolva adimplir a dívida diretamente com o credor, após a realização da venda judicial, CABERÁ O CREDOR EXIGIR DO DEVEDOR UM ACRÉSCIMO DE 2% DO VALOR ATUALIZADO DO DÉBITO, para pagamento da comissão da leiloeira do feito para cobrança dos honorários.
A ARREMATAÇÃO FAR-SE-Á EM DINHEIRO À VISTA OU NO PRAZO DE 15 (QUINZE) DIAS MEDIANTE CAUÇÃO IDÔNEA (Art. 690 e seus parágrafos).

DADO E PASSADO nesta cidade de Ji-Paraná/RO, aos 27 de janeiro de 2014. Eu_____Belª Marlete Perim ¿ Diretora de Cartório, conferi o presente edital.
Kelma Vilela de Oliveira
Juíza de Direito
(assinado digitalmente)

Proc.: 0007306-36. 2011. 8. 22. 0005
Ação: Cumprimento de SENTENÇA
Requerente: Bigsal - Indústria e Comércio de Suplementos Para Nutrição Animal Ltda
Advogado: Yuri Robert Rabelo Antunes (OAB/RO 4584), Joao Carlos Veris (OAB/RO 906), Christian Fernandes Rabelo (333-B)
Requerido: Alaides Pereira Barbosa
FINALIDADE: Intimar o advogado da parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se ante o retorno e juntada da Carta Precatória, cuja certidão do Oficial de Justiça (fl. 88) segue transcrita: "Certifico e dou fé que diligenciei ao endereço indicado, mas no imóvel residem os filhos do executado. Igualmente, certifico que não foram encontrados bens penhoráveis na residência. O Sr. Alaídes indicou semoventes para a penhora. Passei a diligenciar, juntamente com o Sr. Alaídes, ao sítio localizado na região de Monte Cristo, após a ponte sobre o Rio Cauamé, próximo ao Recanto do Dedé, e, procedi à penhora de bens conforme descrito no auto de penhora em anexo. Em seguida, intimei o Alaídes Pereira Barbosa do prazo para os embargos, que exarou o ciente e recebeu a contrafé. Boa Vista/RR, 1º de março de 2013. Netanias Silvestre de Amorim - Oficial de Justiça".

Proc.: 0014806-22. 2012. 8. 22. 0005
Ação: Procedimento Sumário
Requerente: Neiva Cristina de Araújo
Advogado: Neiva Cristina de Araújo (OAB/RS 60154), Gustavo Caetano Gomes (OAB/RO 3269)
Requerido: Passaredo Linhas Aéreas
Advogado: Charles Baccan Junior (OAB/RO 2823-A), Claudete Solange Ferreira (OAB/RO 972), Heloisa Mauad Levy Kairalla (OAB/SP 185649)
FINALIDADE: Intimar o advogado da parte autora, Gustavo Caetano Gomes - OAB/RO 3269, para comparecer ao cartório e retirar a certidão de crédito expedida.

Proc.: 0003762-69. 2013. 8. 22. 0005
Ação: Monitória
Requerente: Vitamais Nutricão Animal Ltda
Advogado: Lurival Antonio Ercolin (OAB/RO 064 B)
Requerido: Hudson Roger Monteiro de Carvalho
FINALIDADE: Intimar o advogado da parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, retirar Edital expedido, bem como, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar sua publicação.

Proc.: 0012572-67. 2012. 8. 22. 0005
Ação: Monitória
Requerente: Pemaza
Advogado: Maria da Conceição Silva Abreu (OAB/RO 2849)
Requerido: C. R. de Souza Freitas
FINALIDADE: Intimar o advogado da parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, impulsionar o feito ante certidão de fl. 61-verso: "Certifico que em 20. 01. 2014 decorreu o prazo de suspensão deferido às fls. 61. Ji-Paraná, 21 de janeiro de 2014. Maria Aparecida Souza Bianco - Cadastro 203147".
Proc.: 0008662-95. 2013. 8. 22. 0005
Ação: Monitória
Requerente: Mourão Pneus Ltda Me
Advogado: André Luiz Ataíde Moroni (OAB/RO 4667)
Requerido: RAIO DE SOL DISTRIBUIDORA LTDA - EPP
FINALIDADE: Intimar o advogado da parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, retirar o Edital expedido, bem como, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar sua publicação.

Proc.: 0008382-27. 2013. 8. 22. 0005
Ação: Monitória
Requerente: Mourão Pneus Ltda Me
Advogado: André Luiz Ataíde Moroni (OAB/RO 4667)
Requerido: Edvan Martins Guerreiro
FINALIDADE: Intimar o advogado da parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, retirar o Edital expedido, bem como, no prazo de 15 (quinze) dias, comprovar sua publicação.

Proc.: 0008413-81. 2012. 8. 22. 0005
Ação: Execução de Título Extrajudicial
Exequente: Supermercado Taí Ltda Me
Advogado: Darlene de Almeida Ferreira (OAB/RO 1338)
Executado: Carvalho Representações Ltda
FINALIDADE: Intimar o advogado da parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, impulsionar o feito ante certidão de fl. 43-verso: "Certifico que em 20. 01. 2014 decorreu o prazo para os requeridos informarem o paradeiro do veículo. Ji-Paraná, 21 de janeiro de 2014. Maria Aparecida Souza Bianco - Cadastro 203147".

Marlete Perim
Diretora de Cartório

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
Juíz: Valdecir Ramos de Souza
Escrivã: Nadir Marques
Lauda
Órgão emitente: Primeira Vara Criminal da Comarca de Ji-Paraná - RO
Data: 03 de fevereiro de 2014
Juiz: Valdecir Ramos de Souza

Proc.: 00156641920138220005
Ação Penal
A: Justiça Pública
R. THIAGO PEREIRA DA ROCHA, FERNANDO FERREIRA DA SILVA e JOÃO BATISTA DA CRUZ ABREU JUNIOR
Adv.: JOSÉ CARLOS NOLASCO

FINALIDADE: Intimar o advogado, acima mencionado, da audiência que se realizará no dia 27 de fevereiro de 2014, às 09 horas, na sala de audiências da 1ª Vara Criminal.
Nadir Marques
Escrivã Judicial

Órgão emitente: Primeira Vara Criminal da Comarca de Ji-Paraná - RO
Data: 03 de fevereiro de 2014
Gabarito
Juiz: Valdecir Ramos de Souza

Proc.: 00133388620138220005
Classe: Ação Penal
Procedimento: Procedimentos Investigatórios
R. KELI NOGUEIRA PIMENTEL
Adv.: JEAN N. NETO
FINALIDADE: Intimar o advogado, acima mencionado, para comparecer perante o Juízo da 1ª Vara Criminal no dia 27 de março de 2014, às 09 hors, para audiência de instrução.
Nadir Marques
Escrivã Judicial

Nadir Marques
Escrivã Judicial

2ª VARA CRIMINAL

2º Cartório Criminal
Juiz de Direito: Edewaldo Fantini Junior
Diretor de Cartório: Everson da Silva Montenegro

Proc.: 0015634-81. 2013. 8. 22. 0005
Ação: Procedimento Especial da Lei Antitóxicos (Réu Preso)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Infrator: Alexandra de Souza Carvalho
FINALIDADE: Intimar a advogada Cléia Aparecida Ferreira - OAB/RO 69-A - para apresentar as alegações finais em favor da denunciada Alexandra de Souza Carvalho, no prazo legal.
Ji-Paraná/RO, 03 de fevereiro de 2014

Proc.: 0000065-06. 2014. 8. 22. 0005
Ação: Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
Autor: M. P. do E. de R.
Infrator: W. R. dos S.
FINALIDADE: Intimar o advogado Antônio Fraccaro - OAB/RO 1941 - do r. DESPACHO prolatado nos autos supracitados.
DESPACHO: "VISTOS. Considerando os termos da certidão de fl. 23, revogo as medidas protetivas deferias em favor da suposta vitimas. Intime-se o ilustre advogado (fls. 15/16) e arquive-se independentemente de outras diligências. Ji-Paraná-RO, terça-feira, 21 de janeiro de 2014. Edewaldo Fantini Júnior Juiz de Direito. "

Proc.: 0051160-51. 2009. 8. 22. 0005
Ação: Execução da Pena
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Condenado: Abilon Maciel
FINALIDADE: Intimar o advogado Renilson Mercado Garcia - OAB/RO 2730 - da r. SENTENÇA prolatada nos autos supracitados.
SENTENÇA: "VISTOS. O Apenado supramencionado, já qualificado nos autos, cumpre pena de reclusão nesta Comarca, atualmente em livramento condicional. Instado a se manifestar, o Ministério Público posicionou-se favoravelmente à concessão do indulto ao apenado, com fundamento no artigos 1º, inc. I e 8º, parágrafo único, do Decreto Presidencial n. 8. 172/2013 e, nos termos do art. 107, inc. II, do Código Penal, pugna pela extinção da punibilidade, isso com referência ao crime comum. É O BREVE RELATÓRIO. D E C I D O: De início, observa-se que o apenado cumpre pena nestes autos pela prática de crime comum e hediondo (guias de fls. 04 e 238, respectivamente). Dispõe o art. 1º, inc. I, do Decreto n. 8. 172, de 24/12/2013 que concede-se o indulto ao condenado a pena privativa de liberdade não superior a oito anos, não substituída por restritiva de direito ou multa, e não beneficiado com a suspensão condicional da pena que, até 25 de dezembro de 2013, tenha cumprido um terço da pena, se não reincidete, ou metade, se reincidente. Ainda, no Parágrafo Único do art. 8º, parágrafo único, do referido Decreto, estabelece também que, na hipótese de haver concurso com crime descrito no art. 9º, não será declarado o indulto ou a comutação de pena correspondente ao crime não impeditivo, enquanto a pessoa condenada não cumprir dois terços da pena, correspondente ao crime impeditivo dos benefícios. De acordo com os últimos cálculos de liquidação de pena e/ou certidão correspondente, verifica-se que o apenado cumpriu tal requisito objetivo, com vistas ao indulto natalino, referente ao crime comum (guia de execução de fl. 04), constante dos últimos cálculos, bem como depreende-se que o apenado já cumpriu integralmente sua pena correspondente aos crimes hediondos. Não há registros de ter ele cometido falta grave durante os últimos doze meses (art. 5º). Pelo exposto, o que mais dos autos consta e por preencher os requisitos legais, concedo a(o) apenado(a) supramencionado(a) o benefício do indulto de natal previsto no Decreto n. 8. 172, de 24/12/2013, e, em consequência, julgo extinta a sua punibilidade nos termos do art. 107, inc. II do Código Penal, isso exclusivamente com relação ao crime comum.Transitada em julgado a presente,proceda-se as baixas e comunicações de estilo, arquive-se o presente feito com relação à tal condenação. P. R. e I.Ji-Paraná-RO, quarta-feira, 29 de janeiro de 2014.Edewaldo Fantini Júnior Juiz de Direito."

Everson da Silva Montenegro
Diretor de Cartório

SEGUNDA ENTRÂNCIA

COMARCA DE ARIQUEMES

Lauda n. 31576 de 03/02/2014 DJ 23 de 04/02/2014
Proc.: 0001989-95.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Job da Silva Ferreira, Solange Passarelli Ferreira, Ferreira e Passarelli Ltda Infomusic
Advogado:Amélio Chiaratto Neto. (OAB/RO 3714), Thales Marques Rodrigues (RO 4995), Job da Silva Ferreira (5591), Amélio Chiaratto Neto. (OAB/RO 3714), Thales Marques Rodrigues (RO 4995), Job da Silva Ferreira (5591), Amélio Chiaratto Neto. (OAB/RO 3714), Thales Marques Rodrigues (RO 4995), Job da Silva Ferreira (5591)
Requerido:Toyota do Brasil S.a., Apediá Veículos e Peças Ltda, Nissey Motors Ltda
Advogado:João Capanema Barbosa Filho (OAB/MG 56270), Sidney Duarte Barbosa. (OAB/RO 630-A).
FINALIDADE:
-Fica a parte Autora e a requerida NISSEY MOTORS, por via de seu advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

1º JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
Juiza: Márcia Cristina Rodrigues Masioli Morais
Diretora de Cartório: Suci Mara Leite Lemos
E-mail:aqs1jecivell@tjro.jus

Proc.: 0000615-10.2014.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Edson Perioto
Advogado:Defensor Público ( )
Requerido:Estado de Rondônia
DECISÃO:
Considerando a manifestação do requerido por meio de ofício da Secretaria de Saúde do Estado de Rondônia (fls. 29/30), defiro o pedido de dilação do prazo para conceder mais 05 (cinco) dias para cumprimento da tutela antecipada contados a partir da intimação, sob pena de sequestro de valor suficiente para garantir a obrigação. Os autos também vieram conclusos face o pedido de intimação da parte autora para que ela apresente ¿laudo médico devidamente preenchido, contendo a patologia do paciente, bem como especificando quantidade diária e tempo do tratamento¿ (fls. 29).Ocorre que este pedido é protelatório pois nos autos já consta a informação solicitada, tendo o autor juntado laudo médico e receituário juntamente com a inicial (fls. 12/13), sendo desnecessária a sua intimação para este fim. Assim, indefiro o pedido de intimação do autor para apresentação de novo laudo médico.Intime-se com URGÊNCIA.Decorrido o prazo para apresentação de contestação e impugnação à contestação, faça-se a CONCLUSÃO dos autos para SENTENÇA. Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0011105-62.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento Sumário(Juizado Faz.Pública)
Requerente:Rosivaldo da Silva Bezerra
Advogado:Robson Sancho Flausino Vieira. (RO 4.483)
Requerido:Estado de Rondônia
DESPACHO:
Os autos vieram conclusos face a manifestação do requerente informando que o requerido não cumpriu a SENTENÇA proferida nos autos, tendo deixado de realizar o pagamento do valor devido mediante Requisição de Pequeno Valor. Desta feita, com o fito de evitar impugnações futuras, intime-se o requerido Estado de Rondônia para no prazo de 10 (dez) dias manifestar-se nos autos quanto ao pedido da parte autora, devendo se for o caso, demonstrar o pagamento do RPV, sob pena de bloqueio de valor suficiente para garantir o pagamento.Decorrido o prazo, faça-se a CONCLUSÃO dos autos.Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0007224-43.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Francyane Soraia da Silva
Advogado:Nelson Barbosa. (OAB/RO 2529)
Requerido:Município de Ariquemes
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO:
Defiro o pedido de fls. 114.Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0009377-83.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Joelma Cristina da Silva Fernandes
Advogado:João Alberto Chagas Muniz. (OAB/RO 3030), Eriney Sidemar de Oliveira Lucena. (RO 1849)
Requerido:Fundação Universidade de Tocantins Unitins
Advogado:Advogado Não Informado (418)
SENTENÇA:
Trata-se de ação interposta por JOELMA CRISTINA DA SILVA FERNANDES em face do UNITINS ¿ FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO TOCANTIS, sendo que após o depósito do valor devido a parte autora recebeu alvará judicial e não se manifestou quanto a existência de crédito remanescente. Ante o exposto, julgo extinto o processo com resolução do MÉRITO, considerando a satisfação do crédito informada nos autos, fazendo-o com base no art. 794, I do CPC.Publique-se. Registre-se.Após, arquive-se os autos, independentemente do trânsito em julgado e de intimação.Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0014959-98.2011.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Eléia Maria Dahmer
Advogado:Corina Fernandes Pereira. (OAB/RO 2074)
Requerido:Município de Monte Negro
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO:
Os autos retornaram da Turma Recursal com consequente trânsito em julgado da DECISÃO.Desta feita, como não houve manifestação das partes, determino o arquivamento dos autos.Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0002562-70.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Ivanildo Silvestre dos Santos
Advogado:Marcelo Antônio Geron Ghellere. (OAB/RO 1842)
Requerido:Município de Ariquemes
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO:
O Município de Ariquemes-RO manifestou-se nos autos quanto ao pedido de cumprimento de SENTENÇA apresentado pela autora. Desta feita, é necessário que a parte autora seja intimada, por seu advogado, para no prazo de 10 (dez) dias dizer se concorda com o cálculo apresentado pelo Município. Com a resposta, faça-se CONCLUSÃO dos autos para deliberação.Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0004585-52.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Marinho de Paula Moreira
Advogado:Defensor Público ( )
Requerido:Estado de Rondônia
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO:
Considerando a manifestação do autor (fls. 178/180), arquive-se os autos.Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0001070-72.2014.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Judite de Araújo Duarte
Advogado:Cynthia Patrícia Chagas Muniz Dias. (OAB/RO 1147), Evanete Revay. (OAB/RO 1061)
Requerido:Município de Ariquemes
DESPACHO:
Analisando os autos verificou-se a ausência dos documentos pessoais da parte autora. Assim, intime-se para apresentar emenda à Inicial, devendo para tanto juntar referidos documentos no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da Inicial.Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0002574-84.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:João Miguel da Silva
Advogado:Marcelo Antônio Geron Ghellere. (OAB/RO 1842)
Requerido:Município de Ariquemes
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO:
O Município de Ariquemes manifestou-se nos autos quanto ao pedido de cumprimento de SENTENÇA apresentado pela autora. Desta feita, é necessário que ela seja intimada para no prazo de 10 (dez) dias dizer se concorda com o cálculo apresentado pelo requerido (fls. 143/144).Decorrido o prazo, faça-se a CONCLUSÃO dos autos.Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0012932-11.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Marciléia Oliveira Ferreira
Advogado:Defensor Público ( )
Requerido:Estado de Rondônia
DECISÃO:
De acordo com o art. 87 do Código de Processo Civil, “determina-se a competência no momento em que a ação é proposta. São irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo quando suprimirem o órgão judiciário ou alterarem a competência em razão da matéria ou hierarquia”.Assim, como o pedido foi proposto inicialmente no Juizado Especial da Fazenda Pública de Ariquemes, a competência foi fixada e não pode ser alterada por mera mudança de endereço ou outra circunstância ligada ao “estado de fato”.A Defensoria Pública deveria ter observado as circunstâncias que alega por ocasião do ajuizamento do pedido. Como não o fez, o Judiciário não pode alterar a competência nesse momento pois não estão presentes os requisitos legais.Processo não tem caráter itinerante. Firmada a competência, o feito deve prosseguir no local onde proposta a demanda.Ante o exposto, indefiro o pedido da Defensoria Pública de remessa dos autos à comarca de Buritis por falta de possibilidade jurídica do pedido, pois a competência foi fixada no momento da propositura da ação e não ocorreu nenhuma das circunstâncias legais que autorizam a alteração da competência.Face a prestação de contas apresentada pela requerente em relação ao valor recebido com o alvará de fls. 251, intime-se o requerido Estado de Rondônia para no prazo de 10 (dez) dias se manifestar requerendo o que entender de direito, devendo ainda se manifestar quanto ao novo pedido de sequestro interposto pela autora (fls. 255/257)Decorrido o prazo para manifestação, faça-se a CONCLUSÃO dos autos.Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0016372-78.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Antônio Alves Pereira
Advogado:Defensoria Pública. ( )
Requerido:Município de Ariquemes, Estado de Rondônia
Advogado:Advogado Não Informado (418)
SENTENÇA:
Relatório dispensado na forma dos arts. 27 da Lei 12.153/09 c/c 38 da Lei 9.099/95.Inicialmente afasto a preliminar de ilegitimidade passiva arguida sob o fundamento de que a competência para o fornecimento do medicamento descrito na Inicial é do Município de Ariquemes/RO. Há entendimento pacificado de que a competência para fornecimento de medicamentos é solidária entre os entes estatais, cabendo a parte autora optar qual dos entes quer acionar. Afastada a preliminar, ingresso no MÉRITO.Trata-se de Obrigação de Fazer ajuizada por Antônio Alves Pereira em face de MUNICÍPIO DE ARIQUEMES/RO e ESTADO DE RONDÔNIA tencionando obter o fornecimento de medicamentos.Segundo consta na inicial, o autor possui diagnóstico de Bexiga Hiperativa, necessitando fazer uso contínuo do medicamento Detrusitol LA 4 mg.Nos autos a parte autora logrou êxito em demonstrar sua necessidade de fazer uso do medicamento vez que com a inicial juntou laudo médico e receituário que atestam seu estado de saúde. A hipossuficiência do requerente também restou demonstrada nos autos notadamente pela declaração de sua capacidade financeira e a indisponibilidade de arcar com os custos para aquisição dos medicamentos. Em sua Contestação o requerido Estado de Rondônia alegou que a competência é do Município de Ariquemes para fornecer o fármaco ao paciente, em razão do baixo valor mercadológico e em cumprimento ao

instrumento normativo do Ministério da Saúde.Já o Município de Ariquemes-RO deixou transcorrer in albis o prazo oportunizado para apresentar contestação aos autos, de modo que nada impugnou quanto ao alegado na Inicial.Apesar das alegações expendidas pelo Estado de Rondônia, não se pode deixar que o direito à vida deixe de ser garantido. Negar um direito fundamental a determinado cidadão sob o argumento de preservação do interesse na coletividade na tutela ao mesmo direito se apresenta como um contrassenso lógico, posto que se privaria ao paciente o direito à saúde e, por consequência, do direito à vida, visando salvaguardar direitos indeterminados e abstratos.Conforme já dito, a teor do art. 6º da Constituição Federal de 1988, o direito à saúde é um direito social, sendo, antes de tudo, um direito fundamental, tendo ainda o art. 196 da Carta Magna determinado ser a saúde um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, de modo que se sobrepõe a meros obstáculos administrativos. Seja como for, a Constituição Federal é clara ainda ao dispor que a responsabilidade pela saúde pública é solidária entre União, Estados e Municípios.É sabido que a dignidade da pessoa humana é fundamento constitucional previsto no art. 1º, III da CF, sendo a construção de uma sociedade livre, justa e solidária um dos objetivos da República Federativa do Brasil (art. 3º, I da CF). Dessa forma, O DIREITO À VIDA se consubstancia como o maior de todos os direitos da pessoa humana e sua importância é tamanha ao ponto de constar expressamente no caput do art. 5º da Constituição da República. É ainda pré-requisito a existência e exercício de todos os demais direitos, sobretudo do direito à saúde, e exatamente por isso, deve ser assegurado com absoluta primazia sob todos os demais.Assim, verifica-se que o direito à vida está estritamente ligado à garantia da DIGNIDADE, pois a Constituição assegura não apenas a vida, mas “a vida digna”, cabendo ao Poder Público cuidar de todos os seus administrados, especialmente dos cidadãos hipossuficientes, os quais não possuam condições financeiras de manter a dignidade sozinhos. O Estado possui a obrigação de realizar todas as ações necessárias para garantir aos indivíduos o direito à saúde e ao bem estar, uma vez que estes direitos são inerentes à condição de ser humano, devendo assim proporcionar o tratamento e a distribuição de medicamentos quando o indivíduo é portador de doença que pode ser tratada ou amenizada e não dispõe de recursos necessários. Esse direito encontra previsão expressa no artigo 196 da Constituição da República, estabelecendo que “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.A saúde é, portanto, direito de todos e DEVER DO ESTADO.Como no caso em tela o autor juntou laudo médico, receituários e demais documentos provando necessitar fazer uso contínuo e ininterrupto dos medicamentos, resta patente que ele faz jus à assistência pleiteada para o fim de obter os medicamentos necessários para sua sobrevivência.Ao negar o fornecimento de medicamentos ao autor, os requeridos descumpriram um dos deveres essenciais do Estado e assim, ilegalmente feriram os direitos mais essenciais do autor.Os Tribunais de todo o país têm decidido favoravelmente à concessão de medicações em casos parecidos para garantir o direito à vida, à saúde e à dignidade da pessoa humana. Nesse sentido, vale a pena transcrever os seguintes julgados:DIREITO À SAÚDE. PACIENTE PORTADOR DE DOENÇA GRAVE E CARENTE DE RECURSOS FINANCEIROS. FORNECIMENTO GRATUITO DE MATERIAIS. DEVER DO ESTADO. Embora de natureza programática, a norma do art. 196 da CF não pode merecer interpretação que - esvaziando seu conteúdo e não lhe conferindo o mínimo de efetividade - afaste o dever do Estado de garantir assistência médica, incluindo fornecimento de materiais indicados para o tratamento de saúde de pessoa portadora de doença grave, carente de recursos financeiros. Segurança concedida.(Acórdão n. 603026, 20120020030109MSG, Relator JAIR SOARES, Conselho Especial, julgado em 19/06/2012, DJ 23/07/2012 p. 50). PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO COMINATÓRIA. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO À AUTORA. DOENÇA GRAVE. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA DEFERIDA. REFORMA DA DECISÃO DE 1º GRAU. 1. Impõe-se o deferimento da antecipação dos efeitos da tutela em ação cominatória quando demonstrada a necessidade de que seja fornecido à paciente o medicamento que lhe fora prescrito, sem que disponha de meios para adquiri-lo, mesmo que não esteja compreendido na relação de medicamentos padronizados pelos órgãos oficiais de saúde, haja vista a máxima efetividade conferida ao direito fundamental à saúde e o dever do Estado em implementá-lo minimamente. 2. Recurso provido.(Acórdão n.673854, 20120020275245AGI, Relator: CRUZ MACEDO, 4ª Turma Cível, Data de Julgamento: 24/04/2013, Publicado no DJE: 08/05/2013. Pág.: 99) MEDICAMENTO. PACIENTE PORTADOR DE DOENÇA GRAVE E CARENTE DE RECURSOS FINANCEIROS. FORNECIMENTO GRATUITO. DEVER DO ESTADO. Embora de natureza programática, a norma do art. 196 da CF não pode merecer interpretação que - esvaziando seu conteúdo e não lhe conferindo o mínimo de efetividade - afaste o dever do Estado de garantir assistência médica, incluindo o fornecimento de medicamentos a pessoa portadora de doença grave, carente de recursos financeiros. Remessa oficial não provida. (Acórdão n.668374, 20100110680407RMO, Relator: JAIR SOARES, 6ª Turma Cível, Data de Julgamento: 10/04/2013, Publicado no DJE: 16/04/2013. Pág.: 155) A Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça consolidou-se no sentido de que “o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS) é de responsabilidade solidária da União, Estados-membros e Municípios, de modo que qualquer dessas entidades têm legitimidade ad causam para figurar no polo passivo de demanda que objetiva a garantia do acesso à medicação para pessoas desprovidas de recursos financeiros” (REsp 771.537/RJ, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJ 3.10.2005).Nesse sentido, há ainda, entendimento pacificado no sentido de que compete a parte autora optar por qual dos entes públicos quer acionar, já que todos são solidariamente responsáveis pelo fornecimento de medicamentos. Vejamos:PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DOS ENTES FEDERATIVOS. PRECEDENTES DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. A Corte Especial firmou a orientação no sentido de que não é necessário o sobrestamento do recurso especial em razão da existência de repercussão geral sobre o tema perante o Supremo Tribunal Federal (REsp 1.143.677/RS, Min. Luiz Fux, DJE de 4.2.2010). 2. O entendimento majoritário desta Corte

Superior é no sentido de que a União, Estados, Distrito Federal e Municípios são solidariamente responsáveis pelo fornecimento de medicamentos às pessoas carentes que necessitam de tratamento médico, o que autoriza o reconhecimento da legitimidade passiva ad causam dos referidos entes para figurar nas demandas sobre o tema. 3. Agravo regimental não provido" (STJ, 2ª Turma, AgRg no REsp 1159382/SC AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2009/0195813-6, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, j. 05/08/2010, DJE 01/09/2010) (grifado).Portanto, não há como acatar o alegado pelo Estado de Rondônia vez que União, Estados e Municípios possuem responsabilidade solidária, de modo que compete ao paciente optar qual dos órgãos quer acionar.Seja como for, no caso em tela, os requeridos são responsáveis pela manutenção da vida, saúde e dignidade do autor, devendo propiciar tais direitos mediante o fornecimento dos medicamentos descritos na inicial de forma contínua e ininterrupta, pelo tempo necessário de seu tratamento. Conforme demonstrado o direito à saúde é um direito social, sendo, antes de tudo, um direito fundamental. E como tal deve ser "garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação" (art. 196º da Constituição Federal).Posto isso, nos termos do art. 269, I do CPC, confirmo a antecipação da tutela concedida nos autos e julgo totalmente PROCEDENTE o pedido inicial para o fim de condenar o Município de Ariquemes/RO e o Estado de Rondônia a fornecerem ao autor o medicamento Detrusitol LA 4 mg de forma contínua e ininterrupta, enquanto persistir a necessidade, pena de pagamento de multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais), sem prejuízo da execução da obrigação de fazer.Com o fito de evitar dúvidas quanto ao cumprimento da SENTENÇA, determino que o Estado de Rondônia forneça nos meses pares e o Município de Ariquemes/RO forneça nos meses ímpares.Sem custas e sem verbas honorárias, conforme dispõem os arts. 54 e 55 da Lei 9.099/95 c/c 27 da Lei 12.153/09. Publique-se.Registre-se.Intimem-se, observando-se que a intimação da Fazenda Pública deve ser feita de forma pessoal nos termos do art. 6º da Lei 12.153/09.Transitada em julgado, se nada for requerido, arquive-se.Ariquemes-RO, sexta-feira, 3 de fevereiro de 2014.Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0000948-59.2014.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Kayky Bruno Rodrigues
Advogado:Brian Griehl. (OAB/RO 261B)
Requerido:Instituto de Previdencia Social dos Servidores Públicos Municipais de Monte Negro-ipremon
DESPACHO:
Recebo a inicial nos termos da Lei 12.153/09.Considerando os princípios informadores dos Juizados Especiais, notadamente a oralidade, celeridade e informalidade, designo audiência de tentativa de conciliação, instrução e julgamento para o dia 30 de abril de 2014 às 12:00 horas, oportunidade em que, se as partes não se conciliarem, imediatamente procederei à instrução e julgamento do feito.As partes deverão comparecer munidas dos documentos que comprovem suas alegações e trazer suas testemunhas à audiência, independentemente de intimação, ficando cientes de que a ausência das testemunhas importará em renúncia à oitiva das mesmas. Caso alguma testemunha se recuse a comparecer à audiência sem intimação prévia, a parte deverá informar isso nos autos e arrolar a testemunha com antecedência mínima de 05 (cinco) dias antes da audiência, para que a Escrivania providencie a intimação, o que desde já fica deferido. As partes deverão ser informadas ainda de que ausência do(a) autor(a) acarretará a extinção do feito por desídia e a ausência do(a) ré(u) importará na decretação da revelia. Por fim, caso não haja acordo na audiência designada, o(a) ré(u) deverá apresentar sua contestação, pena de também ser decretada sua revelia.Intimem-se.Cite-se e intimem-se a parte requerida devendo a citação para a audiência de conciliação, instrução e julgamento ser efetuada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias (art. 7º da Lei 12.153/09).Cumpra-se servindo-se a presente DECISÃO como MANDADO /Ofício/ Carta Precatória/Notificação para o cumprimento da citação e intimação do(s) requerido(s).Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0006144-78.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Nilva de Oliveira Mendes
Advogado:Natália Bissoli de Araújo Moreira (RO 4475)
Requerido:Fundação Universidade de Tocantins Unitins
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO:
Ante a juntada do comprovante de pagamento pelo(a) requerido(a) FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO TOCANTINS (UNITINS) (fls. 385/386), expeça-se Alvará para levantamento da importância depositada e entregue-se a(o) credor(a).No ato da entrega do alvará, intime-se a parte autora requerer o que entender de direito, devendo ainda, no prazo de 05 (cinco) dias, juntar nos autos comprovante de levantamento do valor constante no alvará, pena de extinção.Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0008291-43.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Roberta Ferreira Furtado
Advogado:Defensor Público ( )
Requerido:Estado de Rondônia
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO:
Defiro o pedido de fls. 125/126.Expeça-se o necessário para envio dos autos, via malote, à Procuradoria do Estado de Rondônia.Com a juntada de manifestação, faça-se a CONCLUSÃO dos autos.Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0008443-91.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Eduardo dos Santos Ferreira
Advogado:Defensor Público ( )
Requerido:Estado de Rondônia
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO:
Defiro o pedido de fls. 106.Expeça-se o necessário para envio dos autos, via malote, à Procuradoria do Estado de Rondônia. Com a juntada de manifestação quanto a prestação de contas apresentada pelo autor, faça-se a CONCLUSÃO dos autos.Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0002519-65.2014.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Marizete Aparecida Severino
Advogado:Defensor Público ( )
Requerido:Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo, Municipio de São Paulo
DECISÃO:
Intime-se a autora para emendar a inicial no prazo de 10 (dez) dias, pena de indeferimento, a fim de retificar o polo passivo da demanda, porque o cumprimento da obrigação pretendida pertine ao DETRAN-SP, autarquia estadual, com personalidade jurídica própria, podendo figurar em juízo como sujeito de direitos e obrigações, possuindo ainda legitimidade passiva para responder pelos danos materiais e morais causados, sendo uma impropriedade atribuir a legitimidade e responsabilidade ao MUNICÍPIO DE SÃO PAULO.Ademais, a requerente deverá especificar o porquê de ter aforado seu pedido nessa Comarca, pois, a princípio, este Juízo é incompetente para processar e julgar o presente feito pois não foi observada a regra de competência do art. 4º da Lei 9.099/95 e do art. 100, IV, "a" e "d" do CPC aplicáveis ao caso por força do art. 27 da Lei 12.153/2010.Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0002553-40.2014.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Waldir Geraldo
Advogado:Robson Sancho Flausino Vieira. (RO 4.483)
Requerido:Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado de Rondônia - Iperon, Estado de Rondônia
DESPACHO:
Analisando os autos verificou-se a ausência dos documentos pessoais da parte autora. Assim, intime-se para apresentar emenda à Inicial, devendo para tanto juntar referidos documentos no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da Inicial.Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0014307-81.2011.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Exclusiva Modas Comércio de Confecções Ltda - Me
Advogado:Edson Antônio Sousa Pinto (RO 4.643)
Requerido:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO:
Expeça-se Requisição de Pequeno Valor, vez que a parte autora apresentou seus dados bancários (fls. 226). Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0007716-35.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Vicente Nogueira dos Santos
Advogado:Rafael Miyajima. (0)
Requerido:Município de Ariquemes
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO:
Considerando estarem presentes os requisitos legais, notadamente a tempestividade, o interesse processual e a legitimidade, recebo o recurso interposto pelo requerente (fls. 88/91) em seu efeito meramente devolutivo.Intime-se a parte recorrida para tomar conhecimento do recurso e apresentar suas contrarrazões no prazo legal.Após, remetam-se os autos ao Colégio Recursal para apreciação do recurso.Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0002608-25.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Gilberto Souza Soares
Advogado:Levy Carvalho Ferraz. (OAB/RO 1901)
Requerido:Secretaria Estadual de Finanças do Estado de Rondônia
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DECISÃO:
Trata-se de recurso inominado interposto pela parte requerente.Dispõe o parágrafo único do artigo 54 da Lei n. 9.099/95: "O preparo do recurso, na forma do artigo 42 desta lei, compreenderá todas as despesas processuais, inclusive aquelas dispensadas em primeiro grau de jurisdição, ressalvada a hipótese de assistência judiciária gratuita".Dessa forma, para o recebimento do recurso, é necessário que o recorrente recolha todas as despesas processuais dispensadas no primeiro grau de jurisdição, inclusive e especialmente as custas iniciais. Em conformidade com o Regimento de Custas do Estado de Rondônia, em tais casos, o recolhimento deve ser equivalente a 3% (três por cento) do valor da causa. Ressalta-se ainda que, em se tratando de processo especial da Fazenda Pública, não são aplicáveis as disposições do art. do artigo 511, do Código de Processo Civil, eis que o art. 27 da Lei n. 12.153/2009, c/c, o art. 42, § 1º, da Lei n. 9.099/95 traz disposição expressa acerca da matéria estabelecendo que o preparo será feito, independente de intimação, nas 48 horas seguintes à interposição do recurso, sob pena de deserção. A lei especial prevalece sobre a lei geral. Conforme verifica-se nos autos, o recorrente deixou de recolher o valor correspondente ao preparo recursal.Dessa forma, deixo de receber o recurso, por ser deserto.Certifique-se o trânsito em julgado e se for o caso, arquive-se.Intimem-se.Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0007658-32.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Daniele Santos de Andrade
Advogado:André Vilas Boas Gonçalves. Defensor Público ( )
Requerido:Estado de Rondônia
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO:
Defiro o pedido de fls. 105.Remetam-se os autos à Procuradoria do Estado de Rondônia para manifestação quanto à prestação de contas, no prazo de 10 (dez) dias.Com o retorno dos autos, conclusos para homologação.Ariquemes-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0014203-21.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Lauani Santos Forte
Advogado:Defensor Público ( )
Requerido:Município de Ariquemes, Estado de Rondônia
DECISÃO:
Certifique-se o trânsito em julgado da SENTENÇA de fls. 72-76 proferida aos autos.Como a parte autora informou que os

fármacos descritos na condenação não estão sendo fornecidos na íntegra, intimem-se o Município de Ariquemes-RO e o Estado de Rondônia para prestarem informações, no prazo de 5 (cinco) dias, demonstrando efetivo cumprimento quanto à obrigação de fazer, sob pena de sequestro de valores para satisfação do interesse reclamado.Decorrido o prazo, sem manifestação dos entes, intime-se a Defensoria Pública para requerer o que entender de direito no prazo de 5 (cinco) dias e, se for o caso, para formular pedido de sequestro, anexando os respectivos orçamentos.Após, conclusos para deliberação. Ariquemes-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0018010-83.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Lucinéia Francolino
Advogado:Rafael Miyajima. (0)
Requerido:Município de Ariquemes
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO:
O Município insurgiu-se quanto ao pedido de sequestro argumentando que está cumprindo com regularidade o objeto da condenação, mediante o fornecimento dos fármacos de que a autora necessita.Para evitar a efetivação de sequestro indevido de valores, intime-se a parte autora para manifestação quanto aos comprovantes de fls. 145-148 anexados aos autos.Prazo: 10 (dez) dias, pena de arquivamento do feito.Ariquemes-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0010781-38.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Mirian Gomes de Carvalho
Advogado:Defensor Público ( )
Requerido:Estado de Rondônia
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DECISÃO:
Defiro o pedido de suspensão por 30 (trinta) dias a contar desta data, ficando a Defensoria Pública devidamente intimada de que após o decurso do prazo, deverá dar andamento ao feito no prazo de 48 horas, pena de extinção por desídia.Ariquemes-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0000733-83.2014.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Aridiane Tagima Lobato
Advogado:Defensor Público ( )
Requerido:Município de Cujubim - RO
DESPACHO:
Recebo a inicial nos termos da Lei 12.153/09. Considerando os princípios informadores dos Juizados Especiais, notadamente a oralidade, celeridade e informalidade, determino a designação de audiência de tentativa de conciliação, instrução e julgamento para o dia 30 de Abril de 2014 às 11:00 horas, oportunidade em que, se as partes não se conciliarem, imediatamente procederei à instrução e julgamento do feito.As partes deverão comparecer munidas dos documentos que comprovem suas alegações e trazer suas testemunhas à audiência, independentemente de intimação, ficando cientes de que a ausência das testemunhas importará em renúncia à oitiva das mesmas. Caso alguma testemunha se recuse a comparecer à audiência sem intimação prévia, a parte deverá informar isso nos autos e arrolar a testemunha com antecedência mínima de 05 (cinco) dias antes da audiência, para que a Escrivania providencie a intimação, o que desde já fica deferido. As partes deverão ser informadas ainda de que ausência do(a) autor(a) acarretará a extinção do feito por desídia e a ausência do(a) ré(u) importará na decretação da revelia. Por fim, caso não haja acordo na audiência designada, o(a) ré(u) deverá apresentar sua contestação, pena de também ser decretada sua revelia. Intimem-se.Cite-se e intimem-se a parte requerida devendo a citação para a audiência de conciliação, instrução e julgamento ser efetuada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias (art. 7º da Lei 12.153/09).Ariquemes-RO, sexta-feira, 3 de fevereiro de 2014.Muhammad Hijazi ZagloutJuiz de Direito

Suci Mara Leite Lemos
Diretora de Cartório

1º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA
JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DE ARIQUEMES - PROJUDI

Proc: 1001628-61.2013.8.22.0002
Ação:Termo Circunstanciado (Juizado Criminal)
Delegado de Policia Civil(Autor)
Benedito Alves de Oliveira(Infrator)
Advogado(s): Paulo Cezar Rodrigues de Araújo(OAB 3182 RO), Neilton Messias dos Santos(OAB 4387 RO)
Delegado de Policia Civil(Autor)
Benedito Alves de Oliveira(Infrator)
Advogado(s): Paulo Cezar Rodrigues de Araújo(OAB 3182 RO), Neilton Messias dos Santos(OAB 4387 RO)
Ministério Público do Estado de Rondônia(Custos Legis (Fiscal da Lei).
FINALIDADE:
Notificar e intimar os advogados do acusado - Dr. Paulo Cesar Rodrigues da Arauo, OAB/RO 3182 e Dr. Neilton Messias dos Santos, OAB/RO n. 4387, para ciência que foi designada audiência de instrução e julgamento para o dia 18 de março de 2014, às 09:00 horas, nos autos acima mencioando, em trâmite neste juízo, bem como para ciência da DECISÃO abaixo transcrita:
DECISÃO
Defiro o pedido formulado no evento 52.1, a fim de adiantar a audiência de instrução para o dia 18.3.2014, às 9h.
Para tanto, deverá o autor comparecer em cartório para ser devidamente citado, bem como informar seu endereço atualizado, apresentando o respectivo comprovante, sob pena de postergação da solenidade, vez que acabará por ser liberada a data anteriormente agendada.
Permanecem inalterados os demais termos contidos na DECISÃO que determinou a desingação da audiência.
Outrossim, sobre a certidão contida no evento 54.1, manifeste-se o órgão Ministerial.
Intimem-se.
Ariquemes, 30 de janeiro de 2014.

Muhammad Hijazi Zaglout
Juiz Substituto

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal

Proc.: 0013109-38.2013.8.22.0002
Ação:Ação Penal de Competência do Júri (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia.
Advogado:Promotor de Justiça (RO 1111)
Denunciado:Lázaro Tavares de Oliveira
Advogado:Joelan Marcos Debastiani (OAB/RO 4505)
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 05 DIAS
Vara: 1ª Vara Criminal
SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUÍZO OU CONTATE-NOS VIA INTERNET
End. eletrônico: aqs1criminal@tj.ro.gov.br
Juiz: Dr. Alex Balmant
Diretora de Cartório: Aleksandra Aparecida Gaienski
Autos n. 0013109-38.2013.8.22.0002
Classe: Ação Penal
Réu: Lázaro Tavares de Oliveira.
Advogado: Dr. Joelan Marcos Debastiani, OAB/RO 4505 com escritório profissional situado à Av. Tabapuã, n. 3245, Setor 03, Ariquemes/RO.
FINALIDADE: INTIMAR o advogado acima descrito, da audiência designada para o dia 14-02-2014 às 11:00h, que será realizada na Sala de Audiência da 1ª Vara Criminal de Ariquemes/RO.
Ariquemes-RO, 03 de Fevereiro de 2013.
Aleksandra Aparecida Gaienski
Diretora de Cartório - Assina por determinação judicial
Sede do Juízo: Fórum Dr. Aluízio Sayol de Sá Peixoto - Av. Tancredo Neves, 2606, Cep: 76.972-854 - Fone: 3535-2493, 3535-2093, Fax: (069) 3535-2493.

Proc.: 0003221-16.2011.8.22.0002
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia.
Advogado:Promotor de Justiça (RO 1111)
Denunciado:Josimar Oliveira da Silva Filho
Advogado:Joelan Marcos Debastiani (OAB/RO 4505)
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 05 DIAS
Vara: 1ª Vara Criminal
SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUÍZO OU CONTATE-NOS VIA INTERNET
End. eletrônico: aqs1criminal@tj.ro.gov.br
Juiz: Dr. Alex Balmant
Diretora de Cartório: Aleksandra Aparecida Gaienski
Autos n. 0003221-16.2011.8.22.0002
Classe: Ação Penal
Réu: Josimar Oliviera da Silva Filho.
Advogado: Dr. Joelan Marcos Debastiani, OAB/RO 4505 com escritório profissional situado à Av. Tabapuã, n. 3245, Setor 03, Ariquemes/RO.
FINALIDADE: INTIMAR o advogado acima descrito, da audiência designada para o dia 26-03-2014 às 08:00h, que será realizada na Sala de Audiência da 1ª Vara Criminal de Ariquemes/RO.
Ariquemes-RO, 03 de Fevereiro de 2013.
Aleksandra Aparecida Gaienski
Diretora de Cartório - Assina por determinação judicial
Sede do Juízo: Fórum Dr. Aluízio Sayol de Sá Peixoto - Av. Tancredo Neves, 2606, Cep: 76.972-854 - Fone: 3535-2493, 3535-2093, Fax: (069) 3535-2493.

Proc.: 0016739-05.2013.8.22.0002
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia.
Advogado:Promotor de Justiça (RO 1111)
Denunciado:Antônio Manoel dos Santos Júnior, Marcos da Silva de Castro, Nivaldo Elido Martins
EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 05 DIAS
Vara: 1ª Vara Criminal
SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUÍZO OU CONTATE-NOS VIA INTERNET
End. eletrônico: aqs1criminal@tj.ro.gov.br
Juiz: Dr. Alex Balmant
Diretora de Cartório: Aleksandra Aparecida Gaienski
Autos n. 0016739-05.2013.8.22.0002
Classe: Ação Penal
Réus: Antônio Manoel dos Santos Júnior, Marcos da Silva de Castro e Nivaldo Elido Martins.
Advogados:
- Dr. Joelan Marcos Debastiani, OAB/RO 4505 com escritório profissional situado à Av. Tabapuã, n. 3245, Setor 03, Ariquemes/RO.
- Dra. Sandra Pires Corrêa Araújo, OAB/RO 3164, com escritório profissional situado à Av. JK, n. 2546, Sala A, Setor 04, Ariquemes/RO.
FINALIDADE: INTIMAR os advogados acima descritos, da audiência designada para o dia 26-02-2014 às 08:00h, que será realizada na Sala de Audiência da 1ª Vara Criminal de Ariquemes/RO.
Ariquemes-RO, 03 de Fevereiro de 2013.
Aleksandra Aparecida Gaienski
Diretora de Cartório - Assina por determinação judicial
Sede do Juízo: Fórum Dr. Aluízio Sayol de Sá Peixoto - Av. Tancredo Neves, 2606, Cep: 76.972-854 - Fone: 3535-2493, 3535-2093, Fax: (069) 3535-2493.

Aleksandra Aparecida Gaienski
Escrivã Judicial

2ª VARA CRIMINAL

2º Cartório Criminal
2º Cartório Criminal
Juiza: Juliana Couto Matheus
Diretor de Cartório: Eser Amaral dos Santos
E-mail:aqs2criminal@tjro.jus.br

EDITAL DE INTIMAÇÃO
Proc.: 0000090-28.2014.8.22.0002
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Preso)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Diógenes Gonçalves Costa

Advogada: Sandra Pires Corrêa Araújo OAB/RO 3164
FINALIDADE: Intimar a advogada supra mencionada, militante em Ariquemes, da audiência de instrução designada para o dia 26/03/2014, ás 10 horas, na 2ª Vara Criminal de Ariquemes/RO, bem como da expedição de Carta Precatória à Porto Velho/RO, com a FINALIDADE de inquirir a testemunha/vítima Lislene França Romano. Juliana Couto Matheus Maldonado Martins - Juíza de Direito.

Eser Amaral dos Santos
Diretor de Cartório

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
Juíza Titular: Drª Márcia Cristina Rodrigues Masioli
Diretora de Cartório: Suci Mara Leite Lemos
E.mail: aqs1jecivel@tjro.jus.br

Proc: 1001013-71.2013.8.22.0002
Ação:Petição (Juizado Cível)
Industria e Comercio de Madeiras Ciclo LTDA - EPP(Requerente)
Advogado(s): Denis Augusto Monteiro Lopes(OAB 2433 RO)
Ricardo Antônio Santos(Requerido)
Fica a requerente, na pessoa de seu advogado, intimada da SENTENÇA a seguir:
SENTENÇA
A requerente Industria e Comércio de Madeiras Ciclo LTDA Epp ajuizou a presente ação de cobrança visando receber a importância de R$ 12.000,00 (Doze mil reais), acrescida de correções monetárias cabíveis à espécie, o que até a propositura da demanda totalizava R$ 15.336,67 (Quinze mil trezentos e trinta e seis reais e sessenta e sete centavos).
Segundo a requerente, o valor da dívida é proveniente de negócio jurídico celebrado com o requerido Ricardo Antônio Santos. Citado e intimado (evento nº 19), o requerido não compareceu à audiência de tentativa de conciliação, tampouco justificou sua ausência.
Dispõe o art. 20 da Lei nº 9.099/95, in verbis: Não comparecendo a demandada à sessão de conciliação ou à instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz .
No presente caso, o não comparecimento do requerido conduz à aplicação do DISPOSITIVO retro mencionado, havendo por consequência consentânea a revelia, ou seja, ao reconhecimento, como verdadeiros, dos fatos alegados no pedido inicial, nada havendo a infirmar tal convicção.
Portanto, decreto-lhe a REVELIA.
Nestes termos, os documentos do (evento nº 01) correspondem a documentos hábeis a comprovar a relação jurídica existente entre as partes, bem como da dívida reclamada na inicial. A revelia da parte requerida acarreta a incontrovérsia dos fatos alegados na inicial, notadamente quanto a eventual pagamento que teria sido efetuado pelo requerido, afastando até mesmo outra causa modificativa, extintiva ou impeditiva da pretensão inicial. Portanto, é desnecessária a produção de outras provas, especialmente porque a ausência injustificada à audiência conciliatória, no caso em exame, impõe o acolhimento do pedido inicial.
Posto isso, julgo procedente o pedido inicial e condeno o requerido Ricardo Antônio Santos ao pagamento da importância de R$ 12.000,00 (Doze mil reais) devidamente acrescido de juros e correções monetárias, sendo que os juros devem incidir desde a citação e as correções monetárias desde o vencimento da obrigação.
Sem honorários e sem custas, uma vez que não vislumbro litigância de má-fé (art. 54 da Lei nº 9.099/95).
Intime-se o requerido, observando os efeitos da revelia decretada, para que cumpra o descrito na SENTENÇA, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% descrita no art. 475-J do CPC.
P. R. I.
Transitada em julgado, caso requerido pelo autor, inicie-se a execução.
Se nada for requerido, arquive-se o feito.
Ariquemes RO, 20 de novembro de 2013.

Muhammad Hijazi Zaglout
Juiz Substituto

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL
Comarca de Ariquemes/RO
Sugestões ou Reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet-endereço Eletrônico:
e-mail: aqs1civel@tj.ro.gov.br
Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz
Juíza de Direito
Márcia Kanazawa
Escrivã pro tempore

Proc.: 0010194-16.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Fábio Jesus de Lima
Advogado:Sandra Islene de Assis (OAB/RO 5256)
Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia S.a Ceron Ag de Porto Velho
Advogado:Jacimar Pereira Rigolon. (OAB/RO 1740)
SENTENÇA:
Vistos e examinados.FÁBIO JESUS DE LIMA, qualificado à fl. 03, interpôs ação declaratória de inexistência de débito cumulada com indenização por dano moral e pedido de antecipação de tutela em desfavor das CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA – CERON, igualmente qualificada. Narrou que possuiu um imóvel rural na Linha C-100 em Alto Paraíso, mas não há moradores na propriedade rural. Afirmou que o consumo de energia elétrica é ínfimo, pois na propriedade rural há apenas uma bomba d'água que não é utilizada todos os dias. Todavia, passou a ter problemas com a requerida com cobranças de faturas abusivas. Afirmou que as faturas de energia não são entregues em sua propriedade, por isso todos os meses vai até a sede da requerida para retirar sua conta. Em janeiro/2013 foi surpreendido com a cobrança dos meses 08/2012 no valor de R$32.622,00 e de 09/2012 no valor de R$10.657,00. Após reclamações, a requerida revisou as faturas baixando o valor

das contas, respectivamente, para R$14,16 e R$16,54. Todavia, voltou a receber mais outra fatura do mês de janeiro/2013 no valor de R$4.435,14 mas esta a requerida se negou a revisar e ainda negativou o autor pela falta de pagamento. Entretanto, o autor nega deve este valor à requerida, por isso não efetuou o pagamento da fatura e sentiu-se abalado moralmente por ter seus dados inclusos no cadastro de proteção ao crédito por uma dívida inexistente. Ao final, preliminarmente, requereu a sustação da negativação dos seus dados junto ao SPC/SERASA, e, no MÉRITO, a procedência da ação para declarar a inexistência deste débito, reduzindo-o para R$16,54 (maior consumo dos últimos meses) bem como fosse determinado a condenação da requerida ao pagamento de dano imaterial no valor de R$10.000,00. Juntou documentos às fls. 11/15. Emenda à fl. 17.Tutela antecipada deferida parcialmente (fl. 30).Citada (fl. 30vº), a requerida apresentou contestação às fls. 31/36 e juntou documentos às fls. 37/52. Rebateu os fatos alegados pelo autor, sustentando que o valor cobrado é devido pelo autor que utilizou dos serviços prestados pela requerida. Defendeu-se alegando que a pretensão do autor está embasada na tentativa de enriquecimento ilícito e que inexiste dano moral. Ao final, requereu a improcedência da ação.Réplica às fls. 53/57. Na fase de especificação das provas, intimadas as partes (fl. 57vº), o autor arrolou testemunhas (fl. 58) e a requerida juntou documentos às fls. 60/62. DESPACHO saneador à fl. 63 indeferiu a produção de prova testemunhal e decretou a revelia da requerida.Vieram os autos conclusos.É o relatório. DECIDO.Versam os autos sobre ação declaratória de inexistência de débito cumulada com indenização por dano moral proposta pelo autor em desfavor da requerida.O feito comporta julgamento no estado em que se encontra, sendo dispensável a produção de outras provas, pois apesar de se tratar de matéria de fato e de direito, os documentos acostados aos autos são eficientes para o deslinde da causa.Lado outro, nos termos do artigo 330, inciso II, do Código de Processo Civil, dispensável a produçao de outras provas, eis que o requerido incorreu em revelia e confissão ficta (artigo 319, CPC) quanto à matéria de fato, pois, embora regularmente citado, não ofereceu defesa (fl. 22). Em que pese a requerida ser revel, tem-se que seus efeitos são relativos, sendo necessário a presença de documentos e elementos fáticos que demonstrem de forma convincente a existência do alegado crédito. Nesta esteira, a autora obteve êxito em demonstrar a cobrança de valores exorbitantes referente o consumo de energia de sua propriedade rural, onde não há morador, sendo baixo o consumo de energia somente para manter uma bomba d'água em funcionamento. É o que se depreende a partir das contas de energia de outros meses (fls. 20/24).A versão do autor encontra suporte nos documentos que instruem o pedido inicial, notadamente as fotografias da propriedade que ilustram não bens que consomem grande demanda de energia elétrica, que amealhadas às informações prestadas pela requerida na petição contestatória, permitem reconhecer a procedência do pedido do autor.Mesmo que fosse considerar as conjecturas formuladas pela requerida, infere nos autos que não trouxe nenhum documento para aparelhar a sua atuação ao cobrar valor tão elevado na conta de energia de um mês da propriedade do autor. Sequer há um extrato do registro do consumo. Lado outro, as informações do SERASA de fl. 18 provam que a única informação restritiva ao crédito do autor decorre da negativação determinada pela requerida. Dessarte, os elementos trazidos pela parte autora são suficientes para a procedência do pedido inicial. De qualquer sorte, aplica-se a inversão do ônus da prova, jsutificada, in casu, pela demonstração da vulnerabilidade e deficiência jurídico-processual do autor em ter acesso a provas que pudessem demonstrar esmiuçadamente a forma como aferido o consumo de energia, pois tal serviço fica exclusivamente restrito ao controle da requerida. A inversão do ônus da prova (CDC, art. 6º, VIII) transporta para a requerida a carga do ônus probatório. Todavia, a ré não trouxe aos autos nenhuma prova em seu favor, limitando-se a simplementes rebater o fatos iniciais na petição contestatória. Repise-se que a desproporção de forças entre concessionárias de serviço público e o usuário, não dá margem ao consumidor de constituir prova em seu favor porque os serviços públicos são gerenciados exclusivamente pelas empresas concessionárias. Deste modo, o desacerto do que se cobra não depende da comprovação por parte do usuário-consumidor no que diz respeito ilegalidade ou ilicitude do valor, mas basta para acolher o pedido autoral que a requerida deixe de trazer a prova cabal da dívida e, via de consequência, ser reconhecido que o valor é indevido.Por mais que a empresa ré se trate de uma concessionária de serviço público, não aplica-se em seu favor a presunção absoluta para reconhecimento do débito, consoante o determina o parágrafo único do art. 22 do CDC. Mesmo para aqueles que adotam a tese da presunção relativa de legalidade da atuação da concessionária de serviço público, esta intepretação fica mitigada quando se está diante de uma relação consumerista.Por conseguinte, alberga-se a tese do consumidor que nesta ação negou a existência do débito tal elevado, mas reconheceu que existe um consumo mínimo de energia mensal.Assim, analisando fatos e as provas coligidas nos autos, deparo-me com a ausência de elementos que pudessem explicar a origem de um débito no valor de R$4.465,02 (fl. 18), acolhendo a tese do autor de que a fatura deve ser revista no valor de R$16,54.Outrossim, assumiu a requerida a responsabilidade pelo constrangimento e abalo à moral decorrentes da restrição ao crédito do autor, notadamente pela inclusão dos dados do autos no cadastro de inadimplentes sem prévia notificação.Daí a responsabilidade civil da requerida perante o consumidor, enquanto prestadora de serviço público essencial, enquadra-se na regra do art. 22 do Código de Defesa do Consumidor: "Os órgãos públicos, por si ou suas empresas, concessionárias, permissionárias ou sob qualquer outra forma de empreendimento, são obrigadas a fornecer serviços adequados, eficientes, seguros e, quanto aos essenciais, contínuos." A empresa ré é concessionária de serviço público no fornecimento de energia elétrica, enquadrando-se nas normas constitucionais dos arts. 37, § 6º, e 175, da Constituição Federal. Sendo assim, a sua responsabilidade por prejuízos causados a terceiros, em decorrência da execução do serviço público, é objetiva.Tem-se a aplicação do Código de Defesa do Consumidor, corroborando o entendimento de que a responsabilidade da ré é objetiva. Na esteira o art. 14 do CDC, "o fornecedor de serviço responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos." Logo, pela ausência de elementos que afastassem a responsabilidade da requerida pelos fatos alegados, irrefutável o reconhecimento da falha na prestação dos serviços da parte ré.Para reparação por danos morais, indispensável a fixação da quantia de forma compatível com a reprovabilidade da conduta e com a gravidade do dano, atendendo, pois, às duas FINALIDADE s precípuas da reparação moral: a reparação e a repressão. Diante de tais premissas, fixo o valor indenizatório em R$5.000,00 (cinco mil

reais), valor que representa uma boa compensação pelo dano ocorrido, sem gerar enriquecimento injustificado. O valor postulado pela parte autora extrapola o razoável porque não condizente com a extensão do dano. Posto isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial formulado por FÁBIO JESUS DE LIMA em desfavor das CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA S/A - CERON, tornando definitiva a antecipação de tutela de fl. 30, e o faço para declarar a inexistência do débito de R$4.465,02, referente contrato nº. 0560929102960415 da unidade consumidora situada no Município de Alto Paraíso/RO em relação à pessoa do autor, incluso no SPC/SERASA, condenar a requerida à revisão da respectiva conta do mês faturado 01/2013 reduzindo seu valor à importância de R$16,54 (dezesseis reais e cinquenta e quatro centavos), bem como ao pagamento da importância de R$5.000,00 (cinco mil reais), a título de danos imateriais, corrigida monetariamente e com juros de mora de 1% ao mês a contar desta data por utilizar valor já atualizado. Ante a sucumbência, condeno a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários de sucumbência que arbitro em 15% do valor da condenação atualizado, dado o grau de zelo do profissional e a demora na solução da causa. P.R.I.C. Com o trânsito em julgado e se não houve recurso, aguarde-se o cumprimento voluntário da DECISÃO por 15 dias (CPC, art. 475-J). Decorrido o prazo e nada sendo requerido pela parte interessada, arquive-se.Ariquemes-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito

Proc.: 0011869-14.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Marli Caetano de Paiva Melo
Advogado:Belmiro Rogério Duarte Bermudes Neto (RO 5.890)
Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia Sa Ceron. Matriz Porto Velho
Advogado:Kênia de Carvalho Mariano (OAB/RO 994)
DECISÃO:
Vistos em saneador.1- Presentes as condições da ação e os pressupostos processuais. Não há irregularidades a sanar, tampouco nulidades a declarar. Não foram arguidas matérias preliminares. Declaro saneado o feito.2- Defiro às partes a produção de prova testemunhal e juntada de novos documentos. Intime-se a requerida para que, caso queira, manifeste-se sobre os novos documentos acostados às fls. 86/90.3- Indefiro o pedido de colheita de depoimento pessoal formulado pela parte autora por ser inócuo já que com relação à requerida o mesmo será prestado por representante legal, que não presenciou os fatos. Indefiro pedido de colheita de depoimento pessoal da própria parte autora por falta de amparo legal, haja vista que referida prova tem por fim a oitiva da parte contrária com vistas à obtenção de confissão.4- O pedido de produção de prova pericial grafotécnica será analisado somente após a produção da prova oral deferida. 5- Designo audiência de instrução para o dia 25/03/2014, às 10:00 horas, devendo as partes e as testemunhas comparecerem na sala de audiências da 1ª Vara Cível da Comarca de Ariquemes, localizada no Fórum Dr. Aluizio Sayol de Sá Peixoto ? Av. Tancredo Neves, n. 2606. 6- Intime-se as testemunhas tempestivamente arroladas, consignando que o rol deve ser apresentado com antecedência mínima de 20 dias do ato designado.7- Ficam as partes intimadas na pessoa de seus patrono a comparecerem ao ato acompanhadas destes. 8- Expeça-se o necessário.Ariquemes-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito

Proc.: 0012071-88.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Valdomiro Miranda Alves
Advogado:Fabiano Reges Fernandes (RO 4806)
Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Ariquemes. Eletrobrás
Advogado:Advogado Não Informado (418), Cesar Henrique Longuini (OAB/RO 5217)
DECISÃO:
Vistos em saneador.1- Deixo de analisar a preliminar de prescrição arguida pela requerida em sede de contestação, haja vista que a matéria arguida em verdade está diretamente ligada ao MÉRITO da lide, dependendo da produção de provas com vistas a apurar o termo inicial da alegada incorporação perpetrada pela requerida, razão pela qual a matéria será oportunamente analisada por ocasião da prolação da SENTENÇA.2- Presentes as condições da ação e os pressupostos processuais. Não há irregularidades a sanar, tampouco nulidades a declarar. A preliminar arguida será analisada com o MÉRITO. Declaro saneado o feito.3- Defiro à parte autora a produção de prova testemunhal. A requerida apesar de intimada deixou transcorrer in albis o prazo para especificação de provas, restando precluso o direito à sua produção. 4- Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 25/03/2014, às 10:45 horas, devendo as partes e as testemunhas comparecerem na sala de audiências da 1ª Vara Cível da Comarca de Ariquemes, localizada no Fórum Dr. Aluizio Sayol de Sá Peixoto ? Av. Tancredo Neves, n. 2606.5- Ficam as partes intimadas na pessoa de seus patronos a comparecerem ao ato acompanhadas dos mesmos.6- Intime-se pessoalmente as TESTEMUNHAS arroladas pela parte da autora: a) DARCI MOREIRA DOS SANTOS: residente na linha C-85, travessão B-0 - Alto Paraíso.b) CARLOS ROBERTO FARIAS BRITO: residente na linha C-85, travessão B-0 - Alto Paraíso.7- SERVE A PRESENTE DE MANDADO DE INTIMAÇÃO.Ariquemes-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito

Proc.: 0010711-21.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Eduardo Luiz Bissoli
Advogado:Catieli Costa Batisti (RO 5145), Marco Vinicius de Assis Espíndola (RO 4312)
Requerido:Vivo S.a
Advogado:Alan Arais Lopes. (RO 1787)
SENTENÇA:
Vistos e examinadosEDUARDO LUIZ BISSOLI, qualificado às fls. 03 propôs esta ação declaratória de inexistência de débito cumulada com indenização por danos morais e antecipação de tutela em face da VIVO S/A, igualmente qualificada às fls. 03, alegando que em junho/2012 adquiriu o serviço de internet móvel 3G da requerida pelo valor mensal de R$50,00 recebendo o equipamento (modem) gratuitamente. Dois meses depois, teve de mudar de residência e pediu o cancelamento do serviço, devolvendo à requerida o modem. Aduziu que não deixou nenhuma fatura pendente, contudo, meses depois teve seu crédito restringido pela inclusão de seus dados no cadastro de inadimplentes. Sustentou que em maio/2013 pretendia comprar móveis, oportunidade em que tomou conhecimento que a requerida havia lhe negativado por um débito de R$225,94 referente o contrato nº. 2101171124 vencido em 10/06/2012, muito embora nada tivesse a pagar à requerida. Aduziu que

essa situação lhe causou transtornos pessoais, constragimento e abalo moral. Assim, liminarmente, requereu a sustação da negativação e, no MÉRITO, a procedêcia do pedido para declarar o indébito e a condenação da requerida ao pagamento de dano moral em valor a ser arbitrado pelo juízo. Juntou documentos às fls. 13/16.Deferimento parcial do pedido de antecipação da tutela à fl. 17.Citada (fl. 17vº), a requerida peticionou nos autos informando o cumprimento da antecipação da tutela e juntou documentos às fls. 19/23. Em apartado, contestou o pedido de cancelamento e afirmou que o débito foi apurado pela continuidade da utilização da internet. Afirmou que o cancelamento se deu pelo inadimplemento das faturas de maio a julho/2012, por isso seria devido o valor. Aduziu a inexistência de dano moral. Ao final, pugnou pela improcedência do pedido. Juntou cópia do contrato e outros documentos às fls. 92. Réplica do autor às fls. 93/96.Na fase de especificação de provas, intimadas as partes, o autor afirmou que não tem interesse na produção de provas, com a ressalva de que, caso o entendimento do juízo fosse diverso, pugnou pela produção de prova testemunhal. Vieram os autos conclusos.É o relatório. DECIDO.Cuida-se de ação declaratória de inexistência de débito cumulada com indenização por danos morais e antecipação de tutela formulada pelo autor em face da requerida, sob a assertiva de que contratou o serviço de internet e solicitou o seu cancelamento dois meses após. Todavia, meses depois, ao tentar realizar compras no crediário, descobriu que a requerida havia lhe negativado por um débito que, segundo o autor, não é devido. De proênio, defino que a ação comporta julgamento no estado em que se encontra, sendo dispensável a produção de outras provas, pois apesar de se tratar de matéria de fato e de direito, os documentos acostados aos autos são eficientes para o deslinde da causa.A natureza da relação jurídica estabelecida entre as partes é de consumo, em que a responsabilidade do fornecedor de serviços é de natureza objetiva, somente dela se exonerando caso prove que o defeito inexistiu ou a culpa exclusiva de terceiro ou do consumidor (art. 3º do Código de Defesa do Consumidor).No caso em exame, o autor foi incluído no cadastro de inadimplentes pela requerida em razão de faturas apuradas nos meses de 05 a 07/2012 (fl. 27) que juntas somaram R$225,94 em 10/06/2012 decorrentes do contrato 2101171124 conforme informações do SERASA-SPC à fl. 16.A irresignação do autor consiste no fato de que foi negativado por este débito, porém, sustentou que a requerida está equivocada na cobrança. Segundo o autor, contratou o serviço da requerida em 06/2012 e dois meses após pediu o cancelamento do contrato.Do outro lado, a requerida alegou serem inverídicas as alegações do autor. Aduziu que a contratação do serviço ocorreu em 03/2012 e que o autor continuou utilizando o serviço de internet posteriormente, sendo que o cancelamento do contrato decorreu do inadimplemento. Levando em consideração os argumentos aduzidos pelas partes, por mais que o autor tenha se enganado ao afirmar na exordial que teria contratado o serviço da requerida em 06/2012, as provas que constam dos autos esclareceram bem a situação, tais como a declaração de endereço do autor, o contrato com sua assinatura, a nota fiscal de entrega do equipamento e cópia dos documentos pessoais do autor, datados de 03/2012 (fls. 32/36). Embora tais documentos não tenham sido impugnados especiaficamento, o autor rebateu a existência das faturas de fl. 27 na Réplica (fl. 94) e pediu a inversão do ônus da prova ante a impossibilidade de produzir prova negativa da utilização dos serviços da requerida.De fato, em caso deste naipe, tratando-se de relação consumerista, não há como imputar ao autor a responsabilidade de produzir provas para comprovação de fato negativo, sendo forçoso a aplicação da inversão do ônus da prova, consoante artigo 6º inciso VIII do Código de Defesa do Consumidor. Por conseguinte, caberia à requerida trazer elementos que subsidiassem suas alegações e que demonstrassem a efetiva utilização da internet. Poderia se servir, por exemplo, de extratos detalhados sobre kbs utilizados pelo autor ou outra prova documental equivalente que atendesse à FINALIDADE de provar a efetiva prestação do serviço a justificar a cobrança. Porém, a requerida não demonstrou nada neste sentido. Entretanto, não deixo de apreciar os documentos trazidos pela requerida aos autos. Juntou com a contestação cópias do contrato, da nota fiscal e declaração de residência de fls. 32/36 nos quais consta que o serviço foi contratado em 03/2012. Levando em consideração as informações destes documentos, em especial me atenho a data da assinatura do contrato, observo que o autor afirmou na exordial ter pedido o cancelamento do contrato dois meses depois, ou seja, por volta de 05/2012. A partir deste período, afirmou que deixou de utilizar o serviço de internet. É exatamente neste ponto que a requerida falhou em seus serviços, pois as faturas que a prestadora do serviço apurou entre 05/2012 a 07/2012 foram geradas depois do pedido de cancelamento do serviço. Daí o equívoco da requerida por não trazer aos autos prova da utilização do serviço após 05/2012. Por conseguinte, não há elementos para reconhecer a falta de pagamento por parte do autor. Consequentemente, se a requerida, apoiada no argumento do inadimplemento, incluiu os dados dele no cadastro de inadimplentes, a negativação é injusta porquanto o débito é indevido, acarretando dano moral à parte autora. Mesmo considerando as conjecturas formuladas pela requerida, a parte ré não demonstrou a excludente do nexo de causalidade bem com alicerce no risco da atividade da requerida, e ainda devido à falha na prestação de seus serviços arranjada em conjunto com a precoce inclusão do autor no cadastro de inadimplentes, chega-se a CONCLUSÃO de que é inexistente o débito em questão, sendo indevida a inclusão do nome do autor no cadastro de inadimplentes.Nesse contexto, a requerida não pode se furtar da responsabilidade civil perante o consumidor perante o pedido de cancelamento do contrato e a inclusão indevida do nome do autor no cadastro de inadimplentes.Emerge de forma cristalina o direito ao dano moral, cabe salientar que este não tem de ser provado, porque a responsabilidade da requerida é objetiva e o dever de indenizar lhe é imposto independente de culpa (CDC, art. 3º). O dano moral é simplesmente presumido, decorrendo da ofensa sofrida, sendo o bastante para justificar a indenização. Decorre da modalidade in re ipsa. O arbitramento da condenação a título de dano moral encontra-se com a jurisprudência sedimentada perante o TJRO, no sentido de que deve se operar com moderação, proporcionalmente ao grau de culpa, à capacidade econômica das partes, cabendo ao juiz orientar-se pelos critérios sugeridos na doutrina e na jurisprudência, com razoabilidade, valendo-se de sua experiência e do bom senso. Nos termos do artigo 944 do Código Civil, fica estabelecido em nosso direito que a indenização é medida pela extensão do dano, ressaltando-se, ainda, que a fixação da indenização por dano moral deve atender a um juízo razoabilidade e proporcionalidade. Na espécie, a requerida consiste em empresa do ramo de telefonia e internet e o autor declarou ser

hipossuficiente. Neste contexto, a extensão do dano não ultrapassou a esfera de amizade do autor, inexistindo qualquer relato de fato mais gravoso na inicial. Neste passo, entendo que o valor de R$7.000,00 (sete mil reais) atende a um juízo de proporcionalidade e de razoabilidade para que a condenação atinja seus objetivos, bem como se mostra em acordo com os parâmetros de outros julgados do TJRO para casos semelhantes.Posto isso, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial formulado por EDUARDO LUIZ BISSOLI em desfavor da VIVO S/A, tornando definitiva a DECISÃO que antecipou os efeitos da tutela à fl. 17, e o faço para declarar inexistente o débito em nome do autor no valor de R$225,94 referente o contrato nº. 2101171124 vencido em 10/06/2012, bem como condenar a ré a pagar à parte autora dano moral na importância de R$7.000,00 (sete mil reais), corrigida monetariamente e com juros de mora de 1% ao mês a contar desta data por utilizar valor já atualizado. Face à sucumbência, condeno a empresa ré ao pagamento das custas e despesas processuais e honorários sucumbenciais ao patrono do autor que arbitro em 15% do valor da condenação atualizado, nos termos do art. 20, parágrafo 3º, do CPC. P.R.I.C. Com trânsito em julgado, aguarde-se por 5 dias o impulso da parte interessada para a fase de cumprimento de SENTENÇA (CPC, art. 475-J). Nada sendo requerido, arquive-se. Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito

Proc.: 0011386-81.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Abel Soares, Delmi Oliveira Andrade Soares
Advogado:Leila Audrey Ferrando. (OAB/RO 3.389)
Requerido:Sul América Seguro Saúde S/A, Biocare Comércio e Importação de Implantes. M.e.
Advogado:Felipe Saraiva Andrade (308078 oab)
DESPACHO:
Vistos.1- Recebo a emenda à reconvenção de fls. 143.2- Em preliminar de contestação à reconvenção os reconvindos postularam pela denunciação da lide da Sul América Seguro Saúde S/A, sob o argumento de que mantém contrato de seguro de responsabilidade civil profissional com a mesma. Nos termos do art. 70, inciso III do CPC, cabe denunciação à lide, sendo esta obrigatória, àquele que estiver obrigado, pela lei ou pelo contrato, a indenizar, em ação regressiva, o prejuízo daquele que perder a demanda. Na espécie, verifica-se que a denunciação à lide da seguradora se subsume ao disposto no artigo citado de forma que deve a mesma integrar o pólo passivo da reconvenção. Ressalte-se que o STJ já pacificou o entendimento de que é cabível a denunciação da lide em reconvenção (REsp 593906/PB, julgado em 04/03/2010 e publicado no Diário Oficial de 22/03/2010).3- Na confluência destas considerações, defiro o pedido de denunciação da lide em reconvenção da Sul América Seguro Saúde S/A e determino a sua citação por carta, no endereço indicado às fls. 03, para manifestar, no prazo de 15 dias, se aceita a denunciação à lide em reconvenção, oferecendo, em caso positivo, contestação no prazo legal, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos alegados na inicial. 4- Suspendo o andamento da lide principal pelo prazo de 30 dias (art. 72, §1º, alínea b, CPC), com vistas à realização da citação da denunciada, incumbindo ao denunciante providenciar o necessário para a sua realização no referido prazo, sob pena de prosseguimento do feito unicamente em relação ao denunciante (art. 72, §2º, CPC).5- Aguarde-se a resposta da denunciada e, após, intimem-se as partes para especificarem as provas que pretendem produzir tanto na ação principal, quanto na reconvenção, no prazo comum de 10 dias. Na sequência, volvam os autos conclusos para saneamento.6- SERVE A PRESENTE DE CARTA DE CITAÇÃO DA DENUNCIADA.Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito

Proc.: 0012596-70.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Valdir Soler de Oliveira
Advogado:Thiago Gonçalves dos Santos (OAB/RO 5471)
Requerido:Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S.a
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (AC 3592), Amauri Luiz de Souza. (RO 1301)
DECISÃO:
Vistos.1- As partes estão bem representadas. Presentes as condições da ação e os pressupostos processuais. Rejeitadas as preliminares arguidas pela requerida. Não há irregularidades a serem sanadas, nem nulidades a serem declaradas. Processo em ordem, declaro saneado o feito.3- Fixo como ponto controvertido a existência de crédito a ser recebido pela autora referente ao seguro DPVAT em razão do evento danoso; a existência de sequela permanente em razão do acidente sofrido e o grau de debilidade funcional; e o pagamento pela requerida da importância devida.4- Defiro à requerida a produção de prova pericial.5- Nomeio como perito o Dr. Célio Franco, médico ortopedista com consultório profissional no Hospital Bom Jesus, o qual deverá ser intimado da presente nomeação, podendo apresentar escusa no prazo de 05 dias (art. 146 do CPC), presumindo-se a sua aceitação, caso decorrido o prazo se mantenha silente. Em caso de aceitação expressa deverá, no mesmo ato apresentar proposta de honorários e designar o dia, horário e local para realização da perícia, observando uma data mínima de 15 dias, para viabilizar a intimação das partes. 5.1- Conste na intimação que a perícia tem por fim averiguar se o autor possui alguma lesão no punho e braços, RESPONDENDO AOS SEGUINTES QUESITOS DESTE JUÍZO: A) havendo lesão no membro, que indique se a mesma é definitiva ou temporária, indicando no último caso qual o tratamento indicado e o tempo estimado e se há possibilidade de cura total; B) é possível indicar qual a causa da lesão e a provável data em que se tornou definitiva; C) havendo lesão definitiva, que informe se há perda total ou parcial do membro, ou perda total ou parcial da funcionabilidade do membro ou se há apenas redução da funcionabilidade do membro, indicando no último caso o seu grau. O laudo, que além do exame médico avaliativo do perito deverá responder objetivamente aos quesitos formulados pelas partes e por este juízo, deverá ser apresentado no cartório da Vara, em 05 dias após a data agendada pelo perito para realização da perícia.6- Quesitos da requerida às fls. 29. Intime-se o autor para apresentação de quesitos e as partes para indicação de assistente técnico, no prazo de 5 dias, a contar da intimação desta DECISÃO.7- Apresentada a proposta de honorários, intime-se o requerido para que comprove nos autos, no prazo de 05 dias, o depósito judicial da respectiva quantia.8- Intimem-se as partes do dia, horário e local da realização da perícia.9- Apresentado o laudo, deverão os assistentes apresentarem seus pareceres no prazo comum de 10 dias, contados da intimação das partes

da apresentação do laudo (art. 433, parágrafo único do CPC), se tiverem sido indicados. Após, intimem-se as partes para manifestação acerca da perícia, no prazo comum de 10 dias. 10- Providencie a escrivania a cientificação do perito acerca da presente nomeação (documentos de fls. 15).Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito

Proc.: 0012786-33.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sidivan Rodrigues Silva
Advogado:Adriana Barboza Silva (RO 5.891)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S.a
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (AC 3592)
DECISÃO:
Vistos.1. As partes estão bem representadeas. Presentes as condições da ação e os pressupostos processuais. Não há preliminares ou irregularidades a serem sanadas, nem nulidades a serem declaradas. Processo em ordem, declaro saneado o feito.2- Fixo como ponto controvertido a existência de crédito a ser recebido pela autora referente ao seguro DPVAT em razão do evento danoso; a existência de sequela permanente em razão do acidente sofrido e o grau de debilidade funcional; e o pagamento pela requerida da importância devida.3- Defiro à requerida a produção de prova pericial.4- Nomeio como perito o Dr. Valter Akira Miasato, médico ortopedista com consultório profissional no Hospital Monte Sinai, o qual deverá ser intimado da presente nomeação, podendo apresentar escusa no prazo de 05 dias (art. 146 do CPC), presumindo-se a sua aceitação, caso decorrido o prazo se mantenha silente. Em caso de aceitação expressa deverá, no mesmo ato apresentar proposta de honorários e designar o dia, horário e local para realização da perícia, observando uma data mínima de 15 dias, para viabilizar a intimação das partes. 4.1- Conste na intimação que a perícia tem por fim averiguar se o autor possui alguma lesão "na região do tórax/tronco", RESPONDENDO AOS SEGUINTES QUESITOS DESTE JUÍZO: A) havendo lesão no membro, que indique se a mesma é definitiva ou temporária, indicando no último caso qual o tratamento indicado e o tempo estimado e se há possibilidade de cura total; B) é possível indicar qual a causa da lesão e a provável data em que se tornou definitiva; C) havendo lesão definitiva, que informe se há perda total ou parcial do membro, ou perda total ou parcial da funcionabilidade do membro ou se há apenas redução da funcionabilidade do membro, indicando no último caso o seu grau. O laudo, que além do exame médico avaliativo do perito deverá responder objetivamente aos quesitos formulados pelas partes e por este juízo, deverá ser apresentado no cartório da Vara, em 05 dias após a data agendada pelo perito para realização da perícia.5- Quesitos da requerida às fls. 24. Intime-se o autor para apresentação de quesitos e as partes para indicação de assistente técnico, no prazo de 5 dias, a contar da intimação desta DECISÃO.6- Apresentada a proposta de honorários, intime-se o requerido para que comprove nos autos, no prazo de 05 dias, o depósito judicial da respectiva quantia.7- Intimem-se as partes do dia, horário e local da realização da perícia.8- Apresentado o laudo, deverão os assistentes apresentarem seus pareceres no prazo comum de 10 dias, contados da intimação das partes da apresentação do laudo (art. 433, parágrafo único do CPC), se tiverem sido indicados. Após, intimem-se as partes para manifestação acerca da perícia, no prazo comum de 10 dias. 09- Providencie a escrivania a cientificação do perito acerca da presente nomeação. (Anexo documento de fls. 14/14v).Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito

Proc.: 0015601-03.2013.8.22.0002
Ação:Dúvida
Requerente:Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Ariquemes
Advogado:Advogado Não Informado (418)
SENTENÇA:
Vistos e examinados. MARIA ALZIRA RIBEIRO CAVALCANTE, Oficial Registradora da Serventia Registral de Imóveis desta Comarca, suscitou dúvida a esta Corregedoria Permanente, argumentando que o ato protocolado sob n. 270, referente a registro de escritura pública de venda e compra não pode ser realizado à vista da indisponibilidade determinada por esta Corregedoria na ata de visita correicional de 06/12/2007. Informou que o apresentante requereu a realização do ato ou a suscitação de dúvida. É o relatório. DECIDO. Esta Corregedoria Permanente tornou indisponíveis todas as matrículas referentes aos imóveis do SETOR MANOA e suas glebas, em 06/12/2007, em razão da constatação de fraudes e falsificação de documentos públicos utilizados para transação imobiliária envolvendo os lotes rurais deste setor. A medida acautelatória primou pela prevenção da prática de novos atos translativos dos referidos imóveis, cuja cadeia dominial esteja eivada de nulidade face à utilização de documentos falsos ou de origem duvidosa. No presente caso, depois de analisados todos os documentos pertinentes e necessários acostados aos autos em confronto com a matrícula de origem do lote rural n.44, Setor Manoa/10, Gleba Jacundá, do Projeto Fundiário Alto Madeira, localizado no município de Cujubim, com área de 228,0101 ha ? M-27.896 do Registro de Imóveis desta Comarca, foi constatado que a cadeia dominial obedece aos ditames legais e os documentos apresentados para a pretendida averbação, a princípio, tem origem lícita. Posto isto, ACOLHO O PEDIDO e o faço para dirimir a dúvida suscitada no sentido de autorizar o registro da escritura pública de compra e venda, lavrada à fl. 149 do livro n. 085, em 28/06/2010, protocolada sob n. 270, em 19/11/2013, desde que apresentados todos os documentos necessários. Por conseguinte, declaro extinto o feito, com resolução do MÉRITO e fundamento no art. 269, I do Código de Processo Civil. A matrícula deste imóvel fica liberada do gravame da indisponibilidade a partir desta data. Sem custas ou honorários. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Com o trânsito em julgado, arquive-se. Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito

Proc.: 0015395-86.2013.8.22.0002
Ação:Usucapião
Requerente:Joaquim Pereira da Silva Júnior
Advogado:Jaime Ferreira. (OAB/RO 2172)
Requerido:Sirlene Batista da Fonseca, Juan Lucas Nunes Maia, Rafaela Nunes Maia
DESPACHO:
Vistos.1- Melhor compulsando os autos, verifico que o autor qualificou-se como casado na exordial e a presente ação versa sobre direito real imobiliário, sendo necessário para a

regularidade do procedimento que o autor apresente o expresso consentimento do seu cônjuge para o ajuizamento da ação ou o inclua no pólo ativo da lide, nos termos do art. 10 do CPC.2- Intime-se o requerente para que regularize a inicial, em 05 dias, sob pena de indeferimento.Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito

Proc.: 0009691-92.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Roberto Malaquias Brito
Advogado:Cristian Rodrigo Fim. (OAB 4.434)
Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Ariquemes. Eletrobrás
Advogado:Cesar Henrique Longuini (OAB/RO 5217)
DECISÃO:
Vistos em saneador.1- Presentes as condições da ação e os pressupostos processuais. Não há irregularidades a sanar, tampouco nulidades a declarar. Não foram arguidas matérias preliminares. Declaro saneado o feito.2- Indefiro o pedido de produção de prova testemunhal formulado pela requerida por ser despiciendo para o deslinde da causa, eis que os fatos narrados pelas partes dependem exclusivamente de prova documental para sua comprovação. 3- Intime-se e aguarde-se em cartório, por 10 dias, a interposição de eventual recurso. Após, voltem os autos conclusos para SENTENÇA.Ariquemes-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito

Proc.: 0012073-58.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Leonardo Paulo de Carvalho
Advogado:Fabiano Reges Fernandes (RO 4806)
Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Ariquemes. Eletrobrás
Advogado:Kênia de Carvalho Mariano (OAB/RO 994), Orestes Muniz Filho. (OAB/RO 40)
DESPACHO:
Vistos.1- Compulsando os autos verifico que a peça contestatória encontra-se apócrifa.2- Ante o exposto, intime-se a requerida para que regularize a peça contestatória, em 05 dias, sob pena de revelia, nos termos do art. 13, inciso II, do CPC.Ariquemes-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito

Proc.: 0012245-97.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Denis Rafael Carvalho de Freitas
Advogado:Cleyde Reis Silva Fragoso (OAB/RO 1850)
Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia Sa Ceron Ag de Porto Velho
Advogado:Kênia de Carvalho Mariano (OAB/RO 994)
DECISÃO:
Vistos em saneador.1- Presentes as condições da ação e os pressupostos processuais. Não há irregularidades a sanar, tampouco nulidades a declarar. Não foram arguidas matérias preliminares. Declaro saneado o feito.2- Indefiro o pedido de produção de prova testemunhal formulado pela parte autora por ser despiciendo para o deslinde da causa, eis que os fatos narrados pelas partes dependem exclusivamente de prova documental para sua comprovação e o dano moral é presumido, caso a conduta da requerida seja reconhecida como abusiva ou ilegal. 3- Defiro à parte autora a juntada de novos documentos, em 10 dias. Vindo novos documentos, intime-se a parte contrária para que se manifeste em 05 dias. 4- Intime-se e aguarde-se em cartório, por 10 dias, a interposição de eventual recurso. Após, voltem os autos conclusos para SENTENÇA.Ariquemes-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito

Proc.: 0075316-54.2005.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco da Amazônia S.a Ariquemes
Advogado:Gilberto Silva Bonfim. (OAB/RO 1727), Ramiro de Souza Pinheiro. (RO 2037), Michel Fernandes Barros. (RO 1790), Washington Mendonça (RO 1946), Aline Fernandes Barros (OAB/RO 2708)
Executado:Nelcirilo Guimarães Cardoso, Lourival Rodrigues da Cruz, José Erenildo Dorneles
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DECISÃO:
Vistos.1- Indefiro o pedido de levantamento de valores formulado pelo exequente, haja vista que compulsando os autos verifico que o praceamento do bem penhorado nos autos restou infrutífero (fls. 186/187). 2- Intime-se o exequente para que impulsione o feito, em 10 dias, requerendo o que entender oportuno, sob pena de extinção.Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito

Proc.: 0087753-88.2009.8.22.0002
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Toyota Leasing do Brasil S. A. Arrendamento Mercantil
Advogado:Marili Ribeiro Taborda (SP 141.277-A)
Executado:Airton Kuhnen
Advogado:Sérgio Urbano de Almeida Barbosa (OAB/SP 237.694)
DESPACHO:
Vistos.1- Trata-se de cumprimento de SENTENÇA em que a exequente postulou pela suspensão do feito com vistas à localização o executado. Todavia, tenho que o arquivamento do feito neste caso não importará em prejuízo às partes, posto que a parte interessada poderá desarquiva-lo, oportunamente, à vista de bens penhoráveis.2- Arquivem-se.Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito

Proc.: 0008050-74.2010.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Rafael Rudey
Advogado:Luísa Paula Nogueira Ribeiro Melo (OAB/RO 1575)
Executado:Salvador de Castro, Carlos Magno Castro
Advogado:Edelson Inocêncio Júnior. (OAB/RO 890), Advogado Não Informado (418)
DESPACHO:
Vistos.Intime-se o exequente para que se manifeste, em 10 dias, acerca da petição de fls. 123/125, requerendo o que entender oportuno para o impulsionamento do feito, sob pena de extinção.Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito

Proc.: 0012998-59.2010.8.22.0002
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:E. L. R. S.
Advogado:José Wilham de Melo. (OAB/RO 3782)
Executado:E. L. S.
Advogado:Kelly Renata de Jesus Damasceno (OAB/RO 5090)
DECISÃO:
Vistos 1 - A pesquisa BACENJUD bloqueou a importância de R$ 239,18 (duzentos e trinta e nove reais e dezoito centavos), conforme espelho anexo, que CONVERTO EM PENHORA. 2 - Intime-se o executado, na pessoa de sua patrona, para querendo, manifestar sobre a penhora, em 5 dias. 3 - Decorrido o prazo sem manifestação, expeça-se alvará de levantamento a favor do exequente, intimando-o para requerer o que entender pertinente em relação ao prosseguimento do feito quanto ao saldo devedor, apresentando demonstrativo atualizado do débito e indicação de bens à penhora, em 10 dias. Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito

Proc.: 0014294-48.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Dorgival Mota Monteiro
Advogado:Eunice de Oliveira Santos (RO 4801), Dilene Marly Granzotto (RO 4024)
Requerido:São Luiz Reflorestadora Ltda Me Ou Djalma Elias de Oliveira Me, Canaã Geração de Energia Sa Antiga Mega Energia e Investimentos e Participações S.a
Advogado:Denis Augusto Monteiro Lopes. (OAB/RO 2433), Leonardo Henrique Berkembrock (OAB/RO 4641)
DECISÃO:
Vistos.1- Recebo o recurso de apelação interposto pela requerida Canaã Geração de Energia S/A nos efeitos devolutivo e suspensivo.2- Aos apelados/autores para contrarrazões.3- Preenchidos os pressupostos de admissibilidade do recurso e observadas as formalidades legais, providencie a escrivania a digitalização do processo e envio do arquivo de mídia ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, com nossas homenagens. Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito

Proc.: 0001810-64.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sirço Pereira Gomes
Advogado:Defensor Público ( )
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (418)
SENTENÇA:
Vistos.Trata-se de ação de concessão de benefício previdenciário de aposentadoria por invalidez ajuizada por SIRÇO PEREIRA GOMES em desfavor do INSS, que, intimado para se manifestar acerca do laudo pericial de fls. 73, apresentou proposta de acordo às fls. 76/77, comprometendo-se a implantar o benefício de aposentadoria por invalidez, com o que concordou expressamente o autor (fls. 78). Assim, é de rigor a sua homologação com a consequente extinção do feito. Posto isso, homologo o acordo firmado entre as partes, às fls. 76/77 e 78, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, cabendo ao requerido implantar o benefício de aposentadoria por invalidez em favor do autor na forma acordada e, via de conseqüência, declaro extinto o feito, com resolução do MÉRITO, nos termos do artigo 269, inciso III do Código de Processo Civil. Requisite-se junto ao INSS o depósito de honorários para pagamento do perito. Com a juntada, expeça-se o necessário para transferência dos valores em favor do perito.Ante a preclusão lógica (art. 503, CPC), a presente DECISÃO transita em julgado nesta data.P. R. I. Observadas as formalidades legais, arquivem-se com as baixas devidas. Sem custas e verba honorária. SERVE A PRESENTE DE CARTA DE INTIMAÇÃO DO INSS.Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito

Proc.: 0004722-34.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Antenor Pereira de Oliveira
Advogado:Lilian Maria Sulzbacher. (OAB/RO 3225)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (418)
SENTENÇA:
Vistos.Trata-se de ação de concessão de benefício previdenciário de aposentadoria por invalidez ajuizada por ANTENOR PEREIRA DE OLIVEIRA em desfavor do INSS, que, intimado para se manifestar acerca do laudo pericial de fls. 64/67, apresentou proposta de acordo às fls. 76/77, comprometendo-se a implantar o benefício de aposentadoria por invalidez, com o que concordou expressamente o autor (fls. 83). Assim, é de rigor a sua homologação com a consequente extinção do feito. Posto isso, homologo o acordo firmado entre as partes, às fls. 76/77 e 83, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, cabendo ao requerido implantar o benefício de aposentadoria por invalidez em favor do autor na forma acordada e, via de conseqüência, declaro extinto o feito, com resolução do MÉRITO, nos termos do artigo 269, inciso III do Código de Processo Civil. Ante a preclusão lógica (art. 503, CPC), a presente DECISÃO transita em julgado nesta data.P. R. I. Observadas as formalidades legais, arquivem-se com as baixas devidas.Sem custas e verba honorária. SERVE A PRESENTE DE CARTA DE INTIMAÇÃO DO INSS.Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito

Proc.: 0004723-19.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Zilma Euzebio de Miranda
Advogado:Lilian Maria Sulzbacher. (OAB/RO 3225)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (418)
SENTENÇA:
Vistos.Trata-se de ação de concessão de benefício previdenciário de aposentadoria por invalidez ajuizada por ZILMA EUZÉBIO DE MIRANDA em desfavor do INSS, que, intimado para se manifestar acerca do laudo pericial de fls. 77, apresentou proposta de acordo às fls. 87/89 comprometendo-se a conceder o benefício de auxílio doença em favor da autora a partir de 30/11/2013, e Data de Cessão de Benefício DCB em 30/11/2014, com o que concordou expressamente a autora (fls. 92). Assim, é de rigor a sua homologação com a consequente extinção do feito. Posto isso, homologo o acordo firmado entre as partes, às fls. 87/89 e 92, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, cabendo ao requerido implantar o benefício de auxílio doença em favor da autora na forma acordada e, via de conseqüência, declaro extinto o feito, com resolução do MÉRITO, nos termos do artigo 269, inciso III do Código de

Processo Civil. Expeça-se alvará judicial em favor do perito para levantamento dos honorários periciais.Ante a preclusão lógica (art. 503, CPC), a presente DECISÃO transita em julgado nesta data.P. R. I. Observadas as formalidades legais, arquivem-se com as baixas devidas.Sem custas e verba honorária. SERVE A PRESENTE DE CARTA DE INTIMAÇÃO DO INSS.Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito

Proc.: 0007638-41.2013.8.22.0002
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:B. V. Financeira S.A.
Advogado:Carmen Eneida da Silva Rocha (RO 3846)
Requerido:Celito Piana
Advogado:William Alves Jacintho Rodrigues (OAB/RO 3272)
DECISÃO:
Vistos.1- Recebo o recurso de apelação interposto pelo autor, apenas no efeito devolutivo, nos termos do artigo 520 VII do CPC.2-Ao apelado/requerido para contrarrazões.3- Preenchidos os pressupostos de admissibilidade do recurso e observadas as formalidades legais, providencie a escrivania a digitalização do processo e envio do arquivo de mídia ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, com nossas homenagens.Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito

Proc.: 0011155-54.2013.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco do Brasil S.a Brasília
Advogado:Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (RO 5546), Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB/PR 8.123)
Executado:José Pedro Rodrigues
DESPACHO:
Vistos 1 - Em pesquisa no sistema BACENJUD foi apurado novo endereço da parte executada, conforme espelho anexo, motivo pelo qual indefiro, por ora, o pleito de citação por edital. 2 - Intime-se a parte exequente para promover a citação pessoal do executado, em 10 dias. Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito

Proc.: 0014088-97.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Izabel Portugal de Souza
Advogado:Flávia Lúcia Pacheco Bezerra. (OAB/RO 2093)
Requerido:Sabemi Seguradora Sa
SENTENÇA:
Vistos e examinadosIZABEL PORTUGAL DE SOUZA ajuizou ação declaratória de inexistência de débito c/c indenizatória em desfavor da SABEMI SEGURADORA S/A, pretendendo a declaração de inexistência de débito decorrente do contrato de n. 598155 e o recebimento de verba indenizatória por danos materiais e morais.É o relatório. DECIDO.Este feito deve ser extinto de plano, haja vista o fenômeno da coisa julgada. Nos termos do art. 301§ 3º, 2ª parte do CPC, “há coisa julgada quando se repete ação que já foi decidida por SENTENÇA, de que não caiba recurso.” Na hipótese, a autora já intentou ação idêntica, que tramitou sob n. 1001849-49.2010.8.22.0002, perante o Juizado Especial Cível desta Comarca, o qual envolvia as mesmas partes, com pedido de declaração de inexistência do mesmo contrato de n. 598155 e com pedido de restituição dos valores cobrados indevidamente, que inclusive foi julgada procedente, conforme cópia da sentneça em anexo. Por este motivo, constatada que a questão ajuizada já se encontra definitivamente julgada no MÉRITO, a repetição do mesmo pedido importa em coisa julgada, e por conseguinte o presente deve ser extinto sem apreciação do MÉRITO. Posto isso, DECLARO EXTINTO O FEITO, sem resolução do MÉRITO e fundamento no art. 267, V do Código de Processo Civil. Sem custas e sem honorários. Homologo de plano eventual pedido de renúncia ao prazo recursal.P.R.I.C. Com o trânsito em julgado, arquive-se.Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito

Proc.: 0015920-68.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Jocelino Pereira
Advogado:Lilian Maria Sulzbacher. (OAB/RO 3225)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DECISÃO:
Prefeitura Municipal: Alto Paraíso.Vistos.1- O requerido apresentou contestação, sem arguir preliminares. As partes estão bem representadas. Presentes as condições da ação e os pressupostos processuais. Não há irregularidades a sanar, nem nulidades a declarar. Processo em ordem. Declaro saneado o feito, fixando como objeto de prova a incapacidade do autor em reger sua vida de forma independente e de exercer atividade laboral, bem como a hipossuficiência da família em prover o seu sustento.2- A necessidade de produção de prova pericial será analisada após a juntada do laudo social. Indefiro, por ora, a produção de prova testemunhal. Defiro a prova pericial e juntada de novos documentos.3- A parte autora é beneficiária da gratuidade processual, não tendo condições financeiras de suportar o ônus da perícia, dependendo o deslinde do feito da atuação de profissionais liberais que devem receber pelos serviços prestados. Atenta ao princípio da carga dinâmica da prova, segundo o qual, o ônus da prova deve ser imposto àquele que estiver apto a fazê-lo, tenho que os honorários periciais devem ser pagos pelo INSS. 4- Ante o exposto, requisite-se junto ao INSS o pagamento de honorários periciais mediante depósito judicial em favor deste juízo, em razão da causa ser de natureza previdenciária e o obrigado pelo pagamento ser instituição pública (INSS), nos termos da Resolução n. 558/2007 do Conselho da Justiça Federal.5- Nos termos do art. 130 do CPC, nomeio a assistente social do município de Alto Paraíso para realizar laudo de acompanhamento social do caso, com vistas a verificação das condições sócio-econômicas da autora, indicando qual o número de pessoas que convivem sob o mesmo ambiente residencial, quantos contribuem para o sustento da família e qual a renda per capta aproximada, respondendo aos quesitos formulados pelas partes.6- SERVE A PRESENTE DE CARTA AO INSS E MANDADO DE INTIMAÇÃO DA ASSISTENTE SOCIAL.Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito

Proc.: 0015924-08.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Nilcelene Vasconcelos Bertino
Advogado:Levi Gustavo Alves de Freitas (OAB/RO 4634)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
DECISÃO:
Assistente social Municipal - Promoção Social na Av. Jamari, setor 02, Ariquemes.Vistos.1- O requerido apresentou contestação, sem arguir preliminares. As partes estão

bem representadas. Presentes as condições da ação e os pressupostos processuais. Não há irregularidades a sanar, nem nulidades a declarar. Processo em ordem. Declaro saneado o feito, fixando como objeto de prova a incapacidade da autora em reger sua vida de forma independente e de exercer atividade laboral, bem como a hipossuficiência da família em prover o seu sustento.2- A necessidade de produção de prova pericial será analisada após a juntada do laudo social. Indefiro, por ora, a produção de prova testemunhal. Defiro a prova pericial e juntada de novos documentos.3- A parte autora é beneficiária da gratuidade processual, não tendo condições financeiras de suportar o ônus da perícia, dependendo o deslinde do feito da atuação de profissionais liberais que devem receber pelos serviços prestados. Atenta ao princípio da carga dinâmica da prova, segundo o qual, o ônus da prova deve ser imposto àquele que estiver apto a fazê-lo, tenho que os honorários periciais devem ser pagos pelo INSS. 4- Ante o exposto, requisite-se junto ao INSS o pagamento de honorários periciais mediante depósito judicial em favor deste juízo, em razão da causa ser de natureza previdenciária e o obrigado pelo pagamento ser instituição pública (INSS), nos termos da Resolução n. 558/2007 do Conselho da Justiça Federal.5- Nos termos do art. 130 do CPC, nomeio a assistente social do município de Ariquemes para realizar laudo de acompanhamento social do caso, com vistas a verificação das condições sócio-econômicas da autora, indicando qual o número de pessoas que convivem sob o mesmo ambiente residencial, quantos contribuem para o sustento da família e qual a renda per capta aproximada, respondendo aos quesitos formulados pelas partes.6- SERVE A PRESENTE DE CARTAAO INSS E MANDADO DE INTIMAÇÃO DA ASSISTENTE SOCIAL.Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito

Proc.: 0137880-64.2008.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Lorrainy Sordi Santos
Advogado:Corina Fernandes Pereira. (OAB/RO 2074)
Requerido:Jackson Valmor Valentina
Advogado:Advogado Não Informado (202020 2020202020)
DESPACHO:
Vistos.1- Ante a informação de interposição de recurso especial na ação penal 0090280-47.2008.8.22.0002, suspendo o andamento do processo por mais 120 dias ou até que haja provocação da parte, se ocorrer antes da data mencionada. 2- Caso o advogado do(a) autor(a) não se manifeste após o decurso do prazo mencionado, intime-se pessoalmente a parte para andamento, sob pena de extinção do processo (art. 267, §1º, CPC). Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito

Proc.: 0016163-12.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Marta Fátima de Souza Gonçalves
Advogado:Edson Ribeiro dos Santos (RO 6.116)
Requerido:Companhia de Agua e Esgoto de Rondônia - Caerd Ariquemes
DESPACHO:
Vistos Pela economia processual concedo à parte autora mais 48 horas para cumprir integralmente o DESPACHO de fl. 20, atentando-se para o disposto no Provimento n. 028/2013-CG, bem como para recolher a taxa da OAB. Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito

Proc.: 0016269-71.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Geraldo Aparecido Neves
Advogado:Denis Augusto Monteiro Lopes. (OAB/RO 2433)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
DECISÃO:
Vistos 1 - Recebo a emenda de fl 34/35. Com gratuidade. 2 - INDEFIRO a TUTELA ANTECIPADA porque à vista dos documentos acostados com a inicial não é possível aferir a incapacidade temporária ou definitiva do autor, nem mesmo sua condição de segurado da previdência social. Registre que o único laudo médico acostado aos autos é o oftalmológico, que apesar de atestar cegueira em um dos olhos do autor não faz referência a eventual necessidade de afastamento ou incapacidade para o trabalho. Ademais, o último contrato formal de trabalho findou em 01/12/2011, e ao que parece, houve perda da qualidade de segurado. Não obstante o indeferimento administrativo em 2006, o autor continuou trabalhando, demonstrando que apesar da deficiência, não ostentava incapacidade laborativa. 3 - Cite-se o INSS, por carga dos autos, para contestar o pedido no prazo legal. Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito

Proc.: 0002530-94.2014.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Leonardo Zacarias da Silva
Advogado:Evelise Ely da Silva (OAB/RO 4022)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
DECISÃO:
Vistos 1 - Com gratuidade. 2 - Indefiro, por ora, a tutela antecipada, haja vista a ausência de verossimilhanças das alegações em relação à renda per capita familiar. Ademais, infere-se que a família do autor não se encontra complementante desastida pelo Estado à medida que já recebem o benefício assistencial em razão da deficiência de seu genitor Eloi. Registro, ainda, que a concessão de dois benefícios ao mesmo núcleo familiar, ainda que composto de 5 pessoas, fatalmente ultrapassará o teto legal. 3 - Cite-se o INSS, por carga dos autos, para contestar no prazo legal (CPC, art. 188). 4 - Após, vistas ao MP em razão da menoridade do autor. Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito

Proc.: 0002557-77.2014.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Taylor Almeida Vieira Baracho
Advogado:Marcelo Gomes dos Anjos (OAB/RO 4087)
Requerido:Isaias Heringer Peres
DECISÃO:
Vistos 1 - Com gratuidade. 2 - INDEFIRO a TUTELA ANTECIPADA porque ausentes os requisitos legais previstos no art. 273 do CPC. Trata-se de contrato de permuta verbal de veículos, cuja existência não se encontra corroborado por outros elementos colacionados aos autos, nem mesmo há cópia do comprovante de propriedade do veículo, cuja busca e apreensão se requer. Ademais, é necessário ter cautela em casos deste jaez para não prejudicar direito de terceiro de boa-fé, já que posse do bem não se encontra mais com o requerido. Ante a ausência da verossimilhança das alegações iniciais, não concedo a tutela antecipada. 3 - Cite-se a parte requerida para, querendo, contestar o pedido em 15 dias, sob pena de presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial (CPC, art. 285 e 319). 4 - Na hipótese de defesa preliminar e/

ou juntada de documentos com a resposta, intime-se o autor para manifestar em réplica. 5 - Após, intimem-se as partes para especificarem as provas que pretendem produzir, justificando a necessidade, em 5 dias. Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito

Proc.: 0014127-31.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Wagner Freitas da Costa
Advogado:Taviana Moura Cavalcanti (RO 5.334), Wanderley Antonio de Melo (RO 5.215), Romildo Fernandes da Silva. (RO 4416)
Requerido:Banco Bradesco S/A
Advogado:Jose Edgard da Cunha Bueno Filho. (OAB/SP 126.504)
DECISÃO:
Vistos em saneador.1- Presentes as condições da ação e os pressupostos processuais. Não há irregularidades a sanar, tampouco nulidades a declarar. Não foram arguidas matérias preliminares. Declaro saneado o feito.2- Defiro à parte autora a produção de prova testemunhal. O requerido manifestou expressamente o desinteresse em produzir outras provas. 3- Designo audiência de instrução para o dia 01/04/2014, às 08:30 horas, devendo as partes e as testemunhas comparecerem na sala de audiências da 1ª Vara Cível da Comarca de Ariquemes, localizada no Fórum Dr. Aluizio Sayol de Sá Peixoto ? Av. Tancredo Neves, n. 2606. 4- Intime-se pessoalmente a TESTEMUNHA arrolada pela parte autora: a) PAULO (gerente do Rawel Supermercados): pode ser encontrado na av. Jamari, n. 3013, setor 01 ? Ariquemes. 5- Ficam as partes intimadas na pessoa de seus patronos a comparecerem ao ato acompanhadas destes. 6- SERVE A PRESENTE DE MANDADO DE INTIMAÇÃO.Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito

Proc.: 0008676-88.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Jocilande Rosa de Souza
Advogado:Levi Gustavo Alves de Freitas (OAB/RO 4634)
Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Ariquemes. Eletrobrás
Advogado:Cesar Henrique Longuini (OAB/RO 5217)
DECISÃO:
Vistos.1- Em que pese não serem novos, defiro à requerida a juntada dos documentos de fls. 59/64, em apreço ao princípio da busca da verdade real. 2- Intimem-se as partes acerca do deferimento da juntada de documentos e aguarde-se em cartório, por 10 dias, eventual interposição de recurso. 3- Após, voltem os autos conclusos para SENTENÇA.Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito

Proc.: 0008828-39.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ernandes dos Santos Omitti
Advogado:Alan Dias. (OAB/RO 3350)
Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Ariquemes. Eletrobrás
Advogado:Kênia de Carvalho Mariano (OAB/RO 994)
DECISÃO:
Vistos em saneador.1- Presentes as condições da ação e os pressupostos processuais. Não há irregularidades a sanar, tampouco nulidades a declarar. Não foram arguidas matérias preliminares. Declaro saneado o feito.2- Indefiro o pedido de produção de prova testemunhal formulado pelas partes, bem como o pedido de colheita de depoimento pessoal formulado pela parte autora, por ser despiciendo para o deslinde da causa, eis que os fatos narrados pelas partes dependem exclusivamente de prova documental para sua comprovação e o dano moral é presumido, caso a conduta da requerida seja reconhecida como abusiva ou ilegal. 3- Defiro à requerida a juntada de novos documentos, em 10 dias. Vindo novos documentos, intime-se a parte contrária para que se manifeste em 05 dias. 4- Intime-se e aguarde-se em cartório, por 10 dias, a interposição de eventual recurso. Após, voltem os autos conclusos para SENTENÇA.Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito

Proc.: 0008896-86.2013.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco da Amazônia S.a Ariquemes
Advogado:Gilberto Silva Bonfim. (OAB/RO 1727)
Executado:C. L. Weiand e Cia Ltda Epp. Hotel Churrascaria e Pizzaria Assados, Pamela Stefane Weiand, Clarice Licete Weiand
Advogado:Advogado Não Informado (418)
SENTENÇA:
Vistos.As partes noticiaram acordo extrajudicial entabulado, conforme descrito às fls. 111/112, postulando por sua homologação e consequente extinção do feito, com renúncia ao prazo recursal.Posto isso e por tudo mais que dos autos consta, homologo o acordo firmado entre as partes às fls. 111/112, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos e, via de conseqüência, declaro extinta a execução, nos termos do artigo 269, inciso III c/c o art. 598, ambos do Código de Processo Civil. Ante a preclusão lógica (art. 503, CPC), a presente DECISÃO transita em julgado nesta data.Sem custas e verba honorária. P. R. I. Observadas as formalidades legais, arquivem-se com as baixas devidas.Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz Juíza de Direito

Márcia Kanazawa
Escrivã

2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível
2ª Vâra Cível, Infância e Juventude da Comarca de Ariquemes-RO.
Sugestões e reclamações façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet.
Juiz de Direito Dr. Danilo Augusto Kanthack Paccini
e-mail: danilo@tjro.jus.br
Diretora de Cartório: Vânia de Oliveira
e-mail: aqs2civel@tjro.jus.br

Proc.: 0010468-77.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ermindo Bento
Advogado:Nicolau Nunes de Mayo Junior (OAB/RO 2629)

Requerido:Banco Bonsucesso Sa
Advogado:Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB/MG 96.864)
FINALIDADE:
Ficam as partes, por via de seus Advogados, no prazo de 05 dias, intimadas para se manifestarem acerca do ofício de fl. 68 do Banco do Brasil.

Proc.: 0001040-71.2013.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Fundo de Apoio Ao Empreendimento Popular de Ariquemes Faepar. Banco do Povo
Advogado:Viviane Matos Triches (RO 4695), Vanessa Matos Triches (RO 5.306)
Executado:Roseberg Oliveira dos Santos. El, Roseberg Oliveira dos Santos, Tiago Augusto dos Santos
Advogado:Advogado Não Informado
2ª Vara Cível, Infância e Adolescência da Comarca de Ariquemes-RO.
Juiz de Dtº: Dr. Elisangela Nogueira
Diretora de Cartório: Vânia de Oliveira
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 20 (vinte) dias
FINALIDADE: Proceder a INTIMAÇÃO de TIAGO AUGUSTO DOS SANTOS, brasileiro, portador do RG nº 2.581.009 SSP/RO, inscrito no CPF nº 793.495.012-87, na pessoa de seu representante legal, localizada em lugar incerto e não sabido, da PENHORA DE VALORES efetuada na conta corrente do executado nos presentes autos, a saber: R$ 1.892,70 (hum mil oitocentos e noventa e dois reais e setenta centavos), ID 072013000003634387, Caixa Econômica Federal, agencia de Ariquemes - RO.
Podendo opor embargos no prazo de 15 (quinze) dias, após seguro o juízo, ficando, desde logo, intimado da constrição do bem supra.
Ariquemes - RO, 03 de fevereiro de 2014.
MUHAMMAD HIJAZI ZAGLOUT
Juiz Substituto
Sede do Juízo: Fórum Dr. Aluízio Sayol de Sá Peixoto - Av. Tancredo Neves, 2606 Cep: 78.932-000 - Fone: 3535-2493, 3535-2093, Fax: (069) 3535-2493. e-mail: aqs2civel@tjro.jus.br

Proc.: 0002456-40.2014.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Edson Eugenio Soares
Advogado:Sidnei Doná (OAB/RO 377B)
Requerido:Magazine Luiza S.a
DECISÃO:
Vistos e examinados. Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito, cumulada com reparação por danos morais e pedido de antecipação de tutela ajuizada por Edson Eugênio Soares em desfavor de Magazine Luiza S/A.O autor baseia seu pedido na alegação de que fora negativado por débitos que não lhe pertencem, vez que nunca realizou qualquer tipo de contrato com a ré.Requer, a título de antecipação de tutela, a exclusão de seu nome do cadastro de inadimplentes, em razão dos já conhecidos prejuízos ao crédito que a medida acarreta.Em sede de MÉRITO, entende justa a declaração de inexistência das dívidas que deram origem à lide, a fim de que assim se confirme a tutela antecipada que pleiteia, bem como a condenação da ré ao pagamento de indenização por danos morais no valor equivalente a vinte salários mínimos.DECIDO.A antecipação dos efeitos da tutela exige o esclarecimento de dois requisitos, que são o perigo de dano irreparável e a verossimilhança do alegado, observado o disposto no art. 273 e incisos do CPC.O autor juntou documentos que corroboram a efetiva inscrição no rol de inadimplentes, conforme faz prova a consulta juntada às fls. 29/30 dos autos, dando por satisfeita a verossimilhança do que alega. Neste ponto, é importante ter por certo que se trata de uma alegação de cunho negativo, consubstanciada na (in) existência dos contratos que deram origem à lide. É inconteste, pelo norte concebido pelo Código de Defesa do Consumidor, que em casos tais, a prova contrária incumbe a quem deu origem à negativação, diante da dificuldade de se constituir uma prova negativa como a que a presente situação exige.De outro norte, o perigo de dano irreparável é inconteste pelo simples fato de que o autor pode vir a necessitar do uso de crédito, que em razão da negativação seria obstado.É, pois, caso de concessão do quanto pleiteado, tendo em vista a urgência efetivamente demonstrada e a total reversibilidade da medida.Por tudo isto, DEFIRO o pedido de antecipação de tutela, para o fim de determinar a ré que suspenda a restrição havida em nome do autor em razão dos contratos mencionados à f. 05 dos autos, até o deslinde do feito. Para o caso de descumprimento desta determinação judicial, fixo multa diária no valor de R$500,00 (quinhentos reais), até o limite de R$5.000,00 (cinco mil reais). Oficie-se ao SPC/SERASA e a ré Magazine Luiza S/A, a fim de comunicar-lhes o quanto decidido, para que cumpram no prazo de 48 horas, sob pena de responsabilização criminal de seus diretores.E quanto ao mais, determino:1. Cite-se para responder no prazo legal. Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor (artigos 285 e 319 do Código de Processo Civil). 2. Sobrevindo ou não a contestação, certifique-se quanto à intempestividade.3. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas ao autor para réplica. 4. Após, intimem-se as partes representadas a se manifestarem quanto ao interesse em produzir provas, justificando quanto a necessidade e utilidade.5. Cumpridas as determinações acima, retorne os autos conclusos. Defiro, por ora, o pedido de gratuidade da justiça.VIAS DESTE SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO /OFÍCIO.Ariquemes-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0002464-17.2014.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Edson Eugenio Soares
Advogado:Sidnei Doná (OAB/RO 377B)
Requerido:Telemar Norte Leste S.a.
DECISÃO:
Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito, cumulada com reparação por danos morais e pedido de antecipação de tutela ajuizada por Edson Eugênio Soares em desfavor de Telemar Norte Leste S/A.O autor baseia seu pedido na alegação de que fora negativado por débitos que não lhe pertencem, vez que nunca realizou qualquer tipo de contrato com da ré.Requer, a título de antecipação de tutela, a exclusão de seu nome do cadastro de inadimplentes, em razão dos já conhecidos prejuízos ao crédito que a medida acarreta.Em sede de MÉRITO, entende justa a declaração de inexistência das dívidas que deram origem à lide, a fim de que assim se confirme a tutela antecipada que pleiteia, bem como a condenação da

ré ao pagamento de indenização por danos morais no valor equivalente a vinte salários mínimos.DECIDO.A antecipação dos efeitos da tutela exige o esclarecimento de dois requisitos, que são o perigo de dano irreparável e a verossimilhança do alegado, observado o disposto no art. 273 e incisos do CPC.O autor juntou documentos que corroboram a efetiva inscrição no rol de inadimplentes, conforme faz prova a consulta juntada à fl. 29 dos autos, dando por satisfeita a verossimilhança do que alega. Neste ponto, é importante ter por certo que se trata de uma alegação de cunho negativo, consubstanciada na (in) existência dos contratos que deram origem à lide. É inconteste, pelo norte concebido pelo Código de Defesa do Consumidor, que em casos tais, a prova contrária incumbe a quem deu origem à negativação, diante da dificuldade de se constituir uma prova negativa como a que a presente situação exige.De outro norte, o perigo de dano irreparável é inconteste pelo simples fato de que o autor pode vir a necessitar do uso de crédito, que em razão da negativação seria obstado.É, pois, caso de concessão do quanto pleiteado, tendo em vista a urgência efetivamente demonstrada e a total reversibilidade da medida. Por tudo isto, DEFIRO o pedido de antecipação de tutela, para o fim de determinar ao réu que suspenda a restrição havida em nome do autor em razão do débito não reconhecido pelo autor, até o deslinde do feito. Para o caso de descumprimento desta determinação judicial, fixo multa diária no valor de R$500,00 (quinhentos reais), até o limite de R$5.000,00 (cinco mil reais). Oficie-se ao SPC/SERASA e a Telemar Norte Leste S/A, a fim de comunicar-lhes o quanto decidido, para que cumpram no prazo de 48 horas, sob pena de responsabilização criminal de seus diretores.E quanto ao mais, determino:1. Cite-se para responder no prazo legal. Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor (artigos 285 e 319 do Código de Processo Civil). 2. Sobrevindo ou não a contestação, certifique-se quanto à intempestividade.3. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas ao autor para réplica. 4. Após, intimem-se as partes representadas a se manifestarem quanto ao interesse em produzir provas, justificando quanto a necessidade e utilidade.5. Cumpridas as determinações acima, retorne os autos conclusos. Defiro, por ora, o pedido de gratuidade da justiça.VIAS DESTE SERVIRÃO COMO CARTA/MANDADO /OFÍCIO.Ariquemes-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0002011-56.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Valdemar Olegário Xavier
Advogado:Nicolau Nunes de Mayo Junior (OAB/RO 2629)
Requerido:Crefisa S.a. Crédito Financiamento e Investimentos
Advogado:Leila Mejdalani Pereira (128457)
DECISÃO:
Os autos vieram conclusos para SENTENÇA, tal qual determinado em audiência. Contudo, verifico que a representação processual do autor está irregular. Como bem afirmado em sede de impugnação à contestação, o autor é iletrado, de modo que, para estar em Juízo, seu patrono precisar portar procuração por escritura pública. Assim sendo, determino ao autor que o faça no prazo de sete dias, sob pena de serem tornados por inexistentes os atos praticados neste feito.Pelas premissas do art. 130 do CPC, oficie-se à Caixa Econômica Federal para que informe no prazo de dez dias se em 26/08/2011 fora depositado na conta do autor (CC 0002300002608-5 Ag 01831) o valor correspondente ao empréstimo debatido nestes autos (R$758,01).SERVE O PRESENTE DE OFÍCIO.Ariquemes-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0000897-48.2014.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Márcio André de Amorim Gomes.
Advogado:Márcio André de Amorim Gomes. (OAB/RO 4458)
Requerido:Anderson Teixeira
DECISÃO:
Indefiro a gratuidade, pois a condição de advogado militante, bem como a insuficiência de elementos que demonstrem a incapacidade financeira deste, não demonstram com força suficiente a condição compatível com o conceito de miserabilidade exigida pela Lei n. 1.060/50.Intimem-se o autor para, no prazo de 10 (dez) dias, comprovar o pagamento das custas processuais, sob de indeferimento da petição inicial. Ariquemes-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0000905-25.2014.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Márcio André de Amorim Gomes.
Advogado:Márcio André de Amorim Gomes. (OAB/RO 4458)
Requerido:Samuel Braga
DECISÃO:
Indefiro a gratuidade, pois a condição de advogado militante, bem como a insuficiência de elementos que demonstrem a incapacidade financeira deste, não demonstram com força suficiente a condição compatível com o conceito de miserabilidade exigida pela Lei n. 1.060/50.Intimem-se o autor para, no prazo de 10 (dez) dias, comprovar o pagamento das custas processuais, sob de indeferimento da petição inicial. Ariquemes-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0000949-44.2014.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Edson Rodrigues de Freitas
Advogado:Belmiro Rogério Duarte Bermudes Neto (RO 5.890)
Requerido:Anisio Couy, Carolina Aparecida Pimenta Couy
DECISÃO:
1- Ao autor, para comprovar a hipossuficiência, demonstrando os seus rendimentos e despesas, ou o pagamento das custas processuais, no prazo de 10 dias, sob pena de indeferimento da inicial.2- Segundo posicionamento recente firmado pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, a simples afirmação de hipossuficiência não é suficiente para obtenção das benesses da justiçã gratuita, sendo necessária a comprovação do estado de hipossuficiência, confome interpretação conferida à luz da redação do art. 5º, inciso LXXIV, da CF/88, que assim o exige. (Ag. Instrumento n. 0001169-82.2013.8.22.0000, Des. Rel. Raduan Miguel Filho, DJ n. 029/2013, 15/02/2013). Ariquemes-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0002126-43.2014.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Amanda Stuber de Matos
Advogado:Rafael Burg. (OAB/RO 4304)
Requerido:Banco Intermedium S.A.

DECISÃO:
Vistos e examinados. Alega a parte autora ser beneficiária do INSS, tendo outrora celebrado dois contratos de empréstimo consignado. Contudo, recentemente tomou conhecimento de um empréstimo consignado com o requerido, o qual não celebrou, no valor de R$ 707,11, em 58 parcelas de R$ 23,31, já tendo sido descontado do seu benefício previdenciário 21 parcelas. O pedido de tutela antecipada não trará qualquer prejuízo às partes, motivo pelo qual o defiro, especialmente como forma de evitar dano de difícil ou incerta reparação ao requerente. Da mesma forma, a medida solicitada é perfeitamente reversível. Ante o exposto, DEFIRO o pedido de tutela antecipada, determinando que seja oficiado ao INSS para que efetue a suspensão do desconto de R$ 23,31 no benefício da parte autora n. 1247676088, referente ao contrato n. 50000000000000957395, a partir do mês seguinte ao conhecimento desta, até que seja julgada a lide instaurada, sob pena de incorrer em desobediência. Cite-se o requerido para que, em 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta, sob pena de confissão e revelia. Defiro os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita. Sobrevindo ou não a contestação, certifique-se quanto à intempestividade. Havendo contestação com assertivas preliminares e apresentação de documentos, abra-se vistas ao autor para réplica. Após, intimem-se as partes representadas a se manifestarem quanto ao interesse em produzir provas, justificando quanto a necessidade e utilidade. Cumpridas as determinações acima, retorne os autos conclusos. VIAS DESTE SERVIRÃO DE CARTA/OFÍCIO/MANDADO.Ariquemes-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0002171-47.2014.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Aparecida Pereira dos Santos
Advogado:Adeusair Ferreira dos Anjos. (OAB/RO 3780)
Requerido:Gazin Indústria e Comércio de Móveis e Eletromésticos Ltda
DECISÃO:
1- Ao autor, para comprovar a hipossuficiência, demonstrando os seus rendimentos e despesas, ou o pagamento das custas processuais, no prazo de 10 dias, sob pena de indeferimento da inicial.2- Segundo posicionamento recente firmado pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Rondôncia, a simples afirmação de hipossuficiência não é suficiente para obtenção das benesses da justiçã gratuita, sendo necessária a comprovação do estado de hipossuficiência, confome interpretação conferida à luz da redação do art. 5º, inciso LXXIV, da CF/88, que assim o exige. (Ag. Instrumento n. 0001169-82.2013.8.22.0000, Des. Rel. Raduan Miguel Filho, DJ n. 029/2013, 15/02/2013). Ariquemes-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0008372-26.2012.8.22.0002
Ação:Inventário
Inventariante:Rozilia de Souza Santos
Advogado:José Assis dos Santos. (OAB/RO 2591)
Inventariado:João Souza Santos
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO:
Converto o julgamento em diligência, para o fim de determinar que a autora Rozilia de Souza Santos junte aos autos certidão de casamento no prazo de cinco dias.Após, tornem os autos à CONCLUSÃO. Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Proc.: 0000420-25.2014.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:R. da S.
Advogado:Defensor Público ( )
Requerido:I. B.
2ª Vara Cível, Infância e Adolescência da Comarca de Ariquemes-RO.
Juiz de Dtº: Dr. Elisangela Nogueira
Diretora de Cartório: Vânia de Oliveira
e-mail mailto:aqscivel2a@tj.ro.gov.br
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 20 (vinte) dias
FINALIDADE: CITAÇÃO DE IZABEL BRANIBRUCH, brasileira, filha de Luiz Alves da Silva e Lecy Branibruch da Silva, atualmente residente e domiciliada em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: Contestar, no prazo mencionado a seguir, a Ação identificada. Não sendo contestada a ação, se presumirão aceitos pelos réus, como verdadeiros, os fatos articulados pela autora.
PRAZO PARA CONTESTAR: 15 (quinze) dias.
Ariquemes - RO, 03 de fevereiro de 2014.
MUHAMMAD HIJAZI ZAGLOUT
Juiz Substituto
Sede do Juízo: Fórum Dr. Aluízio Sayol de Sá Peixoto - Av. Tancredo Neves, 2606
Cep: 78.932-000 - Fone: 3535-2493, 3535-2093, Fax: (069) 3535-2493. e-mail: aqs2civel@tjro.jus.br

Vânia de Oliveira
Diretora de Cartório

3ª VARA CÍVEL

3º Cartório Cível

Proc.: 0010678-65.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Pereira dos Santos
Advogado:Nicolau Nunes de Mayo Junior (OAB/RO 2629)
Requerido:Banco Bmg Sa Manaus
Advogado:Felipe Gazola Vieira Marques. (MG 76.696)
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos e examinados,MARIA PEREIRA DOS SANTOS ajuizou a presente ação declaratória de inexistênica de débito e indenização por danos morais, com pedido de repetição de indébito e antecipação de tutela em desfavor de BANCO BMG S.A. Alegou ter sido surpreendida com descontos indevidos em seu benefício previdenciário, referente ao contrato n.º 225125748, que afirma não ter pactuado com o banco requerido. Juntou documentos (fls. 10/14).A tutela antecipada foi deferida (fl. 15).Citado, o réu apresentou contestação e juntou documentos. Preliminarmente, arguiu conexão. No MÉRITO, sustentou a existência do empréstimo e a regularidade dos descontos, subsidiariamente, a culpa exclusiva de terceiro ante a ocorrência de fraude. Impugnou os danos morais, a inversão do ônus a prova e a repetição de indébito. Por fim, requereu a improcedência total do pedido (fls. 18/46). Houve réplica (fls. 48/51).Instalada audiência

preliminar, a conciliação entre as partes restou infrutífera (fl. 57).As partes não requeram dilação probatória.Reconhecida a conexão com a ação n.º 0010672-58.2012.8.22.0002 (apensa), recebeu-se a presente para o processamento (fl. 68). É, em essência, o relatório. Fundamento e DECIDO.Versam os autos sobre ação declaratória de inexistência de débito e indenização por danos morais, com pedido de repetição de indébito.A pretensão da autora para que se decrete a revelia do banco-réu, nos termos do art. 13, II, do CPC, não pode ser deferida porque o magistrado, no momento oportuno, não anteviu irregularidade no instrumento de mandato trazido aos autos, tanto que não determinou prazo para saneamento, estando preclusa a matéria.Considerando tratar-se de relação consumerista e com vistas a garantir o pleno exercício do direito de defesa do consumidor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC, inverto o ônus da prova, tendo em vista que a alegação da autora é verossímil e, ainda constato sua hipossuficiência frente à ré. Registro, ademais, que essa hipossuficiência não é apenas sob o prisma econômico e social, mas, sobretudo, quanto ao aspecto da produção de prova técnica. Dessa forma, considerando as próprias ?regras ordinárias de experiências? mencionadas no CDC, concluio que a chamada hipossuficiência técnica do consumidor, in casu, não pode ser afastada. Principalmente, em razão do total desconhecimento, por parte do cidadão médio, dos mecanismos de segurança utilizados pela instituição financeira no controle de seus procedimentos e ainda das possíveis formas de superação dessas barreiras a eventuais fraudes.Alegou a autora ter sido surpreendida com descontos indevidos em seu benefício previdenciário referente a contrato de empréstimo consignado que sustenta não ter firmado com o banco requerido.Por seu turno, o réu sustentou a existência do empréstimo e a regularidade dos descontos, subsidiariamente, a culpa exclusiva de terceiro ante a ocorrência de fraude. Entretanto, tais alegações não encontram arrimo nas provas produzidas nos autos. Por ocasião da contestação e da instrução processual, o réu apenas juntou documentos de representação processual e documentos denominados comprovante de operação e TED, que não se prestam a demonstrar o alegado.Ademais, ainda que admitida a tese de ocorrência de fraude, tal circunstância não retira do banco requerido a responsabilidade de reparar os danos causados ao autor em virtude dos descontos indevidos evidenciados (STJ Resp. 703 129, Sp. Min. Menezes Direito, DJ 06/11/2007). A instituição financeira requerida tem o dever de se cercar de todas as medidas necessárias para certificar a real identidade da pessoa que realiza transações junto a ela. A segurança das operações constitui dever inerente à atividade, cujos custos devem ser internalizados e não transferidos ao consumidor.A responsabilidade, no caso posto, é objetiva. Não há que se perquirir a culpa. A propósito, esta e a dicção do artigo 14, do Código de Defesa do Consumidor, por meio da qual se verifica que o fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.Preceitua o § 3°, do mesmo DISPOSITIVO legal, que o fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar: I - que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste; II - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.O réu não se desincumbiu do onus probandi levando para si a responsabilidade pelos danos causados à autora. Sendo indevidos os descontos e não havendo engano justificável demonstrado por parte do requerido, a requerente tem direito, ainda, à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que foi descontado indevidamente.Outra não é o entendimento do Tribunal de Justiça de Rondônia:Apelação cível. Consumidor, Civil e processual. Repetição de indébito. Indenização danos morais. Desconto indevido em benefício previdenciário. Empréstimo não contratado. Reconhecimento. Devolução em dobro do valor cobrado. Manutenção. Redução valor indenização. Impossibilidade. SENTENÇA mantida. Recursos improvidos. É indevido o desconto de parcelas relativas a contrato de financiamento bancário a ser pago por beneficiário do INSS, notadamente se não provada a licitude da contratação e que foi o próprio consumidor quem a fez. Configura dano moral o desconto indevido de valores na aposentadoria do consumidor por empréstimo não realizado por ele, privando a pessoa de quantia relevante de seus parcos rendimentos. Impõe-se a manutenção do valor arbitrado, a título de danos morais, em razão de sua fixação haver dado-se com bom senso, moderação e razoabilidade, atentando-se à proporcionalidade com relação ao grau de culpa, extensão e repercussão dos danos, à capacidade econômica, características individuais e o conceito social das partes (00018578520118220009, 06/02/2013) (grifo não original).Os transtornos causados à autora não permaneceram na esfera de mero aborrecimento ou dessabores. O dano sobressai do próprio ato, visto ser surpeendida com descontos de empréstimo não efetuado certamente acarretou desiquilíbrio no orçamento do requerente. Além disso, é evidente a natureza alimentar do benefício previdenciário.O retorno ao status quo ante resta impossível no caso, pelo que, entendo como justo e suficiente o importe de R$ 10.000,00 (dez mil reais) para amenizar os danos causados e reprimir o ato da ré.Ante o exposto e, por tudo o mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido da requerente, o que faço para declarar inexistente o negócio jurídico representado por meio do contrato n.º 225125748, e para condenar o réu a devolver, em dobro, os valores descontados do benefício previdenciário do autor, corrigidos monetariamente desde o desembolso, com incidência de juros de 1% ao mês, a partir da citação, bem como a pagar a quantia de R$ 10.000,00 (dez mil reais) a titulo de dano moral, corrigido monetariamente e com juros de mora de 1% ao mês a partir da publicação da SENTENÇA (S. 362, STJ). Ainda, torno definitiva a tutela antecipada para determinar o cancelamento do empréstimo consignado objeto dos autos. E, com fulcro no artigo 269, I, do CPC, extinguo o feito com resolução de MÉRITO.Ante a sucumbência, condeno o réu ao pagamento das custas e honorários, estes que fixo em 20% do valor da condenação, com apoio no art. 20, parágrafo 3º do CPC.Oficie-se ao INSS, encaminhando cópia da presente DECISÃO para que adotem as providências cabíveis para o cancelamento definitivo do contrato.Desapense-se dos autos anexos.P.R. I. C.Caso nada seja requerido após o trânsito em julgado desta, observadas as formalidades legais, arquive-se.Ariquemes-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0007671-31.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Leila Audrey Ferrando.
Advogado:Leila Audrey Ferrando. (OAB/RO 3.389)
Requerido:Fundo de Investimento Em Direitos Creditórios Não Padronizados Npl I

Advogado:Advogado Não Informado (418)
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos e examinados,LEILA AUDREY FERRANDO propôs ação declaratória de inexistênica de débito e indenização por danos morais, com pedido de antecipação de tutela em desfavor de FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO PADRONIZADOS FIDC NPL I. Alegou que, ao tentar efetuar um financiamento junto a uma instituição financeira, foi surpreendida com a informação de inscrição do seu nome no cadastro de inadimplentes, cujos débitos sustenta inexistir. Juntou documentos (fls. 10/14).A tutela antecipada foi deferida (fls. 15/16).Citada, a ré apresentou contestação e juntou documentos. Não arguiu preliminares. No MÉRITO, sustentou que a pendência questionada na presente demanda foi objeto de cessão do Banco Santander Brasil S/A em favor do fundo requerido. Esclareceu que referida pendência integrava a carteira de créditos titularizadas pelo cedente Banco Santander Brasil /A, correspondendo a clientes inadimplentes, os quais realizaram compram ou serviços financiados a prazo, não liquidados em seu vencimento. Aduziu o exercício regular de direito. Impugnou os danos morais. Ao final, pugnou pela improcedência total do pedido (fls. 26/72). Houve réplica (fls. 73/76).Intimadas as partes a especificarem provas, o réu pugnou pela juntada de documento (fls. 77/79). A autora requereu o julgamento antecipado da lide (fl. 80).É, em essência, o relatório. Fundamento e DECIDO.Versam os autos sobre ação declaratória de inexistência de débito e indenização por danos morais.O feito comporta julgamento no estado em que se encontra. Não há necessidade de dilação probatória, eis que os documentos que instruem os autos são suficientes a formar a convicção deste magistrado. Considerando tratar-se de relação consumerista e com vistas a garantir o pleno exercício do direito de defesa do consumidor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC, inverto o ônus da prova, tendo em vista que a alegação da autora é verossímil e, ainda constato sua hipossuficiência frente à ré. Registro, ademais, que essa hipossuficiência não é apenas sob o prisma econômico e social, mas, sobretudo, quanto ao aspecto da produção de prova técnica. Dessa forma, considerando as próprias ?regras ordinárias de experiências? mencionadas no CDC, concluio que a chamada hipossuficiência técnica do consumidor, in casu, não pode ser afastada. Principalmente, em razão do total desconhecimento, por parte do cidadão médio, dos mecanismos de segurança utilizados pela instituição financeira no controle de seus procedimentos e ainda das possíveis formas de superação dessas barreiras a eventuais fraudes.Alegou a autora que, ao tentar efetuar um financiamento junto a uma instituição financeira, foi surpreendida com a informação de inscrição do seu nome no cadastro de inadimplentes, cujos débitos sustenta inexistir. Por seu turno, o réu sustentou que a pendência questionada na presente demanda foi objeto de cessão do Banco Santander Brasil S/A em favor do fundo requerido. Esclareceu que referida pendência integrava a carteira de créditos titularizadas pelo cedente Banco Santander Brasil S/A, correspondendo a clientes inadimplentes, os quais realizaram compram ou serviços financiados a prazo, não liquidados em seu vencimento. O requerido não se desincumbiu do ônus de comprovar que a negativação era devida. As justificativas apresentadas não constituem elementos aptos a eximirem da responsabilidade pelo ato ilícito evidenciado.Ao receber referida pendência por meio de cessão deveria ter se cercado dos cuidados inerentes à sua atividade no intuito de verificar se o débito era devido e estava subsidiado por documentos aptos a comprová-lo. A par disso, a ocorrência do dano moral evidencia-se claramente, isso porque, não restam dúvidas de que a restrição causou sério gravame à autora, pondo em xeque sua credibilidade, ao ser observada como incapaz de cumprir os compromissos assumidos.A responsabilidade, no caso posto, é objetiva. Não há que se perquirir a culpa. A propósito, esta e a dicção do artigo 14, do Código de Defesa do Consumidor, por meio da qual se verifica que o fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.Preceitua o § 3°, do mesmo DISPOSITIVO legal, que o fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar: I - que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste; II - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro. Nos casos de negativação, o dano moral ocorre in re ipsa, presumindo-se, independentemente de comprovação efetiva. Nesse sentido:EMENTA: NEGATIVAÇÃO INDEVIDA.DANO MORAL IN RE IPSA. ?No caso de dano moral decorrente de negativação indevida, especialmente quando tacitamente reconhecido pelo réu, é dispensável a prova do efetivo prejuízo, bastando para tanto, a demonstração do fato lesivo que enseja o reconhecimento do prejuízo extrapatrimonial auferido, ou, em outras palavras, trata-se de dano moral puro ou in re ipsa?.(Apelação Cível n. 100.001.2005.015133-8. Relator: Desembargador Miguel Mônico Neto. DECISÃO: ?POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.?Publicada no DJ do dia 13/03/2007).Nesse diapasão, a indenização é medida que se impõe.Para fixação do quantum, deve-se levar em conta o efeito danoso, bem como as condições econômicas das partes, buscando não gerar o enriquecimento sem causa e nem valor inexpressivo a ponto de não reparar o mal sofrido (Apelação Cível n. 100.001.2006.009318-7. Publicada no DJ do dia 24/04/2007, dentre outras).Para este fim, tenho que a agressão foi de relativa gravidade, pois resultou na inclusão de inscrição em cadastro de inadimplentes, mas não trouxe outras consequências excepcionais à requerente. Assim, entendo como justa e suficiente a indenização no importe de R$ 10.000,00 (dez mil reais) para amenizar os danos causados e reprimir os atos do réu.Ante o exposto e, por tudo o mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial, o que faço para declarar inexistente o negócio jurídico representado por meio do contrato n.º 3717010048908-00, bem como condenar o réu a pagar a quantia de R$ 10.000,00 (dez mil reais) a titulo de dano moral, acrescido de juros mensais de 1% ao mês e atualização monetária, a partir da publicação da SENTENÇA (S. 362, STJ). Ainda, torno definitiva a antecipação de tutela, para determinar o cancelamento definitivo da inscrição no cadastro de inadimplentes que tenha como referência o débito em questão. E, com fulcro no artigo 269, I, do CPC, extinguo o feito com resolução de MÉRITO. Ante a sucumbência, condeno o réu ao pagamento das custas e honorários, estes que fixo em 20% do valor da condenação, com apoio no art. 20, parágrafo 3º do CPC.P.R. I. C.Caso nada seja requerido após o trânsito em julgado desta, observadas as formalidades legais, arquive-se.Ariquemes-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0006401-69.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Marcelino Silva
Advogado:Nicolau Nunes de Mayo Junior (OAB/RO 2629)
Requerido:Banco Bonsucesso Sa
Advogado:Celso Henrique dos Santos (MG 110.394), William Batista NÉsio (OAB/RO 4.950), Ivan Mercedo de Andrade Moreira (4948)
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos e examinadosMARCELINO SILVA ajuizou a presente ação declaratória de inexistênica de débito e indenização por danos morais, com pedido de repetição de indébito e antecipação de tutela em desfavor de BANCO BOMSUCESSO S.A. Alegou ter sido surpreendido com descontos indevidos em seu benefício previdenciário, referente ao contrato n.º 802547571-9, que afirma não ter pactuado com o banco requerido. Juntou documentos (fls. 13/21).A tutela antecipada foi deferida (fl. 22/23).Citado, o réu apresentou contestação e juntou documentos. Não arguiu preliminares. No MÉRITO, sustentou a existência do empréstimo e a regularidade dos descontos. Impugnou os danos morais algados, a inversão do ônus a prova e a repetição de indébito. Por fim, requereu a improcedência total do pedido (fls. 30/62). Informação quanto à interposição de agravo (fls. 63/70).Houve réplica (fls. 71/74). Manutenção da DECISÃO agravada (fl. 75).Parecer ministerial pelo desinteresse no feito (fls. 76/77)É, em essência, o relatório. Fundamento e DECIDO.Versam os autos sobre ação declaratória de inexistência de débito e indenização por danos morais, com pedido de repetição de indébito.A pretensão do autor para que se decrete a revelia do banco-réu, nos termos do art. 13, II, do CPC, não pode ser deferida porque o magistrado, no momento oportuno, não anteviu irregularidade no instrumento de mandato trazido aos autos, tanto que não determinou prazo para saneamento, estando preclusa a matéria.Considerando tratar-se de relação consumerista e com vistas a garantir o pleno exercício do direito de defesa do consumidor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC, inverto o ônus da prova, tendo em vista que a alegação da autora é verossímil e, ainda constato sua hipossuficiência frente à ré. Registro, ademais, que essa hipossuficiência não é apenas sob o prisma econômico e social, mas, sobretudo, quanto ao aspecto da produção de prova técnica. Dessa forma, considerando as próprias ?regras ordinárias de experiências? mencionadas no CDC, concluio que a chamada hipossuficiência técnica do consumidor, in casu, não pode ser afastada. Principalmente, em razão do total desconhecimento, por parte do cidadão médio, dos mecanismos de segurança utilizados pela instituição financeira no controle de seus procedimentos e ainda das possíveis formas de superação dessas barreiras a eventuais fraudes.Alegou o autor ter sido surpreendido com descontos indevidos em seu benefício previdenciário referente a contrato de empréstimo consignado que sustenta não ter firmado com o banco requerido.Por seu turno, o réu sustentou a ocorrência do empréstimo e a regularidade dos descontos. Entretanto, tais alegações não encontram arrimo nas provas produzidas nos autos. Por ocasião da contestação e da instrução processual, o réu juntou documentos de representação processual e documentos denominados autorização de saque, e ficha cadastral e proposta de adesão que não se prestam a demonstrar a ocorrência do empréstimo cujos descontos estão sendo questionados por meio da presente ação.A título de reforço, embora demande conhecimento técnico, merece destaque as descrepâncais quanto às assinaturas dos documentos que subsidiaram o dito empréstimo como sendo do autor, notadamente as constantes às fls. 56/57, as quais divergem do traço das assinaturas apostas na cédula de identidade e no CPF do requerente (fls. 14/15).Ademais, ainda que, numa remota hipótese, fosse admitida a tese de ocorrência de fraude, tal circunstância não retiraria do banco requerido a responsabilidade de reparar os danos causados ao autor em virtude dos descontos indevidos evidenciados (STJ Resp. 703 129, Sp. Min. Menezes Direito, DJ 06/11/2007). A instituição financeira requerida tem o dever de se cercar de todas as medidas necessárias para certificar a real identidade da pessoa que realiza transações junto a ela. A segurança das operações constitui dever inerente à atividade, cujos custos devem ser internalizados e não transferidos ao consumidor.A responsabilidade, no caso posto, é objetiva. Não há que se perquirir a culpa. A propósito, esta e a dicção do artigo 14, do Código de Defesa do Consumidor, por meio da qual se verifica que o fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.Preceitua o § 3°, do mesmo DISPOSITIVO legal, que o fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar: I - que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste; II - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.O réu não se desincumbiu do onus probandi levando para si a responsabilidade pelos danos causados ao autor. Sendo indevidos os descontos e não havendo engano justificável demonstrado por parte do requerido, a requerente tem direito, ainda, à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que foi descontado indevidamente.Outra não é o entendimento do Tribunal de Justiça de Rondônia:Apelação cível. Consumidor, Civil e processual. Repetição de indébito. Indenização danos morais. Desconto indevido em benefício previdenciário. Empréstimo não contratado. Reconhecimento. Devolução em dobro do valor cobrado. Manutenção. Redução valor indenização. Impossibilidade. SENTENÇA mantida. Recursos improvidos. É indevido o desconto de parcelas relativas a contrato de financiamento bancário a ser pago por beneficiário do INSS, notadamente se não provada a licitude da contratação e que foi o próprio consumidor quem a fez. Configura dano moral o desconto indevido de valores na aposentadoria do consumidor por empréstimo não realizado por ele, privando a pessoa de quantia relevante de seus parcos rendimentos. Impõe-se a manutenção do valor arbitrado, a título de danos morais, em razão de sua fixação haver dado-se com bom senso, moderação e razoabilidade, atentando-se à proporcionalidade com relação ao grau de culpa, extensão e repercussão dos danos, à capacidade econômica, características individuais e o conceito social das partes (00018578520118220009, 06/02/2013) (grifo não original).Os transtornos causados ao autor não permaneceram na esfera de mero aborrecimento ou dessabores. O dano sobressai do próprio ato, visto ser surpeendido com descontos de empréstimo não efetuado certamente acarretou desiquilíbrio no orçamento do requerente. Além disso, é evidente a natureza alimentar do benefício previdenciário.O retorno ao status quo ante resta impossível no caso, pelo que, entendo como justo e suficiente o importe de R$ 10.000,00 (dez mil reais) para amenizar os danos causados e reprimir o ato da ré.Ante o exposto e, por tudo o mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE

PROCEDENTE o pedido da requerente, o que faço para declarar inexistente o negócio jurídico representado por meio do contrato n.º 802547571-9, e para condenar o réu a devolver, em dobro, os valores descontados do benefício previdenciário do autor, corrigidos monetariamente desde o desembolso, com incidência de juros de 1% ao mês, a partir da citação, bem como a pagar a quantia de R$ 10.000,00 (dez mil reais) a titulo de dano moral, corrigido monetariamente e com juros de mora de 1% ao mês a partir da publicação da SENTENÇA (S. 362, STJ). Ainda, torno definitiva a tutela antecipada para determinar o cancelamento do empréstimo consignado objeto dos autos. E, com fulcro no artigo 269, I, do CPC, extinguo o feito com resolução de MÉRITO.Ante a sucumbência, condeno o réu ao pagamento das custas e honorários, estes que fixo em 20% do valor da condenação, com apoio no art. 20, parágrafo 3º do CPC.Oficie-se ao INSS, encaminhando cópia da presente DECISÃO para que adotem as providências cabíveis para o cancelamento definitivo do contrato.P.R. I. C.Caso nada seja requerido após o trânsito em julgado desta, observadas as formalidades legais, arquive-se.Ariquemes-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0006124-53.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Pedro Raimundo da Silva
Advogado:Nicolau Nunes de Mayo Junior (OAB/RO 2629)
Requerido:Banco Votorantim S A
Advogado:Celson Marcon (OAB/ES 10990)
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos.PEDRO RAIMUNDO DA SILVA ajuizou a presente ação declaratória de inexistência de débito e indenização por danos morais, com pedido de repetição de indébito, em desfavor de BANCO VOTORANTIM. Alegou ter sido surpreendido com descontos indevidos em seu benefício previdenciário, referentes ao contrato n.º 195056851 que afirmou não ter pactuado com o banco requerido. Juntou documentos (fls. 11/16).Citado, o réu apresentou contestação e juntou documentos. Preliminarmente, arguiu ilegitimidade passiva ad causam, ao argumento de que o Banco Votorantim não possui relação jurídica com a requerente, eis que cedeu em favor da BV Financeira S/A todos os direitos e obrigações decorrentes dos crédito. No MÉRITO, sustentou a existência do empréstimo e a regularidade do contrato e dos descontes. Impugnou os danos morais, a inversão do ônus a prova e a repetição de indébito. Por fim, requereu a improcedência total do pedido (fls. 19/46). Houve réplica (fls. 71/73).As partes não requereram dilação probatória.É, em essência, o relatório. Fundamento e DECIDO.Versam os autos sobre ação declaratória de inexistência de débito e indenização por danos morais, com pedido de repetição de indébito.O feito comporta julgamento no estado em que se encontra. Desnecessária a dilação processual, eis que os elementos de prova até o momento produzidos são suficientes para a formação da convicção do juízo, nos termos do artigo 330, I, do CPC.Antes de adentrar no MÉRITO da demanda, enfrentarei a preliminar de ilegitimidade passiva ad causam arguida.Aduziu o requerido que o Banco Votorantim não possui relação jurídica com a requerente, eis que cedeu em favor da BV Financeira S/A todos os direitos e obrigações decorrentes dos crédito.Entretanto, consta do extrato de fl. 15 que o contrato que ensejou os descontos impugnados nestes autos foi realizado com o Banco Votorantim. Se houve cessão de direitos e obrigações entre este e a BV Financeira, não há como exigir que o consumidor tivesse o conhecimento desta transação, sob pena de subversão do sistema de proteção das relações consumeristas, com o consequente prestígio ao abuso do poder econômico em detrimento da parte vulnerável, o que deve ser reprimido pelo Judiciário.A propósito, é o que se dessumi do julgado do Superior Tribunal de Justiça abaixo colacionado, extraído do Informativo n.º 371:DANO MORAL. ANÚNCIO. INTERNET. Trata-se de ação de indenização por danos morais devido a anúncio em página da internet de conteúdo ofensivo à imagem e à honra da autora, oferecendo programa sexual com fotos atribuídas a ela. O juiz deferiu liminar determinando que o provedor retirasse a página, sob pena de multa diária de R$ 200,00. Contra essa DECISÃO, o provedor opôs agravo de instrumento, arguindo a impossibilidade técnica e jurídica para cumprir a obrigação por serem necessários procedimentos imputados à empresa controladora estrangeira, uma vez que o site foi criado por usuário, utilizando-se de ferramenta oferecida pela empresa controladora. Apesar desses argumentos, o Tribunal a quo manteve a liminar com base no art. 28 do CDC, com amparo na Teoria da Aparência. Assim, o cerne da questão cinge-se à possibilidade da aplicação dessa teoria, tendo em vista que o CDC somente fala em responsabilidade subsidiária de participante do mesmo grupo econômico, e não em responsabilidade direta. Concluiu o Min. Relator que, como o provedor no Brasil apresenta-se com a mesma logomarca da empresa estrangeira e que, ao acessá-la na rede mundial, abre-se o endereço na página do provedor no Brasil. Isso faz o consumidor não distinguir com clareza a divisa entre as duas empresas, uma aparenta ser a outra, portanto deve responder pelos riscos. Além de que tem o consumidor direito à facilitação da defesa de seus direitos, bem como à efetiva reparação dos danos morais experimentados. A empresa nacional, portanto, tem legitimidade passiva para responder à ordem judicial, não sendo razoável impor à autora o ônus de demandar contra a empresa internacional, mormente pela demora que acarretaria, a agravar-lhe o sofrimento moral. Ressaltou ainda que o juízo a quo facultou, na impossibilidade técnica, que o provedor adotasse procedimentos na sua controladora, uma vez que pertencem ao mesmo grupo econômico. Com esse entendimento, a Turma não conheceu do recurso, mantendo a DECISÃO recorrida. REsp 1.021.987-RN, Rel. Min. Fernando Gonçalves, julgado em 7/10/2008. (grifo nosso).Nesse diapasão, rejeito a preliminar suscitada.Superada a preliminar, passo a enfrentar o MÉRITO.De início, considerando tratar-se de relação consumerista e com vistas a garantir o pleno exercício do direito de defesa do consumidor, nos termos do art. 6º, VIII, do CDC, inverto o ônus da prova, tendo em vista que a alegação do autor é verossímil e, ainda constato sua hipossuficiência frente à ré. Registro, ademais, que essa hipossuficiência não é apenas sob o prisma econômico e social, mas, sobretudo, quanto ao aspecto da produção de prova técnica. Dessa forma, considerando as próprias ?regras ordinárias de experiências? mencionadas no CDC, concluio que a chamada hipossuficiência técnica do consumidor, in casu, não pode ser afastada. Principalmente, em razão do total desconhecimento, por parte do cidadão médio, dos mecanismos de segurança utilizados pela instituição financeira no controle de seus procedimentos e ainda das possíveis formas de superação dessas barreiras a eventuais fraudes.Alegou o autor ter sido surpreendido com descontos indevidos em seu

benefício previdenciário referente a contrato de empréstimo consignado que sustenta não ter firmado com o banco requerido. Por seu turno, o réu sustentou a existência do empréstimo e a regularidade dos descontos. No entanto, não fez prova do alegado.Ainda que, numa remota hipótese, fosse admitida a tese de ocorrência de fraude, tal circunstância não retiraria do banco requerido a responsabilidade de reparar os danos causados ao autor em virtude dos descontos indevidos evidenciados (STJ Resp. 703 129, Sp. Min. Menezes Direito, DJ 06/11/2007). A instituição financeira requerida tem o dever de se cercar de todas as medidas necessárias para certificar a real identidade da pessoa que realiza transações junto a ela. A segurança das operações constitui dever inerente à atividade, cujos custos devem ser internalizados e não transferidos ao consumidor.Ademais, a responsabilidade, no caso posto, é objetiva. Não há que se perquirir a culpa. A propósito, esta e a dicção do artigo 14, do Código de Defesa do Consumidor, por meio da qual se verifica que o fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos.Preceitua o § 3°, do mesmo DISPOSITIVO legal, que o fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar: I - que, tendo prestado o serviço, o defeito inexiste; II - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.O réu não se desincumbiu do onus probandi levando para si a responsabilidade pelos danos causados ao autor. Sendo indevidos os descontos e não havendo engano justificável demonstrado por parte do requerido, o requerente tem direito, ainda, à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que foi descontado indevidamente.Outra não é o entendimento do Tribunal de Justiça de Rondônia:Apelação cível. Consumidor, Civil e processual. Repetição de indébito. Indenização danos morais. Desconto indevido em benefício previdenciário. Empréstimo não contratado. Reconhecimento. Devolução em dobro do valor cobrado. Manutenção. Redução valor indenização. Impossibilidade. SENTENÇA mantida. Recursos improvidos. É indevido o desconto de parcelas relativas a contrato de financiamento bancário a ser pago por beneficiário do INSS, notadamente se não provada a licitude da contratação e que foi o próprio consumidor quem a fez. Configura dano moral o desconto indevido de valores na aposentadoria do consumidor por empréstimo não realizado por ele, privando a pessoa de quantia relevante de seus parcos rendimentos. Impõe-se a manutenção do valor arbitrado, a título de danos morais, em razão de sua fixação haver dado-se com bom senso, moderação e razoabilidade, atentando-se à proporcionalidade com relação ao grau de culpa, extensão e repercussão dos danos, à capacidade econômica, características individuais e o conceito social das partes (Não Cadastrado, N. 00018578520118220009, Rel. null, J. 06/02/2013) (grifo não original).Os transtornos causados ao autor não permaneceram na esfera de mero aborrecimento ou dessabores. O dano sobressai do próprio ato, visto ser surpeendido com descontos de empréstimo não efetuado certamente acarretou desiquilíbrio no orçamento do requerente. Além disso, é evidente a natureza alimentar do benefício previdenciário.O retorno ao status quo ante resta impossível no caso, pelo que, entendo como justo e suficiente o importe de R$ 10.000,00 (dez mil reais) para amenizar os danos causados e reprimir o ato da ré.Ante o exposto e, por tudo o mais que dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido do requerente, o que faço para declarar inexistente o negócio jurídico representado por meio do contrato n.º 195056851, e para condenar o réu a devolver, em dobro, os valores descontados do benefício previdenciário do autor, corrigidos monetariamente desde o desembolso, com incidência de juros de 1% ao mês, a partir da citação, bem como a pagar a quantia de R$ 10.000,00 (dez mil reais) a titulo de dano moral, corrigido monetariamente e com juros de mora de 1% ao mês a partir da publicação da SENTENÇA (S. 362, STJ). E, com fulcro no artigo 269, I, do CPC, extinguo o feito com resolução de MÉRITO.Ante a sucumbência, condeno o réu ao pagamento das custas e honorários, estes que fixo em 20% do valor da condenação, com apoio no art. 20, parágrafo 3º do CPC.P.R. I. C.Caso nada seja requerido após o trânsito em julgado desta, observadas as formalidades legais, arquive-se.Ariquemes-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0010344-31.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Pereira dos Santos
Advogado:Nicolau Nunes de Mayo Junior (OAB/RO 2629)
Requerido:Banco Cruzeiro do Sul
Advogado:Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/RO E O 4.875A E 128.341)
DESPACHO:
Vistos,1. Desapense-se este auto dos demais.2. Intime-se o exequente para manifestar-se sobre os documentos de fls. 55/56, e requerer o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de arquivamento do feito.Ariquemes-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0010672-58.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Pereira dos Santos
Advogado:Nicolau Nunes de Mayo Junior (OAB/RO 2629)
Requerido:Banco Bmg Sa Manaus
Advogado:Felipe Gazola Vieira Marques. (MG 76.696)
DECISÃO:
Vistos, etc.Recebo o recurso interposto pelo requerido, em ambos os efeitos, por ser próprio e tempestivo.Quanto ao recurso adesivo interposto pela autora, deixo de recebê-lo, ante a ausência de preparo. Nos termos do artigo 500, e parágrafo único, do CPC, vencidos autor e réu, ao recurso interposto por qualquer deles poderá aderir a outra parte, sendo que a tal espécie se aplicam as mesmas regras do recurso independente, quanto às condições de admissibilidade, preparo e julgamento no tribunal superior. No caso, o réu não comprovou o recolhimento do preparo.Desentranhe-se a petição de fls. 148/151, restituindo-a ao patrono da requerente.Intime-se o autor para apresentar contrarrazões à apelação interposta pelo requerido, após subam os autos ao e. TJ/RO. Ariquemes-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0011365-08.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Meiriele Silva de Oliveira
Advogado:Evelise Ely da Silva (OAB/RO 4022)
Requerido:Adelino Ângelo Follador
Advogado:Valdecir Batista (OAB/RO 4271)

DESPACHO:
Vistos em saneador.Cuida-se de ação de indenização por danos materiais e morais.Compulsando os autos, constato que foram atendidos os pressupostos de constituição válida e regular do processo, não se verificando ocorrência de impedimento. Outrossim, não verifico discussão de causa enumerada no art. 301, CPC. As condições da ação também se fazem presentes.O processo tem trâmite regular, portanto.Instadas a especificar quais as provas que pretendem produzir, a autora requereu a produção de prova testemunhal, documental, depoimento pessoal e pericial. O réu, por sua vez, pleiteou pela produção da prova testemunhal.Nos termos do art. 331, §2º, do Código de Processo Civil, fixo como pontos controvertidos a serem dirimidos nas provas, observando-se a distribuição do ônus probatório previsto no art. 333 do CPC: a responsabilidade pelo evento danoso.Defiro a realização da prova testemunhal, cujo rol deverá ser apresentado no prazo legal (CPC, art. 407), e a juntada de documentos novos.Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 24/02/2014 às 10h30min.Ressalto, por fim, que a juntada de documentos novos só será admitida na dicção do art. 397 do CPC.Os atos devem ser expedidos pela escrivania de modo que o feito deve estar concluso, aguardando a solenidade indicada, com o prazo mínimo de 72 horas.Ariquemes-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0013087-77.2013.8.22.0002
Ação:Monitória
Requerente:Maria Conceição Ferreira
Advogado:Marcos Roberto Faccin. (OAB/RO 1453)
Requerido:Clovis Lima da Costa, Augusto Batista
Carta precatória - retirar:
-Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: 0015227-84.2013.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Lap Top Informática e Tecnologia Ltda - Me
Advogado:Levi Gustavo Alves de Freitas (OAB/RO 4634)
Executado:Madeireira Divilan Ltda
Carta precatória - retirar:
-Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Lauda nº 31575, DJ nº 23, 03 de fev. 2014.
Proc.: 0011513-19.2013.8.22.0002
Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente:A. F. T. dos S. N. G. T.
Advogado:Eulinda Fernanda Quintino Ferreira (RO 5.569)
Requerido:A. T. dos S.
Advogado:José de Oliveira Heringer. (OAB/RO 575), Cloves Gomes de Souza. (OAB/RO 385B), Weverton Jefferson Teixeira Heringer. (OAB/RO 2514)
DESPACHO:
Ficam as partes, através de seus procuradores, intimados a comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 13 de março de 2014, às 13h15min., a ser realizada no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Ariquemes-RO.

Lauda nº 31575, DJ nº 23, 03 de fev. 2014.
Proc.: 0016294-84.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maxwell Pasian Cerqueira Santos
Advogado:José Wilham de Melo. (OAB/RO 3782)
Requerido:Banco Bradesco S.a Ariquemes
DESPACHO:
Fica a parte autora, através de seu procurador, intimada a comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 24 de março de 2014, às 13h15min., a ser realizada no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Ariquemes-RO.

Lauda nº 31575, DJ nº 23, 03 de fev. 2014.
Proc.: 0015764-80.2013.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Centro Oeste de Rondônia. Sicoob
Advogado:Julio Cezar Calais (RO 3418)
Executado:Gotardi e Santos Ltda Epp
DESPACHO:
Fica a parte autora, através de seu procurador, intimada a comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 24 de março de 2014, às 13h15min., a ser realizada no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Ariquemes-RO.

Lauda nº 31575, DJ nº 23, 03 de fev. 2014.
Proc.: 0015247-75.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Adjudicante:J. R. S.
Advogado:Sidnei Doná (OAB/RO 377B)
Adjudicado:J. M. P. dos S.
DESPACHO:
Fica a parte autora, através de seu procurador, intimada a comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 24 de março de 2014, às 13h15min., a ser realizada no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Ariquemes-RO.

Lauda nº 31575, DJ nº 23, 03 de fev. 2014.
Proc.: 0014160-84.2013.8.22.0002
Ação:Monitória
Requerente:Donna Donna Comércio de Confecções Ltda
Advogado:Levi Gustavo Alves de Freitas (OAB/RO 4634)
Requerido:Reinildo Vieira Batista
Advogado:Não Informado ( )
DESPACHO:
Fica a parte autora, através de seu procurador, intimada a comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 24 de março de 2014, às 13h15min., a ser realizada no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Ariquemes-RO.

Lauda nº 31575, DJ nº 23, 03 de fev. 2014.
Proc.: 0016569-33.2013.8.22.0002
Ação:Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança (C
Requerente:Joel Severino da Costa
Advogado:Defensor Público ( )
Requerido:Maicon Silva de Paiva

DESPACHO:
Fica a parte autora, através de seu procurador, intimada a comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 24 de março de 2014, às 13h45min., a ser realizada no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Ariquemes-RO.

Lauda nº 31575, DJ nº 23, 03 de fev. 2014.
Proc.: 0016599-68.2013.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Marlon Sérgio da Silva Me.
Advogado:Danyele de Alcântara (RO 5294)
Executado:Wellington Diego Gonçalves
DESPACHO:
Fica a parte autora, através de seu procurador, intimada a comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 24 de março de 2014, às 13h45min., a ser realizada no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Ariquemes-RO.

Lauda nº 31575, DJ nº 23, 03 de fev. 2014.

Proc.: 0016261-94.2013.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Fundo de Apoio Ao Empreendimento Popular de Ariquemes Faepar. Banco do Povo
Advogado:Viviane Matos Triches (RO 4695), Vanessa dos Santos Lima (5329)
Executado:Centro de Formação de Condutores Piloto Ltda, Mauro Gonzaga da Silva
DESPACHO:
Fica a parte autora, através de seu procurador, intimada a comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 24 de março de 2014, às 14h15min., a ser realizada no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Ariquemes-RO.

Lauda nº 31575, DJ nº 23, 03 de fev. 2014.
Proc.: 0016680-17.2013.8.22.0002
Ação:Monitória
Requerente:Brasil Distribuidora Indústria e Comércio de Produtos Alimentícios Ltda
Advogado:Leila Audrey Ferrando. (OAB/RO 3.389)
Requerido:Ana Lúcia dos Santos Mini Mercado Me, Ana Lúcia dos Santos, Ariovaldo Pereira do Carmo
DESPACHO:
Fica a parte autora, através de seu procurador, intimada a comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 24 de março de 2014, às 14h15min., a ser realizada no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Ariquemes-RO.

Lauda nº 31575, DJ nº 23, 03 de fev. 2014.
Proc.: 0015053-75.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Itaú Unibanco S.a. Jabaquara Sp
Advogado:André Roberto Vieira Soares (SSP/RO 4452)
Requerido:Teixeira e Gosman de Paula Ltda Epp
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO:
Fica a parte autora, através de seu procurador, intimada a comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 25 de março de 2014, às 15h15min., a ser realizada no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Ariquemes-RO.

Lauda nº 31575, DJ nº 23, 03 de fev. 2014.
Proc.: 0015904-17.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:F. Alves de Miranda e Cia Ltda
Advogado:Andreciliana Dias dos Santos Miranda (RO 4430)
Requerido:Marcos de Aquino Fernandes
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO:
Fica a parte autora, através de seu procurador, intimada a comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 25 de março de 2014, às 15h15min., a ser realizada no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Ariquemes-RO.

Lauda nº 31575, DJ nº 23, 03 de fev. 2014.
Proc.: 0015576-87.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:José Márcio Londe Raposo, Maria Tereza Villar Raposo
Advogado:Severino José Peterle Filho (OAB/RO 437)
Requerido:Amauri de Souza, Eudes Silva Mota
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO:
Fica a parte autora, através de seu procurador, intimada a comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 25 de março de 2014, às 15h15min., a ser realizada no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Ariquemes-RO.

Lauda nº 31575, DJ nº 23, 03 de fev. 2014.
Proc.: 0014358-24.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Joselma Camilo Leite
Advogado:Marcos Rodrigues Cassetari Júnior. (OAB/RO 1880)
Requerido:Emec Engenharia e Construção Ltda
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO:
Fica a parte autora, através de seu procurador, intimada a comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 25 de março de 2014, às 14h45min., a ser realizada no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Ariquemes-RO.

Lauda nº 31575, DJ nº 23, 03 de fev. 2014.
Proc.: 0016836-05.2013.8.22.0002
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:M. F. de A. S.
Advogado:Defensor Público ( )
Executado:V. G. da S.
DESPACHO:
Fica a parte autora, através de seu procurador, intimada a comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 25 de março de 2014, às 14h15min., a ser realizada no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Ariquemes-RO.

Lauda nº 31575, DJ nº 23, 03 de fev. 2014.
Proc.: 0016478-40.2013.8.22.0002
Ação:Divórcio Litigioso
Requerente:J. W. B. B.
Advogado:Bernardo Augusto Galindo Coutinho. (OAB/RO 2991)

Requerido:M. S.
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO:
Fica a parte autora, através de seu procurador, intimada a comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 25 de março de 2014, às 14h15min., a ser realizada no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Ariquemes-RO.

Lauda nº 31575, DJ nº 23, 03 de fev. 2014.
Proc.: 0016576-25.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:V. L.
Advogado:Defensoria Pública. ( )
Requerido:P. F. de C.
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO:
Fica a parte autora, através de seu procurador, intimada a comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 25 de março de 2014, às 13h45min., a ser realizada no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Ariquemes-RO.

Lauda nº 31575, DJ nº 23, 03 de fev. 2014.
Proc.: 0015523-09.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:A. N. dos S.
Advogado:Marcos Rodrigues Cassetari Júnior. (OAB/RO 1880), Bernardo Augusto Galindo Coutinho. (OAB/RO 2991)
Requerido:A. J. de M.
DESPACHO:
Fica a parte autora, através de seu procurador, intimada a comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 25 de março de 2014, às 13h45min., a ser realizada no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Ariquemes-RO.

Lauda nº 31575, DJ nº 23, 03 de fev. 2014.
Proc.: 0015901-96.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Wellington Vinícius Trevisan
Advogado:Sidnei Doná (OAB/RO 377B), Jaqueline Vieira Cardoso (RO 5.455)
Requerido:Claro Centro Oeste S/a (claro Região Centro Oeste)
Advogado:Amauri Luiz de Souza. (RO 1301)
DESPACHO:
Ficam as partes, através de seus procuradores, intimados a comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 24 de março de 2014, às 14h45min., a ser realizada no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Ariquemes-RO.

Lauda nº 31575, DJ nº 23, 03 de fev. 2014.
Proc.: 0016452-42.2013.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Comavil Comércio Máquinas Ferramentas e Representações Vilhena Ltda
Advogado:Luciene Peterle (OAB/RO 2133)
Executado:Indústria e Comércio de Madeiras Top Ltda
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO:
Fica a parte autora, através de seu procurador, intimada a comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 25 de março de 2014, às 15h15min., a ser realizada no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Ariquemes-RO.

Lauda nº 31575, DJ nº 23, 03 de fev. 2014.
Proc.: 0011565-15.2013.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:J. M. Comércio de Combustível Ltda Me
Advogado:Levi Gustavo Alves de Freitas (OAB/RO 4634)
Executado:M. P. Moreira Me
DESPACHO:
Fica a parte autora, através de seu procurador, intimada a comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 24 de março de 2014, às 14h15min., a ser realizada no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Ariquemes-RO.

Lauda nº 31575, DJ nº 23, 03 de fev. 2014.
Proc.: 0011694-20.2013.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Miguel Oliveira Filho
Advogado:William Alves Jacintho Rodrigues (OAB/RO 3272)
Executado:Roberto Carlos dos Santos
DESPACHO:
Fica a parte autora, através de seu procurador, intimada a comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 24 de março de 2014, às 13h45min., a ser realizada no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Ariquemes-RO.

Lauda nº 31575, DJ nº 23, 03 de fev. 2014.
Proc.: 0016607-45.2013.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Supremax Nutrição Animal
Advogado:Fabiano Ferreira Silva. (OAB/RO 388B)
Executado:Raimundo Rodrigues de Souza
DESPACHO:
Fica a parte autora, através de seu procurador, intimada a comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 24 de março de 2014, às 13h45min., a ser realizada no CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania da Comarca de Ariquemes-RO.

Proc.: 0009885-97.2010.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sebastião José de Lima
Advogado:Nicolau Nunes de Mayo Junior (OAB/RO 2629)
Requerido:Banco Matone S. A.
Advogado:Gilberto Badaró de Almeida Souza (BA 22.772), Cynthia Patrícia Chagas Muniz Dias. (OAB/RO 1147), Evanete Revay. (OAB/RO 1061)
DECISÃO:
DECISÃO Vistos, etc.O feito encontra-se concluso para SENTENÇA.Contudo, ao tempo da DECISÃO de fls. 96, em que decidi pelo não cabimento da inversão do ônus da prova em favor do autor por falta de verossimilhança, não detinha dados concretos quanto à dimensão da condição de saúde do requerente.Consoante termo de inspeção judicial de fl. 99, o autor possui câncer de estômago e há seis meses não se

comunica com a família em virtude do avançado estado da doença.À vista da situação, não foi possível certificar junto ao requerente se houve ou não a disponibilização do valor relativo ao empréstimo pelo banco requerido.Considerando isso, tenho que a prova da disponibilização da quantia referente ao empréstimo deve ser atribuída ao réu.Isso porque, no caso em análise, o banco possui melhores condições para tanto, já que dispõe de meios informatizados para controle das transações, bem como da efetiva entrega do valor ao autor. Com isso, evita-se o que a doutrina denomina de prova diabólica ou prova impossível. O próprio Superior Tribunal de Justiça também já se manifestou pela aplicação da teoria supracitada em acórdãos de relatoria da Ministra Nancy Andrighi (REsp 896.435/PR, DJe 09/11/2009; e REsp 1.189.679/RS, DJe 17/12/2010).A par do exposto, INVERTO O ÔNUS DA PROVA, atribuindo ao banco requerido a incumbência de provar que o valor relativo ao empréstimo realizado foi disponibilizado ao autor.Intime-se o requerido para, em 10 (dez) dias, requerer o que entender de direito.Decorrido o prazo, tornem conclusos sem demora, ante a situação de saúde do autor.Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0004968-98.2011.8.22.0002
Ação:Usucapião
Requerente:Vilmar Cândido da Silva, Leonice de Oliveira da Silva
Advogado:Édio José Ghellere. (OAB/RO 2121), Marcelo Antônio Geron Ghellere. (OAB/RO 1842), Édio José Ghellere. (OAB/RO 2121)
Requerido:Messias Fernandes de Oliveira
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO:
Vistos, etc.Defiro o pedido de Justiça Gratuita formulado pelos autores.Dê-se vistas à Defensoria Pública a fim de que atue no feito na qualidade de curadora de revéis.Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0009745-92.2012.8.22.0002
Ação:Embargos à Execução
Embargante:Tereza Maria da Silva Castro
Advogado:Edelson Inocêncio Júnior. (OAB/RO 890)
Embargado:Zoofort Suplementação Animal Indústria e Comércio Ltda
Advogado:Marco Antônio Prado Herrero (SP 169.830-E)
DESPACHO:
Vistos, etc.Defiro as provas requeridas às fls. 87/89.Designo audiência de Instrução para o dia 25/03/2014, às 09h30min. Intime-se. Expeça-se o necessário.Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Proc.: 0001026-53.2014.8.22.0002
Ação:Divórcio Consensual
Requerente:G. N. M. da C. R. M. N.
Advogado:Suzana Avelar de Sant Ana. (OAB/RO 3746)
DECISÃO:
Vistos, etc.No caso em exame, embora tenham os autores postulado os benefícios da assistência judiciária, não vislumbrei que os mesmos se enquadrem no conceito de miserabilidade exigida pela Lei n. 1.050/60, ou que padeçam de insuficiência financeira.Malgrado o escopo da Lei nº 1.060/50 não abraça tão somente os paupérrimos, mas acolhe, igualmente, aqueles que, passageiramente, frise-se, passageiramente encontram-se em condições de não suportarem as despesas processuais, no caso em exame os autores não se encontram desempregados, bem como demonstrou sua atividade profissional, diante dos quais, entendo perfeitamente possível que os mesmos possam arcar com o valor das custas iniciais que, dado o valor da causa, importam em módicos R$-10,86 (dez reais e oitenta e seis centavos), o que a priori, não provocaria a quebra financeira dos autores (AI nrº 100.001.2009.004772-8).Posto isto, indefiro a gratuidade da justiça postulada, devendo os autores comprovarem o recolhimento das custas iniciais, no prazo de 10 dias, sob pena de indeferimento.Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Marcus Vinícius dos Santos de Oliveira Juiz de Direito

Pauliane Mezabarba
Diretor de Cartório

4ª VARA CÍVEL

4º Cartório Cível
COMARCA DE ARIQUEMES
4ª Vara Cível
Juiz de Direito: Edilson Neuhaus
Escrivã Judicial: Maria Apª Góis Dib
e-mail: aqs4civel@tj.ro.gov.br

Proc.: 0001115-76.2014.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Isabel Moreira dos Santos, Paulo César dos Santos.
Advogado:Isabel Moreira dos Santos (RO 4171), Paulo César dos Santos. (RO 4768), Isabel Moreira dos Santos (RO 4171)
Executado:Ivone Rodrigues Xavier
DESPACHO:
R. e A. Cite-se em execução, na forma do art. 652 do CPC. Fixo honorários em 10%. Consigne-se que: a) o prazo para pagamento da dívida atualizada, acrescida de juros, custas e honorários advocatícios, é de 3 (três) dias, a contar da citação; b) havendo o pagamento voluntário e total nesse prazo, a devedora terá o benefício de redução da verba honorária para a metade da que fora arbitrada acima; c) decorrido o prazo sem pagamento, penhore-se e avalie-se o(s) bem(ns) de propriedade da requerida, nomeado(s) pelo credor na inicial, o que deverá constar do MANDADO. Não havendo tal nomeação, penhore-se e avaliem-se tantos bens quanto bastem para garantir a satisfação do crédito e acessórios; d) o prazo de embargos do devedor será de 15 (quinze) dias, a contar da juntada aos autos do MANDADO de citação; e) Em caso de penhora, deverá o credor fornecer os meios para a remoção do bem, diligenciando junto ao oficial de justiça cumpridor da ordem (art. 666, § 1º, CPC).f) Defiro ao Sr. Oficial de Justiça proceder as diligências na forma do artigo 172, § 2º, do CPC. Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Edilson Neuhaus Juiz de Direito

Proc.: http://www.tjro.jus.br/appg/faces/jsp/index.jsp?TpDoc=null&tipo=2&argumentos=00220130111641&strComarca=1&ckb_baixados=null
Ação:Monitória
Requerente:Madeser Indústria e Comércio de Madeiras Ltda Usar Np Diniz Filho Epp
Advogado:Denis Augusto Monteiro Lopes. (OAB/RO 2433)
Embargado:Primavera Distribuidora B. Ltda
Advogado:Advogado Não Informado (418)
Edital - Publicar:
JUÍZO DE DIREITO DA
4ª VARA CÍVEL
Comarca de Ariquemes/RO
Sugestões ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao juiz ou contate-nos via internet, endereço eletrônico
Juiz de Direito: Edilson Neuhaus
Escrivã Judicial: Maria Apª Góis Dib
aqs4civel@tj.ro.gov.br.
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 20 Dias
4ª Vara Cível
CITAÇÃO DE: Primavera Distribuidora B. Ltda., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 74.025.362/0001-73, na pessoa de seu representante legal, estando atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: CITAÇÃO do requerido acima mencionado, para em Juízo, efetuar o pagamento no valor de R$ 64.470,85 (sessenta e quatro mil, quatrocentos e setenta reais e oitenta e cinco centavos), mais acréscimos legais, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de constituir-se em título executivo, podendo oferecer embargos no mesmo prazo.
ADVERTÊNCIA: Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos, como sendo verdadeiros, os fatos articulados pela parte autora.
Processo: 0009037-08.2013.8.22.0002
Classe: Monitoria
Assunto: Cheque
Requerente: Madeserve Indústria e Comércio de Madeiras Ltda. Usar NP Diniz Filho Epp
Advogado: Dênis Augusto Monteiro Lopes, OAB/RO 2433.
Requerido: Primavera Distribuidora B. Ltda.
Sede do Juízo: Fórum Dr. Aluízio Sayol de Sá Peixoto - Av. Tancredo Neves, 2606, Cep: 76.870.970-Fone:535-2493, 535-2093, Fax: (069) 535-2493, end eletrônico: aqs4civel@tj.ro.gov.br
Ariquemes-RO, 20 de dezembro de 2013.
MUHAMMAD HIJAZI ZAGLOUT
Juiz de Direito
acc
JUÍZO DE DIREITO DA
4ª VARA CÍVEL
Comarca de Ariquemes/RO
Sugestões ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao juiz ou contate-nos via internet, endereço eletrônico
Juiz de Direito: Edilson Neuhaus
Escrivã Judicial: Maria Apª Góis Dib
aqs4civel@tj.ro.gov.br.

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 20 Dias
4ª Vara Cível
FINALIDADE: CITAÇÃO DO EXECUTADO ABAIXO RELACIONADO, para no prazo de 03(três) dias, pagar a respectiva dívida acrescida de juros, correção monetária e demais encargos ou opor embargos em 15 (quinze) dias, independentemente de penhora, depósito ou caução. No mesmo prazo (15 dias), se reconhecer o crédito do exeqüente, o executado poderá requerer, desde que pago 30 % do valor da execução, inclusive custas e honorários, o pagamento restante em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês.
Não sendo efetuado o pagamento do débito no prazo legal e/ou sem interposição de embargos, será efetuada a penhora de tantos bens quantos bastem para garantia da dívida.
DO(S) EXECUTADO(S): ALESSANDRO ALVES DA SILVA, brasileiro, portador da CIRG de n. 958.339 SSP/RO e inscrito no CPF sob o n. 419.082.792-49, estando atualmente em lugar incerto e não sabido.
ADVERTÊNCIA: Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos, como sendo verdadeiros, os fatos articulados pela parte autora.
Processo: 0007495-52.2013.8.22.0002
Classe: Execução de Título Extrajudicial.
Assunto: Cédula de Crédito Bancário.
Parte Autora: Fundo de Apoio ao Empreendimento Popular de Ariquemes - Faepar.
Advogado: Viviane Matos Triches, OAB/RO 4695.
Executado: Adnilson do Rosário Lima - ME e outros.
Valor da dívida: R$ 2.149,20 + acréscimos legais.
Sede do Juízo: Fórum Dr. Aluízio Sayol de Sá Peixoto - Av. Tancredo Neves, 2606, Cep: 76.870.970-Fone: 535-2093, Fax: (069) 535-2493, end eletrônico: aqs4civel@tj.ro.gov.br
Ariquemes-RO, 20 de dezembro de 2013.
MUHAMMAD HIJAZI ZAGLOUT
Juiz de Direito
vc

Proc.: 0000956-36.2014.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Derci Quaresma da Silva
Advogado:Clécio Silva dos Santos (OAB 4993)
Requerido:Caixa Econômica Federal
DECISÃO:
Vistos etc. Derci Quaresma da Silva, ingressou com a presente ação declaratória em face da Caixa Econômica Federal. O artigo 109, inciso I da Constituição Federal dispõe que as causas em que empresa pública federal for parte, competem a Justiça Federal. O artigo 93 do Código de Defesa do Consumidor reza: ?Ressalvada a competência da justiça federal, é competente para a causa a justiça local (...)?. Neste sentido, os doutrinadores do Código de Defesa do Consumidor Comentado afirmam que ?O caput do DISPOSITIVO ressalva expressamente a competência, constitucionalmente determinada, da justiça federal, excluindo, conseqüentemente, da competência da justiça local as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou opoentes (art. 109 da CF)?. O STF já decidiu tal matéria: RE 555395 AgR / MT - MATO GROSSO. AG.REG.NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. Relator(a): Min. EROS GRAU. Julgamento: 10/02/2009 Órgão Julgador: Segunda Turma. Publicação. DJe-048 DIVULG 12-03-2009 PUBLIC 13-03-2009. EMENT VOL-02352-08 PP-01596. RT v. 98, n. 884, 2009, p. 146-148Parte(s) AGTE.(S): MANOEL ORNELLAS DE ALMEIDA. ADV.(A/S): CARLOS MAGNO DOS REIS MOREIRA E OUTRO(A/S); AGDO.(A/S): CAIXA ECONÔMICA FEDERAL ? CEF. ADV.(A/S): ANNA CLÁUDIA DE VASCONCELLOS E OUTRO(A/S)Ementa EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO.

AÇÃO ORDINÁRIA DE REPARAÇÃO DE DANOS. EMPRESA PÚBLICA FEDERAL. COMPETÊNCIA. ARTIGO 109, I, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. Competência da Justiça Federal para processar e julgar ação de reparação de danos proposta por mutuário contra a Caixa Econômica Federal Agravo regimental a que se nega provimento.Desta forma, em razão do mencionado DISPOSITIVO, a competência para processar e julgar a presente causa é da Justiça Federal.Ante o exposto, com fulcro no artigo 109, inciso I da Constituição Federal, determino a remessa do feito a uma das Varas Federais da Comarca de Porto Velho (RO). Intime-se. Decorrido o prazo de dez dias da intimação das partes, certifique-se e remeta-se o feito, com as anotações de praxe.Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Edilson Neuhaus Juiz de Direito

Proc.: 0016630-88.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Quatro Estações Confecções Ltda Me.
Advogado:Jucyara Zimmer (OAB/RO 5888)
Requerido:Vestbrasil Moda S.a
DESPACHO:
Vistos.À autora para se manifestar quanto à contestação e documentos. Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Edilson Neuhaus Juiz de Direito

Proc.: 0011735-84.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Leidiane do Nascimento Machado
Advogado:Eunice de Oliveira Santos (RO 4801), Dilene Marly Granzotto (RO 4024), Márcio Aparecido Miguel (RO 4961)
Requerido:Banco Santander S.a,Aymoré Crédito Financiamento e Investimentos Sa. Matriz
Advogado:Advogado Não Informado (418), Carlos Maximiano Mafra de Laet (OAB/RJ 15.311)
SENTENÇA:
Vistos.LEIDIANE DO NASCIMENTO MACHADO, qualificada na inicial, ingressou com a presente ação declaratória de inexistência de débito c/c indenização por danos morais e repetição do indébito em desfavor de BANCO SANTANDER S/AeAYMORÉ CRÉDITO,FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A, dizendo que firmou contrato de financiamento com a segunda ré, a ser pago em 8 parcelas. Alega que, mesmo tendo pago em dia a segunda parcela, tal não foi reconhecido pela ré, a qual inscreveu o nome da autora no rol dos maus pagadores e exigiu novo pagamento, sendo este atendido pela requerente. Ante tais fatos, pede a autora seja declarado indevido o novo pagamento e condenada a ré ao pagamento de indenização por danos morais e repetição do indébito. Juntou documentos. Citada (fl. 44), a AYMORÉ apresentou contestação às fls. 45/58, dizendo, em síntese, que a autora não pagou a segunda parcela como afirma na inicial, pelo contrário, apenas efetuou o pagamento após a emissão do segundo boleto. Via de consequência defende que a inscrição foi legítima, o débito existiu na época e, sendo assim, não há que se falar em dever de indenizar. No mais, impugna a inversão do ônus da prova e discorre acerca do valor que entende justo em uma eventual condenação. Ao final, pede a improcedência do pleito autoral. Juntou os documentos de fls. 59/110.O Banco Santander S/A não ofereceu contestação, tornando-se revel (fl. 110 vº).Réplica às fls. 112/117.Instadas acerca da instrução do feito, as partes requereram o julgamento antecipado da lide (fls. 119/120).É o relatório. Decido.De fato, passível o julgamento antecipado da lide, eis que a matéria fática encontra-se delineada nos autos, permitindo a emissão de juízo de valor.Trata-se de ação ordinária, buscando a autora a declaração de inexistência de débito, bem como a devolução em dobro do valor que entende indevidamente cobrado e ressarcimento pelos danos morais provocados pela conduta supostamente ilegal da ré.Em razão da natureza jurídica da relação existente entre as partes, a lide deve ser dirimida à luz do Código de Defesa do Consumidor. Segundo estabelecido pelo art. 14 do CDC, a responsabilidade da empresa ré, pelo defeito na prestação do seu serviço é objetiva, ou seja, se assenta na equação binária cujos polos são o dano e a autoria do evento danoso.Para caracterizar a responsabilidade, uma vez adotada a teoria objetiva, basta comprovar o dano e a autoria, somente se eximindo a pessoa jurídica se provar o procedimento culposo da vítima e que, não obstante adotados meios idôneos a evitar o prejuízo, ocorreu este por fato vinculado pelo nexo de causalidade com o procedimento do agente.I. Do negócio jurídico.As partes reconhecem o negócio jurídico, sendo inconteste que a autora, em razão de uma viagem, contratou os serviços da ré (financiamento), comprometendo-se em pagar R$ 1.647,04 em 8 vezes de R$ 205,88 (fls. 16/20).A problemática gira em torno da segunda parcela, com vencimento em 11/11/2012, e pagamento efetuado dia 08/11/2012 em favor da requerida. Analisando os documentos trazidos pela autora - o boleto da segunda parcela (fl. 27) e o comprovante de pagamento que a requerente atribui àquela parcela (fl. 27) – verifico que a linha digitável (sequência numérica referente ao código de barras) constante no comprovante de pagamento é diversa daquela trazida pelo boleto. Em outras palavras, o pagamento realizado dia 08/11/2012, evidenciado à fl. 25, não diz respeito ao boleto da segunda parcela, muito embora tenha a ré como favorecida. Sendo assim, vê-se que a autora, provavelmente por um lapso, efetuou pagamento de outra parcela que não a segunda. E o réu, por sua vez, vendo em aberto a parcela mencionada, procedeu com a inscrição do nome da autora nos órgãos de proteção ao crédito, persistindo na cobrança desse valor.E na via dos acontecimentos, conforme se depreende dos autos, a requerente entrou em contato com a ré dizendo haver pago o valor que lhe era cobrado, todavia, foi informada de que o pagamento não tinha sido reconhecido pelo sistema e a situação somente seria regularizada mediante novo pagamento, via boleto que seria gerado.Para fins de responsabilização, vejamos as condutas: 1. A autora efetuou o pagamento de uma parcela diferente daquela que se esperava. 2. A ré negativou o nome da autora e insistiu no pagamento da parcela. 3. A autora informou a ré do pagamento que havia feito. 4. A ré não reconheceu o pagamento feito no dia 08/11/2012, manteve a negativação do nome e exigiu a quitação da segunda parcela. Ora, observando os fatos à luz do Código de Defesa do Consumidor, tenho que faltou ao requerido a postura que se espera de qualquer empresa em face de seu cliente, já que é em razão deste que subsiste a atividade da pessoa jurídica. Não se pode negar que o imbróglio se iniciou por um equívoco do consumidor. Entretanto, não se justifica a atitude da ré perante a autora, pois em vez de amparar seu cliente, preferiu manter o recebimento da parcela adiantada, que se deu aparentemente por um erro, e coagindo por meio da negativação o pagamento da parcela vencida.Consoante o Código de Defesa do Consumidor a ré, como fornecedora/prestadora de serviço, pessoa demasiadamente mais forte na relação de consumo, deve assumir uma conduta justa, leal, eficiente,

honrosa de forma a promover um equilíbrio neste convívio na medida que lhe for possível.Destarte, fica evidente o descaso dos réus e a má prestação do serviço que ofertaram à autora, sendo justo sua responsabilização por terem contribuído, ainda que omissivamente, para o problema aqui discutido.II. Do dano moral.Quanto ao dano moral, por não abarcar repercussão no patrimônio, não há como ser provado. Ele existe pela ofensa, e dela é presumido, sendo o bastante para justificar a indenização. Sob esse aspecto, o gravame no plano moral não se indeniza, mas apenas se compensa, é que não se pode falar em prova de um dano que, a rigor, não existe no plano material.O fundamento da sua reparabilidade está em que, a par do patrimônio em sentido técnico, o indivíduo é titular de direitos integrantes de sua personalidade, não podendo se conformar à ordem jurídica em que sejam impunemente atingidos.O art. 5º, X, da CF/88 dispõe: "são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurando o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação". Assim, a reparação do dano moral integra-se definitivamente em nosso direito positivo.O CC/2002, também incluiu o dano moral como ato ilícito, ao dispor no art. 186 que: "Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito" (grifei).Assim, são pressupostos da responsabilidade civil: a) ação ou omissão ilícita do agente; b) culpa do agente; c) relação de causalidade; d) dano experimentado pela vítima.Já ficou reconhecido acima que a inscrição foi legítima, contudo, injusta a sua manutenção, bem como inaceitável a postura assumida pela requerida perante a autora, restando somente apurar quantum indenizatório a título de danos morais.Nesse sentido, o valor da indenização deve ele atender o binômio punição e compensação, para que o causador do dano se veja castigado pela ofensa praticada, recebendo a vítima uma soma que lhe proporcione prazeres como contrapartida do mal sofrido.Deve-se levar em conta, também, os critérios de proporcionalidade e razoabilidade, atendidas as condições do ofensor e do bem jurídico lesado. Em respeito aos critérios acima definidos, tem-se, no caso em exame, como suficiente a reparação do dano a quantia de R$-3.000,00 (três mil reais), sendo este o valor necessário para efeitos de punição e também para compensar a dor sofrida. Para fixação do valor levou-se em consideração, ainda, que a autora contribuiu para o ocorrido, ao preencher incorretamente a guia de recolhimento.III. Da repetição do indébito.Sobre este instituto, reza o parágrafo único, do art. 42 do CDC, que:"O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável." Este DISPOSITIVO não reflete o caso dos autos, pelo que não deve ser aplicado.É que ambos os valores pagos pela autora são (eram) devidos. Ocorre que ela, aparentemente por um erro, adiantou uma parcela e, após a cobrança da requerida, pagou a parcela correta.Não cabe a discussão de culpa para a aplicação da "repetição do indébito", basta que o valor cobrado seja indevido, o que a toda evidência não se configura.PELO EXPOSTO, e por tudo mais que dos autos constam, com apoio no artigo 269, I, do CPC, julgo PROCEDENTE EM PARTE o pedido formulado por LEIDIANE DO NASCIMENTO MACHADO, para:a) declarar existente o débito, pois o pagamento realizado dia 08/11/2012 (fl. 25) refere-se a parcela posterior a segunda (fl. 27); e;b) condenar os réus AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A e BANCO SANTANDER S/A, solidariamente, ao pagamento de R$ 3.000,00 (três mil reais) em favor da autora, LEIDIANE DO NASCIMENTO MACHADO, corrigidos monetariamente e acrescidos de juros judiciais, a partir desta data, a título de danos morais.Condenar, ainda, os réus ao pagamento das custas/despesas processuais e honorários advocatícios, este que fixo em 20% (vinte por cento) do valor da condenação, nos termos do art. 20, § 3º, do CPC.P. R. I., e com o transito em julgado desta, aguarde-se 30 dias em cartório.Decorrido o prazo, se nada for requerido, arquive-se. Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Edilson Neuhaus Juiz de Direito

Proc.: 0010000-50.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Martinho dos Santos Terço. Espólio
Advogado:Márcio Aparecido Miguel (RO 4961), Eunice de Oliveira Santos (RO 4801)
Requerido:Oswaldo Andreatta, José Luiz Arantes
Advogado:Advogado Não Informado (418)
DESPACHO:
Vistos.Defiro o pedido de fl. 140.Devem as partes comparecerem à perícia designada nos autos, disponibilizando ao perito os documentos por ele requeridos.Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Edilson Neuhaus Juiz de Direito

Proc.: 0003770-55.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Luiz Seno Ribeiro
Advogado:Cloves Gomes de Souza. (OAB/RO 385B)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (418)
SENTENÇA:
Vistos.O INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, formulou proposta de acordo (fls. 143/1440), tendo o autor, LUIZ SENO RIBEIRO, concordado com seus termos (fl. 146).Posto isto e por tudo o mais que dos autos consta, ante o acordo feito entre as partes, homologo-o para que produza seus legais e jurídicos efeitos e julgo extinto o feito, com julgamento de MÉRITO e fulcro no artigo 269, inciso III, do Código de Processo Civil.P. R. I.Face a preclusão lógica, antecipo o trânsito em julgado nesta data.Intime-se o réu conforme o requerido.Os autos aguardarão em cartório por 30 dias, se nada for requerido no período, arquivem-se.Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Edilson Neuhaus Juiz de Direito

Proc.: 0015109-11.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Rudi Roberto Hilário
Advogado:Elizeu Leite Consoline. (OAB/RO 5712)
Requerido:General Motors do Brasil Ltda
DESPACHO:
Vistos.Defiro a denunciação à lide postulada pela ré.Nos termos do art. 72 do CPC, cite-se a seguradora indicada às fls. 74/75. Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Edilson Neuhaus Juiz de Direito

Proc.: 0003559-53.2012.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Teobaldo Balz
Advogado:Márcio Aparecido Miguel (RO 4961), Eunice de Oliveira Santos (RO 4801)

Requerido:Município de Ariquemes
Advogado:Advogado Não Informado (418)
Laudo Pericial:
Ficam as partes, por via de seus Advogados(as), no prazo de 05 dias, intimadas a se manifestarem sobre o Laudo Pericial.

Proc.: 0003565-02.2008.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco do Brasil S/a Ariquemes
Advogado:Weverton Jefferson Teixeira Heringer. (OAB/RO 2514)
Executado:Antônio Gomes da Costa
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Em execução
Fica a parte Exeqüente, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a dar prosseguimento no feito, com a providência de acordo com o caso, tendo em vista que decorreu o prazo para pagamento do valor executado.

Proc.: 0013945-11.2013.8.22.0002
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Ederson Souza de Oliveira
Advogado:Enéias Braga Farage (RO 5307)
Requerido:Clélia Conceição Ferrando
Fica a parte Exeqüente, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a dar prosseguimento no feito, com a providência de acordo com o caso, tendo em vista que decorreu o prazo para contestação.

Proc.: 0013418-93.2012.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Catâneo Comércio de Materiais Para Construção Ltda
Advogado:Edamari de Souza (RO 4616)
Executado:C. L. Weiand e Cia Ltda Epp. Hotel Churrascaria e Pizzaria Assados, Laudir Luiz Weiand
Advogado:Não Informado ( )
Fica a parte Exeqüente, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a dar prosseguimento no feito, com a providência de acordo com o caso, tendo em vista que decorreu o prazo para pagamento do valor executado.

Proc.: 0016190-92.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Zuleide Alves da Silva
Advogado:Bernardo Augusto Galindo Coutinho. (OAB/RO 2991)
Requerido:Brasil Telecom Celular S. A. Porto Velho
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0016446-35.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Marta da Silva Lima
Advogado:Cynthia Patrícia Chagas Muniz Dias. (OAB/RO 1147), Evanete Revay. (OAB/RO 1061)
Requerido:Ótica Diniz
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0015926-75.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Deusdete Durães
Advogado:Jucyara Zimmer (OAB/RO 5888)
Requerido:Oi Móvel Sa. Porto Velho
Advogado:Advogado Não Informado (418)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0010196-83.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Abner Ventura da Silva
Advogado:Brian Griehl. (OAB/RO 261B)
Requerido:Vivo S.a
Advogado:JosÉ Alberto Couto Maciel (OAB/DF 513), Alan Arais Lopes. (RO 1787)
Honorários Periciais:
Fica a parte requerida intimada. por seu advogado, a efetuar o depósito dos honorários periciais no valor de R$ 3.500,00,conforme proposta fls. 116.

Proc.: 0011204-95.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Anézio Dias de Camargo
Advogado:Belmiro Rogério Duarte Bermudes Neto (RO 5.890)
Requerido:Claro Celulares Sa São Paulo
Advogado:Amauri Luiz de Souza. (RO 1301)
Honorários Periciais:
Fica a parte requerida intimada. por seu advogado, a efetuar o depósito dos honorários periciais no valor de R$ 3.500,00,conforme proposta fls. 154.

Proc.: 0005977-27.2013.8.22.0002
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Rodrigo da Silva Bezerra
Advogado:Edilson Alves de Hungria Junior (RO 5.002)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S.a
Advogado:Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)
Honorários Periciais:
Fica a parte requerida intimada. por seu advogado, a efetuar o depósito dos honorários periciais no valor de R$ 700,00,conforme proposta fls. 42, sendo que a referida perícia já foi realizada pelo Dr. Valter Akira MIasato, em 22/10/2013.

Proc.: 0000366-93.2013.8.22.0002
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Aparecido Lopes Pereira
Advogado:Edilson Alves de Hungria Junior (RO 5.002)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S.a
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (AC 3592)
Impugnação à execução:
Fica a parte autora intimada para, no prazo legal, manifestar sobre impugnação, juntada nos autos às fls.76/77, bem como para regularizar a petição juntada às fls. 72/73, visto que a mesma não contém a assinatura do subscritor.

Proc.: 0008369-42.2010.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Fundação Assistencial e Educativa Cristã de Ariquemes Faeca
Advogado:Jéssica Peixoto Cantanhêde (OAB/RO 2275)
Requerido:Ricardo de Carvalho Júnior, Gisele Carvalho da Cruz, Elisa Cristina de Carvalho, Ricardo de Carvalho
Advogado:Maria Elisa de Lima Carvalho (OAB/RO 525), Ricardo de Carvalho (OAB/RO 233)
Prosseguimento - Decorrida Susp
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito, com a providência de acordo com o caso, face o decurso do prazo de suspensão deferido no r. DESPACHO de fl. 184.
moc04/02

Proc.: 0000281-73.2014.8.22.0002
Ação:Monitória
Requerente:Supremax Nutrição Animal
Advogado:Fabiano Ferreira Silva. (OAB/RO 388B)
Requerido:Adão Nunes Barbosa
DESPACHO:
Vistos.Considerando entendimento reiterado do TJRO, retrato-me da DECISÃO de fls. 12/13 e recebo o feito para processamento.Cite-se em execução, na forma do art. 652 do CPC. Fixo honorários em 10% sobre o valor do débito.Consigne-se que:a) o prazo para pagamento da dívida atualizada, acrescida de juros, custas e honorários advocatícios, é de 3 (três) dias, a contar da citação; b) havendo o pagamento voluntário e total nesse prazo, o devedor terá o benefício de redução da verba honorária para a metade da que fora arbitrada acima;c) decorrido o prazo sem pagamento, penhore-se e avalie-se o(s) bem(ns) de propriedade do requerido, nomeado(s) pelo credor na inicial, o que deverá constar do MANDADO. Não havendo tal nomeação, penhore-se e avaliem-se tantos bens quanto bastem para garantir a satisfação do crédito e acessórios;d) o prazo de embargos do devedor será de 15 (quinze) dias, a contar da juntada aos autos do MANDADO de citação;e) Em caso de penhora, deverá o credor fornecer os meios parta a remoção do bem, diligenciando junto ao oficial de justiça cumpridor da ordem (art. 666, § 1º, CPC).f) Defiro ao Sr. Oficial de Justiça proceder as diligências na forma do artigo 172, § 2º, do CPC.Comunique-se desta ao e. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Edilson Neuhaus Juiz de Direito

Proc.: 0000279-06.2014.8.22.0002
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Supremax Nutrição Animal
Advogado:Fabiano Ferreira Silva. (OAB/RO 388B)
Executado:Agnelo de Arruda Pereira
DESPACHO:
Vistos.Considerando entendimento reiterado do TJRO, retrato-me da DECISÃO de fls. 12/13 e recebo o feito para processamento..Cite-se em execução, na forma do art. 652 do CPC. Fixo honorários em 10% sobre o valor do débito.Consigne-se que:a) o prazo para pagamento da dívida atualizada, acrescida de juros, custas e honorários advocatícios, é de 3 (três) dias, a contar da citação; b) havendo o pagamento voluntário e total nesse prazo, o devedor terá o benefício de redução da verba honorária para a metade da que fora arbitrada acima;c) decorrido o prazo sem pagamento, penhore-se e avalie-se o(s) bem(ns) de propriedade do requerido, nomeado(s) pelo credor na inicial, o que deverá constar do MANDADO. Não havendo tal nomeação, penhore-se e avaliem-se tantos bens quanto bastem para garantir a satisfação do crédito e acessórios;d) o prazo de embargos do devedor será de 15 (quinze) dias, a contar da juntada aos autos do MANDADO de citação;e) Em caso de penhora, deverá o credor fornecer os meios parta a remoção do bem, diligenciando junto ao oficial de justiça cumpridor da ordem (art. 666, § 1º, CPC).f) Defiro ao Sr. Oficial de Justiça proceder as diligências na forma do artigo 172, § 2º, do CPC.Comunique-se ao e. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Edilson Neuhaus Juiz de Direito

Proc.: 0000530-24.2014.8.22.0002
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Salvador Fermiano Diogo
Advogado:Sandra Islene de Assis (OAB/RO 5256)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
DESPACHO:
Vistos.Reitero o DESPACHO de fl. 53, a ser atendido no prazo de 10 dias, tendo em vista que o documento de fl. 17 não comprova o indeferimento do pedido administrativo.Intime-seAriquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Edilson Neuhaus Juiz de Direito

Proc.: 0000280-88.2014.8.22.0002
Ação:Monitória
Requerente:Supremax Nutrição Animal
Advogado:Fabiano Ferreira Silva. (OAB/RO 388B)
Requerido:Maria L B Souza Me. Nutrimax
DESPACHO:
Vistos.Considerando entendimento reiterado do TJRO, retrato-me da DECISÃO de fls. 13/14 e recebo o feito para processamento.Cite-se em execução, na forma do art. 652 do CPC. Fixo honorários em 10% sobre o valor do débito.Consigne-se que:a) o prazo para pagamento da dívida atualizada, acrescida de juros, custas e honorários advocatícios, é de 3 (três) dias, a contar da citação; b) havendo o pagamento voluntário e total nesse prazo, o devedor terá o benefício de redução da verba honorária para a metade da que fora arbitrada acima;c) decorrido o prazo sem pagamento, penhore-se e avalie-se o(s) bem(ns) de propriedade do requerido, nomeado(s) pelo credor na inicial, o que deverá constar do MANDADO. Não havendo tal nomeação, penhore-se e avaliem-se tantos bens quanto bastem para garantir a satisfação do crédito e acessórios;d) o prazo de embargos do devedor será de 15 (quinze) dias, a contar da juntada aos autos do MANDADO de citação;e) Em caso de penhora, deverá o credor fornecer os meios parta a remoção do bem, diligenciando junto ao oficial de justiça cumpridor da ordem (art. 666, § 1º, CPC).f) Defiro ao Sr. Oficial de Justiça proceder as diligências na forma do artigo 172, § 2º, do CPC.Comunique-se desta ao e. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia.Ariquemes-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Edilson Neuhaus Juiz de Direito

Maria Apª Góis Dib
Escrivã

COMARCA DE CACOAL

1º JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública

Proc.: 0013211-45.2013.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Fernando Machado
Advogado:Paulo Alves de Souza (OAB/RO 5892), Vagner Douglas Gnoatto (RO 4606)
Requerido:Governo do Estado de Rondônia
Advogado:Advogado Não Informado ( )
Fica a parte requerente intimada para impugnação, caso queira, no prazo de 10 (dez) dias. Ocasião em que deverá especificar as provas que pretende produzir, justificando a pertinência e FINALIDADE, sob pena de indeferimento.

Proc.: 0011384-96.2013.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Rodrigo da Costa Turrini
Advogado:Salvador Luiz Paloni (RO 299-A.), Marta Martins Ferraz Paloni (OAB/RO 1602)
Requerido:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Procurador do Estado de Rondônia ( )
DESPACHO:
Vistos.Apresentada defesa, intime-se a parte requerente (DJ) para impugnação, caso queira, no prazo de 10 (dez) dias. Ocasião em que deverá especificar as provas que pretende produzir, justificando a pertinência e FINALIDADE, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado da lide.Após, retornem os autos conclusos para deliberação.Agende-se decurso de prazo para verificação.Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Anita Magdelaine Perez Belem Juíza de Direito

Proc.: 0007291-27.2012.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Alaide Isabel Valéria de Souza
Advogado:Julinda da Silva (OAB/RO 2146), Greyce Kellen Romio Soares Cabral (OAB/RO 3839)
Requerido:Município de Cacoal - RO
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DESPACHO:
Vistos.Intime-se a requerente (DJ) do retorno dos autos do Colégio Recursal e para manifestação no prazo de 05 (cinco) dias. Pena de arquivamento.Silente a requerente, certifique-se e arquive-se.Agende-se decurso de prazo para verificação. Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Anita Magdelaine Perez Belem Juíza de Direito

Proc.: 0002915-32.2011.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Jocilene dos Santos
Advogado:Julinda da Silva (OAB/RO 2146)
Requerido:Estado de Rondônia
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DESPACHO:
Vistos.Não foi apontada qualquer irregularidade específica no petitório de fls. 125-126.Intime-se a requerente (DJ) para manifestação e para requerer o que entender de direito, em 05 (cinco) dias. Pena de extinção.Agende-se decurso de prazo para verificação e retornem os autos conclusos.Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Anita Magdelaine Perez Belem Juíza de Direito

Proc.: 0006301-36.2012.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Rafael Evangelista da Silva Chaves
Advogado:Juliano Rafael Teixeira Enamoto (OAB/RO 5128)
Requerido:Agência de Defesas Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia-IDARON
Advogado:Arlindo Carvalho dos Santos (4550)
DECISÃO:
DECISÃO Vistos.Verifique-se o retorno do AR de fls. 369.Defiro a produção de prova testemunhal pelas partes, cujo rol foi devidamente apresentado às fls. 353 e 357.Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 10/04/2014 às 08 horas. Expeça-se MANDADO de intimação das testemunhas. Expeça-se carta precatória no tocante àquelas não residentes nesta comarca; ato contínuo, deverão as partes ser intimadas da respectiva expedição.Intime-se o requerente (DJ).Intime-se o requerido (AR), devendo, ainda, ser intimado da juntada da petição de fls. 370-371, manifestando-se, caso queira, até a data de realização da audiência.No mais, aguarde-se a realização da audiência ora agendada.Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Anita Magdelaine Perez Belem Juíza de Direito

Proc.: 0008913-78.2011.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Poliani Rodrigues Raimundo
Advogado:Aline Schlachta Barbosa (OAB/RO 4145)
Requerido:Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Estado Rondônia - Iperon
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DESPACHO:
Vistos.Numerem-se as folha dos autos.Tendo em vista a inércia do requerido e o valor do crédito, remetam-se os autos à Contadoria para atualização e expeça-se precatório.Intimem-se e aguarde-se pagamento.Expeça-se o necessário.Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Anita Magdelaine Perez Belem Juíza de Direito

Proc.: 0007543-30.2012.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Fatima Francisco Pires
Advogado:Julinda da Silva (OAB/RO 2146), Greyce Kellen Romio Soares Cabral (OAB/RO 3839)
Requerido:Município de Cacoal - RO
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DESPACHO:
Vistos.1) Junte-se aos autos a petição que se encontra na contracapa.2) Rejeito liminarmente a impugnação de fls. 239, haja vista que desacompanhada do demonstrativo de cálculo do valor que o executado entende correto.3) Intime-se a exequente (DJ) para informar se foi implementado o devido percentual de insalubridade, em qual mês, apresentando respectivos contracheques. Prazo de 05 (cinco) dias. Pena de arquivamento.4) Intime-se o requerido.5) Decorrido o prazo de item 03, retornem os autos conclusos para deliberação.Cacoal-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Anita Magdelaine Perez Belem Juíza de Direito

Proc.: 0001196-78.2012.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Carlos Eduardo de Barros
Advogado:Flávia Aparecida Flores (OAB/RO 3111)

Requerido:Estado de Rondônia
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DESPACHO:
Vistos.Intime-se o exequente (DJ) para manifestação, caso queira, em 10 (dez) dias.Agende-se decurso de prazo para verificação e retornem os autos conclusos para SENTENÇA. Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Anita Magdelaine Perez Belem Juíza de Direito

Proc.: 0008800-90.2012.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Elza Teodoro da Silva
Advogado:Julinda da Silva (OAB/RO 2146), Greyce Kellen Romio Soares Cabral (OAB/RO 3839)
Requerido:Município de Cacoal - RO
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DESPACHO:
Intimem-se as partes do retorno dos autos do Colégio Recursal e para manifestação em 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento.Caso silentes, certifique-se e arquive-se.Agende-se decurso de prazo para verificação.Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Anita Magdelaine Perez Belem Juíza de Direito

Proc.: 0007599-63.2012.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Horacina Maria de Jesus
Advogado:Julinda da Silva (OAB/RO 2146), Greyce Kellen Romio Soares Cabral (OAB/RO 3839)
Requerido:Município de Cacoal - RO
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DECISÃO:
DECISÃO Vistos.Indefiro o pedido de suspensão de fls. 237, haja vista o decurso de prazo superior ao necessário para comprovação de pagamento da requisição. Intime-se o requerido.Intime-se a requerente (DJ) para impulsionar o feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias. Pena de arquivamento.Agende-se decurso de prazo para verificação e retornem os autos conclusos.Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Anita Magdelaine Perez Belem Juíza de Direito

Proc.: 0004845-51.2012.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Poliani Rodrigues Raimundo
Advogado:Aline Schlachta Barbosa (OAB/RO 4145)
Requerido:Estado de Rondônia
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DESPACHO:
Vistos.Intime-se a requerente (DJ) para informar se recebeu o crédito exequendo e para requerer o que entender de direito. Prazo de 05 (cinco) dias. Pena de extinção.Agende-se decurso de prazo para verificação e retornem os autos conclusos. Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Anita Magdelaine Perez Belem Juíza de Direito

Proc.: 0001028-08.2014.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Magno Bronelli
Advogado:Luis Ferreira Cavalcante (RO 2790)
Requerido:Município de Cacoal - RO
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DESPACHO:
DESPACHO Vistos.Intime-se o requerente (DJ) para emendar a petição inicial a fim de:a) Registrar a que se referem os autos nº 0009140-05.2010.8.22.0007 mencionados na cópia da SENTENÇA de fls. 14-16. Se parte, deverá informar qual o objeto, estágio processual, DECISÃO de MÉRITO, caso existente, e se transitada em julgado com renúncia de prazo recursal, com apresentação das respectivas cópias.b) Informar se a SENTENÇA de fls. 14-16 já transitou em julgado e/ou se renunciou ao prazo recursal, apresentado certidão e/ou cópia de petição apresentada na 2ª Vara Cível desta Comarca;c) Registrar na peça inaugural o valor pago pelo lote, bem como a data de aquisição;d) Esclarecer se os direitos para pleitear os valores pagos por IVETE foram cedidos, hipótese em que deverá apresentar respectiva documentação (direito disponível). A procuração de fls. 13 apenas constitui o requerente como PROCURADOR para tratar de assuntos referentes à restituição, sem lhe conceder capacidade para em nome próprio atuar em juízo.e) Apresentar documentos demonstrativos da alegada pobreza jurídica que o impossibilita de arcar, eventualmente, com as despesas processuais e honorários.f) Especificar quais impostos pagou pessoalmentePrazo de 10 (dez) dias. Pena de indeferimento da petição inicial e extinção.Agende-se decurso de prazo para verificação e retornem os autos conclusos para deliberação.Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Anita Magdelaine Perez Belem Juíza de Direito

Proc.: 0012050-97.2013.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Rafael Osowski Skierzinski
Advogado:Salvador Luiz Paloni (RO 299-A.), Marta Martins Ferraz Paloni (OAB/RO 1602)
Requerido:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DESPACHO:
Vistos.Apresentada defesa, intime-se a parte requerente (DJ) para impugnação, caso queira, no prazo de 10 (dez) dias. Ocasião em que deverá especificar as provas que pretende produzir, justificando a pertinência e FINALIDADE, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado da lide.Após, retornem os autos conclusos para deliberação.Agende-se decurso de prazo para verificação.Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Anita Magdelaine Perez Belem Juíza de Direito

Proc.: 0014299-21.2013.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Nilo Simao de Souza
Advogado:Advogado Não Informado ( )
Requerido:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DESPACHO:
Vistos.Inclua-se o advogado do requerente junto ao SAP.Intime-se (DJ) para instruir os autos com procuração com outorga de poderes especiais para renúncia de valores por meio de seu patrono.Prazo de 10 (dez) dias. Pena de indeferimento da petição inicial e extinção.Agende-se decurso de prazo para verificação e retornem os autos conclusos.Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Anita Magdelaine Perez Belem Juíza de Direito

Proc.: 0000659-14.2014.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Sedução Comércio de Confecções Ltda Me
Advogado:Rosimeiry Maria de Lima (OAB/RO 2504)
Requerido:Estado de Rondônia
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DESPACHO:
Vistos.Intime-se a requerente (DJ) para aditar a petição inicial a fim de carrear aos autos:a) Certidão de dívida ativa atualizada;b) Comprovante de intimação da Secretaria de Finanças a que se refere o ofício de fls. 28;c) Cópia da SENTENÇA de nº 0000718-27.2013.8.22.00010, consignada na CDA de fls. 27.Prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial e extinção. Agende-se decurso de prazo para verificação e retornem os autos conclusos.Cacoal-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014.Anita Magdelaine Perez Belem Juíza de Direito

Proc.: 0000627-09.2014.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Carlito Pereira de Oliveira
Advogado:Irvandro Alves da Silva (OAB/RO 5662)
Requerido:Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cacoal - Saae
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DESPACHO:
DESPACHO Vistos.Intime-se o requerente (DJ) para emendar a petição inicial a fim de:a) Melhor esclarecer os fatos (como local, condições de tempo, data, horário, especificar avarias, etc);b) Informar se realizou registro de ocorrência policial, com apresentação de respectiva cópia;c) Apresentar fotos do local do acidente (com a “vala aberta”) e da motocicleta danificada;d) Especificar as provas que pretende produzir, com a indicação de rol de testemunhas, caso necessário, haja vista a interposição ser o momento adequado (rito sumaríssimo).Prazo de 10 (dez) dias. Pena de indeferimento da petição inicial e extinção. Agende-se decurso de prazo para verificação e retornem os autos conclusos para deliberação.Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Anita Magdelaine Perez Belem Juíza de Direito

Proc.: 0000763-06.2014.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Silene Bravim Coutinho
Advogado:Juliano Rafael Teixeira Enamoto (OAB/RO 5128), Vagno Oliveira de Almeida (OAB/RO 5185)
Requerido:Município de Ministro Andreazza - RO
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DESPACHO:
DESPACHO Vistos.Intime-se a requerente (DJ) para emendar a petição inicial a fim de carrear aos autos as fichas financeiras referentes aos anos de 2012 e 2013.Prazo de 10 (dez) dias. Pena de indeferimento da petição inicial e extinção.Agende-se decurso de prazo para verificação e retornem os autos conclusos para deliberação.Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Anita Magdelaine Perez Belem Juíza de Direito

Proc.: 0000764-88.2014.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Francisca Maria Gonçalves
Advogado:Juliano Rafael Teixeira Enamoto (OAB/RO 5128), Vagno Oliveira de Almeida (OAB/RO 5185)
Requerido:Município de Ministro Andreazza - RO
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DESPACHO:
DESPACHO Vistos.Intime-se a requerente (DJ) para emendar a petição inicial a fim de carrear aos autos as fichas financeiras referentes aos anos de 2012 e 2013.Prazo de 10 (dez) dias. Pena de indeferimento da petição inicial e extinção.Agende-se decurso de prazo para verificação e retornem os autos conclusos para deliberação.Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Anita Magdelaine Perez Belem Juíza de Direito

Proc.: 0000768-28.2014.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Rosieli Moreira Comper
Advogado:Juliano Rafael Teixeira Enamoto (OAB/RO 5128), Vagno Oliveira de Almeida (OAB/RO 5185)
Requerido:Município de Ministro Andreazza - RO
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DESPACHO:
DESPACHO Vistos.Intime-se a requerente (DJ) para emendar a petição inicial a fim de carrear aos autos as fichas financeiras referentes aos anos de 2012 e 2013.Prazo de 10 (dez) dias. Pena de indeferimento da petição inicial e extinção.Agende-se decurso de prazo para verificação e retornem os autos conclusos para deliberação.Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Anita Magdelaine Perez Belem Juíza de Direito

Proc.: 0000769-13.2014.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Eloisa Boldrini Malavasi
Advogado:Juliano Rafael Teixeira Enamoto (OAB/RO 5128)
Requerido:Município de Ministro Andreazza - RO
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DESPACHO:
DESPACHO Vistos.Forme-se novo volume a partir das fls. 208. Intime-se a requerente (DJ) para emendar a petição inicial a fim de carrear aos autos as fichas financeiras referentes aos anos de 2012 e 2013.Prazo de 10 (dez) dias. Pena de indeferimento da petição inicial e extinção.Agende-se decurso de prazo para verificação e retornem os autos conclusos para deliberação. Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Anita Magdelaine Perez Belem Juíza de Direito

Proc.: 0000889-56.2014.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Maria Aparecida Teixeira Enamoto
Advogado:Juliano Rafael Teixeira Enamoto (OAB/RO 5128)
Requerido:Município de Ministro Andreazza - RO
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DESPACHO:
DESPACHO Vistos.Intime-se a requerente (DJ) para emendar a petição inicial a fim de carrear aos autos as fichas financeiras referentes aos anos de 2012 e 2013.Prazo de 10 (dez) dias. Pena de indeferimento da petição inicial e extinção.Agende-se decurso de prazo para verificação e retornem os autos conclusos para deliberação.Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Anita Magdelaine Perez Belem Juíza de Direito

Proc.: 0007923-53.2012.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Shirley Grigorio Vidal
Advogado:Julinda da Silva (OAB/RO 2146), Greyce Kellen Romio Soares Cabral (OAB/RO 3839)
Requerido:Município de Cacoal - RO
Advogado:Advogado Não Informado ( )
FINALIDADE: intimar a parte autora para se manifestar no prazo de cinco dias a respeito do pagamento de Requisição de Pequeno Valor, sob pena de arquivamento dos autos.

1º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

1º Cartório do Juizado Especial Criminal

Proc.: 1001572-81.2011.8.22.0007
Ação:Termo Circunstanciado (Juizado Criminal)
Promovente: Ministério Público do Estado de Rôndonia
Promovido: Edson Marquiori
Advogado: Flávio Luiz dos Santos OAB/RO n°2238
Promovido: Tatty fofano Berno Fiorini Gomes
Advogada: Silvia Letícia Munin Zancan OAB/RO n°1.259
FINALIDADE: Vistos. Tendo em vista o retorno dos autos do Procurador-Geral de Justiça com oferecimento de denÃºncia, designo audiência preliminar para o dia 04/04/2014 às 08 horas, para fins de proposta de transação penal, devendo os requeridosÂ EDSON MARQUIORI e TATTY FOFANO BERNO FIORINI GOMES serem intimados, bem como seus respectivos advogados.

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal

Proc.: 0042909-38.2009.8.22.0007
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
GABARITO
PRAZO: 5 DIAS
RÉU: FRANCISCO LIMA, brasileiro, nascido aos 11/02/1958, natural de Engenheiro Beltrão/PR, filho de Onofrio Lima e Dorvalina Celestino Lima;
ADVOGADA: Márcia Passaglia (OAB/RO 1695)
FINALIDADE: Intimar a advogada supramencionada, a fim que apresente alegações finais no prazo legal.

Proc.: 0004597-51.2013.8.22.0007
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
GABARITO
PRAZO: 5 DIAS
RÉU: MILTON TEIXEIRA DE MAGALHÃES, alcunha “Blindado”, brasileiro, separado, mecânico, nascido aos 20/04/1974, natural de Aragarças/GO, filho de Osmar Teixeira Magalhães e Amélia Gomes Magalhães.
ADVOGADO: Gilson Alves de Oliveira (OAB/RO 549A)
FINALIDADE: Intimar o advogado, supramencionado, a fim de que apresente resposta à acusação no prazo legal.

2ª VARA CRIMINAL

2º Cartório Criminal

Proc.: 0009153-33.2012.8.22.0007
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
DECISÃO:
Vistos.Na medida em que o acusado está respondendo a outra ação penal, REVOGO o benefício da suspensão condicional do processo, com base no art. 89, § 3º da Lei 9099/95 e determino o prosseguimento do feito.O acusado já foi citado pessoalmente e constituiu advogado (fls. 47)Intime-se o acusado para responder à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias.Na resposta, o acusado poderá argüir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário (Artigo 396-A do CPP). Com a resposta, voltem os autos para análise quanto ao previsto no artigo 397 e 399 do Código de Processo Penal.Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.

Ivens dos Reis Fernandes
Juiz de Direito

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Proc: 1002159-35.2013.8.22.0007
Ação:Petição (Juizado Cível)
Celso Jandir Smaniotto(Requerente), Isabela Cristina Gomes Smaniotto(Requerente)
Advogado(s): Rosilene de Oliveira Zanini(OAB 4542 RO)
Neon Distribuidora de Produtos Eletronicos Ltda(Requerido)
Celso Jandir Smaniotto(Requerente), Isabela Cristina Gomes Smaniotto(Requerente)
Advogado(s): Rosilene de Oliveira Zanini(OAB 4542 RO)
Neon Distribuidora de Produtos Eletronicos Ltda(Requerido)
JOSÉ HENRIQUE CASALE JÚNIOR(Procurador), SONIA MARIA VILAR CASALE(Procurador)
CWLJE@TJRO.JUS.BR
FINALIDADE: Intimação do(a)(s) promovente(s), por meio de seu(s) advogado(s), da audiência de conciliação designada para o dia 10/02/2014 às 08 hs a ser realizada no Centro de Solução de Conflitos e Cidadania CEJUSC, Av. Cuiabá, n.º 2025, Centro, Cacoal (novo prédio do Fórum) bem como do teor do r. DECISÃO a seguir transcrita.
“Vistos
Tendo em vista a verossimilhança das alegações iniciais e o descumprimento da promessa de entrega da mercadoria adquirida no prazo de 60 (sessenta) dias, devido o deferimento da tutela de urgência.
O requerente já efetuou o pagamento de cinco prestações e até a data de interposição da demanda não há notícia ou previsão de entrega da mercadoria, extraindo-se a urgência na concessão da medida ao pagar por um produto que ainda não recebeu e sequer possui informação de data prevista.
Afinal, o indeferimento de liminar inevitavelmente implicaria em novo lançamento de débito em fatura de cartão de crédito com a permanência da dúvida se ainda receberá a televisão.
A verossimilhança está demonstrada por intermédio do e-mail de confirmação da compra em 24/01/2013 e faturas de cartão de crédito do requerente. Inclusive, no sítio eletrônico da requerida NEON (http://www.neoneletro.com.br) é veiculada a previsão de entrega em 60 (sessenta) dias.
Não existe perigo de irreversibilidade da medida, pois sendo julgada improcedente a pretensão pode as cobranças serem novamente praticadas, sem prejuízo da ação autônoma para cobrança do valor.

Posto isso, defiro a antecipação dos efeitos da tutela para determinar que a requerida suspenda as cobranças/os lançamentos no cartão de crédito do requerente Celso Jandir Smaniotto referentes ao pedido nº 326295, parcelado em 12 (doze) vezes de R$ 91.65 (noventa e um reais e sessenta e cinco centavos), a contar da intimação, até o deslinde da ação, sob pena de multa no valor de R$ 200,00 (duzentos reais) por parcela indevidamente debitada.
Tendo em vista a hipossuficiência dos requerentes enquanto consumidores na relação jurídica formada e a verossimilhança das alegações introdutórias, determino a inversão do ônus da prova para que a requerida demonstre a implementação de sua parte obrigacional, até a realização da audiência agendada nos autos. Pena de presunção de veracidade da alegação de descumprimento de cláusula contratual.
Em razão de comunicado interno de nº 01/13, datado de 21/11/2013, do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania CEJUSC/CACOAL, em que prevê a realização das audiências de conciliação cíveis nas segundas e quartas-feiras, redesigno audiência de conciliação para o dia 10/02/2014 às 08:00 horas.
Cite-se e intime-se a requerida, dando-lhes ciência desta DECISÃO e seu prazo de cumprimento, bem como da data da audiência de conciliação, instrução e julgamento, via correio.
Intimem-se os requerentes (DJ) da data da audiência, bem como para apresentação das faturas de cartão de crédito em que foram inseridos novos débitos em favor das requeridas no dia da audiência.
Cacoal, 13/12/2013
Juíza de Direito - ANITA MAGDELAINE PEREZ BELEM."

Proc: 1002249-43.2013.8.22.0007
Ação:Petição (Juizado Cível)
Sandra Vanuza Vottri(Requerente)
Advogado(s): Thiago Caron Fachetti(OAB 4252 RO)
H S B C Bank Brasil S A(Requerido)
Sandra Vanuza Vottri(Requerente)
Advogado(s): Thiago Caron Fachetti(OAB 4252 RO)
H S B C Bank Brasil S A(Requerido)
CWLJE@TJRO.JUS.BR
FINALIDADE: Intimação do(a) promovente, por meio de seu(s) advogado(s), da audiência de conciliação designada para o dia 10/02/2014 às 08 hs a ser realizada no Centro de Solução de Conflitos e Cidadania CEJUSC, Av. Cuiabá, n.º 2025, Centro, Cacoal (novo prédio do Fórum) bem como do teor do r. DESPACHO a seguir transcrito.
"Vistos
Em razão de comunicado interno de nº 01/13, datado de 21/11/2013, do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania CEJUSC/CACOAL, em que prevê a realização das audiências de conciliação cíveis nas segundas e quartas-feiras, redesigno audiência de conciliação para o dia 10/02/2014 às 08:00 horas.
Intime-se o requerente (DJ)
Cumpra-se o DESPACHO de mov. 06
Cacoal/RO, 13/12/2013
Juíza de Direito Anita Magdelaine Perez Belém"

Proc: 1002273-71.2013.8.22.0007
Ação:Petição (Juizado Cível)
Raimundo Nonato Fernandes de Souza(Requerente)
Advogado(s): Marcio Valerio de Sousa(OAB 4976 RO)
Mafre Vera Cruz Seguradora S.A.(Requerido)
Raimundo Nonato Fernandes de Souza(Requerente)
Advogado(s): Marcio Valerio de Sousa(OAB 4976 RO)
Mafre Vera Cruz Seguradora S.A.(Requerido)
CWLJE@TJRO.JUS.BR
FINALIDADE: Intimação do(a) promovente, por meio de seu(s) advogado(s), da audiência de conciliação designada para o dia 10/02/2014 às 13:30 hs a ser realizada no Centro de Solução de Conflitos e Cidadania CEJUSC, Av. Cuiabá, n.º 2025, Centro, Cacoal (novo prédio do Fórum) bem como do teor do r. DESPACHO a seguir transcrito.
"Vistos
Tendo em vista que não haverá expediente nos dias 03/03/2014 e 04/03/2014 em razão do feriado de carnaval, redesigno audiência de conciliação para o dia 10/02/2014 às 10:30 horas.
Intime-se o requerente (DJ)
Cumpra-se o DESPACHO de mov.07
Cacoal, 13/12/2013
Juíza de Direito - ANITA MAGDELAINE PEREZ BELEM"

Proc: 1002475-48.2013.8.22.0007
Ação:Petição (Juizado Cível)
Djalma Neris dos Santos(Reclamante)
Advogado(s): Eliel Moreira de Matos(OAB 5725 RO)
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Prod. Al, de Cacoal/RO(Reclamado)
Djalma Neris dos Santos(Reclamante)
Advogado(s): Eliel Moreira de Matos(OAB 5725 RO)
Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Prod. Al, de Cacoal/RO(Reclamado)
CWLJE@TJRO.JUS.BR
FINALIDADE: Intimação do(a) promovente, por meio de seu(s) advogado(s), da audiência de conciliação designada para o dia 12/02/2014 às 09:30 hs a ser realizada no Centro de Solução de Conflitos e Cidadania CEJUSC, Av. Cuiabá, n.º 2025, Centro, Cacoal (novo prédio do Fórum) bem como do teor da r. DECISÃO a seguir transcrita.
"Vistos.
A parte autora ingressou com ação de execução título extrajudicial a fim de expropriar bens suficientes da devedora para adimplir integralmente o débito cujo qual é credora.
Em que pese a cártula objeto de adimplemento do presente possuir aparentemente os requisitos para ser cobrada pela via executiva (mov. 1), destaco que a ausência de preenchimento completo do título acarreta sua descaracterização como título executivo extrajudicial, sendo adequada a ação de cobrança.
A prova apresentada pela parte autora é eximida de requisito essencial, conseguinte, permite-se a conversão da via executiva para ação de cobrança.
Intensifica-se a possibilidade de conversão quando enfatizados os princípios que orientam a Lei nº 9.099/95, de modo peculiar ao analisar os princípios da celeridade, da economia e da informalidade processual dispostos no artigo 2º.
Caso fosse determinada a extinção do processo, será exigida conduta dispendiosa e desnecessária da parte, já que permanecerá o litígio entre as partes e novamente iria ocorrer a propositura da ação.
CIVIL. JUIZADO ESPECIAL CÍVEL. RECLAMAÇÃO. CONVERSÃO DA AÇÃO DE EXECUÇÃO EM AÇÃO DE COBRANÇA. POSSIBILIDADE. INSTRUMENTALIDADE DO PROCESSO. OBEDIÊNCIA AOS PRINCÍPIOS DA

INFORMALIDADE E CELERIDADE. AUSÊNCIA DE QUALQUER PREJUÍZO ÀS PARTES. RECLAMAÇÃO IMPROCEDENTE. DECISÃO MANTIDA. Não havendo prova inequívoca da alegada inexigibilidade do título executado, cujo reconhecimento está a exigir dilação probatória, sendo os embargos à execução a via apropriada para discussão dos argumentos apresentados, é de ser mantida a DECISÃO monocrática que indeferiu a exceção de pré-executividade (TJDFT. Processo nº 2006.01.6.000680-1. Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF. Rel. Jesuíno Rissato. DJU: 02/06/2006).

Do mais, como a citação da parte requerida ainda será procedida, não há vedação legal para que ocorra a conversão de ritos.

Posto isto, recebo a inicial como ação de cobrança, uma vez que os documentos que instruem a exordial não são hábeis para demandar pela via executiva, bem como é impossibilitada a dilação probatória para apuração do débito.

Audiência de conciliação já designada (mov. 03).

Cite-se e intime-se a parte requerida (AR).

Intime-se o requerente (DJ).

Juíza Substituta - ANE BRUINJÉ"

Proc: 1001479-50.2013.8.22.0007
Ação:Petição (Juizado Cível)
S. C. S. Empreendimentos Imobiliários Ltda.(Exequente)
Advogado(s): Luis Ferreira Cavalcante(OAB 2790 RO)
ALCIR TENÓRIO CERQUEIRA(Executado)
S. C. S. Empreendimentos Imobiliários Ltda.(Exequente)
Advogado(s): Luis Ferreira Cavalcante(OAB 2790 RO)
ALCIR TENÓRIO CERQUEIRA(Executado)
CWLJE@TJRO.JUS.BR
FINALIDADE: Intimação do(a) promovente, por meio de seu(s) advogado(s), da audiência de conciliação designada para o dia 12/02/2014 às 11 hs a ser realizada no Centro de Solução de Conflitos e Cidadania CEJUSC, Av. Cuiabá, n.º 2025, Centro, Cacoal (novo prédio do Fórum) bem como do teor do r. DESPACHO a seguir transcrito.

"Vistos

1) Indefiro a homologação do acordo de mov. 19, haja vista que de impossível exequibilidade. Sequer há comprovação de titularidade pelas partes do que estão dispondo.

2) Sinalizada a possibilidade de composição entre as partes, designo nova audiência de tentativa de conciliação para o dia 12/02/2014 às 11 horas.

Atente-se o (a) conciliador (a) condutor (a) da audiência que deverá observar todos os elementos integrantes do acordo, em especial objeto, para que conste com clareza e seja possível a sua execução na hipótese de descumprimento.

NÃO REGISTRAR ACORDO COM DÚVIDAS OU OBSCUROS. EM OCORRENDO, BUSCAR ORIENTAÇÃO COM O COORDENADOR DO NÚCLEO OU MAGISTRADO RESPONSÁVEL.

3) Intimem-se (DJ e carta precatória).

Cacoal, 16/12/2013

juíza de Direito - ANITA MAGDELAINE PEREZ BELEM"

Proc: 1002519-67.2013.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Jaime Diniz(Adjudicante)
Advogado(s): Vanusa Alvarenga Estenier(OAB 5661 RO)
Rúbia Helena de Almeida(Adjudicado)
Jaime Diniz(Adjudicante)
Advogado(s): Vanusa Alvarenga Estenier(OAB 5661 RO)
Rúbia Helena de Almeida(Adjudicado)
CWLJE@TJRO.JUS.BR
FINALIDADE: Intimação do(a) promovente, por meio de seu(s) advogado(s), da audiência de conciliação designada para o dia 17/02/2014 às 09 hs a ser realizada no Centro de Solução de Conflitos e Cidadania CEJUSC, Av. Cuiabá, n.º 2025, Centro, Cacoal (novo prédio do Fórum) bem como do teor do r. DESPACHO a seguir transcrito.

"Vistos

Cuida a espécie de execução de título extrajudicial, razão que, nos termos do art. 53 da Lei nº 9.099/95:

a) Cite-se e intime-se a parte requerida em execução, no prazo de 03 dias, para que o(a) devedor(a) pague a dívida exequenda. Decorrido o prazo sem pagamento, proceda-se à penhora de bens suficientes à quitação integral da dívida, avaliando-os, e depositando-os, se móveis, em poder do credor (§ 1º do art. 666, CPC), salvo recusa, de tais atos intimando-se, na mesma oportunidade, o(a) executado(a).

a. 1.) caso não encontrados bens do devedor, deverá o Oficial de Justiça relacionar aqueles que guarnecem à sua residência.

b) Havendo ou não penhora fica DESIGNADA audiência de conciliação para o dia 17/02/2014 às 09 horas. Advirta-se as partes litigantes que, em audiência, será deliberado a respeito de bens eventualmente penhorados ou deverá ser indicado bens à penhora em caso de não localização pelo oficial de justiça, sob pena de extinção.

c) O(a) executado(a), independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se à execução por meio de embargos até a data da audiência acima designada.

d) Intime-se a parte exequente (DJ).

e) Valor da dívida atualizado: R$ 11.521,59 (onze mil, quinhentos e vinte e um reais e cinquenta e nove centavos).

f) O presente DESPACHO serve de MANDADO.

Cacoal, 19/12/2013

Juíza de Direito - ANITA MAGDELAINE PEREZ BELEM

Proc: 1001650-07.2013.8.22.0007
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Etelvino Muniz da Mota Filho(Requerente)
Advogado(s): Josimar Oliveira Muniz(OAB 912 RO)
Ionilson Paulo de Oliveira(Requerido)
Requerente: Etelvino Muniz da Mota Filho
Advogado(s): Josimar Oliveira Muniz(OAB 912 RO)
Requerido: Ionilson Paulo de Oliveira
FINALIDADE: intimar o requerente para, no prazo de 10 dias, informar o atual endereço do requerido, sob pena de extinção e arquivamento, conforme DECISÃO retro.

DECISÃO: Vistos. 1) Indefiro o pedido de suspensão do processo solicitado pelo requerente, tendo em vista que incompatível com o rito sumaríssimo disciplinado pela Lei dos Juizados Especiais. 2) Indefiro o pedido de citação por edital, uma vez que vedada nos termos do parágrafo 2°, do art. 18, da Lei 9.099/95. 3) Incumbe ao requerente diligenciar no sentido de obter o endereço completo para fins de citação/intimação da parte requerida. Dessa forma, em nova oportunidade, intime-se (DJ) para a indicação novo endereço, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção e arquivamento. 4) Agende-se o decurso de prazo para verificação. Cacoal, 30/01/2014. Juíza de Direito - ANITA MAGDELAINE PEREZ BELEM

Proc: 1002408-83.2013.8.22.0007
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Nelson Jorge da Silva(Reclamante)
Advogado(s): Rosemeiry Maria de Lima(OAB 2504 RO)
Ativo S.a. Securitizadora de Créditos Financeiros(Reclamado)
Requerente: Nelson Jorge da Silva
Advogado(s): Rosemeiry Maria de Lima(OAB 2504 RO)
Requerido: Ativo S.a. Securitizadora de Créditos Financeiros
Advogado: Dra. Rosângela da Rosa Correa (OAB-RS 30.820)
FINALIDADE: intimar as partes da designação da audiência de tentativa de conciliação para a data de 26/03/2014 às 11:30 horas, a ser realizada na sede da CEJUSC, na Av. Cuiabá, 2025, centro, Cacoal-RO

Proc: 1001978-34.2013.8.22.0007
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Carmelita Vieira de Farias - ME(Requerente)
Advogado(s): Fernando da Silva Azevedo(OAB 1293 RO)
Peneta Cinta Larga(Requerido)
Requerente: Carmelita Vieira de Farias - ME
Advogado(s): Fernando da Silva Azevedo(OAB 1293 RO)
Requerido: Peneta Cinta Larga
FINALIDADE: intimar a parte autora quanto à SENTENÇA proferida nos autos, bem como para, querendo, apresentar recurso inominado no prazo de 10 dias.
DISPOSITIVO: Posto isso, julgo PROCEDENTE o pedido feito por CARMELITA VIEIRA DE FARIAS - ME em face de PENETA CINTA LARGA, para condenar a requerida ao pagamento de R$ 342,15 (trezentos e quarenta e dois reais e quinze centavos) em favor da requerente, com fluência correção monetária e incidência de juros de mora de 1% ao mês a contar da data da citação. DECLARO RESOLVIDO o MÉRITO, nos termos do artigo 269, inciso II, do Código de Processo Civil. Deixo de condenar em custas e honorários advocatícios, com escopo no artigo 55 da Lei nº 9.099/95. Fica a parte requerente intimada a requerer o cumprimento da SENTENÇA depois de decorridos 05 (cinco) dias do trânsito em julgado, caso não seja voluntariamente satisfeito o provimento condenatório. Havendo requerimento de execução, intime-se a requerida (MANDADO) a cumprir a SENTENÇA no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação (CPC 475-J). Se fizer o pagamento espontâneo deverá comprovar o ato em cartório, no prazo acima especificado, sob pena de sofrer atos de execução. Publicação e registro automáticos. Se o trânsito em julgado, decorrer 05 (cinco) dias sem requerimento de cumprimento, arquive-se. Agende-se decurso de prazo recursal. Cacoal/RO, 31/01/2014. Juíza de Direito - ANITA MAGDELAINE PEREZ BELEM

Proc: 1000718-19.2013.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Ministrão Comércio de Materiais para Construção Ltda-ME (Constrular)(Exequente)
Advogado(s): Rodolfo Scher da Silva(OAB 2048 RO)
Alcidiney Cleir Binow(Executado)
Requerente: Ministrão Comércio de Materiais para Construção Ltda-ME (Constrular)
Advogado(s): Rodolfo Scher da Silva(OAB 2048 RO)
Requerido: Alcidiney Cleir Binow
FINALIDADE: cientificar a parte autora quanto à certidão do oficial de justiça que não localizou a parte requerida, bem como, intimá-la a indicar o atual endereço desta no prazo de 10 dias, sob pena de arquivamento

Proc: 1001888-26.2013.8.22.0007
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Jose Esteves Gomes(Adjudicante)
Advogado(s): Irvandro Alves da Silva(OAB 5662 RO)
Banco Bradesco S. A.(Adjudicado), MYTHIOS IND, E COM. DE COSM. LTDA-ME(Adjudicado)
Advogado(s): Vanusa Alvarenga Estenier(OAB 5661 RO)Celio Menezes Rodrigues(OAB 4210 RO)
Requerente: Jose Esteves Gomes
Advogado(s): Irvandro Alves da Silva(OAB 5662 RO)
Requerido: Banco Bradesco S. A.(Adjudicado), MYTHIOS IND, E COM. DE COSM. LTDA-ME
Advogado(s): Vanusa Alvarenga Estenier(OAB 5661 RO)Celio Menezes Rodrigues(OAB 4210 RO)
FINALIDADE: intimar o requerente a apresentar impugnação à contestação no prazo de 10 dias.

Proc: 1001798-86.2011.8.22.0007
Ação:Petição (Juizado Cível)
J. A. F. D. (Requerente)
Advogado(s): Julinda da Silva(OAB 2146 RO)
G. de A. N. (Requerido)
Advogado(s): Fabrício Fernandes Andrade(OAB 2621 RO)
Requerente: J. A. F. D.
Advogado(s): Julinda da Silva(OAB 2146 RO)
Requerido: G. de A. N.
Advogado(s): Fabrício Fernandes Andrade(OAB 2621 RO)
FINALIDADE: intimar a parte autora para tomar ciência da não localização do bem indicado à penhora, bem como, intimá-la a indicar novo bem à penhora no prazo de 10 dias, sob pena de arquivamento

1º Cartório do Juizado Especial Cível

Proc.: 1001629-31.2013.8.22.0007
Ação:Petição (Juizado Cível)
Escrivão: Francisco Antônio Lima
CWLje@tjro.jus.br
Expediente 30 de janeiro de 2014
Juizado Especial Cível, Criminal e faz. Pública
Ação: Petição (Juizado Cível)
Processo nº: 1001629-31.2013.8.22.0007
Promovente(s): Julinda da Silva
Adv. Julinda da Silva - OAB/RO 2146
Promovido(s): Vivo S.A. Adv. ALAN ARAIS LOPES- OAB/RO 1787.
FINALIDADE: Ficam os advogados das partes Julinda da Silva - OAB/RO 2146 e ALAN ARAIS LOPES- OAB/RO 178, INTIMADOS do inteiro teor da R. SENTENÇA, cujo transcrevo em sua íntegra:
Vistos
JULINDA DA SILVA propôs AÇÃO em face da TELEFONICA BRASIL S.A. (VIVO), narrando ter contratado os serviços Pacote Vivo Internet Brasil na velocidade 2GB, no terminal 41-91873269, pelo valor mensal de R$ 89,90 (oitenta e nove reais e noventa centavos), sendo que teria descontos no valor de R$ 54,95 (cinquenta e quatro reais e noventa e cinco centavos) e R$ 10,00 (dez reais), alternada e mensalmente, mas que após alguns meses a requerida passou a descumprir com o valor dos descontos, e ainda alterou unilateralmente o pacote para 5GB, passando a cobra-la em valor superior ao contratado. Ressalta que precisou cancelar o plano de internet

em razão da má prestação dos serviços pela requerida. No MÉRITO, requer restituição em dobro do que pagou à maior e indenização por danos morais. DECIDO Trata-se de ação com pedido de natureza condenatória, tendo por fundamento o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990). Deve ser reconhecida a responsabilidade objetiva da requerida perante os acontecimentos narrados (CDC 14), razão pela qual responde por eventuais danos decorrentes da má prestação de seus serviços, bastando a prova do fato, dos danos e do nexo de causalidade. Houve a inversão do ônus da prova (mov. 07) a fim de que a requerida demonstrasse a regular prestação de seus serviços e cobrança efetuada, bem como a contratação para alteração de plano para 5GB, todavia, nenhum documento apresentou, limitando-se à juntada de telas do seu próprio sistema, confeccionadas unilateralmente que não servem como prova nos autos. Consta que a requerente contratou os serviços da requerida pelo valor de R$89,90 (oitenta e nove reais e noventa centavos) mensais, sendo que no primeiro mês teria um desconto de R$54,95 (cinquenta e quatro reais e noventa e cinco centavos), no segundo mês um desconto de R$10,00 (dez reais), e assim os descontos seriam alternados nos meses subsequentes. Tendo em vista que a requerida não apresentou nenhuma prova a fim de desconstituir as alegações da requerente, resta configurado por meio das faturas acostadas que a requerida praticou ato ilícito contratual, vejamos:1 - Nas fatura referente ao mês 08/2012, 10/2012 e 12/2012, que deveriam receber descontos no valor de R$ 54,95 (cinquenta e quatro reais e noventa e cinco centavos), tiveram desconto de apenas R$ 10,00 (dez reais). 2- A partir do mês 01/2013 a requerente passou a ser cobrada em valores superiores ao contratado em razão da alteração unilateral do plano de 2GB para 5GB pela requerida, sendo que a partir daí cessaram os descontos.Conforme verifico da contestação de mov. 10 não houve qualquer impugnação aos valores ou cálculos propostos pela autora para chegar ao montante que pagou à maior (R$ 321,81), razão pela qual tenho tais fatos por incontestados e verdadeiros segundo o ônus da impugnação especificada dos fatos.Ademais, as faturas apresentadas às fls. 1.2 à 1.19 corroboram os valores constantes na tabela confeccionada na petição inicial.Considero à cobrança a maior como indevida e imbuída de má-fé contratual, razão pela qual é devida a pena da restituição em dobro, o que perfaz a quantia de R$ 643,63 (seiscentos e quarenta e três reais e sessenta e três centavos), segundo comando do artigo 42, parágrafo único, do CDC. Quanto aos danos morais, eis que os atos ilícitos praticados pela requerida (alteração unilateralmente o contrato de 2GB para 5GB e cobranças em valor superior ao contratado) causam abalo ao bem estar psíquico de qualquer pessoa, ainda mais nos dias atuais quando o serviço de internet é mais do que uma útil ferramenta para aqueles que dela dependem, tornou-se um serviço essencial para fins educacionais, profissionais e até mesmo de relacionamentos sociais.Os danos são presumíveis quando oriundos de fatos desta envergadura, sendo que decorrem das próprias circunstâncias do fato, sendo cristalina a existência de nexo causal entre essa conduta e o resultado que bem se expressa pelo incômodo, aborrecimento, frustração e indignação presumíveis da requerente que decorrem do sentimento indigesto de descobrir-se enganada. Estabelecida a responsabilidade da requerida pelo descumprimento de clausulas contratuais, resta proceder com o arbitramento do quantum indenizatório, que deve pautar-se na razoabilidade, proporcionalidade para prevenção geral para que as empresas não continuem reincidindo no mesmo erro (caráter punitivo-pedagógico do dano moral). Posto isso, julgo PROCEDENTE o pedido feito por JULINDA DA SILVA em face da TELEFONICA BRASIL S.A. (VIVO) para condenar a requerida: a) na restituição em dobro da quantia indevidamente cobrada à maior, no valor de R$ 643,63 (seiscentos e quarenta e três reais e sessenta e três centavos), devidamente corrigidos desde os efetivos descontos (cobranças em faturas) e com juros de mora de 1% ao mês a partir da citação. b) no pagamento de indenização a autora no valor de R$5.000,00 (cinco mil reais), a título de danos morais, obedecendo ao binômio compensação/desestímulo, com incidência de juros de mora e correção monetária a partir da data de publicação desta SENTENÇA. DECLARO RESOLVIDO o MÉRITO nos termos do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil. Intime-se (DJ) a requerida para cumprir a SENTENÇA no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação (CPC 475-J). Se fizer o pagamento espontâneo deverá comprovar o ato em cartório, no prazo acima especificado, sob pena de sofrer atos de execução. Deixo de condenar em custas e honorários de advocatícios, com escopo no artigo 55 da Lei nº 9.099/95. Se do trânsito em julgado decorrer 05 (cinco) dias sem requerimento de execução, arquive-se. Publicação e Registro automáticos. Intimem-se as partes, a requerente via DJ – JULINDA DA SILVA, OAB/RO 2146, e o requerido via DJ - ALAN ARAIS LOPES, OAB/RO 1787. Cacoal, 19/12/2013 Juíza de Direito ANITA MAGDELAINE PEREZ BELEM

Proc.: 1000051-96.2014.8.22.0007
Ação: Procedimento do Juizado Especial Cível
Parte Autora: Irvandro Alves da Silva
Advogado: Irvandro Alves da Silva OAB/RO 5662
Parte Ré: Brasil Telecom S/A
FINALIDADE; intimação da parte autora, por seu advogado, quanto a SENTENÇA abaixo transcrita.
“Vistos.
A demanda tem por objeto pedido de natureza declaratória e condenatória, fundada na relação de consumo prevista nos artigos 2º e 3º, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
O Autor ingressou com o presente feito reivindicando o cancelamento das cobranças referentes ao serviço “SOS FONE” cobrados indevidamente pela requerida em sua fatura telefônica mensal, no valor de R$ 7,69 (sete reais e sessenta e nove centavos), cujo pagamento é realizado por meio de débito automático na conta bancária.
Informa que nunca solicitou ou utilizou tais serviços e por isso pede indenização por danos morais, materiais, perdas e danos e repetição de indébito. Formulou pedido liminar para que a requerida suspenda os atos de cobrança referentes ao serviço.
Em análise aos autos, verifico que, na verdade, o valor do serviço é de R$ 2,75 (dois reais e setenta e cinco centavos) e não de R$ 7,69 (sete reais e sessenta e nove centavos) como informa o autor na exordial. Ocorre que na fatura apresentada (mês 01/2014) foram lançadas duas cobranças “SOS Fone”, que somadas perfazem o montante de R$ 5,50 (cinco reais e cinquenta centavos), sendo que a diferença de R$ 2.19 (dois reais e dezenove centavos) corresponde a “itens financeiros”.
Recentemente, no mês de dezembro/13, o autor ingressou com demanda em face da requerida (OI S/A), cujos autos tramitam nesse Juizado sob o nº 1002443-43.2013.8.22.0007,

requerendo indenização por danos morais, materiais, perdas e danos e repetição de indébito em razão de cobranças indevidas referentes aos serviços “SOS FONE” no valor de R$ 2,75 (dois reais e setenta e cinco centavos), juntando como prova a fatura referente ao mês de Novembro/2013.
Naqueles autos formulou pedido liminar para que a requerida se abstenha de realizar qualquer ato de cobrança referente ao serviço “SOS Fone” nas faturas subsequentes, o que foi concedido nos termos pleiteados, sob pena de multa no valor de R$ 50,00 (cinquenta reais) por ato de cobrança, até o limite de R$5.000,00 (cinco mil reais).
Pois bem.
Verifico que o requerente ingressou com a presente demanda nos mesmos termos e da primeira ação (autos 1002443-43.2013.8.22.0007), mas dessa vez em razão da fatura referente ao mês de Janeiro/2014.
Dessa forma, tenho que o meio utilizado pelo requerente para reivindicar o cancelamento das cobranças não é o adequado, visto que a tutela antecipada concedida na ação anterior atinge os objetos desta ação, sendo correto, nesse caso, peticionar nos próprios autos informando eventual descumprimento de liminar por parte da ré, requerendo a aplicação de multa correspondente.
Examinando minunciosamente os autos, verifico que a presente hipótese configura litispendência, caracterizada quando ajuizadas duas ações que possuam as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido, como determinam os §§ 1º e 2º do art. 301, do CPC.
Segundo Nelson Nery Junior (Código de Processo Civil Comentado, 6ª edição, RT, p. 655):
“Ocorre a litispendência quando se reproduz ação idêntica a outra que já está em curso. As ações são idênticas quanto têm os mesmos elementos, ou seja, quando têm as mesmas partes, a mesma causa de pedir (próxima e remota) e o mesmo pedido (mediato e imediato). A citação válida é que determina o momento em que ocorre a litispendência (CPC 219 caput). Como a primeira já fora anteriormente ajuizada, a segunda ação, onde se verificou a litispendência, não poderá prosseguir, devendo ser extinto o processo sem julgamento do MÉRITO (CPC 267 V).”
Posto isso, considerando que a litispendência pode ser reconhecida de ofício e a qualquer tempo, com fundamento no art. 267, V, do CPC, DECLARO EXTINTO o processo, sem resolução de MÉRITO.
Intime-se o requerente (DJ).
Publicação e Registro automáticos.
Arquive-se.
Cacoal/RO, 31/01/2014
Juíza de Direito – ANITA MAGDELAINE PEREZ BELEM”

Proc.: 1000994-50.2013.8.22.0007
Ação:Petição (Juizado Cível)
Escrivão: Francisco Antônio Lima
CWLje@tjro.jus.br
Expediente 03 de fevereiro de 2014
Juizado Especial Cível, Criminal e faz. Pública
Ação: Petição (Juizado Cível)
Processo nº: 1000994-50.2013.8.22.0007
Promovente(s): Alessandra Zambelli de Araújo Munin
Adv. Kaiomi de Souza Oliveira 4177 OAB/RO
Promovido(s): Antonio Oliveira da Cunha
FINALIDADE: Fica o advogado da parte requerente, Kaiomi de Souza Oliveira 4177 OAB/RO para indicar novo endereço do requeirdo para citação/intimação no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento.

Proc.: 1002534-36.2013.8.22.0007
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Escrivão: Francisco Antônio Lima
CWLje@tjro.jus.br
Expediente 03 de fevereiro de 2014
Juizado Especial Cível, Criminal e faz. Pública
Ação: Procedimento do Especial Cível
Processo nº: 1002534-36.2013.8.22.0007
Promovente(s): Carmelita Vieira de Farias
Adv. Fernando da Silva Azevedo OAB/RO 1293
Promovido(s): GILCELIO SALES BENTO
FINALIDADE: Fica o advogado da parte requerente, Fernando da Silva Azevedo OAB/RO 1293, INTIMADO, do teor da certidão do Oficial de Justiça de teor seguinte:”Certifico que em cumprimento ao r. MANDADO, em diligência dirigi-me até o endereço, que na verdade é 1636 conforme petição inicial, o n. 111 não existe, lá constatei que a tempos o requerido mudou para local incerto e não sabido, assim não foi possível a citação e intimação.”

Proc.: 1001964-50.2013.8.22.0007
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Escrivão: Francisco Antônio Lima
CWLje@tjro.jus.br
Expediente 03 de fevereiro de 2014
Juizado Especial Cível, Criminal e faz. Pública
Ação: Procedimento do Especial Cível
Processo nº: 1001964-50.2013.8.22.0007
Promovente(s): Rubens Antônio Silvestre
Adv. Rosemery Maria de Lima OAB/RO 2504
Promovido(s): Novalar Ltda Adv. Gilson Sydnei Daniel – OAB/RO 2903
FINALIDADE: Fica o advogado da parte requerida Gilson Sydnei Daniel – OAB/RO 2903, INTIMADO, para que apresente contestação no prazo de 15 dias. No mesmo prazo, a parte contestante deverá especificar as provas que pretende produzir, justificando sua pertinência e necessidade, indicando rol de testemunhas e/ou manifestando acerca do julgamento do feito no estado em que se encontra.

Francisco Antonio Lima
Escrivão Judicial

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
1ª Vara Cível da Comarca de Cacoal
Juíza de Direito: Emy Karla Yamamoto Roque
Diretor de Cartório: Jerdson Raiel Ramos
Email: cwl1civel@tjro.jus.br

Proc.: 0001239-44.2014.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Almir Alexandre Monge Silva Romano Mendonça
Advogado:Suely Maria Rodrigues Ferro (RO 2961)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S.a
Advogado:Advogado Não Informado ( )

DECISÃO:
A Constituição da República assevera que “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos” (artigo 5º, inciso LXXIV). Como se vê, a Constituição exige prova da hipossuficiência.Já a Lei de Assistência Judiciária Gratuita (Lei 1.060/1950) prescreve que presume-se pobre quem assim se declarar (artigo 4º, caput e §1º), no entanto, determina que a concessão de plano do benefício pelo juiz somente deverá ocorrer se não tiver fundadas razões para indeferir o pedido (artigo 5º, caput).Neste sentido, o julgado:TJRO - 0008881-26.2013.8.22.0000 Agravo em Agravo de Instrumento. Origem: 00095549520138220007 Cacoal (2ª Vara Cível). Agravante: Ermerinda Borile. Advogada: Claudinéia Duarte da Silva Gomes (OAB/RO 2.248). Agravada: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. Relator: Desembargador Kiyochi Mori.Agravo interno. Negativa de seguimento a agravo de instrumento. Assistência judiciária gratuita. Ausência de comprovação de hipossuficiência financeira. Ditames constitucionais.Tendo o agravo de instrumento o escopo de atacar DECISÃO que, diante dos documentos acostados aos autos, nega a concessão das benesses da gratuidade da justiça, deve a parte demonstrar a sua hipossuficiência financeira, não sendo suficiente a simples declaração de pobreza. ACÓRDAO. Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas em, POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO AO AGRAVO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR. Porto Velho, 16 de outubro de 2013.Ainda, uma vez que é facultado à parte autora ajuizar a demanda sem qualquer ônus financeiro perante o Juizado Especial Cível, inclusive com regras processuais destinadas a imprimir maior celeridade ao andamento do feito. Sem adentrar nos motivos que levam os jurisdicionados a demandarem perante os Juízos Cíveis quando poderiam fazê-lo nos Juizados Especiais, o fato é que os inúmeros casos semelhantes ? de ajuizamento de ações perante os Juízos Cíveis pleiteando-se a gratuidade, quando seria cabível a proposição da demanda nos Juizados Especiais Cíveis, vem causando distorção que prejudica, em última análise o próprio jurisdicionado. Isso porque o elevado número de feitos que tramitam nas Varas Cíveis do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, muitas delas de natureza singela, mas em grande volume, preenchem o tempo do Juízo, postergando a entrega da prestação jurisdicional para os casos que efetivamente seriam da alçada dos Juízos Cíveis, dotadas de complexidade e maior valor econômico.Destarte, diante da ausência de comprovação da hipossuficiência alegada, indefiro a gratuidade judiciária.Assim, emende-se a inicial juntando o comprovante do pagamento das custas processuais em 10 dias, sem o que a inicial será indeferida. Decorridos, com ou sem manifestação, conclusos. Intimem-se, na pessoa dos Procuradores (arts. 234 e 236 do Código de Processo Civil e art. 50, das Diretrizes Gerais Judiciais).Aguarde-se integral cumprimento.Em eventual recurso, desde já mantenho a DECISÃO por seus fundamentos.Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0001541-10.2013.8.22.0007
Ação:Monitória
Requerente:Confecções Mengatti Ltda Me
Advogado:Jonathas Siviero (RO 4861)
Requerido:Lillian Tyara Carvalho da Silva
Advogado:Advogado Não Informado ( )
SENTENÇA:
A parte exequente noticia composição, requerendo a suspensão do feito.Uma vez homologado o acordo, em eventual não cumprimento, a execução será da SENTENÇA homologatória, e não mais do título extrajudicial (art. 475-N do Código de Processo Civil). Faculto à parte exequente o desarquivamento do feito nos termos do artigo 475-J, par. 5º do Código de Processo Civil, independentemente do pagamento de taxa. Diante do exposto, homologo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, o acordo entabulado, EXTINGUINDO o feito nos termos do art. 794, II, do Código de Processo Civil, com julgamento do MÉRITO.Libere-se eventual constrição.Defiro, desde já, eventual pedido de desentranhamento dos títulos que instruíram a inicial, em favor do executado, mediante substituição por cópias e certidão nos autos.Sem custas finais nos termos do parágrafo 7º, art. 6º, da Lei 301/90.Transitada em julgado nesta data (artigo 503, p. único do CPC).Arquivem-se.Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0001087-93.2014.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maryvil Comercio de Confecções Ltda Me
Advogado:Rosimeiry Maria de Lima (OAB/RO 2504)
Requerido:Ana Caroline Silva da Silva
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DESPACHO:
À emenda no prazo de 10 dias e sob pena de indeferimento da inicial, devendo a parte autora complementar o recolhimento das custas processuais, observado o disposto no Provimento n. 0028/2013-CG (DJE. n. 238/2013, de 23.12.2013), especialmente quanto ao recolhimento das custas iniciais previsto no parágrafo único do artigo 3º do mencionado provimento.IntCacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0001082-71.2014.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maryvil Comercio de Confecções Ltda Me
Advogado:Rosimeiry Maria de Lima (OAB/RO 2504)
Requerido:Laisa da Silva Hoffmann
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DESPACHO:
À emenda no prazo de 10 dias e sob pena de indeferimento da inicial, devendo a parte autora complementar o recolhimento das custas processuais, observado o disposto no Provimento n. 0028/2013-CG (DJE. n. 238/2013, de 23.12.2013), especialmente quanto ao recolhimento das custas iniciais previsto no parágrafo único do artigo 3º do mencionado provimento.IntCacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0001071-42.2014.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maryvil Comercio de Confecções Ltda Me
Advogado:Rosimeiry Maria de Lima (OAB/RO 2504)
Requerido:Marciel Medeiro
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DESPACHO:
À emenda no prazo de 10 dias e sob pena de indeferimento da inicial, devendo a parte autora complementar o recolhimento das custas processuais, observado o disposto no Provimento

n. 0028/2013-CG (DJE. n. 238/2013, de 23.12.2013), especialmente quanto ao recolhimento das custas iniciais previsto no parágrafo único do artigo 3º do mencionado provimento.IntCacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0001085-26.2014.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maryvil Comercio de Confecções Ltda Me
Advogado:Rosimeiry Maria de Lima (OAB/RO 2504)
Requerido:Claudineia Silva
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DESPACHO:
À emenda no prazo de 10 dias e sob pena de indeferimento da inicial, devendo a parte autora complementar o recolhimento das custas processuais, observado o disposto no Provimento n. 0028/2013-CG (DJE. n. 238/2013, de 23.12.2013), especialmente quanto ao recolhimento das custas iniciais previsto no parágrafo único do artigo 3º do mencionado provimento.Int.Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0001306-09.2014.8.22.0007
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Disal Administradora de Consórcios S/C Ltda
Advogado:Dante Mariano Gregnanin Sobrinho (SP 31618.), Tenille Pereira Fontes (OAB/MT 11260)
Requerido:Andréia Cristina Ferreira
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DESPACHO:
À emenda, no prazo de 10 (dez) dias e sob pena de indeferimento da incial, devendo a parte autora indicar depositário fiel.Int. Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0001269-79.2014.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Alves dos Santos Comércio de Material Esportivo Ltda
Advogado:Fernando da Silva Azevedo (OAB/RO 1293)
Executado:Dhionata Camargo de Oliveira
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DECISÃO:
Pelos fundamentos expostos, declaro a incompetência absoluta deste Juízo por versar a causa sobre relação de consumo e, por consequência, declino da competência em favor do Juízo de Direito de Vilhena/RO, determinando a remessa ao Juízo competente, na forma do artigo 113, caput e §2º, do Código de Processo Civil.Intime-se. Remetam-se os autos.

Proc.: 0011092-14.2013.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Agropecuária do Colono Ltda
Advogado:Luciana Dall´agnol (RO 5495), Aline Schlachta Barbosa (OAB/RO 4145)
Executado:Junior Sezar Ramos
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DESPACHO:
Tendo em vista o esgotamento do prazo solicitado às fls. 17, intime-se a parte autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, requerer o que entender de direito.Findo o prazo, com ou sem manifestação, voltem os autos conclusos para deliberação. Int.Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0008034-37.2012.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Nagislayne Carollyne Saraiva de Souza Brandão Lizieiro
Advogado:Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)
Requerido:Banco do Brasil S. A. Ag. de Cacoal Ro
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DESPACHO:
Recebo a apelação da requerente (fls. 46/71) nos seus efeitos devolutivo e suspensivo (art. 520 do CPC).Intime-se o apelado/requerido para responder o recurso no prazo legal.Em seguida, com ou sem resposta, e, independentemente de nova CONCLUSÃO, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, com nossas homenagens.Int.Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0001222-42.2013.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Luiza Maria de Carvalho
Advogado:Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)
Requerido:Banco Bmg S.a.
Advogado:Felipe Gazola Vieira Marques (MG 76.696)
DESPACHO:
Recebo a apelação da parte ré (fls. 150/169) nos seus efeitos devolutivo e suspensivo (art. 520 do CPC).Intime-se a apelada/requerente para responder o recurso no prazo legal.Em seguida, com ou sem resposta, e, independentemente de nova CONCLUSÃO, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, com nossas homenagens.Int.Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0001163-20.2014.8.22.0007
Ação:Exibição de Documento ou Coisa (Cível)
Requerente:Alcino Quirino Duques
Advogado:Rosimeiry Maria de Lima (OAB/RO 2504)
Requerido:Banco BMG S/A.
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DECISÃO:
Indefiro a gratuidade judiciária. Todavia, concedo o recolhimento das custas ao final com fulcro no art. 6º, § 5º, alinea c, do Regimento Interno de Custas do TJRO.Após análise das alegações esposadas na inicial, tenho que o pleito liminar de exibição de documentos não deve ser acolhido, uma vez que o autor não corrobora o perigo de demora, bem assim a fumaça do bom direito. Ainda, a parte autora não sofrerá qualquer prejuízo se tiver de aguardar o trâmite processual, e, caso procedente, seu pedido seja acolhido somente ao final do processo. Demais disso, o deferimento da liminar traduziria patente esgotamento do objeto da ação cautelar, sem contar o nítido caráter irreversível da medida. Nesse sentido:TJDFT-086099) AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. IMPOSSIBILIDADE. NATUREZA SATISFATIVA. 1. Constatado que a pretensão liminar esgota totalmente o objeto da ação cautelar de exibição de documentos, resta inviabilizado o deferimento de liminar inaudita altera parte. Precedentes desta Corte de Justiça. 2. Agravo conhecido e provido. (Processo nº 2009.00.2.011609-9 (382537), 3ª Turma Cível do TJDFT, Rel. Nídia Corrêa Lima. unânime, DJe 16.10.2009).TJDFT-085394) PROCESSO CIVIL. AÇÃO CAUTELAR. EXIBIÇÃO

DE DOCUMENTOS. LIMINAR. IMPOSSIBILIDADE. EXAURIMENTO DA PRETENSÃO DO AUTOR. 1. Em princípio, não cabe o deferimento liminar de exibição de documentos nas ações cautelares, tendo em vista que, além de irreversível, tal medida exaure a pretensão do autor, sem que ao réu tenha sido dada a oportunidade de se manifestar sobre o pedido. 2. Agravo provido. (Processo nº 2009.00.2.006596-1 (378796), 4ª Turma Cível do TJDFT, Rel. Cruz Macedo. unânime, DJe 05.10.2009).À luz do acima exposto, indefiro o pedido liminar de exibição de documentos.Em se tratando de ação cautelar preparatória de exibição de documentos, não se dissente que deverá seguir o rito dos artigos 802 e seguintes do CPC. No entanto, também são aplicáveis à espécie os artigos 355 a 363 e 381 a 382, todos do CPC, conforme inteligência do artigo 845 do mesmo diploma legal.Nesse prisma, cite-se o requerido para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar em cartório os documentos mencionados à fls. 5 da inicial, ou, no mesmo prazo, oferecer resposta.Serve a Presente de CARTA/ CARTA PRECATÓRIA de CITAÇÃO do requerido.Int. Cacoal-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0001166-72.2014.8.22.0007
Ação:Exibição de Documento ou Coisa (Cível)
Requerente:Edicréia Alves dos Santos
Advogado:Rosimeiry Maria de Lima (OAB/RO 2504)
Requerido:Banco BMG S/A.
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DECISÃO:
Indefiro a gratuidade judiciária. Todavia, concedo o recolhimento das custas ao final com fulcro no art. 6º, § 5º, alinea c, do Regimento Interno de Custas do TJRO.Após análise das alegações esposadas na inicial, tenho que o pleito liminar de exibição de documentos não deve ser acolhido, uma vez que o autor não corrobora o perigo de demora, bem assim a fumaça do bom direito. Ainda, a parte autora não sofrerá qualquer prejuízo se tiver de aguardar o trâmite processual, e, caso procedente, seu pedido seja acolhido somente ao final do processo. Demais disso, o deferimento da liminar traduziria patente esgotamento do objeto da ação cautelar, sem contar o nítido caráter irreversível da medida. Nesse sentido:TJDFT-086099) AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. IMPOSSIBILIDADE. NATUREZA SATISFATIVA. 1. Constatado que a pretensão liminar esgota totalmente o objeto da ação cautelar de exibição de documentos, resta inviabilizado o deferimento de liminar inaudita altera parte. Precedentes desta Corte de Justiça. 2. Agravo conhecido e provido. (Processo nº 2009.00.2.011609-9 (382537), 3ª Turma Cível do TJDFT, Rel. Nídia Corrêa Lima. unânime, DJe 16.10.2009).TJDFT-085394) PROCESSO CIVIL. AÇÃO CAUTELAR. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. LIMINAR. IMPOSSIBILIDADE. EXAURIMENTO DA PRETENSÃO DO AUTOR. 1. Em princípio, não cabe o deferimento liminar de exibição de documentos nas ações cautelares, tendo em vista que, além de irreversível, tal medida exaure a pretensão do autor, sem que ao réu tenha sido dada a oportunidade de se manifestar sobre o pedido. 2. Agravo provido. (Processo nº 2009.00.2.006596-1 (378796), 4ª Turma Cível do TJDFT, Rel. Cruz Macedo. unânime, DJe 05.10.2009).À luz do acima exposto, indefiro o pedido liminar de exibição de documentos.Em se tratando de ação cautelar preparatória de exibição de documentos, não se dissente que deverá seguir o rito dos artigos 802 e seguintes do CPC. No entanto, também são aplicáveis à espécie os artigos 355 a 363 e 381 a 382, todos do CPC, conforme inteligência do artigo 845 do mesmo diploma legal.Nesse prisma, cite-se o requerido para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar em cartório os documentos mencionados à fls. 5 da inicial, ou, no mesmo prazo, oferecer resposta.Serve a Presente de CARTA/ CARTA PRECATÓRIA de CITAÇÃO do requerido.Int. Cacoal-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0001179-71.2014.8.22.0007
Ação:Exibição de Documento ou Coisa (Cível)
Requerente:Antonio Ramos Lisboa
Advogado:Rosimeiry Maria de Lima (OAB/RO 2504)
Requerido:Banco Cruzeiro do Sul S. A. Ag. de São Paulo Sp
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DECISÃO:
Indefiro a gratuidade judiciária. Todavia, concedo o recolhimento das custas ao final com fulcro no art. 6º, § 5º, alinea c, do Regimento Interno de Custas do TJRO.Após análise das alegações esposadas na inicial, tenho que o pleito liminar de exibição de documentos não deve ser acolhido, uma vez que o autor não corrobora o perigo de demora, bem assim a fumaça do bom direito. Ainda, a parte autora não sofrerá qualquer prejuízo se tiver de aguardar o trâmite processual, e, caso procedente, seu pedido seja acolhido somente ao final do processo. Demais disso, o deferimento da liminar traduziria patente esgotamento do objeto da ação cautelar, sem contar o nítido caráter irreversível da medida. Nesse sentido:TJDFT-086099) AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. IMPOSSIBILIDADE. NATUREZA SATISFATIVA. 1. Constatado que a pretensão liminar esgota totalmente o objeto da ação cautelar de exibição de documentos, resta inviabilizado o deferimento de liminar inaudita altera parte. Precedentes desta Corte de Justiça. 2. Agravo conhecido e provido. (Processo nº 2009.00.2.011609-9 (382537), 3ª Turma Cível do TJDFT, Rel. Nídia Corrêa Lima. unânime, DJe 16.10.2009).TJDFT-085394) PROCESSO CIVIL. AÇÃO CAUTELAR. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. LIMINAR. IMPOSSIBILIDADE. EXAURIMENTO DA PRETENSÃO DO AUTOR. 1. Em princípio, não cabe o deferimento liminar de exibição de documentos nas ações cautelares, tendo em vista que, além de irreversível, tal medida exaure a pretensão do autor, sem que ao réu tenha sido dada a oportunidade de se manifestar sobre o pedido. 2. Agravo provido. (Processo nº 2009.00.2.006596-1 (378796), 4ª Turma Cível do TJDFT, Rel. Cruz Macedo. unânime, DJe 05.10.2009).À luz do acima exposto, indefiro o pedido liminar de exibição de documentos.Em se tratando de ação cautelar preparatória de exibição de documentos, não se dissente que deverá seguir o rito dos artigos 802 e seguintes do CPC. No entanto, também são aplicáveis à espécie os artigos 355 a 363 e 381 a 382, todos do CPC, conforme inteligência do artigo 845 do mesmo diploma legal.Nesse prisma, cite-se o requerido para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar em cartório os documentos mencionados à fls. 5 da inicial, ou, no mesmo prazo, oferecer resposta.Serve a Presente de CARTA/ CARTA PRECATÓRIA de CITAÇÃO do requerido.Int. Cacoal-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0001178-86.2014.8.22.0007
Ação:Exibição de Documento ou Coisa (Cível)
Requerente:Elder Araujo Businari
Advogado:Rosimeiry Maria de Lima (OAB/RO 2504)
Requerido:Banco Cruzeiro do Sul S. A. Ag. de São Paulo Sp
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DECISÃO:
Indefiro a gratuidade judiciária. Todavia, concedo o recolhimento das custas ao final com fulcro no art. 6º, § 5º, alinea c, do Regimento Interno de Custas do TJRO.Após análise das alegações esposadas na inicial, tenho que o pleito liminar de exibição de documentos não deve ser acolhido, uma vez que o autor não corrobora o perigo de demora, bem assim a fumaça do bom direito. Ainda, a parte autora não sofrerá qualquer prejuízo se tiver de aguardar o trâmite processual, e, caso procedente, seu pedido seja acolhido somente ao final do processo. Demais disso, o deferimento da liminar traduziria patente esgotamento do objeto da ação cautelar, sem contar o nítido caráter irreversível da medida. Nesse sentido:TJDFT-086099) AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. IMPOSSIBILIDADE. NATUREZA SATISFATIVA. 1. Constatado que a pretensão liminar esgota totalmente o objeto da ação cautelar de exibição de documentos, resta inviabilizado o deferimento de liminar inaudita altera parte. Precedentes desta Corte de Justiça. 2. Agravo conhecido e provido. (Processo nº 2009.00.2.011609-9 (382537), 3ª Turma Cível do TJDFT, Rel. Nídia Corrêa Lima. unânime, DJe 16.10.2009).TJDFT-085394) PROCESSO CIVIL. AÇÃO CAUTELAR. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. LIMINAR. IMPOSSIBILIDADE. EXAURIMENTO DA PRETENSÃO DO AUTOR. 1. Em princípio, não cabe o deferimento liminar de exibição de documentos nas ações cautelares, tendo em vista que, além de irreversível, tal medida exaure a pretensão do autor, sem que ao réu tenha sido dada a oportunidade de se manifestar sobre o pedido. 2. Agravo provido. (Processo nº 2009.00.2.006596-1 (378796), 4ª Turma Cível do TJDFT, Rel. Cruz Macedo. unânime, DJe 05.10.2009).À luz do acima exposto, indefiro o pedido liminar de exibição de documentos.Em se tratando de ação cautelar preparatória de exibição de documentos, não se dissente que deverá seguir o rito dos artigos 802 e seguintes do CPC. No entanto, também são aplicáveis à espécie os artigos 355 a 363 e 381 a 382, todos do CPC, conforme inteligência do artigo 845 do mesmo diploma legal.Nesse prisma, cite-se o requerido para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar em cartório os documentos mencionados à fls. 5 da inicial, ou, no mesmo prazo, oferecer resposta.Serve a Presente de CARTA/CARTA PRECATÓRIA de CITAÇÃO do requerido.Int. Cacoal-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0001027-23.2014.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Magno Bronelli
Advogado:Luis Ferreira Cavalcante (RO 2790)
Requerido:Estado de Rondônia
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DECISÃO:
O valor atribuído à causa corresponde ao importe de R$100.000,00 (cem mil reais), resultante do pedido de danos morais.Considerando o quantitativo discriminado, não seria viável reconhecer a competência absoluta dos Juizados Especiais da Fazenda Pública para processar e julgar a ação. Ocorre que em relação à indenização por danos morais é firme a jurisprudência no sentido de que sua mensuração decorre do arbitramento judicial, que define o quantum devido à luz do caso concreto e diretrizes já consagradas pelos Tribunais, a despeito de eventual quantificação expressa lançada pela parte.Não se tem notícia de precedente em caso semelhante ao dos autos em que a indenização tenha superado o limite de 60 salários mínimos.Daí porque não se pode permitir a fuga ou deslocamento da competência em evidente burla a regra legal que fixa as causas submetidas aos Juizados da Fazenda Pública.Confere-se: TRF3-177580) PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ESTIMATIVA DE INDENIZAÇÃO EXCESSIVAMENTE ELEVADA. MANOBRA PROCESSUAL. DESLOCAMENTO DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO NATURAL. REDUÇÃO, DE OFÍCIO, DO VALOR CAUSA. POSSIBILIDADE. 1. O valor da causa, nos casos em que o pedido pode ser quantificado pecuniariamente, deve corresponder ao benefício econômico pretendido, nos termos do artigo 258 do CPC. Código de Processo Civil. 2. Quando o autor pede indenização por danos morais, e expressamente estima o quantum na petição inicial, este deve ser o valor da causa. Precedentes. 3. Havendo cumulação de pedidos, é de ser aplicada a norma constante do artigo 259, inciso II do CPC, devendo o valor da causa corresponder à soma dos valores de todos eles. Precedentes. 4. Pedindo o autor declaração de inexistência de débito e indenização por danos morais, estimado na petição inicial, o valor da causa, a princípio, deve corresponder à soma dos dois pedidos: a) o valor do débito em questão; e b) o valor estimado da indenização por danos morais. 5. A princípio, o valor da causa deve ser avaliado conforme a pretensão deduzida em Juízo, seja ela procedente ou não, uma vez que o conteúdo econômico da demanda vincula-se ao que foi postulado pelo autor. Precedentes. 6. No caso da ação originária do presente conflito, tal entendimento não pode ser aplicado. Nos termos da Lei nº 10.259/2001, compete ao Juizado Especial Federal Cível processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos. A competência da Vara do Juizado Especial, no foro onde estiver instalada, é de natureza absoluta. 7. O valor da causa correspondente ao pedido de declaração de inexistência de débito é muito inferior ao limite de sessenta salários mínimos. O autor, ao estimar a indenização por danos morais em valor excessivamente elevado, desloca a competência do juízo natural - o Juizado Especial - para a Vara Federal comum. Trata-se de manobra processual que não pode contar com o beneplácito do Poder Judiciário. 8. O valor atribuído à causa pode ser retificado, de ofício. O valor estimado para o dano moral deve ser compatível com o dano material, não devendo, a princípio, ultrapassá-lo. Dessa forma, correta a atribuição de valor razoável à causa, de duas vezes o valor do débito questionado. 9. Não se trata de julgamento do pedido, mas de mera correção da estimativa. Sequer é necessário que o autor aponte, na petição inicial, o valor do dano moral pretendido, sendo cabível que deixa a fixação ao prudente arbítrio do Juiz. Precedentes. 10. Não consta dos autos tenha o autor se insurgido, pela via adequada do agravo de instrumento, contra a DECISÃO do Juízo suscitado que reduziu de ofício o valor da causa. Dessa forma, é o valor da causa fixado na DECISÃO que deve prevalecer, para fins de fixação de competência, e não o

constante na petição inicial. 11. Conflito improcedente. (Conflito de Competência nº 0012731-57.20/SP, 1ª Seção do TRF da 3ª Região, Rel. Convocado Márcio Mesquita. j. 05.07.2012, unânime, DE 13.07.2012).TRF5-132513) PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. SALÁRIO-MATERNIDADE E DANOS MORAIS. ARGUMENTAÇÃO GENÉRICA. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. VALOR DA CAUSA. TENTATIVA DE BURLA À COMPETÊNCIA ABSOLUTA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS. Não configurado qualquer dano moral à demandante e não havendo justificativa ao valor atribuído à causa, deve ser mantida a SENTENÇA que reconheceu a incompetência da Vara Federal Comum para processar e julgar o feito, indeferindo liminarmente petição inicial, solução essa que vem sendo admitida pela jurisprudência desta Corte. Precedente: Tribunal Regional Federal - 5ª Região; AC533566/PE; Data do Julgamento: 26.01.2012; Primeira Turma; Relator: Desembargador Federal Manoel Erhardt. De acordo com o art. 3º da Lei 10.259/2001 "Compete ao Juizado Especial Civil processar, conciliar e julgar causas de competência da Justiça Federal até o valor de sessenta salários mínimos, bem como executar as suas SENTENÇA s". Apelação improvida. (AC nº 539253/PE (0005047-85.20), 2ª Turma do TRF da 5ª Região, Rel. Paulo Gadelha. j. 08.05.2012, unânime, DJe 21.05.2012).TRF5-131275) PROCESSUAL CIVIL. AMPARO SOCIAL CUMULADO COM DANO MORAL. VALOR DA CAUSA. JUIZADO ESPECIAL FEDERAL. COMPETÊNCIA ABSOLUTA. REMESSA DOS AUTOS. IMPOSSIBILIDADE. 1. Benefício da justiça gratuita concedido, com fulcro na Lei nº 1.060/50, afastada a preliminar de deserção. 2. Na análise da competência, deve ser verificado se o benefício econômico pretendido é compatível com o valor da causa, o qual deve corresponder ao proveito econômico perseguido na ação. 3. Hipótese em que o juízo a quo, considerando o pedido em epígrafe, e diante da ausência de demonstração do dano moral, considerou o valor atribuído à causa (R$ 51.000,000) como uma forma de burlar a competência dos Juizados Especiais Federais, a qual é absoluta, nos termos do § 3º do art. 3º da Lei 10.259/01. 4. Inviável a simples remessa dos autos, em razão da necessidade de processamento em meio virtual/digital, deve ser mantida a SENTENÇA de extinção do feito. 5. Apelação parcialmente provida tão só quanto à concessão do benefício da justiça gratuita. (AC nº 538464/PE (0003977-33.20), 3ª Turma do TRF da 5ª Região, Rel. Luiz Alberto Gurgel. j. 19.04.2012, unânime, DJe 03.05.2012).TRF5-123867) PROCESSUAL CIVIL. VALOR DA CAUSA. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO ASSISTENCIAL E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. CUMULAÇÃO DE PEDIDOS. IMPOSSIBILIDADE. COMPETÊNCIA ABSOLUTA DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS. 1. Agravo de Instrumento manejado em face da DECISÃO que reconheceu, de ofício, a incompetência absoluta da Vara Federal para conhecimento, processamento e julgamento da ação ordinária, e, em consequência, declinou da competência para o Juizado Especial Federal. 2. Hipótese em que, quando analisados isoladamente, os pedidos não excedem os 60 salários mínimos previstos na legislação, de modo que a cumulação é uma opção da parte autora para afastar a competência absoluta do JEF. 3. Apesar de a cumulação ser permitida pelo Art. 292 do CPC, tal regra não pode ser utilizada com o intuito de escolher o procedimento pelo qual se processará a ação. Ademais, no presente caso, não restou evidenciado o dano moral sofrido pela Agravante, que sequer argumenta as razões que o deram causa, de forma que é patente que o requerimento da condenação da Agravada em danos morais intenciona, apenas, alterar a fixação de competência. Agravo de Instrumento Improvido. (AGTR nº 110398/PB (0015021-88.20), 3ª Turma do TRF da 5ª Região, Rel. Geraldo Apoliano. unânime, DJe 10.11.2011).TRF5-123789) PROCESSO CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. CONCESSÃO DE BENEFÍCIO. AMPARO SOCIAL. JUIZADO ESPECIAL FEDERAL. COMPETÊNCIA ABSOLUTA. VALOR DA CAUSA. MONTANTE INFERIOR A 60 SALÁRIOS MÍNIMOS. 1. Compete ao Juizado Especial Federal Cível processar e julgar as causas de competência da Justiça Federal de valor até 60 (sessenta) salários mínimos, nos termos do art. 3º da Lei nº 10.259/01. 2. Os arts. 259 e 260 do Código de Processo Civil estabelecem os critérios para a estimativa do valor da causa, os quais devem ser respeitados pela parte autora, sobretudo se a diferença verificada importar em alteração de competência absoluta legalmente prevista, como na hipótese em tela. 3. Tratando-se a competência absoluta de matéria de ordem pública, ela deve ser conhecida de ofício pelo magistrado, ainda que para isso tenha que reavaliar o valor atribuído à causa pela parte. 4. Incumbe ao magistrado verificar se o benefício econômico pretendido pelo autor é compatível com o valor da causa. Assim sendo, para a fixação da competência do Juizado Especial Federal Cível, o juiz deve levar em conta o real conteúdo econômico da demanda, e não o valor aleatório atribuído à causa pelo autor. 5. In casu, as prestações vencidas devem ser calculadas tomando-se por base os valores devidos desde o requerimento administrativo até o mês anterior ao ajuizamento da presente ação, o que corresponde a R$ 10.230,00 (dez mil, duzentos e trinta reais). Quanto às prestações vincendas, estas são representadas por uma prestação anual, nos termos do art. 260 do CPC, na ordem de 12 (doze) parcelas do valor do benefício à época da propositura da ação, o que totaliza o valor de R$ 6.540,00 (seis mil quinhentos e quarenta reais). Assim, somando-se os dois valores, encontra-se a importância de R$ 16.770,00 (dezesseis mil, setecentos e setenta reais), sendo, portanto, bastante inferior ao limite de sessenta salários mínimos, o que desloca a competência do Juízo Federal Comum para o Juizado Especial Federal Cível. 6. Ademais, ressalte-se a improcedência da alegação de cumulação do benefício requerido com pedido de dano moral, apresentada pelo autor em sua apelação, pois tal pleito não consta na exordial, de forma que o valor da causa resta inferior ao teto legal mencionado. 7. Apelação improvida. (AC nº 528705/PB (0004262-69.20), 1ª Turma do TRF da 5ª Região, Rel. Francisco Cavalcanti. j. 27.10.2011, unânime, DJe 04.11.2011).JECCMT-004465) REPARAÇÃO DE DANO. ACIDENTE DE TRÂNSITO. COMPETÊNCIA. COLISÃO NA TRASEIRA. VEÍCULO AGRÍCOLA PARADO EM PISTA DE ROLAMENTO DA RODOVIA EM PERÍODO NOTURNO. DEFICIÊNCIA NA SINALIZAÇÃO. CULPA PRESUMIDA AFASTADA. CONDUTA IMPREVISÍVEL. COLISÃO INEVITÁVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. INCAPACIDADE DO AUTOR PARA O TRABALHO EVIDENCIADA. DANOS MATERIAIS COMPROVADOS. DANOS MORAIS. ADEQUAÇÃO AOS PARÂMETROS DE RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. QUANTUM MAJORADO. 1. Já decidiu o Superior Tribunal de Justiça que "O art. 3º da Lei 9.099/95 adota dois critérios distintos. quantitativo (valor econômico da pretensão) e qualitativo (matéria envolvida). para definir o que são 'causas cíveis de menor complexidade'. Exige-se a presença de apenas um desses requisitos e não a sua cumulação, salvo na hipótese do art. 3º, IV, da Lei 9.099/95. Assim, em regra, o limite de 40 salários mínimos não se aplica quando a competência dos

Juizados Especiais Cíveis é fixada com base na matéria". (RMS 30.170/SC, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe 13.10.2010). No presente caso não tem relevância o valor atribuído à causa, para fins de afastar a competência do Juizado Especial Cível, porque a causa diz respeito ao ressarcimento por danos causados em acidente de veículo de via terrestre, amoldando-se, portanto, à previsão do artigo 3º, inciso II, da Lei nº 9.099/95, que remete ao artigo 275, inciso II, alínea "d", do Código de Processo Civil. 2. Acidente ocorrido com colisão do veículo conduzido pelo autor que atingiu a parte traseira do veículo agrícola (pá escavadeira) de propriedade do réu que estava parado na pista em razão de defeito mecânico. Na hipótese, embora seja presumida a culpa de quem colide na parte traseira do veículo a sua frente por deixar de guardar distância de segurança (art. 29, II, CTB), as provas colhidas apontam que não havia sinalização que possibilitasse identificar o trator parado com antecedência. 3. Situação em que absolutamente imprevisível a conduta imprudente do réu, uma vez que o trator agrícola possuía sinalização insuficiente, em claro prejuízo a sua visibilidade, com as agravantes da localização (logo depois curva), má iluminação da pista e do horário noturno, tornando inevitável a colisão, já que restou o condutor do réu surpreendido com o veículo parado na pista de rolamento da rodovia. A culpa exclusiva do requerido se extrai pelo fato de inexistir provas de contribuição do autor para o evento danoso, mormente em relação à velocidade que imprimia na condução de seu veículo. 4. Sempre que ocorrer a imobilização temporária em situação de emergência de um veículo no leito viário, deverá ser providenciada a imediata sinalização de advertência, conforme a inteligência do art. 46 do CTB. Portanto, resta afastada a presunção de culpa e a possibilidade de culpa concorrente da ré, surgindo o dever de indenizar da recorrente pelos danos causados. 5. Danos materiais comprovados pelos documentos acostados no caderno processual. 6. O quantum da indenização por danos morais deve ser fixado mediante prudente arbítrio do juiz, em consonância com o princípio da razoabilidade, bem como apresentar uma proporcionalidade com a lesão à honra, à moral ou à dignidade do ofendido, devendo ainda o Magistrado, atentar-se para as circunstâncias que envolveram os fatos, analisando a extensão do dano sofrido, bem como levando em conta as condições pessoais e econômicas dos envolvidos, de modo que não haja enriquecimento injustificado, não lastreie indenização que não atinja o caráter pedagógico a que se propõe. 7. Não observados na SENTENÇA os critérios norteadores para fixação do quantum indenizatório a título de dano moral, a mesma deve ser reformada, aumentando o seu valor para adequá-lo ao caso específico. Majoração do quantum indenizatório fixado em SENTENÇA, em razão do caráter compensatório e punitivo da medida. 8. Recurso da parte Recorrente Lauro José da Mata conhecido e parcialmente provido, para majorar o quantum indenizatório e, da Recorrente Francisco Luiz Esteves Neto conhecido e não provido. (Recurso Cível Inominado nº 4231/2011, Turma Recursal Única dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais/MT, Rel. Yale Sabo Mendes. j. 24.04.2012, unânime, DJe 08.05.2012).Dessarte, tenho que o caso amolda-se às hipóteses descritas no artigo 2º e não se enquadra nas vedações de seu par. 1º, da lei 12153/09. Posto isso, e considerando se tratar de competência absoluta (par. 4º do citado DISPOSITIVO), declino da competência e determino a remessa destes autos ao Juizado Especial da Fazenda Pública desta Comarca.Int.Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0001245-51.2014.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Leonardo Geraldo Lopes Caldeira
Advogado:Suely Maria Rodrigues Ferro (RO 2961)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S.a
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DECISÃO:
Indefiro a gratuidade judiciária. Todavia, concedo o recolhimento das custas ao final com fulcro no art. 6º, § 5º, alinea c, do Regimento Interno de Custas do TJRO.Cite (m)-se a (s) parte (s) requerida (s)acima mencionada(s) para responder(em) a ação supra identificada, no prazo de 15 (quinze) dias.Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora (Código de Processo Civil, artigos 285 e 319).SIRVA-SE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO, observando o (s) endereço (s) abaixo. Valor da causa é R$5.211,00 (cinco mil, duzentos e onze reais).Pautada no princípio da efetividade da prestação jurisdicional e a fim de viabilizar que o processo retorne a este juízo apenas na fase de saneamento/julgamento antecipado da lide, salvo em caso de pedido incidental urgente, autorizo o Sr. Escrivão ou substituto imediato a prática dos seguintes atos ordinatórios: a) com a vinda da contestação,desde que acompanhada de documentos que não digam respeito à representação processual ou venha contendo preliminares, dê-se vista à parte autora em réplica e, no caso desta vir subsidiada de documentos novos, consequente vista a parte ré; b) não apresentada a contestação ou depois da réplica, dê-se vista às partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando a pertinência e a FINALIDADE, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado da lide. Nessa ocasião, havendo interesse de produção de prova testemunhal, faculto às partes depositarem o respectivo rol, com qualificação e endereço das mesmas.Autorizo o uso das prerrogativas do art. 172 do CPC e respectivos parágrafos.Int.Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0001246-36.2014.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Evaldo Bezerra de Souza
Advogado:Suely Maria Rodrigues Ferro (RO 2961)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S.a
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DECISÃO:
Indefiro a gratuidade judiciária. Todavia, concedo o recolhimento das custas ao final com fulcro no art. 6º, § 5º, alinea c, do Regimento Interno de Custas do TJRO.Cite (m)-se a (s) parte (s) requerida (s)acima mencionada(s) para responder(em) a ação supra identificada, no prazo de 15 (quinze) dias. Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora (Código de Processo Civil, artigos 285 e 319).SIRVA-SE A PRESENTE COMO CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO, observando o (s) endereço (s) abaixo. Valor da causa é R$6.142,50 (seis mil, cento e quarenta e dois reais e cinquenta centavos).Pautada no princípio da efetividade da prestação jurisdicional e a fim de viabilizar que o processo retorne a este juízo apenas na fase de saneamento/julgamento antecipado da lide, salvo em caso de pedido incidental urgente, autorizo o Sr. Escrivão ou

substituto imediato a prática dos seguintes atos ordinatórios: a) com a vinda da contestação,desde que acompanhada de documentos que não digam respeito à representação processual ou venha contendo preliminares, dê-se vista à parte autora em réplica e, no caso desta vir subsidiada de documentos novos, consequente vista a parte ré; b) não apresentada a contestação ou depois da réplica, dê-se vista às partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando a pertinência e a FINALIDADE, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado da lide. Nessa ocasião, havendo interesse de produção de prova testemunhal, faculto às partes depositarem o respectivo rol, com qualificação e endereço das mesmas.Autorizo o uso das prerrogativas do art. 172 do CPC e respectivos parágrafos.Int.Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0005513-85.2013.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Leonidio Kester
Advogado:Sinomar Francisco dos Santos (OABRO 4815)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DECISÃO:
Defiro o pedido de assistência judiciária gratuita enquanto perdurar a incapacidade econômica da parte autora.Defiro parcialmente o efeitos da tutela pretendida, a fim de determinar que a ré implante/restabeleça/deixe de cessar, até DECISÃO final, o pagamento do auxílio doença concedido, eis que presentes, nesta fase, a verossimilhança do alegado, ante os laudos e exames médicos de fls. 19/35 e, especialmente, de fls. 34/35 que atestam a necessidade de afastamento provisório da parte autora em atividades laborais e o perigo da demora caso tenha esta de esperar a prestação jurisdicional final, especialmente porque é carente economicamente e precisa ter condições mínimas para sua subsistência, eis que impossibilitada de trabalhar no ofício do qual antes extraía seu sustento e de sua família.Após o 10º dia da intimação do INSS e havendo descumprimento deste, desde logo arbitro multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite do valor atribuído à causa, que será revertida em favor do autor.Intime-se e cite-se o INSS para responder no prazo de 60 (sessenta dias), via convênio de carga-remessa celebrado entre o TJ/RO e a autarquia supra.Pautado no princípio da efetividade da prestação jurisdicional e a fim de viabilizar que o processo retorne a este juízo apenas na fase de saneamento/julgamento antecipado da lide, salvo em caso de pedido incidental urgente, autorizo o Sr. Escrivão ou substituto imediato a prática dos seguintes atos ordinatórios: a) com a vinda da contestação, desde que acompanhada de documentos que não digam respeito à representação processual ou venha contendo preliminares, dê-se vista à parte autora em réplica e, no caso desta vir subsidiada de documentos novos, consequente vista a parte ré; b) apresentada a contestação ou depois da réplica, dê-se vista às partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando a pertinência e a FINALIDADE, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado da lide. Nessa ocasião, havendo interesse de produção de prova testemunhal, devem as partes depositarem o respectivo rol, com qualificação e endereço das mesmas, em obediência ao princípio do contraditório.Int.Cacoal-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0084633-56.2008.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Cooperativa de Crédito Rural de Cacoal Ltda CREDICACOAL
Advogado:Líbio Gomes Medeiros (OAB/RO 41B)
Executado:Roger Andrade Fernandes
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DECISÃO:
DECISÃO Indefiro o pedido de fls. 61/62, tendo em vista que tal diligência já foi realizada anteriormente, restando infrutífera. A parte exequente requer diligências inúteis ao deslinde do feito. Em casos tais, o Código de Processo Civil possibilita a extinção do processo se, após intimado pessoalmente, o autor permanecer inerte (artigo 267, inciso III, §1º). No entanto, o arquivamento do feito na forma do artigo 475-J, §5º, do CPC é medida que melhor aproveita aos princípios da economia e celeridade processual, eis que dispensa a dispendiosa intimação pessoal, e ao credor, pois lhe é permitido retomar a execução em momento posterior e no mesmo processo, inclusive sem o pagamento de custas de desarquivamento se o pedido for apresentado em até 6 meses da DECISÃO.A interpretação sistemática e teleológica do Código de Processo Civil, sempre preferível à mera atividade subsuntiva literal, recomenda a aplicação deste DISPOSITIVO também às execuções de título extrajudicial, embora alocado no capítulo dedicado ao cumprimento de SENTENÇA, pois, como já afirmado, é medida menos onerosa ao processo e mais benéfica ao exequente.Nesses termos, com fundamento no artigo 475-J, §5º, do Código de Processo Civil, determino o arquivamento do feito, facultando o desarquivamento a qualquer momento a pedido da parte interessada, dispensado o pagamento de taxa se requerido em até 06 meses contados desta DECISÃO.Intime-se. Cumpra-se.Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0012163-51.2013.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sirlene Retz
Advogado:Glória Chris Gordon (OAB/RO 3399)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DECISÃO:
Defiro o pedido de assistência judiciária gratuita enquanto perdurar a incapacidade econômica da parte autora.Intime-se e cite-se o INSS para responder no prazo de 60 (sessenta dias), via convênio de carga-remessa celebrado entre o TJ/RO e a autarquia supra.Pautado no princípio da efetividade da prestação jurisdicional e a fim de viabilizar que o processo retorne a este juízo apenas na fase de saneamento/julgamento antecipado da lide, salvo em caso de pedido incidental urgente, autorizo o Sr. Escrivão ou substituto imediato a prática dos seguintes atos ordinatórios: a) com a vinda da contestação, desde que acompanhada de documentos que não digam respeito à representação processual ou venha contendo preliminares, dê-se vista à parte autora em réplica e, no caso desta vir subsidiada de documentos novos, consequente vista a parte ré; b) apresentada a contestação ou depois da réplica, dê-se vista às partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando a pertinência e a FINALIDADE, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado da lide. Nessa ocasião, havendo interesse de produção de prova testemunhal, devem as partes depositarem o respectivo rol, com qualificação e endereço das mesmas, em obediência ao princípio do contraditório.Int.Cacoal-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0006668-60.2012.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:V. M. de S. L. M. de O.
Advogado:Matilde Mendes (OAB/RO 1558)
Requerido:P. M. de O.
DECISÃO:
A parte ré juntou procuração de advogado particular, comparecendo em audiência de conciliação, com posterior oferta de contestação pela Defensoria Pública, estando a parte ré atualmente por essa representada. Fixo como ponto controvertido a existência de união estável e sua duração, bem como o dispêndio com cerimônia de casamento, e aquisição de bens móveis e do veículo. Defiro a produção de prova oral, designando audiência de instrução e julgamento para o dia 18/03/14, às 9:30horas. A parte autora deverá comparecer juntamente com sua advogada, esta intimada via DJ.Intime-se a parte ré bem como as testemunhas indicadas às fls. 45 e 72. Ciência ao Ministério Público. Cacoal-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0005013-53.2012.8.22.0007
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:L. X. P.
Advogado:Defensoria Pública ( )
Executado:R. C. P.
Advogado:Advogado Não Informado ( )
SENTENÇA:
SENTENÇA Verfico que a parte exequente permane inerte há mais de um ano. Tentativas de Intimação pessoal para dar o necessário andamento ao feito, sob pena de extinção e arquivamento, foram infrutíferas.Posto isso, nos termos do artigo 267, inciso III e §1º, do CPC, JULGO extinto o processo, sem resolução de MÉRITO, em face da inércia da parte autora. Liberem-se eventuais constrições.Defiro eventual pedido de desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, mediante substituição por cópias e certidão nos autos.Custas iniciais recolhidas. Custas finais não deviddas. Sem honorários. Certificado o trânsito julgado, arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais.P.R.I.C.Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0070759-67.2009.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S. A. Ag. de Cacoal Ro
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/MT 3056)
Executado:Industria e Comercio de Alimentos Amazon Ltda, João Carlos Pereira da Silva, Lucineide Moreira Mendes
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DECISÃO:
DECISÃO A parte exequente requer a suspensão do feito, visto que foram realizadas diversas diligências em busca de bens em nome dos executados, todas restaram infrutíferas.No entanto, o arquivamento do feito na forma do artigo 475-J, §5º, do CPC é medida que melhor aproveita aos princípios da economia e celeridade processual, eis que dispensa a dispendiosa intimação pessoal, e ao credor, pois lhe é permitido retomar a execução em momento posterior e no mesmo processo, inclusive sem o pagamento de custas de desarquivamento se o pedido for apresentado em até 6 meses da DECISÃO.A interpretação sistemática e teleológica do Código de Processo Civil, sempre preferível à mera atividade subsuntiva literal, recomenda a aplicação deste DISPOSITIVO também às execuções de título extrajudicial, embora alocado no capítulo dedicado ao cumprimento de SENTENÇA, pois, como já afirmado, é medida menos onerosa ao processo e mais benéfica ao exequente. Nesses termos, com fundamento no artigo 475-J, §5º, do Código de Processo Civil, determino o arquivamento do feito, facultando o desarquivado a qualquer momento a pedido da parte interessa, dispensado o pagamento de taxa se requerido em até 06 meses contados desta DECISÃO.Intime-se. Cumpra-se.Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0000247-54.2012.8.22.0007
Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente:A. J. G.
Advogado:José Júnior Barreiros (OAB/RO 1405)
Requerido:G. M. G. Á. C. M. G.
Advogado:André Bonifácio Ragnini (OAB/RO 1119)
DESPACHO:
DESPACHO Recebo a apelação nos seus efeitos devolutivo e suspensivo (art. 520 do CPC).Intime-se o (a) apelado (a) para responder o recurso no prazo legal.Em seguida, com ou sem resposta, e, independentemente de nova CONCLUSÃO, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, com nossas homenagens.Int.Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0001600-95.2013.8.22.0007
Ação:Monitória
Requerente:Associação Educacional de Rondônia
Advogado:Diogenes Nunes de Almeida Neto (OAB/RO 3831)
Requerido:Elaine Cristina Santos da Silva
SENTENÇA:
SENTENÇA Altere-se a classe para cumprimento de SENTENÇA.A parte exequente noticia composição, requerendo a suspensão do feito.Uma vez homologado o acordo, em eventual não cumprimento, a execução será da SENTENÇA homologatória, e não mais do título extrajudicial (art. 475-N do Código de Processo Civil). Faculto à parte exequente o desarquivamento do feito nos termos do artigo 475-J, par. 5º do Código de Processo Civil, independentemente do pagamento de taxa. Diante do exposto, homologo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, o acordo entabulado, EXTINGUINDO o feito nos termos do art. 794, II, do Código de Processo Civil, com julgamento do MÉRITO.Libere-se eventual constrição. Defiro, desde já, eventual pedido de desentranhamento dos títulos que instruíram a inicial, em favor do executado, mediante substituição por cópias e certidão nos autos.Sem custas finais nos termos do parágrafo 7º, art. 6º, da Lei 301/90.Transitada em julgado nesta data (artigo 503, p. único do CPC).Arquivem-se.Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0002480-24.2012.8.22.0007
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Município de Cacoal
Advogado:Procurador do Municipio de Cacoal ( )
Executado:Antônio Setembrino Ragnini
Advogado:Advogado Não Informado ( )
SENTENÇA:
SENTENÇA Considerando que o valor da dívida foi integralmente quitado, conforme noticiado pela exequente

às fls.23/25, dou por satisfeita a obrigação e extingo o feito, o que faço com fundamento no art. 794, inciso I do CPC. Concedo-lhe a gratuidade. Honorários já pagos. Sem custas. Independentemente do trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I.C.Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0005567-22.2011.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:E. R. Perez Comércio e Representação Ltda
Advogado:Abdiel Afonso Figueira (RO 3092), Flávio Zahn Kloos (OAB/RO 4537)
Executado:Evander Tavares de Vasconcelos
Advogado:Advogado Não Informado ( )
SENTENÇA:
SENTENÇA A parte exequente noticia composição, requerendo a suspensão do feito.Uma vez homologado o acordo, em eventual não cumprimento, a execução será da SENTENÇA homologatória, e não mais do título extrajudicial (art. 475-N do Código de Processo Civil). Faculto à parte exequente o desarquivamento do feito nos termos do artigo 475-J, par. 5º do Código de Processo Civil, independentemente do pagamento de taxa. Diante do exposto, homologo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, o acordo entabulado, EXTINGUINDO o feito nos termos do art. 794, II, do Código de Processo Civil, com julgamento do MÉRITO.Libere-se eventual constrição. Defiro, desde já, eventual pedido de desentranhamento dos títulos que instruíram a inicial, em favor do executado, mediante substituição por cópias e certidão nos autos.Sem custas finais nos termos do parágrafo 7º, art. 6º, da Lei 301/90.Transitada em julgado nesta data (artigo 503, p. único do CPC).Arquivem-se.Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0005396-31.2012.8.22.0007
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Nacional
Advogado:Procurador Federal ( )
Executado:Julieta Gomes da Silva Azevedo
Advogado:Advogado Não Informado ( )
SENTENÇA:
SENTENÇA Considerando que a parte exequente noticia que houve transação, com voluntária e espontânea satisfação integral do crédito objeto desta execução pela parte executada, julgo extinto o feito com fundamento no art. 794, incisos I e II do CPC.Sem custas e honorários de sucumbência.Libere-se eventual constrição.Faculto o desentranhamento do(s) título(s) que instruiu(íram) a inicial, desde que sustituído(s) por cópia(s) às expensas da parte executada. Eventual protesto deve ser cancelado pelo interessado, mediante o pagamento dos emolumentos correspondentes. Sendo o caso, oficie-se entregando ofício em mãos do interessado, certificando-se. Transitada em julgado nesta data (artigo 503, p. único do CPC). Arquivem-se. Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0003191-29.2012.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Daiana Gonçalves Melato
Advogado:Luzinete Pagel Galvão (RO 4843)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DESPACHO:
DESPACHO Diga a exequente, em 10 (dez) dias quanto aos cálculos (fls.58/60).Após, conclusos para DECISÃO.Cacoal-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0005423-77.2013.8.22.0007
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:G. N. B.
Advogado:Rosimeiry Maria de Lima (OAB/RO 2504)
Executado:I. B.
Advogado:Jefferson Magno dos Santos (OAB/RO 2736)
SENTENÇA:
SENTENÇA Junte-se aos autos o ofício anexo à contracapa. Considerando que o valor da dívida foi integralmente quitado, conforme informado pela exequente às fls. 32, dou por satisfeita a obrigação e extingo o feito, o que faço com fundamento no art. 794, inciso I c.c. 475-R, todos do CPC.Custas não incidentes. Independentemente do trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I.C.Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0119849-49.2006.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:M. I. e C. de M. e C. L.
Advogado:André Bonifácio Ragnini (OAB/RO 1119)
Executado:M. P. e S. L.
DECISÃO:
DECISÃO Indefiro os pedidos de fls.114, haja vista que os títulos de fls. 06 já estão negativados.A parte foi intimada a dar andamento ao feito, requerendo o que de direito, no entanto, deixou transcorrer o prazo assinado sem qualquer manifestação. Em casos tais, o Código de Processo Civil possibilita a extinção do processo se, após intimado pessoalmente, o autor permanecer inerte (artigo 267, inciso III, §1º). No entanto, o arquivamento do feito na forma do artigo 475-J, §5º, do CPC é medida que melhor aproveita aos princípios da economia e celeridade processual, eis que dispensa a dispendiosa intimação pessoal, e ao credor, pois lhe é permitido retomar a execução em momento posterior e no mesmo processo, inclusive sem o pagamento de custas de desarquivamento se o pedido for apresentado em até 6 meses da DECISÃO.A interpretação sistemática e teleológica do Código de Processo Civil, sempre preferível à mera atividade subsuntiva literal, recomenda a aplicação deste DISPOSITIVO também às execuções de título extrajudicial, embora alocado no capítulo dedicado ao cumprimento de SENTENÇA, pois, como já afirmado, é medida menos onerosa ao processo e mais benéfica ao exequente. Nesses termos, com fundamento no artigo 475-J, §5º, do Código de Processo Civil, determino o arquivamento do feito, facultando o desarquivamento a qualquer momento a pedido da parte interessada, dispensado o pagamento de taxa se requerido em até 06 meses contados desta DECISÃO. Intime-se. Cumpra-se.Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0012092-49.2013.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Luzia do Carmo Ferrão Velten Duarte
Advogado:Glória Chris Gordon (OAB/RO 3399), Fábio Charles da Silva (RO 4898)
Requerido:Ivania Malanquini Crescenso

Advogado:Advogado Não Informado ( )
DECISÃO:
Conforme DECISÃO no agravo de instrumento, fora concedido ao autor o benefício da justiça gratuida.Recebo a inicial.Nos termos do artigo 12 da Resolução 008/2013-PR, DESIGNO audiência de tentativa de conciliação para o dia 05/03/2014, às 08:30 horas. Ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos para realização da audiência, com expedição de cartas/MANDADO s de citação e intimação da parte ré. Consigne-se na carta/MANDADO citatório que o prazo para oferta de resposta, de 15 dias, fluirá a partir da data designada para audiência, caso não haja acordo, independentemente de seu comparecimento ou não. A parte autora deverá comparecer juntamente com seu advogado, este intimado via DJ. Cacoal-RO, terça-feira, 28 de janeiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0013948-48.2013.8.22.0007
Ação:Tutela e Curatela - Nomeação
Requerente:Sebastião Gomes da Silva, Divina Gomes da Silva
Advogado:Sinomar Francisco dos Santos (OABRO 4815)
Requerido:Ítalo de Paula Barcelos
DESPACHO:
DESPACHO Realize-se estudo social na residência dos autores. Atente-se o Setor Psicossocial quanto à necessidade de qualificação das partes.Com o resultado, dê-se vista ao Ministério Público. Após, conclusos.Cacoal-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0008677-92.2012.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Carmem Soares de Souza
Advogado:Carlos Alberto Vieira da Rocha (0AB/RO 4.741)
Requerido:Banco B M G S. A.
Advogado:Felipe Gazola Vieira Marques (MG 76.696)
SENTENÇA:
Pelo exposto, nos termos do artigo 330, inciso I, combinado com o artigo 269, inciso I, ambos do Código de Processo Civil, resolvo o MÉRITO e julgo parcialmente procedente o pedido inicial para:a) declarar a ilegalidade da cobrança das despesas administrativas denominadas de “tarifa de cadastro”, “serviços de terceiros” e “despesas de originação” dos contratos 204539687, 188654869, 175531762, 183401990 e 197948479;b) condenar a requerida à repetição, na forma simples, do valor das despesas administrativas referidas no item “b” e dos juros remuneratórios sobre ele incidentes, no importe total de R$2.686,37 (referente ao contrato 204539687), R$90,34 (referente ao contrato 188654869); R$88,50 (referente ao contrato 175531762), R$1.523,05 (referente ao contrato 183401990) e R$1.163,79 (referente ao contrato 197948479), acrescidos de correção monetária e juros de mora desde a data da citação;c) julgo improcedentes os pedidos de declaração incidental de inconstitucionalidade do artigo 5º da Medida Provisória 2.170-36/2001 e de declaração de ilegalidade da capitalização de juros em periodicidade inferior à anual;Em razão da sucumbência recíproca, condeno as partes ao pagamento das custas processuais à razão de metade para cada parte, bem como de honorários advocatícios que fixo em R$500,00, devendo ser compensados, conforme artigo 21, caput, do Código de Processo Civil e Súmula 306/STJ.Considerando que a parte autora já promoveu nos autos o recolhimento das custas processuais iniciais (fls. 56/57), deverá a parte ré, em até 05 (cinco) dias após o trânsito em julgado, e independente de nova intimação, comprovar o recolhimento das custas finais, no valor de R$ 231,85, sob pena de inscrição em dívida ativa. Após o trânsito em julgado, manifestem-se os interessados em 05 dias sobre eventual necessidade de liquidação/execução de SENTENÇA.Publique-se. Registre-se. Intime-se.Cacoal-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0005586-57.2013.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Itaú Unibanco S.a.
Advogado:Mauricio Coimbra Guilherme Ferreira (MG 91811), Soraia Marcos Felisberto (OAB/RO 4968)
Executado:Edson Noebal Me, Edson Noebal
Advogado:Advogado Não Informado ( )
SENTENÇA:
SENTENÇA Junte-se a petição e o MANDADO que se encontram na contracapa dos autos.A parte exequente noticia composição, requerendo a suspensão do feito.Uma vez homologado o acordo, em eventual não cumprimento, a execução será da SENTENÇA homologatória, e não mais do título extrajudicial (art. 475-N do Código de Processo Civil). Faculto à parte exequente o desarquivamento do feito nos termos do artigo 475-J, par. 5º do Código de Processo Civil, independentemente do pagamento de taxa. Diante do exposto, homologo, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, o acordo entabulado, EXTINGUINDO o feito nos termos do art. 794, II, do Código de Processo Civil, com julgamento do MÉRITO.Libere-se eventual constrição.Defiro, desde já, eventual pedido de desentranhamento dos títulos que instruíram a inicial, em favor do executado, mediante substituição por cópias e certidão nos autos.Sem custas finais nos termos do parágrafo 7º, art. 6º, da Lei 301/90.Transitada em julgado nesta data (artigo 503, p. único do CPC).Arquivem-se.Cacoal-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0001172-50.2012.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Andréia Paula de Almeida
Advogado:Defensoria Pública ( )
Requerido:Joaquim Raimundo Filho
Advogado:Rosimeiry Maria de Lima (OAB/RO 2504), Miguel Antônio Paes de Barros (OAB/RO 301)
DECISÃO:
DECISÃO Considerando a previsão do parágrafo único do artigo 39 do Código de Processo Civil, reputo válida a intimação enviada ao endereço da autora constante dos autos.Assim, seja por que já intimada pessoalmente a Defensoria Pública (fls. 60-v) ou ainda em razão da validade da intimação encaminhada ao endereço da parte (fls. 62), certifique a escrivania o trânsito em julgado da SENTENÇA de fls. 57.Ainda, verifico que no tocante a apuração das custas, a parte autora é beneficiária da gratuidade judiciária, razão por que não lhe são exigíveis no momento, enquanto ao requerido deve ser calculada com base no valor da sua sucumbência, ou seja, não há que se falar em considerar o valor do imóvel que sequer fora objeto de partilha, restando ser considerado apenas o valor dos bens partilhados aos quais atribuo o valor total de R$2.000,00.Desta forma, a parte requerida deverá, em até cinco dias após o trânsito

em julgado, e independente de nova intimação, comprovar o recolhimento das custas, iniciais e finais, no valor de R$30,00, sob pena de inscrição em dívida ativa. Após, nada sendo requerido no prazo de 05 dias, arquivem-se.Cacoal-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0049668-52.2008.8.22.0007
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Antônio das Graças Souza (OAB/RO 10B)
Executado:Juliana Melo Gonçalves- ME
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DECISÃO:
Defiro a ENTREGA dos bens adjudicados nos autos, conforme Auto de Adjudicação de fls. 22, entregando-os à parte autora ou ao seu procurador, Henry A. Corso Henrique OAB/RO 922, ou a quem por ele indicado for. Bens a serem entregues: 01 (um) condicionador de ar tipo Split, modelo 42MC 22515LS, sperie nºR22, 220V, capacidade de refrigeração 22.000 mil btus/h, marca Springer, em perfeito estado de conservação e funcionamento, no valor de R$1.250,00 (um mil, duzentos e cinquenta reais); 01 (um) condicionador de ar tipo janela, capacidade de refrigeração 18.000 mil btus/h, frente cinza, marca cônsul, em perfeito estado de conservação e funcionamento, no valor de R$630,00 (seiscentos e trinta reais); 01 (um) aparelho HP OFFICEJET 4255, com impressora, fax, scanner, copiadora, em perfeito estado de conservaçãoe funcionamento, no valor de R$420,00 (quatrocentos e vinte reais).Os referidos bens encontram-se com a depositária/executada no endereço infra mencionado.Após, intime-se a Fazenda exequente a manifestar-se, em 05 (cinco) dias, requerendo o que de direito. Se inerte, suspendo o feito pelo prazo de 01 ano.Decorrido o prazo supra, silente a exequente, ao arquivo provisório sem baixa. Int.Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0010446-43.2009.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Dulcimar Luiz da Silva - ME
Advogado:Fernando da Silva Azevedo (RO 1293.)
Requerido:Fábio Luiz Nunes Lopes
Advogado:Advogado Não Informado (NBO 020)
SENTENÇA:
Considerando que o valor da dívida foi integralmente quitado, conforme petição de fls. 164, dou por satisfeita a obrigação e extingo o feito, o que faço com fundamento no art. 794, inciso I c.c. 475-R, todos do CPC.Diante da evidente hipossuficiência econômica do executado, concedo-lhe a gratuidade. Sem honorários.Libere-se as constrições dos autos (Renajud fls. 158/160).Defiro eventual pedido de desentranhamento, em favor do executado, dos documentos que instruíram a inicial, mediante substituição por cópias e certidão nos autos.Trânsito em julgado nesta data. Arquivem-se. P.R.I.C.Cacoal-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0011844-20.2012.8.22.0007
Ação:Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Ci
Requerente:Eliane Xavier de Oliveira
Advogado:Defensor Publico (RO. 000.)
SENTENÇA:
Posto isso, com fulcro nos artigos 77 e 78 da Lei dos Registros Públicos, julgo procedente o pedido para determinar o assento o registro de óbito do de cujus, qualificado na exordial. Expeça-se o necessário. Sem ônus, deferida a gratuidade nos termos da Lei 1060/50. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Ciência ao Ministério Público.Ante a preclusão lógica, a presente SENTENÇA transita em julgado nesta data, em conformidade com o artigo 503 do CPC.Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0009161-73.2013.8.22.0007
Ação:Retificação ou Suprimento ou Restauração de Registro Ci
Requerente:Rhce Ro Surui
Advogado:Procurador Federal ( )
SENTENÇA:
Posto isso, JULGO PROCEDENTE o pedido para determinar a retificação do assento de nascimento objeto dos autos, nos termos acima, permanecendo inalterados os demais dados. Extingo o feito, com resolução do MÉRITO, com espeque no artigo 269, I, do CPC.SERVE A PRESENTE DE MANDADO DE RETIFICAÇÃO DO ASSENTO DE NASCIMENTO ao 1º Cartório de Registro Civil desta Comarca, instruindo-se a mesma com cópia da certidão de nascimento da requerente, bem como de MANDADO de INSCRIÇÃO no LIVRO “E” do cartório de registro civil desta Comarca.Sem ônus, inclusive no que toca aos emolumentos nos termos das leis 1060/50 e 301/90. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Ciência ao MP. Ante a preclusão lógica, a presente SENTENÇA transita em julgado nesta data, em conformidade com o artigo 503 do CPC.Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0001260-88.2012.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Valério César Milani e Silva
Advogado:Sidnei Sotele (OAB/RO 4192)
Requerido:Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DESPACHO:
Diante da SENTENÇA prolatada nos autos em apenso, diga o exequente, em 05 dias, apresentando cálculos atualizados e em conformidade com o deslinde dos embargos.Cacoal-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0007379-65.2012.8.22.0007
Ação:Embargos à Execução
Embargante:Departamento de Estrada e Rodagem de Rondônia - Der
Advogado:Procurador do Estado (000.)
Embargado:Valério César Milani e Silva
Advogado:Sidnei Sotele (OAB/RO 4192)
SENTENÇA:
POSTO ISSO, com fulcro no artigo 333, I, do Código de Processo Civil, ACOLHO os embargos ofertados para determinar a correção dos cálculos da execução em apenso, fazendo incidir juros de mora de 6% ao ano, e não de 12% ao ano. Extingo os embargos com resolução do MÉRITO nos termos dos artigos 269, I e 740 do Código de Processo Civil.

Estes embargos são isentos de custas, nos termos do artigo 8º, inciso IV da Lei Estadual nº. 301/1990. Diante da ausência de pretensão resistida, configurada pela imediata anuência do exequente/embargado às razões dos embargos (aplicação da correta da taxa de juros em face da Fazenda Pública), deixo de condenar o embargado em honorários sucumbenciais. Após o trânsito em julgado, desapensem-se os autos e arquivem-se. P. R. I.

Proc.: 0001300-36.2013.8.22.0007
Ação:Exibição de Documento ou Coisa (Cível)
Requerente:Paulo de Brito Junior
Advogado:Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/MT 11.101), Pedro Luiz Lepri Junior (OAB/RO 4871)
Requerido:Banco Bmg S.a
Advogado:Felipe Gazola Vieira Marques (MG 76.696)
SENTENÇA:
Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, nos termos do artigo 269, inciso I, do CPC, JULGO PROCEDENTE a pretensão deduzida nesta Ação Cautelar de Exibição de Documentos ajuizada pela parte autora em face da parte ré, devidamente qualificados nos autos e, via de consequência, reconheço o direito da parte autora de ver exibidos os documentos solicitados na inicial, o que deve ser realizado pela parte ré em 30 (trinta) dias.Uma vez sucumbente, condeno o réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios em favor do patrono da parte autora, que arbitro em R$500,00 (quinhentos reais), atenta à complexidade, ao valor e ao tempo de duração da causa, nos termos do que dispõe os §§3º e 4º do artigo 20 do Código de Processo Civil.Após o trânsito em julgado e decorrido o prazo de 15 (quinze) dias, bem como observado o prazo supra, manifeste-se o interessado sobre eventual necessidade de cumprimento de SENTENÇA.A parte requerida deverá, em até cinco dias após o trânsito em julgado, e independente de nova intimação, comprovar o recolhimento das custas finais no valor de R$7,50, sob pena de inscrição em dívida ativa.No silêncio, arquivem-se os autos. No entanto, o feito poderá ser desarquivado no prazo do art. 475-J, § 5º do CPC, sem o pagamento de taxa.Int.Cacoal-RO, quarta-feira, 29 de janeiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0003376-33.2013.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:R. F. da Costa & Cia Ltda
Advogado:Marcelo Machado dos Santos (OAB/RO 5115)
Executado:Geraldo Fernandes Silva
Advogado:Advogado Não Informado ( )
SENTENÇA:
SENTENÇA Instada a emendar a inicial, conforme fls. 19, a parte autora manteve-se inerte conforme certidão de fls. 20-v.Diante da inércia só nos resta indeferir a inicial.Posto isso, com fundamento no artigo 284, par. único c.c. 295, VI, ambos do CPC, indefiro a presente petição inicial, extinguindo o feito sem julgamento do MÉRITO. Defiro eventual pedido de desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, mediante substituição por cópias e certidão nos autos. Custas processuais (iniciais e finais) e honorários advocatícios não incidentes.Com o trânsito em julgado, cumpridas as formalidades legais, arquivem-se.P.R.I.CCacoal-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0007336-94.2013.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Joozi Amanda Priscila Olsen Notario Guaitolini
Advogado:Joozi Amanda Priscila Olsen Notario Guaitolini (OAB-RO 3744)
Executado:André Fernando de Souza, Schirley Kreitlow, Geraldo André de Souza, Maria do Rosário de Fátima Santos
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DESPACHO:
DESPACHO Defiro o desentranhamento dos documentos, conforme pedido de fls. 27, com a devida substituição por cópias.Após, arquive-se.Cacoal-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0011623-37.2012.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Tozzo Comercio de Peças e Serviços Ltda
Advogado:Valério César Milani e Silva (OAB/RO 3934)
Executado:Paiter Comércio Transportes e Serviços Ltda
DESPACHO:
DESPACHO Diga a exequente quanto à penhora de crédito realizada (fls. 49) requerendo o que de direito, em 05 (cinco) dias.Cacoal-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0006264-09.2012.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Lindaura Fernandes Ferreira
Advogado:Sinomar Francisco dos Santos (OABRO 4815)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Advogado Não Informado ( )
SENTENÇA:
Ante o exposto, com base no artigo 48 e §§ da Lei nº 8.213/91 e artigo 183 do Decreto 3.048/99 (Regulamento da Previdência Social), JULGO PROCEDENTE a pretensão deduzida em juízo para o fim de condenar o réu a implementar em favor da parte autora o benefício previdenciário de aposentadoria rural por idade, no valor de 1 (um) salário mínimo mensal, devido a partir da citação, com correção monetária incidente a partir do vencimento de cada parcela (Lei 6.899/1981 e Súmulas 43 e 148 do STJ) e com juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir da citação, considerando o caráter alimentar do débito (STJ, Resp. 1º 314.181/AL, Quinta Turma, Rel. Min. Félix Fischer, in DJ de 05/11/2001, p. 133). Processo extinto com resolução do MÉRITO, nos termos do artigo 269, inciso I, do CPC.Concedo a antecipação dos efeitos da tutela até o trânsito em julgado. É devido, ainda, o abono anual de que trata a Lei 8.213/1991, em seu art. 40.Determino o cumprimento imediato da SENTENÇA, com base nos arts. 475-I, caput e art. 461 do Código de Processo Civil, no que respeita à implementação do benefício – caso não esteja recebendo quaisquer valores da autarquia ré –, a ser feita em até 45 dias, mediante a expedição de ofício ao Gerente Executivo do INSS ou ciência via carga-remessa, cabendo ao INSS, decorrido o prazo acima fixado, comprovar nos autos o cumprimento imediato da presente DECISÃO judicial.Deixo de condenar o réu ao pagamento de custas processuais, uma vez que se trata de autarquia federal que goza de isenção, nos termos do artigo 3º, caput, da Lei Estadual nº. 301/1990. No entanto, condeno-o ao pagamento dos honorários em favor do advogado da parte autora no percentual de 10% sobre as parcelas vencidas até a SENTENÇA, conforme artigo 20, § 4º do CPC e Súmula 111

do STJ.SENTENÇA não sujeita a reexame necessário, eis que apesar de tratar-se de SENTENÇA ilíquida, considerando o período entre a data inicial do benefício determinada na SENTENÇA e a publicação da mesma e o valor mínimo do benefício previdenciário, inequívoca a impossibilidade de que a condenação ultrapasse o valor de 60 (sessenta) salários mínimos.Neste sentido, confira-se o seguinte julgado:TRF1-0212234) APELAÇÃO EM REEXAME NECESSÁRIO. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. TRABALHADOR URBANO. ARTS. 16, 18, II, "A", 74 DA LEI 8.213/91. PROVA DOCUMENTAL.QUALIDADEDESEGURADOCOMPROVADA. FILHO. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA PRESUMIDA. PROVA TESTEMUNHAL. REQUISITOS ATENDIDOS. BENEFÍCIO DEVIDO. JUROS DE MORA. MANUAL DE CÁLCULOS. 1. Apesar de ilíquida a SENTENÇA, tendo em vista o período entre a data inicial do benefício (DIB) determinado na SENTENÇA e a publicação da mesma, bem como, o valor mínimo do benefício previdenciário, fica evidenciada a impossibilidade de a condenação de 1º grau ultrapassar o valor de 60 (sessenta) salários mínimos, devendo, assim, ser aplicado in casu o disposto no art. 475, § 2º, do CPC. Saliento que o Enunciado 620 da Súmula do Supremo Tribunal Federal é expresso em dispor que a SENTENÇA proferida contra Autarquia não está sujeita a reexame necessário, salvo quando sucumbente em execução de dívida ativa - o que, a toda evidência, não é a hipótese dos autos. 2. A exigência de prévio requerimento administrativo como condição ao ajuizamento de ação judicial para a obtenção de benefício previdenciário não se coaduna com a garantia constitucional (art. 5º, XXXV) de que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito. 3. É possível a concessão de tutela antecipada, ainda que de ofício, em ações de natureza previdenciária, tendo em vista a natureza alimentar do benefício previdenciário e por se encontrarem presentes os requisitos específicos do art. 273 do CPC. Precedentes. 4. Segundo a orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça e desta Corte, deve-se aplicar, para a concessão do benefício de pensão por morte, a legislação vigente ao tempo do óbito do instituidor. Precedentes. 5. A dependência econômica do cônjuge, da companheira, do companheiro e do filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido é presumida, conquanto cabível prova em contrário. 6. A parte Autora faz jus ao benefício de pensão por morte, previsto nos arts. 18, II, "a" e 74 e incisos da Lei 8.213/91, porquanto as provas testemunhais e documentais produzidas nos autos foram suficientes para demonstrar a condição de segurado do de cujus e a dependência econômica do requerente. 7. A Lei 8.213/91, em seu artigo 74, com a redação dada pela Lei nº 9.528/97, dispõe que a pensão por morte será devida a partir da data do requerimento administrativo, quando houver. Na sua ausência, deve ser considerada a data do ajuizamento da ação, conforme precedentes desta Corte. Outrossim, entendo que, tendo sido concedido o benefício a partir da data do requerimento administrativo - inexistindo recurso da parte autora e em observância ao princípio que veda a reforma em prejuízo (reformatio in pejus) -, deve ser mantido o termo inicial a partir daquela data. 8. Os juros moratórios e a correção monetária incidentes sobre as parcelas atrasadas devem observar as orientações do Manual de Cálculos da Justiça Federal, aprovado pela Resolução/CJF 134, de 21.12.2010. 9. Remessa oficial de que não se conhece; Apelação a que se dá parcial provimento para determinar que a atualização monetária das parcelas atrasadas observe as orientações do Manual de Cálculos da Justiça Federal, aprovado pela Resolução/CJF 134, de 21.12.2010. (Apelação Cível nº 0076383-82.2012.4.01.9199/MG, 1ª Turma do TRF da 1ª Região, Rel. Kassio Nunes Marques. j. 16.04.2013, unânime, DJ 21.05.2013). Após o trânsito em julgado e nada sendo requerido pelas partes no prazo de 5 (cinco) dias, o feito deverá ser arquivado, facultando-se o desarquivamento pelo prazo do artigo 475-J, § 5º do CPC, sem o pagamento de taxa.P.R.I.C.

Proc.: 0003028-15.2013.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Jonas Rocha de Moraes
Advogado:Glória Chris Gordon (OAB/RO 3399)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Advogado Não Informado ( )
SENTENÇA:
Ante o exposto, com base no artigo 48 e §§ da Lei nº 8.213/91 e artigo 183 do Decreto 3.048/99 (Regulamento da Previdência Social), JULGO PROCEDENTE a pretensão deduzida em juízo para o fim de condenar o réu a implementar em favor da parte autora o benefício previdenciário de aposentadoria rural por idade, no valor de 1 (um) salário mínimo mensal, devido a partir da citação, com correção monetária incidente a partir do vencimento de cada parcela (Lei 6.899/1981 e Súmulas 43 e 148 do STJ) e com juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, contados a partir da citação, considerando o caráter alimentar do débito (STJ, Resp. 1º 314.181/AL, Quinta Turma, Rel. Min. Félix Fischer, in DJ de 05/11/2001, p. 133). Processo extinto com resolução do MÉRITO, nos termos do artigo 269, inciso I, do CPC.Concedo a antecipação dos efeitos da tutela até o trânsito em julgado. É devido, ainda, o abono anual de que trata a Lei 8.213/1991, em seu art. 40.Determino o cumprimento imediato da SENTENÇA, com base nos arts. 475-I, caput e art. 461 do Código de Processo Civil, no que respeita à implementação do benefício – caso não esteja recebendo quaisquer valores da autarquia ré –, a ser feita em até 45 dias, mediante a expedição de ofício ao Gerente Executivo do INSS ou ciência via carga-remessa, cabendo ao INSS, decorrido o prazo acima fixado, comprovar nos autos o cumprimento imediato da presente DECISÃO judicial.Deixo de condenar o réu ao pagamento de custas processuais, uma vez que se trata de autarquia federal que goza de isenção, nos termos do artigo 3º, caput, da Lei Estadual nº. 301/1990. No entanto, condeno-o ao pagamento dos honorários em favor do advogado da parte autora no percentual de 10% sobre as parcelas vencidas até a SENTENÇA, conforme artigo 20, § 4º do CPC e Súmula 111 do STJ.SENTENÇA não sujeita a reexame necessário, eis que apesar de tratar-se de SENTENÇA ilíquida, considerando o período entre a data inicial do benefício determinada na SENTENÇA e a publicação da mesma e o valor mínimo do benefício previdenciário, inequívoca a impossibilidade de que a condenação ultrapasse o valor de 60 (sessenta) salários mínimos.Neste sentido, confira-se o seguinte julgado:TRF1-0212234) APELAÇÃO EM REEXAME NECESSÁRIO. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. TRABALHADOR URBANO. ARTS. 16, 18, II, "A", 74 DA LEI 8.213/91. PROVA DOCUMENTAL.QUALIDADEDESEGURADOCOMPROVADA. FILHO. DEPENDÊNCIA ECONÔMICA PRESUMIDA. PROVA TESTEMUNHAL. REQUISITOS ATENDIDOS. BENEFÍCIO DEVIDO. JUROS DE MORA. MANUAL DE CÁLCULOS. 1. Apesar de ilíquida a SENTENÇA, tendo em vista o período entre

a data inicial do benefício (DIB) determinado na SENTENÇA e a publicação da mesma, bem como, o valor mínimo do benefício previdenciário, fica evidenciada a impossibilidade de a condenação de 1º grau ultrapassar o valor de 60 (sessenta) salários mínimos, devendo, assim, ser aplicado in casu o disposto no art. 475, § 2º, do CPC. Saliento que o Enunciado 620 da Súmula do Supremo Tribunal Federal é expresso em dispor que a SENTENÇA proferida contra Autarquia não está sujeita a reexame necessário, salvo quando sucumbente em execução de dívida ativa - o que, a toda evidência, não é a hipótese dos autos. 2. A exigência de prévio requerimento administrativo como condição ao ajuizamento de ação judicial para a obtenção de benefício previdenciário não se coaduna com a garantia constitucional (art. 5º, XXXV) de que a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito. 3. É possível a concessão de tutela antecipada, ainda que de ofício, em ações de natureza previdenciária, tendo em vista a natureza alimentar do benefício previdenciário e por se encontrarem presentes os requisitos específicos do art. 273 do CPC. Precedentes. 4. Segundo a orientação jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça e desta Corte, deve-se aplicar, para a concessão do benefício de pensão por morte, a legislação vigente ao tempo do óbito do instituidor. Precedentes. 5. A dependência econômica do cônjuge, da companheira, do companheiro e do filho não emancipado, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos ou inválido é presumida, conquanto cabível prova em contrário. 6. A parte Autora faz jus ao benefício de pensão por morte, previsto nos arts. 18, II, “a” e 74 e incisos da Lei 8.213/91, porquanto as provas testemunhais e documentais produzidas nos autos foram suficientes para demonstrar a condição de segurado do de cujus e a dependência econômica do requerente. 7. A Lei 8.213/91, em seu artigo 74, com a redação dada pela Lei nº 9.528/97, dispõe que a pensão por morte será devida a partir da data do requerimento administrativo, quando houver. Na sua ausência, deve ser considerada a data do ajuizamento da ação, conforme precedentes desta Corte. Outrossim, entendo que, tendo sido concedido o benefício a partir da data do requerimento administrativo - inexistindo recurso da parte autora e em observância ao princípio que veda a reforma em prejuízo (reformatio in pejus) -, deve ser mantido o termo inicial a partir daquela data. 8. Os juros moratórios e a correção monetária incidentes sobre as parcelas atrasadas devem observar as orientações do Manual de Cálculos da Justiça Federal, aprovado pela Resolução/CJF 134, de 21.12.2010. 9. Remessa oficial de que não se conhece; Apelação a que se dá parcial provimento para determinar que a atualização monetária das parcelas atrasadas observe as orientações do Manual de Cálculos da Justiça Federal, aprovado pela Resolução/CJF 134, de 21.12.2010. (Apelação Cível nº 0076383-82.2012.4.01.9199/MG, 1ª Turma do TRF da 1ª Região, Rel. Kassio Nunes Marques. j. 16.04.2013, unânime, DJ 21.05.2013).Após o trânsito em julgado e nada sendo requerido pelas partes no prazo de 5 (cinco) dias, o feito deverá ser arquivado, facultando-se o desarquivamento pelo prazo do artigo 475-J, § 5º do CPC, sem o pagamento de taxa.P.R.I.C.

Proc.: 0001310-46.2014.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Madalena Gregianini
Advogado:Ivone Ferreira Magalhães Oliveira (OAB/RO 1916)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
DECISÃO:
Defiro o pedido de assistência judiciária gratuita enquanto perdurar a incapacidade econômica da parte autora.Defiro parcialmente o efeitos da tutela pretendida, a fim de determinar que a ré implante, até DECISÃO final, o pagamento de benefício de pensão por morte, eis que presentes, nesta fase, a verossimilhança do alegado, ante os documentos juntados aos autos. Ademais, há o perigo da demora, caso tenha esta de esperar a prestação jurisdicional final, especialmente porque é carente economicamente e precisa ter condições mínimas para sua subsistência.Após o 10º dia da intimação do INSS e havendo descumprimento deste, desde logo arbitro multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite do valor atribuído à causa, que será revertida em favor do autor.Intime-se e cite-se o INSS para responder no prazo de 60 (sessenta dias), via convênio de carga-remessa celebrado entre o TJ/RO e a autarquia supra.Pautado no princípio da efetividade da prestação jurisdicional e a fim de viabilizar que o processo retorne a este juízo apenas na fase de saneamento/julgamento antecipado da lide, salvo em caso de pedido incidental urgente, autorizo o Sr. Escrivão ou substituto imediato a prática dos seguintes atos ordinatórios: a) com a vinda da contestação, desde que acompanhada de documentos que não digam respeito à representação processual ou venha contendo preliminares, dê-se vista à parte autora em réplica e, no caso desta vir subsidiada de documentos novos, consequente vista a parte ré; b) apresentada a contestação ou depois da réplica, dê-se vista às partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando a pertinência e a FINALIDADE, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado da lide. Nessa ocasião, havendo interesse de produção de prova testemunhal, devem as partes depositarem o respectivo rol, com qualificação e endereço das mesmas, em obediência ao princípio do contraditório.Int.Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0006549-36.2011.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Credival Silva Carvalho
Advogado:Líbio Gomes Medeiros (OAB/RO 41B)
Requerido:I. T. Polpas de Frutas Ltda. Me, José Francelino Filho
Advogado:Jefferson Magno dos Santos (OAB/RO 2736)
SENTENÇA:
As partes requeridas interpuseram recurso de apelação contra a SENTENÇA proferida às fls. 58/61.As fls. 76 fora proferida DECISÃO fora declarado o recurso deserto e, consequentemente, não recebido.Os requeridos apresentaram embargos de declaração contra a DECISÃO de fls. 76, alegando a existência de contradição e omissão, sendo que os referidos embargos foram acolhidos por este Juízo.Acolhidos os embargos, fora indeferido aos requeridos os benefícios da assistência judiciária gratuita (fls. 83) e concedido o prazo de 05 (cinco) dias para os apelantes recolherem as custas iniciais e o preparo recursal, sob pena de ser declarada a deserção dos recursos apresentados.Pois bem.Decorrido o prazo concedido para recolhimento das custas iniciais e do preparo recursal, os requeridos permaneceram inertes.Assim, em que pese as alegações apresentadas no sentido de alterar a SENTENÇA, constato que as partes apelantes não se atentaram aos pressupostos objetivos de admissibilidade para interposição das peças recursais, que in casu se refere ao pagamento das

taxas devidas. Conforme se observa no DESPACHO inicial, as custas iniciais foram diferidas para o final. Na ocasião de se insurgir contra a SENTENÇA, a parte apelante deveria recolher, cumulativamente, as custas iniciais e o preparo recursal. Todavia, não realizou o recolhimento de qualquer destas.Diante disso, em juízo de admissibilidade recursal, considerando a ausência de pressuposto objetivo, declaro a deserção dos recursos (fls. 63/67 e 68/73) e não os recebo.Ainda, consta dos autos que o requerido José Francelino Filho apresentou nova apelação em 18.09.2013, alegando em síntese a tempestividade do recurso eis que o prazo para sua apresentação teria iniciado a partir da publicação da DECISÃO de fls. 83, DECISÃO que "alega" ter modificado a SENTENÇA prolatada nos autos.No entanto, de uma leitura atenta dos autos, verifica-se que não houve qualquer modificação da SENTENÇA de fls. 58/61, sendo que a reportada DECISÃO refere-se ao acolhimento dos embargos de declaração interpostos pelos requeridos face a DECISÃO de fls. 76, versando unicamente quanto ao não recebimento das apelações apresentadas e concessão de prazo para regularização dos pressupostos objetivos (recolhimento do preparo e custas iniciais).Desta forma, o recurso apresentado (fls. 85/91) é, manifestamente, protelatório e intempestivo, bem como padece do cumprimento de pressuposto objetivo, qual seja, o recolhimento do preparo, revelando-se deserto à exemplo dos anteriormente apresentados.Decorrido o prazo para eventual recurso, a escrivania deverá certificar o trânsito em julgado da SENTENÇA e cumprir os demais comandos nela contidos.Int.Cacoal-RO, quarta-feira, 29 de janeiro de 2014. Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0002525-91.2013.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maximiliano Mazutti
Advogado:Evani Souza Trindade (OAB/RO 1431)
Requerido:OI Brasil Telecom Celular S/A
Advogado:Alessandra Mondini Carvalho (OAB/RO 4240)
SENTENÇA:
Posto isso, com fundamento nos artigos 186 e 927 do Código Civil, artigo 42, parágrafo único do Código de Defesa do Consumidor, bem como artigo 333, II do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados na inicial para DECLARAR ilícita a cobrança dos valores que ultrapassaram o valor mensal de R$229,88 (duzentos e vinte e nove reais e oitenta e oito centavos), devendo a requerida proceder a revisão das faturas pendentes e conceder novo prazo de vencimento ao autor, devendo ainda a ré manter o plano contratado nos termos da adesão de fls. 17 até 11.09.2013; CONDENAR a requerida à repetição de indébito dos valores cobrados indevidamente do autor, no importe de R$3.867,98 (três mil, oitocentos e sessenta e sete reais e noventa e oito centavos) acrescido de correção monetária a partir do ajuizamento da ação e juros de 1% a.m. a partir da citação, e, a pagar ao autor, a título de indenização por danos morais, o valor atual de R$8.000,00 (oito mil reais), corrigidos e com juros a partir desta data, tornando ainda definitiva a liminar concedida.Ante a sucumbência mínima da parte autora, condeno a parte ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios ao causídico da parte contrária que fixo em R$1.000,00 (mil reais), com espeque no artigo 20, par. 3º do Código de Processo Civil. Extingo o feito com julgamento do MÉRITO, nos termos do artigo 269, I do Código de Processo Civil. A parte vencida deverá, em até cinco dias após o trânsito em julgado, e independente de nova intimação, comprovar o recolhimento das custas, iniciais e finais, no valor de R$356,04, sob pena de inscrição em dívida ativa. Após o trânsito em julgado manifestem-se os interessados, em 05 (cinco) dias sobre eventual necessidade de execução de SENTENÇA.No silêncio, apuradas e recolhidas as custas, arquivem-se os autos, devendo o feito permanecer em arquivo pelo prazo do artigo 475-J, § 5º do Código de Processo Civil. Int.Cacoal-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0005980-98.2012.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Derenice Pereira Nascimento
Advogado:Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)
Requerido:Banco do Brasil S. A. Ag. de Cacoal Ro
Advogado:Gustavo Amato Pissini (OAB-SP 261030)
DECISÃO:
Decorrido o prazo para exibição dos documentos solicitados na inicial, a parte requerida quedou-se inerte, tendo a parte autora pugnado pela busca e apreensão dos documentos relacionados na inicial.Destarte, a fim de coibir o não cumprimento da SENTENÇA proferida nestes autos, mostra-se adequado o deferimento da busca e apreensão dos documentos solicitados. Neste sentido, assente a jurisprudência do STJ, senão vejamos:STJ-0378257) AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS INCIDENTAL. MULTA COMINATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 372/STJ. 1. Consoante entendimento do Superior Tribunal de Justiça, não é cabível a imposição da multa cominatória prevista no artigo 461 do Código de Processo Civil (CPC) em ação cautelar de exibição de documentos. Súmula 372/STJ. 2. A vedação de imposição de multa cominatória refere-se tanto à ação cautelar de exibição de documentos quanto ao incidente de exibição de documentos como meio de produção probatória. Precedentes. 3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgRg no Recurso Especial nº 1336904/SC (2012/0161934-7), 4ª Turma do STJ, Rel. Raul Araújo. j. 18.12.2012, unânime, DJe 08.02.2013).STJ-0419390) CONTRATO BANCÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTO. ADMISSÃO DA VERACIDADE DOS FATOS ALEGADOS (ART. 359 DO CPC). IMPOSSIBILIDADE. BUSCA E APREENSÃO. CABIMENTO. 1. Em sede de ação cautelar de exibição de documento, não se admite a presunção de veracidade dos fatos alegados (art. 359 do CPC), sendo a busca e apreensão a medida cabível na hipótese de resistência do réu à apresentação dos documentos. 2. Agravo regimental desprovido. (AgRg no Agravo em Recurso Especial nº 317507/SP (2013/0080900-0), 3ª Turma do STJ, Rel. João Otávio de Noronha. j. 20.06.2013, unânime, DJe 01.07.2013). STJ-322420) AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CAUTELAR DE EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS. DESCUMPRIMENTO DA DECISÃO JUDICIAL. IMPOSIÇÃO DE MULTA COMINATÓRIA. DESCABIMENTO. SÚMULA 372/STJ. BUSCA E APREENSÃO. 1. Nos termos da Súmula 372/STJ, "na ação de exibição de documentos, não cabe a aplicação de multa cominatória". 2. A medida coercitiva cabível na hipótese de não cumprimento da DECISÃO judicial que determina a exibição de documentos é a busca e apreensão, nos moldes do artigo 362 do Código de Processo Civil. 3. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. (AgRg nos EDcl no Recurso Especial nº 1142802/PR

(2009/0103671-0), 3ª Turma do STJ, Rel. Paulo de Tarso Sanseverino. j. 28.02.2012, unânime, DJe 05.03.2012). Importante destacar que ao presente procedimento descabe a imposição de multa cominatória nos termos do artigo 461 do CPC, a teor da súmula 372 do STJ, bem como igualmente inaplicável a presunção de veracidade prevista pelo artigo 359 do CPC, restando a busca e apreensão como medida coercitiva apropriada ao cumprimento da exibição dos documentos. Desta forma, com amparo na fundamentação supra e no artigo 362 do CPC, DEFIRO a busca e apreensão das cópias dos contratos de empréstimos consignados celebrados entre as partes, conforme dados que seguem abaixo, servindo a presente DECISÃO de MANDADO a ser cumprido na agência da instituição requerida com sede nesta cidade, conforme endereço que segue.Cacoal-RO, segunda-feira, 27 de janeiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0005190-80.2013.8.22.0007
Ação:Embargos à Execução
Embargante:Ricardo de Noronha Bento
Advogado:David Celson Ferreira de Lima (OAB/MT 11092), Alessandra Siqueira da Silva (OAB/MT 6120)
Embargado:Sociedade Regional de Educação e Cultura Ltda Sorec
Advogado:Jorge Ronaldo dos Santos (OAB/RO 1211)
DECISÃO:
Houve declínio da competência para processamento da execução em apenso. Sendo estes embargos acessórios à execução, seguem o mesmo destino desta. Assim, remetam-se os autos ao Juízo de Cuiabá-MT, após as baixas e anotações necessárias. Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0072743-86.2009.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Petsch & Petsch Ltda Me
Advogado:Milton Cesar Pozzo da Silva (OAB/RO 4382)
Executado:Tok Interiores Com. de Móveis e Artigos de Decorações Ltda Me
DECISÃO:
DECISÃO A exequente requer o arquivamento do feito, tendo em vista que todas as tentativas visando a satisfação do crédito restaram inexitosas.Sendo assim, o arquivamento do feito na forma do artigo 475-J, §5º, do CPC é medida que melhor aproveita aos princípios da economia e celeridade processual, eis que dispensa a dispendiosa intimação pessoal, e ao credor, pois lhe é permitido retomar a execução em momento posterior e no mesmo processo, inclusive sem o pagamento de custas de desarquivamento se o pedido for apresentado em até 6 meses da DECISÃO.A interpretação sistemática e teleológica do Código de Processo Civil, sempre preferível à mera atividade subsuntiva literal, recomenda a aplicação deste DISPOSITIVO também às execuções de título extrajudicial, embora alocado no capítulo dedicado ao cumprimento de SENTENÇA, pois, como já afirmado, é medida menos onerosa ao processo e mais benéfica ao exequente.Nesses termos, com fundamento no artigo 475-J, §5º, do Código de Processo Civil, determino o arquivamento do feito, facultando o desarquivado a qualquer momento a pedido da parte interessa, dispensado o pagamento de taxa se requerido em até 06 meses contados desta DECISÃO.Intime-se. Cumpra-se.Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0001008-17.2014.8.22.0007
Ação:Exibição de Documento ou Coisa (Cível)
Requerente:Jane Poliane Fernandes Barros
Advogado:Valeska de Souza Rocha (OAB/RO 4590), Felipe Wendt (OAB/RO 4590)
Requerido:Connection Importadora Exportação e Comercio de Produtos Alimenticios para Animais
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DECISÃO:
Indefiro a gratuidade judiciária. Todavia, concedo o recolhimento das custas ao final com fulcro no art. 6º, § 5º, alinea c, do Regimento Interno de Custas do TJRO. (...).(...) DEFIRO o pedido liminar e determino que o réu promova a exclusão do nome do requerente do cadastro de inadimplentes (SPC/SERASA/PEFIN), em razão especificamente da dívida descrita no documento de fls. 15, no prazo de 24h (vinte e quatro horas), contadas da efetiva intimação da DECISÃO e não da juntada do comprovante de intimação aos autos, devendo demonstrar a reportada exclusão no prazo de resposta, sob pena de multa de R$300,00 (trezentos reais), por dia de descumprimento, até o montante de R$5.000,00 (cinco mil reais) a ser revertida em favor do autor.Em se tratando de ação cautelar preparatória de exibição de documentos, não se dissente que deverá seguir o rito dos artigos 802 e seguintes do CPC.No entanto, também são aplicáveis à espécie os artigos 355 a 363 e 381 a 382, todos do CPC, conforme inteligência do artigo 845 do mesmo diploma legal.Nesse prisma, cite-se o requerido para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar em cartório o documento mencionado à fls.15 (duplicata soob n° 0000011419), ou, no mesmo prazo, oferecer resposta.Serve a Presente de CARTA/CARTA PRECATÓRIA de CITAÇÃO do requerido.Int. Cacoal-RO, quarta-feira, 29 de janeiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0001336-44.2014.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Demétrio Leite Berg
Advogado:Luis Ferreira Cavalcante (RO 2790)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DESPACHO:
DESPACHO Verifica-se que o último vínculo do autor ocorreu até 17/03/2012 (fls. 15); sendo certo que o documento de fls. 25 não está apto a interromper o prazo de prescrição da qualidade de segurado do autor.Desse modo, emende-se, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento da inicial, trazendo aos autos cópia do indeferimento do pedido administrativo.Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0114626-18.2006.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S.A.
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/MT 3056)
Executado:José M. Santos e Cia Ltda, José Mauro Santos, Nerli Tereza Fernandes Santos
Advogado:Advogado Não Informado ( ), José Carlos Laux (OAB/RO 566), Advogado Não Informado ( )
DECISÃO:
DECISÃO A exequente requer a suspensão do feito por 90 (noventa) dias (fls. 175/176), para tentativa de venda do bem penhorado. Tendo em vista o decurso do prazo, sem qualquer

manifestação da exequente, presume-se que não tenha obtido êxito.Sendo assim, o arquivamento do feito na forma do artigo 475-J, §5º, do CPC é medida que melhor aproveita aos princípios da economia e celeridade processual, eis que dispensa a dispendiosa intimação pessoal, e ao credor, pois lhe é permitido retomar a execução em momento posterior e no mesmo processo, inclusive sem o pagamento de custas de desarquivamento se o pedido for apresentado em até 6 meses da DECISÃO.A interpretação sistemática e teleológica do Código de Processo Civil, sempre preferível à mera atividade subsuntiva literal, recomenda a aplicação deste DISPOSITIVO também às execuções de título extrajudicial, embora alocado no capítulo dedicado ao cumprimento de SENTENÇA, pois, como já afirmado, é medida menos onerosa ao processo e mais benéfica ao exequente.Nesses termos, com fundamento no artigo 475-J, §5º, do Código de Processo Civil, determino o arquivamento do feito, facultando o desarquivamento a qualquer momento a pedido da parte interessada, dispensado o pagamento de taxa se requerido em até 06 meses contados desta DECISÃO.Intime-se. Cumpra-se.Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0007266-14.2012.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Solange Ferreira dos Santos Wacksmann
Advogado:Márcia Passaglia (OAB/RO 1695)
Requerido:Portela & Ochiai Veiculos Ltda, Ford Motor Company Brasil Ltda
Advogado:Christian Fernandes Rabelo (RO. 333-B), Celso de Faria Monteiro (OAB/SP 138436)
SENTENÇA:
Posto isso, com fundamento nos artigos 186 e 927, 389, 395 e 404, todos do Código Civil, bem como do artigo 333, I,II, 372 e 389 do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na exordial para CONDENAR as rés solidariamente ao pagamento do valor de R$ 13.669,53 (treze mil, seiscentos e sessenta e nove reais e cinquenta e três centavos), corrigidos a partir do efetivo desembolso (04/04/12) e com juros legais a partir da citação, a título de ressarcimento por danos materiais. Condeno as rés, ainda, ao pagamento das custas processuais bem como honorários advocatícios ao causídico da parte contrária que arbitro em 10% sobre o valor da condenação, com fundamento no artigo 20, par. 3º do Código de Processo Civil. Ficam as rés intimadas a comprovarem o pagamento das custas processuais, em 05 dias após o trânsito em julgado, no valor de R$ 205,04 cada uma, sem o que haverá inscrição em dívida ativa, o que desde já fica determinado em caso de inércia.Extingo o feito com julgamento do MÉRITO com espeque no artigo 269, I, do Código de Processo Civil. Após o trânsito em julgado manifestem-se os interessados, em 05 (cinco) dias sobre eventual necessidade de execução de SENTENÇA. No silêncio, recolhidas ou inscritas as custas, arquivem-se os autos, devendo o feito permanecer em arquivo pelo prazo do artigo 475-J, § 5º do Código de Processo Civil. P. R. I. Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0008419-82.2012.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Neusa Fernandes Lima
Advogado:Carlos Alberto Vieira da Rocha (0AB/RO 4.741)
Requerido:Banco Panamericano S. A. Ag. de São Paulo Sp
Advogado:Rosângela da Rosa Corrêa (OAB/RS 30.820), Mariane Macarevich (30264)
SENTENÇA:
Pelo exposto e com resolução antecipada do MÉRITO nos termos do artigo 330, inciso I, combinado com o artigo 269, inciso I, ambos do Código de Processo Civil, julgo improcedente o pedido inicial e condeno a parte autora ao pagamento das custas processuais honorários advocatícios fixados em R$ 500,00, conforme artigo 20, caput e §4º, do Código de Processo Civil.Após o trânsito em julgado, manifestem-se os interessados em 05 dias sobre eventual necessidade de liquidação/execução de SENTENÇA.A parte autora deverá, em até 05 (cinco) dias após o trânsito em julgado e independente de nova intimação, comprovar o recolhimento das custas, iniciais e finais, no valor de R$79,71, sob pena de inscrição em dívida ativa.Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Proc.: 0088752-26.2009.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Sociedade Regional de Educação e Cultura Ltda Sorec
Advogado:Jorge Ronaldo dos Santos (OAB/RO 1211)
Executado:Ricardo de Noronha Bento
Advogado:Alessandra Siqueira da Silva (OAB/MT 6120), David Celson Ferreira de Lima (OAB/MT 11092)
DECISÃO:
Cuida-se de execução de crédito decorrente de relação de consumo na qual a parte requerida (consumidora) reside em outra comarca. O Código de Defesa do Consumidor garante a facilitação da defesa dos interesses do consumidor em juízo (artigo 6º, inciso VIII) e afirma a competência do foro do domicilio deste para as ações decorrentes da relação de consumo (artigo 101, inciso I). Ambas os preceitos são de ordem pública e interesse social (artigo 1º), de modo que a regra de competência em questão, apesar de ligada ao critério territorial, reveste-se de caráter absoluto, devendo ser declarada de ofício e a qualquer tempo, conforme o artigo 113, caput, do Código de Processo Civil. Como afirma Felipe Peixoto Braga Netto, ?Se a ação for proposta contra o consumidor no domicílio do fornecedor, o magistrado deve declinar, de ofício, para o foro do domicílio do consumidor: [...]? (in Manual de Direito do Consumidor: à luz da jurisprudência do STJ. 5ed. rev. ampl. atual. Salvador: Juspodivm, 2010. pág. 343).Como bem ressaltou a Ministra Nancy Andrighi, em seu voto do arresto abaixo citado, ?A jurisprudência do STJ já está pacificada no sentido de reconhecer que, em se tratando de relação de consumo, a competência é absoluta, razão pela qual pode ser conhecida até mesmo de ofício e deve ser fixada no domicílio do consumidor?.CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. DIREITO DO CONSUMIDOR. RELAÇÃO DE CONSUMO. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO AUTOMOTIVO. COMPETÊNCIA ABSOLUTA. DOMICÍLIO DO CONSUMIDOR.- Em se tratando de relação de consumo, a competência é absoluta, razão pela qual pode ser conhecida até mesmo de ofício e deve ser fixada no domicílio do consumidor.- Agravo não provido.(STJ - AgRg no CC 127.626/DF, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 12/06/2013, DJe 17/06/2013)DIREITO CIVIL. CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. CONTRATO DE ADESÃO. ARTIGO 535, II, CPC. VIOLAÇÃO. NÃO-OCORRÊNCIA. MULTA. EMBARGOS NÃO PROTELATÓRIOS.

AFASTADA. EXAME DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME NA VIA DO RECURSO ESPECIAL. COMPETÊNCIA TERRITORIAL ABSOLUTA. POSSIBILIDADE DE DECLINAÇÃO DE COMPETÊNCIA. AJUIZAMENTO DA AÇÃO. PRINCÍPIO DA FACILITAÇÃO DA DEFESA DOS DIREITOS. COMPETÊNCIA. FORO DO DOMICÍLIO DO CONSUMIDOR. 4. O magistrado pode, de ofício, declinar de sua competência para o juízo do domicílio do consumidor, porquanto a Jurisprudência do STJ reconheceu que o critério determinativo da competência nas ações derivadas de relações de consumo é de ordem pública, caracterizando-se como regra de competência absoluta.5. O microssistema jurídico criado pela legislação consumerista busca dotar o consumidor de instrumentos que permitam um real exercício dos direitos a ele assegurados e, entre os direitos básicos do consumidor, previstos no art. 6º, VIII, está a facilitação da defesa dos direitos privados.6. A possibilidade da propositura de demanda no foro do domicílio do consumidor decorre de sua condição pessoal de hipossuficiência e vulnerabilidade.7. Não há respaldo legal para deslocar a competência de foro em favor de interesse de representante do consumidor sediado em local diverso ao do domicílio do autor. (STJ - REsp 1032876/MG, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, QUARTA TURMA, julgado em 18/12/2008, DJe 09/02/2009)TJDFT-0195715) AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO MONITÓRIA. RELAÇÃO DE CONSUMO. CONSUMIDOR NO POLO PASSIVO. COMPETÊNCIA ABSOLUTA. POSSIBILIDADE DE A COMPETÊNCIA SER DECLINADA DE OFÍCIO PARA O FORO DO DOMICÍLIO DO CONSUMIDOR. PARÂMETROS FIXADOS PELO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. 1. O e. Superior Tribunal de Justiça possui o entendimento de que, tratando-se de relação de consumo, a compreensão da competência como absoluta com a possibilidade de ser declinada de ofício (afastamento da Súmula 33 daquela Corte Superior) deve ser assimilada à luz do interesse do consumidor. 2. Figurando como autor, o consumidor terá a opção de escolha quanto ao local de ajuizamento da ação, o que aponta na direção de a competência revelar-se relativa, não podendo, assim, ser declinada de ofício, fazendo-se necessário que a parte adversa suscite, oportunamente, exceção. 3. Nas ações em que o consumidor figura como réu, a competência evidencia-se absoluta, logo passível de ser declinada de ofício (EDcl no AgRg nos EDcl no CC 116.009/PB, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 08.02.2012, DJe 20.04.2012). 3. Agravo conhecido a que se nega provimento. (Processo nº 2013.00.2.004977-6 (664285), 1ª Turma Cível do TJDFT, Rel. Simone Lucindo. unânime, DJe 04.04.2013).Na mesma linha do entendimento do Superior Tribunal de Justiça é a jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, conforme se verifica, dentre outros julgados, do Agravo de Instrumento n. 0009601-27.2012.8.22.0000, Rel. Des. Kiyochi Mori, Julg. 29.10.2012; e Agravo de Instrumento n. 0009592-65.2012.8.22.0000. Rel. Des. Alexandre Miguel. Julg. 23.10.2012.Não é outro o entendimento dos demais tribunais de justiça nacionais, senão vejamos:AGRAVO DE INSTRUMENTO. RELAÇÃO DE CONSUMO. FORO DO DOMICÍLIO DO CONSUMIDOR. COMPETÊNCIA ABSOLUTA. 1. O foro competente para processar e julgar a ação que verse sobre relação de consumo é aquele no qual o consumidor é domiciliado. Trata-se, no caso, de competência absoluta, passível de ser reconhecida de ofício.2. Agravo desprovido.(TJDFT - Acórdão n.718340, 20120020138427AGI, Relator: ANTONINHO LOPES, 4ª Turma Cível, Data de Julgamento: 12/12/2012, Publicado no DJE: 09/10/2013. Pág.: 185)PROCESSUAL CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR. AGRAVO DE INSTRUMENTO. COMPETÊNCIA TERRITORIAL ABSOLUTA. CONSUMIDOR RÉU. DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA. POSSIBILIDADE. AFASTAMENTO DA SÚMULA 33/STJ.1. No entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, tratando-se de relação de consumo, a competência é absoluta e, por isso, passível de ser declinada de ofício, afastando-se, assim, a orientação contida na Súmula 33 da citada Corte. A competência territorial, nesses casos, só pode ser considerada absoluta, para fins de afastamento da Súmula 33/STJ, quando isso se der em benefício do consumidor. [...] (TJDFT - Acórdão n.711789, 20130020154762AGI, Relator: MARIO-ZAM BELMIRO, 3ª Turma Cível, Data de Julgamento: 04/09/2013, Publicado no DJE: 18/09/2013. Pág.: 125)AGRAVO DE INSTRUMENTO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO. COMPETÊNCIA TERRITORIAL DE NATUREZA ABSOLUTA NAS RELAÇÕES DE CONSUMO. POSSIBILIDADE DE DECRETAÇÃO DE OFÍCIO. GRATUIDADE DA JUSTIÇA PARA FINS RECURSAIS.Ajuizamento da demanda em Comarca diversa da do domicílio do consumidor. Ausência de comprovação de justificativa plausível e relevante. Afronta ao objetivo criado pela legislação consumerista, de ordem pública e interesse social. Possibilidade do reconhecimento, de ofício, da incompetência territorial, no caso. Precedentes desta Corte e do Superior Tribunal de Justiça. Gratuidade da justiça deferida à parte supostamente hipossuficiente. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO MONOCRÁTICA.(TJRS - Agravo de Instrumento Nº 70056818057, Décima Quarta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Miriam A. Fernandes, Julgado em 15/10/2013)AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE COBRANÇA - CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - RELAÇÃO DE CONSUMO - COMPETÊNCIA ABSOLUTA - FORO DO DOMICÍLIO DO CONSUMIDOR/DEVEDOR - DECLINAÇÃO DE OFÍCIO - POSSIBILIDADE - DECISÃO MANTIDA. - Quando a causa versar sobre questões relacionadas à relação de consumo, o foro para processar e julgar o feito é a do domicílio do consumidor por força do art. 6°, inciso VIII, do CDC. - Recurso não provido.(TJMG - Agravo de Instrumento Cv 1.0024.12.351039-8/001, Relator(a): Des.(a) Delmival de Almeida Campos, 18ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 15/10/2013, publicação da súmula em 17/10/2013) CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RELAÇÃO DE CONSUMO. COMPETÊNCIA ABSOLUTA. RENÚNCIA DO CONSUMIDOR AO FORO PRIVILEGIADO. ADMISSIBILIDADE. - A competência do foro de domicílio do consumidor é absoluta e dela o juiz deve conhecer de ofício. - O consumidor pode renunciar ao foro de seu domicílio, que lhe é mais benéfico, caso em que deverá ajuizar a ação no foro do domicílio do réu.(TJMG - Conflito de Competência 1.0000.13.041072-3/000, Relator(a): Des.(a) José Flávio de Almeida, 12ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 09/10/2013, publicação da súmula em 15/10/2013)O prejuízo ao executado é evidente, mormente residindo em outro Estado da Federação. Ademais, dada a natureza da ação, o processamento do pedido perante este Juízo, além de dificultar a defesa do aderente/executado, tem ensejado à parte exequente maiores despesas e atraso na obtenção da tutela jurisdicional pleiteada, principalmente pela necessidade de prática de atos de comunicação e,

posteriormente, de execução na comarca do domicílio da parte ré por via de cartas precatórias.Pelos fundamentos expostos, declaro a incompetência absoluta deste Juízo por versar a causa sobre relação de consumo e, por consequência, declino da competência em favor do Juízo de Direito de Cuiabá-MT, determinando a remessa ao Juízo competente, na forma do artigo 113, caput e §2º, do Código de Processo Civil.Intime-se. Remetam-se os autos.Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0001338-14.2014.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Marli Mendes Lourenço Moreno
Advogado:Luis Ferreira Cavalcante (RO 2790)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DECISÃO:
Defiro o pedido de assistência judiciária gratuita enquanto perdurar a incapacidade econômica da parte autora.Com relação ao pedido de antecipação dos efeitos da tutela, indefiro o pedido. Isto porque o laudo médico de fls. 16, não demonstra cabalmente a existência dos requisitos que ensejam a medida antecipatória, especialmente a incapacidade para a atividade que a autora exerce. Frisa-se que não há impedimento de reapreciação diante de novos elementos, notadamente de perícia médica a ser designada por este Juízo. Neste sentido:(TRF1-151878) PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUXÍLIO-DOENÇA. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. 1. Em se tratando de benefício previdenciário por incapacitação, somente pode ser concedida a medida antecipatória quando houver subsídios a comprovar a invalidez, in casu, perícia judicial. 2. Precedente desta Corte. 3. Agravo regimental a que se nega provimento. (Agravo Regimental em Agravo de Instrumento nº 2008.01.00.061458-2/AC, 1ª Turma do TRF da 1ª Região, Rel. José Amilcar Machado, Rel. Convocado Miguel Ângelo de Alvarenga Lopes. j. 01.07.2009, unânime, DJe 25.08.2009).Ainda, cumpre esclarecer que para a concessão do pleito de antecipação de tutela deve haver a verossimilhança do direito alegado. No caso dos autos, o ato administrativo de fls. 14 possui presunção de legitimidade, cedendo apenas diante de prova inequívoca da incapacidade laboral, sendo que o laudo produzido unilateralmente pelo autor não apresenta elementos suficientes para a verossimilhança da incapacidade alegada. Neste sentido, confira-se os seguintes julgados:TRF3-175738) PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO DE CONVERSÃO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO EM RETIDO. AGRAVO. ART. 527, II E PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC. NÃO CABIMENTO. CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA. TUTELA ANTECIPADA. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. AGRAVO DA PARTE AUTORA DESPROVIDO. O art. 527 do CPC, com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.187/2005, suprimiu, em seu parágrafo único, a possibilidade de impugnação da DECISÃO de conversão liminar do agravo de instrumento em retido, tornando incabível a interposição de agravo para essa FINALIDADE. Precedentes desta Corte. De outra parte, consoante bem assinalou o MM. Juiz ao indeferir a antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional pleiteada pela parte autora, a verossimilhança do direito invocado, requisito essencial à antecipação pretendida, esbarra na presunção de veracidade e legitimidade do ato administrativo, (no caso, perícias médica realizada por perito oficial do INSS) cedendo apenas diante de prova em sentido contrário, até este momento inexistente nos autos, eis que os atestados médicos juntados com a inicial, produzidos unilateralmente, não são suficientes à demonstração da verossimilhança da alegação (incapacidade para o trabalho), com o consequente afastamento da presunção de veracidade e legitimidade da perícia médica do INSS. Agravo desprovido. (Agravo Legal em Agravo de Instrumento nº 0001227-83.2012.4.03.0000/MS, 7ª Turma do TRF da 3ª Região, Rel. Diva Malerbi. j. 21.05.2012, unânime, DE 30.05.2012).TRF4-0203905) AGRAVO DE INSTRUMENTO. CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. VEROSSIMILHANÇA DA ALEGAÇÃO NÃO DEMONSTRADA. 1. A perícia médica realizada pelo INSS possui presunção de legitimidade e só pode ser afastada por prova robusta em sentido contrário. 2. A CONCLUSÃO administrativa deve prevalecer pelo menos até a realização de perícia judicial. 3. Sem prova inequívoca da incapacidade laboral, não há como sustentar a verossimilhança do direito postulado, requisito indispensável à antecipação dos efeitos da tutela. (Agravo de Instrumento nº 0012584-33.2012.404.0000/RS, 6ª Turma do TRF da 4ª Região, Rel. João Batista Pinto Silveira. j. 23.01.2013, unânime, DE 31.01.2013).Cite-se o INSS para responder no prazo de 60 (sessenta dias), via convênio de carga-remessa celebrado entre o TJ/RO e a autarquia supra. Pautado no princípio da efetividade da prestação jurisdicional e a fim de viabilizar que o processo retorne a este juízo apenas na fase de saneamento/julgamento antecipado da lide, salvo em caso de pedido incidental urgente, autorizo o Sr. Escrivão ou substituto imediato a prática dos seguintes atos ordinatórios: a) com a vinda da contestação, desde que acompanhada de documentos que não digam respeito à representação processual ou venha contendo preliminares, dê-se vista à parte autora em réplica e, no caso desta vir subsidiada de documentos novos, consequente vista a parte ré; b) apresentada a contestação ou depois da réplica, dê-se vista às partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando a pertinência e a FINALIDADE, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado da lide. Nessa ocasião, havendo interesse de produção de prova testemunhal, devem as partes depositarem o respectivo rol, com qualificação e endereço das mesmas, em obediência ao princípio do contraditório.Int.Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0036990-05.2008.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Terumi Sônia Sostena
Advogado:Julinda da Silva (OAB/RO 2146), Roseane Maria Vieira Tavares Fontana (OAB/RO 2209)
Executado:Estado de Rondônia
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DECISÃO:
DECISÃO Trata-se de execução de título judicial, devendo, portanto, para apuração do quantum devido, serem observados os parâmetros fixados na SENTENÇA exequenda, cuja cópia segue às fls. 07/08 destes autos.Destarte, transcrevo parte do DISPOSITIVO do título judicial em comento e que ora se pede o cumprimento, vejamos: “(...) Condeno o Governo do Estado de Rondônia a promover o pagamento dos adicionais de anuênios que lhe foram suprimidos desde 15.04.1997, na proporção de seus reajustes salariais, devidamente atualizados bem como sua inclusão de modo vitalício em folha de pagamento

(...)".Pois bem, a condenação decorreu do reconhecimento de tempo de serviço prestado pela autora, devendo serem refeitos os cálculos do percentual a que passou a fazer jus a partir de 15.04.1997, ou seja, considerar nos termos da legislação vigente todo o tempo de serviço (celetista + estatutário) da autora para apuração do percentual devido a título de adicional de anuênio a partir da data acima, independente da nomenclatura que venha a receber na rubrica de pagamento.Cumpre salientar que, conforme já informado pela Fazenda executada, sobreveio em 2002 a Lei n. 1.068 que revogou DISPOSITIVO s da Lei Complementar n. 68/92, dentre os quais o artigo 87 que previa o incremento de 1% no referido adicional por ano de serviço público, sendo que a referida lei atinge diretamente o adicional percebido pela autora que então passou a ser designado pela rubrica "vantagem pessoal".Destaca-se que a SENTENÇA exequenda garante a autora a percepção dos valores de adicional de anuênio suprimidos, bem como o seu recebimento de forma vitalícia, mas não estipula que o seu cálculo seja realizado de forma diferente do que faz jus a categoria a que pertence, garantindo apenas que no seu cálculo seja também incluído o tempo de serviço reconhecidamente prestado desde 01.06.1983.Desta forma, reputo correto o percentual indicado pelo executado às fls. 264/268, qual seja, 18% (dezoito por cento), eis que compatível com o tempo de serviço da autora (01.06.1983 a 01.06.2001=18 anos), sendo que após este período, por força da Lei 1.068/02, deixou de existir o adicional de anuênio, não fazendo jus a autora a continuidade do cômputo do percentual de 1% por ano de serviço prestado, mas tão somente que o adicional (então convertido para vantagem pessoal) seja reajustado na proporção de seus reajustes salariais.Contudo, mesma sorte não assiste ao executado quanto a discussão dos valores devidos até 15.03.2008 e requisitados via precatório nestes autos, eis que, conforme já mencionado na DECISÃO de fls. 235, manifestou-se de forma demasiadamente intempestiva, sendo que a modificação destes valores tidos como incontroversos implicaria em riscos à segurança jurídica.Ademais, vislumbro que a parte autora equivocou-se quando da juntada determinada na DECISÃO de fls. 235, eis que colacionou aos autos cópia de fls. 104/113 dos próprios autos, o que, por óbvio, em nada se aproveita.Quanto aos juros de mora, em que pese a alegação de que na época em que proferida a SENTENÇA o regramento legal estipulava que deveria ser observado o percentual de 0,5% a.m. e que este, posteriormente, foi alterado pela Lei 11.960/09, deve ser observado o percentual de 1% a.m. fixado em SENTENÇA, sob pena de violação à coisa julgada. Neste sentido, os seguintes julgados:STJ-326824) PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. JUROS MORATÓRIOS CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. PREVISÃO NO TÍTULO EXECUTIVO. IMPOSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DA COISA JULGADA. FUNDAMENTO SUFICIENTE DO ACÓRDÃO RECORRIDO INATACADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 283/STF. 1. Da leitura do acórdão recorrido, verifica-se que este analisou o tema no sentido de ser inviável a alteração da coisa julgada já formada nos autos, diante da existência de título executivo judicial fixando os juros de mora no percentual de 12% ao ano, a contar da citação. 2. Nas razões do recurso especial, bem como do agravo regimental, apresentado pela Universidade Federal de Pelotas - UFPEL, no ponto, a insurgência é no sentido de que os juros de mora aplicáveis à espécie devem ser de 0,5% ao mês, diante do advento da MP nº 2.180-35/2001. 3. Considerando que o acórdão recorrido tomou como razão de decidir a coisa julgada, e não houve impugnação no recurso especial desse fundamento, suficiente para manter o julgado, mostra-se inevitável a aplicação do teor constante da Súmula nº 283/STF, que dispõe: "É inadmissível o recurso extraordinário, quando a DECISÃO recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles". 4. Agravo regimental da UFPEL não provido e do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior Andes e Outros provido. (AgRg no Agravo de Instrumento nº 1404374/RS (2011/0041768-9), 2ª Turma do STJ, Rel. Mauro Campbell Marques. j. 15.03.2012, unânime, DJe 22.03.2012). STJ-0404507) AGRAVOS REGIMENTAIS EM RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. REAJUSTE DE 28,86%. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. ACORDO EXTRAJUDICIAL. VALIDADE CONTESTADA. PAGAMENTOS ADMINISTRATIVOS. UTILIZAÇÃO NA CONTA DE LIQUIDAÇÃO. POSSIBILIDADE DE COMPENSAÇÃO DE VALORES. PRECATÓRIO COMPLEMENTAR. JUROS DE MORA. PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE A DATA DA ELABORAÇÃO DA CONTA DE LIQUIDAÇÃO E O EFETIVO PAGAMENTO DA DÍVIDA. AUSÊNCIA DE MORA DO ENTE PÚBLICO. DETERMINAÇÃO EXPRESSA NA SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO. PREVALÊNCIA DA COISA JULGADA. 1. É válida a inclusão, na conta de liquidação de SENTENÇA, dos valores comprovadamente pagos na via administrativa a título do reajuste de 28,86%, independentemente da validade de acordo extrajudicial firmado com a Administração Pública, devendo ser feita, pois, a devida compensação, a fim de evitar o pagamento em duplicidade. 2. A Corte Especial deste Tribunal Superior, quando do julgamento do REsp nº 1.143.677/RS, submetido ao regime dos Recursos Repetitivos, consagrou o entendimento de que não incidem juros de mora no período compreendido entre a data da homologação da conta de liquidação e a data de expedição ou, ainda, do efetivo pagamento do precatório/RPV, dado que não há falar em mora da Fazenda Pública, desde que respeitado, em qualquer caso, o prazo constitucional para o cumprimento da obrigação. 3. Todavia, se há no título executivo judicial transitado em julgado expressa determinação de inclusão dos juros moratórios até o efetivo pagamento da dívida, não se pode afastar a sua incidência por se tratar de precatório complementar, sob pena de violação da coisa julgada. 4. Agravos regimentais a que se nega provimento. (AgRg no AgRg no Recurso Especial nº 1095721/RS (2008/0209527-3), 5ª Turma do STJ, Rel. Marco Aurélio Bellizze. j. 12.03.2013, unânime, DJe 18.03.2013). TRF2-055192) PROCESSUAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. LIQUIDAÇÃO. JUROS MORATÓRIOS. UM POR CENTO AO MÊS. ÍNDICE FIXADO EM SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO. MODIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. ART. 475-G DO CPC. 1 - No que diz respeito aos índices a incidir na liquidação, a título de juros moratórios, os parâmetros aplicáveis são, estritamente, aqueles previstos no "Manual de Orientação para os Cálculos na Justiça Federal", instituído pela Resolução nº 561, de 02.07.07, do Conselho da Justiça Federal, exceto quando o título executivo judicial transitado em julgado contenha comando expresso em sentido diferente, o que é o caso dos autos. 2) Com efeito, a pretensão da União apelante esbarra no comando do título executivo transitado em julgado, que fixou expressamente a taxa de juros em um por cento ao mês, a impedir o trânsito da

irresignação, à luz da coisa julgada, nos termos do art. 475-G, do CPC, o que deságua na manutenção do decisum. 3) Nego provimento ao agravo retido e à apelação. (Apelação Cível nº 2009.50.01.015906-9/ES, 8ª Turma Especializada do TRF da 2ª Região, Rel. Poul Erik Dyrlund. j. 29.02.2012, unânime, e-DJF2R 05.03.2012).Também não merece guarida a alegação da parte executada de que as diferenças apuradas devem ser corrigidas pelo índice de revisão do salário dos servidores públicos estaduais, ao passo que o índice a que se refere trata-se de reajuste salarial que, de certo, deve ser observado para atualização da vantagem pessoal, mas de forma alguma serve de parâmetro para a correção monetária.Assim, determino a remessa dos autos à contadoria para realização dos cálculos dos valores efetivamente devidos entre o período de abril/2008 a agosto/2013, devendo observar os seguintes parâmetros: i) o valor do adicional de anuênio é identificado pela rubrica vantagem pessoal e deve ser calculado ao índice de 18% sobre o vencimento da autora; ii) devem ser descontados os valores já pagos a título de vantagem pessoal, conforme fichas financeiras de fls. 247/253, bem como o valor pago a título de "Dif Vantagem Pessoal" em agosto 2012, observando-se, para cada um destes eventos, o mês de referência e o mês do efeitvo pagamento; iii) sobre a diferença apurada deve incidir correção monetária (apurado pelo site do TJRO) e juros de mora no percentual de 1% a. m.Com os cálculos, digam as partes no prazo de 05 dias, bem como apresente a parte autora demonstrativos de pagamento (contra-cheque ou ficha financeira) e cálculo, observando os parâmetros fixados nesta DECISÃO, das parcelas devidas no período de setembro/2013 até a data atual.Int. Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0009701-29.2010.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Maria Aparecida Bernardo de Aguiar
Advogado:Lincoln Max Bernardo de Aguiar (OAB/SP 290.712)
Requerido:Indústria e Comercio de Alimentos Cacoal Ltda
Advogado:Advogado Não Informado ( )
SENTENÇA:
SENTENÇA Intimada, pessoalmente a dar o necessário andamento ao feito, sob pena de extinção e arquivamento, a parte autora quedou-se inerte, conforme certidão de fls. 102.Posto isso, nos termos do artigo 267, inciso III e §1º, do CPC, JULGO extinto o processo, sem resolução de MÉRITO, em face da inércia da parte autora.Liberem-se eventuais constrições.Defiro eventual pedido de desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, mediante substituição por cópias e certidão nos autos.Custas iniciais recolhidas. Custas finais não devidas. Sem honorários.Certificado o trânsito julgado, arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais.P.R.I.C.Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0013330-06.2013.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Maryvil Comercio de Confecções Ltda Me
Advogado:Fernando da Silva Azevedo (OAB/RO 1293)
Executado:Marcos Antonio dos Santos
Advogado:Advogado Não Informado ( )
SENTENÇA:
SENTENÇA Considerando que as partes celebraram acordo de Novação da Dívida, conforme informado às fls. 15/16, forçoso reconhecer que a presente execução deve ser extinta, diante da superveniente ausência de título com força executiva. Nesse sentido: "TJRO - Execução. Novação. Extinção. Quando o devedor contrai com o credor nova dívida para extinguir a anterior dá-se a novação objetiva, que enseja a extinção do processo de execução da dívida primitiva, por carência superveniente de título executivo. (TJRO - AC nº.0007109-59.2008.8.22.0014, Rel. Juiz Glodner Luiz Pauletto, 2ª Câmara Cível, j. 10/3/2010)"Portanto, julgo extinto o feito com fundamento no artigo 360, inciso I, do Código Civil e artigo 794, inciso II, do CPC.Custas na forma da lei. Sem honorários. Independentemente do trânsito em julgado, arquivem-se. P.R.I.C.Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0001700-50.2013.8.22.0007
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Banco Bradesco S. A. Ag. de Cacoal Ro
Advogado:Carmen Eneida da Silva Rocha (RO 3846)
Requerido:Souza & Souza Terraplanagem Ltda
Advogado:Advogado Não Informado ( )
SENTENÇA:
SENTENÇA Intimada, pessoalmente a dar o necessário andamento ao feito, sob pena de extinção e arquivamento, a parte autora quedou-se inerte, conforme certidão.Posto isso, nos termos do artigo 267, inciso III e §1º, do CPC, JULGO extinto o processo, sem resolução de MÉRITO, em face da inércia da parte autora.Liberem-se eventuais constrições.Defiro eventual pedido de desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, mediante substituição por cópias e certidão nos autos. Custas iniciais recolhidas. Custas finais não devidas. Sem honorários.Certificado o trânsito julgado, arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais.Int.Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0011213-76.2012.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Almeida & Almeida Comércio de Produtos Farmacêuticos Ltda - Me
Advogado:Geórgia Aristides Ferreira (RO 2112)
Executado:Alexandra Aparecida dos Santos
SENTENÇA:
SENTENÇA Considerando que a parte exequente noticia que houve transação, com voluntária e espontânea satisfação integral do crédito objeto desta execução pela parte executada, julgo extinto o feito com fundamento no art. 794, incisos I e II do CPC.Sem custas e honorários de sucumbência.Libere-se eventual constrição.Faculto o desentranhamento do(s) título(s) que instruiu(íram) a inicial, desde que sustituído(s) por cópia(s) às expensas da parte executada. Eventual protesto deve ser cancelado pelo interessado, mediante o pagamento dos emolumentos correspondentes. Sendo o caso, oficie-se entregando ofício em mãos do interessado, certificando-se. Transitada em julgado nesta data (artigo 503, p. único do CPC). Arquivem-se. Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0010307-86.2012.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Eliane Spardim da Silva Galina
Advogado:Fernando da Silva Azevedo (OAB/RO 1293)

Requerido:Financeira Itaú Cbd Sa, Banco Itau S. A. Ag. de Cacoal Ro
Advogado:José Almir da Rocha Mendes Júnior (RN 392-A)
SENTENÇA:
SENTENÇA Altere-se a classe para cumprimento de SENTENÇA.Considerando que a parte exequente noticia que houve transação, com voluntária e espontânea satisfação integral do crédito objeto desta execução pela parte executada, julgo extinto o feito com fundamento no art. 794, incisos I e II do CPC.Expeça-se alvará de levantamento da importância depositada às fls. 58 em favor da parte autora.Sem custas e honorários de sucumbência.Libere-se eventual constrição. Faculto o desentranhamento do(s) título(s) que instruiu(íram) a inicial, desde que sustituído(s) por cópia(s) às expensas da parte executada. Eventual protesto deve ser cancelado pelo interessado, mediante o pagamento dos emolumentos correspondentes. Sendo o caso, oficie-se entregando ofício em mãos do interessado, certificando-se. Transitada em julgado nesta data (artigo 503, p. único do CPC).Arquivem-se. Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0003617-07.2013.8.22.0007
Ação:Busca e Apreensão (Cível)
Requerente:Panamericano Sa
Advogado:Cristiane Belinati Garcia Lopes (RO 375 A)
Requerido:Sergio Moreno Silveira
Advogado:Advogado Não Informado ( )
SENTENÇA:
SENTENÇA A parte autora requer a desistência do pleito. Como a parte ré ainda não foi citada, o pleito de desistência prescinde de sua concordância. POSTO ISSO, homologo o pedido de desistência e extingo o processo sem julgamento de MÉRITO, na forma do art. 267, VIII, do Código de Processo Civil.Sem custas e honorários.Libere-se eventual constrição existente nos autos.Transitada em julgado nesta data (artigo 503, p. único do CPC). Arquivem-se. Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0002047-20.2012.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Juliano de Oliveira Linhares
Advogado:Paulo Luiz de Laia Filho (RO 3857)
Executado:Paulo César Ferreira Diniz
Advogado:Advogado Não Informado ( )
SENTENÇA:
SENTENÇA Intimada, pessoalmente a dar o necessário andamento ao feito, sob pena de extinção e arquivamento, a parte autora quedou-se inerte, conforme certidão de fls.44.Posto isso, nos termos do artigo 267, inciso III e §1º, do CPC, JULGO extinto o processo, sem resolução de MÉRITO, em face da inércia da parte autora.Liberem-se eventuais constrições.Defiro eventual pedido de desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, mediante substituição por cópias e certidão nos autos.Custas iniciais recolhidas. Custas finais não devidas. Sem honorários.Certificado o trânsito julgado, arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais.P.R.I.C.Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0009154-86.2010.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Blitz Comercio de Vestuário Ltda Me
Advogado:Nerli Tereza Fernandes Santos (OAB/RO 4014)
Executado:Erica Leticia de Freitas Santana
SENTENÇA:
SENTENÇA Intimada, pessoalmente a dar o necessário andamento ao feito, sob pena de extinção e arquivamento, a parte autora quedou-se inerte, conforme certidão de fls.77.Posto isso, nos termos do artigo 267, inciso III e §1º, do CPC, JULGO extinto o processo, sem resolução de MÉRITO, em face da inércia da parte autora.Liberem-se eventuais constrições.Defiro eventual pedido de desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, mediante substituição por cópias e certidão nos autos.Custas iniciais recolhidas. Custas finais não devidas. Sem honorários.Certificado o trânsito julgado, arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais.P.R.I.C.Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0005940-19.2012.8.22.0007
Ação:Depósito
Requerente:Banco Itaucard S. A.
Advogado:Celso Marcon (OAB/ES 10990), Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
Requerido:Fernanda Cilião Martinez
SENTENÇA:
SENTENÇA Intimada, pessoalmente a dar o necessário andamento ao feito, sob pena de extinção e arquivamento, a parte autora quedou-se inerte, conforme certidão.Posto isso, nos termos do artigo 267, inciso III e §1º, do CPC, JULGO extinto o processo, sem resolução de MÉRITO, em face da inércia da parte autora.Liberem-se eventuais constrições.Defiro eventual pedido de desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial, mediante substituição por cópias e certidão nos autos. Custas iniciais recolhidas. Custas finais não devidas. Sem honorários.Certificado o trânsito julgado, arquivem-se os autos, observadas as formalidades legais.Int.Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0009362-36.2011.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Alberto Luciano Gomes da Silva
Advogado:Jonathas Siviero (RO 4861)
Requerido:Banco do Brasil S. A. Ag. de Cacoal Ro
Advogado:Karina de Almeida Batistuci (OAB/RO 4571)
DESPACHO:
DESPACHO Expeça-se alvará de levantamento do valor depositado às fls. 143 em favor da parte autora.Manifeste-se a parte autora, no prazo de 05 dias, quanto a satisfação do débito em execução nos autos, requerendo o que entender de direito.Após, conclusos.Cacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0115180-79.2008.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Moacir Telo dos Santos
Advogado:José Jovino de Carvalho (OAB/RO 385A)
Requerido:Banco Bradesco S. A. Ag. de Cacoal Ro
Advogado:José Edgard da Cunha Bueno Filho (OAB/RO 4570)

Intimação do advogado da parte autora da expedição de alvará, a ser retirado em Cartório, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de transferência dos valores para a conta judicial centralizadora, conforme art. 447, §8º, das DGJ, com redação determinada pelo Provimento nº 016/2010-CG, de 30/12/2010.

Proc.: 0102330-90.2008.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Cleverson Matos de Carvalho
Advogado:José Luis Torelli Gabaldi (OAB/RO 2543)
Requerido:M. B. M. Seguradora
Advogado:Iracema Souza de Góis (AC 1846), Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2894)
Intimar o advogado da parte requerida, quanto a confecção de Ofício Judicial de transferência de valores, devendo retirá-lo em cartório, para providências junto à entidade financeira, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de transferência dos valores para a conta judicial centralizadora, conforme art. 447, §8º, das DGJ, com redação determinada pelo Provimento nº 016/2010-CG, de 30/12/2010.

Proc.: 0008150-43.2012.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Romildo Norberto Pereira
Advogado:Charles Márcio Zimmermann (SSP/RO 2733), André Bonifácio Ragnini (OAB/RO 1119)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S.a
Advogado:Alexandre Paiva Calil (RO 2894)
Intimação dos advogados das partes da designação de perícia médica para o dia o dia 13 de fevereiro de 2014, as 14:00 horas, na Av. São Paulo, n. 2080, Centro, Cacoal-RO.

Proc.: 0010500-04.2012.8.22.0007
Ação:Divórcio Litigioso
Requerente:J. A. F.
Advogado:Aidevaldo Marques da Silva (OAB/RO 1467)
Requerido:M. B. M. F.
Advogado:Ana Paula Morais da Rosa (OAB/RO 1793), Marli Teresa Munarini (OAB/RO 2297)
DESPACHO:
DESPACHO Em que pese a apresentação do recurso no prazo correto, percebo que o réu, ora apelante, recolhera o preparo recursal utilizando parâmetro de valor diverso do valor dado à causa.Dessa forma, concedo o prazo de cinco dias para que a parte apelante recolha a complementação do valor do preparo recursal, observando-se o valor dado à causa, sem o que o recurso será declarado deserto.Cacoal-RO, quinta-feira, 23 de janeiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0004761-16.2013.8.22.0007
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:G. S. V.
Advogado:Silbene Maria Oliveira e Oliveira (OAB/MT 10852-B)
Executado:G. L. V.
DESPACHO:
1. A execução da penhora “on-line” restou parcialmente frutífera, conforme Detalhamento de Ordem Judicial.2. Intime-se a parte executada, para, no prazo de 15 (quinze) dias, opor-se à penhora realizada ou à execução, se for o caso. 3. Decorrido o prazo acima e nada sendo requerido, expeça-se alvará de levantamento em favor da parte autora.4. Após, manifeste-se a parte autora, em 05 dias, requerendo o que de direito quanto ao prosseguimento do feito.5. Decorrido o prazo para manifestação da parte autora, se inerte, intime-se na forma do artigo 130 das DGJ/TJRO.Int.Cacoal-RO, segunda-feira, 20 de janeiro de 2014.Emy Karla Yamamoto Roque Juíza de Direito

Proc.: 0010402-19.2012.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sedução Comércio de Confecções Ltda Me
Advogado:Rosimeiry Maria de Lima (OAB/RO 2504), Miguel Antônio Paes de Barros (OAB/RO 301)
Requerido:Anderson Ribeiro dos Santos
Advogado:Advogado Não Informado ( )
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Jerdson Raiel Ramos
Diretor de Cartório

3ª VARA CÍVEL

3º Cartório Cível
COMARCA DE CACOAL
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL
JUIZ DE DIREITO: ELSON PEREIRA DE OLIVEIRA BASTOS
ESCRIVÃO: NEIDE SALGADO DE MELO
ENDEREÇO ELETRÔNICO: cwl3civel@tjro.jus.br

Proc.: 0007347-94.2011.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Marinice Lopes da Silva
Advogado:Luis Ferreira Cavalcante (RO 2790)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Carga:
DEVOLUÇÃO DE PROCESSO
Fica o(a) advogado(a) Luis Ferreira Cavalcante OAB/RO 2990, intimado(a), a devolver os autos que se encontram em carga, no cartório da 3ª Vara Cível, no prazo de 24 horas, sob pena de busca e apreensão dos autos, incorrendo ainda nas penas no art.196 do CPC.
Carga feita em 05/12/2013

Proc.: 0034595-74.2007.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Declarante:Reinan Alves de Oliveira
Advogado:Luis Henrique Corrêa Rolim (OAB/RO 3693), Dirceu Henker (OAB/RO 4592)
Requerido:Marcos Fabio Baldassin
Advogado:Marcos Fábio Baldassin (OAB/SP 169054)
Carga:
DEVOLUÇÃO DE PROCESSO
Fica o(a) advogado(a) Dirceu Henker., intimado(a), a devolver os autos que se encontram em carga, no cartório da 3ª Vara Cível, no prazo de 24 horas, sob pena de busca e apreensão dos autos, incorrendo ainda nas penas no art.196 do CPC.
Carga feita em 06/01/2013

Proc.: 0010129-11.2010.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Alexandre Braga Moreira
Advogado:Glória Chris Gordon (OAB/RO 3399), Fábio Charles da Silva (RO 4898), Vinicius Pompeu da Silva Gordon (RO 5680)
Executado:Marcos Alves de Carvalho
Advogado:Advogado Não Informado ( )
Carga:
DEVOLUÇÃO DE PROCESSO
Fica o(a) advogado(a) Vinicius Pompeu Pompeu OAB/RO 5680, intimado(a), a devolver os autos que se encontram em carga, no cartório da 3ª Vara Cível, no prazo de 24 horas, sob pena de busca e apreensão dos autos, incorrendo ainda nas penas no art.196 do CPC.
Carga feita em 18/12/2013

Proc.: 0006338-97.2011.8.22.0007
Ação:Arrolamento Sumário
Arrolante:F. L. dos R. F. L. dos R. C. F. L. dos R. F. L. F. L. dos R. F. L. F. F. L. dos R. S.
Advogado:José Jovino de Carvalho (OAB/RO 385A)
Carga:
DEVOLUÇÃO DE PROCESSO
Fica o(a) advogado(a) Dr. Jose Jovino de Carvalho OAB/RO 385 A, intimado(a), a devolver os autos que se encontram em carga, no cartório da 3ª Vara Cível, no prazo de 24 horas, sob pena de busca e apreensão dos autos, incorrendo ainda nas penas no art.196 do CPC.
Carga feita em 20/12/2013

Proc.: 0012603-47.2013.8.22.0007
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Pemaza S.a.
Advogado:Lucas Vendrusculo (RO 2666)
Executado:Edison Aparecido dos Santos
Advogado:Advogado Não Informado ( )
Carga:
DEVOLUÇÃO DE PROCESSO
Fica o(a) advogado(a) Lucas Vendrusculo, OAB/RO 2666, intimado(a), a devolver os autos que se encontram em carga, no cartório da 3ª Vara Cível, no prazo de 24 horas, sob pena de busca e apreensão dos autos, incorrendo ainda nas penas no art.196 do CPC.
Carga feita em 17/12/2013

Proc.: 0001614-16.2012.8.22.0007
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Jurandir Teixeira de Araújo
Advogado:Luis Ferreira Cavalcante (RO 2790)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DEVOLUÇÃO DE PROCESSO
Fica o(a) advogado(a) LUIS FERREIRA CAVALCANTE OAB/RO2790.intimado(a), a devolver os autos que se encontram em carga, no cartório da 3ª Vara Cível, no prazo de 24 horas, sob pena de busca e apreensão dos autos, incorrendo ainda nas penas no art.196 do CPC.
Carga feita em 13/12/2013

Proc.: 0001354-65.2014.8.22.0007
Ação:Ação Civil Pública
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Requerido:Município de Cacoal - RO
DEVOLUÇÃO DE PROCESSO
Fica o(a) advogado(a) José Jovino de Carvalho OAB/RO 385-A., intimado(a), a devolver os autos que se encontram em carga, no cartório da 3ª Vara Cível, no prazo de 24 horas, sob pena de busca e apreensão dos autos, incorrendo ainda nas penas no art.196 do CPC.
Carga feita em 11/12/2013

Proc.: 0072238-71.2004.8.22.0007
Ação:Inventário
Inventariante:M. das G. R. G. R. A. M.
Advogado:Arthur Paulo de Lima (RO 1669)
Inventariado:E. de O. F. R. E. de M. A. P. R.
Advogado:Advogado Não Informado ( )
Carga:
DEVOLUÇÃO DE PROCESSO
Fica o(a) advogado(a) Arthur Paulo de Lima OAB/RO 1669, intimado(a), a devolver os autos que se encontram em carga, no cartório da 3ª Vara Cível, no prazo de 24 horas, sob pena de busca e apreensão dos autos, incorrendo ainda nas penas no art.196 do CPC.
Carga feita em 05/12/2013

Proc.: 0008229-22.2012.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Ronaldo dos Santos Silva
Advogado:Ivone Ferreira Magalhães Oliveira (OAB/RO 1916)
Requerido:Eletrosat - L. A. Ferreira de Carvalho
Advogado:Giovani Moura Rodrigues (TO 732)
RETIRAR ALVARÁ PARTE AUTORA
Fica a parte Autora, por intermédio de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para retirar o Alvará expedido, bem como, em seguida, a dizer se ainda há crédito remanescente, requerendo o que entender de direito.

Neide Salgado de Melo
Escrivã Judicial

4ª VARA CÍVEL

4º Cartório Cível
COMARCA DE CACOAL
JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL
JUIZ DE DIREITO: MARIO JOSÉ MILANI E SILVA
ESCRIVÃ: IVALDETE C. G. BRANDANI
ENDEREÇO ELETRÔNICO: cwl4civel@tj.ro.gov.br
TELEFONE/FAX: 069-3443-1668
ENDEREÇO: AV. PORTO VELHO, Nº. 2728, CENTRO.

Proc.: 0008375-29.2013.8.22.0007
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Antonio Carlos Daniel, José Ângelo Abbá, Paulo Sérgio Dartiba, Valmor Sonai
Advogado:Charles Márcio Zimmermann (SSP/RO 2733)
Executado:H. S. B. C. Bank Brasil S.A. - Banco Múltiplo
Advogado:Luiz Rodrigues Wambier (OAB/PR 7295), Evaristo Aragão Santos (OAB/RO 24498)
DECISÃO:
O excesso de execução para ser reconhecido e configurado, não pode resultar de meras alegações genéricas, mas resultar de

impugnações pontuais e definidas de valores específicos, o que não ocorreu no caso em exame. Absolutamente improcedente a alegada ilegitimidade passiva, pois a própria documentação juntada pelo requerido, denota que o HSBC, adquiriu e incorporou o Banco Bamerindus do Brasil, assumindo o seu ativo e passivo, em especial no que tange as operações de contas de depósitos, caderneta de poupança, aplicações como esclarecido pelo Bacen e já reconhecido pelos Tribunais Superiores.Ao apresentar o demonstrativo dos cálculos que resultaram nos valores cobrados, os credores abriram a oportunidade do debate referente à sua correção e expressão, mas o devedor se limitou a emitir considerações teóricas, que permitem inferir sua concordância com os valores expostos como representativos dos créditos. As demais temáticas, já esgotadas durante o processo de conhecimento, onde se promoveu o debate sob o crivo do contraditório, não podem ser repetidas e ressuscitadas nesta etapa, pois acobertadas pelo manto da coisa julgada, daí porque, inaplicável a prescrição, como perseguida pelo requerido. Desta forma, afasto com vigor todos os argumentos meramente procrastinatórios ofertados pelo requerido, sendo que em sua esmagadora maioria, já se encontram dissecadas pelos tribunais superiores, em casos assemelhados, pelo que, determino a expedição de alvará de levantamento da quantia depositada às fls. 130, em favor do advogado do exequente, que se comprometerá sob o compromisso de seu grau, a repassar os valores devidos a seus clientes para quitação dos pedidos trazidos com a inicial. Intimem-se. Cacoal-RO, quinta-feira, 23 de janeiro de 2014.Mário José Milani e Silva Juiz de Direito

Proc.: 0004850-39.2013.8.22.0007
Ação:Inventário
Inventariante:C. do N.
Advogado:Luis Ferreira Cavalcante (RO 2790)
DESPACHO:
DESPACHO Defiro a substituição do inventariante pelo Sr. Claudionor do Nascimento, cônjuge supérstite, que deverá prestar compromisso.As cessões noticiadas não possuem valor legal como já explicado e não serão consideradas por ocasião da partilha. A soma das cotas estabelecidas também superam o total do imóvel fato que deve ser corrigido. Expeça-se novo termo de inventariante. Intime-se o advogado a corrigir as falhas e recolher o ITCDCacoal-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Mário José Milani e Silva Juiz de Direito

Proc.: 0013831-57.2013.8.22.0007
Ação:Justificação (Cível)
Requerente:Aelson Estevam de Souza
Advogado:Defensor Publico (RO. 000.)
Requerido:Município de Cacoal - RO
Advogado:Advogado Não Informado ( )
SENTENÇA:
TERMO DE AUDIÊNCIA FINALIDADE: Instrução e JulgamentoAutos: 00138315720138220007 - Justificação de posseData: 03 fevereiro de 2014Horário:09:00 horasPartes:AELSSON ESTEVAM DE SOUZAMUNICIPIO DE CACOALPresentes: o MM Juiz de Direito, Dr Mário José Milani e Silva, a parte autora acompanhada da assessora da defensora pública Marlene Ferreira da Costae Procuradora do Município, Dra. Kesia Mabia Campana.Ocorrências: Instalada a audiência, a parte autora promoveu a juntada de substabelecimento e a advogada do município promoveu a juntada de memorando. Em seguida promoveu-se a colheita do depoimento da autora, e das testemunhas JOSE APARECIDO SANTOS e JUAREZ RODRIGUES DE CAMPOS,conforme termos apartados. Em seguida, a defensoria se manifestou nos seguintes termos: Considerando o depoimento das testemunhas arroladas, bem como toda a documentação juntada aos autos, que confirmaram a posse da autora no imóvel, considerando ainda não ter havido nenhuma oposição por parte de terceiros, requer a procedência do pedido, nos termos da inicial. A advogada do Município de Cacoal se manifestou no sentido de não haver oposição quanto a presente justificação. A seguir foi proferida SENTENÇA, sendo determinado que após o transcurso do prazo de 48 horas, sejam os autos entregues ao autor, independentemente de traslado. Vistos, etc...AELSON ESTEVAM DE SOUZA, ingressou com Ação de justificação de posse, ao imóvel urbano nº. 193, quadra 70, setor 08, medindo 365,52m², localizado na Rua Alzira Selleri Barbosa, 1310, Bairro habitar Brasil, Cacoal-RO, aduzindo, em síntese estar na posse do imóvel há 5 anos e que a posse encontra-se mansa e de boa fé, devendo ser reconhecida formalmente. A inicial veio instruída com procuração, documentos pessoais, certidão de casamento, declaração, certidão negativa, certidão narrativa, recibo de quitação, conta de luz, conta de água, pedido de providências. Em audiência, foram colhidos os depoimentos da autora, e ouvido suas testemunhas, conforme acima citadas. Em considerações finais a autora enfatizou estar fartamente demonstrada a sua posse e o livre exercício de todos os poderes a ela inerentes relacionados ao imóvel, dai por que se mostra necessário o reconhecimento de tal situação fática, a fim de permitir a regularização documental, bem como não houve oposição por parte de terceiros. Isto posto e por tudo mais que dos autos constam, considero válida a justificação de posse promovida por AELSON ESTEVAM DE SOUZA, referente ao imóvel urbano nº. 193, quadra 70, setor 08, medindo 365,52m², localizado na Rua Alzira Selleri Barbosa, 1310, Bairro habitar Brasil, Cacoal-RO, pelo que Independentemente do recolhimento de custas adicionais, determino que decorrido o prazo de 48 horas, sejam os autos entregues a autora, independentemente de traslado.SENTENÇA publicada em audiência, saindo todos intimados.Nada mais. Nada mais. Eu_____ Marlise kemper, assessora do Juízo, digitei e subscrevo.Cacoal-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Mário José Milani e Silva Juiz de Direito

Ivaldete C. G. Brandani
Escrivã Judicial

COMARCA DE CEREJEIRAS

1º CARTÓRIO

1º Cartório
COMARCA DE CEREJEIRAS
1ª VARA
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
ENDEREÇO ELETRÔNICO:
cjs1civel@tj.ro.gov.br
JUIZ: Elisangela Nogueira
ESCRIVÃO: Carlos Vidal de Brito

Proc.: 0000262-34.2014.8.22.0013
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Kelly dos Santos
Advogado:Trumam Gomer de Souza Corcino (OAB/RO 3755)
Requerido:Losango Promoçoes de Venda Ltda

DECISÃO:
DECISÃO Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito c.c indenização por danos morais proposta por KELLY DOS SANTOS em desafavor de LOSANGO PROMOÇÕES DE VENDAS LTDA (Cartões Losango), visando, em caráter antecipatório, a exclusão do seu nome dos órgãos de proteção ao crédito, sob o argumento de que o débito cobrado já foi quitado, não tendo a requerida, todavia, dado baixo no sistema. Ao final, requer a procedência do pedido inicial, para que, confirmando a liminar, seja declarado inexistente o débito, sendo a ré condenada ao pagamento de compensação por danos morais.É o relatório. Aprecio o pedido liminar.De início, mister esclarecer que a antecipação dos efeitos da tutela serve para adiantar, no todo ou em parte, os efeitos pretendidos com a SENTENÇA a ser proferida no final. Dispõe o art. 273 do CPC:Art. 273. o juiz, a requerimento da parte, pode antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e:I haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação;Analisando sumariamente a prova carreada aos autos, e a argumentação trazida na inicial, vejo não ser caso de deferimento da medida pleiteada.Explico. Em que pese as alegações da autora, afirmando relação juridica com a ré, e que o débito que gerou a inscrição já fora por ela adimplido, vejo que esta não fez prova quanto a isto. No mais, destaque-se que, apesar de afirmar que a negativação origina-se de um lançamento errado na fatura do mês de dezembro/2012, que teria englobado o valor da fatura anterior - já quitada-, esta, de igual modo, não corroborou sua tese. Nesse sentido, vale mencinar que o extrato de fl. 20 relata que a inscrição junto ao SERASA é decorrente de um débito com vencimento no mês de 03/08/2013, no valor de R$ 120,96, o que confronta a informação de que, de fato, a inclusão se deu pelo equívoco na fatura do mês de dezembro/2012, pois aquela era no valor total de R$ 114,45 (fl. 17), com vencimento previsto para 05/12/2012.Desta feita, por ora, considerando o início de prova material acostado ao feito, vejo estarem ausentes os requisitos ensejadores ao deferimento da antecipação da tutela. Nesse passo, sabe-se que a antecipação de tutela pressupõe a verossimilhança da alegação, além do fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação. Tais requisitos devem ser concomitantes e demonstrados por meio de prova inequívoca. Assim, considerando que o título que está sendo discutido não foi comprovado o pagamento, os efeitos da tutela não devem ser deferidos, sem prejuízo, todavia, do pedido ser reaprecido futuramente.Ante o exposto, INDEFIRO A ANTECIPAÇÃO DA TUTELA na extensão pedida.Cite-se a parte requerida para responder a ação supra identificada, no prazo de 15 (quinze) dias.Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pela parte autora (Código de Processo Civil, artigos 285 e 319).SIRVA A PRESENTE COMO CARTA DE CITAÇÃO, observando o seguinte endereço para cumprimento: Praça XV de Novembro, n. 20, 11º andar, salas 1101 e 1102, Centro, Rio de Janeiro/RJ.Pautado no princípio da efetividade da prestação jurisdicional e afim de viabilizar que o processo retorne a este juízo apenas na fase de saneamento/julgamento antecipado da lide, salvo em caso de pedido incidental urgente, autorizo o Sr. Escrivão ou substituto imediato a prática dos seguintes atos ordinatórios: a) com a vinda da contestação,desde que acompanhada de documentos que não digam respeito à representação processual ou venha contendo preliminares, dê-se vista à parte autora em réplica e, no caso desta vir subsidiada de documentos novos, consequente vista a parte ré; b) apresentada a contestação ou depois da réplica, dê-se vista às partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando a pertinência e a FINALIDADE, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado da lide. Nessa ocasião, havendo interesse de produção de prova testemunhal, faculto às partes depositarem o respectivo rol, com qualificação e endereço das mesmas. Intimem-se.Cerejeiras-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Bruno M. Ribeiro dos Santos Juiz de Direito

Carlos Vidal de Brito
Escrivão Judicial

2º CARTÓRIO

2º Cartório
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
ENDEREÇO ELETRÔNICO:
cjs2vara@tjro.jus.br
JUÍZA: Roberta Cristina Garcia Macedo
Escrivão: Osmar Guarnieri - Escrivão Judicial

Proc.: 0001124-39.2013.8.22.0013
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:J. A. C. N.
Advogado:Eber Coloni Meira da Silva (OAB/RO 4046)
Requerido:E. de R.
Fica o patrono da parte autora intimado para, no prazo de 10 dias, especificar as provas que pretende produzir, indicando a necessidade e a pertinência, sob pena de indeferimento.

Proc.: 0000861-07.2013.8.22.0013
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Evandro Geraldo Pastro
Advogado:Olide João de Ganzer (OAB/PR 21359)
Requerido:Banco do Brasil S/A
Advogado:Louise Rainer Pereira Gionédis (PR 8123)
SENTENÇA:
Intimar as partes sobre a SENTENÇA proferida nos autos, cujo DISPOSITIVO segue transcrito: " DISPOSITIVO Isto posto, e por tudo que dos autos consta, julgo procedente em parte o pedido formulado por Evandro Geraldo Pastro contra o Banco do Brasil S/A, para fim de:a) Descaracterizar o estado de mora do autor;b) Declarar a nulidade da cláusula relativa a incidência da comissão de permanência;c) Declarar a inexigibilidade da cobrança de juros capitalizados;d) Reduzir a multa moratória de 10% (dez) por cento para 2% (dois por cento), com incidência sobre o montante inadimplido;e) Determinar o ressarcimento dos encargos cobrados indevidamente, com repetição do indébito na forma simples. Via de consequência, declaro resolvido o MÉRITO, nos termos do art. 269, I do Código de Processo Civil. Mantenho a DECISÃO que concedeu a antecipação dos efeitos da tutela em fls. 60/62, para fim de manter o autor sem inscrição nos sistemas de proteção ao crédito até que seja realizada a liquidação do feito, quando será novamente apreciada. A respeito do depósito contido nos autos (fl. 67),

deverá permanecer em conta judicial até o fim da liquidação da SENTENÇA. Considerando a existência de sucumbência recíproca (art. 21 do Código de Processo Civil), cada parte deverá arcar com metade das custas e os honorários de seus respectivos patronos. Com o trânsito em julgado, dê-se vista à parte exequente para que promova o pedido de liquidação por arbitramento, na forma do art. 475-D do Código de Processo Civil, no prazo de 15 (quinze) dias. P.R.I. Cumpra-se. “

Proc.: 0004360-67.2011.8.22.0013
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Edenilson Leonardo de Almeida Francez
Advogado:Mário Guedes Junior (OAB/RO 190A)
Requerido:Casa Barros
Advogado:Estevan Soletti (OAB/MT 10063)
DESPACHO:
Realizada tentativa de bloqueio de valores pelo sistema BacenJud, restou esta parcialmente frutífera. Assim, converto o bloqueio realizado em penhora, independente da expedição de termo.Sobre a penhora, intime-se a parte requerida. Após, intime-se a parte requerente para que se manifeste, requerendo o que de direito para o prosseguimento do feito.Cerejeiras-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Roberta Cristina Garcia Macedo Juíza de Direito

Proc.: 0003048-90.2010.8.22.0013
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (2020202020 2020202020)
Réu:Roseli Molon Horn
Advogado:Sebastião de Castro Filho (OAB/RO 3646), Cláudia Maria Soares (RO 4527)
DESPACHO:
Realizada tentativa de bloqueio de valores pelo sistema BacenJud, restou esta parcialmente frutífera. Assim, converto o bloqueio realizado em penhora, independente da expedição de termo.Sobre a penhora, intime-se a parte ré.Em relação a pesquisa realizada no sistema Renajud, dê-se vista ao exequente, a fim de indicar, em cinco dias, a localização do veículo para a formalização da penhora.Após, intime-se a parte autora para que se manifeste, requerendo o que de direito para o prosseguimento do feito. Cerejeiras-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Roberta Cristina Garcia Macedo Juíza de Direito

Proc.: 0001123-54.2013.8.22.0013
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:L. L. K. G.
Advogado:Eber Coloni Meira da Silva (OAB/RO 4046)
Requerido:E. de R.
-Fica o patrono da parte autora intimado para, no prazo de 10 dias, especificar as provas que pretende produzir, indicando a necessidade e a pertinência, sob pena de indeferimento.

Proc.: 0003527-15.2012.8.22.0013
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Canopus Administradora de Consórcios S.C. Ltda.
Advogado:Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/MT 4482)
Executado:Cairo Pinheiro dos Santos
DESPACHO:
Junte-se o extrato do RENAJUD em anexo. Ao exequente, para requerer o que de direito no prosseguimento do feito, no prazo de 05 (cinco) dias.Cumpra-se. Cerejeiras-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Roberta Cristina Garcia Macedo Juíza de Direito

Proc.: 0001649-55.2012.8.22.0013
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Gracelina Nogueira de Souza
Advogado:Wagner Aparecido Borges (OAB/RO 3089)
Requerido:Banco Santander Brasil S/A
Advogado:Carlos Maximiano Mafra de Laet (OAB/RJ 15311)
SENTENÇA:
Intimar as partes sobre a SENTENÇA proferida nos autos, cujo DISPOSITIVO segue transcrito: “ Pelo exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado por GRACELINA NOGUEIRA DE SOUZA em face do BANCO SANTANDER BRASIL S/A, e:a) reconheço como indevida a cobrança realizada mediante desconto na conta da requerente, confirmando a DECISÃO de fls. 22/23, para determinar que a requerida cesse definitivamente os descontos referentes ao contrato, incidindo multa diária no valor de R$ 100,00 (cem reais) por dia de descumprimento, limitada à R$ 1.000,00 (um mil reais), sem prejuízo de elevação da multa ou transformação em perdas e danos em caso de não cumprimento da medida, nos termos do art. 52, V, da Lei n. 9.099/95; b) condeno a requerida a ressarcir à requerente no valor de R$ 1.496,00 (mil quatrocentos e noventa e seis reais), a título da diferença da repetição do indébito, com juros de 1% ao mês a partir da citação e correção monetária desde a propositura da presente ação, segundo os índices divulgados pelo TJRO, e;c) indenizar à requerente o valor de R$ 2.000,00 (dois mil reais) a título de danos morais; corrigidos monetariamente e acrescidos de juros legais, a partir da publicação desta DECISÃO. Sem custas ou honorários (art. 55 da LJE). P. R. I. Não havendo pedido de execução, dê-se baixa arquive-se.”

Proc.: 0003671-52.2013.8.22.0013
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Gilmar do Nascimento
Advogado:Não Informado (xx)
Requerido:Americel S A
Advogado:Ana Paula Arantes de Freitas Linhares (OAB/DF 13166), Michele Assumpção Barroso OAB/RO 5913
DESPACHO:
Primeiramente, cumpre destacar que nesta fase processual seria o caso de ser designada audiência de instrução e julgamento, no entanto, diante da extensa pauta das audiências de instrução e julgamento, a qual está preenchida ao menos para os próximos três meses, entendo que, para garantir maior celeridade à prestação jurisdicional, devem as partes dizer se há provas testemunhais à produzir em audiência, indicando-as e demonstrando sua relevância para o caso, sendo que, caso não haja provas orais a serem produzidas ou as indicadas sejam irrelevantes para o julgamento da causa, poderá, desde já, ser decidida a questão, garantindo-se a celeridade ao feito.
Vale frisar que a relação jurídica discutida nos autos está subordinada às normas estabelecidas pelo Código de Defesa do Consumidor e, no presente caso, restou patente a condição de hipossuficiência do consumidor, razão pela qual defiro a inversão do ônus da prova.
Assim, intimem-se as partes para que, no prazo de 10 (dez) dias, informem se possuem provas a serem produzidas, indicando-as e qualificando-as, bem como justificando de sua necessidade e pertinência, sob pena de preclusão ou indeferimento, ressaltando, para a requerida, do deferimento da inversão do ônus da prova.

Desde já, caso qualquer das partes junte documentos aos autos, deverá a parte contrária ser intimada para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 398 do CPC.
Havendo requerimento tempestivo indicando provas ou decorrido o prazo e configurada a inércia da(s) parte(s), certifique-se e volte concluso o feito.
Expeça-se o necessário.

Proc.: 0002603-67.2013.8.22.0013
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Osias Augusto dos Santos
Requerido:Americel S A
Advogado:Eliane Duarte Ferreira (RO 3915), Ana Paula Arantes de Freitas Linhares (OAB/DF 13166)
DESPACHO:
Primeiramente, cumpre destacar que nesta fase processual seria o caso de ser designada audiência de instrução e julgamento, no entanto, diante da extensa pauta das audiências de instrução e julgamento, a qual está preenchida ao menos para os próximos três meses, entendo que, para garantir maior celeridade à prestação jurisdicional, devem as partes dizer se há provas testemunhais a produzir em audiência, indicando-as e demonstrando sua relevância para o caso, sendo que, caso não haja provas orais a serem produzidas ou as indicadas sejam irrelevantes para o julgamento da causa, poderá, desde já, ser decidida a questão, garantindo-se a celeridade ao feito. Vale frisar que a relação jurídica discutida nos autos está subordinada às normas estabelecidas pelo Código de Defesa do Consumidor e, no presente caso, restou patente a condição de hipossuficiência do consumidor, razão pela qual defiro a inversão do ônus da prova.Assim, intimem-se as partes para que, no prazo de 10 (dez) dias, informem se possuem provas a serem produzidas, indicando-as e qualificando-as, bem como justificando de sua necessidade e pertinência, sob pena de preclusão ou indeferimento, ressaltando, para a requerida, do deferimento da inversão do ônus da prova. Desde já, caso qualquer das partes junte documentos aos autos, deverá a parte contrária ser intimada para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do art. 398 do CPC.Havendo requerimento tempestivo indicando provas ou decorrido o prazo e configurada a inércia da(s) parte(s), certifique-se e volte concluso o feito. Expeça-se o necessário.Cerejeiras-RO, quarta-feira, 29 de janeiro de 2014.Roberta Cristina Garcia Macedo Juíza de Direito

Proc.: 0002711-96.2013.8.22.0013
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo da Publicação: 30 (trinta) dias
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da requerida ELIZANE DOS SANTOS TEODORO, brasileira, solteira, secretária de saúde, CPF 884.253.631-87, RG 493635 SSP/RO, para apresentar contrarrazões recursais, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir do término do prazo deste edital.
Processo: 0002711-96.2013.8.22.0013
Classe: Monitória
Assunto: Consórcio
Requerente: Canopus Administradora de Consórcios
Advogado: Manoel Archanjo Dama Filho OAB/RO 4658
Requerida: Elizane dos Santos Teodoro
Advogado: não informado
Cerejeiras-RO, 19 de Dezembro de 2013.
Osmar Guarnieri
Escrivão Judicial
Sede do Juízo: Fórum Dr. Sobral Pinto, Avenida das Nações, 2.225, Centro -CEP: 76.997-000 - (Fax) Fone: 3342-2283.

Proc.: 0000237-21.2014.8.22.0013
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: TRINTA (30) DIAS
Processo: 000237-21.2014.822.0013
Classe: Divórcio Litigioso
Requerente: Osvaldo Barbosa
Advogado: Trumam Gomer de Souza Corcino OAB/RO 3755
Requerida: Maria Perpétua Apolinaria Barbosa
FINALIDADE: CITAÇÃO da requerida MARIA PERPÉTUA APOLINARIA BARBOSA, brasileira, filha de Jacy Apolinário e Dervelina Alves Apolinário, atualmente em lugar incerto, para tomar conhecimento dos termos da presente ação, e, em querendo, apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, que será contado a partir do término do prazo deste Edital.
ADVERTÊNCIA: Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos pela ré, como verdadeiros, os fatos articulados pela parte autora na inicial.
Cerejeiras, 03/02/2014.
Osmar Guarnieri
Escrivão Judicial
Sede do Juízo: Fórum Dr. Sobral Pinto, Avenida das Nações, 2.225 - CEP: 76997-0000 - (Fax) Fone: (069) 3342-2283 e 3342-2235.

Proc.: 0001066-36.2013.8.22.0013
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: Trinta (30) Dias
Processo: 0001066-36.2013.8.22.0013
Classe: Execução de Alimentos
Requerente: V. E. P. dos S.
Advogado: Defensoria Pública
Requerido(a): V. S. Dos S.
FINALIDADE: CITAÇÃO de VALDEIR SABINO DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, caminhoneiro, atualmente em lugar incerto, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, efetue o pagamento da dívida no valor de 639,86 (seiscentos e trinta e nove reais e oitenta e seis centavos), referente a pensão alimentícia dos meses de outubro a dezembro/2012, sob pena de aplicação de multa prevista no art. 475-J do código de Processo Civil.
ADVERTÊNCIA: 1) No caso de integral pagamento do débito, no prazo de 3 (três) duas, a verba honorária fixada em 10% sobre o valor da causa, será reduzida pela metade. 2) O executado poderá opor embargos no prazo de 15 (quinze) dias, que serão contados do final do prazo de publicação do Edital.
Cerejeiras, 3 de Fevereiro de 2014.
Osmar Guarnieri
Escrivão Judicial
Sede do Juízo: Fórum Dr. Sobral Pinto, Avenida das Nações, 2.225 - Centro, CEP: 76997-000 - Fone (69) 3342-2283

Proc.: 0002266-78.2013.8.22.0013
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 30 (trinta) dias
FINALIDADE: CITAÇÃO do(a/s) Executado(a/s), abaixo qualificado(a), atualmente em lugar incerto, para, no prazo de cinco (05) dias, contados do término do prazo de publicação deste Edital, pagar o débito acrescido de juros e correção monetária, ou no mesmo prazo garantir a execução (art. 7° e 8º da Lei n. 6.830/80 - Lei de Execução Fiscal), sob pena de ser(em)-lhe(s) penhorados tantos de seus bens quantos bastem para a garantia da dívida.

Processo: 0002266-78.2013.8.22.0013
Classe: Execução fiscal
Assunto: Dívida ativa não-tributária
Exequente: Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia de Rondônia - CREA
Advogado: Procurador(a)
Executado(a): EMERSON BRITO ROCHA SILVA,
CPF/MF sob nº 991.596.602-44
Natureza da Dívida: CDA n. 00996909
Data Insc.: 03/12/2012
Valor: R$ 1.338,83 - atualizado em 01/07/2013, mais 10% de honorários advocatícios
Cerejeiras-RO, 3 de fevereiro de 2014.
Osmar Guarnieri
Escrivão Judicial
Assina por ordem da Mma. Juíza de Direito
Sede do Juízo: Fórum Dr. Sobral Pinto, Av. das Nações, nº 2.225 - Centro - Cerejeiras/RO. CEP: 76997-000 - Fone/Fax: (0xx69) 3342-2283 e 3342-2235.

Proc.: 0001426-68.2013.8.22.0013
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 30 (trinta) dias
FINALIDADE: CITAÇÃO do(a/s) Executado(a/s), abaixo qualificado(a), por seu(s) responsável(eis) legal(ais), atualmente em lugar incerto, para, no prazo de cinco (05) dias, contados do término do prazo de publicação deste Edital, pagar o débito acrescido de juros e correção monetária, ou no mesmo prazo garantir a execução (art. 7° e 8º da Lei n. 6.830/80 - Lei de Execução Fiscal), sob pena de ser(em)-lhe(s) penhorados tantos de seus bens quantos bastem para a garantia da dívida.
Processo: 0001426-68.2013.8.22.0013
Classe: Execução fiscal
Assunto: Dívida Ativa
Exequente: Fazenda Nacional
Advogado: Procurador Federal
Executado(a): C. R. D. Construções Ltda ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06189258/0001-64, representada por Luiz Antônio Gomes, CPF 240.176.719-34.
Natureza da Dívida: CDA n. 24 4 13 001165-12
Data Insc.: 01/04/2013
Valor: R$ 47.102,43 - atualizado em 14/08/2013, mais 10% de honorários advocatícios
Cerejeiras-RO, 3 de fevereiro de 2014.
Osmar Guarnieri
Escrivão Judicial
Assina por ordem da Mma. Juíza de Direito
Sede do Juízo: Fórum Dr. Sobral Pinto, Av. das Nações, nº 2.225 - Centro - Cerejeiras/RO. CEP: 76997-000 - Fone/Fax: (0xx69) 3342-2283 e 3342-2235.

Proc.: 0002650-41.2013.8.22.0013
EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 30 (trinta) dias
FINALIDADE: CITAÇÃO do(a/s) Executado(a/s), abaixo qualificado(a), por seu(s) responsável(eis) legal(ais), atualmente em lugar incerto, para, no prazo de cinco (05) dias, contados do término do prazo de publicação deste Edital, pagar o débito acrescido de juros e correção monetária, ou no mesmo prazo garantir a execução (art. 7° e 8º da Lei n. 6.830/80 - Lei de Execução Fiscal), sob pena de ser(em)-lhe(s) penhorados tantos de seus bens quantos bastem para a garantia da dívida.
Processo: 0002650-41.2013.8.22.0013
Classe: Execução fiscal
Assunto: Dívida Ativa
Exequente: Fazenda Nacional
Advogado: Procurador Federal
Executado(a): EDNA DA COSTA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF só o nº 01.831.242/0001-90, representada por Edna da Costa, brasileira, CPF 652.210.281-15.
Natureza da Dívida: CDA n. 24 6 07 000408-11
Data Insc.: 26/09/2011
Valor: R$ 21.850,40 - atualizado em 7/10/2013, mais 10% de honorários advocatícios
Cerejeiras-RO, 3 de fevereiro de 2014.
Osmar Guarnieri
Escrivão Judicial
Assina por ordem da Mma. Juíza de Direito
Sede do Juízo: Fórum Dr. Sobral Pinto, Av. das Nações, nº 2.225 - Centro - Cerejeiras/RO. CEP: 76997-000 - Fone/Fax: (0xx69) 3342-2283 e 3342-2235.

Proc.: 0023650-10.2007.8.22.0013
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE CEREJEIRAS
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA
Juíza de Direito: Roberta Cristina Garcia Macedo
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Processo: 0023650-10.2007.8.22.0013
Classe: Execução fiscal
Exequente: Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado: Procurador Estadual
Executado: J. Emerick Dutra ME
Advogado: não informado
Fica INTIMADA a a parte executada J. EMERICK DUTRA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 05.897.566/0001-81, estabelecida na Av. Das Nações, 2408, Cerejeiras/RO, por seu representante legal, para efetuar o recolhimento do débito relativo a Custas Processuais, nos autos mencionado, no valor de R$ 101,59 (cento e cinquenta e um reais e cinquenta e nove centavos), no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de encaminhamento do débito à Fazenda Pública para inscrição em Dívida Ativa.
Obs.: Valores atualizados em 30/01/2014.
Cerejeiras, 03/02/2014.
Osmar Guarnieri - Escrivão Judicial

Proc.: 0020763-53.2007.8.22.0013
PODER JUDICIÁRIO
COMARCA DE CEREJEIRAS
JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA
Juíza de Direito: Roberta Cristina Garcia Macedo
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Processo: 0020763-53.2007.8.22.0013
Classe: Execução fiscal
Exequente: Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado: Procurador Estadual
Executado: J. Emerick Dutra ME
Advogado: não informado

Fica INTIMADA a parte executada J. EMERICK DUTRA ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 05.897.566/0001-81, estabelecida na Av. Das Nações, 2408, Cerejeiras/RO, por seu representante legal, para efetuar o recolhimento do débito relativo a Custas Processuais, nos autos mencionado, no valor de R$ 598,94 (quinhentos e noventa e oito reais e noventa e quatro centavos), no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de encaminhamento do débito à Fazenda Pública para inscrição em Dívida Ativa.
Obs.: Valores atualizados em 30/01/2014.
Cerejeiras, 03/02/2014.
Osmar Guarnieri - Escrivão Judicial

Proc.: 0003364-98.2013.8.22.0013
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Bradesco Administradora de Consórcios Ltda.
Advogado: Maria Lucilia Gomes (SP 84206)
Requerido:C. J. Sperotto & Cia Ltda.
Advogado:Não Informado (xx)
DESPACHO:
Em fls. 31/31v, o autor requereu a conversão da ação de busca e apreensão para Ação de Cobrança, ante a impossibilidade de localização do bem objeto de lide. Com efeito, dispõe o art. 4° do Dec. Lei n. 911/69: Art. 4 º Se o bem alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, o credor poderá requerer a conversão do pedido de busca e apreensão, nos mesmos autos, em ação de depósito, na forma prevista no Capítulo II, do Título I, do Livro IV, do Código de Processo Civil. (Redação dada pela Lei nº 6.071, de 1974). Assim sendo, prevê o decreto apenas a conversão na ação de depósito, pelo que o pedido formulado carece de previsão legal. Ademais, não é possível a conversão de ação de procedimento especial para o procedimento comum sumário, sem a alteração da causa de pedir, o que demandaria oitiva prévia do réu, como se vê: AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. DECRETO-LEI N. 911/1969. REQUERIMENTO DE CONVERSÃO PARA AÇÃO DE COBRANÇA. HIPÓTESE NÃO CONTEMPLADA EM LEI. MUTATIO LIBELLI. POSSIBILIDADE, DESDE QUE HAJA ANUÊNCIA DO RÉU E AUSÊNCIA DE DECISÃO SANEADORA (Art. 264 DO CPC). INEXISTÊNCIA, NO CASO, DE FORMULAÇÃO DE NOVO PEDIDO. SENTENÇA EXTRA PETITA. NULIDADE CONHECIDA DE OFÍCIO. RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM PARA O REGULAR PROCESSAMENTO DO FEITO. (TJ-SC - AC: 495533 SC 2011.049553-3, Relator: Jorge Luiz de Borba, Data de Julgamento: 21/09/2011, Segunda Câmara de Direito Comercial, Data de Publicação: Apelação Cível n., de Guaramirim)Por tal, indefiro o pedido, determinando que o autor requeira o que de direito em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento.Cumpra-se. Cerejeiras-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Roberta Cristina Garcia Macedo Juíza de Direito.

Proc.: 0010709-28.2007.8.22.0013
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:M. J. Comércio de Cereais Ltda.
Advogado:Deisiany Sotelo Veiber (RO 3051)
Executado:Estado de Rondônia
DESPACHO:
Considerando que o Estado de Rondônia já foi citado em cumprimento de SENTENÇA (fl. 193), apresentando embargos, que já foram julgados (fls. 197/204). Novamente, pugna a exequente pela execução (fls. 215/239) na forma do art. 580 do Código de Processo Civil, pugnando por atos executivos de constrição de bens. Porém, é caso de execução na forma do art. 730 do Código de Processo Civil, ante a garantia de impenhorabilidade dos bens pertencentes aos entes federativos. Assim sendo, e considerando que no Estado de Rondônia o teto para a expedição de RPV é de 10 (dez) salários mínimos, de acordo com o art. 1°, da Lei Estadual n. 1.788/2007, intime-se a exequente a informar se pretende a renúncia do excedente ou a sua inclusão na ordem do precatório. Havendo pedido de inclusão pelo regime do precatório, esclareço que se relativo a precatório humanitário, o requerimento deverá ser realizado diretamente à Presidência do Tribunal de Justiça. Antes se de expedir precatório, dê-se vista à Fazenda executada para que informe se existem débitos líquidos e certos, inscritos ou não em dívida ativa e constituídos contra o credor original pela Fazenda Pública devedora, incluídas parcelas vincendas de parcelamentos, para fins de abatimento, em 30 (trinta) dias, sob pena de perda do direito, na forma do art. 100, §§ 9° e 10° da Constituição Federal. Oficie-se à SEFIN solicitando a devolução dos cheques de n. 850306 e 850340 do Banco do Brasil, constando a autora como emitente. Intime-se. Cumpra-se. Cerejeiras-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Roberta Cristina Garcia Macedo Juíza de Direito

Proc.: 0003103-36.2013.8.22.0013
Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente:K. R. D. U.
Advogado:Defensor Publico (RO. 000.)
Requerido:J. S. U.
Advogado:Josana Guaitolini Alves (RO 5682)
Fica a advogada do requerido intimada para, no prazo de 10 dias, especificar as provas que pretende produzir, nos termos do art. 407, do CPC.

Proc.: 0000894-31.2012.8.22.0013
Ação:Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Cível)
Exequente:Robério José Vilar
Advogado:Wagner Aparecido Borges (OAB/RO 3089)
Executado:Portela Ochiai Comércio de Veículos Ltda, N. P. Veículos Multimarcas
Advogado:Yuri Robert Rabelo Antunes (RO 4584), Walter Airam Naimaier Duarte Júnior (OAB/RO 1111), Valdete Minski (RO 3595)
SENTENÇA:
Relatório dispensado nos termos do art. 38, caput, da Lei 9.099/95.Trata-se de execução de título judicial onde a parte exequente informa a satisfação da execução, requerendo a extinção do feito (fl. 121).Pelo exposto, JULGO EXTINTA a execução, nos termos da do art. 794, I, do CPC. Sem custas ou honorários (art. 55 da LJE).P. R. I. Transitada em julgado, dê-se baixa e arquive-se.

Proc.: 0003857-12.2012.8.22.0013
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Shirley Maria da Silva
Advogado:Francisco Lopes da Silva (OAB/RO 3772)
Requerido:Banco Bradesco S/A
Advogado:Wagner Aparecido Borges (OAB/RO 3089), Karina de Almeida Batistuci (SP 178.033), Paula Rodrigues da Silva (SP 221.271)
SENTENÇA:
Intimar as partes sobre a SENTENÇA proferida nos autos, cujo DISPOSITIVO segue transcrito: “ Pelo exposto, JULGO

PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial e condeno a instituição financeira requerida BANCO BRADESCO S/A, e:a) condeno a requerida a restituir à requerente R$ 425,20 (quatrocentos e vinte e cinco reais e vinte centavos), referente ao valor descontado indevidamente da conta da requerida, valor que terá juros de 1% ao mês, a partir da citação, bem como correção monetária desde o respectivo desconto (fl. 17), segundo os índices divulgados pelo TJRO;b) indenizar à requerente o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de danos morais; corrigidos monetariamente e acrescidos de juros legais, a partir da publicação desta DECISÃO. Em consequência, extingo o processo mediante resolução de MÉRITO, nos termos do artigo 269, inciso I, do CPC. Sem custas ou honorários (art. 55 da LJE). P. R. I. Não havendo pedido de execução, dê-se baixa arquive-se."

Proc.: 0000475-74.2013.8.22.0013
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Reginaldo Gervásio Beltrame
Advogado:Mário Guedes Júnior (OAB/RO 190A)
Requerido:Banco Panamericano S.A.
Advogado:Feliciano Lyra Moura (OAB/PE 21714), Moacir Nascimento de Barros (OAB/RO 1747), Claudete Solange Ferreira (RO 972.)
SENTENÇA:
Pelo exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a pretensão formulada por REGINALDO GERVÁSIO BELTRAME em face do BANCO PANAMERICANO S/A, e:a) reconheço como indevida a cobrança realizada mediante a inscrição do nome do requerente nos cadastros de restrição ao crédito (fls. 13), confirmando a DECISÃO de fls. 16/17 e determinando a exclusão definitiva do nome do autor dos órgãos de proteção ao crédito referente a tais débitos, cancelando-os, incidindo multa diária no valor de R$ 50,00 (cinquenta reais) para o caso de descumprimento, limitada ao valor de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), nos termos do artigo 461, § 4º do Código de Processo Civil, e;b) condeno a instituição financeira requerida a pagar ao requerente o valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) a título de danos morais, corrigidos monetariamente e acrescidos de juros legais, a partir da publicação desta DECISÃO. Em consequência, extingo o processo mediante resolução de MÉRITO, nos termos do artigo 269, inciso I, do CPC. Sem custas ou honorários (art. 55 da LJE). P. R. I. Não havendo pedido de execução, dê-se baixa arquive-se.

Osmar Guarnieri
Escrivão Judicial

COMARCA DE COLORADO DO OESTE

POSTO AVANÇADO DE CABIXI

Proc: 1000671-30.2013.8.22.0012
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Capeletti & Cia. Ltda. ME(Exequente)
Advogado(s): Elaine Aparecida Perles(OAB 2448 RO)
Silvano Pereira de Souza(Executado)
Capeletti & Cia. Ltda. ME(Exequente)
Advogado(s): Elaine Aparecida Perles(OAB 2448 RO)
Silvano Pereira de Souza(Executado)
FINALIDADE: Intimar o requerente por via de seu advogado para, no prazo de 05(cinco) dias impulsionar o feito, sob pena de extinção e arquivamento.

1º JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
email: colcivel@tjro.jus.br
Fórum: Joel Quaresma de Moura
Juiz de Direito da Vara Cível: Cristiano Gomes Mazzini
Colorado do Oeste-RO
Rua Humaitá, n. 3879

Proc.: 0000179-21.2014.8.22.0012
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Edener Marques Duque
Advogado:Amedas Silveira Carvalho (OAB/RO 376-B)
Requerido:Estado de Rondônia, Município de Colorado do Oeste
Advogado:Advogado Não Informado (000)
DESPACHO:
Proceda-se as retificação requestadas à fl. 131. Após, intime-se o autor para emendar a inicial, conforme DESPACHO de fl. 130, haja vista que não consta nos autos qualquer publicação de sua intimação.Colorado do Oeste-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Eli da Costa Júnior Juiz de Direito

Proc.: 0001726-33.2013.8.22.0012
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Christian Gurkewicz Ferreira
Advogado:Gilvan Rocha Filho (OAB/RO 2650)
Requerido:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Advogado Não Informado (000)
DECISÃO:
O recurso inominado é próprio e tempestivo. Assim, o recebo apenas no efeito devolutivo, nos moldes do art. 43 da Lei 9.099/95. Tendo em vista que a recorrida já apresentou suas contrarrazões, remetam-se os autos à Turma Recursal, com as nossas homenagens.Colorado do Oeste-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Eli da Costa Júnior Juiz de Direito

Proc.: 0001728-03.2013.8.22.0012
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Reginaldo Fernandes de Oliveira
Advogado:Gilvan Rocha Filho (OAB/RO 2650)
Requerido:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Advogado Não Informado (000)
DECISÃO:
O recurso inominado é próprio e tempestivo. Assim, o recebo apenas no efeito devolutivo, nos moldes do art. 43 da Lei 9.099/95. Tendo em vista que a recorrida já apresentou suas contrarrazões, remetam-se os autos à Turma Recursal, com as nossas homenagens.Colorado do Oeste-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Eli da Costa Júnior Juiz de Direito

Proc.: 0002696-33.2013.8.22.0012
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Noeli de Fátima Gasparim Silva
Advogado:Sérgio Cristiano Correa (OAB/RO 3492)
Requerido:Estado de Rondônia
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Certidão de Publicação:
Fica a parte autora intimada através de seu advogado a impugnação a contestação apresentada pelo requerido, no prazo de 15 dias.

Proc.: 0002698-03.2013.8.22.0012
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Eduardo Areias Louzada Neves
Advogado:Sérgio Cristiano Correa (OAB/RO 3492)
Requerido:Estado de Rondônia
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Certidão de Publicação:
Fica a parte autora intimada através de seu advogado a impugnação a contestação apresentada pelo requerido, no prazo de 15 dias.

Geralda Marta de Souza Gomes Cardoso
Escrivão Judicial

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

CEJUSC - Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania
Juizado Especial Cível de Colorado do Oeste, RO
Email: jecivelcol@tjro.jus.br

Proc: 1001079-55.2012.8.22.0012
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Lucinei Neris de Souza(Requerente)
Advogado(s): Moacir Nascimento de Barros(OAB 1747 RO)
Transportadora Br Cargo Ltda - EPP(Requerido), Laercio Marcelino ME(Requerido)
Advogado(s): Ariovaldo dos Santos(OAB 92.954 SP)
FINALIDADE:
Intimar a parte autora por intermédio de seu procurador, para no prazo de cinco(05) dias comprovar nos autos o saque ao alvará retro.

Proc: 1000770-39.2009.8.22.0012
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Érico Jorge da Cunha Batista(Requerente)
Advogado(s): Leandro Augusto da Silva(OAB 3392 RO)
Telemar Norte Leste S.A.(Requerido)
Advogado(s):RENATO DA COSTA CAVALCANTE JÚNIOR(OAB 2390 RO), MARLEN DE OLIVEIRA SILVA(OAB 2928 RO), Cintia Sabia de Campos Okimoto(OAB 3570 RO)
FINALIDADE: Intimar autor e requerido, por intermédio de seus procuradores, para manifestarem sobre os valores remanescentes, conforme ofício do Banco do Brasil, nº 160/2014.

Proc: 1000579-52.2013.8.22.0012
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Capeletti & Cia. Ltda. ME(Requerente)
Advogado(s): Elaine Aparecida Perles(OAB 2448 RO)
Paulo Fagundes(Requerido)
FINALIDADE:
Intimar a parte autora, por intermédio de sua Advogada, para no prazo de cinco(05) dias, dar prosseguimento no feito, com as diligências que entender necessárias, sob pena de extinção do feito no estado em que se encontra.

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
email: colcivel@tjro.jus.br
Fórum: Joel Quaresma de Moura
Juiz de Direito da Vara Cível: Cristiano Gomes Mazzini
Colorado do Oeste-RO
Rua Humaitá, n. 3879

Proc.: 0000226-92.2014.8.22.0012
Ação:Conversão de Separação Judicial em Divórcio
Requerente:V. da S.
Advogado:Defensoria Pública do Estado de Rondônia (não informado)
Requerido:G. S. S.
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Requerido:Geni Souza Santos-atualmente em local incerto e não sabido
EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO
PRAZO: 30 dias
FINALIDADE
01 - CITAR: parte requerida acima qualificada dos termos da presente ação contra ele imposta.
02 - INTIMAR: para querendo, apresentar contestação no prazo de 15 dias, contados, após o decurso do prazo do edital
03- DESPACHO: Recebo a inicial e defiro a gratuidade.Cite-se por edital.Transcorrido o prazo sem manifestação da parte requerida, desde já, nomeio a DPE para que promova a defesa, respeitando os prazos legais.Expeça-se o necessário.Colorado do Oeste-RO, quarta-feira, 29 de janeiro de 2014.Eli da Costa Júnior Juiz de Direito

Proc.: 0000026-56.2012.8.22.0012
Ação:Monitória
Requerente:Comércio de Material de Construção Amarante Ltda
Advogado:Claudio Costa Campos (OAB/RO 3508)
Requerido:Sandra Carneiro da Silva
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Fica a parte autora, intimada através de seu advogado a impulsionar o feito, no prazo de 05 dias, sob pena de arquivamento/extinção.

Proc.: 0000568-40.2013.8.22.0012
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Damião Taveiro da Silva
Advogado:Valmir Burdz (OAB/RO 2086), Leandro Augusto da Silva (OAB/RO 3392)
Requerido:Sabemi Seguradora Sa
Advogado:Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434), Moacir Nascimento de Barros (OAB/RO 1747)
Fica a parte autora intimada a apresentar alegações finais em memoriais, no prazo de 05 dias.

Proc.: 0002556-96.2013.8.22.0012
Ação:Inventário
Inventariante:Elizângela Lima Oliveira
Advogado:Mauri Carlos Mazutti (OAB/RO 312B)
Inventariado:Espólio de Ricardo José do Nascimento
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Fica a parte inventariante intimada através de seu advogado a impugnar a contestação
apresentada pela herdeira Rafaela Chaves do Nascimento, no prazo de 15 dias.

Proc.: 0001901-27.2013.8.22.0012
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Albina Prestes Scarmucin
Advogado:Eliane Duarte Ferreira (OAB/RO 3915)
Requerido:Embratel-Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A
Advogado:Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2.913)
FINALIDADE: Intimar a requerente por via de seu advogado para comparecer no Cartório para levantamento de alvará expedido em seu nome, no prazo de 05(cinco) dias.

Proc.: 0000821-28.2013.8.22.0012
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Douglas Peixoto da Silva
Advogado:Elaine Aparecida Perles (OAB/RO 2448)
Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado:Ubirajara Rodrigues Nogueira de Rezende (OAB/RO 1571), Jacimar Pereira Rigolon (OAB/RO 1740)
FINALIDADE: Intimar a parte requerente por via de seu advogado para comparecer em Cartório para levantamento de alvará expedido em seu nome, no prazo de 05(cinco) dias.

Proc.: 0002310-03.2013.8.22.0012
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S/A
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Executado:Leonildo Aparecido do Prado, Prado & Jorge Comércio de Armarinhos Ltda Me, Cleuza Jorge do Prado
Advogado:Advogado Não Informado (000), Simoni Rocha (OAB/RO 2966)
FINALIDADE: Intimar a parte exequente por via de seu advogado para imppulsionar o feito, no prazo de 05(cinco) dias, sob pena de extinção e arquivamento.

Proc.: 0002618-39.2013.8.22.0012
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Thais Tack Fernandes da Silva
Advogado:Leandro Márcio Pedot (OAB/RO 2022)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat S.a.
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)
FINALIDADE: Intimar a parte requerente por via de seu advogado para, no prazo de 10(dez) dias apresentar impugnação à Contestação nos autos.

Proc.: 0002735-30.2013.8.22.0012
Ação:Monitória
Requerente:Canopus Administradora de Consórcios S. C. Ltda.
Advogado:Marcelo Brasil Saliba (OAB/MT 11546A)
Requerido:Paulo Sérgio de Souza
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Certidão de Publicação: Intimar a parte Requerente através de seu procurador devidamente constituído para apresentar novo endereço no prazo de 05 (cinco) dias, haja vista não ter sido localizado via Oficial de Justiça (fl.69 Verso).

Proc.: 0000723-43.2013.8.22.0012
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Pemaza S.a.
Advogado:Wagner Aparecido Borges (OAB/RO 3089)
Executado:W. R. Colchões e Eletrodomésticos Ltda.
Advogado:Advogado Não Informado
FINALIDADE: Intimar a parte autora para impulsionar o feito no prazo de cinco dias, sob pena de extinção.

Proc.: 0002073-66.2013.8.22.0012
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Mercantil Triângulo Ltda Me
Advogado:Jetro Vasconcelos Carapiá Canto (OAB/RO 4.956)
Requerido:Claudemir Maldi, Claudemir Maldi
Advogado:Advogado Não Informado
FINALIDADE: Intimar a parte autora para pagar a taxa de publicação do edital de citação, no valor de R$ 18,46 (dezoito reais e quarenta e seis centavos),
comprovando-se nos autos, no prazo de cinco dias..

Proc.: 0000636-87.2013.8.22.0012
Ação:Habilitação de Crédito
Requerente:Sebastião José Lube
Advogado:Gilvan Rocha Filho (OAB/RO 2650)
Requerido:Espólio de Maria Aparecida Silva, Espólio de João Carlos da Silva
Advogado:Leandro Augusto da Silva (OAB/RO 3392)
FINALIDADE: Intimar a parte autora para impulsionar o feito no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção.

Proc.: 0000939-72.2011.8.22.0012
Ação:Inventário
Inventariante:Fabiana Carla da Silva
Advogado:Simoni Rocha (OAB/RO 2966), Maila Suzamar da Rocha (OAB/MT 12690)
Inventariado:Espólio de Maria Aparecida Silva, João Carlos da Silva, Luis Mateus de Oliveira
Advogado:Advogado Não Informado
FINALIDADE: Intimar a parte autora para impulsionar o feito no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção.

Proc.: 0000259-82.2014.8.22.0012
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Aparecida Silva Santos
Advogado:Amedas Silveira Carvalho (OAB/RO 376-B)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social-INSS
Advogado:Advogado Não Informado (000)
DECISÃO:
1 – Recebo a ação. Defiro a gratuidade requerida;2 – Cite-se, na forma requerida na inicial, para responder, no prazo legal, devendo apresentar desde logo os quesitos que entender pertinente.3 - Após decorrido o prazo da contestação, que é de 60 dias (CPC, art. 188), com ou sem esta, intime-se as partes para que especifiquem as provas que pretendem produzir, de forma pormenorizada. 4 - Quanto ao pedido de tutela antecipada para determinar ao órgão previdenciário o pagamento imediato de um salário mínimo mensal, após detida análise dos autos entendo por bem indeferir o pedido, já que não se encontram

preenchidos os requisitos autorizadores da medida.É sabido que para a concessão da antecipação de tutela pretendida, necessária a demonstração da presença da verossimilhança das alegações e da possibilidade de dano irreparável ou de difícil reparação, os quais, no caso, não se verificam presentes. Conforme consta dos autos o conjuge da autora faleceu em 16/02/1999, entretanto, somente agora, decorrido mais de 14 anos, é que a requerente veio bater às portas do Judiciário pleiteando o benefício supostamente indeferido pelo réu, o que deixa claro que não ocorrerá dano irreparável ou de difícil reparação aguardar até a DECISÃO final do feito.Ora, se até o momento a autora suportou o seu próprio sustento sem o recebimento do benefício ora pleiteado, não haverá de ter maiores dificuldades em aguardar o deslinde do feito.Ademais, verifico ainda a ausência da verossimilhança nas alegações, uma vez que, não obstante haja início de prova material da condição de segurado especial do de cujus, consoante certidão de casamento de fl. 12, entendo que aludida prova material encontra-se muito distante da data em que ocorreu o evento morte, de modo que nesta época o de cujus já não poderia mais ostentar a condição de segurado.Isso posto, indefiro o pedido de antecipação dos efeitos da tutela, pleiteados. 5 – Expeça-se o necessário para a citação do requerido. Intimem-se, expedindo-se o necessário. Colorado do Oeste-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Eli da Costa Júnior Juiz de Direito

Proc.: 0000261-52.2014.8.22.0012
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Oklislene Gracioli Guimarães, Leonardo Guimarães Golfetto
Advogado:Grasiela Albina Castaman Victória (DF 30573)
Requerido:Claro S A
Advogado:Advogado Não Informado (000)
DESPACHO:
1 – Recebo a ação. Defiro, provisoriamente, a gratuidade, que poderá ser revogada há qualquer momento, desde que verificada a possibilidade de pagamento das custas e demais consectários. 2 – Considerando a implantação da Central de Solução de Conflitos e Cidadania, de acordo com a Resolução n. 008/2013-PR, disponível no DJ de n. 098, de 29/5/2013, procedo a remessa destes autos para fins de designação e realização da audiência de conciliação (art. 12, III do Provimento). Não havendo acordo, a parte requerida deverá, no prazo de 15 dias, apresentar contestação, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos alegados pela parte autora.As providências de citação e intimação das partes ficarão a cargo da CEJUSC. Consigne-se na citação que, não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor (CPC, arts. 285 e 319).3 – Não havendo acordo, com a juntada da contestação, dê-se vistas a parte autora para impugnação por 10 dias.4 – Empós, intimem-se para especificação de provas, no prazo de 5 dias, desde que de forma pormenorizada, justificando sua pertinência, sob pena de preclusão e julgamento conforme o estado do processo.5 - Desde já, inverto o ônus da prova, tendo em vista a patente relação de consumo que gerou a demanda, bem como, considerando a hipossuficiência da parte autora em relação à requerida, nos moldes do art. 6º, inciso VIII do CDC.6 – Expeça-se o necessário para a citação do requerido. Intime-se o requerente do presente DESPACHO.Intime-se o requerente do presente DESPACHO.Colorado do Oeste-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Eli da Costa Júnior Juiz de Direito

Proc.: 0000170-98.2010.8.22.0012
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Banco Panamericano S.a.
Advogado:Francisco Morato Grenitte (OAB-SP 98479), Leislie F. Haenisch (OAB/MT 5860), Jose Martins (OABSP 4824), Joyce de Paula (OAB/SP 73266), Paulo Nogueira (AC 1.132), Yves Alessandro Russo Zamataro (SP 115.924), Ibsen Souza de Albuquerque Lima (OAB/SP 37781), Maria de Fatima Machado (SP 103.426), Luciana Bergue (OAB/SP 214207), André Luiz Monte Bastos (SP 246.555), Meliza Colonnese (OAB/SP 146466), Sandra Regina Costa (SP 247.520), Jackson Wagner Rodrigues dos Santos (SP 226.132), Mariana Baptistão Pires (SP 225.799), Francisco Duque Dabus (SP 248505), Aline Perez Sucena (SP 194160), Fabrício Gomes (TO 3350), Renato Costa Queiroz (SP 153584), Viviane Tavares de Oliveira (GO 24320), Aleksander Pasoti Fossa (SP 262323), Amanda Betine Freitas (DF 22743), Daniel Marquetti (PR 47722), Daniela Bett (SP 277429), Diana Lahdo (MS 12904), Denilson Vaz de Mesquita (SP 278916), Diego Vinícius de Souza (SP 261595), Guilherme Castro Alves Cardoso (SP 267664), Marcela Freitas de Macedo (GO 27100), Rodolfo Dantas de Souza (SP 161848), Rodrigo Alves Sunega (SP 272196)
Requerido:Edivam José Zabot
Advogado:Advogado Não Informado (000)
DESPACHO:
Considerando que fora consolidada a propriedade e a posse plena do veículo em questão ao patrimônio do promovente, defiro o pedido de fl. 78/79, para baixa da restrição judicial lançada no veículo, desde que a aludida restrição refira-se ao presente processo. Expeça-se o necessário. Após, arquive-se. Colorado do Oeste-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Eli da Costa Júnior Juiz de Direito

Proc.: 0001867-52.2013.8.22.0012
Ação:Inventário
Inventariante:Cícero João de Souza
Advogado:Simoni Rocha (OAB/RO 2966)
Inventariado:Espólio de Joao Roberto de Souza
Advogado:Advogado Não Informado (000)
DESPACHO:
Proceda-se conforme requerido pelo Ministério Público. Intime-se o inventariante para sanar as omissões. Expeça-se o necessário.Colorado do Oeste-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Eli da Costa Júnior Juiz de Direito

Proc.: 0002297-04.2013.8.22.0012
Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente:L. M. dos S.
Advogado:Simoni Rocha (OAB/RO 2966)
Requerido:G. dos S. G.
Advogado:Maycon Cristian Pinho (OAB/RO 2030A)
SENTENÇA:
Tendo em vista que os interesses do menor restaram suficientemente preservados HOMOLOGO, para que surta os efeitos legais, o acordo entabulado entre as partes, e como consequência, declaro resolvido o MÉRITO, nos termos do artigo 269, inciso III, do Código de Processo Civil. Autorizo eventuais levantamentos de documentos, com exceção das procurações, mediante cópia e recibo nos autos. Custas e lei. Procedidas as baixas, anotações e comunicações necessárias, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Colorado do Oeste-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Eli da Costa Júnior Juiz de Direito

Proc.: 0002086-02.2012.8.22.0012
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ana Teixeira de Abreu Silva
Advogado:José Roberto Migliorança (OAB/RO 3000)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social-INSS
Advogado:Soeni de Souza Machado ( )
DECISÃO:
Considerando que o benefício previdenciário fora implantado no mês de junho/2013 e não no mês de setembro/2013, conforme anunciado pelo exequente, e, considerando ainda o que fora relatado pela contadoria judicial, no sentido de que o valor do débito equivale ao que fora apresentado pela executada, homologo os cálculos apresentados por esta, em detrimento daqueles apresentados pelo exequente. Intime-se. Aguarde-se o prazo de eventual recurso. Preclusa a DECISÃO, expeça-se RPV. Cumpra-se. Ciência as partes.Colorado do Oeste-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Eli da Costa Júnior Juiz de Direito

Proc.: 0000290-39.2013.8.22.0012
Ação:Monitória
Requerente:K. & L. L. M. A. O.
Advogado:Claudio Costa Campos (OAB/RO 3508)
Requerido:A. C. D. A.
Advogado:Advogado Não Informado (000)
DESPACHO:
Altere-se a classe para cumprimento de SENTENÇA.Defiro o pedido de penhora via Bacenjud.A penhora online não surtiu os efeitos esperados, ou seus efeitos foram ínfimos. Assim, intime-se o exequente para que impulsione o feito, no prazo de 05 dias, sob pena de arquivamento, em analogia ao parágrafo quinto do art. 475-J. Colorado do Oeste-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Eli da Costa Júnior Juiz de Direito

Proc.: 0001982-44.2011.8.22.0012
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Marines Jordani Mariano
Advogado:Mauri Carlos Mazutti (OAB/RO 312B)
Executado:Centrais Elétricas de Rondônia S/A - CERON
Advogado:Pedro Origa (OAB/RO 1953), Pedro Origa Neto (RO 02-A), Fábio Antônio Moreira (OAB/RO 1553)
DESPACHO:
Defiro o pedido de penhora via Bacenjud.A penhora online surtiu efeitos, conforme extrato em anexo. Assim, convolo o bloqueio judicial em penhora, indedente de termo, intimando-se o executado, inclusive para, querendo, embargar a constrição da forma que entender pertinente. Decorrido o prazo, intime-se o exequente para impulsionar o feito, no prazo de 05 dias, sob pena de arquivamento, em analogia ao parágrafo quinto do art. 475-J.Intimem-se. Colorado do Oeste-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Eli da Costa Júnior Juiz de Direito

Proc.: 0002286-72.2013.8.22.0012
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Marcos Souza dos Santos
Advogado:Maycon Cristian Pinho (OAB/RO 2030A)
Requerido:Banco Semear Sa
Advogado:Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB/MG 96.864)
SENTENÇA:
SENTENÇA HOMOLOGO, para que surta os efeitos legais, o acordo entabulado entre as partes (fls. 63/64), que se regerá pelas cláusulas e condições ali expostas e, via de consequência, julgo EXTINTO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do artigo 269, inciso III, do Código de Processo Civil.Autorizo eventuais levantamentos de documentos, com exceção das procurações, mediante cópia e recibo nos autos. Custas de lei. Procedidas as baixas, anotações e comunicações necessárias, arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Colorado do Oeste-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Eli da Costa Júnior Juiz de Direito

Proc.: 0000970-24.2013.8.22.0012
Ação:Embargos à Execução
Embargante:José Raimundo
Advogado:Pericles Landgraf Araujo de Oliveira (OAB/PR 18294), Luiz Marques Dias Neto (OAB/PR 43408), Henrique Jambiski Pinto dos Santos (OAB/PR 31694), Fausto Luís Morais da Silva (OAB/PR 36427)
Embargado:Banco da Amazônia S/A
Advogado:Aline Fernandes Barros (OAB/RO 2708), Michel Fernandes Barros (OAB/RO 1790)
DESPACHO:
A escrivania deverá se atentar ao requerimento de publicação em nome do patrono, conforme requerido (fl. 647).Recebo o recurso de Apelação.Considerando que o apelado já apresentou suas contrarrazões, encaminhem-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, com as homenagens de estilo.Colorado do Oeste-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Eli da Costa Júnior Juiz de Direito

Proc.: 0002304-64.2011.8.22.0012
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Gilmar Antônio Federle
Advogado:Claudio Costa Campos (OAB/RO 3508)
Executado:Giancarlo Rebelato
Advogado:Jeverson Leandro Costa (OAB/RO 3134), Marianne Almeida e Vieira de Freitas Pereira (OAB/RO 3046)
DESPACHO:
Intime-se a parte executada, conforme requerido (fl. 84). Colorado do Oeste-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Eli da Costa Júnior Juiz de Direito

Proc.: 0001944-61.2013.8.22.0012
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:José Ayrton da Silva, Ariacilho Duarte da Silva, Sirlene Gonçalves Bento, Evaldo Bento
Advogado:Eliane Duarte Ferreira (OAB/RO 3915)
Executado:Banco do Brasil S/a
Advogado:Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB/PR 8123)
DESPACHO:
Recebo o recurso de Apelação.Considerando que o apelado já apresentou suas contrarrazões, encaminhem-se os autos ao egrégio Tribunal de Justiça do Estado, com as homenagens de estilo.Colorado do Oeste-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Eli da Costa Júnior Juiz de Direito

Proc.: 0022900-40.2009.8.22.0012
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Credisul Cooperativa de Crédito Rural do Sul de Rondônia Ltda.
Advogado:Agenor Martins (OAB/RO 654-A)
Executado:Silvio Ney Borino

Advogado:Josafá Lopes Bezerra (OAB/RO 3165), Gilvan Rocha Filho (OAB/RO 2650)
DESPACHO:
Defiro o pedido (fl. 480) e, consequentemente, suspendo o feito por 30 dias. Transcorrido o prazo sem resposta, reitere-se o ofício, conforme requerido.Colorado do Oeste-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Eli da Costa Júnior Juiz de Direito

Proc.: 0002510-10.2013.8.22.0012
Ação:Monitória
Requerente:Credicol Factoring Fomento Mercantil Ltda
Advogado:Leandro Augusto da Silva (OAB/RO 3392), Valmir Burdz (OAB/RO 2086), Renato Avelino de Oliveira Neto (OAB/RO 3249), Roniéder Trajano Soares Silva (OAB/RO 3694)
Requerido:Geralda Luiz dos Santos
Advogado:Advogado Não Informado (000)
DESPACHO:
Cite-se por edital.Transcorrido o prazo sem manifestação do requerido, desde já, nomeio a DPE para que promova a defesa, respeitando os prazos legais.Intime-se.Expeça-se o necessário. Colorado do Oeste-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Eli da Costa Júnior Juiz de Direito

Proc.: 0001487-29.2013.8.22.0012
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Gercino Pereira de Souza
Advogado:Vangivaldo Bispo Filho (OAB/RO 2732)
Requerido:Americel S.a Claro
Advogado:Alice Reigota Lira (OAB/RO 352-B), Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76.696)
SENTENÇA:
III- DISPOSITIVO Posto isso, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO formulado por GERCINO PEREIRA DE SOUZA em face de AMERICEL S/A (CLARO) para: a) tornar definitiva a antecipação de tutela (fl. 25);b) Condenar a requerida a pagar ao requerente a quantia equivalente a R$ 5.000,00 (cinco mil reais), pelos danos morais sofridos por este, corrigida monetariamente pelos índices determinados pela Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, calculados a partir da data da publicação desta DECISÃO, por ser o momento de arbitramento do quantum debeatur. Assim, os acessórios vencidos deverão ser considerados embutidos no valor da indenização ora fixada.Por fim, declaro extinto o processo com julgamento do MÉRITO, na forma do art. 269, inc. I, do Código de Processo Civil.Condeno a requerida, ainda, ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios que, nos termos do art. 20,§3º, do CPC, fixo em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, considerando a natureza e a importância do trabalho realizado.Registro, por oportuno, que, nos termos da Súmula n. 326 do STJ, na ação de indenização por dano moral, a condenação em montante inferior ao postulado na inicial não implica sucumbência recíproca.Após o trânsito em julgado desta DECISÃO, deverá a parte autora proceder na forma do art. 475-J do CPC.P.R.I.C.Colorado do Oeste-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Eli da Costa Júnior Juiz de Direito

Proc.: 0000086-92.2013.8.22.0012
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Porto Ferragens Ziles e Notaro Ltda Me
Advogado:Claudio Costa Campos (OAB/RO 3508)
Requerido:Silva & Smerdek Ltda
Advogado:Advogado Não Informado (000)
DESPACHO:
Defiro o pedido.Em consulta ao sistema RENAJUD não foram encontrados veículos em nome da devedora para bloqueio. Requeira o credor o que de direito no prazo de 10 dias.Colorado do Oeste-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Eli da Costa Júnior Juiz de Direito

Proc.: 0001307-13.2013.8.22.0012
Ação:Monitória
Requerente:Rilemar Confecções e Bijuterias Ltda.
Advogado:Claudio Costa Campos (OAB/RO 3508)
Requerido:Suelia Diana de Souza
Advogado:Advogado Não Informado (000)
DESPACHO:
Altere-se a classe para cumprimento de SENTENÇA.Defiro o pedido.Em consulta ao sistema RENAJUD não foram encontrados veículos em nome da devedora para bloqueio. Requeira o credor o que de direito no prazo de 10 dias.Colorado do Oeste-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Eli da Costa Júnior Juiz de Direito

Geralda Marta de Souza Gomes Cardoso
Diretora de Secretaria

COMARCA DE ESPIGÃO D´OESTE

1º CARTÓRIO

1º Cartório

Proc.: 0005256-57.2013.8.22.0008
Ação:Alvará Judicial
Requerente:Amanda Cristina de Souza Trombetta, João Victor de Souza Trombetta
Advogado:Ana Rita Côgo (RO 660), Inês da Consolação Côgo (RO 3412)
DESPACHO:
Defiro o pedido do Ministério Público fls. 26, encaminhem-se os autos ao oficial de justiça para que realize avaliação do imóvel rural.Após, dê-se nova vista ao Ministério Público.C.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0024786-33.2002.8.22.0008
Ação:Ação Civil de Improbidade Administrativa
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia/ro
Advogado:Promotor de Justiça (0000)
Requerido:Autran Noronha de oliveira, Maria Givaldete de Andrade, Ivani Lourdes Conte, Carlos Roberto da Silva
Advogado:Advogado não Informado (00000), Valter Dantas da Silva (RO 305-B), Paulo César de Oliveira (RO 685), Ellen C. Henrique de Oliveira (RO 782), Valter Dantas da Silva (RO 305-B), Paulo César de Oliveira (RO 685), Ellen C. Henrique de Oliveira (RO 782), Inês da Consolação Côgo (RO 3412), Ana Rita Côgo (RO 660)
SENTENÇA:
Com fundamento no art. 794, II, do Código Processo Civil, HOMOLOGO, por SENTENÇA, o acordo realizado entre

o Ministério Público e o executado Carlos Roberto da Silva, noticiado às fls. 589/590 dos autos, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Suspendo o feito até integral cumprimento do acordo. Decorrido tal prazo, sem manifestação arquive-se.Oficie-se a Prefeitura Municipal para que promova os descontos em folha de pagamento, conforme consta no acordo de fl. 590.IC.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0002214-97.2013.8.22.0008
Ação:Embargos à Execução
Embargante:Adriano Renato Diehl
Advogado:Valter Henrique Gundlach (OAB/RO 1374)
Embargado:Banco da Amazônia S/a Basa
Advogado:Gilberto Silva Bonfim (OAB/RO 1727)
DESPACHO:
DESPACHO O Embargante deve instruir os Embargos com as cópias do processo principal (art. 736, §único do CPC) que possibilite a análise deste feito, como: cópia do título executado, cópia do MANDADO de citação; cópia do carimbo da juntada do MANDADO (para fins de verificar o prazos), etc., pois os Embargos corre apartado e sem apensamento nos autos principais.Intime-se para as providências em 05 dias. Após, deliberarei quanto à tempestividade, para fins de recebimento, bem como os efeitos e apreciarei o pedido de medida liminar em embargos à execução para vedar a inclusão do nome dos devedores dos cadastros de proteção ao crédito.C.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0001475-27.2013.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:G. P. de F.
Advogado:Marcelo Augusto Oliveira de Carvalho (RO 338-B)
Requerido:T. A. D.
Advogado:Defensoria Pública do Estado de Rondônia ( )
DESPACHO:
DESPACHO Diga as partes se tem outras provas a produzir, justificando a utilidade e pertinência. Intimem-se.IC.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0003176-23.2013.8.22.0008
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Requerente:Juliano Maurício de Viveiros Nascimento
Requerido:Colchões e Estofato Portal
Advogado:Celso Nobuyuki Yokota (OAB/PR 33389)
DESPACHO:
Verifico que houve contestação às fls. 13/19 por empresa estranha aos autos e sem apresentação dos documentos constitutivos da emrpesa.Assim, intime-se a contestante para esclarecer o motivo de ter comparecido aos autos, tendo em vista que a empresa requerida se trata de “Colchões e Estofato Portal”.Intime-se pelo advogado mencionado às fls. 19, item 5 via DJE.I.C.Espigão do Oeste-RO, domingo, 8 de dezembro de 2013.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0001919-60.2013.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Josevania Ávila de Oliveira
Advogado:Jackeline Coelho da Rocha (RO 1521)
Requerido:Caixa Econômica Federal - CEF
DECISÃO:
Vistos, etc...JOSEVÂNIA AVILA DE OLIVEIRA propôs Ação declaratória negativa de débito c/c pedido de indenização por danos morais em face de CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEP, sob o fundamento de que seu nome foi inscrito no cadastro de devedores inadimplentes indevidamente. Requereu a declaração de inexistência de débito e indenização por dano moral. Juntou documentos às fls. 12/57.Às fls. 59/78 a requerida contestou o pedido, alegando em sede de preliminar a incompetência da justiça estadual, vez que a requerida é empresa pública federal. Alegou também, a ilegitimidade passiva ad causam, bem como a regularidade dos atos praticados pela Caixa Econômica e a inexistência de dano moral.Às fls. 80/90 a requerente impugnou a contestação, concordando com a declaração de incompetência e requerendo que o presente feito seja encaminhado à Justiça Federal.É o relatório. Decido.Em análise ao feito, vejo que razão assiste à requerida.Pois bem, nos termos do art. 109, I da Constituição Federal, compete aos juízes federais processar e julgar “as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidente de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho”.Assim, como a Caixa Econômica Federal é empresa pública federal, criada pelo Decreto 2.723 de 12 de janeiro de 1861, gozando do foro constitucionalmente definida, é indiscutível o reconhecimento da incompetência absoluta da Justiça Estadual.Vale ressaltar de que o presente caso não se nas enquadra nas hipóteses de competência delegada, prevista no artigo 15 da Lei n° 5.010/1966, em que o juízo estadual pode processar e julgar o feito, originariamente de competência da justiça federal.Ademais, a própria requerida não se opôs no reconhecimento da incompetência absoluta da requerida.Ressalto que conforme o artigo 113, §2º do Código de Processo Civil, em casos de declaração de incompetência absoluta, somente os atos decisórios serão nulos e os autos serão remetidos ao juiz competente.Ante o exposto, acolho a preliminar arguida pela requerida a fim de RECONHECER E DECLARAR A INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DA JUSTIÇA ESTADUAL para o julgamento do feito, anulando os atos decisórios e determinando a remessa dos autos para a Justiça Federal, subseção de Vilhena/RO.Intimem-se.Cumpra-se. Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0000777-21.2013.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Gráfica O Cone Sul Ltda Me
Advogado:Jackeline Coelho da Rocha (RO 1521)
Requerido:Ayres Com. de Equip. Gráficos Ltda
Advogado:Marcelo Vendrusculo (RO 304-B)
DECISÃO:
Cuida-se de Ação Desfazimento contratual c/c pedido de cancelamento de protesto e indenização por danos morais e materiais proposta por Gráfica o Cone Sul Ltda, em desfavor de Ayres Com. de Equip. Gráficos Ltda.DESPACHO inicial fls. 67.Às fl. 70/84, contestação pugnando pela improcedência do pedido inicial, em consequência a condenação da autora em litigância de má-fé.Impugnação apresentada às fls. 108/133, ratificando o pedido inicial.Decido.In casu, não há preliminares a serem analisadas, bem como inexistem questões processuais pendentes.Portanto, dou o feito por saneado. Defiro a produção de prova testemunhal, conforme requerido pelas partes fls.

371/372.Designo desde já audiência de instrução para o dia 26/03/2014 às 09h:00min.Intimem-se as partes, bem como as testemunhas arroladas às fls. 118/119 e 120/121.Expeça-se o necessário.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0004651-14.2013.8.22.0008
Ação:Divórcio Consensual
Requerente:P. D. S. de P. I. B.
Advogado:Lucas Vendrusculo (RO 2666)
Requerido:J. de D. V. C. da C. de E. do O.
SENTENÇA:
PAULO DIVINO SOUZA DE PAULA e IVONE BULLERJAN, qualificados nestes autos, requerem divórcio consensual. Aduzem os requerentes ques estão separados de fato a mais de 06 anos; que na constância do casamento tiveram dois filhos menores; que a guarda dos menores ficará com a requerente conjuge virago a visita será livre, quanto aos alimentos foram arbitrados em autos apartados; durante a união não adquiriram bens.O Ministério Público manifestou-se pela procedência do pedido (fl. 17).É o breve relatório. Passo a decidir.O requerimento satisfaz as exigências do artigo 226, § 6ª, da Constituição Federal, que com a alteração introduzida pela Emenda Constitucional nº 66, determina que o casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio, não havendo necessidade de o casal estar separado de fato há mais de dois anos, conforme estabelece a Lei do Divórcio. Não havendo pendências a impedir o pleiteado, acordadas as partes com relação ao divórcio, guarda e direito de visitas aos filhos, impõe-se a procedência do pedido.Posto isso, e por tudo mais que dos autos constam, homologo por SENTENÇA, a convenção realizada entre os cônjuges, com fulcro no artigo 269, III do CPC, com apoio no art. 226, § 6º da Constituição Federal e decreto o DIVÓRCIO CONSENSUAL dos requerentes, que se regerá pelas cláusulas e condições por eles fixadas constante dos autos (fls. 04/05) e, via de conseqüência declaro cessados os deveres matrimoniais e regime de bens. Oficie-se o Cartório de Registro Civil desta Comarca para que proceda a averbação do divórcio na certidão de casamento dos requerentes. (fl. 08) Expeça-se Termo de Guarda dos menores em favor de sua genitora.Sem custas e honorários devido a Justiça Gratuita. Com o trânsito em julgado da presente SENTENÇA, expeçam-se os MANDADO s e ofícios necessários e remeta-se ao arquivo.P.R.I.C.Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0003879-51.2013.8.22.0008
Ação:Divórcio Consensual
Requerente:A. P. B. G. M. J. G.
Advogado:Diogo Rogério da Rocha Moletta (OAB/RO 3403)
Requerido:J. de D. V. C. da C. de E. do O.
SENTENÇA:
Ana Paula Beltrame gonçalves e Marcio José Gonçalves, qualificados nestes autos, requerem divórcio consensual. Aduzem os requerentes ques estão separados de fato a mais de 02 anos; que na constância do casamento tiveram duas filhas menores, que ficarão sob a guarda da genitora, podendo o genitor exercer o direito de visita nos termos acordados (fl.04); a pensão alimentícia ficará no valor de um salário mínino, bem como 50 % das despesas com médico/farcmácia e dentista. Compromete-se ainda, em contratar um plano de saúde para as menores. Durante a união adquiriram somente os bens que guarnecem a residência do casal, o qual ficará na totalidade com a conjuge virago.O Ministério Público manifestou-se pela procedência do pedido (fl. 20).É o breve relatório. Passo a decidir.O requerimento satisfaz as exigências do artigo 226, § 6ª, da Constituição Federal, que com a alteração introduzida pela Emenda Constitucional nº 66, determina que o casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio, não havendo necessidade de o casal estar separado de fato há mais de dois anos, conforme estabelece a Lei do Divórcio. Não havendo pendências a impedir o pleiteado, acordadas as partes com relação a divisão do patrimônio, guarda, pensão alimentícia e direito de visitas aos filhos, impõe-se a procedência do pedido.Posto isso, e por tudo mais que dos autos constam, homologo por SENTENÇA, a convenção realizada entre os cônjuges, com fulcro no artigo 269, III do CPC, com apoio no art. 226, § 6º da Constituição Federal e decreto o DIVÓRCIO CONSENSUAL dos requerentes, que se regerá pelas cláusulas e condições por eles fixadas constante dos autos (fls. 03/05) e, via de conseqüência declaro cessados os deveres matrimoniais e regime de bens. Determino a exclusão do patronímico do cônjuge virago acrescido por força do matrimônio, voltando a requerente a usar o nome de solteira: Ana Paula Beltrame.Oficie-se o Cartório de Registro Civil desta Comarca para que proceda a averbação do divórcio na certidão de casamento dos requerentes. (fl. 10)Expeça-se Termo de Guarda das menores em favor de sua genitora.Sem custas e honorários devido a Justiça Gratuita.Com o trânsito em julgado da presente SENTENÇA, expeçam-se os MANDADO s e ofícios necessários, e remeta-se ao arquivo.P.R.I.C.Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0000357-79.2014.8.22.0008
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Consórcio Nacional Honda Ltda
Advogado:Edemilson Koji Motoda (SP 231747)
Requerido:Adalberto Kempin
DECISÃO:
Vistos, etc...1. Documentalmente comprovados o contrato de financiamento para a aquisição de bem móvel com cláusula de alienação fiduciária e também a mora (notificação às fls. 31/32), defiro liminarmente a busca e apreensão do veículo discriminado na inicial DEPOSITANDO-O sob a responsabilidade da requerente. Proceda-se desde que a parte ou o depositário compareça e forneça os meios;2. Efetivada essa liminar, cite-se o requerido para em 15 (quinze) dias, querendo a parte, contestar (apresentar resposta) (Dec. lei 911/69, § 3º e suas alterações através da Lei 10.931/2004);3. Sendo facultado ainda, segundo o parágrafo 2º, no prazo de 05 dias, o devedor pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores já apresentados na inicial, para ter-lhe o bem restituído livre do ônus.SIRVA-SE A PRESENTE COMO MANDADO LIMINAR DE BUSCA, APREENSÃO, DEPÓSITO E CITAÇÃO, observando o (s) endereço (s) declinado (s) na cópia da petição inicial em anexo, cujo valor da causa é R$ 3.156,68 (três mil cento e cinquenta e seis reais e sessenta e oito centavos).Int. C. Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Leonel Pereira da Rocha Juiz de Direito

Proc.: 0000355-12.2014.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Hilda Maria de Jesus
Advogado:Carlos Oliveira Spadoni (RO 607-A)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss

DESPACHO:
Vistos, etc...Trata-se de Ação Reivindicatória de pensão por morte proposta por Hilda Maria de Jesus em face do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS.O prévio requerimento administrativo é necessário para legitimar a parte autora a ajuizar ação requerendo benefício previdenciário.Assim, considerando que o autor afirmou ter requerido administrativamente o benefício previdenciário, intime-se a parte autora para emendar/complementar a inicial trazendo aos autos, sob pena de extinção e arquivamento:a) cópia integral do procedimento administrativo do benefício pleiteado junto ao órgão previdenciário, a fim de comprovar que instruiu o procedimento juntando no mínimo os documentos que instruem a ação judicial.Prazo: 10 dias.Intime-se na pessoa do procurador constituído.Espigão do Oeste-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Leonel Pereira da Rocha
Juiz de Direito

Proc.: 0001864-12.2013.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Josemar Mageski de Souza
Advogado:André Bonifácio Ragnini (OAB/RO 1119)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado: Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/RO 5017); Lilian Mariane Lira (OAB/RO 3579)
FINALIDADE: Intimar as partes, para que especifiquem as provas que pretendem produzir, justificando a pertinência e a FINALIDADE, sob pena de indeferimento e julgamento antecipado da lide. Nessa ocasião, havendo interesse de produção de prova testemunhal, faculto às partes depositarem o respectivo rol, com qualificação e endereço das mesmas.

2º CARTÓRIO

2º Cartório

Proc.: 0001385-19.2013.8.22.0008
Ação:Execução Fiscal
Exequente:União
Advogado:Procurador Federal (. 00)
Executado:Madeireira Por do Sol Ltda, Alessandro Martins da Cruz
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo:30 dias
EXECUTADO: Madeireira por do Sol LTDA Me Nire: 11200425586 CNPJ:07.186.624/0001-94 Data Contituição17/12/2004 Endereço: linha JK número:S/N Bairro: zona rural cidade: Espigão do Oeste/RO em incerto e não sabido.
CITAÇÃO do executado para PAGAR no prazo de 5 (cinco) dias, contados da dilação do prazo do Edital a dívida a seguir identificada, com juros, correção e encargos legais, ou no mesmo prazo nomear bens a penhora, suficientes para GARANTIR a Execução proposta pela exeqüente, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastarem para cumprimento integral da obrigação. Ficando Ciente do prazo de 30 (trinta) dias para interposição de embargos.
Processo: 0001385-19.2013.8.22.0008
Classe:Execução Fiscal
Exequente: União
Executado: Madeireira por do Sol Ltda.
Valor da Dívida: R$ 73.209,21
Sede do Juízo: Fórum de Espigão do Oeste, Rua Vale Formoso, 1.954 - CEP 76974-000 - Fone: (069) 3481-2279. e-mail: eoe2vara@tjro.jus.br.
Espigão do Oeste, 31 de Janeiro de 2014
Wanderley Jose Cardoso
Juiz de Direito

Proc.: 0005008-91.2013.8.22.0008
Ação:Conversão de Separação Judicial em Divórcio
Requerente:A. V.
Advogado:Defensoria Pública do Estado de Rondônia ( )
Requerido:G. A. B.
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo:20 dias
DE: Giovana Albuquerque Brito, brasileira separada judicialmente, filha de Geová Agripino Brito e Josefa Lins Albuquerque Brito, em local incerto e não sabido
FINALIDADE: CITAR a requerida acima qualificada para que, em 15 dias a contar do término do prazo do edital responda a ação.
Processo: 0005008-91.2013.8.22.0008
Classe:Conversão de Separação Judicial em Divórcio
Assunto: Dissolução
Denunciada: Geovana Albuquerque Brito
Sede do Juízo: Fórum de Espigão do Oeste, Rua Vale Formoso, 1.954 - CEP 76974-000 - Fone: (069) 3481-2279
Espigão do Oeste, 03 de Fevereiro de 2014
Wanderley Jose Cardoso
Juiz de Direito

Proc.: 0019000-61.2009.8.22.0008
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Nacional
Executado:Construtora e Reflorestamento Morais Ltda, Claudemiro Malaquias de Morais, Dagoberto da Silva Morais
EDITAL DE Intimação
Prazo: 20 dias
DE: Dagoberto da Silva Morais, brasileiro, solteiro comerciante nascido em 13/06/73, portador da Cédula de Identidade Civil RG Nº 469.247 SSP/RO e inscrito no CPF sob Nº 422.764.382-15. em local incerto e não sabido
Fica Intimado o executado acima qualificado acerca da penhora de R$ 470,02 depositados no Banco do Brasil AG: 1597-0, canta judicial 3000130717366. ficando cientificado que o prazo de embargos é de 30 dias.
Processo: 0019000-61.2009.8.22.0008
Classe:Execução fiscal
Assunto: Divida Ativa
Denunciado:Dagoberto da Silva Morais
Sede do Juízo: Fórum de Espigão do Oeste, Rua Vale Formoso, 1.954 - CEP 76974-000 - Fone: (069) 3481-2279
Espigão do Oeste,03 de Fevereiro de 2014
Wanderley Jose Cardoso
Juiz de Direito

Proc.: 0004494-75.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Guenter Saibel
Advogado:Suely Maria Rodrigues Ferro (RO 2961)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/AC 3592)

Certidão da Escrivania:
Ficam as partes, por via de seus Advogados, no prazo de 10 dias, intimadas a se manifestarem sobre os honorários periciais, nos termos da certidão de fl 71, conforme transcrita:
"CERTIDÃO
Certifico e dou fé que, em cumprimento à determinação contida do MM. Juiz, entrei em contato telefônico com o Drº Alexandre da Silva Rezende (Ortopedista), o qual aceitou o encargo e informou o valor dos honorários, quais sejam R$ 600,00 (seiscentos reais), a ser depositado na Conta Corrente do Banco do Brasil, Agência 1179-7, CC. 33843-5, sendo que qualquer contato referente à perícia poderá ser realizado através da secretária Francis e pelo telefone celular 8109-8763.
Espigão do Oeste, 03 de fevereiro de 2014.
MÔNICA SCHNEIDER BISSANI
Diretora de Cartório em Substituição".

Proc.: 0003946-50.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Absolon Mariano de Lima
Advogado:Bernardo Schmidt Penna (MG 91971)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/AC 3592), Lucas Vendrusculo (RO 2666)
Certidão da Escrivania:
Ficam as partes, por via de seus Advogados, no prazo de 10 dias, intimadas a se manifestarem sobre os honorários periciais, nos termos da certidão de fl 71, conforme transcrita:
"CERTIDÃO
Certifico e dou fé que, em cumprimento à determinação contida do MM. Juiz, entrei em contato telefônico com o Drº Alexandre da Silva Rezende (Ortopedista), o qual aceitou o encargo e informou o valor dos honorários, quais sejam R$ 600,00 (seiscentos reais), a ser depositado na Conta Corrente do Banco do Brasil, Agência 1179-7, CC. 33843-5, sendo que qualquer contato referente à perícia poderá ser realizado através da secretária Francis e pelo telefone celular 8109-8763.
Espigão do Oeste, 03 de fevereiro de 2014.
MÔNICA SCHNEIDER BISSANI
Diretora de Cartório em Substituição".

Proc.: 0000251-54.2013.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:José Machado dos Santos
Advogado:André Bonifácio Ragnini (OAB/RO 1119), Iris Christina Gurgel do Amaral Pini (RO 844)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/MS 6611)
Certidão da Escrivania:
Ficam as partes, por via de seus Advogados, no prazo de 10 dias, intimadas a se manifestarem sobre os honorários periciais, nos termos da certidão de fl 81, conforme transcrita:
"CERTIDÃO
Certifico e dou fé que, em cumprimento à determinação contida do MM. Juiz, entrei em contato telefônico com o Drº Alexandre da Silva Rezende (Ortopedista), o qual aceitou o encargo e informou o valor dos honorários, quais sejam R$ 600,00 (seiscentos reais), a ser depositado na Conta Corrente do Banco do Brasil, Agência 1179-7, CC. 33843-5, sendo que qualquer contato referente à perícia poderá ser realizado através da secretária Francis e pelo telefone celular 8109-8763.
Espigão do Oeste, 03 de fevereiro de 2014.
MÔNICA SCHNEIDER BISSANI
Diretora de Cartório em Substituição".

Proc.: 0000241-10.2013.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Levi Graunke
Advogado:André Bonifácio Ragnini (OAB/RO 1119), Iris Christina Gurgel do Amaral Pini (RO 844)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/MS 6611), Marco Cesar Kobayashi (SP 267910), Rodrigo Mari Salvi (OAB/RO 4428)
Certidão da Escrivania:
Ficam as partes, por via de seus Advogados, no prazo de 10 dias, intimadas a se manifestarem sobre os honorários periciais, nos termos da certidão de fl 65, conforme transcrita:
"CERTIDÃO
Certifico e dou fé que, em cumprimento à determinação contida do MM. Juiz, entrei em contato telefônico com o Drº Alexandre da Silva Rezende (Ortopedista), o qual aceitou o encargo e informou o valor dos honorários, quais sejam R$ 600,00 (seiscentos reais), a ser depositado na Conta Corrente do Banco do Brasil, Agência 1179-7, CC. 33843-5, sendo que qualquer contato referente à perícia poderá ser realizado através da secretária Francis e pelo telefone celular 8109-8763.
Espigão do Oeste, 03 de fevereiro de 2014.
MÔNICA SCHNEIDER BISSANI
Diretora de Cartório em Substituição".

Proc.: 0003939-58.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Danilo Jaú Lopes Gomes
Advogado:Bernardo Schmidt Penna (MG 91971)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/AC 3592), Lucas Vendrusculo (RO 2666)
Certidão da Escrivania:
Ficam as partes, por via de seus Advogados, no prazo de 10 dias, intimadas a se manifestarem sobre os honorários periciais, nos termos da certidão de fl 67, conforme transcrita:
"CERTIDÃO
Certifico e dou fé que, em cumprimento à determinação contida do MM. Juiz, entrei em contato telefônico com o Drº Alexandre da Silva Rezende (Ortopedista), o qual aceitou o encargo e informou o valor dos honorários, quais sejam R$ 600,00 (seiscentos reais), a ser depositado na Conta Corrente do Banco do Brasil, Agência 1179-7, CC. 33843-5, sendo que qualquer contato referente à perícia poderá ser realizado através da secretária Francis e pelo telefone celular 8109-8763.
Espigão do Oeste, 03 de fevereiro de 2014.
MÔNICA SCHNEIDER BISSANI
Diretora de Cartório em Substituição".

Proc.: 0000242-92.2013.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Wilson de Oliveira Paixão
Advogado:Iris Christina Gurgel do Amaral Pini (RO 844), André Bonifácio Ragnini (OAB/RO 1119)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/AC 3592)
Certidão da Escrivania:
Ficam as partes, por via de seus Advogados, no prazo de 10 dias, intimadas a se manifestarem sobre os honorários periciais, nos termos da certidão de fl 53, conforme transcrita:

“CERTIDÃO
Certifico e dou fé que, em cumprimento à determinação contida do MM. Juiz, entrei em contato telefônico com o Drº Alexandre da Silva Rezende (Ortopedista), o qual aceitou o encargo e informou o valor dos honorários, quais sejam R$ 600,00 (seiscentos reais), a ser depositado na Conta Corrente do Banco do Brasil, Agência 1179-7, CC. 33843-5, sendo que qualquer contato referente à perícia poderá ser realizado através da secretária Francis e pelo telefone celular 8109-8763.
Espigão do Oeste, 03 de fevereiro de 2014.
MÔNICA SCHNEIDER BISSANI
Diretora de Cartório em Substituição”.

Proc.: 0030063-83.2009.8.22.0008
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia/ro
Denunciado:Jônata Souza Esplendo
Advogado:Aécio de Castro Barbosa (RO 4510)
DECISÃO:
Vistos, etc.O réu Jônata Souza Esplendo, devidamente qualificado nos autos, foi denunciado pela prática do crime tipificado no artigo 155, caput, do Código Penal.Em razão de ser primário, foi oferecida ao acusado a suspensão condicional do processo proposta pelo Ministério Público, pelo prazo de dois (02) anos, tendo ele aceito a suspensão condicional, prevista no artigo 89 da Lei 9.099/95.Tendo-se constatado o descumprimento de uma das medidas aplicadas, eis que o réu mudou-se sem comunicar o Juízo, o benefício da suspensão condicional do processo foi revogado (fls. 124/125). Inconformado, o réu interpôs Recurso em Sentido Estrito. A 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, ao apreciar o recurso, deu-lhe provimento, entendendo que deve-se oportunizar ao réu a apresentação de justificativa acerca do descumprimento das obrigações impostas. Expedida Carta Precatória para Comarca de Vilhena, obteve-se informação de que o réu estava preso na Comarca de Cacoal/RO, para onde foi remetida a precatória.O réu foi ouvido perante o Juízo, conforme mídia audiovisual de fls. 305, justificando que comunicou a mudança de endereço para o Acre, tendo aguardado a intimação para dar início ao cumprimento das condições na Comarca em que residia, mas esta não veio a se consumar. Disse que o emprego que tinha conseguido naquele estado não deu certo, e que então mudou-se para a cidade de Vilhena, tendo solicitado ao seu advogado que comunicasse a nova mudança ao juízo penal. O Ministério Público manifestou-se pelo acolhimento da justificativa. Considerando que o réu apresentou justificativa plausível para o descumprimento, pois mudou-se de cidade e apesar de sempre estar em contato com a Defensoria Pública, não houve êxito em localizá-lo, acolho à justificativa apresentada ao descumprimento das condições impostas pela suspensão condicional do processo. O caso seria de manutenção da suspensão, com a prorrogação do período de prova até que se completasse o prazo da suspensão condicional do processo. No entanto, há nos autos informação de que o réu cometeu outra infração antes que se completasse o período de prova, o que dá causa à revogação do benefício. Assim, determino que a escrivania junte aos autos a SENTENÇA da penal nº 0007720.57.2013.8.22.0007, em trâmite na Comarca de Cacoal, bem como, certifiqwue se houve o trânsito em julgado. Houve deferimento de vaga para o reeducando que cumpre pena no regime semiaberto em Espigão do Oeste, a assim a SENTENÇA também poderá ser extraída dos autos de execução de pena (provisória ou definitiva) que devem ser remetidos nos próximos dias a Esta Comarca.Em seguida, intime-se a defesa para que se manifeste sobre as informações de cometimento de novo crime, e a consequente revogação do benefício. I.C.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Wanderley José Cardoso Juiz de Direito

Proc.: 0001342-19.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Gilson Santos da Hora
Advogado:Sônia Castilho Rocha (OAB/RO 2617)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
DESPACHO:
Reitere-se o ofício, que deverá ser respondido em 30 dias, sob pena de incorrer em crime de desobediência. I.C.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Wanderley José Cardoso Juiz de Direito

Proc.: 0003251-67.2010.8.22.0008
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Diléia Rodrigues Barbosa
Advogado:Sônia Castilho Rocha (OAB/RO 2617)
Executado:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
DESPACHO:
DESPACHO Não foi dado cumprimento integral ao DESPACHO de fls. 78.Junte-se cópia da DECISÃO proferida nos embargos, bem como do cálculo lá apresentado pelo INSS.Considerando que a exequente aceitou a compensação dos honorários a que foi condenada a pagar, intime-a para que apresente o cálculo para expedição do RPV.I.C.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Wanderley José Cardoso Juiz de Direito

Proc.: 0000238-26.2011.8.22.0008
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia/ro
Réu:Alexsandro Janonis de Paula
Advogado:Ana Rita Côgo (RO 660)
DECISÃO:
Trata-se de pedido de transferência do apenado Alexsandro Janonis de Paula atualmente cumprindo pena aleternativa de prestação de serviços à comunidade. Juntou documentos fls.94.Em manifestação o MP da parecer favorável a transferência, (fls.96).Relatados. Decido.Trata a espécie de transferência do local da execução de pena do apenado acima que atualmente cumpre pena de prestação de serviços à comunidade.Juntou documentos demonstrando o endereço onde poderá ser localizado.Assim, presentes na espécie os requisitos legais, CONCEDO ao apenado Alexsandro Janonis de Paula a transferência da presente execução de pena para Comarca de Cotriguaçu no Estado do Mato Grosso, na forma e condições previstas em lei.Envie a presente execução para Vara de execução penal daComarca de Cotriguaçu no Estado do Mato Grosso, pois trata-se pena restritiva de direito na modalidade de prestação de serviços à comunidade, sendo desnecessária anuência daquele Juízo.Intime-se o apenado para se apresentar na Vara de Execução Penal daComarca de Cotriguaçu no Estado do Mato Grosso no prazo de 20 dias sob pena de revogação conversão da pena restritiva em privativa de liberdade.Intimem-se.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Wanderley José Cardoso Juiz de Direito

Proc.: 0000703-35.2011.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sebastião Alves Peres
Advogado:Sônia Castilho Rocha (OAB/RO 2617)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
DESPACHO:
Expeça-se alvará para levantamento da quantia representada pelo RPV de fl.77, em favor do autor ou advogada.Após, nada mais sendo requerido, arquivem-se os autos. I.C.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Wanderley José Cardoso Juiz de Direito

Proc.: 0001622-24.2011.8.22.0008
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Zenaide Dias do Nascimento
Advogado:Valdinei Santos Souza Ferres (RO 3175), Márcio Sugahara Azevedo (OAB/RO 4469), Cleuza Marcial de Azevedo (RO 1624)
Executado:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
DESPACHO:
Tendo em vista a satisfação integral das obrigações reconhecidas pela SENTENÇA, com fulcro nos artigos 475-R e 791, I, ambos do CPC, arquive-se o feito.I.C.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Wanderley José Cardoso Juiz de Direito

Proc.: 0002134-07.2011.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria do Carmo da Costa Santos
Advogado:Sônia Castilho Rocha (OAB/RO 2617)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
DESPACHO:
Verifiquei que há ofício pendente, informando a designação de perícia com o médico ortopedista Geraldo Migliorini. Ocorre que a requerente já foi paciente do médico indicado pela Secretaria de Saúde, de forma que este não poderá atuar como perito. Assim, oficie-se novamente a Secretaria Municipal de Saúde, para que designe nova perícia, indicando outro médico ortopedista, anotando-se o impedimentos dos médicos Raymundo Nonato Almeida Junior e Geraldo Migliorini. Juntem-se o ofício e petição pendentes, já analisados aqui. I.C.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Wanderley José Cardoso Juiz de Direito

Proc.: 0002300-39.2011.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:João Malaquias
Advogado:Márcio Sugahara Azevedo (OAB/RO 4469)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
DESPACHO:
Verifiquei que há petição pendente, informando a implantação do benefício.Junte-se. Em seguida, remeta-se ao TRF da 1ª região para julgamento do recurso.I.C.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Wanderley José Cardoso Juiz de Direito

Proc.: 0003713-87.2011.8.22.0008
Ação:Termo Circunstanciado (Juizado Criminal)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia/ro
Denunciado:Carlos Roberto Tobias, Comércio de Madeiras Tobias Ltda Me
Advogado:Jucimaro Bispo Rodrigues (OABRO 4959)
DESPACHO:
DESPACHO:Ante a necessidade de adequação da pauta de audiências, redesigno a audiência marcada às fls. 63 para o dia 29/04/2014, às 10h40min.Cumpra-se as determinações da Ata de Audiências de fls. 63.Ciência ao MP.I. C.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Wanderley José Cardoso Juiz de Direito

Proc.: 0003854-09.2011.8.22.0008
Ação:Termo Circunstanciado (Juizado Criminal)
Autor:Departamento de Polícia Federal de Espigão do Oeste
Infrator:Lorival Barbosa da Silva, Helton Peixer Baleeiro
DESPACHO:
DESPACHO:Ante a necessidade de adequação da pauta de audiências, redesigno a audiência marcada às fls. 92 para o dia 22/04/2014, às 08h.Intime-se.Expeça-se o necessário.Ciência ao MP.C.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Wanderley José Cardoso Juiz de Direito

Proc.: 0000234-52.2012.8.22.0008
Ação:Cumprimento Provisório de SENTENÇA (Juizado Faz. Pública
Exequente:Ramos & Nalevaiki Ltda - ME (Casa dos Parafusos)
Advogado:Humberto Alencar Dickel de Souza (RO 1678)
Executado:Estado de Rondônia
DESPACHO:
Intime-se a Fazenda Estadual quanto aos novos cálculos apresentados. Caso ao tempo da expedição do requisitório a atualização do débito supere o valor limite para pagamento por meio de RPV, deverá o autor se manifestar quanto à renúncia do valor superior ao teto. Não havendo impugnação por parte da Fazenda, e estando o débito total (com inclusão de honorários) dentro do limite de 10 salários mínimos, expeça-se requisição de pagamento, conforme pedido do autor. Após, não havendo pendências, arquivem-se. I.C.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Wanderley José Cardoso Juiz de Direito

Proc.: 0000500-39.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Clarete da Silva Bonfim
Advogado:Sônia Castilho Rocha (OAB/RO 2617)
Condenado:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
DESPACHO:
Prossiga em execução. Proceda a reclassificação dos autos. Fixo honorários em 5%, salvo embargos.Cite-se a autarquia para cumprimento do julgado, podendo opor embargos no prazo de 30(trinta) dias.Certificado o não oferecimento de embargos, e o não pagamento, requisite-se o pagamento por meio de requisição de pequeno valor, conforme já requerido pela parte autora. Após a expedição da Requisição de Pagamento, intimem-se as partes sobre seu inteiro teor.Com o depósito do valor devido, expeça-se alvará em favor da credora e/ou seu patrono para levantamento do valor depositado.Em seguida, arquive-se.Expeça-se o necessário.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Wanderley José Cardoso Juiz de Direito

Proc.: 0001186-94.2013.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maurizia Ferreira de Jesus
Advogado:Defensoria Pública do Estado de Rondônia ( )

Requerido:Estado de Rondônia
SENTENÇA:
MAURIZIA FERREIRA DE JESUS, ajuizou Ação Ordinária com pedido de antecipação de tutela em face do ESTADO DE RONDÔNIA, visando a condenação do requerido no fornecimento de medicamento essencial a manutenção de sua saúde, descrito na inicial. A petição inicial veio acompanhada dos documentos de fls. 08/21.A antecipação de tutela foi concedida às fls. 22/23.O requerido foi citado e intimado (fls. 31). Ante o não cumprimento espontâneo da obrigação pelo requerido, foi deferida medida se sequestro de ativos financeiros para aquisição dos medicamentos (fls. 38/39). A requerente apresentou prestação de contas às fls. 44/45.A contestação veio aos autos às fls. 47/49, na qual o requerido sustentou preliminar de ausência de interesse de agir. No MÉRITO alega que não pode ser compelido a fornecer medicamento de determinado laboratório.Impugnação às fls. 51/52.Intimadas a se manifestarem quanto a eventuais provas a serem produzidas, as partes nada requereram. É o relatório.O feito comporta julgamento antecipado da lide, por tratar-se de matéria exclusivamente de direito, dispensando a produção de outras provas. Trata-se de Ação Ordinária, em que MAURIZIA FERREIRA DE JESUS almeja assegurar direito individual indisponível, consistente na manutenção de sua saúde pelo fornecimento de remédio pelo ESTADO, haja vista não dispor de condições financeiras para arcar com tal despesa. Analiso, primeiramente, a questão da ausência do interesse de agir arguida pelo Requerido.Cumpre destacar que não é necessário o prévio esgotamento da via administrativa para que seja postulado o fornecimento de remédio diretamente ao Poder Judiciário, tendo em vista a urgência da autora para o uso do medicamento.Assim, rejeito a preliminar arguida. Passo ao exame do MÉRITO. A requerente foi diagnosticada com Hipoparatiroidismo, tendo sido indicado pelo médico o tratamento por meio da medicação pleiteada. O medicamento postulado foi receitado por médico integrante do Sistema Único de Saúde, conforme se vê no receituário de fls. 11.Ressalta-se que a requerente comprou medicação com valor inferior ao postulado, possuindo o mesmo princípio ativo (Calcitriol 0,25 mg) do remédio pleiteado, constante da Portaria do Ministério da Saúde n. 2981/09 e de responsabilidade do Estado. É intuitivo que tal medicamento é indispensável à manutenção da vida e da dignidade mínima daquele que irá fazer uso do remédio.A Declaração Universal dos Direitos do Homem estabelece, no seu art. XXV, que “Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, o direito à segurança, em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência em circunstâncias fora de seu controle”.Nesse sentido, determina o artigo 196, da Constituição Federal, que a saúde é direito de todos e dever do Estado, em todas as esferas de governo, cumprindo igualmente à União, aos Estados e aos Municípios, de forma solidária, a elaboração de políticas públicas voltadas a sua promoção e preservação.De sua vez, a Lei n.º 8.080/90, em seu artigo 2º, repetiu que a saúde é um direito fundamental do ser humano, incumbindo ao Estado prover as condições ao seu pleno exercício, disciplinando o SUS, e determinando aos entes referidos a prestação de serviços de saúde à população.Ademais, nos termos do art. 5º, III, c/c art. 6º, I, “d”, da Lei 8.080/90, é objetivo do SUS à assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, proteção e recuperação da saúde, inclusive mediante assistência terapêutica e farmacêutica. Portanto, não há dúvida sobre a obrigação solidária de todos os entes federativos em prestar assistência à saúde, inclusive mediante o fornecimento de medicamentos.Neste diapasão, não pode a requerente ser abandonada à própria sorte, até porque, seu pedido se lastreia em receita fornecida por médico integrante do setor público, capacitado para determinar, de acordo com a atual evolução da ciência médica, qual o tratamento mais adequado ao seu estado de saúde.No presente caso, atento à hipossuficiência econômica da parte e de sua família, à enfermidade em questão e à urgência do tratamento que requer a utilização do medicamento, entendo que a interrupção do tratamento poderá ocasionar graves e irreparáveis danos à saúde e ao desenvolvimento da autora, ocorrendo, pois, o denominado perigo de dano inverso, o que faz demonstrar, em princípio, a plausibilidade jurídica da pretensão liminar deduzida na inicial. Por fim, entendo que os argumentos expendidos na inicial conduzem à concessão do direito pretendido, pelas razões acima apontadas e pelo fato do direito à saúde se sobrepor à intolerável omissão estatal, que cotidianamente se furta de seu dever, sob a alegada insuficiência orçamentária ou ausência de previsão do medicamento em portarias, impondo assim àquele que necessita do remédio a busca da tutela jurisdicional para fazer cumprir de forma forçada direito líquido e certo. Ante o exposto e tudo o mais que dos autos, antecipadamente, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial, e consequentemente confirmo a tutela antecipada, e condeno o requerido ESTADO DE RONDÔNIA a fornecer a requerente de forma contínua e ininterrupta, a medicação com princípio ativo CALCITRIOL 0,25 mg, mediante apresentação de prescrição médica.Por considerar presentes os requisitos legais, em especial a plausibilidade do direito invocado, nos termos da fundamentação supra e pelo risco de dano irreparável à parte autora, a qual necessita da medicação apontada acima para assegurar sua sobrevivência em condições dignas, mantenho a antecipação de tutela pleiteada.Para o caso de descumprimento da DECISÃO, DETERMINO, com fulcro no §5º do art. 461 do CPC, o BLOQUEIO DE VALORES, mediante saques, das contas do Estado de Rondônia, suficientes para a realização do tratamento. Sem custas.SENTENÇA não sujeita ao reexame necessário.P.R.I.C.Transitado em julgado, arquivem-se.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Wanderley José Cardoso Juiz de Direito

Proc.: 0001902-58.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Lourival Franch Rosa
Advogado:Diogo Rogério da Rocha Moletta (OAB/RO 3403)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
DECISÃO:
DECISÃO Trata-se de ação previdenciária movida por Lourival Franch Rosa em face do INSS.A ação foi julgada procedente, tendo o INSS sido condenado a implantar o benefício de aposentadoria por invalidez em favor do autor, com termo inicial desde a data da cessação do benefício, em 13.03.2010. O INSS manifestou-se às fls. 77, requerendo a alteração da data inicial do benefício para 18.06.2011, considerando que após a cessação do auxílio-doença em 10.03.2010, o requerente continuou trabalhando na empresa instaladora São Luiz Ltda, até o mês de junho de 2011.O autor impugnou a manifestação

do INSS, manifestando-se pela permanência da SENTENÇA tal como está lançada (fl. 78).Pois bem.A manifestação do INSS merece acolhimento.Analisando a SENTENÇA, verifico que houve erro material na fixação da data inicial para implantação do benefício. De fato, em análise à tela do CNIS apresentada às fls. 69, verifica-se que após a cessação do auxílio-doença em março de 2010, o autor voltou a exercer atividade remunerada, e assim permaneceu até 17 de junho de 2011. Ora, o exercício de atividade remunerada é incompatível com o recebimento concomitante de aposentadoria por invalidez. Assim, deve-se excluir das prestações retroativas o período em que o autor exerceu atividade remunerada. Constatado erro material no julgado, impõe-se, nos termo doa art. 463, I do CPC, seja procedida a correção pelo magistrado, a qualquer tempo, de ofício ou a requerimento da parte interessada. Isto posto, acolho a manifestação apresentada pelo INSS, com a FINALIDADE de corrigir erro material da SENTENÇA, alterando o termo inicial para concessão do benefício para o dia seguinte a data da cessação do vínculo empregatício remunerado do autor, fixando assim, a data do início do benefício para 18.06.2011. Passa a presente DECISÃO a fazer parte da SENTENÇA.P.R.I.C.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Wanderley José Cardoso Juiz de Direito

Proc.: 0003578-41.2012.8.22.0008
Ação:Execução da Pena
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia/ro
Réu:Aléssio Industrial e Comércio de Madeiras Ltda Me
Advogado:Valter Henrique Gundlach (OAB/RO 1374)
DECISÃO:
ALÉSSIO INDUSTRIAL E COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA-ME, foi condenada as penas restritivas de direito na modalidade de prestação de serviços à comunidade, pugnou pelo reconhecimento de crime continuado em relação aos processos nº 0006871.24.2009.8.22.0008 guia de execução fls. 03 e quanto ao processo 0006880.83.2009.8.22.0008 guia de execução fls.18.O Ministério Público, pugna pelo não reconhecimento da continuidade delitiva(fls.75/77).Relatados. Decido.A primeira condenação da apenada foi proferida nos autos 006871.24.2009.8.22.0008, tendo como data do fato o dia 25/09/2008, e tipo penal o art. 46, parágrafo único, da Lei 9.605/98. A segunda condenação da apenada foi proferida nos autos 0006880.83.2009.8.22.0008, tendo como data fato o dia 14/08/2008, e tipo penal o art. 46, parágrafo único, da Lei 9.605/98.Nos termos do art. 71 do CP, " quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, aplica-se-lhe a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços".A questão da natureza jurídica do crime continuado enseja diversos posicionamentos doutrinários e formulação de teorias. Importa afirmar que ordenamento penal brasileiro acolheu a teoria da ficção em virtude da qual várias condutas criminosas são agregadas e havidas, por ficção, como um único crime.Os requisitos objetivos para o reconhecimento do crime continuado são: pluralidade de ações; prática de dois ou mais crimes da mesma espécie; e relação de continuidade (comprovada pelas condições de tempo, de lugar, de maneira de execução e de outras semelhantes).Correto o entendimento contrário do Ministério Público, no que concerne aos crimes que originaram as condenações, ao passo que não estão presentes os requisitos necessários para a configuração do crime continuado, pois o crime continuado reclama, para sua configuração, que o agente: a) pratique mais de uma ação ou omissão; b) que as referidas ações ou omissões sejam previstas como crime; c) que os crimes sejam da mesma espécie; d) que as condições de tempo, lugar, modo de execução e outras similares indiquem que as ações ou omissões subsequentes efetivamente constituem o prosseguimento da primeira. É cediço no STF que não basta haver similitude entre as condições objetivas de tempo, lugar, modo de execução e outras similares, sendo necessário que entre essas condições haja um liame a evidenciar, de plano, terem sido os crimes subsequentes continuação do primeiro. Precedentes: HC 107276/RS, rel. Min. Dias Toffoli, 1ªTurma, DJ de 7/10/2011; HC 93144/SP, rel. Min. Menezes Direito, 1ªTurma, DJ de 9/5/2008.Vejo que os delitos foram praticados sob circunstâncias objetivas diversas, apesar de não haver um critério legal para o exame da questão.Com relação à circunstância temporal a relação de continuidade é contestável. Os crimes descritos nas condenações acima foram consumados em dias diversos e a mais de trinta dias entre um e outro. O Superior Tribunal de Justiça há muito estabeleceu os limites definidores do critério temporal que permite a aplicação da regra da continuidade delitiva uma delas é de acordo com a jurisprudência, o lapso máximo permitido entre uma conduta e outra é de 30 dias. Entende-se que somente nesse período é possível reconhecer algum vínculo entre as infrações praticadas. Por fim, resta analisar o requisito subjetivo para a configuração da cadeia continuada, qual seja, a unidade de desígnios para a prática dos delitos.Prefacialmente, esclareço que, não obstante entendimentos jurisprudências exigirem a unidade de designo para formação da continuidade delitiva, o legislador pátrio adotou a teoria puramente objetiva, pela qual o crime continuado apresenta-se tão somente a partir de dados objetivos colhidos das circunstâncias fáticas, independentemente do elemento subjetivo.De qualquer forma, verifico que também este requisito não encontra-se presente na situação dos autos. A unidade de desígnio pressupõe que o agente tenha em mente a atuação de um projeto dirigido à realização de um único objetivo. Na hipótese dos autos não vislumbro que todos os episódios delitivos em questão apresentam relação de interdependência a respeito da consecução de um único fim e sim mera reiteração criminosa.Diante do exposto indefiro o pedido e em consequência disso não reconheço a continuidade delitiva nas ações que originaram as condenações de fls. 03 e 18, pois, em que pese pertencerem ao mesmo tipo penal art. 46, parágrafo único da Lei 9.605/98 não apresentam comprovada relação de continuidade.Determino, assim, o prosseguimento da presente execução de pena e designo audiência admonitória com a apenada para o dia 06 de março de 20134 às 08horas30min. Intime-se. Expeça-se o necessário.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Wanderley José Cardoso Juiz de Direito

Proc.: 0003760-27.2012.8.22.0008
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo (Juizado Criminal
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia/ro
Infrator:Madeireira São Roque Ltda Me, Anderson Venturini, Walax Santos Neves

Advogado:Kely Cristine Benevides (RO 3.843)
DESPACHO:
DESPACHO:Ante a necessidade de adequação da pauta de audiências, redesigno a audiência marcada às fls. 88 para o dia 29/04/2014, às 8h.Cumpra-se as determinações do DESPACHO de fls. 88.Ciência ao MP.I. C.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Wanderley José Cardoso Juiz de Direito

Proc.: 0004114-52.2012.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Darci Graciono Nunes
Advogado:Sebastião Cândido Neto (RO 1826), Victor Alexsandro do Nascimento Custódio (OAB/RO 5155)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
SENTENÇA:
Vistos etc.Trata-se de Ação de Estabelecimento de Auxílio Doença ou Aposentadoria por Invalidez, proposta por DARCI GRACIONO NUNES em face do INSS.Em petição de fls.34/35 o INSS apresentou proposta de acordo, que foi aceita pela requerente às fls.36, que requereu sua homologação e a extinção deste feito.Ante o exposto, não havendo irregularidades, homologo o acordo para que surta o seus efeitos jurídicos, declarando extinto o processo, com resolução de MÉRITO, nos termos do art. 269, III, do CPC.Intime-se o INSS para cumprimento do acordo implantando o benefício conforme proposta.Expeça-se a requisição de pequeno valor, conforme acordado, nos valores propostos pelo INSS. Após a expedição da Requisição de Pagamento, intimem-se as partes sobre seu inteiro teor.Com o depósito do valor devido, expeça-se alvará em favor do(a) credor(a) e/ou seu(ua) patrono(a) para levantamento do valor depositado.Em seguida, arquive-se. Sem Custas.P.R.I.C.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Wanderley José Cardoso Juiz de Direito

Proc.: 0002979-68.2013.8.22.0008
Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente:L. C. de O. L. S.
Advogado:Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/RO 4741)
Requerido:J. de D. V. C. da C. de E. do O.
DESPACHO:
Junte-se a procuração pendente.Após, dê-se vista ao MP.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Wanderley José Cardoso Juiz de Direito

Proc.: 0000203-61.2014.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Milton Francisco dos Santos
Advogado:Jucimaro Bispo Rodrigues (OABRO 4959)
Requerido:Alberto Rossw
SENTENÇA:
SENTENÇA MITON FRACISCO DOS SANTOS ingressou com a presente AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C MEDIDA CAUTELAR INOMINDA em face de ALBERTO ROSSW, pretendendo seja o requerido obrigado a assinar o documento de transferência do veículo, ou, não sendo este localizado, que seja determinado ao DETRAN-RO a transferência do veículo para o seu nome. Informa o autor na inicial, que, no ano de 2004, adquiriu do requerido um veículo CRG/camioneta/ c. Aberta, placa CL 7979. Diz que no momento da compra foram promovidos os trâmites legais, com o preenchimento do recibo de transferência, e o reconhecimento de firma das partes pelo tabelionato da cidade de Colniza-MT. Afirma que acabou não fazendo o procedimento de transferência do veículo para o seu nome, e que recentemente o bem foi apreendido por estar com o licenciamento vencido, e removido para o pátio do CIRETRAN. Atesta que compareceu ao Ciretran para regularizar a documentação do veículo, inclusive para transferi-lo pra o sue nome, contudo, o órgão solicitou o ?sinal público? do cartório que procedeu o reconhecimento de firma das assinaturas do recibo. Alega que o cartório de registro civil desta Comarca não atendeu à solicitação, sob argumento de que o reconhecimento de firma era muito antigo, não tendo sido possível localizar o sinal público solicitado pelo DETRAN. Assevera que tentou localizar o requerido, entretanto, não logrou êxito. Pretende a concessão de medida liminar no intuito de determinar ao DETRAN que libere o veículo em seu favor, após o pagamento das taxas administrativas. No MÉRITO, requer que seja o requerido obrigado a assinar o documento de transferência do veículo, ou, não sendo este localizado, que seja determinado ao DETRAN-RO a transferência do veículo para o seu nome. Junta documentos (fls. 11/18).Relatados. Decido. Defiro a gratuidade. Não há como prosperar a pretensão vestibular. Uma das pretensões do autor consiste em obrigar o requerido em assinar o documento de transferência do veículo por si adquirido.Trata-se de obrigação de fazer, já que se almeja a execução de determinado ato contra o requerido. Ao alienar um veículo, o vendedor assume a obrigação de entregar ao comprador o documento de autorização de transferência, devidamente assinado e com firma reconhecida, a fim de que o adquirente possa promover a transferência do registro do veículo junto ao órgão de DETRAN. No caso, observo que o vendedor satisfez sua obrigação, já que ao tempo do negócio entregou ao comprador a autorização de transferência, devidamente assinada, e com firma reconhecida. Com efeito, o autor apresentou às fls. 17 dos autos a autorização assinada pelo vendedor Alberto Rossw, cuja autenticidade foi reconhecida em 20.01.2004, pelo serviços registral e notarial do município de Colniza-MT. Ou seja, o vendedor cumpriu com sua obrigação, não tendo o autor mais nada a exigir dele, já que a impossibilidade de transferência do bem não decorre de algum ato que o requerido promoveu ou deixou de promover. Se o requerente foi desidioso por 10 anos, não transferindo o veículo para o seu nome, e agora encontra dificuldades na transferência, decorrentes de fatores que não podem ser atribuídos ao vendedor, não cabe exigir do requerido a repetição de uma obrigação já cumprida.Se está havendo negativa de prestação por parte do DETRAN ou por parte do Cartório Extrajudicial, incumbe ao autor promover diligências que visem sanar a situação, junto a estes órgãos, e se for o caso, até exigir-lhes judicialmente a satisfação da pretensão. Mas não pode o autor exigir que o DETRAN seja obrigado a cumprir uma obrigação, em ação promovida por terceiro. Entendo, assim, que a pretensão do autor carece de interesse processual. De fato, o pedido não se mostra adequado e útil à satisfação do interesse do requerente, já que a obrigação que está se exigindo do réu já foi por este satisfeita.Por outro lado, a intenção do autor de exigir que o Detran transfira o veículo para o sue nome não pode ser oposta contra o vendedor, já que tal ato, obviamente não lhe compete. Ante o exposto, com fundamento no art. 295, inciso, III Código de Processo Civil, INDEFIRO a petição inicial da Ação de Obrigação de Fazer promovida por Milton Francisco dos Santos em face de

Alberto Rossw, JULGANDO EXTINTO o presente processo, sem julgamento do MÉRITO, nos termos do art. 267, VI do CPC. Autorizo o desentranhamento de documentos, mediante substituição por cópias. Sem custas.P.R.I., e após o transito em julgado, arquive-se com as baixas de estilo.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Wanderley José Cardoso Juiz de Direito

Proc.: 0000338-73.2014.8.22.0008
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Tozzo Comércio de Peças e Serviços Ltda
Advogado:Milton Ricardo Ferretto (RO 571-A)
Executado:Aldemir Menezes de Miranda
DESPACHO:
Cite-se o (s) executado (s) ACIMA mencionados e no endereço CONSTANTE DA INICIAL para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento da dívida R$ 3.878,60 (três mil oitocentos e setenta e oito reais e sessenta centavos).Não efetuado o pagamento, munido da cópia da presente DECISÃO QUE SERVE COMO MANDADO, deverá o Senhor Oficial de Justiça proceder de imediato à penhora de bens e a sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o (s) executado (s). Advertindo que o prazo para querendo embargar será de 15 dias a contar da juntada do MANDADO. Contudo, se nesse prazo de embargos, reconhecendo o crédito do exeqüente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor da execução, inclusive custas e honorários advocatícios, poderá (ão) a (s) parte (s) executada (s) requererem seja (m) admitido (s) a pagar (em) o restante em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês.a) em havendo penhora/arresto ou não, o Sr. Oficial de Justiça, deverá intimar o patrono do exeqüente, se da comarca for, para impulsionar o feito no prazo de 05 (cinco) dias, independentemente de nova intimação, sob pena de extinção e arquivamento; eb) na hipótese de serem penhorados bens imóveis e sendo a parte requerida casada, intimar o cônjuge.Fixo honorários em 10%, salvo embargos (artigo 652-A e art. 20, § 4º do Código de Processo Civil). Ressalto que, no caso de integral pagamento no prazo de 03 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade (artigo 652-A, parágrafo único). Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Wanderley José Cardoso Juiz de Direito

Proc.: 0003095-74.2013.8.22.0008
Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente:K. S. de O.
Advogado:Inês da Consolação Côgo (RO 3412), Ana Rita Côgo (RO 660)
Requerido:A. C. A. de O.
SENTENÇA:
K.S.O, representada por sua genitora Arlete de Souza Pereira, ajuizou a presente Ação de Alimentos contra seu genitor ALAN CARLOS ALVES DE OLIVEIRA, igualmente qualificado, com fundamento na Lei n.º 5.478/68, alegando que o requerido é seu pai e que não contribui para o seu sustento. Pede o arbitramento de alimentos provisórios e pensão mensal no valor equivalente a um salário mínimo.Arbitrados os alimentos provisórios na proporção de 50% do salário mínimo e designada audiência de tentativa de conciliação às fls. 09.Mesmo citado e intimado para a audiência de tentativa de conciliação (fls.10), o requerido não compareceu (fls.11), razão pela qual restou infrutífera. Na solenidade, vieram aos autos pedido da parte autora de decretação de revelia.O Ministério Público manifestou-se às fls. 13/14, opinando pelo acolhimento do pedido de alimentos, nos termos apresentados na inicial. É o breve relatório. Passo a decidir.O não comparecimento do requerido à audiência, ou o seu comparecimento sem a oferta de contestação importa em revelia e confissão quanto a matéria de fato, que se presume verdadeira como alegada (artigo 7º, segunda parte, da Lei n.º 5.478/68 e artigo 319 do C.P.C.), de maneira que, atento às consequências jurídicas desses fatos, a ação deve ser julgada procedente. Ora, o dever dos pais em prestar alimentos aos filhos decorre da relação da filiação e de tal dever só podem se furtar em situações excepcionais, o que não é o caso dos desses autos, eis que não se vislumbra qualquer motivo que impeça o requerido de auxiliar sua filha, cuja necessidade é presumida. Por outro lado, acredita-se que o Requerido tenha condições de auxiliar nas despesas de sua filha, pois como informado na inicial possui emprego com renda mensal fixa superior de R$ 2.000,00 (dois mil reais) e tem condições de ajudar no sustento de sua filha. Não se pode esquecer, entretanto, que em tema de alimentos, o valor pedido na inicial age apenas como indicação ao juiz, que pode, à evidência, fixar de modo diferente, para mais ou para menos. Isto porque a SENTENÇA que fixa os alimentos não faz coisa julgada material, podendo o valor ser revisto a qualquer tempo, bastando a provar a modificação das condições financeiras do alimentante e do alimentado.Assim, analisando a necessidade da autora e as possibilidades do requerido, acredito que um valor razoável a ser fixado seria 50% do salário mínimo, conforme provisoriamente já fixado. Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos constam, julgo parcialmente procedente o pedido inicial, tornando definitivo os alimentos provisionais anteriormente fixados e consequentemente, condeno o requerido ALAN CARLOS ALVES DE OLIVEIRA a pagar à autora K.S.O a pensão mensal equivalente a 50% do salário mínimo que deverá ser entregue diretamente a representante da menor, mediante recibo, até o 5º dia útil de cada mês.Intimem-se as partes da presente DECISÃO.Condeno o requerido ao pagamento de custas e honorários no valor de R$400,00 (quatrocentos reais). Após o trânsito em julgado e nada sendo requerido, arquive-seP.R.I.C.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Wanderley José Cardoso Juiz de Direito

Proc.: 0000335-21.2014.8.22.0008
Ação:Embargos à Execução
Embargante:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Procurador Federal ( )
Embargado:Tereza Brandt Geik
DESPACHO:
Vistos e examinados.Se, no prazo legal (30 dias - artigo 730 do CPC, modificado pela Lei 9.494/1997) o que a escrivã certificará, recebo os embargos à Execução, suspendendo o processo de execução. Estando no porazo certifique-se no processo principal.Intime-se o(a) embargado(a), através de sua advogada(Sônia Castilho Rocha), para impugnação, no prazo legal, ou manifestar-se sobre a proposta de fls. 05, penúltimo parágrafo.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Wanderley José Cardoso Juiz de Direito

Proc.: 0003308-80.2013.8.22.0008
Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente:C. E. M. de O.
Advogado:Ronilson Wesley Pelegrine Barbosa (OAB/RO 4688)

Requerido:A. F. de O.
DESPACHO:
Defiro o pedido ministerial de fls.18.Intime-se a requerente por seu advogado para informar o local de trabalho do requerido, bem como se tem conhecimento de sua renda.I.C.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Wanderley José Cardoso Juiz de Direito

Proc.: 0003956-60.2013.8.22.0008
Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Exequente:T. F. C.
Advogado:Amedas Silveira Carvalho (376), Milton Ricardo Ferretto (RO 571-A)
Executado:E. J. C.
DESPACHO:
Intime-se a requerente por seu advogado para, querendo, apresentar impugnação à contestação, no prazo de 10 dias.I.C.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Wanderley José Cardoso Juiz de Direito

Proc.: 0005155-20.2013.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:T. F. M.
Advogado:Marcelo Vendrusculo (RO 304-B)
Requerido:E. de J. B. T. R. J. C. K. R. R. T.
SENTENÇA:
Trata-se de Ação de Reconhecimento de União Estável promovida por Terezinha Fátima Miranda, em face do Espólio de João Baptista Toledo Rodrigues; João Carlos Krauz; Roger Rogerio Toledo.Realizada audiência de conciliação na CEJUSC, as partes resolveram a lide de forma amigável (fls. 30).O Ministério Público manifestou-se pela homologação do acordo.Ante o exposto, não havendo irregularidades, homologo o acordo para que surta o seus efeitos jurídicos, declarando extinto o processo, com resolução de MÉRITO, nos termos do art. 269, III, do CPC.Junte-se cópia do acordo e desta SENTENÇA no processo nº0005138-81.2013.8.22.0008.Sem Custas.P.R.I.C.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Wanderley José Cardoso Juiz de Direito

Proc.: 0005156-05.2013.8.22.0008
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:J. C. K.
Advogado:Marcelo Vendrusculo (RO 304-B)
Requerido:E. de J. B. T. R. R. R. T.
SENTENÇA:
Trata-se de Ação de Investigação de Paternidade promovida por João Carlos Krauz, em face do Espólio de João Baptista Toledo Rodrigues; Roger Rogerio Toledo.Realizada audiência de conciliação na CEJUSC, as partes resolveram a lide de forma amigável (fls. 16).O Ministério Público manifestou-se pela homologação do acordo.Ante o exposto, não havendo irregularidades, homologo o acordo para que surta o seus efeitos jurídicos, declarando extinto o processo, com resolução de MÉRITO, nos termos do art. 269, III, do CPC.Junte-se cópia do acordo e desta SENTENÇA no processo nº0005138-81.2013.8.22.0008.Sem Custas.P.R.I.C.Espigão do Oeste-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.

anderley José Cardoso
Juiz de Direito

COMARCA DE GUAJARÁ-MIRIM

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal

Proc.: 0000105-55.2014.8.22.0015
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Preso)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Denunciado:Irineu Ozekoske Strapasson
Advogado:Taíssa da Silva Sousa (RO 5795)
DECISÃO:
Vistos.Irineu Ozekoske Strapasson, qualificado nos autos, requereu a revogação da custódia cautelar decretada por este juízo, aduzindo, em síntese, a ausência dos requisitos autorizadores da medida excepcional.Sustenta que os fatos não se deram como narrado na inicial acusatória e que provará ao longo da instrução processual. Ao final, requereu a revogação da prisão preventiva cumulada com a aplicação de medidas protetivas de urgência. Instado, o representante do Ministério Público manifestou-se pelo indeferimento do pedido de revogação da prisão cautelar do requerente.É o relatório. DECIDO.Com efeito, neste momento não se deve proceder à valoração dos fatos, indícios e provas, a fim de se exercer um juízo definitivo de adequação típica da conduta investigada, pois a presente avaliação decisiva (nos termos do art. 310 e respectivos incisos, do CPP) não se presta a tanto.O certo é que a prisão do requerente não padece de ilegalidade evidente, sendo de indeclinável necessidade, para a formação de um juízo definitivo de culpabilidade, o exame aprofundado das provas, a ser feito em sede e momentos próprios.O parágrafo único do art. 310 do CPP admite a concessão de liberdade provisória, desde que estejam ausentes os requisitos e fundamentos para a decretação da prisão preventiva delineados nos arts. 311 e 312 do Código de Processo Penal, quais sejam, prova da materialidade e indícios suficientes de autoria de crime doloso punido com reclusão e a necessidade da medida constritiva excepcional com base na garantia da ordem pública, aplicação da lei penal ou, ainda, conveniência da instrução criminal.O crime em tela é grave e o comportamento social do requerente parece, nesse momento, constituir real ameaça à tranquilidade e, notadamente, à segurança da vítima.Assim, a manutenção da segregação cautelar do requerente se impõe, sendo absolutamente irrelevante o fato de suas condições pessoais serem eventualmente favoráveis.De outra parte, a julgar pela forma como o delito foi supostamente praticado, enfim, pelos elementos extraídos dos autos, infere-se que a conduta esquadrinhada foi implementada no âmbito da relação familiar, tudo indicando que o acusado lesionou a vítima.Registre-se que delitos como esses exigem da Justiça a tomada de medidas acautelatórias que visem a proteger as pessoas ameaçadas ou agredidas, evitando que esses fatos se transformem em uma ocorrência mais grave.Há jurisprudência reiterada do Egrégio Tribunal de Justiça de Rondônia:Não configura constrangimento ilegal a manutenção da segregação do agente que devido à violência e ameaças, demonstra periculosidade, sendo recomendada sua prisão como garantia da ordem pública (Habeas Corpus n. 100.011.2008.001897-9, Rel. Juiz Valdeci Castellar Citon). Não cabe falar-se em liberdade provisória, quando presentes estão os requisitos da

prisão preventiva, estando esta perfeitamente justificada na violência impingida à pessoa, reveladora da periculosidade do agente, e na necessidade de garantir a ordem pública, esta decorrente da reiteração da prática criminosa (Habeas Corpus n. 100.014.2007.002130-3, Rel. Des. Valter de Oliveira). Destaco que, compulsando os autos, verifica-se que não parece ser a primeira vez que o requerente agride a vítima, sendo inviável a aplicação de medidas protetivas de urgência e necessária a manutenção da prisão cautelar do requerente para fins de preservação da ordem pública e da integridade física da vítima.Diante do exposto, para garantia da segurança da vítima, nesse momento, INDEFIRO o pedido de revogação da prisão preventiva do requerente, mantendo-se incólume a custódia cautelar do acusado.Tão logo seja apresentada a defesa preliminar, considerando a necessidade de produção de provas ante o conflito das alegações da vítima e do acusado, venham os autos conclusos para a designação de audiência de instrução.Intimem-se.Guajará -Mirim-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014.Juliana Paula Silva da Costa Brandão Juíza de Direito

Proc.: 0002393-44.2012.8.22.0015
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:M. P. do E. de R.
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Denunciado:J. de O. A.
DESPACHO:
Vistos.Dê-se vista às partes do estudo social juntado às fls. 41/45 e da carta precatória cumprida, bem como para fins da fase do art. 402, do CPP.Nada sendo requerido, encaminhem-se os autos para apresentação de razões finais, no prazo legal. Guajará -Mirim-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Juliana Paula Silva da Costa Brandão Juíza de Direito

Proc.: 0004372-07.2013.8.22.0015
Ação:Ação Penal de Competência do Júri (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Denunciado:Gilvan Souza Vicente
Advogado:Francisco Sávio Araújo de Figueiredo (RO. 1.534)
FINALIDADE; Intimar o advogado acima nominado, da designação de audiência, conforme DESPACHO: "...Diante do teor da defesa apresentada, há necessidade de dilação probatóriaÀ luz do comando inserto nos arts. 410 e 411, do Código de Processo Penal, designo audiência de instrução e julgamento para o dia 21/03/2014, às 09 horas...."
Francisca Mejia - Escrivã Judicial

Francisca Mejia de Oliveira
Escrivã Judicial Titular

2ª VARA CRIMINAL

2º Cartório Criminal

EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 15 dias
Vara: 2ª Vara Criminal
Proc.: 0005635-74.2013.8.22.0015
Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Denunciado: JOSÉ CARLOS RODRIGUES DA SILVA, natural de São Mateus/ES, nascido aos 06/4/1967, filho de Daniel Justino da Silva e de Zélia Rodrigues da Silva. Atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: Citar o denunciado acima da presente ação.
Resumo da denúncia: " Consta nos autos que no dia 20/11/2013, na residência localizada na Rua José Ribeiro da Costa, nº 6307, Bairro São José, em Nova Mamoré/RO, o denunciado José Carlos Rodrigues da Silva, adquiriram em proveito próprio, coisa alheia móvel que sabiam tratar-se de produto de crime (furto). Sendo assim o denunciado foi incurso nas penas do art. 180, Caput, do Código Penal.
DESPACHO: "Analisando detidamente a peça acusatória, verifica-se, dentro de uma cognição sumária, presentes os requisitos previstos nos art. 41, do Estatuto Processual Penal, razão pela qual recebo a denúncia. Citem-se os denunciados para responderem à acusação, por escrito, no prazo de 10 (dez) dias (se necessário, antes da citação por edital, com prazo de 15 (quinze) dias, oficiar à Justiça Eleitoral, solicitando o endereço atualizado do acusado).Na resposta, os denunciados poderão arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, até o máximo de 08 (quando se tratar de procedimento ordinário) ou 05 (quando se tratar de procedimento sumário), qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário.Eventuais exceções deverão ser apresentadas em separado. Não apresentada a resposta no prazo legal, dê-se vista à Defensoria Pública para fazê-lo, no prazo de 10 (dez) dias. Apresentada a defesa, com preliminares e/ou documentos, dê-se vista ao Ministério Público para manifestação, no prazo de 5 (cinco) dias, e retornem-me conclusos (se não forem argüidas questões preliminares e nem juntadas de documentos) para designação de audiência de instrução, salvo se for alegada alguma das hipóteses previstas no art. 397, do Estatuto Processual Penal. Defiro os requerimentos ministeriais (fl.79). Expeça-se o necessário. Guajará -Mirim - RO, quarta-feira, 18 de dezembro de 2013. Bruno Sérgio de Menezes Darwich Juiz de Direito
Guajará -Mirim, 03 Fevereiro de 2014.
Neusa de Cássia Souza Ribeiro
Diretora de Cartório

Neusa de Cássia Souza Ribeiro
Escrivã Judicial Titular

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
1ª Vara Cível
Juíza de Direito: Karina Miguel Sobral
Endereço Eletrônico: karinasobral@tjro.jus.br
Escrivã Judicial: Rita de Cássia de Brito Morais
Endereço Eletrônico: gum1civel@tjro.jus.br

Proc.: 0073523-70.2007.8.22.0015
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Ana Carla Ramos de Souza Costa
Advogado:Samael Freitas Guedes (RO 2596)
Executado:Walmir Costa de Andrade

Advogado:Gigliane Portugal de Castro (OAB/RO 3133), Nivaldo Ribera de Oliveira (OAB/RO 3527)
DESPACHO:
DESPACHO Apresente a exequente, no prazo de 10 dias, o comprovante dos rendimentos do executado, sob pena de arquivamento.Após, conclusos.Guajará -Mirim-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0006098-16.2013.8.22.0015
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Lucía Bouez Bouchabki
Advogado:Samir Mussa Bouchabki (OAB/RO 2570)
Requerido:Município de Guajará-Mirim RO
DESPACHO:
DESPACHO 1) Recebo a emenda de fls. 61/63.2) Faculto o diferimento das custas, pela autora, na forma do art. 6°, § 5°, alínea ?e?, da Lei n. 301/90.3) Designo audiência preliminar para o dia 20 de março de 2014, às 9h30min. Intime-se as partes a comparecerem pessoalmente na audiência preliminar, admitido preposto com poderes para transigir apenas para a pessoa jurídica.4) Cite-se e intime-se o réu à comparecer acompanhado de advogado, a fim de que possa contestar o pedido, caso não seja obtido acordo.5) Advirta-se que o não comparecimento ou a ausência de defesa implicará em revelia e presunção de veracidade dos fatos afirmados na inicial (art. 277, §2º, CPC).6) Intime-se.Guajará -Mirim-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0005545-66.2013.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Armando Silva Rodrigues
Advogado:Defensoria Pública de Guajará Mirim (RO -)
Requerido:Banco Itaú Bmg Consignado Sa
DESPACHO:
DESPACHO Regularize o requerido a sua representação processual, no prazo de 5 dias, sob pena de ser decretada revelia.Após, com a regularização, vista a parte autora para apresentação de réplica.Em caso de inércia, voltem conclusos. Guajará -Mirim-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0004581-73.2013.8.22.0015
Ação:Monitória
Exequente:Germano Everson de Oliveira Bello
Advogado:Samael Freitas Guedes (RO 2596)
Executado:M.p. Comercio e Construção Ltda.me
Advogado:Jorge Monteiro Vicente (RO 401-A)
DECISÃO:
DECISÃO Recebo o recurso de apelação no duplo efeito, tendo em vista sua tempestividade e preparo, ressaltando que o disposto no art. 520, inciso V do CPC, por ser norma restritiva, não pode ser aplicado de forma análoga ao caso vertente, como pacificamente entendido pelo STJ (4ª Turma, REsp n. 207.266/SP, Rel. Min. Barros Monteiro, unânime, DJU de 16.10.2000)..Intime-se a parte recorrida para a apresentação das contrarrazões, no prazo legal.Cumpridas as formalidades legais, com ou sem as contrarrazões, remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, para apreciação, com as nossas homenagens.Guajará -Mirim-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0004375-59.2013.8.22.0015
Ação:Pedido de Providências
Requerente:Joel Luiz Antunes de Chaves, Elízio Pereira dos Santos
DESPACHO:
DESPACHO Trata-se de pedido de registro de nascimento tardio, motivo pelo qual deve o Cartório Distribuidor excluir o nome do Oficial Registrador do SAP, pois ele não é requerente.Designo audiência de justificação para o dia 20 de março de 2014, às 8h30min. Intime-se a parte autora pessoalmente da data da solenidade, bem como para apresentar suas testemunhas, sendo no máximo de 3 (três), independentemente de intimação e os documentos que enteder pertinentes para demonstrar o quanto alega.Intime-se o Ministério Público.Guajará -Mirim-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0004198-95.2013.8.22.0015
Ação:Ação Civil de Improbidade Administrativa
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Requerido:Denise dos Santos Cavalcante
DESPACHO:
DESPACHO Vista ao Ministério Público.Após, conclusos. Guajará -Mirim-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0002563-79.2013.8.22.0015
Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente:C. M. P.
Advogado:Defensoria Pública de Guajará Mirim (RO -)
Requerido:C. M. de J. M.
DESPACHO:
DESPACHO Vista ao Ministério Público para parecer.Após, conclusos para SENTENÇA.Guajará -Mirim-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0000402-96.2013.8.22.0015
Ação:Monitória
Requerente:V. P. da Silva Oliveira Com. Imp. e Exp.com. potosi
Advogado:Ademir Dias dos Santos (RO 3774)
Requerido:Fabrícia Martins da Silva
SENTENÇA:
SENTENÇA Trata-se de cumprimento de SENTENÇA.Ante a satisfação da obrigação, conforme se constata dos autos (fls. 35), com fundamento no inciso I, do artigo 794, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA a presente execução.Expeça-se alvará em favor da parte exequente referente a quantia de fls. 35, devendo a parte retirá-lo no prazo de 5 dias.Procedam-se às baixas e comunicações pertinentes, arquivando-se os autos.P.R.I.C. Guajará -Mirim-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0014158-17.2009.8.22.0015
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Francisco Menk Narciso
Advogado:Hélio Fernandes Moreno (OAB/RO 227B)
Executado:Jucelino Benigno de Araújo
Advogado:Aurison da Silva Florentino (OAB/RO 308B), Janaina Pereira de Souza Florentino (RO 1502)

DESPACHO:
DESPACHO Considerando que não foram obtidas respostas referente aos ofícios de fls. 101 e 102, oficie-se à Corregedoria da Polícia Civil, bem como a OAB Nacional para que tomem as devidas providências, no prazo de 5 dias.Após, o recebimento das respostas, voltem conclusos.Guajará -Mirim-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0001391-73.2011.8.22.0015
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Martins Comercio de Alimentos e Representações Ltda
Advogado:Samael Freitas Guedes (RO 2596)
Executado:Alves Júlio Benevides Máximo
DESPACHO:
DESPACHO Defiro o pedido de fls. 69.Expeça-se o necessário. Guajará -Mirim-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0003329-06.2011.8.22.0015
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Russelia Russelakis de Oliveira Rodrigues
Advogado:Nelson Vieira da Rocha Junior (OAB/RO 3765)
Requerido:Banco do Brasil S.a
Advogado:Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567)
DECISÃO:
DECISÃO Defiro o pedido de suspensão de fls. 105, devendo no mesmo prazo ser regularizada a representação processual da requerente, sob pena de arquivamento.Após transcurso do prazo, manifeste-se a parte autora, no prazo de 5 (cinco) dias, independente de intimação, sob pena de arquivamento. Guajará -Mirim-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0006619-29.2011.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Roberto dos Santos Silva
Advogado:Samir Mussa Bouchabki (OAB/RO 2570)
Requerido:Banco Bradesco S/a.
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (RO 4937)
DESPACHO:
DESPACHO Intime-se o requerente pessoalmente para dar andamento no feito, no prazo de 48h, sob pena de extinção por abandono, nos termos do 267, inciso III e § 1º, do CPC.Alerto à escrivania que o documento original devolvido pelo sr. perito deve ficar arquivado em cartório, em local seguro, a fim de evitar extravio.Guajará -Mirim-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0005331-12.2012.8.22.0015
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Maria Silvana de Araújo Medeiros
Advogado:Edilson Alves de Hungria Junior (RO 5.002)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvat
Advogado:Cynthia Maria Alecrim de Morais (4.357), Alvaro Luiz da Costa Fernandes (RO 5369)
DESPACHO:
DESPACHO Intime-se a requerente pessoalmente para esclarecer se realizou acordo com a requerida, inclusive manifestando-se sobre a petição de fls. 53, no prazo de 5 dias, sob pena de seu silêncio ser interpretado como anuência e acarretar a extinção do feito.Guajará -Mirim-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0005347-63.2012.8.22.0015
Ação:Busca e Apreensão (Cível)
Requerente:Banco Volkswagen S.A.
Advogado:Renan Nadaf Gusmão (10.875-E), Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/RO 4768), Gigliane Portugal de Castro (OAB/RO 3133), Daniel Penha de Oliveira (RO. 3.434), João Diego Raphael Cursino Bomfim (OAB/RO 3.669), Gabriela de Lima Torres (OAB/RO 5714), Marcelo Brasil Saliba (OAB MT 11546 -A)
Requerido:João Lucas Ferreira Neto
DESPACHO:
DESPACHO Defiro o pedido de fls. 73/77. Desentranhe-se o MANDADO para cumprimento.Expeça-se o necessário. Guajará -Mirim-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0054448-84.2003.8.22.0015
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:N. G. L. E. L. de M. B.
Advogado:Celso Alves Pinho (OAB/MT 12709), Erick Allan da Silva Barroso (OAB/RO 4624)
Requerido:J. L. L.
Advogado:João Lucena Leal (B 52)
DESPACHO:
DESPACHO Indefiro os pedidos de fls. 298/299, primeiro porque não há penhora incidente sobre o veículo em questão e, segundo, porque tal medida se mostra pouco prática para o desenrolar do feito, uma vez que, como demonstra o extrato anexo, obtido por intermédio do sistema RENAJUD, há restrições e penhora anteriores e que, portanto, têm preferência.Manifeste-se o Espólio exequente, em termos de prosseguimento. Em caso de inércia, arquive-se.Guajará -Mirim-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0006147-57.2013.8.22.0015
Ação:Busca e Apreensão (Cível)
Requerente:Banco Fiat S.a
Advogado:Melanie Galindo Martinho Azzi (3793)
Requerido:Francisco Alves de Almeida
DECISÃO:
DECISÃO Recebo a emenda de fls. 37/40.Trata-se a Ação de Busca e Apreensão por meio da qual a parte autora busca, liminarmente, o deferimento da busca e apreensão do bem descrito na inicial que está alienado fiduciariamente em seu favor, mas que se encontra na posse direta da parte ré.Pois bem. Os documentos de fls. 14/24, que instruem a inicial, evidenciam a qualidade de proprietária fiduciária da parte autora em relação ao veículo objeto da ação.A mora da parte devedora também encontra-se demonstrada pelos documentos de fls. 37/40. Assim sendo, estando presentes os requisitos necessários para a concessão da medida, nos termos do que estabelece a lei, motivo pelo qual DEFIRO A LIMINAR, determinando a busca e apreensão do bem descrito na inicial. Consigno que 5 (cinco) dias após executada a liminar e intimado a parte ré, caso não haja pagamento, consolidar-se-á a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio da parte credora fiduciária. Ficam as repartições competentes autorizadas a expedir novo certificado de registro de propriedade em nome da parte credora, ou terceiro por ela indicado, livre do ônus da propriedade fiduciária.No prazo de 5 (cinco) dias, poderá a parte devedora fiduciante pagar a integralidade da dívida pendente, conforme valores apresentados pelo credor na inicial, hipótese

na qual o bem lhe será restituído livre do ônus.Cite-se a parte devedora fiduciante, que poderá apresentar resposta no prazo de 15 dias. Alerto que deverá ser representada por advogado ou Defensoria Pública local, cuja sede está situada na Avenida José Bonifácio 425, bairro Serraria (Em frente ao Clube da AABB).Intime-se.Cumpra-se.Guajará -Mirim-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0002034-60.2013.8.22.0015
Ação:Embargos de Terceiro (Cível)
Embargante:Goiasminas Indústria de Laticínios Ltda
Advogado:Washington Alvarenga Neto (OAB 27.018)
Embargado:Estado de Rondônia
Advogado:Procurador do Estado de Rondônia (000000)
DESPACHO:
DESPACHO Com razão o embargado.Arquivem-se os autos. Guajará -Mirim-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0004108-87.2013.8.22.0015
Ação:Busca e Apreensão (Cível)
Requerente:Banco Bradesco Financiamentos S.a
Advogado:Luciano Boabaid Bertazzo (OAB/RO 1894)
Requerido:S F da Silva Me
DESPACHO:
DESPACHO Cobre-se com urgência a devolução do MANDADO.Após, conclusos para análise do pedido de fls. 45.Guajará -Mirim-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0004717-70.2013.8.22.0015
Ação:Usucapião
Requerente:Valmir Oliveira da Silva
Advogado:Francisco Sávio Araújo de Figueiredo (RO. 1.534)
Requerido:Espólio de Antônio Lucas de Araújo, Aires Figueredo de Araújo, Airisnete Figueiredo de Araújo, Airisnaldo Figueiredo Araújo, Airisvaldo Figueiredo de Araújo, Evânia Lopes Lucas, Antônio Lucas Figueiredo de Araújo, Alex do Vale Lucas, Banco do Brasil S/A
Advogado:Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567), Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Júnior (OAB/RO 4407), Alexandre Leandro da Silva (RO 4260)
DESPACHO:
DESPACHO Certifique a escrivania se todos os requeridos e confinantes foram citados, inclusive certificando a apresentação de resposta.Após, voltem os autos conclusos para análise do pedido de fls. 124Guajará -Mirim-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0006148-42.2013.8.22.0015
Ação:Monitória
Requerente:Banco Fiat S.a
Advogado:Melanie Galindo Martinho (RO. 3.793)
Requerido:Berenice Oro Eo
DESPACHO:
DESPACHO Recebo a emenda de fls. 29/44.A pretensão visa ao cumprimento de obrigação adequada ao procedimento e vem em petição devidamente instruída por prova escrita, sem eficácia de título executivo, de modo que a ação monitória é pertinente (CPC, art. 1.102-A).Defiro de plano a expedição de MANDADO, com prazo de 15 dias, nos termos do art. 1.102-B, CPC, para pagamento do débito.Para o caso de não cumprimento, fixo os honorários advocatícios em 10% sobre o valor do débito, anotando-se que caso o requerido cumpra o ordem, ficará isento do pagamento das custas e dos honorários advocatícios ora arbitrados (art. 1.102-C, §1º, do CPC).Conste do MANDADO, ainda, que nesse prazo a parte requerida poderá oferecer embargos, independentemente de segurança do juízo, sob pena de constituir-se de pleno direito o título executivo judicial, convertendo-se o MANDADO inicial em executivo (art. 1.102-C, caput, do CPC).Apresentados os embargos, vista à parte requerente para manifestação.Em caso de inércia, certifique-se e voltem os autos conclusos. Guajará -Mirim-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0005216-88.2012.8.22.0015
Ação:Ação Civil de Improbidade Administrativa
Requerente:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Requerido:Orlando Oliveira Rocha, José Brasileiro Uchôa, José Ribamar Inácio Aguiar, Isaias Fernandes Lima
Advogado:Juliano Pinto Ribeiro (RO 3940), Rafaela Pammy Fernandes Silveira. (RO 4.319)
DESPACHO:
DESPACHO Defiro o pedido de fls. 256.Cobre-se, com urgência, a devolução da carta precatória expedida, independentemente de seu cumprimento.Após, notifique-se o requerido José Brasileiro Uchôa, no endereço constante na inicial.Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 29 de janeiro de 2014. Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0000018-02.2014.8.22.0015
Ação:Inventário
Inventariante:João Evangelista Minari
Advogado:João Evangelista Minari (SP 47.681-B)
Inventariado:Ruy Rodrigues de Almeida
DESPACHO:
DESPACHO Recebo a emenda de fls. 26/27. Identifique-se o feito com a prioridade de tramitação (IDOSO).Faculto o diferimento das custas.1) Incluam-se os herdeiros no polo passivo da demanda.2) Nomeio inventariante o requerente João Evangelista Minari, que prestará compromisso em cinco dias.3) Após o compromisso, em vinte dias, venham as primeiras declarações.4) Com as primeiras declarações, lavre-se o Termo previsto no art. 993 do CPC.5) Certifique a escrivania se todos os herdeiros estão representados nos autos e citem-se, caso não sejam representados pelo advogado da inventariante.6) Ao Ministério Público, se houver interesse de menor, e à Fazenda Pública.7) Com a manifestação dos herdeiros, Ministério Público e Fazenda e não havendo herdeiros preteridos, outras impugnações ou necessidade avaliação de bens, venham aos autos as últimas declarações.8) Vindo as últimas declarações, em dez dias falem os demais interessados, o Ministério Público em havendo interesse de menores e a Fazenda Pública.9) Após ao cálculo do imposto. 10) Feito o cálculo, manifeste-se o inventariante e os demais herdeiros interessados em cinco dias.11) Após, ao Parecer do Ministério Público em havendo interesse de menores e a manifestação da Fazenda Pública.12) Não havendo impugnação, venham os autos conclusos para julgamento do cálculo e intimação para recolhimento do imposto e custas judiciais.Intime-se.Expeça-se o necessário. Guajará -Mirim-RO, terça-feira, 28 de janeiro de 2014.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Rita de Cássia de Brito Morais
Escrivã Judicial

2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível
Juiz de Direito Paulo José do Nascimento Fabrício
paulojnfabricio@tjro.jus.br
gum2civel@tjro.jus.br
telefones: 3541-2438, 2389
ramal: 230
fax: 3541-2013

Proc.: 0000352-36.2014.8.22.0015
Ação:Busca e Apreensão (Cível)
Requerente:Banco Bradesco Financiamentos S.a
Advogado:Maria Lucilia Gomes (OAB/SP 84.206)
Requerido:Eloide Canuto Gomes
DECISÃO:
DESPACHO /MANDADO R.A.1. O requerente anexou o contrato de abertura de crédito, bem como demonstrou a mora do devedor, através da notificação extrajudicial expedida por intermédio do Cartório de títulos e Documentos (art.2º, § 2º, Decreto-lei911/69).Deacordocomentendimentojurisprudencial, inclusive do STJ, é ?válida a notificação para constituição em mora do devedor efetuada em seu domicílio, ainda que não lhe entregue pessoalmente? (STJ ? 4º T., REsp 329.053-MG, rel. Min. Adir Passarinho Jr., j. 12.3.2002), não exigindo seja o cartório do domicílio do devedor (Lex-JTA 158/49, RT 867/254. Assim, defiro, liminarmente, a busca e apreensão do veículo mencionado na exordial. Expeça-se MANDADO de busca e apreensão, depositando-se o bem, com o requerente, ou a quem ele venha indicar, mediante o compromisso.2. Consigno que cinco dias após a executada a liminar e intimado o réu, caso não haja pagamento, consolidar-se-á a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do credor fiduciário. Em razão disso, fica às repartições competentes, autorizadas a expedir novo certificado de registro de propriedade em nome do credor, ou terceiro por ele indicado, livre de ônus da propriedade fiduciária (§ 1º, do art. 3º, Decreto-lei 911/69.3. No mesmo prazo supra, poderá o devedor fiduciante pagar a integralidade da dívida pendente, conforme valores apresentados pelo credor na inicial, hipótese na qual o bem lhe será restituído livre de ônus. 4. Cite-se o devedor fiduciante que poderá apresentar resposta no prazo de 15 (quinze) dias. Intime-se. CÓPIA DA PRESENTE SERVIRÁ COMO MANDADO.Endereço do requerido: Av. Presidente Dutra, 978, Centro, nesta cidade. Dados do veículo: Veículo Marca Fiat, Modelo Strada Working, Tipo Utilitário, Ano 2010, Placas nº NDF-8167, Cor Prata, Chassi nº 9BD27804MB72939932.Guajará -Mirim-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0003253-45.2012.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Gustavo de Freitas
Advogado:José Vársio Rodrigues Sol (RO 180-A)
Requerido:Pedro Lajes Ferreira
Advogado:Defensoria Pública (- -)
DESPACHO:
DESPACHO Compulsando os autos verifico que até o presente momento não fora efetuada a coleta do material para o exame de DNA e o efeitvo deslinde da causa.Assim, tendo em vista que a solução do caso é a coleta conjunta das partes para o melhor resultado do exame, mormente em razão de que o menor e sua genitora encontram-se na cidade de Guajará-Mirim, Diante do fato de que para a resolução dos autos dependem exclusivamente do resultado do referido exame, defiro o exame pericial de DNA, pleiteado e nomeio para a função de Perito Judicial o Diretor do Instituto de Perícias Científicas- IPC, tendo como Diretor Técnico o Dr. Helder Figueiredo, independentemente de compromisso, que será intimado da nomeação via perito auxiliar. Para a função de Perito auxiliar, nomeio o Sr. Francisco Oátomo Ribeiro de A. Filho, credenciado pelo Laboratório nomeado e a quem incumbirá o envio do material ao laboratório, após o pagamento integral do exame pericial. Designo o dia 05/03/2014 às 15:30 horas, na sede deste Juízo (Fórum Nelson Hungria - Sala de Audiência da 2ª Vara Cível) para a coleta do material, devendo as partes comparecer ao local da coleta, ficando certo que o não comparecimento de qualquer um deles determinará a preclusão da prova com as conseqüência legais, daí advindas. E que o valor decorrente dos custos da realização do exame que estão fixados em R$280,00 (duzentos e oitenta reais) são de responsabilidade do suposto pai, ora requerido.Intimem-se as partes.Guajará -Mirim-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0001813-14.2012.8.22.0015
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Anderson Salvatierra Camargo Ribeiro
Advogado:Nadylson M. B. Rodrigues Filho (OAB/RO 4.435), Cleude Zeed Estevão (RO 1210), Amanda Sganderla Amóra Rodrigues (OAB/RO 4.435)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvat
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (AC 3592), Gigliane Portugal de Castro (OAB/RO 3133), Cynthia Maria Alecrim de Morais (4.357)
DESPACHO:
DESPACHO Defiro o pedido do requerido (fls.138/139). Intime-se o Sr.Perito para prestar esclarecimentos quanto ao grau de invalidez do autor.Guajará -Mirim-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0004939-72.2012.8.22.0015
Ação:Embargos à Execução
Embargante:Gilmara Escoriça Mariano do Vale
Advogado:Sinomar Francisco dos Santos (RO 4815)
Embargado:Município de Nova Mamoré Ro
DESPACHO:
DESPACHO Intime-se o Município para manifestar-se face a petição (fls.133/134).Guajará -Mirim-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0003768-46.2013.8.22.0015
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Edinélia de Melo (conhecida Por Cláudia)
Advogado:Edilson Alves de Hungria Junior (RO 5.002)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvat
Advogado:Alexandre Paiva Calil (RO 2894), Michele Luana Sanches (OAB/RO 2910)
DESPACHO:
DESPACHO O feito encontra-se julgado em razão da homologação do acordo (fls.147) e informação de pagamento pela parte interessada (fls.149/150).Portanto já se exauriu a prestação jurisdicional nos autos.Intime-se a requerente para ciência e após arquivem-se os autos. Guajará -Mirim-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0052000-51.1997.8.22.0015
Ação:Inventário
Requerente:Teresa Cristina Bezerra Gorayeb, Assunta Roca Bezerra, José Felipe Bezerra Roca, Gladys Bezerra Roca, Margareth Bezerra Roca Flores
Advogado:Jorge Monteiro Vicente (RO 401-A)
Requerido:Espolio de Afonso Bezerra Becerra
Advogado:Advogado Não Informado ( )
DESPACHO:
DESPACHO Defiro o pedido da parte autora. Suspendo o curso da ação pelo prazo de 90 (noventa) dias.Após o decurso do prazo, intime-se a parte autora para dar andamento no feito, sob pena de arquivamento.Intime-seGuajará -Mirim-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0004728-02.2013.8.22.0015
Ação:Busca e Apreensão (Cível)
Requerente:Banco Gmac Sa
Advogado:Celso Marcon (OAB/ES 10990)
Requerido:Marca Agrop. Comercio e Repres. Ltda
DESPACHO:
DESPACHO Inviável o acolhimento do pleito (fls.38).Intime-se o autor para manifestar-se o que entender de direito para prosseguimento da ação de busca e apreensão, sob pena de inércia/arquivamento.Guajará -Mirim-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0000218-09.2014.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Claudionor da Silva Santana
Advogado:Wagner Alvares de Souza (RO 4514)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social Inss
DECISÃO:
DECISÃO Abstrai-se do comando constitucional previsto no art. 109, inciso I, que confere à Justiça Federal a competência para processar e julgar as causas em que a União e suas entidades autárquicas forem interessadas, seja na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, como é o caso dos autos.Portanto, o reconhecimento ex officio da incompetência deste juízo é medida que se impõe, por se trata de questão de ordem pública, vez que a inobservância do comando ensejaria nulidade absoluta dos atos praticados por este juízo, face a absoluta incompetência funcional.In casu, trata-se de pedido de conversão de auxílio acidente em aposentadoria rural por invalidez em face do INSS, e, extrai-se dos autos que o benefício é decorrente de acidente automobilístico sem vínculo com trabalho. Portanto, não sendo caso de acidente de trabalho não é competência da Justiça Estadual. Senão vejamos:CONSTITUCIONAL, PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. JUÍZOS ESTADUAL E FEDERAL. AÇÃO REIVINDICATÓRIA DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ OU DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA. CAUSA DE PEDIR QUE REVELA A NATUREZA PREVIDENCIÁRIA DA POSTULAÇÃO, E NÃO ACIDENTÁRIA. VARA DISTRITAL. COMARCA SEDE DE VARA FEDERAL.COMPETÊNCIADAJUSTIÇAFEDERAL.1. Na forma dos precedentes desta Col. Terceira Seção, “É da competência da Justiça Federal o julgamento de ações objetivando a percepção de benefícios de índole previdenciária, decorrentes de acidentes de outra natureza, que não do trabalho. In casu, não restou comprovada a natureza laboral do acidente sofrido pelo autor.” (CC 93.303/SP, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 8/10/2008, DJe 28/10/2008). Ainda no mesmo sentido: CC 62.111/SC, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 14/3/2007, DJ 26/3/2007, p. 200.2. Ainda em acordo com a posição sedimentada pelo referido Órgão, “Inexiste a delegação de competência federal prevista no 109, § 3º, da CF/88, quando a comarca a que se vincula a vara distrital sediar juízo federal. Inaplicabilidade, na espécie, da Súmula nº 3/STJ (Precedentes da 1ª e 3ª Seções desta e. Corte Superior).” (CC 95.220/SP, Rel. Min. FELIX FISCHER, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 10/9/2008, DJe 1º/10/2008).3. Agravo regimental a que se nega provimento.(AgRg no CC 118.348/SP, Rel. Ministro OG FERNANDES, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 29/02/2012, DJe 22/03/2012)Ante o exposto, considerando a existência de Seção da Justiça Federal nesta comarca, DECLINO da competência, determinando a remessa dos autos àquele juízo, para processar e julgar a matéria, em razão da incompetência absoluta deste juízo, nos termos do art. 109, inciso I, da CF/88. Intimem-se.Guajará -Mirim-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0000274-42.2014.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Antônio de Pádua Perpétuo Júnior
Advogado:Miqueias José Teles Figueiredo (OAB/RO 4962), Francisco Sávio Araújo de Figueiredo (RO. 1.534)
Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia Ceron
DESPACHO:
DESPACHO Antônio de Paula Perpétuo Júnior, devidamente qualificado aos autos, requer a antecipação dos efeitos da tutela em ação de obrigação de fazer com pedido de tutela de urgência em face de Centrais Elétricas de Rondônia S/A ? CERON para que seja determinado que requerida se abstenha de cortar novamente o fornecimento de energia em sua unidade consumidora nº 1066241-3, para religar a energia elétricia em seu endereço, que se abstenha de incluir seu nome nos cadastros restritivos de crédito - SPC e SERASA, em razão de débito existente que o autor não reconhece.Aduz em síntese, que ingressou em 2009 com medida cautelar de sustação de protesto com tutela antecipada nº0049439-34.2009.822.0015 em face da requerida, em razão de cobranças abusivas e indevidas nos valores de R$ 2.818,69 R$ 1.410,34.Sustenta que a ação foi julgada procedente e declarados inexistentes os débitos reclamados, inclusive com trânsito em julgado. Assevera que após 04 (quatro) anos, a requerida interrompeu o serviço de energia elétrica da sua unidade consumidora e pelos memos débitos que já tinham sido declarados inexistentes por DECISÃO judicial, conforme documentos juntados (fls.22/26). Por fim informa requer a concessão de tutela antecipada para que determine a requerida proceda o religamento do fornecimento de energia elétrica em sua unidade consumidora, bem como se abstenha de incluir seu nome nos cadastros restritivos de crédito SPC/SERASA.É o relato do necessário. DECIDO.O art. 273 do CPC estabelece que:Art. 273 - O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que, existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e: I - haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação; (?).Extrai-se do DISPOSITIVO supratranscrito que, para a concessão da antecipação dos efeitos da tutela, faz-se mister a presença dos seguintes requisitos: prova

inequívoca do direito, verossimilhança da alegação e receio de dano irreparável ou de difícil reparação.No caso em tela, o pedido de antecipação de tutela é fundamentado em falha na prestação dos serviços, pelo cancelamento da prestação de serviço de forma abusiva e lastreada em débito já rechaçado pelo judiciário e com trânsito em julgado. A antecipação de tutela pretendida deve ser deferida, pois a discussão dos débitos em juízo, mesmo com as limitações próprias do início do conhecimento, implica na impossibilidade do desligamento, inclusive porque a energia elétrica é tida como essencial à vida de qualquer ser humano, sendo serviço de caráter contínuo e indispensável à dignidade da pessoa humana.Os requisitos legais para a concessão antecipada da tutela jurisdicional, especialmente a verossimilhança da alegação, estão presentes nos autos, tendo em vista que, ao se observar as faturas de energia nos autos, não se aproximam das faturas apontadas pelo autor como incorretas, mostrando-se estas de valor superior às demais, demonstrando, ao menos nesta análise inicial, tratar-se de recuperação de consumo, impondo motivo à discussão do referido débito.Há de se considerar, ainda, que há fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação para o requerente diante da essencialidade do serviço. Ademais, o deferimento da liminar não trará nenhum prejuízo à requerida. Por se tratar de relação de consumo, o ônus em demonstrar que a parte autora é devedora do débito impugnado é da requerida e, por isso, sobre este aspecto, desde já inverto o ônus da prova.Não é razoável cortar/suspender o fornecimento de energia do autor enquanto tramitar a ação, tampouco manter incluir seu nome nos cadastros restritivos de crédito por débito discutido em juízo, pois isso poderia expô-lo a situações irreparáveis.Assim, atento aos princípios da dignidade da pessoa humana, da continuidade dos serviços públicos e da defesa do consumidor em juízo, vislumbrando presentes os pressupostos legais, DEFIRO a antecipação dos efeitos da tutela requerida e, determino que a requerida providencie, no prazo de 06 horas, contados a partir da intimação do representante local da empresa requerida, a religação da energia elétrica no endereço indicado na inicial, abstendo-se de novos cortes até DECISÃO final da presente ação sobre a unidade consumidora com o Código Único n.1066241-3, por débito referente a fatura de julho e agosto de 2009 objeto desta discussão até a DECISÃO final da presente ação, bem como se abstenha de incluir o nome da parte autora nos cadastros da SERASA e SPC, e demais órgãos de proteção ao crédito em que possam constar, referente débito ora discutido, até ulterior deliberação deste juízo.Intime-se a requerida a cumprir esta DECISÃO a partir da citação, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), em caso de descumprimento.Cite-se a ré para, querendo, responder em 15 dias, advertindo-a de que se não for apresentada defesa incidirão os efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos narrados na inicial e prosseguindo o processo independentemente de sua intimação para os demais atos, propiciando ainda o julgamento antecipado da lide.Com a resposta, vista para réplica.SIRVA A PRESENTE COMO MANDADO.Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 29 de janeiro de 2014.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0003201-15.2013.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Augusto Rodrigues Nunes
Advogado:Nivaldo Ribera de Oliveira (OAB/RO 3527)
Requerido:Município de Guajará-Mirim RO
DESPACHO:
DESPACHO Intimem-se as partes para especificarem as provas que pretendem produzir, indicando detalhadamente a necessidade e a pertinência de sua produção. Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 29 de janeiro de 2014.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0003194-23.2013.8.22.0015
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Wanda Alves de Souza
Advogado:Edilson Alves de Hungria Junior (RO 5.002)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvat
Advogado:Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/RO 5017)
DESPACHO:
DESPACHO Intime-se a parte autora para informar nos autos se efetuou a complementação do exame pericial de forma devida, como elucida o documento (fls.82/84).Prazo: 10 (dez) dias.Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 29 de janeiro de 2014. Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0003185-61.2013.8.22.0015
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Fidis Sa
Advogado:Josimar Oliveira Muniz (RO 912)
Executado:Comercio Femaf Importação e Exportação Ltda Me, Carlos Alberto da Fonseca Leite
DESPACHO:
DESPACHO Em que pese o pedido de expedição de ofícios pelo exequente às fls.62, vale consignar que o sistema INFOJUD é o único habilitado e apropriado para diligenciar acerca do endereço atualizado de pessoas.Portanto, manifeste-se a parte autora o prosseguimento do feito, sob pena de ser arquivado o mesmo, nos termos do art. 791,III do CPC.Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 29 de janeiro de 2014.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0001539-16.2013.8.22.0015
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:H. E. L. O.
Advogado:Defensor Público (- -)
Executado:Z. O. R.
DESPACHO:
DESPACHO O exequente postula a suspensão do feito por tempo indeterminado, para tentar localizar de bens que possam ser penhorados.Considerando que se tratasse de cumprimento da SENTENÇA o feito seria arquivado, bem como o fato de não existir razão para tratamento diferenciado para a hipótese, ADOTO, por analogia, a mesma sistemática da execução de título judicial e determino o arquivamento do feito sem baixa. Anoto que tal providência não importará em prejuízo às partes, posto que o exequente poderá desarquivá-lo, oportunamente, quando localizar bens penhoráveis.Assim, arquivem-se os autos sem baixa, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido da parte. Intime-se.Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 29 de janeiro de 2014.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0001428-32.2013.8.22.0015
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Eva Fátima dos Santos
Advogado:Samael Freitas Guedes (RO 2596)
Executado:Albernilson Mourão Vieira

DESPACHO:
DESPACHO Manifeste-se a parte autora quanto ao pedido de tentativa de conciliação formulado pelo requerido às fls.70, no prazo de 10 (dez) dias.Após, voltem os autos conclusos para deliberação.Intimem-se.Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 29 de janeiro de 2014.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0003341-83.2012.8.22.0015
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S.a.
Advogado:Lucyanne C. Brandt Hitzeschky (OAB/RO 4659)
Executado:N. M. Laminação Em Madeiras Ltda, Nedio Francisco Carboneira
DESPACHO:
DESPACHO Defiro o pedido da exequente. Suspendo o curso da ação pelo prazo de 15 (quinze) dias.Após o decurso do prazo, intime-se a parte autora para dar andamento no feito, sob pena de arquivamento.Intime-seGuajará -Mirim-RO, quarta-feira, 29 de janeiro de 2014.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0000557-36.2012.8.22.0015
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco
Advogado:Lucyanne C. Brandt Hitzeschky (OAB/RO 4659), Jocieli da Silva Vargas (RO 5180), Mauro Paulo Galera Mari (RO 4937), Saionara Mari (5.225), Nara Lima Carvalho (AOB/RO 5416)
Executado:Prado Comércio Imp e Exp de Produtos Alimentícios Ltda
Advogado:Ana Cristina Mingardo (OAB/RO 2890)
DESPACHO:
DESPACHO Defiro o pedido de fls. 110 e determino que novo procedimento de venda judicial seja realizado pela Empresa de Leilões Judiciais Serrano.Nomeio como leiloeira a Sra. Elaine da Silva Pinheiro, representante da referida empresa.O valor da comissão a ser paga pelo adquirente/arrematante à leiloeira privada será de 10%, se o bem for móvel, e de 6%, se imóvel.Havendo acordo ou pagamento do débito, a partir desta data, será cobrada comissão de 2% do valor acertado, para a leiloeira, a fim de cobrir suas despesas na preparação dos editais e divulgação da praça, até o limite de R$ 300,00. Observe-se que este Juízo tem considerado preço vil aquele igual ou inferior a 60% do valor da avaliação.Após, encaminhe-se o processo para escaninho próprio, aguardando a leiloeira tomar as providências pertinentes para a realização das hastas públicas.Havendo praças negativas, intime-se o exequente a dizer o que pretende em termos de prosseguimento, mormente manifestando-se sobre a adjudicação, no prazo de 5 dias, sob pena de arquivamento.Intime-se.Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 29 de janeiro de 2014.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0003415-74.2011.8.22.0015
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Sabemi Seguradora S.a
Advogado:Pablo Berger (OAB/RS 61011), Audrey Cavalcante Saldanha (RO 570a)
Executado:Raymundo Alves da Silva
Advogado:Pedro Luiz Lepri Junior (OAB/RO 4871)
SENTENÇA:
SENTENÇA Trata-se de cumprimento de SENTENÇA movida Sabemi Seguradora S.A em face de Raymundo Alves da Silva.Ocorreu o bloqueio de valores, o qual foi convertido em penhora (fls.118/119). A parte foi intimada para impugna-la, entretanto, deixou transcorrer o prazo sem exercer a devida defesa.Após o executado depositou judicialmente o restante do valor referente ao débito, conforme documento (fls.132), quitando assim o débito referente aos presentes autos.Decido. A parte executada não impugnou a penhora, no prazo previsto no 1º, do art. 475, J, do CPC. Incumbia a parte executada, a toda evidência, no prazo de 15 dias previsto no 1º, do art. 475, J, do CPC.Assim, considero válida a penhora e, tratando-se de constrição judicial sobre dinheiro, sua entrega ao exequente leva à extinção da execução (STJ, 2ª Turma, REsp 897.304/SP, relatora Ministra Eliana Calmon). Ante o exposto, julgo extinta a presente execução, com fundamento no art. 794, I, do Código de Processo Civil, determinando, em consequência, o arquivamento dos autos. As custas finais, se existirem, serão quitadas pelo executado. Proceda-se a expedição de alvará judicial relativos aos valores constantes nos autos em favor do exequente. Caso sobrevenha pedido de transferência de valores, defiro-o desde já.Arquivem-se os autos. SENTENÇA registrada e publicada automaticamente no SAPGuajará -Mirim-RO, quarta-feira, 29 de janeiro de 2014.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0060529-10.2007.8.22.0015
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:N. R. Cardoso ME
Advogado:Luiz Cavalcante de Souza Junior (RO 2330)
Requerido:Antônio Bento do Nascimento
Advogado:Cleude Zeed Estevão (RO 1210), Ademir Dias dos Santos (RO 3774)
DESPACHO:

DESPACHO Ciente do agravo de instrumento interposto contra DECISÃO (fls.418) formulado pelo requerido, no entanto mantenho a DECISÃO proferida por seus próprios fundamentos.Considerando que o objeto do agravo trata de itens essenciais para o desenrolar da ação, e a fim de evitar atos desnecessários, aguarde-se em cartório o resultado do recurso. Intime-se.Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 29 de janeiro de 2014.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0004043-92.2013.8.22.0015
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Milena de Arruda Marques
Advogado:José Vársio Rodrigues Sol (RO 180-A)
Requerido:Claudeir Lemos de Assunção
DESPACHO:
DESPACHO Intimem-se as partes para manifestarem-se ante o Parecer Ministerial (fls.35) e as alegações finais no tocante aos alimentos.Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 29 de janeiro de 2014.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0005872-11.2013.8.22.0015
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:Ruan Pablo Cardozo Martins
Advogado:José Vársio Rodrigues Sol (RO 180-A)
Executado:Idemar Martins Pinto
SENTENÇA:
SENTENÇA. No curso do processo, a parte autora compareceu aos autos e pleiteou o arquivamento da ação. Recebo portanto o pleito como desistência da ação.Desta forma, há que se

arquivar o feito, não se justificando o prosseguimento da marcha processual.Ante o exposto, com fundamento no artigo 267, inciso VIII, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO O FEITO, SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, determinando o respectivo arquivamento com as cautelas e anotações de praxe.Sem custas.Autorizo o desentranhamento de documentos, desde que substituídos por cópia. Intimem-se. SENTENÇA registrada e publicada automaticamente no SAP. Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 29 de janeiro de 2014.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0005835-81.2013.8.22.0015
Ação:Busca e Apreensão (Cível)
Requerente:Ana Edurvirgens Neris Gonçalves
Advogado:Clodoaldo Luis Rodrigues (RO 2720)
Requerido:Paulo José dos Santos Vitor
DESPACHO:
DESPACHO Intimem-se as partes para especificarem as provas que pretendem produzir, indicando detalhadamente a necessidade e a pertinência de sua produção. Guajará -Mirim-RO, quarta-feira, 29 de janeiro de 2014.Karina Miguel Sobral Juíza de Direito

Proc.: 0005205-25.2013.8.22.0015
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:José Marques Ribeiro
Advogado:Edilson Alves de Hungria Junior (RO 5.002)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvat
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (RO 5369)
Especificação de provas: Ficam as partes, por via de seu(uas) Advogados(as), no prazo de 05 dias, intimadas a especificarem provas.

Proc.: 0004813-85.2013.8.22.0015
Ação:Divórcio Litigioso
Requerente:Maria Odaíza Soliz Duarte
Advogado:Cynthia Maria Alecrim de Morais (4.357)
Requerido:Carlos Duarte
Advogado:Hélio Fernandes Moreno (OAB/RO 227B)
Especificação de provas: Ficam as partes, por via de seu(uas) Advogados(as), no prazo de 05 dias, intimadas a especificarem provas.

Proc.: 0004928-09.2013.8.22.0015
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Alipio Fernandes de Oliveira
Advogado:Gabriela Carvalho dos Santos (RO 5941), Eric George Tomaz Sidrim (RO 2968)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvat
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (RO 5369)
Especificação de provas: Ficam as partes, por via de seu(uas) Advogados(as), no prazo de 05 dias, intimadas a especificarem provas.

Proc.: 0006196-69.2011.8.22.0015
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Sérgio da Cruz
Requerido:Banco Santander Brasil S.a Sudameris
Advogado:Marcos Metchko (RO 1482), Marcos Antônio Araújo dos Santos (OAB/RO 846), Celson Marcon (OAB/RO 3700)
Custas Finais: Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 24,75 (Vinte e quatro reais e setenta e cinco centavos), sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0001183-55.2012.8.22.0015
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:V. P. da Silva Oliveira Com. Imp. e Exp.com. potosi
Advogado:Ademir Dias dos Santos (RO 3774)
Requerido:Jairo Abiorana do Nascimento
Custas Judiciais Autor: Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 25,97 (Vinte e cinco reais e noventa e sete centavos), sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0005049-08.2011.8.22.0015
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Wanderley Rodrigues de Jesus
Advogado:Francisco Sávio Araújo de Figueiredo (OAB/RO 1534), Miquéias José Teles Figueiredo (OAB/RO 4.962)
Executado:Centrais Elétricas de Rondônia. Ceron
Advogado: Fábio Antônio Moreira (OAB/RO 1553), Pedro Origa Neto (RO 2-A)
Custas Finais: Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 804,29 (oitocentos e quatro reais e vinte e nove centavos), sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0005174-05.2013.8.22.0015
Ação:Busca e Apreensão (Cível)
Requerente:Banco Honda Sa
Advogado:Luciano Boabaid Bertazzo (OAB/RO 1894)
Requerido:Irenilsa Tavares Almeida
Certidão da Escrivania: Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fls. 47.
Certidão: Certifico que decorreu o prazo legal para a parte requerida contestar a presente ação sem ter sido protocolizada nenhuma petição. Dou fé. Guajará -Mirim, 31 de janeiro de 2.014.Diretora de Cartório em Substituição- Assinatura Digital.

Juserina Fátima Flôres
Escrivã Judicial

COMARCA DE JARU

1º JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública

Proc.: 0006880-59.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Fertisolo Comercial de Máquinas e Equipamentos Ltda
Advogado:Andre Henrique Torres Soares (OAB/RO 5037), Karla Rafaela Braga Barreto Westphal (OAB/RO 5707)
Requerido:Município de Governador Jorge Teixeira Ro
Advogado:Max Miliano Prenszler Costa (OAB/RO 5723)
SENTENÇA:
SENTENÇA FERTISOLO COMERCIAL DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, já qualificada nos autos, ingressou com a presente ação em face do MUNICÍPIO DE GOVERNADOR

JORGE TEIXEIRA, pessoa jurídica de direito público igualmente qualificada nos autos, requerendo receber deste R$ 3.295,89 (três mil duzentos e noventa e cinco reais e oitenta e nove centavos), referentes aos juros e a correção monetária do período em que permaneceu inadimplente com seus credores, por culpa exclusiva do requerido que não respeitou as regras do edital do pregão eletrônico e efetuou o seu pagamento com atraso de 02 (dois) meses. Pede a procedência do pedido. Regularmente citado, o requerido apresentou contestação nos autos negando em síntese o dever de indenizar os juros e a correção monetária pleiteados nos autos, pois no seu entendimento o pagamento ocorreu de forma regular, e que no edital não há qualquer DISPOSITIVO sobre a cobrança de encargos na hipótese de atraso no pagamento. Requer a improcedência do pedido.Pois bem.Inegavelmente, a prova coligida aos autos evidencia a existência da relação contratual descrita na inicial havida entre o requerente e o Município de Governador Jorge Teixeira, bem como, que o adimplemento se deu intempestivamente, fato confirmado na contestação.Em observância ao edital, mais especificamente quanto a cláusula 14.1, do edital de pregão eletrônico nº 003/12, a qual dispõe que ¿o pagamento será efetuado à vista, após entrega do produto, até 30 (trinta) dias do protocolo da fatura¿, que no presente caso ocorreu no dia 26/09/2012, tendo o pagamento da mercadoria ocorrido somente no dia 06/12/2012, restando incontroversa a mora do município, o qual deveria ter honrado o compromisso no dia 26/10/2012.Entretanto, em que pese os argumentos da requerente, este não deve prevalecer na sua totalidade, uma vez que a parte credora se utilizou da tabela do Tribunal de Justiça de Rondônia para cobrar a correção monetária e os juros moratórios de 12% (doze opor cento) ao ano, totalizando R$ 3.295,89 (três mil duzentos e noventa e cinco reais e oitenta e nove centavos), contrariando disposições legais do edital e do contrato estabelecido entre as partes, que dispõe expressamente que ¿as penalidades por atraso no pagamento consistirão apenas na atualização financeira prevista no parágrafo 10º desta cláusula, que preceitua que admitir-se-á atualização se decorridos mais de 30 dias de atraso, será utilizado o IGP_DI (FVG) ou outro índice que venha a substituí-lo¿.Em consulta ao sítio do Banco Central do Brasil (https://www3.bcbgov.br/CALCIDADÃO/publico/corrigir, foi realizado o cálculo da correção monetária, do período de 27/10/2012 a 06/12/2012, conforme o índice do IGP-ID (FGV), estabelecido no Edital do Pregão nº003/12, que passa ser parte integrante da SENTENÇA, sendo obtido o resultado da correção o valor de R$ 586,84 (quinhentos e oitenta e seis reais e oitenta e quatro centavos).Portanto, excessiva a cobrança praticada pela parte requerente, pois de acordo com edital de licitação somente é permitido, na hipótese de inadimplência superior a 30 (trinta) dias, a cobrança da correção monetária pelo índice da Fundação Getúlio Vargas (IGP_DI). Ante o exposto, com fulcro no artigo 269, I, do Código de Processo Civil, DECLARO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado pelo requerente FERTISOLO COMERCIAL DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, para o fim de CONDENAR o requerido MUNICÍPIO DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA a pagar a quantia de R$ 586,84 (quinhentos e oitenta e seis reais e oitenta e quatro centavos), com juros e correção monetária, contados da citação e do ajuizamento da ação, respectivamente, conforme disposições da Lei 9.494/97. Sem custas processuais e honorários advocatícios nesta instância (Sem custas processuais e honorários advocatícios nesta instância (art. 55 da Lei 9.099/95).Eventual pedido de cumprimento de SENTENÇA deverá ser realizado nos próprios autos, conforme Ofício Circular nº 14/2011/DIVAD/CG.Deverá a escrivania providenciar a substituição da capa dos autos, que encontra-se danificada.P.R.I. Cumpra-se.Oportunamente, arquivem-se os autos.Jaru-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0002135-36.2013.8.22.0003
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:J. P. G. da S.
Advogado:Micheli Andreato Malta de Oliveira (RO 4531), Allan Batista Almeida (RO 6222)
Executado:M. de J. -. R.
Advogado:José Pereira Tavares (RO 441), Daiane Dias (2156/OAB/RO), Sérgio Roberto Pegorer (RO 2247), Rooger Taylor Silva Rodrigues (RO 4791), Mário Roberto Pereira de Souza (OAB/RO 1765), Merquizedeks Moreira (OAB/RO 501), Carlos Pereira Lopes (RO 743)
DESPACHO:
DESPACHO A data inicial da correção monetária e dos juros inseridas na planilha de cálculo não condiz com o previsto na ata de audiência de conciliação, pois o marco inicial foi datado como 31/01/2013, quando o correto seria 31/10/2013, data do vencimento da obrigação.Portanto, intime-se a parte exequente, via advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar uma nova planilha de cálculo, com os dados corretos.Cumpra-se.Jaru-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0007275-51.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Neide Alves dos Reis Silva
Advogado:Everton Campos de Queiroz (RO 2982), Jean Carllo da Costa Barlatti (OAB/RO 5744), Iure Afonso Reis (RO 5745)
Requerido:Município de Jaru - RO
Advogado:Mário Roberto Pereira de Souza (OAB/RO 1765), Merquizedks Moreira (OAB/RO 501), José Pereira Tavares (RO 441), Sérgio Roberto Pegorer (RO 2247), Rooger Taylor Silva Rodrigues (RO 4791), Carlos Pereira Lopes (RO 743), Nayberth Henrique Alcuri A. Bandeira (RO 2854), Rodrigo Reis Ribeiro (OAB-RO 1.659)
intimar o procurador do autor da SENTENÇA de fls.22 Vistos e etc... Face a ausência da parte autora, DECLARO EXTINTOo presente feito com base no art. 51, inciso I da Lei n. 9099/95. Condeno a parte requerente ao pagamento das custas processuais, conforme determina o Enunciado 28 do FONAJE. O valor da causa é R$ 3.632,47, e o valor a ser recolhido pelo requerente perfaz o percentual de 3% (três por cento) sobre o valor da causa, totalizando R$ 108,97. Intime-se a parte autora por meio de sua advogada para recolher o valor das custas em 05 (cinco) dias, sob pena de inscrição em dívida ativa, o que desde já defiro seja feito em caso de omissão. Dou esta por Publicada em audiência. Saem os presentes devidamente intimados. Registre-se. Após as anotações pertinentes, arquivem-se oportunamente. mais. Jaru/RO, 29 de janeiro de 2014.¿

Proc.: 0006495-14.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Nayara Geysa dos Anjos Souza
Advogado:Everton Campos de Queiroz (RO 2982), Iure Afonso Reis (RO 5745), Jean Carllo da Costa Barlatti (OAB/RO 5744)

Requerido:Município de Jaru - RO
Advogado:Mário Roberto Pereira de Souza (OAB/RO 1765), Merquizedks Moreira (OAB/RO 501), José Pereira Tavares (RO 441), Rooger Taylor Silva Rodrigues (RO 4791), Carlos Pereira Lopes (RO 743), Nayberth Henrique Alcuri Aquino Bandeira (RO 2854)
intimar os procuradores das partes para no prazo de 05 dias especificareem provas nos termos do DESPACHO de fls. 60 DESPACHO Às partes para especificarem outros meios de provas que pretendem produzir, justificando a necessidade, utilidade e a adequação.

Fábio da Silva Amaral
Diretor de Cartório

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
1ª Vara Cível da Comarca de Jaru/RO

Gabarito
Proc.: 0004581-12.2013.8.22.0003
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:A. D. F. de S.
Advogado:Francisco César Trindade Rego (OAB/RO 75A), Kinderman Gonçalves (OAB/RO 1541), Anadrya Sousa Terada (RO 5216)
Executado:A. A. F.
Advogado:Advogado Não Informado (202020 2020202020)
DESPACHO:
DESPACHO 1- Junte-se a peça que se encontra na contracapa dos autos.2- Oficie-se à Caixa Econômica Federal, via e-mail, solicitando a transferência do depósito de fls. 54/55 e seus acréscimos legais, sem qualquer ônus, para a conta de titularidade da genitora do exequente, Sra. Fabrícia Silva de Souza (CPF 722.651.752-34), qual seja, c/c n. 46.202-0, agência 0102-3 do Banco Brasil S/A, no prazo de 05 (cinco) dias, devendo ser consignado que após a transferência a conta judicial deve ser bloqueada, observando futuros lançamentos de juros, impedindo-se qualquer movimentação financeira que gere ônus ou bônus, até que decorra o prazo estipulado pelo Banco Central para a sua extinção. 3- Aguarde-se o retorno da Carta Precatória expedida à Comarca de Ouro Preto do Oeste/RO.4- Após, venham os autos conclusos para análise e deliberações.Jaru-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0000424-59.2014.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Elesonluz Leal Ramos de Albuquerque
Advogado:Rafael Maia Correa (RO 4.721)
Requerido:Município de Jaru - RO
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D 11111111111111111)
DESPACHO:
DESPACHO Sendo o presente de matéria atribuída ao Juizado Especial da Fazenda Pública e este de competência absoluta, declino para competência para que seja redistribuído ao Juízo correto.Cumpra-se. Baixas e anotações necessárias. Feito a redistribuição e, intime-se, via DJ, inclusive para proceder a assinatura da exordial e juntar procuração original, sob pena de indeferimento, que será apreciado no Juizado da Fazenda, no prazo de 10 dias.Jaru-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0000425-44.2014.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Adamira Ferreira Lima Albuquerque
Advogado:Rafael Maia Correa (RO 4.721)
Requerido:Município de Jaru - RO
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D 11111111111111111)
DESPACHO:
DESPACHO Sendo o presente de matéria atribuída ao Juizado Especial da Fazenda Pública e este de competência absoluta, declino para competência para que seja redistribuído ao Juízo correto.Cumpra-se. Baixas e anotações necessárias. Feito a redistribuição e, intime-se, via DJ, inclusive para proceder a assinatura da exordial e juntar procuração original, sob pena de indeferimento, que será apreciado no Juizado da Fazenda, no prazo de 10 dias.Jaru-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0000433-21.2014.8.22.0003
Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente:J. K. D. de C.
Advogado:Sidnei da Silva (OAB/RO 3187)
Requerido:G. V. de C.
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D 11111111111111111)
DESPACHO:
DESPACHO Defiro a gratuidade judiciária nos termos do art. 12 da Lei n. 1.060/50 e os alimentos provisórios os fixo em 50% (cinquenta por cento) do salário mínimo, a partir do ajuizamento a ação.Processe-se em segredo de justiça. Cite(m)-se o(a) requerido(a) para responder à ação, no prazo legal, com os consectários legais, atentando a escrivania quando da expedição do MANDADO para o prazo de resposta. Intime(m)-se.Desde já designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 05/03/2014, às 15:30 hs.Ciência ao MP. Intime-se a parte autora, via DJ.DEVERÁ CONTAR DA FINALIDADE DO MANDADO QUE A RESPOSTA DEVERÁ SER APRESENTADA ATÉ A DATA DA AUDIÊNCIA.Ressalta-se que é dever das partes sempre comprovar e atualizar o seu endereço, sob pena de ser presumida a validade nas comunicações e intimações dirigidas ao endereço residencial declinado nos autos, conforme dispõe o parágrafo único, do art. 238 do Código de Processo Civil.Lembra-se a Escrivania que sempre deverá atualizar o cadastro do SAP, conforme as informações constantes nas certidões dos Oficiais de Justiça. Jaru-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0000453-12.2014.8.22.0003
Ação:Embargos à Execução
Embargante:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Wernomagno Gleik de Paula (RO 3999)
Embargado:Maria Francisca de Souza
Advogado:Advogado Não Informado (202020 2020202020)

DESPACHO:
DESPACHO Junte-se o ofício n. 034/2014/APSDJPTV/INSS/RO nos autos principais.Recebos os embargos para discussão no efeito suspenstivo. Anote-se.Intime-se a parte embargada, via de seu patrono, para se manifestar, caso queira.Após, conclusos para julgamento.Jaru-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0000449-72.2014.8.22.0003
Ação:Usucapião
Requerente:Francisca Mendes Lourido
Advogado:João Batista de Oliveira (RO 865)
Requerido:Espólio de Vicente Bentes Lourido
Advogado:Advogado Não Informado (202020 2020202020)
DESPACHO:
DESPACHO Emende-se para:1. Esclarecer se já houve ou se já inventário e em que situação se encontra;2. dizer se há outros herdeiros e viúva, qualificando-os, uma vez que requereu a citação de terceiros interessado;3. apresentar o comprovante do pagamento das custas processuais, atualizando o valor da causa, de acordo com a tabela do INCRA, e provimento da CG/TJRO;O cartório deverá fazer pesquisa no SIEL da citada representante do espólio.Jaru-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0000448-87.2014.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Organdila da Costa Faustino Silva
Advogado:Hudson da Costa Pereira (RO 6084), Flademir Raimundo de Carvalho Avelino (OAB/RO 2245), Bruna Moura de Freitas (RO 6057)
Requerido:Governo do Estado de Rondônia
Advogado:Advogado Não Informado (202020 2020202020)
DESPACHO:
DESPACHO Altere-se a denominação de “Governo do Estado de Rondônia” para “Estado de Rondônia”.Sendo o presente de matéria atribuída ao Juizado Especial da Fazenda Pública e este de competência absoluta, declino para competência para que seja redistribuído ao Juízo correto.Cumpra-se. Baixas e anotações necessárias. Intime-se.Jaru-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0000434-06.2014.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:M. de L. S. L.
Advogado:Sidnei da Silva (OAB/RO 3187)
Requerido:M. A. de O.
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D 11111111111111111)
DESPACHO:
DESPACHO Considerando que os filhos comuns são maiores de idade, podem e devem figuar no pólo passivo, no lugar da mãe do falecido, na medida em que detém interesse direto e concorrente com a parte autora, o que não acontece indicada requerida nestes autos.Emende-se, inclusive para recolher as custas processuais.Jaru-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0005294-21.2012.8.22.0003
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:L. F. da C.
Advogado:Wudson Siqueira de Andrade (RO 1658)
Executado:M. I. C. e E. de M. L.
Advogado:Mauricio Tadeu da Cruz (RO 3569)
intimar o procurador do autor par ano prazo de 05 dias dar andamento ao feito manifstando do oficio 06, oriundo do Ciretran nos termos do DESPACHO de fls. 112...O sistema Renajud não se encontra operante nesta data. Portanto, oficie-se ao Ciretran de Jaru, via email, solicitando informações acerca da existência de veículos em nome do devedor, no lapso de 05 (cinco) dias.Junte-se nos autos o comprovante de envio, recebimento e resposta do email.5- Após, intime-se a parte exequente, via seu advogado, para tomar ciência da resposta do ofício e para indicar bens à penhora no prazo de 05 (cinco) dias.Caso haja seja formulado requerimento para outras consultas, a parte credora deverá apresentar as justificativas de fato e de direito para as sua execuções, sob pena de indeferimento do seu pleito.6- Em caso de inércia, considerando que o feito se encontra na fase de cumprimento de SENTENÇA e por não haver qualquer prejuízo, determino o arquivamento do feito, facultando o desarquivamento.Cumpra-se.Jaru-RO, quarta-feira, 15 de janeiro de 2014.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz de Direito

Proc.: 0001576-79.2013.8.22.0003
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:N. L.
Advogado:Gilson Sydnei Daniel (RO 2903)
Executado:O. F. S.
Advogado:Advogado Não Informado
intimar o procurador do autor para no prazo de 05 dias dar andametno ao feito, manifestando do oficio008, oriundo do ciretran nos temros do DESPACHO de fls. 61...O sistema Renajud se encontra inoperante nesta data, por isso, oficie-se ao Ciretran de Jaru, via email, solicitando informações acerca de eventuais veículos registrados em nome da parte requerida.4- Somente em caso da resposta do Ciretran for positiva, intime-se a parte exequente, via seu advogado, para tomar ciência do ofício recebido e indicar bens pertencentes a parte executada à penhora, no prazo de 05 (cinco) dias.
Porém, se a resposta do Ciretran for negativa, desde já determina-se que o feito seja concluso para SENTENÇA, uma vez que às fls. 58 o credor já anuiu com a expedição de certidão de dívida, em caso não encontrados bens na diligências. Cumpra-seJaru-RO, terça-feira, 14 de janeiro de 2014.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz de Direito

Proc.: 0007352-60.2013.8.22.0003
Ação:Interdição
Requerente:Rosilda Maria Rodrigues Braz
Advogado:Wernomagno Gleik de Paula (RO 3999)
Requerido:Tatiane Rodrigues Ribeiro
Advogado:Advogado Não Informado
intimar o procurador do autor para no prazo de 05 dias providenciar cópias para desentranhamento de documentos nos termos da SENTENÇA de fls.23, conforme sua solicitação de fls. 28.

Proc.: 0006687-44.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Francisco Vitorino de Paulo
Advogado:Thiago Gonçalves dos Santos (OAB/RO 5471)
Requerido:Capemisa Seguradora de Vida e Previdência Sa
Advogado:Advogado Não Informado
intimar o procurador do autor para no praqzo de 05 dias pagar as custas processuais no valor de R4 235,82 (duzentos e trinta e cinco reais e oitenta e dois centavos), mais seus acrescimos legais sob pena de inscrição na dívida ativa

Proc.: 0006046-56.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Jose Alves Rodrigues
Advogado:Jhonatan Aparecido Magri (RO 4512), Wagner Alvares de Souza (OAB/RO 4514)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (000.)
intimar o procurador do autor para no prazo de 10 dias impugnar a contestação de fls. 39/66, tempestiva.

Proc.: 0006044-86.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Lourdes Rodrigues da Silva
Advogado:Jhonatan Aparecido Magri (RO 4512), Wagner Alvares de Souza (OAB/RO 4514)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (000.)
intimar o procurador do autor para no prazo de 10 dias impugnar a contestação de fls. 41/61, tempestiva.

Proc.: 0004200-04.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Valdete de Sousa Barbosa
Advogado:Jhonatan Aparecido Magri (RO 4512), Wagner Alvares de Souza (OAB/RO 4514)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (000.)
intimar o procurado do autor para no prazo de 10 dias impugnar a contestação de fls. 53/70, tempestiva

Proc.: 0002129-29.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Marcos Alecrim de Araujo
Advogado:Luciano Neiva Pinheiro (OAB/RO 5442), Luzinete Marciana da Cruz (RO 2813)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Patrícia Freire de Alencar Carvalho ( )
intimar o procurador do autor para no prazo de 05 dias manifestar acerca da proposta de acordo do INSS de fls.98/100.

Proc.: 0006972-37.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Luiz Antonio Dourado da Costa
Advogado:Luis Fernando Tavanti (RO 2333)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (000.)
intimar o procurador do autor para no prazo de 10 dias impugnar a contestaçao de fls. 48/58, tempestiva.

Proc.: 0002141-43.2013.8.22.0003
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:C. M. L. E.
Advogado:Elisa Dickel de Souza (OAB/RO 1177), José Fernando Roge (OAB/RO 5427)
Executado:D. D. V. S.
Advogado:Thiago Roberto da Silva Pinto (RO 5476)
intimar o procurador do autor para no prazo de 05 dias dar andametno ao feito, manifestando do oficio 005, oriundo do ciretran nos termos do DESPACHO de fls. 70...Assim sendo, oficie-se ao Ciretran de Jaru, via email, solicitando informações acerca da existência de veículos registrados em nome da parte devedora, devendo a resposta ser enviada a este Juízo no lapso de 05 (cinco) dias.4- Após, intime-se a parte exequente, via seu advogado, para tomar ciência e indicar bens pertencentes a parte executada à penhora, no prazo de 05 (cinco) dias.5- Em caso de inércia, intime-se a parte exequente pessoalmente, na forma mais célere e menos onerosa, para dar andamento ao feito no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção e expedição de carta de crédito. Consigna-se que quando houver intimação por meio de carta-AR, a mesma não precisa ser entregue em mão-própria e deverá consignar no objeto da correspondência a seguinte advertência: ¿APÓS A TERCEIRA TENTATIVA DE INTIMAÇÃO NEGATIVA, A CORRESPONDÊNCIA DEVE SER DEVOLVIDA AO REMETENTE¿.cumpra-se.Jaru-RO, segunda-feira, 13 de janeiro de 2014.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz de Direito

Proc.: 0000921-10.2013.8.22.0003
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Anadrya Sousa Terada Nascimento
Executado:União Federal
Advogado:Jersilene de Souza Moura (OAB/RO 1676)
intimar o procurador do autor para no prazo de 05 dias manifestar da informação de pagamento do RPV informado pelo TRF.

Proc.: 0005937-76.2012.8.22.0003
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Jaru - RO
Advogado:Mário Roberto Pereira de Souza (OAB/RO 1765), Merquizedeks Moreira (OAB/RO 501), José Pereira Tavares (RO 441), Everton Campos de Queiroz (RO 2982)
Executado:Elzira Maria da Conceição
Advogado:Advogado Não Informado (202020 2020202020)
intimar o procurador do credor para no prazo de 10 dias dar andamento ao feito, pois fluiu o prazo de suspensão.

Proc.: 0006445-85.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Distribuidora Ebenezer Ltda ME
Advogado:Magali Ferreira da Silva (RO 646-A)
Requerido:Banco Volkswagen S/a
Advogado:Nathalia Correia Pompeu (OAB/SP 298.298-A), Vagner Marques de Oliveira (OAB/SP 159.335), Antonio Braz da Silva (OAB/PE 12450), Fabio Torres Ferreira (SSP/PE 32.929), Silvia Valeria do Nascimento Muniz (OAB 27.033), Gilmara Valões Cavalcanti da Silva (OAB/PE 24.533), Melanie Galindo Martinho (RO. 3.793)
intimar o procurador do autor para no prazo de 10 dias impugnar a contestação de fls. 132/154, tempestiva.

Proc.: 0002524-55.2012.8.22.0003
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Egiane Rodrigues
Advogado:Marta de Assis Nogueira Calixto (OAB/RO 498 - A), Nilceia Silva Coimbra (RO 4882)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Marcelo Mendes Tavares ( )
intimar o procurador do autor para no prazo de 05 dias manifestar da informação do pagamento do RPV pelo TRF

Proc.: 0002024-52.2013.8.22.0003
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Hsbc- Bank Brasil S.a. Banco Múltiplo
Advogado:Rosângela da Rosa Corrêa (OAB/RS 30820), Ellen Laura Leite Mungo (OAB/MT 10604), Milton Pinheiro Junior (OAB/SP 26.246), Cristiane Vieira do Nascimento Salvatico

(PR 33.274), Lasnine Monte Wolski Scholze (PR 44.109), Fabiola Gasparoto Garcia (PR 49.122), Ruy Archer (PR 44.066), Rodrigo Ghesti (OAB/PR 33.775), Mariane Cardoso Macarevich (OAB/RS 30264), Adriana Preis de Freitas Valle Correa (RS 40.893), Juliana Villa Barcelos (RS 62.313), Lenise Saraiva Pereira da Silva (RS 54.585), Rodrigo Silvestrin Pereira (OAB/RS 61.450)
Executado:J. G. Ferreira, Juarez Gomes Ferreira
Advogado:Advogado Defensor Público
intimar o procurador do autor par ano prazo de 05 dias recolher as custas processuais no valor de R$ 494,00 (quatrocentos e noventa e quatro reais), mais seus acrescimos legais sob pena de inscrição na divida ativa.

Proc.: 0007150-83.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Gian Yan Barbosa de Melo
Advogado:Alexandre Moraes dos Santos (OAB/RO 3044), Eunice Braga Leme (OAB-RO 1172)
Requerido:Capemisa Seguradora de Vida e Previdência Sa
Advogado:Marcelo Davoli Lopes (OAB/SP 143.370), Gustavo Corrêa Godinho (OAB/SP 232516), Maristella de Farias Melo Santos (OAB/RJ 135132), Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369), Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800), Leonardo Costa (OAB/AC 3584)
intimar os procuradores das partes para no prazo de 05 dias especificarem provas nos temros dod espacho de fls. 19, item 04... 4- Às partes para especificarem outros meios de provas que pretendem produzir, justificando a necessidade, utilidade e a adequação.Desde já deverão apresentarem, ratificarem ou retificarem o rol de testemunhas, para fins de inclusão em pauta de audiência.Após, conclusos para saneamento. Ressalta-se que é dever das partes sempre comprovar e atualizar o seu endereço, sob pena de ser presumida a validade nas comunicações e intimações dirigidas ao endereço residencial declinado nos autos, conforme dispõe o parágrafo único, do art. 238 do Código de Processo Civil.Lembra-se a Escrivania que sempre deverá atualizar os cadastros do SAP, conforme as informações consignadas nas certidões dos Oficiais de Justiça. Cumpra-se.Jaru-RO, quarta-feira, 11 de dezembro de 2013. Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0002933-02.2010.8.22.0003
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Camila de Oliveira Ribeiro
Advogado:Elisa Dickel de Souza (OAB/RO 1177)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado não Informado (3790)
intimar o procurador do autor para no prazo de 05 dias manifestar da volta do processo do TRF 1ª região.

Proc.: 0001568-67.2011.8.22.0005
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:M. A. da C.
Advogado:Defensor Público (RO 00)
Executado:M. D. da C.
Advogado:Advogado Não Informado
intimar o procurador do autor para no prazo de 05 dias dar andamento ao feito manifestando do oficio 07, oriundo do Ciretran, nos termos do DESPACHO de fls. 176...Assim sendo, oficie-se ao Ciretran de Jaru, via email, solicitando informações acerca da existência de veículos registrados em nome da parte devedora, devendo a resposta ser enviada a este Juízo no lapso de 05 (cinco) dias.4- Após, intime-se a parte exequente, via seu advogado, para tomar ciência e indicar bens pertencentes a parte executada à penhora, no prazo de 05 (cinco) dias.5- Em caso de inércia, intime-se a parte exequente pessoalmente, na forma mais célere e menos onerosa, para dar andamento ao feito no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção e expedição de carta de crédito. Consigna-se que quando houver intimação por meio de carta-AR, a mesma não precisa ser entregue em mão-própria e deverá consignar no objeto da correspondência a seguinte advertência: ¿APÓS A TERCEIRA TENTATIVA DE INTIMAÇÃO NEGATIVA, A CORRESPONDÊNCIA DEVE SER DEVOLVIDA AO REMETENTE¿.Cumpra-se.Jaru-RO, segunda-feira, 13 de janeiro de 2014.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz de Direito

Proc.: 0004889-82.2012.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:José Mauricio de Souza
Advogado:Rosecleide Dutra Damasceno (OAB/RO 1266)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado
intimar o procurador do autor da informação do INSS do beneficio implementado sob o n.31/167.052.744-9.

Proc.: 0005037-93.2012.8.22.0003
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Departamento Estadual de Trânsito - Detran Rondônia
Advogado:Claudino Sergio de Alencar Ribeiro (OAB/RO 288-B), Plínio Ramalho Sobrinho (OAB/RO 287B), Cleuzemer Sorene Uhlendorf (RO 549), Luciene Cristina Staut (OAB/RO 212A), Jorge Júnior Miranda de Araújo (RO 4073), Marlon Gonçalves Holanda Júnior (OAB/RO 3650), Ronel Camurca da Silva (OAB/RO 1459), Katia Cilene da Silva Santos (RO 1987), Deuzeni de Freitas Santiago (RO 2217), Christianne Gonçalves Garcez (OAB/RO 3697), Saulo Rogério de Souza (RO 1.556), Edilaine Cecília Dalla Martha (OAB/RO 1466), Fernando Nunes Madeira (RO 4595), Tainá Almeida Casanovas (OAB/RO 3665), Michele da Silva Albuquerque Cavalcante Côco (OAB/RO 1327), Luiz Eduardo Staut (OAB/RO 882), Adriana Tabosa Valério (SSP/RO 4441), Herisson Moreschi Richter (RO 3045.), Wilson Luiz Negri (OAB/RO 3757)
Executado:Ernane Feitosa Guilherme
Advogado:Advogado Não Informado
intimar o procurador do autor para no prazo de 05 dias manifestar da devolução da cp com cumprimento negativo, não localizado no endereço.

Proc.: 0002028-89.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Eli Inacia da Costa
Advogado:Marta de Assis Nogueira Calixto (OAB/RO 498 - A)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Marcos Antônio Amorim Ferreira
intimar o procurador do autor para no prazo de 05 dias manifestar da proposta de acordo do INSS de fls.137/139.

Proc.: 0006859-83.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Moisés dos Santos Souza
Advogado:Defensor Público (RO 00)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (000.)
intimar o procurador do autor para no prazo de 10 dias impugnar a contestaçao de fls. 48/66, tempestiva.

Proc.: 0006039-64.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ualas Alves Pereira
Advogado:Jhonatan Aparecido Magri (RO 4512), Wagner Alvares de Souza (OAB/RO 4514)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (NBO 020)
intimar o procurador do autor para no prazo de 10 dias impugnar a contestaçao de fls. 38/55, tempestiva.

Proc.: 0006037-94.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Vantuil Bongestab
Advogado:Jhonatan Aparecido Magri (RO 4512), Wagner Alvares de Souza (OAB/RO 4514)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (000.)
intimar o procurador do autor para no prazo de 10 dias impugnar a contestaçao de fls. 41/59, tempestiva.

Proc.: 0005408-23.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Cleonice da Conceição Ramos
Advogado:José Fernando Roge (OAB/RO 5427), Elisa Dickel de Souza (OAB/RO 1177)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (000.)
intimar o procurador do autor para no prazo de 10 dias impugnar a contestaçao de fls. 57/69, tempestiva.

Proc.: 0005714-89.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Izolina Alves Lau
Advogado:Luis Fernando Tavanti (RO 2333)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (000.)
intimar o procurador do autor para no prazo de 05 dias especificar provas nos temros do DESPACHO de fls. 25...5- Às partes para especificarem outros meios de provas que pretendem produzir, justificando a necessidade, utilidade e a adequação.Desde já deverão apresentarem, ratificarem ou retificarem o rol de testemunhas, para fins de inclusão em pauta de audiência.6- Após, voltem os autos conclusos.Ressalta-se que é dever das partes sempre comprovar e atualizar o seu endereço, sob pena de ser presumida a validade nas comunicações e intimações dirigidas ao endereço residencial declinado nos autos, conforme dispõe o parágrafo único, do art. 238 do Código de Processo Civil.Lembra-se a Escrivania que sempre deverá atualizar os cadastros do SAP, conforme as informações consignadas nas certidões dos Oficiais de Justiça.Jaru-RO, quarta-feira, 6 de novembro de 2013.Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0004194-94.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Lucia Teodoro Cardoso
Advogado:Luis Fernando Tavanti (RO 2333)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (000.)
intimar o procurador do autor para no prazo de 05 dias especificar provas nos temros dod espachod e fls. 42 s meios de provas que pretendem produzir, justificando a necessidade, utilidade e a adequação.Desde já deverão apresentarem, ratificarem ou retificarem o rol de testemunhas, para fins de inclusão em pauta de audiência.6- Após, voltem os autos conclusos.Ressalta-se que é dever das partes sempre comprovar e atualizar o seu endereço, sob pena de ser presumida a validade nas comunicações e intimações dirigidas ao endereço residencial declinado nos autos, conforme dispõe o parágrafo único, do art. 238 do Código de Processo Civil.Lembra-se a Escrivania que sempre deverá atualizar os cadastros do SAP, conforme as informações consignadas nas certidões dos Oficiais de Justiça. Cumpra-se.Jaru-RO, sexta-feira, 30 de agosto de 2013.Elsi Antônio Dalla Riva Juiz de Direito

Proc.: 0003909-04.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:David Pagung
Advogado:Luis Fernando Tavanti (RO 2333)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (000.)
intimar o procurador do autor para no prazo de 05 dias especificar provas nos termos dod espachod e fls. 33...5- Às partes para especificarem outros meios de provas que pretendem produzir, justificando a necessidade, utilidade e a adequação.Desde já deverão apresentarem, ratificarem ou retificarem o rol de testemunhas, para fins de inclusão em pauta de audiência.6- Após, voltem os autos conclusos.Ressalta-se que é dever das partes sempre comprovar e atualizar o seu endereço, sob pena de ser presumida a validade nas comunicações e intimações dirigidas ao endereço residencial declinado nos autos, conforme dispõe o parágrafo único, do art. 238 do Código de Processo Civil.Lembra-se a Escrivania que sempre deverá atualizar os cadastros do SAP, conforme as informações consignadas nas certidões dos Oficiais de Justiça.Cumpra-se.Jaru-RO, segunda-feira, 9 de setembro de 2013.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz de Direito

Proc.: 0003607-72.2013.8.22.0003
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S/A
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937), Ildo de Assis Macedo (OAB/RO 4519), Saionara Mari (OAB/MT 5225), Gerson da Silva Oliveira (OAB/MT 8.350), Marlon Tramontina Cruz Urtozini (OAB/SP 203963), Thiago Andrade Cesar (SP 237.705), Paulo Celso Pompeu (OAB/SP 129933), Rosângela Claudino Predroso Gentil (SP 43.995), Wilson Sanches Marconi (OAB/SP 85657), Margarida Santonastaso (SP 105.305), Roberto Costa (SP 123.992), Adriana de Fatima Basile Munari Reis (OAB/SP 125731), Adriana de Fátima Prates (OAB/SP 225.147), Agnes Oliveira Menezes (SP 190.136), Amanda Cassino Ribeiro (OAB/SP 196.173), Ana Lucia dos Santos Souza (OAB/SP 115849), Antonio Carlos Pinto da Ramada (OAB/SP 103183), Beatriz Helena Spirandi Cabral de Campos (SP 44.234), Caroline Sério da Silveira (SSP/SP 246.412), Edson Luiz da Silva (OAB/SP 163.001), Emerson dos Santos (OAB/SP 135.830), Ervani de Assis Silva Filho (OAB/SP 208.365), Gilberto Madureira Gomes (OAB/SP 171.678), Irma Portella Gonçalves Pugliesi (OAB/SO 269.382), Ivan Alves Molina (OAB/SP 178.189), Jorge Manuel Lázaro (OAB/SP 52.369), Letícia de França Correa (OAB/RO 277.671), Luciana Vitalina Firmino da Costa (OAB/SP 196.828), Luiz Lycurgo Leite Neto (OAB/SP 211624), Mariana Sanches Pedroso (OAB/SP 267.706), Nelson Fernandes Guedes de Paiva (OAB/SP 184.178), Ricardo Cazon dos Santos (SP 265.481), Rosely

Penha Pereira (OAB/SP 154.381), Samara Pinheiro Almeida (OAB/SP 107747), Sandro Pigoretti de Carvalho (OAB/SP 172.969), Sueli Verndl Ferreira (OAB/SP 67.548), Terezinha Pinto Nobre Figueiredo Santos (OAB/SP 77.497), Thereza da Silva Juca Fortes Ferreira (OAB/SP 78.344), Newton Lubbe (OSB/RS 16570), Inaldo Xavier de Siqueira Santos Neto (OAB/MT 9270), Rodrigo Sampaio de Siqueira (OAB/MT 9259), Luciana Joanucci Motti (OAB/MT 7832), Cleber Lemes Almecer (OAB/MT 15.803), Marco Antonio Mari (OAB/MT 15.803), Macirlene Pereira dos Santos (OAB/MT 14232), Carlos Alberto Rezende Fortes Junior (OAB/MT 14.848), Jonathã Cristian Santos Silva (OAB/RO 15.641), Diego Poquiviqui de Oliveira (OAB/MT 16414), Andressa Freitas Borges (OAB/MT 14.639), Felipe Eduardo de Amorim Xavier (OAB/MT 16.524), Aline Bosaipo Bueno de Moares (OAB/MT 14.141), Rodney Queiroz Max (OAB/MT 16272), Douglas Tadeu Magalhães (OAB/MT 14827), Fábio José dos Santos (OAB/MT 16.533), Victor Buogo Gatass (OAB/MT 16533), Gustavo Lima Parreira (OAB/MT 16203), João Lucas Souza Pires (MT 13.336), Ana Carolina Sousa Cei (AM 8.349), Anne Botelho Cordeiro (RO 4370), Nara Lima Carvalho (OAB/RO 5.416)
Executado:Tarilandia Turismo Ltda Me, Diego Dalmasio Coelho, Jheimy Dalmasio Coelho
Advogado:Advogado Não Informado
intimar o procurador do autor para no prazo de 05 dias dar andamento aof eito ante o transito em julgado da SENTENÇA dos embargos.

Proc.: 0005036-74.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Rosimar de Souza
Advogado:Luis Fernando Tavanti (RO 2333)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (000.)
intimar o procurador do autor par ano prazo de 05 dias especificar provas nos termos do DESPACHO de fls. 31...5- Às partes para especificarem outros meios de provas que pretendem produzir, justificando a necessidade, utilidade e a adequação.Desde já deverão apresentarem, ratificarem ou retificarem o rol de testemunhas, para fins de inclusão em pauta de audiência.6- Após, voltem os autos conclusos.Ressalta-se que é dever das partes sempre comprovar e atualizar o seu endereço, sob pena de ser presumida a validade nas comunicações e intimações dirigidas ao endereço residencial declinado nos autos, conforme dispõe o parágrafo único, do art. 238 do Código de Processo Civil.Lembra-se a Escrivania que sempre deverá atualizar os cadastros do SAP, conforme as informações consignadas nas certidões dos Oficiais de Justiça.Jaru-RO, terça-feira, 15 de outubro de 2013.Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0004746-59.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Eziel Aparecido de Morais
Advogado:Eunice Braga Leme (OAB/RO 1172), Alexandre Moraes dos Santos (OAB/RO 3044)
Requerido:Capemisa Seguradora de Vida e Previdência Sa
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369), Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800), Leonardo Costa (OAB/AC 3584), Lívia Patrício Garcia de Souza (OAB/RO 5277), Ana Gabriela Rover (OAB/RO 5210)
intimar o procurador do autor para no prazo de 05 dias atender o DESPACHO de fls. 2...DESPACHO 1- Intime-se novamente a parte requerida, via seu advogado, para comprovar o depósito dos honorários periciais em 05 (cinco) dias.2- Não havendo qualquer manifestação da parte demandada, certifique-se e, após, intime-se a parte autora para dizer se há interesse de custear a perícia médica e, em caso positivo, já demonstre o comprovante de depósito em 05 (cinco) dias, sob pena do feito ser julgado no estado em que se encontra.Cumpra-se.Jaru-RO, segunda-feira, 13 de janeiro de 2014.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz de Direito

Proc.: 0004705-63.2011.8.22.0003
Ação:MANDADO de Segurança
Impetrante:Terezinha Alencar Sobreira
Advogado:Defensor Publico (RO. 000.)
Impetrado:Fundação Universidade Tocantins - Unitins
Advogado:Adriano Bucar Vasconcelos (2438), Fabrícyo Teixeira Noleto (OAB/TO 2937), Jaiana Milhomens Gonçalves (OAB/TO 4295), Aline Ranielle Oliveira de Sousa (OAB/TO 4458)
intimar o procurador do requerido para no prazo de 05 dias manifestar da volta do processo do TJ/Ro.

Proc.: 0005513-97.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Josenir Bezerra Coimbra
Advogado:Valdecir Batista (OAB/RO 4271)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (000.)
intimar o procurador do autor do DESPACHO de fls.55/56 DESPACHO Intime-se a parte autora, via sua advogada, para apresentar seus quesitos, em 05 (cinco) dias.O INSS já apresentou seus quesitos nos autos.Nomeio perito o médico Dr. Everson Campos de Queiroz (Rua Rio Grande do Norte, n. 1038, setor 02, Jaru, portador dos telefones 69 -9350-6707 e 3521-1401), o qual deverá ser cadastrado do sistema próprio da Justiça Federal, para periciar a parte autora na data por ele designada, no lapso de 05 (cinco) dias.O senhor perito deverá exercer seu mister independentemente de assinatura de termo de compromisso, agindo sob a fé de seu grau. Fixa-se os honorários periciais em R$ 234,80 (texto máximo permitido pela Resolução n. 558 do Conselho de Justiça Federal) que deverão ser custeados pela Justiça Federal, dado a situação de hipossuficiente da parte autora. Devendo ser solicitado o pagamento dos honorários por meio do sistema AJG ? Assistência Judiciária Gratuita da Justiça Federal.O laudo deverá ser entregue 20 (vinte) dias, após a realização do exame.O perito deverá responder aos quesitos formulados pelas partes.Intime-se o(a) senhor(a) perito(a) para dizer se concorda com o encargo. Caso não concorde deverá justificar apresentando motivo legítimo, impedimento ou suspeição, tudo no prazo de cinco (5) dias, nos termos dos artigos 423, 146, 138, III, todos do Código de Processo Civil. O Sr. Perito, ainda, deverá ficar ciente que a liberação dos seus honorários se dará no momento em o INSS efetuar a comprovação do pagamento nos autos.Caso se façam necessários exames complementares, o prazo para entrega do laudo deverá ser dilatado mediante requerimento fundamentado do perito. Intime-se o INSS para proceder com o depósito dos honorários periciais no prazo de 20 (vinte dias. Com o agendamento da data e horário da perícia, intimem-se as partes.Cumpra-se. Jaru-RO, quarta-feira, 29 de janeiro de 2014.Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0003998-27.2013.8.22.0003
Ação:Cautelar Inominada (Cível)
Requerente:Irmãos Gonçalves Comércio e Indústria Ltda
Advogado:Elisa Dickel de Souza (OAB/RO 1177)
Requerido:Totvs S.a, Jk Gestão Empressarial Ltda
Advogado:Norival Silva Junior (SC 17.445), Flávio Fontoura Sampaio Faria (OAB/MT 6.469)
intimar os procuradores dos requeridos para no prazo de 05 dias recolherem as custas processuais no valor de R$ 1.498,41(Hum mil quatrocentos e noventa e oito reais e quarenta e um centavos), mais seus acrescimos legais sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0004565-58.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Irmãos Gonçalves Comércio e Indústria Ltda
Advogado:Elisa Dickel de Souza (OAB/RO 1177)
Requerido:Totvs S.a, Jk Gestão Empressarial Ltda
Advogado:Advogado Não Informado (NBO 020)
intimar a procuradora do autor para no prazo de 05 dias informar o atual andamento das cartas precatórias de fls. 1127/1128.

Proc.: 0000303-31.2014.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Valdeir Fernandes Bathe
Advogado:Eunice Braga Leme (OAB/RO 1172), Alexandre Moraes dos Santos (OAB/RO 3044)
Requerido:Capemisa Seguradora de Vida e Previdência Sa
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D 11111111111111111)
DECISÃO:
DECISÃO A parte autora requereu a reconsideração da DECISÃO exarada às fls. 33/34, para que seja deferido o pedido de assistência judiciária gratuita ao autor. Justificou ser o veículo cadastrado em seu nome financiado, possuir restrições financeiras, bem como ter quase 05(cinco) anos de fabricação. Informa ainda o requerente ser contratado na função de açougueiro, percebendo mensalmente a quantia de R$ 755,00(setecentos e cinquenta e cinco reais), comprovando a alegação mediante contrato de trabalho acostado às fls. 27/29.Desse modo, DEFERE-SE o requerimento formulado pelo requerente, às fls. 37, e determina-se o recebimento da peça exordial na forma em que foi apresentada.Ante o exposto:1- Concede-se a gratuidade nos termos do art. 12 da Lei nº 1.060/50. 2- Cite-se a parte requerida, via carta-AR.3- Vindo resposta com preliminares ou documentos, dê-se vistas à parte autora, exceto em caso de revelia. 4- Às partes para especificarem outros meios de provas que pretendem produzir, justificando a necessidade, utilidade e a adequação.Desde já deverão apresentarem, ratificarem ou retificarem o rol de testemunhas, para fins de inclusão em pauta de audiência. Após, conclusos para saneamento. Ressalta-se que é dever das partes sempre comprovar e atualizar o seu endereço, sob pena de ser presumida a validade nas comunicações e intimações dirigidas ao endereço residencial declinado nos autos, conforme dispõe o parágrafo único, do art. 238 do Código de Processo Civil.Lembra-se a Escrivania que sempre deverá atualizar os cadastros do SAP, conforme as informações consignadas nas certidões dos Oficiais de Justiça.Cumpra-se. Jaru-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0007135-17.2013.8.22.0003
Ação:MANDADO de Segurança
Requerente:Jakson Patricio da Silva Souza
Advogado:Mário Roberto Pereira de Souza (OAB/RO 1765)
Requerido:Prefeita do Município de Governador Jorge Teixeira/ro
Advogado:Max Miliano Prenszler Costa (OAB/RO 5723)
intimar o procurador do requerido do DESPACHO de fls.122 DESPACHO 1- Recebo o recurso interposto pela parte autora, no efeito devolutivo, de acordo com art. 520.2- Intime-se a parte contrária, para contrarrazoar no lapso legal. Em seguida, colha-se a manifestação do Ministério Público.3- Feito isso, encaminhe-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça, reiterando nossa homenagens.Jaru-RO, quarta-feira, 29 de janeiro de 2014.Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0000347-50.2014.8.22.0003
Ação:Divórcio Litigioso
Requerente:J. D. da S.
Advogado:Nelma Pereira Guedes (OAB/RO 1218)
Requerido:M. R. da S.
Advogado:Advogado Não Informado
intimar o procurador do autor do DESPACHO de fls. 09/10.. DESPACHO intime-se a autora, via seu advogado, para emendar a peça inicial, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento (art. 284, do CPC), para: 1 - OJuízo tem dúvidas quanto a hipossuficiência econômica alegada pela requerente e, portanto, como é dever do Juiz velar pela veracidade real das informações constantes nos autos, orequerente deverá atestar a pobreza arguida.Não está sendo indeferido o acesso à Justiça ou a recepção da ação. Apenas está sendo deliberada a comprovação da necessidade da concessão da gratuidade judiciária, já que essa presunção não é absoluta e, no caso em apreço, há dúvidas quanto a afirmação, uma vez que o demandante se diz trabalhador rural, não demonstrando a sua real condição financeira mensal. Inclusive, nesse sentido, a jurisprudência já asseverou:"A presunção de insuficiência de recursos da Lei 1.060/50 não é absoluta, podendo o magistrado, diante dos elementos informativos dos autos, exigir comprovação da parte de ser necessitada do benefício da assistência judiciária gratuita. Precedentes" (EDcl no Ag 1372365/MG, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 06/03/2012, DJe 23/03/2012).?Assim, o indeferimento do pedido de justiça gratuita (no caso, o deferimento parcial) é corolário natural da ausência de comprovação do estado de pobreza, uma vez que o magistrado não fez nenhuma exigência ilegal ou abusiva ao determinar a juntada de documentos que comprovassem a renda, sendo notório, também, que o presente recurso não é instruído com tais documentos. III Curitiba, 31 de julho de 2012. OSVALDO NALLIM DUARTE Juiz de Direito Substituto em 2.º Grau Relator convocado 410601.060 Ag 1372365/MGCPC557. (9370036 PR 937003-6 (DECISÃO Monocrática), Relator: Osvaldo Nallim Duarte, Data de Julgamento: 03/08/2012, 8ª Câmara Cível).O Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, recentemente, também decidiu:?Infere-se das razões expostas pelo agravante que seu inconformismo recai sobre o indeferimento da gratuidade judiciária.Todavia, entendo que a DECISÃO agravada não merece reparos, pois o magistrado facultou ao requerente a possibilidade de pagamento ou

comprovação de sua hipossuficiência, preferindo este recorrer à 2ª instância.Ressalte-se que o pleito do agravante, em grau de recurso, é diverso ao requerido perante o juízo a quo, ou seja, aqui ele pede o diferimento das custas e lá a concessão do benefício da assistência judiciária. Além do mais, verifica-se que o valor das custas processuais não é alto.Sobre o tema da gratuidade judiciária, ao revés do alegado pela agravante, a simples afirmação de que não possui condições de arcar com o pagamento das custas processuais não é suficiente para o deferimento do pedido.A jurisprudência tem assentado no sentido de que, conforme previsão contida no artigo 5º, inc. LXXIV, da Constituição Federal, existe a necessidade da comprovação do estado de hipossuficiência para sua concessão.? (Agravo de Instrumento n. 0001325-70-2013.8.22.0000. Data: 22/03/2013).1-1 apresentar o comprovante de pagamento das custas processuais ou na hipótese de insistir a hipossuficiência alegada, para melhor se aferir a necessidade do benefício pleiteado, deverá apresentar cópia da última declaração de renda fornecida pela Receita Federal ou outro documento que demonstre seus rendimentos; 2 ? adequar o valor atribuído a causa; Com ou sem apreciação da emenda, voltem os autos conclusos para análise.Cumpra-se. Cumpra-se.Jaru-RO, quarta-feira, 29 de janeiro de 2014. Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0005710-52.2013.8.22.0003
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Jaru - RO
Advogado:Mário Roberto Pereira de Souza (OAB/RO 1765), Merquizedeks Moreira (OAB/RO 501), José Pereira Lopes ( ), Sérgio Roberto Pegorer (RO 2247), Nayberth Henrique Alcuri Aquino Bandeira (RO 2854), Carlos Pereira Lopes (RO 743), Rooger Taylor Silva Rodrigues (RO 4791)
Executado:Amaury José de Oliveira
Advogado:Advogado Não Informado (202020 2020202020)
SENTENÇA:
SENTENÇA O Município de Jaru/RO, noticia o adimplemento do crédito e requer a extinção fls. 15/16.Levando em conta que houve a satisfação integral da obrigação, o feito caminha para a extinção e arquivamento. Assim pronunciou a jurisprudência:DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE TITULO JUDICIAL., EXTINÇÃO DO PROCESSO COM FUNDAMENTO NO ART. 794, I DO CPC, FALTA DE INTERESSE RECURSAL PARA O DEVEDORINSURGIR-SE CONTRA ESSA EXTINÇÃO DO FEITO. IMPOSSIBILIDADE DE SE REDISCUTIR MATERIA ALUSIVA AO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO. 1. O DEVEDOR NÃO POSSUI LEGITIMO INTERESSE RECURSL PARA INSURGIR-SE CONTRA SENTENÇA QUE VENHA A POR FIM A EXECUÇÃO QUE CONTRA SI FOI PROPOSTA, SE DISSO NÃO DECORRE QUALQUER ONUS ASER SUPORTADO. 2. NA FASE DE EXECUÇÃO, E VEDADO AO DEVEDOR RENOVAR DISCUSSÕES ALUSIVAS AO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO. 3. RECURSO NÃO CONHECIDO. (TRF3 - APELAÇÃO CIVEL: AC 20385 SP 92.03.020385-0. Resumo: Direito Processual Civil. Relator(a): JUIZ SOUZA PIRES. Julgamento: 10/05/1994.Publicação: DJ DATA:24/08/1994 PÁGINA: 45610).Considerando o adimplemento da obrigação, DECLARO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO, nos termos do art. 794, I, CPC.Sem custas.P.R.I. Cumpra-se. Oportunamente, arquivem-se.Jaru-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0005589-24.2013.8.22.0003
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Jaru - RO
Advogado:Mário Roberto Pereira de Souza (OAB/RO 1765), Merquizedeks Moreira (OAB/RO 501), José Pereira Tavares (RO 441), Sérgio Roberto Pegorer (RO 2247), Nayberth Henrique Alcuri Aquino Bandeira (RO 2854), Carlos Pereira Lopes (RO 743), Rooger Taylor Silva Rodrigues (RO 4791)
Executado:Maria da Silva Aguiar
Advogado:Advogado Não Informado (202020 2020202020)
SENTENÇA:
SENTENÇA O Município de Jaru/RO, noticia o adimplemento do crédito e requer a extinção fls. 15/16.Levando em conta que houve a satisfação integral da obrigação, o feito caminha para a extinção e arquivamento. Assim pronunciou a jurisprudência:DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE TITULO JUDICIAL., EXTINÇÃO DO PROCESSO COM FUNDAMENTO NO ART. 794, I DO CPC, FALTA DE INTERESSE RECURSAL PARA O DEVEDORINSURGIR-SE CONTRA ESSA EXTINÇÃO DO FEITO. IMPOSSIBILIDADE DE SE REDISCUTIR MATERIA ALUSIVA AO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO. 1. O DEVEDOR NÃO POSSUI LEGITIMO INTERESSE RECURSL PARA INSURGIR-SE CONTRA SENTENÇA QUE VENHA A POR FIM A EXECUÇÃO QUE CONTRA SI FOI PROPOSTA, SE DISSO NÃO DECORRE QUALQUER ONUS ASER SUPORTADO. 2. NA FASE DE EXECUÇÃO, E VEDADO AO DEVEDOR RENOVAR DISCUSSÕES ALUSIVAS AO PROCESSO DE LIQUIDAÇÃO. 3. RECURSO NÃO CONHECIDO. (TRF3 - APELAÇÃO CIVEL: AC 20385 SP 92.03.020385-0. Resumo: Direito Processual Civil. Relator(a): JUIZ SOUZA PIRES. Julgamento: 10/05/1994.Publicação: DJ DATA:24/08/1994 PÁGINA: 45610).Considerando o adimplemento da obrigação, DECLARO EXTINTA A PRESENTE EXECUÇÃO, nos termos do art. 794, I, CPC.Sem custas.P.R.I. Cumpra-se. Oportunamente, arquivem-se.Jaru-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0005914-96.2013.8.22.0003
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Jaru - RO
Advogado:Carlos Pereira Lopes (RO 743), Mário Roberto Pereira de Souza (OAB/RO 1765), José Pereira Tavares (RO 441), Sérgio Roberto Pegorer (RO 2247), Nayberth Henrique Alcuri A. Bandeira (RO 2854), Rooger Taylor Silva Rodrigues (RO 4791)
Executado:Francisco Tavares da Silva
Advogado:Advogado Não Informado
intimar o procurador doautor par ano prazo de 10 dias dar andamento ao feito ante o decurso de suspensão

Proc.: 0000196-21.2013.8.22.0003
Ação:Ação Civil de Improbidade Administrativa
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (2020202020 2020202020)
Requerido:Núbia Passos Pinheiro Morali, Leonilia Josefa da Silva, Altair Santana Teobaldo, Bartolomeu Pereira Tavares
Advogado:Delmário de Santana Souza (RO 1531), Indiano Pedroso Gonçalves (OAB/RO 3486), Sidnei da Silva (OAB/RO 3187), Rooger Taylor Silva Rodrigues (RO 4791), Mário Roberto Pereira de Souza (OAB/RO 1765)
intimar o procurador do requerido Altair Santana Teobaldo, Dr Sidinei da Silva OAB/RO 3187,para nos termos do DESPACHO de fls. 1724, tomar conhecimentos do valor dos calculos de

fls. 1726 R$ 4.551,52 (quatro mil quinhentos e cinquenta e um reais e cinquenta e dois centavos)...Por essa razão, e, não tendo requerido Altair Santana Teobaldo, feito ou comprovando o pagamento do saldo remanescente, nestes autos, até o presente momento, aplico-lhe a multa de 30% (trinta por cento) sobre o saldo remanescente (R$ 3.5000,00), sem prejuízo da atualização com juros e correção monetária, devendo os autos serem encaminhados à contadoria judicial.
Após, cientifique o requerido Altair Santana Teobaldo do valor atual, via de seu advogado, vindo em seguida os autos conclusos para as providências necessárias.
Jaru-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014.Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0005478-40.2013.8.22.0003
Ação:Divórcio Consensual
Requerente:I. R. de C. G. A. M.
Advogado:Micheli Andreato Malta de Oliveira (OAB/RO 4531), Wernomagno Gleik de Paula (RO 3999), Sidnei da Silva (OAB/RO 3187), Micheli Andreato Malta de Oliveira (OAB/RO 4531), Wernomagno Gleik de Paula (RO 3999)
intimar o procurador do autor para no prazo de 05 dias retirar o MANDADO de averbação

Proc.: 0004904-17.2013.8.22.0003
Ação:Divórcio Litigioso
Requerente:J. C. de F.
Advogado:Rooger Taylor Silva Rodrigues (RO 4791)
Requerido:S. T. de F.
Advogado:Defensor Público (RO 00)
intimar o procurador do autor para no prazo de 05 dias retirar o MANDADO de averbação

Proc.: 0000162-12.2014.8.22.0003
Ação:Divórcio Litigioso
Requerente:J. E. de M.
Advogado:Alexandre Moraes dos Santos (OAB/RO 3044), Eunice Braga Leme (OAB-RO 1172)
Requerido:V. D. M.
Advogado:Advogado Não Informado
intimar o procurador do autor para no prazo de 10 dias retirar o edital e comprovar sua publicação nos termos do artigo 232 do CPC

Proc.: 0045259-45.2008.8.22.0003
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Querubina Ferreira da Sivla
Advogado:Elisa Dickel de Souza ( ), José Fernando Roge (OAB/RO 5427)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Maria Creusa Machado Magalhães (RO 178-B)
intimar o procurador do autor para no prazo de 05 retirar o alvará

Proc.: 0006004-41.2012.8.22.0003
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Município de Jaru - RO
Advogado:Merquizedeks Moreira (OAB/RO 501), Mario Roberto Pereira de Souza (RO 1765), José Pereira Tavares (RO 441), Everton Campos de Queiroz (RO 2982)
Executado:José Amauri dos Santos
Advogado:Advogado Não Informado
intimar o procurador doautor para no prazo de 10 dias dar andamento ao feito ante o decurso de suspensão

Proc.: 0001107-33.2013.8.22.0003
Ação:Inventário
Inventariante:Delma da Silva Pereira Nascimento, Ezequiel Pereira Nascimento, Rafael Pereira Nascimento, Ezequias Pereira Nascimento
Advogado:Leobaldo Alves de Jesus (OAB/RO 4037)
Inventariado:Claudinei Nascimento
Advogado:Advogado Não Informado
intimar o procurador do autor para no prazo de 05 procidenciar as cópias para montagem do formal de partilha

Proc.: 0000016-68.2014.8.22.0003
Ação:Monitória
Requerente:C. de P. E. E. -. C.
Advogado:Flademir Raimundo de Carvalho Avelino (OAB/RO 2245), Hudson da Costa Pereira (RO 6084), Bruna Moura de Freitas (RO 6057)
Requerido:G. O. de S. T. I. de M. L.
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D 11111111111111111)
DECISÃO:
DECISÃO Reconsidero a DECISÃO anterior, face a previsão legal.Exclua-se do pólo passivo o Sr. Gilmar Oliveira de Souza.A pretensão visa o cumprimento de obrigação adequada ao procedimento e vem em petição instruída com a prova escrita, sem força executiva, de modo que a ação monitória é pertinente (art. 1.102a, do CPC).Sendo assim, cite-se para que a parte ré efetue o pagamento, no prazo de 15 dias, nos termos da inicial, anotando-se nesse MANDADO que, caso o cumpra, ficará isenta de custas e honorários advocatícios (art. 1.102c, §1º, do CPC), fixados estes, entretanto, para o caso de descumprimento, em 10% sobre o valor da causa. Conste, ainda, ordem para citação da parte ré, que nesse prazo, poderá oferecer embargos e, em não havendo o cumprimento da obrigação, tão pouco o oferecimento de embargos, constituir-se-á, de pleno direito, o título executivo judicial (art. 1.102c, do CPC).Havendo citação e decorrido o prazo in albis para oposição de embargos, certifique-se e intime-se a parte para requerer o que de direito, via seu advogado. Contudo, na hipótese de ser apresentado embargos monitórios, desde já fica determinada a intimação da parte contrária, via seu advogado, para manifestação no prazo legal.Lembra-se a Escrivania que sempre deverá atualizar os cadastros do SAP, conforme as informações consignadas nas certidões dos Oficiais de Justiça.Ressalta-se que é dever das partes sempre comprovar e atualizar o seu endereço, sob pena de ser presumida a validade nas comunicações e intimações dirigidas ao endereço residencial declinado nos autos, conforme dispõe o parágrafo único, do art. 238 do Código de Processo Civil.Cumpra-se.Jaru-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0004106-90.2012.8.22.0003
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Construtec - Comercio de Materiais Para Construção Ltda
Advogado:Fabrício Moura Ferreira (OAB/RO 3762)
Requerido:Jorge Bento Barbosa, Isabel Pereira Barbosa, D. R. Construções e Terraplenagem Ltda
Advogado:Alexandre Moraes dos Santos (OAB/RO 3044), Eunice Braga Leme (OAB/RO 1172), Alexandre Moraes dos Santos (OAB/RO 3044), Advogado Não Informado (202020 2020202020)

DESPACHO:
DESPACHO O credor pleiteia a penhora de percentual do crédito do executado junto ao Município de Jaru/RO (Contrato n. 212/GP/2013, no valor de R$ 470.227,49), cujo valor encontra-se penhorado nos autos de Processo Administrativo registrado sob n. 3585/2012 que se encontra no aguardo de liberação de recursos da União para pagamento. Tendo em vista que o montante da dívida atualizada, conforme informado às fls. 108/109 é de R$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais), verificou-se que, com a penhora recaindo sobre percentual do crédito restará resolvida a presente demanda. 1- Expeça-se MANDADO para a penhora de R$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais) junto ao crédito da executada D.R. CONSTRUÇÕES E TERRAPLANAGEM LTDA ? CNPJ n. 03.610.014/000-15, referente ao contrato de n. 212/GP/2013, no valor de R$ 470.227,49 (quatrocentos e setenta mil, duzentos e vinte e sete reais e quarenta e nove centavos), firmado com o Município de Jaru/RO, consignando-se no MANDADO que:2.1- Fica desde já nomeada como fiel depositário a Prefeita Municipal de Jaru/RO, ou quem suas vezes o fizer, independentemente de sua prévia aceitação, que deve ser intimada desse encargo. Em caso de haver recusa em assinar o recebimento, o Sr(a). Oficial (a) deverá certificar o ocorrido e deixar cópia do auto.2.2- ocorrendo a liberação de recursos pela União, conforme informado pelo município às fls. 104, deverá o depositário imediamente, efetuar o depósito judicial da quantia, comprovando nos autos no prazo de 05(cinco) dias. 2.3- o Oficial de Justiça deverá colher a qualificação completa de quem for intimado, anotando o número do RG e CPF principalmente;2- Após a lavratura da penhora, o executado deverá ser intimado pessoalmente para, querendo, impugnar a penhora.3- Os autos deverão aguardar o cumprimetno da obrigação no arquivo. Cumpra-se.Jaru-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0005550-27.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:R. P. da Silva & Cia Ltda
Advogado:Luciano Filla (OAB/RO 1585)
Requerido:Mauro Rodrigues Pereira
Advogado:Advogado Não Informado (202020 2020202020)
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos, etc;A parte autora foi intimada via carta-ar, para dar andamento ao feito, sob pena de extinção, contudo, quedou-se inerte conforme certidão de fls. 31v.É entendimento predominante no âmbito do ordenamento jurídico a possibilidade de extinção do processo de execução se a parte autora, pessoalmente intimada a manifestar-se, deixa de adotar as diligências necessárias ao andamento do feito, sendo plenamente cabível a aplicação da sanção prevista no art. 267, III, do CPC, já que a causa resta abonada por mais de 30 (trinta) dias.Nesse sentido é o entendimento do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, quando decidiu a apelação de n. 0008003-38.2012.8.22.0000 (Des. Alexandre Miguel, prolatada em 31/10/2012 e publicada em 01/11/2012).E também as demais jurisprudências::EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. INÉRCIA DA PARTE.ABANDONO DO PROCESSO. CONFIGURAÇÃO. RECONHECIMENTO DE OFÍCIO. PENDÊNCIA DE RECURSO ESPECIAL. INDIFERENÇA.A extinção da execução de forma anormal, sem a implementação de sua satisfação, em virtude da inércia das partes, é perfeitamente regular se efetivada após a devida intimação pessoal da parte e do seu advogado mediante publicação em diário oficial. Em se tratando de execução não embargada, é permissível ao juiz, de ofício, reconhecer o abandono da causa por inércia da parte, sendo desnecessário neste caso requerimento da parte contrária. ão gera causa processual para a suspensão de execução o fato de estar a lide principal pendente de julgamento de recurso especial. (101.003.2005.002601-4 Apelação Cível. 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia. Relator: Desembargador Marcos Alaor D. Grangeia. Data: 11 de junho de 2008).(grifei)RECURSO ESPECIAL. PROCESSO CIVIL. PROCESSO DE EXECUÇÃO. TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXTINÇÃO POR ABANDONO. ARTIGO 267, INCISO III, ?? 1º, DO CPC. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO CREDOR. SÚMULA 7/STJ. EXECUÇÃO NÃO EMBARGADA. SÚMULA 240/STJ. INAPLICABILIDADE. 1. Extingue-se o processo, sem resolução de MÉRITO, quando o autor abandonar a causa por mais de 30 (trinta) dias e quedar-se silente após ser intimado, pessoalmente, a fim de dar prosseguimento ao feito em 48 (quarenta e oito) horas. 2. Hipótese em que o Tribunal de origem afirmou expressamente que a exeqüente foi intimada de acordo com o art. 267, III, ?? 1º, do CPC. Rever essa questão ensejaria o reexame de matéria fática (Súmula 7/STJ). 3. A Súmula 240 não se refere à execução não embargada. Precedentes do STJ. (AgRg no Resp 936372/PB. Min. HERMAN BENJAMIN, 2ª Turma, julgado em 19/12/2008) (grifei). PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE REINTEGRAÇÃO DE POSSE. ARRENDAMENTO MERCANTIL. ABANDONO DA CAUSA. CITAÇÃO DOS RÉUS NÃO CONFIGURADA. REEXAME DOCUMENTAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7-STJ. SÚMULA N. 240-STJ. HIPÓTESE DIVERSA. CPC, ART. 267, III, § 1O. INTIMAÇÃO PESSOAL DO AUTOR EFETUADA. EXTINÇÃO. I. Se a relação processual litigiosa não se instaurou, porque o Tribunal estadual, no concernente ao exame de documento extrajudicial, considerou o mesmo inaproveitável para firmar a ocorrência de citação dos réus, descabida é a invocação da Súmula n. 240 do STJ, bem como da revelia, eis que o pressuposto básico a tanto ? a integração dos réus ao processo ? está ausente. II. Intimada pessoalmente a parte a promover os atos necessários ao andamento do processo, nos termos do art. 267, III, parágrafo 1o, do CPC, a extinção da lide é conseqüência da sua omissão, aqui verificada. III. Recurso especial não conhecido. (REsp 440.813/ES, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 22/04/2003, DJ 25/08/2003, p. 314).Ante o exposto, DECLARO EXTINTO O FEITO, nos termos do art. 267, inciso III, do Código de Processo Civil, a fim de que surtam os jurídicos e legais efeitos daí decorrentes.eventuais custas deverão ser pagas pela parte exequente. Não o fazendo, prossiga, conforme determina o inciso IV, do art. 2¿? da Instrução do TJRO n. 008/2010/PR, enviando-se os autos a contadoria judicial para apuração das custas processuais atualizadas e em seguida, intimando-se a parte exequente, via advogado, pelo DJ, para comprovar o pagamento no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de inscrição em dívida ativa, que desde já fica autorizada em caso de omissão.Defiro o desentranhamento de documentos que instruem a inicial, exceto a procuração e a taxa de custas, mediante cópia e recibo nos autos, às expensas da parte. Caso pleiteado, já fica homologada a renúncia ao prazo recursal. P.R.I. Cumpra-se. Arquivem-se.Jaru-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0000460-04.2014.8.22.0003
Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente:C. V. G. de P.
Advogado:Defensor Público (RO 00)
Requerido:R. G. da S.
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D 11111111111111111)
DECISÃO:
DECISÃO Processe-se em segredo de justiça.Recebo a inicial, deferindo a gratuidade nos termos do art. 12 da Lei nº 1.060/50 e arbitrando, por ora, os alimentos provisórios, eis que se vislumbram os requisitos ensejadores da tutela de urgência (art. 273 do CPC), em 50% do salário mínimo vigente. Desde já designo audiência de tentativa de conciliação para o dia 05/03/2014, às 16:00 hs.Cite-se e intime-se o requerido. Ciência ao MP. Intime-se a parte autora e a defensoria pública pessoalmente. DEVERÁ CONSTAR DA FINALIDADE DO MANDADO QUE A RESPOSTA DEVERÁ SER APRESENTADA ATÉ A DATA DA AUDIÊNCIA.Ressalta-se que é dever do autor sempre comprovar e atualizar o seu endereço, sob pena de ser presumida a validade nas comunicações e intimações dirigidas ao endereço residencial declinado nos autos, conforme dispõe o parágrafo único, do art. 238 do Código de Processo Civil. Lembra-se a Escrivania que sempre deverá atualizar os cadastros do SAP, conforme as informações (dados pessoais das partes ou de testemunhas) consignadas nas certidões dos Oficiais de Justiça.Cumpra-se.Jaru-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0017464-11.2001.8.22.0003
Ação:Embargos à Execução
Embargante:Silvio Pereira
Advogado:José Fernando Roge (OAB/RO 5427)
Embargado:Fazenda Nacional
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D 11111111111111111)
DESPACHO:
DESPACHO Nada pendente, arquivem-se.Jaru-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0037158-29.2002.8.22.0003
Ação:Cautelar Inominada (Cível)
Requerente:Silvio Pereira
Advogado:José Fernando Roge (OAB/RO 5427)
Requerido:Fazenda Nacional
Advogado:Advogado não Informado (3790)
DESPACHO:
DESPACHO Nada pendente, arquivem-se.Jaru-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0040459-08.2007.8.22.0003
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Levi Gonzaga Bispo
Advogado:Elisa Dickel de Souza (OAB/RO 1177), José Fernando Roge (OAB/RO 5427)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Maria Creusa Machado Magalhães (RO 178-B)
DESPACHO:
DESPACHO Expeçam-se os alvarás do principal em nome da parte e dos honorários advocatícios em nome dos procuradores, podendo ambos serem retirados pelos advogados da exequente. Nada pendente, arquivem-se.Jaru-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0005276-05.2009.8.22.0003
Ação:Separação Consensual
Requerente:Greice Kelly de Paula Mesquita Kloos, Enoc Hemerson Kloos
Advogado:Adrian Karla Freitas Moreira (RO 1798), Defensor Público (RO 00)
DESPACHO:
DESPACHO Para análise do pedido de fls. 37, deveria a Defensoria Pública mencionado se fez contato com a advogado da outra parte, observando-se que a mesma retirou ao ofício com o incluso MANDADO de averbação para o fim, que ora se requer.Já que não o fez, determino que a causídico que retirou o MANDADO faça os devidos esclarecimentos nos autos, em 05 dias.Jaru-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0002221-75.2011.8.22.0003
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Lucia Sabina dos Santos
Advogado:Elisa Dickel de Souza (OAB/RO 1177), José Fernando Roge (OAB/RO 5427)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (22 SMG)
DESPACHO:
DESPACHO Expeçam-se os alvarás do principal em nome da parte e dos honorários advocatícios em nome dos procuradores, podendo ambos serem retirados pelos advogados da exequente. Nada pendente, arquivem-se.Jaru-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0005643-24.2012.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Juarez Paulino da Silva
Advogado:Elisa Dickel de Souza (OAB/RO 1177), José Fernando Roge (OAB/RO 5427)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Patrícia Freire de Alencar Carvalho ( )
DECISÃO:
DECISÃO Rejeitos os embargos de declaração, eis não se encontram presentes os requisitos legais do art. 535 do CPC.O que, na verdade, ocorre é uma hipótese de erro material, uma vez que na frase “Desse modo, o requerente deve receber o benefício...” (fls. 154 - 3º parágrafo), deve-se ler “Desse modo, o requerente não deve receber o benefício...”.No mais, permanece inalterada a SENTENÇA publicada.Ao cartório: atente-se para o prazo recursal.Jaru-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0003110-58.2013.8.22.0003
Ação:Monitória
Requerente:M.V.M. Comércio de Combustíveis Ltda
Advogado:José Fernando Roge (OAB/RO 5427), Thiago Roberto da Silva Pinto (RO 5476)
Requerido:Fabricia da Silva Santos
Advogado:Defensor Público (RO 00)
DESPACHO:
DESPACHO Proceda-se a mudança de classe, conforme determinado às fls. 57.Após, arquivem-se pelo limite do prazo prescricional.Jaru-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito

Proc.: 0006161-77.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Juliana de Souza Leite
Advogado:Marta de Assis Nogueira Calixto (OAB/RO 498 - A)
Requerido:Ibad Instituto das Assembleias de Deus, Fbn Faculdade Boas Novas
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D 11111111111111111)
DESPACHO:
DESPACHO Revendo a questão, recebo o feito.Cite-se na forma da Lei, com os consectários legais.Réplica, exceto no caso de revelia, e quando se apresentar documentos ou alegação preliminar.Após, apreciarei o pedido de antecipação dos efeitos da tutela.Jaru-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Flávio Henrique de Melo Juiz de Direito

Fábio da Silva Amaral
Diretor de Cartório

2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível
Sugestões e reclamações, façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet.
Corregedoria: cgj@tj.gov.br
Juiz: mailto:elsi@tj.govElsi Antônio Dalla Riva
Para Contatos e-mail: jaw2civel@tjro.jus.br

Proc.: 0004280-65.2013.8.22.0003
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco da Amazônia S/ A - BASA
Advogado:Marcelo Longo de Oliveira (OAB/RO 1096), Daniel Solum Franco Maués (PA 13590-B), Marçal Marcellino da Silva Neto (OAB/PA 5865), Adriana Silva Rabelo (OAB/AC 2609A), Northon Sérgio Lacerda Silva (OAB/AC 2.708), Gisele Coutinho Beserra (AP 1.168-B), Anna Belle de Oliveira Machado (AM 4.419), João Pedro de Deus Neto (RJ 135.506), Martha Lorena da Silva Carneiro (OAB/AM 6113), Dileta Maria de Albuquerque Sena (OAB/DF 4049), Alba Maria de Souza Lima (OAB/TO 1052), Carlos Alberto Braga Diniz Junior (MA 7298), Paulo Sergio Lopes Gonçalves (PA 281005), Silas Araujo Lima (TO 1738), Elisangela Hasse (MF 8689), Aline Meirelles Barros (PA 5543), Aline Penedo de Oliveira (PA 7086), Ana Coeli Bastos Lisboa (OAB/PA 7091), Ana Lucia Barbosa da Silva (PA 8489), Ana Margarida Silva Loureiro Godinho (PA 2309), Ana Maria Fragoso Toscano (PA 1780), André Alberto Souza Soares (OAB/PA 7865), Angelica Patricia Almeida Monteiro (PA 9005), Antonio Félix Teixeira Negrão (PA 6417), Átila Alcyr Pina Monteiro (PA 6558), Cezar Escócio de Faria Junior (PA 6.240), Chiara de Sousa Costa (PA 10.535), Cristiano Coutinho de Mesquita (PA 10311), Danielle de Jesus Oliveira dos Santos (PA 7690), Denize do Socorro da Conceição Brito (PA 8543), Eder Augusto dos Santos Picanço (PA 10396), Humberto Souza Miranda Pinto (PA 12.942), Izabela Ribeiro Russo Rodrigues (PA 6983-B), Joseane do Socorro de Sousa Amador (PA 11.001), Josiane Maria Maués da Costa Franco (PA 7.308), Luiz Paulo Santos Álvares (PA 1788), Marcel Leda Noronha Macedo (PA 13.559), Maria Rosa Marinho Ferreira (PA 12.164), Maria Rosineide Alves de Lima (PA 8.370), Marlene de Nazaré Amaral Lopes (PA 7547), Marluci de Lima Ferreira (PA 8783-B), Monique Rocha Zoni Botelho (PA 11690), Nazaré de Fátima Santos Domingues (PA 7788), Patricia de Nazareth da Costa e Silva (PA 11274), Samuel Nystron de Almeida Brito (PA 7535), Rosimar Socorro de Souza Ramos (PA 8562), Vitor Manoel Silva de Magalhães (PA 9346), Walter Silveira Franco (PA 10210), Wellington Marques da Fonseca (PA 9329), José Raimundo Cosmo Soares (PA 2647), Karlene Azevedo de Aguiar (PA 11325), Daniele Gurgel do Amaral (RO 1221), Gilberto Silva Bonfim (OAB/RO 1727), Lauro Lucio Lacerda (OAB/RO 3919), Monares Gomes Grossi (RO 903), Carlos Alberto Cóqui (SP 60915), Alessandro de Paula Canedo (OAB/TO 1334A), Danilo Amâncio Cavalcanti (OAB/GO 29191), Fernanda Ramos Ruiz (TO 1965), Maurício Cordenonzi (TO 2223)
Executado:Delcio Nunes Barroso, Luzia Cortijo Barroso
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D 11111111111111111)
DESPACHO:
Suspendo o feito por 15 (quinze) dias, conforme requerido às fls. 72.Findo o prazo, diga o exequente.Jaru-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz de Direito

Proc.: 0003573-97.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Cezar Souza da Silva
Advogado:Jhonatan Aparecido Magri (RO 4512), Wagner Alvares de Souza (OAB/RO 4514)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (202020 2020202020)
DESPACHO:
Face a exigência legal de que a parte requerente seja submetida a exame pericial, nomeio como perito o Dr. Everson Campos de Queiroz, devendo ser intimado para designar data, horário e local para realização do exame, ficando ciente de que o laudo deverá ser entregue no máximo 10 dias após a realização da perícia médica.Fixo honorários periciais em R$ 230,00 (duzentos e trinta reais) a ser suportado pelo INSS teto máximo permitido pela Resolução n. 558 do Conselho de Justiça Federal dado a situação de hipossuficiência da parte autora.Considerando a apresentação de quesitos pelas partes, bem como a informação pela parte requerida de que não deseja indicar assistente técnico, intime-se o autor nos termos do § 1º do art. 421 do CPC no que tange ao assistente técnico.Deverão ser apresentados ao Sr. Perito, como quesito do juízo, se:- o examinado é incapaz para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência;- havendo incapacidade, se esta é susceptível de reabilitação e sua porcentagem.O Sr. Perito, ainda, deverá ficar ciente de que a liberação dos seus honorários se dará no momento em que o INSS efetuar a comprovação do pagamento nos autos.Caso se faça necessário exames complementares, o prazo para entrega do laudo deverá ser dilatado mediante requerimento fundamentado do perito.Solicite o pagamento da perícia mediante a Assistência Judiciária Gratuita da Justiça FederalCom o agendamento da data e do horário da perícia, intimem-se as partes.Jaru-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz de Direito

Proc.: 0078763-13.2006.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Inventariante:G. de S. F. A. M. F. L. de S. S. N. G. da S. J. F. F. F. F.
Advogado:Irineu Ribeiro da Silva (RO 133), Mário Roberto Pereira de Souza (OAB/RO 1765), Magnum Jorge Oliveira da Silva (OAB/RO 3204), Irineu Ribeiro da Silva (RO 133), Irineu Ribeiro da Silva. (OAB/RO 133)

Inventariado:E. de E. M. de S. F.
Advogado:Advogado não Informado (3790)
DESPACHO:
Considerando o teor da petição de fls. 852 e informações prestadas às fls. 853/870, razão assiste a parte autora quanto a duplicidade alegada às fls. 848/849, devendo, portanto, os autos serem encaminhados ao contador judicial para apuração das custas judiciais.Jaru-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz de Direito

Proc.: 0036133-05.2007.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Wilson Dias Martins
Advogado:Sérgio Roberto Pegorer (OAB/RO 2247)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado.. (RO não consta)
DESPACHO:
Considerando o teor da certidão de fls. 89v e que se trata de interesse da parte, arquivem-se os autos. Jaru-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz de Direito

Proc.: 0000613-08.2012.8.22.0003
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:C. A. Soares da Costa
Advogado:Wudson Siqueira de Andrade (RO 1658)
Executado:H. L. F. de Souza
Advogado:Advogado Não Informado (000)
DESPACHO:
Considerando o teor da petição de fls. 128 e que as diligências já realizadas não lograram êxito em localizar bens passíveis de penhora, determino a suspensão do feito por 06 (seis) meses, em analogia ao prazo descrito no art. 265, §3º do CPC e com fulcro no art. 791, inciso III do mesmo Códex.Jaru-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz de Direito

Proc.: 0001513-88.2012.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Lucineia Antônia do Nascimento, Espólio de José Antônio dos Santos, Elizeia Nascimento dos Santos, Roseli Nascimento dos Santos, Getúlio Nascimento dos Santos
Advogado:Josué Leite (RO 625-A), João Batista de Oliveira (RO 865), Josué Leite (RO 625-A)
Requerido:Antonio Francisco Braga, Maria Elza Martins Braga
Advogado:Sônia Cristina Arrabal de Brito. (OAB/RO 1872), Edinara Regina Colla (OAB/RO 1123), Advogado Não Informado (ALVORADA D 11111111111111111)
DESPACHO:
Em que pese o teor da petição de fls. 112, deverá o patrono comprovar nos autos que cientificou sua renúncia à parte outorgante do mandato, nos termos do art. 45 do CPC, no prazo de 05 dias.Jaru-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz de Direito

Proc.: 0005427-29.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Lourivaldo Ramos de Oliveira
Advogado:Alexandre Moraes dos Santos (OAB/RO 3044), Eunice Braga Leme (OAB-RO 1172)
Requerido:Capemisa Seguradora de Vida e Previdência Sa
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369), Lívia Patrício Garcia de Souza (OAB/RO 5277), Marcelo Davoli Lopes (OAB/SP 143.370), Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800), Leonardo Costa (OAB/AC 3584), Gustavo Corrêa Rodrigues (OAB/RJ 110459), Maristella de Farias Melo Santos (OAB/RJ 135132)
DESPACHO:
Em que pese o teor da petição e depósito de honorários às fls. 84/87, o feito já foi sentenciado às fls.79/82, pelo que deverá prosseguir em seu cumprimento.Jaru-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz de Direito

Proc.: 0002999-74.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Marlene Leite Silva e Filhos Ltda
Advogado:Josué Leite (RO 625-A)
Requerido:Listel Listas Telefônica Sa
Advogado:Maria Rita Ranzani (SP 79.805), Matheus Evaristo Santana (OAB/RO 3230), Fernando Denis Martins (OAB/SP 182.424), Felipe Navega Medeiros (OAB/SP 234887), Deborah Gonçalves de Sousa (OAB/SP 129938), Pedro Origa (MF 1953)
DESPACHO:
Em que pese o teor da petição e documentos apresentados às fls. 118/157, o feito já foi sentenciado às fls. 114/116, pelo que deverá prosseguir em seu cumprimento.Jaru-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz de Direito

Proc.: 0005820-51.2013.8.22.0003
Ação:Monitória
Requerente:Unicentro - União Centro Rondoniense de Ensino Superior
Advogado:Carlos Luiz Pacagnan (RO 107/B), Cheila Cristina da Silva Vaz (OAB/RO 5170), Jefferson Freitas Vaz (OAB-RO 1611)
Requerido:Soraia Rodrigues Leal Passos
Advogado:Advogado Não Informado (202020 2020202020)
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos etc.,Tendo em vista o contido na petição (fls.35), HOMOLOGO O ACORDO efetuado entre as partes, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos, declarando, via de consequência, extinto o feito, com julgamento do MÉRITO, nos termos do artigo 269, inciso III, do CPC.P.R. Cumpra-se. Sem custas processuais.Nada pendente, arquive-se. Constrição Jaru-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz de Direito

Proc.: 0005823-06.2013.8.22.0003
Ação:Monitória
Requerente:Unicentro - União Centro Rondoniense de Ensino Superior
Advogado:Carlos Luiz Pacagnan (RO 107/B), Cheila Cristina da Silva Vaz (OAB/RO 5170), Jefferson Freitas Vaz (OAB-RO 1611)
Requerido:Patricia Alves de Almeida
Advogado:Advogado Não Informado (202020 2020202020)
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos, etc.Unicentro União Centro Rondoniense de Ensino Superior, já qualificada, ajuizou ação monitória em face de Patrícia Alves Almeida, ali igualmente qualificada,

objetivando o recebimento de R$ 4.100,0 40 (quatro mil e cem reais e quarenta centavos), instruindo seu pedido com o contrato de fls. 07/10 e demonstrativo de débito de fls. 11.Apesar de citada pessoalmente (fl. 33), a requerida manteve-se inerte. Ante o exposto e conforme determina a segunda parte do art. 1.102c do Código de Processo Civil JULGO PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL, para constituir de pleno direito o título executivo judicial, condenando a requerida ao pagamento de R$ 4.100,0 40 (quatro mil e cem reais e quarenta centavos), em favor da requerente, atualizado monetariamente e acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir da citação.Condeno ainda, a requerida, ao pagamento das custas e honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação.Publique-se, registre-se e intimem-se.Após o trânsito em julgado, requeira a parte autora, o que de direito, na forma do novo art. 475-B do CPC (acrescido pela Lei n. 11.232/05).Jaru-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz de Direito

Proc.: 0005855-11.2013.8.22.0003
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Tomaz e Souza Ltda Me
Advogado:José Fernando Roge (OAB/RO 5427), Thiago Roberto da Silva Pinto (RO 5476)
Executado:Elaine Medeiros Faustino
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D 11111111111111111)
DESPACHO:
Oficie-se ao Idaron, conforme requerido às fls. 31.Jaru-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz de Direito

Proc.: 0006299-44.2013.8.22.0003
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco do Brasil S/A
Advogado:Ana Maria Ferreira Leite (OAB/MT 14.081), Ana Paula Alves Moreira da Silva (OAB/SP 258.420), Nizia Cristina Tiemi Aoki (OAB/SP 214.154), Thays Freitas Gomes Silva (OAB/SP 261.243), Marcelo Zaina de Oliviera (OAB/MT 15935), Gustavo Amato Pissini (OAB/RO 4567), Fernanda Queiroga Lira (OAB/SP 275.470), Janaína Alvares Di Stasi (OAB/SP 262.240), Joaquim Cesar Leite da Silva (OAB/SP 251.169), Antonio Pedro da Silva Machado (OAB/DF 1739A), Sandro Pissini Espíndola (OAB/SP 198040-A), Marcio Mathias Signori (SP 310804), Bruno Gilberto Soares Marquesini (SP 246950), Fernanda Queiroga Lira de Oliveira (SP 275.470), Luiz Carlos Icety Antunes (MS 10.062), Michael Masaake Yamauchi Rodrigues (MS 14556)
Executado:Carlos Soares Justo
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D 11111111111111111)
DESPACHO:
Em que pese o teor da petição de fls. 51, prossiga com o arquivamento determinado às fls. 49, pelo que procedi a suspensão do feito, conforme determinação do CNJ e teor do Ofício Circular n. 074/2013 e n. 087/2013 da Corregedoria, procedi a suspensão do processo no Sistema de Automação Processual.Jaru-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz de Direito

Proc.: 0006332-34.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maurina Souza Damasceno
Advogado:Wudson Siqueira de Andrade (RO 1658)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (202020 2020202020)
DESPACHO:
Considerando que irá ocorrer a concentração de audiências do INSS nesta comarca e visando um possível acordo, designo a audiência de conciliação e instrução para o dia 01/04/2014 às 10:15 horas.Fica autorizada a Sra. Diretora de Cartório proceder a intimação do Procurador do INSS da forma mais célere, podendo valer-se de email.Fica o patrono cientificado que deverá comparecer a solenidade acompanhado da parte autora (art. 277 do CPC).Jaru-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz de Direito

Proc.: 0000419-37.2014.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Marilucia Pereira Cardoso
Advogado:Jhonatan Aparecido Magri (RO 4512), Wagner Alvares de Souza (OAB/RO 4514)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (202020 2020202020)
DESPACHO:
Face a exigência legal de que a parte requerente seja submetida a exame pericial, nomeio como perito o Dr. Everson Campos de Queiroz, devendo ser intimado para designar data, horário e local para realização do exame, ficando ciente de que o laudo deverá ser entregue no máximo 10 dias após a realização da perícia médica.Fixo honorários periciais em R$ 230,00 (duzentos e trinta reais) a ser suportado pelo INSS teto máximo permitido pela Resolução n. 558 do Conselho de Justiça Federal dado a situação de hipossuficiência da parte autora.Considerando a apresentação de quesitos pelas partes, bem como a informação pela parte requerida de que não deseja indicar assistente técnico, intime-se o autor nos termos do § 1º do art. 421 do CPC no que tange ao assistente técnico. Deverão ser apresentados ao Sr. Perito, como quesito do juízo, se:- o examinado é incapaz para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência;- havendo incapacidade, se esta é susceptível de reabilitação e sua porcentagem.O Sr. Perito, ainda, deverá ficar ciente de que a liberação dos seus honorários se dará no momento em que o INSS efetuar a comprovação do pagamento nos autos.Caso se faça necessário exames complementares, o prazo para entrega do laudo deverá ser dilatado mediante requerimento fundamentado do perito.Solicite o pagamento da perícia mediante a Assistência Judiciária Gratuita da Justiça FederalCom o agendamento da data e do horário da perícia, intimem-se as partes.Jaru-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz de Direito

Proc.: 0000422-89.2014.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Antônio de Jesus Gouveia
Advogado:Wagner Alvares de Souza (OAB/RO 4514), Jhonatan Aparecido Magri (RO 4512)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (202020 2020202020)
DESPACHO:
Face a exigência legal de que a parte requerente seja submetida a exame pericial, nomeio como perito o Dr. Everson Campos de Queiroz, devendo ser intimado para designar data, horário e local para realização do exame, ficando ciente de que o laudo deverá ser entregue no máximo 10 dias após a

realização da perícia médica.Fixo honorários periciais em R$ 230,00 (duzentos e trinta reais) a ser suportado pelo INSS ? teto máximo permitido pela Resolução n. 558 do Conselho de Justiça Federal ? dado a situação de hipossuficiência da parte autora.Considerando a apresentação de quesitos pelas partes, bem como a informação pela parte requerida de que não deseja indicar assistente técnico, intime-se o autor nos termos do § 1º do art. 421 do CPC no que tange ao assistente técnico. Deverão ser apresentados ao Sr. Perito, como quesito do juízo, se:- o examinado é incapaz para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência;- havendo incapacidade, se esta é susceptível de reabilitação e sua porcentagem.O Sr. Perito, ainda, deverá ficar ciente de que a liberação dos seus honorários se dará no momento em que o INSS efetuar a comprovação do pagamento nos autos.Caso se faça necessário exames complementares, o prazo para entrega do laudo deverá ser dilatado mediante requerimento fundamentado do perito.Solicite o pagamento da perícia mediante a Assistência Judiciaria Gratuita da Justiça FederalCom o agendamento da data e do horário da perícia, intimem-se as partes.Jaru-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz de Direito

Proc.: 0006446-70.2013.8.22.0003
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:A. D. S. H. D. S.
Advogado:Dilson José Martins (OAB/RO 576A)
Executado:E. R. R. S.
Advogado:Advogado Não Informado (202020 2020202020)
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos, etc.Considerando o total cumprimento da obrigação por parte do Executado, consoante comprovantes de fls. 30 e ausência de manifestação da exequente (fls. 35v), JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, na forma do art. 794, I, do Código de Processo Civil.Solicite-se eventual devolução do MANDADO. Caso já tenha sido cumprida a ordem de prisão, expeça-se alvará de soltura.Sem custas, por força do art. 8º, inciso III da Lei Estadual n. 301/90.Publique-se, registre-se e intimem-se.Arquive-se independente do trânsito, certificando-se em caso de eventual recurso.Jaru-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz de Direito

Proc.: 0006611-20.2013.8.22.0003
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:José Ferreira Mesquita
Advogado:Alexandre Catarin de Almeida (OAB/SP 145.999), Monaliza Luciana Prado Vaz de Oliveira (OAB/SP 230.906)
Executado:Banco Hsbc S A
Advogado:Advogado Não Informado (202020 2020202020)
DESPACHO:
Considerando o teor da petição de fls. 49 e que o feito já foi extinto às fls. 35,Expeça-se alvará do valor de fls. 40 em favor do executado ou proceda-se a transferência, caso solicitado. Decorrido o prazo, in albis, cumpra-se com o Provimento n. 016/2010-CG.Após, se nada pendente, arquive-se.Jaru-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz de Direito

Proc.: 0000418-52.2014.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Doraci Alves Fernandes
Advogado:Jhonatan Aparecido Magri (RO 4512), Wagner Alvares de Souza (OAB/RO 4514)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (202020 2020202020)
DESPACHO:
Considerando que irá ocorrer a concentração de audiências do INSS nesta comarca, e visando um possível acordo, designo a audiência de conciliação e instrução para o dia 01/04/2014 às 10:00 horas.Fica autorizada a Sra. Diretora de Cartório proceder a intimação do Procurador do INSS da forma mais célere, podendo valer-se de email.Fica o patrono cientificado que deverá comparecer a solenidade acompanhado da parte autora (art. 277 do CPC).Jaru-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz de Direito

Proc.: 0000318-97.2014.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Floriza da Costa
Advogado:Emilze Maria Almeida Silva (OAB/RO 2868)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D 11111111111111111)
DESPACHO:
Considerando que irá ocorrer a concentração de audiências do INSS nesta comarca e visando um possível acordo, designo a audiência de conciliação e instrução para o dia 01/04/2014 às 09:45 horas.Fica autorizada a Sra. Diretora de Cartório proceder a intimação do Procurador do INSS da forma mais célere, podendo valer-se de email.Fica o patrono cientificado que deverá comparecer a solenidade acompanhado da parte autora (art. 277 do CPC).Jaru-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz de Direito

Proc.: 0000054-80.2014.8.22.0003
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Orion Martins da Silva
Advogado:Magali Ferreira da Silva (RO 646-A)
Executado:Márcia Alves Ferreira Couto
Advogado:Carlos Pereira Lopes (RO 743)
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos, etc.HOMOLOGO o acordo de fls. 13, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos e julgo extinto o processo, na forma do art. 269, III, do Código de Processo Civil. Sem custas por força do art. 6º, §7º da Lei 301/90.Publique-se, registre-se e intimem-se.Nada pendente, arquive-se.Jaru-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz de Direito

Proc.: 0006610-35.2013.8.22.0003
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Reginaldo José Colombo
Advogado:Alexandre Catarin de Almeida (OAB/SP 145.999), Monaliza Luciana Prado Vaz de Oliveira (OAB/SP 230.906)
Executado:Banco Hsbc S A
Advogado:Marcia Maria Freitas de Agiuar (RJ 64.879), Edson Fernandes Junior (OAB/SP 146.156), Cassio Lacaz Vieira ( ), Léslie Mercedes Francisco da Costa (OAB/PR 28455B), Elaine de Fátima Pinto Marconcin (OAB/PR 21609), Miriam Costa Arruda (OAB/SP 85043), Vanessa de Carvalho Climaco (OAB/SP 207767), Verônica Martin Batista dos Santos (OAB/PR 47.435), Thalita Carolina Figueiredo de Souza (OAB/PR 36098), Danielle Cristina Lanius Carletto (OAB 28964), Tatiane Berger (OAB/SP 232.149), Rodrigo Ghesti (OAB/PR 33.775), Anderson Márcio de Barros (OAB/PR 31952), Maick Felisberto

Dias (OAB/PR 37.555), Jonas Roberto Justi Waszak (OAB/PR 17.447), Ana Lucia Porcionato (OAB/SP 213.123), Shirley Carvalho Assumpção (OAB/RJ 95.706), Aquiles Feldman (OAB/SP 133774), Alexandre Gava de Oliveira (OAB/SP 146662), Milton Pinheiro Junior (OAB/SP 26.246), Jorge Rafael Santar (OAB/PR 17206), Sonia Souza da Rocha (OAB/RJ 105835), Ana Letícia do Amaral Ramos Ferreira (OAB/SP 136.513), Teresa Arruda Alvim Wambier (OAB/PR 22129A), Luiz Rodrigues Wambier (OAB/PR 7295), Evaristo Aragão Ferreira dos Santos (OAB/PR 24498), Maria Lúcia Lins Conceição de Medeiros (OAB/PR 15348), Rita de Cássia Corrêa de Vasconcelos (OAB/PR 15711), Priscila Kei Sato (OAB/PR 42074), Caroline Carranza Fernandes (OAB/RO 1915), José Carlos Leite Júnior (OAB/RO 342A), Tamires Luz da Silva (OAB/RO 5302)
DESPACHO:
Aguarde-se eventual decurso de prazo para oferecimento de impugnação pela parte executada.Jaru-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz de Direito

Proc.: 0005300-91.2013.8.22.0003
Ação:Despejo (Cível)
Requerente:Pedro Agnelo Aguiar
Advogado:José Fernando Roge (OAB/RO 5427), Thiago Roberto da Silva Pinto (RO 5476)
Requerido:Nilcelia Ana Marin
Advogado:Advogado Não Informado (202020 2020202020)
DECISÃO:
Vistos, etc.Trata-se de embargos de declaração oferecidos por Pedro Agnelo Aguiar, em relação à SENTENÇA de fls. 74/76 afirmando haver omissão pois na SENTENÇA não teria sido analisada a emenda de fls. 55/57, que procedeu a retificação da cobrança dos aluguéis dos meses de Junho a Outubro, totalizando um débito de R$ 5.280,00 (cinco mil duzentos e oitenta reais) e requerendo ainda, a condenação em honorários advocatícios em um somatória de R$ 1.059,00 (um mil e cinquenta e nove reais), bem como a cobrança dos acessórios referente às despesas com agua junto a CAERD no valor de R$ 372,76 (trezentos e setenta e dois reais e setenta e seis centavos).Os embargos foram oferecidos no prazo legal de 05 dias (art. 536, CPC).É o relatório. Decido.Conheço dos embargos, na forma do art. 535, I, do Código de Processo Civil, e acolho-os parcialmente, visto que realmente houve omissão na parte dispositiva da SENTENÇA.Declaro, pois, a SENTENÇA, a fim de:1) INCLUIR as alíneas ao parágrafo abaixo descrito na parte dispositiva da SENTENÇA (fl. 75), que terão a seguinte redação:1) CONDENO a requerida a pagar, em favor do requerente Pedro Agnelo Aguiar:1.1 A quantia de R$ 5.280,00 (cinco mil duzentos e oitenta reais), referente aos aluguéis vencidos até Outubro/2013, atualizada, individualmente, a partir do vencimento de cada parcela.1.2 Ao pagamento da dívida acessória proveniente das despesas com água junto a CAERD no valor total de R$ 332,45 (trezentos e trinta e dois reais e quarenta e cinco centavos).Quanto à condenação de honorários advocatícios não houve omissão, vez que a SENTENÇA analisou a questão, fixando a verba de acordo com o art. 20, §3º do CPC, evitando, inclusive, cobrança dúplice dos serviços advocatícios.No mais, persiste a SENTENÇA tal como está lançada.Retifique-se o registro da SENTENÇA, anotando-se.Intimem-se.Jaru-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz de Direito

Proc.: 0000421-07.2014.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Creuzenir Caetano do Nascimento
Advogado:Jhonatan Aparecido Magri (RO 4512), Wagner Alvares de Souza (OAB/RO 4514)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Jhonatan Aparecido Magri (RO 4512), Wagner Alvares de Souza ( )
DESPACHO:
Face a exigência legal de que a parte requerente seja submetida a exame pericial, nomeio como perito o Dr. Everson Campos de Queiroz, devendo ser intimado para designar data, horário e local para realização do exame, ficando ciente de que o laudo deverá ser entregue no máximo 10 dias após a realização da perícia médica.Fixo honorários periciais em R$ 230,00 (duzentos e trinta reais) a ser suportado pelo INSS ? teto máximo permitido pela Resolução n. 558 do Conselho de Justiça Federal ? dado a situação de hipossuficiência da parte autora.Considerando a apresentação de quesitos pelas partes, bem como a informação pela parte requerida de que não deseja indicar assistente técnico, intime-se o autor nos termos do § 1º do art. 421 do CPC no que tange ao assistente técnico. Deverão ser apresentados ao Sr. Perito, como quesito do juízo, se:- o examinado é incapaz para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência;- havendo incapacidade, se esta é susceptível de reabilitação e sua porcentagem.O Sr. Perito, ainda, deverá ficar ciente de que a liberação dos seus honorários se dará no momento em que o INSS efetuar a comprovação do pagamento nos autos.Caso se faça necessário exames complementares, o prazo para entrega do laudo deverá ser dilatado mediante requerimento fundamentado do perito.Solicite o pagamento da perícia mediante a Assistência Judiciaria Gratuita da Justiça FederalCom o agendamento da data e do horário da perícia, intimem-se as partes.Jaru-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz de Direito

Proc.: 0000420-22.2014.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Leoncia da Cunha Andrade
Advogado:Jhonatan Aparecido Magri (RO 4512), Wagner Alvares de Souza (OAB/RO 4514)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (202020 2020202020)
DESPACHO:
Face a exigência legal de que a parte requerente seja submetida a exame pericial, nomeio como perito o Dr. Everson Campos de Queiroz, devendo ser intimado para designar data, horário e local para realização do exame, ficando ciente de que o laudo deverá ser entregue no máximo 10 dias após a realização da perícia médica.Fixo honorários periciais em R$ 230,00 (duzentos e trinta reais) a ser suportado pelo INSS ? teto máximo permitido pela Resolução n. 558 do Conselho de Justiça Federal ? dado a situação de hipossuficiência da parte autora.Considerando a apresentação de quesitos pelas partes, bem como a informação pela parte requerida de que não deseja indicar assistente técnico, intime-se o autor nos termos do § 1º do art. 421 do CPC no que tange ao assistente técnico. Deverão ser apresentados ao Sr. Perito, como quesito do juízo, se:- o examinado é incapaz para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência;- havendo incapacidade, se esta é susceptível de reabilitação e sua porcentagem.O Sr.

Perito, ainda, deverá ficar ciente de que a liberação dos seus honorários se dará no momento em que o INSS efetuar a comprovação do pagamento nos autos.Caso se faça necessário exames complementares, o prazo para entrega do laudo deverá ser dilatado mediante requerimento fundamentado do perito.Solicite o pagamento da perícia mediante a Assistência Judiciaria Gratuita da Justiça FederalCom o agendamento da data e do horário da perícia, intimem-se as partes.Jaru-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz de Direito

Proc.: 0002155-27.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Altamiro Ferreira Guimarães
Advogado:Wernomagno Gleik de Paula (RO 3999), Micheli Andreato Malta de Oliveira (RO 4531)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D 11111111111111111)
Laudo Pericial:
Ficam as partes, por via de seus Advogados(as), no prazo de 05 dias, se manifestarem sobre o Laudo Pericial, com a seguinte CONCLUSÃO: " O perito avalia com base nos documentos apresentados pela parte, anamnese, exame físico atual que as queixas do periciado não resultam em incapacidade para suas atividades laborativas, concluindo que o mesmo encontra-se atualmente apto para a realização das atividades citadas acima, estando na presente data sem queixas agudas ou crônicas que viessem a prejudicar suas atividades laborais."

Proc.: 0002876-76.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Natalino Francisco Braga
Advogado:Jhonatan Aparecido Magri (RO 4512), Wagner Alvares de Souza (OAB/RO 4514)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D 11111111111111111)
Laudo Pericial:
Ficam as partes, por via de seus Advogados(as), no prazo de 05 dias, se manifestarem sobre o Laudo Pericial, com a seguinte CONCLUSÃO: " O perito avalia com base nos documentos apresentados pela parte, anamnese, exame físico atual que há uma ausência de base anatômica e incompatibilidade entre o exame clinico atual e as queixas referida pelo senhor Natalino Francisco Braga, concluindo que o mesmo encontra-se atualmente apto para a realização das atividades citadas acima como agricultor, estando na presente data sem queixas agudas ou crônicas que viessem a prejudicar suas atividades laborais."

Proc.: 0003926-74.2012.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Idalci Liberato de Souza
Advogado:Wagner Alvares de Souza (OAB/SP 273738)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (202020 2020202020)
Certidão do Oficial de Justiça:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl 104, com o seguinte teor: "Certifico que em cumprimento ao r. MANDADO, me dirigi aos endereços nele mencionados, e aí estando procedi a intimação de WAGNO PEREIRA SILVESTRE e RAIMUNDO ALVES DE OLIVEIRA, dando-lhes conhecimento de todo o conteúdo do MANDADO, o qual lhes li e dei-lhes para ler, do que ficaram cientes, para não vir a audiência anterior e sim no dia 02 de abril. Dei-lhes cópia do MANDADO, que aceitaram. Os intimados lançaram os seus cientes no MANDADO. Certifico que deixei de intimar a ROBERTO CARLOS, mas a testemunha Wagno Pereira, disse que o avisaria e que os mesmos virian junto a audiência. O referido é verdade e dou fé"

Proc.: 0004374-47.2012.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Eliana Crivelari Freitas
Advogado:Lenir Correia Coelho (RO 2424)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D 11111111111111111)
Petição ¿ Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada da juntada do RPV no valor de R$ 17.114,05.

Proc.: 0005384-92.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Bela Casa Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogado:Luciano Filla (OAB/RO 1585)
Requerido:Neidiane Maria de Moraes
Advogado:Advogado Não Informado (202020 2020202020)
Certidão do Oficial de Justiça:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl 48, com o seguinte teor: "Certifico que em cumprimento ao r. MANDADO, deixei de citar a NEIDIANE MARIA DE MORAES, pois não consegui localizar a mesma, tendo em vista não ter localizado o nº1308 na rua João de Alguquerque, pois a referida rua já começa com numero 1600, me dirigi então a autora que informou que o endereço certo da requerida é rua João de Albuquerque nº1908, me dirigi então ate lá e aí estando deixei de citar a NEIDIANE MARIA DE MORAES, pois quem ali reside é o sr. Josebel Pereira dos Santos, que disse não conhecer a Neidiane, e que o nome de sua esposa é Eliane Tavares dos Santos. O referido é verdade e dou fé."

Proc.: 0000665-67.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Alberto Virgilio Izabel
Advogado:Wagner Alvares de Souza (OAB/RO 4514), Jhonatan Aparecido Magri (RO 4512)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D 11111111111111111)
Petição ¿ Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a falar sobre a petição da parte requerida de fl 80/81, com o seguinte teor: " O Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, vem apresentar proposta de acordo."

Proc.: 0001461-58.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Jose Pereira
Advogado:Jhonatan Aparecido Magri (RO 4512), Wagner Alvares de Souza (OAB/RO 4514)

Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (202020 2020202020)
Petição ¿ Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a falar sobre a petição da parte requerida de fl 107/108, com o seguinte teor: “O Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, vem apresentar proposta de acordo.”

Proc.: 0000845-83.2013.8.22.0003
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Arvelina Neiva da Silva
Advogado:Nayberth Henrique Alcuri Aquino Bandeira (RO 2854)
Requerido:Banco Bmg S.a.
Advogado:Ana Flávia Pereira Guimarães (SSP/MG 105287), Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696), Luiz Flávio Valle Bastos (OAB/MG 52529), Dárcio Guimarães de Andrade (OAB/MG 8096), João Napoleão Lacerda Barbato (OAB/MG 70431), Leopoldo Magnani Júnior (OAB/MG 41813), Daniel Santos Sette Câmara (OAB/MG 108077), André Luiz Villela de Souza Lima (OAB/MG 99365), Fernando Fassheber de Paula (OAB/MG 99382), Fernando Fonseca Santos Kutianski (OAB/DF 28487), Diogo Fonseca Santos Kutianski (OAB/DF 23165), Francisco Octávio de Rezende Gonçalves (OAB/RJ 30258), Paula Prates Boggione Guimarães (OAB/MG 127.451), Natalia Kelly Garbazza de Carvalho (OAB/MG 132.164), Nicolle Antonieta Gusmão Fernandes (OAB/MG 128.750), Tatiana Guimarães Stockler de Melo (OAB/MG 128.666), Luciana Magalhães Maia (OAB/MG 125.605), Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913), Glenda Luisa Bolina Coelho (MG 116362), Nathalia Junqueira Minzon (MG 105288), Gustavo de Freitas Duarte (OAB/MG 91616), Roberta Espinha Corrêa (OAB/MG 50342)
Desarquivamento - Intimação:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada a fazer cargo dos autos.

Proc.: 0002890-60.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria de Fátima Queiroz
Advogado:Alexandre Moraes dos Santos (OAB/RO 3044), Eunice Braga Leme (OAB-RO 1172)
Requerido:Capemisa Seguradora de Vida e Previdência Sa
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369), Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800), Leonardo Costa (OAB/AC 3584), Marcelo Davoli Lopes (OAB/SP 143.370), Maristella de Farias Melo Santos (OAB/RJ 135132), Gustavo Corrêa Rodrigues (OAB/RJ 110459), Lívia Patrício Garcia de Souza (OAB/RO 5277)
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos, etc.Maria de Fátima Queiroz, já qualificada, ajuizou ação de cobrança em face da Capemisa Seguradora de Vida e Previdência, igualmente qualificada, alegando que se envolveu em acidente de trânsito e sofreu uma séria lesão que a deixou definitivamente incapacitada para o exercício de atividades. Considerando, então, que não conseguiu obter a indenização que julgava correta do Seguro Obrigatório (DPVAT) na via administrativa, vem a juízo requerer o pagamento do valor total pago por invalidez, conforme inciso II, do art. 3º da Lei n. 6.194/74, descontado a indenização já recebida, perfazendo o valor de R$ 7.762,50 (sete mil setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).Citada (fl. 26), a requerida apresentou sua contestação, alegando em preliminar a necessidade de mudança do pólo passivo e ausência de laudo pericial. No MÉRITO, afirma que o valor indenizatório deve obedecer a tabela da Lei 11.945/09 e que os juros de mora devem correr a partir da citação e correção monetária a partir da propositura da ação.Laudo pericial foi juntado às fls. 80/83, sendo que somente a requerida se manifestou às fls. 85/86, apesar da intimação da parte autora (fl. 84).Vieram os autos conclusos.É o breve relatório.Decido.Considerando se tratar de matéria de direito e que as provas careadas nos autos são suficientes para a apreciação do juízo, conheço diretamente do pedido, com fundamento no art. 330, inciso I, do Código de Processo Civil.Preliminarmente, o pedido de mudança do pólo passivo, a jurisprudência mantém entendimento pacífico sobre a solidariedade das seguradoras que gerenciam a distribuição dos fundos destinado ao pagamento do DPVAT:RESPONSABILIDADE CIVIL ? SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES ? LEI Nº 8.441/1992 ? INDENIZAÇÃO COBRÁVEL DE QUALQUER SEGURADORA ? DESNECESSIDADE DA PROVA DO PAGAMENTO DO PRÊMIO ? A legislação em vigor, acerca do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, determina que a indenização é devida mediante simples prova do acidente, cobrável de qualquer das seguradoras participantes do convênio estabelecido entre elas, mesmo com relação aos veículos sem seguro, e a correção monetária flui desde o evento (TACRJ ? AC 1420/95 ? (Reg. 1470-3) ? 1ª C. ? Rel. Juiz José Rondeau ? J. 28.03.1995) (Ementário TACRJ 37/95 ? Ementa 39955). (in Júris Síntese, nº 37, versão setembro/outubro/2002).AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGUROS. INDENIZAÇÃO. DPVAT. SUBSTITUIÇÃO DO PÓLO PASSIVO. SEGURADORA LÍDER. DESCABIMENTO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO ATACADA. 1. A seguradora agravante é parte legítima para figurar no pólo passivo da presente demanda, uma vez que tem o dever jurídico de responder pelo pagamento da indenização decorrente do seguro DPVAT, pois há consórcio de seguradoras que gerencia a distribuição dos fundos destinados ao pagamento do referido seguro. 2. (...). (Agravo de Instrumento Nº 70030535322, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 26/06/2009).Deste modo, considerando que cabe a qualquer companhia de seguros credenciada junto à FENASEG o pagamento do DPVAT e suas diferenças, não ficando o beneficiário vinculado a uma delas pelo pagamento parcial realizado, afasto a preliminar de ilegitimidade passiva.Quanto a alegação de falta de perícia médica, cumpre ressaltar que a autora juntou as provas que entendia devidas, sendo que eventual insuficiência não tornaria a exordial inepta, mas apenas poderia acarretar no julgamento improcedente do MÉRITO.Superada as preliminares, passo a análise do MÉRITO.A presente demanda versa sobre cobrança de indenização por danos cobertos pelo seguro DPVAT, sendo esta fixada com base no art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, o qual dispõe:Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:I - R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;II - até R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; eIII - até R$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de

despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.Neste caso específico, a autora alega ter sofrido acidente que lhe causou invalidez permanente, decorrente de fratura da perna incluindo tornozelo CID 10-S82.Determinada a realização da perícia médica, sob o crivo do contraditório, a mesma concluiu que ?Considerando-se o exame médico pericial realizado; Após exame físico detalhado e considerando os fatos narrados pela pericianda, conclui-se que a pericianda NÃO apresenta incapacidade laborativa ou sequelas importantes que resultem na diminuição de sua capacidade laborativa? (fl. 82).Adiante, respondendo aos quesitos formulados, o Sr. Perito revela que o estado de incapacidade do autor NÃO é permanente, pois ?Pericianda não apresenta incapacidade laborativa. Após realização de tratamento devido, não apresenta sequelas importantes que comprometam sua capacidade laborativa?(fl. 82).Diante da CONCLUSÃO do Sr. Perito e da falta de impugnação do laudo pela parte autora, o julgamento improcedente é medida que se impõe, vez que não restou provado o fato constitutivo de seu direito (CPC, art. 333, I).Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial.Deixo de condenar a autora ao pagamento das custas e honorários em razão da gratuidade deferida à fl. 23.Publique-se, registre-se e intimem-se.Após o trânsito em julgado, arquive-se.Jaru-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz de Direito

Proc.: 0000502-53.2014.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Nair de Mello Fogaça
Advogado:Luis Fernando Tavanti (RO 2333)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D 11111111111111111)
DESPACHO:
Defiro o gratuidade judiciária.Deixo de apreciar o pedido de fls. 05, alínea “b”, uma vez que a parte autora não fundamentou seu pedido na forma do art. 273 do CPC.Cite-se a parte requerida para, querendo, ofereça contestação no prazo legal.Jaru-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz de Direito

Proc.: 0002892-30.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Daniel Teodoro de Oliveira
Advogado:Alexandre Moraes dos Santos (OAB/RO 3044), Eunice Braga Leme (OAB-RO 1172)
Requerido:Capemisa Seguradora de Vida e Previdência Sa
Advogado:Lívia Patrício Garcia de Souza (OAB/RO 5277), Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369), Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800), Leonardo Costa (OAB/AC 3584), Maristella de Farias Melo Santos (OAB/RJ 135132), Gustavo Corrêa Rodrigues (OAB/RJ 110459), Marcelo Davoli Lopes (OAB/SP 143.370), Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913), Ana Gabriela Rover (OAB/RO 5210)
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos, etc.Daniel Teodoro de Oliveira ajuizou ação de cobrança em face da Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S/A, igualmente qualificada, alegando que se envolveu em um acidente de trânsito e sofreu uma séria lesão que a deixou definitivamente incapacitado para o exercício de atividades. Considerando, então, que não conseguiu obter a indenização que julgava correta do Seguro Obrigatório (DPVAT) na via administrativa, vem a juízo requerer o pagamento de 100% do valor total pago por invalidez, conforme inciso II, do art. 3º da Lei n. 6.194/74, descontado a indenização já recebida, perfazendo o valor de R$ 5.737,50 (cinco mil setecentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).Citada (fl. 49), a requerida apresentou sua contestação às fls. 51/59, alegando em preliminar a necessidade de mudança do polo passivo da demanda, bem como ausência do laudo do IML e, no MÉRITO, afirma que o valor indenizatório deve obedecer a tabela da Lei 11.945/09 e que os juros de mora devem correr a partir da citação e correção monetária a partir da propositura da demanda. Réplica às fls. 86/96.Audiência de conciliação infrutífera às fls. 101.Laudo pericial foi juntado às fls. 117/120, tendo as partes se manifestado às fls. 123/124 e 125/126.É o breve relatório.Decido.Considerando trata-se de matéria de direito e que as provas careadas nos autos são suficientes para o livre convencimento do juízo, conheço diretamente do pedido, com fulcro no art. 330, inciso I do CPC.Primeiramente, quanto a alegação de falta de perícia médica, cumpre ressaltar que o autor juntou as provas que entendia devidas, sendo que eventual insuficiência não tornaria a exordial inepta, mas apenas poderia acarretar no julgamento improcedente do MÉRITO.Quanto ao pedido de mudança do pólo passivo, a jurisprudência mantém entendimento pacífico sobre a solidariedade das seguradoras que gerenciam a distribuição dos fundos destinado ao pagamento do DPVAT:RESPONSABILIDADE CIVIL ? SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES ? LEI Nº 8.441/1992 ? INDENIZAÇÃO COBRÁVEL DE QUALQUER SEGURADORA ? DESNECESSIDADE DA PROVA DO PAGAMENTO DO PRÊMIO ? A legislação em vigor, acerca do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, determina que a indenização é devida mediante simples prova do acidente, cobrável de qualquer das seguradoras participantes do convênio estabelecido entre elas, mesmo com relação aos veículos sem seguro, e a correção monetária flui desde o evento (TACRJ ? AC 1420/95 ? (Reg. 1470-3) ? 1ª C. ? Rel. Juiz José Rondeau ? J. 28.03.1995) (Ementário TACRJ 37/95 ? Ementa 39955). (in Júris Síntese, nº 37, versão setembro/outubro/2002).AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGUROS. INDENIZAÇÃO. DPVAT. SUBSTITUIÇÃO DO PÓLO PASSIVO. SEGURADORA LÍDER. DESCABIMENTO. MANUTENÇÃO DA DECISÃO ATACADA. 1. A seguradora agravante é parte legítima para figurar no pólo passivo da presente demanda, uma vez que tem o dever jurídico de responder pelo pagamento da indenização decorrente do seguro DPVAT, pois há consórcio de seguradoras que gerencia a distribuição dos fundos destinados ao pagamento do referido seguro. 2. (...). (Agravo de Instrumento Nº 70030535322, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 26/06/2009).Deste modo, considerando que cabe a qualquer companhia de seguros credenciada junto à FENASEG o pagamento do DPVAT e suas diferenças, não ficando o beneficiário vinculado a uma delas pelo pagamento parcial realizado, afasto a preliminar de ilegitimidade passiva. Superada as preliminares, passo a análise do MÉRITO. Primeiramente, indefiro o requerimento formulado às fl. 125/126 para realização de nova perícia e exames complementares, uma vez que as razões apresentadas não ensejariam na renovação do ato, e que o autor não apontou

vícios na análise médica procedida.Ademais, o Código de Processo Civil, em seu art. 437 estabelece que: “O juiz poderá determinar, de ofício ou a requerimento da parte, a realização de nova perícia, quando a matéria não lhe parecer suficientemente esclarecida.?Com efeito, este juízo não constatou qualquer vício, omissão, inexatidão ou conduta atentatória do perito judicial nomeado, que pudesse macular a perícia feita e o laudo acostado às fls. 117/120.Aliás, cumpre ressaltar que, o magistrado é livre para apreciar as provas no curso da lide, podendo indeferir o pedido de nova perícia se a considera desnecessária, como bem assevera a jurisprudência:PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CONTRATO ADMINISTRATIVO. ATRASO NO PAGAMENTO DE PRESTAÇÕES. INDEFERIMENTO DE PERÍCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. JUROS MORATÓRIOS. CORREÇÃO MONETÁRIA. INDENIZAÇÃO SUPLEMENTAR. NÃO CABIMENTO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. Inexiste cerceamento de defesa quando o julgador, ao constatar nos autos a existência de provas suficientes para o seu convencimento, indefere pedido de produção de prova documental. 2. O art. 131 do Código de Processo Civil consagra o princípio da persuasão racional, segundo o qual o magistrado fica habilitado a julgar a demanda, conforme seu convencimento, “à luz dos fatos, provas, jurisprudência, aspectos pertinentes ao tema e da legislação que entender aplicável ao caso concreto”, rejeitando, por conseguinte, “diligências que delongam desnecessariamente o julgamento, atuando em consonância com o princípio da celeridade processual” (AgRg no Ag 660.787/RS, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJ 10/10/05). 3. Na hipótese dos autos, saber se a prova cuja produção fora requerida pela parte é ou não indispensável à solução da controvérsia, bem como sobre o cabimento de indenização suplementar decorrente do pagamento em atraso de parcelas contratuais, exigiria o revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, providência inadmissível na via do recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ. 4. Agravo regimental não provido (AgRg no REsp 1096147/SC)Nesse sentido, Humberto Theodoro Júnior esclarece que: “por se tratar de prova especial, subordinada a requisitos específicos, a perícia só pode ser admitida, pelo juiz, quando a apuração do fato litigioso não se puder fazer pelos meios ordinários de convencimento” (Curso de Direito Processual Civil, Forense, 1993. p. 475).Destarte, não pode se olvidar que a prova pericial foi realizada às custas da parte requerida, quando na realidade o interesse dessa produção era de quem alega a invalidez, ou seja, o próprio demandante.Em sendo assim, indefere-se o requerimento formulado pelo requerente, para a realização de nova perícia. Pois bem.A presente demanda versa sobre cobrança de indenização por danos cobertos pelo seguro DPVAT, sendo esta fixada com base no art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, o qual dispõe:Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:I - R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;II - até R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; eIII - até R$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.Neste caso específico, o autor alega ter sofrido acidente que lhe causou invalidez permanente, decorrente de fratura diafisária media da tíbia direita e esquerda.De fato, a perícia concluiu que ?Considerando-se o exame médico pericial realizado; Após exame físico detalhado e considerando os fatos narrados pelo periciando, conclui-se que o periciando apresenta diminuição de sua capacidade laborativa. Apresenta incapacidade física na ordem de 25%, baseando-se na tabela contida na resolução nº 1/75, de 03/10/75 expedida pelo conselho nacional de seguros privados - CNSP? (fl. 119).Adiante, respondendo aos quesitos formulados por este juízo, o Sr. Perito revela que o estado de incapacidade da autora é de diminuição permanente da capacidade laboral, pois ?Periciando não apresenta incapacidade laborativa. Apresenta diminuição permanente de sua capacidade laborativa estimada em 25% (vinte e cinco por cento)? (fl. 119).Por fim, cumpre observar que em se tratando de invalidez permanente, como é o caso, a indenização prevista no art. 3º, inciso II da Lei nº 6.194/74 não é taxativa em R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), mas até este valor.O valor supracitado constitui o teto máximo da indenização, que deve ser avaliada proporcionalmente ao grau de incapacidade da vítima, consoante §1º, inciso I do artigo supracitado, incluído pela Lei n. 11.945/09:[?]§1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura;O valor supracitado constitui o teto máximo da indenização, que deve ser avaliada proporcionalmente ao grau de incapacidade da vítima, onde o parecer do perito judicial, em resposta aos quesitos apontam para o percentual de 25%.Em sendo assim, considerando que o teto máximo para esse tipo de lesão é de até R$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) e que a incapacidade da parte autora se enquadra em 25% desse valor, perfaz o montante de R$ 3.375,00 (três mil trezentos e setenta e cinco reais). Entretanto, a requerente confessa o recebimento da indenização de R$ 7.762,50 (sete mil setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), conforme declarado às fls. 04, valor superior ao que deveria receber.Desta feita, uma vez que a parte autora já recebeu o valor indenizatório que seria devido na via administrativa, a improcedência da demanda é medida que se impõe.Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial.Deixo de condenar o autor ao pagamento das custas e honorários em razão da gratuidade deferida à fl. 46. Expeça-se alvará do valor de fl. 112 em favor do sr. Perito, independente do trânsito em julgado da ação.Publique-se, registre-se e intimem-se.Após o trânsito em julgado e nada mais havendo pendente, arquive-se.Jaru-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz de Direito

Proc.: 0005335-51.2013.8.22.0003

Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Hsbc- Bank Brasil S.a. Banco Múltiplo
Advogado:Mauricio Coimbra Guilherme Ferreira (MG 91.811), Lívia Patrício Garcia de Souza (OAB/RO 5277), Leonardo Coimbra Nunes (OAB/RJ 122.253-S), Adriany Alves de Freitas (OAB/CE 21.147), Alexandre Arantes Ferreira (OAB/RJ 128.439), Alexandre Renno Meireles Rodrigues (OAB/PI 106.949), Alessandro Alves Cantarino de Souza (OAB/RJ 111.339), Anderson Almeida Machado (OAB/RJ 112328), Andre Leandro de Carvalho Lemes (OAB/PB 15.000), Bernardo Fonseca Moreira Lage (OAB/MG 114.839), Cândida Ricardo de Paula (RJ 128.104), Catia Jouselle da Silva (OAB/RJ 152.278), Carina Menezes Pereira (OAB/RJ 125921), Daniel Gargalione (OAB/RJ 142.171), David Feliciano de Lima (RJ 126.110), Estefânia de Oliveira Gonçalves (OAB/RJ 167.705), Fabiano Coimbra Barbosa (RJ 117.806), Luiz Gonzaga Soares Perez Júnior (RJ 107.967), Leonardo Venâncio da Cruz (RJ 107957), Marina Gonçalves Magalhães (OAB/MG 122.692), Michele Martins de Freitas Magalhães (RJ 135.976), Regina Lúcia Campos (RJ 67.020), Rodolpho Ramos Pereira Júnior (RJ 117.812), Valmir Souza Trindade (RJ 127.796), Aloysio de Andrade Neto (185.301-E OAB/RJ), Barbara Fazeh de Oliveira da Silva Martins (180.544-E OAB/RJ), Bruno Luiz Gonçalves Villela (OAB/RJ 127633-E), Carlos Alberto de Almeida Novais (RJ 119.796), Carla Vieira da Silva (189.231-E OAB/RJ), Daniel de Almeida Soares (RJ 166608-E), Daniel Lopes Carneiro Junior (177.074-E OAB/RJ), Fabiano Carvalho de Oliveira (175.420-E OAB), Fabiano Pereira dos Santos (RJ 148.635), Fabio Pereira de Souza (RJ 163.553-E), Frederico da Fonseca Mansor (RJ 164.661-E), Gabriel Campos Ferreira (188.194-E OAB/RJ), Gabriel Rocha Souza (RJ 154.886-E), Heberth Tadeu Antunes Vellasco (187.353-E OAB/RJ), Jhonathan dos Santos Vidal (180.466-E OAB/RJ), Leticia Luana de Melo (186.172-E OAB/RJ), Thiago Siqueira da Silva (186.388-E OAB/RJ), Thiago Pinheiro Vaze (RJ 152.546-E), Vinicius Alves Siqueira (154.107-E OAB/RJ)
Executado:Jeovanys Domingos Lúcio
Advogado:Advogado Não Informado (202020 2020202020)
DESPACHO:
Considerando o teor da certidão de fls. 73v e que as diligências já realizadas não lograram êxito em localizar bens passíveis de penhora, determino a suspensão do feito por 06 (seis) meses, em analogia ao prazo descrito no art. 265, §3º do CPC e com fulcro no art. 791, inciso III do mesmo Códex.Jaru-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz de Direito

Proc.: 0004478-05.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Janderci Pires de Oliveira
Advogado:Tatiane Braz da Costa (OAB/RO 5303), Renata Souza do Nascimento (OAB/RO 5906)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (202020 2020202020)
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos, etc.Janderci Pires de Oliveira já qualificado, ajuizou ação de concessão de benefício previdenciário - aposentadoria por invalidez - em face do Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, igualmente qualificado, afirmando ser trabalhador urbano, segurado do regime geral de previdência social, mas está incapacitado em razão de ser portador da doença que o incapacita para suas atividade habituais. Juntou documentos às fls. 11/51.Citado (fl. 68), o requerido ofereceu contestação no prazo legal, alegando que a demanda não merece prosperar, uma vez que o requerente não preencheu os requisitos legais para a concessão do benefício guerreado, pugnando pela total improcedência da demanda.Laudo Pericial juntado à fl. 136/144, tendo a parte autora se manifestado à fl. 148/153 e a parte requerida às fls. 155.Vieram os autos conclusos.É o relatório. Decido.Primeiramente, indefiro o requerimento formulado às fl. 148/153 para realização de nova perícia, uma vez que as razões apresentadas não ensejariam na renovação do ato e o autor não apontou vícios na análise médica procedida.Ademais, o Código de Processo Civil, em seu art. 437 estabelece que: "O juiz poderá determinar, de ofício ou a requerimento da parte, a realização de nova perícia, quando a matéria não lhe parecer suficientemente esclarecida.?Com efeito, este juízo não constatou qualquer vício, omissão, inexatidão ou conduta atentatória do perito judicial nomeado, que pudesse macular a perícia feita, conforme laudo acostado às fls. 148/153. Aliás, cumpre ressaltar que, o magistrado é livre para apreciar as provas no curso da lide, podendo indeferir o pedido de nova perícia se a considera desnecessária, como bem assevera a jurisprudência:PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. CONTRATO ADMINISTRATIVO. ATRASO NO PAGAMENTO DE PRESTAÇÕES. INDEFERIMENTO DE PERÍCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. JUROS MORATÓRIOS. CORREÇÃO MONETÁRIA. INDENIZAÇÃO SUPLEMENTAR. NÃO CABIMENTO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. Inexiste cerceamento de defesa quando o julgador, ao constatar nos autos a existência de provas suficientes para o seu convencimento, indefere pedido de produção de prova documental. 2. O art. 131 do Código de Processo Civil consagra o princípio da persuasão racional, segundo o qual o magistrado fica habilitado a julgar a demanda, conforme seu convencimento, "à luz dos fatos, provas, jurisprudência, aspectos pertinentes ao tema e da legislação que entender aplicável ao caso concreto", rejeitando, por conseguinte, "diligências que delongam desnecessariamente o julgamento, atuando em consonância com o princípio da celeridade processual" (AgRg no Ag 660.787/RS, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJ 10/10/05). 3. Na hipótese dos autos, saber se a prova cuja produção fora requerida pela parte é ou não indispensável à solução da controvérsia, bem como sobre o cabimento de indenização suplementar decorrente do pagamento em atraso de parcelas contratuais, exigiria o revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, providência inadmissível na via do recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ. 4. Agravo regimental não provido (AgRg no REsp 1096147/SC) Nesse sentido, Humberto Theodoro Júnior esclarece que: "por se tratar de prova especial, subordinada a requisitos específicos, a perícia só pode ser admitida, pelo juiz, quando a apuração do fato litigioso não se puder fazer pelos meios ordinários de convencimento" (Curso de Direito Processual Civil, Forense, 1993. p. 475).Em sendo assim, indefiro o requerimento formulado pelo autor, para a realização de nova perícia.Considerando a desnecessidade de produção de provas em audiência e que os documentos juntados nos autos são suficientes para o livre convencimento do juízo, conheço diretamente do pedido, com base no art. 330, I, do CPC.Pois bem.Passemos, então, à análise da incapacidade e consequente direito ao benefício postulado administrativamente, e agora em juízo.A aposentadoria por invalidez é benefício previdenciário concedido ao segurado que

ficar incapacitado para o trabalho e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência (Lei nº 8.213/91, art. 42 e seguintes). Já o auxílio-doença é benefício previdenciário concedido ao segurado que ficar incapacitado para o trabalho por mais de 15 (quinze) dias consecutivos, em caráter temporário (art. 59 e seguintes da Lei nº 8.213/91). Inicialmente, cumpre ressaltar que neste feito não há controvérsia quanto ao fato do requerente ser segurado da Previdência Social, sendo que o documento de fl. 22 demonstra que o benefício foi cessado em 08/03/2013.Ademais, além da carteira de trabalho de fls. 13/14, uma vez que o autor recebia o benefício de auxílio doença até 08/03/2013, mantém a sua qualidade como segurado até março de 2014, em razão do art. 15, inciso II da Lei 8.213/91, in verbis: Art. 15. Mantém a qualidade de segurado, independentemente de contribuições:II - até 12 (doze) meses após a cessação das contribuições, o segurado que deixar de exercer atividade remunerada abrangida pela Previdência Social ou estiver suspenso ou licenciado sem remuneração;Em sendo assim, uma vez que a condição de segurada da parte autora foi implicitamente aceita pelo INSS, torna-se dispensável maiores ponderações ou eventual instrução para oitiva de testemunhas. No tocante a constatação da incapacidade, por força do disposto no § 1º do art. 42, da referida Lei de Benefícios, a concessão da aposentadoria está condicionada à prévio exame médico-pericial, a cargo da Previdência Social. Considerando o princípio da ampla defesa, este juízo determinou a realização de exame pericial, sob o crivo do contraditório, sendo que o laudo pericial de fls. 136/144 concluiu que:"O perito avalia com base nos documentos apresentados pela parte, anamnese, exame físico atual que há uma ausência de base anatômica e incompatibilidade entre o exame físico atual e as queixas referidas pelo senhor Janderci Pires de Oliveira, concluindo que o mesmo encontra-se atualmente apto para realização das atividades citadas acima, estando na presente data sem queixas agudas ou crônicas que viessem a prejudicar suas atividades laborais".Note-se que o § 1º do art. 43 da Lei de Benefícios (8.213/91) autoriza o início da concessão do benefício à partir da constatação da existência de incapacidade TOTAL e definitiva. Já o inciso II do art. 47 determina que, havendo recuperação parcial do segurado, o valor do benefício se reduz gradativamente até sua extinção, no prazo de um ano e seis meses.Neste caso, porém, não há que se falar nem mesmo na aplicação dessa redução gradativa ou na concessão de auxílio doença, pelo que se confirmou na perícia realizada em juízo.Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial, resolvendo o MÉRITO na forma do art. 269, I, do CPC.Deixo de condenar o autor em custas e honorários, por ser beneficiário de assistência judiciária gratuita (fl. 53).Publique-se, registre-se e intimem-se.Nada pendente, arquive-se.Jaru-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz de Direito

Proc.: 0005469-78.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Êmily Ribeiro de Lima
Advogado:Defensor Público (RO 00)
Requerido:Ana Paula Nery Valério
Advogado:Anadrya Sousa Terada Nascimento (OAB/RO 5216), Francisco César Trindade Rego (OAB/RO 75A)
DESPACHO:
Ciência à parte autora quanto ao teor do laudo de fls. 85.Após, ao Ministério Público.Jaru-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz de Direito

Proc.: 0000408-08.2014.8.22.0003
Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente:A. F. da S. P. H. R. F.
Advogado:Francisco de Assis Moura Gomes Rodrigues (RO 5847)
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos, etc.Considerando o parecer do Ministério Público (fls. 27), HOMOLOGO o acordo de fls. 03/05, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos e julgo extinto o processo, na forma do art. 269, III, do Código de Processo Civil.Oficie-se a Secretaria de Estado da Administração, conforme pleiteado ás fls. 05.Sem custas por força do art. 6º, §7º da Lei 301/90. Publique-se, registre-se e intimem-se.Nada pendente, arquive-se.Jaru-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz de Direito

Proc.: 0001131-61.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Samuel Santos de Oliveira
Advogado:Wernomagno Gleik de Paula (RO 3999), Sidnei da Silva (OAB/RO 3187), Micheli Andreato Malta de Oliveira (RO 4531)
Requerido:Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro Dpvat S.a.
Advogado:Marcelo Davoli Lopes (OAB/SP 143.370), Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369), Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800), Leonardo Costa (OAB/AC 3584), Lívia Patrício Garcia de Souza (OAB/RO 5277), Ana Gabriela Rover (OAB/RO 5210), Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
DESPACHO:
Intime-se a requerida para eventual manifestação acerca do recurso adesivo de fls. 126/131.Após, subam os autos ao Eg. TJ/RO.Jaru-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz de Direito

Proc.: 0006870-15.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Josenildo Silva Souza
Advogado:Eunice Braga Leme (OAB/RO 1172), Alexandre Moraes dos Santos (OAB/RO 3044)
Requerido:Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro Dpvat S.a.
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369), Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800), Leonardo Costa (OAB/AC 3584), Lívia Patrício Garcia de Souza (OAB/RO 5277)
DESPACHO:
Em que pese o teor da certidão de fls. 42v, intime-se, por derradeiro, a parte requerida para proceder o depósito dos honorários periciais, no prazo de 05 dias, sob pena de presunção da desistência em proceder a realização da perícia designada nos autos.Fica a parte requerida advertida acerca de seu ônus probatório, nos termos do art. 333, II do CPC. Jaru-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz de Direito

Proc.: 0006872-82.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Zeni do Carmo Souza da Silva
Advogado:Eunice Braga Leme (OAB/RO 1172), Alexandre Moraes dos Santos (OAB/RO 3044)
Requerido:Capemisa Seguradora de Vida e Previdência Sa

Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369), Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800), Leonardo Costa (OAB/AC 3584), Marcelo Davoli Lopes (OAB/SP 143.370), Maristella de Farias Melo Santos (OAB/RJ 135132), Gustavo Corrêa Rodrigues (OAB/RJ 110459), Lívia Patrício Garcia de Souza (OAB/RO 5277)
DESPACHO:
Em que pese o teor da certidão de fls. 72v, intime-se, por derradeiro, a parte requerida para proceder o depósito dos honorários periciais, no prazo de 05 dias, sob pena de presunção da desistência em proceder a realização da perícia designada nos autos.Fica a parte requerida advertida acerca de seu ônus probatório, nos termos do art. 333, II do CPC. Jaru-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz de Direito

Proc.: 0000367-41.2014.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Betina Virgilio Souza
Advogado:Joaquim José da Silva Filho (SP 139081)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (202020 2020202020)
DESPACHO:
Face a exigência legal de que a parte requerente seja submetida a exame pericial, nomeio como perito o Dr. Everson Campos de Queiroz, devendo ser intimado para designar data, horário e local para realização do exame, ficando ciente de que o laudo deverá ser entregue no máximo 10 dias após a realização da perícia médica.Fixo honorários periciais em R$ 230,00 (duzentos e trinta reais) a ser suportado pelo INSS teto máximo permitido pela Resolução n. 558 do Conselho de Justiça Federal dado a situação de hipossuficiência da parte autora.Considerando a apresentação de quesitos pelas partes, bem como a informação pela parte requerida de que não deseja indicar assistente técnico, intime-se o autor nos termos do § 1º do art. 421 do CPC no que tange ao assistente técnico. Deverão ser apresentados ao Sr. Perito, como quesito do juízo, se:- o examinado é incapaz para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência;- havendo incapacidade, se esta é susceptível de reabilitação e sua porcentagem.O Sr. Perito, ainda, deverá ficar ciente de que a liberação dos seus honorários se dará no momento em que o INSS efetuar a comprovação do pagamento nos autos.Caso se faça necessário exames complementares, o prazo para entrega do laudo deverá ser dilatado mediante requerimento fundamentado do perito.Solicite o pagamento da perícia mediante a Assistência Judiciária Gratuita da Justiça FederalCom o agendamento da data e do horário da perícia, intimem-se as partes.Jaru-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz de Direito

Proc.: 0006792-21.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:O. N. A.
Advogado:Irineu Ribeiro da Silva (RO 133)
Requerido:A. M. S. R. A. J. da S.
Advogado:Irineu Ribeiro da Silva (RO 133), Advogado Não Informado (NBO 020)
DESPACHO:
Antes de proceder a análise do pedido de fls. 41 e parecer de fls. 43, diligencie a parte autora quanto a eventual saída do requerido do UTI para que se proceda a devida citação.Jaru-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz de Direito

Proc.: 0003571-30.2013.8.22.0003
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sebastião Marques Moreira
Advogado:Jhonatan Aparecido Magri (RO 4512), Wagner Alvares de Souza (OAB/RO 4514)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Advogado Não Informado (202020 2020202020)
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos, etc. Sebastião Marques Moreira, qualificado na inicial, ajuizou a presente ação condenatória para concessão e cobrança de benefício previdenciário em face do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, aduzindo que sempre foi trabalhador rural, fazendo jus ao benefício de aposentadoria por invalidez, em razão de seu frágil estado de saúde que o deixa sem condições de exercer suas atividades laborais. Citado às fls. 31, o requerido ofereceu contestação às fls. 32/42, alegando que a demanda não merece prosperar, uma vez que a requerente não preencheu os requisitos legais para a concessão do benefício guerreado, pugnando pela total improcedência do feitoRéplica às fls. 58/60.Laudo pericial juntado às fls. 76/84, tendo a parte autora se manifestado às fls. 88/91.Vieram os autos conclusos.É o breve relatório.Decido. Primeiramente, indefiro o requerimento formulado às fl. 88/91 para realização de nova perícia, uma vez que as razões apresentadas não ensejariam na renovação do ato e o autor não apontou vícios na análise médica procedida.Ademais, o Código de Processo Civil, em seu art. 437 estabelece que: “O juiz poderá determinar, de ofício ou a requerimento da parte, a realização de nova perícia, quando a matéria não lhe parecer suficientemente esclarecida.?Com efeito, este juízo não constatou qualquer vício, omissão, inexatidão ou conduta atentatória do perito judicial nomeado, que pudesse macular a perícia feita, conforme laudo acostado às fls. 76/84.Em que pese a assertiva de que o laudo apresenta omissão e contradição, em resposta aos quesitos formulado pelo próprio autor, o perito concluiu pela capacidade laborativa do autor, respondendo-os da seguinte forma:05- Sendo a parte autora acometida da patologia no pulmão, tem ela condições plenas de realizar as atividades do trabalho rural que exige esforço físico acentuado, por várias horas por dia com exposição ao sol? Se sim, por quê?R: Sim. O periciando apresenta um quadro clínico atual compensado, estando praticamente assintomático.06- A(s) doença(s) que acomete(m) a parte autora descrita(s) nos laudos médicos juntados aos autos, está(ão) totalmente curada(s) tendo a mesma condições de exercer o trabalho rural considerando sua idade, e as condições ergonômicas e mecânicas dos exercícios da referida atividade como: horário, extensa jornada diária de trabalho, submetido a excesso de peso, longas caminhadas e posição desfavorável na execução das tarefa, com movimentos, exposição ao sol. Exposição a agentes nocivos (inseticidas/herbicidas/defensivos), entre outros, estando plenamente capacitada para exercê-lo, sem agravar a sua condição clínica e sem sofrer limitação na sua capacidade produtiva?R: A doença referida pela parte é uma doença crônica, porém com base nos documentos apresentados pela parte, anamnese e exame físico atual o periciado se apresenta em plenas condições para exercer suas atividades laborais. Aliás, cumpre ressaltar que, o magistrado é livre para apreciar as provas no curso da lide, podendo indeferir o pedido de nova perícia se a considera desnecessária, como bem assevera a jurisprudência:PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL

NO RECURSO ESPECIAL. CONTRATO ADMINISTRATIVO. ATRASO NO PAGAMENTO DE PRESTAÇÕES. INDEFERIMENTO DE PERÍCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. JUROS MORATÓRIOS. CORREÇÃO MONETÁRIA. INDENIZAÇÃO SUPLEMENTAR. NÃO CABIMENTO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. Inexiste cerceamento de defesa quando o julgador, ao constatar nos autos a existência de provas suficientes para o seu convencimento, indefere pedido de produção de prova documental. 2. O art. 131 do Código de Processo Civil consagra o princípio da persuasão racional, segundo o qual o magistrado fica habilitado a julgar a demanda, conforme seu convencimento, "à luz dos fatos, provas, jurisprudência, aspectos pertinentes ao tema e da legislação que entender aplicável ao caso concreto", rejeitando, por conseguinte, "diligências que delongam desnecessariamente o julgamento, atuando em consonância com o princípio da celeridade processual" (AgRg no Ag 660.787/RS, Rel. Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, DJ 10/10/05). 3. Na hipótese dos autos, saber se a prova cuja produção fora requerida pela parte é ou não indispensável à solução da controvérsia, bem como sobre o cabimento de indenização suplementar decorrente do pagamento em atraso de parcelas contratuais, exigiria o revolvimento do contexto fático-probatório dos autos, providência inadmissível na via do recurso especial, nos termos da Súmula 7/STJ. 4. Agravo regimental não provido (AgRg no REsp 1096147/SC)Nesse sentido, Humberto Theodoro Júnior esclarece que: "por se tratar de prova especial, subordinada a requisitos específicos, a perícia só pode ser admitida, pelo juiz, quando a apuração do fato litigioso não se puder fazer pelos meios ordinários de convencimento" (Curso de Direito Processual Civil, Forense, 1993. p. 475).Em sendo assim, indefiro o requerimento formulado pelo autor, para a realização de nova perícia. Considerando tratar-se de matéria de direito e que as provas careadas nos autos são suficientes para o livre convencimento do juízo, conheço diretamente do pedido, com fulcro no art. 330, inciso I do CPC.Trata-se de ação ordinária objetivando a concessão de aposentadoria de trabalhador rural acometido de invalidez por doença que impede seu trabalho campesino.Com a inicial, foram juntadas cópias dos seguintes documentos:- Certidão de casamento, constando profissão como lavrador (fls. 13);- Notas fiscais de produtos agrícolas (fls. 14).Importante dizer que o INSS não pode exigir que o trabalhador apresente provas de atividade rural por todo o período que corresponde à carência do benefício requerido, ano por ano. Assim estará afrontando a lei, e, indiretamente, a Constituição, que deu tratamento diferenciado ao trabalhador rural, por sua condição especial. Contudo, pelos documentos acostados aos autos, não restou provada a condição de segurado especial, o que por si já afastaria a concessão do benefício pretendido.No entanto prosseguindo na análise dos demais determinantes para a concessão do benefício, passemos, então, à análise da incapacidade e consequente direito ao benefício requerido na inicialPois bem.A aposentadoria por invalidez é benefício previdenciário concedido ao segurado que ficar incapacitado para o trabalho e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência (Lei nº 8.213/91, art. 42 e seguintes).Ocorre que, por força do disposto no § 1º do art. 42 e na parte final do § 4º do art. 60, ambos da referida Lei de Benefícios, a concessão de tal benefício está condicionado à prévio exame médico-pericial a cargo da Previdência Social. Considerando que o benefício requerido na via administrativa foi negado, consoante fls. 24/26, este juízo determinou a realização de perícia sob o crivo do contraditório (fls. 66). Contudo, mais uma vez foi afastada a alegação de deficiência, porquanto o Sr. Perito concluiu que ?O perito avalia com base nos documentos apresentado pela parte, anamnese, exame físico atual que há uma ausência de base anatômica e incompatibilidade entre o exame físico atual e as queixas referidas pelo senhor Sebastião Marques Moreira, concluindo que o mesmo encontra-se apto para realização das atividades citadas acima, estando na presente data sem queixas agudas ou crônicas que viessem a prejudicar suas atividades laborais.? (fls. 78).Note-se que o § 1º do art. 43 da Lei de Benefícios (8.213/91) autoriza o início da concessão do benefício à partir da constatação da existência de incapacidade TOTAL e definitiva. Já o inciso II do art. 47 determina que, havendo recuperação parcial do segurado, o valor do benefício se reduz gradativamente até sua extinção, no prazo de um ano e seis meses.No caso em apreço, não há que se falar nem mesmo na aplicação da redução gradativa ou na concessão de auxílio doença, pois desde a perícia realizada administrativamente já se havia concluído pela inexistência da incapacidade total para o trabalho, sendo que o autor foi negligente para confrontar tal prova em juízo.Em sendo assim, uma vez que não restou constatada a incapacidade laborativa do requerente, a improcedência da demanda é medida que se impõe, sendo que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça corrobora com tal assertiva:PREVIDENCIÁRIO - APOSENTADORIA POR INVALIDEZ - AUSÊNCIA DE INCAPACIDADE LABORATIVA. - Não tem direito ao benefício da aposentadoria por invalidez, o segurado, em relação ao qual, a perícia médica judicial concluiu pela inexistência de incapacidade laborativa. - O benefício é devido, apenas, ao segurado que for considerado incapaz é insuscetível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta subsistência. - Recurso conhecido e provido (STJ - REsp: 226094 SP 1999/0070812-1, Relator: Ministro JORGE SCARTEZZINI, Data de Julgamento: 10/04/2000, T5 - QUINTA TURMA, Data de Publicação: DJ 15.05.2000 p. 183)Ante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial, resolvendo o MÉRITO na forma do art. 269, I, do CPC.Deixo de condenar o requerente em custas e honorários, por ser beneficiário de assistência judiciária gratuita.Publique-se, registre-se e intimem-se.Nada pendente, arquive-se.Jaru-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz de Direito

Proc.: 0005305-16.2013.8.22.0003
Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente:I. B. de O.
Advogado:Nelma Pereira Guedes (OAB/RO 1218)
Requerido:T. L. de O.
Advogado:Advogado Não Informado (202020 2020202020)
DESPACHO:
Intime-se a parte autora para se manifestar acerca da contraproposta ofertada pela parte requerida às fls. 37, no prazo de 05 dias, ficando advertido que em sua inércia será entendida como aceitação tácita.Jaru-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Adip Chaim Elias Homsi Neto Juiz de Direito

Fabiane Palmira Barboza
Diretora de Cartório

COMARCA DE OURO PRETO DO OESTE

1º JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública

Proc.: 0003386-86.2013.8.22.0004
Ação:Procedimento Sumário(Juizado Faz.Pública)
Requerente:Cleonaudo Lima de Oliveira
Advogado:Éder Miguel Caram (OAB/RO 5368), Karima Faccioli Caram (OAB/RO 3460)
Requerido:Departamento Estadual de Trânsito de Rondônia - DETRAN/RO
Advogado:Procurador do Detran ( )
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos.Relatório dispensado nos termos do art. 38, caput, da Lei 9.099/95.Inicialmente, constata-se a intempestividade da contestação fazendária. Porém, mesmo sendo juntada aos autos fora do prazo a peça defensiva, não incide a figura processual da revelia em relação à Fazenda Pública, uma vez que o direito é indisponível. Portanto, há impedimento a que extraia a presunção de verdade dos fatos. No MÉRITO, a presente é declaratória de inexistência de gravame cumulada com danos morais, proposta por Cleonaudo Lima de Oliveira em face do DETRAN- Departamento de Trânsito do Estado de Rondônia.Alega o autor que adquiriu em 16/08/2010 uma motocicleta Yamaha, modelo XTZ 125E, ano/modelo 2007/2007, placa NDH 7973, oportunidade em que houve a transferência do veículo para o seu nome, conforme consta às fls.21. Ao tentar realizar a venda do veículo, o autor descobriu que a motocicleta está com restrição judicial do RENAJUD, referente aos autos 0058687-27.2009.8.22.00014 (comarca de Vilhena/RO).Em sede de liminar foi determinado que o requerido baixasse a restrição judicial existente sobre o veículo. Em resposta à determinação judicial, o DETRAN informou a este juízo a impossibilidade em dar cumprimento ao determinado, devido a restrição ser oriunda do sistema Renajud, sendo a inclusão e exclusão realizadas apenas pelo Judiciário.A princípio cumpre destacar que o sistema Renajud é uma ferramenta eletrônica que interliga o Judiciário e o DENATRAN (Departamento Nacional de Trânsito), possibilitando a efetivação de ordens judiciais de restrição de veículos cadastrados no RENAVAM (Registro Nacional de Veículos Automotores), cabendo ao Judiciário proceder a inserção e retirada de restrições judiciais de veículos na Base Índice Nacional (BIN) do Sistema RENAVAM, sendo que as informações são repassadas aos DETRANs onde estão registrados os veículos, para registro em suas bases de dados. Portanto, naqueles casos em que a restrição judicial for realizada pelo próprio juízo, via sistema Renajud, a responsabilidade pela exclusão da restrição, a princípio, cabe àquele que determinou a ordem restritiva. Em pesquisa realizada no site do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, aos autos nº0058687-27.2009.8.22.0014, verifica-se que consta DESPACHO judicial, expedido em 24/01/2014, procedendo ao desbloqueio do veículo pelo Sistema Renajud. Conclui-se que, a restrição foi realizada pelo próprio juízo. Neste caso, a responsabilidade pela retirada é do juízo da 1ªVara Cível da comarca de Vilhena/RO, onde tramitou a execução, tanto é verdade que assim procedeu o magistrado.Também em consulta ao site do DETRAN/RO, utilizando o número de RENAVAM da motocicleta descrita na inicial, constata-se que não consta nenhuma restrição Renajud em relação ao veículo. Portanto, o pedido de declaração de inexistência de restrição judicial resta prejudicado, uma vez que não há restrição a ser declarada inexistente. Quanto ao pedido de dano moral, não vislumbro a sua ocorrência nos autos, visto que o simples fato de ter permanecido a restrição judicial de circulação sobre o veículo, não gera direito à indenização. Para que a falha no serviço ocasione o dano, é necessário verificar uma situação excepcional, onde haja sentimentos como a dor, o vexame, a humilhação.Vale ressaltar que, caso o DETRAN/RO fosse o responsável pela exclusão da restrição, não ensejaria a parte autora direito à indenização, visto que não demonstrou prejuízo em decorrência da conduta do requerido, já que não houve negativação indevida de seu nome, não teve bens penhorados, enfim, nenhuma circunstância especial foi apresentada demonstrando constrangimento pessoal da vítima, perturbação na imagem, honra ou boa fama.É claro que a situação causou frustração ao requerente, contudo, não chegou a ofender quaisquer dos direitos da personalidade. Cuida-se, na verdade, de mero aborrecimento comum à vida em sociedade. Mero dissabor, mágoa e decepção estão fora da órbita do dano moral. Quanto à liminar concedida nos autos, torno a mesma sem efeito.Isso posto, julgo IMPROCEDENTES os pedidos propostos por Cleonaudo Lima de Oliveira em face do DETRAN/RO. Em consequência, extingo o processo com análise do MÉRITO, nos termos do art.269, inciso I, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Ouro Preto do Oeste-RO, quarta-feira, 29 de janeiro de 2014.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0005496-58.2013.8.22.0004
Ação:Procedimento Sumário(Juizado Faz.Pública)
Requerente:Marlene Maria Cardoso Teodoro
Advogado:Joilson Santos de Almeida. (RO 3505), Pedro Felizardo de Alencar (OAB/RO 2394)
Requerido:Estado de Rondônia
Advogado:Procurador do Estado de Rondônia ( )
SENTENÇA:
Vistos.Relatório dispensado nos termos do art. 38, caput, da Lei 9.099/95.A Lei Estadual Complementar 68/92, prevê o pagamento do auxílio-transporte aos servidores públicos. Embora a lei mencione que o auxílio é devido apenas aos servidores que fazem o uso do transporte coletivo, o entendimento jurisprudencial dominante é que o benefício alcance todos aqueles que tenham gastos com o seu deslocamento até o local de trabalho. O auxílio-transporte possui caráter indenizatório, é abstrato e genérico. É incompatível com a sua natureza jurídica alcançar apenas aqueles que se utilizam do transporte coletivo. Do contrário, não haveria igualdade no tratamento entre os servidores, já que não beneficiaria os que se utilizam de outros meios de locomoção e que, também, possuem gastos com o seu deslocamento. Veja jurisprudência neste sentido:"A legislação e a jusrisprudência pátria asseguram ao trabalhador do direito à percepção de auxílio-transporte, independentemente do meio de transporte utilizado para seu deslocamento até o local de trabalho restando caracterizada a verossimilhança das alegações do autor e sendo caso de antecipação dos efeitos da tutela (TRF4, AI nº2004.04.01.023564-9/RS, Quarta Turma, Rel. Des.Edgard Lippmann Junior, DJU de 19/01/2005)".Não resta dúvida de que o auxílio-transporte é devido ao servidor público. A Lei Complementar Estadual 68/92, no art. 84, prevê a concessão do benefício, nos seguintes termos:"Art. 84 - O auxílio transporte é devido a servidor nos deslocamentos de ida

e volta,no trajeto entre sua residência e o local de trabalho, na forma estabelecida em regulamento".A parte autora percebeu o auxílio-transporte até novembro de 2009, e a partir desta data o benefício foi cortado, conforme faz prova os documentos juntados aos autos. O caso é de restabelecimento do benefício, uma vez que ele já foi implantado em favor da parte autora. O requerido alterou unilateralmente os vencimentos, com clara redução de salário e sem atender ao devido processo legal, agindo de forma indevida. Portanto, o pleito dos retroativos é devido, visto que não houve nenhum motivo plausível para que a Administração suspendesse o benefício, sendo correto o ressarcimento de todo o valor que deixou de ser pago. Neste sentido jusrisprudência do Superior Tribunal de Justiça:"Na hipótese de prejuízo econômico aferido pelo servidor público em decorrência de ato ilegal ou abusivo do Poder Público, a ordem do MANDADO de segurança deve retroagir à data do ato impugnado, gerando, portanto, efeitos pretéritos a impetração. Precedentes da Terceira Seção desta Corte.2.Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1003654 / SC,Quinta Turma, Relator Ministro Jorge Mussi, DJe 4/5/2009,grifei)". Assim, deve ser reimplantado o benefício e pago os retroativos desde a suspensão. Para efeito de cálculo dos retroativos deverá ser considerado o valor da última parcela paga à parte autora, corrigidos com juros e correção monetária.Isso posto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial para condenar o Estado de Rondônia a reimplantar o auxílio-transporte em favor de Marlene Maria Cardoso Teodoro, nos mesmos moldes que era efetuado antes da suspensão, com as devidas atualizações, bem como a pagar as parcelas não pagas a título de auxílio-transporte desde a suspensão do benefício (dezembro de 2009) até a efetiva reimplantação em folha de pagamento, corrigidas com juros de 0,5% ao mês, a partir da citação, e correção monetária a partir da data que deveria ter sido efetuado o pagamento da parcela. Em consequência, julgo extinto o processo, com análise de MÉRITO, nos termos do art.269, inc.I, do Código de Processo Civil.Publique-se. Registre-se.Intimem-se.Transitada em julgado, não havendo cumprimento voluntário, a parte autora deverá observar as disposições da Lei 12.153/2009. Não havendo manifestação, arquivem-se.Ouro Preto do Oeste-RO, quarta-feira, 29 de janeiro de 2014.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0005246-25.2013.8.22.0004
Ação:Procedimento Sumário(Juizado Faz.Pública)
Requerente:Zenila Maria de Souza Costa
Advogado:Joilson Santos de Almeida. (RO 3505), Pedro Felizardo de Alencar (OAB/RO 2394)
Requerido:Estado de Rondônia
Advogado:Procurador do Estado de Rondônia ( )
DECISÃO:
DECISÃO Vistos.Trata-se de embargos de declaração opostos pelo Estado de Rondônia, sob o fundamento de que a DECISÃO é omissa no que diz respeito à alegação de inconstitucionalidade da Lei 794/1998, por vício formal, e à repercussão geral suscitadas na contestação. Quanto à alegação de inconstitucionalidade da lei, deve-se ressaltar que o embargante, na contestação apresentada, em nenhum momento requereu a declaração de inconstitucionalidade da lei, apenas afirmou que a mesma era inconstitucional e requereu a extinção do feito, sem análise de MÉRITO. Por óbvio, que o magistrado, poderia, pela via difusa, reconhecer a inconstitucionalidade da lei de ofício. Entretanto, no presente caso, não há inconstitucionalidade a ser declarada, pois a lei que prevê o pagamento do benefício do auxílio-saúde ao servidor público atende a todos os requisitos formais, tanto que ainda está em vigor. Se toda norma que gerasse aumento direto ou indireto de despesa fosse de iniciativa reservada, a Assembléia Legislativa seria reduzida à condição de mero órgão chancelador do chefe do poder executivo, entendimento esse que é incompatível com os princípios do Estado Democrático de Direito e a Independência e Harmonia entre os Poderes. Ao meu ver, entender que tal hipótese configura o "aumento de despesa", implicaria dizer que toda e qualquer previsão de direitos ao servidor estaria eivada de inconstitucionalidade, o que significaria que há muito vêm os Estados pagando verbas indevidas. Se porventura quisesse o embargante discutir a matéria, deveria ter feito por meio de ação própria, uma vez que a lei tem presunção de constitucionalidade até que seja reconhecida sua inconstitucionalidade. Quanto ao argumento da não apreciação da repercussão geral, vale dizer que a análise de suposta violação de DISPOSITIVO s constitucionais, não compete a este juízo o exame, mesmo com o cunho de prequestionamento, por ser matéria reservada à competência do Supremo Tribunal Federal, nos termos do art.102,inc.III, da CF.Em que pese os argumentos do embargante, a omissão que enseja o acolhimento dos embargos declaratórios é aquela DECISÃO que deixa de se manifestar sobre ponto essencial para o julgamento da lide, o que não é o caso dos autos, uma vez que a SENTENÇA proferida está absolutamente clara e coerente, e devidamente fundamentada a concessão de auxílio-alimentação aos servidores públicos.O que se percebe é o mero inconformismo com o resultado do julgamento, que foi desfavorável ao embargante, que não se resolve com a interposição de embargos declaratórios, pois não se presta para rediscutir a matéria de MÉRITO, para isto há recurso próprio.Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração. Publique-se e intimem-se.Ouro Preto do Oeste-RO, terça-feira, 28 de janeiro de 2014.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0004622-73.2013.8.22.0004
Ação:Procedimento Sumário(Juizado Faz.Pública)
Requerente:Oziel Alfredo de Aquino
Advogado:Gilson Souza Borges. (RO 1533)
Requerido:Estado de Rondônia
Advogado:Procurador do Estado de Rondônia ( )
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos.Relatório dispensado nos termos do art. 38, caput, da Lei 9.099/95.O autor ajuizou ação de cobrança em face do Estado de Rondônia pleiteando o pagamento de 7,5 (sete e meia) diárias, em razão de ter participado de uma missão denominada "Força Tarefa", no período de 26/12/2011 a 02/01/2012, no atendimento pré-hospitalar, no eixo da BR 364, no município de Jaru/RO.O servidor que, devidamente autorizado pelo seu superior hierárquico, desloca-se da respectiva sede, para desempenhar suas atividades, fará jus a receber diárias para cobrir as despesas de transporte, alimentação e pousada. Neste sentido dispõe o artigo 78 da Lei Complementar 68/92:"Art. 78 - O servidor que a serviço se afastar da sede em caráter eventual ou transitório fará jus a passagem e diárias, para cobrir as despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana.Parágrafo único - A diária será concedida por dia de afastamento, sendo devida pela metade, quando o afastamento não exigir pernoite fora da sede". Em análise das provas dos autos, verifico que o autor

efetivamente participou da missão “Força Tarefa”, conforme demonstram os documentos de fls.10 à 19. A prova é clara e farta. Consta Ordem de Missão convocando o autor (fls.13), proposta e concessão de diária emitida pelo Subcomandante Geral do CBMRO-Corpo de Bombeiro Militar de Rondônia (fls.12), bem como, encaminhamento do Comandante do Corpo de Bombeiros de Ouro Preto do Oeste solicitando o pagamento das diárias em favor do autor (fls.15).Mas, curiosamente, a Secretaria de Estado da Segurança efetuou o pagamento de diárias para vários servidores que participaram de viagens, no período indicado, ficando o autor de fora da relação dos beneficiados, conforme demonstra cópia do diário oficial do Estado de Rondônia, publicado em 26/03/2012 (fls.22/23).A defesa apresentada pelo requerido apenas limita-se em dizer que o requerente não produziu provas de seu direito. Não se preocupou em verificar se as mesmas são ou não devidas, se foram ou não pagas, demonstrando total descaso para com o servidor. Fato é que a Administração aceitou o deslocamento do autor para outra comarca, que o fez com recursos próprios e cumpriu a missão para a qual foi designado. Não pode, a posteriori, procurar penalizar aquele que apenas aceitou e cumpriu com a determinação superior. Possuindo características indenizatórias, a diária tem por objetivo suprir as despesas assumidas pelo servidor com o seu deslocamento da cidade onde exerce suas funções, sendo, por isso, arbitrário e ilegal o não pagamentos das mesmas.Portanto, comprovada a existência de um crédito não pago, e assentada a legitimidade do requerente de postular o pagamento de quem lhe deve, por força de lei, impõe-se a procedência do pedido.Isso posto, julgo PROCEDENTE o pedido proposto por Oziel Alfredo de Aquino em face do Estado de Rondônia, para condená-lo ao pagamento de R$900,00 (novecentos reais), corrigidas com juros de 0,5% ao mês, a partir da citação, e correção monetária a partir da data que deveria ter sido efetuado o pagamento da diária (janeiro de 2012). Via de consequência, extingo o processo com resolução do MÉRITO, nos termos do art. 269, inciso I, do CPC. Publique-se.Registre-se.Intimem-se.Após, o trânsito em julgado, não havendo cumprimento voluntário, o autor deverá observar as disposições da Lei 12.153/2009.Ouro Preto do Oeste-RO, sexta-feira, 24 de janeiro de 2014.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0004624-43.2013.8.22.0004
Ação:Procedimento Sumário(Juizado Faz.Pública)
Requerente:Auro Júnior Cavatti Coelho
Advogado:Gilson Souza Borges. (RO 1533)
Requerido:Estado de Rondônia
Advogado:Procurador do Estado ( )
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos.Relatório dispensado nos termos do art. 38, caput, da Lei 9.099/95.O autor ajuizou ação de cobrança em face do Estado de Rondônia pleiteando o pagamento de 7,5 (sete e meia) diárias, em razão de ter participado de uma missão denominada “Força Tarefa”, no período de 26/12/2011 a 02/01/2012, no atendimento pré-hospitalar, no eixo da BR 364, no município de Jaru/RO.Ao servidor que, devidamente autorizado pelo seu superior hierárquico, desloca-se da respectiva sede, para desempenhar suas atividades, fará jus a receber diárias para cobrir as despesas de transporte, alimentação e pousada. Neste sentido dispõe o artigo 78 da Lei Complementar 68/92:”Art. 78 - O servidor que a serviço se afastar da sede em caráter eventual ou transitório fará jus a passagem e diárias, para cobrir as despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana. Parágrafo único - A diária será concedida por dia de afastamento, sendo devida pela metade, quando o afastamento não exigir pernoite fora da sede”. Em análise das provas dos autos, verifico que o autor efetivamente participou da missão “Força Tarefa”, conforme demonstram os documentos de fls.10 a 19. A prova é clara e farta. Consta Ordem de Missão convocando o autor (fls.13), proposta e concessão de diária emitida pelo Subcomandante Geral do CBMRO-Corpo de Bombeiro Militar de Rondônia (fls.12), bem como, encaminhamento do Comandante do Corpo de Bombeiros de Ouro Preto do Oeste solicitando o pagamento das diárias em favor do autor (fls.15). Mas, curiosamente, a Secretaria de Estado da Segurança efetuou o pagamento de diárias para vários servidores que participaram de viagens, no período indicado, ficando o autor de fora da relação dos beneficiados, conforme demonstra cópia do diário oficial do Estado de Rondônia, publicado em 26/03/2012 (fls.22/23).A defesa apresentada pelo requerido apenas limita-se em dizer que o requerente não produziu provas de seu direito. Não se preocupou em verificar se as mesmas são ou não devidas, se foram ou não pagas, demonstrando total descaso para com o servidor. Fato é que a Administração aceitou o deslocamento do autor para outra comarca, que o fez com recursos próprios e cumpriu a missão para a qual foi designado. Não pode, a posteriori, procurar penalizar aquele que apenas aceitou e cumpriu com a determinação superior. Possuindo características indenizatórias, a diária tem por objetivo suprir as despesas assumidas pelo servidor com o seu deslocamento da cidade onde exerce suas funções, sendo, por isso, arbitrário e ilegal o não pagamentos das mesmas.Portanto, comprovada a existência de um crédito não pago, e assentada a legitimidade do requerente de postular o pagamento de quem lhe deve, por força de lei, impõe-se a procedência do pedido.Isso posto, julgo PROCEDENTE o pedido proposto por Auro Júnior Cavatti Coelho em face do Estado de Rondônia, para condená-lo ao pagamento de R$900,00 (novecentos reais), corrigidas com juros de 0,5% ao mês, a partir da citação, e correção monetária a partir da data que deveria ter sido efetuado o pagamento da diária (janeiro de 2012). Via de consequência, extingo o processo com resolução do MÉRITO, nos termos do art. 269, inciso I, do CPC. Publique-se.Registre-se.Intimem-se.Após, o trânsito em julgado, não havendo cumprimento voluntário, o autor deverá observar as disposições da Lei 12.153/2009Ouro Preto do Oeste-RO, sexta-feira, 24 de janeiro de 2014.

Ligiane Zigiotto Bender
Juíza de Direito

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

COMARCA DE OURO PRETO DO OESTE
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL - PROJUDI
Sugestões ou reclamações: 3461-3813/3461-2050
e-mail: je_opo@tjro.jus.br

Proc: 1001343-62.2013.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
CRISTIANA COMERIO LAZARO(Requerente)
Advogado(s): Cristiano Silveira Pinto(OAB 1157 RO)

Boa Vista Serviços S.A-SCPC(Requerido), Claro S/A(Requerido)
Advogado(s): Alexandre Leandro da Silva(OAB 4260 RO)Alice Reigota Ferreira Lira(OAB 352B RO)
SENTENÇA: "(...)Posto isso, Julgo Improcedentes os pedidos propostos por Cristiana Comério Lazaro contra Claro S/A. Via de consequência extingo o processo com análise do MÉRITO, nos termos do art. 269, I, do CPC. Torno definitiva a liminar concedida. P.R.I. Após o trânsito em julgado, não havendo manifestação, arquivem-se."

Proc: 1001333-18.2013.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Josefina Dadalto Tassinari(Requerente)
Advogado(s): Eronaldo Fernandes Nobre(OAB 1041 RO)
Banco Bradesco Financiamentos S A(Requerido)
Advogado(s): Mauro Paulo Galera Mari(OAB 4937 RO)
SENTENÇA: "(...)Isso posto, julgo IMPROCEDENTES os pedidos propostos por Josefina Dadalto Tassinari em face de Banco Bradesco Financiamentos S/A e extingo o processo com análise do MÉRITO, com fundamento no art. 269, inciso I, do CPC. Revogo a liminar concedida. P.R.I. Após o trânsito em julgado, não havendo manifestação, arquivem-se."

Proc: 1001357-46.2013.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Esmerinalda Ambrosio de Oliveira(Requerente)
Advogado(s): Edemilson Evangelista de Abreu(OAB 2792 RO)
Brasil Telecom Celular S/A(Requerido)
Advogado(s): Renne Maria Barros Almeida de Paula(OAB 5801 RO)
SENTENÇA: "(...)Isso posto, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido proposto por Esmerinalda Ambrosio de Oliveira contra Oi S/A, para condená-la a compensar a autora pelos danos morais no pagamento do valor de R$3.000,00, com juros de mora devidos desde a citação e correção monetária, a partir da data em que foi arbitrada a indenização. Via de consequencia, extingo o processo com resolução do MÉRITO, nos termos do art. 269, I e II do CPC. A partir do trânsito em julgado, a requerida terá o prazo de 15 dias para cumprir a obrigação de pagar, independente de nova intimação, sob pena de incidir em multa de 10% prevista no artigo 475-J do CPC. (Enunciado 105/FONAJE). P.R.I. Expirado o prazo para cumprimento voluntário, não havendo manifestação, arquivem-se."

Proc: 1001348-84.2013.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Lucio de Paula Giorgetti(Requerente)
Advogado(s): Pedro Felizardo de Alencar(OAB 2394 RO)
Banco Itaucard S. A. Adm. de Cartoes(Requerido)
Advogado(s): Karina de Almeida Batistuci(OAB 4571 RO)
SENTENÇA: "(...)Isso posto, julgo PROCEDENTE o pedido proposto por Lúcio de Paula Giorgetti em face de Banco Itaucard S. A. Adm. de Cartões para condená-la ao pagamento do valor de R$2.000,00 (dois mil reais), a título de danos morais, incidindo juros de mora de 1%, a partir da citação, e correção monetária a partir da data em que foi arbitrada a indenização. Via de consequência, extingo o processo com resolução do MÉRITO, nos termos do art. 269, I do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Decorrido o prazo para cumprimento espontâneo da SENTENÇA, conclusos para penhora, atualizando-se o débito com a multa de 10% prevista no art. 475-J, do CPC."

Proc: 1001049-44.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
JOSÉ DE OLIVEIRA SOUZA(Requerente)
Advogado(s): EDER MIGUEL CARAM(OAB 296412 RO)
Eletrobras Distribuição Rondonia - CERON(Requerido)
Advogado(s): Daniel Penha de Oliveira(OAB 3434 RO), Claudete Solange Ferreira(OAB 972 RO)
FICA INTIMADA A PARTE REQUERIDA A RETIRAR EM CARTÓRIO A GUIA DE LEVANTAMENTO DO VALOR QUE LHE CABE.
DESPACHO: "Tendo em vista que o valor disponível a requerida não foi recebido, defiro o pedido para a expedição de novo alvará judicial. Após, comprovado o recebimento, arquivem-se."

Proc: 1001987-05.2013.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
CECÍLIA FRANCISCA GONÇALVES CRIVELLARI(Requerente)
Advogado(s): Karima Faccioli Caram(OAB 3460 RO), OAB:5368 RO
Telefônica Brasil S. A.(Requerido)
Advogado(s): Alan Arais Lopes(OAB 1787 RO), Marcos Pedro Barbas Mendonça(OAB 4476 RO), Sonia Regina Gonçalves Espaki(OAB 4691 RO), Neri Cezimbra Lopes(OAB 653A RO)
Ficam intimadas as partes da redesignação da audiência, conforme consta ns autos.

Proc: 1002314-47.2013.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Derico Lorenssetti(Requerente)
Advogado(s): Julian César Matsumoto Pedri Valença(OAB 4978 RO)
Marilene Caetano Fermino(Requerido)
Fica intimada a parta autora a manifestar-se sobre a devolução da correspondência negativa.

Proc: 1002385-49.2013.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
JOÃO VENANCIO DE SOUZA - ME(Requerente)
Advogado(s): Nivea Magalhães Silva(OAB 1613 RO)
Josenita dos Santos(Requerido)
Fica intimada a parta autora a manifestar-se sobre a devolução da correspondência negativa.

Proc: 1000132-54.2014.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
S. R. da Silva & Cia Ltda - Me(Requerente)
Advogado(s): Nivea Magalhães Silva(OAB 1613 RO)
Maria das Graças Oliveira da Silva(Requerido)
Fica intimada a parta autora a complementar o endereço do requerido, haja vista ser insuficiente para sua localização.

Proc: 1000853-74.2012.8.22.0004
Ação:Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Cível)
Indústria e Comércio de Madeiras e Derivados Acácias Ltda(Requerente)
Advogado(s): Robson Amaral Jacob(OAB 3815 RO)
MAIRA GRASSI VELOSO(Requerido)
Advogado(s): OAB:6.546 ES
Fica a parte autora através de seu advogado intimada para retirar em cartório, no prazo de 05 dias, a Carta Precatória expedida e providenciar a distribuição com os devidos documentos, devendo comprovar nos autos a distribuição.

Proc: 1000819-65.2013.8.22.0004
Ação:Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Cível)
Hocto Silva(Requerente)
Advogado(s): Camila Jacob do Nascimento Freitas(OAB 5450 RO)
Azul Linhas Aéreas Brasileiras S A(Requerido), Trip Linhas Aéreas(Requerido)
Advogado(s): OAB:131.600 SP, OAB:132.321 SP, Daniel Penha de Oliveira(OAB 3434 RO)OAB:132.321 SP
SENTENÇA: "(...)Ante o exposto, Julgo Improcedentes os Embargos à Execução, nos termos do art. 269, I do
CPC e determino o prosseguimento da execução, liberando-se o valor bloqueado em favor da exequente (mov.53).
Condeno o embargante ao pagamento das custas processuais (art. 55 da Lei 9.099/95). P. R. I. Não havendo pagamento das custas no prazo legal, inscreva-se em dívida ativa.
Após, arquivem-se."

Proc: 1001433-70.2013.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Josefina Pornaro Pereira(Requerente)
Advogado(s): Jess José Gonçalves(OAB 1739 RO)
Banco Panamericano(Requerido)
Advogado(s): Claudete Solange Ferreira(OAB 972 RO)
SENTENÇA: "(...)Isso posto, JULGO PROCEDENTES os pedidos propostos por Josefina Pornaro Pereira em face do Banco Panamericano, para declarar a inexistência do contrato discutido, bem como condenar a requerida ao pagamento do valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título
de dano moral, incidindo juros de mora de 1%, devidos desde a citação e correção monetária a partir da data em que foi arbitrada a indenização e a devolução em dobro das parcelas descontadas, correspondente ao valor de R$ 406,80 (quatrocentos e seis reais e oitenta centavos), devidamente corrigido e com juros de 1% ao mês, a partir da citação. Via de consequência, extingo o processo com análise do MÉRITO, nos termos do artigo 269, incisol, do
CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. A partir do trânsito em julgado da SENTENÇA, a requerida terá o prazo de 15 dias para cumprir a obrigação, independentemente de nova intimação, sob pena de incidir em multa prevista
no artigo 475-J do CPC. Torno definitiva a liminar concedida. Decorrido o prazo e não havendo manifestação, arquivem-se."

Proc: 1001767-07.2013.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Elcina Ferreira Marques(Requerente), Márcio Yeijo Tome(Requerente)
Advogado(s): Luana Novaes Schotten de Freitas(OAB 3287 RO)
Centrais Eletricas de Rondonia S A - CERON(Requerido)
Advogado(s): Gabriela de Lima Torres(OAB 5714 RO)
SENTENÇA: "(...)Isso posto, julgo PROCEDENTES os pedidos formulados por Elcina Ferreira Marques em face de Centrais Eletricas de Rondonia S A CERON, para declarar inexistente o débito discutido e condenar a ré ao pagamento de indenização a título de danos morais, no
montante de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), juros de mora de 1%, a partir da citação e correção monetária a partir da data em que foi arbitrada a indenização. Em consequência, extingo o feito com resolução de MÉRITO (art. 269, inciso I, CPC). Publique-se. Registre-se. Intimem-se. A partir do trânsito em julgado, a requerida, terá o prazo de 15 dias para cumprir a obrigação, independente de nova intimação, sob pena de incidir em multa de 10% prevista no artigo 475J do CPC (Enunciado 105/FONAJE). Expirado o prazo para cumprimento voluntário, não havendo manifestação, arquivem-se."

Proc: 1001776-66.2013.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Antonio da Silva(Requerente)
Advogado(s): Joilson Santos de Almeida(OAB 3505 RO)
Lojas Riachuelo S. A.(Requerido)
Advogado(s): Alessandra Francisco (OAB 4661 RO), OAB:97.851 MG
SENTENÇA:"(...)Em face do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido proposto por Antônio da Silva em face do Lojas Riachuelo S. A., para declarar inexistente o débito discutido e condená-la ao pagamento a título de danos morais no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), incidindo juros de mora de 1%, a partir da citação e correção monetária a partir da data em que foi arbitrada a
indenização. Via de consequência, extingo o processo nos termos do artigo 269, I do CPC. Torno definitiva a liminar concedida. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.
Após o trânsito em julgado da SENTENÇA, a requerida terá o prazo de 15 dias para cumprir a obrigação, independente de nova intimação, sob pena de incidir em multa de 10%
prevista no artigo 475-J do CPC. Decorrido o prazo e não havendo manifestação, arquivem-se."

Proc: 1001427-63.2013.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Lourdes Rodrigues da Silva(Requerente)
Advogado(s): Pedro Felizardo de Alencar(OAB 2394 RO)
Banco Bmg S.A.(Requerido)
Advogado(s): Alice Reigota Ferreira Lira(OAB 352B RO), OAB:76.696 MG
Adv.: Felipe Gazola Vieira Marques
SENTENÇA: "(...)Isso posto, julgo PROCEDENTES os pedidos propostos por Lourdes Rodrigues da Silva em face do Banco Bmg S.A., para declarar inexistente o contrato discutido, manter os descontos dos outros cinco empréstimos, quais sejam, 38x R$42,50; 27x R$78,62; 44x R$37,00;
49x R$61,00; 23x R$31,00, bem como condenar a requerida ao pagamento do valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de dano moral, incidindo juros de mora de 1%, devidos desde a citação e correção monetária a partir da data em que foi arbitrada a indenização, e a devolução
das parcelas descontadas indevidamente, correspondente aos meses de maio/2013 a dezembro/2013, no valor de R$ 2.755,20 (dois mil, setessentos e cinquenta e cinco reais e vinte centavos), sem prejuízo das que forem descontadas posteriormente, devidamente corrigido e com juros de 1% ao mês, a partir da citação. Via de consequência, extingo o processo com análise do MÉRITO, nos termos do artigo 269, I do CPC. Torno definitiva a liminar concedida.
Publique-se. Registre-se. Intimem-se. A partir do trânsito em julgado da SENTENÇA, a requerida terá o prazo de 15 dias para cumprir a obrigação, independentemente de nova intimação, sob pena de incidir em multa prevista
no artigo 475-J do CPC. Decorrido o prazo e não havendo manifestação, arquivem-se."

Proc: 1001358-31.2013.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
PAULO GONÇALVES SOARES(Requerente)
Advogado(s): Edemilson Evangelista de Abreu(OAB 2792 RO)
Oi Brasil Telecon S.A(Requerido)
Advogado(s): Renne Maria Barros Almeida de Paula(OAB 5801 RO)
SENTENÇA: "(...)Isso posto, julgo IMPROCEDENTES os pedidos propostos por PAULO GONÇALVES SOARES em face de Oi Brasil Telecon S/A, via de consequência extingo o processo com
resolução do MÉRITO, nos termos do art. 269, inciso I, do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, não havendo manifestação, arquivem-se."

Proc: 1001135-15.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Mariana Clara Fernandes Sales de Morais(Requerente)
Advogado(s): Herbert Wender Rocha(OAB 3739 RO)
Banco do Brasil S/a - Ag. 1404-4(Requerido)
DESPACHO: "A diligência pleiteada pela autora prescinde de determinação judicial, motivo pelo qual, indefiro o pedido. Arquivem-se."

Proc: 1002155-07.2013.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Augustinho P. de Oliveira & Cia Ltda Me(Requerente)
Advogado(s): Fernanda Guidi Feitosa(OAB 3881 RO)
Lucas Fernandes Rico(Requerido)
Fica intimada a parta autora a manifestar-se sobre a devolução da correspondência negativa.

Proc: 1002411-47.2013.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Derico Lorenssetti(Requerente)
Advogado(s): Julian César Matsumoto Pedri Valença(OAB 4978 RO)
Sandra Regina Tinello Ferreira(Requerido)
Fica intimada a parta autora a manifestar-se sobre a devolução da correspondência negativa.

Proc: 1002158-59.2013.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Augustinho P. de Oliveira & Cia Ltda Me(Requerente)
Advogado(s): Fernanda Guidi Feitosa(OAB 3881 RO)
Gildo de Jesus Lira(Requerido)
Fica intimada a parta autora a manifestar-se sobre a devolução da correspondência negativa.

Proc: 1001351-39.2013.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Leão & Moura Ltda - ME(Adjudicante)
Advogado(s): Ana Cristina Menezes Rodrigues(OAB 4197 RO)
GETNET TECNOLOGIA EM CAPTURA E PROCESSAMENTO DE TRANSAÇÕES H.U.A. LTDA(Requerido)
Advogado(s): OAB:147513 SP, OAB:161807 SP, Julian César Matsumoto Pedri Valença(OAB 4978 RO)
Fica intimada a parte autora a apresentar contrarrazões ao recurso interposto, no prazo legal.

Proc: 1001386-96.2013.8.22.0004
Ação:Execução de Título Extrajudicial
S.A. CARLOS E CIA LTDA - ME(Exequente)
Advogado(s): Ariane Maria Guarido(OAB 3367 RO)
SANDRA ROSA NETO SCHEROCK(Executado)
Fica intimada a parte autora a manifestar-se sobre a certidão do oficial de justiça do juízo deprecado.

Proc: 1002210-55.2013.8.22.0004
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
R. COUTINHO FARIA & CIA LTDA(Requerente)
Advogado(s): EDER MIGUEL CARAM(OAB 296412 RO)
Antonio Souza de Oliveira(Requerido)
POSTO AVANÇADO DE MIRANTE DA SERRA
Fica intimada a parte autora a manifestar-se sobre a devolução da carta precatória - diligência negativa.

Proc: 1001433-07.2012.8.22.0004
Ação:Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Cível)
Valdeci Antonio da Silva(Requerente)
Advogado(s): Edemilson Evangelista de Abreu(OAB 2792 RO)
Telefônica Brasil S/A(Requerido)
Advogado(s): Alan Arais Lopes(OAB 1787 RO)
Fica intimada a parte autora a comprovar o levantamento do valor referente à guia expedida.

2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível
Belª Jozilda da Silva Bezerra
Diretora de Cartório
Emília Maria da Silva
Chefe de Cartório
E-mail: opo2civel@tjro.jus.br

Proc.: 0004366-33.2013.8.22.0004
Ação:MANDADO de Segurança
Impetrante:Adalgizio Rodrigues Viana
Advogado:Jecsan Salatiel Sabaini Fernandes (RO 2505)
Impetrado:Município do Vale do Paraíso R O, Prefeito Municipal de Vale do Paraíso
Advogado:Procurador do Município de Vale do Paraíso Ro (OAB 11111111)
SENTENÇA:
Vistos.Vista ao autor, ante a juntada de documentos com a contestação.Após, retornem conclusos para SENTENÇA.Ouro Preto do Oeste-RO, segunda-feira, 27 de janeiro de 2014. Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0004345-28.2011.8.22.0004
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Nelson de Oliveira Cunha
Advogado:Luiz Henrique de Lima Vergilio (OAB/RO 3885)
Executado:Instituto Nacional do Seguro Social I N S S
Advogado:Procurador do Inss (111111)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl: "Certifico que até a presente data, não veio aos autos, cálculos atualizados pelo autor"

Proc.: 0001614-25.2012.8.22.0004
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Ourocredi - Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região Central de Rondônia Sicoob
Advogado:Karima Faccioli Caram (OAB/RO 3460)

Executado:Gesio Lourenço de Souza, Antonio José Ribeiro, Eva Ferreira de Santana Ribeiro
Advogado:Advogado Não Informado (444444444)
Carta precatória - Devolvida:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada da carta precatória devolvida.

Proc.: 0000534-89.2013.8.22.0004
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 20 (vinte) dias
DE: IVANETE ALVES DE SOUZA, na qualidade de herdeira de Maria Izabel de Souza ¿de cujus¿, estando atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: Citação para tomar conhecimento da presente ação de inventário, e querendo, responder no prazo de 15 (quinze) dias, a ação abaixo identificada.
Processo: 0000534-89.2013.822.0004
Vara: 2ª Vara Cível
Classe: Inventário
Procedimento: Procedimentos Especiais de Jurisdição Contenciosa
Parte Autora: Ildo Alves de Souza
Advogado: Herbert Wender Rocha OAB 3739
DESPACHO: Defiro o pedido de f. 51.Citem-se os herdeiros Paulo, Maria Izabete, Zenildo, Nilto, Valdivino, José e Ivanete para tomarem conhecimento do presente inventário, bem como, para que apresentem ao oficial de justiça cópia de seus documentos pessoais. OPO.07.11.13 (as) aximiliano Darcy David Deitos - Juiz de Direito. Ouro Preto do Oeste, 05/ dezembro/2013 Bel.ª Jozilda da Silva Bezerra
Diretora de Cartório

Proc.: 0005985-95.2013.8.22.0004
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Benedito Falcão
Advogado:Veralice Gonçalves de Souza Veris (RO 170-B)
Executado:Instituto Nacional do Seguro Social I N S S
Advogado:Procurador do Inss (111111)
Ofício - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada do Oficio de fl(s). 43 (implantação de benefício)

Proc.: 0000549-58.2013.8.22.0004
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:HSBC - Bank Brasil S/A Banco Múltiplo
Advogado:Mauricio Coimbra Guilherme Ferreira (OAB/RJ 151.056-S), Naira da Rocha Freitas (OAB/RO 5202)
Executado:Aline Moreira Almeida Freire
Advogado:Advogado Não Informado (444444444)
DESPACHO:
Vistos.Diga o exequente sobre a alegada proposta de acordo de fl.91.Ouro Preto do Oeste-RO, segunda-feira, 27 de janeiro de 2014.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0003528-61.2011.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ourocredi - Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região Central de Rondônia Sicoob
Advogado:Karima Faccioli Caram (OAB/RO 3460)
Requerido:Marinalva Quinupes
Advogado:Jack Douglas Gonçalves (RO 586), Jess José Gonçalves (OAB/RO 1739), Eronaldo Fernandes Nobre (OAB/RO 1041)
Desarquivamento - Intimação:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre o desarquivamento dos autos, sob pena do processo retornar ao arquivo geral.

Proc.: 0002869-81.2013.8.22.0004
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Uenden Valentim Campos
Advogado:Suely Maria Rodrigues Ferro (RO 2961)
Requerido:Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro Dpvat S.a.
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl:92- vº "Certifico que não recebemos informações acerca da Perícia."

Proc.: 0006276-95.2013.8.22.0004
Ação:Exibição de Documento ou Coisa (Cível)
Requerente:Elzi Antônia Gonçalves
Advogado:Suellem Carla Fernandes da Costa Escudero. (RO 3475)
Requerido:Hospital Márcio Cunha Fsfxfundação São Francisco Xavier, Unidade de Saúde Vila Celeste
Advogado:Advogado Não Informado (444444444)
Petição ¿ Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a falar sobre a petição da parte requerida de fl: (30-142)

Proc.: 0064562-42.2008.8.22.0004
Ação:Execução de Alimentos
Requerente:A. R. J. J. R. J.
Advogado:Gilson Souza Borges. (RO 1533)
Requerido:N. C. J.
Advogado:Advogado Não Informado (444444444)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl: "Certifo que o débito encontra-se desatualizado (fls 61), devendo a parte autora atualiza-la. ".

Proc.: 0003583-41.2013.8.22.0004
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:HSBC - Bank Brasil S/A Banco Múltiplo
Advogado:Estela Maris Anselmo Savoldi.. (RO 1755), Mauricio Coimbra Guilherme Ferreira (OAB/RJ 151.056-S)
Executado:Cristiano Onofre da Silva
Advogado:Advogado Não Informado (444444444)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl: "Certifico que decorreu o prazo de suspensão deferido."

Proc.: 0003696-29.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Fabiane Palácio de Souza, Maria Luísa Palácio de Sá
Advogado:Ariane Maria Guarido Xavier (OAB/RO 3367)

Requerido:Bradesco Vida e Previdência S. A.
Advogado:Renato Tadeu Rondina Mandaliti. (OAB/SP 115.762)
DESPACHO:
Afim de evitar decisões conflitantes aguarde-se instrução nos autos 4862-62.2013.8.22.0004.Ouro Preto do Oeste-RO, quarta-feira, 27 de novembro de 2013.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0004862-62.2013.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:L. S. de S.
Advogado:Gilvan de Castro Araujo (RO 4589)
Requerido:B. V. e P. S. A.
Advogado:Diogo Morais da Silva (OAB/RO 3830), Karina de Almeida Batistuci (RO 4571), Iris Elena da Cunha Gomes da Silva (OAB/RO 5833), Renato Tadeu Rondina Mandaliti. (OAB/SP 115.762)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0001447-71.2013.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Noemia Francisca Trindade
Advogado:Eduardo Custódio Diniz (OAB/RO 3332)
Requerido:Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro Dpvat S.a.
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (AC 3592)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl140-vº: "Certifico que até a presente data, não recebemos informações acerca da perícia."

Proc.: 0011836-57.2009.8.22.0004
Ação:Inventário
Inventariante:Arlinda Cardoso da Rocha
Advogado:Jecsan Salatiel Sabaini Fernandes (RO 2505), Ermínio de Sousa Melo (OAB/RO 338-A)
Inventariado:Espólio de Claudionor Dias da Rocha
Advogado:Advogado Não Informado (444444444)
Desarquivamento - Intimação:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre o desarquivamento dos autos, sob pena do processo retornar ao arquivo geral.

Proc.: 0000357-91.2014.8.22.0004
Ação:Carta Precatória (Cível)
Requerente:Paulo Roberto Reis do Nascimento
Advogado:Simone Reis Nascimento (OAB/PR 30792)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social I N S S
Advogado:Advogado Não Informado (444444444)
DESPACHO:
Vistos.Designo o dia 11/03/2014, às 10:00 horas, para a oitiva da (s) testemunha (s) indicada na Carta Precatória.Intimem-se e oficie-se ao Juízo Deprecante.Ouro Preto do Oeste-RO, terça-feira, 28 de janeiro de 2014.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0002077-30.2013.8.22.0004
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Adelino Angelo Brunoro
Advogado:Nívea Magalhães Silva (OAB/RO 1613)
Executado:Banco Bradesco S.A.
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (MT 3056)
DESPACHO:
Diga o credor. Int.Ouro Preto do Oeste-RO, sexta-feira, 24 de janeiro de 2014.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0000376-97.2014.8.22.0004
Ação:Usucapião
Requerente:Alexssandro Silveira Pinto, Jheine Galdino Campos
Advogado:Luana Novaes Schotten de Freitas (RO 3287)
Requerido:José de Mello, Narvalina Maria Givigi de Mello
Advogado:Advogado Não Informado (444444444)
DESPACHO:
Vistos.Nos termos do artigo 283/284 do CPC, determino que o autor emende a inicial, em 30 dias, sob pena de indeferimento:a) Consoante art. 923 do Código de Processo Civil, junte aos autos certidão negativa/positiva de eventual ação possessória em relação ao bem em questão; b) Descreva minunciosamente a área do imóvel usucapiendo e respectivas benfeitorias, com suas metragens, confrontações, divisas e especifique detalhadamente os seus confinantes, indicando a posição geográfica (norte, sul, leste, oeste, frente, fundos, etc..). O usucapião pressupõe a coisa hábil. Nos ensinamentos do Profº Humberto Theodoro Jr, Curso de Direito Processual Civil, vol. III, pág. 165, 2005, ?...não se concebe usucapião de partes incertas e imprecisas do imóvel. O poder físico de disponibilidade que caracteriza a posse reclama objeto individualmente concreto, ou parte geometricamente certa, ou pelo menos, idealmente determinada.?; c) Traga outros documentos fiscais da terra que comprovem a posse (IPTU, contas de água, luz, etc.).d) Nos termos do art. 942 do Código de Processo Civil e nos ensinamentos do Profº Humberto Theodoro Jr, os réus certos são as pessoas em cujo nome o imóvel estiver transcrito no Registro do imóvel e os confinantes do prédio usucapiendo, sendo necessário também a indicação e a citação dos cônjuges, nos termos do art. 10, § 1º, I. Assim, apresentem os autores o nome dos confinantes, a localização (norte, sul, leste, oeste), o número do lote e endereço, trazendo um mapa descritivo. e) Providencie o Cartório consulta ao SIEL relativamente aos requeridos. Ouro Preto do Oeste-RO, terça-feira, 28 de janeiro de 2014.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0003100-45.2012.8.22.0004
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:I. V. dos S.
Advogado:Alexandre Anderson Hoffmann (OAB/RO 3709)
Requerido:O. R. dos S.
Advogado:Advogado Não Informado (444444444)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl 68-vº: "Certifico que até a presente data, não veio aos autos, planilha atualizada pelo credor."

Proc.: 0004652-45.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Carminda Ferreira Lira
Advogado:Eliana Lemos de Oliveira (RO 4423), Edelcides Apolinário de Alencar (RO 33l-A), Thiago Mafia Miranda (OAB/RO 4970)

Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social I N S S
Advogado:Procurador do Inss (111111)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl81-vº: "Certifico que não veio aos autos informações acerca da realização da perícia."

Proc.: 0000292-33.2013.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Sueli Raimundo
Advogado:Herbert Wender Rocha (OAB/RO 3739), Filiph Menezes da Silva (RO 5035)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social I N S S
Advogado:Procurador do Inss (111111)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl110: "Certifico que não veio aos autos informações acerca da realização da perícia."

Proc.: 0000732-29.2013.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:José Pires Gonçalves
Advogado:Karima Faccioli Caram (OAB/RO 3460)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social I N S S
Advogado:Procurador do Inss (111111)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl 45-vº: "Certifico que até a presente data, não veio aos autos informações acerca da perícia realizada."

Proc.: 0000863-04.2013.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Clenilda Delmondes de Macedo Lopes
Advogado:Joilson Santos de Almeida. (RO 3505)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social I N S S
Advogado:Procurador do Inss (111111)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl:114-vº "Certifico até a presente data, não veio aos autos informações acerca da realização da perícia."

Proc.: 0025362-28.2008.8.22.0004
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Clínica Bom Jesus Ltda
Advogado:Fernanda Yumi Yamao (OAB/RO 2428), Lander Cezar Souza Pereira (OAB/RO 2438)
Requerido:Instituto de Previdência dos Sevidores do Estado de Rondônia IPERON, Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Procurador do Estado (000.), Procurador do Estado ( )
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl: "Certifico que transcorreu in albis o prazo para oposição de embargos."

Proc.: 0001438-80.2011.8.22.0004
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Wanusa Lubiana.
Advogado:Fernanda Guidi Feitosa. (RO 3881)
Requerido:Leonardo Iraiori Carvalho
Advogado:Advogado Não Informado (444444444)
DECISÃO:
Vistos.Diga a exequente se tem interesse na designação de novas datas para a venda judicial do bem penhorado. Em caso positivo, designe-se novas datas.Embora a justificativa apresentada à fl. 65, considerando a frustração da hasta pública por ato da Oficiala de Justiça, fica a servidora obrigada ao pagamento das despesas existentes para a repetição do ato, inclusive o necessário edital.Cientifique-se a servidora. Expeça-se o necessário.Ouro Preto do Oeste-RO, quarta-feira, 29 de janeiro de 2014.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0000826-45.2011.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Moacir Ferreira da Silva
Advogado:Maria Helena de Souza. (OAB/RO 3016), Regina Lúcia Ribeiro (OAB/MG 106.703)
Requerido:Instituto de Prev. e Assitência dos Serv. do M. de Ouro Preto do Oeste - IPAM, Município de Ouro Preto do Oeste RO
Advogado:Hedilene da Penha Cardoso Preato (OAB/RO 4500), Advogado Não Informado
Custas Judiciais¿ Autor:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 803, 75 (ointocentos e três reais e setenta e cinco centavos), sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0008176-16.2013.8.22.0004
Ação:Inventário
Requerente:Jacqueline Caetano dos Reis Andrade, Elizangela Caetano dos Reis Fernandes
Advogado:Cheila Simplício Bastos (MG 112569), Mariana Xavier de Almeida (MG 108047), Cheila Simplício Bastos (MG 112569), Mariana Xavier de Almeida (MG 108047)
Inventariado:Espólio de Sebastião Caetano dos Reis
Advogado:Advogado Não Informado
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl: "Certifico que não foram apresentados documentos mencionados no segundo parágrafo da petição de fls. 37. ".

Proc.: 0005718-26.2013.8.22.0004
Ação:Execução de Alimentos
Requerente:C. V. R. M.
Advogado:Herbert Wender Rocha (OAB/RO 3739), Filiph Menezes da Silva (RO 5035)
Requerido:J. I. M.
Advogado:Advogado Não Informado (444444444)
Carta precatória - Devolvida:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada da carta precatória devolvida.

Proc.: 0006349-67.2013.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Inês Cancelier Moretto
Advogado:Nívea Magalhães Silva (OAB/RO 1613)
Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia S/a - Ceron Eletrobrás
Advogado:Advogado Não Informado (444444444)

Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl: "Certifico que transcorreu in albis o prazo para a parte Requerida apresentar resposta à presente ação ".

Proc.: 0000379-23.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:João Fernandes Alves
Advogado:Filiph Menezes da Silva (RO 5035), Manoel Fernandes Alves (ES 8690)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social I N S S
Advogado:Procurador do Inss (111111)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl 119: "Certifico que a SENTENÇA editada no presente feito, TRANSITOU EM JULGADO."

Proc.: 0005252-66.2012.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Departamento de Estradas de Rodagem e Transportes - Der/ro
Advogado:Procurador do Estado (000.)
Requerido:Domingos Soares Moitinho
Advogado:Edson Antonio Sperandio (OAB/RO 3480)
DECISÃO:
Trata-se de Embargos de Declarações pretendendo sanar contradição na SENTENÇA de f. 58, que teria arbitrado honorários a serem pagos pela parte requerida. Com efeito a SENTENÇA foi contraditória nesse ponto, vez que quem pediu a desistência da ação foi a parte requerente, devendo ela arcar com o pagamento dos honorários. Assim, julgo procedente os embargos de declaração para o fim de sanar a contradição da SENTENÇA em sua parte dispositiva, que passará a ter a seguinte redação:"...Porém, perfeitamente cabível a imposição de honorários advocatícios, os quais, tendo em vista o art. 20, § 4º do CPC, fixo em R$ 500,00 (quinhentos reais) a serem pagos pelo requerente".No mais, persiste a SENTENÇA tal com está lançada. P. R. I. Ouro Preto do Oeste-RO, quarta-feira, 27 de novembro de 2013.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0000902-98.2013.8.22.0004
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:João Vicente Ferreira, Maria Teixeira Vaz
Advogado:Edson Antonio Sperandio (OAB/RO 3480)
Executado:Vilson Siarelli da Vitória
Advogado:Advogado Não Informado (444444444)
DESPACHO:
Fl. 31. Solicitei bloqueio eletrônico via BACENJUD, conforme espelho adiante, porém os valores bloqueados são irrisórios e foram desbloqueados. Manifeste-se a exequente no prazo de 5 dias. Decorrido o prazo, conclusos. Ouro Preto do Oeste-RO, sexta-feira, 24 de janeiro de 2014.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0004402-12.2012.8.22.0004
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Paco Materiais Para Construção Lda
Advogado:Ariane Maria Guarido Xavier (OAB/RO 3367), Ricardo Oliveira Junqueira (OAB/RO 4477)
Requerido:Silvania Guilherme Daniel
Advogado:José Roberto Pereira (RO 2123)
DESPACHO:
Fl. 26/27. Solicitei bloqueio eletrônico via BACENJUD, conforme espelho adiante, porém os valores bloqueados são irrisórios e foram desbloqueados. Manifeste-se a exequente no prazo de 5 dias. Decorrido o prazo, conclusos. Ouro Preto do Oeste-RO, sexta-feira, 24 de janeiro de 2014.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0000582-19.2011.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sirlei Salomão
Advogado:Suely Maria Rodrigues Ferro (RO 2961)
Requerido:Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro Dpvat S.a.
Advogado:Alexandre Calil (OAB/RO 2894)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl: "Certifico que não veio informação acerca da perícia."

Proc.: 0008002-46.2009.8.22.0004
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Adelzita Damaceno de Oliveira Souza
Advogado:Pedro Riola dos Santos Junior. (OAB/RO 2640), Fernando Martins Gonçalves (RO 834)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social I N S S
Advogado:Procurador do INSS (RO 0000)
Ofício - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada do Oficio de fl(s).124 (implantação de beneficio)

Proc.: 0000258-58.2013.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Celso Francisco de Paula
Advogado:Eduardo Custódio Diniz (OAB/RO 3332)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social I N S S
Advogado:Procurador do Inss (111111)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl: 96 - vº "Certifico que até a presente data, não veio aos autos informações acerca da realização de perícia."

Proc.: 0001528-25.2010.8.22.0004
Ação:Inventário
Inventariante:Luzia Ramos da Silva
Advogado:Francisco Alexandre de Godoy. (OAB/RO 1582)
Inventariado:Espólio de José Antonio da Silva Filho
Advogado:Advogado Não Informado (444444444)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl 167: "Certifico que transcorreu in albis o prazo para a parte apresentar prestação de contas."

Proc.: 0005748-66.2010.8.22.0004
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:José Maria de Souza
Advogado:Karima Faccioli Caram (OAB/RO 3460)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social I N S S

Advogado:Procurador do Inss (111111)
Desarquivamento - Intimação:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre o desarquivamento dos autos, sob pena do processo retornar ao arquivo geral.

Proc.: 0004799-08.2011.8.22.0004
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Ourocredi - Cooperativa de Crédito de Livre Admissão da Região Central de Rondônia Sicoob
Advogado:Karima Faccioli Caram (OAB/RO 3460)
Executado:N. Locatelli M E, Marco Juliano Andrade e Silva Ramos
Advogado:Advogado Não Informado (444444444)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl: 94-vº"Certifico que transcorreu in albis o prazo para o executado opor embargos a penhora realizada".

Proc.: 0007964-92.2013.8.22.0004
Ação:Monitória
Requerente:Paco Materiais Para Construção Lda
Advogado:Alexandre Azis Pereira Filho (OAB/RO 5581)
Requerido:João Monteiro das Neves
Advogado:Advogado Não Informado (444444444)
Certidão do Oficial de Justiça:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl: (20-21)

Proc.: 0001593-15.2013.8.22.0004
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Fundo de Apoio Ao Empreendimento Popular de Ariquemes Faepar
Advogado:Vanessa dos Santos Lima (RO 5329)
Executado:Odilon Gomes Pereira, Márcia Gorete Pasolini Caetano
Advogado:Robislete de Jesus Barros. (RO 2943), Advogado Não Informado (444444444)
DESPACHO:
Fl. 29. Solicitei bloqueio eletrônico via BACENJUD, conforme espelho adiante, porém os valores bloqueados são irrisórios e foram desbloqueados. Manifeste-se a exequente no prazo de 5 dias. Decorrido o prazo, conclusos. Ouro Preto do Oeste-RO, sexta-feira, 24 de janeiro de 2014.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Proc.: 0004012-08.2013.8.22.0004
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:M. G. de O.
Advogado:Defensor Público. (4444444)
Requerido:A. N. da S.
Advogado:Advogado Não Informado (444444444)
SENTENÇA:
Trata-se de pedido de guarda ajuizada por Marcia Gonçalves de Oliveira, já qualificada nos autos, requerendo a guarda do menor RAFAEL OLIVEIRA DA SILVA, em face do genitor Adauto Nazário da Silva, alegando que vem sofrendo ameaças por parte do requerido, alegando que irá tomar a criança. Juntou os documentos (fls. 12/18)Em DECISÃO interlocutória (fls. 20), foi deferido o pedido de tutela antecipada.Citado (fls. 21 e 22) o requerido não apresentou contestação. O estudo social foi acostado (fls. 24/27).Ministério Público manifestou-se pela procedência. É o relatório. Decido.De acordo com o art. 33, parágrafo 1º da Lei 8.069/90 ?a guarda destina-se a regularizar a posse de fato? e se norteia pelo bem estar da criança cuja guarda se pretende.No presente caso a menor já esta sob a guarda de fato da requerente desde a separação de fato do casal, dispensando todos os cuidados e carinho necessários ao bom desenvolvimento do referido infante.Assim, reconhecendo estarem resguardados os interesses da criança e o bem estar, deve a guarda ser deferida a requerente Marcia Gonçalves de oliveira.O direito de visitas do requerido será livre. Isso posto, julgo PROCEDENTE o pedido, nos termos do artigo 269, I do CPC, e concedo a guarda de RAFAEL OLIVEIRA DA SILVA a requerente Marcia Gonçalves de oliveira, por prazo indeterminado. Sem custas.P. R. I. Expeça-se Termo de Guarda Definitivo. Após o trânsito em julgado, arquive-se.Ouro Preto do Oeste-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014.Ligiane Zigiotto Bender Juíza de Direito

Belª Jozilda da Silva Bezerra
Diretora de Cartório

COMARCA DE PIMENTA BUENO

1º JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública

Proc.: 0004229-36.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Autor:Noel Nunes de Andrade
Advogado:Noel Nunes de Andrade (OAB/RO 1586), Amanda Aparecida Paula de Carvalho Fagundes (OAB/RO 5701)
Requerido:Estado de Rondônia
Prosseguimento do Feito:
Fica a parte autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para manifestar interesse no prosseguimento do feito, no prazo de 5 (cinco) dias, com a providência de acordo com o caso.

Proc.: 0002117-94.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Autor:Ozanildo Sebastião Santiago
Requerido:Estado de Rondônia
Advogado:Henry Anderson Corso Henrique (RO. 922)
SENTENÇA:
SENTENÇA Trata-se de procedimento ordinário, ajuizado por OZANILDO SEBASTIÃO SANTIAGO em face de ESTADO DE RONDÔNIA, objetivando a declaração de inexigibilidade de impostos lançados sobre o veículo automotor Honda CG 125 Titan, ano 1997/1997, cor Verde, NBT7298, Renavam 1377660014, a partir do ano 2000, eis que tal veículo fora furtado em 10/02/2000, bem como indenização por danos morais.Com a inicial foram juntados os documentos de fls. 04/16.Devidamente citado, o requerido apresentou a contestação juntada às folhas 20/33.Intimado a fornecer réplica, o requerente assim o fez, juntando petição e documentos de folhas 41/61.Em audiência de instrução (fls. 91/95), foram

ouvidas 2 testemunhas do autor, bem como colhido seu depoimento pessoal. A parte requerida apresentou alegações finais juntadas às folhas 97/100.É o breve relatório.Passo a decidir.Da preliminar de ilegitimidadeNão assiste razão ao requerido ao alegar que o Estado de Rondônia não possui competência para reconhecer o direito vindicado na inicial, embasando tal tese nos termos da Lei Complementar 369, de 22 de fevereiro de 2007.Ocorre que o furto do veículo de propriedade do autor ocorreu no inicio do ano 2000, ano este em que vigorava a Lei 702/96 e não a atual Lei 950/2000, devendo, no presente caso, ser aplicada aquela lei em ao invés desta (tempus regit actum).Em seu artigo 12, a lei supracitada, entabula que a obrigatoriedade da baixa e demais procedimentos atinentes aos casos de furtos de veículos automotores deveriam ser realizado pela Secretaria de Estado da Fazenda, senão vejamos.Art. 12 – Quando ocorrer perda total do veículo por furto, roubo, sinistro ou outro motivo que descaracterize seu domínio útil ou a posse, o imposto do exercício corrente será apurado conforme disposto no art. 6º, § 6º, ficando dispensado o pagamento do imposto, em relação a fatos geradores futuros, enquanto persistir tal situação, desde que o proprietário do veículo comunique à Secretaria de Estado da Fazenda o fato ocorrido, juntando: I – cópia reprográfica do Certificado de Propriedade do Veículo expedido pelo Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN II – cópia autenticada da certidão da ocorrência policial. III – cópia reprográfica do comprovante de quitação parcial do imposto; Parágrafo único – Havendo recuperação do veículo, será devido o imposto proporcionalmente aos meses restantes do exercício. Pois bem, a Secretaria de Estado da Fazenda faz parte da Administração Direta do Estado, logo aquela é o Estado de Rondônia, não havendo como dissociar a Secretaria do próprio Estado de Rondônia. Pelo exposto, rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva.Não foram arguidas outras preliminares nem há questões processuais pendentes, as partes são legítimas e encontram-se devidamente representadas.Passo a decidir quanto ao MÉRITO.Da incidência do IPVAIn casu sub examine, a principal quaestio juris consiste em verificar se as partes realizaram os atos devidos e necessários para a baixa nas cobranças do IPVA sobre o veículo Honda CG 125 Titan, ano 1997/1997, cor Verde, NBT7298, Renavam 1377660014.Pois bem, segundo o que dispõe a lei 720/96, vigente à época do furto, seria dever do proprietário do veículo realizar a comunicação junto à Secretaria de Estado da Fazenda, como podemos ver na transcrição do artigo 12 da presente lei.Art. 12 – Quando ocorrer perda total do veículo por furto, roubo, sinistro ou outro motivo que descaracterize seu domínio útil ou a posse, o imposto do exercício corrente será apurado conforme disposto no art. 6º, § 6º, ficando dispensado o pagamento do imposto, em relação a fatos geradores futuros, enquanto persistir tal situação, desde que o proprietário do veículo comunique à Secretaria de Estado da Fazenda o fato ocorrido, juntando: I – cópia reprográfica do Certificado de Propriedade do Veículo expedido pelo Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN II – cópia autenticada da certidão da ocorrência policial. III – cópia reprográfica do comprovante de quitação parcial do imposto; Parágrafo único – Havendo recuperação do veículo, será devido o imposto proporcionalmente aos meses restantes do exercício. Ou seja, segundo o disposto na lei vigente à época do furto, seria dever do requerente proceder a comunicação para as devidas baixas e providências. Portanto, a questão primordial nos autos reside em verificar se houve ou não tal comunicação.Ainda que o requerente tenha realizado a comunicação do furto à Depol, no dia 10/02/2000 (fls. 08), não há nos autos qualquer prova que aponte ter o requerente cumprido as exigências legais para a baixa do veículo furtado. Assim, entendo que não assiste razão à pretensão do requerente.Da prescrição.Primeiramente, a prescrição tem o efeito de extinguir a pretensão de exigibilidade da dívida, isto é, a ação que a assegura. Não obstante, aquele que paga dívida prescrita, na verdade, abdica do direito de não se submeter a tal exigência. Não se lhe aplica, pois, a regra do “salve et repete”, pois o efeito é apenas patrimonial disponível.O parcelamento da dívida nada mais significa que a novação do débito. Quem pode o mais pode o menos, de modo que quem pode pagar, pode novar a dívida. Em qualquer destes casos, nos seus efeitos, quem paga ou parcela a dívida prescrita demite-se do direito de invocar a prescrição em seu favor.No parcelamento, a pessoa confessa a dívida e renuncia ao direito de impugná-la, sob pena de se autorizar o cancelamento do próprio parcelamento. O certo é que, no presente caso, não há que se pronunciar a prescrição. Tal não seria admissível, apenas, naqueles casos em que se configurasse direito indisponível pelo renunciante.Corroborando com o entendimento, segue acordão do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais:Apelação cível. Ação de execução fiscal. IPTU. Confissão e parcelamento de dívida prescrita. Renúncia tácita à prescrição. Recurso provido. 1. O devedor pode renunciar à dívida prescrita de modo expresso ou tácito nos termos do art. 191 do Código Civil de 2002. 2. A confissão e o parcelamento de dívida prescrita são fatos que devem ser levados em conta para julgamento porque representa renúncia tácita da prescrição. 3. Apelação cível conhecida e provida para afastar a prescrição.(TJ-MG, Relator: CAETANO LEVI LOPES, Data de Julgamento: 02/12/2008)Desse modo, irreconhecida a prescrição dos impostos lançados.Do dano moralComo não é devido o cancelamento dos impostos lançados sobre o veículo automotor, bem como a declaração da prescrição das parcelas, muito menos seria devido a indenização por danos materiais. Senão vejamos.Como cediço, são pilares do dever de reparação a ocorrência dos requisitos exigidos à responsabilidade civil, nos termos dos arts. 927, 186 e 187 do Código Civil. A saber:Art. 927. Aquele que, por ato ilícito (art.186 e 187), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.Art. 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.Extrai-se, portanto, que o direito à reparação civil exige-se ocorrência de ato ilícito, nexo causal e dano. Ocorre que, no presente caso os requeridos não praticaram ato ilícito, eis que agiram no exercício regular de um direito.No mais, nos termos do artigo 188 inciso I do Código Civil de 2002 não constituem atos ilícitos aqueles praticados em legítima defesa ou no exercício regular de um direito reconhecido. Analisando detidamente os autos aliado à fundamentação acima, verifico que o requerido atuou no exercício regular de um direito, eis que lançou devidamente, com base legal, o imposto sobre o veículo automotor.Desta forma, não há falar em indenização por danos morais, pelos fatos alegados na inicial, eis que não houve conduta ilícita por parte do requerido.Em síntese, ausentes os elementos necessários para a caracterização da responsabilidade civil,

não procede a pretensão indenizatória pleiteada.Diante o exposto, resolvo a lide, com análise do MÉRITO, de acordo com o art. 269, I do CPC, e por consequência, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos deduzidos nesta ação movida por OZANILDO SEBASTIÃO SANTIAGO em face do ESTADO DE RONDÔNIA. Sem custas ou honorários, incabíveis em primeiro grau de jurisdição.SENTENÇA não sujeita ao reexame necessário (artigo 11 da Lei 12.153/2009).P.R.I.Pimenta Bueno-RO, sexta-feira, 24 de janeiro de 2014.Wilson Soares Gama Juiz de Direito

Denize Aparecida Sestito da Silva
Diretora de Cartório

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIA
JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL
COMARCA DE PIMENTA BUENO - RO

Proc: 1001159-91.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Eufrásio Luiz Poleze(Requerente)
Samsung Eletrônica da Amazônia (Requerido)
Advogado(s): FABIO RIVELLI(OAB 297608 SP)
Eufrásio Luiz Poleze(Requerente)
Samsung Eletrônica da Amazônia (Requerido)
Advogado(s): FABIO RIVELLI(OAB 297608 SP)
FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 30 dos autos supra citados, a seguir transcrita.
SENTENÇA: "Vistos.
EUFRASIO LUIZ POLEZE, devidamente qualificado nos autos, propôs Ação de Ressarcimento em face de SAMSUNG ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA LTDA, igualmente qualificada, argumentando que adquiriu um aparelho de telefonia celular modelo SAMSUNG S5222 STAR3, fabricado pela requerida, havendo pago pela aquisição o valor de R$ 389,00 (trezentos e oitenta e nove reais).
O referido aparelho passou a apresentar vício, tendo sido levado à assistência técnica no dia 03/04/2013, porém, quando de seu retorno continuava apresentando o defeito descrito.
Requer, em razão da vigência da garantia, o julgamento procedente do pedido, com a condenação da empresa requerida na restituição do valor pago na compra do produto, devidamente corrigido, nos termos do artigo 18, §1º, II da Lei n. 8.078/90. Junta documentos (movimentação n. 1 dos autos).
Infrutífera a conciliação, foi apresentada pelo Requerido contestação, alegando, preliminarmente, a existência de carência de ação – sustentando o pronto atendimento e reparação do aparelho no prazo determinado em lei. Afirma que o interesse de agir somente existiria caso a Requerida negasse atendimento, o que não acorreu, pois o aparelho foi devidamente encaminhado para a assistência técnica.
No MÉRITO, a Requerida aduziu que os parcos argumentos da Requerente não podem ser considerados verídicos. Aponta a ausência do dever de restituição ou troca. Ao final requereu o acolhimento da preliminar arguida ou, em caso negativo, que seja julgada totalmente improcedente o pedido.
Após, pelo Juízo foi concedido o prazo para apresentação/informação quanto ao interesse de produção de outras provas.
O requerente deixou escoar o prazo sem manifestação.
Pela requerida foi pleiteado o julgamento antecipado da lide.
Relatados. DECIDO.
Promovo o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 330, I do Código de Processo Civil.
A Requerida argui preliminar de carência da ação por ausência de resistência em prestar o serviço, tendo buscado sempre a composição, no entanto, ainda que presente, a boa vontade por si só não exclui a responsabilidade da Requerida em cumprir o disposto na lei consumerista, ou seja, providenciar a imediata restituição dos valores pagos ou a substituição do produto, conforme dispõe o art. 18 da referida lei.
Por tais motivos, afasto a preliminar arguida.
Quanto ao MÉRITO, em que pese a alegação da Requerida no sentido de que a Requerente não apresenta provas aptas a comprovar o alegado, a razão não lhe socorre, uma vez que há nos autos nota fiscal de compra e documento de encaminhamento à assistência técnica.
Assim, os documentos apresentados conduzem de maneira lógica à CONCLUSÃO de que a demanda se enquadra perfeitamente no que dispõe o Código de Defesa do Consumidor, de modo que a procedência da ação é única solução vislumbrada.
Logo o pedido merece ser acolhido.
Conclui este Magistrado que, diante da persistência dos defeitos, mesmo após o retorno da assistência técnica é razoável a perda de confiança do consumidor quanto à qualidade do produto, evidenciado o vício de fabricação. Daí entendo que deve prevalecer a condenação da requerida na restituição imediata da quantia paga, como lhe autoriza o art. 18, § 3°, do CDC.
A simples constatação do defeito, após o retorno da assistência, é gerador do direito do consumidor em buscar a substituição do produto ou a restituição do valor pago. Corroborando com o entendimento, segue julgado do Tribunal de Justiça do Distrito Federal:
PROCESSUAL CIVIL E CONSUMIDOR. PRELIMINARES DE INÉPCIA DA INICIAL, ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM E INCOMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL - REJEIÇÃO. VÍCIO DE PRODUTO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIO DO VAREJISTA. RESTITUIÇÃO DO PREÇO DO PRODUTO - ESCOLHA DO CONSUMIDOR. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.
1.Não é inepta, perante o Juizado Especial Cível, a petição inicial subscrita pela parte, sem a presença de advogado, de que se extrai compreensão sobre os fatos ocorridos e a pretensão da parte, ainda quando não atenda às formalidades do art. 282, do CPC. A exigência, perante os Juizados Especiais, de adequação da petição inicial aos requisitos formais do processo comum ordinário contraria os princípios que presidente o procedimento sumariíssimo, entre os quais a capacidade postulatória da parte e a informalidade.
2.A existência nos autos de elementos de prova suficientes para a formação da convicção do juiz faz competente o Juizado Especial Cível e elide a necessidade de perícia para tornar complexa a matéria.
3.Por vício do produto compreende-se o defeito que o torna impróprio para o uso a que se destina ou lhe diminui o valor, e, conforme disciplinado nos art. 18 e seguintes do CDC, por

ele respondem os fornecedores em cadeia em solidariedade com o fabricante. Não há espaço para se alegar ilegitimidade de responsável solidário (REsp 414986/SC) porque, tratando-se de responsabilidade solidária a demanda pode ser proposta contra qualquer dos obrigados (REsp 402356/MA).
4.PRELIMINARES REJEITADAS.
5.Não sanado o vício do produto pelo fornecedor dentro do prazo legal, fica ao consumidor facultado exigir a substituição do produto, a imediata devolução da quantia paga, ou o abatimento proporcional do preço. (Precedentes ACJ 2004.09.1.008.855-8, relator João Batista, Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do D. F).
6.Não se presta ao fim que razoavelmente dele se espera o colchão que, adquirido em 11/08/2005 apresenta-se inservível em 03/03/2007, e após conserto volta a apresentar o mesmo defeito no prazo de 03 (três) meses.
7.Acertada a SENTENÇA que constatou a responsabilidade objetiva da apelante em restituir a quantia paga pelo produto comprado, uma vez que o vício não foi sanado no prazo legal, bem como não vislumbrou dano moral vez que o desgaste sofrido pelo consumidor não ultrapassou os padrões normais do aborrecimento cotidiano e nem ensejou a privação do bem jurídico precioso.
8.RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.
9.SENTENÇA mantida por seus próprios e jurídicos fundamentos, com súmula de julgamento servindo de acórdão, na forma do artigo 46 da Lei nº 9.099/95.
10.Diante da sucumbência, nos termos do art. 55 da Lei dos Juizados especiais (9.099/95), condeno o apelante ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) do valor da condenação. (20080710033545ACJ, Relator ASIEL HENRIQUE, Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, julgado em 01/02/2011, DJ 07/02/2011 p. 110).
Nessas razões, conjugando com os norteamentos legais que incidem na espécie, em especial o art. 6º da Lei 9.099/95, resolvo o MÉRITO e, com fundamento no artigo 269, I do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, para condenar a Requerida SAMSUNG ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA LTDA a restituir ao autor EUFRASIO LUIZ POLEZE a quantia de R$389,00 (trezentos e oitenta e nove reais), corrigidos a partir da propositura da ação com juros a partir da citação.
Ressalto que fica condicionado para recebimento da condenação acima imposta, a devolução do aparelho e de eventuais acessórios que o acompanham, se ainda não o fez, à empresa revendedora M. de Almeida Machado Celulares - EPP.
Após o trânsito em julgado, a requerida terá o prazo de 15 dias para cumprir a SENTENÇA, sob pena de execução forçada acrescida de multa 10% (de dez por cento) do valor da condenação, nos termos do artigo 475-J do CPC, combinado com o Enunciado 105 do FONAJE.
Sem custas ou honorários advocatícios.
P. R. I."
Pimenta Bueno, RO, 20 de janeiro de 2014.
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

Proc: 1002180-10.2010.8.22.0009
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
AGOSTINHO MATIAS AFONSO(Autor)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
MARIZALVA RODRIGUES PRIMO (Reclamado)
Advogado(s): Fabiana Ribeiro Gonçalves(OAB 2800 RO)
AGOSTINHO MATIAS AFONSO(Autor)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
MARIZALVA RODRIGUES PRIMO (Reclamado)
Advogado(s): Fabiana Ribeiro Gonçalves(OAB 2800 RO)
FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 73 dos autos supra citados, a seguir transcrita.
SENTENÇA: "Vistos, etc.
Diante da ausência da parte autora, conforme movimento 71, na audiência designada nos autos, julgo, por SENTENÇA, EXTINTA A PRESENTE AÇÃO, sem julgamento do MÉRITO, nos termos do artigo 51, inciso I da Lei 9.099.
Autorizo eventuais levantamentos de documentos, mediante cópia e recibo nos autos.
Custas pelo autor, adotando o Cartório as providências de praxe para pagamento ou inscrição em dívida ativa.
Cumpridas as formalidades legais, arquivem-se.
Registre-se."
Pimenta Bueno, 27 de janeiro de 2014.
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

Proc: 1002343-82.2013.8.22.0009
Ação:Termo Circunstanciado (Juizado Criminal)
Delegacia de Polícia Civil de Pimenta Bueno-RO(Autor)
Izaias de Souza Lana(Infrator)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
Delegacia de Polícia Civil de Pimenta Bueno-RO(Autor)
Izaias de Souza Lana(Infrator)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
Ministério Público do Estado de Rondônia(Custos Legis (Fiscal da Lei)), ANTONIO SCHWC(Vítima)
FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 14 dos autos supra citados, a seguir transcrita.
SENTENÇA: "Vistos, etc.
Considerando-se que o infrator Izaias de Souza Lana cumpriu integralmente a proposta de transação penal, nos termos da certidão de movimento n. 12, homologo o acordo feito em juízo e declaro extinta a punibilidade do envolvido, determinando que a sanção não fique constando nos registros criminais, exceto para fins de requisição judicial, nos termos do artigo 76, § 6º da Lei 9.099/95.
P.R.I. e, arquivem-se os autos."
Pimenta Bueno, 22 de janeiro de 2014.
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

Proc: 1002681-56.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
César Julio de Oliveira & Cia Ltda Me(Requerente)
Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)
Izaias Dutra Pereira(Requerido)
César Julio de Oliveira & Cia Ltda Me(Requerente)
Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)
Izaias Dutra Pereira(Requerido)
FINALIDADE: Intimar o patrono da(s) parte(s) para tomar conhecimento da AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada nos autos supra caracterizados para o dia 28 de Fevereiro de 2014 às 09:00 horas.

Proc: 1002231-16.2013.8.22.0009
Ação:Petição (Juizado Cível)
Vitrine Modas LTDA (Umuarama)(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
Marilda Pereira Escobar(Adjudicado)
Vitrine Modas LTDA (Umuarama)(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
Marilda Pereira Escobar(Adjudicado)
FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 25 dos autos supra citados, a seguir transcrita.
SENTENÇA:"Vistos e examinados.
Indefiro o pedido, uma vez que não há relação processual formada, haja vista não ter ocorrido sequer a citação da Requerida.
O art. 219 do Código de Processo Civil exige citação válida para tornar prevento o juízo, induzir litispendência e fazer litigiosa a coisa, de modo que, não havendo citação, ou apresentando esta algum vício insanável, há processo, porém, não há relação processual.
Assim, considerando que o Requerente não informou o endereço atualizado da Requerida, JULGO EXTINTO O PROCESSO, nos termos do artigo art. 267, inciso IV do Código de Processo Civil, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos.
Sem custas.
P.R.I."
Pimenta Bueno, 23 de janeiro de 2014.
WILSON SOARES GAMA
Juiz de Direito

Proc: 1002511-84.2013.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Relótica Relojoaria e Ótica Ltda(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
ROSA COSTA BEZERRA(Adjudicado)
Relótica Relojoaria e Ótica Ltda(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
ROSA COSTA BEZERRA(Adjudicado)
FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 20 dos autos supra citados, a seguir transcrita.
SENTENÇA:"Vistos e examinados.
Trata-se de execução de título executivo extrajudicial, na qual o Requerente pretende o recebimento da quantia de R$ 496,83 (quatrocentos e noventa e seis reais e oitenta e três centavos).
Designada audiência de conciliação, constatou-se a presença do Sr. Cláudio Reis dos Santos, a quem foi dado prazo de 05 (cinco) dias para apresentar carta de preposição, formalizando, assim, a representatividade da empresa Exequente.
Anoto, por oportuno, que a carta de preposição juntada no movimento 1 não nomeia o Sr. Cláudio Reis dos Santos a representar a Exequente.
Ocorre que, decorrido o prazo, a carta não foi juntada, motivo pelo qual, EXTINGO O PROCESSO, nos termos do art. 51, I da Lei 9.099/95 c/c com enunciado 99 do FONAJE.
Determino o cancelamento da audiência designada nos autos.
Custas pelo(a) autor(a), nos termos do Enunciado 28 do FONAJE. Intime-se o(a) autor(a) para, no prazo de cinco (05) dias, proceder o recolhimento das custas, cientificando-o que o não pagamento ensejará a inscrição em dívida ativa. Havendo o recolhimento das custas, arquive-se o feito. Não havendo o recolhimento no prazo estabelecido, proceda-se a inscrição do nome do autor em dívida ativa.
Cumpridas as formalidades legais, arquivem-se.
P.R.I."
Pimenta Bueno, 21 de janeiro de 2014.
WILSON SOARES GAMA
Juiz de Direito

Proc: 1001238-70.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
WILLIAN RIBEIRO(Requerente)
Motorola Industrial Ltda(Requerido)
Advogado(s): OAB:222219 SP
WILLIAN RIBEIRO(Requerente)
Motorola Industrial Ltda(Requerido)
Advogado(s): Alexandre Fonseca de Mello, OAB/SP 222219
FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento do r. DESPACHO constante no movimento 39 dos autos supra citados, a seguir transcrito.
DESPACHO: "Vistos.
Intimem-se o procurador habilitado da Executada para, no prazo de 5 (cinco) dias, informar a conta para a transferência dos valores depositados em conta judicial, ressaltando que, não havendo manifestação, será intimada a diretoria da empresa requerida para as devidas providências."
Pimenta Bueno, 21 de janeiro de 2014.
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

Proc: 1002634-82.2013.8.22.0009
Ação:Petição (Juizado Cível)
MARLENE ERCULANO DA SILVA(Autor)
Advogado(s): Bárbara Gonçalves Candido Campos(OAB 6029 RO), Débora Cristina Moraes(OAB 6049 RO)
Liberatti - Moveis Liberatti Ltda(Requerido)
MARLENE ERCULANO DA SILVA(Autor)
Advogado(s): Bárbara Gonçalves Candido Campos(OAB 6029 RO), Débora Cristina Moraes(OAB 6049 RO)
Liberatti - Moveis Liberatti Ltda(Requerido)
FINALIDADE: Intimar o patrono da parte AUTORA para tomar conhecimento da CONTESTAÇÃO constante do movimento 20 dos autos supra citados, bem como para, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar IMPUGNAÇÃO à contestação.

Proc: 1002679-86.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
César Julio de Oliveira & Cia Ltda Me(Requerente)
Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)
IRENE CARDOSO DOS SANTOS(Requerido)
César Julio de Oliveira & Cia Ltda Me(Requerente)
Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)
IRENE CARDOSO DOS SANTOS(Requerido)
FINALIDADE: Intimar o patrono da(s) parte(s) para tomar conhecimento da AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada nos autos supra caracterizados para o dia 28 de Fevereiro de 2014 às 08:15 horas.

Proc: 1002380-12.2013.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Relótica Relojoaria e Ótica Ltda(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO), Victor Alexsandro do Nascimento Custódio(OAB 5155 RO)

Dioneis Gomes Pereira(Adjudicado)
Relótica Relojoaria e Ótica Ltda(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO), Victor Alexsandro do Nascimento Custódio(OAB 5155 RO)
Dioneis Gomes Pereira(Adjudicado)
FINALIDADE: Intimar o patrono da(s) parte(s) para tomar conhecimento da AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada nos autos supra caracterizados para o dia 19 de Fevereiro de 2014 às 17:30 horas.

Proc: 1002682-41.2013.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
César Julio de Oliveira & Cia Ltda Me(Requerente)
Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)
JOSE CARLOS VIEIRA(Requerido)
César Julio de Oliveira & Cia Ltda Me(Requerente)
Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)
JOSE CARLOS VIEIRA(Requerido)
FINALIDADE: Intimar o patrono da parte AUTORA para tomar conhecimento que NÃO foi levada a efeito a CITAÇÃO da parte requerida, conforme CERTIDÃO do Oficial de Justiça, constante do movimento 8 dos autos supra citados, devendo, no prazo de 10 (dez) dias apresentar o endereço atual da mesma, sob pena de extinção do presente feito.

Proc: 1002686-78.2013.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
César Julio de Oliveira & Cia Ltda Me(Requerente)
Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)
Maria de Jesus Rodrigues Sousa(Requerido)
César Julio de Oliveira & Cia Ltda Me(Requerente)
Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)
Maria de Jesus Rodrigues Sousa(Requerido)
FINALIDADE: Intimar o patrono da parte AUTORA para tomar conhecimento que NÃO foi levada a efeito a CITAÇÃO da parte requerida, conforme CERTIDÃO do Oficial de Justiça, constante do movimento 8 dos autos supra citados, devendo, no prazo de 10 (dez) dias apresentar o endereço atual da mesma, sob pena de extinção do presente feito.

Proc: 1000575-24.2013.8.22.0009
Ação:Petição (Juizado Cível)
José Batista dos Santos - ME - Açougue(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
Laurinei da Silva Moraes(Adjudicado)
José Batista dos Santos - ME - Açougue(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
Laurinei da Silva Moraes(Adjudicado)
FINALIDADE: Intimar o patrono da parte AUTORA para tomar conhecimento da certidão do Sr. Oficial de Justiça, constante no Mov. 43 dos autos acima citados, devendo se manifestar no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção do feito:
Certidão:"Certifico que em cumprimento ao presente MANDADO diligenciei ao endereço informado na tentativa de proceder à Penhora de bens de Laurinei da Silva Moraes. No entanto, este é o endereço residencial da mãe do requerido, que afirmou que seu filho mudou-se para a cidade de Campo Grande/MS, podendo ser contatado através do telefone 67 9901-1326; ela afirmou não saber o endereço do filho"

Proc: 1000321-51.2013.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Essencial Com.de confecçoes ltda(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
Lindalva Michele Barbosa da Silva(Adjudicado)
Essencial Com.de confecçoes ltda(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
Lindalva Michele Barbosa da Silva(Adjudicado)
FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento do r. DESPACHO constante no movimento 69 dos autos supra citados, a seguir transcrito.
DESPACHO: "Vistos.
Tentada a consulta via sistema BACENJUD, sobreveio o Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores com resultado negativo, conforme consulta realizada na data de 23/01/2014.
Assim, concedo o prazo de 10 (dez) dias para o exequente indicar bens do executado, pois sem bens fica impossibilitada a satisfação do crédito em juízo, impossibilitando a prestação jurisdicional invocada.
Anoto, por oportuno, que o prazo de 10 (dez) é mais do que suficiente para que o autor/exequente informe sobre a existência de bens penhoráveis, já que o mínimo que se espera em processos desse jaez é que, antes de ingressar com ação, o advogado ou a própria parte já façam a pesquisa de eventuais bens, posto que é perfeitamente presumível a possibilidade de a diligência a ser realizada por oficial de justiça restar negativa.
Decorrido o prazo sem manifestação, o feito poderá ser extinto por ausência de pressuposto para o desenvolvimento regular do processo, com espeque no art. 53, § 4º da Lei 9.099/95.
Pimenta Bueno, 23 de janeiro de 2014.
WILSON SOARES GAMA
Juiz de Direito

Proc: 1000285-09.2013.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
EUDIS RODRIGUES PRIMO & CIA LTDA - ME (MERCADO BARÃO)(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
Jair Ferreira dos Santos(Adjudicado)
EUDIS RODRIGUES PRIMO & CIA LTDA - ME (MERCADO BARÃO)(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
Jair Ferreira dos Santos(Adjudicado)
FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 30 dos autos supra citados, a seguir transcrita.
SENTENÇA: "Vistos, etc.
O exequente foi intimado para indicar bens de propriedade da executada passíveis de penhora, porém quedou-se inerte (certidão de movimento 28 dos autos).
Assim, considerando a não manifestação da exequente quanto à indicação de bens, JULGO EXTINTO O PROCESSO, nos termos do artigo 53, § 4º da Lei 9.099/95, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos. Faculto ao exequente, no prazo de 05 dias, requerer ao cartório deste juizado carta de SENTENÇA para fins de protesto nos termos do enunciado 76 do FONAJE, o que desde já fica deferido em caso de manifestação neste sentido.
P.R.I."
Pimenta Bueno, 17 de janeiro de 2014.
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

Proc: 1000072-03.2013.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
KINKAS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME(Adjudicante)
Advogado(s): Henrique Scarcelli Severiano(OAB 2714 RO)
CAVO ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA(Adjudicado), SUELI FATIMA SARTORI(Requerido)
KINKAS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME(Adjudicante)
Advogado(s): Henrique Scarcelli Severiano(OAB 2714 RO)
CAVO ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA(Adjudicado), SUELI FATIMA SARTORI(Requerido)
FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. DECISÃO constante no movimento 44, bem como do DESPACHO constante do movimento 47 dos autos supra citados, a seguir transcritos.
DECISÃO: "Vistos e examinados.
Pretende o exequente a desconsideração da personalidade jurídica da empresa CAVO ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, sob o fundamento de que a tentativa de penhora de valores da empresa executada conforme movimento de fls. 36, bem como fora infrutífera todas as tentativas para o recebimento dos créditos do exequente, além do mais a Empresa Executada descumpriu o acordo homologado em audiência de conciliação.
Requereu, que seja desconsiderada a pessoa jurídica ora Executada, recaindo a presente execução na pessoa de sua sócia, Sra. Sueli Fatima Sartori, conforme Contrato Social juntado aos autos, a fim de que responda com bens de sua propriedade.
Após a desconsideração da personalidade jurídica, requer que seja realizada penhora via sistema BacenJud, até o valor total da dívida.
É o relatório. Decido
A matéria é conhecida no âmbito dos tribunais:
"EMENTA: RECURSO ORDINÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. AÇÃO DE COBRANÇA. INDISPONIBILIDADE DE BENS. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. PRODUÇÃO DE PROVAS.
1. O Acórdão recorrido bem afastou a pretensão manifestada no MANDADO de segurança ao entendimento de que correta a DECISÃO impugnada face a CONCLUSÃO de que há, consoante os elementos probatórios produzidos, possibilidade de ocorrência de fraude contra credores. Esclareceu o Acórdão, ainda, estar comprovado que a impetrante é sócia da ré na ação de cobrança. Nesses casos, a jurisprudência desta Corte admite a desconsideração da personalidade jurídica para evitar a fraude.
2. O acolhimento da pretensão contida no mandamus demandaria dilação probatória, prática que não se mostra compatível com a via eleita.
3. Recurso ordinário desprovido." (STJ ROMS N. 15.312 – MG. Relator Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO. Publicado no DJ em 04-08-2003).
E ainda:
"EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL NÃO ADMITIDO. EXECUÇÃO. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.
1. A execução em questão foi movida contra a agravante, sociedade por quotas de responsabilidade limitada. O Tribunal a quo aplicou a Teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica da Empresa, tendo invocado o artigo 596 do Código de Processo Civil, constatada a inexistência de bens em nome da agravante e para evitar lesão à agravada. No caso, não se tratou da responsabilidade solidária entre os sócios, pois a dívida foi contraída pela própria empresa e não por apenas um dos sócios. Os devedores, portanto, são os dois únicos sócios da empresa.
2. Agravo regimental desprovido." (AgRg no AG N. 499844 – PB. Relator Ministro CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO. Publicado no DJ em 29-09-2003, pág. 248).
Execução - Penhora - Sócios - Desconsideração da personalidade jurídica - Admissibilidade. Execução. Penhora de bens dos sócios, aplicando-se o Princípio da Desconsideração da Personalidade Jurídica do executado. Admissibilidade. Diligências para localização de bens da sociedade que resultaram infrutíferas. Aplicação do art. 50 do Código Civil, regra que representa a recolocação do patrimônio da sociedade na esfera de atualização do credor. Penhora que se volta aos bens particulares dos sócios, para segurança do juízo executório e efetividade dos serviços (art. 5º, XXXV, da CF). Provimento. (TJSP - 4ª Câm. de Direito Privado; AI nº 440.607-4/4-00 - Santo André-SP; Rel. Des. Ênio Santarelli Zuliani; j. 27/4/2006).
Portanto, havendo notícia nos autos de que não foram encontrados bens em nome da empresa executada, e, para evitar prejuízos ao exequente, deve ser desconsiderada a personalidade jurídica da empresa, para que deste modo alcance os bens da sócia.
Assim, incluo na ação de execução a sócia SRA. SUELI FATIMA SARTORI, brasileira, casada, portadora do RG Nº 3439340-0 SSP/PR e CPF Nº 378.594.711-91, determinando a realização de penhora online.
Aguardem-se as providências do Banco Central pelo prazo de 15 (quinze) dias, permanecendo o feito suspenso nesse prazo.
Após a informação do BACENJUD, deliberarei em termos de prosseguimento do feito.
Intime-se."
Pimenta Bueno, 05 de dezembro de 2013.
WILSON SOARES GAMA
Juiz de Direito
DESPACHO: "Vistos.
Tentada a consulta via sistema BACENJUD, sobreveio o Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores com resultado negativo, conforme consulta realizada na data de 30/12/2013
Assim, concedo o prazo de 10 (dez) dias para o exequente indicar bens do executado, pois sem bens fica impossibilitada a satisfação do crédito em juízo, impossibilitando a prestação jurisdicional invocada.
Anoto, por oportuno, que o prazo de 10 (dez) é mais do que suficiente para que o autor/exequente informe sobre a existência de bens penhoráveis, já que o mínimo que se espera em processos desse jaez é que, antes de ingressar com ação, o advogado ou a própria parte já façam a pesquisa de eventuais bens, posto que é perfeitamente presumível a possibilidade de a diligência a ser realizada por oficial de justiça restar negativa.
Decorrido o prazo sem manifestação, o feito poderá ser extinto por ausência de pressuposto para o desenvolvimento regular do processo, com espeque no art. 53, § 4º da Lei 9.099/95.
Pimenta Bueno, 30 de novembro de 2013.
WILSON SOARES GAMA
Juiz de Direito

Proc: 1002081-35.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
ELIDA PATRICIA NUNES DA SILVA(Requerente)
Advogado(s): Fabiana Ribeiro Gonçalves(OAB 2800 RO)
Tim Celular S/A(Requerido)
Advogado(s): OAB:16780 BA, OAB:22452 DF, Hélida Genari Baccan(OAB 2838 RO), Claudete Solange Ferreira(OAB 972 RO)
ELIDA PATRICIA NUNES DA SILVA(Requerente)
Advogado(s): Fabiana Ribeiro Gonçalves(OAB 2800 RO)
Tim Celular S/A(Requerido)
Advogado(s): OAB:16780 BA, OAB:22452 DF, Hélida Genari Baccan(OAB 2838 RO), Claudete Solange Ferreira(OAB 972 RO)
FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 21 dos autos supra citados, a seguir transcrita.
SENTENÇA: “Vistos e examinados.
Relatório dispensado, conforme dispõe o art. 38 da Lei 9.099/95.
DECIDO.
Tratando-se de matéria de direito e ante as circunstâncias do caso concreto, promovo o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 330 do Código de Processo Civil, pois “Presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder” (STJ - RECURSO ESPECIAL: REsp 2832 RJ 1990/0003627-5).
No mais, o julgamento antecipado homenageia o princípio da economia processual, permitindo uma rápida prestação da tutela jurisdicional à parte e à comunidade, evitando-se longas e desnecessárias instruções.
Consigno que o processo está em ordem e apto ao julgamento do MÉRITO, posto que preenchidos os pressupostos processuais e as condições da ação.
Não há preliminares. Passo ao MÉRITO.
Devidamente citado, o requerido compareceu à audiência de conciliação, oportunidade em que fora intimado para apresentar contestação, no prazo de 15 dias, que decorreu in albis, conforme certidão exarada no movimento 19.
Ainda que a ausência de contestação, no âmbito dos juizados especiais, não acarrete em revelia, a sua falta aponta na presunção de veracidade dos fatos alegados pelo autor.
No mais, devido a falta de fato modificativo do direito do autor, a procedência da ação é a medida cabível, senão vejamos.
Ficou caracterizada nos autos a responsabilidade da Requerida na prática do ato ilícito.
Com efeito, os documentos juntados firmam a convicção, segura, de que a requerida incluiu o nome da requerente nos órgãos de proteção ao crédito.
Como não restou demonstrada que a requerente possui qualquer relação de consumo com a requerida, tem-se por irregular e sem causa a inscrição do nome da Requerida no Serviço de Proteção ao Crédito, decorrente do contrato de n° GSM014077683060 e GSM014076428205.
Outrossim, presume-se o dano moral por inscrição indevida nos cadastros de proteção ao crédito. Em casos tais, tem assente a jurisprudência:
EMENTA: DANOS MORAIS - INDEVIDA INCLUSÃO DO NOME DO AUTOR EM CADASTRO NEGATIVO DE ENTIDADES DIVERSAS - INDENIZAÇÃO E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS ACRESCIDOS - RECURSO PROVIDO. A sensação de ser visto como ‘mau pagador’, quando não se é, constitui violação do patrimônio ideal que é a imagem idônea, a dignidade do nome, a virtude de ser honesto.A entidade que promove a indevida inscrição de devedor no SERASA e/ou em outros bancos de dados responde pela reparação do dano moral que decorre dessa inscrição. A exigência de prova de dano moral (extrapatrimonial) se satisfaz com a demonstração da existência da inscrição irregular (Tribunal de Alçada de Minas Gerais - 7ª Câmara Cível - AC n. 283.746-1, Rel. Juiz Lauro Bracarense, j. 29.6.2000).
E também do colendo STJ:
Civil e processual. Resp. Agravo. Ação de indenização. Dano moral. Inscrição indevida em cadastro de crédito. Prova do prejuízo. Desnecessidade. CC, ART. 159. I. A indevida inscrição em cadastro de inadimplentes gera direito à indenização por dano moral, independentemente da prova objetiva do abalo à honra e à reputação sofrida pelo autor, que se permite, na hipótese, presumir, gerando direito a ressarcimento. II. Valor do ressarcimento não debatido no recurso especial, sendo impossível a inovação em sede regimental. III. Agravo desprovido”. (Processo Ag no Resp 617915/PE; Agravo Regimental no Recurso Especial 2003/0219186-2. Relator. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR (1110) Órgão Julgador T4 - QUARTA TURMA. Data do Julgamento 10/8/2004 Data da Publicação/Fonte DJ 8.11.2004 p. 245)
Processual civil. Recurso especial. Negativa de prestação jurisdicional. Inexistência. Responsabilidade civil. Indenização. Dano moral. Inscrição indevida no SPC. Dano presumido. Valor indenizatório. Critérios para fixação. Controle pelo STJ.I - Tendo encontrado motivação suficiente para fundar a DECISÃO, não fica o órgão julgador obrigado a responder, um a um, os questionamentos suscitados pelas partes, mormente se notório seu caráter de infringência do julgado. II - A exigência de prova de dano moral se satisfaz com a demonstração da existência de inscrição ou mantença indevida do nome do suposto devedor no cadastro de inadimplentes. III - O arbitramento do valor indenizatório por dano moral se sujeita ao controle desta Corte. E, inexistindo critérios determinados e fixos para a quantificação do dano moral, recomendável que sejam atendidas as peculiaridades do caso concreto. Recurso especial provido. (Processo RESP 303888/RS; Recurso Especial 2001/0018436-7. Rel. Min. Castro Filho. Órgão Julgador T3 - Terceira Turma. Data do Julgamento. 20/11/2003. Data da Publicação/Fonte. DJ 28.6.2004, p. 300).
Restando demonstrado, portanto, que a Requerida agiu ilicitamente e que de sua conduta restou danos à personalidade da Requerente, mais especificamente quanto ao nome, o dever de indenizar daquela é um imperativo legal.
Cabe analisar então a questão atinente à fixação do valor da indenização. Na aferição do valor indenizatório deve-se proporcionar à vítima satisfação na justa medida do abalo sofrido. Por isso, deve o arbitramento da indenização ser moderado e eqüitativo, atento às circunstâncias de cada caso, evitando que se converta a dor em instrumento de captação de vantagem ou lucro descabido.
Desse modo, na linha dos princípios retro e jurisprudências, e atento às circunstâncias do caso, tenho que o valor compensatório não deve ser inexpressivo, mas também não pode constituir fonte de enriquecimento, levando-se em conta além da necessidade de reparação dos danos sofridos, a prevenção de comportamentos futuros análogos. No caso sub examine entendo como justo e razoável fixar o valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais) a título de danos morais. Tal quantia permite reparar o ilícito sem transformar-se em fonte de enriquecimento sem causa.

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos pleiteados na inicial por ELIDA PATRICIA NUNES DA SILVA em face de TIM CELULARES S/A da parte autora, e neste sentido: a) Declaro inexistente o contrato entre as partes cujo objeto é o número de celular (69) 8128-2664, e por consequência o débito que gerou a inscrição nos órgãos de proteção ao crédito; b) Condeno a requerida a pagar a título de indenização por dano moral a quantia de R$ 6.000,00 (seis mil reais), com juros e correção monetária a partir da citação; c) Confirmo e torno definitiva a tutela antecipada concedida no movimento 07.
Transitado em julgado este decisum, a Requerida terá o prazo de 15 dias para cumprir a SENTENÇA, sob pena de execução forçada, acrescida de multa de 10 % (dez por cento) do valor da condenação, nos termos do artigo 475-J do CPC, combinado com o Enunciado 105 do FONAJE.
Sem custas ou honorários, incabíveis em primeiro grau de jurisdição.
Pimenta Bueno, 20 de janeiro de 2014.
WILSON SOARES GAMA
Juiz de Direito

Proc: 1002051-97.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
NATIELE GONÇALVES NEVES(Requerente)
Banco do Brasil S/A(Requerido)
Advogado(s): Gustavo Amato Passini(OAB 4567 RO)
NATIELE GONÇALVES NEVES(Requerente)
Banco do Brasil S/A(Requerido)
Advogado(s): Gustavo Amato Passini(OAB 4567 RO)
FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 17 dos autos supra citados, a seguir transcrita.
SENTENÇA: "Vistos e examinados.
Relatório dispensado, nos termos do art. 38 da Lei 9.099/95.
DECIDO.
O feito comporta julgamento antecipado, nos termos do art. 330, I do Código de Processo Civil, pois os documentos colacionados aos autos são suficientes para resolução da causa, afigurando-se prescindível a produção de outras provas.
Da preliminar de falta de interesse de agir
Aduz a Requerida que não praticou nenhum ato ilícito, razão pela qual não haveria, para o Requerente, interesse de agir, pressuposto indispensável da ação.
A preliminar não prospera, pois, in casu, prende-se ao MÉRITO e nesse contexto há de se decidido.
Destarte, afasto a preliminar arguida e passo a analisar o MÉRITO.
Restou caracterizada nos autos a responsabilidade da Requerida pela prática do ato ilícito.
Com efeito, os documentos juntados pela Requerente na inicial, dando conta do pagamento da dívida, firmam a convicção, segura, de que o débito que originou a inserção no cadastro de restrições já havia sido adimplido, mesmo que com atraso.
Logo, tem-se por irregular e sem causa a manutenção da inscrição do nome do requerente na SERASA.
A Requerida alega que o documento que comprova a inscrição não é suficiente para comprovar a sua existência, e afirma que a baixa teria ocorrido no dia 18/09/2013, porém, não faz prova de tal alegação.
Anote-se, ainda, que o documento juntado pela Requerente trata-se de consulta realizada pela empresa CityLar, ou seja, de fato a Requerente foi impedida de realizar compras no mercado local em razão da inscrição. Cabia à Requerida demonstrar que efetivamente realizou a baixa, no entanto, optou por apoiar sua versão apenas em alegações.
Outrossim, o dano moral por inscrição/manutenção indevida nos cadastros de proteção ao crédito está mais que solidificado na doutrina e jurisprudência, dispensando maiores fundamentos (dano in re ipsa).
Restando demonstrado, portanto, que a Requerida agiu ilicitamente e que de sua conduta restaram danos à honra subjetiva do requerente, o dever de indenizar daquela é um imperativo legal (art. 186, do Cód. Civil, c/c art. 5º, X, da CF/88).
Cabe analisar então a questão atinente à fixação do valor da indenização. Na aferição do valor indenizatório deve-se proporcionar à vítima satisfação na justa medida do abalo sofrido. Por isso, deve o arbitramento da indenização ser moderado e equitativo, atento às circunstâncias de cada caso, evitando que se converta a dor em instrumento de captação de vantagem ou lucro descabido.
Desse modo, atento às circunstâncias do caso, tenho que o valor compensatório não deve ser inexpressivo, mas também não pode constituir fonte de enriquecimento, levando-se em conta além da necessidade de reparação dos danos sofridos, a prevenção de comportamentos futuros análogos. No caso sub examine entendo como justo e razoável fixar o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de danos morais. Tal quantia permite reparar o ilícito sem transformar-se em fonte de enriquecimento sem causa.
Posto isso, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial e condeno a Requerida BANCO DO BRASIL S.A. a pagar à Requerente NATIELE GONÇALVES NEVES o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), a título de dano moral. Torno definitiva a liminar concedida no movimento nº 6, no sentido de baixa definitiva do registro creditório negativo (SPC/SERASA), alusivos à Requerente, pelos débitos objetos de questionamento nos autos.
Certificado o trânsito em julgado, a Requerida terá o prazo de 15 dias para cumprir a SENTENÇA, sob pena de execução forçada acrescida de multa de 10% (dez por cento) do valor da condenação, nos termos do artigo 475-J do CPC, combinado com o Enunciado 105 do FONAJE.
Custas e honorários indevidos.
P.R.I."
Pimenta Bueno, 27 de janeiro de 2014.
WILSON SOARES GAMA
Juiz de Direito

Proc: 1002034-61.2013.8.22.0009
Ação:Petição (Juizado Cível)
ADÃO DA SILVA ELETRONICA - ME(Adjudicante)
Advogado(s): Henrique Scarcelli Severiano(OAB 2714 RO)
Empresa Brasileira de Telecomunicações EMBRATEL(Adjudicado)
Advogado(s): Israel Augusto Alves Freitas da Cunha(OAB 2913 RO)
ADÃO DA SILVA ELETRONICA - ME(Adjudicante)
Advogado(s): Henrique Scarcelli Severiano(OAB 2714 RO)
Empresa Brasileira de Telecomunicações EMBRATEL(Adjudicado)
Advogado(s): Israel Augusto Alves Freitas da Cunha(OAB 2913 RO)

FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 31 dos autos supra citados, a seguir transcrita.
SENTENÇA: "Vistos.
Trata-se de ação declaratória de inexistência/retificação de débitos cumulada com indenização por danos morais, promovida por ADÃO DA SILVA ELETRONICA – ME em face de EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A. – EMBRATEL.
Alega que possui junto à requerida a contratação de serviços de provedores de internet PBW/IP/00142 e PBW/IP/00143, e pagava o valor de R$2.371,95 reais em média pela utilização dos dois provedores fornecidos pela ré.
Informa que na data de 04 de outubro de 2012 entrou em contato com a requerida (Protocolo nº 154243529), solicitando a desativação dos serviços de provedores, porém a requerida ofertou um desconto que acarretaria na diminuição para R$1.163,28 das parcelas mensais dos serviços, por um período de 12 (doze) meses, tendo aceitado a proposta.
Alega ainda que pagou as faturas de novembro/2012 a fevereiro/2013, ambas com o valor já reduzido para R$1.163,28. Porém, de março de 2013 em diante, a requerida voltou a cobrar o valor de R$2.547,57.
Aduz que por diversas vezes entrou em contato com a requerida para solucionar o problema, mas sempre recebia como resposta que analisariam e entrariam em contato em cinco dias uteis, porém nunca retornaram o contato.
No mais, aduz que a requerida está cobrando o valor de R$12,33 reais referentes à fatura n. 0120334193667, vinculada ao telefone n. 3433364732 que está em nome de Eduardo Adrien Cunha, residente em Uberaba-MG, onde esta fatura foi lançada no CNPJ do requerente, e até a presente data não foi baixada/cancelada.
Requer, assim, a declaração da inexigibilidade da fatura n. 0120334193667, no valor de R$12,33 (doze reais e trinta e três centavos), a retificação da fatura n. 01518054-9 emitida no valor de R$8.440,34 (oito mil e quatrocentos e quarenta reais e trinta e quatro centavos), a retificação dos valores mensais devidos pela prestação dos serviços de provedores de internet PBW/IP/00142 e PBW/IP/00143 dos meses de março a outubro/2013 para o valor de R$1.163,28 (mi e cento e sessenta e três reais e vinte e oito centavos), condenação do requerido à reparação dos danos morais e, posteriormente, que o requerido apresente proposta de parcelamento das mensalidades em aberto.
O pedido de tutela antecipada foi indeferido, conforme DECISÃO de movimento 06.
Devidamente citado, o requerido compareceu à audiência de conciliação, que restou infrutífera, e apresentou contestação (movimento 26).
Alega em sua peça contestatória que, em 04/10/2012, o requerente entrou em contato no intuito de solicitar o cancelamento do contrato, porém foi-lhe feita uma proposta de renegociação do serviço, o qual passaria a ser no valor de R$ 830,00 sem impostos e R$ 1.163,28 com impostos, o que gerou a Ordem de Serviço 5997992/12.
Aduz ainda que, por um erro sistêmico interno, a referida Ordem de Serviço só foi finalizada no dia 29/01/2013, oportunidade em que foi constatado que o requerente possuía débitos em aberto e, após finalização da OS, o desconto ofertado não era mais devido, vez que, em virtude dos débitos em aberto, não houve a migração do plano. Assim, não havendo a efetivação da oferta, a requerida voltou a cobrar pelos serviços o valor inicial de R$ 2.547,57.
Réplica ao movimento 28.
É a síntese necessária. Decido.
Não foram arguidas preliminares nem há questões processuais pendentes, as partes são legítimas e encontram-se devidamente representadas.
Inexiste questão de fato que demande produção de outras provas além daquelas já trazidas aos autos, mesmo porque não foram requeridas pelas partes, portanto, o feito comporta o julgamento antecipado do MÉRITO, a teor do artigo 330, inciso I, do Código de Processo Civil.
Passo a decidir quanto ao MÉRITO.
Das faturas mensais
In casu sub examine, a quaestio juris consiste em verificar qual seria o correto valor do serviço contratado pelo requerente.
Entendo que assiste razão ao requerente no que concerne ao valor devido mensalmente ao requerido, senão vejamos.
Em sua inicial alega, que a requerida ofertou um desconto nos serviços prestados, este ficaria no valor de R$1.163,28, por um período de 12 (doze) meses.
Ocorre que tal fato restou incontroverso, eis que o requerido trouxe, em sua peça contestatória, a elucidação da lide ao alegar que realmente renegociou o valor da prestação do serviço no dia 04/10/2012, e este passaria a ser de R$ 1.163,28, porém, alega que em virtude de débitos em aberto não houve a migração do plano.
No momento em que forneceu o desconto, possuía, ou ao menos deveria, todo o histórico de faturas e débitos do requerente, e mesmo assim ofereceu o desconto, não podendo embasar sua rescisão contratual com fato que tinha conhecimento no momento da contratação.
No mais, em contratos, de forma geral, o princípio da força obrigatória deve ser preservado (pacta sun servanda).
Sobre referido princípio, Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho lembram:
O princípio da força obrigatória, denominado classicamente pacta sunt servanda, traduz a natural cogência que deve emanar do contrato, a fim de que se lhe possa reconhecer utilidade econômica e social.
Segundo ORLANDO GOMES, "o princípio da força obrigatória consubstancia-se na regra de que o contrato é lei entre as partes. Celebrado que seja, com a observância de todos os pressupostos e requisitos necessários à sua validade, deve ser executado pelas partes como se suas cláusulas fossem preceitos legais imperativos". (Novo curso de direito civil: contratos: teoria geral. São Paulo: Saraiva, 2009, p. 38).
O contrato formulado entre as partes, realizado através de telemarketing, de maneira verbal, não padece de qualquer vício, porque não há qualquer alegação neste sentido. Em outras palavras: não há nenhuma alegação que indique defeito no negócio jurídico celebrado, eis que a requerida, mesmo sabendo de débitos do requerente, propôs e firmou contrato de forma consciência e livre, que preencheu todos os requisitos de validade.
Há de se falar que o contrato é lei entre as partes e deve ser respeitado, inclusive pelo Poder Judiciário, que somente em casos excepcionalíssimos poderá afastar alguma das suas cláusulas ou mesmo todo o pacto, decerto preservando categorias de interesses superiores, que aqui não estão em jogo.
Por tais motivos, entendo ser ilícita a rescisão unilateral do contrato por parte da requerida, eis que o contrato, por si só, possui força obrigatória, e como o requerente cumpriu com sua parte, que seria pagar o valor pactuado, a rescisão pela requerida, com a justificativa de que a teria realizado com base em débitos abertos, não merece vigorar.

Corroborando com o entendimento, segue acordão proferido pela Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:

CONSUMIDOR. TELEFONIA MÓVEL. PLANO ADQUIRIDO QUE GARANTIA DESCONTO DE 50% NOS PRIMEIROS MESES. RÉ QUE EMITIU FATURAS MENSAIS DESCONSIDERANDO O DESCONTO. PRETENSÃO DE RESCISÃO DO CONTRATO, PORTANTO, MOTIVDA NO DESCUMPRIMENTO POR PARTE DA RÉ, DO QUANTO PACTUADO. MULTA INDEVIDA. VALORES COBRADOS INDEVIDOS. A afirmação do autor, no sentido de que efetuara contrato de prestação de serviço de telefonia com a empresa requerida, com desconto de 50% nos primeiros meses restou amplamente evidenciada, pois o autor procurava, mensalmente, o PROCON e a ANATEL, com o que, a partir de tais reclamações, a ré retificava a fatura. A rescisão – ou portabilidade – portanto, deveu-se ao descumprimento da própria ré, com o que é indevida qualquer multa.As cobranças indevidas geraram indevidos cadastramentos em órgãos de proteção ao crédito, com o que o dano moral é ocorrente. SENTENÇA mantida pelos próprios fundamentos. Recurso desprovido. (TJ-RS – Recurso Cível: 71003445434 RS, Relator: Adriana da Silva Ribeiro, Data de Julgamento: 12/04/2012, Terceira Turma Recursal Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 16/04/2012)

Portanto, considerando a força obrigatória do contrato, entendo ser de R$ 1.163,28 o valor correto a ser pago mensalmente pela prestação de serviço entre as partes.

Quanto ao pedido para condenar a empresa requerida a apresentar proposta de parcelamento dos valores retificados, este foge da esfera jurisdicional, eis que não há previsão legal para tal e compete às partes, de comum acordo, pactuar tal parcelamento.

Da fatura n. 0120334193667

Quanto a cobrança do valor de R$12,33 fatura n. 0120334193667, entendo que assiste razão ao requerente.

Ocorre que não parece acertada a alegação da requerida de que o requerente não trouxe aos autos qualquer comprovação de que a fatura não estaria em seu nome, uma vez que o requerente junta aos autos, movimento 01, documentos comprovando que o valor cobrado, R$12,33, referente à fatura n. 0120334193667 está vinculada ao telefone n. 3433364732 e este está em nome de Eduardo Adrien Cunha, que reside em Uberaba-MG e, por tais motivos, a declaração de sua inexigibilidade é a medida cabível.

Da retificação da fatura n. 01518054-9

Quanto à cobrança da fatura n. 01518054-9, de R$8.440,34 entendo que não assiste razão ao requerente.

Com efeito, o requerente não trouxe aos autos qualquer prova do fato constitutivo de seu direito, ônus que lhe cabia, como por exemplo: relatório de perda de sinal, número de protocolo específico quanto ao pedido de retificação dessa fatura, dentre outras.

E, por tais motivos, e com base no artigo 333, I, do CPC entendo ser devida a quantia de R$8.440,34, referente a fatura n. 01518054-9.

Do dano moral

Quanto pleito de indenização por danos morais, pela simples leitura do art. 186 do CC/2002 não se pode chegar a outra CONCLUSÃO, senão àquela de que “aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito”, independentemente do ofendido ser pessoa física ou jurídica.

Porém, quando se tratar de pessoa jurídica, não se cogita a reparação em decorrência de dor e tristeza, em seu significado mais amplo, por razões óbvias e devido às peculiaridades específicas do ente jurídico.

O Superior Tribunal de Justiça, através da Súmula 227, manifesta o entendimento de que a pessoa jurídica pode ser alvo de danos morais. Entretanto, somente há que se considerar passível de lesão sua honra objetiva, que se configura com a interferência do ato ilícito em sua esfera moral, se for atingida em sua própria fama, conceito, nome, prestígio e credibilidade, afetando seu patrimônio.

No presente caso, contudo, apesar de ter havido os dissabores de uma relação contratual, este não verteu à órbita do dano moral da pessoa jurídica, porque não atingiu a credibilidade, o nome ou o prestígio da requerente. Pelo menos, prova deste fato não há nos autos.

Assim, ausentes maiores comprovações de abalo à imagem da empresa perante clientes e à sociedade em razão deste fato, tais como, rescisão de contratos ou suspensão na prestação de serviços, entendo que não há se falar em dano moral.

Pelo exposto, com fundamento no artigo 330, inciso I, combinado com o artigo 269, inciso I, ambos do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES OS PEDIDOS formulados nesta ação movida por ADÃO DA SILVA ELETRONICA – ME em face de EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES S.A. – EMBRATEL, e o faço para:

a) declarar a inexigibilidade da fatura N. 0120334193667, no valor de R$12,33;

b) condenar a Requerida à retificação das faturas mensais pela prestação dos serviços (PBW/IP/00142 e PBW/IP/00143), a partir de março de 2013, para que conste R$1.163,28, conforme pactuado através do serviço de telemarketing, sob pena de multa, qual fixo em R$2.000,00, por fatura não retificada.

Julgo improcedente o pedido de dano moral, assim como o pedido de retificação da fatura n. 01518054-9 e o de condenação para o requerido apresentar proposta de parcelamento das mensalidades em aberto

Incabível, nesta fase processual, o pagamento das custas judiciais e honorários advocatícios, em face do que dispõe o art. 55, da Lei 9.099/95.

P.R.I”

Pimenta Bueno, 29 de janeiro de 2014.

WILSON SOARES GAMA

Juiz de Direito

Proc: 1002276-20.2013.8.22.0009

Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível

Porto & Plange(Autor)

Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)

ANTÔNIO DE SOUZA(Requerido)

Porto & Plange(Autor)

Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)

ANTÔNIO DE SOUZA(Requerido)

FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 25 dos autos supra citados, a seguir transcrita.

SENTENÇA: “Vistos etc.

Considerando que o Autor requereu a extinção do feito, diante do recebimento integral da pretensão (movimento nº 21), JULGO EXTINTA a presente ação com fundamento no art. 267, VIII, do Código de Processo Civil e enunciado de n. 90 do FONAJE. Determino o arquivamento do feito.
Sem custas.
P.R.I."
Pimenta Bueno, 22 de janeiro de 2014.
WILSON SOARES GAMA
Juiz de Direito

Proc: 1002272-80.2013.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Henrique Scarcelli Severino(Adjudicante)
Advogado(s): Henrique Scarcelli Severiano(OAB 2714 RO)
Esequiel Cardoso de Melo(Adjudicado)
Henrique Scarcelli Severino(Adjudicante)
Advogado(s): Henrique Scarcelli Severiano(OAB 2714 RO)
Esequiel Cardoso de Melo(Adjudicado)
FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante do movimento 19, bem como do r. DESPACHO constante no movimento 23 dos autos supra citados, a seguir transcritos.
SENTENÇA: "Vistos, etc.
A parte exequente foi devidamente intimada para indicar o endereço do executado no prazo de 10 dias (movimento n. 14), deixando decorrer in albis o prazo sem manifestação (movimento n. 15).
Assim, julgo extinto o processo, nos termos do artigo 53, § 4º da Lei 9.099/95, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos.
Sem custas.
P.R.I."
Pimenta Bueno, 28 de janeiro de 2014.
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito
DESPACHO (MOV. 23): "Vistos.
Indefiro o pedido de movimento nº 18 dos autos.
O Exequente foi intimado para se manifestar quanto ao prosseguimento do feito (mov. 14), deixando transcorrer in albis o prazo (15/01/2014) para manifestação.
Os autos vieram conclusos no dia 16/01/2014.
No dia 27/01/2013, o Exequente se manifestou indicando bem para penhora.
A SENTENÇA foi registrada no dia 28/01/2013.
Uma vez que a manifestação do Exequente foi intempestiva, com a SENTENÇA de movimento nº 19, encerrou-se nestes autos a prestação jurisdicional, devendo o Requerente, querendo, ingressar em autos próprios.
Intime-se.
Após, retornem os autos ao arquivo."
Pimenta Bueno, 29 de janeiro de 2014.
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

Proc: 1002304-85.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Bonifácio Ermita Júnior(Requerente), Janayna Vieira Ermita(Requerente)
Advogado(s): Denir Borges Tomio(OAB 3983 RO), Paulo Cesar de Oliveira(OAB 685 RO)Paulo Cesar de Oliveira(OAB 685 RO)
Azul Linhas Aéreas Brasileiras S A(Adjudicado)
Advogado(s): Iracema Souza de Gois(OAB 2044 RO)
Bonifácio Ermita Júnior(Requerente), Janayna Vieira Ermita(Requerente)
Advogado(s): Denir Borges Tomio(OAB 3983 RO), Paulo Cesar de Oliveira(OAB 685 RO)Paulo Cesar de Oliveira(OAB 685 RO)
Azul Linhas Aéreas Brasileiras S A(Adjudicado)
Advogado(s): Iracema Souza de Gois(OAB 2044 RO)
FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento do r. DESPACHO constante no movimento 16 dos autos supra citados, a seguir transcrito.
DESPACHO: "Vistos.
Diante do teor da ata juntada no movimento 13, designo audiência de conciliação para o dia 11 de Março de 2014 às 16:30.
Intimem-se as partes."
Pimenta Bueno, 28 de janeiro de 2014.
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

Proc: 1001976-58.2013.8.22.0009
Ação:Petição (Juizado Cível)
Regio Riber Ribeiro(Vítima do fato)
Advogado(s): Rosane Corina Odisio dos Santos(OAB 1468 RO), Walfrane Leila Odisio dos Santos(OAB 3489 RO)
Vitorino Rodrigues(Autor do fato)
Advogado(s): Daniel de Brito Ribeiro(OAB 2630 RO)
Regio Riber Ribeiro(Vítima do fato)
Advogado(s): Rosane Corina Odisio dos Santos(OAB 1468 RO), Walfrane Leila Odisio dos Santos(OAB 3489 RO)
Vitorino Rodrigues(Autor do fato)
Advogado(s): Daniel de Brito Ribeiro(OAB 2630 RO)
FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento do r. DESPACHO constante no movimento 20 dos autos supra citados, a seguir transcrito.
DESPACHO: "Vistos.
Levando em consideração a necessidade de produção de prova testemunhal, designo audiência de instrução para o dia 20 de Março de 2014 às 10:30.
Intimem-se as partes, as testemunhas arroladas na petição inicial e o policial militar que registrou a ocorrência, Paulo Roberto Santos Tiné, como testemunha deste juízo."
Pimenta Bueno, 20 de janeiro de 2014.
WILSON SOARES GAMA
Juiz de Direito

Proc: 1002690-18.2013.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
César Julio de Oliveira & Cia Ltda Me(Requerente)
Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)
Samuel Lopes Faria(Requerido)
César Julio de Oliveira & Cia Ltda Me(Requerente)
Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)
Samuel Lopes Faria(Requerido)
FINALIDADE: Intimar o patrono da(s) parte(s) para tomar conhecimento da AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada nos autos supra caracterizados para o dia 13 de Fevereiro de 2014, às 17:15 horas.

Proc: 1002615-76.2013.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
C. Magalhães - ME(Adjudicante)
Advogado(s): Luiz do Carmo de Jesus(OAB 5060 RO)
Roberto Anderson da Costa(Adjudicado)
C. Magalhães - ME(Adjudicante)
Advogado(s): Luiz do Carmo de Jesus(OAB 5060 RO)
Roberto Anderson da Costa(Adjudicado)
FINALIDADE: Intimar o patrono da(s) parte(s) para tomar conhecimento da AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada nos autos supra caracterizados para o dia 20 de Fevereiro de 2014, às 16:00 horas.

Proc: 1000092-57.2014.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
LAURO FERREIRA DA SILVA(Adjudicante)
Advogado(s): Luiz do Carmo de Jesus(OAB 5060 RO)
Julio Cesar Paiva Hoffmann de Oliveira(Adjudicado)
LAURO FERREIRA DA SILVA(Adjudicante)
Advogado(s): Luiz do Carmo de Jesus(OAB 5060 RO)
Julio Cesar Paiva Hoffmann de Oliveira(Adjudicado)
FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento do r. DESPACHO constante no movimento 7 dos autos supra citados, a seguir transcrito.
DESPACHO: "Vistos.
1.CITE-SE a parte executada, para pagamento do débito atualizado, no prazo de 03 (três) dias (art. 652 do CPC), contados da data de citação, sob pena de penhora de valor ou bens suficientes para satisfação do débito, conforme ordem de preferência do artigo 655 do CPC.
2. Transcorrido o prazo, sem que haja o pagamento, determino ao oficial de justiça que proceda, de imediato, PENHORA de bens e sua avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, lavrando-se os respectivos autos, e de tais atos INTIMANDO-SE, na mesma oportunidade, o executado, de que eventuais embargos deverão ser opostos em audiência (art. 53, §1º, da Lei 9.099/95), independentemente de penhora, depósito ou caução (artigo 736, CPC), certificando-o de que, em regra, tal impugnação não mais suspende o processo de execução (art. 739-A, CPC), além de que, se forem meramente protelatórios, poderão implicar em multa ao embargante no valor de até 20% do débito, em favor do exequente. Outrossim, cientifique-se o devedor de que poderá ele incorrer em multa de 20% do débito se constatada fraude à execução ou oposição maliciosa ao andamento do feito (art. 600 e 601 do CPC).
3. Considerando a Súmula Vinculante de n. 25 do STF, cujo o conteúdo se reproduz: "É ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito", determino ao Oficial de Justiça, quando da penhora de bens do executado, que entre em contato com o exequente, ou seu representante legal, para manifestar-se quanto à possível REMOÇÃO do bem penhorado às custas deste.
4. INTIME-SE o executado para comparecimento na AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO designada para a data de 25 de fevereiro de 2014, às 09:00 horas, na qual poderá efetuar acordo com o credor, a fim de dar solução rápida ao feito, bem como, poderá, até a data da audiência, mediante depósito de 30% do valor do débito, requerer o pagamento do valor restante em 06 parcelas mensais, com acréscimos legais (art. 745-A, CPC).
5. Nos termos do artigo 365, § 2º do CPC, deverá o advogado ou a própria parte credora apresentar o título original na audiência para conferência, ciente de que a não-apresentação ora determinada ensejará a extinção do processo por falta de título hábil para execução, independentemente de nova intimação.
6. Desde já, autorizo ao Oficial de Justiça, caso seja necessário, diligenciar junto ao IDARON quanto a existência de semoventes (gado) registrados em nome do executado, devendo, em caso positivo, proceder a penhora.
CUMPRA-SE, SERVINDO ESTE COMO MANDADO."
Pimenta Bueno, 20 de janeiro de 2014.
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

Proc: 1001828-47.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
João Batista Alves Ferreira(Autor)
Advogado(s): Fabiana Ribeiro Gonçalves(OAB 2800 RO), Wilson Nogueira Júnior(OAB 2917 RO)
OI.Móvel S.A(Requerido)
Advogado(s): ALESSANDRA MONDINI CARVALHO(OAB 4240 RO), Bruno Marques Sandri(OAB 5357 RO)
João Batista Alves Ferreira(Autor)
Advogado(s): Fabiana Ribeiro Gonçalves(OAB 2800 RO), Wilson Nogueira Júnior(OAB 2917 RO)
OI.Móvel S.A(Requerido)
Advogado(s): ALESSANDRA MONDINI CARVALHO(OAB 4240 RO), Bruno Marques Sandri(OAB 5357 RO)
FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 22 dos autos supra citados, a seguir transcrita.
SENTENÇA: "Vistos e examinados.
Relatório dispensado, nos termos do art. 38 da Lei 90.99/95.
DECIDO.
Retifique-se o nome da Requerida para Oi Móvel S.A.
Pretende o Requerente a cessação das cobranças indevidas, face a não contratação de terminal telefônico móvel com a Requerida, uma vez que os serviços desta sequer funcionam na localidade na qual reside o Requerente, bem como reparação moral em razão das cobranças realizadas.
É incontroverso que a telefonia móvel da Requerida, de fato, não abrange o município de Primavera de Rondônia, tanto o é que não foi contestado pela Requerida, de modo que se conclui que a contratação não foi solicitada e/ou aceita pelo Requerente, o que a torna ilegítima.
Ilegítimas também as cobranças, pois cobram serviço não contratado, o que enseja o julgamento procedente no que tange ao cancelamento do contrato e, consequentemente, das respectivas cobranças.
Não é o caso de restituição em dobro, haja vista que não houve o efetivo pagamento do indébito por parte do Requerente, um dos requisitos para a sua aplicação.
No tocante ao dano moral, não vislumbro a sua ocorrência.
Aliás, em meticuloso estudo sobre o dano moral, ANTÔNIO JEOVÁ DOS SANTOS, explica que:
"Nota-se nos pretórios uma avalanche de demandas que pugnam pela indenização de dano moral, sem que exista aquele substrato necessário para ensejar o ressarcimento. Está-se vivendo uma experiência em que todo e qualquer abespinhamento dá ensanchas a pedidos de indenização. Não é assim, porém. Conquanto existam pessoas cuja suscetibilidade aflorem na epiderme, não se pode considerar que qualquer mal-

estar seja apto para afetar o âmago, causando dor espiritual. Quando alguém diz ter sofrido prejuízo espiritual, mas este é conseqüência de uma sensibilidade exagerada ou de uma suscetibilidade extrema, não existe reparação. Para que exista dano moral, é necessário que a ofensa tenha alguma grandeza e esteja revestida de certa importância e gravidade." (Antônio Jeová dos Santos, Dano Moral Indenizável, p. 34-35).
Assim, o simples envio de cobranças para o consumidor e, claro, desde que não ultrapasse o limite do aceitável, não é suficiente para a caracterização do dano moral.
Diante do exposto, com fundamento no artigo 269, I 2º parte do CPC, julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial formulado por João Batista Alves Ferreira em face de OI S.A., para determinar o cancelamento contrato de habilitação do terminal nº 69-8466-5962, e, consequentemente, determinar o cancelamento das respectivas faturas (mês de julho de 2013, vencimento 02/08/2013, no valor de R$ 142,49; e fatura referente ao mês de agosto de 2013, vencimento 02/09/2013, no valor de R$ 123,38). JULGO IMPROCEDENTE o pedido de dano moral.
Sem custas ou honorários.
P.R.I."
Pimenta Bueno, 28 de janeiro de 2014.
WILSON SOARES GAMA
Juiz de Direito

Proc: 1000942-48.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
NILSON JOSE DE MATOS(Adjudicante)
Advogado(s): Paulo Ferreira de Souza(OAB 243-B RO)
Tim Celular Sa(Adjudicado)
Advogado(s): Marcel Davidman Papadopol(OAB 5064 RO), OAB:55.359 RS
NILSON JOSE DE MATOS(Adjudicante)
Advogado(s): Paulo Ferreira de Souza(OAB 243-B RO)
Tim Celular Sa(Adjudicado)
Advogado(s): Marcel Davidman Papadopol(OAB 5064 RO), OAB:55.359 RS
FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento do r. DESPACHO constante no movimento 57 dos autos supra citados, a seguir transcrito.
DESPACHO: "Vistos e examinados.
Com o trânsito em julgado da SENTENÇA, o Requerente, no movimento nº 37, peticionou requerendo o prosseguimento do feito, requerendo penhora online do valor de R$ 4.511,00 (quatro mil, quinhentos e onze reais), devidamente atualizado.
O pedido foi deferido (mov. 40), entretanto, em seguida (mov. 41), a Executada apresentou comprovante de depósito no importe de R$ 4.121,23 (quatro mil, cento e vinte e um reais e vinte e três centavos).
Foi determinada a expedição de alvará da quantia depositada (mov. 47).
Após, o Exequente requereu a penhora online da diferença, no valor de R$ 389,77 (trezentos e oitenta e nove reais e setenta e sete centavos), a qual foi deferida e efetivada por este Juízo.
Ocorre que a Executada peticionou informando que já adotou diligências para pagar o valor apontado no cálculo pelo Exequente, contudo, em razão dos procedimentos internos da empresa necessita do prazo de 30 (trinta) dias para o pagamento.
Pois bem. O pedido merece o indeferimento.
O art. 655 do Código de Processo Civil estabelece a ordem de penhora, de modo que o inciso I indica que dinheiro, em espécie ou em depósito ou aplicação em instituição financeira terão preferência sob demais objetos de penhora.
Assim, uma vez penhora os valores via BACENJUD, satisfeita está a obrigação.
Ante o exposto, indefiro o pedido de prazo para pagamento (mov. 53).
Cumpra-se o DESPACHO de movimento nº 52."
Pimenta Bueno, 24 de janeiro de 2014.
WILSON SOARES GAMA
Juiz de Direito

Proc: 1001874-36.2013.8.22.0009
Ação:Petição (Juizado Cível)
Ita Tratores Ltda - ME(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
Antônio Marcos Martim(Adjudicado)
Ita Tratores Ltda - ME(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
Antônio Marcos Martim(Adjudicado)
FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 28 dos autos supra citados, a seguir transcrita.
SENTENÇA: "Vistos, etc.
A parte autora foi devidamente intimada para indicar o endereço do requerido no prazo de 10 dias (movimento n. 25), deixando decorrer in albis o prazo sem manifestação (movimento n. 26).
Assim, julgo extinto o processo, nos termos do artigo art. 267, inciso IV do Código de Processo Civil, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos.
Sem custas.
P.R.I."
Pimenta Bueno, 28 de janeiro de 2014.
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

Proc: 1001780-88.2013.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
EUDIS RODRIGUES PRIMO & CIA LTDA - ME (MERCADO BARÃO)(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
Lourdes Gutierrez Rocha(Adjudicado)
EUDIS RODRIGUES PRIMO & CIA LTDA - ME (MERCADO BARÃO)(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
Lourdes Gutierrez Rocha(Adjudicado)
FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 26 dos autos supra citados, a seguir transcrita.
SENTENÇA: "Vistos etc.
Trata-se de pedido de execução de título extrajudicial promovida contra devedor solvente, em que não foram encontrados bens penhoráveis.
Não obstante, instado a indicar bens passíveis de constrição patrimonial, o credor deixou transcorrer in albis o prazo assinalado.
Isto posto, julgo EXTINTA A PRESENTE AÇÃO, autorizando os necessários levantamentos, nos termos do artigo 53, §4º da Lei nº 9.099/95.
Sem custas.
P.R.I."
Pimenta Bueno, 21 de janeiro de 2014.
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

Proc: 1000083-95.2014.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Sebastião Candido Neto(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
Juvercil Alves Nogueira(Adjudicado)
Sebastião Candido Neto(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
Juvercil Alves Nogueira(Adjudicado)
FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento do r. DESPACHO constante no movimento 5 dos autos supra citados, a seguir transcrito.
DESPACHO: "Vistos.
1.CITE-SE a parte executada, para pagamento do débito atualizado, no prazo de 03 (três) dias (art. 652 do CPC), contados da data de citação, sob pena de penhora de valor ou bens suficientes para satisfação do débito, conforme ordem de preferência do artigo 655 do CPC.
2. Transcorrido o prazo, sem que haja o pagamento, determino ao oficial de justiça que proceda, de imediato, PENHORA de bens e sua avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, lavrando-se os respectivos autos, e de tais atos INTIMANDO-SE, na mesma oportunidade, o executado, de que eventuais embargos deverão ser opostos em audiência (art. 53, §1º, da Lei 9.099/95), independentemente de penhora, depósito ou caução (artigo 736, CPC), certificando-o de que, em regra, tal impugnação não mais suspende o processo de execução (art. 739-A, CPC), além de que, se forem meramente protelatórios, poderão implicar em multa ao embargante no valor de até 20% do débito, em favor do exequente. Outrossim, cientifique-se o devedor de que poderá ele incorrer em multa de 20% do débito se constatada fraude à execução ou oposição maliciosa ao andamento do feito (art. 600 e 601 do CPC).
3. Considerando a Súmula Vinculante de n. 25 do STF, cujo o conteúdo se reproduz: "É ilícita a prisão civil do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito", determino ao Oficial de Justiça, quando da penhora de bens do executado, que entre em contato com o exequente, ou seu representante legal, para manifestar-se quanto à possível REMOÇÃO do bem penhorado às custas deste.
4. INTIME-SE o executado para comparecimento na AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO designada para a data de 21 de fevereiro de 2014, às 10:45 horas, na qual poderá efetuar acordo com o credor, a fim de dar solução rápida ao feito, bem como, poderá, até a data da audiência, mediante depósito de 30% do valor do débito, requerer o pagamento do valor restante em 06 parcelas mensais, com acréscimos legais (art. 745-A, CPC).
5. Nos termos do artigo 365, § 2º do CPC, deverá o advogado ou a própria parte credora apresentar o título original na audiência para conferência, ciente de que a não-apresentação ora determinada ensejará a extinção do processo por falta de título hábil para execução, independentemente de nova intimação.
6. Desde já, autorizo ao Oficial de Justiça, caso seja necessário, diligenciar junto ao IDARON quanto a existência de semoventes (gado) registrados em nome do executado, devendo, em caso positivo, proceder a penhora.
CUMPRA-SE, SERVINDO ESTE COMO MANDADO."
Pimenta Bueno, 16 de janeiro de 2014.
Luís Antônio Sanada Rocha
Juiz de Direito

Proc: 1000922-57.2013.8.22.0009
Ação:Petição (Juizado Cível)
Vitrine Modas LTDA (Umuarama)(Adjudicante)
Advogado(s): Victor Alexsandro do Nascimento Custódio(OAB 5155 RO)
Ridailda Lucena De Lima(Adjudicado)
Vitrine Modas LTDA (Umuarama)(Adjudicante)
Advogado(s): Victor Alexsandro do Nascimento Custódio(OAB 5155 RO)
Ridailda Lucena De Lima(Adjudicado)
FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 40 dos autos supra citados, a seguir transcrita.
SENTENÇA:"Vistos, etc.
Determinada a intimação da parte autora, para que se manifestasse quanto ao prosseguimento do feito, verificou-se sua inércia (certidão de mov. n. 38 dos autos), o que implica em desistência tácita quanto ao prosseguimento do feito.
Em consequência, com fundamento no artigo 267, VIII c.c artigo 569, ambos do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o processo.
Sem custas.
P. R. I. "
Pimenta Bueno, RO, 21 de janeiro de 2014.
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

Proc: 1001775-66.2013.8.22.0009
Ação:Petição (Juizado Cível)
ELIZIETE ALVES ME(Requerente)
Advogado(s): Ana Paula Gomes da Silva(OAB 3596 RO)
Móveis Romera(Requerido)
Advogado(s): JOSÉ MANOEL GARCIA FERNANDES(OAB 12855 PR), Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
ELIZIETE ALVES ME(Requerente)
Advogado(s): Ana Paula Gomes da Silva(OAB 3596 RO)
Móveis Romera(Requerido)
Advogado(s): JOSÉ MANOEL GARCIA FERNANDES(OAB 12855 PR), Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento do r. DESPACHO constante no movimento 19 dos autos supra citados, a seguir transcrito.
DESPACHO: "Vistos, etc.
Sem prejuízo de eventual julgamento antecipado da lide, intimem-se as partes para, no prazo de 05 (cinco) dias, especifiquem as provas que pretendem produzir, indicando seu objeto e pertinência, sob pena de indeferimento."
Pimenta Bueno, RO, 17 de janeiro de 2014.
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

Proc: 1001769-59.2013.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
EUDIS RODRIGUES PRIMO & CIA LTDA - ME (MERCADO BARÃO)(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
CLAUDINEI ALVES DE SOUZA(Adjudicado)
EUDIS RODRIGUES PRIMO & CIA LTDA - ME (MERCADO BARÃO)(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
CLAUDINEI ALVES DE SOUZA(Adjudicado)

FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 28 dos autos supra citados, a seguir transcrita.
SENTENÇA: "Vistos, etc.
O exequente foi intimado para indicar bens de propriedade da executada passíveis de penhora, porém quedou-se inerte (certidão de movimento 26 dos autos).
Assim, considerando a não manifestação da exequente quanto à indicação de bens, JULGO EXTINTO O PROCESSO, nos termos do artigo 53, § 4º da Lei 9.099/95, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos. Faculto ao exequente, no prazo de 05 dias, requerer ao cartório deste juizado carta de SENTENÇA para fins de protesto nos termos do enunciado 76 do FONAJE, o que desde já fica deferido em caso de manifestação neste sentido.
P.R.I."
Pimenta Bueno, 17 de janeiro de 2014.
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

Proc: 1001114-87.2013.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
C. Piloneto (Haysten CD´S)(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
Sócrates Souza dos Santos(Adjudicado)
C. Piloneto (Haysten CD´S)(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
Sócrates Souza dos Santos(Adjudicado)
FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 44 dos autos supra citados, a seguir transcrita.
SENTENÇA: "FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 44 dos autos supra citados, a seguir transcrita.
SENTENÇA: "Vistos, etc.
O exequente foi intimado para indicar bens de propriedade da executada passíveis de penhora, porém quedou-se inerte (certidão de movimento 42 dos autos).
Assim, considerando a não manifestação da exequente quanto à indicação de bens, JULGO EXTINTO O PROCESSO, nos termos do artigo 53, § 4º da Lei 9.099/95, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos. Faculto ao exequente, no prazo de 05 dias, requerer ao cartório deste juizado carta de SENTENÇA para fins de protesto nos termos do enunciado 76 do FONAJE, o que desde já fica deferido em caso de manifestação neste sentido.
P.R.I."
Pimenta Bueno, 17 de janeiro de 2014.
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

Proc: 1001105-28.2013.8.22.0009
Ação:Petição (Juizado Cível)
Bruno Alencar Strey(Requerente)
Advogado(s): Eric Julio dos Santos Tiné(OAB 2507 RO)
Ewerton Roni Monfardini(Adjudicado), PEDRO BARBOSA(Requerido)
Bruno Alencar Strey(Requerente)
Advogado(s): Eric Julio dos Santos Tiné(OAB 2507 RO)
Ewerton Roni Monfardini(Adjudicado), PEDRO BARBOSA(Requerido)
FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento do r. DESPACHO constante no movimento 51 dos autos supra citados, a seguir transcrito.
DESPACHO: "Vistos, etc.
Diante da petição de movimento 50 dos autos, excepcionalmente, suspendo o processo pelo prazo de 30 (trinta) dias.
Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, tornem os autos conclusos para DECISÃO."
Pimenta Bueno, 17 de janeiro de 2014.
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

Proc: 1002273-65.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
KINKAS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME(Adjudicante)
Advogado(s): Henrique Scarcelli Severiano(OAB 2714 RO)
Enézio Barros de Oliveira(Adjudicado)
KINKAS COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME(Adjudicante)
Advogado(s): Henrique Scarcelli Severiano(OAB 2714 RO)
Enézio Barros de Oliveira(Adjudicado)
FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 16 dos autos supra citados, a seguir transcrita.
SENTENÇA: "Vistos e examinados.
Trata-se de ação, na qual o Requerente pretende o recebimento da quantia de R$ 565,73 (quinhentos e sessenta e cinco reais e setenta e três centavos), com base em prova escrita sem eficácia de título executivo.
Devidamente citado e intimado a comparecer à audiência de tentativa de conciliação (mov. 13) o Requerido se fez ausente importando na revelia e, nos termos do art. 20 da Lei 9.099 de 26/09/95, reputando-se como verdadeiros os fatos quanto a matéria.
Assim, COMO DO CONTRÁRIO NÃO RESULTOU A CONVICÇÃO DESTE JUÍZO, que entende não ser caso de produção de provas, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial e, em consequência, CONDENO o (a) requerido (a), a pagar ao autor (a) a importância de R$ 565,73 (quinhentos e sessenta e cinco reais e setenta e três centavos), acrescido dos juros e correções legais a partir da propositura da demanda.
Certificado o trânsito em julgado, a parte devedora deverá efetuar o pagamento do valor da condenação na forma do art. 475-J, do CPC, no prazo de quinze dias, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito.
Sem custas e honorários.
P.R.I."
Pimenta Bueno, RO, 28 de janeiro de 2014.
WILSON SOARES GAMA
Juiz de Direito

Proc: 1002283-12.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Porto & Plange(Autor)
Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)
Daniel Pereira Cotrim(Requerido)
Porto & Plange(Autor)
Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)
Daniel Pereira Cotrim(Requerido)

FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 21 dos autos supra citados, a seguir transcrita.
SENTENÇA: "Vistos etc.
Considerando que o Autor requereu a extinção do feito, diante do recebimento integral da pretensão (movimento nº 18), JULGO EXTINTA a presente ação com fundamento no art. 267, VIII, do Código de Processo Civil e enunciado de n. 90 do FONAJE. Determino o arquivamento do feito.
Sem custas.
P.R.I."
Pimenta Bueno, 27 de janeiro de 2014.
WILSON SOARES GAMA
Juiz de Direito

Proc: 1000647-11.2013.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
José Batista dos Santos - ME - Açougue(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
Claudecir Luciano de Souza(Adjudicado)
José Batista dos Santos - ME - Açougue(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
Claudecir Luciano de Souza(Adjudicado)
FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento do r. DESPACHO constante no movimento 47 dos autos supra citados, a seguir transcrito.
DESPACHO: "Vistos.
Compulsando os autos, em especial a certidão de movimento nº 44, extrai-se que houve a extinção do processo face a ausência de endereço do Executado.
Entretanto, há bloqueio via BACENJUD, de modo que a extinção ocorreu de maneira equivocada.
Assim, CHAMO O FEITO à ordem e o faço para tornar sem efeito a DECISÃO de movimento nº 37.
Intime-se o Exequente via edital, pois, mesmo sabendo da existência da presente demanda, não manteve atualizado o endereço.
Decorrido o prazo sem manifestação, expeça-se alvará em favor do Exequente, José Batista dos Santos - ME - Açougue, com o prazo de 10 (dez) dias, devendo a parte comprovar o respectivo saque no prazo de 5 (cinco) dias, contados do levantamento.
Havendo levantamento da quantia depositada, a conta deverá ser encerrada pela agência bancária.
Quando da entrega do alvará, proceda-se a intimação do Exequente para que indique bens passíveis de penhora referente ao saldo remanescente, no prazo de 10 (dez) dias, bem como deverá, no mesmo prazo, cumprir o que preceitua o art. 614, II do Código de Processo Civil.
Pimenta Bueno, 10 de janeiro de 2014.
LUÍS ANTÔNIO SANADA ROCHA
Juiz de Direito

Proc: 1001054-17.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
MARINETE BRANDENBURG NEPOMUSCENO(Autor)
REVISTAS SELEÇÕES DO READR'S DIGEST(Adjudicado)
Advogado(s): OAB:106.281 RJ, OAB:156.737 RJ
MARINETE BRANDENBURG NEPOMUSCENO(Autor)
REVISTAS SELEÇÕES DO READR'S DIGEST(Adjudicado)
Advogado(s): Camile Santana de Almeida, OAB:106.281 RJ, OAB:156.737 RJ
FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento do r. DESPACHO constante no movimento 17 dos autos supra citados, a seguir transcrito.
DESPACHO: "Vistos.
Intimem-se o procurador habilitado da Executada para, no prazo de 5 (cinco) dias, informar a conta para a transferência dos valores depositados em conta judicial, ressaltando que, não havendo manifestação, será intimada a diretoria da empresa requerida para as devidas providências."
Pimenta Bueno, 21 de janeiro de 2014.
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

Proc: 1002541-22.2013.8.22.0009
Ação:Petição (Juizado Cível)
Lucimar Klippel(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
Luana Regina Santos Thomaz(Adjudicado)
Lucimar Klippel(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
Luana Regina Santos Thomaz(Adjudicado)
FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento do r. DESPACHO constante no movimento 15 dos autos supra citados, a seguir transcrito.
DESPACHO: "Vistos.
Indefiro o pedido de movimento nº 11, uma vez que o "AR NEGATIVO" consta que o Requerido "MUDOU-SE" do endereço, logo, de nada adiantaria enviar o Oficial de Justiça no endereço.
Assim, intime-se o autor para no prazo de 10 (dez) dias diligenciar no sentido de encontrar o endereço atual da parte requerida, sob pena de extinção do feito com espeque no art. 53, § 4º da Lei 9.099/95.
Intime-se."
Pimenta Bueno, 20 de janeiro de 2014.
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

Proc: 1002253-74.2013.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Nossa Loja Calçados(Exequente)
Advogado(s): Andréia Vidigal(OAB 4161 RO)
Ana Cristina Ferreira Barbosa(Executado)
Nossa Loja Calçados(Exequente)
Advogado(s): Andréia Vidigal(OAB 4161 RO)
Ana Cristina Ferreira Barbosa(Executado)
FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento do r. DESPACHO constante no movimento 17 dos autos supra citados, a seguir transcrito.
DESPACHO: "Vistos.
Intime-se a Exequente para, o prazo de 10 (dez) dias, proceder a juntada do acordo extrajudicial devidamente assinado pelas partes.
Após, tornem os autos conclusos para homologação ou extinção, caso não haja manifestação."
Pimenta Bueno, 20 de janeiro de 2014.
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

Proc: 1002695-40.2013.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
César Julio de Oliveira & Cia Ltda Me(Requerente)
Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)
Zaqueu Alves Pereira(Requerido)

César Julio de Oliveira & Cia Ltda Me(Requerente)
Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)
Zaqueu Alves Pereira(Requerido)
FINALIDADE: Intimar o patrono da(s) parte(s) para tomar conhecimento da AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada nos autos supra caracterizados para o dia 14 de Fevereiro de 2014, às 08:15 horas.

Proc: 1002693-70.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
César Julio de Oliveira & Cia Ltda Me(Requerente)
Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)
Vanderlei Tesch(Requerido)
César Julio de Oliveira & Cia Ltda Me(Requerente)
Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)
Vanderlei Tesch(Requerido)
FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento do r. DESPACHO constante no movimento 10 dos autos supra citados, a seguir transcrito.
DESPACHO: "Vistos.
Recebo e emenda. Retifique-se a classe processual para Procedimento do Juizado Especial Cível e, ainda, o valor da causa.
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, em trâmite neste Juizado a realizar-se no dia 7 de Março de 2014, às 09:00 horas, cabendo-lhe apresentar defesa escrita ou oral e produzir provas, se assim o desejar.
Consigne-se que o não comparecimento da parte requerida à Conciliação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados na inicial e será proferido julgamento de plano, com decretação de revelia (Art. 18, III § 1º c/c Art. 20 da Lei 9.099/95)
Caso a parte não tenha condições de constituir advogado, deverá se dirigir à Defensoria Pública da comarca, situada no endereço AV. CASTELO BRANCO, Nº 599, Bairro Pioneiros, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
CUMPRA-SE, SERVINDO ESTE COMO MANDADO."
Pimenta Bueno, 21 de janeiro de 2014.
WILSON SOARES GAMA
Juiz de Direito

Proc: 1002279-72.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Porto & Plange(Autor)
Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)
Carlos Eduardo Rodrigues Santos(Requerido)
Porto & Plange(Autor)
Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)
Carlos Eduardo Rodrigues Santos(Requerido)
FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 24 dos autos supra citados, a seguir transcrita.
SENTENÇA: "Vistos etc.
Considerando que o autor requereu a extinção do feito, diante do recebimento integral da pretensão, (movimento nº 20), JULGO EXTINTA a presente ação com fundamento no art. 267, VIII, do Código de Processo Civil e enunciado de n. 90 do FONAJE, determino o arquivamento do feito.
Sem custas.
P.R.I."
Pimenta Bueno, 21 de janeiro de 2014.
WILSON SOARES GAMA
Juiz de Direito

Proc: 1002689-33.2013.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
César Julio de Oliveira & Cia Ltda Me(Requerente)
Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)
Rosicleia Alves da Silva Franco(Requerido)
César Julio de Oliveira & Cia Ltda Me(Requerente)
Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)
Rosicleia Alves da Silva Franco(Requerido)
FINALIDADE: Intimar o patrono da parte AUTORA para tomar conhecimento que NÃO foi levada a efeito a CITAÇÃO da parte requerida, conforme CERTIDÃO do Oficial de Justiça, constante do movimento 9 dos autos supra citados, devendo, no prazo de 10 (dez) dias apresentar o endereço atual da mesma, sob pena de extinção do presente feito.

Proc: 1001104-43.2013.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Essencial Com.de confecçoes ltda(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
Cristina Gonçalves da Silva Sott(Adjudicado)
Essencial Com.de confecçoes ltda(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
Cristina Gonçalves da Silva Sott(Adjudicado)
FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento do r. DESPACHO constante no movimento 55 dos autos supra citados, a seguir transcrito.
DESPACHO: "Vistos.
Tentada a consulta via sistema BACENJUD, sobreveio o Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores com resultado negativo, conforme consulta realizada na data de 30/12/2013
Assim, concedo o prazo de 10 (dez) dias para o exequente indicar bens do executado, pois sem bens fica impossibilitada a satisfação do crédito em juízo, impossibilitando a prestação jurisdicional invocada.
Anoto, por oportuno, que o prazo de 10 (dez) é mais do que suficiente para que o autor/exequente informe sobre a existência de bens penhoráveis, já que o mínimo que se espera em processos desse jaez é que, antes de ingressar com ação, o advogado ou a própria parte já façam a pesquisa de eventuais bens, posto que é perfeitamente presumível a possibilidade de a diligência a ser realizada por oficial de justiça restar negativa.
Decorrido o prazo sem manifestação, o feito poderá ser extinto por ausência de pressuposto para o desenvolvimento regular do processo, com espeque no art. 53, § 4º da Lei 9.099/95."
Pimenta Bueno, 30 de novembro de 2013.
WILSON SOARES GAMA
Juiz de Direito

Proc: 1002692-85.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
César Julio de Oliveira & Cia Ltda Me(Requerente)
Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)
VALDIVIO FERREIRA PORTO(Requerido)
César Julio de Oliveira & Cia Ltda Me(Requerente)
Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)
VALDIVIO FERREIRA PORTO(Requerido)
FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento do r. DESPACHO constante no movimento 10 dos autos supra citados, a seguir transcrito.
DESPACHO: "Vistos.
Recebo e emenda. Retifique-se a classe processual para Procedimento do Juizado Especial Cível e, ainda, o valor da causa.
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, em trâmite neste Juizado a realizar-se no dia 7 de Março de 2014, às 09:45 horas, cabendo-lhe apresentar defesa escrita ou oral e produzir provas, se assim o desejar.
Consigne-se que o não comparecimento da parte requerida à Conciliação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados na inicial e será proferido julgamento de plano, com decretação de revelia (Art. 18, III § 1º c/c Art. 20 da Lei 9.099/95)
Caso a parte não tenha condições de constituir advogado, deverá se dirigir à Defensoria Pública da comarca, situada no endereço AV. CASTELO BRANCO, Nº 599, Bairro Pioneiros, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
CUMPRA-SE, SERVINDO ESTE COMO MANDADO. "
Pimenta Bueno, 21 de janeiro de 2014.
WILSON SOARES GAMA
Juiz de Direito

Proc: 1002688-48.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
César Julio de Oliveira & Cia Ltda Me(Requerente)
Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)
ROSANE DUTRA(Requerido)
César Julio de Oliveira & Cia Ltda Me(Requerente)
Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)
ROSANE DUTRA(Requerido)
FINALIDADE: Intimar o patrono da(s) parte(s) para tomar conhecimento da AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada nos autos supra caracterizados para o dia 14 de março de 2014, às 10:30 horas.

Proc: 1002003-41.2013.8.22.0009
Ação:Termo Circunstanciado (Juizado Criminal)
Delegacia de Polícia Civil de Pimenta Bueno-RO(Autor)
Willian dos Santos Silva(Infrator)
Advogado(s): Eric Julio dos Santos Tiné(OAB 2507 RO)
Delegacia de Polícia Civil de Pimenta Bueno-RO(Autor)
Willian dos Santos Silva(Infrator)
Advogado(s): Eric Julio dos Santos Tiné(OAB 2507 RO)
Ministério Público do Estado de Rondônia(Custos Legis (Fiscal da Lei))
FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 15 dos autos supra citados, a seguir transcrita.
SENTENÇA:"Vistos, etc.
Considerando-se que o infrator WILLIAN DOS SANTOS SILVA, cumpriu integralmente a proposta de transação penal, nos termos da certidão de movimento n. 13, homologo o acordo feito em juízo e declaro extinta a punibilidade do envolvido, determinando que a sanção não fique constando nos registros criminais, exceto para fins de requisição judicial, nos termos do artigo 76, § 6º da Lei 9.099/95.
P.R.I. e, arquivem-se os autos."
Pimenta Bueno, 14 de janeiro de 2014.
Luís Antônio Sanada Rocha
Juiz de Direito

Proc: 1002611-39.2013.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Relótica Relojoaria e Ótica Ltda(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
Jacqueline Fabiana de Oliveira(Adjudicado)
Relótica Relojoaria e Ótica Ltda(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
Jacqueline Fabiana de Oliveira(Adjudicado)
FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento do r. DESPACHO constante no movimento 19 dos autos supra citados, a seguir transcrito.
DESPACHO: "Vistos.
Tentada a consulta via sistema BACENJUD, sobreveio o Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores com resultado negativo, conforme consulta realizada na data de 30/12/2013.
Assim, concedo o prazo de 10 (dez) dias para o exequente indicar bens do executado, pois sem bens fica impossibilitada a satisfação do crédito em juízo, impossibilitando a prestação jurisdicional invocada.
Anoto, por oportuno, que o prazo de 10 (dez) é mais do que suficiente para que o autor/exequente informe sobre a existência de bens penhoráveis, já que o mínimo que se espera em processos desse jaez é que, antes de ingressar com ação, o advogado ou a própria parte já façam a pesquisa de eventuais bens, posto que é perfeitamente presumível a possibilidade de a diligência a ser realizada por oficial de justiça restar negativa.
Decorrido o prazo sem manifestação, o feito poderá ser extinto por ausência de pressuposto para o desenvolvimento regular do processo, com espeque no art. 53, § 4º da Lei 9.099/95.
Pimenta Bueno, 30 de novembro de 2013.
WILSON SOARES GAMA
Juiz de Direito

Proc: 1000405-52.2013.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Everaldo Silva Gonçalves(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
Claudia Lúcia Rodrigues(Adjudicado)
Everaldo Silva Gonçalves(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
Claudia Lúcia Rodrigues(Adjudicado)
FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento do r. DESPACHO constante no movimento 66 dos autos supra citados, a seguir transcrito.
DESPACHO: "Vistos.
Tentada a consulta via sistema BACENJUD, sobreveio o Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores com resultado negativo, conforme consulta realizada na data de 30/01/2014.

Assim, concedo o prazo de 10 (dez) dias para o exequente indicar bens do executado, pois sem bens fica impossibilitada a satisfação do crédito em juízo, impossibilitando a prestação jurisdicional invocada.
Anoto, por oportuno, que o prazo de 10 (dez) é mais do que suficiente para que o autor/exequente informe sobre a existência de bens penhoráveis, já que o mínimo que se espera em processos desse jaez é que, antes de ingressar com ação, o advogado ou a própria parte já façam a pesquisa de eventuais bens, posto que é perfeitamente presumível a possibilidade de a diligência a ser realizada por oficial de justiça restar negativa.
Decorrido o prazo sem manifestação, o feito poderá ser extinto por ausência de pressuposto para o desenvolvimento regular do processo, com espeque no art. 53, § 4º da Lei 9.099/95.
Pimenta Bueno, 30 de janeiro de 2014.
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

Proc: 1002057-07.2013.8.22.0009
Ação:Petição (Juizado Cível)
FABIO PACHECO(Adjudicante)
Advogado(s): Henrique Scarcelli Severiano(OAB 2714 RO)
Banco do Brasil S A(Adjudicado)
Advogado(s): OAB:4356 RO
FABIO PACHECO(Adjudicante)
Advogado(s): Henrique Scarcelli Severiano(OAB 2714 RO)
Banco do Brasil S A(Adjudicado)
Advogado(s): OAB:4356 RO
FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 23 dos autos supra citados, a seguir transcrita.
SENTENÇA: “Vistos e examinados.
O requerente alega que é cliente do requerido (Banco do Brasil), possuindo conta-corrente n. 16.574-3, da agência n 1181-9.
Aduz que no dia 27 (vinte e sete) de setembro de 2013 constatou que havia uma transferência “on line” de R$700,00 (setecentos reais) da sua conta-corrente para a conta poupança n. 19.123-X, n. 0810-9, em nome de Arthur Vinicius Silva Gomes, sendo que não tinha realizado referida transferência e também não reconhecendo a conta beneficiada e seu titular, procurou imediatamente a Delegacia de Polícia Civil local e registrou a ocorrência n. 4219/2013.
Alega ainda que procurou o requerido no mesmo dia, e informou a situação, momento em que procederam ao bloqueio do cartão e senhas do requerente, porém, possui um empréstimo CDC junto ao requerido com débito na sua conta-corrente todo dia 30 de cada mês, onde, no dia 30/09/2013, a parcela do referido financiamento foi debitada apenas parcialmente, ficando assim, parcialmente inadimplente, dentre várias outras contas vencidas e não pagas devido à transferência indevida. Requer a reparação por danos materiais e morais.
Em petição de movimento 12, o requerente informa que no dia 09/10/2013 o requerido realizou o estorno da quantia de R$700,00 para sua conta-corrente, desistindo do pedido de reparação por danos materiais.
Devidamente citado, o requerido compareceu à audiência de conciliação, esta restou infrutífera, apresentando contestação (movimento 13).
Alega em sua peça contestatória, preliminar de falta de interesse de agir, bem como que apenas o requerente, ou alguém de posse de seu cartão de segurança e conhecimento de suas senhas, poderia ter dado ensejo às operações mencionadas.
Réplica ao movimento 15.
É a síntese necessária. Decido.
O Requerido argui preliminar de carência da ação por falta de interesse de agir, eis que agiu em estrito cumprimento do dever legal, e informa que junta documentos que comprovam tal alegação.
No entanto, além de não apresentar tais documentos, a inércia do requerido em sanar os vícios eivados no fornecimento de seu serviço caracteriza o interesse de agir, conforme dispõe o art. 18 do Código de Defesa do Consumidor.
Por tais motivos, afasto a preliminar arguida.
Passo a decidir quanto ao MÉRITO.
Do dano material.
Após a citação, o requerente informa que o requerido estornou o valor de R$700,00 à sua conta-corrente, pelo que não há o que se discutir acerca da devolução desta quantia. Além disso, o requerente desistiu dessa parte do pedido.
Do dano moral
Passo a deliberar acerca do dano moral alegado pelo requerente.
A relação do requerente e do requerido é de prestação de serviços caracterizadora de relação de consumo, logo a responsabilidade do requerido é objetiva.
Ao tratar da responsabilidade civil prevista no Código de Defesa do Consumidor, no que tange aos de feitos na prestação de serviços, Sílvio de Salvo Venosa leciona que:
Os defeitos de serviço podem decorrer de concepção ou de execução indevidas. Seu campo de atuação é muito amplo, do serviço mais simples de um encanador ou eletricista ao mais complexo serviço proporcionado por clínicas e hospitais e pelas instituições financeiras e administradores de cartão de crédito.
Afirmar que a responsabilidade é objetiva implica em dispensa da análise do elemento culpa, bastando apenas a comprovação do dano e do nexo de causalidade entre aquele e a conduta da instituição financeira. Vale dizer, o requerido deve responder pela má prestação de seus serviços, independente de se perquirir sobre a culpa, nos termos do art. 927, do Código Civil brasileiro:
Aquele que, por ato ilícito (art. 186 e 187) causar dano a outrem fica obrigado a repará-lo.
A responsabilidade civil do prestador de serviço somente será afastada se houver prova de existência das excludentes constantes do art. 14, §3º, do Código de Defesa do Consumidor, quais sejam: I – que, prestado o serviço, o defeito inexiste; II – que a culpa é exclusiva do consumidor ou de terceiro.
Contudo, é fato que as operações fraudulentas realizadas se deram em função da atividade desenvolvida pelo banco, que então responde pelo risco de sua atividade econômica.
Ademais, não há comprovação nos autos de que o requerente tenha concorrido ou efetivado a operação de transferência de valores.
Também não prospera a atribuição de culpa exclusiva de terceiro, tal qual alega o requerido.
Uma das manobras para romper o nexo causal é provar a culpa de terceiro, e assim retirar a responsabilidade civil e, consequentemente, o dever de indenizar. Além disso, o terceiro deve ser pessoa totalmente desvinculada daquele que causou o dano, o que efetivamente não ocorre na presente demanda.
Com efeito, não tomando as cautelas que são comumente exigidas das instituições financeiras, não se admite que os riscos de sua atividade profissional sejam transferidos ao cliente, deixando-o desfavorecido na ocorrência de dano, o que foi experimentado pelo requerente.

No mais, ainda que seja possível a existência de responsabilidade sem culpa, aquela nunca existirá sem o elemento dano, ou seja, poderá haver ato ilícito, segundo dispõe o artigo 186 do Código Civil (violação de direito mediante comportamento culposo), mas não haverá a obrigação de indenizar se não houver demonstrado um resultado danoso, como expresso no artigo 927, que exige que o ato ilícito cause dano a outrem para que surja o dever de reparar.

Conclui-se, pois, que sem dano não haverá o que reparar, ainda que alguém tenha cometido um ato ilícito. E, no presente caso, o dano não é presumível.

Dito isto, insta salientar que o Código de Processo Civil determina:

"Art. 333. O ônus da prova incumbe:

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo do seu direito;

II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor."

Deve-se levar em consideração que, ainda que se trata de relação de consumo, em fiel observância ao devido processo legal, ao requerente da ação incube provar os fatos constitutivos do direito invocado, ou seja, ter sido atingido moralmente, seja no plano objetivo como no subjetivo, isto é, em sua honra, imagem, bom nome, intimidade, tradição, personalidade, sentimento interno, humilhação, emoção, angústia, dor pânico, medo e outros, porque não se pode impor ao requerido a produção de prova negativa.

A despeito da falha da instituição financeira ao em permitir que ocorresse lançamento indevido na conta-corrente do requerente, entendo que restou evidenciado o dano, uma vez, que aliado ao reconhecimento administrativo, em sua contestação o requerido alega, de forma genérica, que o lançamento decorreu apenas por culpa/negligência do requerente, porém não junta qualquer documento ou prova para corroborar as alegações.

Da prova documental carreada aos autos e petição de movimento 12 é possível constatar que o valor correspondente ao débito realizado na conta-corrente do requerente foi restituído integralmente pelo Banco requerido cerca de 12 dias depois dos descontos.

Vislumbro que o lançamento indevido acarretou abalo de crédito ao requerente, tanto na insuficiência de recursos para movimentação da conta como para pagamento de contas com vencimento para o interstício entre o débito e o estorno do valor, conforme documentos e extratos juntados no movimento 01.

Restando demonstrado, portanto, que a conduta do requerido não ocasionou um mero dissabor ao requerente, mas sim, resultou danos de ordem subjetiva que extrapolam o limite do aceitável, cabe, assim, o dever de indenizar.

Corroborando com o entendimento, segue acordão proferido pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais:

AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. MOVIMENTAÇÃO BANCÁRIA POR TERCEIROS. RESPONSABILIDADE DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PELOS DANOS ADVINDOS DA FRAUDE. DANOS MORAIS. INDENIZAÇÃO DEVIDA. QUANTUM. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. CARÁTER PEDAGÓGICO. I. Se o banco oferece serviços de acesso à conta corrente e movimentações financeiras por meio eletrônico, deve garantir a segurança do sistema. Se este é falho, permitindo que terceiros tenham acesso às contas dos clientes e façam operações de crédito, saque e transferências, o banco deve assumir a obrigação de reparar os danos que possam decorrer do defeito na prestação do serviço. II. A privação do cliente do dinheiro que havia em sua conta e seria usado para suas necessidades por si só configura dano moral, passível de reparação. III. Em se tratando de dano moral, o quantum indenizatório deve seguir os critérios da razoabilidade e da proporcionalidade, sendo fixado num valor que tenha realmente o condão de reparar o dano sofrido e, em contrapartida, inibir o autor da conduta ilícita a violar novamente o direito à honra e à imagem de outrem. (TJ-MG 101450635159470031 MG 1.0145.06.351594-7/003(1), Relator: GENEROSO FILHO, Data de Julgamento: 23/02/2010, Data de Publicação: 15/03/2010)

Cabe analisar então a questão atinente à fixação do valor da indenização. Na aferição do valor indenizatório deve-se proporcionar à vítima satisfação na justa medida do abalo sofrido. Por isso, deve o arbitramento da indenização ser moderado e eqüitativo, atento às circunstâncias de cada caso, evitando que se converta a dor em instrumento de captação de vantagem ou lucro descabido.

Desse modo, na linha dos princípios retro e jurisprudências, e atento às circunstâncias do caso, tenho que o valor compensatório não deve ser inexpressivo, mas também não pode constituir fonte de enriquecimento, levando-se em conta além da necessidade de reparação dos danos sofridos, a prevenção de comportamentos futuros análogos. No caso sub examine, entendo como justo e razoável fixar o valor de R$ 1.000,00 (um mil reais) a título de danos morais. Tal quantia permite reparar o ilícito sem transformar-se em fonte de enriquecimento sem causa.

Ante o exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos pleiteados na inicial nesta ação movida por FABIO PACHECO em face de BANCO DO BRASIL S/A, e neste sentido: a) Declaro inexigível a cobrança de qualquer taxa, tarifa ou juros decorrente do débito indevido na conta do requerente; b) Condeno o requerido a pagar a título de indenização por dano moral a quantia de R$ 1.000,00 (um mil reais), com juros e correção monetária a partir desta DECISÃO.

Transitado em julgado este decisum, o requerido terá o prazo de 15 dias para cumprir a SENTENÇA, sob pena de execução forçada, acrescida de multa de 10 % (dez por cento) do valor da condenação, nos termos do artigo 475-J do CPC, combinado com o Enunciado 105 do FONAJE.

Sem custas ou honorários, incabíveis em primeiro grau de jurisdição.

Pimenta Bueno, 29 de janeiro de 2014.

WILSON SOARES GAMA

Juiz de Direito

Proc: 1001881-28.2013.8.22.0009

Ação:Execução de Título Extrajudicial

Rosana Aparecida Alvares(Exequente)

Advogado(s): Alexsandro Klingelfus(OAB 2395 RO)

Ronaldo Silva Maciel(Executado)

Rosana Aparecida Alvares(Exequente)

Advogado(s): Alexsandro Klingelfus(OAB 2395 RO)

Ronaldo Silva Maciel(Executado)

FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento do r. DESPACHO constante no movimento 19 dos autos supra citados, a seguir transcrito.

DESPACHO: "Vistos.

Tentada a consulta via sistema BACENJUD, sobreveio o Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores com resultado negativo, conforme consulta realizada na data de 23/01/2014.

Assim, concedo o prazo de 10 (dez) dias para o exequente indicar bens do executado, pois sem bens fica impossibilitada a satisfação do crédito em juízo, impossibilitando a prestação jurisdicional invocada.
Anoto, por oportuno, que o prazo de 10 (dez) é mais do que suficiente para que o autor/exequente informe sobre a existência de bens penhoráveis, já que o mínimo que se espera em processos desse jaez é que, antes de ingressar com ação, o advogado ou a própria parte já façam a pesquisa de eventuais bens, posto que é perfeitamente presumível a possibilidade de a diligência a ser realizada por oficial de justiça restar negativa.
Decorrido o prazo sem manifestação, o feito poderá ser extinto por ausência de pressuposto para o desenvolvimento regular do processo, com espeque no art. 53, § 4º da Lei 9.099/95."
Pimenta Bueno, 23 de janeiro de 2014.
WILSON SOARES GAMA
Juiz de Direito

Proc: 1001256-91.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Plínio José Gomes(Reclamante)
Advogado(s): Larissa Regina Gomes(OAB 10614 MT)
UOL Universo Online S/A(Reclamado)
Advogado(s): Iracema Souza de Gois(OAB 2044 RO), OAB:330.866 SP
Plínio José Gomes(Reclamante)
Advogado(s): Larissa Regina Gomes(OAB 10614 MT)
UOL Universo Online S/A(Reclamado)
Advogado(s): Iracema Souza de Gois(OAB 2044 RO)
FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento do r. DESPACHO constante no movimento 48 dos autos supra citados, a seguir transcrito.
DESPACHO: "Vistos e examinados.
Em face a certidão de movimento 46, arquive-se os autos com as cautelas de praxe."
Pimenta Bueno, 21 de janeiro de 2014.
WILSON SOARES GAMA
Juiz de Direito

Proc: 1001164-16.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Vanuza de Andrade(Requerente)
Samsung Eletrônica da Amazônia (Requerido)
Advogado(s): FABIO RIVELLI(OAB 297608 SP)
Vanuza de Andrade(Requerente)
Samsung Eletrônica da Amazônia (Requerido)
Advogado(s): FABIO RIVELLI(OAB 297608 SP)
FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 31 dos autos supra citados, a seguir transcrita.
SENTENÇA: "Vistos e examinados.
Relatório dispensado, conforme dispõe o art. 38 da Lei 9.099/95.
Relatados. DECIDO.
Promovo o julgamento antecipado da lide, na forma do art. 330, I do Código de Processo Civil.
A Requerida argui preliminar de carência da ação por ausência de resistência em prestar o serviço, tendo buscado sempre a composição, no entanto, ainda que presente, a boa vontade, por si só, não exclui a responsabilidade da Requerida em cumprir o disposto na lei consumerista, ou seja, providenciar a imediata restituição dos valores pagos ou a substituição do produto, conforme dispõe o art. 18 da referida lei.
Por tais motivos, afasto a preliminar arguida.
Quanto ao MÉRITO, em que pese a alegação da Requerida no sentido de que a Requerente não apresenta provas aptas a comprovar o alegado, a razão não lhe socorre, uma vez que há nos autos nota fiscal de compra e documento de encaminhamento à assistência técnica.
Assim, os documentos apresentados conduzem de maneira lógica à CONCLUSÃO de que a demanda se enquadra perfeitamente no que dispõe o Código de Defesa do Consumidor, de modo que a procedência do pedido é a única solução vislumbrada.
Logo o pedido merece ser acolhido.
Conclui este Magistrado que, diante da persistência dos defeitos, mesmo após o retorno da assistência técnica, é razoável a perda de confiança do consumidor quanto à qualidade do produto, evidenciado o vício de fabricação. Daí entendo que deve prevalecer a condenação da requerida na restituição imediata da quantia paga, como lhe autoriza o art. 18, § 3°, do CDC.
A simples constatação do defeito, após o retorno da assistência, é gerador do direito do consumidor em buscar a substituição do produto ou a restituição do valor pago. Corroborando com o entendimento, segue julgado do Tribunal de Justiça do Distrito Federal:
PROCESSUAL CIVIL E CONSUMIDOR. PRELIMINARES DE INÉPCIA DA INICIAL, ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM E INCOMPETÊNCIA DO JUIZADO ESPECIAL - REJEIÇÃO. VÍCIO DE PRODUTO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIO DO VAREJISTA. RESTITUIÇÃO DO PREÇO DO PRODUTO - ESCOLHA DO CONSUMIDOR. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.
1.Não é inepta, perante o Juizado Especial Cível, a petição inicial subscrita pela parte, sem a presença de advogado, de que se extrai compreensão sobre os fatos ocorridos e a pretensão da parte, ainda quando não atenda às formalidades do art. 282, do CPC. A exigência, perante os Juizados Especiais, de adequação da petição inicial aos requisitos formais do processo comum ordinário contraria os princípios que presidente o procedimento sumariíssimo, entre os quais a capacidade postulatória da parte e a informalidade.
2.A existência nos autos de elementos de prova suficientes para a formação da convicção do juiz faz competente o Juizado Especial Cível e elide a necessidade de perícia para tornar complexa a matéria.
3.Por vício do produto compreende-se o defeito que o torna impróprio para o uso a que se destina ou lhe diminui o valor, e, conforme disciplinado nos art. 18 e seguintes do CDC, por ele respondem os fornecedores em cadeia em solidariedade com o fabricante. Não há espaço para se alegar ilegitimidade de responsável solidário (REsp 414986/SC) porque, tratando-se de responsabilidade solidária a demanda pode ser proposta contra qualquer dos obrigados (REsp 402356/MA).
4.PRELIMINARES REJEITADAS.
5.Não sanado o vício do produto pelo fornecedor dentro do prazo legal, fica ao consumidor facultado exigir a substituição do produto, a imediata devolução da quantia paga, ou o abatimento proporcional do preço. (Precedentes ACJ 2004.09.1.008.855-8, relator João Batista, Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do D. F).
6.Não se presta ao fim que razoavelmente dele se espera o colchão que, adquirido em 11/08/2005 apresenta-se inservível em 03/03/2007, e após conserto volta a apresentar o mesmo defeito no prazo de 03 (três) meses.

7.Acertada a SENTENÇA que constatou a responsabilidade objetiva da apelante em restituir a quantia paga pelo produto comprado, uma vez que o vício não foi sanado no prazo legal, bem como não vislumbrou dano moral vez que o desgaste sofrido pelo consumidor não ultrapassou os padrões normais do aborrecimento cotidiano e nem ensejou a privação do bem jurídico precioso.
8.RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.
9.SENTENÇA mantida por seus próprios e jurídicos fundamentos, com súmula de julgamento servindo de acórdão, na forma do artigo 46 da Lei nº 9.099/95.
10.Diante da sucumbência, nos termos do art. 55 da Lei dos Juizados especiais (9.099/95), condeno o apelante ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em 10% (dez por cento) do valor da condenação. (20080710033545ACJ, Relator ASIEL HENRIQUE, Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do DF, julgado em 01/02/2011, DJ 07/02/2011 p. 110).
Nessas razões, conjugando com os norteamentos legais que incidem na espécie, em especial o art. 6º da Lei 9.099/95, resolvo o MÉRITO e, com fundamento no artigo 269, I do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido deduzido na inicial, para condenar a Requerida SAMSUNG ELETRÔNICA DA AMAZÔNIA LTDA a restituir à autora VANUZA DE ANDRADE a quantia de R$ 745,96 (setecentos e quarenta e cinco reais e noventa e seis centavos), corrigidos a partir da propositura da ação com juros a partir da citação.
Ressalto que fica condicionado para recebimento da condenação acima imposta, a devolução do aparelho e de eventuais acessórios que o acompanham, se ainda não o fez, à empresa revendedora Gazin – Ind. e Com. De Móveis e Eletrod. Ltda.
Após o trânsito em julgado, a requerida terá o prazo de 15 dias para cumprir a SENTENÇA, sob pena de execução forçada acrescida de multa 10% (de dez por cento) do valor da condenação, nos termos do artigo 475-J do CPC, combinado com o Enunciado 105 do FONAJE.
Sem custas ou honorários advocatícios.
P. R. I."
Pimenta Bueno, RO, 20 de janeiro de 2014.
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

Proc: 1002187-94.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Beneficiadora de Cereais Família Ltda(Autor)
Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)
JULIANA ALVES DOS SANTOS(Requerido)
Beneficiadora de Cereais Família Ltda(Autor)
Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)
JULIANA ALVES DOS SANTOS(Requerido)
FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 36 dos autos supra citados, a seguir transcrita.
SENTENÇA: "Vistos e examinados.
As partes informaram a composição por meio de acordo extrajudicial, requerendo a homologação, nos termos da petição juntada nos autos (movimento n. 33).
Assim, HOMOLOGO, para que surtam os efeitos legais e jurídicos, o acordo entabulado, EXTINGUINDO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 269, inciso III, do Código de Processo Civil.
Sem custas.
Havendo descumprimento admito o prosseguimento nos mesmos autos.
Procedidas as baixas, anotações e comunicações necessárias, arquivem-se os autos.
Publique-se. Registre-se. Intime-se."
Pimenta Bueno, 21 de janeiro de 2014.
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

Proc: 1002194-86.2013.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Primo & Rodrigues Ltda-ME (MERCADO RODRIGUES) (Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
Cilso Garcia(Adjudicado)
Primo & Rodrigues Ltda-ME (MERCADO RODRIGUES) (Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
Cilso Garcia(Adjudicado)
FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 22 dos autos supra citados, a seguir transcrita.
SENTENÇA:"Vistos, etc.
Determinada a intimação da parte autora, para que se manifestasse quanto ao prosseguimento do feito, verificou-se sua inércia (certidão de mov. n. 28 dos autos), o que implica em desistência tácita quanto ao prosseguimento do feito.
Em consequência, com fundamento no artigo 267, VIII c.c artigo 569, ambos do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO o processo.
Sem custas.
P. R. I."
Pimenta Bueno, 17 de janeiro de 2014.
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

Proc: 1002239-90.2013.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Phablo Nascimento de Souza(Requerente)
Advogado(s): Alexsandro Klingelfus(OAB 2395 RO)
Olga Massae Yamaguch Sanches(Requerido), José Carlos Sanches(Recorrido)
Phablo Nascimento de Souza(Requerente)
Advogado(s): Alexsandro Klingelfus(OAB 2395 RO)
Olga Massae Yamaguch Sanches(Requerido), José Carlos Sanches(Recorrido)
FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 16 dos autos supra citados, a seguir transcrita.
SENTENÇA:"Vistos, etc.
Julgo, por SENTENÇA, EXTINTA A PRESENTE AÇÃO, sem julgamento do MÉRITO, nos termos do artigo 51, inciso I da Lei 9.099 de 26/09/95 c/c com o enunciado 141 do FONAJE.
Autorizo eventuais levantamentos de documentos, mediante cópia e recibo nos autos.
Custas pelo(a) autor(a), nos termos do Enunciado 28.
Intime-se o(a) autor(a) para, no prazo de cinco (05) dias, proceder o recolhimento das custas, cientificando-o que o não pagamento ensejará a inscrição em dívida ativa. Havendo o recolhimento das custas, arquive-se o feito.

Não havendo o recolhimento no prazo estabelecido, proceda-se a inscrição do nome do autor em dívida ativa.
Cumpridas as formalidades legais, arquivem-se.
Registre-se."
Pimenta Bueno, 20 de janeiro de 2014.
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

Proc: 1000606-15.2011.8.22.0009
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
TIAGO HENRIQUE MARTINS(Autor)
M. de Almeida Machado Celulares - ME(Requerido), L. G. Eletrônica de São Paulo Ltda(Requerido)
Advogado(s): OAB:122383 SP, Bernardo Augusto Galindo Coutinho(OAB 2991 RO), OAB:47361 RJ
TIAGO HENRIQUE MARTINS(Autor)
M. de Almeida Machado Celulares - ME(Requerido), L. G. Eletrônica de São Paulo Ltda(Requerido)
Advogado(s): Reinaldo Pizolio Júnior, OAB:122383/SP, Bernardo Augusto Galindo Coutinho, OAB 2991 RO, Denise Leal Santos, OAB:47361/RJ; Sally Anne Bowmer Beça Coutinho, OAB/RO 2980; Weverton Jefferson Teixeira Heringer, OAB/RO 2514; Laiana Oliveira Melo, OAB/RO 4906
FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento do r. DESPACHO constante no movimento 56 dos autos supra citados, a seguir transcrito.
DESPACHO: "Vistos e examinados.
Diante do ofício de movimento nº 54, informando que o número da conta informado pela Requerida L. G. Eletrônica de São Paulo Ltda. não está correto, motivo pelo qual o valor foi devolvido para a conta judicial, intime-se a Requerida para, no prazo de 10 (dez) dias, informar novo número de conta para a transferência dos valores, ciente que, em caso de não manifestação, os autos serão arquivados."
Pimenta Bueno, 24 de janeiro de 2014.
WILSON SOARES GAMA
Juiz de Direito

Proc: 1000093-76.2013.8.22.0009
Ação:Petição (Juizado Cível)
Essencial Com.de confecçoes ltda(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
Alexandre Pacheco(Adjudicado)
Essencial Com.de confecçoes ltda(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
Alexandre Pacheco(Adjudicado)
FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento do r. DESPACHO constante no movimento 84 dos autos supra citados, a seguir transcrito.
DESPACHO: "Vistos.
Tentada a consulta via sistema BACENJUD, sobreveio o Detalhamento de Ordem Judicial de Bloqueio de Valores com resultado negativo, conforme consulta realizada na data de 23/01/2014.
Assim, concedo o prazo de 10 (dez) dias para o exequente indicar bens do executado, pois sem bens fica impossibilitada a satisfação do crédito em juízo, impossibilitando a prestação jurisdicional invocada.
Anoto, por oportuno, que o prazo de 10 (dez) é mais do que suficiente para que o autor/exequente informe sobre a existência de bens penhoráveis, já que o mínimo que se espera em processos desse jaez é que, antes de ingressar com ação, o advogado ou a própria parte já façam a pesquisa de eventuais bens, posto que é perfeitamente presumível a possibilidade de a diligência a ser realizada por oficial de justiça restar negativa.
Decorrido o prazo sem manifestação, o feito poderá ser extinto por ausência de pressuposto para o desenvolvimento regular do processo, com espeque no art. 53, § 4º da Lei 9.099/95."
Pimenta Bueno, 23 de janeiro de 2014.
WILSON SOARES GAMA
Juiz de Direito

Proc: 1000665-66.2012.8.22.0009
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Antônio Luís dos Santos Silva(Autor)
LUCINÉIA AGOSTINHO PEREIRA(Requerido)
Advogado(s): Elbio Gonzalez(OAB 7241A MT)
Antônio Luís dos Santos Silva(Autor)
LUCINÉIA AGOSTINHO PEREIRA(Requerido)
Advogado(s): Elbio Gonzalez(OAB 7241A MT)
FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento do r. DESPACHO constante no movimento 77 dos autos supra citados, a seguir transcrito.
DESPACHO: "Vistos e examinados.
Com o retorno da carta precatória, os depoimentos das testemunhas foram realizados com a utilização do sistema audiovisual e encaminhado para este Juízo apenas a mídia (DVD) com os depoimentos.
Considerando que o douto Juízo deprecado realizou a audiência e colheu os depoimentos na forma de gravação, e que a gravação não é compatível com o sistema PROJUDI, o que impede sua juntada nos autos, intimem-se as partes de que o DVD encontra-se em Cartório e à disposição das partes para, querendo, adquirirem cópia, para o que deverão disponibilizar ao Cartório instrumento de armazenamento de arquivos digitais (CD, pen drive, HD Externo), no prazo de cinco dias.
Findo esse prazo, independentemente de outro DESPACHO, inciar-se-á o prazo de cinco dias para alegações finais, por memoriais, inciando-se pelo requerente."
Pimenta Bueno, 24 de janeiro de 2014.
WILSON SOARES GAMA
Juiz de Direito

Proc: 1000174-25.2013.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Regina Milagre Macedo(Exequente)
Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)
Edilene Corá de Almeida(Executado)
Advogado(s): Joane Magno de Souza Santos(OAB 3523 RO)
Regina Milagre Macedo(Exequente)
Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)
Edilene Corá de Almeida(Executado)
Advogado(s): Joane Magno de Souza Santos(OAB 3523 RO)
FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 67 dos autos supra citados, a seguir transcrita.
SENTENÇA: "Vistos, etc.
O exequente foi intimado para indicar bens de propriedade da executada passíveis de penhora, porém quedou-se inerte (certidão de movimento 65 dos autos).

Assim, considerando a não manifestação da exequente quanto à indicação de bens, JULGO EXTINTO O PROCESSO, nos termos do artigo 53, § 4º da Lei 9.099/95, autorizando, em consequência, os necessários levantamentos. Faculto ao exequente, no prazo de 05 dias, requerer ao cartório deste juizado carta de SENTENÇA para fins de protesto nos termos do enunciado 76 do FONAJE, o que desde já fica deferido em caso de manifestação neste sentido.
P.R.I."
Pimenta Bueno, 17 de janeiro de 2014.
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito

Proc: 1000647-11.2013.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
José Batista dos Santos - ME - Açougue(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
Claudecir Luciano de Souza(Adjudicado)
José Batista dos Santos - ME - Açougue(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
Claudecir Luciano de Souza(Adjudicado)
Órgão emitente: Juizado Especial Cível
Data: 23 de Janeiro de 2014
Juizado Especial Cível - P. Bueno - RO
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 20 DIAS
Processo:1000647.11.2013.822.0009
Classe:Cobrança
Exequente: JOSÉ BATISTA DOS SANTOS-ME-AÇOUGUE, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ:34.473.496.0001-32,estabelecida na Avenida dos Imigrantes, 1246, em Pimenta Bueno – Rondônia.
Executado: CLAUDECIR LUCIANO DE SOUZA, Brasileiro, portador do CPF - MF 468.790.562-53, residente e domiciliado na Rua Almirante Barroso, N° 1054, Bairro Jardim das oliveiras, em Pimenta Bueno – Rondônia.
FINALIDADE: INTIMAÇÃO do executado de que foi feito penhora online no valor de R$ 220,65 (duzentos e vinte reais e sessenta e cinco centavos), conforme DESPACHO abaixo transcrito: Vistos. Segue consulta ao BACENJUD. Intime-se o executado Claudecir Luciano de Souza do resultado parcial do bloqueio on line (R$ 220,65), o qual convolo em penhora, nos termos do artigo 475-J do CPC, para oferecer, caso queira, impugnação no prazo legal. Não Havendo impugnação, certifique-se e expeça-se alvará de levantamento em favor do exequente. Cumpra-se. Intime-se. Pimenta Bueno, 06 de agosto de 2013. Wilson Soares Gama. Sede do Juízo: Fórum Min. Hermes Lima Rua Cassimiro de Abreu, 237-Centro- CEP 78.984-000. Pimenta Bueno/RO, 23 de Janeiro de 2014. WILSON SOARES GAMA
Juiz de Direito

Proc: 1002210-40.2013.8.22.0009
Ação:Termo Circunstanciado (Juizado Criminal)
Delegacia de Polícia Civil de Pimenta Bueno-RO(Autor)
ROBSON FERNANDO MACEDO(Infrator)
Advogado(s): Débora Cristina Moraes(OAB 6049 RO)
Delegacia de Polícia Civil de Pimenta Bueno-RO(Autor)
ROBSON FERNANDO MACEDO(Infrator)
Advogado(s): Débora Cristina Moraes(OAB 6049 RO)
Ministério Público do Estado de Rondônia(Custos Legis (Fiscal da Lei)), Marcos Garcia Aguado(Vítima)
FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. DECISÃO constante no movimento 26 dos autos supra citados, a seguir transcrita.
DECISÃO: "Vistos.
Considerando o parecer do Ministério Público, bem como, a total ausência de sustentação probatória do fato imputado ao infrator ROBSON FERNANDO MACEDO, determino o ARQUIVAMENTO do feito, com as ressalvas do artigo 18 do CPP.
Intimem-se. Cumpra-se."
Pimenta Bueno, 10 de janeiro de 2014.
Luís Antônio Sanada Rocha
Juiz de Direito

Proc: 1000857-62.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Silvana Gonçalves Loura(Autor)
Advogado(s): Joane Magno de Souza Santos(OAB 3523 RO)
MANOEL RAMOS(Requerido)
Advogado(s): Eric Julio dos Santos Tiné(OAB 2507 RO)
Silvana Gonçalves Loura(Autor)
Advogado(s): Joane Magno de Souza Santos(OAB 3523 RO)
MANOEL RAMOS(Requerido)
Advogado(s): Eric Julio dos Santos Tiné(OAB 2507 RO)
FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestar se tem interesse no prosseguimento do feito, sob pena de arquivamento dos autos.

Proc: 1001709-86.2013.8.22.0009
Ação:Petição (Juizado Cível)
Marcos Antônio Scolaro Trindade(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
INVIOLÁVEL MONITORAMENTO DE ALARMES PIMENTA BUENO LTDA – ME(Adjudicado)
Advogado(s): Paulo Ferreira de Souza(OAB 243-B RO)
Marcos Antônio Scolaro Trindade(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
INVIOLÁVEL MONITORAMENTO DE ALARMES PIMENTA BUENO LTDA – ME(Adjudicado)
Advogado(s): Paulo Ferreira de Souza(OAB 243-B RO)
FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, se manifestar se tem interesse no prosseguimento do feito, sob pena de arquivamento dos autos.

Proc: 1002683-26.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
César Julio de Oliveira & Cia Ltda Me(Requerente)
Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)
JOSE LOPES DA SILVA(Requerido)
César Julio de Oliveira & Cia Ltda Me(Requerente)
Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)
JOSE LOPES DA SILVA(Requerido)
FINALIDADE: Intimar o patrono da(s) parte(s) para tomar conhecimento da AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada nos autos supra caracterizados para o dia 14 de Março de 2014 às 09:45 hora, bem como para tomar conhecimento do r. DESPACHO constante no movimento 9 dos autos supra citados, a seguir transcrito.

DESPACHO: Vistos.
Recebo a emenda da inicial.
Retifique-se a classe processual e o valor da causa.
Cite-se e intimem-se as partes para comparecerem na audiência preliminar designada nos autos.
Consigne-se que em caso de ausência da requerida na referida audiência, presumir-se-ão aceitos como verdadeiros os fatos articulados pelo autor (art. 20 da Lei 9.099/95).
Pimenta Bueno, 20 de janeiro de 2014.
Wilson Soares Gama
Juiz de Direito
.
Proc: 1002482-34.2013.8.22.0009
Ação:Petição (Juizado Cível)
ROSANGELA COSTA VALENTIM 71126554200(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
JANE CARLA DE ALCANTRA RODRIGUES(Adjudicado)
ROSANGELA COSTA VALENTIM 71126554200(Adjudicante)
Advogado(s): Sebastião Cândido Neto(OAB 1826 RO)
JANE CARLA DE ALCANTRA RODRIGUES(Adjudicado)
FINALIDADE: Intimar o patrono da parte AUTORA para tomar conhecimento da CONTESTAÇÃO constante do movimento 15 dos autos supra citados, bem como para, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar IMPUGNAÇÃO à contestação.

Proc: 1001053-66.2012.8.22.0009
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Marteleuza Gonzaga Vieira Gonchorowiski(Requerente)
Comércio de Petróleo Ideal Ltda(Requerido)
Advogado(s): Henrique Scarcelli Severiano(OAB 2714 RO)
Marteleuza Gonzaga Vieira Gonchorowiski(Requerente)
Comércio de Petróleo Ideal Ltda(Requerido)
Advogado(s): Henrique Scarcelli Severiano(OAB 2714 RO)
FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento da r. SENTENÇA constante no movimento 52 dos autos supra citados, a seguir transcrita.
SENTENÇA: "Vistos e examinados.
Após a realização de penhora on line, que bloqueou parcialmente o valor do débito, o Executado se manifestou concordando com o levantamento da quantia penhorada (R$ 2.433,14). Manifestou-se ainda, requerendo o parcelamento do remanescente em 6 (seis) parcelas de R$ 405,52 (quatrocentos e cinco reais e cinquenta e dois centavos).
Quando da intimação para retirar o alvará, o Exequente se manifestou concordando com o parcelamento do remanescente.
Assim, HOMOLOGO, para que surtam os efeitos legais e jurídicos, o acordo entabulado, EXTINGUINDO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, nos termos do artigo 269, inciso III, do Código de Processo Civil. Sem custas.
Havendo descumprimento admito o prosseguimento nos mesmos autos.
Procedidas as baixas, anotações e comunicações necessárias, arquivem-se os autos.
Publique-se. Registre-se. Intime-se."
Pimenta Bueno, 21 de janeiro de 2014.
WILSON SOARES GAMA
Juiz de Direito

Proc: 1002694-55.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
César Julio de Oliveira & Cia Ltda Me(Requerente)
Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)
Vitorino Rodrigues(Requerido)
César Julio de Oliveira & Cia Ltda Me(Requerente)
Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)
Vitorino Rodrigues(Requerido)
FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento do r. DESPACHO constante no movimento 10 dos autos supra citados, a seguir transcrito.
DESPACHO: "Vistos.
Recebo e emenda. Retifique-se a classe processual para Procedimento do Juizado Especial Cível. Retifique-se, também, o valor da causa.
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, em trâmite neste Juizado a realizar-se no dia 7 de Março de 2014, às 08:45 horas, cabendo-lhe apresentar defesa escrita ou oral e produzir provas, se assim o desejar.
Consigne-se que o não comparecimento da parte requerida à Conciliação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados na inicial e será proferido julgamento de plano, com decretação de revelia (Art. 18, III § 1º c/c Art. 20 da Lei 9.099/95)
Caso a parte não tenha condições de constituir advogado, deverá se dirigir à Defensoria Pública da comarca, situada no endereço AV. CASTELO BRANCO, Nº 599, Bairro Pioneiros, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
CUMPRA-SE, SERVINDO ESTE COMO MANDADO. "
Pimenta Bueno, 21 de janeiro de 2014.
WILSON SOARES GAMA
Juiz de Direito

Proc: 1002691-03.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
César Julio de Oliveira & Cia Ltda Me(Requerente)
Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)
Sidiney da Silva Marcondes(Requerido)
César Julio de Oliveira & Cia Ltda Me(Requerente)
Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)
Sidiney da Silva Marcondes(Requerido)
FINALIDADE: Intimar o(s) patrono(s) da(s) parte(s) para tomar conhecimento do r. DESPACHO constante no movimento 10 dos autos supra citados, a seguir transcrito.
DESPACHO: "Vistos.
Recebo e emenda. Retifique-se a classe processual para Procedimento do Juizado Especial Cível e, ainda, o valor da causa.
CITE-SE a parte requerida para comparecimento em AUDIÊNCIA de CONCILIAÇÃO designada nos autos em epígrafe, em trâmite neste Juizado a realizar-se no dia 7 de Março de 2014, às 09:45 horas, cabendo-lhe apresentar defesa escrita ou oral e produzir provas, se assim o desejar.
Consigne-se que o não comparecimento da parte requerida à Conciliação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados na inicial e será proferido julgamento de plano, com decretação de revelia (Art. 18, III § 1º c/c Art. 20 da Lei 9.099/95)
Caso a parte não tenha condições de constituir advogado, deverá se dirigir à Defensoria Pública da comarca, situada no endereço AV. CASTELO BRANCO, Nº 599, Bairro Pioneiros, nesta cidade, fone 69-3451-7209.
CUMPRA-SE, SERVINDO ESTE COMO MANDADO. "
Pimenta Bueno, 21 de janeiro de 2014.
WILSON SOARES GAMA
Juiz de Direito

Proc: 1002674-64.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
César Julio de Oliveira & Cia Ltda Me(Requerente)
Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)
Darci Joaquim(Requerido), TERESA DA SILVA JOAQUIM(Requerido)
César Julio de Oliveira & Cia Ltda Me(Requerente)
Advogado(s): Kleber Freitas Pedrosa Alcântara(OAB 3689 RO)
Darci Joaquim(Requerido), TERESA DA SILVA JOAQUIM(Requerido)
FINALIDADE: Intimar o patrono da(s) parte(s) para tomar conhecimento da AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO designada nos autos supra caracterizados para o dia 28 de Fevereiro de 2014 às 09:45 horas.

JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

2º Cartório Cível (Juizado Infância e Juventude)

Proc.: 0000616-08.2013.8.22.0009
Ação:Perda ou Suspensão ou Restabelecimento do Poder Familia
Autor:M. P. do E. de R.
Advogado:Promotor de Justiça (2020202020 2020202020)
Requerido:H. P. da S. A. C. Z. G. C. C. B. de S.
Advogado:Danielle Zanoli Gonçalves (RO 1623)
DESPACHO:
DESPACHO:Vistos em correição.Expeça-se carta para citação do requerido Claudecy, observando o endereço informado à fl. 407.Cumpra-se.Pimenta Bueno-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014.

Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida
Juíza de Direito

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
CARTÓRIO DA 1ª VARA CÍVEL
Rua Cassemiro de Abreu, 237
CEP. 76.970-000-Pimenta Bueno-RO
Fones: (69) 3451-2968/2819-Ramal 216
End. eletrônico: pbwcivel@tj.ro.gov.br

Proc.: 0000237-33.2014.8.22.0009
Ação:Consignação em Pagamento
Consignante:Município de São Felipe do Oeste-ro
Advogado:César Augusto Vieira (OAB/RO 3229)
Consignado:Silvano & Filho Comércio de Veículos Ltda
SENTENÇA:
SENTENÇA:Trata-se de Ação de consignação de bem móvel, envolvendo as partes acima.Alega o requerente que foi contemplado através de contrato de repasse pelo valor de R$ 153.000,00 para aquisição de um caminhão que atendesse as necessidades por este estipuladas.Aduz que, através de processo administrativo, deu início a procedimento licitatório para a aquisição do bem. Por ocasião do pregão, três empresas participaram, sendo que a ora requerida foi quem ofertou o melhor preço, no valor de R$ 144.000,00, e portanto, o processo administrativo foi homologado e adjudicado, perfazendo-se o contrato administrativo entre as partes.Com a chegada do bem ao pátio da requerente, alega esta que verificou-se que o caminhão entregue é de qualidade muito inferior ao bem licitado, e que em consulta à Tabela FIPE, o caminhão entregue é avaliado em valor muito abaixo do que o licitado.Diante de tal situação, a requerente afirma que tentou negociar com a requerida, tentando compor amigavelmente a situação, mas não obteve êxito, ao que foi efetuado termo de distrato e enviado à requerida, para a devida assinatura. Não havendo resposta ao termo de distrato, a requerente narra que foram enviadas notificações à requerida, com o fito de receber o termo de distrato assinado, ao que apresentou a requerida contra-notificação, alegando desconhecer de tal termo, e afirmando inclusive, que quem está em situação de inadimplência é a requerente, acarretando prejuízos à empresa requerida.A requerente, com o intuito de resguardar-se, afirma ter publicado o extrato do termo de distrato no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, e no Diário Oficial da União.Diante de tal situação, a requerente alega ter cancelado o pregão eletrônico que anunciou o procedimento licitatório no qual participou a requerida, solicitando termo aditivo ao contrato de repasse para a realização de novo certame licitatório.Com a realização de novo procedimento licitatório, outra empresa ofertou o melhor preço e a requerente adquiriu um bem compatível com as necessidades e com o preço próximo ao avaliado pela Tabela FIPE, como assente na inicial.A requerente afirma que ainda tentou negociar a compra do bem em discussão com a requerida, uma vez que este já se encontra no pátio da primeira, mas não obteve sucesso em tal tentativa.Diante de tal situação, o pedido da requerente é para que a requerida aceite a devolução do bem, desobrigando-se do negócio que pelas partes foi realizado, resolvendo-se, portanto, o contrato, ao que requer o deposito do bem em juízo, mediante ação consignatória.É o relatório. Decido.Constata-se, de plano, que a via eleita pela requerente é inadequada, tendo em vista que o que esta pretende é a própria resolução do contrato, com o intuito de pôr termo à negociação realizada entre as partes, e não garantir-se, de forma a evitar a mora ou qualquer outra consequência em virtude desta, a qual pretende-se evitar com a ação consignatória. Assim entende o Tribunal Regional Federal:PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. MEDIDA CAUTELAR ORIGINÁRIA. INDEFERIMENTO LIMINAR DA PETIÇÃO INICIAL. INTERESSE PROCESSUAL. CARÊNCIA. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. DECISÃO MANTIDA. I - Há que se indeferir liminarmente a inicial, extinguindo-se o feito sem resolução do MÉRITO, quando não vislumbrado o interesse processual, cuja ausência imprime à parte autora a condição de carecedora, pois ausente um dos requisitos indispensáveis ao exercício do referido direito de ação. II - O interesse processual se revela em duplo aspecto, de um lado temos que a prestação jurisdicional há de ser necessária e, de outro, que a via escolhida para atingir o fim colimado deve ser adequada. III - Inadequação da via processual eleita para o alcance do provimento jurisdicional pleiteado. IV - Impossibilidade de utilização de expediente dessa natureza como substitutivo do recurso, no caso, o agravo de

instrumento, inclusive já interposto. V - Precedente do Colendo Superior Tribunal de Justiça. VI - Agravo regimental improvido. (TRF-3 - CAUINOM: 23817 MS 0023817-54.2012.4.03.0000, Relator: DESEMBARGADORA FEDERAL REGINA COSTA, Data de Julgamento: 20/09/2012, SEXTA TURMA).Verifica-se, também, que não preenche a ação os requisitos da ação de consignação, como disposto no artigo 335, do Código Civil, e portanto, o procedimento eleito pelo autor, não é o adequado, de acordo com o artigo 295, V, CPC.Como sabemos, a ação consignatória tem por objetivo liberar o devedor quanto à quitação de seu débito, desonerando-se da obrigação para com o credor, ou segundo alguma das razões elencadas no artigo 335 do CC.No caso em tela, não é o que acontece, pois que não se configurou nenhuma das hipóteses do artigo 335, CC, mas sim somente a clara intenção do requerente em desfazer-se do negócio celebrado com a requerida.Assim também corrobora a jurisprudência: AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO. DEBITO HA MUITO VENCIDO. VIA ELEITA INADEQUADA. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. PETIÇÃO INICIAL. INDEFERIMENTO. “Não caracterizada qualquer das hipóteses do artigo 335 do Código Civil, não dispõe o devedor da ação de consignação em pagamento. A alegação da não emissão do boleto por parte do credor não justifica a inadimplência, observando-se ainda que, sua inércia, perdurou por quase um ano. Pretensão de consignação de valor menor do que o efetivamente devido, sem o acréscimo dos encargos decorrentes da mora. Interesse de agir ausente. Carência de ação. Apelação não provida. (TJ-SP - APL: 9110226412008826 SP 9110226-41.2008.8.26.0000, Relator: Sandra Galhardo Esteves, Data de Julgamento: 02/02/2011, 12ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 14/02/2011).Ante o exposto, indefiro a petição inicial, e julgo extinto o processo sem julgamento do MÉRITO, consoante o artigo 267, I, CPC. Remeta-se cópia dos autos ao Ministério Público para as providências que entender cabíveis.Autorizo os necessários levantamentos mediante substituição por cópia nos autos.Sem custas.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após, arquivem-se. Pimenta Bueno-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0001873-05.2012.8.22.0009
Ação:Divórcio Consensual
Requerente:I. de F. M. da S. A. S. da S.
Advogado:Paulo César de Oliveira (OAB/RO 685), Ellen Corso Henrique de Oliveira (OAB/RO 782), Denir Borges Tomio (RONDONIA 3983), Paulo César de Oliveira (OAB/RO 685), Ellen Corso Henrique de Oliveira (OAB/RO 782), Denir Borges Tomio (RONDONIA 3983)
SENTENÇA:
SENTENÇA servindo como MANDADO de averbação:Trata-se de ação de divórcio consensual envolvendo as partes acima, aduzindo que o casal encontra-se separado de fato há mais de 2 anos, que da união advieram dois filhos e apresentarem acordo de partilha na inicial conforme folhas 04 e 05. Juntaram os documentos de folhas 07/21.Em seu parecer, a representante do Ministério Público manifestou-se pela ausência de interesse ministerial (folhas 22).Oficiadas as Fazendas a fim de se manifestarem sobre eventual interesse na lide, a Fazenda Estadual pronunciou-se no sentido de não ter interesse na causa (fls. 40), a Fazenda Municipal manifestou-se quanto à existência de débitos tributários (fls. 43/44), ao qual houve resposta pelas parte requerida no sentido de que a existência de débitos não impede a ação de divórcio.A Advocacia Geral da União, por meio da Procuradoria Especializada do Incra, manifestou-se alegando que carece de legitimidade para intervir no feito, ao que requereu a intimação da União para manifestação.Expedido ofício à União, esta requereu a remessa dos autos à Procuradoria da União, a fim de instruir a manifestação jurídica ao Ministério do Desenvolvimento Agrário a respeito do interesse da União na lide.Às folhas 62 a União requereu que a parte autora juntasse aos autos documentos por ela especificados, ao que houve a manifestação dos requerentes (fls. 65), no sentido de que tais documentos não podem ser juntados em virtude de que o imóvel a ser partilhado trata-se de imóvel de assentamento e que está em processo de regularização, da qual depende da própria União para a emissão de tais documentos.Por fim, determinou-se a remessa dos autos à União para que esta se manifestasse sobre a petição de fls. 65, restando esta silente.É a síntese necessária. Decido.O requerimento satisfaz as exigências do artigo 1.580, §2º do Código Civil de 2002, principalmente em razão da nova redação dada pela EC/66 ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial de por mais de 1 (um) ano ou de comprovada separação de fato por mais de 2 (dois) anos, de maneira que deve ser deferido. Oficiadas as Fazendas, a União manifestou-se de forma que se interpretou que esta tinha a intenção de instruir manifestação jurídica nos autos, mas após a resposta da parte requerente, quedou-se silente, sem mais manifestação, o que implica na concordância quanto à procedência do pedido dos requerentes. Pelo exposto, julgo procedente o pedido para decretar o divórcio do casal, com fundamento nos artigos 1.580, § 2º, do Código Civil de 2002 e § 6º do artigo 226 da Constituição Federal, restando dissolvido o vínculo conjugal, e homologo a transação celebrada entre as partes quanto à partilha dos bens, cujo teor consta da petição inicial (folhas 04/05), para surtir seus efeitos jurídicos, nos termos do art. 269, inciso III, do Código de Processo Civil.Voltará a mulher a usar o nome de solteira, qual seja, I. F. M.Publique-se. Registre-se. Intime-se. Transitada em julgado, expeça-se MANDADO de averbação. Após, arquivem-se.SENTENÇA servindo como MANDADO de averbação:Partes: I. F. M. S. e A. S. S.Assento de Casamento lavrado sob nº 3.435, às fls. 108 do Livro nº 13-B, pelo Cartório de Registro Civil de Mundo Novo/MS.Observação: Voltará a mulher a usar o nome de solteira, qual seja, I. F. M.

Proc.: 0000187-07.2014.8.22.0009
Ação:Divórcio Consensual
Requerente:J. P. G. N. T. G.
Advogado:Sebastião Cândido Neto (RO 1826)
SENTENÇA:
SENTENÇA servindo como MANDADO de averbação:Trata-se de ação de divórcio consensual envolvendo as partes supramencionadas, alegando que o casal encontra-se separado de fato, que os filhos já são todos maiores de idade, e que os bens adquiridos na constância do casamento já foram devidamente partilhados, respeitando suas proporcionalidades. Concordaram em renunciar aos alimentos, uma vez que ambos exercem atividades remuneradas.Juntaram os documentos de folhas 06/10.Em seu parecer, a representante do Ministério Público deixou de manifestar-se, pois que não há interesse de incapazes a serem tutelados.É a síntese necessária. Decido.O requerimento satisfaz as exigências do artigo 1.580, §2º do

Código Civil de 2002, principalmente em razão da nova redação dada pela EC/66 ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial de por mais de 1 (um) ano ou de comprovada separação de fato por mais de 2 (dois) anos, de maneira que deve ser deferido.Pelo exposto, julgo procedente o pedido para decretar o divórcio do casal, com fundamento artigo 1.580, § 2º, do Código Civil de 2002 e § 6º do artigo 226 da Constituição Federal, restando dissolvido o vínculo conjugal, e homologo a transação celebrada entre as partes, cujo teor consta da petição inicial (folhas 03/04), para surtir seus efeitos jurídicos, nos termos do artigo 269, inciso III, do Código de Processo Civil.Voltará a mulher a usar o nome de solteira, qual seja, N. T. S.Independentemente do trânsito em julgado, expeça-se o competente MANDADO de averbação. Após, arquivem-se.Publique-se. Registre-se. Intime-se. SENTENÇA servindo como MANDADO de averbação:Partes: J. P. G. e N. T. G.Assento de Casamento lavrado sob o nº de matrícula 085910 01 55 1974 2 00004 139 0001166 00 pelo Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais de Santa Helena/PR.

Proc.: 0001164-04.2011.8.22.0009
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:N.& A.indústria e Comércio de Confecções Ltda Me
Advogado:Jean de Jesus Silva (OAB 2518)
Requerido:Autovema Veículos Ltda
Advogado:Arquilau de Paula (RO 1-B), Franciany de Paula (OAB/RO 349B), Breno de Paula (OAB-RO 399 B), Rodrigo Rosário (OAB/RO 2969), Gustavo Dandolini (OAB/RO 3205)
DECISÃO:
DECISÃO:A executada, Autovema Veículos Ltda, apresentou impugnação ao cumprimento de SENTENÇA que lhe move N.& A.indústria e Comércio de Confecções Ltda Me, alegando, em apertada síntese, excesso na execução.É a síntese necessária. Decido.Trata-se de impugnação de cumprimento de SENTENÇA envolvendo as partes acima mencionadas.A impugnante, ao argumento de excesso na execução, sustenta sua tese em três subtópicos. No entanto, os dois últimos são consectários lógicos do primeiro, implicando a rejeição deste no afastamento sumário dos demais.Passo a analisar.Alega o impugnante que, para a aplicação da multa de 10% sob o valor da condenação, é imprescindível a intimação do devedor. Disse que outro não é o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, que, segundo ele, tem exigido que o devedor seja intimado para cumprir voluntariamente a obrigação. Invoca o REsp 1262933/RJ para arrimar a sua tese.Compulsando os autos, verifico que a impugnação da executada contra a incidência da multa prevista no artigo 475-J do CPC não merece prosperar. De acordo com o posicionamento do STJ, o termo inicial para a contagem de prazo para o pagamento espontâneo, previsto no artigo 475-J do CPC, deve ser do trânsito em julgado da SENTENÇA. Dessa forma, tendo a SENTENÇA transitada em julgado, começa a fluir o prazo de 15 (quinze) dias para pagamento espontâneo, não ocorrendo o pagamento nesse prazo, aplica-se a multa de 10%, independentemente de intimação do advogado ou do devedor. O entendimento fixado pelo STJ, porém, não dispensa a necessidade de cientificar o devedor para pagamento da dívida, dentro do prazo legal, pelo Diário Oficial, com o intuito de preservar o devido processo legal.Assim, nos casos de SENTENÇA líquida, o prazo para pagamento espontâneo da dívida sem a aplicação da multa de 10%, estabelecida no art. 475-J do CPC, se inicia com o trânsito em julgado da SENTENÇA.De fato, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e do Tribunal de Justiça de Rondônia firmou o entendimento de que, nas hipóteses em que ocorrer o trânsito em julgado da SENTENÇA condenatória no Tribunal, a multa só deve incidir após decorridos 15 dias da intimação da parte para cumprir a SENTENÇA.Contudo, houve sim a intimação das partes, conforme certificado à folha 158 e publicado no Diário da Justiça Eletrônico n. 82, de 06/05/2013. Conforme a certidão aludida, o prazo teve início em 08/05/2013, de modo que seu termo final foi 22/05/2013. No entanto, não houve o cumprimento espontâneo da DECISÃO, implicando na aplicação da multa.Assim, rejeito a impugnação da executada e, por conseguinte, mantenho a incidência da multa prevista no artigo 475-J do CPC.Expeça-se alvará para liberação do valor remanescente em favor do exequente após o prazo para eventual recurso.Pimenta Bueno-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0004665-92.2013.8.22.0009
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Francisco José Correa Siqueira
Advogado:Charles Márcio Zimmermann (RO 2733)
Requerido:Banco do Brasil
DECISÃO:
DECISÃO Trata-se de Cumprimento de SENTENÇA, movida por FRANCISCO JOSÉ CORREA SIQUEIRA em face do BANCO DO BRASIL S.A., pleiteando o pagamento de expurgos inflacionários sobre caderneta de poupança sob o n. 100.202.598-X, lastreado em SENTENÇA proferida na Ação Civil Pública sob o n. 0403263-60-1993.826.0053 (antigo 053.93.403263-9), pelo juízo da 6ª Vara Cível da Capital do Estado de São Paulo/SP, promovida pelo Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor - IDEC em face do Banco do Brasil S.A.Após citado, o requerido apresentou impugnação ao cumprimento de SENTENÇA (folhas 28/43) com depósito do valor pleiteado para garantia da execução (folhas 62 e verso).A parte exequente foi intimada para o exercício do contraditório e manifestou-se às folhas 64/82 alegando, preliminarmente, intempestividade da impugnação.É a síntese necessária. Decido.Da intempestividade da impugnaçãoA impugnação ao cumprimento de SENTENÇA depende de prévia garantia da execução, conforme se extrai do artigo 475-J, §1º, do Código de Processo Civil e da jurisprudência do TJRO (Agravo de Instrumento n. 0003710-25.2012.8.22.0000, Rel. Des. Kiyochi Mori, j. 10/05/2012) e do STJ (Informativo 496, REsp 1.195.929-SP, Rel. Min. Massami Uyeda, j. 24/4/2012).Assim, o prazo de 15 dias para impugnação corre com o depósito ou a intimação da penhora, o que ocorrer primeiro. Nesse sentido, confira-se recente jugado do Superior Tribunal de Justiça:PROCESSO CIVIL.RECURSOESPECIAL.CUMPRIMENTODESENTENÇA. PRAZOPARA OFERECIMENTO DE IMPUGNAÇÃO. TERMO INICIAL. DATA DO DEPÓSITOJUDICIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 NÃO CONFIGURADA. 1. Não ocorre violação ao art. 535 do CPC quando o Juízo, embora deforma sucinta, aprecia fundamentadamente todas as questões relevantes ao deslinde do feito. Precedentes. 2. No que tange à eficácia da lei processual no tempo, o direito processual civil orienta-

se pela regra do isolamento dos atos processuais, segundo a qual a lei nova é aplicada aos atos pendentes, tão logo entre em vigor, respeitados os atos já praticados e seus efeitos, nos termos do art. 1.211 do CPC (princípio do tempus regit actum). Precedentes. 3. A realização do depósito judicial do valor exequendo consubstancia penhora automática, independente da lavratura do respectivo termo e consequente intimação, iniciando-se a partir de então o cômputo do prazo para a apresentação de impugnação ao cumprimento de SENTENÇA. Precedentes. 4. Recurso provido. (STJ, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 21/06/2012, T4 - QUARTA TURMA)No caso dos autos, o depósito da quantia pleiteada para fins de garantia da execução foi depositado judicialmente no dia 31/10/2013, sendo que a impugnação somente foi protocolizada 21/11/2013, evidente, portanto, a intempestividade.Assim, em razão do protocolo da impugnação ocorrer a destempo, uma vez que ocorreu em 22 dias após a data da efetivação do depósito judicial da quantia correspondente ao título executivo, reconheço a intempestividade, e por consequência não conheço a impugnação apresentada às fls.28/43.Intimem-se as partes. Pimenta Bueno-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0003311-32.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Shekinah Comércio e Importação de Peças e Acessórios Ltda Epp
Advogado:Nivaldo Vieira de Melo ( ), Roberta de Oliveira Lima Paes (OAB/RO 1568), Danúbia Aparecida Vidal Petrolini (PR 39.707)
Requerido:Eletrogóes S/A
Advogado:Flávio Kloos (RO 4537), Barneth Bezerra Pereira da Costa (RO 5050)
DESPACHO:
Considerando que o requerido tem mais de um advogado constituído nos autos, indefiro o pedido de redesignação da audiência.O requerido deve trazer suas testemunhas em audiência, independente de intimação em razão de que não declinou seus endereços.Fica o autor intimado a retirar a carta precatória que se encontra expedida nos autos e comprovar sua distribuição em 10 dias, sob pena de preclusão da prova. Pimenta Bueno-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0004614-18.2012.8.22.0009
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Sebastiao Pires Ramos
Advogado:Marco Cesar Kobayashi (OAB/RO 4351), Charles Márcio Zimmermann (RO 2733)
Executado:Banco do Brasil S/a
Advogado:Gustavo Amato Pissini (RO 4.567)
DESPACHO:
Considerando que o executado não compareceu em Cartório para a retirada de alvará do valor que lhe pertence, intime-se a indicar conta bancária para transferência, sob pena de destinação da quantia para conta única do Tribunal de Justiça. Se necessário, intime-se pessoalmente.Certifique-se se as custas processuais foram pagas. Pimenta Bueno-RO, sábado, 1 de fevereiro de 2014.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0000893-58.2012.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Nunes de Andrade Alves
Advogado:Carlos Oliveira Spadoni (RO 607 A)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
DECISÃO:
Promova-se a alteração da classe processual.Cite-se nos termos do art. 730 do Código de Processo Civil, remetendo-se o feito com vista à Procuradoria da autarquia executada.Decorrido o prazo legal sem manifestação, requisite-se o pagamento. Após a expedição da Requisição de Pagamento, intimem-se as partes sobre o inteiro teor da mesma, conforme artigo 10 da Resolução n. 168, de 5/12/2011, do Conselho da Justiça Federal.Com o depósito do valor devido, expeça-se alvará em favor da credora e/ou seu patrono para levantamento do valor depositado, devendo a parte exequente comprová-lo em juízo em 15 dias, conforme art. 447, caput e § 3º das Diretrizes Judiciais, Provimento nº 12/2007-CG.Após, arquivem-se. Pimenta Bueno-RO, sábado, 1 de fevereiro de 2014.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0000653-69.2012.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria José da Silva Milani
Advogado:Alexsandro Klingelfus (RO 2395), Lauro Paulo Klingelfus (RO 1951), Crisdaine Micaeli Silva Favalessa (RO 5360)
Requerido:Brasil Distribuidora Industria e Comércio de Produtos Alimenticios Ltda
Advogado:Francisco Ribeiro Neto. (RO 875)
DECISÃO:
Recebo os recursos interpostos pelas partes em ambos os efeitos.À parte contrária para as contrarrazões.Em seguida, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça.Pimenta Bueno-RO, sábado, 1 de fevereiro de 2014.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0000632-93.2012.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Linha Verde Transmissora de Energia S A
Advogado:Nilmara Gimenes Navarro (RO 2288)
Requerido:João Alves da Costa
Advogado:Alexsandro Klingelfus (RO 2395), Crisdaine Micaeli Silva Favalessa (RO 5360)
DECISÃO:
Libere-se o valor dos honorários ao perito, conforme determinado em SENTENÇA.Recebo o recurso adesivo interposto pelo requerido em ambos os efeitos.À parte contrária para as contrarrazões.Em seguida, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça.Pimenta Bueno-RO, sábado, 1 de fevereiro de 2014. Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0002143-63.2011.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Edizio Santos Alves
Advogado:Sebastião Cândido Neto (RO 1826)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
DECISÃO:
Promova-se a alteração da classe processual.Cite-se nos termos do art. 730 do Código de Processo Civil, remetendo-se o feito com vista à Procuradoria da autarquia executada.Decorrido o prazo legal sem manifestação, requisite-se o pagamento.

Após a expedição da Requisição de Pagamento, intimem-se as partes sobre o inteiro teor da mesma, conforme artigo 10 da Resolução n. 168, de 5/12/2011, do Conselho da Justiça Federal.Com o depósito do valor devido, expeça-se alvará em favor da credora e/ou seu patrono para levantamento do valor depositado, devendo a parte exequente comprová-lo em juízo em 15 dias, conforme art. 447, caput e § 3º das Diretrizes Judiciais, Provimento nº 12/2007-CG.Após, arquivem-se. Pimenta Bueno-RO, sábado, 1 de fevereiro de 2014.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0020423-53.2009.8.22.0009
Ação:Inventário
Inventariante:Lêda Freitas de Souto
Advogado:Henrique Scarcelli Saverino (OAB/RO 2714)
Inventariado:Espólio de Francisco Pedro da Silva
DESPACHO:
Intime-se a herdeira Gil Érica, por seus patronos, de que a transferência não foi realizada, conforme informações da Caixa Econômica Federal (fls. 185), em razão de ter sido recusada pelo banco favorecido e devolvida pelo motivo 57.Desta forma, a Sra. Gil Érica deve indicar outra conta bancária para que a transferência do valor que lhe é devido seja transferida. Decorrido o prazo sem manifestação da herdeira, esta deve ser comunicada via telefone, pela Escrivania.Pimenta Bueno-RO, sábado, 1 de fevereiro de 2014.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0040499-35.2008.8.22.0009
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:A. S. B.
Advogado:Rosane Corina Odisio do Santos. (RO 1468), Walfrane Leila Odisio dos Santos (OAB/RO 3489)
Executado:A. M. B.
DESPACHO:
Considerando a ausência de resposta aos ofícios expedidos e a natureza da causa, extrai-se as cópias necessárias e remetam-se ao Corregedor-Geral de Justiça para as providências que entender cabíveis.Pimenta Bueno-RO, sábado, 1 de fevereiro de 2014.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0040480-29.2008.8.22.0009
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:A. S. B.
Advogado:Rosane Corina Odisio do Santos. (RO 1468), Walfrane Leila Odisio dos Santos (OAB/RO 3489)
Executado:A. M. B.
DESPACHO:
Considerando a ausência de resposta aos ofícios expedidos e a natureza da causa, extrai-se as cópias necessárias e remetam-se ao Corregedor-Geral de Justiça para as providências que entender cabíveis.Pimenta Bueno-RO, sábado, 1 de fevereiro de 2014.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0045978-43.2007.8.22.0009
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Benedita Castorino Nascimento
Advogado:Lauro Paulo Klingelfus (OAB/RO 1951), Lauro Paulo Klingelfus Junior (RO 2389), Alexsandro Klingelfus (OAB/RO 2395), Crisdaine Micaeli Silva Favalessa (RO 5360)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
DESPACHO:
Trata-se de recurso de apelação interposto pela autora contra a DECISÃO de fls. 129.Sabe-se que a apelação é recurso típico, cabível em face da SENTENÇA (CPC, art. 515)- provimento jurisdicional que, no primeiro grau de jurisdição, extingue o processo, com fundamento em uma das hipóteses dos artigos 267 e 269, ambos do CPC (CPC, art. 162, § 1º). Observa-se que a DECISÃO de fls. 292 tão somente indeferiu o pedido de arbitramento de honorários, sendo o arquivamento a próxima fase, já que todos os demais atos haviam sido praticados. Assim, considerando a natureza meramente interlocutória da DECISÃO de fls. 129, não recebo o recurso de apelação apresentado pela autora.Pimenta Bueno-RO, sábado, 1 de fevereiro de 2014.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0006005-71.2013.8.22.0009
Ação:Embargos à Execução Fiscal
Embargante:J. L. Bavaresco Tabacaria Ltda -me
Advogado:Jacir Cândido Ferreira Júnior (OAB/RO 3408)
Embargado:Fazenda Nacional
Advogado:Theodorico Gomes Portela Neto (RO 11499)
DESPACHO:
Considerando que, nos autos principais, o patrono do executado renunciou ao MANDADO, esclareça o causídico se permanece atuando nestes autos.Em caso negativo, junte o comprovante de comunicação ao seu cliente, no prazo de 10 dias.Pimenta Bueno-RO, sábado, 1 de fevereiro de 2014.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0005057-32.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Cooperativa Rondoniense de Carne Ltda COOPEROCARNE
Advogado:Ivan Francisco Machiavelli ( ), Deolamara Lucindo Bonfa (RO 1561), Théo Fernando Abreu Haag (RO 4.836)
Requerido:J.b.s Sa
DECISÃO:
Recebo o recurso interposto em seu efeito devolutivo. Desnecessária a intimação da parte contrária, pois, ainda não houve citação.Remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça de Rondônia.Pimenta Bueno-RO, sábado, 1 de fevereiro de 2014. Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0004364-48.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Nauri Terezinha Gomes
Advogado:Sebastião Cândido Neto (RO 1826), Victor Alexsandro do Nascimento Custódio (OAB/RO 5.155)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
DESPACHO:
Uma vez mais, faculto a parte autora apresentar rol de testemunhas, sob pena de julgamento do feito no estado em que se encontra.Pimenta Bueno-RO, sábado, 1 de fevereiro de 2014.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0002384-66.2013.8.22.0009
Ação:Busca e Apreensão (Cível)
Requerente:Banco Bradesco Financiamentos S A
Advogado:Ellen Laura Leite Mungo (10604)
Requerido:Rosa Oliveira de Souza Cavalcante

DESPACHO:
Intime-se pessoalmente a parte autora a dar andamento ao feito, sob pena de extinção.Pimenta Bueno-RO, sábado, 1 de fevereiro de 2014.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0001821-72.2013.8.22.0009
Ação:Divórcio Litigioso
Requerente:M. G. M. da S. W. G. M. da S. J. G. M. da S. A. G. M. da S.
Advogado:Rouscelino Passos Borges (OAB/RO 1205)
Requerido:J. W. M. da S.
Advogado:Kleber Freitas Pedrosa Alcântara (OAB/RO 3689)
DESPACHO:
Comprove o requerido o pagamento da taxa de desarquivamento. Pimenta Bueno-RO, sábado, 1 de fevereiro de 2014.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0001072-55.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:José Nilo de Sousa
Advogado:Murillo Espinola de Oliveira Lima (MT 3127-A), Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/MT 11.101), Nelson Vieira da Rocha Júnior (OAB/RO 3765)
Requerido:Banco do Brasil Sa
Advogado:Louise Rainer Pereira Gionedis (PR 8123)
DECISÃO:
Recebo o recurso interposto pelo autor em ambos os efeitos.À parte contrária para as contrarrazões.Em seguida, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça.Pimenta Bueno-RO, sábado, 1 de fevereiro de 2014.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0000847-35.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Autor:Vitória da Silva Cordeiro
Advogado:Geisica dos Santos Tavares Alves (RO 3998)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
DECISÃO:
Recebo o recurso interposto pelo requerido em ambos os efeitos. No tocante à antecipação de tutela, porém, apenas no efeito devolutivo, nos termos do art. 520, VII do CPC.O requerido já comprovou a implantação do benefício, conforme informações no sistema.À parte contrária para as contrarrazões. Em seguida, remetam-se os autos ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região.Pimenta Bueno-RO, sábado, 1 de fevereiro de 2014.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0004015-79.2012.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ciclo Cairu Ltda
Advogado:José Ângelo de Almeida (RO 309), Daniele Pontes Almeida (OAB/RO 2567)
Requerido:Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A - Embratel
Advogado:Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
DECISÃO:
Recebo o recurso interposto pelo autor em ambos os efeitos.À parte contrária para as contrarrazões.Em seguida, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça.Pimenta Bueno-RO, sábado, 1 de fevereiro de 2014.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0000648-13.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Autor:Rosemary Aparecida Passador Sanches de Giuli
Advogado:Cibele Thereza Barbosa Rissardo (RO 235-B), Cristhianne Paula Cremonese de Freitas (OAB/RO 2470)
Requerido:Tim Celular S/A
Advogado:Celso David Antunes (OAB/BA 1141A), Luis Carlos Monteiro Laurenço (OAB/BA 16780)
DECISÃO:
Recebo o recurso interposto em ambos os efeitos.À parte contrária para as contrarrazões.Em seguida, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça.Pimenta Bueno-RO, sábado, 1 de fevereiro de 2014.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0000774-63.2013.8.22.0009
Ação:Interdito Proibitório (Cível)
Requerente:Maria do Carmo Loiola Oliveira, José Gonçalves Loiola
Advogado:José Marcelo Cardoso de Oliveira (RO 3598), Idione Teresinha Pizzato (OSB/RO 5372), José Marcelo Cardoso de Oliveira (RO 3598)
Requerido:Jader Luiz Bavaresco, Tanilo Bavaresco, Vanda Maria Mata de Oliveira
Advogado:Jacir Cândido Ferreira Júnior (OAB/RO 3408)
DESPACHO:
Intimem-se pessoalmente os requeridos Jader e Tanilo a constituirem novo patrono, em 10 dias.Pimenta Bueno-RO, sábado, 1 de fevereiro de 2014.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0004075-52.2012.8.22.0009
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Sebastião Alves de Mira
Advogado:Marco Cesar Kobayashi (OAB/RO 4351)
Executado:Banco do Brasil Sa
Advogado:Louise Rainer Pereira Gionedis (PR 8123), Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/PR 54.881)
DESPACHO:
Pelas informações da Caixa, conclui-se que tratava-se de um único depósito nos autos, pelo que não há valores a serem devolvidos ao requerido.Ceritifique-se se as custas finais foram pagas e após arquivem-se.Pimenta Bueno-RO, sábado, 1 de fevereiro de 2014.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0004594-27.2012.8.22.0009
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Nacional
Advogado:Theodorico Gomes Portela Neto (RO 11499)
Executado:J. L. Bavaresco Tabacaria Ltda -me
Advogado:Jacir Cândido Ferreira Júnior (OAB/RO 3408)
DESPACHO:
Intime-se pessoalmente o embargante a constituir novo patrono, no prazo de 10 dias.Pimenta Bueno-RO, sábado, 1 de fevereiro de 2014.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0004593-76.2011.8.22.0009
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Mônica Cristina da Costa
Advogado:Sebastião Cândido Neto (RO 1826)

Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia Sa Ceron
Advogado:Ubirajara Rodrigues Nogueira de Rezende (OAB/RO 1571), Pedro Origa (OAB/RO 1953)
DESPACHO:
Promova-se a alteração da classe processual.Fixo honorários advocatícios em 10% sobre o valor a ser executado.Intime-se a devedora a efetuar o pagamento do valor devido, no importe de R$ 14.520,00, conforme cálculos do credor, já acrescido dos honorários ora arbitrados, sob pena de multa e execução.A multa prevista no art. 475-J do CPC somente será devida em caso do não pagamento após a intimação.Pimenta Bueno-RO, quarta-feira, 27 de novembro de 2013.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0000954-79.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Geni Soares Canuto de Farias
Advogado:Rubens Demarchi (RO 2127)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Manifeste a parte autora sobre juntada de petição da parte requerida.

Proc.: 0003531-30.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Cícera Maria de Lima
Advogado:Rejane Maria de Melo Godinho (OAB/RO 1042), Edmar Felix de Melo Godinho (RO 3351)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Certidão do Oficial de Justiça:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo legal, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 83.

Proc.: 0005476-52.2013.8.22.0009
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Consórcio Nacional Honda Ltda
Advogado:Luciano Boabaid Bertazzo (RO 1894), Amandio Ferreira Tereso Junior (OAB/SP 107414)
Requerido:Cleiton Cantilho dos Santos
Certidão do Oficial de Justiça:Fiduciária
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo legal, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 37.

Proc.: 0005192-15.2011.8.22.0009
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Maria Aparecida de Oliveira
Advogado:Carlos Oliveira Spadoni (RO 607 A)
Requerido:Banco do Brasil S/a
Advogado:Karina de Almeida Batistuci (OAB/RO 4.571), Louise Rainer Pereira Gionedis (PR 8123), Marly Vieira Tonett Sismeiro de Oliveira (OAB/RO 1620), João Luís Sismeiro de Oliveira (OAB/RO 294)
Desarquivamento - Intimação:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo legal, intimada a se manifestar sobre o desarquivamento dos autos, sob pena do processo retornar ao arquivo geral.

Proc.: 0002809-93.2013.8.22.0009
Ação:Exibição
Requerente:Franciel Aparecido Penteado
Advogado:Pedro Luiz Lepri Junior (PR 55483), Nelson Vieira da Rocha Júnior (OAB/RO 3765), Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/MT 11.101), Murillo Espinola de Oliveira Lima (MT 3127-A)
Requerido:Banco do Brasil S/a
Advogado:Louise Rainer Pereira Gionedis (PR 8123)
Petição ¿ Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a manifestar-se sobre a petição da parte requerida de fls. 57/61

Proc.: 0002914-41.2011.8.22.0009
Ação:Exibição
Requerente:Ildênia Moraes de Oliveira Rodrigues
Advogado:Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/MT 11.101), Nelson Vieira da Rocha Júnior (OAB/RO 3765), Murillo Espinola de Oliveira Lima (MT 3127-A), Pedro Luiz Lepri Junior (PR 55483)
Requerido:Banco do Brasil Sa
Advogado:Karina de Almeida Batistuci (OAB/RO 4.571)
Desarquivamento - Intimação:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo legal, intimada a se manifestar sobre o desarquivamento dos autos, sob pena do processo retornar ao arquivo geral.

Proc.: 0017430-37.2009.8.22.0009
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Lucilene de Souza Braga, Sul America Companhia Nacional de Seguros
Advogado:Alexsandro Klingelfus (RO 2395), Lauro Paulo Klingelfus (OAB/RO 1951), Andrey Cavalcante (RO 303-B), Paulo Barroso Serpa (OAB/RO 551-E)
Executado:Clube Vida Sul América do Norte
Advogado:José Haroldo de Lima Barbosa (OAB/RO 658A)
Desarquivamento - Intimação:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo legal, intimada a se manifestar sobre o desarquivamento dos autos, sob pena do processo retornar ao arquivo geral.

Proc.: 0002210-91.2012.8.22.0009
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Joao Pereira da Silva
Advogado:Lauro Paulo Klingelfus (RO 1951), Alexsandro Klingelfus (RO 2395), Crisdaine Micaeli Silva Favalessa (RO 5360)
Executado:Antônio Pinheiro Sobrinho, J. C. G. Cornachini - ME
Advogado:João Paulo das Virgens Lima (OAB/RO 4072), Paulo Batista Duarte Filho (RO 4459), Paula Estela Gurgel do Amaral Lima (OAB/RO 3327), João Paulo das Virgens Lima (OAB/RO 4072), Paulo Batista Duarte Filho (RO 4459), Paula Estela Gurgel do Amaral Lima (OAB/RO 3327)
Certidão do Oficial de Justiça:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo legal, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 118.

Proc.: 0002908-63.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Exequente:A. L. B.
Advogado:Lauro Paulo Klingelfus (RO 1951), Alexsandro Klingelfus (RO 2395), Crisdaine Micaeli Silva Favalessa (RO 5360)
Executado:M. de L. M. G.
Advogado:Sebastião Cândido Neto (RO 1826)

Custas Finais:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo legal, intimada para efetuar o pagamento das custas finais no valor de R$ 416,35 (quatrocentos e dezesseis reais e trinta e cinco centavos), sob pena de inscrição na dívida ativa.

Proc.: 0004981-08.2013.8.22.0009
Ação:Usucapião
Requerente:Mauro Bueno da Silva, Maria de Lourdes Costa da Silva
Advogado:Paulo Ferreira de Souza (RO 243-B)
Requerido:Construtora Mendes Júnior S A, Jayme Santos Terra, Marilaine Guimarães dos Santos
Certidão do Oficial de Justiça:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo legal, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl. 59.

Proc.: 0001854-62.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento Sumário
Autor:Cícera de Fátima Holsbach
Advogado:Andre Bonifacio Ragnini (RO 1119.), Valdirene Rodrigues da Silva (OAB/RO 4124)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Lucimar Cristina Gimenez Cano (RO 5.017)
Laudo Pericial:
Ficam as partes, por via de seus Advogados(as), no prazo legal, intimadas para se manifestarem sobre o Laudo Pericial.

Proc.: 0000681-03.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Autor:José Godofredo da Silva
Advogado:Suely Maria Rodrigues Ferro (RO 2961)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Lucimar Cristina Gimenez Cano (RO 5.017)
Laudo Pericial:
Ficam as partes, por via de seus Advogados(as), no prazo legal, intimadas para se manifestarem sobre o Laudo Pericial.

Proc.: 0001863-24.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Autor:Euvania Diogo Barreira
Advogado:Andre Bonifacio Ragnini (RO 1119.), Iris Christina Gurgel do Amaral Pini (RO 844)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Lucimar Cristina Gimenez Cano (RO 5.017)
Laudo Pericial:
Ficam as partes, por via de seus Advogados(as), no prazo legal, intimadas para se manifestarem sobre o Laudo Pericial.

Proc.: 0001853-77.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento Sumário
Autor:Vilson Alves Gomes
Advogado:Valdirene Rodrigues da Silva (OAB/RO 4124), Andre Bonifacio Ragnini (RO 1119.)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2894), Andre Bonifacio Ragnini (RO 1119.)
Laudo Pericial:
Ficam as partes, por via de seus Advogados(as), no prazo legal, intimadas para se manifestarem sobre o Laudo Pericial.

Proc.: 0001256-11.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Autor:Givaldo Gomes de Araújo
Advogado:Lauro Paulo Klingelfus (RO 1951), Crisdaine Micaeli Silva Favalessa (RO 5360), Alexsandro Klingelfus (RO 2395)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Laudo Pericial:
Fica a parte autora, por via de seu Advogado, no prazo legal, intimada para manifestar-se sobre o Laudo Pericial.

Proc.: 0003660-35.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Autor:Venâncio Santos Nascimento
Advogado:Milton Ricardo Ferreto (OAB RO 571 - A)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Laudo Pericial:
Fica a parte autora, por via de seu Advogado, no prazo legal, intimada para manifestar-se sobre o Laudo Pericial.

Proc.: 0001995-81.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Autor:Raimundo Soares da Silva
Advogado:Carlos Oliveira Spadoni (RO 607 A)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Laudo Pericial:
Fica a parte autora, por via de seu Advogado, no prazo legal, intimada para manifestar-se sobre o Laudo Pericial.

Proc.: 0004957-14.2012.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Mateus da Silva
Advogado:Ana Paula Gomes da Silva (RO 3596)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Laudo Pericial:
Fica a parte autora, por via de seu Advogado, no prazo legal, intimada para manifestar-se sobre o Laudo Pericial.

Proc.: 0042979-20.2007.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Cerâmica Romana Ltda
Advogado:Alexsandro Klingelfus (OAB/RO 2395), Lauro Paulo Klingelfus (OAB/RO 1951), Lauro Paulo Klingelfus Junior (RO 2389), Crisdaine Micaeli Silva Favalessa (RO 5360)
Executado:Grazielle M. de Sá Guastala
Alvará - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo legal, intimada para retirar o Alvará expedido.

Proc.: 0002376-60.2011.8.22.0009
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Antônio Martins de Moura
Advogado:Carlos Oliveira Spadoni (RO 607 A)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Alvará - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo legal, intimada para retirar o Alvará expedido.

Proc.: 0003833-93.2012.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:José Barros Vieira
Advogado:Carlos Oliveira Spadoni (RO 607 A)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Alvará - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo legal, intimada para retirar o Alvará expedido.

Proc.: 0001880-94.2012.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Jeová de Lima Andrade
Advogado:Lauro Paulo Klingelfus (RO 1951), Alexsandro Klingelfus (RO 2395)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Alvará - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo legal, intimada para retirar o Alvará expedido.

Proc.: 0005356-77.2011.8.22.0009
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Edimar Pereira Correa
Advogado:Lauro Paulo Klingelfus (RO 1951), Alexsandro Klingelfus (RO 2395), Crisdaine Micaeli Silva Favalessa (RO 5360)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Alvará - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo legal, intimada para retirar o Alvará expedido.

Proc.: 0002995-87.2011.8.22.0009
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Terezinha Schllosser
Advogado:Diogo Rogério da Rocha Moletta (OAB/RO 3403), Milton Ricardo Ferreto (OAB RO 571 - A)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Alvará - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo legal, intimada para retirar o Alvará expedido.

Proc.: 0002671-29.2013.8.22.0009
Ação:Carta Precatória (Cível)
Exequente:Siemens Ltda
Advogado:Caio Campello de Menezes (OAB/SP 174.393), Ivan Tuil Rodrigues (OAB/RJ 61118)
Executado:Eletrogóes S/A
Advogado:Flávio Kloos (RO 4537), José Anchieta da Silva (MG 23405), Gustavo Henrique de Souza e Silva (MG 84247)
Fica a parte Autora, por meio de seu advogado, intimada para se manifestar acerca
da petição juntada pelo Executado.

Proc.: 0003678-27.2011.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Vilmar Catafesta
Advogado:Rosimeiry Maria de Lima (OAB/RO 2504)
Executado:Kellen Comércio de Confecções Ltda, Orlando de Oliveira, Andréia Moreira da Costa, Alessandra Moreira da Costa
48 horas:
Fica a parte Autora, por meio de seu advogado, intimada para dar prosseguimento
ao feito, no prazo legal, quanto ao saldo remanescente.

Proc.: 0001314-14.2013.8.22.0009
Ação:Monitória
Requerente:Januário & Silva Comércio de Alimentos Ltda
Advogado:Lauro Paulo Klingelfus (RO 1951), Lauro Paulo Klingelfus Junior (RO 2389), Alexsandro Klingelfus (RO 2395), Crisdaine Micaeli Silva Favalessa (RO 5360)
Requerido:Moreira & Farias Ltda Me
Custas Judiciais¿ Autor:
Fica a parte requerente intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 15,98 (quinze reais e noventa e oito centavos), sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0002208-87.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento Sumário
Autor:Gorette Clementino Primo
Advogado:Flávia Aparecida Flores (RO 3111)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Custas Judiciais¿ Réu:
Fica a parte requerida intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 229,06 (duzentos e vinte e nove reais e seis centavos), sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0000675-93.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Autor:Luciano Lauro Moisés
Advogado:Suely Maria Rodrigues Ferro (RO 2961)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 289), Michele Luana Sanches (OAB/RO 2910)
Custas Judiciais¿ Autor:
Fica a parte requerente intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 269,01 (duzentos e sessente e nove reais e um centavo), sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0000099-03.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento Sumário
Autor:Adriano Gonçalves Pereira
Advogado:Bernardo Schmidt Penna (OAB RO 4517)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Lucas Vendrusculo (RO 2666), Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800), Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369)
Custas Judiciais¿ Autor:
Fica a parte requerente intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 323,02 (trezentos e vinte e três reais e dois centavos), sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0003427-09.2011.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Severino Marculino Vital
Advogado:Alexsandro Klingelfus (RO 2395), Lauro Paulo Klingelfus (RO 1951)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Alvará - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo legal, intimada para retirar o Alvará expedido.

Proc.: 0003989-81.2012.8.22.0009
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Paulo Ribeiro Leão
Advogado:Charles Márcio Zimmermann (RO 2733), Marco Cesar Kobayashi (OAB/RO 4351)

Executado:Banco do Brasil Sa
Advogado:Alexandre Leandro da Silva Souza (OAB/RO 4260), Gustavo Amato Pissini (OAB/SP 261030), Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Júnior (RO 4407)
Alvará - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo legal, intimada para retirar o Alvará expedido.

Proc.: 0005805-35.2011.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Itamar Maria
Advogado:Sônia Castilho Rocha (RO 2617)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Alvará - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo legal, intimada para retirar o Alvará expedido.

Proc.: 0005160-73.2012.8.22.0009
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Francisco Gomes Neto
Advogado:Charles Márcio Zimmermann (RO 2733)
Executado:Banco do Brasil S/a
Advogado:Alexandre Leandro da Silva (RO 4260), Gustavo Amato Pissini (RO 4.567), Sammuel Valentim Borges (RO 4356)
Alvará - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo legal, intimada para retirar o Alvará expedido.

Proc.: 0004921-06.2011.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Pura Pereira Borges
Advogado:Carlos Oliveira Spadoni (RO 607 A)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Desarquivamento - Intimação:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo legal, intimada a se manifestar sobre o desarquivamento dos autos, sob pena do processo retornar ao arquivo geral.

Proc.: 0005292-96.2013.8.22.0009
Ação:Divórcio Litigioso
Requerente:I. F. de A. V.
Advogado:Rouscelino Passos Borges (OAB/RO 1205)
Requerido:C. C. V.
Carta precatória - retirar:
-Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: 0003682-93.2013.8.22.0009
Ação:Monitória
Requerente:Comércio de Petróleo Pimentão Ltda
Advogado:Milton Ricardo Ferreto (OAB RO 571 - A)
Requerido:Luiz Carlos Vaz Baluilhe
Carta precatória - retirar:
-Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: 0005569-15.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Valdir Rodrigues da Silva
Advogado:Paulo Luiz de Laia Filho (RO 3857), Jesiel Rodrigues da Silva (OAB 5282)
Requerido:Paulo Backes
Advogado:Carlos Venicius Ferreira Ribeiro JÚnior (OAB/AC 3851), André Kuibida Okamura (OAB/AC 3713)
DECISÃO:
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE RONDÔNIACOMARCA DE PIMENTA BUENO1ª VARA CÍVELT E R M O D E A U D I Ê N C I AEm 03 de Fevereiro de 2014, às 08h00min Autos nº: 0005569-15.2013.8.22.0009 Classe/ação: Procedimento Ordinário (Cível)Parte Autora: VALDIR RODRIGUES DA SILVAAdvogado: Jesiel Rodrigues da Silva Paulo Luiz de Laia FilhoParte Requerida: PAULO BACKESPor falta de espaço físico disponível para realização de audiências do Cejusc ? Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, a MMª Juíza de Direito, Dra. Valdirene Alves da Fonseca Clementele, Titular da 1ª Vara Cível, autorizou provisoriamente, a utilização da sala de audiências, para realização das audiências de conciliação pertinente a esta vara.Instalou-se a audiência nos presentes autos, pelo conciliador do CEJUSC Renato Vieira Freitas. Presente a Excelentíssima Senhora Doutora Valdirene Alves da Fonseca Clementele, Meritíssima Juíza de Direito da 1ª Vara Cível da Comarca de Pimenta Bueno-RO.Aberta a audiência e apregoadas as partes, foi verificada a presença do autor, acompanhado de seus patronos Dr. Jesiel Rodrigues da Silva e Dr. Paulo Luiz de Laia Filho e a ausência do requerido. Ocorrências: A tentativa de conciliação restou infrutífera em razão da ausência do requerido.A parte requerida apresentou em cartório contestação e impugnação ao valor da causa.Em seguida pela MM. Juíza foi proferido o seguinte DESPACHO: ? Desentranhe-se a impugnação ao valor da causa para que seja distribuída e autuada em apenso. Em seguida abra-se vista a parte autora para manifestação.Desde logo designo audiência de instrução e julgamento para dia 11 de Março de 2014 às 08h00min?.Intimem-se as testemunhas arroladas na emenda a inicial e na contestação. Desde já fica o autor intimado para na data designada prestar depoimento. O requerido deve ser intimado na pessoa de seu patrono?.Nada mais havendo, foi determinado que encerrasse o presente feito. Eu Renato Vieira Freitas, técnico judiciário, digitei.JUÍZA DE DIREITO:CONCILIADOR: AUTOR:ADVOGADOS:Pimenta Bueno-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0002136-03.2013.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Ccla do Centro Sul Rondoniense Sicoob Credip
Advogado:Noel Nunes de Andrade (OAB/RO 1586), Éder Timótio Pereira Bastos (RO 2930)
Executado:M. Ruiz, João Carlos Borges, Matilde Ruiz, Marcos Lopes
Carta precatória - retirar:
-Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: 0003282-79.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Cleusa de Souza Aguiar
Advogado:Jacir Cândido Ferreira Júnior (OAB/RO 3408)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0000198-70.2013.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Raimundo Donato da Costa
Advogado:Kleber Freitas Pedrosa Alcântara (OAB/RO 3689)
Executado:Adevaldo Martins do Prado
Certidão do Oficial de Justiça:I
Manifeste a parte interessada sobre a certidão do Oficial de Justiça.

Proc.: 0004892-82.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:A. P. A. de S.
Advogado:Alan Kardec dos Santos Lima (OAB/RO 333)
Requerido:S. C. de S.
Advogado:Fabiana Ribeiro Gonçalves (SSP/RO 2800), Wilson Nogueira Júnior (OAB/RO 2917)
Especificação de provas:
Ficam as partes, por via de seu(uas) Advogados(as), intimadas a ratificarem o pedido de provas por ventura formulado anteriormente, ou especificarem outras provas que pretrendam produzir, justificando sua FINALIDADE e pertinência, sob pena de indeferimento.

Proc.: 0000766-86.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Anderson Aparecido Godoi
Advogado:Murillo Espinola de Oliveira Lima (MT 3127-A), Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/MT 11.101), Pedro Luiz Lepri Junior (PR 55483)
Requerido:Banco Cruzeiro do Sul
Advogado:Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (SP 128341), Rafael Simas Fialho de Souza (RJ 163356)
Custas Judiciais¿ Autor:
Fica a parte Autora intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 34,24 (trinta e quatro reais e vinte e quatro centavos), sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0004958-96.2012.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Autor:Ruth Alves da Silva
Advogado:Ana Paula Gomes da Silva (RO 3596)
Requerido:Banco Bmg S/a
Advogado:Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76.696)
Custas Judiciais¿ Réu:
Fica a parte requerida intimada, por via de seu(s) procurador(es), para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas processuais no valor de R$ 122,88 (cento e vinte dois reais e oitenta e oito centavos), sob pena de inscrição na Dívida Ativa.

Proc.: 0000882-63.2011.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Matilde de Freitas Pimentel
Advogado:Sebastião Cândido Neto (RO 1826)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
DECISÃO:
DECISÃO SERVINDO COMO CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO:1. Considerando que a perita não elabora mais perícias neste Juízo, em razão de se encontrar enferma, torno sem efeito a nomeação, fazendo-se necessário que outro profissional seja nomeado nos autos.2. Portanto, nomeio perito(a) judicial o Dr. ROBERTO CLÁUDIO CORREIA, brasileiro, médico, podendo ser encontrado no Hospital São Francisco, nesta cidade. O perito deverá exercer seu mister independente de assinatura de termo de compromisso e fixo-lhe honorários importe de R$ 200,00, a serem pagos pela Justiça Federal nos termos da resolução nº 541, de 18/01/2007 do CJF, após a CONCLUSÃO definitiva da perícia. Havendo justificativa plausível sobre eventual complexidade e grau de dificuldade de realização da perícia, o valor poderá ser aumentado, nos termos da mesma resolução. Todavia, será necessária a apresentação de pedido escrito devidamente fundamentado, por parte do perito, ao apresentar o laudo.3. Desde logo, conforme informado anteriormente pelo perito, designo o dia 17 de fevereiro de 2014, a partir das 15h, para a realização da perícia, devendo a parte comparecer junto ao Hospital São Francisco, munida de seus documentos pessoais, exames e laudos médicos que possuir.4. Intime-se o perito da nomeação, cientificando-o que deverá responder os quesitos do Juízo, adiante descritos e das partes, caso já tenham sido apresentados.QUESITOS DO JUÍZO: 1) O periciando é portador de alguma enfermidade/patologia?; Se positivo, qual a natureza, gravidade, extensão e estágio evolutivo; É possível determinar o início? 2) Caso o periciando esteja incapacitado, essa incapacidade é: temporária ou permanente, total ou parcial; 3) A doença lhe incapacita: para a sua atividade habitual; para o exercício de qualquer outra atividade que lhe garanta a subsistência; 4) Em caso de incapacidade temporária, essa incapacidade é suscetível de recuperação ou reabilitação para o exercício da atividade que exercia antes (sim ou não); é possível a reabilitação para o exercício de qualquer outra atividade, em especial considerando a idade do autor? 5) Em sendo afirmativo o item anterior (04), há indicação de cuidados médicos ou terapias? Qual sua natureza e provável duração? 6) Se em 30/07/2010, a periciando já se encontrava incapacitada para o trabalho? 7) Outras considerações/conclusões que o Sr. Perito entender pertinentes.5. As partes já foram intimadas anteriormente para a apresentação de quesitos e assistente técnico, pelo que deixo de estipular novo prazo. Caso indicados assistentes, estes deverão ofertar seus pareceres, no prazo de 10 (dez) dias, após a entrega de laudo. 6. Fixo o prazo de 20 dias após a realização da perícia para CONCLUSÃO do laudo, autorizando a retirada dos autos pelo perito, caso entenda necessário. 7. Com a vinda do laudo, intimem-se as partes. DECISÃO SERVINDO COMO CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO:Perito: Dr. Roberto Claudio Correia, Hospital São Francisco, nesta.Autora: MARIA MATILDE DE FREITAS PIMENTEL, residente na RO 010, Chácara 18, Projeto Casulo, Setor Abaitará.Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, por seu Procurador.Pimenta Bueno-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juíza de Direito

Proc.: 0003567-43.2011.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Erineide Zanette
Advogado:Geisica dos Santos Tavares Alves (RO 3998)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
DECISÃO:
DECISÃO SERVINDO COMO CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO:1. Considerando que o perito não elabora mais perícias neste Juízo, torno sem efeito a nomeação, fazendo-se

necessário que outro profissional seja nomeado nos autos.2. Portanto, nomeio perito(a) judicial o Dr. ROBERTO CLÁUDIO CORREIA, brasileiro, médico, podendo ser encontrado no Hospital São Francisco, nesta cidade. O perito deverá exercer seu mister independente de assinatura de termo de compromisso e fixo-lhe honorários importe de R$ 200,00, a serem pagos pela Justiça Federal nos termos da resolução nº 541, de 18/01/2007 do CJF, após a CONCLUSÃO definitiva da perícia. Havendo justificativa plausível sobre eventual complexidade e grau de dificuldade de realização da perícia, o valor poderá ser aumentado, nos termos da mesma resolução. Todavia, será necessária a apresentação de pedido escrito devidamente fundamentado, por parte do perito, ao apresentar o laudo.3. Desde logo, conforme informado anteriormente pelo perito, designo o dia 17 de fevereiro de 2014, a partir das 15h, para a realização da perícia, devendo a parte comparecer junto ao Hospital São Francisco, munida de seus documentos pessoais, exames e laudos médicos que possuir.4. Intime-se o perito da nomeação, cientificando-o que deverá responder os quesitos do Juízo, adiante descritos e das partes, caso já tenham sido apresentados.QUESITOS DO JUÍZO: 1) O periciando é portador de alguma enfermidade/patologia?; Se positivo, qual a natureza, gravidade, extensão e estágio evolutivo; É possível determinar o início? 2) Caso o periciando esteja incapacitado, essa incapacidade é: temporária ou permanente, total ou parcial; 3) A doença lhe incapacita: para a sua atividade habitual; para o exercício de qualquer outra atividade que lhe garanta a subsistência; 4) Em caso de incapacidade temporária, essa incapacidade é suscetível de recuperação ou reabilitação para o exercício da atividade que exercia antes (sim ou não); é possível a reabilitação para o exercício de qualquer outra atividade, em especial considerando a idade do autor? 5) Em sendo afirmativo o item anterior (04), há indicação de cuidados médicos ou terapias? Qual sua natureza e provável duração? 6) Se em 22/02/2011, a periciando já se encontrava incapacitada para o trabalho? 7) Outras considerações/conclusões que o Sr. Perito entender pertinentes.5. As partes já foram intimadas anteriormente para a apresentação de quesitos e assistente técnico, pelo que deixo de estipular novo prazo. Caso indicados assistentes, estes deverão ofertar seus pareceres, no prazo de 10 (dez) dias, após a entrega de laudo. 6. Fixo o prazo de 20 dias após a realização da perícia para CONCLUSÃO do laudo, autorizando a retirada dos autos pelo perito, caso entenda necessário. 7. Com a vinda do laudo, intimem-se as partes. DECISÃO SERVINDO COMO CARTA/MANDADO DE INTIMAÇÃO:Perito: Dr. Roberto Claudio Correia, Hospital São Francisco, nesta.Autora: ERINEIDE ZANETTE, residente na Linha 25, lote 09, Gleba 08, em Primavera de Rondônia.Requerido: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, por seu Procurador.Pimenta Bueno-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0003113-29.2012.8.22.0009
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:M. H. dos S. F.
Advogado:Kleber Freitas Pedrosa Alcântara (OAB/RO 3689)
Executado:J. A. K. F.
DESPACHO:
Intime-se pessoalmente a parte autora a dar andamento ao feito, sob pena de extinção.Pimenta Bueno-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0003355-85.2012.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:José Carlos dos Santos
Advogado:Lauro Paulo Klingelfus (RO 1951), Alexsandro Klingelfus (RO 2395)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
DECISÃO:
Tratando-se de erro material na parte dispositiva da SENTENÇA, no tocante ao nome do autor, esta deve ser retificada, passando a constar o nome de JOSÉ CARLOS DOS SANTOS.Permanece inalterada a SENTENÇA em seus demais termos.Intimem-se. Pimenta Bueno-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0057721-21.2005.8.22.0009
Ação:Alvará Judicial - Lei 6858/80
Requerente:J. L. S.
Advogado:Eric Júlio dos SantosTiné (OAB/RO 2507), Maria Emília Cazelli Gonçalves (OAB/RO 2735)
DESPACHO:
Considerando que Eudilene e Josilene já atingiram a maioridade, expeça-se alvará no tocante a cota parte que lhes cabe, devendo ser comprovado o levantamento em 15 dias.Após o feito deve permanecer suspenso até a maioridade do herdeiro Uedes.Pimenta Bueno-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0069095-63.2007.8.22.0009
Ação:Inventário
Inventariante:Divino Gaspari, Francisco de Assis Silva
Advogado:Rubens Demarchi (RO 2127), Geisica dos Santos Tavares Alves (RO 3998), Joanito Vicente Batista (RO. 2363)
Inventariado:Espólio de Adelaide Maria da Conceição
DESPACHO:
Diga o inventariante sobre a manifestação do Estado de Rondônia às fls. 313/314.Pimenta Bueno-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0003623-81.2008.8.22.0009
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Serra Negra Engenharia Ltda, Lourival Goedert
Advogado:Lourival Goedert (OAB/RO 2371)
Executado:Luminar Montagens Elétricas Ltda, Márcio Anselmo Ribeiro, João Anselmo Ribeiro, Edson Ribeiro, Luminar Comércio e Indústria Ltda
Advogado:Clóvis Antônio Willimann Nunes (OAB/SC 19835)
DESPACHO:
Intimem-se as partes a informarem se a DECISÃO do Tribunal de Justiça já transitou em julgado, bem como a darem andamento ao feito.Pimenta Bueno-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0002135-23.2010.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria da Glória Oliveira da Silva
Advogado:Fernanda Nascimento Nogueira Cândido Reis de Almeida (SP 220181), Lilian Santiago Teixeira Nascimento (SP 229900), Marcos Silva Nascimento (SP 78939)

Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (000.)
DESPACHO:
O prazo pleiteado pela autora já decorrreu.Intime-se a informar se já realizou os exames necessários.Pimenta Bueno-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0005520-42.2011.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Cidinha Lachos
Advogado:Sônia Maria Antônia de Almeida Negri (RO 2029)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
DESPACHO:
DECISÃO SERVINDO COMO MANDADO /CARTA DE INTIMAÇÃO:Considerando a a autora já realizou o exame solicitado pelo perito, designo a perícia para o dia 20/02/2014, às 15h, no Hospital São Francisco nesta cidade.Intime-se a autora a comparecer na data e horários indicados, munidos de seus documentos pessoais, exames e laudos médicos que possuir.Intime-se o perito nomeado Dr. Roberto Cláudio Correia sobre a presente DECISÃO, bem como sobre a DECISÃO que o nomeou como perito, bem como encaminhe os quesitos apresentados pelas partes.AUTORA: MARIA CIDINHA LACHOS, residente na Linha 55, Marcos Freire, ou por sua procuradora Dra. Sônia Maria Antônio de Almeida Negri.PERITO: Dr. Roberto Cláudio Correia, médico, podendo ser encontrado no Hospital São Franscisco, nesta cidade. REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, por seu Procurador.Pimenta Bueno-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0001148-16.2012.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Pedro Vaz Pinheiro
Advogado:Alexsandro Klingelfus (RO 2395), Lauro Paulo Klingelfus (RO 1951), Crisdaine Micaeli Silva Favalessa (RO 5360)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
DESPACHO:
Promova-se a alteração da classe processual.Fixo honorários advocatícios na fase de cumprimento de SENTENÇA no percentual de 5% sobre o valor executado. Neste sentido:AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 0038704-84.2010.404.0000/RS RELATOR: Des. Federal RICARDO TEIXEIRA DO VALLE PEREIRA AGRAVANTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS ADVOGADO: Procuradoria Regional da PFE-INSS AGRAVADO: SUELI MARIA WINTER HERBERTS ADVOGADO: Ana Elisa Peters D.E. Publicado em 01/04/2011 EMENTA AGRAVO DE INSTRUMENTO. PREVIDENCIÁRIO. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. 5% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. 1. São devidos honorários advocatícios nas execuções contra a Fazenda Pública, ainda que não embargadas, que envolvam quantias inferiores a sessenta salários mínimos - casos em que o pagamento deverá ser feito via requisição de pequeno valor - não o sendo, contudo, naquelas em que os valores em discussão superem os sessenta salários mínimos, e que demandam pagamento via precatório.2. Em execução de lides previdenciárias devem os honorários ser fixados em 5% sobre o valor atualizado do principal. Após a apresentação dos cálculos, voltem conclusos.Pimenta Bueno-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0000476-71.2013.8.22.0009
Ação:Divórcio Litigioso
Requerente:S. G. K. I. V. G. K. A. J. G. K.
Advogado:Sebastião Cândido Neto (RO 1826)
Requerido:A. K.
Advogado:Henrique Scarcelli Saverino (OAB/RO 2714)
DESPACHO:
Intime-se o requerido, por seu patrono, a comprovar o cumprimento do acordo firmado em Juízo.Pimenta Bueno-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0000545-06.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Adenilson José Rangel
Advogado:Luis Ferreira Cavalcante (OAB/RO 2790)
Requerido:Irmãos Bisolo Cia Ltda Transportadora Irmãos Bisolo
Advogado:Wisley Machado Santos de Almeida (OAB/RO 1217)
DESPACHO:
Concedo o prazo adicional de cinco dias para que o requerido Bradesco comprove o pagamento dos honorários periciais. Pimenta Bueno-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0000554-65.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Autor:José Antônio Pereira
Advogado:Murillo Espinola de Oliveira Lima (MT 3127-A), Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/MT 11.101), Nelson Vieira da Rocha Júnior (OAB/RO 3765), Pedro Luiz Lepri Junior (PR 55483)
Requerido:Banco do Brasil Sa
Advogado:Louise Rainer Pereira Gionedis (PR 8123)
DECISÃO:
Recebo o recurso interposto pelo autor em ambos os efeitos.À parte contrária para as contrarrazões.Em seguida, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça.Pimenta Bueno-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0000790-17.2013.8.22.0009
Ação:Inventário
Inventariante:Lucila de Araújo Crivelli
Advogado:Paulo Ferreira de Souza (RO 243-B)
Inventariado:Espólio de Ozias Crivelli
DESPACHO:
Citem-e e intimem-se os herdeiros mencionados no item de fls. 25, para que se habilitem nestes autos.Intimem-se as Fazendas Públicas para que manifestem eventual interesse na lide. Intime-se a inventariante a apresentar certidão de inteiro teor do imóvel a ser partilhado. Pimenta Bueno-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0001601-74.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Autor:Maria do Carmo Carvalho
Advogado:Sebastião Cândido Neto (RO 1826), Victor Alexsandro do Nascimento Custódio (OAB/RO 5.155)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
DESPACHO:
Considerando que a perícia médica não foi impugnada, requisite-se o pagamento dos honorários periciais.Promova-se a realização da perícia social já determinada às fls. 30/31. Pimenta Bueno-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0001858-02.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento Sumário
Autor:Joao Batista da Silva
Advogado:Iris Christina Gurgel do Amaral Pini (RO 844), Andre Bonifacio Ragnini (RO 1119.)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Lucas Vendrusculo (RO 2666), Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/ RO 5369)
DESPACHO:
Intime-se o requerido a comprovar o pagamento dos honorários periciais, arbitrados nos autos, no prazo de cinco dias, sob pena de preclusão da prova.Pimenta Bueno-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0002201-95.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento Sumário
Autor:Ivaneudo Vieira da Silva
Advogado:Flávia Aparecida Flores (RO 3111)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Lucas Vendrusculo (RO 2666), Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/ RO 5369)
DECISÃO:
Inicialmente, indefiro a realização de prova pericial a ser realizada pelo Instituto Médico Legal, pois, dispõe o art. 5º, § 5º, da Lei 6.194/74 (com a redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009), in verbis:§ 5º - "O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais."O objetivo do legislador foi facilitar às vítimas a comprovação das lesões sofridas e de sua incapacidade, sem necessidade de pagamento de qualquer valor, pois estes exames devem ser feito pelo Instituto Médico Legal, para o recebimento administrativo, diretamente com a companhia seguradora.Todavia, inexiste a obrigação da realização da perícia de invalidez pelo IML, para instruir ação de cobrança, caso não tenha recebido o valor correspondente de forma administrativa junto a seguradora, ou que o valor que lhe foi pago seja menor que o devido.Assim, em ajuizando a vítima ação de cobrança, torna-se desnecessário a realização de perícia pelo IML, pois a perícia judicial seria mais abrangente e permite o contraditório, inclusive com a indicação de assistentes pela partes.Desta forma, intime-se a parte requerida a dizer se tem interesse na realização de perícia judicial.Pimenta Bueno-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0002385-51.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Autor:Jacinto Germano dos Santos
Advogado:Paulo César de Oliveira (OAB/RO 685), Ellen Corso Henrique de Oliveira (OAB/RO 782), Denir Borges Tomio (RONDONIA 3983)
Requerido:João Cecilio da Silva
Advogado:Lauro Paulo Klingelfus (RO 1951), Lauro Paulo Klingelfus Junior (RO 2389), Crisdaine Micaeli Silva Favalessa (RO 5360), Alexsandro Klingelfus (RO 2395)
DECISÃO:
Recebo o recurso interposto pelo requerido em ambos os efeitos.À parte contrária para as contrarrazões.Em seguida, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça.Pimenta Bueno-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0002507-64.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Í. G. de C. S.
Advogado:Sebastião Cândido Neto (RO 1826)
Requerido:J. M.
Advogado:Antonio de Alencar Souza (OAB/RO 1904), Carla Regina Schons (OAB/RO 295E), José Eudes Alves Pereira (RO 2897)
DESPACHO:
Intime-se a parte autora para manifestação sobre os documentos juntados pelo requerido.Em seguida, remetam-se os autos ao Ministério Público para parecer.Pimenta Bueno-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0002674-81.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Cenilza Alves Antônio Martins
Advogado:Lauro Paulo Klingelfus (RO 1951), Lauro Paulo Klingelfus Junior (RO 2389), Alexsandro Klingelfus (RO 2395), Crisdaine Micaeli Silva Favalessa (RO 5360)
Requerido:Claro S.a.
Advogado:Alice Reigota Ferreira Lira. (OAB/RO 352B)
DESPACHO:
Considerando que antes mesmo que o pedido de prazo para apresentação de alegações finais fosse apreciado, a autora apresentou sua manifestação às fls. 109.Desta forma, concedo ao requerido o prazo de cinco dias para que também apresente suas derradeiras alegações.Pimenta Bueno-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0002987-42.2013.8.22.0009
Ação:Interdição
Interditante:E. M. M.
Advogado:Defensoria Pública de Pimenta Bueno Ro ( )
Interditado:C. M. da S.
Custas Judiciais¿ Autor:
1ª Vara Cível da Comarca de Pimenta Bueno-RO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA
PARA CONHECIMENTO DE TERCEIROS
Prazo: 30 dias
Processo: 00029874220138220009
Classe: Interdição
Interditante: Eliete Matos Marques
Advogado: Defensoria Pública de Pimenta Bueno-RO
Interditado: Cleide Maria da Silva

Intimação de todos que o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento que corre por este Juízo e Cartório da 1ª Vara Cível a ação de interdição supramencionada.
FINALIDADE: Ficam por este INTIMADOS todos os interessados para tomarem conhecimento da r. SENTENÇA de folhas 29/30 proferida nos autos supramencionados:
SENTENÇA: Eliete Matos Marques ajuizou ação de interdição e curatela de Cleide Maria da Silva.A interditante aduz ser cunhada da interditanda, pois a mesma é irmã de seu companheiro José Edimilson da Silva e esta residindo com o casal a aproximadamente três meses.Informa que a interditanda apresenta retardo mental profundo sem possibilidade de reversão do quadro, sendo absolutamente incapaz e dependente de seus familiares, vez que não tem capacidade de exprimir sua vontade ou praticar as atividades rotineiras, não tendo discernimento necessário para a prática dos atos da vida civil.Instruiu a inicial com os documentos de folhas 06/15.A interditanda foi submetida a interrogatório (folhas 23) e a perícia médica (laudo as folhas 24).Nomeado curador especial, este apresentou contestação por negatória geral, requerendo ao final a improcedência do pedido (folha 27).A representante do Ministério Público, manifestou-se pela procedência do pedido inicial, com a decretação da interdição e nomeação da requerente como curadora (folha 28).É a síntese necessária. Decido.Os laudos trazidos aos autos, juntamente com as provas colhidas durante a instrução processual, são suficientes à comprovação da incapacidade absoluta da interditanda para atos da vida civil.Pelo laudo pericial (folhas 24) verifica-se que a interditanda apresenta retardo mental profundo e permanente, não havendo recuperação, sendo absolutamente incapaz.Outrossim, as respostas da interditanda às perguntas que lhe foram feitas durante o interrogatório (folha 23) são compatíveis com o estado descrito pelo perito e evidenciaram que esta não possui condições mentais de gerir sua própria vida, necessitando de curador.Deve-se também consignar que não há nos autos nada que desabone a requerente ou que desaconselhe a sua nomeação como curadora, até mesmo porque já exerce as funções inerentes a tal encargo. Pelo exposto, julgo procedente o pedido inicial e, por consequência, decreto a interdição de Cleide Maria da Silva, declarando-a absolutamente incapaz de exercer pessoalmente os atos da vida civil, na forma do artigo 3º, inciso II, do Código Civil, e de acordo com o artigo 1.775, §3º, também do Código Civil, nomeio-lhe como curadora sua cunhada Eliete Matos Marques.Em obediência ao disposto no artigo 1.184 do Código de Processo Civil e no artigo 9º, inciso III, do Código Civil, inscreva-se a presente no Cartório de Registro Civil do local em que registrado o nascimento ou casamento da requerida.Publique-se na imprensa local e no Órgão Oficial, por três vezes, com intervalo de 10 dias, constando do edital os nomes da interdita e da curadora, a causa da interdição e os limites da curatela, na forma do artigo 1.184 do Código de Processo Civil.Oficie-se ao Tribunal Regional Eleitoral - TRE, para as devidas providências.Lavre-se o competente termo de curatela.Dou por definitivamente concluída a perícia e autorizo a carga dos autos pelo perito nomeado com o fim de possibilitar a extração das cópias necessárias à cobrança dos honorários. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Após, decorrido o prazo para recursos e integralmente cumpridas as providência acima, arquivem-se os autos.#Pimenta Bueno#-#RO#, #sexta-feira, 29 de novembro de 2013#.#Valdirene Alves da Fonseca Clementele# #Juíza de Direito#
Pimenta Bueno-RO, 30 de janeiro 2014
Sandra Regina Corso Baptista da Silva
Diretora de Cartório, mat. 002990
llt

Proc.: 0030385-71.2007.8.22.0009
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Maria Beatriz Andrade Souza
Advogado:Lauro Paulo Klingelfus (OAB/RO 1951), Lauro Paulo Klingelfus Junior (RO 2389), Alexsandro Klingelfus (OAB/RO 2395)
Requerido:Ceron Centrais Elétricas de Rondônia S/a
Advogado:Pedro Origa (OAB/RO 1953), Juvenilço Iriberto Decarli Junior (OAB/RO 1193), Douglacir Antonio Evaristo Sant Ana (SSP/RO 287), Ivone de Paula Chagas Sant' Ana (RO 1114)
Fica a parte Autora, por via de seu advogado (os), intimada para, no prazo legal, manifestar-se acerca da impugnação ao cumprimento de SENTENÇA juntada oelo requerido.

Proc.: 0005296-36.2013.8.22.0009
Ação:Embargos à Execução
Embargante:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Lisandre Marcondes Paranhos Zulian ( )
Embargado:Lurdes de Fátima da Silva Alves
Advogado:Sebastião Cândido Neto (RO 1826)
SENTENÇA:
SENTENÇA SERVINDO COMO CARTA DE INTIMAÇÃO AO EMBARGANTE:INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS ajuizou embargos à execução em face de LURDES DE FÁTIMA DA SILVA ALVES.Alegou, em síntese, que há excesso de execução.Por fim, o embargante admite que a parte exequente aceite o valor atualizado de R$ 18.805,31, já incluídos os honorários advocatícios, como sendo devido até o mês de agosto de 2013 e, expedido RPV neste valor, dê-se por quitada a obrigação, de modo a que não seja necessária a condenação em honorários em face da execução indevida. Requereu intimação da parte para que informe se aceita esta proposta e, neste caso seja expedido imediatamente RPV. Intimada, a autora manifestou-se aceitando a proposta do embargante (fls. 35).É O RELATÓRIO. DECIDO:Trata-se de Ação de embargos à execução.Desde logo, considerando que a embargada/credora aceitou a proposta formulada pelo embargante na inicial, conforme se vê às fls. 35, desnecessário maiores delongas, devendo o pedido ser julgado procedente. Ante o exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial dos embargos è execução propostos por INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL – INSS em face de LURDES DE FÁTIMA DA SILVA ALVES para homologar os cálculos apresentados na exordial.Atendendo ao pleito do embargante, deixo de condenar a embargada ao pagamento de honorários advocatícios. Independentemente de trânsito em julgado, consoante pleiteado na inicial, determino a expedição de Requisição de Pequeno Valor, devendo constar os valores informados na inicial, quais sejam: R$18.805,31, mencionando como a elaboração dos cálculos o mês de agosto de 2013, nos autos principais, após ser certificado o teor desta SENTENÇA.Sem custas.Arquivem-se oportunamente.SERVE CÓPIA DA PRESENTE COMO CARTA DE INTIMAÇÃO AO EMBARGANTE INSS.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Pimenta Bueno-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0000362-98.2014.8.22.0009
Ação:Consignação em Pagamento
Consignante:Julio Leal Torres
Advogado:Éder Timótio Pereira Bastos (RO 2930)
Consignado:Brasil Telecom S. A. Ou Oi S. A.

DECISÃO:
Determino à parte autora que emende a inicial para recolher as custas iniciais, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de indeferimento da inicial.Intime-se, na pessoa do procurador constituído nos autos (art. 236 do CPC e Capítulo II, Seção III, item 44, das DGJ)Pimenta Bueno-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0002869-66.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Claudinei Alves Correia
Advogado:Suely Maria Rodrigues Ferro (RO 2961)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Lucimar Cristina Gimenez Cano (RO 5.017)
DESPACHO:
DECISÃO SERVINDO COMO MANDADO DE INTIMAÇÃO:Considerando a comprovação do pagamento dos honorários periciais, designo a perícia para o dia 17/02/2014, às 15h, no Hospital São Francisco nesta cidade.Intime-se o autor a comparecer na data e horários indicados, munidos de seus documentos pessoais, exames e laudos médicos que possuir. Intime-se o perito nomeado Dr. Roberto Cláudio Correia sobre a presente DECISÃO, bem como sobre a DECISÃO de fls. 55/56, bem como encaminhe os quesitos apresentados pelas partes.AUTOR: Claudinei Alves Correia, residente na Linha 37, km 4, Primavera de Rondônia.PERITO: Dr. Roberto Cláudio Correia, médico, podendo ser encontrado no Hospital São Franscisco, nesta cidade.Pimenta Bueno-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0002880-95.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Luana Sávia Soares de Souza
Advogado:Julinda da Silva (RO 2146), Paula de Melo Nascimento Carneiro (OAB/RO 5609)
Requerido:Federal de Seguros Sa
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/ RO 5369), Lucas Vendrusculo (RO 26.66), Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800), Ana Gabriela Rover (OAB/RO 5210)
DESPACHO:
Intime-se o requerido a comprovar o pagamento dos honorários periciais, arbitrados nos autos, no prazo de cinco dias, sob pena de preclusão da prova.Pimenta Bueno-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0003227-31.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Autor:Berenilda do Nascimento
Advogado:Sônia Castilho Rocha (RO 2617)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
DESPACHO:
Considerando que a autora se mudou para a Comarca de Espigão do Oeste, não há razão para que o feito permaneça em Pimenta Bueno.Desta forma, declino da compertência em favor do Juízo de uma das Varas Genéricas da Comarca de Espigão do Oeste.Pimenta Bueno-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0003834-44.2013.8.22.0009
Ação:Busca e Apreensão (Cível)
Requerente:Consórcio Nacional Honda Ltda Ou Administradora de Consórcio Nacional Honda
Advogado:Maria Lucilia Gomes (RO 2210.), Amandio Ferreira Tereso Junior (OAB/SP 107414)
Requerido:Idenilson Angelo Venturim
DESPACHO:
Defiro o pedido de fls. 62.Pimenta Bueno-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0004774-09.2013.8.22.0009
Ação:Arrolamento Sumário
Arrolante:Cleuza da Silva Pinheiro
Advogado:Jacir Cândido Ferreira Júnior (OAB/RO 3408)
Arrolado:Espólio de Adivaldo Rodrigues Pinheiro
DESPACHO:
Suspendo o feito pelo prazo requerido.Pimenta Bueno-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0005111-95.2013.8.22.0009
Ação:Embargos à Execução
Embargante:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Antonio Carlos Mota Machado Filho ( )
Embargado:Merlene Maria Lunkes
Advogado:Lauro Paulo Klingelfus (OAB/RO 1951), Alexsandro Klingelfus (RO 2395), Crisdaine Micaeli Silva Favalessa (RO 5360)
DECISÃO:
Mantenho a DECISÃO recorrida por seus próprios fundamentos. Recebo o recurso interposto em ambos os efeitos.À parte contrária para as contrarrazões.Em seguida, remetam-se os autos ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região.Pimenta Bueno-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0005150-92.2013.8.22.0009
Ação:Carta Precatória (Cível)
Requerente:Dioreste Rodrigues da Grela
Advogado:José Edilson da Silva (OAB/RO 1554), Maria Gabriela de Assis Souza (OAB/RO 3981)
Requerido:Anderson Koike Cherri
DESPACHO:
Considerando a certidão do Oficial de Justiça, remeta-se a presente à Comarca de Alta Floresa D'Oeste, comunicando-se a origem.Pimenta Bueno-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0005334-48.2013.8.22.0009
Ação:Carta Precatória (Cível)
Exequente:Tecchio & Silva Ltda
Advogado:Salvador Luiz Paloni (OAB-RO 299-A)
Executado:Thelmo Wagner Custódio Fachini
DESPACHO:
Considerando a certidão do Oficial de Justiça, remeta-se a presente à Comarca de Santa Luzia D'Oeste, comunicando a origem.Pimenta Bueno-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0004180-29.2012.8.22.0009
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:José Pinto da Cunha
Advogado:Marco Cesar Kobayashi (OAB/RO 4351), Charles Márcio Zimmermann (RO 2733)
Executado:Banco do Brasil Sa
Advogado:Gustavo Amato Pissini (RO 4.567)
Alvará - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo legal, intimada para retirar o Alvará expedido.

Proc.: 0016151-65.1999.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco do Brasil S/a
Advogado:Aníbal Barbosa de Melo (RO 294-B), Silvério Santos Oliveira (RO 616)
Executado:Agro Indústria e Comércio de Madeiras Sequóia Ltda, Cláudio Reinoldo Wink, Evanda Cândida Alves Wink
Advogado:Advogado Não Informado (OAB/RO 2469), Orestes Muniz Filho (RO 40)
Desarquivamento - Intimação:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo legal, intimada a se manifestar sobre o desarquivamento dos autos, sob pena do processo retornar ao arquivo geral.

Proc.: 0004498-46.2011.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Cairu Industria de Bicicletas Ltda
Advogado:Daniele Pontes Almeida (OAB/RO 2567), José Ângelo de Almeida (OAB/RO 309)
Executado:Robert Willian Cordeiro Calilo Junior
Alvará - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo legal, intimada para retirar o Alvará expedido.

Proc.: 0004123-74.2013.8.22.0009
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Mário Oliveira Robustelli
Advogado:Charles Márcio Zimmermann (RO 2733)
Executado:Banco do Brasil Sa
Advogado:Gustavo Amato Pissini (OAB/SP 261030), Sérgio Cardoso Gomes Ferreira Júnior (RO 4407), Alexandre Leandro da Silva Souza (OAB/RO 4260)
DECISÃO:
DECISÃO MARIO OLIVEIRA ROBUSTELLI ajuizou execução individual de SENTENÇA coletiva em face do BANCO DO BRASIL S.A., pleiteando o pagamento de expurgo inflacionário sobre caderneta de poupança lastreado em SENTENÇA genérica proferida pelo Juízo da 6ª Vara Cível da Capital do Estado de São Paulo, na Ação Civil Pública contra a Instituição Financeira requerida sob o n. 0403263-60-1993.8.26.0053 (antigo 053.93.403263-9), movida pelo IDEC - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor em face do banco ora executado. Após citado, o requerido opôs objeção de pré-executividade (folhas 33/44) alegando, em tese principal, a nulidade da execução por ausência de título que a legitime, ao fundamento de que, conforme o artigo 16 da Lei de Ação Civil Pública (Lei n. 7.347/1985), a eficácia da SENTENÇA fica restrita ao território do Distrito Federal e da coisa julgada. Subsidiariamente, alega: a) que a SENTENÇA é genéria e ilíquida, fazendo-se necessária a liquidação; b) da não incidência dos juros remuneratórios; c) a inexistência de condenação ao pagamento dos reflexos para os planos Color I e II; d) dos honorários advocatícios; e) que os juros de mora somente são devido a partir da citação na execução individual, não da citação na ação civil pública.A parte exequente impugnou a objeção do executado (folhas 61/75) argumentando a existência de título executivo judicial e a regularidade dos cálculos. Requer a rejeição da exceção de pré-executividade e a realização Da conversão do depósito realizado às fls. 28 em penhora, bem como o deferimento de penhora online com relação ao valor alegadamente remanescente.Às fls. 76, o executado apresentou ratificação dos argumentos apresentados em exceção de pré-executividade, juntando documentos de fls.77/90O exequente apresentou às fls. 92 petição requerendo a desconstituição de todo e qualquer ato advogado que esteja atuando na presente ação, bem como comunica a revogação de toda e qualquer procuração que transmita É a síntese necessária. Decido.Da eficácia da SENTENÇA exequenda- coisa julgada erga omnes A tese principal do executado, funda-se no artigo 16 da Lei de Ação Civil Pública (Lei n. 7.347/1985), que assim, dispõe: Art. 16. A SENTENÇA civil fará coisa julgada erga omnes, nos limites da competência territorial do órgão prolator, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova. (Redação dada pela Lei nº 9.494, de 10.9.1997)Similar disposição é veiculada pela Lei n. 9.494/1997, em seu artigo 2º-A:Art. 2º-A. A SENTENÇA civil prolatada em ação de caráter coletivo proposta por entidade associativa, na defesa dos interesses e direitos dos seus associados, abrangerá apenas os substituídos que tenham, na data da propositura da ação, domicílio no âmbito da competência territorial do órgão prolator.Ambas limitam a eficácia da SENTENÇA proferida em ação civil pública aos limites da competência territorial do órgão que a prolatou.Por outro lado o Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/1990), ao tratar da coisa julgada nas ações coletivas relativas a direitos individuais homogêneos, não estabelece tal restrição:Art. 103. Nas ações coletivas de que trata este código, a SENTENÇA fará coisa julgada:III - erga omnes, apenas no caso de procedência do pedido, para beneficiar todas as vítimas e seus sucessores, na hipótese do inciso III do parágrafo único do art. 81.A quaestio juris consiste, portanto, no alcance da eficácia da SENTENÇA exequenda, isto é, se seus efeitos estão adstritos ao território do Distrito Federal (unidade da federação em que proferido o decisum) ou se a liquidação e execução da SENTENÇA pode ocorrer além dos limites da competência territorial do órgão prolator. Fredie Didier Jr. e Hermes Zaneti Jr., ao analisar os dois primeiros DISPOSITIVO s citados (art. 16 da Lei 7.347/85 e art. 2º-A 9.494/97) averbam que:Os DISPOSITIVO s normativas invocados, que limitam territorialmente a eficácia subjetiva da DECISÃO coletiva, são inconstitucionais e inúteis. [...]Os DISPOSITIVO s são irrazoáveis, pois impõem exigências absurdas, bem como permitem o ajuizamento simultâneo de tantas ações civis públicas quantas sejam as unidades territoriais em que se divida a respetiva Justiça, mesmo que sejam demandas iguais, envolvendo sujeitos em igualdade de condições, com a possibilidade teórica de decisões diferente em cada uma delas. […]A limitação da competência (rectius: jurisdição) não deve subsistir frente aos princípios mais simples referentes à ação coletiva, tais como o tratamento molecular do litígio e a indivisibilidade do bem tutelado.(DIDIER JR., Fredie; ZANETI JR. Curso de Direito Processual Civil: Processo Coletivo. 3ed. rev. ampl. atual. Salvador: Juspodivm, 2008. pág. 160-161) Os mesmos doutrinadores alertam ainda para os prejuízos à

economia processual e para o perigo de fomento ao conflito lógico e prático de julgados, além de representar ofensa ao princípio da igualdade e do acesso à jurisdição (ob. cit., pág. 161).De igual sorte, Gustavo Felipe Barbosa Garcia, em análise da abrangência territorial da coisa julgada meta individual, conclui que:A abrangência da coisa julgada é determinada pelo pedido, e não pela competência. Assim, pode-se verificar que a disposição inserida pela Lei 9.494/1997, ao art. 16 da Lei da Ação Civil Pública, restringindo os efeitos da coisa julgada erga omnes da SENTENÇA civil "aos limites da competência territorial do órgão prolator", revela-se ineficaz e inconstitucional.(GARCIA, Gustavo Felipe Barbosa. Coisa Julgada: novos enfoques no direito processual, na jurisdição mateindividual e nos dissídios coletivos. São Paulo: Método, 2007. pág. 94)Também Felipe Peixoto Braga Netto posiciona-se nesse tendido:Assim, se é proposta a ação civil pública por entidade com abrangência nacional, para defender interesses individuais homogêneos relativos ao consumidor, os efeitos da SENTENÇA não ficam restritos aos limites da competência territorial do órgão julgador, produzindo efeitos em todo o território nacional.(NETTO, Felipe Peixoto Braga. Manual de Direito do Consumidor: à luz da jurisprudência do STJ. 5ed. rev. ampl. atual. Salvador: Juspodivm, 2010. pág. 352)A Ministra Nancy Andrigui, em seu voto-vista no julgamento do EREsp 411529/SP, após analisar a evolução do ordenamento jurídica em relação à proteção dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, assevera com máxima propriedade que, após a edição do Código de Defesa do Consumidor, a Lei de Ação Civil Pública passou a ter aplicação subsidiária na defesa desses interesses, prevalecendo, portanto, o artigo 103 do Código Consumerista. Confira-se:A ação civil pública, disciplinada pela Lei nº 7.347/85, ao menos em sua origem, não se destinava à defesa de direitos individuais homogêneos, mas apenas a interesses difusos ou coletivos. Isso resulta claramente das hipóteses previstas nos incisos I a VI de seu artigo 1º, notadamente da hipótese do inciso IV. Interesses difusos são aqueles de natureza indivisível em que, no pólo ativo, figura uma coletividade indeterminada de indivíduos, ligados entre si por uma circunstância de fato. Direitos coletivos, por sua vez, também indivisíveis, são os de que é titular uma coletividade determinável de indivíduos, ligados entre si ou ao adversário por uma relação jurídica base. O ponto de contato entre uma, e outra modalidade de interesses, é a indivisibilidade de seu objeto. Vale dizer: não é possível satisfazer apenas um dos titulares de nenhuma dessas modalidades de direitos ou interesses. A satisfação de um, implica necessariamente a satisfação de todos.A intenção original da LACP, de tutelar apenas essas duas modalidades de interesses, determinou toda a arquitetura da lei. Um claro exemplo disso é o destino das indenizações que devem ser pagas pelos eventuais infratores, condenados ao cabo do processo: todo o dinheiro seria revertido, não àqueles que eventualmente seriam titulares dos interesses protegidos, mas a um fundo comum, destinado à reconstrução dos bens lesados (art. 13).Com o advento do Código de Defesa do Consumidor, todavia, duas novidades surgiram: (i) em primeiro lugar, a tutela de qualquer modalidade de direitos do consumidor, sejam difusos, sejam coletivos, passou a contar com uma regulação específica; (ii) paralelamente, uma nova categoria de direitos passou a ser protegida: a dos interesses ou direitos individuais homogêneos.Os direitos individuais homogêneos foram definidos pelo inc. III do parágrafo único do art. 81 do CDC, como aqueles 'decorrentes de origem comum'. Tais direitos jamais se apresentam indivisíveis, e não são conexos por qualquer relação jurídica que vincule os seus titulares entre si. A sua nota característica é meramente a origem comum do direito, de que é titular individualmente cada membro da coletividade. Disso decorre que, diferentemente do que acontece com relação aos interesses difusos e coletivos, não é possível reparar eventual lesão a um direito individual homogêneo revertendo a indenização a ser paga pelo infrator a um fundo comum. É imprescindível que cada titular do direito lesado receba, individualmente, sua parcela da indenização.Disso decorreu que, a partir do CDC, a ordem jurídica brasileira passou a contar com uma disciplina específica, independente da disciplina da ação civil, para a tutela dos direitos transindividuais dos consumidores em juízo e, dentro dessa disciplina, normas ainda mais específicas regulando a tutela dedireitos individuais homogêneos. O procedimento da ação civil pública, todavia, notadamente no que diz respeito à tutela dos direitos difusos ou coletivos, ainda permanecia aplicável,porém forma subsidiária - ou seja, naquilo que não contrariasse as normas doCDC (art. 90, do CDC). Os direitos individuais homogêneos também passaram a poder ser resguardados mediante esse mecanismo jurídico (art. 21 da LACP), todavia, dadas as suas características específicas, pouco do procedimento estabelecido pela LACP foi utilizado. Uma disciplina própria e praticamente exaustiva foi estabelecida nos arts. 91 a 100 do CDC.Portanto, de tudo o que foi até aqui exposto resulta que o ordenamento jurídico brasileiro contém: (i) uma disciplina geral, a ser aplicada para a tutela dos interesses relativos ao meio ambiente, bens e direitos de valor artístico, estético e afins, infração à ordem econômica ou urbanística e demais interesses difusos ou coletivos (Lei nº 7.347/85, art. 1º e seus incisos, excetuado o inciso II); (ii) uma disciplina específica para a tutela de direitos e interesses difusos e coletivos ligados a relações de consumo, cuja regulação se dá pelos arts. 81 a 90 do CDC e, subsidiariamente, pelos DISPOSITIVO s da LACP; (iii) uma disciplina ainda mais específica, contida nos arts. 91 a 100 do CDC, aplicável somente aos direitos individuais homogêneos.Diante desse panorama, questiona-se: a norma do art. 16 da LACP, introduzida pela Lei nº 9.494/97, pode ser estendida às ações em que se busca a tutela dos direitos transindividuais protegidos pelo CDC?A resposta só pode ser negativa. Isso porque, se a LACP somente se aplicaàs relações de consumo no que não contrariar o CDC, ela somente terá incidência nas hipóteses em que este diploma legal seja omisso. Ocorre que o CDC contém, em seu art. 103 e §§, uma disciplina expressa a respeito da formação da coisa julgada, disciplina essa que não contém qualquer limitação territorial para seu alcance. Assim, o art. 16 da LACP, como norma geral, mesmo tendo sido posteriormente introduzido no ordenamento jurídico, somente se aplicará às hipóteses dos incisos I, III, IV, V e VI do art. 1º dessa lei. Jamais às hipóteses do inciso II. No âmbito do Superior Tribunal de Justiça, num primeiro momento, houve divergência jurisprudencial, ora com limitação dos efeitos da SENTENÇA (exemplo: AgRg nos EREsp 253589/ SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, Corte Especial, DJe 01/07/2008), ora estendo-a a todo o território nacional. Posteriormente, no julgamento de embargos de divergência, a Segunda Seção da corte decidiu pela aplicabilidade do art. 16 da Lei 7.647/85: EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EFICÁCIA. LIMITES. JURISDIÇÃO DO ÓRGÃO PROLATOR.1 - Consoante entendimento consignado nesta Corte, a SENTENÇA proferida em ação civil pública fará coisa julgada erga omnes nos limites da competência do órgão prolator da DECISÃO, nos termos do art. 16 da Lei n. 7.347/85, alterado pela Lei n. 9.494/97.

Precedentes.2 - Embargos de divergência acolhidos.(STJ - EREsp 411529/SP, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/03/2010, DJe 24/03/2010) No entanto, o Superior Tribunal de Justiça, por sua corte especial, reformulou tal entendimento, decidindo que os efeitos e a eficácia da SENTENÇA não estão circunscritos à competência territorial do órgão julgador:DIREITO PROCESSUAL. RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA (ART. 543-C, CPC). DIREITOS METAINDIVIDUAIS. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. APADECO X BANESTADO. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. EXECUÇÃO/LIQUIDAÇÃO INDIVIDUAL. FORO COMPETENTE. ALCANCE OBJETIVO E SUBJETIVO DOS EFEITOS DA SENTENÇA COLETIVA. LIMITAÇÃO TERRITORIAL. IMPROPRIEDADE. REVISÃO JURISPRUDENCIAL. LIMITAÇÃO AOS ASSOCIADOS. INVIABILIDADE. OFENSA À COISA JULGADA.1. Para efeitos do art. 543-C do CPC: 1.1. A liquidação e a execução individual de SENTENÇA genérica proferida em ação civil coletiva pode ser ajuizada no foro do domicílio do beneficiário, porquanto os efeitos e a eficácia da SENTENÇA não estão circunscritos a lindes geográficos, mas aos limites objetivos e subjetivos do que foi decidido, levando-se em conta, para tanto, sempre a extensão do dano e a qualidade dos interesses metaindividuais postos em juízo (arts. 468, 472 e 474, CPC e 93 e 103, CDC).1.2. A SENTENÇA genérica proferida na ação civil coletiva ajuizada pela Apadeco, que condenou o Banestado ao pagamento dos chamados expurgos inflacionários sobre cadernetas de poupança, dispôs que seus efeitos alcançariam todos os poupadores da instituição financeira do Estado do Paraná. Por isso descabe a alteração do seu alcance em sede de liquidação/execução individual, sob pena de vulneração da coisa julgada. Assim, não se aplica ao caso a limitação contida no art. 2º-A, caput, da Lei n. 9.494/97.2. Ressalva de fundamentação do Ministro Teori Albino Zavascki.3. Recurso especial parcialmente conhecido e não provido.(STJ - REsp 1243887/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/10/2011, DJe 12/12/2011) Pacificou-se então a jurisprudência da Corte, conforme verifica-se dos recentes julgados acerca da matéria:PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL COLETIVA. EXECUÇÃO. LIMITAÇÃO TERRITORIAL. INEXISTÊNCIA.- Os efeitos e a eficácia da SENTENÇA prolatada em ação civil coletiva não estão circunscritos a lindes geográficos, mas aos limites objetivos e subjetivos do que foi decidido.- Agravo não provido.(STJ - AgRg no REsp 1326477/DF, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 06/09/2012, DJe 13/09/2012)PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EXECUÇÃO INDIVIDUAL. JUÍZO COMPETENTE.1."A liquidação e a execução individual de SENTENÇA genérica proferida em ação civil coletiva pode ser ajuizada no foro do domicílio do beneficiário, porquanto os efeitos e a eficácia da SENTENÇA não estão circunscritos a lindes geográficos, mas aos limites objetivos e subjetivos do que foi decidido, levando-se em conta, para tanto, sempre a extensão do dano e a qualidade dos interesses metaindividuais postos em juízo (arts. 468, 472 e 474, CPC e 93 e 103, CDC)". (REsp 1243887/PR, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/10/2011, DJe 12/12/2011).2. Agravo regimental a que se nega provimento.(STJ - AgRg no REsp 1182037/PR, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 07/02/2012, DJe 14/02/2012)Ao apreciar a matéria, o Tribunal de Justiça dos Estado de Rondônia decidiu da mesma forma. Confira-se:AGRAVO INTERNO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PELO IDEC, TRAMITADA NO DISTRITO FEDERAL. EFICÁCIA ERGA OMNES. COMPETÊNCIA DAS VARAS CÍVEIS RONDONIENSES PARA PROCESSAMENTO.Possui eficácia erga omnes a SENTENÇA proferida na ação civil pública ajuizada pelo IDEC, que condenou o Banco do Brasil S.A. ao pagamento dos expurgos inflacionários sobre as cadernetas de poupança, sendo competentes as Varas Cíveis Rondonienses para o processamento do respectivo cumprimento de SENTENÇA. (TJRO - Agravo em Agravo de Instrumento n. 00004694320128220000, Rel. Juiz José Torres Ferreira, J. 23/02/2012)APELAÇÃO CÍVEL. COBRANÇA DE EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. COMPETÊNCIA. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.Os beneficiários de SENTENÇA coletiva podem liquidá-las e executá-las no foro distinto daqueles em que a ação coletiva fora processada e julgada, coma especial FINALIDADE de lhes inviabilizar a efetiva tutela dos direitos individuais, bem como evitar congestionar o órgão jurisdicional. O art. 98, I, do CDC permite expressamente que a liquidação e execução de SENTENÇA sejam feitas no domicílio do autor, em perfeita sintonia com o disposto no art. 101, I, do mesmo código, que tem como objetivo garantir o acesso à Justiça.(TJRO - 00184366920108220001, Rel. Des. Sansão Saldanha, J. 17/05/2011)Nesse diapasão, conclui-se pela existência de título executivo judicial e competência deste Juízo, afastando-se a alegação de nulidade da execução e coisa julgada. Da necessidade de prévia liquidaçãoA apuração do quantum debeatur depende de cálculo aritmético a ser elaborado a partir do extrato de caderneta de poupança já trazido aos autos com a inicial. Prescinde, portanto, de diligência pericial ou apuração de fato novo.Para tanto, procede-se na forma do artigo 475-B, caput, do Código de Processo Civil: incumbe ao credor apresar junto à inicial memória de cálculo e, não havendo irregularidade aparante, é determinado ao devedor o cumprimento da condenação, sob pena de incidência de multa de 10% (CPC, art. 475-J, caput), sendo que, após a garantia da execução, pode o devedor impugná-la (CPC, art. 475-J, §1º).Fredie Didier Jr., Paula Sarno Braga e Rafael Oliveira assim sintetizam o procedimento:(i) o credor dá início à fase executiva do julgado, acostando ao seu requerimento memória discriminada e atualizada do cálculo, (art. 475-B, CPC); se o juiz não enxergar nesses cálculos nenhuma irregularidade, determinará a intimação do devedor para proceder ao pagamento da quantia em 15 dias, sob pena de incidência de multa de 10% sobre o montante do crédito (art. 475-J, CPC);(DIDIER JR., Fredie; BRAGA, Paula Sarno; OLIVEIRA, Rafael. Curso de Direito Processual Civil: Direito probatório, DECISÃO judicial, cumprimento e liquidação da SENTENÇA e coisa julgada. Volume 2. 3ed. rev. ampl. atual. Salvador: JusPodivm, 2008. pág. 466)Não há que se iniciar uma fase liquidatória, devendo a discussão sobre eventual excesso de execução ser oportunizada pela via de impugnação ao cumprimento de SENTENÇA. É o que se extrai do magistério Daniel Assumpção:Como se pode notar, realmente não se trata de liquidação, porque não há propriamente uma fase procedimental antes da execução, bastando o exercício unilateral do credor para dar liquidez ao título. Tanto é assim que a execução já tem início sem qualquer necessidade de ato preparatório que complemente o título executivo, o que, inclusive, justifica esse mesmo procedimento extraprocessual na hipótese de execução de título extrajudicial.(NEVES, Daniel Amorim

Assumpção. Manual de Direito Processual Civil. 3ª ed. São Paulo: Método, 2011. pág. 928).Também é pacífica a jurisprudência acerca da desnecessidade de nomeação de perito:AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. INTIMAÇÃO DO DEVEDOR. BLOQUEIO DE VALORES. 1. A jurisprudência desta egrégia Corte de Justiça é pacífica em favor da liquidação por cálculos do credor (art. 475-B, CPC) para apurar o quantum debeatur decorrente de SENTENÇA s que determinem o pagamento de diferenças originárias de índices de atualização monetária provenientes dos expurgos inflacionários não incorporadas às contribuições vertidas por participantes de plano de benefícios de previdência privada. A aplicação dos índices oficiais sobre os valores devolvidos às partes por meio de simples cálculos aritméticos, observando-se os parâmetros estabelecidos na DECISÃO judicial, são providências suficientes para aferir o valor da condenação, de modo que não há necessidade de um perito atuário.[...] (TJDFT - Acórdão n. 508085, 20110020052506AGI, Relator WALDIR LEÔNCIO LOPES JÚNIOR, 2ª Turma Cível, julgado em 25/05/2011, DJ 31/05/2011 p. 57)Por essa razões, não merece acolhida o pedido de anulação da DECISÃO por iliquidez do título.DO ÍNDICE DE CORREÇÃO MONETÁRIAA correção monetária destina-se a conferir nova expressão numérica ao crédito em razão da perda do poder de compra decorrente de sua desvalorização. Assim, ao se contar a correção monetária, deve-se empregar índice que reflita a real perda de poder da moeda, a sua efetiva desvalorização.O índice utilizado para cálculo do expurgo (IPC - Índice de Pressos ao Consumidor) já foi definido na DECISÃO exequenda (42,72%). Resta, portanto, o estabelecimento do critério de atualização monetária. Para esse fim, deve-se empregar os índices oficiais aplicáveis à caderneta de poupança até a data da citação, como ocorreria naturalmente caso a diferença ora pleiteada houvesse sido depositada regularmente, e, após esse termo, o INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor, índice empregado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia nos cálculos judiciais. Em prestígio à economia e celeridade processual e a fim de que se evite elevadas discussões acerca dos critérios de cálculos, determino seja empregado o POUPNET - Programa de Cálculo de Diferenças de Poupança, desenvolvido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região.Registre-se que trata de sistema reconhecidamente efeciente e disponível gratuitamente no sítio eletrônico do Tribunal (www.trf4.jus.br). Nesse sentido:AGRAVO DE INSTRUMENTO - EXPURGOS INFLACIONÁRIOS - CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - CÁLCULOS ELABORADOS PELO PROGRAMA POUNET - ÍNDICES OFICIAIS. Se os cálculos foram efetuados pelo programa POUPNET, desenvolvido pela Justiça Federal do Rio Grande do Sul, deve-se entender que a atualização foi feita com base em índices oficiais de remuneração da caderneta de poupança. Recurso não provido. (TJMG - Agravo de Instrumento - 1.0145.07.405155-1/003, Rel. Des.(a) Evangelina Castilho Duarte, 14ª CÂMARA CÍVEL, julgamento em 09/06/2011, publicação da súmula em 05/07/2011) Nova planilha deverá ser apresentada pela parte exequente, observando-se o contido na presente DECISÃO.DOS JUROS REMUNERATÓRIOSA execução da SENTENÇA deve guardar perfeita correspondência com a DECISÃO. Aplica-se à espécie o Princípio da Fidelidade ao Título, de modo que, não havendo condenação ao pagamento de juros remuneratórios, esses são inexigíveis pela via executiva. É nesse sentido a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EXPURGOS DE POUPANÇA. JUROS REMUNERATÓRIOS. INCLUSÃO DA FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DESCABIMENTO. PRINCÍPIO DA FIDELIDADE AO TÍTULO.1. Limitação do cumprimento de SENTENÇA ao exato comando expresso no título executivo (princípio da fidelidade ao título).2. Descabimento da inclusão, sem amparo no título executivo, de juros remuneratórios no cumprimento de SENTENÇA condenatória ao pagamento de expurgos inflacionários de caderneta de poupança.3. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.(STJ - AgRg no REsp 1172763/SC, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/11/2012, DJe 23/11/2012)Confira-se ainda as seguintes decisões:AGRAVO DE INSTRUMENTO. PROCESSO CIVIL. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CÍVEL. IMPOSSIBILIDADE DE INCIDÊNCIA DE ÍNDICES NÃO CONSTANTES DA DECISÃO, SOB PENA DE OFENSA À COISA JULGADA. RECURSO DESPROVIDO. MAIORIA.- A fase de cumprimento de SENTENÇA deve prosseguir nos exatos termos do julgado, sob pena de ofensa à coisa julgada. Desse modo, tendo a ação civil pública em comento como objeto apenas os expurgos inflacionários referentes ao Plano Verão, não há como serem aplicados os juros remuneratórios de 0,5% ao mês.- A atualização monetária deve ser observada nos exatos termos do título executivo judicial, estando afastados os juros remuneratórios não reconhecidos pela SENTENÇA exequenda.- DECISÃO agravada mantida.(TJDFT - Acórdão n.635851, 20120020081399AGI, Relator: LECIR MANOEL DA LUZ, 1ª Turma Civel, Publicado no DJE: 26/11/2012. Pág.: 82)AGRAVO DE INSTRUMENTO. PLANO VERÃO. POUPANÇA. REJEIÇÃO LIMINAR. REQUISITO PROCESSUAL CUMPRIDO. INCABÍVEL. JUROS REMUNERATÓRIOS. OMISSÃO DO JULGADO. COISA JULGADA. RECURSO DESPROVIDO. 1. O requisito processual do § 2º do art. 475-L do CPC restou devidamente cumprido, tendo em vista que o executado, ora agravado, indicou a quantia que entende como correta para execução. Incabível, pois, a rejeição liminar da impugnação à execução.2. Infere-se que não há condenação expressa ao pagamento de juros remuneratórios, mas tão somente à inclusão de índice referente ao Plano Verão no reajuste das contas de poupança mantidas em janeiro de 1989.3. Em obediência ao princípio da coisa julgada, tutelado pelo art. 5º, inciso XXXVI da Constituição Federal, não se pode inserir, nos cálculos de liquidação, encargo que não se encontra expressamente previsto na SENTENÇA, sob pena de executar-se condenação diversa daquela constante no título judicial. (TJDFT - Acórdão n.611036, 20120020137272AGI, Relator: LECIR MANOEL DA LUZ, 1ª Turma Civel, Publicado no DJE: 31/08/2012. Pág.: 89)Nesse diapasão, a cobrança de juros remuneratórios revela excesso de execução.DO TERMO INICIAL DOS JUROS MORATÓRIOSPretende a parte exequente a incidência de juros de mora desde a citação do requerido na ação civil pública que original o título executivo judicial. A seu turno, o executado esposa que a mora somente se constitui com a citação na execução individual, de modo que somente a partir desse momento computam-se juros moratórios.A execução individual de SENTENÇA coletiva guarda peculiaridades no modo de liquidação e execução. Na fase de liquidação, apura-se não somente a quantum debeatur, mas também a existência do crédito e a legitimidade do exequente.Desse modo, tratando-se de SENTENÇA coletiva acerca de direitos individuais homogêneos, somente com a citação no processo executivo individual pode-se considerar constituíra a mora.A esse respeito, confira-se recente DECISÃO do Superior Tribunal de

Justiça:AÇÃO CIVIL PÚBLICA. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. POUPANÇA. EXPURGOS. INDENIZAÇÃO POR LESÃO A DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. EXECUÇÃO INDIVIDUAL. JUROS MORATÓRIOS. MORA EX PERSONA. TERMO INICIAL. CITAÇÃO NA FASE DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.1. As ações civis públicas, em sintonia com o disposto no artigo 6º, VIII, do Código de Defesa do Consumidor, ao propiciar a facilitação a tutela dos direitos individuais homogêneos dos consumidores, viabilizam otimização da prestação jurisdicional, abrangendo toda uma coletividade atingida em seus direitos, dada a eficácia vinculante das suas SENTENÇA s.2. A SENTENÇA de procedência na ação coletiva tendo por causa de pedir danos referentes a direitos individuais homogêneos, nos moldes do disposto no artigo 95 do Código de Defesa do Consumidor, será, em regra, genérica, de modo que depende de superveniente liquidação, não apenas para apuração do quantum debeatur, mas também para aferir a titularidade do crédito, por isso denominada pela doutrina "liquidação imprópria".3. Com efeito, não merece acolhida a irresignação, pois, nos termos do artigo 219 do Código de Processo Civil e 397 do Código Civil, na hipótese, a mora verifica-se com a citação do devedor, realizada na fase de liquidação de SENTENÇA, e não a partir de sua citação na ação civil pública.4. Agravo regimental a que se nega provimento.(STJ - AgRg no REsp 1348512/DF, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 18/12/2012, DJe 04/02/2013)A planilha que instrui a inicial demonstra que foram computados juros moratórios desde a citação na ação coletiva, restando, portanto caracterizado o excesso de execução, o qual deve ser afastado a fim de que os juros de mora somente incidam a partir do ato citatório no presente processo executivo. DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOSO executado traz para discussão a respeito da impossibilidade da cobrança prévia dos honorários advocatícios sucumbenciais da forma requerida pelo exequente.Entretanto, sem delongas, mencionado tema não será objeto de análise da presente DECISÃO, uma vez que a matéria refoge à apreciação dos estreitos lindes de uma Exceção de Pré-executividade.Neste sentido a jurisprudência que segue:AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. DESCABIMENTO NO CASO CONCRETO. A exceção de pré-executividade, malgrado viável sua utilização na fase de cumprimento de SENTENÇA, tem âmbito restrito, sendo cabível, apenas, quando evidente a nulidade do título, o que não se verifica no caso em tela. DESPROVIMENTO DO RECURSO." (Agravo de Instrumento n. 70037280104, Décima Sexta Câmara Cível, TJRS, Rel. Paulo Sérgio Scarparo, Julgado em 12/08/2010). Pelos fundamentos expostos, acolho em parte a objeção de pré-executividade apresentada pelo executado, nos termos seguintes:a) rejeito a alegação de nulidade por ausência de título judicial;b) acolho a alegação de excesso de execução para a. afastar a incidência de juros remuneratórios, b. limitar a incidência dos juros moratórios ao período subsequente à citação c. determinar a aplicação, na apuração do quantum devido, dos índices oficiais incidentes sobre a caderneta de poupança até a data da citação e, após, do INPC, por via do Sistema Poupnet.c) rejeito o pedido de anulação por iliquidez do título.d) defiro efeito suspensivo à presente impugnação, devendo o valor depositado permanecer em conta judicial até DECISÃO definitiva.Após o trânsito em julgado desta DECISÃO, determino a elaboração de novos cálculos pela parte exequente, no prazo de 10 (dez) dias, com a adoção dos critérios acima estabelecidos, devendo-se em seguida intimar o executado para manifestação.Aguarda-se o prazo para eventual recurso. Após, voltem os autos conclusos para análise de pedido de penhora online com relação ao valor alegadamente remanescente.Intimem-se as partes.Após a publicação da presente DECISÃO, determino, considerando todo teor do petitório às fls. 92, a baixa do advogado, Dr. Charles Marcio Zimmermann, somente com relação a este processo (0004123-74.2013.8.22.0009) no Sistema de Automação Processual – SAP, bem como que toda publicação passe a ser em nome do exequente, Mário Oliveira Robustelli, por estar atuando em causa própria.Pimenta Bueno-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Valdirene Alves da Fonseca Clementele
Juíza de Direito

Proc.: 0003922-82.2013.8.22.0009
Ação:Busca e Apreensão (Cível)
Autor:Banco Honda Sa
Advogado:Luciano Boabaid Bertazzo (RO 1894), Maria Lucilia Gomes (RO 2210.)
Requerido:Fábio Cerilolli da Silva
DECISÃO:
DECISÃO servindo como carta de citação:Defiro o pedido às fls. 46/48, e determino que converta-se a ação de busca e apreensão em execução de título extrajudicial.O artigo 652, § 2 do Código de Processo Civil estabelece que o credor poderá, na exordial, indicar bens a serem penhorados, após decorrido o prazo de pagamento da dívida, que é de 3 dias.Nesse passo, cite-se o executado para que, no prazo de 03 dias, pague a dívida exequenda (art. 652 do CPC, redação dada pela Lei n. 11.382/06).Fixo honorários em 10% do valor da causa, em conformidade com o artigo 652-A do CPC.Deverá constar no MANDADO que em caso de integral pagamento da dívida no prazo de 03 (três) dias, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 652, parágrafo único do CPC, redação dada pela Lei n. 11.382/06).Decorrido in albis o prazo de 03 dias, sem pronto pagamento, procederá o oficial de justiça, de imediato, penhora de bens e sua avaliação de tantos quanto bastem para o pagamento do valor principal atualizado, juros e honorários advocatícios, lavrando-se os respectivos autos, e de tais atos intimando, na mesma oportunidade, o executado. Observando-se os bens indicados pelo autor em sua inicial (652, §2, CPC). Em caso de não encontrar o devedor, arrestar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução. Considerando o disposto no art. 666 do CPC, caso seja penhorado bem móvel, o mesmo deverá ser depositado em poder do exequente. Em conformidade com o artigo 668 do CPC (redação dada pela Lei n. 11.382/06), poderá o executado, no prazo de 10 (dez) dias após intimado da penhora, requerer a substituição do bem penhorado, desde que comprove cabalmente que a substituição não trará prejuízo algum ao exequente e será menos onerosa para ele devedor (a).O executado, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá opor-se a execução por meio de Embargos, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da juntada aos autos do MANDADO de citação (art. 736 c/c 738 do CPC).Esclareça ao executado que no prazo para oposição de embargos, reconhecendo o crédito do exequente, poderá mediante o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, inclusive custas e honorários advocatícios, REQUERER, o parcelamento do restante do débito remanescente em até 06 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês. (art. 745-A do

CPC).Em caso de não oferecimento de Embargos, bem como o não requerimento do parcelamento, o que o cartório certificará, e ainda não requerida a adjudicação e não realizada a alienação particular do bem penhorado por parte do credor, designe-se hasta pública, expendido-se editais e intimando as partes (art. 686 do CPC).A intimação do executado far-se-á na pessoa de seu advogado; não o tendo, será intimado pessoalmente.Intime-se, cumpra-se e expeça-se o necessário.DECISÃO SERVINDO COMO CARTA DE CITAÇÃO:Executado: Fabio Ceriolli da Silva. Endereço: Rua 9 de Julho, 950. Bairro Alvorada. Pimenta Bueno-RO. CEP: 76970-000.Valor do débito: R$ 8.891,98.Pimenta Bueno-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0005433-18.2013.8.22.0009
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Autor:Banco Fiat S/A
Advogado:Celso Marcon (OAB/RO 3.700), Daguimar Lustosa Nogueira Cavalcante (OAB/RO 4120)
Requerido:Vandecleide Barbosa Nascimento
Advogado:Nelson Vieira da Rocha Júnior (OAB/RO 3765), Carlos Alberto Vieira da Rocha (RO 4741)
SENTENÇA:
SENTENÇA:Trata-se de Ação de Busca e Apreensão envolvendo as partes supramencionadas.Liminar deferia à fl. 19, o Sr. Oficial de Justiça procedeu à busca e apreensão do bem em litígio.O requerido peticionou às fls. 26/27, requerendo a extinção do feito, informando que houve acordo entre as partes, juntando para tanto o comprovante de pagamento do valor e o termo de acordo enviado pela requerente às fls.30/33.Em seguida, a requerente juntou aos autos o mesmo termo de acordo entabulado pelas partes, noticiando o pagamento do débito, requererendo, para tanto, a homologação do presente acordo, e a extinção do processo, nos moldes do artigo 269, III, CPC. É a síntese necessária. Decido.A parte autora informou que houve o pagamento integral do débito, conforme termo de acordo juntado aos autos (fls. 34/37), bem como pelo comprovante de pagamento juntado pelo requerido às fls 28, verifica-se verdadeiro reconhecimento do pedido pela parte requerida.Assim, o feito deve ser extinto com base no art. 269, II, do Código de Processo Civil.Sobre o tema, confira-se o julgado:Ação de busca e apreensão. Alienação fiduciária. Pagamento do débito. Reconhecimento jurídico do pedido. Extinção do processo com julgamento do MÉRITO. Art. 269, II, do CPC. Desistência. Inocorrência. O reconhecimento jurídico do pedido formulado nos autos da ação de busca e apreensão restou caracterizado pelo pagamento voluntário do débito, devendo o processo ser extinto com julgamento do MÉRITO, conforme art. 269, II, do CPC. Não havendo que se falar em extinção sem julgamento do MÉRITO, por desistência da ação. (TJ/RO, APC nº 0022340-28.2009.8.22.0003, Rel. Des. Sansão Saldanha, J. em 27/04/2010).Pelo exposto, extingo o processo com resolução do MÉRITO, na forma do artigo 269, inciso II, do Código de Processo Civil.Autorizo o desentranhamento de documentos que instruíram a inicial, exceto comprovante de recolhimento de custas e procuração, mediante cópia nos autos. Expeça-se o competente MANDADO de restituição do bem, que encontra-se no endereço indicado pelo requerido às fls. 27, e indicado pelo próprio requererente, conforme o item 1.5 do termo de acordo às fls. 35.Sem custas e honorários. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Arquive-se. Pimenta Bueno-RO, sábado, 1 de fevereiro de 2014.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0003272-35.2013.8.22.0009
Ação:Divórcio Consensual
Requerente:W. C. S. G. C. S.
Advogado:Henrique Scarcelli Severino (OAB/RO 2714), Henrique Scarcelli Saverino (OAB/RO 2714)
DECISÃO:
DECISÃO:Os requerentes, às fls. 38, pleitearam pela retificação do nome do menor na SENTENÇA, tendo em vista que outro nome lá constou, e às fls. 39 pleitearam pela mudança da guarda do filho menor, que passará ao genitor, bem como quanto ao pagamento da pensão, que será paga a este pela genitora, no valor de 30%, como acordado na inicial.Quanto ao pedido de fls. 38, considerou-se desnecessária a retificação, haja vista que trata-se de mero erro material.A representante do Ministério Público manifestou-se às fls. 42 pela procedência do pedido de modificação da guarda e alimentos, requerido às fls. 39.Ante o exposto, defiro o pedido de fls. 39, determinando a mudança da guarda do menor W.C.S.J. para o genitor, bem como que caberá à genitora o pagamento de pensão ao menor, na importância de 30% do salário mínimo vigente, que deverá ser depositado de acordo com o estipulado pelas partes, conforme o pedido mencionado.Expeça-se o necessário.Pimenta Bueno-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Proc.: 0001370-47.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:L. V. de S.
Advogado:Victor Alexsandro do Nascimento Custódio (OAB/RO 5.155), Sebastião Cândido Neto (RO 1826)
Requerido:A. de S. da S.
Advogado:José Ângelo de Almeida (RO 309), Daniele Pontes Almeida (OAB/RO 2567)
DECISÃO:
Recebo o recurso interposto pela requerida em ambos os efeitos.À parte contrária para as contrarrazões.Em seguida, remetam-se os autos ao Tribunal de Justiça.Pimenta Bueno-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Valdirene Alves da Fonseca Clementele Juíza de Direito

Sandra Regina Corso Baptista da Silva
Diretor de Cartório

2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível

Proc.: 0002616-78.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Severina do Nascimento Mascarenhas
Advogado:Pedro Luiz Lepri Junior (PR 55483), Carlos Alberto Vieira da Rocha (OAB/MT 11.101), Nelson Vieira da Rocha Júnior (OAB/RO 3765), Murillo Espinola de Oliveira Lima (MT 3127-A)
Requerido:Banco Bmg S/a
Advogado:Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76.696), Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
SENTENÇA:
SENTENÇA I ? Relatório.MARIA SEVERINA DO NASCIMENTO MASCARENHA, ajuizou a presente ação em face de BANCO

BMG S/A, ambos qualificados à fl. 03, pretendendo a revisão dos contratos de financiamento realizados com o réu, bem como a repetição do indébito.Sustenta a inconstitucionalidade formal e material do art. 5º, da Medida Provisória n. 2.170/36, que regulamenta a possibilidade de capitalização de juros em periodicidade inferior a anual, portanto deve prevalecer o regramento normativo representado pelos arts. 4º do Decreto n. 22.626/1933 e 591 do CC, que autoriza tão somente a capitalização anual dos juros remuneratórios.Aduz ainda que a efetividade do art. 5º da Medida Provisória 2.170-36 de 31.03.2000 está vinculada a dois requisitos basilares, quais sejam: a celebração de contrato mútuo financeiro após a vigência da MP, e a previsão contratual expressa da incidência da capitalização em periodicidade inferior a anual.Com isso, requer a declaração de inconstitucionalidade por exceção do artigo 5º, da Medida Provisória n. 2.170-36, para reconhecer a impossibilidade de capitalização mensal dos juros, apurando-se o valor efetivamente devido, utilizando-se como parâmetro a capitalização anual dos juros remuneratórios.Alegou a ilicitude na cobrança dos encargos moratórios, como cobrança de comissão de permanência em percentual superior ao pactuado entre as partes a título de encargos remuneratórios (1,49%a.m.), acrescido da multa contratual convencionada. Requer ainda a condenação do réu ao pagamento/compensação da quantia de R$ 15.303,17.Com a inicial apresentou procuração e documentos de fls. 19/33.Citado, o requerido ofertou defesa (fls. 35/52), asseverando a legalidade dos encargos moratórios cobrados.Alega que não há qualquer ilegalidade ou abusividade nos contratos firmados entre as partes, que respeitaram os valores praticados no mercado e foram de livre consenso à contratação.Argumenta que não há limitação de juros aplicados pelas instituições financeiras. Sustenta que os juros remuneratórios foram previamente fixados nos contratos realizados com a autora, estando em conformidade com o Código de Defesa do Consumidor. Assevera ainda sobre a força obrigatória dos contratos, e da livre manifestação das partes, Aduz sobre a inexistência de anatocismo, bem como sobre a impossibilidade de devolução em dobro dos valores eventualmente pagos excessivamente. Impugnou as planilhas juntadas pela autora, afirmando que nada provam, e que não passaram pelo crivo contraditório, o que desautoriza como prova dos autos.Ao final, requer a improcedência da ação. O autor apresentou réplica à contestação à fls. 59/70.É a síntese necessária.II ? Fundamentação.DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDEEm se tratando de pedido de revisão de cláusulas contratuais cuja matéria de MÉRITO versa tão somente sobre questões de direito, é desnecessária e impertinente a produção de outras provas, além da análise do contrato já juntado aos autos.Isso transcorre da possibilidade de o julgador formar sua convicção a partir dos elementos constantes na prova documental, em especial no contrato. Nesse sentido:?AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO. DESNECESSIDADE DA REALIZAÇÃO DE PERÍCIA CONTÁBIL QUANDO A PARTE PRETENDE REVISAR CLÁUSULAS CONTRATUAIS ARGÜINDO SOMENTE QUESTÕES DE DIREITO. AGRAVO NEGADO PROVIMENTO?. (Agravo de Instrumento Nº 70025604190, Décima Terceira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Carlos Alberto Etcheverry, Julgado em 07/04/2009).Conforme entendimento do Colendo Superior Tribunal de Justiça, ?presentes as condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder?. (STJ ? 4ª Turma, Resp 2.832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, julgado em 14.08.1990, e publicado no DJU em 17.09.90, p. 9.513).No presente caso a questão de MÉRITO dispensa a produção de prova em audiência, logo, há que se promover o julgamento antecipado da causa, na forma do art. 330, inciso I, do Código de Processo Civil.DO MÉRITO. Inicialmente esclareço sobre a aplicação da Lei consumerista ao caso em comento.É cediço que a atividade bancária, seja quando realiza serviços ou quando entrega produtos, enquadra-se nas disposições da legislação consumerista, não só por expressa determinação do artigo 3º do CDC, mas também porque integra a ordem econômica, estando abrangida pela ?norma-objetivo? do artigo 4º do mesmo diploma.A respeito do tema é o comentário do renomado jurista Nelson Nery Jr., in CDC Comentado, Ed. Forense, p. 304:?Analisando o problema da classificação do banco como empresa e de sua atividade negocial, tem-se que é considerado pelo artigo 3º, caput, do CDC, como fornecedor, vale dizer, como um dos sujeitos da relação de consumo. O produto da atividade negocial é o crédito; agem os bancos, ainda, na qualidade de prestadores de serviços quando recebem tributo mesmo de não clientes, fornecem extratos de contas bancários por meio de computador etc. Podem os bancos, ainda, celebrar contrato de aluguel de cofre, para a guarda de valores, igualmente enquadrável no conceito de relação de consumo. Suas atividades envolvem, pois, os dois objetos das relações de consumo: os produtos e os serviços". No caso em tela é evidente que o contrato sob exame tem como FINALIDADE a contemplação de crédito, que, por sua vez, é o produto oferecido pela instituição financeira. Havendo, portanto, a outorga desse produto - o crédito - que é utilizado pelo consumidor como destinatário final, está configurada a relação de consumo, o que enseja a aplicação da Lei Protetiva Consumerista.Nessa senda, conclui-se que, regulando o CDC o mercado de consumo de forma ampla, deve ser extensiva a interpretação da definição de consumidor, para que aquele que retira o produto do mercado de modo final e, sendo parte hipossuficiente da relação negocial, não seja abatido por contratos abusivos e excessivamente onerosos.Vale colacionar importante precedente jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça, que assim considerou:?RECURSO ESPECIAL - PROCESSUAL CIVIL - REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO - INCIDÊNCIA DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - CRITÉRIO DO JUIZ - MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA - SÚMULA 7-STJ - RECURSO NÃO CONHECIDO. 1 - Em primeiro plano, resta consolidado, nesta Corte, através da Súmula 297, que CDC é aplicável às instituições financeiras. 2 - Por outro lado, em se tratando de produção de provas, a inversão, em caso de relação de consumo, não é automática, cabendo ao magistrado a apreciação dos aspectos de verossimilhança da alegação do consumidor ou de sua hipossuficiência, conforme estabelece o art. 6, VIII, do referido diploma legal. Configurados tais requisitos, rever tal apreciação é inviável em face da Súmula 07. 3 - Recurso não conhecido. (REsp 707.451/SP, Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, QUARTA TURMA, julgado em 14.11.2006, DJ 11.12.2006 p. 365).Em razão, portanto, da pacífica aplicação do Código de

Defesa do Consumidor às relações bancárias e tendo em vista que tais normas de proteção são de ordem pública e interesse social, por força do art. 1º daquele diploma legal, é possível a declaração de nulidade de pleno direito de disposições contratuais, como aqueles que impõem ao consumidor excessiva onerosidade e, em contrapartida, consignam vantagem exagerada ao credor, nos termos do art. 51, inc. IV, e § 1º do referido diploma legal, porque abusivas e ofensivas ao princípio geral da boa-fé.Com esse entendimento passo a apreciação dos pedidos iniciais.Da Inconstitucionalidade do art. 5º da Medida Provisória n. 2.170-36.A instauração de incidente de inconstitucionalidade do artigo 5º da Medida Provisória n. 2.170-3/2001 não é viável, porquanto em trâmite ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal, onde se discute a constitucionalidade do citado DISPOSITIVO.Ademais, não há objetivamente evidenciado nenhum fator que impeça a alegação de relevância e urgência daquela Medida Provisória, de modo que é de bom alvitre a preservação de sua presunção de constitucionalidade até final DECISÃO do STF. Da Capitalização de Juros. Argumenta o requerente que é ilegal a capitalização mensal de juros remuneratórios, em razão da inconstitucionalidade do Art. 5º da Medida Provisória n. 2.170-36.Em análise aos contratos questionados nestes autos (fls. 23/31), é possível verificar a ocorrência de capitalização de juros, tendo em vista a diferença entre a taxa mensal e a taxa anual, ou seja, diante da diferença apurada entre a multiplicação da taxa mensal por 12 meses (vejamos como exemplo o contrato de fl. 23, em que a taxa de juros mensal prevista foi de 2,96% x 12 = 35,52% e a taxa anual prevista no contrato foi de 42,62%).Desta forma, a previsão contratual de taxa de juros efetiva superior à nominal implica a capitalização a que se refere a legislação (MP n. 2.170-36/2001), sendo válida a estipulação, tida por perfeitamente compreensível ao consumidor, em especial, nos casos de juros prefixados e prestações idênticas, invariáveis. Demais disso, os contratos são posteriores a MP n. 2.170-36/2001, e portanto, mostra-se possível a cobrança de capitalização mensal dos juros, razão pela qual a ação não merece prosperar.Esta questão já foi decidida pelo e. STJ no julgamento do REsp n. 973.827/RS, submetido ao procedimento dos recursos repetitivos (art. 543-C, do CPC), vejamos:?CONTRATO BANCÁRIO. REVISIONAL. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. PACTUAÇÃO DA CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS. DIFERENÇA ENTRE TAXAS DE JUROS MENSAL E ANUAL. A PREVISÃO DE TAXA ANUAL DOS JUROS SUPERIOR À TAXA MENSAL, MULTIPLICADA POR DOZE, CONFIGURA A PACTUAÇÃO DA CAPITALIZAÇÃO MENSAL. 1. A 2ª Seção deste Tribunal Superior já firmou posicionamento pela possibilidade da cobrança da capitalização mensal dos juros, desde que atendidos os requisitos de existência de previsão contratual expressa da capitalização com periodicidade inferior a um ano e que tenha sido o contrato firmado após 31/03/2000, data da primeira edição desta MP, então sob o nº 1963-17. Precedentes. 2. Capitalização mensal dos juros: "A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada". (REsp 973827/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 08/08/2012, DJe 24/09/2012). Recurso especial não provido. (AgRg no REsp n.º 1.342.243/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 9/10/2012, DJe 16/10/2012). E neste sentido segue a jurisprudência:?Revisional de contrato. Cobrança de capitalização mensal de juros. Possibilidade. Pactuação no contrato firmado após a MP n. 2.170-36/2001. Parcelas fixas e juros pré-fixados. Ciência do consumidor. Legalidade da cobrança. A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada, a qual é permitida a sua cobrança após a MP n. 2.170-36/2001. Tendo o contrato entabulado pelas partes sido firmado com juros pré-fixados e parcelas fixas, não há que se falar em ilegalidade no contrato pela aplicação dos juros de forma composta. (Não Cadastrado, N. 00026926020128220002, Rel. Des. Alexandre Miguel, J. 14/08/2013).?CIVIL E PROCESSO CIVIL - REVISÃO DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO BANCÁRIO - CONTRATO COM PARCELAS FIXAS - CAPITALIZAÇÃO DE JUROS - POSSIBILIDADE - MP Nº 2.170-39/2001 - PREVISÃO LEGAL E CONTRATUAL. 1. É lícita a capitalização mensal de juros nos contratos posteriores à Medida Provisória 2.170-36/2001. 2. Tendo o contrato entabulado pelas partes sido firmado com juros pré-fixados e parcelas fixas, não há que se falar em ilegalidade na aplicação dos juros de forma composta. 3. Negou-se provimento ao recurso?. (TJ/DF - Acórdão n.318868, 20070110201358APC, Relator: J.J. COSTA CARVALHO, Revisor: ANGELO CANDUCCI PASSARELI, 2ª Turma Cível, Data de Julgamento: 25/06/2008, Publicado no DJE: 08/09/2008. Pág.: 92).?APELAÇÃO CÍVEL. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATO DE MUTUO FIRMADO COM ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA. JUROS REMUNERATÓRIOS. Considerando a revogação tácita do artigo 109 da Lei nº 8.177/91 pela Lei Complementar nº 109/2001 (ADIN nº 504/DF), só os contratos firmados no período de vigência do DISPOSITIVO revogado poderiam prever juros remuneratórios superiores a 12% (doze por cento) ao ano, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça. Precedentes desta Corte. Limitação que se impõe no caso. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS. Não há falar em prática de anatocismo em contrato no qual se pactua o pagamento de valor certo e determinado em parcelas fixas, com juros pré-fixados e desde logo embutidos no valor devido, passando a integrar o todo. [?]? (Apelação Cível Nº 70044166379, Décima Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luiz Renato Alves da Silva, Julgado em 21/03/2013).Outrossim, entendimento diverso ofenderia o princípio da boa-fé objetiva, porquanto na fase pré-contratual as partes ajustaram o preço em valor certo, sem a possibilidade de variações futuras, tendo o contrato somente se aperfeiçoado após o autor ter concordado com exatas condições de pagamento. Portanto, o que foi contratado foi cobrado.Da Nulidade da Cobrança de Comissão de Permanência.Pretende a autora, a declaração de nulidade da comissão de permanência em percentual superior aos encargos remuneratórios incidentes sobre a operação (1,49% a.m.), acrescido da multa contratual convencionada.No entanto, analisando os autos, entendo que não é possível acolher a alegação de cumulação de cobrança de comissão de permanência com juros e multa, porquanto além de não constar no contrato sua incidência, a autora não se desincumbiu de comprovar a alegada abusividade através de cálculos próprios.Neste sentido, é o entendimento de nosso

e. Tribunal de Justiça:?Arrendamento mercantil. Revisão de contrato. Incidência do CDC. Juros remuneratórios. Capitalização de juros. Legalidade. MP n. 2.170-36/2001. Comissão de permanência. Ausência. Os bancos ou instituições financeiras não estão sujeitas à limitação de juros prevista no Decreto-lei n. 22.626/33, razão pela qual deve prevalecer o que foi celebrado entre as partes quanto à incidência dos juros remuneratórios. A capitalização mensal de juros é permitida nos contratos celebrados após a edição do MP 1.963-17, de 30 de março de 2000, reeditada sob o n. 2.170-36/2001, no entanto deve haver sua expressa pactuação. Não se evidenciando a cobrança de comissão de permanência para os períodos de inadimplemento, é ausente matéria a ser revisada. O deferimento da consignação de valores, é necessária a demonstração de proporcionalidade dos valores aos que foram estabelecidos no contrato de financiamento. Não se admite, nos autos de ação revisional, discussão acerca da manutenção do devedor na posse do bem. (Não Cadastrado, N. 02450056020098220001, Rel. Des. Marcos Alaor D. Grangeia, J. 07/03/2012 ? g.n.).?Ação revisional. Limitação de juros remuneratórios em 6% ao ano. Impossibilidade. Cobrança de encargos administrativos. Ilegalidade não demonstrada. Ônus da prova do autor. Os bancos ou instituições financeiras não estão sujeitas à limitação de juros prevista no Decreto-lei n. 22.626/33, razão pela qual deve prevalecer o que foi celebrado entre as partes quanto à incidência dos juros remuneratórios, mormente se a taxa de juros não se mostra em descompasso com as taxas aplicadas no mercado financeiro. A cobrança de encargos administrativos, tais como tarifa de serviços de terceiros, tarifa de cadastro e registro de contrato e tarifa de emissão de carnê não são cláusulas consideradas, por si só ilegais, cabendo ao autor provar a ausência de pactuação destas ou a vantagem exagerada por parte do agente financeiro para que assim sejam consideradas. Impõe-se a improcedência do pedido de declaração de nulidade de cláusulas contratuais se não foi acostado aos autos pelo autor o contrato firmado pelas partes que comprove os fatos constitutivos do seu direito?. (Não Cadastrado, N. 01643847620098220001, Rel. Des. Alexandre Miguel, J. 15/05/2013).Da Repetição do Indébito e/ou Compensação de Valores.Com relação ao pedido de repetição de indébito ou compensação de valores, verifica-se que não há como acolher este pedido em razão da improcedência do pedido anterior.III ? DISPOSITIVO.Por todo o exposto, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos iniciais formulado por MARIA SEVERINA DO NASCIMENTO MASCARENHA em face de BANCO BMG S/A, ambos qualificados à fls. 03, para: 1. CONDENAR a parte autora ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios da parte requerida, os quais arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor dado a causa, nos termos do art. 20, §3º do CPC.2 - Julgo resolvida a presente ação, com análise do MÉRITO, na forma do art. 269, inc. I do CPC.Transitada em julgado a presente, em nada sendo requerido em quinze dias, ao arquivo com as anotações necessárias, ciente a parte autora de que poderão ser desarquivados os autos independente de custas próprias, se requerido no prazo de seis meses, com base no Artigo 475 ? J § 5º, do CPC.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Pimenta Bueno-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014.Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida Juíza de Direito

Proc.: 0005377-82.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Autor:L. G. da R.
Advogado:Ana Paula Gomes da Silva (RO 3596)
Requerido:C. R. F.
SENTENÇA:
SENTENÇA:Vistos em Correição.Homologo, por SENTENÇA, para que surtam os devidos e legais efeitos, o pedido de extinção formulado pelo autor à fl. 9. Em consequência julgo extinto o processo com fulcro no artigo 267, VIII, do Código de Processo Civil. Sem custas.P. R. I. C. Oportunamente, arquivem-se.Pimenta Bueno-RO, quarta-feira, 29 de janeiro de 2014.Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida Juíza de Direito

Proc.: 0001823-76.2012.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Ciclo Cairu Ltda
Advogado:Daniele Pontes Almeida (OAB/RO 2567), José Ângelo de Almeida (OAB/RO 309)
Executado:Anderson de Castro Lobo
DECISÃO:
DECISÃO:Vistos em Correição1. Indefiro o pedido de suspensão na forma requerida.1.1. No entanto, determino a suspensão sine die, nos termos do artigo 791, III do Código de Processo Civil.2. Registro que a parte exequente poderá solicitar a qualquer tempo o prosseguimento da execução, desde que indique bens livres e desembaraçados a penhora, devidamente comprovado. Intime-se.Pimenta Bueno-RO, quarta-feira, 29 de janeiro de 2014.Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida Juíza de Direito

Proc.: 0001647-97.2012.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Ciclo Cairu Ltda
Advogado:José Ângelo de Almeida (RO 309), Daniele Pontes Almeida (OAB/RO 2567)
Executado:Jucelino dos Santos
DECISÃO:
DECISÃO:Vistos em Correição1. Indefiro o pedido de suspensão na forma requerida.1.1. No entanto, determino a suspensão sine die, nos termos do artigo 791, III do Código de Processo Civil.2. Registro que a parte exequente poderá solicitar a qualquer tempo o prosseguimento da execução, desde que indique bens livres e desembaraçados a penhora, devidamente comprovado. Intime-se.Pimenta Bueno-RO, quarta-feira, 29 de janeiro de 2014.Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida Juíza de Direito

Proc.: 0002814-52.2012.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Ciclo Cairu Ltda
Advogado:José Ângelo de Almeida (RO 309), Daniele Pontes Almeida (OAB/RO 2567)
Executado:Robert Willian Cordeiro Calilo Junior
DECISÃO:
DECISÃO:Vistos em Correição1. Indefiro o pedido de suspensão na forma requerida.1.1. No entanto, determino a suspensão sine die, nos termos do artigo 791, III do Código

de Processo Civil.2. Registro que a parte exequente poderá solicitar a qualquer tempo o prosseguimento da execução, desde que indique bens livres e desembaraçados a penhora, devidamente comprovado. Intime-se.Pimenta Bueno-RO, quarta-feira, 29 de janeiro de 2014.Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida Juíza de Direito

Proc.: 0004453-76.2010.8.22.0009
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco CNH Capital S/A
Advogado:Adriano Muniz Rebello (PR 24730), Mychelle Fortunato (OAB/PR 23.997), Giovanna Benvenutti Pereira (OAB/PR 26.631), Maria Emilia Cazelli Gonçalves (OAB/RO 2735)
Executado:Ederbal Raposo da Rocha, Sedemar Winck, Odete Winck
Advogado:Cesar Augusto Vieira (OAB/RO 3229)
DESPACHO:
DESPACHO:Vistos em correição.Intime-se pessoalmente a parte exequente para dar regular andamento ao feito, em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção (art. 267, § 1º do CPC), observando-se o disposto no parágrafo único, do art. 238, do CPC.Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, conclusos.Expeça-se carta ou MANDADO.Pimenta Bueno-RO, quarta-feira, 29 de janeiro de 2014.Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida Juíza de Direito

Proc.: 0004298-68.2013.8.22.0009
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Rondônia
Advogado:Filipe Caio Batista Carvalho (OAB/RO 2675)
Executado:Frigorífico Margen Ltda
DESPACHO:
DESPACHO:Vistos em correição.Intime-se pessoalmente a parte exequente para dar regular andamento ao feito, em 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de extinção (art. 267, § 1º do CPC), observando-se o disposto no parágrafo único, do art. 238, do CPC.Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, conclusos.Expeça-se carta ou MANDADO.Pimenta Bueno-RO, quarta-feira, 29 de janeiro de 2014.Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida Juíza de Direito

Proc.: 0034670-39.2009.8.22.0009
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Embargante:Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia Caerd
Advogado:Arquilau de Paula (RO 1-B), Franciany de Paula (OAB/RO 349B), Breno de Paula (RO 399-B)
Embargado:Fazenda Pública do Município de Pimenta Bueno -RO
SENTENÇA:
SENTENÇA:Vistos em Correição.Diante do silêncio da Exequente, conforme certidão de fl. 63, dou por cumprida a obrigação e, consequentemente, julgo extinto o feito com fulcro no artigo 794, I, do Código de Processo Civil.P. R. I. C. Oportunamente arquivem-se.Pimenta Bueno-RO, quarta-feira, 29 de janeiro de 2014.Keila Alessandra Roeder Rocha de Almeida Juíza de Direito

Proc.: 0001642-41.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sabrina Leonor Rezende Klippel
Advogado:Roseana Maria Vieira Tavares Fontana (OAB/RO 645 E), Nádia Pinheiro Costa (OAB/RO 645-E)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Fica a parte autora, por seu advogado, intimada da audiência de oitiva das testemunhas designada para o dia 12/03/2014 às 11h30min no Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Cacoal/RO.

Proc.: 0004292-32.2011.8.22.0009
Ação:Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Micro
Requerente:Telcon Fios e Cabos Para Telecomunicações S A
Advogado:João Antonio Ximenes (SSP/RO 244)
Requerido:Eletrogóes S/A
Advogado:Cibele Thereza Barbosa Rissardo (RO 235-B), Cristhianne Paula Cremonese de Freitas (OAB/RO 2470)
Manifeste a parte interessada sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça.

Proc.: 0005913-64.2011.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Edinaldo Amorim de Lima
Advogado:Daniel de Brito Ribeiro (RO 2.630)
Requerido:Eletrobrás Distribuição Rondônia / Ceron Centrais Elétricas de Rondônia
Advogado:Ivone de Paula Chagas Sant' Ana (RO 1114)
Manifeste a parte interessada sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça.

Proc.: 0000202-10.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Autor:Erineu Rodrigues Lemes
Advogado:Suely Maria Rodrigues Ferro (RO 2961)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/ RO 5369), Lucas Vendrusculo (RO 2666)
Ficam as partes, por via de seus Advogados, intimadas a apresentarem alegações finais no prazo sucessivo de 10 dias, conforme determinação de fls 87.

Proc.: 0000682-85.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Autor:Joelma Pereira de Oliveira
Advogado:Suely Maria Rodrigues Ferro (RO 2961)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Rodrigo Mari Salvi (4428), Lucimar Cristina Gimenez Cano (RO 5.017)
Ficam as partes, por via de seus Advogados(as), no prazo de 05 dias, se manifestarem sobre o Laudo Pericial.

Proc.: 0003810-16.2013.8.22.0009
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Neusa José Antônio
Advogado:Bernardo Schmidt Penna (OAB RO 4517)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2894), Michele Luana Sanches (OAB/RO 2910)
Fica a parte autora, por seu advogado, intimada a tomar ciência que o requerente não compareceu na data agendada para a perícia.

Proc.: 0018283-56.2003.8.22.0009
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Valdir Antoniazzi
Advogado:José Carlos Laux (RO 566)
Executado:Genessi Passos dos Santos, José Gonçalves Loiola, Carlos Brambila
Advogado:Agenor Martins (OAB/RO 654A), Carlos Oliveira Spadoni (RO 607 A), Maria Gonçalves de Souza Colombo (OAB/RO 3371), Carlos Oliveira Spadoni (RO 607 A)
Fica o Executado Genessi Passos dos Santos, por via de seu Advogado Dr Agenor Martins, no prazo de 05 dias, intimado para retirar o Alvará expedido.

Sileide Niceia Pedrosa Ramalho Veche e Silva
Escrivã Judicial

COMARCA DE ROLIM DE MOURA

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
Juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Rolim de Moura-RO
e-mail: rmm1criminal@tjro.jus.br

GABARITO
Vara Criminal de Rolim de Moura - RO
Expediente do dia 31 de Janeiro de 2014
Juíza de Direito: áudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Prazo do Edital 05 dias
Proc.: 00052712020138220010
Acusada: MILENI CRISTINA BENETTI MOTA, brasileira, nascida aos 07/05/1967, filha de Genésio Benetti e Railda Elza Benetti.
Adv.: Dr. MARCIO ANTÔNIO PEREIRA, OAB-RO 1615, com escritório profissional na Comarca de Rolim de Moura/RO.
FINALIDADE:
1– Intimar o(a) advogado(a) acima mencionado(a) para comparecer em audiência de interrogatório designada para o dia 07/02/2014, às 10h15min, a ser realizada na Sala de Audiências da Vara Criminal desta comarca, nos autos supracitados. Cláudia Mara da Silva Faleiros Fernandes, Juíza de Direito. Eu, Solange Aparecida Gonçalves, Diretora de Cartório, mandei lavrar o presente. (osf)
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES
Escrivão: rmm1criminal@tjro.jus.br
Juiz: rmmjuiz@tjro.jus.br

GABARITO
Vara Criminal de Rolim de Moura - RO
Expediente do dia 31 de Janeiro de 2014
Juíza de Direito: áudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Prazo do Edital 05 dias
Proc.: 00036502220128220010
Acusado: VALQUIMEDES DO NASCIMENTO, brasileiro, nascido aos 09/12/1981, natural de Rolim de Moura/RO, filho de José do Nascimento e Gildava Silva do Nascimento.
Adv.: Dr. Salvador Luiz Paloni, OAB-RO 299-A, com escritório profissional na Comarca de Rolim de Moura/RO
FINALIDADE:
1– Intimar o advogado acima, para apresentar as razões de recurso, no prazo legal, nos autos supracitados. Cláudia Mara da Silva Faleiros Fernandes, Juíza de Direito. Eu, Solange Aparecida Gonçalves, Diretora de Cartório, mandei lavrar o presente. (osf)
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES
Escrivão: rmm1criminal@tjro.jus.br
Juiz: rmmjuiz@tjro.jus.br

Solange Aparecida Gonçalves
Diretora de Cartório

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Juízo de Direito da Vara do Juizado Especial Cível da Comarca de Rolim de Moura, RO.
e-mail: je_rmo@tj.ro.gov.br
Escrivã Judicial: Maria Aparecida Ribeiro Santos Lopes
Juiz de Direito: Eduardo Fernandes Rodovalho de Oliveira

Proc: 1000079-55.2014.8.22.0010
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
FABIO ALFREDO GONÇALVES(Requerente)
Advogado(s): SILVIO VIEIRA LOPES(OAB 72B RO)
Banco Bradesco S A(Requerido)
FABIO ALFREDO GONÇALVES(Requerente)
Advogado(s): SILVIO VIEIRA LOPES(OAB 72B RO)
Banco Bradesco S A(Requerido)
Intimação do procurador do autor acerca da audiência redesignada nos termos da DECISÃO mov. 8, abaixo transcrita.
Para haver antecipação dos efeitos da tutela se faz necessário a presença dos requisitos exigidos pela Lei (CPC, art. 273). Verossímil sim a alegação de que inexistiria para com a ré pendência financeira alguma a justificar o apontamento. De outro norte, denota também a conjuntura sub judice, quanto à esfera de direitos do autor, risco de difícil conserto (CPC, art. 273, inc. I), na medida em que se lhe restringe inapelavelmente o crédito (compras a prazo no comércio e aquisição de cartão de crédito junto às instituições financeiras),
consignando-se por fim a jurisprudência dominante, segundo a qual o fato de estar sendo discutido o débito, com base em motivos razoáveis e teses plausíveis, é bastante para determinar a exclusão do nome dos cadastros de inadimplentes, máxime se a medida não gera qualquer prejuízo ou perigo de dano à parte contrária. (Ag. Instrumento, N. 10000120050000011, Rel. Des. Renato Martins
Mimessi, J. 19/04/2005). Desse modo, pendente discussão judicial acerca do débito, com possibilidade de êxito e havendo indícios de inscrição indevida, concedo
liminarmente a antecipação dos efeitos da tutela para determinar a suspensão do apontamento no nome do autor do respectivo cadastro. Assim, oficie-se à entidade protetiva de crédito. No mais, citem-se as rés e intimem-se os demandantes à audiência conciliatória designada para 02/04/2014, às 8 horas. Rolim de Moura, 17 de janeiro de 2014. Cláudia Mara da Silva Faleiros Fernandes Juíza de Direito

Proc: 1000133-21.2014.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
D. DE OLIVEIRA VICENTE(Exequente)
Advogado(s): SILVIO VIEIRA LOPES(OAB 72B RO)
ANA CAROLINE GONÇALVES DOS SANTOS (Executado)
D. DE OLIVEIRA VICENTE(Exequente)
Advogado(s): SILVIO VIEIRA LOPES(OAB 72B RO)
ANA CAROLINE GONÇALVES DOS SANTOS (Executado)
Intimação do procurador do autor acerca da audiência designada para 17 de Março de 2014 às 16h20min, devendo trazer o outorgante independente de intimação, conforme DESPACHO mov. 5, abaixo transcrito.
Cite-se o(a) executado(a) (Lei nº 9.099/95, art. 53 e §§) e intimem-se os demandantes à audiência de conciliação, na qual o credor, se o caso, deverá informar o paradeiro do inadimplente e eleger bens à penhora. Rolim de Moura, em 24 de janeiro de 2014. Cláudia Mara da Silva Faleiros Fernandes Juíza de Direito

Proc: 1000121-07.2014.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Elvis Carlos Celini(Exequente)
Advogado(s): Leonardo Zanelato Gonçalves(OAB 3941 RO)
Sandro Duarte Acosta(Executado), Marcelo Corradini(Executado)
Elvis Carlos Celini(Exequente)
Advogado(s): Leonardo Zanelato Gonçalves(OAB 3941 RO)
Sandro Duarte Acosta(Executado), Marcelo Corradini(Executado)
Intimação do procurador do autor acerca da audiência designada para 12 de Março de 2014 às 17h20min, devendo trazer o outorgante independente de intimação, conforme DESPACHO mov. 5, abaixo transcrito.
Citem-se os executados (Lei nº 9.099/95, art. 53 e §§) e intimem-se os demandantes à audiência de conciliação, na qual o credor, se o caso, deverá informar o paradeiro do inadimplente e eleger bens à penhora. Rolim de Moura, em 23 de janeiro de 2014. Cláudia Mara da Silva Faleiros Fernandes Juíza de Direito

Proc: 1000062-19.2014.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Erlandes Oliveira Martins(Exequente)
Advogado(s): Daniel Redivo(OAB 3181 RO)
Lucia Antonio(Executado)
Erlandes Oliveira Martins(Exequente)
Advogado(s): Daniel Redivo(OAB 3181 RO)
Lucia Antonio(Executado)
Intimação do procurador do autor acerca da audiência designada para 10 de Março de 2014 às 16h20min, devendo trazer o outorgante independente de intimação, conforme DESPACHO mov. 4, abaixo transcrito.
Cite-se o(a) executado(a) (Lei nº 9.099/95, art. 53 e §§) e intimem-se os demandantes à audiência de conciliação, na qual o credor, se o caso, deverá informar o paradeiro do inadimplente e eleger bens à penhora. Rolim de Moura, em 16 de Janeiro de 2014 Juíza Cláudia Mara da S. Faleiros Fernandes

Proc: 1000057-94.2014.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
FABIO'S RELOJOARIA LTDA ME(Exequente)
Advogado(s): SILVIO VIEIRA LOPES(OAB 72B RO)
Luci Dalva dos Santos e Silva Delgadillo(Executado)
FABIO'S RELOJOARIA LTDA ME(Exequente)
Advogado(s): SILVIO VIEIRA LOPES(OAB 72B RO)
Luci Dalva dos Santos e Silva Delgadillo(Executado)
Intimação do procurador do autor acerca da audiência designada para 27 de Fevereiro de 2014 às 17 horas, devendo trazer o outorgante independente de intimação, conforme DESPACHO mov. 5, abaixo transcrito.
Cite-se o(a) executado(a) (Lei nº 9.099/95, art. 53 e §§) e intimem-se os demandantes à audiência de conciliação, na qual o credor, se o caso, deverá informar o paradeiro do inadimplente e eleger bens à penhora. Rolim de Moura, em 16 de Janeiro de 2014 Juíza Cláudia Mara da S. Faleiros Fernandes

Proc: 1000028-44.2014.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
B C Comércio de Materiais para Construção Ltda ME(Exequente)
Advogado(s): MAYCON DOUGLAS MACHADO(OAB 2509 RO)
Cremilde Alves de Oliveira(Executado)
B C Comércio de Materiais para Construção Ltda ME(Exequente)
Advogado(s): MAYCON DOUGLAS MACHADO(OAB 2509 RO)
Cremilde Alves de Oliveira(Executado)
Intimação do procurador do autor acerca da audiência designada para 26 de Fevereiro de 2014 às 17 horas, devendo trazer o outorgante independente de intimação, conforme DESPACHO mov. 5, abaixo transcrito.
Cite-se o(a) executado(a) (Lei nº 9.099/95, art. 53 e §§) e intimem-se os demandantes à audiência de conciliação, na qual o credor, se o caso, deverá informar o paradeiro do inadimplente e eleger bens à penhora. Rolim de Moura, em 16 de Janeiro de 2014 Juíza Cláudia Mara da S. Faleiros Fernandes

Proc: 1000009-38.2014.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Ana Maria da Fonseca(Autor)
Advogado(s): Rhenne Dutra dos Santos(OAB 5270 RO)
Ederson Dienstmann(Réu)
Ana Maria da Fonseca(Autor)
Advogado(s): Rhenne Dutra dos Santos(OAB 5270 RO)
Ederson Dienstmann(Réu)
Intimação do procurador do autor acerca da audiência designada para 2 de Abril de 2014 às 09:00, devendo trazer o outorgante independente de intimação.

Proc: 1003104-13.2013.8.22.0010
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Cia da Moda Rolim Ltda - ME - Umuarama(Arrolante)
Advogado(s): Regiane Teixeira Struckel(OAB 3874 RO)
Leila Rodrigues Oliveira Cavalcante(Réu)
Cia da Moda Rolim Ltda - ME - Umuarama(Arrolante)
Advogado(s): Regiane Teixeira Struckel(OAB 3874 RO)
Leila Rodrigues Oliveira Cavalcante(Réu)
Intimação do procurador do autor acerca da audiência redesignada para 31 de Março de 2014 às 17h20min, devendo trazer o outorgante independente de intimação.

Proc: 1002996-81.2013.8.22.0010
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Geraldina de Santana(Requerente)
Advogado(s): SÉRGIO MARTINS(OAB 3215 RO)

OI S/A (Requerido)
Advogado(s): ALESSANDRA MONDINI CARVALHO(OAB 4240 RO), OAB:635 RO
Geraldina de Santana(Requerente)
Advogado(s): SÉRGIO MARTINS(OAB 3215 RO)
OI S/A (Requerido)
Advogado(s): ALESSANDRA MONDINI CARVALHO(OAB 4240 RO), OAB:635 RO
Intimação dos procuradores das partes acerca da audiência redesignada para 12 de Março de 2014 às 16h20min, devendo trazer os outorgantes independente de intimação.

Proc: 1001861-34.2013.8.22.0010
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Elaine Lilian Candioto Rosa(Requerente)
Advogado(s): SÉRGIO MARTINS(OAB 3215 RO)
Five Tecnologia Ltda - ME(Requerido)
Elaine Lilian Candioto Rosa(Requerente)
Advogado(s): SÉRGIO MARTINS(OAB 3215 RO)
Five Tecnologia Ltda - ME(Requerido)
Intimação do procurador do autor acerca da audiência designada para 31 de Março de 2014 às 11 horas, devendo trazer o outorgante independente de intimação.

Proc: 1001277-98.2012.8.22.0010
Ação:Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Cível)
Edson Joaquim dos Santos(Autor)
Advogado(s): Regiane Teixeira Struckel(OAB 3874 RO)
B. V Financeira S/A Credito Financiamento e Investimento(Réu)
Advogado(s): Celso Marcon(OAB 3700 RO)
Edson Joaquim dos Santos(Autor)
Advogado(s): Regiane Teixeira Struckel(OAB 3874 RO)
B. V Financeira S/A Credito Financiamento e Investimento(Réu)
Advogado(s): Celso Marcon(OAB 3700 RO)
Intimação do procurador do autor acerca dos Alvarás expedidos mov. 56, bem como para, NO PRAZO DE 5 DIAS, juntar ao processo os respectivos comprovantes de saque.

Proc: 1002439-94.2013.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Roma Madeiras Beneficiadas Ltda-Me(Exequente)
Advogado(s): Ronilson Wesley Pelegrine Barbosa(OAB 4688 RO), Mayara Aparecida Kalb(OAB 5043 RO), Oziel Sobreira Lima(OAB 6053 RO)
LUSINEIDE SILVA(Executado)
Roma Madeiras Beneficiadas Ltda-Me(Exequente)
Advogado(s): Ronilson Wesley Pelegrine Barbosa(OAB 4688 RO), Mayara Aparecida Kalb(OAB 5043 RO), Oziel Sobreira Lima(OAB 6053 RO)
LUSINEIDE SILVA(Executado)
Intimação do procurador do autor para, no prazo de 5 dias, apresentar o atual endereço do executado face o MANDADO devolvido com diligência negativa mov. 20, sob pena de arquivamento do feito.

Proc: 1002045-87.2013.8.22.0010
Ação:Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Cível)
Edemilson Domingos Barbosa(Adjudicante)
Advogado(s): José Luís Torelli Gabaldi(OAB 2543 RO)
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT SA(Adjudicado)
Advogado(s): Alvaro Luiz da Costa Fernandes(OAB 5369 RO)
Edemilson Domingos Barbosa(Adjudicante)
Advogado(s): José Luís Torelli Gabaldi(OAB 2543 RO)
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT SA(Adjudicado)
Advogado(s): Alvaro Luiz da Costa Fernandes(OAB 5369 RO)
Intimação do procurador do autor acerca do Alvará expedido mov. 26, bem como para, NO PRAZO DE 5 DIAS, juntar ao processo o respectivo comprovante de saque.

Proc: 1000520-70.2013.8.22.0010
Ação:Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Cível)
France Reis Cristina dos Santos(Autor)
Advogado(s): Pericles Xavier Gama(OAB 2512 RO)
Samsung Eletronica da Amazônia Ltda(Réu)
France Reis Cristina dos Santos(Autor)
Advogado(s): Pericles Xavier Gama(OAB 2512 RO)
Samsung Eletronica da Amazônia Ltda(Réu)
Intimação do procurador do autor acerca do Alvará expedido mov. 35, bem como para, NO PRAZO DE 5 DIAS, juntar ao processo o respectivo comprovante de saque.

Proc: 1001996-46.2013.8.22.0010
Ação:Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Cível)
João Paulo Conrat(Requerente)
Advogado(s): ROBERTA DE OLIVEIRA LIMA PAES(OAB 1568 RO)
BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A - BANERJ(Requerido)
Advogado(s): OAB:9744 RN
João Paulo Conrat(Requerente)
Advogado(s): ROBERTA DE OLIVEIRA LIMA PAES(OAB 1568 RO)
BANCO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO S/A - BANERJ(Requerido)
Advogado(s): OAB:9744 RN
Intimação do procurador do autor acerca do Alvará expedido mov. 33, bem como para, NO PRAZO DE 5 DIAS, juntar ao processo o respectivo comprovante de saque.

Proc: 1001757-42.2013.8.22.0010
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Alexandre de Oliveira(Autor)
Advogado(s): Regiane Teixeira Struckel(OAB 3874 RO)
Polaris Motocenter Ltda(Réu), MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA(Réu)
Advogado(s): Salvador luiz Paloni(OAB 299-A RO)OAB:156347 SP, Iracema Souza de Gois(OAB 2044 RO)
Alexandre de Oliveira(Autor)
Advogado(s): Regiane Teixeira Struckel(OAB 3874 RO)
Polaris Motocenter Ltda(Réu), MOTO HONDA DA AMAZONIA LTDA(Réu)
Advogado(s): Salvador luiz Paloni(OAB 299-A RO)OAB:156347 SP, Iracema Souza de Gois(OAB 2044 RO)
Intimação do procurador do autor acerca do Alvará expedido mov. 44, bem como para, NO PRAZO DE 5 DIAS, juntar ao processo o respectivo comprovante de saque.

Proc: 1001631-89.2013.8.22.0010
Ação:Petição (Juizado Cível)
LEONARDO BUENO LOPES(Requerente)
Advogado(s): Thaís Rodrigues Muradás(OAB 3922 RO)

Oi S.a (Requerido)
Advogado(s): ALESSANDRA MONDINI CARVALHO(OAB 4240 RO)
LEONARDO BUENO LOPES(Requerente)
Advogado(s): Thaís Rodrigues Muradás(OAB 3922 RO)
Oi S.a (Requerido)
Advogado(s): ALESSANDRA MONDINI CARVALHO(OAB 4240 RO)
Intimação do procurador do autor acerca do Alvará expedido mov. 35, bem como para, NO PRAZO DE 5 DIAS, juntar ao processo o respectivo comprovante de saque.

Proc: 1001102-70.2013.8.22.0010
Ação:Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Cível)
MARIA TEREZA FRANCO(Requerente)
Advogado(s): Cíntia Gohda Ruiz de Lima Umehra(OAB 126707 SP)
Vivo S/A(Requerido)
Advogado(s): Alan Arais Lopes(OAB 1787 RO)
MARIA TEREZA FRANCO(Requerente)
Advogado(s): Cíntia Gohda Ruiz de Lima Umehra(OAB 126707 SP)
Vivo S/A(Requerido)
Advogado(s): Alan Arais Lopes(OAB 1787 RO)
Intimação do procurador do autor acerca do Alvará expedido mov. 38, bem como para, NO PRAZO DE 5 DIAS, juntar ao processo o respectivo comprovante de saque.

Proc: 1000149-72.2014.8.22.0010
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Pedro da Costa(Requerente)
Advogado(s): Salvador luiz Paloni(OAB 299-A RO)
Antonio Santos de Lima(Requerido)
Pedro da Costa(Requerente)
Advogado(s): Salvador luiz Paloni(OAB 299-A RO)
Antonio Santos de Lima(Requerido)
Intimação do procurador do autor para, no prazo de 5 dias, apresentar o atual endereço do requerido face o MANDADO de citação e intimação devolvido (mov. 7) com diligência negativa, sob pena de arquivamento do feito.

Proc: 1000134-06.2014.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
D. DE OLIVEIRA VICENTE(Exequente)
Advogado(s): SILVIO VIEIRA LOPES(OAB 72B RO)
ADRIANA DE FÁTIMA OLIVEIRA(Executado)
D. DE OLIVEIRA VICENTE(Exequente)
Advogado(s): SILVIO VIEIRA LOPES(OAB 72B RO)
ADRIANA DE FÁTIMA OLIVEIRA(Executado)
Intimação do procurador do autor acerca da audiência designada para 17 de Março de 2014 às 16h40min, devendo trazer o outorgante independente de intimação, conforme DESPACHO mov. 5, abaixo transcrito.
Cite-se o(a) executado(a) (Lei nº 9.099/95, art. 53 e §§) e Nintimem-se os demandantes à audiência de conciliação, na qual o credor, se o caso, deverá informar o paradeiro do inadimplente e eleger bens à penhora. Rolim de Moura, em 24 de janeiro de 2014. Cláudia Mara da Silva Faleiros Fernandes Juíza de Direito

Proc: 1000035-36.2014.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Aparecido Donizete Cobos Rodrigues(Exequente)
Advogado(s): Ronilson Wesley Pelegrine Barbosa(OAB 4688 RO), Mayara Aparecida Kalb(OAB 5043 RO), Oziel Sobreira Lima(OAB 6053 RO)
WALDINEI TAVARES CHIODI(Executado)
Aparecido Donizete Cobos Rodrigues(Exequente)
Advogado(s): Ronilson Wesley Pelegrine Barbosa(OAB 4688 RO), Mayara Aparecida Kalb(OAB 5043 RO), Oziel Sobreira Lima(OAB 6053 RO)
WALDINEI TAVARES CHIODI(Executado)
Intimação do procurador do autor acerca da audiência designada para 27 de Fevereiro de 2014 às 16h20min, devendo trazer o outorgante independente de intimação, conforme DESPACHO mov. 5, abaixo transcrito.
Cite-se o(a) executado(a) (Lei nº 9.099/95, art. 53 e §§) e intimem-se os demandantes à audiência de conciliação, na qual o credor, se o caso, deverá informar o paradeiro do inadimplente e eleger bens à penhora. Rolim de Moura, em 16 de Janeiro de 2014 Juíza Cláudia Mara da S. Faleiros Fernandes

Proc: 1002882-45.2013.8.22.0010
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Itapoã - Comércio de Tecidos e Confecções Ltda(Requerente)
Advogado(s): Cíntia Gohda Ruiz de Lima Umehra(OAB 126707 SP)
Ederson Bachega(Requerido)
Itapoã - Comércio de Tecidos e Confecções Ltda(Requerente)
Advogado(s): Cíntia Gohda Ruiz de Lima Umehra(OAB 126707 SP)
Ederson Bachega(Requerido)
Intimação do procurador do autor acerca da audiência redesignada para 4 de Abril de 2014 às 17h20min, devendo trazer o autor independente de intimação.

Proc: 1000120-22.2014.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Elvis Carlos Celini(Exequente)
Advogado(s): Leonardo Zanelato Gonçalves(OAB 3941 RO)
Sandro Duarte Acosta(Executado), Marcelo Corradini(Executado)
Elvis Carlos Celini(Exequente)
Advogado(s): Leonardo Zanelato Gonçalves(OAB 3941 RO)
Sandro Duarte Acosta(Executado), Marcelo Corradini(Executado)
Intimação do procurador do autor acerca da audiência designada para 13 de Março de 2014 às 16h20min, devendo trazer o outorgante independente de intimação, conforme DESPACHO mov. 5, abaixo transcrito.
Citem-se os executados (Lei nº 9.099/95, art. 53 e §§) e intimem-se os demandantes à audiência de conciliação, na qual o credor, se o caso, deverá informar o paradeiro do inadimplente e eleger bens à penhora. Rolim de Moura, em 23 de janeiro de 2014. Cláudia Mara da Silva Faleiros Fernandes Juíza de Direito

Proc: 1000080-40.2014.8.22.0010
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Ana José da Rocha(Requerente)
Advogado(s): João Carlos da Costa(OAB 1258 RO)
B. V. Financeira S.A.(Requerido), Banco Votorantim S/A - BV Financeira(Requerido)
Ana José da Rocha(Requerente)
Advogado(s): João Carlos da Costa(OAB 1258 RO)
B. V. Financeira S.A.(Requerido), Banco Votorantim S/A - BV Financeira(Requerido)

Intimação do procurador do autor acerca da audiência de conciliação redesignada conforme DECISÃO mov. 9, abaixo transcrita.
I. Além de parecer verdadeira, pois que similar a outras
em relação às quais já se pronunciou aqui a favor, verifica-se sem esforço algum que a conjuntura lamentada representa à esfera jurídica de Ana José da Rocha risco de dano irreparável ou de difícil conserto, haja vista ser ele pessoa idosa e de limitados recursos financeiros (beneficio previdenciário), para quem assim qualquer perda patrimonial, ainda mais se periódica, significa privação de alimentos, remédios, vestuário etc. II. Desse modo, presentes os requisitos autorizadores (CPC, art. 273), antecipo em parte o efeito da tutela consistente
na cessação imediata dos descontos ora em comento, devendo
para tanto ser oficiado o INSS. III. Citem-se as rés e intimem-se os demandantes à audiência conciliatória designada para 02/04/2014, às 08h30. Rolim de Moura, 21 de janeiro de 2014. Cláudia Mara da Silva Faleiros Fernandes
Juíza de Direito

Proc: 1002667-40.2011.8.22.0010
Ação:Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Cível)
Posto de Molas J. Lazaroto Ltda -me(Autor)
Advogado(s): Regiane Teixeira Struckel(OAB 3874 RO)
Enéias Antônio Constâncio(Réu)
Posto de Molas J. Lazaroto Ltda -me(Autor)
Advogado(s): Regiane Teixeira Struckel(OAB 3874 RO)
Enéias Antônio Constâncio(Réu)
Intimação do procurador do autor acerca do Alvará expedido mov. 61, bem como para, NO PRAZO DE 5 DIAS, juntar ao processo o respectivo comprovante de saque.

Proc: 1000762-63.2012.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Rosttel Equipamentos e Eletrônicos Ltda - ME(Exequente)
Advogado(s): Danilo Constance Martins Durigon(OAB 5114 RO)
A. de Barros Eler - Me(Executado)
Advogado(s): Regiane Teixeira Struckel(OAB 3874 RO)
Rosttel Equipamentos e Eletrônicos Ltda - ME(Exequente)
Advogado(s): Danilo Constance Martins Durigon(OAB 5114 RO)
A. de Barros Eler - Me(Executado)
Advogado(s): Regiane Teixeira Struckel(OAB 3874 RO)
Intimação do procurador do autor acerca do Alvará expedido mov. 65, bem como para, NO PRAZO DE 5 DIAS, juntar ao processo o respectivo comprovante de saque.

Proc: 1001546-40.2012.8.22.0010
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
ABNELMA CABRAL DE SOUZA(Autor)
Advogado(s): João Carlos da Costa(OAB 1258 RO), Daniel Redivo(OAB 3181 RO), Regiane Teixeira Struckel(OAB 3874 RO)
B. V Financeira S/A Credito Financiamento e Investimento(Réu)
Advogado(s): Celso Marcon(OAB 3700 RO)
ABNELMA CABRAL DE SOUZA(Autor)
Advogado(s): João Carlos da Costa(OAB 1258 RO), Daniel Redivo(OAB 3181 RO), Regiane Teixeira Struckel(OAB 3874 RO)
B. V Financeira S/A Credito Financiamento e Investimento(Réu)
Advogado(s): Celso Marcon(OAB 3700 RO)
Intimação do procurador do autor acerca do Alvará expedido mov. 69, bem como para, NO PRAZO DE 5 DIAS, juntar ao processo o respectivo comprovante de saque.

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível

Proc.: 0005076-69.2012.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Nair Maria de Freitas Amorim
Advogado: Cíntia Gohda Ruiz de Lima Umehara (OAB/RO 4.227), Ademar Ruiz de Lima (SP 31641)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do INSS
FINALIDADE: INTIMAÇÃO do(s) Advogado(s) da parte Autora para que tome ciência da perícia agendada para o dia 21 de fevereiro de 2014, a partir das 07h00min, no Hospital Municipal Amélio João da Silva, sito à Avenida Cuiabá, nº 5414, bairro Planalto, Rolim de Moura/RO, com o Dr. Roberto Fernandes Mello, conforme Ofício nº 566/HMRM/2013, devendo o Advogado providenciar o necessário para informar a requerente, Sr(a) Nair Maria de Freitas Amorim, para que a mesma compareça no local e data agendados para realização da perícia.

Proc.: 0005963-53.2012.8.22.0010
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Domingos Ruyvo
Advogado:Defensor Público do Município de Rolim de Moura ( )
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.
Advogado:Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB RO 5017)
FINALIDADE: INTIMAÇÃO da parte Requerida, por meio de seu advogado, de que foi agendado realização de perícia médica para o dia 28 de fevereiro de 2014, as 07h00min, no Hospital Municipal Amélio João da Silva, sito à Avenida Cuiabá, nº 5414, bairro Planalto, Rolim de Moura/RO, com o Dr. Roberto Fernandes Mello, conforme Ofício nº 003/HMRM/2014 juntado à fl. 59.

Proc.: 0003904-63.2010.8.22.0010
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Autor:Lojas Tropical e Refrigeração Ltda
Advogado:Neumayer Pereira de Souza (OAB/RO 1537)
Réu:Valdecir Cordeiro
Advogado:Advogado Não Informado (22 SMG)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl. 64 verso: " Certifico que compulsando os autos verifiquei que o patrono "de cujus" Edson Luiz Rolim, não possuía procuração nos autos. Portanto procedo a intimação da autora para que constitua novo patrono, ou, diga se o Patrono Neumayer Pereira de Souza, continua atuando na causa. Rolim de Moura, RO, 3 de Fevereiro de 2014. Rosiane Eduarda G. F Sampaio. Tec. Judiciária - Cad. 205.247-4 ".

Proc.: 0002634-96.2013.8.22.0010
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Órion Comércio de Motos Ltda
Advogado:Regiane Teixeira Struckel (OAB RO 3874)
Executado:Alessandro Tedeschi da Silva
Advogado:Márcio Antonio Pereira (OAB/RO 1615), Neirelene da Silva Azevedo (OAB/RO 6119)
Petição Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a falar sobre a petição de Embargos à Execução apresentados pela parte requerida às fls. 32/44.

Antônio Pereira Barbosa
Diretor de Cartório

2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível
Juízo da 2ª Vara Cível e Juizado da
infância e Juventude da Comarca de Rolim de Moura - RO
E-mail: rmm2civel@tjro.jus.br

Proc.: 0001765-07.2011.8.22.0010
Ação:MANDADO de Segurança
Impetrante:Virgínia Simões Piacentini
Advogado:Defensor Público do Município de Rolim de Moura ( )
Impetrado:Município de Rolim de Moura RO
Advogado:Procurador do Municipio de Rolim de Moura (000)
DECISÃO:
Virgínia Simões Piacentini, ingressou com este MANDADO de Segurança visando compelir o Estado de Rondônia a lhe entregar TSH Recombinante e Galvus Met objetivando o controle da patologia que apresentava (carcinoma papilífero e diabetes mellitos II). A liminar foi concedida (fl. 26/28) e, passados mais de 4 meses sem a entrega dos medicamentos, Virgínia solicitou o sequestro de numerário para a aquisição dos fármacos (fl. 61/62), o que foi concedido e providenciado (fl. 63/65). A impetrante retirou o alvará (fls. 66), mas apresentou somente comprovantes do medicamento Galvus Met, adquiridos antes da expedição do alvará (fl. 70). Por esta razão, este juízo NEGOU A SEGURANÇA, por entender que que a impetrante não havia adquirido o TSH Recombinante, cujo valor é de aproximadamente R$ 4.000,00.Por outro lado, a DECISÃO também deixou de determinar a devolução do dinheiro levantado, presumindo que o numerário “seria” utilizado pela impetrante, em razão de seu estado de saúde, pois que restou incontroverso nos autos a necessidade de administração contínua do medicamento Galvus Met (é indicado como coadjuvante à dieta e ao exercício para melhorar o controle glicêmico em pacientes com diabetes mellitus tipo 2). O Ministério Público apelou da DECISÃO (fl. 82/88) e os autos subiram para análise no TJ/RO. Naquela Instância, o recurso não foi conhecido (fl. 116) e a SENTENÇA transitou em julgado (fl. 120v).Retornando os autos à Comarca a impetrante comparece nos autos alegando: 1) Que entre o pedido inicial e a expedição do alvará decorreram 06 meses, o que na época a obrigou a realizar tratamento alternativo em substituição à injeção hormonal (dose única) cujo valor atingia R$ 4.000,00. 2) Que após o levantamento do alvará a equipe médica da impetrante constatou que não seria mais necessária a aplicação da injeção hormonal, diante do êxito do tratamento alternativo, razão pela qual, a impetrante continuou a fazer uso somente do medicamento Galvus Met, de forma contínua e, 3) Que mesmo levantando o valor do alvará, não o utilizou, conforme extrato de fl. 130, suportando a aquisição do medicamento Galvus Met, que nunca foi fornecido nem pelo Estado nem pelo Município, sempre contando com a ajuda dos filhos e parentes. Finalizou argumentando que dada a continuidade de utilização do medicamento Galvus Met e a negativa do impetrado em lhe fornecer a medicação, requereu seja autorizado pelo juízo o direcionamento de parte do valor levantado nos autos (R$ 4.000,00), os quais seriam utilizados para aquisição do TSH Recombinante e não mais se fez necessária a adminstração, sejam aplicados R$ 2.371,82 na compra do medicamento Galvus Met, suficientes para 1 ano e 1 mês de tratatamento e devolução do excedente ao Impetrado, tão logo seja apresentado conta para depósito.Pois bem. Com a juntada do laudo médico de fl. 125 e receituário de fl. 126, constato que a impetrante continua sofrendo de diabetes mellitus tipo 2 e fazendo uso contínuo e ininterrupto do medicamento Galvus Met. Mesmo negada a segurança pleiteada na inicial, a SENTENÇA de fls. 77/78 deixou de determinar a devolução do valor levantado, presumindo fosse ele utilizado na manutenção da saúde da impetrante. Comprovando Vírgina que o dinheiro encontra-se depositado em caderneta de poupança desde o levantamento do alvará e, ainda, manifestando-se ela no sentido de devolver parte do valor ao Estado pois que não foi necessário a aquisição do TSH Recombinante, tenho que seu pedido é razoável e pode ser atendido, a uma, porque o recurso não foi conhecido pelo TJ e a SENTENÇA transitou em julgado sem ataque do apelante, na qual restou consignado a desnecessidade de devolução do valor, “presumindo-se que este deva ser utilizado em seu favor (fls. 78)” e a duas porque a impetrante comprova que continua a fazer uso contínuo do medicamento Galvus Met e diligenciou inclusive com cotação de preços em 03 estabelecimentos, se comprometendo a prestar contas da aquisição. Ante o exposto, AUTORIZO a impetrante a adquirir a medicação constante do orçamento de fl. 127, nas quantidades e valores ali especificados, utilizando os valores levantados nos autos por meio do alvará de fl. 67 que foram creditados em sua conta bancária, comprovando a aquisição nos autos em 10 dias. Vindo a comprovação, intime-se o impetrado para que apresente conta bancária para a devolução do valor remanescente. Rolim de Moura-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Artur Augusto Leite Júnior Juiz de Direito

Proc.: 0001495-12.2013.8.22.0010
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Regina Gomes Roberto
Advogado:Edmar Felix de Melo Godinho (RO 3351)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (000.)
DESPACHO:
Considerando o advento das férias do magistrado titular desta vara e a designação deste Magistrado para responder pelas Comarcas circunvizinhas (Nova Brasilândia, Alta Floresta, Santa Luzia, Juizado Especial Cível desta) e que, neste feito, apenas a parte autora foi intimada para a audiência que se realizaria amanhã (04/02), havendo a necessidade de se fazer a oitiva

das testemunhas arroladas em fl. 66, redesigno a audiência de instrução para o dia 16 de abril de 2014, às 10h. Expeça-se o necessário. Intimem-se. Rolim de Moura-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Artur Augusto Leite Júnior Juiz de Direito

Heloisa Gonçalves Dias
Diretora de Cartório

COMARCA DE VILHENA

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
Sugestões ou reclamações façam-nas pressoalmente ao Juiz(a) ou contate-nos via internet. Endereço eletrônico: vha1criminal@tjro.jus.br
Juíza de Direito: Liliane Pegoraro Bilharva
Diretor de Cartório: Emerson Batista Salvador

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 15 DIAS
Processo: 0000267-53.2014.8.22.0014
Ação: Ação Penal de Competência do Júri (Réu Preso)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Paulo Sérgio dos Santos Pego, vulgo "Porcão", brasileiro, nascido aos 24/11/1993, natural de Vilhena/RO, filho de Rosilene dos Santos Pego, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: Faz saber a todos quanto o presente Edital virem ou dele conhecimento tomarem que se processa junto à 1ª Vara Criminal de Vilhena/RO os autos supramencionados, bem como que este Edital tem a FINALIDADE de CITAR e INTIMAR o denunciado acima qualificado para oferecer resposta à acusação, por via de Advogado, no prazo de 10 dias, conforme previsto no artigo 406 e seus parágrafos do Código de Processo Penal (Lei 11.719/2008), em razão da denúncia oferecida pelo Ministério Público do Estado de Rondônia, incurso nas penas do artigo 121, § 2º, incisos I e IV, c/c o artigo 14, II e 29, todos do Código Penal Brasileiro, pela prática do seguinte fato delituoso: "No dia 11 de janeiro de 2014, por volta da 1h22min, na Rua 1505, próximo à Av. Curitiba, Bairro Cristo Rei, nesta cidade, os denunciados Edmilson Prates Eliziário e Paulo Sérgio dos Santos Pego, agindo em conluio e com pleno domínio do fato, tentaram matar a vítima Marcos de Moraes, desferindo-lhe vários golpes de faca em diferentes regiões do corpo, causando-lhe, por consequência, as graves lesões descritas no laudo de exame de corpo de delito de fls. 25/26, só não obtendo êxito na execução do homicídio, por circunstâncias alheias a suas vontades."

Processo: 0011157-22.2012.8.22.0014
Ação: Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor: Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Manoel Aparecido da Silva
Advogado: Rafael Endrigo de Freitas Ferri (RO 2832)
FINALIDADE: INTIMAR o advogado acima nominado de todo o teor da r. DECISÃO proferida nos autos e que segue transcrita, devendo ser observada a data da audiência de instrução e julgamento, designada para o dia 14 de abril de 2014, às 8h30: "Vistos. Vieram os autos para a análise da resposta à acusação apresentada pelo acusado Manoel Aparecido da Silva. A defesa pleiteia a absolvição sumária, alegando que o acusado não era proprietário da empresa atuada, respondendo apenas como procurador. Tal alegação não merece acolhida, posto que a anuiu com termo de deposito, conforme assinatura aposta no documento de fl. 17, em pese ser procurador da empresa, ficou advertido das sansões descritas a ele imposta, as quais encontram-se grafadas no referido termo de deposito. As demais arguições da defesa dizem respeito ao MÉRITO da causa, e deverão ser esclarecidas durante a instrução processual. Assim, entendo que não foi apresentado na defesa preliminar nenhum fato capaz de obstar o prosseguimento do feito ou ensejar na absolvição sumária do acusado (art. 397 do CPP). Ademais, na peça houve o pedido de revogação da prisão preventiva. Neste ponto, com a apresentação da defesa escrita, denota-se que o acusado tem conhecimento da ação, inclusive constituindo defensor dativo, dando-se por citado. Assim, com parecer favorável do Ministério Público (fl. 280-v), entendo não mais subsistir os motivos que ensejaram a decretação da custódia preventiva, pelo que revogo a suspensão do processo, bem como, nos termos do artigo 321 do CPP, revogo o decreto de prisão preventiva do acusado, uma vez que não mais existem elementos autorizadores para mantença, devendo ser expedido contraMANDADO imediatamente. O acusado, consignou endereço (fl. 280), no qual deverá ser intimado das medidas cautelares previstas no artigo 319, I e IV do CPP. Para audiência de instrução e julgamento designo o dia 14.04.2014, às 8h30mim. Intimem-se. Vilhena-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Liliane Pegoraro Bilharva Juíza de Direito"

Emerson Batista Salvador
Diretor de Cartório

2ª VARA CRIMINAL

2º Cartório Criminal
Sugestões ou reclamações, façam-nas pessoalmente ao juiz ou contate-nos via internet.
ENDEREÇO ELETRÔNICO:
Juíza: Liliane Pegoraro Bilharva
Escrivão: Lorival Dariu Tavares
vha2criminal@tj.ro.gov.br

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 15 DIAS
Proc.: 0000557-05.2013.8.22.0014
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: JOSÉ MARIA PEREIRA, brasileiro, motorista, filho de Alice M. Conceição e José T. Pereira, nascido em 28.8.1955, natural de Jardim Planalto/SP. Atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: CITAR e INTIMAR o denunciado supra para oferecer resposta através de Advogado no prazo de 10 dias, conforme previsto nos artigos 396 e 396A do CPP (Lei 11.719/2008), em razão da denúncia oferecida pelo Ministério Público do Estado de Rondônia, incurso nas penas do artigo

306 da Lei 9503/97. Pela prática do seguinte fato delituoso: " no dia 19.1.2013, por volta das 19h30min, na Avenida Marechal Rondon, no pátio "Posto Mirian", nesta cidade e comarca de Vilhena/RO, o denunciado JOSÉ MARIA PEREIRA, dolosamente, com vontade livre e consciente, conduziu o veículo FIAT Fiorino, placa FCB-3718-São Paulo/SP, na via pública, estando com concentração de álcool por litro de sangue superior a 06 (seis) decigramas."

GABARITO
Proc.: 0010205-43.2012.8.22.0014
Ação:Procedimento Especial da Lei Antitóxicos
Autor:Ministério Público do Estadom de Rondônia
Denunciado: JADER DA SILVA
Advogado: Sérgio Abrahão Elias (OAB/RO 1223)
FINALIDADE: Intimar o Advogado Sérgio Abrahão Elias (OAB/RO 1223), da designação da audiência para oitiva da testemunha de acusação/defesa: Jefferson Emanoel Cassiano Silva, na Comarca de Cacoal/RO, o dia 25.3.2014 às 9h15min.

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 15 DIAS
Proc.: 0010823-85.2012.8.22.0014
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: José Francisco Alves de Souza, brasileiro, casado, filho de Francisca Alves de Souza, nascido em 10.12.1986, natural de Cruzeiro do Sul/AC. Atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: CITAR e INTIMAR o denunciado supra para oferecer resposta através de Advogado no prazo de 10 dias, conforme previsto nos artigos 396 e 396A do CPP (Lei 11.719/2008), em razão da denúncia oferecida pelo Ministério Público do Estado de Rondônia, incurso nas penas do artigo306 da Lei 9503/97. Pela prática do seguinte fato delituoso: "que no dia 13.11.2012, por volta das 23h30min, na Avenida Marechal Deodoro da Fonseca, Bairro São José, nesta cidade e comarca de Vilhena/RO, o denunciado JOSÉ FRANCISCO ALVES DE SOUZA, dolosamente, com vontade livre e consciente, conduziu o veículo automotor, marca Celta, cor prata, placa NEX 3954, na via pública, estando com concentração de álcool por litro de sangue superior a 06 (seis) decigramas.

EDITAL DE INTIMAÇÃO
PRAZO: 60 DIAS
Proc.: 0007251-87.2013.8.22.0014
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Acusado: FABIANO DA SILVA FERREIRA, alcunha "Bona", brasileiro, solteiro, filho de José Ferreira da Silva e Raquel Ferreira da Silva, nascido em 26.7.1987, natural de Cerejeiras/RO. Atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: Intimar o acusado acima qualificado de todo o tero da r. SENTENÇA de fls. 58/59, a seguir transcrita: " JULGO PROCEDENTE A DENÚNCIA feita pelo Ministério Público contra FABIANO DA SILVA FERREIRA, para CONDENÁ-LO como incurso nas sanções do artigo 155, caput, do CP. Passo a dosar a pena. Na primeira fase, observando o artigo 59 do CP, vejo que as circunstâncias judiciais são normais. Fixo a pena no mínimo legal, ou seja, 01 (um) ano de reclusão. Presente a atenuante da confissão deixo de aplicá-la, vez que a pena se encontra no seu mínimo legal (Súm. 231 do STJ), a qual torno definitiva em face da ausência de outras causas modificadoras da mesma. Fixo o regime inicial aberto, com base
no art. 33, § 2º, "c" do CP. Com base no art. 44 e seguintes do CP, substituo a pena privativa de liberdade por uma restritiva de direito, consistente na prestação de serviço a comunidade, sendo que deverá cumprir uma hora de tarefa por dia de condenação em entidade a ser fixada pelo juízo da execução. Concedo ao réu o direito de apelar em liberdade. Sem custas e multa, vez que o acusado foi defendido pela Defensoria Pública, estando patente nos autos sua hipossuficiência. Transitada em julgado proceda-se as comunicações de estilo, expeça-se o necessário para a execução da pena imposta, após arquive-se. Dou a presente por publicada em audiência, saindo os presentes intimados. Registre-se. Intime-se o réu. Nada mais. Adriano Lima Toldo - Juiz de Direito."

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 15 DIAS
Proc.: 0000680-47.2006.8.22.0014
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: MANOEL APARECIDO DA SILVA, brasileiro, solteiro, filho de João da Silva Moreira e Maria da Penha Moreira, nascido em 21.7.1975, natural de Mendes Pimentel/MG. Atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: CITAR e INTIMAR o denunciado supra para oferecer resposta através de Advogado no prazo de 10 dias, conforme previsto nos artigos 396 e 396A do CPP (Lei 11.719/2008), em razão da denúncia oferecida pelo Ministério Público do Estado de Rondônia, incurso nas penas do artigo 1º, I, da Lei 8137/90 c/c com o art. 29 do CP. Pela prática do seguinte fato delituoso: " que no período de 2006 a 2009, os denunciados, através da empresa Industria e Comércio de Madeiras Cone Sul, dolosamente com vontades livres e conscientes, fraudaram a fiscalização tributária, omitindo informações às autoridades fazendárias."

Lorival Dariu Tavares
Escrivão Judicial Criminal

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
Sugestões ou reclamações façam-nas pessoalmente ao Juiz ou contate-nos via internet.
Endereço eletrônico: vha1civel@tjro.jus.br
Juiz de Direito: Andresson Cavalcante Fecury
Diretor de Cartório: Edeonilson Souza Moraes

Proc.: 0001222-55.2012.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Norte Brasil Transmissora de Energia Sa
Advogado:Sérgio Abrahão Elias (OAB/RO 1223), Murilo de Oliveira Filho (SP 284261)
Inventariado:Espólio de José Carlos de Souza Barbeiro
FINALIDADE: Intimação para no prazo de 10 (dez) dias proceder retirada de ofício e MANDADO de averbação expedidos.

Proc.: 0010041-15.2011.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Leonora Comércio de Papéis Importação e Exportação Ltda
Advogado:Kerson Nascimento de Carvalho (OAB/RO 3384)
Requerido:Publicar do Brasil Listas Telefônicas Ltda
Finalidad: Intimação - Alvará - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para retirar o Alvará expedido.

Proc.: 0083545-25.2009.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Pato Branco Alimentos Ltda.
Advogado:Josemario Secco (RO 724)
Executado:Lucas Wesley Nascimento de Sousa, Alexandra Rodrigues Oliveira
FINALIDADE: Intimação - Alvará - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para retirar o Alvará expedido.

Proc.: 0009807-33.2011.8.22.0014
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Marileides Regina Grespan Machieski
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/RO 5017)
FINALIDADE: Intimação - Alvará - Réu:
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para retirar o Alvará expedido.

Proc.: 0000332-48.2014.8.22.0014
Ação:Inventário
Requerente:Ereni de Oliveira Amorim
Advogado:Lenoir Rubens Marcon (OAB-RO 146)
Inventariado:Moisés Amorim
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos e examinados estes autos...ERENI OLIVEIRA AMORIM, qualificada na inicial, ingressou com pedido de inventário dos bens deixados por Moises Amorim, aduzindo, em suma, se tratar da viúva do de cujus, o qual deixou bens a serem inventariados. Esclarece que já foi aberto inventário extrajudicial, no qual o herdeiro Gerson de Oliveira Amorim foi nomeado como inventariante. Afirma que o inventariante não vem cumprindo com o seu encargo, pois o inventário extrajudicial se encontra paralisado. Portanto, pleiteia a nomeação do herdeiro Gerson de Oliveira Amorim como inventariante, e que este preste contas da administração dos bens deixados pelo espólio. Juntou documentos (fls. 7/32).É o relatório necessário. Decido.A petição inicial merece ser indeferida de plano, uma vez que ausente uma das condições da ação.Conforme se depreende às fls. 10/12 já foi aberto o inventário extrajudicial dos bens deixados pelo de cujus Moises Amorim, com a participação da requerente, o qual ainda não foi extinto.Flagrante, no caso, a falta de interesse da autora de se abrir novo inventário (paralelo), já que ele já foi promovido no âmbito extrajudicial, de modo que este Juízo fica impedido de se pronunciar sobre o caso, até que haja uma solução na via administrativa (cancelamento, extinção ou arquivamento). Nesse sentido colaciono o seguinte aresto:APELAÇÃO CÍVEL. PROCESSUAL CIVIL, SUCESSÓRIO E TRIBUTÁRIO. INVENTÁRIO. SUPERVENIÊNCIA DA LEI FEDERAL Nº 11.441/2007. ABERTURA DO PROCEDIMENTO PELA VIA EXTRAJUDICIAL. COMPROVAÇÃO DO RECOLHIMENTO, NO ÂMBITO ADMINISTRATIVO, DO TRIBUTO INCIDENTE SOBRE A TRANSMISSÃO CAUSA MORTIS. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME. 1. Cuida-se de apelação interposta pelo Estado de Pernambuco contra SENTENÇA que, proferida em sede de inventário judicial, homologou o pedido de desistência ali formulado, extinguindo o feito, sem resolução de MÉRITO, nos termos do art. 267, VIII, do CPC. 2. Na espécie, impende reconhecer que, de fato, não houve qualquer justificativa para o aludido pedido de desistência, isto a inviabilizar a homologação judicial do pleito, porquanto persistente o interesse fazendário no recolhimento do tributo devido. 3. Ocorre que, por ocasião da apresentação das contra-razões ao presente apelo, a parte recorrida noticiou a existência de procedimento administrativo no bojo do qual houve o pagamento do tributo incidente sobre a transmissão causa mortis. 4. Desse modo - e malgrado a opção pela realização do inventário extrajudicial somente tenha sido comprovada quando do oferecimento das contra-razões à apelação aforada pelo Estado de Pernambuco -, o inventário judicial em foco encontra-se prejudicado, porque há nestes autos prova inequívoca acerca (i) da abertura do mencionado inventário extrajudicial, e bem assim (ii) do recolhimento do imposto reclamado pela Fazenda Estadual, cuja eventual complção deverá ser discutida na via administrativa. 5. Apelo improvido, com a manutenção da SENTENÇA extintiva, muito embora por fundamento diverso. (TJ-PE - APL: 269685120028170001 PE 0026968-51.2002.8.17.0001, Relator: Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello, Data de Julgamento: 24/05/2012, 2ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 103)Portanto, desnecessário o pronunciamento judicial sobre o caso, no presente momento.Ante o exposto, INDEFIRO a petição apresentada por ERENI OLIVEIRA AMORIM, por entender desnecessário dois procedimentos para atingir uma mesma FINALIDADE, isto é, inventário dos bens deixados por Moises Amorim, nos termos do art. 267, inciso I, do Código de Processo Civil.Sem custas.Transitada em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe.Publique-se. Registre-se. Intimem-se e cumpra-se.Vilhena-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: 0000431-18.2014.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Rusdael Roberto Alles
Advogado:Sérgio Cristiano Correa (RO 3492)
Requerido:Juliano Machado
DESPACHO:
Vistos.O horário da audiência designada no DESPACHO anterior deverá ocorrer às 10h.Intimem-se as partes.Vilhena-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: 0010508-57.2012.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sandra Maria Sergio
Advogado:Ronieder Trajano Soares Silva (OAB/RO 3694)
Requerido:Pato Branco Alimentos Ltda.
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724)
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos e examinados estes autos...SANDRA MARIA SERGIO ajuizou ação declaratória de inexistência de débito cumulada com indenização por danos materiais e morais contra PATO BRANCO ALIMENTOS LTDA, aduzindo, em

síntese, que teve seu nome mantido indevidamente pela Ré no rol de maus pagadores, mesmo após já paga a dívida, decorrente da emissão de dois cheques pós-datados pela Autora quando da compra de produtos alimentícios no estabelecimento comercial da Ré. Portanto, postulou a declaração de inexistência do mencionado débito, além de repetição em dobro do indébito, acrescido de uma compensação pelos danos morais no importe de R$ 20.000,00 (vinte mil reais). Juntou documentos (fls. 34/71).A antecipação de tutela foi deferida às fls. 38.Citada, a Ré ofertou contestação nos autos às fls. 49/59, alegando, em suma, que a negativação foi lícita, uma vez que agiu em regular exercício de seu direito, tendo em vista que a Autora não adimpliu seus débitos nos prazos convencionados, não havendo, pois, que se falar em responsabilidade da empresa Ré quanto a eventuais danos causados à Autora, não passando de mero dissabor as suas alegações. Requereu, por fim, em caso de eventual condenação por dano moral, a redução do quantum indenizatório. A Autora apresentou réplica às fls. 61/68, ratificando os termos da inicial. As partes propugnaram pelo julgamento antecipado da lide (fls. 71 e fls. 72).É o relatório. DECIDO.Do Julgamento Antecipado da LideConforme entendimento do e. Superior Tribunal de Justiça, presentes às condições que ensejam o julgamento antecipado da causa, é dever do juiz, e não mera faculdade, assim proceder. (STJ B 40 Turma, Resp 2.832-RJ, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, julgado em 14.08.1990, e publicado no DJU em 17.09.90, p. 9.513).No presente caso, a questão de MÉRITO dispensa a produção de prova em audiência, logo, há que se promover o julgamento antecipado da causa, na forma do art. 330, inciso I, do Código de Processo Civil.Do MÉRITO Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito c/c indenização por danos materiais e morais, em que a Autora postula ainda condenação em perdas e danos, tudo sobre o fundamento de que sofreu lesão em decorrência de ato ilícito imputado à empresa Ré.Segundo relata a prefacial, a Autora teve seu nome mantido pela Ré em cadastro de inadimplentes mesmo após já ter quitado o débito em sua integralidade.A empresa Ré, por sua vez, alega que a negativação do nome da Autora foi lícita, tendo agido, pois, no exercício regular de seu direito, uma vez que a Autora não providenciou o pagamento da dívida nas datas aprazadas. No entanto, a questão discutida nos autos não diz respeito quanto a regularidade ou não da inscrição do registro de negativação, mas sim se a sua manutenção foi devida.Nesse diapasão, vale dizer que o ônus da prova incumbe a quem alega, razão pela qual impõe-se, in casu, ao Réu o dever processual de provar a existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do Autor (art. 333, inciso II, do CPC), de forma que não se desincumbindo desse encargo, deve arcar com as consequências advindas dessa desídia processual.Aliás, não podemos olvidar que a lide posta em apreciação nestes autos está sob o pálio do Código Consumerista, no qual se encontra prevista a facilitação da defesa do consumidor em Juízo por meio da inversão do ônus da prova (art. 6, VIII, do CDC).Analisando meticulosamente os autos, depois de estabelecido o contraditório e a ampla defesa, emergem algumas verdades jurídicas de grande importância para o deslinde desta causa, senão vejamos: a) quitação integral pela demandante da dívida adquirida junto a empresa Ré, uma vez que resgatou as cártulas creditícias outrora emitidas e providenciou as devidas baixas na instituição bancária, na data de 01/08/2012 (fls. 32 e 35); b) manutenção da restrição mesmo após o pagamento total do débito (fls. 33). Pois bem. Postos os fatos, tenho que os pedidos da Autora merecem procedência, ao menos em parte.Pretende a Autora o seguinte: a) declaração de inexistência de débito; b) repetição do indébito no importe de R$ 839,44 (oitocentos e trinta e nove reais e quarenta e quatro centavos); c) indenização por danos morais no valor de R$ 20.000,00; d) perdas e danos no percentual de 30% dos honorários contratados.Com relação ao pedido de declaração de inexistência do débito, tenho que a Autora logrou comprovar que quitou integralmente a dívida contraída junto à empresa Ré, conforme acima já mencionado. Assim, a procedência desse pedido é medida que se impõe.Tal sorte não assiste ao pedido de repetição de indébito em dobro, e para tanto valho-me do disposto no art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, o qual dispõe que:?Parágrafo único. O consumidor cobrado em quantia indevida tem direito à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável.?(grifo-nosso)O consumidor terá direito à repetição do indébito em dobro caso sejam observados três requisitos: 1) a existência de cobrança indevida; 2) o pagamento efetivamente realizado pelo consumidor; e 3) que não haja engano justificável por parte do credor.Observe que não há regra no CDC que diga que a mera cobrança indevida sem o pagamento do que foi cobrado gera o direito à repetição em dobro do valor.Assim, se faz necessário também, e indispensável, o pagamento indevido pelo consumidor, para que venha a existir o direito à repetição em dobro do indébito.Desta forma, não tendo a Autora comprovado que efetuou o pagamento da cobrança indevida, não deve ser acolhida esta pretensão de repetição de indébito em dobro, devendo, dessa forma, arcar com esse ônus processual (art. 333, inciso I, do CPC).No que concerne ao pedido de dano moral, verifico que o mesmo deve ser acolhido.A jurisprudência já firmou entendimento de que a inscrição indevida do nome da pessoa natural no cadastro de restrição de crédito, por si só, gera dano moral, porque acarreta prejuízo ao bom nome, à honra e à imagem das quais a pessoa é detentora, não havendo a necessidade de prová-lo, uma vez que o dano em questão é presumível, sendo necessário apenas a prova da existência do fato gerador, o que foi comprovado nos autos.Não há como eximir de responsabilidade a Ré, estando evidenciada a falha na prestação do serviço, ao permitir a manutenção do nome da Autora negativado após o pagamento do débito, agindo com culpa caracterizada por negligência, e, por isso, deve ser responsabilizada pelo ônus de sua desídia. Vejamos:(TJMG-323611) AÇÃO DE INDENIZAÇÃO - ÔNUS DA PROVA - INSCRIÇÃO INDEVIDA NA SERASA - DÍVIDA PAGA - DANO MORAL CONFIGURADO - FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO - CRITÉRIO - SENTENÇA MANTIDA. A inscrição ou a manutenção indevida do nome da parte em cadastros restritivos de crédito gera a perda da capacidade negocial, sendo, por si só nociva à imagem do devedor, fazendo surgir dúvidas quanto à sua capacidade de honrar compromissos, dificultando ou mesmo impedindo a obtenção de crédito, gera direito à indenização por dano moral. A indenização por dano moral deve ser justa e digna para os fins a que se destina, não devendo, por um lado, ser irrisória ou simbólica, e não podendo, por outro, ser fonte de enriquecimento indevido. (Apelação Cível nº 0485736-41.2009.8.13.0074, 14ª Câmara Cível do TJMG, Rel. Antônio de Pádua. j. 07.07.2011, unânime, Publ. 02.08.2011).Pois bem. Delineada a responsabilidade relativa à moral, resta-me, pois, apenas fixar

o valor da indenização pelo dano moral, que é a tarefa mais árdua em se tratando de ação como esta, uma vez que a um só tempo lidamos com duas grandezas absolutamente distintas, uma imaterial (a dor sofrida) e outra material (o dinheiro).A indenização por danos morais - que tem por escopo atender, além da reparação ou compensação da dor em si, ao elemento pedagógico, consistente na observação pelo ofensor de maior cuidado de forma a evitar a reiteração da ação ou omissão danosa - deve harmonizar-se com a intensidade da culpa do lesante, o grau de sofrimento do indenizado e a situação econômica de ambos, para não ensejar a ruína ou a impunidade daquele, bem como o enriquecimento sem causa ou a insatisfação deste (Ap. Cív. n. 2006.017547-7, de São José, rel. Des. Marcus Tulio Sartorato, j. Em 11-3-2008).No presente caso, considerando a repercussão do ocorrido, a culpa da Ré no evento, bem como sua capacidade financeira, fixo o dano moral em R$ 6.000,00 (seis mil reais).Por fim, pugnou a Autora a reparação de danos no percentual de 30% dos honorários contratados, juntando para tanto o contrato de fls. 36/37.A Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, no Resp. Nº 1.027.797 - MG (2008/0025078-1), entendeu em caso semelhante que tal verba contratual integra os valores relativos à reparação por perdas e danos, cuja ementa restou assim vazada:DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA. VIOLAÇÃO DA COISA JULGADA. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. HONORÁRIOS CONVENCIONAIS. PERDAS E DANOS. PRINCÍPIO DA RESTITUIÇÃO INTEGRAL. APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA DO CÓDIGO CIVIL. 1. A ausência de DECISÃO acerca dos DISPOSITIVO s legais indicados como violados, não obstante a interposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial. 2. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas. 3. A quitação em instrumentos de transação tem de ser interpretada restritivamente. 4. Os honorários convencionais integram o valor devido a título de perdas e danos, nos termos dos arts. 389, 395 e 404 do CC/02. 5. O pagamento dos honorários extrajudiciais como parcela integrante das perdas e danos também é devido pelo inadimplemento de obrigações trabalhistas, diante da incidência dos princípios do acesso à justiça e da restituição integral dos danos e dos arts. 389, 395 e 404 do CC/02, que podem ser aplicados subsidiariamente no âmbito dos contratos trabalhistas, nos termos do art. 8º, parágrafo único, da CLT. 6. Recurso especial ao qual se nega providoNesse diapasão, urge salientar que esta decisum não é ilíquida, uma vez que os valores alvos da condenação inserem-se no disposto do art. 475-B, do CPC, no sentido de que, quando a determinação do valor da condenação depender apenas de cálculo aritmético, o credor requererá o cumprimento da SENTENÇA, na forma do art. 475-J do CPC, instruindo o pedido com a memória discriminada e atualizada do cálculo. Ante o exposto, com fundamento no art. 269 inciso I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial, formulado por SANDRA MARIA SERGIO contra PATO BRANCO ALIMENTOS LTDA e, por consequência, DECLARO inexistente o débito noticiado nos autos em desfavor da Autora, confirmando a antecipação de tutela de fls. 38. De igual forma, CONDENO a Ré ao pagamento do valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), a título de compensação pelo dano moral suportado pela Autora pelos fatos descritos na prefacial, com juros de 1% (um por cento) ao mês e correção monetária contados desta data (súmula 362, STJ), uma vez que na fixação do quantum foi considerado valor atualizado. CONDENO ainda a Ré ao pagamento de 30% (trinta por cento) dos valores referentes aos honorários contratados, este último a ser apurado na forma do art. 475-B, caput, do CPC, corrigidos e com juros contados a partir desta data.Considerando que a Autora decaiu em parte mínima dos pedidos, nos termos do § único do art. 21 do CPC, CONDENO a Ré ao pagamento de custas e honorários advocatícios, estes arbitrados em 15% (quinze por cento) do valor da condenação, consoante disposto no art. 20, § 3º, do Código de Processo Civil.Transitada em julgado a presente DECISÃO, procedam-se as baixas e comunicações necessárias, arquivando-se os autos.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.Vilhena-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: 0083444-85.2009.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:Consórcio Nacional Honda Ltda
Advogado:Edemilson Koji Motada (OAB/SP 231.147)
Requerido:Marinez Salete Chassot, Maria Aparecida de Andrade
SENTENÇA:
SENTENÇA Vistos etc...HOMOLOGO por SENTENÇA o pedido de desistência formulado pelo autor às fls. 135 para os fins do art. 158, parágrafo único, do Código de Processo Civil.Em consequência, com fundamento no art. 267, VIII, do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTA a ação monitória promovida por CONSÓRCIO NACIONAL HONDA ltda contra MARINEZ SALETE CHASSOT E OUTROS. Sem custas. Autorizo o desentranhamento de documentos, devendo o ato ser realizado pela escrivania, nos termos do art. 100, § 2º, das DGJ's, mediante apresentação de fotocópia, pelo interessado, dos documentos a serem desentranhados.Tendo em vista a extinção do feito pela desistência do interessado, tenho que ocorreu a renúncia tácita do prazo recursal, de forma que o feito deve ser arquivado com as cautelas de praxe.Publique-se, registre-se e intime-se.Vilhena-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: 0000409-57.2014.8.22.0014
Ação:Ação Civil Pública
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça do Estado de Rondônia (Não informado)
Requerido:Barão do Melgaço Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda., Casa e Terra Empreendimento Imobiliário e Engenharia Ltda, Fernando Augusto Nunes de Oliveira, José Cláudio da Silva, Bruno Mendonça Nunes de Oliveira, José Nunes de Oliveira, Município de Vilhena
DECISÃO:
D E C I S Ã OVistos,Cuida-se de Ação Civil Pública Ambiental proposta pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA contra a empresa denominada BARÃO DO MELGAÇO EMPREENDIMENTOS IMPOBILIÁRIOS e OUTROS, objetivando a concessão de liminar inaudita altera pars no sentido de: a) determinar que os réus implementem no loteamento Barão do Melgaço II sistema de captação de água pluvial, no prazo de 120 dias, sob pena de multa no valor de R$

5.000,00 (cinco mil reais); b) determinar a indisponibilidade dos bens dos sócios da empresa ré, a fim de garantir a reparação do dando causado na área de preservação permanente (APP) no valor estimado de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais); c) a imediata interrupção da comercialização de eventuais lotes ainda não alienados pela empresa ré no referido loteamento.É o relatório. DECIDO.A concessão da liminar na ação civil pública tem nítida FINALIDADE acautelatória, e tal como o processo cautelar, guarda na instrumentalidade uma de suas mais importantes características.Assim, em sede de ação civil pública, a concessão de medida liminar só deve ser deferida quando presentes os requisitos legais, a saber: a) fumus boni juris; b) periculum in mora.De início, denota-se que as provas encartadas no bojo dos autos consubstanciam a presença do fumus boni iuris, posto que resta verossímil, em sede de cognição ainda perfunctória, o desrespeito ao meio ambiente por ações antrópicas no loteamento Residencial "Barão do Melgaço II", conforme se depreende da vasta documentação do inquérito civil de fls. 2/315 que se encontra anexo aos autos, inclusive com recente parecer técnico de fls. 250/258, confeccionado em 29/7/2013.Vejo presente, de igual forma, o requisito do periculum in mora, visto que a demora no deslinde do presente feito, poderá estimular os requeridos, caso não concedida a liminar, a continuar promovendo ações tendentes da degradar ainda mais o meio ambiente afetado pelo empreendimento, decerto, com prejuízos ambientais irreversíveis.De outro norte, imperioso asseverar que a medida cautelar de indisponibilidade de bens deve recair apenas sobre os bens cujo valor seja necessário à integral reparação do dano ambiental, de sorte que somente pode ser estendida aos bens dos sócios controladores e aos dos que em razão do contrato social ou estatuto tenham poderes de direção e execução do objeto social da empresa, nesse sentido é o entendimento do STJ, vejamos:PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. INDISPONIBILIDADE DE BENS DE EX-SÓCIO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DEGRADAÇÃO DO MEIO AMBIENTE. INCLUSÃO POSTERIOR DE EX-SÓCIO CALCADA EM NOTÍCIA DE DENÚNCIA CONTRA TODOS OS DIRIGENTES ATUAIS E PRETÉRITOS POSTO O DELITO AMBIENTAL ESTARIA SUPOSTAMENTE VINCULADO A FATOS PASSADOS. TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA LAVRADO. AÇÃO PRINCIPAL NÃO PROPOSTA NO PRAZO LEGAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535, I e II, DO CPC. NÃO CONFIGURADA. 1. O atingimento de bens pessoais dos sócios revela medida excepcional que, evidentemente, reclama a observância de garantias mínimas e aplicação cum grano salis, em virtude da remansosa jurisprudência do STJ acerca da responsabilidade dos sócios. 2. Tratando-se de Ação Civil Pública, a indisponibilidade patrimonial, denota nítido caráter cautelar, posto assecuratória de possível indenização ex delito. 3. Consectariamente, somente pode ser estendida aos bens do acionista controlador e aos dos que em razão do contrato social ou estatuto tenham poderes de direção e execução do objeto social. 4. In casu, a aferição pelas instâncias inferiores, mediante ampla cognição fático-probatória, de que o requerente desligara-se da empresa 8 (oito) meses antes da ocorrência do evento ecológico persequível pelo Ministério Público em Ação Coletiva conduz à sua ilegitimidade passiva para figurar na medida cautelar preparatória de Ação Civil Pública. 5. Ademais, a textual anuência do Ministério Público Federal, in casu, dominus litis, quanto à ilegitimidade do requerente em face da ausência de contemporaneidade entre o acidente e sua presença na composição societária das empresas responsabilizadas, posto ter o mesmo se retirado da sociedade em documento inequívoco em 26/06/2002 e o acidente ter ocorrido 8 (oito) meses após, em 29/03/2003 aliado à existência de Termo de Ajustamento de Conduta, considerado idôneo e de cumprimento efetivo pelo Ministério Público, onde prestada caução de contracautela, deixam entrever que a inclusão do requerente, no polo passivo da medida cautelar, decorreu, apenas, do histórico da composição societária das entidades responsabilizadas, sem a aferição da situação jurídica do requerido à data do evento, por isso que em documento não submetido ao contraditório e sob a probabilidade de que o desastre ecológico tenha ocorrido por concasuas ao longo do tempo, a posteriori, operou-se a modificação subjetiva da demanda. 6. In casu, a natureza da ação é eminentemente cautelar e, ultrapassado o prazo legal, ainda não foi proposta a ação principal, de certo pela efetivação do Termo de Ajustamento, o que esvazia de interesse processual a ação principal, porquanto o título que se forma cria obrigações que suprimem o processo cognitivo. 7. Inexiste ofensa ao art. 535, I e II, CPC, quando o Tribunal de origem pronuncia-se de forma clara e suficiente sobre a questão posta nos autos, cujo decisum revela-se devidamente fundamentado. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte, desde que os fundamentos utilizados tenham sido suficientes para embasar a DECISÃO. Precedente desta Corte: RESP 658.859/RS, publicado no DJ de 09.05.2005. 8. Recurso especial provido. (REsp 839.916/RJ, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 04/09/2007, DJ 11/10/2007, p. 301)Conforme se depreende dos autos, a estimativa apontada pelo Parquet para a reparação do dano ambiental foi de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais). Sendo assim, em face dessa constatação, vislumbro plausível o deferimento da indisponibilidade dos bens dos réus.Ante o exposto, DEFIRO o pedido liminar postulado pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE RONDÔNIA contra BARÃO DO MELGAÇO EMPREENDIMENTOS IMPOBILIÁRIOS e OUTROS e, por consequência DETERMINO:a) a intimação dos réus para, no prazo de 120 dias, implementarem no loteamento Barão do Melgaço II sistema de captação de água pluvial, sob pena de multa no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais);b) a indisponibilidade de bens dos sócios JOSÉ CLAUDIO DA SILVA (responsável pela realização do objeto social junto ao CRECI, fls. 41/50 do inquérito civil) e FERNANDO AUGUSTO NUNES DE OLIVEIRA (poderes de administração da pessoa jurídica ré e da empresa Casa & Terra Imobiliária e Engenharia Ltda, fls. 41/50 do inquérito civil) até o limite de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais). Expeça-se MANDADO de indisponibilidade de bens a ser cumprido na Divisão de Cadastro Imobiliário da Prefeitura Municipal de Vilhena, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca, e na JUCER, procedendo a avaliação dos bens indiponibilizados, intimando-se as partes. Oficie-se ao INCRA para que na esfera de suas atribuições legais, comunique a este Juízo a existência de bens em nome dos réus que tiveram seus bens indisponibilizados.c) a imediata interrupção da comercialização de eventuais lotes ainda não alienados pela empresa ré no referido loteamento, devendo os réus serem intimados para se absterem de comercializar os referidos lotes, sob pena de multa de R$ 2.000,00 (dois reais) para cada lote comercializado depois da citados/intimados desta DECISÃO. c.1) Para efetivação desta medida, oficie-se ao Cartório de Registro de Imóveis determinando que não se proceda alteração

ou transferência de propriedade dos imóveis que ainda não foram alienados e fazem parte do loteamento discutido nos autos (art. 11, da 7.347/85).No mais, junte-se aos autos o inquérito civil que se encontra anexo, enumerando-os.Após, citem-se os réus e intimem-se as partes para comparecerem à audiência de conciliação que designo para o dia 22/4/2014, às 11h30, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSC, localizado provisoriamente no Fórum de Vilhena, na Av. Luiz Mazieiro, 4432, Jd. América, Vilhena/RO.Publique-se edital no órgão oficial, a fim de que os interessados possam intervir no processo como litisconsortes, nos termos do art. 94, do CDC.Não havendo acordo o(s) réu(s) deverá(ão), no prazo de 15 dias contados a partir da audiência, apresentar(em) defesa, sob pena de serem considerados como verdadeiros os fatos alegados pelo autor (CPC, art. 285) e, consequente decretação de revelia, nos termos do art. 319, do CPC, que assim dispõe: "Se o réu não contestar a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor."Sirva a presente DECISÃO como MANDADO para os devidos fins.Pratique-se o necessário.Vilhena-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito

Proc.: 0014376-09.2013.8.22.0014
Ação:Embargos à Execução
Embargante:Vilmar Rigo, Adriane Fátima Dariva
Advogado:Marcos Rogério Schmidt (OAB/RO 4032)
Embargado:Banco da Amazônia S.A
FINALIDADE: Intimação para no prazo de 10 (dez) dias providenciar cópia da inicial para instrução da carta de citação.

Proc.: 0010764-63.2013.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco da Amazônia S.A
Advogado:Daniele Gurgel do Amaral (RO 1221)
Executado:Vilmar Rigo, Adriane Fátima Dariva
FINALIDADE: Intimação r. DESPACHO exarado ás fls. 088 dos autos em apenso, 0014736.09.2013.8.22.0014, a seguir transcrito:
"Vistos.Se tempestivo, recebo os embargos.Mediante a garantia total do débito executato por meio de efetivação da penhora, DEFIRO os efeitos suspensivos à ação de execução n. 0010764-63.2013.8.22.0014, uma vez que preenchidos os requisitos elencados no § 1º, do art. 739-A, do Código de Processo Civil, bem como DETERMINO a intimação do embargado para, no prazo de 5 dias após a garantia do juízo, proceder a exclusão do nome dos executados dos cadastros de inadimplência, referente a Cédula Rural discutida nesta demanda, sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), limitando-se ao valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais).Certifique-se nos autos principais sobre esta DECISÃO.Cite-se o embargado e intimem-se as partes para comparecerem à audiência de conciliação que designo para o dia 1/4/2014 às 11h30, no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, localizado no Fórum de Vilhena, na Av. Luiz Mazieiro, 4432, Jd. América, Vilhena/RO.Não havendo acordo o embargado deverá, no prazo de 15 dias contados a partir da audiência, apresentar impugnação (CPC, art. 740).Apresentada a resposta, vista à parte autora para se manifestar quanto a contestação e documentos apresentados (se for o caso).Intimem-se as partes sobre esta DECISÃO.Sirva o presente DESPACHO como MANDADO para os devidos fins. Pratique-se o necessário.Vilhena-RO, sábado, 11 de janeiro de 2014.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito".

Proc.: 0011697-07.2011.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Linha Verde Transmissora de Energia S.a
Adv. Drª Nilmara Gimenes Navarro - OAB/RO 2.288
Requerido:Jaime Maximino Bagattoli, Maria Neide Aparecida Poffo Bagattoli, Orlando Vitório Bagatolli, Diva Aparecida Tottene Bagattoli
FINALIDADE: Intilmação r. DESPACHO exarado às fls. 198 a seguir transcrito:
"Vistos.Expeça-se alvará para levatamento dos valores depositados às fls 99 e 156, em favor do perito, Sr. Celso de Almeida.Após, intimem-se as partes para se manifestarm acerca do laudo pericial de fls 164/196, no prazo de 10(dez) dias, ocasião em que os assistentes técnicos deverão apresentar seus pareceres (art. 433, parágrafo único, do CPC).Expeça-se o necessário.Vilhena-RO, segunda-feira, 27 de janeiro de 2014.Andresson Cavalcante Fecury Juiz de Direito".

Proc.: 0004037-88.2013.8.22.0014
Ação:Carta Precatória (Cível)
Classe: Indenização por Danos Morais n. 0014623.63.2012.8.22.0001
Requerente:Marcos Venicio Gomes Rodrigues
Adv. Drª Danielle Rosas Garcez Bonifácio de Melo Dias - OAB/RO 2.353 e Dr. Roberto Berttoni Cidade - OAB/RO 4.178
Requerido:Estado de Rondônia
FINALIDADE: Intimação - Certidão do Oficial de Justiça: fls. 049 Manifeste a parte interessada sobre a certidão do Oficial de Justiça, em 10 (dez) dias.

Edeonilson Souza Moraes
Diretor de Cartório

2ª VARA CÍVEL

2º Cartório Cível

Proc.: 0005190-93.2012.8.22.0014
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:W. da S. M. W. da S. M.
Advogado:Diandra da Silva Valencio (OAB/RO 5657)
Executado:A. de C. M.
Advogado:Defensoria Pública de Vilhena ( )
SENTENÇA:
Cuida-se de Execução de Alimentos ajuizada por W. da S. M., W. da S. M, representados por sua genitora V. S. da S. em face de Alceno de Campos Maciel. Durante o trâmite regular do feito a exequente requereu a extinção do feito em razão do pagamento. Os autos vieram conclusos em 10.12.2013.Ante o exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO, para que dele surtam seus legais e jurídicos efeitos, nos termos do art. 794, I do Código de Processo Civil. Liberem-se eventuais constrições. Sem custas. P. R. I. Após, arquive-se. Vilhena-RO, terça-feira, 10 de dezembro de 2013.Fabrízio Amorim de Menezes Juiz de Direito.

Proc.: 0013223-38.2013.8.22.0014
Ação:Embargos de Terceiro (Cível)
Embargante:Thiago Marangoni Pacheco
Advogado:André Ricardo Strapazzon Detofol (OAB/RO 4234), Alex Luis Luengo Lopes (OAB/RO 3282)

Embargado:Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sul da Amazônia Ltda Sicoob Credisul
Advogado:Agenor Martins (OAB/RO 654A), Cristiane Tessaro (OAB/RO 1562)
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0008817-71.2013.8.22.0014
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Município de Vilhena
Advogado:Carlos Eduardo Machado Ferreira (OAB/RO 3691)
Executado:Jose Alves de Resende
EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 30 dias
DE: Jose Alves de Resende, CPF 20253222168, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: Citação para PAGAR, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da dilação do prazo do Edital, a dívida a seguir identificada, com juros, correção e encargos legais, ou no mesmo prazo nomear bens à penhora, suficientes para GARANTIR a Execução proposta pelo exequente, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastarem para cumprimento integral da obrigação.
Vara: 2ª Vara Cível
Processo: 0008817-71.2013.822.0014
Classe: Execução Fiscal
Parte Autora: Fazenda Pública do Município de Vilhena
Advogado: Carlos Eduardo Machado Ferreira OAB 3691
Valor da causa: R$ 2.927,00
Natureza da Dívida: devolução conforme DECISÃO judicial
Data e Número da Inscrição: CDA 848/2013 - PAT 4734/2013
Vilhena, 23 de Janeiro de 2014.
JERÔNIMO JOSÉ DA SILVA
Escrivão Substituto da 2ª Vara Cível, cadastro 204991-0
que assina por ordem da MMª Juíza de Direito

Proc.: 0007347-10.2010.8.22.0014
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Seiti Roberto Mori (OAB-RO 215-B)
Executado:Elizabet Aparecida de Almeida Diniz
EDITAL DE VENDA JUDICIAL
Pelo presente, faz saber a todos os interessados, que a MMª Juíza de Direito da 2ª Vara Cível torna público a realização de venda do bem penhorado em HASTA PÚBLICA, a seguir descrito:
Processo: 0007347-10.2010.822.0014
Classe: Execução Fiscal
Exequente: FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE RONDÔNIA
Executado: ELIZABET APARECIDA DE ALMEIDA DINIZ
DESCRIÇÃO DO BEM: um lote urbano n. 13 (treze) da Quadra 07 (sete) do Setor 12 (doze), com área de 481,46 m², matrícula 3314, contendo uma construção comercial em estrutura metálica coberta com telha de zinco, com duas divisórias, uma rampa para lavagem de carro, piso tipo contrapiso, área aproxima de de 12,93m por 28,00 metros.
AVALIAÇÃO: R$- 475.000,00 (quatrocentos e setenta e cinco mil reais)
DATA PARA PRIMEIRA HASTA: 10 de fevereiro de 2013, às 9 horas.
DATA PARA SEGUNDA HASTA: 28 de fevereiro de 2013, às 9 horas.
OBSERVAÇÃO: Não sendo possível a intimação pessoal do representante legal dos executados, ficam os mesmos intimados por este meio.
COMUNICAÇÃO: Se o bem não alcançar lanço igual ou superior à avaliação será arrematado por quem maior preço lançar, desde que a oferta não seja vil.
Obs:1: O bem será entregue livre de penhoras somente quando as mesmas forem provenientes da 2ª Vara Cível.
OBS.2: Fica a cargo do arrematante a busca por informações sobre o bem de seu interesse. Tais como: distribuições de feitos, execuções cíveis, débitos de IPTU, dentre outros que não contem em edital.
Local para realização do ato: Sala de audiência da 2ª Vara Cível, Fórum Des. Leal Fagundes, Av. Luiz Maziero nº 4.432, Jardim América -CEP: 76980-000-Vilhena-RO.
Vilhena, 03 de Janeiro de 2014
JERÔNIMO JOSÉ DA SILVA
Escrivão Substituto da 2ª Vara Cível, cadastro 204991-0
que assina por ordem da MMª Juíza de Direito

Proc.: 0006419-25.2011.8.22.0014
Ação:Execução de Alimentos
Exequente:T. O. de S. E. C. O. de S.
Advogado:Defensoria Pública de Vilhena ( )
Executado:C. D. de S.
Advogado:Defensoria Pública de Vilhena ( )
EDITAL DE INTIMAÇÃO
Prazo: 20 dias
DE: LAUDICÉIA DOS SANTOS OLIVEIRA, brasileira, solteira, doméstica, portadora de RG n. 909228 SSP/RO
FINALIDADE: INTIMAÇÃO dos exequente, acima qualificado, na pessoa da genitora, para, no prazo de 48 horas, dar andamento nos autos do Processo de n. 0006419-25.2011.822.0014, sob pena de extinção.
Processo: 0006419-25.2011.822.0014
Classe: Execução de Alimentos
Procedimento: Processo de Execução (Cível)
Sede do Juízo: Fórum Des. Leal Fagundes, Avenida Luiz Mazziero, Nº 4.432, Jardim América, Vilhena-RO, 76.980000.
Vilhena, 28 de Janeiro de 2014.
JERÔNIMO JOSÉ DA SILVA
Escrivão Substituto/Cadastro 204991-0

Proc.: 0003488-78.2013.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:José Pinto Francisquini
Advogado:Roberto Carlos Mailho (RO 3047), Albert Suckel (OAB/RO 4718)
Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia S/A
Advogado:Silvia de Oliveira (RO 1285), Francianny Aires da Silva (1190), Ubirajara Rodrigues Nogueira de Resende (RO 1571), Maria Beatriz Imthon (OAB/RO 625)
DESPACHO:
Considerando a DECISÃO do ETJRO prolatada nos autos de agravo nº 0012485-92.2013.8.22.0000 dispensando a juntada de documentos originais ou cópias autenticadas para o seguimento do feito, respeitosamente acato referida DECISÃO e doravante este Juízo procederá neste sentido. Venham os autos conclusos para SENTENÇA. Vilhena-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0003708-13.2012.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Pato Branco Alimentos Ltda Filial
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568)

Executado:Rual Aparecido Pereira Inácio
Advogado:Defensor Publico (RO. 000.)
DESPACHO:
Expeça-se alvará dos valores penhorados e transferidos. Quando da retirada do alvará, intime-se a parte exequente a manifestar-se quanto a eventual saldo remanescente em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção pelo pagamento. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0000494-14.2012.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Raul Casari Filho Me
Advogado:Charlton Daily Grabner (OAB/RO 228B), Cleonice Aparecida Rufato Grabner (OAB-RO 229-B), Rafael Brambila (OAB/RO 4853), Ana Paula Oliveira Soares (RO 6072)
Executado:Enercamp Engenharia e Comércio Ltda, Jair do Nascimento Cintra, JosÉ Geraldo GonÇalves, JosÉ Queiroz Cunha
DESPACHO:
Suspendo o feito por 20 (vinte) dias para que a parte autora comprove a distribuição da carta precatória. Vilhena-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0091280-80.2007.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Laureli Maria Gesza
Advogado:José Roberto Migliorança (OAB/RO 3000 suplementar)
Requerido:Inss Instituto Nacional do Seguro Social
DESPACHO:
Considerando a instalação da Vara Federal na Comarca de Vilhena na data de 26.09.2013, restou cessada a competência delegada deste Juízo Estadual para processamento do presente feito. Deste modo, determino a baixa dos presentes autos e remessa à Vara Federal com nossas homenagens. Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0002450-07.2008.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Pato Branco Alimentos Ltda.
Advogado:Sandro Signor (OAB/RO 2810), Josemario Secco (RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568)
Requerido:Janete de Freitas
Advogado:Defensor Publico (RO. 000.)
DESPACHO:
Defiro o sobrestamento do feito por 01 (um) ano. Decorrido o prazo, intime-se a parte exequente a dar andamento ao feito em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0042470-06.2009.8.22.0014
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Seiti Roberto Mori (OAB-RO 215-B)
Executado:L & S Fornecimento de Alimentação Profissional Ltda Epp, Jose dos Anjos Cruz, Jose Carlos Lemes de Souza
Advogado:Advogado Não Informado (000)
DESPACHO:
Defiro a citação do executado José dos Anjos Cruz por edital. Em caso de inércia, nomeio-lhe Curador Especial um dos Defensores Públicos atuantes na Comarca. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0000131-95.2010.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Pato Branco Alimentos Ltda.
Advogado:Josemario Secco (RO 724), Sandro Signor (OAB/RO 2810), Anderson Ballin (OAB/RO 5568)
Executado:Sebastião Ribeiro da Silva
DESPACHO:
Defiro o sobrestamento do feito por 01 (um) ano. Decorrido o prazo, intime-se a parte exequente a dar andamento ao feito em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção. Expeça-seo necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0000469-69.2010.8.22.0014
Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente:C. F. G. D.
Advogado:Defensoria Pública de Vilhena ( )
Requerido:C. C. da S.
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO:
Acolho a cota ministerial de fls. 96. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0003655-03.2010.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Ivone Abrão de Freitas Pereira
Advogado:Carla Falcão Rodrigues (OAB/RO 616), Roberto Berttoni Cidade (OAB/SP 213787), Diandria Aparecida Fantuci Araújo Pereira (OAB/RO 5910)
Executado:Mauritâni Ribeiro Vieira
Advogado:Klinger Nogueira da Rocha (OAB/RO 3724)
DESPACHO:
Indefiro o pedido de fls. 177 por entender tratar-se de quebra de sigilo, vedado constitucionalmente. Diga o exequente em 05 (cinco) dias quanto ao prosseguimento do feito, sob pena de extinção. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0004074-23.2010.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Jaime Maximino Bagattoli
Advogado:Cristiane Tessaro (OAB/RO 1562), Agenor Martins (OAB/RO 654A)
Requerido:Carlos Alberto de Andrade, Lucimar da Costa Novaes
Advogado:Defensor Publico (RO. 000.)
DESPACHO:
Defiro o requerido às fls. 92. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0005495-48.2010.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Pato Branco Comércio de Pneus e Acessórios Ltda.
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568)

Executado:Elizani Padilha de Almeida
DESPACHO:
Indefiro o pedido de fls. 74/75 por se tratar de quebra de sigilo, vedado constitucionalmente. Diga o exequente em 05 (cinco) dias quanto ao prosseguimento do feito, sob pena de extinção. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0005510-17.2010.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Pato Branco Comércio de Pneus e Acessórios Ltda.
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Sandro Signor (OAB/RO 2810), Anderson Ballin (OAB/RO 5568)
Requerido:Stephany Cristina Campos Silva
Advogado:Defensor Publico (RO. 000.)
DESPACHO:
Indefiro o pedido de fls. 95 por entender tratar-se de quebra de sigilo, vedado constitucionalmente. Diga o exequente em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0007559-31.2010.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:M. M. L. -. E.
Advogado:José Marcelo Cardoso de Oliveira (OAB/RO 3598), Marlon Vinicius Gonçalves Facio (OAB/RO 5557)
Executado:A. M. M.
Advogado:Defensor Publico (RO. 000.)
DESPACHO:
Defiro a intimação conforme requerido às fls. 103. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0008936-37.2010.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Município de Vilhena
Advogado:Procurador Municipal (NBO 020)
Executado:Patrícia Clara Gomes da Silva
Advogado:Rosângela Cipriano dos Santos (OAB/RO 3464)
DESPACHO:
Defiro o requerido às fls. 279. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0011053-98.2010.8.22.0014
Ação:Depósito
Requerente:Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sul da Amazônia Ltda Sicoob Credisul
Advogado:Cristiane Tessaro (OAB/RO 1562), Agenor Martins (OAB/RO 654A)
Requerido:P. J. Indústria e Comércio de Produtos de Vilhena Ltda
Advogado:Roberto Carlos Mailho (RO 3047), Watson Mueller (OAB/RO 2835), Rafael Brambila (OAB/RO 4853)
DESPACHO:
A restrição junto ao sistema RENAJUD já foi retirada. Arquivem-se os autos. Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0012304-54.2010.8.22.0014
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Procurador do Estado (000.)
Executado:Marlon Donadon
Advogado:Jeverson Leandro Costa (OAB/RO 3134), Marianne Almeida e Vieira de Freitas Pereira (OAB/RO 3046)
DESPACHO:
Defiro o requerido às fls. 60. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0012456-05.2010.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S/a
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937), Luciana Joanucci Motti (OAB/MT 7832), Jocieli da Silva Vargas (OAB/RO 5180)
Executado:P. J. Indústria e Comércio de Produtos de Vilhena Ltda
Advogado:Rubens Devet Gênero (OAB/RO 247E)
DESPACHO:
Antes da designação de data para realização de leilão judicial, determino que o exequente junte aos autos cópia do registro do imóvel junto ao CRI, a fim de comprovar a legitimidade das partes, bem como a regularidade do imóvel. Designo hastas públicas para os dias 07/04/2014 (1º leilão) e 22/04/2014 (2º leilão), às 09:00 horas, no plenário do Tribunal do Júri, neste fórum.Caso a avaliação do bem tenha sido feita até 12 meses atrás, determino sua atualização monetária pela Contadora Judicial. Caso a avaliação do imóvel tenha sido feita há mais de 12 meses, determino nova avaliação por Oficial de Justiça. Expeça-se o necessário e oficie-se à 1ª Vara Criminal requerendo o plenário do Tribunal do Júri. Expeça-se o necessário.Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0010518-04.2012.8.22.0014
Ação:Reintegração / Manutenção de Posse (Cível)
Requerente:Bradesco Leasing Sa Arrendamento Mercantil
Advogado:Maria Lucilia Gomes (OAB/SP 84206), Ana Paula Zanchett (OAB/RO 3180), Luciano Boabaid Bertazzo (MS 7657-B)
Requerido:Augusto Emanuel de Souza Gonçalves
DESPACHO:
Intime-se a parte autora para que no prazo de 48 (quarenta e oito) horas comprove a distribuição da carta precatória, sob pena de restar prejudicado o ato. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0010912-11.2012.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Gediel Miranda de Oliveira
Advogado:Gilson Ely Chaves de Matos (OAB-RO 1733)
Requerido:Genedir Miranda de Oliveira, Rosiane Guiomar Alves
Advogado:Defensoria Pública de Vilhena ( )
DESPACHO:
Tendo em vista que apesar de citada a requerida não apresentou contestação, decreto-lhe a revelia. Intime-se a parte autora a dar andamento ao feito em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0000635-96.2013.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Greicis André Biazussi.
Advogado:Greicis André Biazussi (OAB/RO 1542)
Embargado:Abdir Colonhese, Recauchutadora de Pneus Rover Ltda
Advogado:João Quendis Camargo (OAB/RO 5624), Alex André Smaniotto (OAB/RO 2681), Greicis André Biazussi (OAB-RO 1542), Kathiane Antonia de Oliveira Gois Menezes (OAB 4834)
DESPACHO:
Expeça-se novo alvará judicial considerando a tela anexa. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0002984-72.2013.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Jorge Pedroso
Advogado:Laís Trevisan Soares (OAB/RO 4831), Aleteia Michel Rossi (OAB/RO 3396)
Requerido:Correa Center Motos Ltda
Advogado:Danilo Pires Atala (6062/mt), Antônio Eduardo Schramm de Souza (OAB/RO 4001), Amanda Iara Tachini de Almeida (OAB/RO 3146), Newton Schramm de Souza (OAB/RO 2947)
DESPACHO:
Defiro o requerido às fls. 192. Vilhena-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0064531-65.2003.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Gomes & Amaral Ltda - Me
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Nunzio Grasso Junior (OAB/RO 3904), Anderson Ballin (OAB/RO 5568)
Requerido:Phoenix Ind e Com Imp e Exp Pisos e Revest Cerâmicos Ltda, Rosemeire Vasques dos Santos, Yvanny Araújo Cordeiro dos Santos
Advogado:JoÃo Carlos Teves (OAB/SP 93179)
DESPACHO:
Procedi à transferência dos valores penhorados, conforme tela anexa. Expeça-se alvará. Quando da retirada do alvará, intime-se a parte exequente a manifestar-se quanto a eventual saldo remanescente em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0007738-57.2013.8.22.0014
Ação:Exibição de Documento ou Coisa (Cível)
Requerente:Kolodine Transportes Ltda Me
Advogado:Eric José Gomes Jardina (OAB/RO 3375)
Requerido:Bradesco Leasing Sa Arrendamento Mercantil
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937), Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370)
DESPACHO:
Declaro encerrada a instrução processual. Intimem-se as partes para querendo apresentarem alegações finais no prazo sucessivo de 15 (quinze) dias. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0012640-53.2013.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:N. A. de C.
Advogado:Edna Aparecida Campoio (OAB/RO 3132)
Requerido:E. A. dos S.
Advogado:Luiz Antônio Xavier de Souza Rocha (A/RO 93)
DESPACHO:
Digam as partes se pretendem a produção de provas em 05 (cinco) dias, justificando a necessidade especificadamente. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0014403-89.2013.8.22.0014
Ação:Reintegração / Manutenção de Posse (Cível)
Requerente:Gilberto Donin, Marcelina Pastore Donin
Advogado:Urano Freire de Morais (OAB/RO 240B)
Requerido:Elcio Carlos Rossi
DECISÃO:
Revogo o DESPACHO retro posto que as custas iniciais foram devidamente recolhidas. A inteligência do art. 273 inc. I, diz que: “O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, desde que existindo prova inequívoca, se convença da verossimilhança da alegação e: I - haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação”.Compulsando os autos verifiquei o conjunto probatório existente nos autos é suficiente para a concessão da tutela pretendida, sendo desnecessária a realização de audiência de justificação prévia. ISTO POSTO, DEFIRO A ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA PRETENDIDA E DETERMINO A MANUTENÇÃO DO AUTOR NA POSSE DO IMÓVEL DESCRITO NA INICIAL, NOS TERMOS DO ARTIGO 928 DO CPC. Junte a parte autora as cópias necessárias para a instrução deste feito relativamente aos processos descritos às fls. 08. Cite-se o requerido para querendo apresentar contestação no prazo legal. Com a contestação, havendo preliminares ou juntada de documentos, ao autor para impugnação. SERVE A PRESENTE DE CARTA/MANDADO DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO. Vilhena-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0010185-52.2012.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Espólio de João Fontes Fabre
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568)
Executado:Reixander Vieira Amaro
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO:
Indefiro o pedido de fls. 71/72 por entender tratar-se de quebra de sigilo, vedado constitucionalmente. Diga o exequente em 05 (cinco) dias quanto ao prosseguimento do feito, sob pena de extinção. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0011447-37.2012.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial Senai Ro
Advogado:Deise Lucia da Silva Silvino Virgolino (OAB/RO 615), Mileisi Luci Fernandes (SSP/RO 3487)
Executado:Rafaela da Costa Ferreira
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO:
Intime-se o executado por edital para pagamento das custas processuais em 05 (cinco) dias. Em caso de inércia, inscreva-se em dívida ativa. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0006965-46.2012.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Map Terraplenagem e Transportes Ltda, Lucas Avelino Dandolini Pavelegini, Marcos Antonio Pavelegini, Odete Regina Dandolini Pavelegini
Advogado:Carla Falcão Rodrigues (OAB/RO 616), Roberto Berttoni Cidade (RO 4178), Carla Falcão Rodrigues (OAB/RO 616), Roberto Berttoni Cidade (RO 4178), Carla Falcão Rodrigues (OAB/RO 616), Diandria Aparecida Fantuci Araújo Pereira (OAB/RO 5910)
Requerido:Banco Volkswagen S/a
Advogado:Daniel Penha de Oliveira (OAB/RO 3434), Manoel Archanjo Dama Filho (OAB/RO 4658), João Diego Raphael Cursino Bomfim (OAB/RO 3669), Gabriela de Lima Torres (OAB/RO 5714)
DESPACHO:
Intime-se o perito para que no prazo de 05 (cinco) dias diga se concorda com o pedido de parcelamento dos honorários periciais conforme requerido às fls. 293. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0003444-59.2013.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Pato Branco Comércio de Petróleo Ltda Filial
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568)
Executado:Eli Barbosa
Advogado:Defensoria Pública de Vilhena ( )
DESPACHO:
Indefiro o pedido de fls. 55 por entender tratar-se de quebra de sigilo, vedado constitucionalmente. Diga o exequente em 05 (cinco) dias quanto ao prosseguimento do feito, sob pena de extinção. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0003672-34.2013.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Rute Venâncio de Nascimento
Advogado:Beatriz Bianquini Ferreira Barlette (RO 3602)
Requerido:Hurda Venâncio do Nascimento
DESPACHO:
Defiro a dilação de prazo conforme requerido às fls. 37.Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0005554-31.2013.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Douglas Wagner de Oliveira Pereira
Advogado:Jeverson Leandro Costa (OAB/RO 3134), Kelly Mezzomo Crisóstomo Costa (OAB/RO 3551), Marianne A. e Vieira de Freitas Pereira.. (RO 3046)
Requerido:Jaderson Carlos Zeferino
Advogado:Defensoria Pública de Vilhena ( )
DESPACHO:
Digam as partes se pretendem a produção de provas em 05 (cinco) dias, justificando a necessidade especificadamente. Após, voltem conclusos para DESPACHO saneador. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0007208-53.2013.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Banco do Brasil S/a
Advogado:Louise Rainer Pereira Gionédis (PR 8123), Laís Trevisan Soares (OAB/RO 4831), Maria Amélia Cassiana Mastrorosa Vianna (OAB/PR 27109), Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB/RO 5546)
Requerido:Multifos Nutrição Animal Ltda., Jucelino Antônio Salla, Charlene Crystian dos Santos, Aparecido Souza de Carvalho, Denise Regina Von Dentz de Carvalho, Pedro José Veras de Macedo, Lucilene Galter de Macedo
Advogado:Leandro Márcio Pedot (OAB/RO 2022), Josemário Secco (OAB/RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568), Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO:
Digam as partes se pretendem a produção de provas em 05 (cinco) dias, justificando a necessidade especificadamente. Após, voltem conclusos para DESPACHO saneador. Expeça-seo necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0007539-35.2013.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Pato Branco Alimentos Ltda Filial
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568)
Executado:Keila Araújo Moraes Carneiro
DESPACHO:
Defiro o sobrestamento do feito até o dia 22.09.2014. Decorrido o prazo, intime-se a parte exequente a manifestar-se quanto ao integral cumprimento do acordo. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0008145-63.2013.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Leandro dos Santos Evangelista
Advogado:Marlon Vinicius Gonçalves Facio (OAB/RO 5557), Kerson Nascimento de Carvalho (OAB/RO 3384)
Requerido:OI S/A
Advogado:Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635), Anne Caroline Freitas Pereira Matsushita (RO 4816)
DESPACHO:
Digam as partes se pretendem a produção de provas em 05 (cinco) dias, justificando a necessidade especificadamente. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0008415-87.2013.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Lairce Martins de Souza
Advogado:Lairce Martins de Souza (OAB/RO 3041)
Executado:Dalva Alves da Silva
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO:
Antes da designação de data para realização de leilão judicial, determino que o exequente junte aos autos cópia do registro do imóvel junto ao CRI, a fim de comprovar a legitimidade das partes, bem como a regularidade do imóvel. Designo hastas públicas para os dias 07/04/2014 (1º leilão) e 22/04/2014 (2º leilão), às 09:00 horas, no plenário do Tribunal do Júri, neste fórum.Caso a avaliação do bem tenha sido feita até 12 meses

atrás, determino sua atualização monetária pela Contadora Judicial. Caso a avaliação do imóvel tenha sido feita há mais de 12 meses, determino nova avaliação por Oficial de Justiça. Expeça-se o necessário e oficie-se à 1ª Vara Criminal requerendo o plenário do Tribunal do Júri. Expeça-se o necessário.Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0009726-16.2013.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Dajuli Comércio de Tintas Ltda Me
Advogado:Paula Haubert Manteli (OAB/RO 5276)
Requerido:Município de Vilhena
Advogado:Procurador Municipal (NBO 020)
DESPACHO:
Digam as partes se pretendem a produção de provas em 05 (cinco) dias, justificando a necessidade especificadamente. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0001675-84.2011.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Pato Branco Alimentos Ltda.
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568)
Executado:Kenpack Soluções Em Embalagens, Swap Empreendimentos e Participações Ltda, Idail dos Santos Costa
Advogado:Defensoria Pública de Vilhena ( ), Advogado Não Informado (000)
DESPACHO:
Indefiro o pedido de fls. 150 por entender tratar-se de quebra de sigilo, vedado constitucionalmente. Diga o exequente em 05 (cinco) dias quanto ao prosseguimento do feito, sob pena de extinção. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0002325-34.2011.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Magazine Minozzo Ltda - EPP
Advogado:Alex André Smaniotto (OAB/RO 2681), Mariana Kuipers Soares (OAB/RO 5478)
Executado:Manoel Rodrigues de Jesus
Advogado:Defensor Publico (RO. 000.)
DESPACHO:
Defiro o requerido às fls. 124. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0003259-89.2011.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:Lopes & Silva Extração de Madeiras Ltda
Advogado:André Luiz Faria (OAB/MT 10917A), Pedro Elisio de Paula Neto (OAB/MT 13071)
Requerido:Centrais Elétricas Belém S. A. Cebel
Advogado:Jeverson Leandro Costa (OAB/RO 3134), Kelly Mezzomo Crisóstomo Costa (OAB/RO 3551), Marianne Almeida e Vieira de Freitas Pereira (OAB/RO 3046)
DESPACHO:
Desentranhe-se a petição e documentos juntados às fls. 217/222 posto que em sede de apelação não é possível juntar documentos novos ao feito, ainda que públicos. Após, remetam-se os autos ao ETJRO. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0006129-10.2011.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Mauro Paulo Galera Mari
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/MT 3056)
Requerido:Luiz Carlos Santana, Banco Bradesco S/a, Banco Panamericano S/a
Advogado:Charlton Daily Grabner (OAB/RO 228B), Cleonice Aparecida Rufato Grabner (OAB-RO 229-B), Mauro Paulo Galera Mari (OAB/MT 3056), Ildo de Assis Macedo (OAB/RO 4519), Anne Botelho Cordeiro (OAB/RO 4370), Luciana Xavier Gaspar de Souza (RO 4903), Martha Ibanez Leal (OAB/RS 35205), Fernando Ribeiro Hoffmann (OAB/RS 68425), Claudete Solange Ferreira (RO 972.), Feliciano Lyra Moura (OAB/PE 21714)
DESPACHO:
Mantenho o DESPACHO de fls. 192 por seus próprios fundamentos. Cumpra-se, expedindo-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0009275-59.2011.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Pato Branco Alimentos Ltda.
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568)
Executado:Derli Teixeira da Silva
DESPACHO:
Defiro o sobrestasmento do feito por 01 (um) ano. Decorrido o prazo, intime-se a parte exequente a dar andamento ao feito em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0009374-29.2011.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sul da Amazônia Ltda Sicoob Credisul
Advogado:Agenor Martins (OAB/RO 654A), Cristiane Tessaro (OAB/RO 1562)
Executado:Greice Keli Olmedo Amaro, Reixander Vieira Amaro, G. Keli Olmedo Amaro- Me
Advogado:Robson Martinowski Costa (RO 5281)
DESPACHO:
Defiro o requerido às fls. 165. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0010784-25.2011.8.22.0014
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Seiti Roberto Mori (OAB-RO 215-B)
Executado:M. S. Indústria, Com e Distribuidora de Generos Alimentícia Ltda, Maurício Umbelino dos Santos
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999), Defensoria Pública de Vilhena ( )
DESPACHO:
Defiro o sobrestamento do feito até o dia 01.10.2014. Decorrido o prazo, intime-se a parte exequente a dar andamento ao feito em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0000389-37.2012.8.22.0014
Ação:Busca e Apreensão (Cível)
Requerente:Francimar Ferreira de Brito Santos
Advogado:Defensoria Pública de Vilhena ( )
Requerido:Claudia Moura de Freitas
SENTENÇA:
Cuida-se de Ação de Busca e Apreensão ajuizada por FRANCIMAR FERREIRA DE BRITO SANTOS em face de CLAUDIA MOURA DE FREITAS. Durante o trâmite regular do feito a parte autora requereu a desistência da ação. Diante o exposto, JULGO EXTINTO O PROCESSO, nos termos do Artigo 267, Inciso VIII, do Código de Processo Civil, tendo em vista a desistência do autor da ação. Sem custas finais, face ao disposto no artigo 6º, §7º da Lei 301/1990.Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. Com o trânsito em julgado da presente DECISÃO, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos.Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0001950-96.2012.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Hugo Divino Ferreira
Advogado:Alex André Smaniotto (OAB/RO 2681), Sergio Antônio Bergamin Junior (RO 4728)
Executado:Hamilton Tadeu Ribeiro dos Santos
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO:
Considerando que o executado apesar de intimado não indicou bens passíveis de penhora, aplico-lho multa de 15% sobre o valor atualizado do débito, nos termos do artigo 601 do CPC. Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0002584-92.2012.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Fuck Distribuidora de Auto Peças Ltda
Advogado:Alex André Smaniotto (OAB/RO 2681)
Executado:Laurimar Carvalho Mougenot
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO:
Defiro o requerido às fls. 81. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0004170-67.2012.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Aloísio Martendal
Advogado:Sílvio Guilen Lopes (OAB/SP 59913), Andréia Leporacci Soares Figueiredo ( )
Requerido:Mauro Bastos Medeiros, Leiloeira Crioula Remates Ltda
Advogado:Juliano Martins Rangel (OAB/RS 48467)
DESPACHO:
Considerando a renúncia de fls. 210, nomeio em substituição o perito Mario Fabio da Costa Filho. Intime-se-o para que diga se aceita o encargo, encaminhando-se cópia dos quesitos, bem como para que indique data para a realização do ato. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0010498-76.2013.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Adelires Calonego Albuquerque
Advogado:Sonia Maria Vieira de Moura Yamao (0AB/R0 4193)
Requerido:Prefeitura Municipal de Vilhena
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO:
Digam as partes se pretendem a produção de provas em 05 (cinco) dias, justificando a necessidade especificadamente. Após, voltem conclusos para DESPACHO saneador. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0011169-02.2013.8.22.0014
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Município de Vilhena
Advogado:Carlos Eduardo Machado Ferreira (OAB/RO 3691)
Executado:Claudia Regina Gomes Baltazar
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO:
Retire-se o feito da pauta de hastas públicas. Defiro o sobrestamento do feito por 06 (seis) meses. Decorrido o prazo, intime-se a parte exequente a dar andamento ao feito em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0011497-29.2013.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Milton Dapper
Advogado:Francisco Lopes da Silva (OAB/RO 3772)
Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia S/A
Advogado:Francianny Aires da Silva (1190), Silvia de Oliveira (RO 1285), Paulo Rogério Barbosa Aguiar (OAB/RO 1723), Kênia de Carvalho Mariano de Christo (OAB/RO 994)
DESPACHO:
Digam as partes se pretendem a produção de provas em 05 (cinco) dias, justificando a necessidade especificadamente. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0011635-93.2013.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Gracia Benelli Azevedo
Advogado:Lenoir Rubens Marcon (OAB-RO 146)
Requerido:Azul Linhas Aéreas Brasileiras S A
Advogado:Carla Denes Ceconello Leite (OAB/MT 8840), Itallo Gustavo de Almeida Leite (OAB/MT 7413), Samuel Ribeiro Mazurechen (OAB/RO 4461)
DESPACHO:
Digam as partes se pretendem a produção de provas em 05 (cinco) dias, justificando a necessidade especificadamente. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0012518-40.2013.8.22.0014
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Município de Vilhena
Advogado:Carlos Eduardo Machado Ferreira (OAB/RO 3691)
Executado:Eliane Marta Ório
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)

DESPACHO:
Defiro a citação do executado por edital. Em caso de inércia, nomeio-lhe Curador Especial um dos Defensores Públicos atuantes na Comarca. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0013234-67.2013.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Osmar Ramos Prieto
Advogado:Lenoir Rubens Marcon (OAB-RO 146)
Requerido:Município de Vilhena
Advogado:Procuradoria Geral do Município de Vilhena RO (000.)
DESPACHO:
O Município de Vilhena informou na petição de fls. 34 que juntou laudo de vistoria, o que não ocorreu. Intime-se o Município para que desta forma proceda, em 05 (cinco) dias. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0005747-46.2013.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Roseli Luiz de Oliveira Pereira
Advogado:Felipe Parro Jaquier (OAB/SP 295850), Rafael Valentin Raduan Miguel (OAB/RO 4486)
Requerido:Oi Sa
Advogado:Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635), Marcelo Lessa Pereira (OAB/RO 1501), Márcia Aparecida Del Piero Silva (OAB/RO 5293)
DESPACHO:
Indefiro o pedido de intimação da requerida para apresentar as gravações telefônicas, posto que o limite objetivo do pedido do autor se refere à declaração de inexigibilidade do débito referente ao mês de fevereiro até os dias atuais eis que os serviços contratados não foram prestados. Declaro encerrada a instrução processual. Intimem-se as partes para querendo apresentarem alegações finais no prazo sucessivo de 15 (quinze) dias. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0005766-52.2013.8.22.0014
Ação:Embargos à Execução
Embargante:Município de Vilhena
Advogado:Astrid Senn (SSP/RO 1448)
Embargado:Ana Dirce Fernandes da Silva
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568)
DESPACHO:
A condenação em honorários advocatícios está correta mas a execuçãod a SENTENÇA neste ponto está condicionada a comprovação de mudança da condição financeira da executada, posto que esta postulou sob o amparo da gratuidade judiciária. Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0002594-10.2010.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Magazine Minozzo Ltda - EPP
Advogado:Marlon Vinicius Gonçalves Facio (OAB/RO 5557), Kerson Nascimento de Carvalho (OAB/RO 3384)
Requerido:Maria Aparecida da Silva
Advogado:Defensor Publico (RO. 000.)
DESPACHO:
Defiro o sobrestamento do feito por 01 (um) ano. Decorrido o prazo, intime-se a parte exequente a dar andamento ao feito em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0004535-58.2011.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Cícero Moreira Lourenço
Advogado:Edervan Gomes da Silva (OAB/RO 4325), Eduarda da Silva Almeida (OAB-RO 1.581)
Requerido:Banco Cruzeiro do Sul S/A
Advogado:Bernardo Augusto Galindo Coutinho (RO 2991), Sally Anne Bowmer Beça Coutinho (OAB/RJ 101357), Weverton Jeferson Teixeira Heringer (2054), Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB/SP 128341)
DESPACHO:
Defiro o sobrestamento do feito por 180 (cento e oitenta) dias. Decorrido o prazo, intime-se a parte exequente a dar andamento ao feito em 05 (cinco) dias, sob pena de extinção. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

Proc.: 0005202-73.2013.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda
Advogado:Benedito Ferreira de Campos Filho (OAB/SP 167058), Augusto Barbosa (OAB/SP 281394), Leonardo Nogueira Viana (OAB/MG 110070)
Requerido:Município de Vilhena
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO:
Intime-se o Município de Vilhena para que no prazo de 05 (cinco) dias diga se concorda com o pedido de desistência da presente ação. Expeça-se o necessário. Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Sandra Beatriz Merenda Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
PRAZO: 20 dias
DA EXECUTADA: Meire da Silva Vaz de Oliveira, Brasileira, CPF 604.529.002-04, RG 594.761, nascido em 08/08/1976, no Município de Guaíra-PR.
FINALIDADE: Citação para PAGAR, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da dilação do prazo do Edital, a dívida a seguir identificada, com juros, correção e encargos legais, ou no mesmo prazo nomear bens à penhora, suficientes para GARANTIR a Execução proposta pelo exeqüente, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastarem para cumprimento integral da obrigação.
FAZENDA PÚBLICA EXEQÜENTE: Fazenda Pública do Município de Vilhena - RO
Vara: 2ª Vara Cível
Processo: 0011792-66.2013.822.0014
Classe: Execução Fiscal
Exeqüente: Fazenda Pública do Município de Vilhena - RO

Valor da Dívida: R$ 2.034,20
Natureza da Dívida: Alienação
Número da CDA: 2886/2013
Data da inscrição: 16/10/2013
Vilhena, 3 de Fevereiro de 2014
Maria José Madeira Gavazzoni
Escrivã Judicial - Cad. 2212-8
(Assina de ordem da MM. Juíza de Direito)

Maria José Madeira Gavazzoni
Escrivã Judicial

3ª VARA CÍVEL

3º Cartório Cível
Comarca de Vilhena
3ª vara cível
Cartório da 3ª vara Cível
SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
JUIZ: Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral
vinicius@tj.ro.gov.br
ESCRIVÃ: Genair Goretti de Morais
vha3civel@tj.ro.gov.br

Proc.: 0000769-89.2014.8.22.0014
Ação:Arresto
Arrestante:Faagro Comércio e Representação de Produtos Agropecuários Ltda
Advogado:Leandro Márcio Pedot (OAB/RO 2022)
Arrestado:Mauri Carlos Teixeira, Marizete Terezinha Baratto Teixeira
DECISÃO:
Faagro Comércio e Representações de Produtos Agropecuários Ltda propôs medida cautelar de arresto em face de Mauri Carlos Teixeira e Marizete Terezinha Baratto Teixeira, alegando, em síntese, que é credor dos requeridos que se encontram em mora e vêem fraudando a garantia oferecida em cédula de produto rural. Decido.A dívida encontra-se comprovada pela Cédula de produto rural. Nela houve previsão expressa de que não satisfeita a dívida na safgera anterior, persistiria em garantia a safra deste ano de 2.014. Também foi prevista que referida safra seria aquela do plantio em imóveis de terceiros, discriminados na inicial e na referida CPR. Sobretudo pelo mora existe razoável receio de inadimplemento, que se tornaria especialmente perigoso porque se trataria da seunda safra sem pagamento integral. Estes fatos preenchem os requisitos legais expressos nos arts 813 e seguintes do CPC. Desnecessária a justificação prévia porquanto caução recairá sobre o próprio produto agrícola que deverá ser apreendido (CPC, art. 816,II).Posto determino o arresto liminar incidente sobre bens do patrimônio dos devedores, especialmente as referidas sacas de soja de sua produção (fls. 10), bens foram oferecidos em garantia da dívida e devem se encontrar no imóvel de terceiros, arrendatários, nominadas na CPR e na petição inicial. Desnecessário termo de caução, que recairá sobre o próprio produto que se apreender, devendo o requerente ficar como depositário dos bens. Expeça-se, com urgência, a ser cumprido pelo plantão forense, MANDADO de arresto e de citação para contestar em 05 dias, sob pena de presumirem-se verdadeiros os fatos alegados pelo requerente (CPC, arts. 802, 285 e 319). Vilhena-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0004806-96.2013.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Eunice H. Y. Hataka - Epp
Advogado:Eric José Gomes Jardina (OAB/RO 3375)
Requerido:Getnet Tecnologia Em Captura e Processamento de Tranҫaoes H.u.a.h S.a.
DESPACHO:
Juntem-se as petições e o AR que seguem.Intime-se a requerente para, requerendo, impugnar a contestação no prazo de 10 dias.Vilhena-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0011605-29.2011.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Cnh Capital S/a
Advogado:Luiz Rodrigues Wambier (OAB/PR 7295), Fabricio Kava (OAB/PR 32308)
Executado:Aliciano Bueno Zamo, Luiz Antonio Pinzon Zamo, Daniela Markus Silva Zamo, Alison Luiz Bueno Zamo, Mônica Caroline Romano Rigomante Zamo
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO:
Que o credor comprove a distribuição e andamento da carta precatória no prazo de 5 dias..Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0013447-20.2006.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Gilmar Carlos Garcia, José Osmar Zago
Advogado:Liliane Andréa do Amaral (OAB/PR 26866), Rafael Barion de Paula (OAB/PR 39236), Liliane Andréa do Amaral (OAB/PR 26866)
Executado:Imafort Indústria e Comércio de Madeira Ltda
Advogado:José Eudes Alves Pereira (OAB/RO 2897), Antônio de Alencar Souza (OAB/RO 1.904)
SENTENÇA:
Gilmar Carlos Garcia e José Osmar Zago intentaram procedimento para cumprimento de SENTENÇA contra Imafort Industria e Comércio de Madeira Ltda. Expedido MANDADO, não foram encontrados bens penhoráveis do executado. Pelo sistema Bacenjud também não foram localizados valores em contas bancárias da empresa executada. Instados, os credores quedaram-se inertes. Em cumprimento da regra do art. 267, § 1º do CPC, foi determinada a intimação pessoal dos requerentes a darem andamento ao feito, mas eles permaneceram inertes por período juridicamente relevante.Decido. O impulso dos credores ao processo é indispensável neste caso porque deveriam indicar bens penhoráveis do executado. Ademais, por reiteradas vezes neste processo os credores foram instados pessoalmente porque deixaram de se manifestar quando intimados. Ocorre que a prestação jurisdicional no processo de execução é a satisfação do credor, seja pelo pagamento direto do devedor, ou através de venda judicial de bens penhorados. Portanto, o processo executivo sedimenta-se na existência

de bens do devedor para que possa garantir o crédito do credor. Ato impraticável de ofício pelo Juízo.Posto isto, por SENTENÇA fundada no art. 267, III do CPC, declaro que a parte autora deixou de promover os atos que lhe competiam, motivo que impõe esta DECISÃO sem resolução do MÉRITO. Sem custas.Publique-se. Registre-se. Intime-se. Transitada em julgado, arquivem-se os autos.Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0008191-52.2013.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Alencar Petry
Advogado:Eric José Gomes Jardina (OAB/RO 3375)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/RO 5017), Samuel Ribeiro Mazurechen (OAB/RO 4461)
DESPACHO:
Que as partes em 10 dias especifiquem as provas que pretendem produzir declinando necessidade e pertinência e, em sendo o caso, arrolem testemunhas no mesmo prazo. Vilhena-RO, quarta-feira, 29 de janeiro de 2014.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0007198-09.2013.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Evaldo Martins Fernandes
Advogado:Eric José Gomes Jardina (OAB/RO 3375)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro Dpvat
Advogado:Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/RO 5369), Armando Krefta (OAB-RO 321-B), Florindo Silvestre Poersch (OAB/AC 800)
DESPACHO:
Que as partes em 10 dias especifiquem as provas que pretendem produzir declinando necessidade e pertinência e, em sendo o caso, arrolem testemunhas no mesmo prazo. Vilhena-RO, quarta-feira, 29 de janeiro de 2014.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0002059-47.2011.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Alessandro Geraldi
Advogado:Charlton Daily Grabner (OAB/RO 228B), Cleonice Aparecida Rufato Grabner (OAB-RO 229-B)
Requerido:Município de Chupinguaia - RO
Advogado:Rafael Endrigo de Freitas Ferri (RO 2832)
DECISÃO:
1- Porque as circunstâncias, inclusive pelo teor da petição inicial e contestação, evidenciam ser improvável a conciliação nesta fase, deixo de designar audiência preliminar (CPC, art. 331, § 3° - redação da lei 10.444/02).2- O pedido se revela juridicamente possível. A petição não é inepta. Não há preliminares. Não detectadas nulidades. Foram atendidos os pressupostos processuais e estão presentes as condições da ação. Declaro saneado o processo.3- Persiste a controvérsia em relação a jornada efetivamente cumprida pelo autor e a situação que motivaria o pagamento do adicional de insalubridade, de modo que se revela pertinente o depoimento pessoal da autora, sob pena de confissão, e a oitiva das testemunhas arroladas em fls. 344 e 345.Para tanto designo audiência de instrução e julgamento para o dia 18/03/2014 às 09h30. As testemunhas do autor arroladas às fl. 345, comparecerão independente de intimação. Intimem-se as testemunha do requerido arroladas às fl. 344.Expeça-se o necessário. Intimem-se.Vilhena-RO, terça-feira, 28 de janeiro de 2014.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0012043-36.2003.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sílvia Espíndula
Advogado:Armando Krefta (OAB/RO 321B)
Requerido:Município de Vilhena, Transportadora Giomila Ltda, Copamal Companhia Paranaense de Madeiras Ltda
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999), Vivian Bacaro Nunes Soares (OAB/RO 2386), Elis Daniele Senem (OAB/PR 34301), Sylvia Helena Ferreira Campos (OAB/PR 38247), Denise Sampaio Ferraz Coelho (OAB/PR 24544)
48 horas:
Fica o Sr. Advogado no prazo de 48 horas, intimado a devolver em 48 h, os autos que encontras-se com carga além do prazo, sob pena de ser procedida a busca e apreensão dos mesmos.
Agenor Martins (OAB 654A)
Autos: 3964-98.2003.8.22.0014
14032.28.2013.8.22.0014

Proc.: 0112740-26.2007.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Luiza Brandelero
Advogado:Luiz Antônio Xavier de Souza Rocha (OAB/RO 4064), Camila Xavier Rocha (OAB/RO 2975), Sandro Ricardo Salonski Martins (OAB/RO 1084)
Requerido:Banco do Brasil S/A
Advogado:Cezar Benedito Volpi (OAB/RO 533)
48 horas:
Fica o Sr. Advogado no prazo de 48 horas, intimada a devolver em 48 h, os autos que encontras-se com carga além do prazo, sob pena de ser procedida a busca e apreensão dos mesmos.
Cesar Benedito Volpi (OAB/RO 533)
Autos: 7451-70.2008.8.22.0014
3805-13.2012.8.22.0014
11130-05.2013.8.22.0014

Proc.: 0007522-96.2013.8.22.0014
Ação:Seqüestro
Requerente:Gilbrain Borges
Advogado:Daniel Prudencio da Silva (OAB/RO 3720)
Requerido:José Aristeu Santana
Advogado:Kathiane Antonia de Oliveira Gois Menezes (OAB 4834)
48 horas:
Fica o Sr. Advogado no prazo de 48 horas, intimada a devolver em 48 h, o auto que encontras-se com carga além do prazo, sob pena de ser procedida a busca e apreensão do mesmo.
Daniel Prudêncio da Silva (OAB/RO 3720)

Proc.: 0008498-40.2012.8.22.0014
Ação:Inventário
Requerente:Adão Simão Borges, Maria de Oliveira Borges
Advogado:Luiz Antonio Gatto Junior (RO 4683)
Inventariado:Adones de Oliveira Borges
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)

48 horas:
Fica o Sr. Advogado no prazo de 48 horas, intimada a devolver em 48 h, o auto que encontras-se com carga além do prazo, sob pena de ser procedida a busca e apreensão do mesmo.
Luiz Antonio Gatto Júnior (OAB/RO 4683)

Proc.: 0016035-29.2008.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Elana Érica Freire
Advogado:Antônio de Alencar Souza (OAB/RO 1.904), José Eudes Alves Pereira (OAB/RO 2897)
Requerido:Banco Finasa Bmc S.a.
Advogado:Luciano Mello de Souza (OAB/RO 3519), Carlos Alessandro Santos Silva (OAB/ES 8773)
48 horas:
Fica o Sr. Advogado no prazo de 48 horas, intimada a devolver em 48 h, o auto que encontras-se com carga além do prazo, sob pena de ser procedida a busca e apreensão do mesmo.
José Eudes Alves Pereira (OAB/RO 2897)

Proc.: 0058350-58.1997.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco da Amazônia S/ A - Basa
Advogado:Paulo E. da S. Nascimento (OAB/RO -2537), Cezar Benedito Volpi (OAB/RO 533), Michel Fernandes Barros (OAB/RO 1790), Washington Ferreira Mendonça (1946), Daniele Gurgel do Amaral (RO 1221), Lauro Lúcio Lacerda (OAB/RO 3919)
Executado:Pedro Martendal, José Inácio Albino, Adair Piana Vieira
Advogado:Defensoria Pública de Vilhena ( ), Fabrícia da Lamarta (OAB/RO 1199)
48 horas:
Fica o Sr. Advogado no prazo de 48 horas, intimada a devolver em 48 h, os autos que encontras-se com carga além do prazo, sob pena de ser procedida a busca e apreensão dos mesmos.
Cesar Benedito Volpi
Autos: 32222-64.1998.8.22.0014
71568-75.2005.8.22.0014

Proc.: 0011860-16.2013.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Rubia Andréa Brambila
Advogado:Samuel Ribeiro Mazurechen (OAB/RO 4461)
Requerido:Mercantil Nova Era Ltda
48 horas:
Fica o Sr. Advogado no prazo de 48 horas, intimada a devolver em 48 h, o auto que encontras-se com carga além do prazo, sob pena de ser procedida a busca e apreensão do mesmo.
Samuel Ribeiro Mazurechen

Proc.: 0011777-97.2013.8.22.0014
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Vilmar Cabral da Silva
Advogado:Regiane Estefanny Castilho (OAB/RO 4835), Samara de Aquino Rodrigues (OAB/RO 5040)
Requerido:Rede Tecnocard Comercio Varejista Ltda
48 horas:
Fica o Sr. Advogado no prazo de 48 horas, intimada a devolver em 48 h, o auto que encontras-se com carga além do prazo, sob pena de ser procedida a busca e apreensão do mesmo.
Regiane Estefanny Castilho (OAB/RO 4835)

Proc.: 0009587-69.2010.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Minasferro - Comércio de Ferro Aço Ltda
Advogado:Sérgio Abrahão Elias (OAB/RO 1223)
Requerido:José Caputi
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
48 horas:
Fica o Sr. Advogado no prazo de 48 horas, intimada a devolver em 48 h, o auto que encontras-se com carga além do prazo, sob pena de ser procedida a busca e apreensão do mesmo.
Priscila Sagrado Ushida (OAB/RO 5255)

Proc.: 0006054-05.2010.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Astron Associação dos Transportadores de Rondônia
Advogado:Hulgo Moura Martins (OAB/RO 4042)
Requerido:Felipe Luiz Gonçalves da Silva
Advogado:Carla Falcão Rodrigues (OAB/RO 616), Diandria Aparecida Fantuci Araújo Pereira (OAB/RO 5910)
48 horas:
Fica o Sr. Advogado no prazo de 48 horas, intimada a devolver em 48 h, o auto que encontras-se com carga além do prazo, sob pena de ser procedida a busca e apreensão do mesmo.
Diandra Aparecida Fantuci Araújo Pereira OAB/RO 5910)

Proc.: 0008476-79.2012.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:R & S Comércio e Transportes de Materiais Para Construção Ltda
Advogado:Andréa Leporacci Soares Figueiredo (OAB/RO 1536), Amanda Leporacci Volpato (OAB/RO 1523)
Requerido:Maria Aparecida Lima dos Santos
Advogado:Não Informado ( )
DESPACHO:
Conforme relatório que segue, não foram encontrados veículos registrados em nome da executada. Requeira o credor em 15 dias.Vilhena-RO, terça-feira, 28 de janeiro de 2014.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0007532-43.2013.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:Truckauto Comércio de Autopeças Ltda
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568)
Requerido:Marcilei Mangelo de Barros
Carta precatória - retirar:
-Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: 0012553-97.2013.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Norte Brasil Concretos e Serviços Ltda
Advogado:Jeverson Leandro Costa (OAB/RO 3134), Kelly Mezzomo Crisóstomo Costa (OAB/RO 3551), Marianne Almeida e Vieira de Freitas Pereira (OAB/RO 3046), Marcio Henrique da Silva Mezzomo (OAB/RO 5836)
Executado:Octa Serviços Industriais Ltda
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
Carta precatória - retirar:
-Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: 0006385-21.2009.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Carlos Renato Souza Barbeiro
Advogado:Cristiane Tessaro (OAB/RO 1562), Agenor Martins (OAB/RO 654A)
Requerido:Arare Zuri Cassavia, Flavio Diniz Linhares Monsef
Advogado:Emílio Ribeiro Lima (OAB/SP 264460), Camila Sparapani da Silva (OAB/SP 225193)
Carta precatória - retirar:
-Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: 0001168-89.2012.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Linha Verde Transmissora de Energia S.a
Advogado:Washington Rodrigues Dias (OAB/MS 12363), Nilmara Gimenes Navarro. (OAB/RO 2288)
Requerido:Dulceara Paulino Costa
Advogado:Manoelino Geraldo Costa Neto (OAB/RO 4847)
Certidão da Escrivania:
Ficam as partes, por via de seus Advogados, no prazo de 05 dias, intimada para manifestarem sobre o laudo do perito e/ou assistente técnico..

Proc.: 0007096-84.2013.8.22.0014
Ação:Inventário
Requerente:Yasmin Cristine Xavier Ribeiro, Bruna Victória Xavier Ribeiro, Marinice Mary Xavier Bragança
Advogado:Sandra Vitório Dias Córdova (OAB/RO 369B)
Inventariado:Claudionor Xavier Ribeiro
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para manifestar-se acerca dos novos documentos juntados.

Proc.: 0005317-94.2013.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:R & S Comércio e Transportes de Materiais Para Construção Ltda
Advogado:Michele Sodré Azevedo (OAB/RO 2985), Andréa Leporacci Soares Figueiredo (OAB/RO 1536)
Requerido:Elônia Oliveira Dias
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para manifestar-se acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça.

Proc.: 0002062-36.2010.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Brito & Korb Ltda - Epp
Advogado:Agenor Martins (OAB/RO 654A), Cristiane Tessaro (OAB/RO 1562)
Executado:Josemar Carlos da Silva
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para manifestar-se acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça.

Proc.: 0006967-79.2013.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:Diságua Distribuidora de Abrasivos Guarujá Ltda
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Anderson Ballin (OAB/RO 5568)
Requerido:Fernando Rodrigues Simões
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para manifestar-se acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça.

Proc.: 0009264-59.2013.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Lorizete Feliciano Almeida
Advogado:Eric José Gomes Jardina (OAB/RO 3375)
Executado:Leandro Alcino Loiola de Oliveira
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para manifestar-se acerca da certidão do Sr. Oficial de Justiça.

Proc.: 0010350-02.2012.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:Diságua Distribuidora de Abrasivos Guarujá Ltda
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Leandro Márcio Pedot (OAB/RO 2022)
Requerido:Nicola Pilegi Júnior
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
SENTENÇA:
Diságua Distribuidora de Abrasivos Guarujá Ltda propôs ação monitória em face de Nicola Pilegi Junior aduzindo que é credor do réu em decorrência de uma transação comercial não adimplida. O requerido foi citado por edital e lhe foi nomeado curador que apresentou embargos alegando que os documentos juntados pelo embargado não comprovam que houve negócio jurídico entre as partes, inclusive porque não há o reconhecimento de débito pelo devedor. O autor/embargado redarguiu aduzindo que o boleto bancário assinado pelo requerido é documento hábil a instruir ação monitória, porque não possui força executiva.Decido.Ainda que alguns reputem que os embargos monitórios têm a natureza jurídica de ação incidental, a maioria da doutrina qualifica-os de meio de defesa, similar à contestação. A distinção é relevante sobretudo para efeito dos encargos da prova. Assim os julgados:Embargos. Natureza jurídica. ?Os embargos ao MANDADO monitório têm natureza jurídica de defesa e não de ação. Não têm similitude com os embargos do devedor (JTJ 195/235)?.Ônus da prova. ? A repartição do ônus probatório, na ação monitória, não foge à regra do CPC 333 I e II, incumbindo ao autor a prova do fato constitutivo do seu direito, e ao réu a prova dos fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor?. (TJDF- RT 742/340). Por estes motivos adverte José Eduardo Carreira Alvim na sua dissertação ?Ação Monitória?, publicada na Revista Forense 336/1996, p. 101 e na Revista de Processo 79/1995, p. 77: ?Os embargos monitórios mais não são, pois, que um meio de defesa, introduzindo no âmbito do mesmo processo de conhecimento um novo procedimento de primeiro grau, devolvendo ao juiz o reexame completo, de fato e de direito, da relação jurídica controvertida?.(grifo não original).O autor comprovou os fatos constitutivos de seu direito por haver aparelhado a inicial com os boletos bancários devidamente assinados pelo devedor, o que infirma a alegação do curador. Ainda que se partilhasse de entendimento diverso, aquele que reputa terem os embargos monitórios natureza de ação, melhor sorte não teria o embargante. Isto porque teria ele de

provar fatos constitutivos de seu direito, ou seja, aqueles que indicou em oposição à monitória. Nesse sentido:TJRN-008077) DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO MONITÓRIA. AÇÃO FUNDADA EM TÍTULO NÃO EXECUTIVO. EMBARGOS. DUPLICATA SEM ACEITE. EXISTÊNCIA DE PROTESTO. NOTA FISCAL. COMPROVAÇÃO DA ENTREGA DAS MERCADORIAS. ASSINATURA DO DEVEDOR EM BOLETO. PRAXE COMERCIAL CONFIRMADA EM DEPOIMENTO. PROVA DA RELAÇÃO COMERCIAL ENTRE AS PARTES. CONTRADITÓRIO INVERTIDO.Embargante que não demonstrou fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da autora. Honorários advocatícios. Fixação de forma recíproca e proporcional à sucumbência de cada parte. Conhecimento e provimento parcial do recurso.(Apelação Cível nº 2010.003041-3, 3ª Câmara Cível do TJRN, Rel. Amaury Moura Sobrinho. unânime, DJe 08.10.2010).Posto isto, rejeito os embargos monitórios e, com fundamento no art. 269, I do CPC, julgo procedente a ação monitória proposta por Diságua Distribuidora de Abrasivos Guarujá Ltda em face de Nicola Pilegi Junior. Por consequência, com fulcro no art. 1.102c, § 3º do mesmo código, CONSTITUO DE PLENO DIREITO TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL.Condeno o réu-embargante ao pagamento das custas e honorários advocatícios da parte contrária que fixo em 10 % sobre o valor da causa, eis que não houve condenação (CPC, art. 20, § 4º). Isto porque não há qualquer indicativo da impossibilidade do revel arcar com custas, despesas, e honorários de sucumbência. Ele não foi assistido por Defensora porque não tinha condições de suportar as despesas do processo, mas sim porque revel citado por edital. Logo, não pode ser presumida sua pobreza diante da simples alegação que sequer pode indicar da efetiva capacidade econômica do réu.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0011623-16.2012.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:Pato Branco Alimentos Ltda Filial
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Leandro Márcio Pedot (OAB/RO 2022)
Requerido:Yuri W. G. Costa Me
SENTENÇA:
Pato Branco Alimentos Ltda. propôs ação monitória contra Yuri W. G. Costa aduzindo que é credor do réu em decorrência de uma transação comercial. A dívida foi representada pelo cheque que instruíu a inicial.O réu foi citado por edital e lhe foi nomeado curador que apresentou embargos monitórios arguindo, em síntese, erro na atualização do débito porque deveria ser aplicada a correção monetária a partir da propositura do feito e omissão do autor/embargado ao não juntar aos autos as notas fiscais de venda dos produtos. Em impugnação o autor/embargado rechaçou todo o alegado pelo embargante. Decido.O autor comprovou os fatos constitutivos de seu direito por haver aparelhado a inicial com os diversos cheques vencidos e não pagos. Certo que, de forma subsidiária, ao admitir a emissão de referidos títulos, o réu/embargante objetou alegando que a incidência de correção dar-se-ia da propositura da causa e não do vencimento das cártulas.Ocorre que a atualização do cheque deve se dar desde o vencimento dele. Logo, a dívida é líquida e certa.Desnecessária também a juntada de notas fiscais comprovando a venda dos produtos, porque o cheque é uma ordem de pagamento à vista e mesmo em ação monitória a defesa deveria consistir no pagamento.Posto isto, rejeito os embargos monitórios e, com fundamento no art. 269, I do CPC, julgo procedente esta ação monitória. Por consequência, com fulcro no art. 1.102c, § 3º do mesmo código, CONSTITUO DE PLENO DIREITO TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL.Condeno o réu ao pagamento de custas, despesas e honorários de sucumbência dessa ação monitória, estes últimos fixados em 10% sobre o valor atual do débito.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0000032-23.2013.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:Irmãos Russi Ltda Filial
Advogado:Josemário Secco (OAB/RO 724), Leandro Márcio Pedot (OAB/RO 2022)
Requerido:Zaqueo & Zaqueo Distribuidora e Representação de Carne Ltda Me
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
SENTENÇA:
Irmãos Russi Ltda propôs ação monitória em face de Zaqueo Comércio e Transportes Ltda (Zaqueo & Zaqueo Distribuidora e Representação de Carne Ltda - Me) aduzindo que é credor do réu em decorrência de uma transação comercial não adimplida. O requerido foi citado por edital e lhe foi nomeado curador que apresentou embargos alegando que os documentos juntados pelo embargado não possuem exigibilidade. O autor/embargado redarguiu aduzindo que os documentos juntados são hábeis a instruir ação monitória, porque não possuem força executiva. Decido.Ainda que alguns reputem que os embargos monitórios têm a natureza jurídica de ação incidental, a maioria da doutrina qualifica-os de meio de defesa, similar à contestação. A distinção é relevante sobretudo para efeito dos encargos da prova. Assim os julgados:Embargos. Natureza jurídica. ?Os embargos ao MANDADO monitório têm natureza jurídica de defesa e não de ação. Não têm similitude com os embargos do devedor (JTJ 195/235)?.Ônus da prova. ? A repartição do ônus probatório, na ação monitória, não foge à regra do CPC 333 I e II, incumbindo ao autor a prova do fato constitutivo do seu direito, e ao réu a prova dos fatos impeditivos, modificativos ou extintivos do direito do autor?. (TJDF- RT 742/340). Por estes motivos adverte José Eduardo Carreira Alvim na sua dissertação ?Ação Monitória?, publicada na Revista Forense 336/1996, p. 101 e na Revista de Processo 79/1995, p. 77: ?Os embargos monitórios mais não são, pois, que um meio de defesa, introduzindo no âmbito do mesmo processo de conhecimento um novo procedimento de primeiro grau, devolvendo ao juiz o reexame completo, de fato e de direito, da relação jurídica controvertida?.(grifo não original).Com efeito, os documentos juntados pelo autor não são títulos executivos. Ocorre que se trata de ação monitória e não execução de título extrajudicial, motivo pelo qual não devem ser apreciados os requisitos de exequibilidade, mas sim de sua pertinência como documento escrito a amparar o pedido monitório. Dispõe o art. 1.102.a do CPC: - A ação monitória compete a quem pretender, com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, pagamento de soma em dinheiro, entrega de coisa fungível ou de determinado bem móvel.O autor comprovou os fatos constitutivos de seu direito por haver aparelhado a inicial com os boletos bancários devidamente assinados pelo devedor, o que infirma a alegação do curador.Ainda que se partilhasse de entendimento diverso, aquele que reputa terem os embargos monitórios natureza

de ação, melhor sorte não teria o embargante. Isto porque teria ele de provar fatos constitutivos de seu direito, ou seja, aqueles que indicou em oposição à monitória. Nesse sentido:TJRN-008077) DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO MONITÓRIA. AÇÃO FUNDADA EM TÍTULO NÃO EXECUTIVO. EMBARGOS. DUPLICATA SEM ACEITE. EXISTÊNCIA DE PROTESTO. NOTA FISCAL. COMPROVAÇÃO DA ENTREGA DAS MERCADORIAS. ASSINATURA DO DEVEDOR EM BOLETO. PRAXE COMERCIAL CONFIRMADA EM DEPOIMENTO. PROVA DA RELAÇÃO COMERCIAL ENTRE AS PARTES. CONTRADITÓRIO INVERTIDO.Embargante que não demonstrou fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito da autora. Honorários advocatícios. Fixação de forma recíproca e proporcional à sucumbência de cada parte. Conhecimento e provimento parcial do recurso.(Apelação Cível nº 2010.003041-3, 3ª Câmara Cível do TJRN, Rel. Amaury Moura Sobrinho. unânime, DJe 08.10.2010).Posto isto, rejeito os embargos monitórios e, com fundamento no art. 269, I do CPC, julgo procedente a ação monitória proposta por Irmãos Russi Ltda em face de Zaqueo Comércio e Transportes Ltda (Zaqueo & Zaqueo Distribuidora e Representação de Carne Ltda - Me). Por consequência, com fulcro no art. 1.102c, § 3º do mesmo código, CONSTITUO DE PLENO DIREITO TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL.Condeno o réu-embargante ao pagamento das custas e honorários advocatícios da parte contrária que fixo em 10 % sobre o valor da causa, eis que não houve condenação (CPC, art. 20, § 4º). Isto porque não há qualquer indicativo da impossibilidade do revel arcar com custas, despesas, e honorários de sucumbência. Ele não foi assistido por Defensora porque não tinha condições de suportar as despesas do processo, mas sim porque revel citado por edital. Logo, não pode ser presumida sua pobreza diante da simples alegação que sequer pode indicar da efetiva capacidade econômica do réu.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0011380-38.2013.8.22.0014
Ação:MANDADO de Segurança
Requerente:Nereu Fidellis Cavalli
Advogado:Fernando César Volpini (OAB/RO 610), Greicis André Biazussi (OAB/RO 1542)
Requerido:Secretário Municipal de Saúde de Vilhena Ro
SENTENÇA:
Nereu Fidellis Cavalli impetrou MANDADO de Segurança contra ato praticado pelo Secretário Municipal de Saúde de Vilhena/RO, alegando que necessita de medicamento de uso contínuo cujo custo não pode suportar, considerando que é portador de melanoma Acral EC IV. Juntou documento fornecido pela autoridade coatora cuja informação é de que o medicamento é fornecido gratuitamente, bastando cadastro no hospital Barretinho em Porto Velho. Foi indeferida a liminar. O impetrante interpôs agravo de instrumento. Notificada, a autoridade inquinada coatora não se manifestou. O Ministério Público manifestou-se opinando pela denegação da segurança.É o relatório. Decido.Exclua-se dos registros e autuação o nome do advogado renunciante, mantendo-se os demais.Conforme resposta ao requerimento do impetrante, a autoridade inquinada coatora informa que o Estado oferece o medicamento de que ele necessita, sendo necessário prévio cadastramento no hospital barretinho de Porto Velho para retirada do medicamento.Dispondo o Estado de Rondônia da medicação de que necesssita o impetrante em sua rede pública de saúde, falta-lhe direito líquido e certo, inclusive porque os outros pacientes em situação semelhante têm de se submeter ao mesmo sistema. Posto isso, denego a segurança. Conveniente ressalvar que desta DECISÃO não se deve extrair a falsa CONCLUSÃO que o impetrante não tem o direito de receber o medicamento. Ao que tudo indica o impetrante tem o direito, mas, de acordo com as informações prestadas, ele é fornecido com prévio cadastro. Assim, não houve ato violador de direito. Custas pelo impetrante. Sem Honorários de sucumbência conforme súmula 105 do STJ.Comunique-se o e. relator do agravo de instrumento.P.R.I.Transitada em julgado, arquivem-se os autos.Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0029482-94.2002.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Martendal Indústria e Comércio de Madeiras Ltda
Advogado:Iracema Martendal Cerrutti (OAB/RO 2972), Estevan Soletti (OAB/RO 3702), Gilson Ely Chaves de Matos (RO 1733)
Executado:Abiurana Comércio de Madeiras Ltda - ME
SENTENÇA:
Martendal Industria e Comércio de Madeiras Ltda e Abiurana Comércio de Madeiras Ltda - Me noticiaram acordo extrajudicial nos autos da ação de execução que o primeiro move contra o segundo. Informaram os termos do acordo e pediram pela homologação judicial.Decido.Diante da capacidade das partes, licitude do objeto e forma permitida em lei, com fundamento no artigo 794, II do Código de Processo Civil, HOMOLOGO em todos os seus termos o acordo celebrado pelas partes, conforme petição de fls. 335/336.Sem custas em virtude da transação. Defiro ao executado o desentranhamento dos títulos de crédito que aparelharam a inicial, desde que substituídos por cópias autenticadas pela Escrivania e recibo nos autos.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado, arquivem-se os autos.Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0000807-09.2011.8.22.0014
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Sildiglei Ferreira da Silva, Kástia Ferreira da Silva, Marcos Antônio Ferreira da Silva
Advogado:Roniéder Trajano Soares Silva (OAB/RO 3694)
Requerido:Herivelto Luiz Duarte Ramos
DESPACHO:
Neste autos o requerido foi citado por edital e nomeado curador. Conforme informação da Defensora, o requerido foi localizado e intimado dos atos processuais no processo crime que tramita na 1ª Vara Criminal.Oficie-se à 1ª Vara Criminal solicitando cópia integral dos autos n.0007629-48.2010.8.22.0014 como prova emprestada e subsídio para nova tentativa de localização do réu. Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0007549-50.2011.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Charlene Pneus Ltda
Advogado:Greicis André Biazussi (OAB-RO 1542), Elias Malek Hanna (OAB-RO 356-B), Odair Flauzino de Moraes (OAB/RO 115A), Fernando César Volpini (OAB/RO 610)

Executado:Engepesa Construtora de Obras Ltda
DESPACHO:
Diga e requeira o credor em 5 dias.Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0000412-80.2012.8.22.0014
Ação:Divórcio Litigioso
Requerente:I. F.
Advogado:Valdete Tabalipa (OAB/RO 2140), Sérgio Abrahão Elias (OAB/RO 1223), Andréa Melo Romão Comim (OAB/RO 3960)
Requerido:J. C. de F. F.
DECISÃO:
1- Porque as circunstâncias, inclusive pelo teor da petição inicial e contestação, evidenciam ser improvável a conciliação nesta fase, deixo de designar audiência preliminar (CPC, art. 331, § 3° - redação da lei 10.444/02).2- O pedido se revela juridicamente possível. A petição não é inepta. Não há preliminares. Não detectadas nulidades. Foram atendidos os pressupostos processuais e estão presentes as condições da ação. Declaro saneado o processo.3- Delimito como pontos controvertidos e permanência de bens comuns, a necessidade alimentar da filha comum e a possibilidade dos pais prestarem alimentos, considerando que o requerente ofertou alimentos em R$300,00 afirmando que constituíra nova família e a requerida não concordou pedindo que fosse fixados alimentos no valor de um salário mínimo, como outrora era pago ao menor.Defiro a produção de prova oral consistente no depoimento pessoal das partes, bem como oitiva das testemunhas arroladas às fls. 35 e 53.Para tanto designo audiência de instrução para o dia 18/03/2014, às 11 horas, para depoimento pessoal da partes e oitiva das testemunhas residentes nesta Comarca. Expeça-se Carta Precatória para oitiva das demais testemunhas que residem em outra Comarca. O atual endereço da requerida é aquele informado em fl. 83. Intimem-se.Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0007663-52.2012.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Juraci Vicente Evangelista
Advogado:Cleonice Aparecida Rufato Grabner (OAB-RO 229-B), Charlton Daily Grabner (OAB/RO 228B)
Requerido:Serviço Autônomo de Águas e Esgotos de Vilhena SAAE
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DECISÃO:
1- Porque as circunstâncias, inclusive pelo teor da petição inicial e contestação, evidenciam ser improvável a conciliação nesta fase, deixo de designar audiência preliminar (CPC, art. 331, § 3° - redação da lei 10.444/02)2- O pedido se revela juridicamente possível. A petição não é inepta. Não há preliminares. Não detectadas nulidades. Foram atendidos os pressupostos processuais e estão presentes as condições da ação. Declaro saneado o processo.3- Delimito como pontos controvertidos a data, horário e o local de ocorrência do acidente, para aferir a conduta das partes, os eventuais danos e a responsabilidade que possa decorrer. Defiro a produção de prova oral consistente na oitiva das testemunhas arroladas às fl. 125 e 127.Para tanto designo audiência de instrução para o dia 25/03/2014 às 08 horas, interrogatório do requerente e oitiva das testemunhas. Intimem-se.Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0010406-35.2012.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sirlandes Ilário da Silva
Advogado:Lairce Martins de Souza (OAB/RO 3041), Tulio Magnus de Mello Leonardo (OAB/RO 5284)
Requerido:Município de Vilhena
DECISÃO:
1- Porque as circunstâncias, inclusive pelo teor da petição inicial e contestação, evidenciam ser improvável a conciliação nesta fase, deixo de designar audiência preliminar (CPC, art. 331, § 3° - redação da lei 10.444/02).2- O pedido se revela juridicamente possível. A petição não é inepta. Não há preliminares. Não detectadas nulidades. Foram atendidos os pressupostos processuais e estão presentes as condições da ação. Declaro saneado o processo.3- Delimito como pontos controvertidos a conduta comissiva e omissiva das partes e o estado de saúde do autor. 4- Defiro a produção de prova pericial requerida pelas partes nas fl. 87 e 103. O autor já apresentou quesitos em fls. 90. Ao Município, para, querendo, apresentar seus quesitos em 10 dias. 5- Oportunamente, após realização de perícia, designarei audiência para realização de prova oral. Intimem-se.Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0004430-13.2013.8.22.0014
Ação:Exibição de Documento ou Coisa (Cível)
Requerente:J. P. S.
Advogado:Jeverson Leandro Costa (OAB/RO 3134), Kelly Mezzomo Crisóstomo Costa (OAB/RO 3551)
Requerido:F. C. e R. de P. A. L. C. A. S.
Advogado:Leandro Márcio Pedot (OAB/RO 2022), Fabrício Nedel Scalzilli (RS 44066)
SENTENÇA:
Jean Paulo Salvador, Faagro Comércio e Representações de produtos Agropecuários Ltda e Cargill Agrícola S/A noticiaram acordo extrajudicial nos autos da medida cautelar de exibição de documentos que o primeiro move contra os demais. Informaram os termos do acordo realizado em processo que tramita na Comarca de Cerejeiras/RO e pediram pela homologação judicial.Decido.Diante da capacidade das partes, licitude do objeto e forma permitida em lei, com fundamento no artigo 269, III do Código de Processo Civil, HOMOLOGO em todos os seus termos o acordo celebrado pelas partes, conforme instrumento de transação de fls. 235/241.Sem custas, em virtude da transação.Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Oportunamente, arquivem-se os autos. Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0004910-88.2013.8.22.0014
Ação:Busca e Apreensão (Cível)
Requerente:Ricardo Braz das Neves Rocha
Advogado:Kelly Mezzomo Crisóstomo Costa (OAB/RO 3551)
Requerido:Cargill Agrícola Sa, Faagro Comércio e Representação de Produtos Agropecuários Ltda
Advogado:Fabrício Nedel Scalzilli (RS 44066), Leandro Márcio Pedot (OAB/RO 2022)
SENTENÇA:
Ricardo Braz das Neves Rocha propôs ação de busca e apreensão contra Cargill Agrícola e Faagro Com. e Repres. Produtos Agropecuários Ltda. Os requeridos foram citados

e apresentaram contestação. As partes noticiaram acordo extrajudicial em processo que tramita em comarca diversa. Decido. Considerando a expressa manifestação do autor, equivalente a um pedido de desistência, e a manifestação dos requeridos, equivalente a uma anuência, com fundamento no artigo 267, VIII do C. P. C. homologo o pedido de desistência e extingo o processo sem resolução do MÉRITO.Sem custas finais.Defiro o desentranhamento dos documentos que instruíram a inicial desde que substituídos por cópias que deverão ser autenticadas pela escrivania.Publique-se.Registre-se.Intimem-se.Transitada em julgado, arquivem-se os autos. Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0005650-46.2013.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Jean Paulo Salvador
Advogado:Marianne Almeida e Vieira de Freitas Pereira (SSP-RO 3046)
Requerido:Faagro Comércio e Representação de Produtos Agropecuários Ltda, Cargill Agrícola Sa
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
SENTENÇA:
Jean Paulo Salvador, Faagro Comércio e Representações de produtos Agropecuários Ltda e Cargill Agrícola S/A noticiaram acordo extrajudicial nos autos da ação de indenização que o primeiro move contra os demais. Informaram os termos do acordo realizado em processo que tramita na Comarca de Cerejeiras/RO e pediram pela homologação judicial.Decido. Diante da capacidade das partes, licitude do objeto e forma permitida em lei, com fundamento no artigo 269, III do Código de Processo Civil, HOMOLOGO em todos os seus termos o acordo celebrado pelas partes, conforme instrumento de transação de fls. 70/76.Sem custas, em virtude da transação.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Oportunamente, arquivem-se os autos. Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Proc.: 0000365-38.2014.8.22.0014
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Sul da Amazônia Ltda Sicoob Credisul
Advogado:Cristiane Tessaro (OAB/RO 1562), Agenor Martins (OAB/RO 654A)
Executado:Kringer & Lisboa Ltda Me, Zenaide Lisboa Lima Kriger
DESPACHO:
1- Citem-se os réus e intimem-se autor e réus para comparecerem à audiência de conciliação que designo para o dia 20/03/2014, às 8 horas, no CEJUSC, Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum de Vilhena, Av. Luiz Mazieiro, 4432, Jd. América, Vilhena/RO.Em não havendo acordo, os réus deverão pagar em 3 dias, contados da audiência de conciliação, ou querendo oporem embargos em 15 dias nos termos do art. 738 do CPC. 2- Se esgotado o prazo para pagamento, preclusão a ser certificada pelo Cartório, determino, independentemente de nova CONCLUSÃO, a penhora, depósito e avaliação dos bens e intimação dos executados.Fixo honorários de 10% sobre o valor da execução, que serão reduzidos pela metade se os devedores procederem ao pagamento em 3 dias da citação (CPC, art. 652-A, parágrafo único).Servirá esta DECISÃO como MANDADO s: 1- de citação e intimação para audiência de conciliação; 2- de penhora, depósito, avaliação e intimação, a ser cumprido no endereço declinado na inicial, observando-se a ordem dos atos.Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Vinícius Bovo de Albuquerque Cabral Juiz de Direito

Genair Goretti de Morais
Escrivã Judicial

4ª VARA CÍVEL

4º Cartório Cível

E-mail:vha4civel@tj.ro.gov.br
Proc.: 0001310-93.2012.8.22.0014
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Irineu Osvaldo Lima
Advogado:Maria Gonçalves de Souza Colombo (OAB/RO 3371), José Luiz Paulúcio (OAB/RO 3457), Eustáquio Machado (OAB/RO 3657)
Executado:Marcos Roberto Pereira Santos
Advogado:José Assis dos Santos (RO 2591), Juliana Maia Ratti (OAB/RO 3280)
DECISÃO:
Verifica-se que foi realizado penhora on-line nos autos no valor de R$ 5.711,11 da conta corrente n. 0022666, agência 0572, Banco HSBC.Alega o executado que os valores penhorados na conta corrente são de seus proventos e devem ser desbloqueados, entretanto, é perfeitamente cabível a penhora de percentual dos vencimentos e conforme observa-se o executado tem um salário de R$ 8.083,07 (fl. 60), assim ficará penhorado 30% dos valores encontrados em conta corrente, uma vez que tal porcentagem não fere o artigo 649 do CPC. Neste sentido:"Penhora. Salário. Possibilidade. Percentual que permite a preservação da dignidade humana. Não obstante a impenhorabilidade dos vencimentos seja regra, todavia essa regra pode ser mitigada, devendo-se atentar para cada caso concreto. Assim, verificando-se que o percentual dos vencimentos penhorados não poderá ser superior a 30% de seus vencimentos líquidos, quando inexistem outros bens a serem penhorados, a penhora de apenas uma porcentagem da verba de natureza alimentar não fere o espírito do art. 649 do Código de Processo Civil. ACÓRDAO Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Desembargadores da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas em, POR UNANIMIDADE, DAR PROVIMENTO AO RECURSO NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR." (agravo de instrumento, 102007.2003.000588-0, relator Desembargador Gabriel Marques de Carvalho).Assim, considerando que os proventos do executado mantenho penhorado o valor de R$ 2.424,92 (dois mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e noventa e dois centavos).Intimem-se. Decorrido o prazo recursal, voltem-me os autos conclusos para transferência e desbloqueio dos valores.Vilhena-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Christian Carla de Almeida Freitas Juiz de Direito

Proc.: 0012106-12.2013.8.22.0014
Ação:Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária
Requerente:Banco Bradesco Financiamentos Sa
Advogado:Carla Passos Melhado Cocchi (OAB/RO 5401), Celso Marcon (OAB/RO 3700), Gabriel da Costa Alexandre (OAB/RO 4986)
Requerido:José Roberto Vendramini
DESPACHO:
Intime-se pessoalmente o requerente para proceder a restituição do veículo, no prazo de quarenta e oito horas, sob pena de multa diária no valor de R$ 100,00, até o limite e R$ 3.000,00, contados a partir da intimação do autor.Após, sem requerimentos cumpra-se DECISÃO de fl. 52.Serve a presente como carta/MANDADO ou expeça-se o necessário. Endereço:Cidade de Deus, s/n, Prédio Novíssimo, 4º andar, Vila Yara, Osasco-SP, CEP 06029-900.Vilhena-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Christian Carla de Almeida Freitas Juiz de Direito

Proc.: 0006346-82.2013.8.22.0014
Ação:Monitória
Requerente:Unimed Vilhena - Cooperativa de Trabalho Médico
Advogado:Lauro Lúcio Lacerda (OAB/RO 3919)
Requerido:Flávio Roberto Mineo
Advogado:Lairce Martins de Souza (OAB/RO 3041)
DESPACHO:
Designo o dia 07/03/2014, às 10h para audiência de tentativa de conciliação, no no CEJUSC, Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do Fórum de Vilhena, Av. Luiz Mazieiro, 4432, Jd. América, Vilhena/RO.Não havendo conciliação, voltem-me os autos conclusos para DECISÃO dos embargos monitórios.Intimem-se. Expeça-se o necessário.Ficam as partes intimadas da audiência, por meio de seus advogados. Vilhena-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Christian Carla de Almeida Freitas Juiz de Direito

Proc.: 0010483-44.2012.8.22.0014
Ação:Alienação Judicial de Bens
Requerente:Município de Vilhena
Advogado:Bartolomeu Alves da Silva (OAB 2046)
Requerido:Sérgio José Pasqualli
Advogado:Estela Redivo da Costa (OAB/MT 16663)
DECISÃO:
DESPACHO SANEADORNa contestação o réu alegou, em preliminares: inépcia da petição inicial e carência da ação. Sustentou inépcia da inicial pelo fato de ter adquirido os imóveis de terceira pessoa. Assim, os imóveis não pertenciam mais ao município.Sem razão o autor. Conforme documento juntado às fls. 49/50, foi emitido título provisório de propriedade, onde, na cláusula quarta, pendia condição, onde expressamente constou que o descumprimento implicaria em rescisão do contrato. Condição ?é a determinação acessória, que faz a eficácia da vontade declarada dependente de algum acontecimento futuro e incerto?. Trata-se, portanto, de um elemento acidental, consistente em um evento futuro e incerto, por meio do qual subordinam-se ou resolvem-se os efeitos jurídicos de um determinado negócio? - Novo Curso de Direito Civil, Pablo Stolze Gagliano e Rodolfo Pamplona Filho, Parte Geral, 5.ª Edição, Editora Saraiva, p. 419.Dois são os elementos necessários: incerteza e futuridade, e estão presentes na cláusula quarta do contrato firmado com Octavio Alves, senão vejamos: CLÁUSULA QUARTA: Sobre o imóvel não existe edificação, onde o OUTORGADO, obriga-se a construir para fins comercial com o mínimo de 350,0 m2, com construção de alvenaria iniciando-se até o dia 17/04/1984 e concluindo-a até o dia 17/01/1985.PARÁGRAFO ÚNICO: Caso não haja cumprimento da condição prevista na presente cláusula ficará o presente instrumento rescindido de pleno direito independente de notificação ou interpelação (fls. 49/50- contrato firmado em 17/1/1084).Assim, rejeito a preliminar de inépcia da petição inicial, por não demonstrar o requerido ter cumprido a cláusula quarta. Rejeito também a preliminar de carência de ação, eis que esta somente é decretada quando o pedido é juridicamente impossível, a parte é ilegítima e quando não há interesse processual, eis que presentes, no caso, todas as condições da ação. Dou o processo por saneado. Para que se evitem posteriores alegações de cerceamento de defesa, intimem-se as partes para que digam se pretendem produzir outras provas, no prazo de cinco dias, especificando pormenorizadamente sua utilidade, ou se concordam com o julgamento antecipado da lide. Cumpre salientar que a especificação genérica de provas, sem qualquer demonstração da sua utilidade da realização da prova para o deslinde da controvérsia, não será admitida por este juízo.Se porventura desejar a produção de prova testemunhal, deverá apontar o rol nesta ocasião, sob pena de preclusão. Não havendo manifestação ou interesse, voltem-me os autos conclusos para julgamento.Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Juíza Christian Carla de Almeida Freitas

Proc.: 0005039-93.2013.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Guaporé Maquinas e Equipamentos Ltda
Advogado:Joaquim Ernesto Palhares (OAB/SP 129815), Márcio Mello Casado (OAB/SP 138047), Silvane Secagno (PR 46733)
Requerido:Bradesco Leasing Sa Arrendamento Mercantil
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
SENTENÇA:
I ? RELATÓRIOGuaporé Máquinas e Equipamentos Ltda ajuizou ação de procedimento ordinário com pedido de antecipação de tutela em face de Bradesco Leasing S/A Arrendamento Mercantil, alegando, em síntese, que possui dois contratos de Arrendamento Mercantil com o requerido de nº 1278020 e nº 1298726 para aquisição de veículos e constatou que está havendo capitalização de juros, cobrança de taxas superiores a taxa efetiva e cobrança indevida de honorários advocatícios. Requereu liminarmente que o réu providencie a baixa de toda e qualquer inscrição no Serasa acerca das operações de crédito em discussão nestes autos. No MÉRITO pediu a procedência do pedido para que seja determinada a aplicação das taxas de juros remuneratórios contratuais limitados às taxas de mercado, seja afastada toda e qualquer forma de capitalização de juros, a declaração de inconstitucionalidade do artigo 5º, caput, da MP 2170-36/01, a restituição do valor de R$ 49.439,21 devidamente atualizado, o afastamento de quaisquer encargos moratórios, e a repetição de indébito gerado pelas ilegalidades acima denunciadas. Atribuiu a causa o valor de R$ 321.352,03 (trezentos e vinte e um mil, trezentos e cinquenta e dois reais e três centavos). Juntou procuração e documentos.Deferida a tutela antecipada e determinado ao banco réu que abstenha-se de inscrever a

requerente em cadastro de inadimplentes até DECISÃO final dos autos (fl.350).O requerido foi citado (fl.354 verso) e deixou transcorrer ?in albis? o prazo para apresentar contestação (certidão de fl.354 verso), tornando-se revel.Manifestação do autor requerendo a aplicação do art. 319 do código de processo civil e a procedência da demanda conforme os pedidos da exordial.Instadas a produzirem provas (fl. 122), as partes não se manifestaram.II ? FUNDAMENTAÇÃOO feito não necessita de dilação probatória, razão pela qual passo ao julgamento antecipado da lide, nos termos do artigo 330, I, do Código de Processo Civil.A inércia do requerido, faz presumir serem verdadeiros os fatos alegados na peça exordial, conforme disposição do art. 319, do CPC.Todavia, a previsão constante no art. 333, I, do CPC não afasta o ônus da prova que incumbe ao autor quanto ao fato constitutivo do seu direito, e ao livre convencimento do juiz.Não havendo preliminares passo à análise do MÉRITO.Em razão da revogação do § 3º do art. 192 da CF pela EC 40/2003 não subsiste limitação constitucional de juros em 12% ao ano, sendo permitida às instituições financeiras a contratação em patamares superiores.Nesse sentido é a jurisprudência do STJ:AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 831.780 - RS (2006/0069245-7)EMENTA. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVOS REGIMENTAIS. AÇÃO REVISIONAL. CONTRATO DE MÚTUO COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA EM GARANTIA. JUROS REMUNERATÓRIOS. LIMITAÇÃO (12% A.A). IMPOSSIBILIDADE. MEDIDA PROVISÓRIA N. 1.963-17/2000 REEDITADA ATÉ A DE N. 2.170-36/2001. INOVAÇÃO. CAPITALIZAÇÃO DOS JUROS. VEDAÇÃO. SÚMULA N. 121-STF. MANUTENÇÃO DA POSSE. DESCABIMENTO. ÔNUS DE SUCUMBÊNCIA. VERBA HONORÁRIA. AGRAVOS IMPROVIDOS. I. Não se aplica a limitação de juros remuneratórios de 12% a.a., prevista na Lei de Usura, aos contratos bancários não normatizados em leis especiais, sequer considerada excessivamente onerosa a taxa média do mercado. Precedente uniformizador da 2ª Seção do STJ. II. Em sede de agravo regimental não se permite adicionar fundamento às razões do recurso especial. III. Nos contratos de mútuo com alienação fiduciária em garantia, ainda que expressamente pactuada, é vedada a capitalização dos juros, somente admitida nos casos previstos em lei. Incidência do art. 4º do Decreto n. 22.626/33 e da Súmula n. 121-STF. IV. A manutenção do devedor na posse do bem não pode persistir. A uma, porque refoge dos limites da ação revisional discussão possessória. A duas, mesmo considerando que a instituição financeira não logrou demonstrar a legalidade de todos os encargos cobrados, decaiu em menor parte de sua pretensão, cabendo ao devedor efetuar o pagamento do débito remanescente junto à instituição financeira. Assim, não há falar-se em manutenção do bem na posse do devedor, podendo a mesma ser requerida em ação própria pelo credor. V. Restando a instituição financeira vencedora na parte que representa o maior proveito econômico da demanda e ainda remanescendo como credora da dívida, cabe ao devedor a condenação majoritária no ônus sucumbencial, considerada a reciprocidade e a compensação (art. 21, caput, do CPC), observado o juízo eqüitativo. VI. Agravos improvidos.ACÓRDÃO Vistos e relatados estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, à unanimidade, negar provimento aos agravos regimentais, na forma do relatório e notas taquigráficas constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado. Participaram do julgamento os Srs. Ministros Jorge Scartezzini, Hélio Quaglia Barbosa, Massami Uyeda e Cesar Asfor Rocha. Brasília (DF), 20 de junho de 2006(Data do Julgamento).Foram pactuados juros a taxa nominal correspondente a taxa efetiva praticada pelo banco, indicadas no contrato, regra ordinária e reiterada na maioria dos contratos da espécie. Assim não assiste razão ao autor que indicou que a revisão deveria ser imposta às cláusulas que estipularam encargos sem os discriminar. O autor requereu que seja afastada toda e qualquer forma de capitalização de juros. Necessário fazer a distinção entre a capitalização composta de juros e a incidência dos juros sobre os juros que passaram a integral o capital. Desta última espécie é a capitalização de juros da própria poupança, investimentos dos mais singelos e menos rentáveis. O juros creditados em um mês passam a integrar o capital e sobre eles incidirão os juros no período seguinte. Se a remuneração do capital investido comporta a aplicação de juros sobre juros, também é correta a aplicação nos casos de concessão de crédito.A Medida Provisória cujo último Número é 2.170-36 de 23.08.2001, ainda vigente, conforme entendimento jurisprudencial, autoriza a capitalização dos juros bancários em período inferior a um ano: Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO DE CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO GARANTIDA POR ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. TAXA DE JUROS REMUNERATÓRIOS. Não merecem manutenção os juros remuneratórios pactuados em taxa superior à taxa média de mercado apurada pelo Banco Central na data da contratação. CAPITALIZAÇÃO DIÁRIA. A capitalização diária de juros é permitida, desde que pactuada, nos contratos celebrados após a edição do MP 1.963-17, de 30 de março de 2000, reeditada sob o nº 2.170-36/2001. Recurso Especial Repetitivo Nº 973.827- RS. CORREÇÃO MONETÁRIA. Face à pactuação dos juros remuneratórios para o período de inadimplência, mostra-se descabida a incidência da correção monetária após o vencimento da dívida (Súmula 30 do STJ). JUROS REMUNERATÓRIOS NO PERÍODO DE INADIMPLÊNCIA. SIMILITUDE COM A COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. É possível a cobrança dos juros remuneratórios, previstos para o período de inadimplência, desde que contratados. Entretanto, não poderá ultrapassar a soma dos encargos remuneratórios e moratórios previstos no contrato, ou seja: a) juros remuneratórios à taxa média de mercado prevista pelo BACEN, não podendo ultrapassar o percentual contratado para o período da normalidade; b) juros moratórios até o limite de 12% ao ano e c) multa contratual limitada a 2% do valor da prestação. Paradigma do STJ. RESP 1.058.114-RS. Inviabilidade da cumulação dos juros remuneratórios para o período de inadimplência com comissão de permanência, correção monetária e demais encargos moratórios (juros moratórios, multa). MORA E ENCARGOS MORATÓRIOS. Evidenciadas ilegalidades/abusividades na avença para o período da normalidade contratual, impõe-se o afastamento da mora, bem como dos seus encargos (juros moratórios e multa). JUROS MORATÓRIOS. Os juros moratórios são de 1% ao mês, conforme disposto no RESP. 1.061.530. MULTA. A multa contratual, em caso de mora, incide no percentual de 2% sobre o valor da parcela inadimplida. INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 5º DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 2.170-36/01. Diante do novo entendimento da Câmara, com base nas orientações emanadas no Recurso Especial nº 1.171.133, resta prejudicado o pedido de reconhecimento da inconstitucionalidade do art. 5º da MP 2170-36/01. CARÊNCIA DE INTERESSE RECURSAL

(COMPENSAÇÃO DE VALORES). Tendo a SENTENÇA possibilitado a compensação de valores, carece de interesse recursal a parte autora/apelante, neste ponto, impondo-se o não conhecimento do recurso quanto à matéria. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. Ainda que singelo o trabalho do patrono da parte, os seus honorários devem retribuí-lo com dignidade. Apelação parcialmente conhecida e, nesta parte, parcialmente provida. (Apelação Cível Nº 70056663495, Décima Terceira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Lúcia de Castro Boller, Julgado em 14/11/2013). Recentes julgados continuam reputando válida sua incidência, advertindo que sequer a aplicação da tabela Price é, por si só, ilegal ou abusiva: TJDFT- DIREITO ECONÔMICO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. REVISÃO DE CLÁUSULAS FINANCEIRAS. JUROS REMUNERATÓRIOS. CAPITALIZAÇÃO MENSAL. PACTUAÇÃO. LEGALIDADE. INFIRMAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. 1. O contrato bancário, enlaçando em seus vértices instituição financeira e consumidor como destinatário final do importe mutuado, qualifica-se como relação de consumo, não derivando da sua natureza jurídica, contudo, a possibilidade de ser revisado ante sua simples qualificação, estando a interseção judicial sobre o ajustado condicionada à aferição de que está permeado por cláusulas abusivas e desprovidas de estofo legal ou desconforme com os usos e práticas bancárias. 2. A capitalização mensal de juros, derivando do expressamente avençado, está revestida de lastro e se afigura legítima, sendo passível de incidir nas operações creditícias derivadas dos contratos concertados por instituição financeira integrante do Sistema Financeiro Nacional a partir do dia 31 de março de 2000, quando entrara a viger a Medida Provisória atualmente identificada com o nº 2.170-36, de 23 de agosto de 2001. 3. A capitalização de juros está impregnada na gênese das operações bancárias, posto que os recursos imobilizados em aplicações financeiras rendem juros mensais ou diários, conforme o caso, e as instituições financeiras tomadoras das aplicações, ao remunerá-los, não destacam juros de forma simples, computando-os de forma sistemática e progressiva, incidindo-os sobre a integralidade do montante aplicado, e não apenas sobre o principal original, ensejando que, se suportam juros compostos ao remunerarem as aplicações que lhe são confiadas, também estão legitimadas a exigir juros compostos ao fomentar empréstimos. 4. Conquanto questionada a constitucionalidade do preceptivo que autoriza a capitalização mensal de juros nos mútuos bancários, a augusta Suprema Corte, a quem está conferida a competência para afirmar a desconformidade de qualquer preceptivo impregnado em diploma legal federal com a Constituição Federal, ainda não se pronunciara de forma conclusiva e definitiva acerca da arguição, ensejando que sobeje vigendo incólume, tanto que a egrégia Corte Superior de Justiça vem aplicando-o sem nenhuma reserva, reconhecendo e afirmando a liceidade da capitalização mensal de juros, desde que emerja do avençado, mormente porque não lhe compete velar pela constitucionalidade do direito federal infraconstitucional, mas pela uniformidade da sua interpretação e aplicação. 5. Embargos conhecidos e providos. Unânime. (Processo nº 2010.04.1.008552-8 (599835), 1ª Câmara Cível do TJDFT, Rel. Teófilo Caetano. unânime, DJe 04.07.2012).O voluntário inadimplemento do devedor deu origem a incidência dos encargos contratuais e eventual inscrição em cadastros restritivos de crédito. Todavia, é abusiva a cláusula que prevê o pagamento de honorários advocatícios extrajudiciais. Assim, em respeito ao princípio que veda o enriquecimento sem causa, cabe a compensação e a repetição do indébito, na forma simples, dos valores pagos a título de honorários advocatícios extrajudiciais, que apesar de autor alegar que trata-se do valor de R$49.439,21, só restou demonstrado o valor de R$3.308,73, discriminados nos boletos de fls. 67/69.Segue jurisprudência nesse sentido:Ementa: APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. EMBARGOS À EXECUÇÃO. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EXTRAJUDICIAIS. JUROS MORATÓRIOS. É abusiva a cláusula que prevê o pagamento de honorários advocatícios em percentual já preestabelecido sobre o total da dívida apurada, por violação do art. 51, IV e XII, do CDC. Comissão de permanência não contratada. Os juros moratórios podem ser estipulados em até 1% ao mês, conforme art. 406 do Código Civil vigente, que remete ao art. 161, § 1º do Código Tributário Nacional. Sucumbência redimensionada. APELAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDA. (Apelação Cível Nº 70055046882, Décima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luiz Roberto Imperatore de Assis Brasil, Julgado em 18/12/2013).Ademais, além dos honorários advocatícios extrajudiciais, não restou comprovado outras cláusulas contratuais estabelecendo prestações desproporcionais que possam ser consideradas abusivas de acordo com os contratos de arrendamento mercantil de fls. 39/51 e fls. 53/65.Assim, entendo que no caso concreto não há cláusulas contratuais que estabeleçam prestações desproporcionais ou mesmo cobrança abusiva de taxas, juros ou encargos não contratados pelo autor, com exceção dos honorários advocatícios extrajudiciais que deverão ser restituídos.III ? DISPOSITIVO Firme nos motivos acima expostos, REVOGO a tutela de fl.350 e Julgo PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial movido por Guaporé Máquinas e Equipamentos Ltda contra Bradesco Leasing S/A ? Arrendamento Mercantil, e julgo extinto o processo, com resolução de MÉRITO, nos termos do artigo 269, I, do Código de Processo Civil, para CONDENAR o requerido à restituir ao autor o valor dos honorários advocatícios extrajudiciais no valor de R$3.308,73 (três mil, trezentos e oito reais e setenta e três centavos), corrigidos monetariamente a partir do pagamento e com a incidência de juros de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação.Condeno o requerido ao pagamento de honorários advocatícios, que fixo em 20% sobre o valor da condenação, na forma do artigo 20, parágrafo 3º, do CPC.Custas pelo autor. SENTENÇA registrada automaticamente no SAP. Publique-se. Intimem-se.Decorrido o prazo recursal, ARQUIVEM-SE os autos.Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Christian Carla de Almeida Freitas Juiz de Direito

Proc.: 0000734-37.2011.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Interligação Elétrica do Madeira Sa
Advogado:Ronaldo Bovo (OAB/SP 300707), Edson Bovo (OAB/SP 136468)
Requerido:Agropecuária Cabixi Ltda
Advogado:Sandro Ricardo Salonski Martins (OAB/RO 1084), Eliane Gonçalves Facinni Lemos (OAB-RO 1.135), Renato Avelino de Oliveira Neto (RO 3249)
DESPACHO:
O perito informou que entrou em contato com a assistente técnica, engenheira Flávia Vieira de Souza, e ela disse que não trabalha mais para a parte autora. Remarcou a vistoria

para o dia 12/03/2014 para coleta de dados, onde sairá as 06hs do seu escritório situado na Av. Beira Rio, nº 3801, Centro, neste município.Diga a parte autora se pretende indicar outro assistente técnico.Defiro o pedido de liberação de 50% (cinquenta por cento) dos honorários periciais. Expeça-se alvará.Intimem-se.Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Christian Carla de Almeida Freitas Juiz de Direito

Proc.: 0007054-35.2013.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Jose Aikanâ
Advogado:Rafaela Geiciani Messias Batistute (OAB/RO 4656)
Requerido:Município de Vilhena
Advogado:Marlene Frois Pereira Schimitt (RO 3406)
DECISÃO:
É a síntese do essencial. Decido. Pretende o Município de Vilhena que a União ingresse no feito como litisconsórcio passivo. Em consequência, a competência para julgamento do feito passaria a ser da Justiça Federal. Pelo teor da petição inicial, busca o autor discutir direitos decorrentes da relação de trabalho que alega ter com o Município, compreendidos entre 01/09/2010 e 01/02/2011. Assim, não há que se falar em intervenção da União quando se busca o reconhecimento do direito em relação ao Município.Assim sendo, não acolho o pedido da parte requerida, e mantenho a competência da justiça estadual.Intimem-se.Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Juíza Christian Carla de Almeida Freitas

Proc.: 0007064-79.2013.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Samaro Kithaulu
Advogado:Rafaela Geiciani Messias Batistute (OAB/RO 4656)
Requerido:Município de Vilhena
Advogado:Marlene Frois Pereira Schimitt (RO 3406)
DECISÃO:
É a síntese do essencial. Decido. Pretende o Município de Vilhena que a União ingresse no feito como litisconsórcio passivo. Em consequência, a competência para julgamento do feito passaria a ser da Justiça Federal. Pelo teor da petição inicial, busca o autor discutir direitos decorrentes da relação de trabalho que alega ter com o Município, compreendidos entre 01/09/2010 e 01/02/2011. Assim, não há que se falar em intervenção da União quando se busca o reconhecimento do direito em relação ao Município.Assim sendo, não acolho o pedido da parte requerida, e mantenho a competência da justiça estadual.Intimem-se.Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Juíza Christian Carla de Almeida Freitas

Proc.: 0005994-27.2013.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Davi Mamaindê
Advogado:Rafaela Geiciani Messias Batistute (OAB/RO 4656), Lisa Pedot Faris (RO 5819)
Requerido:Município de Vilhena
Advogado:Marlene Frois Pereira Schimitt (RO 3406)
DECISÃO:
É a síntese do essencial. Decido. Pretende o Município de Vilhena que a União ingresse no feito como litisconsórcio passivo. Em consequência, a competência para julgamento do feito passaria a ser da Justiça Federal. Pelo teor da petição inicial, busca o autor discutir direitos decorrentes da relação de trabalho que alega ter com o Município, compreendidos entre 01/09/2010 e 01/02/2011. Assim, não há que se falar em intervenção da União quando se busca o reconhecimento do direito em relação ao Município.Assim sendo, não acolho o pedido da parte requerida, e mantenho a competência da justiça estadual.Intimem-se.Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Juíza Christian Carla de Almeida Freitas

Proc.: 0007057-87.2013.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Aritano Sawentesu
Advogado:Rafaela Geiciani Messias Batistute (OAB/RO 4656)
Requerido:Município de Vilhena
Advogado:Marlene Frois Pereira Schimitt (RO 3406)
DECISÃO:
DECISÃO O Município de Vilhena pretende que a União ingresse ao feito como litisconsórcio passivo, sob o argumento de que toda a coordenação dos trabalhos nas aldeias foram mediante plano de trabalho emanados de dirigentes do Polo e do DSEI/SESAI (antiga FUNASA).O autor, por sua vez, disse que busca o recebimento de verbas em face da prestação de serviços prestados ao Município, mas não se opõe à inclusão da FUNASA no polo passivo da demanda. É a síntese do essencial. Decido. Pretende o Município de Vilhena que a União ingresse no feito como litisconsórcio passivo. Em consequência, a competência para julgamento do feito passaria a ser da Justiça Federal. Pelo teor da petição inicial, busca o autor discutir direitos decorrentes da relação de trabalho que alega ter com o Município, compreendidos entre 01/09/2010 e 01/02/2011. Assim, não há que se falar em intervenção da União quando se busca o reconhecimento do direito em relação ao Município.Assim sendo, não acolho o pedido da parte requerida, e mantenho a competência da justiça estadual. Intimem-se.Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Juíza Christian Carla de Almeida Freitas

Proc.: 0000580-14.2014.8.22.0014
Ação:Alvará Judicial - Lei 6858/80
Requerente:Bruno Alves da Silva, Hygor Alves da Silva
Advogado:Elivania Fernandes de Lima (OAB/RO 5433)
DESPACHO:
Intime-se a parte autora para emendar a inicial, devendo juntar aos autos a certidão de óbito de Claudinei Alves da Silva.Prazo de dez dias.Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014. Christian Carla de Almeida Freitas Juiz de Direito

Proc.: 0000860-82.2014.8.22.0014
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:J. N. P. C.
Advogado:Hulgo Moura Martins (OAB/RO 4042)
Requerido:R. P. de A.
Advogado:Advogado não informado (OAB-RO 9999)
DESPACHO:
Intime-se a parte autora para emendar a inicial, devendo atribuir valores aos bens que serão partilhados, bem como alterar o valor da causa.Prazo de dez dias.Vilhena-RO, segunda-feira, 3 de fevereiro de 2014.Christian Carla de Almeida Freitas Juiz de Direito

Kleber Okamoto
Diretor de Cartório Substituto

PRIMEIRA ENTRÂNCIA

COMARCA DE ALTA FLORESTA D´ OESTE

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível

Proc.: 0002486-98.2012.8.22.0017
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Josiane dos Santos Rodrigues
Advogado:Thiago Fuzari Borges (OAB/RO 5091)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Procurador do Inss (000.)
Fica a parte autora na pessoa de seu advogado, intimado para se manifestar no prazo de 05 dias, sobre a comprovação de pagamento do RPV de fl.57

Proc.: 0014717-65.2009.8.22.0017
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S/A
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Executado:Resical Comércio de Materiais de Construções Ltda, Valdeci Pedro da Silva, Dalva Campos Silva
Advogado:Advogado Não Informado ( )
Prosseguimento - Decorrida Suspl
Fica a parte autora intimada, por via de seu advogado, para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar interesse no prosseguimento do feito, com a providência de acordo com o caso, face o decurso do prazo de suspensão deferido no r. DESPACHO de fl.78

Proc.: 0002250-15.2013.8.22.0017
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:T. F. B.
Advogado:Thiago Fuzari Borges (OAB/RO 5091)
Requerido:F. A. M. C.
Advogado:Advogado Não Informado (0
Fica o advogado da parte autora intimado da audiência de conciliação designada para o dia 14/03/2014, às 08:30 horas

Proc.: 0002193-94.2013.8.22.0017
Ação:Divórcio Litigioso
Requerente:Valdeci Gomes Machado
Advogado:Roberto Araújo Júnior (OAB/RO 4084)
Requerido:Maria Ivonete de Lima Machado
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Fica o advogado da parte autora intimado da data da audiência de conciliação designada para o dia 12/03/2014, às 11:30 horas.

Proc.: 0003543-54.2012.8.22.0017
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Wagner Hammer
Advogado:Aleander Mariano Silva Santos (RO 2295)
Requerido:Edson da Edtur, Edtur Transportes Rodoviários Ltda
Advogado:Gilson Alves de Oliveira (OAB/RO 549A), Advogado Não Informado (000)
Certidão do Oficial de Justiça:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre a certidão do(a) Oficial de Justiça de fl 80: [...] Deixei de intimar a testemunha Alexandro Alves Martins, o qual sugundo informado por sua cunhada de nome Iris, reside atualmente no Município de Rolim de Moura/RO, Nnão sabendo precisar o endereço, contudo, o mesmo está trabalhando atualmente no Estado do Amazonas.

Proc.: 0002804-18.2011.8.22.0017
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Aparecida Alves dos Santos
Advogado:Sônia Maria Antônia de Almeida Negri (RO 2029)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Procurador do Inss (000.)
Fica a parte autora na pessoa de sua advogada, intimada da para se manifestar no prazo de 05 dias sobre a comprovação do pagamento dos RPVs de fls.128/129

Proc.: 0002956-66.2011.8.22.0017
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco Bradesco S/A
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/RO 4937)
Executado:Cunha & Valério Ltda, José Antônio Eugênio da Cunha, Nadir Aparecida Valério da Cunha
Advogado:Gilson Alves de Oliveira (OAB/RO 549A)
Termos de penhora:
Fica a parte Exeqüente, por via de seu(ua) Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a se manifestar sobre os termos da penhora e avaliação elencados no auto de fls.60

Proc.: 0000009-34.2014.8.22.0017
Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Requerente:Murillo Moraes Vicente
Advogado:Luciene Pereira Bento (OAB/RO 3409)
Requerido:Antônio Donizete Vicente
Advogado:Advogado Não Informado (000)
DESPACHO:
___DESPACHO ___ I. Defiro a assistência judiciária gratuita. II. INDEFIRO por ora, o pedido de arbitramento de alimentos provisórios em razão da ausência, nos autos, de elementos que comprovem a impossibilidade do genitor do pleiteante ? responsável direto pela obrigação da prestação alimentícia ? arcar com sua obrigação. Neste sentido, o entendimento do TJDFT, que abaixo transcrevo: PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE ALIMENTOS. AVÓ PATERNA. RESPONSABILIDADE SUPLEMENTAR. INCAPACIDADE DO GENITOR. DILAÇÃO PROBATÓRIA. ALIMENTOS NÃO FIXADOS. 1. Não comprovada na inicial a impossibilidade de o genitor das autoras prestar-lhes alimentos, alegação que depende de dilação probatória, não cabe a imposição à avó paterna, cuja responsabilidade é suplementar nessa hipótese, do pagamento de alimentos provisórios. 2. Recurso improvido. (Agravo de Instrumento nº 20050020024681 (223679), 4ª Turma Cível do TJDFT, Rel. Cruz Macedo. J. 27.06.2005, unânime, DJU 13.09.2005). III. Designo audiência de conciliação para o dia 12/02/2014, às 08:30 horas. IV. Citem-se os réus e intimem-se as partes para comparecerem à audiência, fazendo-se constar dos MANDADO s que o não comparecimento dos réus importará em confissão e revelia e a ausência da parte autora, em extinção e arquivamento do feito. Conste-se também que os réus deverão oferecer sua defesa no prazo de 15 (quinze) dias a contar da audiência, caso não haja acordo. V. Ciência ao Ministério Público e a Defensoria Pública. Alta Floresta DOeste-RO, sexta-feira, 17 de janeiro de 2014.Artur Augusto Leite Júnior Juiz de Direito

Proc.: 0000903-44.2013.8.22.0017
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Alcione Procopiuk
Advogado:Marcelo Penteado Rodrigues (RO 3083)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvat
Advogado:Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2894)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0001274-08.2013.8.22.0017
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Cassio Neves de Almeida
Advogado:Adriana Janes da Silva (RO 3.166)
Requerido:Fiat Administradora de Consórcios Ltda
Advogado:Pedro Roberto Romão (OAB/SP 209.551), Andréa Tattini Rosa (OAB/SP 210.738)
Fica a parte requerida intimada para se manifestar no prazo de 05 dias sobre o pedido de extinção do feito da parte autora de fls. 54.

Proc.: 0000888-75.2013.8.22.0017
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Valdecir Alarcon Teixeira
Advogado:Marcelo Penteado Rodrigues (RO 3083)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvat
Advogado:Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2894)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0001115-65.2013.8.22.0017
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Elizeu Peter Egert
Advogado:Marcelo Penteado Rodrigues (RO 3083)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvat
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB/AC 3592)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0001114-80.2013.8.22.0017
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Gilmar de Lima Campos Júnior
Advogado:Marcelo Penteado Rodrigues (RO 3083)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro Dpvat
Advogado:Lucimar Cristina Gimenez Cano (RO 5017)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0001918-48.2013.8.22.0017
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Eliezer Ferreira de Andrade
Advogado:Aleander Mariano Silva Santos (RO 2295)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Procurador do Inss (000.)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0001979-06.2013.8.22.0017
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Tereza Ribeiro Noga
Advogado:Sônia Castilho Rocha (OAB/RO 2617)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Procurador do Inss (000.)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0002029-32.2013.8.22.0017
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Francisco Cruz da Silva
Advogado:Thiago Fuzari Borges (OAB/RO 5091)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Procurador do Inss (000.)
Réplica:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0000374-93.2011.8.22.0017
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Vera Lúcia Alves da Rocha
Advogado:Joanito Vicente Batista (RO. 2363)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Procurador do Inss (000.)
Fica a parte autora na pessoa de seu advogado, intimado para que no prazo de 05 dias, manifeste-se quanto a impugnação a planilha de cálculo apresentado pelo INSS de fls.108/111.

Proc.: 0002445-97.2013.8.22.0017
Ação:Busca e Apreensão (Cível)
Requerente:Consórcio Nacional Honda Ltda
Advogado:Edemilson Koji Motoda (SP 231747)
Requerido:Adilson Santana da Silva
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Certidão da Escrivania:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl 42 verso: “Certifico e dou fé que decorreu o prazo sem que o requerido comprovasse o pagamento da dívida pendente e/ou apresentasse contestação “.

Proc.: 0002636-79.2012.8.22.0017
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Quiteria Feliciano Sartorelli
Advogado:Rejane Maria de Melo Godinho (RO 1042)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Procurador do Inss (000.)
Fica a parte autora na pessoa de seu advogado, intimado para se manifestar no prazo de 05 dias, sobre os cálculos judiciais de fls.159/162

Proc.: 0002515-85.2011.8.22.0017
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:Valdenora Senadias de Lima
Advogado:Lilian Santiago Teixeira Nascimento (OAB/SP 229900)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss

Advogado:Procurador do Inss (000.)
Fica a parte autora na pessoa de seu advogado, intimado para se manifestar no prazo de 05 dias sobre os cálculos Judiciais de fls.164/167

Galileu Pereira da Silva
Escrivão Judicial

COMARCA DE ALVORADA D´OESTE

1º JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública

Proc.: 0002578-31.2011.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Daniela Cristina Caverzan
Advogado:Neide Skalecki de Jesus Gonçalves (OAB/RO 283-B)
Requerido:Estado de Rondônia
Advogado:Procurador da Fazenda Pública do Estado de Rondônia (00)
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fls. 103: "Certifico que, o Requerido foi devidamente CITADO nos moldes do Art. 730, do CPC, e o prazo para oposição de embargos, transcorreu sem manifestação. O referido é verdade. Dou fé. Alvorada D'Oeste, 29.10.2013".

Proc.: 0001914-29.2013.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Antonias Télis Bessa, Antonio Ortolane, Dirceu Luiz de Oliveira, Estevão Oliveira Vieira, Gabriel Rocha Rigoni, Iracema Dias da Silva, João de Sousa Melo Filho, Joeser Alves de Freitas, Jorge Coelho dos Santos, José Rodrigues de Oliveira Sobrinho, Luiemerson Dalapicola Almeida, Estado de Rondônia
Advogado:Nilton Pinto de Almeida (OAB/RO 4031), Procurador do Estado de Rondônia ( )
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl. 213: "Certifico que, a contestação de fls. 39/44, vieram aos autos, fora do prazo legal, conforme art. 7°, da Lei 12.153/2009 c/c art. 297, do CPC. O referido é verdade. Dou fé".

JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

1º Cartório Cível (Juizado Infância e Juventude)

Proc.: 0000046-16.2013.8.22.0011
Ação:Adoção
Requerente:J. H. G.
Advogado:Rose Anne Barreto (OAB/RO 3976)
Requerido:W. R. P.
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível

Proc.: 0002482-16.2011.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Marlene Francisca de Sousa
Advogado:Marcos Antonio Oda Filho (OAB/RO 4760)
Requerido:Seguradora Lider dos Consórcios Dpvat Sa
Advogado:Advogado Não Informado (ALVORADA D 11111111111111111), Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/RO 5017)
DESPACHO:
Vistos.Nos termos do artigo 130 do CPC, baixo os autos em diligência.Intime-se o Perito para que complemente o Laudo Pericial indicando, em porcentagem, o grau de invalidez.É que após a MP 451/2008, aplica-se a tabela anexada a esta, devendo o pagamento do seguro obrigatório ser de acordo com a proporcionalidade da lesão sofrida.Após, intime-se as partes para que se manifestem e voltem os autos conclusos. Alvorada do Oeste-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014. Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0000544-49.2012.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Marcos Antônio de Lima Gaspar
Advogado:Marcos Antonio Oda Filho (OAB/RO 4760)
Requerido:Buareto & Bonetti Transportes Ltda, Thiago Luciano Vinhal Batista
Advogado:Laércio Nilton Farina (OAB/SP 41823), Advogado Não Informado (ALVORADA D 11111111111111111)
DESPACHO:
Indefiro o pleito de fl. 93, eis que informar o endereço da parte é obrigação da parte autora.Deste modo, intime-se o requerente para, em 10 (dez) dias, apresentar o endereço atualizado do requerido Thiago ou, em igual prazo, requerer o que entender pertinente para o correto andamento do feito.Pratique-se o necessário.Alvorada do Oeste-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0000908-21.2012.8.22.0011
Ação:Execução Contra a Fazenda Pública
Requerente:Jose Aparecido Alves
Advogado:Felipe Wendt (OAB/RO 4590)
Requerido:Estado de Rondônia, Departamento Estadual de Transito do Estado de Rondônia-DETRAN /RO
Advogado:Procurador do Estado de Rondônia ( ), Procurador do Detran ( )
DESPACHO:
Analisando o processo verifico que o DETRAN, apesar de também figurar como executado na lide, não foi citado para apresentar embargos.Deste modo, cite-se o DETRAN para, querendo, opor embargos em 30 (trinta) dias (artigo 1-B da Lei n. 9494/97 c/c o artigo 730, CPC).Decorrido o prazo, caso não haja oposição de embargos pelo DETRAN, nem informações sobre créditos para compensação, considerando que o Estado de Rondônia não ofertou embargos e, ainda, pleiteou pela expedição pro rata das requisições de pequeno valor, expeçam-se duas RPV's, uma para pagamento pelo Estado e a outra para pagamento pelo DETRAN, sendo que cada RPV deverá

corresponder a metade do valor executado. Por ser incabível a fixação de honorários em fase de execução, nos termos do art. 1º-D, da Lei n. 9.494/97, revogo a parte do DESPACHO de fl. 86 que realiza a fixação de honorários.Pratique-se o necessário.Alvorada do Oeste-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0002049-41.2013.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:José Rodrigues Filho
Advogado:Marcos Antonio Oda Filho (OAB/RO 4760)
Requerido:Omni S/a - Credito, Financiamento e Investimento
Advogado:Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB-MG 96.864)
Intime-se a parte requerida para, em 10 (dez) dias, se manifestar quanto ao pedido de desistência formulado pelo autor, nos termos do art. 267, § 4º, do CPC. Consigne-se que a ausência de manifestação expressa do requerido consistirá em concordância tácita do mesmo quanto ao pedido.Findo o prazo, com ou sem manifestação, tornem conclusos.Pratique-se o necessário.Alvorada do Oeste-RO, terça-feira, 28 de janeiro de 2014.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0001363-49.2013.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Almerita da Penha Oliveira
Advogado:Marcos Antonio Oda Filho (OAB/RO 4760)
Requerido:Americel S.A.
Advogado:Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913), Alice Reigota Ferreira Lira. (OAB/RO 352-B), Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696)
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a requerer o que lhe é de direito.

Proc.: 0000008-67.2014.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:C. M. F.
Advogado:Rose Anne Barreto (OAB/RO 3976)
Requerido:P. P. de S.
Considerando que a audiência de conciliação restou infrutífera, os autos vieram conclusos para DECISÃO quanto ao pedido de regulamentação de visitas formulado pela autora na inicial. Pois bem.É certo que a dissolução da sociedade conjugal não coloca fim aos vínculos de filiação, sendo direito de ambos os genitores ter contato com os filhos. Tanto que o artigo 1.589 do Código Civil determina que o pai ou a mãe em cuja guarda não estejam os filhos poderá visitá-los e tê-los em sua companhia. Este DISPOSITIVO tem o fito de assegurar aos pais e aos menores uma convivência plena, garantindo a manutenção do vínculo afetivo entre as partes independentemente do exercício da guarda. Mais que isso, visa assegurar o melhor interesse das crianças, eis que pessoas em formação, que necessitam tanto da figura paterna quanto da figura materna para se desenvolver plenamente.Deste modo, não havendo nos autos nenhum elemento que desabone a conduta da requerente perante suas filhas, o deferimento da regulamentação de visitas formulado por essa é medida que se impõe.Deste modo, DEFIRO A ANTECIPAÇÃO DE TUTELA pleiteada pela autora a fim de regulamentar seu direito de visitas às menores, que, até o deslinde da causa, deverá ser exercido da seguinte maneira: a requerente poderá buscar as menores no sábado às 9h e devolvê-las no domingo até as 17h, em finais de semana alternados.Considerando que a guarda das menores não foi concedida à requerente, indefiro o pedido de alimentos formulado por ela na inicial.Intimem-se as partes quanto à presente DECISÃO.No mais, aguarde-se o decurso do prazo para apresentação de contestação pelo réu, seguindo as demais determinações lançadas na ata de fl. 27.Pratique-se o necessário.Alvorada do Oeste-RO, quinta-feira, 23 de janeiro de 2014.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0201308-56.2009.8.22.0011
Ação:Ação Civil Pública
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça ( )
Requerido:Juarez dos Santos Brescher, José Osmar Rodrigues Lima, Joel Gomes
Advogado:Defensor Público.. (ALV 00), Sergio Martins (OAB/RO 3215), Defensor Público.. (ALV 00)
Manifeste a parte interessada sobre o retorno dos autos do Tribunal de Justiça.

Proc.: 0001679-62.2013.8.22.0011
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Cezario & Reginato Ltda Me
Advogado:Camila Batista Felici (OAB/RO 4844)
Executado:Nanuza Rodrigues Maia
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a retirar carta precatória expedida, bem como, no prazo de 10 dias, comprovar sua distribuição.

Proc.: 0001696-98.2013.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Solange Ribeiro da Silva
Advogado:Lilian Santiago Teixeira Nascimento (OAB/RO 4511)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0000263-30.2011.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Alex de Assis da Silva
Advogado:Marcos Antonio Oda Filho (OAB/RO 4760)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (OAB/RO 020)
Ficam as partes, por via de seus Advogados(as), no prazo de 05 dias, se manifestarem sobre o Laudo Pericial.

Proc.: 0002274-61.2013.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:J.r. de Lima Despachante Me, José Roberto de Lima, Viviane Freitas de Oliveira
Advogado:Robislete de Jesus Barros (OAB/RO 2943)
Requerido:Cooperativa de Credito Rural do Vale do Urupá Ltda-Crediron
De acordo com o art. 259, V, do Código de Processo Civil, quando o litígio tiver por objeto a existência, validade, cumprimento, modificação ou rescisão de negócio jurídico, o valor da causa deverá corresponder ao valor do contrato.Nas ações indenizatórias, por sua vez, o valor da causa deverá corresponder ao valor que se pretende receber a título de indenização. Neste mesmo sentido se manifesta nosso Tribunal

de Justiça, vejamos:Conflito de competência negativo. Juizado Especial da Fazenda Pública. Ação indenizatória. Valor da causa. Pretensão econômica almejada. Limite ultrapassado. Mensurável, na petição inicial, o valor da indenização que o autor pretende receber, deve esse quantum ser utilizado para fixar-se o valor da causa, atendendo ao disposto nos arts. 258 e 259 do CPC.Nos termos do art. 2º da lei 12.153/2009, o Juizado Especial da Fazenda Pública será competente para processar e julgar causas de até 60 salários mínimos, logo, constatado que o pedido formulado pela parte ultrapassa esse valor, a ação deve ser julgada pela vara comum.Conflito de competência conhecido e provido para julgar competente o Juízo de Direito da 1ª Vara da Fazenda Pública da comarca de Porto Velho, o suscitado.(Não Cadastrado, N. 00000090147320108220000, Rel. Des. Waltenberg Junior, J. 10/08/2010)Por fim, o art. 259, II, do CPC, determina que havendo cumulação de pedidos, o valor da causa deverá corresponder à quantia correspondente à soma dos valores de todos eles. Pois bem.Analisando a inicial verifico que o requerente, no decorrer de sua causa de pedir, afirmou que o negócio jurídico de compra e venda firmado com a requerida é nulo, pelo que requereu a declaração de sua nulidade e a devolução do imóvel, bem como a condenação da ré ao pagamento de indenização pelos danos materiais e morais que afirma ter sofrido.Ao discorrer sobre os danos, o autor requereu, a título de danos materiais, que a ré seja condenada ao pagamento de R$ 3.000,00 (três mil reais) por mês que restou impossibilitado de exercer seus direitos de proprietário e ao pagamento da diferença entre o valor do imóvel e o valor da dívida, quantia esta que lhe deveria ter sido restituída e não o foi. A título de danos morais, requereu a condenação da ré ao pagamento de valor a ser arbitrado por este Juízo. Considerando que: i) o requerente pretende ser indenizado por cada mês que ficou privado da propriedade do imóvel; ii) que a propriedade do bem já foi transferida ao réu e; iii) que não se sabe ao certo se e quando a propriedade do imóvel tornará a ser do autor, é certo que esta parte do pedido de indenização por danos materiais abrange parcelas vencidas e vincendas, pelo que, deverá ser observada a determinação contida no artigo 260 do Código de Processo Civil.O pedido de ressarcimento da diferença existente entre o valor real do imóvel e o valor da dívida, por sua vez, deverá ser devidamente quantificado. Deste modo, intime-se o requerente para emendar a inicial, retificando o valor da causa, nos termos do art. 259, II, do CPC, observando: i) o valor do contrato; ii) o valor da diferença entre o valor do imóvel e o valor da dívida; iii) o valor a ser recebido pela impossibilidade de exercício da propriedade do imóvel; iv) o disposto no art. 260 do CPC. O requerente deverá, ainda, complementar o recolhimento das custas processuais. Prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento.Alvorada do Oeste-RO, terça-feira, 3 de dezembro de 2013.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0002150-78.2013.8.22.0011
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Azor de Oliveira Júnior
Advogado:Camila Batista Felici (OAB/RO 4844)
Executado:Tereza Cardoso de Melo
Advogado:Rose Anne Barreto (OAB/RO 3976)
Trata-se de execução de título extrajudicial proposta por AZOR DE OLIVEIRA JÚNIOR contra TEREZA CARDOSO DE MELO. Devidamente citada, a executada procurou o exequente, tendo as partes entabulado acordo, requerendo a homologação do mesmo e a suspensão do feito. Ao apreciar a questão o e. Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia pronunciou da seguinte forma:?Execução. Acordo. Homologação e suspensão do processo. Pedidos incompatíveis entre si. SENTENÇA que homologa e extingue o feito DECISÃO acertada. Insistência da parte na suspensão do processo. Revelação da verdadeira intenção. Admissibilidade do pedido. O acordo entabulado entre as partes no processo de execução gera efeitos independentemente de homologação do juízo. Se as partes pretendem obstar os atos executórios durante o tempo em que o acordo é cumprido, devem-se cingir a comunicá-lo ao juízo como forma de justificar o pedido de suspensão do processo. A FINALIDADE da homologação é exatamente outorgar força de título judicial ao acordo firmado, e tem por consequência, invariavelmente, a extinção do processo, que então passa a possuir novo título executivo: a SENTENÇA homologatória título executivo judicial.?(Apelação Cível n. 100.001.2004.018397-0, Rel. Roosevelt Queiroz Costa, julgada em 16/08/2006)Assim, para que surtam os seus legais e jurídicos efeitos, HOMOLOGO o acordo entabulado entre as partes e via de consequência DECLARO extinto os presentes autos, com fulcro no artigo 269, III, CPC.Sem custas. Deixo de pronunciar-me em relação aos honorários advocatícios, tendo em vista que o acordo presume composição em relação a eles. Proceda-se o necessário para liberar o bem penhorado. Defiro o desentranhamento do título executivo, mediante substituição por cópias, observando o disposto no artigo 100 e seguintes das Diretrizes Gerais Judiciais.Considerando a preclusão lógica o feito transita em julgado nesta data.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.Alvorada do Oeste-RO, quinta-feira, 23 de janeiro de 2014.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0001397-24.2013.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Márcia Ferreira Bailiot
Advogado:Syrne Lima Felberk de Almeida. (RO 3186)
Requerido:Nilson Pereira dos Santos & Cia Ltda
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl. 39: “Certifico que, o Requerido foi devidamente CITADO e INTIMADO dos termos da presente ação, na pessoa de seu procurador, e o prazo previsto no art. 297, do CPC, para apresentação de defesa, transcorreu sem manifestação. O referido é verdade. Dou fé”.

Proc.: 0000916-95.2012.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Interessado (Parte A:R. F. da S. I. L. S. de P.
Advogado:Simone Guedes Ulkowski (OAB/RO 4299)
Requerido:F. P. I.
Para que seja realizada a pesquisa de ativos financeiros do executado junto ao sistema BacenJud é necessário informar o número do CPF do executado.Considerando que essa informação não consta dos autos, intime-se o exequente para, em 10 (dez) dias, prestá-la ou, em igual prazo, requerer o que entender pertinente para o correto andamento do feito. Registro, desde logo, que a penhora de salário é medida extrema, devendo ser deferida apenas quando não localizados bens passíveis de garantir a execução, o que não é o caso dos autos, eis que há um bem penhorado à fl. 61 e não foram envidadas outras tentativas de localização de bens.Alvorada do Oeste-RO, terça-feira, 7 de janeiro de 2014.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0001999-83.2011.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria Itamar Santiago de Carvalho
Advogado:Felipe Wendt (OAB/RO 4590)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (OAB/RO 020)
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para retirar o Alvará expedido.

Proc.: 0000659-41.2010.8.22.0011
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Volkswagen Leasing S/A - Arrendamento Mercantil
Advogado:Celso Marcon (OAB/RO 3700)
Requerido:Manoel Gomes de Souza
Advogado:Flavia Ronchi da Silva (OAB/RO 2738)
Fica a parte Requerida, por via de seu Advogado(a), no prazo de 05 dias, intimada a falar sobre a petição da parte Autora de fl.108, para requerer o que é de direito.

Proc.: 0001856-26.2013.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Aralina dos Anjos Souza
Advogado:Elisângela de Oliveira Teixeira Miranda (RO 1043)
Requerido:Banco Itau Bmg Consignado Sa.
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0000573-41.2008.8.22.0011
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Conselho Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia de Rondônia - CREA/RO
Advogado:Anderson de Moura e Silva (OAB/RO 2819), Francisco Lopes Coelho (OAB/RO 678)
Executado:João Luiz Martins
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para retirar o Alvará expedido.

Proc.: 0000414-30.2010.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Francisco Augusto Sobrinho
Advogado:Lilian Santiago Teixeira Nascimento (OAB/RO 4511)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (OAB/RO 020)
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para retirar o Alvará expedido.

Proc.: 0000105-67.2014.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:F. P. de S. C.
Advogado:Rhuan Alves de Azevedo (OAB/RO 5125)
Requerido:A. B. de C.
Intime-se a parte autora para regularizar o polo ativo da ação, eis que o menor não é parte legítima para figurar no mesmo. Prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento.Findo o prazo, com ou sem manifestação - o que deverá ser certificado, tornem conclusos.Alvorada do Oeste-RO, segunda-feira, 27 de janeiro de 2014.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0001579-78.2011.8.22.0011
Ação:Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68
Interessado (Parte A:I. V. L. da S. E. A. L.
Advogado:José de Arimatéia Alves (OAB/MG 63.936 e 1.693/RO), Arthur Pires Martins Matos (RO 3524)
Requerido:M. R. da S.
O presente feito se destina à fixação de pensão alimentícia às menores, pelo que inviável sua suspensão a fim de aguardar a juntada de documentos relativos ao pagamento dos alimentos provisionais arbitrados no DESPACHO inicial.Além disso, o rito da execução é diverso do rito ordinário, pelo qual vem tramitando a ação, de modo que a execução dos alimentos provisórios nestes autos causaria morosidade e confusão processual.Deste entendimento não destoa a jurisprudência, vejamos:AGRAVO DE INSTRUMENTO. FAMÍLIA. SEPARAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÃO DE ALIMENTOS PROVISÓRIOS. POSSIBILIDADE ANTES DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA. INTELIGÊNCIA DO ART. 13 DA LEI Nº 5.478/68 E INCISO II DO ART. 520 DO CPC. JURISPRUDÊNCIA DESTE TRIBUNAL. EXECUÇÃO QUE DEVE OCORRER EM AUTOS APARTADOS, SEGUNDO BEM GIZOU A EMINENTE PROCURADORA DE JUSTIÇA. AGRAVO DE INSTRUMENTO PARCIALMENTE PROVIDO. (SEGREDO DE JUSTIÇA) (Agravo de Instrumento Nº 70027155092, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Vasco Della Giustina, Julgado em 17/12/2008)(destaquei).Deste modo, pretendendo os requerentes a execução dos alimentos provisórios, deverão providenciá-la em autos próprios, instruídos com todos os documentos necessários.No mais, certifique a escrivania se as partes foram devidamente intimadas sobre o DESPACHO de fl. 66, no que se refere ao interesse na produção e novas provas, atentando-se à alegação da parte autora de que a publicação no diário da justiça não constou o nome de nenhum de seus patronos.Caso as partes tenham sido devidamente intimadas, aguarde-se o decurso do prazo e, com o fim desse, dê-se vista ao Ministério Público para manifestação e em seguida tornem conclusos.Caso as partes não tenham sido intimadas, proceda-se o necessário para fazê-lo, aguarde-se o decurso do prazo e em seguida remetam-se os autos ao Ministério Público, tornando-os conclusos logo após.Intimem-se.Pratique-se o necessário.Alvorada do Oeste-RO, sexta-feira, 24 de janeiro de 2014.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0001603-09.2011.8.22.0011
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Municipio de Urupá
Advogado:Procurador do Munícipio do Urupá ( )
Executado:Cíntia Jeane Gonçalves de Souza
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para retirar o Alvará expedido.

Proc.: 0001938-57.2013.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Interessado (Parte A:K. S. G. de J. I. G. L.
Advogado:Naotoshi Tokimatu (OAB/SP 66477)
Requerido:J. A. da S. V. C. de J.
Fica a parte autora intimada para no prazo de 05 (cinco) dias apresentar o endereço atualizado do Requerido Valdivino Clara de Jesus, para proceder os atos citatórios.

Proc.: 0002029-50.2013.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Lúcia Aparecida Pereira
Advogado:Lilian Santiago Teixeira Nascimento (OAB/RO 4511)

Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (OAB/RO 020)
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0001860-63.2013.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Exequente:V. Bragança Reis e Reis Ltda Me
Advogado:Rhuan Alves de Azevedo (OAB/RO 5125)
Executado:Venezia Comercio de Caminhoes Ltda
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado(a), no prazo de 10 dias, intimada a se manifestar sobre a contestação, querendo, apresentar Réplica.

Proc.: 0001963-70.2013.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Edvane Dias Lopes de Sousa
Advogado:Lilian Santiago Teixeira Nascimento (OAB/RO 4511)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (OAB/RO 020)
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl. 31: "Certifico que, o Requerido foi devidamente CITADO dos termos da presente ação, e o prazo para oferecimento de defesa, previsto no art. 297 c/c art. 188, ambos do CPC, transcorreu in albis. O referido é verdade. Dou fé ".

Proc.: 0002363-55.2011.8.22.0011
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Indústria e Comércio de Bebidas Mdm Ltda
Advogado:Theo Fernando Abreu Haag ( )
Requerido:Soares da Silva e Barros Ltda
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada sobre a certidão de fl. 99: "Certifico que, o prazo de suspensão transcorreu sem manifestação. O referido é verdade. Dou fé ".

Proc.: 0001536-73.2013.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Fernando Henrique Agulhare
Advogado:Rhuan Alves de Azevedo (OAB/RO 5125)
Requerido:Seguradora Lider dos Consórcios Dpvat Sa
Advogado:Alvaro Luiz da Costa Fernandes (AC 3592)
DECISÃO:
Trata-se de ação proposta por FERNANDO HENRIQUE AGULHARE contra SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S/A.As partes estão devidamente representadas e não há preliminares a serem analisadas ou vícios a serem sanados. Portanto, DECLARO SANEADO O PROCESSO.Fixo como pontos controvertidos: a) se a parte autora possui invalidez; b) se a invalidez decorre do acidente de trânsito (nexo causal) e; c) qual o grau da invalidez para fins de enquadramento à tabela de pagamento do seguro.Quanto às provas, considerando que houve pedido da ré de realização de perícia médica e que para o fiel julgamento da lide é necessário verificar o grau de incapacidade da parte autora, a realização de perícia médica é indispensável.Portanto, nomeio como perito o neurologista Dr. Erisvaldo Alexandre de Figueiredo, o qual pode ser localizado no Centro de Especialidades Médicas Dom Bosco ou na Santa Casa, ambos em Ji-Paraná/RO, às expensas do requerido, devendo ser intimado para designar a data, horário e local para realização do exame, ficando ciente de que o laudo deverá ser entregue no máximo de 10 dias após a realização da perícia médica.Fixo honorários periciais em R$ 500,00, considerando que na comarca inexiste tal profissional, dependendo da nomeação de profissionais em cidades vizinhas.Intime-se o requerido para efetuar o depósito do complemento da quantia, antecipadamente à perícia, no prazo de 15 dias, sob pena de presumir aceitação da condição de saúde alegada pelo autor na inicial e de desistência da prova.Intimem-se as partes, para os fins do § 1º do art. 421 do CPC.O perito deverá responder aos quesitos das partes.SIRVA DE CARTA/MANDADO. Pratique-se o necessárioAlvorada do Oeste-RO, terça-feira, 29 de outubro de 2013.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0000682-79.2013.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Leopoldina Inacio de Moraes Carvalho
Advogado:Marcos Antonio Oda Filho (OAB/RO 4760)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (OAB/RO 020)
DESPACHO:
Em DECISÃO anterior, este Juízo fixou os honorários periciais em consonância à Resolução n. 541 do Conselho da Justiça Federal, estabelecendo o teto máximo constante na tabela II da referida Resolução.Ocorre que em outros feitos congêneres a este, este Juízo envidou esforços na tentativa de nomeação de perito médico por mais de 6 (seis) meses, esbarrando dificuldade na indicação e aceitação de profissional especializado para realizar a perícia que, reprise-se, é imprescindível para a instrução do feito.Em contato com a perita médica legista Dra. Andréa dos Santos Melquisedec a mesma manifestou interesse em realizar a perícia, desde que os honorários periciais sejam arbitrados em R$ 400,00 (quatrocentos reais).Nesse diapasão, considerando as razões expostas e que o art. 3º, parágrafo único, da supramencionada resolução possibilita a majoração dos honorários em até 3 (três) vezes o limite máximo, majoro o valor dos honorários periciais outrora arbitrados, fixando-os em R$ 400,00 (quatrocentos reais), atentando-me, além das razões supra, ao zelo a ser dispensado pela profissional, às diligências que envolvem o ato, à complexidade e ao local da realização da perícia. Desse modo, para funcionar como perita, nomeio a médica Dra. ANDRÉA DOS SANTOS MELQUISEDEC, arbitrando honorários em R$400,00 (quatrocentos reais). Intimem-se as partes, que poderão indicar assistentes técnicos e formular quesitos em 5 (cinco) dias.Após, providencie contato telefônico com a perita, que deverá designar data, horário e local para a realização da perícia, prestando as informações com no mínimo 20 (vinte) dias de antecedência, a fim de que se possam intimar as partes.Com as informações prestadas, intimem-se as partes e assistentes técnicos, que poderão acompanhar a perícia. O autor deverá comparecer à perícia munido de exames, laudos, e outros documentos médicos que possuir.O laudo pericial deverá ser apresentado em Juízo em 10 (dez) dias, a contar de sua realização e o pagamento dos honorários periciais será realizado após a CONCLUSÃO da perícia.Oportunamente, com a aceitação do perito nomeado, informe-se a Corregedoria Geral da Justiça Federal sobre o teor desta DECISÃO, nos termos da resolução.Pratique-se o necessário.Alvorada do Oeste-RO, quarta-feira, 16 de outubro de 2013.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0000803-10.2013.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Vera Lucia Passarello Cabral
Advogado:Lilian Santiago Teixeira Nascimento (OAB/RO 4511)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (OAB/RO 020)
DESPACHO:
Em DECISÃO anterior, este Juízo fixou os honorários periciais em consonância à Resolução n. 541 do Conselho da Justiça Federal, estabelecendo o teto máximo constante na tabela II da referida Resolução.Ocorre que em outros feitos congêneres a este, este Juízo envidou esforços na tentativa de nomeação de perito médico por mais de 6 (seis) meses, esbarrando dificuldade na indicação e aceitação de profissional especializado para realizar a perícia que, reprise-se, é imprescindível para a instrução do feito.Em contato com a perita médica legista Dra. Andréa dos Santos Melquisedec a mesma manifestou interesse em realizar a perícia, desde que os honorários periciais sejam arbitrados em R$ 400,00 (quatrocentos reais).Nesse diapasão, considerando as razões expostas e que o art. 3º, parágrafo único, da supramencionada resolução possibilita a majoração dos honorários em até 3 (três) vezes o limite máximo, majoro o valor dos honorários periciais outrora arbitrados, fixando-os em R$ 400,00 (quatrocentos reais), atentando-me, além das razões supra, ao zelo a ser dispensado pela profissional, às diligências que envolvem o ato, à complexidade e ao local da realização da perícia. Desse modo, para funcionar como perita, nomeio a médica Dra. ANDRÉA DOS SANTOS MELQUISEDEC, perita médica legista, CRM n. 3432, arbitrando honorários em R$ 400,00 (quatrocentos reais).Intimem-se as partes, que poderão indicar assistentes técnicos e formular quesitos em 5 (cinco) dias.Após, providencie contato telefônico com a perita, que deverá designar data, horário e local para a realização da perícia, prestando as informações com no mínimo 20 (vinte) dias de antecedência, a fim de que se possam intimar as partes.Com as informações prestadas, intimem-se as partes e assistentes técnicos, que poderão acompanhar a perícia. O autor deverá comparecer à perícia munido de exames, laudos, e outros documentos médicos que possuir.O laudo pericial deverá ser apresentado em Juízo em 10 (dez) dias, a contar de sua realização e o pagamento dos honorários periciais será realizado após a CONCLUSÃO da perícia. Intimem-se. Oportunamente, com a aceitação do perito nomeado, informe-se a Corregedoria Geral da Justiça Federal sobre o teor desta DECISÃO, nos termos da resolução.Pratique-se o necessário. Alvorada do Oeste-RO, quarta-feira, 16 de outubro de 2013. Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0000771-05.2013.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Débora de Oliveira Batista
Advogado:Marcos Antonio Oda Filho (OAB/RO 4760)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (OAB/RO 020)
DECISÃO:
Trata-se de ação previdenciária proposta por DÉBORA DE OLIVEIRA BATISTA contra o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS objetivando a concessão do benefício de auxílio-doença e posterior conversão em aposentadoria por invalidez.As partes estão devidamente representadas e não há preliminares a serem analisadas ou vícios a serem sanados. Portanto, DECLARO SANEADO O PROCESSO.Fixo como ponto controvertido a incapacidade da autora em exercer labor rural e sua qualidade de segurada especial da previdência. Considerando que se trata de ação cujo benefício que se pleiteia exige conhecimento técnico específico, a fim de confirmar a condição da parte autora, a prova pericial é necessária para comprovação do alegado.Neste sentido já decidiu a Primeira Turma do TRF/1ª Região:PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. AUSÊNCIA DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. PROVA TÉCNICA INDISPENSÁVEL PARA O JULGAMENTO DA LIDE. AUSÊNCIA DE CONTESTAÇÃO DO ÓRGÃO PÚBLICO: INOPONIBILIDADE DOS EFEITOS DA REVELIA. DIREITOS INDISPONÍVEIS. SENTENÇA ANULADA DE OFÍCIO. 1. A falta de contestação do INSS na ação originária não enseja a aplicação do disposto no artigo 319 do CPC, uma vez que, em se tratando de pessoa jurídica de direito público, cujos interesses são indisponíveis, não se operam os efeitos da revelia (artigo 320, II, do CPC). 2. Nos casos em que se pleiteia a concessão de benefício previdenciário por incapacidade, a realização da prova pericial é imprescindível para o julgamento da causa, com FINALIDADE de comprovação da incapacidade laboral da parte autora. 3. Havendo necessidade de colheita de determinada prova, o Juiz deve determinar, até mesmo de ofício, a sua produção, em homenagem ao princípio da verdade real. Precedentes do STJ. 4. SENTENÇA que se anula de ofício, para que seja realizada a prova pericial na instância de origem. Remessa oficial prejudicada. (REO 0023901-65.2009.4.01.9199/AC Relatora: DES. FEDERAL ÂNGELA MARIA CATÃO ALVES; Data da DECISÃO 10/05/2010). (grifo nosso)PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AUXÍLIO-DOENÇA. CONVERSÃO EM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO PELA INCAPACIDADE PARA A ATIVIDADE HABITUAL. TERMO INICIAL DO BENEFÍCIO. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA. 1. O benefício de auxílio doença é devido em razão de incapacidade temporária, enquanto permanecer a inabilidade do segurado para o exercício de suas atividades habituais (art. 59 da Lei n. 8.212/91). 2. O segurado da Previdência Social tem direito ao benefício de aposentadoria por invalidez se comprovada, por perícia médica, sua incapacidade laborativa para a atividade habitual, nos termos do art. 42 da Lei n. 8.213/91. 3. Qualidade de segurado da Previdência Social e cumprimento de carência incontroversos, tendo em vista anterior concessão de auxílio-doença, no período de 09/02/2004 a 31/10/2004, com ajuizamento da ação em 22/11/2004. 4. É devido o auxílio-doença desde a data de sua suspensão até a emissão do laudo pericial, que constatou a incapacidade total e permanente da autora, momento em que passa a ser devida a aposentadoria por invalidez.5. As prestações em atraso devem ser pagas de uma só vez, monetariamente corrigidas de acordo com a Lei n. 6.899/81, pelos índices previstos no Manual de Cálculos da Justiça Federal, aprovado pelo Conselho da Justiça Federal, incidindo tal correção desde a data do vencimento de cada parcela em atraso (Súmulas n.s 148 do STJ e 19 do TRF - 1ª Região).6. Juros de mora devidos em 1% (um por cento) ao mês a contar da citação até o advento da Lei 11.960/09, a partir de quando incidirão à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês - ou outro índice de juros remuneratórios das cadernetas de poupança que eventualmente venha a ser estabelecido -, até a apuração definitiva dos cálculos de liquidação. 7. Remessa oficial provida em parte. (REO 2008.01.99.002176-4/RO;

Relatora Desembargadora Federal Monica Sifuentes; Data do Julg. 27/06/2011). [grifo nosso]Assim, como se faz necessária a realização da perícia, os honorários periciais deverão ser suportados pelo INSS.É que no caso em apreciação a parte autora é beneficiária da justiça gratuita e não tem condições de suportar os ônus da perícia. Por outro lado, como a prova reclama conhecimento técnico específico e não tendo o Juízo profissional habilitado para tanto, deve valer-se de profissionais liberais que devem receber pelos serviços prestados.Desta forma, observando o princípio da carga dinâmica da prova, segundo o qual, o ônus de provar deve ser imposto àquele que estiver apto fazê-lo, independentemente de ser autor ou réu, os honorários periciais deverão ser pagos pelo INSS. Diante do exposto, nomeio perito a médica ROSÂNGELA PEREIRA CAVALCANTI, podendo ser encontrado no Hospital 06 de Maio, em Ji-Paraná/RO, para periciar a parte autora na data pela médica designada.O senhor perito deverá exercer seu mister independentemente de assinatura de termo de compromisso, agindo sob a fé de seu grau.De acordo com o art. 3º da Resolução Nº 558 do CJF o pagamento dos honorários periciais só se dará após o término do prazo para que as partes se manifestem sobre o laudo e/ou havendo solicitação de esclarecimentos por escrito ou em audiência, depois de prestados.O valor dos honorários periciais será de R$ 500,00 (quinhentos reais), superior ao teto máximo de R$234,80, estabelecido na Tabela II da Resolução nº 558, do Conselho da Justiça Federal, de 22/05/2007, publicado em 29/05/2007, justificado pelo §1º do artigo 3º da referida resolução, haja vista a ausência de profissional médico especialista nesta área na comarca, igualmente o número reduzido desses profissionais nas cidades circunvizinhas, aliado ao grau de especialização do perito e da natureza do exame. Oportunamente, com a aceitação do perito nomeado, informe-se a Corregedoria Geral da Justiça Federal sobre o teor desta DECISÃO, nos termos da resolução.O laudo deverá ser entregue em 10 (dez) dias após a realização do exame.O perito deverá responder aos quesitos formulados pelas partes, cuja apresentação e indicação de assistentes técnicos deverá ser feita no prazo de cinco dias. Oficie-se ao senhor perito para dizer se concorda com o encargo. Caso não concorde deverá justificar apresentando motivo legítimo, impedimento ou suspeição, tudo no prazo de cinco (5) dias, nos termos dos artigos 423, 146, 138, III, todos do Código de Processo Civil. Caso se façam necessários exames complementares, o prazo para entrega do laudo deverá ser dilatado mediante requerimento fundamentado do perito. Providencie-se o necessário para o depósito dos honorários. VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO /CARTA.Alvorada do Oeste-RO, quinta-feira, 7 de novembro de 2013.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0001141-52.2011.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Wilson Vieira de Souza
Advogado:Lilian Santiago Teixeira Nascimento (OAB/RO 4511)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (OAB/RO 020)
DESPACHO:
Indefiro o pedido de fl.58, pois o caso recomenda profissional médico que atue na área da psquiatria.Diante do exposto, nomeio perito a médica ROSÂNGELA PEREIRA CAVALCANTI, podendo ser encontrado no Hospital 06 de Maio, em Ji-Paraná/RO, para periciar a parte autora na data pela médica designada.O senhor perito deverá exercer seu mister independentemente de assinatura de termo de compromisso, agindo sob a fé de seu grau.De acordo com o art. 3º da Resolução Nº 558 do CJF o pagamento dos honorários periciais só se dará após o término do prazo para que as partes se manifestem sobre o laudo e/ou havendo solicitação de esclarecimentos por escrito ou em audiência, depois de prestados.O valor dos honorários periciais será de R$ 500,00 (quinhentos reais), superior ao teto máximo de R$234,80, estabelecido na Tabela II da Resolução nº 558, do Conselho da Justiça Federal, de 22/05/2007, publicado em 29/05/2007, justificado pelo §1º do artigo 3º da referida resolução, haja vista a ausência de profissional médico especialista nesta área na comarca, igualmente o número reduzido desses profissionais nas cidades circunvizinhas, aliado ao grau de especialização do perito e da natureza do exame. Oportunamente, com a aceitação do perito nomeado, informe-se a Corregedoria Geral da Justiça Federal sobre o teor desta DECISÃO, nos termos da resolução.O laudo deverá ser entregue em 10 (dez) dias após a realização do exame.O perito deverá responder aos quesitos formulados pelas partes, cuja apresentação e indicação de assistentes técnicos deverá ser feita no prazo de cinco dias.Oficie-se ao senhor perito para dizer se concorda com o encargo. Caso não concorde deverá justificar apresentando motivo legítimo, impedimento ou suspeição, tudo no prazo de cinco (5) dias, nos termos dos artigos 423, 146, 138, III, todos do Código de Processo Civil. Caso se façam necessários exames complementares, o prazo para entrega do laudo deverá ser dilatado mediante requerimento fundamentado do perito.Providencie-se o necessário para o depósito dos honorários.VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO /CARTA.Alvorada do Oeste-RO, quarta-feira, 16 de outubro de 2013.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0000732-42.2012.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ana Maria de Aguiar
Advogado:Marcos Antonio Oda Filho (OAB/RO 4760)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (OAB/RO 020)
DECISÃO:
Indefiro o pedido de fl.82, pois o caso recomenda profissional que atue na área da psquiatria.Diante do exposto, nomeio perito a médica ROSÂNGELA PEREIRA CAVALCANTI, podendo ser encontrado no Hospital 06 de Maio, em Ji-Paraná/RO, para periciar a parte autora na data pela médica designada.O senhor perito deverá exercer seu mister independentemente de assinatura de termo de compromisso, agindo sob a fé de seu grau.De acordo com o art. 3º da Resolução Nº 558 do CJF o pagamento dos honorários periciais só se dará após o término do prazo para que as partes se manifestem sobre o laudo e/ou havendo solicitação de esclarecimentos por escrito ou em audiência, depois de prestados.O valor dos honorários periciais será de R$ 500,00 (quinhentos reais), superior ao teto máximo de R$234,80, estabelecido na Tabela II da Resolução nº 558, do Conselho da Justiça Federal, de 22/05/2007, publicado em 29/05/2007, justificado pelo §1º do artigo 3º da referida resolução, haja vista a ausência de profissional médico especialista nesta área na comarca, igualmente o número reduzido desses profissionais nas cidades circunvizinhas, aliado ao grau de especialização do perito e da natureza do

exame. Oportunamente, com a aceitação do perito nomeado, informe-se a Corregedoria Geral da Justiça Federal sobre o teor desta DECISÃO, nos termos da resolução.O laudo deverá ser entregue em 10 (dez) dias após a realização do exame.O perito deverá responder aos quesitos formulados pelas partes, cuja apresentação e indicação de assistentes técnicos deverá ser feita no prazo de cinco dias.Oficie-se ao senhor perito para dizer se concorda com o encargo. Caso não concorde deverá justificar apresentando motivo legítimo, impedimento ou suspeição, tudo no prazo de cinco (5) dias, nos termos dos artigos 423, 146, 138, III, todos do Código de Processo Civil. Caso se façam necessários exames complementares, o prazo para entrega do laudo deverá ser dilatado mediante requerimento fundamentado do perito.Providencie-se o necessário para o depósito dos honorários.VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO /CARTA..Alvorada do Oeste-RO, quarta-feira, 16 de outubro de 2013.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0000694-93.2013.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Clerisnéia Stofel Lamborguini Caetano
Advogado:Lilian Santiago Teixeira Nascimento (OAB/RO 4511)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (OAB/RO 020)
DECISÃO:
Vistos em saneador.Trata-se de ação previdenciária proposta por CLERISNÉIA STOFEL LAMBORGUINI CAETANO contra o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS, ambos qualificados, para fins de concessão do benefício de auxílio-doença e posterior conversão em aposentadoria por invalidez.As partes estão devidamente representadas e não há preliminares a serem analisadas ou vícios a serem sanados. Portanto, DECLARO SANEADO O PROCESSO.Fixo como ponto controvertido a incapacidade da autora em exercer labor rural e sua qualidade de segurada especial da previdência. Considerando que se trata de ação cujo benefício que se pleiteia exige conhecimento técnico específico, a fim de confirmar a condição da parte autora, a prova pericial é necessária para comprovação do alegado.Neste sentido já decidiu a Primeira Turma do TRF/1ª Região:PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. AUSÊNCIA DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. PROVA TÉCNICA INDISPENSÁVEL PARA O JULGAMENTO DA LIDE. AUSÊNCIA DE CONTESTAÇÃO DO ÓRGÃO PÚBLICO: INOPONIBILIDADE DOS EFEITOS DA REVELIA. DIREITOS INDISPONÍVEIS. SENTENÇA ANULADA DE OFÍCIO. 1. A falta de contestação do INSS na ação originária não enseja a aplicação do disposto no artigo 319 do CPC, uma vez que, em se tratando de pessoa jurídica de direito público, cujos interesses são indisponíveis, não se operam os efeitos da revelia (artigo 320, II, do CPC). 2. Nos casos em que se pleiteia a concessão de benefício previdenciário por incapacidade, a realização da prova pericial é imprescindível para o julgamento da causa, com FINALIDADE de comprovação da incapacidade laboral da parte autora. 3. Havendo necessidade de colheita de determinada prova, o Juiz deve determinar, até mesmo de ofício, a sua produção, em homenagem ao princípio da verdade real. Precedentes do STJ. 4. SENTENÇA que se anula de ofício, para que seja realizada a prova pericial na instância de origem. Remessa oficial prejudicada. (REO 0023901-65.2009.4.01.9199/AC Relatora: DES. FEDERAL ÂNGELA MARIA CATÃO ALVES; Data da DECISÃO 10/05/2010). (grifo nosso)PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AUXÍLIO-DOENÇA. CONVERSÃO EM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO PELA INCAPACIDADE PARA A ATIVIDADE HABITUAL. TERMO INICIAL DO BENEFÍCIO. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA. 1. O benefício de auxílio doença é devido em razão de incapacidade temporária, enquanto permanecer a inabilidade do segurado para o exercício de suas atividades habituais (art. 59 da Lei n. 8.212/91). 2. O segurado da Previdência Social tem direito ao benefício de aposentadoria por invalidez se comprovada, por perícia médica, sua incapacidade laborativa para a atividade habitual, nos termos do art. 42 da Lei n. 8.213/91. 3. Qualidade de segurado da Previdência Social e cumprimento de carência incontroversos, tendo em vista anterior concessão de auxílio-doença, no período de 09/02/2004 a 31/10/2004, com ajuizamento da ação em 22/11/2004. 4. É devido o auxílio-doença desde a data de sua suspensão até a emissão do laudo pericial, que constatou a incapacidade total e permanente da autora, momento em que passa a ser devida a aposentadoria por invalidez.5. As prestações em atraso devem ser pagas de uma só vez, monetariamente corrigidas de acordo com a Lei n. 6.899/81, pelos índices previstos no Manual de Cálculos da Justiça Federal, aprovado pelo Conselho da Justiça Federal, incidindo tal correção desde a data do vencimento de cada parcela em atraso (Súmulas n.s 148 do STJ e 19 do TRF - 1ª Região).6. Juros de mora devidos em 1% (um por cento) ao mês a contar da citação até o advento da Lei 11.960/09, a partir de quando incidirão à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês - ou outro índice de juros remuneratórios das cadernetas de poupança que eventualmente venha a ser estabelecido -, até a apuração definitiva dos cálculos de liquidação. 7. Remessa oficial provida em parte. (REO 2008.01.99.002176-4/RO; Relatora Desembargadora Federal Monica Sifuentes; Data do Julg. 27/06/2011). [grifo nosso]Assim, como se faz necessária a realização da perícia, os honorários periciais deverão ser suportados pelo INSS.É que no caso em apreciação a parte autora é beneficiária da justiça gratuita e não tem condições de suportar os ônus da perícia. Por outro lado, como a prova reclama conhecimento técnico específico e não tendo o Juízo profissional habilitado para tanto, deve valer-se de profissionais liberais que devem receber pelos serviços prestados.Desta forma, observando o princípio da carga dinâmica da prova, segundo o qual, o ônus de provar deve ser imposto àquele que estiver apto fazê-lo, independentemente de ser autor ou réu, os honorários periciais deverão ser pagos pelo INSS. Diante do exposto, nomeio perito a médica ROSÂNGELA PEREIRA CAVALCANTI, podendo ser encontrado no Hospital 06 de Maio, em Ji-Paraná/RO, para periciar a parte autora na data pela médica designada.O senhor perito deverá exercer seu mister independentemente de assinatura de termo de compromisso, agindo sob a fé de seu grau.De acordo com o art. 3º da Resolução Nº 558 do CJF o pagamento dos honorários periciais só se dará após o término do prazo para que as partes se manifestem sobre o laudo e/ou havendo solicitação de esclarecimentos por escrito ou em audiência, depois de prestados.O valor dos honorários periciais será de R$ 500,00 (quinhentos reais), superior ao teto máximo de R$234,80, estabelecido na Tabela II da Resolução nº 558, do Conselho da Justiça Federal, de 22/05/2007, publicado em 29/05/2007, justificado pelo §1º do artigo 3º da referida resolução, haja vista

a ausência de profissional médico especialista nesta área na comarca, igualmente o número reduzido desses profissionais nas cidades circunvizinhas, aliado ao grau de especialização do perito e da natureza do exame. Oportunamente, com a aceitação do perito nomeado, informe-se a Corregedoria Geral da Justiça Federal sobre o teor desta DECISÃO, nos termos da resolução.O laudo deverá ser entregue em 10 (dez) dias após a realização do exame.O perito deverá responder aos quesitos formulados pelas partes, cuja apresentação e indicação de assistentes técnicos deverá ser feita no prazo de cinco dias. Oficie-se ao senhor perito para dizer se concorda com o encargo. Caso não concorde deverá justificar apresentando motivo legítimo, impedimento ou suspeição, tudo no prazo de cinco (5) dias, nos termos dos artigos 423, 146, 138, III, todos do Código de Processo Civil. Caso se façam necessários exames complementares, o prazo para entrega do laudo deverá ser dilatado mediante requerimento fundamentado do perito. Providencie-se o necessário para o depósito dos honorários. VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO /CARTA.Pratique-se o necessário.Alvorada do Oeste-RO, segunda-feira, 21 de outubro de 2013.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0001157-35.2013.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Rosangela de Araujo
Advogado:Marcos Antonio Oda Filho (OAB/RO 4760)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (OAB/RO 020)
DECISÃO:
Vistos em saneador.Trata-se de ação previdenciária proposta por ROSÂNGELA DE ARAÚJO contra o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS objetivando a concessão do benefício de auxílio-doença e posterior conversão em aposentadoria por invalidez.As partes estão devidamente representadas e não há preliminares a serem analisadas ou vícios a serem sanados. Portanto, DECLARO SANEADO O PROCESSO.Fixo como ponto controvertido a incapacidade da autora em exercer labor rural e sua qualidade de segurada especial da previdência. Considerando que se trata de ação cujo benefício que se pleiteia exige conhecimento técnico específico, a fim de confirmar a condição da parte autora, a prova pericial é necessária para comprovação do alegado.Neste sentido já decidiu a Primeira Turma do TRF/1ª Região:PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. AUSÊNCIA DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. PROVA TÉCNICA INDISPENSÁVEL PARA O JULGAMENTO DA LIDE. AUSÊNCIA DE CONTESTAÇÃO DO ÓRGÃO PÚBLICO: INOPONIBILIDADE DOS EFEITOS DA REVELIA. DIREITOS INDISPONÍVEIS. SENTENÇA ANULADA DE OFÍCIO. 1. A falta de contestação do INSS na ação originária não enseja a aplicação do disposto no artigo 319 do CPC, uma vez que, em se tratando de pessoa jurídica de direito público, cujos interesses são indisponíveis, não se operam os efeitos da revelia (artigo 320, II, do CPC). 2. Nos casos em que se pleiteia a concessão de benefício previdenciário por incapacidade, a realização da prova pericial é imprescindível para o julgamento da causa, com FINALIDADE de comprovação da incapacidade laboral da parte autora. 3. Havendo necessidade de colheita de determinada prova, o Juiz deve determinar, até mesmo de ofício, a sua produção, em homenagem ao princípio da verdade real. Precedentes do STJ. 4. SENTENÇA que se anula de ofício, para que seja realizada a prova pericial na instância de origem. Remessa oficial prejudicada. (REO 0023901-65.2009.4.01.9199/AC Relatora: DES. FEDERAL ÂNGELA MARIA CATÃO ALVES; Data da DECISÃO 10/05/2010). (grifo nosso)PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AUXÍLIO-DOENÇA. CONVERSÃO EM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO PELA INCAPACIDADE PARA A ATIVIDADE HABITUAL. TERMO INICIAL DO BENEFÍCIO. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA. 1. O benefício de auxílio doença é devido em razão de incapacidade temporária, enquanto permanecer a inabilidade do segurado para o exercício de suas atividades habituais (art. 59 da Lei n. 8.212/91). 2. O segurado da Previdência Social tem direito ao benefício de aposentadoria por invalidez se comprovada, por perícia médica, sua incapacidade laborativa para a atividade habitual, nos termos do art. 42 da Lei n. 8.213/91. 3. Qualidade de segurado da Previdência Social e cumprimento de carência incontroversos, tendo em vista anterior concessão de auxílio-doença, no período de 09/02/2004 a 31/10/2004, com ajuizamento da ação em 22/11/2004. 4. É devido o auxílio-doença desde a data de sua suspensão até a emissão do laudo pericial, que constatou a incapacidade total e permanente da autora, momento em que passa a ser devida a aposentadoria por invalidez.5. As prestações em atraso devem ser pagas de uma só vez, monetariamente corrigidas de acordo com a Lei n. 6.899/81, pelos índices previstos no Manual de Cálculos da Justiça Federal, aprovado pelo Conselho da Justiça Federal, incidindo tal correção desde a data do vencimento de cada parcela em atraso (Súmulas n.s 148 do STJ e 19 do TRF - 1ª Região).6. Juros de mora devidos em 1% (um por cento) ao mês a contar da citação até o advento da Lei 11.960/09, a partir de quando incidirão à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês - ou outro índice de juros remuneratórios das cadernetas de poupança que eventualmente venha a ser estabelecido -, até a apuração definitiva dos cálculos de liquidação. 7. Remessa oficial provida em parte. (REO 2008.01.99.002176-4/RO; Relatora Desembargadora Federal Monica Sifuentes; Data do Julg. 27/06/2011). [grifo nosso]Assim, como se faz necessária a realização da perícia, os honorários periciais deverão ser suportados pelo INSS.É que no caso em apreciação a parte autora é beneficiária da justiça gratuita e não tem condições de suportar os ônus da perícia. Por outro lado, como a prova reclama conhecimento técnico específico e não tendo o Juízo profissional habilitado para tanto, deve valer-se de profissionais liberais que devem receber pelos serviços prestados.Desta forma, observando o princípio da carga dinâmica da prova, segundo o qual, o ônus de provar deve ser imposto àquele que estiver apto fazê-lo, independentemente de ser autor ou réu, os honorários periciais deverão ser pagos pelo INSS. Diante do exposto, nomeio perito a médica ROSÂNGELA PEREIRA CAVALCANTI, podendo ser encontrado no Hospital 06 de Maio, em Ji-Paraná/RO, para periciar a parte autora na data pela médica designada.O senhor perito deverá exercer seu mister independentemente de assinatura de termo de compromisso, agindo sob a fé de seu grau.De acordo com o art. 3º da Resolução Nº 558 do CJF o pagamento dos honorários periciais só se dará após o término do prazo para que as partes se manifestem sobre o laudo e/ou havendo solicitação de esclarecimentos por escrito ou em audiência, depois de prestados.O valor dos honorários periciais será de R$ 500,00 (quinhentos reais), superior ao teto máximo de R$234,80, estabelecido na Tabela II da Resolução nº 558, do Conselho da Justiça Federal, de 22/05/2007, publicado em 29/05/2007,

justificado pelo §1º do artigo 3º da referida resolução, haja vista a ausência de profissional médico especialista nesta área na comarca, igualmente o número reduzido desses profissionais nas cidades circunvizinhas, aliado ao grau de especialização do perito e da natureza do exame. Oportunamente, com a aceitação do perito nomeado, informe-se a Corregedoria Geral da Justiça Federal sobre o teor desta DECISÃO, nos termos da resolução.O laudo deverá ser entregue em 10 (dez) dias após a realização do exame.O perito deverá responder aos quesitos formulados pelas partes, cuja apresentação e indicação de assistentes técnicos deverá ser feita no prazo de cinco dias. Oficie-se ao senhor perito para dizer se concorda com o encargo. Caso não concorde deverá justificar apresentando motivo legítimo, impedimento ou suspeição, tudo no prazo de cinco (5) dias, nos termos dos artigos 423, 146, 138, III, todos do Código de Processo Civil. Caso se façam necessários exames complementares, o prazo para entrega do laudo deverá ser dilatado mediante requerimento fundamentado do perito. Providencie-se o necessário para o depósito dos honorários. VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO /CARTA.Intimem-se. Pratique-se o necessário.Alvorada do Oeste-RO, terça-feira, 22 de outubro de 2013.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0000676-72.2013.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Conceição Rocha Vieira
Advogado:Marcos Antonio Oda Filho (OAB/RO 4760)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (OAB/RO 020)
DECISÃO:
Trata-se de ação previdenciária proposta por CONCEIÇÃO ROCHA VIEIRA contra o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS objetivando a concessão do benefício de auxílio-doença e posterior conversão em aposentadoria por invalidez.As partes estão devidamente representadas e não há preliminares a serem analisadas ou vícios a serem sanados. Portanto, DECLARO SANEADO O PROCESSO.Fixo como ponto controvertido a incapacidade da autora em exercer labor rural e sua qualidade de segurada especial da previdência. Considerando que se trata de ação cujo benefício que se pleiteia exige conhecimento técnico específico, a fim de confirmar a condição da parte autora, a prova pericial é necessária para comprovação do alegado.Neste sentido já decidiu a Primeira Turma do TRF/1ª Região:PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. AUSÊNCIA DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. PROVA TÉCNICA INDISPENSÁVEL PARA O JULGAMENTO DA LIDE. AUSÊNCIA DE CONTESTAÇÃO DO ÓRGÃO PÚBLICO: INOPONIBILIDADE DOS EFEITOS DA REVELIA. DIREITOS INDISPONÍVEIS. SENTENÇA ANULADA DE OFÍCIO. 1. A falta de contestação do INSS na ação originária não enseja a aplicação do disposto no artigo 319 do CPC, uma vez que, em se tratando de pessoa jurídica de direito público, cujos interesses são indisponíveis, não se operam os efeitos da revelia (artigo 320, II, do CPC). 2. Nos casos em que se pleiteia a concessão de benefício previdenciário por incapacidade, a realização da prova pericial é imprescindível para o julgamento da causa, com FINALIDADE de comprovação da incapacidade laboral da parte autora. 3. Havendo necessidade de colheita de determinada prova, o Juiz deve determinar, até mesmo de ofício, a sua produção, em homenagem ao princípio da verdade real. Precedentes do STJ. 4. SENTENÇA que se anula de ofício, para que seja realizada a prova pericial na instância de origem. Remessa oficial prejudicada. (REO 0023901-65.2009.4.01.9199/AC Relatora: DES. FEDERAL ÂNGELA MARIA CATÃO ALVES; Data da DECISÃO 10/05/2010). (grifo nosso)PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AUXÍLIO-DOENÇA. CONVERSÃO EM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO PELA INCAPACIDADE PARA A ATIVIDADE HABITUAL. TERMO INICIAL DO BENEFÍCIO. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA. 1. O benefício de auxílio doença é devido em razão de incapacidade temporária, enquanto permanecer a inabilidade do segurado para o exercício de suas atividades habituais (art. 59 da Lei n. 8.212/91). 2. O segurado da Previdência Social tem direito ao benefício de aposentadoria por invalidez se comprovada, por perícia médica, sua incapacidade laborativa para a atividade habitual, nos termos do art. 42 da Lei n. 8.213/91. 3. Qualidade de segurado da Previdência Social e cumprimento de carência incontroversos, tendo em vista anterior concessão de auxílio-doença, no período de 09/02/2004 a 31/10/2004, com ajuizamento da ação em 22/11/2004. 4. É devido o auxílio-doença desde a data de sua suspensão até a emissão do laudo pericial, que constatou a incapacidade total e permanente da autora, momento em que passa a ser devida a aposentadoria por invalidez.5. As prestações em atraso devem ser pagas de uma só vez, monetariamente corrigidas de acordo com a Lei n. 6.899/81, pelos índices previstos no Manual de Cálculos da Justiça Federal, aprovado pelo Conselho da Justiça Federal, incidindo tal correção desde a data do vencimento de cada parcela em atraso (Súmulas n.s 148 do STJ e 19 do TRF - 1ª Região).6. Juros de mora devidos em 1% (um por cento) ao mês a contar da citação até o advento da Lei 11.960/09, a partir de quando incidirão à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês - ou outro índice de juros remuneratórios das cadernetas de poupança que eventualmente venha a ser estabelecido -, até a apuração definitiva dos cálculos de liquidação. 7. Remessa oficial provida em parte. (REO 2008.01.99.002176-4/RO; Relatora Desembargadora Federal Monica Sifuentes; Data do Julg. 27/06/2011). [grifo nosso]Assim, como se faz necessária a realização da perícia, os honorários periciais deverão ser suportados pelo INSS.É que no caso em apreciação a parte autora é beneficiária da justiça gratuita e não tem condições de suportar os ônus da perícia. Por outro lado, como a prova reclama conhecimento técnico específico e não tendo o Juízo profissional habilitado para tanto, deve valer-se de profissionais liberais que devem receber pelos serviços prestados.Desta forma, observando o princípio da carga dinâmica da prova, segundo o qual, o ônus de provar deve ser imposto àquele que estiver apto fazê-lo, independentemente de ser autor ou réu, os honorários periciais deverão ser pagos pelo INSS. Diante do exposto, nomeio perito a médica ROSÂNGELA PEREIRA CAVALCANTI, podendo ser encontrado no Hospital 06 de Maio, em Ji-Paraná/RO, para periciar a parte autora na data pela médica designada.O senhor perito deverá exercer seu mister independentemente de assinatura de termo de compromisso, agindo sob a fé de seu grau.De acordo com o art. 3º da Resolução Nº 558 do CJF o pagamento dos honorários periciais só se dará após o término do prazo para que as partes se manifestem sobre o laudo e/ou havendo solicitação de esclarecimentos por escrito ou em audiência, depois de prestados.O valor dos honorários periciais será de R$ 500,00 (quinhentos reais), superior ao teto máximo de R$234,80,

estabelecido na Tabela II da Resolução nº 558, do Conselho da Justiça Federal, de 22/05/2007, publicado em 29/05/2007, justificado pelo §1º do artigo 3º da referida resolução, haja vista a ausência de profissional médico especialista nesta área na comarca, igualmente o número reduzido desses profissionais nas cidades circunvizinhas, aliado ao grau de especialização do perito e da natureza do exame. Oportunamente, com a aceitação do perito nomeado, informe-se a Corregedoria Geral da Justiça Federal sobre o teor desta DECISÃO, nos termos da resolução.O laudo deverá ser entregue em 10 (dez) dias após a realização do exame.O perito deverá responder aos quesitos formulados pelas partes, cuja apresentação e indicação de assistentes técnicos deverá ser feita no prazo de cinco dias. Oficie-se ao senhor perito para dizer se concorda com o encargo. Caso não concorde deverá justificar apresentando motivo legítimo, impedimento ou suspeição, tudo no prazo de cinco (5) dias, nos termos dos artigos 423, 146, 138, III, todos do Código de Processo Civil. Caso se façam necessários exames complementares, o prazo para entrega do laudo deverá ser dilatado mediante requerimento fundamentado do perito. Providencie-se o necessário para o depósito dos honorários. VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO /CARTA.Intimem-se. Pratique-se o necessário.Alvorada do Oeste-RO, quinta-feira, 28 de novembro de 2013.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0001098-81.2012.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Alessandro Rodrigues
Advogado:Marcos Antonio Oda Filho (OAB/RO 4760)
Requerido:Seguradora Lider dos Consórcios Dpvat Sa
Advogado:Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/MS 6611)
DESPACHO:
Indefiro o pedido de fl.58, pois o caso recomenda especialidade em neurologia.Portanto, nomeio como perito o neurologista Dr. Erisvaldo Alexandre, o qual pode ser localizado no Centro de Especialidades Médicas Dom Bosco ou na Santa Casa, ambos em Ji-Paraná/RO, às expensas do requerido, devendo ser intimado para designar a data, horário e local para realização do exame, ficando ciente de que o laudo deverá ser entregue no máximo de 10 dias após a realização da perícia médica. Fixo honorários periciais em R$ 500,00, considerando que na comarca inexiste tal profissional, dependendo da nomeação de profissionais em cidades vizinhas.Intime-se o requerido para efetuar o depósito do complemento da quantia, antecipadamente à perícia, no prazo de 15 dias, sob pena de presumir aceitação da condição de saúde alegada pelo autor na inicial e de desistência da prova.Intimem-se as partes, para os fins do § 1º do art. 421 do CPC.O perito deverá responder aos quesitos das partes.SIRVA DE CARTA/MANDADO. Pratique-se o necessário.Alvorada do Oeste-RO, quarta-feira, 16 de outubro de 2013.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0000199-83.2012.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ivo Cardoso Pereira
Advogado:Marcos Antonio Oda Filho (OAB/RO 4760)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (OAB/RO 020)
DESPACHO:
Indefiro o pedido de fl.68, pois o caso recomenda profissional com especialidade em oftalmologia.Portanto, nomeio como perito o oftalmologista Dr. Francisco Miguel, o qual pode ser localizado nesta comarca, às expensas do requerido, devendo ser intimado para designar a data, horário e local para realização do exame, ficando ciente de que o laudo deverá ser entregue no máximo de 10 dias após a realização da perícia médica.Diante do exposto, providencie a escrivania contato com perito médico, a fim de manifestar interesse em realizar a perícia determinada nos autos, informando que, de acordo com o art. 3º da Resolução Nº 558 do CJF o pagamento dos honorários periciais só se dará após o término do prazo para que as partes se manifestem sobre o laudo e/ou havendo solicitação de esclarecimentos por escrito ou em audiência, depois de prestados. O valor dos honorários periciais será de R$ 234,80 (duzentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos), teto máximo estabelecido na Tabela II da Resolução nº 558, do Conselho da Justiça Federal, de 22/05/2007, publicado em 29/05/2007.Providencie-se o necessário à intimação do requerido para efetuar o depósito da quantia.Intimem-se as partes, para os fins do § 1º do art. 421 do CPC.O perito deverá responder aos quesitos das partes.SIRVA DE CARTA/MANDADO. Pratique-se o necessário.Alvorada do Oeste-RO, quarta-feira, 16 de outubro de 2013.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0001515-97.2013.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Valdeci Gonçalves
Advogado:Rhuan Alves de Azevedo (OAB/RO 5125)
Requerido:Seguradora Lider dos Consórcios Dpvat Sa
Advogado:Lucimar Cristina Gimenez Cano (OAB/MS 6611)
DECISÃO:
Trata-se de ação proposta por VALDECI GONÇALVES contra a SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S/A. Ao contestar a ação a requerida arguiu preliminar de ausência de interesse processual, pelo que, antes de fixar os pontos controvertidos da lide, passo a analisá-la.Segundo a ré, a parte autora carece de interesse processual porquanto teria recebido o valor que lhe é devido na seara administrativa. Ocorre que a requerida padece de razão. Explico.O interesse processual, nas palavras de Greco Filho, é a necessidade de recorrer-se ao Judiciário para a obtenção do resultado pretendido, independentemente da legitimidade ou legalidade da pretensão (Direito processual civil brasileiro, v. 1, p. 80)Logo, o interesse processual se mostra presente toda vez que for necessário que a parte acione o Poder Judiciário para ver resguardado um direito que entenda possuir, fazendo-o através da via adequada. No caso em tela, a parte autora entende que o pagamento da indenização na seara administrativa foi realizado a menor, pelo que veio a Juízo pleitear pelo recebimento do remanescente do valor, tendo o feito através da via adequada. Destarte, não há que se falar em ausência de interesse processual.Ademais, é entendimento pacificado em nosso Tribunal de Justiça que o recebimento de parte da indenização administrativamente não obsta o manejo de ação para cobrança do remanescente. Vejamos:Ação de cobrança de seguro obrigatório. Interesse de agir. Pagamento parcial. Cerceamento de defesa. Produção de prova pericial. Inocorrência. Invalidez permanente. Grau de incapacidade. Tabela. Aplicabilidade. Lesão parcial. Pré-questionamento.O recibo dado pelo beneficiário do seguro em relação à indenização paga a menor não o inibe de reivindicar, em juízo, a diferença em relação ao montante que lhe cabe na conformidade com a lei que rege a espécie.A produção

de provas somente poderá ser assegurada à parte se elas se mostrarem pertinentes e relevantes ao feito, pois cabe ao magistrado decidir sobre a necessidade de sua producão, nos termos do que estabelecem os arts. 130 e 131 do CPC, pois toda prova é dirigida a ele e incumbe-lhe sua direção e deferimento ou indeferimento.O valor da indenização do seguro obrigatório DPVAT por invalidez permanente é determinado de acordo com o grau de incapacidade, conforme o disposto no art. 3º da Lei n. 6.194/74, alterada pela Lei n. 11.482/07, e de acordo com tabela para cálculo da indenização instituída pela SUSEP.O pré-questionamento como pressuposto constitucional do recurso especial ou extraordinário exige menção explícita aos preceitos de lei que se pretende malferidos e a motivação justificadora. (Não Cadastrado, N. 02123036120098220001, Rel. Des. Moreira Chagas, J. 12/06/2012)(destaquei)Deste modo, rejeito a preliminar arguida pelo réu.As partes estão devidamente representadas e não há outras preliminares a serem analisadas ou vícios a serem sanados. Portanto, DECLARO SANEADO O PROCESSO.Fixo como pontos controvertidos: a) se a parte autora possui invalidez; b) se a invalidez decorre do acidente de trânsito (nexo causal) e; c) qual o grau da invalidez para fins de enquadramento à tabela de pagamento do seguro.Quanto às provas, considerando que houve pedido da ré de realização de perícia médica e que para o fiel julgamento da lide, necessário verificar o grau de incapacidade da parte autora, a realização de perícia médica é indispensável.Portanto, nomeio como perito o neurologista WALTER PADILHA, neurologista, CRM n. 1.691/RO, arbitrando honorários em R$ 500,00 (quinhentos reais), às expensas do requerido, devendo ser intimado para designar a data, horário e local para realização do exame, ficando ciente de que o laudo deverá ser entregue no máximo de 10 dias após a realização da perícia médica.Fixo honorários periciais em R$ 500,00, considerando que na comarca inexiste tal profissional, dependendo da nomeação de profissionais em cidades vizinhas.Intime-se o requerido para efetuar o depósito da quantia, antecipadamente à perícia, no prazo de 15 dias, sob pena de presumir aceitação da condição de saúde alegada pelo autor na inicial e de desistência da prova.Intimem-se as partes, para os fins do § 1º do art. 421 do CPC.O perito deverá responder aos quesitos das partes.SIRVA DE CARTA/MANDADO. Pratique-se o necessário.Alvorada do Oeste-RO, quarta-feira, 6 de novembro de 2013.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0000851-37.2011.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Alaides José Dias da Cruz
Advogado:Lilian Santiago Teixeira Nascimento (OAB/RO 4511)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (OAB/RO 020)
DECISÃO:
Trata-se de ação proposta por ALAÍDES JOSÉ DIAS DA CRUZ contra o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS. Narra a autora que possui doença que a incapacita para o trabalho e que preenche dos requisitos necessários, pelo que pleiteou pela concessão de aposentadoria por invalidez ou, subsidiariamente, caso não reste comprovada sua incapacidade definitiva, auxílio doença.Este Juízo determinou a realização de perícia médica a fim de comprovar a condição de saúde da autora, sendo que o perito foi devidamente nomeado e apresentou resposta aos quesitos às fls. 74/77.Manifestando-se acerca da perícia, a requerente não se insurgiu quanto à mesma e pleiteou pela procedência da ação (fls. 78/84). O requerido, por sua vez, afirmou que o perito nomeado é médico particular da autora, pelo que requereu a realização de nova perícia médica, sob pena de nulidade.Pois bem.Compulsando os autos verifico que a alegação do requerido procede, eis que à fl. 44 foi juntado um laudo médico no qual o perito atesta a incapacidade da autora.O art. 138, III, do CPC, estabelece que se aplicam aos peritos os motivos de suspeição e impedimento previstos no mencionado diploma legal. O Código de Ética Médica Resolução CFM 1.246/88, por sua vez, determina no art. 120 que é vedado ao médico ser perito em paciente seu, de pessoa de sua família ou de qualquer outra pessoa com a qual tenha relações capazes de influir em seu trabalho.Deste modo, resta claro que o perito que atuou no presente feito é suspeito para tanto, de modo que a realização de nova perícia é essencial para o devido julgamento da lide. No mesmo norte o entendimento do TRF/1ª Região, vejamos:PREVIDENCIÁRIO - CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ - MÉDICO PERITO - SUSPEIÇÃO - SENTENÇA ANULADA. 1. Dispõe o artigo 138 inciso III, do Código de Processo Civil, que se aplicam aos peritos os motivos de suspeição e impedimento previstos no referido diploma legal. 2. A Resolução CFM 1246/88 - Código de Ética Médica - estabelece, em seu art. 120, que é vedado ao médico “ser perito em paciente seu, de pessoa de sua família ou de qualquer outra pessoa com a qual tenha relações capazes de influir em seu trabalho”. 3. Caso em que o perito atendeu a autora pelo SUS, inclusive fornecendo-lhe atestado médico. 4. Apelação da autora provida para anular a SENTENÇA e determinar o retorno dos autos à vara de origem, para a realização de nova perícia, imprescindível para a solução da demanda.(AC 0029826-08.2010.4.01.9199 / MG, Rel. JUIZ FEDERAL RENATO MARTINS PRATES (CONV.), SEGUNDA TURMA, e-DJF1 p.209 de 20/09/2013)Em que pese a suspeição do perito, é certo que a mesma somente foi arguida após a realização da perícia médica, de modo que o perito deverá receber pelos serviços prestados. Assim, providencie-se o necessário para o pagamento do expert.O requerido é quem deverá custear as despesas com honorários do novo profissional a ser nomeado, pelos mesmos fundamentos lançados às fls. 66/67 e por ter sido a parte que solicitou a realização de nova perícia.Deste modo, nomeio perito o médico DEUSDETE ANTÔNIO ALVES, podendo ser encontrado na unidade de saúde local, para periciar a parte autora na data pelo profissional a ser designada.O senhor perito deverá exercer seu mister independentemente de assinatura de termo de compromisso, agindo sob a fé de seu grau.De acordo com o art. 3º da Resolução Nº 558 do CJF o pagamento dos honorários periciais só se dará após o término do prazo para que as partes se manifestem sobre o laudo e/ou havendo solicitação de esclarecimentos por escrito ou em audiência, depois de prestados.O valor dos honorários periciais será de R$ 234,80 (duzentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos), teto máximo estabelecido na Tabela II da Resolução nº 558, do Conselho da Justiça Federal, de 22/05/2007, publicado em 29/05/2007. O laudo deverá ser entregue em 10 (dez) dias após a realização do exame.O perito deverá responder aos quesitos formulados pelas partes, cuja apresentação e indicação de assistentes técnicos deverá ser feita no prazo de cinco dias.Oficie-se ao senhor perito para dizer se concorda com o encargo. Caso não concorde deverá justificar apresentando motivo legítimo, impedimento ou suspeição, tudo no prazo de

cinco (5) dias, nos termos dos artigos 423, 146, 138, III, todos do Código de Processo Civil. Caso se façam necessários exames complementares, o prazo para entrega do laudo deverá ser dilatado mediante requerimento fundamentado do perito. Providencie-se o necessário para o depósito dos honorários. VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO /CARTA.Intimem-se. Pratique-se o necessário.Alvorada do Oeste-RO, quinta-feira, 7 de novembro de 2013.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0000700-03.2013.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Elzi Martins da Silva
Advogado:Lilian Santiago Teixeira Nascimento (OAB/RO 4511)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (OAB/RO 020)
DECISÃO:
Vistos em saneador.Trata-se de ação previdenciária proposta por ELZI MARTINS DA SILVA contra o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS, ambos qualificados, para fins de concessão do benefício de auxílio-doença e posterior conversão em aposentadoria por invalidez.As partes estão devidamente representadas e não há preliminares a serem analisadas ou vícios a serem sanados. Portanto, DECLARO SANEADO O PROCESSO.Fixo como ponto controvertido a incapacidade da autora em exercer labor rural e sua qualidade de segurada especial da previdência.Considerando que se trata de ação cujo benefício que se pleiteia exige conhecimento técnico específico, a fim de confirmar a condição da parte autora, a prova pericial é necessária para comprovação do alegado.Neste sentido já decidiu a Primeira Turma do TRF/1ª Região:PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. AUSÊNCIA DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. PROVA TÉCNICA INDISPENSÁVEL PARA O JULGAMENTO DA LIDE. AUSÊNCIA DE CONTESTAÇÃO DO ÓRGÃO PÚBLICO: INOPONIBILIDADE DOS EFEITOS DA REVELIA. DIREITOS INDISPONÍVEIS. SENTENÇA ANULADA DE OFÍCIO. 1. A falta de contestação do INSS na ação originária não enseja a aplicação do disposto no artigo 319 do CPC, uma vez que, em se tratando de pessoa jurídica de direito público, cujos interesses são indisponíveis, não se operam os efeitos da revelia (artigo 320, II, do CPC). 2. Nos casos em que se pleiteia a concessão de benefício previdenciário por incapacidade, a realização da prova pericial é imprescindível para o julgamento da causa, com FINALIDADE de comprovação da incapacidade laboral da parte autora. 3. Havendo necessidade de colheita de determinada prova, o Juiz deve determinar, até mesmo de ofício, a sua produção, em homenagem ao princípio da verdade real. Precedentes do STJ. 4. SENTENÇA que se anula de ofício, para que seja realizada a prova pericial na instância de origem. Remessa oficial prejudicada. (REO 0023901-65.2009.4.01.9199/AC Relatora: DES. FEDERAL ÂNGELA MARIA CATÃO ALVES; Data da DECISÃO 10/05/2010). (grifo nosso)PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AUXÍLIO-DOENÇA. CONVERSÃO EM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO PELA INCAPACIDADE PARA A ATIVIDADE HABITUAL. TERMO INICIAL DO BENEFÍCIO. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA. 1. O benefício de auxílio doença é devido em razão de incapacidade temporária, enquanto permanecer a inabilidade do segurado para o exercício de suas atividades habituais (art. 59 da Lei n. 8.212/91). 2. O segurado da Previdência Social tem direito ao benefício de aposentadoria por invalidez se comprovada, por perícia médica, sua incapacidade laborativa para a atividade habitual, nos termos do art. 42 da Lei n. 8.213/91. 3. Qualidade de segurado da Previdência Social e cumprimento de carência incontroversos, tendo em vista anterior concessão de auxílio-doença, no período de 09/02/2004 a 31/10/2004, com ajuizamento da ação em 22/11/2004. 4. É devido o auxílio-doença desde a data de sua suspensão até a emissão do laudo pericial, que constatou a incapacidade total e permanente da autora, momento em que passa a ser devida a aposentadoria por invalidez.5. As prestações em atraso devem ser pagas de uma só vez, monetariamente corrigidas de acordo com a Lei n. 6.899/81, pelos índices previstos no Manual de Cálculos da Justiça Federal, aprovado pelo Conselho da Justiça Federal, incidindo tal correção desde a data do vencimento de cada parcela em atraso (Súmulas n.s 148 do STJ e 19 do TRF - 1ª Região).6. Juros de mora devidos em 1% (um por cento) ao mês a contar da citação até o advento da Lei 11.960/09, a partir de quando incidirão à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês - ou outro índice de juros remuneratórios das cadernetas de poupança que eventualmente venha a ser estabelecido -, até a apuração definitiva dos cálculos de liquidação. 7. Remessa oficial provida em parte. (REO 2008.01.99.002176-4/RO; Relatora Desembargadora Federal Monica Sifuentes; Data do Julg. 27/06/2011). [grifo nosso]Assim, como se faz necessária a realização da perícia, os honorários periciais deverão ser suportados pelo INSS.É que no caso em apreciação a parte autora é beneficiária da justiça gratuita e não tem condições de suportar os ônus da perícia. Por outro lado, como a prova reclama conhecimento técnico específico e não tendo o Juízo profissional habilitado para tanto, deve valer-se de profissionais liberais que devem receber pelos serviços prestados.Desta forma, observando o princípio da carga dinâmica da prova, segundo o qual, o ônus de provar deve ser imposto àquele que estiver apto fazê-lo, independentemente de ser autor ou réu, os honorários periciais deverão ser pagos pelo INSS. Diante do exposto, nomeio perito o médico DEUSDETE ANTÔNIO ALVES, podendo ser encontrado na unidade de saúde local, para periciar a parte autora na data pelo profissional a ser designada.O senhor perito deverá exercer seu mister independentemente de assinatura de termo de compromisso, agindo sob a fé de seu grau.De acordo com o art. 3º da Resolução Nº 558 do CJF o pagamento dos honorários periciais só se dará após o término do prazo para que as partes se manifestem sobre o laudo e/ou havendo solicitação de esclarecimentos por escrito ou em audiência, depois de prestados.O valor dos honorários periciais será de R$ 234,80 (duzentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos), teto máximo estabelecido na Tabela II da Resolução nº 558, do Conselho da Justiça Federal, de 22/05/2007, publicado em 29/05/2007. O laudo deverá ser entregue em 10 (dez) dias após a realização do exame.O perito deverá responder aos quesitos formulados pelas partes, cuja apresentação e indicação de assistentes técnicos deverá ser feita no prazo de cinco dias. Oficie-se ao senhor perito para dizer se concorda com o encargo. Caso não concorde deverá justificar apresentando motivo legítimo, impedimento ou suspeição, tudo no prazo de cinco (5) dias, nos termos dos artigos 423, 146, 138, III, todos do Código de Processo Civil. Caso se façam necessários exames complementares, o prazo para entrega do laudo deverá ser dilatado mediante requerimento fundamentado do perito. Providencie-se o necessário para o depósito dos honorários. VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO /CARTA.Intimem-se. Pratique-se o necessário.Alvorada do Oeste-RO, segunda-feira, 21 de outubro de 2013.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0001092-45.2010.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Nilza de Oliveira Vitorino
Advogado:Marcos Antonio Oda Filho (OAB/RO 4760)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (OAB/RO 020)
DECISÃO:
Trata-se de ação proposta por NILZA DE OLIVEIRA VITORINO contra o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS. Narra a autora que possui doença que a incapacita para o trabalho e que preenche dos requisitos necessários, pelo que pleiteou pela concessão d benefício de auxílio doença ou, subsidiariamente, caso reste comprovada sua incapacidade definitiva, aposentadoria por invalidez.Este Juízo determinou a realização de perícia médica a fim de comprovar a condição de saúde da autora, sendo que o perito foi devidamente nomeado e apresentou resposta aos quesitos às fls. 134/135.Manifestando-se acerca da perícia, a requerente não se insurgiu quanto à mesma e pleiteou pela procedência da ação. O requerido, por sua vez, afirmou que o perito nomeado é médico particular da autora, pelo que requereu a realização de nova perícia médica, sob pena de nulidade.Pois bem.Compulsando os autos verifico que a alegação do requerido procede, eis que às fls. 48, 50 e 55 foram juntados laudos médicos emitidos pelo perito nomeado por este Juízo.O art. 138, III, do CPC, estabelece que se aplicam aos peritos os motivos de suspeição e impedimento previstos no mencionado diploma legal. O Código de Ética Médica Resolução CFM 1.246/88, por sua vez, determina no art. 120 que é vedado ao médico ser perito em paciente seu, de pessoa de sua família ou de qualquer outra pessoa com a qual tenha relações capazes de influir em seu trabalho.Deste modo, resta claro que o perito que atuou no presente feito é suspeito para tanto, de modo que a realização de nova perícia é essencial para o devido julgamento da lide. No mesmo norte o entendimento do TRF/1ª Região, vejamos:PREVIDENCIÁRIO - CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ - MÉDICO PERITO - SUSPEIÇÃO - SENTENÇA ANULADA. 1. Dispõe o artigo 138 inciso III, do Código de Processo Civil, que se aplicam aos peritos os motivos de suspeição e impedimento previstos no referido diploma legal. 2. A Resolução CFM 1246/88 - Código de Ética Médica - estabelece, em seu art. 120, que é vedado ao médico “ser perito em paciente seu, de pessoa de sua família ou de qualquer outra pessoa com a qual tenha relações capazes de influir em seu trabalho”. 3. Caso em que o perito atendeu a autora pelo SUS, inclusive fornecendo-lhe atestado médico. 4. Apelação da autora provida para anular a SENTENÇA e determinar o retorno dos autos à vara de origem, para a realização de nova perícia, imprescindível para a solução da demanda.(AC 0029826-08.2010.4.01.9199 / MG, Rel. JUIZ FEDERAL RENATO MARTINS PRATES (CONV.), SEGUNDA TURMA, e-DJF1 p.209 de 20/09/2013) Em que pese a suspeição do perito, é certo que a mesma somente foi arguida após a realização da perícia médica, de modo que o perito deverá receber pelos serviços prestados. Assim, providencie-se o necessário para o pagamento do expert.O requerido é quem deverá custear as despesas com honorários do novo profissional a ser nomeado, pelos mesmos fundamentos lançados às fls. 105/107 e por ter sido a parte que solicitou a realização de nova perícia.Deste modo, nomeio perito o médico DEUSDETE ANTÔNIO ALVES, podendo ser encontrado na unidade de saúde local, para periciar a parte autora na data pelo profissional a ser designada.O senhor perito deverá exercer seu mister independentemente de assinatura de termo de compromisso, agindo sob a fé de seu grau.De acordo com o art. 3º da Resolução Nº 558 do CJF o pagamento dos honorários periciais só se dará após o término do prazo para que as partes se manifestem sobre o laudo e/ou havendo solicitação de esclarecimentos por escrito ou em audiência, depois de prestados.O valor dos honorários periciais será de R$ 234,80 (duzentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos), teto máximo estabelecido na Tabela II da Resolução nº 558, do Conselho da Justiça Federal, de 22/05/2007, publicado em 29/05/2007. O laudo deverá ser entregue em 10 (dez) dias após a realização do exame.O perito deverá responder aos quesitos formulados pelas partes, cuja apresentação e indicação de assistentes técnicos deverá ser feita no prazo de cinco dias.Oficie-se ao senhor perito para dizer se concorda com o encargo. Caso não concorde deverá justificar apresentando motivo legítimo, impedimento ou suspeição, tudo no prazo de cinco (5) dias, nos termos dos artigos 423, 146, 138, III, todos do Código de Processo Civil. Caso se façam necessários exames complementares, o prazo para entrega do laudo deverá ser dilatado mediante requerimento fundamentado do perito. Providencie-se o necessário para o depósito dos honorários. VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO /CARTA.Intimem-se. Pratique-se o necessário.Alvorada do Oeste-RO, quarta-feira, 20 de novembro de 2013.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0000701-85.2013.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Ivete de Lima Gonçalves
Advogado:Lilian Santiago Teixeira Nascimento (OAB/RO 4511)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (OAB/RO 020)
DECISÃO:
Indefiro o pedido de fl.58, pois o caso recomenda especialidade em neurologia.Portanto, nomeio como perito o neurologista Dr. Erisvaldo Alexandre de Figueiredo, o qual pode ser localizado no Centro de Especialidades Médicas Dom Bosco ou na Santa Casa, ambos em Ji-Paraná/RO, às expensas do requerido, devendo ser intimado para designar a data, horário e local para realização do exame, ficando ciente de que o laudo deverá ser entregue no máximo de 10 dias após a realização da perícia médica.De acordo com o art. 3º da Resolução Nº 558 do CJF o pagamento dos honorários periciais só se dará após o término do prazo para que as partes se manifestem sobre o laudo e/ou havendo solicitação de esclarecimentos por escrito ou em audiência, depois de prestados. O valor dos honorários periciais será de R$ 500,00 (quinhentos reais), superior ao teto máximo de R$234,80, estabelecido na Tabela II da Resolução nº 558, do Conselho da Justiça Federal, de 22/05/2007, publicado em 29/05/2007, justificado pelo §1º do artigo 3º da referida resolução, haja vista a ausência de profissional médico especialista nesta área na comarca, igualmente o número reduzido desses profissionais nas cidades circunvizinhas, aliado ao grau de especialização do perito e da natureza do exame. Oportunamente, com a aceitação do perito nomeado, informe-se a Corregedoria Geral da Justiça Federal sobre o teor desta DECISÃO, nos termos da resolução. Providencie-se o necessário para o depósito dos honorários.Intimem-se as partes, para os fins do § 1º do art. 421 do CPC.O perito deverá responder aos quesitos das partes.SIRVA DE CARTA/MANDADO. Pratique-se o necessárioAlvorada do Oeste-RO, quarta-feira, 16 de outubro de 2013.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0002030-69.2012.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:José Santana
Advogado:Marcos Antonio Oda Filho (OAB/RO 4760)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (OAB/RO 020)
DECISÃO:
Em contato com o médico neurologista, Dr. Walter Padilha, o mesmo manifestou interesse em realizar a perícia, desde que os honorários periciais sejam arbitrados em R$ 500,00 (quinhentos reais).Com arrimo no art. 3º, § 1º da Resolução nº 558, do Conselho da Justiça Federal, de 22/05/2007, publicado em 29/05/2007 e considerando a ausência de profissional médico especialista nesta área na comarca, o número reduzido desses profissionais nas cidades circunvizinhas e o grau de especialização do perito e da natureza do exame, majoro os honorários periciais, os quais passarão a corresponder a R$ 500,00 (quinhentos reais). Desse modo, para funcionar como perito, nomeio o médico Dr. WALTER PADILHA, neurologista, CRM n. 1.691/RO, arbitrando honorários em R$ 500,00 (quinhentos reais).Intimem-se as partes, que poderão indicar assistentes técnicos e formular quesitos em 5 (cinco) dias. Após, providencie contato telefônico com o perito, que deverá designar nova data, horário e local para a realização da perícia, prestando as informações com no mínimo 20 (vinte) dias de antecedência, a fim de que se possam intimar as partes. Oportunamente, com a aceitação do perito nomeado, informe-se a Corregedoria Geral da Justiça Federal sobre o teor desta DECISÃO, nos termos da resolução.Com as informações prestadas, intimem-se as partes e assistentes técnicos, que poderão acompanhar a perícia. O autor deverá comparecer à perícia munido de exames, laudos, e outros documentos médicos que possuir.O laudo pericial deverá ser apresentado em Juízo em 10 (dez) dias, a contar de sua realização e o pagamento dos honorários periciais será realizado após a CONCLUSÃO da perícia.O perito deverá responder aos quesitos das partes. Intimem-se.Pratique-se o necessário.Alvorada do Oeste-RO, segunda-feira, 28 de outubro de 2013.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0001111-17.2011.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Gelcina Dionisio
Advogado:Marcos Antonio Oda Filho (OAB/RO 4760)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (OAB/RO 020)
DECISÃO:
Trata-se de ação proposta por GELCINA DIONÍSIO contra o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS. Narra a autora que possui doença que a incapacita para o trabalho e que preenche dos requisitos necessários, pelo que pleiteou pela concessão d benefício de auxílio doença ou, subsidiariamente, caso reste comprovada sua incapacidade definitiva, aposentadoria por invalidez.Este Juízo determinou a realização de perícia médica a fim de comprovar a condição de saúde da autora, sendo que o perito foi devidamente nomeado e apresentou resposta aos quesitos às fls. 100/101.Manifestando-se acerca da perícia, a requerente não se insurgiu quanto à mesma e pleiteou pela procedência da ação. O requerido, por sua vez, afirmou que o perito nomeado é médico particular da autora, pelo que requereu a realização de nova perícia médica, sob pena de nulidade.Pois bem.Compulsando os autos verifico que a alegação do requerido procede, eis que às fls. 33 e 45 foram juntados laudos médicos emitidos pelo perito nomeado por este Juízo.O art. 138, III, do CPC, estabelece que se aplicam aos peritos os motivos de suspeição e impedimento previstos no mencionado diploma legal. O Código de Ética Médica Resolução CFM 1.246/88, por sua vez, determina no art. 120 que é vedado ao médico ser perito em paciente seu, de pessoa de sua família ou de qualquer outra pessoa com a qual tenha relações capazes de influir em seu trabalho. Deste modo, resta claro que o perito que atuou no presente feito é suspeito para tanto, de modo que a realização de nova perícia é essencial para o devido julgamento da lide. No mesmo norte o entendimento do TRF/1ª Região, vejamos:PREVIDENCIÁRIO - CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ - MÉDICO PERITO - SUSPEIÇÃO - SENTENÇA ANULADA. 1. Dispõe o artigo 138 inciso III, do Código de Processo Civil, que se aplicam aos peritos os motivos de suspeição e impedimento previstos no referido diploma legal. 2. A Resolução CFM 1246/88 - Código de Ética Médica - estabelece, em seu art. 120, que é vedado ao médico “ser perito em paciente seu, de pessoa de sua família ou de qualquer outra pessoa com a qual tenha relações capazes de influir em seu trabalho”. 3. Caso em que o perito atendeu a autora pelo SUS, inclusive fornecendo-lhe atestado médico. 4. Apelação da autora provida para anular a SENTENÇA e determinar o retorno dos autos à vara de origem, para a realização de nova perícia, imprescindível para a solução da demanda.(AC 0029826-08.2010.4.01.9199 / MG, Rel. JUIZ FEDERAL RENATO MARTINS PRATES (CONV.), SEGUNDA TURMA, e-DJF1 p.209 de 20/09/2013)Em que pese a suspeição do perito, é certo que a mesma somente foi arguida após a realização da perícia médica, de modo que o perito deverá receber pelos serviços prestados. Assim, providencie-se o necessário para o pagamento do expert.O requerido é quem deverá custear as despesas com honorários do novo profissional a ser nomeado, pelos mesmos fundamentos lançados às fls. 105/107 e por ter sido a parte que solicitou a realização de nova perícia.Diante do exposto, nomeio perito o médico DEUSDETE ANTÔNIO ALVES, podendo ser encontrado na unidade de saúde local, para periciar a parte autora na data pelo profissional a ser designada.O senhor perito deverá exercer seu mister independentemente de assinatura de termo de compromisso, agindo sob a fé de seu grau.De de acordo com o art. 3º da Resolução Nº 558 do CJF o pagamento dos honorários periciais só se dará após o término do prazo para que as partes se manifestem sobre o laudo e/ou havendo solicitação de esclarecimentos por escrito ou em audiência, depois de prestados. O valor dos honorários periciais será de R$234,80, teto máximo estabelecido na Tabela II da Resolução nº 558, do Conselho da Justiça Federal, de 22/05/2007, publicado em 29/05/2007.O laudo deverá ser entregue em 10 (dez) dias após a realização do exame.O perito deverá responder aos quesitos formulados pelas partes, cuja apresentação e indicação de assistentes técnicos deverá ser feita no prazo de 05 (cinco) dias.Oficie-se ao senhor perito para dizer se concorda com o encargo. Caso não concorde deverá justificar apresentando motivo legítimo, impedimento ou suspeição, tudo no prazo de cinco (5) dias, nos termos dos artigos 423, 146, 138, III, todos do Código de Processo Civil. Caso se façam necessários exames complementares, o prazo para entrega do laudo deverá ser dilatado mediante requerimento fundamentado do perito. Providencie-se o necessário para o depósito dos honorários. VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO /CARTA.Intimem-se. Alvorada do Oeste-RO, quarta-feira, 20 de novembro de 2013. Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0001201-54.2013.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Katia Costa Silva
Advogado:Naira da Rocha Freitas (RO 5202)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (OAB/RO 020)
DECISÃO:
Vistos em saneador.Trata-se de ação previdenciária proposta por KATIA COSTA SILVA contra o INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL INSS objetivando a concessão do benefício de auxílio-doença e posterior conversão em aposentadoria por invalidez.As partes estão devidamente representadas e não há preliminares a serem analisadas ou vícios a serem sanados. Portanto, DECLARO SANEADO O PROCESSO.Fixo como ponto controvertido a incapacidade da autora em exercer labor rural e sua qualidade de segurada especial da previdência. Considerando que se trata de ação cujo benefício que se pleiteia exige conhecimento técnico específico, a fim de confirmar a condição da parte autora, a prova pericial é necessária para comprovação do alegado.Neste sentido já decidiu a Primeira Turma do TRF/1ª Região:PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. AUSÊNCIA DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. PROVA TÉCNICA INDISPENSÁVEL PARA O JULGAMENTO DA LIDE. AUSÊNCIA DE CONTESTAÇÃO DO ÓRGÃO PÚBLICO: INOPONIBILIDADE DOS EFEITOS DA REVELIA. DIREITOS INDISPONÍVEIS. SENTENÇA ANULADA DE OFÍCIO. 1. A falta de contestação do INSS na ação originária não enseja a aplicação do disposto no artigo 319 do CPC, uma vez que, em se tratando de pessoa jurídica de direito público, cujos interesses são indisponíveis, não se operam os efeitos da revelia (artigo 320, II, do CPC). 2. Nos casos em que se pleiteia a concessão de benefício previdenciário por incapacidade, a realização da prova pericial é imprescindível para o julgamento da causa, com FINALIDADE de comprovação da incapacidade laboral da parte autora. 3. Havendo necessidade de colheita de determinada prova, o Juiz deve determinar, até mesmo de ofício, a sua produção, em homenagem ao princípio da verdade real. Precedentes do STJ. 4. SENTENÇA que se anula de ofício, para que seja realizada a prova pericial na instância de origem. Remessa oficial prejudicada. (REO 0023901-65.2009.4.01.9199/AC Relatora: DES. FEDERAL ÂNGELA MARIA CATÃO ALVES; Data da DECISÃO 10/05/2010). (grifo nosso)PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AUXÍLIO-DOENÇA. CONVERSÃO EM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. LAUDO PERICIAL CONCLUSIVO PELA INCAPACIDADE PARA A ATIVIDADE HABITUAL. TERMO INICIAL DO BENEFÍCIO. CORREÇÃO MONETÁRIA. JUROS DE MORA. 1. O benefício de auxílio doença é devido em razão de incapacidade temporária, enquanto permanecer a inabilidade do segurado para o exercício de suas atividades habituais (art. 59 da Lei n. 8.212/91). 2. O segurado da Previdência Social tem direito ao benefício de aposentadoria por invalidez se comprovada, por perícia médica, sua incapacidade laborativa para a atividade habitual, nos termos do art. 42 da Lei n. 8.213/91. 3. Qualidade de segurado da Previdência Social e cumprimento de carência incontroversos, tendo em vista anterior concessão de auxílio-doença, no período de 09/02/2004 a 31/10/2004, com ajuizamento da ação em 22/11/2004. 4. É devido o auxílio-doença desde a data de sua suspensão até a emissão do laudo pericial, que constatou a incapacidade total e permanente da autora, momento em que passa a ser devida a aposentadoria por invalidez.5. As prestações em atraso devem ser pagas de uma só vez, monetariamente corrigidas de acordo com a Lei n. 6.899/81, pelos índices previstos no Manual de Cálculos da Justiça Federal, aprovado pelo Conselho da Justiça Federal, incidindo tal correção desde a data do vencimento de cada parcela em atraso (Súmulas n.s 148 do STJ e 19 do TRF - 1ª Região).6. Juros de mora devidos em 1% (um por cento) ao mês a contar da citação até o advento da Lei 11.960/09, a partir de quando incidirão à razão de 0,5% (meio por cento) ao mês - ou outro índice de juros remuneratórios das cadernetas de poupança que eventualmente venha a ser estabelecido -, até a apuração definitiva dos cálculos de liquidação. 7. Remessa oficial provida em parte. (REO 2008.01.99.002176-4/RO; Relatora Desembargadora Federal Monica Sifuentes; Data do Julg. 27/06/2011). [grifo nosso]Assim, como se faz necessária a realização da perícia, os honorários periciais deverão ser suportados pelo INSS.É que no caso em apreciação a parte autora é beneficiária da justiça gratuita e não tem condições de suportar os ônus da perícia. Por outro lado, como a prova reclama conhecimento técnico específico e não tendo o Juízo profissional habilitado para tanto, deve valer-se de profissionais liberais que devem receber pelos serviços prestados.Desta forma, observando o princípio da carga dinâmica da prova, segundo o qual, o ônus de provar deve ser imposto àquele que estiver apto fazê-lo, independentemente de ser autor ou réu, os honorários periciais deverão ser pagos pelo INSS. Diante do exposto, nomeio perito o médico cardiologista HAMILTON GIOVANINI, podendo ser encontrado junto ao CEMED, em Ji-Paraná/RO, para periciar a parte autora na data pelo médico a ser designada.O senhor perito deverá exercer seu mister independentemente de assinatura de termo de compromisso, agindo sob a fé de seu grau.De acordo com o art. 3º da Resolução Nº 558 do CJF o pagamento dos honorários periciais só se dará após o término do prazo para que as partes se manifestem sobre o laudo e/ou havendo solicitação de esclarecimentos por escrito ou em audiência, depois de prestados.O valor dos honorários periciais será de R$ 500,00 (quinhentos reais), superior ao teto máximo de R$234,80, estabelecido na Tabela II da Resolução nº 558, do Conselho da Justiça Federal, de 22/05/2007, publicado em 29/05/2007, justificado pelo §1º do artigo 3º da referida resolução, haja vista a ausência de profissional médico especialista nesta área na comarca, igualmente o número reduzido desses profissionais nas cidades circunvizinhas, aliado ao grau de especialização do perito e da natureza do exame. Oportunamente, com a aceitação do perito nomeado, informe-se a Corregedoria Geral da Justiça Federal sobre o teor desta DECISÃO, nos termos da resolução.O laudo deverá ser entregue em 10 (dez) dias após a realização do exame.O perito deverá responder aos quesitos formulados pelas partes, cuja apresentação e indicação de assistentes técnicos deverá ser feita no prazo de cinco dias. Oficie-se ao senhor perito para dizer se concorda com o encargo. Caso não concorde deverá justificar apresentando motivo legítimo, impedimento ou suspeição, tudo no prazo de cinco (5) dias, nos termos dos artigos 423, 146, 138, III, todos do Código de Processo Civil. Caso se façam necessários exames complementares, o prazo para entrega do laudo deverá ser dilatado mediante requerimento fundamentado do perito. Providencie-se o necessário para o depósito dos honorários. Intime-se a parte autora, via patrono, para informar sobre a sua possibilidade de comparecer em Ji-Paraná para a realização da perícia.VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO /CARTA. Pratique-se o necessário.Alvorada do Oeste-RO, terça-feira, 22 de outubro de 2013.Elisângela Frota Araújo Reis Juíza de Direito

Proc.: 0002031-54.2012.8.22.0011
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Adelina Gomes Ferreira
Advogado:Marcos Antonio Oda Filho (OAB/RO 4760)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Advogado:Procurador do Inss (OAB/RO 020)
DECISÃO:
Vistos, etc.Indefiro o pedido de fl.66, pois o caso recomenda prossional com especialidade em cardiologia.Assim, nomeio perito o médico cardiologista HAMILTON GIOVANINI, podendo ser encontrado junto ao CEMED, em Ji-Paraná/RO, para periciar a parte autora na data pelo médico a ser designada.O senhor perito deverá exercer seu mister independentemente de assinatura de termo de compromisso, agindo sob a fé de seu grau.De acordo com o art. 3º da Resolução Nº 558 do CJF o pagamento dos honorários periciais só se dará após o término do prazo para que as partes se manifestem sobre o laudo e/ou havendo solicitação de esclarecimentos por escrito ou em audiência, depois de prestados.O valor dos honorários periciais será de R$ 500,00 (quinhentos reais), superior ao teto máximo de R$234,80, estabelecido na Tabela II da Resolução nº 558, do Conselho da Justiça Federal, de 22/05/2007, publicado em 29/05/2007, justificado pelo §1º do artigo 3º da referida resolução, haja vista a ausência de profissional médico especialista nesta área na comarca, igualmente o número reduzido desses profissionais nas cidades circunvizinhas, aliado ao grau de especialização do perito e da natureza do exame. Oportunamente, com a aceitação do perito nomeado, informe-se a Corregedoria Geral da Justiça Federal sobre o teor desta DECISÃO, nos termos da resolução.O laudo deverá ser entregue em 10 (dez) dias após a realização do exame.O perito deverá responder aos quesitos formulados pelas partes, cuja apresentação e indicação de assistentes técnicos deverá ser feita no prazo de cinco dias.Oficie-se ao senhor perito para dizer se concorda com o encargo. Caso não concorde deverá justificar apresentando motivo legítimo, impedimento ou suspeição, tudo no prazo de cinco (5) dias, nos termos dos artigos 423, 146, 138, III, todos do Código de Processo Civil. Caso se façam necessários exames complementares, o prazo para entrega do laudo deverá ser dilatado mediante requerimento fundamentado do perito.Providencie-se o necessário para o depósito dos honorários.Intime-se a parte autora, via patrono, para informar sobre a sua possibilidade de comparecer em Ji-Paraná para a realização da perícia.VIAS DESTE SERVIRÃO DE MANDADO /CARTA.Pratique-se o necessário.Alvorada do Oeste-RO, quarta-feira, 16 de outubro de 2013.

Elisângela Frota Araújo Reis
Juíza de Direito

COMARCA DE BURITIS

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Proc: 1000593-43.2012.8.22.0021
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
JORGELINA GOMES DA SILVA(Requerente)
Advogado(s): Juarez Rosa da Silva(OAB 4200 RO)
Banco Schahin S/A(Requerido)
Advogado(s): alessandro de jesus perassí peres(OAB 2383 RO), OAB:76696 RO
JORGELINA GOMES DA SILVA(Requerente)
Advogado(s): Juarez Rosa da Silva(OAB 4200 RO)
Banco Schahin S/A(Requerido)
Advogado(s): alessandro de jesus perassí peres(OAB 2383 RO), Felipe Gazola Vieira Marques (OAB/MG 76696)
Intimar a parte requerida para audiência dia 04 de fevereiro de 2014 às 10 horas e 30 minutos, na sede deste juízo.

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório

Proc.: 0014265-43.2009.8.22.0021
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Eder Luiz Guarnieri (OAB/RO 398B), Procurador da Fazenda Pública do Estado de Rondônia (DNI DNI)
Executado:Silvano Caroba de Oliveira
Advogado:Não Informado (xx)
DESPACHO:
Vistos.Diante da tentativa infrutífera de penhora online, manifeste-se o exequente quanto, em 15 dias, requerendo o que entender de direito. Deverá o Exequente indicar bens do Executado, para que seja possível a penhora sob pena de suspensão e arquivamento do feito.Expeça-se o necessário. Buritis-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0014125-09.2009.8.22.0021
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Eder Luiz Guarnieri (OAB/RO 398B), Procurador da Fazenda Pública do Estado de Rondônia (DNI DNI)
Executado:Gelva Aparecida de Souza Me, Gelva Aparecida de Souza
Advogado:Não Informado (xx)
DESPACHO:
Vistos.Diante da tentativa infrutífera de penhora online, manifeste-se o exequente quanto, em 15 dias, requerendo o que entender de direito. Deverá o Exequente indicar bens do Executado, para que seja possível a penhora sob pena de suspensão e arquivamento do feito.Expeça-se o necessário. Buritis-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0005363-72.2007.8.22.0021
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Procurador da Fazenda Pública do Estado de Rondônia (DNI DNI)
Executado:João Marques de Oliveira, Marina da Silva Oliveira, Indústria Samaritano Ltda
Advogado:Advogado não informado (OAB/RO 22222)
DESPACHO:
Vistos.Diante da tentativa infrutífera de penhora online, manifeste-se o exequente quanto, em 15 dias, requerendo o que entender de direito. Deverá o Exequente indicar bens do Executado, para que seja possível a penhora sob pena de suspensão e arquivamento do feito.Expeça-se o necessário. Buritis-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0014680-94.2007.8.22.0021
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Nacional
Advogado:Maria Valentina Monteiro Del Rio (145.129), Procurador (a) da Fazenda Nacional (RO 0000000)
Executado:José Carlos da Rocha
Advogado:Advogado não informado (OAB/RO 22222)
DESPACHO:
Vistos.1. Defiro pedido de pesquisa via Bacenjud. 2. Conforme comprovante adiante, a diligência surtiu efeito bloqueando parte da quantia desejada, tendo sido determinada a transferência para conta em nome do juízo, MOTIVO PELO QUAL CONVERTO O BLOQUEIO EM PENHORA.3. Intime-se o executado para apresentar embargos no prazo de 30 dias. 5. Caso não haja embargos, expeça-se alvará para levantamento dos valores. 4. Manifeste-se a Exequente quanto ao resultado parcial da penhora on line, requerendo o que entender de direito.Buritis-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0001099-70.2011.8.22.0021
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Eder Luiz Guarnieri (OAB/RO 398B)
Executado:Geraldo José da Silva
Advogado:Não Informado (xx)
DESPACHO:
1. Defiro pedido de pesquisa via Bacenjud. 2.Conforme comprovante adiante, a diligência surtiu efeito bloqueando a quantia desejada, tendo sido determinada a transferência para conta em nome do juízo, MOTIVO PELO QUAL CONVERTO O BLOQUEIO EM PENHORA.3. Intime-se o executado para apresentar embargos no prazo de 30 dias. 4. Caso não haja embargos, expeça-se alvará para levantamento dos valores. Buritis-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0001103-10.2011.8.22.0021
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Procurador da Fazenda Pública do Estado de Rondônia (DNI DNI)
Executado:Marcelino Hellmann
Advogado:Não Informado (xx)
DESPACHO:
Vistos.Diante da tentativa infrutífera de penhora online, manifeste-se o exequente quanto, em 15 dias, requerendo o que entender de direito. Deverá o Exequente indicar bens do Executado, para que seja possível a penhora sob pena de suspensão e arquivamento do feito.Expeça-se o necessário. Buritis-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0001157-73.2011.8.22.0021
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Eder Luiz Guarnieri (OAB/RO 398B)
Executado:Joaquim Conceição Pereira
Advogado:Não Informado (xx)
DESPACHO:
Vistos.Diante da tentativa infrutífera de penhora online, manifeste-se o exequente quanto, em 15 dias, requerendo o que entender de direito. Deverá o Exequente indicar bens do Executado, para que seja possível a penhora sob pena de suspensão e arquivamento do feito.Expeça-se o necessário. Buritis-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0001100-55.2011.8.22.0021
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Eder Luiz Guarnieri (OAB/RO 398B)
Executado:Nivaldo Pereira dos Santos
Advogado:Não Informado (xx)
DESPACHO:
Vistos.1. Defiro pedido de pesquisa via Bacenjud. 2. Conforme comprovante adiante, a diligência surtiu efeito bloqueando parte da quantia desejada, tendo sido determinada a transferência para conta em nome do juízo, MOTIVO PELO QUAL CONVERTO O BLOQUEIO EM PENHORA.3. Intime-se o executado para apresentar embargos no prazo de 30 dias. 5. Caso não haja embargos, expeça-se alvará para levantamento dos valores. 4. Manifeste-se a Exequente quanto ao resultado parcial da penhora on line, em 10 dias, requerendo o que entender de direito.Buritis-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0011144-80.2004.8.22.0021
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Procurador da Fazenda Pública do Estado de Rondônia (DNI DNI)
Executado:Maria de Lourdes Correa, M de L. Correia - ME
Advogado:Advogado não informado (OAB/RO 22222)
DESPACHO:
Vistos.Diante da tentativa infrutífera de penhora online, manifeste-se o exequente quanto, em 15 dias, requerendo o que entender de direito. Deverá o Exequente indicar bens do Executado, para que seja possível a penhora sob pena de suspensão e arquivamento do feito.Expeça-se o necessário. Buritis-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0001420-42.2010.8.22.0021
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de Rondônia
Advogado:Francisco Lopes Coelho (OAB/RO 678)
Executado:Carlos Eugenio Bresolin
Advogado:Não Informado (xx)
DESPACHO:
Vistos.Diante da tentativa infrutífera de penhora online, manifeste-se o exequente quanto, em 15 dias, requerendo o que entender de direito. Deverá o Exequente indicar bens do Executado, para que seja possível a penhora sob pena de suspensão e arquivamento do feito.Expeça-se o necessário. Buritis-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0023395-57.2009.8.22.0021
Ação:Reintegração / Manutenção de Posse (Cível)
Requerente:Banco Finasa Bmc S.a Osasco
Advogado:Luciano Mello de Souza (OAB/RO 3519), Celso Marcon (OAB/ES 10990)

Requerido:Sonia Guidorizzi Antonio da Silva
Advogado:Alberto Biaggi Netto (OAB/RO 2740)
DESPACHO:
Vistos.Diante da tentativa infrutífera de penhora online, manifeste-se o exequente quanto, em 15 dias, requerendo o que entender de direito. Deverá o Exequente indicar bens do Executado, para que seja possível a penhora sob pena de suspensão e arquivamento do feito.Expeça-se o necessário. Buritis-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0030306-22.2008.8.22.0021
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de Rondônia
Advogado:Procurador do Crea (000.), Francisco Lopes Coelho (OAB/RO 678)
Executado:Doriedson Suave
Advogado:Não Informado (xx)
DESPACHO:
Vistos.Diante da tentativa infrutífera de penhora online, manifeste-se o exequente quanto, em 15 dias, requerendo o que entender de direito. Deverá o Exequente indicar bens do Executado, para que seja possível a penhora sob pena de suspensão e arquivamento do feito.Expeça-se o necessário. Buritis-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0007312-68.2006.8.22.0021
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Nacional
Advogado:Giuliano Geraldo Reis (000000000000000000), Procurador (a) da Fazenda Nacional (RO 0000000)
Executado:Transportadora Sumauma Ltda ME, Alailson Machado
Advogado:Advogado não informado (OAB/RO 22222), Erimar Luiz Giuriato (OAB/ES 12.398)
DESPACHO:
Vistos.Diante da tentativa infrutífera de penhora online, manifeste-se o exequente quanto, em 15 dias, requerendo o que entender de direito. Deverá o Exequente indicar bens do Executado, para que seja possível a penhora sob pena de suspensão e arquivamento do feito.Expeça-se o necessário. Buritis-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0011201-64.2005.8.22.0021
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Nacional
Advogado:Giuliano Geraldo Reis (000000000000000000)
Executado:A. A. Prego Epp
Advogado:Advogado não informado (OAB/RO 22222)
DESPACHO:
Vistos.Diante da tentativa infrutífera de penhora online, manifeste-se o exequente quanto, em 15 dias, requerendo o que entender de direito. Deverá o Exequente indicar bens do Executado, para que seja possível a penhora sob pena de suspensão e arquivamento do feito.Expeça-se o necessário. Buritis-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0028260-94.2007.8.22.0021
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Eder Luiz Guarnieri (OAB/RO 398B)
Executado:Gaucha Cross Comércio e Representação Ltda., Marcio Lucas D. Santos
Advogado:Não Informado (xx)
DESPACHO:
Vistos.Diante da tentativa infrutífera de penhora online, manifeste-se o exequente quanto, em 15 dias, requerendo o que entender de direito. Deverá o Exequente indicar bens do Executado, para que seja possível a penhora sob pena de suspensão e arquivamento do feito.Expeça-se o necessário. Buritis-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0015504-82.2009.8.22.0021
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de Rondônia
Advogado:Francisco Lopes Coelho (OAB/RO 678)
Executado:Vitor José da Silva Galvão - Me
Advogado:Não Informado (xx)
DESPACHO:
Vistos.Diante da tentativa infrutífera de penhora online, manifeste-se o exequente quanto, em 15 dias, requerendo o que entender de direito. Deverá o Exequente indicar bens do Executado, para que seja possível a penhora sob pena de suspensão e arquivamento do feito.Expeça-se o necessário. Buritis-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0001417-87.2010.8.22.0021
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de Rondônia
Advogado:Francisco Lopes Coelho (OAB/RO 678), Nélio Alzenir Afonso Alencar (966-D/RO)
Executado:Jeieli Domingos de Souza
Advogado:Não Informado (xx)
DESPACHO:
Vistos.Diante da tentativa infrutífera de penhora online, manifeste-se o exequente quanto, em 15 dias, requerendo o que entender de direito. Deverá o Exequente indicar bens do Executado, para que seja possível a penhora sob pena de suspensão e arquivamento do feito.Expeça-se o necessário. Buritis-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.

Jaires Taves Barreto
Juiz de Direito

2ª VARA CÍVEL

2º Cartório

Proc.: 0004159-51.2011.8.22.0021
Ação:Homologação de Transação Extrajudicial (Cível)
Requerente:Daniel Almeida do Nascimento Correa, Claudia Barreto Carlos
Advogado:Defensoria Pública ( ), Flávio Farina (OAB/RO 2857), Maurício Gomes de Araújo ( )

Para intimar os procuradores das partes do DESPACHO de fl 104, a seguir transcrito: Vistos. Ante as peculiaridades do caso em apreço, designo audiência de Justificação para o dia 24/02/2014 às 09h30min, para melhor elucidação dos fatos. Intimem-se as partes pessoalmente e seus procuradores que deverão comparecer à audiência designada acompanhado do infante.Ciência ao Ministério Público.Expeça-se o necessário. Buritis-RO, quarta-feira, 22 de janeiro de 2014. Jaires Taves Barreto Juiz de Direito.

Proc.: 0002752-44.2010.8.22.0021
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Eder Luiz Guarnieri (OAB/RO 398B)
Executado:Depósito de Madeiras Recon Ltda.
Advogado:Não Informado (xx)
DESPACHO:
Vistos.Diante da tentativa infrutífera de penhora online, manifeste-se o exequente quanto, em 15 dias, requerendo o que entender de direito. Deverá o Exequente indicar bens do Executado, para que seja possível a penhora sob pena de suspensão e arquivamento do feito.Expeça-se o necessário. Buritis-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0001843-94.2013.8.22.0021
Ação:Execução Fiscal
Exequente:União Federal
Advogado:Procurador (a) da Fazenda Nacional (RO 0000000)
Executado:Serraria Irmãos Correia Ltda
Advogado:Não Informado (xx)
DESPACHO:
Vistos.Diante da tentativa infrutífera de penhora online, manifeste-se o exequente quanto, em 15 dias, requerendo o que entender de direito. Deverá o Exequente indicar bens do Executado, para que seja possível a penhora sob pena de suspensão e arquivamento do feito.Expeça-se o necessário. Buritis-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0001721-18.2012.8.22.0021
Ação:Execução Fiscal
Exequente:União Federal
Advogado:Procurador Federal ( )
Executado:Serraria Irmãos Correia Ltda
Advogado:Não Informado (xx)
DESPACHO:
Vistos.Diante da tentativa infrutífera de penhora online, manifeste-se o exequente quanto, em 15 dias, requerendo o que entender de direito. Deverá o Exequente indicar bens do Executado, para que seja possível a penhora sob pena de suspensão e arquivamento do feito.Expeça-se o necessário. Buritis-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0015474-47.2009.8.22.0021
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de Rondônia
Advogado:Francisco Lopes Coelho (OAB/RO 678)
Executado:João Flávio Rodrigues Nunes
Advogado:Não Informado (xx)
DESPACHO:
Vistos.Diante da tentativa infrutífera de penhora online, manifeste-se o exequente quanto, em 15 dias, requerendo o que entender de direito. Deverá o Exequente indicar bens do Executado, para que seja possível a penhora sob pena de suspensão e arquivamento do feito.Expeça-se o necessário. Buritis-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0014109-55.2009.8.22.0021
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Procurador da Fazenda Pública do Estado de Rondônia (DNI DNI)
Executado:Sidnei Aparecido Silva Me, Sidnei Aparecido Silva
Advogado:Não Informado (xx)
DESPACHO:
Vistos.Diante da tentativa infrutífera de penhora online, manifeste-se o exequente quanto, em 15 dias, requerendo o que entender de direito. Deverá o Exequente indicar bens do Executado, para que seja possível a penhora sob pena de suspensão e arquivamento do feito.Expeça-se o necessário. Buritis-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0001421-27.2010.8.22.0021
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do Estado de Rondônia
Advogado:Francisco Lopes Coelho (OAB/RO 678), Procurador do Crea (000.)
Executado:Hermis Crestani
Advogado:Não Informado (xx)
DESPACHO:
Vistos.Diante da tentativa infrutífera de penhora online, manifeste-se o exequente quanto, em 15 dias, requerendo o que entender de direito. Deverá o Exequente indicar bens do Executado, para que seja possível a penhora sob pena de suspensão e arquivamento do feito.Expeça-se o necessário. Buritis-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0022667-84.2007.8.22.0021
Ação:Execução Fiscal
Exequente:União Federal
Advogado:Maria Valentina Monteiro Del Rio (145.129), Procurador Federal ( )
Executado:R. M. Madeiras Ltda - Me
Advogado:Advogado não informado (OAB/RO 22222)
DESPACHO:
Vistos.Diante da tentativa infrutífera de penhora online, manifeste-se o exequente quanto, em 15 dias, requerendo o que entender de direito. Deverá o Exequente indicar bens do Executado, para que seja possível a penhora sob pena de suspensão e arquivamento do feito.Expeça-se o necessário. Buritis-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0014052-37.2009.8.22.0021
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Eder Luiz Guarnieri (OAB/RO 398B)

Executado:Abatedouro Buritis Ltda Me, Lucileide dos Santos Oliveira, José Batista de Andrade. Espólio
Advogado:Não Informado (xx)
DESPACHO:
Vistos.Diante da tentativa infrutífera de penhora online, manifeste-se o exequente quanto, em 15 dias, requerendo o que entender de direito. Deverá o Exequente indicar bens do Executado, para que seja possível a penhora sob pena de suspensão e arquivamento do feito.Expeça-se o necessário. Buritis-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0001077-12.2011.8.22.0021
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Eder Luiz Guarnieri (OAB/RO 398B)
Executado:Silvano Soares de Oliveira Me
Advogado:Não Informado (xx)
DESPACHO:
Vistos.1. Defiro pedido de pesquisa via Bacenjud. 2.Conforme comprovante adiante, a diligência surtiu efeito bloqueando a quantia desejada, tendo sido determinada a transferência para conta em nome do juízo, MOTIVO PELO QUAL CONVERTO O BLOQUEIO EM PENHORA.3. Intime-se o executado para apresentar embargos no prazo de 30 dias. 4. Caso não haja embargos, expeça-se alvará para levantamento dos valores. Buritis-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0001104-92.2011.8.22.0021
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Eder Luiz Guarnieri (OAB/RO 398B)
Executado:Luiz Pereira de Andrade
Advogado:Não Informado (xx)
DESPACHO:
Vistos.Diante da tentativa infrutífera de penhora online, manifeste-se o exequente quanto, em 15 dias, requerendo o que entender de direito. Deverá o Exequente indicar bens do Executado, para que seja possível a penhora sob pena de suspensão e arquivamento do feito.Expeça-se o necessário. Buritis-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0001092-78.2011.8.22.0021
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Eder Luiz Guarnieri (OAB/RO 398B), Procurador da Fazenda Pública do Estado de Rondônia (DNI DNI)
Executado:Antonio Marcos de Souza Rosa
Advogado:Defensoria Pública ( )
DESPACHO:
Vistos.Diante da tentativa infrutífera de penhora online, manifeste-se o exequente quanto, em 15 dias, requerendo o que entender de direito. Deverá o Exequente indicar bens do Executado, para que seja possível a penhora sob pena de suspensão e arquivamento do feito.Expeça-se o necessário. Buritis-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0002323-72.2013.8.22.0021
Ação:Execução Fiscal
Exequente:União Federal
Advogado:Procurador Federal ( )
Executado:C & A Industria e Comercio de Madeira Ltda Epp
Advogado:Não Informado (xx)
DESPACHO:
Vistos.Diante da tentativa infrutífera de penhora online, manifeste-se o exequente quanto, em 15 dias, requerendo o que entender de direito. Deverá o Exequente indicar bens do Executado, para que seja possível a penhora sob pena de suspensão e arquivamento do feito.Expeça-se o necessário. Buritis-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0002760-21.2010.8.22.0021
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Eder Luiz Guarnieri (OAB/RO 398B), Procurador da Fazenda Pública do Estado de Rondônia (DNI DNI)
Executado:Zélia Santos de Jesus
Advogado:Não Informado (xx)
DESPACHO:
Vistos.1. Defiro pedido de pesquisa via Bacenjud. 2. Conforme comprovante adiante, a diligência surtiu efeito bloqueando parte da quantia desejada, tendo sido determinada a transferência para conta em nome do juízo, MOTIVO PELO QUAL CONVERTO O BLOQUEIO EM PENHORA.3. Intime-se o executado para apresentar embargos no prazo de 30 dias. 5. Caso não haja embargos, expeça-se alvará para levantamento dos valores. 4. Manifeste-se a Exequente quanto ao resultado parcial da penhora on line, em 15 dias, requerendo o que entender de direito.Buritis-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0001119-61.2011.8.22.0021
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Eder Luiz Guarnieri (OAB/RO 398B)
Executado:Indústria e Comércio de Madeiras Guariúba Ltda.
Advogado:Não Informado (xx)
DESPACHO:
Vistos.Diante da tentativa infrutífera de penhora online, manifeste-se o exequente quanto, em 15 dias, requerendo o que entender de direito. Deverá o Exequente indicar bens do Executado, para que seja possível a penhora sob pena de suspensão e arquivamento do feito.Expeça-se o necessário. Buritis-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0001531-89.2011.8.22.0021
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Mega Veículos Ltda. Ariquemes.ro
Advogado:Vanda Salete Gomes Almeida. (OAB/RO 418)
Executado:Josiane Ferreira da Silva
Advogado:Não Informado (xx)
DESPACHO:
Vistos.Diante da tentativa infrutífera de penhora online, manifeste-se o exequente quanto, em 15 dias, requerendo o que entender de direito. Deverá o Exequente indicar bens do Executado, para que seja possível a penhora sob pena de suspensão e arquivamento do feito.Expeça-se o necessário. Buritis-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0003215-15.2012.8.22.0021
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Clínica Prólife Ltda
Advogado:Alberto Biaggi Netto (OAB/RO 2740)
Executado:Keila Maiara da Silva
Advogado:Não Informado (xx)
DESPACHO:
Vistos.Diante da tentativa infrutífera de penhora online, manifeste-se o exequente quanto, em 15 dias, requerendo o que entender de direito. Deverá o Exequente indicar bens do Executado, para que seja possível a penhora sob pena de suspensão e arquivamento do feito.Expeça-se o necessário. Buritis-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0000790-78.2013.8.22.0021
Ação:Execução Fiscal
Exequente:União Federal
Advogado:Procurador Federal ( )
Executado:Serraria Irmãos Correia Ltda
Advogado:Não Informado (xx)
DESPACHO:
Vistos.Diante da tentativa infrutífera de penhora online, manifeste-se o exequente quanto, em 15 dias, requerendo o que entender de direito. Deverá o Exequente indicar bens do Executado, para que seja possível a penhora sob pena de suspensão e arquivamento do feito.Expeça-se o necessário. Buritis-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0002757-66.2010.8.22.0021
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Eder Luiz Guarnieri (OAB/RO 398B)
Executado:Roque Renato de Oliveira
Advogado:Não Informado (xx)
DESPACHO:
Vistos.Diante da tentativa infrutífera de penhora online, manifeste-se o exequente quanto, em 15 dias, requerendo o que entender de direito. Deverá o Exequente indicar bens do Executado, para que seja possível a penhora sob pena de suspensão e arquivamento do feito.Expeça-se o necessário. Buritis-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0002514-54.2012.8.22.0021
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Nacional
Advogado:Procurador Federal ( )
Executado:Laboratório Buritis
Advogado:Não Informado (xx)
DESPACHO:
Vistos.Diante da tentativa infrutífera de penhora online, manifeste-se o exequente quanto, em 15 dias, requerendo o que entender de direito. Deverá o Exequente indicar bens do Executado, para que seja possível a penhora sob pena de suspensão e arquivamento do feito.Expeça-se o necessário. Buritis-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0001842-12.2013.8.22.0021
Ação:Execução Fiscal
Exequente:União Federal
Advogado:Procurador (a) da Fazenda Nacional (RO 0000000)
Executado:Nortolândia Madeiras Ltda
Advogado:Não Informado (xx)
DESPACHO:
Vistos.Diante da tentativa infrutífera de penhora online, manifeste-se o exequente quanto, em 15 dias, requerendo o que entender de direito. Deverá o Exequente indicar bens do Executado, para que seja possível a penhora sob pena de suspensão e arquivamento do feito.Expeça-se o necessário. Buritis-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0014192-71.2009.8.22.0021
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Fazenda Pública do Estado de Rondônia
Advogado:Eder Luiz Guarnieri (OAB/RO 398B), Procurador da Fazenda Pública do Estado de Rondônia (DNI DNI)
Executado:José Westfal
Advogado:Não Informado (xx)
DESPACHO:
Vistos.Diante da tentativa infrutífera de penhora online, manifeste-se o exequente quanto, em 15 dias, requerendo o que entender de direito. Deverá o Exequente indicar bens do Executado, para que seja possível a penhora sob pena de suspensão e arquivamento do feito.Expeça-se o necessário. Buritis-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Jaires Taves Barreto Juiz de Direito

Proc.: 0000147-86.2014.8.22.0021
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Antônio Rodrigues de Sousa
Advogado:Michelle Souza Pires Stegmann (OAB/RO 4110)
Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogado:Não Informado (xx)
DECISÃO:
DECISÃO.Vistos.Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito c/c indenização por danos morais e pedido de tutela antecipada ajuizada por ANTÔNIO RODRIGUES DE SOUZA em desfavor de CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA - CERON, alegando, em suma, que no mês de janeiro/2014 recebeu notificação de irregularidades no medidor, impondo-lhe um débito no importe de R$ 2.963,53.Ocorre que o débito decorre de perícia realizada de forma unilateral pela Requerida, sendo a cobrança totalmente abusiva.Sustenta a ilegalidade da cobrança, requerendo a concessão de tutela antecipada para impedir a Requerida de efetuar a suspensão do fornecimento de energia elétrica em sua residência, até final DECISÃO, bem como não inclua seus dados nos cadastros restritivos de crédito ? SPC/SERASA, referente ao débito apontado nos autos, sob pena de multa diária.Decido.A tutela antecipada, disciplinada no art. 273 do CPC, traz como requisito legal para sua concessão a prova inequívoca de convencer da verossimilhança das alegações dos fatos articulados e a demonstração do fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.Segundo posição do E. STJ, o fornecimento de energia elétrica não pode ser interrompido por conta de débitos pretéritos, pois a concessionária possui meios legítimos para a cobrança de

seus débitos.Veja-se a seguinte ementa:ADMINISTRATIVO. ENERGIA ELÉTRICA. CORTE NO FORNECIMENTO. DÉBITO ANTIGO. O fornecimento de serviços essenciais (água e energia elétrica) não pode ser interrompido por conta de débitos pretéritos; a concessionária dispõe de meios legítimos para a cobrança de seus créditos. (Agravo regimental não provido. AgRg nos EDcl no AREsp 107900 / RS AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL 2011/0254144-0. Relator Ministro ARI PARGENDLER. Órgão Julgador T1 - PRIMEIRA TURMA. Data do Julgamento 07/03/2013)Na hipótese, os documentos de fls. 13-19 revelam que os débitos cobrados pela Requerida diz respeito ao consumo de energia elétrica no período de 06/2010 à 05/2013, logo encontra-se presente a plausibilidade das alegações apresentadas na exordial.O fundado receio de dano irreparável liga-se ao fato de ser o fornecimento de energia elétrica bem essencial e indispensável a toda sociedade.Diante do exposto, presentes os requisitos da medida pretendida, DEFIRO o pedido de tutela antecipada feita por ANTÔNIO RODRIGUES DE SOUZA e determino que a Requerida se abstenha de suspender o fornecimento de energia elétrica no imóvel localizado na rua Guanabara, n. 740, setor 08, nesta Cidade, até posterior DECISÃO.Determino ainda que se abstenha de inscrever os dados pessoais da parte requerente nos cadastros restritivos de crédito SPC/SERASA, referente ao débito no valor de R$ 2.963,53, com vencimento em 11/02/2014 (fl. 17).Em caso de descumprimento, fixo multa no valor de R$ 200,00 (duzentos reais) por dia até o limite de R$ 2.000,00 (dois mil reais), a ser revertida em favor da parte requerente, sem prejuízo de eventuais perdas e danos.Ressalto que a parte requerente deverá pagar as faturas vincendas no curso do processo, referentes ao consumo mensal de energia elétrica, fazendo prova nos autos,sob pena de revogação de medida ora concedida.Cite-se com as advertências legais, constantes nos arts. 285 e 319 do CPC.Não havendo contestação ou sendo ela intempestiva, certifique-se.Havendo contestação com assertivas preliminares e/ou apresentação de documentos, abram-se vistas a parte requerente para réplica.Cumprida as determinações acima, retornem os autos conclusos.Expeça-se o necessário.Serve o presente como Carta/MANDADO.Requerido: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA ? CERON, localizado na Avenida dos Imigrantes, nº 4137, Bairro Industrial, município de Porto Velho-RO.Buritis-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014.Jaires Taves Barreto
Juiz de Direitocas

Proc.: 0000150-41.2014.8.22.0021
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Onofre Adami
Advogado:Michelle Souza Pires Stegmann (OAB/RO 4110)
Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia S/a Ceron Brt
Advogado:Não Informado (xx)
DECISÃO:
DECISÃO.Vistos.Trata-se de ação declaratória de inexistência de débito c/c indenização por danos morais e pedido de tutela antecipada ajuizada por ONOFRE ADAMI em desfavor de CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA - CERON, alegando, em suma, que no mês de janeiro/2014 recebeu notificação de irregularidades no medidor, impondo-lhe um débito no importe de R$ 2.513,03.Ocorre que o débito decorre de perícia realizada de forma unilateral pela Requerida, sendo a cobrança totalmente abusiva.Sustenta a ilegalidade da cobrança, requerendo a concessão de tutela antecipada para impedir a Requerida de efetuar a suspensão do fornecimento de energia elétrica em sua residência, até final DECISÃO, bem como não inclua seus dados nos cadastros restritivos de crédito ? SPC/SERASA, referente ao débito apontado nos autos, sob pena de multa diária.Decido.A tutela antecipada, disciplinada no art. 273 do CPC, traz como requisito legal para sua concessão a prova inequívoca de convencer da verossimilhança das alegações dos fatos articulados e a demonstração do fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação.Segundo posição do E. STJ, o fornecimento de energia elétrica não pode ser interrompido por conta de débitos pretéritos, pois a concessionária possui meios legítimos para a cobrança de seus débitos.Veja-se a seguinte ementa:ADMINISTRATIVO. ENERGIA ELÉTRICA. CORTE NO FORNECIMENTO. DÉBITO ANTIGO. O fornecimento de serviços essenciais (água e energia elétrica) não pode ser interrompido por conta de débitos pretéritos; a concessionária dispõe de meios legítimos para a cobrança de seus créditos. (Agravo regimental não provido. AgRg nos EDcl no AREsp 107900 / RS AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL 2011/0254144-0. Relator Ministro ARI PARGENDLER. Órgão Julgador T1 - PRIMEIRA TURMA. Data do Julgamento 07/03/2013)Na hipótese, os documentos de fls. 13-19 revelam que os débitos cobrados pela Requerida diz respeito ao consumo de energia elétrica no período de 04/2013 à 07/2013, logo encontra-se presente a plausibilidade das alegações apresentadas na exordial.O fundado receio de dano irreparável liga-se ao fato de ser o fornecimento de energia elétrica bem essencial e indispensável a toda sociedade.Diante do exposto, presentes os requisitos da medida pretendida, DEFIRO o pedido de tutela antecipada feita por ONOFRE ADAMI e determino que a Requerida se abstenha de suspender o fornecimento de energia elétrica no imóvel localizado na linha 01, s/n, setor chacarra, nesta Cidade, até posterior DECISÃO.Determino ainda que se abstenha de inscrever os dados pessoais da parte requerente nos cadastros restritivos de crédito SPC/SERASA, referente ao débito no valor de R$ 2.513,03, com vencimento em 10/02/2014 (fl. 17). Em caso de descumprimento, fixo multa no valor de R$ 200,00 (duzentos reais) por dia até o limite de R$ 2.000,00 (dois mil reais), a ser revertida em favor da parte requerente, sem prejuízo de eventuais perdas e danos.Ressalto que a parte requerente deverá pagar as faturas vincendas no curso do processo, referentes ao consumo mensal de energia elétrica, fazendo prova nos autos,sob pena de revogação de medida ora concedida.Cite-se com as advertências legais, constantes nos arts. 285 e 319 do CPC.Não havendo contestação ou sendo ela intempestiva, certifique-se.Havendo contestação com assertivas preliminares e/ou apresentação de documentos, abram-se vistas a parte requerente para réplica.Cumprida as determinações acima, retornem os autos conclusos.Expeça-se o necessário.Serve o presente como Carta/MANDADO. Requerido: CENTRAIS ELÉTRICAS DE RONDÔNIA ? CERON, localizado na Avenida dos Imigrantes, nº 4137, Bairro Industrial, município de Porto Velho-RO.Buritis-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014.

Jaires Taves Barreto
Juiz de Direitocas

COMARCA DE COSTA MARQUES

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal

Proc.: 0001820-66.2013.8.22.0016
Ação:Ação Penal de Competência do Júri (Réu Solto)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Denunciado: Joaquim Odilio Paz
Advogado: Everardo Luz de Magalhães OAB/RO 339-A
FINALIDADE: Intimar o advogado acima do r. DESPACHO:
DESPACHO:
Vistos.Reexaminando os autos à luz do que foi aduzido na resposta inicial apresentada pelo réu, não vejo, nesta fase processual, a presença de elementos taxativos capazes de conduzir à absolvição sumária do acusado, na forma disciplinada pelo artigo 397 do Código de Processo Penal, com a redação dada pela Lei 11.719/08, devendo a questão de MÉRITO ser analisada após a instrução.DESIGNO audiência de instrução e julgamento, para o dia 02/04/2014, às 09 horas, oportunidade em que proceder-se-á à tomada de declarações do réu, a inquirição das testemunhas arroladas pela acusação e pela defesa.Intimem-se o réu e as testemunhas arroladas.Ciência ao Ministério Público e a Defensoria Pública.Costa Marques-RO, terça-feira, 28 de janeiro de 2014.Michiely Aparecida Cabrera Valezi Benedeti Juíza de Direito

Adriane Gallo
Escrivã Judicial

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
1ª Vara Cível da Comarca de Costa Marques/RO
(e-mail: cmr1civel@tjro.jus.br)
Juíza de DireitoSubstituta: Simone de Melo

Proc.: 0002121-13.2013.8.22.0016
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Domingos Savio Leal Nina
Advogado:José Neves Bandeira (RO 182)
Requerido:Estado de Rondônia
DESPACHO:
Vistos.Intime-se o patrono do autor para emendar a inicial, recolhendo as custas processuais, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento e extinção.Atente-se a escrivania quanto a numeração das páginas, providencie o necessário para regularização da pendência.Costa Marques-RO, terça-feira, 28 de janeiro de 2014.Michiely Aparecida Cabrera Valezi Benedeti Juíza de Direito

Proc.: 0001535-73.2013.8.22.0016
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Abilio Sperandio, Ezequias Leite da Silva
Advogado:Marcos Rogério Garcia Franco (OAB/RO 4081)
Requerido:Eletrobras Distribuição Rondônia
DESPACHO:
Vistos.Intime-se as partes para especificarem os meios de provas que pretendem produzir, justificando a necessidade e a utilidade, sob pena de indeferimento, em 05 (cinco) dias. DJ.Costa Marques-RO, quarta-feira, 29 de janeiro de 2014. Michiely Aparecida Cabrera Valezi Benedeti Juíza de Direito

Proc.: 0001500-84.2011.8.22.0016
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Exequente:Boasafra Com. e Representações Ltda
Advogado:Giane Ellen Borgio Barbosa (RO 2027)
Executado:Márcio José Máximo
DESPACHO:
Vistos.01. Expeça-se alvará para levantamento do valor depositado judicialmente conforme informado à fl. 70, em favor do exequente, que deverá ser intimado para assinatura e retirada.02. Após, nada mais sendo requerido pelas partes, venham o feito concluso para extinção.Promova-se o necessário. Costa Marques-RO, terça-feira, 28 de janeiro de 2014.Michiely Aparecida Cabrera Valezi Benedeti Juíza de Direito

Proc.: 0000714-69.2013.8.22.0016
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:M. dos S.
Requerido:A. V. P.
DESPACHO:
Vistos.Intime-se o Estado de Rondônia por meio de seus procuradores, para que comprove o cumprimento da DECISÃO de fl. 26.No prazo de 48 (quarenta e oito) horas para cumprimento, sob pena de sequestro nas contas do Estado dos valores necessários para custear o exame.Decorrido o prazo, venham os autos conclusos.Costa Marques-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Michiely Aparecida Cabrera Valezi Benedeti Juíza de Direito

Proc.: 0001971-32.2013.8.22.0016
Ação:Ação Civil Pública
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Requerido:Luiz Henrique Wildner
DESPACHO:
Vistos.1 - Considerando a petição apresentada pelo requerido, redesigno audiência de conciliação para o dia 12/03/2014 às 11h30min.2 - Intimem-se as partes da referida audiência.3 - Dê-se ciência ao Ministério Público.4 - Promova-se o necessário. Costa Marques-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Michiely Aparecida Cabrera Valezi Benedeti Juíza de Direito

Proc.: 0001349-50.2013.8.22.0016
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA/RO
Advogado:Francisco Lopes Coelho (RO 678)
Executado:Pedro Leite de Campos
DESPACHO:
Vistos.Intime-se o executado para se manifestar acerca da proposta de acordo ofertada à fl. 21/22, no prazo de 10 (dez) dias.Decorrido o prazo, voltem os autos concluso.Costa Marques-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Michiely Aparecida Cabrera Valezi Benedeti Juíza de Direito

Arrisson Dener de Souza Moro
Diretor de Cartório

COMARCA DE MACHADINHO D´OESTE

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal
1ª Vara Criminal
Machadinho do Oeste
Juiz de Direito: Rogério Montai de Lima
Diretor de Cartório: Peterson Vendrameto, e-mail: mdo1criminal@tjro.jus.br

Proc.: 0002954-22.2013.8.22.0019
Ação:Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha)
Requerente:Delegacia de Polícia Civil de Machadinho do Oeste, Maria Aurineide Teixeira Galeazi
Requerido:Magiorino Natal Galiazzi
FINALIDADE: INTIMAR o(s) requerido(s) acima qualificado(s), da DECISÃO exarada nos autos em epígrafe, conforme resumo abaixo. A decsão poderá ser visualizada na íntegra no site do Tribunal de Justiça www.tjro.jus.br.
DECISÃO: “Trata-se de pedido de Medida Protetiva, prevista no artigo 22 da Lei n° 11.340/06, formulado pelo Ministério Público desta comarca, em favor de Maria Aurineide Teixeira Galeazi contra Magiorino Natal Galiazzi.Relatou a ofendida, que foi agredida fisicamente pelo infrator, sendo que na ocasião, o mesmo invadiu sua residência, que fica ao lado de sua casa e lhe desferiu tapas, lesionando-a na boca e no braço. Acostou ocorrência, fl. 07.É o relatório. Decido.O artigo 33 da Lei 11.340/2006 dispõe que, ?Enquanto não estruturados os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, as varas criminais acumularão as competências cível e criminal para conhecer e julgar as causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher [...]?.A rigor, consoante dispõe o art. 7º da lei n. 11.340/2006, constituem formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal; II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;[...] V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.Vale registrar também que, nos crimes cometidos no âmbito familiar, já que comumente ocorrem sem a presença de testemunhas, a palavra da vítima tem especial relevância.Deveras, em crimes de violência doméstica a palavra da vítima deve ser considerada como de maior peso diante do modo e do meio em que se desenvolvem os fatos, em regra, distante de testemunhas.Diante do exposto, nos termos do art. 18, I; art. 19 e art. 22 da Lei n. 11.340/2006, evidenciada, em Juízo de cognição sumária, a prática de violência doméstica e familiar contra Maria Aurineide Teixeira Galeazi, aplico ao agressor Magiorino Natal Galiazzi, as seguintes medidas protetivas de urgência:a) Afastamento e impedimento do agresso do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida, de aproximar da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, a limite mínimo de 500 metros entre estes e o agressor,b) proibição de manter contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;Comunique-se imediatamente a Defensoria Pública para que acompanhe a ofendida na Delegacia de Polícia, nos termos do que determina o art. 28 da Lei Maria da Penha.O agressor deverá ser comunicado imediatamente de suas obrigações, bem como do teor desta DECISÃO. A infração do réu a qualquer dessas ordens implicará em crime de desobediência, devendo ele ser imediatamente preso pela autoridade policial que tomar conhecimento do fato.Ciência ao Ministério Público e à ofendida.Autorizo o uso de força policial para cumprimento do determinado acima.Procedidas essas comunicações, após, arquive-se.Serve a presente como MANDADO.Machadinho do Oeste-RO, quinta-feira, 19 de dezembro de 2013.Muhammad Hijazi Zaglout Juiz de Direito

Peterson Vendrameto
Diretor de Cartório

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
1ª Vara Cível
Juiz de Direito: Rogério Montai de Lima
Diretora de Cartório: Rosângela Maria de Oliveira Costa
E-Mail: mdo1civel@tjro.jus.br

Proc.: 0002088-48.2012.8.22.0019
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Autor:Natalino de Assis Batistella
Advogado:Jhonatan Aparecido Magri (SP 289772), Wagner Alvares de Souza (SP 273738)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Procurador do Inss (NBO 020)
Laudo Pericial: Fica a parte autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, se manifestar sobre o Laudo Pericial.

Proc.: 0000098-51.2014.8.22.0019
Ação:Embargos à Execução
Embargante:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Procurador Federal (NBO 020)
Embargado:Elias Provate
Advogado:Amedas Silveira Carvalho (OAB/RO 376)
DECISÃO:Apense-se aos autos principais.Recebo os embargos para discussão e suspendo o prosseguimento da execução unicamente quanto à verba controvertida, devendo prosseguir quanto à obrigação de fazer/ implementação do benefício. Intime-se o(a) embargado (a), na pessoa de seu advogado, para que apresente sua impugnação no prazo de 15 (quinze) dias como determina o art. 740 do CPC.Machadinho do Oeste-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014.Rogério Montai de Lima Juiz de Direito

Proc.: 0002229-33.2013.8.22.0019
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Reginaldo Cardoso
Advogado:Elias Estevam Pereira Filho (RO 2726)

Requerido:American Express Cartões de Crédito
Advogado:Mauro Paulo Galera Mari (OAB/MT 3056)
Especificação de provas: Ficam as partes, por via de seu(uas) Advogados(as), no prazo de 05 dias, intimadas a especificarem provas.

Rosângela Maria de Oliveira Costa
Escrivã Judicial

COMARCA DE NOVA BRASILÂNDIA D´OESTE

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal

Proc.: 0001847-37.2013.8.22.0020
Ação:Carta Precatória (Criminal)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Advogado:Promotor de Justiça (NBO 020)
Réu:Jeannie Kelly Eidt
Advogado:Juraci Marques Junior (OAB/RO 2056)
DESPACHO:
DESPACHO Designo audiência para interrogatório da acusada Jeannie Kelly Eidt, brasileira, solteira, inscrita no CPF nº. 834.127.782-49, nascida aos 02/05/1986, natural de Maringá/PR, filha de André Paulo Eidt e Jennicy Layne Vituri Eidt, residente à Rua Barão Rio Branco, nº. 4430, Setor 14, Nova Brasilândia D' Oeste/RO, para o dia 09/04/2014, às 8h:30min.Intime-se, Cumpra-se. Expeça-se o necessário. Cumpridas as formalidades de praxe devolva-se à origem com as nossa homenagens.Serve o presente como MANDADO. Nova Brasilândia-RO, terça-feira, 28 de janeiro de 2014.Artur Augusto Leite Júnior Juiz de Direito

Silvana Elizabeth Alves Dantas
Chefe de Cartório

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Vara Cível-Juizado Especial Civel(PROJUDI)Nova Brasilandia d'Oeste-RO
Email: nbo1civel@tjro.jus.br
Juiz(a): Bruno Magalhães Ribeiro dos Santos

Proc: 1000192-13.2013.8.22.0020
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
João Gualberto Neto(Autor)
Advogado(s): Ronan Almeida de Araujo(OAB 2523 RO)
LUCIO MENDES RODRIGUES(Requerido)
Fica a parte autora, na pessoa de seu procurador, intimado acerca da SENTENÇA prolatada nos Autos, para, querendo, se manifeste no prazo de 10 dias.
SENTENÇA: (...) Ante o exposto, com fundamento no art. 269, I, do CPC, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado por João Gualberto Neto em desfavor de Lúcio Mendes Rodrigues. Sem custas e sem honorários. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, 10 (dez) dias, arquive-se. Nova Brasilândia, em 06 de Novembro de 2013.

Proc: 1001187-94.2011.8.22.0020
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Jocy Ney Souza Dias(Autor)
Advogado(s): Edson Vieira dos Santos(OAB 4373 RO)
Banco BMG S/A(Requerido)
Advogado(s): OAB:76696 MG
Jocy Ney Souza Dias(Autor)
Advogado(s): Edson Vieira dos Santos(OAB 4373 RO)
Banco BMG S/A(Requerido)
Advogado(s): Felipe Gazola Vieira marques 76.696 OAB/MG
Ficam as partes, na pessoa de seus respectivos procuradores, intimados acerca da DECISÃO prolatada nos Autos, cujo teor final segue adiante transcrito, para querendo, se manifestem no prazo legal.
DECISÃO: (...) Pelo exposto, julgo parcialmente procedente a ação e condeno o réu Banco BMG S/A. a limitar em 30% os descontos dos rendimentos líquidos do Autor, relativamente aos contratos de empréstimos entabulado entre as partes, sob pena de multa diária no valor de R$ 200,00 (duzentos reais) ao dia, até o limite do valor dado à causa. Permanece inalterada as demais disposições do comando judicial. Intimem-se as partes da DECISÃO. I.C. Nova Brasilândia, em 05 de Novembro de 2013. Artur Augusto Leite Junior Juiz de Direito.

Proc: 1000717-29.2012.8.22.0020
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
José Roberto Viana(Autor)
Advogado(s): Edson Vieira dos Santos(OAB 4373 RO)
Ataide Luiz dos Santos(Requerido)
Advogado(s): Josimar Oliveira Muniz(OAB 912 RO)
Ficam as partes, na pessoa de seus procuradores, intimados da SENTENÇA prolatada nos autos, cujo teor final segue adiante transcrito, para, querendo, se manifestem no prazo de 10 dias.
SENTENÇA: (...) Posto isso, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado por José Roberval Viana em desfavor de Ataíde Luiz dos Santos. Em consequência, extingo o feito com julgamento de MÉRITO, nos termos do art. 269, I, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Nova Brasilândia,em 06 de Novembro de 2013. Artur Augusto Leite Junior Juiz de Direito.

Proc: 1000693-98.2012.8.22.0020
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
V. Soares & Cia Ltda(Autor)
Advogado(s): Ronan Almeida de Araujo(OAB 2523 RO)
CHECKOK (VERIFICAÇÃO ELETRÔNICA DE CRÉDITO) (Requerido)
Advogado(s): OAB:177839 SP
V. Soares & Cia Ltda(Autor)
Advogado(s): Ronan Almeida de Araujo(OAB 2523 RO)
CHECKOK (VERIFICAÇÃO ELETRÔNICA DE CRÉDITO) (Requerido)
Advogado(s): Ronaldo Caldeira Barbosa 177839 OAB/SP

Ficam as partes, por meio de seus procuradores, intimados acerca da SENTENÇA prolatada nos Autos, cujo teor final segue adiante transcrito, para, querendo, se manifeste no prazo de 10 dias.
Isso posto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido deduzido por V. Soares $ Cia Ltda- ME em desfavor de Checkok verificação eletrônica de Crédito, para confirmar a medida liminar concedida ao mov. 06. Em consequência, extingo o feito com julgamento de MÉRITO, nos termos do art. 269, I, do Código de Processo Civil. Sem custas e sem honorários. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Transcorrido o prazo para recurso (10 dias) arquivem-se os autos. Nova Brasilândia, em 06 de Novembro de 2013. Artur Augusto Leite Junior Juiz de Direito.

Proc: 1000453-75.2013.8.22.0020
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Gesiane Lima de Souza(Requerente)
Advogado(s): Adriana Bezerra dos Santos(OAB 5822 RO)
Brasil Telecom S. A.(Requerido)
Advogado(s): RENATO DA COSTA CAVALCANTE JÚNIOR(OAB 2390 RO), ANNE CAROLINE FREITAS PEREIRA MATSUSHITA(OAB 4816 RO)
Ficam as partes, por meio de seus procuradores, intimados da acerca da SENTENÇA prolatada nos autos, cuja teor final segue abaixo tracrito, para, querendo, se manifestem no prazo de 10 dias.
SENTENÇA: (...) Por conseguinte, RESOLVO O PROCESSO COM EXAME DO MÉRITO, na forma do art. 269, inciso III, do Código de Processo Civil. Não cumprindo o requerido espontaneamente a obrigação, em quinze dias, contados do Trânsito em julgado, o valor da condenação será acrescido de 10%, nos termos do art. 475-J, do CPC. Sem custas e sem honorários. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transcorrido o prazo para recurso (10) dias, arquivem-se os autos. Não havendo o pagamento, se requerido, proceda-se a execução, nos termos do artigo 52, da lei 9099-95 e artigo 655 do CPC. Nova Brasilândia,em 06 de Novembro de 2013. Artur Augusto Leite Junior Juiz de Direito

Proc: 1000048-73.2012.8.22.0020
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Nelson Fernandes da Silva(Autor)
Advogado(s): Edson Vieira dos Santos(OAB 4373 RO)
Jeferson Nunes Arantes Fuhr(Requerido), Floresta Eventos e Danceteria Ltda Epp(Requerido)
Advogado(s): Jéferson Nunes Arantes Führ(OAB 5249 RO)
Ficam as partes, por meio de seus procuradores, intimados acerca da SENTENÇA prolatada nos Autos, cujo teor final segue adiante transcrito, para, querendo, se manifestem no prazo de 10 dias.
SENTENÇA: (...)Isso posto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos deduzido nesta demanda por Nelson Fernandes da Silva e Nilton Rafael Fernandes da Silva em desfavor de Floresta Eventos e Danceteria Ltda Arena Sertaneja e Jeferson Nunes Arantes Fuhr. Em consequência, extingo o feito com julgamento de MÉRITO, nos termos do art. 269, I, do Código de Processo Civil. Sem custas e sem honorários. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Transcorrido o prazo para recurso (10 dias), arquivem-se os autos. Nova Brasilândia, em 06 de Novembro de 2013.

Artur Augusto Leite Junior
Juiz de Direito.

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
1ª Vara Cível da Comarca de Nova Brasilândia do Oeste-RO
e-mail: nbo1civel@tjro.jus.br
Juiz de Direito: Bruno Magalhães Ribeiro dos Santos

Proc.: 0001512-23.2010.8.22.0020
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Aldo Nunes Leite
Advogado:Darci José Rockenbach (OAB/RO 3054), Ludmila Ramalho Guimarães (OAB-MS 13.026)
Executado:Boasafra Comercio e Representações Ltda
Advogado:Giane Ellen Borgio Barbosa (OAB/RO 2027)
Alvará - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para retirar o Alvará expedido.

Proc.: 0000918-72.2011.8.22.0020
Ação:Monitória
Requerente:Claudio Luis de Oste
Advogado:Sergio dos Reis Moura (OAB/RO 588A)
Requerido:Netinho Laminados Ltda, Roberto Carlos Bonatto, Eliana Sueli Cardoso Bonatto
Advogado:Edson Vieira dos Santos (OAB/RO 4373)
Alvará - Autor:
Fica a parte Autora, por via de seu Advogado, no prazo de 05 dias, intimada para retirar o Alvará expedido.

Jane de Oliveira Santana Vieira
Diretora de Cartório

COMARCA DE PRESIDENTE MÉDICI

1ª VARA CRIMINAL

1º Cartório Criminal

Proc.: 0001879-84.2013.8.22.0006
Ação:Restituição de Coisas Apreendidas
Requerente:Osvaldo Knopf
Advogado:Andreia S. Barreiros (OAB/RO 1455)
FINALIDADE: Intimação da causídica Drª Andreia S. Barreiros OAB/RO 1455, para ciência da DECISÃO que consta a seguir: DECISÃO: Vistos. OSVALDO KNOPF, qualificado nos autos, por seu advogado, requer a restituição da motocicleta marca Honda, modelo Biz 125 ES, ano 2010, cor bege, placa NEB 1818, apreendida em 19/07/2013, por meio do cumprimento do MANDADO de prisão na residência de seu enteado, Edmilson Vicente Boaro.Assevera que, em 19/07/2013, ocorreu a prisão de Edmilson Vicente Boaro, após a prática do crime de natureza patrimonial.Alega que as testemunhas e vítimas, afirmaram que o acusado teria utilizado a motocicleta, modelo titan 150, cor preta “envelopada” para a prática do referido crime. Acrescenta que, na ocasião do cumprimento do MANDADO de prisão na residência de Edmilson, os policiais militares visualizaram o veículo motocicleta marca Honda, modelo Biz

125 ES, ano 2010, cor bege, placa NEB 1818, de propriedade do requerente, momento em que esta foi apreendida para averiguações, com intuito de verificar eventuais adulterações e sua procedência. Disse, por fim, que é o legítimo proprietário do veículo, considerando que o mesmo não pertence ao acusado, tampouco estava sendo utilizada por ele no momento de sua prisão. Juntou documentos às fls. 05/11. O Ministério Público pugna pelo indeferimento do pedido (fls. 103/104).Às fls. 110/111 consta ofício encaminhado pela Ciretran de Presidente Médici.Relatei. Decido. Colhe-se dos autos que, efetuada a prisão de Edmilson Vicente Boaro e apreensão da motocicleta marca Honda, modelo Biz 125 ES, ano 2010, cor bege, placa NEB 1818 no IPL 510/2013, estes deram origem a ação penal n. 0001361-94.2013.822.0006, cuja denúncia foi recebida no dia 09/08/2013. A restituição de coisas apreendidas está regulada pelo artigo 118 do CPP e seguintes, sendo necessário o preenchimento de dois pressupostos, quais sejam, a certeza do direito e a falta de interesse para o processo na retensão da coisa, descritos nos artigos 118 e 120, caput, ambos do CPP. Em que pese as alegações do requerente, de que é proprietário do veículo, vislumbra-se à fl. 10, que o Certificado de Registro de Veículo – CRV da motocicleta Honda/Biz 125 ES, ano 2010, placa NEB1818, está em nome de Valdiclei Barboza de Oliveira. Consta, ainda, à fl. 10, que a autorização para transferência de propriedade de veículo em nome do requerente foi devidamente preenchida em 07/10/2013, data esta posterior a apreensão do veículo, já que a motocicleta Honda/Biz ES, placa NEB 1818, foi apreendida em 19/07/2013, o que mostra grande estranheza. Diante disso, em leitura ao ofício nº 230/CIRETRAN/PM/RO de fls. 110/111, é possível verificar que a motocicleta em questão ainda se encontra na propriedade de Valdeci Barboza de Oliveira. Assim, o requerente não demonstrou ser o proprietário do veículo. Ante o exposto, com base no artigo 118, CPP, INDEFIRO o pedido de restituição do veículo apreendido no IPL 510/2013 que deu origem a ação penal n. 0001361-94.2013.822.0006. Intime-se e após o trânsito em julgado arquivem-se os autos, com cópia da DECISÃO nos autos da ação penal. P.R.I.C. Presidente Médici-RO, quarta-feira, 29 de janeiro de 2014.Simone de Melo Juíza de Direito.
Presidente Médici, 03 de fevereiro de 2014.
Klerisson Rodrigues
Técnico Judiciário

Proc.: 0000883-86.2013.8.22.0006
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumário (Réu Solto)
Autor:Ministerio Publico Estadual
Denunciado:Carlos Alexandre Schaffer
Advogado:Gilvan de Castro Araujo (RO 4589)
DESPACHO:
Vistos.Considerando que o réu tem advogado constituído nos autos, pela última vez, intime-se o advogado para, no prazo de 5 (cinco) dias, indicar o endereço do acusado para o fim de ser interrogado, apresentando, se possível, o telefone do réu para facilitar o cumprimento da deprecata (localização pelo Oficial de Justiça).Transcorrido o prazo sem apresentar o endereço atualizado do réu, vista às partes para alegações finais no prazo sucessivo de 5 (cinco) dias.Caso contrário, conclusos. Presidente Médici-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Simone de Melo Juíza de Direito

Proc.: 0001084-78.2013.8.22.0006
Ação:Procedimento Especial da Lei Antitóxicos (Réu Solto)
Autor:M. P. E.
Denunciado:G. M. dos S. O. R. de L.
Advogado:Jose Carlos Nolasco (RO 393/B), Defensor Publico (RO. 000.)
DESPACHO:
Vistos.Cumpra-se a DECISÃO de fls. 257/259.Dê-se vista dos autos à Defensoria Pública para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar as derradeiras alegações finais do réu Ozéias Rodrigues de Lima, conforme já determinado (por equívoco, a Defensoria somente tomou ciência da DECISÃO - fl. 264). Sem prejuízo, considerando que, ao que consta, o veículo apreendido é alienado fiduciariamente, oficie-se à COMETA CENTAR CAR para que esclareça se possui interesse no veículo apreendido nos presentes autos (VW Gol power, cor vermelha, placa NBZ 0413), no prazo de 5 dias, sob pena do bem ser acautelado.Presidente Médici-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Simone de Melo Juíza de Direito

Proc.: 0001121-08.2013.8.22.0006
Ação:Crimes de Calúnia, Injúria e Difamação de Competência d
Querelante:Laboratorio L Z Matuszak
Advogado:Luciano da Silveira Vieira (RO 1643.)
Querelado:Antônio de Paula Freitas Junior
Advogado:Jose Sebastião da Silva (RO 1474.)
DECISÃO:
Vistos.Compulsando os autos, verifico que após a audiência de tentativa de conciliação determinada pelo art. 520 do CPP, a inicial não foi recebida.Assim, RECEBO a queixa crime.Desde já, considerando o ofício juntado à fl. 146, pela testemunha Charles Seizi Modro, dando conta de que estará viajando a fim de se submeter a um mestrado (passagens às fls. 147/148), mas que estaria disponível a partir do dia 17/02/2014, desde já, acolho a justificativa da impossibilidade de comparecimento à audiência designada e a redesigno para o dia 27/02/2014 às 9h30 a fim de ouvir a testemunha supracitada.Intimem-se. Ciência ao MP.Presidente Médici-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.

Simone de Melo
Juíza de Direito

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível

Proc.: 0019322-87.2009.8.22.0006
Ação:Ação Civil de Improbidade Administrativa
Autor:Ministerio Publico Estadual
Requerido:Charles Seize Modro, Jose Rivaldo de Oliveira, Nilton de Araujo Ribeiro, Gilvan de Castro Araujo, Castro & Lalucce Ltda M E
Advogado:Delaias Souza de Jesus (RO 1517.), Valter Carneiro (RO 2466.), Fernando Ferreira da Rocha (RO. 3163.)
SENTENÇA:
SENTENÇA I ? Relatório.Trata-se de ação civil pública por ato de improbidade administrativa movida pelo Ministério Público

em face de Charles Seize Modro, José Rivaldo de Oliveira, Nilton de Araújo Ribeiro, Gilvan de Castro Araújo e Castro e Lalucce Ltda-ME, já qualificados, como incursos nos arts. 10 e 11 da Lei 8.429/92, por atos ilícitos que teriam sido praticados em relação a execução de obra referente ao processo licitatório ? Convite n. 03/CPL-SEMUSA/2005 -, no valor de R$ 86.360,67, deflagrado para reforma dos prédios da FUNASA e da Unidade SESP, deste Município de Presidente Médici.Consta da peça inicial que foi instaurado um procedimento investigatório pelo Ministério Público, cuja FINALIDADE era apurar eventual prática de ilícitos administrativos praticados pelo então Prefeito, Charles Seize Modro, pelo Secretário de Saúde, José Rivaldo de Oliveira, pelo engenheiro Nilton de Araújo Ribeiro, pela empresa contratada no certame, Castro e Lalucce Ltda-ME, e seu proprietário Gilvan de Castro Araújo. Alegou o Ministério Público que, em 09/12/2005, o réu José Rinaldo, na condição de Secretário da Saúde, solicitou a abertura de processo licitatório para reforma e ampliação dos prédios da FUNASA e Unidade SESP, o que foi atendido pelo réu Charles Seizo, então Prefeito, sendo confeccionado o projeto básico pelo réu Nilton de Araújo Ribeiro. Informou que a obra foi licitada na modalidade convite e a ré Castro e Lalucce Ltda-ME, foi a vencedora do certame.Afirmou que as obras foram finalizadas, recebidas e os serviços foram pagos pelo Município, mas que, por meio de vistoria realizada por engenheiro civil de seu quadro técnico, restou constatado que não foi respeitado o projeto básico; foram utilizados materiais de má qualidade; serviços foram realizados de forma errônea.Asseverou que os fatos constatados demonstram que houve violação aos princípios que regem a administração pública, bem como causaram prejuízo ao erário, razão pela qual as partes rés devem ser condenadas pela prática de atos de improbidade administrativa, com imposição em bloco das sanções previstas nos incisos II e III da Lei Federal n.º 8.429/92.Os réus foram notificados para apresentarem defesa preliminar, o que foi feito apenas pelo requerido Nilton de Araújo Ribeiro (fls. 588-600).A ação foi recebida em 18/10/2010, sendo afastadas questões preliminares (fls. 408v-409).Os réus foram citados pessoalmente e apresentaram contestações - fls. 422-432, 441-448 e 450-455. Em audiência de instrução (fl. 512), diante da constatação de intempestividade, foram desentranhadas e devolvidas ao advogado, as peças de defesa dos réus Gilvan de Castro Araújo e Castro e Lalucce Ltda-ME, até então juntadas às fls. 441-448 e 450-455 (certidão fl. 441). Na fase de instrução processual, foram ouvidas oito testemunhas (fls. 513-514, 538, 557-558).A instrução criminal foi encerrada e o Ministério Público apresentou alegações finais pugnado pela procedência do pedido em seus exatos termos (fls. 560-583). A defesa, em alegações finais, protestou pela improcedência da pretensão inicial (fls. 584-587, 588-606, 608-620).O Município de Presidente Médici, que compõe a lide como litisconsorte ativo, instado, reiterou a manifestação apresentada pelo Ministério Público.Relatei. Decido.II - Fundamentação.Inicialmente, quanto a alegada inépcia da inicial (fls. 423-427), esta deve ser afastada. Os argumentos apresentados pelo réu Charles Seize Modro, acerca da ausência de identificação de ato de improbidade está afeto ao MÉRITO.Da análise da peça inicial é possivel verificar que apresenta todos os requisitos legais previstos no art. 282 do CPC, tanto assim que o réu apresentou defesa de todos os seus termos.Assim, presentes as condições da ação e os pressupostos processuais, ausentes impedimentos, passo à análise do MÉRITO.Trata-se de ação civil pública por ato de improbidade administrativa, ajuizada pelo Ministério Público em face de Charles Seize Modro, José Rivaldo de Oliveira, Nilton de Araújo Ribeiro, Gilvan de Castro Araújo e Castro e Lalucce Ltda-ME.A ação tem por objeto o pedido de declaração da prática de ato de improbidade administrativa, na forma prevista nos arts. 10 e 11 da Lei n.º 8.429/92, e, consequente condenação dos réus nas penas previstas no art. 12, incisos II e III do mesmo estatuto.Ressalte-se que a legislação em questão já foi objeto de análise perante o Supremo Tribunal Federal que decidiu pela sua constitucionalidade.Consta da inicial que os réus, Charles Seize Modro, José Rivaldo de Oliveira, Nilton de Araújo Ribeiro, na condição de agentes administrativos, participaram ativamente do procedimento de contratação da empresa ré Castro e Lalucce Ltda-ME, de propriedade do réu Gilvan de Castro Araújo, para realizar reforma e ampliação dos prédios da FUNASA e Unidade SESP, entretanto, o serviço não teria sido prestado na forma contratada. O Ministério Público imputa aos agentes administrativos responsabilidade por omissão, uma vez que, como responsáveis pelo certame, tinham o dever de fiscalização e cuidado com a coisa pública, tanto no que diz respeito à execução da obra, como com a sua finalização e recebimento. A empresa requerida, por sua vez, é acusada de não respeitar o projeto básico, utilizar material de má qualidade e executar os serviços de forma errônea. Com relação ao réu Gilvan de Castro Araújo, sua responsabilidade, segundo o Parquet, decorre do fato de ser proprietário majoritário da empresa que executou as reformas e obras em desconformidade com o constante no projeto básico, utilizou materiais de má qualidade e serviços mal executados.O único réu a contestar a demanda foi o então Prefeito, Charles Seize Modro, que negou a prática de qualquer ato de improbidade administrativa. Aduziu que não agiu com dolo ou culpa, logo, não pode ser responsabilizado de forma objetiva. Nada mencionou sobre a obra e sua irregularidade.Nesse contexto, apesar dos demais réus não apresentarem defesa formal, no caso em tela não é possível aplicar o efeito material da revelia, pois, embora a presente ação tenha caráter eminentemente cível, é inegável seu caráter sancionatório, tendo em vista as sanções que podem ser aplicadas - que implicam, inclusive, na suspensão transitória de direitos políticos -, e, ainda, a eventual irradiação dos seus efeitos para outras esferas, tais como, administrativa e penal. Não só por se tratar de direitos indisponíveis, mas - e ainda o que é mais relevante - tendo em vista a natureza dos interesses envolvidos, sobreleva a importância de se garantir o exercício do direito de defesa a fim de que o sistema de justiça possa prolatar uma resposta à sociedade que efetivamente proteja os interesses públicos envolvidos (REsp 1330058/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/06/2013, DJe 28/06/2013).Assim, diante da natureza jurídica desta ação e das sanções que podem ser impostas, passamos à análise da prova documental e testemunhal acerca das condutas impostas aos réus, sem aplicação do efeito material da revelia.No que diz respeito as irregularidades constatadas na obra, a vistoria juntada com a inicial é meio de prova idôneo (art. 427 do CPC) e não foi infirmada por nenhuma outra prova. O laudo produzido pelo Ministério Público, bem como seus anexos, demonstram que houve fornecimento de materiais de baixa qualidade; fornecimento de materiais diferentes do que havia sido especificado em planilha orçamentária (janelas), má acabamento em revestimento (reboco) e tortuosidade no

acabamento do forro em PVC, e irregularidades nas instalações elétricas, além de outras (fls. 302-353, vol. II). As fotos anexadas ao laudo, com a inicial, são aptas a confirmar a informação do técnico, sendo possível verificar que, mesmo decorrido tempo desde a finalização da obra, as condições dos imóvel não deveriam se apresentar da forma constatada, tanto mais se tivesse sido utilizado material de boa qualidade. Logo, se há nos autos prova apta a demonstrar que a obra contratada não foi realizada na forma estabelecida e paga pelo poder público, resta apenas apurar se tais irregularidades apontadas pelo Parquet configuram ato de improbidade administrativa. Duas são as modalidades de atos de improbidade imputadas aos réus na peça inicial, prejuízo ao erário (art. 10) e violação de princípios (art. 11). O Ministério Público afirmou que os requeridos infringiram vários DISPOSITIVO s da Lei 8.666/93, e, portanto, violaram os princípios da legalidade e lealdade. Aduziu que os réus agentes públicos, não acompanharam ou fiscalizaram a confecção da obra, sendo que não houve de fato comissão regularmente constituída para recebimento.Com relação a empresa ré e seu sócio, aduziu que não havia um responsável para execução da obra, uma vez que a engenheira contratada, Greciele Furiel da Silva, segundo restou apurado, não acompanhou o trabalho realizado.Ainda, segundo o que foi produzido nos autos, os agentes públicos réus não interpelaram a empresa requerida acerca dos reparos que deveriam ter sido realizados na obra.Com relação a alegada violação de princípios que regem a administração pública, o art. 11 da Lei 8.429/92 assim estabelece:Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:...Ocorre que, apesar de ser possível verificar nos autos, pelos meios de prova produzidos, que as acusações narradas na peça inicial são procedentes no que diz respeito a omissão dos agentes, o fato é que o Parquet não se desincumbiu do ônus de comprovar que tais condutas violadoras dos princípios que regem a administração pública foram praticadas de forma dolosa.A peça inicial descreve condutas omissivas por parte dos agentes, consistentes em não fiscalizar a obra e não notificar a empresa quanto as irregularidades contratadas, quanto a empresa, alega que deixou de cumprir o contrato, sendo que tais fatos demonstram negligência, ou seja, conduta culposa. Ocorre que, segundo o entendimento majoritário do colendo STJ, não basta que a conduta atente contra os princípios da administração, é necessário que reste caracterizado o dolo, ou seja, a intenção do agente de praticar ato violador da norma.Nesse sentido, colacionamos:PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CONTRATAÇÃO SEM CONCURSO PÚBLICO. VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. OFENSA AO ART. 11 DA LEI 8.429/1992. DESNECESSIDADE DE DANO MATERIAL AO ERÁRIO. RECURSO ESPECIAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. INOBSERVÂNCIA DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS E REGIMENTAIS.1. O posicionamento firmado pela Primeira Seção é que se exige dolo, ainda que genérico, nas imputações fundadas nos arts. 9º e 11 da Lei 8.429/1992 (enriquecimento ilícito e violação a princípio), e ao menos culpa, nas hipóteses do art. 10 da mesma norma (lesão ao erário).2. O ilícito previsto no art. 11 da Lei 8.249/1992 dispensa a prova de dano, segundo a jurisprudência do STJ.3. A ausência de cotejo analítico, bem como de similitude das circunstâncias fáticas e do direito aplicado nos acórdãos recorrido e paradigmas, impede o conhecimento do recurso especial pela hipótese da alínea "c" do permissivo constitucional.4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 135.509/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/12/2013, DJe 18/12/2013) ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. INTERCESSÃO DO PREFEITO DE VASSOURAS/RJ PARA LIBERAÇÃO DE PRESO PARA COMPARECER AO FUNERAL DA PRÓPRIA AVÓ. ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. ART. 11, I DA LEI 8.429/92. INEXISTÊNCIA DE DOLO NA CONDUTA DO AGENTE. APLICAÇÃO DA MULTA DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 538 DO CPC. NÃO DEMONSTRAÇÃO DO CARÁTER PROTELATÓRIO DOS EMBARGOS. RECURSO ESPECIAL PROVIDO....3. A confusão conceitual que se estabeleceu entre a ilegalidade e a improbidade provém do caput do art. 11 da Lei 8.429/92, porquanto ali está apontada como ímproba a conduta (qualquer conduta) que ofenda os princípios da Administração Pública, entre os quais se inscreve o famoso princípio da legalidade (art. 37 da Constituição), como se sabe há muito tempo. 4. A aplicação cega e surda desse DISPOSITIVO (art. 11 da Lei 8.429/92) leva, sem dúvida alguma, à CONCLUSÃO judicial (e mesmo quase à certeza ou à convicção) de que toda ilegalidade é ímproba e, portanto, o seu autor (da ilegalidade) sujeita-se às sanções previstas para essa conduta. 5. No caso em comento, porém, não se vislumbra ter restado caracterizado o dolo na conduta do agente político em intervir na liberação de preso para comparecimento em enterro de sua avó, uma vez que não se demonstrou a manifesta vontade omissiva ou comissiva de violar princípio constitucional regulador da Administração Pública. 6. Denota-se, inclusive, que a conduta do agente, apesar de ilegal, teve um fim até mesmo humanitário, pois conduziu-se no sentido de liberar provisoriamente o preso para que este pudesse comparecer ao enterro de sua avó, não consistindo, portanto, em ato de improbidade, em razão da ausência do elemento subjetivo do tipo, o dolo. 7. Dá-se provimento ao Recurso Especial para afastar o dolo da conduta do agente, e, com isso, declarar a inexistência de ato ímprobo, bem como para afastar a aplicação da multa do parág. único do art. 538 do CPC. (REsp 1414933/RJ, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 26/11/2013,DJe12/12/2013)ADMINISTRATIVO.IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS COM DISPENSA DE LICITAÇÃO. RECEBIMENTO DE VALOR NÃO PREVISTO NO CONTRATO. ART. 3o. DA LEI 8.666/93. SÚMULA 284 DO STF. ART. 10, CAPUT DA LEI 8.429/92. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO DOLO EM CAUSAR PREJUÍZO AO ERÁRIO. MERA IRREGULARIDADE FORMAL. AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE INFORMÁTICA SEM LICITAÇÃO. FRACIONAMENTO INDEVIDO. ART. 23 E 24 DA LEI 8.666/93. INEXISTÊNCIA DA VIOLAÇÃO APONTADA. RECURSO ESPECIAL DE TARCÍSIO CARDOSO TONHA PARCIALMENTE CONHECIDO E, NESTA EXTENSÃO, PROVIDO. RECURSO ESPECIAL DE JOÃO CARLOS SANTINI DESPROVIDO.... 3. A ilegalidade e a improbidade não são - em absoluto, situações ou conceitos intercambiáveis, não sendo juridicamente aceitável tomar-se uma pela outra (ou vice-versa), eis que cada uma delas tem a sua peculiar conformação estrita: a improbidade é, dest'arte, uma ilegalidade qualificada pelo intuito malsão do agente, atuando sob impulsos eivados de desonestidade, malícia, dolo ou culpa grave.... (REsp 1416313/MT, Rel. Ministro NAPOLEÃO

NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 26/11/2013, DJe 12/12/2013) Assim, o art. 11 da LIA, que trata dos atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública, somente admite a modalidade de conduta dolosa. A negligência, ou seja, a culpa, somente é admitida nos atos de improbidade que causam prejuízo ao erário, na forma prevista no art. 10 da LIA. O contexto fático e probatório delineado nos autos não nos permite concluir que tenha havido por parte dos réus o intento (dolo) de afrontar qualquer dos princípios da Administração. No que diz respeito a prática de ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário, restando comprovada a irregularidade da obra objeto de análise nestes autos, é evidente a CONCLUSÃO de sua ocorrência.Constatado que o ente público contratou, por R$ 86.360,67, a reforma dos prédios da FUNASA e da Unidade SESP, deste Município de Presidente Médici, e que o serviço não foi regularmente prestado, resta evidenciado o ato ilícito, que, no caso, independe da comprovação de dolo por parte dos agentes. Sobre a questão, as alegações dos réus Charles Seize Modro e José Rivaldo de Oliveira são de que não tinham conhecimento técnico e, portanto, não poderiam acompanhar e fiscalizar a obra.Ocorre que, na condição de Chefe do Executivo e Secretário de Saúde, não tinham obrigação de pessoalmente praticar os atos de fiscalização, mas sim, se eximiriam da responsabilidade se demonstrassem que dispuseram de todos os meios necessários para que o contrato fosse regularmente cumprido, fato que não ocorreu. O contrato, na forma pactuda, impunha aos réus o dever de fiscalizar. O réu Charles assinou o contrato que, na cláusula sexta, expressamente estabelecia seu dever de promover, através de representante, acompanhamento e fiscalização. O réu José Rinaldo, que solicitou a obra, foi designado, nos termos do art. 67 da Lei 8.666/93, para acompanhar a execução do contrato (fls. 232-236).Ainda, ao que consta dos autos, sequer houve regularidade na designação da comissão de recebimento da obra, conforme depoimento do informante Humberto Mariano Gaia que, apesar de designado formalmente, afirmou que sequer tomou conhecimento do ato (fls. 513-514).Com relação ao réu Nilton, em alegações finais, asseverou que não foi nomeado na forma prevista no art. 67 da Lei 8.666/93, mas que, mesmo assim fiscalizou a obra, conforme depoimento de testemunhas.De fato, a prova documental e testemunhal demonstram que o réu Nilton, independentemente de nomeação especifica na forma da lei (art. 67 da Lei 8.666/93), foi o representante do ente municipal, não só pela confecção do projeto, mas também pela fiscalização da execução, logo, presente está a sua responsabilidade. Ressalte-se que o réu Nilton tinha o dever e capacidade técnica para verificar as irregularidades praticadas pela empresa e não o fez, em tempo e modo adequados. Sua responsabilidade não pode ser eximida, pois agiu de forma negligente com a coisa pública, sequer tomando providências para notificar e fazer cessar as irregularidades que, de acordo com a sua formação técnica, caso fosse diligente, poderia ter detectado.Por sua vez, a empresa ré, vencedora da licitação, alega que não praticou as condutas descritas na inicial e que em momento algum foi notificada para sanar qualquer defeito, razão pela qual, ausente dolo na sua conduta, não pode ser condenada por ato de improbidade. Nesse contexto, o que se verifica é que a empresa era a responsável pela execução da obra, e, conforme restou demonstrado nos autos, não prestou o serviço na forma contratada, mas recebeu o pagamento. Logo, não há como acolher sua alegações de que não foi notificada, pois tinha o dever legal e contratual de realizar a obra corretamente e com material de qualidade, tudo na forma estabelecida no projeto básico ou nas alterações que foram solicitadas, desde que justificadas. Ainda que se admita que a empresa não agiu de forma dolosa, o que é dispensável na forma de improbidade prevista no art. 10, é evidente sua negligência, pois, a prova testemunhal comprovou que sequer designou regularmente um profissional habilitado para acompanhar a execução da obra. A testemunha Greciele Furiel da Silva, engenheira contratada da empresa, afirmou que o réu Gilvan nunca entrou em contato com a declarante para que esta fizesse acompanhamento e nunca lhe informou sobre irregularidades na obra (fls. 369 e 538).Nesse contexto, à luz de abalizada doutrina: “A probidade administrativa é uma forma de moralidade administrativa que mereceu consideração especial da Constituição, que pune o ímprobo com a suspensão de direitos políticos (art. 37, § 4º). A probidade administrativa consiste no dever de o “funcionário servir a Administração com honestidade, procedendo no exercício das suas funções, sem aproveitar os poderes ou facilidades delas decorrentes em proveito pessoal ou de outrem a quem queira favorecer”. O desrespeito a esse dever é que caracteriza a improbidade administrativa. Cuida-se de uma imoralidade administrativa qualificada. A improbidade administrativa é uma imoralidade qualificada pelo dano ao erário e correspondente vantagem ao ímprobo ou a outrem (...).” in José Afonso da Silva, Curso de Direito Constitucional Positivo, 24ª ed., São Paulo, Malheiros Editores, 2005, p-669. A Lei nº 8.429/92, da Ação de Improbidade Administrativa, explicitou o cânone inserto no artigo 37, § 4º, da Constituição Federal de 1988, e tem por escopo impor sanções aos agentes públicos incursos em atos de improbidade nos casos em que: 1) importem em enriquecimento ilícito (artigo 9º); 2) causem prejuízo ao erário (artigo 10); e 3) que atentem contra os princípios da Administração Pública (artigo 11), aqui também compreendida a lesão à moralidade administrativa e a impessoalidade. Assim, para que ocorra o ato de improbidade disciplinado pela referida norma basta demonstrar o atingimento de um dos bens jurídicos acima referidos e tutelados pela norma especial, sendo que, no caso dos autos, restou amplamente demonstrado prejuízo ao erário, quando da execução do Contrato n. 041/2005, prejuízo este ocasionado por condutas ativas e/ou omissivas praticadas pelos réus.O colendo STJ, sobre o conceito de improbidade administrativa, nos ensina:ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. DOSIMETRIA DAS SANÇÕES APLICADAS POR ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 1. À luz de abalizada doutrina: “A probidade administrativa é uma forma de moralidade administrativa que mereceu consideração especial da Constituição, que pune o ímprobo com a suspensão de direitos políticos (art. 37, § 4º). A probidade administrativa consiste no dever de o ‘funcionário servir a Administração com honestidade, procedendo no exercício das suas funções, sem aproveitar os poderes ou facilidades delas decorrentes em proveito pessoal ou de outrem a quem queira favorecer’. O desrespeito a esse dever é que caracteriza a improbidade administrativa. Cuida-se de uma imoralidade administrativa qualificada. A improbidade administrativa é uma imoralidade qualificada pelo dano ao erário e correspondente vantagem ao ímprobo ou a outrem(...).” in José Afonso da Silva, Curso de Direito Constitucional Positivo, 24ª ed., São Paulo, Malheiros Editores, 2005, p-669. 2. A aplicação das penalidades previstas no art. 12 da Lei n.

8.429/1992 exige que o magistrado considere, no caso concreto, "a extensão do dano causado, assim como o proveito patrimonial obtido pelo agente" (conforme previsão expressa no parágrafo único do referido artigo). Assim, é preciso analisar a razoabilidade e a proporcionalidade em relação à gravidade do ato ímprobo e à cominação das penalidades, as quais podem ocorrer de maneira cumulativa ou não (Precedente: AgRg no REsp 1.242.939/SP, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 24.5.2011, DJe 30.5.2011). 3. A aplicação das sanções ocorreu de forma fundamentada e razoável, incidindo, no caso, a Súmula 7/STJ. Precedentes: REsp 1.173.845/MG, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 08/06/2010, DJe 27/04/2011; AgRg no AREsp 19.850/SP, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, julgado em 06/09/2011, DJe 14/09/2011. Agravo regimental improvido. (AgRg no AREsp 176.178/PI, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 26/06/2012, DJe 29/06/2012).Restou plenamente demonstrada a autêntica lesão ao cofre público municipal, portanto, a conduta dos réus se subsome perfeitamente ao disposto no art. 10 da LIA. Conforme já ressaltado, no que diz respeito ao dolo, ou seja, a intenção de causar prejuízo ao erário, este não é exigido na norma em questão, sendo que no caso dos autos a culpa se evidencia, pois, como administradores e executores de serviços públicos, os réus sabiam ou deveriam saber que suas condutas devem ser pautadas de forma a seguir as regras da administração e, a prova dos autos demonstrou por parte dos mesmos o descaso (negligência) com a coisa pública.Nesse sentido:PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CONTRATAÇÃO SEM CONCURSO PÚBLICO. VIOLAÇÃO A PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. OFENSA AO ART. 11 DA LEI 8.429/1992. DESNECESSIDADE DE DANO MATERIAL AO ERÁRIO. RECURSO ESPECIAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. INOBSERVÂNCIA DAS EXIGÊNCIAS LEGAIS E REGIMENTAIS. 1. O posicionamento firmado pela Primeira Seção é que se exige dolo, ainda que genérico, nas imputações fundadas nos arts. 9º e 11 da Lei 8.429/1992 (enriquecimento ilícito e violação a princípio), e ao menos culpa, nas hipóteses do art. 10 da mesma norma (lesão ao erário). 2. O ilícito previsto no art. 11 da Lei 8.249/1992 dispensa a prova de dano, segundo a juri sprudência do STJ.3. A ausência de cotejo analítico, bem como de similitude das circunstâncias fáticas e do direito aplicado nos acórdãos recorrido e paradigmas, impede o conhecimento do recurso especial pela hipótese da alínea "c" do permissivo constitucional. 4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 135.509/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 10/12/2013, DJe 18/12/2013)Desta forma, resta demonstrado o dolo dos réus que, com suas condutas livres e espontâneas praticaram atos contrários ao direito, causando prejuízo ao erário com obra que custou aos cofres públicos o montante de R$ 86.360,67. Logo, há subsunção ao art. 10 da Lei n. 8.429/92, que assim dispõe:Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão, dolosa ou culposa, que enseje perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta lei, e notadamente:...Da mesma forma, o sócio da empresa Castro e Lalucce Ltda-ME, réu Gilvan de Castro Araújo deve responder, solidariamente, pela obrigação de ressarcimento ao erário, pois aquela, por si só, não possui vontade própria, agindo sempre de acordo com os comando de seus proprietários.Sobre o assunto, oportuno registrar a lição do professor Pedro Roberto Decomain: Também aquele que, mesmo não sendo agente público, se tenha beneficiado do ato de improbidade, fica sujeito às sanções previstas na Constituição Federal e na Lei n. 8.429/92. A hipótese poderá compreender, por exemplo, todo particular a cujo patrimônio haja sido indevidamente incorporado algum bem público, ou aquele que haja sido contratado pela Administração mediante indevida dispensa do necessário procedimento licitatório, ou com frustração da sua licitude.No mesmo sentido da responsabilização do agente público, a Lei de Improbidade Administrativa estendeu seus efeitos ao terceiro que concorrer ou se beneficia da prática ilícita, que fica então sujeito às mesmas penalidades cominadas ao agente ímprobo. Assim dispõe o art. 3º da Lei n. 8.429/92: As disposições desta Lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade ou dele se beneficie sob qualquer forma direta ou indireta.Desta forma, as pessoas físicas ou jurídicas, ainda que estranhas aos quadros da administração pública, mas que tenham de algum modo influenciado, auxiliado, colaborado, tomado parte do ato de improbidade ou auferido qualquer tipo de vantagem ou benefício em razão de condutas ímprobas, devem também ser responsabilizadas. Assim, constatada a prática de ato de improbidade que importou lesão ao erário por parte dos réus, incide a norma prevista no art. 12, inciso II da Lei de Improbidade que enuncia: "Art. 12. Independentemente das sanções penais, civis e administrativas, previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações:...II - na hipótese do art. 10, ressarcimento integral do dano, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, se concorrer esta circunstância, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos, pagamento de multa civil de até duas vezes o valor do dano e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos;...Parágrafo único. Na fixação das penas previstas nesta lei o juiz levará em conta a extensão do dano causado, assim como o proveito patrimonial obtido pelo agente".As sanções citadas devem ser impostas de forma razoável e considerando a gravidade dos atos que foram praticados, ressaltando restar ausente nos autos qualquer informação de proveito patrimonial a favor dos réus. Nesse sentido:PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. LEI 8.429/1992. APLICAÇÃO DAS PENALIDADES. PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE. 1.Cuida-se de Ação Civil Pública de responsabilidade por ato de improbidade administrativa contra Prefeito do Município de Teodoro Sampaio/SP e outros, pela contratação, com fraude no processo de licitação e favorecimento, para locação de um caminhão, com ilegalidade e lesividade para o Erário. 2. A SENTENÇA, julgando parcialmente procedente a demanda do Ministério Público do Estado de São Paulo, condenou os réus ao ressarcimento do dano, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos, proibição de contratar com o Poder Público e multa civil. 3. O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, por sua vez, deu parcial provimento à apelação para reformar a SENTENÇA e manter apenas a multa civil, com a seguinte fundamentação: "Contudo, as sanções foram fixadas com excessivo rigor, considerando-se

o caso dos autos em que não houve apropriação de dinheiro público, inexistindo, outrossim, evidência de que o preço pago superou o do mercado. De outra parte, restituir a quantia aos cofres públicos importaria em enriquecimento sem causa do município, tendo-se em conta que os serviços foram prestados". 4. A jurisprudência do STJ é no sentido de que a aplicação das penalidades previstas no art. 12 da Lei 8.429/1992 exige que o magistrado considere, no caso concreto, "a extensão do dano causado, assim como o proveito patrimonial obtido pelo agente" (conforme previsão expressa contida no parágrafo único do referido artigo). Assim, é preciso analisar a razoabilidade e a proporcionalidade em relação à gravidade do ato ímprobo e à cominação das penalidades, as quais podem ocorrer de maneira cumulativa ou não. 5. Hipótese em que o Tribunal de origem, com base neste conjunto fático-probatório bem delimitado, minimizou as sanções aplicadas na SENTENÇA, alegando ser desnecessária a cumulação de todas as penas nos termos do art. 12, III, da Lei 8.429/1992. As penalidades ficaram assim dispostas: "é de permanecer tão-só a multa civil, cancelando-se todas as demais sanções." 6. Não há falar em violação à Lei 8.429/1992, por estar o acórdão recorrido em conformidade com os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. 7. Agravo Regimental não provido. (AgRg no REsp 1242939/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/05/2011, DJe 30/05/2011) ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRINCÍPIO DA FUNGIBILIDADE. RECEBIMENTO COMO AGRAVO REGIMENTAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 458 E 535 DO CPC NÃO CARACTERIZADA. CERCEAMENTO DE DEFESA INEXISTENTE. REVELIA. OCORRÊNCIA. ELEMENTO SUBJETIVO. COMINAÇÃO DAS SANÇÕES. CUMULAÇÃO. POSSIBILIDADE. ART. 12 DA LIA. PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental. Aplicação do princípio da fungibilidade recursal. 2. Não ocorre ofensa aos arts. 458 e 535 do CPC, se o Tribunal de origem decide, fundamentadamente, as questões essenciais ao julgamento da lide. 3. Inexiste nulidade por cerceamento de defesa se réu queda-se silente diante das oportunidades para se manifestar: notificação para apresentação de defesa prévia (art. 17 da LIA), citação para contestar e intimação para especificação de provas. Operação dos efeitos da revelia previstos no art. 322 do CPC. 4. O posicionamento firmado pela Primeira Seção é que se exige dolo, ainda que genérico, nas imputações fundadas nos arts. 9º e 11 da Lei 8.429/1992 (enriquecimento ilícito e violação a princípio), e ao menos culpa, nas hipóteses do art. 10 da mesma norma (lesão ao erário). 5. Cada inciso do art. 12 da Lei 8.429/1992 traz uma pluralidade de sanções, que podem ser aplicadas cumulativamente ou não, ainda que o ato de improbidade tenha sido praticado em concurso de agentes. Precedentes do STJ. 6. Não havendo violação aos princípios da razoabilidade e proporcionalidade, modificar o quantitativo da sanção aplicada pela instância de origem, no caso concreto, enseja reapreciação dos fatos e provas, obstado nesta instância especial (Súmula 7/STJ). 7. Agravo regimental não provido. (EDcl no AREsp 57.435/RN, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/10/2013, DJe 09/10/2013)Ainda, registre-se que, no que diz respeito ao dever de ressarcir os cofres públicos, não foi apontado pelo Ministério Público, nesta fase de conhecimento, qual seria o valor efetivo do prejuízo ao erário, sendo incabível a restituição do valor integral do contrato, uma vez que o laudo juntado aponta claramente que não foram todos os serviços que deixaram de ser prestados ou que foram prestados de forma irregular. Assim, a determinação de ressarcimento integral do valor pago configuraria enriquecimento sem causa ao ente público municipal, o que é vedado pelo ordenamento jurídico. Desta forma, a única solução cabível é a apuração do valor a ser ressarcido em liquidação por arbitramento, na forma do art. 475-A e 475-C, ambos do CPC, uma vez que dos autos constam documentos suficientes para elaboração de perícia para apuração do prejuízo.Assim, considerando os fundamentos expostos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos e acolho a pretensão inicial para reconhecer a violação do art. 10 da Lei 8.429/92, e, na forma do art. 12, inciso II, da mesma legislação, condeno os réus nas seguintes sanções: a) Charles Seize Modro: I ? Na obrigação solidária de ressarcimento do valor do prejuízo ao erário, a ser apurado em liquidação de SENTENÇA, com correção a partir da data do desembolso e juros legais a partir da citação; II ? Na vedação de recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios do Poder Público, direta ou indiretamente, pelo prazo de 05 anos; III ? No pagamento de multa civil, individualmente, no valor do dano a ser apurado em liquidação de SENTENÇA; b) José Rivaldo de Oliveira: I ? Na obrigação solidária de ressarcimento do valor do prejuízo ao erário, a ser apurado em liquidação de SENTENÇA, com correção a partir da data do desembolso e juros legais a partir da citação; II ? Na vedação de recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios do Poder Público, direta ou indiretamente, pelo prazo de 05 anos; III ? No pagamento de multa civil, individualmente, no valor do dano a ser apurado em liquidação de SENTENÇA; c) Nilton de Araújo Ribeiro: I ? Na obrigação solidária de ressarcimento do valor do prejuízo ao erário, a ser apurado em liquidação de SENTENÇA, com correção a partir da data do desembolso e juros legais a partir da citação; II ? Na vedação de recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios do Poder Público, direta ou indiretamente, pelo prazo de 05 anos; III ? No pagamento de multa civil, individualmente, no valor do dano a ser apurado em liquidação de SENTENÇA; d) Gilvan de Castro Araújo: I ? Na obrigação solidária de ressarcimento do valor do prejuízo ao erário, a ser apurado em liquidação de SENTENÇA, com correção a partir da data do desembolso e juros legais a partir da citação; II ? Na vedação de recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios do Poder Público, direta ou indiretamente, pelo prazo de 05 anos; III ? No pagamento de multa civil, individualmente, no valor do dano a ser apurado em liquidação de SENTENÇA; e) Castro e Lalucce Ltda-ME: I ? Na obrigação solidária de ressarcimento do valor do prejuízo ao erário, a ser apurado em liquidação de SENTENÇA, com correção a partir da data do desembolso e juros legais a partir da citação; II ? Na vedação de recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios do Poder Público, direta ou indiretamente, pelo prazo de 05 anos; III ? No pagamento de multa civil, individualmente, em duas vezes o valor do dano a ser apurado em liquidação de SENTENÇA.CONDENO os requeridos, solidariamente, no pagamento de custas e despesas processuais, sendo incabível na presente ação a condenação em honorários advocatícios, pois ajuizada pelo Ministério Público.Extingo o processo, com resolução de MÉRITO, nos termos do art. 269, inciso I do CPC.A multa e ressarcimento deverão ser revertidos a favor do Municipio de Presidente Médici, nos termos do art. 18 da Lei n. 8.429/92. Oficie-se o

Município de Presidente Médici, através de sua Prefeita, dando ciência da presente DECISÃO para os fins de direito. Publique-se, registre-se e intime-se as partes.Expeça-se o necessário quanto a presente condenação por ato de improbidade.Após o trânsito em julgado:a) intime-se para recolhimento das custas e, caso não haja pagamento, promova-se a inscrição em dívida ativa;b) caso não haja requerimento de liquidação da SENTENÇA por parte do Ministério Público, arquive-se os autos, após a inscrição;c) sobrevindo pedido de liquidação, venham os autos conclusos.Presidente Médici-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Simone de Melo Juíza de Direito

Proc.: 0002374-31.2013.8.22.0006
Ação:Embargos de Terceiro (Cível)
Embargante:Josue Kleiton Petereite Graciano
Advogado:Valtair de Aguiar (RO 5490)
Embargado:Joberto Calegari
DECISÃO:
Vistos.Recebo a inicial, por ser tempestiva.Trata-se de embargos de terceiro ajuizado por JOSUE KLEITON PETEREITE GRACIANO em desfavor de JOBERTO CALEGARI, ambos qualificados nos autos, visando a suspensão do processo principal, em todos os seus atos, bem como que seja liminarmente deferido o direito de permanecer com o bem até o julgamento final do processo.O fundamento legal da demanda está no artigo 1.046 do Código de Processo Civil, que assim determina:Art. 1.046. Quem, não sendo parte no processo, sofrer turbação ou esbulho na posse de seus bens por ato de apreensão judicial, em casos como o de penhora, depósito, arresto, sequestro, alienação judicial, arrecadação, arrolamento, inventário, partilha, poderá requerer lhe sejam manutenidos ou restituídos por meio de embargos.A embargante comprova, mediante prova documental, que adquiriu a posse do bem objeto de constrição judicial nos autos de execução n. 0002474-20.2012.822.0006.Assim, é possível verificar que a parte autora apresenta a condição de terceiro e está na posse do bem objeto de constrição, elementos essenciais necessários para, em cognição sumária, ser concedida a liminar de manutenção da posse, senão vejamos o disposto no art. 1.051 do CPC:Art. 1.051. Julgando suficientemente provada a posse, o juiz deferirá liminarmente os embargos e ordenará a expedição de MANDADO de manutenção ou de restituição em favor do embargante, que só receberá os bens depois de prestar caução de os devolver com seus rendimentos, caso sejam afinal declarados improcedentes.Ante o exposto, DEFIRO o pedido liminar de manutenção de posse sobre o bem imóvel em favor da autora, que deverá prestar caução nos autos de devolver o bem em perfeitas condições de uso caso de improcedência do pedido.Suspendo o prosseguimento do processo nº 0002474-20.2012.822.0006, até DECISÃO de MÉRITO nesta ação, na forma do artigo 1.052 do Código de Processo Civil, juntando-se cópia da presente DECISÃO aos autos mencionados, até porque em consulta realizada pelo SAP e conforme certidão de fl. 31, ainda não foi assinada a carta de adjudicação originária da penhora do referido bem.Cite-se e intime-se a parte embargada para, no prazo de 10 dias, apresentar contestação, conforme preconiza o artigo 1.053 do Código de Processo Civil, com as advertências do art. 285 do CPC.Junte o pagamento das custas iniciais que se encontram na contracapa dos autos.Pratique-se o necessário.Presidente Médici-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Simone de Melo Juíza de Direito

Proc.: 0000016-93.2013.8.22.0006
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Associação dos Produtores Rurais da Com. N. S. da Saude, Associação dos Produtores Rurais da Comunidade São Cristovão do Menino de Jesus, Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Santa Helena
Advogado:Gilvan de Castro Araujo (RO 4589)
Requerido:Centrais Elétricas de Rondônia S.A.
Advogado:Douglacir Antonio Evaristo Sant´ana. (RO 287)
SENTENÇA:
Vistos.O processo não deve ser sentenciado de plano, pois requer a produção de outras provas, não estando presente qualquer das hipóteses de julgamento antecipado da lide. Constata-se que a Associação dos Produtores Rurais da Comunidade Nossa Senhora da Saúde, Comunidade São Cristóvão e Comunidade Santa Helena ajuizaram a presente ação de ressarcimento de construção de rede elétrica – eletrificação rural em desfavor de Ceron – Centrais Elétricas de Rondônia, objetivando o recebimento na quantia de R$ 350.470,49, decorrente na construção de 18.500 metros de rede trifásica de alta tensão e 30.00 metros de rede monofásica de alta tensão, devido a incorporação pela requerida.Relatam que, em julho de 1995, custearam, com recursos próprios, rede de energia trifásica e rede monofásica, ambas de alta tensão, situadas nas Linhas 118, 140 e 144 na Zona Rural do Município de Presidente Médici/RO, despendendo a quantia de R$ 350.470,49.A requerida apresentou contestação às fls. 25/28, alegando estar prescrito o direito de ação dos autores, ao argumento de que com o advento do Código Civil de 2002, a prescrição passou a ser regida pelo artigo 206, devendo ser observado, ainda, a regra do artigo 2.028 do Código Civil de 2002.Em análise a questão prejudicial de MÉRITO, nota-se que o fato gerador da presente demanda ocorreu em 1995, ou seja, na vigência do antigo Código Civil de 1916, uma vez que o Código Civil de 2002 - instituído pela Lei n. 10.406/02 - entrou em vigor 1 (um) ano após sua publicação" (art. 2.044).Segundo a lei vigente à época do fato gerador, o prazo prescricional era de 20 (vinte) anos, nos termos do art. 177 do Código Civil de 1916.Todavia, a atual legislação, em seu art. 2.028, dispõe que, serão os da lei anterior os prazos, quando reduzidos por este Código, e se, na data de sua entrada em vigor, já houver transcorrido mais da metade do tempo estabelecido na lei revogada.Sabe-se que o Código Civil vigente, foi publicado em 10 de janeiro de 2002, entrando em vigor 1 (um) ano após sua publicação, conforme redação do art. 2.044 no mesmo instituto, ou seja, em 11 de janeiro de 2003.Sobre a transição dos prazos prescricionais, é o seguinte apontamento doutrinário:"Nesse contexto, o art. 2.028 do atual Código Civil, que regulamenta a transição dos prazos prescricionais da velha para a nova legislação, estabeleceu dois requisitos para que continue sendo aplicável ao prazo da lei velha: que ele tenha sido reduzido pela lei nova; que, contado pela lei velha, haja decorrido mais de metade do prazo. Não observador esses requisitos, aplica-se o atual Código Civil". Theotonio Negrão, José Roberto F. Gouvêa e Luis Guilherme A. Bondioli, com a colaboração de João Francisco Naves da Fonseca. Código Civil e legislação em vigor. 29ª ed. São Paulo: Saraiva, 2010, p. 569)."Compulsando os autos não foi possível constatar qualquer contrato público ou particular pactuado entre as partes, razão pela qual, não é possível aplicar o prazo prescricional descrito no artigo 206, § 5º, inciso I, que dispõe o prazo de cinco anos para a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento

público ou particular.Importante salientar também, que não tem aplicabilidade ao caso concreto o art. 206, § 3º, inciso IV, do Código Civil vigente - a pretensão de ressarcimento de enriquecimento sem causa, tendo em vista que cuida-se de hipótese de cobrança - ressarcimento por quantia despendida - contra empresa concessionária de serviço público, mas sim a regra geral, estampada no art. 205 do novo Codex.Tudo considerado, tendo em vista que a lei não fixa prazo específico para a hipótese em estudo, o prazo prescricional a ser observado é o decenal previsto no art. 205 do Código Civil de 2002, que preceitua que, "a prescrição ocorre em dez anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor". Por consequência, uma vez que não preenchidos os requisitos para a utilização do prazo vintenal do Código de 1916, tendo em vista que não houve o transcurso até a data da entrada em vigor do CC/02, de mais da metade do tempo estabelecido na lei revogada (no caso dez anos), aplicando-se então o prazo prescricional de dez anos do art. 205 do Código Civil de 2002, como já esclarecido.Nesse sentido é o entendimento jurisprudencial:APELAÇÃO CÍVEL - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS -ENERGIA ELÉTRICA - AÇÃO DE COBRANÇA -IMPLANTAÇÃO DE REDE ELÉTRICA INCORPORADA PELA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO -PRAZO PRESCRICIONAL DE DEZ ANOS (ART. 205 DO CÓD. CIVIL) - REGRA DE TRANSIÇÃO DO ART. 2028 DO CÓD. CIVIL VIGENTE Pela regra de transição do art. 2.028 do Côd. Civil de 2003, o interregno prescrícionai para o ressarcimento dos gastos realizados com a implantação da rede elétrica, será de dez anos (art. 205 do hodiemo Código Civil) se, por ocasião da entrada em vigor do novel codex, ainda não transcorrera a metade do prazo vintenàrio referido na lei civil anterior. Tenno a quo: efetiva incorporação da infraestrutura ao patrimônio da concessionária. JULGAMENTO DO MÉRITO - ART. 515, § 3º, DO CPC - RESSARCIMENTO DA QUANTIA DESPENDIDA PELO PARTICULAR PARA A ELETRIFICAÇÃO RURAL PROMOVIDA PELA(TJ-SP - APL: 16621520118260357 SP 0001662-15.2011.8.26.0357, Relator: Antonio Nascimento, Data de Julgamento: 28/11/2012, 26ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 30/11/2012).O prazo prescricional das ações de cobrança propostas em relação às sociedades de economia mista concessionárias de serviço público é o ordinário de 20 anos, previsto no art. 177 do CCB/1916, que foi reduzido para 10 anos pelo art. 205 do CCB/2002. Em acréscimo, de acordo com a jurisprudência desta Corte, as sociedades de economia mista têm natureza jurídica de direito privado, por funcionarem e se organizarem como as empresas privadas, atraindo o Poder Público a idealizar esse tipo de entidade descentralizada. Por isso, é inerente a aplicação da prescrição ordinária atribuída às ações pessoais, consoante o disposto no art. 177 do Código Civil de 1916 (205 do Código Civil de 2002). Nesse sentido: Ag n. 1.004.015/RS, Relatora Ministra Nancy Andrighi, 3ª Turma, DJ de 16.4.2008 e Ag 979.123/RS, Rei. Min. Fernando Gonçalves, 4ª Turma, DJ de 11.4.2008.PRESCRIÇÃO. Prazo Ressarcimento por gastos realizados com implantação de rede elétrica posteriormente incorporada por concessionária. Entendimento do STJ no sentido de que as ações pessoais contra concessionárias de serviço público prescreviam em 20 anos e após a vigência do novo Código Civil prescrevem em 10 anos, nos termos do art. 205, do CC 2002 - Prescrição afastada Recurso provido. TJSP - 23ª Câmara de Direito Privado - Apelação nº 0001075-90.2011.8.26.0357 - Rei. Des. J. B. Franco de Godói - J. 08/08/2012.EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - AÇÃO DE COBRANÇA DE VALORES GASTOS PARA IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ELETRIFICAÇÃO RURAL - Embargos de declaração que visam sanar, no V. Acórdão, obscuridade, contradição ou omissão, não se prestando à reforma do julgado - Mero inconformismo não é requisito para Interposição de Embargos de Declaração - Ausência dos requisitos exigidos pelo artigo 535 do Código de Processo Civil - Embargos de Declaração como meio Inàbil. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - AÇÃO DE COBRANÇA DE VALORES GASTOS PARA IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ELETRIFICAÇÃO RURAL - ALEGAÇÃO DE PRESCRIÇÃO - Matéria de ordem pública - Possibilidade de análise em sede de embargos - Programa "Luz da Terra" - Prescrição - inocorrência - Artigo 177, do Código Civil de 1916 que previa o prazo prescricional de 20 anos - Aplicação do artigo 2.028 do Código Civil - Menos da metade do prazo transcorrido - Contagem do prazo que tem inicio com a entrada em vigor do novo Código - Ação proposta contra sociedade de economia mista concessionária de serviço público aplicável o prazo prescricional das ações pessoais, ou seja, 10 anos, nos termos do disposto no artigo 205, do Código Civil. TJSP - 16ª Câmara de Direito Privado - Embargos de Declaração nº 0003578-84.2010.8.26.0627 – Rei. Des. Luís Fernando Lodi - J. 14/08/2012.Nessa esteira, aplicar-se-á o prazo decenal disposto no art. 205 do CC/02, iniciando-se a contagem do prazo a partir da entrada em vigor do referido Codex, que efetivou-se em 11/01/2003.Sobre a contagem do prazo a jurisprudência menciona:APELAÇAO CÍVEL. PROCESSUAL CIVIL. PRESTAÇÃO DE CONTAS. PARTILHA HOMOLOGADA SOB A ÉGIDE DO CÓDIGO CIVIL DE 1916. PRESCRIÇÃO. APLICAÇÃO DA REGRA DE TRANSIÇÃO. TERMO INICIAL DA CONTAGEM DO PRAZO PRESCRICIONAL: DATA DA ENTRADA EM VIGOR DO NOVO CÓDIGO CIVIL. SENTENÇA DESCONSTITUÍDA. A questão apresentada ao Judiciário - que, sob a égide do Código Civil de 1916, aplicável ao caso, prescreveria em 20 (vinte) anos, mas, em face da nova legislação, prescreve em 10 (dez) anos - requer aplicação da regra de transição contida no art. 2.028 do Código Civil de 2002. Deste modo, não transcorrido mais da metade do prazo prescricional quando da entrada em vigor do Código Civil atual (11 de janeiro de 2003), aplicável o prazo prescricional previsto no novo diploma, que deve ser contado a partir da data de sua entrada em vigor. Equivocada a contagem da fruição da prescrição a partir de data diversa. SENTENÇA desconstituída. DERAM PROVIMENTO AO APELO. (Apelação Cível Nº 70051947190, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Alzir Felippe Schmitz, Julgado em 07/02/2013)(TJ-RS - AC: 70051947190 RS, Relator: Alzir Felippe Schmitz, Data de Julgamento: 07/02/2013, Oitava Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 14/02/2013) grifei.Por isso, nascida a pretensão de reembolso em benefício da parte autora em 11/01/2003 (data de entrada em vigor do novo Código Civil) e, considerando que a presente ação foi devidamente ajuizada em 07/01/2013, a pretensão das autoras não se encontra prescrita. Ante a fundamentação alhures, rejeito a questão prejudicial de MÉRITO suscitada pela parte requerida. Considerando que o requerido pleiteou a produção de prova testemunhal, documental e pericial, e devidamente intimado demonstrou a pertinência da referida prova, ao argumento de que é necessário obter o valor de ressarcimento aos proprietários da rede particular, bem como identificaria a rede elétrica, sua localização, sua destinação específica, DEFIRO o pedido de

produção de prova pericial, pleiteado pela concessionária requerida, a quem ficará o cargo de efetuar o pagamento da quantia referente aos honorários periciais.Para a realização da perícia, nomeio perito, o Engenheiro Eletricista André Luiz Viana Lamora, telefone: 69 3422-9896 e celular 8408-5042, o qual deverá ser intimado, para indicar se aceita o encargo, qual o valor a título de honorários periciais, a serem suportados pela requerida que deverá depositá-los em 20 dias, bem como a data para realização do ato.Desde já deverão as partes apresentarem quesitos e indicarem assistente técnico.Com a informação do Sr. Perito da data designada para a perícia, intime-se as partes, via de seus advogados, sobre a data da realização da perícia.Encaminhem-se os quesitos que forem apresentados ao Senhor Perito.O perito terá o prazo de 10 (dez) dias para a entrega do laudo, a contar da data designada para a perícia. Juntado o laudo pericial, dê-se vista às partes pelo prazo comum de 10 (dez) dias para se manifestarem. Cumpra-se.Presidente Médici-RO, segunda-feira, 27 de janeiro de 2014.Simone de Melo Juíza de Direito

Proc.: 0003239-54.2013.8.22.0006
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Josimar Siqueira da Silva, Luiz Viana da Silva
Advogado:Valter Carneiro (RO 2466.)
Requerido:Município de Presidente Médici Ro
Advogado:Procurador do Municipio de Presidente Medici R O (000.)
DECISÃO:
Vistos.Mantenho a DECISÃO recorrida, por seus próprios fundamentos. Acrescento, porém, que o fato da DECISÃO que indeferiu a antecipação de tutela ter sido fundamentada na Lei 12.016/2009 (MANDADO de Segurança), não muda o objetivo da norma, que é evitar a oneração do erário em DECISÃO de cognição sumária.Assim, considerando que não foi postulado o efeito suspensivo no agravo, junte-se o MANDADO constante na contracapa dos autos e aguarde-se o transcurso do prazo para a parte ré oferecer contestação.Com a apresentação da contestação, intime-se a parte autora para apresentar impugnação, caso queira, no prazo legal.Caso contrário, tornem-me os autos conclusos.Presidente Médici-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Simone de Melo Juíza de Direito

Proc.: 0001203-39.2013.8.22.0006
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Neucimar Nunes dos Santos
Advogado:Luiz Carlos de Oliveira (RO 1032.)
Requerido:Mega Veículos Ltda
Advogado:Vanda Salete Gomes Almeida (OAB/RO 418), Sônia Mara Schroder (OAB/RO 432)
Ato ordinatório: Fica a parte requerente, por via de seu advogado(a), intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, retirar carta precatória expedida às fls. 118/119, bem como no prazo de 10 (dez) dias comprovar sua distribuição no Juízo deprecado, podendo a mesma ser obtida através do endereço eletrônico: www.tjro.jus.br/adoc, digitando o número verificador 1006.2013.0014.7234.2198. Devendo inclusive, instruí-la com as peças relacionadas no anexo.

Proc.: 0001275-26.2013.8.22.0006
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Exequente:Centro Farma Com Import.Export.Ltda
Advogado:Elisa Dickel de Souza (OAB/RO 1177), Jose Fernando Roge (RO 5427), Israel Augusto Alves Freitas da Cunha (OAB/RO 2913)
Executado:Ezaki & Bambulin Ltda
Advodado: Não informado
Ato ordinatório: Fica a parte exequente, por via de seu advogado, intimada para, no prazo de 5 (cinco) dias, dar regular andamento ao feito, requerendo o que entender pertinente, sob pena de arquivamento.

Proc.: 0001159-54.2012.8.22.0006
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Data Soft Informatica Comercio e Representação Ltda M E
Advogado:Valter Carneiro (RO 2466.)
Requerido:Brasil Telecom Celular S A
Advogado:Rochilmer Mello da Rocha Filho (OAB/RO 635)
Ato ordinatório: Fica a parte requerente, por via de seu advogado(a), intimada para, no prazo de cinco dias, retirar Alvará Judicial expedido nos presentes autos às fls. 188/189, podendo o mesmo ser obtido através do endereço eletrônico: www.tjro.jus.br/adoc, digitando o número verificador 1006.2012.0013.5384.2062, devendo informar a esta serventia quanto ao recebimento do mesmo.

Proc.: 0001592-24.2013.8.22.0006
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco da Amazonia S A
Advogado:Michel Fernandes Barros (OAB/RO 1790)
Executado:Gerson Ferreira de Souza, Terezinha Maria Rosario, Associação dos Pequenos Prod.Rural Sol Nascente -Asprusna
Advogado: Sergio Reis Moura (OAB/RO 558-A)
Ato ordinatório: Fica a parte exequente, por via de seu advogado(a), intimada para, no prazo de 05 dias, manifestar-se sobre a petição juntada às fls. 58/63, na qual o executado oferece bens à penhora, em querendo, manifestar o que de direito.

Proc.: 0000760-59.2011.8.22.0006
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Mercez Francisca de Moura Santos
Advogado:Fernanda Nascimento Nogueira Candido Reis (SP 220181), Lilian Santiago Teixeira Nascimento (RO 4511), Marcos Silva Nascimento (SP 78939)
Requerido:Instituto Nacional de Seguridade Social
Ato ordinatório: Fica a parte autora, por via de seu advogado, intimada para, no prazo de 05 dias, se manifestar, sobre o comprovante de implantação do benefício objeto da ação judicial juntado às fls. 172-174, e no mesmo prazo, requerer o que entender pertinente quanto a eventuais parcelas atrasadas, sob pena de arquivamento.
Proc.: 0002640-18.2013.8.22.0006
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Givanildo Leão
Advogado:Juliano Pinto Ribeiro (RO 3940)
Requerido:Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT
Advogado:Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2894), Alexandre Paiva Calil (OAB/RO 2894)
Ato ordinatório: Fica a parte requerente, por via de seu advogado(a), intimada para impugnar, no prazo de 10 dias, a contestação juntada às fls. 29/81.

Proc.: 0002871-45.2013.8.22.0006
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Nerivaldo Guedes da Silva
Advogado:Elisangela de Oliveira Teixeira (RO 1043.)
Requerido:D & V Comercio Varejista de Artigos de Utilidades Domesticas Ltda
Advogado:Nivea Magalhaes Silva (RO. 1613)
Ato ordinatório: Fica a parte requerente, por via de seu advogado(a), intimada para impugnar, no prazo de 10 dias, a contestação juntada às fls. 28/35.

Proc.: 0002303-29.2013.8.22.0006
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Abel Afonso
Advogado:Luciano da Silveira Vieira (RO 1643.), Sonia Ercilia Thomazini Lopes Balau (RO 3850.)
Requerido:Banco do Brasil S A
Advogado:Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB/PR 8.123)
Ato ordinatório: Fica a parte requerente, por via de seu advogado(a), intimada para impugnar, no prazo de 10 dias, a contestação juntada às fls. 2942.

Proc.: 0000513-15.2010.8.22.0006
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Pemaza S A
Advogado:Carlos Luiz Pacagnan (OAB/RO 107B)
Executado:Walter Kleber Maltarolo, Tânia Cristina Braga Maltarolo
Advogado: Não informado
Ato ordinatório: Fica a parte exequente, por via de seu advogado, intimada para, no prazo de 5 (cinco), promover o regular andamento do feito, sob pena de extinção e arquivamento, conforme DESPACHO de fls. 139.

COMARCA DE SANTA LUZIA D´OESTE

POSTO AVANÇADO DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS

Proc: 1000738-74.2013.8.22.0018
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Adilson Marquesini(Requerente)
Advogado(s): ALMIRO SOARES(OAB 412A RO)
Banco Ibi S.a Banco MÚltiplo(Requerido)
Advogado(s): OAB:4570 RO
Adilson Marquesini(Requerente)
Advogado(s): ALMIRO SOARES(OAB 412A RO)
Banco Ibi S.a Banco MÚltiplo(Requerido)
Advogado(s): KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 4571 RO)SENTENÇA: Vistos etc. Dispensado o relatório nos termos do art. 38 da Lei 9099/95. Sendo o objeto lícito e as partes capazes, HOMOLOGO O ACORDO entabulado entre as partes em audiência (mov. 11), para que o mesmo surta seus legítimos e legais efeitos, JULGO EXTINTO O PROCESSO, com resolução do MÉRITO, nos termos do art. 269, inciso III do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios, em razão do artigo 55 da Lei 9.099/95. SENTENÇA publicada e registrada automaticamente pelo sistema de informática. Expeça-se alvará para levantamento da importância depositada (evento 12). Após, intime-se a autora para, no prazo de 05 (cinco) dias, retirar o alvará e se manifestar quanto ao cumprimento da obrigação, pena de arquivamento.
Feitas as baixas de praxe, arquive-se o processo, independentemente de trânsito em julgado. Santa Luzia d Oeste/RO, data certificada. Claudia Vieira Maciel de Sousa
Juíza de Direito

Proc: 1000722-23.2013.8.22.0018
Ação:Petição (Juizado Cível)
Ednei Valang da Silva ME (Mercado União)(Requerente)
Advogado(s): Torquato Fernandes Cota(OAB 558-A RO)
Edson da Silva(Requerido)
Ednei Valang da Silva ME (Mercado União)(Requerente)
Advogado(s): Torquato Fernandes Cota(OAB 558-A RO)
Edson da Silva(Requerido)
SENTENÇA: DISPOSITIVO. Posto isso, JULGO PROCEDENTE A AÇÃO movida por EDNEI VALANG DA SILVA ME (MERCADO UNIÃO) em face de EDSON DA SILVA, com resolução de MÉRITO, na forma do art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil, para condenar este último ao pagamento da quantia de R$ 118,53 (cento e dezoito reais e cinquenta e três centavos), corrigida monetariamente pelos índices determinados pela Corregedoria Geral da Justiça e acrescida dos juros de 1% ao mês, a contar da citação. Sem custas processuais ou honorários advocatícios, nesta fase, por se tratar
de procedimento regido pela Lei 9.099/95. SENTENÇA publicada e registrada automaticamente pelo sistema de informática. Intime-se. Após o trânsito em julgado, proceda-se à intimação da parte ré para dar cumprimento à SENTENÇA, nos termos do art. 475-J do CPC. Santa Luzia d'Oeste, data certificada. Cláudia Vieira Maciel de Sousa
Juíza de Direito

Proc: 1000727-45.2013.8.22.0018
Ação:Petição (Juizado Cível)
Kluska Comércio de Medicamentos Ltda.(Requerente)
Advogado(s): Torquato Fernandes Cota(OAB 558-A RO)
Egeu Eugênio da Silva(Requerido)
Kluska Comércio de Medicamentos Ltda.(Requerente)
Advogado(s): Torquato Fernandes Cota(OAB 558-A RO)
Egeu Eugênio da Silva(Requerido)
SENTENÇA: DISPOSITIVO. Posto isso, JULGO PROCEDENTE A AÇÃO movida por KLUSKA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA em face de EGEU EUGÊNIO DA SILVA, com resolução de MÉRITO, na forma do art. 269, inciso I, do Código de Processo Civil, para
condenar este último ao pagamento da quantia de R$ 188,77 (cento e oitenta e oito reais e setenta e sete centavos), corrigida monetariamente pelos índices determinados pela
Corregedoria Geral da Justiça e acrescida dos juros de 1% ao mês, a contar da citação. Sem custas processuais ou honorários advocatícios, nesta fase, por se tratar
de procedimento regido pela Lei 9.099/95. SENTENÇA publicada e registrada automaticamente pelo sistema de informática. Intime-se. Após o trânsito em julgado, proceda-se à intimação da parte ré para dar cumprimento à SENTENÇA, nos termos do art. 475-J do CPC. Santa Luzia d'Oeste, data certificada. Cláudia Vieira Maciel de Sousa
Juíza de Direito

Proc: 1000619-50.2012.8.22.0018
Ação:Cumprimento de SENTENÇA (Juizado Cível)
Alves & Cerqueira Ltda Me(Requerente)
Cícero Aparecido dos Santos(Requerido)
Alves & Cerqueira Ltda Me(Requerente)
Cícero Aparecido dos Santos(Requerido)
EDITAL DE VENDA JUDICIAL: O(A) Dr.(a) Artur Augusto Leite Júnior, MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível (Posto Avançado Jus-Rápida de Alto Alegre) da Comarca de Santa Luzia D'Oeste, torna público que será realizada a Venda Judicial dos bens abaixo descrito, referente a Execução que se menciona. Exequente: Alves & Cerqueira Ltda-ME, CNPJ 07.044.338/0001-94 Executado: Cícero Aparecido dos Santos Vara: 1ª Vara Cível 1ª Vara Cível (Posto Avançado Jus-Rápida de Alto Alegrel) Processo: 1000619-50.2012.822.0018 Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível DESCRIÇÃO DOS BENS: 01- Uma Televisão, marca CCE, 14 polegadas, em bom estado, avaliada em R$ 280,00 (duzentos e oitenta reais) 02- Uma Antena Parabólica, marca Bedin, avaliada em R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) VALOR TOTAL: R$ 530,00 (quihentos e trinta reais) DATA DA HASTA ÚNICA: 20 de fevereiro de 2014, às 9 horas. OBSERVAÇÕES: 1- Não sendo possível a intimação pessoal do(a) executado(a), no endereço no qual ocorreu sua citação, o mesmo será considerado intimado(a) por este edital na forma do Artigo 238, § único do CPC. 2 - Sobrevindo feriado nas datas designadas para venda judicial, esta realizar-se-á no primeiro dia útil subseqüente. 3 - Se a parte não proceder a publicação deste edital em jornal de circulação local, o bem não poderá ser arrematado por valor inferior ao da avaliação. COMUNICAÇÃO: Se o bem não alcançar lance igual ou superior à avaliação, prosseguir-se-á na segunda venda no mesmo dia, hora e local, a fim de que os mesmos sejam arrematados por quem maior preço lançar, desde que a oferta não seja vil. Sede do Juízo: Fórum Juiz Sebastião de Souza Moura, Rua Dom Pedro I, 2404, esquina c/ Tancredo Neves, Centro, Santa Luzia D'Oeste-RO, 76950000 - Fax: (69)3434-2425 - Fone: (69)3434-2439 - Ramal: Eu, Antonio de Souza - Escrivã(o) Judicial, o conferi. Santa Luzia D'Oeste, 15 de Janeiro de 2014.

1º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL

Proc: 1000006-93.2013.8.22.0018
Ação:Termo Circunstanciado (Juizado Criminal)
Delegacia de Polícia Civil de Santa Luzia do Oeste-RO(Autor)
Benedito Antevére Filho(Infrator)
Advogado(s): Gilson Alves de Oliveira(OAB 549-A RO)
Delegacia de Polícia Civil de Santa Luzia do Oeste-RO(Autor)
Benedito Antevére Filho(Infrator)
Advogado(s): Gilson Alves de Oliveira(OAB 549-A RO)
Ministério Público do Estado de Rondônia(Custos Legis (Fiscal da Lei))
FINALIDADE: Intimar o Advogado Dr. Gilvon Alves de Oliveira da r. SENTENÇA de extinção a partir do DISPOSITIVO. "... Assim, considerando que o infrator cumpriu integralmente com a transação penal, com fulcro no art. 84, parágrafo único, da Lei 9.099/95 e art. 107 do Código Penal, julgo extinta a punibilidade do infrator Benedito Antevére Filho..."

Dr. Artur Augusto Leite Junior,
Juiz de Direito.

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível

Proc.: 0011733-08.2009.8.22.0018
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:João dos Santos
Advogado:Lenir Correia Coelho Bonfá (RO 2424)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Procurador do INSS (RO 0000)
Fica a parte Autora, por meio de seu Advogado, no prazo de 5 (Cinco) dias, intimada a retirar em cartório os alvarás Judiciais de n° 26 e 27/2014.

Proc.: 0002052-72.2013.8.22.0018
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria José de Andrade, Antônio de Souza
Advogado:Angélica Alves da Silva Arruda (OAB/RO 6061), Olímpia Miranda dos Santos Sampaio (OAB/RO 6041), Angélica Alves da Silva Arruda (OAB/RO 6061)
Requerido:Jair Schaefer
FINALIDADE: Ficam as partes intimadas para audiência preliminar para o dia 26/02/2014, às 09h30. Fica a parte autora intimada a retirar a carta precatória em juízo.

Proc.: 0000023-57.2010.8.22.0017
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Maria de Fátima Paulo dos Santos Souza
Advogado:Joanito Vicente Batista (RO 423/A)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Advogado Não Informado (000)
Fica o Advogado da parte autora, no prazo de 5 (Cinco) dias, intimado a promover o regular andamento do feito, sob pena de arquivamento, conforme DESPACHO de fl. 226.

Proc.: 0000800-34.2013.8.22.0018
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Devanil Pereira de Souza
Advogado:Paulo Cesar da Silva (RO 4.502)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Procurador Federal (NBO 020)
FINALIDADE: Fica o Patrono do autor intimado a manifestar-se no prazo de 10 (dez) dias, acerca do Laudo Médico Perícial. fls 66 a 68.

Proc.: 0000727-33.2011.8.22.0018
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Iracema Machado
Advogado:Márcio Sugahara Azevedo (RO 4469), Cleuza Marcial de Azevedo (RO 1624)
Requerido:Inss - Instituto Nacional do Seguro Social
FINALIDADE: Fica o Patrono do autor intimado a manifestar-se no prazo de 10 (dez) dias, acerca do Laudo Médico Pericial. fls 158 a 161.

Proc.: 0001230-83.2013.8.22.0018
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Jéssica Lopes Alencar
Advogado:Paulo Cesar da Silva (RO 4.502)

Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Procurador Federal (NBO 020)
FINALIDADE: Intimar a parte autora, por meio do seu advogado, para manifestar-se acerca do laudo médico Fls 50 a 55 juntado aos autos, no prazo de 10 dias.

Proc.: 0000383-18.2012.8.22.0018
Ação:Ação Civil de Improbidade Administrativa
Requerente:Ministério Público do Estado de Rondônia - Santa Luzia D Oeste - RO
Requeridos:Cloreni Matt, Sofia Juliana de Almeida Myczkovski, José Rivaldo de Oliveira, Kellen Cristina São José Azuma, Marilete Delarmelina, Paulo Cesar Depieri, Itaguai Comercio e Empreendimentos Ltda, Claudinei Henrique de Oliveira, C.h. de Oliveira Me., Melo & MourÃo Ltda
Advogado:Antônio Janary Barros da Cunha (RO 3678), Kellen Cristina São José Azuma (OAB/RO 2553), Antônio Janary Barros da Cunha (RO 3678), Aliadne Bezerra Lima Felberk de Almeida (OAB/RO 3655), Fabiana Modesto de Araújo (OAB/RO 3122), Aliadne Bezerra Lima Felberk de Almeida (OAB/RO 3655)
FINALIDADE: Ficam as partes e seus advogados intimados a apresentarem constestação, no prazo legal, sob pena de revelia. O prazo no presente feito contam-se em dobro (art. 191 do CPC), bem como, são comuns aos réus, razão pela qual o processo não pode sair de cartório na sua fluência, em caso de advogados diferentes (art. 40, § 2º, do CPC).

Proc.: 0000754-45.2013.8.22.0018
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Izaque de Oliveira Souza
Advogado:Josciany Cristina Sgarbi Lopes (OAB/RO 3868)
Requerido:Instituto Nacional do Seguro Social - Inss
Advogado:Procurador Federal (NBO 020)
FINALIDADE: Fica a parte requerente intimada para que no prazo de 10 dias manifeste acerca do laudo de perícia médica.

Antônio de Souza
Escrivão Cível

COMARCA DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ

1º JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA

1ª Vara do Juizado Especial da Fazenda Pública
1ª Vara Cível
São Francisco do Guaporé
Juiz de Direito: Leonardo Meira Couto
Diretor de Cartório: Aldeney Figueiredo Freire
Email do Diretor: sfg1civel@tjro.jus.br
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE OU CONTATE-NO VIA INTERNET.
Email da Comarca: sfg@tjro.jus.br

Proc.: 0000127-89.2014.8.22.0023
Ação:Procedimento Ordinário (Juizado Faz.Pública)
Requerente:Patricia Saraiva de Figueiredo
Advogado:Marcelo Cantarella da Silva (OAB/RO 558)
Requerido:Município de São Francisco do Guaporé RO
DESPACHO:
DESPACHO Recebo o feito para processamento.Tendo em vista os princípios que norteiam o procedimento do Juizado Especial da Fazenda Pública, como o da simplicidade, informalidade, economia processual e celeridade (art. 27 da L.12.153/09 c/c art. 2º da L.9.099/95), deixo de designar audiência de conciliação, porque em todas as ações em trâmite nesta vara contra a fazenda pública estadual/municipal a audiência restou frustrada pela alegação dos seus representantes de ausência de legislação especifica que regulamente a L.12.153/09 neste ponto, o que redunda em desperdício de tempo e expedientes da escrivania.Considerando, ainda, que a matéria tratada nos autos é preponderantemente de direito, CITE-SE a parte requerida para responder a presente, apresentar sua defesa e todos os documentos de prova, no prazo de 30 dias contados da ciência, por aplicação analógica e sistemática dos artigos 7º e 9º da L.12.153/09. Havendo interesse da parte requerida em apresentar proposta de conciliação e/ou produzir prova testemunhal, deverá constar expressamente na contestação os termos e o rol, caso em que os autos deverão vir conclusos para apreciação.Caso contrário, a parte autora deverá ser intimada para impugnar em 10 dias, caso deseje, e após o transcurso, conclusos os autos para SENTENÇA.Transcorrido o prazo, tornem conclusos.São Francisco do Guaporé-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Aldeney Figueiredo Freire
Diretor de Cartório

1ª VARA CRIMINAL

1ª Vara Criminal
1º Vara Criminal
São Francisco do Guaporé
Juiz de Direito: Leonardo Meira Couto
Diretor de Cartório: Edson Carlos Fernandes de Souza
Email do Cartório: sfg1criminal@tjro.jus.br
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
E-mail da Comarca: sfg@tjro.jus.br

PRAZO 5 DIAS
Proc.: 1000341-05.2010.8.22.0023
Ação:Ação Penal - Procedimento Sumaríssimo (Criminal)
Autor:Ministério Público do Estado de Rondônia
Infrator:Indústria e Comércio de Madeiras Vale do Ipê Ltda Me, pessoa jurídica de direito privado, cnpj Nº 07.781.984/0001-34, 4892; através do seu representante legal Sr. Ronielle Moreira Alves, brasileiro, solteiro, comerciante, RG nº 0001121466 SSP/RO, CPF nº 009.079.572-50, nascido aos 26/04/1989, filho de Giovana Moreira Alves, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE:Intimar o infrator acima qualificado através do seu representante legal, da r. SENTENÇA proferida nos autos, cuja parte dispositiva passo a transcrever:SENTENÇA:"...

reconheço a prescrição da pretensão punitiva e JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE dos acusados INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS VALE DO IPÊ e RONIELLE MOREIRA ALVES, qualificados nos autos.Ante o pedido de extinção pelo autor, antecipo o trânsito em julgado nesta data. Procedam as anotações de estilo expedindo-se o necessário, após, arquivem-se estes autos.Sem custas.Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.São Francisco do Guaporé-RO, quarta-feira, 11 de dezembro de 2013.Márcia Adriana Araújo Freitas Santana Juíza de Direito.''

Prazo: 15 (quinze) dias
Proc.: 0023849-52.2009.8.22.0016
Ação:Ação Penal - Procedimento Ordinário (Réu Solto)
Autor:Ministério Público de Costa Marques
Advogado:Promotor de Justiça (12345678)
Denunciado:Fabio Aparecido Alves da Silva
DE: Fábio Aparecido Alves da Silva, vulgo "Fabinho", brasileiro, solteiro, agricultor, filho de Maria Agripina Alves da Silva, Walter Eleotério da Silva, portador do RG n.º 1.592.355 SSP/ES, residente na Rua São Paulo, s/n, São Francisco do Guaporé/RO, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: CITAR o réu acima qualificado para que no prazo de 10 (dez) dias, responda a acusação (abaixo transcrita), por escrito, cientificando-o que na resposta, poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas. Estando advertido que não sendo apresentada a resposta no prazo legal e nem constituído procurador ser-lhe-a nomeado Defensor Público
DENÚNCIA: " É dos autos que, no dia 19 de abril de 2009, em horário não informado, em um bar na Br 429, zona rural desta cidade e Comarca, o denunciado Fábio Aparecido Alves da Silva, de forma livre e consciente, agindo com evidente vontade de matar, valendo-se de uma arma de fogo, deferiu vários disparos contra a vítima Deusdete Lopes de Almeida, causando-lhes as lesões corporais que, por sua natureza e sede, foram a causa eficiente de sua morte, consoante LaudoTanatoscópico de fls. 26/29 e Laudo de Exame em local de morte violenta (fls. 19/21). Apurou-se que a vítima Deusdete se desentedeu com Darci Zortéa, que estava em companhia do denunciado no local do delito, quando em dado momento Deusdete gritou com o Darci, batendo o taco de sinuca em suas costas. De imediato, "Fabinho", ora denunciado, sacou de uma arma de fogo, e efetuou dois disparos na região do peito da vítima, e, depois de Deusdete cair, desferiu maos dois tiros. Foi quando, o denunciado "Fabinho" que é deficiente físico pois lhe falta a mão direita, subiu na motocicleta juntamente com "Gaúcho" e desceram sentido São Francisco do Guaporé/RO, evadindo do local do crime. A Polícia acionada, porém não obteve êxito em encontrar o denunciado em sua residência. Apurou-se, ainda, que o crime aconteceu em virtude do denunciado, por motivo fútil, fazer cessar "briga de Bar" entre seu amigo "Gaúcho" e a vítima. 2- Classificação legal: Pelo exposto, denúncio a Vossa Execelência Fábio Aparecido Alves da Silva, incurso na penas do Art. 121, inciso II, do Código Penal.

Edson Carlos Fernandes de Souza
Diretor de Cartório

1ª VARA CÍVEL

1ª Vara Cível
1ª Vara Cível
São Francisco do Guaporé
Juiz de Direito: Leonardo Meira Couto
Diretor de Cartório: Aldeney Figueiredo Freire
E-mail do Cartório: sfg1civel@tjro.jus.br
SUGESTÕES OU RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE OU CONTATE-NO VIA INTERNET.
E-mail da Comarca: sfg@tjro.jus.br

Proc.: 0001008-03.2013.8.22.0023
Ação:Interdição
Interditante:Noemia Pereira de Souza.
Advogado:Defensoria Publica de São Francisco do Guaporé/RO
Interditado:João Assis de Souza, qualificação ignorada, documentos pessoais não há nos autos, por estar em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: Citação da requerida supraqualificada, para ciência de todos os termos da presente ação, contestando caso queira no prazo 15 (quinze) dias. Não sendo contestada a ação, se presumirão aceitos pela ré, como verdadeiros, os fatos articulados pela parte autora
DESPACHO:"...Defiro os requerimentos pleiteados pela parquet às fls. 27/28.Citem-se os requeridos Elza de Oliveira Souza e João Assis de Souza, este por edital.Transcorrido o prazo sem apresentação de contestação - o que deverá ser certificado pela escrivania - remetando-se os autos à DPE para figurar como curador de ausentes e apresentar defesa.Após, tornem os autos conclusos...Leonardo Meira Couto. Juiz de Direito.

Proc.: 0001816-08.2013.8.22.0023
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Gilzélio Alfredo Resende Fabri
Advogado:Marcelo Cantarella da Silva (OAB/RO 558)
Requerido:Oi Móvel S/A
SENTENÇA:
SENTENÇA I - RelatórioGILZÉLIO ALFREDO RESENDE FABRI, ajuizou ação declaratória de inexistência de débitos c/c. indenização por danos morais, em face de OI MÓVEL S/A, ambos qualificados na inicial. Alega o autor ter sofrido abalo em seu crédito e ofensa a sua honorabilidade por ato ilegal da requerida, que lançou seu nome no cadastro de inadimplentes do SPC por débito indevido. Assim, requer que seja declarada a inexistência do débito e a condenação da empresa requerida a indenização por danos morais a serem arbitrados.Com a inicial, juntou procuração e documentos (fls. 11/42).Em DESPACHO inicial, foi determinado A inicial foi recebida em 07.10.2013, sendo na oportunidade determinada a citação (fl. 43). Devidamente citado (fl. 45), deixou transcorrer in albis o prazo para contestação (fl. 47-v).Em seguida, a parte autora, requereu o julgamento dos autos, no estado em que se encontra (fls. 46/47).É o relatório. Decido. II - FundamentaçãoConsiderando que a matéria tratada é de direito e já constam dos autos documentos necessários ao julgamento, o julgamento antecipado da lide é de rigor, nos termos do art. 330, II, do CPC. Trata-se de ação de inexistência de débito c.c Indenização por danos morais, decorrente de inscrição indevida nos cadastros do SPC. A relação de consumo existente entre autor e ré é evidente, devendo o conflito ser dirimido à luz do Código de

Defesa do Consumidor e no caso de haver verossimilhança das alegações e hipossuficiência da parte consumidora, deve incidir a inversão do ônus da prova.Inicialmente, carece ressaltar que a presunção contida no art. 319 do Código de Processo Civil de que "se o réu não contestar a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor" não conduz, necessariamente, à procedência do pedido inicial, a qual dependerá do exame do magistrado, com base nas circunstâncias dos autos, das consequências jurídicas dos fatos.Assim, a revelia, como fato processual, não autoriza, por si só, que o juiz aceite como verdadeiros todos os fatos narrados na exordial. Analisado detidamente os documentos colacionados à presente demanda, em especial as faturas telefônicas (fls. 12/19-v), verifica-se que trata-se de um plano onde há o compartilhamento de 200 minutos de ligações para qualquer operadora do Brasil, entre o celular e fixo da "Oi" e ligações ilimitadas locais para celular e fixo, da mesma operadora.Verifico que os valores discriminados nas fraturas que a parte autora alega serem indevidos, são decorrentes de valor cobrado pelo pacote, onde conforme já relatado, era permitido ao requerente realizar 200 minutos de ligações do seu terminal fixo ou móvel, para outros celulares de qualquer operadora, sem a cobrança por estas ligações, conforme se vê nas faturas (fls. 13, 15, 15-v, 17, 17-v, 19, 19-v).Assim, não há qualquer ilegalidade na cobrança do montante dos valores, uma vez que as faturas apresentadas demonstram que os serviços foram efetivamente prestados à parte autora, com o envio do chip cadastrado na promoção (fl. 42), tendo o requerente se utilizado efetivamente do plano que lhe foi ofertado, por longo lapso temporal, realizando diversas chamadas telefônicas originadas do terminal (69) 3621-3053, pertencente ao requerente.Deste modo, restado comprovado que o requerente utilizou-se efetivamente do plano que lhe foi ofertado, é devida a inscrição do nome do autor junto ao SPC por falta de pagamento, não fazendo jus, aos danos morais postulados.No tocante ao assunto:"Ementa: Telefonia. Serviço de internet. Contratação. Prestação do serviço. Débito. Verbas devidas. Negativação. Exercício regular de direito. Alteração da verdade dos fatos. Litigância de má-fé configurada. Comprovado que houve a contratação de serviço de internet banda larga e que este foi utilizado por alguns meses antes do pedido de cancelamento, é devida a cobrança de valores inadimplidos e a inscrição do nome do consumidor em órgão restritivo de crédito, neste caso, representa exercício regular de direito. Evidenciado que a parte alterou a verdade dos fatos, deve ela ser condenada nas penas por litigância de má-fé. (Apelação Cível, N. 00001057014620098220001, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 2ª Câmara Cível, Rel. Des. Marcos Alaor D. Grangeia, data de julgamento 31/03/2010)" - DestaqueiPercebe-se então, que a insatisfação da parte autora com o serviço prestado pela empresa ré, se deu em razão daquela ter cadastrado um novo número de telefonia móvel (69) 8491-8685, na promoção ofertada, e não aquele que já possuía, ou seja, (69) 8454-3839.Todavia, este fato, por si só, não dá ensejo à reparação por danos morais.Assim, não há falar em ilegalidade das cobranças, muito menos em inexistência de débito, haja vista que o requerente utilizou dos serviços contratados e oferecidos pela ré por mais de três meses, de maneira que a inscrição dos seus dados nos cadastros de inadimplentes não foi ilegal.III - DISPOSITIVO Em face do exposto, nos termos do art. 269, I do CPC, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados por Gilzélio Alfredo Resende Fabri em desfavor de Oi Movel S/A, CONDENANDO o autor ao pagamento das custas processuais.Deixo de condenar a parte autora ao pagamento de honorários de advogado em razão da requerida não ter contratado causídico para sua defesa em juízo. Nesse sentido:ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. REVELIA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. NÃO CABIMENTO. PRECEDENTES DO STJ. - De acordo com jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça se, apesar da revelia, o réu sagrar-se vencedor, é incabível impor ao vencido a condenação em honorários advocatícios, porquanto esta se destina a remunerar a atividade do causídico que, na hipótese, inexistiu. Apelação provida.(TRF-5 - AC: 379718 PB 2004.82.01.003188-4, Relator: Desembargador Federal Jose Maria Lucena, Data de Julgamento: 31/05/2007, Primeira Turma, Data de Publicação: Fonte: Diário da Justiça - Data: 28/06/2007 - Página: 700 - Nº: 123 - Ano: 2007).Com o trânsito em julgado e anotações devidas, arquivem-se com baixa.Publique-se. Registre-se. Intimem-se.São Francisco do Guaporé-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0001319-28.2012.8.22.0023
Ação:Embargos à Execução
Embargante:Município de São Francisco do Guaporé RO
Advogado:Cleverson Plentz (OAB/RO 1481)
Embargado:Amedas Silveira Carvalho
SENTENÇA:
SENTENÇA I - Relatório O MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ opôs embargos à execução em face do AMEDAS SILVEIRA CARVALHO, alegando a inexistência de citação no processo de conhecimento (ação de cobrança). Por esta razão, requereu a procedência dos embargos para declarar a nulidade de todos os atos processuais a partir do momento em que se verificou o vício. Este juízo recebeu os embargos para discussão sem efeito suspensivo (fl. 68).Na sequência, o embargado ofereceu impugnação (fls. 69/71), requerendo a rejeição liminar dos embargos por serem manifestamente protelatórios e infundados, com a condenação do requerido por litigância de má-fé, ou, não sendo esse o entendimento do juízo, que sejam julgados totalmente improcedentes com o consequente prosseguimento da execução. É o relatório. II- FundamentaçãoPretende o embargante a declaração da nulidade do processo de conhecimento em razão da inexistência de citação. Em sua fundamentação, sustenta ter havido apenas a citação da pessoa física do prefeito e não do representante legal do Município. Contudo, a argumentação apresentada pelo embargante chega a ser pueril, quando não irresponsável, pois desprovida de qualquer fundamentação plausível, prestando-se tão somente para alongar o cumprimento da obrigação e até mesmo o valor da dívida. Para casos como estes, o art. 739, III do CPC prevê que o juiz poderá rejeitar liminarmente os embargos à execução, vez que manifestamente protelatórios. Cumpre esclarecer que são considerados embargos manifestamente protelatórios aqueles em que, diante da manifesta fragilidade da argumentação do embargante, pode o juiz desde logo e com segurança visualizar a manifesta improcedência do pedido neles contido (Luiz Guilherme Marinoni e Daniel Mitidiero, in Código de Processo Civil, São Paulo: RT, 2008, p. 701, art. 739: nota 1, em parte). Na lição de Costa Machado, nos embargos manifestamente protelatórios, o problema que se apresenta não é formal, mas substancial, na medida em que o juiz da causa é capaz de perceber, pela simples leitura da peça e sem maiores indagações, que

as razões apresentadas são completamente destituídas de fundamento, desprovidas de qualquer razoabilidade, podendo ser facilmente qualificadas como temerárias, maliciosas ou artificiosas.(in Código de Processo Civil interpretado, 6. ed., Barueri: Manole, 2007, p. 1057, art. 739, III: nota, em parte). Pois bem. Vejamos.Inicialmente, cumpre mencionar que a matéria já foi devidamente apreciada na DECISÃO de fls. 19/21 dos autos principais, que decidiu a exceção de pré-executividade oposta. Na ocasião, foi rejeitada a arguição de nulidade de citação, já que o Prefeito do Município, citado pessoalmente por também ser parte no processo, apresentou contestação, restando presumida a ciência do processo por parte do Município na pessoa de seu representante (Prefeito). É sabido que o Município deve ser representado em juízo por seu prefeito ou procurador, restando claro que a citação do ente poderá ocorrer na pessoa de qualquer destes, nos termos como esboçado no art. 12, II do CPC. No caso dos autos, em que pese a alegação de inexistência de citação do Município, não resta dúvida que que o ente tomou conhecimento do processo, tendo sido cumprida a FINALIDADE prevista no art. 213 do CPC, já que houve a citação pessoal do Prefeito Abraão Paulino de Araújo (fl. 30v), também parte na lide. Outrossim, uma vez citado e tendo apresentado contestação nos autos principais (fls. 31/33), resta presumida a ciência do Município com relação à ação de cobrança que lhe era movida. Neste sentido, Diomar Ackel Filho ("Município e Prática Municipal", p. 311, item n. 20.3, 1992, RT), expende considerações extremamente pertinentes a respeito da matéria em exame: O Município é representado em Juízo pelo Prefeito ou pelos procuradores municipais. Di-lo o art. 12, II, do Código de Processo Civil. Assim, nas ações que propõe ou a que responde, ou em que intervém, o Município é por eles representado, sendo que a citação ou intimação deverá ser feita na pessoa de um deles. O procurador, no caso, é o advogado do Município, integrante de cargo certo com responsabilidade pelos negócios jurídicos da Prefeitura, tanto fazendo se seja cargo do quadro efetivo ou em comissão. (grifei)No mesmo sentido caminha a jurisprudência:AGRAVO DE INSTRUMENTO. MEDICAMENTOS. CITAÇÃO DO MUNICÍPIO NA PESSOA DO VICE-PREFEITO. NULIDADE DECRETADA. CITAÇÃO REALIZADA NA DATA EM QUE A PARTE FOR INTIMADA DA DECISÃO QUE DECRETOU A NULIDADE. REABERTURA DO PRAZO CONTESTACIONAL. O Município somente pode ser citado na pessoa do Prefeito Municipal ou de procurador devidamente habilitado.Inteligência art. 12, II, do CPC. Manifestando-se o réu nos autos através de contestação para argüir a nulidade, considera-se feita a citação na data em que for intimado da DECISÃO que reconheceu a nulidade, com a conseqüente reabertura do prazo contestacional. Aplicação art. 214, ? 2º, do CPC. Precedentes do TJRGS.Agravo de instrumento parcialmente provido. (Agravo de Instrumento Nº 70017919713, Vigésima Segunda Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Carlos Eduardo Zietlow Duro, Julgado em 05/12/2006) (TJ-RS - AG: 70017919713 RS, Relator: Carlos Eduardo Zietlow Duro, Data de Julgamento: 05/12/2006, Vigésima Segunda Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 22/12/2006) Desta maneira, verifica-se que o pleito do embargante é desprovido de qualquer fundamento plausível. Ademais, mesmo após intimado (fl.59) da SENTENÇA de fls. 56/58, o Município requerido quedou-se inerte, deixando transcorrer o prazo para eventual recurso, ocasião oportuna para se insurgir quanto à nulidade ora suscitada. Portanto, não há que se falar em nulidade processual por ausência de citação. Assim, por todos os fundamentos já expostos, forçoso reconhecer que o devedor agiu com intuito protelatório, ainda mais que a mesma matéria já havia sido integralmente apreciada em sede de DECISÃO de exceção de pré-executividade, devendo, portanto, suportar a multa disposta no CPC, art. 740, parágrafo único, aumentando o valor da execução em 10%.Em razão do intuito protelatório, o embargado requereu a condenação do embargante por litigância de má-fé (fls. 69/71). Constitui litigância de má-fé o ato da parte que age no processo de forma maldosa, com dolo ou culpa, causando ou pretendendo dano processual à parte contrária. É o ?improbus litigator?, que se utiliza de procedimentos escusos com o objetivo de vencer ou que, sabendo ser difícil ou impossível vencer, prolonga deliberadamente o andamento do processo procrastinando o feito.Pelo que há nos autos, a litigância de má-fé está estampada na atitude do embargante, que opôs recurso manifestamente protelatório, implicando a sua conduta na incidência do art. 17, VII do CPC. III- DISPOSITIVO.Ante o exposto, REJEITO LIMINARMENTE OS EMBARGOS, com fulcro no art. 739, inciso III do Código de Processo Civil, julgando extinto o feito sem julgamento de MÉRITO.Como se reconheceu a motivação protelatória dos embargos, o devedor suportará multa de 10% sobre o valor atualizado da execução, em favor do credor.Ainda, reconheço a prática da conduta prevista no inciso VII do art. 17 do CPC pelo embargante e, via de consequência, CONDENO-O à penalidade por litigância de má-fé, aplicando-lhe multa no valor correspondente a um por cento (01%) do valor atualizado da causa, nos termos do art. 18 do mesmo Código. Sem custas nos termos do art. 8º, IV da Lei Estadual nº 301/90.Em razão da sucumbência, condeno o embargante ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 15% sobre o valor da execução, com fulcro no arrt. 20, § 4º do CPC. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Após o trânsito em julgado, traslade-se cópia desta SENTENÇA para os autos de execução com o consequente prosseguimento do feito.Em seguida, desapense-se dos autos de execução, e arquive-se.São Francisco do Guaporé-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0001034-98.2013.8.22.0023
Ação:Procedimento Sumário
Requerente:João Neri de Oliveira
Advogado:Marcelo Cantarella da Silva (OAB/RO 558)
Requerido:Município de São Francisco do Guaporé RO
SENTENÇA:
SENTENÇA I. Relatório.JOÃO NERI DE OLIVEIRA ajuizou a presente ação de cobrança em face do MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ, pleiteando o pagamento de verbas trabalhistas rescisórias, no valor total de R$18.044,47 (dezoito mil e quarenta e quatro reais e quarenta e sete centavos), a serem acrescidas de juros desde a época em que deveriam ser pagas. Para tanto, sustenta que foi nomeado na data de 21/03/2012 para exercer o cargo de Assessor Especial I, junto a Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Urbanismo, trabalhando como operador de máquina pesada. Informa que foi exonerado em 11/10/2012 sem receber qualquer verba rescisória, bem como, adicional de insalubridade (20%) e gratificação de risco de vida (40%), aos quais faz jus a categoria de operadores de máquina pesada. Instruiu a inicial com os documentos acostados às fls. 09-40. Em DESPACHO inicial (fl. 71), foi deferida a gratuidade da

justiça e designada audiência de conciliação, instrução e julgamento.Durante a solenidade, procedeu-se à oitiva da testemunha arrolada pelo requerente, via sistema de gravação audiovisual, conforme mídia digital à fl. 81.Citado, o município requerido apresentou contestação às fls. 47-52, alegando, em suma, que o pleito em questão trata-se de dívida de exercício anterior, sem previsão para pagamento. Aduziu que o requerente nunca desempenhou a função de operador de máquina pesada, mas de assessor especial, uma vez que percebeu remuneração maior que o vencimento destinado ao cargo que afirma ter exercido. Também argumentou a impossibilidade de cumulação de adicionais, sustentando que o servidor que faz jus ao pagamento de insalubridade e periculosidade, deverá optar por um ou outro adicional. Subsidiariamente, pugnou, numa eventual condenação, que os cálculos trabalhistas sejam efetuados com base no vencimento básico, no caso, R$320,00, ou com base no valor de R$996,07 referente ao vencimento do operador de máquina pesada.Apresentou os documentos de fls. 53-62.Impugnação à contestação às fls. 64-74, oportunidade em que o autor desistiu do pleito referente ao adicional de insalubridade, tendo em vista previsão legal que veda a cumulação dos adicionais requeridos na inicial.Alegações finais pelo requerido às fls. 82/83, e pela parte autora às fls. 84/85.Vieram os autos conclusos.RELATADOS. DECIDO.II. Fundamentação. Inicialmente, vale registrar que o cargo de confiança ou cargo em comissão difere dos demais, pois a nomeação é precária, uma vez que seu ocupante é demissível ad nutum. O exercício de tal cargo não faz presumir que seu ocupante exerça atividade privada a quem o nomeou. É vinculado ao ente público, não ao agente que exerça a presentação da instituição pública. O aludido cargo, em regra, é ocupado por pessoas da confiança do agente político, tendo em vista a importância das funções públicas que lhe são confiadas.Logo, podem ingressar sem concurso público e, consequentemente, demitidos ao talante de quem os nomeou. Portanto, não há que se falar da desobrigação do município em quitar as verbas rescisórias da servidora exonerada em cargo comissionado, pois sua existência está prevista em lei e a nomeação foi feita legalmente, sendo certo que, não havendo provas do pagamento da rescisão, ao requerido cabe a responsabilidade pela quitação do débito. Nesse sentido: Cobrança. Verbas rescisórias. Cargo em comissão. Comprovada a ausência de pagamento das verbas rescisórias devidas àquele que ocupou cargo em comissão, deve a Administração efetuar a quitação do débito. (TJ-RO – AC: 10100120080059723 RO 101.001.2008.005972-3, Relator: Desembargador Eurico Montenegro, Data de Julgamento: 05/11/2008, 2ª Vara da Fazenda Pública). Analisando os argumentos esboçados pelas partes e as provas acostadas aos autos, verifico que a parte autora comprovou documentalmente que foi contratada pelo requerido para o cargo de assessor especial nível I. Igualmente, há confissão expressa do requerido reconhecendo a nomeação do requerente ao cargo indicado na inicial, sustentando unicamente que o pleito em questão trata-se de dívida de exercício anterior, sem previsão legal para o pagamento. O requerido também não juntou qualquer documento que comprovasse o pagamento das verbas reclamadas.Outrossim, vale observar que não há o que prosperar, quando o requerido alega que o cálculo das verbas rescisórias vergastadas deverá ser realizado com base somente no vencimento básico, uma vez que a remuneração do cargo para o qual foi nomeado o autor é composta de vencimento básico e verba de representação. Nesse diapasão:TRIBUTÁRIO. EMBARGOS A EXECUÇÃO. VERBA DE REPRESENTAÇÃO. VENCIMENTOS. NATUREZA DE AJUDA DE CUSTO. INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA. Apelação cível interposta visando à reforma de SENTENÇA que rejeitou os embargos à execução opostos em face da Fazenda Nacional, ao argumento de que as importâncias recebidas como verba de representação caracterizam acréscimo patrimonial, objeto de incidência de imposto de renda. O entendimento já manifestado pelo STF, a verba de representação integra vencimentos, não tendo, portanto a natureza de ajuda de custo, estando, desse modo, sujeita à incidência de Imposto de Renda. Quanto aos demais argumentos suscitados na apelação cível, não ventilados na SENTENÇA ora impugnada, não se olvide que é vedado ao órgão recursal examinar, em sede de recurso de apelação, matérias que não foram objeto de apreciação pelo Juízo monocrático, quando não opostos embargos declaratórios visando sanar omissão existente na SENTENÇA. Precedentes do STJ. Negado provimento ao recurso de apelação. (TRF-2 - AC: 9802091812 RJ 98.02.09181-2, Relator: Desembargador Federal ALBERTO NOGUEIRA, Data de Julgamento: 19/10/2010, QUARTA TURMA ESPECIALIZADA, Data de Publicação: E-DJF2R - Data::20/12/2010 – Página::125). Sobre o assunto, vale observar que, conforme ficha financeira acostada aos autos (fl. 13), o desconto realizado a título de previdência social, no percentual de 11%, era feito com base na soma do vencimento básico e da verba de representação, não havendo, portanto, dúvidas quanto a integração da verba de representação na base de cálculo das verbas rescisórias pleiteadas.Contudo, em relação ao montante de R$83,33 (oitenta e três reais e trinta e três centavos), descontado da folha de pagamento do autor, cujo valor também pleiteia o ressarcimento, sob a alegação de que não autorizou referida dedução, não há o que prosperar.Assim, como os servidores de cargo em comissão gozam dos direitos trabalhistas preconizados pelo art. 39 da Constituição Federal, sendo vedada a diferenciação entre servidores efetivos e comissionados, no que tange às garantias ali preconizadas, por obviedade, também estão sujeitos à contribuição sindical compulsória estipulada no art. 8º, inciso IV, parte final, da Constituição Federal, cujo valor é exigível dos servidores públicos, independentemente de sua filiação ao sindicato, ou de previsão em estatuto ou lei regulamentadora específica. Coadunam com tal entendimento, os seguintes julgados:MANDADO DE SEGURANÇA. IMPOSTO SINDICAL. SERVIDORES PÚBLICOS SUJEITOS AO REGIME ESTATUTÁRIO. COBRANÇA DEVIDA. – Conforme entendimento de nossos Tribunais Superiores, a contribuição sindical compulsória, conforme estipulada no artigo 8º, IV, parte final, da Constituição Federal, é exigível de todos os integrantes da categoria, inclusive dos servidores públicos, independentemente de sua filiação ao sindicato, ou de previsão em estatuto ou lei regulamentadora específica. (TJ/MG – Apelação Cível 1.0251.12.001372-6/001 0013726-13.2012.8.13.0251. Relator Desembargador Duarte de Paula. 4ª Câmara Cível. DJ em 11/12/2013).REEXAME NECESSÁRIO. APELAÇÃO CÍVEL. MUNICÍPIO DE IBIÁ. DIREITO ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. CARGO COMISSIONADO. DIREITO A SALDO SALÁRIO E 13º SALÁRIO ATUALIZADOS. FÉRIAS E TERÇO

CONSTITUCIONAL. PREVISÃO CONSTITUCIONAL. ARTIGO 39, § 3º. Os servidores públicos ocupantes de cargos em comissão gozam dos direitos trabalhistas preconizados pelo artigo 39 da Constituição federal, sendo vedada a diferenciação entre servidores efetivos e comissionados no que tange a tais garantias. A Lei Maior não impôs diferenciação neste ponto, de forma que a legislação infra-constitucional não pode restringir a aplicação dos DISPOSITIVO s constitucionais. Os servidores comissionados detêm cargo público, assim como os servidores efetivos. Destaquei. (TJ/MG – Apelação Cível 1.0295.11.003315-2/001 0033152-10.2011.8.13.0295 (1). Relara Desembargadora Vanessa Verdolim Hudson Andrade. 1ª Câmara Cível. DJ em 13/11/2013).Desse modo, a quantia de R$83,33 (oitenta e três reais e trinta e três centavos) deverá ser abatida do montante pleiteado na tabela de fls. 07-verso, uma vez que tal valor foi devidamente recolhido pelo município.Quanto ao pleito de adicional de risco de vida, em que pese o município réu alegar que o requerente nunca exerceu a atividade de operador de máquina pesada, este também demonstrou que efetivamente laborou naquela função, apesar do cargo que fora nomeado designá-lo como assessor especial.Senão, vejamos parte do depoimento prestado pela testemunha José dos Santos, ouvida em juízo, conforme CD-R à fl. 81:"[...] Ele realmente trabalhou junto com nós lá […] Eu trabalho como operador de máquina. Sou concursado desde 2002. O JOÃO NERI trabalhou com nós. Ele era portariado. Ele era operador de máquina. […] Meu salário base é R$985,00, aí tem risco de vida, insalubridade. […] Não sei quanto o JOÃO NERI recebia não. [...]". Destaquei.A propósito:APELAÇÃO CÍVEL. MUNICÍPIO DE GRAMADO. ADICIONAL DE PERICULOSIDADE. LEI 1313/95. CARÊNCIA DE AÇÃO. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. A opção prevista em lei por um dos adicionais, assim como a alegação da observância da legislação municipal, não retira do servidor a postulação de direito que entende ser detentor. No caso concreto, não restou configurada a prescrição do fundo de direito, haja vista que a opção do servidor pelo adicional de periculosidade se deu em 27.05.2003. O adicional de periculosidade é devidos aos operadores de máquinas pesadas, sem qualquer condição, conforme preconiza o artigo 37, da Lei Municipal n. 1377/95. A opção por outro adicional, prevista no artigo 38, da mesma Lei, não foi comprovada pelo apelante. PRELIMINAR AFASTADA. APELO DESPROVIDO. (Apelação Cível Nº 70023832280, Terceira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rogerio Gesta Leal, Julgado em 29/05/2008).Nesse sentido, uma vez que a Lei Municipal n. 340/06 (fls. 20-40) não diferencia servidores concursados daqueles contratados em comissão, e comprovado que o requerente efetivamente exerceu a atividade de operador de máquinas pesadas, também faz jus ao adicional de periculosidade, independentemente da função para a qual foi nomeado.III. DISPOSITIVO.Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido contido na inicial para condenar o requerido ao pagamento das verbas rescisórias, no valor de R$14.277,80 (catorze mil, duzentos e setenta e sete reais e oitenta centavos) acrescidos de juros a contar da citação, e correção monetária a partir da data da exoneração do autor. Todos os valores devem ser corrigidos de acordo com o art. 1º-F da Lei 9.494/97.Sem custas. Condeno ainda o requerido ao pagamento de honorários advocatícios, que fixo em 20% sobre o valor da condenação, nos termos do art. 20, §3º, do CPC. Em consequência, com fulcro no artigo 269, inciso I do CPC, julgo extinto o feito com resolução de MÉRITO.SENTENÇA não sujeita ao duplo grau de jurisdição, nos termos do artigo 475, parágrafo 2º, do CPC. P. R. I, e após o trânsito em julgado, não havendo manifestação, arquivem-se.São Francisco do Guaporé-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0001294-15.2012.8.22.0023
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Autor:Eliane Cristiane Veit Fernandes
Advogado:Juarez Cordeiro dos Santos (OAB/RO 3262)
Requerido:Valmir Kleiton Vasconcelos Fernandes
Advogado:Marcelo Cantarella da Silva (OAB/RO 558)
SENTENÇA:
SENTENÇA I - RelatórioELIANE CRISTIANE VEIT ajuizou a presente AÇÃO DE REPARAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS em face de VALMIR KLEITON VASCONCELOS FERNANDES, objetivando a condenação do requerido ao pagamento de danos materiais e morais.Relata que foi casada com o requerido em regime de comunhão parcial de bens, sendo que após divorciarem foi definido a partilha dos bens, por SENTENÇA judicial. Alega ter ficado estabelecido entre as partes a construção de uma cerca dividindo a propriedade da autora com a do requerido, sendo está custeada 50 % (cinquenta por cento) para cada. Todavia, relata que a parte ré não cumpriu com o combinado na r. SENTENÇA. Sustenta que o requerido além de não edificar os 50 % (cinquenta por cento), da cerca, retirou 500 (quinhentos) metros de cerca, da propriedade e transferiu gado bovino para pastarem na área da autora. Por fim, asseverou que o requerido não desocupou uma residência que na partilha ficou para a autora, vindo a lhe impedir de que possa utilizá-la, bem como retirou uma caixa d' água da propriedade. Aduziu que os fatos lhe causaram danos morais e materiais, postulando a condenação do réu ao pagamento da quantia de R$ 9.200,00 (nove mil e duzentos) a título de danos materiais, bem como o pagamento de R$ 6.200,00 (seis mil e duzentos) pelos danos morais sofridos.Com a inicial vieram os documentos de fls.12/21.Citado, o requerido apresentou contestação (fls. 27/32), negando os fatos a ele imputados, sustentando que a residência em questão já foi desculpada desde o mês de janeiro do ano de 2012, estando abandonada pela autora. Informou que os 50 % (cinquenta por cento) da edificação da cerca, na propriedade já foi confeccionada. Alega que o valor da caixa d' água, não corresponde ao pleiteado pela autora. Por fim, afirma que a autora não comprovou nenhum fato que tenha causado danos morais, o que o exime de qualquer responsabilidade indenizatória. Juntou documentos de fls. 33/46.Impugnou a contestação às fls. 49/52.Em audiência de conciliação a autora reconheceu que a edificação da cerca, descrita na inicial, já foi realizada pelo requerido, bem como, já houve a desocupação do imóvel. Na oportunidade, ficou estabelecido que a presente ação, cinge tão somente quanto ao valor da caixa d' água e os danos morais pretendidos (fl. 55).Relatados. Passo a decidir.II - FundamentaçãoOs autos comporta julgamento no estado em que se encontra nos termos do art. 330, inciso I, do CPC, por entender este juízo ser suficiente para elucidação do caso as provas já produzidas. No caso em exame a autora imputa ao réu o dever de reparar os danos materiais e morais que alega ter sofrido em razão das ações praticadas pela parte ré. Por sua vez, o requerido nega veemente os fatos a ele imputados.Em matéria de prova, o art. 333, inciso I,

do Código de Processo Civil, estabelece que cabe ao autor comprovar os fatos que sejam constitutivos de seu direito. Ocorre que os elementos probatórios constantes dos autos não são suficientes para embasar as alegações da autora. Não obstante a autora tenha pleiteado ressarcimento quanto à eventuais valores que deixou de auferir com o aluguel de sua pastagem e pela retirada da cerca de sua propriedade, não há qualquer prova nesse sentido.Os documentos que acompanham a exordial não possuem o condçao de comprovar as alegações formuladas pela requerente, haja vista se tratarem apenas de alguns recibos de diárias de serviço e notas fiscais junto a farmácia e estabelecimentos de confecções em geral.Ressalto ainda que a autora não apresentou qualquer documento ou contrato de eventual locação de sua pastagem, a fim de demonstrar que em razão da suposta ação do requerido em transferir seu gado para sua propriedade, tenha lhe causado danos materiais.Todavia, no tocante ao valor de R$ 800,00, correspondente a eventual compra de uma caixa d' água, a parte ré reconheceu a existência do dever de reparação, discordando tão somente quanto ao valor do bem. Apresentado pela parte ré o documento comprovando o real valor do bem, ou seja, R$ 279,00, não houve impugnação por parte da autora, razão pela qual, entendo serem devidos a requerente.Por fim, quanto ao valor de R$ 3.000,00 (três mil) reais, corresponde aos 50 % (cinquenta por cento) da cerca não construída pelo requerido, verifica-se que a autora pretende buscar com a presente a reparação de uma obrigação que alega ter sido estabelecida na r. SENTENÇA homologatória dos autos n. 0000377-93.2012.8.22.0023.É cediço, que não havendo o adimplemento voluntário da obrigação estabelecida em eventual SENTENÇA, enseja a propositura da ação de cumprimento da SENTENÇA, e não a cobrança de danos materiais, conforme requerido pela autora, pelo que o entendo serem indevidos.Além disso, analisado detidamente os termos do acordo estabelecido nos autos n. 0000377-93.2012.8.22.0023, verificou-se a inexistência de qualquer obrigação, quanto a eventual construção de cerca a ser custeada 50 % (cinquenta por cento), para cada parte. Melhor sorte não assiste à autora com relação ao pedido de indenização por danos morais.É que os fatos narrados pela autora não são passíveis de ressarcimento. Vale ressaltar que o dano moral passível de ressarcimento é aquele que acarreta sofrimento além do normal e não o mero aborrecimento. Percebe-se que ambas as partes se excederam e não souberam resolver em comum acordo a dissolução do casamento e a divisão dos bens, mesmo após estas peculiaridades terem sidos resolvidas por SENTENÇA judicial.Deste modo, entendo que o fato alegado, não gerou nenhuma ofensa digna de reparação.No tocante ao assunto:"Ementa: Dano moral. Inocorrência. Ausência de lesão de bens imateriais. O mero aborrecimento inerente à vida em sociedade não configura dano moral, que necessita de ofensa à esfera subjetiva do indivíduo para sua caracterização. Assim, não ocorrendo ofensa aos bens imateriais consagrados e tutelados pela Constituição, os quais são pressupostos indispensáveis a viabilizar a procedência do pedido de indenização por dano moral, inexiste o dever de reparação. (Apelação Cível, N. 00190637420098220012, Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, 1ª Câmara Cível, Rel. Des. Moreira Chagas, data de julgamento 22/05/2012)" - Destaque"Ementa: DANO MORAL. MERO ABORRECIMENTO. Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada não se enquadram no conceito de dano moral, cujo substrato envolve a dor profunda e o sofrimento relevante. O dano moral passível de ressarcimento é aquele que acarreta sofrimento além do normal e não o mero aborrecimento causado por atritos que normalmente ocorrem nas relações humanas. SENTENÇA de improcedência mantida. Recurso não provido. (Apelação Cível, N. 9184218112003826 SP 9184218-11.2003.8.26.0000, Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, 3ª Câmara de Direito Privado, Rel. Carlos Alberto Garbi, Data de Julgamento: 30/08/2011)" - DestaqueIII - DISPOSITIVO Em face do exposto, nos termos do art. 269, I do CPC, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados por Eliane Cristiane Veit Fernandes em desfavor de Valmir Kleiton Vasconcelos Fernandes, CONDENANDO o requerido a pagar à autora a quantia de R$ 279,00, referente as despesas realizadas na aquisição de uma caixa d' água. Tendo em vista que o réu foi sucumbente em parte mínima do pedido, deixo de condená-lo ao pagamento das custas processuais e de honorários de advogado, nos termos do que estabelece o parágrafo único do art. 21 do CPC.A autora arcará com o pagamento das custas processuais e de honorários de advogado, estes que fixo em R$ 1.000,00, com fulcro no art. 20, § 4º do CPC, ficando suspensa a exigibilidade dos mesmos em razão de ser beneficiária da justiça gratuita, conforme preceitua o art. 12 da Lei n. 1.060/50.São Francisco do Guaporé-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0001057-78.2012.8.22.0023
Ação:Monitória
Requerente:Emerson Ubiali
Advogado:Juarez Cordeiro dos Santos (OAB/RO 3262)
Requerido:Arnaldo dos Santos Júnior
DESPACHO:
DESPACHO I) Do Bacen jud Conforme se verifica dos recibos em anexo, a tentativa de penhora on line restou infrutífera, tendo sido penhorado a quantia irrisória de R$ 2,07, que restou desbloqueada nos termos do que dispõe o § 2º do art. 659 do CPC.II) Do RENAJUDEfetuada pesquisa via RENAJUD também não foi encontrado qualquer veículo em nome do executado, conforme se verifica do recibo em anexo.III) Demais DeterminaçõesAssim, considerando que o executado não foi encontrado para ser citado (fl. 14), o que motivou sua citação por edital, requeira o exequente o que entender de direito no prazo de 10 dias.Transcorrido o prazo sem manifestação do exequente - o que deverá ser certificado pela escrivania - proceda-se na forma do art. 267, § 1º do CPC.São Francisco do Guaporé-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0001437-04.2012.8.22.0023
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Vanderlei Grando
Advogado:Ledelaynne Togo Oliveira de Souza (OAB/RO 3088)
Executado:Jairo Borges Faria
DESPACHO:
DESPACHO 1. Requisitado o bloqueio de valores em relação a executado, a ordem não foi cumprida em razão de insuficiência de fundos, tudo conforme recibos anexos.2. Desta forma, expeça-se MANDADO de penhora e avaliação do veículo descrito à fl. 32.3. Com a juntada do MANDADO, intime-

se o exequente para manifestar-se, bem como requerer o que de direito no prazo 10 dias.4. Transcorrido o prazo sem manifestação do exequente - o que deverá ser certificado pela escrivania - proceda-se na forma do art. 267, § 1º do CPC.São Francisco do Guaporé-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0001622-08.2013.8.22.0023
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Banco da Amazônia S. A. Basa
Advogado:Michel Fernandes Barros (RO 1790), Aline Fernandes Barros (RO 2708)
Executado:Corcovado Serviços de Coleta Ltda Me, Flávio Barbosa Pereira, Antonia Aurislene de Souza
DESPACHO:
DESPACHO Requisitado o bloqueio de valores em relação a executado, a ordem não foi cumprida em razão de insuficiência de fundos, tudo conforme recibos anexos.Assim, requeira o exequente o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.Transcorrido o prazo sem manifestação do exequente - o que deverá ser certificado pela escrivania - proceda-se na forma do art. 267, § 1º do CPC.Intime-se. Cumpra-se.São Francisco do Guaporé-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0007926-25.2005.8.22.0016
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Celestino D,Agostin, Rute Matias D' Agostin, Eder Ferreira Matias
Advogado:Emerson Carlos da Silva (OAB/RO 1352)
Requerido:Laticinio Alvorada Multilac Ltda, Vanildo Gentil Pereira
Advogado:Advogado não informado (0000000000000)
DESPACHO:
DECISÃO Cuida-se de processo em cumprimento de SENTENÇA em face do LATICÍNIO ALVORADA MULT-LAC LTDA.INDEFIRO o pedido (fl. 210), uma vez que não cabe ao Juízo oficiar ao Cartório de Registro de Imóveis ou na sua falta ao INCRA, para averbação da penhora, por dicção expressa do § 4º, do artigo 659, do Código de Processo Civil."§ 4º A penhora de bens imóveis realizar-se-á mediante auto ou termo de penhora, cabendo ao exequente, sem prejuízo da imediata intimação do executado (art. 652, § 4o), providenciar, para presunção absoluta de conhecimento por terceiros, a respectiva averbação no ofício imobiliário, mediante a apresentação de certidão de inteiro teor do ato, independentemente de MANDADO judicial. (Redação dada pela Lei nº 11.382, de 2006)" - DestaqueiNo mais, expeça-se carta precatória para comarca de Alvorada do Oeste/RO, para alienação do imóvel penhorado (fl. 194).Intime-se.Pratique-se o necessário.São Francisco do Guaporé-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0001971-11.2013.8.22.0023
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:I. L. R.
Advogado:Erick Allan da Silva Barroso (OAB/RO 4624)
Requerido:A. de S. A.
DESPACHO:
DESPACHO Ante notícia de interposição de agravo interno em face da DECISÃO monocrática proferida nos autos do agravo de instrumento n. 00106654-09.2013.8.22.0000, determino o sobrestamento do presente feito até a certificação de trânsito em julgado do referido recurso.São Francisco do Guaporé-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0014884-27.2005.8.22.0016
Ação:Cumprimento de SENTENÇA
Requerente:Amedas Silveira Carvalho
Advogado:Amedas Silveira Carvalho (RO 376-B)
Requerido:Abrão Paulino de Araújo, Município de São Francisco do Guaporé - RO
Advogado:Advogado não informado (0000000000000)
DESPACHO:
DESPACHO Considerando a SENTENÇA que rejeitou os embargos à execução, intime-se a exequente para requerer o que de direito no prazo de 10 dias.São Francisco do Guaporé-RO, quinta-feira, 30 de janeiro de 2014.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0000894-98.2012.8.22.0023
Ação:Procedimento Ordinário (Cível)
Requerente:Sandro dos Santos
Advogado:Cristiane Xavier (OAB/RO 1846), Marcelo Cantarella da Silva (OAB/RO 558)
Requerido:Tim Celular S/A
Advogado:Marcel Davidman Papadopol (OAB/RO 5064)
DESPACHO:
DESPACHO Requisitado o bloqueio de valores em relação a executada indicada, a ordem foi integralmente cumprida, tudo conforme recibos anexos.Por isso, deverão ser intimados exequente e executado, este último para eventual impugnação/embargos.Decorrido o prazo sem manifestação, o que deverá ser certificado, expeça-se alvará em favor da parte credora. Nada sendo requerido em 5 dias, tornem os autos conclusos para SENTENÇA.São Francisco do Guaporé-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0000529-44.2012.8.22.0023
Ação:Embargos de Terceiro (Cível)
Embargante:Orlando Luiz Campanhonni, Solange Niewinski Campanhonni
Advogado:Marcelo Cantarella da Silva (OAB/RO 558), Cristiane Xavier (OAB/RO 1846), Marcelo Cantarella da Silva (OAB/RO 558)
Requerido:Emerson Carlos da Silva
Advogado:Emerson Carlos da Silva (OAB/RO 1352)
SENTENÇA:
SENTENÇA I ? RelatórioOrlando Luiz Campanhonni e Solange Niewinski Campanhonni, já qualificados na inicial, propuseram o presente Embargos de Terceiro em desfavor de Emerson Carlos da Silva, igualmente qualificado, aduzindo, para tanto, terem sido surpreendidos com a realização de uma penhora judicial em parte do imóvel do qual são legítimos possuidores decorrente de DECISÃO proferida nos autos de n. 0001128-51.2010.822.0023. Disseram que referida área de terra foi adquirida na data de 10/03/2000. Afirmaram que o senhor Antônio Vicente Ferreira, executado naqueles autos, jamais teve a posse ou propriedade da referida área, somente ocupando-a por mera liberalidade dos embargantes. Ao final, pugnaram pela procedência dos embargos, sendo determinada a nulidade da penhora efetivada sobre área de terra da qual detém a posse.

Com a inicial vieram os documentos de fls. 07/50.Regularmente citado, o embargado apresentou contestação às fls. 52/54 afirmando ser público e notório que a área de terra penhorada nos autos da ação de execução que tramita em apenso é de propriedade do executado Antônio Vicente Ferreira. Impugnou a alegação de que o executado detém a posse da referida área apenas por liberalidade dos embargantes. Ao final, pugnou pela improcedência dos embargos.Em audiência de instrução e julgamento foram ouvidas 4 testemunhas (termos de fls. 79/85).As partes apresentaram alegações finais em forma de memoriais às fls. 86/89 (embargantes) e fls. 92/94 (embargado).Vieram os autos conclusos para DECISÃO. II ? FundamentaçãoAo tratar dos Embargos de Terceiros o art. 1.046 do CPC estabelece o seguinte:Quem, não sendo parte no processo, sofrer turbação ou esbulho na posse de seus bens por ato de apreensão judicial, em casos como o de penhora, depósito, arresto, sequestro, alienação judicial, arrecadação, arrolamento, inventário, partilha, poderá requerer lhe sejam manutenidos ou restituídos por meio de embargos. Ainda tratando dos Embargos de terceiro, o art. 1.050 do Código de Ritos preceitua o seguinte:O embargante, em petição elaborada com observância do disposto no art. 282, fará a prova sumária de sua posse e a qualidade de terceiro, oferecendo documentos e rol de testemunhas.Assim, extrai-se o DISPOSITIVO mencionado que o ônus de provar a posse, bem como a qualidade de terceiro é do embargante, consoante regra básica do processo civil estabelecida no art. 333, I do CPC. Nesse sentido:APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS DE TERCEIRO. ÔNUS DA PROVA DA EMBARGANTE. POSSE E PROPRIEDADE NÃO DEMONSTRADAS. IMPROCEDÊNCIA. 1. Nos Embargos de Terceiro cabe ao embargante o ônus da prova de ter a posse ou serem de sua propriedade os bens sobre os quais se quer a desconstituição da penhora. 2. Apelação conhecida e provida. (TJ-PR - AC: 2859147 PR Apelação Cível - 0285914-7, Relator: Luiz Carlos Gabardo, Data de Julgamento: 03/08/2005, 12ª Câmara Cível, Data de Publicação: 02/09/2005 DJ: 6947).APELAÇÃO CÍVEL. EMBARGOS DE TERCEIRO. NÃO DEMONSTRAÇÃO DE POSSE DO BEM. ÔNUS DA PROVA. ART. 333, I, DO CPC. SENTENÇA MANTIDA. PRELIMINARES DE CERCEAMENTO DE DEFESA AFASTADAS. As provas produzidas não demonstraram que o embargante é o proprietário do bem indicado à penhora, ônus processual do qual não se desincumbiu, na forma do art. 333, I, do CPC. Mantida a improcedência da ação. Afastam-se as preliminares de cerceamento de defesa, pois não caracterizado prejuízo nem limitação na produção de provas (TJ/RO – Apelação Cível n. 0069429-39.2009.8.22.0014 – Relator Des. Sansão Saldanha – 31/05/2011).Estabelecida esta premissa, passo ao exame da causa.Sustentou os embargantes que a posse da área de terra penhorada à fl. 34 dos autos da ação de execução que tramitam em apenso lhes pertence, sendo que a pessoa de Antônio Vicente Ferreira, executado naqueles autos, reside no lugar por mera liberalidade.Contudo, da análise dos elementos probatórios constantes dos autos, não restaram comprovadas as alegações dos embargantes.Conforme reza o art. 1.196 do Código Civil, possuidor é todo aquele que tem de fato o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade, ou seja, a posse é o domínio fático que a pessoa exerce sobre a coisa.Assim, possuidor é aquele que atua frente à coisa como se fosse proprietário, pois exerce alguns dos poderes inerentes ao domínio e a posse.O documento de fl. 46 (Formulário de Requerimento Regularização Fundiária), por si só, não comprova que os embargantes detém a posse da área penhorada nos autos, muito menos que tenha permitido que Antônio Vicente Ferreira morasse no local.Outrossim, a prova testemunhal produzida em juízo, comprovou que Antônio Vicente Ferreira mora no local há, aproximadamente, 6 anos. Confira-se:"(...) O senhor Antônio Vicente mora no local à aproximadamente seis anos (...)" - Depoimento prestado pela testemunha Davi Nink (CD-ROM fl. 85)."(...) acho que o senho Vicente está morando ali por aproximadamente uns 5 anos (...)" - Depoimento prestado pela testemunha Vilmar Ogrodowczyk (CD-ROM fl. 85)."(...) senhor Vicente mora lá na faixa de uns três quatro anos (...)" - Depoimento da testemunha Aparecido Moura Silva (CD-ROM fl. 85). O único arremedo de prova de que a posse da referida área seria dos embargantes refere-se ao depoimento da testemunha Davi Nink, que, em juízo, afirmou ter procurado Antônio Vicente para negociar a terra quando este lhe informou que não era de sua propriedade, mas sim do embargante Orlando (CD-ROM de fl. 85).Ocorre que referida prova é por demais frágil no sentido de comprovar que os embargantes detenham a posse da área, ainda mais diante dos demais elementos de prova carreados aos autos. As testemunhas Vilmar Ogrodowczyk e Aparecido Moura Silva confirmaram que referida área de terra pertenceu de fato ao embargante Orlando, mas que depois foi vendida para o senhor Ademir, e, posteriormente, passou a morar lá o senhor Antônio Vicente (CD-ROM de fl. 85).Logo, não há material probatório suficiente capaz de comprovar que a posse de referida área não seja do senhor Antônio Vicente, uma vez que há prova de que era ele quem exercia os poderes inerentes à propriedade, e não o embargante.Com estas considerações, tenho por improcedente os presentes embargos.III – DISPOSITIVO Ante o exposto, nos termos do art. 269, I do CPC, JULGO IMPROCEDENTES os Embargos de Terceiros propostos por Orlando Luiz Campanhonni e Solange Niewinski em desfavor de Emerson Carlos da Silva, CONDENANDO os embargantes ao pagamento das custas processuais e de honorários de advogado, estes que fixo em R$ 2.000,00, nos termos do art. 20, § 4º do CPC.São Francisco do Guaporé-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0001128-51.2010.8.22.0023
Ação:Execução de Título Extrajudicial
Exequente:Emerson Carlos da Silva
Advogado:Emerson Carlos da Silva (OAB/RO 1352), Cleverson Plentz (OAB/RO 1481)
Executado:Antônio Vicente Ferreira
DESPACHO:
DESPACHO Tendo em vista que os Embargos de Terceiros foram julgados improcedentes, requeira o exequente o que entender de direito em termos de efetivo prosseguimento do feito. Prazo de 10 dias.Transcorrido o prazo sem qualquer manifestação - o que deverá ser certificado pela escrivania - proceda-se nos termos do § 1º do art. 267 do CPC.São Francisco do Guaporé-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014. Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

Proc.: 0034694-80.2008.8.22.0016
Ação:Execução Fiscal
Exequente:Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA/RO
Advogado:Francisco Lopes Coelho (OAB/RO 678)
Executado:Simão Pedro Saraiva

DESPACHO:
DESPACHO Requisitado o bloqueio de valores em relação a executado, a ordem não foi cumprida em razão de insuficiência de fundos, tudo conforme recibos anexos.Assim, requeira o exequente o que entender de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.Transcorrido o prazo sem manifestação do exequente - o que deverá ser certificado pela escrivania - proceda-se na forma do art. 267, § 1º do CPC.Intime-se. Cumpra-se.São Francisco do Guaporé-RO, sexta-feira, 31 de janeiro de 2014.
Leonardo Meira Couto Juiz de Direito

COMARCA DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ

1º JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

1ª Vara do Juizado Especial Cível
Comarca de São Miguel do Guaporé
Juiz: João Valério Silva Neto

Proc: 1000665-90.2013.8.22.0022
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
A PRIMAVERA - BOLSÃO & FERREIRA LTDA ME(Requerente)
Advogado(s): Fernanda Nascimento Nogueira Candido Reis de Almeida(OAB 220.181 SP)
André Bianqui da Silva(Requerido)
A PRIMAVERA - BOLSÃO & FERREIRA LTDA ME(Requerente)
Advogado(s): Fernanda Nascimento Nogueira Candido Reis de Almeida(OAB 220.181 SP)
André Bianqui da Silva(Requerido)
SENTENÇA: "Vistos. A PRIMAVERA - BOLSÃO & FERREIRA LTDA ME, através de sua representante legal, ingressou com a presente ação de cobrança, em face de ANDRÉ BIANQUI DA SILVA. A tentativa de conciliação restou infrutífera (mov. 10), posto que não foi possível a citação/intimação do requerido, conforme (mov. 09). A requerente, através de sua patrona, fora devidamente intimada, para no prazo de 10 dias, apresentar o endereço do requerido, sob pena de
extinção do feito, nos termos do artigo 267, incisos II e III e § 1º, ambos do Código de Processo Civil (mov. 15)
Porém a requerente, apesar de devidamente intimada, quedou-se inerte a determinação judicial, não informando o endereço do requerido, conforme certidão (mov. 16).
DECIDO. Todos os elementos dos autos evidenciam que a credora não tem mais interesse no feito, tendo abandonando os autos por mais de 30 dias. Assim a extinção é medida que se impõem. Senão vejamos. O processo foi proposto há mais de 05 meses. A credora não dera movimentação adequada ao feito, e muito menos, tomou providência à satisfação do seu crédito. O comportamento da credora, evidencia que perdeu o interesse no feito, pois o processo encontra-se sem movimentação adequada a mais de 30 dias. Assim, com fulcro no artigo 267, incisos III e § 1º, ambos do Código de Processo Civil, julgo extinto o feito, sem satisfação do MÉRITO, por não ter promovido, a requerente, os atos e diligências que lhe competia, abandonando o processo.
Publique-se. Registre-se. Intime-se e, após, as formalidades legais, arquive-se. São Miguel do Guaporé-RO 28 de janeiro 2014. João Valério Silva Neto, Juiz de Direito."

Proc: 1000180-27.2012.8.22.0022
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
LUIZ PAULO TEIXEIRA(Requerente)
Advogado(s): Ronan Almeida de Araujo(OAB 2523 RO)
Construtota Santos e Ribeiro Ltda(Requerido)
LUIZ PAULO TEIXEIRA(Requerente)
Advogado(s): Ronan Almeida de Araujo(OAB 2523 RO)
Construtota Santos e Ribeiro Ltda(Requerido)
Consórcio Fidens Mendes Junior(Requerido)
Advogado(s): Walter Matheus Bernardino Silva(OAB 3716 RO)
SENTENÇA: "Vistos. Luiz Paulo Teixeira, ingressou com a presente ação de cobrança, que encontra-se em fase de execução, em face de Construtora Santos e Ribeiro Ltda e Consórcio Fidens Mendes Junior. Fora determinado por esse juízo que o autor apresentasse endereço atualizado do requerido, no prazo de 10 (dez) dias, bem como requerer o que entender de direito, sob pena de arquivamento (mov. 39). Nesse mesmo diapasão foi determinado a intimação da empresa requerida CONSTRUTORA SANTOS RIBEIRO LTDA no endereço fornecido no (mov. 42), da SENTENÇA exarada no (mov. 31), porém a intimação restou infrutífera (mov. 47). O requerido, através de seu patrono, foi mais uma vez intimado (mov. 51), para que providencie-se a parte autora o endereço da empresa CONSTRUTORA SANTOS RIBEIRO LTDA, no prazo de 10 (dez) dias, para ser intimada da SENTENÇA de (mov. 31), bem como requerer o que entender de direito, sob pena de arquivamento, no entanto quedou-se inerte ao determinado (mov. 52). DECIDO. Todos os elementos dos autos evidenciam que o autor não tem mais interesse no feito, pois apesar de instado (mov. 51), quedou-se inerte ao feito. Senão vejamos. O processo foi proposto há mais de 1 ano e 8 meses. O autor foi intimado para dar adequada movimentação ao feito, e mesmo assim, não tomou providência à satisfação do determinado. O comportamento do autor, evidencia que perdeu o interesse no feito, pois o processo encontra-se sem movimentação adequada a mais de 30 dias. Assim, com fulcro no artigo 267, incisos III e § 1º, ambos do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO O FEITO, sem satisfação do MÉRITO, por não ter promovido, o autor, os atos e diligências que lhe competia, abandonando o processo. Publique-se. Registre-se. Sem custas e honorários. Intimem-se. Oportunamente, arquive-se, observadas as disposições do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça.
São Miguel do Guaporé-RO 28 de janeiro 2014. João Valério Silva Neto,Juiz de Direito."

Proc: 1000658-98.2013.8.22.0022
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
A PRIMAVERA - BOLSÃO & FERREIRA LTDA ME(Requerente)
Advogado(s): Fernanda Nascimento Nogueira Candido Reis de Almeida(OAB 220.181 SP)
DEJAIR MARCELINO DO VALE(Requerido)
A PRIMAVERA - BOLSÃO & FERREIRA LTDA ME(Requerente)
Advogado(s): Fernanda Nascimento Nogueira Candido Reis de Almeida(OAB 220.181 SP)
DEJAIR MARCELINO DO VALE(Requerido)

SENTENÇA:"Vistos. A PRIMAVERA - BOLSÃO & FERREIRA LTDA ME, através de sua representante legal, ingressou com a presente ação de cobrança, em face de DEJAIR MARCELINO DO VALE. A tentativa de conciliação restou infrutífera (mov. 17), posto que não foi possível a citação/intimação do requerido, conforme (mov. 12). A requerente, através de sua patrona, fora devidamente intimada, para no prazo de 48 horas, apresentar o endereço do requerido, sob pena de extinção do feito, nos termos do artigo 267, incisos II e III e § 1º, ambos do Código de Processo Civil (mov. 19) Porém a requerente, apesar de devidamente intimada, quedou-se inerte a determinação jucicial, não informando o endereço do requerido, conforme certidão (mov. 15). DECIDO. Todos os elementos dos autos evidenciam que a credora não tem mais interesse no feito, tendo abandonando os autos por mais de 30 dias. Assim a extinção é medida que se impõem. Senão vejamos. O processo foi proposto há mais de 05 meses. A credora não dera movimentação adequada ao feito, e muito menos, tomou providência à satisfação do seu crédito. O comportamento da credora, evidencia que perdeu o interesse no feito, pois o processo encontra-se sem movimentação adequada a mais de 30 dias. Assim, com fulcro no artigo 267, incisos III e § 1º, ambos do Código de Processo Civil, julgo extinto o feito, sem satisfação do MÉRITO, por não ter promovido, a requerente, os atos e diligências que lhe competia, abandonando o processo. Publique-se. Registre-se. Intime-se e, após, as formalidades legais, arquive-se. São Miguel do Guaporé-RO 28 de janeiro 2014. João Valério Silva Neto, Juiz de Direito."

Proc: 1000181-12.2012.8.22.0022
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Ivanildo Rosa Domingos(Requerente)
Advogado(s): Ronan Almeida de Araujo(OAB 2523 RO)
Construtota Santos e Ribeiro Ltda(Requerido), Consórcio Fidens Mendes Junior(Requerido)
Advogado(s): Walter Matheus Bernardino Silva(OAB 3716 RO)
Ivanildo Rosa Domingos(Requerente)
Advogado(s): Ronan Almeida de Araujo(OAB 2523 RO)
Construtota Santos e Ribeiro Ltda(Requerido), Consórcio Fidens Mendes Junior(Requerido)
Advogado(s): Walter Matheus Bernardino Silva(OAB 3716 RO)
SENTENÇA: "Vistos. Inanildo Rosa Domingos, ingressou com a presente ação de cobrança, que encontra-se em fase de execução, em face de Construtora Santos e Ribeiro Ltda e Consórcio Fidens Mendes Junior. Fora determinado por esse juízo que o autor apresentasse endereço atualizado do requerido, no prazo de 10 (dez) dias, bem como requerer o que entender de direito, sob pena de arquivamento (mov. 39). Nesse mesmo diapasão foi determinado a intimação da empresa requerida CONSTRUTORA SANTOS RIBEIRO LTDA no endereço fornecido no (mov. 42), da SENTENÇA exarada no (mov. 31), porém a intimação restou infrutífera (mov. 47). O requerente solicitara que a requerida fosse intimada da SENTENÇA, via DJE, haja vista que a mesma possui advogado nos autos, conforme consta da audiência de tentativa de conciliação (movimento 29), o que fora indeferido por esse juízo (mov. 52). O requerido, através de seu patrono, foi mais uma vez intimado (mov. 48), para que providencie-se a parte autora o endereço da empresa CONSTRUTORA SANTOS RIBEIRO LTDA, no prazo de 10 (dez) dias, para ser intimada da SENTENÇA de (mov. 31), bem como requerer o que entender de direito, sob pena de rquivamento, no entanto quedou-se inerte ao determinado (mov. 55). DECIDO. Todos os elementos dos autos evidenciam que o autor não tem mais interesse no feito, pois apesar de instado (mov. 48), quedou-se inerte ao feito. Senão vejamos. O processo foi proposto há mais de 1 ano e 8 meses. O autor foi intimado para dar adequada movimentação ao feito, e mesmo assim, não tomou providência à satisfação do determinado. O comportamento do autor, evidencia que perdeu o interesse no feito, pois o processo encontra-se sem movimentação adequada a mais de 30 dias. Assim, com fulcro no artigo 267, incisos III e § 1º, ambos do Código de Processo Civil, JULGO EXTINTO O FEITO, sem satisfação do MÉRITO, por não ter promovido, o autor, os atos e diligências que lhe competia, abandonando o processo. Publique-se. Registre-se. Sem custas e honorários. Intimem-se. Oportunamente, arquive-se, observadas as disposições do Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça. São Miguel do Guaporé-RO 28 de janeiro 2014. João Valério Silva Neto, Juiz de Direito. "

Proc: 1000031-94.2013.8.22.0022
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Andreia Macena Alves(Requerente)
Advogado(s): Delmir Balem(OAB 3227 RO)
Fundação Universidade do Tocantins(Requerido)
Advogado(s): OAB:197627 SP, OAB:5290 TO, OAB:655-A RO
Andreia Macena Alves(Requerente)
Advogado(s): Delmir Balem(OAB 3227 RO)
Fundação Universidade do Tocantins(Requerido)
Advogado(s): Genivan Caetano de Almeida (OAB 5290 TO)
SENTENÇA: "Vistos. Relatório dispensado nos termos do art. 38, caput, Lei 9.099/95. Trata-se de Ação de Obrigação de Fazer c/c Danos Morais e Antecipação de Tutela proposta por ANDREIA MACENA ALVES em face de UNITINSFUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO TOCANTIS, alegando que no ano de 2009 concluiu o curso de ensino superior a distância em Serviço Social. Aduz a autora que concluiu o curso no final de 2009, sendo efetuado a colação de grau juntamente com outros alunos formandos daquela turma, solicitando o DIPLOMA e o HISTÓRICO ESCOLAR do curso de graduação em SERVIÇO SOCIAL, recolhendo as taxas necessárias. Requer em caráter antecipatório que a requerida entregue o DIPLOMA, no domicílio da autora, onde o curso foi concluído, no prazo a ser estipulado por este r. Juiz, sob pena de multa diária, na forma do art. 461 § 5º do CPC. No MÉRITO, requer que seja julgado PROCEDENTES os pedidos, consubstanciado na obrigação de fazer, e condenando a Requerida ao pagamento de INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS a autora na quantia de 24.000,00 (vinte quatro mil reais). À inicial juntou os documentos (mov. 01). Fora concedida a medida liminar (mov. 07). Realizada audiência para tentativa de conciliação, restou infrutífera (mov. 13). A Requerida juntou aos autos contestação, alegando incompetência absoluta desse juizado em razão da personalidade jurídica da UNITINS. Alega ainda ser a UNITINS integrante da estrutura básica do Poder Executivo

Estadual, não havendo o que se falar em competência desse juízo, devendo o processo ser extinto sem resolução do MÉRITO. Cuida a presente ação de obrigação de fazer c/c indenização por danos morais e antecipação dos efeitos da tutela, proposta pela requerente em face de Fundação Universidade do Tocantis UNITINS. Pleiteia a autora que a requerida expeça o diploma de CONCLUSÃO de curso, bem como seja condenada ao pagamento de danos morais. Ocorre que o Juizado Especial é incompetente para apreciação do pedido da autora. Destarte que no presente caso, figura como ré, pessoa jurídica de direito público, e, portanto, o Juizado Especial Cível, é incompetente para apreciação do feito. Senão, vejamos: JUIZADO ESPECIAL CIVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL POR ATO DE PREPOSTO. LITISCONSÓRCIO NECESSÁSIO DO COMITENTE. COMITENTE INTEGRANTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA ESTADUAL DO ESTADO DE TOCANTINS. FORO PRIVILEGIADO DE UMA DAS VARAS DA FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO. INCOMPETÊNCIA DOS JUIZADOS ESPECIAIS CIVEIS DO DF. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. 1- Quem recorre aos serviços de um preposto não faz senão prolongar sua atividade própria. O preposto é um instrumento nas mãos do comitente, é o braço deste, de tal sorte que, quando o preposto age, tudo se passa como se o comitente agisse ele mesmo. 2- Sendo o fato tido como ofensivo à moral praticado por preposto, há litisconsórcio passivo necessário entre este e o comitente, isto porque também será alcançado por eventual decreto condenatório. 3- Sendo a comitente Fundação Universidade de Tocantins - UNITINS, ente integrante da Administração Direta Estadual do Estado de Tocantins, na qualidade de fundação pública do governo do Estado, esta tem foro privilegiado em uma das varas da fazenda pública deste estado, sendo, portanto, incompetente o Juizado Especial Cível de Planaltina para processar e julgar a demanda. 4- Recurso conhecido e improvido. SENTENÇA mantida por seus próprios fundamentos, com súmula de julgamento servindo de acórdão, na forma do art. 46, da Lei 9.099/95. Condenada a recorrente ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes arbitrados em R$ 300,00 (trezentos reais), cuja exigência fica suspensa pela gratuidade de justiça deferida.(20100510124939ACJ, Relator DEMETRIUS GOMES CAVALCANTI, PRIMEIRA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS DO DF, julgado em 21/06/2011, DJ 29/06/2011 p. 199) grifei. Por outro lado, com o advento da Lei n. 12.153/09, que regulou os Juizados Especiais da Fazenda Pública, passou-se a ter a possibilidade de que as Fundações Públicas de direito público figurem no polo passivo perante referidos juizados (art. 5º., inc. II). Portanto, a ilegitimidade passiva para figurar como parte no Juizado Especial Cível da ré, fatalmente, ocasiona a extinção do feito. Assim, como não existe na Lei n. 9.099/95 previsão de remessa dos autos ex officio ao Juízo competente, deve o processo ser extinto. Diante do exposto, JULGO EXTINTO o processo sem julgamento de MÉRITO, nos termos do art. 51, II da Lei n. 9.099/95. REVOGO a tutela concedida (mov. 07), o que faço nos termos do art. 273, § 4º do CPC.

Sem custas e sem honorários nesta instância. P.R.I.

Oportunamente, arquivem-se com as cautelas de praxe.

São Miguel do Guaporé-RO 29 de janeiro de 2014.

João Valério Silva Neto, Juiz de Direito."

Proc: 1000376-60.2013.8.22.0022
Ação:Petição (Juizado Cível)
JOSÉ JAYR DOS SANTOS(Requerente)
Advogado(s): Mayara Aparecida Kalb(OAB 5043 RO)
Centrais Eletricas do Estado de Rondônia S/A CERON(Requerido)
Advogado(s): cesar henrique longuini(OAB 5217 RO)
JOSÉ JAYR DOS SANTOS(Requerente)
Advogado(s): Mayara Aparecida Kalb(OAB 5043 RO)
Centrais Eletricas do Estado de Rondônia S/A CERON(Requerido)
Advogado(s): cesar henrique longuini(OAB 5217 RO)
DECISÃO: "Vistos.Presentes os requisitos de admissibilidade, recebo o presente recurso, no
efeito devolutivo, conforme disposto no art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se a recorrida para, se quiser, apresentar contrarrazões, no prazo de 10 (dez) dias.

Em seguida, remetam-se os autos à Turma Recursal, com nossas homenagens. São Miguel do Guaporé-RO 27 de janeiro de 2014. João Valério Silva Neto, Juiz de Direito."

Proc: 1000308-13.2013.8.22.0022
Ação:Petição (Juizado Cível)
Aristides Gonçalves Júnior(Requerente), Luiz Carlos Rettmann(Requerente)
Advogado(s): Luiz Carlos Rettmann(OAB 5647 RO)
CAERD - Companhia de Água e Esgotos de Rondônia(Adjudicado)
Advogado(s): Márcio Nobre do Nascimento(OAB 2852 RO)
Aristides Gonçalves Júnior(Requerente), Luiz Carlos Rettmann(Requerente)
Advogado(s): Luiz Carlos Rettmann(OAB 5647 RO)
CAERD - Companhia de Água e Esgotos de Rondônia(Adjudicado)
Advogado(s): Márcio Nobre do Nascimento(OAB 2852 RO)
SENTENÇA: "Vistos.Relatório dispensado (art. 38, caput, Lei 9.099/95).ARISTIDES GONÇALVES JÚNIOR e LUIZ CARLOS RETTMANN, propuseram, face a COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA CAERD, ação de restituição de quantia paga c/c reparação por danos materiais e morais c/c pedido de antecipação dos efeitos da tutela. Versam os fatos que que requereu a religação do abastecimento de água no imóvel que teriam locado, sendo que lhe foi negado por motivo de haver débito na matrícula do imóvel, e para ter o abastecimento teria que quitar o tal débito, sendo que o fizeram e mesmo assim não religaram a água, motivo pelo qual requerem a antecipação de tutela para obrigar a requerente a realizar o serviço, bem como ressarcimento do valor pago indevidamente e indenização por danos materiais e morais no total de R$ 6.000,00 (seis mil reais) o mesmo valor atribuído à causa. Por outro lado, a requerida alega que os requerentes nem sequer tinham contrato com a Companhia de Águas e Esgotos de Rondônia Caerd e aparentemente pretendem ditar normas e procedimentos sobre as formas de processos internos pelo simples fato de necessitar do produto oferecido pela empresa. Confessadamentee que os requerentes assumem que locaram o imóvel sem antes considerar a hipótese que o mesmo pudesse estar agravado com débitos anteriores, fato que aparentemente causou o

alegado infortúnio. Se tivessem os Requerentes antecipado-se e providenciado o saneamento das arestas relacionadas ao imóvel em comento, de certo não teria experimentado o tal infortúnio que diz ter passado. Assim, entende o réu que os requerentes ficaram por um período sem água, isto se deve ao fato de os mesmos não terem tomado as cautelas necessárias ao locar o aludido imóvel, sendo que a empresa sempre está disponível aos seus usuários para dirimir qualquer dúvida, no entanto os requerentes somente procuraram a Caerd após o fechamento do negócio não se preocupando em informar-se se havia algum impedimento ou circunstância de inviabilizasse o fornecimento de água, pleiteando indenização por infortúnio por eles mesmos causdos, devendo a presente demanda ser julgada totalmente improcedente, vez que a requerida não contribuiu para o desfecho dos fatos narrados na inicial e ter tomado todas as providências necessárias para evitar ou minimizar os danos e prejuízos sofridos pelos autores. Fora concedida a Antecipação da Tutela (mov. 06). A rigor, designada audiência de conciliação, esta restou infrutífera (mov. 09). Pois bem. Verifica-se que a requerida cobrou indevidamente os valores da conta de água do requerente, sendo que este comprovou o pagamento (movimento 01). Assim, faz jus a restituição em dobro do valor pago. Quanto à devolução em dobro, neste norte, importa ressaltar o que dita o parágrafo único do artigo 42 do Código de Defesa do Consumidor: Parágrafo único. O consumidor Cobrado em quantia indevida tem direto à repetição do indébito, por valor igual ao dobro do que pagou em excesso, acrescido de correção monetária e juros legais, salvo hipótese de engano justificável. (g.n). Resta clara a cobrança indevida por parte da empresa requerida, conforme verificado nas faturas juntados aos autos. Assim, comprovado que a cobrança foi indevida, a restituição faz-se de rigor nos termos do art. 42, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, devendo a empresa requerida devolver a quantia de R$ 29,65 (vinte e nove reais e sessenta e cinco centavos), que em dobro totalizam a quantia de R$ 59,30 (cinquenta e nove rais e trinta centavos). No que tange ao dano material, verifico, no caso sub judice, presentes os requisitos que importam no dever de indenizar, quais sejam, o fato ou a conduta da empresa requerida; a voluntariedade; resultado lesivo e nexo de causalidade entre a conduta e o resultado. Nesse prisma, em se tratando de relação de consumo, existe a responsabilidade objetiva da requerida de reparar os danos causados à parte requerente (artigo 14 do CDC), decorrentes da falta de cuidado na execução de suas atividades e da falha na fiscalização. Por fim, no tocante ao pedido de indenização por danos morais, melhor sorte não assiste aos autores. Na realidade, do que se vê na exordial, os autores potencializa um aborrecimento corriqueiro, comum na prestação de serviços. Dos fatos descritos não remanesce direito a indenização por dano moral, porquanto não se vê tenha a autor sido afetado em sua esfera jurídica significativa,senão, com mera insignificância, que o direito despreza a ocorrência. É preciso ter presente que o dano moral avulta quando significativa a ofensa. Na espécie, impossível divisar ofensa moral, sob qualquer pretexto. A alegação de que os autores foram cometidos a inúmeros aborrecimentos, devido a não solução do problema e descaso da ré, não caracteriza ofensa indenizável,podendo ser encarada, quando muito, como um mero percalço da vida cotidiana moderna. Sofrimentos há que, embora causem certo desconforto às pessoas, não preenchem os pressupostos da responsabilidade civil, dada a sua insignificância jurídica. Os simples aborrecimentos, contratempos, insatisfações que não irradiam nenhuma consequência jurídica, não se traduzem em danos, pois não se verificam efeitos jurídicos danosos relevantes.O que permite indenizar não é o dissabor experimentado nos contingências da vida, do cotidiano, mas as invectivas que aviltam a honra, causando dano afetivo,situação que o histórico dos autos não ostentam. Nesse sentido, a Jurisprudência: Apelação cível. Dano moral. Inexistência. Mero aborrecimento ou dissabor. O mero dissabor não pode ser alçado ao patamar do dano moral, mas somente aquela agressão que exacerba a naturalidade dos fatos da vida, causando fundadas aflições ou angústias no espírito de quem ela se dirige. (Não Cadastrado, N. 10010043868920088220001, Rel. Des. Miguel Monico Neto, J. 10/03/2010, grifei). CIVIL. CDC. SEM DEMONSTRAÇÃO DE OFENSA E CONSTRANGIMENTO NÃO CABE INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL. SENTENÇA CONFIRMADA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. 1) Não comprovada ofensa de cunho moral não há que se falar em indenização. Mero aborrecimento não pode ser elegido à categoria de ofensa moral, sob pena banalização do instituto cuja excepcionalidade deve ser preservada. 2) RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO. Custas e honorários pela recorrente vencida, na forma do artigo 55, da Lei 9099/95. Honorários arbitrados em 10% (dez por cento) do valor da causa. Suspensa a execução dos honorários por cinco anos em face da Gratuidade de Justiça concedida.(20080111107098ACJ, Relator WILDE MARIA SILVA JUSTINIANO RIBEIRO, PRIMEIRA TURMA RECURSAL DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS DO DF, julgado em 25/05/2010, DJ 22/06/2010 p. 203, grifei). Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial formulado por ARISTIDES GONÇALVES JÚNIOR e LUIZ CARLOS RETTMANN em face de COMPANHIA DE ÁGUAS E ESGOTOS DE RONDÔNIA CAERD, para:a) condenar a requerida a restituir a quantia de R$ 29,65 (vinte e nove reais e sessenta e cinco centavos), que em dobro totalizam a quantia de R$ 59,30 (cinquenta e nove rais e trinta centavos), determinando a devolução dos respectivos valores, corrigidos monetariamente e acrescidos de juros legais, a partir da citação; b) cancelar a cobrança da fatura de contas agrupadas, no valor de R$ 549,95 (quinhentos e quarenta e nove reais e noventa e cinco centavos, matriculada sob o nº 253575-0 ADE: 005018026, em nome de ARISTIDES GONÇALVES JUNIOR, emitida em 04/04/2013. Com esta DECISÃO, torno definitiva a liminar concedida a título de antecipação dos efeitos da tutela (mov. 06). Transitada em julgado, fica automaticamente intimada a parte requerida para pronto pagamento, em 15 (quinze) dias, nos moldes do art. 475-J e Enunciados Cíveis do FONAJE ns. 97 e 105, sob pena de acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o montante líquido e certo, independentemente da alçada dos Juizados Especiais. Sem custas processuais ou honorários advocatícios, nesta fase, por se tratar de procedimento regido pela Lei 9.099/95. Retifique-se a escrivania, para cumprimento de SENTENÇA, a classe desses autos. P. R. I. Oportunamente, arquivem-se. São Miguel do Guaporé, 31 de janeiro de 2014. João Valério Silva Neto, Juiz de Direito."

Proc: 1000711-79.2013.8.22.0022
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Pedro Fiorillo de Souza(Requerente)
Advogado(s): Neide Skalecki de Jesus Gonçalves(OAB 283-b RO)
Passaredo Transportes Aéreos Ltda(Requerido)
Pedro Fiorillo de Souza(Requerente)
Advogado(s): Neide Skalecki de Jesus Gonçalves(OAB 283-b RO)
Passaredo Transportes Aéreos Ltda(Requerido)
Advogado(s): Charles Baccan Júnior (OAB 2823-A RO)
SENTENÇA:" Intimar as partes através de seus advogados do DISPOSITIVO final da r.SENTENÇA trancrita a seguir: "[...] JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido feito por PEDRO
FIORILLO DE SOUZA em face de PASSAREDO TRANSPORTES AÉREOS LTDA a fim de: a) condenar a empresa requerida a devolver o valor de R$ 673,23 (seiscentos e setenta e três reais e vinte e três centavos) em dobro , que totaliza a quantia de R$ 1.346,46 (hum mil trezentos e quarenta e seis reais e quarenta e seis centavos) a título de danos materiais, com incidência de correção monetária e juros de 1% (um por
cento) ao mês a contar da data da citação (CC 405 e CPC 219). DECLARO RESOLVIDO o MÉRITO nos termos do artigo 269, inciso I, do Código de Processo Civil.Caso não sejam interposto recurso, fica a requerida intimada a cumprir a
SENTENÇA no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do trânsito em julgado, sob pena de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação (CPC 475-J).Deixo de condenar em custas e honorários advocatícios com espeque no artigo 55 da Lei nº 9.099/95. Transitada em julgado, fica automaticamente intimada a parte requerida para
pronto pagamento, em 15 (quinze) dias, nos moldes do art. 475-J e Enunciados Cíveis do FONAJE ns. 97 e 105, sob pena de acréscimo de 10% (dez por cento) sobre o montante líquido e certo, independentemente da alçada dos Juizados Especiais. Sem custas processuais ou honorários advocatícios, nesta fase, por se tratar de procedimento regido pela Lei 9.099/95. P. R. I. Oportunamente, arquivem-se. São Miguel do Guaporé, 31 de janeiro de 2014.João Valério Silva Neto, Juiz de Direito."

Proc: 1000687-51.2013.8.22.0022
Ação:Petição (Juizado Cível)
Eli Alves Gomes(Requerente)
Advogado(s): Luiz Carlos Rettmann(OAB 5647 RO)
Banco do Brasil S/A(Adjudicado)
Eli Alves Gomes(Requerente)
Advogado(s): Luiz Carlos Rettmann(OAB 5647 RO)
Banco do Brasil S/A(Adjudicado)
Advogado(s): Gustavo Amato Pissini (OAB 4.567 RO)
DECISÃO: "Vistos.Digam as partes as provas que pretendem produzir, especificando-as e justificando a sua necessidade, no prazo comum de 10 (dez) dias, sob pena de
julgamento da lide no estado em que se encontra.
Após, tornem conclusos. Pratique-se o necessário.
São Miguel do Guaporé-RO 30 de janeiro de 2014. João Valério Silva Neto, Juiz de Direito."

Proc: 1000648-54.2013.8.22.0022
Ação:Procedimento do Juizado Especial Cível
Giovanni Dilion Schiavi Gomes(Requerente)
Advogado(s): Giovanni Dilion Schiavi Gomes(OAB 4262 RO)
Banco do Brasil S/A(Requerido)
Giovanni Dilion Schiavi Gomes(Requerente)
Advogado(s): Giovanni Dilion Schiavi Gomes(OAB 4262 RO)
Banco do Brasil S/A(Requerido)
Advogado (s): Norienne da silva Rodrigues (OAB 5.392 RO)
DECISÃO: "Vistos. Digam as partes as provas que pretendem produzir, especificando-as e justificando a sua necessidade, no prazo comum de 10 (dez) dias, sob pena de
julgamento da lide no estado em que se encontra.
Após, tornem conclusos. Pratique-se o necessário.
São Miguel do Guaporé-RO 30 de janeiro de 2014
João Valério Silva Neto, Juiz de Direito."

Proc: 1000379-15.2013.8.22.0022
Ação:Petição (Juizado Cível)
Edvaldo da Silva Gangá(Requerente)
Advogado(s): Ronilson Wesley Pelegrine Barbosa(OAB 4688 RO), Mayara Aparecida Kalb(OAB 5043 RO)
Centrais Eletricas do Estado de Rondônia S/A CERON(Requerido)
Advogado(s): FRANCIANNY AIRES DA SILVA OZIAS(OAB 1190 RO), SILVIA DE OLIVEIRA(OAB 1285 RO)
Edvaldo da Silva Gangá(Requerente)
Advogado(s): Ronilson Wesley Pelegrine Barbosa(OAB 4688 RO), Mayara Aparecida Kalb(OAB 5043 RO)
Centrais Eletricas do Estado de Rondônia S/A CERON(Requerido)
Advogado(s): FRANCIANNY AIRES DA SILVA OZIAS(OAB 1190 RO), SILVIA DE OLIVEIRA(OAB 1285 RO)
FINALIDADE: Intimar as partes através de seus advogados supramencionados para comparecerem a audiênica de Instrução, designada para o dia 10/6/2014 ás 11h, neste Juízo.

JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE

1º Cartório Cível (Juizado Infância e Juventude)
Juizado da Infância e Juventude da Comarca de São Miguel do Guaporé
Juiz: João Valério Silva Neto
Sugestões e Reclamações façam-nos pessoalmente ou contate-nos via internet
Endereço eletrônico: smg1cível@tjro.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃO
prazo 30(Trinta) dias
CITAÇÃO DE: MARIZETE CARLOS DA SILVA, brasileira, documentos pessoais ignorados, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: CITAR a parte requerida, acima qualificada, a tomar conhecimento da presente ação, para, querendo, contestar no prazo legal. Não sendo contestada a ação, se presumirão aceitos, como sendo verdadeiros, os fatos articulados pela parte autora.

PRAZO PARA CONTESTAR: 15 DIAS
Proc.: 0000581-43.2012.8.22.0022
Ação:Providência
Requerente:Conselho Tutelar da Comarca de São Miguel do Guaporé R O
Sede do Juízo: Fórum Anísio Garcia Martin, Av. São Paulo, 1395, Cristo Rei, São Miguel do Guaporé/RO, 76932-000 - Fax: (69)3642-2660 - Fone: (69)3642-2661
São Miguel do Guaporé/RO, 03 de fevereiro de 2014
João Valério Silva Neto
Juiz de Direito

Vânia Maria Vanzin
Diretora do Cartório Cível

1ª VARA CÍVEL

1º Cartório Cível
Vara Cível da Comarca de São Miguel do Guaporé
Juiz: João Valério Silva Neto
SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES, FAÇAM-NAS PESSOALMENTE AO JUIZ OU CONTATE-NOS VIA INTERNET.
ENDEREÇO ELETRÔNICO: smg1civel@tjro.jus.br

EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 20 dias
CITAÇÃO DE:MARIA DE LOURDES VIDAL, brasileira, casada, documentos pessoais ignorados, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: CITAR a parte requerida, acima qualificada, a tomar conhecimento da presente ação, para, querendo, contestar no prazo legal. Não sendo contestada a ação, se presumirão aceitos, como sendo verdadeiros, os fatos articulados pela parte autora.
PRAZO PARA CONTESTAR: 15 DIAS
Proc.: 0000099-27.2014.8.22.0022
Ação:Divórcio Litigioso
Requerente:Valdivino Vidal
Advogado:Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Requerido:Maria de Lourdes Vidal de Almeida
Sede do Juízo: Fórum Anísio Garcia Martin, Av. São Paulo, 1395, Cristo Rei, São Miguel do Guaporé/RO, 76932-000 - Fax: (69)3642-2660 - Fone: (69) 3642-2661.
São Miguel do Guaporé/RO, 03 de fevereiro de 2014
João Valério Silva Neto
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 20 dias
CITAÇÃO DE: VALDEVAN DE OLIVEIRA DA SILVA, brasileiro, casado, documentos pessoais ignorados, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: CITAR a parte requerida, acima qualificada, a tomar conhecimento da presente ação, para, querendo, contestar no prazo legal. Não sendo contestada a ação, se presumirão aceitos, como sendo verdadeiros, os fatos articulados pela parte autora.
PRAZO PARA CONTESTAR: 15 DIAS
Proc.: 0000103-64.2014.8.22.0022
Ação:Divórcio Litigioso
Requerente:Ester Maria Pereira
Advogado:Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Requerido:Valdevan de Oliveira da Silva
Sede do Juízo: Fórum Anísio Garcia Martin, Av. São Paulo, 1395, Cristo Rei, São Miguel do Guaporé/RO, 76932-000 - Fax: (69)3642-2660 - Fone: (69)3642-2661
São Miguel do Guaporé/RO, 03 fevereiro de 2014
João Valério Silva Neto
Juiz de Direito

EDITAL DE CITAÇÃO
Prazo: 20 dias
CITAÇÃO DE: NELSON BARBOSA, brasileiro, casado, documentos pessoais ignorados, atualmente em lugar incerto e não sabido.
FINALIDADE: CITAR a parte requerida, acima qualificada, a tomar conhecimento da presente ação, para, querendo, contestar no prazo legal. Não sendo contestada a ação, se presumirão aceitos, como sendo verdadeiros, os fatos articulados pela parte autora.
PRAZO PARA CONTESTAR: 15 DIAS
Proc.: 0000101-94.2014.8.22.0022
Ação:Divórcio Litigioso
Requerente:Cleide Maria Frare Barbosa
Advogado:Defensoria Pública do Estado de Rondônia
Requerido:Nelson Barbosa
Sede do Juízo: Fórum Anísio Garcia Martin, Av. São Paulo, 1395, Cristo Rei, São Miguel do Guaporé/RO, 76932-000 - Fax: (69)3642-2660 - Fone: (69)3642-2661
São Miguel do Guaporé/RO, 03 fevereiro de 2014
João Valério Silva Neto
Juiz de Direito

Proc.: 0002497-78.2013.8.22.0022
Ação:Embargos de Terceiro (Cível)
Embargante:Ernane Emídio de Almeida, Maria da Consolação Neves de Almeida
Advogado:Gilson Alves de Oliveira (OAB/RO 549-A)
Embargado:União
Advogado:Procurador da Fazenda Nacional (000.)
DECISÃO:
Vistos.Vislumbrando a possibilidade de intempestividade do ajuizamento da ação principal (0001087-82.2013.8.22.0022) e a consequente extinção da medida cautelar fiscal, deixo para analisar o recebimento desta exordial após a resposta da Fazenda Nacional nos autos de n. 0002283-24.2012.8.22.0022.Intime-se.S. Miguel do Guaporé-RO, quarta-feira, 13 de novembro de 2013.João Valério Silva Neto.
Juiz de Direito.

Vânia Maria Vanzin
Diretora do Cartório Cível

PROCLAMAS

COMARCA DE PORTO VELHO

2º CARTÓRIO DE EXECUÇÕES FISCAIS

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy (a partir de 10/07/2010)
Dulcinéia Onofre Teixeira (até 10/07/2010)
Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 039877 - Livro nº D-88 - Folha nº 85
Faço saber que pretendem se casar: BENEDITO LAURINDO DA SILVA NETO, solteiro, brasileiro, comerciante, nascido em Parnaíba-PI, em 22 de Dezembro de 1951, residente e domiciliado na Rua Afonso Pena, 1031, Bairro São Cristovão, em Porto Velho-RO, filho de Antônio Ursulino de Moura - já falecido - naturalidade: não informada e Maria Silvina da Silva Moura - já falecida - naturalidade: não informada; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e JUCIMARA ALVES DIAS, solteira, brasileira, do lar, nascida em Porto Velho-RO, em 9 de Setembro de 1965, residente e domiciliada na Rua Afonso Pena, 1031, Bairro São Cristovão, em Porto Velho-RO, filha de José Ribamar Dias - naturalidade: não informada - residência e domicílio: não informada e Daise Alves Dias - naturalidade: não informada - residência e domicílio: não informada; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; pelo regime de COMUNHÃO UNIVERSAL DE BENS.
Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 31 de Janeiro de 2014
Vinícius Alexandre Godoy
Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy (a partir de 10/07/2010)
Dulcinéia Onofre Teixeira (até 10/07/2010)
Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 039878 - Livro nº D-88 - Folha nº 86
Faço saber que pretendem se casar: ELTON DA SILVA FEITOSA, solteiro, brasileiro, técnico em mecânica, nascido em Porto Velho-RO, em 31 de Agosto de 1988, residente e domiciliado na Rua Geraldo Siqueira, 3095, Bairro Caladinho, em Porto Velho-RO, filho de Celso Araújo Feitosa - já falecido - naturalidade: não informada e Maria da Luz Pereira da Silva - do lar - naturalidade: Altamira do Maranhão-MA - residência e domicílio: não informada; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e ESTER DA SILVA SOUZA, solteira, brasileira, do lar, nascida em Porto Velho-RO, em 21 de Fevereiro de 1992, residente e domiciliada na Rua Nova Era, 1336, Bairro Nova Floresta, em Porto Velho-RO, filha de Francisco Rabelo de Souza - aposentado - naturalidade: Jaru-RO - residência e domicílio: não informada e Vera Lúcia da Silva Carneiro - do lar - naturalidade: Porto Velho-RO - residência e domicílio: não informada; pretendendo passar a assinar: ESTER DA SILVA SOUZA FEITOSA; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.
Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 31 de Janeiro de 2014
Vinícius Alexandre Godoy
Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy (a partir de 10/07/2010)
Dulcinéia Onofre Teixeira (até 10/07/2010)
Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 039879 - Livro nº D-88 - Folha nº 87
Faço saber que pretendem se casar: ADILBERTO GOMES DE SOUZA, solteiro, brasileiro, armador, nascido em Águas Brancas-AL, em 28 de Junho de 1992, residente e domiciliado no Alojamento CSAC, em Porto Velho-RO, filho de Cicero Gomes dos Santos - residência e domicílio: Água Branca-AL e Solange Soares de Souza - residência e domicílio: Água Branca-AL; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e MARIA APARECIDA DA SILVA DOS SANTOS, solteira, brasileira, agricultora, nascida em Água Branca-AL, em 18 de Novembro de 1994, residente e domiciliada à Sítio Estreito, em Água Branca-AL, filha de Wilson Sandes dos Santos - residência e domicílio: Sítio Estreito, Água Branca-AL e Aldenice da Silva Santos - residência e domicílio: Sítio Estreito, Água Branca-AL; pretendendo passar a assinar: MARIA APARECIDA DA SILVA DOS SANTOS DE SOUZA; pelo regime de .
Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 31 de Janeiro de 2014
Vinícius Alexandre Godoy
Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy (a partir de 10/07/2010)
Dulcinéia Onofre Teixeira (até 10/07/2010)
Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 039880 - Livro nº D-88 - Folha nº 88
Faço saber que pretendem se casar: JAIR DA SILVA BRITO, solteiro, brasileiro, mecânico, nascido em Caçapava do Sul-RS, em 5 de Fevereiro de 1984, residente e domiciliado na

Rua Bastian, 1920, Bairro São Francisco, em Porto Velho-RO, filho de Adauto Siqueira de Brito - aposentado - naturalidade: Caçapava do Sul-RS - residência e domicílio: não informada e Fatima Maciel da Silva - falecida em 11/04/2013 - naturalidade: não informada; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e MARIA LUZIA HONORATO, divorciada, brasileira, professora, nascida em Marco-CE, em 8 de Outubro de 1978, residente e domiciliada na Rua Bastian, 1920, Bairro São Francisco, em Porto Velho-RO, filha de José Ribamar Honorato - agricultor - naturalidade: Marco-CE - residência e domicílio: Rua Bastian, 1920, Bairro São Francisco, em Porto Velho-RO e Rita Sonha Angelo Honorato - agricultora - nascida em 13/11/1946 - naturalidade: Marco-CE - residência e domicílio: Rua Bastian, 1920, Bairro São Francisco, em Porto Velho-RO; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.

Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.

Porto Velho-RO, 31 de Janeiro de 2014

Vinícius Alexandre Godoy

Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL

Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia

Vinícius Alexandre Godoy - Registrador

Dulcinéia Teixeira Godoy (a partir de 10/07/2010)

Dulcinéia Onofre Teixeira (até 10/07/2010)

Registradora Substituta

Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365

e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br

EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 039881 - Livro nº D-88 - Folha nº 89

Faço saber que pretendem se casar: VALDEMIRO FERREIRA DA SILVA, divorciado, brasileiro, pedreiro, nascido em Pilar-GO, em 17 de Março de 1956, residente e domiciliado na Avenida Raimundo Cantuária, 10142, Jardim Santana, em Porto Velho-RO, filho de Emilio Ferreira da Silva - já falecido - naturalidade: não informada e Maria Candida da Silva - do lar - naturalidade: não informada - residência e domicílio: não informada; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e CLEONICE ALVES DE ALMEIDA, solteira, brasileira, do lar, nascida em Alto do Piquiri-RO, em 22 de Julho de 1967, residente e domiciliada na Avenida Raimundo Cantuária, 10142, Jardim Santana, em Porto Velho-RO, filha de José Pedro de Almeida - naturalidade: não informada - residência e domicílio: não informada e Maria Alves de Almeida - naturalidade: não informada - residência e domicílio: não informada; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.

Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.

Porto Velho-RO, 31 de Janeiro de 2014

Vinícius Alexandre Godoy

Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL

Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia

Vinícius Alexandre Godoy - Registrador

Dulcinéia Teixeira Godoy (a partir de 10/07/2010)

Dulcinéia Onofre Teixeira (até 10/07/2010)

Registradora Substituta

Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365

e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br

EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 039882 - Livro nº D-88 - Folha nº 90

Faço saber que pretendem se casar: TIAGO BASTOS RODRIGUES, solteiro, brasileiro, auxiliar administrativo, nascido em Porto Velho-RO, em 1 de Julho de 1991, residente e domiciliado na Rua Amélia Farias, 3693, Bairro Tancredo Neves, em Porto Velho-RO, filho de Sóstenes da Cunha Rodrigues - técnico administrativo - naturalidade: Porto Velho-RO - residência e domicílio: Rua Amélia Farias, 3693, Bairro Tancredo Neves, em Porto Velho-RO e Francisca Alves Bastos Rodrigues - professora - naturalidade: Porto Velho-RO - residência e domicílio: Rua Amélia Farias, 3693, Bairro Tancredo Neves, em Porto Velho-RO; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e VANIELLY FIDELES DA SILVA, solteira, brasileira, auxiliar de escritório, nascida em Porto Velho-RO, em 6 de Janeiro de 1996, residente e domiciliada na Avenida dos Imigrantes, 152, Bairro Panair, em Porto Velho-RO, filha de Antonio Vaner Ferreira da Silva - naturalidade: não informada - residência e domicílio: Avenida dos Imigrantes, 152, Bairro Panair, em Porto Velho-RO e Elessandra Lopes Fideles - professora - nascida em 20/12/1977 - naturalidade: Porto Velho-RO - residência e domicílio: Avenida dos Imigrantes, 152, Bairro Panair, em Porto Velho-RO; pretendendo passar a assinar: VANIELLY FIDELES DA SILVA BASTOS; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.

Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.

Porto Velho-RO, 31 de Janeiro de 2014

Vinícius Alexandre Godoy

Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL

Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia

Vinícius Alexandre Godoy - Registrador

Dulcinéia Teixeira Godoy (a partir de 10/07/2010)

Dulcinéia Onofre Teixeira (até 10/07/2010)

Registradora Substituta

Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365

e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br

EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 039883 - Livro nº D-88 - Folha nº 91

Faço saber que pretendem se casar: RENATO OLIVEIRA DO NASCIMENTO, solteiro, brasileiro, mecânico, nascido em Manicoré-AM, em 10 de Outubro de 1991, residente e domiciliado na Avenida Mamoré, 2240, Bairro Três Marias, em Porto Velho-RO, filho de Raimundo Luiz do Nascimento - agricultor - naturalidade: Porto Velho-RO - residência e domicílio: não informada e Raimunda Oliveira de Assunção - já falecida - naturalidade: Manicoré-AM; pretendendo passar a assinar: RENATO OLIVEIRA ALVES DO NASCIMENTO; e LUCIANA ALVES RODRIGUES, solteira, brasileira, do lar, nascida em Porto Velho-RO, em 23 de Março de 1982, residente e domiciliada na Avenida Mamoré, 2240, Bairro Três Marias, em Porto

Velho-RO, filha de Francisco Pinto Rodrigues Filho - aposentado - naturalidade: Porto Velho-RO - residência e domicílio: não informada e Dânia Maria Ferreira Souza - do lar - naturalidade: Porto Velho-RO - residência e domicílio: não informada; pretendendo passar a assinar: LUCIANA ALVES OLIVEIRA RODRIGUES; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.
Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 31 de Janeiro de 2014
Vinícius Alexandre Godoy
Registrador

CARTÓRIO GODOY - 1º OFÍCIO DE REGISTRO CIVIL
Município e Comarca de Porto Velho - Estado de Rondônia
Vinícius Alexandre Godoy - Registrador
Dulcinéia Teixeira Godoy (a partir de 10/07/2010)
Dulcinéia Onofre Teixeira (até 10/07/2010)
Registradora Substituta
Avenida Carlos Gomes, 900 - Caiari - Fone/Fax: (69) 3224-4365
e-mail: contato@cartoriogodoy.com.br
EDITAL DE PROCLAMAS - Processo nº 039884 - Livro nº D-88 - Folha nº 92
Faço saber que pretendem se casar: JAIRO ÁVILA NASCIMENTO, solteiro, brasileiro, autônomo, nascido em Sena Madureira-AC, em 2 de Junho de 1970, residente e domiciliado na Rua Geraldo Siqueira, 4105, Bairro Caladinho, em Porto Velho-RO, filho de Claudio Nascimento - já falecido e Valsiria Ávila Nascimento - aposentada - naturalidade: Sena Madureira-AC - residência e domicílio: não informada; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; e CHOLEN PAULINO DE SOUZA, solteira, brasileira, atendente, nascida em Pauini-AM, em 14 de Agosto de 1986, residente e domiciliada na Rua Jonathas Pedrosa, 1435, Bairro Caladinho, em Porto Velho-RO, filha de Ivo Batista Souza - vigilante - residência e domicílio: não informada e Zuleide Paulino do Vale - autônoma - naturalidade: Pauini-AM - residência e domicílio: não informada; NÃO PRETENDENDO ALTERAR SEU NOME; pelo regime de COMUNHÃO PARCIAL DE BENS.
Os nubentes apresentaram os documentos exigidos pelo Artigo 1.525, do Código Civil. O Edital será fixado neste Cartório e publicado na imprensa local. Quem souber de algum impedimento ao casamento, que se manifeste na forma da Lei.
Porto Velho-RO, 31 de Janeiro de 2014
Vinícius Alexandre Godoy
Registrador

LIVRO D-034 FOLHA 086 TERMO 009827
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 9.827
095703 01 55 2014 6 00034 086 0009827 51
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
CRISTIANO FABRINI MANSO DE SOUZA, de nacionalidade brasileira, de profissão vendedor, de estado civil divorciado, natural de Porto Velho-RO, onde nasceu no dia 07 de janeiro de 1983, residente e domiciliado na Rua Pedro Albeniz, 7169, Aponiã, em Porto Velho-RO, filho de ANTÔNIO HUMBERTO PEREIRA DE SOUZA e de RITA CÁSSIA ARAÚJO MANSO; e WALQUIRIA LIMA DE ALMEIDA de nacionalidade brasileira, de profissão Farmaceutica Bioquimica, de estado civil solteira, natural de Atalaia do Norte-AM, onde nasceu no dia 04 de setembro de 1976, residente e domiciliada na Rua Pedro Aldeniz 7169, Aponiã, em Porto Velho-RO, filha de MOACIR BAIMA DE ALMEIDA e de EDITE LIMA DE ALMEIDA.
O Regime de bens a viger a partir do casamento é o da Comunhão Universal de Bens. E que após o casamento, o contraente passou a assinar CRISTIANO FABRINI MANSO DE SOUZA - e a contraente passou a assinar WALQUIRIA LIMA DE ALMEIDA MANSO.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa local.
Porto Velho-RO, 28 de janeiro de 2014.
José Gentil da Silva
Tabelião

COMARCA DE CACOAL

1ª VARA CÍVEL

República Federativa do Brasil
Estado de Rondônia
Município e Cômarca de Cacoal
2º Cartório de Registro Civil e Tab. Notas de Cacoal
Rua dos Pioneiros, 2294 - centro - (69)-3441-4269 - cartoriodavila@gmail.com
FRANCINETE LIMA D´AVILA
Oficial / Tabeliã
EDITAL DE PROCLAMAS
Matrícula
095794 01 55 2014 6 00006 001 0001001 17
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
BRUNO HENRIQUE ZANIOLI, de nacionalidade brasileira, servidor publico, solteiro, natural de Cacoal-RO, onde nasceu no dia 30 de maio de 1990, residente e domiciliado na Rua Raimundo Faustino Filho, 3935, Vilage do Sol II, em Cacoal-RO, continuou a adotar o nome de BRUNO HENRIQUE ZANIOLI, filho de Solineide Zanioli;
RENATA DA SILVA LOPES de nacionalidade brasileira, tecnica em enfermagem, divorciada, natural de Rio de Janeiro-RJ, onde nasceu no dia 30 de setembro de 1976, residente e domiciliada na Rua Raimundo Faustino Filho, 3935, Vilage do Sol II, em Cacoal-RO, passou a adotar no nome de RENATA DA SILVA LOPES ZANIOLI, filha de Donato Lopes e de Maria da Silva Lopes;
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente que será afixado nesta serventia e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tjro.jus.br)

República Federativa do Brasil
Estado de Rondônia
Município e Cômarca de Cacoal
2º Cartório de Registro Civil e Tab. Notas de Cacoal
Rua dos Pioneiros, 2294 - centro - (69)-3441-4269 - cartoriodavila@gmail.com
FRANCINETE LIMA D´AVILA
Oficial / Tabeliã
EDITAL DE PROCLAMAS
Matrícula
095794 01 55 2014 6 00006 002 0001002 15
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Comunhão Parcial de Bens e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:

CHARLES FRANCISCO DA SILVA, de nacionalidade brasileira, vendedor, solteiro, natural de Vitória da Conquista-BA, onde nasceu no dia 18 de março de 1979, residente e domiciliado na Rua Princesa Izabel, 1594, Liberdade, em Cacoal-RO, continuou a adotar o nome de CHARLES FRANCISCO DA SILVA, filho de Onofre Francisco da Silva e de Raimunda Nonata Jesuina Silva;
TATIANE SCHELLENBERG de nacionalidade brasileira, bancária, solteira, natural de Cacoal-RO, onde nasceu no dia 12 de março de 1988, residente e domiciliada na Rua Princesa Izabel, 1594, Liberdade, em Cacoal-RO, continuou a adotar no nome de TATIANE SCHELLENBERG, filha de Mario Roberto Schellenberg e de Lucilei Groner Schellenberg;
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente que será afixado nesta serventia e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tjro.jus.br)

República Federativa do Brasil
Estado de Rondônia
Município e Cômarca de Cacoal
2º Cartório de Registro Civil e Tab. Notas de Cacoal
Rua dos Pioneiros, 2294 - centro - (69)-3441-4269 - cartoriodavila@gmail.com
FRANCINETE LIMA D´AVILA
Oficial / Tabeliã
EDITAL DE PROCLAMAS
Matrícula
095794 01 55 2014 6 00006 003 0001003 13
Faço saber que pretendem casar-se sob o regime de Não Identificado e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
GABRIEL FERNANDES PEREIRA, de nacionalidade brasileira, cadista, solteiro, natural de Belo Horizonte-MG, onde nasceu no dia 29 de agosto de 1993, residente e domiciliado na Rua Marechal Deodoro da Fonseca nº1434, em Cacoal-RO, não consta o nome que o nubente passará usar, filho de Paulo Sérgio Pereira e de Telma Fernandes da Silva Pereira;
WILLIANE FERNANDA ALVES DE OLIVEIRA, de nacionalidade brasileira, auxiliar administrativo, solteira, natural de Belo Horizonte-MG, onde nasceu no dia 06 de outubro de 1994, residente e domiciliada na Rua Laranjeiras nº233, Leblow, em Venda Nova - Belo Horizonte-MG, não consta o nome que a nubente passará usar, filha de Marcio Gonçalves de Oliveira e de Kenia Patricia Alves;
Recebi o Edital de Proclamas do Cartório Souza Machado do Município e Comarca de Belo Horizonte-MG para ser afixado no município de residência do Contraente.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente que será afixado nesta serventia e publicado no Diário da Justiça Eletrônico (www.tjro.jus.br)

COMARCA DE CEREJEIRAS

1ª VARA GENÉRICA

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS CAVATTI
Comarca de Cerejeiras – Estado de Rondônia
CNPJ: 05.911.185/0001-00 - Rua Portugal, 2401, Centro, CEP 76997-000 – CEREJEIRAS-RO,
Telefone (69) 3342-3146
Maria Bernardeti Cavatti – OFICIALA/TABELIÃ – ATO N º 209/2009
LIVRO D-018 FOLHA 106 TERMO 005506
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 5.506
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ANDRÉ KREUSCH, de nacionalidade brasileira, agricultor, solteiro, natural de Vilhena-RO, onde nasceu no dia 07 de setembro de 1978, residente e domiciliado na Linha 2, do 2º para o 3º Eixo, km 2,5, Zona Rural, em Cerejeiras-RO, filho de SEBASTIÃO KREUSCH e de HAMONICA ROCHA KREUSCH; e CLAUDIA PINHEIRO DOS SANTOS de nacionalidade brasileira, Agente Penitenciaria, solteira, natural de Colorado do Oeste-RO, onde nasceu no dia 07 de julho de 1985, residente e domiciliada na Linha 2, 2º para 3º Eixo, Km 2,5, Zona Rural, em Cerejeiras-RO, filha de MARIA HELENA PINHEIRO DOS SANTOS.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça.
Cerejeiras-RO, 31 de janeiro de 2014.
Maria Bernardeti Cavatti
Oficiala e Tabeliã

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS CAVATTI
Comarca de Cerejeiras – Estado de Rondônia
CNPJ: 05.911.185/0001-00 - Rua Portugal, 2401, Centro, CEP 76997-000 – CEREJEIRAS-RO,
Telefone (69) 3342-3146
Maria Bernardeti Cavatti – OFICIALA/TABELIÃ – ATO N º 209/2009
LIVRO D-018 FOLHA 105 TERMO 005505
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 5.505
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: CLOVÍS CUNHA SANTOS, de nacionalidade brasileira, agricultor, solteiro, natural de Colorado do Oeste-RO, onde nasceu no dia 09 de julho de 1984, residente e domiciliado na Rua Rio de Janeiro, nº 531, em Cerejeiras-RO, filho de ANTONIO PEREIRA DOS SANTOS e de ROZALINA CUNHA SANTOS; e JOSY FERREIRA DO VALE de nacionalidade brasileira, auxiliar de escritório, solteira, natural de Cerejeiras-RO, onde nasceu no dia 07 de junho de 1991, residente e domiciliada na Rua Robson Ferreira, nº 1409, em Cerejeiras-RO, filha de JOSÉ ARAÚJO DO VALE e de LUCINETE FERREIRA DA SILVA DO VALE.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça.
Cerejeiras-RO, 31 de janeiro de 2014.
Maria Bernardeti Cavatti
Oficiala e Tabeliã

CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL E NOTAS CAVATTI
Comarca de Cerejeiras – Estado de Rondônia
CNPJ: 05.911.185/0001-00 - Rua Portugal, 2401, Centro, CEP 76997-000 – CEREJEIRAS-RO,
Telefone (69) 3342-3146
Maria Bernardeti Cavatti – OFICIALA/TABELIÃ – ATO N º 209/2009
LIVRO D-018 FOLHA 104 TERMO 005504
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 5.504
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ADEMIR PAULO REOLON, de nacionalidade brasileira, agricultor, divorciado, natural de Palmas-PR, onde nasceu no dia 31 de maio de

1977, residente e domiciliado na Linha 5, Esquina com a 3º Eixo, Zona Rural, em Cerejeiras-RO, filho de ALIMBO JOÃO REOLON e de SEBASTIANA FERREIRA REOLON; e ROSILÉIA GONÇALVES DE SOUZA de nacionalidade brasileira, lavradora, solteira, natural de Itamaraju-BA, onde nasceu no dia 09 de outubro de 1980, residente e domiciliada na Linha 5, Esquina com a 3º Eixo, Zona Rural, em Cerejeiras-RO, filha de ANTONIO DE SOUZA MASSARANDUBA e de MARIA GONÇALVES DA CRUZ SOUZA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça.
Cerejeiras-RO, 30 de janeiro de 2014.
Maria Bernardeti Cavatti
Oficiala e Tabeliã

COMARCA DE GUAJARÁ-MIRIM

1ª VARA CÍVEL

REGISTRO CIVIL DE GUAJARÁ-MIRIM - RO
E D I T A L D E P R O C L A M A S
= = = = = = = = = = = = = = = = = =
PROCESSO 13
Joel Luiz Antunes de Chaves, Oficial do Serviço Registral das Pessoas Naturais desta cidade, na forma da lei, etc. Faz saber que pretendem casar-se, em seu cartório os nubentes: JOÃO CARLOS ERPEN e DENISE FRANCIELLY DA SILVA SZEZERBICKI,
SENDO ELE DE NACIONALIDADE: BRASILEIRO , estado civil: divorciado, com 45 anos de idade, profissão: ADMINISTRADOR, natural: município de MEDIANEIRA - PR, nascido aos 10/08/1968 (dez de agosto de mil novecentos e sessenta e oito), filho de ELEMAR ERPEN (falecido) e LOURDES DOCKHORN ERPEN , Residente AV. DR. LEWERGER, Nº 3254, 10 DE ABRIL, Guajará-Mirim - RO.
Pais qualificados: ELEMAR ERPEN, falecido e LOURDES DOCKHORN ERPEN;
SENDO ELA DE NACIONALIDADE: BRASILEIRA, estado civil: solteira, com 34 anos de idade, , profissão: CIRURGIÃO DESTISTA, natural: município de LARANJEIRAS DO SUL - PR, nascida aos 13/05/1979 (treze de maio de mil novecentos e setenta e nove), filha de FELIX SANDESKI SZEZERBICKI (falecido) e EVA TEREZINHA SZEZERBICKI , Residente AV. DR. LEWERGER, Nº 3254, 10 DE ABRIL , Guajará-Mirim - RO.
Pais qualificados: FELIX SANDESKI SZEZERBICKI, falecido e EVA TEREZINHA SZEZERBICKI;
Os contraentes em virtude do casamento assinam os nomes após o casamento: JOÃO CARLOS ERPEN (SEM ALTERAÇÃO) e DENISE FRANCIELLY DA SILVA SZEZERBICKI ERPEN.
Apresentaram os documentos exigidos pelo Art. 1525 e incisos do Código Civil Brasileiro. Se alguém tiver conhecimento de existir algum impedimento legal, acuse-o para os fins de direito.
E para constar e chegar este ao conhecimento de todos, lavro o presente que ser afixado no lugar de costume e publicado na imprensa.
Guajará-Mirim - RO, 31 de janeiro de 2014.
O OFICIAL

COMARCA DE JARU

1ª VARA CÍVEL

LIVRO D-002 FOLHA 288 TERMO 001140
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 1.140
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: WILSON JOSÉ GONÇALVES, de nacionalidade brasileiro, motorista, divorciado, natural de Vitoria-ES, onde nasceu no dia 01 de dezembro de 1973, residente e domiciliado na Av. Dos Pioneiros, 1570, em Theobroma-RO, filho de ARISTIDES JOSÉ GONÇALVES e de OSCALINA CORREA DE SOUZA; e VERALUCIA SOARES DE MORAIS de nacionalidade brasileira, professora, solteira, natural de Caratinga-MG, onde nasceu no dia 22 de novembro de 1970, residente e domiciliada na Avenida dos Pioneiros, nº 1570, em Theobroma-RO, filha de PEDRO SOARES DE MORAIS e de MARIA APARECIDA SOARES.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Theobroma-RO, 03 de fevereiro de 2014.
Allan Tavela Pinto
Escrevente Autorizado

LIVRO D-040 FOLHA 106 TERMO 014789
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 14.789
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: RIVAEL DA SILVA, de nacionalidade brasileira, operador de maquinas pesadas, solteiro, natural de Campo Mourão-PR, onde nasceu no dia 04 de dezembro de 1978, residente e domiciliado na Rua Minas Gerais, 1546, setor 04, em Jaru-RO, filho de GERALDO ALVES DA SILVA e de MARIA DA PENHA DE OLIVEIRA SILVA; e MARIA IZABEL LIMOEIRO RODRIGUES de nacionalidade brasileira, do lar, divorciada, natural de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia 24 de março de 1982, residente e domiciliada na Rua Minas Gerais, 1546, setor 04, em Jaru-RO, filha de SEBASTIÃO DE ANDRADE e de DIVA LIMOEIRO ANDRADE.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado no Diário da Justiça.
Jaru-RO, 03 de fevereiro de 2014.
João Ricardo dos Santos Lacerda
Oficial Substituto

COMARCA DE OURO PRETO DO OESTE

1ª VARA CÍVEL

LIVRO D-005 FOLHA 069 TERMO 000969
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 969
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ESMAEL GOMES DE OLIVEIRA, de nacionalidade brasileira, lavrador, solteiro,

natural de JACIARA-MT, onde nasceu no dia 16 de abril de 1964, residente e domiciliado na Linha 614, Santa Rosa, em Vale do Paraiso-RO, filho de JOÃO DE DEUS DE OLIVEIRA e de MARIA LUCIA DE OLIVEIRA; e ANA MARIA CHAGAS de nacionalidade brasileira, lavradora, solteira, natural de Grandes Rios-PR, onde nasceu no dia 22 de fevereiro de 1963, residente e domiciliada na Linha 614, Santa Rosa, em Vale do Paraiso-RO, filha de JOAQUIM FRANCISCO CHAGAS e de ANA MARTINS CHAGAS.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume e publicado pela imprensa.
Vale do Paraiso-RO, 03 de fevereiro de 2014.
José Helio Pereira dos Santos
Oficial e Tabelião

- CERTIDÃO -
Certifico que decorreu o devido prazo legal sem que houvesse impedimento algum que impossibilitasse os nubentes de se casarem.
Vale do Paraiso-RO, 18 de fevereiro de 2014.

José Helio Pereira dos Santos
Oficial e Tabelião

COMARCA DE ALTA FLORESTA D´ OESTE

VARA ÚNICA

LIVRO D-017 FOLHA 200 TERMO 004988
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.988
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: MOISÉS DE OLIVEIRA VIEIRA, de nacionalidade brasileira, de profissão auxiliar geral, de estado civil solteiro, natural de Cáceres-MT, onde nasceu no dia 12 de junho de 1988, residente e domiciliado na Linha 125 Km 100, Zona Rrural, em Alta Floresta d Oeste-RO, filho de MANOEL RODRIGUES VIEIRA e de CATARINA SANT' ANA VIEIRA; e LIDIMEIRE MENDES MAXIMO de nacionalidade brasileira, de profissão do Lar, de estado civil solteira, natural de Santa Luzia D Oeste-RO, onde nasceu no dia 10 de outubro de 1991, residente e domiciliada na Linha 125 Km 100, Zona Rural, em Alta Floresta d Oeste-RO, filha de ELIAS LAURINDO MAXIMO e de HOLGA HADA MENDES MAXIMO.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Alta Floresta d Oeste -RO, 31 de janeiro de 2014.
Soraya Maria de Souza
Registradora

LIVRO D-017 FOLHA 199 TERMO 004987
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.987
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: JOÃO ALVES FERREIRA, de nacionalidade brasileira, de profissão Lavrador, de estado civil solteiro, natural de Itajuipe-BA, onde nasceu no dia 24 de junho de 1948, residente e domiciliado na Av. Bahia 4256, Liberdade, em Alta Floresta D Oeste-RO, filho de MARIA FERREIRA; e TEREZINHA MOREIRA DOS SANTOS de nacionalidade brasileira, de profissão do Lar, de estado civil solteira, natural de Janiopolis-PR, onde nasceu no dia 19 de janeiro de 1970, residente e domiciliada na Av. Bahia, 4256, Liberdade, em Alta Floresta d Oeste-RO, filha de JOSE MOREIRA DOS SANTOS e de MARIA FLORENCIA DE OLIVEIRA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Alta Floresta d Oeste -RO, 31 de janeiro de 2014.
Soraya Maria de Souza
Registradora

LIVRO D-017 FOLHA 198 TERMO 004986
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.986
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: JULIANO POSSA, de nacionalidade brasileira, de profissão Engenheiro Agronomo, de estado civil solteiro, natural de Alta Floresta d Oeste-RO, onde nasceu no dia 10 de junho de 1988, residente e domiciliado na Rua Ceara, Nº 3833, Centro, em Alta Floresta d Oeste-RO, filho de PEDRO JOAO POSSA e de MARLENE BONET POSSA; e PRISCILLA VERONICA LOCATELLI de nacionalidade brasileira, de profissão do Lar, de estado civil divorciada, natural de Ariquemes-RO, onde nasceu no dia 25 de maio de 1990, residente e domiciliada na Rua. Roraima nº. 3.758, Santa Felicidade, em Alta Floresta D Oeste-RO, filha de JOSE GABRIEL MARTINS LOCATELLI e de MARIA ELIAS DE FATIMA LOCATELLI.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Alta Floresta d Oeste -RO, 31 de janeiro de 2014.
Soraya Maria de Souza
Registradora

COMARCA DE ALVORADA D´OESTE

VARA ÚNICA

EDITAL DE PROCLAMAS
MATRíCULA
095935 01 55 2014 6 00008 044 0002269 72
Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo Art 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: SILAS RODRIGUES DE MEDEIROS e MARIA APARECIDA FERREIRA DE JESUS
ELE, o contraente, é solteiro, com trinta e oito (38) anos de idade, nacionalidade brasileira, profissão gari, natural de Aimores-MG, nascido aos seis dias do mês de junho do ano de um mil e novecentos e setenta e cinco (06/06/1975), residente e domiciliado na Av. 08 de Março, nº 5480, Bairro Antissima Trindade, em Urupá-RO, filho de SILVIO RODRIGUES DE MEDEIROS e de JACIRA ROSA DE MEDEIROS, brasileiros, casados, naturais de MG, aposentados, ele nascido em 04/10/1935, ela nascida em 26/11/1940, residentes e domiciliados na Rua Jose Pereira Campos, nº 3665, Bairro Sumauma em Urupá-RO.
ELA, a contraente, é solteira, com trinta e cinco (35) anos de idade, nacionalidade brasileira, profissão doméstica, natural de de Rio Branco - Municipio de Cáceres-MT, nascida aos dezessete dias do mês de julho do ano de um mil e novecentos e setenta e oito (17/07/1978), residente e domiciliada na Av. 08 de Março, nº 5480, Bairro Antissima Trindade, em Urupá-RO, filha de JOÃO FERREIRA DA SILVA e de ELZA FERREIRA DE JESUS, brasileiros, casados, naturais da BA, aposentados, ele nascido em 25/07/1940, ela nascida em 25/08/1944, residentes e domiciliados em Rio Branco na cidade de Cáceres-MT.

SE ALGUÉM SOUBER DE ALGUM IMPEDIMENTO, OPONHA-O NA FORMA DA LEI. LAVRO O PRESENTE PARA SER FIXADO NESTA SERVENTIA NO LUGAR DE COSTUME. Eles, após o casamento, passaram a usar os nomes: SILAS RODRIGUES DE MEDEIROS e MARIA APARECIDA FERREIRA DE JESUS DE MEDEIROS. Pretendem adotar o regime da Comunhão Parcial de Bens.
Urupá-RO, 31 de janeiro de 2014.
Daieny Pires de Jesus
Oficiala e Tabeliã Substituta
Vencimento do Edital de Proclamas em 17/02/2014

EDITAL DE PROCLAMAS
MATRíCULA
095935 01 55 2014 6 00008 043 0002268 74
Faço saber que pretendem se casar e apresentaram os documentos exigidos pelo Art 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: JOSÉ ELOY FERREIRA NETO e ELIZANE MENDES DE OLIVEIRA
ELE, o contraente, é divorciado, com cinquenta e quatro (54) anos de idade, nacionalidade brasileira, profissão trabalhador rural, natural de Ipanema-MG, nascido aos trinta e um dias do mês de janeiro do ano de um mil e novecentos e cinquenta e nove (31/01/1959), residente e domiciliado na Rua João Francisco da Silva, nº 4662, Alto Alegre, em Urupá-RO, filho de ANDRELINO ELOY e de TEREZINHA MARIA DE ASSIS ELOY, brasileiros, casados, ele natural de Simonezia-MG, trabalhador rural, nascido em 08/06/1937, ela natural de Ipanema-MG, do lar, nascida em 26/02/1941, residentes e domiciliados na linha 28, gleba 12-F, lote 45, zona rural em Teixeiropolis-RO.
ELA, a contraente, é divorciada, com trinta e nove (39) anos de idade, nacionalidade brasileira, profissão funcionária pública, natural de de Navaraí-MG, nascida aos vinte dias do mês de outubro do ano de um mil e novecentos e setenta e quatro (20/10/1974), residente e domiciliada na Rua João Francisco da Silva, nº 4662, Alto Alegre, em Urupá-RO, filha de OSVALDO MISAEL DE OLIVEIRA e de RITA MENDES DE OLIVEIRA, ele falecido em 19/11/2005, era de nacionalidade brasileira e natural de SP e ela falecida em 23/12/1998, era de nacionalidade brasileira e natural de MG.
SE ALGUÉM SOUBER DE ALGUM IMPEDIMENTO, OPONHA-O NA FORMA DA LEI. LAVRO O PRESENTE PARA SER FIXADO NESTA SERVENTIA NO LUGAR DE COSTUME. Eles, após o casamento, passaram a usar os nomes: JOSÉ ELOY FERREIRA NETO e ELIZANE MENDES DE OLIVERA ELOY. Pretendem adotar o regime da Comunhão Parcial de Bens.
Urupá-RO, 30 de janeiro de 2014.
Daieny Pires de Jesus
Oficiala e Tabeliã Substituta
Vencimento do Edital de Proclamas em 14/02/2014

COMARCA DE MACHADINHO D´OESTE

VARA ÚNICA

LIVRO D-014 FOLHA 219 TERMO 004023
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.023
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
JOSÉ ALCIDES DE JESUS SILVA, de nacionalidade brasileira, de profissão produtor rural, de estado civil solteiro, natural de Antônio Gonçalves-BA, onde nasceu no dia 11 de agosto de 1965, residente e domiciliado na Linha MP 79,Gleba 02, Km 04, Lote 434, em Machadinho D Oeste-RO, filho de JOSE BENEDITO DA SILVA e de FELICIANA MARIA DE JESUS; e
JACÊUDA SILVA DE OLIVEIRA de nacionalidade brasileira, de profissão produtora rural, de estado civil solteira, natural de Imperatriz-MA, onde nasceu no dia 08 de outubro de 1978, residente e domiciliada na o mesmo endereço do contraente, em Machadinho D'Oeste-RO, filha de JOSÉ DE OLIVEIRA e de ESMERALDA DE JESUS SILVA DE OLIVEIRA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 10 de janeiro de 2014.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-014 FOLHA 223 TERMO 004027
EDITAL DE PROCLAMAS Nr 4.027
Faēo saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
MARCOS JOAQUIM DE PAULA, de nacionalidade brasileira, de profissćo pedreiro, de estado civil solteiro, natural de Alvarenga-MG, onde nasceu no dia 22 de maio de 1978, residente e domiciliado na Avenida Marechal Dutra n° 3358, Bairro Unićo, em Machadinho D´Oeste-RO, filho de FRANCISCO MARTINS DE PAULA e de ANA MARĒAL DE PAULA; e
ANA CLAUDIA CARNEIRO DA LUZ de nacionalidade brasileira, de profissćo do lar, de estado civil solteira, natural de Ji-Parana-RO, onde nasceu no dia 21 de agosto de 1990, residente e domiciliada no mesmo endereēo do contraente, em Machadinho D' Oeste-RO, filha de RICARDO GONĒALVES DA LUZ e de CLEUZA SALDANHA CARNEIRO.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 15 de janeiro de 2014.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-014 FOLHA 226 TERMO 004030
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.030
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
DAMIÃO CAMPANARI DA SILVA, de nacionalidade brasileira, de profissão autônomo, de estado civil solteiro, natural de Ariquemes-RO, onde nasceu no dia 21 de abril de 1980, residente e domiciliado na Rua Tucano n° 4927, Bom Futuro, em Machadinho D´Oeste-RO, filho de JOSÉ CAMPANARI e de ELZA BARBOSA DA SILVA; e ELIETE SOARES DA SILVA de nacionalidade brasileira, de profissão do lar, de estado civil solteira, natural de Ji Paraná-RO, onde nasceu no dia 06 de novembro de 1984, residente e domiciliada na mesmo endereço do contraente, em Machadinho D Oeste-RO, filha de PAULO DA SILVA e de TEREZA SOARES DA SILVA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 20 de janeiro de 2014.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-014 FOLHA 224 TERMO 004028
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.028
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
OSLY COSTA FARIAS, de nacionalidade brasileira, de profissão Serviços Gerais, de estado civil solteiro, natural de Nova Cantu-PR, onde nasceu no dia 08 de outubro de 1972, residente e domiciliado na Avenida Tancredo Neves, Travessa 1º de Abril nº2749, em Machadinho D' Oeste-RO, filho de JOAQUIM COSTA FARIA e de MARLENE DA SILVA FARIAS; e MARIA APARECIDA RIBEIRO de nacionalidade brasileira, de profissão do lar, de estado civil solteira, natural de Ibiporã-PR, onde nasceu no dia 13 de outubro de 1973, residente e domiciliada no mesmo endereço do contraente, em Machadinho D´Oeste-RO, filha de ADEMIR RIBEIRO e de ROSA ESTANISLAU RIBEIRO.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 20 de janeiro de 2014.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-014 FOLHA 225 TERMO 004029
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.029
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
ONILDO VIEIRA DE CARVALHO JÚNIOR, de nacionalidade brasileira, de profissão bancário, de estado civil solteiro, natural de Porto Velho-RO, onde nasceu no dia 21 de fevereiro de 1988, residente e domiciliado na Avenida Marechal Dutra nº2760 - Centro, em Machadinho D´Oeste-RO, filho de ONILDO VIEIRA DE CARVALHO e de MARASELLA DEL CARMEN SILVA RODRIGUES DE CARVALHO; e ROSECLEIA MORAES SIMONATO de nacionalidade brasileira, de profissão Quimica, de estado civil solteira, natural de Fátima do Sul-MS, onde nasceu no dia 19 de dezembro de 1985, residente e domiciliada no mesmo endereço supracitado, filha de ARIEL SIMONATO e de MARIA AMELIA DE MORAES SIMONATO.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 20 de janeiro de 2014.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-014 FOLHA 231 TERMO 004035
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.035
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
JOSÉ ROBERTO PEREIRA, de nacionalidade brasileira, de profissão lavrador, de estado civil solteiro, natural de Distrito de Prata dos Baianos - ES-RO, onde nasceu no dia 18 de setembro de 1958, residente e domiciliado na TRAVESSÃO C-058, Gleba 09, km 05, Lote 40, em Vale do Anari-RO, filho de JOSÉ PEREIRA DE SOUZA e de ANA JOSÉ DE SOUZA; e
ELEUZA MARIA LOPES PEREIRA de nacionalidade brasileira, de profissão lavradora, de estado civil divorciada, natural de Niquelândia-GO, onde nasceu no dia 10 de abril de 1962, residente e domiciliada no mesmo endereço do contraente, em Vale do Anari-RO, filha de BENEDITO LOPES DE ALMEIDA e de NATIVIDADE DA SILVA ALMEIDA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 22 de janeiro de 2014.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-014 FOLHA 227 TERMO 004031
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.031
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
JUAREZ DA SILVA, de nacionalidade brasileira, de profissão serviços gerais, de estado civil viúvo, natural de Araruna-PR, onde nasceu no dia 20 de dezembro de 1961, residente e domiciliado na Rua Café Filho nº3555, em Machadinho D´Oeste-RO, filho de BENEDITO VERGINIO DA SILVA e de EUNICE FRANCISCA DA SILVA; e
LUZIA SOUZA SANTANA de nacionalidade brasileira, de profissão do lar, de estado civil solteira, natural de Distrito de Jacarandá, município de Canavieiras-BA, onde nasceu no dia 29 de setembro de 1971, residente e domiciliada no mesmo endereço do contraente , em Machadinho D Oeste-RO, filha de RAIMUNDO PEREIRA DE SANTANA e de MARIA SOUZA SANTANA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 21 de janeiro de 2014.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-014 FOLHA 228 TERMO 004032
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.032
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
ROMUALDO DE SOUZA, de nacionalidade brasileira, de profissão mecânico, de estado civil solteiro, natural de Conselheiro Mairink-PR, onde nasceu no dia 16 de agosto de 1974, residente e domiciliado na Avenida Costa e Silva nº2.531, em Machadinho D´Oeste-RO, filho de PAULO LOURENÇO DE SOUZA e de LEONOR DE LAZARI SOUZA; e ROSÉLI ANGELA DA SILVA de nacionalidade brasileira, de profissão gerente, de estado civil solteira, natural de Siqueira Campos-PR, onde nasceu no dia 28 de novembro de 1975, residente e domiciliada no mesmo endereço do contraente, em Machadinho D´Oeste-RO, filha de ANGELO FRANCISCO DA SILVA e de MARTA RODRIGUES DA SILVA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 21 de janeiro de 2014.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-014 FOLHA 229 TERMO 004033
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.033
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
ELIAS DE LIMA, de nacionalidade brasileira, de profissão motorista, de estado civil solteiro, natural de Nova Venécia-ES, onde nasceu no dia 04 de janeiro de 1962, residente e domici-

liado na Rua Dos Ipês nº 3099, Bairro União, em Machadinho D´Oeste-RO, filho de JOSÉ DE LIMA e de MARIA DA PENHA LIMA; e MARILENE KOELHERT de nacionalidade brasileira, de profissão autônoma, de estado civil solteira, natural de Nova Venécia, distrito de Corrego Grande-ES, onde nasceu no dia 20 de março de 1975, residente e domiciliada na o mesmo endereço do contraente, nesta cidade, filha de FLORIANO KOELHERT e de CECILIA KUSTER KOELHERT.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 22 de janeiro de 2014.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-014 FOLHA 230 TERMO 004034
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.034
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
AFRANIO LEOPOLDINO SILVA, de nacionalidade brasileiro, de profissão marceneiro, de estado civil solteiro, natural de Vilhena-RO, onde nasceu no dia 13 de maio de 1980, residente e domiciliado na Rua: Trancredo Neves N°2853, em Distrito de 5° Bec, Machadinho D'Oeste-RO, filho de ANTONIO JOSÉ DA SILVA e de MARILENE LEOPOLDINO SILVA; e LUCINÉIA MARÇAL GONÇALVES de nacionalidade brasileira, de profissão cabeleireira, de estado civil divorciada, natural de Joeirana-ES, onde nasceu no dia 19 de junho de 1975, residente e domiciliada na o mesmo endereço do contraente, em Distrito de 5° Bec, Machadinho D'Oeste-RO, filha de JOSÉ MARÇAL GONÇALVES NETO e de ALDIRA FERREIRA GONÇALVES.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 22 de janeiro de 2014.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-014 FOLHA 232 TERMO 004036
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.036
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
EVANILSON GARCIA DE SÁ, de nacionalidade brasileira, de profissão agricultor, de estado civil solteiro, natural de Rio Pardo de Minas-MG, onde nasceu no dia 25 de março de 1984, residente e domiciliado na Linha Pedra Redonda 01, Km 18, Lote 19, Gleba 01, em Machadinho D´Oeste-RO, filho de SANTINO GARCIA DE SÁ e de TEREZA RAMOS DE SÁ; e JUSCILAINE PEREIRA ROSA de nacionalidade brasileira, de profissão Agricultora, de estado civil solteira, natural de Ouro Preto do Oeste-RO, onde nasceu no dia 08 de novembro de 1994, residente e domiciliada no mesmo endereço do contraente, em Machadinho D Oeste-RO, filha de JOSÉ RIBEIRO ROSA SOBRINHO e de JUSENY PEREIRA ROSA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 24 de janeiro de 2014.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-014 FOLHA 233 TERMO 004037
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.037
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, II, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
IZAQUEU LORENZETTI DE SOUZA, de nacionalidade brasileira, de profissão produtor rural, de estado civil solteiro, natural de Jaru-RO, onde nasceu no dia 04 de outubro de 1992, residente e domiciliado na Linha 634, Km 10, em Jaru-RO, filho de PEDRO RODRIGUES DE SOUZA e de ILSE ANA LORENZETTI DE SOUZA; e RAFAELA MAGALHÃES RODRIGUES de nacionalidade brasileira, de profissão produtora rural, de estado civil solteira, natural de Machadinho D'Oeste-RO, onde nasceu no dia 02 de novembro de 1997, residente e domiciliada na Linha MP 09, Gleba 02, Km 06, Lote 82, no, na distrito de 5° Bec - Machadinho D'Oeste - RO, filha de ALAÉCIO RODRIGUES SABARÁ e de JOANA DARK MAGALHÃES.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Envio cópia ao Oficial do Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais Jaru-RO, para ser afixado no Ofício do domicílio e residência dos contraentes, para os efeitos do artigo 1.527 do Código Civil Brasileiro.
Machadinho D Oeste-RO, 27 de janeiro de 2014.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-014 FOLHA 234 TERMO 004038
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.038
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
WILSON SANTOS DE OLIVEIRA, de nacionalidade brasileira, de profissão Empresário, de estado civil solteiro, natural de Ariquemes-RO, onde nasceu no dia 17 de janeiro de 1988, residente e domiciliado na Rua Visconde do Rio Branco Nº2681, Distrito de 5º Bec, em Machadinho D´Oeste-RO, filho de NELSON JARBAS DE OLIVEIRA e de VALDELICE SANTOS DE OLIVEIRA; e THAÍS DA SILVA BEZERRIL de nacionalidade brasileira, de profissão comerciante, de estado civil solteira, natural de Campinas-SP, onde nasceu no dia 04 de novembro de 1991, residente e domiciliada no mesmo endereço do contraente, em Machadinho D Oeste-RO, filha de MARCÉLIO BEZERRIL e de MARIA JOSÉ DA SILVA BEZERRIL.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 27 de janeiro de 2014.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-014 FOLHA 235 TERMO 004039
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.039
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
THOMAZ SERGIO DOS REIS RAMOS, de nacionalidade brasileira, de profissão estopador, de estado civil solteiro, natural de Ouro Verde de Minas-MG, onde nasceu no dia 29 de outubro de 1989, residente e domiciliado na Avenida Getúlio Vargas s/ n°, Setor 03, em Vale do Anari-RO, filho de JOSÉ EUSTÁQUIO

DOS REIS e de MARIA APARECIDA RAMOS REIS; e ANGELICA FERREIRA DOS SANTOS de nacionalidade brasileira, de profissão do lar, de estado civil solteira, natural de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia 04 de janeiro de 1992, residente e domiciliada na o mesmo endereço do contraente, em Vale do Anari-RO, filha de ISABEL FERREIRA DOS SANTOS.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 28 de janeiro de 2014.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-014 FOLHA 236 TERMO 004040
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.040
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
VÁRIO DAS DORES BATISTA, de nacionalidade brasileira, de profissão assessor parlamentar, de estado civil solteiro, natural de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia 04 de agosto de 1984, residente e domiciliado na Rua Roraima nº4638, em Machadinho D´Oeste-RO, filho de EUCLESIO JOSÉ BATISTA e de MARIA DAS DORES BATISTA; e JOSILENE SILVA DOS SANTOS de nacionalidade brasileira, de profissão assessora parlamentar, de estado civil solteira, natural de Jaru-RO, onde nasceu no dia 05 de julho de 1984, residente e domiciliada na Rua Buenos Aires nº2068, em Machadinho D Oeste-RO, filha de SEBASTIÃO CORRÊA DOS SANTOS e de ELÍZI MARCIANA DA SILVA SANTOS.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 29 de janeiro de 2014.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-014 FOLHA 237 TERMO 004041
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.041
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
GERSON FERREIRA DA SILVA, de nacionalidade brasileira, de profissão produtor rural, de estado civil solteiro, natural de Ouro Preto do Oeste-RO, onde nasceu no dia 27 de março de 1987, residente e domiciliado na Linha MC 01, Gleba 03, Km 63, Lote 136, em Machadinho D Oeste-RO, filho de EMÍDIO PEDRO DA SILVA e de IZABEL FERREIRA GOMES; e MIRIAN LOPES DE PAULA de nacionalidade brasileira, de profissão produtora rural, de estado civil solteira, natural de Ji- Paraná-RO, onde nasceu no dia 10 de setembro de 1981, residente e domiciliada na Linha MC 01, Gleba 03, Km 11, Lote 145, em Machadinho D Oeste-RO, filha de ILCAN NOGUEIRA DE PAULA e de MARIA LUCIA LOPES DE PAULA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 30 de janeiro de 2014.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-014 FOLHA 238 TERMO 004042
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.042
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
JOSÉ RAQUEBAQUE, de nacionalidade brasileira, de profissão aposentado, de estado civil divorciado, natural de São Gabriel da Palha-ES, onde nasceu no dia 16 de fevereiro de 1946, residente e domiciliado na Rua Paraná nº 3391, Centro, em Distrito de 5° Bec-Machadinho D´Oeste-RO, filho de RODOLFO RAQUEBAQUE e de IRACÍ NUNES DE OLIVEIRA; e
GENI BARBOSA DA SILVA de nacionalidade brasileira, de profissão do lar, de estado civil solteira, natural de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia 01 de setembro de 1983, residente e domiciliada no mesmo endereço do contraente, filha de AUGUSTO BARBOSA DA SILVA e de MARIA APARECIDA NEVES DA SILVA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 31 de janeiro de 2014.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-014 FOLHA 219 TERMO 004023
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.023
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
JOSÉ ALCIDES DE JESUS SILVA, de nacionalidade brasileira, de profissão produtor rural, de estado civil solteiro, natural de Antônio Gonçalves-BA, onde nasceu no dia 11 de agosto de 1965, residente e domiciliado na Linha MP 79,Gleba 02, Km 04, Lote 434, em Machadinho D Oeste-RO, filho de JOSE BENEDITO DA SILVA e de FELICIANA MARIA DE JESUS; e
JACÊUDA SILVA DE OLIVEIRA de nacionalidade brasileira, de profissão produtora rural, de estado civil solteira, natural de Imperatriz-MA, onde nasceu no dia 08 de outubro de 1978, residente e domiciliada na o mesmo endereço do contraente, em Machadinho D'Oeste-RO, filha de JOSÉ DE OLIVEIRA e de ESMERALDA DE JESUS SILVA DE OLIVEIRA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 10 de janeiro de 2014.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-014 FOLHA 223 TERMO 004027
EDITAL DE PROCLAMAS Nr 4.027
Faõ saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
MARCOS JOAQUIM DE PAULA, de nacionalidade brasileira, de profissćo pedreiro, de estado civil solteiro, natural de Alvarenga-MG, onde nasceu no dia 22 de maio de 1978, residente e domiciliado na Avenida Marechal Dutra n° 3358, Bairro Unićo, em Machadinho D´Oeste-RO, filho de FRANCISCO MARTINS DE PAULA e de ANA MARĒAL DE PAULA; e ANA CLAUDIA CARNEIRO DA LUZ de nacionalidade brasileira, de profissćo do lar, de estado civil solteira, natural de Ji-Parana-RO, onde

nasceu no dia 21 de agosto de 1990, residente e domiciliada no mesmo endereēo do contraente, em Machadinho D' Oeste-RO, filha de RICARDO GONĒALVES DA LUZ e de CLEUZA SALDANHA CARNEIRO.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 15 de janeiro de 2014.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-014 FOLHA 226 TERMO 004030
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.030
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
DAMIÃO CAMPANARI DA SILVA, de nacionalidade brasileira, de profissão autônomo, de estado civil solteiro, natural de Ariquemes-RO, onde nasceu no dia 21 de abril de 1980, residente e domiciliado na Rua Tucano n° 4927, Bom Futuro, em Machadinho D´Oeste-RO, filho de JOSÉ CAMPANARI e de ELZA BARBOSA DA SILVA; e ELIETE SOARES DA SILVA de nacionalidade brasileira, de profissão do lar, de estado civil solteira, natural de Ji Paraná-RO, onde nasceu no dia 06 de novembro de 1984, residente e domiciliada na mesmo endereço do contraente, em Machadinho D Oeste-RO, filha de PAULO DA SILVA e de TEREZA SOARES DA SILVA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 20 de janeiro de 2014.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-014 FOLHA 224 TERMO 004028
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.028
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
OSLY COSTA FARIAS, de nacionalidade brasileira, de profissão Serviços Gerais, de estado civil solteiro, natural de Nova Cantu-PR, onde nasceu no dia 08 de outubro de 1972, residente e domiciliado na Avenida Tancredo Neves, Travessa 1º de Abril nº2749, em Machadinho D' Oeste-RO, filho de JOAQUIM COSTA FARIA e de MARLENE DA SILVA FARIAS; e MARIA APARECIDA RIBEIRO de nacionalidade brasileira, de profissão do lar, de estado civil solteira, natural de Ibiporã-PR, onde nasceu no dia 13 de outubro de 1973, residente e domiciliada no mesmo endereço do contraente, em Machadinho D´Oeste-RO, filha de ADEMIR RIBEIRO e de ROSA ESTANISLAU RIBEIRO.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 20 de janeiro de 2014.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-014 FOLHA 225 TERMO 004029
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.029
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
ONILDO VIEIRA DE CARVALHO JÚNIOR, de nacionalidade brasileira, de profissão bancário, de estado civil solteiro, natural de Porto Velho-RO, onde nasceu no dia 21 de fevereiro de 1988, residente e domiciliado na Avenida Marechal Dutra nº2760 - Centro, em Machadinho D´Oeste-RO, filho de ONILDO VIEIRA DE CARVALHO e de MARASELLA DEL CARMEN SILVA RODRIGUES DE CARVALHO; e
ROSECLEIA MORAES SIMONATO de nacionalidade brasileira, de profissão Quimica, de estado civil solteira, natural de Fátima do Sul-MS, onde nasceu no dia 19 de dezembro de 1985, residente e domiciliada no mesmo endereço supracitado, filha de ARIEL SIMONATO e de MARIA AMELIA DE MORAES SIMONATO.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 20 de janeiro de 2014.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-014 FOLHA 231 TERMO 004035
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.035
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
JOSÉ ROBERTO PEREIRA, de nacionalidade brasileira, de profissão lavrador, de estado civil solteiro, natural de Distrito de Prata dos Baianos - ES-RO, onde nasceu no dia 18 de setembro de 1958, residente e domiciliado na TRAVESSÃO C-058, Gleba 09, km 05, Lote 40, em Vale do Anari-RO, filho de JOSÉ PEREIRA DE SOUZA e de ANA JOSÉ DE SOUZA; e
ELEUZA MARIA LOPES PEREIRA de nacionalidade brasileira, de profissão lavradora, de estado civil divorciada, natural de Niquelândia-GO, onde nasceu no dia 10 de abril de 1962, residente e domiciliada no mesmo endereço do contraente, em Vale do Anari-RO, filha de BENEDITO LOPES DE ALMEIDA e de NATIVIDADE DA SILVA ALMEIDA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 22 de janeiro de 2014.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-014 FOLHA 227 TERMO 004031
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.031
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
JUAREZ DA SILVA, de nacionalidade brasileira, de profissão serviços gerais, de estado civil viúvo, natural de Araruna-PR, onde nasceu no dia 20 de dezembro de 1961, residente e domiciliado na Rua Café Filho nº3555, em Machadinho D´Oeste-RO, filho de BENEDITO VERGINIO DA SILVA e de EUNICE FRANCISCA DA SILVA; e LUZIA SOUZA SANTANA de nacionalidade brasileira, de profissão do lar, de estado civil solteira, natural de Distrito de Jacarandá, município de Canavieiras-BA, onde nasceu no dia 29 de setembro de 1971, residente e domiciliada no mesmo endereço do contraente , em Machadinho D Oeste-RO, filha de RAIMUNDO PEREIRA DE SANTANA e de MARIA SOUZA SANTANA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 21 de janeiro de 2014.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-014 FOLHA 228 TERMO 004032
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.032
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
ROMUALDO DE SOUZA, de nacionalidade brasileira, de profissão mecânico, de estado civil solteiro, natural de Conselheiro Mairink-PR, onde nasceu no dia 16 de agosto de 1974, residente e domiciliado na Avenida Costa e Silva nº2.531, em Machadinho D´Oeste-RO, filho de PAULO LOURENÇO DE SOUZA e de LEONOR DE LAZARI SOUZA; e ROSELI ANGELA DA SILVA de nacionalidade brasileira, de profissão gerente, de estado civil solteira, natural de Siqueira Campos-PR, onde nasceu no dia 28 de novembro de 1975, residente e domiciliada no mesmo endereço do contraente, em Machadinho D´Oeste-RO, filha de ANGELO FRANCISCO DA SILVA e de MARTA RODRIGUES DA SILVA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 21 de janeiro de 2014.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-014 FOLHA 229 TERMO 004033
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.033
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
ELIAS DE LIMA, de nacionalidade brasileira, de profissão motorista, de estado civil solteiro, natural de Nova Venécia-ES, onde nasceu no dia 04 de janeiro de 1962, residente e domiciliado na Rua Dos Ipês nº 3099, Bairro União, em Machadinho D´Oeste-RO, filho de JOSÉ DE LIMA e de MARIA DA PENHA LIMA; e MARILENE KOELHERT de nacionalidade brasileira, de profissão autônoma, de estado civil solteira, natural de Nova Venécia, distrito de Corrego Grande-ES, onde nasceu no dia 20 de março de 1975, residente e domiciliada na o mesmo endereço do contraente, nesta cidade, filha de FLORIANO KOELHERT e de CECILIA KUSTER KOELHERT.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 22 de janeiro de 2014.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-014 FOLHA 230 TERMO 004034
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.034
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
AFRANIO LEOPOLDINO SILVA, de nacionalidade brasileiro, de profissão marceneiro, de estado civil solteiro, natural de Vilhena-RO, onde nasceu no dia 13 de maio de 1980, residente e domiciliado na Rua: Trancredo Neves N°2853, em Distrito de 5° Bec, Machadinho D'Oeste-RO, filho de ANTONIO JOSÉ DA SILVA e de MARILENE LEOPOLDINO SILVA; e LUCINÉIA MARÇAL GONÇALVES de nacionalidade brasileira, de profissão cabeleireira, de estado civil divorciada, natural de Joeirana-ES, onde nasceu no dia 19 de junho de 1975, residente e domiciliada na o mesmo endereço do contraente, em Distrito de 5° Bec, Machadinho D'Oeste-RO, filha de JOSÉ MARÇAL GONÇALVES NETO e de ALDIRA FERREIRA GONÇALVES.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 22 de janeiro de 2014.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-014 FOLHA 232 TERMO 004036
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.036
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
EVANILSON GARCIA DE SÁ, de nacionalidade brasileira, de profissão agricultor, de estado civil solteiro, natural de Rio Pardo de Minas-MG, onde nasceu no dia 25 de março de 1984, residente e domiciliado na Linha Pedra Redonda 01, Km 18, Lote 19, Gleba 01, em Machadinho D´Oeste-RO, filho de SANTINO GARCIA DE SÁ e de TEREZA RAMOS DE SÁ; e
JUSCILAINE PEREIRA ROSA de nacionalidade brasileira, de profissão Agricultora, de estado civil solteira, natural de Ouro Preto do Oeste-RO, onde nasceu no dia 08 de novembro de 1994, residente e domiciliada no mesmo endereço do contraente, em Machadinho D Oeste-RO, filha de JOSÉ RIBEIRO ROSA SOBRINHO e de JUSENY PEREIRA ROSA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 24 de janeiro de 2014.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-014 FOLHA 233 TERMO 004037
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.037
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, II, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
IZAQUEU LORENZETTI DE SOUZA, de nacionalidade brasileira, de profissão produtor rural, de estado civil solteiro, natural de Jaru-RO, onde nasceu no dia 04 de outubro de 1992, residente e domiciliado na Linha 634, Km 10, em Jaru-RO, filho de PEDRO RODRIGUES DE SOUZA e de ILSE ANA LORENZETTI DE SOUZA; e RAFAELA MAGALHÃES RODRIGUES de nacionalidade brasileira, de profissão produtora rural, de estado civil solteira, natural de Machadinho D'Oeste-RO, onde nasceu no dia 02 de novembro de 1997, residente e domiciliada na Linha MP 09, Gleba 02, Km 06, Lote 82, no, na distrito de 5° Bec - Machadinho D'Oeste - RO, filha de ALAÉCIO RODRIGUES SABARÁ e de JOANA DARK MAGALHÃES.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Envio cópia ao Oficial do Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais Jaru-RO, para ser afixado no Ofício do domicílio e residência dos contraentes, para os efeitos do artigo 1.527 do Código Civil Brasileiro.
Machadinho D Oeste-RO, 27 de janeiro de 2014.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-014 FOLHA 234 TERMO 004038
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.038
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
WILSON SANTOS DE OLIVEIRA, de nacionalidade brasileira, de profissão Empresário, de estado civil solteiro, natural de Ariquemes-RO, onde nasceu no dia 17 de janeiro de 1988, residente e domiciliado na Rua Visconde do Rio Branco Nº2681, Distrito de 5º Bec, em Machadinho D´Oeste-RO, filho de NELSON JARBAS DE OLIVEIRA e de VALDELICE SANTOS DE OLIVEIRA; e THAÍS DA SILVA BEZERRIL de nacionalidade brasileira, de profissão comerciante, de estado civil solteira, natural de Campinas-SP, onde nasceu no dia 04 de novembro de 1991, residente e domiciliada no mesmo endereço do contraente, em Machadinho D Oeste-RO, filha de MARCÉLIO BEZERRIL e de MARIA JOSÉ DA SILVA BEZERRIL.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 27 de janeiro de 2014.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-014 FOLHA 235 TERMO 004039
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.039
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
THOMAZ SERGIO DOS REIS RAMOS, de nacionalidade brasileira, de profissão estopador, de estado civil solteiro, natural de Ouro Verde de Minas-MG, onde nasceu no dia 29 de outubro de 1989, residente e domiciliado na Avenida Getúlio Vargas s/ n°, Setor 03, em Vale do Anari-RO, filho de JOSÉ EUSTÁQUIO DOS REIS e de MARIA APARECIDA RAMOS REIS; e
ANGELICA FERREIRA DOS SANTOS de nacionalidade brasileira, de profissão do lar, de estado civil solteira, natural de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia 04 de janeiro de 1992, residente e domiciliada na o mesmo endereço do contraente, em Vale do Anari-RO, filha de ISABEL FERREIRA DOS SANTOS.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 28 de janeiro de 2014.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-014 FOLHA 236 TERMO 004040
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.040
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
VÁRIO DAS DORES BATISTA, de nacionalidade brasileira, de profissão assessor parlamentar, de estado civil solteiro, natural de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia 04 de agosto de 1984, residente e domiciliado na Rua Roraima nº4638, em Machadinho D´Oeste-RO, filho de EUCLESIO JOSÉ BATISTA e de MARIA DAS DORES BATISTA; e JOSILENE SILVA DOS SANTOS de nacionalidade brasileira, de profissão assessora parlamentar, de estado civil solteira, natural de Jaru-RO, onde nasceu no dia 05 de julho de 1984, residente e domiciliada na Rua Buenos Aires nº2068, em Machadinho D Oeste-RO, filha de SEBASTIÃO CORRÊA DOS SANTOS e de ELÍZI MARCIANA DA SILVA SANTOS.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 29 de janeiro de 2014.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-014 FOLHA 237 TERMO 004041
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.041
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
GERSON FERREIRA DA SILVA, de nacionalidade brasileira, de profissão produtor rural, de estado civil solteiro, natural de Ouro Preto do Oeste-RO, onde nasceu no dia 27 de março de 1987, residente e domiciliado na Linha MC 01, Gleba 03, Km 63, Lote 136, em Machadinho D Oeste-RO, filho de EMÍDIO PEDRO DA SILVA e de IZABEL FERREIRA GOMES; e MIRIAN LOPES DE PAULA de nacionalidade brasileira, de profissão produtora rural, de estado civil solteira, natural de Ji- Paraná-RO, onde nasceu no dia 10 de setembro de 1981, residente e domiciliada na Linha MC 01, Gleba 03, Km 11, Lote 145, em Machadinho D Oeste-RO, filha de ILCAN NOGUEIRA DE PAULA e de MARIA LUCIA LOPES DE PAULA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 30 de janeiro de 2014.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-014 FOLHA 238 TERMO 004042
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.042
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
JOSÉ RAQUEBAQUE, de nacionalidade brasileira, de profissão aposentado, de estado civil divorciado, natural de São Gabriel da Palha-ES, onde nasceu no dia 16 de fevereiro de 1946, residente e domiciliado na Rua Paraná nº 3391, Centro, em Distrito de 5° Bec-Machadinho D´Oeste-RO, filho de RODOLFO RAQUEBAQUE e de IRACÍ NUNES DE OLIVEIRA; e
GENI BARBOSA DA SILVA de nacionalidade brasileira, de profissão do lar, de estado civil solteira, natural de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia 01 de setembro de 1983, residente e domiciliada no mesmo endereço do contraente, filha de AUGUSTO BARBOSA DA SILVA e de MARIA APARECIDA NEVES DA SILVA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 31 de janeiro de 2014.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-014 FOLHA 219 TERMO 004023
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.023
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
JOSÉ ALCIDES DE JESUS SILVA, de nacionalidade brasileira, de profissão produtor rural, de estado civil solteiro, natural de Antônio Gonçalves-BA, onde nasceu no dia 11 de agosto

de 1965, residente e domiciliado na Linha MP 79,Gleba 02, Km 04, Lote 434, em Machadinho D Oeste-RO, filho de JOSE BENEDITO DA SILVA e de FELICIANA MARIA DE JESUS; e
JACÊUDA SILVA DE OLIVEIRA de nacionalidade brasileira, de profissão produtora rural, de estado civil solteira, natural de Imperatriz-MA, onde nasceu no dia 08 de outubro de 1978, residente e domiciliada na o mesmo endereço do contraente, em Machadinho D'Oeste-RO, filha de JOSÉ DE OLIVEIRA e de ESMERALDA DE JESUS SILVA DE OLIVEIRA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 10 de janeiro de 2014.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-014 FOLHA 223 TERMO 004027
EDITAL DE PROCLAMAS Nɣ 4.027
Faëo saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
MARCOS JOAQUIM DE PAULA, de nacionalidade brasileira, de profissćo pedreiro, de estado civil solteiro, natural de Alvarenga-MG, onde nasceu no dia 22 de maio de 1978, residente e domiciliado na Avenida Marechal Dutra n° 3358, Bairro Unićo, em Machadinho D´Oeste-RO, filho de FRANCISCO MARTINS DE PAULA e de ANA MARĒAL DE PAULA; e ANA CLAUDIA CARNEIRO DA LUZ de nacionalidade brasileira, de profissćo do lar, de estado civil solteira, natural de Ji-Parana-RO, onde nasceu no dia 21 de agosto de 1990, residente e domiciliada no mesmo endereēo do contraente, em Machadinho D' Oeste-RO, filha de RICARDO GONĒALVES DA LUZ e de CLEUZA SALDANHA CARNEIRO.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 15 de janeiro de 2014.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-014 FOLHA 226 TERMO 004030
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.030
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
DAMIÃO CAMPANARI DA SILVA, de nacionalidade brasileira, de profissão autônomo, de estado civil solteiro, natural de Ariquemes-RO, onde nasceu no dia 21 de abril de 1980, residente e domiciliado na Rua Tucano n° 4927, Bom Futuro, em Machadinho D´Oeste-RO, filho de JOSÉ CAMPANARI e de ELZA BARBOSA DA SILVA; e ELIETE SOARES DA SILVA de nacionalidade brasileira, de profissão do lar, de estado civil solteira, natural de Ji Paraná-RO, onde nasceu no dia 06 de novembro de 1984, residente e domiciliada na mesmo endereço do contraente, em Machadinho D Oeste-RO, filha de PAULO DA SILVA e de TEREZA SOARES DA SILVA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 20 de janeiro de 2014.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-014 FOLHA 224 TERMO 004028
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.028
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
OSLY COSTA FARIAS, de nacionalidade brasileira, de profissão Serviços Gerais, de estado civil solteiro, natural de Nova Cantu-PR, onde nasceu no dia 08 de outubro de 1972, residente e domiciliado na Avenida Tancredo Neves, Travessa 1º de Abril nº2749, em Machadinho D' Oeste-RO, filho de JOAQUIM COSTA FARIA e de MARLENE DA SILVA FARIAS; e
MARIA APARECIDA RIBEIRO de nacionalidade brasileira, de profissão do lar, de estado civil solteira, natural de Ibiporã-PR, onde nasceu no dia 13 de outubro de 1973, residente e domiciliada no mesmo endereço do contraente, em Machadinho D´Oeste-RO, filha de ADEMIR RIBEIRO e de ROSA ESTANISLAU RIBEIRO.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 20 de janeiro de 2014.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-014 FOLHA 225 TERMO 004029
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.029
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
ONILDO VIEIRA DE CARVALHO JÚNIOR, de nacionalidade brasileira, de profissão bancário, de estado civil solteiro, natural de Porto Velho-RO, onde nasceu no dia 21 de fevereiro de 1988, residente e domiciliado na Avenida Marechal Dutra nº2760 - Centro, em Machadinho D´Oeste-RO, filho de ONILDO VIEIRA DE CARVALHO e de MARASELLA DEL CARMEN SILVA RODRIGUES DE CARVALHO; e ROSECLEIA MORAES SIMONATO de nacionalidade brasileira, de profissão Quimica, de estado civil solteira, natural de Fátima do Sul-MS, onde nasceu no dia 19 de dezembro de 1985, residente e domiciliada no mesmo endereço supracitado, filha de ARIEL SIMONATO e de MARIA AMELIA DE MORAES SIMONATO.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 20 de janeiro de 2014.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-014 FOLHA 231 TERMO 004035
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.035
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
JOSÉ ROBERTO PEREIRA, de nacionalidade brasileira, de profissão lavrador, de estado civil solteiro, natural de Distrito de Prata dos Baianos - ES-RO, onde nasceu no dia 18 de setembro de 1958, residente e domiciliado na TRAVESSÃO C-058, Gleba 09, km 05, Lote 40, em Vale do Anari-RO, filho de JOSÉ PEREIRA DE SOUZA e de ANA JOSÉ DE SOUZA; e ELEUZA MARIA LOPES PEREIRA de nacionalidade brasileira, de profissão lavradora, de estado civil divorciada, natural de Niquelândia-GO, onde nasceu no dia 10 de abril de 1962,

residente e domiciliada no mesmo endereço do contraente, em Vale do Anari-RO, filha de BENEDITO LOPES DE ALMEIDA e de NATIVIDADE DA SILVA ALMEIDA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 22 de janeiro de 2014.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-014 FOLHA 227 TERMO 004031
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.031
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
JUAREZ DA SILVA, de nacionalidade brasileira, de profissão serviços gerais, de estado civil viúvo, natural de Araruna-PR, onde nasceu no dia 20 de dezembro de 1961, residente e domiciliado na Rua Café Filho nº3555, em Machadinho D´Oeste-RO, filho de BENEDITO VERGINIO DA SILVA e de EUNICE FRANCISCA DA SILVA; e LUZIA SOUZA SANTANA de nacionalidade brasileira, de profissão do lar, de estado civil solteira, natural de Distrito de Jacarandá, município de Canavieiras-BA, onde nasceu no dia 29 de setembro de 1971, residente e domiciliada no mesmo endereço do contraente , em Machadinho D Oeste-RO, filha de RAIMUNDO PEREIRA DE SANTANA e de MARIA SOUZA SANTANA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 21 de janeiro de 2014.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-014 FOLHA 228 TERMO 004032
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.032
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
ROMUALDO DE SOUZA, de nacionalidade brasileira, de profissão mecânico, de estado civil solteiro, natural de Conselheiro Mairink-PR, onde nasceu no dia 16 de agosto de 1974, residente e domiciliado na Avenida Costa e Silva nº2.531, em Machadinho D´Oeste-RO, filho de PAULO LOURENÇO DE SOUZA e de LEONOR DE LAZARI SOUZA; e ROSELI ANGELA DA SILVA de nacionalidade brasileira, de profissão gerente, de estado civil solteira, natural de Siqueira Campos-PR, onde nasceu no dia 28 de novembro de 1975, residente e domiciliada no mesmo endereço do contraente, em Machadinho D´Oeste-RO, filha de ANGELO FRANCISCO DA SILVA e de MARTA RODRIGUES DA SILVA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 21 de janeiro de 2014.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-014 FOLHA 229 TERMO 004033
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.033
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
ELIAS DE LIMA, de nacionalidade brasileira, de profissão motorista, de estado civil solteiro, natural de Nova Venécia-ES, onde nasceu no dia 04 de janeiro de 1962, residente e domiciliado na Rua Dos Ipês nº 3099, Bairro União, em Machadinho D´Oeste-RO, filho de JOSÉ DE LIMA e de MARIA DA PENHA LIMA; e MARILENE KOELHERT de nacionalidade brasileira, de profissão autônoma, de estado civil solteira, natural de Nova Venécia, distrito de Corrego Grande-ES, onde nasceu no dia 20 de março de 1975, residente e domiciliada na o mesmo endereço do contraente, nesta cidade, filha de FLORIANO KOELHERT e de CECILIA KUSTER KOELHERT.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 22 de janeiro de 2014.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-014 FOLHA 230 TERMO 004034
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.034
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
AFRANIO LEOPOLDINO SILVA, de nacionalidade brasileiro, de profissão marceneiro, de estado civil solteiro, natural de Vilhena-RO, onde nasceu no dia 13 de maio de 1980, residente e domiciliado na Rua: Trancredo Neves N°2853, em Distrito de 5° Bec, Machadinho D'Oeste-RO, filho de ANTONIO JOSÉ DA SILVA e de MARILENE LEOPOLDINO SILVA; e LUCINÉIA MARÇAL GONÇALVES de nacionalidade brasileira, de profissão cabeleireira, de estado civil divorciada, natural de Joeirana-ES, onde nasceu no dia 19 de junho de 1975, residente e domiciliada na o mesmo endereço do contraente, em Distrito de 5° Bec, Machadinho D'Oeste-RO, filha de JOSÉ MARÇAL GONÇALVES NETO e de ALDIRA FERREIRA GONÇALVES.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 22 de janeiro de 2014.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-014 FOLHA 232 TERMO 004036
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.036
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
EVANILSON GARCIA DE SÁ, de nacionalidade brasileira, de profissão agricultor, de estado civil solteiro, natural de Rio Pardo de Minas-MG, onde nasceu no dia 25 de março de 1984, residente e domiciliado na Linha Pedra Redonda 01, Km 18, Lote 19, Gleba 01, em Machadinho D´Oeste-RO, filho de SANTINO GARCIA DE SÁ e de TEREZA RAMOS DE SÁ; e JUSCILAINE PEREIRA ROSA de nacionalidade brasileira, de profissão Agricultora, de estado civil solteira, natural de Ouro Preto do Oeste-RO, onde nasceu no dia 08 de novembro de 1994, residente e domiciliada no mesmo endereço do contraente, em Machadinho D Oeste-RO, filha de JOSÉ RIBEIRO ROSA SOBRINHO e de JUSENY PEREIRA ROSA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 24 de janeiro de 2014.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-014 FOLHA 233 TERMO 004037
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.037
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, II, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
IZAQUEU LORENZETTI DE SOUZA, de nacionalidade brasileira, de profissão produtor rural, de estado civil solteiro, natural de Jaru-RO, onde nasceu no dia 04 de outubro de 1992, residente e domiciliado na Linha 634, Km 10, em Jaru-RO, filho de PEDRO RODRIGUES DE SOUZA e de ILSE ANA LORENZETTI DE SOUZA; e RAFAELA MAGALHÃES RODRIGUES de nacionalidade brasileira, de profissão produtora rural, de estado civil solteira, natural de Machadinho D'Oeste-RO, onde nasceu no dia 02 de novembro de 1997, residente e domiciliada na Linha MP 09, Gleba 02, Km 06, Lote 82, no, na distrito de 5° Bec - Machadinho D'Oeste - RO, filha de ALAÉCIO RODRIGUES SABARÁ e de JOANA DARK MAGALHÃES.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Envio cópia ao Oficial do Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais Jaru-RO, para ser afixado no Ofício do domicílio e residência dos contraentes, para os efeitos do artigo 1.527 do Código Civil Brasileiro.
Machadinho D Oeste-RO, 27 de janeiro de 2014.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-014 FOLHA 234 TERMO 004038
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.038
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
WILSON SANTOS DE OLIVEIRA, de nacionalidade brasileira, de profissão Empresário, de estado civil solteiro, natural de Ariquemes-RO, onde nasceu no dia 17 de janeiro de 1988, residente e domiciliado na Rua Visconde do Rio Branco Nº2681, Distrito de 5º Bec, em Machadinho D´Oeste-RO, filho de NELSON JARBAS DE OLIVEIRA e de VALDELICE SANTOS DE OLIVEIRA; e THAÍS DA SILVA BEZERRIL de nacionalidade brasileira, de profissão comerciante, de estado civil solteira, natural de Campinas-SP, onde nasceu no dia 04 de novembro de 1991, residente e domiciliada no mesmo endereço do contraente, em Machadinho D Oeste-RO, filha de MARCÉLIO BEZERRIL e de MARIA JOSÉ DA SILVA BEZERRIL.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 27 de janeiro de 2014.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-014 FOLHA 235 TERMO 004039
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.039
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
THOMAZ SERGIO DOS REIS RAMOS, de nacionalidade brasileira, de profissão estopador, de estado civil solteiro, natural de Ouro Verde de Minas-MG, onde nasceu no dia 29 de outubro de 1989, residente e domiciliado na Avenida Getúlio Vargas s/ n°, Setor 03, em Vale do Anari-RO, filho de JOSÉ EUSTÁQUIO DOS REIS e de MARIA APARECIDA RAMOS REIS; e ANGELICA FERREIRA DOS SANTOS de nacionalidade brasileira, de profissão do lar, de estado civil solteira, natural de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia 04 de janeiro de 1992, residente e domiciliada na o mesmo endereço do contraente, em Vale do Anari-RO, filha de ISABEL FERREIRA DOS SANTOS.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 28 de janeiro de 2014.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-014 FOLHA 236 TERMO 004040
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.040
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
VÁRIO DAS DORES BATISTA, de nacionalidade brasileira, de profissão assessor parlamentar, de estado civil solteiro, natural de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia 04 de agosto de 1984, residente e domiciliado na Rua Roraima nº4638, em Machadinho D´Oeste-RO, filho de EUCLESIO JOSÉ BATISTA e de MARIA DAS DORES BATISTA; e JOSILENE SILVA DOS SANTOS de nacionalidade brasileira, de profissão assessora parlamentar, de estado civil solteira, natural de Jaru-RO, onde nasceu no dia 05 de julho de 1984, residente e domiciliada na Rua Buenos Aires nº2068, em Machadinho D Oeste-RO, filha de SEBASTIÃO CORRÊA DOS SANTOS e de ELÍZI MARCIANA DA SILVA SANTOS.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 29 de janeiro de 2014.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-014 FOLHA 237 TERMO 004041
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.041
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
GERSON FERREIRA DA SILVA, de nacionalidade brasileira, de profissão produtor rural, de estado civil solteiro, natural de Ouro Preto do Oeste-RO, onde nasceu no dia 27 de março de 1987, residente e domiciliado na Linha MC 01, Gleba 03, Km 63, Lote 136, em Machadinho D Oeste-RO, filho de EMÍDIO PEDRO DA SILVA e de IZABEL FERREIRA GOMES; e MIRIAN LOPES DE PAULA de nacionalidade brasileira, de profissão produtora rural, de estado civil solteira, natural de Ji- Paraná-RO, onde nasceu no dia 10 de setembro de 1981, residente e domiciliada na Linha MC 01, Gleba 03, Km 11, Lote 145, em Machadinho D Oeste-RO, filha de ILCAN NOGUEIRA DE PAULA e de MARIA LUCIA LOPES DE PAULA.

Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 30 de janeiro de 2014.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

LIVRO D-014 FOLHA 238 TERMO 004042
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 4.042
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III, IV e V, do Código Civil Brasileiro, os contraentes:
JOSÉ RAQUEBAQUE, de nacionalidade brasileira, de profissão aposentado, de estado civil divorciado, natural de São Gabriel da Palha-ES, onde nasceu no dia 16 de fevereiro de 1946, residente e domiciliado na Rua Paraná nº 3391, Centro, em Distrito de 5° Bec-Machadinho D´Oeste-RO, filho de RODOLFO RAQUEBAQUE e de IRACÍ NUNES DE OLIVEIRA; e
GENI BARBOSA DA SILVA de nacionalidade brasileira, de profissão do lar, de estado civil solteira, natural de Ji-Paraná-RO, onde nasceu no dia 01 de setembro de 1983, residente e domiciliada no mesmo endereço do contraente, filha de AUGUSTO BARBOSA DA SILVA e de MARIA APARECIDA NEVES DA SILVA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Machadinho D Oeste-RO, 31 de janeiro de 2014.
Odila Fernandes da Silva Marinho
Oficiala

COMARCA DE PRESIDENTE MÉDICI

VARA ÚNICA

EDITAL DE PROCLAMAS
Prazo: 15 (quinze) dias
Livro: D-13 Folha: 005 Termo: 6414
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 6.414
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: FRANCISCO LEANDRO DE SOUZA, de nacionalidade brasileiro, agente penitenciário, solteiro, natural de Parnamirim-PE, onde nasceu no dia 15 de fevereiro de 1980, residente e domiciliado na Av. Dom Bosco, 1223, Centro, em Presidente Médici-RO, filho de FRANCISCO VITORINO DE SOUZA e de MARIA BENÍZIA DE SOUZA; e SIMONY FERNANDES DA SILVA de nacionalidade brasileira, professora, solteira, natural de Ji - Paraná-RO, onde nasceu no dia 09 de junho de 1991, residente e domiciliada na Av. Dom Bosco, 1223, Centro, em Presidente Médici-RO, filha de VALDIR MOREIRA DA SILVA e de SUELY APARECIDA FERNANDES DA SILVA. Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em lugar de costume.
Presidente Médici-RO, 03 de fevereiro de 2014.
Hans Otto Winther - Oficial_

COMARCA DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ

VARA ÚNICA

LIVRO D-013 FOLHA 113 TERMO 003513
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 3.513
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: RONALDO SIQUEIRA DA SILVA, de nacionalidade brasileira, lavrador, solteiro, natural de Salto do Ceu-MT, onde nasceu no dia 30 de dezembro de 1974, residente e domiciliado na Linha 90, Km. 18 Lado Sul, em São Miguel do Guaporé-RO, filho de NICOLAU TOLENTINO FERREIRA DA SILVA e de MARIA DA PENHA SIQUEIRA DA SILVA; e MARLI APARECIDA FERREIRA DA SILVA de nacionalidade brasileira, lavradora, solteira, natural de Ataleia-MG, onde nasceu no dia 09 de novembro de 1976, residente e domiciliada na Linha, 90, Km. 18, em São Miguel do Guaporé-RO, filha de JOÃO FERREIRA DA SILVA e de MARIA DOS ANJOS FERREIRA DA SILVA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em Cartório no lugar de costume, em local de fácil acesso e boa visibilidade, pelo prazo de 15 dias, a partir da publicação no Diário da Justiça do Estado de Rondônia.
São Miguel do Guaporé, 03 de fevereiro de 2014.
Tatiane Strelow Arpine
Tabeliã Substituta

LIVRO D-013 FOLHA 114 TERMO 003514
EDITAL DE PROCLAMAS Nº 3.514
Faço saber que pretendem casar-se e apresentaram os documentos exigidos pelo artigo 1.525, incisos I, III e IV, do Código Civil Brasileiro, os contraentes: ANDERSON DE SOUZA DA SILVA, de nacionalidade brasileira, empreiteiro, solteiro, natural de Formosa do Oeste-PR, onde nasceu no dia 22 de agosto de 1986, residente e domiciliado na Linha 07, Km. 05, Lado Norte, em São Miguel do Guaporé-RO, filho de MAURICIO BERTOLINO DA SILVA e de MARIA APARECIDA DE SOUZA DA SILVA; e CLEONICE SILVA DE JESUS PEREIRA de nacionalidade brasileira, lavradora, solteira, natural de Nova Brasilândia D'Oeste-RO, onde nasceu no dia 28 de maio de 1994, residente e domiciliada na Linha 07, Km. 05, Lado Norte, em São Miguel do Guaporé-RO, filha de MANOEL DE MATOS PEREIRA e de JANILDA SILVA DE JESUS PEREIRA.
Se alguém souber de algum impedimento, oponha-o na forma da Lei. Lavro o presente Edital de Proclamas para ser afixado em Cartório no lugar de costume, em local de fácil acesso e boa visibilidade, pelo prazo de 15 dias, a partir da publicação no Diário da Justiça do Estado de Rondônia.
São Miguel do Guaporé, 03 de fevereiro de 2014.
Tatiane Strelow Arpine
Tabeliã Substituta